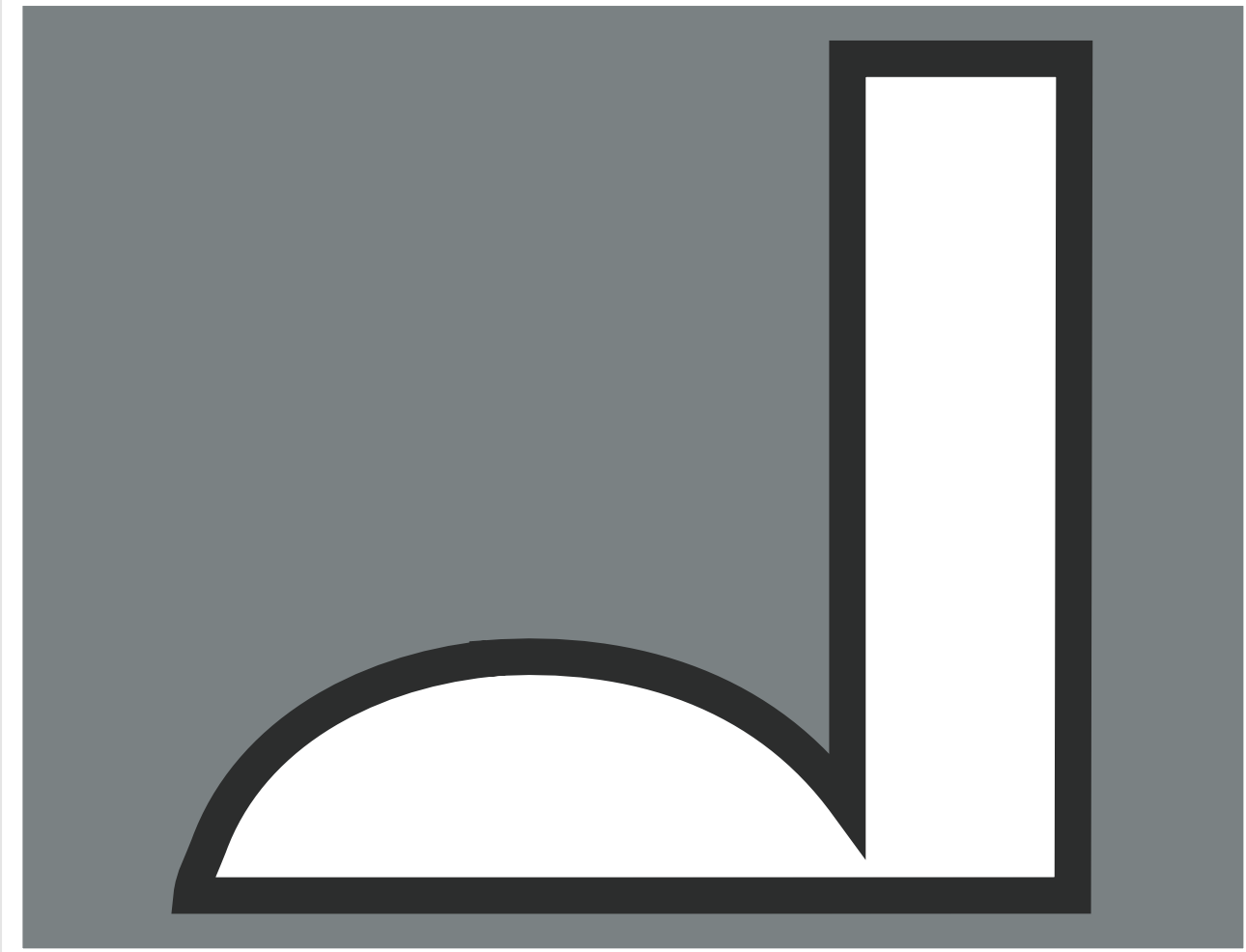
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de agosto de 2011)

Atas de Comissões Permanentes no Senado

ANO LXVI – SUP. AO DSF Nº 144 – SEXTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Humberto Costa - PT** ……. **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Renan Calheiros - PMDB** ……. **Líder do PMDB - 20** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (8) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ……. **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	**PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
		PR - 6 **Líder** **Magno Malta - PR** (12) Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de agosto de 2011)..... 5

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2011..... 174

Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2011..... 203

1.2.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2011..... 225

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2011..... 239

Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2011..... 256

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2011..... 265

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2011..... 282

1.2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2011..... 290

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de agosto de 2011..... 306

1.2.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2011 348

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2011..... 360

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2011..... 390

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2011..... 420

1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de julho de 2011..... 427

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de agosto de 2011..... 456

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2011..... 489

Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2011..... 513

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2011..... 546

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de agosto de 2011..... 573

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2011..... 607

Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de agosto de 2011..... 638

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2011..... 665

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2011..... 670

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2011..... 691

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2011..... 705

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2011..... 741

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2011..... 751

1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de julho de 2011..... 758

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2011..... 810

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2011..... 839

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2011..... 879

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2011..... 913

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2011..... 938

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de agosto de 2011 953
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2011 994
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2011 998
1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2011 1018
Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de agosto de 2011 1048
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2011 1089
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2011 1103

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Agosto/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/08/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	14
Especial	2
Não Deliberativa	9
Total de sessões realizadas	**27**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/08/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PEC	1	-	-	-	-	**1**
PLC	11	13	2	1	0	**27**
PLS	3	12	5	1	8	**29**
PDS	4	23	0	0	0	**27**
PRS	0	0	0	1	0	**1**
MSF	26	-	-	0	0	**26**
OFS	6	-	-	0	0	**6**
Total	51	48	7	3	8	**117**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/08/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	1	-	**1**
PLV	-	4	**4**

Quadro de Requerimentos
01 a 31/08/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	19
Auditoria	1
Congratulações, pesar e assemelhados	49
Criação ou alteração de comissão temporária	2
Desapensamento de matérias	3
Informações	44
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	9
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	18
Reexame de matéria por Comissão	2
Retirada de matéria	10
Tramitação conjunta	11
Voto de aplauso ou semelhante	3
Total Geral	**174**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/08/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	15	7	24
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	15	-	-	15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	1	26	-	27
Total	2	16	41	7	**66**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

01 a 31/08/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	58	1	57
Art. 40 (2)	5	-	5
Art. 43, I (3)	10	-	10
Art. 43, II (4)	10	1	9
Soma	**83**	**2**	**81**
Requerimento para retirada	2	-	-
Total Geral	**85**	**2**	**81**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

01 a 31/08/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**9**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/08/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	76
Especial	15
Extraordinária	1
Não Deliberativa	55
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	**150**
Reunião	2
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**5**
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/08/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	1	-	-	3	1	1	**6**
PLC	34	49	5	3	1	0	**92**
PLS	6	77	15	3	3	16	**120**
SCD	3	0	0	0	0	0	**3**
PDS	40	207	0	0	1	0	**248**
PRS	11	0	0	1	0	1	**13**
MSF	76	-	-	0	0	0	**76**
OFS	21	-	-	0	1	0	**22**
Total	192	333	20	10	7	18	**580**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/08/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	5	0	-	-	1	**6**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	17	3	0	**22**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/08/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	66
Auditoria	7
Congratulações, pesar e assemelhados	287
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	13
Desapensamento de matérias	8
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	208
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	48
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	64*
Reexame de matéria por Comissão	3
Retirada de matéria	34
Tramitação conjunta	42
Urgência para matéria	21
Voto de aplauso ou semelhante	11
Voto de censura	3
Total Geral	**908**

* Compatibilizado o quantitativo em função do arquivamento, por ter atendido o objetivo, do RQS 804/2011.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/08/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	9	-	56	15	-	1	1	1	83
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	83	-	-	-	-	-	-	83
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	3	-	-	-	-	-	3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	5	235	-	7	-	-	-	247
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	11	-	-	-	-	-	-	11
Total	9	99	294	15	7	1	1	1	**427**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

02/02 a 31/08/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	289	7	282
Art. 40 (2)	16	1	15
Art. 43, I (3)	39	-	39
Art. 43, II (4)	44	1	43
Soma	**388**	**9**(5)	**379**
Requerimento para retirada	8(5)	-	-
Total Geral	**396**	**9**	**379**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

(5) O Requerimento nº 208/2011-M retirou os Requerimentos nº 179/2011-M e 205/2011-M.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

02/02 a 31/08/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	48

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/08/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 1

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 11/2011	Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.	José Sarney	17/08/2011

Matéria: Medida Provisória. Total: 1

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 531/2011	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões), para os fins que especifica.	Presidente da República	30/08/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

1. À sanção. Total: 4

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 18/2011	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002.	Câmara dos Deputados	03/08/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

1. À sanção. Total: 4

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 19/2011	Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social: altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.	Câmara dos Deputados	10/08/2011
PLV 20/2011	Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.	Câmara dos Deputados	24/08/2011
PLV 21/2011	Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9o da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei no 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	31/08/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 27

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 2

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 35/2009	Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.	Felipe Bornier	10/08/2011
PLC 256/2009	Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.	Rose de Freitas	26/08/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 27

2. Ao arquivo. Total: 3

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 76/2009	Acrescenta art. 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (Obriga o fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico automático para cancelamento da prestação de serviço).	Vinicius Carvalho	05/08/2011
PLC 77/2009	Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário.	Vinicius Carvalho	24/08/2011

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 23/2007	Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre educação integral ou parcial para as crianças de até seis anos de idade).	Ivan Valente	24/08/2011

3. À sanção. Total: 22

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 32/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª (MT) Região e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011
PLC 33/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011
PLC 34/2011	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011
PLC 36/2011	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011
PLC 38/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011
PLC 39/2011	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011
PLC 40/2011	Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	10/08/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 27

3. À sanção. Total: 22

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 35/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	11/08/2011
PLC 37/2011	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	11/08/2011
PLC 86/2007	Acresce o art. 19 - A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.	Presidente da República	16/08/2011
PLC 116/2010	Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.	Paulo Bornhausen	16/08/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 17/2011	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.	Eduardo Cunha	01/08/2011
PLC 27/2011	Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.	Confúcio Moura	01/08/2011
PLC 158/2010	Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras providências.	Arlindo Chinaglia	08/08/2011
PLC 326/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências.	Rodovalho	11/08/2011
PLC 195/2009	Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.	Maurício Rands	24/08/2011
PLC 269/2009	Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.	Luciana Costa	24/08/2011
PLC 79/2010	Denomina Rodovia José Dácio Leite o trecho da BR-230 entre a cidade de Lavras da Mangabeira e o entroncamento com a BR-116, no Estado do Ceará.	Gorete Pereira	26/08/2011
PLC 145/2010	Dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí.	Átila Lira	26/08/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 27

3. À sanção. Total: 22

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 176/2010	Denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.	Inocêncio Oliveira	26/08/2011
PLC 110/2010	Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.	José Chaves	29/08/2011
PLC 188/2010	Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa).	Presidente da República	29/08/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 29

1. À Câmara dos Deputados. Total: 14

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 14/2007	Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.	Cristovam Buarque	11/08/2011
PLS 153/2011	Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	11/08/2011
PLS 325/2011	Concede anistia a bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro, punidos por participar de movimentos reivindicatórios.	Lindbergh Farias	11/08/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 536/2009	Acrescenta art. 18-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências.	Paulo Paim	05/08/2011
PLS 369/2009	Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Raimundo Colombo	10/08/2011
PLS 319/2010	Amplia o limite de receita bruta total para ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os artigos 13 e 14, da Lei nº 9.718, de 27/11/1998.	Alfredo Cotait	10/08/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 29

1. À Câmara dos Deputados. Total: 14

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 203/2009	Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.	Sérgio Zambiasi	15/08/2011
PLS 115/2011	Acrescenta § 3º ao art. 6º-A e altera o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências e modifica o art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para assegurar o pagamento do seguro-desemprego aos empregados domésticos nos termos em que especifica.	Rodrigo Rollemberg	15/08/2011
PLS 27/2006	Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.	Paulo Paim	17/08/2011
PLS 324/2010	Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção.	Gerson Camata	22/08/2011
PLS 493/2008	Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para tornar obrigatória a comunicação ao contribuinte da retenção da declaração de imposto de renda para verificação por critérios ou parâmetros de revisão em massa e facultar a sua retificação.	Raimundo Colombo	24/08/2011
PLS 235/2010	Modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para incluir os cursos de formação de profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciencia e Tecnologia.	Fátima Cleide	24/08/2011
PLS 128/2010	Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio.	Serys Slhessarenko	26/08/2011
PLS 276/2011	Altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica.	Pedro Taques	29/08/2011

2. Ao arquivo. Total: 15

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 82/2010	Regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade.	Geovani Borges	15/08/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 29

2. Ao arquivo. Total: 15

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 167/2007	Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público.	Expedito Júnior	05/08/2011
PLS 222/2009	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para inserir, no rótulo de enxaguatórios bucais que contenham álcool, advertência sobre os riscos associados ao uso do produto.	Antonio Carlos Valadares	05/08/2011
PLS 374/2009	Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham	Tião Viana	05/08/2011
PLS 77/2008	Dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado.	Gilberto Goellner	10/08/2011
PLS 318/2009	Altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.	Expedito Júnior	10/08/2011

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 324/2007 Complementar	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para criar o cargo de Vice-Presidente do Banco Central do Brasil e para proibir que egressos da autarquia ingressem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração ou demissão.	Pedro Simon	02/08/2011

Retirada pelo autor. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 403/2011	Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção e o funcionamento de novas usinas termonucleares em território nacional.	Cristovam Buarque	01/08/2011
PLS 77/2011	Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da saúde pública e o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Saúde Pública.	Waldemir Moka	05/08/2011
PLS 242/2011	Altera o art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde", para modificar regra sobre recisão contratual por inadimplência.	Inácio Arruda	10/08/2011
PLS 210/2011	Dispõe sobre a instalação de itens de segurança nas escadas, rampas e ressaltos nos locais que especifica.	Vital do Rêgo	11/08/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 29

2. Ao arquivo. Total: 15

Retirada pelo autor. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 297/2011	Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como "pipas" ou "papagaios".	Vital do Rêgo	16/08/2011
PLS 243/2011	Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.	Vital do Rêgo	17/08/2011
PLS 338/2011	Dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental e sob o regime de partilha de produção, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Wellington Dias	17/08/2011
PLS 281/2011	Estabelece regime especial para a definição da área de reserva legal em propriedade ou posse situada na Amazônia Legal.	Romero Jucá	30/08/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 27

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 180/2011	Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	09/08/2011

2. À promulgação. Total: 26

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 122/2011	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	09/08/2011
PDS 127/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	30/08/2011
PDS 128/2011	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	30/08/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 27

2. À promulgação. Total: 26

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 563/2003	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL DE BELO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 264/2007	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARANHENSE DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - FUMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 318/2007	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 654/2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BAYEUX FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 610/2010	Aprova o ato que outorga permissão à VALE VERDE COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 700/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 702/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE TURVÂNIA - AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 703/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL LAGO DOS TIGRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 705/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CUMARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 706/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 2/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO RIO TUNGO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 27

2. À promulgação. Total: 26

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 20/2011	Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequencia modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 32/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E RURAL AFONSENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 35/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RECORD DE BAURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 52/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DOURADOQUARENSE - ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 57/2011	Aprova o ato que outorga permissão à H. SUL FM RADIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 64/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 69/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE MENDONÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 87/2011	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 110/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMIGOS DE ALVORADA DO GURGUÉIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 113/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 114/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO L' HERMITAGE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011
PDS 172/2011	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCADORA SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	29/08/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 1

1. Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 45/2010	Suspende, por doze meses, o pagamento dos serviços da dívida do Estado de Alagoas junto à União.	João Tenório	31/08/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 26

Aprovada pelo Plenário. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 103/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea "e"; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.	Presidente da República	03/08/2011
MSF 69/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal.	Presidente da República	03/08/2011
MSF 101/2011	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.	Presidente da República	09/08/2011
MSF 102/2011	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina.	Presidente da República	09/08/2011
MSF 75/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.	Presidente da República	09/08/2011
MSF 108/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli.	Presidente da República	17/08/2011
MSF 109/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 110/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor TARCÍSIO GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 111/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 113/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 114/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 77/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.	Presidente da República	24/08/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 26

Aprovada pelo Plenário. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 78/2011	Submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 83/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 84/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritéia.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 85/2011	Submete, em comformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 87/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 88/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 89/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 90/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 92/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK , Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 93/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ADALNIO SENNA GANEM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.	Presidente da República	24/08/2011
MSF 112/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ROGER DA SILVA PÊGAS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	30/08/2011
MSF 115/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ FLORENTINO CAIXETA para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	30/08/2011
MSF 86/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.	Presidente da República	30/08/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 26

Aprovada pelo Plenário. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 96/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora VITORIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.	Presidente da República	30/08/2011

Matéria: Oficio (sf). Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 15/2011	Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, inscrito na OAB/Santa Catarina sob n. 3561, para composição do Conselho Nacional de Justiça.	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	09/08/2011
OFS 18/2011	Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição da República, o nome do Senhor Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	Tribunal Superior do Trabalho	09/08/2011
OFS 20/2011	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	Tribunal Superior do Trabalho	09/08/2011
OFS 24/2011	Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005 a indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	09/08/2011
OFS 32/2011	Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.	Supremo Tribunal Federal	09/08/2011
OFS 36/2011	Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Conselho Nacional de Justiça	09/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pela Mesa. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 417/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da internalização da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos termos que especifica.	Aloysio Nunes Ferreira	02/08/2011
RQS 492/2011	Requer sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro das Comunicações sobre a regulamentação da comunicação audiovisual de acesso condicionado.	Alvaro Dias	02/08/2011
RQS 516/2011	Requer, nos termos do art. 50, §º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca do conceito de biotecnologia sintética adotado ou elaborado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.	Kátia Abreu	02/08/2011
RQS 525/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde, no âmbito da ANVISA, acerca da fiscalização sanitária dos ambientes de navios e grandes transatlânticos internacionais que passam pelos estados litorâneos do Brasil, tendo em vista as preocupações das autoridades locais com possíveis epidemias infectocontagiosas.	Vanessa Grazziotin	02/08/2011
RQS 531/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde acerca de campanhas de conscientização para a doação de medula óssea.	Vanessa Grazziotin	02/08/2011
RQS 558/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pela Senhora Ministra do Meio Ambiente informações a respeito da atuação do site "orgulhoverde.com" e de ONGs na região amazônica.	Vanessa Grazziotin	02/08/2011
RQS 559/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, informações sobre a atuação do site "orgulhoverde.com" e de ONGs na região amazônica.	Vanessa Grazziotin	02/08/2011
RQS 595/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União sobre os valores efetivamente arrecadados oriundos de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento, nacional e regional, nos últimos cinco anos, bem como resumo das auditorias de prestação de contas das seguintes instituições: Serviço Social da indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, entre outras.	Ataídes Oliveira	02/08/2011
RQS 596/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os valores efetivamente arrecadados oriundos de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento, nacional e regional, nos últimos cinco anos, das seguintes instituições: Serviço Social da indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, entre outras.	Ataídes Oliveira	02/08/2011
RQS 604/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores informações relativas às missões diplomáticas.	Alvaro Dias	02/08/2011
RQS 681/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro dos Transportes relativas às obras de implantação e pavimentação da rodovia BR 426/ PB, que liga os municípios de Piancó, Santana dos Garrotes e Nova Olinda, na Paraíba.	Vital do Rêgo	02/08/2011
RQS 697/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação relativas aos pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2010.	Comissão de Educação	02/08/2011
RQS 753/2011	Requer, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão referentes à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Rodrigo Rollemberg	02/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pela Mesa. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 754/2011	Requer, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Cidades referentes à implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).	Rodrigo Rollemberg	02/08/2011
RQS 755/2011	Requer, nos termos dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro do Turismo acerca do cumprimento do disposto no art. 26, parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.	Rodrigo Rollemberg	02/08/2011
RQS 793/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmº. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, informações sobre as ações a serem tomadas pelo Governo brasileiro frente à decisão do governo da República da Bolívia de regularizar carros ilegais que circulem pelo país andino.	Sérgio Petecão	02/08/2011
RQS 1035/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 397, de 2011, e 188, de 2010.	Wellington Dias	31/08/2011
RQS 1037/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 285, de 2011-Complementar; e 396, de 2009-Complementar.	João Vicente Claudino	31/08/2011
RQS 1054/2011	Desapensamento de matérias - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2007.	Marcelo Crivella	31/08/2011
RQS 347/2011	Requer, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre a elaboração de diagnóstico da execução dos dispositivos da Lei nº 10.172, de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação, em especial sobre o conteúdo do documento intitulado "Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001 a 2008 - Políticas, Programas e Ações do Governo Federal".	Marinor Brito	31/08/2011
RQS 623C/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, caput e inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações a respeito da obesidade no Brasil e as estatísticas referentes a cirurgias bariátricas nos hospitais da rede do Sistema Único de Saúde - SUS.	Eunício Oliveira	31/08/2011
RQS 679/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca dos países signatários que ratificaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado pelo Brasil em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, e das medidas que tomaram aqueles que já colocaram as novas regras ortográficas em vigor.	Paulo Bauer	31/08/2011
RQS 723/2011	Requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre o erro em sete milhões de livros impressos para servir de material de apoio às aulas na zona rural do País.	Comissão de Educação	31/08/2011
RQS 741/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão relativas a terrenos de marinha e seus acrescidos.	Ricardo Ferraço	31/08/2011
RQS 742/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia relativas à Reserva Global de Reversão - RGR.	Lúcia Vânia	31/08/2011
RQS 772/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro das Relações Exteriores cópia do Relatório da Defesa do Governo Brasileiro sobre a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, que foi enviada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 773/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça acerca da construção de novos complexos penitenciários.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pela Mesa. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 830/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República acerca de providências para a divulgação da Resolução da Anac nº 141, de 15 de março de 2010, que trata de assegurar o direito à informação e reparação dos passageiros, em caso de problemas nos vôos, e planejamento de trabalho conjunto com empresas de aviação civil em território brasileiro para melhorar o tráfego aéreo, tendo em vista a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 832/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro da Justiça acerca da migração de estrangeiros para o território brasileiro.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 840/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, sobre o uso de programas eletrônicos para fraudar as licitações do governo federal.	Alvaro Dias	31/08/2011
RQS 874/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acerca dos dispositivos que regulamentam a área de defesa sanitária no Brasil.	Kátia Abreu	31/08/2011
RQS 883/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro das Minas e Energia sobre os "apagões" que ocorreram no estado de Santa Catarina no período de 2007 até a presente data.	Alvaro Dias	31/08/2011
RQS 884/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado das Relações Exteriores sobre as medidas do Governo brasileiro frente à exigência de comprovante de residência para estudantes brasileiros residentes em Cobija, capital do Departamento de Pando, na Bolívia.	Sérgio Petecão	31/08/2011
RQS 887/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior acerca da situação da liberação de mercadorias brasileiras na fronteira argentina e do cumprimento das normas internacionais de comércio.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 890/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado das Minas e Energia sobre novas fontes de energia elétrica sustentável.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 891/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Justiça acerca do combate ao tráfico internacional de pessoas para a prática de escravidão sexual, como vem ocorrendo com as jovens índias das comunidades do interior do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 911/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 289 e 192, de 2011.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 912/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 289 e 192, de 2011.	Benedito de Lira	31/08/2011
RQS 914/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 326, de 2010, e 214, de 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	31/08/2011
RQS 927/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a expectativa de entrega da pavimentação da BR 364 no estado do Acre (Trecho Sena Madureira/Cruzeiro do Sul), os recursos disponíveis, os contratos originais com seus respectivos aditivos e as empresas participantes da execução da obra com seus trechos contratados e montante negociado.	Sérgio Petecão	31/08/2011
RQS 936/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquele Ministério.	Lúcia Vânia	31/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pela Mesa. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 937/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquele Ministério.	Lúcia Vânia	31/08/2011
RQS 938/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquele Ministério.	Lúcia Vânia	31/08/2011
RQS 940/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário de Aviação Civil da Presidência da República acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquela Secretaria.	Lúcia Vânia	31/08/2011
RQS 941/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquele Ministério.	Lúcia Vânia	31/08/2011
RQS 942/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e sua subsidiária, BNDES a BNDES Participações S/A - BNDESPar.	Demóstenes Torres	31/08/2011
RQS 980/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o Programa Luz para Todos no Estado do Piauí.	João Vicente Claudino	31/08/2011
RQS 991/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de aviões da Força Aérea Brasileira por civis.	Aloysio Nunes Ferreira	31/08/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 63

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 771/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 15 de agosto de 2011, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis.	Gim Argello	02/08/2011
RQS 904/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 8 de agosto de 2011, quando estará procedendo a diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Casildo Maldaner	02/08/2011
RQS 913/2011	Prorrogação da licença concedida, nos termos do art. 43 do Regimento Interno.	Geovani Borges	02/08/2011
RQS 554/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão plenária do dia 18 de agosto de 2011 dedicado a homenagear a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica, em comemoração aos 42 anos de sua existência, e o Dr. Ozires Silva, ex-presidente da Empresa.	Luiz Henrique	03/08/2011
RQS 760/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.	Ricardo Ferraço	03/08/2011
RQS 809/2011	Solicita, em aditamento ao Requerimento nº 554, de 2011, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 18 de agosto próximo seja destinado a homenagear a EMBRAER- Empresa Brasileira de Aeronáutica.	Luiz Henrique	03/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pelo Plenário. Total: 63

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 931/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 22 de agosto de 2011 seja dedicado à comemoração especial dos 122 anos de nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas - a poetisa e contista brasileira Cora Coralina -, nascida na cidade de Goiás, em 20 de agosto de 1889.	Rodrigo Rollemberg	04/08/2011
RQS 777/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008.	Ciro Nogueira	09/08/2011
RQS 778/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009.	Antonio Carlos Valadares	09/08/2011
RQS 784/2011	Audiência de comissão na tramitação da matéria - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010.	Wellington Dias	09/08/2011
RQS 785/2011	Audiência de comissão na tramitação da matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010.	Humberto Costa	09/08/2011
RQS 812/2011	Audiência de comissão na tramitação da matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009.	Vital do Rêgo	09/08/2011
RQS 828/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nºs 541, de 2007; com o nº 16, de 2009; que se encontra apensado aos nºs 65 e 99, de 2010.	Vital do Rêgo	09/08/2011
RQS 829/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos aos Projetos de Lei do Senado nºs 315 e 316, de 2008; e 420, de 2005.	Ciro Nogueira	09/08/2011
RQS 835/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2008; e 340, de 2011.	Romero Jucá	09/08/2011
RQS 836/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010.	Armando Monteiro	09/08/2011
RQS 838/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso e de louvor ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/08/2011
RQS 846/2011	Desapensamento de matérias - Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009.	Cyro Miranda	09/08/2011
RQS 909/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, cuja origem é a emblemática queda da Bastilha, marco da Revoleção Francesa.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/08/2011
RQS 916/2011	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya.	Eduardo Suplicy	09/08/2011
RQS 923/2011	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 1º de setembro de 2011 seja destinado a comemorar o transcurso do 39º aniversário da REDE AMAZÔNICA DE RÁDIO E TELEVISÃO.	Randolfe Rodrigues	09/08/2011
RQS 954/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, na sessão do dia 18 de outubro de 2011, seja dedicado à comemoração especial dos duzentos anos da Biblioteca Nacional.	José Sarney	09/08/2011
RQS 957/2011	Prorrogação de comissão temporária	Comissão Temporária Externa - Ações da Política Nacional de Segurança Pública	09/08/2011
RQS 961/2011	Retirada de matéria - retirada do Requerimento nº 837, de 2011	Luiz Henrique	09/08/2011
RQS 962/2011	Retirada de matéria - retirada do Requerimento nº 837-A, de 2011	Luiz Henrique	09/08/2011
RQS 963/2011	Retirada de matéria - retirada do Requerimento nº 854/2011	Lindbergh Farias	09/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pelo Plenário. Total: 63

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 447/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 10 de outubro de 2011, destinada a comemorar o dia do Engenheiro Agrônomo, que ocorre no dia 12 de outubro.	Blairo Maggi	10/08/2011
RQS 756/2011	Requer, com base no art. 374, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição, pelo Senado, de uma comissão de 7 (sete) juristas para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.	Pedro Taques	10/08/2011
RQS 720/2011	Requerem, nos termos dos arts. 154, III e § 5º; 199, §§ 1º e 2º; e 200, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de SESSÃO ESPECIAL em comemoração ao SEXAGÉGIMO ANIVERSÁRIO de fundação do jornal "O DIA", ocorrido em 05 de junho de 2011; apresentamos como sugestão de data o dia 11 de julho de 2011.	Marcelo Crivella	11/08/2011
RQS 770/2011	Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente - Sexagésimo Aniversário de Fundação do jornal O Dia.	Marcelo Crivella	11/08/2011
RQS 974/2011	Requerem, nos termos dos arts. 154, III e § 5º; 199; e 200, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem ao centésimo quinquagésimo aniversário da Catedral da Igreja Presbiteriana do Brasil - IPB, a ocorrer em 12 de agosto de 2011.	Marcelo Crivella	11/08/2011
RQS 986/2011	Reexame de matéria por comissão - PLS no 220, de 2010, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Aloysio Nunes Ferreira	11/08/2011
RQS 987/2011	Reexame de matéria por comissão - Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Alvaro Dias	11/08/2011
RQS 1008/2011	Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente - alteração na data da celebração dos 33 anos da fundação da comunidade Caução Nova, em aditamento ao Requerimento nº 901, de 2011.	Antonio Carlos Valadares	16/08/2011
RQS 1012/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com o artigo 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 22 de setembro de 2011 seja dedicado a comemorar os 86 anos de fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo.	Marta Suplicy	17/08/2011
RQS 1024/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como representação a serviço da Casa a diligência da CPI - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil realizada no dia 08 de agosto de 2011, em Salvador - BA.	Vanessa Grazziotin	17/08/2011
RQS 1025/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no dia 22 de agosto de 2011, a fim de participar, como Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, de diligência, aprovada por aquele Colegiado, em Belém, Pará.	Vanessa Grazziotin	17/08/2011
RQS 1026/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no dia 29 de agosto de 2011, a fim de participar, como Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, de diligência, aprovada por aquele Colegiado, no Rio de Janeiro.	Vanessa Grazziotin	17/08/2011
RQS 1016/2011	Realização de sessão especial ou comemoração, no dia 17 de outubro próximo, para homenagear 2011 ¿ Ano Mundial da Medicina Veterinária.	Ana Amélia	18/08/2011
RQS 1001/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011.	Francisco Dornelles	23/08/2011
RQS 1011/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2009.	Armando Monteiro	23/08/2011
RQS 1034/2011	Solicita, em aditamento ao Requerimento nº 756, de 2011, que a Comissão de Juristas criada para elaborar o anteprojeto do novo Código Penal seja composta por 15 membros.	José Sarney	23/08/2011
RQS 1044/2011	Requer, na forma do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença dos trabalhos da Casa sua participação, como Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, em diligência, na cidade de Salvador, Bahia, no dia 8 de agosto de 2011.	Marinor Brito	23/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pelo Plenário. Total: 63

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1046/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 14 de setembro de 2011, para participar, como Membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, do evento do setor de comunicações "FUTURECOM 2011", a realizar-se em São Paulo - SP.	Walter Pinheiro	23/08/2011
RQS 918/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005.	Cyro Miranda	23/08/2011
RQS 919/2011	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007, e 40, de 2011.	Jarbas Vasconcelos	23/08/2011
RQS 971/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 2009.	Ataídes Oliveira	23/08/2011
RQS 977/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011.	Paulo Bauer	23/08/2011
RQS 978/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2010.	Romero Jucá	23/08/2011
RQS 982/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2011.	Sérgio Souza	23/08/2011
RQS 983/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150, de 2009; e 106, de 2011.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 992/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2011.	Marcelo Crivella	23/08/2011
RQS 993/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2011.	Marcelo Crivella	23/08/2011
RQS 994/2011	Requer, nos termos do art. 55, III da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I e o disposto no art. 40, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, como representante do Brasil e do Senado, participar da Grande Reinauguração do prédio histórico do Teatro Bolshoi, em Moscou, Rússia, ausentando-se do País no período de 25 de outubro a 1º de novembro de 2011.	Luiz Henrique	23/08/2011
RQS 998/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008.	Romero Jucá	23/08/2011
RQS 1067/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 29 de agosto de 2011, a fim de participar, como Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, de diligência no Rio de Janeiro.	Marinor Brito	25/08/2011
RQS 1013/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011.	Wellington Dias	30/08/2011
RQS 1058/2011	Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de auditorias pelo Tribunal de Contas da União nas entidades componentes do denominado "Sistema S" (Serviço Social da Indústria - Sesi; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai; Serviço Social do Comércio - Sesc; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac; Serviço Social do Transporte - Sest; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar; Serviço Nacional de Aprendizagem do Coopeativismo - Sescoop; Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento - Apex; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae), atinentes às gestões dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	Ataídes Oliveira	30/08/2011
RQS 1064/2011	Requer, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Tribunal de Contas da União sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados das auditorias e inspeções realizadas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos anos de 2008, 2009 e 2010.	Ataídes Oliveira	30/08/2011
RQS 721/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com os arts. 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de homenagem no dia 18 de outubro de 2011, no horário do Expediente, para comemorar o Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.	Inácio Arruda	30/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Aprovada pelo Plenário. Total: 63

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 877/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com os arts. 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de homenagem, no dia 20 de setembro de 2011, no período do expediente, para comemorar o Dia do Economista.	Inácio Arruda	30/08/2011
RQS 879/2011	Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente - em aditamento ao Requerimento nº 721, de 2011, que a comemoração do Ano Internacional da Química e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 25 de outubro próximo.	Inácio Arruda	30/08/2011
RQS 1097/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 2 de setembro de 2011, com o fim de participar de audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle - CMA e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, a realizar-se na cidade de Esteio - RS, para analisar e propor alterações ao PLC Nº 30, DE 2011 - Código Florestal.	Jorge Viana	31/08/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 915/2011	retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2011.	Cristovam Buarque	01/08/2011
RQS 979/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2011.	Inácio Arruda	10/08/2011
RQS 988/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2011.	Vital do Rêgo	11/08/2011
RQS 1003/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2011.	Vital do Rêgo	16/08/2011
RQS 1014/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2011.	Wellington Dias	17/08/2011
RQS 1023/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2011.	Vital do Rêgo	17/08/2011
RQS 1082/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011.	Romero Jucá	30/08/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 910/2011	Requer, com base do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado Voto de Louvor à escritora e professora NAIDE GOUVEA pelo conjunto de sua obra em prol da cultura norte-riograndense.	Comissão de Educação	01/08/2011
RQS 920/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais do Senado Federal VOTO DE APLAUSO ao jornalista e deputado estadual AGNELO ALVES pelo lançamento do seu novo livro "Carta ao Humano".	Paulo Davim	02/08/2011
RQS 922/2011	Requer, nos termos do Art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação de Voto de Pesar pelo falecimento, em 28 de julho de 2011, de HELENA GRECO, militante de direitos humanos, responsável pela criação do Comitê Brasileiro de Anistia - MG e primeira mulher vereadora de Belo Horizonte.	Angela Portela	02/08/2011
RQS 925/2011	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do empresário ANTÔNIO JULIO DE JESUS TRINDADE (conhecido como JULIO PIRATA D'IRACEMA), ocorrido no dia 30 de julho de 2011, em Fortaleza/CE, com apresentação de condolências à família, representada por sua esposa, Yane Trindade, e por seu filho, Rodolphe Trindade.	Inácio Arruda	03/08/2011
RQS 926/2011	Requer, nos termos regimentais, apresentação de condolências ao Vereador Acrísio Sena, presidente da Câmara de Vereadores de Fortaleza, e à sua esposa, Senhora Selma Almeida, em virtude do falecimento de seu filho, DIMITRI ALMEIDA SENA, ocorrido no dia 30 de julho de 2011, em Fortaleza/CE.	Inácio Arruda	03/08/2011
RQS 930/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Dr. Afrânio Messias Alves Nunes, ex-deputado, ocorrido no dia 03 de agosto de 2011.	João Vicente Claudino	03/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Encaminhada pela Presidência. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 943/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao médico JOÃO BOCSCO BOTELHO, que recebeu o título de Dr. Honoris Causa, no dia 24 de junho de 2011.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 946/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Colégio Salesiano Dom Bosco, em Manaus, que completou 90 anos no dia 24 de julho de 2011.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 948/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 80 anos de arte do ilustre artista e escritor amazonense MOACIR ANDRADE, comemorado no dia 19 de julho de 2011.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 949/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pelos 42 anos de fundação do Comando Militar da Amazônia - CMA, comemorado no dia 15 de julho.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 950/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pela comemoração dos cinco anos de sanção da Lei "Maria da Penha", comemorado no dia 07 de agosto de 2011.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 951/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Município de Coari/AM, pela comemoração dos seus 79 anos, no dia 02 de agosto de 2011.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 952/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelos 129 anos do município de São Paulo de Olivença, no Amazonas.	Vanessa Grazziotin	04/08/2011
RQS 960/2011	Requer, na forma do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso dos 100 anos de fundação do município de Nova Granada - São Paulo, a ocorrer em 4 de setembro de 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	09/08/2011
RQS 989/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao jornal PANORAMA PRADENSE pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação.	Ana Amélia	11/08/2011
RQS 1000/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da juíza PATRÍCIA LOURIVAL ACIOLI, ocorrido no dia 12 de agosto de 2011, vítima de uma emboscada quando chegava à sua casa, na localidade de Piratininga, região oceânica de Niterói, bem como apresentação de condolências à sua família e ao povo do Estado do Rio de Janeiro.	Eduardo Suplicy	15/08/2011
RQS 996/2011	Requerem, nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de MARIO DAVID VANIN, ex-prefeito de Caxias do Sul/RS.	Paulo Paim	15/08/2011
RQS 1002/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Annibal Barcellos, ex-governador do Amapá, ocorrido no dia 14 de agosto de 2011.	Geovani Borges	16/08/2011
RQS 1009/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA pelos seus sessenta anos de fundação.	Paulo Davim	16/08/2011
RQS 1010/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-governador do Estado do Amapá Aníbal Barcelos, ocorrido no dia 14 de agosto de 2011.	Randolfe Rodrigues	16/08/2011
RQS 1030/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Antônio Barros de Castro, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorrido no dia 21 de agosto de 2011.	Cristovam Buarque	22/08/2011
RQS 1036/2011	Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do professor e economista Antônio Barros de Castro, ocorrido no dia 21 de agosto de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.	Eduardo Suplicy	22/08/2011
RQS 1043/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à AGÊNCIA RADIOWEB pelo transcurso dos 10 anos de sua fundação.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 1048/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao jornal DIÁRIO POPULAR, pelo transcurso dos 121 anos de sua fundação, que ocorrerá em 27/08/2011.	Ana Amélia	23/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Encaminhada pela Presidência. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1049/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à TV SBT CANAL 5 pelo transcurso dos 30 anos de sua fundação, que ocorrerá em 26/08/2011.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 1050/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à RÁDIO PLANETA FM pelo transcurso dos 15 anos de sua fundação, que ocorrerá em 30/08/2011.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 1051/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à RÁDIO IBIRUBÁ AM, pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação, que ocorrerá em 29/08/2011.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 1052/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao JORNAL DA CIDADE, pelo transcurso dos 15 anos de sua fundação, que ocorreu em 10/08/2011.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 1053/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à RÁDIO BENTO AM, pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação, que ocorreu em 15/08/2011.	Ana Amélia	23/08/2011
RQS 1059/2011	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado VOTO DE PESAR à SENHORA ANA CELIA CASTRO e FILHOS pelo falecimento do economista e professor ANTONIO BARROS DE CASTRO, ocorrido no dia 21 de agosto de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.	Lindbergh Farias	24/08/2011
RQS 1060/2011	Requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de aplauso à obra de educação técnica e tecnológica e progresso socioeconômico desenvolvida pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico - Centec, do Ceará, na pessoa de sua diretora-presidente, Professora GEÓRGIA AGUIAR.	Eunício Oliveira	24/08/2011
RQS 1061/2011	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à Professora Tânia Rosing, idealizadora e coordenadora da JORNADA NACIONAL DE LITERATURA DE PASSO FUNDO, pelo transcurso dos 30 anos de atividades desse evento cultural, que realiza, na semana de 22 a 26 de agosto de 2011, a sua 14ª edição.	Ana Amélia	24/08/2011
RQS 1062/2011	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual Enio Mendes, ocorrido no dia 18 de agosto de 2011.	Lídice da Mata	24/08/2011
RQS 1063/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do empresário JOSÉ NILSON CRISPIM, presidente do Grupo Paraibano Elizabeth, indústria de cerâmica e porcelanato, ocorrido no dia 21 de agosto de 2011.	Cícero Lucena	24/08/2011
RQS 1076/2011	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à viúva do jornalista RODOLFO FERNANDES, diretor de redação do jornal O Globo, falecido no dia 27 de agosto de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.	Ana Amélia	29/08/2011
RQS 1077/2011	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à viúva do jornalista WALMOR BERGESCH, falecido no dia 29 de agosto de 2011, em Porto Alegre.	Ana Amélia	29/08/2011
RQS 1079/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças pelo transcurso dos 45 anos de atividades em prol do desenvolvimento comunitário e social no Brasil.	Mozarildo Cavalcanti	30/08/2011
RQS 1080/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de HEITOR DE AZEVEDO PICANÇO, aos oitenta e sete anos, ocorrido no dia 29 de agosto de 2011.	Geovani Borges	30/08/2011
RQS 1083/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso e congratulações para a atleta Fabiana Murer pela conquista da medalha de ouro no Mundial na Coreia do Sul na modalidade salto com vara.	Eduardo Suplicy	31/08/2011
RQS 1084/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja enviado à atleta brasileira Fabiana Murer, voto de congratulações pela conquista da primeira medalha de ouro brasileira em mundiais de atletismo, feito registrado no dia 30 de agosto de 2011, em Daegu, na Coréia do Sul.	Zeze Perrella	31/08/2011
RQS 1087/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM, que completa 29 anos de atuação.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 1088/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelos 39 anos de sua fundação.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Encaminhada pela Presidência. Total: 48

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1089/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ato de voto de congratulações e aplauso à geofísica, pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutora Elizabeth Tavares, responsável pela descoberta de um rio subterrâneo embaixo do rio Amazonas.	Vanessa Grazziotin	31/08/2011
RQS 1090/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-vereador Nelson Carvalho Seixas, ocorrido no dia 31 de agosto de 2011, em São José do Rio Preto.	Aloysio Nunes Ferreira	31/08/2011
RQS 1091/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Município de Porciúncula pelo aniversário de 64 anos, completados no dia 21 de agosto de 2011.	Lindbergh Farias	31/08/2011
RQS 1092/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Município de Nilópolis pelo aniversário de 64 anos, completados no dia 21 de agosto de 2011.	Lindbergh Farias	31/08/2011
RQS 1093/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Município de Paracambi pelo aniversário de 51 anos, completados no dia 08 de agosto de 2011.	Lindbergh Farias	31/08/2011
RQS 1094/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Município de São João do Meriti pelo aniversário de 64 anos, completados no dia 21 de agosto de 2011.	Lindbergh Farias	31/08/2011

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 995/2011	Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito.	Cpi - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas No Brasil	12/08/2011

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 606/2007	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda informações sobre qual o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2003, a fim de se instruir a votação da matéria.	Romero Jucá	01/08/2011

Retirada pelo autor. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 837/2011	Solicita que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.	Luiz Henrique	09/08/2011
RQS 837A/2011	Solicita que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	Luiz Henrique	09/08/2011
RQS 854/2011	Tramitação em separado dos Projetos de Lei do Senado nº 108, de 2007, e 295, de 2008.	Lindbergh Farias	09/08/2011

Matéria: Requerimento. Total: 174

Arquivado por ter sido atendido. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 427/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 1º de junho de 2011 seja dedicado a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.	Rodrigo Rollemberg	01/08/2011
RQS 804/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, no dia 10 de agosto de 2011, durante o Período do Expediente, em homenagem ao Senador e ex-Presidente da República ITAMAR FRANCO, falecido no último dia 2 de julho do 2011.	Fernando Collor	29/08/2011

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 999/2011	Requerem, nos temos dos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Caxias do Sul MARIO DAVID VANIN, ocorrido dia 14 de agosto de 2011.	Pedro Simon	15/08/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 81

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
312-M	Delcídio do Amaral	43, II	02 a 04.08	Licença Particular
313-M	Garibaldi Alves	13	02 a 05.08	Atividade Parlamentar
314-M	Kátia Abreu	43, II	02.08	Licença Particular
315-M	Fernando Collor	13	02.08	Atividade Parlamentar
316-M	Maria do Carmo Alves	13	02.08	Atividade Parlamentar
317-M	Cícero Lucena	13	02.08	Atividade Parlamentar
318-M	Mozarildo Cavalcanti	13	02 a 05.08	Atividade Parlamentar
319-M	Flexa Ribeiro	40, sem ônus	03.08	Atividade Parlamentar
320-M	João Durval	43, I	13 e 14.07	Licença Saúde
321-M	Jorge Viana	13	04.08	Atividade Parlamentar
322-M	Eduardo Amorim	13	04.08	Atividade Parlamentar
323-M	Aloysio Nunes Ferreira	43, I	13 e 14.07	Licença Saúde
324-M	Cícero Lucena	13	03 e 04.08	Atividade Parlamentar
325-M	Wellington Dias	13	14.07	Atividade Parlamentar
326-M	Humberto Costa	13	04.08	Atividade Parlamentar
327-M	Renan Calheiros	13	04.08	Atividade Parlamentar
328-M	Garibaldi Alves	13	09 a 12.08	Atividade Parlamentar
329-M	Marcelo Crivella	13	09.08	Atividade Parlamentar
330-M	Eduardo Amorim	13	09 a 11.08	Atividade Parlamentar
331-M	Sérgio Petecão	13	11.08	Atividade Parlamentar
332-M	Lobão Filho	43, II	11.08	Licença Particular
333-M	Eunício Oliveira	13	11.08	Atividade Parlamentar
334-M	Blairo Maggi	13	23 a 26.08	Atividade Parlamentar
335-M	José Pimentel	40, sem ônus	11.08	Atividade Parlamentar
336-M	Paulo Davim	13	11.08	Atividade Parlamentar
337-M	Cícero Lucena	13	21.08 a 27.08	Atividade Parlamentar - Retirado pelo Requerimento nº 360/2011-M
338-M	Armando Monteiro	13	11.08	Atividade Parlamentar
339-M	Wellington Dias	13	09.08	Atividade Parlamentar
340-M	Inácio Arruda	13	11.08	Atividade Parlamentar
341-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	09.08	Licença Saúde
342-M	Zeze Perrella	13	16.08	Atividade Parlamentar
343-M	Fernando Collor	13	16.08	Atividade Parlamentar
344-M	Wellington Dias	13	16.08	Atividade Parlamentar
345-M	Pedro Simon	13	18.08	Atividade Parlamentar
346-M	Lindbergh Farias	40, sem ônus	19 a 21.08	Atividade Parlamentar
347-M	Lindbergh Farias	40, sem ônus	06 a 09.09	Atividade Parlamentar
348-M	Lobão Filho	43, II	16 a 18.08	Licença Particular
349-M	Jayme Campos	13	18.08	Atividade Parlamentar
350-M	Ana Rita	13	18.08	Atividade Parlamentar
351-M	Delcídio do Amaral	13	18.08	Atividade Parlamentar
352-M	Ricardo Ferraço	13	18.08	Atividade Parlamentar
353-M	João Durval	43, I	16 a 19.08	Licença Saúde
354-M	Marta Suplicy	13	18.08	Atividade Parlamentar
355-M	Cristovam Buarque	43, II	13.09 a 15.09	Licença Particular - Retirado pelo Requerimento nº 380/2011-M
356-M	Marinor Brito	13	22.08	Atividade Parlamentar
357-M	Cícero Lucena	13	18.08	Atividade Parlamentar
358-M	Flexa Ribeiro	13	25.08	Atividade Parlamentar
359-M	Gim Argello	43, I	22.08 a 17.09	Licença Saúde
360-M	Cícero Lucena	-	-	Retirada do Requerimento nº 337/2011 –M
361-M	Maria do Carmo Alves	13	23.08	Atividade Parlamentar
362-M	Cícero Lucena	13	23.08	Atividade Parlamentar
363-M	Marinor Brito	13	11.08	Atividade Parlamentar
364-M	Marinor Brito	13	16 a 18.08	Atividade Parlamentar
365-M	Magno Malta	13	23.08	Atividade Parlamentar
366-M	Vanessa Grazziotin	13	18.08	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
367-M	Inácio Arruda	13	25.08	Atividade Parlamentar
368-M	Vanessa Grazziotin	13	25.08	Atividade Parlamentar
369-M	Cícero Lucena	13	24.08	Atividade Parlamentar
370-M	Fernando Collor	13	24.08	Atividade Parlamentar
371-M	Lobão Filho	43, II	25.08	Licença Particular
372-M	Sérgio Petecão	13	25.08	Atividade Parlamentar
373-M	Valdir Raupp	13	25.08	Atividade Parlamentar
374-M	Delcídio do Amaral	13	25.08	Atividade Parlamentar
375-M	Armando Monteiro	13	25.08	Atividade Parlamentar
376-M	Anibal Diniz	43, I	24 a 26.08	Licença Saúde
377-M	Garibaldi Alves	13	30.08 a 01.09	Atividade Parlamentar
378-M	Humberto Costa	13	30.08	Atividade Parlamentar
379-M	Cristovam Buarque	13	01.09	Atividade Parlamentar
380-M	Cristovam Buarque	-	-	Retirada do Requerimento nº 355/2011 –M
381-M	Mário Couto	40, sem ônus	30.08 a 01.09	Atividade Parlamentar
382-M	Armando Monteiro	13	30.08	Atividade Parlamentar
383-M	Eduardo Braga	43, II	01, 06 e 08.09	Licença Particular
384-M	Clésio Andrade	13	25.08	Atividade Parlamentar
385-M	Aécio Neves	43, II	01 a 08.09	Licença Particular
386-M	Armando Monteiro	13	3 a 12.10	Atividade Parlamentar
387-M	Lobão Filho	43, II	01.09	Licença Particular
388-M	Marinor Brito	13	01.09	Atividade Parlamentar
389-M	Cícero Lucena	13	31.08	Atividade Parlamentar
390-M	Benedito de Lira	13	06.09 e 08.09	Atividade Parlamentar
391-M	Ana Amélia	13	06.09 e 08.09	Atividade Parlamentar
392-M	Acir Gurgacz	43, II	03 a 11.09	Licença Particular
393-M	Lobão Filho	43, I	28.06 a 06.07	Licença Saúde
394-M	Lobão Filho	43, I	08.07	Licença Saúde
395-M	Lobão Filho	43, I	15.07	Licença Saúde
396-M	Lobão Filho	43, I	02.08	Licença Saúde

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 31/08/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	01
Total	**03**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovado)	04
Lidas	**Quantidade**
Vetos (dispositivos)	142

Resenha Consolidada
02/02 a 31/08/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	05
Conjunta Solene	06
Total	**11**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	05
Retificações (aprovadas)	02
Total	**08**

Sessões Realizadas
01 a 31/08/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	10/08/2011, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a reverenciar a memória do Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco.
Conjunta	18/08/2011, às 10 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 1, 3, 6, 9 e 10, de 2011, e Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008.
Conjunta	25/08/2011, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 1, 3, 6, 9 e 10, de 2011.

Matérias Apreciadas
01 a 31/08/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
15/2011-CN (n° 49/2011, na origem)	PL n° 1/2011-CN Leitura: 03/03/2011	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 755.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	25/08/2011 às 12 horas	Aprovado. À sanção
42/2011-CN (n° 172/2011, na origem)	PL n° 4/2011-CN Leitura: 06/06/2011	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	25/08/2011 às 12 horas	Aprovado. À sanção
49/2011-CN (n° 209/2011, na origem)	PL n° 9/2011-CN Leitura: 20/06/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R$ 48.993.402,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	25/08/2011 às 12 horas	Aprovado. À sanção
64/2011-CN (n° 252/2011, na origem)	PL n° 17/2011-CN Leitura: 12/07/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	25/08/2011 às 12 horas	Aprovado. À sanção
31/2011-CN (nº 113/2011, na origem)	PLS nº 338/2007 (nº 7.745/2010, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 11/2011	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 03
33/2011-CN (nº 146/2011, na origem)	PLV nº 8/2011 (oriundo da MP nº 512/2010) Veto Parcial nº 12/2011	Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que 'estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências', a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 08
36/2011-CN (nº 151/2011, na origem)	PLV nº 9/2011 (oriundo da MP nº 513/2010) Veto Parcial nº 13/2011	Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 10
43/2011-CN (nº 188/2011, na origem)	PLV nº 12/2011 (oriundo da MP nº 518/2010) Veto Parcial nº 14/2011	Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 03

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
47/2011-CN (nº 203/2011, na origem)	PLV nº 10/2011 (oriundo da MP nº 514/2010) Veto Parcial nº 15/2011	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 02
53/2011-CN (nº 221/2011, na origem)	PLV nº 13/2011 (oriundo da MP nº 517/2010) Veto Parcial nº 16/2011	Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nºs 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 17
62/2011-CN (nº 239/2011, na origem)	PLC nº 189/2010 (nº 3.077/2008, na Casa de origem) Veto Parcial nº 17/2011	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 01
63/2011-CN (nº 259/2011, na origem)	PLC nº 18/2011 (nº 4.605/2009, na Casa de origem) Veto Parcial nº 18/2011	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 01
72/2011-CN (nº 301/2011, na origem)	PLC nº 10/2011 (nº 5.785/2009, na Casa de origem) Veto Parcial nº 19/2011	Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 03
74/2011-CN (nº 312/2011, na origem)	PLN nº 2/2011 Veto Parcial nº 20/2011	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.	25/08/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 94

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/08/2011

Nº	Assunto
30/2011 (public. no DOU de 09/08/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2011, que "Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências".
31/2011 (public. no DOU de 09/08/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 522, de 12 de janeiro de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R$ 780.000.000,00, para os fins que especifica" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.
32/2011 (public. no DOU de 09/08/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 524, de 28 de janeiro de 2011, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea 'h' do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.
33/2011 (public. no DOU de 22/08/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 1, de 2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, designa os Senhores Parlamentares como membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
34/2011 (public. no DOU de 22/08/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 9º da Resolução nº 1, de 2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, designa os Senhores Parlamentares como membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
35/2011 (public. no DOU de 29/08/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 536, de 24 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2011, Edição Extra, que "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente".
36/2011 (public. no DOU de 29/08/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 537, de 24 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2011, Edição Extra, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 500.000.000,00, para os fins que especifica".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/08/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
461/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência autuou, por solicitação do Presidente da CMO, o Ofício nº 39, de 2011-CN (Ofício nº 0279/2010/SUDENE, na origem) do Superintendente da SUDENE, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE. A matéria publicada no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
460/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência autuou, por solicitação do Presidente da CMO, o Aviso nº 19, de 2011-CN (nº 1190-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Presidente do TCU, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011-TCU-Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimenstre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – TC 015.497/2011-9". A matéria publicada no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
459/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 542, de 2011, que "Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências."
458/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 24 de agosto de 2011, a Medida Provisória nº 543, de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 26/08/2011.
457/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.243-Seses-TCU-Plenário, de 2011 na origem, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.176/2011-TCU-Plenário, referente à fiscalização de obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus. A matéria publicada no DSF de 24/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
456/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 85, de 2011-CN (nº 339, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 27, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00, para os fins que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 30/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
455/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 81, de 2011-CN (nº 334, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 26, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
454/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 80, de 2011-CN (nº 333, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 25, de 2011-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 20.843.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
453/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 79, de 2011-CN (nº 332, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 24, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
452/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 78, de 2011-CN (nº 331, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 23, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00, em favor de empresas estatais, para os fins que especifica". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
451/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 77, de 2011-CN (nº 330, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 22, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
450/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 76, de 2011-CN (nº 329, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 21, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 27/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
442/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 25 (vinte e cinco) de agosto do corrente, quinta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 1, 3, 6, 9 e 10, de 2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
441/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 1.225-GP/TCU, de 2011, na origem, comunicando a aposentadoria do Ministro Ubiratan Diniz Aguiar. A matéria está publicada no DSF de 08/08/2011.
440/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 74, de 2011-CN (nº 312/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
438/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica os nomes dos parlamentares designados para compor a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, cumprindo o disposto no art. 9º da resolução nº 1, de 2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução.
435/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica os nomes dos parlamentares designados para compor a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, cumprindo o disposto no art. 9º da resolução nº 1, de 2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução.
433/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 541, de 2011, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências."
432/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 540, de 2011, que "Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências."
431/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 12 de agosto de 2011, a Medida Provisória nº 542, de 2011, que "Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicas, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 16/08/2011.
430/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 18 de agosto do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 1, 3, 6, 9 e 10, de 2011, e Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008.
429/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 539, de 2011, que "Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências."
428/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que tendo em vista manifestações do Senador Jayme Campos do Deputado Júlio Campos, consulta sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 6 de outubro do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a prestar homenagem póstuma pelos 10 anos do falecimento do Congressista Roberto de Oliveira Campos.
426/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que tendo em vista manifestações do Senador Rodrigo Rollemberg, da Deputada Liliam Sá e outros Senhores Parlamentares, consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 8 de dezembro do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.
426-A/2011 CN	Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos Procurador-Geral da República	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício ADM nº 75, de 20 de julho de 2011, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que encaminhou as informações referentes à emenda parlamentar que menciona, solicitadas pelo Ofício nº 0182/2011/5ª CCR/MPF, de 3 de março de 2011, da Subprocuradoria-Geral da República.
425/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 72, de 2011-CN (nº 301/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011 (PL nº 5.785, de 2009, nessa Casa), que "Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
424/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminhando exemplar do Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO/exercício 2010, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.
420/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Banco da Amazônia o Ofício nº 37, de 2011-CN (nº 240/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010. A matéria publicada no DSF de 09/08/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
417/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que se esgotou no dia 2 de agosto do corrente, nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o prazo para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011-CN.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
416/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 2 de agosto de 2011, a Medida Provisória nº 541, de 2011, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 04/08/2011.
415/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 2 de agosto de 2011, a Medida Provisória nº 540, de 2011, que "Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 04/08/2011.
414/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Informa que o prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 540, de 2011, que "Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências", encerrar-se-á no dia 11/08/2011, em virtude de retificação ao seu texto, publicada no DOU de 05/08/2011. Esclarece que os demais prazos permanecem inalterados.
413/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social o Ofício nº 36, de 2011-CN (nº 623/2011-BNDES GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011. A matéria publicada no DSF de 05/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
412/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado no DSF de 02/08/2011 o Parecer nº 31, de 2011, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 37, de 1999-SF (nº 1.089/1999, na origem), que encaminha ao Senado Federal, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão extraordinária-reservada do Plenário de 3 de novembro de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0)", concluindo pelo arquivamento da matéria.
411/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 65, de 2011, do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Líder do Governo no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, o Senador José Pimentel para a função de Vice-Líder do Governo do Congresso Nacional.
408/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 63, de 2011-CN (nº 259/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011 (PL nº 4.605, de 2009, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
407/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foram publicados, no DSF de 19/07/2011, os seguintes pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Parecer nº 29, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias, referentes às Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, exercício de 2009: - AVN 21/2009: Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao 1º trimestre de 2009; - AVN 40/2009: Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao 1º semestre de 2009; - AVN 51/2009: Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao 3º trimestre de 2009; e - AVN 5/2010: Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2009; Parecer nº 30, de 2011-CN, concluindo pela adoção constante da Nota Jurídica PGBC-527/2011, da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, e pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos relatórios sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, exercício de 2010: - AVN 12/2010: Relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao 1º trimestre de 2010; - AVN 18/2010: Relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao 2º trimestre de 2010; - AVN 34/2010: Relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao 3º trimestre de 2010; e - AVN 3/2011: Relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao 4º trimestre de 2010.
406/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 67, de 2011-CN (nº 276, de 2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 02/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
405/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 26 de julho de 2011, a Medida Provisória nº 539, de 2011, que "Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 1º/08/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
404/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.201-GP/TCU, de 2011, na origem do Presidente do TCU, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave nas obras que menciona. A matéria publicada no DSF de 02/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
403/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 68, de 2011-CN (nº 278, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 20, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 593.754.077,00, para reforço de dotações da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 02/08/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
402/2011 CN	Sen. Cristovam Buarque - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
401/2011 CN	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
400/2011 CN	Sen. Jayme Campos - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
399/2011 CN	Sen. João Vicente Claudino - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
398/2011 CN	Sen. Randolfe Rodrigues - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
397/2011 CN	Sen. Wellington Dias - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
396/2011 CN	Sen. Lindbergh Farias - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
395/2011 CN	Sen. Antonio Carlos Valadares - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
394/2011 CN	Sen. Vanessa Grazziotin - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
393/2011 CN	Sen. Vital do Rêgo - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
392/2011 CN	Sen. Romero Jucá - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
391/2011 CN	Sen. Renan Calheiros - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
390/2011 CN	Sen. Wilson Santiago - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
389/2011 CN	Sen. Cyro Miranda - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
388/2011 CN	Sen. José Agripino - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
387/2011 CN	Dep. Fernando Ferro - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
386/2011 CN	Dep. Márcio Macêdo - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
385/2011 CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
384/2011 CN	Dep. Moacir Micheletto - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
383/2011 CN	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
382/2011 CN	Dep. Anthony Garotinho - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
381/2011 CN	Dep. José Otávio Germano - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
380/2011 CN	Dep. Rodrigo Maia - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
379/2011 CN	Dep. Luiz Noé - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
378/2011 CN	Dep. Giovani Cherini - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
377/2011 CN	Dep. Alfredo Sirkis - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
376/2011 CN	Dep. Jandira Feghali - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
375/2011 CN	Dep. Francisco Praciano - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
374/2011 CN	Dep. Celso Maldaner - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
373/2011 CN	Dep. Leonardo Monteiro - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
372/2011 CN	Dep. Ricardo Tripoli - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
371/2011 CN	Dep. Walter Ihoshi - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
370/2011 CN	Dep. Dr. Paulo César - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
369/2011 CN	Dep. Domingos Neto - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
368/2011 CN	Dep. Miro Teixeira - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
367/2011 CN	Dep. Sarney Filho - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
362/2011 CN	Sen. Jorge Viana - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
365/2011 CN	Sen. Blairo Maggi - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
364/2011 CN	Sen. Ricardo Ferraço - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
363/2011 CN	Sen. Eduardo Braga - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
362/2011 CN	Sen. Ciro Nogueira - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
361/2011 CN	Sen. Sérgio Petecão - CMMC	Comunica que foi encaminhado cópia do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim e Rebecca Garcia, referente à Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
360/2011 CN	Dep. Arnaldo Jardim - CMMC	Comunica que em atenção ao pedido de Vossa Excelência, foram encaminhadas cópias do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, aos membros da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
359/2011 CN	Dep. Rebecca Garcia - CMMC	Comunica que em atenção ao pedido de Vossa Excelência, foram encaminhadas cópias do Ofício nº 065, de 29 de junho do corrente, aos membros da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
358/2011 CN	Sen. Marinor Brito – Líder do PSOL	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente do Partido Socialismo e Liberdade-PSOL, que deverão integrar a referida Comissão.
357/2011 CN	Sen. Gim Argello – Líder do PTB	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, que deverão integrar a referida Comissão.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
356/2011 CN	Sen. Demóstenes Torres – Líder do DEM	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
355/2011 CN	Sen. Alvaro Dias – Líder do PSDB	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
354/2011 CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a V. Exª a indicação de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, que deverão integrar a referida Comissão.
353/2011 CN	Sen. Humberto Costa – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a indicação de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, que deverão integrar a referida Comissão.
352/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que tendo em vista a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 4, de 2011-CN, que "*Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência*", solicita a indicação dos membros titulares e membros suplentes dessa Casa, que deverão integrar a referida Comissão.
350/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 10 de agosto do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco.
349/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado, os originais dos documentos protocolizados na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, no período de 19 a 31 de julho de 2011.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 31/08/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	04
Extraordinárias (REX)	02
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Total	**06**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	08	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	03	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**11**	**-**

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**9**				**2**	
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário						
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**1**	1				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	1	1				
Mensagens CN (MCN)	**1**	**7**				
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA		3				
- Outras Matérias	1	4				
Ofícios CN (OFN)	**4**					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	4					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	**5**	**1**				
Emendas	**215**		**1**			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**235**	**9**	**1**		**2**	

Resenha Consolidada
29/03 a 31/08/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	17
Extraordinárias (REX)	07
Audiências Públicas (RAP)	02
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Total	**29**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	09	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	02	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	16	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**28**	**01**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**27**	**6**			**2**	
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		5				
• Substitutivo						
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**5**					**1**
• Texto Original						3
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	**58**	**31**				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011		1				
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3	1				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3	1				
- Outras Matérias	49	28				
Mensagens CN (MCN e MSG)	**48**	**5**				
- Prestação de Contas	7	1				
- Relatório de Avaliação do PPA	5	3				
- Outras Matérias	36	8				
Ofícios CN (OFN)	**113**	**42**				
- Prestação de Contas	29	10				
- Outras Matérias	84	32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**26**	**15**	**5**			
Emendas (período de 2/2 a 30/06/2011)	**3730**	**3122**	**11**			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**2**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	**1**	**1**				
TOTAL	**4.016**	**3231**	**16**		**2**	**5**

Resultados de Reunião
01 a 31/08/2011

Reunião realizada em 9 de agosto de 2011 (Ordinária)

14ª Reunião Ordinária
convocada para 09/08/2011, às 14h30min
(Iniciada e encerrada às 14h38min)

Pautas nºs 15 e 16/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram iniciados pelo Deputado Gilmar Machado (PT/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12/7/2011; e
. Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12/7/2011.

Pauta nº 15/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Gonzaga Patriota.
Foram apresentadas 42 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."
Relator: Senador Sérgio Petecão.
Foram apresentadas 5 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

3 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".
Autor: Deputado Efraim Filho.

4 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."
Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Pauta nº 16/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".
Relator: Deputado Giroto.
Foram apresentadas 145 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 27, 28, 29, 32, 35, 36, 38, 39 e 40 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Carlos Brandão.
Foram apresentadas 18 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foi apresentada 1 emenda.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **16 de agosto, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 9 de agosto de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 16 de agosto de 2011 (Ordinária)

15ª Reunião Ordinária convocada para 16/08/2011, às 14h30min (Iniciada e encerrada às 15h01min)

Pautas nºs 15, 16 e 17/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12/7/2011;
. Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12/7/2011; e
. Ata da 14ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 9/8/2011.

Pauta nº 15/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

3 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

4 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Pauta nº 16/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Giroto.

Foram apresentadas 145 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 27, 28, 29, 32, 35, 36, 38, 39 e 40 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Carlos Brandão.

Foram apresentadas 18 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foi apresentada 1 emenda.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

Pauta nº 17/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 06 e pela rejeição das demais.

2 – Requerimento n° 22/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, com o Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimento acerca dos *royalties do Pré-sal*".

Autores: Deputados Gilmar Machado e Márcio Reinaldo Moreira.

3 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **23 de agosto, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 16 de agosto de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 23 de agosto de 2011 (Ordinária)

16ª Reunião Ordinária convocada para 23/08/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h56min e encerrada às 15h02min)

Pautas nºs 15, 16, 17 e 18/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

AVISO

Grupo de Trabalho destinado a avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento.

Coordenadora: Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)

O Presidente informou ao Plenário que esse Grupo de Trabalho foi constituído pelo **Requerimento nº 8/2011-CMO**, da Senadora Gleisi Hoffmann, aprovado na 1ª Reunião Extraordinária da Comissão, em 19/4/2011. Em virtude do término do prazo de 40 dias fixado no requerimento para apresentação das conclusões e propostas de alteração legislativa, DECLAROU EXTINTO o Grupo de Trabalho.

Em virtude da inexistência de presença de Senadores em número inferior ao mínimo fixado no Regimento Comum, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12/7/2011;
. Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12/7/2011; e
. Ata da 14ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 9/8/2011.

Pauta nº 15/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

3 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

4 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Pauta nº 16/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Giroto.

Foram apresentadas 145 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 27, 28, 29, 32, 35, 36, 38, 39 e 40 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Carlos Brandão.

Foram apresentadas 18 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foi apresentada 1 emenda.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

Pauta nº 17/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

2 – Requerimento n° 22/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, com o Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimento acerca dos *royalties do Pré-sal*".

Autores: Deputados Gilmar Machado e Márcio Reinaldo Moreira.

3 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 18/2011

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2011-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 4 e rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual - (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº 112/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007).

Relator: Deputado Marçal Filho.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento.

4 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em atendimento à solicitação do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), observado o disposto *no art. 29, § 2º do Regimento Comum*, por inexistência de presença de Senadores em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia **24 de agosto, quarta-feira**, **às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. E comunicou, que haverá naquele mesmo dia, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da Comissão, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO.

Brasília, 23 de agosto de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 24 de agosto de 2011 (Extraordinária)

6ª Reunião Extraordinária convocada para 24/08/2011, às 15 horas (Iniciada às 15h04min e encerrada às 15h16min)

Pautas nºs 15, 16, 17 e 18/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12/7/2011;
. 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12/7/2011; e
. 14ª Reunião Ordinária, realizada no dia 9/8/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. 166/11-GAB/WF, de 13 de julho, do Deputado Wellington Fagundes (PR/MT), solicitando relatório completo e circunstanciado das emendas individuais de sua autoria, apresentadas ao Orçamento Geral da União, nos anos de 2000 e 2001.
2) OF. Nº 406/2011 – SGM, de 14 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Ivo Cassol (PP/RO), licenciou-se do exercício do mandato de Senador da República, a partir de 11 de julho do corrente.
3) Ofício GP/JF nº 094/2011, de 15 de julho, da Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), solicitando correção, no sistema de acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do parecer à emenda nº 1775.0017, de sua autoria, oferecida ao texto da LDO/2012, para que conste como parcialmente aprovada.
4) Ofício GAB nº. 117/2011, de 3 de agosto, do Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA), solicitando a retirada da Emenda 00017, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 013/2011-CN.
5) Ofício nº 445/2011, de 9 de agosto, do Deputado João Dado (PDT/SP), solicitando esclarecimentos sobre o encerramento da reunião ordinária desta Comissão, realizada em 9 de agosto e o tratamento administrativo que será dado aos parlamentares que estavam presentes no período de 14h45 às 15 horas, daquele dia.
6) Of.Pres.Int. nº 082/2011-CLP, de 16 de agosto, do Deputado Vitor Paulo, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, convidando o Presidente desta Comissão ou seu representante para participar de Audiência Pública, destinada a debater o "Ciclo Orçamentário, Despesa de Pessoal e Investimentos Públicos", que será realizada no dia 24 de agosto, às 14h30min, no plenário 3 da Câmara dos Deputados.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) Of./GDDF/Nº132/11, de 7 de junho, do Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), justificando ausência no período de 11 a 16 de julho.
2) Ofício nº 445/2011, de 2 de agosto, do Gabinete do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 2 de agosto.
3) OF./2011-GABDFHC, de 15 de agosto, do Gabinete do Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO), justificando ausência no período de 16 a 28 de agosto.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:
1) Ofício nº 1.004/2011-BSB-ORÇ, de 9 de agosto, do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), justificando ausência no dia 9 de agosto.

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) Of. Nº 522, de 12 de julho de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG).

- Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):
1) OF. Nº 213/11 – Gab-BSB, de 12 de julho, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), solicitando alteração da GND 4 para GND 3, na Emenda nº 5031.0005, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.
2) Expediente de 25 de agosto de 2011, da Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), solicitando correção do objeto previsto na Emenda Orçamentária Individual nº 1331.0015, de sua autoria.

- Expediente encaminhado pelo Presidente do Congresso Nacional informando abertura do prazo para interposição de recurso a Projeto de Decreto Legislativo:
1) Ofício nº 345-CN, de 25 de julho, ao PDL nº 1/2011-CN.

- Expediente encaminhado pela Quarta Suplente, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, informando o envio de autógrafo de Decreto Legislativo:
1) Ofício nº 419-CN, de 8 de agosto, Decreto Legislativo nº 260/2011.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 374/2011/MP, de 14 de julho, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando Nota Técnica nº 67/SPI/MP, de 26 de maio de 2011, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos daquele Ministério, que versa sobre obras paralisadas e inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União, conforme solicitado no Of. Pres. n. 153/2011/CMO.
2) OF/SEMINFRA/Nº 180/2011, de 15 de julho, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Projetos e Obras Especiais da Prefeitura Municipal de Vila Velha, informando que os projetos, orçamentos, termos de referência e demais documentos que deverão integrar o novo processo licitatório para execução das obras e serviços de Macrodrenagem do Canal do Congo, em Vila Velha - ES, estão sendo alvo de criteriosa análise por parte da equipe de engenharia daquela Prefeitura e, tão logo estejam concluídos, serão submetidos ao crivo da Caixa Econômica Federal.
3) Ofício nº 46/2011-ASPAR/GAB/DPF, de 19 de julho, do Delegado Marcos Leôncio S. Ribeiro, do Departamento de Polícia Federal, solicitando aprovação dos Projetos de Lei nºs 15 e 17/2011-CN, de interesse da Polícia Federal.
4) Ofício nº 0279/2010/SUDENE, de 3 de agosto de 2011, do Superintendente Paulo Sérgio de Noronha Fontana, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhando o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 10/SFRI/SUDENE/MI, de 15/07/2011, e a Resolução do Conselho Deliberativo nº 039/2011, de 27/07/2011, que aprovou, "ad referendum" do CONDEL, o referido relatório.
5) Ofício nº 421/MP, de 10 de agosto de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando Nota Técnica nº 09/SECAD/SOF/MP, de 14 de julho de 2011, da Secretaria de Orçamento Federal daquele Ministério, com informações sobre o Decreto nº 7.445, de 1º/03/2011 – Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho, conforme solicitado no Of. Pres. n. 229/2011-CMO.

- Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1° quadrimestre de 2011 encaminhado em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhado pelo seguinte órgão:
- Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

- **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:**
1) Ofício n° 1.003/2011-SG/DP-TJ, de 01 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
2) Ofício n° 1.005/2011-SG/DP-TJ, de 01 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
3) Ofício n° 1.007/2011-SG/DP-TJ, de 01 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
4) Of. GP/n° 471/2011, de 18 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.
5) Ofício n° 371/2011- Prec., de 18 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
6) OFÍCIO CSJT.GP.SG.ASPO n° 55/2011, de 19 de julho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
7) OF. GABPRES/DIPRE N° 337/2011, de 19 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
8) Ofício nº 1.142/2011 - DP, de 19 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
9) OFÍCIO N° 22.916/DEPRE, de 20 de julho de 2011, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
10) Ofício n° 711/GP, de 26 de julho de 2011, do Superior Tribunal de Justiça.
11) Ofício N. 29.171/SEG, de 17 de agosto de 2011, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
12) OFÍCIO/PR N. 2011020332, de 22 de agosto de 2011, do Consellho da Justiça Federal.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 22 de junho :
1) Aviso n° 859/2011 (Acórdão nº 1.665/2011): Obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada na divisa dos Estados de Goiás (Cristalina-GO) e Minas Gerais (Paracatu-MG).

Avisos Seses de 6 de julho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:
1) Aviso n° 974/2011 (Acórdão nº 1.800/2011): Obra de adequação de Trecho Rodoviário – Divisa MG/SP – Divisa MG/GO – na BR-050 - no Estado de Minas Gerais.
2) Aviso n° 978/2011 (Acórdão nº 1.803/2011): Obras de melhoramentos no Aeroporto de Vitória/ES.
3) Aviso n° 987/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.

Avisos Seses de 20 de julho:
1) Aviso n° 1.049/2011 (Acórdão nº 1.895/2011): Obras de construção de unidades habitacionais em Fortaleza/CE.
2) Aviso n° 1.050/2011 (Acórdão nº 1.883/2011): Obra de construção da Cadeia Pública da cidade de Ceará Mirim/RN.
3) Aviso n° 1.051/2011 (Acórdão nº 1.884/2011): Obras públicas de construção da Cadeia Pública no Município de Macau/RN.
4) Aviso n° 1.052/2011 (Acórdão nº 1.898/2011): Obras públicas de reforma e ampliação do Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS.
5) Aviso n° 1.053/2011 (Acórdão nº 1.885/2011): Reforma do Complexo Penitenciário Francisco D'Oliveira Conde, localizado no Município de Rio Branco, no Estado do Acre.
6) Aviso n° 1.054/2011 (Acórdão nº 1.886/2011): Obra para construção de penitenciária em Porto Velho/RO.
7) Aviso n° 1.059/2011 (Acórdão nº 1.890/2011): Obras e serviços do sistema de esgotamento sanitário do município de Floriano/PI.
8) Aviso n° 1.061/2011 (Acórdão nº 1.882/2011): Obras de construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano.
9) Aviso n° 1.064/2011 (Acórdão nº 1.899/2011): Obras de construção do trecho rodoviário Cantá-Novo Paraíso, na BR 432, no estado de Roraima.
10) Aviso n° 1.066/2011 (Acórdão nº 1.894/2011): Obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória – ES.

Aviso GP/TCU, de 26 de julho:
1) Aviso n° 1.209/2011: Obras de ampliação e adequação do sistema de abastecimento de água no Município de Alto Paraguai, em Mato Grosso.

Avisos Seses de 27 de julho:
1) Aviso n° 1.071/2011 (Acórdão nº 1.938/2011): Obras de restauração da Rodovia BR-393/MG.

2) Aviso n° 1.073/2011 (Acórdão nº 1.941/2011): Obras de melhorias e adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, formado pelas rodovias federais BR-262, BR-381 e BR-040.
3) Aviso n° 1.093/2011 (Acórdão nº 1.949/2011): Obras da primeira etapa da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, entre Campinorte/GO – Água Boa/MT.
4) Aviso n° 1.095/2011 (Acórdão nº 1.922/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO.
5) Aviso n° 1.097/2011 (Acórdão nº 1.923/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO.

Avisos Seses de 3 de agosto:
1) Aviso n° 1.100/2011 (Acórdão nº 2.007/2011): Obras do Complexo Viário do Rio Baquirivu, no Município de Guarulhos/SP.
2) Aviso n° 1.102/2011 (Acórdão nº 2.014/2011): Obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória – ES.
3) Aviso n° 1.123/2011 (Acórdão nº 1.997/2011): Obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do município de Porto Velho-RO.
4) Aviso n° 1.174/2011 (Acórdão nº 2.012/2011): Obras de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na BR-101/AL, trecho Div. PE/AL – Div. AL/SE, segmento km 0,0 – km 248,4.
5) Aviso n° 1.099/2011 (Acórdão nº 2.006/2011): Obras de recuperação da BR-262/ES, trecho relativo à Divisa ES/MG.

Aviso Seses de 3 de agosto, anexado ao Aviso nº 11/2011-CN:
1) Aviso n° 1.112/2011 (Acórdão nº 2.008/2011): Obras de macrodrenagem do Canal do Congo em Vila Velha/ES.

Avisos Seses de 10 de agosto:
1) Aviso n° 1.190/2011 (Acórdão nº 2.097/2011): Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais.
2) Aviso n° 1.194/2011 (Acórdão nº 2.082/2011): Obras do Sistema Produtor Pirapama, no Estado de Pernambuco.
3) Aviso n° 1.195/2011 (Acórdão nº 2.084/2011): Obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros TPS-1 do Aeroporto de Manaus-AM.
4) Aviso n° 1.196/2011 (Acórdão nº 2.086/2011): Obras de adequação de trecho rodoviário na BR-290/RS, entroncamento BR-116 (para Guaíba) – entroncamento BR-471 (Pântano Grande).

Avisos Seses de 17 de agosto:
1) Aviso n° 1.217/2011 (Acórdão nº 2.155/2011): Obras de implantação e pavimentação da BR-230/PA, entre Medicilândia e Rurópolis, no Estado do Pará.
2) Aviso n° 1.220/2011 (Acórdão nº 2.157/2011): Atos de gestão relativos aos V Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM, realizados na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 16 a 24 de julho de 2011.
3) Aviso n° 1.226/2011 (Acórdão nº 2.160/2011): Obras de Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Acre (Ufac).
4) Aviso n° 1.235/2011 (Acórdão nº 2.168/2011): Obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário/entroncamento BR-040/entroncamento BR-116/entroncamento BR-101/Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).
5) Aviso n° 1.236/2011 (Acórdão nº 2.145/2011): Obra de Adequação de Trecho Rodoviário – João Pessoa – Campina Grande – na BR-230 – no Estado da Paraíba.
6) Aviso n° 1.239/2011 (Acórdão nº 2.161/2011): Obras de expansão do Metrô de Porto Alegre/RS, trecho compreendido entre São Leopoldo e Novo Hamburgo.
7) Aviso n° 1.241/2011 (Acórdão nº 2.163/2011): Obra de ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso de Goiás/GO.
8) Aviso n° 1.242/2011 (Acórdão nº 2.162/2011): Obra de reforma da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, no Município de Aparecida de Goiânia-GO.
9) Aviso n° 1.245/2011 (Acórdão nº 2.166/2011): Obras do Programa de Urbanização de Favelas em São Paulo – Heliópolis K.
10) Aviso n° 1.253/2011 (Acórdão nº 2.150/2011): Obras de Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro.
11) Aviso n° 1.254/2011 (Acórdão nº 2.152/2011): Obras de reforma, ampliação do terminal de passageiros, do pátio de aeronaves, do sistema viário e de edificações complementares do Aeroporto Internacional de Brasília – DF.
12) Aviso n° 1.277/2011 (Acórdão nº 2.177/2011): Tomada de Contas ordinária da Comissão Naval Brasileira na Europa relativas ao exercício de 2008.

Aviso GP/TCU, de 17 de agosto:
1) Aviso n° 1.258/2011 (Acórdão nº 5.537/2011): Solicita informações sobre composição, dicionário de dados (tais como: tabelas, campos, domínio, semântica, relacionamento e etc) e o modelo de dados da estrutura da base de dados do sistema que aporta informação da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional e encaminhada ao Poder Executivo.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 13 de julho:
1) Aviso n° 1.029/2011 (Acórdão nº 1.830/2011): Obras da Etapa II do Complexo Sede e Academia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília-DF.
2) Aviso n° 1.035/2011 (Acórdão nº 1.831/2011): Obra de construção da Penitenciária Estadual de Guaíba/RS.
3) Aviso n° 1.039/2011 (Acórdão nº 1.828/2011): Obras Complementares do Contorno Ferroviário em Barretos – SP.
4) Aviso n° 1.041/2011 (Acórdão nº 1.835/2011): Obras de construção de unidades de polietileno e polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.
5) Aviso n° 1.042/2011 (Acórdão nº 1.836/2011): Obras de construção de unidade de etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.
6) Aviso n° 1.043/2011 (Acórdão nº 1.837/2011): Obras de construção de unidades de etilbenzeno e estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.
7) Aviso n° 1.047/2011 (Acórdão nº 1.832/2011): Obra de construção da Segunda etapa da Penitenciária de Senador Guiomard – AC.
8) Aviso n° 1.048/2011 (Acórdão nº 1.833/2011): Obra de construção da Penitenciária de Porto Velho/RO.

Aviso GP/TCU, de 15 de julho:
1) Aviso n° 1.177/2011: Comunicando que foi autuado naquele Tribunal como processo nº TC-019.539/2011-8, e remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo, daquela casa, para adoção das providências pertinentes, expediente relativo as informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas.

Aviso GP/TCU, de 11 de agosto:
1) Aviso n° 1.236/2011: Obras da BR-101/RN – Adequação Natal-Divisa PB/RN.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 6 de julho:
1) Aviso n° 988/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.
2) Aviso n° 1.020/2011 (Acórdão nº 1.808/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Porto Velho/RO.

Aviso Seses de 17 de agosto:
1) Aviso n° 1.243/2011 (Acórdão nº 2.176/2011): Obras de modernização da malha viária do distrito industrial de Manaus/AM.

- Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 25 de julho:
1) Aviso n° 1.201/2011: Obra de Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa SE/BA – Entroncamento BR-324/BA – na BR-101 – no Estado da Bahia; Obras de Abastecimento de Água em Alto Paraguai – MT; e Obras de Drenagem em Plácido de Castro/AC.

- Ofício encaminhado pelo Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo, à CMO:

Ofício TCU/SECEX-AC, de 12 de julho:
1) Ofício nº 609/2011: Serviços de construção de canal de drenagem a céu aberto com urbanização do entorno, no município de Plácido de Castro/AC.

AVISOS

O Presidente informou que foram designados os relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 nos termos estabelecidos no *art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* cujos relatores são os seguintes:

Área Temática I – Infra-Estrutura : Senador Delcídio do Amaral (PT/MS).
Área Temática II – Saúde: Deputado Rui Costa (PT/BA).
Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente: Deputado José Priante (PMDB/PA).
Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte: Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).
Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Deputado Giroto (PR/MS).
Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).
Área Temática VII – Justiça e Defesa: Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).
Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE).
Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES).
Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social : Deputado Efraim Filho (DEM/PB).

O Presidente comunicou que enviará expedientes para autoridades da administração pública com o objetivo de colocar este Órgão Técnico do Congresso Nacional à disposição para que, em reuniões de audiência pública a serem realizadas durante o mês de setembro próximo, sempre às quintas-feiras, no período da manhã ou tarde, sejam apresentadas a esta Comissão proposta orçamentária dos diversos órgãos constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, bem como suas programações contidas no Projeto de Lei de Plano Plurianual 2012-2015, que serão encaminhados pela Presidenta da República a este Parlamento. Em face do exposto, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em contato com o Deputado Rui Costa, manifestou, espontaneamente, interesse em comparecer perante esta Comissão, para expor assunto de relevância de seu Ministério, em reunião de audiência pública, na primeira semana de setembro, conforme disposto no *art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal*.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação do item 2, da Pauta 17/2011.

Pauta nº 17/2011

2 – Apreciação do **Requerimento n° 22/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, com o Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimento acerca dos *royalties do Pré-sal*".
Autores: Deputados Gilmar Machado e Márcio Reinaldo Moreira.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 15/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.
Foram apresentadas 42 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."
Relator: Senador Sérgio Petecão.
Foram apresentadas 5 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

3 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".
Autor: Deputado Efraim Filho.

4 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."
Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Pauta nº 16/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".
Relator: Deputado Giroto.
Foram apresentadas 145 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 27, 28, 29, 32, 35, 36, 38, 39 e 40 e pela rejeição das demais.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Carlos Brandão.

Foram apresentadas 18 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foi apresentada 1 emenda.
Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

Pauta nº 17/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Marçal Filho.
Foram apresentadas 23 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

3 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011".
Relator: Senador Delcídio do Amaral.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011".
Relator: Senador Delcídio do Amaral.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 18/2011

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.

2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2011-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Gonzaga Patriota.
Foram apresentadas 9 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 4 e rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual - (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº 112/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007).
Relator: Deputado Marçal Filho.
Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento.

4 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011".
Relator: Senador Delcídio do Amaral.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Conforme acordado na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **30 de agosto, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 24 de agosto de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 30 de agosto de 2011 (Ordinária)

17ª Reunião Ordinária convocada para 30/08/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h50min e encerrada às 14h58min)

Pauta nº 19/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 15ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16/8/2011;
. 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23/8/2011; e
. 6ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24/8/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- **Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Ofício nº 0117-2011, de 24 de agosto, do Senador Sérgio Petecão (PMN/AC), Líder do PMN, indicando o seu nome.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício GP/CMA/Nº 284, de 12 de agosto, da Presidente da Câmara Municipal de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, informando o recebimento dos documentos SIAFI de 17/6/2011 e 26/7/2011, que comunica a transferência de recursos financeiros destinados aquele Município.

- **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:**
1) Ofício n°1.332/2011-SG/DP-TJ, de 15 de agosto, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:
Aviso Seses de 3 de agosto:
1) Aviso n° 1.106/2011 (Acórdão nº 2.028/2011): Implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social no Município de Manaus/AM.
Avisos Seses de 17 de agosto:
1) Aviso n° 1.223/2011 (Acórdão nº 2.159/2011): Serviços de engenharia, com fornecimento de material e equipamento, visando à implantação de sistema de esgotamento sanitário em Natal/RN.
2) Aviso n° 1.225/2011 (Acórdão nº 2.171/2011): Obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do Município de Aracaju/SE.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 11, 12, 13, 14 e 15 da Pauta 19/2011.

Pauta nº 19/2011

11 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual - (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº 112/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007).
Relator: Deputado Marçal Filho.
Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento.
Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Pedro Chaves como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

12 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011".
Relator: Senador Delcídio do Amaral.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Cyro Miranda como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

13 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011".
Relator: Senador Delcídio do Amaral.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Cyro Miranda como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

14 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011".
Relator: Senador Delcídio do Amaral.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Cyro Miranda como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

15 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 14/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre de 2011".
Relator: Deputado Vaz de Lima.
Voto: pelo arquivamento da matéria.
Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foi apresentada 1 emenda.
Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Carlos Brandão.

Foram apresentadas 18 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

8 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

9 - Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

10 - Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia **31 de agosto, quarta-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias remanescentes da Pauta nº 19/2011.

Brasília, 30 de agosto de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 31 de agosto de 2011 (Extraordinária)

7ª Reunião Extraordinária convocada para 31/08/2011, às 14h30min (Iniciada às 15h02min e encerrada às 15h05min)

Pauta nº 19/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Giroto (PR/MS), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

AVISO

Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal visando à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O Presidente em exercício comunicou ao Plenário que, naquela data, 31 de agosto de 2011, constituiu o **Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**, conforme solicitado através do **Requerimento nº 14/2011-CMO**, do Deputado Wellington Roberto, aprovado na 13ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 12/7/2011. Esclareceu, que o prazo de 180 dias para apresentação das conclusões do trabalho do GT, expira-se em 27.02.2012. A seguir, informou os parlamentares que o compõem:

Coordenador: Deputado Wellington Roberto (PR/PB)

Partido	UF	Câmara dos Deputados
PT	PR	Deputado Andre Vargas
PSDB	MA	Deputado Carlos Brandão
PP	BA	Deputado Roberto Britto
DEM	BA	Deputado Claudio Cajado
PR	PB	Deputado Wellington Roberto
PDT	MG	Deputado Ademir Camilo
PTB	RO	Deputado Nilton Capixaba
PCdoB	PE	Deputada Luciana Santos

Partido	UF	Senado Federal
PMDB	PB	Senador Vital do Rêgo
PSB	BA	Senadora Lídice da Mata

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal e por falta de acordo para votação das matérias remanescentes da Pauta nº 19/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 19/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foi apresentada 1 emenda.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00

(dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Carlos Brandão.

Foram apresentadas 18 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

8 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

9 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

10 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

A seguir, estão listadas as demais matérias que completam a Pauta nº 19/2011 e que já foram apreciadas anteriormente:

11 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual - (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº 112/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007).

Relator: Deputado Marçal Filho.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento.

- Aprovado por unanimidade, na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/08/2011.

12 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

- Aprovado por unanimidade, na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/08/2011.

13 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

- Aprovado por unanimidade, na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/08/2011.

14 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

- Aprovado por unanimidade, na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/08/2011.

15 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 14/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre de 2011".

Relator: Deputado Vaz de Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

- Aprovado por unanimidade, na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/08/2011.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, e por falta de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, para votação das matérias remanescentes da Pauta nº 19/2011, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **13 de setembro, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 31 de agosto de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 31/08/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	4	2	3	9
CAS	-	7	1	8
CCJ	5	1	-	6
CE	4	4	-	8
CMA	2	-	4	6
CDH	-	9	3	12
CRE	4	4	-	8
CI	-	8	3	11
CDR	-	4	1	5
CRA	-	5	4	9
CCT	-	5	4	9
CMMC	-	2	-	2
TOTAL GERAL	19	51	23	93

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	1	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	1	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	-	-	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	1	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	5	7	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, “Crack” e outras	3	3	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	-	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	1	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 –	-	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	-	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável – CMARIO	1	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças	3	-	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	4	-	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	22	10	-

Proposições Apreciadas
01 a 31/08/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	2	1	14	-	-	1	-	-	-
CAS	-	-	-	3	1	14	10	-	-	-	-	-	-
CCJ	-	-	-	1	2	6	-	-	1	-	-	4	1
CE	-	-	-	10	1	6	4	-	-	2	-	-	-
CMA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	1	-	7	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	1	-	3	-	6	-	-	8	3
CI	-	-	-	2	-	-	3	-	-	-	-	7	-
CDR	-	-	-	-	1	4	4	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	1	-	-	23	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	16	10	31	47	23	7	3	-	19	4

Proposições Apreciadas
01 a 31/08/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	33
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	38
CCJ	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	9	-	-	30
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	28
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	20
CDH	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	26	-	-	38
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	25
CI	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	23
CDR	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	17
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	21
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	35
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
SUBTOTAL	4	3	-	2	6	-	-	2	-	-	132	-	-	309

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem “SF”
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição “SF”
PAR – Parecer Comissão
REQ e ADIT (COMISSÃO) - Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 31/08/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	24	7	10	41
CAS	-	27	2	29
CCJ	24	16	3	43
CE	19	23	1	43
CMA	11	5	17	33
CDH	-	54	5	59
CRE	20	17	2	39
CI	2	28	9	39
CDR	4	17	2	23
CRA	-	23	9	32
CCT	-	25	9	34
CMMC	-	2	-	2
TOTAL GERAL	104	244	69	417

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	6	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	4	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde –	5	7	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	13	13	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, “Crack” e	16	14	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10	1	1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	3	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	12	6	-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo	3	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável –	6	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	5	7	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre	13	2	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	10	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	2	8	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	1	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	128	90	1

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/08/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	7	21	33	-	-	2	-	20	-
CAS	-	2	-	7	6	39	23	-	-	-	-	2	-
CCJ	14	2	-	7	21	20	5	-	1	2	-	8	2
CE	-	-	-	30	8	16	15	-	-	2	-	1	-
CMA	-	-	-	7	2	4	3	-	-	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	8	3	20	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	1	4	1	16	-	29	-	-	37	16
CI	-	-	-	2	1	-	6	-	-	-	-	12	-
CDR	-	-	-	-	2	4	8	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	1	4	9	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	2	1	1	124	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	14	4	-	56	62	113	139	124	30	6	1	80	18

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/08/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-	148
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	-	122
CCJ	24	-	-	-	8	-	-	-	-	2	73	-	-	189
CE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	126
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	76	-	-	95
CDH	1	1	-	4	-	-	-	2	-	-	123	-	-	163
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	1	142
CI	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	-	-	74
CDR	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-	43
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	66
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-	171
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
SUBTOTAL	34	9	1	4	8	-	-	2	-	2	632	-	1	1340

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 31/08/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo).

ITEM Nº 02
AVISO Nº 3 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco - PR.

E

AVISO Nº 158 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal o cancelamento de operação de crédito irregular do Município de Pato Branco - PR.
Autoria dos Avisos: Ministro de Estado da Fazenda
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos nºs 3 e 158 de 2011, com remessa desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, à Prefeitura Municipal de Pato Branco, ao Poder Legislativo local, ao Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos nºs 3 e 158 de 2011, com remessa desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, à Prefeitura Municipal de Pato Branco, ao Poder Legislativo local, ao Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493 DE 2008
TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para tornar obrigatória a comunicação ao contribuinte da retenção da declaração de imposto de renda para verificação por critérios ou parâmetros de revisão em massa e facultar a sua retificação.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 53 DE 2011-CAE

Requer, nos termos dos art. 93, inciso II, e 397, inciso II, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 50, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Exmo. Sr. Fernando Damata Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para debater as diretrizes da Nova Política Industrial e o Sistema de Defesa Comercial do Brasil.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Luiz Henrique
Resultado: Aprovado.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90 DE 2010-Complementar
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.
Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e integralmente a Emenda nº 7, de autoria do Senador Francisco Dornelles, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, oferecendo, ainda, as Emendas nºs 5 e 6.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para as transições governamentais dos poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências.
Autoria: Deputado Aelton Freitas
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece normas para a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias.
Autoria: Senador Leomar Quintanilha
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477 DE 2008-Complementar
NÃO TERMINATIVO

Vincula recursos para a Seguridade Social.
Autoria: Senador Mão Santa
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 49 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES; e Abílio Diniz, Presidente do Conselho do grupo Pão de Açúcar, para que prestem esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour e sobre a participação do BNDES no negócio.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Resultado: A Comissão aprova a retirada definitiva do Requerimento, a pedido do Autor.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 54 DE 2011-CAE

Requer, nos termos dos arts. 93, inciso II, e 397,§ 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para discutir o conjunto de medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país - reunidas no “Plano Brasil Maior” - com a presença das seguintes autoridades: ministro da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega; ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Exmo. Sr. Fernando Pimentel; ministro da Ciência e Tecnologia, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante; presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Sr. Luciano Coutinho; presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Robson Braga de Andrade; presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva; presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Sr. Wagner Gomes; presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira; presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sr. Artur Henrique da Silva; presidente da Nova Central Sindical de

Trabalhadores – NCST, Sr. José Calixto Ramos; e presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Sr. Ricardo Patah.
Iniciativa: Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 55 DE 2011-CAE

Requer, nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o "Pacto Nacional da Indústria Química", que consiste em um conjunto de propostas no sentido de viabilizar os investimentos necessários à indústria química, até 2020, para acompanhar a demanda prevista do consumo brasileiro, aproveitando as oportunidades do pré-sal e a emergência da química de renováveis, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Fernando Figueiredo, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim; Professor João Furtado, do Departamento de Engenharia da Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; Doutor José Osvaldo Bezerra Carioca, professor titular da Universidade Federal do Ceará – UFC, Membro da Academia Cearense de Química e Presidente do Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente - Cenea; e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos.
Iniciativa: Senador Inácio Arruda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 56 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil, para debater a Crise Econômica Internacional e as repercussões na economia brasileira.
Iniciativa: Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 57 DE 2011-CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no dia 23 de agosto, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, na condição de convidado, a fim de discorrer sobre o cenário econômico, em razão da crise na economia mundial.
Iniciativa: Senador Romero Jucá
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 58 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representantes dos Estados, Municípios e da União, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira.
Iniciativa: Senador Humberto Costa e outros Srs. Senadores
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 59 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como sua conseqüente publicidade do junto aos agentes do mercado.
Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento nº 59/2011, de informação.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 60 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 90, inciso V, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, convidado a participar de audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, integrante do Ciclo de Audiências Públicas para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira.
Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399 DE 2009-Complementar
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01 (Substitutivo), de autoria do Senador Lindbergh Farias.
Resultado: Iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que recebe parecer favorável do Relator "Ad Hoc", Senador Francisco Dornelles. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 45 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Suspende, por doze meses, o pagamento dos serviços da dívida do Estado de Alagoas junto à União.
Autoria: Senador João Tenório
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria Ad Hoc: Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Tenório.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto e à Emenda nº 1.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui a Agência Nacional de Finanças e Investimentos - ANFIN, disciplina o regime do sistema financeiro e bancário e dá outras providências.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176 DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.
Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto

com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 47 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Mansueto Almeida Junior, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea; e Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para explicar, em audiência pública, a realização de operações financeiras envolvendo o estabelecimento de crédito oficial, bem como de suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR.
Iniciativa: Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, nº 56, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, e nº 57, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Romero Jucá, com a finalidade de debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira e discutir a conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país, reunidas no "Plano Brasil Maior".

PARTICIPANTE

- Guido Mantega – Ministro de Estado da Fazenda

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores; nº 60, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral; nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; e nº 47, de 2011-CI, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, com a finalidade de "debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira".

PARTICIPANTE

- **Edison Lobão** – Ministro de Estado de Minas e Energia

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 32, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e nº 48, de 2011-CI, de iniciativa da Senador Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira" e conhecer e discutir a política de investimentos da Petrobrás.

PARTICIPANTE

- José Sergio Gabrielli - Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.
Autoria: Senadora Marinor Brito
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: Após ter sido designado Relator Ad Hoc, o Senador Francisco Dornelles apresenta relatório contrário ao Projeto. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373 DE 2007 - Complementar
NÃO TERMINATIVO

Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154 DE 2010 - Complementar
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências".
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para estimular a livre concorrência no serviço de praticagem.
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 61 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater o Plano Decenal de Energia 2011-2020, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas - Abraget; Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia - Abiape; Sr. Mauricio Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE; Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME; Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; e Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 62 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para participar do Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, os seguintes senhores: Exmo. Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe; Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmo. Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Exmo. Sr. Wellington Dias, Senador da República pelo Estado do Piauí; Exmo. Sr. Vital do Rêgo, Senador da República pelo Estado da Paraíba; Exmo. Sr. Alceu Moreira, Deputado Federal; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas; e Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás.
Iniciativa: Senador José Pimentel e outros Senadores
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 63 DE 2011-CAE

Requer a participação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR no Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, em aditamento ao Requerimento nº 58 de 2011-CAE.
Iniciativa: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 64 DE 2011-CAE

Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), dentre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE, e a atualização dos nomes das autoridades citadas no referido Requerimento para que constem: Exmo. Sr. José Leônidas de Menezas, Ministro da Secretaria de Portos (SEP); Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, representando os trabalhadores portuários; Sr. Sérgio Paulo Perrucci de Aquino, Presidente do Conselho de Autoridade Portuário de Santos, representando os Conselhos de Autoridade Portuária; e Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; nº 53, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Luiz Henrique; nº 54, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy; e nº 56, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles; com a finalidade de "obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para revisão da política de desenvolvimento produtivo (PDP), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)"; de "debater as diretrizes da nova política industrial e o sistema de defesa comercial do Brasil"; de discutir o "conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país, reunidas no "Plano Brasil Maior", bem como de "debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira".

PARTICIPANTE

- Fernando Pimentel - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

41ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 62, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, nº 63, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e nº 46A, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, e nº 21, de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira".

PARTICIPANTES

- Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro;
- Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo;
- Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; e
- Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco.

TOTAL DE REUNIÕES: 09
Ordinária - Deliberativa: 02
Ordinária – Audiência Pública: 02
Extraordinária – Deliberativa: 02
Conjunta - Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 33
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 14
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 01
Avisos (SF): 02
Requerimento – CAE: 13

Obs.: o Requerimento nº 49, de 2011-CAE foi retirado pelo autor.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL – CAESTN (CAE)

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência pública com a finalidade de debater o tema sistema tributário brasileiro: transparência e problemas fiscais contemporâneos.

- Everardo Maciel - consultor tributário.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL - CAEAPF – (CAE)

Presidente: Senador Francisco Dornelles
Vice-Presidente: Senador Cyro Miranda

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência com o objetivo de debater e analisar os seguintes relatórios correspondentes ao período de janeiro a junho de 2011:
- "Relatório sobre Balanços de Pagamentos" e "Relatório sobre a Política Fiscal – Resultados Fiscais";
- "Balança Comercial Brasileira";
- "Análise de Arrecadação"; e
- "Resultado do Tesouro Nacional."

PARTICIPANTES

- Fernando Alberto Sampaio Rocha – Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil ("Relatório sobre Balanços de Pagamentos" e "Relatório sobre a Política Fiscal – Resultados Fiscais");
- Felipe Hees – Diretor de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ("Balança Comercial Brasileira");
- Raimundo Eloi de Carvalho – Coordenador da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal do Brasil ("Análise de Arrecadação"); e
- Cleber Ubiratan de Oliveira – Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional ("Resultado do Tesouro Nacional").

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2010

TERMINATIVO

Regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade.
Autoria: Senador Geovani Borges
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010
TERMINATIVO

Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção.
Autoria: Senador Gerson Camata
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 324, de 2010, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao art. 6º-A e altera o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências e modifica o art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para assegurar o pagamento do seguro-desemprego aos empregados domésticos nos termos em que especifica.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Nacional de Habitação (ANH).
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir a inclusão de custos com móveis e projeto de decoração nas operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e

Emergência.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado o PLS nº 275, de 2009, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação sobre a constitucionalidade da matéria. O referido Projeto retornará à Comissão de Assuntos Sociais para dar prosseguimento à sua tramitação.
Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o arts. 93, II, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com o objetivo de debater ações que viabilizem o combate a Doença Falciforme no Brasil, sendo os convidados indicados posteriormente pelos Senhores Senadores perante a Secretaria dessa Comissão.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010
TERMINATIVO

Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção.
Autoria: Senador Gerson Camata
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 324, de 2010, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que `institui o Código de Trânsito Brasileiro’, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que ‘dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e

defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal', para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Durval
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto.

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 16 de 2011-CAS, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos 2 (dois) anos, nos termos do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

PARTICIPANTE

- Carlos Roberto Lupi - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 29 de 2011–CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009, que "altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos", de autoria do deputado Felipe Bornier, e o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010, que "dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981", de autoria do deputado Carlos Sampaio.

PARTICIPANTES

- Fernanda Magano **-** Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – Fenapsi;
- Monalisa Barros **-** Diretora Tesoureira do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Representante do Sr. Humberto Cota Verona, Presidente do CFP;
- Rogério Giannini **-** Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – SinPsi;
- Bianca Arruda Queiroga **-** Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFa; e
- Carla Monteiro Girodo **-** Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFa.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de

empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 535, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2010
TERMINATIVO

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem, respectivamente, sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a qualidade de segurado após quinze anos de contribuições para fins de concessão de pensão por morte.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que as bulas de medicamentos sejam de fácil leitura e compreensão.
Autoria: Senador Paulo Duque
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2010
TERMINATIVO

Acrescenta art. 71-B à nº Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de prematuros extremos.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta o § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a vedação de alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o

benefício do salário-família.
Autoria: Senadora Lídice Da Mata
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no parágrafo 1º do artigo 9º da Constituição Federal, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 83, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do PLS nº 84, de 2007.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao PLS nº 83, de 2007, na forma da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo); e pela rejeição do PLS nº 84, de 2007.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2007

Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37º da Constituição Federal, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senadora Ana Amélia

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável, na forma da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr Alexandre Padilha, Ministro da Saúde; Sr. Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sr. Ricardo Jorge Murad, Secretário de Saúde do Maranhão; Sr. Waldison Dias de Souza, Secretário de Saúde da Paraíba; Sr. Walmir Moreira Serra, Presidente da Cruz Vermelha Nacional.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano, destinada a apresentar às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores o Relatório de Atividades daquela Agência referente ao ano de 2010, e também a estrutura física e de servidores do órgão.
Autoria: Senador Humberto Costa
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CAS

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de abordar questões relacionadas à Saúde Suplementar no Brasil. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Maurício Ceschin – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, José Luiz Gomes do Amaral - Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB, Eudes de Freitas Aquino - Diretor Executivo da Unimed do Brasil - UNIMED, Cid Célio Jayme Carvalhaes - Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM, Denise Rodrigues Eloi de Brito - Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS, Vinícius Marques de Carvalho - Secretário de Direito Econômico, Roberto Luiz D'Avila – Presidente do Conselho Federal de Medicina - CFM.
Autoria: Senador Paulo Davim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CAS

Em aditamento ao requerimento 34/2011 CAS solicito que a audiência pública para debater ações que viabilizem o combate à doença falciforme no Brasil seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CAS

Em aditamento ao requerimento 21/2011 CAS solicito que a audiência pública para debater sobre a situação dos portadores de xeroderma pigmentoso e a necessidade de atendimento integral por meio do Sistema Único de Saúde seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2011-CAS, ao Requerimento nº 38, de 2011-CAS, ao Requerimento nº 109, de 2011-CDH, de autoria da Senadora Lídice da Mata, Senador Paulo Paim e Senador Radolfe Rodrigues, com o objetivo de debater o "Combate à Doença Falciforme no Brasil".

PARTICIPANTES

- Joice Aragão de Jesus - Responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com doença falciforme, representante do Senhor Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde;
- Anhamona Silva de Brito - Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, representante da Senhora Luiza Barros - Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

- Zezé Motta - Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro-CIDAN;
- Marcelo dos Santos Monteiro - Presidente Nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras - CETRAB
- Altair Lira - Coordenador Geral da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes – FENAFAL; e
- Roberto Schlindwein - Diretor Geral da Fundação HEMOBA - Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia, representante de JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA, Secretário de Saúde da Bahia.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2011–CAS, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, que "dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas"
Autoria: Senador Gerson Camata
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

PARTICIPANTES

- Marcio Milan - Vice-Presidente de Relações Políticas e Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, representante de ANTONIO JOSÉ DOMINGUES DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Wanderley Coelho Batista - Analista de Políticas e Indústria da CNI, representante de ROBSON BRAGA DE ANDRADE, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Humberto Barbato - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE;
- Zilda Maria Faria Veloso - Gerente de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, e representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Carlos Zaim - Diretor da Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais – ABBAI; e
- Delile Guerra de Macedo Junior - Assessor de Relações Institucionais do Sindipeças, representante de PAULO BUTORI, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para veículos Automotores – SINDPEÇAS.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2011
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009.
Autoria: Deputado Laerte Bessa
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2010
TERMINATIVO

Altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência.
Autoria: Senador José Bezerra
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2010, e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Relator do Vencido: Senador Humberto Costa
Relatório Vencedor: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2010. Vencido o relator, o Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, designa o Senador Humberto Costa relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.
Autoria: Deputado Felipe Bornier
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981.
Autoria: Deputado Carlos Sampaio
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2010
TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o pagamento do auxílio-acidente aos beneficiários que sofram redução da capacidade para o trabalho, independentemente da reversibilidade das lesões incapacitantes.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2010.

ITEM Nº 08

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria "Ad hoc": Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2011.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).
Autoria: Deputado Arolde De Oliveira
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do disposto no art. 73, combinado com o art. 76, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, pelo prazo de 70 (setenta) dias.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso", tendo como convidados:

a) Sra. Tânia Garib, Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul:
b) Sr. Ramais de Castro Silveira, Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
c) Sra. Karla Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI);
d) Sra. Ana Paula da Silva, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
e) Sra. Luíza Fernandes Machado Maia, do Ministério da Saúde (MS);
f) Sra. Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Autoria: Senadora Marta Suplicy e Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a Resolução do Conselho Federal de Medicina de nº 1974 de 2011, que dispõe sobre critérios norteadores da propaganda em Medicina.
Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência:
- Sr. Roberto Luiz D'Avila – Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- Sr. Paulo de Argollo Mendes – Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers);
- Sr. Gilberto C. Leifert – Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR);
- Sr. Diaulas Costa Ribeiro - Promotor de Justiça do MPDFT, especialista na área da saúde".

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Extraordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 38
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 03
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 1
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 14
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 10
Requerimento - CAS: 10

Obs.: Turno Suplementar ao PLS Nº 324, de 2010, e ao PLS nº 535, de 2009.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7 de 2011 – CASSAUDE, de autoria do Senador Humberto Costa, dedicada a comemorar os 10 anos da Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental".

PARTICIPANTES

- Sílvia Maria Soares Ferreira - Representante do Movimento RENILA – Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial;
- Iracema Polidoro - Representante do Movimento da Luta Antimanicomial – MLA
- Paulo Delgado - Autor do Projeto de Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.2165/2001);
- Domingos Sávio - Médico e Primeiro-Secretário do Instituto Franco Basaglia; e
- Roberto Tykanori Kinoshita - Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde – MS.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 01, de 2011–CASEMP e ao Requerimento nº 91, de 2011–CDH, ambos de iniciativa do Senador Paulo Paim,"para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento".

PARTICIPANTES

- Tadeu Moraes de Sousa - 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, representando o Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical
- Lourenço Ferreira do Prado - Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;
- Hamilton Dias de Moura - Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST - representando o Presidente da NCST, José Calixto Ramos;
- Antônio Lisboa Amâncio do Vale - Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, representando o Presidente da CUT, Artur Henrique da Silva;
- Luiz Gonzaga de Negreiro - Membro da Executiva Nacional e do Sindireta-DF, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e
- Álvaro Sólon de França - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011–CASEMP

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP para debater com o setor empresarial a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 04, de 2011–CASEMP, de iniciativa do Senador Paulo Paim,"para debater a "A defesa do emprego no contexto da crise mundial".

PARTICIPANTES

- José Carlos de Assis - Economista, Professor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
- Tadeu Morais de Sousa - 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes/SP, Representante da Força Sindical;
- João Batista da Rocha Lemos - Vice-Presidente da Federação Sindical Mundial – FSM e Secretário de Relações Internacionais Adjunto da CTB, Representante do Senhor Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- Ubiraci Dantas de Oliveira - Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB
- Claudir Antonio Nespolo - Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores - CUT do Estado do Rio Grande do Sul;
- Hamilton Dias de Moura - Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;
- Valdir Vicente Secretário Nacional de Políticas Públicas da UGT e Secretário Geral da Coordenadora das 2 Centrais Sindicais do Cone Sul, Representante do Senhor RICARDO PATAH, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT e
- Lourenço Ferreira do Prado - Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011–CASEMP

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Autonomia da Defensoria Pública Federal. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011–CASEMP

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da regulamentação do aviso prévio proporcional. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011–CASEMP

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para ouvir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante-Geral do Mercosul, no ciclo de debates para tratar da Integração da América do Sul. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011–CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar da Regulamentação do Aviso Prévio Proporcional.

PARTICIPANTES

- Germano Silveira de Siqueira - Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Representante do Juiz do Trabalho e Presidente da ANAMATRA, Senhor Renato Henry Sant´Anna;
- Paulo Vinícius Silva - Secretário Nacional de Políticas para Juventude Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Representante do Presidente da CTB, Senhor Wagner Gomes;
- Moacyr Roberto Tesch Auersvald - Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Representante do Presidente da NCST, Senhor José Calixto Ramos;
- Lourenço Ferreira do Prado - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;
- Roberto de Figueiredo Caldas - Secretário da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Representante do Presidente da OAB, Senhor Ophir Cavalcante Junior;
- José Ricardo da Costa Aguiar Alves - Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, Representante do Presidente da CNF, Senhor Fabio Colletti Barbosa;
- Patrícia Coimbra Duque - Consultora Adjunta da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Representante do Presidente da CNC, Antonio José Domingues de Oliveira Santos;
- Sylvia Lorena Teixeira de Sousa - Gerente de Consultoria da Diretoria Jurídica da Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Representante do Presidente da CNI, Senhor Robson Braga de Andrade; e
- Cristiano Zaranza - Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA .

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 11 DE 2011–CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1, de 2011–CASEMP; nº 7, de 2011-CASEMP e nº 101, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento.
Tema: Debate com o Setor Empresarial sobre a Redução da Jornada de Trabalho e dos Encargos na Folha de Pagamento.

PARTICIPANTES

- Emerson Casali Almeida - Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Gustavo Leal Sales Filhos - Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Cristiano Zaranza - Chefe de Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- José Ricardo da Costa Aguiar Alves - Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF;
- Laércio José de Oliveira - Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e
- Cassius Marcellus Zomignani - Diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – DESIN/FIESP.

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o tema: Autonomia da Defensoria Pública Federal

PARTICIPANTES

- Afonso Carlos Roberto do Prado - Subdefensor Público-Geral Federal;
- Marcelo Vieira de Campos - Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça – MJ;
- Gabriel Faria Oliveira - Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF;
- André Luís Machado de Castro - Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP;
- Eunice Corrêa Barros - Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União – SINDSERDP; e
- Haman Tabosa de Moraes e Córdova - Defensor Público Federal.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011–CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a integração sul-americana no contexto da crise mundial: a perspectiva empresarial. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011–CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a inclusão do carvão nas matrizes energéticas e situação dos trabalhadores em decorrência do leilão A menos cinco. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Audiência Pública: 05

MATÉRIAS APRECIADAS: 07
Requerimento – CASEMP: 07

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CASDEP

"Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack e outras drogas, com Dr. Gerardo Mesquita - Professor Doutor em Medicina; Chefe da Residência em Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Piauí; Coordenador Estadual do Samu do Piauí; Pesquisador da Fiocruz; e Delegado Brasileiro da OMS no Fórum Global de Trauma."
Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias.
Resultado: Aprovado.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2011 – CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Wellington Dias, com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack, álcool e outras drogas.

PARTICIPANTE

- Gerardo Mesquita **-** Professor Doutor em Medicina; Chefe da Residência em Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Piauí; Coordenador Estadual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) do Piauí; Pesquisador da Fiocruz; e Delegado Brasileiro da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Fórum Global de Trauma

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 7, de 2011-CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia e **do** Senador Wellington Dias**,** e nº 11, de 2011-CASDEP, **de autoria da** Senador**a Ana Amélia, com o objetivo de deb**ater ações preventivas de combate ao "crack", álcool e outras drogas.

PARTICIPANTES

- Ledir da Silva Porto - Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha – ES;
- Luiz Vicente da Cunha Pires - Prefeito de Cachoeirinha – RS; e
- Mano Changes - Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011–CASDEP

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno, a realização de diligência ao Estado do Espírito Santo, por esta Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, para verificar in loco as atividades de Comunidades Terapêuticas, no próximo dia 02 de setembro".
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011–CASDEP

"Requeiro a ida de membros desta Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, aos países Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas. Esta Subcomissão Temporária deverá visitar, in loco, instituições que alcançaram êxito no enfretamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada."
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 03
Requerimento - CASDEP: 03

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 103 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea "e"; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) contrário.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 65 DE 2011-CCJ

Em aditamento ao Requerimento n° 61, de 2011-CCJ, que solicitou o comparecimento de autoridades, nesta Comissão, "*para prestarem esclarecimentos acerca da matéria publicada pela revista Veja intitulada "Madraçal no Planalto"*", requeiro sejam também convidados: o Professor Roberto Romano, da Unicamp – SP; o Professor Renato Janine, da Universidade de São Paulo – USP; o Professor Doutor João Luiz Martins, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e Presidente da ANDIFES; o Professor Paulo Sérgio Pinheiro, da Universidade de São Paulo – USP; a Professora Ana Frazão de Azevedo Lopes, Diretora da Faculdade de Direito da UnB; a Professora Carmenísia Jacobina Aires, Diretora da Faculdade de Educação da UnB; o Professor Davi Renault da Silva, Diretor da Faculdade de Comunicação da UnB; o Professor José Manoel Morales Sanches, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB; e, o Professor Cícero Lopes da Silva, Diretor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB."
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Resultado: Aprovado.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 101 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Renan Calheiros
Relatório: Votação secreta
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 102 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Votação secreta
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 2, 3 E 5 OFERECIDAS À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.
Autoria da Proposta: Senador José Sarney e outros
Autoria da Emenda nº 2-PLEN: Senador Pedro Simon e outros
Autoria da Emenda nº 3-PLEN: Senador Walter Pinheiro e outros
Autoria da Emenda nº 5-PLEN: Senador Antonio Carlos Valadares e outros
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Favorável às Emendas nºs 2, 3 e 5 de Plenário, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 2, 3 e 5 de Plenário, nos termos da Subemenda nº1-CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 5, 6 E 7 OFERECIDAS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Concede anistia a bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro, punidos por participar de movimentos reivindicatórios.
Autoria do Projeto: Senador Lindbergh Farias
Autoria da Emenda nº 5-PLEN: Senador Lindbergh Farias e outros
Autoria da Emenda nº 6-PLEN: Senador Renan Calheiros
Autoria da Emenda nº 7-PLEN: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria ad hoc: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pelo acolhimento das Emendas nº 5 a 7-PLEN, nos termos da subemenda que apresenta, bem como pela apresentação de emenda de redação.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nº 5 a 7-PLEN, nos termos da Subemenda nº1-CCJ, com a Emenda nº8-CCJ, de redação.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 66 DE 2011-CCJ

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2011."
Autoria: Senador José Agripino.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 67 DE 2011-CCJ

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2011."

Autoria: Senador Alvaro Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 68 DE 2011-CCJ

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para as Emendas de Plenário nºs 5, a 7 oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2011".
Autoria: Senador Lindbergh Farias.
Resultado: Aprovado.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188 DE 2010
TERMINATIVO

Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa).
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 108 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Votação secreta
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General-de-Exército LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli, com 9 (nove) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. Aprovado o Requerimento nº 70, de 2011-CCJ, de dispensa de interstício para imediata inclusão da Mensagem (SF) nº 108, de 2011 na Ordem do Dia.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276 DE 2011
TERMINATIVO

Altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 69 DE 2011-CCJ

"Requeiro nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja realizada audiência pública, com o objetivo de instruir a tramitação da PEC 53/2007, que 'extingue o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a propriedade desses bens'. Secretária do Patrimônio da União - Sra. PAULA MOTTA LARA; Procurador chefe da República do Estado do Pará - Sr. UBIRATAN CAZETTA; Representante da Associação Nacional dos Servidores do Patrimônio da União – Sr. RAIMUNDO ARAÚJO DE SOUZA JÚNIOR; Representante Associação dos Moradores do

Terreno de Marinha do Estado do Pará – Sr. ÉDSON MAURO FREITAS DAS DORES; Advogado, mestre em Direito Agrário, defensor público aposentado do Estado do Pará – Sr. CÂNDIDO PARAGUASSU DE LEMOS ELLERES."
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 70 DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício para imediata inclusão da Mensagem (SF) nº 108, de 2011 na Ordem do Dia."
Autoria: Senador José Pimentel.
Resultado: Aprovado.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267 DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29 DE 2011
TERMINATIVO

Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 267, de 2011, com duas Emendas que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 29, de 2011, em face de sua incorporação em emenda aditiva ao PLS nº 267, de 2011.
Resultado: Aprovado o PLS nº 267, de 2011. Rejeitadas as Emendas de Relator e a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 29, de 2011.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268 DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências.
Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373 DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela rejeição do PLS nº 268, de 2011 e prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008.
Relator do Vencido: Senador Renan Calheiros.
Relatório do Vencido: Pelo arquivamento do PLS nº 268, de 2011 e pela prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008.
Resultado: Rejeitados o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Voto em Separado do Senador José Pimentel. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Renan Calheiros. Aprovado Parecer

pelo arquivamento do PLS nº 268, de 2011. Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93 DE 2011
TERMINATIVO

Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 93, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 93, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº593 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.
Autoria: Senadora Níura Demarchi
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 71, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 71 DE 2011-CCJ

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010."
Autoria: Senador Armando Monteiro.
Resultado: Aprovado.

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1018 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, Voto de Aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal ELLEN GRACIE NORTHFLEET pelos seus relevantes serviços prestados à Justiça do País.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Requerimento.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011-CCJ

"Requeiro nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 13 de setembro de 2011, com a finalidade de ouvir juristas acerca das inovações trazidas no projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30 DE 2011) e sua repercussão e adequação ao sistema de proteção ambiental erigido na Constituição Federal."
Autoria: Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos regimentais, audiência conjunta desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA); a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no próximo dia 13 de setembro de 2011, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), em curso no Senado Federal, com os seguintes juristas: José Antonio Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Paulo Affonso Leme Machado; Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Nelson Jobim, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal; Paulo Roberto Pereira de Souza, Professor da Universidade Estadual de Maringá; Célio Borges, Jurista."
Autoria: Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Alvaro Dias.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 05
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 30
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 06
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 01
Mensagem: 04
Requerimento (SF): 01
Emendas de Plenário (não terminativo): 06
Requerimento – CCJ: 09

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286 DE 2009
TERMINATIVO

Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235 DE 2010
TERMINATIVO

Modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para incluir os cursos de formação de profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciencia e Tecnologia.
Autoria: Senadora Fátima Cleide
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável, com a emenda 01-CCT.
Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CCT/CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre educação integral ou parcial para as crianças de até seis anos de idade).
Autoria: Deputado Ivan Valente
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela rejeição.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195 DE 2009
TERMINATIVO

Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Deputado Maurício Rands
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.
Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 269 DE 2009
TERMINATIVO

Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.
Autoria: Deputada Luciana Costa
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128 DE 2010
TERMINATIVO

Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145 DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí.
Autoria: Deputado Átila Lira
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79 DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia José Dácio Leite o trecho da BR-230 entre a cidade de Lavras da Mangabeira e o entroncamento com a BR-116, no Estado do Ceará.
Autoria: Deputada Gorete Pereira
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176 DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.
Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 256 DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.
Autoria: Deputada Rose De Freitas
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Favorável, acatando as duas emendas oferecidas pela Senadora Ana Rita.
Resultado: Aprovado, acatando as Emendas nºs 01-CE e 02-CE de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110 DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.
Autoria: Deputado José Chaves
Relatoria: Senador Garibaldi Alves
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201 DE 2011
TERMINATIVO

Denomina "Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto" o trecho ferroviário compreendido entre os municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia (BA), e Figueirópolis, no Estado do Tocantins (TO).
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata, João Durval, Vicentinho Alves, Kátia Abreu e João Ribeiro
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 18 de 2011-CE, de autoria do Senador Wellington Dias, com a finalidade de debater o tema: "A Interface entre a Educação Brasileira e as Inovações Tecnológicas".

PARTICIPANTES

- Jesualdo Pereira Farias - Representante da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal do Ceará – UFC
- Ruy Rocha Loures - Diretor Comercial do Grupo Positivo; e
- Victor Hugo Gomes Odorcyk - Superintendente da Área de Universidades – FINEP - Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para regulamentar o ingresso de estagiários na Administração Pública Direta, autárquica e fundacional.
Autoria: Senadora Marinor Brito
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Denomina "Senador Abdias do Nascimento" a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 48 DE 2011–CE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o tema EaD e o âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no País. Para a audiência, sugerimos que sejam convidados cinco especialistas, a critério dos membros da Comissão, entre os quais sugiro: Prof. Dr. João Vianney, do Conselho de Ética da Associação Brasileira de Educação a Distância; Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e/ou de Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); Representante do Ministério da Educação (MEC); Prof.ª Dra. Maria Luiza Belloni, especialista em Educação a Distância (EaD); Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (ABEEAD).
Autoria: Senador Paulo Bauer
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 49 DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos regimentais, o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à campanha do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) - autarquia vinculada ao Ministério da Cultura - destinada a incentivar ações de fomento ao setor museológico e colocar em evidência o tema dos museus nesta Casa."
Autoria: Senador Roberto Requião
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 50 DE 2011–CE

Requeiro, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir sobre o financiamento da educação e, por versar o mesmo assunto, sobre o PLS 138 de 2011, que propõe a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do Pré Sal para a educação, matéria que encontra-se para apreciação desta Comissão. Para debater o tema, propomos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Jose Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Sr. Yan Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Sra. Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Diretoria Executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional da Educação; Sr. Claudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF e; Deputado Ângelo Vanhoni, PT-PR, Relator do Plano Nacional da Educação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados."
Autoria: Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2011-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, (9ª Audiência Pública inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação) para debater o tema "Recursos Financeiros destinados à Educação nos anos de 2009 a 2010" - 9ª Audiência Pública.

PARTICIPANTES

- Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano - Secretário da 6º Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU;
- Marcelo Barros Gomes - Secretário da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU; e
- Thiago Mello Peixoto da Silveira - Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e Secretário de Educação do Estado de Goiás.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Aprovado o parecer na forma do substitutivo oferecido

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Denomina "Corredor Senador José de Alencar", o corredor de acesso do Edifício Principal ao Anexo II do Senado Federal, conhecido como "túnel do tempo".
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatoria *Ad hoc*: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Resultado: Aprovado o parecer com a Emenda nº 01-CE

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2011-CE, de autoria do Senador Álvaro Dias, com a finalidade de debater o tema: "A Situação Atual do Projeto Rondon e o Programa Forças no Esporte".

PARTICIPANTES

- Rogério Luiz Veríssimo - Brigadeiro-do-Ar e Diretor do Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação do Ministério da Defesa e Coordenador Geral do Projeto Rondon; e
- Bernardo José Pierantoni Gambôa - Vice-almirante e Presidente da Comissão Desportiva Militar Brasileira do Ministério da Defesa

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225 DE 2010
TERMINATIVO

Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável, com as emendas 01-CAS, 02-CAS e 03-CAS
Resultado: Aprovado, com as Emendas nºs 01-CAS/CE, 02-CAS/CE e 03-CAS/CE e pela aprovação da Emenda nº 04-CE de autoria do Senador Cristovam Buarque.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517 DE 2009
TERMINATIVO

Determina que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.
Autoria: Senador João Durval
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41 DE 2011
TERMINATIVO

Inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CE

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 186 DE 2010
TERMINATIVO

Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia.
Autoria: Deputado Lobbe Neto
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77 DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Joaquim Pinto Lapa a BR-408, no trecho que liga o Município de Carpina, Estado de Pernambuco, ao entroncamento com a BR-232.
Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 51 DE 2011–CE

"Requeiro a participação desta Comissão em seminário a ser realizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para debater a Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos autorais, bem como as propostas de alteração à referida Lei. Após a primeira audiência pública realizada em 02/06/2011, os deputados autores dos requerimentos 01 e 05, que a motivou, acordaram a realização deste seminário com o objetivo de ampliar os debates."
Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 52 DE 2011–CE

"Requeiro a participação desta Comissão em Seminário sobre Internet e Direitos do Autor, a ser realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados."
Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim, com a finalidade de instruir o PLS nº 138, de 2011, que "altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação", e debater o financiamento da Educação.

PARTICIPANTES

- Carlos Augusto Abicalil - Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC;
- Estevão Cruz - Diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE;
- Heleno Araújo Filho - Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE;
- Leocádia Maria da Hora Neta - Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; e
- Claudio Ricardo Gomes de Lima - Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 28
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 10
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 06
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CE: 05

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 65, DE 2011-CMA

Em aditamento ao RMA 02/2011 – CMA, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de Representantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, entre os convidados a debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), em curso no Senado Federal.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 62, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro de Estado dos Transportes, a prestar informações no Plenário desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as exonerações ocorridas no âmbito do Ministério dos Transportes, bem como sobre os motivos que levaram à instauração de procedimentos investigatórios pela Controladoria Geral da União para apurar irregularidades em sua pasta.
Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado como convite ao Ministro para participação em audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO N° 63, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor MÁRIO NEGROMONTE, Ministro de Estado das Cidades e convidado o senhor LEODEGAR TISCOSKI, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 3 de agosto do corrente, que trata de denúncias de liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Resultado: Aprovado como convite às autoridades mencionadas para participação em audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO N° 64, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Sr. Mário Sílvio Mendes Negromonte, Ministro de Estado das Cidades, a prestar informações no Plenário desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as denúncias de corrupção no âmbito de sua pasta apresentadas pela edição de nº 2177 da revista Istoé.
Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado como convite às autoridades mencionadas para participação em audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009
(TURNO SUPLEMENTAR)

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).
Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela prejudicialidade do PLC n° 180, de 2009; e pela aprovação do PLC n° 147, de 2009, com a emenda (substitutivo) que apresenta.
Resultado: Não foram oferecidas emendas. O substitutivo é definitivamente adotado.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2009

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos.
Autoria: Deputado Felipe Bornier

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011-Complementar
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.
Autoria: Senadora Lídice Da Mata
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO N° 66, DE 2011-CMA

Em aditamento ao RMA 02/2011 – CMA, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes constantes do rol anexo, entre os convidados a debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), em curso no Senado Federal.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO N° 67, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do artigo 102-A, combinado com o artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, diligências para discutir, nas diversas regiões brasileiras, o Novo Código Florestal, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que "*Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*", em tramitação nesta Casa do Congresso Nacional.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO N° 68, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, c/c art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor CARLOS LUPI, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, em sua edição de 27 de julho do corrente, e que trata do desvio de recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para entidades "fantasmas" que estariam sendo investigadas pela Polícia Federal.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado como convite ao Ministro para participação em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 43, de 2011-CRA, de autoria do Senador Waldemir Moka, e Requerimentos nº 71, de 2011-CMA e nº 35, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, com o objetivo de discutir e avaliar as mudanças, bem como o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTE

- Aldo Rebelo – Deputado Relator do PL nº 1876, de 1999, na Câmara dos Deputados (PLC nº 30/2011 – Senado Federal)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 71, DE 2011-CMA

Requeiro, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença do Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto na Câmara dos Deputados.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 72, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados: Sra. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG); e Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO N° 73, DE 2011-CMA

Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença de ex-ministros da Agricultura e de ex-ministros do Meio Ambiente.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 73, de 2011-CMA; 37, de 2011-CCT e 46, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, com a finalidade de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Marina Silva - ex-ministra do Meio Ambiente;
- Carlos Minc - ex-ministro do Meio Ambiente;
- Sarney Filho- ex-ministro do Meio Ambiente; e
- José Carlos Carvalho **-** ex-ministro do Meio Ambiente.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 76, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura na Expointer 2011, que se realizará na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e Parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro, especialmente em relação à revisão do Código Florestal.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 77, DE 2011-CMA

Requeiro, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011) e sua influência nas cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Paulo Safady Simão, Presidente da CBIC; João Batista Crestana, Presidente do SECOVI/SP; Márcio Ackermann, Consultor Ambiental; Raquel Rolnik, Professora da FAU-USP; Nabil Bonduki, Professor da FAU-USP; um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério das Cidades.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nºs 73, de 2011-CMA; 37, de 2011-CCT e 46, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Reinhold Stephanes (2007-2010) - ex-ministro da Agricultura;
- Francisco Turra (1999) - ex-ministro da Agricultura;; e
- Alysson Paulinelli (1974-1979) - ex-ministro da Agricultura.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2011-CMA

Requer, nos termos dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, na condição de relatores, a realização de encontro, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro de 2011, às 14:00 horas, tendo como tema o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre normas gerais de política florestal.
Autoria: Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 79, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.º 66, de 2011-CMA, seja realizada diligência na fazenda pertencente ao ex-ministro Alysson Paulinelli, em Baldim (MG), em conjunto, pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), visando conhecer e avaliar a tecnologia de manejo do solo e da água empregada na propriedade para uso agropastoril.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 77, de 2011-CMA; 41, de 2011-CCT e 49, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) e sua relação com as cidades.

PARTICIPANTES

- Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Caio Portugal, Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo (SECOVI/SP);
- Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP);
- João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e
- Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, solicita a realização de Audiência Pública para discutir a situação das Unidades do IBAMA no interior do estado do Amazonas, que serão desativados conforme informou o Instituto, com as presenças do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Amazonas - SINDSEP
Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, solicita aditamento ao requerimento de 54/2011, com o objetivo de incluir o nome do senhor Moysés Israel, membro da CGFLOR - Comissão de Gestão de Florestas Públicas e Presidente do Sindicato das Indústrias de Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado do Amazonas, do Sindicato da Indústria de Serrarias e Carpintarias no Estado do Amazonas e do Conselho Fiscal da FIEAMT, representando a Federação das Indústrias do estado do Amazonas - FIEAM, no ciclo de debates promovido por esta Comissão sobre o novo Código Florestal.
Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
Autoria: Senador Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO N° 75, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos dos artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de Rochagem na remineralização/rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os níveis de fertilidade. Nestes termos, solicito a participação das seguintes autoridades, com suas respectivas equipes técnicas responsáveis pelo mencionado tema: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Representante do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB/CDS)".
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO N° 81, DE 2011-CMA

.

Requeiro a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do evento internacional denominado "Colóquio sobre Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção", no dia 14 de outubro de 2011, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), conforme programação a seguir listada: 09h00 Abertura; 09h30; Retrato das Espécies Ameaçadas de Extinção; 10h30 Valoração Ética, Ecológica, Social e Econômica da Biodiversidade; 11h00 Modelos Jurídicos de Proteção das Espécies Ameaçadas de Extinção; 14h00 A Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção; 15h00 Compromissos Internacionais do Brasil; 16h00 Espécies e Ecossistemas Ameaçados: o Papel das Unidades de Conservação no Desenvolvimento Sustentável.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 02
Conjunta – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 20
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Requerimento - CMA: 19

Obs.: PLC nº 147 e 180, de 2009 apreciados em turno suplementar.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA – (CMA)

Presidente: Senador Paulo Davim
Vice-Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011

Eleição do Presidente da Subcomissão.
Resultado: Foram eleitos o Senador Paulo Davim (Presidente) e Rodrigo Rollemberg (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Eleição: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMARIO20 (CMA)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Paulo Davim
Relator: Senador Pedro Taques

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011

Eleição do Presidente da Subcomissão.
Resultado: Foi eleito o Senador Cristovam Buarque (Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Eleição: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 91 de 2011–CDH, e ao Requerimento nº 01 de 2011–CASEMP, ambos de iniciativa do Senador Paulo Paim, "para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento".

PARTICIPANTES

- Tadeu Moraes de Sousa - 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, representando o Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical
- Lourenço Ferreira do Prado - Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;
- Hamilton Dias de Moura - Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST - representando o Presidente da NCST, José Calixto Ramos;
- Antônio Lisboa Amâncio do Vale - Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, representando o Presidente da CUT, Artur Henrique da Silva;
- Luiz Gonzaga de Negreiro - Membro da Executiva Nacional e do Sindireta-DF, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e
- Álvaro Sólon de França - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 101 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP para debater com o setor empresarial a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 100 de 2011–CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, "para ouvir o Alto Comissário das Nações Unidas para refugiados, senhor António Guterres.

PARTICIPANTES

- António Guterres – Alto Comissário da Organização das Nações Unidas para Refugiados; e
- Idalbert Pierre-Jean **-** Embaixador do Haiti.

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública realizada, nos termos do Requerimento nº 86 de 2011–CDH, de autoria do Senador João Pedro "para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que 'institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências', em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho - OIT".

PARTICIPANTES

- Rosane de Mattos – Membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB e também representou o Senhor Romancil Gentil Creta (Kaingang) – Coordenador da ARPINSUL; e
- Francisca Picanço – Assessora Legislativa da FUNAI.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 94 de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a situação dos movimentos sociais e os Direitos Humanos no olhar da sociologia de Florestan Fernandes."

PARTICIPANTES

- Haroldo Ceravolo Sereza – Autor do Livro: Florestan a Inteligência Militante;
- Laurez Cerqueira - Escritor – Autor do livro Florestan Fernandes: Vida e Obra;
- Eurico Antônio Gonzáles Cursino dos Santos – Professor de Sociologia e Consultor do Senado Federal;
- Edilson Nabarro – Secretário de Assistência Estudantil da Universidade do Rio Grande do Sul;
- Moises Bauer - Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – CONAD; e
- Ottmar Teske - Representante do Programa Cantando as Diferenças.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 99 DE 2011-CDH

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração oriunda da criação de Falsos Condomínios e Associações de Moradores no Brasil. Participantes convidados: Antonio Carlos Malheiros - Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Laerte Sampaio - Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Ambiente José Carlos de Freitas - Promotor Publico de Urbanismo e Meio Ambiente do Estado de São Paulo; e Roberto Mafulde – Advogado."
Autoria: Senador Ataídes Oliveira
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 102 DE 2011-CDH

"Requeiro nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para tratar do tema "Educação Especial", tendo como convidados Drª Candy Gifford – Psicóloga – especialista em Diagnostico Infantil; Sergio Domingos – Defensor Público; Dr. Charles Roberto de Lima Junior – Presidente da Comissão de Educação da OAB; Dr. Moisés Bauer Luiz – Presidente Conselho Nacional da Pessoa com deficiência – CONAD; Ester Alves Pacheco Henriques – Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; Dep. Eduardo Luiz Barros Barbosa – Presidente da Federação Nacional das APAES; José Antônio – Diretor do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga; Marcos Vinícius Calixto – Presidente Confederação de Surdos do Brasil; Maria do Socorro Nery da Silva Cruz (mãe de aluno especial), com a participação de um intérprete em LIBRA, convocado pela Comissão."
Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado o Requerimento, na forma de ciclo de debates.

ITEM Nº 03
PETIÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Informa à CDH denúncia de direitos Humanos denominada "Denúncia de Extermínio - Homicídio Coletivo Autorizado", encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, usuários de medicamentos de caráter continuado permanente, assinado por Fernando Antônio P. Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, que se insurge contra a Suspensão de Tutela

Antecipada para o Estado de Alagoas, nos autos do Processo nº 91.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita
Relatório: Pelo Arquivamento, após o conhecimento da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PETIÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

O Senhor Wellington Gilberto de Carvalho denuncia violação de seus direitos e peticiona ao Senador Paulo Paim e aos Membros do Congresso Nacional para que intercedam no sentido de tornar nula a cassação de sua aposentadoria por invalidez como membro da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pelo Arquivamento da matéria, após seu conhecimento para torná-la pública. Enviar cópia deste parecer e dos documentos apresentados pelo peticionário ao Procurador-Geral da República, para que este, no exercício de sua competência, adote as medidas que julgar cabíveis.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define "tratamento mental" como enfermidade psíquica em geral).
Autoria: Deputado Jutahy Junior
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Pela Aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploraçao sexual de criança ou adolescente.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Estabelece isenção de tarifa de embarque em voos domésticos para passageiros idosos.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado, com as Emendas nº 01 e 02-CDH.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 104 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para dar continuidade à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de

lideranças indígenas, da FUNAI, do Ministério da Educação, de professores das línguas indígenas e especialistas."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 106 DE 2011 - CDH

"Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, REQUEREMOS a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater as ações contra a corrupção e a impunidade no país. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidados: Dom Raymundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília – UNB; Marlon Reis e Jovita José Rosa, Representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE e Dom Manuel João Francisco, Presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC."
Autoria: Senadores Pedro Simon e outros.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 107 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas."
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 108 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para avaliar os 10 anos do sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil."
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 109 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater as ações que viabilizem o combate à doença falciforme no Brasil seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais."
Autoria: Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues.
Resultado: Aprovado.

ITEM 05
REQUERIMENTO Nº 110 DE 2011-CDH

"Nos termos regimentais, requeiro realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos, para debater violações aos direitos humanos e delimitação da Terra indígena Maró, região Oeste do Estado do Pará, com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Gilson Rego – Representante da CPT – Pará; Sra. Deborah Duprat – Sub-procuradora Geral da República; Cacique Dadá Borari – Liderança Maró em Santarém; Representante da FUNAI; e Prof. Sérgio Sauer – Relator Nacional de Direito à Terra, Território e Alimentação da Plataforma DHESCA."
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 97, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e os Direitos Humanos".

PARTICIPANTES

- Lourenço Ferreira do Prado - Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;
- Alexandre Agra Belmonte - Desembargador Federal do Trabalho;
- Artur Bueno de Camargo - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA;
- João Rodrigues Filho - Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS;
- Pedro Luciano de Oliveira Dornelles – Advogado;
- André Luis dos Santos – Assessor Parlamentar;
- Rumiko Tanaka - Diretora de Finanças da CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
- Warley Martins Gonçalles - Presidente da COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas;
- Francisco Chagas Costa - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Imobiliária;
- Idelmar da Mota Lima - Segundo Secretário da CNTC;
- Moacyr Roberto – Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;
- José Calixto Ramos - Presidente da CNTI e NCST;
- Francisco Antonio Feijó - Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL;
- José Leão de Almeida - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde no Brasil;
- Sérgio Luiz da Costa – Presidente do Sindicato dos Bancários do Goiás;
- Isaú Joaquim Chalon- Presidente da UGT-DF;
- Silas da Silva - Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;
- Hamilton Dias – Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; e
- Chico Bezerra – Coordenador do Fórum Sindical.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 111 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública debater com os aposentados e pensionistas a redução de encargos na folha de pagamento, o veto ao reajustes dos aposentados e pensionistas na LDO e o fim do fator previdenciário."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 112 DE 2011-CDH

"De acordo com o que preceitua os artigos 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para discutir 'A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 106, de 2011–CDH, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Marcelo Crivella e Casildo Maldaner, para debater "as Ações contra a Corrupção e Impunidade no País".

PARTICIPANTES

- Marlon Reis - Representante do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE;
- Luiz da Rocha Neto – Juiz e Diretor da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB;
- José Geraldo de Sousa Júnior - Reitor da Universidade de Brasília – UNB;
- Bolívar Steinmetz - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF;
- Ophir Cavalcante - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OA e Claudio Lamachia – Presidente da OAB-RS;
- Dom Guilherme Antônio Werlang - Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;
- Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil;
- Maurício Azedo - Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI;
- Jovita José Rosa – Representante do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE;
- Alexandre Camanho de Assis - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; e
- Gabriel de Jesus Tedesco Wedy - Presidente da Associação dos Juízes Federais –AJUFE.

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 109, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, e nº 34, de 2011-CAS, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aditado pelo Requerimento nº 38, de 2011-CAS, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata, com o objetivo de "debater as ações que viabilizem o combate à doença falciforme no Brasil".

PARTICIPANTES

- Joice Aragão de Jesus - Responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com doença falciforme, representante do Senhor Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde;
- Anhamona Silva de Brito - Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, representante da Senhora LUIZA BAIRROS, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;
- Zezé Motta - Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista NegroCIDAN;
- Marcelo Dos Santos Monteiro - Presidente Nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB;
- Altair Lira - Coordenador Geral da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes-FENAFAL; e
- Roberto Schlindwein - Diretor Geral da Fundação HEMOBA - Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia, representante de JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA, Secretário de Saúde da Bahia.

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 114, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de uma série de audiências públicas para debater os 50 anos da campanha da legalidade.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 115, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater situação dos idosos que residem em instituições asilares.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 116, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o dia nacional de lutas das pessoas com deficiência, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 117, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o bicentenário de Bagé-RS.bicentenário de Bagé-RS.bicentenário de Bagé-RS.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 118, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater dia internacional da Juve ntude – comemorado em 12 de agosto.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 119, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 120, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater as denúncias de intolerância religiosa.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 121, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a reforma do Código Florestal na visão dos Direitos Humanos.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a situação dos portadores do Mal de Alzheimer.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 101, de 2011–CDH, e nº 01, de 2011-CASEMP, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater com o setor empresarial a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento."

PARTICIPANTES

- Emerson Casali Almeida – Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI;
- Gustavo Leal Sales Filho - Diretor de Operações do SENAI;
- Cristiano Zaranza – Chefe de Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- José Ricardo da Costa Aguiar Alves – Vice- Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;
- Laércio José de Oliveira – Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e
- Cassius Marcellus Zomignani – Diretor do Departamento Sindical DESIN da Federação das Indústrias do São Paulo – FIESP.

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 123-CDH, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de 3 audiências públicas (ciclo de debates) para discutir assuntos inerente à defesa dos direitos da população brasileira LGBT (Lésbicas, Gays , Bissexuais e Transexuais). A primeira audiência realizar-se á no dia 29 de setembro de 2011, no Auditório Petrônio Portela, ficando as outras duas a serem agendadas posteriormente.
Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
SUGESTÃO Nº 3, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Sugere a alteração da legislação tributária nacional no sentido de eliminar as distorções do Sistema Tributário Nacional.
Autoria: Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES, BA e outros
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatoria *ad hoc*: Senador Mozarido Cavalcanti
Relatório: Pela rejeição da matéria
Resultado: Aprovado o Relatório pela rejeição da Sugestão.

ITEM Nº 03
SUGESTÃO Nº 2, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a autorização para desconto anual em folha de pagamento para entidades de aposentados e pensionistas e dá outras providências.
Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do projeto de lei que apresenta.
Resultado: Aprovada a Sugestão, na forma do projeto de lei apresentado com alterações e a formalizar.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger

os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta
Resultado: Aprovado o relatório na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2008

Altera a Lei 11.196, de 18 de agosto de 2005, para elevar a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre cigarros.
Autoria: Senador Tião Viana

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2010

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidente sobre as pessoas jurídicas industriais produtoras de cigarros, cigarrilhas e charutos de tabaco ou de seus sucedâneos.
Autoria: Senador Jorge Yanai

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela Aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o relatório favorável à Matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o relatório favorável à Matéria.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 124 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a Revolução Farroupilha."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 125 DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para intruir o PLS 191/2009 que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 126 DE 2011-CDH

"Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com art. 93, do RISF, requeiro que sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 282, de 2010, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em audiência pública, os representantes das seguintes instituições: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC; Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA; Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas – Abir; Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap; Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – Conar; Associação Brasileira de Anunciantes – ABA; e Instituto Palavra Aberta."
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 127 DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater com trabalhadores, empresários e aposentados a redução da jornada de trabalho e a redução nos encargos na folha de pagamento.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 128 DE 2011-CDH

Requeiro, nos termos artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, destinada a discutir o PLC 173, de 2009 que estabelece a formação para o exercício do cargo público de Conselheiro Tutelar. A lista de convidados para debater o tema será publicada tão logo sejam definidos os nomes.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 12
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 06
Conjunta – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 38
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 07
Sugestão: 02
Petição – CDH: (não terminativo): 02
Requerimento - CDH: 26

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER – CDHSPDM (CDH)

Presidente: Senadora Ângela Portela
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7 de 2011–CDHSPDM, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de "debater os direitos sexuais e reprodutivos das Mulheres."

PARTICIPANTES:

- Silvia Camurça - Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB;
- Sônia Coelho Orellana - Marcha Mundial das Mulheres;
- Paula Viana - Secretária Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro; e
- Rosane Silva - Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT – CUT.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritéia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Clésio Andrade
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável à matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Pela aprovação da matéria
Resultado: Aprovado o Relatório favorável à matéria.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Modifica o § 2º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para excluir a vedação de acesso do trabalhador não brasileiro de filial ou agência de empresa brasileira no estrangeiro à Justiça do Trabalho.
Autoria: Senador Papaléo Paes
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria *ad hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação da matéria
Resultado: Aprovado o Relatório favorável à matéria.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 916, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

"Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya".
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Pela aprovação da matéria
Resultado: Aprovado o Relatório favorável à matéria.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CRE

"Nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.
Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidades:
1º Painel – Presidente ou Representante da DASSAULT (França);
2º Painel – Presidente ou Representante da BOEING (EUA); e
3º Painel – Presidente ou Representante da SAAB (Suécia)."
Autoria: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CRE

"REQUEREMOS, nos termos do art. 222 do RISF, seja apresentada MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE ao Exmo. Senhor Comandante do Exército, General ENZO MARTINS PERI, em virtude da infamante matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição do dia 31 de julho deste ano.
A reportagem em questão tratou de forma leviana, enganosa e parcial, suposta ocorrência de fraudes em licitações conduzidas pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Departamento de Engenharia e

Construção (DEC), órgãos do Comando do Exército, para executar obras a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Ministério dos Transportes.
A malsinada reportagem, de página inteira e antecidida por escandalosa chamada de capa, afirma que o Comandante da Força Terrestre é investigado pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar, por suposto envolvimento nas fraudes. Não bastasse, em infolink que a instruí, é insinuado que o general estaria no topo da criminosa organização que executou as pretensas condutas injustas.
Em Nota de Esclarecimento datada de 1º de agosto último, a Procuradoria-Geral da Justiça Militar negou que o General Enzo seja alvo de qualquer investigação. Informou, ainda, que os investigados, seis militares e nove civis, foram denunciados pelo crime de peculato, como desdobramento de Inquérito Policial Militar – IPM, oportunamente instauradado pelo Comando do Exército.
A presente Moção é apresentada em solidariedade à pessoa do General Enzo, que teve sua honra assacada pelas falsas acusações contra ele dardejadas pelo citado periódico e, ainda, à Força que tem sob o seu comando, que bem soube, a tempo, forma e hora, responder aos malfeitos de integrantes de seus quadros, num exemplo a ser seguido."
Autoria: Senadores Marcelo Crivella e Fernando Collor
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CRE

Requeiro nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o envio de expedientes aos senhores Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, em referência à solicitação dirigida ao Ministro Antonio Patriota, em visita ao Equador, para que o Brasil libere a importação de bananas daquele país, com o objetivo de equilibrar a balança comercial entre ambos os países.
Autoria: Senador Luiz Henrique
Resultado: Aprovado.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
Painel 1: "O sistema financeiro internacional: do pós-guerra (Bretton Woods-Fmi, Bird) aos dias de hoje. O possível rebaixamento na classificação de credibilidade dos EUA".

PARTICIPANTES

- Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva - Diretoria de Regulação do Sistema Financeiro – DINOR e Diretoria de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos – DIREX – BACEN;
- Ministro Paulo Roberto de Almeida – Ministério das Relações Exteriores e UniCeub;
- Dra. Tatiana Lacerda Prazeres - Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e
- Dr. Makhtar Diop - Diretor do Banco Mundial.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 1
MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.
Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 2
MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Zenik Krawctschuk, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 37 de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que "requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas" – 1º Painel.

PARTICIPANTES

- Bengt Janér – Diretor-Geral - SAAB Brasil;
- Dan Jangblad – Diretor Estratégico da SAAB;
- Brig. Anders Silwer – Comandante da Força Aérea Sueca; e
- Jan-Erik Lovgren – Vice-Chefe da Agência Sueca para Não-Proliferação e Controle de Exportação.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
Painel 2: "Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e Áreas de Influência da China e do Japão"

PARTICIPANTES

- Embaixador Marcílio Marques Moreira
- Professor Edmilson de Jesus Costa Filho – União Educacional de Brasília
- Professor Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas - FGV
- Professora Marta dos Reis Castilho – Universidade Federal do Rio de Janeiro

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor HILDEBRANDO TADEU

NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 93, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ADALNIO SENNA GANEM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 994, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 55, III da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I e o disposto no art. 40, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, como representante do Brasil e do Senado, participar da Grande Reinauguração do prédio histórico do Teatro Bolshoi, em Moscou, Rússia, ausentando-se do País no período de 25 de outubro a 1º de novembro de 2011.
Autoria: Senador Luiz Henrique
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 40, de 2011-CRE

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti.
Autoria: Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que, "requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas" - 2º Painel.

PARTICIPANTES:

- Christopher Chadwick – Presidente – Boeing Military Aircraft; e
- Crhistopher Raymond – Vice-Presidente Executivo – Boeing Company.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
Painel 3: "Negociações Econômicas Internacionais, OMC e Rodada de Doha".

PARTICIPANTES

- Aluisio de Lima-Campos – Presidente do Instituto ABCI – Analistas Brasileiros de Comércio Internacional; Professor adjunto do Washington College of Law, da American University; e Consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional.
- Vera Thorstensen – Professora de Política de Comércio Internacional na Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV.
- Celso Lafer – Professor Titular da Faculdade de Direito – USP; ex-Ministro das Relações Exteriores; e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- Marcus Vinicius Pratini de Moraes – Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial – JBS; e ex-Ministro da Agricultura.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 96, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora VITORIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 634, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 648, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relator *Ad Hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.
Autoria: Deputado Walter Pinheiro

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relator *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do PLC 169, de 2009, na forma do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PLS 487, de 2003.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa.
Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação da matéria, com cinco emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 1674, DE 2009

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Aplauso a Cássio Roberto de Almeida Romano, diretor da Casa do Brasil em Madri, Espanha, pela conquista do Prêmio Brasil 2009, na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
Painel 4: "Crise Econômica Mundial de 2008 e suas Conseqüências Volatilidade dos Preços de Commodities e Alimentos".

PARTICIPANTES

- José Maria da Silveira – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
- Eduardo Teixeira – Economista, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobrás e Consultor de Empresas
- Carlos Mielitz Neto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
- Alexandre Schwartsman– Economista, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, ex-Economista Chefe do Banco Santander

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Ordinária – Deliberativa: 02
Ordinária – Deliberativa e Audiência Pública: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 25
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 06
Mensagem (SF): 08
Requerimento SF: 03
Requerimento – CRE: 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02 de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Cidades: o que fazer?".

PARTICIPANTES

- Sebastião Carlos dos Santos – Presidente da Associação dos Catadores de Gramacho (Rio de Janeiro);
- Tom Rebello – Arquiteto; e
- Hazem Galal – Assessor Empresarial – PricewaterhouseCoopers.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Governança: Como Administrar as Soluções".

PARTICIPANTES:

- Márcia Leuzinger – Professora da Universidade de Brasília;
- Solange Teles da Silva – Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Amazonas; e
- Marcelo Varella – Professor do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Biodiversidade: Como Manter".

PARTICIPANTES

- Miguel Ângelo Marini – Professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília;
- Thomas Lovejoy – Professor de Política Ambiental da Universidade George Mason; e
- Roberto B. Cavalcanti – Professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS – CREMRFA (CRE)

Presidente: Senador Luiz Henrique
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão para o biênio 2011/2012.
Resultado: Foram eleitos o Senador Luiz Henrique (Presidente) e o Senador Marcelo Crivella (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01 de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, para a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão. Tema: "Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteiras".

PARTICIPANTES

- Cláudia Cybelle Freire – Coordenadora de Programas Macro Regionais do Ministério da Integração Nacional;
- Ana Maria Oliveira de Souza – Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais - SUFRAMA;
- Oduval Lobato Neto – Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais – Banco da Amazônia S/A;
- Antônio José Alves Júnior – Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do BNDES;
- Wagner de Siqueira Pinto – Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável – Banco do Brasil; e
- Maria Leticia de Paula Macedo – Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal.

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão. Tema: "Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteiras".

PARTICIPANTES

- Roberto de Medeiros Dantas – Gerente do Programa Calha Norte; e
- Herlon Goelzer de Almeida – Assistente do Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão. Tema: "Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira".

PARTICIPANTES

- João Luiz Pereira Pinto – Ministro e Diretor do Departamento da América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores; e
- Paulo de Tarso – Coordenador Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011 – CREPAFF

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater o 'Plano Estratégico de Fronteiras', lançado no dia 08 de junho próximo passado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff.
Para tanto solicito sejam convidados representantes dos seguintes órgãos:
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e,
- Ministério das Relações Exteriores".
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de bebidas alcoólicas (Cide-Álcool).
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 – CI.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365 DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2009, e da Emenda nº 1 - CI, apresentada pelo próprio autor, Senador Gim Argello.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI.

ITEM Nº 04
OFICIO "S" Nº 9 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o processo de contratação da Parceria Público Privada para a reforma do Estádio Castelão, na cidade de Fortaleza, com informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.
Autoria: Governo do Estado do Ceará
Relatoria *ad hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 9, de 2011 e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação, que inclui a recomendação de adoção do conceito de Copa do Mundo Verde, ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 42 DE 2011–CI

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor PAULO SÉRGIO PASSOS, Ministro de Estado dos Transportes para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 20 de julho do corrente, mostrando que o ministro, quando exerceu o cargo interinamente em 2010, liberou R$ 78 milhões em créditos suplementares para obras que constavam da lista de irregularidades graves do Tribunal de Contas da União – TCU.
Autoria: Senador Álvaro Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 43 DE 2011–CI

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ÉPOCA, em sua edição de 25 de julho do corrente, que mostra funcionários da ANP cobrando propina para resolver pendências de empresas do setor de combustíveis junto ao governo.
Autoria: Senador Álvaro Dias

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 44 DE 2011–CI

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa, Renan Calheiros, Inácio Arruda e Benedito de Lira
Resultado: Aprovado.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74 DE 2009
TERMINATIVO

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.
Autoria: Deputado Deley
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2009, na forma do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o Projeto. A matéria irá a Turno Suplementar, nos termos do Art. 282 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77 DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário.
Autoria: Deputado Vinicius Carvalho
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2009.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
OFICIO "S" Nº 35 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010.
Autoria: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S' nº 35, de 2011 e proceda ao seu arquivamento.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S' nº 35, de 2011 e proceda ao seu arquivamento.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº45 DE 2011–CI

Requer, nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como a consequente publicidade do mesmo junto aos agentes do mercado.
Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 46 DE 2011–CI

Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento do Senado Federal, que seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura acerca dos Royalties do Petróleo. Nesse sentido, é requerida a delegação de competências à Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, para proporem a referida agenda de debates e submetê-la às respectivas Comissões e posteriormente ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 42 de 2011-CI, de autoria do Senador Álvaro Dias, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 20 de julho do corrente, mostrando que o Ministro de Estado dos Transportes, quando exerceu o cargo interinamente em 2010, liberou R$ 78 milhões em créditos suplementares para obras que constavam da lista de irregularidades graves do Tribunal de Contas da União – TCU.

PARTICIPANTE

- Paulo Sérgio Oliveira Passos – Ministro de Estado dos Transportes.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74 DE 2009
(TURNO SUPLEMENTAR)
TERMINATIVO

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.
Autoria: Deputado Deley
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo.
Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 47 DE 2011–CI

Requer, nos termos do artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, para, em Audiência Pública Conjunta na Comissão de Serviços de Infraestutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratar dos Royalties do Petróleo.
Autoria: Senadores Lúcia Vânia e Blairo Maggi.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 48 DE 2011–CI

Requer, nos termos do artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo para, em Audiência Pública Conjunta na Comissão de Serviços de Infraestutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratar dos Royalties do Petróleo.
Autoria: Senadores Lúcia Vânia e Blairo Maggi.
Resultado: Aprovado.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 109 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 18 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma Abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 110 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor TARCÍSIO GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 18 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma Abstenção.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 46-A DE 2011–CI

Requeremos, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representantes dos Estados, Municípios e da União, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira.
Autoria: Walter Pinheiro e outros Senadores
Resultado: Aprovado

35ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 60, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e nº 47, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Blairo Maggi e Lúcia Vânia, com a finalidade de "debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira".

PARTICIPANTE

- Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 111 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 14 votos Sim, um voto Não e uma Abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 113 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 14 votos Sim, um voto Não e uma Abstenção.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 114 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 14 votos Sim, um voto Não e uma Abstenção.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 46 e 48, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro e dos Senadores Lúcia Vânia e Blairo Maggi, respectivamente, ao Requerimento nº 58 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, e ao Requerimento nº 32, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira", bem como "conhecer e discutir a política de investimentos da Petrobras"

PARTICIPANTE

- José Sergio Gabrielli - Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 112 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ROGER DA SILVA PÊGAS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 15 votos Sim, nenhum voto Não e uma Abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 115 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ FLORENTINO CAIXETA para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 15 votos Sim, nenhum voto Não e uma Abstenção.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 50 DE 2011–CI

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para debater o PLANO DECENAL DE ENERGIA 2011-2020, com a presença dos seguintes convidados:

1. HERMES CHIPP – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema – NOS
2. XISTO VIEIRA FILHO – Presidente da ABRAGET
3. MARIO LUIZ MENEL DA CUNHA – Presidente da ABIAPE
4. MAURICIO TOMALSQUIM – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE
5. ALTINO VENTURA FILHO – Secretário de Planejamento Energético do MME
6. LUIZ FERNANDO VIANNA – Presidente da APINE

Autoria: Senadores Delcídio do Amaral e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 51 DE 2011–CI

Requeiro que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR seja instada a participar do Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI acerca dos Royalties do Petróleo, em aditamento ao Requerimento Nº 46, de 2011 – CI, aprovado em 11 de agosto de 2011.
Autoria: Senadores Antônio Carlos Valadares e Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

39ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 62, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, nº 63, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, nº 46-A, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, e nº 21, de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira".

PARTICIPANTES

- Sérgio Cabral - Governador do Estado do Rio de Janeiro;
- Renato Casagrande - Governador do Estado do Espírito Santo;
- Geraldo Alckmin - Governador do Estado de São Paulo; e

- Eduardo Campos - Governador do Estado de Pernambuco.

TOTAL DE REUNIÕES: 11
Extraordinária - Deliberativa: 07
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 23
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 07
Ofício "S": 02
Requerimento - CI: 09

Obs.: turno suplementar ao Substitutivo ao PLC nº 74, de 2009.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478 DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Senador Delcídio Do Amaral
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda)
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CDR.

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matérias.

:

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Exposição do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Turismo, PEDRO NOVAIS (art. 50, § 1º da Constituição Federal).

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO Nº 5 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 297 de 2007 - TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7.
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pelo conhecimento da matéria e o encaminhamento ao arquivo.
Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao arquivo.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 20 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, referente ao exercício de 2009.
Autoria: Ministério da Integração Nacional
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 20, de 2010, e encaminhamento da Matéria ao arquivo.
Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao arquivo.

ITEM Nº 03
OFICIO "S" Nº 4 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010.
Autoria: Ministério da Integração Nacional
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita
Relatório: Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 4, de 2011, e encaminhamento da Matéria ao arquivo.
Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao arquivo.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.
Autoria: Deputado Miguel Martini

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo).

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo).

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411 DE 2007
TERMINATIVO

Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 411, de 2007. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572 DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.
Autoria: Senador Romeu Tuma
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do PLS 572, de 2009.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23 DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257 de 2001 - Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com 3 (três) Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDR.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116 DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 20 DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a promoção do Brasil no exterior, com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Flavio Dino de Castro e Costa, Presidente da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, e o Sr. Domingos Leonelli Neto, Presidente do FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 21 DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, no Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Requerimento Nº 58, de 2011 – CAE, aprovado em 16 de agosto de 2011, e Requerimento Nº 46, de 2011 – CI, aprovado em 11 de agosto de 2011, para debater a repartição dos royalties de petróleo entre os entes da Federação Brasileira.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 22 DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a política tributária de incentivo ao turismo, com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 23 DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater o turismo rural, com a presença dos seguintes convidados: a Sra. Andreia Roque, Presidente do IDESTUR – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural; o Sr. Francisco Garcez, Presidente da ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural; Ricardo Martini Moesch, Diretor, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo; e Silvio França Torres – Secretário de Habitação do Estado de São Paulo.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado. Por adendo do Senador José Pimentel, fica incluído representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 24 DE 2011-CDR

Requeiro que a Comissão realize uma visita técnica às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, visto que tem chegado notícias de interrupção desse serviço em vários pontos, principalmente da Paraíba.
Autoria: Senador Cicero Lucena
Resultado: Aprovado. Por adendo do Senador José Pimentel, fica incluída visita ao canal norte e leste.

23ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 62, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, nº 63, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e nº 46A, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, e nº 21, de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira".

PARTICIPANTES

- Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro;
- Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo;
- Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; e
- Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 17
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Ofício "S": 02
Aviso (não terminativo): 01
Requerimento – CDR: 05

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do leite, arroz, trigo, carne e vinho.

PARTICIPANTES

- Daniel Marteleto Godinho – Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, da Secretaria de Comércio Exterior - MDIC;
- Carlos Domingos Polleto – Presidente da Cooperativa Agropecuária & Industrial - COTRIJUI;
- Rodrigo Sant'Anna Alvim – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Antonio Jorge Camardelli – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC;
- Carlos Raimundo Paviani – Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN.

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 33 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor Wagner Rossi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Veja, em sua edição de 3 de agosto corrente, que trata de denúncias de corrupção, fraudes e propina no Ministério da Agricultura.
Autoria: Senador Álvaro Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 34 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor Afonso Florence, Ministro de Desenvolvimento Agrário, e convidado o senhor Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para, em audiência nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, no último dia 24 de julho do corrente, e que tratavam da venda de lotes do INCRA destinados à reforma agrária.
Autoria: Senador Álvaro Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 35 DE 2011-CRA

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi, para prestar esclarecimentos sobre o desempenho desta pasta.
Autoria: Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique e Renan Calheiros.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 36 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor WAGNER ROSSI, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 37 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor, CELSO LISBOA DE LACERDA, Presidente do INCRA, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 38 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor AFONSO FLORENSE, Ministro do Desenvolvimento Agrário, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 39 DE 2011-CRA

Requer, nos termos regimentais, requeiro seja realizada, nos termos do Requerimento nº 10, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal - CRA, reunião dessa comissão, na cidade

de Curitiba/PR, no próximo dia 19 de agosto para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências" (Código Florestal), com os seguintes convidados:

1. Deputado Federal Aldo Rebelo;
2. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
3. Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
4. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Autoria: Senador Sérgio Souza.
Resultado: Aprovado.

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1 de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, Requerimento nº 33 de 2011-CRA, de autoria do Senador Álvaro Dias, Requerimento nº 35 de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique e Renan Calheiros, e Requerimento nº 36 de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, no sentido de o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prestar esclarecimentos sobre matéria publicada na revista Veja, em sua edição de 3 de agosto corrente, bem como prestar informações sobre outros assuntos relacionados à sua pasta.

PARTICIPANTE

- Wagner Rossi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relator AD HOC: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 40 DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências, com os seguintes convidados ou seus representantes: Haroldo Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Alísio Vaz – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - SINDICOM; Gerson Carneiro Leão – Presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Alberto Ercílio Brock – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; René de Oliveira e Sousa Júnior – Presidente da Comissão Técnica Permanente do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; Odacir Klein – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 41 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados: Srª Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFG-MG); Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado".
Autoria: Senadora Ana Amélia e Waldemir Moka
Resultado: Aprovado com o adendo da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka, no sentido de realizar a audiência pública em conjunto com a CCT e CMA.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 42 DE 2011-CRA

Requer, com fundamento no art. 89, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a participação do Servidor da PGFN, o Procurador de Categoria Especial, Dr. Luís Carlos Silva de Moraes, Matrícula SIAPE nº 1008127, lotado na Procuradoria – Seccional de São José do Rio Preto – SP, nos estudos/trabalhos técnicos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, alusivos ao PLC 30/2011 (Código Florestal Brasileiro), sem prejuízos de suas atividades na referida Seccional da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 43 DE 2011-CRA

Requer, com fundamento no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Aldo Rebelo, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para fazer explanação em torno da temática alusiva ao Projeto de Lei do Novo Código Florestal Brasileiro.
Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 44 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores Milton Ortolan, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Oscar Jucá Neto, ex-Diretor Financeiro da Conab, e **Júlio Fróes**, para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os devidos esclarecimentos sobre matérias publicadas pela revista Veja, em suas edições de 3 e 10 de agosto do corrente, que tratam de corrupção, fraudes e pagamento de propinas no âmbito daquela pasta.
Autoria: Senador Alvaro Dias e Cyro Miranda
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 45 DE 2011-CRA

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2011-CRA, a realização de reuniões, dentro do ciclo de palestras e debates, no dia 26 de agosto do corrente ano, sexta-feira, nos municípios de Alvorada do Oeste, São Miguel de Guaporé, Nova Brasilândia do Oeste e Seringueiras, no Estado de Rondônia, com o objetivo de colher sugestões, subsídios, avaliar o baixo preço pago aos produtores e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional e os impactos causados pela importação de lácteos principalmente do Uruguai e Argentina.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, ao Requerimento nº 43, de 2011-CRA, de autoria do Senador Waldemir Moka, ao Requerimento nº 71, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e ao Requerimento nº 35, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, com o objetivo de discutir e avaliar as mudanças, bem como o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTE

- Aldo Rebelo – Deputado Relator do PL nº 1876, de 1999, na Câmara dos Deputados (PLC nº 30/2011 – Senado Federal).

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 46 DE 2011-CRA

Requer,com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença de ex-Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 47 DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado Federal nº 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 48 DE 2011–CRA

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir acerca do "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", bem como esclarecer a recente decisão do CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que retirou a laranja da lista de prioridades da cadeia alimentar e produtiva. Para a ocasião sugiro:

- Laudemir Muller - Secretário da Agricultura Familiar Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- Maya Takagi – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- Silvio Isopo Porto - Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/Dipai);
- Prefeito Anderson Fontes Farias – Prefeitura de Umbaúba;
- Prefeito José Valmir Monteiro – Prefeitura de Lagarto;
- Representante da Associação Sergipana de Produtores Rurais – ASSERPROR;
- Representante da Associação dos Citricultores de Sergipe – ASCISE.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2011-CRA, aprovado em 4/08/2011, de autoria do Senador Álvaro Dias, Requerimentos nº 37, de 2011-CRA e Requerimento nº 38, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, no último dia 24 de julho do corrente, e que tratavam da venda irregular de lotes do INCRA destinados à reforma agrária e sobre assuntos relacionados às suas pastas.

PARTICIPANTES

- Sr. Afonso Florence – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA; e
- Sr. Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 46, de 2011-CRA, ao Requerimento nº 73, de 2011-CMA e ao Requerimento 37, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Marina Silva - ex-ministra do Meio Ambiente;
- Carlos Minc - ex-ministro do Meio Ambiente;
- Sarney Filho- ex-ministro do Meio Ambiente; e
- José Carlos Carvalho - ex-ministro do Meio Ambiente.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO N° 49, DE 2011-CRA

Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011) e sua influência nas cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Paulo Safady Simão,Presidente da CBIC; João Batista Crestana, Presidente do SECOVI/SP; Márcio Ackermann, Consultor Ambiental; Raquel Rolnik, Professora da FAU-USP; Nabil Bonduki, Professor da FAU-USP; um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério das Cidades.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 46, de 2011-CRA, ao Requerimento nº 73, de 2011-CMA e ao Requerimento 37, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Reinhold Stephanes (2007-2010) - ex-ministro da Agricultura;
- Francisco Turra (1999) - ex-ministro da Agricultura; e
- Alysson Paulinelli (1974-1979) - ex-ministro da Agricultura.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CRA

Requer, nos termos regimentais e, em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2011-CRA, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 16 de setembro do corrente ano, sexta-feira, às 14 horas, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de debater o Código Florestal, bem como a Cadeia Produtiva do Leite.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CRA

Requeremos, nos termos regimentais, na condição de relatores, a realização de encontro, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro de 2011, às 14:00 horas, tendo como tema o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre normas gerais de política florestal.
Autoria: Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 66, de 2011 – CMA, seja realizada diligência na fazenda pertencente ao ex-ministro Alysson Paulinelli, em Baldim (MG), em conjunto, pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), visando conhecer e avaliar a tecnologia de manejo de solo e da água empregada na propriedade para uso agropastoril.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 77, de 2011-CMA, ao Requerimento nº 41, de 2011-CCT e ao Requerimento nº 49, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) e sua relação com as cidades.

PARTICIPANTES

- Carlos Afonso Nobre – Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- José Carlos Martins – Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Caio Portugal – Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo (SECOVI/SP);
- Nabil Bonduki – Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP);
- João de Deus Medeiros – Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e

- Celso Santos Carvalho – Diretor de Assuntos Fundiário Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (MC).

TOTAL DE REUNIÕES: 09
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Extraordinária – Deliberativa: 02
Conjunta – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 21
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Requerimento – CRA: 20

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5 DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.
Autoria: Deputada Luiza Erundina
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer favorável.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 33 DE 2011–CCT

Requeiro a realização, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do seminário Promovendo Estratégias para o Desenvolvimento Regional Integrado do Centro-Oeste, no período de 22 a 23 de setembro de 2011. O seminário contará com a colaboração das seguintes entidades: Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO);Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB); Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); Universidade Católica de Brasília (UCB); Rede Candanga de Incubadoras; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e Fundação de Amparo à Pesquisa e às Redes de Incubadoras de Empresas do Centro-Oeste (FAP/DF).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 34 DE 2011–CCT

Requeiro, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga no "Evento do setor de Comunicações – FUTURECOM 2011" que se realizará no período de 12 a 14 de setembro do corrente ano, em São Paulo – SP.Requeiro, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como, de servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta Presidência.
Autoria: Senador Gim Argello

Resultado: Aprovado.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Eunício Oliveira e Ivo Cassol, e ao Requerimento nº 29, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema: "Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação" (TIC) - "Jornada pela Inovação".

PARTICIPANTES

- Cezar Alvarez - Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações – MC
- Fernanda de Negri - Chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Wikings Marcelo Machado - Gerente de Desenvolvimento de Projetos do Setor de Tecnologia e Inovação – SIEMENS LTDA
- José Eduardo Cassiolato - Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Marcos Vinícius Ferreira Mazoni - Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 35 de 2011 – CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg, ao Requerimento nº 66 de 2011 – CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e ao Requerimento nº 43 de 2011 – CRA, de autoria do Senador Waldemir Moka, com a finalidade de "debater o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965)".

PARTICIPANTE

- Aldo Rebelo – Deputado Relator do Projeto na Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CCT

Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença do Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto na Câmara dos Deputados
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CCT

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados: Sra. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da

Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG); e Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 37, de 2011-CCT

Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença de ex-ministros da Agricultura e de ex-ministros do Meio Ambiente
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 2, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO RIO TUNGO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 113, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *ad hoc*: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RECORD DE BAURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *ad hoc*: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à H. SUL FM RADIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 654, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BAYEUX FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 610, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à VALE VERDE COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 700, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 702, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE TURVÂNIA - AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 703, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL LAGO DOS TIGRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 705, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CUMARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 706, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 87, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE MENDONÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 110, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMIGOS DE ALVORADA DO GURGUÉIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 563, DE 2003
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL DE BELO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DOURADOQUARENSE - ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 264, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARANHENSE DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - FUMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E RURAL AFONSENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 318, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO L' HERMITAGE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequencia modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCADORA SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011–CCT

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para participar, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no "Evento do setor de Comunicações – FUTURECOM 2011", que se realizará entre os dias 12 e 14 de setembro do presente ano, em São Paulo – SP.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado.

30ª REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N.º 39, DE 2011–CCT

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o "Plano Nacional de Banda Larga", tendo como convidado o Exmo Sr Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo.
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA

COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2011–CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, ao Requerimento nº 73, de 2011–CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e ao Requerimento nº 46, de 2011–CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de "Debater o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965)".

PARTICIPANTES

- Marina Silva - ex-ministra do Meio Ambiente;
- Carlos Minc - ex-ministro do Meio Ambiente;
- Sarney Filho- ex-ministro do Meio Ambiente; e
- José Carlos Carvalho - ex-ministro do Meio Ambiente.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 40, DE 2011-CCT

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura na Expointer 2011, que se realizará na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e Parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro, especialmente em relação à revisão do Código Florestal.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 41, DE 2011-CCT

Requeiro, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011) e sua influência nas cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Paulo Safady Simão, Presidente da CBIC; João Batista Crestana, Presidente do SECOVI/SP; Márcio Ackermann, Consultor Ambiental; Raquel Rolnik, Professora da FAU-USP; Nabil Bonduki, Professor da FAU-USP; um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério das Cidades.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nºs 73, de 2011-CMA; 37, de 2011-CCT e 46, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

-
- Reinhold Stephanes - ex-ministro da Agricultura (2007-2010);
- Francisco Turra - ex-ministro da Agricultura (1999); e
- Alysson Paulinelli - ex-ministro da Agricultura (1974-1979).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CCT

Requer, nos termos dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, na condição de relatores, a realização de encontro, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro de 2011, às 14:00 horas, tendo como tema o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre normas gerais de política florestal.
Autoria: Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CCT

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.º 66, de 2011-CMA, seja realizada diligência na fazenda pertencente ao ex-ministro Alysson Paulinelli, em Baldim (MG), em conjunto, pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), visando conhecer e avaliar a tecnologia de manejo do solo e da água empregada na propriedade para uso agropastoril.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2011–CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, ao Requerimento nº 77, de 2011–CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; e ao Requerimento nº 49, de 2011–CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater o tema: "debater o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965) e sua relação com as cidades".

PARTICIPANTES

- Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- José Carlos Martins – Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC;
- Caio Portugal - Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo - SECOVI/SP;
- Nabil Bonduki - Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP;
- João de Deus Medeiros – Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente - MMA; e
- Celso Santos Carvalho – Diretor de Assuntos Fundiário Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades - MC.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento n.º 39, de 2011–CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, para debater o "Plano Nacional de Banda Larga".

PARTICIPANTE

- Paulo Bernardo Silva - Ministro de Estado das Comunicações.

TOTAL DE REUNIÕES: 09
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 35
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 23
Requerimento - CCT: 11

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: Senador Sérgio Souza
Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis

1ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2011

Instalação da Comissão e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão (Artigos 6º e 9º da Resolução nº 4, de 2008 – CN).
Resultado: Instalada a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, sendo eleitos o Presidente, Senador SÉRGIO SOUZA, e o Vice-Presidente, Deputado ALFREDO SIRKIS.

2ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 01 DE 2011–CMMC

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir a posição brasileira em relação às negociações globais sobre o clima e a política de mudanças climáticas adotada pelo Brasil. Para tanto, sugiro seja convidado o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Instalação: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento-CMMC: 01

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 93

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES: 22

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 309

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 31/08/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	5	13	13							

COMISSÕES TEMPORÁRIAS EXTERNAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
SEGURANÇA PÚBLICA RQS 455/2011	3	1	1							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	11	59	59	37						
ECAD RQS 547/2011	7	82	80	25						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatorze minutos do dia nove de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Reditario Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, comunicando aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 67 de 2011, de 15 de julho de 2011, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 20/04 do Senado Federal, que o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República no segundo trimestre de 2011; Aviso nº 68 de 2011, de 18 de julho de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de junho de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 69 de 2011, de 27 de julho de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao segundo trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. Informa, ainda, que a Comissão recebeu algumas correspondências enviadas por órgãos diversos. Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, oferecendo, ainda, as Emendas nºs 5 e 6. Em 9/8/2011, foi apresentada a Emenda nº 7, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Anunciada a Matéria, o Relator apresenta relatório reformulado, favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e integralmente a Emenda nº 7, de autoria do Senador Francisco Dornelles, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, oferecendo, ainda, as Emendas nºs 5 e 6. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Ana Amélia, que solicitam vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo). Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 399 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional,

para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4– Projeto de Lei da Câmara nº 41 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado José Pimentel, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 89 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Blairo Maggi, Cyro Miranda, Relator da Matéria, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Paulo Paim, Casildo Maldaner e Lobão Filho. Após a discussão, a Matéria é retirada de pauta. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 7– Aviso nº 3 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR", e Aviso nº 158 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal o cancelamento de operação de crédito irregular do Município de Pato Branco – PR", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos nºs 3 e 158 de 2011, com remessa desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, à Prefeitura Municipal de Pato Branco, ao Poder Legislativo local, ao Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Luiz Henrique e Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos nºs 3 e 158 de 2011, com remessa desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, à Prefeitura Municipal de Pato Branco, ao Poder Legislativo local, ao Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 278 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Angela Portela, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Luiz Henrique Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2010, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 8.213, de 24

de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Inácio Arruda, Relator da Matéria, Casildo Maldaner e Paulo Paim. É solicitada vista pelos Senadores Valdir Raupp e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 493 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para tornar obrigatória a comunicação ao contribuinte da retenção da declaração de imposto de renda para verificação por critérios ou parâmetros de revisão em massa e facultar a sua retificação", tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 447 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 13– Requerimento nº 47 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e José Agripino, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Abílio Diniz, Presidente do Grupo Pão de Açúcar; e Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para explicar, em audiência pública, a realização de operações financeiras envolvendo o estabelecimento de crédito oficial, bem como de suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14– Requerimento nº 49 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES; e Abílio Diniz, Presidente do Conselho do grupo Pão de Açúcar, para que prestem esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour e sobre a participação do BNDES no negócio". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Após a leitura do Requerimento, apresentado pelo Senador Alvaro Dias, de retirada definitiva do Requerimento nº 49 de 2011, a apreciação da Matéria é adiada. Item 15– Requerimento nº 53 de 2011, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos dos art. 93, inciso II, e 397, inciso II, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 50, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Exmo. Sr. Fernando Damata Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para debater as diretrizes da Nova Política Industrial e o Sistema de Defesa Comercial do Brasil". Em 12/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Lobão Filho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 53 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 54 e 55 de 2011. O Requerimento n° 54 de 2011, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, requer a realização de audiências públicas para discutir o conjunto de medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país – reunidas no "Plano Brasil Maior" – com a presença das seguintes autoridades: ministro da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega; ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Exmo. Sr. Fernando Pimentel; ministro da Ciência e Tecnologia, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante; presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, Sr. Luciano Coutinho; presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Robson Braga de Andrade; presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva; presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Sr. Wagner Gomes; presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Sr. Ubiraci Dantas

de Oliveira; presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sr. Artur Henrique da Silva; presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, José Calixto Ramos; e presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Sr. Ricardo Patah. O Requerimento n° 55 de 2011, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, requer a realização de audiência pública para discutir o "Pacto Nacional da Indústria Química", que consiste em um conjunto de propostas no sentido de viabilizar os investimentos necessários à indústria química, até 2020, para acompanhar a demanda prevista do consumo brasileiro, aproveitando as oportunidades do pré-sal e a emergência da química de renováveis, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Marcelo Kós Silveira Campos, diretor técnico da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim; Doutor José Osvaldo Bezerra Carioca, professor titular da Universidade Federal do Ceará – UFC, Membro da Academia Cearense de Química e Presidente do Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente – Cenea; e representante da Federação Nacional dos Trabalhadores Químicos. Antes de encerrar a reunião, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 32ª Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 32ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Ministério da Fazenda –

– **Aviso nº 67**, de 2011, de 15 de julho de 2011, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 20/04, do Senado Federal, que o Tesouro Nacional não realizou emissões de Títulos da República no segundo trimestre de 2011; e

– **Aviso nº 68**, de 2011, de 18 de julho de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de junho de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios;

Aviso do Banco Central –

– **Aviso nº 69**, de 2011, de 27 de julho de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao segundo trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. Informa, ainda, que a comissão recebeu algumas correspondências enviadas por órgãos que tratam de assuntos diversos.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Uma vez feita essa abertura aqui da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, se todos os Senadores me permitirem e se for esse o entendimento da Comissão, eu vou fazer um breve resumo aqui dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos no primeiro semestre deste ano de 2011. É uma exposição rápida, não vou cansá-los, meu caro Senador Eduardo Braga. Junto com o Senador Lobão aqui, vamos fazer uma exposição muito rápida dos trabalhos no primeiro semestre da Comissão de Assuntos Econômicos.

Podemos passar.

Nós tivemos, ao todo, 32 reuniões realizadas: 18 reuniões ordinárias, sete reuniões extraordinárias e sete reuniões conjuntas. Portanto, 32 reuniões realizadas pela Comissão de Assuntos Econômicos nesse primeiro semestre.

É importante registrar, no que se refere aos resultados e deliberações, um total de 142 deliberações, sendo: 113 aprovadas, uma conhecida e arquivada, 18 rejeitadas e dez prejudicadas.

Podemos ver, em detalhes, o número de aprovadas – lá em verde, lá na pizza –, mostrando efetivamente uma quantidade acentuada de projetos aprovados ou votados, melhor dizendo, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora, o próximo *slide*, dos projetos apreciados: projetos de lei do Senado, 39 projetos; projetos de lei da Câmara, seis projetos.

Vamos em frente.

Outra coisa importante também – e aí eu pediria até, o próprio Senador Cristovam Buarque solicitou, mas não houve tempo para mudar – são as garantias dos empréstimos que foram aprovados, as autorizações de empréstimos que foram aprovadas. São sete mensagens do Senado Federal, sendo: três delas, para o Estado de São Paulo; duas, para o Paraná.

Aliás, na verdade, são garantias de empréstimo. São operações de crédito aqui. Essas garantias de empréstimo, não entendi... São empréstimos, autorizações de empréstimos, e não garantias de empréstimos. Garantia da União. Mas é um empréstimo que nós votamos, com garantia da União. Então, foram: três, para São Paulo; dois, para o Paraná; e dois, para o Rio de Janeiro; totalizando, sete mensagens do Senado Federal.

Autorização de empréstimos para a União. É importante registrar aqui, também, um detalhe importante: foram autorizados também quatro empréstimos para Municípios: um, para Curitiba; um, para São Bernardo do Campo; um, para Paranaguá; e outro, para São José dos Campos – dois do Paraná e dois de São Paulo. Peço até, por solicitação do Senador Cristovam, que se coloque os valores que a CAE aprovou aqui para esses empréstimos, já que vai ser divulgado no distribuído aos Senadores titulares e suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos.

E também autorizações de empréstimos para a União. Duas mensagens do Senado Federal: uma, para o projeto de Consolidação do Programa Bolsa Família e apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, projeto do Governo Federal; e também outro projeto, projeto do AMX, que visa modernizar 43 aeronaves A-1 junto à Força Aérea Brasileira.

Além disso, realizamos sete sabatinas durante o primeiro semestre de 2011. Nas sabatinas, aprovamos os seguintes nomes para os seguintes órgãos: Autoridade Pública Olímpica, Márcio Fortes de Almeida – ele foi sabatinado aqui, o ex-Ministro Márcio Fortes; Diretores do Banco Central, Sidnei Corrêa Marques e Altamir Lopes; do Cade, Fernando de Magalhães Furlan, para presidente, Alessandro Octaviani Luís, conselheiro, Marcos Paulo Veríssimo, conselheiro, e Elvino de Carvalho Mendonça, também conselheiro.

Eu gostaria também de destacar algumas matérias de relevância que foram apreciadas:

1 – a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, PLC nº 189/2010;

2 – autorização para a República Federativa do Brasil fazer doações à Aliança Global para Vacinas e Imunização e à Central Internacional para Compra de Medicamentos – Unitaid, PLC nº 149/2010;

3 – definição de percentual mínimo de participação de mulheres em conselhos de administração, PLS nº 112/2010;

4 – a criação do Fundo Nacional Pró-leitura, PLS nº 294/2005;

5 – isenção de impostos nas importações de equipamentos hospitalares sem similar nacional, PLS nº 81/2009;

6 – equiparação do livro eletrônico ao livro, para fins de tributação, PLS nº 114/2010.

No próximo *slide*, também, para V. Exªs terem uma ideia: são 372 matérias legislativas tramitando no âmbito da CAE; matérias com relatoria, que nós já destacamos as relatorias, 239; matérias que estão prontas para a pauta, 97, e, aguardando distribuição, 36.

É importante trabalhar no sentido de votar o maior número possível de matérias, portanto, limpar a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. Como V. Exªs podem ver, são 372 matérias legislativas tramitando na CAE.

Outra coisa importante também é a distribuição das relatorias. Nós estamos procurando equilibrar os percentuais da Base, da Minoria, do PTB, do PSOL, da Maioria, de maneira a ter exatamente na distribuição das relatorias a participação dos blocos, dos partidos de oposição, da Minoria, quer dizer, dar conseqüência a essa proporcionalidade nas relatorias também, para tratar todas essas matérias da CAE com equilíbrio compatível com a representatividade de Base e Oposição e dos partidos que não compõem blocos, exatamente para fazer uma distribuição equânime das matérias.

É importante registrar também a quantidade de requerimentos aprovados. Foram apresentados 43, sendo 16 atendidos; 2 parcialmente atendidos e 25 não atendidos.

Audiências públicas.

Foram realizadas 13 audiências, sendo 2 audiências para debater o PRS 72/2010, que trata das alíquotas do ICMS incidentes nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados – esse é um projeto, no meu entendimento, prioritário a ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos; 2 audiências públicas com a Comissão de Infraestrutura, sobre renovação de concessões de energia elétrica; audiência sobre o risco da desindustrialização da economia brasileira, outro tema que esta Comissão tem discutido intensamente nas suas várias reuniões; audiência conjunta para debater o PLC 116, junto com outras Comissões do Senado, que dispõe sobre a

comunicação audiovisual de acesso condicionado, no meu entendimento, também um projeto prioritário da pauta do plenário do Senado; audiência com o Ministro da Fazenda para prestar informações sobre o cenário esperado pelo Governo para 2011 e também sobre possível interferência do Governo na Vale do Rio Doce; audiência com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Senador Aloizio Mercadante, para debater economia e competitividade, a importância da inovação; 2 audiências com o Presidente do Banco Central sobre política monetária, creditícia e cambial.

Também quero registrar aqui as subcomissões em funcionamento: Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, cujo Presidente é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e vice-Presidente o Senador José Pimentel; Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, que tem com Presidente o Senador Francisco Dornelles e como vice-Presidente o Senador Cyro Miranda.

Esses são os números da CAE. Na avaliação com o Senador Lobão, são números extremamente bons, mostrando que a CAE atuou intensamente não só nas pautas ordinárias, nas pautas administrativas, mas também nas audiências públicas, e votou muitas matérias, que foram distribuídas equilibradamente entre os partidos – os números mostram isso.

É uma Comissão que tem tido efetividade permanente todas as semanas e, evidentemente, tem o grande desafio de limpar a pauta em função dos 372 projetos que tramitam na Comissão de Assuntos Econômicos, boa parte deles já distribuídos aos Senadores, sendo que 97 estão prontos para votação.

Quero registrar também que essa prestação de contas é feita todo semestre na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero, ainda, parabenizar os Senadores e as Senadoras pelo trabalho realizado no primeiro semestre.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero destacar a forma como V. Exª vem presidindo esta Comissão, auxiliado pelo Vice-Presidente, Senador Lobão. E quero destacar, Sr. Presidente, dentre outras ações importantes desta Comissão, aquela em que debatemos, em que discutimos exaustivamente o risco de uma desindustrialização do nosso País, que afeta principalmente os setores têxteis, de confecção e metalmecânico.

Acredito que fruto dessa intervenção do Senado, através desta Comissão, houve a sensibilização do Governo com a edição de um pacote econômico voltado à proteção da nossa indústria de transformação, a criação de incentivos à inovação, a criação de normas que privilegiam a indústria de auto-peças nacional, agregada principalmente na indústria automobilística.

De modo que quero cumprimentá-lo e a todos os membros desta Comissão. Acredito que nós, ao discutirmos essa questão, não apenas naquela audiência, mas durante os trabalhos que foram aqui realizados, demos uma contribuição decisiva para a adoção dessas medidas que, por certo, vão proteger a nossa indústria de transformação e evitar que se repita no Brasil aquilo que ocorreu com a nossa vizinha argentina.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senador Cyro Miranda e Senador Inácio Arruda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, quero dar o meu testemunho igualmente como o Senador Luiz Henrique e parabenizá-lo pelo espírito democrático com vem conduzindo esta Comissão, a agilidade e estou sempre pedindo aos Relatores que, ao entregar, o façam com a maior brevidade.

Os resultados vêm acontecendo e, juntamente com esta Comissão, também chamamos a atenção para o câmbio que tem desfavorecido as exportações das indústrias brasileiras e, com isso, estamos vendo as primeiras medidas. Parece-me que o Conselho Monetário Nacional vai assumir essa parte porque, a continuar assim, vai ser muito mais acelerada a desindustrialização.

De maneira que quero parabenizar e agradecer a oportunidade e a confiança das relatorias que V. Exª tem a mim confiado.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Não tenho dúvida nenhuma de que esse segundo semestre vai ser bastante para a Comissão de Assuntos Econômicos. Aqui serão discutidos, talvez, a agenda econômica principal do País que é a questão não só do PE nº 72, a questão da discussão da dívida dos Estados, a questão dos *royalties* do pré-sal. Portanto, temas que esta Comissão vai desempenhar um papel

de extrema relevância para o Senado Federal e para o Congresso Nacional.

Obrigado pelas palavras.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, talvez fosse desnecessário, mas considero importante sublinhar a capacidade de trabalho que V. Exª tem demonstrado na Presidência da Comissão.

Não seria diferente porque isso tem ocorrido nas comissões em que V. Exª tem participado, seja nas comissões permanentes, seja nas temporárias, nas mistas, na comissão de orçamento tem sido sempre um trabalho muito profícuo.

Uma questão-chave para a atividade parlamentar que é a habilidade agregadora para unir gente trabalhando em torno de V. Exª, o esforço que V. Exª faz no sentido de que a divisão não divida suas responsabilidade, mas agregue os Parlamentares, haja vista que sempre está com V. Exª, a seu lado, o Senador Lobão, firme, com toda disposição, toda garra, para defender esse tipo de dinâmica que a comissão estabeleceu.

Nossa Comissão tem severas responsabilidades. É uma comissão que debate questões centrais do País. Vejam que aqui recebemos seguidamente o Presidente do Banco Central. Devemos trazê-lo aqui novamente para discutir as novas medidas, inclusive aquela do Conselho Monetário Nacional relativa ao câmbio, à presença dos derivativos. Está aí uma medida provisória, de que estamos tratando.

A questão do programa. Acabei de dar entrada a um requerimento para que possamos traze aqui o Ministro da Fazenda, o Ministro da Indústria e do Comércio Exterior para discutirmos as medidas adotadas pela Presidente. À medida que discutimos, podemos agregar alguns setores importantes aos benefícios que a medida traz, estabelecer regras para algumas regiões. V. Exª tem essas responsabilidade numa situação em que o chamado mundo desenvolvido está... Não vamos dizer que deu uma virada completa, mas que está à deriva. Isso requer de um país como o nosso e desta Comissão especialmente, ligada à questão da infraestrutura, porque acho que combinamos a ação. V. Exª mesmo é membro da Comissão de Infraestrutura.

Há outra questão que V. Exª conhece muito bem, que é a questão da energia e da renovação das concessões, que também é tema desta Comissão. Tem sido levantado na Comissão de Infraestrutra, mas é tema desta comissão. É um assunto econômico estratégico, porque é um insumo básico da atividade econômica do País. Tenho confiança, tendo em vista o desenrolar do primeiro semestre, que só crescerá entre nós a certeza de que V. Exª sempre vai conduzir a bom termo a nossa Comissão.

Então, conte com o nosso apoio. Conte com o apoio do PC DO B, para desenvolver a atividade da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, laborioso Senador Inácio Arruda. O homem chegou cedo hoje. Quando cheguei aqui, ele tinha vindo do Ceará diretamente para a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque e depois o Senador Blairo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, no final do semestre passado fiz questão de manifestar aqui a minha satisfação de esta sob a sua direção e dizer do prazer que sinto de estar aqui com vocês. Esta é uma comissão que dá gosto a gente ver. O Senador Lobão Filho, claro, faz parte disso.

Não vou mais falar desse lado, quero falar daqui para frente. Estou de acordo com o senhor: ai ser um semestre muito produtivo tendo em vista a quantidade de bons e importantes projetos a serem debatidos. Entretanto creio que vivemos uma crise tão séria hoje na economia do mundo inteiro que esta Comissão tem, que, ao lado de debater cada projeto esta Comissão tem de debater o conjunto do momento que nós vivemos.

Ontem à noite na Comissão de Relações Exteriores – o Presidente Collor tem organizado uma série de debate, toda segunda-feira, sobre política externa –, o debate foi sobre economia internacional. Foi um debate, realmente, muito bom e transmitido ao vivo pela televisão. Está aqui um Senador que estava presente. Refiro-me ao Senador Luiz Henrique.

Eu gostaria de saber como é que a gente faz para trazer o debate aqui para dentro. Nós temos de estar alerta. A economia está bem, mas não vai bem. Não é nem por culpa nossa – mas por culpa de países de fora –, mas as conseqüências serão nossas se não tomarmos precauções. Temos de estar aqui sabendo o que vai acontecer, que possa ser previsto e o que vamos fazer.

A vinda do Presidente Tombini a esta Comissão por um lado foi muito positiva porque ele deu o quadro, mas nós não discutimos os cenários, o que vai acontecer.

Está aí o Brasil cheio de títulos americanos. Eu ainda não consegui entender bem como vão ser, o que se vai fazer com esses títulos no mundo inteiro se continuar a queda da credibilidade americana, que caiu, está estabilizada, mas pode cair de novo. Vendê-los é um desastre. Guardá-los é um equívoco, ou o contrário: vendê-los é um equívoco; guardá-los é um desastre.É claro que se compararmos a nossa situação com a da China, veremos que o nosso problema é muito menor, mas o que vamos fazer com isso? O

que a gente vai fazer se, de fato, essa crise leva a uma queda dos preços das *commodities.* como se está prevendo que poderá acontecer? Na hora em que houver uma restrição às importações nos Estados Unidos, a China vai ter que restringir também suas importações.

Eu tenho uma proposta, que foi aprovada, de fazermos aqui uma audiência sobre o endividamento. Está aprovada. Hoje começo a pensar se basta discutir o endividamento. O endividamento é um dos aspectos. A crise mundial é outro aspecto. Os preços das *commodities*, outro aspecto. Temos diversos aspectos, e não podemos ficar de fora.

Nós vimos, na crise americana, como o Congresso tem um papel ativo, até mesmo, eu diria neste caso, negativo, mas com uma força que põe o mundo inteiro, não vou dizer de joelhos, mas de ouvido aberto. Precisamos dessa grandeza, o Senado também – obviamente, no nosso caso, eu não diria que seria para fazer oposição, até pelo espírito patriótico, que hoje, acredito, é maior nosso do que lá. Sempre fui um defensor, citando como exemplo, do bipartidarismo americano nas horas graves. A gente viu, Senador Casildo, que esse bipartidarismo acabou. É capaz de aqui ter mais espírito público na oposição do que lá. Mas seja qual for a posição política ou até eleitoral nossa, temos que estar presentes nessa crise.

Eu não sei, a Senadora Ana Amélia tem falado sempre isso, sempre sobre a economia e sempre com preocupação. Eu tenho insistido, o Senador Requião tem insistido, mas é um debate que fica entre nós e a televisão. Aqui, não, aqui é um debate que fica entre nós e nós, entre nós com profundidade.

Eu queria dizer que esta Comissão tem que reservar tempo, nem que seja, como faz a Comissão de Relações Exteriores, à noite, até para pegar a televisão, depois que acaba o plenário, para levarmos ao Brasil debate sobre a crise econômica mundial, de cujo mundo o Brasil faz parte intrínseca, e pode até estar mais protegido, mas não está vacinado, não há vacina nessa doença.

Essa é a minha proposta. Ao lado de tudo de importante que o senhor falou neste semestre, reservemos um tempo para dizer que o Senado está presente na discussão do que está acontecendo na economia e quais os rumos que esse grupo aqui de pessoas propõe para a nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

E antes de comentar as observações de V. Exª, quero pedir para a Secretaria, no relatório dos trabalhos do primeiro semestre, incluir os valores dos empréstimos, que é uma solicitação que o Senador Cristovam fez aqui em algumas reuniões passadas. E esse relatório será distribuído para todos os Senadores e Senadoras.

Senador Cristovam.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Gostaria de falar sobre as suas considerações, porque a minha fala na linha do Senador Cristovam.

Cumprimento o Presidente, Delcídio, o vice-Presidente Lobão Filho, que aos poucos está ficando mais com a gente agora. Seja bem-vindo. Senadora Ana Amélia, Senadores aqui presentes.

Primeiro, quero fazer coro aqui cumprimentando-os pela condução desta Comissão do primeiro semestre. Os números, os dados são interessantes, são bons e são produtivos.

Com respeito ao momento que estamos vivendo, o Senador Cristovam levantou uma questão que acho que devemos conduzir de forma mais próxima a este momento.

Em todos os momentos de grande crise, a gente tem que estar mais alerto e mais atento às mudanças, que elas são muito rápidas, e algumas tomadas de decisão podem significar o sucesso ou o insucesso, numa única tomada de decisão.

Gostaria de pedir ao Presidente da nossa Comissão para conversar com o Executivo, no caso a Fazenda, porque lhe é mais própria dela, e o Banco Central, acerca da possibilidade, Presidente Delcídio, de esta Comissão ou pelo V. Exª estar recebendo diariamente um repórter do Ministério sobre a situação econômica e mundial deste momento, e a consequência para o Brasil também. Porque tenho conversado na minha empresa com as pessoas que tomam conta da parte financeira e, em determinados dias, eles estão realmente muito preocupados. O "derretimento" da economia mundial e as consequências que isso poderá acarretar ao nosso País são bastante grandes. Consequentemente, e diretamente, às empresas e às companhias.

Ontem mesmo, os informes que recebi foram de que, para muitas empresas brasileiras, as pequenas e médias empresas que precisam rolar as suas dívidas, que têm financiamentos de produção e que, no vencimento, se pagam e se renovam, os bancos estão recebendo e já não estão devolvendo esses recursos, não estão fazendo novos empréstimos. Além disso, há um aumento de juros, o que é natural, é consequência direta da atuação que está acontecendo neste momento.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª para conversar com a Fazenda e, pelo menos enquanto essa crise estiver em um período agudo, que o senhor pudesse receber esse repórter e que também V. Exª pudesse, todo dia, no plenário, falar um pouco dessa posição que o Governo brasileiro tem. Porque nós não podemos, como se diz na gíria, nos deixar pegar de calças curtas. A situação do Brasil é diferente para enfrentar a crise, mas ela não é totalmente segura. E, se nós errarmos na mão, como eu disse no começo, isso pode significar o insucesso. Se ficar tudo bem, os méritos vão ficar lá para o Executivo, mas, se der errado, virá a conta para nós aqui no Senado também e para todo o setor político.

Então, considero que é importante e faço a sugestão, então, a V. Exª, de que possa receber, diariamente, de um repórter o que está acontecendo e, se possível, que V. Exª possa nos passar também para termos um acompanhamento do que o Governo, do que o Executivo brasileiro está pensando, neste momento, sobre a crise e as consequências, que poderão ser muito graves para o nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Eu só gostaria de fazer um registro. A crise, efetivamente, eclodiu a partir do rebaixamento do *rating* americano. Essas consequências já foram sentidas desde ontem, e hoje, aparentemente, não há um quadro muito diferente do da segunda-feira. Então, fruto até dessas sugestões, a Mesa vai preparar... Vou conversar com o Senador Lobão e nós vamos apresentar uma proposta porque entendo até que uma audiência pública, um grande debate, e rapidamente, sobre esses assuntos, sobre esse "derretimento" – como o Senador Blairo disse – da economia é fundamental.

Estive, há poucos dias, fora do País e vi o que a Europa está passando. É uma coisa inacreditável. Inacreditável! A situação dos países europeus, pelo menos de alguns, alguns já conhecidos e outros que estão aí na linha de tiro, como Itália, como Espanha, é extremamente preocupante. E tudo isso ainda catalisado por esse rebaixamento do *Triple A* americano para o AA+. A situação é crítica. Está ficando muito claro que precisam ser tomadas medias porque não adianta mais simplesmente socorro. Há uma necessidade clara de medidas duras por parte dos governos ou pela Comunidade Econômica Europeia, ou por alguns países da Comunidade Econômica Europeia. Agora, com as suas consequências, que não são fáceis.

Então, acho que esse é um debate que a Comissão de Assuntos Econômicos tem que assumir no todo, pular de cabeça. E nós vamos apresentar uma sugestão já para, rapidamente, mesmo – como disse o Senador Cristovam – que seja uma audiência em separado da nossa reunião normal de terça-feira, realizá-la, porque precisamos nos posicionar.

E, curiosamente, Senador Aloysio Nunes, está acontecendo um outro fenômeno que nos preocupa: os Executivos estão jogando a culpa no Legislativo, no Parlamento. A Itália está fazendo isso; a Espanha, de certa maneira está fazendo isso; os Estados Unidos estão fazendo isso, explicitamente, tentando jogar a bomba, tentando jogar os problemas que ocorreram...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – No caso da Europa, Sr. Presidente, é fácil, porque é só derrubar o gabinete. Nos Estados Unidos é mais complicado.

O SR PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – É muito mais complicado. Mas joga exatamente na classe política a responsabilidade por problemas que os países estão enfrentando.

Aqui foi dito, talvez pelo Senador Luiz Henrique ou pelo Senador Cyro, que nós temos nossas responsabilidades e não vamos faltar nesse momento, mas é curiosa a tendência de o Executivo sempre jogar a bomba para o Legislativo, mas, na verdade, a realidade não é bem essa e não poderia ser também. Então eu acho que nós temos que ficar muito atentos, porque, daqui a pouco, vão começar a achar que o problema somos nós. Essa é uma situação muito mais complexa e que aparentemente se espalha pelo mundo como se os parlamentos fossem os grandes responsáveis pelo que está acontecendo. Podem ter sua responsabilidade, mas não são os gestores da economia neste País.

Eu vou abrir agora a nossa pauta para o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu queria sugerir, já que nós temos inacreditáveis e espantosos quinze Senadores presentes, o que só uma Comissão como a CAE poderia fazer, que façamos uma inversão de pauta e comecemos pelos temas terminativos.

O SR PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores concordarem com a proposta do Senador Lobão, nós começaremos pelo Item nº 10. Se todos os Senadores estiverem de acordo...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só peço, Sr. Presidente, que haja quórum para os não terminativos também.

O SR PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós já temos quórum estabelecido. Essa observação é do Senador Lobão, Senador Cyro, mas é muito correta a consideração de V. Exª.

Portanto, vamos começar pelo Item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 214 DE 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Por isso solicito aos gabinetes e aos Senadores e Senadoras presentes que permaneçam ou venham ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator, o laborioso Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, presente o autor do projeto, Senador Paulo Paim, que tem dedicado parte significativa da sua atividade parlamentar em encontrar os meios e maneiras de beneficiar os aposentados brasileiros. E a iniciativa do Senador Paim nesse projeto de lei tem exatamente este sentido: para aqueles que conquistaram a aposentadoria e retornam ao mundo do trabalho como agregar um adicional, porque já dedicaram uma parte significativa da vida, já contribuíram, já pagaram, estão aposentados, mas em condições de trabalhar e exige o nosso País mão-de-obra qualificada e experiente e esses homens e essas mulheres têm esse potencial. O Paim busca criar os meios, o mecanismo para que a gente possa atrair essa mão-de-obra.

Então, consoante o nosso Regimento e nos termos do art. 99, é da competência da Comissão tratar dessa matéria para a qual, na nossa modesta opinião, não há nenhuma inconstitucionalidade, atende ao aspecto da juridicidade.

É inegável que o texto legal vigente objetivou sanear as contas da Previdência, inibindo as aposentadorias por tempo de contribuição, seja postergando retirada do benefício, seja provocando redução em seu valor. Isso impôs uma carga muito elevada sobre os aposentados, incutindo, sobretudo, um grau de incerteza e insegurança aos segurados. Assim, não se considera justificável que, em função das mudanças demográficas e das progressivas atualizações das tábuas de expectativa de vida, um trabalhador seja impossibilitado de ter conhecimento do quanto ele, ao final de sua vida produtiva, poderá contar em termos de aposentadoria. O seguro social deve ter normas claras e acessíveis ao trabalhador comum.

Entendo que a proposição em análise busca sanar esse equívoco ao instituir uma espécie de estímulo para que aposentados permaneçam ou voltem à ativa, promovendo inclusive engenhosa fórmula para até mesmo reajustar seus benefícios, tornando mais digna a aposentadoria. No entanto, o projeto de lei apresenta problemas quanto ao aspecto constitucional, que nós buscamos corrigir, pois não apresentava fontes de custeio para majoração do benefício, conforme prevê o § 5º do art.195 da Carta Magna.

Como se trata de uma medida justa, entendo que é possível corrigir essa falha no texto sem comprometer seu alcance absolutamente social. Além disso, entendo serem precisos alguns ajustes na ementa e no art.56-A proposto, de maneira a tornar mais claro o objetivo da proposição.

Nosso voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PLS nº214, na forma do seguinte Substitutivo que apresento. Todos estão com ele na mão. É a nossa... Dentro do objetivo central do Senador Paim, que é criar condições para atrair o trabalhador já aposentado que quer voltar a trabalhar. Então, o nosso Substitutivo é pela aprovação da proposição do Senador Paulo Paim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se V. Exª me permitir.

É porque o relator, no último parágrafo da sua análise, disse que o projeto de lei apresenta problemas quanto à constitucionalidade, por não apresentar a fonte de custeio para majoração do benefício. E diz o

relator que é possível corrigir essa falha no texto sem comprometer o seu alcance social.

Quais são os ajustes que o relator propõe? Não me parece claro isso, para sanar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O art.2º da proposição estabelece essas correções. Está aqui a lei que trata do assunto, que é a Lei nº8.213, de 24 de julho de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação: "O segurado que fizer jus à aposentadoria por tempo de contribuição e permanecer em atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, ou, se aposentado, a ele retornar, terá um acréscimo no valor de seu benefício equivalente a um trinta e cinco avos, se homem, e um trinta avos, se mulher, por ano de contribuição adicional.

> Parágrafo único. "O adicional de que trata este artigo será calculado sobre o valor do salário de contribuição e será concedido a cada três anos ou no momento em que o aposentado se afastar da atividade definitivamente, não podendo o valor do benefício da aposentadoria, acrescido do adicional, exceder ao limite máximo do maior salário de benefício da Previdência Social."

Então, nós fizemos essa pequena correção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Onde é que está a receita? Eu só vejo o benefício.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, mas é porque nós não estabelecemos o valor na receita. Nós fizemos uma correção do cálculo da proposta feita pelo Senador Paim...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... para, modificando o cálculo, ele ter a garantia, porque ele contribui. E ao contribuir ele ficaria coberto. Quer dizer, ele já está coberto pela contribuição que ele realiza.

O modelo de Previdência Social nosso estabelece essa garantia, tanto com a contribuição patronal quanto com a contribuição do beneficiário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Raupp. Depois, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, o projeto me parece meritório, mas um tanto complexo, porque tenho certeza de que a grande maioria dos Srs. e Srªs Senadoras não o estão entendendo muito bem. Então, peço vistas por uma semana, para que a gente possa se debruçar sobre ele e analisar melhor essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Votaremos, então, o projeto na próxima semana, a próxima terça-feira, por pedido de vistas do Senador Raupp.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vistas coletivas. Na próxima semana esse projeto será votado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de me incluir também nessas vistas coletivas, porque tenho interesse nessa matéria, até porque tenho um projeto mais ou menos análogo em tramitação e na essência o mérito é extraordinário.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Também peço vistas coletivas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vistas coletivas, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, Senador Casildo também. Senador Paim. Senador Cyro Miranda.

O Senador Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Um minuto só, Presidente, para dizer que o objetivo desse projeto é a antiga batalha que todos nós travamos contra o fator previdenciário. Acho que está comprovada, com a última decisão da Presidenta Dilma Rousseff quando desonera o total das contribuições sobre a folha. E eu não sou contra, porque digo que a Previdência é superavitária e tem como suportar inclusive isto: desonerar em 20% o total da folha para 0% sobre quatro setores fundamentais. Isso é mais uma comprovação, Sr. Presidente, que não tem como só o trabalhador do regime geral, que é o mais pobre, ver o seu salário ser confiscado pela metade, no caso da mulher, por exemplo, devido ao fator.

Aqui fazemos uma pequena compensação. Aquele que está afastado já perdeu, mas, pelo menos aquele que quiser voltar a trabalhar, ele vai ter um incentivo a voltar a trabalhar e vai receber 1/35 avos por ano trabalhado. Se ele ficar lá mais dez anos, ele vai chegar naquilo que seria um instrumento de combate que o fator lhe retirou.

Então, é uma questão de justiça. Eu tenho certeza de que o próprio governo vai ser a favor desse projeto, porque o próprio Ministro Garibaldi tem dito diariamente

que o fator se tornou praticamente hoje um assalto ao bolso do trabalhador. São palavras do Ministro. Quer dizer, é inacreditável que se mantenha ainda esse fator. É uma forma de corrigir o grande prejuízo causado pelo fator. Se ele teve de cumprir uma tarefa, durante um período, já cumpriu. Acho que hoje é unanimidade que não dá mais para conviver com o fator. Enquanto o fator não é mudado por outra formula de cálculo, pelo menos, é uma forma de diminuir o prejuízo dos mais pobres, porque aqui só é beneficiado o mais pobre, porque não pode ultrapassar o teto e o teto é 3.650. É só isso. Mas me sinto contemplado com a vista para que a gente vote na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) - Muito obrigado, Senador Paim, pelos esclarecimentos. Pedido vistas coletivas, votaremos a matéria na próxima semana.

ITEM Nº 11.

Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2008, terminativo. Altera o Decreto Lei nº 5.844 de 23 de setembro de 1943, para tornar obrigatória a comunicação ao contribuinte da retenção da declaração do imposto de renda, para verificação por critérios ou parâmetros e revisão em massa e facultar a sua retificação.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Lembro novamente que esse projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Portanto, solicito aos Senadores presentes que permaneçam ou que venham ao Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado Federal de nº 493 estabelece parâmetros para que a Receita Federal do Brasil, antes de aplicar as penalidades previstas na legislação tributária, realmente possa fazer contato, comunicar ao contribuinte, pois, na maioria das vezes ou quase na totalidade das infrações aplicadas pela Receita Federal, ele só toma conhecimento ou quando já está sendo penalizado por ações executivas ou, ao contrário, quando não dá a menor satisfação.

Infelizmente, a legislação tributária brasileira é complexa demais. Além do mais, a Receita Federal Brasileira tomou como parâmetro, como meta, que é preferível primeiro multar para poder, então, dar qualquer tipo de satisfação ao contribuinte.

Então, nessas circunstâncias, Presidente, passamos a fazer a análise do projeto que é, na minha observação, meritório, e que o Senador Colombo pretendeu fazer em benefício dos contribuintes brasileiros.

À Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso.

O Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2008, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; 153, III, da CF). O meio para a promoção da mudança é adequado e foram respeitadas as regras para a elaboração e alteração de normas dispostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Atualmente, após a revisão da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF), a RFB pode realizar notificação de lançamento ou expedir auto de infração. Segundo nos informa o art. 2º, §1º, da Instrução Normativa da Receita Federal nº 958, de 15 de julho de 2009, quando for constatada infração à legislação tributária exclusivamente por meio de informações constantes das bases de dados do órgão de fiscalização, será expedida notificação de lançamento, da qual será dada ciência ao contribuinte. Já o art. 3º da mesma norma estabelece que o sujeito passivo será intimado a apresentar, no prazo fixado na intimação, esclarecimentos ou documentos sobre inconsistências ou indícios de irregularidade fiscal detectadas nas revisões das declarações, **salvo** se houver infração claramente demonstrada, com os elementos probatórios necessários ao lançamento. Ou seja, nos casos em que a autoridade fiscal entende ser possível o lançamento, é prescindível a prévia comunicação do contribuinte, que apenas será cientificado desse fato em momento posterior, quando já incidentes a multa e os juros.

O PLS nº 493, de 2008, ora sob apreciação, tem por objetivo justamente obrigar a RFB a, independentemente do conteúdo de seus bancos de dados, comunicar o contribuinte acerca da retenção de sua DIRPF, para que seja possível a prestação de esclarecimentos ou retificação de informações. Apenas depois será possível o lançamento.

Acreditamos que o projeto é meritório. Realmente, a RFB possui, hoje, o que há de mais moderno em termos de tecnologia da informação, sendo exemplo de eficiência para outros países. Os sistemas informatizados de avaliação das informações prestadas pelos contribuintes cruzam grande número de dados e detec-

tam as falhas de forma imediata, desde as relevantes até as insignificantes. Ao mesmo tempo, forçoso reconhecer que a legislação do imposto de renda é complexa e propicia dúvidas aos contribuintes, a grande maioria sem qualquer conhecimento técnico. Assim, a maior parte dos erros detectados nas DIRPFs ocorre por desatenção ou desconhecimento, motivo pelo qual entendemos conveniente a exigência de comunicação do contribuinte para prestar esclarecimentos ou retificação antes da realização do lançamento.

Lembramos que é possível atualmente, por meio do sítio da RFB na internet, acompanhar o processamento das DIRPFs. O procedimento, entretanto, depende de atuação do contribuinte e de acesso à rede mundial de computadores, algo que não se aplica a todos. A proposição, corretamente, atribui o ônus de comunicar a existência de problemas na declaração do contribuinte à RFB, retirando do cidadão a obrigação, a nosso ver indevida, de verificar diuturnamente se sua DIRPF foi ou não retida na "malha fina".

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2008.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Luiz Henrique. Depois, Senador Cassildo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de mais uma contribuição importante do ex-Senador Raimundo Colombo, hoje Governador do Estado de Santa Catarina, para aperfeiçoamento da legislação tributária nacional.

Lembro, Sr. Presidente, que no primeiro semestre aprovamos outro projeto do ex-Senador Raimundo Colombo que previa a dilação de prazo para notificação quando o ato fiscal ocorresse nos feriados de fim de ano.

Esse é um projeto que visa a transparência absoluta do ato fiscal. O contribuinte tem o direito de saber o que vai pagar, por que vai pagar e o Estado tem o dever de informá-lo disso.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto pela aprovação do projeto e entendo altamente meritório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como o Senador Luís Henrique já teceu comentário em relação a essa proposta do eminente ex-Senador Raimundo Colombo, hoje Governador do nosso Estado, eu tenho apenas que subscrever o que disse o nosso Senador Luís Henrique. Exalto essa proposta de os contribuintes de declarações que caem na malha fina sejam notificados sobre se é retificação ou prestar esclarecimentos.

Acho que é um direito do cidadão ser informado.

E cumprimentar com essa proposta ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação nominal. Quem vota "sim" vota com o Relator Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Voto "sim."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lídice da Mata. (*Pausa.)*

Senador Blairo Maggi**.**

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp. *(Pausa.)*

Não está presente**.**

Como vota o Senador Raupp? (*Pausa.)*

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Reditário Cassol.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto com o Relator e também com o autor dessa matéria tão importante para o contribuinte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira. Não, esse

não, porque está prejudicado, já que é relator, voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, parabenizando o Relator e o autor.

O nosso ex-Senador Colombo, Raimundo Colombo, de Santa Catarina, hoje governando o Estado.

Senador Flexa.

O Senador Flexa se retirou.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

Vou recolher o resultado:

São 15 votos SIM, nenhum voto NÃO. Não houve abstenções.

Portanto, a Comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2008, em caráter terminativo.

Quero registrar que o Senado Gim Argello solicitou a retirara de pauta do item 12. Portanto, nós vamos pautá-la na próxima semana. É Projeto de lei do Senado nº 447, de 2007.

E nós voltamos agora para o item 01.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 90 DE 2010 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, oferecendo, ainda, as Emendas nºs 5 e 6.

Ao mesmo tempo, está aqui na mesa da Comissão de Assuntos Econômicos uma emenda apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, a Emenda nº 7, que já foi encaminhada ao Relator Cyro Miranda, também.

Portanto, passo a palavra ao Relator Cyro Miranda para que possa proferir o seu parecer e o parecer à emenda.

.**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o autor justifica a proposta com a necessidade de estimular a valorização da profissão dos engenheiros e arquitetos, sobretudo nessa fase de intenso crescimento econômico em que se nota deficiência no respectivo mercado profissional. Argumenta também com coerência, uma vez que a lei já permite o enquadramento no Simples Nacional das atividades ligadas à construção de imóveis e obras de engenharia em geral e à execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como a decoração de interiores.

A proposta atende a todos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Acatamos também, além da emenda do Senador Ademir Santana, que acrescentou à emenda a corretagem de bens imóveis, a emenda do Senador Demóstenes Torres, que, por meio da emenda, acrescentou transportes predominantes em turismo. Também acabamos de acatar a emenda do Senador Dornelles, que inclui o design de interiores; muitas vezes confundido com a decoração de interiores, é uma técnica cenográfica, visual e arquitetônica.

Então, somos pela aprovação do projeto, com essas emendas, incluindo a do Senador Dornelles, que passa a ser o inciso X.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cyro, pela objetividade, clareza e competência.

A matéria está em discussão.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto de autoria do Senador Fernando Collor e relatado pelo Senador Cyro Miranda objetiva incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os serviços beneficiários do Simples Nacional. A medida procura incentivar, valorizar essas carreiras, num contexto atual de escassez desses profissionais no mercado de trabalho, e argumenta pela coerência, uma vez que as atividades de construção de imóveis e obras de engenharia em geral, de execução de projeto e serviço de paisagem e decoração já são beneficiárias do Simples Nacional.

O Relator está de acordo com as proposições e manifestações do autor, mas o Ministério da Fazenda, entretanto, levantou algumas dúvidas, pois avalia que não seriam suficientemente claros os benefícios socioeconômicos da inclusão dos escritórios de engenharia e arquitetura e se seriam capazes de compensar a renúncia fiscal envolvida. E lembra que a renúncia fiscal não impacta apenas o Erário federal, mas também os Erários estaduais e municipais.

Através da Secretaria da Receita, aponta a vedação de ingresso no Simples Nacional de prestação de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística, cul-

tural que constitua profissão, regulamentada ou não, bem como a que preste serviço de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócio.

Ora, essa vedação buscaria harmonizar a tributação do serviço com a de pessoa física, nos casos em que o serviço prestado pela empresa se assemelha muito mais a uma atividade autônoma em que as receitas, na prática, direcionam-se quase que integralmente ao prestador de serviço. A prestação de serviço por escritórios de engenharia e arquitetura seria caracterizada justamente pela ação intelectual e técnica de engenheiros e arquitetos e seriam assemelhadas muito mais a uma atividade autônoma.

Assim, de acordo com a Receita Federal, não cabe a analogia dessa atividade com a de construção de imóveis e obras de engenharia em geral, que se assemelham a uma atividade empresarial, destinando grande parte de sua receita ao pagamento de mão de obra e material. O ingresso de escritórios de arquitetura e engenharia no Simples Nacional poderia configurar um privilégio em relação às empresas não optantes e desigualdade injustificável em relação aos profissionais autônomos ou assalariados, sujeitos à tributação com base nas tabelas de Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Assim, avalia a Receita Federal que a extensão do regime especial poderia beneficiar essas atividades desses segmentos sociais, mas introduzindo desigualdades, em particular no caso de profissionais, o que poderia implicar, necessariamente, renúncia fiscal.

Ademais, Sr. Presidente, há um projeto de natureza semelhante que tramita já no plenário, da Senadora Ideli Salvatti.

Tendo em conta estas observações, Sr. Presidente, solicitaria vista para melhor exame da matéria até a próxima semana, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy solicita vista.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio do Amara, de fato como diz o Senador Suplicy, o Projeto nº 467, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, então Senadora e agora Ministra responsável pela articulação política, previa a inclusão no simples de algumas categorias novas, além das que já existem pela legislação em vigor, que protege a Lei Geral dos Simples, como é conhecida, que é a Lei Geral da Micro, Pequena e Média Empresas. Ele incluía os representantes comerciais, corretores de seguros, escritórios ou consultórios de fisioterapia, categorias como perícia e outras mais.

Pedi urgência, no Senado, para esse projeto porque é uma matéria importante que tramita junto à Lei nº 591 que trata da Lei Geral da Microempresa.

A Presidenta Dilma, neste momento, possivelmente no Palácio do Planalto, está apresentando ao setor empresarial e também à Frente Parlamentar da Micoempresa as linhas gerais do que o Governo vai fazer no plano da área federal para estimular a formalização nesse nível de empresa.

Como disse o Senador Suplicy há uma resistência. O problema é que esse projeto da então Senadora Ideli foi fruto de uma acordo dentro do Congresso Nacional, quando se votou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Agora, ao trazer ao Congresso um substitutivo ou um novo projeto possivelmente haverá... Porque a expectativa pela inclusão dessas novas categorias é muito grande. Foi gerada dentro de um acordo. Não cumprido o acordo político, V. Exª com a experiência que tem o Senador Lobão Filho também sabem e os demais Senadores, qual é o custo que isso terá e certamente alguma dificuldade adicional para votar a matéria. No momento em que o governo para a indústria moveleira, calçadista e a indústria têxtil, necessariamente para evita a industrialização, tirou a contribuição previdenciária para substituí-la por uma incidência de 1,5% sobre o faturamento dessas empresas. Claro que o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda disse que isso é temporário. Da mesma forma, não é possível você frustrar uma expectativa criada dentro de um acordo político e, agora, não haver... Esse projeto do Senador Fernando Collor, com a relatoria do Senador Cyro Miranda, engloba essa participação e a formalização do setor econômico pode se dar por esses estímulos, seja temporários ou definitivos. Acho que o Governo precisa ousar um pouco mais, a Receita Federal tem que ser um pouco mais ousada, especialmente nessa hora que a economia está derretendo, como foi dito no início da sessão, agora é que a pequena e média empresas no Brasil estão mostrando que, incentivada, ela reage positivamente e bom para todo o País pela formalização do setor econômico.

Queria apenas alertar para esse aspecto que o 467 da Senadora Ideli Salvatti foi fruto de um acordo que V. Exª conheceu muito bem.

Eu apoio integralmente, claro se o pedido de vista for aprovado, mas eu apoio o relatório com as emendas adicionais, especialmente a do Senador Francisco Dornelles. Se for concedido, prefiro apoiar o pedido de vista coletiva para apressar o retorno da matéria ao exame desta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva e essa matéria será votada na próxima terça-feira.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 129 DE 2007
– Não Terminativo –

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório**:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto;

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, essa proposta do Senador Alvaro Dias objetiva tornar obrigatória a disponibilização do sistema braile de leitura nas teclas dos caixas eletrônicos. Há uma emenda do Senador Valdir Raupp no sentido de que, além disso, haja também o sistema auditivo.

O relatório é longo e, além dele, a análise trata sobre isto, para que se disponibilize aos que têm deficiência visual o sistema braile e auditivo nos caixas econômicos – como disse, de autoria do Senador Alvaro Dias. Portanto, posso dispensar o relatório e a análise e partir logo para o voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007, e no mérito, pela sua aprovação, assim como da Emenda 01-CAE de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos do seguinte Substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 129 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema de comunicação por voz ou do sistema braile nos caixas eletrônicos de instituições financeiras e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 18-A. As instituições financeiras são obrigadas a disponibilizar, em todas as suas agências e redes de autoatendimento, o sistema de comunicação por voz ou o sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos, ou outros meios tecnológicos que viabilizem o acesso operacional dos clientes com deficiência visual a todos os serviços oferecidos aos demais clientes.

Parágrafo Único. A disponibilização do sistema braile de que trata o caput é obrigatória para o fornecimento de extratos enviados por meio de correspondência aos seus clientes com deficiência visual grave, não corrigível com o uso de instrumentos óticos.

Art. 18-B. A inobservância do disposto no art. 18-A sujeitará as instituições financeiras às sanções administrativas constantes dos arts. 55 a 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo das sanções cíveis e administrativas cabíveis aos diretores e administradores das referidas instituições financeiras, inclusive quanto aos eventuais danos causados às pessoas com deficiência visual.

Art. 2º As instituições financeiras terão o prazo de um ano, a partir da vigência desta Lei, para fazerem as adaptações técnicas necessárias ao cumprimento das disposições nelas contidas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Relator, Casildo Maldaner, pelo relatório apresentado e dizer que nós avançamos bastante, desde a Constituição de 1988, na direção de concretizarmos a dignidade das pessoas com deficiência ou permitir a essas pessoas o exercício pleno da cidadania sem restrições impostas na legislação.

Existem vazios, este é um deles, que pretendemos preencher. Este projeto preenche esse vácuo com a obrigatoriedade que os bancos, que o sistema financeiro, passarão a ter, de instalar o sistema braile para que os deficientes visuais possam fazer uso dos caixas eletrônicos normalmente.

Como sabemos que pouca eficácia tem uma norma legal se não vier acompanhada do poder coercitivo do Estado, estamos prevendo nesta lei a aplicação das sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras que resistirem ao cumprimento da medida proposta, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis aos responsáveis pelas instituições, porque há uma nítida relação de consumo entre cliente e instituições financeiras que prestam serviços no mercado de consumo e que estão sujeitas às normas do Código de Defesa do Consumidor, conforme decisão recente do STF em atendimento à proposta da Febraban. O Relator é o Senador Casildo Maldaner. As instituições financeiras terão um ano de prazo para adaptação dos seus equipamentos.

Desde já, agradecemos a aprovação aos colegas desta Comissão, porque sabemos que, aqui, prepondera esse exercício da função social, que é primacial para aqueles que atuam no Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Não havendo mais Senador ou Senadora para discutir o projeto, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, nos termos do Substitutivo que apresenta.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Quero parabenizar a iniciativa do Senador Alvaro Dias, pelo Projeto, que, não tenho dúvida alguma, passará por unanimidade nas demais Comissões. Tenho absoluta convicção disso pela legitimidade do Projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro a inversão de pauta. Requeiro preferência para votação, neste momento, do Item 7, do qual sou Relator. Estou sendo chamado para relatar outra matéria na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós o faremos se todos os Senadores concordarem, até porque outras Comissões estão funcionando. (*Pausa.*)

Vamos ao Item 7 da pauta.

ITEM 7

AVISO Nº 3 DE 2011

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR.

E

AVISO Nº 158 DE 2011
– Não Terminativos –

Comunica ao Senado Federal o cancelamento de operação de crédito irregular do Município de Pato Branco – PR.

Autoria dos Avisos: Ministro de Estado da Fazenda.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório**:** pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos nºs 3 e 158, de 2011, com remessa desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, à Prefeitura Municipal de Pato Branco, ao Poder Legislativo local, ao Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, essa matéria já é conhecida da nossa Comissão, e espero que, hoje, possamos terminar essa autêntica obra de Santa Engrácia, concluindo esse assunto.

Antes de proferir meu telegráfico parecer, Sr. Presidente, eu gostaria de me associar a todos os colegas que exaltaram, com muita justiça, o trabalho de V. Exª na Presidência da nossa Comissão, pela eficiência, pela equanimidade. Quero dizer a V. Exª que, para mim, é uma alegria vir à Comissão presidida por V. Exª. Cumprimento V. Exª e o Senador Lobão pela condução dos nossos trabalhos.

Este parecer sobre o Aviso nº 3 aprecia um novo aviso, o Aviso nº 158, que foi enviado a esta Casa pelo Ministro da Fazenda, para comunicar que a irregularidade apontada no aviso anterior, o Aviso nº 3, já se encontra sanada.

Lembro apenas aos colegas da Comissão que a Prefeitura de Pato Branco havia contraído um empréstimo junto ao Banco do Brasil. Na verdade, ela assumiu uma dívida de uma cooperativa agrícola e renegociou os termos dessa dívida. A Procuradoria da Fazenda Nacional entendeu que houve aí uma operação de crédito que deveria ter sido autorizada, e não foi, pelo Senado. A prefeitura sofreu as sanções decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que consistem na suspensão das transferências voluntárias e outras sanções, mas a situação hoje está absolutamente regularizada. A operação foi cancelada, enfim, tudo voltou ao estado anterior. De modo que Pato Branco continua branco, alvo, e penso que o mais sensato seria agora devolver, mandar esta matéria para o arquivo, uma vez que tudo está sanado, segundo o pronunciamento do próprio Ministro da Fazenda, que foi quem originou toda essa controvérsia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias e, depois, Senador Luiz Henrique.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero louvar o relatório do Senador Aloysio Nunes, até porque o Prefeito de Pato Branco é um homem correto, competente; o Viganó é um prefeito do PDT, de Pato Branco, que foi reeleito com uma votação consagradora, um homem de bem, e o seu Município não pode sofrer prejuízo em razão de fatos ocorridos há muito tempo. Felizmente, agora, esta questão foi solucionada e a favor do Município de Pato Branco. Os nossos cumprimentos ao Prefeito Viganó.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Os Senadores e Senadoras desta Comissão acompanham esse drama da Prefeitura de Pato Branco há meses, e hoje espero que encerremos este assunto definitivamente, por tudo que o Senador Aloysio disse e o Senador Alvaro Dias também.

Meu caro Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Alvaro Dias. Nós conhecemos, o Senador Casildo e eu – o Senador Casildo mais do que eu, porque é da sua região –, o Prefeito Viganó. Trata-se de um homem acima de qualquer suspeita.

E quero cumprimentar o colega Aloysio Nunes, pelo critério, pelo cuidado, pelo empenho que teve, para que esta matéria chegasse à sua decisão final. Apenas para dar este depoimento de louvor ao Senador Aloysio Nunes e de testemunho da idoneidade do Prefeito da cidade de Pato Branco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A matéria continua em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu também quero parabenizar o Senador Aloysio Nunes pela maneira como conduziu, dando total transparência. Lembro que, na primeira reunião, queriam que se aprovasse, de qualquer maneira. No fim, ele fez com que as coisas fossem pelo caminho certo: que Pato Branco não pagasse o pato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos de nºs 3 e 158, de 2011, com remessa desse relatório mediante ofício da Presidência do Senado Federal, Ministério da Fazenda, Prefeitura municipal de Pato Branco, ao Poder Legislativo local, ao Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual.

Voltamos agora ao item 5, porque foi pedida, pelo Senador Demóstenes, a retirada de pauta do item 3 e, do item 4, pelo Relator Senador Armando Monteiro.

Nós vamos pautar esses dois projetos para a próxima semana.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, meu caro Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, o item 13 trata de um requerimento, de nº 47, de autoria do Senador Demóstenes e de minha autoria, solicitando a presença, em audiência desta Co-

missão, do Presidente do BNDES, para tratar da fusão do Carrefour com o Pão de Açúcar. Matéria já vencida.

Então, esse requerimento é desnecessário.

O Senador Alvaro Dias, que tinha um requerimento semelhante, retirou.

Eu pergunto a V. Exª se eu, como segundo signatário, posso solicitar a V. Exª a retirada de pauta ou teremos que aguardar o Senador Demóstenes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador José Agripino, estou apresentando um requerimento retirando aquele requerimento que perdeu objeto, já que a fusão Carrefour/Pão de Açúcar acabou não acontecendo, felizmente. Portanto, eu retiro o requerimento que propunha uma audiência pública para debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino e Senador Alvaro Dias, V. Exªs, pelo que entendi, estão apresentando requerimento solicitando a retirada. Vou ler os requerimentos aqui, Senador Agripino, e aí, na terça-feira, nós votamos a retirada dos mesmos, até porque o assunto perdeu objeto e acho que foi uma decisão correta, porque a operação, no meu ponto de vista, era absolutamente inadequada.

Acabei de receber o requerimento do Senador Alvaro Dias e, lamentavelmente, eu tenho que seguir aqui a burocracia da Mesa. Nós devíamos anular de uma vez, mas, pelo Regimento, precisa apresentar um requerimento para retirar o requerimento que foi aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu consulto V. Exª se eu posso apresentar um requerimento como segundo subscritor. A informação que eu tenho é que só o primeiro subscritor pode apresentar um requerimento de retirada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª pode já apresentar como segundo subscritor um requerimento semelhante a esse que o Senador Alvaro Dias acabou de apresentar aqui.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Será feito e entregue ainda na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu já aproveito para limpar a área e vou ler o requerimento.

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 256 do Regimento do Senado Federal, requeiro a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº 49, de 2011.

Trata-se do item 14 da pauta.

Aí nós vamos retirada desse requerimento porque essa operação caducou. E faremos a mesma coisa com o item 13, por solicitação do Senador Agripino, que subscreve o requerimento.

É isso, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Está perfeito. Vou providenciar, então, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os dois itens serão retirados. Em princípio já estão retirados, mas nós vamos formalizá-los na terça-feira.

Muito obrigado, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Está perfeito. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 5

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 89 DE 2007
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações**:** *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra o relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O PLS nº 89, de 2007, pretende assegurar a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados (PLR) da empresa, mesmo que ela não tenha sido formalizada em negociação coletiva. Para isso, torna obrigatória a reserva de pelo menos cinco por cento do lucro empresarial líquido do ano anterior para distribuição futura se, até o dia 30 de junho de cada ano, não houver acordo negociado entre empregador e empregados para estabelecer limites e critérios de participação

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade, não há vícios. Quanto ao mérito, e nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o presente relatório contemplará, ademais, os aspectos econômicos e financeiros atinentes à proposição.

A proposição, sob o ponto de vista tributário, não traz inovações com relação às regras já existentes na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

No que tange aos aspectos econômicos, é importante ressaltar que a Lei nº 10.101, de 2000, veio restabelecer um direito suprimido do trabalhador, uma vez que o antigo PIS-Pasep foi concebido com vistas à participação dos empregados nos resultados da em-

presa, tanto para os trabalhadores do setor privado, por meio do PIS, enquanto o Pasep representava a participação do servidor público na receita líquida da União, dos Estados ou dos Municípios.

Como a Carta Magna de 1988 deu outra finalidade ao PIS-Pasep, destinando-o ao custeio do Programa Seguro-Desemprego, do abono salarial e ao financiamento de programas de geração de emprego a cargo do BNDES, foi de todo oportuna a edição da Medida Provisória nº 1.982-77, que originou a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Note-se, entretanto, que a Lei nº 10.101, de 2000, ainda que respondendo a um direito constitucional dos trabalhadores, foi clara em seus propósitos ao enunciar em seu art. 1º:

Art. 1º *Esta Lei regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição.*

Dessa feita, com seu molde adaptado a este princípio, a Lei tem efetivamente contribuído para a consecução de seus objetivos, sem óbices quanto a suas repercussões econômicas e financeiras.

Não obstante, em direção quase oposta, o PLS nº 89, de 2007, com a alteração pretendida, diverge desse cenário ao introduzir na negociação da PLR caráter impositivo, até então ausente na norma que a rege.

O próprio Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) destacou, em estudo sobre a PLR efetuado a partir de 123 acordos e convenções coletivas realizados em 2005, os indiscutíveis aspectos positivos das negociações ocorridas sob a égide da Lei nº 10.101, de 2000.

Em síntese, a pesquisa ressaltou entre os pontos positivos da Lei que a negociação é facilitada pela liberdade na adoção do modelo (via comissão, convenção ou acordo coletivo), que tem propiciado a participação dos sindicatos, considerada a melhor alternativa por garantir a legitimidade e o fortalecimento do processo negocial, destacando também que a Lei estimula uma saída para o litígio por meio de mecanismos alternativos como a mediação e arbitragem.

Além disso, a liberdade para a fixação de parâmetros e critérios levou a que, segundo o estudo, a maioria dos documentos firmados tenha elegido indicadores adequados para quantificar metas simplificadas e compreensíveis para a realidade dos trabalhadores.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2007, porque já tem recursos e argumentos para contemplar.

Essa é a nossa relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, sempre objetivo e muito bem preparado para discutir os temas desta Comissão.

A matéria está em discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, estou no lugar errado aqui, mas posso discutir?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu acompanhei a leitura e li a proposta. Acho que é uma espécie de confisco aqui para as empresas, porque obrigar uma empresa a destinar 5% do seu lucro líquido para distribuição não é correto. Acho que as políticas públicas devem estimular as empresas, os empresários, a seguir esse caminho.

Eu, por exemplo, na minha companhia, em todas as empresas de que fizemos parte, temos essa política de distribuição de parte dos lucros, mas é uma coisa negociada, em que todos têm interesse e de que todos participam. Cem por cento dos funcionários participam da distribuição. Contudo, não acho correto que, por força de lei, criemos a obrigação de os empresários fazerem isso. Acho que passa por uma política de convencimento próprio da empresa, não uma obrigação da empresa.

Portanto, eu quero acompanhar o voto do relator, pela rejeição da matéria aqui colocada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, e quero só complementar que a maioria das empresas agem como a sua companhia, até porque, se colocarmos como obrigatoriedade, teríamos também que colocar como obrigatoriedade que o trabalhador participasse dos prejuízos. A via é de duas mãos, porque as companhias nem sempre têm condições de distribuir lucros. Então, quando ela der prejuízo, como é que vamos fazer? Então, por isso que existe com os sindicatos essa negociação e até hoje tem dado muito certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy. Depois, Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloc/PT – SP) – Sr. Presidente, que sabe possa o Senador Paulo Paim, autor da proposição, alertado de que o se projeto está sendo objeto de debate e votação, ainda comparecer a esta Comissão.

Eu gostaria de informar que considero muito importante que possam as empresas estar provendo a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, aliás, como prevê a Constituição de 1988, que estimula que isto venha de fato a ocorrer.

Sr. Presidente, eu gostaria de aqui relembrar uma contribuição muito significativa de um Prêmio Nobel de Economia, ***James Edward*** Meade, que no seu livro *Agathotopia* fala das instituições que ele encontrou neste bom lugar, referente a como alcançar os objetivos de liberdade, no sentido de cada pessoa poder trabalhar naquilo que deseja, de gastar o que avalia como o mais adequado, de igualdade no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza, como também a de se obter o melhor padrão de vida possível que se possa alcançar com os recursos e a tecnologia vigentes. E a recomendação de James Edward Meade é de que para atingir esses objetivos deveremos ter a flexibilidade de preços e salários para que haja a melhor alocação de recursos, o melhor nível possível de bem-estar, que possa haver muita interação entre trabalho e capital; ele propõe que possam os trabalhadores serrem contratados não apenas por salários, mas também por cota de participação nos resultados e como, em havendo flexibilidade de preço de salários e também a participação nos lucros, e podendo, até por circunstâncias climáticas, secas e inundações, desastres ou fenômenos internacionais, haver momentos em que os resultados não fossem tão favoráveis, e com a flexibilidade dos salários, então precisaria haver um outro instrumento que seria justamente uma renda com direito a cidadania para todos.

Eu relembro a contribuição de James Edward Meade para aqui dizer que acho importante o estímulo às formas de participação nos resultados.

O Senador Cyro Miranda observou, prezado Senador Paulo Paim, que será melhor que haja a participação voluntária. O Senador Cyro Miranda ponderou e o Senador Blairo Maggi, como é empresário, mencionou que este é o procedimento mais adequado; e menciona o Senador Cyro Miranda que, inclusive, o Dieese destacou em estudos sobre o projeto de participação nos resultados, onde 123 acordos e convenções realizadas em 2005, o quão importante e o quão indiscutíveis foram os aspectos positivos das negociações. Portanto, ambos colocaram a relevância de haver a liberdade de negociação entre os trabalhadores e os empresários.

Eu avaliei que era importante e por isso o chamei para que estivesse aqui. Avalio que as ponderações do Senador Cyro são importantes no sentido de estimular os trabalhadores e empresários a, efetivamente, sempre realizar a negociação da participação nos resultados da empresa para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Continua a discussão da matéria.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique, que já havia solicitado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, trata-se de matéria que demanda a livre negociação, nos termos inclusive da Convenção da OIT. De modo que assiste razão o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, desejo fazer algumas considerações a respeito desse tema.

Na verdade, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas vem desde a época de Napoleão Bonaparte. Acontece que se passaram os anos, e simplesmente você dizer que está assegurada a livre negociação entre empregado e empregador, como diz a Lei nº 10.101, isso não quer dizer nada, porque lei nenhuma te proíbe o direito de você, livremente, na tua empresa, dividir o lucro com os trabalhadores da forma que mais entender correta.

É por isso que essa lei da época eu disse que não resolveria, e como não resolveu, vejo o número de trabalhadores que nós temos no Brasil e os números, pelos próprios dados aqui colocados, que foram contemplados com a participação nos lucros. Inclusive, o próprio movimento sindical, as centrais e as confederações, estão começando um grande movimento para que haja uma pressão forte com o objetivo de obrigar a empresa a conceder a participação nos lucros.

É claro que os grandes sindicatos, os grandes – e, por isso, muito poucas empresas concederam, até o momento –, atingem esse objetivo; mas os pequenos sindicatos, os que não têm força de pressão e mobilização, não conseguem.

Então, vejam bem, num lucro de 100, eu proponho aqui que 5%, somente 5% do lucro, portanto, 95% ficam com o empregador, e 5%, somente, ficam divididos com os trabalhadores.

Não quero aqui citar nomes de empresas, mas, recentemente, fui procurado por uma série de empresários do Rio Grande do Sul que me disseram o seguinte: Senador Paim, regulamenta isso para acabar com essa estória de ter o dissídio coletivo ou acordo coletivo e, depois, começar uma pressão, fora de época, para exigir que a gente conceda a tal da participação nos lucros. Eu disse: Olha, eu tenho um projeto, que está tramitando no Senado, e acho que é um percentual singelo e até muito pequeno, mas entendo que é uma forma de a gente evitar o conflito entre empregado e empregador.

Então, Sr. Presidente, tenho o entendimento de que se você incentiva o trabalhador com a participação nos lucros, ele se sente como integrado. Por exemplo, vemos isso no estilo japonês, estive há uns dois meses

estudando. Então ele se sente integrado, quase que da família, porque ele sabe que se a empresa for bem, ela lucrar bastante, ele terá um percentual mínimo.

Então o seu amor, o seu carinho pela produção, claro, aumenta. Há uma frase que diz, aquele que tem gado sabe, que o gado engorda com o olhar do dono.

Então os trabalhadores têm que sentir que, se aquela empresa tiver um bom lucro, ele vai ter uma parcela pequena, mas vai ter. Isso é um incentivo para que ele se dedique, cada vez mais, à produção, à qualidade, à produtividade, enfim, para o bem da empresa. Por isso que existe, inclusive, no texto da Constituição, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

É um conceito que visa à integração dos empregados e empregados.

É por isso que apresentei o projeto e, claro, que eu gostaria de vê-lo aprovado nessa linha cada vez maior de parceria entre capital e trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Paim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Senador Paim, ao qual eu tenho uma admiração e estima muito grande, eu tenho ficado ao seu lado em diversos projetos que são brilhantes, e eles têm tido sempre o meu apoio.

Mas esse projeto, em especial, que é onde eu convivo, eu tenho a salientar que tudo aquilo que é garantido há uma acomodação.

A maioria das empresas hoje, que chega a um número de 90%, estabelece metas, e, acima dessas metas, a divisão é muito maior do que 5%. Nós não temos tido, pelo menos não temos visto conflitos nessa área. Agora, a hora que aquilo for imposto por lei, inclusive com sanções, de que não pode ter empréstimo etc. e tal, o trabalhador... Nem todos pensam da mesma maneira, o que não é bom. Vai haver e há uma acomodação, com o seguinte raciocínio: "Eu tenho aquilo garantido", o que não é bom. A coisa tem que ser negociada, e negociada para buscar um objetivo além daquele, para que haja o comprometimento dos seus funcionários.

Como também, quando há prejuízo, a empresa não faz nenhuma sanção a seus funcionários. Às vezes, até por uma modelagem da própria empresa junto com seus funcionários, ela não consegue alcançar os objetivos.

Então, sou pela negociação, que vem dando certo, e sou pela rejeição, mais uma vez, desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu fico na dúvida e sem condições de, talvez, apoiar essa proposta como está, em que pese o meu carinho e a devoção que tenho pelo Senador Paulo Paim não de hoje, mas de há muito tempo.

Qual a dúvida? É que se diz, a uma certa altura: "para que isso aconteça, torna obrigatória a reserva de, pelo menos, 5% do lucro empresarial líquido do ano anterior, para distribuição futura, se até o dia 30 de junho cada ano houver acordo negociado entre empregador e empregado para estabelecer limites e critérios de participação". Se não houver acordo até o dia 30, 5% é garantido para distribuição. Ou seja, é *conditio sine qua non*, pelo que entendi. Quer dizer, a parte sindical, de um certo modo, com a patronal, já sabe que vai ter de fazer corpo mole até 5%. Se der mais, até o dia 30 de junho, nós... Se der mais, está bem; se não der, já temos a garantia dos 5%.

Talvez fosse de se propor que todas as empresas, mesmo as menores, façam um plano de metas e haja uma participação dos trabalhadores nos resultados. Cada uma tem que fazer isso por meio de uma convenção. Mas tem que ter a participação, seja de 2%, seja de 3%, seja de 5%, mas tem que ter alguma coisa. Acho que isso tem de haver para estimular. Eu acho que o trabalhador tem de ter o direito de ter a participação nos resultados da empresa onde ele está inserido. E isso estimula o trabalhador a participar, a ter interesse, a fazer, como que dizendo: "eu quero, de certo modo, me sentir proprietário". Alguma coisa, por pequena que seja, mas acho que estimula. Mas, como está aqui, parece que, quer queira, quer não queira, até o dia 30 de junho de cada ano, os 5% estão garantidos. Se der o entendimento mais do que isso, está bom; até lá, vamos segurando.

Essa é a questão, por isso que não me sinto à vontade para apoiar como se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais nenhum Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu proporia ao Senador Paulo Paim se ele não gostaria de pensar, tendo em conta o rico debate que houve aqui, na possibilidade de se criar uma forma de estímulo mais significativo na participação nos lucros das empresas sem que haja necessariamente

essa obrigatoriedade. Quem sabe possamos, até a próxima semana, obter algumas informações adicionais, por exemplo: quem sabe possa o Ministério do Trabalho informar à Comissão de Assuntos Econômicos qual é, hoje, o número de empresas que efetivamente dá a participação nos resultados aos trabalhadores; qual é a proporção que normalmente se utiliza.

É bem possível que, tendo alguns dados e mais o diálogo com os representantes de trabalhadores, as centrais sindicais, o DIEESE, que tem feito estudos, possamos ter uma proposição na linha do que o Senador Paulo Paim pretende alcançar, de estimular as empresas a realizarem a participação nos lucros, mas estou imaginando que uma semana a mais de tempo para votação dessa matéria possa ser adequada. É a sugestão que formulo ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, ouvindo o Senador Maldaner e conversei um pouco com o Senador Cyro Miranda, de nós retirarmos o projeto, ver se é possível construirmos uma redação que não como bem disse o Senador Cyro, que não carimbe um percentual, mas siga na linha do incentivo para que efetivamente as empresas provoquem a livre negociação na busca do entendimento do qual seria esse percentual para participação dos lucros. Em resumo, se os Senadores concordarem, nós tiraríamos, tentaríamos achar uma nova redação. Se não acharmos uma nova redação, votaríamos, o que é normal, faz parte do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paim, só poderíamos retirar de pauta se o Senador Cyro Miranda , relator, concordar, ou então se um Senador da CAE pedir vista.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nós retiramos de pauta com o de acordo do Senador Cyro, e reapresentaremos esse projeto na próxima semana.

Já que o Senador Cyro Miranda concorda com a proposta e só ele poderia retirar o projeto, nós retiramos esse projeto e votaremos na próxima semana.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Não poderia deixar de registrar aqui que, apesar de ser fórum absoluto do Senado Paulo Paim, essa matéria foi amplamente discutida porque foi fruto de um trabalho do Senador Edison Lobão hoje então Ministro. Ele passou aqui nesta Casa mais de um ano defendendo a tese da distribuição dos lucros por parte das empresas. A conclusão, após exaustivos debates nesta Casa, foi de que esta lei, que era intenção do Senador Ministro Lobão, de que ela não poderia ser mandatória. Ou seja, a distribuição de lucros ser mandatório por parte de normas traria grandes problemas ao País. Isso, depois de um ano de discussão aqui no Senado, chegou-se à conclusão de que deveria ser permitida a distribuição de lucros, criando-se dispositivos para que isso fosse possível do ponto de vista tributário. Foi o acontecido e é o que está implantado.

Eu pediria ao Senador Paulo Paim que pudesse buscar na memória todas as discussões que foram feitas quando o então Senador Lobão apresentou um projeto igual a esse.

Como empresário, acho também muito difícil estabelecermos percentuais e obrigarmos a distribuição de lucros que nada mais é do que um incentivo à produtividade, um estímulo ao funcionário, mas determinadas empresas não suportariam coisas como essas devido à instabilidade de lucro, prejuízo, lucro, prejuízo. Então temos todo tipo de prejuízo no Brasil. Tornar isso obrigatório, acredito que penaliza, em muito, uma parte dessas empresas.

A sugestão que passo que passo a V. Exª é esse: buscar a memória as discussões que foram feitas, no período de um ano inteiro, exatamente sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois das ponderações do Senador Lobão, muito pertinentes, e com o acordo do próprio Senador Cyro Miranda nós retiramos de pauta o projeto e o reapresentaremos na próxima semana.

Vamos ao último item da pauta, mesmo porque o item 6 foi retirado; o item 7 já foi relatado pelo Senado Aloysio Nunes.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 278 DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações**:** *A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.*

Vou nomear, aqui, como relator ad hoc, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, Srªs e Srs. Senadores, vou procurar fazer uma síntese, lendo os trechos principais do relatório bem elaborado pelo Senador e ex-Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

A Senadora Angela Portela apresentou o projeto sob exame com o objetivo de proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo, de forma a explicitar na lei a necessidade de prévia autorização da autoridade aeronáutica para exploração por parte das empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo doméstico regular. Essa autorização será formalizada por meio de Horário de Transporte (Hotran), que indicará horários, números de voos, frequências, tipos de aeronaves e oferta de assentos. Adicionalmente, prevê-se que a desistência da exploração de linha aérea autorizada, assim como da frequência, deverá ser comunicada à autoridade aeronáutica com antecedência mínima de três meses. No caso de a empresa desistir da exploração de linha aérea, não será autorizada nova exploração no prazo de dois anos.

A Senadora Portela prevê também em seu projeto que, no caso de cancelamento da viagem pelo transportador, além do reembolso do valor já pago pelo bilhete, o passageiro terá direito ao recebimento de multa em valor correspondente ao da tarifa cheia.

Procura a ilustre propositora que a lei especifique os serviços correspondentes a cada tarifa oferecida que deverão ser claramente informados ao consumidor antes da aquisição do bilhete, vedada qualquer cobrança adicional pelos serviços abrangidos. Além disso, estabelece que a autoridade aeronáutica disciplinará e fiscalizará a forma de apresentação das tarifas nas páginas eletrônicas de venda dos bilhetes, de forma a evitar qualquer tipo de propaganda enganosa quanto às tarifas, ou mesmo inclusão de custos adicionais de forma sub-reptícia.

A propositora quer também vedar expressamente a manipulação de tarifas ou de linhas que vise à dominação dos mercados ou à eliminação da concorrência, devendo qualquer indício de tal prática ser imediatamente comunicado aos órgãos de defesa da concorrência.

Prevê a necessidade dessas medidas em função do recente crescimento expressivo do mercado de serviço de transporte aéreo, aliás, o Brasil foi o país em que o transporte aéreo mais cresceu no último ano, à frente da China, dos Estados Unidos, da Austrália, do Canadá e de outros países continentais.

Julgamos a proposta pertinente e oportuna.

Já houve, Sr. Presidente, o mero cancelamento de serviços aéreos – nem foi cancelamento de voos – de um dia para o outro. Os clientes compraram os bilhetes, foram ao aeroporto de Criciúma, mas, ao chegarem lá, disseram a eles: "A empresa cancelou a operação neste aeroporto". Isso foi feito sem qualquer sanção, sem qualquer explicação. O Projeto prevê a correção dessa conduta.

Por outro lado, há empresas que estão cobrando um valor adicional para oferecer lugares nas primeiras filas, o que também é uma prática abusiva. As pessoas chegam ao aeroporto com antecedência para fazer o *check-in*, a primeira fila está vazia, mas, para ocuparem lugares nas primeiras filas, elas têm de pagar, se não me engano, R$20,00. O Projeto busca coibir esse abuso.

O Projeto é constitucional, legal, jurídico. É uma proposição que vem como norma regulatória necessária para os serviços de transporte aéreo.

Por isso, opino pela aprovação do Projeto, na forma do bem lançado parecer do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 278, de autoria da Senadora Ângela Portela. É um tema pertinente e importante, que vai requerer atenção especial da Comissão de Assuntos Econômicos, especialmente no momento que vivemos, em função do crescimento do transporte aéreo, e diante dos próximos desafios que o Brasil enfrentará com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Esse movimento também está associado ao crescimento do Brasil.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Luiz Henrique, Relator *ad hoc*.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Assuntos Econômicos favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Há mais um item a ser apreciado. Os Itens 13 e 14, vamos rejeitá-los por meio de novos requerimentos apresentados à Mesa. Passamos à apreciação do Item 15, cuja matéria é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011

Requer, nos termos dos arts. 93, inciso II, e 397, inciso II, § 1º, do Regimento Interno

do Senado Federal, combinados com o art. 50 da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Exmº Sr. Fernando Damata Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para debater as diretrizes da Nova Política Industrial e o Sistema de Defesa Comercial do Brasil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Observações: *em 12/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*.

Em votação o Requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique. Depois, eu a concederei ao Senador Lobão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, trata-se de requerimento da maior importância, pois fará com que esta Comissão volte a debater o assunto, inclusive para avaliar como foi importante a iniciativa que adotamos em relação a esse assunto. É muito importante. O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, para votarmos esse requerimento, seria necessário que a autora estivesse aqui. Eu sugeriria ao Senador que o subscrevesse.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu subscrevo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria registrar, Senador Lobão, que somente é necessário que a autora esteja presente quando o requerimento é lido na Comissão. Na votação, isso não é necessário. É o que está naqueles atos que aprovamos. Mas, de qualquer maneira, aceito, com o maio prazer, a subscrição do Senador Luiz Henrique, até porque esse é um tema palpitante e fundamental.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone*.) – O requerimento é da Senadora Ana Amélia?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. O Requerimento é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone*.) – Eu o subscrevo, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esperamos que o Senador Fernando Pimentel venha. Qual é a agenda? No dia 30 de agosto, o Ministro Fernando Pimentel estará aqui e será um momento importante, Senador Lobão, pra discussão com o Ministro por tudo aquilo que foi dito aqui no que se refere à crise financeira internacional.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, agradeço se puder dar a informação que acredito tenha sido confirmada, segunda a qual daqui a duas terças-feiras haverá audiência pública sobre o programa Brasil sem Miséria, com as presenças confirmadas da Ministra Tereza Campello e da Secretária extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca, no próximo dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dia 23, Senador Suplicy. Confirmado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se de uma reunião conjunta com a CAS, porque foi aprovado requerimento em ambas as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, está confirmada para o dia 23. E o Ministro Pimentel no dia 30, aqui, em audiência pública, exatamente para discutir esses temas que o Senador Luiz Henrique também falou muito bem aqui.

Em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, sobre a vinda do Ministro Pimentel.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento nº 53, de 2011, da CAE.

Esse requerimento vem de encontro a um requerimento anterior já aprovado, Senador Moka, e no dia 30 o Ministro Pimentel estará aqui conosco.

Eu vou ler aqui, seguindo os atos, um requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda e do Senador Eduardo Suplicy.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços, de comércio exterior do País reunidas no Plano Brasil Maior.

Para debater o tema, propomos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel; Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Aloizio Mercadante; Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho; Presidente da CNI, Sr. Robson Braga de Andrade; Presidente da Força Sindical, Deputado Paulo Pereira da Silva; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Sr. Wagner Gomes; Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira; Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sr. Arthur Henrique da Silva; Presidente da Nova Central Sindical

de Trabalhadores (NCST), Sr. José Calixto Ramos; e o Presidente da União dos Trabalhadores (UGT), Sr. Ricardo Patah.

O Senador Inácio Arruda quer fazer uso da palavra?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Trata-se da leitura, mas vamos ter oportunidade da aprovação do requerimento porque há um interstício a ser cumprido na regra. Então, vamos fazer a leitura e, na votação do requerimento, a gente se pronuncia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

E nós votaremos este requerimento na próxima semana.

Mais um requerimento na Mesa.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o Pacto Nacional da Indústria Química, que consiste em um conjunto de propostas no sentido de viabilizar os investimentos necessários à indústria química até 2020, para acompanhar a demanda prevista do consumo brasileiro, aproveitando as oportunidades do pré-sal e a emergência da química de renováveis.

Propomos que sejam convidados para debater o tema um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr., Marcelo Kós Silveira Campos, diretor técnico da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e o Dr. José Osvaldo Bezerra Carioca, Professor titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), membro da Academia de Química e Presidente do Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente (Cenea). Também um requerimento apresentado aqui pelo Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, oportunamente, o Senador Suplicy, ainda nos bastidores, vendo o requerimento, propôs a presença dos trabalhadores, o que é muito correto. Existe a Federação Nacional dos Profissionais da Química e acho que seria muito justo que fizéssemos um adendo ao requerimento, por solicitação do nosso colega Suplicy, que de forma muito atenciosa e atenta, examinou que era preciso termos a presença dos trabalhadores nessa audiência pública.

Então, eu proponho que a gente inclua a Federação Nacional dos Profissionais da Química.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

Portanto, se todos os Senadores concordarem com a inclusão da Federação Nacional dos Profissionais da Química, fica bastante adequada a lista de convidados para essa audiência pública.

E, por último, mas não menos importante, antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 32ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Antes de V. Exª encerrar, eu tive oportunidade de participar, e V. Exª também, de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura, onde se debateu a questão da concessão ou não do sistema elétrico. São várias concessões que, segundo o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Dr. Paulo Skaf, começam a vencer a partir do ano que vem. E nós ficamos de, em conjunto, apresentar um requerimento que provocaria, por parte do Governo, qualquer intenção, seja de prorrogar, ou se nós vamos fazer novas licitações. Até porque o texto que existe hoje recomenda a licitação – recomenda ou obriga a licitação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obriga a devolução e o leilão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Há por parte do Governo... e aí teria que mudar a legislação. E os concessionários do sistema – embora tenha algum tempo –, conforme informação que me chega, há questões que precisam de 19 meses de antecedência. Estamos falando de concessão, de prorrogação ou mesmo de licitação que envolvem usinas e concessionárias e que abrangem um número muito grande e atendem a uma população muito grande no País.

Então, eu pediria a V. Exª, em conjunto com a Senadora Lúcia Vânia, que a gente pudesse tratar desse assunto. E eu fui, inclusive, provocado pessoalmente pelo Presidente da Federação das Indústrias, que esteve no meu gabinete e como eu tomei o compromisso junto com V. Exª, eu estou aqui colocando isso na condição de quem participou, mas V. Exª é o Presidente da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – As duas Secretarias vão encaminhar esse documento na forma como foi ajustado na audiência pública.

Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, muito pertinente a colocação do Senado Moka, porque caso haja a perda de uma concessão dessa, deve necessariamente haver um período de transição de sistema para outro e isso demanda tempo e é preciso que não seja feito de forma açodada, para não prejudicar o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente pertinente os comentários do Senador Lobão. Esse é um tema de extrema relevância para o País. O encaminhamento a ser dado com relação às concessões é fundamental no sentido de garantir a segurança energética e modicidade tarifária no setor elétrico brasileiro. E, consequentemente, com os benefícios que os consumidores brasileiros esperam

Senador Cristovam. Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, apenas para retomar uma sugestão feita, porque está chegado a hora, de esta Comissão acompanhar a elaboração do Orçamento, mas não do ponto de vista, Senador Lobão, de colocar ou retirar emendas, não do ponto de vista financeiro. Acompanhar do ponto de vista econômico. Quais os impactos econômicos de cada gasto no Orçamento.

Eu creio que no momento em que vivemos essa crise, é fundamental porque a gente sabe que o gasto público pode ser uma das saídas para a recessão. Ao mesmo tempo, a gente sabe que o gasto público pode ser um dos caminhos para a inflação. Então, ao debatermos aqui, a gente vai dar uma qualidade – essa palavra foi o senhor que disse para mim – ao orçamento. Nós não vamos discutir a quantidade de dinheiro do orçamento, mas a qualidade de como esse dinheiro vai ser utilizado.

Então, quero insistir na sugestão de uma subcomissão, talvez, que, uma vez por semana, ou a cada quinze dias, se reúna com o relator do orçamento quantitativo, para discutirmos aqui a qualidade dele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª, Senador Cristovam, poderia já aproveitar um requerimento, criando essa subcomissão, e nós acompanharíamos, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos, o orçamento, mas com essa leitura, uma leitura qualificada do orçamento, que é absolutamente fundamental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito. Vou fazer.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam, a burocrática Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos já me indica que existem quatro subcomissões e que não caberia mais uma. Mas nós vamos estudar com V. Exª uma alternativa para tornar efetivo esse acompanhamento. Mesmo que a gente faça, na abertura das reuniões da CAE, uma avaliação rápida, trazendo o relator. Vamos estudar uma maneira de atender, porque é pertinente a sugestão de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, agradeço muito a sua simpatia, mas, querendo colaborar com a Assessoria – eu tenho uma vocação para assessor muito grande –, eu já dei algumas sugestões: uma dentro de alguma das comissões; a outra, em vez de comissão, um grupo informal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A gente cria um grupo informal para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Até porque também conversei com o Senador Dornelles ontem, e o Senador Dornelles está muito preocupado com a discussão dos *royalties* do pré-sal. Todos nós estamos muito preocupados. E nós devemos criar aqui um grupo informal, pelas limitações que nós temos, ou, eventualmente, utilizando uma subcomissão para fazer essa discussão interna, porque, dentro do acordo que foi feito com o Presidente Sarney, teríamos 60 dias para apresentar uma proposta, de tal maneira que nós afastássemos de vez a queda do veto do Presidente Lula àquele projeto que foi aprovado na Câmara.

Então, eu acho que temos três frentes importantes que nós não podemos esquecer e temos que definir ao longo desta semana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria aqui dizer, Sr. Presidente... Posso falar pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Se não fosse caro, R$44,00, eu ia dar a cada parlamentar a cópia de um livro que acaba de sair sobre o ouro no Brasil e como aquele ouro não deixou nada de concreto aqui. Serviu para industrializar a Inglaterra. Mas, como é muito caro, não dá para dar para cada Senador. Eu sugiro que cada um procure ler esse livro. Vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como é o nome do livro?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não me lembro do título exato, mas é sobre o ouro no Brasil, do Alcântara, historiador. É um livro que você agarra e não pára de ler. É muito agradável. Descreve o sofrimento para ter o ouro e o desperdício que o ouro

provocou. Eu recomendo a quem for discutir o pré-sal ver o que aconteceu com o ouro no Brasil.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner e, depois, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de endossar a preocupação do Senador Cristovam Buarque, até porque diz respeito... Quando ele levanta a tese de não se falar da quantidade, mas da qualidade que vai se circular, isso envolve muitas coisas, porque hoje, numa economia, vamos supor, estabilizada, eu acho que o que ser quer aqui é que a coisa... A qualidade tem uma espécie de compulsoriedade, que ela se realize, que ela se concretize, porque hoje, muitas vezes, mesmo nessas emendas que se acrescentam, quando se fazem as emendas ao orçamento, anunciam-se os programas e, chega no momento aprazado, as coisas não acontecem porque houve contingenciamentos, e aí o parlamentar passa inclusive por um descrédito, porque as coisas não acontecem.

Então, tem que haver alguma coisa que seja mais confirmada, mais real. Ainda mais agora, Sr. Presidente, em que estamos a viver uma época de uma cruzada de preocupações no mundo, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, e isso chega ao Brasil. Todos nós estamos com essa preocupação. E dar consistência a um orçamento com realidade, com os pés no chão, em qualquer sentido, é de fundamental importância.

Então, eu quero aqui endossar a importância que levanta aqui o Senador Cristovam Buarque, e também cumprimentar o que foi o primeiro semestre desta Comissão, o relatório que esta Comissão de Economia apresentou; quero trazer o meu cumprimento e endossar essa tese.

São as considerações, Sr. Presidente, que gostaria de deixar lavrada aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

E por último, e não menos importante, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho importante as considerações dos Senador Cristovam Buarque e Casildo Maldaner, quero me solidarizar com os mesmo, e, inclusive, depois, gostaria de conhecer esse livro sobre o ouro...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não posso dar para todos os Deputados e Senadores, mas para o senhor eu darei um de presente, com todo o prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui um assunto que tramita na Câmara dos Deputados, agora, mas que certamente é de enorme interesse para a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu me refiro a um projeto de decreto legislativo do nosso Deputado Ricardo Berzoini, que já foi presidente do Partido dos Trabalhadores, foi também presidente do Sindicato dos Bancários, e que, segundo o projeto, *"fica sustada a aplicação dos arts. 1º a 21, dos Incisos I e II, do art. 22 e do Inciso II, do art. 23, da Resolução nº 3954, de 24 de fevereiro de 2011, do Conselho Monetário Nacional, pois o mesmo* [esta Resolução nº 3954] *altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País."*

A preocupação que eu percebo do Deputado Ricardo Berzoini é até em que medida? Os correspondentes bancários iriam, digamos, ser empresas ou organismos terceirizados que poderiam, na hora de contratar pessoas, não atender exatamente aqueles benefícios que foram acordados, digamos, entre as instituições financeiras e as representações de trabalhadores. Ademais, de preocupações com os serviços de sigilo, a segurança das operações e assim por diante.

Então, esse projeto de decreto legislativo mostra uma preocupação com os chamados correspondentes.

Por outro lado, há um aspecto muito importante que chegou ao meu conhecimento, por meio de carta enviada ao Deputado Ricardo Berzoini, ao relator do projeto, Deputado Federal Rui Costa, também do PT da Bahia, e ao Deputado Federal Cláudio Puty, que é o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, e que é uma carta do João Joaquim de Melo Neto Segundo, justamente o fundador e coordenador do Instituto Palmas, que ali no Bairro de Palmeiras, no Município de Fortaleza, capital do Ceará, instituiu uma das experiências mais significativas do microcrédito no Brasil, e das sugestões de cooperativas.

Ele nessa carta mostra a importância da regulamentação de correspondentes levar em consideração este tipo de instituição que passou a se tornar tão importante e que tem tido, inclusive, a compreensão e respaldo tanto do Banco Central quanto do BNDES.

Se me permite, eu gostaria de ler, porque V. Exª considerará certamente importante e relevante para a nossa Comissão de Assunto Econômicos.

Fortaleza, 03 de agosto de 2011.

Prezados Deputados,

Em 1973, na cidade de Fortaleza-Ce, a Prefeitura Municipal fez um despejo na orla marítima e expulsou 1.000 famílias para uma

área completamente pantanosa, distante 22 km da beira-mar. A população foi transportada em caçambas que as alojou em barracas de lona, fazendo surgir uma das maiores e mais brutais favelas de nossa cidade: o Conjunto Palmeira. Através de nossa Associação de Moradores, durante 25 anos, urbanizamos o Conjunto Palmeira em regime de mutirão. Em 1998, criamos um projeto de economia solidária, ao qual denominamos Banco Palmas, que hoje funciona com o marco legal de uma Oscip de Microcrédito.

O Banco Palmas oxigenou um circuito econômico na comunidade que elevou a renda e as condições de vida dos moradores. Descobrimos que não éramos pobres, mas, sim, nos empobrecíamos porque tudo que comprávamos vinha de fora, fazendo com que perdêssemos nossas poupanças internas. A tecnologia social criada pelo Banco Palmas no Conjunto Palmeira consistiu em fazer o dinheiro circular na própria comunidade, criando uma rede de produção e consumo local.

Desde 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho [onde está o nosso querido professor Paul Singer], dentre outros, tem nos apoiado para levarmos essa experiência para outros bairros e Municípios de baixa renda.

Hoje somos 62 Bancos Comunitários em 10 Estados do Brasil [inclusive, no Município de São Paulo, há cinco experiências do Banco Palmas, instituído pela iniciativa do próprio Joaquim Melo].

Contudo, e esse é o motivo de minha carta, um fator determinante para termos alcançado tantos resultados no Conjunto Palmeira, foi o fato de em 2005 termos implantado um correspondente bancário no Banco Palmas, inicialmente com o Banco do Brasil e, em seguida, também com a Caixa Econômica Federal. Os moradores receberam no próprio bairro seus salários, as suas aposentadorias, os benefícios sociais – inclusive o Bolsa Família –, combinado com uma política de acesso a crédito e bancarização, educação e mobilização social, que ajudou de forma decisiva no desenvolvimento do comércio local e no surgimento de novos empreendimentos, gerando emprego e renda que promovem a superação da pobreza.

Em julho deste ano, realizamos 22.000 operações no correspondente bancário implantado no Banco Palmas, atendendo, em media, 4.000 famílias. A Agência Bancária mais perto de nossa periferia esta à 6 km, é superlotada, o transporte é caro, o risco de assalto no translado é considerável, o tempo gasto entre sair e voltar pra casa é superior a um expediente de trabalho. O Banco Palmas para os moradores do Conjunto Palmeira é quase como um templo sagrado, uma extensão de sua casa pela relação de proximidade e de acolhimento, pela comodidade, e melhoria na qualidade de vida que ele oferece aos moradores.

Poderia eu falar de outros bancos comunitários que temos espalhados nos grotões deste Brasil. Da Ilha do Marajó, na Amazônia, às periferias de São Paulo. Mas, para não ticar apenas no Banco Palmas, falo também do Banco Comunitário dos Cocais na pequena São João do Arraial, encravada na região das quebradeiras de coco, no interior do Piauí, distante 36 quilômetros de uma agência bancária. Lá, o povo e o Prefeito mudaram o Município, a partir do momento em que criaram o Banco Comunitário com um sistema financeiro local, impossível de fazê-lo sem a presença de um correspondente bancário que possibilitasse pagar o funcionalismo público e realizar transações financeiras no próprio Município.

Bem sabemos que os bancos (públicos e privados) não possuem vocação para se instalarem em pequenos territórios de baixa renda. Eles têm uma meta de lucro a ser alcançada que são incompatíveis com a instalação de agências em distritos, assentamentos, comunidades quilombolas, nas comunidades ribeirinhas, nas favelas, nas distantes periferias urbanas. É preciso uma outra ferramenta bancária com capilaridade para chegar nesses territórios.

Tenho lido pela Internet sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2011, que busca limitar a expansão e ação dos correspondentes bancários..

Pondero para a necessidade de refletirmos sobre a fundamental importância dos correspondentes diante da situação em que se encontra o povo brasileiro quanto ao acesso às agências bancárias. Na atual conjuntura, se retroagirmos com a lei dos correspondentes, os bancos simplesmente se adaptarão às novas regras, ficando o sofrimento para milhões de brasileiros, exatamente os mais pobres, que vivem em comunidades, favelas e distritos discriminados econômica e geograficamente.

Temo corrermos o risco de "matarmos o boi para tirarmos o carrapato", como se diz aqui no Nordeste.

No momento, o Brasil vive pautado na extraordinária tarefa, determinada pela Presidenta Dilma, de superação da miséria, o que exige que não nos confortemos enquanto existir uma única região, território ou comunidade sem acesso aos serviços financeiros e bancários, condição indispensável para o seu desenvolvimento econômico, [o que certamente é muito relevante para muitas regiões do Mato Grosso do Sul, Estado que V. Exª representa].

Vamos focar nossa energia para corrigir todas as distorções, possíveis equívocos ou falhas existentes nas ações dos correspondentes bancários, mas na perspectiva de reforçá-los e ampliá-los para garantir a inclusão de todos os brasileiros e brasileiras.

Escrevo para dar o meu testemunho, cumprir o meu dever enquanto cidadão e militante popular comprometido com a nossa gente.

Cordialmente,

João Joaquim de Melo Neto Segundo

(Coordenador do Instituto Palmas.)

Eu gostaria de aqui também dar o meu testemunho. Eu considero absolutamente relevante o Banco Palmas. Eu já visitei o bairro Palmeira e o Banco Palmas por duas vezes e considero altamente positivo. Também já participei de diálogos com João Joaquim de Melo Neto Segundo e com o Prêmio Nobel, Prof. Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank, que ficou entusiasmado ao ouvir o depoimento de Joaquim Melo, tal como ele aqui sintetiza nessa bela carta que avaliei seria adequado ler aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, uma vez que esse assunto, certamente depois de apreciado na Câmara dos Deputados, deverá vir a esta Casa.

Quero também cumprimentar o Presidente Cláudio Puty, da Comissão de Finanças e Tributação, que, tendo em vista essas ponderações, já requereu que seja realizada uma audiência pública para o debate do projeto do Deputado Ricardo Berzoini, e, certamente, acredito, vão convidar Joaquim Melo para ali estar.

Eram essas as ponderações que gostaria de fazer, agradecendo muito a sua atenção, Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu só pediria a V. Exª que encaminhasse também aqui à Mesa Diretora não só o projeto de decreto do Deputado Berzoini, como também a carta lida por V. Exª, tratando de um tema fundamental, a bancarização, porque isso é, acima de tudo, cidadania.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu ia colocar em votação, mas, foi pedida a palavra pela ordem.

Antes, porém, de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 32ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Com isso, encerramos a reunião de hoje e teremos, na próxima terça-feira, às 10h da manhã, mais uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado a todos.

(iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezesseis de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Vital do Rêgo, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Armando Monteiro e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 33ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que, de acordo com o art. 89, IV, o Senador Lindbergh Farias passa a ser membro titular da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal na vaga antes ocupada pela Senadora Gleisi Hoffmann; e designa o Senador

Cristovam Buarque membro suplente da Subcomissão, na vaga antes ocupada pelo Senador Lindbegh Farias. Dando continuidade, o Presidente apresenta e submete à Comissão a apreciação dos seguintes itens extrapauta. Item 1 (extrapauta)– Requerimento nº 56 de 2011, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, que "requer, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil, para debater a Crise Econômica Internacional e as repercussões na economia brasileira". Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Lindbergh Farias. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 56 de 2011-CAE. Item 2 (extrapauta)– Requerimento nº 57 de 2011, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no dia 23 de agosto, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, na condição de convidado, a fim de discorrer sobre o cenário econômico, em razão da crise na economia mundial". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 57 de 2011-CAE. Item 3 (extrapauta)– Requerimento nº 58 de 2011, de iniciativa do Senador Humberto Costa e de outros Srs. Senadores, que "requer, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representantes dos Estados, Municípios e da União, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira". Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Francisco Dornelles. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 58 de 2011-CAE. Item 4 (extrapauta)– Requerimento nº 59 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como sua conseqüente publicidade do junto aos agentes do mercado". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Casildo Maldaner. Colocado em votação, a Comissão aprova a apresentação do Requerimento nº 59 de 2011. Item 5 (extrapauta)– Requerimento nº 60 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 90, inciso V, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, convidado a participar de audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, integrante do Ciclo de Audiências Públicas para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 60 de 2011-CAE. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e integralmente a Emenda nº 7, de autoria do Senador Francisco Dornelles, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, oferecendo, ainda, as Emendas nºs 5 e 6. Em 9/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Gim Argello. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e integralmente a Emenda nº 7, de autoria do Senador Francisco Dornelles, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, renumerada como Emenda nº 1-CAE, oferecendo, ainda, as Emendas nºs 5 e 6, renumeradas como Emendas nºs 2 e 3-CAE, respectivamente. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 399 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Benedito de Lira Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner. É solicitada Vista pelos Senadores Lindbergh

Farias e outros Senadores. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 89 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, autor do Projeto, Lindbergh Farias, Relator da Matéria, e Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 42 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para as transições governamentais dos poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", tendo como Relator o Senador Reditario Cassol, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que "suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB", tendo como Relator o Senador Eunício Oliveira, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Casildo Maldaner Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Flexa Ribeiro, que solicitam Vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 7– Projeto de Lei da Câmara nº 182 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que "altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 8– Projeto de Resolução do Senado nº 45 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que "suspende, por doze meses, o pagamento dos serviços da dívida do Estado de Alagoas junto à União", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Tenório. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 385 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que "estabelece normas para a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 10– Projeto de Lei da Câmara nº 52 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Sandro Mabel, que "dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A Matéria já

foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 477 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Mão Santa, que "vincula recursos para a Seguridade Social", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 9/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 526 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários", tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. A apreciação da Matéria é adiada. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 325 de 2008 e pela rejeição do PLS nº 356 de 2008. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008. As Matérias são retiradas de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 18– Requerimento nº 47 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e José Agripino, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Abílio Diniz, Presidente do Grupo Pão de Açúcar; e Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para explicar, em audiência pública, a realização de operações financeiras envolvendo o estabelecimento de crédito oficial, bem como de suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 19– Requerimento nº 49 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer,

nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES; e Abílio Diniz, Presidente do Conselho do grupo Pão de Açúcar, para que prestem esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour e sobre a participação do BNDES no negócio". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Em 9/8/2011, foi lido, pelo Presidente da Comissão, Requerimento, apresentado pelo Senador Alvaro Dias, de retirada definitiva do RQE nº 49/2011. Colocado em votação, a Comissão aprova a retirada definitiva do Requerimento nº 49/2011. Item 20– Requerimento nº 54 de 2011, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, que "requer, nos termos dos arts. 93, inciso II, e 397,§ 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para discutir o conjunto de medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país – reunidas no "Plano Brasil Maior" – com a presença das seguintes autoridades: ministro da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega; ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Exmo. Sr. Fernando Pimentel; ministro da Ciência e Tecnologia, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante; presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Sr. Luciano Coutinho; presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Robson Braga de Andrade; presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva; presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Sr. Wagner Gomes; presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira; presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sr. Artur Henrique da Silva; presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Sr. José Calixto Ramos; e presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Sr. Ricardo Patah". Em 9/8/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Francisco Dornelles. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 54 de 2011-CAE. Item 21– Requerimento nº 55 de 2011, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, que "requer, nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o "Pacto Nacional da Indústria Química", que consiste em um conjunto de propostas no sentido de viabilizar os investimentos necessários à indústria química, até 2020, para acompanhar a demanda prevista do consumo brasileiro, aproveitando as oportunidades do pré-sal e a emergência da química de renováveis, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Fernando Figueiredo, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim; Professor João Furtado, do Departamento de Engenharia da Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; Doutor José Osvaldo Bezerra Carioca, professor titular da Universidade Federal do Ceará – UFC, Membro da Academia Cearense de Química e Presidente do Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente – Cenea; e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos". Em 9/8/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 55 de 2011-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 33ª Reunião.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por solicitação do Senador Pimentel, também proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e o Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Informo que, de acordo com o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado, o Senador Lindbergh Farias passa a ser membro titular da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, na vaga antes ocupada pela Senadora Gleisi Hoffmann. Designo o Senador Cristovam Buarque membro suplente da Subcomissão, na vaga antes ocupada pelo Senador Lindbergh Farias.

Portanto, a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal tem como titulares, pelo bloco de apoio ao Governo, o Senador Lindbergh Farias e o Senador Clésio Andrade; pelo bloco parlamentar PV/PMDB/PP/PMN/PSC, o Senador Francisco Dornelles e o Senador Valdir Raupp; e, pelo bloco PSDB/DEM, o Senador Cyro Miranda. Como suplentes, pelo bloco de apoio ao Governo, ficam a Senadora Angela Portela; o Senador Cristovam Buarque, que, agora, entra como suplente na vaga do Senador Lindbergh, que vira titular; o Senador Ciro Nogueira; o Senador Waldemir Moka e o Senador Armando Monteiro.

É importante registrar que, aproveitando a indicação do Senador Cristovam Buarque, essa mesma Subcomissão, em comum acordo com o Presidente, Senador Dornelles, também acompanhará, de forma qualitativa, a elaboração do Orçamento-Geral da União de 2012, por sugestão do Senador Cristovam Buarque.

Informo ainda que estou apresentando, com o Senador Francisco Dornelles, um requerimento para que realizemos um ciclo de audiências públicas com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil, para debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira.

Em virtude da urgência e relevância do tema, em função da crise com a qual estamos convivendo – basta ver, hoje, a Alemanha e a França se reunindo, porque a situação, realmente, volta a preocupar especialmente a Comunidade Econômica Europeia –, excepcionalmente, não seguindo a regra estabelecida, os atos que aprovamos aqui, apresentamos requerimento, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para que "seja realizado um ciclo de audiências públicas da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil, para debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira". Esse requerimento é assinado pelo Senador Dornelles e por mim.

Conversando com o Presidente Sarney e com a Mesa Diretora do Senado e também conversando aqui, internamente, achamos que o melhor foro para se discutir essa crise internacional não seria uma subcomissão, mas, sim, uma comissão, especificamente a Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso – a agenda começa com o Ministro Guido, no dia 23 –, vamos discutir esse tema da crise internacional aqui, no pleno da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, uma vez lido o requerimento, eu o coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já que é um ciclo, além do Ministro Guido Mantega, quem os senhores estão propondo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos apresentar, Senador Lindbergh, essa agenda para todos os Senadores e Senadoras, mas, como o Ministro Guido Mantega já se colocou à disposição em vir à Comissão de Assuntos Econômicos na próxima semana, nós já agendamos a primeira das audiências, que é na próxima terça-feira. E, na terça-feira que vem, apresentamos as outras audiências públicas agendadas na Comissão de Assuntos Econômicos para discutir a crise internacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já que vejo que está aberto, poderia até Senadores que tiverem sugestões, talvez, procurar V. Exª e apresentá-las. Teria imenso prazer, inclusive, de sugerir alguns nomes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos conversará com as assessorias dos Senadores para que, na terça-feira, a gente aprove essa agenda, onde vamos discutir a crise internacional, que é um tema vital, importantíssimo e que preocupa todos nós.

Tenho mais um requerimento aqui, formalizando audiência pública do dia 23 de agosto, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, na condição de convidado, a fim de discorrer sobre o cenário econômico em razão da crise na economia mundial.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, olhando de uma outra forma e aproveitando a oportunidade de já termos quebrado os interstícios para votar os requerimentos de V. Exª, Senador Dornelles, que têm caráter mais do que urgente, já que a França e Alemanha estão reunidas. A última vez que esse povo se reuniu, o problema foi muito complicado, entendeu? É bom a gente ter cuidado, é bom a gente se reunir preventivamente mesmo. Mas há um requerimento de minha autoria que olha de um outro jeito, mas o sentido é o mesmo, porque é em função do plano apresentado pela Ministra Dilma e exposto pelo Ministro Guido para enfrentamento da crise. Então, acho que deveríamos juntar para poder examinar os vários olhares, porque ampliamos um pouco mais, incluindo trabalhadores, representações sociais e outros ministérios afins, que foi o caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Indústria e Comércio, que estão, digamos, no bojo do debate sobre a questão do enfrentamento da crise no Brasil.

Esse requerimento já foi lido semana passada. E eu teria o maior prazer que a gente pudesse con-

vergir para uma ampla unidade de enfrentamento da crise no Brasil.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Acho bastante sensato, Senador Inácio Arruda, a proposta de V. Exª, e sem dúvida nenhuma, nós agregaremos esse requerimento, que será votado hoje, a essa audiência pública do dia 23. É esse o entendimento.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Para trazer o meu apoio à proposta do Senador Inácio Arruda. V. Exª quando convidou o Ministro Mantega, acredito já conversou com ele da importância dessa apresentação sobre a crise entrar nesses projetos apresentados pelo Governo, porque muitos deles estão ligados às iniciativas desse tipo.

Acredito também, Sr. Presidente, de acordo com informação prestada por V. Exª, que, no dia 30 também, estaria confirmado o Ministro do Desenvolvimento para analisar todas essas medidas apresentadas pela Ministra Dilma para enfrentar a crise atual.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – É isso mesmo, Senador Dornelles. V. Exª já havia conversado com o Ministro Guido Mantega, e conversei com o Ministro Guido e a sua assessoria, não só no sentido de que, no dia 23, o Ministro Guido Mantega faça uma exposição sobre essa situação internacional, e como o Senador Inácio Arruda colocou, como essas medidas tomadas recentemente pelo Governo vão influenciar ou mitigar esses efeitos na economia brasileira. Mas esse é o intuito. E, assim, o Ministro Guido Mantega vai se apresentar aqui, no dia 23, próxima terça-feira, às 10 horas.

E o Ministro Pimentel, no dia 30, falará sobre desenvolvimento, indústria, comércio. E vamos ter oportunidade de falar sobre câmbio, exportações, importação. Enfim, temas que são absolutamente relevantes, especialmente em função da situação econômica que o mundo enfrenta.

Portanto, não havendo mais nenhum Senador e Senadora para discutir, coloco em votação primeiro o requerimento de autoria do Senador Dornelles, e também assinado por mim, sobre as audiências públicas da Comissão de Assuntos Econômicos sobre crise econômica internacional.

Se todos os Senadores estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

E na terça-feira que vem, apresentamos o roteiro das audiências públicas.

Relembrando que agora, o próximo requerimento é o requerimento de realização de audiência pública, na terça-feira que vem, que é a primeira audiência dessas audiências que vamos aprovar na terça-feira que vem, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, na condição de convidado a fim de discorrer sobre o cenário econômico em razão da crise na economia mundial.

Se todos os Senadores e Senadores estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado também, no dia 23, excepcionalmente, pelas razões que aqui justifiquei, nós estamos saindo dos atos, mas por um motivo absolutamente urgente e relevante.

Srªs e Srs. Senadores, da mesma maneira, informo que se encontra sobre a mesa Requerimento de iniciativa do Senador Humberto Costa, do Senador Walter Pinheiro e de minha iniciativa também para realização de um ciclo de audiências públicas da CAE em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os Entes da Federação, com a presença de representantes dos Estados, dos Municípios e da União.

Como também esse assunto é muito relevante e, acredito, urgente, que V. Exªs sabem que o prazo limite nosso é quinze de setembro, quer dizer, trinta de setembro, é quinze ou trinta?

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, a questão é a seguinte: como há o feriado dia 7, praticamente vai anular a semana anterior, havia o entendimento de que fosse para o dia 30 de setembro, para dar uma respiração, porque fica muito em cima do feriado.

Acho que não, vamos pensar logo numa situação. Não é dia 15, mas o problema é que dia 7 é feriado, uma semana morta. Vamos ganhar dia 30... Eu retiro a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos manter o 15 de setembro, que é a data que o Presidente Sarney nos deu. Agora, evidentemente pelo tema, isso vai gastar bastante tempo do Senado, das duas Comissões. Sem dúvida alguma, acredito que temos de ter a sensibilidade necessária para nos entender, porque a gente ainda não chegou a uma solução melhor, procurar trabalhar no tempo.

Como esse assunto também é muito relevante e não vamos ter uma reunião deliberativa para aprovar esse requerimento, sugiro também a sua apreciação agora. E com o compromisso de, na terça-feira que vem, antes da reunião da audiência pública com o Ministro Guido, nós aprovaríamos as duas agendas, tanto a agenda da crise quanto a agenda dos *royalties*, que contará com representantes da Federação, um representante dos Estados e representantes dos Municípios.

Portanto, estou com requerimento aqui: Requeremos, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado um ciclo de audiências públicas conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representantes dos Estados, dos Municípios e da União, para debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os Entes da Federação brasileira.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovada também essa série de audiências públicas que vai nos levar à elaboração de uma proposta a ser votada com relação à distribuição dos royalties.

A Secretaria da Comissão está providenciando cópias dos requerimentos para que os Srs. Senadores tenham um tempo mínimo entre o conhecimento e a... Aliás, nós vamos simplesmente, é que eu já aprovei os requerimentos, e aqui o texto era para aprovar o requerimento mais para o final da reunião. Mas, como nós temos quórum já suficiente, em função do enxame de audiências públicas hoje de manhã, aqui no Senado Federal, eu já resolvi votar os requerimentos. Mas nós vamos encaminhar cópias desses requerimentos para todos os Senadores e Senadoras.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço a V. Exª que votemos também o item 20, que é o requerimento com esse mesmo sentido, tem esse mesmo teor dos requerimentos que acabam de ser aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aproveitando, já que é o mesmo assunto, o Requerimento nº 54, item 20, do Senador Inácio Arruda e Senador Eduardo Suplicy, o que se refere à realização de audiências públicas para discutir o conjunto das medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial tecnológica de serviços de comércio exterior do País, reunidas no Plano Brasil Maior. E o primeiro dos convidados é o Ministro Guido Mantega, que vai falar sobre isso na terça e depois o Ministro da Indústria e Comércio, Ministro Pimentel, que vai falar no dia 30 e os demais convidados aqui listados.

A matéria está em discussão.

O requerimento está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o Requerimento nº 54, item 20 da pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS)– Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu solicito a inversão de pauta para o item 9, que é o PLC nº 52, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 385 DE 2009
– Não Terminativo –

Estabelece normas para a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias.

Autoria: Senador Leomar Quintanilha

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra o Relator, Senador Pimentel.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não atrapalhando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não atrapalhando o Senador Pimentel, seria bom se desse para seguir a sequência, que é o número 10, também não terminativo, logo após o que o Senador vai relatar. Consulto V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordarem...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É o PLC nº 52, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um projeto relatado por V. Exª, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo, esse é um tema inclusive... Eu fiz um requerimento em plenário para que esse ponto viesse à discussão aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Está tendo uma Comissão da qual V. Exª é o Vice-Presidente e está conduzindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Vice-Presidente é o Inácio e V. Exª é o Relator.

O CASILDO MALDANER (Bloco/PT – SC) – E V. Exª é o correlator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A minha sugestão é que, se pudéssemos retirar esse ponto de pauta, para na hora da apresentação dos encaminhamentos, pela Comissão Especial que tem o Senador Jorge Viana como Presidente e V. Exª como Relator, como um dos encaminhamentos seria o ideal. Se não for esse o encaminhamento, eu sigo V. Exª, que é o Relator, está acompanhando o debate no dia a dia, é a pessoa mais preparada desta Casa para discutir o tema de prevenção a desastres naturais.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, fechou, Senador Lindbergh. Eu até ia partir para esse encaminhamento, de que V. Exª parte e é o correlator, inclusive.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tem o maior sentido e tem o maior sentido, porque essas matérias todas vão para as mãos de V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E o Senador Arruda é o nosso vice-Presidente e o Senador Jorge Viana o Presidente. E nós temos um prazo para concluir uma nova proposta em relação à Defesa Civil no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por solicitação do Relator, Senador Casildo Maldaner, o item 10 foi retirado de pauta, pelas ponderações apresentadas pelo Senador Lindbergh.

Voltamos então para o item 9.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, objetiva aumentar o valor do repasse do Ministério da Saúde para os Municípios e o Distrito Federal, destinado ao custeio da remuneração dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Para isso, o inciso I, do art 1º, determina que o valor do repasse destinado ao custeio da remuneração dos agentes que tenham concluído o curso técnico correspondente em escolas estaduais ou federais, no Sistema Único de Saúde, SUS, seja de R$1.032,00, com a seguinte repartição: as alíneas "a", "b" e "c", R$800,00 para pagamento do salário, R$168,00, para pagamento da contribuição previdenciária patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social ou ao regime próprio da previdência municipal, quando houver; R$64,00, para pagamento da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quando os agentes estiverem submetidos ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho.

Já o inciso II do mesmo art. 1º determina que o valor do repasse destinado ao custeio da remuneração dos agentes que não concluírem o curso técnico seja de R$774,00. Esse valor seria composto pelas parcelas de R$600,00, R$126,00 e R$48,00, que teriam, respectivamente, as mesmas destinações especificadas nas alíneas do inciso I.

Os parágrafos do art. 1º determinam que: o valor da parcela referente ao FGTS seja subtraído desses totais, quando os agentes não estiverem submetidos ao regime da CLT; o repasse seja em valor dobrado no mês de novembro, com vistas ao pagamento do décimo terceiro salário e seus encargos (§ 2º); e os municípios possam oferecer remuneração adicional aos agentes, desde que custeada com recursos próprios (§ 3º).

O art. 2º estabelece que, na ocorrência de encargos adicionais incidentes sobre a remuneração, esses correrão por conta do município contratante, inclusive o salário-família.

A cláusula de vigência prevê que a lei aprovada entre em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do dia 1º de fevereiro do ano seguinte.

A proposição é justificada pelo entendimento do autor de que os recursos que estão sendo transferidos pelo Ministério da Saúde para os municípios não têm levado em conta o esforço que muitos agentes têm feito no sentido de se aperfeiçoar profissionalmente, com vistas à realização de um serviço de melhor qualidade.

O autor estima que o impacto da medida nas contas do Ministério da Saúde seja da ordem de R$ 18 milhões por ano, qualificado como "irrisório".

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a decisão terminativa. Na CAE, a relatoria da matéria foi inicialmente distribuída à Senadora Rosalba Ciarlini, cujo relatório, favorável ao projeto, não chegou a ser votado.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob seus aspectos econômicos e financeiros.

Os recursos de que trata o projeto constituem incentivo criado pelo Ministério da Saúde, em 2008, mediante portaria, com a finalidade de estimular a adesão dos municípios e do Distrito Federal às políticas estabelecidas para o setor.

O agente comunitário de saúde presta serviços ao gestor local do SUS e, dessa forma, a remuneração do seu trabalho incumbe ao município e não ao Ministério da Saúde. Os incentivos citados correspondem à parce-

la assumida pelo Ministério no financiamento tripartite do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e se destinam, exclusivamente, a garantir o pagamento do salário mensal e do décimo terceiro salário, pelo município, ao agente comunitário de saúde.

Os valores repassados aos municípios integram o chamado Piso da Atenção Básica Variável, que prevê um incentivo de R$8.560,00 (março/2011) por agente comunitário de saúde, por ano. O valor do incentivo foi definido – e posteriormente reajustado – com base no número de agentes comunitários de saúde contratados por município.

Na data de apresentação do projeto existiam 229.900 agentes comunitários de saúde em exercício, segundo informações do Ministério da Saúde. Em março do ano corrente, após o Ministério da Saúde habilitar novas equipes do Programa de Saúde da Família, esse número passou a ser de 245.236 agentes.

Para estimar o impacto sobre o orçamento do Ministério da Saúde, com a concessão do aumento proposto pelo PLS nº 385, de 2009, fizemos duas simulações: na primeira, supomos que nenhum dos agentes tem curso técnico – o que corresponderia ao mais baixo valor do repasse; na segunda, consideramos que todos os agentes têm aquela capacitação – e, então, o custo total do repasse far-se-ia pelo valor máximo. No primeiro caso, o valor a ser transferido anualmente pela União passaria dos atuais R$2,099 bilhões para R$2,467 bilhões, acarretando um acréscimo, portanto, de R$368 milhões/anuais. No segundo caso, o valor a ser transferido passaria para R$3, 290 bilhões, o que resultaria num acréscimo anual de R$1,191 bilhão.

Verifica-se, assim, que a estimativa do custo das medidas propostas feitas pelo autor do projeto está bastante subestimada. Ao contrário do que afirma, tais medidas gerarão impacto orçamentário extremamente significativo para a União e para o orçamento do Ministério da Saúde.

Assim sendo, o projeto aumenta gastos públicos, sem previsão da origem dos recursos, o que contraria determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por se tratar de despesa obrigatória, de caráter continuado, previsto no art. da LRF, exige a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio, o que não foi apresentado.

Por fim, é preciso ressaltar que a teor do que dispõe a alínea "a", do inciso I, do art. 61, da Constituição Federal, a proposição é formalmente inconstitucional, por vício de iniciativa, já que é competência privativa do Presidente da República a iniciativa de leis tendentes a aumentar a remuneração dos servidores.

No caso em tela, ainda que os servidores de que trata o projeto sejam servidores municipais, sua remuneração é custeada com recursos da União.

Quero também, Sr. Presidente, aqui ressaltar que a Câmara Federal aqui constituiu uma Comissão Especial, onde têm mais de trinta projetos de lei sobre a mesma matéria e a grande iniciativa da Câmara é para que o Executivo Federal encaminhe um projeto de lei complementar, porque tem caráter vinculativo no pacto federativo. Os Estados e os Municípios participam desse processo. Estão visitando todos os Estados, fazendo audiências públicas nas assembleias legislativas sobre esse tema, para em seguida levar a voto, superando os vícios que esse projeto apresenta, de iniciativa e de custeio.

Portanto, diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório do Senador Pimentel, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Voltamos agora ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 90 DE 2010 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Cyro Miranda

O relatório já foi lido pelo relator na 33ª reunião, realizada em 9 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Cyro Miranda, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que não houve nenhuma novidade, nenhuma emenda.

Nós acatamos a Emenda nº 7, do Senador Francisco Dornelles, que também é meritório e deve ser acatada.

Então, mais uma vez, somos pela aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Meu integral apoio ao projeto do Senador Cyro Miranda, que inclui, que amplia algumas categorias no regime do Super Simples.

Ontem esteve aqui na Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos o Secretário da Receita e mostrou que, de 3,9 milhões de empresas que apresentam declaração no Brasil, 2,938 milhões já estão no super Simples. Essas empresas que estão no Super Simples, se por acaso aí não estivessem, não estariam em lugar nenhum, estariam na informalidade, que é outra categoria onde se encontram muitas empresas do Brasil.

Não vejo motivo ou razão para que o Super Simples discrimine empresas em decorrência da atividade por elas exercidas. É um teto. Aquelas que têm receita bruta abaixo de R$2,400 bilhões ou R$240, no caso de micro empresa, deviam ser admitidas no Super Simples. Por isso, estou de pleno acordo com o parecer do Senador Cyro Miranda, porque dentro da filosofia de que o Super Simples não deveria limitar a atividade mas simplesmente o valor, estando abaixo de um determinado valor, deveria sem acolhido o Super Simples.

Minha posição é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco PT – MS) – Muito obrigado Senador Dornelles pelos comentários esclarecedores.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora para discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE.

Parabéns Senador Cyro Miranda pela relatoria.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco PT – MS) – Senador Gim Argello com a palavra.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, só para pedir o nosso regime de urgência de acordo com o Regimento Interno, art. 366, porque já tem um outro projeto em plenário para ser votado parecido com esse e, como bem esclareceu o Ministro Dornelles e o nobre Senador Cyro em seu relatório, é muito importante e têm categorias que estão esperando por isso há muito tempo. A categoria dos corretores de imóveis está presente, de engenharia e arquitetura e pedi regime de urgência para plenário, porque tem projetos que já estão em votação e chegando lá votaremos todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco PT – MS) – Portanto, em votação requerimento de urgência, conforme ponderação do Senador Gim Argello.

As Srªs e Srs. Senadores que, até pela importância do tema, concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Votação em regime de urgência no Plenário do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 399 DE 2009 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Favorável ao Projeto.

O Senador Demóstenes Torres não está aqui presente. Indico o Relator *ad hoc* do projeto Senador Benedito de Lira.

O relatório é favorável ao projeto.

Item 2, Senador Benedito de Lira.

Esse projeto já pipocou várias vezes aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, hoje vamos apreciá-lo.

Com a palavra para o Item 2 Senador Benedito de Lira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, para agilizar, vou pedir vista desse projeto. Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco PT – MS) – Mas o Senador Benedito de Lira precisa ler o relatório e o Senador Benedito de Lira, sempre muito expedito na explanação dos relatórios...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2009 – Complementar, do Senador Valdir Raupp, que altera os artigos 138 e 155-A, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre

as ações que acompanham confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração.

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 399, de 2009 – Complementar, de autoria do Senador VALDIR RAUPP, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN).

O propósito do PLS é determinar que não apenas o pagamento à vista do tributo devido, mas também o seu parcelamento, dê direito aos benefícios da "denúncia espontânea", prevista no art. 138 do CTN. Por meio desse instituto, o contribuinte, antes de qualquer ação dos agentes fiscais, declara ser devedor do Poder Público. Havendo "denúncia espontânea", somente o pagamento à vista do débito exclui a responsabilidade por multas que seriam devidas na hipótese de uma ação fiscal.

O autor justifica, Sr. Presidente, a proposição e, mais abaixo, não foram apresentadas emendas. Em julho de 2010, o então Relator da matéria, Senador César Borges, apresenta relatório favorável ao projeto, não apreciado pela comissão.

II – Análise

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre proposições pertinentes a tributos e normas gerais de direito tributário, como é o caso.

O PLS nº 399, de 2009 – Complementar, coaduna-se com os 2 parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; 146, inciso III, da CF).

Em sua tramitação, o PLS seguiu o Regimento Interno desta Casa (RISF) e, relativamente à técnica legislativa, foram respeitadas as disposições para a elaboração e alteração de normas dispostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A proposição merece o apoio do Senado Federal. Inconcebível admitir que o incentivo criado pelo legislador – exclusão da multa moratória – para privilegiar a boa-fé do cidadão que, verificando erro no seu procedimento fiscal, resolve confessá-la e saná-la, apenas possa existir se o débito for imediatamente pago.

A lealdade é o bem tutelado pelo direito, no caso. A questão da forma como o tributo devido e confessado espontaneamente será quitado, 3 em que pese sua relevância, é secundária nessa discussão e não pode ser interpretada de forma a prejudicar o contribuinte.

A regra contida no art. 138 do CTN privilegia a boa-fé do contribuinte e possibilita ao fisco dos entes federativos o recebimento do tributo devido. Ocorrendo denúncia espontânea, é irrelevante se o pagamento será imediato ou diferido por meio de parcelamento. A alegação de que o parcelamento pode ser inadimplido não pode prevalecer, pois, nesse caso, o débito restante será devidamente inscrito em Dívida Ativa e executado. O fisco não perde seu direito de crédito e as prestações dos parcelamentos são acrescidas, por ocasião do pagamento, de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Ou seja, o contribuinte ainda paga, a título de correção do débito, percentual superior ao da inflação oficial. Assim, o pagamento parcelado já onera o contribuinte.

Lembro que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) era no sentido pretendido pela proposição. Cito a decisão proferida no Recurso Especial (REsp) nº 138669/RS, que enunciou: *o beneficio outorgado pelo art. 138 do CTN incide, também, quando o contribuinte obtém o parcelamento do débito*. Há também o Resp nº 168868/RJ, em que ficou registrado que *não havendo procedimento administrativo em curso contra o contribuinte pelo não recolhimento do tributo, deferido o pedido de parcelamento, está configurada a denúncia espontânea, que exclui a* responsabilidade do contribuinte pela infração. Também serve como paradigma do antigo entendimento do STJ a decisão proferida no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 226229/RS, justamente por evidenciar que a jurisprudência daquela Corte julgava que a denúncia espontânea incidia também nos casos em que o contribuinte obtinha o parcelamento do débito.

Hoje, sobretudo devido ao art. 155-A do CTN, incluído pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, o STJ interpreta que o parcelamento, na hipótese de denúncia espontânea, não afasta a aplicação da multa de mora.

Desse modo, é dever garantir aos contribuintes que confessarem seus débitos e solicitarem o seu parcelamento a imunidade relativamente à multa de mora, resgatando, assim, os motivos da instituição do mecanismo da denúncia espontânea, razão pelo qual apoio a proposição.

III – Voto

Diante do exposto, voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2009 – Complementar.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Benedito de Lira.

Portanto, vista do Senador Lindbergh Farias.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu considero esse projeto da maior importância. Na realidade, no momento em que o contribuinte confessa que tem uma dívida e paga o tributo, a punibilidade é extinta. Ora, se ele pede autorização à administração para parcelar e a administração concede, não há razão também para que um tratamento nesse sentido lhe seja dado.

Eu reconheço que talvez a palavra... A responsabilidade excluída, no caso de parcelamento deveria ser suspensa. Por isso acho importante que o Senador Lindbergh examine a matéria. Como ele pediu vista, eu peço vista coletiva para que nós possamos apreciar, inclusive com a presença do Senador Valdir Raupp, mudando a exclusão pela suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito, Senador Dornelles.

Vistas coletivas então, do item 2.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever também.

Parece-me que o mérito da matéria... Porque é uma confissão espontânea, e como diz o Ministro Dornelles, se o contribuinte após fazer a confissão espontânea pedir o parcelamento e o fisco concede-la, não há porque não... Porque se ele atrasar vai incidir mora, vai incidir juros, TJLP, ele vai ter que pagar os encargos normais. Então não vejo porque não... Em tese gostaria de participar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Casildo. Também solicitado pelo Senador Casildo Maldaner a vista coletiva, meu caro Senador...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, era para... É sobre outra questão.

Solicitar a inversão de pauta para podermos examinar o item 15. Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E só pediria Senador Armando Monteiro... O meu é o quatro, porque sou o Relator e hoje está tendo uma solenidade de lançamento pela Presidenta Dilma...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro nós não temos ainda quorum, porque o item 15 é terminativo.

O item 3 foi retirado da pauta pelo Relator para reexame, então nós partimos para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 311 DE 2007
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: – *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo,com Parecer contrário ao Projeto;*

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, bem rapidamente, conversava agora com o Senador Flexa Ribeiro, a matéria era uma matéria muito importante quando foi apresentado o Projeto do Senador Flexa Ribeiro em 2007. Só que na época em que o projeto foi operado, as operadoras de serviço móvel ainda não haviam assumido as obrigações de cobertura associada às faixas de terceira geração, que determinaram o atendimento de municípios com menos de 30 mil habitantes em até oito anos. Como o edital foi realizado em dezembro de 2007, esses prazos ainda não se expiraram, mas a área coberta e, principalmente, o nível de penetração do SMP se expandiram significativamente.

Em maio de 2011, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) contabilizava 215 milhões de terminais móveis ativos e uma densidade de 110,5 por cem habitantes. São resultados que, isoladamente, comprovam a inadequabilidade do PLS nº 311, de 2007. Afinal, não foram necessários recursos públicos para fazer a densidade do serviço mais do que dobrar em apenas quatro anos.

Então eu volto a dizer. Esse é um projeto extremamente pertinente do Senador Flexa Ribeiro, é um Projeto de 2007, só que a realidade de 2011 nos faz pedir a rejeição desse Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu faço com pesar, Senador Flexa Ribeiro o que eu puder defender e votar favoravelmente os seus projetos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Delcídio, Srs. Senadores, esse com pesar é do Senador Armando, porque ele soprou no ouvido do nosso pop star.

Mas Senador, V. Exª ao fazer o relato Senador Lindbergh, foi de forma objetiva na questão temporal. Eu só lamento, que um Projeto de 2007, nós estejamos discutindo em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É lamentável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É só o pesar Senador Armando, do tempo que nós ficamos discutindo e não avançamos com os nossos projetos.

Ao longo desse tempo, logo após o meu projeto, o Senador Aloizio Mercadante, hoje Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação, que ele está sugerindo a ampliar os objetivos do Ministério como é a nossa CCT (Ciência e Tecnologia e Inovação), ele fez também um projeto que traz, que leva a banda larga a todos os rincões brasileiros e com isso levaria também a possibilidade da telefonia móvel.

O Senador Lindbergh tem toda a razão de dizer que ao longo desse tempo as empresas de telefonia móvel assumiram compromissos em função da instalação da geração três da telefonia móvel, e avançaram bastante. É verdade! Na implantação e levando o sinal da telefonia móvel a outros municípios e outro segmento da população brasileira.

O número de aparelhos que é realmente significativo de telefonia móvel ativada é um numero maior que a população, isso apenas diz que tem brasileiro que tem mais de um, dois, três – V. Exª deve ter quatro não é Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não Senador, só tenho um.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É como eu, também só tenho um.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aqui em Brasília.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o mesmo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só tenho um para todos os lugares.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu também só tenho um para todos os lugares e está sempre ligado. Eu não sou daqueles que desligam telefone móvel e não atendo.

Mas eu diria que se nós formos definir quem tem mais de um, nós vamos ver que ainda tem parte da população que não está atendida. E principalmente na nossa região, as regiões menos desenvolvidas como é a Amazônia.

Eu recebo Senador Lindbergh, ainda hoje, solicitação de que faça gestões junto às empresas de telefonia móvel para que leve o sinal a locais que "a companhia, a empresa diz que não tem retorno econômico para instalação do sinal". Então esse projeto, ele apenas transferiu a nível Brasil, a experiência exitosa, do hoje Governador Aécio Neves – do hoje Senador Aécio Neves, à época Governador de Minas. Ele fez um edital em Minas Gerais para universalizar o sinal de telefonia móvel em todo o Estado. Em contrapartida, ganharia o edital aquela empresa que menos recursos solicitasse para implantar o sinal. Era mais ou menos essa linha que pretendíamos adotar, utilizando os recursos do Fust, os quais, lamentavelmente, passado todo esse tempo, Senador Lindbergh, ainda em 2011, são contingenciados para pagamento dos juros da dívida e para superávit primário. Então, mudou parte do cenário, mas, lamentavelmente, isso não atingiu todos.

V. Exª teve a gentileza de conversar comigo para fazer o relato pela rejeição do projeto, com o que concordei. Vou defender o projeto mais adiante, na Comissão de mérito, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Nesse ínterim – pedirei a ajudar de V. Exª, que se debruçou tão bem sobre o projeto –, teremos o retrato atual da situação da telefonia móvel no nosso País. Na região amazônica, lamentavelmente, essa telefonia não atingiu muitas cidades, a não ser as grandes cidades, a Capital e as cidades acima de cinquenta mil habitantes. Há distritos com vinte mil ou trinta mil habitantes que ainda não se transformaram em municípios e que clamam pela telefonia móvel.

Quero agradecer a V. Exª a gentileza de me dar conhecimento prévio do seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Essa preocupação de V. Exª é pertinente. No meu Estado também, temos muitas dificuldades. O Estado do Senador Lindbergh é o Rio de Janeiro, mas, em outros Estados brasileiros, no Brasil profundo, em Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste e também no Norte, lamentavelmente, tristemente, a realidade é muito diferente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador, devo dizer que a realidade no Brasil é muito difícil. Está havendo um apagão no sistema de telefonia. Temos enfrentado, por aí afora, dificuldades, interrupções. Vamos ter de fazer um debate sobre o crescimento econômico do País. Estamos enfrentando muitíssimas dificuldades nessa área, mas esse é outro debate.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade, Sr. Presidente. Essa é uma deficiência das

companhias, que não estavam preparadas para o aumento da utilização da telefonia móvel.

Tenho outro projeto: temos de salvar a telefonia fixa, porque, hoje, ninguém mais quer usar telefone fixo. Se você tem o telefone fixo e se o telefone móvel está ao lado, você liga do móvel, não do fixo, tal a facilidade. Mas temos de melhorar a qualidade, porque é verdade que os sinais somem. Você faz quatro ligações, para completar uma ligação. O custo é outro detalhe, mas isso estamos discutindo na CCT.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em que pese o fato de eu acompanhar a proposta do Senador Lindbergh Farias, acho que, no mérito, a ponderação do Senador Flexa Ribeiro tem procedência. Na outra Comissão, poderemos analisar isso, o que será importante.

A criação desse Fundo de Universalização deu-se para que as companhias tivessem participação nesse Fundo nos locais em que a demanda – entre aspas, como disse o Senador Flexa Ribeiro – não fosse compensatória. Mas, hoje, inclusive no meu Estado, Santa Catarina, há vários lugares em que não há acesso à telefonia móvel, ou seja, em vários lugares, isso não é possível.

Tínhamos de ver como fazer para conjugar essas companhias, inclusive em países desenvolvidos, porque se coloca a torre onde há uma demanda maior, e aí, nos lugares com menor frequência, isso não existe. Talvez, elas tivessem de combinar como colocar a torre num lugar menor, num distrito com cinco mil ou dez mil habitantes. E aí aquela que não tem não leva, mas uma leva. E haveria o subsídio desse Fundo, ou coisa que o valha, para poder descentralizar ou interiorizar a comunicação.

Quem sabe, quando se usar o pedágio de uma torre de uma companhia ou outra, naquele pedágio, ela terá uma participação? Nos países desenvolvidos, existe isso, as companhias combinam isso. Existe um pedágio quando uma usa a linha da outra. Mas, automaticamente, usa-se a torre desta ou daquela companhia, para que não haja repetição de investimentos em lugares com demanda menor. Assim, haveria o atendimento, e todas elas participariam disso.

Precisamos fazer com que as companhias fixem esse entendimento, até para se implantar – quem sabe? – o Fundo de Universalização. Isso ajudaria a implantar esse Fundo. Depois, haveria o pedágio onde há deficiência. Esse é um mecanismo que existe no Primeiro Mundo hoje. Há vários lugares no meu Estado que não têm jeito.

Então, no mérito, quero cumprimentá-lo, Senador Flexa Ribeiro, e acho que na comissão especial, depois, teremos de enfrentar essa questão e também a das reclamações.

Muitas pessoas, muita gente reclama que não tem acesso ao 0800 e fica ali aguardando: "Um momento, um momento." Fica rodando aquele disco e não há um atendimento mais descentralizado para atender ao consumidor. Há uma reclamação muito forte nesse sentido.

São apenas essas as considerações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 42 DE 2009
– Não Terminativo –

Estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para as transições governamentais dos poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Reditario Cassol

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Com a palavra, o Relator, Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu posso só ler o final, o voto?

Pela razão exposta e reconhecido o mérito da iniciativa, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2009, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – Dê-se ao §3º do art. 3º do PLS 42/2009 a seguinte redação:

§3º – Poderão ser solicitadas quaisquer informações relativas à gestão de recursos federais, destacando-se naquilo que for aplicável.

Emenda nº 2 – Dê-se ao *caput* do art. 4º do PLS 42/2009, a seguinte redação:

Art. 4º – A autoridade eleita pode requerer por escrito o acesso direto a quaisquer documentos, registros ou sistemas de informações já existentes que contenham informações acerca da gestão de recursos federais.

Portanto, o voto é favorável, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Em votação o relatório do Senador Reditario Cassol.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1 e 2, lidas pelo Senador Reditario Cassol.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Agora, item 6 da pauta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, seria possível fazer a leitura do item 15, aquele pedido de inversão de pauta? Fazer a leitura? Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O problema é que não há quórum, Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu sei que V. Exª... Mas, daqui a pouco, nós vamos avançar nos terminativos e, aí, nós vamos fazer um esforço grande, inclusive, para votar os terminativos. Vamos chamar o pessoal, vamos arregimentar os Senadores e Senadoras que estão nesse enxame de audiências públicas que estão acontecendo na terça-feira pela manhã.

Senador Flexa, é impossível administrar, aqui, essas audiências públicas e nós estamos num desgoverno nas comissões, porque não há sistematização de agenda nenhuma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª foi bastante pontual. Quando V. Exª falou em desgoverno, esperei o resto. Aí V. Exª disse que é nas comissões. Acho que é em tudo. Muito menos nas comissões.

Eu queria fazer uma solicitação a V. Exª. A CAE é uma das comissões, se não a mais importante, junto com a CCJ, mas é uma das comissões importantes. V. Exª, hoje, tem a concorrência de uma audiência com o Ministro Passos, dos Transportes, e uma sobre o Código Florestal. Então, são audiências, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São audiências pertinentes, mas dentro de uma programação e de uma grade de programação adequada, e não misturando com a Comissão de Assuntos Econômicos, que, todas as terças-feiras, foi a única comissão, às 10 horas, que sempre desenvolveu seus trabalhos. Isso é histórico. Isso está até no Regimento Interno do Senado. O velho Nelson Rodrigues é que dizia: "O difícil é explicar o óbvio", Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade. O Senador Armando, quando V. Exª falou em "grade", disse: "Deixe-me ir embora!" Já está saindo aí.

Mas o que eu queria pedir a V. Exª... Tomei conhecimento, aqui, que foi votado um requerimento da maior importância, para que possamos discutir a questão da repartição dos lotes de petróleo, do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero parabenizar V. Exª e diria a V. Exª que, se eu pudesse também assinar como...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª subscreverá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso. Como proponente desta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Será cumprido aqui pela Mesa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu sugeri uma vez ao senhor e volto a reiterar a V. Exª: não seria possível ter uma central dessas comissões, para que, toda vez que alguém fosse marcar uma data, ela teria o calendário de todas. Então, ele diria: nesse horário e nessa data é impossível, porque vai chocar com isso. Quer dizer, as coisas seriam centralizadas. Acho que vai minimizar isso, porque, chega na hora, um não sabia, puxa vida, e fica uma revolta de todos aqui. O pessoal que está na audiência pública gostaria de estar aqui. E aqui é o nosso horário; lá é extrapauta.

Então, cria-se alguém para coordenar. Quando der entrada, "esse horário não é possível".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos levar ao Presidente Sarney isso, porque, Senador Cyro, é absolutamente impossível a gestão dessas comissões. Isso prejudica o trabalho dos Senadores, porque os Senadores ficam divididos e não conseguem efetivamente se concentrar, até pelo sem-número de atribuições que tem com várias comissões funcionando. Diga-se de passagem: fora de horário.

Não funcionam em horários que não são compatíveis com seus horários de reuniões ordinárias normais. Se há reunião ordinária, que se marquem as audiências públicas nas reuniões ordinárias, e não avançando em horários de outras comissões.

Então, vou levar ao Presidente Sarney isso, porque isso só prejudica os trabalhos dos Senadores e das Senadoras, Senador Flexa.

As audiências públicas, se se quiser fazer, às duas horas da tarde, e não invadindo os horários normais das comissões permanentes, porque isso prejudica muito os trabalhos do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 9 DE 2011
– Não Terminativo –

Suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

O Senador Eunício Oliveira deve estar em outra Comissão. Indico, como Relator ad hoc o Senador Casildo Maldaner, que é do mesmo Partido do Senador Eunício. Com a palavra o Relator *ad hoc* Senador Casildo Maldaner.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pretendo pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas o Senador Casildo Maldaner precisa fazer a leitura, meu caro Senador Dornelles.

Com a palavra o Relator *ad hoc* Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 9, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, "suprime" o art. 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

Em resumo, a Senadora pretende alterar os procedimentos e as formas do Fundo. O Fundeb, de fato, é um conjunto de fundos contábeis de âmbito estadual (e do Distrito Federal), que recebem recursos tributários de Estados e Municípios e os redistribui, na proporção das matrículas nas diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de educação básica. A União complementa os recursos dos fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal (DF), o valor médio ponderado por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, nos termos legais.

No que diz respeito à técnica legislativa, cabe fazer reparos tanto na ementa quanto nos artigos do projeto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2011, na forma da emenda substitutiva que apresenta, justificando que, em abril do ano passado, foi realizada a Conferência Nacional de Educação, evento organizado pelo Governo Federal e pela sociedade civil. A Conferência Nacional de Educação (Conae), evento organizado pelo Governo federal e pela sociedade civil foi o fechamento de intenso processo de discussão que envolveu milhares de educadores em todos os Estados brasileiros.

Uma das propostas aprovadas pela Conferência foi a supressão do artigo 11 da Lei nº 11.494 de 2007. Este artigo pretendeu regulamentar o dispositivo constitucional previsto na letra "c" do inciso III do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias. A redação constitucional afirma o seguinte [e aí vai]. Nessa justificação, pela rejeição da proposta. Em todo caso, como há pedido de vista pelo eminente Senador Dornelles, vamos aguardar a devolução do projeto para continuarmos o relatório do Senador Eunício Oliveira.

São as considerações, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O relatório é pela rejeição?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na verdade, o relatório é pela aprovação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É pela aprovação?

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do projetos, com as emendas. Isso mesmo: pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela aprovação. Portanto, vista do Senador Dornelles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva, então, por solicitação do Senador Flexa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 182 DE 2010
– Não Terminativo –

Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.

Autoria: Deputado Aelton Freitas

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.*

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, antes de relatar, queremos pedir a V. Exª uma interferência. Eu queria relembrar, e o Senador Dornelles vai me ajudar, que foi feito aqui um pacto entre todos os partidos em relação à medida do Cade, aquela que transforma o Conselho Administrativo em autarquia, dispõe da previsão, repressão, infrações, etc. e tal. Só que nós temos um projeto, o PL nº 3937, que está na Câmara, parece que com o Deputado Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco, e parece que tem instrução contrária. Mas isso foi acordado e não pode haver modificação. Então, eu gostaria até, se possível, o Senador Dornelles fizesse uma interferência para dizer em que situação realmente se encontra na Câmara e o nosso acordo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Senador examinou o projeto relacionado com o Cade e aqui foi feito na presença do Senador Jucá um amplo entendimento, e umas sete ou oito emendas foram apresentadas de acordo com o Governo e as informações que o Senador Cyro Miranda está tendo e eu tive também é que o Governo, que fez o acordo com o Senado, atualmente deseja quebrar o acordo na Câmara. Eu queria dizer ao Senador Cyro Miranda que eu inclusive já levei o caso ao Senador Romero Jucá e fico extremamente satisfeito que V. Exª traga esse assunto ao nosso querido Presidente, essa figura eminente, que é o Senador Delcídio do Amaral, que certamente dentro da sua órbita de atuação vai atuar para que o acordo feito no Senado seja respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com certeza, nós tomaremos as providências devidas, até porque esse projeto foi discutido amplamente e acordado com o Governo. E vai para a Câmara e muda?!

Já houve um acordo que levou à aprovação desse projeto no Senado.

Senador Cyro Miranda, agora como relator do Projeto de Lei da Câmara nº 182. Eficiente e elegante Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2010, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que altera os limites da região natural do semi-árido em Minas Gerais e expande a área de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) mediante a incorporação de 18 municípios mineiros na Região Centro-Oeste.

II – Análise

Cabe a esta Comissão analisar o mérito da proposição. A análise dos aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 182, de 2010, será feita na CDR, Comissão à qual cabe a decisão em caráter terminativo.

No que tange ao mérito da matéria, há dois temas centrais: o primeiro se refere à inclusão na região natural do semi-árido de todos os municípios da área de atuação do FNE e daqueles municípios do Vale do Rio Doce que atendam a critérios a serem estabelecidos em regulamento, enquanto o segundo tema consiste na expansão da área de atuação do FCO, restrita pela lei os estados da região Centro-Oeste, de modo a incluir 18 municípios mineiros.

Quanto à ampliação por meio legal da região natural do semi-árido, cabem algumas considerações, pois a proposição introduz a seguinte alteração no art. 5º da lei já mencionada:

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

.....

IV – semi-árido: a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, bem como os 165 (cento e sessenta e cinco) Municípios integrantes da região mineira do Nordeste, incluídos na referida área, e os Municípios localizados no Vale do Rio Doce, nos

termos de regulamento, observados critérios climáticos e socioeconômicos objetivos.

A culpa aqui é da Dona Beja, que separou uma parte e agora não tem jeito. Geograficamente é impossível fazer essa mudança.

Segundo o autor, a economia da região do norte mineiro apresenta condições semelhantes àquelas prevalecentes em muitos rincões nordestinos, tanto quanto às restrições climáticas como ao nível de desenvolvimento econômico e social.

Em síntese, a proposição em análise visa estabelecer na Lei nº 7.827, de 1989, condições de igualdade entre todos os Municípios mineiros da área da Sudene e o semi-árido, ainda que sejam desprovidas de nexo com a realidade climática. Ou seja, a proposição visa oferecer, de modo permanente, o tratamento especial conferido aos agentes econômicos do semi-árido àqueles situados na área mineira da Sudene.

Ao contrário dos demais Estados, onde a realidade climática é algo concreto e a situação de semi-aridez é constatada mediante estudos com base científica, em Minas Gerais a semi-aridez passaria a ser fruto de decisão legal, ainda que agrida a realidade específica do clima local de cada município e passe a constituir circunstância diametralmente oposta à realidade presente nos demais rincões nordestinos.

Cabe, agora, considerar o tema de inclusão dos municípios do Vale do Rio Doce na região natural do Semi-Árido, em função do resultado da aplicação de "critérios climáticos e socioeconômicos objetivos". Tal iniciativa extrapola qualquer parâmetro universalmente aceito para a classificação climática das regiões e levaria à divisão dos já escassos recursos financeiros destinados pela Constituição Federal aos sertões nordestinos com os desenvolvidos municípios daquele Vale, em detrimento dos trinta milhões de nordestinos que convivem com as decisivas restrições climáticas e com a escassez crônica de água.

Por último, passemos à proposta de incluir dezoito municípios mineiros na área de atuação do FCO. Além de se tratar de proposta inusitada, por inserir municípios mineiros na área de atuação de instrumento de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, cabe um alerta, com base na experiência da expansão continuada da área mineira de atuação da Sudene.

Atualmente, ainda que não seja satisfatório para as lideranças mineiras, há um critério objetivo para o acesso ao FCO: estar situado na região geográfica do Centro-Oeste, no conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Caso o PLC nº 182, de 2010, seja aprovado pelo Senado Federal, não mais haverá esse critério objetivo. Assim, haverá uma permanente pressão dos municípios limítrofes aos que já tenham acesso aos recursos do FCO para que também passem a ter esse acesso. Essa pressão será intensa na região natural do Cerrado ou do Campo Cerrado, mas também se estenderá mais além, pois todos os agentes econômicos se sentem com direito ao acesso a crédito subsidiado.

III – Voto

Depois de muitas observações e análises, Sr. Presidente, vemos que há dificuldades, pois o dinheiro do Fundo já é insuficiente para o Centro-Oeste. Todos os anos, esse Fundo é esgotado em agosto.

Então, diante do exposto, recomendamos a rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse Projeto é recorrente, Senador Cyro. Vira e mexe, aparece esse Projeto.

A matéria está em discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, às vezes, nós, do Sul, ficamos com certo ciúme, porque o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste possuem o Fundo Constitucional. E muitas empresas do Sul vão para essas regiões até em função desse incentivo. Mas quero acompanhar essa proposta, em que pese o fato de sentirmos certo ciúme, no bom sentido, para estimular. Como houve um acordo no Senado para fazer isso dentro dessa região, se começarmos a partilhar isso na Câmara, ninguém vai ter nada, ou seja, não se vai atender o que haviam programado. Então, quero acompanhar essa proposta.

Por outro lado, Sr. Presidente, não posso deixar de elogiar o Senador Dornelles. Nada passa aqui sem que seja notado pelo Ministro Dornelles. Aquele projeto do Fundeb, eu não o tinha acompanhado de perto, mas o Senador Dornelles já estava ali, pedindo vista. O Senador Dornelles vê tudo. Quanto a esse do Fundo Constitucional, o Senador já disse: "Fizemos um acordo no Senado, a Câmara retalhou. Isso não pode ser feito, porque fizemos um entendimento com o Governo". O Senador passa o fim de semana estudando. Não sei como consegue captar tudo isso. Sei que foi Ministro da área. Quero louvar a dedicação do Ministro Dornelles. Ressalto a vigilância dele. É um atalaia dessas questões todas.

Vou acompanhar essa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE contrário ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

O item 8, como o Senador Suplicy não poderá estar presente, ele pede que seja adiado. Ele gostaria muito de relatar o item 8 e, portanto, nós vamos aguardá-lo, Senador Dornelles, para a próxima reunião.

O item 9 nós já votamos no início desta reunião; o item 10 foi retirado por solicitação do Senador Casildo Maldaner, que é o Relator.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 477 DE 2008 – Complementar
– Não Terminativo –

Vincula recursos para a Seguridade Social.

Autoria: Senador Mão Santa

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.*

Eu indico como Relator *ad hoc* o Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro.

Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o projeto de lei objetiva vincular os recursos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional relativos às fontes de recursos destinadas à seguridade social.

Tendo em vista os problemas que decorrem da vinculação de receita, o voto do ilustre Senador Ricardo Ferraço é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ah, não é esse. É o próximo, é o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora para discutir, em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

Vamos, agora, para o item 12. Quanto ao item 12, o Senador Aloysio Nunes Ferreira também gostaria muito de relatar esse projeto e pede o seu adiamento.

Para o item 13, nós precisamos de quórum, porque é terminativo. Portanto, nós vamos postergar o item 13 para a próxima reunião deliberativa.

O item 14, o Relator, Senador Ricardo Ferraço, pede que seja retirado de pauta, porque ele quer reexaminar a matéria.

O item 15 também não podemos votar, porque é um projeto terminativo. Portanto, nós precisamos de quórum.

A mesma coisa se refere ao item 16, também terminativo. Portanto, vamos deixá-lo para a próxima reunião deliberativa da CAE.

O item 17 o relator pede que seja retirado de pauta para reexame. O Relator é o Senador Humberto Costa.

Quanto ao item 18, o Senador Demóstenes solicitou, até porque ele gostaria de conversar com o Senador Agripino, que seja adiado para a próxima reunião, Senador Agripino. Então, se V. Exª também estiver de acordo, nós deixaremos a discussão do item 18 para a próxima reunião.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – De acordo, Sr. Presidente, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

O requerimento do Item 19 já foi lido

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 49 DE 2011

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES; e Abílio Diniz, Presidente do Conselho do grupo Pão de Açúcar, para que prestem esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour e sobre a participação do BNDES no negócio.

Como esse assunto caducou, o próprio Senador Alvaro Dias solicitou a sua retirada.

Estou colocando em votação a rejeição do requerimento, a retirada definitiva do Requerimento nº 49, de 2011, pelas razões já aqui expostas.

Se todos os Senadores estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Acabou de chegar o Senador Alvaro Dias, que solicitou a retirada desse requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, parece que tem um requerimento solicitando a vinda do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Há um outro requerimento, do Senador Demóstenes Torres, que, possivelmente, em diálogo com o Senador Agripino, vai sofrer alguns ajustes, provavelmente, pelo que me foi informado pela assessoria do DEM.

O Item 20, do Senador Inácio Arruda, já foi aprovado no início da reunião. O Item 21, também do Senador Inácio Arruda, já foi lido. O pacto nacional da indústria química, uma audiência pública com a presença de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia; com o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); com o Professor João Furtado, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP; Dr. José Osvaldo Beserra Carioca, Professor Titular da Universidade Federal do Ceará, membro da Academia Cearense de Química e Presidente do Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente (Cenea); e também o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos.

Esclareço que foram feitas duas alterações nos nomes dos convidados para a referida audiência. Substituição do Sr. Marcelo Costa Silveira Campos, Diretor Técnico, da Abiquim, pelo Sr. Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação; inclusão do Professor João Furtado, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP.

Em votação o requerimento com as referidas alterações.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, independentemente das alterações de nomes, eu conto aqui cerca de catorze ou quinze pessoas. Como é que se faz uma audiência pública desse tamanho? Vai ser no estádio?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na verdade, a sugestão é fazer, como já fizemos, por exemplo, nas concessões. Nós fazemos mais de uma audiência pública. Ou a própria audiência pública nós dividimos em duas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Aqui, como são cerca de catorze ou quinze...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não dá para fazer. É impossível fazer audiência pública com mais de quatro pessoas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

Então, será dividido em blocos de quatro?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Vamos tentar dividir em blocos de quatro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E, mais uma vez: fazendo audiências públicas respeitando as regras do Regimento Interno e fazendo com que essas audiências não prejudiquem o trabalho não só da Comissão de Assuntos Econômicos, mas das outras comissões também, Senador Alvaro Dias.

Portanto, em votação o requerimento com as referidas alterações.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o Requerimento nº 55, de 2011.

Com isso, concluímos mais uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, mas também registrando que vou procurar o Presidente Sarney para que haja uma disciplina definitiva com relação ao trabalho das comissões, porque está impossível para os Senadores e Senadoras atuarem aqui com eficiência e eficácia, especialmente porque existem comissões que estão invadindo horários de outras comissões, quando horários de determinadas comissões, como da CAE, são horários, inclusive, previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª tem razão. Hoje, temos dois eventos que polarizam as atenções: a presença do Ministro dos Transportes, Paulo Passos, em depoimento agora, e o Deputado Aldo, Relator do Código Florestal, na Câmara dos Deputados, debatendo o Código Florestal. É impossível compatibilizar temas tão importantes e do interesse de todos os Senadores; do dever de todos os Senadores inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Inclusive, Senador Alvaro Dias, vamos sugerir o seguinte: que, se houver audiência pública, as comissões respeitem seus horários. E, se, eventualmente, não puder, em função até da pauta adminis-

trativa, se não se puder fazer audiência pública nos horários, que fique como o Senador Dornelles sugeriu: que essas audiências públicas sejam feitas às duas horas da tarde, porque, aí, sim, não há prejuízo do trabalho dos Senadores, porque é uma verdadeira loucura. Os Senadores não sabem para onde correr, porque eles estão atarefadíssimos e com audiências públicas importantes também, com temas importantes para o momento brasileiro.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, dado esse tema e a minha sugestão, estou terminando um projeto de lei para disciplinar isso. Eu gostaria, inclusive, de contar com o seu apoio e que a gente discutisse isso. Ele já está bem esboçado – é uma resolução, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um projeto de resolução?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso. É um projeto de resolução. Ele já está bem esboçado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu acho, Senador Cyro, que se V. Exª pudesse apresentar esse projeto de resolução seria muito bom.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com certeza. Na semana que vem, será apresentado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só gostaria de ler, aqui, um requerimento, que é de comum acordo com a Comissão de Infraestrutura, para o Ministro Lobão, referente ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como à consequente publicidade do mesmo junto aos agentes de mercado.

É um tema relevante para a área de energia. Esse requerimento foi feito em comum acordo com a Comissão de Infraestrutura e será encaminhado ao Ministro Lobão também. É um posicionamento visando à definição de quais são as ideias do Governo, Senador Dornelles, e o que nós vamos apreciar aqui, no que se refere à renovação de concessões.

As duas Comissões, tanto a de Infraestrutura, como a CAE, entendem que, se puder haver uma interação maior das Comissões com o próprio Governo, isso facilitaria, porque esse projeto vai ser votado aqui e, possivelmente, a lei será alterada, porque, muito provavelmente, as concessões serão prorrogadas, por tudo que a gente sabe, por tudo que a gente acompanha.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, V. Exª, eu acredito também, pretendia que o Ministro Lobão fosse um dos convidados para falar sobre o problema dos *royalties*, não é isso? Sobre o problema dos *royalties*.

Ele viria e falaria sobre os dois assuntos ou seriam duas audiências separadas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, muito pertinente a ponderação de V. Exª, e eu também já estou apresentando um requerimento aqui. Eu gostaria que V. Exª também o subscrevesse.

O convite ao Senador Lobão seria para participar de audiência pública. Seria a primeira audiência pública, como está sendo feito com o Ministro Guido Mantega, no caso da crise, a primeira audiência pública com relação à repartição de *royalties* de petróleo entre os entes da Federação brasileira.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu pergunto a V. Exª, Sr. Presidente, se ele viria duas vezes para falar sobre o problema da energia, sobre as concessões e os *royalties* do petróleo ou se em uma vez ele abordaria os dois assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não. Concessões seriam mais um assunto de uma audiência que vai ser feita, inclusive, com o Ministro Lobão no Ministério de Minas e Energia, com o texto desses requerimentos. É mais um alerta das duas Comissões, com a preocupação que todos nós temos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Lá?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Lá. Agora, este requerimento, aqui, solicitando a vinda do Ministro Lobão a esta Comissão e à Comissão de Infraestrutura, é para que ele seja a primeira liderança convidada para falar sobre repartição de *royalties* de petróleo entre os entes da Federação brasileira.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É importante, também, outra sugestão do Senador Dornelles: nós faremos essas reuniões dos *royalties* em todas as quintas-feiras, exatamente para não atrapalharmos o trabalho das comissões. Quer dizer, se nós partíssemos para uma postura nesse nível, nós não teríamos as dificuldades que estamos enfrentando com o trabalho das comissões no Senado Federal.

Portanto, eu coloco em votação, primeiro, o requerimento das concessões.

Se todos os Senadores estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Já ficou com data estipulada?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Já ficou, o das concessões, com data estipulada?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não. O das concessões é mais no sentido de avocar, quer dizer, procurar o Governo Federal no sentido de que ele dê uma posição à Comissão de Infraestrutura e à Comissão de Assuntos Econômicos de como é que esses assuntos estão sendo desenvolvidos, até porque, muito possivelmente, esse projeto vai passar aqui pelas Comissões e seria importante acelerar essa votação, até porque tem gente que tem de contratar energia, tem gente que tem de vender energia, e esse quadro vai-se complicando à medida que o tempo passa.

A outra questão – é o outro requerimento, que eu coloco também em votação – é a vinda do Ministro Lobão, não para discutir concessão, mas para ser o primeiro a ser ouvido no que se refere à repartição dos *royalties* do pré-sal.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, também, o requerimento.

Eu vou combinar, Senador Dornelles, o mais rapidamente possível, já a audiência com o Ministro Lobão para a gente já iniciar os trabalhos para a discussão da repartição dos *royalties* do pré-sal.

Não havendo mais nenhum assunto a discutir...

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, primeiro, desculpas por eu ter chegado agora, mas estava na Comissão de Educação, discutindo diversos assuntos.

Duas coisas: nós vamos ter a oportunidade de discutir os vetos da Presidenta à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam, na verdade V. Exª não se encontrava aqui e, logo no início, nós colocamos – e o indicamos para a Subcomissão de Avaliação da Política Fiscal, da qual V. Exª é membro dessa Subcomissão para discutir o orçamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E aí, portanto, a LDO se inclui nesse debate, sob o comando do Senador Francisco Dornelles que é o Presidente da Subcomissão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª – já falei com o Senador Cristovam – que a intenção de nossa Subcomissão é criar – se ele estiver de acordo – um grupo por ele presidido, coordenado, justamente para ele executar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Aceitaria em qualquer circunstância; mas, sob esse comando, eu o aceito muito mais satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª foi nomeado logo no início desta reunião.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Até por telepatia funciona, com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não havendo mais nenhum assunto a discutir, dou por encerrada esta reunião. Semana que vem, terça-feira, às 10h, com o Ministro Guido Mantega.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanharam nesta reunião ordinária na Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2011.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia nove de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Geovani Borges, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Magno Malta, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Wellington Dias, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos

concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para regulamentar o ingresso de estagiários na Administração Pública Direta, autárquica e fundacional". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer é favorável. É concedida vista à Senadora Ângela Portela pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente, que "Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre educação integral ou parcial para as crianças de até seis anos de idade)". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Logo após, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Átila Lira, que "Dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com a abstenção do Senador Waldemir Moka. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que "Denomina Rodovia José Dácio Leite o trecho da BR-230 entre a cidade de Lavras da Mangabeira e o entroncamento com a BR-116, no Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com a abstenção do Senador Waldemir Moka. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "Denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com a abstenção do Senador Waldemir Moka. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rose De Freitas, que "Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e 02-CE, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis, com a abstenção do Senador Waldemir Moka. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que "Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com a abstenção do Senhor Senador Waldemir Moka. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, com os votos contrários dos Senhores Senadores Anibal Diniz e Ângela Portela. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "Modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para incluir os cursos de formação de profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 – CCT/CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ayrton Xerez, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores". Durante a discussão da matéria foi apresentada emenda ao projeto de autoria Senhora Senadora Ana Rita. O relator designado é o Senador Aloysio

Nunes Ferreira e o parecer é favorável ao projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Valter Pereira. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator, para exame da emenda oferecida. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rands, que "Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Luciana Costa, que "Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata, João Durval, Vicentinho Alves, Kátia Abreu e João Ribeiro, que "Denomina 'Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto' o trecho ferroviário compreendido entre os municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia (BA), e Figueirópolis, no Estado do Tocantins (TO)". O relator designado é o Senador Eduardo Amorim e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 017: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Ofício Nº 20292/2011, de 20 de julho do corrente, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, em resposta ao Requerimento de Nº 543/2011 – CE, de autoria da Excelentíssima Senhora Senadora, Marisa Serrano, que solicita informações a respeito de auditorias realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico aos Senhores Senadores que uma cópia do Estudo elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal contendo um levantamento sobre os últimos planos nacionais de educação da Finlândia foi encaminhada aos gabinetes dos Senhores Senadores por e-mail. Uma cópia física do Estudo foi disponibilizada aos Senadores presentes nesta reunião". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 3:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Ministério da Educação e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a cerimônia de lançamento nacional do Programa Mulheres Mil, a realizar-se dia 11 de agosto do corrente, a partir das 14h, no Auditório do edifício-sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, registra a presença na reunião do Ex-Deputado Federal Wilson Picler (PDT-PR). Fica adiada a seguinte matéria: **Item 16: Requerimento, de autoria do Senhor Senador Eduardo Amorim**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião, às doze horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião.Bloco/PMDB – PR) – Havendo quórum, pelo menos quórum formal, em virtude das assinaturas no livro de presença, declaro aberta a 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura , em 9 de agosto de 2011.

Temos um comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 2.292 de 20 de julho do corrente ano, do Sr. Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, em reposta ao requerimento de autoria da Exmª Srª Senadora Marisa Serrano que solicita informações a respeito de auditorias realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Nós havíamos pedido à assessoria da Comissão que fizesse um levantamento detalhado da experiência de educação da Finlândia que é, por muitos, considerada hoje a mais bem-sucedida experiência educacional existente no mundo. A assessoria entrega este material que está disponível na *internet* e que foi enviado por *e-mail* ao gabinete do Srs. Senadores e que estará também disponível, em impresso, aqui na Secretaria da Comissão com o nosso Júlio.

Temos um outro comunicado

Convite do Ministério de Educação e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

[não é para um jejum] para cerimônia de lançamento do Programa Mulheres Mil, a se realizar no dia 11 de agosto do corrente a partir das 14 horas no auditório do edifício sede do Ministério de Educação.

Os Senadores que desejarem cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria da Comissão.

Aliás, Júlio, a Secretaria pode mandar este convite para todos os gabinetes dos membros e suplentes da Comissão.

A última reunião nós não a fizemos. Havia lançamento de um Programa por parte da nossa Presidenta Dilma, e nós não tivemos quórum material, presença física no plenário. Estamos na seguinte situação.

Temos nove itens que já foram lidos e têm que ser votados. Todos com votação nominal. Não temos quórum físico para isso. Temos itens que podem ser votados em bloco. Trata-se de designação de nomes de rodovias, próprios públicos. Evidentemente, não temos quórum para isso também. Temos alguns processos não terminativos. E, entre eles, temos o item 13 da pauta, que d*enomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20,em Viana, no Estado do Espírito Santo.*

Autoria: Deputada Rose De Freitas e Relatoria do Senador João Alberto Souza, a quem passo a palavra.

Mas não se trata do item 13, não.

É o item 3, uma vez que o 13 é também terminativo, e não teríamos quórum.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para regulamentar o ingresso de estagiários na Administração Pública Direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relator: Senador João Alberto Souza.

Com a palavra o Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 17, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, acrescenta § 2º ao art. 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para determinar que o ingresso de estagiários em órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, só possa ser feito mediante seleção pública de provas, convocada por edital amplamente divulgado, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Inicialmente distribuído apenas à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), o PLS nº 17, de 2011, foi encaminhado para apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) por força da aprovação do Requerimento nº 539, de 2011, da Senadora Marisa Serrano.

Após a manifestação deste colegiado, o projeto vai à CCJ, para análise em caráter terminativo.

II – Análise

O estágio, conforme definido pela Lei nº 11.788, de 2008, constitui ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho. Integra, portanto, o projeto pedagógico do curso e o itinerário formativo do educando. Daí a pertinência da análise da CE sobre o PLS nº 17, de 2011, considerando a competência que detém, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, para opinar sobre matérias que versem a respeito de educação e de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Desse modo, julgamos que o PLS nº 17, de 2011, deve ser acolhido pelos membros deste colegiado.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador João Alberto.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

Já existe uma lei do estágio em vigor, e eu gostaria de fazer uma análise mais aprofundada sobre a Lei do Estágio e sobre a proposta da Senadora Marinor, para ver se realmente atende às necessidades do instituto do estágio estudantil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista para a Senadora Ângela Portela pelo prazo regimental, por cinco dias.

Vamos para o item 6 da pauta, também não terminativo. Então, do item 3 não fizemos a discussão, em virtude do pedido de vista da Senadora Angela Portela.

O item 6 da pauta é de autoria do Deputado Ivan Valente e relatoria do Senador João Alberto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2007
– Não Terminativo –

Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre educação integral ou parcial para as crianças de até seis anos de idade).

Com a palavra o Relator.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – A proposição chegou ao Senado Federal em março de 2007 e foi distribuída apenas a esta Comissão, onde recebeu relatório favorável da Senadora Fátima Cleide, que não chegou a ser votado. Após a manifestação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto deverá ser apreciado pelo Plenário. À matéria não foram apresentadas emendas.

II – Análise

De pronto, sobressaem dois aspectos da alteração proposta pelo PLC nº 23, de 2007, à LDB: 1) a menção ao período integral ou parcial, para o atendimento na educação infantil; e 2) a não diferenciação por idade para o atendimento em creche (que hoje destina-se às crianças de até 3 anos) ou em pré-escola (voltada para as crianças de 4 e 5 anos).

Embora sejam nobres as preocupações que ensejaram a apresentação do PLC nº 23, de 2007, não nos parece que as alterações que o projeto propõe à LDB devam ser acatadas.

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que a proposição foi apresentada há uma década. Desde então, ainda que os avanços na educação infantil tenham ficado aquém da evolução das demais etapas da educação básica, é inegável que houve progressos significativos, tanto em termos normativos quanto fáticos.

No que diz respeito à parte normativa, destacamos a publicação da Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, originada de projeto do Senador Cristovam Buarque, e a promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009. Esses dois instrumentos asseguram o atendimento escolar obrigatório às crianças a partir dos 4 anos de idade.

A par disso, esta Comissão e o Plenário do Senado Federal manifestaram-se recentemente sobre a questão, ao aprovar, em julho de 2010, substitutivo ao PLC nº 280, de 2009, que introduz diversas modificações na LDB. Uma dessas mudanças diz respeito justamente à estrutura e organização da educação infantil, estabelecendo que o atendimento nessa etapa seja de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2007 (Projeto de Lei nº 4.735, de 2001, na origem).

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados, e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2007.

Na pauta, há mais um item não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2010 – Não Terminativo -

Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência.

l Senador Anibal Diniz.

O Senador Anibal Diniz acaba de adentrar o plenário. O Senador Anibal assina a presença, assume a palavra e relata o Item 5 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns.

Esta Comissão deve opinar sobre o mérito educacional da iniciativa, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Originalmente, o art. 208, VII, da Constituição Federal, previa a oferta de programas suplementares, como o de transporte escolar, somente para os estudantes do ensino fundamental. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, tornou-se obrigatória a educação básica entre 4 e 17 anos de idade, assegurada sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. Assim, por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o Pnate foi ampliado para atender aos alunos de toda a educação básica pública residentes em área rural. Passaram a ser beneficiados, desse modo, estudantes da educação infantil e do ensino médio públicos das áreas rurais.

O Pnate é executado com base na assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados aos entes federados tem como base o número de alunos da zona rural

transportados, conforme informado no censo escolar do ano anterior.

Em 2010, o valor *per capita*/ano do Pnate variou entre R$120,73 e R$172,24. O cálculo desse montante leva em conta a área rural do Município, a população moradora do campo, a posição do Município na linha de pobreza e o seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para 2011, o orçamento previsto é de R$644 milhões.

Cumpre esclarecer que o programa é endereçado a todos os estudantes de educação básica, inclusive aqueles com deficiência. Dessa forma, a menção explícita a esses alunos afigura-se inócua, à exceção daqueles matriculados em escolas de educação especial mantidas por instituições sem fins lucrativos e conveniadas pelo Poder Público, que são eminentemente urbanas.

Por sua vez, o atendimento nas áreas urbanas e o transporte intermunicipal extrapolam o escopo do programa. É preciso lembrar que a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por alteração promovida pela Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003, incumbiu os Estados e Municípios da tarefa de prover transporte escolar para os estudantes de suas redes escolares.

Dessa forma, Sr. Presidente, a matéria proposta pelo Senador Arns é inócua, porque ao Estado brasileiro, aos Estados e Municípios, já é obrigatório prover os estudantes do seu conjunto de transporte escolar, inclusive os alunos que apresentam deficiência física. Dessa maneira, não há necessidade de uma atenção específica de transporte escolar aos estudantes que apresentam deficiência física, porque já existe a obrigatoriedade de transporte escolar para todos, alunos com condições físicas plenas e alunos com deficiência.

Dado o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista regimental por cinco dias para o Senador Aloysio.

Temos quórum para votação nominal?

A ideia é a seguinte: nós temos nove projetos de que já iniciamos a discussão e estão em condições de serem votados

E temos cinco projetos de nomes de logradouros, que já tiveram a sua discussão iniciada e que podem ser votados em bloco. Então, a Mesa está aguardando a complementação do quórum e, dessa forma, nós liquidaríamos esses dez itens da nossa pauta.

Na reunião de hoje, dois projetos relatados tiveram pedido de vista, por parte do Senador Aloysio Nunes e da Senadora Angela Portela.

Aguardamos, com ansiedade, a presença do Senador Alvaro Dias, que vai nos garantir o quórum qualificado para votação.

Espero que o Senador, ao ingressar no plenário da Comissão, seja recebido com uma salva de palmas.

O Senador está dando uma entrevista no corredor. Provavelmente, Senador Aloysio, falando bem do Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Ministério do Turismo é o tema dos elogios do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio, as más línguas dizem que prenderam 38 no Ministério do Turismo. Logo, faltariam dois para fechar quarenta e mais o Ali Babá.

Eu chamaria a atenção dos senhores para os projetos que serão votados em bloco. A Ordem do Dia está à frente de cada um, na mesa. Seriam os itens 10, 11, 12, 13 e 14 da pauta, que já tiveram a discussão iniciada.

O item 10 foi relatado pela Senadora Maria do Carmo, com parecer favorável.

O Senador Alvaro Dias completa o nosso quórum.

Senador, eu tinha solicitado uma salva de palmas pela sua chegada, mas não fui atendido pelo Plenário. *(Risos.)*

O item 11 teve como relator o Senador Cristovam Buarque, favorável. O item 12, a Senadora Ana Rita, com parecer favorável. O item 13, o Senador João Alberto, favorável com emendas. E o item 14, o Senador Garibaldi Alves, com parecer favorável também.

Votação nominal, em bloco.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Paim. *(Pausa.)*

Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, eu peço apenas um minuto, porque quero ver os projetos que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São projetos que dão nomes a localidades, já foram relatados e discutidos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovados.

Os Senadores...

Senador Moka, como vota? Com os relatores?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vou me abster porque…

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Moka se abstém porque não tomou conhecimento da pauta.

Coloco em votação a emenda.

Os Senadores contrários se manifestem e os favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2009 – Terminativo –

Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Com parecer favorável, já lido, do Senador Paulo Bauer.

Em discussão o relatório do Senador Paulo Bauer. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação, que será nominal.

Senadora Ângela Portela, como vota?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem: ainda há tempo para eu pedir vista desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Esperem um momento: já foi pedido vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Já, e está em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É, está em processo de votação.

Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu voto contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Contra.

Senador Paulo Paim. (*Pausa*.)

Não está o Paulo Paim.

Senador Cristovam Buarque, autor, voto conhecido, favorável.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu acho que o nome foi dado pelo Governo, tenho o maior carinho e afeto pelo Senador Cristovam Buarque, e compreendo o seu raciocínio a respeito do assunto. Mas o Governo tem uma filosofia, e essa filosofia é indicada pelo nome do programa. Acho que agora seria um prejuízo para o próprio Governo a mudança do nome. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Embora nós já tenhamos encerrado a discussão, eu acredito que, para o melhor esclarecimento do assunto, eu passaria a palavra, por alguns minutos, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu fico muito agradecido, porque esta é uma

votação, Senadora Lídice, que tem uma repercussão muito grande no projeto, de acordo com a própria filosofia do Governo Lula. Se olharmos o projeto, está escrito que esse é um projeto com a condicionante de se colocarem as crianças na escola. Mas, ao ser chamado de Bolsa Família, quebrou-se o sentimento das mães em relação ao programa. Quando se chamava Bolsa Escola, a mãe recebia, dizendo: "Eu recebo este dinheiro porque meu filho vai para a escola". Hoje ela pensa: "Eu recebo este dinheiro porque minha família é pobre."

Perdeu a vinculação e, daí, não se está conseguindo vincular realmente. O nome é fundamental para se fazer alguma coisa. Não se pode chamar alguma coisa por algo que não é o que ela é. Ao chamar de Bolsa Família, não é o que está na lei; a não ser que o Governo assuma: "Esta é uma ajuda à família para que receba, independentemente da educação".

Eu creio que o Presidente Lula cometeu três equívocos com a Bolsa Escola de antes: o mais importante foi o do nome; o outro foi tirar do Ministério da Educação para o Ministério da Assistência Social; foram dois erros graves; e o terceiro foi misturar a Bolsa Escola, que era educacional, com o Vale Gás, com o Bolsa Alimentação, e aí misturou tudo.

Ao chamar de Bolsa Escola, a gente começa a resgatar o que está na própria lei que o Governo Lula fez. Resgata também o projeto do governo do PT do Distrito Federal, que foi quem inventou isso. E resgata também a percepção da generosidade do Presidente Lula, de ter mantido o nome de um programa do PT com o nome do PT no programa que ele fez. Poucos políticos fazem isso.

Por isso eu insisto: vale a pena votarmos. Deixem debater mais na Câmara, mas eu não gostaria de ver o Senado impedindo essa discussão pelo menos. E eu digo isso para todos os Senadores aqui, inclusive quem já votou contra, por quem eu tenho muito carinho. Vale a pena, sim, tentar pelo menos que a Câmara debata esse assunto, quando o projeto chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De certa forma, atropelamos o Regimento, para dar oportunidade ao Senador Cristovam de colocar as razões do seu projeto.

A votação iniciada tem o voto contrário da Senadora Angela Portela; o Senador Paulo Paim não está presente; o Senador Cristovam Buarque apresentou o voto favorável.

Como vota, então, a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Senador Cristovam, no sentido de que esse debate possa ser exercido, possa ser apresentado, da mesma forma que assino algumas proposições com as quais não concordo, mas apenas para que o projeto vá a discussão, também votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Favorável.

A Senadora Ana Amélia está pedindo a palavra?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou votar favorável, com o autor e com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Alberto, como vota?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, em homenagem ao autor e com os cumprimentos ao relator, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, obrigada pela oportunidade de renovar e elogiar o argumento do nosso autor, o Senador Cristovam Buarque, e até por reconhecimento e uma homenagem histórica, pois isso foi criação do PT do Distrito Federal quando ele governou este ente federativo, o DF.

Então, com o autor, favorável ao projeto do Senador Cristovam Buarque, e com o relatório do Senador Paulo Bauer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Além do seu voto favorável, Senadora, eu verifiquei que a senhora notou no projeto uma reminiscência, uma nostalgia petista do Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso fica por sua conta, Sr. Presidente. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves, como vota?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Favorável.

José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Acolho os argumentos do autor e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Contra.

Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim.

Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto sim, Sr. Presidente, dizendo que a argumentação do Senador Cristovam Buarque é realmente muito procedente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias, como vota?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu louvo a feliz iniciativa do Senador Cristovam Buarque. É um retorno às origens. O programa Bolsa Escola começou em Campinas, com o Prefeito Magalhães Teixeira, e veio para Brasília com o Governador Cristovam Buarque, e, a partir daí, para todo o Brasil.

Portanto, é o retorno às origens, uma iniciativa feliz, e que merece o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto sim, com o abraço e os meus parabéns ao autor e ao relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado o projeto, com dois votos contrários.

Vamos ao Item nº 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2010 – Terminativo -

Modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para incluir os cursos de formação de profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Favorável, com a emenda 01-CCT.

A discussão já foi iniciada.

Continua em discussão o projeto. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Acompanho o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Favorável.

Paulo Paim. (*Pausa*.)

Não está presente.

Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado por unanimidade.

Os Srs. Senadores que concordam com a emenda permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovada a emenda do relator.

Item 7 da pauta. (*Pausa*.)

Houve um terrível erro da Assessoria da Comissão. Trata-se, na verdade, o item 4 da pauta. E o Secretário da Comissão está suspenso por três reuniões. (*Risos*.)

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

Autoria: Deputado Ayrton Xerez.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Para retomar a ideia do projeto, eu concederei a palavra ao Relator Aloysio Nunes por um ou dois minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a ementa diz tudo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É autoexplicável?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É autoexplicável: quando falta o professor, a escola deve proporcionar condições para que o aluno fique na escola. Se puder ter aula, tanto melhor; se não, que haja atividades extracurriculares para que ele possa permanecer na escola durante o período letivo.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – A Senadora Ana Rita apresentou uma emenda ao projeto, que está sendo agora apresentada à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Regimentalmente, esta emenda não poderia mais ser aceita, porque a discussão já foi encerrada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas eu gostaria, se fosse o caso, Sr. Presidente, se isso não fosse ofender gravemente o Regimento, que fosse apenas um pecado venial...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu apresento a emenda ao Relator:

"*Art. 1º Os estabelecimentos de educação básica ficam obrigados a manter, em suas dependências, os alunos matriculados no período diurno que sejam menores de idade, no caso de falta de professores".*

Ela exclui os maiores de idade.

"*Parágrafo único. Para os alunos do período noturno fica facultada a permanência nas dependências da escola, sendo garantida a oferta de atividade pedagógica aos que fizerem opção de permanecerem*".

Quer dizer, a noite ela abre, flexibiliza e permite a saída. Eu acho que isso desvirtua o projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, acho que não. Sobretudo nas grandes cidades, nas grandes metrópoles, ocorre o seguinte: frequentemente, os alunos do curso noturno costumam sair em grupo. Terminadas as aulas, eles formam uma espécie de comboio para irem juntos até o ponto de ônibus, até a estação de trem, para poderem pegar a condução e voltarem para casa.

Eu acho que deveria ficar a critério do aluno, porque às vezes, se o aluno volta sozinho, pode dar problema.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas, me permita Senador, não se trata da volta. Ela está permitindo a saída do aluno quando houver a falta do professor, mesmo sendo menor de idade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, no caso de ser noturno fica aberto. Então seria o caso de nós amarrarmos a situação dos menores. Então ficaria liberado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, a escola teria que oferecer... Se fosse possível à Senadora que formulou a emenda apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas ela não está presente.

Regimentalmente, esta emenda é inadmissível. Nós estamos abrindo uma exceção para o Relator poder aceitá-la. Na verdade, ela está permitindo que os alunos menores de idade saiam à noite. E está estabelecendo exigência somente para o dia. Acredito que a saída à noite é bem mais séria do que durante o dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É bem mais problemático.

Então as escolas ofereceriam uma atividade...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, mas é plenamente possível o Relator acolher parcialmente a emenda, flexibilizando a questão do horário noturno para os maiores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu poderia, Sr. Presidente, examinar com mais cuidado o texto da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fica sobrestada a votação para a próxima reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Melhor assim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não é muito regimental, mas acho que é bastante razoável.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim; é razoável.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sobrestada a votação.

ITEM 7:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, DE 2009 – Terminativo –

Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Maurício Rands.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Senadora Angela Portela. Voto conhecido.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto com a Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO MAIA (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que mantêm o voto na emenda permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda.

ITEM 8:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 269, DE 2009 – Terminativo -

Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

Autoria: Deputada Luciana Costa.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Favorável.

Assim , esse título fica negado a todas as outras cidades que fazem rodeios no Brasil. (*Risos*.)

Em discussão o relatório do Senador Benedito de Lira. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Paim,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira. Voto conhecido.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a ressalva de que o Rio Grande do Sul continua sendo o Estado de todas as cidades de rodeio. (*Risos.*)

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pelos rodeios em Barretos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO MAIA (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Item nº 9 da pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, permita-me apenas registrar, além de ter apoiado o relatório da nossa Senadora, que Barretos não é só importante por conta desses rodeios, que mobilizam nacionalmente os interesses dos apaixonados por esse esporte, mas por sediar o Hospital do Câncer de Barretos, que é financiado, entre outras fontes, por doações de todos que participam desse evento.

Assim, acho que merece esse reconhecimento pelo que faz o Hospital do Câncer de Barretos que atende pacientes de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passemos ao

ITEM 9:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2010 – Terminativo –

Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Favorável.

Seria mais ou menos como agronegócio sorridente, porque se trata do Município de Sorriso. (*Risos.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação;

Senadora Angela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Paim,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Continuamos com quórum.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, DE 2010 – Terminativo –

Dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí.

Autoria: Deputado Átila Lira

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório**:** Favorável

Em discussão.

Se nenhuma das Srªs e Srs. Senadores desejar usar da palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela.

A SRª. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves.

A SRª. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldermir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, por gentileza. Não foi votado em bloco esses itens? Tenho aqui como aprovado o item 13, 14, 15.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Foi votado em bloco, agora.

A votação foi nominal, foi irregular, mas está aprovado de qualquer maneira.

Item 15 da pauta é o último item.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2011 – Terminativo –

> Denomina "Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto" o trecho ferroviário compreendido entre os municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia (BA), e Figueirópolis, no Estado do Tocantins (TO).

Autoria**:** Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata, João Durval, Vicentinho Alves, Kátia Abreu e João Ribeiro [... e outros menos votados. E, por menos votados, não chegaram ao Senado, não puderam assinar.]

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório**:** Favorável

Em discussão.

A SRª. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas para dar destaque que a Bancada da Bahia e a Bancada do Tocantins apoiaram essa proposição justamente por reconhecer todos os méritos da Ferrovia Leste-Oeste, que foi pensada muitos anos antes pelo grande engenheiro Vasco Neto em seu livro *Transportes, Princípios de Seleção*, publicado pela primeira vez em 1963, onde sintetizava o seu pensamento sobre a logística no Brasil.

Portanto, quero destacar para não perder tempo porque sei que todos estão muito interessados em adiantarmos o prazo. Em nova oportunidade já fiz isso e, em outra oportunidade, me estenderei mais a respeito dos méritos do Dr. Vasco Neto. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão.

Se nenhuma das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela.

A SRª. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) –. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o voto da Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

Voto conhecido.

Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldermir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias. (Pausa.)

Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Estamos sem quórum para esta votação com a ausência de alguns Senadores.

Votaram 12 Srs. Senadores. Verifico que temos quórum.

Havendo quórum, aprovado e o Senador Aníbal....

Amanhã nós temos uma audiência pública requisitada pelo Senador Wellington, do Piauí, para apresentar uma experiência educacional muito bem-sucedida no Piauí, organizada pelo Grupo Educacional Positivo do Paraná.

Os Srs. Senadores estão convocados, convidados a comparecer, a assistir a essa experiência.

Quero registrar a presença do ex-Deputado Federal Wilson Picler.

Está encerra a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Geovani Borges, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Walter Pinheiro, Magno Malta, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Pedro Simon, José Agripino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 18/11–CE, de autoria do Senhor Senador Wellington Dias, destinado a discutir **"A interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Wilson Picler, ex-Deputado Federal (PDT-PR). Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Jesualdo Pereira Farias, Representante da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal do Ceará – UFC; Senhor Ruy da Rocha Loures, Diretor Comercial do Grupo Positivo e Senhor Victor Hugo Gomes Odorcyk, Superintendente da Área de Universidades da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Neste momento, a Presidência submete ao Plenário permissão para o ex-Deputado Federal Wilson Picler fazer uso da palavra, o que é aprovado. Usam da palavra o Senhor Senador Wellington Dias, autor do Requerimento; o Senhor Senador Cristovam Buarque e o ex-Deputado Federal Wilson Picler (PDT-PR). Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a cerimônia de anúncio da expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica, com a presença da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, a ser realizada no dia 16 de agosto do corrente, terça-feira, às 11h00, no Palácio do Planalto, Brasília. Informo que os convites serão encaminhados aos gabinetes de cada Senador pelo Ministério da Educação". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 18/11 da Comissão, de autoria do Sr. Senador Wellington Dias, para a realização de audiência pública, destinada a discutir a interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Nós saudamos o Sr. Victor Odorcyk**,** Superintendente do Finep, MEC, também o Dr. Ruy Rocha Loures, Diretor Comercial do Grupo Positivo, bem como o Sr. Jesualdo Pereira Farias, representante da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de ensino superior, Andifes. Aguardamos ainda a chegada do Sr. Antonio José Medeiros, que já há notícia de que se encontra a caminho do Senado Federal e desta Comissão.

De acordo com as normas regimentais para as audiências públicas, nós vamos conceder a cada um dos convidados o prazo de quinze minutos para apresentarem as suas considerações e informações a respeito do tema e, depois de todos se manifestarem, obviamente, nós concederemos a palavra ao autor do requerimento, bem como aos demais Srs. Senadores e Senadoras, para os questionamentos e as observações que desejarem apresentar.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Jesualdo Pereira Farias, informando a ele e aos demais convidados que esta audiência pública está sendo transmitida pela Rádio Senado, também será mencionada e apresentada no *Jornal do Senado*, bem como transmitida pela TV Senado em momento oportuno.

Portanto, é uma audiência pública que não se restringe ao interesse dos que aqui se fazem presentes, mas de todos que compõem a sociedade brasileira.

Com a palavra, o Sr. Jesualdo Pereira Farias.

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, queria saudar o Superintendente da Área de Universidades da Finep, o nosso colega, Professor Victor Hugo, saudar igualmente o Rocha Loures, aqui representando do Grupo Positivo, queria saudar os senhores e as senhoras presentes, dizer da enorme satisfação da nossa Associação, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de ensino superior, Andifes, em estar presente neste importante momento em que se debate a interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas.

Quero parabenizar a iniciativa desta Casa, parabenizar o Senador Wellington Dias pela iniciativa e aproveitar este primeiro momento para falar um pouco sobre o cenário que envolve o tema da inovação, sobretudo a sua interface com as instituições federais de ensino superior, para que, em seguida, possamos enriquecer o debate e aprofundar questões pontuais de interesse dos senhores e das senhoras aqui presentes.

Primeiro, eu gostaria de destacar que é muito confortável para nós, que fazemos o sistema de educação superior pública federal do País, constatar que existe uma política de ciência, tecnologia e inovação em desenvolvimento no Brasil. São visíveis alguns marcos que surgiram nos últimos anos e que ajudam a compreender esse cenário.

Eu colocaria como fundamental a atuação das nossas fundações de apoio, porque o sistema não pode ser compreendido apenas como um sistema nacional que se concentra nos grandes órgãos de financiamento. As fundações de apoio, aquelas que estão nos estados – embora saibamos que nem todos os estados consolidaram as suas fundações de apoio –, já têm uma atuação muito importante, levando para o cenário de cada Estado, também, a perspectiva de uma política de ciência, tecnologia e inovação, que, somada a esse movimento nacional, naturalmente fortalece as ações necessárias para que o País avance, principalmente na inovação.

Eu destacaria também a Lei de Inovação, que é uma lei recente, que responde a muitos questionamentos que surgiram principalmente dentro das universidades. Ela aponta para diferentes cenários, em que os professores, sobretudo os pesquisadores em dedicação exclusiva, podem participar junto a diferentes empresas em projetos voltados para a inovação.

Eu destacaria ainda, Sr. Presidente, os fundos setoriais, esses que têm permitido, através de recursos, fortalecer o financiamento da pesquisa, o financiamento da pós-graduação, que termina formando profissionais preparados para trabalhar e expandir o setor de inovação no País.

Eu destacaria, principalmente nos últimos anos, um aumento significativo nos recursos que financiam as pesquisas e as iniciativas de inovação.

Colocaria, como um dos aspectos importantes para consolidar um cenário de potencial extremamente elevado para a inovação, o processo de expansão das

universidades, que ocorreu também nos últimos anos e que teve uma visibilidade maior nos últimos cinco anos. O sistema nacional de ensino superior federal, além de sofrer uma expansão com relação ao quadro de recursos humanos, também sofreu uma expansão com relação à quantidade de vagas ofertadas na graduação e na pós-graduação. A pós-graduação cresceu muito no País, e houve um crescimento muito visível também nas regiões Norte e Nordeste, reduzindo uma assimetria que era típica do sistema até oito, dez anos atrás, permitindo que o País esteja preparado de forma menos desigual para enfrentar os desafios da pesquisa, os desafios da inovação.

Eu gostaria de destacar, Sr. Presidente, que a nossa associação, a Andifes, desde o ano de 2010, vem trabalhando de forma muito intensa no sentido de apresentar ao País um projeto de expansão da pesquisa e da pós-graduação. Esse projeto foi elaborado ao longo dos anos de 2009 e 2010, está consolidado, está preparado, está pronto e está em negociação com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o Ministério da Educação, com a iniciativa privada, através também da CNI. Compreendemos que o que está ali proposto – que poderá, inclusive, posteriormente, ser tema de discussão nesta Casa – é um cenário para a redução ainda maior das assimetrias, levando a pós-graduação para regiões onde hoje ela não existe, fortalecendo aqueles cursos de pós-graduação que ainda precisam de investimentos e preparando o País para responder, em todas as suas regiões, a esses desafios da ciência, da tecnologia e da inovação.

Agora, é fundamental que, neste cenário, trabalhe-se a mudança da cultura, sobretudo na educação superior do País, que foi muito centrada no fortalecimento da pesquisa e no reconhecimento do pesquisador. Isso é extremamente importante. O Brasil, hoje, é um país que se destaca no cenário internacional entre os 12 ou 13 países que mais produzem ciência, que mais publicam em periódicos indexados, o que é fruto de todo esse desenvolvimento que citei aqui – o aumento do financiamento, o aumento da quantidade de doutores que hoje trabalha nas instituições, o apoio que as instituições têm recebido do Ministério de Ciência e Tecnologia, em particular da Finep. Isso fortaleceu o sistema e levou o País a aparecer como líder em algumas áreas importantes, como o agronegócio, como o setor de petróleo e gás natural, nós temos aí a Embrapa, que é um exemplo espetacular de desenvolvimento de pesquisa, a Embraer, outro empreendimento importante que se destaca internacionalmente. Tudo isso é fruto do investimento na formação de recursos humanos altamente qualificados e fruto da pesquisa que vem sendo feita nas universidades, mas também nessas instituições.

Agora, é importante, para uma maior inserção das universidades federais nesse sistema, que a cultura da inovação passe também a fazer parte do nosso cotidiano. Ainda existe, em alguns meios do sistema de ciência, tecnologia e inovação, um certo preconceito com aqueles professores, com aqueles pesquisadores que trabalham especificamente na produção de tecnologias, na produção de serviços, na produção de produtos, porque naturalmente, isso não gera *paper*, naturalmente isso não é considerado com a mesma intensidade na pontuação dos cursos de pós-graduação, no *ranking* dos cursos de pós-graduação. Isso precisa ser compreendido de forma diferente para que a cultura da inovação passe a fazer parte também, de forma mais intensa, desse sistema.

Há outro aspecto que é extremamente importante, porque as universidades federais são rotineiramente cobradas porque não fazem inovação com a mesma velocidade com que produzem trabalhos de ponta em ciência e tecnologia em diversas áreas do conhecimento: a universidade precisa ser dotada de uma infraestrutura de recursos humanos principalmente, recursos humanos altamente capacitados, para difundir o conhecimento no âmbito das instituições e para acompanhar os processos de inovação. É muito comum nós encontrarmos, em nossas instituições, pesquisadores que desenvolvem trabalhos voltados para a inovação que têm dificuldades de requerer patentes, que sequer conhecem as normas, que sequer conhecem o marco legal relacionado a isso.

Nós estivemos recentemente com o Ministro da Ciência e Tecnologia discutindo essa questão. As universidades precisam ter recursos humanos qualificados para isso, que conheçam a linguagem da inovação, que conheçam a legislação profundamente e que possam facilitar o trabalho de difusão e também o trabalho de reconhecimento do que é feito em termos de inovação nas instituições.

Bem, com isso, acredito que o desafio fica mais fácil de ser enfrentado, porque hoje, nas instituições federais de ensino superior, nós temos excelência em todas as áreas do conhecimento. O País precisa de mais profissionais qualificados principalmente nas áreas mais tecnológicas, porque isso vai dar sustentabilidade ao crescimento do País. Esses profissionais precisam ser formados em maior quantidade. Eu diria que a qualidade hoje do sistema federal de ensino é inquestionável. Qualquer que seja o processo de avaliação, nós acompanhamos que as instituições federais de ensino superior têm apresentado recursos humanos de alta qualificação, mas é importante que as institui-

ções possam formar mais engenheiros, formar mais geógrafos, formar mais biólogos, formar mais profissionais das áreas de energia, seja na graduação, seja na pesquisa, seja no mestrado ou no doutorado. Com isso, será possível oferecer para o mercado oportunidade de desenvolver pesquisa também no setor produtivo, porque o Brasil, diferentemente de outros países que avançaram mais rapidamente na inovação, ainda tem uma grande concentração de doutores nas universidades e muito poucos doutores nas indústrias, nas empresas. Se nós olharmos o cenário internacional, nós vamos perceber que, lá, a inovação é feita na indústria, no setor produtivo, mas sempre com a participação também das universidades. Mas esse é o nosso sistema, ele foi desenhado dessa forma e, se nós quisermos avançar na inovação, pelo menos durante uma transição, que, acredito, será longa, nós temos de adaptar esse modelo à necessidade de produzirmos mais inovação.

Agora, é importante também uma compreensão de que a cultura da inovação não deve ser construída apenas no ambiente da universidade. É necessário, mesmo no ensino fundamental e no ensino médio, que já se trabalhe essa cultura, para que o estudante, ao ingressar na universidade, já tenha, na sua formação, o conhecimento e o reconhecimento da importância da inovação. Isso vai, naturalmente, tornar as coisas muito mais fáceis no ambiente da universidade. Nós estamos aqui falando apenas de inovações tecnológicas, mas nós devemos expandir esse conceito para todas as áreas. Isso não se encerra apenas na inovação através da modificação ou da elaboração de novos produtos, de novas tecnologias ou de novos sistemas, engloba também a inovação gerencial, a inovação de ideias que são importantes em todos os outros setores da economia, em todos os outros setores de formação das universidades.

Então, num primeiro momento, imagino que deva ser fortalecido o sistema como um todo, o sistema de educação do País, dentro dessa lógica da compreensão da importância da inovação para dar sustentabilidade ao crescimento do País. Por outro lado, é preciso dotar, naturalmente, essas instituições da infraestrutura necessária para o alcance desse objetivo. Então, o fortalecimento do sistema é fundamental, bem como o reconhecimento do papel das universidades federais, que hoje formam profissionais altamente qualificados e são responsáveis pela produção de grande parte da pesquisa e de parte considerável da inovação que é feita em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a exposição feita pelo Sr. Jesualdo Pereira Farias.

Quero aqui saudar e cumprimentar o nosso Presidente Roberto Requião. A presidência dos trabalhos cabe a S. Exª, mas estou aqui sempre para auxiliá-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só às terças-feiras. A quarta é sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Presidente.

Passo a palavra agora ao Sr. Ruy Rocha Loures, diretor comercial do Grupo Positivo, para, também no prazo de quinze minutos, fazer a exposição para os presentes.

O SR. RUY ROCHA LOURES – Bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite formulado pelo Senador Wellington Dias e sua assessoria para a apresentação do conteúdo que vamos apresentar neste momento.

Gostaria de saudar o Senador Bauer, Presidente desta Comissão. Gostaria de saudar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Roberto Requião. Gostaria de saudar a Senadora Lídice da Mata, que aqui está presente e também a Senadora Maria do Carmo Alves.

Gostaria de saudar os convidados, Sr. Victor Hugo Gomes, da Finep; Sr. Antonio José, que no momento não se encontra – acredito que não esteja aqui –, ex-Secretário de Educação do Estado do Piauí; o Sr. Carlos Maneschy, da Andifes, e de cumprimentar todos que estão aqui nos escutando a respeito de um tema que consideramos muito importante no País, principalmente no atual momento.

O que vamos apresentar aqui, na verdade, é um projeto desenvolvido no Estado do Piauí, no Município José de Freitas.

Esse projeto foi proposto pelo Grupo Positivo, grupo educacional que fará 40 anos no ano que vem e que atua nas áreas educacional, gráfica editorial e de informática.

O Grupo Positivo fez um contrato de cooperação técnica com o MEC e com o Estado do Piauí. Esse contrato está publicado no *Diário Oficial*, sob o nº 20, de 19/09/2008. Ele previa, na verdade, um projeto cuja finalidade era a utilização de tecnologias de ensino aplicadas a um contexto real.

Vou procurar ser o mais breve possível em função do tempo. Esse projeto teve duração de um ano, transcorreu durante o ano de 2009 numa das cidades com menor Ideb do Brasil, a cidade de José de Freitas, que tem uma população de aproximadamente trinta mil habitantes e um número aproximado de dois mil alunos na escola fundamental do primeiro ao quinto ano.

Esse projeto baseava-se em quatro pernas: tecnologia, conteúdos, infraestrutura, condições locais das escolas e, principalmente, a formação dos educadores com mais de 600 horas aplicadas no sentido de promover a capacitação desses educadores para a utilização dessas tecnologias, o que consideramos um fator *sine qua non* para o sucesso de qualquer projeto nesse sentido. De nada adianta propiciarmos o fornecimento de equipamentos, de *hardwares*, de *softwares*, de conteúdos se não olharmos para aquele que é mais importante, ou seja, para o educador que vai transmitir essas informações aos seus alunos. Talvez esse tenha sido um dos grandes sucessos desse projeto, que, efetivamente, antecipou o Ideb na área, como vamos mostrar mais adiante.

Vou falar um pouquinho de José de Freitas: fica a 50 Km de Teresina; 36 mil habitantes; Ideb municipal de 2,8 e um Ideb estadual de 3,3. O Brasil pretende chegar a um Ideb médio de 6 em 2020 – digo isso para os senhores terem uma ideia do que estamos falando. O IDH médio de José de Freitas é 0,615; o PIB é de R$2.156,00 e há uma incidência de pobreza de 56%.

Vamos apresentar um vídeo bem rápido. É um vídeo de sete a oito minutos, em que eu acho que os senhores terão condição de avaliar mais precisamente o que significou esse projeto não só na vida dos educadores, mas também na vida do Município de José de Freitas. Foi realmente uma revolução o que esse projeto propiciou para esse Município. Foram onze escolas, sendo cinco escolas municipais e seis escolas estaduais.

(Exibição de vídeo.)

O SR. RUY ROCHA LOURES – Tentaremos resolver essa questão porque os pronunciamentos dos educadores são realmente muito importantes nesse processo. Não sabemos qual é o problema: se é de mídia ou de *hardware*, mas vamos tentar substituir a mídia ali porque é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com certeza não é um problema de tecnologia, é de falta de sorte mesmo. Mas vamos tentar com o outro CD ou DVD. Aliás, para nós, políticos, existe uma regra que é fundamental e a nossa Senadora Ana Amélia Lemos conhece isso muito bem: de cada três vezes que vamos fazer um programa ou apresentar ou gravar alguma coisa, pelo menos uma vez, com certeza, dá algum problema ou no microfone ou na iluminação. É sempre assim. Para quem é do ramo, isso é uma coisa comum, mas para quem usa isso eventualmente é muito estranho. Mas isso é tudo em nome da perfeição.

Vamos ver se temos êxito agora.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Tendo em vista um pequeno problema técnico, o senhor tem dez minutos para fazer a sua exposição, já que o seu tempo se esgotou, mas, no que foi possível, assistimos ao vídeo. Agora fica V. Sª com a palavra.

O SR. RUY ROCHA LOURES – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão. E muito obrigado aos presentes. Gostaria de fazer aqui uma menção ao Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí, que está presente aqui conosco e que nos propiciou esta oportunidade de mostrar que a tecnologia bem aplicada, com esforço e a compreensão de todos, pode dar resultados bastante importantes.

Vou tentar ser o mais breve possível, Presidente. Gostaria citar dois fatos que, acredito, são muito importantes. Primeiro, esse projeto não foi só acompanhado pelo Grupo Positivo e pelo Governo, mas também por instituições de renome internacional como a Fundação Carlos Chagas, que acompanhou para certificar esse projeto e todos os índices que aqui são apresentados, todas as informações também foram acompanhadas pelo MEC, por intermédio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universidade do Piauí, que também acompanhou esse projeto no Município de José de Freitas.

Acredito que esse vídeo fala praticamente tudo a respeito do que queríamos apresentar aqui. As declarações dos profissionais, dos educadores são fortes e demonstram que por mais despreparados, por mais humildes que eles sejam todos têm condições de serem capacitados para transmitirem aos seus alunos a oportunidade de ter acesso a condições que eles nunca teriam senão através de um esforço como esse no sentido de disponibilizar tecnologias de última geração, conteúdos todos eles filtrados por idade cronológica e por idade educacional e também pelo próprio resultado da capacitação desses educadores, que puderam, por meio dessa capacitação, usufruir de toda a tecnologia que foi disponibilizada no Município e nas escolas.

Gostaria de colocar alguns assuntos bem rapidamente. O que nós sentimos lá, nesse Município tão pobre e com o Ideb tão baixo, é que a sensação das pessoas... As pessoas têm, efetivamente, noção de que a educação é o único caminho para que seus filhos venham a melhorar de vida, venham a ter uma condição social melhor. Isso é uma coisa que foi nitidamente apresentada dentro desse projeto.

Outro aspecto é que as escolas se transformaram também em pontos onde a comunidade tinha mais participação, os pais, os alunos, os professores, em função do que foi instalado nessas escolas. Elas foram todas estruturadas para receber esse material.

Outro aspecto que foi muito importante nesse projeto foi sentir, foi a detecção real de que o Bolsa Família tem uma redução significativa – aqui neste gráfico os senhores poderão ver – na medida em que há um melhor nível de escolaridade.

Nós temos ali, no final, a pós-graduação; são diversas fases educacionais em que isso foi muito sensível nesse projeto. Ou seja, nós observamos e a comunidade sentiu essa questão.

Outra coisa que é muito importante a gente saber é que, mesmo essas pessoas, com a maior humildade, como os senhores viram aí – foi apresentado –, elas têm, sim, expectativas de vida no sentido de que seus filhos tenham melhores empregos, tenham melhores posições sociais. Eles têm essa vontade. Talvez essa tenha sido uma das alavancas para que esse projeto tenha sido a vontade da população de querer aprender, de uma forma bastante forte nesse caso.

Também observamos, nesse projeto, o desejo dos alunos. O que esses alunos pretendem futuramente? Pretendem tudo aquilo que todos nós, seres humanos, queremos: uma melhor vida, em que possam ter a sua casa, seu carro, uma profissão decente. Isso é um outro fator que foi detectado profundamente nesse projeto. Querem ser doutores, jogadores de futebol, advogados, enfim.

Ou seja, em resumo, essa tecnologia, bem aplicada, com todos esses conceitos de que falamos aqui... Para os senhores terem ideia, foram dadas mais de 600 horas de capacitação, foram 11 coordenadores que acompanharam esse projeto durante todo o processo, foram 30 diretores que estiveram envolvidos, 150 educadores, 2.156 alunos, 11 monitores e dois coordenadores locais. Isso tudo para quê? Isto sem falar em toda a operação de apoio técnico que foi dado por técnicos responsáveis pela área de administração dos problemas que possam ocorrer num processo como esse. Então, isso tudo vem a contribuir com o sucesso desse projeto. O que é o sucesso desse projeto em números, na verdade, para a gente falar objetivamente?

A antecipação nas escolas estaduais – aí nós estamos falando de escolas estaduais de primeira a quinta série – de, aproximadamente, oito anos na previsão de Ideb dessas escolas. Nós atingimos, em 2009, um Ideb de 4,4 nas escolas estaduais, quando o Ideb inicialmente avaliado era 3,3, em 2007. Esse Ideb estava sendo projetado para 2017. Então, foi um ganho extremamente importante no que se refere à condição do desenvolvimento educacional dessas crianças.

Outro aspecto que também vale citar é a melhoria do Ideb das escolas municipais da ordem de 0,6, passando de 2,8 para 3,4, também antecipando as previsões desses índices para 2012.

Esses números são muito importantes para salientar o resultado desse projeto. Mais do que isso, nós tivemos, realmente, além da questão educacional, a inclusão digital efetiva de toda a comunidade envolvida nesse processo. Isso foi uma coisa extremamente importante. Nós, no início, verificamos que 50% dos professores – inclusive, foi falado aqui no vídeo – sequer sabiam mexer com os computadores. Mas nem por isso deixaram de usufruir desse projeto através de um plano de capacitação que permitiu a eles usufruir dessas questões.

Nós apresentamos alguns equipamentos que foram utilizados aí, que passaram aqui, mas há alguns outros dados. Depois, nós vamos distribuir para quem se interessar um catálogo a respeito desse projeto. E aqui também há um gráfico que também foi feito considerando o início do projeto, em que nós pegamos duas escolas de Teresina onde não foi aplicado esse projeto para fazer um comparativo ao final desse ano. Verificou-se que, a partir de um teste realizado nas escolas municipais que tiveram o projeto aplicado e nas escolas municipais que não tiveram esse projeto aplicado, num segundo momento, ao final do projeto, nós tivemos um diferencial de ganho com relação às provas aplicadas conforme está o gráfico aí, na língua portuguesa e em matemática.

Então, os senhores vejam que, em alguns casos, houve um decréscimo nas escolas onde não foi aplicado esse projeto e que todas as escolas onde foi aplicado o projeto tiveram um desempenho muito melhor, ou seja, sempre positivo e sempre acima das escolas que não tiveram essa oportunidade.

Eu queria terminar dizendo que, realmente, um projeto que seja aplicado em qualquer setor, em qualquer Município do País de uma forma responsável, com todas as necessidade que se impõem a um projeto desse, principalmente olhando para o ser humano como professor, como educador, ele tem realmente condição de nos ajudar na melhoria dessa questão, que é uma questão, hoje, extremamente complexa e importante para o País neste momento de disputa internacional onde vemos as grandes potências – e o Brasil já se inclui entre elas – tentando dividir o bolo mundial de competência e de produtividade. Então, a educação se faz realmente uma necessidade neste momento.

Eu gostaria de agradecer a todos e de me colocar à disposição de todos aqui para maiores informações e também dizer que, se houver necessidade futura de uma explanação maior a respeito desse projeto, estamos à disposição para fazer uma nova rodada de informações a todos, para que possam ter maiores informações a respeito do que foi esse projeto de José de Freitas.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Presidente, e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a exposição feita pelo Sr. Ruy Rocha Loures e passamos a palavra ao Superintendente da Finep, Victor Odorcyk, informando que o Sr. Antonio José Medeiros até o presente momento não chegou a esta reunião, embora estivesse confirmado, conforme o documento que a nossa assessoria nos apresenta neste momento, que ele estaria presente. Agora, em contato telefônico feito com a assessoria do assessor especial do Ministério da Educação, recebemos a informação de que ele não estará presente aqui porque se encontra em reunião naquele Ministério. Certamente, é uma reunião de fundamental importância, mais importante que a reunião que ora estamos fazendo aqui no Senado da República.

Concedo a palavra ao Sr. Victor Odorcyk.

O SR. VICTOR HUGO GOMES ODORCYK – Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Paulo Bauer, que preside a nossa reunião, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, quero cumprimentar o nosso amigo reitor da Universidade Federal do Ceará, Jesualdo Pereira Farias, e o Ruy Rocha Loures, do Grupo Positivo.

Como as pessoas que me antecederam são especialistas em educação, eu vou tratar o meu tema mais sobre a área de inovação tecnológica. Tentarei corresponder aqui aos 15 minutos dados.

Em primeiro lugar, Senador, eu não sou do MEC; sou do Ministério da Ciência e Tecnologia, mais recentemente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme assinado pela Presidente Dilma.

Quero dizer que o erro não foi seu, não. Está escrito, aqui, MEC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu fui fiel à plaqueta que se encontra aposta aqui.

O SR. VICTOR HUGO GOMES ODORCYK – Está escrito, aqui, MEC, mas atualmente, a partir do dia 03, MCTI.

Eu vou tratar a minha exposição, fundamentalmente, em três aspectos. O primeiro deles diz respeito à velocidade com que a inovação tecnológica está sendo incorporada à nossa vida.

Nós presenciamos, aqui, o exemplo de uma cidade do Piauí onde o simples fato de colocar as crianças em contato com a tecnologia, com o computador acelerou, sobremaneira, o aprendizado delas. E é isso; quer dizer, no início do século passado, se inventou o telefone e, hoje, se usa celular. O meu celular é completamente desatualizado, mas eu sou um dinossauro; eu confesso isso. Eu sou um dinossauro. Embora trabalhe em uma agência de inovação tecnológica, eu sou um dinossauro.

A minha faxineira, há uns três anos, passou um torpedo para mim – "falta sabão em pó" – e eu não sabia nem responder esse torpedo. Aí, no meu celular, tinha uma indicação: responda. Eu apertei aquilo e coloquei: "OK". E onde é que bota o ponto? Eu não sei. Há três anos, eu não sabia, fiquei encabulado e fui descobrir essas coisas.

Então, pelo celular, hoje, você lê *e-mail*, entra na Internet. Na década de 80, a gente tinha uns tijolos deste tamanho que falavam, recebiam ligação e falavam. Então, essa velocidade de incorporação é tão grande que está mudando totalmente a nossa vida, a ponto de, do que estaremos utilizando daqui a 10 anos, grande parte ainda não ter sido inventada. E isso é assustador, sob o ponto de vista de que perfil teremos de formar doravante.

Diga-se de passagem que a formação de recursos humanos não é uma coisa que se dê da noite para o dia. Ela exige determinadas etapas, ela exige um ensino fundamental, ela exige um ensino médio, ela exige um ensino de graduação, ela exige um ensino de pós-graduação. O que formaremos? Como isso será incorporado por nossos educadores para que as pessoas formadas possam, daqui a 10 anos, utilizar coisas que ainda não foram inventadas?

Então, essa velocidade de incorporação tecnológica à nossa vida está ganhando tal ritmo que, realmente, é uma coisa preocupante e preocupa, sobremaneira, os educadores.

O segundo ponto que eu quero abordar diz respeito à tecnologia que já está incorporada ao mundo do trabalho.

Certamente, o ex-Presidente Lula, quando se formou, na década de 60, lá no Senai, como torneiro mecânico, era um excelente torneiro mecânico, mas, hoje, não opera um torno de jeito nenhum, porque esse torno incorporou mecânica fina e eletrônica de precisão e as pessoas formadas na década de 60, que se aposentaram e que não operam mais aquele torno, não sabem qual botão apertar para o torno, hoje em dia, voltar. As linhas de produção são completamente diferentes.

Na indústria automotiva, na verdade, as grandes montadoras são incorporadoras de peças. Os sistemistas colocam as peças prontas em determinado portão a tal hora, o funcionário vai lá, pega as peças, engata uma na outra e o carro está pronto.

Então, isso tem causado para nós, principalmente no Brasil, o paradoxo de a gente ter enormes quantidades de postos de trabalho desocupados e enormes

quantidades de pessoas sem poder ocupar postos de trabalho, porque os postos de trabalho exigem um nível de qualificação e as pessoas não estão formadas para isso. E as pessoas que estão formadas para empilhar tijolos já não conseguem mais nem postos de trabalho na indústria da construção civil, porque esta já incorporou determinadas tecnologias e aquelas pessoas não foram formadas para isso.

Então, é um problema a ser enfrentado, sem sombra de dúvida.

Por fim, eu quero falar um pouco do nosso aparelho formador. De certa forma, o Professor Jesualdo já discorreu sobre isso, mas o fato é que, hoje, a gente tem em torno de 135, 140 mil doutores no Brasil, sendo que 2/3 desses doutores foram formados de 96 em diante. Mais ainda, essa formação se deu principalmente entre 96 e 2004, a velocidade de formação. Depois, entrou numa certa estabilidade. Hoje, estamos formando cerca de 12 mil doutores por ano, mas nós estamos numa certa estabilidade.

Se a gente olhar o nosso mapa demográfico, ele diz o seguinte: que a gente vai crescer até 2020, mas, depois, a gente vai estagnar e começar a decrescer, porque a nossa população não está crescendo, na faixa de se fazerem mestrado e doutorado – nessa mesma proporção.

Ora, se está cada vez mais sofisticada a introdução da tecnologia nas nossas vidas, nos nossos trabalhos e no nosso mundo, de uma forma geral, tem um desbalanço entre a velocidade tecnológica e a velocidade de formação. Esse desbalanço a gente vai ter, de alguma forma, de superar.

Hoje, nós estamos muito longe dos chamados Brics – China, Índia, Brasil e Rússia? Não estamos; quer dizer, se a gente trabalhar em termos de proporção de população, nós temos o mesmo índice relativo de doutores que a China. A China tem cinco vezes mais população que a gente e tem cinco vezes mais doutores.

Só o seguinte: nós ainda estamos na fase em que 80% dos nossos doutores estão no aparelho formador, estão na universidade. Outros 10% ou 11% estão na máquina pública, nas empresas públicas, na administração direta. Na indústria, nós temos cerca de 6% de doutores. Então, há um desbalanceamento nesse processo que a gente tem de começar a acelerar.

O nosso aparelho formador está promovendo uma desconcentração? Está. Em 1996, 80% dos mestres e doutores estavam na região Sul. Hoje, isso fica na faixa de 74%, 75%.

Então, há uma desconcentração. Agora, essa desconcentração é maior no litoral do Nordeste do que no norte do Nordeste, no interior do Nordeste e no norte. O norte, pelos números que a gente tem, embora tenham crescido, em números absolutos, os recursos que a Finep tem transferido para lá, em números relativos, continua estagnado. A densidade demográfica do norte é menor, as cidades são menores.

Então, esse é um problema que a gente vai ter de resolver, e eu tenho a impressão de que a gente não resolve mantendo o quadro atual de expansão. A gente vai ter de fazer algumas coisas específicas para a região Norte, para o interior do Nordeste, de forma a aumentar essa desconcentração, não só de cursos de graduação, de ensino médio, mas também na questão da pós-graduação. Nós temos um projeto na Finep, que acompanhei bastante, em que a Vale e a Finep colocaram dinheiro na Universidade Federal do Pará e construiu-se, em Carajás, uma estrutura, um prédio de laboratório de pesquisa para engenharia de minas.

A última vez que falei com o antigo reitor da Universidade do Pará, no ano passado, eles não tinham conseguido colocar o programa de pós-graduação lá, porque não conseguiam atrair doutores para Carajás. O que isso implicava? Como não tinham formação de mestres e doutores em Carajás, a Vale era obrigada a fazer cursos específicos, importando engenheiros do sul do País e, do Chile, geólogos, fazendo uma formação e contratando essas pessoas. A Embraer também fez isso. A Embraer, há cinco anos, contratou engenheiros de todas as formações e formou em engenharia aeronáutica, porque não tinha engenheiro aeronáutico no Brasil. Hoje, engenharia de minas está praticamente em dois ou três cursos. Engenharia nuclear acabou no Brasil, não se encontra engenheiro nuclear no Brasil. Fala-se em retomar o programa nuclear brasileiro, mas não tem engenheiro. As empresas estão encurtando caminhos. Acho que vamos ter que conversar com as empresas sobre essas experiências, para podermos, de alguma forma, responder a esse tipo de demanda que o País está tendo.

É possível rever as coisas? É. Temos um programa nacional de educação com expansão do ensino fundamental e do ensino médio. Se não informatizarmos o ensino fundamental e o ensino médio, não vamos a lugar algum. Se as pessoas não souberem incorporar o avanço tecnológico, não vamos a lugar algum.

Na verdade, pensei que eu ia falar primeiro e que faria essas provocações no início. Quero encerrar a minha participação e ficar aberto para as discussões necessárias. Certamente, uma coisa é clara: temos de conversar muito para avançarmos nesta interface entre educação e inovação tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos o Sr. Victor Odorcyk pela exposição.

Conforme prevê o Regimento, o autor do requerimento tem o tempo que desejar para também apresentar suas observações, questionamentos e consultas aos palestrantes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, primeiro quero dizer que tenho que colocar a culpa na empresa aérea. Eu estava em São Paulo e terminei chegando aqui com alguns minutos de atraso. De qualquer modo, quero parabenizar a Comissão. Primeiro, os meus Pares, pela oportunidade de fazermos esta audiência; depois, agradeço ao Dr. Jesualdo, ao Ruy da Rocha e ao meu querido Victor, por comparecerem. Lamento muito a ausência do MEC aqui, porque a ideia era termos o Ministério da Ciência e Tecnologia e o MEC nesta audiência. Lamento, também, até por conta de algumas audiências que estão acontecendo neste instante, um certo esvaziamento, para um tema como esse.

Nesses dias, exatamente nesta semana, a imprensa mundial noticiou, de forma a chamar atenção do mundo inteiro, que o Estado de Ohio, nos Estados Unidos, anunciava um programa que visa, em algum momento, praticamente abolir a escrita. Ou seja, a força, a influência da tecnologia já é tamanha naquela região do Planeta, em um estado dos Estados Unidos, que a escrita – na realidade brasileira hoje parece uma coisa absurda – vai ser uma coisa de segundo plano, uma alternativa quando não tiver outro jeito. É assim que eu interpreto.

Eu tive uma experiência de vida interessante. A minha mãe morava em um lugar muito isolado do Brasil, chamado Vale do Fidalgo, hoje Município de Paes Landim, São Miguel do Fidalgo, Município pequeno. Lá, quando quis estudar, ela teve que se deslocar para outro lugar para fazer o ensino fundamental, o que se chamava à época ensino primário. Mas ela teve que parar de estudar. Ela fez o que hoje é da 5ª à 8ª série pelo Projeto Minerva, por meio do rádio. Então, eu vivi minha mãe fazendo o Projeto Minerva, pelo rádio. Era algo espetacular pelo nível de qualidade do aprendizado dela em relação a outras pessoas que eu conhecia na comunidade dela. Ela fez o Ensino Fundamental e, depois, fez um curso técnico de auxiliar de enfermagem da mesma forma, à distância. Então, vejam, isso ocorreu há mais ou menos 40 anos. Hoje, como o Dr. Victor lembra aqui, estamos anos-luz de avanço em relação àquela realidade.

Sou um apaixonado pelo uso da tecnologia para que possamos democratizar conhecimento, profissão, pesquisa, enfim, no Planeta. À época, procurei o Ministro Fernando Haddad, o governo iniciava um projeto de implantação de salas de informática, de salas com programas de inclusão digital, por uma determinação do Presidente Lula, nas escolas. Todas as escolas do Brasil deveriam ter, pelo menos, uma sala de informática. Confesso aqui que foi demorado convencermos o governo a fazer uma experiência, que agradeço a Positivo, uma das empresas que havia ganhado concorrência para a venda dos computadores e as instalações. E, ali, com o MEC, acertamos uma contrapartida social, mas que tivesse também não só o lado financeiro de colocar equipamento, mas que pudesse ter, da parte da nossa Secretaria de Educação, a escolha de um Município – no caso, foi José de Freitas – com os piores indicadores nas avaliações do MEC. Assim, ninguém poderia dizer que foi escolhido um Município onde tudo era mais fácil. Então, escolhemos aquele em que a realidade do ensino normal estava encontrando maior dificuldade. O acompanhamento, como foi dito aqui, foi feito por outros parceiros, como a Universidade do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Piauí e a Fundação Carlos Chagas.

Qual era a ideia? A minha convicção do quanto isso poderia ser um instrumento para fazer o Brasil avançar. Hoje, o meu Estado tem uma coisa que assusta, muitas vezes, o próprio MEC. Muitas vezes, nas universidades do Brasil, a ideia de ensino superior, por exemplo, ou de ensino profissionalizante é nas cidades-polos. E nós estamos trabalhando, em meu Estado, para termos o ciclo completo da educação em 224 Municípios, em todos os Municípios. Ciclo completo é ter alfabetização, pré-escolar, ensino fundamental, ensino médio, médio profissionalizante, ensino superior e pós-graduação.

Eu estive com o Governador Wilson Martins, na última sexta-feira, no Município de Porto Alegre do Piauí, uma cidade às margens da barragem de Boa Esperança, com quatro mil habitantes, que já tem toda essa estrutura. Ou seja, lá é possível uma professora fazer pós-graduação, com qualquer universidade do Brasil. Lá, por exemplo, é a Universidade de Santa Catarina que dá o curso de Ciências Contábeis naquele Município, mas também outras Universidades. Então o que a gente viu aqui foi uma experiência do que pode a tecnologia. Na verdade, José de Freitas é uma cidade próxima de Teresina, que tinha um indicador muito baixa. Tanto as avaliações de matemática, de português, como são feitas, como do Ideb, que é mais completo, são muito atrasadas. O que teve assim de importante, como foi lembrado aqui? Aliás, ele está com um dado de 2009. Se pegarmos o dado de 2010, nós já ultrapassamos a média estadual e ultrapassamos a média nacional em José de Freitas, tanto no Provão, nas avaliações de matemática, português, como na área relacionada ao Ideb.

O que eu quero chamar a atenção aqui? Como a gente viu ali, é uma comunidade simples, de pessoas carentes e de professores também simples. Boa parte desses professores passou um tempo enorme dando aula apenas para a escola normal, que era aquele curso de ensino médio; muitas vezes, dando aula para o ensino médio só com a escola normal, por escassez de professores. Então essas pessoas, muitas delas sequer tinham apertado uma tecla; já tinham pelo menos o celular; nunca tinham apertado uma tecla de computador. Nós estamos trabalhando hoje com Internet. Assim como no meu Estado, eu acho que nos Estados brasileiros, em praticamente todos os Municípios, estamos chegando com banda larga agora, inclusive maior em todos os Municípios. Então como não usar a tecnologia para avançar?

O que tem, Senador Bauer, Senador Cristovam, nessa experiência de importante? A princípio parece um investimento elevado, e é, exatamente por conta da necessidade de ter que mudar tudo. O professor que nunca apertou a tecla de um computador vai ter dominar a tecnologia; é preciso ter alguém para a manutenção de equipamentos. Quando a gente calcula o custo de repetência, de evasão... Esses dados eu queria que o ex-Secretário Antonio José pudesse apresentar aqui e eu não tenho eles de memória, mas eles são muito mais baratos. O custo de repetência, de evasão, o custo, enfim, de atraso, é muito maior do que o investimento financeiro que se faz nessa área.

Eu quero aqui dizer que nós temos lá um modelo Etec, um modelo de ensino técnico, com o uso da tecnologia, que trabalha o ensino médio; temos o modelo da universidade aberta, que é um misto de a distância com presencial, da maior qualidade. Estamos formando agora as primeiras turmas de ensino superior. O que isso tem de espetacular? Vou pegar o caso do ensino superior. Todos os professores têm doutorado. Onde é que no Brasil a gente consegue colocar um doutor em matemática que não seja numa capital ou numa cidade muito grande? Onde? Estamos falando aqui de 150 mil doutores, pelo que eu entendi. Como é que você vai conseguir num país nessa situação colocar um doutor em matemática para da aula numa pós-graduação, numa cidade como José e Freitas ou Porto Alegre do Piauí ou lá no Amazonas ou mesmo numa cidade do Rio Grande do Sul ou de Alagoas? Então todos os professores com doutorado, um tutor que acompanha, com graduação ou pós-graduação. O custo é baratíssimo. O custo hoje na universidade estadual, por aluno, é algo em torno de R$4 mil/ano. Deve ser até mais. Eu tenho um dado ainda de 2009. Esse aqui sai por cerca de R$800, R$1000/ano, para a gente compreender do que estamos falando.

O que eu quero aqui mostrar com isso também é a qualidade também das pessoas que são formadas, bons laboratórios. A tecnologia não é só a criança e o adolescente, também o jovem no momento em que ele... Você deve estar hoje um dependente da tecnologia, já que passou a dominar a partir do celular. Como eu, como todo mundo, você está lá ligado no iPad, no iPhone. Você aprendeu, você dominou aquilo, pronto, você virou um dependente da tecnologia e isso é uma realidade.

Apenas para ilustrar alguns dados, o meu Estado, em 1998, oferecia, no setor público e no setor privado, 15 mil vagas. Havia 15 mil pessoas em sala de aula. Não são 15 mil vagas por ano. Havia 15 mil pessoas em sala de aula fazendo ensino superior por ano, num Estado já com cerca de 3 milhões de habitantes. Hoje nós temos cerca de 100 mil pessoas em sala de aula fazendo ensino superior. Isso é uma mudança radical. Para a gente ter uma ideia, nós tínhamos 54 mil pessoas com ensino superior, já ultrapassamos as 250 nesse curto prazo. Estou falando do no de 2000 para cá, do ano de 98 para cá. Nós tínhamos 400 mil pessoas com ensino médio e estamos ultrapassando, neste ano, quando formarem as turmas agora no final do ano, 1 milhão de pessoas com ensino médio, para você compreender o que é a mudança. Nós tínhamos 140 escolas de ensino médio, exatamente pela escassez de professores. E aí o MEC também foi correto em dizer: não pode dar aula de ensino médio se não tiver graduação. E aí você tinha dificuldade de implantar em muitas regiões, porque não tinha ninguém ali habilitado. Abria concurso, não aparecia ninguém, especialmente para inglês, matemática, química, física, espanhol. Enfim, você não conseguia e aí não podíamos abrir o curso por isso. Hoje nós temos cerca de 600 escolas de ensino médio espalhadas em povoados, em assentamentos. O Secretário Átila Lira, que foi nosso colega, Deputado Federal, e hoje é Secretário de Educação, me disse agora que está implantando nesse modelo do Pronatec, que também caminha nessa área do uso da tecnologia nessa mesma direção.

O resultado disso é que você está em dois lados aqui: na economia e no social. O Piauí, todo mundo sabe aqui, o Estado mais pobre do Brasil. Não é mais o Estado mais pobre do Brasil. Se você pegar o IDH brasileiro, com toda a torcida que eu tenho por outros Estados, como Maranhão e Alagoas, nós ultrapassamos já alguns Estados; reduzimos de 1 milhão 560mil pessoas que estariam hoje, no programa da Presidente Dilma, na miséria, com renda abaixo de R$70, para 665 mil. Cerca de 1 milhão de pessoas saíram da miséria no meu Estado. E a educação, na minha opinião, é a grande base para isso acontecer. O nosso

Produto Interno Bruto, que era R$7 bilhões, em 2002, agora em 2010, fechou com R$21,8 bilhões. Isso faz a economia crescer também. Então tanto o lado econômico quanto o lado social.

O que eu queria aqui apresentar, Presidente, é só um exemplo do que pode a tecnologia, porque isso foi citado. O filho da classe média ou da classe alta, alguém que por uma sorte ganha uma bolsa, se quiser fazer um aperfeiçoamento em uma língua estrangeira, o inglês, cito o exemplo da minha filha – sou classe média e a minha filha queria aperfeiçoar o seu inglês. Eu tive que despender cerca de R$60, R$70 mil, para que ela pudesse se deslocar ou para os Estados Unidos ou para a Inglaterra, para passar seis meses para poder fazer o aperfeiçoamento da língua. Com a tecnologia, com um computador, com o *Skype*, é possível, numa sala de aula, em qualquer lugar do Brasil, os alunos terem uma interatividade com os alunos de uma cidade em qualquer lugar da América do Norte ou de qualquer lugar. Você compreende? Então nós implantamos um sistema como esse lá e é um sucesso. Daqui a pouco, você vai a uma cidade como a cidade de São Gonçalo, Hugo Napoleão, Alegrete do Piauí e está lá o filho do lavrador falando espanhol com uma pessoa numa região da Espanha, e o outro falando italiano com alguém numa região da Itália, o outro falando inglês, inclusive aprendendo com a curiosidade típica do aluno, enfim.

Então, estou mostrando o que podem a ciência e a tecnologia, como pode o Ministério da Educação nos ajudar nesse caminho.

Com o que eu quero aqui finalizar? Com uma proposta.

Nós temos hoje – o meu Estado tem essas situações ainda – aproximadamente 700 Municípios brasileiros que estão muito atrasados, estão puxando para baixo a avaliação, como José de Freitas. Se há Municípios que já estão aí no Ideb com nota 7 ou 8, há outros que estão com 3, com 2,8.

Em tese, se o Brasil está numa média de 4,6, se não me engano, não sei qual é o último número, quem tiver perto disso aí, quem tiver de 4 para cima está bem. E os que estão de 4 para baixo? Estão muito distantes. Discordo da meta colocada pelo MEC, porque é uma meta em que o que está mais adiantado vai crescer praticamente na mesma proporção do que está muito atrasado. A meta é que, em 2022, a gente possa alcançar acima de 6 na média do Ideb nacional. Mas isso vai considerar que vai ter alguém com 9 e alguém com 3, com 4. Você entendeu? Então muito atrasado. O que eu quero é que o Brasil seja nivelado, que o Brasil possa ser alcançado uniformemente, senão vai continuar a desigualdade que o Senador Cristovam tanto cobra aqui. Não é verdade?

O que eu estou pedindo? É que a gente pudesse usar tudo aquilo que hoje nós dominamos. É só isso? Não, há outras coisas que devem ser feitas.

Mas eu queria, Presidente, que encaminhássemos, a Comissão de Educação, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que pudéssemos fazer isso. No meu Estado, são 40 Municípios no meio desses 700 que são acompanhados de modo especial. Eu queria fazer o que fizemos em José de Freitas com esses 40 Municípios. O ideal é fazer no Brasil inteiro, nesses 700 Municípios que são os mais atrasados. Mas se os outros não quiserem, eu estou aqui cobrando pelo menos um novo plano piloto para o meu Estado, e aí não mais só para os Municípios mais atrasados, mas para esses 40 que estão puxando o nosso Ideb para baixo, inclusive, puxando para baixo.

Eu quero aqui, Presidente, agradecer pela oportunidade e deixar aqui essa proposta.

Agradeço ao Dr. Ruy. Eu sei que no começo era meio estranha a experiência, mas a gente fez, e hoje está documentada para ser um modelo para o Brasil. E a gente não pode desperdiçar uma experiência que deu certo – vocês viram aqui.

Só para chamar a atenção aqui, Senador Cristovam, um dado. Quando a gente escolheu José de Freitas, nós pegamos uma escola de José de Freitas no mesmo patamar de uma escola em Teresina, que tinha o mesmo número de alunos. Nós pegamos em Teresina, não pegamos de uma cidade do interior; que tinha o mesmo número de alunos, que tinha o mesmo Ideb. Vocês viram aqui o que a tecnologia fez. A de José de Freitas, com os indicadores lá em cima, e essa outra, no modelo tradicional, lá embaixo.

Creio que nós podemos fazer mais para o Brasil e acho que vale a pena para que tenhamos um desenvolvimento mais democratizado.

Era isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação do Senador Wellington. Naturalmente que sua proposição, muito oportuna, pode ser acolhida e merecedora do encaminhamento, na forma de proposição, de sugestão ao Ministério. Mas ela deverá ser apresentada e submetida à consideração dos membros desta Comissão numa reunião ordinária.

Peço a V. Exª que formalize essa proposição e a encaminhe à Mesa Diretora da Comissão para que ela seja submetida aos membros da Comissão no momento oportuno.

Consulto se o Senador Cristovam também deseja usar a palavra. Se desejar, eu vou conceder a S. Exª

a oportunidade, para depois os nossos palestrantes responderem os questionamentos e fazerem seus comentários a respeito das duas contribuições.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas antes quero aqui registrar a presença da Srª Betina Von Staa, pesquisadora do Grupo Positivo, também da Srª Melissa Rackel Rosa Born, que é coordenadora pedagógica do Grupo Positivo; também registro a presença da Srª Edinei dos Reis Pimenta Pinheiro, que é pedagoga do Instituto da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, bem como do Sr. Herbert Calhau Júnior, sociólogo do Instituto CNA, que é da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; também saudar o Sr. Wilson Picler, ex-Deputado Federal do Estado do Paraná, que participa aqui da nossa reunião e nos abrilhanta com sua presença.

Por favor, Senador Cristovam, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu quero inicialmente, antes de colocar o assunto, pedir desculpas por ter chegado neste momento. É que, aqui ao lado, temos uma audiência com o Ministro do Trabalho e eu tenho que estar lá, até porque tenho relações pessoais com ele, mas também para fazer uma pergunta sobre inovação. E ao mesmo tempo, temos uma homenagem, no plenário, ao ex-Presidente Itamar. Nós estamos vendo como é que se faz para estar num lugar e noutro.

Mas eu não podia deixar de vir aqui. Quero dizer também que a presença do Deputado Picler se dá em parte porque ele estava comigo e eu o chamei, porque ele é um dos que podemos dar como exemplo de inovação, de uso da inovação na educação. Inclusive o sistema de você estar em sala de aula com alunos em outras partes do mundo, ele utiliza na instituição dele, no Paraná. Aliás, hoje a gente diz Paraná, mas hoje as universidades estão no mundo inteiro. Eu sempre digo que um dia que não vai mais haver endereço geográfico de universidade, mas só endereço eletrônico. Você vai ter aula sem saber onde está morando o professor. Já deve estar assim.

Eu vejo duas maneiras e, como não estive presente, fico em dúvida em qual fazer o enfoque. Vejo a maneira de acordo com o título. Vejo a maneira de usar tecnologia na educação, inovação de tecnologia na educação ou no outro sentido, como a educação cria inovação. E os dois são igualmente importantes. Eu vou falar menos do uso de alta tecnologia, embora vá fazer uma referência. Se uma pessoa tivesse ido dormir há 20 anos, há 30 anos e acordasse agora, não reconheceria um aeroporto, não reconheceria um supermercado, não reconheceria a cozinha da casa dele, não reconheceria a loteria, mas reconheceria as escolas. E ela reconheceria as escolas não porque não haja um novo conceito de escola, mas porque não estão usando esse novo conceito. O que a gente chama hoje de escola, com quadro negro, não é mais escola. Escola sem lousa inteligente, esses terminais de computador em que o professor está citando um personagem histórico, aperta um botão e aparece o personagem histórico fazendo um discurso, sem isso a gente não tem mais escola. A gente pode até chamar de escola ainda, mas não é mais escola. É como chamar de supermercado as vendas de antigamente; é como chamar de jogo do bicho uma lotérica com o computador.

Então nós não estamos aproveitando o potencial. Inclusive não estamos mudando a cabeça do que a gente chama ainda de professor. O professor de hoje tem que ser a soma de três trabalhadores: aquele que sabe a matéria, aquele que sabe pegar a ideia da matéria e colocá-la no computador utilizando todos os recursos, porque não dá para exigir que o professor de matemática saiba isso, não dá para exigir que o professor de geografia saiba como utilizar todos os recursos, e aquele que coloca essa aula diferente na rede, para que todo mundo veja onde estiver e o aluno veja quando chegar em casa outra vez. Esse professor a gente ainda não está formando, mas tem que formar urgentemente. Ele está surgindo, por experiências; aliás, como tudo hoje da informática ainda é surgindo mais do que fazendo. Até mesmo os grandes inventores, porque eles terminam se fazendo pela exigência.

Então essa é a minha referência ao uso do avanço tecnológico dentro da escola. Nós temos que dar um salto. Eu tenho insistido que o Inep não deveria ficar fazendo concurso. Para isso a gente põe outro setor para fazer. O Inep deveria ser um centro de reflexão sobre a escola como deve ser hoje e daqui a vinte, cinquenta anos; deveria haver especialista em neurobiologia no Inep e não estatísticos apenas e concurseiros. A gente tem que pensar como vai ser o futuro.

Mas eu quero pensar mais como vai ser o outro aspecto, Presidente Bauer. Por quê? Porque, daqui para frente, não haverá economia sólida sem inovação radical. Mas dois tipos de inovação, aquela que os empresários brasileiros já usam até, que é usar as tecnologias de fora dentro da sua fábrica. Mas mais importante vai ser a invenção de novos produtos. Mais importante para a economia do que usar a inovação é criar inovação.

Você pode fabricar um telefone desse aqui, mas a gente não tem competência para inventar telefone

diferente desse. Aí a gente vai perder concorrência, a gente vai perder competitividade.

Esse aqui não. Esse aqui é de outra empresa. Mas a Nokia vendia papel higiênico até algumas décadas atrás. Não tinha como ganhar a concorrência fabricando papel higiênico, porque qualquer, tendo capital, consegue fabricar. Graças à revolução educacional na Finlândia, eles passaram a inventar coisas. E aí inventaram uns telefones especiais. E é coisa tão necessária a invenção, que a Nokia já está ficando para trás, em dificuldades profundas, porque outras empresas começaram a inventar telefones melhores, como é o caso da Apple.

Então, o Brasil não tem futuro se continuar com a incompetência que nós temos hoje do ponto de vista de inovação. Temos um PIB alto, mas não temos um PIB bom. O nosso PIB é do século XX, de meados do século XX, como, por exemplo, montar e exportar automóveis. Como, por exemplo, exportar ferro é do século XVI. Então, a gente está absolutamente atrasado na nossa economia. Somos um País rico e atrasado. E como resolver isso? Nós tivemos 20 anos com a vida infernizada neste País por um tal de SNI. Está na hora de a gente construir o paraíso com o SNC, Sistema Nacional do Conhecimento. Temos que ter neste País um sistema nacional do conhecimento. E esse sistema tem algumas partes que é preciso saber. A primeira, que é mais visível, é o fato de termos centros fundamentais de geração de ciência e tecnologia.

Veja que o exemplo nosso de soja e de aviões, que são os produtos principais, quase, da nossa balança, são produtos da ciência e da tecnologia. A gente fala em Embraer, mas quem fabrica aqueles aviões é o ITA. Há 50, se começou a fabricar o avião na cabeça. E a Embrapa é que fez com que a gente exporte soja na quantidade que a gente exporta. Produto do conhecimento.

Pois bem, nós temos ter que Embrapas e ITAs neste País. Muitos; muito não, não é uma boa palavra, mas algumas dezenas de centros de alta ciência e tecnologia; nós temos que ter. E eu não vejo ambição brasileira para isso.

Mas por que este País teve a ambição há mais de 50 anos – 60 anos atrás – de fazer um Instituto Tecnológico da Aeronáutica, nos mesmos moldes do MIT e não tem hoje, no século XXI, a ambição de fazer um centro desse para nanotecnologia, um centro desse para fármacos, um centro desse, inclusive, para a informática, mas não é a informática do ponto de vista de *software*, mas do ponto de vista *hardware*? Mas por que a gente não tem? Não tem. A gente precisa ter essa ambição. Agora, isso não vai acontecer se nós não tivermos um ensino superior da mais alta qualidade. E aí outra vez ficamos modestos demais.

A gente fez uma tal Reuni, essa reforma, com o objetivo de aumentar o número de alunos, que é importante. Mas não foi radical na revolução do conceito de universidade para o século XXI, que não pode ser mais o mesmo conceito do século XX. Começa que exige frequência. Hoje você estuda onde você estiver, nem precisa de prédio da universidade e outras coisas. Hoje não há mais essas disciplinas, os nossos departamentos amarram; hoje, o trabalho tem que ser matricial.

Os grandes centros de alta tecnologia não são de engenharia, não são de medicina. São de outros nomes que estão sendo inventados agora, como, aliás, o ITA teve a percepção. Não foi o Instituto de Engenharia da Aeronáutica; foi o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que já é uma palavra diferente. Não existe departamento tecnológico. Então, a gente não fez a revolução, que consiste em aumentar o número e consiste em mudar o próprio conceito de universidade. Mas o sistema não para aí.

Não vamos ter uma universidade realmente de qualidade enquanto não tivermos uma educação de base para todos e da maior qualidade. Hoje, graças a uma coisa positiva, até socialmente, mais do que tecnológica e cientificamente, de aumentar o número de alunos na universidade, nós hoje temos alunos que não têm condições de estar na universidade. Claro que lá as universidades começam a fazer o exercício para que o aluno chegue ao nível. Agora, isso custou um esforço da universidade, que devia estar sendo aplicado em outras coisas.

Vejam o que eu vou dizer aqui: há doutor em matemática, de que o Senador Wellington fala hoje – o doutor é exigência na universidade, e é bom que seja –, ensinando regra de três na universidade, porque há aluno entrando em escola de engenharia que mal sabe o conceito real de regra de três. Tire a regra de três como uma metáfora, mas ponha a equação de segundo grau, ponha a teoria do limite, ponha derivadas. Eu estudei isso no segundo grau, mas, naquela época, a escola era para poucos. Hoje tem que ser para todos, com a mesma qualidade, e com alta qualidade.

Apenas 40% dos nossos jovens hoje saem do segundo grau. Nós estamos jogando fora 60% dos cérebros. Nós queimamos mais cérebros hoje do que o número de escravos que eram jogados no mar na vinda da África para cá, por ano. É trágico isso! Mas, quando o jovem sai antes do final do ensino médio, é como se ele estivesse ficado para trás. E dificilmente se recupera com o EJA. Então, a gente tem que fazer uma revolução, que eu defendo que seja a ideia da federalização da educação.

Se observarmos, veremos que as escolas federais são as melhores no Ideb. As melhores no Ideb não são as particulares; particular, essa ou aquela é a melhor de todas. Mas, quando se pega a média das particulares, como há muitas ruinzinhas, a média das federais – o Colégio Pedro II, escolas técnicas, institutos de aplicação – está melhor. Temos que fazer isso, obviamente, respeitando para valer o direito da escola particular, porque eu não vejo nenhum problema em haver escola particular. É bom até que houvesse mais, dentro desse sistema. Então, eu coloquei esse sistema do ponto de vista puramente educacional.

E, para concluir, falta um outro ponto. Temos que mudar a mentalidade dos nossos empresários. Os nossos empresários se dedicam a copiar o que fazem lá fora, o que se inventa lá fora. Eles não gostam de inovação do produto. Eles gostam do caminho mais fácil. Compram a tecnologia para isso e montam aqui. Compram a tecnologia do automóvel e montam aqui. Não existe um automóvel com o nome brasileiro. É Ford, Volkswagen. Por quê? Porque não são produtos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havia a Troller.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Havia a Troller, mas se comprou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com pouco dinheiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E era uma fábrica deste "tamainho". Era experimental, como existiu antes aquela do Gurgel. Eram experimentais, não eram fábricas para valer. E não deram certo.

Agora, a Coreia tem. Por que a Coreia tem? Eu não falo dos Estados Unidos, da França, não; falo da Coreia. Pois bem, nós precisamos também, nesse SNC, mudar a mentalidade dos nossos empresários, através de incentivos também do Estado, mas através de cobranças também do Estado. Porque a gente se acostuma a dar incentivos. Por exemplo, a Presidente lançou um programa que elimina impostos e dá dinheiro aos que inovam. A gente devia era aumentar o imposto de quem não inova. Aí eles iam começar a inovar. Enquanto a gente dá incentivo para eles inovarem, não vão inovar muito. Agora, quando a gente começar a cobrar imposto para o que não inovar, um imposto maior para quem produz um produto antigo do que o imposto para quem produz um produto novo, a gente vai começar a ter inovação.

Eu vim aqui, fugindo dessas comissões, para dizer isto: eu estou muito interessado no uso de alta tecnologia dentro da escola. Mas preocupado mesmo eu estou é com o uso da educação na inovação científica e tecnológica, para fazer a economia brasileira ser capaz de atender às exigências dos próximos anos.

Eu vim aqui dizer isso, Sr. Presidente, mas, obviamente, para tentar ouvir a resposta dos senhores, que é uma simples resposta, para a minha pergunta: como construímos ou montamos um sistema nacional de conhecimento no Brasil? Essa era a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação do Senador Cristovam Buarque.

A Mesa foi generosa na concessão de tempo aos Senadores, sem limitar porque, naturalmente, devido ao baixo quórum presente neste momento da reunião, a manifestação de V. Exªs, sem dúvida nenhuma, enriquece muito esta audiência pública e permite que os palestrantes também tenham condição de avaliar mais amplamente o pensamento dos Senadores da República, aqui representados por V. Exªs.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, só mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a V. Exª, mais uma vez, a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mais para demonstrar uma indignação minha, para mostrar como o atual Governo – e faço parte da sua base de apoio – vai contra esse negócio de inovação.

Wellington, eu quero dizer a você, que é do PT. Acabo de receber um telefonema de uma assessora, que está acompanhando a votação de um projeto meu, simplíssimo, na Comissão de Educação da Câmara. Simples. Para receber o Bolsa Família os pais devem ir uma vez por ano à escola. O Ministério da Educação deste País mandou um documento retirando este projeto. É ser contra o progresso e ficar no assistencialismo. Por isso, mudaram o nome para Bolsa Família, em vez de Bolsa Escola.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas vai voltar a ser Bolsa Escola se merecer a aprovação o projeto que V. Exª apresentou aqui, que eu tive a honra de relatar favoravelmente e que já foi aprovado nesta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Foi aprovado aqui ontem, mas, quando chegar lá, não vão deixar passar.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois é.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Agora, esse de hoje... O do Bolsa Família ou Escola, eu até entendo que os presidentes digam: mas é o nosso *marketing*, de família. Se for escola não é *marketing*. Mas esse não tinha razão de impedir. Uma vez por ano! Quantas vezes você vai à escola dos seus filhos? Eu vou, cada um de nós vai. A classe média e

alta vai à escola. Agora, sabe por que fizeram isso? Pelo lado assistencialista e pela pressão de movimentos sindicais que temem – isto disseram lá – que os pais, indo lá, reclamem dos professores.

Há condições de se construir um sistema nacional do conhecimento jogando as famílias fora da escola? Não há. E desculpem-me esta manifestação, aliás, rara em mim. O senhor me conhece, os senhores me conhecem, eu não sou de fazer esses gestos. Mas eu fiquei furioso com isso.

Semana passada, pediram vista. Agora, pediram para retirar de pauta. E o Governo foi atendido, porque é a maioria.

Eu faço esta denúncia...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para saber: não foi derrotado? Foi retirado de pauta?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Foi retirado de pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Junto aqui a minha indignação à sua.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ótimo, eu fico contente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k. Muito obrigado, Senadores.

Concedo a palavra aos nossos convidados. E fica estabelecido um prazo bastante exíguo de tempo para cada um, em função de que, como já foi dito aqui, várias comissões se encontram reunidas e nós temos em curso uma sessão solene, de homenagem ao ex-Senador e ex-Presidente Itamar Franco, e vários Srs. Senadores estão inscritos para se manifestarem naquela sessão, inclusive eu. Por isso, nós vamos pedir a todos que procurem, de forma concisa, fazerem as suas considerações finais, inclusive com base na manifestação dos Senadores.

Concedo agora a palavra, no sentido inverso do que fizemos inicialmente, concedendo três minutos, ao Sr. Victor Odorcyk, Superintendente do Finep, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. VICTOR ODORCYK – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Cristovam, eu apoio sua manifestação. Eu não posso ser contrário a isso. O Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – a partir do dia 3 – vem tentando, há algum tempo, consolidar esse sistema. Não é uma coisa fácil. É uma coisa bastante complicada.

Eu me lembro que, na década de 90, eu fui representante da Finep no Rio Grande do Sul. Montei um escritório dentro da Fiergs e fiz um levantamento em relação aos empresários lá cadastrados. Cheguei à conclusão de que 58% dos empresários não tinham o ensino médio, encerravam sua participação no ensino fundamental, lá no Rio Grande do Sul, que é um Estado avançado.

Obviamente, de lá para cá, sucedeu-se uma transformação nesse processo, porque os filhos desses empresários foram se formando, foram fazendo pós-graduação e foram assumindo suas empresas. E hoje começa a se falar em processo inovador na indústria brasileira. A CNI já está mobilizada para isso; há um movimento empresarial pela inovação liderado pelo Sr. Gerdau.

Na semana passada, foi constituída pelo Ministro Aloizio Mercadante a comissão estabelecendo a chamada Embrapi, que é exatamente para trabalhar a questão da inovação tecnológica na indústria; seria um contraponto da Embrapa na agricultura, a Embrapi na indústria.

Nós temos realmente feito o possível. Agora, não é uma coisa que depende única e somente do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. Depende do MEC, mas depende, fundamentalmente, de um novo marco regulatório que retire a área de educação e a área de ciência e tecnologia desse bolo. Porque hoje os projetos de ciência e tecnologia são tratados, no Brasil, da mesma forma que o dinheiro que é mandado para o Município para construir uma ponte. É a mesma coisa; o aparato legal é o mesmo. E isso nós vamos ter que modificar, sem sombra de dúvida, se não nós não vamos conseguir evoluir.

Encerrou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço sua manifestação e concedo a palavra ao Sr. Ruy da Rocha Loures.

O SR. RUY DA ROCHA LOURES – Gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque. Pena que chegou um pouquinho atrasado. Gostaria de tê-lo aqui pela sua ímpar inteligência. E já pudemos efetivamente, na época em o senhor era Ministro da Educação, discutir alguns assuntos dessa relevância.

Gostaria de cumprimentar também o nosso Deputado Wilson Picler, lá do Paraná, que está aqui presenciando esta reunião.

O Grupo Positivo tem, sim, o maior interesse em discutir a questão da criação de um sistema educacional eficiente e inovador, porque sabemos que a educação, já há 40 anos nessa linha, é a solução. E mais do que nunca, como já disse aqui durante a audiência, o Brasil só conseguirá suportar competições extremamente agressivas que enfrenta se puder desenvolver grandes profissionais. E onde começa a formação de grandes profissionais? Exatamente no ensino básico, com professores bem capacitados, bem orientados e, principalmente, com vontade política de que esses projetos sejam implementados, de forma objetiva e de

forma direcionada. Mistura-se muito hoje a vontade de inovar com uma série de outros programas que, talvez, não tenham a mesma prioridade.

Então, mais uma vez, gostaria de agradecer a todos. Gostaria de me colocar à disposição para maiores esclarecimentos a respeito do nosso projeto. Estamos, a qualquer momento, à disposição para maiores explanações, de uma maneira mais ampla do que foi feito nesse projeto, e podemos contribuir para outros projetos, com a nossa inteligência, com o nosso conteúdo e com a nossa *expertise* em tecnologia.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Presidente Bauer, pela atenção nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Jesualdo Pereira Farias.

O SR. JESUALDO PEREIRA FARIAS – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de saudar o Senador Cristovam. É sempre uma satisfação enorme ouvi-lo, eu que comungo de muitas das suas ideias, como educador, como reitor de um das grandes universidades brasileiras, a Universidade Federal do Ceará.

Lamento ter invertido a minha fala. Comecei exatamente do primeiro momento, falando de como o sistema federal de ensino superior pode contribuir com a inovação, olhando para o desenvolvimento sustentável do País. E tinha deixado o final para falar sobre como a educação pode utilizar essas ferramentas como oportunidade para melhorar o ensino, o acesso e o desenvolvimento educacional do País. Peço desculpas por não entrar de novo no mesmo tema, mas, oportunamente, certamente poderemos conversar.

Concordo com grande parte do que o Senador colocou. Acho que o problema hoje da educação do País, como um todo, é cultural. Estamos amarrados a um sistema clássico que ainda insiste em medir conteúdos para saber se 100% do conteúdo foi dado, porque se não isso não vale; se o estudante faz por outra metodologia, aqui não conta; se o estudante faz em outro país e vem para cá, não vale, porque não há uma equivalência completa. Para o País avançar, é preciso mudar. O senhor foi reitor de uma grande universidade e sabe disso. Inclusive escreveu um livro muito bom, *Repulsa às Mudanças*, que trata exatamente disso.

Temos uma cultura difícil de ser transformada. Temos aí um potencial tecnológico que deve ser utilizado pelo sistema educacional do País; primeiro, para acelerar o processo de educação como um todo e, segundo, para dar oportunidade para democratizar e dar acesso àqueles que não necessariamente podem estar na escola. Então, estamos falando de biblioteca virtual, estamos falando de laboratórios virtuais, estamos falando de professores que estão em qualquer lugar do mundo e que estão disponibilizando, ali, seus conteúdos para as pessoas acessarem. E estamos falando de ferramentas que podem mudar as condições de vida de um contingente de população do País, que não é desprezível do ponto de vista quantitativo, que são as pessoas com deficiência física, que têm acesso a essas ferramentas hoje e que, há dez anos, não tinham oportunidade de estudar. Estavam limitadas a não ler, estavam limitadas a não aprender, porque não podem enxergar, porque não podem andar, porque não podem ouvir. E, hoje, todas essas ferramentas estão acessíveis.

Também temos que compreender que avançamos. Houve avanços nesse processo, mas ainda muito tímidos para um País que marcha célere para se consolidar como uma das maiores potências do mundo.

Então, acho que o caminho é o caminho da educação; o caminho é o caminho da inovação em todos os setores. Falar em inovação na educação é contribuir para a inovação como um todo. É contribuir para consolidar esse sistema nacional do conhecimento, que tem que ter como referencial a educação. O País tem, hoje, uma distribuição geográfica que ainda apresenta grandes assimetrias com relação à distribuição do conhecimento. Precisa modificar isso, e a forma mais rápida de fazer isso é através do uso das novas tecnologias. Ainda vamos demorar muito, Victor, a convencer o jovem doutor a ir lá para a Amazônia, a ir para o Pará, a ir para o interior do Ceará, onde as oportunidades ainda não são comparáveis àquelas que eles têm nas grandes cidades, mas acredito que a tecnologia pode chegar lá primeiro e pode levar o conhecimento, e pode contribuir para transformar nosso País e para garantir, rapidamente, a sustentabilidade desse desenvolvimento que estamos experimentando.

Então, quero agradecer, Sr. Presidente Paulo Bauer; quero parabenizar o trabalho feito no Piauí, Senador Wellington Dias. É muito bonito ver esse tipo de projeto, que trabalha lá na ponta, na educação. Nós, que fazemos educação superior... Concordo plenamente com o Senador Cristovam. Já estamos sentindo isso; estamos sentindo que é preciso investir fortemente na melhoria da educação fundamental, da educação básica, para que a educação superior também apresente melhores resultados.

Portanto, muito obrigado, Senador Paulo Bauer, Presidente.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao Sr. Jesualdo Pereira Farias pela sua exposição.

Nosso visitante, Deputado Federal Wilson Picler, pede um minuto para prestar uma informação aos presentes.

O SR. WILSON PICLER – Perfeito.

Eu vou me dar a liberdade de dispensar as formalidades para aproveitar o tempo.

O Senador Cristovam Buarque falou de matemática. Quero dizer que minha formação é física e engenharia. A matemática, para um profissional dessas tecnologias, é como um idioma. A gente descreve o universo, a gente descreve toda a ciência da natureza através da matemática. Então, eu vejo que, se nós não cuidarmos do ensino da matemática para as nossas crianças adquirirem prazer, nós não vamos ter cientistas.

Estudei na Unicamp. Como a gente monta a imagem na ressonância magnética? Como essas radiações conseguem ser captadas e a gente desenhar o coração, às vezes até batendo? É pura matemática! Pura matemática, mas vocês não queiram saber em que nível essa matemática é tratada. Então, se os nossos jovens, os nossos cientistas não dominam matemática nesse nível, eles estão fora. E tem que ser quando é criança, porque depois, ficando adulto, casa, tem que cuidar da família, não tem mais tempo para ficar aprendendo. E é tão complexo, que tem que aproveitar toda a idade da formação.

Apenas isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado ao nosso colega Wilson Picler pela sua contribuição, embora eu deva dizer que até descumpri o Regimento em lhe conceder a palavra porque não submeti ao Plenário a consulta a respeito dessa possibilidade. Mas, de qualquer forma, sua palavra enriqueceu esta reunião.

Apenas quero registrar aqui para os presentes, para o Senador Wellington Dias, que considero, sem dúvida nenhuma, a inovação e a tecnologia ferramentas fundamentais para o avanço da educação. Como Secretário de Educação de Santa Catarina, por dois períodos em governos distintos, pude contribuir de forma muito importante para que avançássemos.

Para que os senhores tenham uma ideia, embora Santa Catarina esteja sempre à frente em termos de avaliação no Brasil, quando assumi o cargo de Secretário no ano de 2007, visitando várias escolas, eu encontrei a sala, o laboratório de informática com grades de ferro, janelas e portas de ferro e com cadeados. Isso tudo em nome da segurança patrimonial e também porque não havia quem cuidasse e quem zelasse pelos equipamentos de forma adequada.

Como sabemos, o MEC tinha e ainda tem o programa ProInfo, e, através desse programa, muitos computadores chegaram às escolas catarinenses. Na época, se não me engano, nós devíamos ter aproximadamente 100 ou 120 escolas com computadores, e o receio dos secretários que me antecederam, do diretor de escola, era de que pudesse, por um ato de vandalismo, de furto, desaparecer um equipamento daqueles, e isso geraria uma série de responsabilidades, inclusive perante o Tribunal de Contas da União, perante os órgãos de controle da União. Então, os cadeados eram mais utilizados do que a tecnologia.

Eu, imediatamente, determinei que todos os cadeados fossem abertos, que todas as salas passassem a ser intensivamente utilizadas e criei um programa, em Santa Catarina, que permitiu que, ao final do meu mandato, antes da eleição para o Senado, eu pudesse comemorar que as 1.323 escolas do Estado tivessem cada uma seu laboratório de informática. Investimos muito pesado nisso e colocamos, em cada escola, um laboratório, os do ProInfo e mais aqueles que nós adquirimos com os recursos do próprio Estado.

E aí, curiosamente, vivenciamos outro problema. Não havendo tempo e condição para capacitar todos os 40 mil profissionais da educação para que utilizassem essas salas, nós optamos pela contratação, mesmo que de forma temporária, de monitores para as salas de informáticas. O monitor tinha que ser um estudante de um curso superior, de preferência na área da tecnologia, que não precisava necessariamente ter conhecimentos de pedagogia, ele precisava ter conhecimentos de informática. E isso nós sabemos que, na juventude, hoje acontece quase que de forma automática porque, tendo computador próximo, tendo equipamento próximo, o jovem vai iniciar a sua convivência com aquele equipamento e começa a compreendê-lo e a utilizá-lo.

Lá em Santa Catarina, Senador Wellington, nós colocamos cerca de 1.700 monitores, porque existem escolas que funcionam à noite etc. e tal, e vimos, para nossa surpresa e alegria, que professores de todas as outras disciplinas começaram a levar seus alunos para os laboratórios de informática e, graças a um sistema que nós temos lá, que coloca banda larga em todas as escolas estaduais – 100% das escolas têm banda larga –, os alunos entraram em conexão com o mundo, com a modernidade, com a tecnologia. Foi um avanço que hoje está consagrado e que está, inclusive, em palavras mais fortes, condenado a avançar. Não há como retroceder, porque passou a ser, na escola, a sala de informática, o laboratório de informática, o computador, tão importantes quanto era a quadra esportiva até pouco tempo atrás.

Também posso dizer – e faço essa menção em homenagem ao nosso Deputado Wilson Picler, que é da área da física – que nós detectamos, em Santa Catarina, que um dos maiores contribuintes para o índice de repetência na rede pública estadual era exatamente a reprovação em física. Física é difícil; o aluno considera física difícil. Para ele entender tudo aquilo – força, movimento, gravidade etc. –, demora, principalmente quando a aula de física é teoria pura. Nós, então, investimos muito. Foram cerca de 300 escolas na primeira etapa que receberam equipamentos de robótica. E com o equipamento de robótica, que hoje é adotado largamente no Senai e no Senac, Brasil afora, nós conseguimos avançar. E vejam V. Exªs, vejam os senhores e as senhoras: em um único ano, nós diminuímos 30% o número de repetências na disciplina de física, sem mexer com professor, sem mexer com nada, apenas dando ao aluno a oportunidade de conviver com a tecnologia que, neste caso, colocou-se ao lado do trabalho pedagógico e permitiu que um aluno visse como funciona um motor, como funciona um guindaste, como funciona um aqueduto, como funciona um elevador ou coisa parecida, tudo graças aos equipamentos robóticos em miniatura que nós disponibilizamos para as escolas.

Quer dizer, falamos muito em inovação e estamos sempre pensando muito no computador; quando falamos em tecnologia, estamos pensando no computador. Às vezes, podemos ir um pouco mais longe e falar também de outras experiências que até já vinham sendo desenvolvidas na forma teórica. Precisamos da forma prática e, sem dúvida nenhuma, ter equipamento na escola é tudo de bom, é importante, contribui muito para o avanço e para uma melhor qualidade de ensino.

Agradeço a presença...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me dizer da alegria que sinto com a presença do nosso Deputado Wilson aqui na Comissão. Quero parabenizá-lo também. Estive visitando o Paraná e sei do seu entusiasmo também, assim como o do povo do Paraná, em função das conquistas nessa área.

Nós convidamos aqui o Grupo Positivo, e não posso encerrar sem dar meu testemunho de que, no Brasil, já são muitas as empresas que contribuem nessa área. O motivo da presença do Dr. Ruy aqui – agradeço sua presença – é exatamente por conta da parceria específica, acompanhada pelo Poder Público.

Enfim, apresentarei, em reunião ordinária, um requerimento, fruto do andamento desta reunião, para que possamos ter essa experiência como um instrumento para nivelar os avanços de que o Brasil precisa na área de educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Tenho um comunicado a fazer.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a cerimônia de anúncio da expansão da rede federal de educação superior e profissional e tecnológica, com a presença da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, a ser realizada no dia 16 de agosto do corrente, terça-feira, às 11horas, no Palácio do Planalto, aqui em Brasília.

Informo que os convites serão encaminhados aos gabinetes de cada Senador pelo próprio Ministério da Educação.

A matéria vai ao arquivo.

Encerro a presente reunião, convocando a próxima para o dia e o horário regimentais previstos.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Vicentinho Alves, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Magno Malta, Eduardo Amorim, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011**, de

caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para regulamentar o ingresso de estagiários na Administração Pública Direta, autárquica e fundacional". A Presidência comunica ao Plenário a apresentação de Requerimento de autoria da Senhora Senadora Ângela Portela para realização de Audiência Pública de instrução da presente matéria. O Requerimento é prejudicado em razão da ausência da autora, conforme disposto na Decisão nº 2-CE, VI e no artigo 242 do Regimento Interno do Senado Federal. O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer favorável é aprovado. **Item 005: Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Denomina 'Senador Abdias do Nascimento' a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. **Item 015: Requerimento nº 48/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o tema EaD e o âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no País. Para a audiência, sugerimos que sejam convidados cinco especialistas, a critério dos membros da Comissão, entre os quais sugiro: Prof. Dr. João Vianney, do Conselho de Ética da Associação Brasileira de Educação a Distância; Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e/ou de Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); Representante do Ministério da Educação (MEC); Prof.ª Dra. Maria Luiza Belloni, especialista em Educação a Distância (EaD); Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (abeEAD)". O Requerimento é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base". O relator designado é o Senador Pedro Taques e o parecer é favorável, com a emenda nº 1-CCJ e as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, com a aquiescência do autor do projeto, Senador Cristovam Buarque, para que se iniciem as tratativas sugeridas pela Presidência com o Exceletíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, no sentido de que o Poder Executivo apresente projeto de idêntico teor com o intuito de sanar o possível vício de iniciativa da proposição, que exigiu do relator a apresentação de parecer dando caráter autorizativo à matéria. Com a concordância do autor do projeto, a Presidência decide não pautar a matéria nas próximas reuniões no aguardo da manifestação do Ministério da Educação. **Item 016: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura para o Seminário 'Pró-cultura: Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura', a realizar-se no dia de hoje, 16 de agosto, terça-feira, das 14h às 18h, no Auditório do Interlegis – Senado Federal. O evento poderá ser assistido em tempo real, por meio do site 'www.interlegis.gov.br' ou via videoconferência, nas Assembléias Legislativas dos Estados". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Fica indicado o Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Bauer para compor o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), na qualidade de titular, em substituição à Excelentíssima Senhora Senadora Marisa Serrano". A Matéria foi precedida de consulta ao Plenário. Neste momento, o Senhor Senador Roberto Requião requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. Logo após, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 49/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que requer "... nos termos regimentais, o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à campanha do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) – autarquia vinculada ao Ministério da Cultura – destinada a incentivar ações de fomento ao setor museológico e colocar em evidência o tema dos museus nesta Casa". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 50/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim, que requerem "... nos termos do art. 93, incisos I e II,

do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir sobre o financiamento da educação e, por versar o mesmo assunto, sobre o PLS 138 de 2011, que propõe a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do Pré Sal para a educação, matéria que encontra-se para apreciação desta Comissão. Para debater o tema, propomos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Jose Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Sr. Yan Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Sra. Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Diretoria Executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional da Educação; Sr. Claudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF e; Deputado Ângelo Vanhoni, PT-PR, Relator do Plano Nacional da Educação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2010; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2010; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2010; Item 13: Requerimento, de autoria do Senador Eduardo Amorim e Item 014: Requerimento, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião, às doze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Podemos começar a nossa reunião de hoje com uma matéria não terminativa, que é o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2011
– Não Terminativo –

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, desculpe-me. Estou preocupada com a nossa votação e proponho que pudéssemos fazê-la da forma mais concisa possível, porque, agora, às 11h, a Presidenta Dilma vai anunciar um pacote de expansão da rede federal de ensino superior e também dos institutos federais de educação. O meu Estado vai ser contemplado com duas novas universidades federais, a Universidade do Oeste e a Universidade do Sul; nove novos Municípios receberão institutos federais de educação; além da ampliação, com implantação de novos *campi*, da Universidade Federal da Bahia, em Camaçari, e a Univasf, em Senhor do Bonfim.

Portanto, é um momento muito importante para a Bahia. O nosso Governador está presente, juntamente com diversos secretários e com a bancada federal e estadual. A bancada do Senado não poderia deixar de estar presente. Portanto, agradeço a permissão para...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, no meu Estado se anunciam hoje seis ou sete institutos. É uma ação do Governo Federal extremamente interessante, mas um pouco de consideração com a Comissão ou de habilidade do cerimonial do Palácio não teria sobreposto uma reunião com a Presidenta dessa natureza exatamente no horário da Comissão de Educação, que tem uma reunião por mês, às terças-feiras, às 11h. Pessoalmente, comuniquei ao cerimonial da Presidência da República que, pelo compromisso que tenho com a Comissão, com o Senado e com o meu mandato, não estaria lá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Imagino que não. No entanto, nós, da bancada da Bahia, tomamos a decisão de lá comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não posso me opor a isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas ainda considero que esse anún-

cio é importantíssimo, mas não tão importante que suspenda o funcionamento do Senado da República.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro! O senhor tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não era bem o horário para fazer um anúncio de educação, em matéria sobre educação. Está sendo exatamente no horário de funcionamento da Comissão e no dia da semana do funcionamento. Em um dia por semana, às 11h, temos reuniões deliberativas. Um pouco mais de atenção com a Comissão seria interessante. Mas cumprimento a Presidenta porque a iniciativa é maravilhosa. O Paraná vai ganhar muito com esses sete institutos federais de educação.

Esse item 3 já foi discutido. A discussão já foi encerrada. Posso reabrir a discussão neste momento, se assim concordarem os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras. *(Pausa.)*

Reabro a discussão do item 3. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

Tem um requerimento sobre a mesa pedindo uma audiência pública, mas, como a autora do requerimento não está presente, não vou levá-lo em consideração. É uma regra estabelecida pelo Plenário da nossa Comissão.

O relator desse projeto foi o Senador João Alberto de Souza. A autoria é da Senadora Marinor Brito.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado o item 3.

O próximo item não terminativo, temos um problema de quórum, é o item 5, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria do Senador Benedito de Lira.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 20, DE 2011
– Não Terminativo –

Denomina "Senador Abdias do Nascimento" a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira, Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Resolução do Senado n° 20, de 2011, do Senador Paulo Paim, que denomina "Senador Abdias do Nascimento" a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) n° 20, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, que propõe seja denominada "Senador Abdias do Nascimento" a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Na cláusula de vigência, o projeto estabelece que a norma proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Paulo Paim exalta a bela história de vida do homenageado, e afirma que, *como reconhecimento da luta contra qualquer forma de discriminação e preconceito, e pela incansável defesa dos direitos humanos, nada mais justo que a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado passe a denominar-se Senador Abdias do Nascimento.*

Após ser apreciada pela CE, a matéria segue para a decisão da Comissão Diretora.

ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso da proposição em análise.

O ex-Senador Abdias do Nascimento foi um corajoso ativista, pioneiro na luta contra o racismo e na defesa dos direitos do negro no Brasil e no mundo.

Abdias nasceu em Franca-SP em 14 de março de 1914 e faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 24 de maio de 2011. Diferentemente da maioria dos negros brasileiros, teve acesso a uma educação de qualidade, e se valeu de sua rica formação acadêmica para promover e liderar movimentos em prol das questões ligadas aos negros.

Nas diversas atividades que exerceu durante sua vida, Abdias sempre se preocupou em trazer o tema do negro como o principal foco. Ele foi o professor que ensinou e valorizou a história do negro, foi o escritor que escreveu sobre a saga do negro, foi o pintor que retratou a arte do negro, foi o poeta que exprimiu o sentimento do negro, foi o ator e o diretor que representou a vida do negro, e foi o parlamentar que lutou pela causa do negro. Sua perseverança e sua história de luta contra o racismo e em prol dos direitos humanos são exemplos para todos nós que ansiamos por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sendo assim, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de denominar "Senador Abdias do Nascimento" a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, e de regimentalidade, não há reparos a fazer ao PRS n° 20, de 2011. No entanto, faz-se necessária emenda de redação para alterar o texto da cláusula de vigência da proposição, no sentido de corrigir a referência à norma a entrar em vigor.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado n° 20, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA N° – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado n° 20, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Benedito de Lira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só um segundo. Percebo que o parecer é favorável e quero agradecer muito à sensibilidade do Senador Benedito de Lira.

O grande Abdias do Nascimento foi Senador desta Casa e dedicou a sua vida, eu diria, dentro da maior radicalidade, ao combate de todo tipo de preconceito e defesa de políticas de direitos humanos.

Abdias foi homenageado em diversas partes do mundo.

Para sintetizar, Sr. Presidente, eu diria que, no Brasil, temos duas grandes referências do movimento negro: Zumbi e, depois, tivemos João Cândido. Foram as duas referências, que já faleceram. E, recentemente, aos 92 anos, faleceu Abdias, que foi um verdadeiro guerreiro dessa causa dos direitos humanos.

Dizendo isso, de forma muito rápida, Sr. Presidente, peço o apoio de todos para que a sala da Comissão de Direitos Humanos – da qual, casualmente, estou hoje na Presidência – seja chamada "Sala Senador Abdias Nascimento".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador comigo numa Legislatura em que participei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador com V. Exª. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Meu amigo pessoal...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fico feliz em saber disso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um indivíduo extraordinário. Teve um desempenho maravilhoso como Senador do Brasil e, para mim, é uma honra poder presidir a sessão em que nós faremos essa homenagem ao Abdias.

Em discussão o relatório do Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A declaração de V. Exª, se V. Exª permitir, mandarei para sua esposa, que está acompanhando pela TV Senado esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Item nº 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2010 – Não Terminativo –

Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência.

É evidente que ele beneficia os alunos das APAEs. E, como deve ser essa a característica brasileira do ensino público e universal, não discrimina as escolas públicas, ou as escolas privadas, ou as escolas de entidades beneficentes.

A autoria é do Senador Flávio Arns; Relatoria: Senador Aníbal Diniz.

A matéria é terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A matéria foi lida e iniciada a discussão.

Eu daria a palavra ao Senador Aníbal Diniz para recapitular e recapturar a lembrança da matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esse Projeto de Lei nº 175/10, de autoria do Senador Flávio Arns, propõe um tratamento especial no que diz respeito ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, prevendo uma atitude dos governos municipal e estadual e do Governo Federal diferenciada em relação aos alunos portadores de algum tipo de deficiência.

Nós votamos pela rejeição da matéria, porque o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar é universal. Ele prevê esse atendimento a todos os estudantes, de tal maneira que uma atitude diferenciada pode se tornar, aí, sim, discriminatória.

O Senador Aloysio Nunes pediu vista para a apresentação do seu voto...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa esclarece que o Senador não apresentou um voto por escrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente. E, como ele não apresentou objeção, acredito que não haja ninguém que se oponha ao voto do Relator, que é pela rejeição da matéria. A não ser que haja outro entendimento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz. (*Pausa*.)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam o parecer do Senador Anibal Diniz permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Senador, só uma declaração extemporânea de voto. Eu votaria pela aprovação da matéria, mesmo ela contemplando algumas entidades privadas, porque, na verdade, o ensino especial é terceirizado de uma forma excepcionalmente honesta. Sou absolutamente contra a terceirização, mas a terceirização das APAEs e dessas instituições... E eu não faria a diferença entre o ensino público e privado nesse caso.

De qualquer forma, eu presidia a sessão, não votei, e o seu relatório foi aprovado pela unanimidade dos Senadores presentes, mas eu fiz questão de registrar como votaria se me fosse dada a oportunidade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Certamente, Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PSDB – PR) – Temos um requerimento do Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão.

Senador, V. Exª tem a palavra para explicar e ler o seu requerimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O requerimento que eu apresento tem a intenção de oferecer a esta Comissão a oportunidade de discutir, numa reunião de audiência pública, uma questão muito importante que se refere à educação à distância e ao âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no País.

Para a audiência, nós sugerimos cinco especialistas como convidados: o Professor Doutor João Vianney, do Conselho de Ética da Associação Brasileira de Educação a Distância; o representante do Conselho Federal de Serviço Social e/ou do Conselho Regional de Serviço Social; um representante do Ministério da Educação; a Professora Doutora Maria Luiza Belloni, especialista em educação a distância; e o Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância.

Nós justificamos o requerimento da seguinte forma.

A relação entre a modalidade de educação a distância e os cursos de graduação em Serviço Social, o terceiro curso mais concorrido na modalidade, está em discussão. Nada menos que o Conselho Federal de Serviço Social questiona aspectos da educação a distância e, segundo, indicações colhidas, parece atuar em desfavor dos estudantes que cursam a modalidade a distância.

Muitos aspectos inovadores na educação a distância não se enquadram na educação presencial. Vive-se momento oportuno para avaliar essa experiência, identificar eventuais fragilidades e dificuldades na aplicação dos dispositivos, estabelecer perspectivas para o futuro e discutir propostas para o seu aperfeiçoamento. Certamente, as posições do Conselho Federal de Serviço Social estimularão o debate.

Para dar um esclarecimento adicional, eu informo que muitos estudantes que se formam no curso de Assistência Social através da modalidade de educação a distância não estão conseguindo se inscrever como profissionais no Conselho Federal para depois exercerem a profissão. E, como nós sabemos, o serviço de assistência social é muito importante para o País – o País tem muitas carências sociais – e, como é o terceiro curso com maior número de alunos no País na educação a distância, é óbvio que a Comissão precisa conhecer o problema mais profundamente para poder contribuir, dessa forma, no sentido de que ou os cursos se apresentam de forma mais adequada às intenções ou às exigências do Conselho, ou o Conselho reduz o nível de exigência ao nível do aprendizado no curso. Alguma coisa não está, de fato, ocorrendo adequadamente, e a Comissão poderá contribuir se essa audiência for realizada com a aquiescência e a concordância dos Srs. e das Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PSDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Paulo Bauer. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários manifestem-se.

Tenho sobre a mesa um pedido de indicação de membro titular do Conselho Nacional de Política Cultural, o CNPC. A Comissão havia indicado a Senadora Marisa Serrano, então Vice-Presidente da Comissão de Educação. A Senadora Marisa Serrano nos deixa para assumir um cargo no Tribunal de Contas do seu Estado, o Mato Grosso do Sul, e nós precisamos substituí-la.

A minha sugestão – é apenas uma sugestão... Aliás, eu gostaria que o Plenário se manifestasse. Fazemos uma sugestão e qualquer mobilização em contrário passa a significar praticamente um veto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, penso que a Senadora Marisa Serrano era a Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Era a Vice-Presidente da Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, tem o Vice-Presidente, que é o Paulo Bauer. Então, se era a analogia de Vice-Presidente, com o mesmo partido, com a mesma condição, então, é a minha lógica que eu queria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Seria a minha sugestão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Então, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...que o atual Vice-Presidente a substituísse como membro titular do Conselho Nacional de Política Cultural. A suplente já é a Senadora Lídice da Mata.

Se os Srs. Senadores concordam com a indicação...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – E se houver aceitação do Senador Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aqui, na Comissão, os Senadores são designados a cumprir missões. Não existe a possibilidade de rejeição.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – E Vice não tem muito que escolher, não. Vice tem de cumprir missão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Paulo Bauer acaba de declarar que aceita com prazer e satisfação a indicação dada pela unanimidade da Comissão. Não é isso, Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tudo bem! *(Pausa.)*

Eu quero apresentar à Comissão um requerimento de apoio.

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à campanha do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, destinada a incentivar ações de fomento ao setor museológico e a colocar em evidência o tema museus nesta Casa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovada essa moção de apoio.

O Senador Paim supre a ausência de alguns Senadores que fizeram requerimentos, mas que não estão presentes na comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...Inácio Arruda e Randolfe, para solicitar a realização de uma audiência pública. Aliás, é uma solicitação da União Nacional dos Estudantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Senador Paim, para que leia e explique seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, é um requerimento apresentado a mim pelos Senadores Inácio Arruda e Randolfe, que requer, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o financiamento da educação e, por versar sobre o mesmo assunto, o PLS nº 138, de 2011, que propõe a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação, matéria que se encontra para apreciação desta Comissão.

Aqui, Sr. Presidente, eles listam todos os convidados. Se V. Exª quiser, eu leio. Posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

Para debater o tema, propomos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. José Henrique Paim Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Educação; Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Sr. Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas; Sr João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – Andifes; Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Srª Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Diretoria-Executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Sr. Antonio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional da Educação; Sr. Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e o Deputado Angelo Vanhoni, relator do Plano Nacional de Educação da comissão especial da Câmara dos Deputados.

Na justificativa, dizem os Senadores que o presente requerimento tem por objetivo agregar impor-

tante debate sobre a educação, sendo o pré-sal uma fonte de recursos.

Era isso, Sr. Presidente, de forma resumida, o documento que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se o Senador Paim aceitar, eu faço um aditivo a essa proposta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Que essa reunião se realizasse e fosse presidida pelo Senador Paim, signatário da proposta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com muito orgulho, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Dessa forma, colocamos em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu, pessoalmente, tenho algumas dúvidas sobre propostas colocadas nesse requerimento. Por exemplo, essa vinculação do Produto Interno Bruto à educação me parece uma coisa muito solta, muito aleatória. Não há uma relação direita entre Produto Interno Bruto do País com arrecadação de impostos. E penso eu que nós devíamos ter o Plano Nacional de Educação e uma proposta de financiamento suficiente para implementação do Plano. Você ter uma proposta de financiamento antes de ter um plano me parece uma coisa meio desconectada, meio desvinculada. E o Brasil é um país exportador. A Lei Kandir desonerou as exportações de qualquer possibilidade de tributação, mas elas se incluem de forma extremamente significativa no PIB.

Então, eu vejo um pouco de falta absoluta de conexão entre a proposta e a realidade da arrecadação e a ausência anterior de um plano nacional de educação a ser generosamente financiado.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para dizer que estou de acordo com o senhor. Eu defendo esses 10% porque é uma bandeira que todos estão querendo, mas não é uma bandeira correta do ponto de vista das consequências para a educação. É do ponto de vista político, para pressionar o Governo a mais recursos.

O senhor tem toda razão. Nós devíamos dizer para onde vai o dinheiro quando precisa. Por que não 12%? E se 10% não forem suficientes? Por que não 13%, ou 14%, ou 8%, ou 6%? Nós temos que dizer para onde vai o dinheiro, como vamos aplicar e aí a gente calcula o que é necessário.

Eu quero dizer aqui, nesta Comissão, que eu fiz uma proposta clara de como fazer a revolução concreta, pagando R$9 mil de salário ao professor, mas com outra característica de estabilidade. Não pode ser: entrou, não sai mais. Dá 6,4%, incluindo os 3,2%, eu creio, que já se gasta hoje em educação de base. Se pode dizer que o resto para universidade chega a 10%. Talvez nem precise. Mas eu estou de acordo que esse não é a maneira correta.

Hoje, se chover dinheiro no quintal de uma escola, na primeira chuva vira lama. Não tenham dúvidas de que vira lama na primeira chuva o dinheiro porque não se está dizendo como aplicar. E o PNE não diz com clareza. Entretanto, é uma bandeira para dizer que a educação precisa ter mais dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E a essa bandeira a Comissão se soma da forma mais absoluta possível.

Com a palavra, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, por isso mesmo que é uma audiência pública. Que bom que vamos trazer aqui especialistas na área da educação para discutir uma proposta que tive a alegria – estou lembrando, Senador Cristovam – de assinar junto com V. Exª!

No debate do pré-sal, o Senador Cristovam e eu – assinei depois dele, porque a ideia principal foi dele e a ele quero render as minhas homenagens –, nós aprovamos que 50% do Fundo Social do pré-sal deveria ir para a educação. Assinamos seis Senadores e, agora, vamos debater com a sociedade se efetivamente é razoável ou não. Por isso, meus cumprimentos a V. Exª e ao Senador Cristovam, que tem participado ativamente desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E a Mesa novamente alertaria os membros da Comissão para a existência de um relatório realizado pela nossa assessoria, a assessoria da Comissão, a respeito do modelo da Finlândia de educação, que é sempre apresentado como o modelo de mais sucesso no mundo hoje, a melhor qualidade de educação do planeta.

Esse modelo está na Secretaria da Comissão à disposição dos Srs. Senadores e todos vão receberam por e-mail uma cópia. É um trabalho muito interessante e eu pretendo – e até quero levar à consideração dos senhores a viabilidade dessa proposta –, em determinado momento, consultar a Embaixada da Finlândia sobre a possibilidade de termos aqui, na Comissão, a presença de um educador, de um pedagogo, de um professor finlandês para que, conosco, em profundidade, discutisse esse modelo tão reconhecidamente bem-sucedido. Mas caberia antes uma consulta à Embaixada, para não fazermos um requerimento no vazio e não termos a qualidade da participação que

gostaríamos de ter com o representante do sistema educacional finlandês.

Eu peço, então, que a Secretaria da Comissão consulte a Embaixada da Finlândia sobre essa possibilidade.

Há um pedido aqui da Senadora Jandira Feghali. Ela pede que leve ao conhecimento dos Srs. Senadores o seguinte comunicado:

> "Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de convite da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura para o Seminário Pró-Cultura: Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, a realizar-se no dia de hoje, 16 de agosto, terça-feira, das 14h às 18h, no auditório do Interlegis – Senado Federal.
>
> O evento poderá ser assistido em tempo real, por meio do site www.interlegis.gov.br ou via videoconferência nas Assembleias Legislativas dos Estados."

Senador Cristovam, V. Exª havia pedido a palavra?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para fazer um registro.

Nesta Comissão, nasceu a ideia do piso salarial dos professores. Passados anos, até, da sanção, depois de anos de discussão no Supremo, até ser declarada constitucional, a lei está em vigor, mas os professores, em muitos lugares, estão sem receber o piso. É em função disso que eles estão hoje fazendo uma manifestação nacional em defesa do piso.

Eu acho que merece um registro o fato de uma lei nascida no Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente e ratificada pelo Supremo como constitucional não estar sendo cumprida, segundo falam, em seis Estados do Brasil.

É apenas um registro de que hoje os professores do Brasil estão mobilizados em defesa de uma lei que já está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, essa questão do piso é extremamente interessante.

Como Governador do Paraná, eu me opus à forma com que o projeto foi apresentado inicialmente. É evidente que não me opus a um piso e, muito menos, a melhorar o salário dos professores, tanto que, no Paraná, viabilizamos o melhor plano de cargos e salários do País, tanto do ponto de vista salarial como da sua estrutura interna. Mas o piso se conflitava com um número enorme de planos de cargos e salários. Então, em uma pequena prefeitura do interior, onde a preocupação com a qualidade da educação e o salário dos professores nunca tivesse existido, com a ausência de um plano consequente de cargos e salários, o piso seria o salário de todos os professores. Mas, em uma prefeitura onde um plano de cargos e salários tivesse construído uma progressão salarial significativa e consistente, ele podia explodir a prefeitura e, em vez de um piso, teríamos, pela variedade, multiplicidade da incidência do piso sobre diversos planos de cargos e salários, uma anarquia total.

No entanto – corrija-me, se eu estiver errado –, a mim parece que o Supremo corrigiu esse aspecto, estabelecendo o piso como a soma das remunerações. Daí, Senador, passou a ser, no meu entendimento, muito pequeno também.

Então, a retomada dessa discussão do piso é interessante. O fundamental é que nós tivéssemos um plano de cargos e salários básico no Brasil, porque, dessa forma, o piso teria uma incidência consequente e para todos os Municípios. Que ele fosse suportado também por fundos estaduais de compensação para Municípios que não pudessem arcar com o valor estabelecido e com o fundo nacional. Teria que haver uma participação concreta de recursos da União e de recursos dos Estados. Que ele fosse costurado por programas de formação continuada dos professores, porque, sem a formação continuada, sem o reforço da formação dos nossos professores, o piso teria um reflexo, por melhor que fosse, do ponto de vista salarial, muito pequeno sobre a qualidade de ensino do País.

Então, a retomada dessa discussão com o piso já aprovado da forma que o Supremo estabeleceu não seria ruim, porque acho que precisamos aumentar esses valores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem, Presidente! É exatamente nessa linha, talvez radicalizando um pouco, que está o item 4 da pauta desta reunião de hoje, que é a criação da Carreira Nacional do Magistério. Eu defendo que, enquanto o professor for funcionário municipal, haverá uma grande desigualdade – há Municípios ricos e Municípios pobres –, e, além disso, nós não vamos conseguir ter salários altos. Hoje, os prefeitos não conseguem pagar. Ao mesmo tempo, o País precisa pagar. Então, que o País pague!

Obviamente, a minha proposta é que se faça isso em 20 anos, aos poucos. Hoje, já tem a carreira em 300 escolas federais: as técnicas, o Colégio Pedro II, os Institutos de Aplicação, os Colégios Militares. Temos de transformar essas 300 escolas federais num número muito grande de escolas federais, porque essas escolas federais são muito boas. São públicas e boas. Dizem que as públicas são ruins. A média melhor do Idep não é das particulares – a média –, é das federais.

Então, a ideia mesmo, o senhor está indo nessa linha. E eu quero dizer que apoio essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida alguma, Senador. Aliás, na linha da educação finlandesa. Ela levou 30 anos para se consolidar, mas ela passou a exigir de professores no ensino básico mestrado e doutorado. Agora, isso só é compatível com salário e formação continuada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, um plano nacional de cargos e salários vinculado a uma formação continuada, com a presença dos professores novamente nas universidades.

Acho que a direção está delimitada. Nós temos que trabalhar em cima disso.

Agora, quanto ao seu projeto, eu não vou colocá-lo em votação hoje, porque não temos quórum, mas tem um parecer do Senador Pedro Taques, aqui, que transforma o seu projeto de lei num projeto autorizativo, por falta de competência da Comissão. Ora, projetos autorizativos, nós já chegamos à conclusão de que não deveríamos nem votá-los. Eles não têm eficácia.

Acho que tínhamos de começar a discutir isso, sentar com o Ministério da Educação e fazer, junto com o Executivo, uma proposta definitiva. E não a melifluidade de uma proposta autorizativa, que acaba não sendo encampada pelo Executivo. Mas o caminho é este, é um plano nacional de cargos e salários, piso, formação continuada, e um investimento pesadíssimo na formação dos professores, que devem ser extraordinariamente bem pagos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero dizer que – com todo respeito ao, eu diria, mais constitucionalista de todos os nossos Senadores hoje – valia a pena estudar um pouco se é ou não inconstitucional. Mesmo que seja, eu creio, Senador – vale a pena discutir –, que aprovar autorizativo pelo menos é uma manifestação, é um grito do Senado dizendo: nós queremos isso. O presidente faz se quiser. Nós não podemos coagir. Até porque, se aprovarmos, o presidente sempre poderá vetar. Tudo aqui é autorizativo, até que o presidente sancione.

Então, eu acho que valia a pena.

No caso do piso salarial, foi assim e depois se negociou, mas se negociou no processo. Se nós retiramos já hoje, nós enfraquecemos uma causa que é...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, eu não estou pondo em votação hoje por falta de quórum, mas acredito que poderíamos conversar com o Ministério da Educação e tenho confiança absoluta de que a Presidenta Dilma gostaria de fazer exatamente o que estamos comentando hoje: uma reforma eficiente, com eficácia e definitiva. Então, nós poderíamos conversar com o Ministério da Educação e quem sabe se não conseguimos uma iniciativa do próprio Ministério da Educação para um projeto definitivo nessa linha?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estou de acordo. A gente não retira e tenta negociar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu vou tentar conversar com o Ministério e vamos dar um *break* de algumas sessões na votação desse projeto na Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom, e eu lhe trago um estudo completo de como seria fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Acho que é uma oportunidade muito boa para darmos uma solução definitiva, à moda finlandesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem! Eu estou de acordo. Vamos adiar a discussão e vamos tentar construir junto com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não sou otimista quanto a isso, mas vamos tentar. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu compenso o seu relativo pessimismo com o meu otimismo no momento. (*Risos.*)

Não havendo mais o que tratar nesta reunião, está encerrada a sessão e convocada outra para a próxima terça-feira.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rego e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Walter Pinheiro, Magno Malta, Roberto Requião, Eduardo

Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 33/11–CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinado a promover a nona discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"Recursos financeiros destinados à Educação nos anos de 2009 a 2010"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Marcelo Barros Gomes, Secretário da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU; Senhor Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano, Secretário da 6º Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU e Senhor Thiago Mello Peixoto da Silveira, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e Secretário de Educação do Estado de Goiás**. Antes de iniciar a Audiência Pública, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, lamenta a ausência dos expositores convidados para participarem da presente reunião, a saber: Senhora Malvina Tânia Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Senhor Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional e Senhor José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Na oportunidade, informa ao Plenário que está avaliando a convocação dos Ministros titulares das pastas das quais estão subordinados os servidores convidados e lamenta que estas ausências reflitam negativamente nas discussões que esta Comissão promove sobre temas tão caros para à sociedade brasileira. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, autor do Requerimento e o Senhor Senador Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposição de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 33/11 – CE, de autoria do Sr. Senador Cristovam Buarque, para realização de audiência pública destinada a discutir o tema "Os recursos financeiros destinados à educação nos anos de 2009 e 2010".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Agradecendo aos convidados por terem atendido ao convite desta Comissão e também saudando os Senadores que estão presentes a esta reunião, quero informar a todos que a reunião está sendo gravada pelo sistema da TV Senado. Esta reunião também está sendo veiculada pelo sistema de vídeo de Internet do Senado, que, assim como a Agência Senado, a Rádio Senado e o Jornal do Senado, dará ampla cobertura aos trabalhos que aqui estamos iniciando.

Quero também informar ao Plenário, especialmente ao Senador Cristovam Buarque, que o seu Requerimento previa o convite à Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, ao Secretário do Tesouro Nacional e também ao Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lamentavelmente, devemos informar aos presentes, especialmente aos nossos convidados presentes, que o Ministério do Planejamento, através da Secretaria do Tesouro Nacional, informou que, em entendimento com o Ministério da Fazenda, haveria de ser representado nesta reunião pelo próprio MEC. Portanto, desde o convite, aquele Ministério, o Ministério do Planejamento, e também o Ministério da Fazenda, através do Secretário do Tesouro Nacional, deram a informação de que estariam aqui representados pelo MEC. O FNDE, infelizmente, não se faz presente. E o próprio MEC, que destacou um assessor para se fazer presente, acabou não atendendo ou não comparecendo.

Eu vou propor, na próxima reunião desta Comissão, principalmente aos Srs. Senadores e ao Presidente Roberto Requião, que, nas próximas ocasiões em

que não vierem a esta Comissão como convidados os representantes dos órgãos ministeriais, nós convoquemos o Ministro. Vai ser um pouco diferente. Se não tem assessor que chega, tem Ministro de sobra. Esta é a minha opinião. Se não tem assessor, se não tem dirigente em número suficiente, é porque o titular está sobrando. E se ele está sobrando, se tem tempo de sobra, então ele pode atender à convocação da Comissão. Tenho certeza de que os Senadores haverão de considerar. É claro que nós sabemos que nem sempre é possível, mas o respeito para com os Srs. Senadores, obviamente, se faz necessário, e o Poder Executivo só tem a ganhar vindo ao Senado, vindo a essas audiências, porque aqui se debatem com absoluta transparência, aqui se debatem de forma suprapartidária, aqui se debatem sem qualquer paixão política temas da mais alta importância, o que, sem dúvida, é positivo para o Ministério, é positivo para o Governo, é positivo principalmente para a sociedade.

Então, agradecendo muito a presença dos senhores palestrantes e convidados aqui presentes, faço o registro de que nos causa, sem dúvida nenhuma, constrangimento e até um tanto de críticas que podemos oferecer pela desconsideração dos órgãos ministeriais que deveriam aqui se fazer presentes.

Portanto, saúdo o Sr. Thiago Mello de Silveira, que é do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Consed, e também Secretário de Educação do Estado de Goiás, saúdo o Sr. Sérgio Salustiano, Secretário da 6ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, e também o Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário da Secretaria de Macroavaliaçao Governamental do Tribunal de Contas da União.

Senador Cristovam, V. Exª pediu a palavra?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, para reafirmar a sua posição e, segundo, para dizer que, quando eu soube que não viriam, cheguei a pensar em pedir para cancelar esta audiência. Mas, além de Senador, que tem a finalidade de saber das coisas para tomar posição política, eu me sinto um pouco aluno, e sempre que tenho chance de me instruir, eu aproveito. E é raro a gente ter três pessoas que possam falar dessa realidade como eles.

Eu fico muito triste que não tenham enviado porque demonstra um descaso não é nem com o Senado, mas com a educação. Aqui era o lugar em que eles poderiam demonstrar se tem dinheiro sobrando ou se falta dinheiro. Então, eu fico satisfeito que possamos fazer a audiência com os senhores, apesar de lamentar muito a posição do Ministros, aliás, dos Ministros no caso, porque o Tesouro também, né? Não. Do Ministro.

Então, eu creio que devemos falar com o nosso Presidente para que ele tome uma posição mais firme e coloquemos os dois Ministros, se for necessário, da Fazenda e da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Perfeito.

Feito esse registro pelo Senador Cristovam Buarque, quero iniciar concedendo a palavra... Aqui, a cada audiência pública eu adoto um critério: numa reunião eu começo ouvido os convidados da esquerda para a direita e na outra eu começo da direita para a esquerda, para que não haja dúvida sobre quem deve começar e quem deve terminar. Portanto, vamos ouvir, inicialmente, o representante do Tribunal de Contas da União, Dr. Marcelo Barros Gomes, que nos dará as informações que julgar necessárias, por até quinze minutos, a respeito do assunto.

Por favor, V. Sª tem a palavra.

O SR. MARCELO BARROS GOMES – Exmª Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, Exmºs Srs. Senadores, que cumprimento na pessoa do Professor Cristovam Buarque, autor do requerimento para esta audiência.

Bem, nós resolvemos dividir a apresentação do Tribunal de Contas em duas partes: uma, o Tribunal realiza, anualmente, a sua competência primeira da Constituição que é elaborar um parecer prévio, para apreciação do Congresso Nacional, sobre as contas da República. Nessas contas são contempladas diversas ações de governo, entre elas 29 funções, sendo uma delas a educação.

Então, minha parte na apresentação seria mostrar, nas contas de governo deste ano, essa análise macro da função educação. Em seguida, eu passaria a palavra, se o Senador assim entender, porque faz parte da coerência da apresentação, para o Secretário Sérgio, que iria falar das ações do Tribunal na área de educação. É uma só apresentação, mas dividida em duas partes.

Então, essa primeira parte vai tratar, no tópico do Capítulo IV, "A Análise Setorial do Governo", das contas de governo, que já se encontra nesta Casa, sobre o Orçamento previsto para 2010. A gente também tentou fazer uma abordagem de quadro anual, 2006 a 2010, desse orçamento, como ele está evoluindo, o gasto tributário, que tem sido uma questão muito debatida no Tribunal porque tem alcançado valores cada vez maiores. Em termos de renúncia tributária, no último exercício, o valor das renúncias chegaram a quase R$150 bilhões, o que soma praticamente o orçamento da Saúde e da Educação. É uma área muito importante

que a gente tem visto no Tribunal. E parte dessa renúncia, desse gasto, tem ido para a educação. Não é tão substancial, mas é 4% do total da renúncia, 4,5%, mas parte tem sido aplicada na educação.

Depois, nas contas que vou entregar para os senhores, nessa parte da educação, tem lá os programas mais relevantes. O Tribunal também faz uma análise sobre o limite de gastos. O Fundeb e a questão do ensino superior, usando os indicadores de gestão das Ifes... Tem um achado ali nas contas de governo que é a questão da equidade na distribuição do ensino superior, mas como há baixa equidade de fato, tem sido persistente a não distribuição desses recursos para o ensino superior. Isso é tratado nas contas, mas, apesar de não ser objeto desta Comissão no momento, como vou deixar o relatório aqui, acho que valeria a pena fazer este registro inicial.

E nas contas a gente fala de algumas outras ações de controle orçamentário.

Do ponto de vista do bolo orçamentário, vamos chamar assim, dos recursos empenhados para o Orçamento, o valor autorizado para 2010 foi da ordem de R$1,85 trilhão de reais, e o que foi efetivamente empenhado pelo Governo no orçamento global foi R$1,51 trilhão. Ou seja, do orçamento autorizado, de R$1,85 trilhão, foi empenhado – não liquidado, mas empenhado – R$1,51 trilhão, ou seja, 81,4% do orçamento autorizado, o orçamento fiscal da Seguridade Social.

Desse orçamento, 77% se referem a encargos sociais e previdência, que são despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou um serviço diretamente, tais como as relacionadas ao refinanciamento de serviço da dívida pública e às transferências constitucionais ilegais.

Para fins de registro, a dívida, hoje, consome, a dívida e seu serviço, 47% do orçamento.

Outras funções – por exemplo, Saúde, Assistência Social, Defesa, dessas 29 de que a gente tratou – consomem 20% do orçamento – Saúde, 4%; Assistência Social, 3%; Defesa, 2%; Trabalho, 2%; e Educação, 3%.

Dos valores liquidados... Nós estávamos falando antes do orçamento autorizados, dos valores que foram empenhados e daqueles que foram liquidados; agora estamos falando dos que foram pagos e daqueles inscritos em restos a pagar não processados e gasto tributário na função Educação.

Então, esse gráfico mostra a evolução de 2006 a 2010 do Orçamento na função Educação. Do gráfico, numa análise básica, dá para concluir que, dos valores liquidados no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social na função Educação, a participação dessa função vem aumentando de maneira progressiva, passando de 0,80% do PIB, em 2006, para 1,26% em 2010. Nesse mesmo período, um pouco antes, se pegarmos 2000, nos últimos 10 anos, a carga tributária aumento de 30% – não está nos gráficos, mas é só um registro – para 34%, e o PIB, nesse período, em termo reais aumentou 40%. Esses são os dados das contas de governo.

Então, o PIB, só voltando do gráfico um pouquinho...

Com relação ao gasto tributário na função educação, ele foi da ordem de R$4,45 bilhões e representou cerca de 10% da despesa executada, considerada como a soma das despesas liquidadas no exercício mais os restos a pagar não processados, ou seja, aqueles que foram inscritos para entrega no exercício posterior. Tal dado confirma uma tendência de queda desse percentual desde 2006, quando representava 15%, passando a 14%, em 2007; 13%, em 2008; 11%, em 2009.

Se, por um lado, então, o gasto com educação tem aumentado com relação ao PIB, o gasto tributário, renúncia de receitas, tem diminuído com a participação total da educação. O valor total estimado do gasto tributário para a função educação em 2010 representa cerca de 3,5% do total dos gastos tributários. Está distribuída nas seguintes modalidades: entidades sem fim lucrativo; educação, R$1,96 bilhões; despesas com educação vinculadas ao Imposto de Renda Pessoa Física, R$1,53 bilhões; Prouni, R$511 milhões; livros técnicos e científicos, R$262 milhões; programa Um Computador por Aluno, R$83 milhões; transporte escolar, R$55 milhões; doações a instituições de ensino e pesquisa, R$46 milhões.

(Próximo, por favor.)

Esse gráfico que consta das contas de governo é feito para todas as funções de governo. A gente tentou nas contas, nas 29 funções, criar, nos últimos quatro anos, nas contas de governo, uma padronização na apresentação dos valores liquidados por função. Isso permite comparabilidade de funções no tempo.

Então, na medida em que formos atuando nas contas de governo, a gente vai fazendo algumas análises.

Bem, do ano de 2006 a 2010, o gráfico vai demonstrar o seguinte: primeiro, a subfunção ensino superior tem aumentado, que é o gráfico primeiro ali, o vermelho. Por outro lado, o que se vê é um aumento significativo da transferência para a função educação básica. Ou seja, existia ali no início, em 2006, para cada RR1,00 aplicado na educação básica, você tinha R$2,8 na educação superior, do ponto de vista federal. Agora, a relação está R$1,00 do orçamento federal, R$1,20 da educação superior para R$1,00.

Ou seja, está diminuindo. Para cada R$1,00 aplicado na básica, se aplica R$1,20 na superior. Antes,

era para cada R$1,00 na básica, R$2,80 na superior. Então, tem tido uma transferência maior de recursos federais, por meio de transferências, para a educação básica.

Então, a maior parte dos recursos destinados à subfunção é direcionada ao ensino superior, como se vê no gráfico vermelho, onde se verifica a tendência de crescimento nos anos anteriores, 19%.

O aparente decréscimo dos valores destinados ao ensino fundamental e médio deveu-se, segundo o MEC, a uma realocação da parte desses recursos para subfunção transferência para educação básica. Ou seja, do ponto de vista de política pública federal, tem-se privilegiado a transferência de recursos.

A proporção do montante direcionado ao ensino superior vem caindo ao longo do período em relação aos da educação básica, conforme eu disse. Em 2006, foram liquidados na subfunção ensino superior recursos equivalentes a 2,8 vezes os liquidados na educação básica. Em 2010, essa relação foi reduzida para 1,2, o que decorreu do significativo aumento dos valores direcionados à educação básica, principalmente por meio da complementação da União ao Fundeb.

Então, existe aí claramente uma mudança na postura do ponto de vista de política orçamentária da participação federal no ensino, o que vai requerer, conforme o Sérgio, meu colega, vai explicar daqui a pouco, como se descentraliza, maior clareza na política pública, a questão os indicadores, a questão do acompanhamento.

Então, esse afastamento, vamos dizer assim, da aplicação direta federal vai implicar um maior aperfeiçoamento nos mecanismos de controle de gestão da política educacional como um todo. Então, essa é uma vertente importante da intervenção federal no ensino.

O ensino profissional apresentou, em 2010, aumento de cerca 50% em relação a 2009 e quase 230% no período 2006 a 2010. O aumento dos dispêndios nas modalidades ensino superior e profissionalizante deve-se ao esforço do Governo para expandir e estruturar ambas as redes. Os recursos aplicados no ensino médio em 2010 demonstram significativo aumento em relação a 2009, mais de 160%. De acordo com o MEC, esse incremento deveu-se à emenda parlamentar incluída no orçamento com apoio daquele Ministério.

Então, esse é um quadro que mostra, ali nas outras subfunções, um certo equilíbrio, uma permanência ao longo do tempo, mas claramente a questão da aplicação no ensino básico tem sido aumentada pelo Governo por meio de transferências sem diminuir o investimento no ensino superior.

Nas contas, vou ressaltar de novo, estão tratadas ali uma questão importante que é da equidade. É visto ali que o ensino superior no Norte e Nordeste não tem aumentada a aplicação de recursos para diminuir essas desigualdades regionais. Mas é um tópico que não faz parte desta Comissão no momento.

Esse outro quadro mostra, senhores, o limite de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. Então, o Tribunal, nas contas, faz um acompanhamento, no caso da educação, da obrigatoriedade do mínimo educacional. Então, o limite mínimo constitucional é de 18% da receita líquida de impostos referentes ao financiamento público à manutenção e desenvolvimento de ensino. Então, o cálculo é o seguinte: receitas de impostos, a receita total alcança R$800 bilhões, quase R$900 bilhões; as relativas a impostos, em 2009, foi R$244 bilhões; em 2010, R$280 bilhões. Retiram-se as transferências constitucionais compulsórias, obrigatórias, parte desses recursos que são transferidos também vai compor o Fundeb, por obrigação dos Estados e Municípios. A receita dos impostos, após transferência, de R$146,173 bilhões, em 2010. As desvinculações de receita também são extraídas, e a receita liquida de impostos, então, R$116,159 bilhões.

A despesa com manutenção em 2009 foi R$24 bilhões; em 2010, R$30 bilhões. Então, apesar de ter diminuído em 2010 de 20,99 para 19,38, obedece o mínimo constitucional, de 18%. Então, de acordo com o *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que diz que a União aplicará nunca menos que 18% na educação para Estados e Municípios, isso foi alcançado tanto em 2009 quanto em 2010. Talvez a política pública fundamental que tenha surgido recentemente foi a criação do Fundeb.

Esse quadro mostra o que aconteceu em 2009 e 2010 com relação ao Fundeb. Entendendo um pouco esse quadro: o Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, que alterou o art. 60, tendo por objetivo garantir a universalização da educação básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação. O prazo de vigência é de 14 anos a partir de 2007.

A complementação da União tem por objetivo garantir o alcance do valor mínimo por aluno definido nacionalmente. Até 2009, os valores mínimos eram fixos – R$2 bilhões, em 2007; R$3 bilhões em 2008; e R$4,5 bilhões em 2009 – e corrigidos monetariamente a cada ano. A partir de 2010, contudo, o valor da complementação passou a ser de no mínimo 10% dos recursos do fundo, o que resultou em aumento significativo de quase 57% no volume dos recursos transferidos pela União a título de complementação em 2010, chegando a aproximadamente R$7,9 bilhões. Então, se em 2009 foram aplicados R$5 bilhões, em 2010, R$7,9 bilhões pela obrigação de se alcançar

10% do recurso do fundo por meio de transferência de recursos federais.

Comparando-se o volume de recursos distribuídos em 2009 e 2010, o maior aumento foi observado no Estado do Pará, 34%, influenciado principalmente pela elevação de quase 60% dos valores recebidos a título de complementação da União, que é aquele valor por aluno/mínimo.

Os valores direcionados do Fundeb no âmbito do DF contemplam apenas os valores resultantes da transferência constitucionais em razão da não *(Incompreensível.)* de mais valores do Siafi. Mas aí são dados do gráfico. Importa dizer que realmente o Fundeb tem sido uma importante contribuição federal na constituição do fundo. Isso para alguns Estados tem sido mais sign ificativo que para outros. Nenhum Estado recebeu menos que 8%, mas alguns receberam até 34% de aumento.

Bem, em termos gerais, senhores, esse é o relatório. Depois, vou passar cópia para os senhores, deixar uma cópia aqui dos relatórios de conta do Governo. Há outros detalhes, outras análises.

Agora, passarei a palavra para o Sérgio, para continuar a apresentação.

Agredecemos a manifestação e as informações prestadas pelo Dr. Marcelo Barros Gomes e concedemos a palavra por até 15 minutos ao Dr. Sérgio Ricardo de Mendonça Salustian.

Bom, continuando a apresentação, abordaremos agora algumas decisões do tribunal de maior relevância em relação à função educação prolatadas nos últimos anos, especificamente de 2008 até 2010, e selecionamos decisões que têm um caráter mais abrangente, mais sistemático de programas de políticas de operacionalização de projetos e programas.

Não obstante, o TCU tenha uma quantidade enorme de trabalhos nessa área da educação, eles são de caráter mais específico e de um foco bem mais estreito.

Bom, com esse objetivo de direcionar a atuação do tribunal para áreas de maior relevância na área da educação, em 2008, foi feito um levantamento com objetivo de fazer um diagnóstico da função educação, mas um diagnóstico com o propósito de direcionar e definir as áreas de maior interesse para serem fiscalizadas e avaliadas pelo Tribunal.

Nesse trabalho, que é um trabalho bastante interessante e bastante detalhado, foi definida a atuação do FNDE como um grande repassador de recursos, responsável na época por 58% dos recursos empenhados na função educação, no Plano de Desenvolvimento da Educação, no relacionamento das fundações de apoio com as universidades federais, no financiamento estudantil, Prouni e Fies, e na educação de jovens e adultos, com foco no Projovem.

(Próximo, por favor.)

Quanto ao trabalho realizado no FNDE, ele teve um caráter de conformidade e se subdividiu em duas vertentes. A primeira, de fazer fiscalizações na execução pelo ente beneficiário dos recursos. No caso se definiram os Municípios. Foram feitas fiscalizações em 22 Municípios. Por outro lado, fizemos também uma auditoria no FNDE para avaliar os controles exercidos pelo órgão sobre esses recursos transferidos automaticamente ou por meio de transferências voluntárias.

Os principais achados em relação à execução lá na ponta pelos beneficiários, no caso dessa auditoria que se restringiu aos Municípios, em relação aos processos licitatórios e contratação, deixam claro que estas são as constatações mais recorrentes verificadas nas auditorias – não quer dizer que elas foram observadas em todas, mas foram as que chamaram maior atenção e aconteceram maior número de vezes: não utilização da modalidade pregão; conluio entre licitantes, causando restrição à competitividade e licitação forjada; contratação e aquisição com preços acima dos praticados pelo mercado.

(Próximo, por favor.)

Em relação à execução do objeto: pagamento antecipados ou em desacordo com o plano de trabalho ou contrato; inexecução ou execução parcial do objeto pactuado; ausência de análise da prestação de contas das escolas pela prefeitura e divergência entre análises das prestações de conta das escolas e a informação restada ao FNDE; e inexistência algumas vezes na escola do bem adquirido.

Em relação a movimentação dos recursos e prestação de contas, movimentação de recursos na conta bancária específica do convênio ou do programa: indício de fraude nos pagamentos ou nos documentos comprobatórios; ocorrência de saques sem comprovação de despesa; ausência de identificação de identificação do convênio/programa nas notas fiscais, que é uma exigência dos normativos justamente para dar mais transparência e garantia para estabelecer o nexo entre aquele documento fiscal e o convenio; realização de despesas não permitidas, em finalidade diversas ou fora da vigência do convênio; e também realização de despesas em finalidade diversas do programa ou não permitidas em seus normativos.

(Próximo, por favor.)

Também foram avaliadas nessas auditorias de execução o controle social exercido especialmente pelos conselhos, os conselhos de acompanhamento do Fundeb, o conselho de alimentação escolar: os membros do conselho não são atuantes ou sem legitimidade ou

representatividade – muitas vezes esses membros de conselhos têm vínculos com a administração local, ou seja, não têm a isenção necessária; não há um treinamento suficiente para atuação deles; e, além disso, há uma grande rotatividade desses membros desses conselhos. Como eu já falei, os representantes de pais e alunos e ou de professores não receberam um treinamento para atuarem como conselheiros ou analisar prestação de contas.

Não obstante o FNDE tenha se empenhado em oferecer treinamento para os membros dos conselhos, devido à rotatividade desses membros rapidamente esse esforço se esvai.

(Próximo, por favor.)

Em relação à celebração de convênios, na auditoria feita no FNDE, nos controles exercidos pelo FNDE na fiscalização, no acompanhamento e na avaliação dos convênios, verificou-se que o plano de trabalho não contém informações obrigatórias ou especificação completa do bem; aprovação de convênios ou aditivos na ausência ou à revelia de pareceres técnicos e jurídicos ou com base em análise pró-forma, ou seja, análises padrão que realmente não têm conteúdo e apenas cumprem uma função burocrática; inexistência de análises detalhadas do custo do objeto conveniado. Também é um problema bastante recorrente.

E foram feitas algumas determinações por meio desse Acórdão 2.576, de 2009, em relação ao controle que deve ser exercido pelo FNDE:

– estabelecimento de pré-requisitos para assinatura de convênios, o que foi considerado como extremamente frágil; análises individualizadas e fundamentadas de documentos constantes nos processos de convênios. Ou seja, não fazer análises superficiais nem apenas de caráter meramente formal ou burocrático;

– aprovação da prestação de contas somente quando sanadas as irregularidades. Ou seja, não aprovar prestação de contas com pendências de caráter de irregularidade;

– fazer mais visitas *in loco*. Ou seja, exercer mais efetivamente, com mais eficiência a fiscalização junto ao Município, junto à entidade, junto ao Estado;

– estabelecer metas de redução de estoque de processos e de prestação de contas, porque a prestação de contas, as fiscalizações *in loco* e o controle social formam o tripé da atuação de controle do FNDE. E o que se verifica é que, embora haja essas prestações de contas bastante superficiais, mesmo assim há uma demora muito grande, há um acúmulo muito grande de prestações de contas sem análise, o que torna intempestivo o controle e, muitas vezes, na maioria das vezes na verdade, torna não efetivo esse controle;

– integração ao Siconv da execução de recursos repassados. A maior parte dos recursos repassados pelo FNDE é via transferência automática, e essas transferências automáticas, ao contrário das transferências via convênio, não estavam integradas ao Sincov.

(Próximo, por favor.)

Bom, passando para outra auditoria feita no Plano de Desenvolvimento da Educação, essa auditoria já teve um foco nas transferências voluntárias a Estados e Municípios. Essas transferências também, se não todas, a maior parte é operacionalizada pelo FNDE.

Alguns achados que foram verificados:

– crescimento destoante do Índice do Desenvolvimento da Educação, Ideb, nos anos de 2005 e 2007. Quer dizer, se verificaram indícios de manipulação de informação, uma vez que o Ideb é estabelecido a partir de dados tanto das avaliações nacionais quanto de taxas de aprovação. Verificou-se que alguns Municípios, embora tivessem resultados ínfimos na evolução da sua avaliação nos exames relacionais, apresentavam taxas bastante significativas de aumento de aprovação dos alunos, o que demonstrava um descompasso entre esses dois dados. Verificou-se a inexistência de critérios para distribuição de recursos financeiros entre os diversos entes atendidos com transferências voluntárias – embora o programa tenha critérios de elegibilidade com base no índice do Ideb, o que se nota na execução é que não se adotam critérios claros para a priorização e a destinação dos recursos dentro desse universo de Municípios abrangidos pelo programa; falta de convergência entre a execução orçamentária e a execução financeira de maior parte das metas – esse é um reflexo também da questão do contingenciamento orçamentário e financeiro, ou seja, repasse dos recursos financeiros no final do ano, grande volume de empenhos executados ao final do ano e, consequentemente, grande volume de restos a pagar, o que origina essa grande divergência entre a execução orçamentária e a execução financeira.

Em relação à auditoria feita no relacionamento entre as Instituições Federais de Ensino Superior e suas fundações de apoio, vamos apresentar também alguns achados, rapidamente. Os principais são: contratação direta de fundações, contrariando as hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei 8.958, principalmente no quesito, na definição, no conceito do que seja desenvolvimento institucional; mecanismos frágeis ou inexistentes de transparência, de prestação de contas de contratos e convênios firmados pelas Ifes com suas fundações de apoio; inobservância da Lei nº 8.666 nas contratações efetivadas pelas fundações de apoio. É importante destacar que grande parte das determinações e recomendações do TCU foi incorpo-

rada por meio do decreto do final do ano passado, que foi o Decreto nº 7.423, que já apresentou um avanço bastante expressivo em relação a esses problemas detectados na época.

Em relação à auditoria feita no ProUni e no Fies, o foco dessa auditoria foi em avaliação de programas. Recentemente, ela teve bastante repercussão. No caso do ProUni, alguns achados foram: o índice de 6,4% dos estudantes no Ensino Superior, em cada processo seletivo, oriundos do ProUni; uma evasão significativa durante o curso de praticamente 20% dos beneficiários; o Fies não possui mecanismo para que o estudante tenha acesso à linha de crédito antes de ingressar no curso superior – o tribunal entendeu ser uma medida importante para que o programa facilitasse não só a permanência, mas também o acesso, tendo em vista a dificuldade da população de menor poder aquisitivo de se preparar para o ingresso na universidade; ausência de plano articulado, articulando as ações dos programas e metas em relação ao PNE – há um certo descasamento, uma certa desvinculação; não há priorização de cursos no que diz respeito à distribuição das bolsas – é também um reflexo dessa falta de articulação com o PNE e um exemplo seria a questão de priorizar bolsas para áreas de maior interesse dos programas, como a formação de professores –; a acumulação da bolsa do ProUni com cursos de graduação em instituição pública gratuita ou bolsistas portadores de curso superior, o que é uma vedação dos normativos. Outra questão que não está aí, mas que foi de bastante repercussão, é o fato de que a renúncia fiscal dada à entidade de Ensino Superior que adere ao programa não está vinculada à efetiva ocupação de todas as vagas disponibilizadas, o que se verificou que tem aumentado o custo por beneficiário em razão dessas vagas ociosas.

Por fim, a auditoria que também deve ser destacada no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, que também teve como objetivo avaliar a eficácia dos controles internos dos órgãos repassadores. Como o programa se subdivide em quatro, vou apresentar rapidamente os principais achados encontrados em relação a cada modalidade. No ProJovem Campo, de supervisão da Secad/MEC: deficiências no acompanhamento *in loco*, que é um problema recorrente em todos os programas, em todos os convênios, em todas as transferências da administração pública; ausência de providências sobre as prestações de contas dos recursos repassados; ausência de verificação da identificação dos beneficiários do programa, o que leva a uma fragilidade em relação à fidedignidade das informações sobre os beneficiários. Em relação ao ProJovem Adolescente, Campo, Urbano e Trabalhador, que envolvem esses três Ministérios e a Presidência da República: ausência de acompanhamento efetivo da execução do ProJovem, que se repete; ausência de integração entre as modalidades do ProJovem – a pouca conversa entre as quatro modalidades, o que fragiliza também o controle e permite a possibilidade de fraudes; ausência de conselhos responsáveis pelo controle social ou atuação insatisfatória – mais uma vez, a fragilidade dos controles sociais existentes. Quanto ao ProJovem Campo, Urbano e Trabalhador, foram verificados: falha no cadastramento dos beneficiários, o que torna difícil também a verificação da fidedignidade, a verificação de se esses beneficiários realmente se enquadram nos critérios do programa; pagamento de bolsas para beneficiários duplicados nas bases do ProJovem, ou seja, uma mesma pessoa recebendo bolsa de dois programas diferentes; e beneficiários que não se enquadram nos critérios de seleção, ou seja, com renda maior - foi feito cruzamento de informações com Rais e verificou-se que o salário da pessoa era superior ao mínimo de renda, que a pessoa tinha carros de luxou ou carros novos, o que se mostrava incompatível com o nível de renda máximo exigido pelo programa.

Esses acórdãos em sua completude estão disponíveis no site do tribunal, de fácil acesso, via essa pesquisa em formulário. Não obstante, estamos à disposição sempre no tribunal para fornecer maiores informações, maiores detalhes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Dr. Sérgio Salustiano pela sua exposição.

Passamos a palavra ao Secretário de Educação de Goiás, Deputado Federal Thiago Mello Silveira.

O SR. THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA – Bom-dia a todos.

Primeiro, eu queria saudar o Senador Paulo Bauer, que está presidindo a nossa reunião e que tem uma história na educação e uma história voltada ao seu Estado nessa área específica. Ele foi Secretário de Estado por duas vezes, como todos sabem, e promoveu avanços e resultados significativos nas duas gestões em que esteve á frente da Secretaria em Santa Catarina. Então, é um prazer, Senador, estar aqui, ao seu lado, participando desta audiência.

Eu queria também saudar o Senador Cristovam Buarque, que é uma referência em todo o nosso País nessa área educacional, luta como ninguém, entende essa urgência e a emergência que a educação vive no País. É um prazer poder participar desta audiência com o senhor, Senador.

Saúdo o meu conterrâneo Senador Cyro Miranda, que vem fazendo, junto a Goiás, um grande trabalho na área educacional. Eu costumo dizer que ele, lá, em Goiás, é o nosso padrinho na área da educação. Ele tem colaborado como ninguém na Secretaria; tem nos apoiado em muitas ações, inclusive buscando financiamentos. Enfim, um grande amigo, um grande companheiro. Obrigado, Senador, por estar aqui conosco hoje.

Eu queria começar essa discussão trazendo para o centro do debate o que existe de mais importante na educação. Estamos aqui discutindo, Senador Cristovam Buarque, os recursos, mas é bom lembrarmos um pouquinho para que são esses recursos. Temos de entender que a necessidade de mais recursos para a educação, do financiamento maior e com mais qualidade é porque temos de cuidar da próxima geração dos brasileiros. Temos de cuidar de milhares de alunos que estão na escola hoje e que têm muita esperança de que essa escola possa ser eficiente.

Tem um dado que me assusta muito, que considero um tapa na cara de qualquer um que se preocupa com educação, que é o fato de que 90% dos alunos que terminam o Ensino Médio hoje, no Brasil, não têm o conhecimento básico em matemática. Eu acho que esse é um dado que mostra, de forma muito clara, as necessárias mudanças que a educação tem de viver e como elas são urgentes, como elas têm de acontecer agora, como elas não podem ser simplesmente um projeto para o futuro, que tem de ser algo que aconteça hoje, de forma imediata.

Não podemos mudar a educação sem ter um financiamento adequado, sem ter recursos para isso. Eu diria que, junto com a necessidade de recursos, temos outra necessidade também tão urgente quanto a necessidade de ter mais recursos que é a de aplicar melhor esses recursos, que é da gestão desse dinheiro nas Secretarias Estaduais, nas Secretarias Municipais e no próprio MEC.

Eu queria pedir a primeira página da nossa apresentação.

Aqui, são os dados que temos que mostram os investimentos na educação em 2009 e em 2010. Em 2009, a União investiu 36,7 bilhões em educação; Estados e o Distrito Federal investiram 74,4 bilhões; e os Municípios, 70 bilhões. Em 2010, tivemos um avanço importante na União, que saiu de 36,7 bilhões para 48,5 bilhões; os Estados também, com um aumento, indo para 83,2 bilhões; e, quanto aos Municípios, eu não tenho aqui os dados precisos e consolidados de 2010. Mas é importante mostrar que hoje Estados e Municípios investem muito mais em educação que a União.

(Próximo, por favor.)

Aqui, um crescimento importante. Hoje, no Plano Nacional, que está sendo discutido no Congresso, fala-se em um percentual do PIB como investimento necessário para a educação. Aqui, é um gráfico que mostra que, entre 2001 e 2009, tivemos alguns avanços, tímidos do meu ponto de vista. O Brasil, que investia 4% do seu PIB em educação em 2001, investiu 5% do PIB em 2009. É um incremento de 63%, mas entendo que, dado o desafio que temos na educação brasileira, ainda é pouco. As mudanças necessárias exigem mais recursos e, como eu disse, investimentos melhores e bem aplicados.

Quanto a essa elevação do investimento público, é bom fazer algumas observações. Primeiro, existem algumas semelhanças com o percentual do PIB investido no Brasil com o percentual do PIB investido em outras nações ditas como desenvolvidas, em especial na área educacional. Então, muitos países desenvolvidos investem em torno de 5% do PIB em educação, mas temos algumas distorções. Essas nações, muitas vezes, têm um PIB muito mais alto que o PIB brasileiro. Outro ponto fundamental: o número de alunos que temos no País, às vezes, é muito maior que o número de alunos que esses países têm. Então, nosso investimento *per capita* acaba sendo muito menor.

(Próximo, por favor.)

Volto àquele outro dado importante: a divisão hoje dos recursos na educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Educação de base.

O SR. THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA – Educação Básica, Senador. Exatamente

Dos 5% que são investidos no PIB, a União hoje é responsável por 0,98% - esse é um dado de 2009; os dados de 2010 ainda não estão consolidados, mas entendo que ocorreram avanços, mas são números ainda próximos a esses -; Estados e Distrito Federal, 2,05%; e Municípios, 1,95%. Aí, aparece uma grande distorção. No Brasil, 80% da Educação Básica são financiadas por Estados e Municípios. Qual é a distorção? Quase 70% da arrecadação dos tributos do País estão com a União, ou seja, eu acho que passou da hora de a União dar uma contribuição mais relevante em investimentos na nossa Educação Básica. Essa proporção é uma distorção: quem arrecada 70% é responsável somente por 1% do PIB, enquanto Estados e Municípios, que têm essa dificuldade de arrecadação muito maior que a União, são responsáveis por quase todo o investimento.

Então, essa é uma distorção que tem de ser corrigida. Entendo que não existe um lugar mais adequado para uma discussão como essa que o Congresso Nacional, que o Senado Federal. Essa provocação tem

que ser feita. Pena que os representantes do MEC e do FNDE não estão aqui para que pudéssemos ter esse debate cara a cara com eles, um debate bem franco mesmo, em busca de mais recursos, mostrando a necessidade de recursos para atingirmos resultados.

(Próximo, por favor.)

Aqui, outra observação: o Fundeb – quero deixar isto muito claro – não é recurso federal; o Fundeb é um fundo nacional, sim, mas a composição dele é feita por Municípios e pelos Estados. O Governo Federal simplesmente passa alguma complementação para alguns Estados. Hoje, são nove ou dez Estados somente que recebem essa complementação. Eu acho, Senador, que muitos outros precisam, mas, dentro dos critérios do MEC, somente dez podem receber. Eu acho que essa alteração também tem de ser feita. Primeiro, quero deixar claro: o Fundeb é uma contribuição em que a maior parte, 99% do Fundeb, é composta por investimentos de Estados e Municípios. Aqui, essa divisão está clara. Os Estados contribuem com 69% dos recursos do Fundeb e recebem 47%, sendo que os Estados têm uma demanda muito grande hoje naquilo que considero o ponto mais crítico de toda a educação brasileira, que é o Ensino Médio. Eu entendo que o Ensino Médio hoje do nosso País vive uma grande falência, em que falta um modelo. Os Estados precisam ter maiores investimentos no Ensino Médio e, então, precisamos de mais recursos para isso. Então, gostaríamos que o Governo Federal passasse a ter uma complementação maior e os Estados pudessem usar esses 69% voltados à sua responsabilidade, que é o Ensino Médio. Os Municípios contribuem com 31% do Fundeb e recebem 53%. Quero fazer também a defesa dos Municípios aqui, apesar de ser Secretário Estadual. Também tem uma demanda muito grande, em especial na Educação Infantil, porque são de responsabilidade dos Municípios as creches e outras formas de ensino infantil.

(Próximo, por favor.)

Eu queria aproveitar essa discussão para falar de um plano que tramita na Câmara Federal hoje e que, em breve, vai chegar aqui, ao Senado, que é o Plano Nacional de Educação. Lá, das 20 metas que o Plano Nacional de Educação possui, 18 são quantitativas, 18 geram gastos, despesas, investimentos diretos em Estados e Municípios. Existe uma proposta do Plano Nacional de Educação que é a de promover um investimento maior, de 5% para 7% do nosso PIB no investimento em educação. Mas eu queria fazer uma observação especial aqui. Eu acho difícil, Senador Paulo Bauer, definirmos isso como medida do PIB, porque, na hora em que os Srs. Senadores forem discutir o Orçamento aqui, a medida não é o PIB. Então, no meu ponto de vista, vamos ter de corrigir essa distorção. Temos, sim, que atingir os 7% do PIB, mas temos de transformar isso em ações mais reais, para que isso venha a acontecer. Senão, vai ficar simplesmente como medida do PIB e, na hora de discutir o Orçamento aqui, isso não será possível de ser feito pelas maneiras e pelas formas como o Orçamento aqui hoje é formado e composto.

Outra coisa que preocupa muito os Estados. No Plano Nacional de Educação apresentado, 0,9% do acréscimo de 2% que o MEC propõe de investimento do PIB vão afetar diretamente a carreira dos professores. E a carreira dos professores é de responsabilidade de Estados e Municípios, ou seja, seria muito importante que o MEC passasse a ter uma complementação adequada para a carreira dos professores. Já que esse é um ponto que vai gerar um investimento de quase 1% nesse crescimento de 2% que teremos, é importante uma definição mais clara de como o Governo Federal vai contribuir nesse sentido, para que não se gerem as distorções futuras. O exemplo claro que vivemos hoje em todo o Brasil: foi aprovada uma lei muito importante aqui, no Congresso Nacional, que foi a lei do piso nacional dos professores, mas ficou de responsabilidade única e exclusiva dos Estados e Municípios financiar esse aumento. Muitas vezes, os Estados e Municípios têm dificuldade. Então, é importante que existisse uma complementação mais efetiva do MEC nesse sentido. Para que isso não se repita, que promovamos a divisão de forma adequada desses investimentos que vão ocorrer, o que é responsabilidade dos Estados, o que é responsabilidade dos Municípios e o que é responsabilidade da União.

Mais uma informação importante é que essa elevação representa 20% das despesas totais de Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, esse aumento com relação à carreira dos professores.

Só refletindo, mais uma vez, aqui, a necessidade de rediscutirmos essa divisão dos recursos, de saber quem, de fato, vai pagar cada conta, para que aquilo que é apresentado hoje como solução não vire um problema na hora que tivermos de executar essas políticas que vão ser discutidas aqui.

(Próximo, por favor)

Então, é exatamente isto: a necessidade de rediscussão da participação dos entes federados no conjunto do financiamento da educação, em especial da Educação Básica.

Eu queria aqui fazer uma reflexão muito grande com relação à Educação Básica do nosso País. É muito comum hoje, em todos os jornais, ouvir falar muito do apagão da mão de obra no nosso País, mas esquecemos, Senador, que, antes do apagão da mão de obra,

ocorreu, no Brasil, outro apagão, que foi o apagão da Educação Básica. Se ele não tivesse ocorrido, esse apagão da mão de obra hoje não estaria acontecendo. Então, nós temos que corrigir toda essa distorção. A correção dessa distorção nasce para uma correção de distorções na educação básica. E serão indispensáveis, fundamentais mais recursos para que essas mudanças ocorram.

Eu queria terminar o meu pronunciamento, Senador, fazendo uma reflexão que não é minha, inclusive o Senador Cristovam Buarque conhece-a bem. É uma reflexão de um ex-Reitor de Harvard, e eu acho que ficou marcado como uma grande frase, como um grande questionamento mundial. Quando se discute financiamento de educação e quando se começa a falar que educação custa caro, ele faz a seguinte reflexão: "Se vocês acham que educação custa caro, experimentem então a ignorância".

Então, eu entendo que o que estamos discutindo aqui é ponto fundamental para o nosso País avançar para que a educação possa, de fato, dar os saltos necessários que o País precisa. Nós somos uma Nação rica, uma Nação grande, mas uma Nação que ainda tem de ter avanços significativos na educação, e esses avanços são urgentes. Não são avanços do futuro, são avanços do agora

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos e cumprimentamos o Secretário de Educação de Goiás, Deputado Federal Thiago Mello Silveira, pela sua manifestação e apresentação.

Seguindo a ordem dos trabalhos preestabelecida para as audiências públicas, eu concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento, para suas considerações, questionamentos e observações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, cada um dos que vieram aqui colaborar conosco, Thiago Mello Peixoto da Silveira, Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano, Marcelo Barros Gomes, eu quero dizer que, quando eu convoquei esta audiência, eu estava muito preocupado, como venho estando ao longo do tempo com a situação da nossa educação de base. Mas hoje eu saio daqui muito mais preocupado. Saio muito mais preocupado, em primeiro lugar, pela ausência dos representantes aqui do Governo, representante do MEC. Seria importante ter um representante do Tesouro Nacional para ver até os limites e as possibilidades, se nós não estamos querendo demais, ou seja, como disse o Thiago, se a ignorância de não investir... Se o Tesouro acha que é mais barato a ignorância do que educação – vai ver que eles têm essa avaliação.

Eu saio preocupado. Mas saio mais preocupado também ainda pelas considerações que foram feitas aqui. Eu anotei alguns pontos que eu queria tocar. Primeiro, em relação aos representantes do Tribunal de Contas, eu quero dizer que, ouvindo a fala de vocês, eu fiquei com a explicação do porquê o MEC não veio. O MEC não veio porque, por exemplo, em uma das colocações, vocês deixaram claro que há um crescimento destoante no índice de desenvolvimento da educação de base. É fato, é verdade, mas é importante ouvir isso do Tribunal de Contas, que é uma instituição que não está aí para fazer política. Se eu disser isso, alguém vai dizer que é para fazer política, embora eu faça parte da base de apoio ao Governo.

Depois, quando a gente vê nas suas falas que o que a gente tem visto é um aumento de transferência que não chega a satisfazer aquilo que a gente precisa.

Também quando vocês colocam que há suspeitas de irregularidades que não foram sanadas depois mesmo de denunciadas, de mostradas.

Tudo isso leva a um sentimento de que a parte financeira do Governo em relação à educação não está sendo cumprida como deveria. E aí a gente vê que há problemas sérios na maneira como esse dinheiro é aplicado, na maneira até da possibilidade de, como o *Slide* nº 10 mostra, conluio entre licitantes, contratação de empresas acima dos praticados no mercado, não utilização da modalidade do pregão. Também no *Slide* 7-12, a gente percebe que poucos Municípios, na verdade, não estão cumprindo as regras para transferência dos recursos – um dado que foi apontado pelo representante do Fundeb em audiências passadas aqui. Aí não vamos culpar o Governo por isso, é o sistema que não está conseguindo impedir.

Agora, eu quero fazer mais comentário ao representante do Consed, que realmente é quem está lá na ponta, sofrendo, e que fez uma apresentação aqui que, eu diria, fria nos números e apaixonada na conclusão. Isso mostra a grandeza da sua fala.

Você colocou algo que, quando a gente diz, as pessoas não estão entendendo: o apagão é de aluno, é da educação de base, não é apagão de profissional. O Governo está espalhando universidades e escolas técnicas por aí e não vai haver alunos preparados para cursar essas universidades e escolas técnicas, porque o ensino fundamental não é bom para a escola técnica de nível médio e nem o ensino médio é bom para as universidades. Há um apagão lá na base pelo abandono da educação de base. E chamou atenção – é importante dizer isso de público, eu espero que seja transmitido pela televisão – como a União se dedica apenas, quase, a ensino superior e um pouco às universidades. E uma das perguntas é: se nos dados

da educação de base estão os custos com as escolas técnicas federais? Eu gostaria de saber, porque, se não estiverem, é mais grave ainda.

O SR. THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA – Senador, eu teria que apurar esse dado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de apurar, porque eu tenho dúvidas se realmente entra na educação de base, porque o item ali está escola profissionalizante, está separado ali, como você mostrou, mas eu gostaria de saber se esses poucos por cento do PIB incluem ou não os gastos com ensino profissionalizante.

E aí eu vou levar a vocês, não é um questionamento das exposições, uma proposta que eu venho fazendo há muito tempo e que foi entregue ao Governo, no dia 8 de julho, ou seja, faz mais de um mês. Eu já me sinto à vontade para começar a falar isso.

Eu apresentei um projeto, projeto não, uma proposta sob a forma de carta ao Governo, à mais alta cúpula do Governo, propondo uma maneira de fazer a verdadeira revolução da educação no Brasil. Eu quero saber se vocês acham que é possível do ponto de vista da legislação, quais os empecilhos, do ponto do resultado e quais os empecilhos nos Municípios e nos Estados sobretudo, que é o que vocês representam.

A minha proposta, Senador Bauer, é federalizar a educação de base, como fazer com que a educação de base seja uma preocupação e uma execução do governo federal. O que eu propus é criarmos o que eu tenho chamado nesse documento de Cebi, Cidades com Educação Básica Ideal, mandar fazer no Brasil inteiro. Se fizer aos pouquinhos em todas as 200 mil escolas, não vai dar resultado. Então, se não é possível fazer em todo o Brasil, e não dá para fazer em todo o Brasil depressa, não dá, por que não fazer por cidade essa revolução? Em cidades escolhidas, o governo faria a federalização. Nessas cidades, os professores seriam selecionados para uma carreira nacional do magistério, e a carreira seria diferente. O próprio conceito de estabilidade seria modificado. A gente faria uma estabilidade responsável, o que eu estou chamando, ou seja, Prefeito não demite, Governador não demite, Presidente não demite, mas, se não for aprovado em avaliações realizadas em diversos momentos, perde o emprego. Tem estabilidade em relação ao Estado, não tem estabilidade em relação ao País, nem às crianças, nem às famílias. E como família e criança não vão votar se demite professor, seriam avaliações que a gente pode discutir depois. Ou seja, uma carreira nacional do magistério.

Lembro a vocês que já temos trezentas escolas federais públicas: o Colégio Pedro II, que aliás tem mais de uma unidade, as escolas técnicas, os colégios militares, os institutos de aplicação. É transformar esses trezentos em duzentos mil – obviamente eu coloquei ao longo de vinte anos. Se alguém achar que vinte anos é pouco por falta de recursos, ponha trinta. Se alguém achar que dá para fazer antes, ponha quinze. Eu coloquei vinte anos. Mas, nesses vinte anos, a gente faria por cidade. Naquela cidade, todos os professores nas escolas seriam dessa nova carreira, depois eu digo o que fazer com os que estão aí. Os atuais que passarem no concurso mudam do plano municipal para o federal. Esses professores, nas contas que nós fizemos, eu e minha assessoria, receberiam R$9 mil por mês – R$9 mil nessa nova situação.

Nós podemos fazer duzentas, trezentas, quinhentas escolas nos primeiros anos, depois fazer mil, mil e quinhentas em outros anos, até chegar a 5.546 cidades que o Brasil tem. Eles iriam trabalhar em escolas novas. Tinha que se construir tudo novo, raras escolas merecem ser aproveitadas e receber o título escola – e, em geral, essas são as mais antigas, de D. Pedro II ou do começo da República, são os melhores prédios.

Nessas escolas, o equipamento seria todo moderno, inclusive com ar– condicionado, porque ninguém acha estranho que todo banco tem ar-condicionado. Quando eu falo que escola devia ter ar-condicionado, todo mundo fica espantado. Como é que tem um bom curso para uma criança, em cidades do interior de certos Estados, naquele calor todo? Com televisão, computador e em horário integral: essas seriam as escolas federais implantadas por cidade.

Aos atuais professores das outras cidades, inclusive dessas cidades, pelas nossas contas, a gente daria um aumento do salário atual, que deve estar em R$1,5 mil, para R$4 mil. Aí, a gente criaria dois tipos de escola: nessas cidades seriam cidades onde todas seriam federais e, nas outras, seriam as escolas do atual sistema vigente, que iriam desaparecendo ao longo de vinte anos.

No final, isso vai custar 6,4% do PIB, ainda abaixo dos 7 e bem abaixo do 10, que muita gente defende. E dizendo como aplicar, onde aplicar. Essa é a proposta.

Quais são as dificuldades? Há dificuldades constitucionais? Eu, sinceramente, não vejo, porque já existem escolas federais. Se houvesse impedimento constitucional, teria que fechar o colégio Pedro II, que já tem 150 anos; teria que fechar as escolas técnicas, que são federais e o Governo está espalhando.

Então, eu não vejo o inconstitucional. O que há é a relação política entre governadores, prefeitos e o governo federal. À primeira vista, os governos locais podem não querer isso, porque dá a impressão de que eles vão perder o controle. Se eles temem perder

o controle, aí eu fico preocupado: significa que eles estão usando a escola em benefício da política.

Além disso, do ponto de vista financeiro, isso liberaria os Estados e Municípios de uma parte de recursos. Eu não estou dizendo que todo esse dinheiro vai sair do governo federal, que tem de incorporar o dinheiro que já é gasto hoje pelo Estado e Município, claro, porque 6,4% é a soma total, mas hoje já se gasta 3,2, não? Se falou em 5. Então, se gasta 5, vai precisar muito pouco a mais. Eu trabalhei com menos de 5; eu trabalhei com 3,4 na educação de base, porque os 5 talvez incluam universidades.

O SR. THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA – Não, não. Deve dar um pouco mais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Dá um pouco mais. Se for 5, é capaz de custar menos ainda o que eu estou propondo. Seria só 1,4 a mais.

Pois bem. Os Estados e Municípios vão se liberar não dos 4,1%, porque 0,9 do PIB é o governo federal, não é isso? Ou da receita? Do PIB. Se são 5, menos 0,9, 4,1. Esses 4,1 a gente repassaria para essa soma que vai ser nas cidades onde vai ter, mas vai liberar as pressões de aumento de salário, vai liberar as pressões sociais para melhorar a escola, vai trazer benefício para os prefeitos e governadores, mas, sobretudo, vai fazer uma revolução na sociedade brasileira por meio da educação.

Eu estou com esse documento, Presidente, que, inclusive, estou querendo transformar de uma carta que foi ao governo em um documento aberto para apresentar a esta Comissão – eu entregarei isso ao Presidente Requião, ao Senador Requião – e começar a debater aqui se é ou não um sonho ilusório, se é ou não um equívoco político ou, quem sabe, um acerto para fazer a grande revolução e não ficar fazendo pequenos ajustes.

Eu quero agradecer muito a presença de vocês. Acho que aprendi bastante, mas eu quero saber o que vocês francamente acham. Não tentem falar bem, porque o autor está apresentando, não. O que vocês acham, primeiro, da ideia de federalizar a educação de base no Brasil inteiro ao longo de vinte anos. Segundo, o que pensam desta concepção que estou propondo: uma carreira nacional do magistério, um programa federal de qualidade em horário integral, que vai ser feito ao longo de vinte anos, por cidades. No fundo, o que os Cieps tentaram fazer por unidade escolar a gente tentaria fazer por unidade municipal. Quando se faz uma escola do Ciep – isto ficou provado no Rio de Janeiro: um governo faz, o Brizola fez –, o que vem depois acaba tudo. Relaxa. O Collor fez, se não me engano, 500 Cieps – muitos deles foram abandonados, perderam a função. Mas, se for feito por cidade, Senador Bauer, não tem quem pare. Se todas as escolas de uma cidade forem desse jeito, em cinco anos, haverá uma mudança de mentalidade na cidade inteira. Ninguém vai deixar que volte atrás.

Hoje, para entrar numa escola federal, é necessário fazer um concurso. É um desespero. Há pessoas que, inclusive, passei a admirar muito quando tomei conhecimento de que moram em bairros no Rio, em favelas, a duas horas de distância do Colégio Pedro II. O pai e a mãe conseguiram empurrar o menino para passar no concurso de seleção e vão levá-lo todo dia. Isso falou aqui, na segunda-feira, um palestrante sobre política internacional cujo filho estuda no Colégio Pedro II, que, aliás, eles chamam de Pedrinho, que é antes mesmo do fundamental, no comecinho. E ele disse: "Eles têm colegas de favela, mas que passaram no concurso". Por que só os que passam no concurso entram? E se há poucas, eu não vejo outra saída a não ser o concurso, porque, se não for concurso, vai terminar sendo indicação de político.

Por que alguém precisa fazer concurso para entrar numa boa escola pública de educação de base? Não faz sentido, se a gente não quer que a ignorância, como você disse, citando aquele professor de Harvard, cujo nome esqueci – já conhecia a frase –, se a gente não quer que isso corroa a sociedade brasileira por falta de capacidade competitiva internacional, por falta de – eu nem diria – igualdade, pois é fundamental uma sociedade sem a desigualdade que nós temos, uma sociedade que mude a racionalidade, a lógica que o Brasil tem.

Em menos de vinte anos, eu acho difícil. Não é por falta de dinheiro, porque 6,4% do PIB não é muito dinheiro. Não é, gente! Basta ver o que a gente gasta com outros encargos e com Previdência. Eu estipulei vinte anos, porque, se a gente quiser fazer rapidamente, não vai ter professor. A gente não consegue cem mil professores com alta qualidade para dar aula hoje, não. Não consegue. Porque os bons, bons, já escolheram outra profissão. Então, no fim, a gente vai fazer concurso entre os que não são bons. Agora, se a gente começa a pagar nove mil para dez mil professores, pode conseguir. Aí se espalha a ideia de que existe uma escola que paga bem; aí começa a haver a ampliação. Se a gente pagar nove mil, ainda é metade do que ganham alguns funcionários de alguns órgãos federais neste País. É metade! Então, não é alto, mas já atrairia muita gente, tanto que o meu medo é a maneira de selecionar. Um concurso frio, pura e simplesmente, Senador Cyro, vai trazer pessoas que passam no concurso, mas que não têm vocação, como hoje já têm na Polícia Federal, como hoje já têm no Ministério Público pessoas que vão pelo salário e não têm a vo-

cação. Então, começam, sentam lá com estabilidade e usam o tempo para fazer outro concurso. Ao mesmo tempo, tem que ser por concurso, senão é – como chama? – apadrinhamento. Mas tem que ser por um concurso, com mais entrevistas, para ver se a pessoa tem vocação, e mais um ano estudando numa escola para que vire um bom professor. Para ser diplomata, uma pessoa precisa de dois anos depois de formada. Por que para professor não se faz isso?

Então, o processo de seleção seria um processo rígido, difícil. Além disso, eles teriam que aceitar ir para as cidades da educação básica ideal. É claro que, no concurso, eles já saberiam quais seriam essas cidades. Os funcionários do Banco do Brasil vão para onde mandam; os juízes vão para onde mandam; os funcionários da Caixa Econômica vão para onde mandam. Quem passa num concurso para trabalhar no Senado, em qualquer lugar onde estiver no Brasil, vem trabalhar em Brasília. Ou seja, você já faz o concurso sabendo que não vai trabalhar onde quer.

Essa é a proposta sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião de vocês. Eu gostaria muito de ouvir a opinião do MEC, muito, muito, muito, para saber o que está errado, por que isso não é bom ou, até se é bom, como fazê-lo. Mas já que não está aqui o representante do MEC, eu gostaria de ouvir a opinião de vocês do ponto de vista legal, sobretudo, e do ponto de vista pedagógico.

Outra coisa, para concluir, já que falei em pedagogia.

Todo mundo diz que essa proposta vai centralizar, mas ninguém reclama. Agora, a Presidenta criou quatro novas universidades federais. Eu não ouvi ninguém dizer: "Está concentrando. Não está fazendo descentralização". Não vi. Está prometendo 209 novas escolas técnicas, e ninguém reclama que isso seria centralismo. Agora, educação de base a gente diz que é centralismo. Mesmo assim, a minha ideia é que a gestão seja local e que o método pedagógico seja livre, ou seja, é uma federalização com descentralização gerencial e plena liberdade pedagógica. No final do ano, a gente faz o Ideb, para saber quem está com um bom método pedagógico ou não. Quem estiver com um método pedagógico ruim a gente muda, mas não tenta impor, de Brasília, nem a tutela da gestão nem a tutela do método pedagógico, porque aí a gente quebraria uma liberdade fundamental.

Era isso que eu tinha para falar, Sr. Presidente. Apesar de tudo – digo, da falta do MEC –, foi uma boa manhã. Eu fico feliz de ter convocado essa audiência e agradeço muito a colaboração de cada um de vocês. Garanto que o que vocês passaram para nós aqui nas transparências vai forçar a mim e aos que trabalham comigo dar uma boa estudada, quem sabe até para ajustar alguns dos pontos que nós colocamos nessa ideia da escola da cidade com educação básica ideal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Está presente o Senador Cyro Miranda. Consulto V. Exª se concorda em também fazer suas observações e questionamentos antes de os palestrantes se manifestarem, para que, depois, se manifestem em bloco a respeito das suas considerações e também das do Senador Cristovam Buarque.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – De pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Exª tem a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente desta Comissão, Paulo Bauer, companheiro de bancada, pelo qual tenho uma admiração muito grande, porque chegou ao Senado e já ocupou um espaço com muita propriedade e muita eficiência. Embora Goiás esteja a mais de 1.500 quilômetros do seu Estado, as suas duas gestões como Secretário de Educação tiveram repercussão nacional. Isso significa que o senhor foi um excelente secretário, e por isso nós ficamos inteiramente gratificados de estarmos trabalhando juntos.

Quero agradecer a participação do Sr. Marcelo Barros, do Sérgio Ricardo. Senti a falta do MEC. Acho que caberia desta Comissão uma carta aos Ministros que não mandaram seus representantes.

Quero fazer um cumprimento especial a este jovem Secretário, jovem Parlamentar, Thiago Peixoto, que é formado em Economia pela PUC de São Paulo e pós-graduado em Gerenciamento de Projetos na Califórnia, nos Estados Unidos. É um idealista da Educação. Tenho convivido com o Thiago neste Governo, embora o conheça há bastante tempo – ele e sua família –, sua índole, sua perseverança. Nesses quase oito meses, ele implementou diversas atitudes no nosso Estado, Senador Cristovam. O senhor é um mestre nosso. Foi um dos melhores Ministros. O senhor sabe da admiração que eu tenho, principalmente depois de descobrir que passamos um período da nossa juventude juntos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com os mesmos professores.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os mesmos professores no Colégio Marista. O senhor sabe da admiração que eu tenho em razão do envolvimento que o senhor tem com a educação.

Então, esse jovem, que é Deputado Federal, nesses oito meses, já mostrou uma visão moderna. No Estado de Goiás, foram implantados alguns programas como o lançamento do programa Reconhecer,

que é um estímulo às regências. "Serão beneficiados os professores efetivos na rede estadual que estejam desempenhando função em sala de aula."

Pagamento antecipado de férias. O Governador Marconi Perillo e o Secretário Thiago Peixoto anunciaram o pagamento antecipado do adicional de férias para professores da rede estadual que estão em regência na sala.

E há inúmeros aqui: transparência na modulação; piso salarial; avaliação de diagnóstico; reorganização da rede; combate ao *bullying* e por aí vai.

Então, realmente, o Secretário Thiago está trabalhando intensamente na preparação da reforma educacional do nosso Estado. Eu tenho certeza, Secretário, de que o senhor não está sozinho – não só eu como diversos Parlamentares, diversos amigos de Goiás e colaboradores... O senhor colocará Goiás, até o fim da sua gestão, com os melhores índices deste País.

A maioria das perguntas, Presidente, nós tínhamos preparado para o pessoal do MEC, mas ficam duas para reflexão e para discutirmos se é possível, mesmo sem eles, encontrar saída pela elas.

O Governo Federal vem expandindo diretamente suas redes de educação superior e técnico profissional. Trata-se de uma medida oportuna, mas que pode ter consequências indesejáveis para a nossa rede de educação básica pública. Gostaríamos de saber se existe algum estudo acerca dos custos dessa expansão e de seu impacto no regime de colaboração prescritos no art. 211 da Constituição Federal. Especificamente, qual é o impacto sobre o volume de recursos destinado à suplementação financeira dos sistemas de ensinos estaduais e municipais? Em que medida essa situação pode ser vista como um balde de água fria nas metas de qualificação do Plano Nacional de Educação?

E uma última seria: a Educação, dentro da folha de pessoal, concentra parcela expressiva dos gastos de boa parte desses federados brasileiros. Existem desvios ou desperdícios nesse aspecto das despesas com a Educação? Que mecanismos de fiscalização e cooperação podem ser adotados com vistas a inibir práticas conducentes a essas mazelas?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Vamos conceder, agora, três minutos para cada um dos convidados se manifestar a respeito das observações e considerações feitas pelos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Secretário de Goiás, representante do Consed, Thiago Mello Peixoto.

O SR. THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA – Obrigado, Senador. Primeiro, agradecer, mais uma vez, a oportunidade de participar de uma discussão tão rica e importante como essa.

Mais uma vez, cumprimentar meu Senador por Goiás, Senador Cyro Miranda, e agradecer aqui o incentivo e o apoio que ele tem dado à Educação. O Senador Cyro tem participado dos detalhes dos nossos planos e das mudanças que a Educação vive. É muito bom contar com esse apoio e com essa ajuda e saber que nós vamos mudar, sim, essa realidade da Educação no Estado de Goiás.

Queria também responder, com muito critério, os questionamentos, as provocações do Senador Cristovam Buarque. Acho que o bom da discussão é isto: quando as perguntas são, de fato, questionadoras, provocadoras.

Primeiro, Senador, eu entendo que, quando o senhor fala em revolução na educação – esta é uma vontade de todos nós –, nós não vamos promover uma revolução na educação deixando as coisas no mesmo lugar. Nós temos que propor, sim, novos modelos, novas mudanças, para que, de fato, os resultados sejam alterados. E o senhor traz aqui uma proposta bastante ousada, que muda, no meu ponto de vista, todo o sistema educacional.

Concordo com alguns pontos, especificamente com relação à federalização da carreira dos professores. Esse eu acho o ponto fundamental, porque 90% hoje do meu orçamento, do orçamento do Estado de Goiás, é gasto, é investido na folha de pagamentos. Se eu tivesse recursos para outras frentes de investimentos, nós conseguiríamos gerar mais resultados. Então, se a União adotasse os professores ou federalizasse essa carreira, seria muito importante.

Concordo também com outro aspecto, que também se refere à carreira, que é o fato de a gente ter um salário muito grande, e atrativo agora, para que os melhores possam vir para a educação. A qualidade da nossa educação nunca vai ser superior à qualidade dos nossos professores. Então, nós temos de ter os melhores – os melhores – imbuídos nessa causa. E, para isso, nós temos de atraí-los. Então, concordo com esse ponto.

Um ponto que eu queria que o senhor refletisse é com relação à autonomia que seria dada à descentralização pedagógica. Eu tenho uma preocupação muito grande, Senador, com relação à falta de um currículo único no nosso País. Isso faz com que o nosso ensino não atenda critérios básicos em todo o País. Então, acho que tínhamos de ter um currículo mínimo pelo menos e que a escola tivesse alguma autonomia, uma margem de autonomia. Mas é muito importante que o mínimo fosse estipulado por um governo central, para

que a gente garantisse a educação e que, no mínimo, o básico fosse ensinado.

Acho que é uma discussão que merece mais tempo, que merece mais reflexões e me coloco à disposição para isso, Senador, para que a gente pudesse avançar nesta ideia, de um novo modelo em que o Governo Federal tivesse um papel fundamental, mais importante na educação básica do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Salustiano.

O SR. SÉRGIO RICARDO DE MENDONÇA SALUSTIANO – Em relação à questão colocada pelo Senador Cristovam, entendo que é uma decisão eminentemente político-legislativa, ou seja, em última instância, a sociedade, através de seus representantes que estão aqui no Congresso, nas câmaras legislativas dos Estados, nas câmaras de vereadores, uma proposta desse alcance certamente enseja um debate nacional, que vai envolver todas essas esferas.

O que um técnico do Tribunal de Contas poderia opinar nesse sentido, pela experiência que a gente tem da administração pública, da atuação do Governo Federal, é que realmente é uma proposta que, em um primeiro momento, causa até uma certa perplexidade pelo alcance, já que estamos falando de uma gestão, pelo número que o Senador colocou, de 200 mil escolas. Então, a gente se questiona se realmente a administração pública, a União, a administração pública federal, o MEC teriam condições, conseguiriam criar condições de gestão, de normatização, de fiscalização de uma estrutura, de um complexo tão grande assim.

Quer dizer, a organização político-administrativa brasileira se baseia na descentralização. E, à primeira vista, seria uma proposta que, sem entrar no mérito dela, iria em sentido contrário ao da descentralização. Também me parece que ela embute o entendimento de que a administração federal sempre seria mais eficiente, mais efetiva que a administração municipal ou a administração estadual.

Acredito que, neste momento, sem maiores reflexões, uma atuação realmente mais firme do Governo Federal, dentro das suas atuais competências, já poderia realmente induzir uma qualidade de ensino, em médio e longo prazo, bem melhor do que a dos níveis que a gente vê hoje, principalmente, como já foi apontado pelo Tribunal, com uma medida que não representaria um impacto tão grande nos dispêndios da educação, nos três níveis da federação, que é a questão da formação e capacitação dos professores. Tanto como cidadão, como técnico, e também pelas constatações das auditorias do Tribunal, entendo que é um fator primordial de atuação e de indução da qualidade do ensino, sem envolver grandes alterações constitucionais, legislativas e de gestão administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok. Agradeço a sua manifestação, Dr. Sérgio.

Vamos ouvir o Dr. Marcelo Barros Gomes.

O SR. MARCELO BARROS GOMES – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de o Tribunal cumprir a sua função mais relevante, que é assessorar e contribuir para que o Congresso Nacional possa exercer o seu controle externo e sua atividade de formulador e, principalmente, de acompanhar as políticas públicas.

Então, dentro do questionamento do Senador Cristovam, acho que o grande diagnóstico, Senador, existe. Existem problemas na formulação, na implementação – principalmente, na capacidade de implementação – de avaliação e de monitoramento da política pública educacional do País. Principalmente pelo resultado, como o próprio Secretário disse, de que a questão de universalização torna-se até menos relevante do que a questão do resultado e da baixa qualidade do sistema de ensino, em especial o básico, no País. Esse é o diagnóstico e isso está claro.

E, se isso está claro, as políticas não estão tão alinhadas e bem formuladas. Então, há necessidade de uma ampla discussão, e o Tribunal pode fazer trabalhos, vamos dizer assim, *ex ante*, por provocação do Congresso, mas geralmente o controle é feito *ex post*. Uma vez que essa discussão ampla se dê com os atores sociais e políticos envolvidos, do ponto de vista de cidadão, é isto que eu espero do meu País: uma escola de tempo integral, que tenha qualidade no ensino, com professores bem preparados e remunerados. Agora, claramente, essa não é a realidade atual, e pelo estado em que se encontram as políticas, os problemas e, o resultado, principalmente, da aplicação da educação, a gente vê que é sistêmico o problema.

Eu diria que uma discussão como esta, de proposta de mudança tão eu não diria radical, mas na visão do pacto federativo, da própria questão da forma como o Estado intervém nos âmbitos do Estado e Município, é uma mudança. Acontece que, muitas vezes, a discussão legislativa ocorre e a implementação não ocorre. Vou dar o exemplo do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST. É uma aprovação legislativa, de 2000, que visava, entre os indicadores ali colocados, ao computador na escola, e até hoje não foi aplicado um centavo do recurso. Pouco: foi aplicado 1%.

Então é o problema da implementação. E a capacidade de implementação não é predestinada. Então tem que se... E esse é o papel do Tribunal nas suas avaliações. Eu acho que a gente traz aqui alguns dados importantes. É tentar demonstrar quais são as barreiras

fundamentais para que essas políticas pensadas de forma legítima no Parlamento, nas políticas públicas, sejam implementadas.

Então eu diria que existe um problema aí. O problema maior não seria tão só da discussão legislativa, mas da capacidade de implementação. Eu não vejo isso no curto prazo resolvido, a não ser que haja uma grande mudança.

Mas o que a gente almeja ao fim e ao cabo, o Tribunal nessa assessoria do Congresso, é que essas políticas sejam implementadas de forma efetiva.

Cito o caso do Fust como um exemplo de incapacidade de implementação. E ela visava colocar computadores nas escolas. Em parte isso não aconteceu. Tudo bem que é o início, mas é a torneira. A água queria jorrar, os conteúdos educacionais viriam depois.

E a ideia também dentro desse sistema da formação, implementação, avaliação, monitoramento e capacidade de formulação é o próprio mecanismo de *accountability* que deve ser aperfeiçoado. Essas audiências servem para aperfeiçoar esses mecanismos, mas a ausência de indicadores, a incapacidade de mensuração, isso também revela que há descentralização, que a forma como a política está sendo implementada está com problemas. Pelo menos aí a gente deve atuar de forma a tornar melhor aplicados os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação do Dr. Marcelo.

Consulto os Srs. Senadores se querem fazer uso da palavra para oferecer alguma réplica às informações aqui apresentadas. *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Muito bem.

Tenho certeza de que esta reunião, esta audiência pública tem grande valor pelas informações aqui prestadas.

Agradecemos a todos que prestigiaram este evento com suas presenças, assessores e representantes de vários segmentos.

Também agradecemos àqueles que acompanham este trabalho através da TV Senado.

Naturalmente ficamos com o prejuízo da ausência dos representantes do Ministério do Planejamento, do Inep e do Ministério da Educação, mas certamente as informações que foram trazidas para o conhecimento de todos pelos palestrantes foram importantes. E nós, sem dúvida alguma, precisamos discutir muito, discutir sempre quais as ações, quais os trabalhos que devemos desenvolver na área de educação.

O modelo que temos no Brasil de assegurar o ensino fundamental para todos é, sem dúvida, um modelo que vai trazer resultados no futuro muito positivos.

Agora, em poucos anos, também teremos a obrigatoriedade da frequência no ensino médio. E eu quero dizer ao Secretário de Goiás que sem dúvida alguma é um grande desafio que temos pela frente e cabe aos Estados cumprir a missão de oferecer o ensino médio a todos os jovens do nosso País. Se considerarmos o número de jovens que hoje estão ausentes do ensino médio e o número de jovens que precisarão frequentar o ensino médio, eu tenho certeza de que a tarefa é muito grande. E é lamentável que em muitos momentos a gente veja tanta gente falando, por exemplo, da construção de estádios de futebol para 40 mil, 50 mil espectadores em Estados onde jamais se teve a presença de mais de cinco mil espectadores na melhor e na maior partida de futebol já realizada naquele local, e não se discuta a respeito da construção de escolas, de prédios, de contratação de gente, de preparação e qualificação de professores para dar conta, a partir de 2014, dessa grande tarefa que será oferecer ensino médio a todos os jovens brasileiros.

Eu mesmo posso mencionar que fui por duas vezes Secretário da Educação de Santa Catarina, que é um Estado diferenciado, que tem a educação como uma das suas grandes referências. E fiquei impressionado, da primeira para a segunda oportunidade, com um fato, com uma constatação: no primeiro período em que fui Secretário, cerca de 60% dos alunos que frequentavam o ensino médio o faziam no período noturno e apenas 40% o faziam no período diurno. Agora, na segunda gestão como Secretário... Isso não foi obra minha, não foi nenhum programa de governo, não foi nada, foi apenas um processo natural. Hoje eu posso dizer que chegamos a quase 70% no diurno e 30% no noturno.

Isso trouxe grandes dificuldades de gestão e traz todo dia mais, porque os pais não querem mais os filhos estudando à noite. Os pais querem os filhos estudando de dia, porque no período diurno a qualidade do ensino é melhor, o tempo é melhor aproveitado. E, por conta do Estatuto da Criança e do Adolescente, por conta das novas regras que temos na questão do mercado e da legislação trabalhista, obviamente o jovem até os 18 tem que estudar, até os 17 tem que estudar. E nós vamos ter grande dificuldade de ver os Estados darem conta de todo o trabalho que precisam fazer para oferecer o ensino médio para essa juventude num único turno, diurno e de preferência com aula prática, de preferência em período integral.

Considero a observação do Senador Cristovam Buarque muito apropriada, por exemplo, de fazermos cidades, mas eu até lhe diria, Senador, que ao lado dessa proposta de V. Exª tem um outro fator que me preocupa diariamente: o que fazer para dar efetivamen-

te ensino médio e também ensino médio profissionalizante para essa juventude, deixando todo o ensino fundamental, de primeira até nona série, ainda como responsabilidade de Estados. E em muitos lugares o município não tem onde gastar o dinheiro da educação, porque do que ele arrecada, se destinar 25% para a educação, ele vai ter que pagar para o professor municipal três ou quatro vezes mais do que se paga para o professor estadual que dá aulas no mesmo município. Tem secretário municipal de educação andando com o veículo da melhor marca, da melhor qualidade, porque a prefeitura precisa dar conta dos 25% para a educação. Aí sim, coloca ar refrigerado, faz tudo o que tem direito, mas é, sem dúvida, um grande problema. Temos muitos desequilíbrios que precisam ser corrigidos e é preciso muita coragem política, muita determinação administrativa e muita discussão.

Espero que nas próximas ocasiões nós tenhamos possibilidade de ampliar a discussão com a participação do Governo Federal, o que sem dúvida se faz necessário.

Agradeço a presença de todos e convoco a reunião ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, no horário regimental.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Vital do Rego, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Magno Malta, Inácio Arruda, Geovani Borges, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "Assegura aos alunos egressos de escolas públicas, gratuidade das taxas de inscrição em processos seletivos para admissão nas instituições estatais de ensino superior". O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer favorável, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE, é aprovado. **Item 008: Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Denomina 'Corredor Senador José de Alencar', o corredor de acesso do Edifício Principal ao Anexo II do Senado Federal, conhecido como 'túnel do tempo'". Durante a discussão da matéria, foi apresentado novo parecer pela relatora *ad hoc*, favorável ao projeto, incorporando sugestão do Senador Paulo Bauer, na forma da emenda oferecida. A relatora designada, *ad hoc*, é a Senadora Lídice da Mata e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE, é aprovado. **Item 015: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Lido o Ofício nº 087/2011/CE, do Excelentíssimo Senhor Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, registrando estranheza e surpresa quanto a ausência do Ministério da Educação nas Audiências Públicas realizadas nos dias 10 e 17 de agosto do corrente nesta Comissão, quando foram convidados gestores de órgãos ligados ao MEC, a saber: no dia 10, o Senhor Antônio José Medeiros, Diretor de Cooperação e Planos de Educação desse Ministério e, no dia 17, os Senhores Senhor José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Malvina Tânia Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP". **Comunicado 2:** "Será criado um grupo de trabalho, formado por Senadores

da Comissão, para, em conjunto com o Ministério da Educação, elaborar um projeto visando um Plano de Diretrizes para a Carreira Nacional do Magistério". **Comunicado 3:** "Convido os Senhores Senadores para o lançamento da Campanha de Apoio Parlamentar à Área Museal, a ser realizado no dia 24 de agosto do corrente, quarta-feira, às 9 horas, no Anexo II da Câmara dos Deputados, Plenário 10. A Campanha tem o apoio desta Comissão em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e contará com a presença da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, José do Nascimento Junior, de parlamentares e representantes dos movimentos culturais do país. O convite já foi enviado para o e-mail dos Senhores Senadores". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 4:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Ofício Convite, do Presidente do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Senhor Luiz Fernando de Almeida, convidando para a solenidade de inauguração da nova sede nacional do Instituto, a ser realizada no dia 30 de agosto do corrente, às 19:30 horas, no Setor de Edifícios Públicos Sul, Quadra 713/913, Edifício Lúcio Costa. Na ocasião, também será inaugurada a sala Mário de Andrade com a exposição 'Barcos do Brasil', que será destinada à realização de exposições temporárias que terão como tema o patrimônio cultural brasileiro. Os Ofícios-Convite serão encaminhados pelo IPHAN ao gabinete dos senhores Senadores". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2009; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2010; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2010; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010; Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2010; Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião, às doze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão, e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na nossa audiência pública da última quarta-feira, o nosso Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão, presidiu a reunião e informou-me que os convidados do MEC não apareceram, embora tivessem confirmado a presença.

Conversei pessoalmente com o Ministro Fernando Haddad, que me informou que não tinha conhecimento do fato e pediu que nós informássemos a ele quais os funcionários do MEC que teriam confirmado e não comparecido.

Nós estamos enviando um ofício ao Ministro no seguinte teor:

> Sr. Ministro,
>
> Cumprimentando-o cordialmente, informo a V. Exª que, nos dias 10 e 17 de agosto, foram realizadas audiências públicas para discutir as temas: "A interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas" e "Os recursos financeiros destinados à educação nos anos de 2009 e 2010, respectivamente".
>
> Em ambas, foram convidados gestores de órgãos ligados ao MEC, a saber: dia 10, Sr. Antonio José Medeiros, Diretor de Cooperação e Planos de Educação desse Ministério; e, no dia 17, o Sr. José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE –; e Malvina Tania Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.
>
> Lamentavelmente, registro, com estranheza e surpresa, que, em nenhuma das audiências convocadas, o Ministério da Educação se fez presente. A relação institucional e política com esse Ministério e especificamente com V. Exª sempre foi de colaboração, parceria e respeito, e a ausência reincidente nas discussões dos temas tão importantes para a Educação brasileira causa-me perplexidade e preocupação.

Conhecedor do espírito público de V. Exª, espero contar com o MEC em discussões futuras.

Aproveito o ensejo para reiterar o meu voto de respeito e apreço.

Atenciosamente.

Assino o ofício, que será entregue ao Sr. Ministro.

Uma boa notícia. Como Presidente da Comissão, conversei com o Ministro Haddad no sentido de esta Comissão, em colaboração, em parceria com o Ministério da Educação, formular uma lei de diretrizes para a elaboração de um plano de cargos e salários de educação básica, que estaria vinculada a um processo de formação continuada, e promover a criação ou o aproveitamento de fundos existentes para a compensação de salários em determinadas Prefeituras, Municípios que não tivessem condição de arcar com um plano razoável, consistente, de cargos e salários.

O Ministro mostrou o seu agrado pela proposta e designou o seu Assessor Abicalil para reunir as propostas existentes nesse setor e em tramitação na Câmara e no Senado, e a nossa Consultoria e a Secretaria da Comissão, no momento em que esse material estiver reunido, vão nos convocar para que, numa reunião específica, Senador Cristovam, talvez até informal, com os Senadores interessados nessa tarefa, nós possamos traçar diretrizes para a redação final desse projeto, que talvez devesse ser enviado ao Congresso pelo próprio Ministério, para evitar a discussão de vícios de origem. Seria, a meu modo de ver, uma tarefa magnífica para a nossa Comissão, pois nós estaremos justificando a nossa existência e, sem sombra de dúvida, também uma ação extremamente importante para o Ministério da Educação e o Ministro Fernando Haddad.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Senador Requião, primeiro quero cumprimentar V. Exª pela providência da correspondência endereçada ao Ministro.

Na audiência pública que nós tivemos aqui, na semana próxima passada, eu cheguei a mencionar que se o Ministério não atendesse às convocações e aos convites desta Comissão não nos restaria outra opção senão convocar o próprio Ministro, que, com certeza, não deixaria de atender. Mas a providência da correspondência é muito oportuna e adequada e com certeza merecerá as atenções do Ministro e de seus assessores. Penso que os fatos não se repetirão com relação à ausência de convidados para as importantes reuniões desta Comissão.

Quanto a essa sua notícia, resultado da conversa que manteve com o Ministro, quero dar um depoimento aqui, dizendo aos Senadores colegas presentes que durante dois períodos eu fui Secretário da Educação de Santa Catarina: uma vez no Governo de Wilson Kleinubing, de 1991 a 1994, e outra vez no período do Governador Luiz Henrique da Silveira, que foi o último governo.

Embora eu participasse de reuniões de Consed, embora tivéssemos uma convivência muito positiva com todas as secretarias de Estado do Brasil, era absolutamente impossível a gente ter um diálogo com as demais secretarias que fosse uniforme quando se falava de salário, de remuneração de professor. Cada um tem a sua linguagem, tem a sua política de remuneração, tem a sua política de qualificação profissional e isso dificultava que pudéssemos aplicar aquilo que o Senador Cristovam Buarque defendeu, idealizou e viu aprovado aqui no Senado, que foi a lei do piso nacional de salário para professor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E muitas vezes, Senador, o compromisso e, outras vezes, o descompromisso com a educação, o que transforma essa discussão numa discussão plural e díspar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – É verdade.

Em Estados onde, por exemplo, a categoria profissional foi representada por sindicatos mais atuantes, eles conquistaram vários benefícios de forma acessória, e não conseguiram ter uma remuneração na sua própria carreira, vamos dizer assim. Então, ao sabor de cada momento político, ou se tirava ou se concedia alguma coisa além daquilo que é a remuneração, que efetivamente é o que conta para o momento da aposentadoria após o período de trabalho. E aí vem a grande dificuldade de cada governo, porque o governo quer remunerar bem o professor que está em atividade e fazer justiça aos que vão para o período de aposentadoria. Se faz pagamentos com acessórios à remuneração, os acessórios nem sempre vão junto na hora da aposentadoria, então se vive um eterno conflito.

E, mais do que isso, as diferenças de ordem cultural e geográfica no nosso País também produzem dificuldades. Quero dizer, em homenagem ao Senador Cristovam, que em Santa Catarina nós nunca fomos contra o piso estabelecido pelo Senado, pelo Congresso, porém entramos no Cadin por uma razão absolutamente acessória, que era a questão da hora/atividade.

Em Santa Catarina, quem implantou a hora/atividade fui eu, quando Secretário pela primeira vez, estabelecendo 20% do tempo. Não existia hora/atividade. Ela era apenas uma coisa informal. Nós a instituímos, ela funcionou e hoje, com 20% de hora/atividade, todos trabalham perfeitamente e não há necessidade de se aumentar esse período. Em outros Estados, sim, é

preciso, porque a distância é maior, porque os recursos tecnológicos são menores, porque a preparação das aulas exige um outro tipo de trabalho do professor.

Então, quando se fala em política salarial, quando se fala em trabalho do magistério, efetivamente nós temos uma dificuldade de considerar o País como um todo e ter uma igualdade na análise e na prática de políticas de remuneração de professor.

Por isso quero felicitar V. Exª e dizer que, se o Ministro efetivamente tem disposição para contribuir, nós podemos chamar todo mundo: Consed, Undime e quem mais for preciso para um grande debate, para estabelecermos não só um piso, mas também a política salarial adequada para todo o País. Isso é muito positivo, isso vai trazer tranquilidade, vai trazer a valorização da categoria e, principalmente, essa formação continuada da qual V. Exª falou e que precisa ser feita na educação sem mais demora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A ideia, Senador, é um plano de diretrizes. Eu acho que o passo desejado pelo Senador Cristovam Buarque é um passo difícil para este momento, que seria a federalização do ensino básico. E nós estaríamos, de outra forma, ferindo as autonomias dos Estados federados. Mas um plano de diretrizes vinculado aos fundos e a um processo de formação continuada, eu acredito ser possível. E acredito também que, reunidos esses documentos nos processos que tramitam no Congresso Nacional, nós poderemos formular um projeto em trinta dias, a partir do momento em que tivermos esses documentos na mão. E esse processo estaria pronto para ser acrescentado ao Plano Nacional de Educação, quando chegar ao Senado da República e passar pela nossa comissão. E eu não quero esconder o entusiasmo com a possibilidade de podermos viabilizar definitivamente esse projeto.

E mais uma vez, quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para o documento que foi preparado pela nossa Consultoria e que a Secretaria mandou a cada um dos Srs. Senadores, por e-mail e de forma física também, que é o projeto de transformação do ensino da Finlândia, que é extremamente interessante.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Requião, quero dizer que fico muito satisfeito com a sua iniciativa de falar com o Ministro, a sua criatividade com essa proposta. Vou continuar lutando pela federalização. Mas, se a gente consegue o que o senhor está propondo – e sei que a federalização neste momento é impossível –, nós estaremos dando um grande passo.

Então, nesse sentido, conte comigo para estar nesse grupo para conversar com o Ministro e para tentarmos levar adiante.

Aproveitando isso, quero dizer, Senador Bauer, que até hoje o piso não está sendo pago em alguns lugares. E hoje, nos jornais, fala-se de uma reunião do ex-Presidente Lula com o Ministro Fernando Haddad, em que o Presidente teria cobrado dele a aplicação do piso e o Ministro teria dito que ainda não foi publicado o acórdão. Quero dizer que fiquei com algumas preocupações: primeiro, o fato de não ter sido ainda publicado; segundo, o fato de que foi o Presidente Lula a fazer essa reunião, e não a Presidenta Dilma. Creio que não foi bom para a Presidenta Dilma ela ainda não ter chamado o Ministro para saber disso, ou não ter publicado isso. Dois milhões de professores ficam se perguntando: será que é só o Lula, que sancionou a Lei, que se preocupa? Não foi bom isso.

Ao mesmo tempo, eu queria dizer aqui que duas coisas me preocupam na imagem da importância da educação. Eu não sei o que propor, Senador Bauer, nesta comissão.

Mas o que me preocupa é uma notinha que tem saído no *twitter*, sistematicamente, de que o Governador do Ceará teria dito: quem quiser ganhar dinheiro mude de profissão, não seja professor; ou faça concurso para o setor privado.

Eu coloquei uma notinha, perguntando: alguém tem a fonte disso? Porque há muitas lendas. E me mandaram a fonte. Publicaram no *Diário do Nordeste*, que é um jornal importante do Nordeste, do Ceará, e ele não fez nenhum desmentido.

Eu não sei o que fazer com isso, mas alguma coisa a gente deveria fazer. Perguntar ao Governador se é verdade, se não é, se foi uma falha – todos nós cometemos falhas desse tipo.

Outra coisa – que pode parecer brincadeira, mas também tem a ver com a imagem da importância da educação – é o que está no jornal de hoje, de o Presidente Lula ter dito à Senadora Marta Suplicy que ela não deveria ser candidata à Prefeita, porque o Senado é importante. Mas ele está levando um Ministro para o Governo de São Paulo, como se a educação não fosse importante, ou o Ministro não fosse bom, ou o suplente da Marta não fosse bem escolhido antes.

São mensagens que vão passando e deixam aquela marca de que a educação não é importante. Eu tenho todo o respeito à cidade de São Paulo, da sua importância, mas não diria que a cidade é menos importante do que a educação brasileira, até porque a educação de São Paulo passa pela educação brasileira.

Volto a insistir: estou de acordo com a sua proposta, vou continuar defendendo a federalização, mas até acho que a gente deveria suspender a discussão da federalização aqui, inclusive porque não passaria de uma proposta não afirmativa, ou seja, seria uma

projeto de lei autorizativo. Quero estar junto nessa sua luta, que seria um grande avanço e deixo aqui a minha perplexidade sobre essas outras coisas. Não tenho nenhuma proposta a fazer. Apenas uma perplexidade: e uma certa tristeza com os três fatos: que o Lula que chamou o Ministro e não a Presidenta, que o Governador teria dito que quem quer ser professor não tem que ganhar salário e terceiro que a Senadora deve ficar aqui porque o Senado é importante e o Ministro deve ir para lá, o que faz supor que a educação não é importante.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero atribuir essa manifestação do Governador Cid Gomes a um momento de irritação em que ele fez uma ironia. Tenho certeza absoluta de que ele não pensa dessa forma e me comprometo com os Srs. Senadores, a de maneira informal, não precisamos transformar isso num ato oficial da Comissão, entrar em contato com o Ministro Cezar Peluzzo e ver se diligenciamos para que o acórdão seja publicado o quanto antes para poder ter força de lei na sua implentação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu acrescento, em defesa, se for o caso, do Governador na sua linha de irritação, que a irritação pode nem ter sido com os professores, mas com o sindicato e, aqui para nós, quem já foi Governador do Estado, e eu fui, certamente teve muita irritação com o sindicato dos professores e eu tive.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas não chegou a propor que lecionassem por amor.

Quero comunicar a retirada de pauta, por requerimento do Senador Valter Pinheiro, do Item nº 2. o Senador Valter Pinheiro, que já havia redigido o seu parecer, seu relatório, resolveu modificá-lo e pediu tempo para isso. Então sai de pauta desta reunião e só voltará à pauta novamente quando o Senador Walter Pinheiro devolvê-lo à Mesa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem o Senado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Considerando que, no Item nº 3, eu preciso fazer alguns reexames no parecer, solicito a V. Exª que submeta ao Plenário da Comissão a retirada de pauta do item, para que eu possa rever o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o ofício, Senador? Está retirado até que V. Exª devolva à Comissão.

Vamos a um item não terminativo da pauta, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini.

ITEM 5:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações: *1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais*

Senador, compositor deve ser quem é capaz de compor?

Senador Paulo Bauer com a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, o parecer que tenho a apresentar para este projeto de lei é o seguinte.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 563, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, visa a dispor sobre o exercício da profissão de compositor. A iniciativa pretende alterar diversos artigos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências, para que as determinações desse Diploma Legal passem a alcançar também a atividade profissional do compositor.

Em sua justificação, a autora da proposição faz referência à audiência pública realizada pela CE, Comissão de Educação, com a participação da chamada "velha guarda" da música popular brasileira. Lembra que, na ocasião, vários compositores com mais de 70 anos realçaram as grandes dificuldades porque passam os artistas, sobretudo na idade mais avançada, visto que a categoria não tem aposentadoria própria nem muita clareza sobre seus direitos trabalhistas, além de se ressentir da falta de reconhecimento legal da sua profissão.

Originalmente distribuído ao exame exclusivo e terminativo da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto veio ao exame prévio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por força da aprovação de requerimento do então Senador Flávio Arns, a quem de início se entregou a relatoria, na Comissão de Educação.

Ressaltamos, aliás, que o presente relatório apenas atualiza o voto apresentado pelo ex-relator, que não chegou a ser objeto de análise deste colegiado antes do término da legislatura passada.

A análise. Nos termos do art.102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta

comissão apreciar proposições que versem sobre criações artísticas, matéria de que trata o PLS 563, de 2009.

Como bem destaca a autora em sua justificação, o projeto sob exame resulta da mobilização de importante segmento dos compositores profissionais, incluindo artistas de origem popular de amplo reconhecimento social. Entre esses, estão compositores já idosos que apesar de toda a vida dedicada à valorização e ao enriquecimento da cultura brasileira, não veem seus direitos trabalhistas garantidos na velhice.

Há, portanto, que aprofundar o debate sobre o reconhecimento legal da enorme contribuição desses profissionais para a cultura brasileira. Nesse sentido, o projeto é extremamente meritório e oportuno. Contudo, julgamos fundamental salientar aspectos relativos à forma adotada pelo projeto para a regulamentação da profissão de compositor. Optou-se pela alteração da Lei 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil, OMB, e regulamenta o exercício da profissão de músico.

Em linhas gerais, a lei que regulamenta a profissão de músico no Brasil e cria a OMB estabelece que para exercer o ofício, o profissional deve ser membro da entidade, após admissão por meio de exame, e deve pagar a anuidade no valor estabelecido pela instituição. Em tese, apenas se atendidas essas exigências, pode-se trabalhar como músico no País.

Ocorre, entretanto, que apesar da legislação em vigor, o reconhecimento da OMB como órgão regulamentador da referida profissão vem sendo questionado por importantes segmentos da categoria há algumas décadas. Essas divergências frequentemente chegam aos tribunais e no âmbito do Poder Judiciário muitos são os casos em que decisões declaram a inconstitucionalidade da Lei 3.857, de 1960.

Registre-se, por oportuno, que a Procuradora-Geral da República Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal, STF, a arguição de descumprimento do Preceito Fundamental nº183-8/800, de acordo com o qual 22 dos 72 artigos desta lei violam preceitos fundamentais, nomeadamente os incisos IV, IX e XIII do art.5º da Constituição Federal.

Dessa forma, os fatos acima apresentados desaconselham a adoção do mecanismo da alteração da Lei 3.857, de 1960, para o alcance da finalidade almejada pela autora do projeto em exame. Ademais, identificamos alguns equívocos de natureza formal nessa proposição. Na realidade, ao confeccioná-la, buscou-se simplesmente alterar, na Lei 3.857, de 1960, os dispositivos que mencionam a expressão "Ordem dos Músicos do Brasil", com a substituição dessa denominação para "Ordem dos Músicos e Compositores do Brasil" e a palavra "músico", substituída pela expressão "músicos e compositores".

Ao modificar, por exemplo, o art. 30 da mencionada lei, o parágrafo único do art. 3º da proposição estabelece: *As atribuições constantes das alíneas* b*,* c*,* e*,* g *e* i *são extensivas ao compositor*. A alínea *e* a que se reporta o mencionado dispositivo refere-se ao exercício do cargo de direção musical nas companhias produtoras de filmes cinematográficos e no Instituto Nacional de Cinema Educativo, impondo-se a reformulação integral do seu texto para acomodar o termo "compositor". Não bastasse isso, o citado órgão foi extinto em 1966, o que esvazia a possibilidade de alteração da alínea. Destarte, nos termos da proposição em análise, o dispositivo alterado seria ineficaz e, portanto, injurídico.

Cumpre-nos, dessa forma, destacar que, salvo melhor juízo, na elaboração da proposição ora em comento não foram adequadamente observadas as determinações previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

À luz dos argumentos acima expendidos e tendo em vista a relevância da matéria, propõe-se novo texto para a proposição legislativa destinada ao reconhecimento da profissão de compositor, em termos semelhantes aos da **Lei nº 12.198, de 14 de janeiro de 2010, que** *dispõe sobre o exercício da profissão de repentista*.

Voto.

Em virtude do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, DE 2009

Dispõe sobre o exercício da profissão de compositor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida a atividade de compositor como profissão artística.

Art. 2º Considera-se compositor o autor de obras musicais, com ou sem letra, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Assino como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Bauer.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos agora para outro item não-terminativo da nossa pauta.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 13, DE 2011
– Não Terminativo –

Denomina "Corredor Senador José de Alencar", o corredor de acesso do Edifício Principal ao Anexo II do Senado Federal, conhecido como "túnel do tempo".

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações: *1 – A Matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final*

Parece que temos uma vocação denominadora que deve ter tido origem em Monteiro Lobato. Ele tinha o "Poço do Visconde". Agora, temos o Corredor José Alencar, a Galeria Teotônio Vilela, amanhã ou depois, a Escadaria Fulano de Tal, Escadaria Itamar Franco. É um vezo estranho esse o de dominar espaços do Congresso Nacional.

Nós tínhamos o entendimento aqui de que, quando o Relator, não se encontrasse, nós não votaríamos o projeto. A exceção é necessária nesse caso, em virtude da dificuldade do Senador Delcídio do Amaral, que preside a Comissão de Economia, em comparecer nas reuniões da Comissão de Educação. O mesmo acontece comigo. Então, lá nos temos quebrado essa regra e eu tenho relatado por interposta pessoa alguns projetos e, aqui, hoje, convidamos a Senadora Lídice da Mata para relatar, *ad hoc,* esse projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para análise e deliberação, o Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2001, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que dá o nome de "Corredor Senador José de Alencar" ao corredor de acesso do Edifício Principal ao Anexo II do Senado Federal, conhecido como "túnel do tempo".

A proposição consta de dois artigos, o primeiro deles atribuindo a mencionada denominação a edificação do Senado Federal; o segundo, estabelecendo a vigência da norma para a data de sua publicação.

Em sua justificação, traça a autora breve perfil biográfico do homenageado, José Alencar Gomes da Silva, que se distinguiu nas diversas atividades que desempenhou, especialmente como empresário, Senador da República e Vice-Presidente da República. Ofereceu ele, ainda, edificante exemplo à Nação ao enfrentar com ânimo inabalável a enfermidade que o levaria a falecer em 29 de março deste ano, aos 79 anos de idade.

Análise.

Compete à CE opinar sobre normas que versem sobre homenagens cívicas, de acordo com o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. A homenagem de que trata o presente Projeto de Resolução do Senado é, coerentemente, de competência privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, XIII, da Constituição Federal.

No que tange ao mérito, não há dúvida quanto à pertinência da proposição. O ex-Senador e ex-Vice-Presidente José Alencar prestou inestimáveis serviços à Nação, não sendo o menor deles o exemplo de um cidadão digno, empreendedor e preocupado com o bem comum. Do menino pobre, que começou a trabalhar aos 14 anos, ao empresário que criou um dos maiores grupos de indústria têxtil do País, temos uma das faces de sua vitoriosa trajetória.

No entanto, tendo passado pela direção de entidades da classe empresarial e já com idade avançada, José Alencar inicia nova etapa de vida, dedicando-se ao exercício da política republicana. Consagra-se nas eleições de 1998 para o Senado Federal, onde teve atuação coerente e irretocável. Ao compor, com Luís Inácio Lula da Silva, chapa para a Presidência da República, o homenageado influi decisivamente para ampliar sua base de eleitores, contribuindo, assim, para relevante mudança no curso da história

brasileira.

Como Vice-Presidente e como Ministro de Estado, José Alencar demonstrou, uma vez mais, coerência com suas convicções e predisposição ao diálogo. Por fim, ao enfrentar a longa doença que terminaria por vencê-lo, portou-se com admirável bravura, estampando, até os últimos momentos, seu amor à vida, ao Brasil e a seus semelhantes. Assim como o povo brasileiro deixou-se cativar por sua figura simples e generosa, nada mais natural e justo que o Senado Federal, Casa onde José Alencar desempenhou seu primeiro mandato público eletivo, preste-lhe a homenagem de que trata a proposição.

A proposição coaduna-se com os preceitos constitucionais e jurídicos, atendendo, em particular, às

determinações da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos.

Conforma-se, também, ao que prescreve a técnica legislativa e o regimento da Casa. Faz-se necessário, contudo, corrigir pequeno erro no nome do homenageado, decorrente, sem dúvida, da celeridade com que a proposição foi formulada, um dia após a morte do ex-Senador. Ademais, o topônimo "Túnel do Tempo", em que pese seu caráter informal, deve ser grafado com 2 iniciais maiúsculas.

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2011, com as emendas de redação a seguir apresentadas.

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2011, a seguinte redação:

> "Denomina 'Corredor Senador José Alencar' o corredor de acesso do Edifício Principal ao Anexo II do Senado Federal, conhecido como 'Túnel do Tempo'."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2011, a seguinte redação:

> "Art. 1º. O corredor de acesso do Edifício Principal ao Anexo II do Senado Federal, conhecido como 'Túnel do Tempo', passa a denominar-se "Corredor Senador José Alencar"."

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente. (*Pausa*.)

Em que pese merecer nosso aplauso a iniciativa da Senadora proponente, Vanessa Grazziotin, quero aqui manifestar uma estranheza a respeito da matéria. Eu acho que o Senador, ex-Vice-Presidente e também Presidente José Alencar mereceria, sem dúvida nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mais do que um corredor.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito mais do que um corredor. Ainda mais se considerarmos que o local que está merecendo a denominação do seu nome já tem nome consagrado. E o texto do próprio projeto de resolução vai cometer uma verdadeira agressão à memória do nosso homenageado, quando diz que "o corredor de acesso conhecido como Túnel do Tempo passa a chamar-se Corredor José Alencar". Quer dizer, hoje não é um corredor, hoje é um túnel; e agora nós vamos trocar não só o nome de túnel para corredor, como também vamos dizer que o que era o nome dele deixar de ser.

Eu até acho – e coloco o assunto aqui para apreciação da nossa relatora *ad hoc*, que tem a possibilidade de fazê-lo, se o desejar – que não deveríamos denominar de corredor, até porque, como disse bem V. Exª: daqui a pouco, elevador vai ter nome de ex-Senador falecido; daqui a pouco, escadaria, floreira...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Já há, Senador, um requerimento à Mesa, reservando para V. Exª e para o Senador Benedito de Lira, no momento apropriado, os dois elevadores de acesso à garagem do Senado. (*Risos*.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – E V. Exª pode ter a certeza de que, se o requerimento existir, no meu caso, eu pretendo que ele demore pelo menos algumas décadas até ser lembrado. Mas, com certeza, se depender da minha vontade, da minha disposição, abro mão dessa homenagem desde já. O Benedito de Lira também, não é? Vamos abrir mão desde já.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E eu, como sou amigo dos dois, vou ficar numa indecisão terrível: se desço no Elevador Benedito de Lira ou no Elevador Paulo Bauer. (*Risos*.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Veja V. Exª: acho que a palavra corredor não é adequada. Não é que ofenda, mas ela diminui. Diminui porque, para quem não vive o dia a dia do Senado, o dia a dia do Congresso, corredor é aquilo que se conhece na construção civil como um espaço estreito, de passagem eventual, e de acesso a locais menos frequentados. E, na casa da gente, o corredor é sempre aquele espaço que liga a área privativa, a área dos dormitórios, à sala de visitas, por exemplo. Então, é um lugar de uso muito restrito, muito pessoal. E aqui não é o caso. Este corredor aqui dá acesso a todas as comissões, aos gabinetes de Senadores; é o caminho de entrada da rua até o plenário; é o local de acesso do plenário para o Auditório Petrônio Portela. Enfim, eu considero que aquilo, sim, pode ser chamado de túnel, mas, se tivermos que fazer justiça ao ex-Presidente, ao ex-Senador, deveríamos dar outro nome que não fosse corredor, que fosse espaço, ou ala, ou qualquer coisa assim.

Por isso, Sr. Presidente, vou pedir vistas desse projeto, para que eu possa, junto com a minha assessoria, junto com a minha equipe, criar uma outra sugestão de nome, podendo ser, evidentemente, aquele espaço. Como nós temos, por exemplo, e até coloco lá: existe sempre, há muitos anos, e eu nem era ainda Senador; eu era Deputado e, quando eu vinha para o lado de cá, eu olhava com muita atenção e com muito

interesse aqueles quadros, aquele mural que existia lá. E, para mim, aquilo era como uma galeria da história do Senado, hoje modificada, com outro motivo; mas eu penso que, se quiséssemos criar ali a Galeria da República, ou qualquer nome assim, para homenagear o ex-Presidente, o ex-Senador José Alencar, faríamos uma homenagem mais justa à sua memória.

Peço vistas, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu compreendo a intervenção do Senador Paulo Bauer como uma intervenção que melhora o projeto.

Portanto, nós poderíamos acordar, para não procrastinar a votação, uma emenda oral no sentido de modificar. Ao invés de "corredor", "túnel ou Galeria José Alencar", que pode ser a Galeria Histórica José Alencar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Da minha parte, se a maioria dos presentes estiver de acordo, eu concordo. Eu só não concordo com a palavra "corredor" e peço socorro ao Presidente, ao Senador Benedito de Lira, no sentido de acharmos um nome mais adequado.

Eu proponho, aqui, uma coisa que me ocorreu neste momento, que nós colocássemos não "corredor", mas Galeria Histórica José Alencar. Pronto. Aí será sempre um local onde se vai relembrar, valorizar a história do Senado, e ele fez parte dessa história.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Lídice acata, com a sua emenda.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo. Acato porque acho que o que interessa é manter a intenção da Senadora de homenageá-lo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, me permita mais uma observação. Nesse caso é preciso alterar a redação. Não se pode dizer, como está colocado, que o corredor denominado Túnel do Tempo passará a se chamar... Nós temos que dizer que a galeria que está fixada no corredor do Túnel do Tempo passará a se chamar Galeria Histórica José Alencar. Aí, sim, estaríamos fazendo justiça e homenageando o ex-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Estamos de acordo? (*Pausa*.)

Encerrada a discussão com esta Emenda.

Os Senadores que concordam permaneçam com estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Sobre a mesa, dois convites.

O Ministério da Cultura, o Instituto de Museus, a Comissão de Educação da Câmara e a nossa Comissão convidam para o lançamento da campanha de Apoio Parlamentar à Área Museal.

A cerimônia ocorrerá no dia 24 de agosto de 2011, às 9 horas, no Anexo II da Câmara dos Deputados, Plenário X, em Brasília.

E o presidente do Iphan, o Sr. Luiz Fernando de Almeida, convida para a solenidade de inauguração da nova sede nacional do Instituto no dia 30 de agosto corrente, às 19 horas e 30 minutos, no Setor de Edifícios Públicos Sul, Quadras 713/913, Edifício Lúcio Costa.

Na ocasião será inaugurada a Sala Mário de Andrade, com a exposição *Barcos do Brasil,* que será destinada à realização de exposições temporárias e terão como tema o patrimônio cultural brasileiro.

Os ofícios-convite serão encaminhados aos gabinetes dos Srs. Senadores.

Por escolha pessoal, de hoje em diante, eu subirei ao Senado pelo elevador Paulo Bauer, e descerei pelo elevador Benedito de Lira, invariavelmente, homenageando os meus dois companheiros por antecipação.

Está encerrada a reunião e até a próxima na terça-feira que vem.

(Iniciada às 12 horas e trinta e três minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 2.

Às doze horas e onze minutos do dia nove de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÊGO, REDITARIO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, KÁTIA ABREU, RANDOLFE RODRIGUES, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **VICENTINHO ALVES, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA** e **PAULO DAVIM**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como

aprovada. A seguir, passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias. **Item 1) REQUERIMENTO N° 65, DE 2011-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "Em aditamento ao RMA 02/2011 – CMA, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de Representantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, entre os convidados a debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), em curso no Senado Federal". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 2) REQUERIMENTO N° 62, DE 2011-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "Nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro de Estado dos Transportes, a prestar informações no Plenário desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as exonerações ocorridas no âmbito do Ministério dos Transportes, bem como sobre os motivos que levaram à instauração de procedimentos investigatórios pela Controladoria Geral da União para apurar irregularidades em sua pasta". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. O Senhor Senador Rodrigo Rollemberg subscreve o requerimento e altera a convocação do Ministro por convite para audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento, nos termos propostos pelo Senador Rodrigo Rollemberg. **Item 3) REQUERIMENTO N° 63, DE 2011-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor MÁRIO NEGROMONTE, Ministro de Estado das Cidades e convidado o senhor LEODEGAR TISCOSKI, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 3 de agosto do corrente, que trata de denúncias de liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU". Autoria: Senador Alvaro Dias. O Senhor Senador Rodrigo Rollemberg subscreve o requerimento e altera a convocação do Ministro por convite para audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento, nos termos propostos pelo Senador Rodrigo Rollemberg. **Item 4) REQUERIMENTO N° 64, DE 2011-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "Nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Sr. Mário Sílvio Mendes Negromonte, Ministro de Estado das Cidades, a prestar informações no Plenário desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as denúncias de corrupção no âmbito de sua pasta apresentadas pela edição de nº 2177 da revista Istoé". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. O Senhor Senador Rodrigo Rollemberg subscreve o requerimento e altera a convocação do Ministro por convite para audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento, nos termos propostos pelo Senador Rodrigo Rollemberg. **Item 7) TURNO SUPLEMENTAR DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009**, que "Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat)". Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2009,** que "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela prejudicialidade do PLC n° 180, de 2009; e pela aprovação do PLC n° 147, de 2009, com a emenda (substitutivo) que apresenta". Em razão da ausência de emendas, o substitutivo aprovado na reunião realizada em 07/07/2011 é definitivamente adotado sem votação, nos termos dos artigos 282 e 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 8) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que "Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003". Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relator "ad hoc": Senador Aníbal Diniz. Relatório: Contrário à matéria. Usam da palavra os Senhores Senadores Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Taques. Concedida vista do projeto ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 – Complementar – NÃO TERMINATIVO**, que "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio

de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira". Autoria: Senadora Lídice Da Mata. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, favorável à matéria com a emenda n° 1-CMA. **Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "Altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial". Autoria: Deputado Ricardo Izar. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do projeto, com o acatamento da Emenda nº 1-CAS, na forma da subemenda que apresenta. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro e Pedro Taques. A presidência concede vista coletiva do projeto, nos termos regimentais. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2011 – TERMINATIVO**, que "Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos". Autoria: Senador Clésio Andrade. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do projeto, com: a) rejeição da primeira emenda apresentada pelo Sen. Antonio Carlos Valadares; b) aprovação da segunda emenda apresentada pelo Sen. Antonio Carlos Valadares; c) uma subemenda do relator à segunda emenda de autoria do Sen. Antonio Carlos Valadares; d) uma emenda de autoria do relator. Usa da palavra o Senhor Senador Blairo Maggi. A presidência concede vista coletiva do projeto, nos termos regimentais. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento 02/2011 – CMA, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes constantes do rol anexo, entre os convidados a debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CMA**, que "Requer, nos termos do artigo 102-A, combinado com o artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, diligências para discutir, nas diversas regiões brasileiras, o Novo Código Florestal, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.", em tramitação nesta Casa do Congresso Nacional". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **3) REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CMA**, que "Requer, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, c/c art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor CARLOS LUPI, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, em sua edição de 27 de julho do corrente, e que trata do desvio de recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para entidades "fantasmas" que estariam sendo investigadas pela Polícia Federal". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento como convite ao Ministro Carlos Lupi para comparecimento em audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a Comissão de Assuntos Sociais. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 9-8-11

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta de dois requerimentos, em aditamento ao requerimento da Comissão de Meio Ambiente que propõe a inclusão de nomes constantes do rol anexo entre os convidados a debaterem o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal. É um conjunto de nomes sugeridos pelo Senador Jorge Viana e por mim, para que, posteriormente, a Comissão possa definir um calendário de debates sobre o tema. Consulto se é necessário ler a lista de pessoas ou se podemos distribuir o anexo. (*Pausa.*)

Então, vou ler. É possível que alguns já tenham sido aprovados em reuniões anteriores. Passo a ler os nomes que compõem a lista:

– Professor Carlos Nobre, Secretário Nacional de Política de Ciência e Tecnologia – MCT;

– Nabil Bonduki, arquiteto urbanista e Secretário de Qualidade do Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente;

– Raquel Rolnik, arquiteta urbanista e relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada;

– Márcio Ackermann, geógrafo e autor do livro *A Cidade e o Código Florestal*;

– Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic);

– Sindicato da Habitação (Secovi);

– Dr. Drauzio Varella;

– Israel Klabin, Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS);

– Native – Produtos da Natureza;

– Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora);

– Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam);

Código Florestal e Direito Ambiental no Brasil e no Mundo

– Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF);

– Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ);

– Professor Paulo Affonso Leme Machado, Dr. *Honoris Causa* em Direito Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho e professor da Unesp;

– Professor José Afonso da Silva, professor de Direito Constitucional;

– Dr. Ives Gandra Martins;

– Dr. Miguel Reale Júnior;

– Representante da OAB na Comissão que debate o Código Florestal na Entidade;

– Representante do Ministério Público Federal;

– Representante da Associação de Procuradores dos Ministérios Públicos Estaduais;

– Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa)

Código Florestal e o Debate Acadêmico

– Professor Ricardo Abramovay;

– Professor Marcel Bursztyn, da UnB;

– Professor Sebastião Valverde, da Universidade de Viçosa;

– Professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, da PUC-PR;

– Professor Francisco de Assis Costa, da Universidade Federal do Paraná.

Código Florestal e os ex-Ministros do Meio Ambiente

– José Carlos Machado;

– Marina Silva;

– Carlos Minc;

– Rubens Ricupero;

– José Goldemberg.

Código Florestal e os ex-Ministros da Agricultura

– Reinhold Stephanes;

– Roberto Rodrigues;

– Marcus Vinícius Pratini de Moraes;

– Francisco Sérgio Turra;

– Arlindo Porto;

– José Eduardo de Andrade Vieira.

Código Florestal e Ativistas Ambientais

– Marcos Palmeira;

– Letícia Sabatella;

– Christiane Torloni;

– Sebastião Salgado;

– Leonardo Boff;

– Miriam Leitão.

Código Florestal e Compromissos Internacionais do Brasil na Área Ambiental

– Embaixador Figueiredo;

– Representante do Pnuma Brasil;

– Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente;

– Professor Luiz Pinguelli Rosa, Secretário-Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Código Florestal na Visão dos Movimentos Sociais

– SOS Mata Atlântica;

– Imazon;

– Grupo de Trabalho Amazônico;

– Isa;

– Coiab;

– CNS;

– Via Campesina.

Código Florestal na Visão do Setor Produtivo

– Federações Estaduais da Agricultura – Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará, Acre ou outras Federações;

– Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina;

– Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);

– Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Sustentabilidade do Meio Rural

– Ricardo Ribeiro Rodrigues;

– Ricardo Abramovay;

– Judson Valentim;

– Adnan Demachki;

– Luís Fernando Guedes Pinto;

– Gerd Spavorek;

– João Paulo Ribeiro Capobianco;

– Antônio Carlos Hummel;

– Tasso Azevedo;

– Beto Veríssimo.

Além desses, há sugestão de diligências nos Estados. Esse é o primeiro requerimento.

Esses são os requerimentos que solicitam a inclusão extrapauta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSDB – DF) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Gostaria de saber se essas pessoas todas vão ser ouvidas, como vai ser a concretização disso. Será só uma audiência, vai ser um seminário. Essas pessoas têm quase um curso de pós-doutorado em Direito Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSDB – DF) – Senador Pedro Taques, isso é um aditamento àquele primeiro requerimento aprovado pela Comissão para o ciclo de debates do Código Florestal. Naturalmente nós não teremos tempo para ouvirmos todas as pessoas mas precisamos aprovar para definir com o relator um conjunto de audiências públicas, onde poderemos ouvir vários desses convidados aprovados pela Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, só para melhor compreensão aqui. Aprovamos os nomes e, depois, vamos escolhendo quem vem, dentro do rol...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSDB – DF) – Exatamente. Aí a Presidência da Comissão com a relatoria vai formar o conjunto de blocos de debates.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados.

Aprovado.

Segundo requerimento, por sugestão do Senador Jorge Viana.

Requer nos termos do art. 102, “a”, combinado com o art. 90 do inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, diligências para discutir nas diversas regiões brasileiras o novo Código Florestal, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam sentados.

Aprovado.

As Srªs e Srs. Senadores que ‘concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados.

Aprovado.

ITEM 1:

REQUERIMENTO N° 65, DE 2011-CMA

Em aditamento ao RMA 02/2011 – CMA, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de Representantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, entre os convidados a debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), em curso no Senado Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados.

ITEM 2:

REQUERIMENTO N° 62, DE 2011-CMA
– Não Terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro de Estado dos Transportes, a prestar informações no Plenário desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as exonerações ocorridas no âmbito do Ministério dos Transportes, bem como sobre os motivos que levaram à instauração de procedimentos investigatórios pela Controladoria Geral da União para apurar irregularidades em sua pasta.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Conversei com o autor do requerimento, Senador Randolfe, que concordou em transformar a convocação em convite para realização de uma audiência pública em conjunto coma Comissão de Infraestrutura que já aprovou a mesma matéria. Na ausência do Senador Randolfe, vou subscrever o requerimento, transformando a convocação em convite para uma audiência pública conjunta.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de convite para uma audiência pública conjunta, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO N° 63, DE 2011-CMA
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor MÁRIO NEGROMONTE, Ministro de Estado das Cidades e convidado o senhor LEODEGAR TISCOSKI, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 3 de agosto do corrente, que trata de denúncias de liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Da mesma forma, consultei o senador Alvaro Dias sobre a transformação de convocação em convite para que possamos aprovar o convite ao Sr. Mário Negromonte, Ministro das Cidades e o Sr. Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental que houve a concordância do Senador Alvaro Dias.

Portanto, coloco em votação e apreciação o convite para o Ministro das Cidades e para o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com convite permaneçam sentados.

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO N° 64, DE 2011-CMA
– Não Terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Sr. Mário Sílvio Mendes Negromonte, Ministro de Estado das Cidades, a prestar informações no Plenário desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as denúncias de corrupção no âmbito de sua pasta apresentadas pela edição de nº 2177 da revista Istoé.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Na ausência do autor, subscrevo transformando em convite e coloco em votação.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados.

Aprovado.

ITEM 5:

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 – CMA

A autora não está presente, fica, portanto, prejudicado o Item 5

ITEM 6:

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011 – CMA

Fica também prejudicado em função da ausência da autora do requerimento.

ITEM 7:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009 – (TURNO SUPLEMENTAR) –

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).

Observações: 1) Em reunião realizada em 07/07/2011 foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por 8 votos favoráveis. Fica prejudicado o PLC 180, de 2009.

2) A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282).

Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284).

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007 – Não Terminativo –

O projeto é de autoria da Senadora Kátia Abreu.

O Senador Eunício Oliveira solicitou a retirada de pauta do projeto, mantendo compromisso de vir relatar a matéria na próxima reunião da Comissão.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, pela ordem, a Senador Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, são três meses de espera. Não há possibilidade de uma circunstância dessa. Eu gostaria que meus colegas tivessem a oportunidade de avaliar o meu projeto de decreto legislativo. Que ele pudesse ser avaliado e entregue *ad hoc* por algum Senador. São 90 dias de promessas, com todo respeito ao Senador Eunício, sei das suas ocupações como Presidente da CCJ, mas esse é um projeto de decreto legislativo impossível de permanecer como está.

Pretendo tentar convencer os meus colegas do prejuízo que esse decreto tem causado ao setor agropecuário. Gostaria que pudesse ser relevado e que pudéssemos, pelo menos, ler a matéria hoje e o senhor destinasse alguém para a relatoria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Atendendo à solicitação da Senadora Kátia Abreu, realmente esse é um tema que já está há alguns meses na pauta desta Comissão, designo o Senador Anibal Diniz como relator *ad hoc* do referido projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 90, de 2007, de autoria da Senadora KÁTIA ABREU, susta a aplicação do art. 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça.

O Decreto nº 4.680, de 2003, regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados. A Portaria nº 2.658, de 2003, do Ministério da Justiça, regulamenta o Decreto supracitado. Na justificação, é exposto que as normas regulamentares em análise são de difícil ou impossível cumprimento, bem como seriam contrárias ao art. 40 da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança).

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

O art. 49, V, da Constituição Federal (CF) confere ao Congresso Nacional a competência para "sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". Não trata o referido dispositivo constitucional, evidentemente, de apreciar o mérito do ato regulamentar. Ao revés, cabe a sustação de um ato do Executivo que extravasou a competência para regulamentação constitucionalmente conferida.

Desse modo, cumpre verificar se o ato em questão realmente é exorbitante.

Consta da justificação do PDS nº 90, de 2007, que o Decreto nº 4.680, de 2003, está em conflito com a Lei de Biossegurança.

O art. 40 da Lei de Biossegurança dispõe:

Art. 40. Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento.

O mencionado art. 3° do Decreto nº 4.680, de 2003, dispõe sobre a rotulagem de alimentos produzidos a partir de animais alimentados com rações que contenham OGM ou derivados, nos seguintes termos:

Art. 3º Os alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos deverão trazer no painel principal, em tamanho e destaque previstos no art. 2º, a seguinte expressão: "(nome do animal) alimentado com ração contendo ingrediente transgênico" ou "(nome do ingrediente) produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico."

Já a Portaria nº 2.658, de 2003, do Ministério da Justiça, detalha as regras para rotulagem de alimentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, ou de seus derivados, e define o símbolo de transgênico, que deverá acompanhar o rótulo dos produtos. Percebe-se, inicialmente, que os atos infralegais são anteriores à mencionada Lei nº 11.105, de 2005.

A questão da superveniência de uma norma posterior de hierarquia superior em face do regramento pretérito se resolve pela revogação ou pela recepção. Haverá revogação dos dispositivos pretéritos quando houver contrariedade com a nova norma e haverá recepção dos que não forem contrários.

Trata-se de questão já há muito pacificada na doutrina e jurisprudência.

Assim, não se pode pretender "sustar" normas infralegais pretéritas: se incompatíveis com a nova legislação, elas já estão revogadas.

O que se pode fazer, caso o interessado deseje, é obter um provimento judicial nesse sentido.

Portanto, do ponto de vista jurídico, entendemos que não é possível sustar, por meio de Decreto Legislativo, a aplicação das normas em tela, pelas razões a seguir expostas:

a) adotando-se o pressuposto de que o Decreto e a Portaria divirjam da Lei de Biossegurança, como a Lei foi publicada posteriormente aos atos infralegais, e dada a hierarquia das normas, o Decreto e a Portaria estariam automaticamente revogados, restando prejudicado o Decreto Legislativo de sustação;

b) outro entendimento, e que nos parece mais correto, é que o Decreto e a Portaria não divergem da Lei de Biossegurança, pois esta prevê, no art. 40, que a rotulagem de alimentos produzidos a partir de OGM e derivados deverá ser rotulada conforme o regulamento. Tal regulamento vem a ser o próprio Decreto nº 4.680, de 2003. Considerando-se esse entendimento, também não é possível sustar a aplicação do Decreto e da Portaria em tela, pois tais normas não exorbitam o poder regulamentar conferido pela Lei de Biossegurança.

Em vista dessa questão técnica, deve ser discutido se os atos normativos em questão teriam exorbitado o poder de regulamentação em face da referida Lei nº 8.078, de 1990. Como expressamente mencionado na sua ementa, o Decreto nº 4.680, de 2003, versa sobre o direito à informação, previsto no CDC, em relação aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados.

O art. 6º, III, do CDC, prevê, como um dos direitos básicos do consumidor:

> **Art. 6°** .....
>
> III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Esse dispositivo não abrange apenas produtos comprovadamente nocivos, perigosos ou que causem danos. Ao revés, entre outros aspectos, trata do direito do consumidor de conhecer o produto. Por isso, as expressões "características" e "composição". Ser um alimento decorrente de produtos transgênicos ou decorrente de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos é uma característica do produto. Desse modo, não se pode falar que os atos normativos teriam exorbitado o poder regulamentar.

A informação é um direito básico do consumidor. Obviamente, o direito de conhecer minimamente o produto que se está comprando está abrangido pelo art. 6º, III, do CDC, supra transcrito.

É certo que pesquisas de opinião pública têm demonstrado o clamor público pela informação a respeito das características dos produtos postos à disposição dos consumidores, inclusive no tocante a produtos transgênicos ou que contêm insumos transgênicos. Desse modo, a população deseja saber se um produto tem tais características, para que possa exercer o direito de escolha quanto a adquiri-lo ou não.

As normas em análise não fazem exigências descabidas. Ao revés, estão em plena sintonia com o direito à informação do consumidor e com o desejo da população de saber se um produto ou seus insumos são geneticamente modificados.

Voto.

Ante o exposto, o voto do relator é pela **rejeição** do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – com a palavra para discutir, a autora do Projeto, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Inicialmente, quero agradecer a gentileza por ter colocado o projeto em votação.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, não estamos aqui com essa proposta de decreto legislativo, rompendo a Lei de Biossegurança. Ao contrário, a Lei de Biossegurança, em seu art. 40, é claríssima. "Todos os produtos que são transgênicos ou seus derivados deverão ser rotulados".

Isso é pacífico, isso é óbvio. Ou seja, o milho que foi produzido, que seja transgênico, ou seus derivados, o fubá, por exemplo, têm que estar rotulados.

Isso está corretíssimo. Não temos nenhuma dúvida com relação a essa questão.

O que eu gostaria de esclarecer bastante ao colegas é que o Senador Eunício não é contrário à tese, ao conteúdo do meu projeto de decreto legislativo. Ele só acha que ele é desnecessário porque na Lei de Biossegurança, em seu art. 40 a sua clareza é imensa. Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM [no caso seria o milho ou derivados, como o fubá], deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento.

O que diz o Decreto nº 4.680 – chega à beira do ridículo, Sr. Presidente.

Art. 3º Os alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos deverão trazer no painel principal, em tamanho e destaque previstos no art. 2º, a seguinte expressão:(.....)

O que ele quer dizer com isso? Se eu comer um milho transgênico, eu sou transgênica. Que o porco que vai comer o milho transgênico, vira transgênico. Que uma criança que vai tomar o mingau de um fubá transgênico, vira transgênico. E, na realidade, não é isso. Na realidade, a pizza de calabresa vai ter que ter no cardápio se aquele porco comeu milho transgênico ou uma ração transgênica. Além de ser desnecessário do ponto de vista científico e da saúde humana, que é o mais importante, é impossível porque o Brasil não conseguiu, até hoje, fazer raçabilidade nem na sua cadeia bovina, que é o maior produto de exportação e consumo no Brasil. Nós não conseguimos ainda encontrar raçabilidade bovina. Imaginem dos frangos e porcos do País inteiro. Do peixe... Imaginem a raçabilidade do peixe para saber se ele comeu ração transgênica.

Então, o que é que faz um produto de verdade ser transgênico? Só para repetir e ficar gravado. Sei que todos os Senadores sabem bem disso. É quando há a introdução no genoma daquele animal, ou daquela planta, na sua estrutura genética, de um fragmento qualquer de origem de outro animal ou de outra planta. Então se eu pegar e produzir um porco que tem um gene de outra raça, eu estou fazendo um transgênico. Mas o fato de um porco que não é transgênico comer um milho ou uma ração transgênica , não o torna transgênico, porque o fato de ele ingerir o produto não significa que vá mexer na sua estrutura genética, não está tendo a colocação de nenhum fragmento de DNA originário de outro bicho, de outro animal. Isso é um absurdo. E quando o Senador não discorda da minha tese, mas apenas de que desnecessário porque uma lei revoga outra, nós sabemos que no Brasil não é assim. Em que pese o art. 40, a Lei de Biossegurança define que transgênico que tem que ser rotulado é só o produto ou o seu derivado, o Ministério da Justiça, através do PROCON estão lutando , todas as empresas, que estão dando como alimento um produto transgênico. Aí ele sugere que as pessoas vão à Justiça. É a judicialização do País. Então ele diz: o que se pode fazer, caso o interessado deseje é obter um provimento judicial nesse sentido. Quer dizer, além da impossibilidade porque não há raçabilidade no País para esses animais, vamos impor às empresas do País de forma desnecessária mais uma ação na Justiça, um custo de contratar um advogado para dizer que um porco que comeu milho transgênico não é transgênico.

Sr. Presidente, não tem essa necessidade, vamos ajudar os empresários do País a ter menos esse custo. Nós não estamos tirando a rotulagem, que isso fique muito claro. Estamos tirando a aberração, o absurdo dessa matéria.

Por isso peço aos colegas que reflitam sobre o custo-Brasil, sobre a burocracia imposta, muitas vezes para gerar facilidades, nós sabemos, da pior forma possível. Que nós possamos modificar isso pelo Senado, e que os empresários sejam dispensados dessa ação na justiça. Infelizmente, e também é lógico que nós compreendemos que a Justiça não tem obrigação de entender os meandros de um processo de transgenia, de como funciona, imagine até a decisão judicial, a decisão de um juiz, esperar chegar em última instância um multa, por exemplo, colocada pelo Procon. Apenas para facilitar. Quantas vezes nós estamos observando, como no Código Florestal. Apesar de a Constituição dizer que uma lei não pode retroagir para prejudicar, nós estamos colocando no relatório, e foi aprovado na Câmara, eu espero que seja aprovado aqui, que quem praticou todos os atos quando a lei permitia, não pode ser penalizado. Nós estamos apenas reescrevendo a Constituição. Mas a Justiça brasileira, os órgãos de meio ambiente não entendem assim. Estão fazendo e praticando a retroatividade da. Nesse mesmo caso, se o produtor se sentir ofendido, ele tem que ir para a justiça, para as calendas, de 10, 15, 20 anos, para demonstrar que ele praticou aquela ação, no caso um desmatamento ou qualquer outra coisa outra forma, quando a lei permitia.

Então é uma judiação que a gente tenha que ficar escrevendo leis, mas, infelizmente, esse decreto está sendo cumprido sim, está havendo a exigência por parte do Procon.

O segundo ponto é com relação à exigência de um triângulo amarelo com o T em preto, para o produto transgênico. Gente, o que significa um triângulo amarelo com alguma letra no meio, no trânsito, por exemplo? Risco, alerta. Então é melhor a gente acabar com os transgênicos no país e dizer para as pessoas que aquilo é motivo de alerta e de perigo. Porque, aí, sim, nós estamos sendo irresponsáveis; nós estamos permitindo que alguma coisa perigosa seja vendida para consumo humano? Pois se foi aprovado, se nós temos a CTNBio, composta apenas por cientistas, do maior rigor e categoria no país, que autorizou o produto a ser comercializado, é porque não faz mal à saúde humana.

Então eu estou colocando num produto que não há perigo o risco do preconceito, de ter um triângulo amarelo com um T. Pode escrever transgênico com letra garrafal, não tem problema, é apenas uma marca que foi colocada de forma preconceituosa e proposital, para trazer medo à população de que aquilo pode significar perigo.

Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas um esclarecimento. Quanto à primeira parte, eu acho que a portaria ia adiante. Agora, em relação à rotulagem, essa é a minha dúvida, o consumidor tem o direito de saber, pois existe a ideia preconcebida por vários segmentos, meios religiosos, etc., de que o transgênico é algo demoníaco. Bem, como é que a população vai ficar sabendo? A senhora sugere outro tipo de rotulagem?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Qualquer tipo de rotulagem, desde que não esteja contra este. Imagina...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Imagine se o decreto-legislativo é aprovado e o Congresso suste os efeitos dessa portaria, como é que fica? Teria alguma alternativa?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Da mesma forma, tem que escrever que é produto transgênico. Esse símbolo, esse modelo, esse triângulo amarelo, que significa um alerta, um perigo, também uma cruz seria a mesma coisa. Por que não um círculo, por que não um quadrado? Que pode ser muito maior; que se estabeleça dimensões. Mas é apenas para tirar o risco de preconceito de um símbolo que, para os brasileiros, significa perigo e alerta. E isso não é verdadeiro. Se nós tirarmos o triângulo não tiraremos a obrigatoriedade de colocar a rotulagem; apenas a forma. Cada empresa pode colocar do tamanho que quiser, da forma que quiser, tem todos os padrões de tamanho, estabelecido pelos regulamentos; não é do jeito que quer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe um padrão estabelecido pelos regulamentos, desculpe a minha ignorância.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Existe, regulamentado pelo próprio Ministério, existe um regulamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quer dizer, a empresa não pode fazer assim como... Às vezes, a gente está habituado à campanha eleitoral, e o sujeito não quer apoiar o candidato majoritário e põe lá o nome pequenininho na cédula. (*Risos*.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, não existe essa possibilidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem um padrão.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Tanto que a Lei de Biossegurança não coloca esse símbolo, não coloca símbolo nenhum; apenas a obrigatoriedade que está correta, de e o consumidor saber se está comendo ou não produto orgânico; transgênico ou não transgênico. E isso, inclusive, é até *marketing* para os orgânicos, colocar bem grande que o produto é orgânico. Quem tiver dinheiro para pagar o preço, que sorte para essa pessoa: comer sem defensivos. É muito bom para a saúde.

Então é apenas isso. Não tira a rotulagem de nada, apenas um preconceito e uma situação desnecessária que está trazendo custos, ônus para as empresas de alimentos do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Tem a palavra o Senador Pedro Taques, pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, fiquei convencido em termos pela argumentação de S. Exª, a Senadora Kátia Abreu, mas confesso a V. Exª, Sr. Presidente, que não estou convencido a respeito do controle de constitucionalidade repressivo, que é feito por este decreto legislativo.

Desta feita, solicito vista deste projeto e me comprometo, na próxima semana, com a senhora a, na próxima semana, trazer, não ficar três meses com ele não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Pedro Taques.

Peço aos Srs. Senadores não saírem, porque temos algumas matérias terminativas e não podemos

perder o quórum. Parece-me que o Senador Cristovam é Relator de um desses projetos terminativos.

ITEM 10:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 21, DE 2011
– Complementar –
– Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senadora Lídice Da Mata, que muito nos honra com a sua presença.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para emitir o seu parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, começarei a lei pela análise do projeto.

Análise.

Em função da preocupação do governo brasileiro com o equilíbrio nas contas públicas e, em particular, a garantia de um superávit primário, o orçamento brasileiro vem sendo submetido, nos últimos 10 anos, a limitações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para assegurar o equilíbrio nas contas públicas, busca-se o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Para tanto, a Lei nº 101, no seu art. 9º, prevê a limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidos para o exercício.

Isso significa que a frustração na realização das receitas previstas para um bimestre importará na limitação dos empenhos, na medida da frustração ocorrida na receita. Não havendo a arrecadação prevista, algumas despesas programadas não poderão ser executadas. Estão excetuadas dessa exigência as obrigações constitucionais e legais do respectivo ente e as despesas ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tais restrições às despesas são perfeitamente compreensíveis, posto que o equilíbrio das contas públicas é essencial para a saúde da economia e da sociedade.

Consideramos, contudo, que as despesas destinadas à defesa do meio ambiente devem ser incluídas no rol daquelas que não podem sofrer contingenciamento. Como justificou a autora do projeto, Senadora Lídice da Mata, *a limitação das dotações constantes da lei orçamentária prejudica fortemente a execução de ações essenciais à promoção do uso sustentável dos recursos naturais em nosso país*. De fato, não se pode fazer planejamento e realizar investimentos de longo prazo quando, a cada trimestre, existe a ameaça de os recursos do governo serem parcial ou totalmente congelados. A área de meio ambiente é particularmente delicada porque frequentemente envolve compromissos internacionais e a aplicação de recursos vindos do exterior.

Por essa razão estamos de acordo com a proposição que pretende incluir, dentre as despesas que não podem sofrer contingenciamento, aquelas destinadas à defesa do meio ambiente. Considerando, porém, que o uso da expressão "meio ambiente" pode se referir tanto às dotações orçamentárias do *órgão* orçamentário Ministério do Meio Ambiente como às dotações classificadas pela *função* "gestão ambiental", propomos emenda no intuito de tornar preciso o sentido do projeto. A opção pelo não contingenciamento orçamentário das dotações previstas na *função* "gestão ambiental" nos parece mais alinhada às intenções do projeto, por abranger não apenas o órgão, mas toda uma área determinada de atuação do poder público, que também inclui, por exemplo, ações de recuperação de bacias hidrográficas.

A proposição, embora proteja as dotações destinadas à área de meio ambiente, não comprometerá o processo de garantia de cumprimento das metas fiscais. O projeto não altera o modelo ou a forma de se garantir a realização de tais metas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que compete ao Poder Executivo apurar o montante necessário de limitação e, portanto, distribuir o valor total entre os órgãos da administração pública. O PLS nº 21, de 2011, apenas significará, portanto, que outras funções orçamentárias haverão de suportar limitações proporcionalmente maiores.

Em 2011, estimamos que, na ausência do projeto, as dotações orçamentárias inscritas sob a função Gestão Ambiental, venham a sofrer contingenciamento de aproximadamente R$ 858 milhões, considerando um índice médio de valores empenhados sobre valores autorizados nos último dois anos (% empenhado/autorizado de 81,6% em 2009 e 70,5% em 2010, referentes às despesas passíveis de contingenciamento na função Gestão Ambiental). O montante representa cerca de 0,4% do montante total sujeito a contingenciamento pelo Poder Executivo. Conclui-se que a sobrecarga em relação às outras funções orçamentárias será muito pequena.

Além disso, é importante lembrar que o meio ambiente já dá uma contribuição muito significativa para o superávit primário. Os recursos recebidos a título de

compensação financeira – pela utilização de recursos hídricos, pela exploração de recursos minerais, e pela exploração de petróleo e gás natural – são classificados como reserva de contingência e não são destinados a órgãos ambientais ou às ações compreendidas sob a função orçamentária da gestão ambiental. Em 2009 e 2010, essa reserva somou R$1,49 bilhão e 1,47 bilhão, respectivamente. Nota-se que esses valores, inclusive, superaram as dotações sujeitas a contingenciamento do Ministério do Meio Ambiente em cada exercício, que totalizaram R$892 milhões em 2009 e R$865 milhões em 2010; propomos emenda. Em 2011, o valor dessa reserva de contingência deve se aproximar de R$1,04 bilhão.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº.... – CMA
(Ao PLS nº 21, de 2011)

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 21, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º.....

"Art. 9º..... ."

"§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as destinadas à função de gestão ambiental e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias."

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do eminente Senador Antonio Carlos Valadares permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Cumprimento a autora do projeto, Senadora Lídice da Mata, e também o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

ITEM 11:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008 – Não Terminativo –

Altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Autoria: Deputado Ricardo Izar.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para relatar o seu parecer.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, esta matéria, no meu entender, e pelo que está no relatório, não tem nenhum tipo de vício, não tem ressalvas na questão da técnica legislativa; ela oferece um serviço à população que é necessário. Se nós modificarmos o § e o artigo, nós vamos ofertar à população um trabalho mais ágil e sem custo.

Então, a análise desta matéria é favorável – e o meu relatório aqui também – à aprovação e à substituição do que está colocado, com uma modificação que foi proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, e que diz assim:

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CAS:

"**Art. 1º** O art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. É facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções, a cargo de técnico habilitado, e observada a prescrição médica, e para aferição da pressão arterial."

.....

E a Comissão fez uma emenda, que é o § 3º, para deixar mais clara a questão da pressão, que diz assim:

"§ 3º A aferição da pressão arterial a que se refere o *caput* será feita de forma gratuita. (NR)"

Portanto, nenhuma farmácia poderá fazer a cobrança para esse tipo de atendimento. É mais um serviço da rede de saúde pública, ou de saúde que pode ser pública, na farmácia que é prestadora de serviço privado.

Então, o meu voto é pela aprovação e pela modificação proposta no projeto original do Deputado Ricardo Izar, já falecido há algum tempo.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O relatório de V. Exª é pela aprovação, com acatamento da Emenda nº1 da CAS?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Tem a palavra, para discutir, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com todo respeito pela opinião do ilustre Relator, que eu costumo geralmente acatar, sem pestanejar, eu não concordo com esta emenda, porque a farmácia não é um serviço público, é um empreendimento comercial. Por que eu devo impor ao proprietário da farmácia que ele disponibilize ao público gratuitamente um serviço? Muito bem, ele pode facultar, mas também ele pode cobrar.

Se for aprovada esta emenda, a farmácia que quiser eventualmente cobrar não poderá fazê-lo.

Entendo que nós estaríamos assim, aprovando esta emenda, Sr. Presidente e Sr. Relator, ingerindo na atividade privada. E creio que a Constituição não nos dê esse poder.

Por isso, sou pela aprovação do artigo, da mudança proposta pelo saudoso Deputado Ricardo Izar, mas não com a emenda da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o nobre Relator Blairo Maggi, em seu parecer, deteve-se sobre a proposta inicial, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados, e o acréscimo de uma emenda, realizada pela Comissão de Assuntos Sociais, que, a meu ver, apesar do brilhante parecer, esta emenda – e tem toda razão o Senador Aloysio – se contrapõe ao direito de a farmácia manter os seus serviços comerciais sem nenhuma alteração ou bloqueio. Mesmo porque, acho saudável a ideia do Deputado Izar de proporcionar mais um serviço, junto às farmácias – que, aliás, muitas delas já vêm fazendo em todo o Brasil –, de atendimento ao público para medir a pressão arterial. Quer dizer, é uma adição ao serviço de saúde pública que, como nós sabemos, é profundamente assoberbado nos postos de saúde. Se as farmácias se propuserem a agilizar esse serviço, a trabalhar em consonância com o Poder Público, para prevenir doenças que podem levar o cidadão à morte, caso, em dado momento, não haja uma medição adequada, merece os nossos aplausos.

Portanto, acho que esta emenda não tem sentido. De fato, ela atinge aquilo que é vital na nossa Constituição, que é a liberdade de todas as farmácias, de todos os serviços particulares administrarem, senão há interferência do Poder Público, que, na cobrança dos impostos, é uma interferência devida e positiva – toda empresa é obrigada a pagar impostos. Se ela está pagando os impostos, não tem razão por que a gente impor que o serviço seja gratuito ou não. Logicamente que as farmácias, até para atraírem clientes para as suas atividades, vai fazer tudo gratuito e muita gente já está fazendo, inclusive no meu Estado de Sergipe. A medição de pressão é um serviço que vem sendo proporcionado gratuitamente, não só pelo Poder Público, mas também pelas farmácias, de um modo geral, esse serviço de utilidade pública.

Portanto, os meus parabéns ao Relator, e pondero que esta sugestão do Senador Aloysio seja atendida, retirando esse parágrafo, mesmo porque o projeto, se nós aprovarmos essa alteração, volta para a Câmara. Vamos homenagear o seu autor, que já faleceu, fazendo com que a matéria vá diretamente à Presidência da República, para sanção presidencial.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Flexa, vou passar a palavra a V. Exª para discutir, mas antes eu quero fazer uma observação aqui. E se eu estiver equivocado eu quero que a assessoria aqui me chame atenção.

Mas só para avisar a todos os Srs. Senadores aqui que, se for rejeitada a emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi, o projeto original que consta aí define que, tanto a aplicação de injeções como a medição de pressão arterial, será feita de forma gratuita e desvinculada de qualquer produto.

É só para alertar porque, na verdade, a emenda procurar retirar a parte da aplicação de injeções da obrigação de gratuidade, mantendo a gratuidade apenas para aferição da pressão arterial.

Portanto, é só para esclarecer, se eu não estiver equivocado.

Senador Flexa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o artigo aqui fala em "facultado". Facultado não é obrigado. A farmácia não é obrigada a fazer esse serviço. Portanto, é gratuito ou não, depende da farmácia.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse serviço ele é facultado, é facultativo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É facultado ter o serviço, mas se tiver é de forma gratuita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, em que artigo está isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É o Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008.

> Art. 18. É facultada a farmácia ou drogaria manter o serviço de atendimento ao público, efetuado por técnicos habilitados, para aplicação de injeções, observada a indispensável prescrição médica, e para aferição de pressão arterial de forma gratuita, e desvinculada da aquisição de quaisquer produtos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De forma gratuita, mas facultada. A farmácia decidiu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, não, é facultado o serviço. Se oferecer o serviço, tem que ser de forma gratuita. Esse é o meu entendimento.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse é o entendimento, sim, Sr. Presidente. Se é facultativo o serviço e ele resolver prestar o serviço, ele não pode cobrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, sobre este projeto, acho que devemos estudá-lo melhor no sentido de salvá-lo. O projeto é de uma importância muito grande, porque hipertensão e diabete são duas doenças silenciosas, que levam ao óbito para as pessoas que as adquirem. Elas não dão sinal imediato, elas vão corroendo o organismo até chegarem a um AVC ou infarto, na questão da hipertensão; e o problema renal e outros para a diabete.

Isso tem um custo, além da vida que é perdida, para o sistema público de saúde de tratar os casos agudos dessas doenças, que já são de alta complexidade.

Eu fiquei surpreso ao saber que, para que uma farmácia possa oferecer o serviço de medição de pressão arterial, ela tem que ser autorizada por uma lei, que é uma coisa tão simples hoje. Na verdade, o Estado brasileiro é que, em todos os seus níveis, nas farmácias, colocar isso como um serviço público da maior utilidade. É este e a medição do nível de glicose, que é o diabetes, de tal forma que todos os brasileiros tivessem acesso a esses serviços para evitar um mal maior à frente.

Então, eu quero verificar, Sr. Presidente, de que forma a gente pode salvar o projeto. Acho que a gente não pode obrigar que seja gratuito, acho que isso também não pode ser assim, acho que a gente tem que dar a condição para que as farmácias ofereçam o serviço e aí – como o Senador Valadares disse – que cada uma definisse como quer fazer isso, como uma oferta de serviço para atrair cliente ou se quer por usura cobrar. Eu sei que as injeções são cobradas. Se aprovar o projeto, elas não serão. Mas a questão de ser gratuita ou não, nós não temos que definir. Tem que deixar a iniciativa privada definir isso, se quer oferecer isso como um plus para a sociedade. Agora, como salvar, nós temos que pensar. Porque se nós derrubarmos a emenda, vem a gratuidade.

Então, como salvar o projeto sem que possamos emendá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – SDF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, com respeito ao autor do projeto, o Deputado Izar, com respeito ao relator, acho que este projeto aqui esteja fadado à inconstitucionalidade. Não cabe a esta lei estabelecer se a farmácia vai fazer ou não a gratuidade. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto, na semana retrasada, antes do recesso, fui tomar uma injeção numa farmácia, aqui na 309, atrás do apartamento funcional do Senado, na 309 Sul. O cidadão disse o seguinte: aqui em Brasília, a farmácia não aplica injeção mais. O senhor tem que ir a um posto médico – me citou o endereço desse posto médico. Aí, perguntei: Mas, por que vocês não aplicam mais injeção? Ele respondeu-me: "É que muitas vezes o farmacêutico não é habilitado isso, o atendente aplicava e as farmácias podem ser ré em ações de danos materiais promovidos pelos clientes". Eu lhe disse: Nossa, eu nunca havia pensado nisso; vou até pensar...

Muito bem, cabe à farmácia estabelecer a possibilidade ou não de aplicar essa injeção como um *plus* ao serviço que ela presta. Agora, estabelecer isso em lei e dizer que isso pode ser facultativo, cobrado ou não, penso que a lei não teria a necessidade de isso ser estabelecido.

Portanto, entendo que esta lei se apresenta como inconstitucional, tendo em conta a ordem econômica que nós adotamos. A iniciativa privada aqui é uma atividade econômica, é lógico que tem uma destinação à proteção da saúde, valorização do farmacêutico, da drogaria, mas, com todo o respeito, penso dessa sorte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para concluir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Pedro Taques, a minha dúvida é se... Eu vejo aqui, no *caput* do projeto, que ele se refere ao artigo 18, da Lei 5.991, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Acho que há uma proibição – me parece que seja assim – de oferecer esses serviços...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É exatamente, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa, V. Exª me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª tem razão, o artigo 55 desta lei que está sendo alterada, diz assim: *"é vedado utilizar qualquer dependência da farmácia ou das drogarias como consultório, ou outro fim diverso de licenciamento."*

Então, se o licenciamento for somente para vender remédio, não pode dar injeção, não pode fazer nada. De fato, o Senador Pedro Taques tem razão, barra numa constitucionalidade e, agora, numa ilegalidade, porque ele está alterando, realmente, o artigo 55, está dando uma nova redação. Porque o artigo 55 é taxativo: não pode fazer nada além do que foi autorizado no licenciamento. E o artigo 55 original, lá quando o Deputado apresentou o projeto, diz assim:

> É vedado utilizar qualquer dependência da farmácia ou da drogaria como consultório ou outro fim diverso do licenciamento, exceto na prestação de serviço de utilidade pública, eventualmente prestado de forma gratuita na medição de pressão arterial (...)

O projeto original foi alterado pela Câmara, e dá uma redação diferente da proposta original. A intenção do autor foi diferente, a da Câmara já foi outra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aí há duas questões que são importantes para colocar.

Veja bem, o projeto original que veio para ser relatado pelo Senador Blairo define a possibilidade da prestação de serviço de aplicação de injeções e de aferição de pressão arterial, mas coloca de forma gratuita.

O Senador Blairo Maggi retirou, através da subemenda que acatou, a obrigação de gratuidade à aplicação de injeções, mas manteve a da aferição arterial, que é um serviço, convenhamos, hoje muito simples.

Agora, efetivamente, se o plenário da Comissão de Meio Ambiente entender que deve dar às farmácias a possibilidade de realização dos dois serviços, mas não garantir a gratuidade de um desses serviços, tem que fazer uma subemenda retirando o § 3º da emenda. Com isso, facultará às farmácias e drogarias manter serviço de atendimento ao público, para aplicação de injeções, a cargo de técnico habilitado, observada a prescrição médica, e para aferição de pressão arterial. Faria uma emenda excluindo o § 3º da subemenda que diz que a aferição da pressão arterial, de que trata o *caput*, será feita de forma gratuita.

Só para um esclarecimento, tem a palavra o relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Deixa o relator falar agora um pouco também.

De fato, esse projeto tem importância porque as farmácias estão proibidas de aplicar injeções. Elas estão proibidas aqui pelo art. 55, conforme foi lido aqui. Mas, o entendimento que até este momento tenho é de que não poderiam, de que as farmácias não podem fazer.

Portanto, o que esse art. 18 está permitindo é que façam a aplicação de injeção e possam fazer a medição da pressão arterial, o que acho interessante para a população.

Eu mesmo, esses dias, estava com a pressão meio alterada e estava com dificuldade em encontrar uma farmácia que fizesse a aferição, inclusive para fazer a aplicação de injeção também.

Então, eu concordo aqui com os colegas a respeito da retirada do § 3º e a gente encaminha da melhor forma como está colocado aqui no art. 18.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Da forma como o Congresso, e de modo especial o Senado, está sob pressão neste início de semestre, nós temos um posto de medição de pressão arterial ali ao lado do plenário. É pedir para o Presidente Sarney colocar dentro do plenário, porque senão os senadores não vão suportar a pressão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Confesso que a minha alteração de pressão começou antes dos problemas que vieram aqui para esta Casa. Mas, já fui ali no postinho e já tenho até uma fichinha para fazer o controle.

(Interrupção da gravação)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por cautela, que nós pudéssemos dar vista coletiva a este projeto da Comissão para que o Senador Blairo Maggi reapresente o seu parecer, com essa modificação e nós votaríamos na próxima reunião da Comissão.

Concordam? *(Pausa.)*

Então, agradeço e vamos ao próximo item da pauta. Aproveitando aqui a presença do Senador Cristovam, que é relator de um projeto terminativo e temos quorum para votar. Peço que todos permaneçam para

que a gente possa votar pelo menos mais um projeto terminativo.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos.

Autoria: Senador Clésio Andrade
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do projeto, com: a) rejeição da primeira emenda e aprovação da segunda emenda, ambas apresentadas pelo Sen. Antonio Carlos Valadares; b) uma subemenda do relator à segunda emenda de autoria do Sen. Antonio Carlos Valadares; c) uma emenda de autoria do relator

Observações: *1) Em 01/04/2011, foram apresentadas duas emendas ao projeto, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. 2) A matéria constou na pauta dos dias 14 e 28/06/2011 e 07/07/2011*

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para relatar o Item 14.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um projeto de autoria do Senador Clésio Andrade, que tem tudo a ver com a finalidade desta Comissão. Ele procura fazer com que o setor automobilístico, no mínimo, demonstre o impacto ecológico dos seus produtos.

Eu leio o relatório da maneira mais rápida possível, tendo em vista o avançado da hora.

O projeto dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos".

O autor pondera que a escolha consciente do consumidor é um dos meios mais eficazes de promoção de objetivos ambientais. Contudo, para que essa escolha seja de fato consciente, deve-se, ainda segundo o autor, fornecer informações adequadas. No caso em exame, essas informações dizem respeito à eficiência energética dos motores dos veículos disponíveis no mercado. Tal providência seria fundamental porque 8,6% das emissões brasileiras de dióxido de carbono (CO2), importante gás de efeito estufa, advêm da queima de combustíveis fósseis por veículos automotores.

Com esse intuito, a proposição acrescenta § 3º ao art. 13 da Lei nº 8.723, de 1993, para [e aqui eu defino a lei] obrigar os fabricantes e os órgãos de licenciamento de veículos automotivos a divulgarem, no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo a quantidade de gases poluentes emitidos para a atmosfera.

A proposição foi lida em Plenário no dia 15 de fevereiro de 2011 e distribuída para decisão terminativa da CMA.

Em 1º de abril de 2011, o Senador Antônio Carlos Valadares, membro da CMA, apresentou duas emendas. A primeira "busca acrescentar, entre as informações a serem fornecidas ao consumidor, os valores de consumo médio de combustível dos veículos automotores". A segunda inclui, além dos valores de consumo médio de combustível, "as especificações de uso, segurança e manutenção" entre as informações a serem fornecidas.

Na análise feita pelos consultores do Senado, no que tange à análise da constitucionalidade formal, o projeto trata da proteção do meio ambiente e controle da poluição. Insere-se, portanto, no campo das competências legislativas comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal.

A proposição não invade as esferas de iniciativa privativa do Presidente da República. Não interfere, ainda, nos temas de competência exclusiva do Congresso Nacional.

Sob a perspectiva material, entendemos que não há afronta a nenhum princípio ou direito fundamental consagrado no texto constitucional.

Em relação ao aspecto ambiental, salientamos que o projeto contribui para a divulgação de dados e informações ambientais, um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Em relação ao aspecto de defesa do consumidor, cumpre salientar que a proposição está em perfeita sintonia com o disposto na Lei nº 8.078.

Não há, portanto, reparos a fazer em relação à constitucionalidade e à juridicidade.

Cabe ressaltar que as emendas apresentadas pelo Senador Antônio Carlos Valadares, membro da CMA, encontram amparo no art. 122,

I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, também não há reparos a fazer em relação à regimentalidade do projeto.

No mérito, contudo, a proposição merece aprimoramentos.

Concordamos com o argumento de que o poder de escolha do consumidor é fundamental para o cumprimento de objetivos ambientais e que a opção do consumidor só será consciente se ele dispuser de informações adequadas.

Além disso, não basta prover a informação apenas após a comercialização.

Acreditamos que a informação ao consumidor deve contemplar não apenas o dióxido de carbono (CO2), mas todos os gases de efeito estufa.

Com relação às emendas apresentadas pelo Senador Antônio Carlos Valadares – e creio que esse é um bom momento para se debater o assunto – consideramos que a primeira, que se refere ao consumo médio de combustível, está abrangida na segunda, que se refere ao consumo médio de combustível e às especificações de uso, segurança e manutenção.

Apenas por esse motivo, optamos por aprovar a segunda e rejeitar a primeira. Nossa contribuição à matéria e a solução de eventuais falhas

referentes à técnica legislativa estão consubstanciadas em uma emenda, que altera a ementa do projeto, e uma subemenda à segunda emenda do Senador Antônio Carlos Valadares, que promove as modificações que entendemos necessárias.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2011, pela **rejeição** da primeira emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares e pela **aprovação** da segunda emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que agrega bastante ao projeto.

Dessa maneira, todos podem ver como fica a emenda conforme os anexos que nós apresentamos, com o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Em discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Para discutir, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu li esse projeto e gostaria, Sr. Presidente, de pedir vista a ele para que eu possa apresentar alguma sugestão a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Vista concedida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Vista coletiva concedida.

Há um requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando a convocação do Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, em sua edição de 27 de julho do corrente, e que trata do desvio de recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para entidades "fantasmas" que estariam sendo investigadas pela Polícia Federal.

Da mesma forma que sugeri aos demais autores de requerimento de convocação de Ministro, que este requerimento de convocação seja transformado em convite. Há informações de que a Comissão de Assuntos Sociais já ouvirá amanhã o Ministro do Trabalho. Então, a minha sugestão é transformação desse requerimento em convite para uma audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação. (*Pausa*.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado na forma de convite e de audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais.

Não havendo quorum para decisões terminativas, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ** e **EDUARDO BRAGA,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA**

AMÉLIA, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, REDITARIO CASSOL, RENAN CALHEIROS, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO, WALDEMIR MOKA e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os demais senadores membros. Fica registrada a presença dos Senhores Deputados Federais Roberto Dorner**,** Romero Pereira, Moreira Mendes, Lira Maia, Moacir Micheletto, Paulo Quartiero, Marcos Montes, Neri Gueller, Alceu Moreira e Dilceu Sperafico; do Prefeito Fernando Gorgen, de Querência/MT; e do Presidente Márcio Lopes de Freitas, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A presidência declara abertos os trabalhos e submete ao plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 71, de 2011-CMA e Nº 35, de 2011-CCT**, que "Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença do Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto na Câmara dos Deputados". Autoria: Senadores Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA e a CCT aprovam o requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 72, de 2011-CMA e Nº 36, de 2011-CCT**, que "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados: Sra. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG); e Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado". Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA e a CCT aprovam o requerimento. **3) REQUERIMENTO Nº 73, de 2011-CMA, Nº 46, de 2011-CRA e Nº 37, de 2011-CCT**, que "Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença de ex-ministros da Agricultura e de ex-ministros do Meio Ambiente". Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA, CRA e CCT aprovam o requerimento. Passa-se à **PAUTA**. A presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública**,** em cumprimento aos Requerimentos nº 66 e 71, de 2011-CMA; nº 30 e 43, de 2011-CRA, nº 35, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença do Senhor **Deputado ALDO REBELO**, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Após a exposição do Senhor Deputado Aldo Rebelo, usam da palavra os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, EDUARDO BRAGA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, RICARDO FERRAÇO, JORGE VIANA, ANTONIO RUSSO, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, ALOYSIO NUNES FERREIRA, KÁTIA ABREU, SÉRGIO PETECÃO E BLAIRO MAGGI.** O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurcacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO CONJUNTA DE 16-8-11

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 27ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, se houver anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2011, da CRA, aprovado em 16 de junho de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz; ao Requerimento nº 43, de 2011, da CRA, aprovado em 11 de agosto de 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka; ao Requerimento de 2011, da CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; e ao Requerimento sem número de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, os dois últimos, da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Eduardo Braga, a serem apreciados com o objetivo de discutir e avaliar as mudanças, bem como o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal – Lei nº 4.771, de 1965 –, com a presença do Exmo. Sr. Deputado Aldo Rebelo, Relator do PL nº 1.876, de 1999, na Câmara dos Deputados; PLC nº 30 de 2011, no Senado Federal.

Em apreciação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aproveitar a oportunidade, antes da chegada do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo, que acaba de entrar no Plenário, para... Muito bom-dia, Deputado Aldo Rebelo, seja muito bem-vindo, mas vamos aproveitar a presença das três Comissões aqui para já apreciar alguns requerimentos de Audiência Conjunta.

O primeiro para uma Audiência Conjunta com ex-Ministros do Meio Ambiente, a ser realizada em data a confirmar, mas provavelmente na próxima quarta-feira, dia 24, às 8h30min; e um outro para ouvir, também em Audiência Pública Conjunta, ex-Ministros da Agricultura, na quinta-feira, dia 25, também às 8h30min. Portanto, coloco em apreciação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco também em votação requerimento para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, V. Exª não mencionou o nome do ex-Ministro. Têm vários ex-Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou fazê-lo agora.

Foram convidados e já confirmados para a Audiência os ex-Ministros do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Mink e Rubens Ricupero. Ainda está sendo convidado o ex-Ministro José Goldemberg, que ainda não confirmou. Se houver alguma sugestão de membros da Comissão de outros ex-Ministros, também poderemos fazer o convite.

Dos ex-Ministros da Agricultura, já confirmaram o ex-Ministro Reinhold Stefanes e os ex-Ministros Alysson Paulinelli, Francisco Turra e José Eduardo de Andrade Vieira. Ainda serão convidados o Sr. Pratini de Moraes e o Sr. Arlindo Porto, que ficou de confirmar hoje, e o Sr. Roberto Rodrigues que, infelizmente, não poderá vir, mas disse que se sente representado pelo ex-Ministro Alysson Paulinelli. São os Ministros convidados.

Aproveito para colocar também em apreciação Requerimento para Audiência Pública Conjunta das três Comissões, da Srª Helena Nader, Presidente da SBPC, do Sr. Jacob Palis Junior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, do Sr. Renato Sebastião Valverde, engenheiro florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa, e do Sr. Luiz Carlos Silva de Moraes, Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal Comentado*.

Esse é um requerimento conjunto, assinado pelo Senador Eduardo Braga, de mesmo teor assinado pela Senadora Ana Amélia, e assino também pela Comissão de Meio Ambiente. Aqui também tem o Senador Waldemir Moka.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero, neste momento, agradecer a presença do Deputado Aldo Rebelo, pela segunda vez aqui no Senado, inicialmente em uma Audiência Conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agri-

cultura, agora também com a presença da Comissão de Ciência e Tecnologia, retomando os trabalhos, os debates sobre o Código Florestal.

Como V. Exª, Deputado Aldo Rebelo, quero aproveitar para registrar aqui a presença do Prefeito de Querência, Fernando Gorgen, que está aqui e nos honra com sua presença, e dizer, Deputado Aldo Rebelo, que, como V. Exª está percebendo, há um esforço muito grande no Senado de construção de um ambiente onde o debate possa acontecer de forma livre, de forma tranquila e equilibrada, com o objetivo de oferecer ao Brasil um Código Florestal moderno, que possa dar tranquilidade e segurança jurídica aos produtores rurais e possa fazer com que o Brasil continue sendo uma grande potência na produção de alimentos e de agroenergia, mas que seja também uma grande potência ambiental. As próprias reuniões conjuntas demonstram esse esforço que os nossos relatores – quero registrar, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique – têm feito para o bom andamento desses trabalhos.

Quero registrar que a Comissão de Meio Ambiente, Senador Eduardo Braga e Senador Acir Gurgacz, aprovou – e digo isso porque, se houver interesse das demais comissões de também aprovar conjuntamente –, por proposta do Senador, construída conjuntamente com o Senador Jorge Viana, um conjunto de diligências em algumas regiões do País, para conhecer algumas experiências muito bem sucedidas de desenvolvimento da agricultura e da pecuária sustentáveis. A visita, por exemplo, a Paragominas, para conhecer pecuária e manejo florestal, reflorestamento com espécies ativas, recuperação de áreas degradadas e cadastro ambiental rural; com a visita a Canarana, em Mato Grosso, para conhecer produção de grãos, pecuária, regularização ambiental e carbono, na Fazenda da Aliança da Terra; em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, para conhecer também algumas propriedades na área de grãos, reflorestamento e energia; em Quirinópolis, Goiás, uma plantação de cana-de-açúcar, na fazenda Vovó Linda; em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em atividades de pecuária pantaneira e de turismo sustentável, na Fazenda Caimã; em Serra Talhada, em Pernambuco, para conhecer manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, em integração com atividades agrícolas, no assentamento Vila Bela; em Petrolina, Pernambuco, e Juazeiro, Bahia, para conhecer projetos de fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco, propriedade Vitis Agrícola; em Recife, para conhecer mangue e extrativismo de mariscos, na Cooperativa das Marisqueiras; no Sudeste, em Patrocínio, Minas Gerais, conhecendo plantações de café, recuperação de áreas degradadas, gestão da água e compensação de reserva legal, na Fazenda da Terra e na Expocaccer; em Matão, São Paulo, em propriedade de cana-de-açúcar, laranja e seringueira, na Fazenda Cambuí; em Santa Catarina, com pequenos produtores, produção integrada, suinocultura, granja e frutas a definir; em Telêmaco Borba, no Paraná, plantas medicinais, reflorestamento de pinus, eucaliptos e araucárias, apicultura, erva-mate, na propriedade Klabin e cooperativas de pequenos produtores.

Buscamos, ante todos os biomas, em todas as regiões do País, diversidades de atividades econômicas, pecuária, grãos, cana, fruticultura, floresta, serviços ambientais, turismo rural e ecológico, propriedades de diferentes portes e agricultura familiar, e focar nas boas soluções e boas práticas agrícolas. Se houver interesse, depois podemos definir conjuntamente esse calendário de visitas a essas regiões.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Deputado Aldo Rebelo; nosso objetivo, a partir de agora, é começar a debater efetivamente o texto do Código aprovado pela Câmara dos Deputados – e registro aqui a presença do Deputado Valdir Colatto, que também nos honra com a sua presença, e passo a palavra aos demais Presidentes, começando pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente Rollemberg, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, Srªs e Srs. Senadores, nosso Deputado Aldo Rebelo, primeiro para parabenizar a iniciativa das comissões de poder estar neste momento na questão do mérito, ouvindo não apenas a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, mas também a Comissão de Ciência e Tecnologia. Como foi dito pelo Senador Rollemberg, há um ambiente extremamente maduro, extremamente cordial no Senado da República, no sentido de que possamos debater e avançar sobre o texto do Código Florestal, tão elaborado e tão trabalhado pela Câmara dos Deputados, sobre a coordenação e a relatoria do Deputado Aldo Rebelo.

Gostaria desde já, Sr. Presidente Rollemberg, de dizer do interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia em apoiar a proposta da Comissão de Meio Ambiente e Controle com relação às visitas, por entender que está absolutamente bem distribuída, atendendo os diversos biomas e os diversos segmentos da agricultura e dos serviços ambientais e florestais do Brasil, para que pudéssemos ter uma ampla visão no campo desses debates.

Ao mesmo tempo, quero dizer da importância de podermos ter aprovado, na reunião de hoje, requerimentos que trarão luzes sobre a questão da contribuição da ciência, da academia e da tecnologia para esse debate, que não deve ser apenas das questões do passado e do presente, mas também da construção de um futuro, e um futuro que todos queremos que seja um futuro

inteligente, balanceado e equilibrado entre um país do agronegócio, um país agrícola, um país que tem a sua macroeconomia fundamentada em questões do campo, mas que tem esta economia exatamente baseada na agricultura, em função do clima e em função do ritmo hidrológico que o Brasil possui. E esse clima e esse ritmo hidrológico de chuvas, da manutenção da água, advêm exatamente pelo equilíbrio que o Brasil possui entre a atividade econômica da agricultura e as florestas que produzem esse balanço tão importante para essa atividade econômica.

Quero cumprimentar a iniciativa do Senado, cumprimentar e agradecer a presença mais uma vez, no Senado, do nosso companheiro, Deputado Aldo Rebelo, passando a palavra ao nosso companheiro, Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bom-dia, Srªs e Srs. Senadores, saúdo o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, dou as boas-vindas ao Deputado Aldo Rebelo, que sempre esteve presente quando convidado, esteve junto conosco. Agradeço mais uma vez a sua presença, no sentido de nos ajudar a entender e tirar as dúvidas com relação a esta matéria tão importante que é o Código Florestal Brasileiro.

Com relação às visitas anunciadas aqui e aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, também vamos aprovar e só colocamos a necessidade de incluirmos o Estado de Rondônia também para uma visita, uma vez que Rondônia, Senadores Rollemberg e Eduardo Braga, passou por uma grande reforma agrária e, então, serve como um grande exemplo, um bom exemplo, para que a gente possa discutir as questões ambientais e produtivas do nosso País. Rondônia, realmente, é um exemplo de desenvolvimento, de produção e também de preservação do meio ambiente.

Nós entendemos, quanto a essa colocação de 80% de preservação na Amazônia, da qual Rondônia faz parte, que talvez nós pudéssemos discutir e fazer com que, no Estado de Rondônia, haja uma diferenciação, pelo fato de Rondônia ser um Estado com terras produtivas e ser essencialmente agrícola, diferente do Estado do Amazonas, que tem uma Zona Franca, que tem uma indústria forte e, portanto, tem outra vocação econômica. Então, incluir Rondônia seria muito importante.

Agradeço mais uma vez a presença do nobre Deputado Aldo Rebelo nas nossas comissões e ressalto a importância de nós estarmos trabalhando unidos aqui no Senado, as três comissões sempre juntas, debatendo, porque o nosso interesse é o mesmo: queremos um Brasil produzindo e conservando. Esse é o nosso interesse, é o interesse da Comissão de Agricultura, é o interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia e também de Meio Ambiente.

Desejo a todos uma boa audiência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Agradeço aos Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga. Registro, com alegria também, a presença do Deputado Federal Roberto Dorner.

Quero dizer que a Presidência vai adotar o seguinte procedimento de inscrições. Vamos ouvir o Deputado Aldo Rebelo pelo tempo que ele considerar necessário. Em seguida, vamos ouvir os autores dos requerimentos – pela ordem, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Waldemir Moka e o Senador Eduardo Braga. Em seguida, obedeceremos a ordem de chegada – peço à Secretaria da Comissão para ficar atenta à chegada dos Senadores.

Já estão inscritos aqui a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Russo, o Senador José Pimentel, o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio Souza, a Senadora Angela Portela e o Senador Mozarildo Cavalcanti. Peço, mais uma vez, à Secretaria da Comissão para ficar atenta e passo, então, neste momento...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para entender: os requerimentos, nós vamos votá-los depois?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, os requerimentos já foram votados.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Nós nem os discutimos. O senhor os colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para deixar registrado: acho que as visitas são importantes, mas é um número bastante grande. Diante das visitas aqui aprovadas e tudo mais, acho que já podemos anunciar ao Brasil que não vamos votar este ano essa matéria. Quer dizer, são muitas visitas, nós vamos demorar algum tempo para fazer isso. Eu gostaria de deixar pelo menos registrada a minha preocupação, porque nós não vamos votar a matéria este ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, quero dar uma informação acerca da visão do Presidente da Comissão de Meio Ambiente: nós precisamos, para fazer a

diligência formalmente, aprovar na Comissão. Isso não significa, necessariamente, que tenhamos de fazer todas as visitas. Por outro lado, há essa disposição das três comissões, essa disposição da Comissão de Meio Ambiente, de encerrar e fazer a votação ainda neste semestre.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está bem, Presidente. Sinto-me mais confortável agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço as procedentes observações de V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas gostaria de deixar registrado também que há um convite para ir a Canarana. Eu tenho uma fazenda vizinha a Canarana, no município de Querência, cujo prefeito está aqui. Então, o almoço fica por minha conta lá, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que posso responder positivamente em nome dos três Presidentes aqui!

Passo, então, neste momento, a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, mais uma vez agradecendo, Deputado Aldo Rebelo, por sua presença aqui.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Bom dia, senhoras e senhores.

Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; querido amigo Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Sr. Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores, é uma grande alegria e uma grande honra retornar ao Senado para expor a experiência, os caminhos, o método e os resultados do relatório sobre o Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados.

O Código Florestal brasileiro é uma herança do Direito português. Ainda no Brasil Colônia, nós tivemos, pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas, o disciplinamento do uso das florestas pelo Poder Público e pelo interesse privado.

O Patriarca de nossa Independência, o grande brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, também disciplinou a matéria, criando o que nós poderíamos hoje denominar como a reserva legal na propriedade, ao determinar que um sexto das propriedades ou das matas da propriedade seria transformado em reserva, para uso sustentável tanto do Estado quanto do interesse privado.

A reserva legal passou depois para o primeiro Código Florestal brasileiro, editado no governo do Presidente Vargas, em 1934, que foi sucedido pelo Código de 1965, votado no Congresso, já nos governos militares, e que reafirmou a existência do dispositivo da reserva legal.

É preciso destacar, portanto, que a preocupação com as matas do Brasil é uma preocupação antiga, que está na origem da nossa formação social e dos próceres mais importantes de nossa história.

A reserva legal não trata das florestas em geral; trata da menor parte das florestas, das matas existentes na propriedade privada. As matas públicas dos parques, das unidades de conservação, das florestas nacionais estão disciplinadas em outros dispositivos. E é bom lembrar que elas constituem a maior parte das florestas do País.

Nós estamos tratando, no Código Florestal, de uma parte muito reduzida da vegetação nativa, aquela que se encontra na propriedade privada. Basta lembrar que, no Estado do Senador Eduardo Braga, o Amazonas, que tem 1,6 milhão de quilômetros quadrados, um pouco mais de três vezes a área da França e mais de cinco vezes a área da Itália, 98% do Estado são cobertos por vegetação nativa e apenas 2% são abertos. No Estado do Amapá, que corresponde mais ou menos ao tamanho do Estado do Rio Grande do Sul ou de São Paulo, 79% são cobertos de áreas públicas. Só o Parque do Tumucumaque, demarcado às vésperas da Joanesburgo +10, em 2001 ou 2002, acho que em 2001, tem 16 milhões de hectares – só o Parque do Tumucumaque. O Estado de Roraima, que também corresponde mais ou menos à área de São Paulo e do Amapá, tem mais de 50% de terras públicas.

Portanto, temos, no Brasil, áreas de reservas, de florestas, sejam elas na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado, na Caatinga, áreas públicas preservadas como em nenhum outro país do mundo; nenhum se compara, porque muitos têm áreas públicas, mas em deserto, em geleiras, em montanhas rochosas e não em áreas, muitas delas aptas para a agricultura, para o cultivo como as temos no Brasil, e em escala que também nenhum outro país do mundo possui, por duas razões: primeiro, que nenhum tem reserva legal na propriedade. O único que tem é o Brasil; os países têm áreas públicas, florestas públicas e parques públicos, todos eles registrados em uma organização, com sede na Suíça, e nós podemos comparar área por área, país por país para demonstrar a superioridade do Brasil em relação às demais nações com a preservação das suas florestas, caso exemplar no mundo.

Pois bem, no Brasil, nós temos, pela lei, e está mantida na proposta aprovada no Senado, reservas de 80% da vegetação nativa em área de floresta na Amazônia, 35% no cerrado e 20% nas demais formas de vegetação. Este princípio está, portanto, assegurado e mantido, garantindo, assim, para o futuro, o compromisso, que é mais do que um compromisso de governo, de Estado, é um compromisso civilizatório: a

vocação civilizatória do povo brasileiro em preservar a natureza, em proteger o meio ambiente. Quem sabe, talvez em homenagem ao tronco mais antigo e mais permanente de nossa formação, que são os nossos irmãos indígenas.

No entanto, o Brasil é colocado no centro do debate internacional não como exemplo de preservação, ao contrário, como país que atentaria contra a conservação da natureza e a preservação do meio ambiente. O que não é verdade.

Não integrando a Comissão Permanente de Agricultura, nem integrando a Frente Parlamentar da Agropecuária, a partir da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acompanhando as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), percebi o uso, nas reuniões da OMC, da questão ambiental como contraponto nas negociações, principalmente dos produtos agrícolas. Uma pressão permanente contra o Brasil numa negociação comercial. E, a partir daí, despertou o meu interesse em participar desse debate e, por convocação dos companheiros lá da Câmara e dos partidos, assumi a relatoria dessa matéria, vez que se acumulavam projetos tratando do Código Florestal, desde 1999, um deles do Deputado Sérgio, já falecido, do Estado de Rondônia, e, indicado Relator, procuramos, então, fazer o dever de casa, fazer o inventário dos problemas decorrentes da legislação existente no Brasil.

É preciso destacar que, do Código Florestal aprovado em 1965, pouco resta nos dias atuais, talvez apenas o título e mais alguma coisa. O Código sofreu profundas modificações, não apenas formais, mas inclusive de conceito, de conteúdo, de concepção. A reserva legal, por exemplo, dentro da propriedade, era concebida como uma reserva de sustentação da propriedade, que poderia ser usada pelo Estado e pelo proprietário, e foi transformada em uma reserva biológica de preservação da fauna e da flora, ficando, portanto, praticamente intocada.

Quando José Bonifácio criou a reserva dentro da propriedade, é preciso destacar que não eram as propriedades de hoje. Eram propriedades que se mediam em léguas, a perder de vista. A estrutura fundiária no Brasil não tinha conhecido a experiência da redivisão da propriedade e da terra, e, portanto, as propriedades eram medidas como sesmarias, em tamanho muito diferente do que é hoje.

A madeira da propriedade era usada para a construção naval, tanto de vasos de guerra quanto para o uso comercial. Usada a madeira da reserva legal para energia, principalmente para mover os engenhos de açúcar. A reserva legal era usada para a construção civil para o uso da propriedade e construção de pontes, cancelas, cercas, casas. Esse conceito alimentou inclusive a manutenção da reserva legal, mesmo nas pequenas propriedades, porque eu conheci, nos anos 50 e 60, no Nordeste, quando cada propriedade, por pequena que fosse, tinha uma pequena reserva da qual o proprietário poderia extrair um cabo de enxada, um cabo de vassoura, um cabo de foice ou uma tabica cipó fogo, um mourão, uma cancela, um caibro, uma ripa, o que ficou superado a partir da alteração do conceito, quando a reserva passou a ter mais a função biológica. E isso, infelizmente, ao invés de estimular a preservação, lamentavelmente, estimulou a destruição. Porque o pequeno proprietário principalmente, não vendo uma função que lhe servisse na existência dessa reserva legal, encarregou-se de usá-la economicamente ou para a criação ou para a agricultura, gerando, principalmente nas ocupações mais antigas, a tragédia de desaparecimento de boa parte da Mata Atlântica brasileira.

A exigência da reserva legal na propriedade é um dos dispositivos que coloca na ilegalidade mais de 90% das propriedades existentes no Brasil.

No Estado da Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul, por exemplo, 99,45% das propriedades não têm reserva legal. Estão, portanto, na ilegalidade. E as pequenas propriedades são as que mais se ressentem da ausência desse dispositivo legal. No Nordeste, mais de 50% das propriedades têm até cinco hectares. No Estado de Alagoas, 65% das propriedades têm até cinco hectares, segundo o Censo Agropecuário. E se reunirmos reserva legal e APP, não ocupam 0,3% da propriedade. As grandes propriedades, principalmente aquelas intensivas, com capital e tecnologia, se aproximam mais da exigência da lei.

Se acrescentarmos à exigência da reserva legal as Áreas de Preservação Permanente, que são aquelas destinadas a proteger o solo e os recursos hídricos, margem de rio, as matas ciliares, a proteger as encostas, topo de morro, aí nós nos aproximamos dos 100% da atividade na ilegalidade. E aí nós perguntamos: é concebível que o País legisle para deixar na ilegalidade 100% de seus proprietários agrícolas? É razoável? É racional? Quando não há, em nenhuma outra atividade, algo sequer parecido? Nem na atividade financeira, nem na atividade bancária, nem no setor de serviços? Como é que o País pode colocar 100% de seus agricultores na ilegalidade, sem tirar consequências disso? Porque, para tirar consequências, tem que concluir que se trata, de fato, de uma parcela da população vocacionada para o crime e adotar as providências devidas contra os criminosos, ou que há uma deformidade, uma morbidez nessa legislação, que precisa ser corrigida, que precisa ser enfrentada. E,

naturalmente, isso ficava mergulhado na penumbra da desinformação, porque o agricultor não frequenta as redes sociais, não organiza *lobbies* poderosos como algumas organizações não governamentais, principalmente internacionais, que legislaram e legislam no Brasil no lugar do Congresso Nacional, por resoluções do Conama, aprovadas sem sequer um critério técnico. Vejo hoje os cientistas cobrando a sua participação e pergunto: por que não participaram quando essas resoluções absurdas foram aprovadas? Por que não reivindicaram dar opinião quando mudaram o conceito de margem de rio, colocando na ilegalidade milhões de agricultores? Setenta e cinco por cento dos produtores de arroz proibidos, por uma resolução do Conama, de produzir em várzea, quando a várzea é o berço da agricultura, é a origem da agricultura no Egito, na China, na Índia? Quem vai encontrar um produtor de arroz na China, no Vietnã ou na Índia que não produz em várzea? Como é que se nega a várzea à agricultura no Brasil? Deixar na ilegalidade os produtores de banana no Vale do Ribeira, os ribeirinhos do Amazonas?

É muito fácil reunir celebridades num hotel cinco estrelas de Manaus e não perceber a situação dos agricultores na beira do rio. Como você vai proibir cultivo na beira do rio para preservar a floresta? Desci lá no rio Purus com o Chico Corrente, que disse: "Deputado, eu planto aqui há 8 metros d'água no igarapé quando ele seca, para não ter que derrubar uma árvore e preservar a floresta." São 200, 300 anos fazendo isso. Proibir toda a pecuária do Pantanal, uma pecuária de 270 anos, registrada nas crônicas mais antigas dos viajantes, da Guerra do Paraguai, uma pecuária sustentável, o bioma mais sustentável, em que o boi come o capim nativo, ficou proibida por uma resolução do Conama! Eu fiquei estarrecido. Mais do que estarrecido, indignado! O Estado brasileiro não tem o direito de fazer isso com a sua agricultura, com os seus criadores. Não pode! Mas é a situação que eu enfrentei, que eu vi.

E não vi aqui do Congresso, não. Nós realizamos mais de cem audiências públicas. Eu fui aos plantadores de arroz lá do Rio Grande do Sul. Fui aos plantadores de uva de São Paulo, do Rio Grande. Fui à Embrapa Pantanal, em Corumbá, à Embrapa Caatinga, de Petrolina, à de Florestas, em Colombo, à de arroz, em Rio Verde. Visitei os agricultores do interior de Mato Grosso, de Roraima, de Rondônia, do Amazonas, de São Paulo, de Minas, do cerrado, da caatinga, da mata atlântica, do topo de morro, os bananeiros de São Paulo, mais de 3 mil produtores. Levei o documento à Ministra Izabella, dizendo: "Mas Ministra, proibiram 3 mil pequenos agricultores de usar a várzea para plantar banana, coisa que eles fazem há muito tempo em São Paulo, sem prejudicar meio ambiente nenhum; pelo contrário, o Vale do Ribeira é a região mais preservada de São Paulo." A Ministra Izabella não sabia, consultou um técnico, que voltou e disse: "De fato, está proibido." Eu disse: "Há oito anos, autuados, multados, infernizando a vida dessas pessoas que sobrevivem com dificuldade?" Porque não conheço nenhum bananeiro em São Paulo que ficou rico vendendo banana. Não sei se alguém conhece por aí afora. Mas foi assim.

Então, fizemos essas audiências. Fizemos um inventário dos problemas, olhando de perto, vendo de perto, ouvindo todo mundo. A SBPC, peguei meu carro em São Paulo, na capital, fui a São José dos Campos procurar o meu amigo pessoal, que era presidente da SBPC, para pedir a participação da SBPC. O Deputado Paulo Piau e o Deputado Lupion fizeram aqui o requerimento convidando a SBPC. Disseram que não podiam porque estavam formando uma opinião ainda. Está aqui o requerimento. Dizer que não participaram, que não foram convidados não é verdade. Tudo, menos a verdade! Agora, quando as ONGs organizaram aqui um convescote, na Câmara dos Deputados, não me convidaram, como relator da matéria. A SBPC e a ABC estavam lá presentes, apareceram, foram lá prestar depoimento, conversar. E, aos poucos, as opiniões da SBPC iam sendo aqui vazadas pelos setores ligados a ONGs que eram contra qualquer alteração do Código. Isso não é correto. Isso não é justo. Não conheço ciência que se faça desse jeito, sinceramente. Não conheço. São meus amigos e me dou bem com todos eles. Aliás, cheguei a participar, em São Paulo, de uma reunião para discutir isso, mas não é um procedimento correto dizer que não houve participação quando foram convidados – tem aqui os requerimentos – e não compareceram. Depois, disseram que não houve participação. De fato, é lamentável a omissão grande da ciência no Brasil, não agora, porque foram ouvidos – as universidades foram ouvidas aonde eu fui –, mas durante todo o processo de construção dessa legislação.

Então, cheguei à conclusão de que há um problema grave, porque já votamos no Congresso, várias vezes, reforma de Previdência, reforma do Código Penal, reforma tributária, e nunca houve um conflito, uma confusão como a votação deste Código Florestal, embora nunca houve antes tantas audiências públicas para debater um tema, como o foi neste caso. Não houve tanta audiência nem na reforma da Previdência, nem na reforma tributária.

Onde está a questão? Eu fico me perguntando: será que, de fato, é a metragem de cinco, 10, 15, 30 ou 100 metros de mata ciliar? Será que são os 80% de reserva legal na Amazônia e não 70 ou 60 ou 50?

Será que é essa a preocupação? A minha conclusão é que não. Porque nós inventariamos a existência desse debate no mundo inteiro, Senadores, no mundo inteiro. Na América do Norte, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Suécia, em Portugal, na Bélgica, na Austrália, esse debate simplesmente não existe. Não há como explicar para um deputado chinês ou francês o que é reserva legal, porque ele não vai saber o que é. Medir uma mata ciliar de beira de rio de 30, 50 ou 100 metros eles também não vão saber o que é, porque o congresso e a imprensa desses países desconhecem esse debate. Eu pergunto então: o que está acontecendo?

A minha impressão é de que esse debate... Não é que não haja a questão do meio ambiente. Há problemas ambientais graves no Brasil e no mundo, na cidade e no campo, mais nas cidades do que no campo.

Eu moro na cidade de São Paulo, perto do rio Tietê, e posso falar, por experiência própria, que há problemas ambientais graves nas cidades. Quem mora em Recife, que conhece os rios Capibaribe ou Beberibe, quem conhece o Guaíba, em Porto Alegre, ou qualquer rio dentro de uma cidade sabe que há problemas graves. E, no campo, também há. É claro que é estarrecedor você viajar léguas e léguas e não encontrar uma árvore onde um passarinho possa fazer um ninho, o uso sem controle de pesticidas, tudo isso existe, mas isso não pode explicar a ação de certas ideias em torno desse debate. Não pode explicar.

Eu acho que, no fundo, o que se debate é se o Brasil pode dispor dos seus recursos naturais, do seu solo e dos seus subsolos de forma soberana em benefício da sua população ou se esses recursos vão ficar imobilizados e subordinados a interesses que não são do Brasil. Essa é a minha impressão. Nada me convenceu do contrário. Os problemas ambientais existem, são sérios e graves, mas, pelo que se vê no mundo no mundo e no Brasil, não é essa a principal preocupação. Senão, esse debate estava presente no mundo. Haveria, pelo menos, uma ONG pedindo 1% de reserva legal na França, 2% nos Estados Unidos, 1% na Holanda, pelo menos uma mata ciliar de meio metro naqueles rios holandeses. Por que isso não existe? Por que não se reivindica nada de reserva legal e de mata ciliar em nenhum país do mundo? Será que a ciência não tem princípios e valores universais para serem aplicados de forma mais ou menos equilibrada em todo o mundo? Por que só no Brasil? Por que 80% de reserva num lugar, 0% no outro e acabou-se?

Não consigo entender, a não ser a partir desse pressuposto de que há de fato uma guerra comercial importante; a indústria da América do Norte e da Europa migrou toda para a Ásia; a agroindústria passou a ter uma importância muito grande, é difícil de sustentar porque são agriculturas frágeis de países fortes, e a nossa é uma agricultura forte de um país frágil. A agricultura altamente subsidiada, o tesouro europeu e o tesouro da América quebraram a agricultura africana, quebraram a agricultura mexicana – vejam a situação social da África e do México, não é apenas o acaso, a natureza, é um produtor de tomate italiano colocando numa feira do Marrocos o quilo do tomate pela metade do preço do tomate marroquino; o milho americano subsidiado atravessando a fronteira e quebrando os agricultores mexicanos. Essa que é a realidade, e o Brasil com alguma possibilidade de se firmar como uma potência alimentar. Às vezes nós nos iludimos, achamos que somos... Nós somos apenas o quarto produtor mundial; em coisas importantes, somos o segundo. Nós não somos o maior produtor de soja do mundo – são os americanos. Não somos o maior produtor de carne do mundo, nem bovina nem suína nem de ave. Só de milho, os americanos produzem o dobro de toda a nossa safra de grãos, só de milho. Então, nós enfrentamos de fato concorrentes que transformaram seus agricultores em funcionários públicos, na melhor expressão da palavra, ou seja, pessoas cuja renda não depende de atividade privada. Essa é a situação do agricultor na América do Norte e na Europa. São servidores públicos remunerados pelo tesouro da Franca, dos Estados Unidos. Basta conversar com qualquer produtor. E não é da forma mais católica, não. Em Portugal eles pagam subsídio para a vaca; na Holanda também pagam. Ninguém abatia vaca, tinha vaca demais, criou- se um problema ambiental. O governo holandês passou a pagar para dar baixa nas vacas. Os holandeses pegaram as vacas e levaram para Portugal. E a mesma vaca passou a ganhar subsídio na Holanda e subsídio em Portugal. Foi assim que me falou um dirigente da associação de criadores de Portugal. É essa a situação do mundo. Assim que as coisas funcionam.

Os pequenos agricultores sofrem mais. Tenho ali uma transparência – não sei se dá para exibir – que eu gostaria de apresentar, muito rápido, para as Srªs Senadoras e para os Srs. Senadores.

Isso aqui é em Boca do Acre, Município do Amazonas. É um assentamento, Projeto de Assentamento Monte, a caminho de Boca do Acre.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui são agricultores. O Edgar está aqui presente. Levante, Edgar. Ali são os filhos do Edgar, esposa. Multas de R$500 mil. Cria um gado leiteiro, renda mensal de R$600,00, as terras valem R$100 mil, no máximo, e já haviam sido desmatadas quando compraram o lote. Edgar e a irmã dele, a Luzia, que

é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; eu conheci primeiro, lá em Boca do Acre e me apresentou também outros casos. A mulher que foi multada porque não tinha dinheiro para pegar um ônibus, um carro para ir receber a notificação no Ibama. O fiscal do Ibama teve que deixar R$30,00 para poder ela comparecer lá.

(Próximo, por favor.)

Aqui é outro agricultor. Tem R$800,00 de renda mensal. Já gastou R$1.000,00 para fugir das multas e o pai perdeu as terras quando foi criada uma reserva indígena.

(Próximo, por favor.)

Aqui são duas índias, a Marinês e a Adriana, vivem na terra indígena Camicuã, também no Amazonas; caçam, pescam, produzem artesanato e lutam para levar um professor para as crianças. Ali, os indígenas receberam multas ambientais de até R$5 mil por terem caçado animais para subsistência.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o Edmar, também lá nesse assentamento, propriedade de 100 hectares – 50 são mata nativa, a multa é de R$157 mil e a propriedade não vale R$80 mil.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o Edvaldo, casado, cinco filhos, multa de R$205 mil. A poupança, de R$11 mil, foi embargada.

(Próximo, por favor.)

Aqui foi a audiência pública de Boca do Acre. Tinha de 300 a 400 pessoas. Esse aqui embaixo é o Chico Corrente, vizinho a ele é a Luzia, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que organizou esse movimento, e ali estamos conversando com algumas pessoas. Eles fizeram aquela camisa: "Preservar, sim. Confiscar não." Todos eles estão ameaçados de terem a terra leiloada por causa de multas ambientais.

(Próximo, por favor.)

Aí é o rio Purus, que nós descemos. Aí é o Professor Lázaro da Rocha, que cuida de uma escola com 20 alunos. Eu ia passando e vi umas crianças descendo de canoa, pedi para parar e desci. Encontrei o professor, subi naquela escolinha ali e perguntei: "Tem água na escola?" Não tem. Não tem água encanada, apesar de estar na região amazônica. "Tem luz?". Também não tem. O professor dorme numa cama no chão e corrige as provas à luz da vela.

Não é a situação dos povos da floresta, que é vendida como idílio no exterior e nem a situação das celebridades de Hollywood e dos *pop stars* internacionais que vêm querendo um padrão de vida, porque aí é muito bom... Por que o povo da floresta é idealizado? Porque, para o europeu e o americano, é o tipo de vida que todos eles queriam que a humanidade tivesse: não gastam energia, não comem 100g de carne por dia, economizam, para que a energia seja consumida de forma conspícua no Primeiro Mundo. Não vejo outra razão.

Agora, pergunte se alguma ONG apareceu aí para ajudar esse professor. Dormindo no chão, corrigindo prova à luz da vela, numa escola que não tem água e não tem luz, e as crianças, muitas vezes, não têm aula porque os mosquitos não deixam. Só andam de canoa, porque não tem estrada – não pode ter –, não tem moto, não tem cavalo, não tem carro. Está aí esse professor. Eu parei, fui lá, conversei com ele. Essa é a situação.

Além de tudo, a Amazônia tem 60% do nosso território e 8% do nosso PIB. Não se pode fazer uma estrada, não se pode fazer nada, porque a legislação não deixa nem fazer uma estrada que ligue Manaus a Porto Velho. Está embargada. Quando fizeram uma medida provisória aqui para facilitar o recapeamento de estradas, tiraram a Amazônia. Quem mais precisa foi retirado desse benefício.

(Próximo, por favor.)

Aí é a Francisca, lá na comunidade de São Sebastião. Aí, quando o rio enche, a ribeirinha fica sem terra para a agricultura. Seu trabalho é colher folhas de chacrona lá para produzir a Ayahuasca, que é o chá do Santo Daime. Eles plantam na praia ou no beiço do rio, como eles falam. É uma comunidade saudável. Ali não tem uso de droga, ali as famílias se conhecem.

O Chico Corrente disse para mim: "Deputado, se proibirem a gente de ficar aqui, isso aqui é uma fábrica de prostituição e de crime, porque vai para a periferia de uma cidade e vai-se desintegrar isso tudo". Lá, eles vivem numa coisa saudável, com dificuldades, mas vivem, se integram, têm um relativo bem-estar espiritual e material, na pobreza, mas têm. Por que botar esse povo para correr da beira do rio. Ameaça o quê?

Pelo amor de Deus, minha gente. O que é isso?

Vamos lá. Aí é uma cena de lá. Eles plantam arroz, feijão, jerimum, melancia, banana na beira do rio.

(Próximo, por favor.)

Aí são alguns dos produtos, cenas da comunidade de São Sebastião.

(Próximo, por favor.)

E aí são alguns integrantes da comunidade. Esse é o chefe, o Chico Corrente que está à frente.

Aí é outra audiência que fiz, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. São assentados do MST. Uma multa de R$3,6 milhões, Senador Suplicy. Estive lá com a Deolinda nessa audiência. Tem aí duas mulheres que sacrificaram duas vaquinhas, porque receberam uma multa. As vaquinhas entraram numa reserva para comer capim, e a polícia ambiental achou que elas iam comer peroba, rosa, jacarandá, arueira. E multaram em R$3,6 milhões. Esse pessoal tem con-

dições de pagar uma multa de R$3,6 milhões? Está aí o Rubens Germano, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau, aquele que está em pé falando.

(Próximo, por favor.)

Essa moça é uma senhora de Boca do Acre. Ela dá um pequeno depoimento que acho interessante.

(Continua exibição de vídeo com depoimentos.)

Isso foi no Amazonas, mas no Acre encontramos também, em larga escala. A Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre, a Sebastiana, cita casos e casos de suicídio e de depressão de agricultores, que são pessoas, do ponto de vista moral, muito ciosas de seus deveres e de suas obrigações. Nunca passaram na porta de um cartório, pensam que são cumpridoras da lei, que criam a família com decência, com dignidade. Quando aparece a Polícia Nacional. Eu vi em Mato Grosso os abusos que essa polícia cometeu contra as populações locais. A Polícia Florestal ou Ambiental, o Ibama. Essas pessoas se sentem humilhadas. Então, há casos até mesmo de suicídio por causa de episódios como esses.

Portanto, Senadores e Senadoras, o que fizemos foi buscar uma solução de equilíbrio: preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, legalizar a atividade agrícola do País. Foi isso que procuramos. E isso só poderia ser feito mediante um pacto, mediante um acordo geral. Imaginar que esses 410 votos no relatório da Câmara foram votos de ruralistas é uma ilusão ou uma mentira. Se os ruralistas tivessem 410 votos na Câmara, provavelmente eu não seria o Relator da matéria e muito provavelmente o relatório não seria este. Vocês conhecem, por exemplo, a posição da Senadora Kátia Abreu. Ela é absolutamente contra a reserva legal. A reserva legal foi mantida. Este relatório é fruto de um pacto que foi acolhido pelos produtores rurais e que algumas ONGs, não todas, algumas, pensaram, do alto de sua arrogância, que podiam enfrentar e derrotar o Congresso Nacional. É isso. E não aceitaram. Nós mantivemos a estrutura básica da legislação existente, as metragens de reserva legal, de Área de Preservação Permanente, e o pacto possível é um pacto de dupla consolidação. Você consolida toda a área verde existente no País, protege de forma rigorosa e, ao mesmo tempo, consolida a área que está em atividade. Porque não faz sentido, no Estado de São Paulo, para atender à legislação, por exemplo, arrancar 3,6 milhões de hectares de cana, capim, café, milho, soja, para plantar a mata de volta. Como é que você vai fazer isso em São Paulo e em outros lugares do País? Porque, pelas estatísticas que muitos apresentam – "Não, mas está abrindo mão de florestas" –, você teria que reflorestar áreas que estão em uso para fazer reserva legal, quando a agricultura no Brasil ocupa em torno de 60 milhões de hectares, de 850 milhões. A agricultura. A pecuária ocupa muito mais.

Então, esse é o acordo que foi possível. E acho que sem essa mediação nós chegaríamos a um impasse, está certo? Eu cheguei a colocar inclusive a moratória de cinco anos de desmatamento zero, que retirei a pedido do próprio Governo, do Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura, dos Governadores da Bahia, do Tocantins, acho que do Maranhão e do Piauí, porque, hoje, pela lei, o desmatamento é permitido, desde que você preserve aquelas áreas de reserva legal. Tanto é que aprovamos, com o apoio de todos os partidos da base do Governo, com a orientação do Governo, e dos maiores partidos de oposição, fruto desse acordo.

Onde restou a polêmica? Em torno de uma coisa que não era fácil de se resolver, que é a chamada Área de Preservação Permanente, principalmente a mata ciliar, à beira de rio. Por quê? Porque ela é densamente ocupada, principalmente por pequenos agricultores. Toda propriedade tem que ter nem que seja uma nascentezinha. Mesmo no sertão de Pernambuco, uma propriedade tem que ter duas cacimbas: uma, para a família beber água e, outra, para dessedentar a criação.

Se você for aplicar essa legislação na pequena propriedade de 30, 50, 100 metros, se em cada nascente você colocar 50 metros de APP, fazer um raio, traçar área, você inviabiliza essas propriedades.

Em rios como o Iguaçu, o São Francisco ou médios como o Ijuí, no Rio Grande do Sul, o Ivaí, no Paraná, o Parnaíba, no Piauí, e outros, a pequena propriedade desaparece. Se uma pequena propriedade de cinco hectares, banhada por um rio de 100 metros de APP, tiver 100 metros de fundo e 500 de frente, ela desaparece toda. Não fica nada. Se tiver um córrego de meio metro, 30 de cada lado, 60% da propriedade foi embora. Então, é preciso ter muita cautela ao resolver essa questão.

Como o Governo queria resolver? Queria que tudo ficasse por um decreto e que eu fizesse uma lista de atividades permitidas que o Governo pudesse ampliar. Eu disse: "não tenho como fazer uma lista dessa, porque, quando você começa a lista, começa a confusão".

Começamos uma lista de topo de morro, a confusão começou. O que pode? Aí podem as lenhosas, as perenes, as lenhosas não sei de quê, pode café pode maçã, pode isso, pode aquilo. Só que uma boa parte é pecuária de pequeno porte, nessas áreas acidentadas do litoral brasileiro, que vêm desses contrafortes dessas montanhas que começam em Santa Catarina e vão até o Ceará, a Serra do Mar, a Serra Geral, a Mantiqueira, a Borborema, até lá encima, até o Araripe,

tudo muito acidentado, com uma grande presença de atividade agrícola e de pecuária. Como você vai fazer? Tira a cana dos morros de Pernambuco e Alagoas, que está lá há 400 anos, desde o tempo das capitanias? Tira essa pecuariazinha? Não. Aí pode a pecuária do capim nativo. Digo: "mas muita área foi ocupada com vegetação nativa". Então, era uma negociação muito difícil. Digo: ou o Governo faz tudo, entrega um decreto e o Governo faz, ou o Congresso faz tudo. Eu não vou fazer uma lista e, amanhã, o cidadão diz: "olha, fui expulso da minha área porque o senhor botou, numa lei, que eu não podia". Eu digo: "não". Aí esse impasse. O Governo não apresentou uma solução, porque é difícil mesmo. Apareceu uma emenda da oposição, a qual o Governo não quis. Nós tiramos a emenda da oposição e arrumamos uma emenda da base, que era do PMDB, apoiada pelo PCdoB, pelo PSB, pelo PDT. Deu outro impasse. Aí, esse artigo, essa emenda foi resolvida no voto, mas, naturalmente, na luta política, pega-se a emenda como ela fosse... O Governo foi derrotado, o Governo foi vitorioso. O mais importante está lá no projeto. Tudo acordado. Foram dois anos de negociação com o Ministério do Meio Ambiente. Considero uma negociação bem sucedida. Resolvemos as principais questões. Resolvemos, por exemplo, em acordo com o Ministério do Meio Ambiente, que a reserva legal dos proprietários de até quatro módulos será aquela declarada em 2008. Isso é uma grande conquista. Resolvemos também, com o Ministério do Meio Ambiente, a possibilidade de somar reserva legal com APP. Resolvemos a possibilidade de fazer a reserva fora da propriedade no mesmo bioma, mesmo fora do Estado. Resolvemos a questão dos pequenos açudes. O mais importante foi resolvido. A Ministra do Meio Ambiente chegou a dizer que 98% estava resolvido.

Agora, como em tudo, da arte à política, como é o detalhe que define, as tais APPs de beira de rio não resolvemos. Por quê? Porque ou você consolida de alguma forma ou você vai expulsar 2 milhões de agricultores de beira de rio. Não tem como. Não tem como você proibir que um criador no Nordeste leve a sua vaca para beber na beira de um açude, ou plante na beira de um rio ou de um açude. Numa região onde as estações são muito definidas, boa parte do Nordeste passa seis meses sem chover, seis meses. Quem é do Nordeste sabe disso. Como o nordestino come nessa área? É da cultura de várzea. Você pode chegar à feira: a melancia é de várzea, o feijão é de várzea, o milho é de várzea, porque não existe água de outra forma. Como você vai expulsar essa agricultura? Vai chegar ao Iguaçu e ao São Francisco, medir 500 metros de APP e expulsar todo mundo? É possível uma coisa dessa? É razoável?

Então, o governo chegou a apresentar uma solução que somente 20% dessas áreas poderiam se transformar em APP, mas não havia emenda para isso. Mostrou sensibilidade também. A questão é muito concreta. Apresenta-se uma solução para os agricultores brasileiros. Os europeus e os americanos estão liberados para usar suas beiras de rio. Conversei com um dirigente da associação de agricultores de Portugal e perguntei se eles plantavam na beira do rio. Ele olhou espantado para mim e perguntou se a Embrapa tinha alguma semente que pudesse plantar dentro do rio, porque na beira do rio eles já plantavam.

E a mata ciliar, também flexibilizar. Só a vegetação nativa que pode ser mata ciliar? Não tem outra forma de vegetação? O europeu não protege a beira do rio com tantas culturas? Com quais podemos proteger as nossas também?

Então, vejo que há possibilidade de chegarmos a uma situação que ajude a preservar o meio ambiente, a manter esse compromisso do Brasil e, ao mesmo tempo, ajude a proteger uma atividade importante que é a nossa agricultura, ou por razões econômicas, porque produz para baratear os alimentos, produz para equilibrar as contas externas, ou produz também para manter no campo uma parte da população que sobrevive com dificuldade, o pequeno agricultor que vive na roça: ali está a sua casa, a sua água, a sua luz, o seu estilo de vida.

Proteger a agricultura não é só proteger um negócio. "Ah, campanha contra o agronegócio". A minha impressão é de que esse termo é infeliz e muito mal usado. A agricultura é muito mais do que um negócio. A agricultura e o campo no Brasil são partes da nossa identidade nacional, da nossa cultura, da origem da nossa música, do nosso folclore, da nossa culinária. A sociedade, o governo e o Estado não podem virar as costas para essa atividade, não. Toda ela, cada uma com a sua função: a grande, a média e a pequena, que é a maior parte e a que precisa de maior proteção e que é a mais vulnerável às exigências da legislação.

É possível fazer essas escolhas? Eu acho que é. Vai prejudicar algum interesse? Não. Os pobres, os trabalhadores, as donas de casa, a classe média, ninguém vai ser prejudicado por isso. Pode contrariar interesses lá fora, mas acho que isso é da vida.

Portanto, fico aqui à disposição dos senhores e das senhoras. Agradeço mais uma vez o convide para participar dessa reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Quero registrar aqui as presenças do Deputado Romero Pereira, do Deputado Moreira Mendes, do De-

putado Lira Maia, Deputado Moacir Miqueleto, Deputado Paulo Quartiero, Deputado Marcos Montes, Deputado Neri Gueller. Se eu estiver esquecendo algum, solicito que comunique à secretaria da Comissão. É uma alegria poder recebê-los.

Quero consultar os nossos presidentes e também o Plenário sobre o encaminhamento. Temos quatro autores de requerimento, pela ordem: Senador Acir Gurgacz, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Waldemir Moka, Senador Eduardo Braga. Vou trocar a minha vez com o Senador Eduardo Braga a pedido dele. A minha sugestão é que possamos ouvir cinco Senadores e passamos a palavra para o Deputado Aldo Rebelo, pedindo para que todos procurem ser objetivos. Vamos definir cinco minutos, como uma referência, fazendo um esforço para nos manter nesse tempo.

Além desses nomes a que eu me referi, ainda estão inscritos a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Russo, o Senador José Pimentel, o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio de Souza, a Senadora Ângela Portela, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Jayme Campos, o Senador Eduardo Suplyci, o Senador Vicentinho, o Senador Pedro Taques, o Senador Reditario Cassol, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Benedito de Lira, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Walter Pinheiro.

Procuramos fazer as inscrições pela ordem de chegada; alguns já não se encontram...

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Senador Presidente, permita-me mais 30 segundos para fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Apenas para registrar a presença do Prefeito de Querência, Fernando Gorgen. Levante-se, Prefeito. São 1.920 assentados da reforma agrária, sendo que boa parte deles com propriedades embargadas por uma legislação que os obrigava a ter 50% de reserva legal, mas que, depois, os obrigará a ter 80%. E o Prefeito tem cumprido o seu grande papel para ajudar manter esses assentados lá vivendo e produzindo. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mais uma vez registramos, com alegria, a presença do Prefeito de Querência. Também registro, com alegria, a presença do Deputado Federal de Mato Grosso, Roberto Dorner.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Deputado Aldo Rebelo, pela sua explanação. Acompanhei as suas visitas ao Estado de Rondônia e sei que V. Exª percorreu o Brasil inteiro para fazer esse grande trabalho: a reforma do Código Florestal feita pela Câmara.

Para contribuir, lá no Estado de Rondônia, Srªs e Srs. Senadores, temos uma reserva de aproximadamente 66.4 em todo o Estado de Rondônia.

A realidade dos nossos agricultores é muito parecida com a realidade do Município de Boca do Acre, mas, como uma pequena diferença: os nossos agricultores, em Rondônia, eles só não foram estimulados a estarem em Rondônia como muitos foram conduzidos pelo Governo Federal, foram transferidos de suas terras no Sul do País para o Estado de Rondônia, sendo lá instalados com a obrigação de derrubarem 50% de suas áreas para plantar, senão não teriam documento de suas áreas e, hoje, vivem da mesma forma, como dito pela senhora daquela família apresentada aqui pelo Deputado Aldo Rebelo, que vivem na ilegalidade, porque, no meio do processo, Senador Moka, mudou-se a lei. E as pessoas que foram incentivadas e transferidas pelo Governo Federal passaram a estar ilegal, perante a lei, não sendo reconhecido todo o trabalho feito à sua época.

Então, peço aos nossos nobres Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, que tenham sensibilidade – já que o Senador Jorge Viana conhece o nosso Estado de Rondônia, pois, vizinho do Estado do Acre, e também o Senador Luiz Henrique, pelo amplo conhecimento que tem do nosso País e, portanto, do o Estado de Rondônia -, porque atribuir àquela população 80% de reserva, eu acho que é uma penalidade muito grande para aquelas famílias que vivem no campo, que vivem do plantio no Estado de Rondônia. Será um engessamento no Estado, sem contar que temos quase 67% de reserva em todo o Estado de Rondônia, Senador Eduardo Braga. Então, o papel de Rondônia em preservar já está contemplado.

Peço, mais uma vez, para que a gente possa analisar, a fim de tirar Rondônia desse engessamento dos 80%. Vamos manter como no passado, quando, no passado, fomos para Rondônia e éramos obrigados a derrubar 50% e mantermos 50%. Não pode mudar a vida das pessoas por um simples decreto, por uma simples assinatura, por uma meia folha de papel mudar toda a vida, toda a história das famílias que moram na Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia. São quase dois milhões de pessoas que vivem da agroindústria, da pequena propriedade rural; 93% dos produtores das terras de Rondônia estão nas mãos de pequenos produtores rurais, da agricultura familiar.

Essas eram as minhas colocações.

Cumprimento e agradeço mais uma vez o Deputado Aldo Rebelo, que esteve em Rondônia, esteve em Ji-Paraná, conhece a realidade, sabe do que estou falando – as famílias foram para Rondônia incentivadas e transferidas pelo Governo Federal. Então, agradeço e cumprimento mais uma vez o Deputado Aldo Rebelo pelo brilhante trabalho e pela brilhante explanação desta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

OSR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rollemberg, cumprimento novamente todas as Srªs e os Srs. Senadores, nosso Relator, Deputado Aldo Rebelo, que tão dedicadamente caminhou por este País e procurou compreender o Brasil para apresentar o seu relatório, eu gostaria de começar fazendo uma colocação que me parece extremamente importante. Ainda há pouco o nosso Deputado Aldo Rebelo, de uma forma apaixonada e absolutamente emocionante, fez aqui um depoimento que não resta dúvida tocou o coração de todos nós, Senadores e Senadoras da República, bem como de todos aqueles que estiverem nos assistindo. No entanto, usando as próprias palavras do nosso Deputado, o Amazonas tem 1.6 milhão de quilômetros quadrados. Boca do Acre é um entre os 62 Municípios no Estado do Amazonas. Boca do Acre é o maior rebanho bovino do Estado do Amazonas. É o Estado que tem o maior índice de cabeça de gado por habitante do Estado do Amazonas. A grande maioria desse gado é de grandes fazendeiros, não do PA Monte I e II. Você sabe por que é PA Monte? Porque é Projeto de Assentamento. Por isso é PA.

O PA Monte foi implantado em Boca do Acre por uma política de assentamento rural do governo brasileiro de forma absolutamente equivocada. Com equívoco de planejamento, com equívoco de assentamento e com equívoco das atividades a serem produzidas. Eu conheço PA Monte I e PA Monte II. Sei do sofrimento daqueles agricultores que lá vivem. Recentemente, com Senadores do Amazonas, Senadora Vanessa, o então Senador João Pedro, mais Deputados do Amazonas e lideranças de Boca do Acre, estivemos no Ministério da Agricultura construindo um termo de ajustamento para que os 436 produtores rurais do PA Monte que estavam ameaçados por uma série de ações etc. não fossem penalizados, como não foram. Estamos lá num esforço de regularização fundiária por um equívoco que não é um equívoco do agricultor, é um equívoco de uma política de assentamento do Governo Federal no Estado do Amazonas.

Eu gostaria também de corrigir que nesses 1.6 milhão de quilômetros quadrados, que na realidade é 1.548 milhão, um pouquinho menos porque o Estado do Acre acabou reorganizando conosco a fronteira e ficou um pouquinho maior, confiscou um pouquinho das nossas terras etc., somos agora 1.536 milhão de quilômetros quadrados. Nós só temos uma região onde temos produção de Santo Daime, é exatamente no Igarapé do Mapiá. É a única região. Uma comunidade absolutamente atípica da Amazônia brasileira. Valorosa comunidade, uma comunidade de brasileiros trabalhadores, absolutamente corretos, honestos, etc. No entanto, a BR-317, neste momento, está sendo asfaltada e tira do isolamento o maior Município do ponto de vista da pecuária no Estado do Amazonas. Lá, o governo do Estado, numa PPP única no Estado do Amazonas tem, dentro do Município de Boca do Acre, um frigorífico com produção de... Estamos abatendo mais de 350 cabeças de gado por dia. É o único frigorífico que nós temos no Estado do Amazonas, onde o governo do Estado é parceiro.

Isso tudo apenas para dizer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, se o passado estivesse correto, os produtores que lá foram assentados não estariam na pobreza e na miséria que se encontram. Se o passado estivesse correto, ali teria uma fotografia de plantio de feijão, de agricultura de soja, e não de uma pecuária intensiva que não gera emprego e renda para o caboclo. Gera renda para o investidor.

Nós não somos contra a pecuária. Nós somos contra a aplicação da pecuária no ecossistema que não lhe é próprio, que não lhe é devido, porque não há registro de levantamento das terras abandonadas na Amazônia por implantação equivocada de pecuária em áreas degradadas não produtivas. Portanto, aqui não se trata de discutir apenas aqueles brasileiros que – concordo com o nosso Deputado Aldo Rebelo – foram induzidos a ir para a Amazônia e que lá foram largados pela política brasileira, esquecidos; ficaram enfrentando malária, febre amarela e todo tipo de intempéries endógenas da floresta, absolutamente esquecidos.

E, quando estamos discutindo o Código Florestal, esquecemos que essas pessoas são gente e não massa de manobra; são seres humanos e não massa de manobra.

E, como representante do povo do Estado do Amazonas, estou aqui para dizer o seguinte: nós, amazônidas, nós, amazonenses, queremos ter o direito de construir um futuro inteligente, justo e digno para nós,

como todo e qualquer brasileiro tem o direito de fazê-lo de forma equilibrada, de forma a poder equilibrar e balancear.

Várzea na Amazônia está dividida em três tipos de várzea. Uma delas é leito de rio, e plantar de forma intensiva em leito de rio traz consequências danosas ao produtor, àquele que lá vive, ao caboclo, ao ribeirinho. Este será penalizado, porque uma coisa é margem de rio; outra coisa é leito de rio. Senador Luiz Henrique, no meu Estado, a área que é plantada durante a seca não é várzea; é leito de rio, o que chamamos de várzea baixa.

Nossa região tem três tipos de várzea: a várzea baixa, que é leito de rio – lá se planta o feijão de corda, no Estado do Amazonas, no Estado do Acre. É um feijão maravilhoso, delicioso, o "manteiguinha", como chamamos na nossa região. Mas aquilo – não confundam – é leito de rio. Daí a quatro ou cinco meses, Senador Blairo, a água vem e lava aquele leito de rio, e traz de novo os insumos do adubo, tira todo e qualquer problema; daí a quatro ou cinco meses, ela está de fora de novo para você fazer o plantio da agricultura familiar em forma de mosaico. Não podemos confundir isso com uma produção intensiva de várzea de margem de rio, de pequenos rios de outras regiões. É completamente diferente, é o que nós chamamos, na nossa região, de várzea alta. Esta é uma outra várzea, é a várzea alta. Por isso, a ciência e a tecnologia não podem estar à parte da questão do Código Florestal. Depois, nós temos uma outra várzea, que é a várzea de terra firme. Portanto, quando nós falamos em várzea neste País, temos de levar em consideração diversos níveis e diversos tipos de várzea.

A verdade é que o homem e a mulher que vivem na Amazônia e que hoje protegem, guardam, administram o maior patrimônio deste País, a nossa floresta, não podem ser simplesmente um retrato isolado de um município que não é multiplicável em todo o território do Estado do Amazonas. É preciso compreender que há um balanço. A atividade da pecuária é intensa em Boca do Acre porque lá é propícia para Boca do Acre. Agora, o único município do Estado do Amazonas que está no arco do desmatamento e que está sofrendo penalizações graves do arco do desmatamento é o município de Lábrea, não o município de Boca do Acre.

E pasmem, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nem um desses metros quadrados de desmatamento aconteceu próximo a área urbana. Ao contrário: o desmatamento aconteceu próximo à BR-364, na fronteira tríplice entre o Estado de Rondônia e o Estado do Acre, no Ramal do Boi, onde, novamente, a pecuária intensiva está ocupando, de forma ilegal, irregular e absolutamente criminosa, terras no município de Lábrea. E mais do que isso: nós estamos sendo penalizados num município na sede de Boca do Acre com o crédito cortado para o pequeno produtor, que não desmatou um metro quadrado de terra.

Equívocos sobre a Amazônia acontecem permanentemente. A mesma coisa está acontecendo no sul de Canutama, numa comunidade chamada Nova Califórnia, novamente perto da BR-364.

Portanto, Srs. e Srªs Senadores, é muito importante que tenhamos esse equilíbrio e esse bom senso para que possamos compreender que um depende do outro e que nós precisamos construir um Código Florestal que seja equilibrado. O depoimento emocionado daquela senhora toca todos os nossos corações, mas nós poderíamos ter depoimentos aqui emocionadíssimos acerca do que está acontecendo em outras áreas daquela região.

É claro que nós estamos falando de um Código Florestal que trata de reserva legal em propriedade privada, e a reserva legal em propriedade privada não pode ser um ônus para o produtor. Se ela é uma estratégia para o desenvolvimento e para o equilíbrio do ecossistema, para o equilíbrio do clima e para o equilíbrio do ritmo hidrológico, ela precisa ser compreendida como uma estratégia nacional, e toda questão com relação a essa problemática é exatamente de quem é o ônus de manter a reserva legal.

Eu não conheço um agricultor que não seja a favor de proteger as margens dos rios para não sofrer problemas de erosão. A própria CNA, presidida pela Senadora Kátia Abreu, aqui citada, está implementando um programa chamado Biomas, com a Embrapa, para poder fazer uma vitrine em cada um dos biomas, levando em consideração as APPs das áreas ripárias, as APPs das áreas de encosta e as APPs de topos de morros, porque, para o agricultor, não é bom negócio destruir o solo e destruir a sua capacidade produtiva. Mas a resposta para isso está na ciência e na tecnologia. A resposta para isso não está no achismo de alguns, que querem compreender sem entender, que querem decidir sem estabelecer uma base técnica e tecnológica. A própria Confederação Nacional de Agricultura entende assim. E todos nós assim deveremos participar.

Eu deixo aqui uma colocação: por que não transformarmos a questão das reservas legais, tão questionadas, Srs. Relatores, em uma proposta para aqueles que as possuem serem incentivados e motivados a mantê-las? Por que nós não podemos fazer compensações em torno das questões tributárias para que a reserva legal seja mantida com redução dos tributos a serem pagos a partir daquele produtor que mantém a sua reserva legal? Por que não podemos usar a reser-

va legal como um benefício e um estímulo e não uma punição para aqueles que não as mantêm? O custo social da terra tem que ser compartilhado com o Governo, não pode ser apenas do produtor. O custo social da terra tem que ser compartilhado com o Governo. Portanto, a reserva legal é uma proposta, que poderia ser levada em consideração com relação ao imposto de renda e ao imposto sobre propriedade da terra.

E apenas para não me delongar, e teremos várias oportunidades para debater esses temas, gostaria de dizer que é verdade que a recomposição das reservas legais, principalmente na região da mata atlântica, passa a ter uma composição complexa quando tem 27% da mata atlântica preservada e não os 65% que tem Rondônia, para que possamos mantê-la. No entanto, precisamos compreender que o ritmo hidrológico vai além dos biomas. Os biomas são interconectados. Portanto, por que não compensar além dos biomas? Aquela tese de que a compensação tinha que ser na bacia dos rios já foi ultrapassada. A tese de que teria que ser compensada na fronteira estadual já foi ultrapassada. Nós precisamos ter a coragem de ultrapassar a tese de que a compensação tem que ser no próprio e no mesmo bioma.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, os produtores precisam da floresta. As florestas, diz hoje um biólogo nos jornais, são uma mina de ouro para os produtores. E o é, porque, sem floresta, nós não temos chuva e, sem chuva, não mantemos o clima e, sem o clima estável, não continuaremos tendo o fundamento de nossa economia no agronegócio.

Portanto, creio que as compensações podem ser além dos biomas e creio que chegou a hora de implantarmos as compensações baseadas em serviços ambientais e em pagamento dos serviços ambientais além dos biomas. Isso se resume numa tese, numa teoria, que é conhecida mundialmente como REDD+, que é o carbono florestal. A partir daí, nós estaremos não discutindo o passado e o presente, estaremos começando a discutir um futuro inteligente para aqueles que vivem no campo, não apenas os produtores rurais, mas aqueles que vivem na floresta, que dependem da floresta.

Quero agradecer às Srªs e aos Srs. Senadores, agradecer muito ao Deputado Aldo Rebelo, porque nos permitiu trazer aqui as desigualdades e as diferenças de uma região que não é homogênea. A Amazônia não possui um ecossistema, possui dezenas de ecossistemas. A Amazônia é heterogênea. E não podemos confundir Boca do Acre com a Amazônia brasileira. É parte da Amazônia brasileira, uma parte tão importante quanto as outras, mas que não é homogênea. E não podemos dar tratamento igual entre desiguais.

Por isso, defendo uma política no Código Florestal que possa remunerar a floresta e dar oportunidade ao produtor para trabalhar de forma legal e produtiva, a partir de compensações de serviços ambientais e de compensações na reserva legal e na área de preservação permanente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Vou procurar ser breve na minha intervenção.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo, pois reconheço o seu esforço e sou testemunha do esforço feito pelo Deputado Aldo Rebelo e das inúmeras audiências públicas que realizou acerca de tema extremamente complexo, extremamente complexo, porque temos um País bastante diversificado do ponto de vista de sua vegetação e de seus estágios de ocupação no meio rural.

Mas, quero abordar temas do texto aprovado pela Câmara com o objetivo de avançarmos em seu aprimoramento. Para tanto, gostaria de abordar três questões. A primeira delas – e tive a oportunidade de dizer isso pessoalmente ao Deputado Aldo Rebelo –, à qual considero como um grande equívoco, e que precisa ser corrigida no Senado Federal, é sobre a Emenda nº 164, aprovada na Câmara. Entendo que até pela complexidade de definição do que pode excepcionalmente – ou por baixo impacto ambiental, ou por interesse social, ou por utilidade pública – constar em área de preservação permanente consolidada que, em função das inúmeras variedades de possibilidades aqui citadas pelo Deputado Aldo Rebelo, que entendeu que não ter condições de ele definir as atividades que poderiam ou as que não poderiam, é que eu entendo que isso tem de estar determinado, sim, por decreto do Poder Executivo Federal. Isso jamais poderá ser colocado, em função das minúcias e dos detalhes das diferenças que temos no País, em uma lei.

Há uma questão de fundo – e eu tenho o maior respeito por quem defende uma posição diferente da que eu defendo –, qual seja, de que o Código Florestal deve definir as normas gerais das áreas de preservação permanente e, no meu entendimento, os Estados deveriam ter o poder de ampliar essas áreas de preservação permanente, jamais de reduzi-las, embora, conceitualmente, a ideia seja extremamente defensável, como defende o Senador Luiz Henrique.

Mas entendo que corremos o risco de termos uma guerra ambiental, como temos hoje uma guerra fiscal no País, em Estados oferecendo maiores possibilidades de utilização dessa área ambiental. Isso é um debate que será feito aqui. Mas, entendo que a

redação anterior do Deputado Aldo Rebelo é melhor, mais apropriada do que a da Emenda nº 164 aprovada.

Quero registrar que outra questão que considero importante para garantir que, além da regularização rural, das ocupações rurais, tenhamos instrumentos de preservação das áreas que vão permanecer que estão hoje preservadas, que devamos ter instrumentos punitivos no Código. Contextos que, inclusive, chegaram a ser negociados, fizeram parte da negociação em algum momento, não foram aceitos, senão estariam no texto, mas que podem voltar à discussão.

Vou, rapidamente, ler, por exemplo, o art. 19, que diz:

Art. 19 *A área de reserva legal deverá ser registrada junto ao órgão ambiental competente, por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural, de que trata o artigo 30, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título ou desmembramento com as exceções previstas neste Código.*

Não tem, no texto, qualquer punição para o descumprimento desse artigo e, na negociação, em algum momento, houve a apresentação de um texto que dizia que "o descumprimento da obrigação prevista no *caput* impedirá a transferência a qualquer título, o desmembramento, o parcelamento, o remembramento do imóvel rural".

Acho absolutamente pertinente que haja uma punição para quem descumprir o artigo.

Da mesma forma, textos apresentados referindo-se ao então art. 58, dizem: "*O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nessa lei, poderá embargar a obra ou a atividade".* Ora, se o órgão ambiental tomar conhecimento, deverá embargar a obra; e, se a pessoa descumprir o embargo, ela tem que ser punida, porque, se não houver punição para uma infração, não teremos efetividade nos artigos do Código Florestal.

Então, eu gostaria de ouvir os comentários do Relator, a partir dos próximos oradores, sobre esse sistema, porque entendo que isso é importante de constar para dar efetividade ao texto do código.

Por fim, quero, aqui, concordar com o Senador Eduardo Braga, que é um conhecedor profundo da sua região, do seu Estado. Reconheço que houve um esforço, houve um avanço no relatório do Deputado Aldo Rebelo, mas eu diria que este é o grande desafio que nós, aqui, no Senado, temos: como ampliar os instrumentos de pagamento por serviços ambientais.

Quero registrar, aqui, uma preocupação que tenho. Nós poderemos, Deputado Aldo Rebelo, viver, daqui a alguns anos, seja pelo aumento da procura por alimentos no mercado mundial, seja pelo crescimento do poder aquisitivo da China, com população enorme, que está consumindo alimentos, seja pelo elevado preço das *commodities* no mercado internacional, com uma pressão muito grande pela ocupação de novas áreas para a produção de alimentos. E se, na Amazônia, temos 80% das áreas preservadas por reserva legal, no cerrado brasileiro, que é visto como grande área de expansão da agricultura, por exemplo, temos apenas 20% – apenas 20%, e quero registrar o "apenas 20%" – de reserva legal. E estamos falando de um bioma que detém uma das maiores biodiversidades do planeta: 12 mil espécies de plantas; 4.400 plantas endêmicas – só existem no cerrado; 70% das águas da bacia do Paraná, do Tocantins, do São Francisco nascem na região do cerrado, e nós corremos o risco de ter, nos próximos anos, um desmatamento legal de até 80% da área do cerrado, em função do alto preço das *commodities*.

Então, eu diria que o grande desafio do Congresso – compartilho inteiramente com o Senador Eduardo Braga em relação a essa preocupação – é criar instrumentos econômicos que valorizem a preservação, que estimulem a pessoa a preservar até mais do que a lei exige. E, mais do que isso: acho que temos alguns subprodutos desse debate, dessa mobilização nacional em torno do debate do Código Florestal, que deve ser um grande pacto entre a agricultura, o meio ambiente e a ciência e tecnologia, para garantir instrumentos no orçamento do País, para que tenhamos zoneamento agrícola neste País, para que tenhamos novamente mapas de solo. Aqui, disse o pesquisador da Embrapa que essas áreas de preservação permanente, idealmente, deveriam estar sendo definidas pela sua declividade, pela sua textura, pela sua espessura, pelos serviços ambientais e pela diversidade biológica das matas ciliares. E, se tivéssemos instrumentos científicos para isso, poderíamos estar definindo isso com base na ciência, e não apenas definindo.

Lembro mais uma vez informação dada aqui, nesta Comissão, pelo Presidente da Embrapa: nos últimos 30 anos, o Brasil ampliou sua área agrícola em 45,8% e aumentou sua produção em 268%. Isso demonstra que não podemos prescindir, em absoluto, da ciência e da tecnologia; e está exatamente no investimento em ciência, tecnologia e inovação a possibilidade de ampliarmos nossa produção de alimentos, ampliarmos nossa produção de energia, ampliarmos nossa produtividade em cima de áreas degradadas de pastagem, ainda por muitos anos, poupando o avanço em novas fronteiras de cerrado ou de floresta amazônica.

São esses os desafios que entendo que são importantes para o Senado, e, oportunamente, gostaria de ouvir os comentários do Deputado Aldo Rebelo,

mais uma vez cumprimentando-o pelo trabalho difícil e valoroso, quero registrar, que fez até aqui e que está permitindo esse debate.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Relator, Deputado Aldo Rebelo, Srs. Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Agricultura, Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz, quero que os Senadores entendam que, no meu caso, particularmente, é muito difícil, a não ser fazer um comentário, porque eu fiz parte da Comissão que construiu esse texto. Quero dizer aos Srs. Senadores que me orgulho muito disso. E, dentro do debate aqui no Senado, nós vamos perceber a dificuldade que é isso. Não é uma coisa simples.

Quero me permitir dizer que dificilmente alguém que não seja o Aldo, com a sua capacidade, com a sua determinação, com a sua paciência, pudesse fazer com que esse texto fosse aprovado. É legítimo que o Senado discuta pelo tempo que achar necessário. É claro que há uma premência, que os agricultores, os produtores rurais veem isso com uma certa preocupação, até porque vários deles estão esperando a votação, a conclusão disso para saber como vão se comportar, principalmente em relação a essa questão do embargo, da multa, de uma série de coisas que têm por aí.

Mas eu quero contribuir com os três Presidentes para que o clima desse debate aqui no Senado seja o mais tranquilo, o mais equilibrado possível. Mas reconheço que, na Câmara, apesar de tudo, sempre houve o entendimento. Claro que as paixões acontecem – e vamos tê-las aqui. Mas eu quero dizer a cada um dos senhores o seguinte: eu fico só pensando em uma coisa que o Aldo falou e na qual eu tenho insistido aqui. Eu não consigo entender por que nós, o Governo brasileiro, o nosso País, temos que ficar aqui, em termos da grande mídia internacional, acuados. Não tem nada que justifique isso. O Brasil, embora seja um grande produtor e exportador, manteve o seu patrimônio ambiental. Isso nós temos que começar a dizer. Até mesmo na Organização Mundial de Comércio, quando se levantar essa questão, temos que usar isso favoravelmente, em vez de nos acuarmos.

Olha, nós temos 2,7 hectares de floresta para cada brasileiro. São quase 3 hectares de floresta para cada brasileiro. Qual o país que tem isso? Para essas coisas precisamos atentar. Nós temos ainda 61% da nossa vegetação. No meu Estado – e se ataca tanto o Pantanal –, o produtor rural, eu insisto sempre nisto, produz a chamada proteína vermelha, pecuária extensiva, há mais de 250 anos. E é um dos biomas mais preservados deste País. E quem preservou? O produtor rural.

Essas coisas temos que, claro, fazendo os ajustes necessários, deixar muito claras. É importante que a gente deixe isso claro para a população. Quando eu ouço essa história de que estão devastando o Amazonas, eu digo: Meu Deus do céu! Aí, quando você escuta que 98% ainda estão preservados, pensa: como é que podem estar devastando se ainda tem toda essa preservação? Será que isso não é uma pressão? Não estou dizendo que não temos que...

Concordo com o Eduardo que está na hora de fazermos o debate, que aquele produtor que tem reserva legal tem que ganhar alguma coisa por isso. Eu concordo absolutamente. Só que esse é um problema que os senhores vão ver, na hora de colocar, a dificuldade que vai ser, porque o produtor, meu caro ex-Governador Eduardo Braga, no meu Estado, por exemplo, só quer que, nos 20% dele, possa incluir a Área de Preservação Permanente. O sujeito que tem mil hectares deixa duzentos hectares de reserva legal. Um produtor brasileiro que foi para os Estados Unidos começou a procurar: comprou uma propriedade e queria saber lá quanto é que ele iria deixar de reserva legal. O pessoal começou a olhar para ele e dizer: "Você não comprou?", "Comprei"; "É sua a propriedade?", "É"; "Então, você faz dela o que você quiser!". Porque lá a reserva legal que existe é o governo que tem. E, quando nós estamos debatendo reserva legal é importante – o Aldo já frisou –, mas não estamos debatendo o que há de reserva legal no poder público, nas Áreas de Preservação Permanente das grandes... Não estamos falando disso, de terras indígenas, porque isso tudo está fora do debate.

Então, nós temos de mostrar também o lado positivo e lembrar, senhores, que – só para encerrar –, quando o produtor brasileiro produz açúcar a partir da cana e coloca esse açúcar de melhor qualidade num preço competitivo, a Europa, que produz açúcar a partir da beterraba, com um custo altíssimo de produção, cada vez que chega lá o açúcar brasileiro com um preço baixo, o governo europeu tem de subsidiar os seus produtores, que produzem a partir da beterraba. E, aí, muitas dessas organizações estão aqui a serviço para diminuir esse subsídio, criando barreiras fitossanitárias e ambientais para aumentar o custo da produção brasileira, para que o nosso produto chegue lá com um preço menos competitivo, para diminuir o aporte e o subsídio que faz hoje o governo europeu. E o resultado aí está: nós estamos vendo o que está acontecendo na Europa, porque não é fácil bancar e subsidiar. O tesouro europeu está pagando um custo muito alto por esse subsídio.

Eu vou encerrar por aqui, agradecendo a presença desse grande brasileiro que é o Deputado Federal Aldo Rebelo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka, e passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar também o trabalho do Relator, Deputado Aldo Rebelo, a quem temos o reconhecimento pelo esforço pessoal e as adversidades enfrentadas nesse duro trabalho, que envolve um jogo de interesses muito grande, que envolve conflitos também, alguns ideológicos e de toda ordem. Então, cumprimentos pela sua tenacidade, pela sua coragem e pelo espírito nacionalista com que vem tratando desse tema.

Vou ao ponto. As entidades ambientalistas, Relator Aldo Rebelo, afirmam que o projeto aprovado na Câmara anistia os desmatadores. Há ou não anistia no projeto de lei de que o senhor foi Relator na Câmara dos Deputados?

O senhor fez referência, quando fez a exposição, da ausência da participação dos cientistas no debate, mesmo convidados. Apesar dessa constatação, eu gostaria de saber se houve alguma contribuição dos cientistas nesse projeto e se algum deles conseguiu provar que um imóvel pode manter-se economicamente viável se respeitadas as APPs de 30 a 500 metros, mais a reserva legal.

A outra questão, Deputado Aldo Rebelo, é que o art. 35 do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados prevê recomposição de 15 metros para rios com até dez metros. Significa que, se o rio tiver 11 metros, a recomposição será de 50 metros. Isso está correto? Tomemos como exemplo o rio Uruguai, lá no meu Estado, em que certos trechos possuem mais de 200 metros de largura. Nesse caso, uma residência ou um barracão que estiver distante 110 metros da margem deverá ser derrubado e a área, recomposta. Isso está correto? Idem, um rio de 11 metros, em que a recomposição deverá ser de 50 metros, o senhor teria uma proposta para resolver essa situação?

A Emenda nº 164, dando nova redação ao art. 8º do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, foi aprovada em razão de situações como a da pergunta anterior que eu acabo de lhe fazer. Nela, há expressa proibição de consolidação de área onde há risco de ocupação humana ou prejuízo de erosão.

Considerando que até 1986 a APP era de cinco metros para rios até 10 metros e o limite máximo era 100 metros para rios superiores a 200 metros, o senhor vê algum problema em manter a lógica da Emenda nº 164? A propósito disso, Deputado Aldo Rebelo, queria também lembrar ao senhor – claro que o senhor mais do que eu conhece bem o art. 18 do atual Código Florestal, em que consta textualmente:

> ***Art. 18*** *Nas terras de propriedade privada onde seja necessário o florestamento ou reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.*
>
> §1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, seu valor deverá ser indenizado ao proprietário [o valor dessa cultura].
>
> §2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público federal ficam isentas de tributação [falou-se aqui em tributação também].

Nesse caso, dada a celeuma provocada pela Emenda nº 164, Deputado Aldo Rebelo, não seria o caso de manter o art. 18 do atual Código Florestal no projeto aprovado pela Câmara, apenas inserindo nele texto esclarecendo que "enquanto o Poder Público não fizer a recomposição e indenizar o que deve sê-lo, a área se manterá em uso agrícola"? É a pergunta que faço.

Há, ainda, mais duas questõezinhas. Comparando-se o texto aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados e o que foi aprovado em Plenário, a utilização da palavra "regulamento" passa de 25 para 36 ocorrências. Pergunto se, na sua opinião, isso não diminuiu a segurança jurídica do produtor rural.

E, finalmente: pela versão aprovada na Comissão Especial da Câmara, o Programa de Regularização Ambiental teria cinco anos para ser formalizado. Agora, é de quinze meses – três meses para implantação e mais um ano para fazer todas as declarações. Sobre o tema, tenho a seguinte pergunta: o atual Código Florestal, publicado em 1965, ainda não possui todos os seus artigos regulamentados. Portanto, se os 35 regulamentos mencionados no projeto não tiverem sido emitidos nestes quinze meses, o que fazer, Deputados, Srs. Senadores, Presidentes das Comissões e Relatores? Fazer uma confissão em branco, sem saber o ônus que o Poder Executivo irá trazer aos seus decretos?

Essas são as minhas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar V. Exª pelo rigor na utilização do tempo, o que facilita muito o trabalho do Presidente.

Passo, neste momento, a palavra ao Deputado Aldo Rebelo para fazer seus comentários a respeito das cinco intervenções.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Naturalmente, Presidente Rodrigo Rollemberg, teremos que fazê-lo telegraficamente, porque a exposição do

Senador Eduardo Braga foi uma exposição sobre a Amazônia como um todo, e eu não tenho condições de competir com tamanho conhecimento.

De qualquer forma, devo esclarecer que também não me estranha a realidade amazônica. Desde os bancos escolares, nos idos dos anos 70, para reorganizar a União Nacional dos Estudantes, tive a alegria de conhecer, de visitar a Amazônia, o Estado do Amazonas, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, de nadar no encontro das águas e de ler, pelo menos parcialmente, uma vasta literatura sobre o processo de ocupação da Amazônia. Desde os viajantes, do Padre João Daniel, que viveu ali pelos séculos XVIII e XIX, além de outros que nos dão conta de que a pecuária na Amazônia é tão antiga quanto no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Nordeste. Claro que ela pode se destacar em Boca do Acre, mas eu não estive só em Boca do Acre; eu estive em Manaus também. Aliás, acho até que o Presidente da Associação é até de outro Município, Humaitá. Em Humaitá também tem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Tem, mas é pouco.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – E esses viajantes nos dão conta de que, ainda no século XIX, a carne de boi em Belém era mais barata do que o peixe, dada a grande oferta de carne bovina que tinha vindo das Ilhas Açores e povoou ali, uma vasta região da Amazônia.

Então, é claro que isso não é contraponto nem defesa de qualquer tipo de pecuária em qualquer tipo de solo. Evidentemente que não, mas apenas a indicação de que havia atividade pecuária e outras culturas também. Por exemplo, hoje, Roraima tem que importar farinha de mandioca do Paraná, leite de Rondônia e álcool de São Paulo, provavelmente. Essa é a situação do Estado de Roraima, mas,quanto ao plantio, há uma cidade no Pará que é conhecida como Terra da Cachaça, cachaça de cana-de-acúcar, porque há também a de mandioca.

Então, eu vejo o seguinte, em Boca do Acre, estavam lá o Secretário da Agricultura e a Secretária do Meio Ambiente, cuja atividade – não é porque o Secretário da Agricultura é do meu partido e a Secretária da Meio Ambiente, que foi também do Governo de V. Exª – foi muito elogiada pelos agricultores, pelo grande esforço que têm feito para regularizar, para assistir. A forma de ocupação não é, naturalmente, responsabilidade dos agricultores, que vivem em uma situação difícil, pode ser em Boca do Acre, pode ser em Viçosa, nas Alagoas, pode ser lá no Pontal do Paranapanema ou em algum Município do Rio Grande do Sul. São situações difíceis, independentemente do Estado. Eu falei aqui do Vale do Ribeira, lá das bananeiras, em São Paulo. Então, naturalmente, a situação da Amazônia e da sua população envolve dificuldades que são mais próximas dos governantes e dos representantes dos Estados da Amazônia, mas que também que não podem ser indiferentes a quaisquer outros representantes do povo brasileiro. E eu visito, frequento, conheço a região já há muito tempo. As soluções são diversas; ensejariam outro debate.

Eu, por formação político-ideológica não tenho muita facilidade em assimilar a política de troca de carbono por dinheiro. Eu acho que a preservação da natureza é por interesse da humanidade, por interesse coletivo e não por causa de dinheiro. A partir do momento em que se introduz o mercado e os mecanismos de mercado nessa troca, vai possuir, vai ter acesso quem paga, e quem não paga, naturalmente, vai ter acesso negado. Esse é um debate antigo também, desde o século XIX, se os bens naturais, se a natureza deve ser apropriação privada ou interesse coletivo. Mas eu também não quero debater essa questão.

Pagamento de serviços ambientais localizados e com limitações é uma coisa natural. Existe no mundo, na Europa, mas nós não poderemos chegar a uma situação extrema, por exemplo, em que, numa economia rica, num mecanismo de competição, possa se querer, por exemplo, trocar a plantação de alimentos no Brasil por reposição de florestas, se esse custo corresponder à possibilidade de pagamento dos nossos competidores. Será um risco se nós não tivermos o limite para a ação do mercado nessa atividade.

Não vejo risco de guerra fiscal, porque guerra fiscal acontece na atividade industrial. Você pode desmontar uma planta de uma fábrica de bebidas em São Paulo e levá-la para a Paraíba ou para Alagoas; é difícil deslocar uma propriedade agrícola. Não há como se fazer isso. As propriedades não se prestam a esse tipo de guerra, porque a APP no Estado vai ser menor do que em outro, e não vai acontecer isso, porque, na verdade, já há definição na lei de que essas medidas serão mantidas. A recomposição em algumas áreas, porque a Emenda nº 164 não consolida nada; pelo contrário, a Emenda nº 164 subordina qualquer possibilidade de consolidação dessas áreas a que isso não traga risco para os recursos hídricos, para a conservação do solo. Está tudo isso subordinado. Examinei com constitucionalistas se isso, de fato, correspondia à minha interpretação. Isso é o que, de fato, está na Emenda nº 164.

Também é preciso esclarecer que, no caso do cerrado, os 20% de reserva legal são da propriedade particular. Já há uma grande área de parques públicos em toda a área do cerrado, em Goiás, no Tocantins, no Mato Grosso. Então, o risco, se é que se pode chamar

assim, de desmatamento legal é apenas na área da propriedade particular, porque, nas áreas públicas, há grandes parques, que, infelizmente, não são suficientemente protegidos – tanto o é que pegam fogo toda estação seca no Brasil. Mas existem grandes parques no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás, no Tocantins, e isso precisa ser destacado.

Anistia aos desmatadores: primeiro, não há anistia, porque não há perdão. O que há no Programa de Regularização Ambiental é a possibilidade de o agricultor regularizar sua atividade, desde que assuma o compromisso de cumprir a legislação, tal qual o decreto, assinado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Minc e pela Presidente Dilma recentemente, determina, ou seja, só há possibilidade de regularização e de conversão da multa.

Por que a conversão da multa em serviços ambientais? Porque o proprietário terá a despesa e o custo dessa regularização, de recomposição ou de compensação de reserva legal e de recuperação, porque a compensação não é possível, na área de preservação permanente. Então, não há, nesse caso, anistia, porque não há perdão. O que há é o cumprimento da lei, a não ser que...

Além do mais são os pequenos que são atingidos. As grandes propriedades já fizeram os seus acordos, as suas regularizações por exigência, inclusive, da própria atividade comercial, porque são cobrados no Brasil e fora do Brasil. São os pequenos proprietários e porque também as multas são desproporcionais à atividade. Quem fizer um levantamento junto ao Tribunal de Contas da União vai encontrar um abismo entre, por exemplo, as multas cobradas no sistema financeiro ou as multas cobradas na atividade agropecuária. No fim de semana, se se faz uma operação no Acre, resulta em mais de R$2 bilhões de multa. Isso tem correspondência com a atividade da pecuária ou mesmo dos frigoríferos do Acre? Não tem. É uma coisa assim muito desproporcional.

Bem, quanto ao art. 18, Senadora, não estou com o Código Florestal antigo, mas creio que trata da reserva legal e não, da área de preservação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Das APPs.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – APP. Não é o que tem sido feito na prática.

O Ministério Público chega às propriedades e determina a remoção de qualquer bem – não apenas da atividade agrícola; ele não pode nem colher a atividade –. Ele é apenas obrigado a se deslocar, e o promotor diz que aquilo é propriedade da União e que não está, por exemplo, submetido à possibilidade de indenização. Por essa razão, a Emenda nº164, que foi uma solução que nós encontramos.

O Governo, a bem da verdade, admitiu. Nós chegamos a discutir com o Ministro Palocci. Acho que alguns aqui estavam presentes. Não sei se o Deputado Micheletto, se o próprio Senador Moka, o nosso Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. As expressões, ou seja, aquilo que for de baixo impacto, de interesse público e de interesse social para proteger as atividades, porque, na área urbana, elas estão protegidas. Ninguém imagina remover, por exemplo, a marginal do Pinheiros ou do Tietê, ou as construções na beira do Guaíba, lá em Porto Alegre, ou do Beberibe e do Capibaribe, em Recife. Cogita-se remover uma casa na beira do rio Paraná ou do rio Grande, lá em São Paulo.

Então, essas soluções são admitidas. O problema é enquadrar todas essas atividades e as atividades da agropecuária sem critérios técnicos, porque os europeus não usam, Senadores, a metragem. Por exemplo, a Suécia usa a limitação de defensivos, não pode usar veneno até cinquenta metros. Os americanos também usam critérios que não são o da metragem. Quando tem a medida em APP, como na Austrália, é muito modesta, começa em cinco metros e termina em vinte. Como o nosso Código antigo, de 1965, que começava em cinco metros e terminava em cem. E, de fato, a senhora tem razão. Se a propriedade tiver onze metros, a APP passa a ser cinquenta metros. Essa é que é a questão. É arbitrado dessa forma. Arbitrado como outras coisas que a lei tem de arbitrar porque não pode examinar especificamente caso a caso.

Estou concluindo, Senador.

O regulamento foi a forma que encontramos para negociar com o Governo uma área, um campo de ação que exatamente limite de certa maneira, que o Governo queria, que é a ação dos Estados. Os Estados já têm, pela Constituição, direito de legislar. Art. 24, acho que o § 4º, já determina que o Estado tem essa atribuição. Não podemos, na lei, contrariar aquilo que a Constituição já estabelece, que o Estado legisla paralelamente, concorrentemente nessa atividade.

Os quinze metros que nós estabelecemos para efeito de recomposição nos córregos, nos cursos d'água de até dez metros foram para atender principalmente o pequeno proprietário. O grande com quinze, com trinta, de certa forma não é atingido porque a área dele é muito extensa. O pequeno é que é atingido. Não resolve tudo porque, numa propriedade média e pequena, você pode ter um curso d'água grande que margeia a propriedade, tipo, lá mesmo, o Iguaçu, o Ijuí ou Ivaí ou Uruguai que têm mais de cem, duzentos metros, ou até mais do que isso. Ali, ele vai ter um APP de duzentos ou de quinhentos metros, e a propriedade

dele vai estar completamente inutilizada, sem qualquer tipo de recurso.

Nós ouvimos cientistas. Como disse, fui ouvir o Presidente da SBPC em São José dos Campos, ouvi na sede da SBPC, em São Paulo, na rua Maria Antônia, e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais. Ouvimos, no Mato Grosso, a universidade. Ouvimos a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Viçosa. Eu fui pessoalmente passar um dia na ESALQ, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de São Paulo. Ouvi várias vezes uma das maiores autoridades em APP em margem de rio, que é o Professor (...) Ouvimos São Paulo, ouvimos em Ribeirão Preto, ouvimos em Piracicaba. Ouvi a Professora Zezé Zaquia, que tem um grande estudo também sobre essa área de APP de beira de rio. Ouvimos como nunca foram ouvidos os cientistas. Os da Embrapa, foram dezenas. Passamos, eu e Niqueleto, fomos aqui na sede do Ibama, ouvimos o Ibama, ouvimos o ex-Ministro Minc, ouvimos a Ministra Izabella várias vezes. Fomos a todas as Embrapas além da Embrapa ter vindo a Brasília. Ouvimos de forma circunstanciada e exaustiva. As ONGs, nem se fala. Primeira entidade que recebi em meu gabinete foram os representantes do Greenpeace. Foram ouvidos aqui em Brasília, foram ouvidos em Manaus; SOS Mata Atlântica, WWF. E ouvimos aqueles que nunca foram ouvidos, que foram os agricultores. Estes, de fato, nunca foram ouvidos. Eram estranhos a esse debate. E nós também fomos ouvidos. Órgãos ambientais de Município, de Estado.

Isso tudo está documentado, aliás, num relatório de quase trezentas páginas.

Além do mais, há uma última questão, Senador Rodrigo Rollemberg, as punições para crimes ambientais estão tratadas numa lei muito rigorosa, que é a Lei de Crimes Ambientais. Introduzir, nessa discussão, dispositivos da Lei de Crimes Ambientais, creio que era também ampliar o espectro do debate, a não ser que se queira ou atenuar ou tornar mais dura a legislação, usando essa questão do Código Florestal. Preferi tratar do Código, principalmente, disciplinando a reserva legal e a APP nas áreas rurais, porque, na área urbana, já é uma grande confusão, é muito difícil, é muito difícil tratar disso, porque duas correntes que defendem a restrição de uso de áreas urbanas e outras por razões também nobres, uns, por razões que querem mais área para construir, para especular e outros que querem para construir para a população mesmo, como foi o caso da legislação sobre o PAC, porque as áreas urbanas são muito escassas principalmente nas metrópoles. Então, é um debate muito difícil, e ninguém discute porque não é fácil, você tirar o agricultor da beira do rio é fácil, agora, você retirar populações inteiras em áreas urbanas! Vai arrancar a marginal do Tietê ou do Pinheiro para refazer uma APP? Ninguém cogita isso. Então, aí, é mais difícil. E, mesmo quando pedi à Ministra Isabela e ao Ministério das Cidades que encontrassem uma solução, preferiram deixar isso para depois, acharam isso mais prudente.

Não sei se deixei de responder alguma questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Quero pedir desculpas por não tê-lo feito antes e registrar a presença do Deputado Alceu Moreira.

Vamos ao novo conjunto de inscritos, começando pelo Senador Ricardo Ferraço. V. Exª tem cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cumprimento, evidentemente, o Deputado Aldo Rebelo, e não apenas pela forma dedicada com que se debruçou na construção de um tema tão complexo, tão difícil como este, num país das dimensões do nosso, mas também pela trajetória política absolutamente coerente com suas convicções, não só como Deputado, mas como Presidente da Câmara e também Ministro de Estado e reconheço, aqui, com muita humildade a dificuldade de se fazer um debate tão difícil como este, até porque S. Exª se debruçou muito, não é simples debater o trabalho que V. Exª fez. Os gabinetes estão, a todo momento, sendo convocados por e-mails para que possamos, de certa forma, no bom sentido da palavra, questioná-lo, para tirar algumas dúvidas e algumas incertezas. É o que passo a fazer, meu ilustre deputado Aldo Rebelo.

Uma desses e-mails fala mais ou menos o seguinte:

O projeto reconhece a importância das áreas de proteção permanente, mas se contradiz quando não reconhece como APP, no art. 4º, os manguezais e as veredas, abrindo espaço para que sejam drenadas e ocupadas sem qualquer controle por atividades agropecuárias, de criação de camarões ou loteamentos urbanos. Hoje, essas áreas estão protegidas por determinação do Conama, através da Resolução 303/202, que, pela regra atual, tem poderes para defini-las como APPs. Isso significa que estarão desprotegidos uma grande quantidade de rios, topos de morro e encostas já ilegalmente desmatadas no Sul, Sudeste, Nordeste e parte do Centro-Oeste brasileiro.

Na porção mato-grossense da bacia do rio Xingu, por exemplo, que é mais uma área de expansão agropecuária recente, levantamento do instituto sócio-ambiental mostra que, até 2009, foram desmatadas, segundo esse e-mail recebido, 315 mil ha de matas ciliares e nascentes. Esse mesmo levantamento demonstra que 50% das nascentes estão desmatadas ou degradas. Pelo texto aprovado, ainda no segundo o

e-mail, todas essas áreas permanecerão desmatadas e em processo de degradação, ou seja, pelo projeto em análise, na bacia do rio Xingu, apesar das APPs serem supostamente de grande importância, só metade delas serão protegidas.

Gostaria que V. Exª pudesse se manifestar por sua convicção a respeito desse tema e também uma avaliação política relacionada, não apenas política mas técnica, relacionada à Emenda 164, quer dizer, houve uma reação na Câmara dos Deputados muito forte, por parte da liderança do Governo que chegou "a expressar a manifestação da Presidente Dilma afirmando que a Emenda nº 164 seria uma vergonha para o Brasil".

De acordo com o Governo, continuou o Deputado Vaccarezza, ela muda a essência do projeto do Relator Deputado Aldo Rebelo, que determina recuperação de áreas degradadas para propriedades com mais de quatro módulos fiscais e exime as menores da obrigação de reconstituir a vegetação retirada.

O art. 8º da Emenda nº 164 – a intervenção ou supressão da vegetação em área de APP e a manutenção de atividades, consolidadas até julho de 2008, ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previsto em lei bem como nas atividades agro-silvo-pastoris, ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º, ou seja, não estaríamos aqui abrindo plenamente para qualquer tipo de atividade econômica em topo de morro? Essa é a pergunta que faço a V. Exª sem antes deixar de novo de enaltecer o trabalho e a dedicação que V. Exª teve não apenas no Código mas ao longo de uma trajetória política marcada por muita convicção e muita coerência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra ao Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, Senadores e Senadoras, gostaria de cumprimentar e agradecer o privilégio de termos a presença do Deputado Aldo, Relator e autor de um assunto tão importante para o País e também de vários colegas e companheiros Deputados que se fazem presentes.

Quando convidado pelo Senador Rodrigo Rollemberg para esse desafio de procurar, de alguma maneira colaborar com o texto do novo Código Florestal no Senado, ser um dos colaboradores, a primeira pessoa que procurei foi o Deputado Aldo, tendo em vista ter nele a minha compreensão hoje ainda não o Relator dessa matéria na Câmara mas o autor dessa matéria. Agora temos um projeto com artigos, incisos, parágrafos e polêmicas que o acompanham para que o Senado possa apreciar.

É um tema que envolve muitos interesses econômicos de toda a sorte, lida com propriedade privada e lida com o que talvez - e ainda nem descobrimos plenamente ou não temos nenhum consenso sobre isso - sobre o que o Brasil tem de mais rico, que é a sua biodiversidade.

É de fato, na minha compreensão pelo menos, uma vantagem comparativa nós estarmos ocupando essa parte do planeta, que é uma parte especial. Aí, caro Deputado Aldo, companheiro de muitas e boas batalhas, não tenho nenhum propósito e nem posso, na missão que tenho a cumprir, não tenho propósito de criar nenhuma polêmica. Tenha uma missão que é ouvir, anotar, registrar, refletir e, no final, tentar pôr no relatório, que estou sempre que possível começando a fazer um trabalho com o querido Senador Luiz Henrique, fazer um apanhado daquilo que possa ser os propósitos dos Senadores e Senadoras para talvez uma das legislações mais importantes do Brasil, no Ano Internacional de Floresta, na véspera de estarmos fazendo a Rio+20 no ano que vem. O Brasil vai sediar, de novo, o mais importante evento que discute mudança climática no mundo, sustentabilidade no mundo, modelo de ocupação de cidades, uso de solo no mundo. E, a partir desse propósito, eu tenho de começar concordando com V. Exª de que, lamentavelmente, o mundo ainda não acordou para o que o Brasil tem de avanço, tanto na agricultura como também no cuidado com a maior riqueza que é a biodiversidade e meio ambiente.

Mas, de qualquer sorte, eu queria me dirigir a V. Exª e dizer que eu não tenho como não registrar seu empenho na busca do conhecimento de andar neste País, várias vezes, conversando, ouvindo, discutindo, debatendo, divergindo, enfim... Mas, também, nós não podemos negar – e aí talvez mereça um comentário de V. Exª ao final – que esse tema, no fundo (pelos interesses que envolve e até por ser um tema apaixonante), levou a um intenso grau de acirramento quando de sua apreciação final na Câmara dos Deputados. É um tema que está a mais de 10 anos e, nos últimos dois anos, foi intenso o trabalho em cima dele.

E eu noto – e aqui é só uma observação – que V. Exª também se apaixonou por ele. Falou que não tinha maiores conhecimentos, mas se apaixonou... E, de certa forma, eu sinto que tem também uma posição muito clara em relação a esse tema.

Sinto falta um pouco, querido Deputado Aldo... Nós estamos discutindo o Código Florestal Brasileiro e nós quase não discutimos floresta aqui, a não ser... De certa forma, porque estamos deixando passar a quem nos assiste que floresta é um problema. Aliás, não foi tratado sobre floresta, foi tratado de mata ou de mato. V. Exª é um estudioso da língua portuguesa. Acho que

ficaria um pouco melhor se nós não tratássemos de mata ou mato. Isso lembra matar! Parece uma coisa muito ruim. Mato é uma coisa que a gente põe herbicida, põe... Elimina! Mas o Brasil tem uma invejável riqueza que o mundo inteiro cobiça e tenta intervir e fazer a condução do processo. E talvez V. Exª nos ajude a achar os termos mais adequados. Mas eu, particularmente, acho que o Brasil ainda não entendeu que tem quase meio bilhão de hectares de floresta. Não posso, a não ser entendendo que podemos correr sérios riscos de errar, querer transferir todas as mazelas e os problemas da produção e dos produtores brasileiros para a floresta. Isso é um equívoco, principalmente se ele for consagrado em lei. V. Exª tem razão quando traz um depoimento daquele de uma companheira de Boca do Acre. Quem socorre lá, com todo carinho (nosso ex-Governador do Amazonas o sabe), o povo de Boca do Acre é um pouco o Rio Branco, por conta da ligação física. Mas o Secretário de Agricultura, que também é de seu partido – um querido companheiro nosso –, tem feito o que pode para ver se melhora aquela situação. Mas aquilo ali, Deputado, não é o problema de ser Amazônia, de ter beira de rio, aquele problema ali é de uma política pública equivocada deste País que desconsiderou e continua desconsiderando a Amazônia. E faz da Amazônia um depósito de pessoas... V. Exª colocou com precisão: ela tem de sair dali para ir aos prostíbulos na periferia da cidade." – V. Exª usou esses termos. Mas os prostíbulos que existem nas periferias das cidades são resultados das políticas equivocadas em nosso País, para a Amazônia, de 1970 para cá. E aí nós não podemos culpar de novo, direta ou indiretamente, as questões ambientais.

Diante desse caos de insegurança jurídica, maus funcionários, irresponsáveis funcionários agem, principalmente em cima dos pequenos, com rigor para cumprir e gastar um pouco de papel e dizer que fizeram seu dever de casa. Com os grandes, na busca de propina. Lamentavelmente, não foi mostrado nessa apresentação o quanto tem sido grave para nós, amazônidas – quase 25 milhões de pessoas –, a grilagem de terra, as matanças de pessoas simples de nosso povo. Não vou citar... Começaram com Wilson Pinheiro no Acre e se estenderam pelo Amazônia afora. Muito grave isso! Ou não tem isso? E em decorrência do quê? De alguns querendo ter um direito à vida e outros querendo a especulação da terra em uma região onde a terra talvez valha menos. Se nós tivéssemos uma política adequada, certamente a maior riqueza está acima dela ou abaixo dela. Mas nós todos fomos levados para uma "emboscada" de nos conflitarmos com a terra, com o uso ou não de terra na Amazônia.

Enfim, o tempo é curto, mas eu gostaria, Deputado, apenas de colocar que nós temos uma bela oportunidade neste momento de ajustar não só a situação na Amazônia, mas em áreas e regiões históricas como V. Exª falou. Tenho – talvez a vida já me ensinou um pouco e estou buscando aprender mais – certeza de que não podemos e não devemos misturar a tradição dos que plantam arroz no Rio Grande do Sul, dos que plantam cana no Nordeste, dos que plantam nas encostas e cuidam delas, da maçã ao café, em Minas Gerais, não podemos deixar de considerar essa tradição do nosso povo, que é a riqueza do nosso País. A lei tem que encontrar uma maneira de lidar com isso.

Esse é um tema, querido Deputado, que depende de decisão política. Será uma decisão política de Senadores e Senadoras e de Deputados e Deputadas que vão estabelecer a nova lei, talvez a mais importante lei ambiental do País. Mas como podemos tomar essa decisão política de forma acertada, à altura desse novo milênio que estamos começando? Com a radicalização, com a posição eu diria carregada de um sentimento que não tem nada de não nobre, aliás é nobre, ideológico de um lado, ou devemos escorar um pouco ouvindo. Porque esse tema envolve sociedade e nela produtores e criadores; também, os movimentos sociais, que têm uma parcela importante, que estão organizados em cada região que V. Exª visitou, que tem pessoas importantes, dos pequenos aos grandes, e não se pode ter preconceito nisso. Mas também tem uma posição do próprio Governo. E o Senado hoje tem a oportunidade de, quem sabe, fazer um ajuste nessa matéria, cujos problemas V. Exª já resolveu a maior parte.

Esse feixe de lenha que V. Exª disse que botava nas costas e tirava, uma boa parcela dela o senhor já tirou das nossas costas e já resolveu. O nosso problema hoje é estar em talvez não mais que dez pontos importantes que temos que considerar e encontrar um ponto que possa trazer um consenso maior para o nosso país. Mas há, acho que nesse momento do código, uma necessidade de encontrarmos talvez na ciência algumas das respostas para que se possa desempatar essa situação.

Deputado, até a alguns anos atrás o mundo não discutia biodiversidade. Até a alguns anos atrás o mundo não discutia escassez de água. Até a algum tempo atrás o mundo não discutia destruição de floresta. A ocupação que se deu nos Estados Unidos foi a mais sangrenta. Não podemos nos pegar, o Brasil é diferente dos outros países. O Brasil tem o privilégio de ser diferente. E é exatamente por ser diferente que temos que ter uma legislação singular, sem grande radicalismo para um lado ou para outro. Mas não posso deixar de reconhecer que pelo menos muitos movimentos

sociais e inclusive Organizações Não Governamentais – ONGs têm nos ajudado, porque na Amazônia elas chegaram primeiro que o Governo para nos ajudar a fazer o que é certo. Tenho que dizer isso. Hoje o Governo está trabalhando, do Presidente Lula para cá, também antes o Governo do Presidente Fernando Henrique fez algumas ações muito importantes, estamos vivendo um processo novo na Amazônia de política florestal. Mas reafirmo aqui nesta comissão: hoje é mais fácil desmatar e destruir na Amazônia que fazer manejo. Então tem algo que tem que ser mudado. E é impossível nós mudarmos a lógica da destruição na Amazônia se não abrirmos outra porta econômica sustentável por outro lado.

Aí entra o modelo, Deputado. V. Exª fala com muita propriedade porque é um dos brasileiros apaixonados pelo Brasil. V. Exª nos ensina a ser nacionalistas, e acho isso uma das grandes qualidades. E me sinto também. Quero ser um aprendiz sempre do nacionalismo. Mas quando V. Exª se fecha – e aí não estou dizendo que sempre foi assim – e trata só de um lado, a quem interessa o modelo de agricultura insustentável e não competitivo com os Estados Unidos? Nos Estados Unidos não são só subsídios, na Europa e nos Estados Unidos. Se nós seguirmos a cartilha da Europa e dos Estados Unidos, nós não vamos ser competitivos, porque na nossa região o clima é completamente diferente. Aqui temos um equilíbrio e, se nós mexermos nele, vamos pagar caro. Não vai ter competitividade para a nossa carne, e não estou falando do modelo de consumo novo que o mundo está vivendo. Todos nós estamos mudando como consumidores. Todos nós estamos querendo saber a origem dos produtos, se vêm de um modelo sustentável ou insustentável. Então, hoje, se não aproveitarmos e mudarmos também o perfil de termos um modelo sustentável de produção e de criação no Brasil, vamos ficar reféns das grandes corporações. Sendo nacionalista, vou trabalhar para as grandes corporações econômicas que nos têm na mão com a semente, com todo o aparato de adubos, com todo o aparato de controle da produção, com inseticidas, com fungicidas, que nós não controlamos. Ou vamos partir para um modelo que seja sustentável e menos dependente? Esse é o momento que a legislação pode apontar. Sou mais trabalharmos com a Embrapa e com outras instituições de pesquisa, que vão encontrar um modelo único que cabe no nosso país, que ficarmos reféns dessa situação.

Concluo, agradecendo a oportunidade que estou tendo de falar, mas vou me policiar para realmente ouvir. Tenho certa dificuldade, por conta de uma cirurgia que fiz há três anos, mas vou tentar, a muito custo, ficar o dobro do tempo para adequadamente ouvir e colaborar com as mudanças que o Brasil precisa ter.

Queria dizer que ouvi de V. Exª, para concluir, que, tendo em vista o clima, o ambiente, alguns temas ou alguns pontos V. Exª queria ter incluído, mas não deu tempo, já havia até acordo, estava muito em cima da hora, o ambiente político não estava muito bom, então eu gostaria que o senhor comentasse, se possível, quais temas poderiam ainda ser trabalhados. Por exemplo, V. Exª se referia a cidades, porque temos um problema hoje. V. Exª tem razão quando diz que na cidade o problema ambiental está muito presente. Daqui a pouco vamos ter 85% dos quase 200 milhões de brasileiros vivendo em cidades. E na cidade é visível uma APP. Temos que solucionar. Não pode deixar de ter uma obra de saneamento básico para atender a população por conta de um aparato. Não podemos ficar reféns de uma legislação insegura que o Ministério Público toda hora questiona prefeitos, prefeitas e governadores. Então, V. Exª poderia comentar um pouco como é essa questão das cidades. Poderia colocar mais claramente, porque o governo me parece que teve um diálogo com V. Exª nesse sentido.

Uma última coisa também, se não seria o momento de trabalharmos um pouco a questão das florestas. V. Exª falou com todo mundo. Sei que muita gente também cobrou, pediu isso nesse próprio texto. Abrir a porta de como podemos usar melhor os recursos naturais. No Acre, na reserva legal, deputado, já tem gente ganhando mil reais por hectare para manejar e continua dono da terra, da floresta e passa a ter dinheiro também, e aí com atividade sustentável. Ou seja, a reserva legal é possibilidade de renda, desde que o Brasil aponte para esse caminho.

Então, peço desculpas por, de alguma maneira, poder ter me apresentado açodadamente, mas é que o tema é apaixonante mesmo. Tenho a minha vida também um pouco dedicada a isso e estou vendo nisso uma oportunidade de me sentir útil como Senador. Quero me sentir útil, mas só vou me sentir útil se o meu relatório expressar o sentimento de todos os Senadores, de todos os brasileiros, mesmo num tema tão complexo como esse.

V. Exª teve sucesso, faltaram alguns poucos pontos, na minha compreensão, quero pelo menos reproduzir o que puder, e com a ajuda do Senador Luiz Henrique, que é uma pessoa que tem uma experiência de vida fantástica, uma responsabilidade enorme, tenho muita fé de que vamos equilibrar uma posição do governo. A Presidente Dilma tem assumido um papel importante nisso, de dar prioridade. A Ministra Izabella foi muito eficiente colocando aqui, e a última coisa era: por favor, comente um pouco se devemos

dar um tratamento diferenciado para aquilo que o senhor trouxe aqui, para a pequena produção, para os pequenos produtores, para que a gente separe um pouco as questões. Ou seja, se devemos tratar pequenos produtores separados, o tema das cidades e das florestas. Por gentileza, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana. Esclareço que dei tratamento diferenciado ao Senador Jorge Viana por motivos óbvios, por ser relator, como também terá o relator nas Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Srs. Presidentes, Deputado Aldo Rebelo, Srs. Senadores e demais presentes na reunião.

Deputado Aldo Rebelo, em primeiro lugar eu quero parabenizá-lo por seu trabalho árduo na elaboração do relatório do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Muito se tem falado contra o Código e a imprensa ressalta os chamados pontos polêmicos.

Quando se fala em questão das encostas, é preciso deixar claro que o Brasil tem o tamanho de um continente, apresenta diversos biomas, o que serve para o pantanal não serve para a caatinga nordestina. Não podemos pensar esse assunto de maneira uniforme.

Falamos todos a mesma língua e, no entanto, temos uma variedade de sotaques que mudam de região para região. Enganam-se os que imaginam que a permissão para produzir nas encostas desconsidera a realidade dos produtores do café do sul de Minas ou da maçã de Santa Catarina. Nada disso sabemos, são realidades diferentes as dos produtores de uva do Rio Grande do Sul e das áreas urbanizadas da região serrana do Rio de Janeiro. Também é preciso que a opinião pública saiba que o novo código proposto não vai ampliar o desmatamento no Brasil e muito menos conceder anistia a desmatadores. Isso virou um chavão. Trata-se de uma mentira muitas vezes repetida que deseja virar uma verdade incontestável.

As audiências públicas que este Senado já vinha fazendo desde antes da chegada do novo Código aqui são muito válidas, principalmente para permitir que diversos pontos sejam esclarecidos e informados corretamente à população. O fato é que muitos dos que criticam não se debruçaram a fundo sobre o texto do novo Código. Polêmica sempre haverá, afinal, estamos numa democracia e a principal vantagem de uma democracia é a liberdade de opinião e negociação. A despeito de ser um dos assuntos mais polêmicos dos últimos anos, o novo Código Florestal terá que virar lei. O resultado que fizerem aqui no Congresso Nacional impactará no nosso processo de desenvolvimento daqui para frente, por isso tem que ser bem feito.

Antes de sermos ruralistas ou ambientalistas, somos brasileiros e queremos garantia de segurança jurídica, como a norma legal que permite o desenvolvimento do País sem prejudicar o meio ambiente, o maior ambientalista é o produtor rural.

O novo Código Florestal é, antes de tudo, um grande avanço, representa tranquilidade para os produtores rurais. Afinal, todos concordam que o País de hoje não pode continuar a seguir regras elaboradas há décadas.

Sr. Presidente, já encerro as minhas breves palavras, mas antes quero ler o trecho de um artigo publicado em 14 de julho, na *Folha de S.Paulo,* sobre o novo Código:

Mas o pano de fundo é o interesse comercial, que, por não poder assim se expressar, assume a roupagem de uma nova utopia que engaja quem não aderiu ou mesmo se desiludiu com antigas propostas de efetiva transformação do mundo. Que engajamento mais nobre, universalmente humanitário, poderia pleitear além da defesa de um planeta limpo e saudável?

É evidente que para as ONGs internacionais pouco importa o percentual de Reserva Legal ou a metragem de mata ciliar, já que em nenhum país tais reivindicações constam de suas plataformas ou preocupações.

O Brasil perdeu mais de 23 milhões de hectares de agricultura e pecuária em 10 anos, para unidades de conservação, terras indígenas ou expansão urbana. Acham pouco. Querem escorraçar plantações de mais 40 milhões de hectares e plantar mata no lugar. Quem não concorda é acusado de "anistiar" desmatadores, num processo de intimidação que acua almas pusilânimes no governo e na sociedade. Quebraram a agricultura da África e do México com subsídios bilionários. Pensam que podem fazer o mesmo por aqui. Será?

Esse texto é do Sr. Aldo Rebelo e me fez refletir ter orgulho, não só como político, mas como cidadão, de ver a lucidez do Deputado. Estou, como empresário e pecuarista, muito satisfeito de poder participar desta discussão sobre o novo Código Florestal.

Encerro dizendo que temos que ser versáteis e abertos ao que está acontecendo no mundo. Não podemos perder de vista que temos que equilibrar com sabedoria a vontade de preservar com a necessidade de produzir. Não podemos radicalizar posições e nos envolver em mistificações criadas por um segmento específico da sociedade. Nossa posição em relação ao Código Florestal deve ser realista.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo.

Passo, então, agora a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que preside esta reunião, Senador Rodrigo Rollemberg; Srs. Presidentes da Comissão de Agricultura, colega Acir Gurgacz; da Comissão de Ciência e Tecnologia, colega Eduardo Braga; meu caro amigo e companheiro de tantos mandatos na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Eu quero cumprimentá-lo por ter sido ao longo desses últimos dois nãos um verdadeiro cavaleiro andante. V. Exª foi ao País, às realidades mais diversas desses brasis tão diferentes que nós temos no nosso território. V. Exª ouviu, debateu, articulou, propôs, avançou, recuou, cedeu para avançar novamente e produziu com sucesso um texto aprovado por 410 dos Srs. Deputados Federais.

O que reflete uma posição que interpreta a realidade territorial de cada Parlamentar. Acho que, ao votar o texto proposto por V. Exª, nenhum parlamentar agiu de acordo com sua convicção partidária, política ou de oposição ou governo, mas refletindo sua realidade territorial, populacional, climática e cultural.

Eu tenho a convicção de que o Relator – e foi assim que V. Exª agiu – deve se comportar como um juiz, recebendo petições tão diversas, opiniões tão diversas para formatar um consenso, uma linha média de todas as divergências. Como não tenho um palmo de terra, a não ser da casa em que resido em Joinvile, e sou do estado e tenho orgulho de ter contribuído com isso durante os oito anos de governo que mais preservou a Mata Atlântica – é o único estado em que 45% da Mata Atlântica estão preservados –, entendo que poderei ter toda isenção para a busca do consenso, fugindo dos radicalismos, das paixões. Entendo que posso contribuir, junto com o caro colega Jorge, para a produção de um texto que seja bom para o País, que assegure o futuro desta Nação, que proteja as nossas florestas, os nossos biomas e que garanta ao País ser o grande protagonista da bulimia de alimentos que vai se tornando cada vez mais intensa, posto que as perspectivas são de que, no ano 2050, a população mundial excederá 9 bilhões de habitantes.

Eu tenho – e vou fazer uma única pergunta a V. Exª – eu tenho a preocupação na condução deste relatório, principalmente no que tange à Comissão de Constituição e Justiça. Ou seja, de que o texto que sair do Congresso Nacional e for sancionado pela Srª Presidente atenda a dois princípios: primeiro, o da hierarquia das leis e segundo, o da segurança jurídica. A nossa intenção, o nosso desejo, a nossa determinação é de produzir um texto que seja duradouro e inatacável perante o Supremo Tribunal Federal.

O art. 24 da Constituição é o que estabelece o balizamento desse princípio legal hierárquico. O que diz o art. 24 da Constituição? Diz que

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

O § 1º da Carta Magna diz o seguinte, Srs. Presidentes, Sr. Relator, Srs. Senadores. "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais." É uma norma, portanto, amplamente restritiva.

Fui buscar a origem dessas normas nos Anais da Constituinte e lá está configurado como texto emanador deste texto constitucional brasileiro o art. 72 da Constituição alemã como, aliás, vários constituintes assinalaram.

Ora, Sr. Relator, Deputado Aldo Rebelo, o art. 1º – vou lhe fazer só essa pergunta para saber por que se configurou essa redação – ela tem três tratamentos. Primeiro, ele diz que esta lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação. Aí, faz uma vírgula e diz, parece-me que excepcionando, dispõe sobre as áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal. Depois, define não mais normas gerais, mas regras gerais – eu imagino que o legislador, o *mens legis* da Câmara seja estabelecer a mesma coisa – sobre a exploração florestal, o suprimento de matéria prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e a preservação dos incêndios florestais e prevê instrumentos econômicos e financeiros para alcance de seus objetivos.

Parece-me – a lei tem que ser clara e objetiva – que esse texto poderia ser assim: "Esta lei estabelece normas gerais sobre proteção da vegetação, áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e sobre a exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle de origem de produtos florestais" etc, porque aqui estabelece essa distinção entre as APPs e a reserva legal, deixando dúvidas se o texto estabelece normais gerais sobre isso ou não. É a pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Eu quero aqui registrar a presença da Senadora Kátia Abreu, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e também do Deputado Dilceu Sperafico, do PT do Paraná.

O nosso próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Moreira Mendes já estava presente, seu nome já foi registrado com muita alegria. Ele é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária.

Senador Sérgio Souza, V. Exª tem cinco minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Senador Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz; Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; caro Deputado Aldo Rebelo, é um prazer ouvi-lo falar sobre esse tema. Sou admirador do seu trabalho como Relator desse projeto na Câmara Federal. Quero cumprimentar também meus colegas Senadores e Senadoras; os Deputados Federais que aqui se encontram, na pessoa do Deputado Moacir Micheletto, do meu Estado, Paraná; e também ressaltar a presença do Deputado Dilceu Sperafico, lá da região do nosso Senador Acir: Cascavel, oeste do Estado do Paraná.

Todas essas presenças demonstram que o debate ainda está acalorado. A presença maciça de assessores e da imprensa, dos Deputados e dos Senadores nesta reunião desta Comissão mostra, Deputado Aldo Rebelo, que temos ainda um longo caminho a percorrer.

Algumas das questões já foram aqui colocadas, mas eu gostaria de dizer a V. Exª, Deputado Aldo, uma questão que tem causado, no meu Estado, algumas indagações, a fim de vermos como vamos achar a solução adequada para isto: a questão dos módulos fiscais.

Somos sabedores de que os módulos fiscais são diferentes dentro de um mesmo Estado e muito diferentes dentro de um mesmo país. Nós temos um caso, por exemplo, no Norte de quatro módulos fiscais que chegam a até quatrocentos hectares e, no Sul, em torno de cinco hectares. Então há uma discrepância muito grande nesse sentido. Indago a V. Exª qual foi o critério para se utilizar quatro módulos e por que utilizar módulos fiscais e não número de hectares, o porquê dessa utilização, levando-se em conta que há uma diferença gritante em nível territorial. Sabemos que um agricultor, na região Sul, sobrevive em quatro módulos fiscais, enquanto, talvez, na região Norte, não sobrevive numa mesma quantidade de hectares correspondentes aos da região Sul. Então essa é a questão que indago a V. Exª.

Também afirmo que o maior desafio do Senado Federal, que tem a sua maior função como Casa revisora, é buscar a proximidade ao maior equilíbrio possível entre a conservação do meio ambiente e a produção no meio rural. Eu percebi, pelos debates que já enfrentamos aqui nesta Comissão e nas audiências que já realizamos, normalmente audiências conjuntas entre a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, que há uma disparidade – e percebi isso também na sua fala, Deputado –, que há um lado que defende veemente a produção agrícola e outro que defende a preservação e a conservação ambiental.

Mas estou percebendo que um agricultor está muito mais preparado para enfrentar a necessidade de se preservar o meio ambiente, principalmente, porque é de lá que ele tira o seu sustento, enquanto que alguns moradores de áreas urbanas não têm esta noção da necessidade da preservação, embora usufruam da produção agrícola, porque, na sua mesa, no dia a dia, eles têm produtos agrícolas que são, na maioria, até mesmo produzidos por agricultores familiares. São esses, na minha opinião, os maiores atingidos pela legislação atual vigente, até mesmo no sentido que V. Exª colocou, que chegamos à proximidade de 100% de vivermos na ilegalidade.

No meu Estado não é diferente disso. Eu acho que essa diferença, ao chegar-se a 100%, está literalmente no grande produtor rural. Esse teve a condição de fazer, Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, a adequação à legislação até hoje vigente.

Reforço ainda, Deputado Aldo, o convite para debatermos na próxima sexta-feira, lá no Estado do Paraná, o Código Florestal. Convido a todos os meus colegas Senadores e Deputados aqui presentes para que possamos também ouvir um pouco da sociedade organizada do meu Estado. Convidamos desde o Ministério Público, cujo representante do meio ambiente é um procurador aguerrido na questão da preservação ambiental, até o setor produtivo, através da Ocepar, Faep, Fetaep, como também as universidades e a sociedade em geral organizada.

No mais, dou parabéns a V. Exª pelo belo trabalho que fez, andando por este País e por este Planeta, buscando informações para que possamos consolidar nesse instrumento, de maneira plausível, a conservação e a produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, para responder as intervenções dos nossos Senadores.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Primeiro, Srs. Senadores, começando pela intervenção e pelos questionamentos do Sr. Ricardo Ferraço, do Espírito Santo, que nos deu o exemplo do rio Xingu, no Mato Grosso, do processo de ocupação. O processo de ocupação do território o Brasil conhece, de fato, nessa

área o seu período mais recente. Mas se examinarmos regressivamente esse processo, vamos encontrar coisas parecidas em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Nordeste, no Sudeste, onde esse processo teve início ainda na fase inicial da colonização.

Eu vi, lá mesmo no Mato Grosso do Sul, problemas já de assoreamento no Pantanal resultante da ocupação sem critério de terras altas de rios que alimentam a Bacia do Pantanal e que, degradadas, oferecem todo o instrumento, todo o material orgânico necessário para o assoreamento dos rios. Não sei se é o Piquiri...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Taquari.

O SR. ALDO REBELO – Taquari, exatamente. Esses problemas acontecem. Por essa razão é que eu propus, no meu relatório, a realização do zoneamento econômico e ecológico em todo o território nacional. Nós temos plenas condições, se integrarmos os instrumentos de que dispomos para tanto, das universidades, das Forças Armadas, dos órgãos ambientais. Temos todas as condições para fazermos isso. E, com esse zoneamento, nós impediríamos dois riscos: um o de ocupar terras facilmente degradáveis, terras para pecuária e para agricultura que, com dois ou três anos, têm que ser imobilizadas, por não se adaptarem à atividade. Ou também o risco de evitar que nós imobilizemos terras aptas para agricultura, como acontece em certa região lá do sudoeste do Pará, na chamada Terra do Meio. Eu até hoje desconfio que aquilo não foi feito por acaso. Terras aptas para a agricultura, para a pecuária, que são imobilizadas, enquanto outras que deveriam ser transformadas em parques ficam largadas pelo meio do mundo.

A solução para aquelas que já foram ocupadas, Senador, é exatamente o que prevê o programa de regularização ambiental. Aliás, o art. 8º é acompanhado de um parágrafo, que é o § 3º, que exatamente condiciona:

> § 3º O programa de regularização ambiental previsto nesta lei, atendidas peculiaridades locais, estabelecerá outras atividades não previstas no caput, para fins de regularização e manutenção, desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água.

Há exigência mais clara do que essa? Ou seja, a consolidação está plenamente subordinada a que sejam consideradas tecnicamente pelos órgãos autorizados a vedação de risco e a conservação do solo e da água.

Portanto, eu creio que essas situações, desde a do Mato Grosso do Sul até essa citada por V. Exª, do rio Xingu, todas elas devem e podem ser reparadas, desde que seja aplicado um programa de regularização ambiental, porque hoje nós temos uma situação absolutamente inusitada: hoje, na prática, não temos nem lei de APP nem lei de reserva legal, porque o decreto, ao suspender as multas e a aplicação das multas por essa situação, na prática suspendeu a lei. Essa é a situação que temos hoje – decreto que expira agora em dezembro.

A afirmação do deputado, do líder, meu companheiro de diretoria da UNE, meu amigo pessoal até hoje, Deputado Cândido Vaccarezza, atribuindo a Presidente da República, recebeu de mim uma resposta imediata. Eu pedi ao Presidente da Câmara que exigisse do Deputado Vaccarezza a confirmação daquela afirmação atribuída à Presidente da República, e essa confirmação não aconteceu. O Deputado Vaccarezza não confirmou que tivesse feito aquilo. Atribuiu o quê? Qualificar uma emenda que, aliás, não era nem aquela; a emenda era da oposição, de teor muito parecido, que, aliás, era o teor também daquilo que já havia sido aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. E houve uma negociação intensa. O que houve por parte do Governo foi a dificuldade de apresentar uma solução que de fato é difícil, porque nós não temos apenas realidades regionais distintas; a estrutura da agricultura no Brasil nos obriga a falar de agriculturas, porque são muitas as agriculturas no Brasil, não apenas pelo tipo da estrutura da propriedade da terra, pela estrutura econômica: você tem pequenas propriedades com alta rentabilidade; grandes propriedades sem rentabilidade nenhuma; você tem pequena propriedade com uso intensivo de capital e de tecnologia e grandes propriedades sem uso de capital e de tecnologia. Há tudo isso no País. Há uma agricultura altamente integrada no sistema cooperativista – está aqui o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Freitas – no Paraná e no Rio Grande do Sul, e há uma parte em São Paulo. E há uma agricultura de baixa produtividade, mas socialmente muito importante. Vou determinar que a pequena agricultura da Zona da Mata e do sertão do Nordeste não tem relevância por que não tem alta produtividade e não exporta? Não! Aí não! Esse é um julgamento errado. Ela sustenta, mantém de barriga cheia milhões de pessoas, de crianças. Ali está o emprego, ali está a vida, a cultura dessas pessoas. É preciso preservá-la, nem que virem nossos agricultores franceses e vivam de subsídios. Eu defendo essa agricultura.

Dizem: "Ah, a pecuária não é de alta produtividade". Mas a vaquinha crioula, a vaquinha comum do Nordeste é que vive ali. Não bote uma vaca holandesa

ali, não, porque ela morre com carrapato, de berne, não aguenta nada e se acaba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O casco fica mole.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – O casco fica mole. Essas cabras e bodes grandes que andam pelo sul do País não sobrevivem no Nordeste, não! Ou é pé duro, pois o casco aguenta a confusão, ou não se vive! Mas quantas pessoas compreendem a situação desse jeito?

São essas as agriculturas que existem no Brasil, com muita diversidade, e é o que precisamos considerar.

Daí, Líder, Senador e Governador Luiz Henrique, friso a preocupação: nos dois primeiros artigos, procuramos nos reportar ao Código de 1965. No art. 2º – que deveria ser o art. 1º, pois é o primeiro do Código –, dizemos que as florestas e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, podendo-se exercer o direito de propriedade, com limitações. É o que está no velho Código. É preciso estabelecer este princípio: a floresta e as demais formas de vegetação como patrimônio de interesse nacional.

No art. 1ª, dizemos que vamos quase limitar o nosso projeto a disciplinar, definir e conceituar o que é reserva legal e o que é área de preservação permanente, estabelecendo como normas gerais que as áreas de preservação permanente são solo, subsolo, recursos hídricos, encostas, morros, montanhas. Vamos estabelecer essas metragens e deixar, nos programas de regularização dos Estados, a capacidade de atender... E confio que atendem. Mesmo em Estados modestos, como o meu Estado de origem, Alagoas, que conheço bem, há uma Faculdade de Biologia ou de Agronomia. No meu Estado, há uma escola técnica rural de grande tradição, quase centenária, onde estudei, a Escola Técnica Floriano Peixoto. Se há um órgão ambiental, reúne-se essa inteligência. Digo isso, sem falar dos Estados com maiores recursos, como o de V. Exª, Santa Catarina, ou mesmo o de Mato Grosso, onde vi adiantamento na proposta de realização de um zoneamento econômico e ecológico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Já temos isso lá.

O SR. ALDO REBELO (Bloco/PCdoB – SP) – Pois é.

Creio ainda que é possível, Senador Jorge Viana, estabelecer a distinção não apenas entre essas agriculturas, porque o pequeno, o médio e o grande... Se perguntarmos ao agricultor do sertão do Nordeste se ele prefere ser pequeno na terra do Micheletto, em Assis Chateaubriand, integrado com uma grande cooperativa, ele vai dizer que prefere isso, porque a renda dele é pequena no Paraná, mas, provavelmente, seria menor ainda lá. Na Amazônia, nem se fala! O que são quatrocentos hectares na Amazônia? Em São Paulo, isso representa um latifúndio, uma potência, mas, na Amazônia, isso propicia que se asse e se coma.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma colocação de seringa.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Uma colocação de quê?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De seringa. De trezentos a quinhentos hectares, há um seringueiro.

O SR. ALDO REBELO – Exatamente.

Creio que é preciso fazer essa diferença. A diferença não serve para punir. Muitos cobram: "Mas é preciso...". E eu digo: esta legislação é para tratar de florestas. A legislação de crimes ambientais é outra, a legislação da estrutura da propriedade da terra é outra. Então, é para tratar o meio ambiente.

E a outra coisa: nós usamos, Senador Sérgio, a referência legal do módulo fiscal porque é o que traduz um equilíbrio maior, porque o módulo fiscal combina a renda da terra, a renda do Município, a estrutura da propriedade; por essa razão é que o módulo é menor em São Paulo, porque o Estado é mais rico, o Município é mais rico; e é maior, por exemplo, no Amazonas, exatamente para considerar a possibilidade da renda que o agricultor pode obter numa determina área que é estabelecida como módulo fiscal. Acho que foi o mais justo.

Os quatro módulos é exatamente porque há outra definição legal que estabelece que até quatro módulos fiscais nós temos a pequena propriedade. O Ministro do Desenvolvimento Agrário defende que seja maior, que a propriedade familiar fosse até 7 hectares, até 7 módulos pelo menos. Essa é a opinião dele.

A legislação sobre topos de morro e de encostas é muito diferenciada. No mundo inteiro, a atividade em topo de morro é absolutamente permitida, obedecidas exigências técnicas. Existem aqueles terraços no Japão, na Europa, nas Filipinas, alguns tombados como patrimônio da humanidade, que são improvisações que os agricultores fazem para ocupar todo o tipo de solo com a atividade agrícola. São andares que são construídos para que áreas escassas sejam utilizadas. Nós é que colocamos na lei "vedar atividade agrícola e de pecuária acima de 1.800 metros". Na Bolívia e no Peru, eles permitem até 4 mil metros, ou acima disso. Então, nós continuaremos tendo todos esses cuidados, mantendo a base da nossa legislação, mas permitindo que haja, de fato, algum tipo de legalização e de consolidação.

Considero justa a preocupação de V. Exª com as florestas e com a expressão, Senador Jorge Viana, mas acho que, no art. 1º e no art. 2º, nós já conceituamos, de forma definitiva, de forma generosa e de forma responsável, o que o nosso País entende por florestas.

Finalmente, administrar o conflito que é legítimo. É um conflito legítimo. Aliás, natural, antigo, entre desenvolvimento, entre a ação humana e o meio ambiente, a natureza. Aliás, muitos me censuraram a transcrição de um parágrafo do Josué de Castro, no capítulo do *Geografia da Fome* sobre a Amazônia, quando ela fala da luta do homem contra a natureza. As pessoas ficaram chocadas, mas não é a luta do homem contra a natureza no sentido de que inimigos fossem; é a luta do homem para enfrentar e sobreviver diante da exuberância de uma força muito maior do que a dele, que é a força da água, a força da floresta. Não é invenção do Josué de Castro. O homem, quando implantou a agricultura no Nilo ou nos vales do rio Amarelo ou do rio Mekong, no Vietnã, travou a mesma batalha para sobreviver. Quando eles saíram da caça e da coleta e passaram para a agricultura, eles tiveram que enfrentar esse desafio. A engenharia hidrológica dos egípcios é uma coisa muito sofisticada, exatamente para subordinar o meio natural à possibilidade de sobrevivência. Na Amazônia, nem se fala! Creio que, em boa parte, os 98% de preservação existente no Estado do Amazonas se dá porque a floresta é muito forte para se defender. Não é qualquer um que sobrevive lá. E as tentativas fracassaram porque, de fato, o meio é muito poderoso. E o Josué de Castro fala disso.

Não há como o homem implantar qualquer tipo de atividade que não signifique, de fato, substituição de vegetação nativa ou destruição do meio natural. Quando ele saiu da caverna e fez a primeira casa, fez o primeiro lugar para morar, quando ele plantou a primeira lavoura, ele teve que deslocar a vegetação nativa. E continua sendo assim até hoje. O que a sociedade, o Congresso tem que mediar é até aonde vai a ação humana e que tipo de benefício pode gerar uma ação diante do dano que ela pode causar. É assim que eu entendo as hidrelétricas. Negar que uma hidrelétrica causa dano ao meio ambiente? De jeito nenhum! Causa! Pode anotar que ali vai aquecer, porque tem um espelho d'água maior, ali vai ter aumento de malária por causa da concentração humana... Vai ter essas consequências, mas compensa por causa da energia que gera, das terras que serão irrigadas. A transposição do rio São Francisco era algum dano? Eu conheço o São Francisco, da Serra da Canastra até Piaçabuçu, e já vi o dano; o mar avança sobre o rio porque se reduziu a vazão à jusante. Agora, e o benefício a uma população que bebe água salobra, que tem graves problemas renais e coronários por causa da água salgada, compensa? Na opinião dos governantes e dos técnicos compensou. Aí você faz. Você faz o desassoreamento do porto de Santos? Faz! Onde colocar os metais pesados que você arranca dali? É um risco para o meio ambiente, mas aumenta a capacidade do porto, vai gerar emprego, exportar mais riqueza. Tudo isso é feito assim, não tem outra maneira.

Então, acho que o Ministério do Meio Ambiente tem a atribuição de defender o meio ambiente, e isso é evidente. O Ministério da Agricultura vai olhar o lado da agricultura. Agora, o Congresso tem que ver os dois lados, a não ser como o governo britânico, que colocou o ministério da agricultura, do meio ambiente e produção de alimentos num ministério só. Mas aqui nós separamos; a agricultura vai ver mais um aspecto, e o meio ambiente vai ver outro. Esses conflitos, legítimos, nós enfrentamos e a humanidade enfrenta, entre a questão nacional, a questão social, a questão democrática; não é fácil de escolher, nunca foi. Como a agricultura diz respeito à questão nacional a escolha é mais difícil. Se fosse uma questão social, democrática, talvez fosse mais fácil. Mas, como foi difícil escolher entre o processo republicano dos gaúchos e pernambucanos e a monarquia, lutando para democratizar o país e para manter a unidade nacional. A democracia avançava no sentido da divisão, a monarquia mantinha o país unido. Era uma escolha fácil? Não, não era uma escolha fácil.

Hoje as questões são postas para nós: defender o meio ambiente, preservar a natureza, os recursos naturais do Brasil, solo, subsolo, água e fazer do nosso país um país forte, desenvolvido, explorar a nossa fronteira agrícola, a nossa fronteira mineral, torná-lo uma potência na produção de alimentos e, ao mesmo tempo, defender o meio ambiente, esse é o desafio. É mais fácil dizer o seguinte: eu não quero uma coisa e nem quero a outra; renunciar. Você renuncia a fazer um país forte, desenvolvido, um grande produtor de alimentos, um grande parque agroindustrial, deixa isso para os europeus e americanos, ou você renuncia preservar o meio ambiente. É mais fácil você renunciar a uma das duas coisas.

A população não tem esse direito, nem quer isso. A população quer é que nós aqui resolvamos e dizer o seguinte: a solução que eu quero é uma solução que defenda o meio ambiente e produza alimentos em grande escala, barata, porque isso ajuda o povo. Esse é o nosso desafio, por isso é tão difícil.

As cidades, nós conversamos com o Meio Ambiente para, junto com o Ministério das Cidades, encontrar uma solução. Creio que avançaram muito nesse sentido. A solução não chegou a tempo. Abrir esse

contencioso no Código Florestal seria uma coisa muito difícil, a não ser que chegasse uma solução definitiva do Meio Ambiente e das Cidades. Eu creio que eles fizeram esse esforço e é possível que, agora, o Senado tenha condições de acolher porque é uma exigência, tem que disciplinar, tem que fechar a porta para a especulação sem limite, mas também há coisas que você precisa consolidar, precisa dispor de meios para melhorar a infraestrutura. Agora mesmo, para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, você vai precisar mexer em muita coisa nas cidades. E como é que se vai fazer?

Então eu creio que, dessa forma, V. Exª tem condições melhores do que eu para encontrar uma solução adequada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Vamos continuar a lista dos inscritos aqui.

Tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ilustres Senadores que presidem esta reunião da Comissão, capitaneada, liderada pelo Senador Rodrigo Rollemberg; meu caro amigo convidado, valoroso homem público deste país, que não canso de dizer, Aldo Rebelo, homem que, tenho certeza, é referência neste país pela sua prática no exercício dos cargos que exerceu; demais Senadoras e Senadores:

Serei muito rápido, até porque eu já conheço muito bem a opinião, sobretudo, aquilo que foi relatado da Comissão capitaneada pelo seu Relator, Deputado Aldo Rebelo; todavia, acho que, por incrível que pareça, Deputado Rebelo – e estou aqui há quatro anos e meio –, a matéria mais interessante, o projeto que chegou aqui nesta Casa, que eu posso dar o devido valor é o Código Florestal Brasileiro, tendo em vista que o Congresso Nacional, nesses últimos tempos, passou a ser um mero carimbador de papel aqui, um verdadeiro cartório, na medida em que aqui são encaminhadas as medidas provisórias: umas relevantes, importantes; mas a maioria quase sem grandes interesses, diante da forma açodada que o Governo quer aprovar aquilo que é do seu interesse.

Entretanto, nós estamos discutindo aqui um projeto que pensa nas futuras gerações e no futuro do Brasil. Estamos aqui discutindo se queremos um Brasil para os brasileiros, ou queremos um Brasil que seja do interesse internacional. Mas V. Exª demonstrou a este país que aqui ainda tem homem sério, homem de bem e, sobretudo, defende os interesses de toda uma sociedade, de toda uma coletividade.

Particularmente, já externei a minha opinião diante da presença de V. Exª, há pouco mais de 60 dias, na Comissão de Meio Ambiente, e me julgo uma pessoa habilitada para falar da matéria, porque sou do Estado de Mato Grosso, o qual eu represento aqui, que é um Estado com dimensão continental, com 900 mil km², com várias particularidades, pois é o único Estado da Federação que tem três biomas: a nossa floresta, o nosso cerrado e o nosso pantanal.

Eu quero crer que nós brasileiros, sobretudo nós Congressistas, temos que ter uma visão diferenciada em relação ao importante Código, como esse, que estamos aprovando, diante das nossas particularidades, como bem disse V. Exª aqui, em relação à Mata Atlântica, em relação à Caatinga, à questão da Floresta Amazônica, etc.

Mas, o que me chamou a atenção aqui foram as palavras do ilustre governador e atual Senador Eduardo Braga, quando disse que, se a ciência tem que embasar a nova legislação, a legislação atual não foi feita com base da ciência, o que justifica a perseguição aos produtores rurais. Digo isso, porque é muito fácil falar em ciência aqui, na medida em que, lamentavelmente, o que está ocorrendo é que, de fato, não só a pequena aqui, que me tocou profundamente o meu coração, porque eu também sou um ser humano, sou cristão, e as palavras da senhora de Boca do Acre, aqui, quando disse sobre a multa que ela recebeu, de R$60 mil, que não vai pagar nunca. Ela vai morrer, os filhos e os netos não vão conseguir pagar. E isso tem sido quase que uma prática constante.

Deputado Aldo Rebelo, muitas pessoas têm sido vítimas, muitas vezes, por maldade de alguns responsáveis pelos órgãos governamentais deste país; outros, até por falta de conhecimento da matéria, sem preparo. E vou só lhe contar, Deputado Rebelo, um fato que aconteceu e, por isso, até particularmente eu recebi represália, mas eu tenho condição de me defender.

Fui à cidade de Alta Floresta – aqui os ilustres Deputados Homero, Odery, Roberto são daquela região. Com a presença do Governador, naquela oportunidade, hoje Senador Blairo Maggi, se estivesse aqui iria testemunhar, fomos procurado por um grupo produtores da Região de Paranaíta e aquele fundão lá. Feito isso, os clubes de serviços, não só CDL, loja maçônica participaram da reunião. Lá havia um cidadão que teve a propriedade praticamente invadida por fiscais do IBAMA, de forma pior que na ditadura. Em determinado momento, um cidadão do IBAMA portava uma arma de fogo, ou seja, um fiscal do IBAMA. E lá ele ameaçou, de forma clara, um daqueles pequenos produtores rurais, dizendo que a arma que portava não era para matar passarinho. Significa que era para matar pessoas. O Governador Blairo Maggi está aqui. Em seguida, houve uma reunião em Cuiabá com os segmentos rurais daquela região e eu participei como Senador, o Blairo como governador e outras autorida-

des. Quando me posicionei contra a prática, a forma adotada pelo IBAMA, sabe o que aconteceu, Deputado Aldo Rebelo? Saí antes de concluir a reunião, porque eu tinha outros compromissos. Após eu sair do recinto, meia hora depois, saiu um diretor do IBAMA e disse: a propriedade do Senador Jayme Campos está sendo multada em 5 milhões de reais. Retaliação pura. Por sinal, 20 dias depois, foram na minha propriedade e fizeram um auto de infração. Significa o quê? Morte anunciada, missa encomendada na medida em que fui defender aqueles pequenos que estavam lamentavelmente sendo perseguidos. Portanto, acho que este é um momento histórico. Não podemos, em hipótese alguma, ouvir o canto da sereia. Hoje mesmo eu estava olhando a mídia: peruadas de gente de fora, americano, inglês, francês, europeu, dando peruada. Nós brasileiros é que temos que resolver a nossa inflação. Ninguém é a favor do desmatamento ilegal, ninguém é a favor de acabar com a nossa biodiversidade, ninguém é a favor de fazer nada ao arrepio da lei. Agora, temos que defender os nossos interesses.

Tudo que o senhor colocou aqui eu já conheço, V. Exª tem hoje, com certeza, a aprovação por unanimidade da sociedade brasileira, daqueles que pensam em nosso Brasil, que defendem a produção sustentável, que defendem a compatibilização e desenvolvimento da preservação. Mas não podemos, em hipótese alguma, nos curvar. Temos que ser corajosos e defender aqui os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, parabéns Deputado Aldo Rebelo. Se V. Exª continuar, com certeza, vai ser Senador. Por sinal está convidado, até se for o caso, transferir o título para o Mato Grosso, que o senhor já vai ter um cabo eleitoral de ponta de linha. O Ministro do Tribunal de Conta, com certeza já está escolhido. Mas se ele não for, por acaso, transferindo para Mato Grosso, já tem um cabo eleitoral de ponta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – O Deputado Aldo Rebelo transfere, se for candidatura ao Senado por Mato Grosso. Ele falou para mim agora. *(Risos*).

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Roberto Campos como Embaixador na Inglaterra, na legislação parece que era 6 vezes, antigamente; foi a Mato Grosso, virou Senador da República e, depois, virou Deputado Federal com 2 mandatos pelo Estado do Rio de Janeiro. Por que não Aldo Rebelo que tem uma história muito mais bonita, sobretudo é um grande brasileiro. Eu imagino que tenha espaço suficiente para ele em Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Senador Rollemberg, quanto inscritos temos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Petecão, nós estamos inscrevendo pela ordem de chegada. Estão inscritos os Senadores Suplicy, Vicentinho, Pedro Taques, Reditário Cassol, Aloysio Nunes, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Clésio Andrade, Ana Rita, Eunício Oliveira, Renan Calheiros, Gim Argello, Inácio Arruda, Kátia Abreu, Sérgio Petecão, Casildo Maldaner e, novamente, o nosso companheiro Blairo Maggi.

V. Exª está vendo que temos poucos presentes.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou declinar da minha inscrição, porque já houve o encaminhamento aqui com os relatores Luiz Henrique e Jorge Viana. Eles estão tentando compatibilizar isso, e eu estou subscrevendo, então declino desta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estou com o Aldo Rebelo, junto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como V. Exªs estão percebendo, se não chegarem novos Senadores – temos aqui o Senador Eduardo Suplicy, Senador Sérgio Petecão, Senadora Kátia Abreu, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Blairo Maggi que não falaram –, nós poderemos ouvir todos esses Senadores e, em seguida, ouvir o Relator Deputado Aldo Rebelo e encerrar. Mas, se nesse período, chegarem novos Senadores, serei obrigado a ceder a palavra, caso queiram.

Pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, primeiro, quero cumprimentar as três Comissões por estarem realizando esta audiência de extraordinária qualidade e, do ponto de vista do esclarecimento, todos nós, Senadores, nos sentimos muito responsáveis por procurar aprender.

Eu, que convivo e conheço o Deputado Aldo Rebelo por mais de 30 anos e temos batalhado juntos por objetivos comuns, tenho por S. Exª o maior respeito e, mais uma vez hoje, fiquei impressionado pela maneira como demonstrou conhecimento deste tema e também do Brasil.

V. Exª, Deputado, mora ali nas margens do rio Tietê, mas conhece tão profundamente a sua terra, Alagoas, o Nordeste, o Norte e todas as regiões do Brasil, e tem dado exemplos de seu conhecimento por ter ido aos locais, tem demonstrado ter dialogado com as populações em todas as regiões do Brasil, de maneiras diferentes.

V. Exª sabe do carinho, amizade e respeito que tenho por pessoas como a Senadora Marina Silva, como a Ministra Izabella Teixeira. E quero dizer que tenho aqui a confiança de que o Senado Federal vai poder, sobretudo, dada a designação como relatores dos Senadores Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e Jorge Viana, engenheiro florestal e ex-governador do Acre, uma pessoa que, com Marina Silva e Chico Mendes, aprendeu muito como combinar o desenvolvimento sustentável, procurando preservar as florestas brasileiras e tudo aquilo que está entre elas... Tenho a impressão de que, com o espírito com que, desde o início desta reunião, os três presidentes muito bem presidiram, nós possamos chegar a um bom resultado.

Gostaria de lhe fazer algumas perguntas específicas. V. Exª tem dito em entrevistas que o novo Código Florestal apenas regulariza as atividades econômicas existentes sem provocar novos desmatamentos. No entanto, há uma preocupação muito grande com a redação do art. 14, porque coloca em pé de igualdade a manutenção de atividades consolidadas e as novas supressões diárias de preservação permanente. Segundo esse artigo, as atividades agrosilvopastoris poderão ser mantidas e também poderão justificar novas supressões. Será que isso não será muito prejudicial ao meio ambiente?

Segundo: o art. 38 provoca também preocupações de incentivos a novos desmatamentos, pois cria facilidades para regularização de áreas desmatadas. São facilidades como a compensação de reserva legal por área florestada em outra região, mesmo que fisicamente muito distante, ou a recomposição da área desmatada usando-se 50% da área para plantio de plantas exóticas, como o eucalipto por exemplo. Isso poderia ser positivo se pudessem ser usadas apenas nos desmatamentos anteriores a 2008, no entanto o Capa diz que essas facilidades podem ser usadas independentemente de adesão ao programa de regularização ambiental que permite que novos desmatamentos sejam beneficiados com essas facilidades. Não considera V. Exª, prezado Deputado Aldo Rebelo, que isso possa incentivar as pessoas a provocarem novos desmatamentos para usar economicamente toda área por 20 anos e, em cinquenta por cento, plantar exóticas?

V. Exª mencionou seu conhecimento da área de plantação de bananas, ali no Vale do Ribeira, gostaria de transmitir ainda... Na semana passada, a Prefeita de Registro Sandra Kennedy, do Vale do Ribeira, manifestou uma grande preocupação com respeito a essa possibilidade de agricultores em outras áreas poderem utilizar as áreas, hoje destinadas à plantação de bananas, para serem a compensação. E ela acha que isso poderá representar um grande risco para os produtores de bananas.

Agradeço se puder refletir sobre isso, porque há uma preocupação inclusive dos prefeitos. Semana passada, recebi a visita do Prefeito de Eldorado, que também manifestou preocupação semelhante a de toda a região dos produtores de bananas. Durante a votação do Código Florestal, o Governo chegou a propor contemplar os rios com largura maior para a regularização, propondo a manutenção de faixa de cultivos, porém havendo uma pequena faixa de proteção do rio. Isso não chegou a ser contemplado, ficando apenas a previsão da regularização para rios até 10 metros. Será que essa proposta... Seria V. Exª a favor de resgatar essa proposta, uma vez que, nos rios mais largos, a regulamentação de pequenas propriedades fica mais delicada?

Gostaria, também, Sr. Presidente, se me permite...

Ontem, saiu na *Folha* um artigo da parte dos responsáveis pelo IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas: Suzana Pádua, Cláudio Pádua, Eduardo Ditt, Tomaz Almeira. Acredito que o Deputado Aldo Rebelo o tenha lido... Então, não preciso descrever. Mas há ali uma preocupação com respeito a tudo o que possa ocorrer com as terras em torno do Atibainha e a decisão do que poderá ocorrer em decorrência do Código Florestal, o que poderia afetar até o fornecimento de água para a grande São Paulo. Não vou detalhar aqui, porque V. Exª diz que conhece. Mas eu agradeço se puder nos transmitir uma reflexão.

Finalmente, gostaria de passar às mãos de V. Exª um levantamento que foi feito pelo Instituto Sócio Ambiental sobre a legislação comparada em diversos países, tanto na América Latina quanto na Europa, como a da Alemanha, também da Austrália, Nova Zelândia, diversos países, onde mostra que há, sim, pelo menos em muitos desses países, uma legislação com respeito às florestas, matas ciliares e assim por diante. Mas, já que aqui... V. Exª mencionou que não há tanta legislação, mas há alguma, sim, importante. Mas V. Exª é um especialista nessa área e de muito maior profundidade do que eu. Mas eu envio essa contribuição a V. Exª e meus cumprimentos pela dedicação que tem tido ao estudo deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meus caros colegas, Deputado Aldo Rebelo. É sempre um prazer estar com V. Exª, meu velho amigo e companheiro.

Eu estou pegando o bonde andando – e V. Exª não haverá de me querer mal por isso porque conhece os hábitos da Casa: são várias Comissões... Eu esta-

va ali arguindo o Ministro dos Transportes, exercendo meu dever de oposição (e de brasileiro mesmo) para saber o que é que há e o que ele vai fazer lá para consertar as coisas que eventualmente estejam erradas. E algumas certamente estão erradas. Mas, então, não peguei a discussão.

Eu tenho muito interesse nas perguntas que vão na linha dessas que foram feitas pelo Senador Suplicy – e faço minhas as questões dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E também, em relação ao Vale do Ribeira, fui procurado pelos mesmos Prefeitos e Deputados que procuraram V. Exª. O que me faz pensar no seguinte, Deputado Aldo Rebelo, não seria o caso de, estabelecidas regras gerais, darmos voz a um organismo que tem funcionado muito bem, um organismo de decisão, que já está consolidado em São Paulo, que são os comitês de bacia, que se reúnem com a participação de prefeitos, da sociedade civil, de produtores, para discutirem e decidirem a respeito da utilização de um recurso que vem da cobrança pela água? Não seria o caso, estabelecidas as regras gerais, de dar voz a comitês desse tipo para fazer ajustes às regras gerais? Porque é muito difícil termos uma norma geral e abstrata, como tem de ser a norma jurídica, para prever situações as mais díspares que ocorrem. Em relação aos rios, por exemplo: eles têm vazões diferentes; há rios como o rio Ribeira, que tem uma larga margem de inundação, e outros que são rios encaixados, absolutamente encaixados. Enfim, não seria o caso de se estudar essa experiência e dar voz a esses comitês, na sua opinião?

A segunda pergunta, que foge ao elenco daquelas formuladas pelo Senador Suplicy, é sobre um cadastro que o projeto da Câmara prevê, um novo cadastro. Eu desconfio muito dessas novidades, sabe, Deputado? Vamos criar um novo cadastro. Já existe um cadastro, o cadastro do ITR, que contém as informações essenciais em relação a APP, em relação a reserva legal; por que criar um novo cadastro? Por que não compartilhar, utilizar esse cadastro que já existe, que todo produtor rural conhece, e, eventualmente, até compartilhar as informações desse cadastro com autoridades fiscalizadoras, em vez de criar um novo cadastro, que vai ser uma complicação, que não vai ser criado nunca, provavelmente?

Então, são as perguntas que quero fazer a V. Exª, cumprimentando-o também pelo trabalho de Sísifo que V. Exª fez na Câmara dos Deputados em relação ao Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Agradeço ao Senador Aloysio Nunes, que, pela sua objetividade, facilitou muito o trabalho da Presidência.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, mais um vez, de parabenizar Aldo Rebelo pela sua luta, pelo seu esforço, junto com toda a bancada da agricultura da Câmara, que tem alguns componentes aqui nesta Comissão, acompanhando, com muita ansiedade, o resultado aqui no Senado.

E quero dizer que também acompanhei, pessoalmente, a luta de Aldo Rebelo na Câmara. E claro que o relatório não ficou, *ipsis litteris*, como ele gostaria que tivesse ficado. Ele, como homem democrático, teve que ceder a acordos, a negociações, mas da essência, do principal ele não se afastou; ele não se afastou dos seus princípios mais importantes.

Mas estamos aqui com esta proposta no Senado, e também os Senadores querem e precisam ter a oportunidade de participar desse debate. São ex-ministros, ex-governadores, ex-presidentes da República, com uma experiência extraordinária de Brasil; conhecem as dificuldades do Brasil em todas as regiões, em todos os Estados. Então, eu acho que este debate será bastante acrescido ao relatório de V. Exª, que ficou, na minha opinião, bastante razoável, na medida do possível de um acordo que agradou 410 parlamentares. Há gente que diz que o relatório é da bancada rural. Quem dera que a bancada rural tivesse 410 deputados todos os dias! Mas não é o caso. O que moveu os deputados foi o senso de brasilidade, o senso de responsabilidade com as pessoas que trabalham com esse Brasil imenso, e também com o meio ambiente. O relatório ficou, do ponto de vista ambiental e da produção, bastante interessante para o Brasil.

Então, eu inicio alguns pontos rapidamente, sugerindo estas modificações para análise dos colegas Senadores, especialmente para o Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que é relator em três comissões, e para o Relator Jorge Viana, do Acre, que foram duas escolhas extraordinárias. Estou muito tranquila com a possibilidade de participar e de dialogar com esses dois relatores tão bem aqui escolhidos pelos presidentes das Comissões.

Primeiro ponto: acho que todos nós precisamos ter em mente que ninguém aqui está para derrotar ninguém, principalmente o Governo, principalmente a Presidente. Independe do partido a que pertença o Presidente, não é bom para um segmento econômico que o governo se contraponha a uma matéria da maior relevância para o país e com repercussões internacio-

nais. Não aquela repercussão das ONGs, o que vão falar, o que não vão, mas repercussão comercial. Acho que a gente não pode tirar isso da nossa mente, do nosso coração, das nossas decisões.

Mas, eu tenho muita confiança de que nós podemos construir isso para que todos saiam ganhadores, principalmente o país; para que todos saiam ganhadores: o Congresso, o Governo, os produtos, o meio ambiente, a sociedade como um todo, porque são coisas mínimas, são coisas pequenas que precisam de uma certa adequação.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, sobre insegurança jurídica.

Se alguém me perguntar qual a principal luta na modificação do Código, eu não vejo uma mudança de cunho ambiental. Nós estamos muito mais discutindo a questão da insegurança jurídica do que ponto de vista técnico propriamente dito, porque isso a gente tem que entregar nas mãos dos cientistas, eles nos dariam as suas opiniões e a Casa vai arbitrar. A Ciência também não tem unanimidade; há cientistas que pensam de um jeito, outros de outro, todos merecem o nosso respeito, mas esta Casa é política, a decisão será política, depois de ouvirmos todos aqueles que a gente achar que devemos ouvir.

Em um relatório aprovado na Câmara, Srs. Relatores, em 33 oportunidades, está demandando regulamento, que isso possa ser ordenado em regulamento. Isso traz uma insegurança jurídica para nós. O que nós queremos é nada mais que o justo e democrático para um país que optou pela democracia; nós queremos regulamento em lei. Quando eu peço regulamento em lei, os riscos são para um ou para outro de não ver atendidas as suas prerrogativas, mas é a maneira mais justa, mais aberta de você ter uma tribuna, um diálogo com os colegas para convencê-los com os seus argumentos. O duro é você dormir uma noite e acordar com uma tese nova, com o sentimento de ter sido traído, não participar dessas questões. Acho que o Congresso Nacional não pode abrir desse que parece um detalhe, mas é fundamental.

Eu queria dar dois exemplos, para mim os mais graves que têm aqui, pedindo o regulamento em lei: o art. 9º:

"É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de APP para obtenção de água e para a realização de atividades de baixo impacto ambiental na forma do regulamento." Isso significa Conama, isso significa Ibana, isso significa caneta, isso significa decreto.

O outro é o art. 33. Eu apenas encontrei aqui, podem haver outros mais graves. Mas, na minha opinião, é gravíssimo o art. 33.

"A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implementar programas de regularização ambiental, de posses ou propriedades rurais, com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas nos termos da lei."

Então, que tanto a União quanto os Estados e o DF podem praticar e podem implementar os PRAs. No § 1º as condições desses PRAs, programas no caso, serão definidas em regulamento.

Sr. Presidente, é de novo o Conama, é de novo o IBAMA, é de novo o Ministério do Meio Ambiente, é de novo o decreto, sem discussão no Congresso Nacional ou nas assembleias legislativas dos Estados.

O que estamos pedindo é o de mais claro, transparente, de que a sociedade inteira possa participar deste importante debate que nós estamos tendo aqui nesta Casa.

No art. 3º não foi colocado e fica insustentável a ausência do que é utilidade pública, interesse social e baixo impacto. É quase a cópia do que é hoje, com algumas alterações, inclusive uma em que retira a palavra Conama. O que nós queremos é que o Congresso Nacional defina sobre essas questões.

Tudo isso não é um preconceito contra o Conama, Sr. Presidente e Srs. Relatores, mas a CNA, por exemplo, como a CNI e a CNC, faz parte do Conama. São 108 vagas e nós só temos 8. Então só nos resta dizer: registrem em ata que sou contra! Registrem em ata que sou contra! Porque as ONGs ambientalistas capturaram os órgãos de meio ambiente deste país. Então não são órgãos mais republicanos; defendem interesses parciais e não da sociedade, tanto o Ibama, tanto o Conama quanto o Ministério do Meio Ambiente, com todo o respeito que tenho pela Ministra, mas é incontrolável a vontade dela. Está capturado totalmente, os funcionários do 2º, do 3º, do 4º, do 5º escalão são todos ex-funcionários das ONGs do país; muitos são bons, muitos são corretos. Mas nem todos.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de comentar sobre a 164. São vários os pontos, citei apenas alguns, mas pretendo entregar para os dois Relatores, se eles me permitirem uma conversa mais detalhada nos gabinetes, para explicar um por um, pois nós temos um resumo bem condensado. Eu acho que a 164, realmente, trouxe algumas dúvidas. Mas nada intencional, nenhuma jogadinha, nenhuma esperteza na 164, aprovada na Câmara; ao contrário, tanto que o *caput* deixa dúvidas? Deixa. E acho que é exatamente nessa questão que a Presidente não abre mão, que o Governo não abre mão, mas que é possível nós fazermos um novo texto que seja claro, que traga transparência, segurança e que mostre a boa-fé de todos nós.

Na verdade, na 164, no seu § 4º, está a verdadeira intenção dos Deputados, quando aprovaram com 410

votos: "O PRA regularizará a manutenção de outras atividades consolidadas em APP, vedada a expansão das áreas ocupadas [expansão é desmatamento], ressalvados os casos em que haja recomendação técnica de recuperação...".

Bom, então no § 4º está muito claro que é para consolidar o que está na margem de rio, desde que não aumente o desmatamento. Mas no *caput* já não tem tanta clareza, e realmente pode fazer com que alguns entendam em aumento do desmatamento na APP.

No art. 8º, da 164, diz... Porque, na verdade, esse *caput* já existia no código anterior, que ainda é atual, porque não votou no Senado, e complementou-se com mais uma frase. Então desvirtuou o *caput* do art. 8º no sentido de dizer que a intervenção ou supressão, que é a reforma da área ou o desmatamento de vegetação em área de APP, incluiu nisso, na intervenção e na supressão, as atividades agrosilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, quando diz que a manutenção e as atividades consolidadas até dia 22 de julho de 2008.

Nós também temos um texto sugestão para a análise dos Relatores e, depois, para apreciação desta Casa que, tenho certeza, este é o ponto crítico do Governo e que nós podemos sanar com a concordância de todos, com muita tranquilidade, e mostrar e demonstrar que nós estamos apenas preservando aquelas pessoas que estão há décadas, há centenas de anos nas margens dos rios com a sua agricultura, com a sua roça, com a sua suinocultura, avicultura e, mesmo assim, condicionados ao PRA, que é a regulamentação, e a possível distorção, que possa estar sendo praticada, seja alterada.

Então eu quero, Sr. Presidente, discutir essas questões.

Com relação à isenção de quatro módulos, eu gostaria de deixar aqui para uma reflexão e finalizo as minhas palavras.

O Relatório de Aldo Rebelo coloca a isenção da reserva legal até quatro módulos e, com muita clareza, dizendo que desde que não tenha mais novos desmatamentos. Não é isso, Deputado? Bem, e está todo mundo perguntando: E se eu tiver quatro módulos e mais 1 metro? E se eu tiver cinco módulos? E se eu tiver seis módulos? O que vai acontecer com esse pequeno produtor, que pode ser um assentado da Reforma Agrária, que pode ser um pequeno produtor que adquiriu a sua terra, como é que nós podemos fazer isso? Nós vamos pegar quem tem cinco módulos e fazer com que ele tenha 20 de reserva legal?

Então eu gostaria, para reflexão, de deixar uma sugestão: nós temos cinco milhões de propriedades rurais no país; 5.175 milhões. A isenção até quatro módulos atinge 4.656 milhões, quase todas, porque a grande maioria é de pequenos agricultores. Por que não incluir os médios que são 380 mil produtores mas da seguinte forma. Se tenho até 15 módulos, dentro dos 15 os meus 4 ficam isentos e eu apenas recomponho a diferença da reserva legal, que são 12 módulos. Não incluímos os médios na isenção, mas vamos imaginar que um médio tenha 500 hectares. O que são 4 módulos? Se os 4 módulos forem 200, reduz os 200, não tem reserva legal em cima dos 200 e calcula-se a reserva legal em cima dos 300. Acho que a gente atingiria os pequenos e médios agricultores. Mas se são 90% dos agricultores do Brasil, não vai sobrar nada. Ao contrário, ele tem a menor parte de terra. Os médios agricultores são 113 milhões de hectares. O Brasil inteiro tem 850milhões de hectares. E, na verdade, seria apenas a diferença dos 4 módulos e não da propriedade inteira.

Deixo essa sugestão para a reflexão baseada num argumento: a renda desses agricultores, a renda dos pequenos e médios agricultores do País é irrisória. Vamos apresentar esse seminário para o Brasil no mês de novembro. É um estudo profundo que a CMA fez com relação aos dados do censo agropecuário, e descobrimos que apenas 5% dos agricultores do Brasil produzem 70% do PIB do agronegócio. Isso é um horror total e absoluto. Por isso, peço a reflexão para os pequenos e médios nesse sentido. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Kátia Abreu.

Quero registrar com alegria, pedindo desculpas por não fazê-lo antes, a presença entre nós do Sr. Márcio de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil. É uma alegria muito grande, Márcio, tê-lo aqui.

Vamos ouvir o Senador Sérgio Petecão, em seguida o Senador Blairo Maggi.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Rodrigo Rollemberg, queria aqui na pessoa do meu amigo Deputado Aldo Rebelo saudar os demais Senadores da Mesa.

Vou procurar ser rápido, até pelo adiantado da hora, e a fome começa a avançar sobre nós.

Na verdade, Deputado Aldo, tive oportunidade de acompanhar a sua luta, a sua peregrinação pelo Brasil e uma coisa que me preocupa é quando vejo alguns Deputados, algumas lideranças e alguns Senadores, dizerem que temos que discutir mais essa proposta do Código Florestal. Acho que temos que discutir, mas o que me preocupa é que eu queria ter o privilégio e o prazer de nesses oito anos que vamos estar aqui no Senado de ver essa lei votada. Também discuti demais e passar oito anos e nós não terminarmos... Mas tenho

fé em Deus e acredito muito nos relatores, o Senador Luiz Henrique que é relator nas três Comissões, com certeza todos estão preocupados e nós vamos dar esse presente ao povo brasileiro que é a votação do Código Florestal.

Sempre tenho dito em alguns debates que participei – o Deputado Aldo foi no meu Estado acho que uma vez, ele achou pouco e foi em uma reunião de pequenos produtores na boca do Acre. Aí ele recebeu um convite, achei que ele não teria coragem, o Chico Corrente convidou ela para ir a uma comunidade situada na boca do rio Mapiá. Ele pegou a voadeira e foi. Então acho que não temos mais o que discutir, Aldo, sinceramente, qualquer sugestão, qualquer ideia que venha no sentido de melhorar, acho importante. Acho que você está preparado para esse debate e a demonstração disso é quando vem a esta Comissão e faz um debate aqui com todos os Senadores.

Este ano eu tive eu tive um convite, Deputado Aldo para fazer uma visita à reserva Chico Mendes. É uma reserva famosa, até por conta do nome, no meu Estado, no Estado do Acre. Estávamos recebendo denúncias dos maus-tratos do pessoal do CMBio e Ibama.

O Governo do meu Estado deu um curso de aproveitamento da floresta, de como se aproveitar a riqueza da floresta, as sementes, a madeira que cai num processo natural da região amazônica. E lá um pequeno produtor fez um aproveitamento; caiu um cumaru na propriedade dele, ele cortou o cumaru e fez doze latas de carvão. Esse cidadão foi preso porque não podia fazer carvão lá na reserva. A lei existe, realmente não pode fazer carvão na floresta, mas o que questionamos é a falta de sensibilidade desses órgãos que fiscalizam, principalmente a nossa região.

Se o Governo do Estado vai lá – e eu acho que está correto –, aplica um curso de aproveitamento das riquezas da floresta, e logo em seguida, vem... Ele aproveitou a floresta. Caiu um cumaru no quintal dele, o vento derrubou, e ele aproveitou os galhos e estava fazendo carvão para poder comprar a mistura, como chamamos no Acre, para levar para o mato. E ele foi preso por conta disso aí.

Então, são essas situações que nos preocupam lá no Acre. Eu tenho dito que eu não conheço ninguém que, em sã consciência, seja a favor da devastação da Amazônia. O que nós queremos, lá no Acre... Estive em Mato Grosso agora e, fazendo uma visita ao Governador Silval Barbosa, ouvia o Governador falar de Mato Grosso, um Estado que produz. O meu sonho é que um dia o Acre – não sei se chegaremos a ser um Mato Grosso – também possa produzir, que nós possamos ter o direito de produzir. Um Estado de terra fértil, e eu não consigo entender... E não estou falando em devastar a nossa floresta, não. Estou falando no sentido de aproveitar aquelas áreas que já foram degradadas. E aí a minha pergunta vai para o senhor, Deputado Aldo Rebelo, e para o nosso Senador Jorge Viana.

Senador Jorge Viana, eu tive uma informação ontem, vindo do Jordão. Um vereador me ligou dizendo que o CMBio e o Ibama estariam lá aplicando essas multas pesadas, o que já foi dito aqui por alguns colegas Senadores. O vereador me fez uma denúncia – não estou aqui afirmando; estou dizendo que é uma denúncia e gostaria de saber se os senhores têm essa informação – de que esse instrumento dessas multas pesadas seria um mecanismo de expulsar o nosso pequeno produtor. Porque um seringueiro que derruba ali um hectare, dois hectares, três hectares, para botar um roçado, Deputado Aldo, pega uma multa de R$60 mil, R$80 mil, e ele vai embora.

Lá no Acre, já tivemos casos de pessoas que entraram em depressão e morreram. Temos o exemplo daquele cidadão lá de Boca do Acre: ele passou um ano indo ao Ibama para tentar tirar licença para botar um roçado; um ano não, três anos. Três anos para tirar uma licença para botar um roçado em três hectares. Ele não aguentava mais. No dia em que ele, como ele mesmo disse, "meti a foice para cima e derrubei; no outro dia, o Ibama foi lá e me prendeu". Então, ontem eu recebi uma denúncia do Jordão de que lá estaria uma fiscalização pesada, e de que essa fiscalização é um instrumento de expulsar os pequenos produtores para que essas reservas sejam preservadas para que os governos, seja o Governo estadual ou o Governo federal, depois possam dar essas áreas como garantias em alguns financiamentos. Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento disso, Deputado Aldo Rebelo. E essa pergunta, como é do meu Estado, passo também para o nosso Senador Jorge Viana.

Então, era mais nesse sentido. Eu queria parabenizá-lo pela sua coragem, pelo seu entusiasmo e pedir que nós, Senadores, nesta Casa, possamos ter a sensibilidade de, nos oito anos que temos de mandato, votar esse Código Florestal. Porque eu me preocupo muito, muito mesmo, quando vejo alguns projetos que deram entrada aqui e até hoje estão aqui. Então, era mais nesse sentido, Deputado Aldo, e mais uma vez, quero parabenizá-lo pela sua coragem e pelo espírito de brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Sérgio Petecão e agora, finalmente, o nosso querido Senador Blairo Maggi, um dos primeiros a chegar nesta reunião de hoje.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Presidente Rodrigo, o Presidente Jorge e também o nosso convidado Deputado Aldo Rebelo.

Eu hoje só fui perdedor, Senador: saí daqui e perdi a vez de falar aqui, saí de lá e perdi a vez de falar lá na outra Comissão; mas tinha de estar nas duas de qualquer forma hoje.

Mas não serei longo. Gostaria só de cumprimentar o Deputado Aldo – já fiz isso em outras oportunidades – pelo relatório, pelo trabalho que foi feito na Câmara Federal, e acho, sinceramente, que os avanços que conseguiu na Câmara são os avanços possíveis de serem feitos neste momento.

Eu concordo com a Senadora Kátia quando ela coloca que a maior dificuldade nossa nessa questão do código é dar a esse código a legalidade, é tirar a possibilidade de dupla interpretação, é dar a ele a segurança jurídica. Quando sentamos para discutir em qualquer roda, já começamos a ter opiniões diferentes em alguns temas. E acho que, depois de tantos anos e de tanto trabalho, temos que chegar à conclusão de apurar esses pontos, de não deixar acontecer, de tirar a questão do Código Florestal da mão do Judiciário, do Ministério Público, da discussão com juízes. Enfim, precisamos eliminar essa questão e deixar que os produtores brasileiros possam trabalhar com tranquilidade e conhecendo a regra.

Acho que temos um ou dois pontos mais polêmicos para discutir, mas também não vejo que não haja possibilidade de avançar. Acho que temos possibilidade de avançar sem nenhum problema.

Eu só queria fazer uma pergunta ao Deputado Aldo para que possamos discutir depois juntos com nossos relatores aqui. Na questão da 164, que depois virou o art. 8º, em alguma oportunidade, Deputado Aldo, foi discutido com o Governo, tentou-se levar para esse texto a possibilidade de, nas APPs, dar o mesmo tratamento que foi encontrado para a reserva legal, na questão dos quatro módulos? Porque me parece que essa questão dos quatro módulos na reserva legal pode ensejar alguma discussão. O que se pode fazer com a pessoa que tem 4,1, 4,2? Mas eu sempre brinco: a chuva começa em algum lugar e tem que terminar em algum lugar. Quer dizer, não há como. Sempre vai haver as divisões de categorias na própria legislação. Mas, se nós pudéssemos discutir e avançar também na questão dos quatro módulos nas APPs, nós teríamos a possibilidade de um entendimento bastante grande, porque realmente o que me preocupa, em todo esse processo da ocupação e da consolidação das APPs, não são os grandes, nem os médios produtores, porque, se tirar 20 hectares, 100 hectares, não há problema algum; até porque as grandes propriedades estão mais nas terras do Centro-Oeste, mais no Norte, onde há mais espaço e, portanto, não há essa briga pelo pedaço da terra. Mas, quando você vai ao oeste do Paraná, quando você vai a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, aqui em São Paulo, próximo aqui mesmo, onde a população é maior, e onde as terras são bem divididas, onde a reforma agrária foi feita... Como dizia meu professor na universidade, a reforma agrária realmente se faz na cama: você vai tendo filhos, vai dividindo a terra. E já aconteceu essa reforma agrária aí nessas regiões.

Então, se pudéssemos achar essa questão da proteção até os quatro módulos, nós não teríamos mais discussão, acho, para frente. Nós salvaríamos muitos agricultores centenários, pessoas que foram para essas regiões, desbravaram, estão lá ocupando, e, com o tempo, podemos introduzir, senhores relatores, algum mecanismo de incentivo fiscal ou de apoio financeiro, para que mesmo esses produtores que estão nesses quatro módulos rurais possam, com o passar do tempo, fazer a migração, sair dali, mas de forma voluntária por parte deles e com o auxílio de incentivos fiscais ou até financeiros. Porque quando a gente fala em questões ambientais e olharmos se nós pudéssemos imaginar a 50 anos, ou daqui a 100 anos, no Brasil, nós estaríamos com todas essas questões resolvidas, eu tenho certeza que para o meio ambiente não significam nada 50 ou 100 para quem vive num planeta que tem bilhões de anos. Então, nós não precisaríamos tirar essas pessoas de imediato, criar toda uma confusão jurídica de discussões, enfim, dar tempo para que o governo e a sociedade se encarreguem de criar mecanismos, quer dizer, nós aqui no Congresso criarmos mecanismos para fazer com que os produtores, no futuro, saiam com uma programação mais voluntária.

Mais uma vez, cumprimentar V. Exª pelo trabalho e dizer que a nossa responsabilidade aqui no Senado é fazer um projeto que não seja tão quadrado, para que a Câmara não aceite, e que seja feito dentro de uma regra que a própria Presidente da República possa sancionar também. Não adianta nada a gente fazer alguma coisa aqui que extrapola os limites que estão por aí colocados e aceitos, inclusive, pela própria sociedade.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Agradeço a sua intervenção e a sua objetividade.

Passo agora a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Trinta segundos para o Senador Jorge Viana responder ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Petecão, acho que não preciso mais que 30 segundos. Talvez a questão das multas – que o Deputado Aldo trouxe com tanta propriedade –, que eu tenho muitos exemplos, nós todos temos, acho que é o melhor exemplo de que nós temos que fazer uma atualização da legislação ambiental no Brasil. Apenas perto de 1% das multas aplicadas é que são pagas. Então, ela não cumpre papel nenhum hoje, a não ser afrontar principalmente os pequenos e criar situações de insolvência de famílias inteiras, como a gente está tendo no Brasil. Tem muitos maus funcionários usando uma lei confusa e também dúbia.

Então, quem sabe, talvez agora a gente tenha uma oportunidade. E eu não acredito que seja um projeto de expulsão de pessoas não. Acho que é isso, esse ambiente está muito carregado e o Senado tem toda a condição, junto com o texto que veio da Câmara, de dar uma segurança política de que a multa cumpra com o seu papel. Essas multas aplicadas, esses exemplos, mostram que nós estamos longe de termos uma legislação que possa ser pedagógica, do ponto de vista das multas até mesmo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Me permite, Senador Jorge Viana. Isso que está ocorrendo, em relação à aplicação dessas multas, me lembrar do episódio da edição do AI-5, em que o Ministro Milton Campos se negou a assinar o AI-5. E aí disseram para ele: Mas V. Exª acha que o general-presidente vai praticar alguma ilegalidade? E o Senador Milton Campos disse o seguinte: "Eu temo o presidente, eu temo o guarda da esquina." Então, nós temos que fazer uma lei que não dê essa força aos guardas da esquina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com as palavra o Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Srs. Senadores, Srª Senadora, o esforço durante a tentativa de elaboração deste relatório foi no sentido de conhecer com alguma profundidade a realidade do País, fazer o inventário dos problemas, das diferenças da agricultura do Brasil; um esforço grande de conversar, dialogar com a sociedade.

Ouvi organizações não-governamentais, ouvi agricultores, ouvi órgãos ambientais – e fizemos isso pelo Brasil inteiro –, pesquisadores, universidades, técnicos; de negociar com o Governo permanente, e o relatório é fruto desse esforço, não significa que todos os interlocutores estejam exatamente contemplados em 100% daquilo que desejavam, a começar por mim que não estou contemplado em todo o meu relatório. Mas, procurei fazer um relatório que tivesse sustentação técnica, política e que correspondesse às duas, às duas expectativas da população, que, como eu disse, é proteger o meio ambiente e proteger a agricultura. Qualquer um pode renunciar a uma das duas coisas. O povo não tem esse direito.

Então, por essa razão, Senador Suplicy, nós, conversando com a Frente Parlamentar do Meio Ambiente, eu tive no Deputado Zequinha Sarney, que é o Líder maior dessa Frente, o interlocutor quase que diário. E onde houver uma só possibilidade em qualquer parágrafo, inciso ou artigo que admita novos desmatamentos, você me aponte que eu vou vedar. E assim fizemos.

Portanto, o que resta de novos desmatamentos é, única e exclusivamente, aquilo que a lei atual autoriza, mais nenhum; todos os demais foram absolutamente vedados.

Aproveitamos uma parte da legislação, por exemplo, a compensação já é prevista na legislação atual; a utilização de exóticas para efeito de recomposição de reserva legal é apenas para essa finalidade. Não significa que, amanhã, alguém está autorizado, vai abrir uma nova propriedade na Amazônia e pode reflorestar. Não. É apenas para efeito de recomposição. A divergência que surgiu e que foi resolvida é de 50% para a pequena propriedade. E numa reunião, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, do Ministro da Agricultura e do Ministro Palocci, esse acordo foi resolvido dessa forma.

Além do que, também, exóticas no Brasil precisa passar por um reprocessamento para oferecer naturalização. Algumas exóticas não tem mais sentido permanecerem como estrangeiras em nossa terra, como a mangueira, a jaqueira, o coqueiro – o coqueiro da Bahia é exótico –, o abacate, que continuam exóticos até hoje. Estão acabando com a jaqueira no Nordeste. Como é exótica, não tem proteção, as pessoas vão arrancando e transformando em madeira para fazer banco, para fazer não sei o quê.

Então é preciso atualizar. E o art. 14 não permite novos desmatamentos. A regularização... Recompor até 50% para efeito de regularização. O que havia na Amazônia, que o Governo apresentou essa divergência, o Ministério do Meio Ambiente, mas eu discordo da opinião do Governo, é o seguinte: em São Paulo, você permite que um proprietário possa compensar a área, que não tem reserva legal, fora da propriedade, fora do Estado e fora do bioma. Em São Paulo, que tem muito pouco de vegetação nativa, de Mata Atlântica, de tudo.

Na Amazônia, no Estado do Amazonas, que tem 98% de floresta, você não vai permitir que um proprietário possa compensar a área que não tem, fora da propriedade. Você é obrigado a um ônus, no meio de

tanta reserva, que o agricultor de São Paulo, que tem pouca reserva, não tem. Aí eu não posso admitir uma coisa dessa, é uma injustiça, é uma desigualdade, mais uma vez, pesando contra a Amazônia. O agricultor de São Paulo vai poder compensar fora da sua propriedade, e o da Amazônia não pode? Sendo que na Amazônia tem muito mais Floresta Amazônica do que São Paulo tem de Mata Atlântica. Isso não tem cabimento, é injusto, é inaceitável. O Pampa não tem floresta, tem aquela vegetação típica.

Sobre a questão das bananas, acho que esse risco... Eu estive lá em Registro, estive em Sete Barras, estive ali naquele Vale do Ribeira, e o receio deles qual é? É um receio razoável, porque diz o seguinte: você permite a compensação, mas o proprietário mais capitalizado vai avançar sobre o menos capitalizado, é natural, o mercado não perdoa. Se o proprietário mais capitalizado vai ali no Vale do Ribeira, o plantador de bananas se sente ameaçado. Ele vai comprar a minha para transformar em reserva legal.

Esse risco não existe, por quê? Primeiro, porque uma parte das propriedades em São Paulo vai estar regularizada por um mecanismo que o Governo e o Ministério do Meio Ambiente aceitaram, que é o uso do princípio da legislação da intertemporalidade, se não me engano. Ou seja, você usa a lei da época. Aquela área de São Paulo, toda ela, mesmo o Oeste que foi ocupado no século XX, até nos anos 40, 50, vai estar consolidada pelo princípio da intertemporalidade. O que vai sobrar de área necessária, o Vale do Ribeira já tem parques onde o poder público não pagou e o proprietário vai poder compensar nessas áreas, não vai precisar comprar área de bananeira para compensar. O que não tiver de parques, ainda há áreas de propriedades privadas com vegetação nativas, grandes. Ali mesmo em São Paulo, Senador, o senhor pode encontrar nos cafés gente que tem herança no Vale da Ribeira, em Capão Bonito que pode fazer servidão. Então há um estoque suficiente no Vale do Ribeira de terras, de áreas que podem compensar sem precisar atingir os nossos companheiros bananicultores.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Apenas um complemento mínimo nessa questão que o Senador Suplicy fez ao Deputado.

No art. 38 que trata dessas compensações pode ser dentro da fazenda, fora, fora do bioma, eu acho que nós poderíamos incluir, os relatores para avaliação, também a aquisição de quotas. Ficar definido no projeto em área privada que é a servidão, mas também nas áreas de unidade de conservação. Acabamos de assistir na imprensa nacional que 50% das unidades de conservação do País... Mesmo estando previsto está necessitando de regulamento, tudo aqui pede regulamento. É a aquisição de quotas, de reserva ambiental, nos termos de regulamento. Isso ainda será regulamentado, não está claro. É o art. 38 § 5º, inciso I. A inclusão da possibilidade de servidão. No Tocantins nós temos vários produtores que compraram papel no Jalapão, no Cantão, por 10, 15 anos. Então isso seria uma solução para a manutenção dos parques, também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Creio que essa questão do Vale do Ribeira também responde a preocupação do Senador Aloysio Nunes. A legislação do mundo é muito bem-vinda. Há aqui alguns países que examinei e outros que eu não examinei . Mas, de qualquer forma, a contribuição...

As situações dos rios estão disciplinadas, porque de acordo com a dimensão, com a largura desses cursos d'água, já estão dimensionadas nos princípios gerais e no processo de regularização ambiental. De todos eles, do Atibaia, inclusive. A dificuldade está em que? Em proteger as nascentes, principalmente, porque o que há de mais vulnerável e precioso nos rios são as nascentes. Não é depois que ele já tem um curso de água normal, perene, permanente que a ameaça é maior. E você combinar a diferença entre uma nascente do rio São Francisco e a nascente de uma cacimba onde a família bebe água. Você tem que proteger de forma diferente esses recursos. Na recomposição obedecer critérios que permitam a proteção do rio com a sobrevivência do agricultor. Não é simplesmente você, por exemplo, no caso do Iguaçu, que é um caso concreto lá no Paraná onde rio tem 600 metros de largura e 500 metros de mata ciliar. Quando você avança com a mata ciliar, praticamente liquida com todas essas propriedades. Meio quilômetro, se a propriedade for pequena, não precisa ter nem... Basta ter 100 metros. Se ela tiver 500 metros de fundo, ou seja, com 1km de largura, que não é uma propriedade pequena, já foi embora 100%. Lá no rio Iguaçu. E deve ser a mesma coisa no Uruguai. E também estou dizendo isso porque é uma questão concreta. Então, o programa de regularização ambiental tem que dar conta disso. Tem que proteger o meio ambiente, proteger os recursos hídricos, proteger o solo e, ao mesmo tempo, proteger a agricultura. Encontrar um equilíbrio entre a proteção da mata ciliar, que é vista como absoluta, e às vezes também o agricultor, a agricultura ciliar. Existe este ente, que é o agricultor ciliar, ou seja, o agricultor da beira de rio, a agricultura de beira de rio, no mundo inteiro. E a responsabilidade do Poder Público é com-

binar a sobrevivência do rio com a sobrevivência das pessoas. Isso está sendo possível até hoje. Então é preciso trabalhar para que assim continue.

Eu desconfio, Senador Petecão – como dizia Guimarães Rosa, "você não tem certeza de tudo, mas desconfia de muita coisa" –, que há, de fato, um projeto de desantropização da Amazônia. Eu acho, desconfio disso. Não tenho nenhuma vidência, não tenho nada para provar, mas eu desconfio que isso é possível. Você cria tantas dificuldades que, de fato, você inviabiliza, você aterroriza as pessoas; e elas vão ficar fazendo o que ali? Não estou dizendo que isso é de a, b ou c. O que eu acho é que há muita coincidência nas coisas que eu, pelo menos, vi acontecendo.

A questão dos quatro módulos, Senador Blairo Maggi. De fato, no apagar das luzes, quando um governo não encontrava uma solução e não deixava de reconhecer o problema, que é a consolidação da APP – principalmente de beira de rio, porque, de topo de morro e de encosta, boa parte ficou resolvida, mas a de beira de rio –, o governo apresentou uma sugestão que era exatamente a de dar este tratamento entre o pequeno, o médio e o grande proprietário: cada um tem uma APP diferenciada. Ou seja, apareceu até a solução de a APP não poder ocupar mais do que 20% da propriedade. Mas aí, quando a solução foi posta sobre a mesa, alguém disse o seguinte: "tudo bem, mas essa APP vai começar onde, da beira do rio para dentro ou da beira do rio para fora?" Ou seja, alguém quer ter acesso à água. A proximidade com a água é uma coisa importante.

Por exemplo, aqueles ribeirinhos da Amazônia, é ali mesmo, na beira do rio mesmo, no beiço do rio, na praia, é ali que está a sobrevivência. Ele não toca na floresta, mas ele precisa daquela área. Então, não é uma coisa de fácil solução.

Reconhecer o problema já é um bom ponto de princípio. Já é uma coisa importante, já coloca todo mundo em torno de uma mesa para encontrar uma solução.

A solução que nós encontramos foi essa, ou seja, fazer com que o programa de regularização ambiental respeitasse os critérios técnicos, as exigências dos §§ 3º e 4º. Não acho, discordo da Senadora Kátia Abreu que a redação do *caput* da 164, do seu art. 8º, cause dúvida. Ali está o principio geral. Tanto é que qualquer citação legal, você geralmente não começa pelo *caput*, você começa pelo parágrafo. "Segundo o parágrafo..." Porque o parágrafo é o que define a regra. É no parágrafo. O *caput* geralmente é o enunciado, é o geral.

O § 3º determina exatamente as condições, ou seja, não pode haver risco para o solo e para os recursos hídricos. Precisa obedecer a esses critérios para consolidar. Eu acho que isso é o programa que tem que realizar. Se o programa tem condições de fazer isso ou não... Quanto à questão dos prazos, também nós conversamos demoradamente com o Ministério do Meio Ambiente. Eu disse: o prazo, vocês, que vão fazer esse programa, esse cadastro, têm que definir; definir o quanto de tempo necessário para essa regularização. A experiência desse cadastro do Mais Ambiente não nos aconselha a ter muita pressa. Não sei se a Ministra Izabella veio aqui...Já veio? Mas os companheiros estão aí, o João de Deus, e podem esclarecer essa dúvida.

O prazo foi um pouco negociado com eles. Eles acham que dá. Eu não tenho essa experiência. Como eu posso contradizer? O cadastro é do Ministério do Meio Ambiente, embora seja descentralizado, é o Ministério do Meio Ambiente. Então, é preciso que eles opinem mais para ver se é isso mesmo. O nosso prazo era muito maior, mas nós reduzimos exatamente na tentativa desse acordo.

Acho que responder a tudo seria pretensão. Eu não respondi nada, comentei aquilo que estava a meu alcance. Desejo que o Senado possa melhorar e aperfeiçoar o que conseguimos fazer na Câmara, avançamos até aonde foi possível, em meio a conflitos e contradições de que não preciso falar aqui.

O esforço foi exatamente este, dar ao País e à população a ideia de que é preciso estabelecer o equilíbrio entre essas duas causas, essas duas necessidades irrenunciáveis, o compromisso com o meio ambiente, que não é um compromisso econômico nem social apenas, é um compromisso cultural, proteger o campo no Brasil, proteger a atividade do campo, a agricultura, a pecuária. Não é apenas uma questão de emprego, de renda, de exportação, de *commodity*, de preço de comida. É tudo isso, mas é proteger também a identidade, a cultura, os valores, a formação, o idioma, tudo que está relacionado com a vida no campo no Brasil. E não temos a obrigação nem o direito de virar as costas para essa realidade, da mesma forma que não podemos renunciar aos compromissos históricos do nosso País com o meio ambiente. Creio que os senhores podem fazer mais do que o que fizemos, porque além da inteligência e da experiência podem aproveitar também os nossos erros e os nossos êxitos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo. Tenho convicção de que hoje foi um grande recomeço do nosso debate sobre o Código Florestal.

Quero agradecer a todos os Senadores, Deputados e convidados que nos honraram com a sua presença.

Antes de encerrar os trabalhos, preciso submeter à apreciação a ata da presente reunião, já que é conjunta.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam a ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Lembro que, na próxima quarta-feira, a partir das 8 horas e 30 minutos, teremos uma audiência pública sobre o mesmo tema, com alguns ex-Ministros do Meio Ambiente e, na próxima quinta-feira, com alguns ex-Ministros da Agricultura.

Agradeço a presença de todos.

Esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 4 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia quatro de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **(Ana Rita)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Cristovam Buarque e Paulo Davim.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 86, de 2011–CDH, aprovado em 30/06/11, de autoria do Senador João Pedro "para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que 'institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências', em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho - OIT". Convidados: Rosane de Mattos, Membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB; Francisca Picanço, Assessora Legislativa da FUNAI. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Ana Rita, Cristovam Buarque, Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O objetivo desta nossa audiência pública está no Requerimento nº 86, de 2011, aprovado em 30 de junho de 2011, de autoria do Senador João Pedro, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 09, de 2008, que institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros e dá outras providências, em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Para esta audiência pública foram convidados os Srs. Élcio Severino da Silva Manchineri, representante das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab que até o momento não se encontra presente. Também foi convidada a Srª Rosane de Mattos, membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – Apib e também representa o Sr. Romancil Gentil Creta, Coordenador da Arpinsul. A Srª Rosane encontra-se presente, ao nosso lado, compondo a nossa Mesa. O Sr. Mauro de Barros Terena, membro da Comissão Permanente da Apib em representação ao Sr. Ramão Vieira de Souza Terena, Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região – Arpipan, que até o momento não se faz presente. O Sr. Timóteo Vera, Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste e Manuel Uilton dos Santos (Uilton Tuxá), Coordenador da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Essas duas últimas pessoas, o Sr. Timóteo e o Sr. Manuel não estão presentes.

É importante iniciarmos a nossa audiência pública, primeiro, informando que o nosso Presidente, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, por motivos de outros compromissos em seu Estado, hoje não pôde estar aqui presidindo esta sessão. Portanto, como Vice-Presidente, estou assumindo a coordenação dos trabalhos do dia de hoje.

Outro esclarecimento que gostaríamos de fazer é que nem todas as pessoas que foram convidadas puderam estar presentes por motivos de dificuldades de locomoção dos seus territórios até Brasília. Portanto, temos aqui á Mesa apenas a Srª Rosane de Mattos, convidada, e que está aqui conosco para nos ajudar neste debate, neste encaminhamento.

Fizemos também um convite à Srª Francisca Picanço, que é Assessora Legislativa da Funai, que es-

tava aqui como colaboradora participando, para que também compusesse a Mesa para nos ajudar a conduzir esta discussão da manhã de hoje.

Inicialmente, quero destacar a importância desta audiência pública. O objetivo desta audiência pública é discutir, qualificar, aperfeiçoar e instruir um projeto de lei que está em tramitação aqui no Senado desde 2008. O Projeto de Lei nº 09, de autoria do Senador Cristovam Buarque que estipula o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros e dá outras providências.

Esse projeto de lei tem como relator o Senador João Pedro e, na sua relatoria, apresentou um substitutivo. Vou apenas fazer um resgate da importância desse projeto para que, depois, possamos aqui abrir o nosso diálogo.

O Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Cristovam Buarque, além de instituir, em seu art.1º, o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, cria também, no art.2º, o Programa de Recuperação e Transmissão dos idiomas indígenas nominalmente arrolados, no total de 162. E no art.3º, aponta as ações compreendidas nos conceitos de recuperação e transmissão desses idiomas.

Na verdade, o autor do projeto, o Senador Cristovam Buarque, justifica a sua iniciativa alegando a necessidade de adotar medidas urgentes para proteger as línguas faladas pelos povos indígenas, mais de 20% delas submetidas à ameaça de extinção em curto prazo, segundo estudos especializados.

No intuito de combater esse risco decorrente do baixo número de falantes e da baixa transmissão dessas línguas às novas gerações, ele defende o estabelecimento de um programa efetivo de recuperação e de transmissão desse bem cultural.

Esse projeto de lei foi apreciado, analisado pelo relator João Pedro, que reconhece a relevância social, cultural e científica dos objetivos aqui apresentados e também coloca a importância do registro, da preservação e do estudo dessas línguas para ampliação do conhecimento humano, que, com certeza, é inestimável. Mas também apresenta um substitutivo com o objetivo de melhor qualificar o projeto.

Eu gostaria, neste momento, de fazer uma leitura do substitutivo, para que possamos ter uma compreensão do que o Senador João Pedro também nos coloca, porque o objetivo desta audiência pública é instruir de fato esse projeto de lei. Então, para que possamos fazer um debate de melhor qualidade, ou encaminharmos o que deveremos encaminhar nesta manhã de hoje, é necessário conhecermos melhor o conteúdo, para que os presentes tenham mais detalhes a respeito do projeto.

Então, além do que eu já disse, o Senador João Pedro coloca também alguns dados de que considero importante fazer o registro. Apenas 15% dessas línguas indígenas têm mais de mil falantes; 57% delas são faladas por menos de 250 pessoas; e 24% por menos de 50 pessoas. Portanto, a importância do registro, da preservação e do estudo dessas línguas é de fundamental importância, porque também representa uma forma própria e singular de ver o mundo, associada, com certeza, aos saberes, mitos, textos orais e práticas socioculturais.

O Senador João Pedro também propõe substituir o termo "idioma", que significa a língua oficial de um país, pela palavra "língua", empregada na Constituição Federal e na própria LDB para tratar das línguas indígenas.

O projeto original, de autoria do Senador Cristovam Buarque, traz algumas questões que precisam ser revistas e a iniciativa do Senador João Pedro de apresentar uma emenda substitutiva vem aperfeiçoá-lo e qualificá-lo.

Eu vou fazer, em seguida, a leitura da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei aqui do Senado nº 9, de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras.

O congresso nacional decreta:

Art. 1º O poder público desenvolverá programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras.

Art. 2º Para efeitos desta lei, entende-se:

I – por recuperação, o registro das referidas línguas em vocabulários ortográficos e dicionários e sua codificação em gramáticas, bem como sua preservação por qualquer meio;

II – por transmissão, a divulgação das referidas línguas, nas regiões em que são faladas, mediante seu uso nos canais públicos de comunicação, na sinalização urbana e rural, no serviço público comunitário e no ensino fundamental e médio, a título de disciplina curricular facultativa, bem como a garantia da oferta de cursos para o ensino dessas línguas, em escolas do ensino médio, sempre que houver o número necessário de alunos interessados.

Art. 3º Os documentos públicos requeridos pelos falantes das línguas de que trata esta lei serão redigidos e expedidos em língua portuguesa e na língua indígena da comunidade do interessado.

Art. 4º As línguas indígenas, especificadas em regulamento, serão protegidas como bens de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 5º As atividades relacionadas à preservação, recuperação e transmissão das línguas de que trata

esta lei, incluindo as produções literárias, artísticas ou histórico-documentais que contribuam para esse fim, poderão receber doações ou patrocínios com os benefícios previstos na legislação federal de incentivo à cultura.

Art. 6º Na regulamentação desta lei, conceder-se-á especial atenção ao atendimento do disposto no inciso II do art. 2º.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, é esse o substitutivo apresentado pelo Senador João Pedro e, a partir desse substitutivo e também do projeto original, faremos, agora, os encaminhamentos e o debate necessário.

Antes de passarmos a palavra à Rosane de Mattos, que é membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas, gostaria aqui de fazer um pequeno esclarecimento também. Considerando que a grande maioria dos nossos convidados não pode estar presente, de qualquer maneira todos os convidados aqui são representantes legítimos dos povos indígenas. Mas o tema nos remete a uma reflexão: é importante que também sejam envolvidos outros atores que tenham condição de contribuir para o debate.

Na nossa reflexão, antes de iniciarmos esta audiência pública, vimos a necessidade de também envolvermos representantes do Poder Público, como é o caso do Ministério da Cultura; representantes da Funai; representantes de universidades, de estudiosos do tema, de professores, para que possamos qualificar este debate e aprofundar melhor a iniciativa do projeto de lei.

De qualquer maneira, aquela representação não foi convidada para este momento. Nós faremos aqui a reunião apenas com a representação indígena, mas, infelizmente, nem todos estão aqui hoje.

Vamos ouvir a opinião da Rosane de Mattos. Acho que é importante neste momento ela se colocar. E gostaríamos também, com certeza, de aproveitar a oportunidade de termos aqui a presença da Francisca, que representa a Funai e também deve se manifestar a respeito dessa iniciativa.

Após a fala das duas representantes, das companheiras, que possamos fazer os encaminhamentos necessários que esta audiência pública nos exige.

Então, passo a palavra, inicialmente, para a Rosane, a fim de que se manifeste pelo tempo necessário que achar que deva utilizar.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Bom dia a todos e a todas, cumprimentando a Senadora e a representante da Funai.

Eu acho de fundamental importância essa preocupação dos Senadores, tanto do Senador Cristovam Buarque, porque a gente sabe da sua luta em cima de um tema chamado educação, quanto do Senador João Pedro, com a preocupação da extinção dessas línguas e do número de falantes. E quero dizer aqui para a Senadora que está presidindo a Mesa que este debate é de fundamental importância.

Num debate que houve, na Guatemala, de que participei, sobre o tema: O que é identidade cultural?, em uma Conferência Mundial dos Povos Indígenas, ficou registrado que um dos quesitos de fundamental importância na questão cultural dos povos indígenas seria a língua. A língua ficou como fator predominante. Dentro da importância de ter, nesse quesito, a importância fundamental, que seria a língua, e, no conjunto dessa língua, seriam as nossas práticas tradicionais, as nossas danças, a nossa arte e os nossos conhecimentos tradicionais que conjugam, junto com a língua, a diversidade e a cultura de um povo, como as pinturas.

Então, ela é um conjunto da nossa cultura; e, dentro desse conjunto, porque ela é importante, porque não podemos perder e precisamos ter as condições para se preservarem essas línguas. São necessárias as políticas públicas e que se deem aos povos indígenas as condições aos nossos professores bilíngues, dentro das nossas escolas indígenas, aos nossos professores, historiadores indígenas, e a outros professores indígenas que se especializaram, seja em letras ou em outras áreas, em que a demanda dos povos indígenas permitiu eles se formarem.

Acho fundamental esse debate, mas um debate com especialistas, pois precisamos ouvir os especialistas que estudam nossas línguas, e são de universidades. Como exemplo disso, temos na UnB, o Prof. Aryon Rodrigues, que estudou, inclusive, a minha língua, o povo kaingang. Ele fez estudos de várias línguas indígenas e continua fazendo isso. Precisamos também que esse debate tenha uma maior participação indígena. Não podemos fazer um debate de fundamental importância, em um projeto de lei, sem a participação dos povos indígenas, do que acontece, seguindo a 169, a consulta livre prévia, informada aos povos indígenas.

Então, no meu entendimento, precisamos de um debate maior, não só com os representantes das nossas organizações, mas dos nossos professores indígenas que estão nas nossas comunidades dando aulas. Precisamos ouvir as dificuldades que eles têm hoje na questão do quesito preservação das línguas; quais as suas dificuldades, quais os entraves que eles possuem hoje, para tratar da questão das nossas línguas? Ouvi-los.

Hoje temos uma gama de índios formados, seja em pedagogia, em letras, em história; seja em medi-

cina, em odontologia. Precisamos ouvi-los também e quais as dificuldades nesse sentido.

Então, concordo com a Senadora que esse é um debate muito importante, mas que precisamos trazer os atores que lidam com o dia a dia, com as dificuldades desses atores, no dia a dia, dentro de sala, para esse contexto, para a sociedade, para este Congresso Nacional e especialistas, ouvi-los.

Então, a nossa sugestão é que se promova esse debate com a participação indígena do movimento e dos nossos professores indígenas, bilingües e não bilíngües, e especialistas. Queremos ouvir os especialistas, o que eles estão pensando sobre as nossas línguas, se é só estudar, se é só gravar as nossas línguas e colocar num museu ou se nós precisamos mantê-la viva. Manter não é só gravar uma língua, colocar nos arquivos do museu, e não preservar os falantes, porque muitos povos já perderam sua língua, e perderam a sua língua num contexto de massacre. A desestrutura de um povo... Se eu tiro um povo da terra dele e o levo para o espaço das cidades, estou desestruturando esse povo em todos os sentidos, inclusive na língua.

Como você estrutura, porque nós, povos indígenas, vivemos no coletivo, dentro de nossas aldeias? Como vou falar, se estou na cidade, praticar a minha língua, com um não indígena? Que estrutura têm esses povos desestruturados, seja por empreendimento, seja por outros motivos, com o êxodo para a cidade, retirados de suas terras? A língua em si, se eu não preservar os falantes dessa língua... Nós perdemos muitos falantes velhos do meu povo, por conta de frio, de neve, de doenças. Nós estamos perdendo. Quem é o nosso cientista tradicional? Aqui, nós chamamos de cientista, porque aqui é o cientista, do ponto de vista formal, pois quando ele descobre uma cura, ele é um cientista valorizado. Mas nós temos os nossos cientistas tradicionais, a quem damos muito valor e importância. Eles são os nossos velhos, que são o nosso conhecimento ambulante, e não são registrados num papel.

Então, via de regra, com a perda de líderes assassinados ou de professores nossos, que foram mortos por uma violência, você está perdendo o falante, que nós, professores bilíngües, em nossas comunidades, vão utilizar, que é o velhinho da nossa aldeia. Ele é o detentor; ele é o sábio. E se ele se vai, vai-se com ele muita coisa, não somente a língua, mas as nossas práticas, os nossos conhecimentos tradicionais em tudo, seja na geografia, seja na medicina tradicional, seja em todas as áreas nossas, e a oralidade de passar isso para as nossas crianças.

Então, é um debate de fundamental importância, em que precisamos ouvir, inclusive, velhinhos nossos, a dificuldade que eles sentem também. É nesse sentido que concordo com esse encaminhamento da Senadora. E vamos para um debate maior e mais qualificado. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos a grande contribuição da Srª Rosane de Mattos, que vem nos alertar sobre questões que, no dia a dia, não percebemos; e, com a sua experiência, com a sua origem, vem nos trazer essas informações tão necessárias.

Quero então passar a palavra agora para a Francisca. Antes, é importante fazer o registro de que, apesar de o Senador Paulo Paim ter passado aqui, no início, não pôde permanecer, justamente por ter de viajar para o seu Estado, e também já passou por aqui o Senador Paulo Davim, do Rio Grande do Norte, para nos acompanhar nesta discussão.

Passo a palavra, agora, para Francisca Picanço, assessora legislativa da Funai.

A SRª FRANCISCA PICANÇO – Bom dia, Presidente, Senadora Ana Rita; representante da Apib, Rosane de Mattos Kaingang. Bom dia a todos!

Acho de fundamental importância a iniciativa do Congresso Nacional, especificamente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, de trazer ao Parlamento e à sociedade brasileira também essa discussão da diversidade lingüística brasileira, nesse objeto, nesse instrumento que o Senador Cristovam Buarque resolveu trazer à discussão, que é a apresentação de um projeto que institui programas de preservação, de recuperação, de sistematização, obviamente com o objetivo e com o intuito de realmente resgatar essa dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os povos indígenas. Poderíamos aqui fazer um percurso histórico dessa trajetória das perdas não só das línguas, mas dos povos. Temos registro de que, quando os portugueses aqui chegaram, em 1500, havia no Brasil mais de 5 milhões de indígenas, que falavam mais de 1 mil línguas indígenas. Mas, hoje, no Brasil, temos aproximadamente 180, 200 línguas, em um universo de 230 mil povos indígenas.

Esta discussão é fundamental para todas as sociedades. Acho que a gente tem que reconhecer o Brasil como um País de uma diversidade lingüística riquíssima, porque é um País composto não só com a língua portuguesa, que é a nossa língua mãe, que é a nossa língua oficial, mas é composto por uma diversidade linguística de mais de 180 línguas indígenas. Temos as línguas de imigração dos italianos, dos alemães, que somam um número de 30 línguas indígenas, além obviamente de todos os saberes, de todos os falares afrodescendentes, da língua de sinais. Então, essa riqueza compõe o nosso País. O Estado brasileiro tem

por obrigação constituir, implantar no País uma política lingüística que reconheça justamente essa diversidade.

Parabenizo esta iniciativa do Senador Cristovam Buarque e a relatoria e a iniciativa do Deputado João Pedro, que solicitou esta audiência pública, preocupado justamente em garantir e respeitar o que dispõe a Convenção nº 169 – chamar primeiro os povos indígenas, os representantes dos povos dessas línguas faladas, dessas línguas escritas, dessas línguas orais de transmissão de seu povo. S. Exª estava com a preocupação de trazer os representantes para que pudessem obviamente falar e declarar os seus interesses, as suas necessidades nesse campo.

Gostaria apenas de evidenciar, já nesse sentido, que é importante a continuidade desse debate. Ele não pode ficar restrito ao âmbito do Congresso Nacional. A gente tem que ampliar esse debate. Acho importante trazer, sim, outros atores, outros órgãos, para enriquecer essa discussão, ainda mais porque o Brasil já iniciou e tem um acúmulo de debate, de discussão nessa área. Queria, então, trazer aqui como conhecimento, como informação o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

Esse Inventário Nacional da Diversidade Lingüística foi instituído por decreto do Presidente da República de dezembro de 2010. Esse Inventário está sob a gestão do Ministério da Cultura e é um instrumento justamente de identificação, de documentação, de reconhecimento e de valorização das línguas, não só das línguas indígenas, mas desse universo lingüístico, dessa diversidade.

Essa iniciativa foi iniciada justamente no Congresso Nacional. Em 2006, o Deputado Carlos Abicalil apresentou uma proposta de criar o livro de registro das línguas. Assim como existem outros livros, o livro dos saberes, o livro dos locais, das localidades brasileiras, a ideia era criar um livro de registro das línguas. A partir desse seminário, constituiu-se um grupo de trabalho que chamou-se de GTDL, Grupo da Diversidade Linguística Brasileira, composto por diversas instituições – Ministério da Cultura, através do Iphan, Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Museu Emílio Goeldi, Ministério da Justiça, pelo Museu do Índio e da Fundação Nacional do Índio, Comissão de Educação e Cultura e uma instituição civil, o Ipol, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística.

Essas instituições se debruçaram, no decorrer de um ano e meio, de dois anos, no mapeamento, no levantamento dessas línguas, dessa diversidade existente no País. Para isso, usou-se como instrumento projetos pilotos, definindo com critérios claros que línguas fariam parte desse projeto piloto, para que a gente começasse esse trabalho.

Poderia aqui talvez enumerar alguns, o mais recente foi o inventário da língua guarani mbya, que abrange mais de seis Estados brasileiros. A língua guarani mbya é falada no Estado do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e é composta também por outras vertentes, como o guarani nhandeva. É uma das línguas maiores faladas no território brasileiro e na nossa vizinhança fronteiriça. Esse inventário foi apoiado por um edital dos direitos difusos do Ministério da Justiça, e outros projetos também, outros editais, pelo Ministério da Cultura.

Esse trabalho foi riquíssimo. Realizou-se recentemente, em Florianópolis, no final de julho, um seminário onde estavam representadas 40 lideranças indígenas que participaram ativamente na elaboração desse inventário da língua guarani.

Então, esse é um produto, é um material riquíssimo que não ficará apenas em museu. Ele será distribuído nas escolas, será distribuído para a sociedade brasileira para que ela tenha conhecimento dessa língua, das variantes dessa língua e da importância não apenas de preservar, pois, como a Rosane já mencionou, a língua é a cultura viva de um povo. Realmente não pode estar em um museu. As políticas não podem ser apenas de preservação para que fiquem em museu, mas têm que ser transformadas em políticas públicas, e é esse o objetivo desse Inventário, que é justamente receber do Ministério da Cultura um título de referência cultural brasileira, que vai ser expedido. Obviamente, esse reconhecimento vai trazer ações de valorização e promoção por parte do Poder Público, tanto da União como de seus entes federados, Municípios e Estados. Essa é a importância.

Acho que é importante também mencionar o trabalho, o programa do Museu do Índio, que é um órgão científico cultural que tem um programa, um projeto de documentação de línguas e culturas indígenas que visa justamente a preservação desses materiais já existentes. No Museu, projetos de 20 línguas estão em curso. Esses projetos são analisados por uma equipe de especialistas, de pesquisadores, de antropólogos e de linguistas. O Museu é uma referência no Brasil, talvez a única instituição ligada à Fundação Nacional do Índio, a Funai, que desenvolve esse trabalho em conjunto, em parceria com a Unesco e outras instituições.

E gostaria de mencionar ainda, Senadora, que eu acho que é importantíssimo trazer para outro debate, outros temas que estou elencando, que podem contribuir e que podem fazer parte na continuidade dessa iniciativa do Senador, quando a gente amplia

o debate trazendo primeiramente os representantes das comunidades indígenas, das falas indígenas, mas também especialistas e instituições que tenham compromisso com o Estado brasileiro, do Estado brasileiro, nesse campo.

Queria mencionar ainda como um tema fundamental, que eu acho que precisamos reconhecer, a inclusão do quesito etnias e do que quesito línguas faladas no censo do IBGE de 2010. Esse foi um avanço, uma conquista muito grande para o Brasil, para o reconhecimento de que o Brasil é um País plurilíngüe, que tem uma diversidade lingüística. Então, a importância de trazer para a sociedade brasileira, em números precisos, em levantamentos oficiais, em levantamento oficial, que o Brasil tem 200 línguas indígenas e que não são apenas línguas dispersas, mas que fazem parte de uma tradição indígena, de uma cosmovisão. E que essas línguas são diferentes entre si, que não podemos generalizar, assim como não podemos generalizar os índios. Nós temos as línguas xavante, a língua caiapó, a língua kaingang, a língua guarani, obviamente cada uma delas revestida de uma tradição, de uma cosmovisão que só esses povos sabem transmitir.

Então, esse é um dever, sim, é uma obrigação do Estado brasileiro. Nesse sentido, Senador Cristovam Buarque, gostaria de parabenizá-lo pela sua iniciativa, a sua preocupação com as línguas ameaçadas, as línguas que estão em extinção. Já houve um avanço muito grande. Podemos perceber isso. E, no final de 2011, nós teremos esses resultados através do IBGE, essa dimensão político-lingüística que esse censo demográfico vai trazer ao Parlamento brasileiro e à sociedade brasileira.

Essa preocupação em recuperar, em trazer esse tema ao debate é de fundamental importância, obviamente levando em consideração a relatoria que fez o Senador João Pedro também, com o objetivo de melhorar, de trazer mais elementos e de fazer uma avaliação, na verdade, do que se pode melhorar no projeto do Senador, em que coloca a criação de dois programas, programas importantíssimos, e como articular isso justamente com os outros órgãos do Governo.

Podemos trazer isso no âmbito do Governo, podemos trazer isso no âmbito também desta discussão muito ampla que foi do PPA, 2012, 2015, nessa dimensão da diversidade linguística e educacional, justamente com uma diferença, que é a articulação das políticas, que é a articulação das ações.

Então, que esta iniciativa seja realmente articulada com o Ministério da Cultura, gestor desse inventário, do inventário nacional da diversidade linguística, como mencionei, que foi instituída pelo decreto do Presidente Lula e outros órgãos do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, inclusive eu acho que o somatório, o resultado da implementação no Brasil será justamente o somatório dessas iniciativas.

Então, eu me coloco à disposição, e a Fundação Nacional do Índio também, para contribuir na ampliação desse debate que vai dar continuidade a esta discussão.

Obrigada Senadora. Desculpe-me por ter me alongado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós queremos agradecer muitíssimo a participação da Senhora Francisca Picanço, que é assessora legislativa da Funai, que convidamos para estar aqui à Mesa e que nos trouxe informações valiosas, informações importantes.

Então, obrigada, Srª Francisca, pela sua brilhante contribuição.

Quero ainda, antes de passar a palavra para o Senador Cristovam Buarque, que já se encontra em nosso meio, autor do projeto de lei, quero também dizer que já passou por aqui a Senadora Marta Suplicy, que também é membro desta Comissão.

Vou passar, então, a palavra para o Senador Cristovam Buarque, porque é importante também ouvirmos o seu parecer, a sua opinião, para que este debate possa tornar-se cada vez mais rico e, assim, nos ajudar no encaminhamento que precisamos fazer.

Tem a palavra V. Exª, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado Senadora Ana Rita, agradeço muito a presença da Rosane, da Francisca, e fico feliz com esta audiência, porque é bom que haja um debate como este antes de um projeto ser aprovado.

Apenas por fazermos este debate já justificou ter apresentado o meu projeto. Mas eu não quero só fazer a divulgação dele. Eu quero, de fato, provar, porque creio que ele tem um papel importante, que vou tentar passar aqui.

Nós gastamos, provavelmente centenas de milhões ou bilhões para ensinar as pessoas a falar inglês, e é muito importante para a pessoa, mas não é importante para a humanidade ter mais uma pessoa falando inglês ou francês ou português. Isso não ajuda nada a humanidade; é fundamental para si. Agora, aprender um idioma indígena que está em fase de desaparecer é um serviço à humanidade inteira. É tão serviço à humanidade como você tomar uma peça de arte de cerâmica grega que tenha 2,5 mil anos e guardá-la com carinho, porque a destruição dela seria um prejuízo para a humanidade.

Uma língua é também uma obra de arte, é também um patrimônio. E patrimônio não podemos deixar que se destrua, que se acabe. Nós fazemos tanto esforço para proteger as obras de arte plástica, para proteger

os quadros, as esculturas, então, temos que fazer esforço também para proteger a obra da humanidade, que é uma língua que está em fase de desaparecimento.

Esta é a idéia central do meu projeto de lei: fazer com que a língua não desapareça. É quase que transformar os que vão transformar essa língua em uma espécie de museu vivo, falando a língua. Quantas línguas já não desapareceram na história da humanidade! Quanto prejuízo ficou! Seria tão bom termos alguém que falasse as línguas que falavam os faraós! Não existe. Acabou a línguas dos egípcios antigos e outros idiomas.

Pois bem! O aramaico, por exemplo, seria tão bom vermos o que Jesus disse em sua língua, mesmo que não pudéssemos ouvir, porque naquela época não havia gravador, mas, se eu não me engano, o aramaico desapareceu ou há um pequeno grupo de pessoas no interior do Iraque que falam; precisamos checar isso. Mas idioma não podemos deixar que morra. Além disso, é um patrimônio do Brasil, é da humanidade e é brasileiro. Temos que proteger esse patrimônio. Agrega riqueza ter pessoas falando idiomas diferentes. Eu vejo muita gente se orgulhar que só fala português, eu me orgulho de que temos uma língua que nos unifica. Não temos disputa entre línguas, como tem a Bélgica por exemplo. Mas eu me orgulho também muito de que aqui nós temos essas línguas sendo falada por grupos isolados e, de preferência, que cada um deles fale também português, porque eles se integram na Nação brasileira, mas sem deixar de falar a língua deles.

Como não podemos obrigar ninguém a falar um idioma, podemos oferecer aos jovens a chance de aprender aquele idioma. Isso é para proteger uma riqueza nacional. Da mesma maneira que luto para proteger as riquezas das florestas. Agora, além disso, tem uma vantagem para quem for aprender. Veja bem: eu falei da contribuição de quem vai aprender o idioma à humanidade; agora, vou falar da contribuição para si.

Muitos jovens já descobrem a vocação de ser antropólogo linguista na escola secundária; aos 16 anos já sabe. Mas ele vai ter uma dificuldade imensa de, mais velho, aprender o idioma que a profissão dele exige, como eu tenho amigo que fala idioma indígena – não sei se vocês falam – e que tiveram de aprender depois. Você fala? Seria muito bom que você tivesse aprendido isso no ensino médio em vez de ter feito... Você aprendeu, mas não é a sua língua a indígena. É a sua língua natural? A língua indígena que você fala é sua língua natural?

A SRª ROSANE DE MATTOS – Eu trabalhei com os povos karipuna e galibi. Falo crioulo, que é falado na Guiana Francesa, na fronteira, que é a língua dos índios karipuna e galibi do Oiapoque, no Amapá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu perguntei porque você poderia ser índia e, aí, já teria aprendido na tribo. Não. Você aprendeu depois. É um esforço grande. A gente pode fazer isso.

Outra coisa: não há dúvida de que, daqui para frente, vai haver emprego para quem fale esse idioma. Há muito mais emprego para quem fala inglês. E eu gostaria que quem aprendesse um idioma indígena aprendesse inglês e francês também. É bom falar muitos idiomas, mas esse fica como uma contribuição ao Brasil, como uma contribuição à humanidade e como uma ferramenta de desempenho pessoal, se você escolher uma atividade relacionada à Linguística, relacionada à Antropologia, à Sociologia.

Aí, foi a minha idéia do projeto. Claro que as pessoas que são contra começam a dizer: "Vai gastar muito dinheiro." Ah, como seria bom que houvesse tanta gente querendo aprender que fosse preciso gastar muito dinheiro para isso! Mas eu digo, tristemente, que não se vai gastar muito dinheiro porque serão muito poucos os que vão desejar. E essa é uma proposta de ensinar o idioma voluntariamente, para quem quiser aprender. É uma opção, da mesma maneira que há um projeto meu para se ensinar a linguagem de sinais, mas é para quem quer. Esse vai dar mais emprego ainda. Recomendo a quem quiser emprego estudar linguagem de sinais. Além disso, não é uma contribuição à humanidade; é uma contribuição ao humanismo, ao sentimento de poder falar com surdos.

Pois bem, fechando Senadora Ana Rita, o projeto é criar uma disciplina – disciplinas, porque são muitas línguas – sempre que houver um número mínimo de jovens e crianças que queiram aprender. Se não houver criança e jovens que queriam aprender, não se cria a disciplina, que será optativa, fará parte do universo que a gente oferece às crianças e jovens. Não faz parte daquilo a que a gente obriga os jovens, como as disciplinas obrigatórias que nós temos e que todos têm que aprender, como Matemática e Português. Então, esse é o propósito.

Fico feliz que esse projeto já tenha provocado uma audiência, audiência que será transmitida pela televisão, até para a gente que não sabe que há idiomas indígenas no Brasil e não sabe que são tantos. Há pessoas que não sabem que esses idiomas estão desaparecendo, que não sabem que, ao desaparecer um idioma, é como se desaparece uma floresta. Pior, porque floresta a gente replanta; um idioma, depois que ele morre, que ninguém mais o fala, não se recria, não se recria.

Então, estamos aqui tentando salvar um patrimônio da Nação brasileira e que a Nação brasileira oferece à humanidade inteira: salvar idiomas que estão

em fase terminal. Espero que, depois desta audiência, mais Senadores se interessem, que a gente possa provar e dar essa prova ao mundo inteiro de que o Brasil tem tanta importância do patrimônio linguístico tem que criou uma disciplina para ensinar, no ensino médio, para os alunos que queiram aprender a falar como falavam e ainda falam os nossos índios. Algumas línguas já morreram, mas algumas ainda estão aí, e a gente precisa jogar uma boia para que sejam salvas, e essa boia é ensiná-las na escola.

É isso, Senadora Ana Rita. Muito obrigado por presidir esta audiência, que, espero, ajude o Brasil a despertar para não deixar morrer esse imenso patrimônio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

A Rosane conversava aqui ao meu lado e gostaria também de se posicionar novamente.

Acho que é importante. Como nós estamos com poucos representantes à Mesa, acho que o diálogo entre nós pode ser mais intenso.

Então, passo a palavra para a Rosane, para que ela faça algumas considerações que considere importante.

A SRª ROSANE MATTOS – Eu quero, mais uma vez, parabenizar o Senador pela iniciativa, com toda razão que o senhor tem da preservação da língua. A sua exposição é fundamental. Toda essa preocupação que o senhor expõe, nós, povos indígenas, também temos, mas, via de regra, Senador, sou a única representante que veio representar uma região. Sou da Arpinsul – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul. Sou do povo kaingang. Há os guaranis, os xetá e os xokleng nessa região, e eu não posso chegar aqui e dizer: "Olha, Senador, eu concordo com o senhor. O senhor pode aprovar o projeto de lei". Claro que nós sabemos da importância e que a sua intenção é ótima. Mas, Senador, nós, povos indígenas, precisamos olhar melhor o seu projeto e precisamos, também, olhar se nós queremos ensinar de fato. Nós temos dúvidas.

Por exemplo, os guaranis. Vou dar um exemplo de como funcionam nossos povos indígenas. Estou representando uma região, mas eu não vim aqui para decidir se eu aprovo um projeto ou não. Eu vim ver aqui o que é esse projeto, o que diz o projeto, o que os Senadores estão pensando, qual é a intenção deles, para, depois, eu passar para frente. Mas eu não posso dizer a mesma coisa da Amazônia, porque não está aqui o representante da Amazônia. Eu não posso dizer sobre o representante da Arpinsudeste, dessas organizações do Nordeste; eu não posso dizer "vamos aprovar" e tocar para frente. Eu não posso, porque, inclusive – já falando na questão guarani – o povo guarani, se não tiver um dos representantes deles lá em Ibiá, que moram perto, próximo de nós, que conheço enquanto kaingang, ele não decide. Se um líder saiu, possa eu, como kaingang, qualquer outro povo, qualquer pessoa chegar lá, qualquer autoridade chegar e dizer "nós precisamos decidir isso"...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Rosane, só para fazer um esclarecimento para o Senador Cristovam Buarque. Depois, você continua falando.

Na verdade, Senador, as pessoas convidadas para esta audiência pública, que seriam representantes de várias regiões do Brasil, não puderam estar presentes em função de dificuldades de locomoção para vir até aqui. Por isso também, a nossa audiência, de fato, só tem a Rosane como convidada inicial para estar presente nesta Mesa. Nós agregamos aqui, com todo carinho, a Francisca, que veio participar da audiência, mas não estava entre as pessoas convidadas oficialmente para compor a Mesa. Então, este debate hoje ficou com esse prejuízo em função da ausência de várias outras representações.

Só para esclarecer para o senhor, porque fizemos esse esclarecimento no início da audiência, para que a Rosane possa continuar falando.

A SRª ROSANE MATTOS – Então, Senadora, houve esse problema da não vinda, mesmo porque houve recesso parlamentar. Eles estão muito em movimento nas suas regiões, com muitas atividades, e eles passaram por aqui na semana retrasada, no Fórum Nacional de Lideranças, em que houve mais de vinte representantes. Se nós soubéssemos disso ali, tinha que ter um espaço para uma fala.

Mas como, via de regra, a conduta dos povos indígenas não é tomar decisões apressadas, então nós precisamos conhecer, as nossas organizações de base vão conhecer o seu projeto. Nós vamos ter de mandar para frente para eles conhecerem. Nós não decidimos assim, a toque de caixa. Nós temos um tempo, o nosso tempo indígena, e o nosso tempo indígena precisa ser respeitado. Já que o senhor disse no projeto que tem que escutar os povos indígenas, eu sugeri, então, à Senadora que a gente possa passar para a frente esta audiência e que possamos trazer esses dirigentes, mas que possamos trazer nossos professores, Senador, bilíngues, nossos professores indígenas bilíngues, para o senhor também escutar o que eles estão pensando, porque eles estão rotineiramente, dia a dia, dentro de nossas salas, lá dentro da aldeia, ensinando seja o kaingang, seja qualquer língua.

Então, eles são os primordiais que temos de escutar, também. Até nós, representantes de organizações e associações, precisamos ouvir a dificuldade do

cacique lá da aldeia. Precisamos ouvi-lo: "O que você está achando? Você é um especialista na nossa língua." E há contribuição dos velhinhos nessa questão.

Senador, vejo que é muito preocupante, porque nós perdermos, no caso do meu povo, muitos velhinhos, pelo frio que tem no Rio Grande do Sul. Hoje, Senador, nós temos 60 acampamentos com barracos de plástico, alguns esperando há mais de 10, 17 ou 20 anos, naquelas condições precárias, por uma lona, um plástico preto. Quando faz frio, nós perdemos as crianças guaranis, que estão morrendo de pneumonia; nós estamos perdendo mães, também, que têm o seu bebê e vão para aquele frio, para um barraco de plástico. Quando faz sol, aquele barraco de plástico preto é muito quente, não dá nem para ficar; quando faz frio, as condições precárias de habitação, as condições de não ter a terra, de estar agrupado, para sermos falantes dessa língua. Às vezes, a desestrutura causa a desorganização econômica, social, cultural e política de um povo. Isso é de fundamental importância.

Com toda certeza, nós, povos indígenas, vemos que o senhor só nos traz projetos positivos, apesar de nós termos, dentro desta Casa, da Câmara e do Senado, muitos projetos anti-indígenas, inclusive PECs e PDCs que violam a Constituição, os Capítulos 231 e 232, que são os nossos capítulos, dos povos indígenas; violam completamente. E há participação, Senador, porque nós participamos, não somente nós, povos indígenas, mas o povo brasileiro participou da Constituinte de 88. Foi uma Constituição participativa e, hoje, nós estamos vendo, nós, povos indígenas, que essa Constituição está sendo retalhada dentro do Congresso Nacional, através das PECs e PDCs ou PDLs.

Senador, com certeza, nós teremos um debate muito interessante, com muito a contribuir com o senhor, que é da área da educação, e nossos professores indígenas. Também os representantes de professores indígenas estarão aqui para contribuir com o senhor, porque o senhor tem um ponto de vista formal de educação, que é o ponto de vista da educação da sociedade não indígena, e nós temos outro ponto de vista de educação tradicional.

Nós vamos poder ajudar o senhor nesse projeto, que nos interessa, com essa contribuição de uma diversidade, porque, Senador, nós temos, aí, dizem os documentos oficiais da Funai, 183 línguas. Eu não sei quantas morreram. Aqui, há dados que nem nós, povos indígenas, como ele acabou de falar, conhecemos. Não passaram isso para a gente. E daí? De repente, eu estou no mundo da região Sul, mas tem o mundo da região Norte, dos povos de lá, e tem o da Nordeste, e tem o da região Sudeste. Tenho certeza... Senador, temos 69 pontos geográficos de índios isolados e não foram classificadas as suas línguas ainda.

Então, nós temos um mundo, uma diversidade de mais de 220 povos e como é que se faz uma consulta prévia, livre, informada e qualificada? Temos que trazer um dos que ensinam nossa língua, e falante dela, para contribuir. É enriquecedor!

Estamos aqui, Senador, nós, povos indígenas, como sempre, há 500 anos, dialogando e tentando contribuir para que qualquer projeto de lei ou qualquer assunto que defina nossa questão, a dos povos indígenas, estamos para contribuir. O senhor pode ter certeza de que isso daqui nós vamos passar. Para eles conhecerem, pelo menos os dirigentes das organizações, eles vão se sentar, vão fazer uma análise. Mas eu gostaria, Senador, e pediria que o senhor tivesse a compreensão de adiar o debate e podermos ter, porque não tivemos, Senador, recursos para trazê-los. Não tivemos. Como trazer? É enriquecedor para o senhor, que é um professor, citar nossos professores bilíngues ou não bilíngues, historiadores indígenas, formados em Letras, pedagogos, e o nosso professor bilíngue, que nos ensina, que ensina nossas crianças, dentro das nossas escolinhas indígenas, a nossa língua, como é que se escreve, o falar e a tradução de certas coisas que às vezes não existem na nossa língua, que existe na sociedade não indígena. É uma contribuição, Senador, que eu gostaria que o senhor entendesse para que pudéssemos fazer um debate riquíssimo e dizer que o senhor possa escutar nossos professores indígenas. Isso seria muito importante. Até, quem sabe, venham uns velhinhos, pela primeira vez.

Queremos manter uma cultura viva; queremos preservar falantes, que nos preservam. E as dificuldades das políticas públicas em preservar lá na ponta.

Obrigada, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço e quero dizer o seguinte: fico contente pelo reconhecimento seu de que sempre estou aqui ao lado dos povos indígenas. E vou continuar, mas não nesse projeto. Esse projeto não oferece nada aos indígenas. Esse projeto oferece à humanidade inteira; oferece ao Brasil inteiro. Nenhum índio vai ser beneficiado por isso, a não ser aqueles que venham a ser professores, que vão ter um emprego. Os índios não vão receber, vão dar, pelo fato de falarem o idioma. Como também o artesanato indígena que a gente guarda. Tem que haver mais museus ainda. Queremos beneficiar a humanidade.

Nesse caso aí, o índio, em si, não é o beneficiado, a não ser pelo fato de que ele vai ter a referência da sua cultura, aqueles que não forem aculturados

no processo de ocupação do território que o Brasil tem feito.

Nesse sentido, é importante ouvir os índios, mas, nesse caso, como não é um projeto que vai repercutir para os índios diretamente, mas, sim, para todo o País, não tem nem por que haver uma discussão do ponto de vista da aprovação ou não. Sinceramente. Porque quem tem que aprovar é o Brasil inteiro, que vai dizer se vai querer gastar dinheiro com isso. E vou brigar para que queira. Quem tinha que estar aqui era o MEC, que, provavelmente, é contra isso, porque vai dar mais trabalho, porque vai gerar gastos. Quem deveria estar aqui era a União Brasileira de Estudantes Secundaristas, que é capaz de ser contra, porque vão achar que é mais uma tarefa para eles, embora não seja. É optativo.

Então, eu queria deixar claro isso. Eu tenho muitas coisas aqui para beneficiar os povos indígenas. Esse é para beneficiar o Brasil inteiro, para beneficiar a humanidade inteira, que perde quando uma língua desaparece.

De qualquer maneira, é muito positivo pegar carona, como nós estamos fazendo, no projeto, para trazer aqui vocês, para que falem para o povo brasileiro, para que saibam. E aí um ponto final, e, inclusive, para que aproveitem para denunciar a situação de como os índios são tratados. Inclusive, perguntam: como é que tem um Senador branco que oferece um projeto de lei para ensinar língua indígena, e nossos índios estão morrendo de frio? Nossas crianças indígenas estão morrendo. Há índios se suicidando pelo problema da perda de raízes. É uma boa hora denunciar tudo isso e buscar solução para isso por outro lado. Não por esse projeto. Esse projeto não oferece aos índios; recebe dos índios a cultura deles, e nós – chamemos assim–, egoisticamente, queremos mantê-la, porque já é um patrimônio de todos, inclusive dos que não falam esse idioma e que nunca vão falar.

Esse é um projeto que não é para dar aos índios. É para manter o que os índios nos dão, a todos nós, não só a eles próprios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque. Acho que este diálogo que estamos desenvolvendo aqui, hoje, é fundamental, porque mostra os vários pontos de vista a respeito do projeto de lei. E é a isto que esta audiência pública se propôs: a, de fato, instruir esse projeto, ouvindo os vários pontos de vista.

Eu apenas perguntaria à Funai se ela gostaria ainda de se posicionar, para suas considerações, porque fizemos aqui um diálogo, Senador, e gostaríamos, talvez, de ouvir sua opinião também a respeito disso. Mas já estou entendendo que, talvez, a posição do senhor já esteja bastante clara.

No início da audiência, no diálogo que tivemos aqui, antes de fazer a abertura da audiência, vimos a importância, realmente, de ampliarmos esse debate não só com representantes indígenas, mas trazer também representantes da academia, professores; professores indígenas, mas também professores estudiosos do tema, para que pudéssemos fazer um debate mais ampliado, além das representações indígenas.

Gostaríamos de ouvir sua opinião, porque o senhor é autor da matéria; se poderíamos encaminhar algo nesse sentido ou se esta audiência pública... Porque, lamentavelmente, o relator da matéria não está aqui, porque, nessa transição de Senadores, o Senador João Pedro não está aqui, que é o autor desta audiência pública. Mas o senhor é o autor da matéria original, da qual há um substitutivo agora, que deverá ser apreciado também pela Comissão de Direitos Humanos, e esta Comissão é terminativa. Então, assim que ele for apreciado aqui, ele já estará pronto para ser encaminhado.

Mas gostaríamos de ouvir também a opinião do senhor, se seria prudente, se não seria... Aproveitando a sugestão feita pela Srª Rosane, de termos um outro momento, quando poderíamos trazer essas representações, inclusive do Ministério da Cultura, que seria interessante que estivesse aqui, além do Ministério da Educação, a própria Funai estar novamente aqui conosco e também as representações indígenas.

Queríamos saber se o senhor tem uma opinião sobre isso.

Uma consideração, Rosane? Sim.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Até porque, Senador, como o senhor diz é de fundamental importância para a humanidade, e só vão ter trabalho o MEC e as instituições públicas que defendem as questões também culturais e educativas, mas precisamos ouvi-las, porque isso aqui vai para frente ou não vai? Quem vai apoiar essa iniciativa e quem não vai, das instituições? Precisamos estar cara a cara com elas, para também saber. Isso é de fundamental importância. São itens de que me esqueci, Senador. Há uma preocupação minha, no seu projeto de lei, sobre o item ensinar nossas línguas nas escolas de ensino fundamental a um povo que não quer. Tem povo que não quer.

Então, esse item me preocupa, porque meu povo resiste em ensinar a língua. Ele entende que, se ele ensinar a língua para qualquer pessoa, ele está dando uma arma, no entendimento dele. Se eu ensino um garimpeiro, um madeireiro a minha língua, o madeireiro vai entrar na minha comunidade, ou fazendeiro, ou posseiro, e ele vai, via de regra, desestruturar esse

povo, utilizando-se dessa arma. Sobre esse quesito eu me preocupo, Senador, e podemos melhorar isso no debate.

Digo que o debate não é para aprovar ou não o seu projeto. Ele é um debate para também estarmos frente a frente com outras instituições.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso. Eu estou...

A SRª ROSANE MATTOS – E arrumar o que for necessário se vier da ponta dos povos indígenas. "Esse artigo podemos melhorar no seguinte sentido". E outras contribuições.

É isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estou totalmente de acordo, Senadora, que a gente demore o máximo debatendo isso. Mas é imprudente, porque algumas línguas podem desaparecer nesse meio tempo. Há idiomas que estão sendo falados por cinco, seis, sete, dez pessoas. Mesmo assim, então, haver pressa, por esse lado. Mas acho bom, ao mesmo tempo, debater muito, porque é a maneira de a gente levar isso para a opinião pública. Até porque a imensa maioria vai ser contra esse projeto. Os índios não precisam ser contra. A imensa maioria vai ficar contra. Não tenha dúvida disso. Eu tenho dúvida se os Senadores vão aprovar, porque as autoridades do MEC vão ficar contra, achando que é mais trabalho e mais dinheiro.

Então, não vai ser fácil aprovar isso. Pelo menos, então, se não aprovar, a gente debate o assunto. Despertamos, para que outra geração faça esse projeto já com menos línguas disponíveis. Esse é o problema.

Agora, só um detalhe: quanto aos povos que não quiserem aprender, primeiro, isso não é para ensinar aos índios. Isso é para ensinar aos brancos. Os índios já falam; os índios vão ser professores. Segundo, se eles não ensinam a língua para se proteger, aí é uma questão deles. Não tenho como influir. Mas tenho a impressão de que o madeireiro que queima bosque, ele não quer aprender a língua do índio. Ele quer que o índio aprenda a língua dele; ou até que não aprenda, que vá embora. Por isso é que eles expulsam os índios. Mas, se houver, o índio tem todo o direito de não mandar nenhum professor. Claro! E, mesmo para os brancos, tem que ser optativo. Não podemos obrigar. Não estou defendendo que o Brasil seja multilinguístico. Não dá. No Paraguai, fala-se Espanhol e Guarani, mas porque a população guarani é grande. A Bolívia está falando em adotar também o idioma quíchua. A verdade é que a maioria fala quíchua. E eu defendo o ensino bilíngue. É difícil alfabetizar um índio que cresceu até seus sete, oito anos falando um idioma e ele aprender a escrever em outro idioma. Isso daí Paulo Freire já falava, já mostrava. Os linguistas falam. Os neurocientistas da neurobiologia falam que é difícil você alfabetizar em outro idioma diferente do seu, materno. Para eles, deve-se usar bilinguismo. Não estou propondo isso aqui. Aqui, estou propondo que aprendam pela curiosidade, pelo espírito público.

Volto a insistir: esse é um projeto em que o Brasil colabora com a humanidade. Não com os índios. Esse não é um projeto para beneficiar os índios. Tem que ficar claro isso.

Eu só queria dizer o seguinte: primeiro, que cheguei atrasado porque eu estava em outras atividades. Segundo, que há uma reunião na Comissão de Relações Exteriores que exige quórum para votar. Não posso deixar de estar presente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Já estamos concluindo, Senador. Eu apenas perguntaria à Funai se teria alguma coisa a acrescentar rapidamente, por uns dois minutos, no máximo, para que já possamos ir para o encerramento desta audiência.

A SRª FRANCISCA PICANÇO – Só fazer algumas considerações finais e dizer que a Funai, através do Museu Nacional do Índio, que é um órgão científico-cultural, o qual mencionei e que tem esse projeto de preservação das línguas indígenas, que tem um acervo riquíssimo, deve ser colocado à disposição para a contribuição do debate e para informações, inclusive, sobre essa diversidade, sobre os projetos que desenvolve de preservação.

Agradeço, Senadora, apesar de ter sido um pouco de surpresa, mas fico muito feliz de poder estar aqui. Eu já havia preparado esse texto justamente como contribuição da Assessoria Parlamentar da Presidência da Funai. O Presidente está acompanhando todas essas iniciativas. E dizer que nós também nos colocamos à disposição para que possa dar continuidade a este debate. Acho importante haver essa diversidade. Outras iniciativas estão em curso, e elas devem ser somadas e enriquecidas.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradeço à Francisca pela disposição de estar aqui, contribuindo conosco. Agradeço muitíssimo as informações que a senhora trouxe e que nos ajudou, enriqueceu-nos e ampliou nosso debate.

Perguntaria também à Rosane, para, num prazo máximo de dois minutos, fazer suas considerações finais, para que eu possa, então, fazer os devidos encaminhamentos.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Em nome da Apib, agradeço; em nome da Arpinsul, que represento, dentro dessa articulação nacional. Agradecer o convite e poder participar.

Estamos aí para contribuir, Senador. Acho que o senhor vai ver um legado de informações. Se trouxermos nossos professores indígenas e na frente os educadores também, do ponto de vista formal, que estudam nossas línguas em universidades, vai ser enriquecedor. E eu acredito, assim, que é preciso mais audiências públicas, como a gente tem dito, para debater e para a sociedade estar ouvindo isso. É de fundamental importância para nós, povos indígenas, que a sociedade saiba o que está acontecendo conosco, o que pensamos, porque não somos ETs, de outro planeta. Somos seres humanos iguais a todos. Somente somos diferentes culturalmente. E, nessa diversidade, é difícil. É uma complexidade, uma diversidade que fica difícil tratar muitos assuntos da questão indígena.

Mas está de parabéns a Comissão. Agradeço à Senadora, à representante da Funai. Esta Comissão está sempre aberta aos povos indígenas e a outros segmentos sociais.

Agradeço ao Senador pela iniciativa.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, eu gostaria aqui também de manifestar minha opinião. Acho que V. Exª sempre é um Senador muito atento às demandas da sociedade e muito atento ao tema educação, preocupado com temas que, no dia a dia, muitas vezes, passam despercebidos pela maioria dos nossos Parlamentares. E V. Exª sempre traz temas interessantes, como é o caso desse projeto de lei.

Pelo menos, avalio que esta audiência, para mim, foi bastante rica, porque pudemos aqui observar os vários pontos de vista, tanto da fala de V. Exª quanto da fala das nossas convidadas, da Francisca e da Rosane, que contribuíram com importantes informações, com importantes observações. É necessário, realmente, que tenhamos atenção ao propormos nossas iniciativas legislativas.

Os espaços legislativos são isso mesmo. É essa troca, é esse debate, porque, na verdade, estamos aqui para representar e defender os interesses da sociedade. Ouvir os representantes da sociedade aqui é de extrema importância.

Eu gostaria aqui de sugerir um encaminhamento. Não sei se o Senador vai concordar, mas, pelo menos, fazer um indicativo. Nós não temos quórum para deliberação aqui, mas fazer um indicativo para ser avaliado e apreciado tanto pelo senhor quanto pelo relator da matéria. Talvez façamos um outro momento, trazendo outros atores para que possam fazer esse diálogo e essa conversa aqui, conforme foi sugerido pela Rosane. A gente faz esse indicativo, faz essa sugestão para ser mais bem avaliada pelos Srs. Senadores, inclusive com o Senador Presidente desta Comissão, Senador Paim, para que, em outro momento, que seja próximo, que não seja tão longe, a gente possa, aqui, continuar fazendo o debate sobre esse importante tema. Pode ser assim, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeitamente de acordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A Rosane quer fazer um convite. É isso, Rosane?

Então, rapidamente o convite, para que possamos fazer o encerramento desta audiência.

A SRª ROSANE DE MATTOS – O Senador fez uma publicação conosco, da 11.645. O Senador tem contribuído com o projeto Séculos Indígenas, nesse sentido, e já vou aproveitar e convidar o Senador, embora ele vá receber este convite oficialmente, e a todos daqui: vamos abrir, Senador; dia 9 é a inauguração da exposição Séculos Indígenas, no Memorial dos Povos Indígenas.

O Senador conhece muito bem o Projeto Séculos Indígenas. Ele vem, há longo tempo, divulgando a cultura indígena e a educação através da capacitação dos professores da rede GDF, 415, que foram capacitados com subsídios para trabalharem dentro das escolinhas, com seus alunos. A 11.645 é a lei da diversidade na escola.

Desde já, abrir a todos. A exposição abre dia 9, a abertura é dia 9; a partir do dia 10, ela fica dois meses. Agosto e setembro. Ela sai dia 10 de outubro do memorial. Lá estarão mais de 56 mil alunos das escolas do GDF, tanto alunos do jardinzinho até os da faculdade, os acadêmicos. Receberemos os professores e esses alunos. Foi construída uma cobra dentro do memorial, de bambu, e as crianças vão poder interagir com indígenas lá dentro, nossos universitários indígenas e não indígenas, e recebendo o público para essa expansão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Já está aceito o convite. E aproveito para dizer que aquele prédio foi feito para ser memorial indígena. Houve uma pressão muito grande, dizendo que não se justificava um museu daqueles para os povos indígenas. Transformou-se em museu não sei de quê. E foi no meu governo, no DF, que voltou a ser museu indígena. Lembro que inaugurei essa "volta à origem" junto com Darcy Ribeiro.

Creio que o livro que fala disso, que vai ter, tem uma foto minha com Darcy e tem a referência de que foi no meu governo que a gente retomou aquilo para ser museu indígena.

Bem, quero pedir licença e parabenizar pela audiência. Vamos fazer outras dessa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, queremos aqui aproveitar para agradecer a presença da Rosane de Mattos, Membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas; agradecer também a presença da Francisca Picanço, Assessora Legislativa da Funai.

Registro, mais uma vez, a presença dos Senadores que já passaram por aqui, além do Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Paulo Davim.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia oito de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 94, de 2011–CDH, aprovado em 07/07/11, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a situação dos movimentos sociais e os Direitos Humanos no olhar da sociologia de Florestan Fernandes.". Convidados: Haroldo Ceravolo Sereza, Autor do Livro: Florestan a Inteligência Militante; Laurez Cerqueira, Escritor, autor do livro "Florestan Fernandes: Vida e Obra"; Eurico Antônio Gonzáles Cursino dos Santos, Professor de Sociologia e Consultor do Senado Federal; Edilson Nabarro, Secretário de Assistência Estudantil; Moises Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – CONAD; ottmar Teske, representante do Programa Cantando as Diferenças. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 94, de 2011–CDH, aprovado em 07/07/11, de autoria deste Senador e de outros, para "debater a situação dos movimentos sociais e os Direitos Humanos no olhar da sociologia de Florestan Fernandes."

Foram convidados para esse evento Otomar Teske, representante do Programa Cantando as Diferenças; Haroldo Ceravolo Sereza, autor do livro *Florestan e a Inteligência Militante*; Prof. Edilson Nabarro, Secretário de Assistência Estudantil da Universidade do Rio Grande do Sul; Moises Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência; e Laurez Cerqueira, escritor, autor do livro *Florestan Fernandes: Vida e Obra*. Enfim, o objetivo de hoje é debater este item tão importante para todos nós.

Confesso a vocês, e digo isso com muito orgulho, que fui colega de Parlamento do nosso querido e inesquecível Florestan Fernandes. Sentava muitas vezes ao lado dele. Ele tinha uma parceria muito grande com o Senador Bisol. Não sei se vocês lembram também. Sentavam-se um ao lado do outro. Inúmeras vezes, eu sentava ao lado deles para ouvi-los. Tenho um respeito enorme também pelo ex-Senador Bisol e o Florestan Fernandes.

Espero que, antes do encerramento aqui desta atividade, a minha assessoria, que está assistindo, remeta para cá uma pequena homenagem que o Florestan Fernandes fez ao nosso trabalho na Constituinte, que posso ler aqui mostrando essa identidade que eu tinha com ele tão grande, tão forte. Claro, ele é meu ídolo; eu, um discípulo, mas digo isso com muito orgulho. Quando participei da elaboração, o Teske depois vai comentar, deste projeto Cantando a Diferença, fiquei muito animado quando vi que o símbolo era Florestan Fernandes. Lembramos ali que o Cantando a Diferença é inspirado em Gandhi, Zumbi, Mandela, em grandes figuras da humanidade, mas o símbolo é Florestan Fernandes. Apresentamos, inclusive, um projeto de lei nesse sentido. Já aprovamos no Senado e foi para a Câmara dos Deputados em uma homenagem ao nosso grande mestre.

Antes mesmo de formatar a Mesa, vou só apresentar um pouquinho aqui do Florestan Fernandes.

Abrimos esta audiência pública, lembrando que, hoje, vamos debater os movimentos sociais, os direitos humanos, mas, no olhar do nosso inesquecível Florestan Fernandes.

O Professor Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, no dia 22 de julho de 1920, e faleceu em 10 de agosto de 1995, aos 75 anos de idade. Eu diria que faleceu jovem, com toda a força que ele tinha de alma, de coração, de pensamento. Foi Deputado Federal de 1986 a 1995.

Chegamos juntos aqui. Nessa safra, eu diria, chegou aqui, ao Congresso, Olívio Dutra, Luiz Inácio Lula da Silva, Florestan Fernandes e eu. Quis o destino, e sinto-me contemplado e privilegiado, que eu chegasse junto aqui. Lembro-me que estávamos no mesmo período aqui, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Florestan, Olívio e tantos outros nomes – claro, Ulysses Guimarães, Mário Covas –, da política brasileira.

Enfim, tive a honra e o prazer de conviver com Florestan e aprender muito, muito, mais ouvindo-o do que lendo, confesso, porque sei que escreveu inúmeras obras lindas, mas tive a alegria de poder ouvir dele mesmo no convívio aqui na Casa.

Quero dizer que, como todos sabem, Florestan foi um ícone da nossa educação e, completo aqui, um ícone na luta pelos direitos iguais, combatendo todos os preconceitos: contra o negro, contra o índio, contra a orientação sexual, contra a liberdade religiosa, contra a pobreza. Ele tinha uma marca muito forte nessa área. Professor, ele defendeu até o final da vida o respeito aos direitos humanos e às diferenças, além de ser um defensor das políticas públicas e, claro, um amante da liberdade e da democracia. Na sala de aula afirmava que ser um cidadão e um ser humano rebelde faz parte das nossas vidas.

Essa questão da rebeldia me lembra sempre dele, é uma coisa muito bonita, independente da idade, porque quando a gente fala rebelde a gente acha que é o jovem, o estudante, mas, por que não, aos 60, 70 ou 80 anos continuar sendo rebelde, continuar na rebeldia, exigindo justiça? Aqui a gente lembra que ele era sempre muito forte, dizia que era preciso questionar as chamadas verdades absolutas. Não existem verdades absolutas, o debate permanente é que vai fazendo com que prevaleça a verdade.

Outra frase marcante é a que diz *façamos a revolução nas escolas, porque senão o povo a fará nas ruas*, frase de Florestan Fernandes.

Florestan também foi um grande professor do Parlamento brasileiro, um grande professor no Parlamento brasileiro. Na Câmara dos Deputados exerceu mandato por dois mandatos, 1987 e 1991, 1991 e 1995. Os ensinamentos dele permitiram beneficiar principalmente as camadas mais pobres da nossa população, instruindo e construindo as frentes no combate a todo tipo de desigualdade. Em entrevista à revista *Nova Escola*, em 1991, Florestal declarou: *um povo educado não aceitará condições de miséria e desemprego como as que temos.* Ele estava com toda razão, *sem educação não há conhecimento, e, sem conhecimento, não há questionamentos,* Florestan, *e sem questionamentos não há o bom combate pelo fim das desigualdades*.

É uma alegria ler essas frases dele aqui.

É preciso evoluir, emergir em novas culturas, novos valores, lutar contra as disparidades, crescer com o próximo, buscar novas oportunidades. Temos de evoluir, inovar e, o mais importante, não se acomodar. Grande Florestan Fernandes. *A verdadeira democracia é feita com a pessoa sendo sujeito, não simplesmente objeto*. Essa frase cai como uma luva. *A verdadeira democracia* – diz ele – *é feita com a pessoa sendo sujeito, não simplesmente objeto.*

Florestan é o patrono da Sociologia no Brasil e nos ensinou que devemos agir e exigir, buscando a mudança social. Nesse sentido, as ciências sociais têm um papel fundamental na reconstrução da análise do cotidiano na ruptura das tradições e forma de pensar. A batalha das organizações sociais é árdua, difícil, ela pode perdurar muitos anos, décadas, até séculos, mas o mais importante é mantermos sempre viva a vontade de transformar aquilo que é considerado intocável, intacto.

Recebemos, nós todos, um grande apoio de Florestan Fernandes ao longo de nossas caminhadas por tudo que ele escreveu e tudo que ele disse – dou esse depoimento. Inclusive, com uma mensagem de apoio muito grande na minha reeleição a Deputado Federal, um dos motivos pelos quais resolvi trabalhar essa ideia com o nosso querido Florestan Fernandes. Vi o Programa Cantando as diferenças, que agrega os Estatutos da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial, do Idoso, da Criança e do Adolescente – está aqui em tramitação ainda –, dos Povos Indígenas, da Juventude, das Mulheres, da Liberdade, a consciência de crença, enfim, a defesa dos direitos sociais e do meio ambiente.

Estamos todos aqui, neste momento, nesta audiência pública para homenagear Florestan, naturalmente, mas também para passar para o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio daqui do Senado, pelos órgãos de imprensa, jornal um pouco dos ensinamentos que Florestan Fernandes deixou para todos nós. Deixo aqui um abraço forte à Miriam Lúcia, à Heloísa Fernandes, ao Florestan Fernandes Filho, à Beatriz e à Noêmia, que cultivam diariamente a ética e os ensinamentos do pai, alongando o conhecimento de todos nós na

construção de uma sociedade justa, solidária, fraternal e igualitária.

Vida longa à Sociologia. Vamos, então, aqui fazer um bom debate sobre a vida, a obra e a importância deste momento. Que os movimentos sociais entendam também que o bom combate a gente faz com conhecimento, com mobilização e com participação. Florestan Fernandes nos deixou essa mensagem que eu produto seguir. Por isso que muitos dizem que eu sou ainda até hoje um rebelde, viu? Culpado é o Florestan, não sou eu. Dizendo uma brincadeira, é claro que eu me pauto muito por tudo aquilo que ele dizia, tenho muito orgulho de dizer isso.

Eu convido neste momento para fazer parte da Mesa Ottmar Teske, representante do Programa Nacional Cantando as Diferenças; Haroldo Ceravolo Sereza, autor do livro *Florestan - A inteligência militante*; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – Conade e Laurez Cerqueira, escritor, autor do livro *Florestan Fernandes - Vida e Obra* e, por fim, o Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos, professor de Sociologia e consultor do Senado Federal.

Antes de passar a palavra, peço aqui a todos que... Podem aproximar mais aqui, há lugar para todos, pode passar um pouco para cá . Eu só peço mais uma vez à minha assessoria que me remeta lá do gabinete aquele pensamento histórico para todos nós que eu recebi do Florestan Fernandes, que é citado aqui nesta pequena introdução que eu fiz, mas não consta aqui.

Por fim, antes de iniciar aqui o nosso diálogo com o Brasil sobre esse momento tão importante, eu queria agradecer a todos que me acompanharam no roteiro que eu fiz no fim de semana, o roteiro por onde eu passei. Estive lá em Gramado, no Festival de Cinema de Gramado, maravilha, maravilha, maravilha, muito bonito. Participei da abertura do Festival de Cinema, onde o filme *O Palhaço* foi que abriu as festividades. Cumprimento todos, as autoridades que estavam lá. Eu disse que segunda-feira eu comentaria aqui o Festival, que vai até o fim de semana.

É um momento histórico, o Festival de Cinema de Gramado hoje já é um evento, eu diria, internacional, cidade lotada. Então, quem puder chegar em Gramado ainda neste período vai ver lá um movimento muito bonito lá, com centenas de filmes concorrendo, enfim, toda uma disputa. Eu assisti *O Palhaço*, um lindo filme, produção nacional. Agradeço também à Confederação, à Contec, aos securitários, que me prestaram uma bela homenagem lá no seu congresso. Fizeram um congresso nacional belíssimo, com cerca de mil dirigentes sindicais. Eu tive a alegria de fazer a palestra de encerramento, num grande jantar com bancários e securitários de todo o Brasil. Meus cumprimentos ao Lourenço e a tantos outros líderes que lá estavam. Eu sei que vocês estão me assistindo, todos que me acompanharam. Foi uma belíssima agenda que fizemos naquela região.

Vamos agora à nossa audiência pública, mas lembrando a importância que teve na quarta-feira a Marcha dos 100 mil, que o movimento sindical fez em São Paulo, na Avenida Paulista, liderado pelas centrais sindicais. Nessa Marcha o eixo foram as 40 horas, projeto de nossa autoria, junto com o Senador Inácio Arruda, e também o fim do fator, projeto que já aprovamos aqui e agora está na Câmara dos Deputados. Esperamos que a Câmara aprove definitivamente esse fator previdenciário,que confisca a metade do salário do trabalhador, até porque nós mais uma vez provamos, até pelos atos da Presidenta Dilma, que a nossa Previdência não é deficitária, tanto que houve a desoneração da folha de 20% para 0% de quatro setores: o setor moveleiro, o setor do calçado, tecelagem e o software também.

Houve essa desoneração, eles deixaram de pagar 20% sobre a folha e pagam 1,5% sobre o faturamento. Nós sabemos que 1,5% não vai responder ao que a Previdência recebia com os 20%. Eu cheguei a dizer que entendo, que apoio a decisão, mas acho que tínhamos de construir quando vamos tratar do faturamento, que principalmente aqueles que empregam pouco e lucram muito, que pagassem mais sobre o faturamento, como digo hoje no Jornal do Senado. É o caso dos bancos, que empregam muito pouca gente e pagam pouco. Então, se os lucros dos bancos são lucros nunca vistos na história, eles bem que poderiam aumentar o percentual sobre o faturamento, sobre o lucro, faturamento, enfim. E isso resolver o problema de caixa da Previdência, porque se o tesouro paga é porque a população está pagando. O Tesouro não gera dinheiro, ele o arrecada da população. O Tesouro não tem como dizer “olha, eu pago aqui”. O Tesouro não paga nada, apenas recolhe e transfere para alguém. Nesse caso, a Previdência vai perder em parte, eles sabem disso, os técnicos todos reconhecessem isso, que vai perder. E nós vamos pagar. Se nós vamos pagar, vamos olhar para aqueles que faturam tanto, que lucram tanto, têm um resultado fabuloso em todos os seus balanços, para que então pagassem um pouco mais sobre o faturamento.

Isso melhoria ainda mais o caixa da Previdência, que, repito mais uma vez, como sempre disse, é superavitário. Nunca foi deficitário. Mas tentaram durante um período vender a imagem que édeficitário. Agora, já dizem que não é mais deficitário. Que bom que reconheceram que não é deficitário, que dá para estar

desonerando contribuições de até 20%, o que significa alguns bilhões de reais. Todos sabem que estamos tratando de bilhões, e não de milhões de reais, porque a nossa Previdência é superavitária.

Se ela é superavitária, mais do que justo que a gente liquide esse famigerado fator, que confisca a metade do salário do trabalhador no ato da aposentadoria. E mantermos também uma política de valorização do benefício do aposentado.

Dei-me a liberdade de fazer essa introdução, porque vamos tratar disso aqui. A justiça, a igualdade, na visão de Florestan Fernandes e, naturalmente, os movimentos sociais populares. Enfim, é o nosso compromisso com essa obra gigantesca, que ficou para a humanidade, construída pelo grande e inesquecível, repito, Florestan Fernandes.

Eu gostaria de começar, se me permitirem, com aqueles que estudaram e escreveram sobre o Florestan Fernandes. Se o Haroldo me permitir... Vou começar com você, que você faça a introdução. E quero dizer que estamos ao vivo para todo o Brasil, estamos dialogando com o Brasil neste momento.

O Professor Edilson chegou, e chegou bem. Estamos iniciando, fiz apenas uma introdução. Vamos apertar um pouco mais, para que o Professor Edilson também vir para a mesa também.

Trata-se do Professor Edilson Nabarro, um lutador das causas populares. Eu diria, um dos arquitetos, engenheiros, professor da política de cotas no Rio Grande do Sul. Estou certo ou errado, Professor Edilson? É um dos arquitetos, engenheiros, professores da política de cotas no Rio Grande do Sul.

Então, vamos começar com o Haroldo Ceravolo, autor do livro *Florestan – A Inteligência Militante*.

O SR. HAROLDO CERAVOLO SEREZA – Bom dia.

Obrigado Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Obrigado a todos os participantes da Mesa. É um prazer estar aqui com vocês, especialmente com o Laurez, nos conhecíamos apenas virtualmente, e a obra do Laurez foi bastante importante para mim quando escrevi meu livro. O livro dele é muito bom também. Enfim, gostaria de agradecer, os seus assessores, que foram muito... O Tiago e o Roberto, com quem conversamos.

Mas eu queria começar falando de uma coisa em que o Senador Paulo Paim acabou tocando de outra forma, mas que eu acho muito importante, eu sempre gosto de lembrar.

O Florestan, na obra dele, cita muitas vezes uma expressão de um outro sociólogo que se chama Wright Mills, que é "a imaginação sociológica", e eu gosto muito disso porque há uma certa idéia, às vezes, entre os estudiosos da obra do Florestan e principalmente os que o conhecem pouco de que o Florestan tem uma escrita muito dura, muito fechada, muito difícil, muito objetiva, muito científica. Mas eu não compactuo sempre com essa observação, às vezes ela é difícil, mas às vezes precisa ser difícil. Mas o Florestan tinha um carinho muito grande por essa idéia da imaginação sociológica e pela idéia da imaginação.

E eu acho que a obra dele é, de certa forma, uma permanente provocação aos movimentos sociais para que eles busquem a imaginação e que o conhecimento seja o ponto de partida dessa imaginação ,e para a construção de reivindicações, construção de lutas e, por conseqüência, das conquistas.

Então, eu estou muito feliz de participar desta reunião, e eu gostaria de começar lembrando uma outra questão que apareceu agora no finalzinho, que é a questão das cotas. Um outro Senador aqui desta Casa, o Senador Demóstenes Torres, em março de 2010, na sessão do Supremo que discutia a questão das cotas para negros nas universidades federais, pediu que a obra do Gilberto Freyre fosse lida para que se compreendesse o processo de miscigenação consensual, entre aspas (aspas dele, ele disse isso), da população brasileira.

E eu gostaria que o Senador Demóstenes estivesse aqui e, se pudesse, eu ia sugerir a ele que também lesse a obra do Florestan Fernandes, porque para participar desse debate sobre as relações sociais do País não podemos ficar presos à leitura do Gilberto Freyre. Ela é importante, ela cumpriu seu papel, mas um trabalho como A Integração do Negro na Sociedade de Classes, do Florestan, também é fundamental nesse processo. Ele não é também a última palavra sobre o assunto, mas de 33, quando Gilberto Freyre publicou Casa Grande & Senzala, a 1964, quando Florestan defendeu a tese da integração do negro na sociedade de classes, muita coisa avançou. Não podemos ficar presos a 33 para discutir essa questão.

O Florestan Fernandes, eu acredito, é um dos melhores remédios para corrigir os grandes equívocos do Gilberto Freyre e da visão patriarcal da sociedade brasileira, e por isso acho que é fundamental na discussão dos direitos humanos e na busca de um tratamento igualitário entre os cidadãos brasileiros.

E por que ele é tão importante para o debate da igualdade, dos direitos humanos e do movimento social? Porque o Florestan Fernandes talvez tenha sido um dos mais importantes teóricos brasileiros a compreender o papel dos movimentos na construção da sociedade democrática, de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Foi o fato de buscar nos de baixo, nos marginalizados, nos pobres um papel central na história do País e da sociedade brasileira que fez o Florestan poder entrar no grupo do que se costuma chamar os grandes intérpretes do Brasil. Tem Gilberto Freyre, Caio Prado, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro. São essas interpretações que explicam por que somos diferentes e por que somos participantes ativos, ainda que minoritários e periféricos, dependendo da fase, desses processos que não se restringem às nossas fronteiras.

A obra do Florestan Fernandes, que o integra nesse rol de grandes intérpretes do Brasil, a grande obra é *A Revolução Burguesa no Brasil*. É nesse momento que o Florestan dá um salto e expõe como o processo de modernização capitalista do País ele foi, em um certo sentido, especialmente na virada do Século 19 e no começo do Século 20, ele foi simultaneamente progressista e perverso. Como essa ascensão burguesa e da lógica capitalista nas revoluções sociais de trabalho e de produção, essa ascensão que resultou na abolição da escravatura e na proclamação da república, não foi acompanhada por uma ruptura com os meios de dominação patriarcal. Como o modo de trabalhar e produzir mudou. Mas o controle das massas trabalhadoras continuou seguindo, em boa medida, padrões estabelecidos durante o regime escravocrata.

A revolução econômica que, entre outros processos, levou à industrialização da cidade de São Paulo, e do Estado de São Paulo, ela não foi acompanhada de uma revolução social. Para alguns setores da população, especialmente para a população negra, velhas formas de controle foram perpetuadas, renovadas e, em alguns casos, até aprofundadas. Esse é um atraso que, a seu modo eles souberam manipular, para impulsionar essa revolução burguesa. E é justamente a compreensão desse processo nos escaninhos de resistência da população negra, com todas as dificuldades, com todas as deficiências que tiveram de ser superadas pelo movimento negro é que permitiram a Florestan Fernandes dar um salto na compreensão do País.

A compreensão está expressa no livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Mas ele fica evidente no livro *A Revolução Burguesa no Brasil*. Essas obras, se você colocá-las lado a lado, elas se transformam em uma leitura apaixonante. Primeiro, por uma questão metodológica, intelectual. O Florestan passa por muitos autores, por muitos métodos de interpretação sociológica dessa obra, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* para A *Revolução Burguesa*. Então, ele vai passear por Durkheim, Marx, Weber, Mainnheim. E esses autores não se anulam nesse processo. O que impressiona é o fato de o Florestan fazer com essas leituras diferentes elas se complementem, elas se juntem e complementem e se alimentem umas às outras. De tal modo que elas vão dando suporte a uma interpretação.

Agora, há um outro aspecto que também é muito apaixonante, principalmente para quem conhece a biografia do Florestan, que é a empatia do Florestan com a população negra. Ele começa. Há coisas, pequenos momentos do livro em que você percebe isso claramente. Primeiro, pelo incômodo, com todas as palavras que são usadas para descrever o objeto do estudo. Objeto que desde o início da pesquisa o Florestan soube transformar em sujeito. Ou seja, a pesquisa que ele desenvolve no final dos anos quarenta, começo dos anos 50, ele e a turma da USP, Roger Batide, Fernando Henrique, Otaviani. Ou seja, um grande grupo de intelectuais. Ou seja, é um grande grupo de intelectuais. Ela é uma pesquisa muito inovadora no Brasil.

Como é que se faz essa pesquisa, porque ele convida a população negra a participar. E daí há sessões semanais, quinzenais, mensais com a população negra, com grupos do movimento negro, com negros que não estavam envolvidos com os movimentos sociais. Mas ele faz pequenas anotações, desde conversas com taxistas. Ou seja, ele consegue captar essas relações... essa pesquisa, esse grupo de pesquisadores, Renato Jardim Moreira, enfim. Conseguem captar uma série de situações que normalmente não eram consideradas pelos outros pensadores da questão racial brasileira. Às vezes não eram nem elaboradas pelo próprio movimento negro, porque é um processo de aprendizado e de construção. Só que, quando ele constrói junto com essa pesquisa, ele muda a lógica do próprio movimento. Daí que digo que é uma provocação. Por quê? Porque a obra é uma provocação para o movimento; imaginar novas saídas e novos caminhos. Foi essa empatia. Então, ele não gosta, por exemplo, das denominações que se usavam até então para fazer essa pesquisa. Ele não gosta de "preto", não gosta da "população de cor". E toda a vez que ele identifica um incômodo com alguma expressão relacionada ao movimento negro, ele coloca entre aspas, ele explica que está usando aquele termo porque é assim que apareceu, que surgiu. Esse é um pequeno cuidado dessa pesquisa que fica evidente. Negro, mulato são palavras usadas com extremo cuidado; cuidado que, acredito, não se pode atribuir apenas à precisão metodológica, mas também à profunda consciência de que essas palavras são manipuladas politicamente por brancos e negros, por dominadores e dominados na batalha cotidiana, muitas vezes miúda e mesquinha do dia a dia.

Em vários momentos do livro, o Florestan usa exemplos da própria biografia, da própria vida dele para descrever as violências e restrições à população negra. Então, tem uma expressão que ele usa muito, que é muito forte: "círculo de ferro". Ele a usa para explicar a resistência de algumas famílias menos politizadas, algumas famílias negras menos envolvidas no movimento negro que tentavam evitar a ascensão social dos parentes, dos amigos, porque eles temiam que isso levasse aquela pessoa querida a sair do grupo. Então, ele usa a expressão "círculo de ferro". Essa expressão ele usa para ele. Quando ele vai contar a própria história de vida nos anos 70, ele conta que teve que superar esse círculo de ferro. Por quê? Não sei se todos estão familiarizados com a biografia dele, mas o Florestan é filho de mãe solteira, não conheceu o pai, começou a trabalhar muito cedo, teve muito pouca oportunidade de estudar – o Laurez conta isso de um jeito muito bacana. E ele conviveu em um bairro, o Bixiga, em São Paulo, em que brancos e negros – brancos pobres e negros – conviviam intensamente.

Então, o Florestan viveu essa cultura muito intensamente, e em nenhuma outra obra dele a biografia dele é tão expressa quanto em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

Acho que essa empatia permitiu ao Florestan enxergar os limites da revolução burguesa brasileira, que manteve ativo os mecanismos de dominação, que afastavam os negros da chamada sociedade competitiva, ou seja, do capitalismo brasileiro. E, a partir dessa pesquisa de campo, de combinação de análises demográficas, de histórias colhidas na rua, de relatos da população, conversas com taxistas, enfim, dos melhores meios disponíveis, Florestan ajuda, com a ajuda de uma equipe engajada nesse debate, a mostrar como operava os mecanismos ideológicos, tanto entre os brancos quanto entre os negros, que marginalizavam parte dos brasileiros daquela sociedade que se pretendia inclusiva.

Por outro lado, e aqui entra o papel fundamental dos movimentos sociais na promoção dos direitos humanos e da democracia, o Florestan é capaz de identificar e de apontar o sentido do movimento negro já nos anos 30, quando a Frente Negra Brasileira, um dos movimentos que o Florestan estuda bem nesse livro, ainda está pautada por alguns elementos conservadores, mas, mesmo assim, tem uma prática, um efeito positivo no debate democrático. Ou seja, as contradições dos agentes sociais, do movimento social não o impede de enxergar os efeitos positivos dessa ação e, assim, apontar como a resistência tem um alcance maior do que se poderia esperar se a gente lesse apenas os documentos do movimento. Ou seja, ele aponta o papel de vanguarda desse movimento e como ele foi importante na democratização do País.

Então, acho que o movimento social, em geral... E, aqui, a gente, certamente, vai falar disso, enfim, de reforma agrária, de educação. Mas o movimento negro, em particular, é peça chave na obra do Florestan Fernandes.

Na revisão constitucional de 1993, quando o PT decidiu não participar, porque essa revisão – tinha ficado claro – abriu um espaço enorme para que os avanços obtidos em 1988 fossem retirados, o Florestan contraria a decisão do partido e apresenta uma proposta de emenda para incorporar políticas afirmativas na Constituição. Daí ele alega razões de consciência e argumenta que a luta pela democracia exigia luta contra a discriminação racial.

Afirmando, inicialmente, que são compreendidos como negros os indivíduos que se consideram como tal e os que, por estigmatização, são tratados como negros e pessoas de cor, o texto tinha oito parágrafos. Ele previa que era dever do Estado preservar a herança cultural, garantir posse de terras, intervir para romper mecanismos que afastavam os negros do mercado de trabalho, adotar bolsas para estudantes negros para integrar e reter o *status* da população negra nas escolas e achava que educação no País tinha que ser uma educação inclusiva, que fizesse brancos e negros compreenderem e lutarem contra o preconceito.

Enfim, tem um papel notável. Essa emenda recebeu apoio do Movimento Negro Unificado, mas acabou ficando fora mesmo da pauta da revisão depois de um acordo entre os líderes. Mas acredito que essa emenda deve ser entendida como uma das intervenções que ajudaram a legitimar as demandas absolutamente legítimas do movimento negro, entre elas o das cotas das universidades, por onde a gente começou. E, apesar da enorme resistência das elites, das classes dominantes, enfim, é fundamental que a gente supere esses crimes que foram cometidos no nosso passado.

Ou seja, por tudo isso, acho que é isso que faz a obra do Florestan especial no pensamento brasileiro, porque ela coloca o movimento social e as populações pobres como centro da história, como centro da interpretação do País. A gente só entende o País se a gente entende o que está acontecendo com as pessoas mais fragilizadas e com as que estão se mobilizando para mudar o País, em busca da democracia, em busca da igualdade.

Estou encerrado.

O O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns! Uma bela introdução.

Adotei a seguinte fórmula de tempo; estou dando dez com mais cinco; mas mais cinco, se necessário. En-

tão, cada um, se entender que quer falar vinte minutos, poderá falar. Dou dez; ao primeiro sinal da campainha, dou mais cinco e, depois, mais cinco. O nosso querido Haroldo Ceravolo falou dezesseis minutos. Fiquei te devendo quatro ainda. Parabéns pela exposição!

Fiquei muito feliz aqui, porque acho que a sociedade tem que ouvir mais isso. Florestan, para mim, é um símbolo; um símbolo que, hoje, no Brasil, com certeza, tem que ser ouvido, lembrado, escutado, enfim, pelo movimento sindical. Quem puder ouvir uma gravação dele, os discursos dele, ouvir falas como essa, isso dá norte para mim e para o movimento social.

Na mesma linha ainda, vou ter a liberdade de passar a palavra para o Laurez Cerqueira, escritor, autor do livro *Florestan Fernandes: vida & obra*. E dizer, Laurez, permita-me dizer isto, que, quando eu era colega do Florestan, você assessorava o Florestan, e assessorava muito bem. Quando eu precisava falar com o Florestan, às vezes, fora do plenário, ele dizia para mim: "Vem aqui, rapaz; aqui, com o Florestan, não tem porta fechada. Vem aqui que, tenho certeza, ele vai te receber." E sempre me recebeu com muito carinho.

Então, agradeço a você também, e está com a palavra.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Muito obrigado.

Eu queria agradecer ao Senador Paim por este convite, cumprimentar todos os componentes da Mesa, todos vocês que nos assistem agora e dizer o seguinte: o Senador Paim falou do rebelde Florestan. Uma boa lembrança dele. E era engraçado porque o Florestan tinha uma consideração muito grande pelo Senador Paim por uma coisa que ele, às vezes, repetia. Ele dizia que o Senador Paim era muito firme. Um dia, inclusive, ouvindo, no gabinete, um discurso seu – eu estava com ele, despachando –, ele ouviu seu discurso sobre salário mínimo. E ele fez exatamente este comentário: "Esse é firme." Ele falou assim para mim. E gostou muito do seu discurso.

Isso é uma coisa que, na trajetória do Senador Paim, chama muito a atenção, porque essa firmeza dele... Ele atravessou todos esses anos de debate lutando pelas quarenta horas, que foi um debate da Constituinte; lutando pela Previdência e lutando pelo salário mínimo. São três coisas que fazem parte da história do Senador Paim. Isso é uma coisa que nos deixa muito feliz.

Ele dizia uma frase em relação à rebeldia que guardo comigo também. Ele dizia que um militante revolucionário não se deve deixar cooptar. Não se deve deixar liquidar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Essa frase, hoje, para mim é fundamental para todos.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – E deve trazer vitórias para o povo. Por menor que seja, mas tem que trazer.

Então, essa era a postura dele. Ele sabia as limitações de um País como o nosso, que tem uma composição cultural tão demarcada no sentido das desigualdades, mas ele sabia que a gente tinha que lutar pelo possível. Por mais que fosse rebelde, ele tinha essa consciência das limitações que a gente tinha como organização social.

O Florestan demarcou, lembrou bem o Ceravolo, a questão da abordagem da escravidão em toda a construção teórica brasileira. O Gilberto Freyre, dizia ele – está até no meu livro isto –, fez a leitura da escravidão a partir da Casa Grande. Ele era da casa grande. E Florestan, como era do *lumpem*, fez da senzala.

É muito importante uma reunião como esta porque tenho a sensação, no Brasil, que parece que ela escondeu Florestan. Acho que quanto mais a gente trazer o Florestan, acho que isso dinamiza mais o pensamento dele.

Ele teve a felicidade de apurar não pelas condições em que ele vivia, é claro, mas de apurar o olhar sociológico dele a partir das condições de vida que ele teve a partir das ruas, porque, nas atividades que ele tinha, isso ajudou muito, quando ele foi fazer Sociologia.

Tem um fato muito interessante: no momento em que ele foi prestar exame, depois de fazer o chamado Artigo 99, que era o Supletivo, para entrar para a USP, ele foi fazer a prova concorrendo com a elite paulista, com os filhos da elite paulista, porque, antes, a elite paulista estudava na Europa. E a USP foi criada exatamente para atender a essa demanda que existia no Brasil. E ele conseguiu chegar à USP para fazer o exame. Chega na hora do exame, como os professores eram todos estrangeiros, a banca queria fazer a prova na língua deles. Os alunos, como eram filhos da elite, tinham a oportunidade de estudar línguas, etc., e ele, não. Ele foi o primeiro que virou e falou para eles: "Estou no meu País. Quero fazer a prova na minha língua." Isso causou uma crise na banca. E a banca se reuniu depois e resolveu aceitar que ele fizesse a prova. Naquela época sorteavam-se pontos. Aí sortearam o ponto do Durkheim. Ele tinha lido Durkheim de ponta cabeça, sabia tudo e fez uma excelente prova.

Eu tive a oportunidade de trabalhar com ele – desculpem-me, mas sempre me emociono. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu disse ao Haroldo que ele não precisou de receber palmas, porque ele fez uma bela introdução, e recebi palmas no final. Mas sei que, como ele conviveu com o Florestan no dia a dia, e por isso falei antes

que você, inclusive... É um orgulho poder dizer que foi assessor do Florestan.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa emoção eu entendo. Vi o convívio teu, inclusive no período em que ele caminhava mais lento, e você o acompanhava.

Então, solte as emoções, porque, aqui, você está em casa. Sei que o Brasil que está te assistindo está entendendo este momento. Fiz uma pequena interrupção para você recuperar para retomar.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Obrigado.

Eu tive origem de classe semelhante à dele. Ele era *lumpem* urbano, e eu era rural.

Selecionei aqui algumas passagens dele na Câmara, porque foi o período em que convivi com ele e que tive oportunidade de assessorá-lo.

Tem um lado do Florestan, que é um lado muito pouco conhecido, que é o lado do turrão Florestan. A rebeldia dele era uma coisa muito forte; e ele não levava desaforo para casa. Isso foi desde quando ele disputou, no braço, os pontos de engraxate. Às vezes ele era irônico também.

Desculpem-me. Vou ler aqui um trechinho do livro, porque a memória, às vezes, falha, porque já se vão nove anos que fiz esse livro.

Uma vez ele chegou para o Ulysses Guimarães, porque tocava aquela campainha, chamando todo mundo para o plenário, e ele não se conformava com aquilo. "Como é que pode tocar uma campainha para chamar as pessoas para irem a uma reunião, sendo que tem hora marcada, está tudo divulgado, e você precisa ficar tocando aquela campainha o tempo todo." Aí ele disse assim para o Ulysses Guimarães – chegou lá no plenário, subiu, foi à tribuna e falou: "Presidente, quando ouço essa campainha, eu me sinto um boi. Parece que somos uma boiada que está sendo arrebanhada para um curral, ao toque de um berrante. Como pode os parlamentares da Nação serem tratados dessa forma?" O Ulysses Guimarães deu uma gargalhada e disse: "Professor, o senhor é uma pessoa surpreendente. Duvido que outro parlamentar tenha se atentado para isso. O senhor tem toda razão, mas, infelizmente, sem essa campainha, o plenário desta Casa não funciona."

A outra é a seguinte: nos discursos de reflexão eram profundas as reflexões dele, que marcaram a presença do Florestan no plenário.

"Certo dia, ele estava discursando no microfone, que fica na primeira fila dos apartes, quando não foi suficientemente entendido por um deputado que, do outro lado, ocupava a tribuna. O deputado não lhe deu o tratamento devido. Fez algumas provocações e o desacatou. Florestan abandonou o discurso que fazia e desafiou o parlamentar. Disse: 'Se V. Exª quiser, podemos resolver isso de outra maneira. Vamos lá pra fora.'" E ficou naquela turra ali com o deputado. Até que surgiu o Vladimir Palmeira; e o Vladimir Palmeira o tirou daquela situação.

Em outra ocasião, o Senador Roberto Campos, na época Constituinte – eles se reuniam todos naquele grande plenário da Câmara –, estava discutindo economia e tal, e ninguém prestava atenção. E o Florestan parecia um aluno bem aplicado, porque ele chegava na hora certa, sentava-se geralmente na mesma cadeira e ficava ali, prestando atenção em todos os discursos. De vez em quando, ele ia lá e pedia um aparte. Aí tinha um grupo de deputados, bem à frente dele, fazendo uma grande algazarra, dando gargalhadas, e o Senador Roberto Campos falando. Aí, ele deu uma bronca nos deputados, levantou, ficou irado com aquilo e disse para os deputados que eles podiam não concordar com o que dizia Roberto Campos, porque havia um abismo entre eles, em termos de compreensão, de interpretação do País etc., mas que ele merecia respeito. Aí os deputados saíram dali e foram fazer algazarra em outro lugar.

Nas relações dele, ele não tinha limitações. O Jarbas Passarinho foi uma pessoa que se aproximou dele. Uma vez, ele estava fazendo um discurso sobre reforma agrária. E o Senador Jarbas Passarinho foi até o plenário. Ele estava ouvindo, foi até o plenário, sentou-se e ficou observando ele. Aí, quando o Florestan terminou, o Senador foi lá cumprimentá-lo. E ele fez a seguinte declaração para este livro: "Como pode um homem tão puro, com tamanha erudição e firmeza no trato com os adversários, ser um revolucionário radical?", como dizem.

Ele sempre foi um defensor intransigente do ensino público, que o Haroldo comentou aqui, e tem uma passagem dele que foi uma coisa muito interessante, logo no início da Constituinte. Ele tem toda a luta pautada e foi apoiado, inclusive, pelo setor de educação, pelo movimento educacional. E, na Constituinte, havia muitos pretendentes para ir para a Subcomissão de Educação. E ele ficou escanteado na bancada. Ele ficou irado, foi para casa, chamou a Dona Míriam e falou: "Míriam, vamos arrumar as malas. Vou-me embora. Se eu não sirvo para participar da Subcomissão de Educação, eu vou-me embora. Não tenho mais o que fazer aqui." Mas, antes disso, ele já tinha telefonado para a Dona Míriam, já tinha falado com ela que estava indo para a casa para arrumar as malas, e Dona Míriam pegou o telefone e ligou para alguns deputados; ligou para o Lula, que, na época, era Líder da bancada, e o Lula foi lá, foi à casa dele para demovê-lo daquela

ideia de ir embora. E falou: "Não. Você é que vai para a Subcomissão de Educação."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiz parte da Constituinte, e o ex-Presidente Lula era nosso Líder. Desse episódio fiquei sabendo hoje. Essa firmeza de convicção. "Vou embora, então."

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Ele tinha isso. Ele era muito firme nas coisas e era, ao mesmo tempo, uma pessoa muito suave. Ele falava baixinho com todo mundo. Ele cumprimentava todas as pessoas. Ele entrava na Câmara, começava a cumprimentar os seguranças e ia por aí afora.

Bom, esse livrinho eu o fiz num jorro. A Escola Nacional Florestan Fernandes estava sendo construída, já tinha inauguração prevista, e resolvi fazer isso para doar para a construção da escola. Esse livro é uma doação par arrecadar fundos, para a venda dele servir para alguma coisa para a construção da escola.

É sempre difícil para mim falar de Florestan. Quando fiz esse livro, parei em muitos momentos para chorar, porque é muito forte.

A escola vai muito bem. A escola tem uma biblioteca fantástica e salas de aulas muito grandes, tem alojamento e foi uma escola construída pelas brigadas do MST. Voluntários foram lá e construíram a escola, desde o barro. Eles fizeram tudo. Eu estive na inauguração, foi uma coisa maravilhosa.

Essa escola mantém viva a chama do Florestan. Como eu disse, parece que há uma intenção de esconder o Florestan, porque todos os temas que ele tocou foram temas que causaram grande polêmica

Eu estava comentando com o Haroldo que estou começando a fazer um estudo sobre as polêmicas do Florestan. Ele teve polêmicas na questão da escravidão, na questão do índio, na questão da educação, na questão do desenvolvimentismo. Eu sinto que a academia trata muito mal essa questão do desenvolvimentismo. Florestan tem uma obra extraordinária sobre o desenvolvimentismo.

Engraçado, por ironia do destino, a Maria da Conceição Tavares é dessa linha. Logo depois que eu trabalhei com o Florestan, eu fui trabalhar com ela. Então, acabei pegando os dois lados dessa questão da discussão do desenvolvimentismo. Em seguida, fui trabalhar com a então Ministra Dilma Rousseff – fui assessor dela por um período, até antes da campanha eleitoral – e essa questão estava lá palpitante. É o modelo que temos hoje no Brasil. Claro que o social entrou muito forte.

Até a década de 50, o BNDES se chamava BNDE. Não existia o "S" do social

Então, essa coisa veio se transformando ao longo do tempo e do governo Lula para cá entrou muito forte. Mas é uma mesclagem que se está fazendo, em minha opinião, entre essas duas tendências. Os dois foram do PT. Um lado muito forte do Florestan e um lado muito forte da Conceição, mas nesse período mais recente. Então, estou tentando trilhar isso, trazer um pouco dia para o debate, como uma contribuiçãozinha voluntária. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Muito bem, Lauro Cerqueira, escritor, autor do livro Florestan Fernandes – Vida e Obra.

Lauro, nós vamos fazer uma sessão de homenagem, este ano, no Plenário do Senado. Eu quero, de pronto, convidá-lo e a todos, para você estar lá e fazer esses relatos que você fez aqui. O Brasil não conhece.

O SR. LAURO CERQUEIRA – Obrigado.Tem bastantes, mas o tempo é curto. Eu teria dito mais coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Mas, com certeza, teremos outra oportunidade.

Passo a palavra, agora, ao professor de sociologia e consultor do Senado Federal, Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos**.**

O SR. EURICO ANTÔNIO GONZÁLEZ CURSINO DOS SANTOS – Muito bom dia. Agradeço ao Senador Paim pelo convite e a oportunidade aqui, aos demais membros da Mesa, meus cumprimentos, senhoras e senhores, vamos lá. Falar de Florestan Fernandes não é fácil, mas é sempre um prazer, um orgulho a gente ter uma pessoa dessas para comentar.

Um bocado de coisas foi dito aqui. Eu tinha preparado uma pequena notícia sobre as idéias centrais do Florestan. Eu vou continuar mantendo essa estratégia, embora vá encurtá-la um pouquinho, para fazer alguns comentários sobre o que foi dito aqui.

Só uma notícia: a obra do Florestan Fernandes se dedica a compreender o modo como a sociedade capitalista moderna foi estruturada no Brasil. Ele empregou uma metodologia histórica no sentido de reconstruir o modo como as instituições do Estado e do mercado desembarcaram aqui, no início do século XIX, e se plasmaram com as formas econômicas coloniais e com a cultura colonial. Então, nessa medida, de saída, o Florestan Fernandes nos convida a olhar o Brasil de verdade, como o Brasil é, ao invés de trazer um modelo teórico, preconcebido, típico das economias liberais, que diz assim: todo mundo vai agir para tirar o maior lucro com menor prejuízo, os sujeitos são meio embaralhados em toda sociedade que começa, tem igualdade, não precisamos olhar para a história delas, não precisamos ver como as pessoas foram formadas. Apenas temos que tocar o barco econômico.

A primeira coisa que a obra de Florestan Fernandes faz, já no início, nos pressupostos, nos postulados, é desautorizar essa forma de raciocínio desvinculado

da história das sociedades. Eu lembro, ele vivia dizendo que o intelectual precisa ter cuidado com o que vai ser feito com o que ele escreve. Isso é uma forma de pensar a relação entre ciência e política, uma forma muito original, por sinal, com ecos de Marx Weber, mas, de qualquer forma, algo que expressava a originalidade dele.

Essa, possivelmente, é a principal razão pela qual se tenta esconder a obra de Florestan. A obra de Florestan é disfuncional no sentido econômico, mas é uma obra bastante funcional no sentido político e social, no sentido de se formar uma sociedade boa, onde as pessoas possam viver bem. Esse era o interesse do Florestan Fernandes, um interesse humanista, brilhantemente servido pela sociologia e que é o interesse de qualquer política razoável. Eu penso nesses termos.

A primeira coisa, ele já planta um ponto sem retorno no início, na postulação, na premissa. E aí ele vai mostrar como a sociedade que se desenvolveu aqui a partir do início do século XIX é uma sociedade que aprendeu a fazer um jogo de externo e interno, aprendeu a ter uma relação com o exterior, desenvolvendo classes dominantes aqui dentro, sem entretanto, prescindir das formas de dominação e das relações econômicas consolidadas no período colonial. Isso é o que é mais interessante do mundo porque ele está mostrando como uma sociedade profundamente hierárquica, baseada na escravidão, entra em integração com um modelo institucional baseado na Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia. Aí, ele começa a resolver a nossa charada, ou seja, como é que nós vivemos falando de igualdade, como é que nós vivemos promovendo igualdade, como é que nós vivemos botando dinheiro em muita coisa para promover a igualdade e a sociedade parece render pouco nessa direção. Os preconceitos são reiterados, a gente vive reencontrando-os de modo metamorfoseado. Quando você os empurra daqui, eles reaparecem ali. Ele está chamando a atenção da gente para o fato de que isso está na estrutura da sociedade. E, nessa medida, alterar isso é possível, sim, é uma questão mesmo política, mas é preciso muito conhecimento científico para que se identifique esse caráter fugidio e, vamos dizer assim, cognitivamente embaçado da realidade nacional que impede que se faça uma política nesse sentido do bem-estar do coletivo. Isso é uma coisa muito importante para anotar na ciência dele.

Ainda na notícia sobre a obra, a partir daí ele nos deu condições de pensar o tipo de sujeito que surge dessa situação, que tipo de sujeito são esses senhores e escravos disfarçados sob uma pátina de igualdade democrática formal. Aí a gente vai ter os grandes sujeitos, os grandes eleitores, os grandes atores – cito o Senador Paim aqui, a verdadeira democracia faz-se com sujeitos e não com objetos – e vamos ter os objetos. Vamos ter os grandes atores, criados numa cultura de classe, que é a cultura que administrava as coisas no período colonial, e que depois se dinamiza, se amplia, mas não se altera em termos de estrutura binária fundamental, senhores e escravos, sujeitos objetos, e nos dá, então, condições de pensar a democracia com essa forte dose de realidade vislumbrada pela ciência social, em vez de pensar a democracia como alguma espécie de doutrina liberal, com livros, em que as coisas fiquem todas muito redondinhas, façam sentido, só não sejam verdade, mas façam sentido.

O Florestan, então, nos traz essa dificuldade. Vamos pensar o Brasil como ele é, com essas contradições históricas importantes, e se alguma saída nos encontrarmos, será por essa via.

Eu queria, com essa notícia, mostrar o quê? Mostrar que ele chega a nos dar elementos para pensar o sujeito da cidadania democrática a partir de análises da estrutura da sociedade, da estrutura das relações entre economia, cultura, ideologia, etc., nos dá um desafio enorme. Ou seja, como pensar uma democracia de sujeitos, na qual uma sociedade estruturalmente concorre para que as pessoas não portem as disposições e as habilidades necessárias para agir como sujeitos na cidadania democrática – aqueles exemplos sobre a inserção, em termos de dominação dentro do próprio movimento negro é muito esclarecedora a esse respeito, nos deu condições de pensar isso – nos deu condições de pensar isso, e com muita esperança de que essa situação pudesse ser revertida, ainda que essas reversões não sejam rápidas, não é coisa de 10 meses nem de 10 anos, mas nos dá a esperança, digamos assim, quase cristã da verdade: "Olha, as coisas são assim". Na medida em que elas são assim, a gente pode começar a pensar em trabalhar nelas.

Uma estrutura econômica que gera dependência para o exterior, a forma de estruturação da sociedade capitalista no Brasil, por um lado, é o diagnóstico dele, e uma condição subjetiva presa a essas amarras da Colônia, de senhores e de escravos e, como disse o Caetano Veloso, nessa condição, ninguém é cidadão. É muito cidadão, é pouco cidadão, mas ninguém é cidadão igual. E Florestan nos deu os termos da equação.

Bom, digamos que essa seja a notícia.

A partir de coisas que foram ditas aqui nesta Mesa, eu queria acrescentar algum comentário, tirando o centro dos meus comentários dessa notícia, da ideia teórica dele mais ampla. Acho que o Florestan Fernandes incomodou tanto, gerou tanta polêmica basicamente porque disse a verdade das coisas, ba-

sicamente. A gente, desde o século XIX que vem lutando, aliás, é anterior a isso, na verdade, precisa de história religiosa para entender isso, mas digamos que desde o século XIX nós vínhamos lutando contra essa contradição importante, que é a de você ter uma base institucional, um arcabouço institucional organizado com base em valores nucleados em torno do valor da igualdade e, ao mesmo tempo, práticas sociais que de forma alguma revelam nem mesmo baixos teores desses valores na orientação de ação das pessoas. Não que igualdade seja uma espécie de benesse metafísica que todo mundo queira, isso é uma construção cultural, é um valor. É preciso haver pressões sociais para que essas coisas entrem na cabeça das pessoas. Isso se estica ao longo do tempo, ao longo das décadas. Então, o que o Florestan identificou, nos ajudou a identificar foi: "Olha, dá problemas com o valor da igualdade entre nós, no sentido cultural profundo e nossas práticas sociais vão revelar isso, ao invés de revelar esse rumo para uma sociedade igualitarista e mais razoável".

As polêmicas do Florestan foram nesse sentido, porque ele, basicamente disse a verdade, e a verdade do Brasil tem a ver a posição do valor da igualdade, e essa contradição entre instituições que prezam e postulam o ideário da Revolução Francesa e práticas sociais que, na verdade, expressam um ideário hierárquico, colônias, etc., etc. Nós estamos presos nessa contradição. É isso que o Florestan mostrava, é isso que os movimentos sociais precisam, num certo sentido, ensinar ao Brasil como que se sai disso. O nosso problema é cognitivo, muito forte nessa medida.

Florestan criou polêmicas porque atacou crenças falsas, basicamente. Crença falsa um: a Nação é autônoma. Nós somos política economicamente independentes. Isto é uma crença falsa. Florestan atacou e polemizou com isso.

A crença em que a condição, melhor dizendo, para usar um termo da sociologia francesa, os dispositivos presente na subjetividade média das pessoas são amplamente habilitantes para a cidadania democrática. Florestan atacou essa crença também. Atacou como a melhor das intenções; não atacou para desmontar ninguém, atacou para começar a dizer: "Olha, vamos mover isso daí, porque essa coisa não é como nós pensamos que seja". Então, atacou essa criança, digamos assim, uma universalidade na capacidade do sujeito, indo para procurar dentro das próprias classes dominadas, dentro dos setores negativamente desprivilegiados, os vírus que reproduziam isso. É isso que ele foi fazer. Então, atacou essa segunda criança falsa.

Depois atacou uma espécie de criança, digamos assim, desenvolvimentista, de que as coisas vão sozinhas para o lugar. Vão, numa espécie de lógica natural, elas vão andar. Ou seja, atacou a criança de que a política é uma espécie de administração das coisas e não uma seleção de intencionalidades claras, com base em valores fortes, para apontar a sociedade numa determinada direção. Ele atacou essa crença, portanto, evolucionista, de que as coisas vão naturalmente para o lugar sem uma política articulada e com base nesses conhecimentos científicos, porque não adianta nada você ter muita vontade e empurrar na direção errada. Esse é o ponto.

Por fim, numa tentativa de juntar essas coisas, a partir de outra observação do professor Cerqueira, aqui, ele observou um negócio: parece que a Academia tenta esconder o Florestan Fernandes. Eu achei essa observação ótima, ela bate com a minha experiência. Eu arrisco um palpite sobre o porquê que isso acontece: dá sentido por tudo o que eu falei antes.

Florestan Fernandes tem uma perspectiva teórica totalizante. Um sociólogo com forte apoio na chamada sociologia clássica. Apesar das perspectivas muito diferentes desses teóricos clássicos, todos eles têm essa virtude de procurar entender as sociedades como um todo, um todo mais ou menos articulado, conforme o caso histórico, mas sempre estruturas, ou seja, entendendo como uma parte condiciona a outra, como as coisas estão todas interligadas. Isto é uma virtude da teoria sociológica clássica e uma virtude que se comunica ao ambiente da discussão e das ideias políticas. A teoria sociológica clássica fornece, com a sua tentativa de ligar política, economia, cultura, moralidade, agência individual, estrutura social, a teoria sociologia clássica fornece um discurso interpretativo rico da sociedade, que pode e deve ser utilizada na política, para que se pense diretrizes, se pense direções. Há excessiva, vamos dizer assim, falta de ambição nas análises sociológicas função, verdade seja dita, das exigências de rigor empírico, que fazem com que a gente só vá pesquisar, digamos assim, até onde a vista alcança, mas sabendo que a realidade é maior do que onde a vista alcança, a gente vai pesquisar situações empíricas pequenas e que estamos, com o tempo, perdendo a visão do todo a partir de uma crítica até bem-intencionada, digamos assim, a amplidão excessiva da metodologia sociológica, mas nós vamos caindo no empirismo radical de só ficar medindo onde a vista alcança e todo continua se movendo, ele continua existindo e se movendo, mas nós fazendo de conta que ele não existe.

Florestan Fernandes é um pensador marxista, e o pensamento marxista, em alguma medida, é esquemático, não serve a um *corpus* teórico metodológico de uma sociologia contemporânea completamente de-

senvolvida, mas tem a coragem de ser uma tentativa de visão do todo, da qual saem hipóteses muito interessantes para pensar a realidade, ainda que, como em toda ciência, imperfeitas, incompletas. Sem dúvida nenhuma, Florestan Fernandes nos deu um belo exemplo de pensar com o coração, de como o poder do método cientifico, a capacidade de nos permitir descortinar relações sociais, nos permitir responder a essa pergunta singela que, no fundo, é a pergunta da vida: por que a sociedade, aqui, não é boa? Por que não é um bom lugar para as pessoas viverem? Todo esse poder da ciência, do método, da análise histórica, o Florestan direcionou para essa pergunta simples e humana. Isso é o que eu chamo pensar com o coração.

Bom, a gente segue a discussão.

Agradeço muito a atenção das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao professor de Sociologia e Consultor do Senado Eurico Antônio Gonzáles Cursino dos Santos pela sua exposição, que mostra um pouco da história e da visão ampla que tinha Florestan Fernandes e que aposta em uma sociedade de iguais.

Quero passar a palavra nesse momento ao professor Edilson Nabarro, que é um grande mestre do Rio Grande do Sul, e que tem o papel de dar assistência aos estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul.

Permita-me dizer professor Edilson Nabarro, com quem aprendi caminhar a seu lado em muitos momentos, tenho orgulho disso, foi fundamental para que a política de quotas fosse adotada lá no nosso Estado, claro, juntamente com os militantes brancos e negros que lutam pela igualdade.

Tem a palavra V. Sª, com muito orgulho para todos nós.

O SR. EDILSON NABARRO – Eu gostaria de, em primeiro lugar, saudar o convite que o Senador Paulo Paim me fez, e agradecer também o estímulo dado, para eu participar dessa audiência pública, pelo jornalista Roberto Rodrigues. Gostaria de saudar também a todos os membros da Mesa.

Estou Secretário de Assistência Estudantil da URGS.

Há muito milito no campo da Universidade. Sou membro do conselho universitário e, quando membro do conselho universitário, fui vice-presidente da comissão especial que elaborou o projeto de quotas na URGS.

Mas estou aqui na condição de militante e dirigente do movimento negro e devo dizer que, na condição de militante e dirigente do movimento negro, de formulador de políticas em relação ao negro, tudo que sei e sou devo muito ao pensamento de Florestan Fernandes.

Os momentos sociais, e falarei na ênfase do movimento negro, não poderia deixar de, no âmbito desta Casa legislativa, registrar a enorme importância do pensamento de Florestan Fernandes para a construção da consciência política de milhares de militantes e ativistas do movimento social negro.

O protesto negro contemporâneo, entendido como a expressão mais ativa e organizada do inconformismo racial, e protagonizado pelo que Florestan dizia dos negros racistas e os "novos negros" em contraposição ao que eles falavam do negro trânsfuga, que, envergonhado da sua situação, e nas palavras deles, engolia a vergonha.

Boa parte, nesse sentido, dos mais corajosos e consequentes dirigentes do movimento negro do passado presente no presente, mesmo sem adesão absoluta das suas ideias, fortaleceram as suas práticas políticas no vigor das denúncias, sem trégua, que Florestan fazia sobre a situação social dos descendentes de escravos.

Cabe o registro dessa veemência, que muito nos ajudou a superar o convite à captação passiva, porque o racismo brasileiro fazia um convite insistente e cotidiano para que nós capitulássemos. Afirmava ele – aí é um trecho do seu livro *O Significado do Protesto Negro* –:

"Os negros são o testemunho vivo persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os páreas da terra e com os trabalhadores semilivres. Por que os negros? Porque ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma abolição feita com a revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve que acumular, vegetando nas cidades e tentando ser gente, isto é, cidadão comum.

O negro surgiu como um símbolo, uma esperança e o teste do que deveria ser a democracia como fusão de igualdade com liberdade".

Como afirmou Otaviano, "a sociologia de Florestan Fernandes inaugura uma nova interpretação do Brasil, um novo estilo de pensar o passado e o presente". Afirmações já referidas por alguns dos meus antecessores.

Florestan Fernandes foi um dos poucos ou talvez o único intelectual que transformou suas elaborações teóricas e suas pesquisas empíricas em sistemática contribuição à tarefa de interpretar as possibilidades de transformações sociais. No caso do negro esse compromisso foi visceral e nunca abandonado.

Desde relações raciais entre brancos e negros, em São Paulo, o negro no mundo dos brancos, a inte-

gração do negro em uma sociedade de classe, circuito fechado e o significativo protesto negro, Florestan Fernandes reuniu o melhor de sua capacidade intelectual, de seus compromissos com as transformações para analisar o racismo brasileiro, desde as suas formas mais sutis como as mais visíveis. Todas, no entanto, sistematicamente negadas, não apenas pelo pensamento conservador como pelos defensores da democracia racial.

Todos os grupos sociais que sofreram dominações e agressões – povos indígenas, africanos escravizados, trabalhadores livres –, seja no contexto da sociedade de castas como na de classes, mereceram de Florestan Fernandes o mais irrestrito apoio em relação às suas lutas de resistência.

As transformações sociais, na perspectiva de Florestan, não apenas eram objetos permanentes de seus desafios teóricos como de sua prática política.

Os seus estudos sobre relações raciais entre brancos e negros revelou-se como a mais radical de suas contribuições para o entendimento da realidade social brasileira, a partir das contradições e desigualdades raciais.

Eu acho que deve ser de Florestan os grandes créditos para que hoje esteja muito claro, na visão de uma visão muito clara de racismo no Brasil, e que não foi incorporada ainda a todas as práticas políticas e nem às políticas de governo, porque, em um País que houve mais de 350 anos produção escravista, o que explica desigualdade é raça e não classe.

Há uma enorme insistência ainda de acreditar que política de natureza universalista resolve o problema dos negros. O que a questão racial poderá estar emprestando de revolucionário é que o destino dos brancos pobres está vinculado com o destino dos negros pobres. Quando há essa inversão de políticas em um país como o Brasil, não há ainda a compreensão do que o Florestan Fernandes dizia e queria. Nesse sentido, o Florestan Fernandes confirma: "Dentre outras constatações, a realidade do negro no Brasil não deveria ser tema proibido".

E tu informas dessa insistência ainda em escondê-lo, porque o escondendo-o, escondem a radicalidade e as soluções para os problemas do Brasil.

Mas do que isso apontava para os compromissos da ciência e dos intelectuais brancos – isso é um dado importante – em combater aquilo que ele mesmo denominou de iniquidades provocadas pelo racismo e escravidão.

O Florestan, portanto, sem prejuízo das enormes contribuições de intelectuais negros do porte de Abdias, de Clóvis Moura e de tantos outros fizeram, do ponto de vista de recontar a história e de moldar o inconformismo moderno do negro, ele foi um dos intelectuais brancos que foi mais longe na radicalidade e na visceralidade.

Eu gostaria de, e em nome do protagonismo que o Florestan Fernandes sempre teve para com os militantes negros, e aí eu me refiro em reconhecimento à liderança que ele sempre enalteceu, como José Correia Leite e Raul Joviano do Amaral, que foram os grandes líderes da resistência negra, do protesto negro nos anos 30 – Clarindo Alvorada, União dos Homens de Cor, da Frente Negra, que foram os interlocutores, os estimuladores da luta dele, do ponto de vista da pesquisa empírica, que tu te referistes, mas de projetos de transformação.

Eu guardo com muita honra, e me permitirei, em nome deles, ler uma carta que o Florestan me mandou, provocado por uma carta que eu o enviei como estudante do mestrado em sociologia rural na URGS, para falar algumas coisas, principalmente à integração do negro na sociedade de classe. Então, eu coloco nas palavras dele um pouco da síntese do que foi isso.

A carta é de 28 de dezembro de 1983.

Prezado Edilson Nabarro, li, com interesse, a carta que teve a amabilidade de endereçar-me. É uma bela carta que me paga de muitos sacrifícios que fiz e também do desgaste que minha postura acarretou.

Na inquirição policial militar a que fui submetido, em pleno recinto da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [e talvez aqui tenha dados que, na intimidade do Florestan sabia, mas talvez não ouviu dele], em 1964, o assunto não foi ignorado e o modo de realizar a pesquisa, com uma enorme afluência de personalidades negras, foi objeto de inquirição. Depois do operário e do estudante, o negro era tema e área proibida. Teria de pagar por isso. Mexi com todos eles, e como.

Concordo com suas reflexões. A nossa pesquisa procurou ser tão íntegra e corajosa quanto possível. Não deixamos nem véu que chegasse ao nosso conhecimento e percepção. Todos foram revirados e desmascarados. Uma enorme massa de negros estava lá para alimentarmos de informações, além de outras fontes e meios de investigação e para testar-nos e fazer nossa crítica, se preciso. No entanto, não fizemos nada de definitivo nem completo. A vida continua e continua em 2011. No entanto, o que abrimos foi uma picada, um ponto de partida. O próprio negro fará o produto final, além da ciência, embora possa ocupar-se também da pesquisa científica, provavelmente com melhores aptidões que nós [Roger Bastide e eu].

O negro pensará, através da sua presença, na alteração que provocará, mais cedo ou mais tarde, na organização da sociedade brasileira.

Aí vem um tema que tanto interessa: Classe e Raça. Ele está em todos os trabalhos. Veja os dois primeiros e o último capítulo dos negros e brancos. Toda integração do negro na sociedade de classe e o último capítulo abertamente político e negrófico, como tudo o que escrevi, sobre o assunto negro no mundo dos brancos.

Como estamos em uma era de alterações profundas [e ele volta à tona], tenho falado muito sobre classe e raça, e mais deveria falar, se a energia permitisse.

Sem o negro e sua participação revolucionária, as lutas de classe jamais atingiriam o seu êxito. O negro é o diamante que cortará a linha da democracia racial no Brasil. Precisa em seus esforços.

Com os meus votos de 1994 digno de seus sonhos e esperanças,

Para concluir – e eu gostaria que o tema também é esse, não é?... Como é que está a situação do momento social hoje na perspectiva de Florestaniana? Então, Senador Paim, a luta que o senhor lidera está sob a égide do Estatuto da Igualdade Racial tem raízes em Florestan. Essa audiência pública também serve para refletirmos sobre o que Florestan morrer sem ver e que nós ainda não vimos. Passados 23 anos da promulgação da Carta Magna, a regularização das áreas de remanescentes de quilombos continua a passos de tartaruga. O relatório da Desigualdades Raciais no Brasil, 2009/2010, que foi apresentada recentemente pelo economista Marcelo Peixão, da Universidade Federal do Rio demonstra a persistência dos déficits sociais, econômicos e educacionais, de acesso à saúde dos afrodescendentes. Os indicadores são ostensivos. Do ponto de vista educacional, os dados de analfabetismo em relação ao negro – em relação a brancos e negros – e seus dados, os indicadores de 2008, são o mesmo dos brancos em1988. Tem 20 anos de defasagem...

Mesmo que políticas públicas e com o esforço do Senador do Paim, Movimento Negro e tantos outros já produziram algum efeito. As políticas de quotas já fizeram que ingressassem, no Sistema Público Federal de Ensino, muitos negros que sem isso não entrariam.

Na UGS, Paim, de 2008, quando foi iniciada nossa política de quota, ingressaram 1.250 negros por essa política. *(Palmas.)*

Não foram todos das 2.500 vagas possíveis. Entraram 7,5% do total de... Mas é grandemente maior do número que entrava até 2007. Então, há a convicção de que é uma política de consequência para a condição de capital escolar para a família negra. Eu digo que a política de quotas não é uma política de combate ao racismo e à discriminação, mas de redução da desigualdade racial, é de transferência de renda do Estado para o baixo clero. Para se ter uma ideia, no curso de Ciências Contábeis noturno, das 21 vagas, todas são preenchidas nos autos declarados negros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Noturnos?

O SR. EDILSON NABARRO – Noturno. E isso vale para os cursos de economia, de administração e direito. E isso é uma transferência de renda direta porque são trabalhadores negros que estudavam na PUC ou na Ulbra. Então, se constitui retenção de capital família/negro para melhoria de condições de vida. Então, é uma política de alcance econômico. Então, há ainda uma timidez de alastramento disso. E eu cuido, enquanto político social da URJ da porta de saída, das políticas de permanência, porque não adianta abrir a porta de entrada com política de inclusão sem que se tenha recursos públicos para abrir a porta de saída: que esses alunos. Há uma timidez do Governo ainda de alastrar isso. Então, há incompletudes. Eu diria que é tudo o que nós queríamos e o Florestan queria. E uma questão central que me parece, em audiências públicas desse tipo, de criar dentro do Senado a cultura de debater temas, que Florestan Fernandes chamava de proibidos, eu acho, Senador Paim, que ajuda na construção de uma vertente nova de intervenção em políticas públicas. Eu acho que solidifica o compromisso dos não negros – que é o que Florestan sinalizou – para que as questões do negro não sejam do negro, mas da sociedade brasileira. Não cabe às vítimas as tarefas de desfazimento das iniquidades da escravidão.

Então, esse legado de Florestan, para finalizar, ele é muito atual e muito responsável. Eu acho que ele não tem tido, para todos nós que entendemos o significado de Florestan no ponto de vista revolucionário, mesmo que se operem, como eu dizia, mudanças dentro da ordem, mas nós podemos estar alargando o elástico dentro da ordem até que se comece a mexer com alterações do ponto de vista estrutural.

Para finalizar, eu estive, pessoalmente, em audiência com a Ministra da Seppir, minha amiga de alguns anos, conterrânea do Rio Grande do Sul, como todos sabem. Como eu fui à audiência para não pedir emprego, eu coloquei no documento alguma das ideias. Uma das ideias que eu coloquei para reflexão dela é que à semelhança do PAC, nós temos de fazer um PAI – Programa de Aceleração da Inclusão. Se a Presidência da República já colocou, de maneira pública, que as metas centrais das políticas sociais são de eliminação da miséria e da pobreza, tem de haver algum instrumento que dialogue com a ideia de o que explica a desigualdade é raça e não classe. Então, tem que ver políticas setoriais claras para aumentar a velocidade da inclusão. Que há medidas; há. Mas elas são lentas e não conseguem diminuir a defasagem.

Então, eu me sinto protagonista de esforços que estão sendo feitos aqui e ali. E este de audiência pública, Senador, é um dos tantos que podem estar agregando assim uma compreensão maior de políticas necessárias para honrar a memória de Florestan. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao professor Edilson Nabarro por sua exposição. Mostra que tudo isso é de fato e também uma distribuição de renda, demonstra também que é um compromisso de negros e não negros essa política de integração, enfim, de aplicação das políticas afirmativas.

Meus cumprimentos ao professor por sua exposição, que mostrou, com brilhantismo, que não é de graça que nós avançamos no Rio Grande a partir do trabalho realizado por você e outros militantes na inclusão de política de quota em nossa universidade.

Passo a palavra a Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência. Quero dizer, Moises, que Santos Fagundes está assistindo lá... Diz que está, com todo carinho, olhando esta audiência com o respeito e carinho que ele tem por você e que é o mesmo que você sabe que eu tenho.

Professor Moises com a palavra.

O SR. MOISES BAUER – Bom-dia a todas e a todos.

Cumprimentar e agradecer o Senador Paulo Paim pela oportunidade de estar compondo esta Mesa, participando desta audiência pública, de relevância muito grande para os movimentos sociais, ao relembrar e homenagear Florestan Fernandes.

Ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimento todos os integrantes da Mesa. E dizer, Senador e senhoras e senhores que nos acompanham que, após observar todos os relatos, os ensinamentos de Florestan Fernandes e toda sua dedicação, seu compromisso político para que tenhamos uma sociedade mais justa e solidária, nós conseguimos perceber que as palavras e os ensinamentos de Florestan Fernandes podem ser empregados em todos os movimentos sociais. É evidente sua vinculação com o movimento negro, a importância que os pensamentos de Florestan Fernandes representam para o segmento dos negros em nosso País e em nossa sociedade. Mas, em verdade, tudo do que é dito, tudo o que é ensinado, tudo o que é empregado por Florestan Fernandes cabe perfeitamente em todos os movimentos sociais que precisam lutar por igualdade de tratamento, por igualdade de oportunidades, por equiparações. E aí resgato uma das frases, atribuída a Florestan Fernandes e mencionada pelo Senador Paulo Paim no início desta audiência: "A importância de termos sujeitos que se reconheçam e se tratem e sejam tratados como sujeitos e não como objetos."

Penso que na história do Movimento Negro de nosso País, a partir do momento em que nós percebemos os negros se reconhecendo como sujeitos, como protagonistas, com condições de lutar pelos seus interesses, de lutar pelo direito de ser tratado igual a todos, independente da raça, da origem, do credo, de alguma situação pessoal ou econômica ou social, é cabível plenamente no que diz respeito ao Movimento das Pessoas com Deficiência.

Na história de nosso país, nós tivemos, infelizmente, o registro da escravidão. Já no século XIX, essa realidade começou a ser mudada e a luta continua até o século XXI (até os dias de hoje) para que essa realidade seja modificada: que as pessoas negras efetivamente alcancem a igualdade, que sejam tratadas, de forma igual, por todos.

Essa realidade que vem mudando ao longo destes últimos dois séculos só é possível, assim como pregava e dava exemplo Florestan Fernandes, porque muitos militantes foram aguerridos, são aguerridos, são firmes – adjetivos aqui mencionados –, têm a capacidade de não se acomodar, como dizia Florestan Fernandes e – digo eu – a capacidade de se indignar com as dificuldades impostas por nossa sociedade, por nossa cultura. E isso eu penso que deve ser muito seguido e aplicado pelo Movimento das Pessoas com Deficiência.

As pessoas com deficiência não tiveram, em sua história, a escravidão, mas permanecem, até os dias de hoje – muitas pessoas com deficiência –, presas em suas casas. Presas pela falta de reconhecimento da sociedade de que elas são cidadãs de direitos e deveres como quaisquer outras cidadãs; presas em suas casas por não terem uma sociedade mais acessível para essas pessoas. E, ao tempo em que nós percebemos os negros conquistando o direito de quota nas universidades, muitas pessoas com deficiência lutam pelo direito de ter uma educação adequada, porque à medida, Senador Paim, que uma pessoa negra precisa da oportunidade de sentar-se em um banco acadêmico, muitas pessoas com deficiência, além de sentarem-se em um banco acadêmico, necessitam de materiais didáticos acessíveis, professores com preparação técnica adequada para ensinar a esses alunos. As pessoas com deficiência precisam muito mais do que entrar em uma universidade (sentar em um banco universitário), precisam ter acesso à educação propriamente dita, que é maior do que o acesso arquitetônico – muitas vezes.

Então, penso que tudo o que é falado hoje nesta audiência pública, atribuído ao exemplar ensinamento de Florestan Fernandes, cabe perfeitamente no Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

Assim como nós percebemos aqui evolução, conquista, dedicação, pesquisa e luta no Movimento Negro, na história de Florestan Fernandes, no Movimento de Pessoas com Deficiência nós precisamos avançar e muito!

Temos as quotas também nas vagas de trabalho, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, garantida por nossa Carta Constitucional (nossa Carta Magna) de 1988 que, por certo, teve grande contribuição de Florestan Fernandes, Senador Paulo Paim e outros Constituintes. Mas essa garantia constitucional de reserva de vagas e de quotas nas faculdades e empregos ainda carece de muita luta, de muita atenção, de muita dedicação do próprio poder público e das pessoas com deficiência.

Hoje, nós temos no Brasil – embora não tenhamos dados ainda exatos – a estimativa de termos quase 30 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. Eram 24 milhões e 500 mil, aproximadamente, no ano 2000. Já se passaram mais de 10 anos e essa população deve ter aumentado. Quando pensamos em quase 30 milhões de pessoas com deficiência, percebemos que, embora toda política de quotas no mercado de trabalho, não temos nem 300 mil pessoas com deficiência em emprego formal. Esses são os dados que o relatório da RAIS apresenta para o Ministério do Trabalho e Emprego no último ano, o que demonstra o quanto ainda estão presas as pessoas com deficiências em suas casas. Isso passa por reconhecimento dessas pessoas também como sujeitos e não como objetos. As pessoas com deficiência não podem mais ser tratadas e nem se sentir "as coitadinhas". São cidadãos de direitos e deveres como quaisquer outras cidadãos.

E aproveito a oportunidade também para convocar todas as pessoas com deficiência para que tenhamos essa capacidade de indignação, que não nos deixemos abater pela acomodação, como ensinava Florestan Fernandes, e que sejamos, sim, protagonistas de nossa própria história, de nossa própria conquista política. E, aí, acho que é importante termos aqui em mente um marco que o Senador Paim vem fazendo, em luta de mais de uma década, para que tenhamos uma legislação mais adequada a esse segmento. Senador Paim é verdadeiramente um defensor, um guerreiro dos movimentos sociais. Consegue provocar o debate (e temos aprovado o Estatuto dos Idosos), consegue, após muita luta, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial.

Estamos somando esforços com o Senador Paim para que tenhamos também uma legislação adequada em favor das pessoas com deficiência. O Senador Paim traz a proposta do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E muitas pessoas com deficiência... Não sei se muitas, mas um número considerável, apresenta resistência ao nome Estatuto da Pessoa com Deficiência... Eu faço aqui a reflexão se não há nessas pessoas a dificuldade de se reconhecer como pessoa com deficiência, de se reconhecer como sujeito. E por que não ser tratado de pessoa com deficiência? E qual o problema do nome Estatuto da Pessoa com Deficiência... Esse é um debate que talvez muitos dos senhores e senhoras não saibam que exista no Movimento das Pessoas com Deficiência, mas existe e nós precisamos avançar, porque, em razão de uma dificuldade conceitual de receber o nome de Estatuto da Pessoa com Deficiência, atribuo hoje a não aprovação – ainda – do Estatuto da Pessoa com Deficiência, proposta pelo Senador Paim.

Temos, sim, a necessidade de fazer alterações na proposta legislativa em razão do surgimento, da entrada em vigor do nosso ordenamento jurídico, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – da ONU, aprovada e ratificada em nosso ordenamento jurídico em 2008, quando essa proposta já estava na Câmara dos Deputados em fase conclusiva para votação.

A grande dificuldade é que já se passaram três anos da vigência da Convenção e as adequações eventuais, necessárias ao texto, não foram realizadas por uma série de razões que não se justifica, porque, por maior que seja, ainda que eventual inadequação do texto com a entrada em vigor da Convenção, esse "conserto" já deveria ter sido realizado.

Estou na Presidência do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência desde fevereiro deste ano. Sempre deixei claro – a todos –, desde antes de minha eleição à presidência do Conselho, de que essa é umas das minhas bandeiras de luta. Tenho envidado todos os esforços para que tenhamos em breve um estatuto, uma lei adequada a nosso segmento. E adequada não só à Convenção, mas às necessidades concretas que as pessoas com deficiência têm em nosso País, que é tão grande e com tantas realidades culturais diversas.

Hoje trabalhamos com a expectativa de construir um grupo de trabalho que vá, efetivamente, colocar a mão na massa e aparar as eventuais e necessárias arestas no texto. Esse processo está um pouco lento para o meu gosto.

O próprio Senador Paim repete, com frequência, uma frase que admiro bastante: "O tempo é o senhor da verdade." Vamos buscar essa verdade no tempo possível e, para meu gosto, esse tempo possível deve ser ainda neste ano. A difícil missão não cabe só a mim, nem só ao Senador Paim, nem só aos Parlamentares da Câmara dos Deputados, onde se encontra o projeto hoje. Cabe a toda a sociedade, a todas as pessoas com deficiência, que querem efetivamente ter uma

igualdade de tratamento, ter condições para estudar, para trabalhar, ter acesso à saúde, aceso ao lazer, enfim, aceso a uma sociedade mais justa e solidária, porque esse é o grande objetivo de um Estado Democrático de Direito.

Agora, mais uma vez invocando os próprios ensinamentos e exemplos de Florestan Fernandes, eu digo a todos: a mudança dessa realidade, a transformação social necessária em favor das pessoas com deficiência, assim como de quaisquer outros segmentos, movimentos sociais, só será possível com muita luta, com muita dedicação.

Que nós sejamos efetivamente sujeitos e não objetos e que possamos tratar dos nossos interesses de igualdade de condições, de viver como cidadãos plenos em todos os seus direitos e deveres, se estivermos unidos, firmes e aguerridos, porque assim é que se vencem todas as dificuldades de uma vida e é assim que teremos realmente uma sociedade justa, solidária, para todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossos cumprimentos ao Moises Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência. Ele tem a deficiência visual e defende com muita convicção a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que o Senado já aprovou.

Quero dizer-lhe, Moisés, que nós estamos acostumados com essa batalha, e você sabe disso. Quero apenas expressar que demoramos quase dez anos para aprovar o Estatuto do Idoso. Enfim, com o apoio do Presidente Lula, hoje ele é uma realidade, é lei.

Acho que o Estatuto da Igualdade Racial demorou 15 anos, porque o debate começou lá na Constituinte e com aquela ida que fizemos à África do Sul, em nome dos constituintes, para pedir a libertação do Mandela, onde recebemos a Carta da Liberdade. E, hoje, mesmo aqueles que tinham dúvidas – e uma parte grande tinha – já entenderam que o processo agora é exigir a regulamentação do Estatuto, e não ficar chorando só se o Estatuto foi o ideal ou não. O Estatuto é uma realidade, está aí. Se nós assegurarmos a sua regulamentação, e eu tenho cobrado isso do nosso Governo, com certeza, avançaremos muito nas políticas públicas para toda a comunidade negra.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência não é diferente. Nós estamos no debate dele há também 10, 12, 13, 14 anos. Eu me lembro de que a primeira versão que apresentamos na Câmara ficou tramitando. Foram feitas audiências em todo o Brasil; depois fizemos outra versão aqui no Senado, que aprovamos; depois fizemos diversas audiências aqui à luz da convenção internacional; depois se entendeu que era preciso fazer ainda cinco encontros regionais. Partimos para os encontros regionais, que foram consolidados, reafirmando a importância do Estatuto. E hoje há um debate do conceito, se o nome deve ser ou não Estatuto.

Mas sei da vontade também da nossa Ministra Maria do Rosário pela aprovação do Estatuto. Eu estou torcendo para que, quem sabe, este ano, no dia 21 de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, por iniciativa das pessoas com deficiência do Rio Grande do Sul – eu apresentei o projeto e a lei –, possamos ver a sanção pelas mãos da Presidenta Dilma.

Parabéns pelo seu ponto de vista muito claro, muito firme, aqui, em defesa da inclusão e mostrando que Florestan Fernandes não olhava só para o negro. Ele olhava para todos os excluídos, todos os discriminados. Ele olhava para a nação indígena, olhava para os negros, olhava para os deficientes, olhava para os idosos. Ele olhava, e por isso foi falado, para a luta pelo salário mínimo, pela inclusão. Enfim, Florestan era um herói – como eu gosto de usar esse termo, não é? – sem fronteiras, cuja pátria era a humanidade. É uma coisa muito além do que possamos imaginar.

Mas, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam – e quero aqui cumprimentá-lo –, que prestigia todas as nossas audiências públicas e que certamente fará aqui um belo depoimento, porque conviveu com Florestan Fernandes e sabe de sua bela história... Peço uma salva de palmas ao meu Senador. *(Palmas.)* Como é o último Senador a fazer uso da palavra por parte da Mesa, ouvimos neste momento, então, o Professor Ottmar Teske, representante do projeto Cantando as Diferenças, que é inspirado principalmente em Florestan Fernandes e que está instalado no Rio Grande do Sul, em mais de 400 cidades. E agora nós queremos que seja o "selo de qualidade", entre aspas, daquelas prefeituras que adotam políticas contra qualquer tipo de discriminação, seja a violência contra as mulheres – estou ampliando –, seja a questão do meio ambiente; que recebam o selo Florestan Fernandes. Por isso, estamos caminhando bem.

Mas, muito mais do que eu, o Ottmar Teske, professor de uma Universidade do Rio Grande do Sul, a Ulbra, está com a palavra.

O SR. OTTMAR TESKE – Em primeiro lugar, quero saudar os companheiros da Mesa para debater a situação dos movimentos sociais, os direitos humanos, no olhar da sociologia de Florestan Fernandes. Sempre é uma satisfação poder estar aqui representando os parceiros do programa Cantando as Diferenças em nome do companheiro Ricardo Nerbas, do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul, do Santos Fagundes, do Sipe, do Instituto de Pesquisa em Acessibilidade, enfim, representando também a

Ulbra, que acolheu e está junto também como parceira do programa Cantando as Diferenças.

Em 2004, quando começamos a estruturar o programa Cantando as Diferenças, o Senador Paim nos propôs que o referencial e a data que de alguma maneira manifestaria de forma mais consistente esse programa, para estarmos numa linha correta, seria a data de 10 de agosto, dia do falecimento de Florestan Fernandes, para que essa semente chamada Cantando as Diferenças, como disse o Senador, que hoje já ultrapassa 400 Municípios e entidades que aderiram ao Cantando, pudesse ser uma homenagem ao nosso patrono da sociologia e padrinho do movimento, que é Florestan Fernandes.

Eu sinto aqui, Senador, o quanto foi certeira essa sua indicação. A mesma emoção que percebo em Laurez Cerqueira nós vimos na nossa companheira socióloga Heloísa Fernandes, em 2007, quando fizemos o I Seminário Nacional Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes, com o tema Matrizes Religiosas no Brasil e o Meio Ambiente.

E percebo, assim, Senador, que esta Mesa que foi produzida... E sabemos que centenas e centenas de companheiros que estão nos assistindo, estudantes de sociologia, estudantes da Ciência Política, assistentes sociais, sociólogos... E somos muitos, porque no tempo que Florestan estava na luta eram poucos. Hoje são centenas e milhares, porque se reconhece, não só na licenciatura, mas no bacharelado, a importância do sociólogo e das assistentes sociais, lá na ponta, tentando traduzir os programas que estão sendo implementados nesses últimos 16 anos sem a presença do Florestan. É outro país. É outro momento.

Como disse a Heloísa Fernandes, lá em 2007, quando estávamos celebrando dez anos sem Florestan Fernandes, mas estávamos em festa, ela disse: "Que bom que esse dia de luto se transforme em dia de luta e de festa". E que o dia 10 de agosto possa ser essa marca do dia nacional de reflexão do Cantando as Diferenças, projeto este aprovado por unanimidade, apresentado pelo Senador Paim. E aqui no Senado se celebra, no dia 10 de agosto, o Dia Nacional do Cantando as Diferenças, tendo em mente a semente lançada por Florestan Fernandes.

Eu vejo que esta Mesa nos trouxe, até o momento, uma leitura do passado, uma leitura consistente do passado e das questões teóricas fundamentais de Florestan Fernandes. Mas nós não podemos deixar de perceber algo interessante que está acontecendo nesta Mesa. Nós temos um timoneiro aqui nesta Mesa, chamado Senador Paulo Paim, que de alguma maneira foi referenciado por todos que aqui falaram e que é o presente. Eu vejo que o Cantando as Diferenças de Florestan Fernandes é o presente, traduzido exatamente nesta luta que aqui se apresenta e se desenha.

Se nós estamos aqui escrevendo o presente, como nos ensinou Florestan, estamos pensando o futuro. E esse futuro tem que ser pensado com muito cuidado. Então, ler o passado, escrever o presente e pensar o futuro me faz recordar aquilo que Florestan nos ensinava quando dizia que nenhum ser humano poderia se esquecer do seu ponto de partida; que o ponto de partida sempre tinha que ser relembrado, para que ele pudesse pensar o presente e, com responsabilidade, projetar o futuro.

Que bom que Florestan está aqui conosco por meio das ações propositivas e sempre pautadas na positividade do nosso companheiro Paulo Paim, juntamente com os movimentos sociais e populares.

Eu quero dizer o seguinte, lembrando a Heloísa Fernandes, a única filha socióloga de Florestan. Ela nos contou que, antes da cirurgia, no seu último contato telefônico com Florestan, ela dizia: "Você é camponês, você é guerreiro, você vai vencer essa aí". Ela sabia que era um momento bastante delicado. Ele disse assim, quando ela disse que ele iria conseguir sobreviver: "Pois, vejam só", com uma voz já bastante fraquinha, "não só sobrevivi como vivi muitos e bons anos de vida". "Eu penso que ele estava certíssimo", dizia Heloísa Fernandes. Tão certo, que hoje nós estamos aqui celebrando um pouco essa emoção que o Cerqueira nos demonstrou e que todo mundo sabe e tem condições de traduzir.

E sabemos também que Florestan viveu um tempo em que se apanhava nas mãos, na escola primária, em que ainda era lei a palmatória, era livre o uso de grãos de milho e da "orelha de burro". Isso tudo fez com que a formação de Florestan, que não era Florestan – até os seis anos era chamado de Vicente, como Laurez muito bem escreve no seu livro...

Dizendo isso, Laurez, eu quero aproveitar o momento para dizer que esta é uma leitura obrigatória, Senador, a partir deste ano, em uma disciplina do curso de Ciência Política chamada Comportamento Político. E é exatamente esta obra do Laurez que serve como estímulo para que possamos fazer com que as universidades se encantem novamente com o que é Florestan na prática, na vida. Porque, sem dúvida alguma, essa obra traduz muito bem essa situação.

Eu gostaria também de dizer que, como estamos falando da luta, nós não podemos esquecer de que o Senador Paulo Paim, como constituinte, junto com Florestan, em 1988, aprovou a nossa Constituição. Porém, como disse o Senador Cristovam em outra audiência, as nossas reformas são sempre incompletas.

Também esta foi incompleta, e há necessidade de se criarem estatutos.

O que seria do Brasil sem o Estatuto da Terra? O que seria do Brasil sem o Estatuto da CLT? O que seria do Brasil sem o Estatuto do Idoso? O que seria do País sem o Estatuto da Igualdade Racial? Este é um instrumento fundamental nas mãos das assistentes sociais, dos sociólogos que estão caminhando ali na rua, que estão em ação nas ruas, que estão fazendo abordagem com cidadania às pessoas com deficiência, aos negros, aos idosos.

Existe mais um detalhe: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi citado aqui pelo Moises... É muito estranho um estatuto que foi aprovado, que já passou pela Câmara, que chegou ao Senado e foi aprovado por unanimidade, que voltou para a Câmara, onde foram feitas sessões, que passou por todas as comissões, é muito estranho que não esteja aprovado ainda. Será que é o Florestan que está aí, estranhamente, provocando algo? Por que não aprovam o Estatuto da Pessoa com Deficiência? É tão difícil assim aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência na Câmara?

Eu penso que, de fato, quem nos tem que responder isso é a Câmara, porque até o momento, já que está tudo pronto, não aprovou esse instrumento fundamental para tirar do isolamento, para tirar de casa as pessoas com deficiência e fazer com que elas possam ser também protagonistas da sua história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Permita que eu diga só uma frase, com a qual eu creio que o Moises vai concordar: Parece-me que há uma força oculta que sempre cria um problema. "Não, mas tal vírgula, em tal capítulo, poderia ser diferente." Então mude, mas votem. Não dá é para deixar trinta milhões de pessoas... A maioria da correspondência que recebo em meu gabinete ultimamente é exatamente das pessoas com deficiência, perguntando: E o nosso Estatuto, Paim? Aprovaram o do idoso, aprovaram o da igualdade racial, aprovaram a política do salário mínimo. E cadê o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

Desculpe a interrupção, mas é uma indignação muito grande. Alguns conseguem trancar – e sabemos que são minoria –, e o Estatuto não avança. Sabem que não podem votar contra, porque é uma lei que tem quase 300 artigos trazendo benefícios para as pessoas com deficiência, então vão mantendo a lei engavetada nos gabinetes da Câmara, infelizmente.

O SR. OTTMAR TESKE – Como faz falta o Florestan Fernandes na Câmara, para manter viva a luta, a coragem, a firmeza. Como faz falta o Senador Paulo Paim na Câmara, com a firmeza, com a coragem, com a luta.

Eu tenho convicção de que vamos avançar como avançamos nesses últimos 16 anos. Com certeza este é outro País. Nós vivemos outra situação.

Entre elas, eu digo, o Florestan, talvez... Como já foi dito aqui pelo Eurico, pelo Laurez, pelo Haroldo, pelo companheiro Edilson e pelo Moises, o Florestan é a qualidade. Não é a qualidade total, é a qualidade em si. É a qualidade quando se implanta um programa fabuloso como esse que, talvez, nas entrelinhas, aparece nessa mescla do desenvolvimentismo e da realidade, que seria um sistema único de assistência social, o SUAS, que hoje está em alguns poucos Municípios, mas que está sendo implementado em todo o País.

Já se indicou que o Governo Dilma quer qualidade nesses programas. E eu diria que a sugestão da qualidade é Florestan Fernandes. É o compromisso e a responsabilidade ética com a coisa pública. É poder, de fato, fazer aquilo chegar à ponta. Então, eu vejo que os avanços como o SUAS estão intimamente ligados a esta questão da qualidade representada por Florestan Fernandes.

O Cantando as Diferenças é outra entrelinha, que é pensar com o coração. Pensar com o coração da mesma forma como o Senador Paim procura traduzir em propostas – como nos ensinava o Betinho – aquilo que ilumina as nossas mentes e o nosso coração, ou seja, a construção do novo mundo. Então, fazer uma audiência pública para celebrarmos Florestan Fernandes por meio do Cantando as Diferenças...

O que é o Cantando as Diferenças? Cantando as Diferenças, como diz o nosso Senador Paim, é dar palco para quem não tem palco. Quem é que sobe no palco do Cantando as Diferenças? Quem é que sobe no palco com Florestan Fernandes, com coragem, com firmeza? Quem é que sobe no palco com o Senador Paim? Sobe no palco o Zumbi dos Palmares. Sobre nesse palco Sepé Tiaraju. Sobe nesse palco João Cândido. Sobem nesse palco esses heróis que provavelmente não são lembrados na Semana da Pátria. São tão heróis quando Duque de Caxias, que obviamente é um dos heróis, Sepé Tiaraju, João Cândido, a luta dos Lanceiros Negros, Chico Mendes, todos esses companheiros estão no palco de Florestan Fernandes e Paulo Paim. Cantar as diferenças significa cantar por meio dos movimentos sociais e populares.

E eu quero dizer ainda algo relacionado especificamente ao Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mais de 1.200 encontros foram realizados junto com os movimentos das pessoas com deficiência. Então, não há uma explicação lógica do porquê de estarmos numa situação complicada em relação a esse instrumento.

Quero concluir a minha fala, dizendo que o nosso Senador Paulo Paim, por onde passa, ele incentiva o

Cantando as Diferenças. E este ano tem acontecido uma coisa inédita: uma escola de samba do primeiro grupo, uma das mais importantes lá do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, a Imperadores do Samba, pela primeira vez, vai homenagear um político negro e vivo para cantar essa trajetória anterior do Senado Paim.

Se me permite, Senador, eu gostaria de ler a letra que foi selecionada no sábado, quando se escolheu ali o samba, que é de Hugo Fiscal. O samba seis foi escolhido e diz assim:

O céu se enfeitou
e o sol nascendo vem para clarear
é luz que iluminou o seu caminhar
menino, começa a sonhar
vem lá de Caxias do Sul

As últimas cidades onde o programa Cantando as Diferenças foi lançado foram Caxias e Guaporé. Esses foram os últimos Municípios do Rio Grande do Sul onde foi lançado o Cantando as Diferenças.

Trabalho é sua verdade
para mudar toda realidade
encontrou no aço e no metal
resistência é força sindical
As ideias chegam, vão surgir
é a liderança a lhe seguir
Sua estrela brilhou
companheira é a sua verdade
o povo quer paz, mais amor e dignidade
o negro sonhou, gritou, lutou
igualdade, liberdade!!!
O homem é um "mundo"
de coragem, carinho e paixão
que roda o mundo, unindo a Nação
exemplo de garra, cidadão brasileiro
é gente da gente um bravo guerreiro
Aplausos...
ao grande lutador
orgulho do País, hoje sou mais feliz
e ao som da sinfônica vem
um leão que só faz o bem sem olhar a quem
Vem, meu amor, a Imperadores chegou
a nossa família te envolve em seu manto
respeita o leão nessa avenida
traz Paulo Paim, lição de vida

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Eu agradeço ao nosso Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, a realização desta audiência, que é mais uma daquelas que ele vem fazendo aqui, transformando o Senado num centro de debates sobre problemas do País. Como a gente já conversou, esta é a Comissão das comissões. Todos os temas passam pelos direitos humanos. Não há nenhum tema fora dos direitos humanos.

Mas eu fico feliz também porque, nesta audiência, diferentemente de todas as outras, a gente vinculou um problema a uma pessoa. É a primeira vez que a gente faz isso. A gente faz, às vezes, homenagens às pessoas e, às vezes, discute problemas. Mas nunca tínhamos juntado.

Para mim, é óbvio juntar Florestan com o problema daqueles que sofrem e padecem de alguma deficiência por causa de uma palavra, que não é deficiência e que é o centro do pensamento do Florestan, que é a palavra "opressão". O problema que nós temos com as pessoas que são portadoras de deficiência é o problema da opressão que elas vivem. E opressão que elas vivem por falta de ações do setor público em geral. E aí eu falo também do setor público nas mãos de particulares, que é a fraternidade, que compensariam e liberariam dessa opressão. A opressão, por exemplo, do preconceito. O preconceito oprime. Nós despertamos agora... Todos os dias, fala-se muito no *bullying*, que realmente é um problema. Mas o portador de deficiência sofre *bullying* permanentemente, mesmo que não seja aquele *bullying* da instigação, aquele *bullying* do incômodo, mas é uma forma de *bullying* em si. Mesmo que, ao redor, todos os meninos em uma escola tratem até com carinho uma pessoa com deficiência, mas há um *bullying* pelas formas como essas pessoas são perseguidas pela própria realidade. A realidade da falta de uma rampa para o cadeirante, a realidade da falta de um tradutor de Libras para quem não ouve, a realidade da falta de livro em Braille para aquele que não enxerga. É uma forma de opressão, uma forma de *bullying*.

Nós temos a opressão da exclusão que essas pessoas sofrem por falta de uma educação que permita inserir-se na vida. O Moises falou, se não me engano, que 300 mil pessoas, entre 30 milhões, têm emprego formal. Se nós formos olhar, parte disso é pelo preconceito, mas parte é por falta de uma educação que lhes permita inserir na atividade profissional. E aí são duas coisas que causam: falta de educação ou uma educação que não é adaptada para preencher o vazio da falta de uma formação profissional. Eu sou um defensor da educação inclusiva para os deficientes, mas educação inclusiva não resolve o problema profissionalizante. A educação inclusiva é importante para quebrar a primeira opressão do preconceito entre as outras crianças, para fazer com que o portador da deficiência conviva com os outros, mas não faz dessa pessoa um bom profissional. Para ser um bom profissional, é preciso

termos instituições voltadas para formar portadores de deficiência, identificando, por exemplo, que tipo de profissão ele pode ter, porque não pode ser qualquer uma. E aí, identificando as que ele pode ter, fazendo com que ele receba o treinamento.

Eu visitei uma escola em outro país, um país pobre, a Jordânia. Uma escola de formação profissional para portadores de deficiência. E aí eu vi quantas pessoas, por exemplo, com deficiência mental, sobretudo com síndrome de Down – se é que a gente pode chamar de deficiência mental, que não é também uma boa palavra –, quantos desses viraram jardineiros. Eu vi outros, também com síndrome de Down, cozinheiros. Isso eles não aprenderiam em escola inclusiva. Então, nós precisamos quebrar a exclusão educacional que sofrem os nossos portadores de deficiência. Com isso, acabando a opressão que eles sofrem. E aí a opressão não é só sobre eles. A opressão é sobre os familiares. Uma das maiores dores de pais de portadores de deficiência é saber como eles vão viver depois da morte dos pais. E alguns vão mais longe: depois da morte dos irmãos. Ficam abandonados. Acabaria essa opressão sobre os pais, sobre os familiares. Essa educação tem que ser, ao mesmo tempo que inclusiva, ao mesmo tempo que profissionalizante, especificamente para o tipo de serviço que pode essa pessoa desempenhar, mas há outra coisa também que a gente esquece: é a educação dos outros para servirem bem aos que têm as deficiências.

Por exemplo, formação de intérpretes de Libras. Não temos que formar como intérprete de Libras – até porque eles não bastariam para fazer a interpretação – os que são portadores de deficiência para que conversem entre eles não. Nós temos que ter formação de pessoas que falam e que ouvem para que sejam intérpretes dos que não falam e não ouvem. A educação hoje não oferece esses cursos na quantidade necessária, o que inclusive termina sendo uma estupidez, porque isso hoje, daqui para frente, cada vez vai gerar mais emprego para intérpretes. Porque com o crescimento dos Direitos Humanos, Senador Paim, vai aumentar o mercado para aqueles que são profissionais como intérpretes de Libras. Vai crescer o número de editoras que usam linguagem Braille, porque os Direitos Humanos vão criar uma demanda sobre isso.

Outra coisa que é uma opressão também terrível é a exclusão do acesso dessas pessoas a tudo aquilo que a ciência e a tecnologia já oferecem. Duzentos, cem anos atrás, não era uma opressão um surdo não ter um aparelho auditivo. Não existia. Hoje, é uma opressão não garantir que todos tenham. É uma opressão não oferecer os serviços que a ciência e a tecnologia oferecem. Se vocês andarem por aqui, nos corredores, vocês vão ver os nossos portadores, os nossos cadeirantes. Hoje não tem nenhum. O Senador Flávio Arns tinha um assessor que vinha na cadeirinha dele. Poucos têm acesso a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele está com a Senadora Ana Rita agora, que é Vice-Presidente da Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Senadora Ana Rita.

Poucos têm acesso a isso. Poucos têm acesso aos instrumentos que a ciência e a tecnologia já oferecem. É inadmissível que a ciência e a tecnologia não cheguem a todos aqueles que têm algum tipo de deficiência.

Coloquem mais anos atrás. Quinhentos anos atrás, uma pessoa da minha idade já não podia mais ler porque não tinha óculos. Pouco mais de quinhentos. Hoje, poucos não têm óculos para ler. Já é um instrumento que a ciência e a tecnologia oferecem a quase todos, salvo às crianças em escolas públicas sem qualidade, em que os professores não estão preparados para identificar esse problema, que, identificado, já se consegue os óculos. Então, nós precisamos quebrar essa opressão da falta de acesso de uma imensa quantidade de portadores de deficiência à ciência. Temos que ter isso.

E aí eu chego a outro ponto. É o fato de que nosso sistema social... Tudo isso está muito dentro da linha de Florestan, que é o lado do tratamento, do sofrimento da deficiência como uma forma de opressão. E aí eu ponho a outra, de que ele tratava tanto, que é o fato de que nossa sociedade é uma fábrica de opressão. Portanto, é uma fábrica de deficiências. Não físicas, não mentais, mas de outro tipo. Aqueles 14 milhões que temos no Brasil que não aprenderam a ler são portadores de um tipo de deficiência, a deficiência de comunicação com o mundo de hoje. Até há algumas décadas, a comunicação era por ouvir, falar e ver. Hoje, não é só ouvir, falar e ver, é ler também. É como se alguns tivessem já um sexto sentido que permite a leitura. Não nascem com isso, mas chegam aos seis anos com esse equipamento de ler, chegam com esse sentimento adicional. Mas 14 milhões, no Brasil, é muita gente. E são adultos que não sabem ler. Ou seja, o sistema social e econômico produziu uma deficiência: chegar aos quinze anos sem saber ler. Na verdade, chegar aos sete já é uma forma. Mas este País é tão tolerante com as desigualdades, com as deficiências, que só considera que o analfabetismo é um problema depois dos quinze. Se a gente colocar aos treze, catorze, aumenta esse número.

A deficiência do desemprego. Uma pessoa portadora de desemprego. Ninguém nem trata assim. Trata

como portador de emprego ou desempregado. O desempregado é um portador de desemprego. Porque se ele tivesse recebido a formação certa na hora certa, a chance de estar empregado seria muito maior. E se ele tivesse recebido a formação que permite a reciclagem profissional, aí a chance de ser desempregado era muito pequena. A gente não trabalha esse lado.

Nós não trabalhamos o lado da opressão fábrica de deficiência de uma saúde incompetente. Quantos no Brasil hoje estão deficientes por uma doença que não foi curada na hora certa, gente? A gente esquece que esses são deficientes. Tivesse tido um tratamento no momento certo, um diabético não seria diabético. E um diabético é uma forma de deficiência que você tem. Ou estaria sendo atendido pela ciência e tecnologia, e, portanto, não seria deficiente, como ninguém me trata por deficiente por ter os óculos. Mas eu não consigo ler sem eles.

Então, nós precisamos tratar a deficiência como uma forma de opressão. Ou uma opressão que produz, a fábrica, ou a opressão que não atende. Uma é a fábrica, a outra é a falta da rede de proteção, a falta do serviço, saúde e educação.

E eu quero dizer que também aí entram todos os outros setores das deficiências por causa da opressão criada pelos preconceitos, como sobre mulheres que não são atendidas como deveriam e sobre aqueles que têm uma opção sexual diferente. Claro que não é nenhuma deficiência, é uma opção, mas o preconceito termina tratando-os de uma maneira que penaliza. Se penaliza, é um sinônimo de provocar uma deficiência, induzida pelo preconceito.

A racial. Nós induzimos uma deficiência por causa do preconceito, fazendo uma opressão. Quantos jovens não são recusados no emprego por causa da raça no Brasil? Muitos. Muitos.

Então, a essa opressão é que o Florestan dedicou a obra dele. Florestan era um sociólogo, mas na verdade ele era um "opressiólogo", ele era um estudioso da opressão, e um libertário da opressão.

E, finalmente, quero aproveitar para dizer que tudo isso, a meu ver, é produto de uma deficiência gravíssima dos que acham que não têm deficiência. É a deficiência da falta de ética. A ética define como é que a gente vê as coisas. A gente não vê só com os olhos, a gente vê como todo o arcabouço mental que nós temos diz que é uma coisa. O daltônico vê as cores diferentes da gente. E nós vemos as coisas umas diferentes dos outros. Há pessoas que veem um pobre como se fosse um estorvo na vida dele. Há outros que não percebem que os pobres existem, mesmo que enxerguem bem. E há outros que veem o pobre como alguém a ser ajudado. Ainda há outro que acha que o pobre tem que ser ajudado não individualmente apenas, mas por uma revolução que elimine o quadro da pobreza. Isso é a ética que define. A ética são os óculos que a gente usa em cima dos óculos, ou até mesmo quando a gente não tem a visão, ou quando a gente tem uma visão perfeita, mas tem os óculos. Isso o Lauro Campos falava muito, que eram os óculos da ideologia de cada um.

Talvez aí esteja o maior dos problemas. E isto o Florestan trabalhou muito: o problema da ética. Talvez esteja aí o maior dos problemas, a maneira como nós entendemos os problemas daqueles que são portadores de deficiências, a ética com que os outros olham para eles, sobretudo nos governos.

E eu concluo dizendo que há uma outra cegueira ética, que está na política. E eu sinto isso pelo preconceito que eu vejo naqueles que são contra um projeto de lei que eu coloquei que acrescenta três palavrinhas no art. 6º da Constituição. É o artigo que diz dos Direitos Sociais, que são direitos sociais a educação, a saúde, a habitação, o emprego e etc. Eu coloquei três palavrinhas: "São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, educação, saúde, etc.". As pessoas passaram a entender que era um artigo novo que dizia: "Todos têm direito à felicidade". Isso daí seria uma estupidez que ninguém faria. E eu não vou chamar de estupidez, mas me surpreende como são obtusos os que acham que algum Senador seria capaz de fazer um artigo dizendo que a felicidade é um direito. Não. O que eu coloco lá é aquilo que me trouxe para a política, que me tirou da banca de escola, embora eu nunca tenha deixado totalmente, para ser político, quando me chamaram para ser candidato a governador, por falta de qualquer outro aqui, no Partido dos Trabalhadores,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por falta não. O senhor vai me permitir agora. Eu tive a alegria, junto com o Olívio e com o Lula, de, no seu apartamento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – De me chamar para o PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazer um apelo. Fazer um apelo para o senhor entrar nessa caminhada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, isso é uma coisa. Entrar para o PT, não tenho dúvida. Mas ser um candidato. Faltava um da minha idade. Eram todos garotos. E o Lauro não queria.

Pois bem, eu pensei: "Mas para quê?". E para mim veio a ideia: "Para eliminar os entulhos que existem no caminho por onde as pessoas passam buscando a felicidade". Este é o papel de um senador, de um deputado, de um prefeito: eliminar os entulhos que atrapalham a felicidade. Não é para dar felicidade. Não, não é, mas

é para eliminar os entulhos. Aliás, eu estou pensando nos bons políticos, porque os maus são para que eles parem de botar entulho. Os bons são para eliminar os entulhos que os outros fizeram. Entulhos de todos os tipos. Entulho do engarrafamento de trânsito, que atrapalha você a buscar a felicidade, chegando atrasado nos compromissos, no encontro com a namorada ou com o namorado. Entulho de ficar numa fila para que o filho seja atendido num posto de saúde. Ninguém é feliz com a criança doente e sem o médico por perto. Não é feliz. Agora, depois que você dá o médico, não garantiu a felicidade. Você eliminou um entulho, um entrave, um obstáculo. E o que é que a gente vê com os deficientes? Obstáculos maiores do que os das pessoas que não têm deficiência. Esta é a grande diferença: os entraves, os entulhos, os obstáculos são muito maiores. E qual é o papel da gente? Arrancar essas pedras do caminho dos que têm deficiência. A pedra de degraus, em vez de rampas. A pedra de não termos aqui, nesta manhã, intérpretes de Libras. Devia ter. Eu soube que o Senado está querendo suspender o contrato. Isso daí é um absurdo, é um crime até. O contrato que tem com alguns tradutores, intérpretes de Libras. É um obstáculo. Imaginem, as pessoas – se estiver sendo transmitido pela televisão, eu não sei – que estão vendo a gente aqui e que não escutam. O entrave de quem quer ler, mas não vê. Então, a gente tem que traduzir para Braille o máximo possível.

Nossa tarefa, Senador Paim, todos os artigos de leis a favor dos direitos dos portadores, tudo isso se resume numa única coisa: usarmos a política para eliminar os obstáculos que estão, mais de que a outras pessoas, impedindo que os portadores de deficiência possam buscar a própria felicidade. Podem não encontrar, claro, como muitos de nós não encontramos, mas que não seja por falta do carinho e do apoio ao redor deles, nas famílias, mas, sobretudo, que não seja por falta dos serviços que eliminem as pedras que aí estão e que podem ser eliminadas pela educação, pela arquitetura, pela oferta dos instrumentos da ciência e da tecnologia. Ou seja, o papel da política, como dizia o Florestan, mesmo que não falasse esta frase, é quebrar os grilhões da opressão, desde acabando com a escravidão que é a falta de cadeira de rodas para quem precisa, porque termina condenado a uma escravidão por falta das próprias pernas. Então, nós estamos aqui para descobrir como acabar com as diversas formas de opressão que dificultam a busca da felicidade por aqueles que são portadores de deficiência.

Eu fico feliz de estar aqui nesta manhã com vocês. Que nós possamos usar esta Casa na luta para acabar aquilo que Florestan, como intelectual e como político tentou: acabar com todas as formas de opressão que transformam os deficientes em continuar deficientes e até aqueles que não são deficientes físicos em deficientes por falta dos serviços públicos que a política tem que oferecer.

Era isso, Senador Paim, que eu tinha para falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus agradecimentos ao Senador Cristovam, que mais uma vez dá uma enorme contribuição a esta Comissão, enfatizando a importância do combate à opressão e apontando caminhos para a felicidade. Eu assinei essa PEC com a maior satisfação e assinaria de novo. Assinei e assinaria de novo. V. Exª está com toda razão.

Houve um debate em que o tema foi discutido em fórum internacional. A questão da felicidade. E por que não perseguir a felicidade? Parabéns a V. Exª.

Está com a palavra, neste momento, o Laurez.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Apenas um pequeno comentário. O Professor Florestan apresentou uma proposta à Constituição sobre o direito à felicidade. Eu acho que o senhor está bem afinado com ele neste momento. Acho muito bom retomar isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Você tem como me ajudar, para eu recuperar exatamente como foi?

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – O texto? Eu vejo. Eu vejo e mando para o senhor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque isso, primeiro, me permite pagar uma dívida por ele ter sido um pioneiro. E, segundo, me ajuda muito a vender a minha ideia, com o prestígio que ele teve.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Sim, claro. Eu mando para o senhor, no gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só esse detalhe aqui na Comissão, que não é um detalhe, já mostra a importância deste debate. Quer dizer, Florestan Fernandes tinha a mesma visão que o senhor tem da importância do caminho da felicidade. Isso para nós é muito importante. E o Laurez, que foi assessor direto dele, trabalhou diretamente com ele, com certeza vai dar essa contribuição para todos nós, buscando esses documentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Moises, com a palavra.

O SR. MOISES BAUER – Gostaria só de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e de dizer, Senador, que na sua fala quanto à eliminação de barreiras e obstáculos, visualiza-se muito uma das grandes inovações que a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência trouxe ao nosso ordenamento

jurídico. Porque até a entrada em vigor em nosso ordenamento jurídico da Convenção nós conceituávamos as pessoas com deficiência, e por falta de uma legislação apropriada ainda conceituamos, só do ponto de vista clínico. Constata-se se uma pessoa tem deficiência ou não a partir da análise de um médico, que vai examinar meu grau de visão, meu grau de audição ou limitação física ou intelectual, para dizer se sou uma pessoa com deficiência ou não. A Convenção tira da análise da pessoa e faz a análise da sociedade, dando a ideia de que uma pessoa vai ser mais ou menos deficiente se a sociedade estiver mais ou menos preparada para receber essa pessoa. Porque, hoje, com uma deficiência visual, eu sou deficiente por quê? Ah, porque eu não consigo caminhar com muita autonomia, porque os espaços não estão preparados. No momento em que a arquitetura resolver esse problema, colocar pisos podotáteis, de orientação e de direção, eu vou poder andar sozinho. Não vou mais ter essa deficiência de andar sozinho, porque a sociedade está preparada para mim. Se hoje sou deficiente visual é porque não consigo ter acesso à leitura. A grande maioria dos livros que estão na biblioteca do Senado está num formato que para mim não é acessível. A partir do momento em que esses livros estiverem num formato acessível, seja em Braille ou outro meio digital ou áudio, não vou ter mais essa deficiência.

Então, com isso, a convenção trouxe esse novo paradigma de que, na verdade, quem tem deficiência é a sociedade e não a pessoa, porque a sociedade não está preparada para receber as pessoas com suas diferenças sensoriais, físicas, etc.

Então, essa é uma reflexão em que sua percepção está muito afinada também com o que a convenção traz para o nosso ordenamento jurídico, e agora nos cabe regulamentar isso. Um dos desafios é: sim, mas e agora? Como vamos medir a deficiência? Porque, certamente, uma pessoa com baixa visão que não tenha recurso de lentes ou outros recursos ópticos vai ter, sem dúvida, uma necessidade, uma atenção mais especial do Estado do que aquela que está numa região distante ou sem condições socioeconômicas para ter esses recursos. Aí aquela pessoa com baixa visão que, às vezes, tem o mesmo grau de deficiência no aspecto clínico que uma que tem os recursos vai ter uma deficiência maior.

Agora se fala que, talvez, a conceituação, a avaliação da deficiência possa se dar não só por médico, mas também por assistente social, por psicólogo. Fala-se até na capacidade de resiliência, na capacidade muito subjetiva da pessoa em superar as suas limitações, porque, muitas vezes, a pessoa não tem limitação física ou sensorial nenhuma, mas, por não ter uma condição emocional satisfatória, também não consegue vencer algumas dificuldades da vida diária.

Então, era essa a contribuição, muito na linha do que o senhor vinha trazendo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Moises.

Neste momento, vou para as considerações finais, dando cinco minutos para cada um dos nossos convidados para que faça o seu relato desta audiência e alguma a mais que queira acrescentar. Vou inverter agora.

Passo a palavra ao Sr. Eurico Antônio González Cursino dos Santos, professor de Sociologia e consultor do Senado.

O SR. EURICO ANTÔNIO GONZÁLEZ CURSINO DOS SANTOS – Professor de Sociologia aqui, na Universidade de Brasília. Primeiro, queria realmente parabenizar o Senador, porque é muito bom a gente ter esse tipo de debate, esse tipo de conteúdo num espaço público, com divulgação nacional. É bastante interessante mesmo, Senador. Isso é meritório. Como disse o Senador Cristovam, isso é função do Senador da República. Também penso assim, modestamente.

Vamos lá. Aproveito esses cinco minutos para dar uma arredondadinha na notícia que tentei dar, aproveitando outras coisas que foram mencionadas aqui.

Queria definir o esforço do pensamento de Florestan Fernandes como um esforço de pensar o problema da igualdade no Brasil. Igualdade, novamente apoiando-me na lição do Senador Cristovam, tem a ver com ética. O que é ética? Ética é a capacidade que temos, como animais que somos, de não animalizar tudo. Ética é a capacidade que temos de lidar seletivamente com o meio ambiente, inclusive com as outras pessoas que estão ao nosso redor e que tendem a ser, como qualquer animal, instrumentos da sua sobrevivência. O animal vai olhar para as coisas e pensar: aquele vegetal ali eu como, aquela sombra ali eu uso, com aquela água me lavo. As coisas são meios para o animal viver. Os humanos desenvolveram uma coisa que se chama ética. Não é que eles percam essa característica. Eles precisam lidar com o meio ambiente para viver. Eles precisam usar o meio ambiente para viver, mas eles descobriram que eles podem conter isso e olhar para outros seres do meio ambiente – no caso, os humanos – e dizer: você não, você não é completamente meio para a minha vida. Em alguma medida, você tem direitos humanos fundamentais, sagrados, etc., que são seus em si. As sociedades fabricam a capacidade de se guiar por esse tipo de consideração, fabricam ou não, como disse o Senador.

A obra de Florestan Fernandes nos convida a investigar essas condições da eticidade, ou seja, em

que condições a nossa fabricação de gente habilita os nossos cidadãos a reconhecer nos outros – e ter, com isso, recompensas emocionais positivas – a condição de fins em si: você eu não posso completamente usar. Posso usar um pouquinho, todo mundo se usa, as pessoas se contratam, se namoram, etc. e tal, normal, mas, em alguma medida, não. Tem um limite. Isso não faz sentido.

A nossa sociedade produz isso, essa consideração ética, mas produz de modo particular, produz dentro de grupos, dentro de classes. Florestan Fernandes nos deu a questão. Olha, como vamos fabricar isso em termos universais? Como vamos fazer com que pessoas de classes diferentes, de raças diferentes se olhem e se reconheçam? Pessoas que não têm motivos de economia emocional concreta para se reconhecerem, que não são da mesma família, não são do mesmo grupo, não são da mesma rua, enfim, pessoas que precisam se reconhecer em termos universais, reconhecer na outra só a humanidade. Em que medida a nossa sociedade nos dispõe para isso? Esse é o tipo da questão que acho que foi esquecida, como o Laurez mencionou aqui.

Eu queria divulgar a ideia de que esse é o principal significado intelectual e moral da obra do professor Florestan Fernandes, que utilizou, acho, a separação necessária que tem que haver, em ciência, entre valores e rigores teóricos da maneira mais adequada possível.

Ele, como homem, como pessoa que tinha valores fortes, perguntou-se para a sociedade: por que você não é como um bom lugar para a gente viver? Aí usou método cientifico, aí levantou questões, aí propôs planos de estudo, mas o que animou isso foi uma consideração muito humana, que deve ser de todos os cientistas, inclusive, uma consideração – aí chamo a atenção – baseada em valores que pugnam essa igualdade universal, essa igualdade básica entre todos os seres humanos, que, insisto – ele chamou a atenção –, é uma coisa que as sociedades podem ou não fabricar, têm condições para gerar essa fabricação. E ele nos convidou a olhar para tudo isso.

Agradeço muito ao Senador Paim, porque nos chamou a atenção para isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Professor da Universidade de Brasília Eurico Antônio Gonzalez Cursino, que também é consultor da Casa, pela sua exposição com o mesmo brilhantismo do primeiro momento em que usou a palavra, trazendo para nós mais informações e análises profundas sobre a caminhada desse grande ícone do Brasil e do mundo, Florestan Fernandes.

Seguindo a sequência, de imediato, passo a palavra para o Laurez Cerqueira, escritor e autor do livro *Florestan Fernandes – Vida e Obra*.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Obrigado, Senador.

Eu acho que um dos grandes legados que Florestan deixa, além da sua obra, é a sua postura enquanto homem público. Ele tinha um compromisso muito forte com a ética e um compromisso com os "debaixos".

Ele disse, em uma frase memorável sua, que a coisa mais difícil que ele fez em toda a sua vida foi permanecer fiel à sua classe de origem. Então, toda a produção acadêmica dele, toda a vida política dele foi dedicada aos "debaixos". E aí, pela abrangência da obra e da atuação dele, todos os setores sociais discriminados, oprimidos, como disse o Senador Cristovam, tiveram o apoio dele.

Eu vou lembrar mais algumas coisinhas da pessoa dele. Hoje reforcei muito a coisa da pessoa porque sabia que havia pessoas que vieram aqui trazer contribuições mais da obra ou mesmo dos compromissos dele na área social, etc.

Vou lembrar um fato que foi muito interessante: uma vez, ele estava doente, com hepatite c, que ele contraiu numa transfusão de sangue, em um hospital público em São Paulo, em 1974. Ele teve um problema de saúde e teve que fazer uma transfusão e pegou o sangue contaminado. Dessa doença, ele morreu. Foi interessante o fato que vou narrar agora: ele teve uma crise, já bem debilitado. Estavam em casa somente ele e a mulher; o filho, Florestan, estava na TV. Ele saiu de casa de robe de chambre e pegou um taxi e foi para o hospital público, hospital do servidor público. E a dona Miriam ligou para o filho e falou: "Corre para o hospital que o Florestan está numa crise e ele vai ter que ser hospitalizado".

O Florestan Filho chegou ao hospital e ele estava na fila de robe de chambre no meio de todas as pessoas. E o filho, inconformado com aquilo: "Mas, papai, por que o senhor está nessa fila, o senhor está em crise!" Ele disse: "Eu estou na fila porque tem fila".

Aí o Florestan teve que ir ao médico para que o médico fosse tirá-lo da fila. E ele ficou resistindo; não queria furar a fila.

Outra situação foi quando ele teve a crise mais grave, que ele teria que fazer o transplante de fígado. O presidente, na época, Fernando Henrique Cardoso, ligou para ele e colocou à disposição tudo que ele precisasse para ir a Cleveland fazer lá o transplante. Ele virou para o Fernando Henrique e disse: "Olha, eu não posso aceitar esse privilégio, porque tem muitos brasileiros na minha frente que precisam também de um transplante. Você vai oferecer o transplante para todos?

Se você for oferecer para todos, eu aceito." Quer dizer, ele resistiu e falou: "Vou fazer a minha cirurgia no Brasil porque você sabe, não é Fernando, nós ajudamos a construir as escolas de medicina em São Paulo". A USP, Escola Paulista de Medicina etc. tudo foi trabalho deles enquanto militantes na academia.

Então, essa coisa da conduta dele é algo extremamente importante como referência de pessoa, como homem público, que muito pouco se fala – fala-se muito da obra. No caso da obra, falei hoje e volto a repetir, parece que tentam esconder o Florestan. Eventos como este aqui são extremamente importantes para trazê-lo de volta. Quanto mais eventos forem feitos com Florestan e trazendo a obra dele, mais a gente vai ter Florestan no nosso País, com todos que precisam da referência dele para essa grande luta de transformação da nossa sociedade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Laurez Cerqueira, não só pelo livro e por tudo que disse, mas acho que, da tua fala, Laurez, foram citações importantíssimas. Tomei nota de algumas, mas essa que você repetiu aqui agora vai marcar muito: "Querem esconder a obra, a caminhada, a história bonita e a linha de conduta, e apontando inclusive para uma sociedade igualitária de Florestan Fernandes".

Por isso, Senador Cristovam, nós já decidimos aqui que vamos fazer este ano e todos os anos uma sessão de homenagem a Florestan Fernandes no plenário, pela tua frase. Essa frase foi que marcou isso.

Passo a pala neste momento ao professor Moises Bauer, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conade, que tem um belíssimo trabalho que orgulha a todos nós. É um deficiente visual que nunca se intimidou com nada. Eles – eu tenho experiência, porque tenho um que trabalha comigo, o Fagundes, colega dele lá no Rio Grande – atravessam o Brasil defendendo as suas teses, sem nenhum problema.

Com a palavra o Moisés.

O SR. MOISÉS BAUER – Obrigado, Senador, obrigado pela oportunidade de estar nesta audiência pública no dia de hoje, porque os meus conhecimentos de Florestan Fernandes, antes de iniciar esta audiência, eram mínimos, até porque sou da área jurídica. Durante a faculdade de Direito, a gente estuda sociologia, mas não tive oportunidade de estudar Florestan Fernandes. E hoje, após todos os relatos, todas as leituras da vida e obra de Florestan Fernandes, esses conhecimentos que absorvi no dia de hoje me permitem ter mais força e convicção parra seguir lutando pelos direitos das pessoas com deficiência, pelos direitos das minorias assim ditas, porque é somente através dessa luta constante, com a firmeza, com a coragem, com a capacidade de não se conformar que vamos conseguir mudar, transformar a realidade social de nosso País.

Então, quero agradecer muito a oportunidade e dizer ao Senador, a esta Comissão, ao Senado Federal que estamos sempre à disposição para colaborar nos debates. Esperamos juntos construir sem dúvida uma sociedade cada vez mais adequada a todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Moisés Bauer, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conade. Um guerreiro na luta e no combate a todo tipo de preconceito, com uma atenção especial e correta – por isso é presidente do Conade – em relação às pessoas com deficiência e que em nenhum minuto vacilou no debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como alguns vacilaram.

Você sempre esteve na linha de frente. Fico muito orgulhoso por você estar aqui conosco.

Passo a palavra neste momento ao professor Edilson Nabarro, Secretário de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. EDILSON NABARRO – Eu gostaria de me referir um pouco a essa bela intervenção que o Senador Cristovam fez, relacionando todo esse conjunto de interdições e inacessibilidade à categoria de opressão. Ele também se referiu que estamos em uma parte que é a essência do Senado, que é a Comissão de Direito Humanos.

Do ponto de vista dessas interdições que ele falou e dos entulhos para a busca do bem-estar, tem três itens que me parecem fundamentais, que são direitos primários: a educação, o trabalho e a saúde. Esses são direitos primários.

Em relação ao trabalho, que me parece que é uma fonte de prazer e de sofrimento, acho que temos que nos deter – do ponto de vista da luta negra é o meu papel dar esse realce nesta audiência pública – sobre os efeitos do desemprego, tendo em vista o desemprego compulsório que atingiu uma leva enorme de ex-escravos. Não tem coisa pior no indivíduo do que a falta de emprego. É muito pior do que a precarização no trabalho. Isso porque a falta de emprego conduz a uma morte muito mais intensa que a morte subjetiva. Então, a escravidão produziu uma sequência, uma geração de coisificação nos descendentes de escravos que apontou as lesões internas, que estimularam uma autoestima baixa, que demonstra a cilada que a escravidão produziu e que produz, que remeteu os negros às funções do corpo e os brancos para as funções da mente.

A naturalização dessa interdição no meio das famílias negras fez com que ainda hoje serventes de pedreiros tenham toda sua geração como servente de pedreiro, porque as famílias entendiam que esse era o limite laboral do negro. Então, as ciladas da escravidão, com a sutileza que é o modelo brasileiro de racismo, provocaram mortes subjetivas, o adoecimento físico, teve como fonte principal o adoecimento subjetivo, a coisificação. Então, acho que ações concretas vinculadas ao combate e à discriminação no mercado do trabalho são essenciais. Como o Senador se referiu, não tem coisa pior que um jovem, na efervescência da conclusão do seu Ensino Médio do Ensino Técnico, vá para a busca de emprego, se prepare e volte para casa sem emprego, com a convicção de que ele não teve as condições para aquele emprego, sem saber que foi o preconceito que o excluiu. Isso é de uma violência na família negra inadmissível e que persistiria até hoje.

Acho que ações que vinculem a reconstrução da família negra na ótica do emprego, e não no emprego desqualificado, que os negros passam a ter condições de igualdade, de oportunidades em áreas não guetizadas, não naquelas que sempre foi dito: "Não, isso é monopólio dos brancos". Temos que falar sobre as questões nossas, as questões da cultura negra. Isso nós já resolvemos e às nossas custas. O que a gente tem que entrar é naquele leito proibido do domínio da mente, porque nós, no corpo, sempre fizemos isso. Então, essa a cilada que o próprio negro absorveu, que foi naturalizada, de que somos bons no esporte, na música, que tem que utilizar, no mundo artístico, os instrumentos de percussão, que envolve o corpo tocar piano é para branco. Então, há um profundo desafio a reconstruir, a descoisificação que o racismo provocou no negro. Essas coisas, vinculadas à concretude da economia e das condições de bem-estar são essenciais.

Entendo a agenda negra do ponto de vista da cultura, da existência, mas acho que o estágio do desafio maior é entrarmos em áreas então proibidas e que persistentemente se mantêm.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Edilson Nabarro, Secretário de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais uma vez aprofunda aqui, e lembra as palavras do Senador Cristovam, o quanto dói o preconceito, o quanto marca uma criança negra quando ele – uma criança, um jovem, um adulto, até um idoso – vai procurar um posto de trabalho e depois percebe que foi afastado não por competência ou incompetência, mas pela cor da pele. Essa reflexão com certeza retrata a luta bonita do nosso querido Florestan Fernandes.

Agora, neste momento, passo a palavra ao Haroldo Ceravolo, autor do livro *Florestan - A Inteligência Militante*.

O SR. HAROLDO CERAVOLO SEREZA – Obrigado, Senador.

Edilson, essa última questão que você levantou me parece ser crucial. Se a gente pegar *A Integração do Negro na Sociedade de Classes,* do Florestan, a gente vai ver que às vezes até a figura do servente de pedreiro estava interdita ao negro nos primeiros 30 anos depois da escravidão, ou seja, era uma exclusão radical mesmo das populações negras do mundo do trabalho. Isso para mim é extremamente dolorido, do ponto de vista pessoal também, porque minha família é de negros, do lado de minha mãe, meu pai negra com italianos pobres, e, de certa forma, isso atravessou gerações. Até muito recentemente, dentro da família, pequenas palavras, pequenos versinhos mostravam essa rivalidade entre os pobres que o capitalismo brasileiro construiu.

O Petrônio Domingues, um pesquisador professor da Universidade Federal de Sergipe tem alguns estudos mostrando como o capitalismo brasileiro foi capaz de usar o contingente negro como exército industrial de reserva. Nos momentos em que os trabalhadores brancos faziam greves, paravam a produção, aí o capitalismo na cidade de São Paulo se lembrava da população negra, ia recrutar os trabalhadores, que tinham que aceitar aquele emprego porque eram pouquíssimas as oportunidades e quando elas surgiam, eles aceitavam. Isso criou uma rivalidade, em minha opinião, entre brancos pobres e negros pobres que é terrível. E nesse sentido acho que você tem toda razão quando disse que o destino dos brancos pobres está ligado ao destino dos negros pobres. A gente precisa estar atenta a isso. Esse destino precisa ser construído junto.

A gente falou bastante de Florestan e fui lembrando aqui de alguns episódios da vida pessoal dele que é uma luta contra uma série de peneiras, uma série de dificuldades, uma série de constrangimentos e de opressões. O Florestan não tem acesso à escola regular, consegue estudar só até o terceiro ano do primário; depois vai construindo conhecimento de forma autônoma, um tanto independente; consegue fazer o curso de madureza, o equivalente à educação de jovens e adultos hoje; consegue entrar na universidade. E ele era muito orgulhoso.

Em alguns momentos, ele constrói algumas histórias interessantes, mas a gente vê que ele ficava procurando furos nesse sistema de inclusão. Ele conta de um jeito, durante pesquisa do livro a gente percebe que ele conta a história de um jeito e o Antônio Cân-

dido, que por um acaso, enfim, foi um colega dele na universidade, um grande companheiro por muitos anos, conta de outro. Os dois fizeram a prova de conclusão do Ensino Médio na mesma escola do interior de São Paulo. Daí o Florestan conta porque ele foi fazer no interior de São Paulo. O Florestan conta que foi fazer no interior de São Paulo porque naquela cidade de São João da Boa Vista foi um esquema que os trabalhadores, o grupo deles montou para justificar. O exame era um dia só e passou a ser três dias e ele precisava justificar a ausência no trabalho. Então, se ele fizesse em São Paulo, o empregador dele não ia aceitar que ele fizesse a prova em São Paulo, e ele precisou dizer que ia fazer a prova em São João da Bela Vista para poder tirar três dias de folga e fazer as provas. O Antônio Cândido diz que esse grupo de estudantes do curso de madureza do Florestan foi fazer lá porque era mais fácil. Antônio Cândido estava um pouco diminuindo a importância de ele ter feito o curso lá e o Florestan está criando, não sei em que medida. Aparentemente talvez as duas histórias sejam verdadeiras; elas só se complementam. Acho que não haveria nenhum erro do Florestan em buscar um lugar mais fácil, se isso era uma peneira e ele rompeu, ele e os colegas dele, ou ele não quis entregar os colegas que não passariam, porque lá era mais fácil. Mas acho isso super bonito, de como ele foi furando as peneiras.

O Florestan, no começo da vida, parece que ficou um pouco dividido entre a política e a academia, porque ele sabia o que significava ter entrado para a Universidade de São Paulo em 1941 para alguém que, como ele, trabalhou como engraxate, que, antes de ser engraxate, trabalhou como auxiliar numa barbearia, com seis, sete anos, muito jovem – muito criança, não era nem jovem. Então, ele fica dividido. Ele participa de um partido político trotskista, liderado pelo Erminio Saqueta e ajuda a redigir um programa, em 1945, dessa coligação democrática radical, um programa para participar das eleições. Entre as reivindicações desse programa estão: liberdade sindical; amplo direito de greve; igualdade política para as mulheres; liberdade de culto, e aqui já está a questão racial por trás; o ensino leigo; uma câmara única de representantes, ou seja, ele achava que não devia haver o Senado; o fim dos tratados secretos entre os países, algo do pós-guerra; defendia estatização dos bancos; abolição dos impostos indiretos e a proteção ao pequeno e médio produtor; a extensão da legislação trabalhista para o mundo rural; seguro desemprego. Na educação, o programa incluía o ensino primário obrigatório e gratuito até os 14 anos; a vinculação de um quarto do orçamento das esferas públicas para a educação e a gratuidade dos graus mais altos de ensino, ou seja, das universidades, para os filhos dos pais que não pagavam imposto de renda, ou seja, os mais pobres. Outro ponto do programa é a admissão de autodidata na universidade, porque esse era um problema também.

Ou seja, se a gente pegar esse programa de um micropartido político de extrema esquerda, em 1946, a gente vai ver que uma parte significativa dele vai aparecer na Constituinte que o Florestan vai participar em 1986.

A ditadura afastou o Florestan da universidade e, com isso, o Florestan se utilizava dessa nova peneira, dessa nova restrição, dessa nova opressão, ele foi capaz de reconstruir a vida dele e reconstruir novamente expandindo a vida dele, ou seja, a obra e a vida dele se expandem depois disso e, com isso, o Florestan amplia a participação política que ele queria fazer no começa da vida e não pôde, e consegue unir essas duas pontas da vida, o conhecimento e a política, o que me parece, olhando retrospectivamente, fazia parte do projeto de vida dele desde o começo.

Eu queria agradecer por esta oportunidade de ter estado aqui com vocês. Esta mesa foi excelente. Acho a obra do Florestan importantíssima. Concordo que se tenta esconder o Florestan entre os intérpretes do Brasil e às vezes até se exclui o Florestan dos grandes intérpretes do Brasil, o que não faz o menor sentido, mas acho que a obra dele vai ficar; os movimentos sociais estão aí. A decisão do MST de dar o nome de Escola Nacional Florestan Fernandes para o centro de formação do movimento me parece decisiva e corretíssima. Isso mostra a força, o vigor e o alcance dessa obra que a gente está discutindo.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Haroldo Ceravolo, que é autor desse livro *Florestan - A Inteligência Militante.*

O SR. HAROLDO CERAVOLO SEREZA – Vou doar um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então vou receber o livro com muita alegria aqui.

O Senador Cristovam pediu a palavra por mais um minuto e, naturalmente, Senador aqui fala quando assim entender.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Terminaram todos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, aqui terminaram.

Tem um que vai fazer um encerramento depois, mas no momento adequado. V. Exª está pedindo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, para pedir desculpas e explicar por que eu saí da sala e, com base nisso, fazer uma su-

gestão. Eu saí para atender o que já estava previsto na minha agenda, o meu colega da Universidade de Brasília, professor e amigo Aldo Paviani, que está aqui e, junto com ele, o coronel da Aeronáutica da reserva, o Coronel Patto. Eles representam aqui diversas sociedades de portadores de mal de Parkinson, que é uma forma de deficiência que a pessoa adquire ao longo da vida. E vieram falar comigo que casa bem com o que falei como esse problema pode ser minorado se for permitido simplesmente que as pessoas tenham hoje um tratamento.

Esse tratamento tem um custo em equipamento. O custo depende, no caso do Brasil, por incrível que pareça, de tarifa de importação, e eles estão numa campanha para que essa tarifa seja eliminada, como tantas outras são, por exemplo, para a indústria, para o comércio.

Gostaria de sugerir, Sr. Presidente, se o senhor estiver de acordo, que o Coronel Patto possa explicar aqui o problema da doença. Creio que ele, ao falar, é um exemplo vivo de como o tratamento resolve o problema, porque ele tem isso desde os 42 anos de idade, e vocês vão ver que ninguém é capaz de perceber absolutamente nada dessa doença de que ele é portador, mas que, graças à eliminação de obstáculos e com o uso da ciência, foi possível dar a ele uma vida normal.

É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pela iniciativa. Claro que vamos abrir essa oportunidade, e estamos – repito – ao vivo pela TV Senado.

Milhares e milhares de brasileiros têm essa doença que, neste momento, V. Sª vai poder comentar. Parabéns pelo livro, que está aqui – recebi uma cópia. Carlos Anibal Pyles Patto. V. Sª está com a palavra.

O SR. CARLOS ANIBAL PYLES PAtTO – Bom dia a todos. Eu sou presidente da Associação de Parkinson de Brasília. Nós temos cerca de 110 associados hoje. Um total de 2.500 a 3.000 pessoas com Parkinson no Distrito Federal é o estimado, e um total de 300 mil pessoas com Parkinson em todo o território nacional. Temos 32 associações hoje espalhadas em diversos pontos do País e, dentre essas 32 associações, há uma que eu gostaria de citar como exemplo, a de Curitiba. Com o que arrecada e faz lá, ela tem 32 pessoas trabalhando de graça, em regime de voluntariado.

Então, queria sugerir aos senhores que, nesse trabalho que estão fazendo, muito bonito, da possibilidade de incluir também esses grupos que fazem trabalho voluntário. Creio que seria uma coisa adequada. Para nós seria bom e para a sociedade como um todo, creio que também seria uma boa pedida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos Anibal. Pode ter certeza de que vamos incluir e vamos fazer inclusive uma audiência pública. Podemos encaminhar juntos – eu, o Senador Cristovam –, porque inúmeros amigos meus têm esse tipo de problema e gostariam que pudéssemos, com especialistas, apontar caminhos para que eles possam viver e envelhecer com dignidade.

Parabéns pelo trabalho.

Quero passar a palavra, neste momento – e deixei para o encerramento – ao Ottmar Teske, que representa aqui esse programa Cantando a Diferença, inspirado principalmente na obra do Florestan Fernandes e que, como ele disse, já foi palco de debate na França e na Argentina. Por dois momentos, tivemos representantes nesses dois países.

Com a palavra Ottmar Teske, professor.

O SR. OTTMAR TESKE – Bom, para concluir, eu penso que este momento, quando a gente está celebrando Florestan Fernandes e o Cantando as Diferenças, obviamente há uma imbricação com o nosso Senador Paulo Paim. Afinal, temos uma imbricação de teoria e prática nessa síntese, e a gente sabe que a qualidade passa pela quantidade de pessoas que aderem e que, de alguma maneira, levam adiante determinado projeto.

Eu penso que o Brasil é adolescente na sua democracia, nesses últimos 23 anos. Quando vejo o nosso Senador Cristovam Buarque, Paulo Paim, quando vejo Florestan Fernandes, percebo aí uma rebeldia adolescente – 23 anos, ainda tem uma rebeldia adolescente. E companheiros, como nos ensinou Florestan, são todos aqueles que, a partir dos mais diferentes espaços e lugares sociais, diria assim, buscam um reconhecimento político das diferenças, para que possamos então lutar contra a injustiça e a opressão.

Então, o Florestan socialista, esse sociólogo para quem a liberdade não existe senão com igualdade – eu acrescentaria com espírito público através do reconhecimento político das diferenças culturais, sociais e individuais. Precisamos, sim, ter aliados na teologia da esperança. Então, essa mesma esperança que inspirou o companheiro constituinte, na época, Paulo Paim; ele e Florestan Fernandes construíram esse instrumento, que, de alguma maneira, com os estatutos, encontrou o reconhecimento político das diferenças no direito à cidadania; são, na verdade, o reconhecimento político das diferenças e o direito à cidadania o sustentáculo do programa Cantando as Diferenças. São os pilares do programa Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes, como disse o companheiro intérprete do Brasil.

E, como lá na minha primeira fala, comentei que Florestan nos ensinou que temos sempre de voltar ao

ponto de partida para avaliarmos o futuro, ou seja, lermos o passado, escrevermos o presente e pensarmos no futuro, penso que é salutar aqui que os colegas da Mesa tenham essa homenagem, por exemplo, que o próprio Florestan Fernandes fez ao então Deputado Paulo Paim em razão dos trabalhos da Constituinte. São frases, são palavras que Florestan Fernandes escreveu em 1988, dizendo o seguinte:

Foram Constituintes do talhe de Paim que produziram a parte mais avançada de uma Constituição radical, que consagra o conservadorismo político e reproduz privilégios arcaicos. À frente dos que possuem uma consciência operária e socialista, Paulo Paim bate-se denodadamente na Câmara dos Deputados e no Congresso contra as tentativas patronais e dos três poderes, de neutralizar as conquistas dos trabalhadores e dos oprimidos. Presto a minha homenagem [diz Florestan Fernandes] ao companheiro Paim, por sua firmeza, coragem, competência e capacidade de luta.

A bancada constitucional do Rio Grande do Sul possui grandes figuras, à esquerda, no centro e à direita. Porém, Paulo Paim salienta-se pela pureza dos seus ideais e pela mobilização permanente de injetar na Constituição a seiva do poder popular e da democracia com liberdade social. Florestan Fernandes, 1988.

Eu penso que, com essa homenagem, com a continuidade e com a esperança – porque não existe esperança, como dizia Walter Benjamin –, sem desespero e que essa esperança possa ser alimentada na luta e que todos aqueles que acreditam na justiça, na fraternidade e igualdade continuam mantendo vivos no seu cotidiano, no seu dia a dia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Eu queria agradecer a todos. E essa mensagem do Florestan Fernandes, eu acho até, Laurez, que tu ajudaste, quem sabe, a redigir na época.

Só quero dizer que essa mensagem, logo que terminou a Constituinte, eu reproduzi eu acho que quase 100 mil e espalhei pelo Rio Grande. Na Constituinte, eu vim entre os dez. Depois, com a mensagem do Florestan, eu fui o Deputado mais votado do Rio Grande.

Senador Cristovam, por que eu digo isso? V. Exª também foi fundamental, Senador Cristovam – permita que eu diga isso aqui agora. No momento mais difícil da minha campanha para reeleição ao Senado, havia uma discussão se o PDT deveria ou não declarar o apoio à minha candidatura. O Senador Cristovam fez uma declaração e nós a botamos na tevê. A partir daí, a campanha pegou mais pique.

Então, quero também fazer essa homenagem a V. Exª aqui, pela declaração que fez, uma bonita declaração. Eu vou tentar resumir. Eu não me lembro bem como foi. Eu sei que V. Exª disse: "Não estou entendendo nada..."

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita que eu diga, para não ficar pretensioso de sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu ia homenagear V. Exª, que teve carinho comigo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Depois, então. Eu ficaria feliz. Mas eu disse uma verdade muito grande. Eu disse que não votava no Rio Grande do Sul, mas que há certos Senadores que são fundamentais para o Brasil. E que, entre esses, está o Paim, pelo papel dele em relação aos trabalhadores e aos aposentados, sobretudo. E aí eu pedia que o Rio Grande do Sul votasse em Paim, pelo bem do Brasil.

Era mais ou menos assim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, lembrou. Lembrou na íntegra.

Então, com essa declaração do Senador Cristovam – foi lida aqui também a de Florestan Fernandes –, sempre digo que essa caminhada é de todos nós. Nós somos instrumento desse processo, dessa homenagem que o Cristovam faz, que o Florestan fez e que nós estamos fazendo a todos os trabalhadores, a todos os que são discriminados.

Nós lutamos tanto pela inclusão, seja de deficiente, seja de idoso, e me assusta agora – permita que eu diga isso – quando percebo que está aumentando o número de mulheres agredidas. A violência contra as mulheres está aumentando cada dia que passa. Isso significa que temos de trabalhar muito, muito mais. Vamos ter aqui – creio eu que na semana que vem – uma reunião de fortalecimento da Lei Maria da Penha, em que esses dados serão colocados aqui pelas mulheres que coordenam a subcomissão em defesa da mulher. Então, a história, a vida, o que defendeu sempre Florestan Fernandes está sempre vivo entre nós, e é eixo das nossas vidas, nós que lutamos tanto pelos direitos humanos.

Vou encerrar esta audiência agradecendo muito ao Ottmar Teske, coordenador desse programa Cantando as Diferenças em nível nacional; ao Haroldo Ceravolo, que é autor do livro – recebi o livro dele aqui – *Florestan, a inteligência militante*; ao Professor Edilson Nabarro, secretário de assistência estudantil da Universidade do Rio Grande do Sul, que deixou claro aqui na sua exposição, Senador Cristovam, que é um lutador lá que foi fundamental – não só ele naturalmente; ele nem gostaria que eu dissesse que foi ele

somente – pela implantação da política de quotas em nosso Estado; ao Moises Bauer, presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, que, sem sombra de dúvida, está fazendo um belíssimo trabalho e está brigando para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja efetivamente aprovado agora na Câmara dos Deputados; ao Laurez.

Eu falava na abertura que tive a alegria de... Como eu convivi com o Florestan como constituinte, quero fazer uma homenagem aqui também ao Senador Bisol. O Senador Bisol e o Florestan Fernandes sentavam sempre um ao lado do outro, e eu ficava a ouvi-los – confesso – de forma apaixonada. Encantado, sentado ao lado deles, às vezes do Bisol, às vezes do Florestan Fernandes, e eles analisavam da Assembleia Nacional Constituinte o que eles entendiam que tinha de ser feito. Então, se me permitirem aqui, o Senador Bisol foi injustiçado, muito injustiçado, e acabou deixando a política numa época em que era candidato inclusive a Vice-Presidente do Presidente Lula. Acabou tendo de sair por uma injustiça que fizeram a ele, mas ele sabe o carinho que tenho também pelo Bisol, e é o carinho também que o Florestan Fernandes tinha. Queria pedir uma salva de palma ao ex-Senador Bisol (*Palmas.*) que sei está lá recolhido, mas que é um lutador das causas sociais, como Florestan Fernandes.

Então, Laurez, parabéns pelo teu livro, e esse retorno que você faz, uma retrospectiva histórica contando passagens e momentos do nosso querido Florestan.

Quero também agradecer e cumprimentar muito aqui o Eurico Antônio Gonzáles Corsino dos Santos, professor da UnB, de Sociologia e consultor do Senado Federal.

Acho que cumprimentei a todos, Cristovam, enfim, todos os nossos convidados.

Este, para mim, é um momento rico, bonito, e, se depender de mim e tenho certeza de que do Senador Cristovam, teríamos outras audiências como esta, lembrando a trajetória de homens que marcaram as nossas vidas. Senador Cristovam, não por V. Exª ser do PDT, mas temos de fazer uma aqui – e V. Exª vai assinar comigo – uma do Brizola. Fazer uma do Leonel Brizola aqui. Eu tive a alegria de conviver um período com ele – V. Exª muito mais, naturalmente. Mas, numa oportunidade que ele teve aqui no Senado, eu reuni – eu ainda estava na vice-presidência – uma série de Senadores, e ele encantou a todos.

Então, nós temos de discutir agora, nos 50 anos da legalidade, V. Exª pode usar a palavra – faço questão – de João Goulart, 50 anos da legalidade, mas além de termos lá, temos aqui também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu lembro aqui uma figura que compartiu com Florestan todo esse tempo, que é Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Darcy Ribeiro, Darcy Ribeiro, que foi Senador da República também.

Então, com esse complemento, Senador Cristovam, nós com certeza faremos outros eventos semelhantes a este. Muito, muito obrigado. Eu me sinto um privilegiado de estar neste momento aqui podendo participar e coordenando os trabalhos, lembrando nomes como Florestan Fernandes. Os seus ideais, as suas propostas, com certeza, estarão sempre vivos, muito vivos, entre todos nós.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.)*

(Iniciada às 09 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia onze de agosto de dois mil e onze, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Vicentinho Alves Lídice da Mata, Pedro Simon, João Alberto Souza, Geovani Borges, Ataídes Oliveira, Cyro Miranda e Randolfe Rodrigues.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Deliberativa. **Item 1**. **Requerimento Nº 99-CDH, DE 2011**, que requer a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração oriunda da criação de Falsos Condomínios e Associações de Moradores no Brasil. Participantes convidados: Antonio Carlos Malheiros, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Laerte Sampaio, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Ambiente José Carlos de Freitas, Promotor Publico de Urbanismo e Meio Ambiente do Estado de São Paulo; e Roberto Mafulde, Advogado. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: **Rejeitado**. **Item 2**. **Requerimento nº 102-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública **conjunta** desta Comissão com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para tra-

tar do tema "Educação Especial", tendo como convidados Drª Candy Gifford, Psicóloga especialista em Diagnostico Infantil; Sergio Domingos, Defensor Público; Dr. Charles Roberto de Lima Junior, Presidente da Comissão de Educação da OAB; Dr. Moisés Bauer Luiz, Presidente Conselho Nacional da Pessoa com deficiência – CONAD; Ester Alves Pacheco Henriques, Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; Deputado Federal Eduardo Barbosa, Presidente da Federação Nacional das APAES; José Antônio, Diretor do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga; Marcos Vinícius Calixto, Presidente Confederação de Surdos do Brasil; Maria do Socorro Nery da Silva Cruz (mãe de aluno especial), com a participação de um intérprete em LIBRA, convocado pela Comissão. Autoria: Senador Cyro Miranda. Resultado: **aprovado**, na forma de um ciclo de debates. **Item 3**. Não Terminativo. **Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 2, de 2007**, que informa à CDH denúncia de direitos Humanos denominada "Denúncia de Extermínio - Homicídio Coletivo Autorizado", encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, usuários de medicamentos de caráter continuado permanente, assinado por Fernando Antônio P. Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, que se insurge contra a Suspensão de Tutela Antecipada para o Estado de Alagoas, nos autos do Processo nº 91. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pelo Arquivamento, após o conhecimento da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 4**. Não Terminativo. **Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2010**, o Senhor Wellington Gilberto de Carvalho denuncia violação de seus direitos e peticiona ao Senador Paulo Paim e aos Membros do Congresso Nacional para que intercedam no sentido de tornar nula a cassação de sua aposentadoria por invalidez como membro da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo Arquivamento da matéria, após seu conhecimento para torná-la pública. Enviar cópia deste parecer e dos documentos apresentados pelo peticionário ao Procurador-Geral da República, para que este, no exercício de sua competência, adote as medidas que julgar cabíveis. Resultado: **aprovado**. **Item 5**. Não Terminativo. **Sugestão nº 2, de 2010**, que Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 6**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009**, que acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define "tratamento mental" como enfermidade psíquica em geral). Autoria: Deputado Jutahy Junior. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 7**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2010**, altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 8**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 30, de 2008**, altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421/2008, bem como pela rejeição da Emenda nº 2 - Plenário. **TRAMITA EM CONJUNTO COM Projeto de Lei do Senado Nº 421, de 2008**, que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 9.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008**, altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 10.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2011**, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o

prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 11**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011**, que estabelece isenção de tarifa de embarque em vôos domésticos para passageiros idosos. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relator *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 12**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 112, de 2009**, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatora *ad hoc* Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento feito pela CAS e com a Emenda nº 05, que apresenta. Resultado: **lido o relatório *ad hoc* pela Senadora Ana Rita é adiada a votação por falta de quorum**. **Item 13**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 305, de 2009**, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CE (Comissão de Educação, Cultura e Esporte). Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 14**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 17, de 2010**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infanto-juvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAE, suprimindo o hífen do vocábulo – infanto juvenil nela contido. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 15**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008**, que institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador João Pedro. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **retirado de pauta para redistribuição**. **Item 16**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 17**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Marinor Brito . Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 18**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, com a Subemenda que apresenta. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 19**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 20**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 21**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relator *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta e pelo acatamento da Emenda nº 01-CE. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 22**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº**

415, de 2009, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético - DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 23**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 504, de 2009**, que estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **retirado de pauta**. **Item 24**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 01-CI, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 25**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, e com as Emendas nº 01-CCJ, nº 2-CCJ, nº 3-CCJ, nº 4-CCJ, nº 5-CCJ e nº 6-CCJ, aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **retirado de pauta. Item 26.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, 02, 03 e 04, que apresenta. Resultado: **retirado de pauta. Item 27**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 478, de 2009, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01-CCJ, 02-CCJ e 03-CCJ (Comissão de Constituição Justiça e Cidadania). Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum. Item 28**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador João Pedro. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com as Subemendas que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 29**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2011**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Item 30**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01 (Substitutiva), que apresenta. Resultado: **lido o relatório e adiada a votação por falta de quorum**. **Extrapauta**. **Item 01**. **Requerimento nº 104, de 2011-CDH**, que requer a realização de audiência Pública para dar continuidade à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de lideranças indígenas, da FUNAI, do Ministério da Educação, de professores das línguas indígenas e especialistas. Autoria Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Ataídes Oliveira, Cyro Miranda e João Alberto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário

do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nós temos, na sessão de hoje, diversos projetos não terminativos e outros terminativos e que votaremos de acordo com a presença dos Srs. Senadores e Senadoras. Temos dois requerimentos. Um Requerimento nº 99, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que nós vamos colocar em votação, a fim de discutir a exploração oriunda da criação de falsos condomínios e associação de moradores no Brasil. Vamos esperar a chegada do Senador para votá-lo.

Outro requerimento, do Senador Cyro Miranda, nº 102-CDH/2011, que requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Cultura e Esporte para tratar do tema Educação Especial. E aqui ele lista uma série de convidados.

Temos ainda petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2/2007, de autoria desta Comissão. Relator: Senador Ricardo Ferraço. Temos petição também da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, não terminativo. A Relatora é a Senadora Ana Rita, que já está presente.

Temos também a Sugestão nº 2/2010, não terminativo, Relator: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita.

Projeto da Câmara, não terminativo, do Deputado Jutahy Junior. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira, que me informou estar chegando.

Outro, não terminativo, que altera a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescentes. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria. Senador João Alberto Souza.

Temos outro, de autoria da Senadora Kátia Abreu, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória.

O projeto anterior tramita em conjunto com este Projeto de Lei do Senado nª 421/2008, que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Temos um outro Projeto de Lei do Senado, não terminativo, de nº 469/2008, autoria: Senador Demóstenes Torres, Relator: Senador José Agripino, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro Projeto de Lei do Senado nº 299/2011, do Senador Eunício Oliveira, Relator: Eduardo Amorim, que altera a Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Outro projeto, não terminativo – que pode ser votado hoje –, do Senador Antonio Carlos Valadares, Relatoria: Senador Marcelo Crivella, que estabelece isenção de tarifa de embarque, em voos domésticos, para os idosos.

Outro projeto, este terminativo, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuita, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Quero ainda informar à Casa que, no próximo dia 15, nós vamos ter um debate aqui, para o qual estão convidados representantes de trabalhadores – e vão ser convidados também representantes dos empresários –, para debatermos a regulamentação do aviso prévio proporcional. Na quinta, dia 18, Senadora Ana Rita, vamos ter aqui, às 10 horas, o debate na Subcomissão da Mulher acerca dos Direitos Sexuais e Reprodutivo das Mulheres, para debater também o combate à violência contra as mulheres. Na segunda, dia 22, 9 horas, lá no Petrônio Portella, com a presença de centena de dirigentes sindicais, vamos debater a CLT e os direitos humanos. Na quinta, dia 25, será a reunião deliberativa. Na segunda, dia 29, debate com o setor empresarial sobre a redução de jornada de trabalho, redução dos encargos sobre a folha de pagamento. Aí faremos uma sessão conjunta, Comissão de Direitos Humanos e Subcomissão de Trabalho e Previdência. Na terça, dia 30 – e terminamos as atividades deste mês –, o debate sobre autonomia da Defensoria Pública.

Neste momento, Senadores e Senadoras, até que a gente tenha o número de assinaturas no livro, Senadora Ana Rita, já que V. Exª é Relatora de dois ou três projetos não terminativos, que poderemos apreciar, eu gostaria de, primeiro, cumprimentar V. Exª, cumprimentar a ex-Senadora Gleisi Hoffmann, que é Chefe da Casa Civil, como também a Senadora Angela Portela, Wellington Dias, enfim... Deputado Romário, Senador Lindbergh Farias, Senadora Benedita, Senador Pimentel, todos trabalharam muito em duas emendas que o Plenário aprovou, no dia de ontem, em cima da medida provisória.

São temas que nós todos trabalhamos ao longo de nossas vidas. Lembro aqui da Deputada Luci, que apresentou, ainda em 2002, uma emenda garantindo a aposentadoria da dona de casa. Lembro-me de que a Senadora Angela Portela me falava, ainda hoje, que ela apresentou também projeto semelhante a esse em 2007; e há um projeto que eu também apresentei aqui, a pedido inclusive da Deputada Luci, há muitos anos, aqui, no Senado, e que continua tramitando.

Enfim, o importante não são as autorias, o importante foi a conquista. No dia de ontem, graças a essas emendas, nós conseguimos assegurar aquilo que era um sonho para todos nós: a aposentadoria da dona de casa.

Também, Senadora Ana Rita, conseguimos garantir que a pessoa com deficiência não perderá seu benefício a partir do momento em que estiver uma oportunidade de trabalho, pelos primeiros dois anos e mesmo depois, caso ainda trabalhe, efetivada de forma permanente, ela ainda passará por uma perícia para ver se deve voltar para o benefício ou continuar em sua atividade. Acho que foi uma grande decisão que tomamos ontem.

Queria que V. Exª, Senadora Ana Rita, se pronunciasse, como oradora inscrita neste momento, sobre esse tema tão importante e que vai melhorar a vida da pessoa com deficiência e que tirará a insegurança de ela ir ao trabalho e perder o benefício, e, depois, ser afastada e não poder voltar ao benefício. Agora, ela, afastada, voltará para o benefício, se for o caso. E também a aposentadoria para a dona de casa, que é uma bandeira de todos nós durante anos e anos. Passo a palavra a V. Exª.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paim, eu acho que ontem foi uma sessão histórica, porque nós aprovamos uma medida provisória que vem assegurar diversos direitos de trabalhadores e trabalhadores e, em particular – com certeza –, para as mulheres donas de casa. Isso possibilita à mulher, dona de casa, aquela que trabalha em casa e contribui para que os demais membros da família possam trabalhar fora de casa e que é um trabalho invisível... Na verdade, o trabalho da dona de casa é um trabalho duro, difícil, porque é o dia todo naquela rotina, mas que não tem o seu devido valor econômico e social. Não há esse reconhecimento do seu valor econômico e social.

A medida provisória de ontem vem assegurar às donas de casa uma aposentadoria em um tempo mais curto. Então, isso contribui para que ela possa ter minimamente condições, inclusive, de se manter. Quantas mulheres são dependentes de seus próprios filhos, dependentes de seus maridos para comprar coisas pessoais! E isso é muito ruim para a própria autoestima da mulher. Então, poder se aposentar com um tempo mais curto, ter essa possibilidade, isso contribui muito para melhorar a autoestima das mulheres.

A sessão do dia de ontem, ela foi histórica porque também assegurou às pessoas com deficiência direitos importantes. Enfim, foi uma medida provisória ampla. Eu quero aqui, posteriormente, retomar essa discussão, Senador Paim, até para trazer alguns dados – que eu não estou com eles agora – e aproveitar a oportunidade de estar nesta Comissão e debater um pouco melhor essas informações.

Mas eu queria também, Senador Paim, aproveitar a oportunidade, porque foi celebrado nesta semana o Dia Internacional dos Povos Indígenas. Eu queria muito, no dia de ontem, ter falado sobre isso, mas em função da discussão da medida provisória, nós não tivemos a oportunidade de fazer esse pronunciamento. Eu gostaria muito de poder aproveitar este momento da reunião da Comissão de Direitos Humanos, porque a pauta dos povos indígenas tem sido uma pauta quase que permanente nesta Comissão. Inclusive, na semana passada, nós tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública sobre a questão das linguagens indígenas – da língua indígena. Foi um debate interessante, que nós precisamos retomar e dar sequência.

Então, quero aqui aproveitar a oportunidade de dizer que o dia 9 de agosto – anteontem – foi uma data de grande relevância para todos nós que valorizamos os direitos humanos como pressupostos para a consolidação de uma sociedade pluralista e igualitária. Nós celebramos, então, o Dia Internacional dos Povos Indígenas, instituído pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Para nós, brasileiros e brasileiras, essa data deve ser de especial significado, posto que tenha sido esta Nação consolidada com a participação dos índios, das índias e de toda sua cultura. Temos uma dívida muito grande com esses brasileiros, uma vez que os processos empregados nessa caminhada raramente levaram em consideração seus interesses e necessidades de existência cultural.

Eu quero também aproveitar esta ocasião para levar à reflexão de todos a necessidade de que o povo indígena tenha garantido o seu direito à terra e à existência digna, conforme sua cultura e seus costumes. Também quero aqui destacar, Sr. Presidente, que a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, da qual o Brasil é signatário, afirma o direito do índio à plena liberdade, coletiva e individual, para desfrutar dos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração aborda direitos individuais e coletivos, afirma o direito à cultura própria e

à identidade de etnia, os direitos à educação, saúde e emprego, o direito a idioma próprio, dentre outros. A Declaração reconhece que os indígenas têm o direito à integridade física e mental, liberdade e segurança.

Em suma, Sr. Presidente, Senador, companheiro e colega desta Comissão, destaco um pouco a importância do significado do Dia Internacional dos Povos Indígenas para nós, brasileiros e brasileiras, comemorado no dia 9 deste mês – portanto, nesta semana. Estou aqui relembrando essa data porque a Comissão de Direitos Humanos tem sido um espaço importante para essa população, onde, por algumas vezes, tivemos a oportunidade de receber aqui representações de diversas comunidades indígenas e debater, inclusive, a realidade em que esses povos vivem, suas necessidades, seus anseios, suas reivindicações.

Em suma, Sr. Presidente, quero dizer que a Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta para a necessidade de que os povos e as pessoas indígenas tenham direito a não serem forçosamente assimilados ou destituídos de suas culturas.

A Declaração reconhece a estreita relação dos povos indígenas com o meio ambiente, lembrando que as terras ancestrais dos povos indígenas constituem o fundamento de suas existências coletivas, suas culturas e espiritualidade, a exemplo do que já se reconhece em instrumentos normativos, como a Constituição brasileira.

Enfim, quero aqui já ir concluindo, Sr. Presidente, que se trata esta de ocasião propícia à reflexão e ao aprofundamento do debate legislativo nesta Casa, onde tramitam matérias que dizem respeito aos povos indígenas brasileiros, de forma que sejam consolidados e garantidos os direitos desses cidadãos historicamente tão prejudicados pela esteira do desenvolvimento.

Então, era isso que gostaria de dizer. Era a fala que gostaria de ter feito na sessão do dia de ontem, mas não foi possível. Esta Comissão é adequada para que possamos trazer essa reflexão para todos os companheiros colegas, Senadores e Senadoras desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Depois, quero retomar, inclusive, a medida provisória que discutimos no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem!

O Senador Ataídes Oliveira já está conosco. Iniciamos aqui hoje a nossa sessão, na Comissão de Direitos Humanos, falando da importância da votação, ontem, no plenário, daquela medida provisória que garantiu um sonho antigo de todos nós que militamos nessa área de direitos humanos – e V. Exª, pela forma de atuar, adianto-me a dizer que também milita –, com relação à aposentadoria da dona de casa.

Lembro-me de que, na última campanha eleitoral, coloquei no meu programa de televisão, autorizado pela autora do projeto original, lá em 2002, que foi a Deputada Luci Choinacki, a aposentadoria da dona de asa. Reapresentei o pojeto efetivamente na legislatura passada aqui, na Casa.

Está tramitando aqui, na Casa. Dizia que era possível. Na época, diziam que era demagogia nossa. Para alegria nossa, de todos nós, essa iniciativa da Deputada Luci, mediante uma emenda assinada pela Ministra e ex-Senadora Gleisi Hoffmann – e a Senadora Ana Rita pode ajudar-me –, assinada também pela Senadora Angela Portela, Senadora Vanessa Grazziotin, Benedita da Silva, Marta Suplicy. V. Exª também colaborou nas articulações. O Senador Pimentel colaborou também.

Enfim, ontem foi aprovada a garantia de que efetivamente a dona de casa vai poder também aposentar-se.

Falávamos também de outro tema, inserido na medida provisória, que – acredito que inúmeros Senadores – coloquei no debate da pessoa com deficiência, em projeto particular. A Senadora Vanessa Grazziotin tem um projeto tramitando na Casa, no Congresso, que é para garantir à pessoa com deficiência que não tenha prejuízo, no momento em que vai testar o emprego conseguido. Às vezes, ela vai e é demitida; aí, volta para o benefício e não o tem mais. Com isso, durante dois anos, ela fica trabalhando, acumulando benefício. Depois de dois anos, confirmados, daí sim ela abre mão do benefício. Caso contrário, ela volta para o benefício, claro, mediante uma perícia.

É uma antiga reivindicação de um universo de mais de 20 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência. Os dados chegam a falar de 28 milhões, mas, como depende do nível da deficiência, estou citando aqui em torno de 20 milhões. Enfim, ontem, foi consagrado.

Até, casualmente, na manhã de ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do Ministro Carlos Lupi – e V. Exª esteve lá –, houve um bom debate sobre toda a complexidade do Sistema S, como fizemos ontem no plenário – até citei o projeto de V. Exª –, no sentido de que dialogar rebusca de soluções. Ninguém está contra o Sistema S.

Fiz questão de dizer isso ontem, e sei que V. Exª também não é contra o Sistema S, mas tem levantado o debate sobre essa questão. O Senador Cyro Miranda já está conosco também.

Há um requerimento aqui, e o Ministro do Trabalho enfatizou a importância da aprovação desse projeto à tarde. Nós o aprovamos por unanimidade. Garantimos direitos à pessoa com deficiência e também à dona de casa na votação que fizemos juntos. Ali não tinha

oposição, nem situação. Oitenta e um Senadores. Não houve nem verificação de votação. Foi unânime, e foram ampliados esses direitos. Fizemos, com isso, a nossa missão numa tarde histórica para todos.

Para mim, também é importante quando vamos diminuindo as contribuições para a Previdência, porque, desculpe-me a expressão, aqueles que, no passado, diziam que eu estava exorbitando na defesa da Previdência e que ela era deficitária, agora, estão pianinho, pianinho, pianinho, o que chamo de "quietinho, quietinho, quietinho".

Agora, a Previdência não é mais deficitária, pode desonerar a folha com tranqüilidade. Isso prova que tínhamos razão, tanto que votei junto. Não há problema algum, mas provou que a Previdência se sustenta, pode desonerar em parte a folha – em alguns casos específicos, como aqui fizemos –, que vai ajudar muito no combate à própria crise – que está aí, queiramos ou não. E, por outro lado, ao mesmo tempo, fortalece a idéia de que dá, sim, para melhorarmos a vida dos nossos aposentados e pensionistas, até porque vai haver uma compensação – os senhores, mais do que ninguém, os dois, conhecem bem a área empresarial –, segundo me dizem, porque, se tivermos mais empreendedores individuais – e falavam ontem de mais de um milhão – entrando no mercado, eles passam a contribuir. Poderão ter até outro benefício, mas daqui a 30 anos, passando a contribuir agora.

Então, é um dinheiro que também entra. Mesmo quando – porque estive dialogando com o Ministro Garibaldi – desonera a folha de 20 para 0% em quatro setores, que são tecelagem, softwares, calçados e móveis, transfere para o faturamento. Podemos discutir qual o percentual adequado.

Mas vamos fazer isso ao longo dos anos, porque serão feitos doze meses de experiência. Vamos discutir com tempo se é viável ou não, o que aconteceu. Eu, por exemplo, acho que os banqueiros poderiam pagar um pouco mais sobre o faturamento, já que os juros, no Brasil, como todos sabem, são exorbitantes.

Ainda ontem, falava com o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Ana Rita, que fez um belo pronunciamento ontem à noite, e comungávamos que deveríamos fazer uma grande campanha pela diminuição dos juros. O momento é este, porque, se diminuirmos os juros e fortalecermos aqueles que efetivamente estão na produção, seja setor primário, secundário ou terciário, estaríamos contribuindo para fortalecer o mercado interno. Como disse a própria Presidenta, temos que apostar no mercado interno.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com satisfação, concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Poderíamos pensar em alguma coisa com relação aos bancos, que fosse progressiva a participação deles no INSS, conforme a elevação de juros: quanto mais baixos, menos eles pagavam; quanto mais alto, muito mais eles pagavam. Com certeza, teríamos um recorde de arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Olha, Senador Cyro Miranda, vamos dialogar sobre isso e encontrar caminhos.

Por favor, Senador Ataídes de Oliveira. Em seguida, vamos à votação, já que os três Relatores estão presentes.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente Paim, é sempre uma satisfação imensa participar desta Comissão tão extraordinária. Não me canso de dizer que, nesta Casa, o que mais me contenta é realmente ter tido o privilégio de participar desta Comissão, porque aqui, V. Exª, como Presidente, sempre, durante todo esse tempo em que estou nesta Casa, tem-se preocupado com os menos favorecidos deste País, com as causas dos menos favorecidos neste País.

Isso me agrada muito. Tenho percebido os bons resultados que temos conseguido aqui. Que coisa magnífica essa Medida Provisória que foi aprovada ontem! Disse, há pouco tempo, no plenário, que sempre vi as medidas provisórias como algo inconstitucional, que fere a nossa Constituição etc. Ontem, tive o prazer de votar a favor daquele projeto tão lindo e tão belo.

A respeito da Previdência Social, Presidente Paim, V. Exª conhece talvez até mais do que eu, apesar de estudar a Previdência há longa data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª é um estudioso do tema, e eu sei disso.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A Previdência é superavitária, sim. Gostaria de ser o proprietário da Previdência Social com todos os ônus que essa tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, inúmeros Presidentes de países da América Latina gostariam de ter o orçamento da Previdência e não o seu orçamento – a maioria dos países da América Latina.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Se hoje abrissem uma concorrência à privatização da Previdência Social no Brasil, pode ter certeza de que teríamos um ágio mínimo de, pelo menos, 20%, porque uma Previdência que possui uma arrecadação de R$243 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E está aumentando a cada ano.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com os nossos aposentados, ao longo dos anos, fraudados, trucidados, roubados. Essa é a verdade.

Não me esqueço, Presidente, de que os aposentados pagavam a CLPS sobre um teto, e a própria lei determinava que, ao se aposentar, era feita a média pelos últimos cinco anos de contribuição. Com isso, o cidadão se aposentava com um salário, diria, digno para sua manutenção pelo resto de sua vida. Porém, ao longo dos anos – vamos colocar aí a década de 80 em especial, que foi a maior perda para os aposentados e pensionistas –, não sofreram correções monetárias. Naquela época, a correção era violentíssima.

Então, não me esqueço, por exemplo, de que aposentado e pensionista que recebiam sobre 20 ou 15 salários mínimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já foi de 20 salários mínimos. Agora, não são nem 10; deve estar em torno de 6 salários mínimos no máximo.

O Sr. Ataídes de Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Por volta de 1986 e 1987, esses aposentados estavam ganhando um salário mínimo. Foi a época em que começamos, então, a advogar a favor dos aposentados.

Em 1988, devido à pressão enorme que o Governo teve, por parte das OABs e dos advogados, na Constituição de 2008, o Governo, então, fez uma pequena correção, que foi de 80%, que resolveu muito pouco.

Então, lamento que até hoje... Esse fator previdenciário, tomara que votem contra ele lá na Câmara, porque esse é outro belo prejuízo.

O problema da Previdência, estou cansado de falar que o problema da Previdência são as aposentadorias especiais, em que o cidadão se aposenta com o valor integral, as fraudes, os valores não cobrados e os inadimplentes.

Resolvido isso, Presidente Paim, ela não passa a ser superavitária. Ela vai bancar muitos outros Ministérios neste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E muitas outras crises que poderemos ter.

O Sr. Ataídes de Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque, com o ajuste que já fizemos ontem, inclusive o Senador Ataídes, quando ele fala nas aposentadorias irresponsáveis, está se referindo à aposentadoria, neste País, de R$70 mil, R$80 mil, R$50 mil, R$40 mil, enquanto que o teto, pela Constituição, no Supremo Tribunal Federal, seria de R$26.500,00.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Pois é, Sr. Presidente, queria corroborar as palavras do nobre Colega, que foi muito feliz na sua explanação, e a preocupação que todos nós temos – a base está com o mesmo tamanho, o mesmo volume, espalhando para mais gente. Então, daqui a pouco, vão receber R$100,00, R$200,00. Agora, qual a explicação lógica para que um cidadão que trabalha durante 35 anos, e outro que trabalha menos de 30 anos, um pode chegar até R$70 mil e o outro, no máximo, a R$3 mil? Qual a diferença?

A Constituição reza que todos nós somos iguais perante a lei, porque cada um fez o seu papel. Se um é magistrado, Ministro, Senador, isso não interessa, certo? Então, a oportunidade precisa ser dada a todos. Isso é uma grande injustiça.

Pior ainda: quando se pega um fiscal da Secretaria da Fazenda de qualquer Estado, ele se aposenta com um salário atual e está sempre sendo reajustado como se estivesse na ativa; e o trabalhador, coitado, vai minguando. Quer dizer, isso é uma irresponsabilidade.

Agora, nós vamos ter, juntamente com o senhor, uma tarefa árdua, porque, quando se vai mexer no bolso dessa turma grande, é muito difícil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor está defendendo corretamente o princípio da isonomia, direitos iguais para todos. Eu, por exemplo, conheço pessoas que têm a aposentadoria de governador, da profissão de origem – no caso, servidor público, que era o teto também – e de mais uma outra que ele tenha contribuído, de uma forma ou de outra, essa pessoa ultrapassou R$70 mil. V. Exª falou muito bem.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente Paim, imagino que V. Exª se lembre – eu não estava na Casa -, em torno de 10 anos atrás, de que tínhamos um parlamentar aqui, tão famoso, tão conhecido por todos nós, que ele tinha seis aposentadorias. Nessa época, esse parlamentar tinha 44 anos de idade.

Essa, sim, é a grande causa de se dizer por aí que a Previdência Social é inviável e deficitária. Mas, na verdade, sabemos que ela é superavitária. A prova maior disso é que eles estão querendo desonerar a folha.

É aquilo que V. Exª disse: a Previdência, agora, está um coelhinho. Já não está mais um leão. O.k! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Vamos lá, então.

Senador Ataídes de Oliveira, o primeiro requerimento é de sua autoria. V. Exª encaminhou a esta

Casa, a pedido daqueles que lhe provocaram o tema, mas, pelo que percebi, se V. Exª assim o entender, não há acordo sobre essa questão. Por isso, vamos encaminhar aqui, já que não há acordo, se V. Exª também entender que possa ser assim, pela rejeição desse Requerimento, porque não houve acordo. Aí, V. Exª que defina.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Concordo sim, Sr. Presidente. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um requerimento que nos chegou, pedindo que houvesse uma audiência pública sobre falsos condomínios. Então, ficou tão solto, que o entendimento das pessoas com quem conversei era o de que deveria haver mais conteúdo.

Então, se os Senadores concordam pela rejeição deste requerimento, para não entrarmos em uma área em que não houve a devida informação a esta Presidência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a rejeição do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a rejeição.

É o seguinte o requerimento rejeitado:

ITEM 1
R EQUERIMENTO Nº 99-CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração oriunda da criação de Falsos Condomínios e Associações de Moradores no Brasil. Participantes convidados: Antonio Carlos Malheiros - Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Laerte Sampaio – Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Ambiente José Carlos de Freitas - Promotor Publico de Urbanismo e Meio Ambiente do Estado de São Paulo; e Roberto Mafulde – Advogado."

O segundo Requerimento é de autoria do Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito bom estar nesta Casa com a sensibilidade que V. Exª tem para com esses problemas que lidamos no cotidiano.

Nesse caso, faço um requerimento, trazendo pessoas que vão elucidar casos dos deficientes, porque temos uma legislação muito antiga, que diz o seguinte: terá direito à escola até a sua maioridade, ou seja, até os 18 anos. Só que a idade mental é diferente no caso do deficiente físico. Há casos de mães que têm filhos de 25 anos, com idade mental de 5 anos, que estão sem escola.

Então, como estamos trazendo um projeto para dentro desta Casa, estamos procurando essa discussão. Estamos trazendo especialistas de todas essas áreas, para que possamos formar opinião e fazer o melhor projeto possível.

Conto muito com a sua experiência, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, quero cumprimentar a iniciativa de V. Exª. De fato, esse tema Educação Especial ficou polêmico na sociedade.

Assistimos a diversos debates. Há pessoas, dentro do MEC, que defendem formas diferentes, mesmo as APAES e outras entidades que atuam nessa questão da educação especial.

Por isso, quero concordar com V. Exª. Vamos fazer aqui o bom debate, para construirmos efetivamente um caminho, porque, recentemente, na Subcomissão presidida pelo Senador Lindbergh – lembro-me de que estava lotado o plenário, havia mais de 200 pessoas num plenário menor do que este –, os pais todos questionavam essa questão e queriam um debate maior. É por isso que V. Exª, acho, vem atender ao pedido da sociedade para que haja uma audiência pública para discutirmos, junto com a Comissão de Educação e Esporte, o tema Educação Especial.

Em discussão a matéria.

Há alguém que queira discutir o requerimento?

Se ninguém quer discutir, vamos à votação.

Aqui o Senador Cyro Miranda lista uma série de entidades, como a Apae, que já citei, a OAB, a Conade, acho que o MEC também, naturalmente, vai ser chamado; nós faremos em uma data acordada entre nós esse que vai ser um grande debate sobre educação especial.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Se os Srs. Senadores tiverem algumas outras entidades para indicar para o bom debate, poderão ser inseridas num segundo momento.

Aprovado o requerimento do Senador Cyro Miranda, que vai debater a educação especial.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2
R EQUERIMENTO Nº 102-CDH, DE 2011

"Requeiro nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para tratar do tema "Educação Especial", tendo como convidados Drª Candy Gifford – Psicóloga – especialista

em Diagnostico Infantil; Sergio Domingos – Defensor Público; Dr. Charles Roberto de Lima Junior – Presidente da Comissão de Educação da OAB; Dr. Moisés Bauer Luiz – Presidente Conselho Nacional da Pessoa com deficiência – CONAD; Ester Alves Pacheco Henriques – Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; Dep. Eduardo Luiz Barros Barbosa – Presidente da Federação Nacional das APAES; José Antônio – Diretor do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga; Marcos Vinícius Calixto – Presidente Confederação de Surdos do Brasil; Maria do Socorro Nery da Silva Cruz (mãe de aluno especial), com a participação de um intérprete em LIBRA, convocado pela Comissão."

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, precisa ser votada também na Comissão de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim. É importantíssimo que se vote também lá, pelo teor do encaminhamento feito por V. Exª. Vou ler um pedacinho do requerimento para não ficar nenhuma dúvida: "Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para tratar do tema "Educação Especial". Aí lista uma série de convidados.

Senador Cyro, V. Exª apresenta esse mesmo requerimento lá na Comissão de Educação.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só queria fazer uma pergunta ao Senador Cyro: se, ao discutir educação especial, vamos também, com certeza, discutir a partir também do PNE. Porque há uma grande reivindicação por parte das entidades de assistência social que atendem a pessoas com deficiência, uma preocupação com relação ao Plano Nacional de Educação. Esse tema também abordará o Plano Nacional de Educação, com certeza?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Poderá sim. Eu acho que para ter uma comodidade maior, se ele for transformado em audiência pública, nós poderíamos inclusive dividir, porque vejo que o grupo está grande. Então, nós poderíamos dividi-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até mais do que uma audiência pública, se necessário for.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se necessário for.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Seria importante, Sr. Presidente, até porque esse é um tema que precisa ser aprofundado e que bom que o senhor está propondo. Aí, se formos aprofundar a partir do Plano Nacional de Educação, com a inclusão social, a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular, é importante trazermos aqui o MEC para esse debate, além das entidades que atuam nessa área, para que possamos chegar a um bom termo, para poder subsidiar, inclusive, o Plano Nacional de Educação, que, daqui a pouco, estará aqui, no Senado, para o devido debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cyro, se V. Exª concordar, nós votaríamos um adendo aqui da seguinte forma, para contemplar a sua preocupação, porque são muitos convidados: um ciclo de debates sobre educação especial. Mostraria um carinho muito grande desta Casa com as pessoas com deficiência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito! Muito obrigado pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O tema, de fato, é polêmico e V. Exª tem toda razão em trazê-lo para uma audiência pública. Com um ciclo de debates, a gente pode fazer uma, duas, três audiências públicas, se necessário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo plenamente, e com a Senadora Ana Rita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Junto com a Comissão de Educação e Cultura.

Então, o requerimento fica aprovado com esse adendo, não apenas uma audiência, mas um ciclo de debates em audiência pública para debater a questão da educação especial.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PETIÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 2, DE 2007

Informa à CDH denúncia de direitos Humanos denominada "Denúncia de Extermínio – Homicídio Coletivo Autorizado", encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, usuários de medicamentos de caráter continuado permanente, assinado por Fernando Antônio P. Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, que se insurge contra a Suspensão de Tutela Antecipada para o Estado de Alagoas, nos autos do Processo nº 91.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

A matéria está em discussão.

Eu perguntaria à Senadora Ana Rita se não quer ser Relatora *ad hoc.*

V. Exª faz a leitura e, se entender que deva ser votado hoje, nós votamos. Se não, V. Exª tem o direito,

por estar conhecendo agora a matéria, de pedir mais um prazo. Mas pelo menos o relatório do Senador Ricardo Ferraço seria lido e com liberdade que V. Exª tem, como Relatora *ad hoc*, de a matéria ser ou não votada no dia de hoje.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, muito obrigada. Então, vamos em seguida fazer a leitura do relatório apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço,

I – Relatório

Em 29 de março de 2007, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal recebeu o Ofício nº 012/2007, da associação civil Movimento pela Vida "Brasil Mostra Sua Cara", por meio do qual foi formalizada denúncia de grave violação aos direitos humanos em território nacional, com o título *Denúncia de Extermínio – Homicídio Coletivo Autorizado*. O ofício em tela foi encaminhado pelas seguintes entidades de proteção e defesa dos direitos humanos:

1. Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose;

2. Associação Brasileira de Amigos e Familiares de Portadores de Hipertensão Arterial Pulmonar;

3. Associação Brasileira dos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica;

4. Associação dos Transplantados de Minas Gerais;

5. Associação Nacional dos Portadores de Artrite;

6. Associação Paranaense dos Doentes Reumáticos;

7. Associação Paranaense dos Familiares e Amigos dos Portadores de Esquizofrenia;

8. Associação Paranaense dos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica;

9. Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo;

10. Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridose;

11. Instituto Canguru;

12. Instituto Girassol;

13. Movimento Nacional dos Pais de Pacientes com Diabetes.

O documento foi recebido como Petição nº 2, de 2007, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

As entidades signatárias da denúncia de violação aos direitos humanos afirmam que o Estado de Alagoas está, por força de decisão judicial, isento de fornecer todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados renais e pacientes renais crônicos em hemodiálise.

A decisão a que se referem as entidades de proteção aos direitos humanos foi proferida pela Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Suspensão de Tutela Antecipada (STA) nº 91/AL, publicada no Diário de Justiça da União, de 5 de março de 2007, que limitou "a responsabilidade do Estado de Alagoas ao fornecimento dos medicamentos contemplados [somente] na Portaria nº 1.318, do Ministério da Saúde".

Segundo os denunciantes, a Ministra Ellen Gracie ignorou o conteúdo normativo do art. 196 da Constituição Federal, pois desconsiderou que há inúmeros doentes renais crônicos que não dispõem de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos necessários ao tratamento das suas patologias, necessitando do custeio público para aquisição dos medicamentos mencionados.

As entidades signatárias da denúncia informam, ainda, que as portarias do Ministério da Saúde que relacionam os medicamentos de dispensação excepcional ou de alto custo não contemplam todos os produtos necessários ao tratamento de doenças graves.

II – Análise

Em face da existência de elementos suficientes à busca de provas para a instrução da Petição nº 2, de 2007 (CDH), foi aprovado o parecer do Senador Flávio Arns, para determinar que fossem realizadas as seguintes ações:

1) acompanhamento dessa Petição pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal;

2) marcação de uma reunião com o Ministro da Saúde, para abordar os aspectos pertinentes da Portaria nº 2.577, de 27 de outubro de 2006, na forma decidida na reunião de 4 de abril de 2007;

3) solicitação aos gestores públicos de saúde para que continuem a fornecer medicamentos de alto custo aos pacientes acometidos por graves doenças crônicas, apesar da decisão da Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal;

4) realização de uma reunião com a Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, para apresentar considerações acerca das consequências e desdobramentos da Suspensão de Tutela Antecipada nº 91/AL para as políticas públicas de saúde do País;

5) marcação de uma audiência pública com representantes do Ministério Público, com o Ministro da Saúde e com as entidades que compõem o Movimento pela Vida – Brasil Mostra Sua Cara.

Em cumprimento à decisão desta Comissão, foram realizadas audiências com os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que resultaram exitosas em relação aos doentes. De fato, os Ministros do Supremo Tribunal Federal se mostraram sensíveis à necessidade de manutenção de tratamentos, cirurgias, além da realização de exames e do fornecimento de medicamentos àqueles que não dispõem de dinheiro suficiente para o tratamento das suas patologias. Também foram realizadas audiências públicas no âmbito deste Colegiado e da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com ampla participação da sociedade e do Governo. Solicitações esparsas de tratamento de vários doentes foram encaminhadas ao Ministro Saúde, para que concedesse, na medida do possível, soluções pontuais a cada situação ventilada.

Além dessas medidas, foi aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 338, de 2007, do Senador Flávio Arns, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).*

O mérito da proposta é o de agilizar o processo administrativo de atualização da tabela de medicamentos de alto custo fornecidos pelo Sistema Único de Saúde, além de impedir que o impacto econômico da incorporação do medicamento, produto ou procedimento de alto custo às tabelas do SUS seja motivo suficiente para o indeferimento da sua incorporação ou o deferimento da sua exclusão das tabelas.

Conclusão do Relator:

Diante de todo o exposto, opinamos pelo conhecimento da Petição nº 2, de 2007 e por seu conseqüente arquivamento.

Sala da Comissão.

Relator Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Alguém quer discutir?

Se ninguém quer discutir a matéria, nós acompanhamos, então, o relatório.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Com certeza, Senador, acho que aqui foram dados os devidos esclarecimentos. Vejo que o Relator tem toda a razão. Acho que não tem mais significado a petição aqui colocada.

Portanto, pelo arquivamento da referida petição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Rita, também o Senador Ricardo Ferraço, assim como o Senador Flávio Arns, que fez o relatório original, e que hoje é Vice-Governador do Estado do Paraná.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi sancionado, já é lei. Então, não temos por que não aprovarmos algo que já é lei.

O Aires... Aires e Arns, eu confundo. Sei que foi assessor também do Senador Flávio Arns. Agora, é assessor da Senadora Ana Rita. Então, conhece como ninguém esse tema, por isso foi importante também a sua opinião com esse depoimento, que a Presidenta Dilma inclusive já sancionou matéria nesse sentido para garantir o direito das pessoas que precisam desse atendimento. Devido a isso, coloco em votação e passo, em seguida, a palavra ao Senador Ataídes.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, neste momento, o Senador Ataídes Oliveira para se pronunciar – já na sequência, se entender – sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009, não terminativo, de que S. Exª é o Relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – São dois projetos aqui, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, em seguida, votar os dois.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É o Item nº 13?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O primeiro é o Item nº 6.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Item nº 6. Perfeito.

Esse relatório já foi lido aqui, nesta Comissão, meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, o relatório não foi lido. Se V. Exª quiser comentar e ir para o voto...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ok, vamos ao relatório, então, Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 106, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.013, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jutahy Junior. A proposição pretende acrescentar dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que *dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*.

O parágrafo único a ser acrescido ao art. 1º do referido diploma legal estabelece que transtorno mental significa enfermidade psíquica em geral e "substi-

tui a expressão 'alienação mental' e quaisquer outras designações legais relativas à mesma classificação".

O projeto também acrescenta inciso X ao parágrafo único do art. 2º da mencionada Lei, que determina ser direito da pessoa portadora de transtorno mental, quando submetida a perícia médica para qualquer fim...

É, não vejo necessidade mesmo, meu Presidente. Vamos à análise, então.

A apreciação do PLC nº 106, de 2009, pela CDH justifica-se em razão dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere à Comissão competência para opinar sobre proposições que versem sobre garantia dos direitos humanos e proteção das pessoas portadoras de deficiência.

Pois bem, eu já vou direto, meu Presidente, se me permitir. Em vista de ser uma matéria já tão comentada e por se tratar simplesmente de uma nomenclatura, de uma mudança. Consultei inclusive alguns colegas da Casa, médicos, e cheguei à conclusão de que, em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! O Senador Ataídes Oliveira dá o seu parecer favorável ao projeto de autoria do Deputado Jutahy Júnior.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2009

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define "tratamento mental" como enfermidade psíquica em geral).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir, agora, Senador Ataídes, embora V. Exª tenha um outro projeto, na sequência há um projeto da relatoria do Senador João Alberto Souza, que está sempre aqui prestigiando esta Comissão, também não terminativo, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente.

É o seguinte o item:

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2010

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

A Relatoria é do Senador João Alberto Souza, que está com a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que visa a alterar o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime exploração sexual de criança ou adolescente, previsto no art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O autor, ilustre Senador Alfredo Nascimento, justifica que a exploração sexual de crianças e adolescentes é um dos crimes mais graves que há.

Na análise, quanto ao mérito, destaque-se que a referida dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, tipificando penalmente, no art. 244-A, a seguinte conduta...

As meninas prostituídas passam a apresentar numerosos transtornos orgânicos e psíquicos, como baixa auto-estima, fadiga, confusão de identidade, ansiedade generalizada, medo de morrer, furtos, uso de drogas, doenças venéreas, irritação na garganta e atraso no desenvolvimento.

Além da degradação moral de toda espécie humana, a onda de pedofilia está contribuindo para criar uma geração precoce de portadores do vírus da AIDS, já que as crianças, mais frágeis fisicamente, estão propensas a sofrer ferimentos durante o ato sem preservativo, o que facilita a infecção.

Diante dessas considerações, que firmam a gravidade do crime de exploração sexual de criança e adolescente, entendemos conveniente a classificação dessa conduta como hedionda, para maior eficiência da política criminal brasileira.

III – Voto

Dessa forma, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2010.

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, nós vamos à votação.

O Projeto de Lei nº 243, de 2010, não terminativo, altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente. A autoria, repito, é do Senador Alfredo Nascimento. A relatoria é do Senador João Alberto Souza.

Senadora Ana Rita, alguma consideração sobre esse projeto?

Eu entendo que o projeto merece o nosso apoio, vou dar aqui o meu ponto de vista, porque ele classifica como hediondo todo crime de exploração sexual de criança ou adolescente. É, de fato, um crime da maior gravidade.

Quero cumprimentar a iniciativa do Senador Alfredo Nascimento, ex-Ministro dos Transportes, e, ao mesmo tempo, o relatório favorável do Senador João Alberto Souza.

Acho que essa é uma iniciativa que deveríamos até ter tomado há muito tempo. Inclusive, não sei como o Senador Magno Malta, tão cuidadoso desse tema, não está aqui hoje. Não deve estar porque, com certeza, está com outra atividade no seu Estado. Mas tenho certeza de que, se estivesse aqui, ele também daria parecer favorável sobre esse projeto que torna hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente.

Eu voto aqui com louvor, como eu diria, pela aprovação desse belo projeto.

Tenho certeza de que o Senador Magno Malta deve ter conversado também com o Senador Alfredo Nascimento nesse sentido.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Senador Demóstenes Torres pediu que os projetos de que ele é autor ou relator sejam retirados de pauta. Nós vamos atendê-lo, porque diversas vezes também assim o fizemos na Comissão que ele presidia, a CCJ, e ele sempre nos atendeu. Então, se ninguém for contra, os projetos que envolvem autoria ou relatoria do Senador Demóstenes Torres serão tirados de pauta.

Vamos agora a outro relatório de um Senador presente, que é o Senador Ataídes Oliveira.

É o item 13, Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009.

Se V. Exª quiser fazer a leitura do relatório. Como é terminativo, nós não votaremos neste momento. Ou podemos fazê-lo em outro momento. V. Exª é quem decide.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vamos fazer logo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos fazer? Então V. Exª poderá fazer a leitura.

ITEM 13
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, DE 2009

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Com a palavra, o Relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 305, de 2009 (Projeto de Lei nº 48, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Neilton Mulim.

A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para dar nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garantindo a irmãos o acesso à mesma escola pública gratuita localizada próxima da residência.

Na justificação do projeto, o Deputado Neilton Mulim lembra que causa perplexidade a situação de crianças irmãs, muitas vezes gêmeas e de pequena idade, que são prejudicadas e impedidas de conseguir matrícula no mesmo estabelecimento de ensino. Segundo ele, essa situação é criticada por especialistas, pois a simbiose entre os gêmeos é natural.

II – Análise

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a CE é colegiado competente para opinar sobre proposições que tratem de normas gerais e diretrizes e bases da educação nacional. À CDH cabe a análise da proposta à luz do que estabelece o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que determina ser este colegiado competente para opinar sobre os aspectos relativos à proteção à infância.

Estamos de acordo com a avaliação da CE no que tange ao mérito: a iniciativa tem relevância social inconteste. Afinal, mesmo que o ECA assegure à criança e ao adolescente o acesso a escola pública e gratuita próxima da residência do educando, seu texto não garante que irmãos consigam vaga na mesma escola.

Concordamos também com o parecer aprovado na CE, que observou que o texto aprovado na Casa de origem pode acarretar problemas incontornáveis para escolas que não oferecem vagas em todo o per-

curso da educação básica, da creche ao ensino médio. Muitas escolas teriam, com certeza, problemas em atender à demanda de famílias que tenham filhos com idades díspares.

E, assim, acatamos a sugestão do relator da matéria na Comissão de Educação que, na perspectiva de minimizar os transtornos às instituições de ensino, alterou o texto do projeto, para garantir acesso à escola pública, gratuita, próxima de sua residência a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Dessa forma, não identificando qualquer óbice, julgamos que a proposição busca garantir os direitos sociais e fundamentais das crianças e, também, reconhece ser importante oferecer às famílias a opção de manter irmãos com idades próximas na mesma escola. Nesse sentido, entendemos que a matéria é merecedora de acolhida no Senado Federal.

O voto, Sr. Presidente:

Em face do exposto, concluímos este relatório com voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, com a emenda aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Este é o relatório e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira, que faz o seu relatório e apresenta, inclusive, uma emenda que só melhora a redação final do projeto, mas, como ele é terminativo, nós deixaremos a discussão em aberto e o votaremos na próxima semana.

Voltamos à ordem da nossa agenda e, neste momento, vamos passar a palavra à Senadora Ana Rita para se pronunciar sobre o Item nº 4, do qual S. Exª é Relatora.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PETIÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 1, DE 2010

O Senhor Wellington Gilberto de Carvalho denuncia violação de seus direitos e peticiona ao Senador Paulo Paim e aos Membros do Congresso Nacional para que intercedam no sentido de tornar nula a cassação de sua aposentadoria por invalidez como membro da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Item nº 4, página 71, pela assessoria aqui do meu nobre Senador, agora fortalecido pelo Senador Cícero Lucena.

Seja bem-vindo, Senador Cícero Lucena, nosso grande Secretário desta Casa.

A Senadora Ana Rita é relatora dessa petição.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Aproveito a oportunidade para sugerir para a Assessoria que, nos relatórios, haja uma página indicando em que página estão os projetos, porque localizar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ah, tá, é porque está solto aqui. Porque isso facilita muito a localização do projeto.

Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura do relatório. Na verdade, o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cícero Lucena vem aqui e faz referência a um congresso que houve lá no Rio Grande do Sul, dos bancários e securitários, no qual fiz uma palestra. Faz menção também à abertura do Festival de Cinema de Gramado. Quando eu cheguei lá, eles me fizeram dançar a dança do pezinho, e ele disse que viu a foto – já está lá na Paraíba! E foi no tapete vermelho da entrada do Festival de Cinema de Gramado!

Senadora Ana Rita, é possível retomarmos?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, com certeza.

Na verdade, Sr. Presidente, não vou ler integralmente o relatório porque ele é grande. Quero apenas dizer do que se trata.

Trata-se da Petição nº 1, de 2010, por meio da qual o Sr. Wellington Gilberto de Carvalho Chaves solicita que o Senado Federal exare auto de manifestação pelos motivos que ele expõe aqui.

O nosso relatório:

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PDH) nº 1, de 2010, atinente à demanda encaminhada pelo Sr. Wellington Gilberto de Carvalho Chaves a esta Comissão.

O que argumenta esse cidadão? Que deveria ser declarada nula a cassação de sua aposentadoria por invalidez como servidor da Secretaria Pública do Estado do Pará, lotado na Delegacia Geral de Polícia Civil, sobretudo por argumentos de aproveitamento de prova inidônea, dada a prescrição do processo administrativo disciplinar considerado para a cassação, e a ausência de contraditório e ampla defesa no processo administrativo questionado.

O que ele nos solicita? Principalmente, que esta Casa exare deliberação com o conteúdo direcionado ao Procurador Geral da República, com manifestação de respaldo ao seu pleito, a fim de que este suscite perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Nós analisamos, Sr. Presidente, e concluímos nos termos do seguinte voto.

À luz do exposto, concluo pelo conhecimento da petição encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos, que torna pública a matéria, com o envio de cópia deste Parecer e dos documentos apresentados pelo peticionário ao Procurador-Geral da República, para que este, no exercício de sua competência, adote as medidas que julgar cabíveis, e pelo posterior arquivamento.

Como essas providências já foram adotadas, sou pelo arquivamento da solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Relatora, a Senadora Ana Rita, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da Senadora Ana Rita.

Vamos ao Item nº 5.

ITEM 5
Não-Terminativo
SUGESTÃO Nº 2, DE 2010

Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.

Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria *ad hoc*, já que feito na semana passada: Senadora Ana Rita.

Com a palavra, a Relatora, para, se quiser manter a sua posição, naturalmente, ou se não... Já foi lido o relatório, mas é importante que conheçamos o voto.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, na verdade sou Relatora *ad hoc* desse projeto. Eu acho que, talvez, poderia o próprio Senador Cristovam Buarque se manifestar sobre a matéria. Acho que é mais prudente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se assim a senhora entender, nós retiramos da pauta a matéria – não é vista, não é nada – e vamos aguardar a presença do Senador Cristovam.

Como V. Exª foi indicada como *ad hoc*, nós podemos, de novo, fazer a redistribuição para o Senador Cristovam. Muito bem, sai de pauta.

O Item nº 6 já foi relatado e votado pelo Senador Ataídes Oliveira. Quanto ao Item nº 7, João Alberto de Souza apresentou o relatório e a matéria foi votada – só antecipamos porque ele tinha de sair.

O Item nº 8, cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres, é de autoria da Senadora Kátia Abreu: o Relator pediu para tirar de pauta porque ele está numa outra missão neste momento como Senador.

O Item nº 9 tem como autor o Senador Demóstenes Torres, que pediu que o tirássemos de pauta.

O Item nº 10, não-terminativo, do Senador Eunício Oliveira, cuja relatoria é do Senador Eduardo Amorim, que não se encontra aqui. Vou indicar como Relator *ad hoc* o Senador Ataídes Oliveira.

V. Exª, no pouco tempo que ficou na Casa – parece-me que vamos perdê-lo por um período a partir de setembro –, acho que vai ser o Senador que mais fez relatórios. Meus parabéns!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É uma honra para mim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes, neste momento a Assessoria me lembra que, por telefone, os Senadores Eunício Oliveira e Eduardo Amorim pediram que fosse retirado da pauta o Item nº 10. Então, pediria a V. Exª que relatasse o Item nº 11.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É o projeto do Senador Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É do Crivella e a autoria é do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – O relatório, Sr. Presidente, é o seguinte.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 273, de 2011, apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, tem o objetivo de garantir aos idosos isenção da tarifa de embarque cobrada no uso do transporte aéreo nacional.

Para tanto, altera o art. 7º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos.

O autor, na justificação do projeto, explica que o Estatuto do Idoso, consignado na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, assegura apenas direitos relacionados ao uso de ônibus interestaduais, o que julga insuficiente, considerando que, nos dias atuais, é crescente a demanda pelo transporte aéreo nos percursos de longa distância.

A proposição, depois de passar pelo crivo desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), seguirá para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a quem caberá se pronunciar sobre o assunto em decisão terminativa.

Análise. No Senado Federal, cabe à CDH tratar de assuntos relacionados à proteção dos idosos, conforme dispõe o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, matéria sobre a qual dispõe o Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011.

O objeto da proposição se relaciona também com a organização do regime de transporte aéreo no País, matéria cuja competência para legislar é privativa da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, além de não ser de iniciativa reservada a nenhum outro Poder da República.

Ressaltamos, ainda, que ela se materializa na espécie adequada de lei e não oferece afronta às cláusulas pétreas.

A proposta, portanto, não apresenta óbices de constitucionalidade. Em relação ao mérito, julgamos pertinente assegurar aos idosos o direito à isenção de tarifas cobradas pela utilização dos aeroportos em viagens nacionais. Tal prerrogativa irá facilitar a movimentação das pessoas que, em idade avançada, têm a oportunidade de utilizar o transporte aéreo para percursos de longa distância.

Sabemos que, muitas vezes, idosos e idosas deixam de cultivar laços familiares e de amizade pela dificuldade de se deslocarem por via terrestre, em vista dos desconfortos envolvidos nesse processo, os quais a idade não mais permite suportar.

Logo, ao facilitar o ir e vir dessas pessoas, o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares mostra-se oportuno e relevante.

Lembramos, contudo, que o Estatuto do Idoso, ao tratar da questão do transporte terrestre, assegura a gratuidade somente às pessoas com mais de 65 anos e renda de até dois salários mínimos. Tais critérios, acreditamos, devem ser preservados no verter desses direitos ao uso do transporte aéreo.

Por isso, apresentamos duas emendas à proposição original. A primeira delas, para estabelecer esses mesmos critérios do Estatuto do Idoso à isenção estabelecida no PLS em exame. A segunda, para informar também na ementa a legislação alterada.

Voto. Diante do exposto, o voto é a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011, com as seguintes emendas:

Emenda. Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011, a seguinte redação: "Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, para estabelecer isenção da tarifa de embarque em voos domésticos para idosos de baixa renda."

Emenda ao PLS nº 273, de 2011. Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso I do art. 7º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido de alínea *h* com a seguinte redação:

Art.7º .....

I.....

h) os passageiros com idade igual ou superior a sessenta anos, em voo doméstico, desde que tenham renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, na forma do regulamento. "

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. (*Pausa*.)

Senadora Ana Rita, esse projeto do Senador Antonio Carlos Valadares vem na linha de uma atuação que V. Exª tem ao longo da sua vida, que é no sentido de avançar nos direitos dos nossos idosos.

Ontem mesmo, fiz um discurso no plenário inspirado em um belo pronunciamento que eu assisti na Conferência dos Idosos do Rio Grande do Sul, feito pela Presidente Nacional de Políticas para os Idosos. Nesse pronunciamento, ela dizia, inclusive, que, até 2030, nós deveremos ser no Brasil cerca de 50 milhões de idosos e que nós precisamos avançar nas políticas públicas para os idosos. Fiquei sabendo também, por uma pesquisa realizada recentemente, que são muito poucos Estados que têm políticas para os idosos, muito poucos.

A coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos está remetendo aos membros dessa frente parlamentar, da qual fizemos parte, para que digam quais são as políticas públicas no seu Estado para os idosos. E as informações que estão retornando são de que a maioria dos Estados não tem política pública para os idosos. O que existe é o Estatuto do Idoso; o que existe é a Política Nacional para os Idosos. Mas é preciso que os Estados também tenham políticas especificas que possam interagir com a Política Nacional para os Idosos.

Lembro-me aqui – porque li todo o pronunciamento dela em Plenário, um belo pronunciamento – que ela dizia que é preciso entender que todos vão envelhecer – os homens, as mulheres, os negros, os índios, os brancos, os ricos, os pobres – e que, naturalmente, os pobres não terão atendimento para poder viver, envelhecer e morrer com dignidade, porque os ricos se protegem. Então, esse é um papel do Estado.

Por isso, quero fortalecer aqui o seu relatório, Senador Ataídes Oliveira, como Relator *ad hoc*. A peça original do relatório do Senador Marcelo Crivella, autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que fortalece a possibilidade de os passageiros idosos viajarem pelo País. Até porque, se eles tiverem um salário decente,

eles também ajudarão muito a indústria do turismo. Agora mesmo, quando eu estive na abertura do Festival de Cinema de Gramado, percebi que os hotéis estavam lotados por todos os setores da sociedade, mas por muitos idosos.

Então, meus cumprimentos pelo relatório.

Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero, também, Sr. Presidente, corroborar coma s palavras de V. Exª e dizer que realmente a nossa população idosa a cada dia está crescendo mais. Isso é muito bom, porque é sinal de que está melhorando a qualidade de vida das pessoas e as pessoas estão conseguindo viver mais tempo. E é importante dizer também que, na população idosa – só para dar um recorte de gênero –, é a mulher que vive mais anos que os homens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos com inveja, pode ter certeza. (*Risos*.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu acho que é importante lembrar isso, porque dados recentemente apresentados pelo próprio Governo mostram que as mulheres morrem mais tarde, os homens morrem um pouco mais cedo. Então, entre a população idosa, o número maior é de mulheres.

E é interessante observar – como viajamos muito de avião, porque estamos aqui e também nos nossos Estados, viajamos toda semana, temos observado isso – a presença cada dia maior da população que está ascendendo à classe que chamamos de nova classe média. E essa população também está viajando de avião. Isso é muito importante, porque, até então, o meio de transporte aéreo era exclusivo para uma determinada classe média com melhor poder aquisitivo. Hoje, a gente percebe que as pessoas com menor poder aquisitivo também estão se utilizando desse meio de transporte, o que é importante. E sabemos que as pessoas utilizam esse meio de transporte não somente para o trabalho ou para viajar a passeio, mas há muitas pessoas que utilizam esse meio de transporte também para tratamento médico.

Então, quero aqui parabenizar o autor da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares, e também o Relator, Senador Marcelo Crivella, pela iniciativa de assegurar a essa população idosa também o direito de ter isenção das tarifas para os voos domésticos.

Então, parabenizar por esta iniciativa que, com certeza, está fortalecendo um direito fundamental da pessoa idosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, que, com seu comentário, mostra que conhece o tema, até porque trabalha há muito tempo nessa área dos idosos, deficientes e de todos os que são discriminados.

Senador Ataídes Oliveira, Relator *ad hoc*.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, como já é do seu conhecimento, eu sou um dos lutadores, junto com V. Exª, das causas dos menos desfavorecidos deste País. É o motivo maior da minha estada nesta Casa.

Eu não conhecia o teor desse projeto – hoje, meu glaucoma deu uma elevada um pouco, então estou com certa dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª inclusive me alertou.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas estou muito contente em participar, e sempre estou por aqui. Agora, o que me chamou a atenção nesse projeto aqui, Presidente, foi o seguinte: nossa população está envelhecendo mesmo e, pelo o que me consta, quem vai arcar com esses custos, são as companhias aéreas – não é isso? A meu ver, o Estado seria o grande responsável, e não as companhias aéreas. Isso me deixa um pouco confuso, meio ambíguo, em relação a esse projeto.

Eu acabei de ler, estou como relator *ad hoc* nesse relatório, o voto é favorável, porém, eu acho que a gente deveria chamar as companhias aéreas para ouvi-las, e não simplesmente jogar isso goela abaixo. Estou a favor, Presidente, evidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu proporia... Estou entendendo. Posso dar uma sugestão para V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Agora, o Estado jogar para cima das empresas, parece que não está... Não estou conseguindo deglutir isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como ele não é terminativo, ele vai ainda para a Comissão de Assuntos Sociais e CCJ, se não me engano.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – CCJ, isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – CCJ. E nós poderíamos votar hoje aqui, para que ele tramite, e, na CCJ, a gente pode fazer inclusive uma audiência pública, se V. Exª entender, chamando as companhias aéreas, o próprio autor e relator, para debater o tema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – E o Governo, para participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o Governo, naturalmente. Ok?

Então, aqueles que concordam com o parecer do Senador Marcelo Crivella sobre o projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, leitura *ad hoc* aqui apresentada pelo Senador Ataídes Oliveira, que fez a sua consideração, que constará em ata, de

que gostaria que houvesse uma audiência pública na próxima Comissão, já que aqui ele não é terminativo, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos agora para o Item 12.

Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência.

Eu ia dar para o Senador Ataídes, mas acho que a Senadora Ana Rita vai pedir para relatar esse, já que a Senadora Lídice da Mata autorizou que fosse indicado, então, o Relator *ad hoc*.

Como se trata de questão das mulheres, eu gostaria que a Senadora assumisse a relatoria *ad hoc*, fazendo inclusive as suas considerações ou mesmo aprofundando ou não a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aqui valorizar o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Vou fazer a leitura do relatório e, depois, vou apenas emitir o voto, toda a análise, porque é longa, mas com certeza com muita informação. Mas, rapidamente, fazer a leitura.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 112, de 2009 (Projeto de Lei nº 123, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Neilton Mulim, busca garantir às mulheres vítimas de violência o direito a cirurgia plástica gratuita, para reparação de sequelas.

De um lado, o projeto manda os hospitais e os centros de saúde – ao receberem as vítimas

De um lado, o projeto manda os hospitais e os centros de saúde – ao receberem as vítimas – informá-las sobre a possibilidade de acesso gratuito à cirurgia plástica de reparação. Do outro, orienta as mulheres que necessitem desse procedimento cirúrgico a procurarem uma unidade de saúde onde ele seja realizado, portando o registro oficial de ocorrência da agressão.

Contudo, o projeto exige que a necessidade de cirurgia seja apontada pelo profissional de medicina em diagnóstico formal, a ser encaminhado ao responsável pela unidade de saúde, para autorização.

Prevê, ainda, o encaminhamento obrigatório dos casos indicados para complementação diagnóstica ou tratamento a serviços especializados, quando necessário.

Estabelece, por fim, que os recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com essas cirurgias provenham do orçamento da área de saúde e sejam alocados para o ano subsequente ao da edição da lei, para a qual projeta vigência imediata.

Ao justificar a iniciativa, o autor do projeto ressalta que muitas mulheres agredidas – sem poder arcar com os custos de cirurgia plástica para reverter as marcas de queimaduras ou cortes que comprometem sua aparência física e até mesmo sua capacidade laboral – vivem escondidas e ficam estigmatizadas pelo resto da vida.

Quero aqui, inclusive, Senador, fazer uma ressalva: na semana passada, participamos de um seminário com relação à Lei Maria da Penha, e uma mulher vítima de queimadura fez um apelo público em função do sofrimento que ela está tendo hoje pela sua própria aparência. Ela ficou uma pessoa completamente desfigurada. Então, isso, infelizmente, torna-se quase que rotineiro na nossa sociedade, na sociedade em que vivemos.

Por isso, considera justo que o sistema público de saúde lhes ofereça a cirurgia reparadora.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi distribuído a três comissões, que o aprovaram em caráter conclusivo: a de Seguridade Social e Família, a de Finanças e Tributação, e a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Submetido à revisão do Senado, o projeto foi encaminhado à análise prévia da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em seguida, veio ao exame terminativo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na Comissão de Assuntos Sociais, a matéria foi entregue, de início, à relatoria da então Senadora Marisa Serrano e, depois, redistribuída ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, quando a representante do Mato Grosso deixou de pertencer àquele colegiado. Recebeu, ali, parecer favorável, com quatro emendas, todas voltadas a corrigir problemas de técnica legislativa.

Na Comissão de Direitos Humanos, sem ter recebido ressalvas, a proposição foi encaminhada à relatoria da então Senadora Fátima Cleide, que emitiu voto favorável à aprovação tanto do projeto quanto das emendas oferecidas pela Comissão de Assuntos Sociais. Note-se, porém, que o relatório produzido – no qual ora nos baseamos para formular esta peça – não chegou a ser apreciado antes do término da legislatura passada, o que motivou o encaminhamento da matéria para nova relatoria.

Diante disso, a Senadora Lídice da Mata fez uma análise do projeto e emitiu o seguinte parecer.

III – Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009 (Projeto de Lei nº 123, de 2007, na origem), com o aperfeiçoamento sugerido pela Comissão de Assuntos Sociais e com a emenda a seguir:

EMENDA Nº – CDH
(ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009)

Acrescente-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009, renumerando-se o atual dispositivo como art. 6º:

"**Art. 5º** A ausência do informe previsto no *caput* do art. 3º sujeita o responsável pelo hospital ou centro de saúde às seguintes penalidades, a serem aplicadas cumulativamente:

I – multa no valor do décuplo de sua remuneração mensal;

II – perda da função pública;

III – proibição de contratar com o poder público e de receber

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios,

...e de receber benefício ou incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de quatro anos.

Parágrafo único: os recursos provenientes da arrecadação da multa prevista no inciso I serão aplicados em campanhas educativas de combate à violência contra a mulher.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, da Senadora Lídice da Mata. Apenas fiz o relato *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de parabenizar o autor da matéria, parabenizar o autor da emenda na Comissão de Assuntos Sociais, dizer que muitas mulheres que são vítimas de violência muitas vezes ficam com receio de procurar delegacias especializadas de mulheres – onde essas existem, porque infelizmente nós sabemos que são poucos os Municípios que têm delegacias especializadas, elas têm que recorrer a delegacias comuns e, por medo, as mulheres não fazem denúncias. Então é importante que, ao serem atendidas nas unidades de saúde, nos centros especializados – aqui neste caso, de pessoas queimadas –, que possa o profissional, ao atendê-las, fazer o encaminhamento devido a fim de que esse registro seja feito nas delegacias. Aqui o profissional deve ser preparado, orientado, e deve fazer sim o encaminhamento para que não haja impunidade a esses agressores a tantas mulheres que são vítimas desse tipo de violência. Então, ao procurar a unidade de saúde, deverá ser feito o devido registro e o encaminhamento. Se não ocorrer isso, o profissional vai sofrer punição... Pelo que estou entendendo da emenda, na verdade, o responsável pelo hospital ou centro de saúde deverá ser penalizado caso não faça o devido registro e os encaminhamentos previstos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Eu só quero, Presidente, coadunar com as colocações brilhantes feitas pela Senadora Ana Rita. É verdade, isso está aí às vistas de todos nós. Este projeto vem contemplar essa falha tremenda, essa falha tremenda da população brasileira. Estou de pleno acordo com tudo o que está inserido neste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns ao Deputado Neilton Mulin, autor do projeto, parabéns à Senadora Lídice da Mata, que é vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Previdência, que eu tenho a alegria de presidir, parabéns à Senadora Ana Rita, pela relatoria *ad hoc* e por seus comentários.

É mais do que legítimo. Uma mulher é covardemente agredida, fica com seqüelas, não tem o direito sequer de uma cirurgia plástica reparadora gratuita? É inadmissível. Por isso é um belo projeto. Nós devemos aqui bater palmas; digo, não precisamos bater palmas; mas simbolicamente merece todos os nossos aplausos a autoria do Deputado Neilton Mulin, assim como a relatoria. Não há, para mim, crime mais covarde do que aquele que agride de uma forma ou de outra uma criança ou uma mulher. São crimes mais covardes e, já aprovamos aqui hoje, serão considerados crimes hediondos.

A Comissão, no dia de hoje, vota projetos todos importantes, mas destaco estes dois: o que diz que a agressão sexual contra criança e adolescente passa a ser crime hediondo, ou seja, vai para a cadeia mesmo, e este sobre o qual falamos tanto. Vocês mulheres aqui nesta comissão, V. Exª é uma das que dirigem politicamente a subcomissão em defesa da mulher, cuja Presidente é a Senadora Ângela Portela, vai ter reunião no dia 18, não é, às 10 horas, subcomissão da mulher...

...dia 18, às 10 horas, subcomissão da mulher, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, numa homenagem ao fortalecimento da Lei Maria da Penha. Então, meus cumprimentos.

Vamos colocar em votação.

Sei que o Senador Ataídes lembra: sou relator do próximo, e se o Paim continuar falando eu não poderei relatar.

Meus cumprimentos a todos e vamos ao voto.

Aqueles que concordam com o relatoria *ad hoc*...

Nós poderíamos votar agora, mas lembram-me que esse projeto é terminativo. Está feito o relatório e, na semana que vem, provavelmente, nós poderemos votá-lo.

Outro projeto terminativo, mas que vamos aproveitar para fazer a leitura dá nova redação ao inciso 5º do artigo 153, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, autoria também do Deputado Neilton Mulin, relatoria Senador Ataídes Oliveira.

Com a palavra, para fazer a leitura do relatório. Vamos votar na semana que vem.

É o projeto de lei da Câmara nº 305, na página 225, item 13. (Pausa.)

Já foi lido?(Pausa.)

Já foi lido, então vamos ao item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 17, terminativo, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infanto-juvenil que reproduzam a forma de cigarros e similares. Autoria do já falecido Deputado Clodovil Hernandes, ao qual rendemos aqui aas nossas homenagens, e relatoria da Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de autoria do falecido Deputado Clodovil Hernandes, proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil que reproduzam a forma de cigarros e similares. Nós fizemos uma análise do projeto, reconhecemos a importância de fixar em lei proibição mais extensa para proteger crianças e adolescentes de outras formas de indução ao tabagismo que possam se apresentar como brinquedos, roupas ou utensílios, por exemplo.

Foi apresentada apenas uma emenda de aprimoramento da técnica legislativa oferecida pela Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010, com a Emenda nº 1 – CAE, suprimindo o hífen do vocábulo "infanto-juvenil" nela contido.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – O parecer é pela aprovação do projeto?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Se V. Exª quiser discutir, tem a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Estou com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Está com a relatora.

Como não podemos votar no dia de hoje, por ser terminativo, ele continua aberto. Já temos a posição da relatora e do Senador Ataídes.

Naturalmente, a minha opinião também é favorável à iniciativa do Deputado Clodovil Hernandes, que teve uma trajetória curta aqui no Congresso, porque morreu, mas deixou a sua marca em algumas iniciativa e esta é uma delas.

Parabéns pelo parecer favorável.

O Item 15 Institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências. Autoria: Senador Cristovam Buarque e Relatoria: Senador João Pedro.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente, antes de definir quem será o relator *ad hoc*,...

Na semana passada, nós fizemos aqui uma audiência pública importante, mas lamentavelmente não conseguimos trazer todas as pessoas representantes de comunidades e aldeias indígenas previstas no requerimento para fazer o debate. Houve a justificativa da dificuldade de locomoção desde as aldeias até aqui, e não foi possível contar com a presença de todos. Mas tivemos a presença da Rosane, uma líder indígena, e também tivemos aqui – não foi convidada para compor a Mesa naquele momento, mas participou da Mesa e ajudou muito no diálogo – a representante da Funai a Srª Francisca, que é da assessoria parlamentar. Então, embora não tivéssemos todas as pessoas presentes, o debate foi muito interessante. O Senador Cristovam Buarque esteve presente ao debate, ele é o autor da matéria, contribuiu, também ouviu os questionamentos, as preocupações, as dúvidas apresentadas tanto pela liderança indígena quanto pela representante da Funai.

Portanto, Sr. Presidente, imagino que temos que fazer um diálogo maior com o Senador autor da matéria porque um dos encaminhamentos sugeridos por mim, que, naquele momento, presidia a reunião, foi de que deveríamos fazer novo debate que não fosse apenas com as lideranças indígenas porque se trata de valorização da língua indígena. A matéria propõe que seja criado um programa, conforme o Senador Cristovam Buarque, um programa de preservação dos idiomas indígenas. Na verdade, o questionamento é que não sejam idiomas, mas línguas indígenas porque o idioma oficial hoje no Brasil é a língua portuguesa. Na realidade, língua indígena seria o termo mais adequando. Então precisamos dialogar mais sobre isso, inclusive com estudiosos do tema. Foi sugerido que trouxéssemos aqui professores, pesquisadores da área, porque não é tema simples, é polêmico, difícil, mas imagino que o autor da matéria deverá ter esta abertura, esta sensibilidade para fazer um debate mais ampliado. Eu não me sinto nem um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Está bem encaminhado pela fala de V. Exª.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Mas eu acho que precisaríamos aprofundar isso com outros profissionais que não sejam apenas as lideranças indígenas, mas pessoas que estudam o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem.

O Senador Ataídes tem alguma consideração?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Concordo novamente com a nossa Senadora porque se trata de assunto de relevância. Estamos aqui falando de costumes, e costumes têm que ser respeitados. De repente mudar os termos idioma para linguagem é um pouco ambíguo mesmo. Nós que não temos conhecimento de projeto dessa natureza e passamos a fazer uma relatoria *ad hoc*, é um pouco confuso, é diferente para nós. Então eu concordo plenamente que o propositor deste projeto deveria estar aqui, como também o Relator Senador João Pedro porque eles estão balizados. E devemos conversar mais com as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem.

O Senador João Pedro não está mais no Congresso, voltou para o seu Estado devido à volta do ex-Ministro Alfredo Nascimento. Temos que avançar com este projeto, mas mediante esse fato, eu pergunto se a Senadora Ana Rita não pode ser a relatora do tema. S. Exª já participou de audiência pública...

S. Exª já participou de audiência pública, está dialogando com o Senador Cristovam, e eu a indicaria como Relatora deste projeto, porque o Senador João Pedro não estará aqui, e nós vamos marcar, pelo que entendi, outra audiência pública. Então V. Exª está sendo convocada.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Presidente, estou sendo convocada, porque é um tema difícil e creio que vamos ter que fazer novo debate com o Senador Cristovam. Eu percebi o Senador Cristovam firme na sua posição e por isso eu acho difícil alterar qualquer procedimento. Por isso vamos ter que conversar. Compreendi perfeitamente as posições tanto da Funai quanto da representante indígena, e precisamos ter um diálogo mais firme aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Eu proponho à assessoria se não poderia...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Não poderíamos pedir vista do processo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Não precisa porque é terminativo, estamos em discussão, o Senador João Pedro não está mais na Casa, e eu posso indicar outra relatora. Não votamos hoje com certeza, mas peço já à assessoria se podemos providenciar um requerimento para uma audiência pública em data a ser marcada para continuarmos o debate sobre o tema.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Verificar melhor, Presidente, tanto com a Funai, quanto com a liderança indígena e com o autor da matéria quem poderíamos convidar para este debate. Seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Então, pedimos à assessoria que formule o requerimento para nova audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº9/2008, que institui o Programa de Preservação dos Idiomas Indígenas Brasileiros e dá outras providencias. Ao mesmo tempo, indico a Senadora Ana Rita para ser a Relatora da matéria.

Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.

Autoria: Senador Flávio Arns, Relatoria: Senador Ataídes Oliveira, convidado para substituir o Senador Mozarildo Cavalcanti nesta matéria.

O relatório já foi lido e só vai a votação no momento adequado.

Item 17: o relatório também já foi lido: Autoria: Senadora Marisa Serrano, Relatoria: Senadora Marinor Brito.

Item 18: o relatório também já foi lido. Autoria Senador Alvaro dias, relatoria Eduardo Amorim.

Item 19: autoria Senador Alvaro dias, relatoria Senador Paulo paim: Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo.

Eu pediria à Senadora Ana Rita que assuma a Presidência para que eu possa fazer a leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES) – Projeto de Lei nº 224, de 2004, terminativo nesta Comissão, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. O referido projeto de lei é de autoria do Senador Alvaro dias, relatoria Senador Paulo Paim.

Com a palavra, o Relator para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Este projeto, na verdade, mexe no Estatuto do Idoso, projeto que apresentei há mais de 15 anos no Congresso e que no Governo Lula tivemos a felicidade de aprovar. É lei há mais de seis anos. Vou começar diretamente com a análise, porque o ponto número um do relatório

está contemplando na análise que fiz sobre a proposta do nobre senador Alvaro Dias.

O projeto, que versa sobre proteção e integração social dos idosos, inscreve-se no rol das competências da CDH, nos termos do art. 102-E do Regime Interno do Senado Federal. Por se tratar de distribuição exclusiva e terminativa, impõe-se examinar a matéria relativamente à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e ao mérito.

A Constituição Federal, ao determinar, no art. 230, que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, fixou os princípios genéricos que devem presidir as ações sociais e as políticas públicas concernentes a essa faixa etária da população.

A proposição sob exame pretende assegurar que a gratuidade no transporte abrigue não apenas o transporte coletivo urbano prestado no interior das fronteiras municipais, mas também aquele que as ultrapasse. Como se sabe, sendo frequente o fenômeno da conurbação de nossas cidades, tornou-se comum o transporte de passageiros, com características tipicamente urbanas, entre diferentes municípios. A dificuldade enfrentada pelo projeto reside, contudo, na preservação da autonomia política dos entes federados. Nos termos das normas constitucionais, compete à União regular a prestação dos serviços de transporte interestadual (art. 21, XII, *d* e *e*); aos Estados, o transporte intermunicipal (art. 25, §§ 1º e 3º); e, aos Municípios, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo (art. 30, V). Nesse aspecto, a proposição, apesar de seus indiscutíveis méritos, invade a jurisdição política dos Estados ao estender a gratuidade, em seu art. 2º, ao transporte intermunicipal. De outra parte, ao buscar assegurar, por meio da conceituação da expressão semi-urbano, que a gratuidade constitucional prevaleça no transporte de passageiros que transponha a fronteira municipal, o PLS nº 224, de 2004, incorre mais uma vez em inconstitucionalidade. Ainda que a alteração proposta relacione o termo semi-urbano com a manutenção de características urbanas, não há como negar a impropriedade do caminho adotado em busca desse justificável propósito. O texto constitucional, ao utilizar o qualificativo urbano para instituir, no art. 230, § 2º, a prerrogativa da gratuidade, delimitou-a à modalidade do serviço prestado, relacionando-a ao uso do espaço territorial e não à sua jurisdição política. Assim, sendo ininterruptamente urbano o território em que o serviço é prestado, não há por que se falar em transporte semi-urbano, razão pela qual tal expressão se mostra inadequada no próprio texto da lei vigente.

Entretanto, parece defluir das próprias objeções antes mencionadas a solução do problema. Como vimos, o dispositivo constitucional assegurou a gratuidade do transporte coletivo em proveito dos idosos vinculando-a apenas à condição urbana do serviço e não aos limites territoriais dos entes federados. Tal assertiva, longe de conflitar-se com as competências atribuídas respectivamente aos Estados e Municípios para regular a prestação dos serviços de transporte coletivo intermunicipal ou local, harmoniza-se com os demais comandos da Lei Maior.

Não se pode, nesse aspecto, confundir o uso urbano do território com a jurisdição municipal. Tanto que, ao referir-se exclusivamente ao transporte urbano, a Constituição deixou de assegurar a mesma gratuidade no transporte estritamente rural, ainda que prestado nos limites do Município, ente ao qual compete dispor sobre esse aspecto normativo. Pelas mesmas razões, mantida a característica urbana exigida pelo texto constitucional, aplica-se a gratuidade instituída, ainda que seja transposta a fronteira municipal ou mesmo a estadual.

Em síntese, impõe-se a efetividade do disposto no § 2º art. 230 da nossa Constituição a todo serviço público de transporte coletivo urbano, independentemente da jurisdição, política do território em que seja prestado. Cumpra apenas, portanto tornar a abrangência do dispositivo constitucional mais explícita no texto do Estatuto do Idoso, o que ocorre na forma do substitutivo que apresento logo à frente.

De outra parte, impõe-se consignar que o projeto atende aos demais preceitos de constitucionalidade e juridicidade, atendendo-se aos limites de iniciativa do processo legislativo fixado no art. 61 da lei maior.

No mérito, adotamos argumento do autor da proposição.

Quero dizer que garanto aqui os meus aplausos à iniciativa do autor da proposição, que pretende aprimorar o Estatuto de Idoso no sentido de afastar imprecisões que venham a comprometer o acesso desse segmento populacional tão importante que é o idoso, a gratuidade nos meios de transporte coletivo.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade do PLS 224, de 2004, e no mérito também mais na linha da aprovação nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Esclareço que reconheço aqui, com certeza absoluta, a bela iniciativa do Senador Alvaro Dias no seu projeto.

Consultando a Consultoria do Senado, eu que não agosto de fazer substitutivo, repito sempre, não gosto nem de pedir vista do projeto, para manter a

paternidade do autor. Tive que fazer um substitutivo para que o projeto ficasse dentro do princípio maior da Constituição e do próprio Estatuto do Idoso, mas, no meu entendimento, o substitutivo nunca tira o mérito do autor da proposta.

O substitutivo é no momento em que o relator entendeu que deve ter algumas alterações para que a ideia central, no mérito, esteja contemplada. Tanto que, inúmeras vezes, nos projetos de minha autoria que têm substitutivos, eu me sinto contemplado. O ruim é quando a pessoa decide pela rejeição na íntegra do projeto, sem nenhuma alteração, nem apresenta uma proposta alternativa.

Quero, neste momento, cumprimentar o Senador Cyro Miranda.

V. Exª participou de um debate que tivemos de um projeto de nossa autoria que quer garantir a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Disse-me o Senador Cyro Miranda – e V. Exª estava lá e ajudou nos debates – que, como estava, ele achava que engessava o debate da matéria. Mas se dispôs a construir uma proposta alternativa que garanta o princípio da participação nos lucros e, por isso, ele fará o substitutivo. Tenho certeza de que irá contemplar o interesse dos trabalhadores para que haja a sua participação nos lucros. No mundo isso se iniciou na época de Napoleão. Desde lá, já existe a participação nos lucros como uma forma de incentivar o trabalhador a colaborar, ainda mais, porque ele sabe que, se aumenta a produtividade, ele vai ter uma pequena parte no lucro, como um dividendo para a sua própria remuneração. Então, caminhamos para o substitutivo.

Com essa explicação, lerei, em seguida, o substitutivo, que é bem curto.

"Art. 39. Os maiores de 60 anos, [porque no Estatuto do Idoso quero garantir o princípio dos 60 anos] fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, exceto nos serviços seletivos especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§4º. Para os fins dessa lei, considere-se transporte coletivo urbano aqueles prestados em áreas urbanizadas contíguas, com características operacionais específicas, independentemente da jurisdição política do poder concedente.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual, terrestre ou aquaviário, observar-se-á, nos termos da legislação específica."

Enfim, de acordo com a Consultoria do Senado, com essa redação a gente atinge o objetivo.

Mas, como a matéria não pode ser votada hoje, a não ser que os parlamentares queiram discutir, ela sai de pauta e voltará na semana que vem, quando aprofundaremos o debate.

Entendo que, com essa redação construída pela assessoria técnica do Senado, atinge-se o objetivo, que é ampliar o direito ao transporte gratuito para o idoso.

Lembro-me de que, na noite da votação do Estatuto do Idoso, tivemos esse debate e, naquele momento, tivemos que tirar. Estava contemplado dessa forma, porque havia uma série de análises diferentes por parte dos parlamentares, inclusive do ex-Senador Sérgio Cabral, que é o Governador do Rio de Janeiro. Ele entendia que da forma que estava naquele momento ia complicar, inclusive, algo que ele tinha assegurado já no Rio de Janeiro. Com essa redação, entendo que não complica e amplia a direito.

Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita Bloco/PT – ES) – Por falta de quórum suficiente para deliberarmos sobre a referida matéria, que é terminativa nesta Comissão, adiamos para a próxima reunião a discussão e também a votação da matéria.

Retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim, para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Vou aproveitar a presença aqui do Senador Ataídes e pedir se ele pode fazer a leitura para nós do Projeto nº 387, de 2009.

ITEM 21
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2009

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar.

Autoria: Senador Eliseu Resende
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela Aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta e pelo acatamento da Emenda nº 01-CE.

Senador Ataídes Oliveira será o Relator *ad hoc,* em substituição ao Senador Eliseu Resende, que não está mais conosco, em virtude de falecimento. Era um grande Senador do Estado de Minas Gerais, que deixou um grande legado ao País. Creio que aprovar o projeto da forma como ele encaminhou, com a relatoria do Senador Cícero Lucena, é uma homenagem à obra dele ao longo de sua vida, também como parlamentar.

Senador Ataídes, se V. Exª aceitar, será o Relator *ad hoc .*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Aceito, sim, Presidente. Interessante que o nosso

grande amigo e companheiro Itamar Franco, tive o prazer de ser o último relator de um projeto dele. Eu queria deixar registrado.

Presidente, vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 2009, do Senador Eliseu Resende, altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que contém normas e critérios para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência, com a finalidade de estabelecer, em locais de eventos públicos, a reserva de assentos especialmente destinados a pessoas com deficiência auditiva e pessoas com deficiência visual. De acordo com a proposição, tais assentos não podem ser em quantidade inferior a dez por cento do total existente e, ainda, devem estar nas três primeiras fileiras das salas de espetáculo, de modo a facilitar a visibilidade e audibilidade das apresentações programadas.

Para o alcance desses objetivos, o PLS introduz dois parágrafos no art. 12 da referida Lei nº 10.098, de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade. O primeiro estabelece a quantidade mínima de assentos a serem destinados às pessoas com deficiência auditiva e/ou visual. O segundo traz para o âmbito da lei ordinária as definições normativas de tais deficiências atualmente previstas em normas infralegais.

Na justificação da iniciativa o autor afirma que a lei da acessibilidade, da forma que se encontra, não atende às necessidades das pessoas que convivem com deficiências auditivas e visuais, pois deixa a determinar em que local devem ser situados os assentos reservados.

O PLS recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a CE, com emenda que reduziu de 10 para 5% a quantidade mínima de assentos destinados às finalidades buscadas pelo autor.

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas ao projeto.

A análise do projeto, meu Presidente, eu vou deixar de declinar aqui neste momento e vou diretamente ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, com as seguintes emendas e pelo acatamento da Emenda de nº 1 da Comissão de Educação, incorporada na primeira delas.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, a seguinte redação:

O **Art. 12** da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§1º, 2º e 3º:

§ 1º Nos locais de que trata o *caput* serão reservados, nas três primeiras fileiras, no mínimo cinco por cento dos assentos existentes no estabelecimento, para pessoas com deficiência auditiva e pessoas com deficiência visual.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados de acordo com o que determina o § 1º, estes poderão, excepcionalmente, ser ocupados pelo público em geral, meia hora antes do início do evento.

§ 3º Caberá ao poder público estabelecer as sanções cabíveis, em caso de inobservância das disposições estabelecidas neste artigo.' (NR)"

"Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, o seguinte art. 2º, renumerando-se o art. 2º como art. 3º:

Art. 2º As expressões 'pessoas portadoras de deficiência' e 'pessoa portadora de deficiência', contidas na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ficam substituídas, respeitadas as devidas flexões de número e feitas as concordâncias necessárias no texto, pela expressão 'pessoa com deficiência'.

E aqui, meu Presidente, a letra ficou menor e mais difícil para mim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Exª, porque ficou claro que é um debate que já está superado, não se usa mais o termo "portadora de deficiência" e sim "pessoas com deficiência". Seguidamente ainda ouço esses termos, mas as correções feitas pela emenda resolvem essa questão.

Eu quero cumprimentar o Senador Cícero Lucena, primeiro pela adequação, baseada na própria convenção internacional e nos debates que esta Casa vem fazendo, quase que diariamente, em relação às pessoas com deficiência.

Segundo, deixar aqui a nossa homenagem ao Senador Eliseu Resende, já falecido, um grande homem, um grande cidadão, que sempre mereceu o nosso carinho e o nosso respeito, que vem, mais uma vez, atender o interesse público fazendo o que chamamos de corte das diferenças e, ao mesmo tempo, a sensibilidade, para que todos os locais aqui listados por ele, como espetáculo, conferência, aula, tenham um espaço para as pessoas com deficiência, como nós exigimos aqui, no próprio Congresso Nacional. E o Senado tem avançado muito nesse sentido.

Então, só posso aqui render elogios ao falecido Senador Eliseu Resende. E me lembro, Senador Ataídes, de que V. Exª, sim, aqui nesta Comissão... O nosso querido Senador Itamar Franco, só não falei na homenagem porque falei já em diversas sessões homenageando nosso querido Itamar Franco. Tem um livro que eu escrevi, *Salário Mínimo, Uma História de Luta*, no qual ele escreveu uma página muito bonita

falando, quando era Presidente da República, da nossa peleia no Congresso em relação ao salário mínimo.

Eu consegui que todos os ex-Presidentes fizessem um depoimento. O Presidente Collor fez seu depoimento, o Presidente Lula fez seu depoimento, o Fernando Henrique fez – seu partido – um belo depoimento, o Presidente Sarney fez um belo depoimento, e o Itamar Franco também fez. Uma lauda cada um, falando da nossa luta e do salário mínimo. Todos, todos, eu diria, com um brilho muito grande.

Eu até pensei em ler aquela do Itamar no dia da homenagem. Mas se eu leio o que o Itamar escreveu para mim antes de falecer vai dar a impressão de que eu é estava querendo mesmo era já... Eu queria homenagear a grandeza dele. Sendo Presidente da República, em pleno exercício, porque ele estava no exercício, ele escreveu aquela página belíssima em relação à luta de todos nós pela valorização do salário mínimo.

Como eu produzi o livro só no final, eu consegui que todos os ex-Presidentes escrevessem. Só não a Dilma, naturalmente, porque ela assumiu agora. O livro foi publicado durante a gestão do Presidente Lula, seus oito anos.

Então, falando também aqui do nosso querido Itamar, que nós jamais vamos esquecer, naquele dia eu cheguei no fim da sessão. Uma coisa me marcou dele desde a Constituinte, já que fui constituinte. Ele sempre falava de pé, não sei se você notou ali no plenário. Mesmo no aparte, ele levantava e fazia, numa homenagem, eu acho, ao Parlamento, à democracia e aos oradores. Quando ele fazia um aparte ou quando se referia, mesmo na Constituinte, ele sempre falava de pé, algo que jamais eu vou esquecer, porque assisti, e aí me considero quase que um... É pri ou previlegiado? Me ajude aí com o termo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA – Pri.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Porque depois me cobram. Quem está assistindo à TV Senado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA – É pri.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...privilegiado, porque assisti grandes debates do Mário Covas, Fernando Henrique, Luiz Inácio, Itamar, Ulysses Guimarães, todos aqui no Congresso Nacional, e grandes debates. Jarbas Passarinho. Grandes debates. Ouvi, assisti e votei, é claro, de acordo com minhas convicções, acompanhando meu líder na época, que era o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que era o líder da nossa bancada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, como é sabido por todos nós, eu sou um principiante nesta Casa e na política nacional. Mas eu fui muito surpreendido quando, no dia 5 de maio, quando desci da tribuna pela primeira vez, que relatei minha história de vida e o que vim fazer nesta Casa, o Senador Itamar Franco veio até a mim e me cumprimentou, me perguntando quais foram os cargos públicos que eu havia exercido na minha vida. E eu disse a ele que eu nunca tinha exercido cargo algum Ele, então, me pediu que sentasse ao lado dele. E sentei. Aí ele me fez outras perguntas, eu respondi e achei que deveria levantar para não perturbar o nosso amigo Senador, nosso ex-Presidente da República. E ele me pediu para continuar sentado do lado dele. De forma que permaneci sentado do lado do Itamar Franco durante três semanas. Eu posso dizer que vou levar em minha bagagem, aqui desta Casa, apesar dessas três poucas semanas, uma bagagem imensa que esse sábio Senador da República e ex-Presidente e governador passou a mim.

Então, eu digo sempre que o Itamar Franco, para mim, foi e é um balizador. E eu gostaria de que, neste Parlamento, houvesse muitos Itamares Francos. Muitos, porque era um homem de sabedoria, de integridade e de tantas outras qualidades... Me permita fazer esse breve relato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – PT) – Muito bom, Senador Ataídes. Acho que nós todos jamais vamos esquecê-lo. Tivemos a alegria de conviver com ele aqui, o nosso querido Itamar. Lembro-me do próprio debate do salário mínimo encaminhado pela Presidenta Dilma. Ele disse, conversando ali conosco: "Não se preocupem que eu não sou contra a política do salário mínimo. Eu só questiono se deveria ser ou não a longo prazo, sem que o novo projeto seja referendado sempre pelo Congresso. Mas a proposta do salário mínimo, da inflação mais o PIB, é uma proposta positiva".

Então, ele tinha esse equilíbrio de dizer: "Por isso, eu sei o que você vai votar, e eu concordo com a idéia, o meu questionamento é o período". E eu respondi para ele de forma muito bem humorada: "Aí há uma discordância, porque eu queria que fosse até 2023, como estava na peça original do Presidente Lula". Ele só deu uma risada, me bateu nas costas, de forma muito carinhosa, respeitando, é claro, uma pequena divergência, já que em 90% das situações nós estávamos juntos.

Mas eu acho que o clima de Itamar fez com que me dissessem aqui que, de fato, é previlegiado, e não privilegiado.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É com i, é privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – PT) – Mas voltaram aqui. Olhe que a confusão é grande. Então não sou só eu que me engano. Porque

de vez em quando, na tribuna, quando eu como um "s" ou troco alguma expressão, o Twitter funciona, o *e-mail* também: "Meu Senador, com todo o carinho, mas aqui o senhor comeu um "s", meu Senador".

E aqui, antes de falar, eu perguntei ao Plenário. O Plenário me garantiu que era privilegiado. Falei privilegiado. Daí vieram aqui me dizer que era "pre". É "pri", que bom! É privilegiado. Está garantido aí. Estamos cuidando do português, moçada, por orientação dos nossos internautas, inclusive. Eles cobram. Cobram.

Bom, agora só falta fazermos a leitura de dois itens, os Itens 28 e 29. Alguns saíram de pauta a pedido dos autores e relatores, e os outros nos liberaram.

O Item 28 é de autoria do Senador Raimundo Colombo, página 429, e o Item 29 é do Senador Rodrigo Rollemberg. Como o Senador João Pedro, do PT, não está mais conosco, eu já pediria se a Senadora Ana Rita não poderia assumir a relatoria desse item. E o Item 29 eu passaria então para o Senador Ataídes.

É a página 469, Senadora Ana Rita, e daí o nosso último parecer seria lido então pelo Senador Ataídes, que seria o Item 29, página 491.

Então, página 429. Com a palavra, a Senadora Ana Rita, Senadora *ad hoc*.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Projeto de lei, PLS nº 489, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, altera quatro parágrafos do art. 20 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, para modificar critérios para a concessão do benefício de prestação continuada, com o objetivo de:

1 – Elevar o valor máximo de renda admitido para o recebimento do benefício;

2 – Extinguir a exigência de perícia para comprovação de incapacidade para o trabalho, substituindo-a por declaração do próprio interessado ou de seu responsável legal;

3 – Eliminar a necessidade de comprovação de insuficiência de recursos para recebimento do benefício, que será cancelado no caso de constatação de fraude;

4 – Dispensar o comparecimento a órgãos públicos de pessoas com idade superior a 80 anos ou com dificuldade de locomoção para fins de requerimento do benefício.

Na justificação, o autor argumenta que o limite máximo de um quarto do salário mínimo de renda mensal familiar *per capita* para obtenção do benefício é muito baixo e não alcança outros segmentos de famílias carentes que, embora não estejam em situação de extrema pobreza, costumam arcar com gastos elevados na aquisição de medicamentos e, portanto, fazem jus à complementação de renda via BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada.

Em defesa da extinção da perícia médica para a comprovação de incapacidade para o trabalho da pessoa com deficiência, o Senador Raimundo Colombo afirma que os médicos peritos têm adotado rigor excessivo no exame pericial, em prejuízo das pessoas necessitadas. Isso porque, segundo o autor, ocorrem fraudes que, em vez de serem punidas, servem para justificar uma postura de desconfiança e inflexibilidade dos peritos em relação às pessoas com deficiência. Assim, considera suficiente para o deferimento do benefício a apresentação de declaração do próprio interessado ou de seu responsável legal.

A matéria foi aprovada na forma de substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, agora, é submetida à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

O Senador João Pedro, que foi o relator do presente projeto de lei faz toda uma análise que eu não sei se deveria ler agora, pois está muito extenso. Eu quero aqui apenas apresentar o voto que ele apresentou no seu relatório.

III – Voto

Considerando o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo) aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com as seguintes subemendas.

Vou ler aqui a subemenda apresentada pela CAE.

"SUBEMENDA Nº – CDH
(à Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009)

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos do art. 1º da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009:

'Art. 20. .....
.....

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a meio salário mínimo, no prazo previsto pelo art. 39.

..... (NR)'"

A outra subemenda à Emenda nº 1:

"SUBEMENDA Nº – CDH
(à Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009)

Dê-se a seguinte redação ao art. 39 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos do art. 3º da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009:

'Art. 39. *O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Nacional do Idoso, proporá ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal familiar per capita definidos no § 3º do art. 20 e caput do art. 22, de maneira que, em até dez anos, seja alcançado o limite de meio salário mínimo per capita, estabelecido no art. 20. (NR)'"*

E uma outra subemenda apresentada também à Emenda nº 1. É o art. 5º:

SUBEMENDA Nº – CDH
(à Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009)

"**Art. 5º** As expressões "pessoas portadoras de deficiência", "pessoa portadora de deficiência" e "portador de deficiência", contidas na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, ficam substituídas, respeitadas as devidas flexões de número e feitas as concordâncias necessárias no texto, pela expressão "pessoa com deficiência."

Sala da Comissão.

Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Em discussão a matéria.

Eu faço um rápido comentário, porque esse é um tema, para mim, de suma importância, que nós tratamos, também, com o Senador Flávio Arns, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que nós já aprovamos e está lá na Câmara dos Deputados.

Mas, como vemos que há uma série de obstáculos, o que eu chamo daqueles fantasmas que convivem aqui, no Congresso, que não permitem que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que esta Casa já aprovou, e, repito, já houve debate em todo o Brasil, centenas de vezes, seja aprovado na Câmara, é bom que projetos de forma individual ou isolada vão tramitando buscando o mesmo princípio daquilo que está no Estatuto, como foi o caso que aprovamos ontem.

Nesse caso, é mais do que justo. Como é que a pessoa com deficiência só terá direito a um salário mínimo quando ela provar que a renda *per capita* da família não ultrapassa um quarto do salário mínimo?

Calculem. Se houver um idoso na família que ganhe um salário mínimo e tenha o filho deficiente, o filho deficiente não tem, porque o idoso ganha um salário mínimo. Porque ultrapassa um quarto do salário mínimo. Isso é inaceitável.

No Estatuto do Idoso, nós acabamos com essa história. No Estatuto do Idoso nós acabamos com isso. Desde que comprovado que o idoso não tem como se manter, ele tem direito a ganhar sim o salário mínimo. E ganha. E o Supremo Tribunal Federal já está dando ganho de causa em ações que são encaminhadas pegando como espelho ou como guia o Estatuto do Idoso, dizendo que se para o idoso que tem 65 anos é garantia desse direito comprovar que a família não pode mantê-lo, por que o deficiente, quando comprovar que a família não pode mantê-lo, não pode ter o mesmo direito? Já estamos ganhando na Justiça.

E aqui o objetivo é esse. E aqui está sendo ainda, eu diria, bem flexível, bem generoso. Digamos que o Estado não é tão generoso com o deficiente, porque fala em meio salário mínimo. Pelo menos a renda *per capita* fica em meio salário mínimo, porque atenua um pouco a situação.

Por isso eu quero dizer que é uma matéria que vem em boa hora, para nós avançarmos, quem sabe até numa redação final que garanta, efetivamente, que toda pessoa com deficiência que ficar comprovado que a família, que ela não tem como se manter, que ela tenha direito a receber o salário mínimo, e não só quando a renda *per capita* da família não ultrapassar um quarto do salário mínimo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – E isso é um direito constitucional, não é, Presidente Paim? É um dever do Estado. Não há dúvida nenhuma disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Avançamos. Avançamos. A matéria também vai ter que sair de pauta, porque fica para a semana que vem, devido à falta de número para a votação nominal.

Então vamos para o Item 29, o último desta nossa manhã. A não ser depois por dois requerimentos, que são simbólicos.

O Senador Ataídes, com a palavra. O autor é o Senador Rodrigo Rollemberg, e a relatoria original da Senadora Lídice da Mata.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito.

Vamos ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Página 491 para quem está acompanhando.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito. Página 491.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para garantir a reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência em todos os estacionamentos de veículos localizados em vias ou espaços públicos e nos prédios privados abertos ao público ou de uso público.

Estabelece, ainda, a proposição que as vagas deverão estar situadas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para facilitar o acesso de veículos que transportem pessoas com deficiência que implique dificuldade de locomoção.

O autor justifica sua iniciativa por constatar uma lacuna na atual legislação em relação à disponibilidade de vagas para pessoas com deficiência nos estacionamentos dos prédios privados, que fazem atendimentos públicos ou que sejam de uso coletivo. Identifica aí a necessidade de aperfeiçoamento do diploma legal.

Também propõe modificação no texto da referida lei para atualizar a sua linguagem em relação às pessoas com deficiência, ali referidas como "portadoras de deficiência". A mudança, explica o autor, compatibiliza a terminologia da lei com a da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas retificada pelo Brasil em 2007.

A matéria foi distribuída à Comissão de direitos Humanos e Legislação Participativa a quem cabe decidir sobre o assunto em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Vou diretamente ao voto, meu Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataides Oliveira, que apresentou o relatório de forma *ad hoc*, feito pela nobre Senadora Lídice da Mata, tendo o Senador Rodrigo Rollemberg como autor.

Um rápido comentário pela importância do projeto. Eu fico feliz, porque o Senador Rodrigo Rollemberg, buscando inspiração no Estatuto do Idoso, quis apenas isonomia. Se o idoso, que passa a ter alguma deficiência com anos... E tomara que a gente chegue lá! Eu sempre digo àqueles que não gostam de ficar velhos e não querem ter deficiência: todos nós vamos ficar velhos e vamos ter deficiências. Que bom! O pior é não chegar lá e ainda abandonado para fazer a "viagem" – como a gente fala às vezes, fazer a "viagem" – muito cedo.

Ele está apenas pedindo que o deficiente tenha o mesmo direito amplo, total e irrestrito, como hoje tem o idoso, em matéria do estacionamento. E faz ainda a atualização da norma legal inspirado na Constituição e no próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência que trata desse tema. Não se usa mais a palavra "portador" e, sim, "pessoa com deficiência".

Então, está de parabéns o Senador Rodrigo Rollemberg mais uma vez. É o mesmo Senador que, na semana passada, aprovou aqui um projeto. Eu apenas fiz uma correção, mas votei favorável na questão do seguro-desemprego para a empregada doméstica, porque o correspondente a pagar o seguro-desemprego não sai da Previdência, sai do FAT e não dessa fonte que vai gerar 1% a mais. Mas conversamos, nos acertamos e vai ser feita a devida correção na hora de regulamentar. E esse mesmo Senador apresenta esse outro projeto.

Então, parabéns pelo seguro-desemprego da empregada doméstica, que, entendo, com a iniciativa que virá do Ministério do Trabalho, vamos ajustar num único instrumento legal para ampliar os direitos da mesmo e, por outro lado, neste momento, ampliando e garantindo o direito das pessoas com deficiência em relação ao estacionamento, da mesma forma como é para o idoso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Gostaria de fazer um registro, Senador Paim.

Primeiro, parabenizar esse jovem Senador Rodrigo Rollemberg. Ele realmente tem feito aqui várias proposições admiráveis.

Sr. Presidente, percebo que nesta belíssima Comissão há muitos projetos terminativos que já se encontram nesta Comissão por alguns bons dias e não têm sido julgados por falta de *quorum*.

Eu lamento e acho que os nossos pares deveriam, diante de tantos projetos terminativos de tamanha relevância para a nossa sociedade brasileira, passar aqui por questão de minutos e aprovar esses projetos. Eu pediria a V. Exª que, sei, se tem empenhado junto aos nossos pares, seja um pouco mais contundente na aprovação dessas proposições, desses projetos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bela consideração, Senador Ataides Oliveira. Fica mais acolhedor eu receber de V. Exª essa cobrança para que os Senadores entendam a importância da votação desses projetos de que são os autores e os relatores. Se os autores e relatores estiverem aqui, o projeto é aprovado.

Eu estou pegando carona na sua reflexão – não é cobrança – para que os Senadores membros desta Comissão, não só autores e relatores estejam aqui na próxima quinta-feira e a gente possa votar esses projetos terminativos. Votamos muitos, mas existem muitos que foram lidos e só falta a votação. Seja a favor ou contra, cada um que se posicione. O que não é para deixar de votar. Estamos com nove projetos que faltam ser votados.

Muitos conseguimos votar em uma sessão que V. Exª estava presente e que aproveitamos o debate do Projeto nº 122. Como o Projeto nº 122 era polêmico,

todos os Senadores adentraram a Comissão e votamos uma série antes de ir para o debate do 122. Se continuar assim, sei o que vou fazer: vou colocar o 122 na pauta de novo. Daí, todos que vierem para votar o 122 vão pedir para ser retirado de pauta e votamos os projetos que a sociedade está esperando.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – *(Fora do microfone)*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu gostaria tanto que esse projeto fosse aprovado, tanto quanto os outros, porque é de uma valia extraordinária. Imagina-se um canhoto usando uma carteira de um destro... É complicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. bloco/PT) – Senador Ataídes, permita-me dizer isto. Sei que, infelizmente, V. Exª que me pode confirmar ou não, talvez, não esteja conosco, não sei em que época, mas acho que seria uma homenagem a V. Exª, que é Relator, aqui, de inúmeros projetos e que eles possam ser votados no período em que V. Exª esteja aqui conosco.

Não sei se V. Exª fica até o fim do ano conosco.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Talvez, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. bloco/PT) – Mas, se ficar, seria uma grande...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu vou fazer um trabalho aqui hoje, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. bloco/PT) – Fiquei feliz em saber que V. Exª vai continuar conosco e, se depender de mim, iria ficar até o fim do mandato e, quem sabe, reeleito depois. Daí, naturalmente, os eleitores é que vão decidir.

Mediante as leituras feitas, nós vamos consultar o Plenário se concordam que eu coloque extrapauta um requerimento que trata exatamente do debate que aqui já fizemos sobre a preservação dos idiomas indígenas brasileiros, espelhado no projeto.

Concordam que seja extrapauta?

Eu vou ler agora o requerimento e entramos no mérito. Aprovada a extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
R EQUERIMENTO Nº 104-CDH, DE 2011

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para dar continuidade à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de lideranças indígenas, da FUNAI, do Ministério da Educação, de professores das línguas indígenas e especialistas."

Assinam os três Senadores que estão aqui presentes.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa)*.

Aprovado.

Assim, encerramos a nossa sessão.

Ainda quero dizer, de público, Senador Ataídes, que V. Exª está convocado para ser um debatedor à Mesa no dia 29. V. Exª, como um grande empresário que sei que é – e V. Exª não esconde a sua posição – vai debater o setor empresarial, a redução da jornada de trabalho e a redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

V. Exª é um dos convidados para expor na próxima segunda, dia 29, sobre um tema tão importante e, se V. Exª puder, gostaria de contar muito com a sua presença também, porque a gente tem que ouvir sempre os empresários e as lideranças dos trabalhadores.

No dia 15, vamos discutir a questão do aviso prévio proporcional, o que vai dar um bom debate aqui, e a sua presença é fundamental, como a presença da Senadora Ana Rita, a nossa Vice-Presidente. E não resta nenhuma dúvida de que não preciso fazer um apelo.

Estou fazendo o apelo a V. Exª porque representa, no meu entendimento, uma visão moderna do empresariado e vai contribuir muito para o debate e o bom diálogo entre o setor empreendedor e o trabalhador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, Presidente Paim, por suas belíssimas palavras, que muito me honram, e será um tremendo orgulho para mim participar dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim e Randolfe Rodrigues** e comparecem os não membros Senado-

res **Pedro Taques e Cassildo Maldaner.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Deliberativa. **Item 1**. **Requerimento nº 106, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater as ações contra a corrupção e a impunidade no país. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidados: Dom Raymundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília – UNB; Marlon Reis e Jovita José Rosa, Representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE e Dom Manuel João Francisco, Presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE e os representantes da ONG Transparência Brasil, da Controladoria Geral da União – CGU e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF. Autoria: Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente acata o encaminhamento do Senador Pedro Taques para que sejam incluídos no rol de convidados os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. O Senhor Presidente acata os encaminhamentos dos Senadores Cassildo Maldaner e Randolfe Rodrigues para incluir os representantes da ONG Transparência Brasil, da Controladoria Geral da União – CGU e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF. **Extrapauta**. **Item 01**. **Requerimento nº 107, de 2011 – CDH**, requer a realização de audiência pública para debater a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 02. Requerimento** nº 108, de 2011 – CDH, que requer a realização de audiência pública para avaliar os 10 anos do sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 03**. **Requerimento Nº 109, de 2011 – CDH**, que requer a realização de audiência pública para debater as ações que viabilizem o combate à doença falciforme no Brasil seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Autoria: Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 04. Requerimento Nº 110, de 2011 – CDH**, que requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos, para debater violações aos direitos humanos e delimitação da Terra indígena Maró, região Oeste do Estado do Pará, com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Gilson Rego – Representante da CPT – Pará; Sra. Deborah Duprat – Sub-procuradora Geral da República; Cacique Dadá Borari – Liderança Maró em Santarém; Representante da FUNAI; e Prof. Sérgio Sauer – Relator Nacional de Direito à Terra, Território e Alimentação da Plataforma DHESCA. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Taques, Cassildo Maldaner e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Peço a alguém que diminua o volume do som do plenário.

Aprovado.

Senador Pedro Taques com a palavra, antes mesmo que eu me pronuncie.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o momento histórico pelo qual o Brasil passa não foge muito do de outras quadras de nossa história.

Poderia citar, depois da II Guerra Mundial, a queda de Vargas; a assunção ao poder de Juscelino Kubitschek; a chegada ao poder de Jânio Quadros; a década de 70; a década de 80. Estamos a viver as mesmas questões. Uma delas é o mal da corrupção.

A corrupção graça entre nós e, aqui no Senado, no Congresso Nacional, não podemos ficar fora desse debate. Fizemos um movimento, na segunda-feira desta semana, em que vários Senadores, aqui no plenário do Senado, manifestaram a sua indignação em razão desse mal.

Precisamos debater as causas e as conseqüências da corrupção. Penso que a principal causa da corrupção seja a impunidade. Existe corrupção no mundo todo, mas só que nestes países: Suécia, Suíça, Japão, estados Unidos, lá o mal da corrupção é combatido na sua causa, que é a busca da superação da impunidade.

Esse movimento que se iniciou na segunda-feira, por obra do Senador Pedro Simon, de V. Exª, do Senador Cristovam, do Senador Luiz Henrique, Senador Eduardo Suplicy, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Marcelo Crivella, Senador Mozarildo Cavalcante e, humildemente, com a minha assinatura e a minha fala naquela segunda-feira. Seria interessante debatermos esse tema também com a sociedade civil, trazer a sociedade civil para esse debate.

Dessa feita, com fundamento no art. 58, § 2º, Inciso I e II da Constituição, combinado com o art. 90 do Regimento Interno, solicito a V. Exª - e aqui, este requerimento é assinado por todos esses Senadores – que façamos, neste Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma audiência pública para debater a questão da corrupção e da impunidade.

Por que nesta Comissão de Direitos Humanos? Os direitos humanos hoje têm uma conotação mais larga, mais abrangente. Não há maior violação dos direitos humanos do que subtrair do cidadão os seus direitos fundamentais: saúde que não cura, em razão de valores que são desviados; escolas que não ensinam, porque a corrupção rouba o futuro das crianças; segurança que não dá tranquilidade, porque não temos legislações apropriadas e também não temos os recursos totalmente investidos, pois a corrupção solapa também esses recursos.

Assim, nesta Comissão é importante que possamos debater esse tema.

Este requerimento vai assinado por todos os Senadores, inclusive por V. Exª, e sugere que possamos convidar algumas entidades. Passo a citá-las se V. Exª me permitir: Dom Raimundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional do Bispos do Brasil, a CNBB; Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; José Geraldo de Souza Júnior, Reitor da Universidade de Brasília; Marlon Reis e Jovita José Rosa, representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que deram uma grande contribuição na chamada legislação participativa, na Lei do Ficha Limpa; e Dom Manoel João Francisco, Presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil.

Sugiro também que convidemos o Presidente da Ajufe – Associação dos Juízes Federais; o Presidente da ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República, o Presidente da AMB – Associação dos Magistrados do Brasil; o Presidente da Conamp – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Esses cidadãos, essas entidades, penso, têm uma grande contribuição a trazer a esta Casa e à sociedade brasileira.

Esse é o requerimento que faço em nome desses ilustres Senadores que também subscrevem o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, sou dos signatários do requerimento, e V. Exª, como um dos que apóia o requerimento, o faz com muita competência.

Está previsto no Regimento que qualquer Senador, sendo ou não da Comissão, tem o direito de defender a tese, que é o que o senhor fez. Eu, como signatário, dou guarida, em nome dos outros Senadores que não estão no momento neste plenário.

A Senadora Ana Amélia manda avisar, por sua assessoria, pois, neste momento, está presidindo a sessão do Senador, que gostaria de também deixará aqui consignado – ela assinará o livro em seguida – o seu nome como uma das pessoas que contribuiu para que esse debate aconteça e para que o requerimento seja aprovado. O Senador Cistovam Buarque, da mesma forma.

O Senador Maldaner, que neste momento se está aqui, com certeza vai usar a palavra.

Quero registrar – permita-me V. Exª -, que o Senador Pedro Simon só não se encontra aqui neste momento – ele foi o primeiro signatário do requerimento – porque teve que viajar para o Rio Grande do Sul, uma vez que essa viagem já estava agendada há muito tempo. Mas a sua assessoria me ajudou, inclusive, com o convite aos Srs. Senadores para debatermos esse requerimento e para a sua posterior – tenho certeza disso – votação.

Senador Casildo, o Senador Pedro Taques já fez a defesa do requerimento, que não é contra ninguém, como gostamos de dizer, mas contra os corruptos. Pessoalmente, não é contra ninguém. Queremos debater políticas que combatam a impunidade e a corrupção, doa a quem doer, seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador, enfim, não importa.

Desde o primeiro momento, quando fomos procurados pelo Senador Pedro Simon – está aqui a assessoria dele, quero ser fiel às suas palavras -, a intenção é fortalecer a Presidenta Dilma, para que ela faça todas as mudanças que entenda necessárias na linha do objetivo desta audiência, que aprova o requerimento.

O segundo passo acontecerá na terça-feira, com inúmeros convidados, já listados no requerimento, mais quatro, se não me engano, que o Senador Pedro Taques sugere neste momento.

Quero destacar que a assessoria do Governo dialogou comigo e eu disse que colocaríamos esses e outros indicados pelos Senadores. S. Exªs poderão indicar outros convidados para fazermos aqui um bom debate na linha de uma política integrada, buscando melhorar a qualidade de vida de todo o povo brasileiro. Por quê? Porque, se atacarmos a corrupção, estaremos melhorando a qualidade de vida de todo o povo brasileiro.

Senador Casildo Maldaner, um dos signatários do requerimento, está com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, caros colegas, atrasei-me um pouco porque está acontecendo uma sessão em homenagem à Embraer, agora, no plenário do Senado. Essa homenagem foi proposta por alguns Senadores, dentre eles, o Senador Luiz Henrique.

O Senador Luiz Henrique, como está participando da sessão - ele é um dos oradores -, pediu escusas, mas ele é também um dos signatários dessa proposição encabeçada pelo Senador Pedro Simon. Eu estive lá até agora, mas vim aqui para dizer que ele está apoiando também essa iniciativa. Estamos juntos nessa caminhada.

Esse requerimento apresentado a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que é presidida por V. Exª, Senador Paulo Paim, acho que não se trata de ser contra ninguém, mas, a favor do Brasil. Acho que a idéia é essa, para que essas entidades, na próxima terça-feira, que, se não estou equivocado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Terça-feira, às oito e meia da manhã.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...terça-feira, às oito e meia, com algumas personalidades, para que possamos encaminhar...

Há pouco dizia que, na verdade, não queremos parar o Governo, não queremos isso ou aquilo. De minha parte, queremos que os órgãos existentes, e dizia ainda ontem no plenário, que a CGU, o Tribunal de Contas da União, o próprio Ministério Público Federal, que são os três principais, estejam com a palavra para desvendar o que existe no ar, dentro do Governo, em alguns Ministérios, porque a sociedade quer respostas. Queremos ajudá-los.

Digo que se essas entidades, o próprio Ministério Público Federal, a CGU ou o Tribunal de Contas, enfim, essa comissão que se reunirá aqui entender que precisamos de uma legislação mais específica para que haja uma certa celeridade na resposta à sociedade ou nas respostas à opinião pública, o Congresso não se furtará a analisar, a oferecer meios, mecanismos não só quanto à prevenção, que acho fundamental...

Quanto à CGU, ela tem que ativar mais o seu campo preventivo e, mesmo depois, ao encaminhar isso à Justiça, caso seja preciso encurtar alguns caminhos, para que se responda com mais celeridade à sociedade, nós, o Congresso Nacional, não nos furtaremos a oferecer isso.

Acho que essa é a tese.

Eu, inclusive, ontem fui convidado a assinar o requerimento de criação da CPI, e disse: acho que, no momento, isso não é o primordial. O primordial é deixar as entidades falarem. Essas entidades existem, esses entes criados e mantidos pela Nação brasileira, como a CGU, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, e eles que estão em campo agora, estão com a palavra. Eles devem falar. Se sentirem algumas dificuldades, precisamos aqui oferecer alguma alteração, como disse antes, na legislação, precisamos nos colocar à disposição. Se, daqui a um pouco, disserem que não dá, que foram até aqui, que não tem mais jeito e a sociedade não se satisfaz, precisaremos transformar o Congresso em uma grande CPI. Se, em última instância, precisarmos deixar de lado a nossa missão precípua, essencial, que é a de legislar, se precisar, iremos a campo, mas será em última instância.

Acho que, primeiro, essas instituições, que foram criadas pela sociedade brasileira, estão com a palavra. Se criarmos agora uma, duas, três CPIs, estaríamos deixando de lado essas entidades, quando devemos ouvi-las. Elas têm que falar. Elas estão com a palavra. Se não corresponderem, serão outros quinhentos, como se diz na gíria.

No mais, estamos aqui para acompanhar esse encaminhamento. Não se trata de nada contra ninguém, mas a favor do Brasil. Acho que isso que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E contra a corrupção somente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma. A favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é contra pessoas, mas contra a corrupção.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quando é a favor do Brasil, tem que se contra isso. Nós precisamos, quando a Nação clama por elucidações, que haja um pouco mais de celeridade.

Senador Pedro Taques, não queremos fazer comparações, mas lembro que o Congresso Nacional criou uma legislação mais específica para encurtar os caminhos em relação a matérias relativas à Copa de 2014.

Nós participamos de uma votação, houve um grande debate, para encurtar os caminhos, mas com transparência, é claro. Se for preciso, para esses entes, para essas instituições, para que a Nação conheça,

para que se chegue a bom termo, acho que o Congresso não se furtará de tratar disso.

Acho que o debate com os entes que comparecerão a esta Comissão na próxima terça-feira será interessante. Um debate contra a corrupção, é claro, porque é isso que está no ar, e a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) - Muito bem, Senador Casildo Maldaner.

Entre esses Senadores, que são em torno de doze, há quem tenha assinado a CPI e quem não tenha assinado. Respeitamos, é claro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não há dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) - Estou no mesmo caso de V. Exª: não assinei a CPI.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Os que assinaram estão com a melhor das intenções. Acho que somos todos irmãos e buscamos clarividência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) - O que queremos com esse movimento iniciado pelo Senador Pedro Simon... O Senador Pedro Taques lembra bem: na segunda-feira, tive oportunidade de presidir a sessão a maior parte do tempo; depois, passei para V. Exª, que, por sua vez, correta, adequada e até simbolicamente passou para o Senador Pedro Simon, que encerrou, então, aquela sessão do Senado cujo debate foi em torno da impunidade e o combate à corrupção.

Na terça feira, fizemos uma reunião no gabinete do Senador Pedro Simon, chamados por ele. Ele propôs que houvesse uma audiência pública e que o ideal, embora alguns lembrassem que pudesse ser em outra Comissão, seria que fosse aqui na Comissão de Direitos Humanos. Ele usou os mesmos argumentos que V. Exªs, Senador Pedro Taques e Senador Casildo Maldaner: porque está é uma questão de direitos humanos. Se conseguirmos intimidar no mínimo a corrupção, é mais dinheiro para a saúde, é mais dinheiro para a educação, é mais dinheiro para a habitação, é mais dinheiro para a segurança, para o trabalhador, para o aposentado. E eu falo tanto em aposentado... Alguns já disseram que, se o Paim for para a tribuna e não falar em aposentado, é como o Suplicy ir para o plenário e não falar em renda mínima. Alguém disse isso no plenário outro dia.

Todos queremos somente isto: o bem de todos e fortalecer inclusive a Presidenta Dilma. Essa audiência pública de terça tem esse objetivo, tanto que quero reafirmar de novo que, se representantes do Governo, entenderem, porque eu estou aqui como Presidente da Comissão e membro da Comissão, que querem indicar alguns nomes para constar neste debate agora ou em outro momento, vamos respeitar naturalmente. O objetivo aqui, pelo que percebi de todos os Srs. Senadores, é fortalecer a Presidenta Dilma para que ela continue nessa conduta de mudar, alterar, inibir ações inadequadas e de exigir uma conduta do mais alto nível de todos aqueles que atuam na vida pública.

Pelo que entendo é isso.

Se todos concordam, eu colocaria em votação o requerimento, pegando as indicações que foram até o momento apresentadas, como se fossem minhas, como Presidente da Casa... Presidente da Casa?!? Já fui Vice-Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o presságio de bom futuro. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...como Presidente desta Comissão. E colocaria um adendo embaixo dizendo "e outros que sejam indicados pelos Srs. Senadores".

Então, só lerei o requerimento. Se a Mesa já tem o nome daqueles que o Senador indicou, vou ler os que estão aqui, mais a indicação do Senador Pedro Taques. Eu apenas vou repetir a leitura do requerimento que o Senador Pedro Taques já leu e explicou.

Para alegria nossa, chegou aqui agora um dos signatários do requerimento, o Senador Randolfe Rodrigues. V. Exª chegou no momento exato. Gostaríamos muito que V. Exª usasse da palavra. Todos nós três defendemos o requerimento. Como membro desta Comissão, é importante o requerimento estar em suas mãos, mas V. Exª conhece o motivo desta reunião extraordinária.

O Senador Pedro Simon só não está porque teve que viajar para o Estado, mas toda sua equipe e a Comissão de Direitos Humanos trabalhou no sentido de que a reunião se realizasse nesta tarde. Alguns Senadores justificaram que não podem estar aqui, mas que estão prontos para assinar o documento firmado por nós e posto em plenário, já que estão participando da sessão no plenário do Senado da República.

Senador Randolfe, o requerimento é este: combater a corrupção e a impunidade e, nessa linha, dar todo apoio à Presidenta Dilma para que ela tome todas as providências necessárias.

Pode V. Exª falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, Srs. Senadores Casildo Maldaner e Pedro Taques, este requerimento é a continuação daquela a que nós chamamos de Segunda-Feira Cívica Contra a Corrupção, que foi a segunda-feira desta semana. Nesta segunda-feira, no meu entender, uma segunda-feira histórica para o Senado Federal, nós nos sucedemos, eu, o senhor, o Senador Simon, os Senadores desta Comissão e os que subscrevem, o Senador Casildo, o Senador Pedro Taques e os demais

que subscrevem este requerimento, para dizer à Presidenta que ela poderia contar com o nosso apoio político nas medidas que tomasse no combate à corrupção.

Isso não pode ficar somente no gesto e no discurso nosso na tribuna. Este requerimento é uma continuação. Nós estamos nesta jornada – e eu reitero isso várias vezes – sendo guiados pela sabedoria, pela experiência do Senador Pedro Simon. Este requerimento é a continuação desse passo que demos nesta segunda-feira.

A ideia é mobilizarmos a sociedade civil, as organizações citadas aqui, o movimento de combate à corrupção eleitoral, que foi inclusive o protagonista de importantes vitórias já neste Congresso Nacional. Lembremos que é o movimento de combate à corrupção eleitoral tem como advento a Lei Complementar nº 135, de 2010, a Lei da Ficha Limpa, no meu entender, a mais significativa, importante mudança que nós tivemos até hoje na Legislação Eleitoral Brasileira.

Este requerimento é para, na terça-feira, realizarmos aqui um importante, profícuo debate com esse conjunto de entidades, de ONGs e para as envolvermos em uma campanha nacional, em um movimento nacional de luta contra a corrupção. Não basta ficar sendo falado e dito por nós aqui nos azuis tapetes do Senado. Isso tem que se tornar um movimento do asfalto, da rua para que a opinião pública, para que o povo brasileiro se mobilize, junto com todos nós, para combater, erradicar e, no mínimo, diminuir este estigma, este câncer que corrói a vida nacional que é a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues. V. Exª reafirma pronunciamentos que tem feito em plenário e que vão na linha da aprovação do requerimento. Concordo com V. Exª. Uso na minha caminhada uma frase que diz mais ou menos o seguinte: "Se a batida do tambor não for ouvida nos Palácios de Brasília, o povo é excluído." Naturalmente é preciso que os corruptos saibam que a batida do tambor e o andar da sandália do povo mais simples estão a caminhar, a se movimentar, a exigir cada vez mais políticas públicas, como falamos aqui na abertura, porque combater corrupção significa mais dinheiro para o investimento em políticas públicas, para todo o nosso povo e para toda a nossa gente.

Eu, então, neste momento acrescento ao requerimento... Vou fazer a leitura e depois o adendo do Senador Pedro Taques.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 106, DE 2011

"Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, REQUEREMOS a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater as ações contra a corrupção e a impunidade no país. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidados: Dom Raymundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília – UNB; Marlon Reis e Jovita José Rosa, Representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE e Dom Manuel João Francisco, Presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC."

Autoria: Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Marcelo Crivella.

O Senador Pedro Taques incluiu, e nós acatamos como se fosse de todos nós, ainda os Presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República, ANPR, da Associação dos Magistrados do Brasil, AMB, da Associação Nacional de Membros do Ministério Público, Conamp, e da Associação de Juízes Federais do Brasil, Ajufe. É isso, meu Senador? *(Pausa.)*

Tomei a liberdade de colocar "e outros a serem indicados pelos Srs. Senadores". A indicação seria até o período de segunda-feira para que possamos, mesmo na segunda, fazer o convite para outros convidados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se me permite, além de subscrever as importantes sugestões do Senador Pedro Taques, é vital, e eu já estava percebendo isso, que realizemos esse debate com a participação de uma instituição que tem honrado a República brasileira que é o Ministério Público, que é o Ministério Público, seja a PGR, sejam os Ministérios Públicos Estaduais. Se ainda couber, eu consideraria importante, se tivermos inclusive o tempo de fazer o contato, convidar para esta reunião a ONG Transparência/Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – AC) – OK!

Se todos concordam, já vou inserindo a ONG Transparência/Brasil. *(Pausa.)*

Senador Maldaner com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero ver se a Mesa pudesse e a Assessoria, dou a ideia a V. Exªs, convidar a CGU, que é Controladoria Geral da União, convidar um representante da CGU, porque ela precisa atuar mais no campo preventivo. É uma instituição que aí está, mas não sei se ela se sente desprotegida ou se é necessário oferecer mais algum elemento para que ela ande, para que atue mais no campo preventivo do que reativo. Então, se V. Exª con-

cordasse em incluir a CGU, um representante desse órgão... É uma instituição forte que está ai. A CGU é importante nessas questões. Precisamos ouvi-la. Ela precisa falar. Ela precisa prevenir principalmente isso. É possível incluir a CGU?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais a CGU, para que conste nos requerimentos, além da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me. Desculpem-me colegas e Presidência o lapso. Estamos esquecendo a Associação dos Delegados da Polícia Federal, que considero indispensável a presença dessa entidade. Quero inclusive destacar a nota veiculada por esta entidade no final de semana passada. Em virtude da atuação da Policia Federal, considero indispensável a presença dessa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Associação dos Delegados da Polícia Federal também inserida no requerimento.

Vocês podem ter notado que eu não coloquei em nenhum momento a questão dos movimentos sociais, que cumprem um papel fundamental, porque são os mais interessados. Nós não colocaremos hoje. Fiz uma discussão prévia com o Senador Pedro Simon. A partir desta audiência pública, se assim nós entendermos, realizaremos outra para ouvirmos o movimento social para saber o que ele está pensando dessa caminhada, enfim, da luta de todos nós combate à corrupção e à impunidade. Preservamos isso. Faremos o primeiro momento com essas entidades, sem prejuízo, se assim for a vontade desta Comissão, de termos outra audiência pública previamente agendada e marcada para, com o movimento social, debater o tema, porque esse caminho é um caminho que tem que ser um caminho de todos. Se todos andarmos juntos, ombreados, como diria alguém, e de mãos dadas, a gente com certeza vai fortalecer, e muito, a Presidenta Dilma para que Sua Excelência faça o que tem que fazer.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para meditar.

Sr. Presidente e caros colegas, o Tribunal de Contas da União é um órgão criado, ele existe, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Tem a função precípua de apurar, de ver, de verificar, de formar.

Não sei até onde V. Exªs pensam. Não sei se eles têm ali uma representação ou alguém pode... da União, porque, quando detectam, se estão informando ou se se sentem desprotegido... O que ocorre? Pede a solicitação... Às vezes, uma obra, de sustar... Não sei se não seria interessante o Tribunal de Contas participar desse nosso debate aqui, um representante deles. A CGU, o Tribunal de Consta da União, o Ministério Público Federal, esses órgãos têm função precípuas e especificas. ...a Polícia Federal, enfim, outros órgãos... O Tribunal de Contas da União, na verdade, detecta, tem missão para isso, que está precisando de alguma coisa a mais... Na verdade, eu consulto se...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos aqui com algo em torno de 15 convidados. Vamos refletir juntos. Não seria bom ficarmos nesses 15 e, a partir disso, quem sabe, até fazemos uma visita ao Tribunal de Contas da União? Vamos, então, desdobrando os convidados que poderão vir a uma outra atividade, porque, se formos alongando muito, tenho receio de ficarmos com uma lista infinita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que o senhor acha?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estou sendo alertado aqui e quero ver com o Senador para ver o que nós faremos. Já temos 15 convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quinze para uma audiência pública é muita gente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se nós desdobrássemos, quem sabe: na primeira, esses órgãos federais que estão sendo arrolados, o que sentem; no passo seguinte, essas outras representações, o Tribunal de Contas da União, o campo social, as ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E tantos outros. Exato.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não vai ter tempo, porque, na terça, pela manhã, existem as comissões. Vamos ter aqui uma hora e meia, duas, porque as comissões, elas... Se essas entidades falarem e sentirmos que é bom, nós, na próxima semana e na seguinte, faremos com as outras entidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazemos outra. Não há problema nenhum, e aprovamos o requerimento na própria reunião.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A produtividade vai ser melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço o espírito de conciliação do nosso querido Senador Maldaner que foi na linha, diria, de um grande entendimento de aprovarmos o requerimento com os adendos colocados hoje e deixando que os outros, tantos que gostaria, com certeza, de participar desse debate que é um debate construtivo.

Eu estou vendo assim e estou muito tranquilo porque alguns já tentaram falar comigo e, não foi ninguém desta sala, fiquem todos tranquilos. Foi ontem a tarde, em Plenário, preocupados onde isso vai dar. Eu disse que estou muito tranquilo quanto a isso. Para mim o que vale é o princípio, o objetivo desse movimento é

fortalecer e, estamos falando pela TV Senado, ao vivo, para o Brasil porque ela vai reproduzir esta sessão, fortalecer a Presidenta Dilma. Que ela continue na linha firme, na organização do seu Governo e combatendo qualquer tipo de ato que venha na linha da corrupção, enfim, da ética. Esse é o nosso objetivo.

Ninguém está aqui com segundas outras intenções de trazer prejuízo para o Governo da Presidenta Dilma, até porque, nesta Comissão, dizia antes e repito, há Senadores que assinaram a CPI e outros tantos que não assinaram a CPI, mas que têm o mesmo entendimento que temos de combater a CPI. OK?

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Está acertado o requerimento aprovado, liderado pelo Senador Pedro Simon. Na próxima terça-feira, às 8h30, então, realizaremos aqui na Comissão de Direitos Humanos, nesta sala, o debate sobre políticas de combate à corrupção e à impunidade.

Os Senadores me dão mais um minuto? *(Pausa.)*

Disseram-me que há outros requerimentos extrapauta e queria aproveitar esta sessão. Será bem rápido.

Vou ler a abertura.

Requerimento para uma audiência pública para debater a violação aos direitos humanos e delimitação da terra indígena Amaro, região Oeste do Estado do Pará com a presença dos seguintes convidados, a que todos têm o acesso.

Os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno que requer uma audiência pública para debater a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento de realização de audiência pública para debater as ações que viabilizem o combate á doença falciforme no Brasil, que seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Todo mundo sabe que a doença falciforme atinge principalmente o povo negro,. Que a gente faça esse debate aqui junto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Os que concordam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

E, por fim, com disposto no mesmo artigo, requeiro a realização de audiência pública para avaliar os dez anos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor me permita, em relação ao tema da doença falciforme, nós, do Amapá, padecemos. Muito, vários jovens no Amapá são acometidos dessa doença. Permita-me subscrever com o senhor e parabenizar V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos os senhores estão convidados a subscrever os requerimentos.

Está acatada a sua solicitação.

Requeiro audiência pública para avaliar os dez anos dos sistemas de cotas nas universidades do Brasil.

Os que concordam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com o adendo do Senador Randolfe, encerramos esta reunião.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos. Até segunda-feira. O debate será na Petrônio Portela, uma audiência pública desta Comissão para debater a defesa da CLT e da previdência pública no Brasil. Na segunda, às 9h. Às 9h30 da terça-feira, vamos debater as políticas de combate à impunidade e à corrupção. Até segunda-feira.

Um abraço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia quatorze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Cyro Miranda** e **Mozarildo Cavalcanti.** Registra presença o Senador **Walter Pinheiro.** Justificam a ausência o Senador **Francisco Dornelles** e a Senadora **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete

à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 85, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete, em comformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão".* Relator: Senador **Cristovam Buarque. Item 2 – Mensagem (SF) nº 87, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe."* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Os indicados, Embaixadores Carlos Sérgio Sobral Duarte e José Carlos de Araujo Leitão, são convidados a comporem a Mesa, e fazem suas exposições. A reunião é tornada secreta às doze horas e trinta e oito minutos, e reaberta às doze horas e quarenta e seis minutos. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. É retomada a análise da Pauta. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 84, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia."* Relator "ad hoc": Senador **Paulo Bauer**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. . **Item 4 – Mensagem (SF) nº 89, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica."* Relator: Senador **Paulo Bauer**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Requerimento nº 31, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Luiz Henrique** e **Armando Monteiro**, que *"Requer nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de discutir o processo de autorização de vistos a trabalhadores estrangeiros."* Resultado: Aprovado o Requerimento. **Item 6 – Requerimento nº 32, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"Nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja externado o VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senador e Presidente da República ITAMAR FRANCO, ex-membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a devida apresentação de condolências à sua família."* Resultado: Aprovado o requerimento. **Item 7 – Requerimento nº 33, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja apresentado **VOTO DE PESAR** em razão do acidente aéreo ocorrido ontem, 6 de julho de 2011, culminando no falecimento dos capitães-aviadores Tibério César Corvello Vitola e Alex Araújo Affonso Rego, e dos tenentes-aviadores André Luiz Franchi Grigoletto e Jamil Nazif Rasul Neto. Requeremos, ainda, que sejam apresentadas nossas condolências aos familiares dos pilotos e à Força Aérea Brasileira."* Resultado: Aprovado o requerimento. Passa-se a apreciação dos itens extrapauta. **Item 01 - Requerimento nº 855, de 2011**, de autoria do Senador **Valdir Raupp**, que "*Requer, nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 19 de julho de 2011, para participar da feira Africa's Big Seven 2011/ Saitex 2011, em Joanesburgo, África do Sul, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 16 a 25 de julho de 2011."* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: Aprovado o Parecer favorável. **Item 02 – Requerimento nº 34, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Luiz Henrique** e **Eduardo Suplicy**, que *"Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação do senhor Senador Walter Pinheiro, juntamente com a delegação do Ministério das Comunicações do Brasil, em uma visita a Estocolmo (Suécia), para conhecimento da utilização da Banda de 450 MHz, para universalizar os serviços de Banda Larga Móvel em áreas rurais daquele país, no período de 24 a 27 de julho corrente. Requeremos, ainda, que o Senador Walter Pinheiro, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliá-lo na elaboração de relatórios e estudos e outras tarefas afins."* Resultado: Aprovado o Requerimento. **Item 03 - Requerimento nº 35, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Randolfe Rodrigues**, que *"Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, re-*

queremos voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, cuja origem é a emblemática queda da Bastilha, marco da Revolução Francesa." Resultado: Aprovado o Requerimento. Fazem uso da palavra, durante a Reunião, os Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Randolfe Rodrigues** e **Walter Pinheiro.** Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e quatorze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico aos Srs. Membros da Comissão o recebimento de resposta do Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, atendendo requerimento feito por esta Comissão. Diz o seguinte:

Refiro-me ao Ofício nº 939, de 14 de junho de 2011, desta Primeira Secretaria [Secretaria da Mesa do Senado para quem esse tipo de expediente é enviado], por intermédio do qual foi remetida a cópia de Requerimento de Informação nº 398, de 2011, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as aditâncias subordinadas ao Ministério da Fazenda.

A propósito, encaminho a V. Exª, em resposta à solicitação daquela Comissão, cópia do Memorando RFB/Gabinete/384, de 2011, de 04/05/2011, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,

Ministro Guido Mantega

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem conhecer na íntegra da resposta do Sr. Ministro, por favor, devem somente solicitar à Secretaria da Comissão.

Há alguns requerimentos dos quais farei a leitura nesta reunião para deliberação na próxima.

De autoria do Senador Cristovam Buarque:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a debater, analisar e homenagear os sete anos de existência do programa Diplomacia, a revista de política internacional da TV Senado, criada em 05 de julho de 2004. É hoje o único programa de televisão nacional dedicado integralmente à política internacional, dentro de uma perspectiva ampla, que aborda a economia, a cultura, o meio ambiente e a defesa nacional, a integração regional e lusófona, sempre com ênfase à visão parlamentar da temática.

Para tanto, um tratamento editorial diferenciado é concedido às atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a representação brasileira junto ao Mercosul e as sessões plenárias do Parlasul que contam a cobertura jornalística especializada.

Pelo exposto, sugiro convidar as autoridades abaixo para apresentarem suas ideias: Dr. Fernando César Mesquita, Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal; Srª Leila Daher, Diretora da TV Senado; o jornalista Marcos Magalhães, fundador do programa; Sr. Max Gonçalves, Diretor da TV Brasil internacional e jornalista Francisco Cláudio Meyer Santana, apresentador.

Assinado: Senador Cristovam Buarque.

Este requerimento constará da pauta da nossa próxima reunião para deliberação. Da mesma forma, este requerimento de minha autoria:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Dou conhecimento aos Srs. Membros da Comissão, nos termos do Requerimento, baseado no art. 58, § 2º da Constituição Federal, combinado com os art. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro a realização de audiências públicas divididas em três painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea conhecida como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.

Para tanto, sejam convidadas as seguintes personalidades:

No primeiro painel, o Presidente ou representante da Dassault na França.

No segundo painel, o Presidente ou representante da Boeing, dos Estados Unidos da América.

E, no terceiro painel, o Presidente ou representante da Saab, da Suécia.

A justificação: o programa de aquisição de caças de superioridade aérea, criado para socorrer e substituir as já obsoletas aeronaves de combate da Força Aérea Brasileira, merece toda a atenção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se vê

provocada, diante da realidade arcaica e do estágio de sucateamento dos equipamentos de nossa Força Aérea.

A próxima nota é uma resposta do Itamaraty, em que ele faz um relato sobre a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores lotados em consulados brasileiros.

O assunto foi comentado pelo Senador Suplicy, na semana passada, e também foi encaminhado um ofício, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando esse mesmo tipo de informações.

Então, eu solicito à Secretaria que faça chegar aos Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Aécio Neves a referida nota.

Deixo de lê-la, porque é um assunto muito específico, com oito páginas. Mas, naturalmente, esta resposta do Itamaraty também está à disposição. Os Srs. Senadores que desejarem podem ter a cópia das mãos do Secretário desta Comissão. Lembrando que esta nota é uma resposta do Itamaraty sobre as indagações formuladas pelos Senadores Aécio Neves e Eduardo Suplicy, a respeito da situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores lotados em consulados brasileiros.

Da mesma maneira, ainda como informação aos Srs. Senadores, em função da questão do reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, hoje, estar tão em pauta, a Comissão de Relações Exteriores já tem devidamente aprovada uma subcomissão permanente para modernização e reaparelhamento das Forças Armadas. Eu acho que é o momento de nós reativarmos essa subcomissão.

Então, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como disse, existe a subcomissão permanente para a modernização e reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras. Criada pelo Requerimento nº 5, de 2006, essa Comissão, de autoria do Senador Romeu Tuma, foi aprovada em 23 de março de 2006.

Segundo o art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal "cabe às comissões permanentes, no âmbito das respectivas competências, criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro subcomissões, mediante proposta de qualquer de seus integrantes."

Em sua justificativa, o autor do requerimento, o ex-Senador Romeu Tuma, de saudosa memória, apontava a necessidade de ações imediatas e mais efetivas do Poder Legislativo, tendo em vista o estágio de sucateamento das Forças Armadas e a falta de recursos para investimentos.

A última reunião da subcomissão ocorreu em 5 de julho de 2007. Ela era composta, à época, pelos Senadores Paulo Duque, Fernando Collor, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Jefferson Péres, como membros titulares; e pelos Senadores Pedro Simon, Marcelo Crivella, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, como membros suplentes.

É competência de Presidentes de comissões, conforme o art. 89, item IV, do Regimento Interno do Senado Federal, "designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição".

Para a referida subcomissão está prevista a composição por cinco Senadores titulares e cinco Senadores suplentes.

Portanto, diante da inegável necessidade por que passam nossas Forças Armadas, esta Presidência designa como integrantes da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas os seguintes Senadores: como membros titulares, Senador Delcídio do Amaral, Senador Blairo Maggi, Senador Luiz Henrique, Senador Francisco Dornelles e Senador Demóstenes Torres; como Senadores suplentes, Senador Jorge Viana, Senador Marcelo Crivella, Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia e Senador José Agripino.

Fica, portanto, assim constituída a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas. Oportunamente, os integrantes da Subcomissão se reunirão para eleger o seu Presidente e dar início às suas atividades, como vem sendo já realizado, de forma muito eficiente e eficaz, pelas Subcomissões de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20 e também a da Amazônia e das Faixas de Fronteiras, presididas, respectivamente, a primeira delas, pelo Senador Cristovam Buarque e segunda, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Resumo da audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Foi realizado, no último dia 7 de julho de 2011, pela Subcomissão Permanente da Rio+20, a audiência púbica, que contou com a presença da Srª Maria Amélia Enríquez, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, do Professor Donald Sawyer, Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, e da Srª Elisa Tonda, representante do Pnuma no Brasil. Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, os palestrantes foram convidados para debater o tema "Economia Verde".

O Senador Cristovam Buarque, que presidiu a reunião, antes de conferir a palavra aos expositores, explicou que o propósito do painel seria o de buscar uma definição para o que é economia verde e de ana-

lisar se esta seria adequada a reorientar o modelo de desenvolvimento da humanidade.

A Srª Elisa Tonda afirmou, de início, que a sua exposição teria como base o "Relatório sobre Economia Verde", recentemente elaborado pelo Pnuma, e explicou que o relatório traz uma definição do que é economia verde, mas ressaltou que se trata de uma definição inicial, sobre a qual gostaria muito de receber comentários e exposições.

Segundo a expositora, economia verde pode ser definida como uma economia que resulte em um melhor bem-estar do ser humano e em maior igualdade social, ao mesmo tempo em que não expõe as gerações futuras a riscos ambientais significativos ou à escassez ecológica.

Mencionou a seguir que um aspecto não contido na definição, mas sobre o qual é útil refletir, é a relação entre o tema da economia verde e os esforços dos últimos anos para combater a pobreza mundial. Sobre o ponto, afirmou que as práticas associadas à economia verde podem contribuir também para a redução da pobreza.

Ainda sobre a definição, explicou que a economia verde seria uma economia baseada no uso reduzido de carbono, na utilização eficiente de recursos e em padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Apontou, então, que o relatório traz, como condição da transição para uma economia verde, o redirecionamento de 2% dos investimentos atuais para este objetivo, concentrados os recursos em dez setores considerados prioritários para impulsionar essa transição: agricultura, edificação, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, gestão de resíduos e água.

Citou também outras condições, como novos marcos regulatórios e fiscais, desenvolvimento de tecnologias e um cenário de governança mundial que favoreça esta transição. Salientou, ainda, que, cumpridas as medidas elencadas no relatório, já a partir de 2050, as projeções de crescimento mundial seriam superiores às projeções baseadas no modelo atual de desenvolvimento, após o que concluiu que a noção de que o crescimento econômico é incompatível com o cuidado do meio ambiente é apenas um mito, um mito que o relatório do Pnuma ajuda a desconstruir.

Noticiou por fim que já há países que se dedicam à implementação das medidas do relatório em busca concreta de uma transição para uma economia verde, o que a deixa muito esperançosa e confiante na eficácia dessas medidas.

A Srª Maria Amélia Enríquez, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, começou destacando que, apesar de o conceito de economia verde ter surgido em 1989, o tema começa a aparecer como proposição política pública por volta de 2008, com a situação de crise experimentada pelo mundo.

Ela discorre sobre essa questão, compara dados de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando que os benéficos do crescimento econômico diminuem à medida que se aumenta o nível de renda, e encerrando, a palestrante observou que essa perspectiva de crescimento limitado leva a conclusões delicadas como a de que superação da pobreza requer uma justa repartição da renda, a de que a transição demográfica requer medidas de controle populacional e de que a única forma de garantir a proteção ambiental é reduzir o consumo atual.

O Professor Donald Sawyer, da Universidade de Brasília, é professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, de início, afirmou que a economia verde estava diretamente associada a mudanças climáticas, tratando de assuntos como baixo carbono, eficiência energética e energias renováveis.

Notou que, após 2007, começaram as tentativas de relacionar a economia verde também com a biodiversidade e ecossistemas; alertou para as possibilidades de que, apesar de os prospectos da adoção da economia verde serem positivos, esses efeitos benéficos poderão não se concretizar e daí surgirem efeitos negativos e inesperados. Advertiu também que o conceito de economia verde pode vir a se distanciar do conceito de desenvolvimento sustentável amplamente aceito pelos países na Conferência Eco92, e destacou o risco de aquele não ser aceito por unanimidade na Rio+20.

Esse é um ponto importante que o Professor coloca.

Mas ele afirma também que o modelo de desenvolvimento sustentável requer essencialmente uma mudança sistêmica dos padrões de produção e de consumo. O conceito de economia verde permite o risco de resultar apenas em medidas incrementais, os chamados projetos verdes, que não bastariam para resolver o problema dos padrões insustentáveis atuais.

Concluindo, ele destacou que a economia verde como o desenvolvimento sustentável podem ser perseguidos, mas advertiu que não se deve perder de vista os avanços da Eco92, que reputou um marco na história da humanidade.

COMUNICADOS:

Nota do Itamaraty nº 253, de 8 de julho de 2011 acerca da aprovação do Tratado Constitutivo da Unasul pelo Congresso Nacional.

O Ministério das Relações Exteriores registra, com grande satisfação, a aprovação do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, Unasul, pelo

Senado Federal, em 7 de julho. Essa etapa encerra a tramitação legislativa do Tratado no Brasil, permitirá a participação do País como membro pleno da Unasul.

A Unasul reúne oito conselhos para promover a cooperação no nível sul-americano, respectivamente no campo da defesa, desenvolvimento sustentável, saúde, educação, ciência, cultura, tecnologia e inovação, problema mundial das drogas, infraestrutura e planejamento, energia e economia e finanças.

O Tratado Constitutivo da Unasul foi assinado em Brasília, em 23 de maio de 2008, e até o momento já foi aprovado internamente por dez países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

O Tratado entrou em vigor em 11 de março deste ano, já que estava previsto o início de sua vigência após a aprovação legislativa por nove países. Ou seja, quando o Congresso Nacional aprovou e, recentemente, quando aqui chegou ao Senado Federal, teve uma tramitação célere, a Unasul já estava funcionando, porque mais de nove países já haviam aderido ao tratado e agora o Brasil é membro pleno da União de Nações Sul-Americanas.

Outra comunicação é em relação à Nota do Itamaraty nº 258, de 9 de julho de 2011, acerca da independência do Sudão do Sul.

O Governo brasileiro saúda a proclamação da independência da República do Sudão do Sul no dia 9 de julho de 2011 e manifesta ao povo e ao governo do mais novo membro da comunidade internacional seus cumprimentos e seus votos de paz e prosperidade.

Acredito que esse é o país número 193 que terá assento na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A independência do Sudão do Sul é decorrência do acordo abrangente de paz assinado em 2005 entre o norte e o sul do Sudão, o qual pôs fim a quatro décadas de guerra civil entre as duas regiões do país.

A criação do novo Estado reflete as aspirações do povo sul-sudanês, que, em janeiro último, por meio de referendo popular previsto no acordo abrangente de paz, expressou de forma pacífica e transparente o seu desejo de independência.

O Governo brasileiro reitera a sua disposição em cooperar com a República do Sudão do Sul e em contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico sustentável.

Atualização da questão dos problemas que hoje acometem a Comunidade Europeia, especificamente a crise financeira na zona do euro e Itália.

O temido contágio da crise financeira da área do euro, que atingiu a Irlanda, a Grécia e Portugal, ameaçando também a Espanha, chegou esta semana, em 12 de julho de 2011, à Itália. A repercussão foi intensa e, além da queda de ações e aumento de juros dos títulos governamentais italianos, registraram-se baixas nas bolsas de valores de todo o mundo e aumento de juros de títulos da dívida pública dos países mais frágeis.

O fato de a desconfiança chegar à Itália aumenta as preocupações com a saúde da economia da região do euro e com a recuperação global da crise de 2008, pois a Itália é a terceira maior economia da Europa Continental, depois da Alemanha e da França, e é uma das sete maiores economias do mundo.

Além da dimensão muito maior do que Irlanda, Grécia e Portugal, a Itália vive situação de instabilidade política e lento crescimento econômico.

Ao precário equilíbrio político do governo Berlusconi, com o Primeiro-Ministro sob constantes acusações de inadequado comportamento pessoal, somam-se ataques ao Ministro das Finanças, que, além de denúncias de corrupção, vê-se às voltas com críticas do próprio Primeiro-Ministro.

É nesse quadro que o Parlamento italiano deve votar cortes orçamentários em valor superior a €40 bilhões. São medidas de austeridade que visam a readquirir a confiança do mercado financeiro num país cuja dívida pública atinge mais de 120% do seu Produto Interno Bruto e cujo crescimento, segundo o Fundo Monetário, deve chegar a apenas 1,3% em 2012.

Registre-se que, como ocorre com a Grécia e com Portugal, as medidas de austeridade contarão com forte resistência da sociedade e, de imediato, irão diminuir ainda mais o ritmo de um crescimento já lento.

Leis trabalhistas rígidas, gastos públicos excessivos e burocracia pesada são fatores que inibem a competitividade econômica da Itália e mostram sua vulnerabilidade a ataques especulativos. A Alemanha, por meio de comunicação da Chanceler Angela Merkel ao Primeiro-Ministro Berlusconi, em 11 de julho de 2011, enviou dupla sinalização. De um lado, ela alertou sobre os riscos da deterioração da situação italiana e, de outro, pediu empenho para a aprovação de cortes orçamentários.

A posição alemã é chave para consolidação e aumento da flexibilidade de alcance do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, que já socorreu Portugal, Irlanda e Grécia.

A crise italiana coloca-se no momento em que crescem também as preocupações com a Espanha, no qual os Estados Unidos discutem acesamente o seu déficit público crescente. Mesmo que consiga ultrapassar o atual ataque especulativo, é clara a precariedade da zona do euro e sua dependência de intervenção coordenada do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

É de se notar que há um certo paradoxo na situação em que vivem alguns países da Europa, sobretudo a Europa mediterrânea, com essa crise no norte da África, naquela região mundo e parte do Oriente Médio, porque, no momento em que passam por uma crise como essa – a Itália agora, às vésperas de estar numa situação extremamente delicada, e que está entre as sete maiores economias do mundo –, eles se dedicam a fazer esses ataques intervencionistas, sob o manto de que é uma atitude humanitária, mas nada mais é que uma intervenção. Então, mobilizam recursos para fazer uma intervenção militar, como no caso específico da Líbia, sem saber agora como é que vão sair desse imbróglio em que se meteram. E tanto a França como a Itália passando por momentos muito difíceis, como, de resto, toda a zona do euro. E como é que isso se concilia, esses investimentos pesados na intervenção militar que estão realizando naquela região com a necessidade de austeridade fiscal? É um paradoxo.

Por fim, Srªs e Srs. Senadores, um balanço das nossas atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nesse primeiro semestre.

Ao término das atividades desta Comissão, no primeiro semestre de 2011, gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores um balanço dos trabalhos realizados.

Desde o dia 23 de fevereiro, quando da instalação da Comissão e eleição desta Presidência e Vice-Presidência, ocupada honrosamente, para todos nós, pelo Senador Cristovam Buarque, foram realizadas 16 reuniões ordinárias, 13 reuniões extraordinárias, duas reuniões conjuntas e uma reunião externa, no Ministério da Defesa, totalizando 32 reuniões.

Realizaram-se ainda 10 reuniões da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador Cristovam Buarque. E mais seis reuniões da Subcomissão da Amazônia e da Política de Fronteira, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Assim, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizamos 48 reuniões. Se considerarmos as 21 semanas de atividades da Comissão nesse primeiro semestre, chegamos a uma média superior a duas reuniões semanais e mais de nove reuniões por mês. Desse total, 17 reuniões foram dedicadas a audiências públicas, 9 na Comissão de Relações Exteriores, 8 nas Subcomissões, com 64 palestrantes, entre autoridades, acadêmicos e especialistas.

Nesse período foram apreciadas, e incluídas as duas de hoje, 29 mensagens com indicações de chefes de missões diplomáticas. Aprovamos ainda 34 projetos de decreto legislativo, entre acordos, tratados e convenções internacionais, Senador Luiz Henrique, que logo na primeira reunião suscitou a necessidade de que nós déssemos celeridade à deliberação sobre esses acordos e tratados internacionais, que estavam aí tramitando na Comissão há algum tempo. Então, 34 desses projetos foram aprovados, entre acordos e tratados de convenções internacionais; bem como 21 emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO. Entre projetos de lei da Câmara e do Senado e requerimentos foram mais 55 proposições acatadas. Além disso, aprovamos um anteprojeto de lei, que já tramita no Senado na forma de projeto de lei, e cinco atos da Comissão regulando os seus trabalhos e os seus procedimentos internos.

Também é importante ressaltar a aprovação aqui, no âmbito da Comissão, das notas reversais do Tratado de Itaipu e também da aprovação da adesão do Brasil à União das Nações Sul-americanas. Dois pontos extremamente importantes e para colaborar com o processo de integração global que todos nós almejamos para o nosso subcontinente.

As audiências públicas, como as Srªs e os Srs. Senadores sabem, que foram realizadas no âmbito da Comissão e também duas de cada uma das Subcomissões serão retransmitidas pela TV Senado a partir da semana que vem, especificamente entre os dias 18 e 29 de julho, de segunda a sexta-feira, sempre às 14h, diferentemente do que eu havia anunciado há algumas reuniões. Houve modificação na programação da TV Senado, então, essa passa ser, definitivamente, a data de retransmissão das audiências realizadas na Comissão de Relações Exteriores e em cada uma das Subcomissões que estão hoje atuando: a de preparativos da Rio+20, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, e da Amazônia e Faixa de Fronteira, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Então, entre os dias 18 e 29 de julho, serão retransmitidos esses programas, de segunda a sexta-feira, sempre às 14h. A TV Senado reapresentará as oitos audiências públicas deste primeiro semestre e mais duas audiências, como disse, uma de cada das subcomissões. Portanto, serão ao todo dez programas revisados, somando mais de 30 horas de transmissão.

Mais uma vez, agradeço, em nome de todos os membros da Comissão, à Secretaria de Comunicação do Senado Federal e a todos os seus veículos, a TV, a Rádio, o Jornal e a Agência Senado, o excelente trabalho que têm realizado e a cobertura dada a essas atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Agradeço também à nossa Consultoria Legislativa o permanente apoio técnico aos nossos trabalhos; às

assessorias parlamentares do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa e dos comandos das três Forças, o acompanhamento e subsídios prestados em nossas reuniões; e ainda a toda equipe da Secretaria desta Comissão e do gabinete parlamentar de cada um dos senhores membros desta Comissão.

Finalmente, agradeço a todas as Srªs e os Srs. Senadores, membros titulares e suplentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a dedicação, o empenho, a efetiva participação em nossas reuniões, sem as quais nós não poderíamos ter atingido esse expressivo resultado dos trabalhos neste primeiro semestre.

Muito obrigado a todos os senhores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, evidentemente, todos têm participação no êxito dos trabalhos desta Comissão, mas quero atribuir a maior parte a V. Exª, que tem imprimido um ritmo de eficiência, de rapidez e agilidade à aprovação dos projetos e de disciplinamento do funcionamento da Comissão, aprovando, já no início dos trabalhos, as resoluções que deram uma sequência lógica aos trabalhos deste órgão.

Por isso, quero cumprimentar V. Exª e por tudo aquilo que nós conseguimos realizar neste primeiro semestre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Mas esse esforço é um esforço conjunto de cada um de nós, Senadores e Senadoras, para que esses êxitos que foram alcançados neste primeiro semestre pudessem ser como hoje estão sendo anunciados.

Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, a minha fala vai na mesma linha da do Senador Luiz Henrique: o senhor conseguiu dar uma dinâmica a esta Comissão que eu, que já fui presidente dela, não tinha visto antes. E eu quero parabenizar o seu trabalho. E também conseguiu afinar muito bem a equipe de consultoria, sob a tutela do Álvaro, que faz com que estejamos desempenhando um papel muito importante, eu creio.

Essas audiências noturnas que temos feito às segundas-feiras, para discutir a situação de diversos países, eu queria que todo mundo assistisse, porque temos tido verdadeiras aulas aqui dos convidados. E é uma maneira de abrir o Brasil, de sair de certo provincianismo que temos, inclusive aqui no Senado, e abrir o Brasil para o mundo.

Aquelas que, graças à sua confiança, eu estou dirigindo, sobre a Rio+20, têm sido muito interessantes. A que o senhor relatou hoje, e tem relatado todas, sobre economia verde, o que é... Inclusive há uma parte que não se colocou no relatório, porque realmente foi na conclusão, e aí retrata o que os outros falaram, e que eu coloquei e acho que deve se explorar: não basta a economia verde; a economia verde busca a sustentabilidade, mas para que um planeta salvo para poucos? É preciso que ela seja vermelha também, do ponto de vista do social. E também branca. Eu acho que a economia do futuro não deve colocar no seu Produto Interno Bruto as armas que são produzidas. Elas são fundamentais para a defesa, é preciso produzi-las, mas não significa melhoria de bem-estar. Nem mesmo os gastos que o Brasil tem hoje com segurança aumentam o bem-estar, apenas evitam o desastre. A economia tem que ser também, como dissemos, amarela, do ponto de vista do brilhantismo da economia do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Finalmente, tem que ser azul, do ponto de vista da economia que busca o bem-estar, mais do que a produção. Eu só não digo que essa é a economia do arco-íris porque vão pensar que estou falando da bandeira do meu Pernambuco, que tem um arco-íris nela. Mas é uma economia de diversas cores que precisamos ter para captarmos toda a dimensão da crise.

E sobre isto eu queria falar – estava aqui conversando com o Senador Simon, e ele me chamou a atenção das manchetes de hoje –: sobre a crise que está se alastrando – a palavra calamidade começou a surgir na capa dos jornais – e sobre o fato de a economia norte-americana estar sendo rebaixada na confiabilidade.

Eu gostaria de sugerir uma audiência nossa para discutir essa crise na profundidade que seria preciso, ou chamando o Ministro da Fazenda, ou o presidente do Banco Central, ou apenas acadêmicos, ou ambos, mas a gente precisa discutir o que vai acontecer no mundo numa crise que vem se alastrando desde 2008 e que se parece muito com a de 1929, que não começou de repente; ela foi um ano, dois anos, e, de repente, explodiu numa sexta-feira que abalou tudo.

A gente tem que estar preparado para isso. Os jornais internacionais já falam que a economia brasileira é a economia bicicleta: vive graças ao crédito ao consumidor e graças ao preço das *commodities*. Esses preços podem cair a qualquer momento, se a demanda na China diminuir, ou se a China começar a produzir soja na África, como dizem – aliás, como

ouvimos aqui, numa das segundas-feiras em que o senhor organizou o debate.

Então, fica aqui a minha sugestão de um debate sobre a crise mundial que atravessa a economia e que parece aprofundar-se, e não diminuir. Se preciso, eu faço por escrito; como foi inspiração do Senador Pedro Simon, ele também pode assinar; se não, fica aqui oralmente a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque, muito obrigado a V. Exª pelas palavras generosas. Quero compartir com todos o sucesso das reuniões que vêm sendo presididas nas Subcomissões vinculadas a esta Comissão, pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em relação àquelas reuniões que o Senador Cristovam Buarque, como presidente da Subcomissão Rio+20 e de acompanhamento das mudanças climáticas, vem realizando às 18h, aqui neste plenário, às quintas-feiras, melhor dizendo, elas têm alcançado um êxito fabuloso. Foram várias as reuniões realizadas, esta última, sobre economia verde, a que V. Exª se refere, dando um colorido ainda maior; foi uma reunião muito didática, muito direcionada para aquilo que pouca conhece e sabe o que significa, economia verde, do que isso se trata. V. Exª trouxe nesta reunião, também, outros ingredientes para que não nos concentremos somente na questão da economia verde sem vermos a necessidade, se pudermos dar cores, como o Senador Cristovam Buarque assim o fez, a cada uma das atividades econômicas que um país exerce para o seu desenvolvimento e repartição dos lucros desse desenvolvimento por toda a sua população.

Em relação à solicitação que V. Exª faz para análise desse rebaixamento – algo inédito, pelo menos nos últimos 50 anos – da Moody's em relação ao risco dos Estados Unidos, é algo que merece, sim, toda a nossa atenção, conforme, também, o próprio Senador Pedro Simon alertou.

E gostaria de colocar para V. Exªs., se concordarem, que o segundo ciclo de debates que realizaremos aqui na Comissão, será a partir de segunda-feira, 8 de agosto, às 18h.

O tema predominante desse segundo ciclo será a questão econômica internacional e a inserção do Brasil neste novo cenário econômico, "De Breton Woods aos dias de hoje". E se V. Exªs. concordarem, nós poderemos introduzir essa questão dos Estados Unidos logo na nossa primeira audiência do dia 08 de agosto e tratarmos dessa questão que, sem dúvida, irá afetar mercados do mundo inteiro.

V. Exªs concordando com essa sugestão, poderíamos já fazer constar esse ponto específico como item da pauta da nossa reunião do dia 08 de agosto, que será a primeira audiência pública do segundo ciclo de audiências.

V. Exªs concordam? (*Pausa*.)

Então, fica assim decidido e peço ao secretário e ao Dr. Murilo que, por favor, incluam esse item especificamente na agenda da primeira reunião para tratarmos da questão dos Estados Unidos.

Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de trazer um assunto aqui. Lamentavelmente, eu fui da Rio-1 para Rio+1, eu fui retirado dessa comissão em atendimento ao meu companheiro de Bancada Lindbergh Farias, que me pediu, e eu, gentilmente, cedi a vaga nesta Comissão, entendendo exatamente a importância dessa caminhada.

Mas, Sr. Presidente, o motivo da minha vinda aqui hoje é para duas proposições. Uma tem o caráter relativamente emergencial, e a outra vai ao encontro da proposição colocada pelo Senador Cristovam. Eu já havia verbalizado isso tanto com o Suplicy quanto com as Presidências da Câmara e do Senado, que, à época, por opção dos presidentes das duas Casas, isso terminou não tendo um desdobramento. A partir da crise e a partir dos debates envolvendo as questões ambientais, eu havia sugerido às duas Casas que nós fizéssemos no Brasil, na Amazônia, o encontro do Parlamento Mundial. Portanto, capitaneado por nós, o encontro do Parlamento para discutir essas duas questões. Hoje, elas estão inteiramente interligadas, tanto é que o nosso debate sobre o Código Florestal, na minha opinião, relaciona-se com a economia da floresta, além do grande debate sobre a questão do meio ambiente e a vida. E sobre esta crise por que o mundo passa, é necessário que façamos debates pelo Parlamento, até porque parte das soluções ou das iniciativas termina desaguando nos Parlamentos do mundo inteiro.

A crise americana, Senador Cristovam, foi discutida pelo Parlamento norte-americano; agora, os reflexos da crise americana terminaram sendo debatidas por nós aqui, na medida em que nós tivemos que adotar procedimentos ou ir ao encontro das medidas que o Governo Federal adotava sobre a nossa economia e a relação com os mercados. O que está acontecendo agora com a Grécia, com a Itália; o plano de cooperação econômica com os países da África, que nós temos empreendido.

Então, uma das sugestões era que fizéssemos exatamente uma convocação a todos os Parlamentos do mundo, e é óbvio que uma realização disso, um evento desses no norte do País, na Amazônia, teria um peso fundamental, em que nós poderíamos dis-

cutir efetivamente. A nossa representação dar-se-ia pelo Parlamento do MERCOSUL. Portanto, Parlamento americano, Parlamento europeu, Parlamento asiático, Parlamento africano, enfim, uma reunião dos Parlamentos mundiais, em que nós pudéssemos discutir esses dois temas importantes e urgentes do ponto de vista do seu encaminhamento, a resolução. E é claro, é nítido – e acho que o Senador Cristovam colocou muito bem – que ela é uma crise que tem um contorno muito parecido com a Crise de 29, com uma diferença: o deslocamento da informação e o deslocamento da crise não mais acontecem por avião, a partir exatamente dos efeitos dos aspectos tecnológicos envolvidos. Portanto, nós vivemos *on-line* essa crise; impacta imediatamente nos mercados e impacta diretamente na vida de cada cidadão.

Então, essa é uma coisa que eu desejava levantar.

A segunda, eu queria pleitear algo à Comissão. O Senador Luiz Henrique, nosso ex-governador, participou de um debate ontem, e a Comissão de Infraestrutura, Senador Luiz Henrique, aprovou uma autorização para que uma missão do Senado possa acompanhar o Ministério das Comunicações, que vai para uma missão, agora no final do mês, para conhecer uma experiência da Suécia de utilização de atendimento às áreas remotas, e a discussão sobre legislação e compartilhamento de infraestrutura. Esse é um drama que nós vivemos, não só na Bahia, particularmente no Norte do País – e aqui tem representante de Roraima, estava aqui o Senador Jorge Viana, do Acre –; acontece nas Alagoas de V. Exª; acontece em São Paulo, mesmo com suas virtudes desenvolvimentistas, mas acontece em larga escala –, que é o completo abandono que 30 milhões de brasileiros vivem hoje, no que diz respeito ao acesso à informação, à comunicação. Então, ontem, nós fizemos um bom debate na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Agora, Senador Luiz Henrique, a Comissão de Infraestrutura aprovou um requerimento para que nós pudéssemos acompanhar – eu, particularmente até estou com dificuldade – o evento do qual o Ministério das Comunicações participará, que vai do dia 22 a 27 de julho. E como nós temos uma exigência, que é normal, de aprovação por parte desta Comissão, quero dizer as V. Exªs que já fiz isso, pois fui representante do Brasil nos debates envolvendo a OIT, em Genebra, na própria Comunidade Européia. Trabalhei em conjunto com o Itamaraty, na figura, à época, do Embaixador Paulo Mesquita, que hoje é o representante da Unidade do Brasil – não é a Embaixada, mas é exatamente a Missão Brasileira que cuida de tratados, dessas relações, dos debates envolvendo comércio eletrônico, OMC. E tive a oportunidade, inclusive no Governo Fernando Henrique, de ser o representante do Parlamento desses fóruns, desses debates, particularmente na minha área de atuação profissional, que é a área de especificação de frequência e a padronização mundial. Então eu fiz como Parlamentar.

Na verdade, esse evento é muito importante e tenho pleiteado ao Senado que não seja apenas com a participação de Senadores, porque fomos nós Senadores, Sr. Presidente Fernando Collor, que interferimos agora, recentemente, para que não houvesse mera transferência para uma empresa, mas um processo licitatório. Então eu não creio que fica bem a viagem de consultores ou de Senadores sendo bancada, ou por governos, ou até por empresas, na medida em que essas empresas podem vir a participar dessa licitação que agora acontecerá. Não teremos mais uma transferência automática para os atuais operadores, sejam de energia ou de telecomunicações.

Estou pleiteando a V. Exª que esta Comissão possa aprovar este requerimento que nós aprovamos. Sei que ficou completamente intempestivo, até porque o convite e a conversa com o Ministério das Comunicações aconteceram no final da manhã de ontem e só agora que a Comissão de Infraestrutura aprovou. Minha proposta é a de que um Senador possa ir e, também, a presença de um consultor desta Casa. Sei que todo mundo tem problema de agenda, eu também tenho, além de problema de saúde que estou querendo ver se trato nesses 15 dias. Também tenho um evento familiar acontecendo no final do mês de julho e não sei se poderei participar efetivamente disso. Mas gostaria muito que esta Comissão pudesse autorizar.

No caso da ida de um Senador, eu faria a sugestão ao Presidente Sarney que, se fosse o caso, o próprio Senador bancasse a sua despesa com a sua cota de passagem. Mas faço muita questão que alguém da Consultoria possa ir ver essa experiência. Na realidade, são os consultores que vão trabalhar conosco, somos nós que temos que interferir nessa política. Essa política vem a ser decidida aqui.

Fomos nós, Senador Collor, em 1999, através do Parlamento, que interferimos na decisão que terminou resultando numa decisão de política industrial, política de ciência e tecnologia, principalmente para o Norte, com a decisão do uso de frequência de 1.8 para o celular. Isso potencializou a indústria de Manaus, ganhamos escala, trouxemos para o Brasil uma nova tecnologia, acabamos, de uma vez por todas, com a nossa dependência de mercados externos e unidade de fabricação fora, e criamos uma outra cultura de incentivos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Isso foi feito, à época, com a participação mais de consultores do que de parlamentares.

O requerimento está vindo da Comissão de Infraestrutura. Sei que V. Exª, brilhantemente, tem presidido a Comissão, com rigor, no processo de apreciação. Mas, em virtude de esse fato ter sido provocado a partir da audiência pública de ontem, a ideia seria acompanhar o Ministério das Comunicações na visita a essa experiência.

Eu, particularmente, conheço duas outras experiências: a do Paquistão, que está em curso, e a do México. É importante que nós pudéssemos ver a experiência sob o aspecto da legislação e a experiência principalmente do compartilhamento dessa infraestrutura num país como o nosso, que é extremamente carente. Estou falando, Senador Collor, de 30 milhões de pessoas que estão completamente isoladas. Não dá para falar num Brasil sem miséria quando temos 30 milhões de pessoas à margem do processo. Isso é infraestrutura para ser utilizada em educação, saúde, segurança, condições climáticas, produção no campo. E essa gente que precisa disso efetivamente vive condenada. Nós temos boa infraestrutura na Paulista, na Tancredo Neves, em Salvador, talvez próximo à Praia do Francês, em Maceió, talvez no grande centro em Boa Vista, mas 30 milhões de brasileiros estão vivendo extremamente isolados. Estou falando de gente do campo que responde por quase 60% de toda a produção de alimentos que vai para a mesa do brasileiro, mas que não pode nem receber nem acessar informações.

Então é essa infraestrutura que estamos querendo discutir, e houve um ganho já a partir disso, volto a insistir. Foi por decisão e participação desta Casa que o Ministério adotou a postura de fazer licitação para essa nova infraestrutura no País, dando condição para ampliar o atendimento no Brasil.

Desculpe-me pela demora, mas eu queria rapidamente explicitar o que significa.

São essas duas sugestões que eu gostaria de deixar aqui na Comissão na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro pelas suas colocações.

Em relação à reunião do Parlamento Mundial, o grupo executivo encarregado dos preparativos da Rio+20 já prevê a reunião do Parlamento Mundial no Rio de Janeiro. Já há um espaço físico destinado à reunião dos Parlamentos que acorrerem à Conferência Rio+20, de modo que possam debater essas questões não somente da agenda da Rio+20, mas uma agenda ainda mais ampla, se for o caso, nas próprias dependências onde serão realizadas as reuniões da Conferência do ano que vem das Nações Unidas (Rio+20). De modo que vou pedir ao Itamaraty que informe a V. Exª os dias das reuniões que estão sendo marcadas com os integrantes dos diversos Parlamentos dos países do mundo que acorrerem à Conferência no Rio de Janeiro.

Em relação à segunda solicitação, pediria a V. Exª que a formalizasse, através de um requerimento, subscrito por um dos membros da Comissão, para que pudéssemos, então, dar o tratamento regimental a ela. Com base nesse requerimento, se V. Exª aceitar a sugestão, seria importante que um membro da Comissão de Relações Exteriores o subscrevesse, para que nós pudéssemos submeter à deliberação do Plenário.

Voltando, então, à pauta:

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2011

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Observações: *Dia 07/07/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Observações: *Dia 07/07/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Ministros Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado para a Índia e, cumulativamente, para o Butão, e José Carlos de Araújo Leitão, indicado para São Tomé e Príncipe.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, damos a V. Exªs as melhores boas-vindas. Por favor, tomem os seus lugares à Mesa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de agradecer a V. Exª e, em especial, ao Embaixador Sérgio França Danese e ao Itamaraty pelas providências tomadas relacionadas aos contratados locais brasileiros nos postos do exterior, cujo comunicado V. Exª leu hoje. Quero agradecer as providências tomadas ao Embaixador Danese, inclusive pela iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, sob a presidência do Senador Paulo Paim, que proporcionou esse entendimento entre as autoridades do Itamaraty e os representantes dos contratados locais em diversas representações do Brasil no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado pela Presidenta Dilma Rousseff para representar o Brasil na Índia e, cumulativamente, no Butão. V. Exª terá 20 minutos para fazer sua exposição.

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Muito obrigado, S. Exª Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Vice-Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque; e S. Exªs Senadores membros desta Comissão.

Para mim, é uma satisfação falar sobre a Índia e o Butão, objetos dessa indicação.

A importância histórica da Índia e a sua diversidade, em todos os aspectos, cultural, religioso, linguístico, étnico, são evidências para todos. Essa variedade lhe deu também grandes contrastes. É um país que tem uma diferença social importante. E se assemelha, em vários aspectos, como país em desenvolvimento, ao Brasil.

É uma grande democracia parlamentarista, uma das maiores do mundo hoje em dia. Ocupa uma área semelhante à da região Norte do Brasil. Nessa área, há uma população, hoje, de quase 1,2 bilhão de habitantes. Isso torna a Índia o segundo país mais populoso do mundo, depois da China. A Índia, rapidamente, está a caminho de se tornar o país mais populoso do mundo. Isso também tem uma importância que vai além da demografia, pois se reflete no seu desempenho econômico nos últimos anos.

Hoje, a Índia tem um Produto Interno Bruto na casa dos US$4 trilhões, o que torna a Índia a quarta economia mundial, depois dos Estados Unidos, da China e do Japão; em seguida ao Japão, vem a Índia. Comparando com o Brasil, o volume da economia da Índia é quase duas vezes maior que o volume da economia brasileira. Isso dá uma renda *per capita* para a Índia, em vista dessa população muito significativa, de US$3,3 mil. Isso se compara com o Brasil hoje, em torno de US$11 mil, em termos de poder comparativo de compra. São números do FMI e dão uma ideia da escala, da dimensão do país.

Um elemento importante que tem caracterizado a Índia nos últimos anos é o seu muito vigoroso crescimento econômico. Ao longo da década de 2000, isso fez com que a Índia tivesse um crescimento anual entre 7% e 9%, com alguma redução durante a crise econômica de 2008, mas, no ano passado, esse crescimento novamente se aproximou de 9%, 8,8%, com a perspectiva de manter esse ritmo nos próximos anos. Isso tem despertado grande interesse internacional pela Índia, tem gerado um volume de importações muito significativo.

A Índia é um grande consumidor de petróleo, o que lhe dá certa vulnerabilidade na balança de pagamentos. Mas esse é um elemento que, definitivamente, coloca o país num patamar de grande relevância na economia internacional e traz oportunidades para diversos outros grupos de países ou para países individuais. Como exemplo, é importante ter presente a relação econômica da União Europeia, maior parceiro comercial da Índia e cujo comércio dobrou nos últimos cinco anos. Por aí, a gente vê também como esse vigor tem se manifestado nos últimos anos em termos de grande participação internacional de blocos de países nesse comércio exterior.

A Índia também tem despertado grande interesse em termos de sua situação geoestratégica. Isso se pôde notar, por exemplo, no ano passado, na visita àquele país do Presidente americano, Barack Obama, que aproveitou essa ocasião para expressar o apoio dos Estados Unidos à Índia como membro permanente do Conselho de Segurança e como país que poderia ingressar nos mecanismos e regimes internacionais de não proliferação. É bom ter presente que a Índia é um país que realizou testes nucleares nos anos 90. Esse interesse internacional se deve à importância econômica, importância política do país. O entorno internacional da Índia é complexo: vizinha da China – onde há diferenças de fronteira –, vizinha do Paquistão, com quem já esteve envolvida em conflitos – o Paquistão nasceu junto com a Índia, em 1947 –, com países menores, mas também importantes vizinhos, Nepal, Sri Lanka, que demonstraram alguma instabilidade ultimamente. E eu acho que o atentado terrorista que vitimou a Índia ontem é uma mostra eloqüente dos desafios e das instabilidades que ainda assolam esse país. As autoridades indianas, que eu saiba, ainda não se pronunciaram em relação à autoria do atentado, mas, enfim, isso mostra que o país ainda vive uma situação delicada interna e, possivelmente, internacional.

Outro dado eloquente em relação a esse interesse, que acho que vale a pena compartilhar aqui, foram

as visitas, no ano passado, de 25 chefes de Estado, entre os quais, os dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, e 31 chanceleres também visitaram a Índia. Isso mostra realmente um interesse muito forte. O próprio Primeiro-Ministro indiano visitou 11 países, e o chanceler, 19.

Relações do Brasil com a Índia. É claro que o Brasil não está alheio a essa importância internacional da Índia, mantém relações com a Índia desde 1947, desde a independência, mas, durante muitos anos, essa relação se manifestava principalmente nos organismos internacionais, nas afinidades entre o nosso País e a Índia, em termos de posições políticas e econômicas. Em 1968, recebemos a visita da Indira Gandhi ao Brasil, mas, fora isso, somente no final dos anos 90, com uma visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e reciprocada pelo presidente indiano, a relação começa realmente a se intensificar. Há uma intensificação importante a partir da década de 2000. Foram duas visitas do Presidente Lula, duas visitas do Primeiro-Ministro Singh e também da Presidenta Patil, da Índia, e diversas visitas de ministros. Essa intensificação bilateral coincide com a formação também de grupos internacionais, de agrupamentos políticos entre eles. O Ibas – Índia, Brasil e África do Sul, e também os Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, esses agrupamentos facilitam a articulação internacional. E outros também, entre eles o G4 – Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que milita por uma reforma abrangente do Conselho de Segurança; o G20, econômico; um outro grupo na área ambiental chamado Basic – Brasil, África do Sul, Índia e China. Há essas articulações entre grandes países em desenvolvimento que demonstram e trazem novas oportunidades para o Brasil se articular.

O Brasil e a Índia são países-chaves nos grandes temas globais, evidentemente, têm percepções semelhantes como países em desenvolvimento, e isso facilita muito o tipo de articulação que pode haver.

Entre Brasil e Índia, mantemos um diálogo estratégico; já reunimos três vezes. E esses encontros, tanto em nível de chefes de Estado quanto de chanceleres, do Ibas e do Brics, proporcionam uma oportunidade que se desdobram em outras áreas, inclusive parlamentar, no caso do Ibas. E esse interesse também aparece na área comercial, em que o Brasil tem tido um intercâmbio cada vez mais significativo com a Índia. E há alguns números que eu acho que são relevantes para termos presentes: US$2,3 bilhões de comércio nos dois sentidos em 2005, comparado com US$7,7 bilhões no ano passado. Por aí vemos um crescimento que, de 2009 a 2010, foi de 37%. E com perspectiva de crescer ainda mais.

A pauta comercial ainda é bastante concentrada em produtos como óleos e outros produtos semimanufaturados, não é uma pauta muito diversificada, e o Brasil mantém um déficit desses US$7,7 bilhões em torno de US$750 milhões. Portanto, ligeiramente desfavorável para o Brasil. A gente pode procurar recuperar.

Isso também tem gerado um plano de investimentos da Índia; esse interesse internacional pela Índia e também da Índia tem gerado um plano de investimentos importante – no caso do Brasil, de US$ 2,5 bilhões, dos quais US$2 bilhões já foram investidos; US$500 milhões ainda por investir, provavelmente na área de mineração, o grande interesse deles, e em açúcar também, álcool. É bom lembrar que 5% da gasolina na Índia tem a mistura de álcool. Entre a série de setores que podem ser de grande interesse indiano, está o petróleo, aqui no Brasil, de geradores, fármacos, enfim outras áreas.

No caso do Brasil, algumas empresas brasileiras têm tido sucesso comercial e pretendem manter essa presença lá, como a Embraer, por exemplo, que já vendeu vários aviões; a Marcopolo, construtora de carrocerias; Gerdau; Weg, fábrica de geradores; uma ampla gama de interesses dessas empresas brasileiras pela Índia. Quais seriam as perspectivas de uma gestão diplomática na Índia?

Caso conte com a aprovação de V. Exªs, eu acredito que me desempenharia na Índia, nos próximos três ou quatro anos, num momento particularmente favorável em termos de crescimento das duas economias, tanto a indiana como a brasileira. Há uma perspectiva de expansão econômica que aumenta as perspectivas desse intercâmbio comercial e que se desdobra em diversas outras áreas do relacionamento bilateral.

Haveria aí uma preocupação em procurar diversificar esse comércio que, como eu mencionei, se encontra concentrado em bens primários e semimanufaturados. A instalação das empresas nos dois países facilita e potencializa essas possibilidades comerciais. Há também uma variedade de temas em relação aos quais existem acordos entre Brasil e Índia ou memorandos de entendimento em comércio, tecnologia, saúde e medicina, meio ambiente, defesa, agricultura, assentamentos humanos, enfim, uma série de acordos e ajustes ou memorandos de entendimento que foram firmados nos últimos anos que dão ainda mais amplidão a esse nosso relacionamento bilateral.

Um outro elemento que também deve ser explorado com muito interesse entre Brasil e Índia é justamente essa articulação internacional que se vê nesses agrupamentos, como o Ibas ou o Brics, G4, Basic, Rodada Doha; existe muito campo aí para que

se possa consolidar, aprofundar e diversificar as relações bilaterais.

Esses são, eu diria, os traços principais do nosso relacionamento atual entre o Brasil e a Índia e as perspectivas para o desenvolvimento dessa relação.

Eu não poderia deixar de mencionar o Reino do Butão, em relação ao qual a Embaixada em Nova Délhi é acreditada cumulativamente. É uma monarquia, um pequeno país no Himalaia, que tem 700 mil habitantes, relações diplomáticas como Brasil desde 2009. É importante ter presente que, no caso do Butão, país que só tem relações com 22 países no mundo, o Brasil é o único país das Américas com o qual ele tem relações diplomáticas; tem apenas duas embaixadas residentes em Thimphu – justamente as da Índia e de Bangladesh.

O país também se destaca pela elaboração em 1972, por um de seus reis, do índice da felicidade, que é algo que tem despertado bastante interesse; evidentemente, é difícil quantificar uma coisa como essa, mas, se eu merecer a aprovação da Comissão, indo ao Butão, certamente, poderei verificar como eles tentam implementar esse índice.

Sei que o Presidente Fernando Collor foi uma das pessoas que, justamente, esteve no Butão e, talvez, já tenha tido oportunidade de verificar *in loco* como eles expressam essa manifestação.

De maneira que eram esses os pontos principais que gostaria de apresentar.

Agradeço muito à Comissão pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço ao Sr Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado para a Índia e o Reino do Butão.

Passo agora a palavra ao Sr. Ministro José Carlos de Araújo Leitão, indicado para São Tomé e Príncipe.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores, se já posso declarar aberto o processo de votação, ou aguardo a exposição do Sr. Ministro Leitão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo que o processo de votação seja iniciado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, sem óbice para iniciarmos a apreciação, mas eu gostaria de, após a exposição do embaixador, fazer .uma rápida indagação ao nosso querido candidato à Embaixada do Brasil na Índia e no Butão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, V. Exª está inscrito, bem como o Senador Luiz Henrique.

Então, o primeiro inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues, o segundo é o Senador Cristovam e depois o Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Sr. Ministro José Carlos de Araújo Leitão, indicado para ser nosso Embaixador em São Tomé e Príncipe. V. Exª dispõe do mesmo tempo concedido ao Exmº.Sr. Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Obrigado, Exmº Sr. Presidente Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Exmº Sr.Vice-Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque; Srs. Senadores; Srªs. Senadoras, é com grande prazer que compareço a esta Comissão para submeter a indicação e a aprovação do meu nome para Chefe de missão da Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe foi descoberto em 1471, exatamente nove anos antes da descoberta do Brasil, no dia de São Tomé, dia 21 de dezembro. Por essa razão, ganhou o nome em homenagem ao Santo do dia, por navegadores portugueses, Pedro de Escobar e João de Santarém.

O fato de ser um arquipélago fez com que assumisse uma importância estratégica, ao longo do tempo, para a navegação marítima portuguesa no Atlântico Sul.

Os senhores poderão verificar no mapa, que está desenhado no painel, que São Tomé e Príncipe tem uma posição geográfica muito privilegiada no Golfo da Guiné, ficando a meio caminho entre as descobertas portuguesas do norte da África e o sul do Continente. Quando houve necessidade, mais adiante, de se levar, com o fracasso da utilização da mão de obra indígena na colonização do Brasil, sobretudo no aproveitamento do indígena no cultivo dos vários produtos que a colônia portuguesa tentava explorar em nosso País ainda colônia, o envio de contingentes africanos da região de Angola, da região do Golfo da Guiné para o Brasil, especialmente para a Bahia e para o Rio de Janeiro, passava por São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe se tornou um entreposto de escravos africanos para o Brasil. Eu diria que esse seja, seguramente, o primeiro ponto de ligação entre São Tomé e Príncipe e a Nação brasileira.

A passagem desses escravos por São Tomé e Príncipe também obedecia a uma outra estratégia. Como vários deles eram capturados ainda no continente, muitos fugiam. E a ideia de levá-los para São Tomé era uma maneira de insulá-los antes do transporte de maior distância em direção à costa brasileira.

Os portugueses também testaram, em São Tomé, o cultivo e a produção de certos vegetais, de certas culturas de origem africana, algumas delas como o inhame, antes de trazê-la para o Brasil. E outras de origem asiática também foram aclimatadas em São Tomé e Príncipe, porque se sabia que certas culturas europeias não iriam produzir bom resultado em terras tropicais. Por exemplo, o coqueiro, o arroz, a cana-de-açúcar, o gengibre, que são de origem asiática, passaram por um processo de aclimatação antes de vir para o Brasil, e São Tomé e Príncipe foi uma espécie de laboratório na época para produção dessas culturas.

No início da escravatura, quer dizer, no início do processo de escravidão, que no Brasil durou três séculos, como eu já mencionei, muitos desses escravos recolhidos em Angola, na região do Golfo da Guiné, e levados para São Tomé se rebelavam. E aí há um fato sociológico interessante de mencionar: muitos deles fugiam para o interior da ilha, e o processo que se estabelecia a partir daí nessa sociedade, de fundação de núcleos populacionais de africanos no interior da ilha de São Tomé, muito se assemelha ao que mais tarde no Brasil viriam a ser os quilombos. Então, esse é um dado interessante para mostrar pontos de contato entre a cultura são-tomense e o que seria depois a cultura brasileira.

O arquipélago passou por um processo, ao longo do tempo, sobretudo no século XVII, de grande instabilidade política. Essa instabilidade política, na verdade, é um dos traços de São Tomé e Príncipe, porque ela se alonga até o século XXI.

Para terem uma ideia, Srs. Senadores, só no século XVII, São Tomé e Príncipe teve 46 governadores nomeados pela Coroa Portuguesa. Eram casos de renúncia, eram casos de doença, eram casos de pura e simplesmente demissão, ou até mesmo de falecimento desses governadores. O fato é que isso gerou uma grande instabilidade nesse período colonial. Essa instabilidade foi de tal ordem que, num determinado momento – e aí vem uma curiosidade que acho muito válido mencionar –, o bispado de São Tomé foi transferido para o Brasil. A Coroa Portuguesa decidiu que o bispado – a igreja católica tinha uma grande força no período colonial – fosse transferido para Salvador da Bahia, e aí ficou cumulativamente, ou seja, com o primado da igreja católica do Brasil, de 1687 a 1845. O bispado da Bahia incluía o arquipélago de São Tomé e Príncipe. Só a partir de 1845, por decisão da Coroa Portuguesa, já com o Brasil independente, evidentemente depois de 1822, é que esse bispado vai para Lisboa, é remanejado para Lisboa. Então, isso é um bom exemplo desse grau de instabilidade que afetou, inclusive, o desenvolvimento das atividades eclesiásticas no arquipélago.

Do ponto de vista da agricultura, havia uma relação muito forte com o Brasil. São Tomé e Príncipe, por ser um arquipélago nos trópicos e na linha do Equador, é um grande produtor de cana-de-açúcar – onde nós temos um ciclo no Brasil também, de café e, sobretudo, de cacau. Cacau, até hoje, é a grande riqueza agrícola de São Tomé e Príncipe, inclusive influenciando, no período colonial, o estabelecimento, no sul da Bahia, daquilo que mais tarde seria a grande região cacaueira do Brasil, nos Municípios de Ilhéus e Itabuna.

No começo do século XX, São Tomé e Príncipe eram consideradas as colônias-modelo de Portugal, justamente porque o arquipélago havia se transformado numa grande *plantation* de cacau, e Portugal, em razão de São Tomé, acabou sendo, naquele período, até mais ou menos 1913, 1915, o maior produtor de cacau do mundo, graças à cultura do cacau no arquipélago de São Tomé e Príncipe.

Na atualidade, São Tomé tem algumas características importantes. Eu já falei do lado econômico, que é muito agrícola, com destaque especial para produção de cacau até hoje; a instabilidade política, que se verifica até mesmo no século XXI. Houve uma tentativa de golpe de estado em 2003, felizmente contornada e com auxílio do Brasil, inclusive, na mediação. E há uma outra questão importantíssima de se mencionar, que é a questão do petróleo. A descoberta de petróleo no mar territorial de São Tomé e Príncipe confirma aquilo que já se sabia internacionalmente, que o Golfo da Guiné é uma área muito promissora para exploração de petróleo no continente africano. Essa vizinhança de São Tomé e Príncipe – podemos ver no mapa – indica isso também. A Nigéria é um grande produtor, temos Camarões. Guiné Equatorial também fez descobertas importantes na área de petróleo; o Gabão e Angola. Então, São Tomé, sendo um arquipélago, a sua vizinhança no continente é toda de grandes produtores ou promissores produtores de petróleo. Há uma possibilidade muito grande, tanto no que diz respeito a reservas provadas quanto a reservas prováveis, de que essa região venha a se tornar uma grande região petrolífera no mundo.

Há, nesse aspecto, parcerias tradicionais. As parcerias tradicionais, do ponto de vista internacional, são Portugal – evidentemente a ex-metrópole –, Nigéria e Gabão. E muito por conta da exploração de petróleo. Entre os parceiros novos estão os Estados Unidos, Taiwan e o Brasil. O Brasil por força da sua grande cooperação que desenvolve com São Tomé.

Para os senhores terem uma ideia, isso, independente da questão do petróleo – que eu acho que

é uma questão que se encaminhará com o tempo, dependendo da possibilidade de nós virmos a sensibilizar a Petrobras para explorações em alto-mar, umas das especialidades da empresa brasileira em relação a São Tomé –, o Brasil tem hoje na área de cooperação com São Tomé e Príncipe 15 projetos em andamento. Já há, em termos de recursos, a aplicação de US$2 milhões nesses 15 projetos. Esses projetos envolvem a área de educação, a área de saúde e até mesmo um projeto interessantíssimo que é do ensino da capoeira, como a exploração de um aspecto cultural muito importante na relação do Brasil, inclusive, com todo universo africano.

Eu disponho aqui de alguns dados gerais do país que dão uma certa dimensão para que os senhores verifiquem o estágio atual de São Tomé e Príncipe: 88% da população de 180 mil habitantes é alfabetizada. É um índice altíssimo para a África. Talvez por ser um país de população pequena – 180 mil habitantes –, é um índice considerado além de bom, se comparado a outras nações africanas. Noventa e oito por cento das crianças em idade escolar freqüentam a escola – um índice de fazer inveja até a países emergentes mais bem situados no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. A expectativa de vida em São Tomé é de 66 anos. Esses índices são considerados excepcionais, levando-se em consideração a África Subsaariana.

Então, São Tomé é um país que tem um equilíbrio que falta, às vezes, a alguns países africanos. O turismo é, hoje, o setor que mais cresce no país. E cresce, sobretudo, na área de serviços pela quantidade de empregos que ele acarreta, a famosa indústria sem fumaça. E já há em São Tomé, hoje, a presença de grupos hoteleiros importantes, sobretudo, de Portugal. E faço parênteses aqui, só ilustrativamente, Portugal tem uma rede hoteleira bastante expressiva, sobretudo na Ilha da Madeira, que vive praticamente do turismo. E são esses grupos hoteleiros da Ilha da Madeira que começam a chegar a São Tomé e Príncipe. O hotel Pestana, o Grupo Pestana de Turismo, que tem, inclusive, investimentos no Brasil, já está em São Tomé.

Um outro dado importante – e isso influi muitíssimo no relacionamento bilateral com o Brasil – é a atuação de ambos os países no âmbito da CPLP, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Essa comunidade está celebrando agora, no domingo próximo, os seus primeiros 15 anos de criação. Em17 de julho de 1996, a CPLP foi criada e, em grande parte, por iniciativa do Governo brasileiro. As raízes da CPLP certamente estão relacionadas a um tratado ancestral de 1953, Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, em que se lançou ali a semente de uma comunidade luso-afro-brasileira, envolvendo Brasil, Portugal e as então províncias de ultramar de um regime salazarista.

No primeiro momento após a descolonização, houve uma certa desconfiança das antigas colônias portuguesas, levando-se em consideração toda a carga de ressentimentos que foram acumulados ao longo do tempo, com referência à criação de uma comunidade de língua portuguesa. Eles temiam que essa união de países lusófanos se transformasse, do ponto de vista deles, numa nova forma de servilismo, o que efetivamente o tempo mostrou que eles não estavam certos. E a língua portuguesa foi um elo muito importante na expansão da ideia de que essa comunidade seria muito válida do ponto de vista da concertação política dos países lusófanos, no cenário internacional. E, não podemos deixar de mencionar a personalidade do então Ministro da Cultura do Brasil, que depois viria a ser Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira que, na qualidade de Ministro da Cultura, empreendeu uma visita aos países lusófanos como se fosse vender a ideia da criação dessa comunidade. E depois da experiência dele como Embaixador do Brasil, em Lisboa, a partir de Lisboa, ele fez uma segunda viagem na qual tentou alicerçar os laços para a criação desse novo agrupamento internacional.

O Embaixador José Aparecido também organizou, como Ministro da Cultura, em 1989, uma reunião de chefes de Estados de governos dos países lusófanos, em São Luís do Maranhão. E dessa reunião nasceu a decisão da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com sede em Praia, em Cabo Verde.

Em 1996, então, no dia 17 de julho, dá-se a criação, em Lisboa, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo um secretariado executivo como seu instrumento operativo para a implementação das determinações das reuniões da CPLP, e o Brasil já teve a honra de, por duas vezes, ocupar esse secretariado executivo, a primeira vez com a cientista social e ex-Presidente da Fundação Palmares Dulce Pereira e, posteriormente, com o Embaixador brasileiro João Augusto de Médicis que, também, foi secretário executivo, até o seu falecimento, da CPLP.

A CPLP tem três pilares, e esses três pilares são muito observados no relacionamento entre os países que a compõem. O primeiro é a questão da concertação política, como já mencionei e que, no caso de São Tomé e Príncipe, foi extremamente importante por ocasião da tentativa de golpe de Estado em 2003, em que a CPLP desenvolveu um papel importantíssimo, e o Brasil, por intermédio de sua encarregada de negócios na época, pôde expressar toda a repulsa do governo brasileiro à implantação de algum regime de exceção.

Além disso, há a questão da cooperação, que eu também já mencionei, e que, no caso das relações bilaterais, do Brasil com São Tomé, tem uma importância imensa – eu ousaria dizer que 80% da atividade da Embaixada do Brasil em São Tomé. E se eu merecer a aprovação de V. Exªs ao meu nome para a chefia da missão do Brasil em São Tomé, eu tenho certeza de que a parte de cooperação ocupará 80% do meu cotidiano no país, porque é realmente de grande importância.

E a difusão da língua portuguesa, que é o grande elo que reúne esses países lusófonos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ter um pouquinho mais de tempo só para expressar algumas sugestões com relação aos planos, evidentemente sempre mencionando, caso mereça, a aprovação de V. Exªs.

Eu acho que, no caso de São Tomé e Príncipe, é muito importante ao chefe da missão fazer um acompanhamento muito de perto dos pleitos brasileiros para preenchimento de cargos nos órgãos internacionais, quando há candidatura no Brasil.

Meu colega Embaixador Carlos Duarte está aqui e, certamente, vai confirmar o meu pensamento de que a importância do bloco africano para as votações internacionais no âmbito da ONU são muito relevantes. Nós temos hoje 54 países no bloco africano e só queria lembrar que, com o apoio de São Tomé e Príncipe, o Dr. Graziano da Silva foi escolhido, há poucas semanas, Diretor-Geral da FAO, por uma estreitíssima margem de apenas quatro votos; isso mostra a importância do bloco africano nessas votações.

Um outro dado importante é o acompanhamento do processo político em São Tomé e Príncipe, sujeito a essas instabilidades. E volto a dizer que o Brasil tem um papel muito importante a cumprir na eventualidade de situações como essa.

O estímulo à cooperação, evidentemente, fará parte de uma plataforma de trabalho, nem poderia ser diferente pela importância que eu já indiquei.

O incentivo à difusão cultural. Só para os senhores terem uma ideia, a única sala de cinema do país é justamente a sala do centro cultural do Brasil em São Tomé. Então, nós temos uma videoteca lá que pode ser muito bem explorada, inclusive na divulgação não só do cinema, mas da literatura brasileira, através dos livros que foram adaptados ao cinema. Acho que esse é um aspecto que já foi iniciado por outros embaixadores residentes em São Tomé e que eu, se merecer a indicação de V. Exªs, terei todo o interesse em estimular.

Há também uma questão importante do petróleo, de sensibilização da Petrobras, no sentido de vir a ajudar e cooperar com São Tomé e Príncipe na exploração em alto-mar.

E levando-se em consideração um dado muito interessante de que nós já temos ex-alunos são-tomenses do Instituto Rio Branco, academia diplomática brasileira, eu teria uma ideia de fundar uma associação de ex-alunos do Rio Branco, como uma espécie de fórum informal, para que nós trocássemos sempre ideias e tivéssemos um contato mais permanente com a embaixada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

São essas as minhas primeiras considerações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, indicado para Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe.

Conforme o § 4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como já anunciei anteriormente, está aberto o processo de votação.

E agora daremos início às indagações dos Srs. Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues. V. Exª tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Embaixador Carlos Sérgio, Sr. Embaixador José Carlos Araújo.

Nós temos, pela condição de ascendente, um particular interesse no papel que V. Exª vai desempenhar, Embaixador Carlos Sérgio, na Índia. Nesse sentido fiz referência, esta semana, no Senado, a um artigo com que tenho concordância do economista Antônio Delfim Netto, ex-Ministro da Fazenda. Achei muito pertinente a reflexão que ele faz sobre o papel do Brasil, que deverá ou que pode estar condenado, na nova divisão internacional do capital e do trabalho.

Quero assinalar um trecho do artigo que tem a ver, no meu entender, com a nossa relação com a China e, em particular, com a Índia. Diz o Dr. Delfim:

É claro que o Brasil não pode aceitar passivamente o modelo de desenvolvimento agromineral exportador induzido, que lhe está sendo imposto pela nova divisão internacional do trabalho. Para a China, o fornecimento universal dos bens industrializados; para a Índia, o fornecimento global dos serviços; e para o Brasil, o de fornecedor residual de produtos agrícolas e mineral.

Concordo, nesse particular, com o Ministro Delfim. E fizemos esse debate ontem, Senador Cristovam, no plenário. A julgar pelo ritmo da nossa política econômica – que, repito, cumpriu um papel importante de estabilização monetária –, a manutenção, no meu entender, desses parâmetros de política econômica fundados no superávit primário, metas de inflação e altas taxas de

juros podem ser relegados, no meu entender, na nova ordem internacional do trabalho e do capital o papel que foi assinalado pelo Ministro Delfim.

Em particular sobre a Índia, a pergunta que lhe faço é: qual a sua opinião sobre o papel que a Índia vai desempenhar nessa nova ordem internacional do trabalho? É como está assinalando o Ministro Delfim, de fornecedor global de serviços? E ainda nesse sentido, há dois fóruns, de que o Brasil participa junto com a Índia – o Brics e outro fórum internacional de diálogo entre as chamadas nações emergentes. Não sei se a China seria emergente, visto o papel que ela já está desempenhando na economia global; se se encaixa somente nesse conceito de emergente. Eu acho que a China está um pouco além disso.

O questionamento é: o que nós podemos fazer para aprofundar as relações desse fórum? Parece-me que o avançar desse fórum não pode ser unilateral. Nós estamos vendo a China se descolar do Bris (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul), enquanto nós ainda estamos, no meu entender, passos atrás.

Considero importante esse fórum, mas a pergunta que faço é: o que podemos fazer para ampliar em especial o intercâmbio comercial entre os países do chamado Brics? Nesse sentido, eu estava vendo aqui a nossa balança comercial com a Índia nos últimos dez anos, que, pelos dados aqui, não nos é muito vantajosa. De 2002 a 2011, nós tivemos seis anos em que a balança comercial foi deficitária para o Brasil, ou seja, nós importamos mais do que exportamos para a Índia. O ideal seria, no meu entender, que, entre os membros do Brics, essa balança fosse mais equilibrada. Não é o que está acontecendo no caso da Índia. Parece-me que é um desafio a inversão, hoje, dessa situação.

Então essas são algumas inquietações minhas, Embaixador Carlos Sérgio, que eu gostaria de solicitar de V. Exª a consideração. Conhecendo o currículo de V. Exª, quero antecipar que não tenho dúvida de que nossa diplomacia será bem representada na Índia e creio que V. Exª terá um papel fundamental no exercício do mais alto posto diplomático naquele país, pelo papel que nós devemos e teremos que cumprir em comum com essa nação, essa sim, de fato, emergente.

Em relação ao Embaixador José Carlos de Araújo, só um dado me chamou a atenção sobre São Tomé e Príncipe, além das identidades que nós temos de língua, das identidades culturais apontadas. É um pequeno país, cuja população é menor do que a do Distrito Federal, é menor que a população do nosso Estado menos populoso, que é o nosso querido Estado de Roraima. Mas, para um africano, mesmo com uma pequena população, tem algo que chama a atenção: a taxa de alfabetização, Senador Cristovam, V. Exª que é devotado à educação, é de quase de 90%; de 88%. Para os padrões da África é algo que chama a atenção. Mesmo, repito, em um país de pequena dimensão territorial e de pouca população. E é um país pobre. O Produto Interno Bruto de São Tomé e Príncipe é menor do que de alguns Municípios do País. Então, esse fato chama a atenção, e a pergunta é no sentido de saber como esse pequeno país tem uma taxa de alfabetização tão fora, para melhor, dos padrões africanos, e uma expectativa de idade que também é muito parecida com a expectativa de idade de países mais desenvolvidos, quase 70 anos, 66 anos. Essa é só uma curiosidade que gostaria da consideração de V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de propor que fossem respondidas as perguntas em bloco, de três ou cinco dos Srs. Senadores, para acelerar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação dos Srs. Membros desta Comissão a proposta feita agora pelo Senador Luiz Henrique de fazermos indagações em bloco de três Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O segundo inscrito é o Senador Cristovam Buarque e, em seguida, o Senador Luiz Henrique.

Os Srs. Ministros indicados para Embaixadores em São Tomé e Príncipe e na Índia e Butão, entenderam o formato, não é? Então, três Senadores farão as suas indagações e, a cada três Senadores que façam as suas indagações, V. Exªs irão fazer as suas anotações.

Então, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, em primeiro lugar, quero dizer ao Embaixador Carlos Sérgio que ele vai ter uma grande dificuldade na Índia, que é substituir a Embaixadora Vera e o Embaixador José Vicente. Não vai ser fácil, porque os dois desempenharam essas funções de uma maneira muito, eu diria, brilhante.

E antes de fazer a pergunta, eu gostaria de dizer que não imaginava que haveria tantas surpresas no mundo como as que estou conseguindo ver. Não só as surpresas tecnológicas, como essas coisinhas

aqui, como as surpresas da geopolítica e da economia no mundo. Tivemos duas surpresas imensas, ontem à noite, na televisão, e hoje, nos jornais.

No mesmo momento, uma entidade chamada Moody's declara que os Estados Unidos estão perto de ser lixo na economia e a China crescendo a 9%. Isso seria inimaginável há algum tempo. Ainda mais, como mostrou a televisão, a China crescendo a 9% graças à dinâmica do mercado da classe média chinesa. A própria expressão classe média na China não fazia sentido, porque todo mundo era médio, há 20 ou 25 anos. E dessa surpresa, a Índia e o Brasil, os dois, fazem parte.

E, aí, eu queria fazer uma pergunta bem concreta, para cujas respostas espero que tenhamos tempo: o que o Brasil tem a aprender com a Índia e o que a Índia tem a aprender com o Brasil? Onde é que nós estamos acertando mais do que eles e onde é que eles estão acertando mais do que nós? Eu creio que isso seria muito interessantes para matar uma outra surpresa negativa: a incapacidade de a gente aprender com os erros. Digo a gente não o Brasil, mas os economistas e os políticos do mundo, por causa do desastre por que passam os Estados Unidos e outros países europeus. Como foi possível construir uma coisa tão maravilhosa como a Comunidade Europeia e ela entrar em crise, em pânico no primeiro teste da sua moeda? Então, para possamos evitar esses erros daqui para frente, temos de aprender com os erros dos outros e com os acertos dos outros.

Quanto ao Embaixador José Carlos, eu queria dizer que fiquei satisfeito quando ouvi o senhor lembrar a relação do Brasil com São Tomé, que há tanta literatura sobre isso, mas, sobretudo, quando o senhor lembrou que praticamente todas as crianças de São Tomé estão na escola.

Eu fiz parte da comitiva do Presidente Lula, quando em visita a São Tomé e Príncipe, e uma das coisas que me deixou emocionado e surpreso foram as crianças de uniforme, à beira da estrada, para saudar o Presidente. Num primeiro momento, até pensei: esses meninos deveriam estar na aula e não aqui saudando o Presidente e a sua comitiva. Contudo, essa é uma visão simplista, porque aqui no Brasil se falta muito mais às aulas por greve, por reuniões de professores ou porque simplesmente não querem ir do que lá. E a gente não vê esses meninos de uniforme, arrumadinhos, indo à escola. Aqui, quando a gente vê um menino na rua, não sabe se era hora de aula ou se não era, porque, se é de manhã, pode ser que a aula seja à tarde; se é de tarde, pode ser que a aula tenha sido pela manhã. Se usassem uniformes bonitinhos, a gente saberia. Eu gostei disso e gostei quando o Senador Randolfe falou da surpresa do índice de alfabetização.

Agora, a minha pergunta é mais como sugestão. O senhor vai ter um papel importante numa consolidação ainda maior da CPLP. E, quem sabe, já não é tempo de se pensar na União dos Países de Língua Portuguesa? E isso vai passar pelos nossos embaixadores nesses países, e o senhor, certamente, eu diria, será um deles.

Por isso desejo que carregue lá, como embaixador do Brasil, a ideia de que é embaixador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na tentativa de levar isso adiante, até em homenagem ao nosso ex-Governador do DF José Aparecido, que foi quem, lá em Lisboa, desenvolveu um trabalho fundamental para a construção dessa CPLP, que, espero, um dia se transforme em união.

Era isso que tinha a colocar aos dois embaixadores, aos quais desejo muita sorte, manifestando a certeza de que, mais uma vez, a Presidenta acerta, junto com o Itamaraty, ao escolher pessoas da carreira para desempenhar essa função.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra, agora, ao terceiro inscrito, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, na relação trilateral entre Brasil, Índia e China, incluindo aí também a Rússia, numa relação quadrilateral, muitos analistas têm evidenciado que o mundo deixou de ser unipolar para ser multipolar.

Há um livro, que se tornou *best seller* nos Estados Unidos, de um daqueles 200 milhões de indianos, o que corresponde à diáspora daquele país, que é o jornalista e escritor Fareed Zakaria. Comparando especificamente Brasil e Índia com a China, ele estabelece uma nova discussão a respeito da eficácia da democracia. E ele demonstra como a China, no seu chamado autoritarismo de mercado, consegue realizar avanços numa rapidez fantástica enquanto Índia e Brasil, submetidos a um lento processo de discussão democrática, não conseguem obter a mesma velocidade no alcance de seus objetivos. Nós estamos vivendo isso aqui no Brasil agora, por exemplo, relativamente às obras infraesturutais que têm que ser feitas para que o Brasil não passe vergonha na realização nem da Copa do Mundo nem da Olimpíada.

Ontem, o Embaixador Rubens Barbosa publicou um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, referindo-se a uma entrevista concedida pelo economista chinês Ping Chen, que alinha nove elementos que explicam

o êxito chinês. E para a surpresa de muitos, quando mencionei isso no plenário, o que ele mais assinala como mola mestra desse fantástico crescimento chinês, que, nos últimos 30 anos apresentou uma média de crescimento de 9% ao ano e que hoje já investe 40% – por isso mesmo, por ter multiplicado fantasticamente a sua poupança interna, já investe 40% do seu PIB –, a base disso tudo é a descentralização. Aqui, no Brasil, nós vivemos um sistema altamente concentrado. Acredito que a concentração de poder, a concentração econômica, a concentração financeira do Brasil não tenha paradigma no mundo todo. Nós aqui concentramos, nos cofres da União, 63% da receita arrecadada no País. E o que diz Ping Chen? Diz que, na China, o governo nacional cuida da questão da segurança nacional, da política externa e da coordenação das ações; mas essas ações todas são realizadas pelas comunidades locais. Eu mesmo, na China, tive a oportunidade de verificar isso. Universidade municipal, Senador Cristovam Buarque; as universidades são municipais, os Municípios são ricos. E mais: existe uma empresa brasileira, que é a Embraco, que é a única empresa brasileira que é líder no seu segmento no mundo – só há uma empresa brasileira que é líder no mundo. A Embraco produz compressores herméticos para refrigeração e detém 25% do mercado mundial. Quer dizer, para cada quatro geladeiras feitas no mundo, uma usa compressor brasileiro da Embraco ou brasileiro/chinês ou eslovaco da Embraco, e ela ocupa 50% do mercado norte-americano.

Bem, eu visitei a fábrica da Embraco, que tem um sócio chinês; como toda empresa estrangeira, ela tem um sócio chinês. E esse sócio chinês quem era? O multimilionário chinês de Hong Kong? O governo federal? O governo estadual? Uma grande estatal federal chinesa? Não! O sócio da Embraco, com 49%, é a prefeitura. E qual é a política que fazem? Evidentemente que a prefeitura não entra com nada. É uma questão de política de desenvolvimento. Então, a prefeitura, quando vai lá uma Mercedes-Benz, uma Volkswagen, evidentemente que a escala da empresa aumenta, e o valor das ações da prefeitura explode. Então, o que faz a prefeitura? Vende, quando precisa, 1%, 2%, 3% das ações e aplica em educação, colocando, como já colocaram, um computador em cada banca escolar, a partir da pré-escola. Por isso a China vai ter mais doutores, mais mestres que os Estados Unidos, que hoje têm 25% dos pós-doutorados do mundo.

O que eu queria lhe perguntar é o seguinte: como é que vê essa dicotomia entre um país que consegue tudo isso com um regime autoritário, e como é que nós poderemos, dentro de instituições democráticas, acompanhar essa velocidade fantástica chinesa?

Para o Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, eu queria refletir também sobre uma obra recente que li, chamada *Império*, do Niall Ferguson. Essa é a obra que retrata por que a Inglaterra, que tinha uma economia três vezes menor que a França, cinco vezes menos população que a França, dominou, depois da Guerra dos Cem Anos, os males e se tornou o mais poderoso império da história mundial. Não houve outro, nem romano, nem macedônio. Não houve império que chegasse a governar 25% das terras das áreas submersas do mundo.

Pois bem, o que diz Niall Ferguson? E é só olhar o mapa da África. A Inglaterra dominou a África, assim como dominou a Índia, a partir da sua habilidade comercial e financeira. A Companhia das Índias Ocidentais foi quem colonizou a Índia. Pois bem, a partir daí, à base da metralhadora Maxim, num confronto com 3 mil zulus, perdeu 7 homens e matou 1.800 zulus. E a doutrina do William Rhodes, de que resultou a tal de Rodésia, que defendia que a Inglaterra dominasse a África do Cabo ao Cabo.

Depois, em 1886, na Conferência de Berlim, a Inglaterra chamou as outras potências europeias e loteou a África. Quando se olha para a África, vê-se que é um loteamento. Então, há muito ressentimento, evidentemente, no continente africano, por essa dominação colonialista.

Então, embaixador, acho que o papel do Brasil tem que ser diferente. Nós somos uma potência emergente, mas temos que mostrar aos países lusófonos, como São Tomé e Príncipe, que nós não somos dominadores, colonizadores, escravizadores e por aí afora. E, por isso, o papel da comunidade de língua portuguesa é fantástico, e eu me alinho à proposta feita pelo Senador Cristovam Buarque de que essa comunidade, que é uma comunidade com fins mais de intercâmbio cultural, se transforme, efetivamente, numa comunidade política de integração entre esses povos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique. E agora, sim, passo a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, é que eu tinha esquecido, hoje é 14 de julho, data da Queda da Bastilha, data do evento não somente importante para os franceses, mas para a civilização ocidental, data do triunfo da Revolução Francesa.

Eu queria propor à nossa Comissão de Relações Exteriores a figura regimental que melhor couber, voto

de congratulações, moção e saudação à embaixada francesa no Brasil e ao Estado francês pela data de hoje, que não é somente importante para os franceses, mas é importante para a constituição dos valores do ocidente e dos valores do chamado direitos humanos de primeira geração.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Randolfe Rodrigues. A Mesa aguarda a colocação de V. Exª por escrito e eu peço à secretaria desta Comissão que vá ao encontro do Senador Randolfe Rodrigues para providenciar este documento.

Agora sim, passo a palavra ao Sr. Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado Embaixador do Brasil junto à República da Índia e ao Reino do Butão.

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de responder as perguntas que me foram feitas na ordem em que foram formuladas.

Primeiro, ao Senador Randolfe Rodrigues, que levantou um ponto muito pertinente aqui, o artigo do ex-Ministro Delfim Netto. Essa divisão que é apontada no artigo em termos de uma certa especialização entre os quatro países, ou pelo menos três dos quatro países do Bric; a China, como mais industrial; a Índia mais no campo dos serviços; e o Brasil sendo aí relegado a, digamos, um exportador de matérias-primas. Eu agregaria a esses três, também, um comentário sobre o quarto país, a Rússia, que muitas vezes é apontado como um país provedor de energia; vemos que o elemento energético tem um peso muito grande na matriz econômica russa.

Eu acredito que esse é um ponto muito relevante. Evidentemente, nenhum país quer ficar com uma atividade econômica que, relativamente aos demais, vai deixá-lo em desvantagem. Acredito que caiba aí, a cada um dos países, justamente procurar compensar esses desequilíbrios que possam surgir. Acho que no caso dos quatro países do Bric haverá essa preocupação. E no caso do Brasil, esse peso que vêm tendo as exportações de *commodities* etc., que podem até nos beneficiar num determinado momento, mas isso não deve acontecer em detrimento de outras atividades econômicas que podem ter, inclusive, um valor agregado maior.

No que diz respeito especificamente à relação Brasil-Índia, acho que esse ponto é muito presente na nossa atuação. E o que o Senador Randolfe Rodrigues apontou em relação ao desequilíbrio comercial é algo que eu havia apontado, inclusive, na exposição: atualmente, US$7,7 bilhões dos dois lados, têm gerado um déficit de US$700 milhões, aproximadamente, em detrimento do Brasil; é algo que está muito presente na nossa política comercial, procurar reequilibrar esse comércio. E também mencionei a importância de o comércio brasileiro com a Índia se concentrar mais em produtos de valor agregado. Acho que essa seria a forma de procurar não somente reequilibrar o intercâmbio comercial, mas de procurar atender a essa preocupação de que o Brasil não se torne, também com a Índia, um fornecedor de matérias-primas, sem poder ter uma participação maior nas atividades de valor agregado. Acho que essa é uma preocupação, inclusive, da própria Índia em relação ao Brasil também, porque eles também têm exportado para nós óleo *diesel* e coisas desse tipo, que não são produtos de um grande valor agregado. Então, essa preocupação é muito pertinente e, certamente, é levada em conta, tanto no âmbito mais amplo do Brics, em que existe essa especialização, como no caso específico do Brasil e Índia, desse comercial bilateral e da maneira de procurar torná-lo mais equilibrado, mais equânime.

Com relação ao que disse o Senador Cristovam Buarque, que mencionou aqui a Embaixadora Vera Machado, queria dizer, em primeiro lugar, que tenho o prazer de tê-la – todos nós – presente aqui hoje. Ex-Embaixadora na Índia, Subsecretária Política, é atualmente minha chefa no Itamaraty. De maneira que acho muito pertinente V. Exª tê-la mencionado, Senador Cristovam. E ainda, a data de hoje, além de ser a data nacional francesa, é uma data especial para a Embaixadora Vera.

Senador Cristovam falou sobre o mundo em que vivemos hoje. Primeiramente, este mundo tem algumas mudanças até desconcertantes, como a da Moody's, que está revendo a sua classificação em relação aos Estados Unidos, como já o fez em relação a alguns países europeus. Esse é, de fato, um elemento novo. E isso coloca países que vêm tendo um destaque econômico muito grande, como os quatro países do Bric, cada um na sua forma atual, como novos desafios atualmente. Um deles é como tornar o desenvolvimento mais equilibrado para as suas populações.

O que o Brasil pode aprender com a Índia a esse respeito, e o que a Índia pode aprender com o Brasil? São países que, fundamentalmente, têm problemas semelhantes em termos de distribuição de renda, em termos de procurar tornar esse desenvolvimento distribuído para a sua população de maneira mais equitativa; também são países que se defrontam com desafios muito grandes, em termos de sua capacidade de se inserir no sistema internacional de uma maneira que não lhes seja desfavorável. Durante muito tempo, inclusive, parte das discussões em relação à economia internacional se centrou no modelo que beneficiava,

ou beneficiaria, os países do centro, os países desenvolvidos, em detrimento justamente dos países em desenvolvimento. E essa equação se encontra em vias de mudanças, junto com as classificações de risco da Moody's. O Brasil, acredito, pode se beneficiar, e a Índia também, do tipo de programa social que é aplicado, lá e aqui. A concentração da população indiana, por exemplo, no campo, é muito maior do que no Brasil. Isso gera um tipo de programa social na Índia, que é mais concentrado não só na redistribuição de renda, mas também, em criar oportunidades de emprego no campo. E isso é um elemento forte até para o atendimento de saúde e o atendimento à educação, mais voltados para o campo. Há uma parte da população indiana que não tem se beneficiado do crescimento econômico na mesma proporção de quem vive hoje nas cidades.

Esses indicadores são relevantes, são diferentes do Brasil, mas também são programas sociais aplicados lá. E como são países em desenvolvimento, eu acho que o intercâmbio entre o Brasil e a Índia a esse respeito é bom, porque sempre temos alguma coisa a aprender. Assim como eles, certamente, terão, com os programas sociais que têm sido implantados aqui, no Brasil, e que se baseiam também na redistribuição de renda, em conceder maior poder aquisitivo a populações que não têm essa capacidade.

Finalmente, o ponto levantado pelo Senador Luiz Henrique com relação, primeiramente, ao artigo do Sr. Fareed Zakaria, que é outra manifestação recente dessas mudanças que vimos percebendo no mundo, que é a questão da eficácia do desenvolvimento e da infraestrutura. Justamente essa eficácia passa pela capacidade de um país poder prover para os seus cidadãos um nível de desenvolvimento que seja compatível e aceitável com as aspirações da sociedade. E o que o Sr. Fareed Zakaria aponta, e nós verificamos, é como esses novos países, principalmente os quatro do Bric, mas outros também, que vêm de histórias e de formações diferentes, estão criando um impacto no sistema internacional e estão apresentando soluções novas. No caso da China, e aí vem o ponto mencionado pelo Embaixador Rubens Barbosa sobre o economista Ping Chen, como é que a China tem resolvido essa questão. De uma maneira, digamos, num sistema pelo menos não democrático como nós entendemos de democracia representativa como no nosso caso e na Índia, isso permitiu à China um certo nível de aceleração de desenvolvimento, principalmente se comparado com a Índia e o Brasil, que têm que passar por processos democráticos, como o Senador apontou em relação às licitações. No caso chinês, em que tudo aquilo faz parte de um único processo decisório, é muito mais fácil resolver grandes obras, investir num determinado setor. Mas a descentralização para certos aspectos dessas decisões tem funcionado muito bem, no caso chinês. O caso chinês será certamente diferente do caso indiano, como é do caso do Brasil, onde programas sociais são fundamentais para que esse desenvolvimento seja mais equilibrado. A China também tem uma proporção, não tenho os dados específicos, mas tem uma proporção de população rural muito forte, certamente maior do que no caso brasileiro, que passou por essa concentração urbana nos últimos 40 ou 50 anos, ou até mais, em função da nossa industrialização.

O que temos a aprender com isso? Fóruns como o Ibas e o Brics – o Ibas entre os países em desenvolvimento, Brasil, Índia e África do Sul; o Brics entre esses três países, mais a China e a Rússia – soa fóruns que já têm um potencial, justamente não só como já vêm demonstrando em termos de impacto na economia internacional, mas, também, de intercambiar essas políticas que vêm sendo desenvolvidas por esses quatro países de uma forma que cada um deles possa obter o máximo de benefícios das experiências dos demais.

Espero, com isso, ter me dirigido aos pontos principais das indagações. Todos eles foram muito pertinentes, e não poderia ser de outra maneira, em função da importância desses países, entre os quais a Índia, atualmente, no cenário internacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S.Exª o Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte.

Pergunto aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas.

Passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro José Carlos de Araújo Leitão indicado para nosso Embaixador na República de São Tomé e Príncipe.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Muito obrigado, Presidente Collor.

Pela ordem, começo a responder ao Senador Randolfe Rodrigues, que mencionou, de forma muito pertinente, porque realmente chama a atenção, o alto índice de alfabetização e o alto índice de expectativa de vida do povo são-tomense.

A pergunta de V. Exª, Senador, me conduz a prestar uma homenagem a um grande brasileiro. No início dos anos 70, com subsídios do Unicef, patrocinado portanto pela Unesco, órgão das Nações Unidas, o Prof. Paulo Freire trabalhou intensamente, sobretudo na primeira metade dos anos 70, implantando o seu método em São Tomé e Príncipe. Naquela ocasião, São Tomé e Príncipe ainda não era um país independente e já contava com a presença do ilustríssimo educador brasileiro que todos nós reverenciamos por sua intensa

participação no combate ao analfabetismo. O Brasil, mais uma vez, se fez presente em São Tomé, por intermédio da atuação do Prof. Paulo Freire.

Mas há um outro dado importante, também, para explicar o que acabei de afirmar na minha apresentação inicial. A maior parte dos nossos programas de cooperação técnica com Cabo Verde se concentra exatamente na área de educação e saúde. E isso, evidentemente ,influi naqueles dados tão favoráveis que apresentei. Para o senhor ter uma ideia, o Programa de Alfabetização Solidária, este ano, completou 10 anos da sua implantação. Muito antes de termos uma embaixada residente, o Brasil já tinha um Programa de Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe. O número de salas de aula chega a 110. Então, veja a importância desse programa na área de cooperação com o país lusófono.

Além disso, só na área de saúde, há três programas muito importantes a ressaltar. Um programa contra a malária, outro contra a tuberculose e outro contra a Aids. Nessa área de saúde, é também importante ressaltar a presença de programa de cooperação com os Estados Unidos e com Taiwan. Com isso, a gente explica o porquê disso. Os problemas de educação e saúde são tão vitais no arquipélago que a consciência de que eles precisam ser combatidos produz essa vitoriosa concretização que se reflete em uma alta expectativa de vida e em um alto grau de taxa de alfabetização.

Senador Cristovam Buarque, que bom que o senhor balançou a cabeça e sabia, pelo que eu entendi, da participação de Paulo Freire em São Tomé e Príncipe. Ouvindo o senhor falar, naquele comentário que fez na sua intervenção, eu me recordei de uma palestra a que assisti recentemente, do Embaixador Alberto Costa e Silva, um grande africanista brasileiro, que foi embaixador do Brasil na Nigéria e depois se dedicou – depois não; ele sempre se dedicou – aos estudos de África, inclusive como Embaixador do Brasil em Lisboa, quando ele comentou que uma das coisas mais emocionantes que já viu na vida foi a presença de um grupo de crianças saindo de casas muito simples, muito modestas, mas todos arrumadinhos, penteados, bem-vestidos, a caminho da escola. Isso é um traço do país. O país criou essa cultura, o que é uma grande vantagem.

Em relação à transformação da CPLP em uma união, e aí também de certa forma vai tangenciar a resposta que eu já passo a dar à sugestão, que foi justamente em concordância com V. Exª, que o Senador Luiz Henrique manifestou, digo que a comunidade ainda é um organismo internacional recente. Fará 15 anos domingo. O penúltimo passo da União Europeia foi quando ela se tornou uma Comunidade Europeia; depois do Tratado de Maastricht foi que se converteu em União Europeia. Eu acho que a CPLP, que é um organismo internacional bem-sucedido de países lusófonos, caminha para isso, e para isso precisamos trabalhar a fim de que possamos chegar lá.

Senador Luiz Henrique, além dessa observação sobre a CPLP, acho que foi muito pertinente a sua observação ao lembrar o ressentimento das colônias africanas com relação às grandes potências. Esse ressentimento começa certamente a partir da Conferência de Berlim, de 1885, quando que foi feita a partilha da África, e até Portugal entrou na partilha, que nem era mais potência, nem potência marítima àquela altura, mas, ainda assim, alguns pedaços da África ficaram para Portugal.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Manteve.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Manteve-os, não é? Agradeço também sua referência bibliográfica. Vou me endereçar em ler esse livro que parece muito interessante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Os Srs. Senadores estão satisfeitos com as respostas às indagações? (*Pausa.*)

Passo a palavra, então, ao último Senador inscrito, Eduardo Suplicy, para as perguntas ao Srs. Ministros indicados para a República da Índia e Reino do Butão e para a República de São Tomé e Príncipe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero desejar sucesso a ambos os Embaixadores, Carlos Sérgio Sobral Duarte, na Índia e no Butão, e José Carlos de Araújo Leitão, em São Tomé e Príncipe.

Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, eu notei, nos dados a seu respeito, que, nos últimos 15 anos, o senhor tem se dedicado muito ao estudo de como avançarmos na direção de um mundo livre de armas de destruição em massa, e também sobre a atuação do Brasil nessa área. Agora o senhor vai para a Índia, a qual, por vezes, teve disputas com o Paquistão. Os três países têm dispositivos, armas nucleares.

Eu gostaria que o senhor nos desse uma contribuição com base em seus estudos e em seu conhecimento nessa área. Em especial, gostaria de saber como o Brasil poderá contribuir para o objetivo expresso, inclusive, no título do seu livro mais recente – pelo menos, é que consta aqui –, *Por um Mundo Livre de Armas de Destruição em Massa*, de 2008, no diálogo com esses três países. Esse tema não foi ainda tocado aqui, mas noto, na sua biografia, que é uma das suas especialidades.

Gostaria de passar uma informação às suas mãos. Sempre tenho um diálogo com os fundadores, presiden-

tes e diretores da Rede Mundial da Renda Básica, e, por acaso, um deles, o Prof. Guy Standing, da Universidade de Bath, escreveu-me, ainda nesta semana, a respeito do debate que começa a acontecer de forma intensa na Índia sobre a proposição de uma renda básica incondicional. Informa ele que, em algumas regiões da Índia – até tenho proposto que isto se inicie no Brasil –, começa a haver experiências regionais. Mas, obviamente, chegar um dia a se propor o pagamento de uma renda básica de cidadania para 1,1 bilhão de habitantes é algo bastante difícil, de maneira semelhante ao que, porventura, possa ocorrer na China também, onde, hoje, há 1,3 bilhão de habitantes. Mas isso não será impossível. Já encaminhei ao senhor algumas informações sobre o tema e vou encaminhar outras, inclusive esta aqui.

Mas quero falar sobre a erradicação da pobreza absoluta e a promoção daqueles que estão ausentes de oportunidades na Índia, em especial. Tenho, aqui, a citação de uma observação do atual Primeiro-Ministro da Índia, Dr. Manmoham Singh, que diz que, mesmo depois de sessenta anos de apoio e de proteção legal, constitucional, os *dalits*, ou seja, os párias, os excluídos na Índia, "continuam a encarar uma discriminação na nossa sociedade que é fundamentalmente diferente dos problemas dos grupos de minoria em geral. O único paralelo dessa prática de pessoas intocáveis é o que acontecia com o sistema de *apartheid*". Essa é uma declaração recente, que abre um estudo recente da Organização Internacional do Trabalho. Eu lhe agradeceria se nos desse uma contribuição, dizendo como está essa questão dos intocáveis ou párias na Índia, como isso está evoluindo.

Ao Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, eu gostaria de dizer uma palavra sobre as experiências locais recentes que começam a acontecer na África, na Namíbia. Vou lhe transmitir meu livro e demais publicações recentes que falam dessas experiências locais, inclusive a que poderá vir a acontecer no Brasil, em Municípios que estão considerando a realização dessas experiências. Eu gostaria que o senhor nos falasse um pouco também sobre a interação do Governo brasileiro com o de São Tomé e Príncipe nessa área dos programas de transferência de renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra, agora, a S. Exª o Sr. Ministro José Carlos de Araújo Leitão, indicado para Embaixador na República de São Tomé e Príncipe, para responder a indagação feita pelo Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Na verdade, não chegou a ser uma indagação, se bem entendi.

Eu queria agradecer o livro que o senhor disse que vai me ofertar, que, certamente, será de grande valia para a nossa atuação, porque, além da concertação política, da difusão da língua portuguesa e da cooperação, há muitos outros campos a serem explorados na relação bilateral Brasil-São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Ministro José Carlos de Araújo Leitão. E agora passo a palavra ao Ministro Carlos Sérgio Sobral Duarte.

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, queria agradecer também ao Senador Eduardo Suplicy o material que ele já havia me passado e do qual me beneficiei muito, da palestra que ele fez nos Estados Unidos, no começo deste ano. Inclusive com coisas que realmente acho que muita gente talvez nem saiba, como esse programa de renda aplicado no Estado do Alasca. A Senadora Sarah Palin, quando foi candidata nos Estados Unidos, não o mencionou. Mas são coisas que é bom termos presente porque, fazendo esses contrastes e vendo como programas são aplicados em situações diferentes no mundo, podemos aperfeiçoá-los de certa maneira.

Dirigindo-me, primeiro, a sua segunda pergunta, que tem a ver com essa área. Essas declarações do Primeiro-Ministro Manmohan Singh são muito fortes, em relação aos *dalits*, à casta mais baixa dentro da hierarquia de castas indiana. Eu diria que a Índia convive com esse sistema religioso e cultural milenar com uma tentativa de inserção, justamente no sistema atual econômico, baseado no capitalismo industrial e na igualdade dos cidadãos. De maneira que, desde a independência da Índia, há um esforço do governo indiano, um governo laico, um governo que procura ser redistributivo, em se confrontar com esse tipo de problema. E há uma série de programas, inclusive de ação afirmativa, que é apoiada e defendida pela afirmação política dos *dalits;* as próprias lideranças políticas dos *dalits* procuram assegurar uma participação mais efetiva na vida econômica, social e política do país. Eles têm procurado aumentar a sua representação.

Com relação aos programas sociais indianos. De fato, até pelas características do país, como o senhor apontou, um programa de renda básica num país de 1,2 bilhão sofre certas limitações. Mas isso não tem impedido, por exemplo, no caso da alimentação, de pessoas abaixo de uma linha receberem subsídios do governo, subsídios diretos para assegurar uma renda mínima para alimentação. Mas os problemas sociais, como eu já havia apontado aqui, são mais voltados para assegurar emprego, educação e saúde, em geral, volta-

dos para a área rural, onde se concentra grande parte da população indiana. Acho que essas experiências que temos aqui, que o senhor aponta nessa palestra, e em outros países, inclusive nos Estados Unidos, na Índia e em outros lugares, são muito pertinentes para que se possa aprender com a experiência variada que esses programas podem ensejar.

Com relação à pergunta que o senhor me fez em primeiro lugar, em relação ao desarmamento e não proliferação, a posição da Índia é interessante porque a Índia justamente se firmou como potência nuclear em 1974, quando fez uma explosão nuclear e declarou que aquela explosão era para fins pacíficos. Então, não se declarou uma potência nuclear no sentido militar. Isso apenas aconteceu em 1998, com testes nucleares que foram também realizados logo depois pelo Paquistão, com esses dois países, então, se tornando potências nucleares *de facto*, porém não potências nucleares reconhecidas no tratado de não proliferação, que apenas reconhecem cinco países como detentores de armas nucleares. Isso coloca, claro, que uma situação única para a Índia e para o Paquistão, com relação ao tratado e ao regime internacional de não proliferação nuclear.

O que houve de importante recentemente foi justamente uma iniciativa, liderada pelos Estados Unidos, no sentido de procurar acomodar essa situação da Índia em relação aos regimes internacionais de não proliferação, entre eles o grupo de supridores nucleares e outros regimes que não contemplavam justamente a Índia – e ainda não contemplam plenamente – por ser um país que se inseriu de maneira tardia nessa condição de detentor de armas nucleares. Isso coloca para nós, sem dúvida nenhuma, um desafio; eu diria que esse desafio apareceu mais recentemente no âmbito do Ibas – Índia, Brasil e África do Sul –, sendo a África do Sul um país que tem uma trajetória nessa área nuclear bastante interessante e única, porque foi um país que chegou a desenvolver certos artefatos explosivos nucleares durante o regime do *apartheid*, mas os destruiu sob supervisão internacional e ingressou no sistema de não proliferação como um país não nuclear. Desses três países, hoje, o Brasil fez a opção não nuclear, inclusive nos últimos dez, quinze anos, claramente, nesse sentido, na Constituição Federal e em outros tratados internacionais; a Índia, país nuclear *de facto*; e África do Sul, país que já foi nuclear e renunciou a essa condição.

Hoje, membros do Ibas – Índia, Brasil e África do Sul –, na última declaração, foi possível chegar a um entendimento entre esses três países – e que poderá ser explorado nas próximas reuniões –, que é com relação ao desarmamento nuclear. A Índia, embora seja uma potência nuclear, nunca abandonou esse ideal de perseguir o desarmamento nuclear e tampouco é um país que, como potência nuclear, adota o que se chama de "doutrina do primeiro uso", ou seja, um país que se reserva o direito de usar arma nuclear, mesmo que não seja contra um rival nuclearmente armado. Essa doutrina é aplicada pelos países nucleares hoje, com exceção da China, e no caso também da Índia.

De maneira que aí há uma margem para que se possa avançar nesse diálogo também nessa área, muito sensível evidentemente, das armas nucleares com relação ao caso específico da Índia.

Essas seriam as considerações que eu faria sobre esse ponto.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy, satisfeito com a resposta?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Portanto, de acordo agora com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão, a partir de agora, será transformada em secreta.

Peço às senhoras e senhores não membros desta Comissão que, por favor, deixem o recinto.

(A reunião torna-se secreta às 12 horas e 38 minutos e volta a ser pública às 12 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Aprovados por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os nomes do Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado para nosso Embaixador na República da Índia e, cumulativamente, com o Reino do Butão, e do Sr. Embaixador José Carlos de Araújo Leitão indicado para a República de São Tomé e Príncipe.

Desejo-lhes, em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado pela presença de V. Exªs. *(Pausa.)*

Dando prosseguimento à nossa pauta de hoje:

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do

Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Clésio Andrade.

Indico como Relator *ad hoc* da matéria o Senador Paulo Bauer.

Tem V. Exª a palavra, Senador, item 3, página 102.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Agradeço, Sr. Presidente, pela incumbência, e passo a fazer a leitura do relatório relativo à matéria.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 84/2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marco Antonio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritréia.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem e que constam do nosso relatório.

Penso, Sr. Presidente, que não seria necessária a leitura de todas as informações relacionadas ao Embaixador. Consulto V. Exª se preciso proceder à leitura, uma vez que as informações constam de todo o material. Apenas poderíamos, para adiantar os trabalhos, ir direto para as considerações finais. *(Pausa.)*

Portanto, dado ciência a todos das informações relacionadas à pessoa do indicado, informo a V. Exªs que consta do relatório o seguinte:

Há dados básicos: mapa político, dados de política interna e externa, dos quais extraímos o que segue.

As relações Brasil-Egito têm se caracterizado pelo diálogo fluido e pela cordialidade. Em 2008, tratou-se de uma proposta do Mercosul no sentido da assinatura de acordo entre o Egito e o bloco.

As relações diplomáticas entre os dois países se intensificaram a partir de 2009, quando o Chanceler brasileiro realizou viagem ao Oriente Médio, com o intuito de contribuir com os esforços internacionais para que fosse alcançada a trégua no conflito de Gaza, tendo, posteriormente, anunciado a contribuição brasileira de US$ 10 milhões para a reconstrução daquele território. Em agosto de 2010, foi assinado Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, durante a Cúpula do Mercosul em San Juan, Argentina.

No âmbito político, o Brasil tem acompanhado com atenção os desdobramentos do processo de transição política no Egito, tendo se pronunciado favoravelmente ao diálogo político e ao respeito pela liberdade de expressão dos manifestantes.

No que tange à economia egípcia, embora o Egito figurasse na 94ª posição entre os melhores países para fazer negócios de acordo com relatório do Banco Mundial (2010), as repercussões econômicas da crise política têm sido significativas. Por essa razão, entre as maiores prioridades do atual governo de transição figura a restauração da atividade econômica, buscando aplacar os receios dos investidores externos e da comunidade empresarial local.

O comércio bilateral entre o Brasil e o Egito ultrapassou US$2,1 bilhões em 2010, número que coloca o país entre os nossos cinco principais parceiros comerciais no continente africano. Com o Tratado de Livre Comércio assinado com o Mercosul em agosto de 2010, o Brasil tornou- se amplamente superavitário na relação comercial bilateral. O Brasil exporta para o Egito carne e comestíveis, açúcar e produtos de confeitaria, e minério. E importa daquele país adubos, combustíveis, e algodão. A Petrobras encontra-se em processo de ingressar no mercado de óleo e gás do Egito, ali já estando a Marcopolo, a Randon, e a Bertin, todas brasileiras.

Sobre a Somália, o documento encaminhado pelo Itamaraty informa que é pouco expressivo o relacionamento bilateral, sendo poucos os contatos entre os dois países. Por essa razão, a Embaixada do Brasil junto ao governo da Somália é cumulativa com a Embaixada residente do Brasil no Cairo. No tocante ao intercâmbio comercial, este é modesto e nele predominam largamente as exportações brasileiras, compostas basicamente por açúcar de cana.

A Somália atravessa fase de grande instabilidade política e sofre com a pirataria nas imediações de sua costa, em cujo combate o Brasil tem se engajado, enfatizando os aspectos socioeconômicos envolvidos e o fortalecimento das instâncias judiciárias na Somália e países vizinhos.

Da mesma forma, o documento dá conta de que as relações bilaterais entre Brasil e Eritréia resumem-se basicamente ao comércio. As trocas tiveram início apenas em 2002, tendo passado por notável crescimento no ano de 2009, quando alcançaram a cifra de US$29,24 milhões. Do lado do Brasil, a pauta de exportações inclui açúcar e peças para automóveis. Já as exportações eritréias compõem-se de peças de vestuário, aparelhos para filtragem de líquidos e material hemático hospitalar. Ressalta que, embora a Eritréia seja um dos países mais pobres do mundo, são promissoras as perspectivas de exploração de ouro e cobre de jazidas recém-descobertas no país. Não há tratados internacionais assinados entre

o Brasil e a Eritréia e tampouco há registro de brasileiros residentes naquele país.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esse é o relatório?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Esse é o relatório que eu tenho a apresentar e a submeter aos membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

Em discussão a matéria*. (Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Paulo Bauer para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Senadores presentes nesta sessão, o relatório é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e versa sobre a Mensagem da Presidente da República nº 89, de 2011 que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Maria Dulce Silva Barros, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

I – Relatório

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz da Srª Maria Dulce Silva Barros, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata indicada, do qual se extraem para este relatório as informações que se seguem e que considero ser desnecessário mencionar e ler, já que todos têm conhecimento por meio do relatório que está distribuído.

Portanto, passo a prestar informações relacionadas às relações do Brasil com aquele país.

A Costa Rica é uma república presidencialista, com uma área de 51.100 km^2 e 4,52 milhões de habitantes. Sua capital é São José, e seu produto interno bruto, em termos de paridade de poder de pagamento (PIB PPP), estimado para 2010, foi de US$ 51,3 bilhões, o que lhe propicia renda *per capita* PPP de US$11.400.

A principal característica da vida política costa-ricense é a estabilidade e a tradição democrática, mantidas sem interrupção desde a revolução de 1948. A anulação das eleições de 1948, vencidas por Otilio Ulate, provocou uma breve guerra civil, que teve como resultado a vitória das forças comandadas pelo socialista José Figueres Ferrer. Este fato levou à promulgação de uma nova Constituição (em vigor até hoje), à abolição das Forças Armadas e à posse do presidente eleito, Otilio Ulate, em 1949. Figueres Ferrer dominou a política da Costa Rica durante décadas, exercendo dois mandatos presidenciais, de 1953 a 1958 e de 1970 a 1974. Sob sua liderança, o país nacionalizou os bancos, implantou eficiente sistema de previdência social e aumentou os impostos sobre os lucros da empresa norte-americana United Fruit, que ainda mantém controle sobre o setor bananeiro do país.

Desde a revolução de 1948, o país conta com dois partidos políticos principais: Partido de Liberación Nacional (PLN) e Partido de la Unidad Social Cristiana (PUSC). O presidente da República é eleito a cada quatro anos, juntamente com dois vice-presidentes, por sufrágio universal, por votação que exceda 40% do total de votos válidos. Também a cada quatro anos são eleitos, por voto direto, os 57 deputados que compõem a Assembleia Legislativa (unicameral). Os dezessete magistrados que integram a Corte Suprema de Justiça e os cinco do Tribunal Supremo de Elecciones são escolhidos pela Assembleia Legislativa para mandatos de oito anos.

Detentora do segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) da América Central, depois da Guatemala, a Costa Rica depende, de maneira significativa, do comércio exterior, em vista do tamanho relativamente reduzido de seu mercado interno. A participação das exportações corresponde a 50% do PIB, com forte dependência com respeito aos Estados Unidos.

No campo da política exterior, registre-se que a ação externa da Costa Rica caracteriza-se por suas tradicionais posturas de neutralidade bélica, respeito ao princípio da autodeterminação dos povos, moderação e equilíbrio, com uma atuação consistente em favor da paz e da estabilidade na América Central. Na condição de país desarmado, a questão da paz regional condiciona a própria política interna, na medida em que funciona como elemento de coesão social e prestígio para o governo costa-ricense, que empunha a bandeira da pacificação e da primazia do direito sobre o recurso ao uso da força.

Brasil e Costa Rica mantêm relações diplomáticas desde 22 de novembro de 1906, quando foi instalada a Legação do Brasil em Cuba e a ela foi atribuída a cumulatividade da representação com a Costa Rica. Ambos os países compartilham valores comuns e desfrutam de relacionamento marcado por clima de tradicional cordialidade. Possuem, em foros multilaterais, uma tradição de defesa da democracia, dos direitos humanos e da paz mundial. Por sua condição de país com longa tradição democrática e por sua ativa atuação internacional, a Costa Rica é interlocutora naturalmente relevante para a política externa do Brasil.

O Governo brasileiro tem oferecido à Costa Rica a oportunidade de participar em inúmeros projetos de cooperação técnica nas mais diversas áreas, havendo em vigor diversos acordos de cooperação, protagonizados por importantes agências técnicas do Governo brasileiro.

Encerrando, o comércio bilateral tem experimentado bom crescimento nos anos recentes. Em 2010, o intercâmbio bilateral totalizou US$ 678,06 milhões (crescimento de 18%), com as exportações brasileiras chegando a US$ 289,57 milhões (crescimento de 9%), e as importações alcançando US$ 388,48 milhões (crescimento de 27%). A Costa Rica é um dos poucos países da América Latina que mantém superávit comercial com o Brasil, que vem desde 2009.

Componentes eletrônicos representam o principal item da pauta de importações brasileiras. Costa Rica situa-se na posição de maior parceiro comercial do Brasil na América Central, com quase o dobro do comércio bilateral mantido com o segundo colocado, o Panamá.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Paulo Bauer.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 05
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CRE

Requeiro nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de discutir o processo de autorização de vistos a trabalhadores estrangeiros.

Autoria: Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, este não membro da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Serei breve, Sr. Presidente.

Esta audiência pública que estamos requerendo é para fazer com que o Brasil possa ter agilidade no recebimento de mão de obra altamente especializada e qualificada, seja para melhorar o nível das suas universidades, seja para ampliar o processo de inovação nas nossas empresas.

Lembro a V. Exª e todos os Srs. Senadores que nós só temos a Embraer porque constituímos o ITA com professores norte-americanos vindos do MIT.

Hoje, a universidade brasileira e as empresas nacionais, inclusive a própria Embraer, se ressentem de agilidade no deferimento dos vistos de trabalho para estrangeiros altamente especializados em áreas em que a nossa universidade ainda não tem condições de formar profissionais em número suficiente ou não possui cursos de pós-graduação que permitam a formação desses profissionais.

Entendo que essa audiência pública será aclaradora desse problema e, a partir daí, esta Comissão encaminhará ao Governo sugestões para tornar mais rápida a tramitação desses processos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Coloco agora em discussão o requerimento apresentado por S. Exª. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento de S. Exª o Senador Luiz Henrique, Requerimento nº 31, de 2011 desta Comissão.

ITEM 06
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CRE

Nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja externado o VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senador e Presidente da República ITAMAR FRANCO, ex-membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a devida apresentação de condolências à sua família."

O requerimento teve a sua leitura na reunião anterior desta Comissão.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

O requerimento de voto de pesar, naturalmente, será enviado em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 07
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CRE

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja apresentado voto de pesar em razão do acidente aéreo ocorrido no dia 6 de julho de 2011, culminando no falecimento dos capitães-aviadores Tibério César Corvello Vitola e Alex Araújo Affonso Rego, e dos tenentes-aviadores André Luiz Franchi Grigoletto e Jamil Nazif Rasul Neto. Requeremos, ainda, que sejam apresentadas nossas condolências aos familiares dos pilotos e à Força Aérea Brasileira.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Coloco em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro da discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Recebemos ontem na Comissão, o Requerimento nº 855, de 2011, do Senador Valdir Raupp, em que solicita licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 17 a 19 de julho de 2011 para participar da Feira África's Big Seven/Saitex 2011 em Johannesburg, África do Sul, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39 do referido Regimento que estará ausente do País no período de 16 a 25 de julho de 2011.

O Ato nº 5, de 2011, desta Comissão determina que poderão constar da pauta os requerimentos ou propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior, recebidos esses requerimentos na Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião, o que foi feito.

Designo o Senador Luiz Henrique como relator da matéria e concedo a palavra a S. Exª o Senador Luiz Henrique para proferir seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Trata-se, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de matéria relevante. São dois eventos de grande importância que estarão sendo realizados em Johannesbug, na África do Sul. Os Parlamentares que participarão, Senador Valdir Raupp e o Senador Acir Gurgacz se farão acompanhar do Sr. Marcelo Junqueira, Diretor do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio. De modo que somos pela aprovação do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB - AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Considerando o caráter extraordinário e de acordo com o Ato nº 1 de normas desta Comissão de Relações Exteriores, coloco em votação dois requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CRE

Requeremos, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação do senhor Senador Walter Pinheiro, juntamente com a delegação do Ministério das Comunicações do Brasil, em uma visita a Estocolmo (Suécia), para conhecimento da utilização da Banda de 450 MHz, para universalizar os serviços de Banda Larga Móvel em áreas rurais daquele país, no período de 24 a 27 de julho corrente.

Requeremos, ainda, que o Senador Walter Pinheiro, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliá-lo na elaboração de relatórios e estudos e outras tarefas afins.

Autoria: Senadores Luiz Henrique e Eduardo Suplicy.

Peço a S. Exª o Senador Luiz Henrique que faça o relatório dessa solicitação de viagem do Senador Walter Pinheiro para Estocolmo, na Suécia, com a finalidade de conhecer, acompanhado de técnicos do Ministério das Comunicações, com a finalidade de conhecer a

utilização da banda de 450MHz para universalizar os serviços de banda larga móvel em áreas rurais daquele país, no período de 24 a 27 de julho corrente.

Tem a palavra S. Exª o Sr. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Walter Pinheiro, até pela sua trajetória profissional, precedente às suas funções legislativas, é um especialista nessa área.

A sua presença em Estocolmo vai ampliar esse seu conhecimento e propiciar a essa Comissão, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e ao Senado como um todo, elementos de convicção para a ampliação da banda de 450MHz e todos os outros assuntos relativos às telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

REQUERIMENTO DE Nº 35, DE 2011-CRE

Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de aplauso à república francesa, por sua data nacional, cuja origem é a emblemática Queda da Bastilha, marco da Revolução Francesa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o Requerimento nº 35, de 2011, desta Comissão, de autoria de S. Exª o Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer a inestimável participação de todos para o êxito dos nossos trabalhos.

Voltaremos após o recesso parlamentar, convocando a nossa próxima reunião para o dia 4 de agosto, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário.

Ao mesmo tempo, informamos ainda que os trabalhos da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, serão retomados após o recesso parlamentar, no dia 9 de agosto, de acordo com a reunião já determinada, já marcada por seu Presidente, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigado, mais uma vez, Srªs e Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia quatro de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Lobão Filho, Ana Amélia, Cyro Miranda e Inácio Arruda. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 84, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia".* Relator: Senador **Clésio Andrade. Item 2 – Mensagem (SF) nº 89, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica".* Relator: Senador **Paulo Bauer**. Os indicados, Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão e Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, são convidados a comporem a Mesa, e fazem suas exposições. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e quatro minutos, e reaberta às doze horas e vinte e sete minutos. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. É retomada a análise da Pauta. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 90, de 2011**,

de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque".* Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 92, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK , Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras".* Relator "ad hoc": Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 127, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009".* Relator: Senador **Pedro Simon**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 128, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009".* Relator: Senador **Pedro Simon**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 7 – Projeto de Lei do Senado (SF) nº 101, de 2010**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *"modifica o § 2º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para excluir a vedação de acesso do trabalhador não brasileiro de filial ou agência de empresa brasileira no estrangeiro à Justiça do Trabalho".* Relatora "ad hoc": Senadora **Vanessa Grazziotin**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 8 – Requerimento nº 36, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que *"requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, destinada a debater, analisar e homenagear os sete anos de existência do programa Diplomacia, a revista de Política Internacional da TV Senado. Criado em 05 de julho de 2004, é hoje o único programa da televisão nacional dedicado integralmente à política internacional, dentro de uma perspectiva ampla, que aborda a economia, a cultura, o meio ambiente, a defesa nacional, a integração regional e lusófona sempre com ênfase à visão parlamentar da temática. Para tanto, um tratamento editorial diferenciado é concedido às atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, à Representação Brasileira junto ao Mercosul e às sessões plenárias do Parlasul que contam com cobertura jornalística especializada. Pelo exposto, sugiro convidar as autoridades abaixo para apresentarem suas idéias: 1- Dr. Fernando César Mesquita – Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal; 2-Senhora Leila Daher – Diretora da TV Senado;3-Jornalista Marcos Magalhães – Fundador do Programa;4--Senhor Max Gonçalves - Diretor da TV Brasil Internacional; e Jornalista Francisco Cláudio Meyer Sant'Anna – Apresentador."* Resultado: Retirado de pauta a pedido do Autor. **Item 9 – Requerimento nº 37, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas. Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidades: 1º Painel – Presidente ou Representante da* ***DASSAULT*** *(França); 2º Painel – Presidente ou Representante da* ***BOEING*** *(EUA); e 3º Painel – Presidente ou Representante da* ***SAAB*** *(Suécia)".* Resultado: Aprovado o requerimento. Passa-se à apreciação dos itens extrapauta. **Item 01 – Requerimento nº 916, de 2011**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que *"requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya".* Relator: Senador **Pedro Simon.** Resultado: Aprovado o parecer favorável. **Item 02 - Requerimento nº 38, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Fernando Collor** e **Marcelo Crivella**, que *"requer, nos termos do art. 222 do RISF, seja apresentada MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE ao Exmo. Senhor Comandante do Exército, Ge-*

neral ENZO MARTINS PERI, em virtude da infamante matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição do dia 31 de julho deste ano. A reportagem em questão tratou de forma leviana, enganosa e parcial, suposta ocorrência de fraudes em licitações conduzidas pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), órgãos do Comando do Exército, para executar obras a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Ministério dos Transportes. A malsinada reportagem, de página inteira e antecidida por escandalosa chamada de capa, afirma que o Comandante da Força Terrestre é investigado pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar, por suposto envolvimento nas fraudes. Não bastasse, em infolink que a instruí, é insinuado que o general estaria no topo da criminosa organização que executou as pretensas condutas injustas. Em Nota de Esclarecimento datada de 1º de agosto último, a Procuradoria-Geral da Justiça Militar negou que o General Enzo seja alvo de qualquer investigação. Informou, ainda, que os investigados, seis militares e nove civis, foram denunciados pelo crime de peculato, como desdobramento de Inquérito Policial Militar – IPM, oportunamente instauradado pelo Comando do Exército. A presente Moção é apresentada em solidariedade à pessoa do General Enzo, que teve sua honra assacada pelas falsas acusações contra ele dardejadas pelo citado periódico e, ainda, à Força que tem sob o seu comando, que bem soube, a tempo, forma e hora, responder aos malfeitos de integrantes de seus quadros, num exemplo a ser seguido." Resultado: Aprovado o requerimento. **Item 03 - Requerimento nº 39, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que *"requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o envio de expedientes aos senhores Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, em referência à solicitação dirigida ao Ministro Antonio Patriota, em visita ao Equador, para que o Brasil libere a importação de bananas daquele país, com o objetivo de equilibrar a balança comercial entre ambos os países."* Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra, durante a Reunião, a Senadora **Vanessa Grazziotin** e os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Luiz Henrique**, **Marcelo Crivella**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Anibal Diniz**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Cyro Miranda** e **Paulo Bauer**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. **–** Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 32ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados. O primeiro deles a respeito da crise financeira na zona do euro e nos Estados Unidos. O reforço do socorro à combalida economia grega e os cortes orçamentários na Itália acalmaram apenas temporariamente de forma precária os mercados financeiros internacionais e não cessaram a volatilidade.

As chamadas economias periféricas da Europa continuam deprimidas e fragilizadas. A Itália e a Espanha vendem seus títulos do Tesouro pagando juros mais altos, e cresce o diferencial entre os seus títulos e os papéis da sólida Alemanha. Verifica-se, no momento, um intenso movimento de venda de papéis dos dois países em crise.

Esse cenário europeu coincide com o final da crise do limite de endividamento norte-americano. Embora resolvida no curto prazo, pela aprovação na Câmara e no Senado do acordo composto pela conjunção de elevação do teto da dívida com um corte de gastos, essa crise mostrou a vulnerabilidade dos Estados Unidos. Essa vulnerabilidade é econômica. Um *default* seguramente traria problemas profundos para a economia norte-americana, com consequências globais e duradouras, mas ela também, além de econômica, é política, essa vulnerabilidade americana.

As negociações do presidente dos Estados Unidos, que estiveram sempre ameaçadas por um impasse, desnudaram aos olhos do mundo a radicalização da discussão americana sobre o papel do Estado e sua dimensão adequada e a luta ideológica entre os setores mais radicais democratas a favor de mais intervenção governamental e maiores gastos públicos em assistência social e os extremistas republicanos. Estes defendem encarecidamente os cortes de impostos e advogam um Estado mais leve, com equilíbrio orçamentário, e menos participante na área social. Cresce o movimento conhecido como *Tea Party* na sua batalha pela redução de impostos. Essa disputa tem como pano de fundo uma economia que, apesar das maciças injeções de recursos para a recuperação da crise imobiliária de 2008, ainda se arrasta em meio ao marasmo e ao desemprego. Ressalte-se, ademais, os

enormes desacertos na condução do processo legislativo em relação a essa questão dentro do congresso norte-americano.

Do ponto de vista político, ressalte-se a atitude considerada pouco firme do Presidente Barack Obama, que durante as negociações, fez ameaças e recuou seguidamente. Essa falta de pulso firme fez como que os setores republicanos mais radicais se sentissem encorajados a colocar mais pressão sobre o presidente. Consideram que o chefe do Executivo foi vacilante e deixou que a situação assumisse proporções indesejáveis, pois poderia ter sido resolvida antes de avolumar-se tanto. Por outro lado, o presidente americano caminhou mais para a direita durante o processo negociador e tem perdido apoio de seus seguidores já desapontados pela escalada na guerra do Afeganistão, pelo descumprimento da promessa de fechar a prisão de Guantánamo, pela falta de iniciativa na criação de um sistema estatal de saúde, bem como pela manutenção dos cortes de impostos instituídos pelo Presidente Bush. A negociação empreendida por Barack Obama compreendeu a eliminação de gastos governamentais, o que poderá prejudicar a recuperação da estagnada economia norte-americana e não ajudará uma economia mundial ainda fraca. Além disso, a situação de precariedade dos dados econômicos dos Estados Unidos, mesmo com o salvamento de última hora de um catastrófico *default,* contribui para minar a confiança mundial na capacidade de liderança econômica daquele País.

A volatilidade das bolsas de valores europeias e americanas, bem como as crescentes tomadas de posição em ouro e francos suíços por investidores, refletem a sensação de insegurança.

Além do cenário econômico norte-americano, com desemprego, baixo consumo, produção industrial fraca, as hesitações do Executivo deverão aumentar a discussão interna sobre o papel estratégico dos Estados Unidos.

Os cortes orçamentários atingirão também o Pentágono, no momento em que o País se vê às voltas com duas custosas guerras. Aliás, extremamente custosas em vidas, em recursos que poderiam estar sendo destinados a outras atividades mais nobres, ou nobres. Enfim, o Pentágono se vê às voltas com duas custosas guerras no Iraque e no Afeganistão, tendo ainda que apoiar, mesmo que indiretamente, a intervenção da OTAN na Líbia. A informação que se tem – extra-oficial, naturalmente – é que os americanos já estão conversando com o governo líbio, para encontrar uma fórmula que permita a transição pacífica, ou seja, com a instituição do cessar fogo e a possibilidade de uma transição pacífica.

Retoma-se a tradicional discussão entre os isolacionistas e os intervencionistas dentro dos Estados Unidos.

O acordo para elevação do teto da dívida representa um alívio momentâneo para a economia norte-americana, mas não a sua recuperação. Junto com os problemas da zona do euro, uma economia dos Estados Unidos conturbada agrava a instabilidade financeira internacional e mostra, à frente, um cenário de volatilidade e de perigo.

Sobre essa questão, relembro as Srªs e os Srs. Senadores que, no próximo dia 8, segunda-feira que vem, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, às 18 horas, será dado início ao segundo ciclo das audiências públicas, que tratará das perspectivas da política externa brasileira e seus reflexos, tratando especificamente da questão financeira. No primeiro painel, o tema da crise americana e seus reflexos na economia mundial estará sendo tratado, por solicitação dos Srs. Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon. Gostaria de, mais uma vez, lembrar os Srs. Senadores e convidá-los a se fazer presentes a esse encontro.

Outro item importante dentro das comunicações é a declaração presidencial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Síria, divulgada ontem, dia 3 de agosto.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas manifesta grande preocupação com a deterioração da situação na Síria e lamenta profundamente a morte de várias centenas de pessoas.

O Conselho de Segurança condena as violações generalizadas dos direitos humanos e o uso da força contra civis por parte das autoridades sírias.

O Conselho de Segurança pede o fim imediato de toda a violência e conclama todas as partes a agir de forma mais moderada possível e a abster-se de represálias, inclusive de ataques contra instituições estatais.

O Conselho de Segurança demanda as autoridades sírias a respeitar plenamente os direitos humanos e a cumprir com suas obrigações, de acordo com o Direito Internacional.

Os responsáveis pela violência devem ser responsabilizados.

O Conselho de Segurança toma nota do compromisso anunciado pelas autoridades sírias em promover reformas. Lamenta a falta de progresso na sua implementação e conclama o governo sírio a implementar os seus compromissos.

O Conselho de Segurança reafirma o seu firme compromisso com a soberania, a independência e a integridade territorial da síria. Enfatiza que a única solução para a atual crise na Síria passa por um processo

político inclusivo e liderado pelos sírios, com vistas a efetivamente atender às aspirações e preocupações legítimas da população, o que permitirá o pleno exercício das liberdades fundamentais por toda a população, inclusive a liberdade de expressão e de reunião.

O Conselho de Segurança insta as autoridades sírias a melhorar a situação humanitária em áreas de crise, por meio da suspensão do uso da força contra as cidades atingidas e permitir o acesso célere e desimpedido de agências humanitárias internacionais e de seus funcionários e a cooperar plenamente com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

O Conselho de Segurança solicita, por fim, ao Secretário-Geral informar ao Conselho de Segurança sobre a situação da Síria em até sete dias. Ou seja, não se trata de uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas algo que antecede em alguns passos uma eventual decisão por meio desta declaração, esse é o título oficial que eles dão a este documento, "Declaração Presidencial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Síria".

E para que isso fosse alcançado, ressalte-se o papel muito importante desempenhado pela nossa Embaixadora Viotti, sobre recomendação do Ministro Patriota e determinação da Presidenta Dilma para que se busque uma forma que não leve a um entrevero, como aquele que ocorreu, está ocorrendo na Líbia. A diplomacia brasileira teve um papel muito importante nos entendimentos, nas negociações dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que essa declaração pudesse vir a lume.

Comunicado sobre recebimento de ofícios.

Recebimento de ofício da 1ª Secretaria do Senado Federal encaminhando cópia de autoria do Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo, em respostas ao Requerimento de Informações nº 396, de 2011, de iniciativa desta Comissão sobre adidos policiais.

Esse requerimento de informações foi aprovado no dia 27 de abril e trata da questão das aditâncias, solicitando a diversos Ministérios a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Ministério em tela, em funcionamento no exterior; a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício; as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância, as normas; os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e auxiliares; os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam demanda e/ou abertura de uma aditância no exterior; a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados; a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Em relação a este requerimento, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já recebeu resposta de S. Exª o Sr. Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo, de S. Exª o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Gen. José Elito Carvalho Siqueira, do Exmº Sr. Ministro de Estado de Defesa Nelson Jobim e de S. Exª o Sr. Ministro de Estado Interino, à época, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação a essas aditâncias.

Para os senhores membros da Comissão que desejarem tomar conhecimento do inteiro teor dos ofícios mencionados, os mesmos se encontram à disposição na secretaria desta comissão.

Acrescento, por conseguinte, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, que altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação pelo Senado Federal dos nomes dos escolhidos para titular de aditância nas representações diplomáticas, já se encontra no âmbito do plenário do Senado Federal constando da Ordem do Dia. Pode ser votado a qualquer momento por deliberação das lideranças desta Casa.

A Mesa também comunica o recebimento do relatório de viagem ao continente africano da lavra do Senador Valdir Raupp, ocorrida entre os dias 17 e 25 do mês de julho deste ano, em conformidade com o art. 4º do Ato nº 4, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Os Senadores e as Senadoras que desejarem conhecer o conteúdo do referido relatório sobre a viagem realizada pelo Senador Valdir Raupp ao continente africano podem solicitar à secretaria desta comissão

Em relação à Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, estará sendo realizada no próximo dia 8 uma nova reunião em que será tratado, aqui, no Palácio do Itamaraty, na sala Santiago Dantas, o temário daquela conferência. O objetivo é que esta reunião sirva para que possamos avançar nestes itens constantes da agenda que será debatida na Rio+20 – economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável –, a partir de textos preparados pela secretaria executiva da comissão nomeada pela Sua Excelência, Srª Dilma Rousseff, visando os preparativos da conferência Rio+20. Esse debate dará início a amplas consultas de que participarão representantes do Governo e da

sociedade civil com vistas à elaboração da contribuição brasileira a esse processo preparatório da conferência.

Essa contribuição será encaminhada às Nações Unidas até o dia 1º de novembro próximo e buscará refletir as percepções e as prioridades do País acerca dos temas e objetivos da conferência Rio+20.

Portanto, gostaria de passar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores a comunicação desta reunião que será a segunda reunião preparatória, a ser realizada no próximo dia 8 de agosto, às 16h30m, no Palácio Itamaraty.

Também em relação à Rio+20, em recente encontro mantido pelo Chanceler Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota e a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane, da África do Sul. S. Exªs emitiram uma nota oficial sobre o que foi ali tratado, dentro da cooperação bilateral, comércio e investimentos, em relação à questão da FAO e da segurança alimentar. A África do Sul ofereceu seu apoio, que foi decisivo e muito importante, ao nome do Sr. José Graziano para o cargo de Diretor Geral da FAO. Falaram sobre a questão do Sudão e Sudão do Sul, recentemente divididos por decisão do referendo popular ali realizado sobre a governança global. Sobre isso gostaria de traduzir o que foi ali tratado.

O Brasil e a África do Sul continuarão a trabalhar pela democratização das instituições de governança global por meio da parceria que desenvolvem, entre outros, no Conselho de Segurança da ONU, no G20 Financeiro, no G20 Comercial e nos agrupamentos IBAS, BRICS e BASIC. Comprometeram–se a contribuir para o êxito das negociações sobre desenvolvimento sustentável, salientaram a importância da 17ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Durban, que será realizado este ano em novembro e dezembro, e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Trataram também sobre a questão da Líbia e da Síria. E, neste particular, Brasil e África do Sul condenaram, com veemência, as violações de direitos humanos ocorridas na Líbia e na Síria. E, ao reconhecer as particularidades de cada caso, solicitaram o fim imediato da violência nos dois países. Ressaltaram o papel central da união africana na busca de uma solução política para o conflito na Líbia e acordaram ainda manter diálogo com o Governo da Síria para encorajar acordo político e duradouro inclusivo e duradouro que reflita as legítimas aspirações do povo sírio.

Em relação ao Estado palestino, o Brasil e África do Sul apóiam o reconhecimento do Estado palestino pela comunidade internacional.

Na nossa última reunião, S. Exª o Senador Valter Pinheiro solicitou alguns dados, algumas informações sobre a participação de Parlamentares na Rio+20.

Naquela oportunidade, já havia sido oferecida a ele uma resposta de que, nos preparativos agora da Rio+20, já estavam sendo destinadas áreas para a realização de encontros de parlamentares de diversos países que acorrerão a esta conferencia.

E agora recebo, no momento solicitei que o Itamaraty pudesse dar por escrito essas informações, e estas aqui chegaram, já foram encaminhadas ao Senador Valter Pinheiro dizendo exatamente isso, que neste contexto a União interparlamentar poderá desempenhar importante papel, que a União Interparlamentar conta hoje com ampla representação, ela reúne cerca de 143 parlamentos nacionais, e é reconhecida pelas Nações Unidas como Interlocutor Internacional para Assuntos Parlamentares. Em sua Resolução A/65/123, de 13 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas, após acolher com beneplácito as reuniões parlamentares especializadas no contexto das grandes conferências e atos das Nações Unidas, decidiu "colaborar mais sistematicamente com a União Interparlamentar para organizar e integrar um componente parlamentar nos grandes processos deliberativos das Nações Unidas", § 12.

Portanto, a Secretaria do Grupo Brasileiro da UIP, o Secretário-Geral desta organização, que é o suíço Anders Johnsson, manteve recentemente reuniões nas Nações Unidas em Nova Iorque com vistas a definir a participação dos Srs. Parlamentares dos 143 países, que acorreram à Conferência Rio+20.

Essa resposta já foi entregue à S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Voltando ainda à solicitação feita pelo Senador Epitácio Cafeteira em relação a um brasileiro detido no Arizona, nos Estados Unidos, por meio das Notas do Itamaraty 180 e 192, de 20 de julho deste ano e 1º de agosto também deste, esta Presidência recebeu informações atualizadas acerca da situação do nacional brasileiro Ricardo Azevedo Souza Costa, detido no Estado norte-americano do Arizona.

Trata-se de preocupação trazida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo Senador Epitácio Cafeteira e que, por solicitação desta Comissão, o Ministério das Relações Exteriores passou a acompanhar de perto o assunto, dando a devida assistência consular ao interessado e à sua família, mantendo-nos sistematicamente informados sobre o andamento do caso.

As últimas informações nos dão conta de que o processo ainda se encontra em tramitação na justiça do Arizona, com entraves de ordem burocrática e jurídica

relacionados à troca de promotores, a apelos para a substituição de juiz, à revisão do valor de fiança, bem como à marcação de audiências. O Itamaraty nos informa também das ações promovidas pelo Consulado brasileiro no sentido de chamar a atenção para o caso junto ao Congresso americano mediante o encaminhamento de expedientes a diversos parlamentares e o contato pessoal com seus gabinetes.

Essas gestões objetivam demonstrar a preocupação do Governo brasileiro ante as indicações de que o devido processo legal não estaria sendo seguido.

No que tange a esses contatos parlamentares, é interessante notar a constatação, pelos representantes do Consulado brasileiro, de certa preocupação e do cuidado dos congressistas americanos com aquelas restrições e os limites da interferência deles em assuntos do Judiciário, sempre em virtude do respeito ao princípio da separação dos Poderes. Nos Estados Unidos, cada um dos Estados Federados tem sua legislação própria, a sua própria sistemática. De modo que não basta uma determinação, uma solicitação ou uma interlocução do Presidente da República para que esse ou aquele Estado possa vencer barreiras jurídicas estatuídas nas suas respectivas Constituições, o que me parece ser o caso também do Estado do Arizona.

Assim, solicito à Secretaria da Comissão que envie essas duas últimas notas do Itamaraty ao Senador Epitácio Cafeteira, bem como disponibilize a íntegra dos textos aos membros da Comissão que manifestarem interesse pelo assunto. Iniciando a nossa pauta de hoje, item nº 1, não terminativo, Mensagem do Senado Federal nº 84, de 2011. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Marco Antonio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem o Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª, com muito bom senso, estabeleceu as definições de apreciação de requerimento e estabeleceu também que poderá haver situações, consideradas por consenso, de urgência. No último dia 22 de julho ocorreu o atentado, tão grave, em Oslo, na Noruega. Sabendo do sentimento de todos nós, Senadores, da necessidade de expressarmos a solidariedade ao povo da Noruega, ao Governo da Noruega, na segunda-feira, logo no início dos trabalhos, na abertura, dia 2 último, apresentei requerimento no plenário, já encaminhado a esta Comissão. Se V. Exª e os demais membros considerarem que se trata de um assunto que mereceria de nossa parte o sentimento expresso pela Comissão de Relações Exteriores, de solidariedade ao povo da Noruega, eu sugeriria que isso possa ser considerado. Até mostrei ao Senador Pedro Simon e quem sabe ele pudesse, se assim for considerado por todos, relatar o parecer a respeito do requerimento, que é simples, objetivo, mas que avalio de grande importância, uma vez que 77 pessoas ali morreram num atentado que chocou a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como V. Exª acaba de afirmar, este me parece ser um caso de urgência. Dentro das normas estabelecidas por todos os membros desta Comissão, qualquer requerimento, para ser apreciado por esta Comissão, deverá ser apresentado na reunião imediatamente anterior, para que seja deliberado na próxima, ressalvadas as questões de urgência e que me parece ser este o caso apresentado agora, pelo Senador Eduardo Suplicy.

Pergunto às Srªs e aos Senadores presentes se V. Exªs concordam que este requerimento possa receber o tratamento de requerimento de urgência, para ser apreciado ainda na reunião de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o sentido de urgência deste requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O requerimento será votado, hoje, nesta Comissão, e terá como Relator o Senador Pedro Simon.

No momento em que passarmos à leitura dos requerimentos, o requerimento de V. Exª estará incluído.

Tem a palavra o Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, é apenas para uma comunicação urgente e uma solicitação à Comissão.

O Ministro Antonio Patriota, em visita ao Equador, recebeu solicitação do Presidente daquele país, Rafael Correa, para que o Brasil liberasse a importação de bananas, com o objetivo de equilibrar a balança comercial entre os nossos países.

Este assunto já chegou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a análise de risco das pragas da banana do Equador já está pronta. O próximo passo é definir o regulamento que norteará o processo de importação.

Desconhece o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que a bananicultura nacional, bem como quem comanda essa cultura no Equador,

as empresas Banesa e Belmont monopolizam a produção e o comércio daquele país. Em virtude da grave crise europeia e americana, não conseguem exportar para essas regiões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, os bananicultores brasileiros geram 500 mil empregos direitos e dois milhões indiretos. Aliás, proporcionalmente, é uma das culturas que mais empregam, pois depende da região, e permite a mecanização de parte da sua produção.

Isso posto, permitir a importação de bananas do Equador é contribuir para exterminar a bananicultura nacional, pois é desleal a concorrência entre esses países no setor. Assim, será necessário aumentar a Bolsa-Família e outras bolsas para alimentar mais de dois milhões de trabalhadores em nosso país.

Nesse sentido... O documento é longo e vou-me ater a sua síntese.

Solicito, no mesmo sentido, que aprovemos um requerimento dirigido ao Ministro da Agricultura e ao Ministro das Relações Exteriores, para que este assunto seja analisado e para que a bananicultura brasileira não venha a ser prejudicada com essa importação do Equador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se V. Exª me permite, eu também apresentei um requerimento, e talvez possamos votá-lo em bloco, de voto de solidariedade ao Comandante do Exército, que sofreu, no último domingo, uma afronta desproporcional, uma afronte humilhante, falsa, colocando a sua fotografia na *Folha de S.Paulo*, dizendo que o Comandante do Exército estava sendo investigado como chefe de uma quadrilha formada para assaltar o Brasil, com mais sete generais. Eles citam como fonte a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que enviou nota dizendo que não tem investigação nenhuma.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, pela gravidade do assunto, que também colocasse em votação um voto de solidariedade ao nosso Comandante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sobre essa questão trazida a lume por S. Exª o Senador Marcello Crivella, eu gostaria de me associar a essa sua colocação pelo primarismo, pela rapidez, pela superficialidade da denúncia falsa apresentada contra o Comandante do Exército Brasileiro, o General Enzo.

Isso é uma calúnia ignominiosa. Isso é algo que nós não podemos mais permitir que aconteça. São coisas que, nós sabemos, são jogadas em certa parte da mídia; depois, vem o desmentido, como veio da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que diz que o General Enzo não está sendo investigado em absolutamente coisa nenhuma. Isso é traduzido pelas páginas de alguns periódicos em quatro ou cinco linhas, mas deixa um homem de uma carreira militar exemplar, de cinquenta anos de dedicação à força que hoje dirige, um homem da estatura moral do General Enzo, numa situação no mínimo desconfortável.

Então, acredito que a solicitação de V. Exª é absolutamente pertinente. E que sirva também, não diria nem de aviso, mas de um lembrete para que certos setores da imprensa não ajam dessa forma.

A esse propósito também, diariamente estamos vendo noticiários sobre a questão que ocorre na Síria. Então, aparecem aquelas imagens nas televisões, daqueles enfrentamentos, dizendo: tantas pessoas foram mortas, forças de um lado e do outro, tal e tal; que forças do governo sírio fizeram isso ou fizeram aquilo; que forças rebeldes fizeram isso ou fizeram aquilo, e as imagens passando para que todos nós, telespectadores, tomemos conhecimento. E, ao final de todas essas imagens, vem o locutor e diz: "Estas imagens, nós não podemos afirmar que são imagens verdadeiras, porque nos foram cedidas por cinegrafistas amadores e nós não temos como confirmar a veracidade dessas imagens". Ora, se não pode ser confirmada a veracidade dessas imagens, que essas imagens não sejam levadas ao ar. Isso é primário. Como nessa questão do General Enzo: se não puderam ser confirmadas essas ilações a respeito do que disseram, eles não poderiam jamais ter feito alguma coisa dessa, não somente em relação ao General Enzo, como em relação a qualquer outro cidadão brasileiro. Sem provas cabais de que realmente o fato tenha existido e que mereça cobro por parte da Justiça e por parte do Congresso Nacional. Por isso, eu me associo a V. Exª.

O requerimento de V. Exª encontra-se aqui também e eu solicitaria aos senhores membros desta Comissão se podemos considerar também como um requerimento, em função de quem se trata, da pessoa de quem se trata, se poderíamos também fazer a leitura desse requerimento e submeter ainda hoje, nesta reunião, esse requerimento de autoria do Senador Marcelo Crivella.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de, então, colocarmos para a deliberação do Plenário, ouço S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – P) – Sr. Presidente, esse assunto foi trazido ontem ao Senado, em primeiro lugar, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Senador Crivella, no instante da arguição, se não me engano, do Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel. Novamente, no plenário do Senado, o Senador Crivella fez um discurso que me impressionou, um discurso indignando e com argumentação muito forte.

Eu também tenho as melhores informações a respeito do comandante do Exército, no entanto, eu gostaria de ouvir uma manifestação da *Folha de S.Paulo* antes de me pronunciar a respeito desse requerimento. De modo que eu me sentiria mais à vontade de votar o requerimento na próxima reunião, depois do contato que farei com a redação da *Folha de S.Paulo*.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu gostaria apenas, antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Luiz Henrique, de informar a S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira que tenho, em minhas mãos, e gostaria que a Secretaria fizesse chegar às mãos do Senador Aloysio Nunes Ferreira imediatamente, antes de deliberarmos sobre a urgência do requerimento solicitado pelo Senador Marcelo Crivella, nota de esclarecimento do Ministério Público Militar, Procuradoria-Geral de Justiça Militar, datada do dia 1º de agosto de 2011, que diz o seguinte:

"Em razão de matéria publicada na edição de domingo, dia 31 de julho de 2011, do jornal Folha de S.Paulo, a Procuradoria-Geral de Justiça Militar esclarece que o Comandante do Exército, o General Enzo Martins Peri, não é alvo de investigação do Ministério Público Militar, até porque o Procurador-Geral de Justiça Militar não dispõe de atribuição para tal. Ou seja, crimes eventualmente praticados por comandantes da Forças Armadas são investigados pelo Procurador-Geral da República [que negou que isso esteja acontecendo] e processados e julgados no Supremo Tribunal Federal [o que não está ocorrendo].

Registre-se, outrossim, que os dados específicos divulgados na referida matéria, como nomes de oficiais militares e respectivos envolvimentos nos procedimentos licitatórios, não foram fornecidos pelo Ministério Público Militar. As informações publicadas no jornal, além daquelas disponibilizadas na página eletrônica da instituição [Ministério Público Militar], www.mpm.gov.br, não pode ser creditadas ao MPM.

Cabe também informar que o Centro de Apoio à Investigação, órgão da estrutura da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que dá suporte às Procuradorias da Justiça Militar na análise de documentos, é formado por analistas contábeis e por analistas em tecnologia da informação. Não há engenheiros em seu quadro de pessoal.

A PGM ressalta ainda que estão sob sua análise documentos referentes a procedimentos licitatórios realizados pelo Departamento de Engenharia e Construção em convênio com o Departamento Dnit, entre os anos de 2005 e 2009, para o desenvolvimento de projetos de engenharia em rodovias.

A Procuradoria do Rio de Janeiro (...)."

E a nota segue.

Ou seja, a base da matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que foi justamente a Procuradora-Geral da Justiça Militar, pelo que diz aqui a nota oficial, não existe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite.

Ontem, o Senador Crivella, em seu pronunciamento vibrante e convincente da tribuna, deu conta ao Senado da essência desse comunicado. Mas, ainda assim, eu gostaria de ouvir o jornal *Folha de S.Paulo* antes de me pronunciar, dando ao jornal inclusive a oportunidade de se retratar.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Luiz Henrique, que já havia pedido antes e, depois, V. Exª, Senador Anibal Diniz.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero me associar ao requerimento do Senador Crivella e dizer que vou me manifestar sobre esse assunto hoje, em nome da Bancada do PMDB, na sessão plenária deste Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero dizer que também me associo ao requerimento do Senador Crivella, exatamente por considerar que, realmente, é imprescindível a retratação em relação a uma pessoa que dedicou sua vida à Força Nacional e que a viu ser exposta publicamente de maneira muito injusta e irresponsável.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de aproveitar este momento para dizer que recebi um comunicado do Sr. Embaixador Sérgio França Danese, que é o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, dando uma resposta que diz respeito a todos os alunos brasileiros que estudam em cidades fronteiriças

à República da Bolívia e que estão passando por alguns constrangimentos. Está havendo uma aplicação incorreta do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile. Com a permissão de V. Exª, eu gostaria de fazer a leitura desse documento, que é curto, para dar conhecimento disso a esses estudantes e também às autoridades fronteiriças, para que eles possam dialogar com mais firmeza em relação ao cumprimento do Acordo Binacional para Estudantes na Bolívia. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senador Anibal Diniz, mas, se V. Exª fosse breve, eu lhe agradeceria. Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Serão dois minutos, Sr. Presidente.

"Em atenção à solicitação formulada por seu gabinete do dia 03 de agosto do corrente acerca da situação de estudantes brasileiros na Bolívia, transmito os seguintes esclarecimentos fornecidos pela área competente deste Ministério:

1. O Itamaraty tem acompanhado atentamente a situação dos estudantes brasileiros na Bolívia em relação à sua situação migratória. O marco jurídico disponível para a regularização dos estudantes, bem como dos demais brasileiros naquele país, ressalvado o caso dos residentes em localidades fronteiriças, é fornecido pelo Acordo de Residência do Mercosul, Bolívia e Chile, que entrou em vigor em julho de 2009. O Tratado foi regulamentado e passou a ser implementado internamente pela Bolívia em abril de 2011, tendo beneficiado um cidadão brasileiro, pela primeira vez, em junho passado.

2. Os custos a serem incorridos por brasileiros que desejarem se beneficiar do Acordo de Residência resumem-se a emolumentos para autenticação de documentos em representações brasileiras e taxas do governo boliviano. O Itamaraty entende que a existência desse marco legal configura um significativo avanço, na medida em que dispensa o pagamento de multas e confere maior segurança jurídica aos brasileiros, muitos dos quais se encontram hoje em situação irregular, passíveis de sofrer todos os tipos de constrangimento que tal condição pode acarretar.

3. Especificamente em relação aos nacionais residentes em localidades fronteiriças, Brasileia-Cobija, Guajará-Mirim-Guayaramerín, Cáceres-San Matias, Corumbá-Puerto Suárez, aplica-se o Acordo Bilateral para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos. A esse respeito, em meados de julho, foi trazido à atenção do Itamaraty o fato de que autoridades departamentais bolivianas, nomeadamente do Departamento de Pando, fronteiriço ao Estado do Acre, estavam exigindo certificado de residência a brasileiros que moram em tais localidades. Em reunião mantida com o Embaixador do Brasil na Bolívia, autoridades da Chancelaria boliviana asseguraram que tal solicitação foi fruto de interpretação errônea do Acordo de Residência e de descumprimento do Tratado sobre Localidades Fronteiriças, as quais seriam sanadas. As representações brasileiras na Bolívia acompanham, cotidianamente, a implementação do Acordo de Residência pelo país vizinho, divulgando-o às comunidades brasileiras locais e permanecendo atentas aos desdobramentos do caso e a eventuais outras ocorrências dessa natureza."

Era o que pretendia trazer ao conhecimento desta Comissão de Relações Exteriores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Exª o Senador Anibal Diniz.

Agora, com a manifestação...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe-me.

Senador Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com respeito à questão que o Senador Luiz Henrique levantou, sobre a importância da produção de bananas no Brasil e a decisão do Ministro das Relações Exteriores, de abrir as importações do Equador para o Brasil, eu gostaria de informar que a Prefeita Sandra Kennedy, de Registro, do Vale do Ribeira, em São Paulo, região que é altamente produtora de bananas, manifestou preocupação semelhante e até sugeriu – e ela vai encaminhar uma solicitação dos bananicultores do Vale do Ribeira – uma audiência junto aos Ministros da Agricultura e das Relações Exteriores.

Era só para informar que esta preocupação é de muitas regiões de produção de bananas do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeito.

Com a permissão de V. Exªs, vou colocar para deliberação do Plenário o regime de urgência para esses dois requerimentos, apresentados pelo Senador Luiz Henrique e pelo Senador Marcelo Crivella, fazendo notar que, em relação ao requerimento de S. Exª o Senador Marcelo Crivella, a colocação feita por S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira não é de ser contrário ao requerimento, ele apenas se sentiria melhor, antes de prolatar o seu voto, de conhecer a posição do jornal e, por isso, ele se abstém da votação. Mas

todos nós, respeitando a posição de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Que é também a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Que é também a posição do Senador Jarbas Vasconcelos.

Agora coloco à deliberação de V. Exªs se estão de acordo com o pedido de urgência para os requerimentos apresentados por S. Exªs o Senador Marcelo Crivella e o Senador Luiz Henrique.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os requerimentos serão lidos e postos à deliberação no momento da leitura dos mesmos.

Continuando a nossa pauta, vou retomar a leitura.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Clésio Andrade.

Observação: *Dia 14/07/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Observação: *Dia 14/07/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Convido para que tomem assento à Mesa S. Exªs o Sr. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão e a Srª Embaixadora Maria Dulce Silva Barros.

Sejam muito bem-vindos e peço-lhes que tomem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para a República do Egito, Somália e Eritreia.

V. Exª dispõe de 15 minutos para fazer o seu relatório e, em seguida, passaremos às indagações de S. Exªs, Srªs e Srs. Senadores.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, é com muita honra que pela terceira vez já compareço a esta Comissão para ser sabatinado sobre um posto para o qual sou escolhido. Com muita também volto aqui porque foi uma assembleia, uma reunião que frequentei durante muitos anos como assessor parlamentar do Ministro Celso Amorim e tive aqui oportunidade de fazer grandes amigos. Portanto, é com muita emoção que volto a esta sala.

Como todos sabem, a República Árabe do Egito tem atravessado nos últimos tempos uma crise que eu diria extremamente profunda e que talvez tenha ainda desenvolvimentos não previsíveis – talvez seja impossível prever no momento o que vai acontecer no Egito. O Egito é particularmente importante nesse contexto da chamada "primavera árabe", do chamado cenário de revoluções que ocorrem no momento em vários países árabes porque o Egito tem uma posição crítica na região. Tem uma posição estratégica porque dá para o Mediterrâneo; mas também para o Mar Vermelho; tem uma fronteira extensa com Israel; grande parte do Nilo atravessa o seu território, o seu território é onde Nilo tem maior extensão; ele tem a fronteira com a Líbia; e fica de frente para a Europa. Então, tem uma posição estratégica absolutamente fundamental na região.

É também o país árabe mais populoso. É um país que tem uma influência marcante em toda a região econômica, cultural, em todos os cenários basicamente. Tem uma influência cultural muito grande. A gente deve se lembrar que o Cairo é sede de talvez umas das mais velhas universidades islâmicas do mundo, que é a universidade, a Al-Azhar, que foi fundada no ano de 972 – portanto há quase mil anos – e é um centro de irradiação de cultura islâmica da maior importância. Evidentemente, todos também sabem que o Egito foi a localização de grandes civilizações da Antiguidade, foi conquistado por Alexandre, o Grande; depois, foi província romana, foi parte do Império Britânico, foi parte do Império Otomano e chegou a sua independência logo após a Segunda Guerra Mundial.

As relações com o Brasil são antigas. Na verdade, desde que o Egito conseguiu ter um pouco de sua autonomia reconhecida – isso já no começo do século XX –, o Brasil estabeleceu relações com o Reino do Egito, na época, em 1922. É, portanto, já um longo período de relacionamento que o Egito e o Brasil têm tido.

As circunstâncias atuais – e todos viram ontem nos jornais e nas televisões, o início do julgamento do ex-Presidente Mubarak – levam a uma previsão de instabilidade pelo menos para os próximos meses. As eleições que estão marcadas para novembro, mas há todo um clima de agitação, de insatisfação, que talvez não possa ainda ser canalizado para resultados concretos ou pelo menos resultados muito claros em termos de estabilidade e de renovação de regime político sobre o qual viverá o Egito.

Há vários partidos sendo formados. A última notícia que tenho é que estão formados mais de cem partidos, que evidentemente vão se agrupando, até que possa haver pelo menos uma base possível para as eleições. Várias correntes religiosas ou políticas antigamente banidas no regime anterior agora ressurgem com força, como é o caso da Irmandade Islâmica, que talvez seja a mais significativa das forças políticas que estão surgindo no momento ou, pelo menos, que estão se organizando politicamente, já que ela existe há muito tempo como força organizada e subterrânea. Mas há também islamitas mais radicais, mais fundamentalistas, que inclusive não se organizam em partidos políticos, porque eles não acreditam na necessidade nem de constituições, nem de partidos políticos, já que eles advogam a vigência da lei islâmica, a Sharia.

Há todo um quadro de partidos mais liberais, partidos de classe média, partidos de molde mais ocidental, de modo que o resultado dessa crise política – crise benéfica, claro, porque toda crise leva a uma renovação – ainda é muito difícil de se prever.

A força que se mantém mais coesa, mais permanente e mais estável é o Exército. O Exército, na verdade, tem hoje o papel de dirigente do Estado. O Conselho das Forças Armadas é quem dirige a República Árabe, o Marechal Tantawi é o chefe de Estado, e, portanto, caberá ao Exército, certamente, claramente, dirigir o processo, fazer com que ele possa desembocar não em violência, não em conflitos maiores, mas também na formação de uma possibilidade de estabelecimento de um Estado de direito, de um Estado democrático, de um Estado que possa realmente levar o Egito a uma transformação pacífica.

De que modo isso se fará realmente é difícil, é quase impossível de se prever. As forças civis ainda se manifestam talvez agora com um pouco de impaciência com relação à permanência dos protestantes na praça Tahrir, todo esse clima, digamos assim... Há um clima de irritação já de diversos segmentos da sociedade, com a permanência dos protestos. Portanto, há também forças civis que atuam agora no sentido da estabilidade, da permanência da organização civil.

Isso tudo terá, evidentemente, reflexos internacionais. Pela posição do Egito, o próximo governo terá que se definir em relação a Israel, por exemplo. Todos sabemos que o Egito tem um acordo com Israel feito no Governo Sadat, e há forças que são contra esse acordo, há forças que querem modificá-lo. Com relação aos Estados Unidos também, como se posicionará o novo governo egípcio, já que os Estados Unidos são os principais aliados hoje do governo egípcio? E há também forças contrárias.

O que já se percebe muito vagamente, mas, de qualquer forma, como traço talvez já geral, generalizado, é que todos talvez se manifestam em favor de relações novas com o Brasil. Temos tido já diversos indícios de que muitos, praticamente todas as correntes, ou pelo menos aquelas que se manifestam de modo mais claro gostariam de ter no Brasil um parceiro forte e um parceiro confiável. Já houve várias manifestações de interesse quanto, por exemplo, aos nossos programas sociais, quanto à estrutura econômica do Governo brasileiro, quanto à estrutura do Estado brasileiro. E há muito interesse também em que os laços econômicos se fortaleçam.

Portanto, essa crise egípcia é uma oportunidade que se abre para nós de o Brasil se inserir de um modo mais permanente, de um modo mais profundo. De qualquer forma, desde agora, sei que terei ali um posto de observação privilegiado quanto à política da região, quanto ao desenvolvimento que haja na Palestina, na própria Líbia – já que a fronteira com o Egito é grande com a Líbia, e mais de um milhão de egípcios vivem na Líbia atualmente –, quanto ao Sudão, quanto ao aproveitamento da bacia do Nilo.

Então, são todos assuntos que são interessantes. Mais que interessantes, são assuntos, eu diria, cruciais para a cena internacional de hoje em dia, e, portanto, é com muita satisfação, caso eu mereça a aprovação de V. Exªs, que terei muito o que fazer no Egito, no tocante à observação política, mas também no tocante ao aprofundamento das relações entre o Brasil e o Egito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Os líderes egípcios que estão na Líbia voltaram para o Egito?

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muitos voltaram, muitos voltaram mas uma grande parte não voltou; eles ainda permanecem na faixa de fronteira, até em postos de refugiados muitas vezes, muito mal, digamos assim, fornidos, muito mal administrados. Essa é uma queixa, aliás, que o Egito tem em relação à Líbia, o tratamento que é dispensado a esses imigrantes egípcios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir a palavra do embaixador sobre a Somália e a Eritreia, por gentileza.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Obrigado, Senador, pois eu também serei embaixador junto à Somália e Eritreia.

A Somália hoje em dia é um Estado quase inexistente, é uma situação que nós temos ali de anomia; na verdade não há um governo. Eu sequer poderei apresentar credenciais, porque não há para quem apresentar credenciais. É um país divido em feudos, em clãs, em senhores de guerra. Portanto, hoje é um país absolutamente sem governo, não há exatamente um governo.

A situação que se coloca agora é uma situação mais trágica, porque é uma situação de fome. São praticamente, segundo cálculos que temos aí, quatro milhões de pessoas que estão realmente famintas, porque a seca que atingiu todo o Chifre da África e que atinge também a Etiópia, a Eritreia e até um pouco a Somália. A Somália, justamente, é o lugar onde é mais atingido por essa situação de fome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – É o chamado Chifre da África, onde exatamente tem aquilo como se fosse um chifre de um rinoceronte. É uma região totalmente afetada por uma seca terrível.

Esteve aí anteontem o Comissário da ONU, de refugiados, o Sr. Guterres, e eu sei que ele tratou com o Governo brasileiro sobre a possibilidade que o Governo possa ter para ajudar de alguma forma. Eu tenho certeza que há interesse, e, mais do que interesse, a disponibilidade de o Governo, de alguma forma, procurar contribuir para minorar o sofrimento desses milhões de pessoas afetadas. Essa ajuda seria feita por meio do Programa Mundial de Alimentos, basicamente, mas o Comissário Guterres manifestou-se satisfeito com os esforços do governo brasileiro.

A Eritreia, por seu lado, é um Estado organizado, mas é um Estado com problemas, digamos, de hostilidade em relação aos seus vizinhos. É um Estado bastante organizado até, tem experimentado um desenvolvimento até que razoável, mas eles têm problemas seriíssimos com a Etiópia, a própria Somália, com Djibuti, são todos Estados que saíram de um mesmo contexto colonial e que conseguiram as suas independências, as suas secessões através de muita luta, de muitos conflitos. A Eritreia, particularmente, ela é muito acusada de, digamos assim, financiar grupos armados em outros países.

São assuntos a serem discutidos na ONU, estão sendo discutidos, aliás, até pelo Conselho de Segurança, e o Brasil pode contribuir no Conselho de Segurança muito mais do que bilateralmente para o encaminhamento desses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aloysio, V. Exª está satisfeito?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu indago ao plenário se podemos, em seguida, ouvir a senhora candidatada a embaixadora.

Os Srs. e Srªs Senadoras que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Obrigado ao Sr. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão pela sua exposição e passo agora a palavra à Srª Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, indicada para a República da Costa Rica.

V. Exª tem a palavra por 15 minutos.

A SRª MARIA DULCE SILVA BARROS – Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente. Obrigada a todos pela presença, e o Sr. Presidente vai me permitir também fazer um agradecimento especial ao meu marido, que está aqui presente, sempre me dando um apoio incondicional. Sou muito grata a ele por isso.

Eu, se aprovada por esta Comissão, terei a honra de representar o Brasil na Costa Rica, e a Costa Rica tem uma particularidade. Além de eu representar o Brasil bilateralmente as relações com o Estado da Costa Rica, a Costa Rica abriga algumas instituições multilaterais de muita importância. Ressaltaria, além de um instituto internacional de cooperação para agricultura e de outras instituições, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que efetivamente interage com assuntos que são relevantes para a política externa brasileira.

É do conhecimento de todos que a Costa Rica é um país de pequenas dimensões e eles mesmos, os costarriquenhos, se chamam de ticos porque tem consciência de suas limitações de território e população, mas nem por isso deixam de ser importantes, porque tem uma tradição de democracia muito reconhecida internacionalmente e sua estabilidade social e política atrai o interesse não só de turistas, porque é um país muito bonito, mas atrai interesses de investidores e efetivamente se destaca na América Central porque tem uma tradição de paz. A Costa Rica aboliu, por exemplo, o exército em 1949, e aplicou o dinheiro utilizado para esse fim, de defesa, na educação e em

programas sociais. É um país efetivamente diferenciado, sobretudo que a América Central conheceu momentos muito graves de guerra civil, de instabilidades que efetivamente fazem com que a Costa Rica sobressaia como um destino, seja para efeito, como eu disse de turismo ou para efeito de investimento, num destino privilegiado. A Costa também se sobressai porque tem uma preocupação, uma atitude ativa em relação a questão do meio ambiente e por isso também merece – a Costa Rica pretende em 2021 ser um país livre de carbono, de emissões de carbono – e isso também faz com que o país seja respeitado internacionalmente.

É uma economia muito pequena, a Costa Rica tem quatro milhões e meio de habitantes, caberia algumas vezes numa cidade como São Paulo, em uma economia também bastante reduzida para os nossos padrões se nós compararmos com o Brasil, mas eu acredito que esses países oferecem uma oportunidade para o agente diplomático atuar de uma maneira muito ativa e eficiente. Eu vejo, por exemplo, um espaço para atuar na Costa Rica na área comercial, por exemplo, porque nós temos um déficit comercial com a Costa Rica – isso parece incrível – o único país na América Central com o qual nós temos um déficit, e isso se explica porque a Costa Rica abriga algumas corporações internacionais que tem, enfim, capacidade de exportação, é o caso da Intel, uma empresa – não é americana – de processadores e peças de computadores que, inclusive quis se instalar no Brasil e por razões diversas acabou escolhendo não ficar no Brasil e, por conta disso nós temos um déficit comercial com a Costa Rica. Basicamente 70% do comercio da Costa Rica com o Brasil é exatamente dessas peças e insumos para computadores e microprocessadores e coisas desse tipo.

A Costa Rica atualmente, a Presidenta Laura Chincila, está passando por período delicado, ela teve uma queda grande na sua aceitação porque a Costa Rica começa a conhecer alguns problemas sociais e alguns problemas também econômicos, inclusive internamente de fazer uma reforma fiscal e a Presidenta não conta nesse momento com uma maioria parlamentar que apóie incondicionalmente as propostas, os projetos que ela tem tentado desenvolver. Também estão começando a sofrer um pouco de insegurança, era um porto seguro praticamente, não tinha... O índice de criminalidade lá é baixíssimo, mas agora com a questão das drogas e como a Costa Rica se situa – entre a Colômbia e o México – tem começado a sofrer também as más influências do comercio de drogas.

Como eu estava dizendo a Presidenta Laura Chincile, tem sofrido um problema, ela acabou de fazer uma reforma ministerial, inclusive o Ministro das Relações Exteriores que esteve recentemente aqui Rene Castro, foi deslocado e andou sofrendo umas acusações de designações que não eram muito bem "institucionais" digamos assim, dentro da Chancelaria, e com isso ele foi deslocado para o Ministério do Meio Ambiente. E o atual Embaixador da Costa Rica na OEA deverá assumir agora muito proximamente a Chancelaria costa-ricense.

Eu acredito que da parte bilateral nossa relação é exemplar, nós não temos assim nenhum atrito, não temos nenhum problema grave que merecesse ser citado aqui, mas há espaço para aumentar a cooperação, sobretudo nessa área que a Costa Rica domina tão bem, de meio ambiente, que é uma prioridade também da política brasileira e isso há efetivamente muita sintonia e, como um país que efetivamente precisa também de cooperação do Brasil, nós temos uma tecnologia muito mais avançada eles também tem interesse nessa área, sobretudo de bicombustíveis, e é uma coisa que pode se expandir também com relação a esse país.

Eu vejo também um espaço de atuação, e aí já entro na parte multilateral, na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O sistema Interamericano de Direitos Humanos está passando nesse momento por um momento de revisão, o Brasil está participando ativamente dessas reuniões, se criou um grupo de trabalho no âmbito da OEA, e nós tivemos recentemente alguns problemas com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas ela é uma comissão ligada a OEA que fica em Washington. A Corte já é uma outra instância que justamente recebe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos essas queixas ou representações e a Corte então julga esses casos que são levados à sua consideração. Mas é muito atuante. O Embaixador que estiver a frente da nossa missão em São José terá a seu encargo também a representação – o encaminhamento e a representação em última análise – junto à Corte. Quer dizer, ele faz o diálogo entre o Governo brasileiro e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Eu acredito que nós temos tido, inclusive uma atuação muito positiva de tentar esclarecer as questões que nos são colocadas – alguns presentes aqui se lembrarão que a questão de Belo Monte foi objeto de algumas intervenções, digamos assim, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e eventualmente esse assunto será levado à Corte. O Brasil reagiu de uma maneira muito altiva, demonstrou a sua insatisfação com determinadas práticas que não são muito consagradas no próprio estatuto da comissão, e esse assunto está um pouco pendente e acredito que poderá ser tratado – como vem sendo tratado aliás – mas eu

acho que nós temos condições de levar adiante toda uma argumentação que nos será benéfica futuramente.

A Costa Rica, do ponto de vista comercial acaba de se associar a um acordo de livre comércio com os Estados Unidos que abrange a América Central e a República Dominicana, e os outros países da América Central entraram sem nenhum problema, mas a Costa Rica até para demonstrar a força da sua democracia foi objeto - o assunto foi objeto de um referendum nacional porque os costa-ricense não aceitam, vamos dizer assim, com um cheque em branco as decisões emanadas do governo da Costa Rica. Eles questionam e assunto foi levado a um referendum nacional e que finalmente acabou vencendo mas demonstrou como são atentos e educados, como a população costa-ricense é atenta e educada para essas questões políticas.

E eu encerraria dizendo que, se aprovada por essa Comissão, eu terei a primeira... Fui Embaixadora apenas uma vez. É a segunda vez que me dirijo a essa egrégia audiência. Estou em Cabo Verde neste momento. É uma experiência africana muito especial. É um país também muito pequeninho, mas que tem me dado imensa satisfação, porque o que o Brasil faz é extraordinariamente benéfico e bem recebido, e que me preparou um pouco para dar um passo um pouco mais ambicioso: a Costa Rica, que, embora pequena, tem mais recursos que Cabo Verde.

E com isso eu encerraria por aqui, Sr. Presidente, muito obrigada pela atenção, muito obrigada pela atenção de todos. Estou a disposição se houver alguma pergunta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se puder me inscrever, Sr. Presidente eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a Embaixadora Maria da Silva Barros pela sua exposição, ela que está sendo indicada pelo Governo brasileiro para representar o nosso país na República da Costa Rica.

Antes de iniciarmos a fase de indagações por parte das Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de dar conhecimento à Casa, da presença entre nós da Senadora Vanessa Grazziotin, que é a nova membra – pode ser assim? Nova integrante, fica melhor, soa melhor – é a nova integrante...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Nova e mais formosa integrante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A mais nova integrante da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em substituição a S. Exª Senadora Glesi Hoffmann, que foi conduzida a Chefia da Casa Civil da Presidência da República. Em nome de todos os integrantes dessa Comissão, Srª Senadora Vanessa Grazziotion, seja muito bem-vinda, tenho certeza de que sua participação nos trabalhos desta Comissão será de grande valia para o nosso Senado e para o nosso Congresso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço a V. Exª, e se V. Exª me permite, agradeço muito essa receptividade muito calorosa, mas pedir porque aqui a gente costuma retirar alguns termos do nosso Regimento, das nossas Atas, inclusive aqueles que são exageradamente... Que não conferem com a realidade de forma exagerada. Então as observações feitas pelo Senador Crivella, que sejam deletadas, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin, seja, portanto, muito bem-vinda, e agora passo a palavra, por ordem de inscrição, a S. Exª o Senador Luiz Henrique, e em seguida ao Senador Marcelo Crivella e, depois do Senador Marcelo Crivella S. Exª o Senador Cristovam Buarque para as indagações aos Srs. Embaixadores indicados para os cargos aqui já enunciados. Senador Luiz Henrique com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, Srª Embaixadora Maria Dulce Silva Barros,

Sr. Presidente, ambos os sabatinados representam uma parcelo daquilo que eu proclamo como uma das melhores massas críticas desse país e da América Latina, que é o Itamaraty. Eu serei breve e objetivo fazendo a cada um deles uma pergunta.

O Brasil exporta para o Egito basicamente commodities, as exportações são baseadas em carne, minérios e produtos agrícolas principalmente açúcar. Isso segue ao modelo vigente no nosso país, que nos preocupa muito pela sobrevalência do *commoditie* ao produto de valor agregado, sobre a prevalência do produto primário é um produto com conteúdo científico e tecnológico. Eu perguntaria ao Embaixador Diniz Brandão, como trabalhar no Egito, no sentido de ampliar a presença dos produtos de inteligência nacional. Não me refiro apenas aos aviões da Embraer, refiro-me, por exemplo, às muitas soluções de *software*, que fazem o nosso País estar à frente no mundo inteiro, principalmente na área de gerenciamento financeiro e de gerenciamento empresarial.

Para a Embaixadora Maria Dulce eu gostaria de fazer a seguinte indagação: A Costa Rica é um dos países que têm um PIB *per capita* elevado para os padrões latino-americanos, ultrapassa 11.000 dólares. Por outro lado, a Costa Rica abastece a nossa indústria, o nosso sistema empresarial com a exportação de componentes eletrônicos de alto valor agregado.

Isso deve resultar uma base forte educacional naquele país, a partir do ensino básico.

Eu gostaria de solicitar à ilustre Embaixadora se ela pode dissertar a respeito do sistema educacional costa-riquenho, país que já recebeu o Prêmio Nobel na pessoa do ex-presidente Óscar Arias. Aliás, há uma similitude entre o Brasil e a Costa Rica no campo de sucessão política, porque há dois presidentes de grande projeção internacional, como o nosso Presidente Lula e o Presidente Arias, e os sucedem duas mulheres.

Eu desejo indagar a respeito do sistema educacional costa-riquenho, que se nos apresenta como um país que fez a opção, em sendo menor, de se transformar no melhor país da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Luiz Henrique.

Eu indago às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores se podemos fazer perguntas em blocos de três?

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Assim faremos.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Crivella; depois será o Senador Cristovam, para o primeiro bloco de três Senadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu também serei muito breve.

Eu também tenho as melhores impressões do nosso Quadro Diplomático.

No Egito alguns autores dizem que a irmandade árabe é a mãe de todas as organizações terroristas: do Ramas, do Hezbollah, do Al-Qaeda. E o Brasil sempre teve uma posição muito segura quanto a isso. O Brasil repudia qualquer ato de violência, mas não declara ninguém, não entra em aspectos políticos, até porque essas associações têm um braço filantrópico, têm um partido político e têm um braço armado. De tal maneira que acho o Brasil um interlocutor extraordinário junto ao mundo árabe.

Essas revoluções todas, por trás, têm a fome. Esses países precisam de comida. Se a China é a fábrica do mundo, o Brasil é a fazenda do mundo. A nossa agricultura tem fronteiras e uma produção extraordinárias. A Embrapa já tem uma posição boa na África Subsaariana, está faltando passar para cima do Saara. Nós, hoje, somos os maiores empregadores em Moçambique: a Biodiesel, a Biobrás emprega seis mil moçambicanos em 15 mil hectares plantados de cana e com uma usina de álcool.

Embaixador Marco Brandão, quais os planos de V. Exª para fazer com que a nossa – como disse o Governador Luiz Henrique – tecnologia na agricultura chegue ao Egito e, dali, aos países árabes, ou se intensifique?

Embaixadora Maria Dulce o seu discurso faz... Acho que o seu nome é um substantivo que a senhora adjetiva, é "Maria Doce". E a sua citação ao seu esposo nos comoveu. A esposa de embaixador é a embaixatriz, e o marido de embaixadora é o quê? Nós temos que cunhar em homenagem a esse seu romance tão bonito.

Mas, na América, a gente não pode fugir daquela análise geopolítica de que os norte-americanos orbitam, fazem uma órbita, provocam uma órbita que vai até esses países da América Central. E ao Brasil cabe, na América do Sul, ser também um país que faça uma gravidade, pelo seu tamanho, pela sua pujança, pelo seu desenvolvimento.

Agora, os Estados Unidos estão vivendo a pior crise da sua história moderna. Aumentaram a base monetária de 850 bilhões para 2 trilhões e 400. Não há inflação porque o dinheiro não chega à população. A população está vivendo o desemprego, a população está vivendo cortes nas cidades, nos Estados. Quem não pode rodar a maquineta, a guitarra, está mandando embora. Recentemente, ouvi no noticiário que policiais, em um bairro de Miami, norte, foram de casa em casa dizer à população que foram demitidos, metade da força. E eles diziam: "Não saiam à noite, não deixem o carro aberto, porque a polícia aqui não tem mais condições de manter a segurança." Foi mostrado no noticiário e todos viram. Então, acho que chegou a hora do Brasil. O Brasil está bem melhor, Senador. V. Exª não pode comparar, hoje, o momento que vivemos com a crise americana. É uma coisa óbvia. E nós estamos sendo prejudicados, porque essa coisa de rodar guitarra, esse dinheiro não vai para o mercado, não há liquidez, os bancos não emprestam, mas eles acabam vindo para cá. Em última análise, o que os Estados Unidos querem é um dólar barato e um real caro. Tivemos que tomar medidas para conter isso. O que eu digo é o seguinte: a América Latina nunca houve, exatamente pela interferência dos americanos do norte.

Acho que chegou uma boa hora de aumentarmos os nossos laços políticos, culturais, não só econômicos. Acho que o Presidente Lula deixou uma grande lição. A globalização começou com esse espírito fenício de apenas fazer negócio, gerar superávit. Acho que essas coisas não podem dar uma globalização estável. Cada um tem sua vocação, cada um tem sua especialidade. É na harmonia dos interesses que vamos construir um mundo melhor. Acho, por exemplo, triste o superávit que fazemos com a África. A África do Sul, por exemplo, é crônico: 1 bilhão de superávit por ano. Com os outros países também. Então, qual o sentido disso?

Vejo uma oportunidade extraordinária para a senhora, nesse momento da presença brasileira: eles conhecerem melhor o nosso povo.

Desculpem-me aqui a ufania, mas essa palavra triunfar traz implícita um sentido de três forças harmônicas, conjugadas, atuando juntas. A maior força que existe na sociedade é da família: marido, mulher, filhos. Na natureza, a vida consiste na água, que são duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio. Deus, é o mundo cristão, para nós cristãos: pai, filho, Espírito Santo. Vejo isso no Brasil pela mistura de nossas raças – do índio, do ibérico e do negro –, o que nos confere, num tempo globalizado, uma idiossincrasia peculiar, extraordinária, refletida nos senhores, refletida no imenso sucesso que o Brasil fez na política externa do Ministro Celso Amorim, apontado nas revistas estrangeiras como um dos homens mais importantes e influentes do mundo.

Acho que chegou a hora de talvez estendermos a América do Sul ou de pensarmos em criar essa tal América Latina, que nunca houve.

Queria apenas passar esses pensamentos para a Srª Maria Dulce e desejar uma doce estadia em Costa Rica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Marcelo Crivella, muito obrigado pela sua indagação.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, de vez em quando aqui nessa Comissão existem debates sobre a conveniência ou não de ter embaixada naquele país. Dessa vez, não temos, mas eu não perco a chance de dizer que defendo e apóio a política dos últimos anos do Presidente Lula, graças também ao Itamaraty, de ampliar ao máximo a nossa representação no exterior. Sempre tenho dito que não existe país pequeno, não existe país grande, existe país. Você pode dizer que tem população pequena, mas, do ponto de vista de nacionalidade, quando ele cita as Nações Unidas, o voto é igual. Ele diz que não tem o poder de veto, como nós também não temos.

Aproveito até para voltar a insistir, Presidente Collor, nos eventos que ele faz toda segunda-feira. Já defendi minha posição, eu creio que o Brasil comete um erro nessa luta, não vou dizer insana, mas tremenda para ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, quando eu acho que nós deveríamos lutar para que não houvesse ninguém permanente, mesmo sabendo que isso não passará, mas nos daria uma força moral no cenário internacional.

A força em política externa é muito moral, não só armada e nem só econômica. Quem quiser ver isso, recomendo um livro que saiu há pouco que mostra como o pensamento antigo da China influi na maneira como a China faz a sua política externa. Vale a pena ler. Grupos anteriores a Confúcio. Como eles usam isso e como põem a força moral como um dos vetores. Dessa vez, não precisamos discutir se deve ou não ter. Ao contrário, um país com a história do Egito e com o tamanho do Egito faz parte inclusive do grupo que os ministros de educação têm dos nove países mais populosos do mundo que se reúnem para discutir a crise educacional. É um país que não tem tido facilidade na economia ultimamente, que tem a pobreza gritante, mas é um país cuja presença no mundo, na África, na história e em tudo é fundamental.

Por isso, quero dizer ao Embaixador Brandão, que temos a expectativa de ter um embaixador que dê continuidade à força do Embaixador Melantônio, que, sem dúvida alguma, é difícil de ser substituído.

Mas eu queria falar para os dois uma coisa que a gente raramente se lembra, é de como a gente pode aprender com esses países. E eu não sei como vocês se virariam para nos ajudar a aprender. Mas vale a pena aprender uma coisa do Egito e uma coisa de Costa Rica.

Vou começar por Costa Rica. Embaixadora, a gente precisa aprender como é que aqueles *chicos*, como eles se chamam, conseguiram fazer uma revolução educacional em um país sem renda. Costa Rica tem uma das melhores educações no mundo inteiro. Costa Rica erradicou o analfabetismo há décadas. Costa Rica tem todas as crianças em escolas boas. E Costa Rica, graças a isso, hoje atrai empresas de alta tecnologia para o seu território, e não para vender, pois o mercado deles é inexistente, mas para exportar, aproveitando a capacidade que eles têm. Então nos ajudem a entender o que houve em Costa Rica, embora não possamos seguir o exemplo de financiar isso com as Forças Armadas, porque eles fecharam o Exército, mas eles são um país pequeno. Nós não podemos. Temos até que fortalecer as Forças Armadas. Foram muito sábios Constituintes que colocaram aqui Relações Exteriores e Defesa Nacional. A gente esquece, quase sempre, que também é Comissão de Defesa Nacional. Nos ajudem a entender isso.

Ao Embaixador Brandão, nos ajude a saber como é que em seis meses eles conseguem julgar, dentro de uma jaula, deitado na cama, um ditador que durante 30 anos mandou no país. Aqui o processo jurídico, que tem a qualidade, portanto, de ser democrático, às vezes, não consegue julgar ninguém. Lá faz seis meses que esse ditador estava mandando no país, menos de seis meses. De repente, até choca o mundo essa pessoa deitada em uma casa, dentro de uma jaula, sendo julgado. Eu, com toda prevenção que tenho contra ele, desejo que não seja condenado à pena de morte.

Pena de morte já devia ter acabado muito tempo em todos os lugares.

Mas a gente precisa aprender como funciona esse sistema jurídico, se é por qualidade ou defeito, porque durante o regime do Mubarak, devia ser não em seis meses, mas em seis horas o julgamento e ele decidir a pena antes talvez. Mas como é que funciona tão bem? Depois, lembrando um artigo de um jornalista espanhol, correspondente do *El País* no Brasil, em que ele dizia que se surpreendia, no Brasil, com o fato de que nós não nos indignamos nas ruas. Como eles, naquela praça Tahrir, sem nada organizado, nem os partidos funcionando, nenhuma liderança, conseguiram levar a indignação como uma força moral para fazer com que mudasse o regime, embora eu não seja tão otimista ainda com relação ao que vai surgir ali. Creio que podem surgir coisas que são diferentes, mas que não são melhores.

Então, eu gostaria que não só nossos embaixadores fossem para lá levando o Brasil, mas também nossos observadores, que trariam de lá as experiências positivas desses dois grandes países e que aproveitariam para trazer também as experiências negativas, para que pudéssemos evitá-las.

Concluo, dizendo, mais uma vez, que sinto prazer de aqui estar, Presidente Collor, sabendo que estou participando da escolha de grandes nomes para representar o grande país que o Brasil quer ser.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Para finalizar, concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quero somente felicitar a Embaixadora Maria Dulce Silva Barros e o Embaixador Marco Antonio Brandão, grande amigo, com quem tive boa relação quando ele trabalhou não só no Itamaraty, mas também em outras embaixadas. Ultimamente, passou pela Índia, pela França. Já correu quase o mundo inteiro e tem uma experiência extraordinária no campo da diplomacia.

Tenho certeza absoluta de que, nessa fase novíssima que está vivendo o Egito, o Brasil vai ter uma relação ainda muito melhor com aquele país, porque o Egito caminha para a prática do regime democrático. Espero que as eleições venham confirmar essa nossa reflexão. O Dr. Marco Antonio Brandão, como embaixador, vai construir um novo marco histórico nas relações entre o Brasil e o Egito, beneficiando, assim, o nosso comércio, procurando aumentar as nossas exportações e mantendo um bom nível de amizade com esse país histórico, que é o Egito.

Desejo felicidades ao Dr. Marco Antonio Brandão. Tenho certeza absoluta de que V. Exª desempenhará, com muito brilho, essa missão que lhe está sendo entregue pela Presidenta Dilma e que será, sem dúvida alguma, apoiada por esta Comissão, pelo Senado Federal.

A mesma coisa desejo à Drª Maria Dulce Silva Barros: que seja feliz na sua nova missão!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Passo, agora, a palavra, para responder às indagações feitas por S. Exªs os Srs. Senadores, ao Embaixador Marco Antonio Brandão, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

São perguntas, de fato, muito ricas. Agradeço-lhes as perguntas, que me permitem tocar em assuntos realmente importantes.

O Senador Luiz Henrique falou sobre a necessidade ou, talvez, o desejo de ampliar nosso leque de exportações para o Egito, incluindo produtos de maior densidade tecnológica, produtos industriais. É, de fato, um problema que tem acontecido não só no Egito, mas também na Índia, de onde venho. Temos um padrão de exportações para alguns países que hoje se concentra em produtos de base, em produtos alimentares, em produtos que não têm grande densidade tecnológica.

Como fazer para reverter esse quadro? V. Exª mencionou os aviões da Embraer, que, talvez, sejam hoje um produto que merece grande atenção e grande cuidado para ser promovido, porque esses aviões abrem caminho para a tecnologia brasileira. O Egito já foi importador de aviões da Embraer; hoje, já não o é mais. A Índia importa aviões da Embraer. E são aviões que demonstram a capacidade tecnológica brasileira, que demonstram ao grande público como somos capazes de ter produtos muito mais densos e muito mais tecnologicamente avançados do que simples produtos de matéria-prima ou produtos alimentares.

Para reverter esse quadro, esse problema, cabe a adoção de medidas. Talvez, para o futuro, fosse de fato interessante fazer um novo tipo de esforço para alcançar esse objetivo.

O que nós temos observado – e aí não vai nenhuma crítica; vai uma constatação – é que o empresário brasileiro hoje tem no Brasil, no próprio Brasil, um mercado tão grande, tão dinâmico, que ele, muitas vezes, não tem incentivo suficiente para se interessar pelos mercados externos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O câmbio desfavorável.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – O Câmbio desfavorável, evidentemente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não há embaixador que faça milagre. Esse é um problema de outro ministério, que trata de economia, de planejamento, ou do Congresso. Milagre o senhor não faz. Não pode mudar a pauta de exportação *(Inaudível.)* Milagre o senhor não pode fazer, embora seja um Embaixador extremamente competente.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado.

De fato, o senhor tem toda razão, o câmbio é um problema seriíssimo e que decorre talvez do enfraquecimento mundial do dólar. Quer dizer, vários países no mundo têm esse problema de câmbio sobrevalorizado, acho que muito mais por um defeito do dólar do que propriamente por outros motivos.

Mas há possibilidades de incentivar ainda a exportação de produtos brasileiros. Como fazê-lo? Eu acho que falta a nós iniciativa, e ao próprio Governo, de promover, por exemplo, mais feiras no exterior, promover a ida de empresários, oferecer condições para que o empresário brasileiro possa, no exterior, mostrar o produto que ele tem. Hoje ainda há pouco. Nós precisamos incentivar esse tipo de contato. Incentivar a formação de associações comerciais, de associações de empresários, de mostrar lá fora, de uma maneira rotineira e muito mais profunda, muito mais ampla do que tem sido feito, o que nós somos capazes de fazer. É claro que o empresário estrangeiro não conhece o que nós temos. E não interessa a ele vir buscar; ele quer é vender. E acho que nós devemos adotar essa postura um pouco mais agressiva, de vendas, de buscar um cliente com mais afinco e com mais vigor. Eu acho que esse é o caminho para que, não só no Egito, mas em vários outros países, nós possamos aumentar, diversificar a nossa pauta de importações num contexto negativo de câmbio ainda desfavorável e negativo também nesse sentido, de mercado interno, que absorve muito a capacidade produtiva do país. Graças a Deus, mas impede que haja excedentes, ou pelo menos interesses para exportações.

Não sei se...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de fazer uma sugestão: quem sabe, em articulação do Itamaraty com o Ministério do Desenvolvimento Econômico e a Apex, promover uma grande rodada de negócios lá no Cairo, levando um grupo expressivo de empresários do setor de transformação nacional.

Porque nós temos dois adversários em relação ao Egito, por exemplo: a distância e o desconhecimento. A distância, nós vencemos com o avião, e o desconhecimento, nós vencemos com aproximação, com uma rodada de negócios. Talvez se pudesse fazer, relativamente à indústria mais sofisticada nacional, uma rodada de negócio no Egito em que empresário brasileiro negociasse diretamente com empresário egípcio. Essa é a sugestão que eu faria ao ilustre embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª está satisfeito com a ...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É só para corroborar com o Senador Aloysio. Eu tenho participado de muitas entidades que gostariam muito de fazer essas feiras, mas, quando se coloca no papel, não se vai atingir o objetivo apenas com divulgação... Mas, voltando ao câmbio novamente, não se fecha negócio. Então, isso é uma barreira que está desestimulando. Então, nós podíamos fazer isso talvez em duas etapas: mostrar o que nós temos, mas, em termos de negócio, pode ter certeza, atualmente, com essa política cambial do Brasil – não é o problema do dólar americano, é uma política nossa, de juros altos –,a gente não consegue fazer com que o dólar chegue a um patamar competitivo para exportação.

Então, o senhor vai ter dificuldades também em promover essas feiras, pode ter certeza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S.Exª, Senador Cyro.

Acho que falta ainda a resposta aos Senadores Cristovam, Crivella e Valadares.

Então, com a palavra o Sr. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para a República Árabe do Egito, para a República da Somália e para o Estado da Eritreia.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Presidente.

Apenas agradecer a sugestão do Senador Luiz Henrique, que eu acredito seja de fato o caminho mais eficaz para que nós possamos...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só queria fazer mais uma observação. É que essa indústria de mais conteúdo tecnológico, ela compete pelo valor e não pelo preço. Então, ela é menos sensível à questão cambial; embora a questão cambial – o Senador Aloysio e o Senador Cyro já manifestaram – seja um fator inibidor das exportações nacionais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu falei do Egito e não falei da Somália e da Eritreia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Eu queria dizer que é uma tarefa importante nossa nesses países para que mostremos ao mundo a capacidade de solidariedade do Brasil.

Hoje eu li no jornal uma declaração do novo Diretor da FAO, José Graziano, reclamando que o Brasil não está prestando a atenção nem o apoio necessário nesse momento da fome que vive o povo na Somália. Então, o senhor, como nosso representante, eu espero que convença a nós próprios que às vezes costumamos dizer: Mas como dar dinheiro a pobre da Somália se temos tantos pobres no nosso Nordeste. Nós temos que cuidar de todos. A globalização não pode ser apenas para a gente ter telefonezinhos maravilhosos não. É também para a gente ter solidariedade com os povos que estão passando dificuldades.

Então, a sua posição lá é importante para mostrar ao mundo que o Brasil tem solidariedade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E como em Moçambique, não é só dar a comida, é ensinar a plantar, dar a semente e a tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exªs, Senadores Cristovam e Marcelo Crivella.

Com a palavra o Sr. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Presidente.

Com relação aos comentários que agradeço muito do Senador Crivella e um pouco ligado a essas questões também de exportações brasileiras, nós exportamos alimentos para o Egito. É realmente uma das grandes exportações que nós temos. Mas V. Exª tem toda razão quanto à necessidade de ensinar a produzir. Acho que está aí o segredo. É uma preocupação que eu conheço do Embaixador Patriota, Ministro de Relações Exteriores, de promover prioritariamente em relação ao Egito, por exemplo, a cooperação da Embrapa com as entidades locais para transferir tecnologia para a produção de alimentos. Nós não podemos nos esquecer que o Egito foi durante milênios o celeiro da Europa. O Império Romano dependia, em grande parte, do trigo egípcio para sua sustentação. E por que não, de novo, tornar o Egito um grande celeiro para a Europa, para o mundo. E a colaboração da Embrapa aí eu acho absolutamente prioritária, fundamental mesmo no contexto das nossas relações com o Egito.

E é, posso lhe dizer com certeza, uma das prioridades do Embaixador Patriota, que, pelas posições que tem me passado, tem ressaltado essa prioridade que ele dá.

No que concerne à Irmandade Árabe, ela nasceu nos anos 20 como uma espécie de força de oposição. Houve realmente até um significado político quando da sua formação. Depois, ela foi se tornando muito mais uma sociedade beneficente – se posso dizer assim –, de fundamentos islâmicos, profundamente islâmicos, mas de certa forma laica. Ela nunca se interessou a Irmandade Egípcia ou Irmandade Muçulmana em ter uma atuação política. Mesmo agora em que ela foi uma das forças fundamentais nessa revolução egípcia – digamos assim –, mas ela nunca se propôs como alternativa de poder. No início até a Irmandade Muçulmana, pelos seus líderes, declarou que não apresentaria candidatos à presidência da República, por exemplo. Depois as coisas mudaram um pouco, e dentro da própria irmandade há várias correntes, e eles formaram um partido. Portanto, hoje há um partido que representa a irmandade árabe, a irmandade muçulmana, eles têm um grande apoio da população em geral, mas longe de terem qualquer tipo de maioria, ou maioria significativa. Ao contrário do que parece, eles têm tido uma atuação até muito moderada, uma força moderadora até, em contexto de outros movimentos islâmicos muito mais radicais presentes na Arábia Saudita, que não estão organizados, mas que também têm sua presença fortíssima, que são os chamados safarditas, movimentos muito mais subterrâneos ou pouco organizados, mas esses, sim, fundamentalistas e que são contra, inclusive, a organização democrática do Estado, porque eles não acreditam na necessidade de uma constituição ou de uma assembleia legislativa, porque eles acreditam na adoção da lei islâmica, do Corão e da Sharia, como única fórmula possível de governo.

Portanto, nesse contexto, a irmandade árabe, a irmandade muçulmana tem tido, ao contrário, uma atuação muito moderada e tem sido inclusive contactada, parece, aparentemente, por vários governos. Parece que a própria Secretária de Estado Clinton se referiu à irmandade como uma força moderadora. Portanto, não é a ameaça que parece ser nesse contexto.

O Senador Buarque se referiu ao presente embaixador, a quem vou suceder, o Embaixador Cesário Melantonio Neto, e eu não posso concordar mais com o Senador do que quando ele disse que será um embaixador dificílimo de substituir, porque o embaixador tem grande conhecimento da área, é uma pessoa altamente qualificada, tem tido uma atuação brilhante e certamente me esforçarei ao máximo, mas não sei se serei capaz de exercer o cargo com tamanho brilho quanto ele. De qualquer forma, tentarei ser algo que, se Deus quiser, serei capaz de fazer.

O julgamento do ex-Presidente Mubarack, evidentemente, foi talvez um golpe de mídia, eu acho. Muito

mais do que propriamente um movimento profundo, algo que tenha ocorrido ali em termos de decisão política, foi uma decisão mais de aparência, uma decisão para que as forças hoje atuantes no Egito possam, de certa forma, encontrar um elemento de estabilidade, um elemento de calmaria. E foi relativamente fácil, porque o Presidente Mubarack, ao perder o poder, perdeu, de fato, pelos comentários que tenho lido, qualquer poder. Ele hoje simplesmente é uma pessoa que não tem vínculos com forças políticas ou com forças econômicas que tenham algum tipo de influência. Nesse quadro, evidentemente que foi mais fácil trazê-lo à barra dos tribunais, de uma forma realmente visivelmente humilhante, mas também não se sabe muito bem como se vai desenrolar esse julgamento. Já foi adiado, há outros réus sendo julgados por vias mais facilmente julgáveis; o ex-Ministro do Interior, os dois filhos do ex-Presidente Mubarack. Portanto, é também um julgamento cujo desenlace é difícil prever.

O Senador se referiu também como de repente, na Praça Tahrir, surgiu um movimento sem coordenação, sem aparente força aglutinadora. É aparentemente, porque, na verdade, o que houve – e parece que também sobretudo na Tunísia, onde foi a primeira eclosão dessa insatisfação, dessa crise, dessa revolução –, o que foi essencial foi o uso do Twitter, do Facebook, da Internet como forças de mobilização.

O uso da Internet no Egito hoje é muito grande. Eles têm não só um grande uso, um grande número de egípcios usam o telefone celular e tem acesso também à Internet. É um dos países, paradoxalmente, que não tem um grande desenvolvimento econômico, a exemplo da Índia, mas onde as forças da informática são muito presentes. Então, talvez seja o primeiro exemplo de uma coordenação virtual, um exemplo de como as tecnologias modernas têm um efeito político grande, são instrumentos de mobilização política.

O Senador Buarque se referiu também à Somália, e de novo digo que esteve aí anteontem o Comissário das Nações Unidas, para refugiados, o ex-Primeiro-Ministro Guterres, de Portugal. Ele teve encontro os mais variados e ele se manifestou muito satisfeito com a resposta brasileira. Eu não conheço, infelizmente, as declarações do Dr. Graziano quanto a isso, mas o Comissário Guterres deixou claro que o Governo brasileiro tem feito os seus melhores esforços e envidará os maiores esforços para solidarizar-se com o povo da Somália e o povo de outros países, também, do Chifre da África.

De modo que é algo que eu acho que está sendo feito e que vai aprofundar-se.

E só posso agradecer imensamente ao Senador Valadares as palavras de amigo, que me brindou, e dizer que certamente é sempre com espírito de grande humildade, mas também sabendo que represento um país democrático, que vou procurar atuar na minha nova missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para nosso Embaixador na República Árabe do Egito, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

Passo agora a palavra à Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, para responder às perguntar formuladas pelas Srªs e Srs. Senadores.

Tem V. Exª a palavra.

A SRª MARIA DULCE SILVA BARROS – Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente, obrigada aos Senadores que me dirigiram perguntas. Eu acredito que este diálogo é muito enriquecedor e nos ajuda muito na nossa atuação futura nos postos para os quais somos designados.

Com relação à pergunta do Senador Luiz Henrique, eu acho que tive o privilégio de ver que o Senador Cristovam se antecipou e me fez já comentários que me ajudam na pergunta do Senador Luiz Henrique.

O sistema educacional da Costa Rica, efetivamente, exemplar. Eles tiveram uma facilidade que os outros países da América Central não tiveram. A Costa Rica gozou de uma estabilidade política e social durante muito tempo. A partir do Século XIX pode se dizer que a Costa Rica vinha se preparando para ter uma sociedade mais equitativa.

Houve uma guerra civil, em 1948, e dessa guerra civil surgiram as instituições que beneficiaram essas escolhas políticas que terminaram favorecendo para que a questão da educação fosse valorizada, na medida que resultou numa população muito educada, que hoje em dia nós sabemos que é um patrimônio inestimável que incentiva a vinda de empresas e corporações multinacionais para se instalar na Costa Rica, se beneficiando dessa boa educação.

Então, eu acredito que a estabilidade do país pode ser uma resposta importante à questão da educação. Um país que se viu livre do analfabetismo, um país que tem uma qualidade de educação reconhecida, um país que, inclusive, acolhe a Universidade da Paz das Nações Unidas. Ou seja, se criou um ambiente que favorece muito essas escolhas políticas que são benéficas para o país, sem sombra de dúvida.

Não sei se quer que eu me estenda mais sobre...

Muito bem.

Ao Senador Crivella, eu gostaria de agradecer as palavras tão amáveis e generosas. Fico muito feliz. E acho que precisamos efetivamente, Senador, des-

cobrir um título para os maridos. É uma injustiça ter a embaixatriz e não ter o equivalente. E posso lhe dizer, pela experiência que tenho com o meu marido, que há um papel também. Não só as embaixatrizes, mas os maridos das embaixadoras também podem atuar de maneira muito benéfica para a atuação das profissionais que somos nós.

Com relação à influência do Brasil, que foi a pergunta que me dirigiu o Senador, acho que a influência do Brasil, eu acho que a palavra, eu acho que se criou a expressão *softpower* pensando no Brasil. O Brasil é, pela sua vocação na cena internacional, um *softpower* e isso explica muito por que o Brasil não vai entrando nos países com uma aparência de já pretender tirar benefícios. A nossa cooperação técnica, por exemplo, é exemplar.

A revista *The Economist* publicou recentemente – eu fiquei surpreendida, eu que estou na África, que lido diretamente com essas questões de cooperação –, mas fiquei surpreendida, a cifra da cooperação brasileira, se nós contabilizarmos as coisas que normalmente não saem naqueles projetos, mas os benefícios que vêm em seguida, chega a 4 bilhões, contados de 5 anos para cá. Eu participo, estou na África, em Cabo Verde, e participo de reunião de doadores. Eles não me chamavam, mas agora me chamam. E, num dia, soube que havia uma reunião, me ofereci para ir e fiquei impressionada: nós damos mais dinheiro para Cabo Verde que Luxemburgo, que a Áustria, mas nós não aparecemos.

Eu lhe confesso que eu não acho isso má ideia. É um trabalho de formiguinha, vamos fazendo, vamos angariando a simpatia e vamos demonstrando a nossa capacidade, que cada vez mais é respeitada – o Brasil, em várias áreas, tem tido uma atuação reconhecida. Estou aqui, esta semana, mas ontem foi inaugurado o primeiro banco de leite na África, que foi feito pelo Brasil, em Cabo Verde. Cabo Verde foi escolhido porque é um país mais fácil para se trabalhar, porque tem muita estabilidade política.

Então, *softpower*. Se dependesse de mim, de eu continuar a agir com uma filosofia de atuação da Diplomacia Brasileira, acredito que essa nossa maneira de atuar está dando certo. E isso não quer dizer que a gente não tenha interesse na América Central; não é que o fato de os Estados Unidos serem, vamos dizer assim, dominantes nessa região que isso vai nos impedir de atuar de maneira mais positiva. Mas acredito que a gente faz as coisas da nossa maneira e com bons resultados, e até hoje tem sido assim.

Não sei se respondi à pergunta de V. Exª.

E ao Senador Cristovam, eu também queria agradecer pelas perguntas e pela presença aqui. Eu estou inteiramente de acordo com o Sr. Senador de que nós temos que aprender – e não importa o tamanho do país, as experiências são sempre muito válidas e nós não podemos ser arrogantes. E isso vem um pouco também na sequência desse pensamento do *softpower.* Nós não podemos ser arrogantes, nós mostramos que somos capazes, nós temos o interesse... E a palavra cooperação, quando se trata do Brasil – e eu me lembro que o Brasil recebeu cooperação durante décadas e sempre vinha um contrato de trabalho atrás para nós, ou comprarmos tratores da Alemanha, ou contratarmos os serviços para uma construção de uma empresa americana. A cooperação vinha sempre com uma segunda intenção por trás.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E nós temos que mandar terras raras e minerais estratégicos, que outros não tinham, só nós.

A SRª MARIA DULCE SILVA BARROS – (*Risos*.) Acredito que essa cooperação é entendida pelos países que recebem a cooperação do Brasil de uma maneira muito paralela, muito igual. Nós não chegamos com nenhuma atitude de arrogância, de demonstrar assim: "eu sei, mas você não sabe". E podemos sinceramente aprender. E acredito que, ao fazermos essa cooperação, também aprendemos muito. Todas as instituições que vão a Cabo Verde (IBGE, Embrapa, Fiocruz, enfim) aprendem com as experiências que encontram localmente.

Concordo plenamente com o Senador Cristovam de que nós temos que estar atentos também para aprender com a experiência de outros países e também concordo que o papel do embaixador é trazer essas experiência para o benefício do que puder ser feito para nossas políticas públicas, para nossas decisões.

Gostaria também de agradecer as palavras, não sei se o Senador Cristovam está satisfeito com as respostas ou queria que eu fizesse mais alguma observação... Muito bem. E o Senador Antonio Carlos Valadares, também muito gentil e muito generoso em me dirigir esses votos que agradeço imensamente.

Agradeço a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sem prejuízo das indagações das demais Srªs e Srs. Senadores, eu solicitaria a V. Exª que consultasse o plenário se já poderíamos iniciar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – De acordo com a solicitação de S. Exª, Senador Luiz Henrique, e baseada sua solicitação no art. 4º do art. 3º do Ato nº1 de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, indago ao plenário, aos

senhores integrantes desta Comissão se podermos dar início ao processo de votação.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem fazê-lo de imediato podem vir à mesa para receber a cédula em que constam os nomes dos dois indicados sabatinados no dia de hoje.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Paulo Bauer para as indagações que tem a fazer aos senhores embaixadores.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade não tenho nenhum questionamento a fazer e a formalizar. Apenas desejo registrar aqui meus cumprimentos ao Embaixador Marco Antonio Brandão, pelas informações que prestou e quero, na certeza de que o seu nome será aprovado tanto por esta Comissão, quanto pelo plenário e desejar muito sucesso e êxito na sua missão no Egito. Certamente o Brasil estará muito bem representado.

Quero, também, registrar aqui a minha confiança no trabalho da Embaixadora Maria Dulce Silva Barros na Costa Rica. Com certeza o seu trabalho também será muito importante e valioso para o Brasil e para as relações internacionais do nosso País.

Registro, com muita satisfação, que fui relator da matéria aqui nesta Comissão, já apresentei o meu relatório na última reunião, conforme os Srs. Senadores e o Sr. Presidente puderam ouvir e conhecer. Desejo a ela muito sucesso e me sinto muito feliz por ter tido a oportunidade de falar em favor da nobre Embaixadora que representa muito bem a diplomacia brasileira, a mulher brasileira e, principalmente, a esperança no futuro do nosso País no contexto das Nações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Paulo Bauer.

Deixo a palavra ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão e também à Embaixadora Maria Dulce Silva Barros para considerações finais sobre as palavras do Senador Paulo Bauer.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Agradeço muito as palavras do Senador Bauer. Tivemos já uma conversa produtiva, sobretudo em educação. Confesso-lhe que, depois do nosso encontro, corria à *Internet* para conhecer melhor o sistema educacional egípcio. E, portanto, já foi uma contribuição fundamental do meu encontro com V. Exª. Agradeço muito as suas palavras e os seus votos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão.

Com a palavra a Embaixadora Maria Dulce Silva Barros.

A SRª MARIA DULCE SILVA BARROS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senador, foi uma honra para mim, sou muito grata ao trabalho, ao seu tempo, a sua dedicação para ser o relator da minha apresentação. Espero recebê-los, e faço um convite a todos, recebê-lo na Costa Rica, obviamente o convite é extensivo a todos os presentes. Muitíssimo obrigada pela sua colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado as Srªs e Srs. Senadores.

Encerrada a sabatina dos indicados, o processo de votação continua aberto. Enquanto isso, continuamos com a apreciação da nossa pauta.

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, primeiro quero justificar por que precisei me ausentar um pouco: fui a uma audiência importante. De fato, eu precisei correr desde a Chapelaria até aqui. Peço para aguardar até que a minha respiração volte ao normal.

Embaixadora Maria Dulce Silva Barros e Embaixador Marco Antonio Brandão, desejo-lhes sucesso em suas respectivas missões. Considero importante, Sr. Presidente, diante dos terríveis atentados terroristas acontecidos em Oslo dia 22 de julho, na Noruega, e na pequena ilha lacustre de Utoeya que provocaram...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, se V. Exª me permitir, estamos tratando do item 3 da pauta, Mensagem do Senado Federal nº 90.

Vou apenas repetir, para ficar claro.

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Concedo a palavra a S. Exª, Senador Eduardo Suplicy para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Perdão, como eu sou autor de dois requerimentos, pensei que fosse o outro.

Filho de Anuor Nahes e Elvira Nahes, o senhor Ánuar Nahes nasceu em Santander, em São Paulo, em 1952. Formou em Letras, pela USP, em 1976, em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Professor Carlos Pasqualle/SP em 1978. Em 1981, ingressou no curso de preparação para Carreira Diplomática no Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1982, Segundo-Secretário em 1986, Primeiro-Secretário em 1982, Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 2005.

Dentre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado e Relações Exteriores, cumpre destacar Chefe da Divisão do Oriente Próximo, de 1995 a 1998, Chefe da Divisão de Pessoal, de 2004 a 2005, Coordenador-Geral do Seguimento de Cúpula da América do Sul - Países Árabes, em 2007.

No exterior, atuou nas embaixadas de Beirute e de Damasco como Encarregado de Negócios em 1994 e 2006 respectivamente.

Serviu como Conselheiro na embaixada em Paris em 1998 a 2001; na embaixada na Tunísia em 2002 a 2003; na embaixada em Doha de 2007 até a presente data.

Entre as missões que desempenhou no exterior, cabe ressaltar a Chefia da Delegação Brasileira em missão na área de saúde à Autoridade Palestina, Gaza e Ramallah, em 1996.

Em 2003, defendeu a tese "Reparações da Guerra do Golfo e suas implicações para o Brasil: a Comissão de Compensação das Nações Unidas", aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

É também autor do trabalho "Linguagem diplomática: uma abordagem irônico-linguística", publicado na Revista do Serviço Público (Funcep), em Brasília.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério de Relações Exteriores, as relações entre Brasil e Iraque foram estabelecidas em 1967, e sua forte relação de parceria aprofundou-se por haver o Brasil sido um dos primeiros países a se solidarizar com o Iraque logo após a nacionalização das empresas de petróleo do país, em 1971. O Brasil manteve, na ocasião, suas importações de óleo iraquiano, a despeito do embargo decretado pelos países desenvolvidos. No entanto, na crise internacional desencadeada pela invasão do Iraque em 2003, a postura brasileira refletiu a tradicional política adotada por nosso País, pautada pela defesa de princípios, como o da responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos assuntos relativos à paz e à segurança internacional e o da não interferência em assuntos internos de países soberanos, tendo empreendido esforços em prol da preservação da paz.

Nessa linha de esforços do nosso País em busca da paz, estive no Iraque em janeiro de 2008, cumprindo viagem oficial, a convite do Presidente da Assembleia Nacional Iraquiana, Dr. Mahmud al-Mashhadani. Na ocasião, comigo estava o nosso Embaixador Bernardo de Azevedo Brito; o jornalista Sérgio Kalili; e o Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque (CCBI), o Sr. Nawfal Assa Mossa Alssabak. A viagem, que contou com o total apoio do Sr. Jalal Jamel Dawood Chaya, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque até hoje, teve como objetivo apresentar aos iraquianos a proposta da implantação de uma Renda Básica de Cidadania Incondicional a todos os trinta milhões de habitantes do país, com o fito de ajudar a democratização e a pacificação da nação depois de muitos anos de guerra, violência e mortes. Considerando que o Iraque detém uma das maiores reservas conhecidas de petróleo no mundo, essa Renda Incondicional seria fundamental para a promoção da paz.

Quero informar que, há cerca de dois meses, o Embaixador do Iraque informou-me que aquela proposição foi, em princípio, aceita pelo governo e está sendo objeto de iniciativa legislativa, cujos detalhes ele ficou de me enviar proximamente.

Em consequência do embargo imposto pela ONU ao Iraque entre 1990 e 2003, nosso comércio bilateral sofreu substancial redução. Com o fim do embargo, nossas exportações têm crescido de forma consistente. Se considerarmos, além das exportações diretas, as exportações indiretas, certificadas pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque, realizadas por intermédio de países vizinhos, como Síria, Kuwait, Jordânia, Turquia, Irã e Emirados Árabes Unidos, veremos que o montante das exportações brasileiras supera US$743 milhões. As exportações compõem-se basicamente de alimentos, de carne de frango e derivados, de carne bovina, de açúcar, de autopeças, de equipamentos hospitalares e de laboratório, de medicamentos e de

ferramentas. As importações chegam ainda, com dados da CCBI, a US$739 milhões, em sua maior parte combustíveis e hidrocarbonetos.

Segundo a Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque, as oportunidades de integração comercial dos dois países são grandes, principalmente nos campos da construção civil, de equipamento hospitalar, de medicamentos, de siderurgia, de refinaria, de turismo e de hotelaria. Há um caminho promissor a ser percorrido por ambos os países nessa nova etapa de suas relações.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório, Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy pela leitura do seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Indago se algum dos Srs. Senadores ou Srªs Senadoras aqui presentes deixaram de votar. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. *(Pausa.)*

Obrigado, Presidente. Faço questão de votar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, imediatamente após o depósito em urna dos votos de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, finalizamos o processo de votação.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião será transformada em secreta.

Solicito às senhoras e aos senhores aqui presentes que se ausentem do plenário.

Designo S. Exª o Senador Luiz Henrique para atuar como Secretário, de acordo com o art. 116, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, no escrutínio que será iniciado a seguir. E convido os Srs. Senadores Anibal Diniz e Vanessa Grazziotin para atuarem como escrutinadores.

(A reunião torna-se secreta às 12 horas e 27 minutos e volta a ser pública às 12 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de passar ao item 4, declaro aprovados por esta Comissão S. Exªs o Sr. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para a República do Egito, República da Somália e Estado da Eritreia, e a Srª Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, indicada para República da Costa Rica.

Em nome de toda a Comissão, agradecemos a presença da Srª Embaixadora e do Sr. Embaixador e desejamos a ambos uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado a V. Exªs pela presença.

ITEM 4
- Não Terminativo –
MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK , Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.*

Não estando presente o relator, solicito e indico S. Exª o Senador Marcelo Crivella como relator *ad hoc* da indicação do Sr. Zenik Krawctshuk, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República deseja fazer do nome do Sr. Zenik Krawctschuk, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão de preceito regimental, currículo do indicado. Nascido no Tibagi, Paraná, em 5 de abril de 1951, o interessado é filho de Petro Krawctschuk e Ana Krawctschuk. Bacharelou-se em Filosofia pela Faculdade de Administração e Informática da Universidade de São Paulo (USP), em 1970, tendo concluído Mestrado também em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma (Itália), em 1976. No ano de 1981 ingressou na carreira diplomática, tornando-se Terceiro-Secretário em 1982. Em 2006 chegou a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, ingressando no Quadro Especial em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores e no Governo Federal destacam-se as de assessor da Vice-Presidência da República (1990-1992), Diretor-Geral de Administração e Subsecretário-Geral da Presidência da República (1992-1994), e assistente e assessor da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (2001-2003). No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro em Roma (2003-2007), Ministro Conselheiro em Kiev (2007-2010) e Encarregado de Negócios em Tegucigalpa (desde 2010).

No tocante ao relacionamento bilateral, o informe preparado pelo Itamaraty, anexo à mensagem presidencial, proporciona as informações sobre as quais trataremos a seguir.

País centro-americano, cuja capital é Tegucigalpa, tem população de cerca de oito milhões de habitantes (2011- estimativa) e um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US$ 15,4 bilhões.

Apesar da existência formal de um sistema pluripartidário em Honduras, na prática somente dois partidos têm ocupado o poder: o *Partido Nacional*, do Presidente Porfirio Lobo, e o *Partido Liberal*, de Manuel Zelaya – e também do Ex-presidente Roberto Micheletti, que o substituiu por ocasião da crise de 2009. O Legislativo hondurenho é unicameral (o Congresso Nacional), com um total de 128 deputados. O *Partido Nacional* detém a maioria, com 71 assentos, contra 45 do Partido Liberal.

Após a deposição de Manuel Zelaya, em 2009, sua militância reuniu-se na chamada Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). Um dos pleitos do ex-Presidente, e um dos elementos do Acordo de Cartagena, foi a possibilidade de transformação da Frente em agremiação política. Zelaya, oficialmente membro do Partido Liberal, terá como uma de suas primeiras metas organizar a geometria de sua base de apoio político, dada a grande diversidade de seus seguidores.

O Presidente Pofirio Lobo, que assumiu o poder em janeiro de 2010, tem buscado a reconciliação nacional, tentando evitar o clima de polarização que antecedeu a deposição de Zelaya, em junho de 2009. Introduziu, em outubro de 2010, um diálogo nacional de reconciliação, com vistas, inclusive, à possível convocação de Assembleia Constituinte. Cabe recordar que esta proposta constituiu uma das causas para a queda de Zelaya, em 2009. Nesse sentido, o art. 5° da Constituição hondurenha foi recentemente reformado, permitindo que os mecanismos de consulta popular sejam estendidos a cláusulas como a da reeleição. O próximo pleito presidencial ocorrerá em 2013.

O Governo tem envidado esforços para combater o grave problema de segurança pública, que torna Honduras o país mais violento do mundo sem conflito armado (78 homicídios por 100 mil habitantes), em razão da atuação de gangues locais e do crescente papel dos cartéis mexicanos no país, resultado da guerra ao narcotráfico empreendida pelo Governo do Presidente Felipe Calderón. A situação de violência e impunidade, agravada pela crise política e pelas dificuldades econômicas, constituem fator de desgaste junto à opinião pública.

Honduras possui políticas sociais em prol de famílias de escassos recursos, com ênfase para o programa Bono 10 mil (10 mil lempiras, ou cerca de US$525 por ano, por unidade familiar), que beneficia aproximadamente 165 mil lares. Há também no país programas de merenda escolar, distribuição de leite, bolsa para a terceira idade e de refeitórios comunitários.

A economia hondurenha, informa o relatório, é amplamente baseada na agricultura, com destaque para a produção de café e banana, seus principais produtos de exportação. Na agricultura concentram-se 39% da força de trabalho do país, que permanece como um dos mais pobres da América Latina e extremamente dependente do mercado externo. Cerca de 50% da atividade econômica hondurenha está diretamente ligada aos Estados Unidos da América (EUA), uma vez que as exportações para aquele país representam 30% do Produto Interno Bruto, e a remessa de imigrantes lá residentes, outros 20%, sendo, portanto, seu principal parceiro comercial, econômico, político e cultural.

Note-se que Honduras é signatário do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA), que entrou em vigor no país em 2006. Apesar do aumento do investimento externo na economia hondurenha, críticos afirmam que o Tratado não trouxe os benefícios esperados para o país, sobretudo pela reduzida diversificação econômica, e atrelou ainda mais a economia hondurenha à dos Estados Unidos, que é responsável por 70% do investimento externo no país.

Honduras possui extensos recursos florestais, marítimos e minerais, com destaque para a prata, zinco e ouro. No entanto, a exploração é prejudicada pela deficiente infraestrutura do país. A principal zona industrial hondurenha localiza-se ao redor de San Pedro Sula, com destaque para a presença de maquiladoras e da indústria têxtil.

Em 2010, o PIB hondurenho cresceu 2,5%, dando mostras de recuperação da crise econômica que se abateu no país em 2009, em razão da crise econômica internacional e da crise na política interna. Naquele ano, o PIB reduziu-se 2,1%, após crescimento de 4,2% em 2008.

Como voto de confiança no seu programa econômico, o Governo Lobo recebeu, em setembro de 2010, empréstimo de US$220 milhões do FMI para aliviar as necessidades de financiamento do país. O empréstimo ajudou a acalmar os investidores internacionais e permitiu ao Governo Lobo receber aportes de ajuda internacional para seus programas sociais.

No que concerne à Política Externa, desde sua posse, Porfirio Lobo vem buscando o retorno de Honduras à normalidade do convívio internacional, com ênfase na readmissão à Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida em 1° de junho. Apesar dos entraves no âmbito hemisférico, Honduras, após um ano da administração de Lobo, conseguiu normalizar suas relações com quase cem países e com importantes instituições internacionais.

Honduras, assim como todos os centro-americanos à exceção da Costa Rica, reconhece Taiwan e com ela mantém estreitas relações políticas, econômicas e de cooperação. Essa situação, no entanto, não impede o avanço comercial da República Popular da China no país, com ênfase no comércio e em obras de infraestrutura.

Em se tratando de relações bilaterais, as relações diplomáticas entre o Brasil e Honduras foram estabelecidas em 1906. A legação brasileira em Tegucigalpa foi elevada à categoria de Embaixada em 1953, conferindo base para as relações que se verificaram desde então. O Vice-Presidente Marco Maciel visitou o país centro-americano em 1998, representando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da posse do Presidente Carlos Flores.

Até a deposição de Zelaya, em 28 de junho de 2009, informa o Itamaraty, "as relações entre o Brasil e Honduras vinham adquirindo maior relevância, a exemplo do que se verificava em todo o istmo centro-americano.

Foram realizados encontros de trabalho, em Brasília, do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tanto com o Ex-presidente Ricardo Maduro, em 2005, quanto com o ex-mandatário Manuel Zelaya, em 2006 (os primeiros encontros do gênero em mais de quatro décadas)".

Deposto, Zelaya visitou Brasília, recebendo honras de Chefe de Estado, em 12 de agosto de 2009. Na ocasião, o Brasil reiterou seu repúdio ao que o Governo brasileiro chamou de "golpe" e ratificou seu compromisso com a normalização institucional em Honduras. Note-se que o posicionamento do Brasil por ocasião dos eventos relacionados à deposição de Zelaya foi polêmica e criticada por alguns como intervenção em assuntos internos hondurenhos e um grande imbróglio da Política Externa do Governo Lula.

Brasil e Honduras não chegaram a romper relações diplomáticas com a instauração do novo regime naquele país: as Embaixadas do Brasil em Tegucigalpa e de Honduras em Brasília continuaram abertas, sob a responsabilidade de Encarregados de Negócios e mantendo seus Setores Consulares em operação. A interlocução foi interrompida no plano político, mantendo-se apenas no plano administrativo.

A cooperação técnica constituía, até a deposição de Zelaya, um dos pilares do relacionamento bilateral, sob a forma de vários projetos conduzidos pela ABC, interrompidos com a crise. Havia mesmo sido assinado um "Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível". Ademais, o Brasil doou carga de medicamentos anti-retrovirais a Honduras, além de haver prestado importante assistência humanitária por ocasião de desastres naturais.

No campo das relações comerciais bilaterais, apesar de ainda ser o 9° parceiro comercial de Honduras, as relações entre Brasil e aquele país sofrerem forte queda nos dois últimos anos, por consequência da crise econômica internacional e da crise política pela qual passou o país centroamericano.

O auge do comércio bilateral foi atingido em 2006, quando alcançou os US$144 milhões. Em 2010, a corrente de comércio foi de US$ 80 milhões, com as exportações de produtos brasileiros representando US$ 75 milhões do total. Nos quatro primeiros meses de 2011, o comércio cresceu 20% em relação ao mesmo período do ano anterior, dando mostras de recuperação.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil destacam-se os produtos industrializados, como caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, papel e cartão, obras de pasta celulósica e máquinas, aparelhos e material elétricos. Na pauta de produtos importados de Honduras predominam o alumínio e os produtos têxteis, que representam 73% das importações brasileiras. A tendência é de que a retomada do bom relacionamento político entre os dois países, bem como o aumento da atividade econômica pós-crise em Honduras, seja benéfica para o comércio bilateral.

Antes de concluir, gostaríamos de registrar que entendemos que o plenipotenciário que será enviado a Tegucigalpa tem a importante missão não só de fomentar o restabelecimento dos laços políticos, econômicos, culturais e comerciais entre o Brasil e Honduras, mas também de resgatar a boa imagem do Brasil junto a parcela importante da sociedade hondurenha, uma vez que ela ficou manchada junto a alguns segmentos da população de Honduras, por ocasião dos eventos de 2009.

Feitas essas considerações, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Esse é o Relatório do bravo Senador de Sergipe, Antonio Carlos Valadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Marcelo Crivella, Relator *ad hoc* do Item 4 da pauta, Mensagem, não-terminativa do Senado Federal nº 92, de 2011.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 127, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

***Autoria**: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).*

***Relatoria**: Senador Pedro Simon.*

***Relatório**: Pela aprovação da matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Pedro Simon, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um texto de Acordo entre o Brasil e as Filipinas sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

É um projeto interessante, porque já é admitido em 48 países, em que os funcionários, os membros da embaixada, podem exercer um trabalho extra dentro de um país.

À primeira vista eu estranhei este projeto, porque não sabia responder se é correto, se não é correto; quais são os efeitos, porque até o cônjuge do embaixador pode ter um trabalho. Aí eu procurei me informar no Itamaraty. E eles me disseram que é assim e que é uma maneira, inclusive, de as pessoas conviverem, facilitando até o entendimento com um determinado país pelo fato de o filho estudar numa escola, trabalhar em algum lugar de um determinado país.

Então a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade. E creio que nós, aqui do Senado, devemos aprová-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 128, DE 2011

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

***Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).*

***Relatoria:** Senador Pedro Simon.*

***Relatório:** Pela aprovação da matéria.*

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Pedro Simon, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Trata-se de Memorando de Entendimento entre o Brasil e as Filipinas com o objetivo de promover a cooperação agropecuária, particularmente em saúde animal, desenvolvimento de matérias-primas para biocombustíveis, lácteos, horticultura, inocuidade dos alimentos, gerenciamento do agronegócio, manejo sustentável do solo, genética e biotecnologia, tecnologia de processamento pré e pós-colheita, máquinas agrícolas, ciência vegetal e animal, incluindo o controle de doenças, quarentena, vigilância agropecuária, análise de risco de pragas, cooperação nos procedimentos de inspeção para o trânsito internacional de produtos animais e vegetais, assim como de insumos agrícolas.

Sr. Presidente, é um projeto importante e, com toda a sinceridade, é daqueles que a gente faz, apro-

va, e os resultados práticos eu não saberia responder, mas não se tem como não deixar de aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador Pedro Simon, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queria discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2010

Modifica o § 2º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para excluir a vedação de acesso do trabalhador não brasileiro de filial ou agência de empresa brasileira no estrangeiro à Justiça do Trabalho.

Autoria: *Senador Papaléo Paes.*

Relatoria: *Senador Eduardo Amorim.*

Relatório: *Pela aprovação da matéria.*

Em virtude da ausência do Senador Eduardo Amorim, indico como relatora *ad hoc* da matéria S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem concedo agora a palavra para a leitura do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado em tela traz, na epígrafe, o seu claro objetivo: o de facultar o acesso dos trabalhadores não brasileiros de filial ou agência de empresa brasileira no estrangeiro às Varas do Trabalho, conferindo à normativa trabalhista completa consonância com o *mandamus* constitucional – art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal – que determina que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, conforme enfatiza a justificação do Autor. Altera-se, para tanto, o art. 651 do da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O texto foi encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional e à de Assuntos Sociais, cabendo a essa última a decisão terminativa. Nesta Comissão, não recebeu emendas, tendo sido designado Relator em 24 de junho de 2010.

II – Análise

A vulnerabilidade da mão-de-obra estrangeira é fato incontroverso, produto, em regra, da discriminação em relação à mão-deobra nacional, e, por esse motivo, desde há muito tem suscitado reflexão.

Data de 1925 a primeira convenção internacional a respeito, pactuada no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção nº 19, que versa sobre a igualdade de tratamento conferido aos trabalhadores estrangeiros e aos nacionais em matéria de reparação de acidentes de trabalho.

O cada vez mais franco e intenso fluxo internacional de pessoas, nas mais diversas condições, entre elas, na de trabalhadores, regulares ou não, intensifica as preocupações e os esforços internacionais de garantia dos direitos trabalhistas.

A iniciativa brasileira confere ao Brasil autoridade moral para

sugerir que os países que são o principal destino da migração mundial econômica revejam eventuais normas discriminatórias contidas em seu ordenamento jurídico. Também nesse sentido, pertinente a reapresentação da Convenção nº 143, de 1973, da OIT, à avaliação congressual, a qual versa sobre igualdade de oportunidades e tratamento dos imigrantes estrangeiros em relação aos trabalhadores do país de recepção, especialmente em relação a emprego e profissão e que, apresentada ao Parlamento, foi rejeitada em 1989.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 101, de 2010.

O projeto é extremamente meritório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, pela leitura do relatório que coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir quem queira discutir, encerro...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, fui aqui instado...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, fui instado a refletir sobre este assunto em que medida... Nós sabemos, por exemplo, quando brasileiros estão trabalhando para empresas brasileiras no estrangeiro, o direito de acesso a nossa justiça é assegurado. Será que não deveríamos estender o mesmo direito ao trabalhador estrangeiro que trabalha lado a lado com o brasileiro. E considerando que devemos caminhar na direção da livre movimentação

de pessoas, inclusive o direito de trabalhar, eu acho que esse projeto faz sentido.

Sou favorável e quero aqui expressar o meu voto favorável ao parecer da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para segmento da tramitação.

O Requerimento nº 36, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, foi retirado de pauta, a pedido do autor, Senador Cristovam Buarque.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CRE

"Nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.

Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidades:

1º Painel – Presidente ou Representante da ***DASSAULT*** *(França);*

2º Painel – Presidente ou Representante da ***BOEING*** *(EUA); e*

3º Painel – Presidente ou Representante da ***SAAB*** *(Suécia)."*

Sobre este projeto que é de minha autoria eu gostaria, com a permissão de V.Exªs, de fazer alguns comentários iniciais.

"A frota de caças de superioridade aérea da Força Aérea Brasileira, como se sabe, está ao final de seu ciclo de vida útil. Ciente disto, sucessivas administrações promoveram licitações internacionais para a escolha de uma aeronave de combate adequada para atender às exigências de defesa do espaço aéreo do brasileiro, garantindo a soberania aérea sobre suas dimensões continentais e um extenso mar territorial, acrescido agora das responsabilidades advindas da segurança da área do pré-sal.

Trata-se de decisão que determinará as características e capacidade operacional de nossa Força Aérea pelos próximos trinta anos, com consequências também para o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional, não só no campo aeronáutico, mas igualmente no eletrônico e no de armamentos.

Certamente o tema da renovação da frota de caças e suas implicações não têm passado desapercebido por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que recebeu em diversas ocasiões o Ministro da Defesa e representantes das empresas pré-selecionadas para explanar sobre o assunto.

A decisão do Governo da Presidenta Dilma, por motivos de contenção orçamentária, de adiar o anúncio da empresa vencedora do certame licitatório abre a oportunidade para que nós nesta Comissão possamos contribuir para a melhor compreensão e esclarecimento à sociedade da proposta apresentada por cada uma das empresas, seu pacote industrial, os benefícios para a indústria nacional e os custos de operação que deverão ser arcados pela FAB e custeados pelo orçamento da União. Afinal, como disse anteriormente, estamos tratando de um empenho de trinta anos.

Com essas preocupações em mente, apresentei requerimento solicitando a realização de Audiências Públicas, divididas em três painéis, pra discutir, dentro do processo de aquisição de aviões de combate, "sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas".

Estou seguro de que este ciclo de Audiências Públicas será momento importante para que o Senado Federal lance luz sobre um tema que muitas vezes escapa à compreensão de nossos eleitores, principalmente em razão de ser tratado com exclusividade em meios técnicos, quando na verdade afeta a toda a sociedade."

Passo agora à leitura do requerimento, que já foi feito na reunião anterior, mas colocado na pauta de acordo com os Atos Normativos desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CRE

"Nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.

Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidades [representantes dos consórcios que apresentaram suas propostas]:

1º Painel – Presidente ou Representante da ***DASSAULT*** *(França);*

2º Painel – Presidente ou Representante da ***BOEING*** *(EUA); e*

3º Painel – Presidente ou Representante da ***SAAB*** *(Suécia).”*

Naturalmente esses painéis poderão ter a ordem alteradas, dependendo da disponibilidade dos senhores representantes dessas empresas de poderem comparecer nas datas que forem sugeridas.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRA-PAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 916, DE 2011

“Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya”.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Pela aprovação da matéria

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para proferir seu relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É evidente, Sr. Presidente, que o voto é inteiramente favorável à feliz iniciativa. O mundo sentiu-se estarrecido com o ocorrido. Exatamente no país tido como o país da paz, do Prêmio Nobel da Paz, esses fatos aconteceram. E o que nos deixou ainda mais estarrecidos foi o fato de que eles estavam à procura de um oriental, de um árabe, de um mulçumano, mas encontraram um dos mais autênticos representantes daquele país, uma pessoa de extrema direita, um cidadão psicopata, doente. Isso alerta o mundo inteiro para o fato de que, na extrema direita, está aparecendo um movimento neonazista, o que nos assusta e preocupa.

Não sei em que oportunidade, mas deveríamos analisar o documento de 1,5 mil páginas que ele colocou na Internet, em que fez referência especial ao Brasil como símbolo das coisas que deram errado. Na sua paixão pela elite, pela pureza das raças, ele diz que o Brasil é um dos países em que mais se mesclaram e se misturaram as raças e que, por isso, no Brasil, tudo está fadado a dar errado na moral, na ética, na seriedade, porque essa mistura originou um povo... Sempre debatemos isso. Inclusive, o nosso querido Senador por Brasília que foi reitor da Universidade de Brasília escreveu o livro *O Povo Brasileiro*, em que ele falava exatamente da raça brasileira, uma mescla do negro com o índio, com o branco, com o árabe, com o judeu, com o italiano, com o francês, com o alemão, com o chinês, o que fez com que o povo brasileiro caminhasse para algo absolutamente diferente, numa mistura de paz, de compreensão, de amor, de respeito. E o rapaz que cometeu o atentado vem em sentido contrário a isso. Foi algo dramático, que nos deixa angustiados.

Naquele país, nunca, depois da guerra, havia acontecido qualquer tipo de incidente, mas, de repente, sem mais nem menos, houve essa monstruosidade, em que esse rapaz, sozinho, soltou uma bomba e, meia hora depois, matou, com um rifle, cerca de setenta jovens.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foram 77 jovens.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O que é mais impressionante é que o serviço de defesa estava em outro lugar, e ele atirou contra aquelas pessoas por quase uma hora. Levaram uma hora para chegar ao local, para paralisá-lo.

Então, nossa manifestação é muito importante, tem grande significado. Na nossa Comissão ou em outra Comissão, a manifestação desse rapaz merece ser analisada e interpretada. São 1,5 mil páginas. Eu as li e fiquei impressionado, porque é um doente mental, mas é um cidadão que mostra paixão, fanatismo em torno da preocupação do mundo. Ele acha que os mulçumanos de um lado e a mistura de raças do outro lado vai criar problemas enormes para a pureza da raça ariana. É um discurso igual ao de Hitler nas condições de hoje. Sou totalmente solidário ao manifesto, acho que é muito importante nós fazermos essa manifestação e felicito o Senador Suplicy por tê-lo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Simon por ter proferido o seu relatório.

Pela ordem, o Senador Luiz Henrique com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto pela aprovação do requerimento.

Senador Suplicy, o seu requerimento, como tudo que V. Exª faz, parte da renda mínima para a competência máxima.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu quero retificar. Não foi pela ordem; já foi no processo de discussão do relatório. Estava em discussão o relatório, a palavra foi dada ao Senador Luiz

Henrique e, agora, continua em discussão a matéria referente ao Requerimento nº 916, de 2011.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, uma palavra rápida.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que o relatório do Senador Pedro Simon nos chama a atenção do dever mais solene, majestoso e sagrado desta Casa, que é a defesa dos direitos do homem, da liberdade e da justiça. É uma preocupação que um nacionalismo, um fanatismo religioso e esse espírito de eugenia, que não é de agora... Enquanto o Senador Simon falava, eu me lembrei de Robineau.

Robineau foi amigo de D. Pedro II. Ele tinha um cargo na diplomacia francesa, não por mérito, mas porque trabalhou com Montesquieu. E ele dizia a D. Pedro II que o homem não vem do macaco, mas que caminhava para se tornar macaco pela mistura das raças. Eu acho que não há maior blasfêmia contra os desígnios de Deus e contra o óbvio que é a nossa civilização. Pergunto se há algum exemplo de uma raça anglo-saxã, em que surgem normalmente esses nacionalismos mais exacerbados, algum exemplo nos trópicos, de uma civilização tão avançada quanto no Brasil. As pessoas, muitas vezes, comparam o nosso desenvolvimento com o americano. Mas lá as condições são completamente diferentes. O clima temperado, rios calmos, terra plana. Aqui não. Nós subimos e descemos milhões de montanhas, enfrentamos todas as febres tropicais, com fungos, bactérias, pragas comendo as nossas plantações, o dedo dos nossos pés, o branco dos nossos olhos, os vasos linfáticos e, se não houvesse, nessa nossa gênese, o sangue dos vermelhos, dos negros e dos ibéricos, que, graças a Deus, não é o sangue anglo-saxão – é bom lembrar que os portugueses foram dominados pelos mouros – e, portanto, é uma raça mestiça; a Península Ibérica é a esquina do mundo, eles já tinham uma outra visão das pessoas de pele escura e olhos negros, cabelo negro, portanto...

Para terminar, Sr. Presidente, o meu Estado, o Rio de Janeiro, ilha de Villegagnon, França Antártica, 1555, 1565, calvinistas. Villegagnon. Primeiro prendiam e depois matavam os soldados que fornicassem com as índias. Dez anos ficaram ali isolados. Estácio de Sá e Mem de Sá vieram, pararam suas naus atrás do Pão de Açúcar, fizeram alianças com os índios, encontraram um herói, Arariboia, nada à noite pela Baía de Guanabara. Não existia aterro do Flamengo, não existia aeroporto; aquela área toda foi aterrada. Explode o paiol dos franceses, simplesmente porque os portugueses fizeram aliança com os índios que eles desprezavam. O sonho da França Antártica acaba como um melancólico crepúsculo, um Himalaia de frustração, mostrando realmente que nós tínhamos como destino ser o que somos. E com maior orgulho porque custou muito ao nosso povo nos legar esse sangue que corre nas nossas veias. O mapa genético, último nosso, feito pela Universidade Federal de Minas Gerais, mostra que um negro gaúcho, tipo Paim, tem 45% de genes africanos e 44% de genes europeus; o resto é sangue índio.

No meu Estado a diferença é um pouquinho maior, em Minas também, mas no Rio Grande do Sul é eminentemente europeu. Em alguns deles, empata.

Portanto, o nosso repúdio. Eu quero votar a favor dessa solidariedade ao povo e creio que, à medida em que o mundo se globaliza e que o espírito brasileiro, tão bem encarnado no nosso Presidente Lula, consegue chegar ao espírito dos povos, o Brasil vai tomando uma dimensão muito maior do que a econômica, de um interlocutor capaz de descobrir nos momentos mais dramáticos da evolução da humanidade, os caminhos pacíficos para solução das controvérsias.

Eu acho que este Parlamento não pode deixar de ter esse espírito, este sentimento: nós somos brasileiros e nos orgulhamos muito disso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que o Senador Pedro Simon foi muito feliz em aqui recordar as palavras de Darcy Ribeiro em *Viva o Povo Brasileiro*, sobre o quanto a mistura de pessoas de todas as origens no Brasil vai levar o nosso País ao exemplo de vida em solidariedade. Nós queremos construir uma nação justa e muito longe das observações desse moço que, infelizmente, cometeu esse ato de tamanha gravidade.

O Primeiro-Ministro trabalhista observou que esse é um ato contra a democracia, em um ato perante sua militância socialdemocrata, cada um com uma rosa na mão e perante jovens vestidos de preto com uma insígnia vermelha na lapela com as siglas das juventudes do Partido (AUF). Disse que: "Responderemos ao ódio com amor."

E o Prefeito de Oslo, Fabian Stang, afirmou que o castigo ao assassino será mais generosidade, mais tolerância e mais democracia.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª pudesse até designar comissão da qual eu faria parte e acredito que o relator, Senador Pedro Simon, para que, uma vez aprovada esse requerimento de solidariedade ao povo da Noruega diante tal desastre, possamos nós, Senadores, em nome da Comissão e do Senado, entregar pessoalmente – eu até verifiquei que a Embaixadora

da Noruega no Brasil está em viagem até setembro – ao Encarregado de Negócios da Noruega no Brasil o documento que está para ser aprovado na Comissão e no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, eu indico, por solicitação de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, os Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon para levarem em mão, no caso de ser aprovado o requerimento por este Plenário, à Embaixadora ou ao Encarregado de Negócios da Embaixada da Noruega no Brasil, a manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia de hoje. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências e, após isso, portanto, em nome da Comissão de Relações Exteriores, S. Exªs os Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon vão fazer a entrega formalmente ao Encarregado de Negócios da Noruega no Brasil.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CRE

"REQUEREMOS, nos termos do art. 222 do RISF, seja apresentada MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE ao Exmo. Senhor Comandante do Exército, General ENZO MARTINS PERI, em virtude da infamante matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição do dia 31 de julho deste ano."

Autoria: Senadores Marcelo Crivella e Fernando Collor.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CRE

"Requeiro nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o envio de expedientes aos senhores Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, em referência à solicitação dirigida ao Ministro Antonio Patriota, em visita ao Equador, para que o Brasil libere a importação de bananas daquele país, com o objetivo de equilibrar a balança comercial entre ambos os países.

Autoria: Senador Luiz Henrique.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Seria possível pedir a V. Exª o regime de urgência para esse requerimento que votamos do voto de solidariedade ao comandante do Exército?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Por pedido do Senador Marcelo Crivella, solicito ao secretário desta Comissão que adote as devidas providências para chegar com pedido de urgência, à Mesa do Senado Federal, o Requerimento nº 38/2011, aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na reunião de hoje.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada neste plenário, no dia 8 de agosto, segunda-feira próxima, às 18 horas, quando retomaremos a agenda Rumos da Política Externa Brasileira (2001-2012), sob o tema Economia e Finanças, com a apresentação do 1º painel: "O sistema financeiro internacional: do pós-guerra (Bretton Woods-FMI, Bird) aos dias de hoje. O possível rebaixamento na classificação de credibilidade dos Estados Unidos da América." - este último ponto de acordo com solicitação feita por S. Exªs os Senadores Pedro Simon e Cristovam Buarque. Para o referido painel, teremos os seguintes convidados:

- Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva – Diretoria de Regulação do Sistema Financeiro (Dinor) e Diretoria de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos (Direx), do Banco Central;

- Ministro Paulo Roberto de Almeida – Ministério das Relações Exteriores e UniCeub;

- Drª Tatiana Lacerda Prazeres – Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);

- Dr. Makhtar Diop – Diretor do Banco Mundial.

Agradecendo a presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião encerra-se às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas e treze minutos do dia oito de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Luiz Henrique, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira** e **Roberto Requião**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa o Dr. **Luiz Awazu Pereira da Silva,** Diretor de Regulação do Sistema Financeiro e Diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central; o Ministro **Paulo Roberto de Almeida,** Diplomata do Ministério das Relações Exteriores e Professor do Uniceub; a Dra. **Tatiana Lacerda Prazeres,** Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Dr. **Makhtar Diop**, Diretor do Banco Mundial. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique** e **Roberto Requião**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O Presidente Collor, que é o Presidente da Comissão e que foi o mentor desse ciclo de debates, está neste momento em uma reunião no Itamaraty, onde estão reunidos – digo estão porque eu estava também – o Conselho Governamental que prepara a reunião Rio+20.

Então ele ficou e eu vim. Ele chegará aqui, no término da reunião, para participar da parte final deste evento.

Esta reunião destina-se à realização do primeiro painel "O Sistema Financeiro Internacional do Pós-Guerra Bretton Woods, Fundo Monetário, BIRD aos dias de hoje. E o possível rebaixamento na classificação de credibilidade dos Estados Unidos". O mundo é tão dinâmico que esse "possível" já não é mais necessário. Integrando o tema economia e finanças e dentro do ciclo de audiências públicas, rumos da política externa brasileira 2011/2012.

Anuncio que acabo de receber o livro, graças ao trabalho dos assessores, da primeira parte desse ciclo. Ou seja, as primeiras palestras já estão aqui para os que quiserem.

Parabenizo, em nome do Álvaro, todos que participaram da elaboração disso. Parabéns e muito obrigado.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, os convidados são os especialistas e autoridades que aproveito e convido para comporem a mesa: Dr. Luiz Pereira da Silva, Diretor de Regulação do Sistema Financeiro e Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, o Ministro Paulo Roberto de Almeida, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores e professor do UniCEUB, a Drª Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Makhtar Diop, que é Diretor do Banco Mundial – uma figura que conheço há alguns anos, mas que não nos vemos há muito tempo. É muito bom o encontro aqui. É uma figura de muita experiência, pelos anos que ficou no Banco Mundial e pela sua experiência no Senegal, que é seu país de origem.

Informo que o tempo destinado à apresentação inicial será de quinze minutos, com uma tolerância de dois minutos. Essa regra não é intolerante. Ela tem uma tolerância maior, caso vocês precisem. Após a exposição, será dada a palavra a cada um dos Srs.

Senadores e das Srªs Senadoras presentes para os esclarecimentos que acharem convenientes.

Fico muito feliz de ter aqui o Senador Requião, não apenas pela sua presença que já é uma coisa muito positiva para nós, mas também pela sua contribuição que será importante.

Não temos tido um grande número de Senadores nesses debates, mas têm tido um papel muito importante pela divulgação feita pela televisão, inclusive pela transmissão ao vivo, que não sei se já começamos. Logo que terminar a sessão do plenário, entraremos em rede nacional. A repercussão tem sido muito grande.

Esclareço que, conforme a regra das audiências estabelecida no Ato nº 3, de 2011, desta Comissão, cada palestrante, ao final de cada apresentação, após as perguntas, terá três minutos para resposta, com réplica dos Senadores.

Dito isso, ao tempo em que agradeço a presença de cada um e por sugestão do Dr. Luiz do Banco Central – aliás, ele faz uma cortesia muito correta, porque têm faltado mulheres nesta Mesa, nos debates que temos tido –, passo a palavra à Drª Tatiana.

A SRª TATIANA LACERDA PRAZERES – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Cristovam Buarque pelo convite. Cumprimento todos os senhores aqui presentes, autoridades, colegas.

Senador Cristovam, eu havia feito uma apresentação que remontava a evolução do comércio mundial, histórico do sistema multilateral de comércio, etc, mas o fato é que, à luz das notícias dos últimos dias, dos episódios ocorridos no cenário internacional, decidi me dedicar à evolução do comércio exterior brasileiro e mundial, contando um pouco como o comércio do Brasil evoluiu ao longo dos últimos anos.

Nós trabalhamos com séries longas para que tenhamos a visão do conjunto e para que tenhamos mais tempo para poder debater, de fato, a posição do Brasil, do comércio exterior brasileiro, para que possamos discutir impactos do momento peculiar que vivemos hoje sobre as exportações e as importações brasileiras.

Neste que passa a ser então o primeiro *slide*, trazemos informações a respeito da balança comercial brasileira, de 1950 até 2010. Na verdade, essa série longa tem por propósito apenas destacar o crescimento muito acentuado dos últimos dez anos no comércio exterior brasileiro. Destaco também o movimento do saldo da balança comercial brasileira. O Brasil tem acumulado superávit na balança comercial a partir de 2000. Ano passado, nós fechamos com um superávit de 20 bi. Ao longo deste ano, estamos verificando um aumento muito forte tanto das exportações quanto das importações brasileiras. De janeiro a julho, no acumulado do ano, o comércio exterior brasileiro já contabiliza 16 bilhões de dólares. Hoje, fechamos a balança – o senhor sabe, o Brasil é um país muito eficaz na divulgação de dados de comércio exterior – da semana passada. Na semana passado, nós acumulamos 1 bilhão de dólares adicionais no nosso superávit comercial. Enfim, esses são os dados dos últimos sessenta anos de evolução, com destaque para os últimos dez, em que, de fato, o comércio exterior passou para outro patamar em termos de valor.

Esse gráfico mostra as exportações brasileiras por bloco econômico, trabalhando novamente com uma série longa, desde 1901, o que nos permite verificar como as exportações brasileiras tornaram-se menos concentradas ao longo da história. Nos primeiros anos do século XX, temos uma participação muito importante da Europa como destino das exportações brasileiras. Estados Unidos da mesma maneira, também nos primeiros anos do século XX, com uma importância muito grande, ao longo de todo o século com uma importância muito grande como destino das exportações brasileiras. E, nos últimos anos, o que verificamos é um movimento em direção à diversificação do destino das exportações brasileiras.

Os senhores podem notar que, por exemplo, a Ásia ganha importância nos últimos anos. Ganha também importância novos destinos como África, como Oriente Médio, e aí relativamente perdem participação Estados Unidos, Europa, parceiros tradicionais do Brasil, mas que em termos percentuais vêm perdendo participação nesses últimos anos.

Hoje, o que temos é um quadro de um comércio exterior relativamente bem diversificado. E a tendência é de que os países em desenvolvimento de fato se apresentem como os motores dinâmicos da economia mundial e que o comércio exterior brasileiro reflita nessa realidade. Então, Ásia puxando o crescimento da economia mundial, com reflexos naturalmente nas exportações e nas importações brasileiras, participação crescente de Oriente Médio, de África, um pouco refletindo a nova realidade internacional.

Nesse *slide,* trazemos informações a respeito das importações brasileiras por blocos econômicos. De onde o Brasil importa e importou ao longo de todo o século XX e nesses primeiros anos do século XXI, com alguns episódios marcantes da histórica econômica do Brasil, ajudando a situar o movimento das importações brasileiras.

Merece destaque também o crescimento da Ásia, naturalmente nesses últimos anos. Da mesma maneira como houve uma desconcentração dos destinos das vendas brasileiras houve uma desconcentração também dos países dos quais o Brasil passou a importar. Isso se reflete no lado direito do gráfico. Verificamos

também participação crescente da Ásia, como mencionei, participação mais importante da África, também, em termos relativos naturalmente. América do Sul tomando uma posição de maior destaque como origem das importações brasileiras. E a mensagem é que da mesma maneira como as exportações do país se diversificaram, as importações também se diversificaram, refletindo, da mesma maneira, maior importância econômica de diferentes regiões do mundo nesse novo cenário.

Nesse *slide*, trago informações a respeito das exportações brasileiras por grupo de produtos. Por meio dessa imagem, consegue-se verificar uma grande desconcentração por que passou o comércio exterior brasileiro ao longo da segunda metade do século XX e nesses primeiros dez anos do século XXI. O café, como os senhores podem perceber, respondia por um percentual muito alto das exportações brasileiras, durante um período bastante longo do século XX e aí, ao longo do tempo, novos produtos, novos setores, novos grupos de produtos passando a adquirir maior importância relativa, fazendo com que o comércio exterior brasileiro também, sob o ponto de vista de grupos de produtos exportados, seja bem diversificado. Exportações diversificadas, importações diversificadas sob o ponto de vista de origem e destino e também diversificadas as exportações brasileiras no que diz respeito ao grupo de produtos. Chama a minha atenção o crescimento recente de petróleo nos últimos anos. Açúcar e álcool, produtos que temos acompanhado com atenção entre outros.

A mensagem é que se consegue verificar, com muita clareza, a diversificação da pauta exportadora do Brasil quando analisamos os itens exportados.

Nas importações brasileiras por grupos de produtos o *status* de hoje nos aponta para destaque de máquinas e equipamentos, produtos químicos, insumos, bens de capital, componentes importantes da competitividade da indústria brasileira e outros itens não produzidos no Brasil que têm importações crescentes e participação, que é essa demonstrada no gráfico.

Esse *slide* traz participação percentual de alguns países. Escolhemos aleatoriamente alguns países nas exportações mundiais e a evolução dessa participação entre 1991 e 2010, finalmente com uma posição em 2010. Chamo a atenção para a participação brasileira no mercado mundial de 1,4%, participação que esperamos seja maior, uma das metas da nova política industrial do Plano Brasil Maior é justamente elevar a participação brasileira no mercado mundial para 1,6% do comércio mundial em 2014. Uma meta muito clara, muito objetiva em termos de participação no comércio mundial.

Notamos também, ao longo da história, ao longo dessa evolução mais recente, 1991 a 2010, a perda da importância relativa dos Estados Unidos no comércio mundial. Ao mesmo tempo, maior importância da China no comércio mundial. Em 1991 a China tinha 2,1% do comércio mundial; em 2010, a China tem 10,6% do comércio mundial.

Destacamos também a participação do México, outro país muitas vezes comparado ao Brasil, com uma participação próxima nossa, mas naturalmente muito mais dependente do mercado americano. Enfim, a evolução do México, logo abaixo do Brasil, nesse gráfico em que mostramos a participação percentual de alguns países no comércio mundial.

Esse *slide* mostra o crescimento percentual das exportações brasileiras e mundiais. A mensagem aqui é muito clara. As exportações brasileiras vêm crescendo consistentemente, acima das exportações mundiais, acima do crescimento do comércio mundial. Recuperação do comércio exterior brasileiro em relação à crise. Muito positiva essa recuperação quando verificamos quanto cresceu o comércio mundial em 2010, logo após o período de crise.

Vou chamar a atenção aqui para a evolução mais recente da balança comercial brasileira. Destaco o fato de que as exportações brasileiras, no período de janeiro a julho, têm crescido num ritmo mais acelerado do que o crescimento das importações brasileiras, mas, ainda assim, vejam os senhores, um crescimento muito acelerado tanto das exportações quanto das importações brasileiras nesses primeiros sete meses do ano. Como havia comentado, 16 bilhões de dólares de superávit acumulado. Na semana passada, atingimos, em valor, as exportações brasileiras do ano de 2006. Ou seja, nesses primeiros sete meses do ano, estamos batendo recordes e superando anos inteiros recentes. Apenas para destacar exportações recordes, importações recordes e correntes de comércio recordes para estes primeiros sete meses do ano.

O Senador Requião me olha e digo ao senhor que os números nos agradam muitíssimo, mas a qualidade do comércio exterior brasileiro nos preocupa muito. Temos consciência de que o preço das *commodities* no mercado internacional favorece muito o comércio exterior brasileiro neste momento. Temos consciência de que o dólar, no nível em que se encontra, facilita muito as importações e muitas vezes prejudicando as indústrias brasileiras de uma maneira muito significativa. Estamos atentos a um movimento de concentração da pauta em menos produtos, mas estamos ainda convencidos de que estamos numa posição confortável e que as medidas adotadas no contexto do Plano Brasil Maior vão ao encontro de reforçar a competitividade

na indústria brasileira, o que se refletirá no comércio exterior do país. Há metas claras de comércio exterior que foram divulgadas no contexto da medida, de modo que, enfim, seguimos atentos aos desafios por que passa o comércio brasileiro. E os números positivos da balança comercial do Brasil não nos impedem de enxergar exatamente esses grandes desafios que enfrentamos.

Principais mercados de destino das exportações brasileiras. Temos indicado em gráfico anterior relativo equilíbrio na distribuição. O Brasil não é muito dependente de um único destino, como alguns países são. Notamos, no entanto, o crescimento acelerado das exportações brasileiras para a Ásia, o que faz com que hoje a Ásia tenha uma participação percentual importante entre as regiões de destino das exportações brasileiras. A América Latina e o Caribe também crescem. Crescem as exportações brasileiras par ao Mercosul. Crescem as exportações brasileiras para a Argentina. É importante destacar que, a despeito das dificuldades que também reconhecemos, há um crescimento significativo das vendas brasileiras para a Argentina. Enfim, outras regiões que vêm crescendo num ritmo considerável, fazendo com que, no conjunto, haja uma boa evolução das exportações brasileiras por destino nesses primeiros sete meses do ano.

Esse *slide* traz informações a respeito dos mercados fornecedores ao Brasil, de onde o Brasil importa seus produtos. Da mesma maneira temos uma participação importante da Ásia, com crescimento percentual relevante também. Mas temos uma participação importante na União Europeia, 20%, América Latina e caribe também com participação importante, Estados Unidos. Tenho informações a respeito da balança comercial com os Estados Unidos, caso interesse. Mas a mensagem aqui também é que o Brasil compra de diversos países, vende para diversos países. Trabalhemos para seguir com um comércio exterior robusto, diversificado, enfrentando os desafios no cenário internacional que, realmente, nos faz, enfim, muito atentos e muito firmes nas decisões que nos competem, no que diz respeito ao comércio exterior no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradecemos, Professora.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Luiz Pereira da Silva.

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Muito obrigado, Exmº Sr. Senador.

Acho que a exposição da Drª Tatiana toca bem um aspecto muito importante dos objetivos e das funções de um sistema monetário internacional, que é, obviamente, a facilitação dos fluxos comerciais.

Senador, se V. Exª me permite, eu gostaria, talvez, de ter uma visão um pouquinho mais histórica sobre a evolução do sistema monetário internacional, para, talvez, chegarmos a uma discussão que, imagino, interessa a todos nós aqui, que é a situação complexa do quadro externo internacional que vivemos hoje.

Posso continuar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim, sem problema, desculpe.

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Acho que se tem de partir da ideia de que o mínimo requerido de um sistema monetário internacional é, no fundo, ele ser uma espécie de mecanismo de *cleaning* das transações comerciais financeiras, cambiais internacionais, com confiança, com regras seguras, que permitam todos os atores, digamos, se sentirem à vontade para transacionar.

Então, um sistema monetário internacional precisa de regras internacionais, aceitas pelos participantes, em particular, para transações cambiais, precisa de instituições para monitorar essas regras, para definir o que o que não é correto. Ele também necessita, digamos, que essas regras lhe inspirem confiança com todas as contrapartes, ele necessita, digamos, de elementos ou de instrumentos, porque, quando há desequilíbrios entre pagamentos, receitas e despesas entre as partes possam prover, digamos, alguns mecanismos de absorção desses desequilíbrios, e acho que, sobretudo, também, ele precisa ter embutido algumas regras que impeçam o sistema no seu conjunto de desenvolver desequilíbrios excessivos, que necessitariam que, em algum momento, se um é muito, e outro, muito devedor, a confiança no sistema sempre vai emergir como um elemento de maior dúvida. Então, o arcabouço de um sistema monetário internacional é um pouco norteado por isso. E sabemos que, digamos, existe uma história, sei que os Exmºs Srs. Senadores aqui têm um vasto conhecimento desse processo que se estende desde a história do desenvolvimento do capitalismo na Europa, através dos trabalhos de Bourdelle, dos historiadores da École Nationale des Chartres, *française* etc., até organizações um pouquinho mais, digamos, formalizadas que são os acordos que emergiram, por exemplo, no Pós-Segunda Guerra Mundial, de Bretton Woods 2, de Bretton Woods 1, 1º, e de Bretton evoluindo para Bretton Woods 2. Os acordos de Bretton Woods 1 eram mecanismos um pouquinho mais simples baseados em regras de maior rigidez quanto à dependência a uma moeda que serviria de moeda de transação internacional e que teria uma conversibilidade com um ativo particular, que era o ouro, e as outras podendo, digamos, flutuar com limitações em relação a ela. O Acordo de Bretton Woods 2 seguiu-

-se um pouco à crise desse primeiro arranjo, quando houve a necessidade, inclusive, de flexibilizar-se essa capacidade de convertibilidade automática do dólar com o ativo ouro.

Acho que uma lição dessa historia, que é complicada, não quero entrar nos detalhes aqui, a literatura, os historiadores, não só o Bourdelle, no passado, para a Idade Média, como também Mark Green, o Makino, recentemente, acho que resumem bem um pouco porque um sistema monetário internacional, mesmo com essas regras de acordo, de transparência, regras aceitas entre quem tem que pagar e quem tem que receber, entra numa situação de maior tensão e de maior crise. Sabemos que essas crises aconteceram no passado, e, invariavelmente, acontecem, quando existe o desenvolvimento de um devedor que, digamos, aumenta a sua dívida em relação a outros credores de uma maneira que começa, progressivamente, a aparecer como mais insustentável. Isso, em geral, é dado por, por exemplo, políticas excessivamente expansionistas de despesa, políticas de endividamento desse devedor que vão além, um pouco, do que é, prudentemente, aceito pelo conjunto dos outros parceiros no sistema.

Acho que nos lembramos bem que a crise, no fundo, a origem da crise do primeiro sistema de Bretton Woods inicia-se quando as políticas de despesa, de expansão, inclusive devido a despesas militares nos Estados Unidos, na década de 60, ocasionam, o aumento progressivo da dívida americana em títulos, em moeda, e isso, obviamente, começa a criar desconfiança por parte de alguns detentores desses ativos que, progressivamente, vê isso como uma situação insustentável até o ponto onde, certamente, todos nos lembramos aqui, o General De Gaulle, na França, exige a restituição, ou seja, a transferência dessa liquidez em dólar para a sua contraparte determinada pelas regras do sistema em ouro. Isso foi o início do movimento de crise da primeira versão do sistema monetário internacional, ou seja, a crise de um sistema de contrapartidas, onde as regras têm que ser aceitas entre todos os parceiros, os que devem e os que são credores, sempre se origina quando algumas políticas de devedores excedem, digamos, a confiança que o conjunto dos credores tem sobre a capacidade final de pagamento dessas dívidas em algum momento. E isso pode ocorrer em momentos de maior tensão política ou de avaliação de que, efetivamente, o sistema, em algum momento, vai romper com uma das regras, no caso aí foi a declaração unilateral do Presidente Nixon, começo dos anos 70, 71, de romper com essa convertibilidade automática a uma taxa fixa entre o dólar, moeda de reserva internacional, e o ouro. Mas, no fundo, é sempre um problema de desequilíbrios de credores e devedores onde a confiança que deve fazer parte das regras de um sistema monetário internacional é rompida por algum excesso.

Um sistema que se segue a Bretton Woods 2, que é muito mais baseado em um dólar conversível, mas não em ouro mais flutuante, ele, digamos, replica, progressivamente, esse sistema - vou, talvez, acelerar e simplificar pelo tempo -, ele, no fundo, também, vai acelerar esse fenômeno de desequilíbrios entre o grande devedor que começa a emergir a partir, digamos, do sistema de Bretton Woods 2, que são, no fundo, mais uma vez, o conjunto da economia americana e, de certa forma, também, o campo ocidental, os desequilíbrios internos entre a Europa e o grande credor emergente que aparece nesse sistema, que é a economia chinesa, exportadora e que aceita, para que se pague esse déficit crescente de conta corrente americana, ao longo dos anos 90 e dos anos 2000, títulos da dívida americana para se financiar esses déficits de conta corrente.

Esse período quando havia um pouco essa conivência entre um grande parceiro progressivamente devedor e um parceiro credor, cujo interesse também era de continuar exportando para os Estados Unidos, criou-se, acho que todos nos lembramos desse período, quando, nos anos 2002, 2003, se vislumbrou que, mesmo esse sistema de Bretton Woods 2 estava caminhando para o mesmo tipo de desconfiança e desequilíbrio que Bretton Woods 1, não em termos da equivalência com o ativo ouro, mas, sobretudo, em relação ao próprio valor dos títulos americanos. Mas, apesar de vários economistas na academia, em instituições internacionais, estarem cada vez mais preocupados sobre a capacidade dos Estados Unidos gerarem déficits crescentes de conta corrente financiados, importando elementos para a China e financiados via emissão de papeis e de títulos americanos, esse equilíbrio por motivos variados, digamos, atravessou as críticas dos acadêmicos e de algumas instituições internacionais. Acho que temos que nos lembrar que era um sistema que tinha uma conveniência muito grande para os consumidores, não só os americanos, pelo fato de os produtos chineses ofertados serem muito competitivos, muito baratos, favorecerem, apesar do aumento do consumo nos Estados Unidos e, consequentemente, um aumento no seu déficit de conta corrente, um nível de inflação, um nível de pressão de preços extremamente baixos. Todos nós, aqui, imagino, compramos produtos chineses nesse período, chineses ou asiáticos, montados na China a preços bastante competitivos, o que, digamos, fez com que a China, nesse período de expansão do seu comércio internacional, fosse um grande fator contribuinte para

o que chamamos da grande moderação de preços que aconteceu nos anos 2000 na economia global. Então, as vantagens que se tirava disso para todos nós foi, sem dúvida, o fator que, no debate onde se era mais importante controlar esses desequilíbrios globais que estavam aparecendo na conta corrente americana e que, certamente, estavam em paralelo aparecendo no crescente acúmulo de títulos americanos nas reservas internacionais chinesas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Termino aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Bom, posso parar, mas eu queria só terminar o raciocínio.

Digamos, a própria conjunção internacional, o fator de nos sentirmos bem com esses preços baixos de manufaturado, acho que criou uma dinâmica quase que global e, certamente, forte nos Estados Unidos para perdurar esse tipo de situação. Era um risco, mas, apesar dos acadêmicos, ninguém achava que ia ser um fator de explosão de uma crise de confiança.

Essa era a crise que o Professor Nouriel Roubini salientava como a crise mais provável do final da década de... Não foi a crise que ocorreu. Era uma crise de desconfiança em relação ao dólar que levaria a pessoa a se desfazer de dólar e migrar para outros tipos de ativos. Era um crise clássica de um país, onde os credores deste país no seu conjunto, China e outros países, iam, em algum momento, se desfazer desses títulos americanos e deixar o país ter que se ajustar em termos de déficit de conta corrente.

Então, eu gostaria de frisar aqui que, na minha análise, não foi a crise que aconteceu. Por que? Porque, em paralelo a tudo isso, além, digamos, desse sistema ser um sistema, ou seja, a regra de Bretton Woods 2, sistema monetário internacional depois da crise de Bretton Woods 1, também permitiu que o consumo das famílias nos países desenvolvidos fosse alavancado por uma série de outras coisas que vinham em paralelo com esse clima de bem-estar e de euforia: inovação financeira, a capacidade de inovar e de criar produtos mais sofisticados, de alavancar mais os balanços de bancos, de fornecer crédito às famílias, independentemente de saber se tinham rendas mais sólidas, mais estáveis ou não, ou seja, em paralelo a esse desenvolvimento de um desequilíbrio de conta corrente e de balança de pagamento entre, basicamente, China e Estados Unidos houve um fenômeno de alavancagem de um grau de consumo maior nos Estados Unidos ligado ao fato de se implementar lá uma criatividade financeira maior que permitiu multiplicar as possibilidades de endividamento das famílias e a exposição de bancos a produtos securitizados baseados, como sabemos, em casas, em valores de casas etc., etc., etc.. Então, essas duas coisas são distintas. E a crise que aconteceu, no fundo, foi mais a crise desse tipo de desequilíbrio, ou seja, além de termos desequilíbrios macro tradicionais de um sistema monetário internacional desequilibrado entre credor e devedor, houve, aí, uma fragilização do sistema financeiro americano, cada vez maior com produtos cujo grau de percepção de risco era cada vez mais complicado de se determinar, enchendo os balanços das instituições financeiras fazendo com que tomassem cada vez mais risco com cada vez menos capital para arcar com uma reversão de uma tendência ou de uma percepção de risco. E foi exatamente o que aconteceu, sabemos, a partir de meados de 2007, como um pequeno segmento, que é o subprime, representava pouca coisa nesse conjunto de ativos ligados a um sistema de créditos imobiliários extremamente alavancados, começou a ter problemas. Então, no fundo, a crise que aconteceu não foi necessariamente uma crise tal como previa o Professor Roubini, foi mais uma crise clássica de um sistema imobiliário hiperalavancado de fragilidade do sistema bancário que conhecemos porque aconteceu em vários países da Europa, Suécia e vários outros.

Essa crise, como sabemos, não provocou uma fuga para o dólar, mas um aumento da corrida para lugares de maior segurança, que era justamente o dólar. Deixe-me terminar, Senador. O Senhor me dá dois minutos? Então, o que acontece depois disso? Sabemos que houve essa corrida para o dólar, para o ativo mais seguro, em 2009, houve a necessidade de se socializar uma série de dívidas no sistema financeiro americano, o custo fiscal de bancos socorridos aumentou. Obviamente, a atividade econômica caiu. Houve a necessidade de se resgatar empresas e houve perda de receitas do governo americano, o que, obviamente, aumentou os déficits fiscais, níveis elevados, 8%, 10%, 12%. O nível de despesas automáticas na maioria dos países avançados sendo bastante incompreensível. Obviamente, sabemos que os déficits fiscais desses países aumentaram rapidamente, o que causou um aumento das dívidas públicas em todos esses países pelos elementos de resgate, de socialização das perdas privadas e, ao mesmo tempo, pelo fato de a atividade econômica reduzir dramaticamente as receitas tributárias desses países.

Então, desde esse período estamos vivendo essa segunda fase da crise. Como agora tratar desse grande aumento de dívida pública, que no fundo resulta do resgate de algumas instituições e também da queda de atividade que ocorreu em 2008 e 2009 e que se traduziu em aumento da dívida pública. Não só isso, como começa porque a ideia de que esse processo poderia ter sido bastante rápido, ou seja, no fundo não seria suficiente para que se criasse desconfiança em relação às dívidas públicas, que aumentaram significativamente. Se a economia americana ou a europeia tivessem, digamos, retomado nas bases como, por exemplo, conseguimos fazer aqui no Brasil, é possível que talvez essa desconfiança não tivesse, digamos, penetrado de uma maneira tão forte os investidores de mercado nesses títulos. Infelizmente, nós sabemos que mesmo com ações extremamente poderosas, não convencionais de compra de títulos, não foi possível restabelecer os chamados "espíritos animais" dos investidores americanos. Então, vivemos, no fundo, uma espécie de tentativa de resgate. Deu certo, não houve, digamos, um colapso, como na crise de 1929, mas aumentou-se dramaticamente a dívida pública de vários países maduros com sistemas sociais que têm, digamos, uma incompressibilidade em termos de ajuste e isso está agora causando uma espécie de caída na real para investidores de mercado, que estão cada vez mais julgando que, diante de uma atividade que não retoma, de perspectivas de emprego que não retomam e de um nível de dívida bastante elevado, existe agora um questionamento sobre a solvência desses instrumentos no médio prazo. A isso se soma, obviamente, nós sabemos, coisas que são particulares às sociedades americanas e europeias, que é o complicado processo de barganha política, e não quero ter nenhum julgamento de valor sobre a dificuldade, cada sociedade construiu esses processos de barganha ao longo da história, são processos complicados, mas o fato é que a velocidade de barganha na sociedade, para se ajustar o quadro fiscal delas, não é compatível hoje com a velocidade com a qual se deteriora a confiança do mercado no volume, na composição e no custo dessas dívidas. Então, os ajustes são difíceis, temos tido – e vou parar aqui, Senador – algumas medidas que podemos discutir depois na hora das perguntas, mas estamos numa situação difícil, onde essa conjunção de coisas, o desgaste político, a falta de velocidade na resolução da questão política, do arranjo que a sociedade quer para essas dívidas, está se sobrepondo à questão de solvência dessas dívidas. Então, cabe a nós refletir sobre esses eventos que estão acontecendo como uma ilustração dessa dificuldade que vem desde a maneira como se construiu, digamos, esse novo sistema de Bretton Woods, os desequilíbrios, a hiperalavancagem do sistema financeiro americano, baseado em ativos no setor imobiliário, que hoje está se traduzindo por esse movimento complicado de discussão política sobre o rumo da sociedade americana e europeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Dr. Luiz. Passo a palavra agora ao Paulo Roberto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Buarque, só para informação da Mesa, o Senador Luiz Henrique me mostra agora uma notícia de última hora, do fechamento da Bolsa de Buenos Aires, queda de 10,73%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E nós estávamos perto disso, chegamos a 8%. Aproveito para fazer propaganda dos dois livros que o Paulo Roberto está lançando esta semana ainda, não é?

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Não, talvez em setembro, ainda estão imprimindo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – "Globalizando, um Ensaio sobre a Globalização e a Anti-globalização" e "Relações Internacionais e Política Externa do Brasil, a Diplomacia Brasileira no Contexto da Globalização". Dr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Muito obrigado. Boa noite, Senador, é sempre um prazer estar aqui com o Senhor. Agradeço o convite. Pediram-me para falar sobre esse tema e depois agregaram o tema do *downgrade* americano de última hora, ele se efetivou na sexta-feira. Eu havia preparado uma apresentação sobre esse tema histórico, em parte recobrindo o que já foi dito pelo meu amigo, colega, Luiz Pereira.

Estou aqui, evidentemente, mais como professor ou pesquisador, apesar de ter sido convidado como diplomata e como professor. Tudo que eu disser deve ser imputado a mim e não ao Ministério das Relações Exteriores. Tenho um esquema histórico, evidentemente, mas vou passar rapidamente pelos temas que já foram abordados. Muito da história do Fundo ou do Sistema Financeiro Internacional vocês podem encontrar na página do Fundo, tem um historiador oficial do Fundo, vários historiadores, aliás, bons arquivos. É possível ter uma história completa lá. Isso é para dar uma ideia de onde estamos, porque a crise de 1929 e a recessão ou depressão dos anos 30 é chamada de "mãe de todas as crises", ela é referência, é até um fantasma. Cada vez que surge uma crise os economistas, os observadores, os jornalistas, os pesquisadores sempre se perguntam se estamos nos aproximando de algo semelhante. Provavelmente não. Esse é um retrato do decréscimo do comércio, que ocorreu por

crises de Bolsas, depois crises bancárias, mas também de políticas erradas, políticas econômicas nacionais contracionistas e protecionismo, o que resultou nessa queda dramática e brutal. Hoje, não temos nada de semelhante. Como vocês veem, na terceira coluna, vinda da direita, a recessão, digamos assim, a queda do PIB, nos Estados Unidos, que foi muito pequena comparada com a "mãe de todas as crises", que é esse histograma vermelho, afundando, parece um abismo. Então, não é, digamos, uma crise de tão altas proporções, ainda que a magnitude dos valores, dos volumes de comércio ou de fluxos financeiros seja, evidentemente, triplicada. Enfim, nós viemos desse período de grandes crises no passado e Bretton Woods foi feito justamente para evitar novas grandes crises, não tanto no sentido liberal, como acreditam muitos pesquisadores, mas no sentido da intervenção nos mercados. O Banco Mundial e o Fundo Monetário são para atuar quando os mercados falham, digamos assim. Todo livro de Economia tem um capítulo sobre falhas de mercado e deveria ter também sobre falhas de governo, porque, provavelmente, os governos falham mais do que os mercados e, quando falham, as conseqüências são mais danosas. Nos anos 30 foram falhas mais de governo do que de mercado, como atualmente também são falhas mais de governo do que de mercado. Enfim, todo mundo conhece as três funções originais do Fundo Monetário: facilitar as transações correntes, eliminar os impedimentos, barreiras, as transferências de capital para pagamento de fatores, não para fluxos de capitais, assistência, monitoramento de economias nacionais e, evidentemente, para prestar ajuda emergencial para os países em desequilíbrio de balança de pagamentos, e, terceiro e mais importante, mas isso acabou no chamado Bretton Woods *2*, como se referiu o Luiz Pereira, certa estabilidade, não rigidez, não fixação, uma paridade rígida, mas estabilidade com pequenas variações para cima e para baixo. Variações maiores teriam de ter a permissão do Fundo.

O Banco de Reconstrução e Desenvolvimento desempenha ainda hoje aquilo que ele fez na origem, tirando a reconstrução dos países europeus e asiáticos. Hoje, ele presta assistência a países que não participam do mercado de capitais. Ele é muito pequeno, comparado ao BNDES seria um primo pobre, na medida em que o BNDES dispõe de muito mais recursos do que o Banco Mundial para projetos. Aliás, o BNDES é dinheiro de todos nós. O Banco Mundial atua com dinheiro de Governo e de mercado, tem o chamado *triple way*, como sabemos, e hoje faz muito mais operações com países de renda pequena, renda média ou baixa do que com países de renda alta. Os mercados financeiros, hoje, provêm capitais em quantidades assustadoras para quaisquer projetos de desenvolvimento que se possa pensar. O FMI tem uma longa história, o Luiz Pereira já se referiu à sua evolução, de um sistema de paridades não fixas, mas ajustáveis, estáveis, digamos, para uma liberalização contínua. O mundo de Bretton Woods, na verdade, funcionou durante muito pouco tempo, talvez não mais de dez anos. Depois que a Europa fez a reconversão das suas moedas, no final dos anos 50, o sistema de Bretton Woods funcionou, se tanto, numa pequena parte dos anos 60. Depois ele começou a fazer água um pouco, digamos, pelos desajustes americanos, crises fiscais, déficits de transações correntes. Na verdade, os Estados Unidos foram responsáveis pelo fim de Bretton Woods. O Brasil aderiu ao Fundo desde o início, declarou a sua paridade de 18 cruzeiros por dólar, mantida até 61 mais na ficção do que na realidade, porque tivemos uma política cambial excessivamente errática, volátil, até contrariando regras do Fundo, taxas múltiplas de câmbio, controle cambial, leilões cambiais. Enfim, o Brasil conheceu todos os regimes cambiais possíveis dentro de Bretton Woods, fora de Bretton Woods, contra Bretton Woods e, de 1961 ou 1965 até os anos 90, tivemos um regime de desvalorizações contínuas, que não era muito ortodoxo, mas tolerado pelo Fundo, na medida em que o Brasil tinha pouca participação, tanto no comércio internacional quanto nas finanças internacionais. Bom, o mundo de Bretton Woods se desfaz, portanto, já nos anos 60. A França, como disse o Luiz Pereira, conseguiu resgatar um pouco das suas reservas em dólar contra o ouro, o Gen. *De Gaulle* era um obcecado por ouro, desde os anos 20, aliás, e ele ainda fez essa troca. Já a Alemanha e o Japão, quando quiseram trocar as suas reservas em dólar por ouro, os Estados Unidos disseram que ficassem tranqüilos que o dólar era *as good as gold*, tão bom quanto o ouro. Na verdade, eles tomaram um calote monumental de vários milhões de dólares em 71, quando os Estados Unidos rompem o seu compromisso de Bretton Woods. Nós tivemos uma única reunião do Fundo, no Brasil, que foi em 1967, quando justamente foi adotada a moeda contábil, que é uma liquidez do Fundo Monetário, os direitos especiais de saque. Diferentes outros regimes foram sendo criados à margem, paralelamente ao Fundo, para prover recursos aos bancos centrais, já que o movimento de capitais crescia enormemente a partir dos anos 60 e durante os anos 70. A crise, evidentemente, como foi dito várias vezes, instala-se a partir de 71 e essa desvinculação do dólar ao ouro, que não é bem uma flexibilização, mas é justamente um rompimento unilateral, ela está na origem possivelmente do primeiro choque do petróleo, como hoje a desvalorização do dólar também está na

origem do aumento do preço do petróleo, a primeira crise, seguida da segunda crise. Durante todos os anos 80 os Estados Unidos fazem aquilo que eles estão fazendo hoje, ou seja, empurrar para o resto do mundo uma parte dos seus desequilíbrios, emitindo liquidez e administrando uma desvalorização do dólar. É muito simples para os Estados Unidos fazer isso, na medida em que eles têm uma moeda de reserva. Então, eles empurram uma parte dos custos para o resto do mundo. Nós tivemos um não sistema financeiro internacional nos anos 70 com imensa volatilidade nos mercados cambiais, nos mercados capitais, quando aquele economista, Prêmio Nobel, *James Tobin*, propõe uma taxa sobre os movimentos de capitais, que para ele seria uma pequena engrenagem ou um pequeno grão de areia nas engrenagens do capital, mas era irreal pensar que os países que estavam já pensando em flexibilizar os movimentos de capitais fossem adotar taxas para esses fluxos financeiros. É preciso deixar muito claro que o FMI nunca teve jurisdição sobre o movimento de capitais. Desde *Keynes*, em Bretton Woods*,* houve uma oposição frontal a que o Fundo tivesse jurisdição sobre o terceiro elemento, digamos, do balanço de pagamentos. Quando se pensou em adotar essa jurisdição, nos anos 90, vieram as crises asiáticas e esse sistema foi afastado no momento. Talvez no futuro se volte a cogitar de liberalização de movimentos e capitais. Talvez o FMI, algum dia, tenha algum monitoramento, mas isso, por enquanto, está descartado. O que ocorreu nesse período? O Fundo Monetário, depois de assistir alguns países mais avançados, até o final dos anos 70, a Itália, a própria Grã-Bretanha, em 67, crise da Libra, passou a ser um enfermeiro de países em desenvolvimento. Houve um caos generalizado e os países procuraram soluções *ad hoc*, alguns grudando ao dólar, outros criando um sistema monetário improvisado, como, digamos, na Europa. O Brasil adotou o seu regime de minidesvalorizações. Tivemos o ciclo das crises latino-americanas, da dívida nos anos 80, que duraram mais de dez anos, porque a renegociação dos novos títulos, um processo muito similar ao que vai ocorrer hoje na Europa, a Grécia, possivelmente, será beneficiária, como nós fomos, por uma espécie de *Brady Bonds*, ou seja, uma renegociação, um desconto sobre o valor face e possivelmente a assunção de novas dívidas com prazos maiores e juros variáveis em função dos títulos, um processo que conhecemos no final dos anos 80. Depois, o mundo - os banqueiros têm memória curta -, novamente, se instala numa euforia financeira. O Brasil, durante os anos 80, teve vários acordos *stand by* com o Fundo Monetário, praticamente não cumpriu nenhum, fez sua moratória em 87, o que deixou um amargo sabor nos mercados internacionais e conseqüências para o Risco Brasil, que se eleva. Cada vez que há algum tremor nas nossas contas fiscais ou contas externas os mercados cobram um preço relativamente elevado do Brasil. Isso ocorreu, ainda, nas eleições de 2002. Bom, nos anos 90 tivemos uma abundância de capitais, o México, em primeiro lugar, depois os países asiáticos, a moratória russa. O Brasil não foi um país em crise, foi um país relativamente privilegiado, tivemos um apoio preventivo com o Fundo Monetário na medida em que tivemos três grandes acordos em 98, 99, recomposto por 41 bilhões de dólares. Não todo o dinheiro do Fundo, metade do Fundo, Banco Mundial, Banco Interamericano, metade de um grupo de países credores do BIS, inclusive a Grécia participou do pacote preventivo de ajuda ao Brasil, digamos assim. Tivemos um novo pacote quando o Peso argentino degringolou, a Argentina pegou fogo, literalmente, e tivemos um terceiro pacote, aí sim, totalmente do Fundo Monetário, 30 bilhões de dólares, quando das eleições em 2002, onde havia temores e tremores de que a política econômica do PT seria em descompasso com aquilo que os mercados esperavam. Usamos parte desse dinheiro para reforçar reservas, nunca fomos inadimplentes e agora o nosso crédito é relativamente elevado. Mas, enfim, o mundo sempre esquece as crises passadas. A euforia financeira continuou durante todos os anos 2000, primeira década. A China e os Estados Unidos tiveram um papel importante: os Estados Unidos ao absorver produtos, a China ao comprar *commodities*. O Brasil foi praticamente beneficiado, esse crescimento das exportações é muito mais em valor do que em volume, e o Brasil foi de certa forma beneficiado pela deflação chinesa, digamos.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Tem também crescimento de volume, não é? E, bom, a história da crise financeira eu não vou contar para vocês, seria muito complicado, mas é para dar uma ideia dos valores envolvidos.

Nós temos um PIB mundial hoje de 60 trilhões de dólares. Estados Unidos e União Europeia fazem quase metade disso, com 15 ou 16 milhões de dólares cada um, e temos um mercado de ativos financeiros quatro vezes superior. O valor de todos os ativos, inclusive imóveis, ações e dívidas de governos é de 10 vezes o PIB mundial. Isso foi enxugado de certa forma, muito disso é fumaça, valorização de ações, o Bank of America, com 180 dólares, que, de repente vira um dólar em Nova York. Isso é para dar uma ideia do que pode ser enxugado com o ativo hipervalorizado nos mercados internacionais, não é?

Enfim, esses quadros são apenas para dar uma ideia do brutal da crise, da queda, hoje em parte recuperada, mas o crescimento nos países avançados vai ser muito lento. Demora 3, 4 ou 5 anos para recuperar os indicadores pré-crise. Os juros vão permanecer baixos. Em algum momento eles terão de aumentar. A dívida cresceu enormemente. Se vocês vêem um gráfico da dívida americana, ela dá um salto para cima subindo o Everest. Isso terá conseqüências enormes para a geração atual, para a geração futura, talvez para a terceira geração americana.

Os pagamentos americanos, a gente não pode se confundir com os montantes da dívida, mesmo na sua relação com o PIB. O que interessa muito é o custo da dívida. O Japão, por exemplo, tem uma dívida pública de mais de 230% do seu PIB, mas ele financia inteiramente no Japão a taxas de 0,25%, 0,50%, e não representa um problema maior. O custo da dívida americana em juros também é relativamente pequeno. Eles pagam hoje entre 1% e 2% do PIB, mas isso vai crescer. Nos próximos anos, vai chegar a 5% ou 6%, que é o que o Brasil paga. O Brasil tem um custo da sua dívida, que é o custo mais importante do seu Orçamento, de 5% ou 6% do PIB. Os americanos vão chegar lá em cinco ou seis anos.

Esse gráfico está no Arq green, ele mostra a brutalidade da queda. Foi realmente muito mais severa do que nos anos 30. A pergunta é saber se a recuperação vai ser mais rápida ou se ela será ainda mais lenta do que nos anos 30.

O Nouriel Roubini tem um artigo recente, que você deve ter lido, em que ele está muito preocupado. O Mister Catástrofe acha que nós vamos passar por quatro ou cinco anos de depressão financeira.

Bom, o que vai acontecer agora é um pouco a história da América Latina. Ou seja, a Grécia vai ter que ser salva por uma modalidade diferente de *brady bonds*, mas o mecanismo é similar. Ou seja, dar um tempo para que os bancos recomponham as suas reservas; ponham em *raise tough* parte dessas dívidas que serão incobráveis. Isso o Banco Central está fazendo, Alemanha, França. Quando os Bancos estiverem mais ou menos capitalizados, como ocorreu nos anos 85, 86, nos Estados Unidos, se aplicam os *brady bonds*, ou seja, faz com que eles assumam um aparte do custo, que eles mesmo criaram.

Claro que a Grécia enganou muita gente, maquiando as suas contas, mas os banqueiros foram também irresponsáveis.

Bom, o Brasil, hoje é um sócio do FMI, porque é um credor do FMI. Não podemos esquecer que esse país credor tem um custo fiscal enorme nas suas reservas de 340 bilhões de dólares. Nós pagamos talvez 35 a 40 bilhões de custo fiscal, porque o diferencial da dívida americana, pelo qual são remunerados os *brady bonds* que nós compramos – o Tesouro americano agradece o Brasil –, o diferencial dos juros internos pelos quais o Tesouro se financia para comprar esses dólares.

Era o que eu tinha a dizer. Agradeço a vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT - DF) – Agradeço ao Paulo e passo a palavra ao Makhtar Diop.

Makhtar Diop mora no Brasil há dois anos e meio, representando o Banco Mundial, não é isso? *(Pausa.)*

É um senegalês com longa história em Washington e também em Dakar.

Muito obrigado por estar conosco.

O SR. MAKHTAR DIOP – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpas, primeiro, porque meu português é muito ruim. Eu não tenho a elegância de meus colegas Luiz Pereira Silva e Drª Tatiana, mas vou tentar.

Muitas coisas que eu gostaria de mencionar já foi mencionado pelo Professor, por Luiz e Tatiana.

E eu gostaria de iniciar, para fazer o ponto principal, dizendo que a gente está desde a crise de 2008 iniciando um ponto de inflexão no sistema monetário internacional. Esse ponto de inflexão vai abrir uma situação de incerteza e vamos ter muita dificuldade no futuro para definir um sistema estável. A gente está mudando de um sistema que foi estável, que foi elaborado depois da guerra de 44, para a reconstrução do sistema financeiro internacional, com regras, a um sistema que tem muita atitude.

Eu gostaria de fazer um paralelo um pouco. O sistema de 44 foi construído depois de uma situação política particularmente difícil, que foi a II Guerra Mundial e depois, também, da crise de 1929. Essa foi fundamentalmente a ideia que o construtor desse sistema teve na cabeça quando ele elaborou o sistema. Hoje, temos uma situação mundial politicamente, não a situação da guerra, como foi a II Guerra Mundial, mas uma situação que tem muita incerteza no nível político, como depois de setembro de 2001, com uma situação de democracia em uma grave, como a situação do Afeganistão, como a situação de muitos países.

Temos um contexto, no nível de equilíbrio diferente, mas há algumas características similares à da época da criação do sistema de Bretton Woods I. O meu amigo Luiz insistiu muito para contrastar Bretton Woods I e Bretton Woods II. Poderia discutir a história do Banco Mundial, a história do FMI, mas o Senador ouviu muito do colega sobre a História.

Para mim, há dois economistas muito importantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial que foi Jack Pollak e Chenery. Pollack foi a pessoa que ligo não somente à balança de pagamento na situação internacional, mas ligo à política monetária dos demais países. Foi o modelo que o Fundo Monetário Internacional usou muito durante muitas décadas para estabelecer suas políticas e para definir o tipo de política que a pessoa, que países precisavam implementar.

Do lado do Banco Mundial, há o Chenery que considerou que o problema do desenvolvimento foi um problema de poupança e de investimento, porque se países pobres não têm de suficiente poupança e não tem suficiente investimento, eles não vão crescer. E o problema era resolver o problema de poupança e de investimento.

Acho que é interessante para meus colegas acadêmicos que contrastar com essa abordagem que foi quase simples. A abordagem econômica foi muito complicada durante tempo. Como agora, esses instrumentos demonstram o limite desse instrumento para pensar a questão econômica, o desafio que a gente tem no mundo novo.

O Fundo Monetário Internacional mudou, passo a passo. Agora se você sabe o modelo econômico usado pelo Fundo Monetário é de inspiração neo-keynesiana, como *(Incompreensível.)* que é um modelo técnico de economistas. Blanchard, chefe do Fundo Monetário Internacional, hoje, está trabalhando na base de modelo que tem um pouco de inspiração keynesiana.

Então, não é só o Banco Mundial que está falando sobre o *two gap or three gap*, modelo de Chenery. Mas trazem muitas noções importantes: Instituições, processo político, condições sociais e democracia. Todos são elementos muito essenciais para fazer a política. Os Srs Senadores e membros do Congresso sabem que a complexidade e a ligação todas essas questões, que de inicio a economia precisaria um pouco de simplificar.

Eu só acho que a última década... O primeiro choque é que iniciou, em 1998, com a crise asiática. Este tempo foi o trabalho com o Fundo Monetário Internacional. A esse tempo, em 1998, a situação foi totalmente diferente da crise de 2008. E uma razão é que quando a pessoa viu o primeiro choque da crise de 2008, tentando usar o instrumento para analisar a crise que utilizaram em 1998, não teve uma análise muito boa e muito precisa da crise.

Para mim, a grande questão que é aberta hoje no sistema... O sistema onde existem países ricos e países pobres, há muito desequilíbrio. O desequilíbrio a que Luiz se referiu, a raiz desse desequilíbrio é que a confiança do mercado varia muito entre os mercados. É por que tem mercados com nível de desenvolvimento muito diferente. O meu ponto de vista hoje é que o futuro do sistema internacional Bretton Woods II ou III, o nome é Bretton Woods, vai ter o apoio como o País de renda média. A falta de média é que é uma das coisas da instabilidade do sistema financeiro internacional. A falta de média, a falta de igualdade no câmbio econômico e no comércio tem um impacto para a estabilidade e a confiança de diferentes mercados. O conceito de ingresso médio é muito importante.

Para mim, na próxima década a palavra chave será *middle class*, médio ingresso, médio país. Dentro do Brasil, também seria o mesmo tipo de desafio. Se hoje no crescimento mundial, o líder de crescimento mundial é o país de renda média. Sem os países de renda média, a crise será *doble-deep*, doble V, ou um V muito profundo. A crise não teve a importância que ela tem porque o crescimento do país de renda média foi muito alto.

O desafio de países de renda média para continuar a liderar o crescimento mundial é o de fortalecer as condições internas. O centro das condições internas é a questão de igualdade na sociedade. Se no Brasil não tivesse havido uma redução muito forte na última década da desigualdade, o crescimento da classe média no Brasil, a demanda interna, que ofereceu ao Brasil a possibilidade de resistir à crise internacional, não estaria lá para continuar a demanda internacional.

Só acho que tem um conceito unificador – acho que falei em francês. Não sabia se era português, mas o Luiz poderia ajudar. O conceito unificador para a próxima década será a questão do *missing middle*. Sim, o *missing middle*, em nível internacional; o nível doméstico, o nível de relação internacional, também *(Incompreensível.)* da arquitetura mundial, também da representação do país dentro de instituições internacionais. Acho que a período de incerteza será mais e mais durável.

Durante esse período de transição, o meu ponto de vista é que haverá situação será difícil de projetar. Por exemplo, a primeira reação que teve muito analista do mercado financeiro com o rebaixamento da nota dos Estados Unidos de triple A para doble A foi que haveria uma saída de capitais *assets* em dólares. Não foi o que aconteceu, porque agora também nessa situação, *assets* americanos são mais líquidos e seguros do que outros, e vão continuar a usá-los.

Mas em uma situação transitória, se a situação fundamental da economia americana não mudou. Só acho que a gente está entrando em uma situação de grande incerteza e também uma situação que vai necessitar o papel de país de renda média será mais im-

portante para a próxima etapa do sistema financeiro internacional.

Então, é uma surpresa para você também que, como economista do Banco Mundial, eu não falei da arquitetura financeira internacional sem ligar com a situação política internacional. Para mim, não vai ter uma situação de estabilidade do sistema financeiro internacional se a situação de país de média renda não crescer no mercado internacional e se dentro desse país a desigualdade não se reduzir e a classe média não mantiver certo nível *(Incompreensível.)*

Muito obrigado e desculpe-me pelo Português.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Excelente Português. Seria bom que o nosso inglês, francês e alguns idiomas do Senegal fossem tão bons quanto o seu Português.

Bem, há um Senador inscrito, o Senador Roberto Requião, com quem está a palavra. Se não houver nenhum outro, eu também estou inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Inicialmente, eu gostaria de unificar o discurso. O Dr. Luiz, quando falou na quebra do compromisso americano de Bretton Woods, da equivalência em ouro, falou em flexibilização necessária. Já o Dr. Paulo Henrique se referiu ao problema do México e do Brasil como calote. Vamos chamar tudo de calote ou vamos considerar tudo isso como flexibilização necessária.

A impressão que eu tive é que eu sou Senador do Paraná em um País chamado Brasil, mas a Mesa conversou sobre outro País e outra situação. Os dados não batem com a realidade que eu vejo. Por exemplo, nos últimos 30 anos, a participação da indústria na pauta de exportações brasileiras caiu 40%, caiu de 34% para 17%, o que não significa necessariamente uma queda, uma fraqueza da indústria brasileira, mas significa definitivamente uma primarização da nossa economia, uma preferência dada pelo País à exportação de commodities.

Fiquei impressionado com os gráficos da Drª Tatiana, de exportação. Mas eu gostaria de complementá-los, dizendo que, de 2006 a 2011, as nossas exportações em volume real cresceram 5% e as nossas importações cresceram 100%, ao mesmo tempo em que o endividamento das famílias brasileiras chega a 40% dos seus recursos.

Os Estados Unidos quebraram numa situação muito melhor do que essa e nós só não explodimos até hoje porque o aumento do preço das *commodities*, em função de circunstâncias internacionais, principalmente com as compras da China, impediram que chegássemos à situação norte-americana e também pelas políticas sociais que criaram um mercado interno razoabilíssimo. Mas nós estamos num processo de "primarização" da economia e não vem de pouco tempo, vem de trinta anos, com a Lei Kandir e todo esse esforço feito ao longo dos últimos Governos do País.

Então, eu me preocupo muito, porque, ao mesmo tempo em que eu vejo com satisfação a leitura correta do nosso Ministro Mantega e do Pimentel, que está na Secretaria do Comércio Exterior, eles estão, ao contrário do que fez, por exemplo, o Alexander Hamilton depois da independência americana, propondo um novo tipo de medida econômica: é a homeopatia econômica ao invés da alopatia no enfrentamento do liberalismo.

Os Estados Unidos, na sequência da independência, com a lei das manufaturas, mandou o liberalismo do Adam Smith às favas e resolveu financiar a inovação, a produção e não deixar que os Estados Unidos se transformassem num exportador de *commodities* e de mão-de-obra barata. Nós estamos com a leitura correta, mas não estamos com a política correta. Nós estamos com um processo homeopático, quase que uma simulação de atitudes suportadas num bom discurso.

Eu ouvi uma série de explicações técnicas muito interessantes que os Estados Unidos explodiram, Dr. Paulo Roberto de Almeida, com a desvinculação da produtividade e o aumento salarial, a "financeirização" da economia, o desespero pelos lucros, os bônus pagos para os executivos que conseguiam as maiores possibilidades nas bolsas. Eu lembro, por exemplo, que, quando a Toyota tentou entrar nos Estados Unidos, teve um fracasso absoluto com seu jipe. Então voltou ao Japão, investiu em tecnologia, em planejamento industrial de médio e de longo prazo e, quando a General Motors foi não auxiliada, como a Mesa deixou claro, mas estatizada, a Toyota se transformou na maior empresa automobilística do mundo, investindo em modernização tecnológica, investindo em planejamento, investindo na própria empresa.

Os Estados Unidos não quebraram só pela bolha imobiliária; os Estados Unidos quebraram porque, por décadas, o salário foi congelado a favor da "financeirização" da economia e, num determinado momento, para resolver a crise interna, os engenheiros do capital resolveram solucionar tudo com *subprime* e depois com os derivativos, financiamentos de prazo longo e juro alto, com o salário congelado e a produtividade descolada do aumento salarial.

Os americanos financiavam suas residências que valiam US$50 mil por US$70 mil, por US$80 mil, por US$100 mil, por US$200 mil, mas o salário estava congelado. Depois veio o financiamento do ensino superior que, nos Estados Unidos, é privado, não é público. Aliás, parece que, nos Estados Unidos, o ensino só é público de verdade na Califórnia e em Nova York, pelo menos era há algum tempo. E houve a compra

dos automóveis, as compras dos bens duráveis até o momento em que isso explodiu, e por falta de mercado interno. Explodiu o *subprime* e os derivativos levaram inclusive alguns gênios da economia brasileira que já ocuparam o Ministério de Relações Exteriores e não da Indústria e Comércio a explodirem suas próprias empresas – estou me referindo aos erros da Sadia. E nós estamos num mato sem cachorro, porque, por falta absoluta de investimento em infraestrutura pública e infraestrutura privada, qualquer aquecimento da economia interna provoca inflação. E o remédio é o tradicional: vamos cortar na segurança, vamos cortar na previdência, vamos cortar na educação, vamos cortar na saúde.

Precisamos fazer cortes em tudo isso, mas esse não me parece bem ser o caminho. O caminho deveria ter sido trilhado há muito tempo: investimento em tecnologia, sustentação do mercado interno, aumentos salariais. E o Governo briga com o Congresso para viabilizar o congelamento do salário mínimo na contramão do que faz o mundo.

Nós estamos numa situação maravilhosa. A dívida interna quase desaparece; ela se interioriza. Se nos Estados Unidos nós chegamos a ver juros negativos, Dr. Makhtar, os dólares americanos empregados no Brasil foram remunerados pelo Banco Central a mais de 12%, 15%, 18% quando se emitiram debêntures. Vocês imaginem um prefeito de uma cidade do interior que tomasse dinheiro a 1% ao ano e aplicasse a 12,25% ao mês o que teria acontecido a ele: iria à cadeia, mas nós estamos fazendo isso sistematicamente.

Nós estamos com o discurso de que o nosso lastro em reservas é muito grande, mas reservas acabam e eu não vejo saída para esse processo com a manutenção dessas políticas.

Nós não estamos bem. Nós estamos "primarizando" o País. Nós estamos insistindo no privilégio dado à exportação de algumas *commodities*. O Banco Central está cego, surdo e mudo, repetindo um discurso liberal antigo que já explodiu os Estados Unidos.

Outro dia vi uma tabela de juros de 41 países. Nós estávamos, àquela época, com 6,4% – estamos com mais hoje. O segundo país era o Chile, com 1,5%; os Estados Unidos, com 1,2% de juro negativo; seis países com juros positivos e 31, ou um pouco mais, com juros negativos. Mas nós estamos insistindo na política do aumento de juros.

Nós estamos errados. Deem uma olhada na nova política americana depois da independência. Alexander Hamilton, Friedrich List, Henry Carey, Henry Clay apostavam na economia americana, na vitalização, na industrialização. Como é que nós podemos pensar em sair da crise exportando *commodities* que podem sofrer um abalo amanhã?

Eu falava agora na queda de 10,73 da bolsa argentina, mas isso tem menos importância. É mais importante a situação dos Estados Unidos, que, se entrar em recessão, vai comprar menos da China. Os Estados Unidos são o grande mercado chinês do mundo, não é assim? Pois muito bem. Se ele comprar menos, a China também vai comprar menos. E daí os preços das *commodities* vão cair, notadamente do petróleo, do mineral e dos famosos grãos que hoje são o orgulho nacional e são realmente espetaculares, estão ajudando a sustentar a nossa economia junto com o ferro e o petróleo, mas são de uma instabilidade incrível, representam um ciclo que pode terminar no dia seguinte.

As soluções homeopáticas não vão nos levar a lugar algum. E nós temos que entender que, em Bretton Woods, o que garantiu a conversão alterada do dólar em outras moedas não foi a necessidade da flexibilização, mas o poderio militar norte-americano, que garantiu e garante isso até hoje. E o dólar só não explodiu totalmente porque as reservas do mundo são em dólar.

Quanto a essa brincadeira do AAA, eu acho isso uma brincadeira, porque tanto poderia ser dado como não, pois não altera muito a circunstância norte-americana, mas faz com que a China perca bilhões de reais. As reservas da China, se não me engano, estão na ordem de 40% em moeda norte-americana ou em títulos americanos, R$1,2 trilhões. Então, os Estados Unidos estremecem e a China perde 40% ou sobre 40% das suas reservas uma quantia tremenda.

Nós temos saída para isso, sim. Eu acredito que sim. Não é manter esse discurso otimista de gráficos de crescimento de importação, de exportações. O crescimento real é de 100% de importação. O endividamento das famílias é de 40%. Insisto: não explodimos pelas políticas sociais que criaram um mercado interno, pelo empréstimo compulsório que é uma verdadeira loucura, porque, se ele não tem um peso determinante no endividamento familiar e público, tem uma velocidade incrível, porque é uma prise na veia, é um dinheiro injetado que provoca inflação imediatamente.

O que nós deveríamos estar fazendo? Regulando a queda do dólar, segurando o famoso empréstimo consignado, que está dando uma velocidade incrível à inflação, baixando imposto, subindo salário e apostando pesadamente não na manutenção do financiamento público para compra, para o consumo de produtos chineses, americanos e japoneses, mas nós deveríamos estar viabilizando financiamento para inovação tecnológica e crescimento de pequenas e médias empresas no Brasil. O discurso público que eu escuto é mais ou

menos esse, mas a prática, como deixou claro o Senador Cristovam Buarque e alguns discursos no plenário, não é essa. É homeopatia. É muito tímida.

Nós estamos diante de uma crise de proporções enormes. É uma crise tremenda, porque há um sentimento de euforia, de satisfação com o crescimento do Brasil, alimentado pela mídia e pelo nosso discurso "itamarateca" do crescimento que não é verdadeiro e pode ser alterado da noite para o dia de uma forma radical, alterado na vontade popular, na opinião pública direcionada à própria legitimidade do Governo. Então a minha visão desse processo é essa.

Eu acho que o que a Mesa colocou de uma forma técnica não é exatamente o Brasil em que vivo, não é o Brasil em que eu fui Governador por três vezes, Prefeito de uma capital uma vez. Não é o Brasil que eu vejo no Senado.

Aliás, queria dar uma sugestão, uma vez que estamos também, Senador Cristovam, na televisão: em 2008, como Governador do Paraná, realizei no Estado um seminário sobre a crise. Eu trouxe gente do mundo inteiro: o fantástico Magnus Ryder, da Inglaterra; Thomas Page, dos Estados Unidos; Mário Lettieri, Ministro da Economia do Romano Prodi, da Itália; Aldo Ferrer, da Argentina, famoso parceiro do Celso Furtado e do Raúl Prebisch nas propostas cepalinas; economistas do Brasil, da Venezuela, do México, da França, do mundo inteiro. E já as discussões, naquele momento, levavam a uma previsão clara do que iria acontecer hoje, do que está acontecendo.

Interessantíssima a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores, mas seria muito mais importante que o Governo acordasse e, com coragem, abandonasse a homeopatia e seguisse um caminho mais firme e decidido na trilha de suas próprias análises, que não estão incorretas. Eu vejo com muita apreensão a tibieza econômica do Brasil.

São essas as considerações que eu levo à reflexão dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Primeiro quero parabenizar o Senador Requião. Sua fala hoje é de uma ênfase a que estamos acostumados, mas, ao mesmo tempo, de uma linha de análise que está faltando muito aqui nesta Casa e em outros lugares. Então eu agradeço e parabenizo.

Consulto se vocês preferem que eu também faça perguntas, sou o único inscrito depois dele, ou se querem responder logo. Como preferem? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pois bem. O que eu vou falar, de certa maneira, complementa, completa ou provoca, na mesma linha do que falou o Senado Requião. Eu creio que nós estamos falando em crises, quando, na verdade, nós temos uma exaustão. A economia entrou num processo de exaustão. Crise é uma "doençazinha", é quando a gente corrige com as homeopatias, mas hoje há uma exaustão, porque a gente cuida de cada uma das crises, mas, quando para cuidar de uma piora outra e outra, não dá mais para cuidar.

Falo, por exemplo, da crise financeira. Se a gente resolver a crise financeira, virá uma crise no crescimento, porque o crescimento depende de empréstimo, de uma injeção na veia de consumo. A gente fala muito, aqui mesmo isso foi falado, que os bancos são irresponsáveis. Para mim não existe banqueiro irresponsável. Banqueiro é voraz, ganancioso, mas ele não é irresponsável. Cada um da gente toma empréstimo, eles estão nos jogando e tomam as medidas deles para ganharem tão depressa, que, quando a gente não puder pagar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – São tão responsáveis que cumprem à risca o Acordo de Basileia sobre sua própria liquidez, apoiados pelo Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pois é. Eles estão emprestando, porque todos querem emprestar. E todos querem emprestar como um incentivo para dinamizar a economia.

Não dá para vender os produtos da indústria de hoje com o dinheiro que temos na conta bancária. Para comprar qualquer produto, a gente precisa jogar para a frente o pagamento. Aí entram os bancos. Eles são gananciosos. Irresponsáveis somos nós e o sistema é desregulado. Aí sim. O sistema é que não deveria deixar que eles emprestassem tanto.

Voltando ao assunto da exaustão, se a gente controla as finanças para salvar o sistema financeiro, a gente diminui as vendas. O sistema de gastos públicos se continuar dessa maneira vai ter que aumentar a taxa de juros para conseguir dinheiro emprestado. Mas se a gente controlar os gastos públicos a economia quebra, porque uma parte da demanda, desde Keynes, como foi mostrado aqui, vem dos gastos públicos.

Se essas exaustões não bastassem, tem mais uma: a exaustão dos recursos naturais, da natureza, a exaustão ambiental. Se a gente retoma o crescimento, piora a situação ambiental.

Então, há uma exaustão de modelo, de propósito. E aí é que vem a dificuldade: como convencer uma sociedade, depois de duzentos anos com o objetivo do consumo, do Produto Interno Bruto, dizendo: "Não, gente, chegou a hora de a gente melhorar a qualidade de vida e não a quantidade de consumo"? Como convencer disso? Até aqui mesmo na mesa e no meio acadêmico dificilmente se convence disso, Senador Pedro Simon.

Nós continuamos querendo a voracidade do consumo, que exige a voracidade do crédito, que exige a voracidade sobre o meio ambiente. E aí o outro problema: a exaustão do nível dos benefícios sociais que nós concedemos ao longo da história e que todos querem. Hoje de manhã eu vi pela televisão jovens israelenses nas ruas, porque não conseguem ter o nível de renda que querem, mas, em vez de redefinirem a riqueza possível, eles estão redefinindo a pobreza. Ser pobre é não poder trocar o carro, ser pobre é não poder viver num apartamento grande, ser pobre é não trocar os seus bens de consumo todos os anos. A redefinição da pobreza para substituir a exaustão do conceito de pobreza para mim é o grande gargalo político para resolver o problema do modelo na sua dimensão ecológica, social, financeira e econômica no sentido de produtivo – e aí é uma questão de nós políticos, mais do que deles economistas e talvez mais de filósofos do que de políticos, porque uma concepção nova tem que surgir.

Num artigo muito bom do George Soros, recentemente, no New York Review of Books, ele diz: "O nosso grande problema é que nós não queremos enfrentar as dificuldades do tamanho que elas são". Por isto o Obama está se acabando e os republicanos crescendo: porque eles continuam propondo saídas sem enfrentar as dificuldades, o que tem a ver com o que disse o Senador Requião: continuamos por aí, desculpem a expressão meio vulgar, no oba oba de que tudo vai bem, de que vamos continuar crescendo, até que um dia a gente descobre que os preços das *commodities* caíram, que os bancos quebraram, que o Governo não tem mais como manter a aposentadoria.

Então esta para mim é a crise maior: a crise de um modelo do próprio conceito do que significa uma civilização bem – não quis dizer nem rica, nem feliz.

Aí vêm algumas perguntas, primeiro em relação ao que disse a Drª Tatiana. Eu vi, por aqueles gráficos – aliás, eu queria que deixassem comigo, porque não só são muito úteis, como são belíssimos do ponto de vista estético aqueles quadros –, repito, o que eu vi por ali é um detalhe que tem a ver com o que falou o Requião: nossa importação de bens de alta tecnologia, se não me engano, estava em 2% e nossa exportação, em zero. O problema da inovação. Não tem futuro continuar importando bens de alta tecnologia e exportando ferro.

Então, eu gostaria de saber qual o nosso balanço de inteligência, como é que nós estamos, e se há dados especificados sobre isso, inclusive no detalhe, por exemplo, de quanto de um avião da Embraer, que é alta tecnologia, quanto ali dentro é importado de inteligência, porque alguém me falou que toda parte de *avionics* vem de fora.

O segundo... Aliás, eu anotei aqui, mas, depois, colocou, que é o quadro por setor. O de bloco de país para bloco... Para o Luiz Pereira, é na linha do que falei: o problema da exaustão também do padrão ouro. Um dia acabou o ouro como padrão. Será que a gente não está perto de um dia ou em alguma hora dessa acabar o padrão título da dívida americana? E aí, quando acabar o título da dívida americana – aí acabou o dólar como padrão –, o que é que vai sobreviver? Antes do ouro, o ouro virou dólar; e agora, o que é que virá?

O Paulo Roberto falou de um calote monumental de 1971, quando Nixon disse que não reconhecia mais o valor de dólar em ouro. Aí pergunto: será que eles não aprenderam e, por isso, não vendem os dólares americanos? Ou porque existem algumas amarras que se os chineses venderem os títulos americanos eles também vão perder? Como se, antes de 1968 e depois de 1971, quem tinha dólar vendeu dólar e comprou ouro. O próprio De Gaulle fez isso. Mas, e agora, se venderem os títulos, vão comprar o quê?

E, quanto ao amigo Makhtar, eu queria fazer uma pergunta. Eu acredito que a saída está na classe média. Mas a classe média exige um padrão. É a média americana, não é a média da Somália; mas vai ser a média americana, vai ser a média brasileira ou vai ser uma outra média, com base em uma cesta de bens e serviços que a gente diga: essa é uma cesta de bens e serviços viável para dinamizar a economia, dar o bem-estar, mas sem gerar a exaustão, que está tão próxima? Então, como é que a gente define classe média?

E, finalmente, tenho uma pergunta e queria ver o que o Requião acha disso, viu, Senador Requião? Será que a saída não vai ser, independentemente da vontade de cada um, uma tremenda de uma inflação mundial? Porque se vier uma inflação, as dívidas vão embora, ninguém deve mais, e a dívida vai para o bolso da gente, assalariado. Será que, no fim, não vai terminar acontecendo uma tremenda inflação em escala mundial, como forma de resolver o problema dos diversos endividamentos?

Essa é a última pergunta que deixo para todos.

Bem, tomem o tempo que acharem necessário, obviamente, dentro de alguns limites, por causa da exaustão nossa. Estamos curiosos para saber o que vão dizer, sobretudo eu, em relação à provocação muito bem feita do Senador Requião.

Senador Luiz Henrique quer falar também.

Com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sempre quem fala por último vê os assuntos serem exauridos por quem fala primeiro. Por isso, fazendo coro

com o Senador Requião e com V. Exª, que preside esta reunião, eu queria abordar um aspecto que considero fundamental como elemento acelerador dessa crise.

Eu estava vendo aqui, no *blog* do *Estadão*, que a Agência Mudes já espera um *default* da França. Está aqui: "Risco de *default* da França cresce", diz Agência Mudes. Talvez venhamos a ver se repetindo com a França o que já ocorreu com a Grécia, com Portugal, com a Islândia, com a Irlanda, com a Itália e, agora, com os Estados Unidos.

Minha pergunta é muito objetiva: o que representa o aumento da expectativa de vida, quer dizer, o envelhecimento da população em relação às medidas que não foram tomadas nem lá, nem cá, a respeito de dar consistência atuarial à seguridade social? O que representa isso como elemento de agravamento da crise?

Faço a pergunta a todos os nobres expositores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vou fazer da direita para a esquerda. Está bem, Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Obrigado.

Ouvi as perguntas, e é claro que meus colegas terão suas respostas. Vou me permitir apenas selecionar alguns aspectos e, na verdade, não vou reproduzir o conjunto das questões com as quais estou de acordo na análise. Vou reter apenas aquelas questões em relação às quais posso fazer observação em desacordo metodológico, histórico, conceitual sobre as políticas.

É cioso resumir as perguntas do Senador Requião. Elas têm dois focos: um sobre o processo de desenvolvimento, que o senhor gostaria que tivéssemos sido os mais hamiltonianos, e não liberais, não é verdade? E o segundo foco é sobre as políticas atuais do Governo brasileiro ou políticas econômicas em geral, seguidas no Brasil. E o senhor resumiu sua receita de política econômica como sendo a regulação da queda do dólar, aumentar os investimentos, baixar imposto, subir salário, baixar o crédito consignado, enfim, se interpreto mal suas palavras, gostaria de ter ou não a confirmação. Mas é mais ou menos isso.

A primeira questão é, evidentemente, complexa. O senhor deve ter lido vários historiadores. O senhor parece se basear muito no Ha-Joon Chang, que é um pouco queridinho de uma certa corrente de pensamento econômico e que vem sendo dispensado nas faculdades brasileiras; essa interpretação de que os países avançados, desenvolvidos cresceram na base política mercantilista ou políticas protecionistas, políticas de incentivo à indústria infante, políticas de contenção de importações e que, ao chegarem ao desenvolvimento, eles chutaram a escada, como diria o List, e aí estamos condenados a políticas liberais e de abertura.

Bom, não quero debater extensamente esse aspecto da história econômica. Eu só lhe diria que os historiadores mais sérios contestam um pouco essa visão simplista do Ha-Joon Chang e de outros historiadores, inclusive do próprio List, quanto à natureza do processo de desenvolvimento e as condições pelas quais ela é feita. Os Estados Unidos não se desenvolveram apenas à custa de tarifas hamiltonianas. Se eles dependessem apenas de política comercial, eles não teriam se desenvolvido. Os Estados Unidos foram, na média, mais liberais em políticas tarifárias do que o Brasil no séc. XIX. Posso lhe mandar todas as estatísticas de proteção efetiva. Somos muito mais protecionistas do que os Estados Unidos, sempre, e eles tiveram, claro, picos tarifários etc..

Resumo essa parte histórica dizendo o seguinte: não é o rabo comercial que abana o cachorro do desenvolvimento. O contrário: é o cachorro do desenvolvimento que permite políticas comerciais mais ou menos protecionistas, mas isso é um elemento muito pequeno na história americana, que, por ter um mercado interno muito grande, dependia muito pouco do comércio internacional. Até hoje, aliás, os Estado Unidos são grandes exportadores e grandes importadores, mas o peso do comércio no PIB é muito pequeno. O coeficiente de abertura externa dos Estados Unidos é quase como o do Brasil ou o do Japão, ou seja, muito pequeno, comparado com o dos países europeus. Então, a gente não deve dar muita importância para essas alegações e protecionismo comercial como sendo a base do desenvolvimento. E, se isso fosse a base do desenvolvimento, o Brasil seria um País enormemente desenvolvido hoje, porque tivemos tarifas extremamente elevadas durante todo o séc. XIX e durante toda República, e, ainda hoje, nosso coeficiente de abertura externa não só é pequeno como as tarifas são efetivamente muito elevadas. Enfim, isso pela história econômica.

Quanto à questão das receitas de política econômica, eu também discordo fundamentalmente do senhor. Acho que essa equação não bate economicamente. Aumentar investimentos, aumentar salários, salário mínimo, baixar imposto, baixar o crédito consignado, não vejo como fecha essa equação.

Concordo com o senhor que algumas políticas estão erradas; e vou lhe dizer o seguinte muito claramente, muito simplesmente: o Estado brasileiro recolhe da sociedade mais ou menos 41% do PIB – 38% em impostos, mais 3% de déficit orçamentário a cada ano, que é acrescido ao estoque da dívida pública – e devolve muito pouco. O senhor deve saber qual é a nossa taxa de poupança, que é 17%, 18%, sobre a qual

se acresce 1,5% de investimento externo estrangeiro; e isso faz menos de 20% de investimento.

Não dá para crescer a 4%, 5% ou 6% com uma taxa de investimento tão pífia como a nossa. A taxa de investimento é pequena porque há uma despoupança estatal, aquilo que os economistas chamam de *crowding out*. A despoupança estatal é um fato no Brasil. O governo militar pegou o Brasil com 12% de carga fiscal no PIB e deixou com 21% ou 22%. A Constituinte encontrou o Brasil com 28% de carga fiscal; Fernando Henrique entregou ao Lula com 34% do PIB, e o Lula cresceu continuamente a carga fiscal. Efetivamente, ela é mais de 38% do PIB, de cujo montante 1% é investido pelo Estado. Quando os militares entregaram um crescimento um pouco maior ao Brasil, o Estado investia 3% ou 4%. A taxa de poupança voluntária é baixa, efetivamente. Se acrescentarmos todos os recolhimentos compulsórios, a título laboral, previdenciário etc., ela se torna mais importante, quase que chinesa, talvez. O problema é que os mecanismos creditícios do Brasil, o mercado de capitais, a estrutura tributária, a propensão do Estado a ser um gastador faz com que nossa taxa de poupança disponível seja muito pouco para investimentos produtivos e, portanto, para crescer. Eu gostaria que fosse maior; ela pode ser maior, porque, potencialmente, ela é maior, mas o problema é que a forma de recolhimento compulsório pelo Estado, da renda, criada pela sociedade, não permite que o Brasil tenha uma taxa de crescimento maior do que a que nós temos, que é pífia, infelizmente.

O Senador Cristovam Buarque mencionou o calote de 1971. Ele não é muito diferente de vários outros calotes que tivemos na história. Apenas ele foi um calote unilateral, decretado sobre a base de um tratado internacional de 1944, anunciado unilateralmente pelos Estados Unidos, que transferiram ao mundo uma parte dos custos. Países tomaram calote, evidentemente, quando o dólar se desvalorizou, o ouro aumentou. Pode ser que eles tenham aprendido, mas, enfim, como eles têm esse privilégio, como se diz, exorbitante de emitir uma moeda de reserva internacional e de troca, eles permitem transferir para o resto do mundo uma parte do custo, que é o que eles estão fazendo hoje. Estão fazendo aquilo que eles acham que podem fazer, ou seja, transferir parte dos seus problemas para o resto do mundo. Agora, é preciso diferenciar a desvalorização do dólar americano, que é efetivo e atinge todas as moedas, da valorização do real americano, e aí volto ao Senador Requião: os Estados Unidos não têm culpa se nossa taxa de juros é de 12%. Ela poderia ser menor? Talvez. Agora, quem determina a taxa de juros não são os especuladores de Wall Street, nem sequer os banqueiros brasileiros. Quem determina a taxa de juros são os governos, tanto na forma irresponsável do Alan Greenspan, que, de 2002 a 2005, manteve os juros irresponsavelmente baixos, em 2%, permitindo a criação da bolha imobiliária, da bolha financeira que resultou na crise, quanto no caso do Brasil. Uma taxa de juros excessivamente elevada permite essa exportação de recursos. O tesouro americano é muito grato ao Brasil por ser o quinto credor mundial dos Estados Unidos, e nós aí temos um duplo prejuízo: não apenas o custo fiscal dessas nossas reservas investidas; T-Bonds americano, há cinco anos, deve estar pagando menos de 2%. Como o tesouro compra esses dólares no mercado, remunerando a 12%, vocês têm aí um diferencial de 10%, que são aqueles US$35 ou US$40 bilhões a que me referi de custo fiscal das reservas internacionais, sem falar do custo oportunidade, que seria o abatimento da dívida pública interna e o investimento desse recurso, talvez como gostaria o Senador Requião.

Infelizmente, os Estados Unidos vão continuar fazendo aquilo que eles fazem, porque é a única coisa que eles podem fazer: exportar uma parte do seu prejuízo para o resto do mundo. E o resto do mundo vai continuar. As reservas internacionais que eram 75% em dólar, há dez anos, já estão em 62%. Haverá uma lenta diversificação pelos chineses, pelos europeus, pelos brasileiros das usas reservas. Mas os Estados Unidos, a despeito dessa crise, ainda são a economia mais flexível do mundo. O crescimento da produtividade americana é superior ao da Europa, e eles vão continuar sendo a economia que, a despeito do aumento da dívida pública e do crescimento dos pagamentos, vai continuar atraindo capitais pelo futuro previsível.

Então, haverá, sim, uma diversificação no mundo. O dólar vai diminuir de valor. Poderá crescer no futuro, quando a produtividade americana for resolvida, quando o problema da dívida pública americana estiver um pouco maia diminuída, mas temos um longo processo aí de ajustes mundiais. São placas tectônicas da economia mundial que se estão movimentando para um mundo em que o Atlântico Norte deixará de ser o foco principal de movimentos de capitais, de transações comerciais para o Pacífico Norte. A China, Japão, países da Asean vão conformar esse novo mundo. A gente precisa se voltar muito mais para o Pacífico, mas eu não vejo um movimento rápido ou não vejo nenhuma decadência americana nisso.

Finalmente, o Senador Luiz Henrique falou sobre a questão das medidas de ajuste no sistema previdenciário em função do envelhecimento da população. Existem países que estão fazendo ajustes. Eu me lembro de que a Suíça fez um plebiscito, dez anos atrás, para elevar a idade limite. Vários países estão reduzindo

os benefícios, aumentando o prazo de contribuição e estão fazendo ajustes em função dessa taxa de esperança de vida.

O Brasil, infelizmente, não fez isso. Talvez a gente passe os próximos quinze anos com três crises e déficits da Previdência sem jamais ter aproveitado o bônus demográfico que temos hoje, que se vai encerrar daqui a 20 ou 25 anos. Se não tivermos crescimento de produtividade para criar riqueza, estaremos dupla ou triplamente atingidos pela Previdência, pelo crescimento dos velhos, pelo desgaste das contas públicas.

Eu terminaria dizendo que isso tem a ver também com a pergunta do Senador Requião. A questão da Previdência, que é um fator extremamente relevante para o futuro do País, não está sendo muito bem tratada no Parlamento. Desde 2003, quando foram aprovadas mudanças de regras, não tivemos a regulamentação da reforma previdenciária. Acredito que o Parlamento deveria ver isso com muito cuidado. A Previdência é um fator extremamente relevante na vida de todos nós, e ela tem a ver, como eu disse, com a poupança compulsória que a sociedade faz e que não é dirigida para fins de investimento. Se tivéssemos, talvez, uma outra forma de arrecadar tributos, uma outra forma de capitalizar receitas dos cidadãos, e não do Estado, teríamos, talvez, como financiar uma taxa de investimento maior e, portanto, um processo de investimento.

Concluo dizendo o seguinte: não é o Pentágono e não é o protecionismo americano que fez a potência americana. Quem fez a potência americana foi a professorinha de aldeia, no séc. XVII, quando eles começaram a educar a população. O Pentágono é uma mera consequência de uma população educada de alta produtividade. Quando tivermos professorinhas de aldeia, um sistema educacional decente, talvez a gente possa ter um processo de desenvolvimento tão importante quanto o dos Estados Unidos.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Tenho o direito à tréplica, que seja rápida.

Bom, em primeiro lugar, eu não disse que foi o crédito exclusivo da nova política americana o sucesso dos Estados Unidos. Essa foi uma ilação feita de *Sponte propria* por V. Exª. Eu, simplesmente, referi-me às teorias do Alexander Hamilton, do Friedrich List, do Henry Carey, do Henry Clay. A nova política americana é a contraposição às ideias do Adam Schmidt, que, além de ser o pai do liberalismo econômico, era funcionário da Companhia das Índias e morreu como fiscal de alfândega na Escócia.

O crescimento americano se deu também a algumas figuras muito conhecidas no mundo de hoje; ao Dr. Otto e ao Dr. Diesel, porque eles colocaram no mercado suas invenções, do motor Ciclo Otto e Ciclo Diesel no momento em que os Estados Unidos descobriam petróleo quase à flor da terra.

E, talvez, tenha começado também pelo transporte viabilizado com fantásticos canais que transportavam mercadorias e deram um espaço extraordinário para os Estados Unidos. Mas é evidente que foi uma crença no seu próprio povo.

Agora, quero contrapor sua professorinha americana aos seus economistas mais responsáveis. Não foi isso que V. Exª disse? Eu quero contrapor, não menos responsáveis economistas como o Magnus Heimann, que é o mais importante economista do Mercado Comum Europeu, que comunga exatamente das mesmas teses que eu coloquei aqui, o Mário Lettieri, o Ministro da Economia, Romano Prodi, o Aldo Ferrer, o Thomas Pyle e uma série de economistas que estão à disposição dos telespectadores da TV Senado na minha página: robertorequiao.com.br, tudo com tradução simultânea para o português. São uns trinta ou quarenta economistas importantes no mundo inteiro que fizeram a análise desse processo, que nada coincide com essa análise mecânica que V. Exª, com todos os seus conhecimentos de professor, expôs com habilidade.

Eu não sou professor. Eu sou político. *Polis*, cidade; ica, um sufixo que transforma um substantivo em adjetivo. Política, administração da cidade, por extensão do Estado e da nação. Fui Governador do Paraná por três vezes; eu não sou um neófito, e essa suposta sapiência e responsabilidade dos seus economistas não me impressionam. O que me impressiona é o sofrimento do povo, a dificuldade do País e o que me impressiona, fundamentalmente, é essa visão mecânica que V. Exª expôs aqui, colocando como verdades absolutas tudo aquilo que, antes da crise, os famosos teóricos da economia norte-americana diziam a respeito da impossibilidade do *crack* e da falência da economia.

O Brasil tem que tomar medidas alopáticas, defender-se e já é tarde! Mas ainda é tempo. Existe a possibilidade de um governo sério providenciar isso.

E, no fim, me escandalizei com a sua grande preocupação com a Previdência. A visão de direita da economia tem como base, principalmente, a sobrevivência dos assalariados que trabalham uma vida inteira. É o primeiro corte: previdência, saúde, educação, juros altos, e isso já quebrou o mundo. E eu não gostaria que isso acontecesse com o meu País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu passo a palavra ao Luiz.

Quer fazer algum comentário?

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Eu não sei o que comentar. Na verdade, o Senador tem direito de contestar as minhas palavras. Eu apenas

atuei como pesquisador de história econômica e como analista da realidade econômica, enfim, eu não estou proclamando juros altos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que é exatamente esse o problema.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Estou apenas alertando para a equação. Existem números, Senador, que, infelizmente, não são opinativos. Eles são *statement of fact*, como se diz. Enfim, a gente pode não gostar dos fatos, mas os fatos existem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É exatamente este o problema: eu não falei como pesquisador nem como professor. Eu falei como brasileiro, sofrendo o sofrimento do povo e vendo, na experiência da evolução econômica dos países, soluções. E me suportei em alguns economistas bem mais importantes do que os citados por V. Exª, bem mais prestigiados no mundo acadêmico de hoje e, na realidade concreta da análise da crise em que nós vivemos.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Perdão, eu não citei nenhum economista, na verdade. Eu apenas fiz menção aos economistas que o senhor citou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos passar a palavra à Drª Tatiana enquanto o Luiz não chega.

A SRª TATIANA LACERDA PRAZERES – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de retomar alguns dos aspectos a que eu me referi na minha fala. Gostaria de fazer referência a alguns dados recentes do comércio exterior brasileiro, no contexto das questões levantadas pelo Senador Requião.

Senador Requião, de janeiro a julho deste ano, as exportações brasileiras cresceram 31%. As exportações de manufaturados apenas, produtos industrializados, cresceram cerca de 20%. Vejam, desconsiderando os produtos básicos, eu gostaria de chamar a atenção para o crescimento importante, expressivo, das exportações de produtos industrializados.

O comércio mundial tende a crescer 18% este ano. De novo, as exportações apenas de produtos industrializados crescem no ritmo mais acelerado do que o crescimento do comércio mundial.

Estamos preocupados com a qualidade do comércio exterior brasileiro? Sem dúvida alguma, Senador. No entanto, chama-me a atenção, muitas vezes, uma contraposição com a qual eu não concordo a respeito do crescimento de exportação de básicos, *vis-à-vis* crescimento de exportação de produtos industrializados. Uma coisa não se dá em detrimento da outra. As exportações do Brasil vêm crescendo nos dois segmentos. Naturalmente, os básicos crescem num ritmo mais acelerado. O crescimento dos básicos é puxado pela demanda mundial, é puxado pela alta do preço das *commodities* no mercado internacional.

Ao mesmo tempo, não podemos brigar contra a realidade e o Brasil deve aproveitar o bom momento sem descuidar das necessidades muito bem colocadas pelo senhor em inovação.

O Brasil, enfim, a indústria brasileira precisa dos incentivos para inovação. A competitividade da indústria brasileira depende dos investimentos realizados pela inovação, depende de um quadro favorável dos investimentos em inovação definido pelo setor público, mas realizado pelo setor privado.

Estamos conscientes dessa realidade, estamos trabalhando para isso, mas eu gostaria de chamar a atenção, porque o crescimento das exportações de básicos não se dá em detrimento das exportações de manufaturados.

Estamos contentes com os números do comércio exterior brasileiro...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu concordo da forma mais absoluta. Ele não se dá em função do aumento das *commodities*. Ele se dá em função da falta de investimento por parte do Estado na infraestrutura e das empresas no seu desenvolvimento em tecnologia e planejamento em médio prazo.

Agora, veja bem, Drª Tatiana, os dados que eu lhe dei são do *Financial Times* e do Ipea. São dados oficiais.

A SRª TATIANA LACERDA PRAZERES – Perfeito. Então, eu gostaria apenas de concluir, na verdade concordando com o senhor a respeito da importância dos investimentos na inovação, dizendo que esse é o eixo do Plano Brasil Maior, que, por meio da inovação, busca atingir a competitividade da indústria brasileira e, naturalmente, isso terá um reflexo positivo no comércio exterior do País, que seguirá nesta linha: um crescimento, de exportações crescentes, de importações crescentes, e neste ano, certamente, com superávit, enfim, expressivo, contribuindo para as contas do País.

Estamos atentos ao cenário internacional, estamos preocupados justamente com a situação que vive o mundo hoje, estamos conscientes de que um agravamento da situação nos Estados Unidos e na Europa fará com que a concorrência, no Brasil, seja ainda mais acirrada, fará com que a disputa por novos mercados seja mais acirrada. Estamos conscientes e preocupados com o impacto dessa situação sobre a China, que pode ter um reflexo muito direto e muito imediato sobre as vendas externas brasileiras.

Estamos trabalhando para lidar com isso da melhor maneira possível. Estou convencida de que estamos na direção correta, mas seguimos atentos e preocupados com o desdobramento da crise internacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sobre a balança de inteligência.

A SRª TATIANA LACERDA PRAZERES – Sem dúvida, Senador.

O Brasil importa muitos bens de capital, muitos insumos para a indústria doméstica. O crescimento de bens acabados, de bens de consumo nos chama a atenção. Exportamos, por exemplo, máquinas e equipamentos de terraplanagem. Não é uma exportação motivada por preço no mercado internacional e tem crescido bastante.

Há um esforço, enfim, nesse sentido. Eu trago dados mais detalhados para o senhor, mas é algo em que o Brasil precisa investir novamente. Estamos trabalhando nessa direção, de agregação de valor. Há mais a ser feito, mas estamos trabalhando exatamente nessa direção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, na minha tréplica, só uma consideração: numa maratona, os atletas que estiverem na direção correta podem chegar em último lugar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao amigo Makhtar, por favor.

O SR. MAKHTAR DIOP – Não vou repetir alguma coisa, vou responder a pergunta sobre investimentos do País.

Senador Luiz Henrique, a gente tem uma história muito recente de estar no sobre-investimento no Brasil.

Eu poderia deixar com você uma cópia.

A expectativa de vida no Brasil cresceu muito, de 50 anos para 63 anos, entre 1995 e 2010. O impacto é que o bônus demográfico, como o professor mencionou, no período atual até 2050, não seria mais para o País. A essa altura, a janela que o País tem para equilibrar a situação da Previdência entre agora e ter o benefício do bônus demográfico é janeiro até 2050. Depois de 2050, não será lá, porque a relação entre a população ativa e a população aposentada vai mudar nesse tempo. Essa é uma questão muito importante para o País.

Eu vou dar algumas informações. Essa é uma escolha da sociedade. Por exemplo, hoje, no Brasil, o benefício total dos aposentados representa 66,5% do salário médio. Em outro país da OECD, é de 70,4.

Relativamente ao salário médio do país, os aposentados do Brasil têm benefícios que são duas vezes o nível de benefícios que recebem outros países da OECD, na comparação do salário médio.

Ao mesmo tempo, no País, os recursos para a educação para a juventude representam 9,8% do salário médio. Nos países da OECD, representam 15%.

A descrição, é um ponto que o Senador Buarque menciona, é que o investimento para a juventude que a sociedade está fazendo em comparação com gastos para aposentados é menor, no Brasil, que em outros países da OECD.

Isso tem um impacto, a longo prazo, na produtividade, na educação e também na inovação. Essa é uma escolha da sociedade brasileira, mas é importante saber que é a realidade, hoje, do Brasil. O Brasil está, relativamente ao nível de renda *per capita*, gastando duas vezes mais para aposentados que outros países da OECD, e gastando 50% menos para a juventude.

Outra questão que é muito importante também, e aumenta a saúde e a expectativa da vida no Brasil, é que o gasto no setor de saúde vai aumentar muito no Brasil.

Esse tipo de gastos, que são gastos públicos, vão dividir uma parte dos gastos da saúde, da atividade da saúde da família, da saúde a longo prazo, para um tipo de saúde que é mais caro, porque quanto mais velha é a pessoa, mais caro é para se resolver o tipo de doença. São esses os tipos de questões.

Tenho muitos outros dados que vou dar ao Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. MAKHTAR DIOP – Sobre as questões de desenvolvimento, eu não gostaria de entrar na discussão do modelo de desenvolvimento econômico, mas cada país que cresce investe, em cada modelo que você quiser, e, hoje, o Brasil está investindo 18% do PIB, em geral – 3% de investimento público e 15% de investimento privado.

O país asiático do Pacífico investiu 38% do PIB a cada ano nos últimos 20 anos.

É uma questão muito importante, porque a falta de investimento tem um impacto a longo prazo.

O Banco Central está utilizando todos os instrumentos possíveis para controlar a inflação neste País, todos os instrumentos possíveis que a prática econômica conhece, mas, a longo prazo, se o País não investir mais, dobrar o nível de investimento, o aquecimento da economia vai fazer com que ou o País controle a inflação, e vai reduzir o crescimento, ou vai aumentar o crescimento com o investimento que vai crescer.

O que parece para uma pessoa que olhe a economia de fora é que tem um desconto do futuro muito alto na sociedade aqui.

A consumação para agora é mais importante para o investimento no futuro. Tem um desconto muito importante do futuro na sociedade brasileira, por quê? É uma questão para que eu acho que não tenho a resposta, mas são questões ligadas a questões políticas, econômicas, sociais e às escolhas da sociedade brasileira para todos.

Se a sociedade brasileira decide aumentar o investimento não somente em 3%, melhorando o nível público para 15, 20%, quando o nível total de receitas representa 38% do PIB, vai precisar ajustar outros tipos de gastos. Que gastos? Essa é uma decisão coletiva da sociedade brasileira, mas seria necessário fazer escolhas para, se o País quisesse investir mais, criar condições, a longo prazo, na educação das crianças, fazer condições para a inovação, para investir na área de pesquisa e desenvolvimento, porque, sem fazer isso, o País vai voltar à situação da inflação, a que não há pessoa que gostaria de ver o País voltar de novo.

Esse é um desafio coletivo, acho. A solução é uma solução política, primeiro. Não é uma solução técnica, é uma solução política e técnica também, porque política, na essência, são as escolhas da sociedade, coletivamente, para decidir onde a sociedade brasileira deve agir, onde zerar gastos e onde gostaria de aumentar esse gastos.

Para a definição de classe média, a gente está fazendo exatamente um relatório sobre a classe média, que vai aparecer no próximo ano, que tem muita definição de classe média. Não somente a renda da pessoa, tem também a condição de vida, a sustentabilidade da condição de vida, o meio ambiente. Tem muitas dimensões.

Infelizmente, o economista tem uma definição um pouco mais, inclusive... A gente está falando da classe média em termos de renda, mas nesse estudo vão existir outras dimensões, também, da classe média.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu só sugiro que seja a classe média não apenas estatística, mas também, como disse, de outros serviços intangíveis. Segundo, não só a classe média da tendência, mas a classe média possível, diante das restrições que nós temos adiante.

Imagine a classe média chinesa igual à classe média, com o mesmo valor de consumo da classe média americana.

É verdade, não precisa nem falar. Taguatinga já explode o Planeta. Shangai desaparece pelo derretimento das geleiras, devido ao consumo da classe média.

Dr. Luiz Pereira da Silva, para encerrar a nossa audiência.

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Senador, eu acho que são temas, obviamente, que foram colocados pelos Exmºs Srs. Senadores, que são temas permanentes, de reflexão. Eu agradeço a profundidade das questões que foram colocadas.

A questão, digamos, da relação entre o fenômeno de globalização que existe há alguns anos, permitido, facilitado ou não facilitado pela maneira como se organiza o sistema internacional de pagamentos... Eu tenho a impressão de que existe, obviamente... Nós somos, sabemos que temos uma vantagem competitiva importante na produção de *commodities* básicas, agrícolas ou minerais, e que existiria uma tentação de que o conjunto de nosso esforço de desenvolvimento caminhasse para apenas a utilização das rendas dessa nossa vantagem comparativa para, no fundo, talvez, uma distribuição, uma melhor distribuição possível, que pode ser eficiente, que pode, inclusive, facilitar a acumulação de capital humano, a educação.

Eu acho que essa é uma tendência sobre a qual sociedade brasileira, como um conjunto... É a minha impressão. Eu não sou um especialista, nem cientista político, nem sociólogo, mas, como economista, eu tenho a impressão de que existe um risco muito grande de se embarcar em uma solução puramente desse tipo.

Como salientou o Senador Requião, existe um risco de volatilidade desses preços, apesar de que, quando nós olhamos, hoje, a tendência, digamos, histórica no Século 21 de preços de *commodities*, em relação à tendência de preços de *commodities* nos Séculos 19 e 20, é muito provável que com, digamos, a ascensão econômica da China e da Índia, que são países sistêmicos, com um potencial de consumo de *commodities,* alimentos, minerais, mais elevado e estruturalmente crescente, nós estejamos vivendo, sob o ponto de vista, digamos, do debate que existia nos anos 60 ou 50, entre a escola cepalina e outras, talvez o momento em que a evolução de preços de *commodities* secularmente, a partir de agora, vai tender, digamos, a não ter a tendência declinante que se observou nos Séculos 19 e 20 e, possivelmente, ter uma tendência, digamos, talvez de alta, com algum momento de suavização.

Então, nós estamos num momento da história da Humanidade, em termos de preços relativos entre produtos manufaturados e *commodities*, que, talvez, seja um pouco diferente. No entanto, eu tenho a impressão de que seria, digamos, um risco qualquer país emergente, inclusive o nosso, embarcar numa estratégia que fosse exclusivamente dependente das rendas oriundas da produção de *commodities.* Por quê? Em geral, esses setores são setores cuja intensidade de capital é elevada. A capacidade de geração de empregos desses setores é muito menor que a de setores de serviços, setores da indústria de manufaturados, setores onde a capacidade de se criar sinergia com a sociedade, em termos de empregos, em termos de tecido urbano, em termos de outros setores da atividade econômica, é muito maior.

Então, eu tenho a impressão de que deve haver, está havendo uma reflexão sobre isso. Eu imagino que, da maneira como o nosso Governo está pensan-

do, justamente em medidas importantes em matéria de se pensar, digamos, no progresso do nosso setor manufaturado, existe essa avaliação de risco sobre uma estratégia excessivamente, digamos, dominada por um aproveitamento da nossa vantagem importante e natural sobre *commodities*.

Então, eu imagino que vamos ter essa reflexão. Eu acho que é importante que nós mantenhamos essa complementaridade, essa diversidade que nós temos. Nós somos uma economia diversificada, com um setor industrial que tem a sua competitividade, agora, para tanto, eu acho que é preciso, obviamente, uma série de políticas, que, imagino, estão sendo discutidas inclusive aqui nesta Casa, que estão sendo discutidas entre acadêmicos e órgãos de Governo, sobre como, diante de um fato inelutável, que é o de que nós teremos competição exacerbada de outros países, preservarmos a competitividade nesses nichos que nós temos, e dessa indústria que nós temos.

Isso passa, e acho que nós sabemos, por esforços em matéria de educação, por esforços em matéria de produtividade e de inovação nesses setores que eu acho que foram mencionados pelos senhores nesta discussão.

Existe, obviamente, também, um problema pontual que nós sabemos que estamos enfrentando, que são as condições dessa saída de crise muito particular que nós estamos vivendo. Pelo fato de os países maduros terem adotado políticas não convencionais em matéria monetária, estamos, obviamente, todos os países emergentes e, particularmente, países como o Brasil, que tem um potencial de crescimento e fundamentos muito elevados, sendo, digamos, o destino privilegiado de volumes muito grandes, e eu diria até, de certa forma, em alguns quesitos excessivos, de fluxos de capital externo oriundos das políticas de afrouxamento quantitativo que existem nos países maduros.

Esse é um problema pontual.

Não temos, também, refletido e tomado medidas, digamos, para limitar ou suavizar a entrada de fluxo de capital excessivo, nomeadamente no que diz respeito, digamos, à capacidade que eles têm de criar uma pressão sobre a nossa inflação e de criar, também, uma capacidade de se criar crédito em excesso na nossa economia. Mas colocado esse problema que, eu acredito, seja real, que existe e vai durar por alguns meses, mas é temporal, a grande reflexão estratégica nossa é sobre como articular as nossas políticas de competitividade e de produtividade para preservarmos essa nossa base industrial que, certamente, tem uma complementaridade muito grande e pode-se beneficiar das nossas vantagens comparativas em matéria de *commodities*.

Temos atuado, Exmºs Srs. Senadores, de uma maneira, eu acho, equilibrada nesse debate. Eu acho que nós temos consciência de que não existe uma receita milagrosa para que todos esses problemas recebam uma solução satisfatória imediatamente. Eu acho que temos consciência desses desafios, temos consciência de que, para preservar e aumentar a produtividade nos nossos setores industriais, temos de manter um grau sólido de estabilidade macroeconômica. Nosso esforço tem sido para criar esse ambiente de confiança, mas sabemos que, muitas vezes, é difícil, é complicado, neste momento de grandes influxos de capital, ter a capacidade, digamos, de moderar isso, de fazer com que esses ingressos sejam feitos da maneira melhor possível para a economia brasileira e para que favoreçam o nosso projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Temos, digamos, a determinação de continuar fazendo isso, mantendo a nossa estabilidade, o que é, eu acho, um elemento muito importante para, justamente, os projetos industriais, a competitividade, a produtividade, a capacidade de o cidadão vislumbrar que o avanço do seu projeto educacional vai trazer, vai ter emprego no futuro, vai ter inserção no nosso sistema produtivo e no nosso sistema de serviço, e para que, no fundo, nós continuemos a ter esse nosso projeto de desenvolvimento sustentável, com todos os desafios e dificuldades, mas com todas essas perspectivas brilhantes que o nosso País tem do futuro.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Tem uma pergunta que não foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Diga, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Obrigado. É sobre a inflação.

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – Inflação e kiwi.

Senador, é verdade que, digamos, a capacidade de se terem injetados recursos muito importantes para se tentar alavancar ou fortalecer um crescimento econômico nas economias maduras, que eram, efetivamente, as que apresentavam debilidades, e injetando-se esses recursos através de compras de títulos isso pudesse se transmitir em crédito bancário, em crédito ao consumidor, tem sofrido alguns questionamentos. Esse automatismo de a injeção de liquidez se traduzir em multiplicador de crédito, em multiplicador de investimentos, em emprego não está, infelizmente, caminhando com a mesma velocidade que se queria.

O que está acontecendo é, efetivamente, que essa liquidez está também, em parte, sendo aplicada em alguns fundos de investimentos em *commodities*. Isso tem uma pressão indireta, mas que existe, sobre

preços de *commodities* na fase anterior desse período, pressionando um pouco a inflação mundial. Eu acredito, que, digamos, se a coordenação entre os principais países se dá de maneira correta e que nós sejamos capazes de, no futuro, utilizar esses incentivos de uma maneira adequada, sem exageros, e tendo, digamos, a capacidade de, no momento adequado, começar a ressorver esse excesso de liquidez, essa saída, digamos, onde haverá um crescimento exagerado da inflação mundial, pode ser, digamos, atenuada. Mas estamos... Eu reconheço com o senhor que esse pode ser um risco desse momento um pouco de injeção excessiva de liquidez em nível global.

O que eu acho que é certo é que, diante de todos esses desafios, o nosso País está bem preparado para enfrentar essa fase da crise mundial. Nós temos, digamos, a experiência, estamos melhor do que o período da crise de Lima, em 2008, temos reservas internacionais, temos capacidade e instrumentos de injetar, se for necessário, liquidez adicional na nossa economia, temos um regime de câmbio flutuante que pode ser uma primeira absorção de um problema de tensão maior nos mercados de câmbio e temos acompanhado com muita atenção, com atenção redobrada, inclusive porque, como os senhores sabem, no Banco Central temos alertado já há alguns meses para os riscos desse cenário internacional não só em termos do enfraquecimento da conjuntura americana, como também dos riscos da dívida soberana europeia. Estamos monitorando para que as melhores soluções possíveis para o bem estar da população brasileira, para a preservação do valor das reservas internacionais que são propriedade e patrimônio da sociedade brasileira sejam preservadas e utilizadas da melhor maneira possível e ao menor custo para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Paulo, quer falar sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Sim.

Eu estava preocupado com essa questão que o senhor colocou e que não tinha sido respondida. O colega o fez por um lado. Ou seja, injeção monetária feita de maneira pródiga e até irresponsável pelos governos poderia produzir inflação se vivêssemos não em deflação, mas num regime quase depressivo ou recessivo ou numa grande contração, como diz o Kenneth Rogoff, que impede que os preços subam. Mas eles vão subir em algum momento e não tanto pela injeção puramente monetária, que já é um fato, mas pela ação irresponsável dos governos. Os governos, como naqueles antigos romances de crimes, são sempre culpados. Tinha sempre o mordomo que era o culpado. Os governos sempre são culpados pela inflação. Eu não citei nenhum economista, mas poderia citar, que diz que a inflação é sempre um fenômeno monetário. Isso é verdade. Faz dois séculos que os bancos centrais têm o monopólio da emissão de moeda e que os bancos fixam os juros. Então eles são responsáveis.

Os governos, num determinado momento, vão ser amigos da inflação, aliados da inflação, porque a inflação vai, como o senhor mencionou, diminuir os débitos que eles têm com a sociedade. Ou seja, eles vão inflacionar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A inflação é um calote paulatino que o Estado transfere aos indivíduos.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – Exato. Isso vai ocorrer nos Estados Unidos, certamente, e na Europa eles vão se tornar aliados, amigos da inflação e vão querer um pouco de inflação monitorada, controlada, para, evidentemente, não cair num descontrole inflacionário, provocar greves, reivindicações. Mas eles vão produzir inflação, tenha certeza.

Eu acho que a pior inflação é quando um governo, voluntariamente, busca inflação e produz inflação, que é quando você reindexa a economia. Os salários, como o Senador sabe, vão crescer o 12%, 13% ou 14%, o salário mínimo. Ele tem um tremendo impacto na economia brasileira, na previdência, nas municipalidade, nos governos... Ou seja, é o Governo brasileiro encomendando inflação. Aliás, ao manter a meta inflacionária em 4,5% a seis anos, ele está encomendando, ele está dando um calote no nosso poder de compra de pelo menos 5% ou 6% todos os anos. Eu acredito que os governos são, sim, responsáveis pela inflação e se tornam aliados da inflação, alguns involuntariamente, outros voluntariamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O que impede a Grécia de resolver a sua dívida é exatamente o fato de não poder fazer uma inflação nacional.

O SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – E nem desvalorizar a moeda. O Brasil segue um caminho grego nas suas contas públicas. Nós seguimos um caminho grego.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Requião, seu comentário final.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O que eu vejo, por parte do representante do Banco Central, DrªTatiana, é uma preocupação consequente com a situação que vivemos. Pré-ocupação; se preocupa quem não se ocupa. O diagnóstico está feito há muito tempo, e nós estamos muito pouco ocupados com as soluções; doses homeopáticas nesse processo todo.

Quanto às pressões e às ideias de solução, vejo que temos uma vertente muito parecida com a do Tea

Party americano. Ontem eu li um artigo do Michael O. Moore, em que ele dizia que Tea Party em 20% da sociedade americana hoje. O resto dos Estados unidos tem 80%. Lá, como aqui, a pressão vai ser diferente. Nós temos que aprofundar os conhecimentos sobre a economia global não para considerarmos isso como inevitável. É como se o médico fizesse uma série de exames de laboratório não para fazer o diagnóstico, mas para aceitar a inevitabilidade do óbito do paciente. O conhecimento da realidade deve servir para modificá-la. Nós temos a oportunidade incrível nesta crise do sistema financeiro, a crise da desvinculação da produtividade do salário, a crise da "financeirização" substituindo a inovação e o planejamento, a crise da despreocupação com as pessoas. Nos Estados Unidos, na década – vou errar a década –, há alguns anos, um pai de família conseguia educar os filhos com seu salário, o salário do emprego, hoje já não consegue. É o salário do pai da família, da mãe da família, e os filhos não têm mais atenção porque a atenção é muito rápida, e a mãe volta para o trabalho, uma modificação absoluta que começou no Governo Reagan, com a "financeirização" da economia. Isso é muito claro e tem de ser entendido para ser modificado. A preocupação do Governo, eu a vejo com alegria, mas não vejo o Governo ocupado na modificação dessas coisas.

Nós temos a perspectiva do mercado comum sul-americano criando um mercado de consumo extraordinário para o desenvolvimento de nossas economias e não podemos fica esperando o que o Pentágono quer fazer ou não. Ao contrário das insinuações do Professor Paulo Roberto, tenho uma admiração enorme pela sociedade americana. Eu vejo a sociedade americana num processo dialético da quinta unidade, da negação da negação; ela se nega e se recria a cada momento. As teorias econômicas modernas, a verdadeira oposição, surgem mais nas academias americanas do que no resto do mundo, mas essa subordinação, essa visão de que o Pentágono faz ou não faz, o Pentágono fez ou não fez, não me serve. Não cheguei ao Senado para me subordinar a teorias econômicas tão ultrapassadas quanto Adam Smith. Não quero morrer como fiscal de alfândega na Escócia. A gente tem de pensar, mexer, queria ver o Banco Central mais vivo, mais corajoso, mais ativo. E tenho esperança, tenho esperança no Governo da Dilma. Eu acho que as análises são boas, os discursos são bons, mas estamos parando diante dessa perspectiva de que nada pode ser mudado, esse determinismo acomodado que eu vejo na política econômica brasileira.

A realidade concreta vai mudar; os 10,75 da Argentina, os 8 da bolsa brasileira, a ameaça de default na França. Default, Você disse, não? Quando Luiz Henrique falou, pensei que ele estava fazendo elogio a Dassault, que ia vender rafale para o Brasil, mas era défault mesmo. Isso está nos obrigando a termos algumas atitudes diferenciadas. Nós temos inteligência suficiente para encaminhar essas modificações. Está faltando coragem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Requião.

Antes de encerrar esta reunião, agradeço a presença do Dr. Luiz Pereira da Silva; do Ministro Paulo Roberto de Almeida; da Drª Tatiana Lacerda Prazeres; do Dr. Makhtar Diop.

Informo que o segundo painel desse ciclo, intitulado Espaços Econômicos Internacionais – Nafta –, comunidade Nafta, China e Japão se dará na segunda-feira próxima, dia 15 de agosto. Estarão presentes os Srs. Embaixadores Marcílio Marques Moreira, do professor Renato Flores, do Dr. Edmilson de Jesus Costa Filho e da Professora Marta dos Reis Castilho.

A Subcomissão Permanente da Amazônia e de Faixa de Fronteira realizará amanhã audiência pública sobre desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras.

Estão convidados os Srs. Djalma Bezerra de Melo, Superintendente da Amazônia; Odoval Lobato Neto; Ana Maria Oliveira de Souza; Dr. Antonio José Alves Júnior; Dr. Wagner de Siqueira Pinto; Maria Letícia de Paula Macedo, que representam a comunidade tanto do desenvolvimento da Amazônia, como também de preocupação com a fronteira.

Por fim, convoco as senhoras e os senhoras para a nossa 34ª Reunião Ordinária da pauta deliberativa e da audiência sobre aquisição de caças de superioridade aérea, conhecido como FX-2, quando haverá apresentação empresa Saab, tendo como meu convidado o Sr. Jänner, diretor-geral da Saab no Brasil. Será na quinta-feira. Na quinta-feira à noite teremos mais uma reunião da nossa Subcomissão que discute a Rio + 20.

Na quinta-feira de manhã teremos reunião para debater com os dois embaixadores brasileiros indicados para Honduras e para o Iraque.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, mais uma notícia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Está na Internet que a Varig, a Petrobras e a Vale perderam hoje R$42 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com essa notícia, vamos encerrar a reunião antes que caia mais o valor dessas ações.

Um grande abraço para todos.

Muito obrigado pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 53 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia onze de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Blairo Maggi,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ana Amélia** e **Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 32ª e da 33ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 90, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque".* Relator: Senador **Eduardo Suplicy. Item 2 – Mensagem (SF) nº 92, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK , Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras".* Relator: Senador **Marcelo Crivella**. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Os indicados são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque**, **Francisco Dornelles** e **Luiz Henrique**. A reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta e sete minutos, e reaberta às doze horas e dois minutos. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. Fazem uso da palavra os Senadores **Ana Amélia** e **Eduardo Suplicy**. A reunião é suspensa às doze horas e vinte e três minutos, para a realização de reunião de instalação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, e reaberta às doze horas e vinte e nove minutos. É retomada a análise da Pauta. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 83, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar".* Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 93, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ADALNIO SENNA GANEM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá".* Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Têm início a 2ª Parte da reunião, com a realização de **Audiência Pública**, atendendo ao **Requerimento nº 37, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 04 de agosto de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas*". O Senador **Fernando Collor** transmite a Presidência ao Senador **Blairo Maggi**, membro da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas. Os senhores Bengt Janér, Diretor-Geral da SAAB Brasil, Dan Jangblad, Diretor Estratégico da SAAB, Brigadeiro Anders Silwer, Comandante da Força Aérea Sueca, e Jan-Erik Lovgren, Vice-Chefe da Agência Sueca para Não-Proliferação e Controle de Exportação, são convidados a compor

a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os senhores senadores **Delcídio do Amaral, Ana Amélia** e **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às quatorze horas e quatorze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está aberta a 34º reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 32ª e 33ª reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Requerimentos.

O primeiro requerimento, de autoria da Senadora Ana Amélia, requer, nos termos do inciso V, §2º, art. 58, da Constituição Federal, juntamente com o inciso V, art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado S. Exª o Sr. Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles, a proposta de redução das tropas brasileiras no Haiti.

O requerimento foi apresentado pela Senadora Ana Amélia e será colocado para votação na nossa próxima reunião.

Comunicados.

Crise financeira nos Estados Unidos e zona do euro. Atualização.

Às dificuldades do processo de negociação interna do limite da dívida pública dos Estados Unidos, somou-se o rebaixamento do *rating* dos títulos norte-americanos pela agência de classificação de risco Standard and Poor's. Esse cenário tem como pano de fundo a persistência da crise da zona do euro.

A longa e tortuosa negociação minou a confiança do mercado internacional na solidez da recuperação econômica dos Estados Unidos. Ressaltou a divisão interna em torno do grau de intervenção governamental na economia e mostrou um presidente americano vulnerável e suscetível a pressões.

A piora da posição de risco (rebaixamento de AAA para AA *plus*, pela agencia Standard and Poor's) dos *treasuries* dos Estados Unidos teve imediato impacto nos mercados, já temerosos de que os cortes orçamentários exigidos pelos republicanos diminuam ainda mais o já lento ritmo da economia norte-americana. O Presidente Obama viu-se constrangido a fazer declaração, de caráter mais político do que econômico – e dirigido mais à população do que ao mercado –, assegurando a firmeza e a continuidade do poderio dos EUA.

O quadro de fatores negativos – complicado processo do limite da dívida, rebaixamento, fracos dados de desempenho econômico – refletiu-se nas bolsas de valores que revelaram profunda instabilidade. Queda violenta e generalizada em um primeiro momento, acompanhada da aceleração da fuga para ativos tradicionalmente mais seguros como o ouro e o franco suíço e, em aparente paradoxo, para os títulos públicos norte-americanos. Registre-se que a autoridade monetária suíça diminuiu a taxa de juros para evitar a valorização excessiva de sua moeda. Após a forte baixa inicial as bolsas reagiram, no âmbito de uma volatilidade que deverá permanecer.

No cenário da Europa, em atitude corajosa, o Banco Central Europeu passou a comprar títulos da dívida da Itália e da Espanha, que estavam sendo objeto de vendas maciças por parte dos investidores internacionais. Essas compras, além de seu objetivo conjuntural de procurar diminuir a pressão sobre o euro, constituíram uma medida preventiva, pois as problemáticas economias da Itália e da Espanha são muito grandes para serem salvas de um *default*, mesmo pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira de mais de 400 bilhões de euros, quantia insuficiente para fazer face às necessidades que são estimadas em € 2 trilhões. A França encontra-se à beira de um "*nervous breackdown*", com os problemas agora enfrentados pelo Banco Societé Générale, carregado que está com títulos da Espanha e da Itália.

O *Federal Reserve* americano, por meio de seu Comitê de Política Monetária, anunciou, em 09.08.2011, a manutenção da taxa de juros no atual nível, próximo a zero, pois considera que a economia americana continua com recuperação muito lenta (fracos índices de emprego, de consumo, de produção industrial e de construção civil). Essa posição do banco central dos Estados Unidos deu ânimo ao mercado, que já em seguida, dia 10/08, passou a situação de pânico, com rumores sobre piora da classificação de risco da França e vulnerabilidade de seus bancos.

De outra parte, registre-se que a China tem manifestado preocupação com o rebaixamento dos títulos da dívida pública norte-americana. A China possui reservas internacionais superiores a €3 trilhões, dos quais uma parte substancial (mais de um trilhão de dólares), está investida em papéis do Tesouro dos Estados Unidos. A China, que tem uma relação de simbiose econômica

e financeira com os Estados Unidos, teria dificuldade em diversificar seus investimentos em títulos estrangeiros, pois tanto o mercado japonês quanto o do euro teriam dificuldade em absorver as enormes sobras de sua economia fortemente exportadora.

Além da volatilidade dos mercados internacionais, a atual conjuntura mundial caracteriza-se pelo impasse vivido pelos países com problemas de endividamento excessivo. Para manter sua confiabilidade e conseguir financiamento para administrar sua dívida, devem fazer cortes nos gastos públicos. Esses cortes, no entanto, tendem a engessar o crescimento econômico e levam a uma possível recessão.

Ademais, não se pode menosprezar a dimensão e pujança da economia americana, bem como sua capacidade de inovação. Assim, não são críveis as profecias de decadência rápida dos Estados Unidos e do fim do dólar como moeda de reserva internacional – a curto prazo, não há nenhuma moeda que possa substituir o dólar e nenhum país que possa substituir o papel central exercido pelos Estados Unidos.

Note-se também que os mercados internacionais estão extremamente sensíveis à falta de firmeza das lideranças políticas de países endividados, da falta de vontade de admitir e de tentar resolver, em tempo hábil, seus problemas econômicos. O adiamento de respostas consistentes às situações críticas de endividamento, como nas situações recentes dos Estados Unidos, da Itália e da Espanha (e antes da Irlanda, da Grécia e de Portugal), tem levado a uma maior insegurança dos mercados e dos fluxos de capitais que hoje se movem de forma praticamente instantânea e global.

Na última 2ª feira, dia 8 de agosto, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional inicia o 2º ciclo de audiências públicas constantes de sua Agenda 2011-2012, voltada para debater os Rumos da Política Externa Brasileira.

No primeiro semestre, realizamos o 1º ciclo com o temário da Geopolítica e Relações Internacionais, dividido em 8 painéis, com os seguintes subtemas:

- 1º Cenário estratégico internacional e perspectivas – Egito e Líbia;

- 2º As insurgências no mundo islâmico e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional;

- 3º A importância das atividades de inteligência;

- 4º A política externa dos Estados Unidos, União Européia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional;

- 5º A política externa da China, Índia e África do Sul e seus reflexos no cenário internacional;

- 6º Mercosul: 20 anos do Tratado de Assunção; cenário no entorno da América do Sul; Rodovia Interoceânica – relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia;

- 7º A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional; e

- 8º O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas.

Ao todo, tivemos a presença de 35 expositores, entre especialistas, diplomatas e acadêmicos do mais alto nível. Os relatos das exposições e dos debates realizados já estão devidamente editados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio de uma publicação específica desse 1º ciclo *(mostrar a publicação)*, que será distribuída a todos os membros da Comissão e aos demais convidados e presentes que aqui hoje nos prestigiam.

Neste 2º ciclo que hoje iniciamos, serão realizados seis painéis de debates – sempre às 2as. feiras, às 18h – até o dia 19 de setembro, quando abordaremos temas relacionados à Economia e Finanças. Ainda neste 2º semestre, teremos o 3º ciclo, que acontecerá nos meses de outubro e novembro, com o tema Defesa Nacional. Por fim, no primeiro semestre de 2012, realizaremos o 4º e o 5º ciclos, com os Temas da Agenda Internacional e o Papel das Instituições, perfazendo um total de 25 audiências públicas.

Os seis painéis deste 2º ciclo estão divididos nos seguintes subtemas:

- 1º O Sistema Financeiro Internacional: do Pós-Guerra aos dias de hoje; e o rebaixamento na classificação de credibilidade dos Estados Unidos, objeto da audiência de hoje;

- 2º Espaços econômicos internacionais – Nafta, Comunidade Econômica Européia e áreas de influência da China e do Japão;

- 3º Negociações econômicas internacionais – OMC e Rodada Doha;

- 4º Crise econômica mundial de 2008 e suas conseqüências – volatilidade dos preços de commodities e alimentos;

- 5º A União Européia e o Euro; e

- 6º Panorama energético internacional – a política nuclear brasileira.

Como pode ser comprovado por toda essa programação, gostaria de destacar o fato de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, consequentemente, o Senado Federal estarem sempre se antecipando no debate acerca dos principais e atuais temas internacionais. A oportunidade e a convergência dos assuntos abordados em nossa Agenda com os acontecimentos mais recentes e de maior destaque em todo o mundo têm sido a tônica dos debates aqui promovidos.

No 1º Ciclo tratamos justamente do assunto predominante no primeiro semestre, que foram os movimentos populares e a crise política no Oriente Médio e no Norte da África, a chamada Primavera Árabe. Neste 2º Ciclo, iniciaremos exatamente com a questão do sistema financeiro internacional e o rebaixamento na classificação de credibilidade dos Estados Unidos, ocorrido na última sexta-feira, e que constitui, no momento, o assunto dominante e a preocupação de todas as nações, notadamente quanto ao agravamento da nova crise financeira que já vivemos e as conseqüências para a recuperação da economia mundial.

Assim, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dentro de suas prerrogativas institucionais, cumpre um dos mais importantes papéis do Parlamento: a reflexão e a promoção do debate aprofundado das áreas e temas que lhe são pertinentes e, principalmente, a busca de soluções e a oferta de sugestões para as políticas públicas do Estado.

Terceiro comunicado

Realizou-se na segunda-feira, dia 8 de agosto, a II Reunião da Comissão Nacional Rio+20, co-presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota e pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Na ocasião, foi distribuído documento elaborado pela Secretaria-Executiva da Comissão intitulado "Processo de Preparação do Brasil para a Conferência Rio+20", que está sendo distribuído a Vossas Excelências.

O texto traz informações circunstanciadas sobre o estágio da discussão internacional dos temas da Conferência, ainda preocupantemente incipientes; avança na definição do que se entende por "economia verde", apontando para a necessidade de se buscar a redução de desigualdades em nível internacional; dá os parâmetros gerais das posições sobre governança e, principalmente, abre espaço para contribuições na construção da agenda quando coloca questões importantes para discussão.

Convido V. Exªs a deter-se sobre as perguntas apresentadas e oportunamente encaminhar suas reflexões à Secretaria desta Comissão, para serem formalmente encaminhadas à Comissão Nacional como contribuição do Senado Federal.

Informo, finalmente, que uma primeira contribuição, apresentada conjuntamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, foi entregue na II Reunião da Comissão Nacional. Cópia desta contribuição será agora entregue a V. Exªs.

Com o sentido de melhor integrar os trabalhos de participação do Senado Federal na elaboração da Agenda da Conferência Rio+20, o presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, Senador Rodrigo Rollemberg, indicou o Senador Cristovam Buarque como presidente da Subcomissão de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20 no âmbito daquela Comissão. Desta forma, o Senador Cristovam Buarque para acumular a presidência das duas Subcomissões, com a que existe na CRE. Ao mesmo tempo será ele o relator das sugestões que serão encaminhadas à Secretaria Executiva da Comissão Nacional Rio+20, por esta Casa.

Uma nota informativa sobre o requerimento que foi aprovado por esta Comissão, na última reunião, de voto de solidariedade a S. Exª o Comandante da Força Terrestre brasileira.

No dia 09 de agosto de 2011, às 15h55, o vetusto Tribunal de Contas da União emitiu a seguinte nota de esclarecimento:

*"Com relação à reportagem publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição desta terça-feira, 9/8, sob o título 'TCU diz que comandante do Exército favoreceu empresas' (Poder, pág. A4), o Tribunal de Contas da União (TCU) vem a público esclarecer que o processo que abriga a fiscalização levada a efeito para analisar os convênios celebrados entre o Dnit e o Departamento de Engenharia e Construção ainda não tem pronunciamento conclusivo da unidade técnica responsável por sua condução (3ª Secretaria de Controle Externo), nem foi levado a conhecimento do relator, ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa, e tampouco foi submetido ao Plenário do tribunal. Ademais, cumpre esclarecer que o Tribunal em momento algum foi procurado pela **Folha de S. Paulo** para se manifestar sobre as informações supostamente obtidas do TCU."*

É dessa forma que se procura destruir a dignidade e a honra de pessoas como o Comandante Enzo, do Exército Brasileiro, mas, dia após dia, com essas notas de esclarecimento, vem sendo reparada essa tentativa de dano à imagem de um homem probo, íntegro e que, há 50 anos, orgulha o Exército Brasileiro, tendo exercido diversos comandos naquela Força.

Passo à nossa pauta.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 200seis, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Mi-

nistério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Observações: *Dia 04/08/2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Observações: *Dia 04/08/2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

Antes de convidar para que tomem assento à Mesa os senhores embaixadores, eu gostaria de fazer um último comunicado, que trata da instalação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Informo a V. Exªs que a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas será instalada hoje, 11 de agosto, às 15h30, no plenário desta Comissão.

A designação dos membros da subcomissão foi já publicada na Ordem do Dia do Senado Federal. A sessão desta tarde será presidida pelo Senador Francisco Dornelles para proceder à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da subcomissão permanente, sendo que a chapa apresentada até o momento indica os Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para a presidência e vice-presidência, respectivamente.

Os nomes dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras integrantes dessa comissão são os seguintes: Senadores Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ana Amélia, Pedro Simon e José Agripino.

Desejo êxito a essa subcomissão em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, subcomissão esta que desempenhará papel relevante no momento em que se discutem temas tão importantes para o futuro da defesa nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Fernando Collor, ao lado do acompanhamento que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem realizado de temas tão importantes quanto à crise econômica internacional nos Estados Unidos e na Europa, tem havido, nesses últimos meses, uma preocupação intensa com respeito à fome endêmica que atinge os países do leste da África, sobretudo ali na Somália e nos países em torno.

Iniciou-se, nos últimos dias e semanas, uma campanha de solidariedade àqueles povos, tendo em conta que algo como doze milhões de pessoas estão sob condições de fome gravíssimas, com muitas e muitas crianças, conforme temos observado, inclusive em reportagens e nas primeiras páginas dos jornais brasileiros nesses últimos dias.

Por exemplo, alguns destacados artistas e personalidades internacionais, nos últimos dias, resolveram criar uma campanha, inclusive com uma música muito bonita do Bob Marley – "Na maré alta, ou maré baixa, eu estarei ao seu lado". Cada pessoa que acessa esse curto vídeo no YouTube, na Internet, pode contribuir com um US$1,29, com a finalidade de prover alimento para aquela população.

Ademais, tendo em conta a gravidade disso, a ONU e a FAO marcaram para o dia 18 de agosto uma reunião, acho que em Paris – certamente, nosso José Graziano da Silva estará lá – e eu gostaria de sugerir, já o fiz ontem, no plenário, que nós aqui no Senado acompanhássemos de perto isso. Quem sabe possamos obter do Itamaraty as informações sobre a participação do Governo brasileiro nessa reunião. E inclusive ressaltar à Presidenta Dilma Rousseff que será muito positivo a participação do Governo brasileiro, assim como tem feito e anunciado em dias recentes, o Presidente Barack Obama e outros chefes de Estado, que o Brasil também vai estar solidário, realizando ações para com esses países da África.

Então, que a nossa Comissão possa acompanhar de perto essas iniciativas e ações.

Era essa a observação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A observação de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, é absolutamente pertinente à crise por que atravessa a Somália. É algo de nos partir o coração. São multidões, milhares de pessoas famélicas que estão hoje morrendo à míngua, e a comunidade internacional, hoje tão envolvida com problemas financeiros internacionais, está descurando um pouco, para não dizer

bastante, da ajuda que deve ser prestada a esse povo, a essa população.

De modo que a sugestão de V. Exª é, no meu entender, absolutamente pertinente, entendo que assim também a Comissão se posicione. E eu pediria ao Embaixador Danese, representante do Ministério das Relações Exteriores, que nos mantivesse informados, a pedido do Senador Eduardo Suplicy, das tratativas e dos entendimentos não somente para a realização desse encontro, possivelmente realizado em Paris, mas que também forneça a esta Comissão o resultado do que for ali resolvido – reunião esta que terá a participação do Diretor-Geral da FAO, o brasileiro Dr. José Graziano.

Agora, sim, convido, para que tome assento à mesa, desejando-lhes as boas-vindas em nome da nossa Comissão, os Srs. Embaixadores Ánuar Nahes, indicado para a República do Iraque, e Zenik Krawctschuk, indicado para a República de Honduras.

Por favor, podem ingressar ao recinto e tomar assento à mesa.

Informo aos indicados que terão dez minutos para fazerem suas exposições, naturalmente com a devida tolerância que será dada diante da necessidade que julgarem de se estender um pouco mais para tornar compreensível a explanação dos senhores.

Em seguida, será dada a palavra aos Srs. Senadores para as perguntas de praxe.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Ánuar Nahes, indicado para a República do Iraque, para fazer a sua exposição.

O SR. ÁNUAR NAHES – Exmº Sr. Presidente Collor; Exmº Sr. Relator; Exmºs Srs. Senadores; colegas, amigos aqui presentes, agradeço muito essa oportunidade de estar aqui pela segunda vez. A primeira foi quando eu fui sabatinado para ser Embaixador em Doha, em 2007, onde estou até hoje. Agora, caso aprovado pelos senhores, irei assumir a Embaixada em Bagdá.

Para nós, diplomatas, a honra de estar aqui é porque essa passagem pelo Senado nos respalda, nos legitima e nos dignifica como representantes do Estado. Esse é um sentimento comum de todos meus colegas que passaram por esta Comissão. É uma experiência muito gratificante por todos esses fatores que eu citei.

Falar sobre o Iraque, que tem estado tão em evidência, nesses minutos que me foram concedidos, não vou querer fazer uma apresentação detalhada.

O Iraque foi uma criação, digamos, artificial, produto do desmembramento do Império Otomano ao final da I Guerra, quando os britânicos juntaram três províncias que não tinham muito a ver entre si. Lá instituíram um rei da família Hachemi, que hoje está na Jordânia, A monarquia iraquiana durou até 1958. De 1958 até a queda de Saddam Hussein, foi um regime republicano, mas com apenas três presidentes, muitos golpes, muito sangue. Saddam assume em 1979, com o Iraque em boas condições sociais, econômicas e financeiras. Ele entra numa guerra cruel contra o Irã, em que – estima-se – perdeu 500 mil homens. Depois, a guerra Irã/Iraque arrasou a economia iraquiana.

Ele entra numa campanha militar desastrosa contra o Kuwait, que lhe acarreta a primeira invasão, dessa vez, sob forma de uma coalizão. A seguir são anos de sanções econômicas da ONU, quando o Iraque empobreceu. As divergências étnicas e religiosas, que eram latentes, mas que, pouco a pouco, estavam se atenuando com o crescimento do país, se reforçaram até que a invasão americana em 2003 acabou com o regime do Saddam. Enfim, houve a ocupação por quatorze meses e, pouco a pouco, o Iraque tem conseguido fazer eleições periódicas e hoje é uma República Federativa, regime parlamentar.

O Brasil esteve presente no Iraque desde o começo dos anos 70, quando, em 1972, abriu sua Embaixada em Bagdá. Logo em 1974 o Iraque se tornou um parceiro fundamental para o Brasil por causa da segunda crise do petróleo. O Brasil tinha seu programa de desenvolvimento naquela época, e o Iraque não só foi importante por fornecer petróleo – uma época chegou a fornecer, se não me engano, 40% do petróleo consumido no Brasil –, de tal maneira que em muitas refinarias, até hoje, o padrão de craqueamento do petróleo é o padrão iraquiano. Então, a Petrobras sempre teve um grande amor pelo Iraque.

O comércio com o Iraque, na verdade, sempre foi deficitário contabilmente para o Brasil. Mas o comércio Brasil-Iraque, a experiência com o Iraque foi importante para o Brasil porque foi a primeira grande experiência externa do Brasil. Quer dizer, foi o governo respaldando uma expansão comercial brasileira. As grandes empresas construtoras saíram, praticamente pela primeira vez, de um ambiente completamente desconhecido; o Brasil teve seu programa de defesa muito voltado para as necessidades iraquianas e a Volkswagen do Brasil também foi importante nesse processo, com a venda de automóveis, ou seja, o Brasil conseguiu colocar ali produtos que até hoje são demandados no Iraque. Além disso, nesses anos, criou-se um ativo muito importante para o Brasil, que tenho certeza que, no momento em que as condições de segurança no Iraque melhorarem e os empresários começarem a voltar, o potencial será enorme.

A partir de 1991, a situação mudou. O Brasil teve que se acomodar a sanções da ONU, mas, mesmo assim, nesse período, o Brasil comprava petróleo do

Iraque ao abrigo do programa Petróleo por Alimentos e continuava a exportar certos produtos ao abrigo do programa, que já estava na preferência dos iraquianos.

Em 2003, quando houve a invasão, o Brasil se posicionou contra a invasão. Claro, é um princípio cardeal de nossa política externa condenar a invasão de um país por outro, assim como condenamos a invasão do Kuwait pelo Iraque. A Embaixada que estava em Bagdá teve que se retirar e abrimos um escritório em Amã até que as condições de segurança no Iraque permitissem.

O Senador Suplicy pode testemunhar, esteve recentemente no Iraque, eu pude ver o vídeo e li seu belo relatório. Estava lá o Senador de colete à prova de bala, no *compound*, mas ele pode testemunhar o apreço e o desejo mesmo de que o Brasil volte a estar presente no Iraque. E hoje já existem, nominalmente, com endereço e plaquinhas, 52 embaixadas em Bagdá. Digamos que, dessas 52 embaixadas, 26 sejam funcionais e atuantes, para fazer uma análise bem realista. Ora, o Brasil tem que estar. O Brasil é um país maior, tem que estar entre esses 26.

Eu recebi esse convite. Não é fácil. O convite tem lá suas vantagens. Tenho 15 anos de experiência no Oriente Médio. Meu nome ajuda, sou de origem árabe, falo um pouquinho de árabe, dá para enganar, de maneira que estou aceitando esse desafio. Caso aprovado pelos senhores, eu vou para lá muito animado com esse desafio. Enfim, morrer é uma circunstância da vida que a gente nunca sabe quando vai acontecer.

Quando falei para minha mãe que eu ia para Bagdá, ela disse: "Mas Bagdá?!". Falei: "Olha, seu marido, que era meu pai, viajou a vida inteira nas estradas, teve três acidentes horríveis, nunca morreu. Um dia ele estava em casa, posto em sossego, abriu a geladeira para tomar um copo de leite e caiu duro, morto". E ela falou: "Ah, você tem razão".

Então, medo eu não tenho, e vamos para lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E o senhor tem uma notícia altamente alvissareira de hoje, não é verdade? Uma notícia muito alvissareira nas relações Brasil/Iraque de hoje.

O SR. ÁNUAR NAHES – Eu não vi. Qual foi, Senador? Hoje realmente eu não vi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita. Não saiu no jornal, mas eu acabo de saber que o Zico foi contratado para ser o técnico da seleção do Iraque – informação do Presidente Jalal Chaya, da Câmara de Comércio Brasil Iraque. Isso vai ajudá-lo muito nas relações Brasil/Iraque. O senhor há de compreender como eles gostam tanto do futebol, e isso também vai ajudar. E o Zico também vai permanecer vivo, como o senhor.

O SR. ÁNUAR NAHES – Senador, vou dizer uma coisa para o senhor: eu sempre digo para os meus colegas na profissão que, na vida, não basta ser competente, não basta ser esforçado ou o que quer que seja; tem que ter sorte. Isso é fundamental. "Ah, mas sorte pode ser uma série de fatores decorrente de objetivos bem traçados." Não! Tem que ter sorte. É que nem goleiro: tem que ter sorte. É uma sorte.

Quando eu estava no Catar, eu fui...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espero que seja confirmada.

O SR. ÁNUAR NAHES – Eu fui ao Catar, um país pequenininho, com um milhão e meio de habitantes dos quais duzentos mil são catares. O país enriqueceu de uma maneira brutal, e eu falei: "Bom, vou ficar esquecido lá". E não é que se realiza lá a II reunião da Cúpula América do Sul/Países Árabes? O Presidente Lula foi convidado. Depois, o emir veio para cá, e o Presidente Lula tinha se comprometido que ele iria para lá, caso o presidente viesse. Foi! E recebi, durante o tempo em que eu estava lá no Catar, três visitas presidenciais. Enfim, eu fiquei figurinha fácil ali no Iraque. Tem que ter sorte também. A gente pode ser competente, mas tem que ter sorte, porque nada disso poderia ter acontecido. Não depende de mim.

Bom, com relação a... Vejam só a importância do Iraque. Apesar de todas essas dificuldades que eu assinalei, de toda essa violência, de 2008 para cá, o intercâmbio está na casa de US$1 bilhão, com tudo isso, com a dominação americana. Hoje quem pega a parte do leão dos negócios são os americanos, mas é a cadeia alimentar. Os americanos precisam de subempreiteiros, *subcontractors*, enfim, há lugar para todo mundo, e o Brasil tem um ativo no Iraque de seriedade. Por exemplo, o Eduardo da Odebrecht me disse que a única usina termelétrica do Iraque que funciona plenamente é a usina construída pela Mendes Júnior. Perfeitamente. Aquela não dá chabu. A ferrovia funciona, a rodovia está bem. Enfim, o Brasil fez um bom nome ali.

Há uma dívida oficial do Iraque com relação ao Brasil que hoje está na casa de US$2 bilhões entre o principal mais juros. Isso não é nada. Assim que o Brasil começar a retomar o intercâmbio com o Iraque, isso desaparecerá. Isso é fácil. O Iraque terá condições de saudar isso facilmente, tanto é que o Ministro da Fazenda do Iraque quer vir aqui – já mandou uma carta ao Ministro Mantega – para resolver esse problema da dívida.

Bom, o que eu poderia fazer como Embaixador no Iraque caso os senhores me aprovem? A agenda é aberta. Do ponto de vista da cooperação político-parlamentar, o Iraque é um país muito interessado em saber como o nosso regime federativo funciona, porque eles

terão que fazer uma federação. O Iraque não sobrevive sem ser uma federação, uma democracia. São etnias e religiões muito diferentes. Na parte comercial, também o limite é aberto. O Iraque tem que ser reconstruído totalmente. Um país rico, com uma das maiores reservas de petróleo da região. E, na parte de cooperação técnica, isso aí também, desde a parte de geração de empregos, pequenas e médias empresas, a irrigação, enfim. Ou seja, há toda uma relação para se reconstruir. Não precisa entrar em detalhe. E eu estarei lá, se os senhores me aprovarem e permitir, para aproveitar o melhor possível essas oportunidades todas.

Eu agradeço.

Era isso que eu queria dizer. Era o mote, como se diz em São José do Rio Preto, não é Senador?

Deixo a palavra com os senhores, para qualquer pergunta que queiram fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Ánuar Nahes, indicado para a República do Iraque.

Passo, agora, a palavra ao Ministro Zenik Krawctschuk, indicado para a Embaixada do Brasil na República de Honduras. V. Exª com a palavra.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Obrigado.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente Fernando Collor; Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque; Sr. Relator Antonio Carlos Valadares; Srs. Senadores; sinto-me muito honrado em comparecer perante esta Casa legislativa que detém competência privativa para nomear os embaixadores em cargos permanentes no exterior.

Faço minhas as palavras do meu colega Ánuar Nahes, que a chancela do Senado aumenta o peso de nossa responsabilidade, mas também fortalece nossa legitimidade perante os governos estrangeiros.

Eu recebi com muita satisfação a indicação do Chanceler Patriota e o beneplácito da Presidenta Dilma Rousseff, para representar o Governo brasileiro junto à República de Honduras.

Estou em Honduras desde novembro do ano passado, quando para lá me dirigi como Encarregado de Negócios, uma vez que o Brasil não tinha, digamos, o diálogo político com Honduras, dada a situação que os senhores já conhecem.

Antes disso, servi em Kiev, ou Kyiv, como dizem os ucranianos, desde o ano de 2007, quando eu havia sido transferido de Roma, onde servi com o falecido Presidente Itamar Franco.

Em Kiev, entre outros grandes desafios e outros grandes sucessos que tivemos, foi a implementação do projeto Alcântara Cyclone Space, uma empresa binacional criada entre o Brasil e a Ucrânia – aliás, é a segunda binacional do Brasil, depois de Itaipu. Enfim, espero que, dentro de um ano, no máximo, possamos lançar o primeiro foguete com satélites da base de Alcântara. Eu me sentirei parte desse empreendimento.

O relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, lido aqui na reunião anterior, retrata com extrema fidelidade a situação política, econômica e social de Honduras, de forma que eu não tenho nada a acrescentar.

Vou ressaltar alguns pontos, sob o risco, talvez, de repetir um ou outro aspecto.

Com a volta de Zelaya à República de Honduras, no dia 28 de maio de 2011, e a readmissão de Honduras à OEA, no dia 1º de junho passado, o Brasil procedeu à normalização das relações diplomáticas com Honduras. Na verdade, essas relações foram restabelecidas antes mesmo da Assembleia Geral Extraordinária da OEA com a presença de alta autoridade brasileira no regresso triunfal de Zelaya a Honduras. Nesse mesmo dia, o Alto Representante Marco Aurélio Garcia reuniu-se com o Presidente Lobo na casa presidencial, com os dois vice-presidentes, com os chanceleres da Colômbia e da Venezuela, que lá estavam. No dia seguinte, o Governo brasileiro solicitou o meu *agrément*, que foi concedido em uma hora e meia, um fato digno do Guiness Book of Records.

Então, quer dizer, desde os primeiros dias do reingresso de Honduras à OEA, passamos a retomar todos os assuntos que haviam sido relegados, esquecidos durante praticamente dois anos.

Recordo que o Presidente Porfirio Lobo assumiu o governo em 27 de janeiro de 2010. Passados já quase 18 meses do seu governo, paralelamente à reconciliação com a comunidade internacional, o Presidente Lobo fez grandes esforços para reconciliar o próprio país dividido por conta do golpe.

Em 7 de julho passado, ou seja, muito recentemente, a Comissão de Verdade e Reconciliação, que começou seus trabalhos em maio de 2010, concluiu o relatório e o apresentou à sociedade hondurenha e à comunidade internacional. São 1.400 páginas extraídas de mais de 50.000 páginas de relatórios e depoimentos colhidos em todo o país e até fora do país, de personalidades que, direta ou indiretamente, estavam envolvidas com o golpe ou foram vítimas do golpe.

O que eu gostaria de ressaltar é que esse relatório apresenta três afirmações muito categóricas e que dividiam tanto a sociedade hondurenha quanto a comunidade internacional. Ou seja: que houve um golpe de Estado; segundo, que o governo Micheletti, ou seja, o governo de fato foi totalmente ilegítimo, e a terceira conclusão é que as eleições do Presidente Porfirio Lobo, as eleições levadas a cabo em 29 de novembro

de 2010, apesar de terem sido realizadas durante o regime de fato, foram totalmente legítimas por terem sido preparadas há dois anos, com as prévias que os partidos fazem e com acompanhamento sistemático do Tribunal Superior Eleitoral.

Outro aspecto que eu gostaria de ressaltar, como constou do relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, é que Honduras é um país muito pobre e, ironicamente, não é um país que está em guerra, porém tem um índice de homicídios de 77 a 78 habitantes por 100 mil, ou seja, é um país muito perigoso, mais perigoso do que o Iraque, digamos assim.

(Intervenção fora do microfone.) – Por causa de drogas?

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Drogas e gangues e também por, evidentemente, os cartéis do México e Colômbia estarem se deslocando para a área, bastante indefesa.

Por isso, há questão de um mês, houve uma reunião centro-americana de coordenação para o combate ao crime organizado, porque um país sozinho não tem forças e recursos para combatê-lo, tem que ser uma ação conjunta.

Então, essa pobreza e essa violência levam a uma onda imigratória de hondurenhos que chega a 100 mil por ano, quase todos eles para os Estados Unidos. Mais da metade acaba voltando deportada ou desiste do empreendimento. No máximo 20% chegam ao seu destino final e somam-se então aos mais de 1,2 milhão de hondurenhos que vivem legal ou ilegalmente nos Estados Unidos e a consequência é a remessa de divisas que somam aproximadamente US$2,5 bilhões, o que representa 20% do PIB. Portanto, o país depende, para equilibrar as suas contas, pesadamente das remessas dos seus imigrantes.

Bom, vou ser breve para não extrapolar o tempo. Existe uma afinidade, uma admiração inexplicável do povo hondurenho para com o povo brasileiro. O Senador Cristovam Buarque é testemunha. Viveu em Honduras durante dois anos e sabe do carinho que o povo hondurenho tem pelo Brasil. Não é só futebol ou carnaval; é um sentimento genuíno de amizade, o que faz com que Honduras, sobretudo neste momento em que estamos reconstruindo nossas relações, espere gestos positivos de aproximação do Brasil.

Isso nós já começamos a fazer. Já está em andamento o Programa de Estudantes-Convênio de graduação e pós-graduação. Já temos para este semestre nove inscritos. Quero lembrar que os melhores médicos, dentistas, arquitetos de Honduras estudaram em faculdades brasileiras. Então, há uma contribuição muito grande, como, de resto, esse fenômeno se repete em outros países como o Panamá e a Nicarágua, de forma que o nosso Programa Estudantes-Convênio deve ser mantido.

Outro aspecto que nós estamos implementando é a ajuda humanitária. O Congresso aprovou uma medida provisória que separa 710 mil toneladas de alimentos para serem doadas a áreas seriamente afetadas pela fome e Honduras está entre esses países que serão beneficiados.

Também quero dizer que, no dia 1º de agosto, foi aprovado o crédito, pelo BNDES, de US$271 milhões para a construção de duas hidrelétricas em Honduras: Jicutayo e Los Llanitos. Também há uma empresa brasileira interessada na duplicação de 140 quilômetros da rodovia panamericana.

Também estamos numa fase de implementação do Memorando de Entendimento Brasil/EUA na área do etanol, que inclui Honduras como um parceiro.

Outro ponto. O Brasil está em fase final de análise de ser sócio extrarregional do Banco Centro-Americano de Integração Econômica.

Outros gestos da parte do Governo brasileiro deverão vir, porque, em países de economias pequenas, ações como essa, por menores que sejam, têm um enorme impacto no país.

Também nesta próxima semana, já a partir de segunda-feira, embarca para Honduras uma missão da Coordenação-Geral de Combate à Fome do Itamaraty, juntamente com funcionários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, para implementar um Programa Brasil FAO da merenda escolar. Juntamente com essa missão desloca o seu Subsecretário-Geral de América do Sul, Central e Caribe, Embaixador Simões para retomar o diálogo político com Honduras, de forma que essas ações pontuais, caso aprovado por esta Casa, eu pretendo, como sugeriu o Senador Antonio Carlos Valadares, intensificar os laços políticos, econômicos, comerciais, culturais e estimular, caso seja interesse desta Casa legislativa, o intercâmbio parlamentar, pois já recebi manifestação do interesse nesse sentido da parte hondurenha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Exmº Ministro Zenik Krawctschuk, ele que é indicado para representante do Estado brasileiro na República de Honduras.

Dando início às indagações dos Srs. Senadores, pela lista de inscritos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador, com a licença de V. Exª, eu perguntaria ao Plenário desta Casa se V. Exªs concordam que seja

declarado aberto o processo de votação de acordo com o § 4º, do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 desta Comissão.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que desejarem manifestar o seu voto podem comparecer à Mesa.

Agora, com minhas desculpas, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, muito obrigado por me passar a palavra em primeiro lugar porque terei sair para a Comissão de Direitos Humanos, onde há um projeto meu e outro de que sou relator. Tem sido raro conseguir quórum lá e estamos tendo para o projeto. Então, muito obrigado por me dar a chance de falar em primeiro lugar.

Eu quero dizer que o que estamos vendo hoje com os dois candidatos, há uma coisa especial, que os une, que é o fato de estarmos reatando relações. É muito raro chegar aqui um candidato para reatarmos relações. Nós temos candidatos para substituir embaixadores ou, às vezes, porque são países com os quais estamos tendo, pela primeira vez, relações com as novas embaixadas.

Desta vez, não. Desta vez, temos candidatos que vão retomar relações que já tivemos e que deixamos de ter por razões conflituosas, sejam razões conflituosas políticas entre nós e o Governo, no caso de Honduras, sejam conflitos armados que nos fizeram sair da Embaixada como quase todas saíram naquele momento, ficando os Estados Unidos e não como Embaixada, mas como interventor, como comissário.

Acho que essa retomada exige algumas considerações que gostaria de colocar.

Posso colocar as perguntas, Sr. Presidente, embora, talvez, seja conveniente, sinceramente, na hora de dar respostas, ver se o Embaixador vai ficar a vontade ou não para responder.

No caso de Honduras, gostaria, Embaixador, de saber os prós e os contras de termos cortado relações durante aquele fenômeno político que aconteceu em Honduras. Por um lado, de fato, quebrou-se a ordem institucional e era correto a gente dar um basta mostrando o nosso compromisso. Por outro lado, a gente sabe que a quebra da instituição foi feita por meio da corte suprema e mantidos todo o quadro da democracia do ponto de vista das liberdades, embora não do ponto de vista do respeito ao Presidente eleito diretamente.

Então, qual foi a racionalidade do Itamaraty na hora de cortar relações? Eu não vou querer que o senhor chegue a dizer que não foi certo, se achar que não foi, ou que foi errado ou que foi certo. Depois desses dois ou três anos, o que fica na avaliação do nosso rompimento? E, no seu caso, é até bom a pergunta porque o senhor está como encarregado do negócio e pôde acompanhar tudo isso.

Eu me ressenti bastante naquele momento porque tenho até hoje uma muito boa relação com o País que me abrigou no momento em que eu precisava estar fora do Brasil e que, durante dois anos, me permitiu uma vida com momentos mais ricos da minha vida. As pessoas perguntavam, quando fui para Tegucigalpa, o mesmo que perguntam a Ánuar, indo para Bagdá, com a diferença que não era por causa de violência, era por causa do que parecia um vazio de um país chamado Honduras, que quer dizer fundura.

E, no fim, tive dois anos formidáveis. Por pouco, minha primeira filha não nasceu lá. Seria uma filha hondurenha. E eu frequentava com muita assiduidade o embaixador de Honduras, então, aqui. Para mim foi um choque, apesar de que, quando fui visitá-lo para saber do que acontecia, ele ter me demonstrado que estava a favor da saída do Presidente, que, naquele momento, ele dizia, estava armando ou quase dando um golpe.

Mas sempre fiquei com a dúvida, o que foi certo, o que foi errado.

Sobre Honduras, queria dizer, Sr. Presidente, o senhor aqui acho que é o mais viajado e fala em países onde nenhum de nós teve, mas viver em Honduras deve ter sido para poucos brasileiros. Eu tive suas surpresas quando cheguei a Honduras. A primeira era uma moeda que tinha há cinquenta anos a mesma paridade com o dólar. Naquela época, eram duas lempiras para um dólar, agora, se não me engano, está seis, ou mais? Dezoito! Mas tinha cinquenta anos com paridade. E a outra, é que tinha um militar na presidência, considerado, portanto, um daqueles ditadores da America Latina, mas um ditador que permitiu o Partido Comunista funcionar, os jornais eram livres e a gente conseguia ver ditador engraxando sapato na praça de vez em quando. De vez em quando, ele estava lá sentado no meio do povo.

É um país pobre, sem dúvida alguma, mas com potencial muito grande, com um povo muito carinhoso. O Brasil não podia ficar mais tempo sem relações diplomáticas. Fico feliz que o embaixador esteja lá.

Falo uma palavra em relação ao Embaixador. O seu prestígio, não sendo embaixador, conseguiu que o Governo da Ucrânia permitisse a minha visita a Chernobyl. E teve a disposição de ir comigo, de ficarmos quatro, seis horas, inclusive almoçarmos ali rodeados de contadores de radioatividade para dizer se a gente estava num lugar perigoso ou não.

Eu tenho daquela viagem uma grande lembrança e me ajudou a mudar minha posição em relação à energia nuclear. Pelo menos enquanto não tivermos uma engenharia civil que nos assegure uma força para resistir até a meteoros.

Agradeço muito aquela sua visita, ter ido às três da manhã me buscar no aeroporto, com uma temperatura que, na estrada, estava 17 graus negativos. E ele com dificuldade de locomoção que tem, por causa de um jogo de futebol, ficou com essa dificuldade de locomoção na perna, estava lá com seu carrinho. E eu agradeço muito. Foi prova de competência e de respeito aos brasileiros a maneira com que fui tratado. Competência por conseguir que o país aceitasse a minha ida a Chernobyl e o sentimento de tratar bem todos nós.

Quanto ao Embaixador Ánuar, também foi muito positivo comigo, uma visita que fiz a Doha. Como era uma visita por outras razões, eu estava convidado para um evento do país, então, não foi necessário esse tipo de abertura. Mas, mesmo assim, foi de uma maneira extremamente correta e demonstrou a competência que tinha para representar bem o Brasil.

Sobre o Iraque, quero dizer que nós não podíamos estar mais tempo fora de lá. Demoramos até demais a reatar as relações. E é um país com o qual o Brasil teve relações tão profundas, tão fortes, que a gente não podia continuar fora.

Na época, acho que o Secretário-Geral Flecha de Lima, consegui feitos enormes nas relações, inclusive comerciais e, depois, na retirada dos brasileiros. Acho importante até o Embaixador Ánuar conversar com o Embaixador Flecha de Lima para ter o sentimento e as características.

Em primeiro lugar, quero dizer que embaixador na planície é embaixador sem história. Embaixador tem que estar no olho do furacão. Eu costumo dizer que certos países, como Estados Unidos, Argentina, certas embaixadas, melhoram o currículo, mas não agrega nada na biografia, a não ser que esteja havendo uma guerra, conflitos e problemas. Embaixador é para isto. Embaixador é para estar enfrentando problemas.

Então eu parabenizo-o ir para o Iraque. E me alegro com sua disposição.

Tenho a impressão que vai ser uma posição importante para nós pelo reatamento que pode trazer grandes vantagens.

Um país riquíssimo como é em petróleo. Hoje rico do ponto de vista de ebulição política, o que está acontecendo, as disputas entre seitas, uma disputa entre um número enorme de partidos, a intervenção militar que ainda está presente, que não é a mesma da nossa no Haiti.

No Haiti nós fomos convidados, temos o aval das Nações Unidas, somos necessários lá. Preocupa-me essa notícia de que queremos sair, porque não podemos sair enquanto o Haiti não quiser.

O Presidente do Banco Central do Haiti, quando estive lá, também com capacete e tanques de guerra, naquela época difícil, foi um ex-colega meu do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ele me disse que todos os dias quando acorda, todo dia quando vou dormir eu fico com raiva do Brasil por está aqui no meu país. Todo dia de manhã, quando faço a barba, agradeço ao Brasil por está aqui.

É uma posição ambígua, de necessidade e ao mesmo tempo de tristeza por necessitar disso.

O senhor vai para um país que está vivendo uma ebulição e que é um dos pontos centrais do que acontece no mundo nesse momento da história.

Estar no Iraque hoje significa estar perto do Irã, estar no centro do Oriente Médio.

Fico feliz que o Brasil esteja presente e que esteja presente nas suas mãos. Espero que tenhamos notícia de que essa relação está melhorando e que fique registrado que essa melhora se deve ao seu trabalho.

Um grande abraço e boa sorte.

Fico feliz de ver esse reatamento de relações que o Brasil propicia. Estávamos precisando disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Embaixador Ánuar Nahes e Embaixador Zenik Krawctschuk – está certa a pronuncia?

Eu gostaria de desejar muito sucesso nas missões de ambos.

Gostaria de dizer ao Embaixador Ánuar Nahes que é fato que, em 2008, eu estive ali no Iraque e uma das dificuldades foi a questão de segurança. E V. Exª ficou contente em saber que vai assim, com essa coragem, mas sabendo que ali no Iraque, volta e meia, em 2008 estava acontecendo a cada duas ou três semanas, alguma pessoa utilizando bomba, um suicida, chegava no meio de um supermercado, de mercado ou de uma mesquita e soltava aquela bomba atingindo inúmeras pessoas.

É fato que eu fui lá acompanhado do embaixador Bernardo de Azevedo Brito e nós fomos com uma proteção especial, conforme o senhor viu no vídeo que passamos ontem no meu gabinete para lhe mostrar.

Gostaria de dizer que lá no Iraque eles têm de fato enorme admiração pelo Brasil. Quando estive na casa do Primeiro Ministro Mahmoud al-Mashhadani, ele me

recebeu até com a sua roupa típica, o Embaixador Bernardo Azevedo Brito chamou-me a atenção para o fato de ele estar com a sua roupa típica de árabe, e ele me falou que estava me recebendo porque o senhor vem de um país amigo, de um país que conseguiu superar a ditadura militar através de meios pacíficos e isso, para nós, é muito importante; E também porque vem trazer uma sugestão que pode contribuir para melhoria das nossas condições de justiça e de paz.

Nos meus diálogos com ele, também na residência, com mais de 50 pessoas, autoridades da corte suprema, do parlamento e cinco ministros do governo, pelo menos, ali na casa do ex-Primeiro Ministro Al-Jaafari, e que era Líder do Governo, ali também foi muito relevante a questão do futebol. Eu disse a eles que, quando saí do Brasil, eu tinha acabado de ler a entrevista do técnico de futebol Jofran Vieira, que transmitiu a uma reportagem na *Folha*, que, quando ele iniciou a atividade, foi muito difícil explicar para os xiitas passarem a bola para os sunitas; e daí para os curdos e tudo o mais. Quando ele conseguiu harmonizar o time, o Iraque se tornou campeão da Copa Asiática.

Eu tive a felicidade de, ao sair, fazer uma visita ao Pelé, que me deu duas camisetas do Iraque - *All the Best* e *Peace to Iraque*, uma do Santos e outra da Seleção Brasileira. Na hora em que as dei ao ex-Primeiro Ministro Al-Jaafari; depois, para o Al- Mashhadani, eles ficaram muito contentes.

Então, espero que essa notícia da contratação do técnico Zico, dada pelo Sr. Jalal Chaya, Presidente da Comissão de Comércio e Indústria Brasil/Iraque, seja confirmada. Ele soube disso hoje. Eu pedi até que ele assistisse a sua arguição aqui, porque, para eles, é muito relevante.

Ele me deu também outras boas notícias. Primeiro, imaginem que, se o Zico for para lá, como eles amam o futebol e têm tanta admiração pelo Brasil, isso vai ser muito positivo, eu acredito. Segundo, também me disse que acabam de ser encaminhadas para lá quatro modelos do carro Volksvagem novo, que vai ter um nome semelhante ao que tinha o novo Brasília. Acho que foi nos anos 70 que os carros Passat tiveram um enorme sucesso de vendas no Iraque. E eles encaminharam quatro automóveis para o novo salão do automóvel que vai ali haver, com a expectativa de que poderão ter muito sucesso outra vez. Então, isso vem junto com a sua designação.

Parece que as relações comerciais Brasil/Iraque – até peço que o senhor nos transmita mais detalhes – estão caminhando no sentido de uma expectativa muito positiva; e, se o senhor puder os informar quais os setores de investimentos do Brasil no Iraque, de exportação de quais tiois produtos, e também do Iraque para o Brasil, quais são as possibilidades.

Eu gostaria de transmitir que dois assessores e o atual Presidente, no início do ano, em fevereiro, num convite para almoçar com o Embaixador, me disseram que o Governo do Iraque havia aceito a proposta que eu havia feito de eles, de alguma maneira, seguirem o exemplo do Alasca para conceber um fundo que pudesse pagar a todos uma renda básica de cidadania.

Eu ainda estou no aguardo de receber o detalhamento dessa proposição. Solicitei isso, até porque o senhor fala e lê árabe e terá maior facilidade de obter essas informações que estou aguardando, porque isso tem enorme importância para todos aqueles, inclusive na Rede Mundial de Renda Básica - *The Basic Income Earth Network*. Eles consideram essa uma notícia muito alvissareira.

Eu gostaria de informar, inclusive, que há um país que iniciou, há pouco, o pagamento de uma renda básica modesta – acho que da ordem de US$18,00 ou algo assim – para cada habitante, que é a Mongólia. Eu vou pedir mais informações sobre isso, mas parece que lá estão iniciando uma experiência nesse sentido.

E queria transmitir ao nosso Embaixador Zenik Krawctschuk em Honduras os votos de que vá muito bem. Nós tivemos aqui, em nossa Comissão, nos últimos dois anos, muita atenção para o que se passou em Honduras. Senadores da oposição perguntaram e inclusive, esteve aqui o Ministro Celso Amorim para explicar os procedimentos que o Itamaraty vinha adotando. E avaliamos como muito importante essa informação que o senhor nos dá, ou seja, de que o processo de eleições, ali em Honduras, foi muito democrático, precedido de prévias.

Eu, por exemplo, sou a favor de que o meu Partido realize prévias em São Paulo também para a escolha do candidato a prefeito. Recomendo a todos os partidos que realizem prévias para a escolha dos seus respectivos candidatos.

Então, que possa o senhor testemunhar um processo crescente de democratização em Honduras.

E, para os aspectos de como contribuir para diminuir a violência que o senhor mencionou, informando que existe criminalidade etc, nada melhor do que colocar para consideração de Honduras e dos países da América Central também a renda básica de cidadania. Por isso encaminho esse material, como já fiz em relação ao Sr. Ánuar Nahes ontem.

Muito obrigado. Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Agora, passo a palavra aos Srs. Embaixadores para responder às indagações formuladas pelos Srs.

Senadores, iniciando pelo Embaixador Ánuar Nahes, indicado para a República do Iraque.

V. Exª dispõe de três minutos para a resposta.

O SR. ÁNUAR NAHES – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Cristovam, muito obrigado pelas suas palavras. O senhor se lembra do deserto que viu lá? O Senador perguntou: "Mas cadê o deserto?" Está tudo construído, Senador. Tudo construído já. Uma coisa impressionante!

Senador, com relação ao Iraque, se posso construir uma imagem, a gente apenas tirou o time de campo, literalmente. A gente nunca rompeu. Por causa da segurança a gente nem fez embaixada, nem transferiu para a Embaixada em Amã. A gente abriu um escritório da Embaixada em Bagdá em Amã, porque Amã sempre foi a porta de entrada para o Iraque. Então, as relações jamais foram cortadas.

Com relação ao Embaixador Paulo Tarso, eu escrevi uma tese de CAE – aquela tese para a gente entrar no quadro de acesso para embaixador – sobre o pagamento de reparações de guerra do Iraque ao KUWAIT. E eu conversei muito com o Embaixador Paulo Tarso sobre as relações Brasil-Iraque. Ele esteve lá várias vezes, foi um dos artífices da aproximação com o Iraque. E vou, sim, na medida que eu seja confirmado aqui, ele está no meu programa de visitas que vou fazer logo depois, se o resultado for positivo, já começando amanhã, fazendo visitas aqui. Vou a São Paulo, vou ao Rio, vou a Curitiba, vou a Olímpia, depois vou a Santa Adélia... Olha, tem outro de Santa Adélia aqui também: o José Mário Abdo, meu amigo de infância que me dá o prazer de estar aqui. A caipirada está toda aqui. Depois vou ao Rio Grande do Sul, a Marcopolo, que, parece, acaba de fazer uma grande operação – preciso confirmar, não tenho detalhes – com o Iraque, para construção de casas populares.

Ou seja, a demanda potencial é tão grande que a gente tem de voltar para lá. Não tem jeito. E a situação já está melhor. Hoje em dia, é só não ficar, como disse, dando bobeira. Não dá para ir tomar um café no boteco, não dá para ir ao supermercado. É uma vida meio confinada. Mas dá para pegar o avião no fim de semana e ir para o Curdistão, porque lá a situação é tranquila. O Curdistão é quase que autônomo. E eu, por exemplo, vou a Curitiba exatamente para tratar da possibilidade da vinda de uma missão de Erbil, que quer aprender o modelo de transporte urbano adotado em Curitiba para aplicar em Erbil. Então, eu vou fazer todas essas visitas prévias, inclusive a Paulo de Tarso.

Senador Suplicy, quanto ao comércio exterior, infelizmente, com poucas exceções, a gente ainda repete o padrão. A gente exporta para o Iraque muitas *commodities*: carne de frango, carne enlatada, açúcar, mas também a gente tem fornecido muito material médico-hospitalar. E eu vou visitar a Abimo, essa associação de material hospitalar, para ver se, de repente, ela até instala uma fábrica em Bagdá, com a nossa tecnologia. Isso eu vou fazer.

No tocante ao programa de renda básica, fique tranquilo, esse eu vou seguir. É um compromisso pessoal, além de profissional. Eu vou seguir e vou mantê-lo informado. E, de fato, por exemplo, já tivemos três visitas de autoridades iraquianas ao Brasil: o Primeiro Ministro Ibrahim al-Jaafari visitou o Brasil em 2007; o Ministro do Comércio do Iraque visitou o Brasil em 2008 – o senhor foi a única autoridade brasileira a visitar o Iraque nesse tempo; e, em abril de 2009, o Ministro do Planejamento do Iraque. Então, a gente está com déficit. Mas, assim que a situação melhorar, acredito que as visitas... O problema hoje é a segurança. É difícil garantir a segurança de uma missão, por exemplo. Mesmo assim, nas feiras que estão ocorrendo em Erbil, no Curdistão – em Sulaimaniya e em Erbil –, o Brasil participou das quatro. Lá no Curdistão é seguro. Um guarda-costas, ou dois, mas não tem acontecido explosões, nem nada. Então, o Curdistão, por enquanto, é uma boa porta de entrada para o Iraque.

Mas o senhor fique tranquilo de que esse programa de renda mínima eu seguirei atentamente. O Iraque tem condições, tem o material básico.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Embaixador Ánuar Nahes, indicado para a República do Iraque.

Passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Ministro Zenik Krawctschuk, indicado para a República de Honduras, com a finalidade de responder às indagações feitas pelos Senadores.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Respondendo à pergunta do Senador Cristovam Buarque a respeito dos prós e contras de reatar as relações com Honduras e toda a questão hondurenha, que, entendo, sequestrou a política externa brasileira... Não só a política externa brasileira, mas a política do hemisfério. Em todas as reuniões no âmbito regional da OEA, sempre havia declaração em relação a Honduras, ou seja, o tema mobilizou. Eu também tomei conhecimento de que o então Ministro Celso Amorim compareceu a esta Comissão várias vezes para dar explicações sobre a posição brasileira a respeito do assunto.

Eu entendo a preocupação do Senador Cristovam Buarque. Com o golpe de Estado, embora em Honduras nem havia uma polêmica se era um golpe de Estado ou se era, digamos assim, uma sucessão constitucional, o fato: Zelaya foi eleito pelo voto popular e não poderia ter sido destituído, até porque não existe mecanismo

de destituição de presidente, e menos ainda poderia ter sido levado para fora do país, ou seja, segundo até as conclusões posteriores da Comissão de Verdade e Reconciliação, todos os atores que participaram do golpe, ativa ou passivamente, violaram a Constituição. Essas são as conclusões da Comissão de Verdade e Reconciliação, que se propôs a analisar os fatos antes, durante e depois do golpe militar.

Toda a comunidade internacional, começando pela ONU, pela OEA, condenou o golpe. O Brasil não poderia ter tido outra posição, até porque seria contra a nossa política externa. De forma que o Brasil fez o que teve que fazer e se manteve firme na defesa da cláusula democrática. Quando a OEA considerou que as condições estavam dadas, ou seja, Zelaya voltou em condições seguras, o Brasil, então, decidiu reatar, ou, digamos, decidiu normalizar as relações com Honduras.

Agradeço ao Senador Cristovam Buarque pelos votos de êxito, pelo reconhecimento do meu modesto trabalho em Kiev.

Agradeço os votos do Senador Suplicy, e prometo que lerei com muita atenção e divulgarei, porque esse é o tipo de material de que Honduras precisa. É essa a cooperação que podemos dar a Honduras. Não são recursos financeiros, e, sim, cooperação técnica. Ensiná-los a fazer as coisas. Nós também temos o que aprender com Honduras. Não somos assim tão orgulhosos, porém temos muito o que ensinar. O Brasil caminhou um largo caminho no sentido do combate à pobreza, e acho que temos muito o que ensinar.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Ministro Zenik Krawctschuk, indicado para a República de Honduras.

Eu indago se algum Senador ou Senadora deixou de votar. (*Pausa*.)

Então, por favor, convido os Srs. Senadores a votarem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Enquanto se conclui o processo de votação, eu gostaria de cumprimentar os Srs. Embaixadores indicados para o Iraque e para a República de Honduras, dois países extremamente interessantes, sobretudo no momento que estamos vivendo. Será um grande desafio para os nossos dois embaixadores; muito importante, como disse o Senador Cristovam, a experiência que aqueles que pertencem à carreira tenham tido em postos ditos conflituosos, localmente, porque isso é que gera a experiência e dá as condições, os instrumentos necessários para que os Srs. Embaixadores possam continuar bem representando o Brasil.

Na questão do Iraque, foi muito bem lembrada aqui a participação decisiva do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima em relação ao comércio exterior, iniciado nos anos 70.

Eu me lembro que o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima ajudou muito ao então presidente da Volkswagen do Brasil, Sr. Wolfgang Sauer, na venda de carros daquela fábrica para o Iraque em troca de petróleo; e foi uma grande negociação, extremamente importante para o Brasil; como também o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima teve uma participação decisiva quando da invasão do Iraque ao KUWAIT na evacuação dos brasileiros que lá estavam, que lá moravam. Foi o trabalho do Embaixador Paulo Tarso que fez com que fosse dada a garantia para que todos os nacionais ali estabelecidos pudessem voltar ao Brasil em condições de absoluta segurança.

E já que se falou tanto em futebol, aqui, levantado pelo Senador Eduardo Suplicy, nesse momento da evacuação dos brasileiros que lá estavam no Iraque, durante a Guerra do Golfo, nós tínhamos lá alagoanos, um técnico gaúcho, que quando fui presidente do Centro Sportivo Alagoano (CSA) – que é o mais importante clube de futebol do Estado de Alagoas, o mais popular, tem como coadjuvante o Clube Regatas Brasil, mas o CSA é o mais importante clube do Estado, me desculpem os regateanos –, eu trouxe do Rio Grande do Sul um jogador do Grêmio, que era o Valmir Louruz, era o camisa 3 do nosso time. Depois, ele se tornou técnico de futebol e foi convidado para técnico de um time no Iraque. Eu estava na Presidência da República, nesse momento, e recebo telefonema de familiares do Valmir, pedindo, desesperadamente, ajuda, porque eles estavam sem comunicação com ele, para que ele fosse trazido de volta, sã e salvo, ao nosso país. E assim foi feito.

De modo que hoje, com essa nova conformação geopolítica mundial, o Sr. Embaixador Ánuar Nahes, até pela sua origem e pela facilidade e familiaridade que tem com a língua e o idioma, tenho certeza de que ele irá realizar um grande trabalho, bem como o Ministro Zenik Krawctschuk, em Honduras, que é um país extremamente interessante, como disse aqui o Senador Cristovam Buarque, que lá viveu durante dois anos, e que após essa crise que eles vivenciaram, com o reatamento e normalização das nossas relações, eu tenho certeza que será muito frutífera a passagem de V. Exª por lá.

Com a palavra o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, V. Exª havia convocado para as 15h30 uma reunião da Subcomissão Permanente de

Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas. Como muitos Senadores vão viajar, eu pediria a V. Exª – isso não levaria mais de três ou quatro minutos –, logo em seguida ao término desta oitiva dos embaixadores, que pudesse ser realizada essa reunião da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu pergunto aos Srs. Embaixadores se a sugestão feita pelo Senador Ministro Francisco Dornelles pode ser conduzida desta forma.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Logo em seguida ao escrutínio dos votos dados aos Srs. Embaixadores, eu passarei a presidência dos trabalhos ao Sr. Senador Francisco Dornelles que presidirá a Subcomissão Permanente de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Senador Luiz Henrique é quem irá presidir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Caberá ao Senador Francisco Dornelles a presidência da reunião de instalação da Subcomissão e, em seguida, procederá à votação para a chapa indicada, para presidir a subcomissão. A chapa indicada tem o Senador Luiz Henrique como Presidente, e o Senador Marcelo Crivella como Vice-Presidente.

Pergunto se algum Senador deixou de votar. (*Pausa*.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Ánuar Nahes, os árabes têm uma expressão chamada *maktub*, segundo a qual a nossa vida, o nosso destino está traçado desde o nascimento.

Assim como o senhor relatou a respeito do seu pai, de que viajou a vida toda e acabou morrendo em casa por um enfarto do miocárdio, eu espero que V. Exª cumpra essa missão com total êxito e tenha muito tempo para cumprir outras tantas. Aliás, V. Exª tem a felicidade de cumprir essa missão no crescente fértil, na região que se situa entre os rios Tigre e Eufrates, onde, na verdade, surgiu a civilização. A História começa com as tábuas cuneiformes dos mesopotâmios; o Direito começa com o Código de Hamurabi; a matemática; a astronomia; a tecnologia agrícola; a tecnologia de irrigação. Tudo isso começou na Mesopotâmia.

Eu espero que V. Exª consiga estabelecer, efetivamente, uma relação comercial, cultural e política muito forte com o Iraque, porque, como V. Exª bem assinalou, as relações brasileiro-iraquianas são fortalecidas por uma história de grande intensidade.

Eu queria lhe fazer duas perguntas: a primeira é relativa à questão das armas químicas genocidas. Foi o Embaixador Bustani, e, por isso, foi punido, por isso foi retirado da sua função na ONU, quem afirmou e reafirmou que o regime de Saddam Hussein não possuía armas químicas de destruição em massa. Então lhe pergunto: Isso também não é um fator pelo qual o povo iraquiano tem um apreço grande pelo Brasil?

A segunda pergunta que lhe faço é a respeito da violência no Iraque, da violência ainda existente no Iraque. Qual é a origem dela, ou as origens dela? Se é uma demonstração ainda de força de partidários de Saddam Hussein, no sentido de darem o troco àqueles que o apearam do poder, ou se é uma reação do povo contra os americanos? Qual é o contorno efetivo dessa violência ainda subsistente no Iraque?

Ao cumprimentar o Embaixador Zenik Krawctschuk, eu queria fazer duas perguntas objetivas. V. Exª nos disse da mesma forma que é grande o nível de violência em Honduras. Violência oriunda da criminalidade, do narcotráfico.

Gostaria de lhe perguntar se o exemplo, o modelo de educação da Costa Rica, que é um país da mesma região, não foi ou não tem sido apropriado pelos costariquenhos, porque a origem real da violência é o baixo nível educacional.

A segunda pergunta é a seguinte: Honduras é um dos poucos países do mundo que reconhece o regime de Taiwan. Como são as relações de Honduras com a China? Honduras consegue negociar com a China, mesmo reconhecendo o regime de Taiwan?

Seriam essas as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Luiz Henrique.

Antes de passar a palavra aos Srs. Embaixadores indicados eu perguntaria se algum Senador...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu ia falar um assunto sobre a mesma matéria, se fosse possível, talvez, para não ter que repetir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sem dúvida Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu perguntaria se algum Senador ainda falta votar. *(Pausa.)*

Para que eu possa declarar encerrado o processo de votação, passo a palavra ao Senador Pedro Simon para a indagação e declaro que, a partir deste momento, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo

único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta e, por isso, peço àqueles que não sejam membros da Comissão que se ausentem temporariamente do recinto.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, na linha do...

(Sem gravação.)

O SR. ÁNUAR NAHES – (**Sem gravação**.)

... porque o Iraque era um alvo fácil. Se sabia que o Saddam estava isolado, que os xiitas e os curdos apoiariam a invasão americana, enfim houve uma decisão. Tem um livro muito bom chamado *Plano de Ataque*, de Bob Woodward, um livro magnífico, no qual ele conta os detalhes. Em 27 de novembro de 2001, o Bush chegou para o Secretário de Defesa, o Donald Rumsfeld, e disse: "Nós precisamos fazer alguma coisa com relação ao Iraque". O Rumsfeld entendeu. Dick Cheney sempre foi favorável à guerra, pelos motivos que o senhor bem citou, trabalhava na Halliburton, era um executivo, que foi a empresa que pegou os grandes contratos de reconstrução.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª tem mais um minuto e trinta segundos.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Enfim, o Bustani nisto, nesse jogo enorme, foi a mosca. Deram um peteleco no Bustani, que era a parte frágil. Os americanos o derrubaram. Deram um peteleco. Depois eu brinquei: Zé Maurício, veja como é a vida! Você estava aí – ele me contou que depois da comissão ele queria se aposentar, em Nova York –... Por causa dos americanos, você saiu vitorioso e acabou sendo embaixador em Londres e em Paris. Quer dizer, a vida tem seus caminhos. Mas é verdade.

O Itamaraty, o senhor sabe, tem as suas políticas externas de Estado, mas tem também as suas picuinhas pessoais. O que contou muito no caso do Bustani na alta cúpula do Ministério naquela época: simpatias e antipatias. Foi por isso que deixaram o Bustani sozinho.

A violência lá no Iraque...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Esse fato do nosso Embaixador Bustani aumentou o apreço dos iraquianos pelo Brasil?

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Só para quem conhece a história. Isso não é do nível... porque o Iraque não tinha...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não é popular.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Não é popular, porque, naquela época do Saddam, nada... As pessoas que estiveram dentro desse processo sabem, mas não chega a ser um fator...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É que eu imaginava que o Saddam Hussein, tendo todos os meios de comunicação, houvesse propagado esse parecer do Bustani.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Não, a ênfase foi muito na comissão, nas inspeções da ONU, o Ralph Ekeus, o Hans Blix. A comissão encontrou não armas, mas precursores para fabricação de armas químicas, porque o Saddam tinha usado armas químicas contra a sua população, os xiitas, os curdos. Se sabia que a comissão encontrou-as e as destruiu. Então se sabia sempre que não havia armas de destruição em massa. Todo mundo sabia. A CIA sabia.

Esse foi um fato irrelevante, porque o pessoal do Pentágono, nem mesmo o Departamento de Estado, queria a guerra. Eles tinham um feito demonstração do seu público interno, por causa do 11 de Setembro, tinha um governo fraco, já por anos de sanções, e era um maná, um país rico em petróleo e, para as empresas que mexem com petróleo nos Estados Unidos, isso era nadar de braçada. Agora, o custo foi muito maior. Stiglitz tem um livro chamado *A Guerra de Um Trilhão de Dólares*. Os americanos foram ao atoleiro.

Com relação à violência, o Iraque tem várias razões. Primeiro, há uma cultura da violência no Iraque, desde o Hamurabi: olho por olho, dente por dente. E a política do Iraque, desde a sua criação, contribuiu para reforçar isso. Por exemplo, o rei que foi deposto foi morto a tiros; o primeiro-ministro, quando descia a escadaria do palácio. Houve só um ex-presidente no Iraque, o tio do Saddam Hussein. Ele não ia matar o tio, porque, senão, o resto da família matava ele. Então, não houve ex-presidente.

A violência é uma constante no Iraque.

A violência, até hoje, é de quatro tipos. Primeiro, houve, sim, a resistência sunita à ocupação americana, porque os sunitas estavam aguardando num primeiro momento, para ver se eles seriam ocupados pelo governo de ocupação. Quando Paul Bremer decidiu "desbaathizar", terminar com o partido Baath, e dissolver as Forças Armadas, eles partiram para a resistência, armados com todo tipo de arma que eles tinham.

Todo mundo é armado lá, Senador. Quando fui visitar uma família na Síria, disseram-me: "Pegue um negócio no armário!". Quando abri o armário, levei um susto: era um arsenal! Isso ocorre na Síria. No Iraque, todo mundo é armado até os dentes. É algo impressionante!

Então, eles passaram para a resistência, até que os americanos, ajudados por forças iraquianas, em 2007, venceram a Batalha de Fallujah no Triângulo

Sunita. Então, a resistência, que se tinha associado à Al Qaeda, foi derrotada, porque as tribos sunitas locais não gostaram da associação com a Al Qaeda, uniram-se às forças americanas e acabaram com a insurgência sunita.

O segundo tipo de violência foi a vingança. Quando os americanos começaram a escavar aquelas valas comuns, os xiitas e os curdos tiveram consciência da amplitude do massacre sistemático que Saddam tinha feito, e aquilo provocou a vingança, olho por olho, dente por dente. Então, realmente, houve vingança de famílias, de cidadãos, de clãs, com bomba jogada em mercados, com bomba jogada em mesquitas. Abriu-se a Caixa de Pandora.

A ausência de governo no Iraque também possibilitou a formação de máfias, como aconteceu na Rússia ao final do regime comunista. Aqueles grandes donos de setores da política passaram a ser a cabeça do grande crime organizado. Esse é um fator de violência também no Iraque. E também há as disputas políticas locais. Na ausência de um sistema judiciário, na ausência de um debate parlamentar – vou falar com sinceridade –, partem para a porrada. Lá, se fulano está muito saidinho, mata-se fulano. A coisa é simples assim: explode-se o fulano.

A cultura da violência no Iraque é grande e vai demorar uma ou duas gerações ainda para ser atenuada, como ocorre no Brasil. Cresci durante a ditadura e, hoje, eu me pego com um resquício autoritário, às vezes. Muitos de nós temos ranço autoritário ainda. No Iraque, toda essa geração que está no poder também tem ranço autoritário; isso está na cabeça, isso não sai facilmente da cabeça. Então, anos de práticas democráticas e de canais de expressão do ódio, do pensamento, isso, sim, poderá fazer com que essa cultura da violência no Iraque seja canalizada para meios civilizados.

Com relação ao berço da cultura no Iraque, o senhor sabe por que uma hora equivale a sessenta minutos? Porque sessenta era a unidade contábil dos sumérios. Então, até hoje, a nossa hora, dividida em sessenta minutos, não é decimal. Por que não seria decimal? Porque eles foram os primeiros a fazer a contagem do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É interessante!

O SR. ÁNUAR NAHES – É cultura inútil, mas é muito...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não! É interessante.

O SR. ÁNUAR NAHES – Foram os sumérios que o fizeram.

Na França, eles usam o número vinte. Falam: "Cinquenta, sessenta...". Aí vem *soixante-dix*, *quatre--vingt*, *quatre-vingt-un*... Aí você tem de multiplicar: são quatro vezes vinte, o que dá oitenta. E oitenta mais um são 81. Essa também era uma unidade de medida dos gauleses. Há ainda esse negócio de *pence*, de onças. E há esse caso dos sumérios.

Espero que eu tenha respondido bem às perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Ánuar Nahes, indicado para exercer o cargo na República do Iraque.

Agora, passo a palavra ao Sr. Ministro Embaixador Zenik Krawctshuk, indicado para exercer o cargo na República de Honduras.

O SR. ZENIK KRAWCTSHUK – Senador Luiz Henrique, serei muito breve.

A questão da origem da violência tem alguns paralelos com o Iraque, mas, basicamente, em Honduras, há um alto índice de homicídios: 78 para cada 100 mil habitantes. A média mundial é 8,8. Estamos dez vezes mais. Ela tem várias causas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em Santa Catarina, é 7,7.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – O ideal é chegar a zero, é verdade, mas, enfim.

Então, grande parte dessa violência tem origem no domicílio. Ou seja, Honduras está empreendendo, fazendo um esforço enorme de conscientização de que a mulher é sagrada, de que não se pode bater em mulher, não se pode... Porque existe essa cultura machista em Honduras. Outra causa muito mais recente são as gangues de jovens desempregados que se organizam e fazem extorsão do comércio local. Táxi, por exemplo. Cada ponto de táxi recebe proteção da gangue, mas tem que pagar. Se não pagar, morre. O que é muito comum em Honduras é morte a facão, ou seja, são corpos esquartejados. E a imprensa hondurenha de hoje – isso merece, apesar da crítica – divulga, nas primeiras páginas, todo santo dia, nas primeiras páginas, fotos de cadáveres ensangüentados, o que aumenta a percepção da violência. Então, às vezes, o local não é tão violento, mas a percepção que a população tem da violência é aumentada exponencialmente. E um outro fator também recente é o narcotráfico. Aí são brigas entre grupos, evidentemente, resultado do deslocamento de máfias da Colômbia, que sofrem maior controle, e do México.

Sobre a questão do modelo educacional de Costa Rica, seguramente funcionaria. Honduras reconhece que está cem anos atrás de Costa Rica na questão da educação. E hoje, nos dias atuais, há um sério proble-

ma de negociação com a classe magisterial, porque, no ano passo e creio que neste ano, Honduras não vai conseguir atingir o mínimo de dias letivos, previsto para 200; deve dar 140, 150.

Senador, a outra pergunta, sobre Taiwan e China. Ali, na América Central, praticamente todos têm relações diplomáticas, embaixadas em Taiwan, exceto Costa Rica, que rompeu há pouco tempo, mas sem maior estardalhaço. Honduras tem relações diplomáticas com Taiwan, mas isso não prejudica o relacionamento comercial.

À semelhança do Brasil, que está se propondo, logo na próxima semana, já iniciar a construção de duas hidrelétricas, que vão produzir cerca de 300 *megawatts* em Honduras, a China continental acabou de firmar um contrato para construir a primeira de três hidrelétricas, que chamam de Patuca I, Patuca II e Patuca III. Então, já começaram as obras de infraestrutura lá. A China está adotando um relacionamento muito mais pragmático hoje em dia, e Taiwan também está sendo moderado. Por curiosidade, aqui na América do Sul, o único país que tem relações com Taiwan é o Paraguai.

Senador, era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – O Itamaraty, no começo deste ano e final do ano passado, realizou um estudo sobre o impacto da economia chinesa no nosso hemisfério para avaliar o nosso futuro comportamento em relação à China.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu pergunto aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas oferecidas. (*Pausa.*)

Agora vou declarar oficialmente o resultado da votação.

As indicações dos Srs. Embaixadores Ánuar Nahes, indicado para representar o Estado brasileiro na República do Iraque, e o Sr. Zenik Krawctschuk, indicado para representar o Estado brasileiro na República de Honduras, foram aprovadas por esta Comissão.

Agradeço a presença do Sr. Embaixador Ánuar Nahes, indicado para a República do Iraque, e do Ministro Zenik Krawctschuk, indicado para a República de Honduras, desejando-lhes, em nome de toda a Comissão, uma profícua e exitosa missão.

Felicidades para os senhores!

Depois de declarado, então, o resultado e a aprovação por esta Comissão dos nomes dos Srs. Embaixadores sabatinados, eu suspendo a...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu estava em audiência no Ministério de Minas e Energia e, embora tenha me apressado para tentar votar nos dois embaixadores, não consegui chegar a tempo, pois o senhor deu por concluída a votação. Todavia, eu queria que constasse em Ata o meu voto favorável às duas indicações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Fica registrado em Ata o voto da Senadora Ana Amélia, favorável às duas indicações dos Srs. Embaixadores Ánuar Nahes e Zenik Krawctschuk.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, V. Exª e a Comissão têm dado atenção ao caso do Sr. Ricardo Costa, que está detido nos Estados Unidos. Eu gostaria de encaminhar a V. Exª cópia de carta da Srª Rosa Azevedo Souza Costa e Sérgio, os pais de Ricardo Costa, que informam que, na semana passada, houve audiência na Corte de Apelações, em que a juíza Tina Ainley havia marcado para rever a fiança de US$75 milhões. Nessa data, ela não o fez, marcando a data de julgamento para 30 de novembro; outra corte para 17 de agosto para decidir a fiança. Na expressão dos pais: "Ficamos sem palavras. Não é possível entender como uma juíza ignore completamente a opinião e uma decisão da corte de apelação".

Eu, inclusive, encaminhei cópia dessa carta ao Ministro Antonio de Aguiar Patriota e a encaminho a V. Exª para que possa a nossa Comissão acompanhar esse fato, que está tendo acompanhamento também por parte do Itamaraty. A Presidenta Dilma Rousseff vai aos Estados Unidos em setembro próximo para a reunião da ONU, e, se este caso não for agora melhor resolvido, talvez fosse importante que ela tomasse alguma iniciativa.

Encaminho a V. Exª a carta dos pais de Ricardo e daquela que encaminhei ao Ministro Antonio Patriota.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª deseja, Senador, que esta Comissão dê um encaminhamento à entrega desse documento à Mesa ou é só para o conhecimento?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, nesta carta ao Ministro Patriota, concluo dizendo que, diante do novo adiamento do caso e da insistência da corte norte-americana em protelar o

julgamento do Sr; Ricardo, que talvez seja o caso de, na próxima viagem da Presidenta Dilma Rousseff aos Estados Unidos em setembro, ela possa dialogar sobre isso porque quando, por exemplo, houve um caso sério relativo a uma criança norte-americana em relação ao Brasil, a Secretária de Estado Hilary Clinton colocou a ação com respeito àquele caso para melhorar os direitos daquela criança.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Assim será feito, Senador Eduardo Suplicy. A presidência da Comissão, em nome de todos os seus membros, encaminhará essa solicitação de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy a Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff e ao Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, para que eventualmente possa ser incluído no diálogo que manterá na próxima visita que fará a Washington, incluir na agenda dos debates entre os dois mandatários.

Declaro, neste momento, suspenso a nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores e a instalação da Subcomissão Permanente de Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas Brasileiras.

Esta reunião se processará em seguida e terá a presidência de S. Exª o Ministro Francisco Dornelles, com o objetivo, conforme já foi aqui votado, de se instalar essa subcomissão e de se elegerem o seu presidente e vice-presidente.

Houve uma antecipação dessa reunião das 15h30, como estava previsto para o dia de hoje, em função de solicitação feita pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, e aprovada pelo plenário da Comissão de Relações Exteriores.

Suspendo esta reunião e convido o Senador Ministro Francisco Dornelles para assumir a presidência da Subcomissão Permanente de Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas Brasileiras, para proceder a sua instalação e à respectiva eleição de seu presidente e vice-presidente.

Em seguida, a Comissão de Relações Exteriores voltará a sua pauta normal.

(Suspensa a reunião às 12h24.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Mello. PTB – AL) – Está reaberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional depois dessa breve interrupção para que fosse instalada a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas e da consequente eleição do Presidente e Vice dessa Comissão. Foi eleito para presidi-la S. Exª o Senador Luiz Henrique e na condição de Vice-Presidente foi eleito S. Exª o Senador Marcelo Crivella.

A reunião da Subcomissão Permanente, a reunião de instalação, foi presidida, e os dois itens da pauta foram presididos por S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Dando continuidade à nossa pauta do dia de hoje, analisaremos os itens 3 e 4, ambos têm como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Item nº3
- Não terminativo -

Mensagem do Senado Federal nº 83, de 2011, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 200seis, a escolha do Sr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Autoria: Presidenta da República.

Relator: Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado é chamado a se manifestar, como manda a Constituição, sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Ministro de Primeira Classe – há um equívoco na ementa; o Ministro indicado é de Primeira Classe e não se Segunda, como consta da ementa – da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado, nascido em 12 de novembro de 1945, concluiu curso de Administração Pública na FGV (RJ), mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília e de Estudos Aprofundados em Sociologia das Relações Internacionais na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris.

Ingressou na carreira diplomática em 19seis9. Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Chefe da Divisão da África II (1985), Chefe da Divisão da Ásia e Oceania I (198seis-7) e Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2001-4). Igualmente é digno de nota o fato de ter ocupado o posto de Cônsul-Geral em Santa Cruz de La Sierra (1999-2001), de Embaixador em Bucareste (2004-2007) e de Embaixador em São José (2007).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre o Ca-

tar. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse país, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

O Catar possui como chefe de Estado, desde 1995, o Emir Xeque Hamad bin Khalifa al Thani e como chefe de Governo seu sobrinho, o Xeque Hamad bin Jassen bin Jaber al Thani. Possui população composta por 80% de estrangeiros, majoritariamente de religião islâmica sunita, disposta em território correspondente a metade do tamanho de Sergipe.

As relações diplomáticas bilaterais entre ambos os países são de grande afinidade, tendo o Brasil aberto sua embaixada em Doha em 2005, e o Catar feito o mesmo em Brasília em 2007. No plano comercial, é emblemático o fato de o intercâmbio bilateral ter aumentado cerca de 1.300% entre 2003 e 2010, passando de US$37 milhões para US$514 milhões.

Embora ainda possa ser classificado de discreto, se comparado com nosso comércio na região, uma das explicações diz respeito à posição dos Emirados Árabes como entreposto atacadista, que, por questões de logística e redução de custos, intermediam produtos cujo destino final é o Catar.

Nossa pauta de exportação é composta especialmente de frango e minério de ferro, enquanto a de importação é, sobretudo, de fertilizantes e de querosene de avião.

Dono da terceira maior reserva de gás natural do Planeta (atrás de Rússia e Irã) e com conhecidas empresas, como a rede Al Jazeera e a Qatar Airways, o Catar pretende investir no mercado brasileiro em diversas áreas, como a de agronegócios, energia, infraestrutura e mercado de capitais.

Entre negócios recentes, destaca-se a aquisição pela Qatar Holding, em outubro de 2010, de quota de 5% do capital do Banco Santander Brasil, em operação da monta de US$2,7 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Mello. PTB – AL) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item nº 4
– não terminativo –

Mensagem do Senado Federal nº 93, de 2011, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 200seis, o nome do Sr. Adalnio Senna Ganem, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá. Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB –SP) – Está sob exame do Senado, Sr. Presidente, mormente da nossa Comissão, a indicação do Sr. Adalnio Senna Ganem, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

Nós temos aqui no nosso avulso o currículo dos indicados, do qual extraio as informações que passo a relatar.

O indicado nasceu em Lençóis, Bahia, em 11 de março de 1953. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1975, ingressando na carreira diplomática no mesmo ano, por meio de concurso direto. Foi nomeado Terceiro Secretário em 197seis; ascendeu a Segundo Secretário em 1979; a Primeiro Secretário em 1984; a Conselheiro em 1990; a Ministro de Segunda Classe em 1997 e a Ministro de Primeira Classe em 200seis.

Entre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e em outros órgãos da Administração Pública, cumpre destacar: Chefe, substituto e Chefe da Divisão de Comunicações, de 1987 a 1992; Assessor Técnico da Vice-Presidência da República, de 1995 a 1997, tendo, cumulativamente com esse cargo, exercido a chefia da Assessoria Internacional do mesmo órgão, de 1997 a 1999; e chefe da Assessoria Internacional do Governo do Estado de São Paulo, de 2003 a 200seis.

No exterior, o referido diplomata serviu na Missão do Brasil junto à então Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, de 1981 a 1984; na Embaixada em Lima, de 1984 a 1987; no Consulado-Geral em Nova York, de 1992 a 1994; na Embaixada em Paris, de 1999 a 2003; no Consulado-Geral em Miami, como Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado dos assuntos de Atlanta, de 2007 a 2008 e no Consulado-Geral em Atlanta, como Cônsul-Geral, de 2008 até hoje.

Segundo documento informativo sobre a República do Panamá, anexado pelo Itamaraty ao currículo do indicado, as relações Brasil-Panamá se desenvolvem de maneira positiva e promissora. Há, entretanto, potencialidades que necessitam ser concretizadas. Para tanto, o tema da cooperação bilateral é de extrema importância, uma vez que, para o Brasil, interessa a

experiência panamenha nas áreas de logística e administração portuária e aeroportuária.

O Panamá abriga atualmente cerca de 2.000 brasileiros. Trata-se da maior comunidade de brasileiros vivendo em país da América Central. A razão disso certamente é a presença no Panamá de empresas brasileiras, como Odebrecht, Sadia, Embraer e Camargo Corrêa, que, por questões logísticas, utilizam o país como base de operações para a América Central e o Caribe.

No que diz respeito ao comércio bilateral, as trocas comerciais têm crescido nos últimos anos, apresentando, entretanto, queda brusca em 2009, em razão da crise.

O intercâmbio atingiu o seu auge em 2008, quando alcançou a cifra de US$41seis,27 milhões, e veio a recuperar-se em 2010, ao totalizar US$382,01 milhões.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil para o Panamá em 2010, cabe citar: caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; produtos farmacêuticos; aeronaves e outros aparelhos aéreos. Essas são exportações do Brasil com o Panamá.

De outro lado, o nosso País importa do Panamá, entre outros produtos, combustíveis, óleos e ceras minerais; máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; alumínio; óleos essenciais; borracha; peixes e crustáceos.

O Brasil mantém forte superávit na balança comercial com o Panamá, da ordem de US$352,35 milhões, em 2010.

Segundo ressalta o documento encaminhado pelo Itamaraty, interessa ao País buscar equilibrar o comércio bilateral, de forma a torná-lo sustentável, por meio da diversificação de suas exportações e do estímulo às importações panamenhas.

Atualmente, o Panamá é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América Central, atrás apenas de Costa Rica.

Por ser a economia mais dinâmica da região, com crescimento de seis,7% em 2010, por praticar baixas tarifas de importação e por vir adotando políticas públicas que privilegiam a realização de grandes obras de infra-estrutura, como a própria ampliação do Canal do Panamá, o país vem abrindo interessantes oportunidades para as empresas brasileiras. Consórcio liderado pela Construtora Norberto Odebrecht, por exemplo, foi declarado vencedor da licitação para a construção do metrô da cidade do Panamá.

É interessante ressaltar que, de todas as exportações brasileiras, apenas pequena parcela transita pela plataforma logística do Panamá, conformada pelo Canal, pelos portos, aeroportos e pela via férrea do país.

A principal razão, segundo supõe o documento encaminhado pelo Itamaraty, é que o sistema portuário panamenho – de reconhecida eficiência – dedica-se basicamente ao manuseio de contêineres, ao passo que grande parte das exportações brasileiras – sobretudo as destinadas ao Extremo Oriente e que poderiam se utilizar do Canal – são transportadas em supergraneleiros ou em supertanqueiros, que não podem passar pelo Canal.

Tal fato, segundo assinala o documento, deixa o Panamá muito dependente dos Estados Unidos da América, porquanto cerca de três quartos de toda a carga que por lá transita tem origem ou destino os Estados Unidos.

Aliás, foi para isso que foi feito o Canal do Panamá.

No âmbito do projeto de integração da infraestrutura energética da América do Sul e América Central, a Eletrobrás pretende instalar, ainda este ano, escritório de representação regional no Panamá, uma vez que o país representa um pólo eficiente e seguro para operações em toda a região. Representa, ademais, importante centro de atração de investimentos para projetos da empresa, o que favoreceria também a comercialização de várias formas de energia, inclusive a eólica.

No que diz respeito à sua política externa e à sua postura em relação à integração latino-americana, o Panamá, segundo registra o documento do Itamaraty, manifestou interesse em se aproximar do Mercosul, razão pela qual foi realizada reunião exploratória do bloco com o Panamá, em Buenos Aires, em 200seis.

No momento, o Panamá negocia os termos de sua adesão ao Sistema Econômico Centro-Americano, braço econômico do Sistema de Integração Centro-Americana.

Cabe ressaltar, nesse contexto, que o Panamá retirou-se do Parlamento Centro-Americano, em 24 de novembro de 2009, uma vez que, segundo alegou o Presidente Ricardo Martinelli, quando de sua eleição em maio de 2009, as despesas que o Estado panamenho assumira com aquela instituição não se justificavam.

No momento presente, a aprovação do Tratado de Livre Comércio (TLC) firmado com os Estados Unidos, pelo Congresso norte-americano, constitui um dos principais objetivos da política externa do Panamá, ao lado do tema da segurança regional, tendo em vista a intensificação da repressão ao narcotráfico no México e na Colômbia.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Mello. PTB – AL) – Agradeço a S. Exª o Sr. Aloysio Nunes Ferreira a leitura do seu abalizado relatório.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Continuando a nossa pauta, vamos dar início à segunda parte.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quebrando o protocolo, eu queria cumprimentar V. Exª pelo dia de amanhã, em que V. Exª, pelo que estou informado, vai comemorar 20 anos de idade e 200 de sabedoria. *(Risos.)*

Desejo muito sucesso e muitas felicidades em toda a sua carreira, na sua vida, para V. Exª e para a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles, pelos seus votos e pelas suas palavras sempre cercadas de tanta gentileza e de tanto carinho. Muito obrigado a V. Exª.

A segunda parte da nossa reunião de hoje é audiência pública. Faz parte da presente reunião a realização do primeiro painel de três, previstos para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea e conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.

Para debater o tema, foram convidados representantes das três empresas que participam da concorrência, licitação e, neste primeiro painel, teremos a exposição de representantes da empresa sueca SAAB, produtora do caça Gripen.

Convido, portanto, para que tomem assento à Mesa, o Sr. Bengt Janér, Diretor-Geral da SAAB do Brasil; o Sr. Dan Jangblad, Diretor Estratégico da SAAB; o Sr. Brigadeiro Anders Silwer, Comandante da Força Aérea Sueca e o Sr. Jan Erik Lovgren, Vice-Chefe da Agência Sueca para Não-Proliferação e Controle de Exportação.

Registro também, aqui entre nós, a presença da encarregada de negócios da Embaixada da Suécia em Brasília, a Srª Gudrun Carlson.

Convido os senhores que acabei de citar para fazerem parte da Mesa principal desta Comissão, para iniciarmos nossa audiência pública.

Sejam V. Sªs bem-vindos a esta Comissão. *(Pausa.)*

Ao dar as boas-vindas aos senhores aqui presentes em nome dos Srs. Integrantes desta Comissão, eu informaria aos nossos convidados que o tempo destinado à apresentação inicial de cada um será de dez minutos, com a tolerância de acordo com o interesse pelo assunto que o palestrante do momento despertar.

Após a exposição, será concedida a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

A lista de oradores será a seguinte: o primeiro palestrante será o Sr. Dan Jangblad, Diretor Estratégico da SAAB; em seguida, o Major Brigadeiro Anders Silwer, Comandante da Força Aérea Sueca; depois, o terceiro palestrante, o Sr. Bengt Janér, Diretor-Geral da SAAB do Brasil e, finalizando, o Coronel Jan Erik Lovgren, Vice-Diretor da Agência Sueca de Exportações. E, para as considerações finais, novamente a palavra será devolvida ao Sr. Dan Jangblad, Vice-Presidente para estratégias do Grupo SAAB.

Eu gostaria de convidar S. Exª, o Senador Blairo Maggi, membro da hoje criada Subcomissão para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas, para assumir a presidência dos trabalhos.

Por favor, Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Cumprimento a todos os Srs. Senadores e a todas as Srªs Senadoras e dou as boas-vindas aos integrantes deste painel.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Dan Jangblad, Vice-Presidente para estratégias do Grupo SAAB, que tem dez minutos para a sua exposição inicial.

O SR. DAN JANGBLAD – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhoras e senhores, eu já venho trabalhando em quase todos os esforços de exportação do Gripen para o mundo todo até hoje e eu deveria dizer que esse processo aqui no Brasil é um processo único. Não é a primeira vez que eu venho ao Brasil. No ano passado, eu visitei o país doze vezes e, realmente, gostei muito do país.

Esse projeto é único por três razões. Em primeiro lugar, nós sabemos que a região de São Paulo é a maior cidade industrial sueca do país na verdade. Há mais funcionários em empresas suecas em São Paulo do que no nosso próprio país, nas nossas próprias cidades industriais suecas, como a cidade de Gotemburg, por exemplo. Significa que as indústrias suecas, inclusive a SAAB, já estão muito acostumadas a trabalhar em condições brasileiras, e nós sabemos que seremos

capazes de trabalhar com inovação, com cooperação com as indústrias brasileiras de modo muito profícuo; e, portanto, como veremos mais adiante, nós já iniciamos esse processo fora do próprio processo Gripen com o início do nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento em Sisp, lá em São Bernardo do Campo.

Em segundo lugar, nunca, em nenhum outro processo, eu experimentei um apoio tão claro e forte do nosso governo sueco no estabelecimento da cooperação com outro país, no caso aqui o Brasil. Isso é tão verdade que existe uma decisão do nosso parlamento na Suécia que leva ao fato de que, se o Brasil e quando o Brasil escolher o Gripen como o seu avião de caça de próxima geração, a Suécia também vai fazer a compra do Gripen NG para o seu próprio uso interno. Significa que nós vamos, inclusive, formar uma grande cooperação, que depois vou explicar melhor.

Em terceiro lugar, não existe nenhum outro país em que trabalhamos com o Gripen em que exista uma capacidade aeronáutica parecida com as que vocês têm aqui no Brasil. Isso significa dizer que, dado o que eu disse antes, com relação às nossas possibilidades, o nosso suporte e as possibilidades de desenvolver o Gripen, nós vamos ser capazes de criar uma cooperação e uma parceria com a indústria brasileira que ainda não foi possível em nenhum outro país. Isso, inclusive, vai levar a uma transferência de tecnologia em que nós vamos trabalhar muito proximamente, de uma maneira que jamais foi possível em nenhum outro país até hoje, ou seja, uma possibilidade única.

Então, essas três coisas, em conjunto, tornam esse trabalho aqui no Brasil muito especial para mim.

Vou começar a lhes dar uma introdução muito rápida a respeito da SAAB. A SAAB é uma empresa que já vem trabalhando com o governo sueco há mais de 300 anos, na parte de defesa e segurança. Em 1seis-4seis foi quando começamos a fazer negócios com o governo sueco. É claro que não é só com a produção de aeronaves por todo esse tempo; mas essa parte começou depois da Segunda Guerra Mundial, depois que a Suécia precisava de sua independência de outros fornecedores; e, desde então, começamos a produzir mais de 4 mil aeronaves. Depois eu vou explicar melhor também.

Mas também o que nós estamos fazendo ultimamente é que a SAAB se tornou uma grande empresa de segurança e defesa, e nós também fornecemos tecnologia com radar, comando e controle, tecnologia de armamento e de míssil.

Então, vale a pensa mencionar que alguns de vocês já devem até reconhecer o nome SAAB como fabricante de carros, automóveis. Isso foi há 20 anos, quando nos anos 90 nós diversificamos nosso negócio central e, a partir de então, essa área de fabricação de automóveis está completamente separada, para que não confundamos.

Nós temos aqui as fotos das aeronaves que produzimos e é interessante notar que também temos aeronaves com uma competição muito forte com a própria Embraer brasileiro, que é o nosso grande competidor nessa área. De uma maneira, fico até triste em dizer que nós já notamos que, nesse sentido, a Embraer conseguiu nos vencer, sim. A Embraer foi melhor que nós. Nós começamos a fazer as aeronaves militares, enquanto a Embraer começou a fazer diferente. Nós temos sucesso nessa área, a Embraer tem muito sucesso também em outra área.

Nós acreditamos que podemos cooperar. Continuando o slide, eu gostaria de mencionar que, hoje em dia, somos uma empresa global e estamos no mundo inteiro, com mais de 12 mil funcionários no mundo inteiro. Já não temos apenas a Suécia como país nação. Também fazemos parte de um grupo industrial muito forte, nós temos a propriedade dessas empresas todas e vocês devem reconhecer muitas dessas empresas que representam uma grande base industrial, como eu mencionei dentro do grupo industrial sueco no Brasil. Todos fazem parte da nossa família e nós cooperamos. É por isso que nós acreditamos que podemos fazer muito no Brasil.

Nós temos uma longa tradição há muito tempo de o nosso foco ser sobre pesquisa e desenvolvimento e inovação. Como se pode ver nos gráficos de pizza, mais de 20% de todo nosso faturamento tem foco sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação. Há muitas empresas na Suécia que se iniciaram aí na SAAB.

Finalmente, eu gostaria de mencionar que o Brasil não é algo novo para nós. Nós já estamos trabalhando muito proximamente como eu mencionei com os nossos parceiros, a própria Embraer, desenvolvendo o sistema de vigilância, o radar que vai nos aviões da Embraer – produzido por nós –; portanto, fazemos a integração.

Tendo dito tudo isso, nós também trabalhamos em cooperação com a Embraer no mundo todo, na própria Grécia e no México também fazendo o marketing da venda desses produtos.

Então, com isso, eu termino a minha apresentação e agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço a apresentação do Sr. Dan, Vice-Presidente para Assuntos Estratégicos do Grupo SAAB no Brasil.

E quero passar a palavra ao comandante da Força Aérea da Suécia, o major brigadeiro Anders Silwer. O senhor tem dez minutos.

O SR. ANDERS SILWER – Sr. Presidente, parece que tenho de falar mais perto do microfone.

A minha missão como comandante da Força Aérea da Suécia é dizer sobre a nossa experiência a respeito do sistema Gripen, do caça Gripen. Nós estamos interessados na parceira estratégica com o Brasil, com a Embraer e também conjuntamente com a Força Aérea.

Nós sabemos que há, portanto, um grande compromisso com o Parlamento sueco, que nós deveremos trabalhar e desenvolver o Gripen até 2040. Também sabemos que o Parlamento, de fato, já tomou a decisão de que, se o Brasil seguir com o Gripen, a Suécia seguirá também, da mesma forma.

Há muitos indicativos a respeito dessa parceria. Nós temos um memorando de entendimento que está ocorrendo agora, algumas discussões. Há também o Comitê Parlamentar apara a Indústria, que vai visitar o Brasil em agosto.

A minha apresentação aqui trata de aspectos estratégicos e considerações econômicas. Para que possamos cumprir com os compromissos políticos, eu, como comandante da força aérea, tenho alguns requisitos principais que estão aqui nestas áreas: a parte operacional, a parte estratégica e a parte econômica. E, sem dúvida, como comandante de operações, vou começar pelo lado das operações.

Então, a nossa capacidade seria uma missão de ampla gama, com todo o espectro de conflito. E, sendo comandante da força aérea, essa capacidade é crucial, porque é o meu compromisso trabalhar diferentes áreas e aplicar as nossa forças numa ampla gama de missões.

A plataforma também tem uma das últimas tecnologias, também mísseis de longa distância, também capacidade de guerra eletrônica, e também já comprovou, durante exercícios, como o Red Flag, nos EUA, e agora nas operações da Líbia.

Próximo *slide*.

Também muito importante em todos os cenários é a respeito da superioridade das informações. Nosso foco também é, nesse assunto, durante vários anos, em termos de *hardware* e também em *links* de dados em nossa aeronave, e também para a verificação de ameaças.

Outra coisa para o comandante de operações é a questão da disponibilidade, porque você precisa ter os ativos no momento em que você necessita. Então, no momento do desenho dos nossos requisitos do Gripen, primeiro é a disponibilidade incorporada. E desde o início, desde o primeiro protótipo na década de 80. E isto já foi comprovado ao longo dos anos, essa disponibilidade.

Próximo *slide*.

E, é claro, preciso falar da Líbia, já que é onde estamos operando com o Gripen fora da Suécia. Tivemos uma decisão parlamentar... Depois da decisão de ir para a Itália, agora temos uma base em Sigonella, na Sicília. Nós poderíamos ter aceitado as tarefas do Parlamento, mas hoje somos limitados às operações de reconhecimento na Líbia. Nós temos a capacidade de fazer qualquer uma dessas tarefas. Agora, nós temos cinco caças e estamos voando mais de mil horas na Líbia. Também estamos fornecendo imagens de alta qualidade para a coalizão da área da Líbia. E, como comandante, sem dúvida, estou bastante satisfeito com o desempenho da minha unidade e do equipamento.

Então, algumas considerações estratégicas. O mundo está mudando rapidamente. E, dessa forma, um caça precisa ser flexível e tem de se adaptar como plataforma, tem de se adaptar com as contingências, do lado das operações, como mencionei, e também do lado estratégico. Então, há coisas como novas armas, novas capacidades, que podem ser incorporadas depois de dois anos, talvez. Se o foco é o reconhecimento marítimo, por exemplo, capacidades como essa também podem ser incorporadas na aeronave. Então, a aeronave em si precisa ter essa capacidade incremental.

Então, nós já trabalhamos com o Gripen há muitos anos nessa idéia de espiral, onde colocamos novos desempenhos, novas capacidades, e isso num longo prazo.

Então, nós chamamos isso de um conceito de *upgrade* contínuo.

Portanto, o desenvolvimento de um caça é algo com que já trabalho a minha vida toda e não vejo nenhum problema ou nenhum risco com o Gripen NCD, ou NG, por exemplo. Sou uma das pessoas que, de fato, três anos atrás, não achava que era possível fornecer uma aeronave em dezoito meses, mas eles me comprovaram que eu estava errado.

Então, esse desenvolvimento espiral é algo que podemos fazer conjuntamente com o Brasil. Precisamos discutir os exercícios de operação tanto no Brasil quanto na Suécia e fazer as negociações e depois desenvolver o produto conjuntamente.

Portanto, com relação a isso, teremos um filho juntos para o futuro. E eu já visitei muitas forças aéreas e também a Força Aérea Brasileira, e durante essas visitas nós temos uma idéia do que é uma força aérea, a indústria de um país também. A minha percepção a respeito da Força Aérea Brasileira é de que, de fato, há uma grande competência, e na percepção é que essa parceria com o caça Gripen entre a Suécia e o Brasil seria algo do qual todos nos beneficiaríamos muito.

Agora, passando um pouco para as considerações econômicas, dois pontos muito importantes para o mun-

do dos caças, vocês podem ficar surpresos, também falando desse aspecto geral, é a questão de custos e de compras governamentais. Então, vocês precisam a previsibilidade com relação ao futuro, com relação ao custo de uma aeronave, ao custo de uma operação. Então, há uma necessidade de que tenhamos soluções de custo-benefício também. Durante as minhas experiências na Europa, com as minhas contras-partes, vimos a alta carga das operações e custos muito alto dos caças. Então, já operamos o Gripen milhares de horas e o custo para o desenvolvimento e as operações realmente tiveram um alto grau de previsibilidade, e isso pode ser inclusive verificado.

Portanto, a SAAB já nos forneceu caças dentro do orçamento e sem custos imprevisíveis. Acho que esse alcance é muito importante. E também fornecendo capacidades top.

Para resumir, o meu governo tem esse compromisso de continuar esse desenvolvimento do Gripen, e o parlamento sueco é firme em que o sistema Gripen será a estrutura mais importante até 2040 e depois de 2040. O parlamento também tem o compromisso de seguir com o Gripen se o Brasil também decidir fazer o mesmo.

Eu também acredito no futuro da nossa cooperação, a cooperação entre o Brasil e a Suécia. Vejo aqui um grande potencial nessa parceria de largo prazo, porque parceria é muito importante. Sabemos que parceiros são iguais. Há também um grande potencial na indústria brasileira, também na Força Aérea Brasileira, para que possamos fazer essa parceria.

Eu também já vi, no ano passado, alguns exercícios e fiquei impressionado com o desempenho da Força Aérea Brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já falei para o senhores também a respeito da experiência do caça Gripen, estou confiante que a Suécia e a SAAB vão poder cumprir com as suas promessas.

Obrigado a todos pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao comandante da Força Aérea da Suécia, e passa a palavra ao Sr. Bengt Janér, que é Diretor da SAAB no Brasil.

V.Sª dispõe de 10 minutos para a sua apresentação.

O SR. BENGT JANÉR – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, Exmº Sr. Presidente em exercício, Senador Blairo Maggi, Exmºs Srs. Senadores, Srªs e Senhores, o Gripen NG é a mais recente versão da família Gripen.

Os estudos para o Gripen NG foram iniciados ao final dos anos 90. A partir de 2005 foi iniciada a construção de uma aeronave para demonstrar o potencial de crescimento do produto. O desenvolvimento efetivo do Gripen NG foi iniciado em 2008. O Gripen NG é um avião de caça que incorpora diversas características interessantes:

Com relação às versões anteriores, foram aumentados os pesos e a estrutura foi redimensionada para permitir a acomodação de uma quantidade maior de combustível internamente e maior quantidade de armamentos. Foi instalado um motor com maior potência; está sendo integrado um novo sistema aviônico, ou seja, sistemas eletrônicos embarcados; novos armamentos; novos sensores e sistemas de autodefesa.

A família Gripen em operação possui sistemas de comunicação e *datalink* dentre os mais avançados do mercado. A Suécia foi a pioneira mundial no uso de *datalink* em aviões militares, e lidera esse segmento no mundo.

O Gripen NG será o avião mais avançado para operação em ambiente de combate, conectado por meio de redes de dados à outras aeronaves, e centros de comando e controle.

A capacidade operacional do Gripen NG foi bastante ampliada em comparação com as versões anteriores do Gripen. No mercado, o Gripen é o caça que oferece os maiores alcances nas missões de superioridade aérea e ataque. Por exemplo, em uma missão de defesa aérea a partir de uma base da FAB, o Gripen NG pode alcançar alvos a mais de 1.700 km de distância, combater e retornar à base com toda a segurança.

Em comparações feitas pela própria SAAB, o Gripen NG possui o melhor desempenho operacional dentre todos os concorrentes, tendo o maior alcance e raio de ação nas configurações exigidas pela FAB; a maior velocidade em todas as faixas de altitude; a melhor relação peso/potência, além de ser o único com capacidade de voar a Mach 1,2 em configuração ar-ar, sem/pós combustão; ou seja, o que se chama de *supercruise.*

A proposta do Gripen NG para o Brasil oferece uma solução completa e única. A proposta inclui: 3seis caças Gripen NG; integração completa de armamentos; equipamento de missão; equipamento de suporte de missão; suporte logístico completo; centro de treinamento e simulação; e 100% de financiamento.

A cooperação industrial oferecida prevê: a indústria brasileira como parceira igual no desenvolvimento do Gripen NG; 40% do desenvolvimento e até 80% da produção de estruturas, com exclusividade mundial; propriedade intelectual do desenvolvimento conjunto compartilhada; linha de montagem completa no Brasil e exportações a partir do Brasil; e autonomia da indústria nacional para modificações futuras.

A cooperação bilateral entre os Governos pode incluir também: cooperação militar entre as Forças Armadas do Brasil e da Suécia; desenvolvimento conjuntos; exercícios militares e treinamento conjunto; garantias de transferência de tecnologias. Além do que, a Força Aérea da Suécia receberá aeronaves Gripen NG concomitantemente com as entregas para a FAB.

O pacote de financiamento oferecido pela Suécia é imbatível: 100% do valor do contrato é coberto pelo financiamento. O primeiro pagamento do financiamento pelo Governo Brasileiro ocorrerá após a última entrega, isto é, após a entrega da 3seisª aeronave; os pagamentos se estenderão por 15 anos; o financiamento poderá ser pago em diferentes moedas, a critério do Governo brasileiro.

A Força Aérea Brasileira teve a oportunidade de conhecer e avaliar profundamente as três aeronaves concorrentes. Os parâmetros utilizados levaram em consideração os requisitos operacionais e logísticos adequados para as condições de empregos específicos da realidade brasileira, tais como: as distâncias dos alvos estratégicos e as quantidades e tipos de armamentos a serem utilizados.

Esta avaliação foi muito além de uma análise simplista de números de motores, peso máximo de decolagem, dimensões e carga das aeronaves.

Com base nos requisitos operacionais da FAB, definidas pelo seu Estado Maior, foram listadas configurações básicas para avaliação da aeronave no seu emprego ar e ar-solo.

A avaliação operacional também levou em consideração a sua capacidade de operação nas condições climáticas e de infraestruturas brasileiras. O Gripen NG foi completamente aprovado naquela avaliação. Na realidade superou, em muito, todas as exigências operacionais da Força Aérea Brasileira. Sendo o custo de operação e manutenção do Gripen NG, apenas uma fração dos demais competidores, a capacidade de voar e treinar proporcionada , elemento fundamental para o sucesso do emprego da aeronave, faz com que o resultado do emprego operacional do Gripen NG seja exponenciado.

Portanto, sob o ponto de vista operacional, o Gripen NG é a aeronave mais adequada aos requisitos da FAB.

Quanto ao quesito transferência de tecnologia, lembro a V. Exªs que estivemos neste Congresso perante a Comissão de Ciência e Tecnologia na Câmara dos Deputados, no dia 14 de outubro de 2009, especificamente para tratar desse tema. Naquela ocasião, enfatizamos que o pedido de oferta elaborado pelo Comando da Aeronáutica ,e aprovado pelo Ministério da Defesa, havia sido muito claro e detalhado no tocante aos requisitos de transferência de tecnologia de interesses do Parque Industrial Aeroespacial Brasileiro e da própria Força Aérea Brasileira. Foi demonstrado que a proposta de transferência de tecnologia apresentada pela SAAB ao Comando da Aeronáutica cumpriu e excedeu, em muito, o que foi solicitado no seu pedido de oferta.

Ainda naquela oportunidade, informamos aos Parlamentares que um processo de transferência de tecnologia para ser real e eficaz necessita atender a quatro requisitos necessários.

Primeiro requisito: deverá existir, na origem, uma unidade detentora da tecnologia a ser transferido e, no destino, uma entidade tecnologicamente capacitada para recebê-la. Esta é uma condição fundamental. Não se transfere tecnologia para quem não está apto para recebê-la. Por isso, todas as tecnologias ofertadas pela SAAB foram objeto de negociação com as principais empresas do setor aeroespacial e de defesa brasileiros que definiram as tecnologias do seu interesse e que estavam capacitadas para absorvê-las.

Segundo requisito: a tecnologia a ser transferida deverá ter uma utilidade para a instituição, empresa ou governo. Sem utilidade para a entidade receptora, o processo não faz nenhum sentido. Nesse caso a SAAB firmou com as empresas nacionais memorando de entendimento onde estão selecionadas todas as tecnologias úteis para o seu desenvolvimento comercial e tecnológico.

Terceiro requisito: a metodologia para transferência de tecnologia deverá ser de tal forma que assegure que a sua absorção seja feita de forma eficaz. Nesse programa a SAAB vai utilizar o processo conhecido como *on-the-job.* Significando que o desenvolvimento complexo e críticos da aeronave serão desenvolvidos de forma conjunta com as empresas nacionais, única comprovada de uma real transferência de tecnologia. Transferência de tecnologia não é feita com base em produtos já desenvolvidos. Por último, deverão ser assegurados ao receptor da tecnologia todos os direitos de uso, podendo ser utilizada sem qualquer restrição comercial ou política. A SAAB e seus parceiros são detentoras da propriedade intelectual de todas as tecnologias solicitadas e ofertadas, sem qualquer forma de restrição ao seu compartilhamento. E o mais importante, a SAAB concordou que as tecnologias desenvolvidas em conjunto com as empresas nacionais terão os seus direitos compartilhados.

No caso específico da Embraer aquela empresa será co-proprietária das tecnologias específicas do Gripen NG Brasil, tornando aquela aeronave um verdadeiro produto Embraer SAAB. Acreditamos que

a SAAB seja a única empresa em condições de oferecer a co-propriedade intelectual da aeronave ofertada.

A SAAB apresentou em sua proposta ao Comando da Aeronáutica um programa de transferência de tecnologia que inclui 100% de todas as tecnologias solicitadas pelo Comando da Aeronáutica; 100% das tecnologias solicitadas pelas maiores empresas dos setor aeroespacial, em especial a Embraer; processo de transferência *on-the-job training*, aprender fazendo; responsabilidade por 40% das atividades de desenvolvimento realizadas por empresas brasileiras. Aqui cabe um comentário especial.

A Akaer é uma empresa de engenharia localizada em São José dos Campos e a SAAB a contratou, em 2009, para participar do desenvolvimento, da estrutura do Gripen NG. Desde então equipes da Akaer, na Suécia, e da SAAB, no Brasil, têm participado ativamente no projeto Gripen NG.

Também produção de 80% da estrutura da aeronave ASA, segmentos da fuselagem, portas etc. por empresas brasileiras para todos os Gripen NG a serem produzidos, inclusive os da Suécia. As partes produzidas no Brasil serão únicas e equiparão todos os Gripen NG a serem produzidos inclusive para a Suécia, como foi dito. Isso significa que, pela primeira vez em sua história, com uma longa tradição de independência, a Suécia confiará a outro país parte da sua mais importante arma de defesa.

Aviônica produzida no Brasil, desenvolvimento de *software* embarcado em conjunto com a Embraer, domínio tecnológico completo do *software* e dos sistemas de armas pela indústria nacional, suporte logístico fornecido por empresas brasileiras e, finalmente, um item de grande importância, os direitos intelectuais serão compartilhados com as empresas nacionais.

Conforme comentamos em nossa apresentação anterior a este Congresso, o primeiro grande salto da Embraer veio na forma da transferência de tecnologia da empresa italiana Aermacchi, que, na venda das suas aeronaves Xavante para a FAB, instalou uma linha de montagem nas suas instalações. O objetivo principal era aprender como fazer produção serializada de aeronaves. Isso foi obtido acerca de 40 anos. Atualmente, montar aeronaves em regime conhecido como CKD ou *completely knock-down,* ou seja, montagem de *kits* produzidos pela matriz não agrega nenhuma tecnologia à Embraer.

O segundo grande salto veio com a participação no programa AMX, que proporcionou absorção de conhecimento na integração de sistemas no desenvolvimento de *software* embarcado, na integração de armamentos, nos ensaios em testes em solo e em voos e em diversas tecnologias de produção, principalmente de peças usinadas e complexas. Isso foi obtido há cerca de 30 anos. Atualmente produzir peças com base em projetos feitos na matriz também não agrega nenhuma tecnologia à Embraer.

O que a SAAB propõe agora ao Governo brasileiro e à Embraer, por meio do programa Gripen NG, é o terceiro grande salto. A SAAB oferece, como principal componente da oferta apresentada ao Comando da Aeronáutica, a formação de uma parceria estratégica com a Embraer, na qual está prevista a atuação daquela empresa como principal responsável brasileira no processo de desenvolvimento do Gripen NG Brasil.

A parceria Embraer-SAAB irá muito além dos aspectos puramente industriais. O Gripen NG será um produto Embraer-SAAB, um produto sueco-brasileiro. No aspecto comercial, as duas empresas participarão das vendas do Gripen NG para todos os clientes mundiais. Está previsto também que a Embraer será a líder de venda, ou seja, *prime contractor*, para os países da América Latina e também para outros, onde sua penetração, em termos de *marketing*, seja mais adequada.

A parceria SAAB-Embraer é o que se poderia chamar de parceria perfeita. Isso porque as duas empresas possuem tecnologias próprias absolutamente complementares e não são competidoras em nenhuma área de negócios, seja no mercado de aeronaves comerciais, militares e de avião executiva.

O programa Gripen NG Brasil poderá ser, realmente, o terceiro grande salto para a Embraer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço a participação ao Sr. Bengt Janér, que, aliás, é um bom vendedor.

O SR. BENGT JANÉR – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – É um bom vendedor. Não sei se é o jeito da língua...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Exª fala com propriedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Sou um bom comprador, Senador.

Quero passar a palavra, então, ao Coronel Jan-Erik Lovgren, Vice-Chefe da Agência Sueca para Não-Proliferação e Controle de Exportação, que dispõe de 10 minutos.

O SR. JAN-ERIK LOVGREN – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Na minha apresentação, vou mostrar para os senhores alguns *insights* de como vemos essas questões relacionadas à oferta do Gripen NG. A minha mensagem é a de que não vejo problema algum com relação à exportação para o Brasil do Gripen NG, do ponto de vista sueco. Vou tentar, então, comprovar isso.

A Suécia é um dos dez maiores exportadores de material de defesa no mundo, utilizando as estatísticas da CE dos últimos seis anos. Os senhores podem ver as exportações com os nossos parceiros da Comunidade Europeia, Noruega e Suíça. Também há outros países com os quais temos cooperações bilaterais também nessa área; seria mais ou menos um terço das exportações. Quanto a essas cifras do ano passado, os senhores podem ver as percentagens das exportações. É bastante substantiva a exportação no nosso sistema.

Agora, eu gostaria de voltar ao primeiro *slide.* Algo importante que eu gostaria de dizer com relação a esse *slide* é que nós, como Agência, temos uma excelente experiência com relação a questões de exportação para outros países. Posso dar alguns exemplos disso para os senhores.

Na área de cooperações multilaterais, a indústria da Suécia participa com mísseis de alta defesa, com mísseis de longo alcance, com veículos não tripulados. E, no Acordo Bilateral, também contamos com cooperações, nessa área de submarinos, com a Austrália e com a Cingapura. Componentes para o sistema Gripen e também componentes para guerras eletrônicas são produzidos juntamente com a África do Sul. Na área de Inteligência, também temos cooperações com a França, com o Reino Unido e com os Estados Unidos.

Agora, podemos ir para o segundo *slide*.

A minha Agência é uma agência governamental, e temos autorização para tomar todas as medidas necessárias na área de controle de exportação. E nós, como uma agência, reportamo-nos ao Ministério de Relações Exteriores. Então, todas as decisões independentes são realizadas por meio deste processo aqui.

A primeira pergunta se refere ao item de controle do Gripen. Também é um item de controle, sem dúvida. É um processo que ocorre passo a passo. O primeiro passo é dado quando chamamos a opinião de um Conselho – então, é uma opinião política – sobre a possibilidade de fazer exportação para um país. O próximo passo é dado quando a indústria também quer fazer uma licitação final, e isso precisa ser notificado à minha Agência, porque temos, então, a possibilidade de dizer "não", de acordo com a nossa legislação. E o terceiro passo, sem dúvida, é dado no momento das entregas. Então, há necessidade também da licença de exportação.

A nossa agência é apoiada por dois conselhos nessa tomada de decisão. Para as perguntas técnicas, nós temos o Conselho Científico Técnico, com vários professores que nos ajudam a tomar as decisões. E quando se trata de exportações, ou seja, para onde exportar, nós temos o Conselho de Exportação, que consiste em 12 membros do nosso Parlamento. Isso significa que o nosso Parlamento faz parte do processo de tomada de decisão para onde exportar. E também esses membros têm a transparência com relação às decisões tomadas nessa área. E quando se trata do Gripen NG para o Brasil, os dois primeiros passos já foram dados. Agora, o próximo passo seria a assinatura de um contrato e, aí, a licença de exportação.

Obrigado.

Eu tenho só mais um ponto importante, que é a questão da segurança de fornecimento. As nossas diretrizes, as diretrizes governamentais que nos apoiam, e que também são aprovadas no Parlamento, têm as garantias incluídas para todas as munições, peças sobressalentes e desenvolvimentos futuros. Esse é um compromisso muito importante, que significa que, quando exportamos um sistema de armas, o comprador deve saber que terá toda a segurança de fornecimento. Esse é um compromisso muito importante que nós temos nas nossas diretrizes.

E eu gostaria também de resumir que o Governo sueco apoia e, de fato, incentiva a transferência de tecnologia para o Brasil. E nós também apoiamos a segurança de fornecimento durante a vida toda do sistema Gripen NG.

Sr. Presidente, termino aqui a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Sr. Jan Erik Lovgren, que é Vice-Chefe da Agência Sueca de Controle e Exportação, agradeço a participação de todos e vou conceder a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores para que possam fazer seus comentários e perguntas que eventualmente tenham a realizar.

Em primeiro lugar, por ordem de chegada aqui, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral e, depois, à Senadora Ana Amélia, que está inscrita, e também ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Representantes da SAAB, militares, representante da SAAB no Brasil, encarregada das questões comerciais da Embaixada da Suécia aqui em Brasília, cumprimento a todos.

Gostaria de saudar a iniciativa, meu caro Presidente Blairo Maggi, a oportunidade que o Senado Federal tem, por intermédio desta Subcomissão, de ouvir os principais concorrentes ao fornecimento dos caças para a Aeronáutica brasileira.

Ouvi atentamente as quatro exposições. Eu, antes de ser Senador, sou engenheiro e sempre fui um apaixonado pela Aeronáutica. Desde o ano passado aproximadamente, quando essas discussões começaram a aparecer nos jornais, na imprensa, sobre qual

seria o modelo mais adequado para a Aeronáutica brasileira, eu procurei conversar com muitos especialistas, inclusive com fabricantes brasileiros sobre as três propostas, não só a proposta do Gripen, mas também a proposta do Rafale e a proposta do caça americano. E me interessei porque acho que um país forte... Sendo o Brasil economicamente forte e internacionalmente influente, as suas Forças Armadas têm de sê-lo também, têm que corresponder a tudo aquilo que se trabalha para que o Brasil venha a ser, não só na América do Sul, mas no cenário mundial.

Eu tive a oportunidade de discutir com muitos especialistas, pessoas que também acompanharam, estudiosos e pessoas que têm efetivamente interesse nesse projeto dos caças; tive a oportunidade, inclusive, de participar de algumas exposições comparativas entre os três fornecimentos e fiquei bastante impressionado com o que vi, especificamente no que se refere ao Gripen.

Eu não sei quem citou aqui, mas o que representou... Primeiro, eu vi aqui o Xavante, depois o projeto AMX, da Aermacchi italiana. É absolutamente indiscutível o que esses projetos representaram para a evolução da indústria aeronáutica brasileira e, especialmente, da Embraer. Eu acho que a Embraer, hoje, é o que é exatamente por esses saltos tecnológicos que foram aqui apresentados.

Evidentemente isso vai ser amplamente discutido; sei que outros Senadores também podem ter opiniões diferentes, mas, de tudo aqui que vi e tive acesso do ponto de vista de informações, primeiro, o projeto do Gripen está absolutamente alinhado com o avanço tecnológico que se pretende, especialmente no que se refere às indústrias aeronáuticas brasileiras. Isso é um ponto muito importante; é um projeto que, sem dúvida nenhuma, repetirá o sucesso dos projetos anteriores, que foi o projeto do Xavante e, depois, o do AMX, com a Aermacchi.

Eu percebo nitidamente – pelo menos se conheço um pouco a Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira – que foram as políticas adotadas pela Força Aérea Brasileira no desenvolvimento dos projetos aeronáuticos que levaram à consolidação da Embraer. Duvido – e é uma opinião minha, pessoal – que a Aeronáutica vá fugir a essa cultura que ela mesma implementou no desenvolvimento da aviação brasileira, da produção aeronáutica, da indústria aeronáutica brasileira.

Portanto, na minha leitura, em função da historia, esse é o melhor projeto do ponto de vista de transferência de tecnologia. Até por posições que foram aqui externadas pelo governo sueco, deixando muito claro e tendo decidido sobre esse compromisso de transferência tecnológica. E importante: sem nenhuma restrição quanto a vendas futuras. É um ponto muito importante! Aparentemente, isso não é muito discutido, mas é de vital importância até para as produções futuras.

E uma outra questão: esse trabalho integrado com a Embraer e com as demais empresas que desenvolvem tecnologia aeronáutica. E importante: compartilhamento da produção dos futuros Gripen. Eu ouvi aqui, pelas exposições, que os Gripen estão em atuação em vários *fronts*, especialmente em função...

Estão em atuação em vários *fronts*, especialmente em função de algumas crises que o mundo acompanha atentamente, é importante registrar aqui que é um avião absolutamente reconhecido mundialmente como uma aeronave tecnologicamente avançada, até no seu sistema de comunicação que foi apresentado aqui. Um outro ponto também que na minha leitura é fundamental é que já existe um histórico de vendas dos Gripens para outros países, o que também eu entendo como uma prova importante, cabal que é um projeto muito bem recebido em vários países.

Por último, gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que os estudos que pude acessar e conhecer, sob o ponto de vista de fluxo de caixa descontado, o projeto mais competitivo é o Gripen. Ou seja, não é só pela transferência tecnológica, que para mim já é um fator decisivo, mas sob o ponto de vista de custos, custos de manutenção, custos de operação. Se nós pegarmos a proposta do Gripen, juntar no tempo de vida desses caças e trazer para valor presente, o Gripen é disparado o melhor projeto sob o ponto de vista econômico e financeiro. Disparado! Não há comparação com as outras alternativas!

Então, o que quero dizer é que eu, pessoalmente, como um dos 81 Senadores da República, não tenho dúvida – até porque consultei pessoas que conhecem muito bem os três projetos e têm experiência na área – de que, por tudo que foi aqui apresentado, o Gripen é a melhor proposta.

Se nós entrarmos em outras questões de caráter estratégico, que a gente não pode também deixar de considerar – são fatores diplomáticos, fatores geopolíticos, fatores de relações internacionais com outros países –, eu não posso falar absolutamente nada, porque aí é uma questão muito mais ampla, que envolve outros fatores que fogem aqui, pelo menos alguns deles, ao nosso conhecimento.

Agora, sob o ponto de vista de projeto, não tenho dúvida nenhuma de que o Gripen é o melhor projeto para o País. E o Brasil precisa tomar uma decisão em relação aos caças. Como precisa desenvolver também o seu programa de submarinos nucleares, até em função do que a Marinha fez lá em Aramar – um projeto, uma

verdadeira referência e que tem que ser efetivamente implementado dentro desse projeto de submarinos.

Nós precisamos ter Forças Armadas...não há país influente sem Forças Armadas competentes e equipadas, com avanços tecnológicos.

Portanto, meu caro Presidente Blairo Maggi, eu não podia perder essa oportunidade para externar, pelo menos de tudo aqui que estudei e vi, a excelência do projeto do Gripen. Não tenho dúvida nenhuma com relação ao projeto que está aqui apresentado, sob o ponto de vista de valor presente e fluxo de caixa descontado, sob o ponto de vista operacional e de manutenção, sob o ponto de vista de transferência de tecnologia. Agora, se existem outras razões para contratação de outros projetos por razões adicionais, eu fico impossibilitado de emitir qualquer tipo de opinião. Mas, sob o ponto de vista de projeto, eu não tenho dúvida, e fundamentalmente eu não sabia, tive hoje a oportunidade de tomar conhecimento do conglomerado de empresas do Grupo SAAB, muitas delas eu já trabalhei com elas, empresas absolutamente sérias, que têm prestado um serviço muito bom aqui no Brasil, empresas de ponta sob o ponto de vista tecnológico.

É isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente, e pedir desculpas se me estendi um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral. O senhor foi um pouco longo, mas foi preciso. Fez aqui uma explanação que vai evitar inclusive de eu fazer a minha depois, porque 95% do que o senhor colocou aqui eu vou ter que assinar embaixo depois.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, para suas considerações ou para suas perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, muito obrigada. Aos senhores expositores, meus cumprimentos pelo trabalho que apresentaram aqui a esta Comissão.

Eu não sou, como o Senador Delcídio, engenheira. Eu era uma comunicadora e, como tal, tenho mais curiosidade, por ser leiga no assunto. O que eu gosto mesmo é de voar, mas não entendo das aeronaves. E agora temos de ver também a segurança do espaço aéreo.

Prestei atenção – embora não tivesse presencialmente aqui, estava acompanhando pela transmissão da TV Senado – nas exposições do Sr. Dan e do Brigadeiro.

A primeira pergunta ao Brigadeiro vem de uma afirmação do Sr. Bengt; ele disse que, pela primeira vez, a Suécia confiou a transferência total de tecnologia a um país estrangeiro, fora da Suécia; ela transfere tudo isso, e é a primeira vez que ela faz isso; pergunto: essa decisão de que decorre? De aspectos de segurança, de aspectos estratégicos, de aspectos econômicos, de aspectos de política externa? Quais as condições que determinaram essa escolha do Brasil? Essa é a primeira pergunta ao senhor.

Para o Sr. Bengt, o senhor falou que haverá uma transferência total de tecnologia e que a SAAB, que produz os aviões Gripen, só transfere quando ela consegue o parceiro fora da Suécia que tenha habilitação e que seja suficientemente capacitado a absorver, com a tecnologia necessária para não comprometer, evidentemente, tudo aquilo que a Suécia desenvolveu; a Embraer está habilitada, é ela a empresa brasileira que está apta a isso?

Para o senhor também: o senhor falou que 100% vai ser financiado para esses caças; eu pergunto: qual é a taxa de juros para essa operação?

Finalmente, para o Sr. Jan-Erik: há, no caso, não só a transferência tecnológica, mas também as questões relacionadas a fornecimento de peças de reposição; e esse é um tema que a mim me causa não preocupação, mas curiosidade: como essas peças de reposição suecas – nem todas são suecas; ele depende de terceiros, de outros fornecedores, como a Alemanha, os Estados Unidos –, em caso de algum problema com esses fornecedores, como será cumprido esse acordo de fornecimento dessas peças de reposição?

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Eduardo Suplicy, para suas considerações e para suas perguntas também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, quero agradecer as exposições tão bem elaboradas pelos Srs. Dan Jangblad, Bengt Janér, Anders Silwer e Jan-Erik Lovgren.

Queria lhes dizer que tenho uma preocupação e gostaria que pudessem fazer uma reflexão: como é que a Suécia, que é um país com alto Índice de Desenvolvimento Humano, que muito se preocupa em ter uma sociedade com um grau de equidade, de realização de justiça dos mais avançados no mundo, com uma distribuição de riqueza e de renda bastante equitativa, que constitui, assim, um exemplo e que tem, dentro de suas fronteiras hoje, uma situação de paz, de um regime democrático e onde as tensões sociais são relativamente menores do que em tantos outros países...

Quando eu concluí o meu doutoramento em Economia nos Estados Unidos, , eu fiz uma viagem à Europa, em 1973 e dentre os países que quis visitar estava a Suécia, para ali aprender mais e tive a oportunidade de fazer uma visita ao grande economista sueco Gunnar Myrdal, que então havia, dentre outros livros, publicado *O Drama Asiático, The Asian Drama.*

E tenho a certeza de que muitas das recomendações sobre as quais ali falava Gunnar Myrdal, 30, 40 anos depois têm sido muito consideradas pela Ásia e todos os países que ao longo desses 30, 40 anos tiveram um desenvolvimento econômico e social muito acentuado, seja a China, Índia, Coréia do Sul e tantos outros países, Cingapura e assim por diante. Então, grande parte dos problemas dramáticos colocados por Gunnar Myrdal, ali na Ásia, tem sido superado.

Mas isso não ocorre em todo o mundo, como, por exemplo, ali na África, onde no leste superior da África, no chamado Chifre da África, onde estão a Somália e outros países, estamos observando situações de fome dramáticas. Ao mesmo tempo em que diversos países do mundo desenvolvido estão gastando muito com defesa, com armamento, às vezes com operações como as que – acho que foi – o Sr. Dan Jangblad quem mencionou, dessas operações ali na Líbia.

Então, eu fiquei aqui pensando como é tão importante como haver a devida defesa e gastos para que o país possa defender a sua economia, os seus recursos naturais e tudo, como o Brasil pretende fazê-lo ao considerar a compra desses aviões, mas, mais importante ainda é o esforço para o entendimento no sentido de que não seja necessária a utilização das armas. Uma das pessoas que recebeu maior admiração dos países escandinavos e que recebeu o Prêmio Nobel da Paz foi Martin Luther King Jr., que em "I have a dream" observou e conclamou a todos sempre confrontar a força física com a força da alma. Na hora de se gastar algo como…. Eu até gostaria de saber, até porque nas quatro exposições, não me lembro de ter sido mencionado o custo da compra dos aviões.

Então, acho que numa entrevista do Sr. Bengt Janér está escrito que estima-se que o caça Gripen custe 4 bilhões de dólares. Eu gostaria de saber se esse é o custo dos 3seis aviões e como se compara em relação às ofertas americanas e francesas.

Mas, como estamos a poucos instantes da sessão do Senado, eu vou precisar estar lá às 14 horas, então vou abreviar aqui as observações. Sobretudo, eu trago aqui essa reflexão no sentido de que, inclusive, ali na Líbia é muito importante o esforço do diálogo para se persuadir o Sr. Muamar Kadafi, e as pessoas ali, para se resolverem as coisas sem a utilização de armas mortíferas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e também aos outros Senadores que já fizeram as suas colocações.

Para ser bastante breve, eu gostaria de dizer o seguinte: fiquei muito bem impressionado com a apresentação que foi feita aqui do equipamento. Eu não ouvi, não participei das outras audiências, aliás, nós vamos ter mais duas audiências para ouvirmos os outros concorrentes, também, que estão ofertando ao Brasil os seus equipamentos.

Agora, chamou-me a atenção a disponibilidade que a SAAB e o Governo Sueco estão fazendo na transferência de tecnologia para o Brasil, e isso será de extrema importância para o desenvolvimento da nossa aeronáutica no futuro. Nós vimos aqui que, através de exemplos do passado, a gente aprende muito quando há essas parcerias.

Também me chamou bastante atenção – e gostaria de uma confirmação, se é que entendi corretamente – quanto à participação de vendas futuras de aviões, que poderão ocorrer, no mercado internacional. Se o Brasil, se é que ele vai comprar os equipamentos suecos, poderá participar em todas as vendas em todos os países, mundo afora, independente de continente, independente da estrutura geopolítica; e entendi muito bem que na América Latina a própria Embraer ficaria responsável pela venda aqui nessa região.

Se isso for verdadeiro, ou, pelo menos, se foi assim que entendi, se essa é a posição, parece-me que o que está sendo ofertado, além do negócio, é uma sociedade, é uma parceria que vai muito além da compra do equipamento. Quer dizer, o País passaria no futuro a ter equipamentos de última geração a serem ofertados no mundo inteiro.

Então eu gostaria de uma confirmação apenas e, por curiosidade – e sei que aí é que está o segredo do negócio –, quanto é que custa um avião desses? Mas, por ordem de grandeza, pelo menos, para a gente ter uma noção do tamanho do negócio que estamos falando, se nós pudéssemos saber qual é o montante de um pacote desses. Porque o pacote não é simplesmente um pacote de venda de equipamentos, mas é de transferência de tecnologia, é de fornecimento de peças, e assim por diante. E, também, qual é a taxa de juros que estão sendo ofertadas para um pagamento de 15 anos, com 8 anos de carência? E a minha pergunta sobre a questão da carência é a seguinte: Bom, temos 8 anos porque, a partir da última entrega, nós teríamos uma carência de 8 anos, e 15 anos para pagar. Quer dizer, está embutido esses 8 anos dentro dos 15 anos, ou não? Se nós teríamos 8 anos de carência e mais 15 anos para pagar, ou são 8 anos dentro dos 15 anos?

São essas as minhas considerações.

Passo, então, a palavra a cada um de vocês, novamente. E quem se sentir bem à vontade para responder cada uma dessas questões, por favor, pode fazê-lo sem distinção de nome aqui.

O SR. DAN JANGBLAD – Muito obrigado, Sr. Presidente. Começarei tentando responder às perguntas.

Eu gostaria de sugerir, então, que depois passássemos adiante para os meus colegas.

Vou começar, talvez, com a sua pergunta, porque o senhor perguntou sobre as vendas futuras no Brasil do Gripen NG.

Vamos encarar os fatos: se o Brasil escolher o Gripen NG e se tornar o nosso parceiro, vamos criar juntos um "bebê". Portanto, o Gripen NG será um produto brasileiro-sueco. As nossas empresas vão cooperar em conjunto. Portanto, os nossos governos e os nossos usuários vão ter que trabalhar em conjunto para desenvolver os requisitos para o futuro. Isso significa que parte vai ser desenvolvida na Suécia, parte vai ser produzida no Brasil e nós vamos vender em conjunto. Então, nós acreditamos que talvez uma empresa como a SAAB se encaixe melhor na venda como parceiro inicial em alguns países e, depois, a Embraer seria mais adequada para venda a outros países. Mas o produto vai ser sempre o mesmo e nós vamos estar participando em conjunto no mundo inteiro para qualquer país do mundo.

A segunda pergunta feita foi a respeito do custo. Isso sempre surge. Quanto custa um avião desse tipo.

Nós acreditamos que é muito difícil comparar o custo direto de um avião. Devemos analisar a operação, o custo do ciclo de vida, que tipo de equipamento está incluído e que tipo de reparo e apoio é dado. Então isso é muito perigoso. Nós não fornecemos um preço único para uma única aeronave, porque é fácil confundir as coisas. Então, preferimos não falar de valores.

Mas nós temos uma comparação com os nossos clientes. Nós não sabemos o preço dos outros concorrentes, mas eles estão disponíveis na nossa proposta.

Falando a respeito da taxa de juros: menos de 4,5%, será a taxa de juros.

O SR. (Não identificado. Fora do microfone)

O SR. DAN JANGBLAD – O período é de 8 anos e mais 15 anos. Então o período de carência é de 8 anos, depois desse período é que vai haver o período de 15 anos.

Fizeram uma pergunta a respeito das exportações para outros países. Talvez o Sr. Lovgren quisesse responder, fazer um comentário. A pergunta é: como que o Governo Sueco analisa ou ver a questão de colocar a produção do Gripen na mão de terceiros.

Segundo ele disse, isso é algo que nós temos muita experiência. Normalmente, nós lidamos com essa questão de controle de exportações, bilateralmente. Temos acordos, contratos assinados com outros países por meio de um mecanismo de consultoria, determinando a exportação para um outro país. E as nossas diretrizes governamentais nós permite utilizar, por exemplo, um item de controle das exportações da Suécia ou de um outro país parceiro, também levando em consideração a necessidade de política da Suécia e, nesse caso, as necessidades políticas do Brasil.

Então, nós temos todas as ferramentas necessárias. O que nós temos que fazer é ver quando o projeto for finalizado para analisarmos efetivamente a questão, por meio de um processo decisório bilateral, que vai funcionar para resolver esse tipo de questão.

Também gostaria de comentar a questão da Embraer, também, se eles são de fato capazes de realizar, de receber a transferência. Como mencionei na minha apresentação a Embraer é uma das empresas que nós mais temos trabalhado nos últimos anos. Claro que sou engenheiro e, ao longo do tempo, estou sempre observando a Embraer que vem atrás de nós com solução de aeronaves excelentes, como concorrentes.

Estamos sempre analisando a Embraer. Acredito que a Embraer, sim, é uma das empresas que, de fato, vai ter a oportunidade de trabalhar de uma maneira muito profícua conosco. Já discutimos isso inclusive muitas vezes, temos o mesmo DNA, vamos dizer assim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe, Presidente, tenho que estar no plenário imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi (PR – MT) – Pois não. Também vou encerrar, porque tenho outro compromisso.

O SR. DAN JANGDLAD – Houve uma pergunta a respeito de por que a Suécia selecionaria o Brasil, eu não sei se o Brigadeiro gostaria de comentar também.

O SR. ANDERS SILWER – Sim, Sr. Presidente. Por que a Suécia escolheria o Brasil? A resposta é simples. Compartilhamento dos custos dos equipamentos militares e de seu desenvolvimento. Não há nenhuma dúvida de que a Suécia vai partir para o desenvolvimento dos aviões de combate. Nós vamos fazer em conjunto com um parceiro que pode dividir esse custo conosco. Então essa é a primeira questão.

Depois buscamos qual seria o país. O Brasil é um país perfeito neste caso, porque é um país grande, a Suécia é pequena, o Brasil tem uma grande área de indústria em desenvolvimento, nossa indústria é menor, mais focada nos aviões de caça. Então há muitas vantagens comparativas. Há muitas vantagens em respeito aos custos e ao desenvolvimento a ser realizado, ou seja, mais custo-efetivo, além de ser mais barato fazer no Brasil. Então é compartilhamento de custos e vantagens comparativas.

Quanto às perguntas mais genéricas sobre o fato de se investir no setor de defesa ou em outras áreas da sociedade que possam precisar desse investimen-

to, os países nórdicos têm uma visão básica pacifista sobre o uso das armas e das forças armadas. Não existe uma maneira pela qual pensemos que a Suécia entre em guerra, a não ser que haja uma resolução das Nações Unidas. Essa questão do custo, na volta, tudo se resume ao dinheiro.

Nos anos 70, tentamos reduzir a quantidade de recursos orçamentários para a construção de aviões de caça e conseguimos reduzir, diminuímos, sim. Esta é uma das maneiras de resolver a questão: liberar dinheiro para outras áreas. O governo sueco tem a meta de que 1% do PIB é que deve ir para recursos estrangeiros no sentido das armas, para ajuda estrangeira. Decidimos, este ano, que o gasto com a defesa em comparação aos gastos à ajuda aos estrangeiros é que está sendo maior na área de defesa do que na ajuda para países estrangeiros. Então só um ou dois países, na verdade, chegam a esse valor de 1% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi (PR – MT) – Ainda há alguma colocação a ser feita? Alguma consideração?

O SR. DAN JANGDLAD – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de resumir. Mas, antes de fazê-lo, vou fazer um comentário da foto que está aí na tela.

Um contrato como o Gripen é muito mais amplo do que só vender uma aeronave. A transferência de tecnologia também é outra parte muito importante. Mas, muito mais do que isso, e dado o que eu disse anteriormente a respeito da tradição sueca industrial aqui no Brasil, nós acreditamos que temos uma ótima oportunidade para ainda trabalhar muito no Brasil. Muito antes de termos uma decisão, decidimos que, independente disso, começamos um Centro de Desenvolvimento e Inovação no Brasil, o Cibs, que inauguramos – está no próximo *slide* – e juntamente com muitas pessoas em São Bernardo do Campo, 400 pessoas, temos esse grande engajamento com muitos parceiros da indústria sueca e também da indústria brasileira, academia, organizações governamentais.

Portanto, incondicionalmente, com relação ao Gripen, nós estamos aqui para ficar e contamos que poderemos trabalhar conjuntamente no sistema de inovação brasileiro, para que possamos criar algo que, de fato, seja bom para ambos os países, sempre apoiando, é claro, os acordos que existem entre a Suécia e o Brasil, também no nível governamental, na inovação e na pesquisa.

Esse foi um resumo do que queríamos dizer aqui hoje.

Espero que os senhores tenham sentido que a SAAB e também a Suécia estão muito comprometidas com uma parceria de longo prazo com o Brasil e com a indústria brasileira.

Também tentamos explicar que o Gripen é uma aeronave estado-da-arte que, de fato, preenche as necessidades e os requisitos das Forças Aéreas brasileiras. Acreditamos que o Gripen NG tem a melhor relação custo-benefício tanto em termos de aquisição, quanto em termos de operação. E acreditamos que está amparado por um pacote financeiro altamente inovador, que, realmente, traz muitas vantagens. Mas, talvez, o que seja ainda mais importante é que a Suécia oferece ao Brasil uma parceria única no desenvolvimento e na futura comercialização do Gripen NG, o que inclui a transferência completa de tecnologia. Dessa forma, isso garantirá que o Brasil seja capaz também de desenvolver um sistema de novos caças no futuro.

Por último, mas não menos importante, quero dizer que acreditamos que, com o Brasil fazendo parte da família do Gripen, vamos melhorar a cooperação entre o Brasil e a Suécia, acelerando o processo de inovação, sobre o qual já falamos. Também já tomamos a decisão juntamente com o Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CIBS), envolvendo as indústrias brasileiras e suecas.

Agradeço a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores e senhoras, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço aos senhores a participação neste nosso painel.

Antes de encerrar a reunião, agradeço a presença ao Sr. Bengt Janér, que é Diretor-Geral da SAAB Brasil; ao Sr. Dan Jangblad, que é Diretor Estratégico da SAAB; ao Brigadeiro Anders Silwer, que é Comandante da Força Aérea Sueca; e ao Sr. Jan-Erik Lovgren, que é Vice-Chefe da Agência Sueca para Não-Proliferação e Controle de Exportação. Agradeço a todos a valiosa contribuição aqui oferecida.

Informo que o segundo painel para discussão desse tema se dará na quinta-feira próxima, dia 18 de agosto, com a presença do Presidente da Boeing Militar, o Sr. Christopher Chadwick.

Antes do encerramento da reunião, agradecemos a presença a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores e convocamos a nossa próxima reunião, a ser realizada neste plenário no dia 15 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, quando trataremos, dentro da agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011-2012, do tema Economia e Finanças, do segundo painel, intitulado Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e as Áreas de Influência da China e do Japão, com os seguintes convidados: Embaixador Marcílio Marques Moreira; Dr. Edmilson de Jesus Costa Filho, da Agência Espacial Brasileira (AEB); Professor Renato Flores, da Fundação Getúlio

Vargas (FGV); e Professora Marta dos Reis Castilho, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos e dizer aos nossos convidados que, embora nós tenhamos a presença de poucos Senadores ao final da nossa audiência, que ela será retransmitida pela TV Senado, pela Rádio, será também divulgada pelos jornais e, obviamente, ficará nos Anais da Casa, que serão repassados depois a todos os Senadores que fazem parte desta Comissão, que terão oportunidade, no final da apresentação dos três concorrentes, de ter uma análise mais completa de todas as informações aqui colocadas.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia quinze de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes o Senhor Senador **Cristovam Buarque** e a Senhora Senadora **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa o Embaixador Marcílio Marques Moreira; o Professor Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília; o Professor Renato Flores, da Fundação Getúlio Vargas; e a Professora Marta dos Reis Castilho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante a Reunião, fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e o Senador **Cristovam Buarque**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e vinte e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados. Relato do primeiro painel do segundo ciclo de audiências públicas:

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, dia 08, o primeiro painel do segundo ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira, iniciado em março deste ano. Essa audiência pública foi presidida por S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

Nesse segundo ciclo, o foco dos debates está voltado para o tema "Economia e Finanças". O subtema abordado no primeiro painel foi "O Sistema Financeiro Internacional: do pós-guerra (Bretton Woods – Fundo Monetário, Bird) aos dias de hoje. O possível rebaixamento na classificação da credibilidade dos Estados Unidos da América".

Participaram como palestrantes os seguintes convidados: Drª Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil; o Dr. Paulo Roberto de Almeida, diplomata e professor de Relações Internacionais do UniCeub; e o Dr. Makhtar Diop, Diretor do Banco Mundial.

Os convidados debateram as consequências mundiais da crise na economia norte-americana e os possíveis reflexos para o Brasil, considerando a nossa atual situação econômica.

A primeira palestrante, Drª Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, apresentou dados sobre as exportações brasileiras nos últimos 60 anos e destacou o crescimento verificado na última década.

De acordo com ela, há uma diversificação tanto nos produtos exportados quanto no destino das exportações do País. Nesse contexto, Ásia, África, Oriente Médio e a própria América do Sul, cujos países sem-

pre foram parceiros tradicionais do Brasil, ganharam importância, enquanto Europa e Estados Unidos perderam posições. O mesmo fenômeno de diversificação ocorreu em relação às importações.

A Drª Tatiana assinalou que a tendência é que os países em desenvolvimento se apresentem como os motores dinâmicos da economia mundial e que o comércio exterior brasileiro reflita essa nova realidade.

Essa tendência mundial, relatou ela, pode ser verificada a partir da redução da participação dos Estados Unidos nos comércio mundial em contraposição ao crescimento chinês. Em 1991, a China detinha 2,1% do comércio mundial. Em 2010, essa participação pulou para impressionantes 10,6%.

O Brasil, de acordo com os dados apresentados pela Secretaria do Comércio Exterior detém atualmente uma participação de 1,4% no comércio mundial. Em 2000, essa participação era de 1%. A expectativa agora é de que, com a nova política industrial adotada por meio do Plano Brasil Maior, o País consiga elevar esse valor para 1,6% em 2014.

As exportações brasileiras, na visão dela, têm tido um crescimento consistente e acima da média mundial. No ano passado, o superávit foi de US$20 bilhões. De janeiro a julho deste ano, o acumulado já contabiliza um superávit de US$16 bilhões. Mas, apesar dos bons números, segundo a palestrante, a qualidade do comércio exterior brasileiro é preocupante devido à ênfase em *commodities*, causada pelo elevado preço no mercado internacional.

Outra preocupação é a facilitação excessiva das importações devido ao baixo nível atual do dólar. De acordo com ela, o Governo tenta sanar essas situações com a nova política industrial adotada pelo Plano Brasil Maior.

O segundo palestrante, Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, iniciou sua exposição chamando a atenção para a necessidade de o Sistema Monetário Internacional ser dotado de mecanismos e regras seguras para que haja confiança nas transações comerciais.

Salientou também para a necessidade de haver instituições capazes de monitorar essas regras internacionais bem como elementos ou instrumentos que absorvam os desequilíbrios de pagamentos entre receitas e despesas, principalmente por meio de regras que impeçam o desenvolvimento desses desequilíbrios quando forem excessivos.

Em seguida, o Dr. Luiz Awazu estabeleceu um paralelo entre os acordos de Bretton Woods 1, de 1944, e 2, de 1971, apontando as principais diferenças e comparando-as com os motivos que levaram à crise atual.

Lembrou que, no acordo de Bretton Woods 1, o mecanismo era simples, porém, baseado em regras rígidas quanto à dependência em relação à moeda de transação internacional – no caso, o dólar. Essa moeda teria uma conversibilidade com base num ativo particular, que era o ouro. E as demais moedas poderiam flutuar dentro de suas limitações.

Assim, lembrou que a origem da crise nesse sistema do primeiro acordo se deu pelo aumento das despesas militares nos Estados Unidos na década de 60, o que ocasionou a elevação progressiva da dívida americana em títulos e moedas e a desconfiança por parte de alguns detentores desses ativos.

Já o Bretton Woods II, segundo ele, trata-se de um sistema baseado em um dólar conversivo não em ouro, mais flutuante, o que acelera o fenômeno de desequilíbrios entre o grande devedor e o grande credor. No caso, ele se refere aos desequilíbrios entre Estados Unidos e Europa, e o grande credor emergente que aparece como potência exportadora é a economia chinesa.

Na sua visão, a China, durante o período da expansão do comércio exterior, foi o grande fator contribuinte para a moderação de preços que aconteceu nos anos 2000 na economia global. Era um sistema, declarou ele, que tinha uma conveniência muito grande para os consumidores americanos pelo nível de preços competitivos praticados pela China.

Em contrapartida, os Estados Unidos geraram déficits crescentes em conta-corrente, financiados via papéis e títulos americanos, num desequilíbrio de suas contas que preocupou alguns acadêmicos e analistas, mas não os investidores. Além disso, houve um desequilíbrio interno nos Estados Unidos, caracterizado pela alavancagem de um grau de consumo maior, propiciado pela grande criatividade financeira que possibilitou um maior endividamento das famílias e a exposição de bancos a produtos securitizados. Esse último desequilíbrio causou uma fragilização do sistema financeiro americano.

No debate sobre a importância de se controlarem esses desequilíbrios globais que estavam aparecendo na conta-corrente dos Estados Unidos e que, certamente, em paralelo, manifestaram-se no crescente acúmulo de títulos americanos nas reservas internacionais chinesas, a própria conjunção internacional criou uma dinâmica global forte nos Estados Unidos para perdurar essa situação. Embora a atitude fosse arriscada, os analistas, de um modo geral, não acreditavam que seria um fator suficiente para provocar a explosão de uma crise de confiança como a que se verifica no momento, analisou o Dr. Luiz Awazu.

Afirmou também que, em 2008, não houve um colapso da economia como ocorreu em 1929, mas reconhece a gravidade da crise atual, especialmente pelos números negativos da atividade e desempenhos econômicos dos tradicionais centros econômicos.

Para ele, o processo de recuperação poderia ter sido mais rápido se as economias dos Estados Unidos e da Europa tivessem sido retomadas num patamar próximo ao que se verificou no Brasil.

A propósito do enfrentamento da crise, assegurou que o Brasil dispõe de grandes reservas internacionais e, se necessário, capacidade de injetar liquidez na economia.

Garantiu também que o Banco Central tem acompanhado com atenção redobrada os riscos do cenário internacional e tem buscado as melhores soluções para serem aplicadas no País.

O diplomata Paulo Roberto de Almeida, professor de Relações Internacionais do UniCeub, inicialmente, esclareceu que não há nada de semelhante entre a crise dos anos 30 e a atual. A recessão naquela crise foi muito maior do que a de hoje. A única semelhança para ele é de que, em ambos os casos, as falhas forma muito mais de governo do que de mercado.

Sobre a crise atual, o professor foi enfático ao prever que o crescimento econômico dos países avançados continuará lento, devendo levar de 4 a 5 anos para atingir os padrões anteriores à crise. Nas suas palavras, a dívida dos Estados Unidos subiu o Everest, e esse problema afetará, pelo menos, as próximas duas gerações.

Segundo ele, o custo da dívida americana tende a aumentar nos próximos anos, passando de 1 a 2% do PIB para 5 ou 6%, próximo ao que o Brasil paga atualmente.

Apesar disso e da previsão de uma lenta diversificação de reservas, o professor acredita que a economia americana, por ser a mais flexível do mundo, continuará atraindo capital. Contudo, o dólar vai se desvalorizar no momento em que aspas –"placas tectônicas estão se movimentando e o Atlântico Norte perde espaço para o Pacífico Norte", numa alusão ao deslocamento do maior fluxo de comércio internacional dos Estados Unidos e Europa para os países asiáticos.

Em sua opinião, os Estados Unidos estão empurrando para o resto do mundo uma parte dos seus desequilíbrios financeiros e fiscais, emitindo liquidez e administrando uma desvalorização do dólar.

O professor entende que é muito simples para os americanos agirem dessa forma, na medida em que possuem uma moeda de reserva.

Para o professor Paulo Roberto, a Europa deve passar por um processo semelhante ao que a América Latina passou nas décadas de 80 e 90, durante o ciclo das crises no continente sul-americano.

A Grécia, para o professor, provavelmente será beneficiada por uma espécie de *Brady Bonds*, uma renegociação com desconto sobre o valor face da dívida, assegurando a contratação de novas dívidas, com prazos maiores e juros variáveis em função dos títulos. Trata-se de um processo pelo qual o Brasil passou nos anos 80.

Por fim, o palestrante alertou que o custo para o Brasil, pelo fato de ser um credor do FMI, é grande, devido ao diferencial de juros entre a dívida americana e os juros internos brasileiros.

Encerrou o painel o Diretor do Banco Mundial, Dr. Makhtar Diop, que apontou as dificuldades para se estabelecer um sistema financeiro estável. Ele opinou que a grande questão hoje é o desequilíbrio existente entre os países ricos e pobres, provocado pelas grandes diferenças entre os tamanhos de mercados.

No caso do Brasil, avaliou que a redução da desigualdade social no Brasil foi fundamental para a resistência à crise de 2008, pois ela fortaleceu o mercado interno e tornou o País menos dependente da demanda internacional.

Destacou, ainda, que os movimentos verificados nos fluxos do comércio internacional e no mercado financeiro estarão também relacionados ao aumento do peso político dos países em desenvolvimento. Para ele, existe uma grande incerteza e o mundo vai necessitar de um papel maior dos países de renda média. Na sua visão, a inexistência de um padrão mundial médio de desenvolvimento causa instabilidade no sistema internacional.

Ele acredita que a falta de igualdade no câmbio e no comércio tem impacto na avaliação de estabilidade e de confiança dos diferentes mercados.

Assinalou também que o conceito de economia média será o ponto chave para garantir que se chegue a um sistema mais estável nos próximos anos. E essa média, segundo avalia, será relacionada não apenas aos investimentos dos países perante o mercado internacional, mas estará voltada principalmente ao aumento da própria renda média da população de cada país.

Para o Dr. Makhtar Diop, enquanto não se chega a uma fórmula ideal que permita um novo acordo, seja ele Bretton Woods III ou outro, a transição para um novo modelo econômico será difícil de se projetar por causa das instabilidades que se verificam no mercado internacional.

O segundo relato da audiência pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no âmbito da Subcomissão Permanente da

Amazônia e da Faixa de Fronteira, reunião essa presidida pelo Exmº Senador Mozarildo Cavalcanti.

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira realizou, no dia 09 de agosto, terça-feira da semana passada, o primeiro painel do ciclo de audiências públicas destinadas a debater o tema Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteiras

Estiveram presentes à reunião os seguintes convidados: Srª Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa; Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente-Executivo da Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia; Srª Cláudia Cybelle Freire, Coordenadora de Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional; Sr. Antônio José Alves Júnior, Chefe do Departamento de Relações com o Governo do gabinete da Presidência do BNDES; Sr. Wagner de Siqueira Pinto, Gerente-Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; Srª Maria Letícia de Paula Macedo, Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal.

A Srª Ana Maria Oliveira de Souza explicou que a Suframa desenvolve um programa de interiorização do desenvolvimento desde 1997. Por esse programa, a receita arrecadada com a taxa de serviços administrativos é reinvestida em projetos de produção, infraestrutura, promoção e turismo e capital intelectual nos Municípios nos quais a Superintendência atua. A expositora destacou que 93 dos Municípios beneficiados estão localizados na faixa de fronteira. Ela informa que, desde 2008, os únicos recursos disponíveis foram os de emendas parlamentares. Revelou que 250 projetos não puderam ser realizados por falta de financiamento nos últimos dois anos, projetos que beneficiariam até 50 mil famílias, e informou que as previsões apontam para um percentual de liberação de recursos abaixo do total arrecadado pela Suframa.

O Sr. Oduval Lobato Neto iniciou apontando que o Banco da Amazônia opera em todos os nove Estados da Amazônia Legal, onde é responsável por mais de 72% do crédito de fomento. Suas operações de crédito são direcionadas principalmente para a agricultura familiar e para as microempresas. Os recursos estimados para 2011 somam R$6,9 bilhões e provêm de fontes diversificadas, sendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte o principal deles. Ele calcula que o Banco da Amazônia já atendeu mais de 78 mil famílias desde 2004 dentro do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ele enumerou diversos desafios que o Banco enfrenta, como melhorar o nível de organização dos produtores, consolidar a cultura do cooperativismo, proporcionar a titularidade das terras, ampliar e melhorar a oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural, melhorar as infraestruturas econômica, social e logística e viabilizar os licenciamentos ambientais.

Já a Srª Cláudia Cybelle Freire explicou que, de início, a faixa de fronteira é considerada um dos endereços da pobreza no País e, por isso, é tratada como área prioritária pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Dessa forma, o Ministério de Integração Nacional desenvolve programa de desenvolvimento exclusivo para os 588 Municípios da região. Ela se refere àquela região dos Estados que fazem fronteira com os países que são nossos vizinhos.

O programa investe cerca de R$300 milhões por ano na faixa de fronteira, sendo que 97% dos recursos do programa advêm de emendas parlamentares. Quanto à forma de aplicação desses recursos, a palestrante destacou ações, como estudos para melhorar compreensão da faixa de fronteira e entendimento com Parlamentares, para melhor adequar os investimentos à política do Governo Federal para o território.

O Sr. Antônio José Alves Júnior, o quarto palestrante, explicou que o BNDES não tem programa específico para a faixa de fronteira. Contudo, disse ele, a redução das desigualdades sociais e regionais é parte da missão do Banco e integra os valores promovidos pela instituição.

O Sr. Wagner de Siqueira Pinto adiantou que iria tratar do tema pelo detalhamento da estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável. Definiu essa como uma atuação de negócios do Banco do Brasil que pretende fomentar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas. A lógica da estratégia é identificar vocações produtivas nas comunidades em que o Banco atua e, mediante articulação com a sociedade, fortalecer essa cadeia produtiva.

A Srª Maria Letícia de Paula Macedo, última expositora, afirmou que não existe um programa específico da Caixa Econômica Federal para a faixa de fronteira, pois a própria natureza da instituição, que combina elementos de bancos comerciais e sociais, influi no direcionamento de ações para essa região. De acordo com a palestrante, a permeabilidade atual do Banco, presente em todos os Municípios do País, permite suprir serviços de crédito e inclusão bancária, habitação e saneamento, transferência de benefícios, gestão de fundos e loterias por meio de unidades bancárias móveis montadas em embarcações ou veículos terrestres e de correspondentes bancários. Mencionou, ainda, outras ações do Banco com impacto nas regiões fronteiriças, como cooperação internacional com

foco no Cone Sul, ampliação do relacionamento com os países de fronteira e apoio de arranjos produtivos locais nas áreas de fronteira.

Srªs e Srs. Senadores, integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senhoras e senhores convidados, a presente reunião desta noite destina-se à realização do Painel 2: Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e Áreas de Influência da China e do Japão –, integrando o tema Economia e Finanças, dentro do círculo de audiências públicas "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)".

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, que convido para compor a Mesa: Embaixador Marcílio Marques Moreira; Professor Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília; Dr. Renato Flores, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia e Assessor Especial do Presidente da Fundação Getúlio Vargas – FGV –, Rio de Janeiro; Drª Marta dos Reis Castilho, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Peço aos senhores palestrantes convidados para a noite de hoje que tomem os seus assentos à Mesa, ao tempo em que lhes desejo as melhoras boas-vindas em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Mais uma vez, desejando-lhes as boas-vindas, informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de quinze minutos, com a tolerância que se fizer necessária, dependendo do interesse que o tema estiver despertando entre os que participam desta audiência.

Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Concedo a palavra, para iniciar o debate da noite de hoje, intitulado Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e Áreas de Influência da China e Japão – a S. Exª, o Sr. Embaixador Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Obrigado, Sr. Presidente, Srª Senadora. É um prazer, uma honra estar aqui, conversando sobre um tema tão importante para o Brasil e para o futuro.

Eu desejo, inicialmente, contextualizar um pouco o tema que vamos abordar hoje, colocando-o no seu tempo. Falamos de espaços e vamos pegar também o eixo do tempo.

Primeiro, refiro-me a dois dias atrás. No dia 13 de agosto, fez 50 anos que Walter Ulbricht, então líder da Alemanha Oriental, começou a construção do Muro de Berlim. O Muro de Berlim se destinava... passou a ser o símbolo da separação de dois espaços: o espaço soviético e o espaço ocidental, digamos assim. O interessante também é que, menos de três semanas depois, aqui no Brasil, também há 50 anos, tomava posse San Tiago Dantas, que deu uma formulação definitiva à política externa independente, que tinha exatamente como um dos seus eixos a ideia de destruir muros, isto é, de abrir o comércio brasileiro para o espaço então soviético: a Polônia, a própria Rússia, a Tchecoslováquia, a Hungria. De modo que esses são dois movimentos, de certa maneira, divergentes.

É verdade que, há um tempo, já empossado Khrushchev, que tinha denunciado os horrores de Stalin, havia começado a distensão da Guerra Fria. Entretanto, só houve uma distensão mais forte um ano depois, quando, em setembro de 1962, Khrushchev e Kennedy, numa troca de cartas, acabaram com aquela tensão enorme, que foi talvez o momento culminante da Guerra Fria, que muitos achavam que tinha beirado uma guerra nuclear com a colocação de mísseis soviéticos em Cuba.

Isso coloca um pouco o nosso tema no tempo, mas, há 50 anos, se retrocedermos mais dez anos, há 60 anos, nós vamos estar no começo da década de 50, que também é uma data importante, porque, se nós pegarmos a história econômica como tem sido contada, sobretudo por Angus Maddison, que é o maior especialista em estatísticas mundiais de crescimento, nós vamos ver que, por mais de 500 anos, a economia mundial praticamente não cresceu. Se cresceu, foi alguma percentagem de 1% por ano, mas quase não avançou. Quando houve avanços, houve depois retrocessos que eliminaram esses avanços. Era a época ainda das grandes pestes, da fome e da guerra. Então, isso durou até 1750, mais ou menos, quando se começou a revolução industrial. A partir desse momento e nos 200 anos seguintes, houve a grande divergência: cerca de 15% da população mundial, população que vivia na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo, passou a crescer a um ritmo bastante elevado, não nesses ritmos ainda chineses, mas de 3% a 4% ao ano, que, de qualquer maneira, representavam um crescimento grande a longo prazo. Nesses 200 anos, isso ocorreu para 15% da população mundial, enquanto 85% continuavam na pobreza absoluta.

Na época, firmou-se a ideia de dois espaços: o centro, que eram os países industrializados, esses países que cresciam; e a periferia pobre, que eram os países então chamados atrasados. Até as expressões demonstram o avanço que houve recentemente: eram países atrasados, passaram a ser países em subdesenvolvimento, passaram a ser países em desenvolvimento e, hoje, são países emergentes. Então,

houve até uma espécie de promoção desses países. Mas, em 1950, há 60 anos mais ou menos, pouco depois da Segunda Guerra Mundial, alguns dos países então subdesenvolvidos passaram a crescer, inclusive o Brasil, que cresceu, nesse período de 1947 até 1981, mais ou menos, 7% ao ano, estatísticas nossas e também confirmadas por Angus Maddison. Com isso, a divergência começou a diminuir, mas não significativamente. Quer dizer, continuou a haver essa ideia do centro e da periferia. Quando eu aprendi economia, no primeiro ano do Instituto Rio Branco, com aqueles diplomatas que, vindo dos Estados Unidos, tinham recebido os seus primeiros graus de PhD ou mestrado em Economia, havia uma série de certezas, digamos assim. Uma, por exemplo, era a de que esse centro industrializado – até mesmo porque isso era ensinado por Marx –, por ter capitais demais, financiava a periferia, que recebia esses recursos e ficava, então, endividada. Quando havia uma crise, havia uma crise de dívidas da periferia.

Outra grande tese prevalecente, digamos assim, que foi muito defendida pelo Raúl Prebisch, era a deterioração secular dos termos de intercâmbio. O que quer dizer isso? Os produtos industriais sempre aumentavam de preço, porque os produtos industriais inclusive ganhavam em sofisticação – isso sempre era cobrado a mais –, enquanto os países exportadores de matérias-primas – hoje só se fala em *commodities* –, iam perdendo, porque esses produtos alimentares, minerais ou vegetais iam perdendo o seu preço. Então, era a deterioração dos termos de intercâmbio.

Nos últimos dez a vinte anos, essa situação de novo mudou radicalmente, e mais ou menos 60% da população do globo se juntaram aos 15% e começaram a convergir. Michael Spence, o grande economista, vencedor do Prêmio Nobel de 2001, em recente livro, declarou que começa a era da convergência. O grande fenômeno dessa convergência ocorreu com a entrada da China nesses espaços econômicos, o que realmente mudou o jogo econômico mundial. Essa entrada da China, ao mesmo tempo em que o mundo todo se globalizava – utilizando as novas tecnologias, realmente o mundo passou a ser muito mais eficiente, muito mais intercomunicado, muito mais globalizado – mudou totalmente, digamos, o panorama mundial. O jogo antigo em que havia os países do norte-sul mudou completamente. A China começou a ser chamada de fábrica do mundo, gerando produtos crescentemente sofisticados e a preços cadentes. Jogou isso e começou a comprar grandes quantidades de matérias-primas. Com isso, subiram os preços das matérias-primas e continuam a subir. Evidentemente, a China, que não só vendia os produtos, encontrou o grande *shopping center*, o supermercado do mundo que eram os Estados Unidos. Só para dar um exemplo, há poucos anos, acho que foi no ano de 2006, a Walmart, que é o supermercado mais conhecido Estados Unidos, comprava mais produtos chineses do que a Inglaterra, do que a França, do que muitos países, mais ou menos US$15 bilhões. Isso há cinco anos, mais ou menos. Se se pensa que hoje o Brasil está vendendo para a China US$17 bilhões, a gente vê o tamanho que isso representa.

Então, a fábrica do mundo estava vendendo para o supermercado do mundo produtos a preços cadentes industriais que permitiam aos Estados Unidos se endividarem sem uma pressão inflacionária. Agora, para que isso fosse possível, a China começou a financiar os Estados Unidos para ele ter recursos para comprar. Então se criou uma simbiose espúria e se criou o grande desequilíbrio global do mundo.

Para se ter uma ideia, até a grande crise, os Estados Unidos absorviam 80% da poupança mundial disponível, a poupança mundial em que entra intercâmbio mundial. É um número realmente estapafúrdio. E essa, digamos, essa simbiose continua, aliás, ela não foi ainda quebrada, mas acabou criando enormes desequilíbrios mundiais. Os Estados Unidos, podendo consumir o quanto quisesse, porque estavam ali a China e outros países, os países exportadores de petróleo e o próprio Brasil, financiando os Estados Unidos a preços baratos, os Estados Unidos foram se encantando com o consumo e resolveram, por exemplo, o Congresso americano resolveu que todo americano tinha o direito de comprar uma casa, que os bancos não tinham mais o direito de recusar o financiamento. Com isso se criou o problema do *subprime* e todos os problemas conexos. E, evidentemente, não só os Estados Unidos, mas, depois, a Europa começaram a consumir, sobretudo a Europa, digamos, periférica, os chamados Pigs, Portugal, Irlanda, Grécia, Itália, começaram a se endividar muito, porque conseguiam fazê-lo, já que seu endividamento era em euro, a preços muito baixos.

E as euforias sempre acabam gerando as crises. As crises não se geram nos momentos difíceis; as crises se geram nos momentos de euforia. E foi isso que aconteceu. Os países, as pessoas... Começou com as famílias se endividando muito. O cartão de crédito é o símbolo disso, é a metáfora, digamos, desse consumo sem nenhum limite. Então as famílias se endividaram demais e não podiam mais pagar os bancos. As dívidas das famílias passaram a ser dívidas dos bancos. Os bancos quebraram e o Governo dos Estados Unidos, por exemplo, comprou esses créditos podres. Aí a crise foi para os países soberanos, que, então, acabaram tendo problema. E hoje o que está ocorrendo é que

a dívida soberana, a crise soberana está passando a ser uma crise da economia real. Daí o grande problema que se apresenta para nós hoje é esse problema da economia real, não mais o problema das famílias, dos bancos ou dos países soberanos, mas da economia real. E é por isso que o Brasil tem a necessidade de, neste momento, realmente estar muito antenado, com todos os sonares e todas as antenas acesas, para poder captar, para saber qual é o jogo que estamos jogando e para saber como se deve jogá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Marcílio Marque Moreira.

Passo a palavra agora ao Professor Edmilson de Jesus Costa Filho, professor da União Educacional de Brasília.

O SR. EDMILSON DE JESUS COSTA FILHO – Sr. Presidente, a quem agradeço o convite que me foi feito para debater neste fórum, juntamente com a Comissão e os demais membros da Mesa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores presentes, vou tentar um pouco complementar a exposição do Embaixador Marcílio, que tentou sistematizar algumas coisas, e é sempre muito importante quando estamos trabalhando com a questão política, porque até mesmo na questão econômica você tem algumas atividades que são cíclicas. Então, inclusive, esse exercício da Comissão no que diz respeito à prospecção nos próximos anos, ela pode, sobretudo, ter alguns dos subsídios do passado, até mesmo para que nós possamos não estar cometendo os mesmos erros e, efetivamente, buscando, através de conjecturas no passado, como o Dr. Marcílio bem colocou, para que nós possamos não estar cometendo, efetivamente, os mesmos erros.

A minha apresentação tem, basicamente, dois grandes objetivos. O primeiro deles é tentar entender o que a gente fala sobre essa questão de área de influência, o papel da influência desses atores internacionais, sobretudo desses blocos que foram colocados. Eu vou, um pouco, trabalhar com alguns conceitos, até para que nós não possamos diminuir a carga ideológica, porque alguns conceitos na área internacional e de política internacional estão cercados de muitas ideologias e de pouca precisão. Acredito que a finalidade seja a gente tentar debater a questão mais técnica e, sobretudo, minha apresentação também tem o objetivo de contribuir para um debate da construção de uma agenda na qual nós possamos estar saindo um pouco, pelo menos mitigando ao máximo possível os efeitos de uma potencial crise.

(Próximo, por favor.)

No aspecto conceitual, eu queria chamar atenção para um conceito do Joseph Nye, da Universidade de Harvard, a respeito de *soft power*, *hard power* e *smart power*, para os demais presentes.

Vou começar pelo conceito de *hard power*. É um conceito que, efetivamente, mostra que o poder é exercido pela atividade econômica e política mais beligerante, num sentido mais intervencionista. A partir de então, o outro conceito específico, do *soft power*, dá uma idéia muito mais de cultura e outros tipos de influência que não econômicas e beligerantes. E o conceito de *smart power* seria mais ou menos um *merging* entre as duas coisas, entre você ter áreas de influência entre a questão econômica e, basicamente, a questão política.

Basicamente, nos blocos econômicos, poderemos identificar vários tipos de influência. Sem dúvida alguma, hoje, no que diz respeito ao aspecto econômico, os principais atores são China e Estados Unidos, mas as áreas de influência, nas quais a Comissão busca a definição de uma agenda para os próximos dois ou três anos, passam também pelo entendimento de aspectos culturais que, efetivamente, possam melhorar a convergência para os mecanismos de cooperação internacional.

Outro ponto importante para que nós possamos avançar no debate é entender a que se propõem os blocos econômicos, de que forma isso vem inovar no sentido das antigas relações econômicas. Um fato que efetivamente se verifica no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir do momento em que as economias nacionais começaram a se fechar e a partir do momento em que os blocos, sobretudo, naquele momento, o Gatt e, depois, a Organização Mundial do Comércio, se propuseram a tentar evitar os conflitos e as arbitragens internacionais. Então, basicamente, os blocos econômicos se propuseram a diminuir barreiras, a melhorar as relações comerciais, culturais. Dentro da literatura econômica, o que mais se assemelha ao *wishfull thinking* em relação a blocos econômicos é a União Europeia, onde você diminuiu barreiras de transação, para que as pessoas possam trabalhar em outros países, ter um passaporte comum, uma moeda comum. São questões, efetivamente, muito complicadas, sobretudo num momento de crise, porque num momento como esse, nós temos uma preocupação inicial de restabelecer os parâmetros, os fundamentos da nossa economia nacional. E, obviamente, quando nós passamos a entender o mundo de maneira integrada, basicamente, cada um tenta salvar o seu antes de pensar na ideia de integração.

Obviamente, chamo atenção, embora isto talvez seja colocado pelos outros palestrantes, para o conceito

que mais me agrada em relação à globalização, sendo Chesnay, que, na verdade, a mundialização do capital, onde ele tenta, através desses conceitos, identificar os principais problemas que exigem no mundo assimétrico, porque é muito fácil quando você tem relações onde todos os países podem colaborar com tecnologias, com transferências, com fluxo econômico. Mas o mundo é assimétrico, ninguém parece com ninguém. Então, fica difícil você imaginar áreas de influência e blocos econômicos onde os países, as estruturas econômicas são extremamente diferenciadas. Acho que isso é um ponto importantíssimo para a gente começar o debate no sentido de que, a partir do momento em que você tem crises, e essas crises são recorrentes. Como foi bem colocado e a mídia está reforçando a todo momento, e agora, quem vai pagar essa conta? Como é que nós vamos socializar as perdas? Num determinado momento, como o Embaixador bem colocou, a economia norte-americana tomou para si as perdas de um problema econômico.

Por outro lado, quando você está com uma crise internacional, onde você tem uma dimensão bem maior, as economias começam a não mais se autossustentar. E a pergunta ali é como resolver isso.

(Próximo, por favor.)

Parece interessante, mas eu gostaria de deixar essa... Ao que me parece, é a China que vai salvar o mundo, porque tudo... Diz-se que o problema é a China, que eles é que têm dinheiro... E essa crise toda... E a gente percebe que o mundo deixou de ser bipolar. Antigamente havia duas potências, e hoje é só a China. Basicamente, essas crises... Por que aconteceram? Quais foram as dimensões dessas duas? Obviamente, uma receita extremamente simples, de qualquer economista doméstico, é que não adianta gastar mais do que você tem. Uma hora isso não dá certo. E, obviamente, alguns desses países, até por uma questão de uma grande assimetria... Porque não adianta você colocar países de perfis industriais, perfis econômicos e perfis de desenvolvimento tecnológico assimétrico dentro de um bloco e achar que todo mundo vai se colocar da mesma maneira. Acho que a Senadora Ana Amélia, que é do Rio Grande do Sul, acompanha bastante a economia do Mercosul, sobretudo de países como o Uruguai, que tem um perfil industrial e econômico um pouco diferenciado, e a Argentina, que, como costumamos falar, que gostamos de falar que o PIB da Argentina é do tamanho do da Petrobras. Então, a gente...

Essas questões trazem, num momento de criação dos blocos, elas trazem problemas internos extremamente sérios, problemas sociais. E aí, chamando a atenção, por exemplo, do Nafta, puxando um pouco, um dos pontos a não ser resolvido em relação ao Nafta significa a questão da fronteira com o México. Então, jamais eles gostariam que... Essa integração econômica não vai chegar a abrir as fronteiras, ao passo que a gente saberia muito bem o que aconteceria, o que já está acontecendo um pouco nisso.

Então, a questão das crises passa um pouco pela questão de você não fazer o dever de casa, mas também passa pela grande dependência que você tem de um ator que é a China. Vai chegar um determinado momento em que a China não vai crescer os 10%, que você não vai ter... Quer dizer, essa dinâmica vai acabar uma hora. Como todas as demais, uma hora, a quantidade de *commodities* que elas estão comprando vai diminuir e em algum momento essa crise pode ser muito maior. Então, é muito importante que a gente comece a repensar esses modelos já agora. Não que deixaremos de colocar a China como um ator importante, mas fica aí essa preocupação nossa em relação à China.

(Próximo, por favor.)

Soluções clássicas e keinesianas em relação ao que se faz para se sair de uma crise.

A primeira, e mais impopular, é o aumento de impostos e diminuição de gastos. É, claro, uma das que menos agradam. Estão sendo, obviamente, colocadas no que diz respeito a algumas economias da União Europeia. Obviamente, isso aí nos assemelha no sentido de que, na verdade, uma diminuição de gastos ali seria de gastos de previdência social, tributárias, e isso desagrada qualquer sociedade. E o aumento de imposto, obviamente, é uma das piores, no que diz respeito ao aspecto político, uma das piores formas de solucionar essa crise.

O aumento de gastos do governo nem sempre é possível. Uma alternativa keinesiana no sentido de que o governo é promotor no processo de desenvolvimento econômico. Mas até por uma questão daquela primeira lá, de aumento de impostos e diminuição dos gastos, se você não pode, não necessariamente aumenta os gastos, apenas se você tiver uma capacidade de poupança interna muito grande, o que, efetivamente, não é o caso nem das economias nacionais e tampouco da nossa economia nacional. Fazendo um trocadilho, ninguém está tendo muito como aumentar os gastos, sobretudo num momento em que o ponto focal é a questão da racionalização.

Um terceiro ponto, que talvez seja aquilo em que nós poderíamos apostar bastante, é a questão do investimento privado e do investimento direto estrangeiro. No entanto, essas questões, o investimento direto estrangeiro e o investimento privado, também

têm uma certa limitação, mas eu gostaria de colocar isso como um espaço, uma possibilidade dentro de uma crise inerente. Então, nós precisamos, de alguma forma, no aspecto mais macroeconômico, precisamos melhorar essa questão.

(Próximo, por favor.)

Chamo atenção para os dados da Unctad do balanço do investimento internacional do ano de 2011. Eu queria chamar atenção para os 15 maiores investidores diretos no estrangeiro. Percebemos que, embora haja uma crise nos Estados Unidos, eles continuam sendo o país que mais investiu no exterior. A Alemanha vem em segundo lugar, a França, Hong Kong, que, segundo a Unctad, é desmembrada da China, em seguida a China, a Suíça, o Japão, a Rússia, o Canadá, a Bélgica, a Holanda e os demais.

Então percebemos que, em um momento de crise, na verdade, ali os dados nos revelam que inclusive houve aumentos. Basicamente, chamo atenção só para a França, que teve uma caída muito grande, de US$103 bilhões para US$84 bilhões, mas o investimento foi aumentado.

(Próximo, por favor.)

A próxima tabela, na qual podemos incluir o Brasil, são os países que recebem esse investimento direto estrangeiro: primeiro os Estados Unidos, depois China, Hong Kong, Bélgica e Brasil. Nós recebemos, no ano passado, US$48 bilhões de investimento direto estrangeiro, ou seja, estabelecendo que o espaço de crescimento econômico, segundo os dados da Unctad, foi favorável a esse investimento no País.

A próxima tabela é para tentarmos ver para onde foram esses investimentos. Nós tivemos, nesse biênio 2009–2010, um aumento na indústria da manufatura. Isso foi extremamente importante porque, economicamente falando, o sistema industrial consegue ter uma dinâmica muito grande e afetar tanto o setor primário quanto o setor de serviços.

(Próximo, por favor.)

No que diz respeito ao contexto internacional, uma pergunta que nos fazemos é: por que investir no Brasil? É lógico que quando pensamos nesses aspectos de investimentos vem sempre o debate entre o capital produtivo e o especulativo – a alta taxa de juros traz mais dinheiro especulativo, dinheiro ruim, que pode sair a qualquer momento, e efetivamente o capital produtivo é aquele que fica mais tempo aqui no País, que gera mais empregos. Então, é muito importante que tenhamos a proposição de que esse dilema só é válido a partir do momento em que não se percebem algumas das janelas de oportunidade. Coloco infraestrutura e serviços como dois dos principais vetores pelos quais o capital produtivo poderia e pode entrar no País, é bem-vindo, para que possamos efetivamente gerar emprego e renda por meio dos multiplicadores, sobretudo o multiplicador keynesiano.

(Próximo, por favor.)

Para finalizar, eu queria propor a vocês uma questão de melhorias nas condições do investimento produtivo. Então, uma agenda do Congresso nacional sem dúvida passa pela desoneração da carga tributária. Sem dúvida alguma. Além disso, eu acho que o aumento da segurança jurídica e das agências reguladoras, diminuindo os custos de transação, também traz importâncias para que possamos melhorar e para que esses investimentos fiquem realmente no Brasil. E obviamente os indicadores macroeconômicos, que, talvez, na hora do debate, possamos estar...

Por fim, acredito que a função fundamental de toda essa agenda é que a sociedade civil tem que fiscalizar, tem que integrar.

Eu queria agradecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Edmilson de Jesus Costa Filho, professor da União Educacional de Brasília.

Em seguida, passaremos a palavra ao Dr. Renato Flores, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia e assessor especial do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro.

O SR. RENATO FLORES – Sr. Presidente, ilustres Senadores, Senadora Ana Amelia, Senador Cristovam Buarque, eu vou começar com cinco pontos. O primeiro ponto é que, no tempo longo, o Embaixador Marques Moreira foi até o Muro de Berlim. Presidente, eu vou até o octogésimo milênio antes de Jesus Cristo para lembrar o seguinte: do octogésimo milênio antes de Jesus Cristo, quando temos o advento, grosso modo, do *homo sapiens sapiens*, até a metade pelo menos do século XVII, não há essa ideia de espaços de integração regional. Isso não existe. O primeiro ponto é que essa preocupação de alianças mais profundas, de integrações regionais, de espaços integrados, é um fósforo na fogueira da História, é uma coisa absolutamente recente, quiçá fugaz. Se pegarmos, por exemplo, a Itália na virada do século XV para o século XVI, com o Papa Borgia, o Alexandre VI, cada cidade se considerava como o mundo, não queria saber de integração nenhuma, embora todos falassem italiano. Não tem essa história. Os homens sempre procuraram criar sociedades que eram espaços de comunicação que satisfizessem as suas necessidades, e isso levava em conta o ambiente e a distância. E acabou, não quero mais saber do outro.

Segundo ponto: desigualdade espacial, também extremamente recente. No século XVI, o nível de vida de um camponês europeu pobre era igual ao nível de vida de um camponês turco no Império Otomano. Essa desigualdade espacial, que complica o discurso, começa a se desenhar lá para o final do século XVII e fica clara no final do século XIX, com o colonialismo, com a mudança das relações entre os Estados. Antigamente, eles guerreavam, faziam umas ligas santas – Santa Aliança, etc. –, mas não havia esse desequilíbrio. E esse desequilíbrio atrapalha muito o raciocínio quando nós pensamos nas aproximações entre os espaços, porque cria um elemento de confusão que é o rico ou o pobre querendo resolver o seu problema. Isso é novo também.

Terceiro ponto: se eu sou o hegemon, não quero me integrar com ninguém. O Império Romano não se integrou com ninguém. Ele conquistava e levava a fronteira até onde o orçamento público conseguia pagar as legiões para assegurar as fronteiras. Aí, fora da fronteira, ele tinha estados-clientes e fazia alguns pactos diplomáticos com quem não queria ser estado-cliente. O grande problema era a Pérsia, a antiga Pérsia, sempre poderosa.

Os Estados Unidos não querem se integrar com ninguém. O Nafta foi tirado a fórceps, por questões estratégicas. O Nafta é uma integração cheia de condicionalidades. Até hoje, os nossos primos mexicanos, os caminhoneiros mexicanos, quando vão levar uma carga para o Canadá, eles não podem atravessar os Estados Unidos, porque o caminhoneiro norte-americano não deixa, ele quer pegar a carga. E toda hora eles dizem que vão resolver isso. E há uma coisa muito interessante. Quando o Presidente Fox foi eleito, o Presidente Bush, que falava castelhano, chamou-o e disse: "Presidente Fox, estamos aqui, somos jovens, novos mandatos, vamos aprofundar o Nafta." O Presidente Fox, muito esperto, disse: "Pois não, Presidente. Nós já temos uma certa mobilidade de mercadorias, vamos conversar sobre mobilidade de pessoas." Pano rápido: não se falou mais nisso.

Então, se eu sou o hegemon, eu não quero integrar-me. Também, se eu sou grande, tenho tanta coisa para resolver para dentro, que eu não quero olhar tanto para fora. Na questão da China, há um medo exagerado da China. A China sempre teve um problema tão grande com ela própria, que ela não quer conquistar nada. Ela quer vender, mas ela não quer conquistar. Agora, se eu sou Cingapura, é diferente. Qual é a minha existência. Como é que eu consigo ter uma *raison d'etre*? É me espalhando e me associando para tudo quanto é lado.

Quarto ponto: nós não podemos pensar em economia, hoje em dia, sem cultura e sem ambiente. Não existe economia assim. Economia é resultado de uma interação com a cultura e com o ambiente, que é um grande condicionador. Em cima disso, há uma vontade política e nós vestimos um paletó, ou um costume, ou uma camisa jurídica nessa história.

Então, não dá para discutir a questão dos espaços só sob o ponto de vista econômico.

Quinto e último ponto – porque, aí, eu começo a falar – um esqueleto que está sempre atrás, quando se discute a questão da integração, a questão dessas associações, é a soberania e a cessão de soberania a órgãos supranacionais.

Nós, por exemplo, no nosso País, a meu ver, ainda temos uma visão de soberania que é um pouco avançada em relação à visão que havia no tempo de D. Pedro II. Eu já fui ao Supremo Tribunal Federal explicar, por exemplo, como é que nós olhamos, hoje em dia, uma visão de soberania moderna. Essa questão sempre há. Então, às vezes se exagera, "quero me integrar", e, aí, esbarra-se na soberania, como nós vamos ver daqui a pouco.

Bem, baseado nesses cinco pontos, aonde quero chegar? Quero chegar ao seguinte: nós, no final dos anos 80 – e eu me incluo nisso, trabalhei muito nessa parte –, encantados com o avanço das economias ocidentais, com o avanço muito bem-sucedido do projeto europeu, o Sr. Jacques Delors fez, na Europa, o projeto da Europa 92, que era para acabar realmente, terminar de implementar o que estava disposto no Tratado de Roma, nós entramos numa euforia de integrações e numa visão de um modelo quase único de integração, que seria o modelo europeu. Fizemos aqui – e o Presidente teve um papel importantíssimo – o nosso Mercosul, e houve várias outras tentativas de integração dentro desse modelo europeu, que é a área de livre comércio, a união aduaneira, o mercado comum, um grande suporte jurídico, supranacionalidade combinada com intergovernabilidade, e vamos implementando esse pacote.

Eu acreditei nesse pacote muito tempo. Não passei a desacreditar, mas a minha visão é um pouco diferente hoje em dia. Todos nós acreditamos e falávamos de integração nos espaços dentro desse modelo.

Bem, tivemos o 9/11, tivemos o advento da China, com uma política interessantíssima de condicionar os Estados Unidos – basta ler Sun Tzu, que pode ser tema de uma outra palestra. Ela está condicionando, delicada, lenta e fortemente os Estados Unidos. Tivemos turbulências macroeconômicas na América do Sul, em várias outras regiões do mundo.

Como é que se coloca, hoje em dia, a questão dos espaços? Como é que nós devemos olhar isso? Primeira coisa: flexibilização. O modelo europeu está ruindo. Ele não vai acabar, mas está ruindo. Por quê? Porque esses condicionamentos apressaram o modelo. Fizeram entrar – até quinze, o modelo estava estável – mais dez. Estamos em 27. Apressou-se a criação do euro, que, de certa forma, é um milagre porque o euro é uma loucura, é uma moeda única sem um orçamento único, e nós estamos vendo a Europa, como dizia a senhora minha avó, em palpos de aranha, certo?

A China acabou com o Nafta. Os mexicanos, que se entregaram aos Estados Unidos, de repente: ah! O consumidor? O que é que ele prefere? Não é o produto mexicano, é o produto mais barato. O México começou a comprar o produto chinês e está aí numa situação gravíssima, seriíssima, que nos dá pena, como irmãos do México.

Então, nós não podemos querer ou ir para fora nesse diálogo de espaços com uma cabeça fixa. Temos que ter flexibilização. Somos membros do Mercosul? O Mercosul é muito interessante, muito importante. Vamos continuar, vamos aprofundar o Mercosul. Mas somos membros do Brics. O Brics é um espaço de diálogo. Às vezes dizem: o Brics não existe. Não, o Brics existe, é um espaço de diálogo muito interessante.

No sudeste da Ásia, tem a Asean, onde fizeram uma integração completamente diferente. Começou na conversa. Agora, décadas depois, está se formalizando e não é conexa.

Nós temos aqui, na América do Sul, uma coisa em que não se acreditava muito a Unasul. E estamos andando na integração por onde? Unificação de estratégias de defesa, sistemas de saúde. Temos energia aqui, porque a América do Sul é o continente mais interessante, onde a natureza se esqueceu completamente das fronteiras políticas. Os recursos energéticos são comuns, temos que ter uma integração energética. E aí a gente vê como é que vai aprofundando, colando ou fazendo outras integrações.

Primeiro ponto: flexibilidade.

Segundo ponto, no mundo menos hegemônico, poder fica mais importante, e dentro de poder, infelizmente, está a força, poder militar. Então, nós também não podemos pensar nas integrações e nos relacionamentos com os diferentes espaços sem entrar, infelizmente, repito, com a componente estratégico-militar.

O hegemon está caindo, nós vamos ter problemas. É possível que, no espaço de dez anos, nós tenhamos uma batalha naval no oceano Índico. Então, quanto à questão do poder militar, temos a maior costa do mundo. O Atlântico Sul é, em grande parte, brasileiro. A questão do poder vai se colocar e muda a forma como temos que olhar essas integrações. Temos a Amazônia e outras coisas.

Terceiro ponto: cultura. Foi citado aqui a ideia do Nye. Eu discordo do Nye porque eu acho que ele esqueceu uma dimensão. O Joseph Nye fala que há o *software* e o *hard power* e ele trabalha num espaço que ele chama de *smart power*. Não é um plano, é um espaço tridimensional, porque há um terceiro eixo que é o poder financeiro. Você pode ter todo o *hard power* possível, pode ter *soft power*, mas se o seu poder financeiro está minguando, você vai minguar. É o que nós estamos vendo hoje em dia nos Estados Unidos. O imperador está começando a não ter dinheiro para pagar as legiões. Então, a fronteira míngua.

No Brasil, temos um *soft power* interessantíssimo. Nós temos uma cultura riquíssima, uma das mais interessantes no mundo. Temos que pensar a inserção pelo *soft power*, muito.

Este ano, estive conversando com o secretário-geral da OECD, o Sr. Gurría, e ele me perguntou – porque nós temos várias ligações com a OECD, o Brasil participa na maioria das comissões: "Prof. Renato, por que o Brasil não é membro da OECD?" Eu respondi, e a resposta não é só minha, já tive a mesma resposta de vários embaixadores: o Brasil não é membro da OECD porque o Brasil quer trazer uma nova visão de mundo, quer trazer para o mundo uma outra atitude. Ele não é contra a OECD, tanto que nós participamos, sim. Acho que em 80% ou 90% das comissões que não membros podem participar a gente participa.

Mas nós temos um *soft power* muito interessante, uma visão diferente do mundo, da conversa, da negociação pacífica multicultural. Temos de aumentar o *hard Power* – e, aí, vem a questão, infelizmente, do poder militar – e temos de segurar o eixo financeiro, que dá alimentação a tudo isso.

E a economia? Como fica a economia nessa história toda, porque esta semana é a semana da pasta da economia na Comissão? A economia continua, mas tem de continuar de forma inteligente. Negociar acordos com liberação de pauta de produto com o toma lá dá cá é um sinal retrógrado. Isso não existe mais. Proteger setores inteiros não existe mais. Nós estamos numa economia completamente fragmentada. Nenhum objeto quase é todo feito no País.

Então, nós temos de ter, primeiro, uma estratégia industrial inteligente. A sociedade e o Governo brasileiro têm que ver o que querem preservar, o que nós somos competitivos em fazer. E, para fazer aquilo tudo que outro faça melhor e que vai entrar na produção daquilo, comprar fora. Então, tem de haver um protecionismo inteligente, tem de haver uma negociação de áreas de livre comércio inteligente.

Eu trabalhei na análise do acordo Mercosul/União Europeia, fiz o estudo, é verdade, mais profundo que existe. Hoje em dia, faríamos tudo completamente diferente. A coisa mudou. Então, nós temos de ter um protecionismo e uma forma de negociação inteligente.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu fiquei encantado com o convite. Eu espero que, neste debate, saiam algumas ideias interessantes, mas eu termino dizendo que antevejo tempos turbulentos.

Nós vamos precisar de muita inteligência, vamos precisar de muitos amigos e parceiros, no mundo, com inteligência. Precisaremos de análise, de diplomacia e de criar as condições internas, porque ninguém vai resolver o nosso problema, para garantir posições firmes, assertivas, mas não agressivas na situação que vem aí e, inclusive, procurarmos evitar envolver-nos nos diversos conflitos locais que, acho, se anunciam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Renato Flôres, Professor da Escola de Pós-Graduação e Economia e Assessor Especial do Presidente da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Passo agora à palavra à Drª Marta dos Reis Castilho, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A SRª MARTA DOS REIS CASTILHO – Boa-noite a todos. Boa-noite, Senador Fernando Collor. Boa-noite, Senadores que estão na plateia. Boa-noite a todos e a essa Mesa, formada por pessoas tão competentes, o que torna a minha tarefa de finalizar um pouco mais difícil.

A minha apresentação vai ter um tom talvez um pouquinho mais acadêmico, mas objetivo e que pode fornecer algumas informações um pouco concretas sobre algumas questões econômicas mais relacionadas à integração.

Diante do convite para participar de uma mesa com título tão amplo, decidi organizar o trabalho da seguinte maneira: olhar, primeiro, como a integração regional evoluiu nos últimos anos, mostrando essa intensificação, mas não só em termos de números, mas também de como os acordos internacionais têm mudado, mostrando o crescimento do comércio intrarregional, mostrando um aspecto um pouco particular da integração, que tem a ver com algumas coisas que foram já mencionadas aqui, notadamente pelo professor Renato Flores, que é a questão da integração produtiva.

Todas essas questões serão abordadas, dando mais atenção às três regiões mencionadas no título – União Europeia, Nafta e Asean –, mas eu tomei a liberdade de incluir o nosso pequeno Mercosul, a fim de justamente ver se a gente consegue daí tirar algum tipo de conclusão, dar alguma luz sobre a experiência latino-americana.

Nos últimos anos, observa-se um crescimento dos acordos internacionais. Aqui estou mostrando a evolução dos acordos que foram notificados à OMC.

Nos anos 90, tinha-se a impressão de que a gente estava vivendo um *boom* da integração regional no mundo, muitos dos acordos baseados na experiência europeia, de integração profunda. A impressão que se tinha, na virada 1999/2000, era de que aquele movimento ia arrefecer, e isso não é observado. Os anos 2000 são ricos na assinatura de acordos, como a gente pode ver pelo gráfico. Hoje, há alguns dados interessantes. Todos os membros da OMC fazem parte de pelo menos um acordo.

A gente observa mudanças no perfil dos acordos que estão sendo assinados nesse período mais recente. Há dois aspectos que são interessantes, dois critérios que podem servir para diferenciar os acordos. Um é em termos de abrangência, ou seja, quais são os setores disciplinas que são cobertos pelo acordo. O outro é a profundidade daquele acordo que, na realidade, tem a ver com o grau de compromisso das nações participantes.

Em termos de abrangência,os acordos podem cobrir múltiplos temas. O primeiro tema é uma questão de liberalização do comércio de bens. Quase todos os acordos dizem respeito a isso. Em seguida, é o comércio de serviços. Um número crescente, mas ainda bem inferior ao de acordos referentes ao comércio de bens têm sido assinados. E as outras disciplinas, como investimento, propriedade intelectual e todos esses outros temas que eu listei aqui, que vão desde compras governamentais até normas trabalhistas ou temas políticas e cooperação, são bem menos frequentes. Alguns deles, como investimento e propriedade intelectual, por exemplo, é característica muito de acordos feitos entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Os países desenvolvidos, normalmente, usam os acordos para se proteger de uma crença de que a legislação nos países em desenvolvimento, no que se refere a estes temas, a proteção ao investimento e a propriedade intelectual, é mais fraca.

Em termos de profundidade, a gente tem acordos que têm uma cobertura parcial. Até existe uma hierarquia. Aqueles que já fizeram economia internacional, ou beiraram isso, algum dia aprenderam que existem diversos tipos de acordo e o grau de comprometimento dos países em cada um deles é diferente e ele vai crescendo, seguindo uma hierarquia. A gente pode passar desde um acordo preferencial de uma cobertura parcial até uma união política, onde a gente seria o que alguns europeus ambicionaram para o pós euro.

É claro que esses acordo diferentes têm diferentes consequências econômicas. Mas, voltando um pouco à evolução do que se tem observado em torno do mundo – e aqui estou olhando os últimos 20 anos, estou sendo um pouco mais sucinta que os outros membros da Mesa –, o aumento dos acordos nesses últimos tempos tem se dado muito mais no sentido de aumentar a abrangência, em termos de cobertura de setores, inclusão de serviços, proteção ao investimento e os outros tema de que falei, mas não necessariamente no sentido de aprofundar, ou seja, de fazer com que as economias assumam compromissos de coordenação de políticas e outros comprometimentos mais fortes.

Eu acho que este número aqui exemplifica bem: 83% dos acordos notificados à OMC, hoje em vigor, são de áreas de livre comércio, onde os países liberalizam o comércio entre eles, porém podem manter as suas políticas comerciais autônomas. É o caso, por exemplo, do Nafta.

Se a gente for olhar o mapa múndi e analisar essas grandes áreas que são o objetivo da discussão de hoje, a gente vê a União Europeia, que tem um tipo de integração profunda. O Nafta, como acabei de falar, caracteriza-se por um acordo de livre comércio, onde os países só se comprometem a liberalizar o comércio entre si. Há regras que dizem respeito a relações entre si, mas guardam alguma autonomia. Porém, ele tem um aspecto bastante diferente de vários outros, que, aliás, é uma característica dos acordos normalmente assinados pelos Estados Unidos. Ele tem uma abrangência em termos de temas muito grande. Os acordos assinados pelos norte-americanos, normalmente, incluem temas trabalhistas, temas ambientais e tantos outros nem tão frequentemente presentes nos outros acordos.

Como o professor Renato mencionou, o Asean é uma iniciativa de cooperação econômica, criado em 1976. De fato, em sua origem, não tinha uma cláusula comercial, um acordo de livre comércio. Reunia países pequenos do sudeste asiático e era um espaço de cooperação e discussão.

Em 1992, foi assinado um acordo de livre comércio, que entraria em vigor em 2007, porque tinha 15 anos para implementação. Porém, ao entrar em vigor, é o mesmo momento em que o Asean vai assinar outros acordos, igualmente de livre comércio, com quem? Com os quatro grandes parceiros da região: Japão, China, Coreia e Índia.

Na realidade, a experiência asiática, em termos de integração, é muito interessante, porque a assinatura do acordo e a implementação realmente do acordo é concomitante ao aumento da integração de fato entre esses países. Na realidade, esses países foram palco das mudanças produtivas, de que vou tentar falar em seguida, e que fizeram com que as estruturas produtivas desses países estivessem profundamente interligadas. Nesse processo de reorganização da produção e de construção de uma fábrica do mundo, da Ásia – o Ministro Marcílio falou que a China era a fábrica do mundo, alguns autores falam que a Ásia é um espaço integrado de produção –, o acordo é concomitante à integração de fato. O Mercosul é uma união aduaneira imperfeita e sempre com ambição de se tornar mercado comum.

Eu falei sobre a integração produtiva na Ásia. Eu acho que, hoje, uma das questões relevantes para se discutir integração econômica é a questão da integração das estruturas produtivas dos países. A Ásia – isso eu queria mostrar para vocês com alguns dados, não sei se haverá tempo – tem mostrado um crescimento econômico forte e conseguiu, de certa maneira, estabelecer, configurar uma indústria competitiva e que apresenta um perfil cada vez mais nobre no sentido de produzir cada vez produtos mais intensivos em tecnologia, a partir de mudanças que ocorreram no processo produtivo.

O que a gente viu também, voltando aos anos 80, é que houve algumas mudanças tecnológicas que possibilitaram a partilha do processo produtivo em diversos sítios. Se antes eu tinha uma linha de produção que estava contemplada, que estava localizada em um país controlado por uma só empresa, hoje mudanças tecnológicas possibilitaram que as atividades fossem separadas e distribuídas em diferentes sítios, que podem estar ou não em diferentes países. Ora, se estão em diferentes países, significa, por um lado, que as mercadorias, para serem montadas, vão juntando componentes que vão ser obrigados a atravessar diversas fronteiras. Logo, eu vou ter fluxos de comércio cada vez maiores. Isso, por um lado, explica por que o comércio cresceu tanto nos últimos anos, relativamente à produção.

Por outro lado, nos sugere também que alguns aspectos institucionais – e aqui estou falando de liberalização comercial, seja multilateral, seja regional – vão ser importantes para essa reorganização da produção. Esses fatores tecnológicos possibilitaram essa reorganização da produção. Tanto a desregulamentação da economia quanto a liberalização comercial permitiram a reorganização, a formação de redes produtivas globais e a reorganização do comércio e da produção em níveis globais. Eu queria, então, agora ilustrar um pouco isso com os dados, mostrando o seguinte. Primeiro, mostrando a participação desses grandes blocos no comércio e na produção mundial. Em seguida, mostrar qual é o peso dos acordos re-

gionais para cada um desses blocos que a gente está olhando, para esses espaços integrados. E, finalmente, mostrar a composição setorial do comércio e do comércio intrarregional. Na realidade, esse ponto é para mostrar que aqueles países que, como teremos visto aqui, ganharam peso na economia mundial, se beneficiam, sim, de uma integração regional, mas ela é, sobretudo, produtiva. Ela diz respeito, sobretudo, à interrelação das estruturas produtivas.

Então, são alguns gráficos, alguns dados que mostram, na realidade, que a Ásia... Aqui eu somei, fiz um espaço asiático juntando os países do Asian, o Japão, a China e Coreia, para mostrar tanto o aumento da participação da Ásia no comércio mundial, mas também aqui – e aqui peço que vocês olhem essa curva azul, na produção mundial, no PIB mundial. Aqui, a gente vê então a evolução do PIB asiático; aqui nessas duas linhas, com uma trajetória relativamente parecida, temos o Nafta e a União Europeia. O Japão, individualmente, apresenta uma curva bastante deitada por conta da estagnação de sua economia, e, finalmente, não poderia deixar de colocar o Brasil.

Fica claro aqui que o crescimento da participação asiática tem muito a ver com a evolução da economia chinesa, que está aqui representada por essa curva laranja.

Tentando ver em que medida os acordos são importantes nessas regiões, aqui a gente vê a evolução de 1970 até 2009, da parte do comércio dos países que era realizada entre os países da região, e aí são diferentes níveis, o Mercosul bem mais baixo, a Ásia com um nível relativamente avançado.

O último ponto. Os gráficos mostram a composição das exportações, sendo a parte azul os produtos de maior conteúdo tecnológico. E, aqui, se confrontarmos as quatro regiões, em termos percentuais, o Mercosul é aquele que apresenta uma menor parcela, com parcela crescente de produtos não manufaturados. Se formos calcular em termos percentuais, é a zona asiática que apresenta uma parcela maior e crescente de produtos de maior conteúdo tecnológico nas suas exportações.

Se formos olhar esse quadro, que não vou detalhar, ele está nos informando apenas que, ao olhar esses quatro blocos, aquele onde há integração produtiva maior é na Ásia, o que não surpreende, dado o que já foi falado antes.

Bom, o que isso pode representar para o Brasil? Essa reorganização da produção mundial apresenta oportunidades e riscos; representa oportunidades para o País porque ele pode, talvez, participar, ser um ator dessas cadeias produtivas globais, porém há de se prestar atenção em qual etapa do processo produtivo ele vai participar.

Hoje, o processo produtivo é fragmentado, espalhado ao longo do mundo, tem etapas que agregam mais valor, etapas que agregam menos valor, onde normalmente se utiliza mão de obra barata, onde os produtos são padronizados e os efeitos de crescimento sobre o restante da economia são menores. Então, uma busca de maior integração deve-se fazer nessas cadeias globais de valor; ela deve fazer-se com base em um incentivo à produção de produtos ou de componentes que sejam mais intensivos em tecnologia, e, para isso, o que é necessário? Que o aparato institucional e que as políticas adotadas, tanto tecnológicas, como industriais e de capacitação, possibilitem que o País tenha essa inserção.

Aí, eu queria chamar a atenção para voltar à integração, já que foi o início, ainda que a forma possa ser diferente do que foi previsto até aqui, no caso do Mercosul, por exemplo. Mas o Renato Flores não falou da Aladi, por exemplo, que é, a meu ver, uma experiência de integração entre os países latino-americanos, bastante flexível e interessante, crescentemente aproveitada inclusive por países como Brasil, México. A integração, numa estratégia dessas de buscar uma maior e melhor integração da produção brasileira a essas cadeias globais de valor, a integração com os vizinhos é fundamental. Eles têm desempenhado papel importante como dependentes, por exemplo, dos produtos manufaturados brasileiros e têm possibilitado inclusive que a nossa indústria dê um passo além do espaço latino-americano em direção a outros países.

Bom, desculpe pelo atraso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado à Drª Marta dos Reis Castilho e passo a palavra à S. Exª, a Srª Senadora Ana Amélia para fazer as suas indagações aos palestrantes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Fernando Collor, mais uma vez, cumprimentos pela iniciativa de promover esse ciclo de debates na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre temas de relevância muito grande, especialmente para o debate aqui da agenda legislativa.

Queria cumprimentar a todos pelo alto nível das informações trazidas com a experiência em cada área. Começo com o Embaixador Marcílio que, tantas vezes como repórter, na Rádio Gaúcha entrevistei. E, agora, estou aqui a lhe fazer perguntas já com o mandato de Senadora e tendo minha primeira experiência parlamentar.

Quando o senhor citou o Muro de Berlim, lembrei-me de que isso foi uma quebra de paradigma de que *good fences make good neighbors*. Não é o caso disso,

e o Santiago Dantas preferiu fazer uma ponte no momento em que era fundamental. Apenas um registro.

Mas o senhor sublinhou bastante a questão do endividamento como raiz dos problemas que a crise americana de 2008 provocou, não só interna, mas espalhando-se pelo mundo. Hoje, eu tenho dados aqui, e o Brasil viveu uma expansão de crédito muito grande. O Banco Central mostra que cerca de 40% do PIB são crédito, dos quais 17% para consumo. E a gente vê que o endividamento da família brasileira está com índices preocupantes, inclusive aumentando o nível de inadimplência nas operações e nesse endividamento. Então, eu gostaria de saber do senhor como resolver ou sair desse impasse, já que não temos uma cultura de planejamento de orçamento doméstico como os países europeus, especialmente provocada pelas guerras ou por suas dificuldades. Vão vivendo.

O senhor falou também que precisamos colocar as antenas e os radares todos alertas e nos preparar para o que vem logo em seguida. Eu queria saber o que suas antenas captaram neste momento, porque o Professor Renato falou em tempos nebulosos. Então, eu queria saber quais são as captações dessas suas antenas, baseadas na sua grande experiência.

Para o Professor Edmilson. Eu queria saber, pelo entusiasmo com que falou sobre a China, se você já está falando mandarim. Uma brincadeira apenas. De fato, a fábrica do mundo está aí mostrando a influência que a China detém. Você apresentou um quadro dos investimentos que o Brasil recebe e dos que o Brasil faz, da participação brasileira como investidor, o Brasil como investidor, e uma como receptor de investimentos. Então, eu pergunto o que é mais importante: o País ser um receptor de investimentos ou ser um investidor fora? Como, por exemplo, credor dos Estados Unidos nessa ordem, não é? Aí é mais uma provocação.

O senhor falou também do ambiente político. Aliás, do ambiente favorável aos negócios, ambiente confortável para os negócios. E eu concordo plenamente com o que você falou em relação a essa questão e a todo o resto do conteúdo.

Para o Professor Renato. Professor Renato, o senhor falou de questões gerais. Encantou-me também sua forma de expressão. Encantam-me muito pessoas que falam, digamos, com a alma, quase como um poeta. O senhor falou muito dos blocos, da inter-relação, de uma coisa que me deixou um pouco... Sobre o protecionismo. O senhor falou, em algum momento, que é preferível comprar de fora a produzir aqui dentro porque se você quer justificar uma integração, realmente tem que fazer esse... Comprar de fora.

E vou usar um caso. O Professor Edmilson falou no Rio Grande do Sul, e eu costumo defender os interesses do meu Estado. Quando fazemos isso... O Brasil hoje é o maior importador de trigo do mundo. Com a área agricultável que temos, compramos mais da metade, 80% do trigo consumido no Brasil é importado. E dependemos praticamente de um fornecedor, que é a Argentina. Qual é a lógica disso? Isso faz sentido, considerando que o trigo é um produto nobre na alimentação humana? E isso não causa uma distorção, como insegurança para o País na hora em que houver um problema climático na Argentina ou qualquer tipo de problema? E sabendo que o mundo... Podemos dispensar a compra de automóveis, mas não podemos dispensar a de comida. Então, dentro da lógica da segurança, da legítima segurança, não da segurança que fala em defesa, mas da segurança mesmo do País, essa é uma questão a ser vista, como enfocar essa dependência, que é mais barata. Claro que é, porque o trigo argentino é mais barato. Isso também tem a ver com as assimetrias dentro do Mercosul, abordadas pela Drª Marta.

A Drª Marta, com muita propriedade, fez até uma distinção entre área de livre comércio e união aduaneira. Eu queria saber da senhora qual é a melhor conveniência e se, como a senhora mesmo reconheceu que o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita, estamos preparados para esse *upgrade* para ser uma área de livre comércio, considerando tantas assimetrias e exatamente ocorrendo em uma área que é, digamos, uma região de excelência, que é de produção agropecuária ou *agrobusiness*? E o Brasil tem condições de dar um salto para ser exportador de manufaturados e não apenas de *commodities*? E quando a senhora acha que pode ver isso?

E a mesma pergunta sobre *commodities* e manufaturados eu queria fazer ao Embaixador Marcílio, para terminar. O Brasil hoje é um grande exportador de minério de ferro. Agora, valoriza-se sempre a questão que a senhora destacou também, a questão da Ásia, em que há hoje cada vez mais produtos com valor agregado tecnológico. O Brasil está em condições de dar esse salto?

Mas o Embaixador Marcílio e os demais também falaram, em algum ponto, a respeito de o Brasil ser um exportador de *commodities*. Quer dizer, é uma situação primária do comércio internacional, a produção de matérias-primas. De quem a China compraria minério de ferro nas condições competitivas que tem hoje quando compra do Brasil, ou da soja que compra do Brasil? Então, por que não usamos, digamos, essa força que temos de ser um grande produtor, mesmo podendo usar essas matérias-primas, manufaturando, dando valor agregado, usando o peso que temos como fornecedor dessas *commodities*, que são extremamen-

te importantes? A China não seria a fábrica do mundo sem minério de ferro e sem soja.

Então, eu queria colocar essas questões, agradecer muito a gentileza de todos e a contribuição valiosa que deram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, porque, depois, os palestrantes responderiam em bloco.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada um e a cada uma.

Presidente Collor, não está ruim o som não? Está com eco. *(Pausa.)*

Eu peço desculpas por ter chegado atrasado, Presidente Collor e todos os demais, porque estava no plenário até vir para cá, depois tive que fazer uma pequena reunião aqui, e por isso perdi duas das palestras, uma e meia, digamos, principalmente a do Dr. Marcílio, e eu tinha muita curiosidade de assistir. Então, eu peço desculpas, mas eu que perdi. E por isso vou fazer uma colocação, uma pergunta, aos quatro, não a cada um, por não poder ter acompanhado.

O que eu quero perguntar é se não lhes parece que nós estamos rodando em torno a um círculo vicioso. E vou explicitar isso. Faz algumas semanas, a gente não foi dormir calmo até saber que o congresso americano tinha aprovado o aumento do limite de endividamento. Aí nós passamos a dormir tranquilos. A gente dorme noite por noite, a gente não dorme mês por mês, porque daqui a seis meses, daqui a um ano, o problema vai voltar. E vamos supor que a gente quisesse enfrentar o problema cortando gastos públicos violentamente nos Estados Unidos. O que aconteceria com o crescimento? Haveria uma redução na taxa de crescimento. O que aconteceria com os benefícios sociais dos Estados Unidos? Reduzir-se-iam e haveria uma crise social. E se mesmo assim superasse e o crescimento continuasse, teríamos um problema ambiental.

Então, a meu ver – esta é a pergunta, nessa linha –, será que não estamos vivendo uma exaustão muito mais profunda do sistema inteiro, criada – veja bem onde vou, longe – em 46, com o Bretton Woods? E criada no século XVIII, quando começa a Revolução Industrial e passamos a orientar todo o projeto de desenvolvimento por meio da produção crescente, e não do bem-estar crescente, e de um comércio crescente. Será que não estamos vivendo uma exaustão, como aconteceu no feudalismo, como aconteceu antes da Revolução Industrial? Só que eu não sou daqueles que diz que essa exaustão vai levar ao socialismo, porque eu acho que é pouco, mas vai levar a outra coisa mais diferente do que está aí, do que o socialismo era diferente do que está aí, até porque não era quase diferente, a única diferença era a intervenção do Estado que não deu certo. Fora isso, no fim, o rumo era o mesmo, aumentar a produção e distribuir, não pelo mercado, pela ordem dada pelos camaradas. Então, será que não está havendo uma exaustão?

Por exemplo, quando vejo a discussão do Presidente do Comércio, tenho a sensação de que nosso problema é que temos uma soberania, queremos uma soberania, quando o mundo já tem internacionalizada. E, ao mesmo tempo, quando a gente quer a internacionalização, a gente quer a internacionalização, quando o mundo ainda está dividido em soberanias. Esgotou-se a soberania, mas a gente não conseguiu fazer avançar a internacionalização, e terminou esgotando esse tipo de soberania. E o Professor foi muito claro, quando disse o caso da Europa: fomos até mais depressa do que era possível com uma moeda única. E agora? Os países não podem sair da moeda única, nem podem continuar na moeda única. É o ciclo vicioso pior que existe. Você não pode fazer uma coisa, nem fazer a outra, a solução é tão complicada quanto o problema.

Então, continuando a pergunta, como é que o ciclo vicioso que provoca o esgotamento pode ser quebrado? Onde é que a gente vai quebrar? Existe alguma ideia que permita transformar os títulos da dívida americana em uma moeda útil? Aí seria uma maneira de quebrar o ciclo. Se, de repente, a gente pudesse dizer, como antes se dizia do ouro, aqui, agora, vamos usar isso. Ou como dissemos do dólar, o dólar transformou-se em uma moeda internacional a serviço do Plano Marshall e, graças a esse investimento de uma moeda que era ilusória, porque a base do ouro era só fixada, fixada ali, mas se sabia que já não era possível todo mundo pegar seu dólar e receber ouro, só que levou mais algumas duas décadas para, de fato, explicitar-se que o valor era irreal. Onde é que a gente vai quebrar isso? Acho que um dos problemas é como é que vamos transformar – alguém falou aqui transformar limão em limonada – como é que a gente vai transformar o limão da dívida americana somado ao limão dos outros países, estou falando país, no sentido de Estado, ainda mais o endividamento das pessoas, como é que a gente pode transformar isso numa limonada? Uma grande, imensa, total moratória mundial geral resolveria isso? O que aconteceria se a gente fosse dormir num dia e, no outro dia, acordasse dizendo: não há mais dívida, é pura especulação. O que aconteceria? Onde é que a gente vai quebrar isso? E falo quebrar nesse sentido porque essa é uma ideia mais fácil, essa especulação absurda, do que a outra, que é filosófica, acordar com um novo padrão de desenvolvimento, acordar com um novo propósito civilizatório, acordar com um

novo conceito de riqueza, que não seja o carro, seja o transporte público, que não seja trabalhar mais para se endividar mais, para consumir mais, trabalhar menos, para viver mais. Tudo isso que é o nível da filosofia, acho muito útil e não duvido que a gente chegue lá, mas vai levar algumas décadas, não dá para esperar. Onde é que a gente vai quebrar o nó górdio? Em que caixinha do ciclo vicioso, a gente vai atacar? Fizemos isso com Keynes, Keynes trouxe isso. Estava a crise, e ele chegou e disse: não, a saída é o estado gastar dinheiro, o crescimento volta, e o emprego é retomado no setor privado, o estado pode recuar do emprego público, e tudo volta a funcionar. O incrível é que deu certo, mas, mais adiante começou a inflação, forçou o endividamento do Estado e forçou o endividamento privado para poder comprar os produtos. A meu ver, estamos chegando a uma exaustão de todos os pontos que compõem o sistema social, econômico, ambiental e financeiro, os quatro e mais, aí não é exaustão, aí a escassez de uma proposta nova. Até antigamente, a gente tinha o socialismo, dizia-se: isso resolve tudo, ninguém vai trazer essa proposta mais. Onde é que vamos quebrar, Professor Marcilio, o nó górdio, o chamado a rede, a cadeia do ciclo vicioso da gente? Em qual desses itens? Em todos eles? Ou num novo que a gente não sabe que vai ter que esperar que surja alguém que imagine através da filosofia, e, aí, a gente não pode marcar data, não pode marcar década?

Essa é a minha pergunta que angustia profundamente quem está nesta Casa e tem que ajudar alguém a tomar decisões, embora não sejamos nós. Ele já teve a experiência dele e, como ele mesmo diz, cometeu suas imprudências, mas com boas intenções, isso é que era importante, porque era em nome do futuro do País. Essa é a verdade. Havia um sentimento nacional, hoje, nem esse sentimento nacional não é possível, porque o sentimento nacional tem que estar amarrado às viabilidades internacionais, não podemos cair na ilusão de fechar o Brasil, ao contrário, temos que caminhar para a integração, talvez não tão depressa como o Nafta, mas de alguma maneira. Essa é a angústia que a gente vive aqui, Professores.

Até gostaria que vocês estivessem me perguntando como professor, porque, aí, a minha angústia seria menor, porque o Professor tira proveito da angústia, ele usa a angústia para realizar a sua criação. Aqui, a gente vota, a gente pensa pouco, por isso, a gente está com vocês aqui, e eu gostaria de ver uma resposta, sei que talvez não seja possível, para onde é que a gente vai, para continuar até isso que o Presidente Collor está fazendo, essas reuniões, que, lamentavelmente, a gente não tem aqui 20 Senadores assistindo, mas fique certo de que tem milhões assistindo pela televisão porque está sendo transmitido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

E, para iniciar as respostas, passo a palavra a S. Exª o Embaixador Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Bom, agradeço muito as perguntas da Senadora Ana Amélia, ex-bem sucedida jornalista, a quem seu sempre dava as minhas entrevistas com grande prazer, muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, realmente, o Presidente fez algumas imprudências, algumas por meu conselho, posso citar alguns, como, por exemplo, vetar o aumento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Era bastante imprudente, mas a alternativa seria quebrar o título do Tesouro Nacional, que também não era muito prudente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só um detalhe, desculpe, mas existem imprudências responsáveis e imprudências irresponsáveis, essa foi responsável, mas não deixou de ser imprudência.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Espero que todas tenham sido responsáveis.

Bom, mas voltando ao nosso assunto, compartilho, Senador, a sua angústia totalmente e também as preocupações da Senadora Ana Amélia. O problema da expansão do crédito e do consumo, evidentemente, tem um lado positivo. Estamos todos muito contentes que uma parcela bem maior da nossa sociedade esteja usando do crédito para consumir mais, isso, certamente, é bom, isso aumenta a classe média, inclusive, até do ponto de vista político, é alguma coisa positiva, do ponto de vista humano, muito. Entretanto, estamos entrando numa equação de difícil saída, porque o País está consumindo mais do que produz. Uma das razões porque temos muito baixa poupança, nossa poupança não chega a 17%, ainda hoje, o Economista André Lara Rezende no *Valor*, fala nisso. De modo que poupamos pouco e investimos muito pouco também, mas investimos alguma coisa e poupamos. Isso quer dizer que estamos condenando-nos a ter um déficit em contas correntes. É uma escolha.

Tenho conversado isso com colegas da outra área da Fundação Getúlio Vargas, do Ibre, e o que eles me dizem é que estão à escolha da sociedade, que a sociedade elege líderes que preferem consumir a investir. O que quer dizer consumir? É se preocupar com o presente. Ao consumir, não se está pensando no futuro, mas pensando em gozar o bem agora. Investir é pensar no futuro. De modo que o que me preocupa é que, cada vez mais, estamos perdendo a visão do futuro. E isso é muito grave.

O Senador falou sobre quatro dimensões que estamos perdendo. Eu adicionaria uma, que é a dimensão dos valores. Eu acho também que é a mais séria, porque está muito ligada à ideia de qual sociedade nós queremos. É muito importante começarmos a refletir sobre isso. Acho que ninguém tem a resposta. Acho que o Senador estava fazendo uma pergunta retórica. Precisamos começar a nos preocupar, porque – e o André mostra isto também – a resposta à crise de 2008 foi errada na sua composição não no seu efeito. Evidentemente, temos que aumentar o gasto, mas no investimento e não no consumo, sobretudo não no consumo de produtos ultrapassados. Estamos conseguindo reviver, reiventar as carroças de que falava o nosso ex-Presidente. Por que não aproveitar aquele momento e dizer: se vocês melhorarem a capacidade de aproveitamento energético do motor, eu financio. Mas não se dar de mão beijada para setores inclusive dominados por empresas estrangeiras, como as indústrias automobilística e eletroeletrônica.

É muito importante começarmos a ver o futuro e fugirmos dessas armadilhas. Ao decidir consumir mais do que se produz, está-se condenando a um déficit em conta corrente. Tendo um déficit em conta corrente, em um primeiro momento, ao contrário do que se pensa, você obriga a entrada de capitais. É um problema matemático, as coisas não fecham. Com isso, o que acontece com o câmbio? O câmbio vai lá para cima. No futuro, poderá vir a cair, porque as pessoas começam a dizer: não, tem alguma coisa errada aí, porque a minha antena está começando a perceber. A visão lá fora do Brasil é muito melhor do que a visão daqui de dentro de algumas pessoas, mas já está começando a haver algumas coisas amarelas, pois vários artigos têm sido escritos sobre esse assunto. Essa nossa preferência pelo consumo e não pelo investimento, a preferência por coisas imediatas, a preferência das pessoas ao consumir, a preferência das empresas que estão olhando o resultado do trimestre, a preferência do Governo, é uma coisa da sociedade, é um problema da educação de valores, da educação integral humana.

Realmente, é um problema com o qual nos confrontamos e que é muito sério, porque não é um problema só nosso, é um problema de todos, dos Estados Unidos, da Europa. A Europa está com um grande problema de identidade. Eu, há pouco, participei de uma conferência sobre isso em Portugal e um dos papéis do editor do *The Economist* dizia que a Europa estava voltando a Westfalia, quer dizer ao Estado Nação, abandonando a ideia... Agora, a ideia europeia, como é a ideia do Mercosul, é muito importante, não é uma ideia econômica, não é uma ideia comercial, é uma ideia de acabar quase com o destino, o carma europeu de ser o lugar da batalha, de acabar com a guerra. Por isso que se fez a União Europeia baseada na união França/Alemanha. Por isso, a Alemanha criou o euro abrindo mão do único símbolo nacional que tinha, porque o hino tinha sido desmoralizado, a bandeira eles não a queriam, então era o marco alemão. Eles abriram mão disso, foi quase uma exigência da Europa, para permitir a unificação alemã. Isso é algo que vai perdurar. O Mercosul, Alfonsín e Sarney, foi feito para dar lastro à liberalização, à democratização; o acordo Collor/Menem, como eu vejo, foi para dar lastro à opção dos dois países para uma liberdade de iniciativa, uma economia de mercado evidentemente regulada, mas aquilo que a China está fazendo. Não estamos com medo da China por causa de seus conceitos nem de seu autoritarismo; estamos com medo da China mercado. Isso é que nos dá medo.

A Europa optou pela União Europeia e, depois, pelo euro, para substituir a guerra. Aqui, acabamos com a corrida nuclear, que seria uma loucura. Seria uma loucura uma corrida nuclear. Estava havendo, foi o Presidente que acabou tapando o buraco. Os militares até tentaram enganá-lo. Depoimento deles. De modo que acho que esses valores são os mais importantes e têm que ser preservados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pergunto à Senadora Ana Amélia e ao Senador Cristovam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador...

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Esse é outro problema bem complexo. Primeiro, defendendo um pouco as nossas *commodities*, elas não são, em relação ao minério de ferro talvez sim, mas sobretudo a soja, realmente tem um conteúdo de prospecção científica e de avanço tecnológico muito grande. A nossa produtividade em soja é melhor do que a americana. Então, ali já está agregada muita tecnologia, muita ciência. De modo que isso é um atenuante importante. Agora, realmente estamos perdendo as nossas exportações industriais porque a nossa indústria está obsoleta. É isso, mais ou menos. Naquilo que ela não está, ela está bem. Quer dizer, é a Embraer, por exemplo. Você tem ilhas de, realmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De excelência...

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – De excelência. Inclusive essas ilhas importam muito. A China importa, relativamente ao PIB, muito mais do que o Brasil, porque, para exportar, você tem que im-

portar. Então, essa ideia da professora, das cadeias produtivas, acho que é muito importante nós nos introduzirmos; então, nós importarmos muito. E aqui, não. Aqui, ainda se pensa em substituição de importação, que é uma ideia jurássica. Esse programa industrial aí é jurássico, é uma coisa de fazer chorar. Não tem novidade nenhuma. De modo que é um pena, realmente, a gente ter perdido um pouco aquele projeto de modernização do País, com que o Presidente sonhou, com que nós sonhamos, com que José Guilherme sonhou, com que Santiago sonhou. Quer dizer, aquela ideia das elites se modernizarem para realmente conseguirem modernizar o País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, já que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Queria fazer três colocações. Primeiro, essa última parte do "jurássico". Creio que nisso o melhor exemplo de dinossauro é o BNDES, uma instituição que funciona como se estivesse nos anos 50. Não é, por exemplo, Banco Nacional da Inovação Científica e Tecnológica, e aí termina levando a acordos comerciais entre duas grandes empresas.

Agora, tinha uma provocação boa, no sentido positivo. Primeiro, a ideia de que a população elege os líderes. O senhor citou que alguém falou. Eu tenho a impressão de que, hoje, a gente elege, no máximo, políticos. Não estamos elegendo líderes, até porque o povo não elege os líderes; os líderes elevam o povo com ideias novas que ele traz atrás. Aí não vou chamar de líder, mas de estadista. O estadista, inclusive, é aquele que dá uma inflexão no País, como Juscelino deu. A gente não está tendo hoje nível de estadismo para fazer essa inflexão com base popular – com base popular, não no sentido do povão, no sentido do eleitorado. O eleitorado está interessado no imediato, e a gente não está conseguindo elevar esse eleitorado para dizer: "Olha, gente, vai ter que fazer algum sacrifício para ganhar depois", até porque também perdemos a credibilidade.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eles não acreditam, o eleitorado não acredita que a gente peça hoje sacrifício para trazer benefícios amanhã. Aqui o sangue, suor e lágrimas seriam transformados em risadas. As pessoas ririam de um discurso como aquele de Churchill naquele momento. Então, isso é algo preocupante. Há um vazio de lei, e não é no Brasil, é no mundo inteiro. A sensação que tenho é a de que os presidentes se transformaram em caixeiros viajantes. Eles viajam por aí querendo vender, e sem comprar, se possível. E aí entra num outro ponto que o senhor colocou, em que queremos consumir mais do que produzimos. Agora, vou acrescentar, dizendo que acho que a gente está querendo consumir mais do que poderia produzir responsavelmente. Tem um limite até na produção. Queremos consumir mais do que produzimos, aí nos endividamos de uma maneira avassaladora, mas, até mais grave, a gente está querendo consumir mais do que seria a produção responsável, mesmo que produzisse. A sensação que tenho também é a de que, muito jovem fui professor de economia internacional e a gente sempre dizia que a soma das exportações e importações do mundo inteiro igualam. Acho que tem gente achando que dá para todos os países importarem ou exportarem mais, sem buscar a soma zero, que, obviamente, é o óbvio. Isso me lembra dizer, dá a impressão de que a gente não quer reconhecer a regras da aritmética. Há uma ideia de que a aritmética não funciona.

E, finalmente, gostei muito quando o senhor falou dos valores, que eu não tinha colocado, em que eu não tinha pensado. Talvez seja o mais fundamental. Falei de ideologia, mas valores mesmo é mais amplo do que isso. Aí mais uma dificuldade. É que a gente só vai poder dar uma educação com valores quando a população der valor à educação. Até para eleger propostas, não falo pessoas, propostas que coloquem a educação como vetor do progresso. E não está fácil convencer as pessoas a votarem nesse vetor da educação, até porque exige esperar resultado. As pessoas não querem resultado.

A sensação, hoje, de quem está na educação é que todo mundo quer entrar na universidade sem fazer o ensino básico. E o Presidente Lula, muito gênio na política, espalhou universidades sem resolver o problema da educação de base. Porque isto dá voto: criar uma nova universidade.

Então, desculpem-me por eu estar ampliando ainda as angústias, mas isso não quer dizer que angústia seja sinônimo de tristeza nem de pessimismo. Continuo pessimista e alegre, por poder estar aqui com vocês, mas angustiado pela falta de resposta de como fazer isso.

Só para concluir. Esse discurso aqui não dá um voto. Se eu saísse daqui para o palanque, eu não ia falar o oposto, porque aí seria desonestidade. Mas eu ia ter que pegar o de hoje e falar só o de hoje, sem querer ser incoerente com o meu discurso do futuro. Outros não estão nem ligando para isso. Mas, se eu falasse no futuro, sem o grau de estadista de atrair o povo, o que não tenho como teve Juscelino, não ganhava voto. É um momento extremamente ruim para

quem quer ser político construindo e não apenas político ocupando o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem. Fico aqui embevecida com o nosso Senador Cristovam, que é sempre uma aula, e tenha certeza de que dá voto, sim, Senador. A maioria ainda pensa em dignidade, princípios, e a gente teve uma sessão hoje.

Mas eu gostaria das respostas dos demais expositores também, para concluir o trabalho, porque tenho compromisso, e gostaria, então, de receber as perguntas e também penso que os nossos expositores têm compromissos de viagem ou também de agendas. Então, eu gostaria, com a licença do Senador Cristovam. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senadora Ana Amélia. Se o Senador Cristovam Buarque concordar, podemos deixar para as considerações finais de cada um dos palestrantes e passamos a palavra, então, ao professor Edmilson de Jesus Costa Filho, professor da União Educacional de Brasília.

Professor Doutor Edmilson.

O SR. EDMILSON DE JESUS COSTA FILHO – Senadora, muito obrigado pela atenção em relação à palestra e, obviamente, pelo interesse que a senhora dispensou não só a mim, mas a todos os oradores. Não só a senhora, mas o Dr. Cristovam e os demais membros que nos assistem também.

Em relação aos questionamentos, o primeiro deles, a história de falar mandarim está muito ligada ao *soft power*. Efetivamente, seria uma nova agenda a questão cultural e, obviamente, que eles estão comercialmente, inclusive, mais próximos, porque os chineses já falam português, vêm ao nosso País e já conhecem. São muitos.

Então, eu ainda não tive oportunidade, mas eu fiz uma tese de doutorado sobre a cooperação no Brasil com a China, numa área específica, a área espacial, e, obviamente, que, cada vez mais, é um país que merece bastantes estudos culturais, econômicos e sociais até, para que a gente possa ter uma melhor capacidade de negociação.

Em relação à questão da influência do investimento direto estrangeiro, permitam-me uma retificação, aqueles dados são da Unctad. Na verdade, ele analisa os fluxos de investimento direto estrangeiro no mundo e não especificamente no Brasil. Então, o que dá para entender é que somos um grande receptor de investimento direto estrangeiro, ou seja, alguns países aproveitam a nossa capacidade e vêm investir, gerar emprego e renda aqui, o que é extremamente favorável, mas a nossa capacidade de investir em outros países está extremamente limitada, tendo em vista, inclusive, o dado o Embaixador Marcílio colocou, que a nossa fraca poupança interna e, de repente, nós temos ainda uma limitação inclusive no País. Então, até uma discussão política e que, por diversos momentos, é distorcida sobre investir no Brasil ou fora dele. Obviamente, isso dá um debate um pouco maior e não é o escopo da nossa análise aqui.

No que tange à questão da exportação de *commodities*, como a senhora bem colocou, eu concordo em parte com algumas questões. A primeira delas é que a *commodity* tem um preço no mercado internacional. Então, ela tem uma limitação muito grande no que diz respeito à expansão dos seus ganhos, *vis-à-vis* problemas de quebras de safras eventualmente, inclusive até um problema que tivemos com o café nos anos 30, mas, claro, a gente não pode preceder que o mundo não vai, de uma hora para outra, deixar de consumir *commodities*. No entanto, acho que o modelo de desenvolvimento integrado necessita que a nossa pauta de exportação seja cada vez mais diversificada. Acho que esse é o grande x da questão, inclusive como o Professor Cristovam bem colocou, a questão do financiamento, inclusive utilização de bancos de desenvolvimento, como o BNDES, e de melhoria das políticas industriais como forma de aumento de competitividade. Então, acredito que as *commodities*, sim, têm, inclusive os teóricos falam da questão da doença holandesa, que é o processo de desindustrialização não só de uma economia como a nossa, e alguns teóricos chamam isso de paradoxo de Prebisch, que agora, ao contrário do que Prebisch colocou, na questão de substituição de importações, é mais interessante ficar exportando *commodities.*

Obviamente que tudo isso é uma visão bastante retórica e de curto prazo, ao passo em que nós vimos, inclusive recentemente, o aumento do preço internacional do petróleo, o que trouxe oportunidades muito grandes de ganho à Petrobras, inclusive ancorada pela possibilidade de exploração do pré-sal. Quer dizer, as *commodities* têm alguns ciclos que nos fazem, em algum momento, acreditar mais nelas e, em outros momentos, não. Obviamente, como todos os aspectos da economia internacional.

Mas acredito, sim, continuaremos nossa posição de exportador, mas, sim, temos que olhar para o futuro.

Professor Cristovam, e Senador, desculpe, mas professor também, e eu gostaria muito de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sempre professor, sempre mestre.

O SR. EDMILSON DE JESUS COSTA FILHO – Isso. Eu gostaria de fazer um pequeno parêntese aqui, que eu fui formado por alguns professores que foram seus colegas na UFPE e me lembro com muito carinho do Professor Adriano Dias, que foi seu colega na Engenharia Mecânica, e que me passou o seu livro, nós estudávamos com seu livro de Engenharia Econômica, gestão de projetos, e é uma satisfação muito grande estar aqui, e eu trago um pouquinho desses ensinamentos que o senhor fez muito bem em falar como professor.

Então, Senador Cristovam, eu queria colocar para o senhor e para os demais que, claro, esse ciclo vicioso necessita de uma quebra de paradigmas, e aí recordo os estudos de Schumpeter no sentido de que investimento em educação e inovação pode não ser o fator, a condição necessária, mas você precisa eventualmente, para este momento de crise, entender que educação e inovação são fundamentais para você estar dentro deste novo período de crescimento, tendo em vista que o ciclo vicioso, como bem colocado e o Embaixador Marcílio bem colocou, está para ruir. Acho que a economia é baseada no conhecimento, e esse é o ponto fundamental para que nós possamos entrar nesse novo período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Doutor Edmilson de Jesus Costa Filho, professor da União Educacional de Brasília. Passo a palavra ao Dr. Renato Flores, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia e Assessor Especial do Presidente da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

O SR. RENATO FLORES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ilustre Senadora Ana Amélia, a questão do protecionismo. Vou começar de uma forma um pouquinho mais geral, mas chego lá no trigo.

Os amantes e os que acreditam no livre comércio absoluto sempre dizem que o livre comércio – isso é um resultado matemático, teórico, sob certas condições, obviamente – é a melhor estratégia porque você vai ter os melhores produtos feitos por quem os faz melhor. Então, melhor ser completamente aberto.

Mas nós temos os Estados nação, temos fronteiras e, obviamente, se eu vou ser um adepto irrestrito do livre comércio, vou começar a perder muitos setores na minha economia, se sou uma economia grande. Se sou um Chile, isso até vai, mas, se sou um brasileiro complicado, aí qual é a resposta que a teoria dá? A teoria diz: "Olha, você faz um ajustamento. As que perdem para um setor, você ajusta e aí a sua economia se modifica e continuará tudo maravilhoso".

Bom, mas como faço o ajustamento? É treinamento; às vezes, tem o sujeito que é despedido aos 59 anos e ele já não sabe mais computador ou ele vai ter dificuldade, é muito complicado.

Então, todos nós somos protecionistas. É como Santo Agostinho com a graça: "Senhor, dai-me a graça, mas não já", porque ele estava casado lá com a viúva e as coisas não estavam tão ruins assim. Então, todos somos protecionistas. Agora, há que ser protecionista inteligente. Isso foi o que falei. Então, nós temos que saber o que proteger e o que não proteger. E a tendência na parte de manufaturados e mesmo na parte das *commodities* é isso que a minha colega, que, aliás, tenho a honra, foi minha aluna também, falou, que é a questão da fragmentação. Ou seja, você se concentra no que você faz melhor naquele complexo, naquela peça, naquele automóvel e o resto você importa. Essa é a filosofia moderna. Por isso que eu disse que não faz mais sentido você negociar – eu já negociei isso em Bruxelas – produto por produto, olhando aquele produtinho, e o *lobby* específico. Quer dizer, faz sentido a gente proteger pente de plástico? Os japoneses acabaram com a nossa indústria de pente de plástico. Sim, é uma tristeza para quem trabalhava em indústria de pente de plástico, mas isso é uma calamidade nacional? Não é. Então, há que ser um protecionista inteligente. Há que ter uma estratégia industrial, há que identificar as coisas que nós fazemos bem, as coisas em que nós podemos ser competitivos, algumas até podemos querer fazer e aí se protege, mas por tempo limitado, e ter a política comercial, a aproximação com os outros espaços a partir desse trabalho de casa. Um problema que temos aqui é que nós fazemos mal esse trabalho de casa, esse trabalho é incompleto. Ele vai, porque o brasileiro é muito criativo, os nossos empresários são, na realidade, muito bons. Então, muita coisa dá certo. Mas há necessidade de um dever de casa mais profundo, mais sério.

Quando nós temos uma dependência, como é o exemplo da senhora do trigo, as dependências são complicadas, e as dependências operam dos dois lados. Acho que a senhora também falou. Quer dizer, se a Argentina é o único fornecedor de trigo e, de repente, só estou exportando minério para a China e amanhã a China descobre um outro processo e não precisa tanto do meu minério, como se diz no Caribe, "*babalu*".

Então, é preciso ter uma inteligência também com relação às suas praças de importação e às suas praças de exportação. Não é à toa que a Vale fez aquisições no Canadá e ela está tentando fazer outras coisas. Então, a dependência pode ser um problema. Às vezes, é difícil de evitar. Quer dizer, a Argentina está ali pertinho, custo de transporte é muito mais baixo etc. e

tal, e você compra aquele trigo dali, mas é preciso ter inteligência, ter, como se diz, um plano b. Então, são problemas que têm que ser examinados caso a caso.

Mas, repito, uma dependência tanto do lado da importação como do lado da exportação também. Às vezes, é preocupante, e aí eu gostaria de terminar, no caso das suas considerações, com duas coisas. Este debate enorme sobre as *commodities*, as pessoas dizem que é um absurdo que a Vale exporta minério de ferro! Por que não fazemos siderúrgicas e passamos a exportar aço? Tudo depende. Nas *commodities*, como já foi dito aqui, há tecnologia. Quero dizer, se no momento eu não estou exportando carne, mas faço o corte da picanha nobre, embalada a vácuo, com plástico especial, etc., estou agregando valor àquela carne. A *commodity* também tem valor agregado e de repente o plástico com que embalo esse vácuo é melhor que seja japonês. Compremos o plástico japonês.

Outro ponto que também foi falado aqui é que só de *commodities* ninguém se desenvolveu porque a *commodity* tem limite, ela tem volatilidade, que é perigosíssima. Então, é necessário ter um braço industrial, não há a menor dúvida. Eu brigo, no melhor sentido da palavra, com a Fiesp há 15 anos por isso. É preciso não ser tão protecionista, como muitos setores paulistas são, mas temos que ter um braço industrial; temos que ter inovação. O brasileiro é criativo.

Qual a marca, qual a invenção do mercado da China até hoje? Nada! Os chineses, me parece, não são tão inovativos. O brasileiro é inovativo. Vou citar alguns exemplos: desde as sandálias havaianas, os biquínis a coisas muito interessantes na indústria aeronáutica e em outros setores. Então é preciso inovação e nós temos que ter o lado de manufaturados, sim.

Entrando, sem querer atrapalhar a resposta da Marta, pelo amor de Deus, o Mercosul é uma união aduaneira e vai ser um mercado comum, não vamos voltar para esta coisa de área de livre comércio. Eu trabalho no Mercosul desde o início, e o Mercosul é uma união aduaneira. Imperfeita? Ela vai ser perfeita.

Senador e professor Cristovam Buarque, concordo em gênero, número e grau com sua análise. Ainda esta semana faço questão de lhe mandar um trabalho que acabei de escrever para a Academia de Ciências de Lisboa exatamente a respeito disso. Estamos vivendo uma crise de todo o sistema; se a data é 46, é revolução industrial, isso nós podemos discutir, mas estou de pleno acordo: a crise é global. A crise é global e, minha resposta pessoal, ela vai continuar, sim. Então, o senhor fique tranqüilo; compre tranqüilizantes, porque ela continuar, os Estados Unidos vão lentamente afundar; a China, basta ler o Sun Tzu, recomendo particularmente o princípio nº 23: ganha uma guerra não quem luta melhor, mas quem se posiciona melhor. A China está se posicionando, ela vai delicadamente fazer o dólar afundar, afundar devagarzinho porque se ele afundar rapidamente ela estará perdida também, o dólar vai perder credibilidade. Estamos entrando em uma era de caos hobbesiano e que vai ser muito complicada. Solução? Ninguém tem; estou procurando, vamos abrindo uma porta, há uma coisa escura, muito preta, pode ser um precipício, não sei o que é, mas ninguém tem solução até agora. Ninguém. E a situação continuará, eu não vejo criatividade. O senhor citou um círculo vicioso. Nesse artigo, eu citei 10 círculos viciosos. Este pensador sérvio que está muito na moda, Slavoj Zizek, diz: não, a solução seria a volta do comunismo. Eu também acho que não! Não é comunismo, nem socialismo, não é nada disso.

Agora, os círculos viciosos são indicativos disso. O senhor citou um, temos outros. Por exemplo, Grécia. A Grécia está entalada; então o que se manda a Grécia fazer? Reduza a despesa, controle tudo, corte isso, venda ilhas, venda aquele aeroporto que tem ruína, etc.; não aumente salários, não crie oportunidade, não faça inovação. Ora! Tudo bem, com isso a dívida diminui, ele pode ter mínima capacidade de pagamento, mas não vai conseguir crescer! Como é que a economia vai sair do impasse? Não vai. Círculo vicioso.

Sistema financeiro: crise 2008-2009. Vamos salvar os bancos. Mas estão se salvando os bancos com o dinheiro do contribuinte. É um absurdo! Ao mesmo tempo, se não se salvarem os bancos a coisa piora. Então, vai tudo piorar devagar.

Costumo dizer... Nós vamos ter a Rio +20 no ano que vem. A questão climática... Os nobres habitantes da Ilha de Tuvalu vão desaparecer. A Ilha de Tuvalu vai desaparecer, não há a menor dúvida! Quando desaparecer a Ilha de Tuvalu, quando talvez a nossa praia de Boa Viagem acabar, apesar de todos os trabalhos, parece que agora contrataram uns holandeses, etc., quando isso ocorrer, as pessoas vão ficar mais sérias com relação à questão climática. E vai por aí afora.

Então, não sabemos qual é a solução. E estamos num círculo vicioso. O que temos que fazer aqui no Brasil? Acho que temos que nos preparar, temos grande sorte que é um espaço grande. Temos que nos preparar para navegar nesta situação, evitar entrar em conflitos, desenvolver nossa criatividade, ter estratégia industrial porque todo mundo... Mesmo Luiz XIV fazia guerra contra a Holanda e comprava tulipas. Então todos precisam comprar, todos precisam vender. Temos que ter muita habilidade, se me permitem uma expressão informal, muito jogo de cintura pra navegar nesta situação muito difícil. Agora a solução, não tenho; também estou procurando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Dr. Renato Flores.

Agora, a Drª Marta dos Reis Castilho, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRª MARTA DOS REIS CASTILHO – Muito obrigada. Vou tentar responder às questões da Senadora Ana Amélia. Vou começar pelo trigo.

Na realidade, sua pergunta com relação ao trigo desencadeia um pouco a resposta relativa à união aduaneira *versus* mercado comum ou área de livre comércio.

Bom, somos hoje uma união aduaneira imperfeita, como disse o professor Renato. Quando se negociou o Mercosul, todos aqui conhecem bem, teve um custo muito grande de você convergir a política comercial, sobretudo de países que tinham interesses bastante diversos. Naquele momento, houve um custo muito grande para se chegar ao que viria a ser uma tarifa externa comum. Tarifa essa que é a TEC e reflete em grande parte, não totalmente, os interesses da economia brasileira por ser a maior economia do bloco.

Na formação desses grupos, desses acordos, é claro que se devem fazer concessões para se poder ganhar em outras áreas. A questão do trigo, o abandono do cultivo do trigo no Rio Grande do Sul – e nesse caso a reconversão foi menos traumática do que em outros setores – foi uma opção, a meu ver, deliberada do Estado brasileiro, visto que nesse acordo havia ganhos claros para a economia brasileira. Hoje, passado todo o período de vigência do Mercosul, fica claro que a economia brasileira, sobretudo a indústria brasileira, ganhou muito com o acordo do Mercosul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E hoje perde muito. Hoje ela perde.

A SRª MARTA DOS REIS CASTILHO – A economia brasileira?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De um modo de concorrência, não é, Drª Marta, pelo protecionismo argentino. Há algum protecionismo; a indústria de máquinas agrícolas está saindo do Rio Grande do Sul, indo para a Argentina porque as condições e o ambiente da Argentina são muito mais favoráveis do que no Brasil: câmbio, área financeira, financiamentos, logística. Então estão indo embora porque a argentina impôs as suas barreiras.

A SRª MARTA DOS REIS CASTILHO – Nesse sentido, eu queria dizer que justamente o exemplo do trigo mostra muito bem que alguns setores vão se perder. Concordo também em gênero e número com o que o Renato falou: você tem um problema de ajustamento, o que se vai fazer com os trabalhadores do trigo, o que se vai fazer com os trabalhadores do setor de máquinas agrícolas? Mas será que não tem outros setores? Infelizmente a gente não pode olhar para cada setor isoladamente, nem – é duro dizer isto – para o Rio Grande do Sul, que está ali talvez sofrendo ainda mais a concorrência do Mercosul.

Acho que devemos ter um olhar mais global; certamente, fazendo avaliações de todo o período do Mercosul, não tenho dúvida de que o Brasil é o maior beneficiário do Mercosul em termos de atração de investimentos, investimentos que vieram de outros países, de indústrias que deixaram durante muito tempo os três outros países menores para virem para cá. Então tenho certeza que o Brasil foi o maior ganhador. Se não o fosse, não teria aceito participar nem contribuir para as políticas compensatória para os menores países.

Então no que se refere a uma união aduaneira, concordo com o Renato que a gente não deve retroagir para uma área de livre comércio. A maior parte do custo a meu ver já foi pago, o custo de se chegar a uma convergência na estrutura tarifaria. Pelo menos no que diz respeito à política comercial tem muita coisa a ser feita, embora grande parte disso já tenha sido feita. Nós temos, sim, de limpar o caminho de problemas que restam para a integração e pelo menos – não sei se chegaremos ao mercado comum – a uma união aduaneira de fato.

O Mercosul e os demais países da América Latina têm sido um mercado importante para as vendas de produtos manufaturados brasileiros. Não só para vendas e exportações; tem sido quase um laboratório para internacionalização de empresas brasileiras. A Espanha utilizou a América Latina como laboratório de internacionalização de suas empresas para competir no espaço integrado europeu, e a gente parece que está usando a América Latina como um primeiro passo na internacionalização das nossas empresas. Isso para mim é uma justificativa bastante forte para darmos continuidade à integração na América Latina, isso contribui para a construção e consolidação de uma pauta exportadora diversificada, o que já foi comentado por algum palestrante, o que é positivo. O que não quer dizer ou que talvez do meu discurso possa parecer uma ênfase demasiada em produtos manufaturados. Mas acho que não existe contradição em você explorar vantagens naturais que você tem dadas as suas configurações energéticas, de abundância da matéria prima etc., e desenvolver determinados setores industriais de forma seletiva. Ao contrário, o que se pode fazer é justamente avançar; o exemplo que foi dado, não só vender a carne *in natura*, mas também avançar na cadeia.

Então, a diversificação é saudável e ela pode ser feita incorporando tecnologia a essa produção importante também. Mas não devemos nos restringir a esses

setores; podemos ousar. A Embraer, de novo, é bom exemplo. Outras questões relevantes para se pensar. Mas então não devemos insistir em uma indústria de calçados ou indústria têxtil? Por que não? Durante muito tempo a indústria têxtil ou de calçados foi competitiva, está sofrendo muito com a concorrência asiática. Não quero discutir aqui se se deve ou não proteger essa indústria; só quero lembrar que existe mais um critério que já foi de alguma forma mencionado aqui que é a quantidade de trabalhos que serão eliminados se se abandonar a produção de terminados.

Tudo isso para dizer que uma estrutura de proteção, para dizer que, na realidade, a escolha de uma estratégia industrial deve considerar diversos critérios. Deve considerar o fato de que nós vamos ter que abrir mão de determinados setores para poder ganhar outros num espaço regionalizado; deve levar em conta a necessidade de se avançar em políticas de capacitação. A educação e a educação de base não podem ser esquecidas, além de outros critérios sociais, como, por exemplo, a questão dos setores intensivos em trabalhos não pode ser ignorada.

Ainda teria muito mais coisa para dizer, mas eu só queria responder agora ao Professor Cristovam Buarque. Quero dizer, acho que vou chamá-lo de Senador, porque saio daqui, como o senhor falou, inspirada pelas suas inquietudes e feliz que ainda tenhamos pessoas, nas diversas esferas, que têm inquietudes como essas.

Como analista econômica, sou bastante pessimista. Porém, felizmente, eu não só analista econômica. E eu acho que, sobre a questão dos valores, eu prefiro pensar em como esse círculo vicioso a que o senhor se referiu poderia ser rompido. Eu sou otimista; acho que é uma questão pessoal e acredito que a educação pode contribuir para as pessoas mudarem seus valores, para elas passarem a acreditar em que os valores de felicidade e de riqueza são outros. E acredito estar vendo algumas mudanças nesse sentido, acredito estar vendo que as pessoas têm valorizado mais a educação.

Saiu uma pesquisa, recentemente, mostrando que a despesa, os dispêndios da nova classe C brasileira com educação já alcançaram valores superiores a 40%, e havia vários comentaristas espantados com esse percentual. Isso me faz pensar que as pessoas estão dando, de fato, mais valor à educação.

Na realidade, pessoalmente, acho que é a única maneira de se mudar, de se romper, no longo prazo, esse círculo vicioso. Economicamente, não sei. A criatividade do sistema capitalista é enorme. Acho que ele pode se renovar a cada tempo.

Obrigada.

O CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Permita-me, Presidente. Só para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Pequenos comentários.

Especialmente, na fala do Professor Renato, gostei muito quando lembrou o problema da competitividade. Não podemos mais ser prisioneiros como forma de competir. Não dá mais. Temos que competir pela inovação e, aí, fazer a diferença.

Vou pegar o seu exemplo, com um pouco de brincadeira, sobretudo entre três de nós. Quando os japoneses ganharam no pente – eu nem sabia disso – a exportação de pente para nós – não sei se foi metáfora ou se é verdade. Foi verdadeira. – é porque, naquela época, a competição era pelo preço. Então eles jogaram o preço para baixo. Hoje, é pelo tipo do produto. Se a gente inventar um pente que faça nascer cabelo, pelo menos três aqui irão comprar. Então, a gente tem de ter a competitividade da invenção do novo, e nós estamos muito atrasados nisso, nós não somos um produtor de inteligência. Mesmo a Embraer – aliás, vamos fazer uma homenagem quinta-feira aqui a Embraer, ao Ita –, lá dentro do avião, muita coisa daí, a parte mais inteligente é importada. É verdade que a globalização o exige, mas nós temos de investir na inovação mais do que em qualquer mecanismo de política alfandegária. Como? E os dois aqui tentaram fazer isso naquela época e, depois, a história mostrou que vocês estavam certos. Naquela época, quantos foram contra aquilo? Mas a história mostrou que estavam certos. Não vou falar da carroça ou não, mas, de fato, nós não somos capazes de inovar. E eu tenho a impressão de que nós precisamos criar rapidamente – mais uma vez nos referimos ao que senhor falou da bomba atômica, que o Presidente Collor tapou aquele buraco. Mais uma vez vou falar que ele acabou de acender, não foi? Nós fomos infernizados vinte anos pelo SNI. Ou a gente um SNC, "Serviço Nacional do Conhecimento", unificando empresas, universidades, grandes centros do tipo do ITA, que, se a gente brincar, fecha – fechar não fecha, mas está caindo, porque o salário que se paga a eles não está atraindo professores na quantidade dos que se aposentam, porque hoje é melhor ir para o Ministério Público, para a Polícia Federal, vim para o Congresso, pelos salários, do que ser professor do ITA ou cientista. Ou a gente cria esse sistema integrado do conhecimento ou vamos ficar para trás, porque a competição de fechar não dá.

E quero dizer que fiquei muito satisfeito ao ouvi-lo falar uma coisa que eu só tinha visto em um livro:

é o problema de que a China tem uma política de poder muito baseada nos pensamentos chineses mais antigos. É um livro muito interessante *O Pensamento Antigo Chinês e o Moderno Poder da China*. Eu confesso que eu nunca tinha imaginado isso. Depois que vi esse livro, de fato, está ali na origem – é feito por um chinês – como os pré-confucianos, antes de Confúcio, já definiram uma maneira de pensar que faz com que eles façam o que o senhor chamou de *soft power* e ganhando força moral. Apesar de que o senhor falou que têm um regime autoritário, de repente, eles estão ganhando uma força moral; apesar do autoritarismo, que nos choca, estão ganhando poder moral.

Há uma coisa que não vamos discutir – estamos terminando –, mas que um desses dia eu falei: acho que, ao invés de estarmos brigando tanto para conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança e fazendo coisas, às vezes, que nem deveríamos, apoiando governos, a gente deveria vender a força moral de dizer não vai haver mais ninguém permanente no Conselho. Os diplomatas disseram "Isso nunca será aprovado". Eu disse: "Melhor. Quanto mais tempo demorar, mais força moral a gente tem", porque a força moral enquanto não se realiza o sonho da gente; quando se realiza, a gente descobre que ele não é bom também.

Então, fiquei muito satisfeito de ouvir a sua colocação. É inovação, e inovação passa por educação. Não adianta querer ter grandes centros, se não houver uma base que permita. Foi possível um ITA sem muita educação de base, porque eles selecionam cinquenta, cem por ano. Mas, se a gente quiser fazer vinte ITAs, a gente não vai ter alunos em condições. Vinte ITAs não da Aeronáutica, eu diria de áreas diferentes: nanotecnologia, biotecnologia. A gente não consegue alunos, porque se fala muito de mão de obra; mas a gente tem apagão de alunos. Os que entram na universidade hoje e não têm condições de seguir os cursos. Vejo, na UnB, os cursos de engenharia tendo de ensinar, não vou dizer regra de três, mas Teoria do Limite, derivada, coisas que aprendi no segundo grau, e que, hoje, não aprendem. Há um apagão de aluno, não é nem mesmo um apagão de mão de obra qualificada.

Agradeço muito as falas. Quero dizer que essas segundas-feiras aqui são como um balão de oxigênio no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Eu também me permitiria fazer alguns comentários. O meu pensamento coincide absolutamente com o que aqui colocou o Senador Cristovam Buarque como também os palestrantes de que o fator educacional, educação, inovação são fundamentais para que um país possa se desenvolver autonomamente.

Nós não podemos nos esquecer, por exemplo, que a Coreia do Sul sair destroçada de uma guerra na década de 50 e que, hoje, é um país que detém o maior número de PhDs, *per capita*, do mundo. O maior número de PhDs, *per capita*, do mundo está na Coreia. Hoje, quem circula, por exemplo, em Nova York, e vai vendo e contando, observa que o número de carros coreanos e/ou japoneses está dominando absolutamente o mercado americano. Quase não mais existem carros feitos no país que inventou o automóvel.

Então, o desenvolvimento que a China atravessa, que começou em 1975, com Deng Xiaoping, nós começamos aqui. As reformas que Deng Xiaoping imprimiu na China, em 1978, começaram com o envio de 400 mil jovens chineses para estudar em universidades estrangeiras. Aí, começou todo o planejamento centralizado do Estado para que hoje a China desfrute dessa condição de impressionante presença econômica no mundo. Dos 54 Estados que compõem o continente africano, em 48 deles há investimentos chineses. E não somente os recursos são mandados pela China, mas também a mão de obra. E essa mão de obra, em cada um desses países, passa seis meses somente. Depois, volta para o seu país, e uma nova leva de trabalhadores, funcionários, engenheiros, técnicos são para lá enviados.

Hoje, a China tem 140 institutos trabalhando e estudando o Brasil. O Embaixador chinês no Brasil aprendeu a falar português fluente, como nós aqui, quase que sem nenhum sotaque, em menos de um ano. Isso demonstra o interesse que há, por parte deles, de ter uma presença no mundo, em busca de mercados e de parcerias.

A Europa, fruto da *faiblesse* da União Européia e dos próprios Estados Unidos, disso se aproveitou a China e, hoje, tem investimentos pesados na Grécia, investimentos na Itália e em vários países europeus. Então, o Brasil, nós estamos vivendo numa situação... O Embaixador Marcílio Marques de Moreira aqui citou que as luzes amarelas já estavam, na sua percepção, se acendendo, e realmente a gente percebe isso, porque é um crescimento que necessita de algo mais do que os pressupostos macroeconômicos razoavelmente bem delineados. Mas, com esse problema da falta de investimento na nossa infraestrutura – isso, quando Presidente da Comissão de Infraestrutura, ficou muito claro e também em um simpósio e em audiências públicas, como esta que realizamos –, o Brasil hoje tem como principal entrave ao seu desenvolvimento no campo da criação da sua infraestrutura na falta de mão de obra qualificada.

Isso que disse o Senador Cristovam Buarque é uma realidade. Dos alunos que fazem vestibular e ingressam para cursar engenharia, metade abandona o curso antes de sua conclusão, porque não consegue acompanhar o curso, em função de deficiências no ensino médio ou lá atrás.

Foi citado o exemplo de um aluno da Universidade Federal de Santa Catarina que tirou dez do primeiro ao quinto ano e que chegou ao final do curso e conseguiu uma colocação, mas com o salário muito baixo, com o qual ele não se mantinha. Ele leu em um jornal que havia um concurso para policial rodoviário federal, candidatou-se, inscreveu-se no concurso, ganhou, e o professor da Universidade Federal de Santa Catarina que acompanhou a sua vida escolar ficou muito triste e disse: "Faça o seguinte: encontre uma maneira de fazer um mestrado que, talvez, você encontre condições de melhor salário". E ele fez um mestrado, e aí foi ao mercado e não encontrou um salário compatível com sua capacitação e com suas necessidades, e aí, outra vez, lendo jornal, viu concurso para Policial Federal e fez o concurso e passou. Então, hoje nós temos um engenheiro desta qualificação prestando os seus serviços à Polícia Federal do Brasil.

De modo que é exatamente a falta desse investimento, que não é de agora somente, mas é de muito tempo, a falta de investimento no que o Senador Cristovam Buarque sempre cita... E ele me lembrava outro dia, há uns anos, ele me lembrava que um dia, eu Presidente da República, descendo a rampa do Palácio do Planalto, desci sobraçando um livro de sua autoria. E era realmente uma grande preocupação que nós tínhamos naquela época, que era o investimento em educação, uma educação forte, uma educação que possa dar base para que um país possa ser construído sem essa necessidade que hoje temos de importar mão de obra. Hoje, 30% do pessoal empregado nas plataformas da Petrobras são estrangeiros porque nós não temos mão de obra ainda qualificada para isso.

De modo que eu acredito que nesse tema que hoje nós tratamos da inserção do Brasil nesses espaços internacionais, nas áreas de influência da China ou do Japão, acredito que tenha se dado uma grande colaboração e grande contribuição pelos senhores palestrantes e pelos senhores debatedores, notadamente Senadora Ana Amélia e Senador Cristovam Buarque.

Agora eu daria dois minutos para cada um dos senhores para suas considerações finais, iniciando pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Muito obrigado.

Não vou voltar ao que já disse, mas apenas aproveitar esses dois minutos para talvez uma palavra de cautela. O Professor Renato Flôres falou que nós estejamos, talvez, entrando num momento de caos hobbesiano. Não tenho certeza. Certamente estamos entrando num momento de incerteza muito grande. Não temos certezas, de modo que acho que algumas projeções que vêm sendo feitas de que os Estados Unidos vão se afundar, eu tomaria com um certo grau de desconfiança. Eu não acredito, é incerto, mas eu não acredito que os Estados Unidos estejam se afundando. Estão num problema sério. Nem acredito que algum outro país esteja tomando o lugar dos Estados Unidos, como a China, por exemplo.

Eu acho – e nisso eu concordo com o Embaixador Richard Haass, que é o Presidente do Conselho de Relações Internacionais sediado em Nova York – que nós estamos entrando num mundo não polar, num mundo sem polos. Os Estados Unidos, evidentemente, não são mais o poder hegemônico, mas não há ninguém que os substitua. Isso é uma situação perigosa, porque, mal ou bem, os Estados Unidos, quando tinham possibilidade, iam lá e resolviam. Hoje não temos mais isso.

Além do mais, os Estados nações estão sendo, digamos, desafiados, em cima, pelas entidades e autoridades regionais ou globais, e por baixo por inúmeros novos movimentos, quer movimentos do bem, em GEOs, os Hamas, os grupos terroristas, as empresas, grupos ambientais. Então, o poder hoje é difuso. Isso, evidentemente, é algo que tem suas vantagens, mas, neste momento de transição, traz muitas incertezas e riscos para os quais nós também temos que estar muito atentos.

Então, esse mundo não polar, acho que é realmente um mundo em que nós vamos entrar como entraram os navegadores, os Cristóvãos Colombos, num mar sem saber para onde se vai e onde se vai chegar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Embaixador Marcílio Marques Moreira.

Com a palavra o Professor Doutor Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília, para suas considerações finais.

O SR. EDMILSON DE JESUS COSTA FILHO – Presidente Collor, eu queria, primeiramente, agradecer o convite, agradecer a oportunidade de debate e de aprendizado com os demais colegas no sentido de compor uma visão sobre um tema tão importante, tão complexo e relevante, sobretudo a definição dos destinos do País no que diz respeito a esse momento de crise.

Eu queria também, além de agradecer, colocar que o grande ponto importante talvez seja pensar este País por meio desses casos importantes de sucesso – e aí eu chamo a atenção basicamente para o aspecto

da educação e da inovação como sendo pontos fundamentais – e a questão de se pensar grande o País, já que temos aqui uma Casa que pensa a Nação no sentido de melhorar cada vez mais essa competitividade e de trazer, necessariamente – acho que é o que isso tudo significa – também um bem-estar para nossa sociedade, para o nosso País como um todo.

Então, esperamos também, como sociedade, muito de vocês o sentido de que nossas contribuições sejam, efetivamente, de alguma forma implementadas ou que sejam utilizadas da melhor maneira como contribuição ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Professor Doutor Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília.

Passo a palavra ao Dr. Renato Flores, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia e assessor especial do Presidente da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

O SR. RENATO FLORES – Hobbes, que eu citei aqui, foi muito impressionado pela sua época, que é a época da Revolução Inglesa. Decapitou-se um rei, muito antes da Revolução Francesa, houve a ditadura dos Cromwell, guerras internas sanguinolentas. Ele morreu antes de ver o resultado de tudo isso, que foi o estabelecimento das divisões de poder, que deu lugar à versão muito perfeita ou quase perfeita de democracia inglesa, com o pacto entre as elites e a burguesia e que perdura até hoje. Ou seja, depois do caos hobbesiano, que inspirou a sua teoria, saiu uma nova forma.

Da queda de Constantinopla, que é talvez a maior crise que já se viveu no mundo, ela não foi resolvida com mais regulação dos exércitos e com mais fé cristã; foi resolvida pelos modestos portugueses, lá no cantinho da Europa, que tiveram uma grande inovação com a Escola de Sagres, mudaram toda a concepção técnica que havia e descobriram o caminho para as Índias.

Então, eu sou otimista no final. Eu acho que desse caos vai sair alguma coisa. Mas o que eu tenho certeza, Sr. Presidente, é de que precisamos de muita seriedade, muito trabalho, muito estudo, muita educação porque nós vamos viver tempos muito difíceis.

E se o senhor me permite, ao lhe agradecer, quero fazer, com todo respeito, um protesto ao Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, porque ele, além de fazer a pergunta mais difícil de toda a sessão, uma pergunta que não teve resposta, prometeu um pente que eu, que não tenho valores tão elevados, não vou conseguir dormir hoje de noite, pensando nesse pente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Renato Flôres, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Encerrando as considerações finais de nossos palestrantes, passo a palavra à Drª Marta dos Reis Castilho, Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRª MARTA DOS REIS CASTILHO – É uma ótima oportunidade discutir esses temas aqui. Acho que poderíamos ficar muito mais tempo. Fico muito contente de ver essa interação entre a universidade e o Senado, que é uma esfera de decisão política relevante.

Eu queria falar duas coisas. Uma é reafirmar o que acredito ser a principal conclusão do trabalho que eu apresentei e minha principal convicção, que é a necessidade, acho que converge com algumas apresentações aqui, de se ter uma estratégia produtiva clara, onde se busque um fortalecimento do setor industrial que não seja em detrimento dos demais setores, mas que nos possibilite competir, em alguns setores, no mercado doméstico e nos mercados externos.

Para isso, temos que mobilizar instrumentos de política comercial, de política industrial, sem esquecer os fundamentais instrumentos de política de inovação, que foi a palavra talvez mais repetida aqui – não? –, e da segunda, que é de educação, e, claro, que reafirmo a minha convicção também quanto à articulação com os demais vizinhos da região, é uma peça importante desse quebra-cabeça.

O segundo ponto que eu queria falar, eu peço desculpa a vocês, mas falamos muito sobre educação, e peço desculpas porque vou manifestar aqui uma preocupação que tenho hoje, não só como professora de uma universidade pública, mas como mãe de um aluno de uma escola pública de qualidade no Rio de Janeiro e como cidadã.

Vocês todos – desculpem o regionalismo – talvez conheçam o Colégio Pedro II, que é o colégio mais antigo do Brasil e que tem vivido épocas, assim como o resto da educação básica no País inteiro, tem passado por uma época muito difícil.

Os professores se encontram em greve, parte deles, e no momento em que justamente lhes faltam recursos para responder a todo o processo de expansão que foi levado de criação de unidades em cantos menos favorecidos da cidade do Rio de Janeiro.

Então, desculpem-me trazer aqui um assunto que é pessoal, mas, diante da discussão da importância da educação de base, ver as dificuldades enfrentadas por uma escola pública de qualidade é muito difícil. Eu não poderia deixar de compartilhar com vocês essa preocupação.

Boa noite. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A nossa solidariedade às suas palavras e também aos seus sentimentos, Drª Marta.

Antes de encerramos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial aos nossos convidados, Embaixador Marcílio Marques Moreira, a quem quero, de público, agradecer pelo tempo e anos de convívio que tivemos na condução dos destinos do Brasil e que tanto me serviu para o aprimoramento intelectual e de formação; ao Professor Doutor Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília; ao Dr. Renato Flôres, Professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio; Drª Marta dos Reis Castilho, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida.

O terceiro painel do nosso ciclo de palestras, intitulado "Negociações Econômicas Internacionais, OMC e Rodada de Doha" dar-se-á na segunda-feira próxima, 22 de agosto, com a presença do Dr. Aluisio de Lima-Campos, Professor da American University; Drª Vera Thorstensen, Professora de Política de Comércio Internacional da Fundação Getúlio Vargas; Ministro Celso Lafer, Professor da Faculdade de Direito da USP; Ministro Marcus Vinicius Pratini de Morais, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial.

Informo ainda que amanhã, dia 16 de agosto, teremos a 8ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, quando será discutido o tema "Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira", com a presença dos Srs. Roberto de Medeiros Dantas, Gerente do Programa Calha Norte, e Herlon Goelzer de Almeida, assistente do Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional.

Por fim, convoco os senhores membros para nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada dia 18 de agosto, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Teremos também, nessa mesma reunião, audiência pública para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate, do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea, conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas com a presença do Sr. Chris Chadwick, Presidente da Boeing Military Aircraft.

Está encerrada a sessão, com agradecimento a todos aqueles que compareceram.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 21 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 34ª e da 35ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. O Senador **Aloysio Nunes Ferreira** faz uso da palavra. Tem início a apreciação da primeira parte da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 83, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar".* Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 93, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ADALNIO SENNA GANEM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá".* Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Os indicados são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Cristovam Buarque** e **Ana Amélia**. A reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta e oito minutos e reaberta às onze horas e cinqüenta e cinco minutos. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. Por solicitação da Senadora **Ana Amé-**

lia, o Plenário da Comissão aprova inversão da Pauta. **Item 6 – Requerimento Nº 40, de 2011-CRE**, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, que "*requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti".* A Senadora **Ana Amélia** faz uso da palavra. Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 86, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa".* Relator *ad hoc*: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 96, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora VITORIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã".* Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Requerimento Nº 994, de 2011**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que "*requer, nos termos do art. 55, III da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I e o disposto no art. 40, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, como representante do Brasil e do Senado, participar da Grande Reinauguração do prédio histórico do Teatro Bolshoi, em Moscou, Rússia, ausentando-se do País no período de 25 de outubro a 1º de novembro de 2011".* Relator: Senador **Paulo Bauer**. O Senador **Blairo Maggi** faz uso da palavra. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. Tem início a segunda parte da pauta, com a realização de **Audiência Pública**, atendendo ao **Requerimento nº 37, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 04 de agosto de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas*". Os senhores Christopher Chadwick, Presidente da Boeing Military Aircraft, e Christopher Raymond, Vice-Presidente Executivo da Boeing Company, são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os senadores **Paulo Bauer, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Cristovam Buarque** e **Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Declaro aberta a 36º reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 34ª e da 35ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vou pedir licença para me levantar aqui para fechar a porta da comissão. *(Pausa.)*

Obrigado pela compreensão das senhoras e dos senhores.

Comunicados.

Relato da audiência pública da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, que foi presidida pelo Senador Cristovam Buarque, realizou, no último dia 11 de agosto, quinta-feira passada, audiência pública para debater o tema "Cidades: o que fazer?" Participaram como palestrantes os seguintes convidados: o Sr. Sebastião Carlos dos Santos - Presidente da Associação dos Catadores de Gramacho, no Rio de Janeiro; o Sr. Tom Rebello, arquiteto; e o Sr. Hazem Galal, assessor empresarial da PricewaterhouseCoopers.

O Sr. Sebastião Carlos dos Santos, inicialmente, pontuou que os catadores de lixo ainda são vistos como

sujeitos socialmente excluídos, apesar de prestarem serviços de extrema importância para a sociedade e para o meio ambiente. Além disso, a atividade continua a ser realizada nos lixões e nas ruas, lugares impróprios à dignidade dos catadores. O expositor apontou que os catadores começaram a se organizar em âmbito nacional a partir de 2001. Como reivindicações da categoria, ele mencionou a disponibilização de galpões com estruturas dignas para a coleta seletiva, a inclusão dos catadores na atividade de coleta seletiva, o reconhecimento e a regulamentação da profissão, a não privatização do setor e, por fim, o estabelecimento de uma legislação que confira às empresas geradoras de resíduos a responsabilidade pelo correto destino desses. O palestrante afirmou que, mesmo com a aprovação recente da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a grande maioria de Municípios ainda não dispõe de coleta seletiva. Apesar disso, o Brasil apresenta bons níveis de reciclagem para alguns produtos, como latas de alumínio e resina PET. O convidado explicou que isso se deve não à existência de uma política pública, mas à pobreza e à exclusão social, que impulsionaram parte da população para a atividade de catar lixo. Para demonstrar a necessidade de regulamentação do mercado de coleta seletiva de lixo, o Sr. Sebastião Santos destacou que o País perde 8 bilhões de reais ao ano por não ter um sistema eficiente dessa coleta coletiva. Disse, por fim, que se trata de um mercado economicamente viável, mas informal e socialmente injusto.

O arquiteto Tom Rebello destacou que as tendências atuais de planejamento urbano não favorecem mais o surgimento de grandes cidades. As novas indústrias buscam agora as cidades médias, onde há uma melhor qualidade de vida em relação às grandes cidades existentes. Os exemplos de sucessos atuais mostram o valor de medidas como o deslocamento de alguns serviços para longe dos centros das cidades e a revitalização dessas áreas centrais. Quanto à desmigração, disse acreditar ser uma solução para os problemas urbanos das grandes cidades. Para tanto, elencou como necessária a conjugação de projetos habitacionais, educacionais e de saúde nas cidades médias com instrumentos de incentivo de retorno a elas.

O último expositor, o Sr. Hazem Galal, enfatizou que as expectativas mundiais quanto ao papel do Brasil na Conferência Rio+20 são ainda maiores do que as da Rio 92. O País, argumentou, caminha para, em 20 a 30 anos, ser a quinta economia mundial. Com isso, maior será o impacto de seu exemplo de como atingir um desenvolvimento sustentável.

Em seguida, o convidado destacou a oportunidade que o País terá ao sediar grandes eventos internacionais nos próximos anos. Segundo ele, esses eventos poderão ser catalisadores do desenvolvimento regional sustentável, diminuindo, por exemplo, o déficit de investimento urbano nas cidades sede. Advertiu, no entanto, que para realizar esse potencial de crescimento as cidades têm que se preparar em termos de infraestrutura, segurança, mobilidade urbana, sustentabilidade e outros fatores de desenvolvimento social.

Como uma das medidas desse preparo, o Sr. Hazem Galal sugeriu observar as experiências de outras cidades pelo mundo para identificar e aproveitar as melhores práticas. Nesse ponto, recomendou o estudo anual, coordenado por ele, que compara a atratividade para negócios e a qualidade de vida de 26 cidades pelo mundo.

Por fim, o expositor sugeriu a criação de um índice de desenvolvimento e de competitividade para mensurar e acompanhar o avanço das principais cidades do Brasil, a começar pelas cidades sedes da Copa de 2014.

Segundo comunicado:

Durante a última reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em 11 de agosto do corrente, o Senador Eduardo Suplicy solicitou informações a respeito das ações do Governo brasileiro no combate à fome no leste da África.

Em atenção à solicitação de V. Exª, foram pedidas ao Itamaraty informações sobre o tema. A seguir, leio o teor da comunicação da área competente do Ministério das Relações Exteriores em resposta à pergunta e ao interesse do Senador Eduardo Suplicy.

Diz a nota:

O Brasil reconheceu o estado de fome no Chifre da África, considerando especialmente grave o caso da Somália, onde metade da população encontra-se em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Governo e o povo brasileiro estão empenhados em prestar solidariedade ao continente africano. À luz da Lei nº 12.429, que autoriza o envio de mais de 700 mil toneladas de alimentos a mais de vinte países, o Brasil conferiu prioridade absoluta à destinação à Somália e à Etiópia. Estão previstos embarques de mais de 38 mil toneladas de alimentos ao primeiro país, que é a Somália, e 15 mil toneladas ao segundo, que é a Etiópia, com vistas a prover alívio emergencial à situação de fome aguda. O primeiro embarque, de cinco mil toneladas, está previsto para as próximas semanas.

Cabe ressaltar, continua a nota, que a operação acima referida acontece em parceria com o Programa Mundial de Alimentos e com países parceiros. O PMA, Programa Mundial de Alimentos, é responsável pelo transporte marítimo, recepção, armazenamento e distribuição local dos alimentos. Estados Unidos, Espa-

nha e Nova Zelândia contribuem com recursos para a cobertura dos custos logísticos associados.

Em segundo lugar, o Governo brasileiro realizou contribuição direta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR, no valor de US$300 mil, ao Fundo das Nações Unidas para populações, destinado ao apoio imediato a mulheres e jovens, com distribuição de material de saúde e higiene básica.

O Brasil anunciou a doação de US$600 mil à União Africana, por meio do ACNUR, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, e a União Africana, entre outras atividades, articula ações humanitárias nos estados em crise e emergência alimentar. Essa doação de US$600 mil contribuirá para a cooperação humanitária no Djibuti, na Etiópia, na Somália, no Quênia e em Uganda, países que têm sofrido os efeitos da crise humanitária, seja por causa da fome aguda, seja pelo recebimento de grande contingente de refugiados.

E assim termina a nota. E, naturalmente, se não chegou ainda às mãos de S. Exª, o Senador Eduardo Suplicy, eu solicito à Secretaria da Comissão que tome as providências devidas para que S. Exª receba o inteiro teor da nota que nos foi enviada pelo Ministério das Relações Exteriores por intermédio do Embaixador Sérgio Danese.

Iniciando a pauta do dia de hoje, o Item nº 1, em caráter não terminativo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na reunião passada da nossa Comissão, o Senador Luiz Henrique, o Senador Suplicy e eu mesmo nos referimos a um problema que vem preocupando gravemente o setor da agricultura, especialmente de Santa Catarina e São Paulo – são os bananicultores. V. Exª se lembra do episódio relatado aqui pelo Senador Luiz Henrique. O Ministro Patriota, em visita ao Equador, teria se comprometido com o Presidente da República equatoriano a fazer gestões para facilitar a importação de banana equatoriana pelo Brasil. Ora, isso vem gerando grande inquietação, especialmente no Estado de São Paulo e de Santa Catarina, que são os maiores produtores dessa fruta aqui no Brasil, e um setor que já vem passando por dificuldades, perdendo mercado na Argentina, no Uruguai, no Chile, em razão das condições que V. Exª bem conhece, de câmbio, de carga tributária, etc.

Apresentei um requerimento que foi endossado também, apoiado, pelo Senador Paulo Bauer e também pelo Senador Suplicy, no sentido de convidarmos para vir à nossa Comissão o Ministro das Relações Exteriores ou quem ele designar, assim como o Ministro do Desenvolvimento, para esclarecer em que pé estão essas negociações, se é que elas existem, e de alguma forma tranquilizar os produtores de banana, especialmente de São Paulo e Santa Catarina.

Ontem à tarde, estivemos com o agora ex-Ministro Wagner Rossi – acho que foi a última audiência, que o Ministro nos concedeu. Estivemos lá os Senadores a que me referi, muitos prefeitos, Deputados e tal. Tivemos do Ministro Rossi a manifestação de grande simpatia pela tese. No entanto, as coisas agora mudaram no Ministério da Agricultura, e tenho certeza de que o Ministro que o sucedeu continuará na mesma linha. Mas é uma questão que hoje está mais afeta às relações exteriores e à política levada adiante também pelo Ministro Pimentel.

De modo que eu gostaria, se fosse possível, se fosse regimental, que nós pudéssemos deliberar sobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira, já encaminhou à Mesa o requerimento solicitando audiência pública com a presença dos Ministros Antonio Patriota e outras autoridades, para tratar desses assuntos do bananicultores, de um eventual entendimento que teria havido do Brasil com o governo equatoriano para a importação de bananas.

A informação que chegou, nesse meio tempo, foi de que esse entendimento não iria vigorar, ou seja, que estaria suspenso esse entendimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em função disso é que nós não colocamos o requerimento, não sem antes falar com V. Exª, o que eu estaria fazendo hoje – tendo a segurança dessa informação, se seria mantido o requerimento ou não. Houve essa informação segura, de que não haveria essa importação de bananas. Portanto, o objeto do requerimento de V. Exª, tão bem embasado e na direção correta, de tentar proteger os nossos produtores desse produto aqui no Brasil, talvez, naturalmente submetido a V. Exª, pudesse ficar sobrestado até que houvesse outra manifestação em contrário, se houver.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sem dúvida, Presidente. Acho que isso nos satisfaz inteiramente.

Agora, pediria a V. Exª, se fosse possível, formalizar isso, essa informação sua à Comissão, porque o aspecto, digamos assim, psicológico é muito importante neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para dar segurança às pessoas, nada melhor do que um comunicado de V. Exª, com a sua autoridade, à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª tem toda razão. Eu solicitaria, portanto, ao Ministério das Relações Exteriores, que, por gentileza, colocasse essa decisão do Governo brasileiro de não mais importar esse produto do Equador oficialmente numa nota para que nós pudéssemos, então, lê-la aqui e comunicar aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passamos à primeira parte da nossa pauta do dia de hoje:

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: *Dia 11/08/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 93, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ADALNIO SENNA GANEM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: *Dia 11/08/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Convido, para que tomem assento à Mesa, os Srs. Ministros Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, indicado para o Estado do Qatar, e Adalnio Senna Ganem, indicado para a República do Panamá.

Desejo, em nome dos integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas aos Srs. Ministros que serão hoje sabatinados por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Informo aos Srs. Ministros indicados que o tempo destinado à exposição de cada um dos senhores será de dez minutos, prorrogáveis de acordo com o interesse que a matéria despertar no Plenário desta Comissão.

Iniciando, passo a palavra a S. Exª, o Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, indicado para o Estado do Qatar, para a sua exposição.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Cumprimento o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor. Também cumprimento o Sr. Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque e, muito especialmente, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi o relator no caso desta proposição.

Srs. Senadores, senhoras e senhores, é com um sentimento mesclado de privilégio e satisfação que compareço hoje, pela terceira vez, a esta Comissão. Em 2004, a Comissão deu o aval que me permitiu ir para a Romênia e chefiar a nossa embaixada em Bucareste. Em 2007, voltei a esta Comissão, e os Srs. Senadores me trataram com igual generosidade, o que me permitiu ir da Romênia para a Costa Rica, onde exerço as funções de Embaixador há pouco mais de quatro anos. Caso hoje obtenha o endosso da Comissão, naturalmente, com grande alegria e sentimento de expectativa, exerceria a chefia de uma terceira embaixada, no caso a Embaixada do Brasil em Doha, no Estado do Qatar.

Antes de falar das relações do Brasil com o Qatar, eu queria fazer uma pequena nota sobre uma avaliação muito pessoal dos pouco mais de quatro anos em que estive em São José da Costa Rica. Acredito, quase ao término, em princípio, das minhas funções na Costa Rica, que os vínculos entre Brasília e São José se aprofundaram bastante, fortaleceram-se significativamente. Nesse contexto, queria apenas indicar alguns momentos realmente essenciais nesse processo de construção de vínculos mais sólidos entre o Brasil e a Costa Rica. Eu me refiro à visita que o Presidente Oscar Arias fez ao Brasil, em julho de 2008, e a visita de retribuição do Presidente Lula da Silva em junho de 2009. Registro, também, que, no primeiro semestre deste ano, estiveram aqui no Brasil o Chanceler da Costa Rica acompanhado da Ministra do Planejamento.

Passando ao Qatar e ao relacionamento do Estado qatari com o Brasil, gostaria de sublinhar que os vínculos estabelecidos são parte de um processo mais amplo. Ao longo dessa última década, houve a expansão da posição do Brasil no contexto internacional, que nos levou a uma expansão de redes de embaixadas, de relações diplomáticas, políticas, econômicas e comerciais, além de nossas áreas tradicionais de atenção. Eu me refiro à América Central e ao Caribe, à África Subsaariana, que foi muita reforçada, ao Magrebe, ao Oriente Médio e ao Extremo Oriente, bem como à região do Cáucaso.

O relacionamento do Brasil com o Qatar, eu preciso dizer que, nesse contexto, é um relacionamento muito recente. Em 2005, abrimos nossa embaixada em Doha. Em 2007, o Estado do Qatar reabriu a embaixada aqui em Brasília. A convergência mais geral, eu diria que é a convergência derivada de visões singulares, refletindo a história, a cultura, a posição geográfica e os interesses de ambos os países, mas ainda sim uma convergência de visões sobre a necessidade de reforma da ordem internacional. O Brasil e o Qatar têm interesse na construção de uma ordem multilateral emergente ademais dos interesses derivados da malha de vinculações bilaterais.

O aprofundamento das relações entre o Brasil e o Qatar, ao longo desses poucos anos, foi muito rápido. Isso, sem dúvida, deveu-se a visitas de alto nível muito bem-sucedidas. Recordo que o Sheik Hamad Al-Thani esteve, em 2010, no Brasil e que, também em 2010, o Presidente Lula da Silva visitou Doha.

Em março de 2011, outro momento importante, o Chanceler Antonio Patriota foi ao Qatar e foi a primeira visita dele, como chanceler, a um país do Golfo. Naquela oportunidade, o Chanceler Patriota teve uma interlocução muito ampla com o Emir Hamad e com o Primeiro Ministro e Chanceler Hamad bin Jassim.

Ao longo desses seis anos de construção de relações, estabeleceu-se, também, uma pequena malha de acordos que, de alguma maneira, balizam e estimulam a relação bilateral.

Falarei um pouquinho sobre comércio e um pouquinho sobre investimentos.

A situação atual do comércio bilateral é interessante. Nos últimos oito anos, houve um crescimento da ordem de 1.300%. Nós passamos de um fluxo de comércio de menos US$40 milhões para outro superior a US$500 milhões. Olhando o percentual é excelente; olhando os números absolutos é evidente que muito resta a fazer. De treze países do Oriente Médio importadores de produtos brasileiros, o Qatar é o décimo. Importam menos apenas Omã, Bahrein e Iraque.

Essa é a situação e as perspectivas são boas. E algumas razões existem para isso. Eu destacaria, em termos dessa ordem de razões, a pauta nossa é muito concentrada, a exportação de minério de ferro e de frangos, importação de fertilizantes, querosene de aviação e, mais recentemente, importações tópicas de gás natural líquido, o que contribuiu para equilibrar uma balança comercial que tradicionalmente nos é muito favorável. Um outro ponto importante, claro, é o próprio Produto Interno Bruto do Catar, que alcança US$136 bilhões.

E o crescimento desse produto eu diria que é um estilo mais do que chinês. Em 2006, o PIB cresceu 18%; em 2010, 16%; este ano, a faixa de expectativa dos analistas nos leva a crer que o produto catari, o Produto Interno Bruto se expandirá entre 16% e 20%.

A economia do Catar é uma economia que vive de basicamente alguns poucos produtos: petróleo, gás – sobretudo hoje –, petroquímicos, um pouco de aço e pouco mais. Ou seja, o Catar precisa importar quase tudo, e isso nos dá alguma expectativa de melhorar a nossa situação em termos de relacionamento econômico-comercial.

Eu queria também dizer aos senhores que, fechando esse círculo, a renda *per capita* do Catar – é uma população de 1,7 milhão de pessoas, um território do tamanho de Sergipe – é superior a US$80 mil. Para alguns analistas, é a renda *per capita* mais alta do Planeta; os menos otimistas dizem que é a segunda ou a terceira.

Visto o comércio, falarei muito rapidamente sobre investimento.

Há o interesse do Catar em investir no Brasil, e num leque amplo: agronegócio, infraestrutura, energia, mercado de capitais. E, em associação com o Brasil, também há o interesse em investir em determinados terceiros países.

Nessa área de investimentos, algo de importante já foi feito. Eu vou levantar apenas uns poucos dados. Em 2010, a Qatar Holding investiu US$2,7 bilhões na compra de 5% do Banco Santander Brasil. Uma outra empresa catari, Hassan Food, participa em uma empresa avícola brasileira – o nome eu não poderia dizer, não foi revelado –, que é capaz de suprir 60% da demanda catari de aves e ovos. A Iberdrola recebeu uma injeção de 2 bilhões de euros. A iberdrola, como os senhores sabem, atua muito fortemente no setor elétrico brasileiro.

Da nossa parte, há um interesse em expandir oportunidades econômicas. E eu diria que o símbolo desse interesse foi uma viagem, uma missão feita pelo então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior, em 2010, que levou à Doha cerca de cem empresários brasileiros.

A minha conclusão, muito rapidamente, é a de que a história recente do Catar é uma de passagem, com êxito, da pobreza e do subdesenvolvimento a uma sociedade de abundância. E isso é marcado por uma data, 1949, quando o Catar, pela primeira vez, exporta petróleo.

Hoje essa sociedade abundante e esse Estado muito ativo leva a que o Catar tenha uma posição, antes apagada na comunidade internacional, a uma outra, marcada por um grande ativismo.

Concluo por aqui porque prefiro receber os aportes dos senhores em matéria de observações, perguntas e comentários, que certamente me enriquecerão muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Tadeu Nascimento Valadares.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Adalnio Senna Ganem, indicado para a República do Panamá.

O SR. ADALNIO SENNA GANEM – Muito obrigado, Presidente. Bom-dia.

Exmº Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque; Exmº Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem agradeço a relatoria do processo; Exmªs Srªs e Exmºs Srs. Senadores, senhoras e senhores, é uma grande satisfação, uma grande honra para mim apresentar hoje o Panamá a esta Comissão ilustre. E, caso o meu nome seja endossado, terei muita satisfação de representar o Brasil no Panamá e de estar à disposição dos senhores.

Eu, atualmente, exerço a função de Cônsul-Geral do Brasil em Atlanta, que tem a jurisdição sobre o sudeste dos Estados Unidos. O Consulado-Geral atende uma comunidade brasileira de cerca de 80 mil pessoas, concede cerca de cem vistos por dia – há um fluxo muito grande de pessoas dos Estados Unidos para o Brasil dessa região – e organiza uma série de atividades na área de promoção comercial, de eventos culturais, intercâmbio universitário e intercâmbio tecnológico.

Eu gostaria, agora, de falar sobre o Panamá e me permitam fazer referência a dois fatores que, naturalmente, são de conhecimento dos senhores, mas que contextualizam a história do Panamá. O primeiro é o Congresso Anfictiônico, em 1826, ocasião em que Bolívar, referendado por estadistas da época, considerava, já, o Panamá um centro na América Latina. Bolívar, inclusive, o menciona como um centro mundial, o que é um pouco exagerado, talvez.

Muito recentemente, eu acredito que a rápida transformação do mundo – eu vejo, mesmo, a mudança de paradigma – vai acentuar esse papel estratégico do Panamá, na medida em que os fluxos dinâmicos e financeiros, produtivos, cruzam em todas as direções e, portanto, reforçam a posição estratégica do Panamá.

O Panamá tem sabido aproveitar essa sua posição estratégica. Hoje, é um centro não somente global marítimo, mas é um centro regional aéreo, é um grande centro financeiro, é um centro de expansão imobiliária extraordinária e é, também, um centro de redistribuição de produtos.

A estratégia do Governo panamenho é, justamente, reforçar essas potencialidades do Panamá.

Como é do conhecimento de V. Exªs, o canal está sendo duplicado e as obras terminam em 2014. Há um plano diretor para ampliação permanente do Aeroporto Tocumen, que, hoje, já é um dos maiores da América Latina, com mais de 50 voos por semana para o Brasil. Tem buscado promover a transparência do sistema financeiro. O Panamá estava, até recentemente, na lista negra da OCDE. O Panamá assinou um acordo de informação tributária com os Estados Unidos e alguns acordos de bitributação com outros países, o que tem demonstrado o seu interesse em tirar o Panamá de todas as listas negras – continua, ainda, na lista negra do Brasil –, e tem buscado também atrair, é um grande centro de multinacionais, de distribuição regional, de escritórios regionais.

A política externa do Panamá, da mesma forma, considerada desenvolvimentista, tem uma relação privilegiada com os países com os quais tem negócios ou que utilizam o canal, especialmente os Estados Unidos, busca atrair investimentos e tem, também, buscado uma inserção maior na América Latina e uma influência que exerce, bastante interessante sob o ponto de vista do Brasil, na América Central e no Caribe.

O plano de ação do atual governo, continuando planos de ação de governos anteriores, tem, também, uma preocupação social. O Panamá, apesar de ser um país que tem se desenvolvido muito ultimamente, com um crescimento de mais de 8% ao ano em média, é um país ainda em desigualdade social, então, o governo tem adotado programas sociais em diversos setores, como educação, saúde e etc.

Eu acredito que a política externa brasileira deva fundamentar-se não somente nos laços de amizade que nos unem. Todos os presidentes, dos dois países, fizeram visitas recíprocas desde o ano 2000, o que é impressionante, e alguns mais de uma vez. O presidente atual, Ricardo Martinelli, inclusive, visitou o Brasil como presidente eleito. Ele foi reeleito recentemente. O Chanceler Antonio Patriota visitou o Panamá em junho.

Foi muito bem recebido pelo presidente e pelo Chanceler Juan Varela, que mostraram a sua admiração pelo Brasil e o reconhecimento do papel do Brasil, não só na América Latina, mas no mundo, como um grande país emergente, que, brevemente, deverá estar entre as cinco maiores economias do mundo.

Eu acredito, também, que nós devamos aproveitar esse potencial que o Panamá oferece e explorar ainda mais esse potencial em nosso benefício – naturalmente, em benefício dos dois países.

Nós não utilizamos muito o canal porque, mesmo com a ampliação, no canal não há possibilidade de passar supergraneleiros, supertanques, mas há possibilidade de desenvolvimento de uma logística de transporte que beneficiaria o Brasil. Ademais, o posto de Pecém e o posto de Suape são muito próximos do canal e poderiam utilizá-los para comércio com a Ásia.

Nós naturalmente temos um diálogo político que poderia ser reforçado, inclusive, aproveitando as sinergias, como a influência do Panamá na América Central e no Caribe.

Há uma forte presença de empresas brasileiras no Panamá com escritórios regionais. A Odebrecht tem uma carteira de projetos de cerca de US$3 bilhões, inclusive, está construindo o metrô do Panamá neste momento e construiu a ligação, a autoestrada entre Colón e o Panamá. A Eletrobrás acaba de instalar um escritório. A Embrapa também instalou um escritório regional.

Aliás, a esse respeito, eu gostaria de mencionar também o grande programa de cooperação técnica que nós desenvolvemos, inclusive com uma base regional, também no Panamá, em áreas de saúde, de educação e diversas outras, especialmente agricultura com a Embrapa. Enfim, há um amplo programa de cooperação com o Panamá também.

Finalmente acredito que poderíamos utilizar o Panamá também como um centro de distribuição de produtos brasileiros para a região e até para outras regiões.

Essas são minhas breves considerações, Sr. Presidente. Vou me limitar a esses comentários, mas terei grande satisfação em elaborar mais sobre esses pontos e outros que sejam do interesse de V. Exªs.

Muito agradeço a atenção e espero vê-los todos no Panamá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Adalnio Senna Ganem, indicado para a República do Panamá, pela sua exposição.

Pede a palavra S.Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, foi um privilégio essa designação com que V. Exª me honrou para relatar, apresentar aqui, fazer uma primeira apresentação à Comissão de dois Diplomatas extremamente preparados, experientes, que seguramente honram a diplomacia brasileira e que , se aprovados, vão muito bem representar o nosso País tanto no Catar quanto no Panamá, porque tudo recomenda essa expectativa.

Eu creio que as exposições de ambos os indicados foram bastante satisfatórias, as exposições inaugurais na nossa reunião de hoje. Tenho apenas duas ou três perguntas a fazer a cada um deles. Primeiro ao nosso futuro embaixador do Panamá, com quem estive...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com licença, Senador. Eu havia concedido ao Senador Aloysio Nunes Ferreira a palavra pela ordem, mas retifico. A palavra está com S.Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como Senador inscrito para fazer as indagações aos Srs. Embaixadores que acabaram de fazer suas explanações e, em seguida, falará o Senador Cyro Miranda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe-me, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu que agradeço a V. Exª. Desculpe-me o mal entendido.

Em primeiro lugar, pergunto sobre o Consulado. Uma curiosidade que já expressei ao senhor ontem: o senhor foi quem implantou, se não me engano, o nosso Consulado Geral em Atlanta, não é isso? Como é a situação dos brasileiros lá? Pelo que sei, há uma grande quantidade de brasileiros na área sob a jurisdição desse Consulado. Como é a situação deles do ponto de vista da documentação, o reflexo da crise da economia americana sobre eles, há um movimento de volta ou não, enfim, qual é a situação deles lá?

Em segundo lugar, Senador, a respeito do Panamá. O Panamá tem um lado sombrio, a situação panamenha. O próprio Presidente do Panamá reconhece. E esse lado sombrio vem da desigualdade, V. Exª apontou que ainda é muito acentuada a desigualdade social, mas também a lavagem de dinheiro – V. Exª fez alusão a esse problema – e o tráfico de drogas, que, aliás, é algo que assola toda essa região. Sendo o Panamá hoje, já sendo e estando destinado a ser cada vez mais um grande centro de distribuição, um grande pólo de convergência de linhas aéreas, perguntaria ao senhor se não seria conveniente, entre

as suas missões, procurar uma aproximação entre as autoridades panamenhas e brasileiras, no sentido de uma cooperação efetiva na investigação dos crimes de tráfico de droga na origem, porque não damos conta, simplesmente, de deter as drogas nas nossas fronteiras. Seria importante que tivéssemos acordos que permitissem, inclusive, operações de inteligência conjuntas, de modo a, no nascedouro dessas operações criminosas, se pudesse já haver uma atuação das autoridades.

Essa é uma sugestão que eu faria a V. Exª, que vem imbuído de tão boas intenções de aprofundar os laços econômicos, culturais, diplomáticos. É preciso uma atenção especial nessa área, uma cooperação nessa área de segurança pública, especialmente, em relação ao tráfico de drogas, acordos de cooperação e outros nessa linha.

Em relação ao Catar, Embaixador, ele tem realmente uma renda *per capita* muito elevada. É um país próspero, grande protagonista crescente na área internacional, sede de conferências de grande repercussão. Vai ser sede da Copa do Mundo em 2022. Mas, pergunto a V. Exª sobre a situação política, porque é uma monarquia absoluta, essa é que é a realidade. O atual mandatário assumiu o poder depois de ter dado um golpe de estado que destituiu seu próprio pai, que se encontrava de férias, que, por sua vez, havia assumido o poder, onde permaneceu por 25 anos, tendo derrubado seu tio. As relações familiares não são das mais harmônicas, pelo visto. É uma monarquia absoluta num mundo em efervescência, num mundo em transformação. É um país onde o capitalismo se desenvolve em ritmo acelerado e onde há presença fortíssima de imigrantes: 80%, pela informação que temos, da população do Catar são de não Catarianos. Pergunto ao senhor: existem por lá, o senhor tem notícia de ventos de primavera árabe? Qual é a situação desses estrangeiros em relação aos nacionais? Há algum tipo de tensão, de discriminação, de problemas que poderiam se originar dessa composição étnica do País?

São as perguntas que faço a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

De acordo com a praxe já estabelecida aqui, na Comissão, faríamos blocos de três Senadores, para, depois, os Srs. Embaixadores responderem. Podemos continuar dessa forma? Indago aos Senadores. *(Pausa.)*

Senador Valadares fala cinco Senadores? *(Pausa.)*

Bom, vamos fazer três Senadores e, em seguida, passaremos a indagar ao Plenário sobre essa proposição do Senador Antonio Carlos Valadares.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cyro Miranda para indagar os Embaixadores indicados para o Estado do Catar e a República do Panamá.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor, quero parabenizar os futuros Embaixadores do Catar, Hildebrando, e o Sr. Adalnio, do Panamá, pela brilhante explanação e posicionamento. Também parabenizar o Relator Senador Aloysio Nunes pela forma precisa do seu relatório.

Srªs e Srs. Senadores, primeiro, pergunto ao Sr. Hildebrando: o documento contendo informações sobre o Estado do Catar encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty informa do interesse manifestado pelo 1º Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros Catariano no estreitamento das relações entre o Conselho de Cooperação do Golfo e o Mercosul. Que iniciativas concretas foram tomadas até hoje no sentido de uma aproximação entre os dois agrupamentos e qual é a posição da política externa brasileira a respeito, levando-se em conta que o Brasil é considerado o país-eixo da inserção qatariana no continente?

O mesmo continente a que me referi acima, menciona o fato que o Qatar foi escolhido pela Fifa para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2022. O Brasil foi um dos primeiros países a declarar, publicamente, seu apoio ao pleito qatariano. Em vista disso, que oportunidades vislumbra V. Exª para a presença de empresas brasileiras na preparação do Qatar para o campeonato mundial?

E também ao nobre embaixador Adalnio Senna Ganem, pergunto:

O Brasil precisa incrementar o comércio da Ásia à região do Pacífico. Para isso, há projetos de rodovias transversais no norte, através do Peru, e no sul, chegando-se ao Chile. Além dessas alternativas, a produção norte do Brasil poderia beneficiar-se de uma maior utilização de rota através do canal do Panamá. Qual o regime de utilização do canal e como ele pode ser melhor utilizado pelo Brasil?

E também pergunto:

Com as recorrentes crises econômicas recentes, o comércio internacional vem sofrendo abalos. Os blocos econômicos nesse cenário muitas vezes desempenham papeis contraditórios. São uma rede de obrigações que impede os países de buscarem melhores oportunidades livremente, mas, ao mesmo tempo, representam a garantia de um mercado mínimo e isento para seus membros. Como o senhor avalia a situação dos blocos regionais nas Américas, em

particular o Mercosul em sua relação com o Panamá, com os países da América Central e do Caricom, tanto do ponto de vista econômico como institucional. Era o que tinha a perguntar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cyro Miranda, e passo a palavra a S. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de propor a V. Exª que, logo após minha fala, pudesse ser aberta a votação para que os Senadores tomassem suas decisões. Alguns deles, inclusive eu, temos compromissos em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, coloca a abertura do processo de votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação para os itens 1 e 2 da pauta, de acordo com o Ato nº 1, art. 3º, de 2011, § 4º, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Está, portanto, aberto o processo de votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que desejarem votar já poderão fazê-lo. Com a palavra, pela inscrição, S. Exª,Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antes, eu – por um motivo de curiosidade – gostaria de saber do Dr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares se sua família é do Acre?

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Do Pará.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Do Pará. Do Estado do Pará. Minha família é do Estado do Sergipe. Na verdade, V. Exª está sendo indicado, nós não temos assim nenhum conhecimento – esta é a primeira vez – e pode ser que alguém acompanhando pela TV Sergipe, diga: "Olhe, nepotismo na família Valadares."

Antes que alguém possa fazer essa ilação, eu queria parabenizar V. Exª pela carreira brilhante que conseguiu amealhar ao longo de sua vida e dizer que V. Exª vai para um país pequeno, a metade de Sergipe – em área territorial –, com uma população menor do que a do Estado de Sergipe, porque Sergipe tem quase dois milhões de habitantes e o Qatar tem 1,5 milhão de habitantes, mas uma renda *per capita* impressionante de mais de US$82 mil. Poucos países, ou nenhum país do mundo, eu não me recordo, têm uma renda tão grande quanto a do Catar. Logicamente, por causa do petróleo. Quer dizer, a existência dos hidrocarbonetos é a principal fonte de renda do país. Então, eu pergunto: o Brasil, nessa área de produção de petróleo, tem alguma relação bilateral, incluindo a Petrobras, com a produção de petróleo lá no Catar?

Esse regime monárquico a que se referiu o Senador Aloysio Nunes vem da década de 70 do século passado. Pelo que se vislumbra, apesar de ter sido promulgada uma nova constituição no ano de 2005, essa constituição que prevê a implantação de um parlamento com a indicação de 30% dos seus membros pelo emir, ainda assim, apesar da diferenciação com os regimes democráticos do Ocidente, mesmo assim, essa constituição ainda não foi implementada. V. Exª tem alguma notícia de que o governo do Catar já anunciou quando a nova constituição entrará em vigor?

Eu desejo sucesso ao Dr. Adalnio Senna, que vai para a República do Panamá. O Panamá é uma república que tem uma relação muito boa com o Brasil, um país latino-americano. Tenho certeza de que V. Exª, com o currículo que já demonstrou ao longo da sua vida, vai exercer um grande papel em defesa do fortalecimento das nossas relações bilaterais. Sucesso para os dois indicados. E quero dizer que a família Valadares se orgulha de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu gostaria até de lembrar um fato sobre essa questão de nomes, porque o "Valadares" de S. Exª é com dois ll, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, é um "Valadares" mais popular, sem os dois ll, com um l só.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É porque, em determinado momento, eu adolescente, viajando por África e visitando países, com uma mochila nas costas, fui parar... Andava eu com um cartãozinho com o endereço dos embaixadores e os telefones das embaixadas dos países que eu iria visitar. Então, eu fui lá de Johanesburgo até Dacar. Quando cheguei a Dacar, houve um atraso no voo. Eu cheguei num domingo e o voo para o Brasil já tinha saído. Eu, já sem um tostão no bolso, estudante, lembrei-me do cartãozinho que meu pai havia me dado e liguei para a Embaixada do Brasil no Senegal, em Dacar. Era Embaixador o poeta João Cabral de Melo Neto. Eu liguei para a Embaixada. Alguém atendeu muito atenciosamente, e eu me apresentei. A pessoa disse: "daqui a pouco o carro vai estar aí esperando. Fique na calçada do aeroporto, no ponto x". Dali a pouco eu vejo um carro preto chegando com uma bandeirinha, a bandeira do Brasil. Eu falei: "Poxa!". E aí saltou, do lado do carona, uma pessoa vestida esportivamente. Aí, veio ao meu encontro, eu estava sozinho ali naquela

calçada, e disse: "Você é o filho do Arnon?". Eu falei: "Sou sim". "Então entra aqui." E era o Embaixador em pessoa, que tinha ido lá me receber.

Bom, eu tinha um outro voo que sairia no dia seguinte de manhã. Ele me levou para a embaixada e me convidou para almoçar. Nós conversávamos muito. Eu me lembro que ele tomava muita aspirina, porque tinha uma dor de cabeça crônica, e tomava aspirina. Então, nós estávamos conversando. E ele explicou essa questão do Mello que tem dois "eles" e o Melo com um "ele". E ele explicava que todos os Mello têm a mesma origem, dos cristãos novos que saíram da Europa com a perseguição religiosa e que se estabeleceram primeiro no Nordeste, por isso a origem no Nordeste. E que depois, com a reforma ortográfica de 1930, que pressupunha a supressão das consoantes inúteis, aquela que acabou com farmácia com "ph", e assim por diante, alguns dos Mello cortaram um "ele", outros cortaram um "ele" e acrescentaram, pelo sentimento de perda, um acento agudo no "e", mas todos são parentes, todos os Mello têm a mesma origem.

E tem outro fato que é extremamente interessante e que diz respeito ao Senador... Diz respeito não, mas passa pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Jarbas. Eu cheguei para ele e disse assim, para o Embaixador: "Nobre Embaixador, porque eu estive outro dia em Recife...". Aí ele disse: "Não, em Recife você nunca esteve. Você esteve no Recife". E aí ele explicou que todo nome próprio que signifique um acidente geográfico, e Recife vem de arrecife, a pessoa tem que utilizar o "no", a contração "no", "em" com "o", e nunca o "em". Aí eu disse para ele: "Mas a gente fala: eu estive em Porto Alegre". Aí ele disse: "Mas está errado. É porque, no caso, o adjetivo "alegre" puxa pelo "em". Mas o certo é dizer: eu estive no Porto Alegre". Como em relação à cidade de Portugal, o Porto, sempre a gente se refere: eu estive no Porto, e nunca diferente. A Bahia, o Rio, no Rio, o Rio é acidente geográfico, Bahia é acidente geográfico, na Bahia, no Rio, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra agora ao Senador Luiz Henrique, e encerramos, assim,...

Há algum outro Senador ou Senadora que deseje fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas para desejar felicidade aos nossos dois representantes do Brasil nesses países, dizer da minha satisfação de poder estar aqui sabendo que os indicados que vêm do Itamaraty são pessoas que podemos ter total confiança no desempenho da função de cada um e chamar a atenção porque vão estar em dois países que, neste mundo global, por pequenos que sejam, são países importantíssimos, são países por onde, se a riqueza não fica, pelo menos passa pelos meios financeiros que estão lá. Além disso, são países de grande importância neste mundo global porque são um produtor de petróleo e outro produtor do transporte, por onde passa grande parte da riqueza do mundo. E são lugares que, com toda tranquilidade que eles têm, a qualquer momento, podem se transformar em vulcões de problemas. E é importante que tenhamos embaixadores capazes de apagar vulcões, pelo menos no que se refere à relação com o Brasil. Parabéns aos dois pela escolha e parabéns a todos nós brasileiros por tê-los como nossos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos sabatinando dois diplomatas que refletem, como já assinalei aqui algumas vezes, a qualidade dos membros do Itamaraty, que eu considero uma das melhores, se não a melhor, massas críticas do nosso País.

Vou formular duas perguntas, uma a cada um dos sabatinados.

Relativamente ao Embaixador Adalnio Senna Ganem, eu gostaria de saber qual é a memória que os panamenhos têm do Engenheiro Fernando Lesseps. Quando Governador, promovi uma exposição da vida e da obra de Fernando Lesseps. Numa visita à empresa Suez, em Paris, eu verifiquei que havia um acervo de mapas, fotografias, condecorações, documentos desse homem que foi um dos mais importantes da era moderna, que estavam lá, mais ou menos desalojados, numa sala. Propus à empresa Suez que transformasse aquilo numa exposição que trouxemos para Florianópolis. Foi um sucesso de público. Mais de 80 mil passaram para ver aquela exposição. Hoje, ela constitui um museu. A empresa decidiu, pelo sucesso da exposição, transformar aquele acervo num museu. Fernando Lesseps teve êxito no Egito e, lamentavelmente, não teve êxito no Panamá. Sua companhia, fundada em 1891, faliu em 1899. Eu lembro, de pequeno, a primeira vez que ouvi a expressão panamá. Eu a ouvi de meu pai. Meu pai fazia um gesto com a mão assim e dizia: isso é um panamá. Panamá era sinônimo de roubalheira, era sinônimo de falcatrua. Isso era oriundo da falência da companhia de Fernando Lesseps. Nós nos acostumamos, erroneamente, a chamar o chapéu equatoriano de panamá. Por que chamamos de panamá? Porque Fernando Lesseps comprou milhares daquele chapéu para proteger os trabalhadores da insolação. O que eu

queria saber é se a memória de Fernando Lesseps está presente junto ao povo panamenho, porque, embora o empreendimento tenha sido malsucedido, o que importa foram o projeto e o início da obra, que hoje é uma extraordinária obra de infraestrutura que serve ao comércio marítimo mundial.

Ao Embaixador Hildebrando, eu gostaria de fazer duas perguntas – eu falei que ia fazer uma, mas vou fazer duas. Primeiro, qual é a influência da Al-Jazeera, a emissora de TV, a ilha, tem em todo o mundo árabe?

A segunda é se Qatar segue o exemplo de Dubai e Abu-Dhabi, que, percebendo que o petróleo não é perene, fizeram grandes investimentos na área do turismo. É importante para nós, pois vamos entrar na era do pré-sal. Nós continuamos colocando o turismo em terceiro, quarto, quinto lugar. Recebemos tantos turistas do exterior quanto o Uruguai. E devemos receber infinitamente menos do que o Qatar. Na sua missão, o que poderia fazer para que esse exemplo do Golfo Árabe viesse para nós, no sentido de entender definitivamente que turismo tem que ser uma prioridade. Turismo, mais do que uma atividade de lazer, de cultura, é uma atividade econômica, uma atividade industrial, uma atividade que ativa a construção civil com o a construção de hotéis, de resorts, uma atividade que tem uma função extraordinária para aceleração da microempresa, porque o turismo é uma atividade microempresarial. Um hotel requer, em média, serviços de 55 pequenas empresas ou empresas individuais. Então, gostaria de saber se, no Qatar, turismo é efetivamente uma prioridade como é em Dubai e em Abu-Dhabi e que receitas podemos trazer para nosso País a esse respeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador Luiz Henrique encerrou? *(Pausa.)*

Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só um pequeno comentário, provocado pelo Senador Luiz Henrique, que acho interessante para os pedagogos e professores de nossas universidades.

Senador Luiz Henrique, o que fez o Lesseps fracassar não foi só corrupção na Bolsa de Valores, como houve, vendendo e comprando as ações do Panamá. Ele não percebeu a importância da visão ecológica na engenharia. Ele não percebeu que, no Panamá, não era a terra que ele tinha que transportar, era dominar o mosquito que transmite a malária. Eles passaram anos e fracassaram, até que um médico descobriu que as poças d'água ajudavam a espalhar os mosquitos. Por isso, os mosquitos matavam tanta gente, como matou aqui na Madeira Mamoré. Então, o engenheiro que não tiver uma visão ecológica pode fracassar em grandes projetos. Esse é um bom exemplo. No Cairo, no Egito, não tinha esse problema por causa da seca, mas, no Panamá, milhares e milhares morriam. O problema mesmo foi a malária. Quando se descobriu como controlar a malária, o canal foi construído rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Cristovam pela observação feita.

Passo a palavra aos Srs. Embaixadores para responderem às perguntas formuladas, iniciando pelo Sr. Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, indicado para o Estado do Qatar.

Lembro aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o processo de votação está aberto e que podemos continuar procedendo ao processo de votação.

Com a palavra o Embaixador.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores que fizeram essas interessantes perguntas, colocaram problemas interessantes.

Começarei pelas perguntas e comentários do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Sobre a situação política do Qatar como monarquia absoluta. É algo interessantíssimo. O Qatar teve, até hoje, sete – chamemos com o nome atual – sheiks ou sete emires, todos da dinastia da família Altaner. Os três primeiros sheiks tiveram sucessões, que nós podemos dizer, normais, dentro do modelo dinástico. Os três últimos sheiks, Ali, Ahmed e Khalifa, foram depostos. Em 1995 ocorreu o último golpe palaciano, a deposição do Sheik Khalifa pelo filho, o atual Emir Hamad.

Visto por esse ângulo, é um país extremamente instável. Há aí um engano. Não é extremamente instável porque o que interessa nesse modelo dinástico é que a sucessão é decidida dentro da família.

Nesses três exemplos de mudanças via palaciana, a família Altaner se reuniu e, conjunturalmente, em cada oportunidade, definiu que fulano deveria substituir sicrano. Então, é algo interessantíssimo, o que aparece como uma instabilidade extrema, não deixa de sê-lo, mas não é tão extrema assim.

Li um texto de um analista americano, especialista em Oriente Médio, e o título do livro – não era uma história do Qatar, era uma análise de todo o Golfo – é muito revelador. Em inglês, o título é: *All in the Family*, Tudo na Família. Isso sobre a instabilidade e a monarquia absoluta.

Sobre a população: sim, o Qatar tem 20% da população de árabes catarís, outros 20% de outros árabes, e os outros 60% divididos em indianos, nepaleses, paquistaneses, enfim num amplo espectro.

Qual a situação dessa população?

O Qatar junta o que se poderia dizer uma monarquia absoluta com um estado de bem-estar social. Como é um estado rentista e ele vive das rendas do cais, hoje, sobretudo, do petróleo secundariamente, de alguns daqueles outros produtos aos quais me referi na minha intervenção inicial, é extraordinariamente alta a estabilidade do regime. O momento difícil, a cada tanto, é o momento da sucessão dentro da família Altaner. Mas, em termos do regime, o estado do Qatar, ele, água, luz, gás, educação, saúde: grátis. De muito boa qualidade.

Só para dar uma ilustração, para não me alongar muito. Primavera árabe: o Qatar, até agora, é o estado mais estável, essa monarquia absoluta com uma junção – sem requer fazer ironia – social democrática, no sentido de um estado, um *offer state* forte. Ainda assim, a coisa de um mês atrás, talvez – creio que essa junção faz o esclarecimento; o iluminismo existe em alguma medida – um mês atrás, ou um pouco mais, diante desse contexto de primavera árabe, preventivamente – e aí só vou dar esse exemplo porque ele fala milhões de palavras – todos os cidadãos catarís que não tenham casa própria, eles tinham à disposição deles a possibilidade de levantar alguma coisa em torno em torno de US$160 mil no banco para comprar uma casa. Há um mês, um decreto, assinado pelo príncipe herdeiro, duplicou essa soma, estendeu o prazo para 37 anos e taxa de juros zero: US$700 por mês. Creio que isso mostra não só a habilidade como a estabilidade dentro da família. Eu marquei muito que era de uma sociedade da pobreza para uma sociedade da abundância. Na sociedade da abundância, uma sociedade que, para nós – para mim pelo menos –, é muito estranha – e algo que quero aprender a ver é como funciona uma sociedade da abundância com um modelo monárquico, dinástico –, essa sociedade da abundância tem elementos de estabilidade que a nós escapam.

Com isso, penso que respondi à sua pergunta.

Quanto às perguntas do Senador Cyro Miranda, eu diria que esse interesse manifestado pelo Primeiro-Ministro e pelo Chanceler – ele assume os dois cargos – Bin Jassim, que é um dos homens mais ricos do mundo – é o homem mais rico do Catar e está entre as 50 maiores fortunas do mundo – e tem uma capacidade de trabalho e de liderança muito grande. Ele ter mostrado esse interesse em uma aproximação entre o CCG e o Mercosul, esse interesse foi recíproco de nossa parte, de imediato.

Agora, é um tema que eu diria – sem ser um especialista em Mercosul e muito menos de Golfo Pérsico, pois estou aprendendo para ir ao Golfo Pérsico –, mas, não sendo um especialista em qualquer dos dois temas, eu diria que, aí, também há de se levar em conta que o Mercosul tem um acordo de livre comércio com Israel.

Então, penso que há uma tentativa, que, a meu ver, é muito bem-vinda, de se fazer uma espécie de equilíbrio. E, nesse caso, digamos, essa manifestação levará, necessariamente, a uma posição no Mercosul que, bem desenvolvida, idealmente, tendencialmente, chegará a um acordo de livre comércio – as bases eu não saberia lhes dizer –, mas que um pouco equilibre essa situação em termos regionais.

Sobre a Copa do Mundo de Futebol em 2022, sim, acho que, aí, há uma grande oportunidade, e nós, a política, o Itamaraty, já sinalizamos para o governo de Doha que, sim, nós estamos perfeitamente dispostos a coordenar, transmitir para eles os resultados da nossa experiência – certamente uma experiência complexa, que, tenho certeza, será bem-sucedida, mas que, como tudo no mundo, 100% bem-sucedido só foi Deus, que teve de descansar no sétimo dia.

Então, vai haver falhas, vai haver alguns problemas, e é claro que o governo do Catar vai estar interessado em conhecer a nossa carteira de êxitos e a nossa diminuta pastinha de problemas para que eles possam fazer dessa Copa do Mundo de 2022 um êxito absoluto. Eles têm, como foi aqui mencionado, uma grande experiência em organização de grandes eventos internacionais, mas essa Copa de 2022 para eles, inclusive como para nós, tem uma dimensão de investimento, de turismo, de cultura, de mostrar o Catar para o mundo que é absolutamente essencial.

Então, em linhas gerais, era o que eu me permitiria comentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Embaixador, permita-me só...

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Por favor!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu passei no Catar esses dias, fui para Hong Kong, e eles já estão se preparando para a Copa de 2022. Já havia uma plaquinha lá, no aeroporto: "Desculpe-nos o transtorno porque a gente já está se preparando para a Copa de 2022". Quer dizer, então...

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Certo!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – A pergunta do Senador Antonio Carlos Valadares era sobre a área Brasil/Petrobras e, digamos, relações na esfera petrolífera do Catar.

Existem já aproximações. A Petrobras já enviou missões para o Catar, já há um diálogo. Agora, ainda

não há nada que eu pudesse dizer para os senhores, como: "Olha, já conseguimos isso, já há um projeto". Há entendimentos iniciais para o petróleo e, sobretudo, gás.

Um problema – e eu me referi aqui – são importações pontuais de gás, que, inclusive, reequilibraram ou equilibraram pela primeira vez a balança comercial bilateral, porque o governo do Catar vende topicamente gás em situações muito especiais. Como o gás é o principal esteio da economia deles, eles têm uma política de acordos de fornecimento de gás que tem validade de 20 a 25 anos. Então, com isso, eles fazem grandes acordos, vendem para o país "x" gás, em determinadas condições e quantidades, num prazo de vinte a vinte e cinco anos. Com isso, eles têm uma estratégia de criar uma autonomia relativa da economia em relação às oscilações de preço, por exemplo, no mercado mundial.

Então, isso também era o que eu poderia dizer-lhe de imediato.

O regime monárquico e a Constituição de 2005. Sim, foi uma iniciativa do atual emir. A Constituição foi elaborada por uma comissão. Ela foi submetida a uma ratificação popular. Os percentuais foram altíssimos: não sei de memória, mas algo superior a 90%. E a Constituição prevê, quer dizer, em termos dessa pergunta, ela prevê a constituição de um conselho que será formado por 45 integrantes, 15 designados pelo emir, 30 resultante de eleições. Esse conselho terá poderes legislativos Se fôssemos fazer uma análise comparativa constitucional, certamente os poderes legislativos não são dos mais fortes dentro das nossas tradições de constitucionalismo. Mas tem programados poderes legislativos.

A avaliação dos especialistas é de que – a Constituição está em vigor, o conselho é que não foi criado – quando esse conselho for criado, a hegemonia do emir está praticamente assegurada com esses 15, mas sem qualquer ânimo irônico, desses 15 representantes biônicos. Haverá 30 eleitos e 15 que serão designados pelo emir. Ainda assim, dentro disso aí – isso é uma informação que os senhores poderão confirmar, por exemplo, na unidade de inteligência do *The Economist* –, a avaliação é de que há dentro da família, como em toda família, há várias ... Tem Valadares com um "l", Valadares com dois "l". Na minha família tem Valadares com um "l" e com dois "l". Então eu já vi que a minha família é muito complicada. A família Al Thani é um pouco mais complicada. Quando a gente fala em família, a gente pensa na nossa família nuclear. A família Al Thani, segundo a informação mais recente, tem mais de vinte mil integrantes. Então a família Al Thani, só ela, é 4% da população dos cataris, dos 500 mil cataris. Então essa família tem alas mais conservadoras e menos conservadoras. O emir pertence certamente a uma ala menos conservadora. Mas, ainda assim, há resistências de parte da família. Com isso, não se sabe quando esse conselho será efetivamente instaurado.

Existe outro conselho, que é só consultivo, que é 100% designado e esse conselho devia ter feito – às vezes a minha memória, aos 65 anos, ainda me ajuda – a sua 39ª sessão a pouco tempo atrás. Um decreto do governo postergou *sine die* essa sessão. Então todos esperam que depois venha mais um ano de prorrogação do conselho atual, que não tem 45, tem 30, 35 integrantes e que só tem poder de recomendar.

Em relação aos comentários do Senador Cristovam Buarque, mais do que perguntas foram comentários, eu queria só agradecer as referências muito elogiosas aos diplomatas brasileiros e ao Itamaraty. Eu distingo entre um plano e outro, embora saiba que uma instituição só tem vida através dos seus funcionários, mas eu fico particularmente feliz com a menção ao Itamaraty.

Sobre o vulcão de problemas, é verdade. Em qualquer missão diplomática a situação pode mudar muito e a situação que era céu de brigadeiro virar estepe de blindado nazista, enfrentando as tropas da União Soviética, o pior dos mundos.

Mas no Catar, nesses seis anos em que nós estamos construindo essa relação, não há um exemplo de um problema grave. Só há exemplos de convergências maiores ou menores e de oportunidades maiores ou menores a serem aproveitadas. Espero que... De vulcão, já me bastam os da Costa Rica, e só me refiro aos vulcões naturais.

O Senador Luiz Henrique me perguntou sobre a influência da Al- Jazeera, a ilha, no mundo árabe. Eu penso que essa influência não pode ser jamais exagerada. A Al-Jazeera hoje mudou, a partir da sua criação, em 1995, creio, o sistema de informação no mundo árabe, e não só no mundo árabe. Ela tem duas edições, uma em inglês e uma em árabe. A edição da Al-Jazeera em árabe alcança 50 milhões de residências nos países árabes; a edição em inglês alcança o dobro no mundo. A edição em inglês é mais contida do que a edição em árabe.

A política de mídia da Al-Jazeera, a política de jornalismo investigativo mostra muita coisa e é supremamente interessante. Ela também desperta certas críticas. É que a Al Jazira, no fundo, pertence à família Al Thani. Então, em relação a certos países e a certas crises, a Al-Jazeera dá uma cobertura do tipo X; em relação a outros países, dá uma cobertura do tipo Y, e isso cria também, além da informação, certo grau de ruído, inclusive nas relações entre o Estado do Catar e alguns dos seus homólogos árabes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu queria pedir licença ao Sr. Embaixador Hildebrando, mas S. Exª, a Senadora Ana Amélia gostaria de fazer algum comentário?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Eu iria pedir pela ordem. Presidente Fernando Collor eu lhe agradeço muito a gentileza, porque, como o Embaixador Valadares já está abordando a questão, eu tenho a curiosidade de saber se essa estratégia, como é o caso exatamente da Al-Jazeera, se essa estratégica de instrumento de um *soft power*, usado pelo Catar, advém da diplomacia do Catar ou tem uma formulação estrangeira, porque ela é muito sofisticada como instrumento de publicização ou de *public relations* de um lugar que quer se ocidentalizar mantendo a sua tradição? Essa é questão que tenho para o senhor e uma coisa pequena, que sempre me interessa por ser Senadora do Rio Grande: o Catar é um dos importadores de carne de frango. Que outro espaço nós teríamos para aumentar a exportação?

E, para o Embaixador Adalnio, a questão é que o Panamá é, na verdade, um grande entreposto comercial também. Como o Brasil pode usar isso também como plataforma comercial para seu comércio exterior?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a S. Exª, Senadora Ana Amélia.

Por gentileza, Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, indicado para o Estado do Catar, continue respondendo às perguntas dos Srs. e das Srªs Senadores.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Eu creio que, neste momento, eu tenho ainda uma pergunta do Senador Luiz Henrique e, depois...

Não. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – De maneira nenhuma. Só para seguir a ordem.

A pergunta do Senador Luiz Henrique foi em relação ao turismo e a se o Catar segue o exemplo de Dubai e Abu Dabhi. Eu diria que sim. Não que segue o exemplo. Eles são uma espécie de jogo de espelhos e todos eles têm essa noção de que o turismo é essencial. Eles sabem que as reservas petrolíferas do Catar, que são secundárias, calculam os especialistas que podem durar entre cinquenta e cem anos; as reservas de gás, que são gigantescas, podem durar até duzentos anos. Ainda assim, há uma política de diversificação e de construção de outra economia pós-petróleo e pós-gás.

É até um excesso de pensamento estratégico, mas o Catar está desenvolvendo turismo, indústria de turismo pesadamente – e a Copa de 22 estará também nesse registro –, ele está se desenvolvendo como um centro de finanças regionais, ele está se desenvolvendo e está sendo um centro cultural pela região do Golfo, pelo menos na área do Golfo Árabe – porque há o Golfo que é chamado Golfo Pérsico por uns e, de Golfo Árabe por outros.

Eles têm algo também na parte cultural, eles têm algo interessantíssimo de educacional, eles chamam para o país, sejam peritos, sejam profissionais da mais alta capacidade, têm a capacidade de pagar muito bem e, com isso, eles têm no Qatar, por exemplo, além da parte do turismo, de finanças, na parte de educação eles têm várias subsedes de grandes universidades americanas e europeias no Qatar. Estão a A&M, do Texas; Georgetown University, para a parte de relações internacionais; Virginia Commonwealth, da parte de artes plásticas; a Escola de Gerenciamento Administrativo de Paris, para a parte de administração. Eles têm os recursos para elaborar uma espécie de engenharia, ou reengenharia social de grande sofisticação. E, claro que com isso eles trazem os melhores e esses melhores servem para formar as novas gerações quataris. Na parte de turismo isso aí é muito marcado e o turismo que eles estão desenvolvendo é turismo de alta qualidade, turismo para a classe A, turismo cultural, turismo natural, a parte do deserto, das dunas, mas turismo sempre focado no segmento mais alto do universo de turistas mundiais. O Brasil, concordo absolutamente com o Senador, precisa dar mais atenção ao turismo. Digo isso, não porque eu seja um perito, mas porque vivi 4 anos na Costa Rica. E a Costa Rica...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Permita-me.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Por favor, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eles devem ter as marinas que nós não temos. Nós temos 7.200 quilômetros de litoral e não temos marinas. Eu tentei fazê-las em Santa Catarina, não consegui por óbice ambiental. Eles devem ter campo de golfe. Lá, quem empreende campo de golfe não vai preso por poluir o subsolo, como aconteceu em Florianópolis. Quer dizer, eles lá devem ter outra mentalidade, voltada ao desenvolvimento do turismo, acredito.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Repetindo, sem ser como perito, digo o seguinte: marinas eles têm muitas; campo de golfe, eles têm um campeonato de golfe no Qatar que faz parte do grande circuito mundial de golfe. É o turista endinheirado. Eu digo isso, porque do Qatar eu tenho

notícia, mas na Costa Rica... A Costa Rica é um país que com 4,5 milhões de habitantes e recebe 2 milhões de turistas por ano. Em termos proporcionais, é uma coisa gigantesca.

A pergunta da Senadora. Al-Jazeera, Senadora Ana Amélia, perdão, Sr. Presidente.

Senadora Ana Amélia, em relação à Al-Jazeera, o esquema é basicamente o mesmo. Eles têm jornalistas qataris, eles têm jornalistas, enfim, mão de obra de mídia mais sofisticada, pinçada na Europa, nos Estados Unidos, onde quer que seja. E, com isso, a Al-Jazeera tem uma linha editorial, ela não pode ser associada diretamente à diplomacia qatare, mas ela tem uma linha editorial independente. O discurso da Al-Jazeera seria: "Nós mostramos os dois lados". Agora, ao mostrar os dois lados, sempre... Aí, como eu passei vários anos em países de língua espanhola, os de língua espanhola têm uma expressão que eu acho ótima. "*Quando se mostram dois lados, nosotros siempre tenemos um corazoncito"*. Então, há um lado que é mostrado mais que o outro. Acho que nisso a Al-Jazeera não é muito diferente de uma grande parte de uma grande parte da mídia mundial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A minha curiosidade, Embaixador Valadares, é porque é muito sofisticada essa ideia desse instrumento, porque é um instrumento poderoso e moderno para, digamos, uma cultura um pouco fechada. Agora, o senhor me respondeu indiretamente antes, ao falar que eles trazem as melhores inteligências do mundo das universidades. Então, quer dizer, uma formulação pode estar sendo feita por essa contribuição da área de *Foreign Affairs*, por exemplo, essa área toda de diplomacia mais sofisticada para fazer como *soft power* em defesa do país, dos interesses, independentemente de ser uma linha editorial determinada pela diplomacia do país.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Certamente, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, indiretamente...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Embaixador, nós temos o dinheiro do Catar, mas nós levamos para Santa Catarina a única filial da Escola do Teatro Bolshoi.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Trouxemos a única filial da Enar, da França, para formar servidores de alto nível e profissionalizar a burocracia e a melhor Escola de Tecnologia da Informação da Europa, que é a École des Mines de Saint-Etiene, que está doutorando gestores em inovação em Florianópolis.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES – Perdão, na verdade, Sr. Senador, o modelo catarinense, com os recursos que nós temos, é um Catar em pequeno, no sentido de buscar o melhor no plano mundial em matéria de certas instituições e certos setores artísticos ou outros.

Quanto à carne de frango, um dos dois produtos mais importantes da pauta de exportações brasileira é exatamente carne de frango. E eu me referi aqui que, inclusive, uma grande empresa catare Hassad Food comprou uma parte de uma grande empresa avícola brasileira – o nome não foi revelado. E que essa empresa, só ela, tem capacidade de abastecer o Catar e 60% da demanda de frangos e aves. Então, eu creio que, em matéria de carne de frango, o Brasil está muito bem no Catar. A gente precisa ficar melhor em outras áreas.

Com isso, eu creio que respondi a todas às questões. E agradeço a todos os Senadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu poderia ainda ou seria abusar?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro, por gentileza. Com a palavra S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro é anotar, e o Senador não sei o que vai achar, mas catarinense pode ser tanto de Catar quanto de Santa Catarina. Deve ser assim que se dizem os do Catar.

Agora, o que eu queria falar é que no Catar a gente percebe o empenho, talvez tardio, de transformar a riqueza do petróleo na maior das riquezas, que é a inteligência.

A gente vê, Sr. Presidente, saindo do deserto – não é metáfora, literalmente – surgindo no deserto novas universidades. Não são novas universidades locais. São filiais de Harvard, filiais de universidades da Califórnia. Ali, sendo construída uma aqui, outra ali, outra ali. Isso daí vai dar um retorno. O problema é que não há massa crítica populacional. E talvez eles tenham que abrir espaço para imigração de residentes permanentes do nível superior de educação, como hoje eles abrem, sob muito controle, dos trabalhadores braçais. Mas é uma experiência emocionante ver surgindo universidades e já poder visitar algumas funcionando. Com todos os recursos necessários, com professores que vão seis e seis meses no país de origem. E dentro da tentativa de dizer que quando acabar o petróleo, nós vamos ter centros de pesquisa que vão produzir a riqueza da invenção.

Então, era isso que eu queria dizer. E é uma experiência que o senhor poderia ajudar a transmitir para nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S. Exª, Senador Cristovam Buarque.

E deixaria para as considerações finais do Sr. Embaixador alguns pontos que foram levantados por S. Exª, o Senador Cristovam.

E passo agora a palavra ao Embaixador Adalnio Senna Ganem, para resposta às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores aqui presentes.

O SR. ADALNIO SENNA GANEM – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou pela ordem das formulações. Primeiro, gostaria de reiterar os meus agradecimentos ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, por ter sido relator do meu processo. Foi uma grande honra para mim.

E em relação à Atlanta, a comunidade brasileira em Atlanta, eu diria que eram cerca de 80 mil pessoas. Tem reduzido. A meu ver, felizmente, com o desenvolvimento no Brasil e também, claro, com as leis de imigração muito severas, muito restritivas, americanas. Mas eu considero isso um fato muito positivo.

A comunidade é dividida em três grupos. Um grupo de pessoas vinculadas às grandes empresas. Atlanta é um dos grandes centros de multinacionais do mundo, inclusive Coca Cola, CNN e outras grandes empresas. Então, um grupo é vinculado a essas empresas. Então, o grupo é vinculado a essas empresas; outro grupo veio por questões religiosas, especialmente provenientes do Estado de Goiás; e finalmente, um grupo formado por muitas pessoas advindas da região de New Orleans, depois do Katrina, que são trabalhadores temporários que normalmente são pessoas sem documentação. E a redução da comunidade brasileira não só na Geórgia, mas em toda região sudeste dos Estados Unidos, se dá mais nesse grupo de trabalho temporário, o que eu acredito seja um fato auspicioso.

Efetivamente, o Panamá, apesar de uma classe afluente – o país é pequeno e tem 3,5 milhões de habitantes apenas –, uma classe afluente bastante significativa, tem bastante pobreza. Como mencionei 30% da população estão abaixo da linha de pobreza; desses 30%, 14% são indigentes. O governo tem uma preocupação muito grande, e é um foco do Plano Estratégico do governo; tem sido e continuará sendo do Plano Estratégico do governo, e haverá uma destinação de cerca de US$4 bilhões nos próximos cinco anos para uma série de programas sociais.

Efetivamente, o Panamá, como já tinha mencionado, e o senhor abordou novamente, consta de várias listas – constava, eu diria –, listas negras, em termos de lavagem de dinheiro ou de falta de transparência de informações, mas a política externa panamenha tem uma preocupação muito grande em relação a isso; tem assinado diversos acordos, como mencionei, inclusive com os Estados Unidos, de informação na área tributária. O Panamá tem progredido nessa área e inclusive está em negociações com o Brasil para verificar a possibilidade de que retiremos o Panamá da lista negra.

Em relação ao tráfico de drogas, o senhor abordou uma questão bastante significativa muito importante e que merece realmente uma ação de todos. O Panamá e a América Central de maneira geral estão um pouco espremidos entre o México e a Colômbia, que sabemos têm lutado com eficiência em relação à problemática de drogas, o que pode resultar inclusive – desculpe a expressão – num espirro de cartéis para a região central americana. O Panamá está inclusive liderando um processo de consulta com os Estados Unidos, e o senhor tocou num ponto chave das relações bilaterais: nós também estamos em conversação com o Panamá. Em recente visita que o Chanceler Antonio Patriota fez ao Panamá, em junho, esse foi um tema de conversa. Inclusive deverá haver um grupo de trabalho que examine a situação e proponha ações para evitar sejamos – o Brasil – uma ponte para tráfico; enfim, que haja uma intermediação entre os dois países, uma coordenação entre os dois países para evitar a fluência do tráfico de drogas.

Gostaria, agora, de responder às questões do Senador Cyro Miranda, em relação à utilização do Canal, primeiramente. Efetivamente, o Brasil, por questão do perfil de exportações, do comércio com a Ásia, tem usado mais supertanques e supergraneleiros. Infelizmente, esses navios não passam no Canal. Mas acredito que haja uma grande possibilidade, não somente de criarmos uma estratégia logística – por exemplo, a Odebrecht tem direitos para construir um poliduto ao longo da autoestrada entre Colón e Panamá, ou uma estrada férrea que fizesse o transbordo das mercadorias de um porto para outro. Enfim, uma série de situações que poderiam ser examinadas, têm sido examinadas, mas também acredito que especialmente os Portos de Pecém e Suape poderiam usar o Canal para transporte de mercadorias para a Ásia.

Em relação ao Mercosul, o Panamá tem nos procurado – o Mercosul – em diversas ocasiões para negociar um acordo com o Mercosul. Como o senhor mencionou, as negociações são complexas, porque o Panamá está envolvido em vários acordos, inclusive um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, que ainda não foi aprovado, como é do conhecimento dos senhores. Há possibilidade, há perspectiva de negociações entre o Mercosul e o Panamá, durante 2011, para avançar nessa direção.

Gostaria de agradecer imensamente a gentileza das palavras do Senador Antonio Carlos Valadares e também as mui gentis palavras do Senador Cristovam Buarque. Soube anteontem, ao cumprimentar o Sena-

dor Cristovam Buarque, que S. Exª é um profundo conhecedor do canal. Ele me lembrou que é engenheiro também e inclusive me ofereceu alguns ensinamentos sobre o processo de construção do canal.

Em relação à memória do engenheiro Fernando Lesseps, levantada pelo Senador Luiz Henrique, vou fazer uma suposição, Senador. O Panamá está preocupado, inclusive para atrair o turismo, em criar uma perspectiva cultural. É um país muito voltado para a área de negócios, um centro de comercialização. Mas, pelo que li, não fui ao Panamá recentemente, há uma preocupação em relação à cultura e à preservação da história e da cultura. Existe hoje no Casco Viejo, o bairro colonial espanhol que está sendo recuperado, a Odebrecht inclusive tem envolvimento nesse processo de recuperação, um museu sobre a construção do canal e sobre a própria Campagnie Oceanic Universelle, de Fernando Lesseps.

Efetivamente o engenheiro Fernando Lesseps não foi bem-sucedido, porque ele queria nivelar as águas entre os dois oceanos. Esse sistema não funcionou – o Senador Cristovam Buarque poderá explicar muito melhor do que eu –, finalmente o canal do Panamá teve a construção coordenada pelo engenheiro George Goethals, que era americano. Foi fundamental, como mencionou o Senador, a questão da saúde, a prevenção da malária ou controle da malária. Mas suponho que há hoje uma preocupação com a preservação da memória de Fernando Lesseps.

Finalmente, abordo a questão da Senadora Ana Amélia sobre a plataforma comercial. Como o país é pequeno, não há muito o que vender. Nós hoje temos um comércio da ordem de 382 bilhões, poderíamos ter algumas oportunidades na área de material de construção – a indústria de construção imobiliária hoje no Panamá é gigantesca –, também na área de aeronaves, tendo em vista a Copa, que é talvez a maior companhia latino-americana. Mas a grande oportunidade está, como a senhora mencionou, em utilizar o Panamá como uma plataforma comercial. Para isso, há uma série de empresas brasileiras implantadas no Panamá, porém mais empresas de serviços, e gostaria de ver escritórios de distribuição regional que poderiam utilizar não só a área portuária, mas as zonas de livre comércio que têm se desenvolvido muito ultimamente e eu buscarei, caso seja endossada minha candidatura, avançar nesse processo.

Acredito que tenha respondido a todas as perguntas.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Aldanio Senna Ganem, indicado para a República do Panamá.

Indago se algum Senador ou Srª Senadora deixou de votar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Todos votaram?

Declaro encerrado o processo de votação.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal combinado com o Parágrafo Único do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião será transformada, a partir de agora, em secreta.

Solicito aos senhores que não façam parte da Comissão que, temporariamente, deixem o plenário.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, não faço parte da Comissão. Eu estava num compromisso fora daqui. Eu vinha escutando a Rádio Senado, e, quando o Embaixador Hildebrando estava sendo sabatinado, estava fazendo a exposição, escutei o Senador Valadares falar sobre a questão de o nome ter um *l* só ou dois *ll*. Escutei V. Exª contar a história de quando era estudante em Johannesburgo, na África, da sua caminhada. E contou a história dos Melo, de que saiu um *l* e de que, depois, entrou o acento agudo. Eu, que estava num compromisso fora daqui, vinha escutando isso. E pensei que, se chegasse a tempo aqui, eu compareceria à Comissão, para, além de cumprimentar os Srs. Embaixadores, o Embaixador que vai para o Panamá e o que vai para o Catar, trazer aqui um exemplo. Dizia o Senador Valadares: "É com dois *ll*, ou é com um *l*?". Daí ele dizia: "Não. Com um *l*, é mais popular". E V. Exª também disse da questão dos Melo, de se tirar um *l* e de se colocar o acento agudo. Aí pensei que eu também poderia trazer o meu exemplo: o meu nome é Casildo com um *s*. Veja bem que, com a consoante no meio de duas vogais, não teria sentido a pronúncia com o som de dois *ss*, mas, sim, com o som da letra *z*. Meus pais dizem – cada um tem sua história – que, quando nasci, embora o meu nome tivesse de ser escrito com dois *ss*, colocaram um *s* só, porque eles não tinham encontrado nenhum nome igual ao meu com um *s*. Então, resolveram: "Vamos colocar um *s* só, porque, quem sabe, um dia, nosso filho poderá entrar nessa...". Foi essa a história, apesar de não ter sentido um *s* no meio de duas vogais.

Eu queria aproveitar essa carona. Perdão, Sr. Presidente, Srs. Embaixadores e caros colegas! Mas,

como ocorreu aqui essa história dos dois *ll* de Melo e de Valadares, eu também quis fazer essa brincadeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, sobre isso, dei menos importância aos Melos do que ao fato de o senhor – e cresceu muito...

(Interrupção da gravação.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...PEC que tratou da alteração do rito das medidas provisórias e, às12h, com o Presidente e o relator.

Então, se V. Exª lesse esse requerimento, eu ficaria ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu coloco à deliberação do Plenário a solicitação de S. Exª a Senadora Ana Amélia para inversão da pauta, colocando, logo quando da reabertura que agora está se realizando desta reunião, do seu requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de, oficialmente, comunicar que os Embaixadores Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, indicado para o Estado do Catar, e Adalnio Senna Ganem, indicado para República do Panamá foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, indicados que foram pela Presidenta da República para representar o Estado brasileiro nos seus respectivos postos.

Desejo, em nome de todos os integrantes desta Comissão, os melhores votos de uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado a V. Exªs.

Daremos, agora, continuidade a nossa reunião, já que a pauta foi invertida.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº 40, de 2011-CRE

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor ***Celso Luiz Nunes Amorim****, Ministro de Estado da Defesa para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti.*

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Observações: *Reunida a Comissão em 11/08/2011 procedeu-se a leitura do Requerimento.*

Concedo a palavra à autora do requerimento, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Fernando Collor, primeiramente agradeço-lhe a gentileza da inversão da ordem de votação. E até dispensaria algumas explicações e justificativas desse convite, desse requerimento, dada a relevância que essa mudança no comando do Ministério da Defesa provocou com a saída do ex-Ministro Nelson Jobim e a entrada do ex-chanceler Celso Amorim. Ele deu declarações logo que assumiu, falando, entre outras novidades – pelo menos do ponto de vista estratégico e de defesa – da retirada ou redução das tropas brasileiras no Haiti. Então, me chamou a atenção esse tema em função da importância que tem do ponto de vista político e institucional também de convidá-lo para comparecer e falar sobre essa questão e outras pertinentes à Pasta da Defesa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltando, agora, à pauta original.

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.*

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi como relator *ad hoc* para leitura do referido relatório.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Mi-

nistério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa..

A Constituição Federal nos dá a prerrogativa de fazermos, aqui, a leitura do relatório e fazermos também, depois, a arguição do indicado pela Presidência da República.

O relatório, feito pelo Senador Marcelo Crivella, contempla todos os quesitos. Portanto, vou resumir aqui no sentido de que todos os itens que foram solicitados foram cumpridos. Portanto, o parecer é favorável para que haja a indicação e a continuidade do processo do Embaixador Luiz dos Santos Cobuccio para a República Gabonesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi pela leitura do relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos temos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 96, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora VITORIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.*

Concedo a palavra a S.Exª o Senador Randolfe Rodrigues para proferir seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 96, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Vitoria Alice Cleaver, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da referida diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filha de Francis Westmore Cleaver e de Elza Peres Cleaver, a Srª Vitoria Alice Cleaver nasceu em Recife, Pernambuco, em 5 de setembro de 1944. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1967. Em 1971, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, tendo sido nomeada Terceira-Secretária naquele mesmo ano.

Dentre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe substituta e Chefe da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica; Chefe da Divisão da América Meridional, tendo exercido a função de Assessora Internacional do Gabinete do Ministro da Educação.

No exterior, atuou em vários postos, cabendo mencionar a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, a Embaixada do Brasil em Quito, a Embaixada em Manágua e o Consulado-Geral em Zurique.

Nas missões que desempenhou, chefiou, em várias ocasiões, a delegação brasileira em negociações internacionais, como as reuniões do GT Brasil-Japão; a reunião de Ministro da Educação do Mercosul; reunião de Ministros da Educação da Organização dos Estados Americanos, em Punta Del Este; reunião do Grupo de Alto Nível sobre Educação para Todos, em Nova Delhi, em 2003.

Em 1988, defendeu a tese "A França e o Terceiro Mundo. Vinte Anos de Cooperação Bilateral para o Desenvolvimento. A Cooperação Técnica e Científica com o Brasil", aprovada no âmbito do Curso Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

A Senhora Vitoria Alice Cleaver recebeu várias honrarias e condecorações ao longo de sua carreira, entre elas o Prêmio Rio Branco; a Medalha Tamandaré; a Ordem da República Federal da Nigéria; a Ordem Mérito Educativo, no grau de Oficial; e a Medalha de Integração Simon Bolívar.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, as relações Brasil-Vietnã foram estabelecidas em 1989.

O comércio bilateral expandiu-se fortemente entre os anos de 2003 e 2010, tendo. Nesse período, saltou de 47,1 milhões para 936 milhões.

O documento do Itamaraty indica a existência de alguns diferendos no relacionamento bilateral, que se limitam à esfera comercial, entre eles, a expansão da importação de calçados vietnamitas, após a apli-

cação de medidas antidumping em relação à China, crescimento da importação de filés e peixes congelados, cujo baixo preço tem causado dificuldades para o setor aquicultor brasileiro e dificuldades encontradas para a exportação brasileira de carnes.

O Vietnã declarou seu apoio às pretensões do Brasil de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apoiou, também, a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e vê com simpatia a aproximação do Brasil e do Mercosul com a Associação de Nações do Sudeste Asiático.

Por sua vez, o Brasil apoiou a eleição do Vietnã para um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2008/2009 e o processo de adesão daquele país à Organização Mundial do Comércio.

No tocante aos instrumentos bilaterais já negociados e em fase de implementação, cabe ressaltar o protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de técnicas de produção e uso de etanol combustível; o memorando de entendimento sobre a luta contra a fome e a pobreza; e o acordo de cooperação em saúde e ciências médicas, que refletem a estratégia vietnamita, semelhante à brasileira, em busca do desenvolvimento com inclusão econômica.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues, pela leitura de seu relatório, que coloco, de imediato, em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 994, DE 2011

Requer, nos termos do art. 55, III da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I e o disposto no art. 40, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, como representante do Brasil e do Senado, participar da Grande Reinauguração do prédio histórico do Teatro Bolshoi, em Moscou, Rússia, ausentando-se do País no período de 25 de outubro a 1º de novembro de 2011.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Dependendo de Parecer.

Designo S. Exª, o Senador Paulo Bauer, como Relator do Requerimento nº 994, de 2011, e já lhe concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O relatório é o seguinte: a Comissão de Relações Exteriores é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 994, de 2011, do Senador Luiz Henrique.

O requerimento do Senador faz-se acompanhar de convite pessoal e intransferível para a Grande Reinauguração do prédio histórico do Teatro Bolshoi, enviado pelo seu diretor geral, Anatoly Iksanov, com a data de 28 de outubro de 2011, conforme o art. 13 do Regimento Interno do Senado, que expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam, se estiver em licença, em representação ou a serviço da Casa, ou ainda em missão política ou cultural de interesse parlamentar previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

Em cumprimento ao disposto, também, no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no período de 25 de outubro a 01 de novembro, se aprovadas forem a sua solicitação e a presente matéria.

Eu devo dizer a V. Exª e aos presentes que, diante do exposto e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do requerimento, até porque é necessário informar que o Teatro Bolshoi tem, no Brasil, uma unidade funcionando na cidade de Joinville, em Santa Catarina, na forma de escola de balé.

É uma escola muito importante, com alunos de todo o Brasil. Ela presta um grande serviço à cultura e, também, à causa social, porque os alunos que frequentam a escola não precisam pagar pelo aprendizado. A escola, além de ter a missão de ensinar a arte da dança para crianças selecionadas – são milhares de crianças que, anualmente, buscam matrícula na escola –, também oferece o ensino regular, sem ônus para os alunos. Por isso, é um patrimônio que nós temos em Santa Catarina e é um patrimônio do Brasil, graças a um trabalho que fez o Senador Luiz Henrique, quando Prefeito de Joinvile e Governador. Naturalmente, S. Exª manteve todos os incentivos e estímulos possíveis. Por isso, é o grande patrono da Escola e é reconhecido na Rússia por esse seu feito, por essa sua iniciativa. Considero ser muito importante para todos nós que o Senador Luiz Henrique represente o Brasil, o Estado de Santa Catarina, o Senado da República e, principalmente, a própria Escola Bolshoi do Brasil na solenidade que se realizará em Moscou na data prevista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Paulo Bauer, pela apresentação de seu relatório.

Coloco em discussão o relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, para discutir, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Quero lembrar aqui também que esse projeto do Bolshoi, que existe em Santa Catarina, tem uma parceria com a Fundação André Maggi, que leva o nome do meu pai, na cidade de Rondonópolis, onde a minha irmã, que é presidente dessa fundação, mantém também um grupo de crianças, meninas e meninos, que fazem dança. Todos os anos eles são levados a Santa Catarina e passam por uma triagem, e esse corpo de dança lá de Joinvile acaba aproveitando algumas crianças, que acabam ficando lá em Santa Catarina. Tem gente que já está fazendo carreira Brasil afora como dançarina, como profissional dessa área.

Então, foi muito importante essa iniciativa de Santa Catarina na época, de atrair o Bolshoi, e a gente vê que as coisas não estão restritas a Joinvile e Santa Catarina: tem reflexos lá no interior do Estado de Mato Grosso também, porque as crianças, os jovens, as meninas e os meninos sonham em ser grandes dançarinos no futuro e procuram os caminhos, e a gente também ajuda a fazer esses caminhos.

Então, também quero votar favoravelmente à ida do nosso querido Governador e Senador Luiz Henrique nessa missão à Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Meus cumprimentos ao Senador Blairo Maggi por essa iniciativa de seu governo, que hoje é coordenada por sua família em Rondonópolis. Meus cumprimentos também a S. Exª, o Senador Luiz Henrique e, por extensão, ao Senador Paulo Bauer, pelo grande sucesso da Escola do Teatro Bolshoi no Município de Joinvile, Estado de Santa Catarina.

Continua em discussão o relatório. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o Requerimento nº 994, de 2011, de autoria de S. Exª, o Senador Luiz Henrique.

Como segunda parte da nossa reunião do dia de hoje, temos uma audiência pública destinada à realização do segundo painel, dos três previstos, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea, conhecido o projeto como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.

Para debater o tema, foram convidados representantes das três empresas que participam da concorrência-licitação e, neste segundo painel, teremos a exposição de representantes da empresa norte-americana Boeing Military Aircraft.

Convido, portanto, para que tomem assento à Mesa, os Srs. Christopher Chadwick, Presidente da Boeing Military Aircraft, e o Sr. Christopher Raymond, Vice-Presidente Executivo para Estratégias e Desenvolvimento de Negócios da Boeing Company.

Sejam V. Exªs bem-vindos, em nome dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu queria pedir a gentileza de V. Exª apenas para prestar uma informação antes do início da presente audiência pública, que, lamentavelmente, não poderá contar com a minha presença, já que eu tenho uma viagem programada e já agendada para a próxima hora. E eu não posso deixar de prestar esta informação hoje a V. Exª e aos demais membros da Comissão, porque, na data de ontem, eu fiz um pronunciamento no plenário da Casa e informei a todos os Senadores presentes à sessão que estava apresentando um projeto de decreto legislativo – como de fato apresentei –, subscrito por mim e por outros 28 Srs. Senadores.

O projeto prevê a convocação de um plebiscito nas eleições municipais do próximo ano, e, nesse plebiscito, consultar-se-ia a população brasileira acerca da concessão de abrigo a pessoas estrangeiras que tenham sido condenadas por crime comum de natureza grave em seu país.

Eu devo dizer a V. Exª que, no final do Governo do Presidente Lula, ele decidiu pela concessão de abrigo a um cidadão estrangeiro italiano que havia sido condenado em seu país pela prática de crime comum de natureza grave. Esse assunto, como V. Exª bem sabe, gerou uma série de questionamentos, de polêmica na imprensa e na opinião pública brasileira, e não é diferente hoje, quando eu, depois de ter me manifestado na tribuna do Senado ontem, recebi mais de uma centena de *e-mails* do Brasil inteiro, mencionando e fazendo referência ao meu pronunciamento, inclusive estimulando e incentivando a que o projeto prossiga.

Então, como aqui é a Comissão de Relações Exteriores, eu queria dar a informação e registrar que o ato jurídico já praticado ainda pelo Presidente Lula, embora não perfeito, considerado acabado, não há o que questionar. Mas nós queremos – e eu desejo como catarinense, como Senador, e como brasileiro – que tenhamos uma noção do que o povo brasileiro quer e espera, daqui para frente, em relação a casos semelhantes. Por isso a proposta de plebiscito.

E é bom registrar que Santa Catarina tem muitos negócios com a Itália, e a colônia italiana em Santa Catarina é muito grande; 60% dos descendentes de imigrantes europeus, fora os portugueses, obviamente, são italianos no meu Estado. E o constrangimento é grande quando os catarinenses vão à Itália ou quando empresários catarinenses discutem comércio com a Itália e, diariamente, sistematicamente, existem menções ao fato ocorrido no Brasil da concessão do abrigo.

Por isso eu considero que a iniciativa que tomei, se puder ter tramitação no próprio Senado, depois na Câmara e no Congresso finalmente, e for viabilizado esse plebiscito, não resolve o problema anterior, mas, pelo menos, diremos à Itália que nós Senadores queremos que, no Brasil, tal fato ou se repita, caso o povo assim se manifeste, ou não aconteça de novo, para o bem das relações internacionais e para o bem da imagem do Brasil no exterior.

Por isso eu queria dar conhecimento, deixaria com V. Exª a cópia do meu pronunciamento de ontem e também a cópia do projeto de decreto legislativo, bem como o colocarei à disposição dos demais membros da Comissão.

Agradeço a deferência de V. Exª. Desculpe-me por tê-lo feito agora, mas tentei em duas ou três ocasiões da reunião, mas não houve possibilidade, porque a pauta anda, sabemos como essas coisas são, e, naturalmente, com o talento de V. Exª, com sua competência e dinamismo, esta Comissão é uma das Comissões da Casa que mais bem funciona.

Parabéns a V. Exª e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador Paulo Bauer. Grato por sua comunicação. O pronunciamento de S. Exª o Senador Paulo Bauer está então à disposição dos senhores membros desta Comissão na Secretaria.

Passando, então, à nossa audiência pública, eu gostaria de iniciá-la, dando conhecimento aos integrantes desta Casa de ofício endereçado a Sua Excelência a Presidenta Dilma Rousseff, em 18 de março de 2011, pelos Sr. Senador Harry Reid, líder da maioria no Senado americano, e pelo Sr. Mitch McConnell, líder do partido Republicano no Senado americano.

Diz o ofício:

Prezada Senhora Presidenta, é com grande respeito e admiração que congratulamos Vossa Excelência por sua recente eleição e posse como Presidnete do Brasil.

Como líderes bipartidários do Senado norte-americano, gostaríamos de externar, em nome do povo americano, nossa esperança permanente de que a parceria entre as nossas nações continuará a se fortalecer nos próximos anos.

Uma área do nosso relacionamento que é rica em potencial para maior expansão é a de cooperação em defesa e segurança.

Somos profundamente gratos pela liderança brasileira na missão das Nações Unidas de estabilização do Haiti, bem como em outras operações de manutenção da paz.

Os Estados Unidos e o Brasil compartilham interesses no campo da segurança e enfrentam ameaças comuns, tanto regionais quanto globalmente.

Acolhemos com satisfação os esforços brasileiros para modernização as suas Forças Armadas e desenvolver ou adquirir a capacidade de defesa necessária para melhor atender esses desafios.

Estamos anciosos para aproveitar todas as oportunidades de aproveitar nossa emergente parceria estratégica e, portanto, reafirmamos nosso total apoio à oferta da Marinha norte-americana e da Boeing do F/A-18E/F Super Hornet para a Força Aérea Brasileira no certame FX-2.

O F/A-18E/F é uma aerovane de combate que demonstrou sua superioridade em combate, tanto em testes quanto em situações reais.

A aquisição pelo Brasil desta aeronave significaria um salto na sua modernização militar, ao mesmo tempo melhorando a interoperabilidade com as forças militares norte-americanas.

Também expandiria significativamente a cooperação industrial em defesa entre nossos países, em benefícios que continuará a pagar dividendos por muito tempo.

A aeronave F/A-18E/F está em produção ativa e se provou inegualável. Quando essa aeronave é equiparada a qualquer dos concorrentes, não existe comparação.

Como parte da carta de oferta e aceitação do F/A-18E/F para o Brasil, os Estados Unidos aprovaram uma proposta robusta e de longo alcance para a liberação e transferência de tecnologia. Acreditamos que a oferta formulada pelos Estados Unidos irá satisfazer plenamente as exigências da Força Aérea Brasileira.

De fato, esse nível de transferência de tecnologia é consistente com outras vendas militares internacio-

nais do F/A-18E/F que os Estados Unidos concluíram com muitos de nossos outros parceiros estratégicos.

O governo brasileiro deve saber que o Congresso norte-americano apoia firmimente o apoio do governo dos Estados Unidos em transferir toda a informação e tecnologias aprovadas como parte da venda do F/A-18E/F para o Brasil.

Como líderes bipartidários do Senado dos Estados Unidos estamos comprometidos a cumprir plenamente os termos dessa proposta de transferência de tecnologia e a apoiar a contínua expansão da cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

A oferta americana do F/A-18E/F ao Brasil é uma importante oportunidade para aprofundar a nossa parceria estratégica.

Nós respeitosamente solicitamos que Vossa Excelência dê a esta oferta sua maior consideração. Estamos muito esperançosos que a nossa parceria abrangente irá crescer durante o seu governo e estamos ansiosos por recebê-la em Washington.

Sinceramente,

Harry Reid, líder da maioria no Senado americano, e o Senador Mitch Mc Connel, líder republicano no Senado norte-americano.

Peço à secretaria desta Comissão que distribua o texto original em inglês, e essa tradução livre feita do texto, que foi enviado pelos Senadores já referidos a S. Exª a Presidenta Dilma Rousseff.

Passamos, então, a nossa audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Christopher Chadwick, que é o Presidente da Boeing *Military Aircraft*. E informo a S. Sª que dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição, com uma tolerância adicional, caso seja despertado o interesse de algum Senador que precise de maiores informações.

Tem a palavra V. Sª. E sejam muito bem-vindos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. CHRISTOPHER CHADWICK – Sr. Presidente da Comissão, o meu nome é Christopher Chadwick, Presidente da Boeing Aeronaves Militares. Muito obrigado por me dar a honra de lhes falar hoje.

Discutirei a oferta do Super Hornet Boeing para a concorrência dos caças FX-2. A ampla gama de oportunidades que temos a oferecer, como a maior empresa aeroespacial do mundo, e depois responderei a quaisquer perguntas que tenham.

No entanto, antes de começar, eu gostaria de lhes parabenizar pela maneira profissional, disciplinada, transparente com que a Força Aérea Brasileira vem conduzindo esta concorrência. Eu já participei de muitas concorrências de aeronaves envolvendo produtos da Boeing. E o gerenciamento desta concorrência cria um padrão internacional que os Srs. e as Srªs e a sua Força Aérea devem se orgulhar.

Este processo do FX-2 representa um avanço na implementação da estratégia nacional de defesa do Brasil, e hoje eu irei descrever o papel que acreditamos que a nossa oferta pode ter para garantir este futuro. Isso irá garantir para que o Brasil tenha autonomia nacional para as suas aeronaves, e à indústria brasileira a oportunidade de aumentar a sua já impressionante posição como fornecedor global de produtos e serviços aeroespaciais.

A transferência de tecnologia para autonomia nacional somente da aeronave não é suficiente. Os objetivos de transferência de tecnologia para o Brasil não fornecerão somente a autonomia operacional, mas também darão à indústria brasileira os meios de sustentar o seu negócio no país e em todo o mundo.

Na vida inicial da Embraer foi a tecnologia dos Estados Unidos que ajudou a fornecer a base para a sua expansão e é o mercado americano que representa a maioria das vendas da Embraer.

Acreditamos que a oferta do Super Hornet, da Boeing, na concorrência dos caças FX-2 permitirá semelhante crescimento robusto em várias áreas da economia e não somente no setor aeroespacial. Portanto, uma aquisição bem-sucedida do FX-2 deve não somente avançar sua estratégia nacional de defesa, mas também trazer benefícios profundos, sustentáveis e mensuráveis para a base industrial brasileira e, portanto, para a sua economia.

Antes de iniciar a apresentação, eu gostaria de lhes mostrar um pequeno vídeo que mostra a ampla gama de produtos e capacidades que a Boeing tem a oferecer ao Brasil:

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Ao revezarmos a sua estratégia nacional de defesa reconhecemos que há dois temas distintos ao longo do documento: requesitos materiais e objetivos estratégicos.

Os requesitos materiais vão desde sistemas de VANTs até aeronave de transporte de grande porte, de rede de comunicação, à segurança cibernética.

Com relação aos objetivos estratégicos eles são claros: desenvolver a indústria aeroespacial e de defesa por meio de transferência de tecnologia e produção local, levando a capacidade e independência doméstica.

Também aprendemos que a sua estratégia nacional de defesa reconhece que as parcerias com fornecedores estrangeiros encorajam a redução de custos e cronogramas. Uma poderosa parceria entre Brasil e Estados Unidos existe hoje e o momento está

crescendo para que haja uma relação mais próxima na área de defesa e segurança.

Até recentemente os Estados Unidos foram o maior parceiro de negócios com o Brasil, isso há décadas. Uma das razões pelo superávit Brasil com os Estados Unidos tem sido a forte venda de produtos aeroespaciais para os Estados Unidos. A Embraer tem feito um excelente trabalho para atender as encomendas para o seu maior mercado, os Estados Unidos.

Com relação aos Ministérios de Defesa do Brasil, os Estados Unidos, recentemente, assinaram um acordo de cooperação que abre as portas para as vendas de produtos de defesa entre os dois países. Os Estados Unidos e o Brasil continuam com o seu fórum de diálogo comercial, com foco na resolução de questões que emperram o comércio entre os dois países. Embora a parceria com o Governo seja essencial, a participação estrangeira, em geral, funciona por meio de empresas individuais e é onde acreditamos que a parceria com a Boeing é superior.

Um dos benefícios que a Boeing traz para o Brasil, como a maior empresa aeroespacial do mundo, é que a proposta do Super Hornet vai além da venda da aeronave em si. Nosso amplo portfólio de produtos abrange tantos mercados comerciais militares, permitindo um negócio vibrante. A Boeing existe há um século. Estaremos aqui, hoje e amanhã, nos tornarmos um parceiro a longo prazo. E a aeronave que os senhores comprarem hoje for aposentada, continuaremos com a nossa parceria.

A receita anual da Boeing é exatamente de R$96 bilhões. Oferecemos aos nossos fornecedores uma série de oportunidades de parceria. Nosso *portfólio* de produtos é amplo e aborda cada objetivo material da estratégia nacional de defesa.

Transporte. A Boeing é a única concorrente que, de fato, já elaborou, desenvolveu e produziu aeronave de transporte militar e reabastecimento aéreo desse porte. O programa KC-390 foi feito para atender os objetivos da estratégia nacional e a Boeing está trabalhando com a Embraer e um plano de colaboração técnica neste projeto. A Embraer prever um mercado robusto para os KC-390. Uma parceria com a Boeing nesse projeto só poderá aprimorar as chances de desbravar esse mercado.

Sistemas de armamentos, mísseis e VANTs.

A Boeing possui negócios de armamentos com foco exatamente no sistema de armas exigidos pela estratégia nacional de defesa. Uma lista de armas totalmente aderente aos requisitos do edital do FX-2 foi oferecida e aprovada pelo Governo dos Estados Unidos. Além disso, o governo americano aprovou com a integração do sistema de armas brasileiras no Super Hornet, também de acordo com a determinação da FAB.

A atividade pode ser liderada pelo Brasil, poderá ser desempenhada pelo Brasil.

Os VANTs.

A Boeing fabrica uma ampla variedade de sistemas de VANTs que foram feitas para fornecer capacidade-chaves, aquelas mencionadas na estratégia nacional de defesa, desde vigilância até combate. A Boeing vem trabalhando junto com a Santos Lab, no Rio, para apoiar seu plano de expansão dos VANTs. Um fator chave da missão não tripulada é a rede de inteligência, vigilância, informação para reconhecimento.

Networking. Quando se compra um Super Hornet, compra-se uma aeronave que já vem configurada para ser um (???) na rede que se intercomunica com outros artigos aéreos, forças navais e terrestres.

A divisão de redes espacial e segurança da Boeing é dedicada ao designer, à implementação de redes integradas aéreas, marítimas e terrestres.

Satélites.

Os satélites são mencionados em toda a estratégia nacional de defesa.

A divisão de sistema de espaço e inteligência da Boeing. É a maior *designer* desenvolvedora e fabricante de satélites para clientes governamentais, civis e comerciais. Somos o maior fornecedor da Nasa, gerenciamos tanto a estação quanto o ônibus espacial.

Segurança cibernética e proteção crítica de infraestrutura. A estratégia de defesa nacional reconheceu os riscos emergentes associados com a segurança cibernética e a proteção da infraestrutura econômica e social críticas como distribuição de energia, transporte e abastecimento de água. Conhecemos a segurança cibernética e o processo para abordá-la.

Em nossa proposta, oferecemos um projeto de compensação na área de proteção de infraestrutura crítica. Nosso parceiro Raytheon ofereceu ferramenta de propriedade intelectual para identificar e mitigar os riscos, a segurança da infraestrutura e também ofereceu ferramentas para proteger complexos perigosos.

Superioridade aérea. A prioridade chave na Força Aérea na defesa nacional é a aquisição de uma aeronave de combate de superioridade aérea para afirmar a soberania e a superioridade no território brasileiro e nas águas jurisdicionais.

O Super Hornet é hoje o caça mais avançado do mundo, totalmente qualificado e com capacidade para múltiplas missões. O Block II Super Hornet é a aeronave oferecida ao Brasil. A capacidade aviônica traz as capacidades mais recentes derivadas de nossa proposta *Joint Strike*, a capacidade de sobrevivência e

materiais foram derivadas de nosso programa de caça tático avançado.

As incríveis capacidades do Super Hornet permitem à Marinha dos Estados Unidos aposentar quatro diferentes tipos de aeronaves: o F14, o S3B Viking, o Tanker, EA-6Bs e o F/A-18E/A e C. Além disso, é o único caça da frota da Marinha dos Estados Unidos que irá servir, lado a lado, com o caça F35 Joint Strike depois do ano 2030.

Cada empresa na concorrência vai dizer que a sua aeronave é a melhor. O que distingue o Super Hornet é que cada capacidade, cada sistema, cada processo e cada item de custo é demonstrado e testado em combate. Mais de 515 Super Hornets foram produzidos dentro do orçamento e entregues dentro ou antes do prazo. O Super Hornet já acumulou mais de 930 mil horas de voo, das quais mais de 150 mil em combate. O Super Hornet está equipado com o mais avançado sistema digital de voo do mundo. Esse sistema permite voar com extrema capacidade de manobra em todas as velocidades e sem ângulo de ataque. Isso significa que ele pode, de forma segura e rotineira, manobrar em velocidade semelhante a do Super Tucano sem medo de perda de controle. Essa capacidade de manobra, juntamente com sensores embarcados extremamente potentes, fornecem uma capacidade viável e poderosa para aumentar a patrulha da Bacia Amazônica e as áreas de alto mar.

A capacidade exclusiva do radar Aesa do Super Hornet em escanear simultaneamente ar-ar e ar-terra permite ao piloto buscar por alvos aéreos, aeronaves de transportes de drogas, como, por exemplo, pesquisar no solo com sensores e radares infravermelhos. Nenhum outro radar tem a capacidade de varredura simultânea do radar Aesa, nem a outra aeronave na concorrência do FX-2, com o radar Aesa, multimodo totalmente operacional, que tem mais de 200 mil horas de voo, de experiência operacional. As imagens e informações colhidas pelo Super Hornet podem ser dadas em tempo real para outras aeronaves ou para estações terrestres, para o monitoramento ou processamento da ação.

A Força Aérea Brasileira poderá utilizar os sensores avançados, extrema capacidade de manobra e segurança do Super Hornet em papéis que não são normalmente considerados para um caça de alta *performance* militar.

O Secretário de Defesa americano concordou com o contrato de quatro anos para mais 124 aeronaves até 2015.

O Congresso americano acrescentou mais nove Super Hornets para o orçamento de defesa no ano fiscal de 2011. O Congresso norte-americano acrescentou mais 9 ao orçamento de 2011, além dos anos anteriores. O orçamento de 2012 acrescentou mais 41 aeronaves, totalizando, então, 174 aeronaves, no terceiro contrato plurianual.

Custos acessíveis com base na produção real e dados de suporte documentados.

Projetado para operações austeras, o Super Hornet é especialmente adequado para o vasto território brasileiro e suas águas jurisdicionais, capaz de se deslocar para áreas remotas com um mínimo de equipamento de apoio e pessoal.

Em 2009, dois Super Hornet fizeram uma turnê pelo mundo. Eles foram para 9 países, de 4 continentes, em 76 dias. A aeronave fez 144 voos sem missões perdidas devido a manutenção. Nesse período de dois meses e meio, a aeronave teve apenas uma discrepância, que foi reparada em 4 horas.

A razão pela qual essa aeronave pode operar com tal facilidade logística é que foi projetada para operar e ser mantida em uma das áreas mais severas e confinadas áreas imagináveis, como a de porta-aviões em alto-mar.

O Block II Super Hornet é a mais nova aeronave tática no inventário dos Estados Unidos, tendo sido certificado totalmente operacional apenas desde 2007.

Não há qualquer risco associado ao Super Hornet, e isso é um fato.

O Super Hornet foi projetado para expandir suas capacidades ao longo de seu ciclo de vida. Essa capacidade de crescimento inerente vai mantê-lo relevante e sustentável por muitas décadas.

Os Estados Unidos têm um roteiro de tecnologia multibilionário que é projetado para manter o Super Hornet à frente dos desafios de segurança e evolução. A FAB e a indústria brasileira podem participar dessas melhorias planejadas.

A Boeing e o Governo dos Estados Unidos em conjunto propuseram um programa de transferência maciça de tecnologia em conjunto com a nossa proposta para o FX II, incluindo o orçamento de tecnologias avançadas, que tornam o Super Hornet a aeronave mais capaz entre os três concorrentes, de maneira que somente é do conhecimento da FAB e do conhecimento do Governo dos Estados Unidos.

A transferência de tecnologia do Super Hornet inclui:

- suporte e manutenção do Super Hornet no Brasil;
- montagem final da aeronave no Brasil;
- 100 mil horas de trabalho de engenharia em tecnologias futuras;
- a produção de peças cruciais da estrutura do Super Hornet em linha de produção; a Boeing está disposta a demonstrar sua crença na força da relação

entre os dois países; oferecemos à indústria brasileira oportunidade de ser o fabricante único de componentes críticos de voo para o Super Hornet, não só para seus próprios aviões, mas para o nosso maior cliente: a Marinha dos Estados Unidos; nós não correríamos o risco de fazer tal oferta se considerássemos que houvesse o menor risco de os Estados Unidos embargarem ou sancionarem o Brasil;

- operações de teste de voo no Brasil, com aeronaves instrumentalizadas;

- integração de armamentos no Brasil;

- produção, montagem, inspeção, testes e instrumentação de peças e desenvolvimento de *software*, inclusive desenvolvimento do *software* no Brasil;

Mesmo que vivamos em uma economia global, o conceito de independência é um passo importante. Ninguém quer depender de outra nação soberana para os itens essenciais de sua segurança nacional.

Então, qual é a melhor forma de avançar e ter uma capacidade independente realistamente?

Assegurar que o produto é originalmente concebido e entregue de acordo com a infraestrutura existente, de forma a se encaixar perfeitamente nas operações e evitar requisitos de subsistemas únicos que não tenham base de experiência no Brasil

Assegurar que os equipamentos, peças sobressalentes e treinamentos necessários para manter e apoiar o produto esteja no Brasil, e que qualquer trabalho necessário seja realizado pela FAB ou pela indústria brasileira.

Assegurar que todas modificações futuras ou atualizações da plataforma sejam realizadas por brasileiros, em parceria, para melhor entender como a alteração é feita e seus efeitos sobre o desempenho total do sistema.

Assegurar que os ativos e as tecnologias necessárias para testar quaisquer alterações ou modificações sejam feitas no Brasil, não só para o sistema primária, mas para entender o processo de testes para futuros projetos.

O que acaba de ser descrito reflete a proposta do governo dos Estados Unidos e da Boeing para a concorrência do FX-2.

Ao contrário dos contratos comerciais que existem entre o Brasil e outros concorrentes, essa venda será um contrato de governo para governo. Essa garantia é tão firme quanto qualquer garantia oferecida por qualquer dos nossos concorrentes ou seus governos.

O pleno apoio do governo dos Estados Unidos foram assegurados por escrito antes da entrega da proposta. Para reforçar esse ponto, em agosto de 2009, o governo de Obama enviou altos oficiais do Departamento de Defesa e executivos do Departamento de Estado ao Brasil. Eles forneceram uma sólida garantia de nada na proposta seria objeto de revisões políticas. De acordo com a lei dos Estados Unidos, o Congresso deve ser notificado de futuras vendas militares. Foi o que aconteceu neste caso, quando a venda foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos no início de setembro de 2009.

De modo mais importante, essas notificações são tipicamente programadas para coincidir com o prazo de um mês da assinatura do contrato. Neste caso, o Congresso dos Estados Unidos, em uma tentativa de transmitir todo o apoio ao Brasil, acelerou esse processo antes da seleção Super Hornet.

O Congresso reconheceu as preocupações dos tomadores de decisão do Congresso brasileiro e tomou medida sem precedente para mostrar solidariedade e apoio a essa intenção de venda de equipamentos militares.

O Presidente Obama, em março de 2011, deu garantias pessoais à Presidente Dilma e trouxe uma carta dos Senadores Reid e McConnell com a garantia parlamentar prometida pelo Senador McCain durante a sua reunião em janeiro com a Presidente Dilma.

A tecnologia para apoiar e melhorar a aeronave vai residir no Brasil, e os Estados Unidos já forneceram as aprovações necessárias. Isso fornece a segurança que o Brasil deve ter e apóia diretamente a meta brasileira de autonomia nacional. A Boeing vai transferir o *hardware* a experiência e o treinamento para permitir que a Força Aérea Brasileira e a indústria brasileira tenham a oportunidade de adquirir as habilidades necessárias para apoiar e gerir essa aeronave nos próximos 30 anos ou mais. Isso também irá permitir que o Brasil aplique tais tecnologias e processos em futuros projetos de aeronaves brasileiras.

Como a maior empresa aeroespacial do mundo, a Boeing possui a capacidade e os recursos para cumprir com as suas promessas e tem o histórico para comprovar. Nos últimos 30 anos a Boeing cumpriu mais de 61 bilhões de reais em parcerias industriais em 40 países, com 100% de recorde de sucesso dentro ou antes do prazo, mais que os nossos concorrentes.

Quando se pensa no relacionamento do Brasil com os Estados Unidos e a Boeing, é preciso considerar o que traria para a economia brasileira em termos de transferência de tecnologia e acesso ao mercado de defesa dos Estados Unidos.

O desenvolvimento da indústria aeroespacial não é apenas pautada pelo ritmo de transferência de tecnologia ou mesmo pela fabricação. O desenvolvimento da indústria aeroespacial e pautada pela transferência de tecnologia, fabricação e vendas. Apenas por meio do aumento das vendas é que as empresas crescem, prosperam e geram

novos empregos. O fator chave, portanto, é se é capaz de criar e vender produtos para os mercados aeroespaciais tanto no Brasil quanto no mundo.

A direção da Boeing ficou impressionada com o estado da arte e a capacidade da indústria brasileira. A Boeing quer trazer a indústria brasileira para a sua cadeia de fornecedores. Gastamos mais de 60 bilhões de reais com forncedores todos os anos. Os maiores parceiros industriais do Super Hornet gastam mais de 375 bilhões de reais com seus fornecedores a cada ano.

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos gasta um trilhão de reais em defesa por ano.

Estes são os mercados que a indústria brasileira pode entrar para crescer e criar empregos. Selecionando a parceria Estados Unidos Boeing a indústria brasileira terá uma melhor oportunidade de acesso a mais mercados.

Acreditamos que a nossa experiência de participação industrial oferece ao Brasil melhor valor econômico, de longo prazo, e temos o histórico para comprová-lo.

(Próximo, por favor.)

A estratégia nacional de defesa descreve a abordagem do Brasil quanto à segurança nacional, estabelecendo prioridades para o desenvolvimento de suas Forças Armadas e aquisição de material, e ditas diretrizes da participação estrangeira para atender a esses objetivos.

Espero ter conseguido comunicar claramente como os produtos da Boeing podem atender aos objetivos de estratégia nacional de defesa do Brasil.

O Programa FX-2 é uma oportunidade para implementar vários elementos dessa visão estratégica abrangente; a decisão terá impacto sobre a efetividade da FAB e a sua capacidade de proteger os interesses nacionais. Também afetará a capacidade e a competitividade da indústria aeroespacial e de defesa brasileiras, por décadas à frente. Decisões dessa magnitude são claramente estratégicas por natureza e envolvem uma análise de valor de longo prazo da economia do Brasil e seu papel no mundo.

Já provamos ser parceiros confiáveis com vários países do mundo.

Sinceramente esperamos que a decisão em favor do Super Hornet na aquisição dos FX-2 levará uma profunda e longa parceria com a Força Aérea Brasileira e com a indústria nacional.

Obrigado, novamente, pela oportunidade de lhes falar e estou disponível para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –AL) – Muito obrigado ao Sr. Christophe Chadwick, Presidente da Boeing *Military Aircraft*, pela sua exposição.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, ao longo desta exposição e da exposição anterior, da audiência pública aqui realizada, na semana passada, eu a cada dia me convenço mais de que a política externa brasileira tem que estar intimamente vinculada à política de defesa nacional do nosso país. São absolutamente indissociáveis. E a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vem fazendo exatamente isso. Antes nós dávamos muita relevância somente às questões de política externa e esquecíamos esse outro lado que é da importância da política de defesa nacional estar associada, estar acoplada, estar coordenada com a política externa brasileira.

A exposição que acabou de ser feita pelo Presidente da Boeing trouxe para mim, pelo menos para mim, uma informação muito importante, dada que já havia sido por este ofício enviado por dois Senadores, um líder da maioria e o outro líder do Partido Republicano no Senado norte-americano em relação à questão de transferência de tecnologia. Isso é absolutamente indispensável para o Brasil. Não podemos estabelecer nenhuma parceria com outro país, em qualquer campo, não somente o militar, mas em qualquer campo que envolva tecnologia, sem que nos seja garantida a transferência dessa tecnologia. Isso é uma condição, acredito eu, salvo melhor juízo, e daqueles que queiram decidir, mas é uma condição *sine qua non* para que nós possamos avançar em qualquer tipo de entendimento.

E vejo aqui, ratificado neste ofício, encaminhado pelo Congresso norte-americano, que essa transferência está garantida e que nenhuma outra decisão política do Governo americano será necessária para que essa transferência de tecnologia seja feita pela Boeing ao Brasil. Também é muito importante para nós essa cooperação com a Embraer. Se a questão é a aquisição de caças, aquisição de equipamentos militares que digam respeito à transferência de tecnologia no campo aéreo, também é muito importante que haja essa integração com a nossa Embraer algo que pelo visto aqui já existe com a participação da Boeing na construção dos supertucanos.

A questão da manutenção ser feita no Brasil, acredito que todos esses pontos são muito positivos.

Eu me permitiria, se os Srs. Senadores concordassem, fazer algumas indagações ao Sr. Chadwick.

A primeira delas, seria: – Quais os países do mundo que dispõem hoje deste equipamento?

Segunda pergunta: – Comparando com os caças russos, os Sukhoi, quais as diferenças e vantagens que eventualmente os Super Hornert oferecem? E se essa parceria que a Boeing deseja estabelecer com o Brasil, realmente fica garantido que a manutenção seja feita aqui no Brasil. Eu li, anotei, que a manutenção pode ser feita no Brasil. Queria tirar uma dúvida: esse pode ser é porque ainda não houve uma decisão desta

concorrência e, por isso, se colocasse será – a manutenção será feito no Brasil poderia dar uma impressão de que já estava havendo um certo otimismo por parte da Boeing ou se, esse pode ser, está no condicional. Pode ser ou não, ganhando a concorrência; pode ser ou não, dependo de alguma coisa ou, ganhando a concorrência, será feita a manutenção no Brasil?

Seriam essas as indagações iniciais que eu gostaria de fazer ao Sr. Chadwick, Presidente da Boeing.

O SR. CHISTOPHER CHADWICK – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para responder a sua primeira pergunta, o Super Hornet, por ser tão novo, atualmente, é operado pela Marinha dos Estados Unidos e pela Força Aérea Australiana. Também estamos com outras campanhas no mundo todo, inclusive a campanha do FX-2 aqui, no Brasil.

Com relação a como o Super Hornet se compara com as outras aeronaves que o senhor mencionou, o F/A-18E/F hoje é o caça multitarefa mais avançado que existe no mundo. Tem essa capacidade do Block 2, que acabou de ser integrada, há três anos e meio, e que traz consigo uma das tecnologias mais avançadas de suas capacidades existentes em um avião de caça hoje. O radar Aesa fornece uma função a mais, aumentando, então, as capacidades, o que o torna incomparável a qualquer outro caça que o senhor mencionou. Isso fornece, por exemplo, a prontidão conjuntural, não somente ao *cockpit* do piloto, mas pode ser integrada a toda frota, todo o esquadrão. Com base, então, na tecnologia, fornece a integração de múltiplos sensores de prontidão, que podem ser compartilhados com outros aviões, com estações terrestres. Tem também a autonomia necessária para proteger as fronteiras, por exemplo, para proteger ativos chaves para a soberania de um país.

Esses são alguns dos aspectos que realmente diferenciam o F/A-18E/F, o Super Hornet.

Respondendo a sua terceira pergunta, que foi excelente inclusive, a questão da manutenção para o F/A-18E/F, caso seja escolhido pelo Brasil, seria feito no Brasil. A Força Aérea Brasileira, a industria brasileira teria a opção também de, se quiser, formar uma equipe com a Marinha americana ou de outro país que detenha o Super Hornet para diminuir os custos e aumentar a capacidade. A opção, a decisão sobre a manutenção seria exclusivamente da Força Aérea Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Somente complementando, e passaria em seguida a palavra ao Senador Blairo Maggi, perguntaria ao Sr. Chadwick: com que outros países do mundo, não em relação à questão específica do Super Hornet, porque, como o senhor já explicou, é um produto recente, novo, mas, no acordo de cooperação militar com outros países, que são parceiros estratégicos dos Estados Unidos, os termos de transferência de tecnologia que os senhores assinaram com esses países serão os mesmos termos de tecnologias que os senhores irão assinar com o Brasil, caso, eventualmente, vençam essa licitação?

O SR. CHRISTOPHER CHADWICK – Sim, como o senhor eloquentemente mencionou antes da minha palestra, quando falou a respeito do ofício enviado pelos Senadores Reid e McConnell à Presidente Dilma, o Governo americano e o Congresso americano já tomaram o passo sem precedentes do ponto de vista estratégico de fornecer a transferência, a liberação da tecnologia para o Brasil na mesma categoria como fez ao Reino Unido, à Austrália, ao Canadá, sim, que são os seus aliados mais próximos; exatamente a mesma transferência de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Chadwick, pelas suas respostas.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, os nossos visitantes e palestrantes de hoje.

Na semana passada, ouvimos um dos concorrentes que estão no páreo para vender equipamentos para o Brasil, portanto, nesta segunda reunião, já temos um pouco de balizamento do que um apresentou e o que o outro está colocando.

Eu, basicamente, vou repetir aqui as mesmas perguntas que fiz, se bem que ainda falta o Sr. Christopher falar na questão de custos de preços. Eu sei que isso é um segredo, é o maior segredo do vendedor; quem está na concorrência não divulga seu preço. Mas eu gostaria de entender um pouco qual o preço do pacote que o Brasil está comprando. E também os juros cobrados, o prazo para pagamento e a carência para pagar, junto, obviamente, com o prazo de entrega. Que dizer, o primeiro vencimento do financiamento passa a contar depois da entrega do último equipamento. Depois começa a carência e, depois, o pagamento efetivamente. Então, gostaria de entender um pouco como é a linha de financiamento desses equipamentos. E como o Congresso americano precisa autorizar a venda de equipamentos para um outro país, gostaria de saber se, nesse pacote de financiamento, já está incluída uma autorização, caso o Brasil queira, no futuro, aumentar a sua frota. Ou ele terá que passar novamente pelos humores da política momentânea e local?

E a última pergunta: dentro do pacote que está sendo ofertado nessa concorrência, nós temos repo-

sição de peças já prevista? E qual é esse volume previsto de peças que, obviamente, mais se desgastam? Por quanto tempo o Brasil poderia, nesse pacote original, fazer as suas manutenções sem voltar a comprar peças – obviamente, mais uma vez, dentro do pacote original ofertado?

E agora, por último mesmo: foi dito pelo senhor, Sr. Christopher, que o Brasil poderá, se quiser, produzir peças de reprodução e, inclusive, vender no mercado americano e, suponho eu, também para os outros que estão produzindo. Basicamente, de quais tipos de peças de reposição que o Brasil ou a indústria brasileira poderia participar dentro desse pacote com a Boeing?

E, mais uma vez, eu quero agradecer a presença dos senhores e dizer que esta comissão ouvirá os três concorrentes. Embora sejamos poucos Senadores aqui, esta reunião é transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado, e, portanto, todos os brasileiros que estão nos ouvindo e nos vendo neste momento vão tomando conhecimento também do que a nossa Força Aérea está querendo fazer. Eu acho que isso é uma questão bastante importante, para que todos conheçam que tipo de investimento o Brasil está querendo fazer, com quem ele fará esse investimento e quais são as garantias que nós temos. E também o nosso presidente, esta comissão fará depois um relatório, que será distribuído aos demais parlamentares, Senadores, e todos terão o mesmo conhecimento.

Não somos nós – não é, Presidente? – que vamos bater o martelo de comprar, mas certamente poderemos dar a nossa opinião. Ninguém aqui é especialista em avião, mas podemos dar a nossa impressão sobre as três audiências que nós estamos fazendo aqui nesta Comissão.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Antes de passar a palavra ao Sr. Chadwick, eu gostaria de informar aos senhores que, como nos disse o Senador Blairo Maggi, esta reunião que está sendo agora realizada está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, para todo o Brasil; pela Rádio Senado, para todo o Brasil; e pela Internet também. Esta reunião está sendo transmitida pela Internet. De modo que todos estão tomando conhecimento *on-line*, ao vivo. Para aqueles que têm interesse, isto vai estar gravado, esta audiência será novamente reprisada em algum instante, porque este é um assunto que desperta muito interesse, muita curiosidade, e o que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional busca é aquilo que seja o melhor para o Brasil.

E também quero informar aos senhores que o Senador Blairo Maggi, foi governador do Estado do Mato Grosso, que é um dos maiores estados em extensão territorial do Brasil, é o maior produtor de soja do mundo e tem empresas em diversos países da Europa, não sei se também nos Estados Unidos. Assim, eu quero dizer que as perguntas que o Senador Blairo Maggi fez foram de um homem que está acostumado a lidar com números e a negociar com clientes dos mais diversos esconsos do mundo, e daí a percuciência com que o Senador Blairo Maggi fez as suas indagações, que são absolutamente próprias e que serão fundamentais para a decisão que o Governo brasileiro venha a tomar.

Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Por favor, Sr. Chadwick.

O SR. CHRISTOPHER CHADWICK – Sr. Presidente, obrigado.

Eu aprendi uma lição há muito tempo atrás: o Sr. Raymond fica bem melhor na televisão do que eu. Então, eu gostaria que as perguntas fossem respondidas por ele.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Sr. Chadwick pediu ao Sr. Christopher Raymond que oferecesse as respostas ao Senador Blairo Maggi, que é o presidente-executivo da Boeing, e disse também que o Sr. Raymond aparece melhor na televisão do que ele. Então, pede que ele faça as respostas.

O SR. CHRISTOPHER RAYMOND – Talvez o mais importante, Sr. Senador, é que eu cresci numa fazenda no Estado de Illinois e trabalhei em campos de soja quando criança. Então, sou muito familiarizado com a soja também.

O senhor pode entender, e peço-lhe desculpas, mas, já que estamos no meio da concorrência, alguns desses fatos são muito sensíveis, e, como o senhor disse, esta é uma audiência muito pública. Então, meus comentários serão um pouco reservados, e peço-lhe desculpas por isso.

Nós propusemos 26 aviões iniciais. Propusemos um preço para essas aeronaves e também um plano de financiamento para essas aeronaves, que atende aos requisitos do edital, tipicamente falando. Nós fizemos isso em programas de aeronaves comerciais e militares no passado. Caso haja necessidade para alterações no plano de financiamento e no cronograma de pagamentos, nós já conseguimos fazer isso inúmeras vezes e tivemos algumas discussões preliminares com o governo norte-americano que caso isso seja vontade do governo brasileiro, caso sejamos selecionados, o plano de pagamento pode ser alterado ou ajustados. Mas houve um cronograma desejável no edital e foi de acordo com esse requisito que nós fizemos a proposta para as aeronaves e as partes de reposições iniciais.

Inicialmente, propusemos um contrato para essas peças adicionais e, ao longo do tempo, com essa

parceria industrial, vocês poderão começar a transição para a fabricação local das partes e manutenção do avião também.

Como o Sr. Chadwick disse, isso será feito no país, e alguma das partes desde o início; essas partes que são componentes estruturais do Super Hornet, componentes do motor do Super Hornet. E ao longo do tempo, com as parcerias com a indústria isso será mudado.

Eu acho que a outra questão. A pergunta foi sobre as opções. Sim, haverá opções propostas no contrato para aviões adicionais, caças adicionais e tudo já terá sido pré-aprovado com o governo norte-americano.

E o passo sobre o qual o Sr. Chadwick mencionou da notificação 36B do Congresso norte-americano, sobre o negócio, essa já foi aprovada pelo Congresso norte-americano por solicitação do Departamento das forças militares, Departamento de Estado. As partes de reposição poderão ser vendidas e, como o Sr. Chadwick mencionou, algumas dessas partes não seriam feitas no Brasil apenas para os aviões daqui, mas também seriam usadas por aviões da Marinha norte-americana. Então, elas fariam parte da nossa cadeia de fornecimento e seriam vendidas para outros parceiros que operam e voam o Super Hornet. Com isso eu acho que devo parar.

Eu te peço desculpas, mas eu não posso fornecer os números específicos, mas eu espero que o senhor confie que todos esses já foram passados ao seu governo e à Força Aérea Brasileira. Mas, com esse momento competitivo eu não posso abri-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Em contrapartida eu não vou contar o que o outro falou aqui também, tá?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra, agora, a S. Exª o Sr. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. Chadwick, Sr. Raymond, muito obrigado pela presença dos senhores e parabenizo o Sr. Chadwick pela sua apresentação, colegas Senadores, o atual Ministro da Defesa, antigo Chanceler no passado, considerou que a compra de aviões é eminentemente política.

A considerar o perfil do novo Ministro, que tipo de vantagem comparativa, em termos políticos, a Boeing e os Estados Unidos poderiam agregar? Ou os senhores pensam que a compra é eminentemente técnica?

Obrigado.

O SR. CHRISTOPHER CHADWICK – Muito obrigado por essa pergunta. Eu gostaria de respondê-la e vou permitir que Christopher acrescente algo, caso assim queira.

O nosso enfoque nesta concorrência começa e termina com a Força Aérea Brasileira. Eles têm as suas necessidades, os requisitos, a competição. A concorrência foi muito transparente, desde o início. O nosso enfoque total está em atendermos ou superarmos esses requisitos em todos os aspectos e elementos, desde as capacidades, do curso de *fly away*, para que tenha o custo benefício positivo do ponto de vista do ciclo de vida, e agregarmos a isso a participação oficial e os *offsets* que podem dar à indústria a autonomia para fazer a manutenção deste avião durante todo tempo em que for utilizado pela FAB. Ao longo desse caminho, é claro que tem sempre um elemento educativo, eu diria, e essa faz uma grande parte da razão pela qual a discussão está sendo veiculada para todo o país, para que os brasileiros, para que as lideranças brasileiras possam estar cientes da capacidade de produtos diferentes; o que eles podem alcançar ou ajudar na Força Aérea Brasileira, e também para desenvolvermos uma relação de confiança neste caso com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mr. Raymond.

O SR. CHRISTOPHER RAYMOND – Sr. Presidente, o que eu acrescentaria, Srs. Senadores, é que qualquer uma dessas grandes concorrências são investimentos grandes em produtos; mas, além disso, são investimentos em países e relações internacionais para segurança, economia, etc.

Nós respeitamos que estamos nesta concorrência hoje. Então eu acho que se trata dos aspectos técnicos e dos produtos, e este tem de ser o nosso enfoque, porque se o produto não atender às necessidades da FAB, não poderemos dar nenhum passo adiante.

Acho que, certamente, é a respeito do preço, porque entendemos as pressões que todos os países enfrentam hoje em dia, principalmente com a economia da forma que está hoje, das necessidades de infraestrutura que os nossos países têm e, com certeza, vocês sabem o que está acontecendo nos Estados Unidos com relação a isso.

Entendemos que tem a ver com preço e também com plano de financiamento e, com certeza, eles farão boa parte dessa decisão. Entendemos que também se trata da política, mas isso não está ao nosso alcance. Entendemos que terão várias pessoas envolvidas para que essa decisão seja tomada pelo Brasil e, com certeza, o Ministro Amorim será uma dessas pessoas.

Nós entendemos que essa é uma decisão de um investimento muito grande do país e que haverá muitas pessoas envolvidas. Estamos entusiasmados com a possibilidade de nos encontrarmos com ele, parabe-

nizamos o Ministro pelo seu novo posto, e acho que ele está sendo informado sobre todos esses aspectos atualmente e, no tempo certo, todos os concorrentes poderão se encontrar com ele.

E, por último, se trata das relações industriais e da participação industrial que criaremos. Então eu acho que, do ponto de vista técnico, gostaríamos de acreditar que temos o melhor caça, mas entendemos que essa decisão faz parte de uma visão muito mais ampla, e queremos estar alinhados com essa visão, não só apenas para o avião em si, mas para todo o desenvolvimento em *off set* que ocorrerá juntamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero dizer aos senhores que concordo plenamente e essa também é a minha posição como Senador da República; que os aspectos relevantes somente seriam os técnicos e preço, e atendendo evidentemente a todas as nossas condições de nosso país.

Então eu formulei essa pergunta que é para, justamente, inserir no contexto a parte política. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cyro Miranda.

Tem a palavra S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, é um prazer saber que personalidades da dimensão dos senhores, do mundo dos negócios e da indústria, estão aqui para conversar conosco. E parabenizo o Presidente Collor por trazer para dentro do Senado este debate.

Começo dizendo que, daqui a poucos minutos, às 14 horas, nós vamos ter uma sessão de homenagem no, Senado, ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, à Embraer e ao Centro Tecnológico da Aeronáutica. Porque nós achamos que, depois dos 50 anos da criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e de todo o sucesso da Embraer, nós achamos que essa é uma Instituição que merece todo o respeito brasileiro.

Por isso tenho defendido que, no lugar de comprar os caças de quaisquer das três empresas, nós deveríamos desenvolver os nossos caças, usando o *know how* que nós temos até aqui. É claro que para se fazer caça, eles não seriam iguais a esse. Levaríamos, talvez, 10, 15 anos.

Mas no cenário de guerra que eu converso com militares, a impressão é de que não vamos precisar, salvo algo inesperado, de usar armas desse porte nos próximos 10, 15 anos. Aparentemente, nós temos tempo para esperar. E se por acaso houvesse um conflito poderíamos comprar rapidamente sem tanta demora, como estão fazendo. Porque aí deixaria de ser um problema político e passaria a ser um problema militar. E militar temos que resolver na hora.

Venho defendendo isso, mas gostaria de ouvir a opinião dos senhores, sabendo claro do interesse que representa vender, e esse é o papel de vocês.

Se é impossível para o Brasil seguir o rumo, por exemplo da China e da Índia, que hoje produzem os seus caças, se seria possível para o Brasil com a tecnologia que nós temos, ainda pequena, do ponto de vista de armas, se seria no prazo de 10 a 15 anos produzirmos os nossos caças, ainda de uma geração anterior a essa, mas podendo ter novas gerações ao longo do tempo. Isso não apenas seria muito mais barato porque o que custaria o desenvolvimento dessa tecnologia é muito menos do que das armas, como também seria uma segurança maior para o País ao dominar plenamente a tecnologia. O acordo que seria feito com a Boeing, ou com qualquer das outras que estão oferecendo, permitiria transferência de tecnologia. Mas apesar de todas as garantias ainda fica uma dúvida. Mas ainda que seja a vontade mesmo de permitir transferência de tecnologia, nós teremos a autorização para quase que copiar e não inventar. E o Brasil precisar dar um salto para uma economia do conhecimento. Não apenas uma economia da cópia de tecnologia já existente, salvo em momentos de urgência. Se houver uma guerra amanhã, a gente manda nosso Ministro da Defesa e ele volta com os aviões; se houver uma epidemia de saúde, a gente manda comprar os remédios na Suíça. Mas enquanto isso não acontece, vale a pena irmos desenvolvendo as nossas tecnologias, criando uma segurança permanente, independente, inclusive. Apesar de na globalização a gente sempre tem de comprar algumas coisas dos outros. A minha pergunta, volto a insistir, sabendo que são representantes de empresas que querem vender, e quando eu quero vender, suponho, é no interesse também do Brasil, não só da Boeing, claro não tenho essa desconfiança aqui.

Mas se não haveria possibilidade de o Brasil desenvolver nossas tecnologias, produzir nossos caças de fato, não como nossos automóveis. O brasileiro diz nosso automóvel, mas não tem nenhum automóvel brasileiro. Vamos fabricar esses *tablets*, mas nenhum será brasileiro.

A pergunta é : – O que impediria, na análise de vocês?

Segunda: – Como está a indústria, hoje, de caças na Índia e na China, para que tenhamos a possibilidade de olhar, isso é possível ou não é possível?

São as duas perguntas e a proveito para convidá-los, se tiverem tempo, para virem assistir ao evento que vamos ter às 14 horas de homenagem a Embraer, ao Ita e ao CTA.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Sr. Chadwick.

O SR. CHISTOPHER CHADWICK – Muito obrigado pelo convite. Eu e meus colegas estamos muito bem impressionados com o ITA e com o nível de sofisticação da indústria aeroespacial, que vem sendo nutrida e crescendo muito no Brasil. Na nossa ideia, qualquer coisa é possível ou tudo é possível, dado o devido tempo. O Brasil já mostrou e vem mostrando sua habilidade de ser um grande ator na área aeroespacial nomundo inteiro. A Embraer é um exemplo perfeito disso.

Com essa oportunidade do FX-2, o nosso desejo é ajudar a acelerar essas mudanças positivas para a indústria brasileira e para a Força Aérea Brasileira. Em outras palavras, dar um passo à frente na aceleração da nossa própria experiência, que é quase de cem anos, em elaborar e desenvolver os caças mais avançados do Planeta e todos os tipos, inclusive, de capacidades aeroespaciais e sistemas de armas. Conforme nós prossigamos, muitos dos nossos projetos terão, sim, lugar no coração, se formos escolhidos, dos brasileiros. Não somente falando de um avião, de uma aeronave, mas, sim, de uma habilidade de longo prazo dos cidadãos brasileiros, da Força Aérea Brasileira, da sua liderança no país, de ser capaz de criar a área aeroespacial com sistema de armamentos, aeronaves, seja o que for preciso, dentro do Brasil. Esta é a nossa intenção: ajudar com isso de uma maneira parceira, para que nós possamos acelerar esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas uma questão adicional. Eu fico satisfeito com a resposta de que o problema é acelerar o nosso processo.

Eu gostaria de saber se a Boeing – não perguntei às outras – não pensaria em colocar, no pacote de negociação, o financiamento de escolas de engenharia de alta tecnologia no Brasil; se não aceitaria financiar outras instituições do tipo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, ou até mesmo o próprio Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Se aceitar, eu sugiro que leve essa ideia ao Ministro da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mr. Raymond.

O SR. CHRISTOPHER RAYMOND – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sim. A resposta curta é sim. Atualmente, nós temos pacotes na nossa participação relacionada com a educação. Inclusive acredito que no pacote que nós temos dentro da proposta que está sendo avaliada. Nós estamos seguindo adiante com essa proposta. Existe um pacote sendo avaliado, que não é a questão da descontinuidade da relação com a indústria; ao contrário, nós queremos continuar a relação com a Embraer e também evoluir para a criação da escola no ITA, que é um grande repositório de talentos. Inclusive, essa grande energia produzida na nossa conversa com o Brigadeiro Saito, realmente, eu acho que não tem precedentes, não só para a força militar, mas para as escolas de engenharia no Brasil. Então, a reposta é sim. Nosso pacote contém essa proposta e agora estamos na tentativa de melhorar com relação à educação nessa parceria. Já fizemos com outros países cerca de 50 escolas, por exemplo, na Turquia, e isso, certamente, é algo que nós temos como fazer o diálogo e o entendimento, inclusive com o ITA. E também essa iniciativa sem fronteiras no nível do país, isso é algo que está muito em linha mesmo, não somente que os Estados Unidos precisam fazer mais, mas também a nossa própria empresa, a Boeing, está muito engajada em investir nisso, e isso faz parte da nossa relação, que vai além da venda das aeronaves.

Com relação a sua questão da urgência, realmente não depende de nós determinar a urgência das necessidades de segurança de um país; isso, certamente depende da Força Aérea Brasileira, e nós entendemos que a Força Aérea é que vai decidir como fazer o melhor cronograma das questões de ameaça e estabilidade. Isso depende mais de vocês e não de nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam, satisfeito?

Foi uma boa perspectiva, que está sendo aberta aí com base na pergunta que V. Exª fez.

Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Eu teria mais duas questões que me chamaram atenção na exposição do Sr. Chadwick: a questão do sistema de comunicação do Super Hornet, se pudesse detalhar um pouco mais, e qual outro equipamento teria esse sistema de comunicação a que o senhor se referiu e também em relação ao radar. Se eu entendi bem, o radar do Super Hornet capta, ao mesmo tempo, em diversas localidades, em diversos ângulos.

Eu gostaria, por favor, se o senhor pudesse detalhar mais esses dois aspectos, e também, adicionando a essa pergunta, se existe alguma outra aeronave no mundo que disponha dessas duas vantagens.

Obrigado.

O SR. CHRISTOPHER CHADWICK – Obrigado, Sr. Presidente.

Já, já o senhor vai testar o meu conhecimento técnico.

Do ponto de vista da comunicação, o Super Hornet, já que é tão novo, tem o sistema de comunicação mais avançado, muito mais do que um rádio simples, porque ele alavanca sensores e o que os sensores capturam, além das imagens, do áudio em si. E o que o Super Hornet é capaz de fazer é que ele integra, coincidindo todos esses *inputs* de integração para dentro do Super Hornet, ou seja, dando a esse piloto ou a outros pilotos, às pessoas que estão na base terrestre, uma perspectiva muito mais integrada do que está acontecendo, com base nos sensores e em tudo o que eles conseguem capturar.

Na pergunta sobre se haveria outra aeronave, na verdade, nenhuma. Mas quem tem o Super Hornet tem essa capacidade. E o que é muito interessante é que, da maneira como ele foi desenhado, é fácil fazer a interação com outros aviões e outros conjuntos de comunicação que estariam disponíveis para a interação dentro da FAB, de maneira muito suave, porque a própria natureza é a abertura de comunicação. Ele permite isso.

Do ponto de vista do radar Aesa, que é um radar de escaneamento eletrônico ativo, o que o radar permite é que os aviões possam passar de uma perspectiva analógica para uma perspectiva digital. É muito mais rápido, porque fornece, com uma visão muito mais ampla, o que o próprio radar visualiza. Então, em vez de fazer um escaneamento mecânico, em que o radar só aponta numa única direção – e aí faz a varredura –, com o Aesa, existem vários feixes de luz que são soltos em várias direções, ou seja, dando um espectro muito mais amplo do que está ali no horizonte ou na terra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe-me, eu perguntaria um detalhe sobre esse radar. Por exemplo, temos aqui a floresta amazônica. A floresta amazônica é densamente coberta por uma vegetação muito fechada, e os radares atuais têm dificuldade de ver através das árvores, para verem o que está acontecendo no terreno. Esse radar teria condições de superar esse obstáculo e verificar o que está acontecendo no chão, no solo, e não somente na copa das árvores?

O SR. CHRISTOPHER CHADWICK – O radar Aesa, que vem com o Super Hornet, não tem essa capacidade; porém, a potência junto do Super Hornet... Ele tem vários sensores: o radar, uma visão infravermelha do alvo e múltiplos sensores que são capazes de realizar tarefas específicas como essa que o senhor acabou de descrever. Então, tudo isso já está integrado, e o piloto tem ali, no *display* à sua frente, em sua tela, a capacidade de ver o que está ali a quilômetros de distância ou logo abaixo do avião, numa área de vegetação densa, como é o caso da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Chadwick e ao Sr. Raymond pelas exposições que fizeram e pelas respostas oferecidas aos Senadores aqui presentes.

Eu gostaria de comunicar aos integrantes e aos senhores convidados que fui informado pelo secretário da Comissão de diversos telefonemas que estão chegando, e também mensagens pela Internet, todas elas basicamente com o mesmo tom, com o mesmo objetivo de cumprimentar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, porque, pela primeira vez, o povo brasileiro está tendo acesso a um assunto que antes – segundo estes que estão se comunicando conosco – era uma caixa preta da política nacional. E foi exatamente este o nosso objetivo, quando da aprovação, pela Comissão, do requerimento apresentado sugerindo a realização dessas audiências pública, foi colocado nesse requerimento que eram importantes estas audiências para que nós, literalmente, nesta Comissão, possamos contribuir para melhor compreensão e esclarecimento à sociedade da proposta apresentada por cada uma das empresas, o seu pacote industrial, os benefícios para a indústria nacional e os custos de operação que deverão ser arcados pela Força Aérea Brasileira e custeadas pelo orçamento da União, além da transferência de tecnologia e das vantagens adicionais da associação com a Embraer.

De modo que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sente-se satisfeita por estar participando deste ciclo de audiências públicas e tomando conhecimento nos detalhes das diversas propostas que estão sendo oferecidas ao governo brasileiro, para eventual aquisição dos caças que a Força Aérea Brasileira está a necessitar.

Agradeço, mais uma vez, ao Sr. Chadwick, ao Sr. Christopher Raymond pela presença de V. Sªs e, antes de encerrar a presente reunião, agradecendo a presença de todos os que aqui estiveram, informo que o terceiro painel para discussão desse tema se dará na quinta-feira, 1º de setembro, com a presença do Diretor da Dassault International do Brasil, Sr Jean-Marc Merialdo.

Lembro, também, que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, presidida por S. Exª o Sr. Senador Cristovam Buarque, realizará reunião ainda hoje, às 18 horas, neste plenário, quan-

do discutirá o tema *Governança – como administrar as soluções.*

Para essa reunião, foram convidadas as seguintes personalidades: Profª Márcia Leuzinger, da Universidade de Brasília, Profª Solange Teles da Silva, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Amazonas; e Prof. Marcelo Varela, do Centro Universitário de Brasília.

Convoco, por fim, a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 22 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos, dentro da agenda Rumos Política Externa Brasileira 2011/2012, sobre o tema *Economia*...

Indagaria a S. Exª à Senadora Ana Amélia se teria alguma indagação a fazer antes de encerrarmos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vou interromper aqui, antes do encerramento. Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É sobre a questão de transferência de tecnologia nos aviões militares. O fornecimento de peças, elas são feitas nos Estados Unidos inteiramente, ou têm fornecedores de outros países? Qual é a garantia de reposição de peças, desde que não sejam feitas nos Estados Unidos? E se a transferência de tecnologia será feita nos moldes em que foi apresentada pela empresa sueca, que já fez sua exposição aqui nesta Comissão de Relações Exteriores?

São as únicas questões que eu tenho aos representantes da Boeing.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, suspendendo temporariamente o encerramento da reunião...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, Presidente. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senadora, é com satisfação que a Comissão ouve a indagação de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. Agradeço-lhe muito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Sr. Christophe Chadwick para a resposta à Srª Senadora Ana Amélia.

O SR. CHRISTOPHE CHADWICK – A resposta é sim. A abordagem que nós tomamos é fornecer à indústria brasileira a habilidade e a capacidade de manter e fazer a manutenção do Super Hornet na sua totalidade.

Ao longo do tempo, obviamente, ele tem um sistema bastante complexo, capaz, mas acreditamos que de muitas maneiras, assim como já mencionei anteriormente, é que faz muito sentido econômico e também para a autonomia doméstica da indústria brasileira ter essa capacidade. Não haveria nenhuma questão em prosseguirmos com isso.

Além do mais, a indústria brasileira teria a oportunidade de prover, fazer o *design* e a construção de algumas dessas partes ou peças, desde que fizesse sentido do ponto de vista para o Brasil, para que sejam utilizadas nos caças brasileiros e também para os F18-A/EF que vendemos ao redor do mundo. Então, na realidade, ajuda na expansão da oportunidade da indústria brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Satisfeita, Senadora Ana Amélia? Muito obrigado pela participação, mais uma vez, de V. Exª.

Continuando, então, eu convoco por fim a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 22 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos, dentro da agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012 sobre o tema Economia e Finanças – O Terceiro Painel do Segundo Ciclo. E o tema será "Negociações Econômicas Internacionais – OMC e Rodada de Doha", com os seguintes convidados:

Sr. Aloísio de Lima Campos, Presidente do Instituto de Analistas Brasileiros de Comércio Internacional, professor adjunto do *Washington College of Law*, da *American University*, e consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional; a professora Vera Thorstensen, professora de política de comércio internacional na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas; o professor Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e ex-Ministro das Relações Exteriores, e atual Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; e o Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial e ex-Ministro da Agricultura.

Agradecendo, mais uma vez, a presença dos Srs. Representantes da Boeing a nossa Comissão, e agradecendo a todas as Srªs e aos Srs. Senadores, e aqueles que acompanharam esta audiência pública, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e dois de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,**

reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque** e **Luiz Henrique**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Senhor Aluisio de Lima-Campos, Presidente do Instituto ABCI (Analistas Brasileiros de Comércio Internacional), Professor adjunto do *Washington College of Law*, da *American University,* e Consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional; a Senhora Vera Thorstensen, Professora da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; o Senhor Celso Lafer, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ex-Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; e o Senhor Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial da JBS e ex-Ministro da Agricultura. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique, Cristovam Buarque** e **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor.PTB – AL) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados:

Relato do segundo painel do segundo Ciclo de Audiências Rumos da Política Externa Brasileira.

A Comissão de Relações Exteriores deu sequência, na última segunda-feira, dia 15, ao segundo ciclo de audiências públicas sobre Rumos da Política Externa, enfocando o tema Economia e Finanças.

Nesse segundo painel, especialistas debateram os espaços econômicos internacionais – Nafta, União Europeia e áreas de influência da China e do Japão.

Foram convidados os seguintes palestrantes: Embaixador Marcílio Marques Moreira; Dr. Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília; Dr. Renato Flores Júnior, da Escola de Pós-Graduação e Economia da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro; e a Drª Marta dos Reis Castilho, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Embaixador Marcílio Marques Moreira destacou que, após a Segunda Guerra Mundial, a divergência existente entre as economias dos países começou a diminuir, mas não de forma significativa, pois o centro, industrializado, financiava a periferia, que, por sua vez, se endividava. Os produtos industriais sempre aumentavam o valor, enquanto as matérias-primas perdiam o preço, porém a situação mudou radicalmente nos últimos vinte anos, quando 60% da população se juntaram aos 15% mais ricos, dando início à convergência, cujo grande fenômeno foi a entrada da China nesses espaços, mudando o jogo econômico mundial, ao mesmo tempo da era da globalização e da adoção de novas tecnologias. A China, chamada de "fábrica do mundo", passou a produzir bens mais sofisticados a preços baixos e a importar grandes quantidades de matérias-primas, provocando o contínuo aumento de seus preços.

Prosseguindo em sua análise, afirmou o Embaixador que tal situação permitiu que os Estados Unidos se endividassem sem sofrer pressão inflacionária, pois a China começou a financiar o país, para que esse tivesse recursos para comprar, criando-se uma simbiose a que chamou de espúria e provocando o desequilíbrio global. Os Estados Unidos, na sua opinião, encantaram-se com o consumo, financiados pela China, pelos países exportadores de petróleo e, até mesmo, pelo Brasil. Os países periféricos da Europa, como a Grécia, a Irlanda e Portugal, também começaram a endividar-se em euros, a preços muito baixos.

São nesses momentos de euforia, segundo o Embaixador, que as crises são geradas e a crise em que vivemos começou com o endividamento das famílias, provocado pelo uso do cartão de crédito, sem limites, e cuja inadimplência levou à quebra dos bancos, fazendo com que os governos, como o dos Estados Unidos, assumissem esses créditos podres. Concluindo, afirmou o Embaixador, que a crise hoje passou a ser da economia real. Por esse motivo, o Brasil necessita, neste momento, de estar muito atento a todos os si-

nais, para captar o jogo que estamos jogando e saber como se deve jogá-lo.

O segundo palestrante, o Professor Edmilson de Jesus Costa Filho, lembrou que o mundo deixou de ser bipolar e que as crises ocorrem porque se desrespeita o princípio de que não se deve gastar mais do que se tem. Na sua opinião, apesar da diminuição das barreiras da livre circulação de pessoas, dos passaportes e moeda comum da União Europeia, o bloco tem, em seu seio, países de perfis industrial, econômico e de desenvolvimento tecnológico assimétricos, não se podendo esperar deles um comportamento igual. Para ele, o mesmo ocorre no âmbito do Mercosul e do Nafta, porém, em momentos de crise, quando a preocupação inicial é de restabelecer os parâmetros e fundamentos das economias nacionais, cada país procura, primeiro, se salvar, antes de pensar na integração. Destacou o Professor que as crises se devem, também, à grande dependência da China. E, como as crises têm sido recorrentes, surgem as perguntas: quem vai pagar a conta? Como socializar as perdas? Como resolver o problema? Na sua opinião, a China é quem vai salvar o mundo, porém ele vislumbra o momento em que aquele país não mais crescerá a 10% ao ano e reduzirá a compra de matérias-primas, o que poderá levar a uma crise muito maior.

O Professor Edmilson pregou a importância de se começar a repensar os modelos econômicos atuais. Para concluir, o Professor propôs uma agenda de discussões para o Congresso Nacional, que permita ao Brasil promover melhores condições para o investimento produtivo, tais como a desoneração da carga tributária, o aumento da segurança jurídica das agências reguladoras, a diminuição dos custos de transação, além da melhoria dos indicadores macroeconômicos, e de maior fiscalização por parte da sociedade.

Por sua vez, o Professor Renato Flores Júnior entende que a situação atual requer maior flexibilidade no que se refere aos espaços econômicos no mundo. Ele ressaltou o advento da China e de sua política de condicionar delicada, lenta e fortemente, segundo suas palavras, os Estados Unidos, mas acredita que não se justifica o medo exagerado da China, país com grandes problemas internos a quem, nas suas palavras, não interessa conquistar nada, mas somente vender. O Professor Flores acredita que o modelo europeu de integração, apesar de estar ruindo, não acabará. Para ele, a criação do euro foi apressada, e o fato de ter uma moeda, sem um orçamento único, deixou a Europa em palpos de aranha. Por sua vez, a China acabou com o Nafta. O México encontra-se em situação muito grave, pois o consumidor norte-americano prefere comprar os produtos chineses, mais baratos. No que se refere ao Mercosul, entende o Professor que devemos aprofundá-lo, mas sem nos esquecermos do espaço de diálogo dos Brics e da Unasul, que se inicia com a unificação das estratégias de defesa dos sistemas de saúde e da integração energética dos recursos comuns. No mundo menos hegemônico, alega o professor que não se pode pensar em integração sem incluir o componente estratégico militar. Ele acredita na possibilidade de uma batalha naval no Índico, dentro de dez anos e lembrou que o Atlântico Sul é, em grande parte, brasileiro, assim como a Amazônia, e que a questão do poder apresentar-se-á para o Brasil, mudando a forma de pensar a integração.

O Professor Flores ressaltou que, por mais que um país detenha os chamados *hard* e *soft power*, se o poder financeiro estiver minguando, esse país também vai minguar. E isso é que está acontecendo, na sua opinião, com os Estados Unidos. Para ele, o Brasil tem que se inserir no mundo pelo *soft power*, por meio de sua cultura riquíssima, sua visão diferente de mundo, multicultural, sua opção pelo diálogo e pela negociação pacífica, mas adverte que teremos de pensar na questão militar, aumentando o *hard power* do Brasil, e cuidar do eixo financeiro que sustenta os demais. Advogou a necessidade de termos uma estratégia industrial inteligente em que o Governo e a sociedade definam quais os setores competitivos a serem preservados e quais os obsoletos a serem abandonados.

O Professor antevê tempos turbulentos e sugere que o Brasil precisará de parceiros e de criar posições internas para garantir posições firmes e assertivas – mas não agressivas – para enfrentar a situação que se anuncia, procurando evitar envolver-se nos diversos conflitos locais que se prenunciam.

Por fim, a Professora Marta dos Reis Castilho recordou que 83% dos acordos existentes consistem em áreas de livre comércio e apenas 10%, em uniões aduaneiras. Isso significa que os países liberam o comércio entre si, mas mantêm sua autonomia quanto às políticas comerciais.

Entre os diversos tipos de acordos, a Professora destacou a União Europeia, caracterizada por uma integração profunda entre os 27 países membros; o Nafta, Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, que abrange diversos temas não comerciais, como trabalhistas e ambientais não contemplados pelos demais – uma exigência dos Estados Unidos. Por sua vez, a Asean, Associação das Nações do Sudeste Asiático, é um espaço que se iniciou com a cooperação econômica em 1976, resultando na assinatura de acordo de livre comércio apenas em 1992 e na implementação, 15 anos depois, tempo suficiente para que as estruturas produtivas daqueles países se interligassem mesmo

antes da entrada em vigor do acordo. Por sua vez, o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita, com ambição de mercado comum.

Concluindo, a professora reforçou que a integração com os países vizinhos é fundamental para o fortalecimento da indústria brasileira, e, para que isso ocorra, o Brasil deve assumir os custos de sua liderança na região. Na sua opinião, o Brasil deve participar das cadeias produtivas globais, tirando proveito de suas vantagens competitivas, associadas à abundância de recursos naturais, além de adotar políticas tecnológicas, industriais e de capacitação, que possibilitem ao País concorrer com uma potente e articulada indústria asiática.

Segundo comunicado, trata-se do resumo da audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, subcomissão permanente para acompanhamento da Rio+20, do regime internacional sobre mudanças climáticas, presidida por S. Exª, o Sr. Senador Cristovam Buarque.

Foi realizada no dia 18 de agosto de 2011 por esta subcomissão, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Essa reunião contou com a presença da Professora Márcia Leuzinger, Universidade de Brasília; da Professora Solange Teles da Silva, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Amazonas; e também do Professor Marcelo Varella, Centro Universitário de Brasília, UniCeub.

Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e realização da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio +20, os palestrantes foram convidados para debater o tema Governança, Como Administrar as Soluções. A Professora Márcia Leuzinger inicialmente explicou que governança é a conjugação de atores públicos e privados para que se possa chegar a uma finalidade consensual, alcançada por concessões dos atores envolvidos. Disse, em seguida, que a Constituição Federal, ao declarar o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reparte a responsabilidade de defesa desse direito entre o Poder Público e a coletividade, e ao criar essa função ambiental pública e privada, remete à ideia de governança ambiental, que é a conjugação de atores públicos e privados para o fim consensual de proteção do meio ambiente.

A professora passou, então, a detalhar o papel dos diversos atores dentro dessa função ambiental. O Poder Executivo atua por meio de políticas públicas ambientais, do poder de polícia, da intervenção do Estado na propriedade e do fomento de ações privadas benéficas ao meio ambiente. Apontou que cabe ao Poder Legislativo a edição de normas de proteção ao meio ambiente. Nesse ponto, ressaltou a necessidade de conscientização dos parlamentares e do eleitorado quanto ao tema e expressou preocupação quanto às discussões do novo Código Florestal que, segundo ela, pode levar à perda de florestas de biodiversidade e a complicações climáticas.

Quanto ao Poder Judiciário e à sua função de solucionar conflitos de natureza ambiental, disse ser necessária a capacitação dos magistrados no assunto. Essa necessidade decorre do número reduzido de cursos de Direito que oferecem a disciplina de Direito Ambiental como obrigatória. Disse que, nessa função ambiental, o Ministério Público é bastante atuante e cumpre papel fundamental por meio das ações civis públicas, dos termos de compromisso e de sua função de fiscal da lei em processos ambientais. Destacou também a relevância do papel da sociedade, por meio de organizações não governamentais, igrejas, universidades e outras associações ou por pequenas ações individuais. Sobre essas, afirmou que é impossível proteger o meio ambiente sem a conscientização dos bilhões de seres humanos que habitam o Planeta.

A professora afirmou que a cooperação internacional nas questões ambientais não ameaça a soberania das nações. Em sua opinião, é natural e necessário que os países assumam obrigações nos temas em que a atuação individual de uma nação possa causar impacto significativo para todo o mundo, a exemplo das questões nucleares e ambientais.

A Professora Solange Teles da Silva começou enumerando os elementos da boa governança: participação, consenso, transparência, agilidade, eficiência, efetividade, equidade, inclusividade e respeito ao Estado de Direito. Em seguida, a professora levantou a questão de como administrar o Planeta a longo prazo se as democracias são baseadas em eleições locais e em mandatos de curto prazo. Elencou, então, duas medidas importantes para lidar com essa questão: a alfabetização ecológica e a adoção do princípio de não retrocesso da proteção ambiental. Sobre a alfabetização ecológica, disse ser necessário, além da educação das crianças, capacitar os líderes políticos locais, nacionais e internacionais para compreender os fenômenos que fazem parte da complexidade ambiental. Sugeriu, então, que esse poderia ser um projeto brasileiro, a ser expandido para outros países. Em relação ao não retrocesso da proteção ambiental, argumentou que o Brasil é signatário do Protocolo de San Salvador, que proclama o direito de todos ao meio ambiente sadio e estabelece que esse direito é de realização progressiva. A convidada adiantou que um provável tema da Rio+20 será o da constituição de um organismo internacional para o meio ambiente. Revelou que ainda não há um

consenso sobre o assunto, mas advertiu que qualquer que seja a solução adotada, é preciso evitar a duplicação e a sobreposição de competências, diminuir os custos e promover a união de esforços para aumentar a eficiência da cooperação internacional ambiental.

O Professor Marcelo Varella explicou que o Direito Internacional Ambiental foi construído dentro de uma lógica de aumento gradativo dos níveis de obrigatoriedade dos seus tratados e da adesão voluntária dos Estados. O convidado explicou também que o sistema de controle dos tratados ambientais dispõe de três mecanismos: relatórios, inspeções e instrumentos de mercado, e revelou que esses mecanismos de controle ainda são pouco efetivos e são utilizados de forma esparsa. Em sua opinião, o grande desafio da Rio+20 será como aumentar a efetividade do sistema de controle dos tratados ambientais, e é esse ponto, continuou ele, que dá a oportunidade de o Brasil assumir uma posição de protagonista no cenário mundial. Para isso, o professor enfatizou a necessidade de o Brasil bancar a criação de mecanismos mais efetivos para a proteção ambiental, ainda que seja contra a posição dos países dominantes, que continuam reticentes nesse ponto.

Terceiro comunicado. Em relação ao PLC nº 41,de 2010, acesso a informações públicas. Srªs Senadoras e Srs. Senadores, solicito a V. Exªs especial atenção, pois, mais uma vez, trago a este colegiado informações relacionadas a uma matéria da mais alta relevância, que aguarda parecer da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Refiro-me ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que dispõe sobre a chamada Lei Geral de Acesso à Informação.

Preliminarmente, devo esclarecer que, em 30 de abril de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, CCJ; à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, das quais já recebeu parecer com quatro emendas de redação. Ainda no ano de 2010, no dia 3 de agosto, a Presidência desta Casa aditou o despacho inicial, a fim de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também fosse ouvida a respeito do projeto, tendo em vista a existência de dois requerimentos nesse sentido, um de autoria de S. Exª, o Senador Eduardo Suplicy; e o outro de autoria de S. Exª, o Senador Eduardo Azeredo, que era o presidente de nossa Comissão.

Deve-se esclarecer e salientar que a decisão da Presidência do Senado Federal, de ofício e sem necessidade de submeter ao Plenário os mencionados requerimentos, não se limitou a deferir o que estava sendo requerido pelos Senadores Suplicy e Azeredo. O despacho saneador da tramitação completou-se com o reconhecimento de que esta Comissão era a mais pertinente para se manifestar sobre o mérito do referido PLC nº 41, de 2010, razão pela qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional passou a constar como a última das comissões que deverá proferir parecer.

Em cumprimento à referida decisão do Presidente José Sarney, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), após aprovar o seu parecer, encaminhou o projeto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no último dia 20 de abril, a fim de que esta instância também exerça suas atribuições constitucionais e regimentais.

Para nossa surpresa, entretanto, algumas lideranças partidárias solicitaram urgência para o mencionado projeto, sem qualquer consulta à nossa Comissão ou entendimento prévio com os seus dirigentes, e ainda desconsiderando de forma cabal o requisito regimental da presença física do respectivo processado que se encontrava nesta Comissão, uma vez que iniciávamos as necessárias conversações com os Ministros de Estado responsáveis pelo acompanhamento legislativo da matéria a fim de esclarecer pontos controversos e buscar soluções em comum.

Essas negociações com o Poder Executivo foram, aliás, objeto de muitas referências pelos meios, ainda no primeiro semestre deste ano, como do conhecimento de V. Exªs.

Considere-se o interesse de Estado, presente em vários dispositivos da proposição, as negociações com o Poder Executivo e a cobertura jornalística que ela despertava. Transformamos, assim, em parte secreta a nossa reunião, realizada no dia 16 de junho último, quando pude relatar a V. Exªs minhas preocupações em relação aos aditamentos feitos na Câmara dos Deputados ao projeto original, enviado pelo Executivo.

Ato contínuo, mantive conversações com os Ministros de Estado Luiz Sérgio, então Chefe da Secretaria de Relações Institucionais; Antonio Palocci, por duas oportunidades e pessoalmente, então Chefe da Casa Civil; e Nelson Jobim, então titular da Pasta da Defesa, com quem conversei por mais de uma hora. Até mesmo com a Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff tive oportunidade de conversar sobre o projeto.

Por força das circunstâncias, os Ministros interlocutores foram todos substituídos, o que nos obriga agora a buscarmos novos contatos e novos entendimentos.

Nesse sentido, inclusive, esclareço que, na última quinta-feira, dia 18, logo após a reunião da Comissão, solicitei audiência com o Ministro Celso Amorim, novo titular do Ministério da Defesa, encontro esse que, de-

vido a compromissos do Ministro nesses últimos dias, deverá ocorrer amanhã, dia 23, no período da tarde.

Ainda que essa providência tenha sido adotada e que, em consequência dela, haja a expectativa de que possamos encontrar soluções consensuais com o Poder Executivo, considero que, a partir de agora, não mais poderemos adiar a manifestação oficial desta Comissão, especialmente porque há um requerimento de urgência para a matéria.

Foi nessa linha de raciocínio, inclusive, que recebi hoje solicitação do Senador Ministro Francisco Dornelles, Líder do PP, por meio de ofício datado de hoje e dirigido à Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Trata-se do Ofício nº 321, de 2011, assinado pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, que diz:

Sr. Presidente, desde o dia 3 de maio, portanto, há mais de três meses, o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações públicas, tramita no Senado em regime de urgência, fruto do Requerimento nº 476, de 2011, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno.

Dada a repercussão e a polêmica que o assunto tem gerado, com forte apelo das práticas democráticas, verifica-se que se trata de matéria de significativa relevância e que merece tratamento especial e um profundo debate das instâncias legislativas encarregadas de sua apreciação.

Por esse motivo, venho sugerir ao ilustre Presidente que inclua o PLC nº 41/10 na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que, dentro do mais alto espírito democrático e de um melhor uso das práticas do processo legislativo, possamos discutir e deliberar a matéria com a acuidade e a relevância que o conteúdo requer.

Atenciosamente,

Senador Francisco Dornelles, PP, Rio de Janeiro.

Assim, as razões expostas, aliadas a essa iniciativa da Liderança do PP, motivaram-me a dar curso ao trâmite da matéria aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Dessa forma, para viabilizar a sequência da tramitação do projeto, informo a V. Exªs que, na próxima quinta-feira, dia 25, dia de nossa reunião ordinária, apresentarei o relatório correspondente, a fim de que os integrantes do colegiado possam discutir a matéria, apresentar emendas ou mesmo formular votos em separado. O importante é que esta Comissão não seja alijada, como desejam, da discussão deste projeto, que diz respeito, sim, diretamente, às atribuições que lhe são conferidas pela Constituição e pelo Regimento Interno do Senado Federal. Esta é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E essa questão de informações está diretamente vinculada tanto ao campo das relações exteriores quanto ao campo da defesa nacional, porque política de defesa não caminha separada da política externa brasileira.

Antecipo-me, ainda, em esclarecer que o procedimento de submeter a proposição ao exame da Comissão, ainda que ela esteja em regime de urgência, não é novidade no Senado Federal, conforme se pode constatar dos registros das tramitações dos projetos: PLC nº 49, de 1996; PLC nº 15, de 1998; PLC nº 32, de 1999; e PLC nº 50, também de 1999.

Além dos precedentes, é importante salientar que há tempo suficiente para o exame da matéria nesta Comissão uma vez que, neste momento, encontra-se sobrestada, sem previsão de desobstrução, a pauta da Ordem do Dia do plenário do Senado Federal, razão pela qual o PLC nº 41, de 2010, não poderá ser deliberado por aquela instância.

Aliás, trata-se de uma situação que vem se repetindo, com pequenas exceções de intervalos de pauta desobstruída, há mais de três meses, o que, na prática, tem invalidado o regime de urgência.

Assim, parece-me bastante racional e certamente mais democrático que aproveitemos essa interrupção dos trabalhos de plenário para realizarmos um exame coletivo e cuidadoso sobre tão importante assunto no âmbito desta Comissão.

Ademais, parece óbvio que, se esta é a Comissão considerada mais pertinente para se pronunciar sobre o mérito, conforme o despacho do Presidente da Casa, haveria indevido descumprimento dessa decisão se todas as demais comissões, menos a nossa, aprovem parecer precedido da devida, oportuna e profunda discussão.

Para que não haja incoerência e, menos ainda, descumprimento regimental, é absolutamente necessário o parecer deste colegiado.

Ressalto, por fim, que a Presidência desta Comissão poderia exercer a relatoria da matéria em plenário, em substituição ao Colegiado, tendo em vista o regime de urgência.

Todavia, todas essas circunstâncias – reitero: obstrução da pauta em plenário, conversações com o Poder Executivo, previsão de disponibilidade de algumas semanas para cumprirmos todas as etapas neste órgão – parecem indicar que o mais sensato seja deflagramos o exame da matéria na Comissão ainda que tenhamos a expectativa de colaboração, nesse trabalho, dos representantes do Executivo.

Desse modo, data vênia, determino à Secretaria da Comissão a inclusão do PLC nº 41, de 2010, na pauta de nossa próxima reunião ordinária, a se realizar na próxima quinta-feira, dia 25.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização do terceiro painel "Negociações Econômicas Internacionais, OMC e Rodada de Doha", integrando o tema Economia e Finanças, dentro do ciclo de audiências públicas Rumo da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e desejo as melhores boas-vindas em nome de todos os integrantes desta comissão; e os convido para compor a Mesa:

Sr. Aluisio de Lima-Campos, Presidente do Instituto ABCI – Analistas Brasileiros de Comércio Internacional, professor adjunto do *Washington College of Law*, da *American University* e consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional; Professora Vera Thorstensen, professora de Política de Comércio Internacional na Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV; Professor Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito – USP, ex-Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Dr. Marcus Vinicius Pratini de Morais, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial – JBS e ex-Ministro da Agricultura.

Convido a todos para tomarem os seus lugares à Mesa, com os habituais e repetidos votos de boas-vindas a esta comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para comunicar que estamos aqui com a presença do Embaixador Roberto Azevedo, que nos representa na OMC e veio assistir ao debate dessa noite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Seja muito bem-vindo, Sr. Embaixador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E por falar nisso, tem mais outro aqui, importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Também quero registrar aqui a presença do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que nos dá a honra de sua presença na audiência do dia de hoje. Seja muito bem-vindo, Sr. Embaixador.

O SR. PAULO TARSO FLECHA DE LIMA – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos, com a tolerância necessária para a conclusão de suas exposições.

Iniciaremos a audiência de hoje. E concedo a palavra a S. Exª Sr. Ministro Celso Lafer, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O SR. CELSO LAFER – Presidente Fernando Collor, Senador Luiz Henrique, Senador Cristovam Buarque; caros amigos, que compõem esta Mesa, Embaixador Paulo Tarso e Embaixador Roberto Azevedo, o tema que nos foi dado é o de uma reflexão sobre a OMC, a Rodada Doha e os desafios das negociações econômicas internacionais.

Eu gostaria de começar lembrando que a OMC é uma organização internacional que foi o fruto das longas negociações da Rodada Uruguai, do GATT. O Brasil foi parte contratante originária do GATT e participou ativamente das negociações da Rodada Uruguai.

No seu Governo, Presidente Collor, ao receber em Brasília, em 20 de agosto de 1992, o então Diretor-Geral do GATT Arthur Dunkel, manifestei o grande interesse brasileiro no fortalecimento do sistema multilateral de comércio, não só por conta da importância que atribuíamos à expansão do intercâmbio mundial, como também para a superação das ameaças de recrudescimento das práticas protecionistas.

Destaquei, naquela ocasião, seguindo as suas instruções, a relevância, para o Brasil, da liberalização do comércio agrícola e a do controle dos subsídios que imperavam nesse campo. E apontei que a conclusão da negociação do Nafta colocava para nós a reflexão sobre o papel do GATT no novo mundo de megablocos, destacando, assim, que a liberalização regional não deveria prejudicar, mas, sim, favorecer o sistema multilateral do comércio.

Foi nesse contexto que em setembro de 1992 o Governo brasileiro manifestou preocupação com a intenção norte-americana de exportar trigo subsidiado, porque isso prejudicava os objetivos da Rodada Uruguai e a ideia da eliminação das práticas de subsídios no comércio agrícola.

E também na sua Presidência, manifestamos a preocupação com a decisão da indústria norte-americana de apresentar uma petição antidumping e anti-subsídios contra exportações brasileiras, identificando, nessa medida, visões protecionistas e uma configuração do tema da erosão do sistema multilateral de comércio.

Eu faço essas remissões para explicitar o significado da conclusão dos acordos da Rodada Uruguai e da criação da OMC, o que se deu no Governo Itamar; e também para avaliar, no momento atual, as negociações da Rodada Doha.

A OMC é uma organização que é herdeira do GATT, mas ela é dotada de outra institucionalidade e abrangência. O seu escopo de atuação é o de ser o quadro institucional comum para a condução das

relações comerciais entre os seus membros, nos assuntos relacionados com os acordos celebrados na Rodada Uruguai.

E são funções da OMC facilitar a aplicação, a administração e o funcionamento desses acordos, ser um foro para negociação entre os seus membros acerca das suas relações multilaterais, administrar – o que é muito importante – o entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a solução de controvérsias. E cabe dizer que também se insere nas funções da OMC a possibilidade de servir de foro para outras negociações.

Essa ideia de um foro para outras negociações é a que caracteriza o âmbito da Rodada Doha e tem como antecedentes a prévia lógica do GATT, que sempre operou por sucessivas rodadas; e também o impacto ou a impulsão dada pela União Europeia, que sempre viu nesse processo de negociação permanente formas de aprofundar o entendimento e a cooperação.

Antes de avaliar a quantas andamos, na Rodada Doha, creio que vale a pena realçar que ela é um adquirido jurídico institucional. Ela tem uma amplitude muito maior que o GATT porque cobre não só novos temas, como serviços de propriedade intelectual, mas disciplinas mais rigorosas sobre temas que caracterizam o comércio de bens, como, por exemplo, salvaguardas, subsídios, medidas compensatórias, procedimentos por licenciamento de importação, barreiras técnicas ao comércio, aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias – termo que seguramente o Ministro Pratini vai tratar; antidumping, valoração aduaneira; além do acordo de agricultura, que apesar de insatisfatório, incorporou os produtos agrícolas na disciplina do sistema multilateral.

A OMC, hoje, tem 153 membros, uma vocação pela universalidade e representa a percepção generalizada da comunidade mundial de que um comércio internacional regido por normas favorece a dinâmica do desenvolvimento interno. É um caminho para a redução da pobreza em escala planetária e, na linha do que foi classicamente formulado por Montesquieu e por Kant, uma contribuição para a paz, pelas redes de interação, aproximação e entendimento entre os países e sociedades que o comércio cria.

O funcionamento da OMC tem a sustentá-la dois ingredientes fundamentais. O primeiro é o sistema de solução de controvérsias, que abrange todo o campo dos acordos da Rodada Uruguai, que tem uma jurisdição automática, tem um duplo grau de jurisdição, possibilidade de recorrer ao órgão de apelação, e foi concebido porque permite trazer, na linguagem da OMC, segurança e previsibilidade ao sistema multilateral do comércio.

Há assim um adensamento da juridicidade que tem como função evitar tanto o unilateralismo da interpretação das normas da OMC quanto a assim chamada autoajuda, o *self-help,* na sua aplicação através de represálias e retaliações comerciais não disciplinadas por uma visão das normas que regem esses institutos.

O sistema adquiriu condições de sustentabilidade política porque as controvérsias submetidas ao sistema da OMC são consideradas contenciosos de interesse e não a expressão de tensões internacionais que articulam atos inamistosos entre os seus membros. Acho esse um ponto fundamental, porque a ideia é que esses contenciosos afetam interesses, mas permitem um encaminhamento através da sua solução de controvérsias. E eu creio que isso resulta da percepção que agir de acordo com as normas é do interesse de todos e muito especialmente que as normas da OMC são aquilo que seus membros têm em comum.

O segundo ingrediente é a regra do consenso. Em contraste, por exemplo, com o Fundo e com o Banco Mundial, onde há ponderação de votos, na OMC, a decisão é por consenso, o que me parece muito importante, porque o ativo da OMC são suas normas e, para terem credibilidade e eficácia, elas precisam ser criadas por todos para serem aplicadas por todos. É claro que isso é uma medida de segurança, mas naturalmente é um processo difícil como veremos a seguir.

E o Brasil na OMC? O Brasil tem se valido, com muito sucesso, do sistema de solução de controvérsias para tratar de seus contenciosos. O mais recente, que é o de 25 de março de 2011, foi o suco de laranja com os Estados Unidos, que permitiu lidar com um tema importante no cálculo das margens de *dumping* que era evitar a insistência norte-americana num sistema, o sistema do *zeroing,* que prejudicava os nossos interesses. Outro grande exemplo é, enfim, o tema dos Estados Unidos e o Brasil sobre algodão, ligado a subsídio à exportação e o seu componente nacional, o Embaixador Roberto Azevedo acompanhou isso muito de perto, foi uma coisa muito importante e também mostra a complexidade desse sistema, porque a prova desse mecanismo que nos deu vitória foram os dados da economia que, como diria a Prof. Vera aqui presente, tiveram um papel muito importante.

São temas, Presidente Collor, que foram suscitados na sua administração: a preocupação com o *dumping*, a preocupação com os subsídios, que encontram no sistema uma maneira de solução mais apropriada do que aquela que resultava da inexistência de normas. Também um grande tema como o algodão e o açúcar, que iniciamos, o Vinicius Pratini e eu, em 2001, significava lidar com temas importantes da agenda comercial do Brasil.

Como todos sabem, a grande reivindicação brasileira na Rodada Uruguai, aprofundada nos temas da Rodada Doha, é a agricultura. Nestes últimos quinze anos, pode-se dizer, primeiro, que houve um grande sucesso interno do agronegócio brasileiro, fruto do papel da inovação e do conhecimento que fizeram da agricultura brasileira a mais avançada tecnologia adotada da mais avançada tecnologia de agricultura tropical.

Há a nova demanda asiática, representada pela China e por outros países, que é, em parte, a consequência da redução da pobreza, em escala mundial, o que significou um aumento da demanda. As disciplinas multilaterais do comércio agrícola criadas pela Rodada do Uruguai são insatisfatórias? São. São insuficientes, mas é melhor tê-las como elas estão do que não tê-las.

Com isso, a verdade é que, nestes 15 anos, há um óbvio e proeminente papel do Brasil em uma extensa gama de produtos, desde alguns mais tradicionais, como café, açúcar, mas passamos pelo etanol, pelo tabaco, pelo algodão, pela carne bovina e suína, pelo frango, pelo suco de laranja, pela soja e pela celulose.

Quero, antes de chegar ao fim da minha exposição, fazer duas considerações de ordem geral.

A crise econômica financeira de 2008 poderia ter levado a um protecionismo exacerbado, que foi a consequência da crise de 1929, da grande depressão e uma das causas da II Grande Guerra. Não foi o que ocorreu. Cálculos da OMC mostram que as novas restrições comerciais afetaram 1% do fluxo comercial, em 2009, e 0,9%, em 2010. Uma das razões disso é que o sistema multilateral do comércio, as suas regras e o custo do seu descumprimento serviram como uma espécie de rede de segurança e uma apólice de seguro contra o protecionismo. Creio que, neste momento e neste momento de crise, este é um dado importante para ser realçado.

A declaração ministerial de 2001, que estabeleceu o mandato negociador de Doha, foi amplamente negociada. Certos temas de interesse do Brasil foram contemplados como, no capítulo da agricultura, acesso a mercados, medidas não distorcivas de apoio interno e a ideia do *phasing out* dos subsídios à exportação. O reexame de dispositivos *antidumping*, interesse que nós também temos não só como destinatário da medida dos outros, mas como aplicador das medidas neste momento importante, no capítulo produtos industriais, picos e escaladas tarifárias. Também obtivemos a famosa Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública e discutimos a relação, como tema de negociação entre as normas da OMC e acordo multilaterais ambientais, levando em conta a agenda da opinião pública e também, Presidente Collor, o desafio de levar adiante a Rio 92.

Quais são os desafios da negociação, para ir concluindo a minha exposição? Primeiro, como captar interesse comuns e compartilháveis em um empreendimento único, em um *single undertaking*, no qual nada está acordado antes de tudo estar acordado? Dois, como gerir a desigualdades do Poder, no caso em especial o poder econômico e comercial? Como mediar a diversidade de perspectivas e seus conflitos, no caso, a visão dos países de menor desenvolvimento relativo, os temas da implementação do que já tinha sido previamente negociado e também a percepção norte-americana e em parte europeia de que as economias emergentes – Brasil, China, Índia e África do Sul – têm força própria e características que tornam anacronística a dicotomia países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que são na sua maioria os que compõem a OMC?

Essas duas últimas facetas são a expressão tanto de fatos quanto da percepção de fatos. É inegável a nova dimensão econômica alcançada pela China, pela Índia e pelo Brasil, de 2001 a 2011, quanto da percepção dos fatos que integram a realidade, onde naturalmente a nossa prévia lógica diplomática foi sempre operar sob a perspectiva organizadora de não diluir o assim chamado mundo em desenvolvimento.

Os objetivos americanos da rodada são também uma faceta das nossas dificuldades, porque o que os americanos estão pleiteando, e nesse sentido o artigo da antiga USTR, na Foreign Affairs, é muito elucidativo, representam, primeiro, acrescer oportunidades de acesso a mercados para produtos americanos, agrícolas, produtos industriais, serviços, porque considero esses mercados de grande potencial e crescimento e, segundo, incorporar na dinâmica negociadora as diferenças de força econômica, perspectivas, capacidades no assim chamado mundo em desenvolvimento.

Há, naturalmente, a geometria variável de interesses porque os interesses também variam de acordo com os produtos que estão sendo negociados. Há o empenho da necessidade de consenso de todos os membros. Há mudança do processo decisório na OMC, cujo G-20 Comercial foi uma grande expressão, para o qual muito contribuiu o Embaixador Seixas Correa ao tempo em que chefiava a delegação do Brasil em Genebra.

Eu me lembro de ter uma vez perguntado ao representante do USTR o que para ele significava poder na OMC. Ele disse: Olha, poder na OMC é o tamanho do seu mercado. Então, naturalmente esse é um dado óbvio. A China, o Brasil e a Índia têm um poder renovado porque o tamanho do nosso mercado significa algo muito desejável.

Além disso, todo tipo de negociação comercial é uma dupla negociação, para dentro do País e para fora do País, e a negociação interna é sempre complexa, porque, no capítulo da discussão protecionismo e não protecionismo, há sempre políticas redistributivas – muitos ganham, mas outros perdem –, daí os conflitos políticos que têm a sua dimensão pela articulação de interesses. Também a internalização de normas internacionais definem políticas que delimitam a latitude operacional das soberanias, que é o tema do *policy space*.

Agora, há uma mudança significativa de circunstâncias de 2001 para 2011, e isso tem múltiplos desdobramentos. O primeiro que vou mencionar é o câmbio, e não vou discutir porque a Professora Vera vai tratar do assunto. Há uma óbvia relação entre câmbio e comércio. Há o problema da valorização do real, da desvalorização do dólar, da desvalorização da moeda chinesa. O próprio GATT e depois a OMC têm clareza quanto à importância do relacionamento entre câmbio e comércio.

O acordo da OMC constitutivo previa a cooperação com o fundo e o banco mundial com o objetivo de alcançar maior coerência. Nessas negociações, em que atuei como embaixador do Brasil em Genebra, a nossa visão era de incluir os temas da OMC na agenda do Fundo e do Banco Mundial e não o contrário, incorporar apenas os temas do Fundo e do Banco Mundial na agenda da OMC.

Este tema do câmbio é, sem dúvida, um tema difícil.

Minha observação é que, por conta desses assuntos, o Brasil não tem hoje condições de fazer concessões adicionais em matéria de produtos industriais, como pleiteiam os Estados Unidos, por conta do impacto do câmbio na competitividade da indústria brasileira e pela redução da participação da indústria no PIB. A Professora Vera vai se dedicar a este assunto com o entusiasmo que a caracteriza e com todas as comprovações econométricas de que ela é capaz e de que eu não sou capaz.

Quero dizer também que há uma deterioração dos cenários internos de negociação em função da crise. No caso dos Estados Unidos, terminou a validade do *Trade Promotion Authority*. Houve o fim da administração. A busca era mais aberta ao comercio internacional do que à administração democrata. A Presidência, Obama, tem as suas dificuldades com o Congresso, não só não conseguiu ratificar acordos de livre comércio já celebrados como teve, como todos sabemos, dificuldades para encontrar o encaminhamento apropriado do tema da dívida norte-americana.

No caso da União Europeia, a crise do euro, o seu significado para o projeto europeu, a digestão dos alargamentos mostram que também o cenário interno de negociação de dois grandes parceiros é um cenário difícil, como também creio que é o cenário da China.

Uma ponderação, a título de conclusão: há um economista conhecido que é o Frank Knight que fez a distinção entre risco e incerteza. Diz ele: "Risco é aquilo que pode ser calculado, pode ser ponderado, pode ser avaliado pelas modelagens, pelas probabilidades, pelos cenários. Você pode aceitar correr mais ou menos risco". E, incerteza, dizia ele, resulta da dificuldade de calcular que instiga a inação, a paralisia decisória por conta da dificuldade de avaliar o que significa qualquer passo adiante. Creio que o que cerca hoje as negociações é mais a dimensão da incerteza que do risco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Ministro Celso Lafer, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Em seguida, passo a palavra a S. Exª o Ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial.

O SR. MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES – Quero inicialmente saudar ao nosso antigo chefe, Presidente Collor, com quem tive a honra de trabalhar por um curto período de tempo, demais integrantes da Mesa, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, há uma discussão recente, não que seja tão recente assim, mas que coloca em dúvida a eficácia do multilateralismo como uma forma de abordar as questões de comércio de uma Nação.

Há um grupo grande de economistas, de negociadores que procuram colocar a prioridade nas negociações bilaterais. Creio que a coisa não é tão simples assim e o próprio Ministro Lafer colocou muito bem a questão da incerteza do risco.

Eu acho também que nós não prosseguimos na Rodada de Doha porque não se sabe o que isso vai dar, mas nós devemos e podemos pontuar alguns temas, alguns assuntos que são importantes com ou sem a Rodada de Doha.

Vendo aqui o Senador Luiz Henrique, eu vejo agora, por exemplo, o que está acontecendo com a subcultura de Santa Catarina. De repente, os russos decidem não comprar mais carne do Brasil ou a restringem? Qual é a nossa proteção? Como a Rússia ainda não entrou na OMC, sequer temos essa proteção. Então, temos que procurar ajudar a Rússia a entrar na OMC e isso não aconteceria novamente.

Ao lado disso, Senador, queria acrescentar que me preocupa muito havermos ficado tão dependentes

da Rússia e da Ucrânia que hoje compram 65% da carne de suínos que o Brasil exporta.

No caso da carne bovina, adotamos a estratégia de aumentar o número de importadores, de 40 para 192. Por quê? Se os americanos bloqueiam, a gente vai e aumenta a venda para a Ásia, aumenta a venda para outros países da América Latina.

No momento estamos vivendo o problema da Europa. A Europa criou tantas restrições do ponto de vista da sanidade animal que as nossas exportações para a Europa caíram 90% no último ano e meio. Praticamente, não se vende mais carne para a Europa. Uma boa parte por causa de problemas sanitários e a outra parte em função da taxa de câmbio que diminuiu brutalmente a nossa competitividade.

Mas acho que estamos esquecendo também, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, outro ponto muito importante. Eu tenho assistido a uma porção de perplexidades: o que vai acontecer com o Brasil? Onde vamos chegar?

Eu acho que não precisamos nos preocupar tanto em mostrar tanta perplexidade por uma razão muito simples: o grande ativo da economia brasileira não é a exportação, é o mercado interno. Nós, às vezes esquecemos que esse País cresce por causa do seu mercado interno.

A exportação, especialmente a exportação do agronegócio é importante para a gente acumular reservas. Nem sei se acumular reservas do jeito que a gente está fazendo é muito bom, mas tem um limite. Eu espero, aliás, que eles não aumentem de novo a taxa de juros hoje, mas não podemos esquecer o grande ativo da sociedade brasileira e da economia brasileira que é o seu mercado interno.

Eu proporia, desculpa lembrar esse tema, porque o episódio "carne suína" é um episódio típico de um País que permitiu o excesso de concentração, foi uma oportunidade comercial. Eu faria, Senador, uma grande campanha interna de *marketing* de carne de suíno porque nós deixamos muito para o Natal. Por que a gente não pode comer porco fora do Natal? Há receitas extraordinárias. As espanholas, por exemplo, são espetaculares.

Assim, Senador, vamos vender e olhar mais para o nosso mercado interno. Esse é o trunfo da economia brasileira. Não quer comprar, não compra. Nós não vamos quebrar por causa disso. Às vezes há uma turma que gosta de fazer um pouco de sensacionalismo dizendo: "cuidado, os europeus estão quebrados e não vão mais comprar carne". Se eles não querem comprar carne, não comprem. Se eles não comprarem, vendemos para a China, vendemos para o Sudão, estamos vendendo carne na Argélia, no Egito, 192 países compram carne bovina brasileira hoje.

Se tivéssemos a OMC funcionando na plenitude, com essas introduções, essas inovações todas, propostas e, os russos fossem membros da OMC, nós não teríamos esse problema, mas temos e vamos sobreviver olhando para o nosso mercado interno e vamos sobreviver vendendo para outros mercados.

O Brasil, na área do comércio internacional, tem duas grandes limitações: a primeira é de logística. Por quê? Porque somos um País longe. Aqui é longe até sair do Mato Grosso para embarcar por Santos ou por Santa Catarina. Quer dizer, temos um custo de logística que é um dos componentes do chamado Custo Brasil que estamos enfrentando, mas muito lentamente.

O outro problema que temos é mais complicado: *marketing*. O Brasil tem cabeça de colônia. Há quinhentos anos que o Brasil é comprado. Vieram aqui, primeiro levaram o Pau-Brasil para ser traficado em Lisboa. Depois, começamos a vender um pouquinho de algodão no Maranhão, os franceses fixaram o preço e qualquer espelhinho que nos dessem estava pagando.

O Brasil tinha seis milhões de escravos e menos de um milhão de descendentes de brancos, era um País em que não podia ter indústria. Eu, às vezes me pergunto, mas por que o Brasil é tão atrasado assim? Porque os portugueses não deixavam fazer nem uma camisa. A única roupa que se podia fazer aqui, até 1808/1809, era pano para roupa de escravo. Ponto.

Nós somos uma Nação industrial muito recente e nós não aprendemos ainda a fazer certas coisas e uma das coisas que não aprendemos a fazer é *marketing*. Eu vou dar um exemplo. Aqui em Brasília, vou a um bom restaurante, o garçom me pergunta, peço "uma água". Eu digo "quero com gás". Se eu pedir com gás eles me trazem San Pellegrini ou Perrier. Se eu peço sem gás, Boudoir, Evian ou Panna. Será que não tem nessa região uma água mineral, que em Minas Gerais não tem? O que é isso? *Marketing*.

Um dia desses passei em uma loja, e não vou dar a marca porque já brigaram comigo por causa disso, onde havia uma bolsa bonita e pensei "vou levar para a Bete". Cheguei: "quanto é?" "Seis mil e quinhentos euros". Eu fiz a conta e, com isso, eu compro um apartamento ali em Tramandaí, na praiazinha popular do Rio Grande do Sul, ou um carrinho. Por uma bolsa? Daí, encontrei, por acaso, uma das pessoas que dirige essa companhia em Roma e perguntei: "escute, quanto tem de bolsa, naquela bolsa de seis mil e quinhentos euros, e quanto tem de serviços, de *marketing*, de mão de obra etc, etc?" "Quer saber mesmo? Era dourado ou prateado o fecho?" "Não, era dourado." "Bom, se fosse prateado, o custo do material que tem lá dentro seria

de cento e cinquenta euros; se fosse dourado, seria duzentos e cinquenta euros." Agora, a bolsa valia seis mil e quinhentos euros. O que é isso? É *marketing*, é *designer*, as fotografias da nossa conterrânea Gisele com aquelas coisas bonitas todas. Pode ser assim? É assim mesmo. E ainda me disse: "aquilo nem é couro, é um plástico especial que nós inventamos, como é o Louis Vuitton. O Louis Vuitton é plástico, não é couro, às vezes tem um bolsinho dentro para botar moedas."

O que é? Qual é o segredo dessa gente? *Marketing*. Eles conseguiram agregar valor. E é isso que nós temos que aprender a fazer. Nós não podemos condenar esta Nação a ser permanentemente uma nação de exportadores de *commodities*, cujos preços sequer são feitos aqui, porque o café brasileiro é negociado em Nova Iorque, o açúcar branco brasileiro, durante anos e anos, foi negociado em Paris, e parece que quebrou a Bolsa de Paris. Recentemente, nós temos, na nossa BMF, algumas operações criadas aqui para touro, para gado, para algodão e para soja.

Então, nós temos que nos preocupar mais com onde se ganha dinheiro. Eu, uma vez, para o Arnault, que é o Presidente da LVMH, como é que ele ganhava dinheiro. "Eu vendo caro." Arnon quer dizer Louis Vuitton, Moet Hennessy, Dior, quer dizer, sei lá, tantos, sessenta e tantas marcas. "Eu vendo caro." "Mas como é que você consegue?" "Mulher gosta de coisa cara." *(Risos.)*

Nós sabemos disso. E é verdade. Eu testei isso até em Rondonópolis um dia desses, com o pessoal da agricultura.

Qual é a questão? Nós temos que aprender que luxo não é pecado. Os franceses aprenderam isso há muito e ganham muito dinheiro com isso, vendendo para as coitadas das africanas as bolsas, em, geral falsificadas, da Chanel, não sei mais o quê. A verdade é que nós não aprendemos a agregar valor usando o *marketing*. Então, nós precisamos fazer um esforço para continuar vendendo – e não estou propondo que o Brasil pare de exportar *commodities*, não, os americanos também exportam, e muito – *commodities* e aumentar o valor agregado dessas *commodities*. Nós temos que agregar valor. Com isso, agregamos tributos, agregamos tecnologia, damos acesso a mercados, porque, para essas coisas, há acesso ao mercado.

Está ali o nosso Embaixador Paulo Tarso, que nos ajudou a vender sapato. Não é, Paulo Tarso? *(Pausa.)*

Nós vendemos sapato de Novo Hamburgo, de Franca e Birigui, em São Paulo. Em vez de vender couro, você multiplica por 50 o valor daquele couro e vende o sapato. Então, essa agregação de valor, essa nova, digamos assim, perspectiva de ganhar dinheiro, de gerar renda com *marketing*, nós temos que aprender. Já há muita coisa.

Vocês viram aquela fábrica de carrocerias Marco Pólo, de Caxias, que ganha dinheiro com um *design* muito bonito, que compete com o *design* americano, alemão etc? Tem muitos setores no Brasil que já aprenderam a usar o *marketing* e a criar... Agora, não é o *marketing* sozinho, é o *marketing*, o controle de qualidade e a garantia de serviços de manutenção. Esses são os três componentes que você pode ter até em uma bolsa cara.

No caso das demais *commodities*, nós temos um desafio adicional. O desafio não é só logística, não é só *marketing*, mas é um desafio de nível tecnológico.

O Brasil é um dos países mais modernos do mundo. Como mencionou Celso Lafer, é o líder em produção de tecnologia agrícola tropical. Não sei se sabem, nós já temos o pessoal do Mato Grosso, do Paraná e do Rio Grande plantando soja, milho e até trigo do Sudão, em convênios feitos por cooperativas e outros organismos. No entanto, essa nossa tecnologia ainda está muito usada aqui dentro. Há algumas exceções, mas basicamente nós usamos a nossa tecnologia aqui. Nós temos que exportar a nossa tecnologia também. Porque, quando olhamos as estatísticas, eu por acaso não pude trazer hoje aqui, nós não olhamos serviços e não nos damos conta de que o maior volume do comércio internacional não é agronegócio, não é indústria, mas são serviços. Aqui, no Brasil, no próprio PIB brasileiro, acho que os serviços somam 60% ou mais de 60%. Nós estamos esquecendo isso também. E isso depende de tecnologia e de muito *marketing*.

Nós estamos raciocinando muito em termos de um mundo ricardiano, quer dizer, o Brasil é bom para fazer soja, para criar porco, para criar boi, para plantar o milho, para o algodão. Esse é o conceito do David Ricardo, de 200 anos atrás. Então, o Brasil tem vantagens comparativas em relação a outros países para esses produtos, mas o mundo não é mais assim! O mundo que já está funcionando, há mais de dez anos, vinte anos, é o mundo das vantagens competitivas. Eu tenho que ser competitivo na prateleira do supermercado ou no centro de distribuição do Japão, dos Estados Unidos, onde for. Nós não podemos mais pensar no mundo ricardiano. Temos que pensar no mundo das vantagens competitivas.

E aí entra um ponto muito importante e que é objeto dessa discussão. Para nós podermos tirar vantagem das vantagens competitivas, precisamos ter certa equidade nas questões que afetam custos e rentabilidade dos produtos. É aí que vem um papel fundamental, e vou fazer referência a um que todo mundo conhece, em geral.

Os canadenses, nós estávamos em plena campanha para vender o boi de capim. Fizemos até uma escola de samba lá em São Paulo e outra no Rio, para vender boi, para fazer propaganda do boi brasileiro, o boi que come capim, o boi verde. Aí alguém lá no Canadá preocupado com uma guerra entre a Bombardier e a Embraer resolve dizer que no Brasil tinha vaca louca. Imediatamente fecharam-se todos os mercados para o Brasil. Eu me lembro do trabalho que nos deu – não é, Ministro? – conseguir, com a ajuda do Malan, com a ajuda do nosso Embaixador em Washington, Rubens, virar aquilo. Conseguimos virar, porque não era muito difícil, se tivesse um pouco de boa vontade. Qual era a boa vontade? Era entender que, no Brasil, boi come capim, boi não come resíduo de outro boi, como é o caso da Inglaterra, da França, que pode transmitir essa doença, e que não se usa resíduos de animais para compor as rações aqui no Brasil. Nós conseguimos e, a partir daquele momento, nós viramos o maior exportador de carne do mundo. A gente conseguiu transformar o limão em uma limonada, mas a um custo muito alto. Ali havia muita insegurança, mas se conseguiu.

Eu aprendi uma coisa. Além de ser bom, além de ter competência, além de ser competitivo do ponto de vista financeira etc, nós temos que ter um mínimo de segurança contra a aplicação de medidas abusivas, sobretudo no plano sanitário, que foi o caso da vaca louca e é o caso da febre aftosa. Há países que não compram a nossa carne porque aqui tem febre, mas não tem febre aftosa no Brasil. Mas, então, por quê? Porque vocês vacinam e, ao vacinar, inoculam o vírus no animal. Então, vocês estão mandando o vírus para nós. Nada! Isso é protecionismo sanitário. Então, ao lado do protecionismo tarifário, que era colocar tarifas elevadas para segurar o concorrente de outro país, há agora o protecionismo sanitário, que mente e usa de forma abusiva autorizações do Sistema SBS, digamos, a regra sanitária da OMC e diz: "Não compro por isso, por isso e por isso". Quem prova? É impossível provar.

Agora, estamos assistindo a um novo tipo de protecionismo – o ambiental, onde chego nos Estados Unidos e em alguns lugares da Europa: "Ah! Meu caro! Vocês estão queimando a floresta amazônica para criar boi". Será que eles não sabem que rio Amazonas cresce, em Manaus, 19 metros? Quem é que vai criar boi em Manaus? Será que em Parintins, este ano, subiu 29 metros? Quem vai plantar soja embaixo de 29 metros?

Eles não sabem que existe uma diferença entre região amazônica e floresta amazônica. Aí, ao misturarem conceitos, somos vítimas de perseguições incríveis. Cheguei aos Estados Unidos, um dia desses, no MIT, e tinha uma publicação: *Fiquem com as Florestas, Nós cuidamos da agricultura*.

Qual é a tese? Guardem as florestas, e vamos fazer agricultura nos Estados Unidos. Isso corre lá entre o meio universitário. Eu até vou responder a essas coisas.

Temos de ser mais duros na defesa das nossas realidades e não embarcar na conversas de algumas ONGs, que são pagas, em geral, pelos nossos concorrentes, e ficam dizendo que o Brasil é isso, aquilo e aquilo outro.

Isso já melhorou um pouco, mas precisamos avançar. Esse é o nosso *marketing* institucional. São dois tipos de *marketing*: o lá do Louis Vitton e o outro que chamo de institucional, que é vender o Brasil nos outros países e, com isso, facilitar a abertura de mercado.

Para encerrar, eu queria dar um exemplo meio absurdo, que saiu recentemente. Esse trabalho é do Professor da USP, Umberto Celli Júnior. Ele diz que o tema mais polêmico dentro da OMC, ao lado da produção agrícola, é o problema aéreo. Nós sempre brigamos entre Embraer e Bombardier. Agora, estamos brigando com a Mitsubishi japonesa e com algumas outras empresas produtoras do Canadá e na Europa que pretendem fazer o mesmo avião que faz a Embraer, com muito sucesso, para distâncias médias e capacidade média.

Aí vai haver uma grande briga, porque todo mundo descobriu que esse negócio muito grande não dá muito certo, estão tendo dificuldade de vender CA 380, pois é muito caro operacionalmente. Porém, vamos descobrir que, cada vez ... Qual é a mudança que está acontecendo aí?

Vou voltar um minuto atrás, porque me esqueci de falar. Quando, em 99, Malan e o Fernando Henrique me pediram para voltar a Brasília, a fim de tentar ajudar a vender, porque estávamos meio quebrados, eu queria saber: Vender o quê?

O setor que temos mais competitividade é o do agronegócio. Então, resolvi fazer uma pesquisa. No mundo inteiro, 62 países, fiz a seguinte pergunta: Para as classes C e D, o que eles fazem com o dinheiro, quando ganham aumento de salário ou um emprego novo? A resposta foi, dos Estados Unidos a Bangladesh, primeiro, leva um bife para casa, com duas exceções: Arábia Saudita – uma palheta de carneiro –, ou a Coreia – um corte de porco. Os outros países tinham no meio também o bife; segunda preferência, frutas; terceira, lácteos; quarta, motoca, mas não essas motocicletas, como Davidson não sei o quê, não, motocazinha pequena, lambreta; quinto, abrir uma conta de poupança em um banco; e sexto, constrói um puxado na casa – não é assim que se chama? Um puxadinho na casa, para fazer um banheirinho, um quartinho para o filho. Isso

é assim nos Estados Unidos, em Bangladesh e aqui no Brasil. Então, o que está acontecendo? Por que os preços das *commodities* agrícolas não estão caindo, ou caindo muito pouco? Porque há mais gente comendo carne, comendo fruta, comendo lácteos, enfim, comendo ovos. A demanda de ovos está crescendo muito. Os lácteos cresceram tanto, que estamos importando leite em pó. Nós éramos exportadores, porque o consumo brasileiro está crescendo.

Então, é por aí o nosso caminho agora: carne. Para fazer carne, precisa-se de proteína vegetal; proteína vegetal é milho e soja. Na medida em que o mercado interno aqui cresce, ele cresce também na China e em outros países, que produzem também animais menores.

Outro ponto é o seguinte: lácteos. Às vezes, a gente vê, de vez em quando, propaganda: *Não coma! Cuidado com o colesterol! Não coma carne vermelha!* Isso é para mim; pra gente que já fez 70 anos. A gurizada tem de comer carne, ovo, queijo e tal! Não pode deixar a gurizada ... Já imaginou o que é um país de jovens vegetarianos? Tudo doente, fraquinho, magrinho! Não existe isso! Isso é uma coisa dos médicos!

Então, vamos ajudar o Brasil a produzir essas coisas, pensando sempre no seguinte: o grande mercado do Brasil se chama Brasil. Ao mesmo tempo crescem os outros países aí pelo mundo, e nós vamos fornecer para essa gente, encontrando sempre dificuldades. Sempre vamos encontrar algum tipo de restrição. É para isso que serve a OMC.

Eu mesmo reclamo muito da OMC, mas, para nós, é interessante haver, pelo menos, um seguro, vamos dizer assim, uma forma de proteção.

Para concluir, queria dizer o seguinte: a experiência que tive nos últimos anos demonstrou uma coisa - o produto brasileiro tem charme. O produto brasileiro, que os estrangeiros gostam que tem vaca louca, aftosa, isso e aquilo, é o contrário. O Brasil tem charme! E nós temos que aproveitar, porque me lembro do Paulo Tarso, lá no Itamaraty, tentando fazer funcionar aquele programa de exportação, de apoio à exportação. Ele tinha charme! Faturar charme quer dizer dinheiro, valor econômico.

Então, temos de trabalhar mais no charme, como faz, por exemplo, Santa Catarina, com a festa lá de Blumenau, com o chope, aquela coisa toda. Temos coisas no Brasil que podem representar receita, renda, e nós temos de estimular essa gurizada nova a dedicar-se a fazer *marketing*, a desenhar, a fazer desenho industrial etc., para que possamos colocar, ao lado da nossa base física de produção, charme, *marketing*, atenção, que quer dizer o quê? Preço, renda, emprego etc.

Então, a minha proposta é a de que devemos manter essa OMC com todos os problemas que ela nos possa trazer, mas vamos apostar mais no Brasil. Não é exportando, que vamos resolver o nosso problema. Exportar ajuda a juntar reserva, e nós já juntamos um bocado. Ouvi dizer que está em 350 milhões de dólares, só que, como temos reais, precisamos vender papel a 22,5% e aplicamos esse dinheiro a 1%. Não sei como funciona essa matemática. Talvez vocês possam ajudar-nos, porque estou um pouco preocupado com isso. É reserva demais! Em todo caso, vamos prosseguir assim, e, se conseguirmos vencer essa fase difícil, essa fase de perplexidades que andam por aí, o Brasil não precisa ter nenhuma perplexidade, porque não podemos fazer bobagem grande; a gente pode fazer pequena bobagem.

Precisamos confiar mais no nosso taco. Temos um problema de baixa autoestima neste País, que é grave. Hoje eu fui tomar um cafezinho; o cara serviu, eu paguei: *Desculpe alguma coisa, Doutor!* Desculpar o quê? Isso é mania de brasileiro! Temos de tirar isso, a começar, do nosso pessoal de comercial e de *marketing*. Precisamos começar a ter coragem de se colocar numa posição, não exagerar, não ser arrogante, nem pretensioso, como alguns vizinhos nossos, mas precisamos ter firmeza. Não disse quais eram os vizinhos. Temos muitos vizinhos.

Vou concluir, então, dizendo que foi um prazer estar aqui. Espero ter feito algumas provocações, porque acho que o expositor, para mim, especialmente do expositor gaúcho é fazer provocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, ao Sr. Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial.

Passo agora a palavra à Professora Vera Thorstensen, Professora de Política de Comércio Internacional da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV.

A SRª VERA THORSTENSEN – Muito obrigada, Presidente Collor, Srs. Senadores, senhores embaixadores, é uma honra participar dos trabalhos desta Casa.

Gostaria de enfocar dois pontos nesta palestra.

(Próximo, por favor.)

Primeiro, gostaria de dizer que a OMC não pode ser analisada isoladamente. Ela precisa ser localizada dentro de um contexto mais amplo, porque as regras do comércio internacional também são derivadas de outras fontes. Então, precisamos localizar, sim, a OMC comum dos organismos internacionais, mas não esquecer que os acordos preferenciais, hoje, são mais de 400, centrados nos Estados Unidos, na Comunidade Europeia, agora na China e na própria Índia. E esses acordos também criam regras no comércio interna-

cional. Algumas dessas regras são totalmente compatíveis com a OMC; outras expandem essas regras. Finalmente, temos regras totalmente novas, que não têm base multilateral.

Então, devemos dar importância também aos acordos que estão acontecendo ao redor do mundo. Gostamos de dizer que os países desenvolvidos gostam de fazer dominação através da regra. Os Estados Unidos, comunidade, estabelecem uma série de regras no comércio internacional e praticamente obrigam os parceiros, que querem o seu mercado, a apoiarem essas regras, para dar um contexto maior.

O que eu gostaria de fazer agora era passar para um outro tema extremamente importante, que considero um termo do futuro: o problema da taxa de câmbio e o comércio.

Voltei recentemente para o Brasil, Senador Presidente Collor, há um ano, e, quando cheguei ao Brasil, o tema dos jornais era o Ministro Mantega falando de guerras cambiais, que levariam a guerras comerciais.

Então, como boa professora e pesquisadora, fui tentar descobrir que guerra era essa, quais eram os instrumentos, quem eram os amigos e os inimigos. Descobri um tratamento muito importante, feito pelo banco Rede *Credit Suisse*, que mostra desalinhamentos cambiais.

Aí sim, chamaria a atenção: não podemos olhar o câmbio de ontem, mas precisamos, em termos de economia, analisar um pouco qual é o câmbio de equilíbrio, que vai equilibrar ou o balanço comercial, ou os ativos e passivos do Brasil. Enfim, existem medidas econométricas bastante sofisticadas que analisam país por país, para qual outros países importa e exporta, quais são as suas cestas, então, de moedas mais importantes.

Esse é um exemplo neutro de um banco suíço, que justamente mostra que os países emergentes – vejam o Brasil, com uma valorização -, no caso, o Brasil, com um desnível, o desalinhamento cambial do Brasil de 40%, seguido do Egito e da Turquia, e, num outro extremo, Hong Kong, Coreia, Ucrânia e depois a própria China.

Então, vejam que tema de câmbio e desalinhamento cambial é importante, que está sendo analisado pelos bancos.

(Próximo, por favor.)

Nós estamos trabalhando na Getúlio Vargas com essa metodologia de desalinhamento cambial, mas estou dando exemplos, várias citações, onde o desalinhamento da China é mencionado.

(Próximo, por favor.)

Esse já é trabalho feito aqui no Brasil. A Getúlio Vargas tem professores que gostam de grandes econometrias e modelos sofisticados de econometria. Está aqui o exemplo feito recentemente de qual seria o desalinhamento cambial do Brasil.

Vejam, temos, no gráfico de cima, o que seriam os fundamentos e o desalinhamento do Brasil e, embaixo, o valor. Estamos chegando a 30% para o Brasil. Quer dizer, como brasileiros, estamos habituados a falar em valorização e desvalorização do Brasil, mas quem trabalha com comércio olha os Estados Unidos como se fosse plano. Quer dizer, a moeda americana, que, de alguma forma, domina o comércio internacional também tem seus problemas.

(Próximo, por favor.)

Vejam, então, que os Estados Unidos também valorizam e desvalorizam. E, lá no finzinho do gráfico, temos os Estados Unidos desvalorizados hoje, calculados por essa metodologia econométrica. Agora, são -10. Então, estamos vivendo um mundo de +30 para o Brasil mais valorizado, e os Estados Unidos, -10. Estamos acabando o trabalho para a China, mas posso já afirmar que estamos em alguma coisa entre 20 e 30% de desvalorização.

Então, este é o mundo, onde temos o Brasil valorizado; e importantes mercados, desvalorizados.

(Próximo, por favor.)

Pronto. Como é que podemos analisar os impactos do câmbio no comércio? Esse é um gráfico clássico, onde, na linha horizontal, temos a classificação dos produtos, segundo o sistema harmonizado de mercadorias. Então, 01 são os animais vivos, Ministro Pratini; depois, 02 são os animais mortos; 03, os preparados e assim vai.

Toda essa região aqui são os têxteis. E nós temos automóveis 87, aviões 88, que foi o mencionado. Então, é uma maneira fácil de fazer. Aqui, o que temos em azul? Aqui são as tarifas; e aqui nós temos a famosa tarifa consolidada na Organização Mundial do Comércio. O que é isso? É um teto máximo que o Brasil não pode esculpir, quando aplica as suas tarifas. O que temos em verde? As tarifas aplicadas, e a diferença é a famosa água, cujo interesse dos países desenvolvidos é o de que o Brasil a corte, certo?

(Próximo, por favor.)

Muito bem. O que acontece quando pego a valorização do Brasil, mencionada aos senhores, de 30% e tarifico essa taxa de câmbio. O que é tarificar? É transformar num equivalente tarifário. E toda a lógica da OMC fala de tarifa, de subsídio, de dante dumping? No fundo, são todas as tarifas com finalidades diferentes.

O que eu fiz, também usando um modelo bastante sofisticado, uma forma de comércio internacional, foi tarificar o câmbio. Veja o resultado que consegui: a minha linha tarifária consolidada, que é o teto máximo que posso usar, foi simplesmente anulada, está em volta do zero.

Senhores, a tarifa aplicada do Brasil, que é o nível de proteção que tenho, foi transformada em números negativos. Então, a conclusão é que, hoje, o instrumento câmbio, como está sendo praticado, está anulando o instrumento tarifa, o instrumento básico de proteção de que tenho direito, Senador, como Brasil, que foi negociado ao longo dos anos.

Então, é um problema de política a ser discutido.

(Próximo, por favor.)

Os meus alunos dizem que é o coração da Vera batendo. Veja o que acontece quando, agora – é o eletrocardiograma do Brasil. Vejam só. – vamos de novo, a mesma tarifa consolidada, tarifa aplicada em verde, veja o que aconteceu com a minha consolidada quando introduzo uma desvalorização da China de -20. Estou mencionando um número, como mostrei, que é um clássico da literatura já. Olhem o que acontece com a minha tarifa aplicada.

Quer dizer, o fato de o Brasil estar mais valorizado 30%, e a China, desvalorizada em 20% simplesmente anula a minha tarifa aplicada. Olhem os valores: em torno de -10 e -20.

(Próximo, por favor.)

Este, Senadores, é, como eu digo, o gráfico do doente morrendo. Olha a minha tarifa consolidada. Olha a minha tarifa aplicada, que são direitos que o Brasil, adquiridos pelo Brasil, sendo negociados desde 1947.

Olhem o que acontece quando somo os dois efeitos: a minha tarifa consolidada vai para -25, e a minha aplicada vai para mais de -40. Senhores, com esses números é que estamos competindo com a China, Senador. São com esses números que nós estamos no fundo e, em comércio internacional, o negativo quer dizer incentivo. É esse o incentivo que o Brasil está dando para a importação somando o câmbio Brasil com o câmbio China.

Agora, vamos analisar o importante parceiro do Brasil, os Estados Unidos. Ao contrário agora, o verde, atenção, é a tarifa aplicada pelos Estados Unidos. Todo mundo me pergunta o que é que é esse valor fantástico. É tabaco. Eles protegem o seu tabaco – tarifa é uma maneira de se proteger. As bolinhas são as tarifas consolidadas. Resultado: as tarifas aplicadas aos Estados Unidos estão muito próximas das consolidadas. O tabaco ainda tem uma diferençazinha. Os Estados Unidos não têm mais nenhuma água para ele cortar na rodada, ele já está cortando carne.

Vejam o que acontece com a tarifa aplicada dos Estados Unidos, quando eu tarifico a sua desvalorização de menos dez. Senhores, a tarifa dos Estados Unidos é muito maior do que eles estão dizendo que aplicam na OMC. Isso, em OMC, Senadores, é estar descumprindo o famoso art. 2, que diz que nenhum país poderá aplicar tarifas aplicadas mais elevadas do que as consolidadas. Claro que há toda uma discussão de se provar que câmbio está causando esse fator ou não.

O próximo gráfico e o último. Já é o efeito para a China. Então aqui nós temos a tarifa aplicada da China, são médias, e pode se fazer produto a produto, as bolinhas dos círculos marrons são as tarifas consolidadas na OMC. Vejam, quando eu tarifico o câmbio, o que acontece com as tarifas consolidadas – minto – com as tarifas aplicadas? Elas passam para um valor muito maior, que os países estão enfrentando quando querem exportar para a China. É o efeito exatamente oposto. No Brasil nós estamos dando incentivo à importação. China e Estados Unidos estão fazendo o quê? Elevando a sua tarifa, porque a tarifa consolidou na OMC e tem depois, essa tarifa que seria o câmbio.

Volte um pouco atrás, e vamos ver o doente morrendo de novo. Pronto! Como então discutir esse assunto? Como levar esse assunto a OMC? Historicamente o art. 15, do velho Gatt, fala que nenhum país deve atenção, frustrar os objetivos da política de comércio com câmbio e não deve frustrar câmbio com política de comércio. Que no fundo seria o grande canal por onde a discussão deveria entrar. Acontece que nenhum país teve coragem de levar esse art. 15 a discussões e a painéis. Qual é o problema hoje da OMC? Há uma separação entre câmbio, de um lado para o FMI, que é função do FMI e uma grande barreira onde a OMC cuida só de comércio. E ao longo dos anos era proibido se falar na palavra "câmbio" na OMC. O famoso Embaixador Lacarte Muró dizia: "Vera não diga essas palavras feias dentro da OMC". Porque câmbio não era assunto para ser discutido na OMC era do FMI.

Acontece que, de novo, a OMC é um fórum negociador, é lá que os países vão de alguma forma negociar as suas posições, e o FMI tinha a função apenas de supervisionar câmbio. O que é que aconteceu? Esse grande problema surge, porque tanto a OMC como o FMI e o Banco Mundial foram criados no padrão ouro. Só que depois da década setenta o padrão ouro quebrou, temos padrões de câmbios flutuantes ou administrados e nós estamos vivendo... E por que esse assunto não foi para a frente? Muito fácil! Porque antigamente câmbio era resolvido entre Estados Unidos e a Comunidade Europeia, no famoso Hotel

Plaza, nos outros hotéis depois de jantares. Agora o mundo mudou. O mundo agora tem países emergentes que exportam de maneira significativa e, claro que a grande quebra foi em 2000, quando a China entrou na OMC e, realmente se transformou em 10 anos na maior exportadora do mundo.

Quer dizer, hoje o assunto câmbio deixado, relegado – vamos dizer assim – a essa divisão: comércio para a OMC e câmbio para o FMI, é uma divisão que a meu ver, está fadado ao grande fracasso. Eu ousaria dizer, inclusive, por exemplo, que, naquele gráfico que eu mostrei dos Estados Unidos, na verdade, eles não estão dando na rodada de Doha o que eles prometeram, porque eles estão descendo as tarifas já aplicadas – estão cortando, cortando em média 5% dessas tarifas –, mas o que eles estão dando eles estão tirando na hora em que eles desvalorizam a sua moeda. Então não trabalhar com câmbio na OMC é esconder uma realidade, é pior do que isso. Por que a OMC é forte? A OMC é forte por causa da transparência, porque tem regras e que devem ser seguidas. Na hora que a previsibilidade dessas regras é quebrada com câmbio, onde é que está a minha transparência? Onde está a minha previsibilidade? Quer dizer – como ensina o professor Lafer –, o grande trunfo da OMC é a confiança que ela cria. Como criar confiança, como eu mostrei – volta para trás aquelas montanhas todas –, como eu digo, com as Montanhas Rochosas dos Estados Unidos, a variação câmbio do Brasil.

Quer dizer, a grande pergunta é: como introduzir esse tema? E aí Senadores, eu há um ano já estou no Brasil e tive o privilégio de trabalhar como assessora numa missão no Brasil, inclusive, com o Embaixador Roberto, aqui presente, foi realmente um privilégio imenso. Voltei para o Brasil exatamente para tentar continuar esse trabalho de ensinar sobre a OMC. Eu queria dar os parabéns pela iniciativa do Brasil, agora estou fora, posso falar isso como acadêmica, porque o Brasil levou esse tema para a OMC em abril, se não me engano. E claro que, o Brasil tinha proposto dois pilares: um de estudar e o segundo de tentar coordenar trabalhos com o FMI. Claro que houve uma grande resistência, o primeiro pilar foi aprovado e a OMC está estudando. Eu diria que se é recomendações, justamente eu vou encerrar aqui fazendo algumas sugestões: que o Senado apóie fortemente o Itamaraty nessa luta que vai ser, de levar o tema câmbio para a OMC; e segundo, chamar a atenção porque hoje o Brasil está muito forte e fala muito de defesa comercial, com esses números, com a magnitude desses números senhores, toda a nossa defesa comercial está prejudicada. Que dumping senhores, que dumping, que anti-subsídios, regras de origem, falar em 60% para o MERCOSUL com o desalinhamento da China e do Brasil? Senhores estamos brincando. Sério! Quem trabalha com números sabe disso.

Então, o tema é importante, deve ser levado e aí sim, e eu descobri Embaixador Roberto uma preciosidade. Em 1980, o velho GATT negociou e publicou umas *guide lines* sobre câmbio. E eu descobri coisas fantásticas, que já tem precedentes na OMC de se renegociar a tarifa diante das desvalorizações cambiais. Fantástica. Quer dizer, o caminho está aberto, é uma grande briga, é uma longa briga. Mas eu acho que esta Casa deve dar justamente todo o apoio, não só para que o assunto seja levado para a OMC, mas discutido e, mais ainda, que o Brasil desde já comece a discutir como neutralizar os efeitos do câmbio na OMC. É este o grande segredo. Ninguém vai querer renegociar uma rodada, e vários estudiosos falam: Não, primeiro acabar essa rodada depois entra câmbio. Eu digo: Não. Câmbio já existe na OMC, já está em vários acordos, a palavra *chang'rait* existe na OMC em mais de dez pontos. Por que não ir lá pegar esse conceito e expandir, de forma que se neutralize o efeito de câmbio que está simplesmente tornando os instrumentos da OMC ineficáveis.

Com isso eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a Professora Vera Thorstensen, Professora de Política de Comércio Internacional da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV), pela sua explanação, e passamos agora a palavra ao Dr. Aloísio de Lima Campos, Presidente do Instituto de Analistas Brasileiros de Comércio Internacional, professor Adjunto do Washington College of Law da American University e Consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional.

O SR. ALOÍSIO DE LIMA CAMPOS – Obrigado Senador, gostaria de cumprimentá-lo e, primeiro, dizer que foi uma honra para mim aceitar o convite para estar aqui, em virtude, inclusive, dos meus laços familiares com a Casa. Eu sou filho do ex-Senador Aloísio Fragoso de Lima Campos, que representou o Estado do Maranhão nos idos de 1950, e de quem, ainda muito jovem, o atual Presidente da Casa foi suplente, ingressando na carreira política com o falecimento de meu pai. Então, é quase que o bom filho a casa torna, então eu queria registrar essa minha satisfação de estar aqui e a honra de estar participando do comitê.

Senadores Cristovam Buarque; Luiz Henrique; Eduardo Suplicy; Embaixador Paulo Tarso, com que servi em Washington; Embaixador Roberto Azevedo, não servi como Embaixador, mas servi quando era Secretario em Washington tratando de assuntos agrícolas e nunca mais saiu. E eu estou aqui hoje para falar um

pouco de política comercial, e eu gostaria de definir o que é essa política de comércio – se escuta muito o que é política comercial mas na realidade, quando eu pergunto, inclusive, aos meus novos alunos em aulas de política comercial o que é política comercial, a verdade o que eu encontro é que cada pensa que é uma coisa mas é algo completamente diferente. Então eu gostaria de antes de começar, definir a política comercial. Se nós pudermos passar o primeiro...

Nós vamos usar a definição de baixo, a mais ampla, que reflete bem a qualidade dinâmica da política comercial, que a palavra chave é influenciar ou relacionar, ou que tem pacto sobre o comercio internacional. Ou seja, é o conjunto de diretrizes, regulamentos e leis que tem impacto ou influenciam o comercio internacional. Isso ai cobre todas as situações em que a política comercial as vezes avança em assuntos que não seriam necessariamente temas de política comercial, como é o caso de propriedade intelectual, que a cinco anos atrás não se falava e hoje é um tema de política comercial. Nós temos hoje comercio e meio ambiente, que também não existia e que o Ministro Platini deu alguns exemplos aqui bem atuais, então amanhã ou depois nós vamos estar falando de barreiras no espaço intersideral. Então eu acho que essa definição se aplica bem e, quando eu me referia a política comercial é a isso que vou me referir.

Eu quero, em primeiro lugar, o que eu quero mostrar é que nós estamos vivendo sob um novo ambiente, um novo mundo de política comercial. E que tem tudo haver com a nova situação. Nós estamos vivendo um momento pós crise financeira, estamos vivendo um momento de globalização onde nós temos um produto como o IPhone que é produzido em mais de setenta países e que é impossível dizer exatamente qual é a origem do produto, exceto dizer que é um produto idealizado nos Estados Unidos, mas se formos analisar – e é um caso clássico de análise dessa matéria, porque provavelmente é dos mais difíceis de definir qual é a origem. O que isso traz é uma série de consequências. O professor Lafer mencionou aqui, por exemplo, a queda do protecionismo em função da crise financeira, o que muito tem haver com a OMC, mas tem haver também com a questão da globalização, porque em muitos casos aquela empresa que no passado abriria uma barreira contra o produto que era importado, hoje ela tem que pensar duas vezes porque ela pode estar dando um tiro no pé se proibirem, e criarem uma barreira para a entrada daquele determinado produto porque ela pode estar indiretamente contribuindo para produção daquele produto, como é o caso do IPhone citado.

Então, em função desse novo mundo, os setores privados mundiais, principalmente no primeiro mundo, reconheceram que houve essa mudança e estão começando a interferir cada vez mais na política comercial dos seus respectivos países. É uma influência que cresce e é isso que eu gostaria de mostrar aqui. Eu vou falar um pouco dos Estados Unidos, um pouco da Europa e um pouco da China. Na China, eu chamo ainda de sementes de interferência, mas a tendência é de crescimento.

E eu gostaria de terminar com uma mensagem sobre o que o nosso setor privado deve fazer para não perder esse barco. Eu acho que o nosso setor privado tem que se organizar e nós vamos falar então de que forma seria, ou melhor, eu quero apresentar um modelo que poderia ajudar nessa reestruturação e criar maior poder de influência no nosso setor privado, nos nossos assuntos de interesse; inclusive para trabalhar em complemento com as ações do nosso governo nas áreas multilaterais, regionais e bilaterais.

(Próximo, por favor.)

Toda política comercial, não importa de que país nós estejamos falando, de que regime político, vai envolver quatro atores: o setor privado, o Legislativo, o Executivo e o que eu chamo de interesse público, aqueles versados na ciência política; o interesse público seria a sociedade civil mais todas aquelas outras instituições que também têm influência política comercial; e eu cito, por exemplo, as organizações multilaterais, como Unctad, como o OIMC, como o Banco Mundial, como o Fundo Monetário. Então eu tive que criar uma denominação adicional. Nós chamaríamos de interesse público a sociedade civil com outras instituições participando.

E não importa de que regime estejamos falando. Quer dizer, num regime parlamentarista o rei pode delegar os seus poderes ao primeiro-ministro, como Executivo, o Legislativo passa a ser o parlamento. O interesse público do setor privado será sempre o mesmo, independentemente do regime.

(Próximo, por favor.)

Nos Estados Unidos, olhando para o Executivo, este é o quadro, é um sistema relativamente, de todos os estudados, o mais transparente em termos de formulação política, tendo o STR ou o representante comercial americano, aqui do lado direito, como o principal coordenador; ele convida os outros ministérios para formulações de propostas para o Legislativo, através desses comitês que são interministeriais, nível técnico, segundo nível e primeiro nível.

Os outros departamentos são todos convidados pelo STR para fazer parte desses comitês e expressar suas opiniões naqueles temas que lhe são afeitos.

(Próximo, por favor.)

Rapidamente, nos Estados Unidos, principalmente com relação ao Brasil, e eu gostaria de fazer um comentário em relação a isso, é que muitas vezes nós superestimamos o que o Executivo americano pode fazer em negociações. A verdade é que o Executivo americano não tem autoridade na área de comércio. Segundo a Constituição americana, art. 1º, inciso VIII, a autoridade sobre assuntos de comércio cabe ao Congresso. Então, o Executivo não pode decidir nada com relação ao comércio sem autorização expressa do Legislativo. E essa autoridade é dada ao Executivo através de um instrumento antigamente chamado *Trade Promotion Authority* ou autoridade de promoção comercial; atualmente mudaram o nome e agora se chama *Fast Track Authority* ou autoridade da via rápida. Basicamente, o Congresso coloca condições ao Executivo para que se negociem acordos comerciais ou outros temas em troca de uma aprovação rápida do acordo resultante, que eles chamam de *up-or-down vote*, sim ou não, para resolver. Então, essa é uma característica do sistema americano.

(Próximo, por favor.)

Deixo esse *power point* para os senhores, para que possam ler, mas eu queria tocar nos assuntos mais importantes, já que temos limitação de tempo.

(Próximo, por favor.)

Quando se fala no setor privado norte-americano, eu queria fazer ênfase neste quadro e mostrar que em Washington hoje são mais de doze mil associações nacionais defendendo algum tipo de interesse, algum tipo de grupo, algum tipo de iniciativa na área não só de política comercial, mas outras. Além disso, há coalizões entre diferentes grupos.

Na segunda coluna, o montante estimado gasto nesse trabalho e na última coluna a quantidade dessas instituições em Washington. Eu vou mostrar para os senhores a comparação com a Europa e com a China.

(Próximo, por favor.)

Este é um mapa macro de como a política comercial se dá nos Estados Unidos. O presidente é sempre a autoridade máxima, mas mesmo o presidente, sem autorização do Congresso, não pode negociar em assuntos de comércio. O STR como coordenador, fazendo o relacionamento com as demais agências do governo e ministérios, e aqui o setor privado e o interesse público trabalhando para influenciar na política, tanto aqui diretamente no STR, naqueles comitês que eu apontei no quadro anterior, e diretamente no Congresso. E como o Congresso tem autoridade máxima, se eles conseguem sensibilizar o Congresso, o Congresso coloca ainda maior pressão em cima do Executivo para defender seus interesses.

(Próximo, por favor.)

Não se trata aqui de uma explicação agrícola, mas apenas a melhor forma que eu encontrei de explicar a estrutura do setor privado americano para influenciar a política comercial.

Tudo começa com o que se chama... nos Estados Unidos é conhecido como *grass root system*, sistema de bases, como se diria na política brasileira, as reações de base, enfim, contato com as bases eleitorais que são formados por indivíduos, grupos locais, associações. Vamos pensar em vizinhança, bairro; opiniões são emitidas, são trocadas e essas opiniões evoluem e elas vão se filtrando através, aqui no caso das raízes; mas elas vão se ampliando, vão sendo expandidas através da imprensa e outras coisas.

(Próximo, por favor.)

E nós chegamos às associações estaduais, onde a seta deveria estar aqui na parte mais grossa das raízes, mas, infelizmente está no lugar errado. Á medida que elas se filtram e chegam ao âmbito estadual, então se tem uma opinião estadual sobre determinado assunto.

(Próximo, por favor.)

Então se formam associações nacionais, onde essas opiniões estaduais serão transformadas em uma opinião única, nacional para aquele grupo de interesse, para aquele setor. E essas associações nacionais, que têm a ver com aqueles números que eu mostrei antes, são mais de 12 mil localizadas na capital, em Washington, elas são estruturadas de forma perfeita para influenciar na política. O que eu quero dizer com forma perfeita? Qual é o objetivo das associações nacionais? É defender e promover o interesse do grupo que ela representa. Então ela se estrutura para isso. De que forma?

(Próximo, por favor.)

Ela precisa defender e promover esses interesses junto ao Congresso, ao Executivo de à mídia. Creio que a explicação é relativamente óbvia no sentido de que o Congresso aprovar leis que podem ser contrárias aos interesses das associações nacionais, ou as associações nacionais desejam trazer algum tipo de legislação para defender seus interesses no futuro e seus objetivos. A mesma coisa na mídia: as associações

nacionais buscam ter a mídia do seu lado, na defesa dos seus interesses, da mesma forma, o Executivo na questão da formulação de políticas.

Para fazer esse trabalho em geral as associações nacionais se munem dos melhores técnicos que elas possam conseguir na área de especialização. Se estamos falando, por exemplo, de pecuária, então eles vão procurar os melhores PHDs que eles possam pagar, que possam preparar estudos técnicos para embasar propostas que eles venham a fazer junto ao Congresso ou ao Executivo. Vão procurar pessoas que possam vender essas ideias para o Congresso e o Executivo. Normalmente são os chamados lobistas profissionais. Eu não gosto muito de usar essa palavra no Brasil porque tem uma conotação um pouco ruim. Mas são profissionais, todos registrados no governo americano, e que se dedicam a vender ideias basicamente, são vendedores de ideias; têm bons contatos no Congresso; em geral a maior parte desses lobistas são ex-congressistas, porque conhecem todos os legisladores, não precisam marcar hora; chegam e conversam e têm entrada imediata. Para o Executivo em geral é o que se chama a *revolving door*, ou seja, a porta giratória, que é muito comum nos Estados Unidos, onde um dia é o presidente da Goldman Sacs, é o secretario do tesouro; no dia seguinte ele está de volta chefiando novamente a sua corretora de valores. É apenas um exemplo, mas os exemplos são múltiplos. Enfim, dessa forma eles se organizam para influenciar na política comercial.

E eu cito alguns exemplos. Por que na Rodada de Doha houve tal resistência dos Estados Unidos com relação ao ponto subsídios à agricultura? Exatamente porque, pela primeira vez, em todas as rodadas nos Estados Unidos, o setor agrícola não só não está trabalhando para a aprovação, para a negociação, mas está trabalhando contra. Eles não querem o acordo. Agora é muito engraçado porque... E eu recomendo a todos o discurso recentemente, creio que foi no mês passado, o Embaixador Roberto me desminta se eu estiver dizendo coisa errada aqui, mas o presidente do Banco Mundial, em Genebra, eu recomendo a leitura do último item e das conclusões; o resto é propaganda do Banco Mundial, Não vem ao caso aqui. Mas ao que ele se refere é a pura verdade. O que ele diz é o seguinte: por que os Estados Unidos, que ficou resistindo tanto a essa Rodada de Doha, sem querer reduzir seus subsídios agrícolas, e agora, por uma questão financeira que os Estados Unidos estão passando, vai ter que fazer isso sem receber nada em troca. É a grande verdade. E ele termina dizendo: "Talvez ainda esteja em tempo". Eu creio que, se as árvores agrícolas, nos Estados Unidos, lessem esse discurso com atenção, certamente voltariam a fazer pressão junto ao Executivo para fechar esse acordo, não a versão *light*, que estavam falando, para dezembro, mas a versão completa. E ele faz uma crítica a isso, que a gente não deveria abandonar a versão original e se concentrar nela, em função inclusive dessa nova situação que se apresentou com a questão orçamentária, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Na Europa é exatamente a mesma coisa.

(Próximo, por favor.)

Se o trabalho da árvore for bem feito, os frutos estarão lá: ação do Legislativo a favor, opinião pública a favor, decisões governamentais favoráveis.

Então essa é a estrutura que é seguida, não só nos Estados Unidos, pelo setor privado, e eu gostaria de relembrar inclusive aqui os exemplos que o Ministro Pratini falou, em que ele falou das ONGs, das barreiras fitossanitárias, das barreiras ambientais. São árvores todas elas, muito organizadas e prontas para agir imediatamente. E um problema que nós sempre tivemos foi tempo de reação quando essas coisas acontecem.

Nós estamos vendo na carne a atuação aqui das árvores.

(Próximo, por favor.)

Na Europa a coisa é um pouco mais complicada porque nós estamos falando em um nível superior de decisão, que é o nível supranacional. Além do nível nacional, nós temos o nível supranacional que cria uma dificuldade adicional para as árvores. A estrutura é exatamente a mesma e eu vou mostrar a diferença; é apenas mais um nível. Além da sede que cada uma precisa ter em seus respectivos países, tem que ter a sede em Bruxelas, a supranacional, o que torna o trabalho um pouco mais difícil. Teoricamente, para o setor privado europeu deveria ser mais difícil influenciar do que nos Estados Unidos, mas na verdade não é bem assim, porque na Europa há um problema de transparência, em função de formulação política. A comissão até hoje mantém contato com as grandes árvores: associações do aço, associações têxteis. E esses contatos informais que a comissão tem com esses setores oferecem uma porta de influência, que deixa em desvantagem aqueles que não têm esse acesso privilegiado. Na verdade, se a instituição for uma árvore grande, poderosa, o trabalho dela vai ser mais fácil na Europa do que nos Estados Unidos. Mas se for uma árvore média ou pequena o trabalho vai ser mais fácil nos Estados Unidos.

(Próximo, por favor.)

Eu coloco algumas inscrições das responsabilidades de cada um. Eu vou apenas mencionar que após

o Tratado de Lisboa... Antes o conselho de ministros era rei e hoje já não é mais. Hoje a coisa ficou mais difícil, porque, pelo Tratado de Lisboa, é necessário obter anuência do parlamento europeu. Então as árvores agora terão que contratar mais gente para poder também influenciar na política.

(Próximo, por favor.)

Essa é a diferença: notem que a única diferença é que além das associações nacionais há as associações supranacionais em Bruxelas. O resto é igual.

(Próximo, por favor.)

Bom, eu queria só que prestassem atenção nisto aqui.

Em 2010, o último número, 3.700 associações em Bruxelas. Aí estão os percentuais das instituições que agem, sendo que metade delas são associações profissionais e grupos de interesse. Todas são árvores.

Agora, o dado importante vem a seguir.

Notem isso aqui. A lição disso aqui é que as fronteiras nacionais não são mais impedimento para ação das arvores. As associações vão hoje onde os seus interesses podem ser afetados e elas estão perto desses interesses. Então, os Estados Unidos têm hoje 173 associações localizadas em Bruxelas, mais do que a Bélgica.

Isso demonstra também o crescimento da influência do setor privado na Europa e a gente vê refletido nas posições que a Europa adotou na rodada Doha e em outras negociações.

(Próximo, por favor.)

A famosa China. Conto um pouco a história, os antecedentes e deixo para os senhores com calma...

(Próximo, por favor.)

Esse é o quadro institucional da China, que sempre tive dificuldade de explicar aos meus alunos e que é bastante complicado mas a prática é bem simples.

Temos aqui a tradicional organização comunista mas, na realidade, o poder está aqui. O comitê permanente do Politburo tem 9 membros, um deles o presidente da república. Esses 9 membros praticamente decidem tudo na China em matéria de qualquer coisa. Aí os senhores vão notar na esquerda que temos 2.987 membros no congresso nacional do povo. Aí nós pensaríamos que seria uma dificuldade de aprovar alguma coisa com esse número de pessoas. Mas esse congresso, admitido até por alunos chineses meus que trabalham no Ministério de Comércio, um inclusive diretor de defesa comercial da China, são apenas *rubberstampers* ou carimbam tudo o que esses 9 decidem.

O que esses 9 aqui disserem é o que vai acontecer aqui. Não sei se vocês já viram alguma vez um filme ou uma foto desses 2.987 membros que se vestem absolutamente idênticos e, com um pouco mais longe, é difícil dizer se eles diferenciam-se fisicamente porque parece que são todos clones. É impressionante. Todos fazem reverência juntos. Parece que ensaiaram 100 anos para fazer reverência, é um negócio impressionante. 70% são membros do partido comunista, os outros 30% são os chamados independentes, que não estão filiados a lugar nenhum, mas que nem por isso divergem. Estão todos bem educados sobre como fazer a reverência para aprovar as matérias.

Com relação à política comercial, o que interessa é essa vertente aqui. Esse é o ministério de comércio chinês, que normalmente faz todas as negociações, é o executivo – digamos assim – de todas as políticas chinesas na área de comércio, faz inclusive a coordenação com outros ministérios sobre propostas que vão adiantar ou defender.

A orientação do ministério de comércio vem daqui. O ministério de comércio faz todas as propostas de negociação e passa para o conselho de estado, que faz todas as modificações, decide e manda aqui para os nove amigos. Aprovada, é emitida a instrução para o ministério de comércio para fazer a negociação.

Se o acordo é assinado, o acordo volta aqui para os nove membros que encaminham com a sua bênção para o Congresso, que simplesmente aprova. Então, pode parecer complicado, mas, na realidade, é muito simples. Ou se convence esses dois membros aqui ou não se faz nada. Então, na realidade, as árvores na China, o dia que crescerem, terão muito pouco trabalho. Tem que convencer esses aqui.

(Próximo, por favor.)

Tinha colocado uma transparência, mas creio que com a dificuldade sumiu. Tinha os números da China, mas são mais de dois milhões de associações hoje na China, obviamente de pequeno tamanho e sem muita influência no momento, mas o setor privado está crescendo tremendamente e já chegou a ser 60% do setor industrial na China. Em função da crise financeira, o que aconteceu é que as empresas começaram a falir e o governo deu dinheiro para as estatais e instigou-as a comprar as que estavam falindo. Então, o que aconteceu foi uma reversão. A tendência no setor privado crescia e com a crise financeira deu uma queda.

Espera-se que sendo resolvida a situação da crise financeira, que essa tendência de crescimento privado na China volte, porque hoje todo o investimento interno está sendo feito na área privada.

O que vamos fazer com relação a isso aqui? Sabemos que está crescendo a influência do setor privado nas políticas comerciais desses países e sabemos que essa influência pode prejudicar os interesses brasileiros nas negociações ou outras instâncias na área comercial. O que fazer em relação a isso? A minha proposta é que o setor privado brasileiro se organize como uma árvore. Vamos nos atualizar com os novos tempos e vamos atuar em coordenação com o Governo, porque o que o setor privado pode fazer tem certas coisas que o governo não pode. Então, pode atuar em complemento.

Um exemplo disso – e não quero citar nada que ainda esteja em progresso – se imaginarmos que o Brasil tenha interesse, digamos Doha, temos resistência em agricultura como poderíamos quebrar esse tipo de bloqueio que sabemos vem do setor agrícola americano. Não adianta o Governo brasileiro falar com o congresso americano que vai dar essa instrução para o Executivo porque o congresso americano está sendo pressionado por quem vota nele e em momento algum o congresso americano vai atender os interesses de um governo estrangeiro contra a vontade de seus eleitores. Essa é que é a realidade.

Então, o nosso setor privado, através de uma organização competente, pode, o nosso setor defensor de suínos e de pecuária pode muito bem, hoje inclusive com a JBS, que tem todo o poder nos Estados Unidos, pode fazer um acordo privado que possa apoiar uma decisão, digamos, no âmbito multilateral para favorecer os nossos interesses.

Parece que o meu tempo terminou e paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado Professor Aluisio de Lima-Campos, Presidente do ABCI.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Luiz Henrique, primeiro inscrito para as indagações aos palestrantes na noite de hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores Paulo de Tarso e Roberto Azevedo que nos honram com sua presença, quero lançar aqui uma pergunta relativa a um assunto que há muito tempo é objeto de comentários a respeito de uma maior presença do Brasil no mercado global. É a questão da criação ou não de um departamento de comércio, de uma instituição que possa tratar exclusivamente das relações comerciais. Aliás, nós apresentamos um requerimento para uma audiência pública específica sobre esse assunto nesta Comissão, eu e o Senador Blairo Maggi.

O Ministro Pratini de Moraes salientou a necessidade de o Brasil fazer valer-se pelo *marketing*, pelo *design,* pela agregação de valor a seus produtos e nós poderíamos, em tendo um órgão específico para fazê-lo, alargar a nossa presença no âmbito internacional.

Gostaria de fazer algumas observações em relação à questão da suinocultura, que foi objeto de manifestação do Ministro Pratini. Efetivamente, a suinocultura brasileira está colocando os seus ovos, a maioria, numa só cesta e nós percebendo isso realizamos 40 missões ao exterior. O Governador de Santa Catarina fez 40 missões ao exterior e a maior parte delas foi para tratar desse assunto, para alargar o comércio e conquistar novos mercados. Já colocamos a nossa carne suína no Chile, do Japão vem a última comissão técnica sendo a primeira visita que fiz ao Japão propondo a venda dos nossos produtos para os japoneses foi há 7 anos e já vieram "n" missões, o que demonstra como é demorado o processo de negociação para abertura de novos mercados.

Nos Estados Unidos é a mesma coisa. A última vez estive com o secretário Avalus nos prometeu que no início do ano passado seria feita uma audiência pública, foi feita a audiência pública e estamos aguardando a abertura daquele mercado. Estamos trabalhando também com as Filipinas, a China já começou a comprar alguma coisa, mas isso demanda efetivamente muito trabalho. V. Exª tem toda razão. Temos que diversificar nossos mercados e temos que ter uma presença maior de marketing. Faço essa apreciação apenas porque V. Exª mencionou a questão da suinocultura catarinense. Mas objetivamente o que queria fazer era isso: o que os senhores expositores acham de o Brasil estruturar um departamento de comércio, aproveitando até a estupidez que praticamos com a melhor massa crítica do Itamaraty, do Banco Central, do Judiciário, mantendo a compulsória em 70 anos. Essa compulsória foi fixada, senão me engano na Constituição de 1946, quando a idade média do brasileiro era 43 anos. Hoje a idade média do brasileiro passa dos 72 anos e perdemos gente da mais extrema qualidade, com vigor físico, capacidade intelectual plena, vai embora pego pela compulsória.

O departamento de comércio poderia se estruturar contando no seu início com a experiência de alguns desses dezenas de embaixadores que foram mandados embora muito antes do esgotamento de sua capacidade. A pergunta que faço é essa: o que os senhores acham do Brasil estruturar um departamento de comércio ligado ao Itamaraty, com âncoras no Itamaraty, aproveitando embaixadores que queriam continuar prestando serviços relevantes ao País, mas tiveram que ir embora em função da estupidez da lei atual?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado Senador Luiz Henrique.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Palestrantes, quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Collor pela oportunidade que nos está dando com essas reuniões às segundas-feiras. Realmente, cada vez, convenço-me que é um dos bons momentos que passamos aqui.

Hoje vimos quatro apresentações do melhor nível. Tenho pouco a acrescentar do ponto de vista específico, embora minha pergunta vá fazer. Quero sair do específico e do conjuntural e entrar numa especulação de longo prazo. Do ponto de vista da análise do comércio hoje acho que vocês tocaram em tudo que precisávamos ouvir praticamente, mas o hoje não vai ser igual ao amanhã, numa mutação radical que temos no concerto das nações, na realidade da economia. Aí é que quero imaginar, já que trabalhamos mais com longo prazo, mais com questão de estado do que com soluções de governo, queria forçar a especulação sobre como podemos ter uma situação melhor, que foi colocado aqui para hoje, se a gente analisa algumas das mudanças que imagino que podem acontecer, pode ser que esteja errado.

Vou colocar primeiro o esgotamento do Estado para fazer financiamento e através disso influenciar no comércio exterior. O Professor Aluisio colocou quando disse que os Estados Unidos já têm dificuldade para dar subsídios à agricultura. Esgotou-se a capacidade de dar subsídios com dinheiro público, o orçamento do Estado já tem amarras muito grandes em relação à capacidade de dar subsídios.

Portanto, começamos a ter uma realidade diferente do ponto de vista da influência e da definição de tarifas, tanto positivas quanto negativas.

Outro aspecto, além do esgotamento dos gastos públicos, do setor público, são os esgotamentos que a gente deve ter, mais dias menos dias, do ponto de vista ambiental.

Vai chegar um ponto em que vai haver dificuldade em poder exportar certos produtos por causa de restrições ambientais reais, não como *dumping* ambiental. Isso vai influir, trazendo vantagens e desvantagens para o Brasil. Eu até diria que mais vantagens provavelmente, mas a gente tem que saber quais produtos vamos ter nessa futura balança comercial, levando em conta o esgotamento ambiental com a atual função de produção. Vamos precisar de uma nova função de produção. Creio que o outro é o esgotamento financeiro, a incapacidade de os bancos continuarem alavancando nas taxas dos últimos 15, 20 anos. Vai haver uma amarra nas finanças, e isso vai repercutir também no comércio internacional, que é quase todo ele financiado a médio e longo prazos. Os bancos vão ter que trabalhar daqui para frente com menos liberdade para criar moeda. Até mesmo os cartões de crédito provavelmente vão ter restrições, porque vão surgir regras, estão surgindo a partir da crise de 2008.

Coloco ainda um certo esgotamento social, que vai trazer uma preocupação. Hoje já não dá mais para manter os privilégios, ou direitos sociais. Nós espalhamos tantos direitos sociais que começaram a virar privilégios, porque não está dando mais para manter. Mas, em compensação, há uma mania de manter tudo isso, o que repercute no comércio nacional pela mania... Manter e alargar, o que queiram, e aí entra nos benefícios, não apenas nos benefícios da previdência e na medicina, mas também na capacidade de consumir. Temos uma voracidade do consumo que impede administrarmos bem a balança comercial, porque as pessoas querem porque querem e vai trazer uma preocupação, como a professora Vera falou, no câmbio.

Por exemplo, à ideia de *marketing* que o Dr. Pratini colocou e de *designer* e de controle de qualidade e garantia, acho que está faltando o lado da inovação, como o principal vetor do comércio internacional daqui para frente. Uma coisa é a Rússia parar de comprar carne de porco; a outra, é parar de comprar iPad. Se o nosso produto, em vez de carne de porco, fosse iPad, ou mesmo *softwares*, eles não iam cortar tão facilmente. Mas a gente só tem capacidade para produzir carne de porco ou até para montar iPads, mas não para inventar.

E aí vem uma restrição que pode parecer mania minha, mas não é, é a restrição comercial por falta de educação no Brasil. Porque a falta de inovação vem da falta de grandes institutos e de uma boa convivência do setor privado com o estatal de universidades. No Brasil, as empresas desprezam as universidades, e as universidades têm pavor das empresas. Os universitários têm pavor, acham que todo empresário é um aproveitador. E os empresários acham que todo professor de universidade é um desperdiçador de recursos. Então, é preciso de institutos, dessa convivência, mas é preciso de boas universidades, que a gente não tem em quantidade e aí só com uma boa educação de base.

Se eu fosse escolher hoje o entrave ao desenvolvimento, eu diria que são dois: um, que pode ser filosófico, o conceito de desenvolvimento – nós estamos aprisionados a um conceito que já não reflete tanto; o segundo, a educação. Aí está o grande entrave pra gente ter uma posição melhor no cenário internacional.

Faço um parêntese, aliás tenho a impressão de que foi o Pratini de Moraes, num almoço no Itamaraty, que me disse uma coisa que eu cito – eu até preciso aproveitar para ver se foi o senhor mesmo ou não. Eu estava num desses almoços no Itamaraty, numa mesa

que não tinha muita gente, e estava-se falando, não sei se era de neto, não sei se foi o senhor que disse que deu aos netos curso de idioma, mas tinha que ser chinês. Foi o senhor? Pois é, eu não esqueci. Para um de três anos e um de um ano ou de cinco e três anos? Três e cinco. E ele disse: se for inglês ou francês, não pago; se for chinês, eu pago. Há uma mutação no processo educacional que impede a gente de avançar.

O outro, para concluir, é político. No político, coloco esse imaginário ilusionista que estamos criando no Brasil. Por exemplo: o câmbio. Não dá para continuar com esse câmbio.

Vejam alguns impedimentos para o câmbio: um, é a inflação, ainda é uma âncora inflacionária; se a gente libera, traz a inflação. O outro, é o gosto, é o desejo do supérfluo: "turismo, automóveis importados, motocicletas", tudo isso, essa parafernália que a gente compra, essas bolsas de R$6.500,00. Cortar isso hoje traz um problema sério nos formadores de opinião, não de mídia, mas das classes média e alta. E o outro, professora Vera, lamento que exista isso, porque a gente deveria trabalhar com a realidade, é o ilusório. Nós estamos comemorando tanto termos muitos turistas e sermos a sétima potência econômica do mundo que na hora em que desvalorizar vai dar um baque. Fiz as contas rapidamente aqui, a vantagem do Google, se a gente desvalorizar 30% o câmbio, a gente salta de 7ª para 11ª potência; se a gente desvalorizar 35%, a gente salta para 13ª, ficamos atrás da Índia e de uma porção de outros países que estamos na frente, por uma questão de jogo aritmético. Tudo isso faz com que – e aí a minha pergunta – a gente esteja diante de dificuldades para imaginar o médio e o longo prazo. E o curto está um pântano. Não dá para continuar, não é o Brasil não. Aí eu falo do cenário mundial. Há uma exaustão de modelos, há uma exaustão do conceito de riqueza, há uma exaustão do poder dos bancos, há uma exaustão do poder do Estado, há uma exaustão intelectual daqueles que não são capazes de inovar. Nessa exaustão toda, como podemos traçar um cenário para os próximos 20, 30 anos? E sei que quando se fala 20, 30 anos no Brasil, todo mundo acha que é coisa de maluco. Acho que coisa de maluco é você achar que vai administrar os 30 anos, mas pensá-los não. É até um gesto de modéstia.

O professor Aluisio falou em 50 anos na China. Para eles, 50 anos não é nada, eles falam em 100 anos, 200 anos. Então, como vamos sair desse pântano do mundo de hoje e ingressar numa estrutura mais calma da civilização e colocar o comércio como parte dessa civilização e mutação que temos. Não sei se essa é uma pergunta para fim de noite, se não seria uma pergunta para o começo da manhã, não sei e aceitaria perfeitamente que cada um dissesse: não temos como pensar isso, é uma especulação no vazio.

Mas eu confesso que como quem está aqui é obrigado a pensar o futuro do país, sinto-me angustiado, quando termino querendo responder apenas voltando ao passado dos pacotes, ao passado dos jeitinhos e não a estratégia de longo prazo para o Estado e a nação brasileira.

Essa é a minha colocação dizendo que não tenho nenhum reparo a fazer. Gostei imensamente das falas e de descobrir que, de fato, é sua essa determinação de ensinar chinês aos netos. Eu não estava mentindo nem estava enganado, mas dizer que eu gostaria de tentar especular mais. Para onde está indo? Quais são os cenários para os quais nós podemos imaginar que está indo o comércio internacional?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, a S. Exª o Senador Cristovam Buarque. Sobre essa questão do mandarim, recordei-me agora que num encontro internacional, quando exercia a Presidência, encontrei-me com o Presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari. E estávamos falando sobre os filhos, sobre a educação dos filhos. Ele me perguntou para onde eu mandaria os meus filhos, para que colégio, que língua seria a primeira depois do português. Eu falei: eles vão aprender alemão. Porque eu acreditava, como acredito e vem-se provando, que a Alemanha, reunificada, seria uma grande potência mundial e, portanto, seria um ator econômico de muita relevância. E aí perguntei: e você? Ele disse: os meus filhos vão estudar mandarim. Eu disse: mandarim! Ele disse: é. Eu disse: por quê? Você acha que a China... Ele disse: eu não tenho dúvida. A China vai chegar, em algum momento, como grande força. É interessante essa visão dos pais e dos avôs em relação ao encaminhamento que darão aos seus filhos.

Obrigado, mais uma vez, a S. Exª Senador Cristovam Buarque.

Passo agora a palavra a S. Exª Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Aluisio de Lima Campos, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Embaixador professor Celso Lafer e prezada colega da EASP-FGB Vera Thorstensen, quero cumprimentá-los.

Infelizmente perdi a exposição do Ministro Marcus Pratini de Moraes e do professor Celso Lafer, por compromisso que tive. Eu queria ponderar, com respeito a um aspecto que tenho considerado importante, e avalio que não foi aqui mencionado, mas que é importante nas relações comerciais, além, por exemplo, da questão relativa ao câmbio, às tarifas, todo apoio que os países dos mais diversos níveis de desenvolvimento

têm colocado. Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Reino Unido e praticamente todos os países europeus desenvolvidos passaram a adotar, nas últimas décadas, sistema pelos quais subsidiam a contratação do fator trabalho. E a pergunta que formulo é a seguinte: deveríamos nós, diante da consciência que nem sempre os empresários brasileiros ou os trabalhadores brasileiros têm no Brasil, levar em consideração as formas de subsídio que os Estados Unidos, o Reino Unido e outros, hoje, e já há pelo menos 20 anos, vêm colocando em prática? Deveríamos nós reclamar na Organização Mundial do Comércio que eles estão subsidiando seus trabalhadores e tornando as suas economias mais competitivas em relação às nossas, se não fizermos de maneira semelhante ou o quê?

O que eu tenho considerado, e gostaria de perguntar a avaliação dos que aqui nos visitam, é que deveremos fazer ou de maneira semelhante, ou melhor. E qual é a melhor maneira?

O que existe que estou mencionando. A partir de 1975, nos Estados Unidos da América, criou-se o *Earned Income Tax Credit*, o crédito fiscal por remuneração recebida. Será que nossos empresários conhecem bem esse instrumento?

Ainda há duas semanas, quando a Fiesp divulgou um estudo sobre o fato de termos encargos sociais de 32,4% sobre a folha de pagamentos, o que prejudicaria nosso grau de competitividade, pedindo que venha diminuir esse montante e dizendo que essa proporção é maior que a de 34 países que eles haviam listado, perguntei ao vice-Presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, se eles também haviam considerado os efeitos do crédito fiscal, do *Family Tax Credit* no Reino Unido e outros mecanismos semelhantes. Ele falou que não.

Então, como funciona, por exemplo, o crédito fiscal, por remuneração recebida, nos Estados Unidos da América hoje? No caso de um casal que trabalha e tem duas crianças, vamos supor que tenha uma renda anual positiva, porém inferior ao patamar de US$12.970.00. Esse casal tem direito a um crédito fiscal de 40% sobre o que ganha. Sua remuneração, se receber 10 mil, tem quatro mil a mais: US4 mil a mais. Se ele chegar a US$18 mil por ano, ele vai ter US$5.160.00 a mais e sua renda vai para US$23.160.00, anualmente, o que significa ultrapassar a linha oficial de pobreza, nos Estados Unidos, para uma família com pai, mãe e duas crianças.

Ora, o que significa isso: a sociedade norte-americana, através da coleta de impostos, certamente dos que têm mais recursos, mas do conjunto da sociedade, provê às empresas a possibilidade de pagar melhor a seus trabalhadores que, por sua vez, tendo maior pagamento, se tornam mais satisfeitos, mais produtivos. E será que nós temos algo semelhante? Nós temos programas como o Bolsa-Família, mas que é de outra natureza e não está diretamente relacionado à remuneração do trabalho, a não ser no sentido de se a pessoa passar a ter um maior grau de rendimento, então se termina o programa de transferência de renda.

Ora, isso, portanto, é algo que precisa ser objeto de estudos. Quem sabe a professora Vera pode até fazer um estudo econométrico para ver os efeitos disso. Eu queria alertar e também ponderar que, na minha avaliação, é melhor fazer semelhante ou melhor ainda. E qual é a melhor forma, Ministro Pratini de Moraes, Sr. Aloísio de Lima Campos, caro amigo Celso Lafer, também meu colega professor na AGV, e querida Vera? É instituir uma renda básica incondicional para todos e qualquer pessoa no País. Há evidência de que isso possa melhor ainda do que o ITC ou o *Family Tax Credit*, que existe no Reino Unido e outros. Há! Há uma experiência concreta, há 28 anos, que fez do Alasca o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos ao pagar dividendo igual a todas as pessoas. Está a nosso alcance, já é lei no Brasil, basta incrementar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Eduardo Suplicy. E, agora, para responder aos senhores Senadores, passo a palavra ao Ministro Celso Lafer.

O SR. CELSO LAFER – Bom... Creio que, não só eu, como todos os meus companheiros, agradecemos as perguntas que nos foram colocadas, todas elas extremamente importantes e relevantes. Vou começar, pela ordem, pelas reflexões feitas pelo Senador Luiz Henrique.

Creio que cabe lembrar que, durante um largo período, o Brasil teve, como característica, funcionar por intermédio de um mecanismo de substituição de importações. Então, o comércio exterior teve... Enfim, uma administração na qual a Cacex tinha um papel muito importante, tinha alguns institutos como o IBC, que trabalhava a área de café e, na área da diplomacia econômica, o Itamarati acumulou uma vasta experiência, começando pelas negociações da Carta de Havana. E para isso também houve uma mudança muito importante, que se deve ao Embaixador Paulo Tarso, que foi a criação da promoção comercial, que era a ideia de abrir as exportações brasileiras para outros produtos e fazer, vamos dizer assim, esta promoção que envolvia acesso a mercados, envolvia *marketing* e envolvia também a divulgação do papel do Brasil.

Acho que a queda do muro de Berlim, a alteração da nossa agenda, e V. Exª, o Presidente Collor viveu isso muito de perto na sua Presidência, significou uma mudança na maneira pela qual passou a operar

a sistemática do nosso comércio exterior. O Itamaraty tem, nesta matéria, e posso dizer com conhecimento de causa, uma vasta experiência e uma memória, e a memória é uma coisa muito importante porque a memória acumulada do que foi antes negociado, o que significou tal ou qual posição num determinado momento.

O Ministério do Desenvolvimento, que é o antigo Ministério da Indústria e Comércio tem também atribuições nessa área, inclusive as de defesa comercial, afora aquelas que dizem respeito também a estatísticas, que é o capítulo da Secex, mas é um Ministério mais frágil do ponto de vista dos seus quadros. Houve um empenho grande em se tentar nos últimos tempos, foi assim no Governo Fernando Henrique, fazer da Camex o centro coordenador da política de comércio exterior do Brasil e, com isso também, acertar um conjunto de posições. Mas a Camex também era uma instituição com uma certa fragilidade institucional. Não deixa de ser curioso que os últimos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, nos últimos 20 anos, foram pessoas com experiência na área de comércio exterior, todos eles trabalharam em Genebra. Isso significa a importância que o tema passou a ter para nós.

Pensei, quando tentei refletir um pouco sobre esse assunto, que talvez valesse a pena criar, dentro do próprio Itamaraty uma unidade, vamos dizer assim, que funcionasse como um USTR, onde também as pessoas que lá trabalhassem fizessem as suas carreiras concentra nessa área e houvesse também um trabalho de ação conjunta com outras instâncias do Governo sem os quais isso não pode funcionar, sem o Ministério da Agricultura e tudo aquilo que significa, por exemplo, o capítulo de medidas zoofitossanitárias não se pode operar, sem o que significa as medidas, enfim, as normas técnicas que têm um papel tão grande, a complexidade é grande e justamente a globalização torna esse desafio muito grande. Por isso que minha sugestão seria nessa linha de criar, dentro do Itamaraty, com abertura para as outras instâncias esse tipo de esforço. Falo Itamaraty porque é dos órgãos da administração pública, da área de comércio internacional aquele que tem uma competência concentrada dos que estão na ativa e daqueles que estão, enfim, fora da ativa, mas retém conhecimento e experiência.

Senador Cristovam Buarque, a sua pergunta é muito difícil, vou pegar só um pedaço dela, que é o capítulo da inovação e da pesquisa, que é um pouco a experiência que estou tendo hoje como Presidente da FAPESP, em São Paulo.

A Fapesp é uma importante instituição do Estado de São Paulo, que foi criada na Constituição pós-Estado Novo e passou a receber por conta dessa fixação constitucional 0,5% da receita do Estado de São Paulo, que aumentou para 1% na constitucionalização pós 88. Não vou fazer os cálculos da Vera, porque, se eu for fazer os cálculos em dólar, euro, real, vou chegar a números muito complicados. A Fapesp, então, tem um orçamento que gira em torno de R$800 milhões ou R$900 milhões por ano. Um terço disto vai para a bolsa de iniciação científica após doutorado, que é o capítulo Formação de Recursos Humanos, que é o capítulo de Educação. Não há inovação sustentável sem quadros qualificados. 2/3 vão para pesquisa aplicada ou, em princípio, não necessariamente aplicada, mas que pode ter aplicação, exemplo, que é importante, pensando na Rio+20, é o Programa Biota, que diz respeito ao levantamento da biodiversidade do Estado de São Paulo, já está além dos seus 10 anos, é um programa em rede que levantou e muito a biodiversidade do Estado de São Paulo e é responsável pelo zoneamento ambiental e agrícola do Estado de São Paulo: onde pode plantar cana, onde não pode plantar e, assim, sucessivamente.

Então, é uma política pública lastreada em conhecimento, ampliou o conhecimento e permitiu, ao mesmo tempo, que isso se traduzisse em aplicação prática. A velocidade da ampliação do conhecimento é imensa. Se tomarmos aquilo que é a produção científica, e o Estado de São Paulo tem uma contribuição significativa para a produção do conhecimento em nosso País, mas há uma defasagem entre a produção do conhecimento e a patenteabilidade do conhecimento. Temos estimulado acordos entre o setor privado e as universidades, junto com a Fapesp, justamente para superar esse tipo de desafio.

Quero dizer que estou de pleno acordo com a importância do que significa o avanço do conhecimento para a nossa competitividade, aliás, como diz com razão o Ministro Pratini, se temos, hoje, uma posição importante, em matéria de agricultura, para dentro e para fora, inclusive, em termos de segurança alimentar, isso resulta naquilo que é o avanço do conhecimento.

E, finalmente, Senador Eduardo, a sua pergunta, vou deixar para a Vera, porque ela vai ser capaz de calcular isso melhor do que eu, mas acho muito importante o que V. Exª colocou. No âmbito internacional, geralmente, o que aparece é a discussão do *dumping* social, ou seja, salários baixos, ou salário inadequado, ou trabalho escravo como forma de competição. Esse é o debate que tenho visto no âmbito do comércio internacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Embaixador e Ministro Celso Lafer, Presidente da Fapesp.

E passo a palavra ao Ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes.

O SR. MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAIS – Srs. Senadores, já participei, não nesta Casa, mas na Casa ao lado, e é sempre bom participar de um debate com gente que pensa o Brasil todo o tempo e sem as amarras das contas, dos computadores e dos palpiteiros. Gosto de assistir, gosto de ouvir o Senador Cristovam Buarque quando fala sobre educação. V. Exª tem toda razão, a coisa não se resolve só ensinando as criancinhas a falar chinês. Na verdade, quando digo, por exemplo, que o problema da exportação, da agregação de valor tem a ver com logística e *marketing*, na verdade, é a base, o Brasil só tem um problema que se chama educação. Eu, um dia desses, vi umas estatísticas mostrando municípios que tinham 30, 40% de analfabetos funcionais. Esse negócio é grave. V. Exª conhece isso muito melhor do que, provavelmente, a maioria de nós aqui, mas concordo inteiramente que deveríamos designar mais tempo, mais recurso, mas talvez o problema não seja tanto de recurso, seja de gestão. As nossas escolas, as universidades têm muitos problemas de gestão, mas gosto de ouvi-lo porque V. Exª transmite uma sensação de que há gente no Brasil que se preocupa para valer com educação. Continue fazendo essa sua cruzada. Faço a minha parte, numa das empresas em que trabalho, trabalho em duas empresas do Conselho, construímos uma escola, chegamos à conclusão de que não fazia sentido ficar dando R$500,00 para festa de São João, R$200,00 para não sei... Construímos uma escola com um ginásio, com capacidade que vai passar de mil alunos, é o ciclo ginasial e o secundário, e já está com 270, estamos aumentando 80, 90 por semestre, porque não pode começar tudo ao mesmo tempo. Fizemos uma espécie de um vestibular e fizemos metade dos pontos para entrar na escola era escrito, a outra metade era uma entrevista e um dos focos da entrevista era empreendedorismo. Queremos ensinar as crianças a correrem riscos, porque temos um monte de gente neste País por baixa autoestima que não toma iniciativa e tem medo do risco, aliás, o brasileiro já tem medo do risco, Ministro Celso, brasileiro não gosta investir em papeis de renda variável. Quer chegar lá e diz: quanto é que dá? Não, vai dar 1%. É isso que quero 1% ao mês, esse negócio de renda variável, não sei o quê, não quero. Somos capitalistas porque usamos alguma técnica capitalista para resolver problema, mas, no fundo, no fundo, somos muito conservadores à lusitana e corporativistas. Ainda vai levar muito tempo, lá na nossa terra ainda há uma mudança, aqui, em São Paulo, por causa dos imigrantes, os italianos. Mas o objetivo meu é dizer que resolvemos, no nosso meio, investir R$100 milhões para construir a infraestrutura, a escola é de graça, funciona das 7 da manhã às 5 da tarde, fornecemos ônibus para levar aqueles que moram mais distantes e não é obrigado ser filho de empregado da empresa é para qualquer um que se inscreva e pretendemos fazer isso em outras unidades, seguindo um pouco o modelo que o Bradesco instituiu e que é um programa muito interessante. Então, concordo, continue com a sua campanha que aplaudimos e procuramos seguir essa prioridade que V. Exª dá à educação. Vou me limitar a isso porque estamos com o tempo meio escasso.

Primeiro, vou falar um minuto sobre a carne suína. Senador, está caindo de maduro vender, e o Japão compra um milhão de toneladas por ano de carne suína, por que não conseguimos vender carne suína ainda para os japoneses? Demoram, levam devagar, agora, não sei. Sei que o Itamaraty não gosta dessas minhas ideias, mas tem que dar uma ferrada nos japoneses, compreendeu, tem que pegar uma dessas Toyotas, não sei o quê e dizer: não, não vai fazer fábrica coisa nenhuma aqui. Mas por que? Ah! Porque sou louco e é assim mesmo. Vai ter que ter esse tipo de coisa, e o Brasil ainda pode fazer isso, ainda temos um "waverzinho" aí, se não agirmos assim, não vai acontecer nada. A mesma coisa para a carne bovina. Os japoneses vêm aqui, a primeira coisa que eles fazem é ir para a Fogo de Chão, o Barbacoa, em Porto Alegre, tem outras, onde tem churrascaria, tem japonês, os daqui e os que vêm lá de fora. Então, há um apreço fazermos, fiz 180 churrascos pelo mundo, nas principais capitais do Oriente Médio e tal, e descobri uma coisa: para comer carne, é bom que tenha a caipirinha também, porque a caipirinha é mortal, o cara tomou a caipirinha já está vendido para o churrasco, eles querem saber. Inclusive, tem muitas pessoas aqui do mundo árabe? Não? Acho que não, né? Fiz churrasco no mundo árabe e me avisaram, o primeiro que fiz foi no Cairo. Aluguei o térreo do Sheraton, às margens do Nilo, com aquelas pirâmides lá iluminadas ao fundo, para vender carne, e eles me disseram o seguinte: olha, carne com álcool, não permitimos que se ofereça, mas o senhor pode deixar uma mesinha e colocar ali a caipirinha que vamos ver. Bom, meia hora depois de começado o coquetel, antes do churrasco, o que acontece? Veio um *maitre* e me disse assim: Doutor, não tem mais copo. Como? Trouxemos 250 copos, tem aqui 150, 200 pessoas. O que aconteceu? Não sei. Então, vá procurar rapaz. Estava tudo no banheiro. Os caras pegavam dois, três copos de caipirinha, levavam para o banheiro, bebiam escondido e deixavam o copo lá. Quando fiz um churrasco desse, depois, em Dubai, mandei comprar mil, tinha mais gente, alugar mil copinhos, e foi a mesma coisa: a maioria dos copinhos, depois de meia hora, uma hora, estava tudo no banheiro. A caipirinha é

mortal, e, agora, com esses açúcares sintéticos, se faz caipirinha também para diabético. Então, a gente já bota um anúncio lá. É *marketing*, temos que fazer. No caso do Japão e dos Estados Unidos, não só estes dois, fiz uma listinha aqui, temos que vender carne de porco para os Estados Unidos, para o Japão, para a Coreia do Sul, para Taiwan e para o trio Canadá e México juntos com os Estados Unidos, porque os Estados Unidos tomam uma decisão de proibir uma carne e, pela extensão do acordo sanitário do Nafta, mexicano e canadense também não compram.

Então, acho que isso tinha que ser um programa, e vou dizer uma coisa: às vezes, o pessoal critica um pouco o Itamaraty, mas, para mim, só ajudou. Acho que se adotarmos um negócio como esse sistema americano, o USTR, bota o pessoal do Itamaraty para tocar isso. Quem é que tem experiência fora disso? Se fizermos isso, temos que aproveitar e dar o sentido mais comercial. Vou dizer o seguinte: nesses churrascos todos, eu convidava o pessoal do Itamaraty, que é a embaixada local, e escolhia. Quem você quer convidar? Quero convidar diretor de alimentos e bebidas dos principais hotéis, diretores dos restaurantes, os funcionários de sanidade do país, eles convidam todo mundo e convida também o pessoal do Mercosul, só para dar uma canseira nos argentinos. Enfim, o Itamaraty ajuda. Agora, nunca vou pretender que um embaixador, temos aqui dois Embaixadores ilustres, saia de malinha para vender carne, não é isso o que quero dele, quero, se tenho um problema, como tivemos quantos em Moscou e em outros lugares, que ele ajude a marcar as audiências. Olha, naquele negócio da vaca louca, liguei para o Rubens Barbosa, a Secretária de Agricultura dos Estados Unidos tinha assumido numa quinta-feira, o negócio aconteceu naquele momento, sexta, liguei para o Rubens, segunda-feira de manhã, eu estava com ela. Por que? Porque o Itamaraty consegue as coisas. Então, temos que saber trabalhar. Não vou pedir para um diplomata vender carne, agora, escuta tem uma tarefa aqui impossível, preciso falar com fulano de tal. Eles dão um jeito. Então, temos que saber trabalhar, porque, às vezes, não sabemos. Ficar reclamando que o Itamaraty não vendeu meus enlatados. Mas não é esse o serviço dele, mas ele pode fazer o jantar, convidar o sujeito do jornal, dar umas caipirinhas, e ele bota uma boa matéria a favor daquele produto.

Essa ideia é boa, tem que ser trabalhada, acho que tem muita gente dentro do próprio Itamaraty que concorda, só não diz que concorda, se não, a máquina lá também é bem armada, vão em cima dele. Acho que vamos ter que fazer isso sim, vamos ter que ter um mecanismo que só trate desses assuntos.

Senador Suplicy, a sua pergunta é difícil, mas eu queria lhe dizer o seguinte: na agricultura, que é a área que estudo mais de perto, há 10 anos, 8 anos, na OECD... Em Paris, não, porque uma coisa é ficar... Os caras sempre escolhem o melhor endereço para essas troços internacionais. Isso me preocupa muito, o sujeito vai porque o endereço é bom. Agora, por exemplo, a FAO, de que falam tanto, está instalada em Roma, no prédio que o Mussolini fez para ser o Ministério das Colônias. Ele invadiu a Abissínia em 1935, 1936, e colocou lá. Às vezes, esses lugares não são tão eficazes. A FAO gasta 52% do seu orçamento naquele prédio e é encarregada de acabar com a fome do mundo. Vi para que a FAO serve e tenho hoje sérias dúvidas quanto à eficácia desses organismos. Agora, aquele ponto do subsídio para salário, eu estava falando um pouco antes sobre isso... Quanto é que o mundo dá de subsídio para a agricultura por ano? Há oito anos era 1 bilhão de dólares por dia o que os países da OECD davam de subsídio. Aí houve umas mudanças na taxa de câmbio. A última conta que vi da OECD era de 1 bilhão, 250 milhões de dólares por dia. Mas concordo que já não há tanto dinheiro assim para dar tanto subsídio. Na Europa não dá para acabar com o subsídio porque eles chegaram a um ponto... Lá na Europa a gente pensa: vou plantar uma maçã e o dinheiro está na conta no dia seguinte. São raros os produtos onde o subsídio não funciona automaticamente, a não ser que eles tenham mudado agora. Até onde eu sei, pensou em qualquer coisa agrícola... Na França, é um escândalo. Vocês veem as fotografias desses castelos na Normandia, na Bretanha, e sempre tem uma lavoura de trigo. É o que sustenta o castelo. Tem tanto subsídio... Tenho um amigo que tem um castelo desses, ele nunca vai lá, a não ser que haja uma festa. Ele planta dois hectares de trigo. Ele me disse: sustento o castelo com esses dois hectares, a minha mulher toma conta. Então, na verdade, boa parte dos subsídios europeus é para manter os castelos de fim de semana na França. É isso o que temos de pegar nesses caras, olhar melhor essas coisas, sermos mais rigorosos e, de vez em quando – e aí vem a minha divergência com este Governo e com qualquer Governo... Chega um cara da Renaut e diz: não vou comprar o teu carro, tu não compras a minha carne. Ah, mas eu vou combinar carne com... Não, porque carne é uma coisa.... Mentira, hoje, o setor agrícola é um dos setores no mundo que mais tecnologia tem no mundo. Vocês conhecem os avanços na área genética? Há dez anos você matava boi com quatro anos e meio. Hoje, a gente mata boi com vinte e um meses. Há um avanço enorme! Eu acho que precisamos trazer mais a Embrapa ao Senado para que ela faça um pouco mais de propaganda

do que ela tem desenvolvido. Hoje, a agricultura e a pecuária são os setores mais densos e modernos em tecnologia, inclusive nessas coisas de transgênicos e todo esse avanço genético. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAIS – O Senador Cristovam mencionou a questão da inovação. Imagine, Senador, que a primeira cria de uma vaca, há dez anos, era aos dois anos e meio. Hoje, é aos doze, quatorze meses. Antigamente, para se conseguir melhorar raças fazia-se inseminação. Hoje, retiram-se os embriões das vacas e se seciona o embrião e, ao invés de cada vaca de boa qualidade, de sangue bom, fazer um produto por ano, faz quinze, vinte, dependendo, naturalmente, da qualidade, do cuidado, etc. Então, eles multiplicam por vinte a velocidade de avanço tecnológico. Essa é uma das razões por que hoje, nas piores condições... Antigamente, a gente tinha uma vaca a cada 1,2 hectares, uma cabeça de gado. Hoje, já é 0,8. Nós tínhamos 180 milhões de hectares criando boi. Hoje, são 175,5, já diminuiu quase 4 milhões de hectares a terra usada para a pecuária. Por quê? Por causa desses avanços. E isso vai continuar. Às vezes, os estrangeiros dizem: vocês estão queimando a floresta amazônica para plantar. Coisa nenhuma! Na década de 90 a área plantada no Brasil cresceu 0 a e produção agrícola do Brasil cresceu 43% num pequeno período seguinte. Eu era Ministro da Agricultura e aconteceu, o pessoal da Comissão de Agricultura acompanhou isso de perto. Durante três safras a produção brasileira agrícola cresceu 47%. Agora, apesar de ter havido uma queda no início do Governo do Presidente Lula, retomou e vai crescer de 38 a 40% em oito anos. Isso quer dizer que em vinte anos a produção agrícola brasileira cresceu 200% e a área plantada cresceu 22%. Isso quer dizer o quê? Tecnologia, inovação, que temos hoje no Brasil em grande escala. Então, acho que devemos divulgar mais os dados do avanço tecnológico da agricultura e da pecuária brasileira. Um avanço extraordinário foi no caso do açúcar, do álcool, o que eles conseguiram fazer perto daquela área de Ribeirão, por ali. Enfim, só gostamos de falar de coisas ruins no Brasil. Tem canal de televisão que nem ligo mais, porque tudo é tragédia, desespero, roubalheira, crimes, não sei o quê. Vamos divulgar mais a Embrapa, vamos divulgar mais os avanços enormes que aconteceram em todos os segmentos. O Brasil é um dos países do mundo onde mais está crescendo o consumo de pescado, pouco se sabe disso, pescado criado em fazenda, em *fish farms*, fazendas de peixe. Temos de falar melhor das nossas coisas. Acho que deveríamos fazer um esforço. A única coisa sobre a qual ainda temos de falar mal é sobre a educação. Aliás, nem precisamos falar mal. Desculpe-me, Presidente, eu me entusiasmo com as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro Pratini de Moraes. Passo a palavra à professora Vera Thorstensen.

A SRª VERA THORSTENSEN – Telegraficamente, porque estamos com o tempo bem adiantado. O Ministério de Comércio e o Ministério das Relações Exteriores. Senador, confesso que escuto essa história há pelo menos uns trinta a trinta e cinco anos. Ainda mais vindo de São Paulo, que é uma região que gosta de discutir esse tema. Depois da experiência toda que tive no exterior posso dizer que comércio não é só negociação, é a ponta de uma pirâmide, por trás vem todo o mundo. Hoje, o comércio não é só de bens e serviços, agricultura, é concorrência, é investimento, é a parte sanitária, é transporte. Então, de repente, vai-se criar um super ministério, englobando toda a Esplanada dos Ministérios de Brasília. No fundo, o que se precisa é de uma maior coordenação, é de uma agressividade maior na coordenação. O Senador Luiz Henrique estava preocupado com a parte de vendas do Brasil. Não é negociação, eu concordo, é outra função. O que, sim, quando penso no assunto, gostaria de ver é talvez, dentro do próprio MRE, uma especialização maior na área econômica e, por que não, ter a ideia de dois vice-ministros e um ministro que pudessem cuidar da parte econômica e da parte política de maneira mais presente? Telegraficamente, Senador Cristovam, eu concordo plenamente, a sua angústia também é a minha. Eu me considero uma pessoa realmente angustiada. Mas, veja, quando estamos falando de câmbio eu foco em câmbio. Estamos falando de competitividade, que é um item importante do Brasil. Quais são os grandes problemas do Brasil? Juros, câmbio e Custo Brasil. Sem isso não há competitividade. E quando vejo o estrago que o câmbio está causando na indústria, Senador, é um ano em que passeio pelas indústrias, me dá uma angústia danada. Só que esse problema de câmbio é uma briga em que os economistas até hoje se matam. Tem uma linha que acha que câmbio é absolutamente residual, que não tem a menor importância, que não se deve mexer no câmbio, o mercado resolve. Tem outra linha, desenvolvimentista, que diz que o câmbio é fundamental, tem de ser amarrado e jogado no chão já. Vão se matar pelo resto da vida. Enquanto isso, enquanto estão se matando, eu vejo a indústria, vejo o Brasil se transformando numa grande Austrália, que só vai ter agricultura competitiva e serviço. Indústria para quê?

Então, a minha angústia é essa, é ver o percentual da participação da indústria no PIB caindo, ver a

penetração, o quociente de importação de todos os setores do Brasil chegando vários deles a 70%, 80%. Senhores, a indústria brasileira já era. Pronto, esse é o ponto. Câmbio ajuda sim, mas não resolve o problema. Temos que pensar em juros e temos que pensar em Custo Brasil. Senhores, nós estamos caminhando para uma grande Austrália. A indústria no Brasil simplesmente está desaparecendo.

Pronto, respondendo em 2 minutos o problema de quando se fala de China, etc. A importância que devemos dar à OMC, a necessidade de que a rodada acabe, que a gente de alguma forma... Não pode desistir, embaixador Roberto, fique lá. Não pode acabar, por quê? É o único fórum onde o Brasil pode brigar com todos os grandes países, é nesse fórum, nós precisamos de regras implantadas e aí a prova é que não tem importância que a rodada tenha impasse, a OMC é muito mais importante que a rodada, a OMC é a organização de negociação, mas é hoje, mais do que nunca, um grande tribunal. Nós já estamos no número de 426 casos que foram a painel, metade resolve entre eles, e a importância do órgão de apelação, que são juízes de segunda instância que estão alargando a fronteira das normas. Então, na verdade, a OMC não está morta, muito pelo contrário, ela está caminhando, as regras estão sendo expandidas por esse órgão chamado órgão de apelação, que é o tribunal de segunda instância do Brasil.

Senador Suplicy, divido também todas as suas angústias. O problema de subsídio de renda, de subsídio à renda não é problema nenhum em termos de comércio internacional, não há legislação sobre isso. Muito pelo contrário, quanto maior o nível de renda, mais consumo e maior o Comércio se for possível, a exportação e importação. Então, não há problema nenhum em termos de regras internacionais com o seu programa, a sua grande luta de longa vida.

Pronto, Senador. Cinco minutos.

O SR. PESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Muito obrigado, professora Vera Thorstensen.

E agora, finalizando, Prof. Dr. Aluísio de Lima Campos, Presidente, Senador, do Instituto dos Analistas Brasileiros de Comércio Internacional; Professor adjunto do Washington College of Law, da American. University; e Consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional.

O SR. ALUISIO DE LIMA-CAMPOS – Dois minutos, Senador. Obrigado pela palavra. Vou tentar ser rápido, conciso e responder diretamente as perguntas.

Senador Luiz Henrique, com relação ao Departamento de Comércio, também é um assunto que eu escuto há mais de 30 anos e devo dizer que mais intensamente quando trabalhei com o Embaixador Rubens Barbosa, que defendia essa ideia com muito fervor. Inclusive, eu já dei minha opinião numa entrevista à revista Getúlio, da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Portanto, vou repetir o que eu disse lá.

Eu acho que deveríamos ter um ministério especializado nessa área. Acho que o modelo da Camex é importante pelo fato de termos um colegiado de Ministros decidindo. Isso, de certa forma, coloca o interesse público também na frente das políticas, uma vez que outros temas são considerados, temas nacionais.

Creio que este ministério poderia tranquilamente ser, com a palavra à vera, estruturado com as pessoas experientes do Itamaraty, sem o menor problema, inclusive com aqueles que o senhor mencionou, que estão aí disponíveis no mercado e ainda ativos.

Portanto, essa é minha sugestão. Não vejo conflito algum do ministério com relação às pessoas experientes que nós temos hoje no Itamaraty, porque essas mesmas pessoas poderiam estar nesse ministério fazendo o trabalho. Acho que facilitaria ao setor privado saber com quem conversar e de que forma articular as políticas.

A segunda coisa, Senador Cristovam Buarque, se me permitem, vou responder junto ao Senador Suplicy. Quero tocar na questão da inovação e da educação. Eu creio que as duas vão juntas. Mas eu queria aproveitar esse tempo curto para mencionar algo que eu acho que é crucial neste ponto. É um sistema que existe nos Estados Unidos, que é muito explorado e, Senador Suplicy, se o senhor toca em subsídio, o senhor não pode ignorar esse programa americano, porque eu não conheço nenhum outro subsídio mais potente do que esse.

Existe um sistema nos Estados Unidos... Porque uma coisa é nós darmos educação, criarmos pessoal especializado para trabalhar com Ph.Ds., com bolsas, doutorados e tal. Mas, o que adianta nós educarmos esse pessoal se esse pessoal depois de formado não tem onde trabalhar, ou então, tem ofertas melhores para irem para outro lugar? Vamos ter o mesmo problema que nós temos hoje, tentando atrair esse pessoal de volta do exterior para vir trabalhar no Brasil. O sistema americano qual é? Forma o pessoal em suas universidades e, depois de formado, cria projetos, financia projetos nas universidades. E são esses projetos que dão aquele Delta x de salário adicional a esses especialistas para ficarem lá. Cumpre dois objetivos: mantém o profissional no País, trabalhando em inovação, naquilo que o governo pede a eles que façam, e, em segundo lugar – é a parte mais crítica, a meu ver – é onde é criada a ponte entre a academia e o setor privado. O produto dessa pesquisa vai para o setor privado via universidade. A universidade fica com os direitos

do resultado do projeto e vende a patente para o setor privado. Não é só a MIT, todas, USLA, Stanford, a Universidade da Pensilvânia. A lista é interminável. A Ivy League inteira nos Estados Unidos trabalha dessa forma. É o que realmente dá aquele impulso adicional à pesquisa nos Estados Unidos e não deixa de ser um subsídio do Governo. Quer dizer, os Estados Unidos nunca vão dizer: "Esse é um subsídio direto". É muito sofisticado para dizer esse tipo de coisa. Ele faz projetos, da mesma forma que ele dá subsídios para construção de aviões da Boeing através de projetos, é o que ele faz para manter a pesquisa dentro dos Estados Unidos.

Então, espero ter respondido as duas perguntas.

Só para finalizar, o Senador Suplicy mencionou o caso do Alasca, que é um caso *sui generis*, porque é um caso nos Estados Unidos que não tem impostos, pelo contrário, os habitantes do estado recebem do Governo anualmente um dividendo em função da produção de petróleo na região. Então, é um estado *sui generis*, ninguém faz declaração de renda não, pelo contrário, no fim do mês vão lá cobrar do governo o dinheiro que o governo deve para eles ficarem no estado.

Mas era só isso. Encerro aqui.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Eu perguntaria aos Srs. Senadores se estão satisfeitos. Têm mais alguma dúvida? E aos senhores palestrantes se têm alguma consideração final, se estamos todos bem. De acordo?

Antes de encerrarmos, portanto, a nossa presente reunião, eu agradeço a presença de todos, ressaltando aqui a alegria que nos dá a presença do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima – muito obrigado por sua honrosa presença aqui entre nós, Embaixador –; o Embaixador junto à OMC, Roberto Azevedo – muito obrigado pela presença também aqui nesta nossa audiência pública. Obrigado pela presença de todos os nossos palestrantes: Sr. Aluísio de Lima Campos, presidente do Instituto ABCI, professor adjunto do Washington College of Law e consultor da OMC para Reforço Institucional; professora Vera Thorstensen, professora de Política de Comércio Internacional na Escola de Administração de Empresas de São Paulo; Ministro e professor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores, Presidente da Fapesp, professor titular da Faculdade de Direito da USP e Ministro Marcus Vinicius Pratini de Morais, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial, do JBS, e ex-Ministro da Agricultura.

A todos muito obrigado em nome das Srªs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita, Sr. Presidente.

O SR. PESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na semana passada eu havia apresentado uma solicitação na reunião da Comissão de Relações Exteriores sobre eventual ajuda que o Governo Brasileiro estaria enviando para as nações no Chifre da África. O Embaixador Danese, Sérgio França Danese, teve a gentileza de enviar-me, eu gostaria de encaminhar à Mesa. É capaz de V. Exª já...

O SR. PESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Mesa já recebeu, Senador. Parece que V. Exª na última reunião aqui não esteve, mas sua solicitação foi prontamente atendida e na reunião nós já demos conhecimento aos integrantes da Comissão da resposta e foi enviada a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado. Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Comunico ainda que amanhã, terça-feira, às 9h neste plenário a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Presida pelo Exmo Sr. Mozarildo Cavalcanti, realizará audiência pública abordando o tema: Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira. Estarão presentes, como convidados, o Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores e o Sr. Dr. Paulo de Tarso, coordenador de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

E o quarto painel do nosso ciclo de palestras intitulado: Crise econômica mundial de 2008 e suas consequências, volatilidade dos preços de *commodities* e alimentos se dará na segunda-feira próxima, dia 29 de agosto, com a presença do professor José Maria da Silva Silveira, professor da Unicamp; Dr. Eduardo Teixeira, economista, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobras e consultor de empresas; professor Carlos Mielitz Netto, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Dr. Alexandre Schwartsman, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-economista-chefe do Banco Santander.

Por fim, convoco os senhores membros para a próxima reunião ordinária a ser realizada dia 25 de agosto, quinta-feira próxima, às 10h, neste plenário, com pauta deliberativa. Sabatina de Embaixadores.

Muito obrigado a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 30 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Vital do Rêgo**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Lindbergh Farias**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia**, **Roberto Requião** e **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Também presente o Senador **Sérgio de Souza**. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 36ª e da 37ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 86, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa".* Relator: Senador **Blairo Maggi**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 96, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora VITORIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã".* Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. Os indicados são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Os Senadores **Cristovam Buarque** e **Luiz Henrique** fazem uso da palavra. A reunião é tornada secreta às onze horas e nove minutos e reaberta às onze horas e quatorze minutos. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010**, de autoria do Deputado **Reginaldo Lopes**, que "*regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências".* O Senador **Cristovam Buarque** assume a Presidência. O Relator, Senador **Fernando Collor**, faz a leitura do relatório. Fazem uso da palavra os Senadores **Mozarildo Cavalcanti**, **Francisco Dornelles**, **Marcelo Crivella**, **Antônio Carlos Valadares**, **Fernando Collor** e **Sérgio de Souza**. Os Senadores **Mozarildo Cavalcanti** e **Francisco Dornelles** pedem vista. Resultado: concedida vista coletiva da matéria. O Senador **Fernando Collor** reassume a Presidência. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.".* Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005".* Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009".* Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque** e **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. Senador **Marcelo Crivella** solicita inversão de pauta. **Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que "dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da

COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa". Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 8 – Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009**, de autoria do Senador **Walter Pinheiro**, que "dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003**, de autoria do Senador **Paulo Paim**, que "dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços". Relator *ad hoc*: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: aprovado parecer favorável ao PLC 169, de 2009, na forma do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PLS 487, de 2003. **Item 10 – Requerimento nº 1674, de 2009**, de autoria do Senador **Álvaro Dias**, que "requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Aplauso a Cássio Roberto de Almeida Romano, diretor da Casa do Brasil em Madri, Espanha, pela conquista do Prêmio Brasil 2009, na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha". Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 11 – Requerimento nº 62, de 2010**, de autoria do Senador **Paulo Paim** e outros, que "requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Nelson Mandela em celebração aos 20 anos de sua libertação". Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: adiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 36ª e da 37ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Requeremos nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 40, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado nesta Comissão, para que a oitiva do Sr. Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua Pasta, entre eles a redução das tropas brasileira no Haiti, seja realizada em reunião conjunta com a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, para debater os diagnósticos às estratégias de modernização e orçamento das Forças Armadas.

Senador Luiz Henrique da Silveira.

Esse requerimento adita ao que já foi aprovado em que ele solicita a presença, o convite feito ao Embaixador Celso Amorim, para uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como ele foi eleito Presidente da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, ele solicita que aquele convite já aprovado, aqui, pelo plenário, seja estendido também para que a Subcomissão dela participe.

O segundo requerimento, assinado por S. Exªs, Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcelos.

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, inciso II, requeiro realização de audiência pública nesta Comissão com a participação dos Srs. Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual pelo Mato Grosso, Heitor Reyes, Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência, e Dr. Paulo Prado, representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de debater questões sobre a legalização pelo Governo Boliviano de carros – eu colocaria, aqui, também, de motos, de veículos automotivos – sem procedência e muitos desses produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Crise na Líbia (atualização)

A entrada dos rebeldes líbios na capital Trípoli, quebrando o impasse bélico de mais de seis meses de insurgência, mostrou a importância do apoio da OTAN aos revoltosos. Além dos ataques aéreos que neutralizaram o poderio das forças convencionais de Cadafi, a chegada a Trípoli foi possibilitada pela ajuda de assessores militares ingleses, franceses e do Quatar para a organização e treinamento das improvisadas tropas rebeldes. A França e o Quatar, principalmente, forneceram armas, munições, remédios e combustível. O Reino Unido, junto com os Estados Unidos cuidaram de reunir, analisar a passar aos rebeldes informações

obtidas tanto por agentes em terra, quanto por aviões de espionagem AWACS e por artefatos aéreos não tripulados. O bloqueio naval da OTAN e o apoio da intensificação dos bombardeios da Aliança Atlântica permitiram aos rebeldes romper o "circulo de ferro" das tropas do regime que defendiam Trípoli.

A operação para a conquista da capital contou com a orientação estratégica dos assessores ocidentais e mostrou um grau de organização que nunca seria obtido apenas pelas improvisadas forças rebeldes. Foram estabelecidas três colunas de ataques e um núcleo dentro da capital, composto de inimigos do regime que receberam armas contrabandeadas e escondidas, em lugares seguros, até o momento de ataque. Ademais, houve infiltração de insurgentes em Trípoli antes do avanço do final de semana (20 e 21/08). Embora tenham conseguido entrar no "compound" fortificado de Bab al Azizia, o que tem grande valor simbólico, os combates continuaram em Trípoli e não se sabe o paradeiro de Kadafi e de seus filhos, tampouco há certeza sobre a continuação do combate em outras regiões.

Imediatamente após a invasão da capital, verifica-se um vácuo de poder, pois, ao mesmo tempo em que o regime não se mostra capaz de prover segurança e serviços essenciais, o Conselho Nacional de Transição está envolvo em dúvidas e incertezas. Embora venha obtendo crescente reconhecimento internacional, trata-se de órgão que não tem unidade e seus membros têm, como fator de união, apenas a luta contra o líder líbio.

As divergências internas são grandes e não há uma liderança firme. Alguns membros pertenceram ao regime e o abandonaram no decorrer das hostilidades e continuam a existir divisões étnicas e religiosas. Os rebeldes do oeste têm dificuldades em aceitar a liderança de Benghazi, no leste. Ademais, é apenas relativo o controle dos líderes políticos rebeldes sobre os grupos armados, que também se veem com suspicácia.

O avanço rebelde sobre Trípoli representa uma vitória política para a OTAN, para o Presidente Sarkozy, para o Primeiro-Ministro Cameron e, até certo ponto, para o Presidente Barack Obama. No entanto, se confirmada a derrocada de Kadafi, as potências ocidentais se verão às voltas com as dificuldades da transição. A Líbia não tem tradição democrática. Suas estruturas estatais são frágeis, as rivalidades e lealdades tribais são enraizadas e a liderança de Kadafi era pouco institucionalizada. A união e pacificação do país será tarefa extremamente difícil para o Conselho Nacional de Transição e ações de vingança contra elementos do regime serão mais um fator de instabilidade.

Ao se configurar o cenário de queda do regime e a implantação de governo do Conselho Nacional de Transição, as potências internacionais terão demonstrado o acerto de sua aposta na rebelião da Líbia, país estratégico no mediterrâneo e detentor de reservas de petróleo e gás importante qualitativa e quantitativamente. O Conselho Nacional de Transição deverá favorecer as empresas ocidentais já presentes, como a ENI, italiana, a inglesa BP, a francesa Total, a Repsol, espanhola, além das americanas, e dependerá da ajuda dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido, da Itália, antigo país colonizador, para a transição e reconstrução do país.

Ao receber, em Paris, um dos líderes do movimento rebelde, Mohamud Jibril, o Presidente Sarkozy anunciou que a França e o Reino Unido patrocinarão uma reunião internacional sobre o futuro da Líbia, que se realizará na capital francesa no dia 1º de setembro. Declarou, ademais, que o Conselho Nacional de Transição terá apoio militar francês pelo tempo que for necessário.

A debilidade das lideranças da revolta líbia, a instabilidade que o país vive e que deve perdurar por algum tempo, bem como o comprometimento das forças e recursos da aliança atlântica com a insurgência, indicam um cenário, no qual as potências ocidentais, principalmente Reino Unido e França, exercerão um protetorado de fato sobre o país.

Crise financeira internacional: Zona do Euro – EUA (atualização)

Os mercados financeiros internacionais continuam a mover-se com grande volatilidade. Às violentas e disseminadas baixas – impulsionadas por dados econômicos negativos – seguem-se altas pouco consistentes, causadas por especuladores em busca de barganhas e por grandes grupos que aproveitam para realizar compras de suas próprias ações.

Essa instabilidade bursátil reflete temores com o problema da dívida pública na zona do euro, principalmente em relação a Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Mas o maior temor deriva da falta de perspectiva de crescimento na Europa e nos Estados Unidos. As economias europeias caminham, em geral, de forma lenta, mas um grande susto foi dado aos mercados financeiros pelo anúncio de um crescimento, no último trimestre, de apenas 0.1% da Alemanha. A Alemanha é praticamente o único país europeu a manter bom desempenho – graças a seu ímpeto exportador – e, além disso, a ter contas públicas saudáveis.

A reunião de cúpula franco-alemã realizada em Paris, no último dia 16 de agosto, em que o Presidente Sarkozy e a Chanceler Merkel discutiram a crise, havia provocado expectativas elevadas de que poderia ter efeito de acalmar os mercados financeiros pela difusão de uma imagem de união entre as duas

grandes economias do euro. No entanto, não se disfarçou a falta de resultados mais firmes e duradouros como o apoio à criação dos chamados *eurobonds*, os títulos públicos da Zona do Euro, que seriam emitidos pelo Banco Central Europeu e garantidos por todos os seus membros.

Não se decidiu tampouco o aumento de capital do fundo europeu de estabilização monetária, atualmente de €440 bilhões, que é absolutamente insuficiente para uma necessidade estimada de €3 trilhões. Entretanto, caminhou-se no sentido de maior coordenação da política econômica da Zona do Euro, de impulsionar legislações nacionais, regulamentando os orçamentos dos países-membros, bem como no sentido de se implementar um imposto sobre transações financeiras. Isso aconteceu já ontem com o Presidente Sarkozy, taxando grandes fortunas em cerca de 3%.

Essa taxa contará com firme oposição do Reino Unido, que embora não integre a área da moeda comum, abriga o maior centro de transações financeiras do continente.

A Alemanha, na verdade, teme que a implementação do *eurobond* aumente o seu custo de financiamento da dívida pública, que é baixo por causa de sua sólida situação fiscal e econômica. Ou seja, sua solidez seria diluída pelos membros menos saudáveis em processo de contaminação. Aos olhos de setores importantes da opinião pública alemã, o *eurobond* representaria um subsídio de seu país a economias perdulárias e pouco responsáveis. Cabe destacar que subjacente à reunião estava uma divisão mais profunda entre as visões econômicas da Alemanha – favorável à estabilidade e ao controle orçamentário – e da França – mais maleável e pendendo para uma abordagem mais centrada no crescimento.

Ressalte-se que o Presidente Sarkozy deve enfrentar eleição no próximo ano e tem dificuldades para implantar medidas saneadoras mais recessivas.

Na semana que terminou em 21 de agosto, os mercados passaram a preocupar-se também com disseminadas dúvidas sobre o acesso dos bancos europeus a financiamentos, os chamados *fundings*, pois há desconfiança de que estejam muito comprometidos com dívida soberana de países em dificuldades. O mercado interbancário está menos flexível, com bancos relutantes em emprestar, inclusive em curtíssimo prazo – chamado *overnight* –, para seus congêneres, e os prêmios de risco têm subido. Essa é uma razão adicional para a fuga de capitais das Bolsas.

Os grandes investidores buscam ativos considerados seguros como os *treasures* norte-americanos, apesar do recente rebaixamento dos Estados Unidos da América pela Agência Standard & Poor's, além do franco suíço, o iene japonês e o ouro, que vêm sendo bastante procurados pelo mercado.

De outra parte, o Vice-Presidente norte-americano, Joseph Biden, realiza visita a China a partir de 18 de agosto e procura tranquilizar sua liderança em relação à economia dos Estados Unidos.

Em tom mais ameno do que em declarações anteriores de advertência em relação à dívida americana, a cúpula chinesa procurou deixar claro que é do interesse da China uma economia norte-americana saudável.

O Governo chinês destacou que a economia dos Estados Unidos é flexível, resistente e tem capacidade de recuperação, com mais de 1 trilhão de suas reservas, superiores a 3 trilhões em títulos públicos americanos, são vitais para a China o bom andamento e a segurança da economia americana. Acresce que, simultaneamente, os Estados Unidos têm pesados investimentos na indústria chinesa e constituem importantíssimo mercado para os produtos da China.

É interessante notar que os mercados financeiros internacionais, cada vez mais interdependentes, estão em processo de realimentação. Para financiarem os governos já endividados exigem mais garantias, déficits públicos menores e mais administráveis. A contenção de despesas em investimentos públicos, no entanto, tem sempre possíveis efeitos recessivos, e a ameaça da recessão é um dos principais fatores da insegurança dos mercados. A única solução é um ajuste por meio de corte de gastos de efeitos mais lentos combinados com estímulos de curto prazo, ou seja, uma sintonia fina difícil de se obter em situações normais e mais complexa ainda em cenário de crise.

O terceiro comunicado é em relação à reunião havida em Paris no último dia 18, sobre o problema pungente da fome no chamado Chifre da África. Há uma nota enviada pelo Itamaraty, dando conta de que se realizou, no último dia 18, na sede da FAO, em Roma, reunião de alto nível sobre a crise alimentar no Chifre da África.

A reunião foi convocada, organizada e presidida pelo diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, e contou com a participação dos ministros de agricultura de Angola, da Somália, do Quênia, de Uganda; da comissária para agricultura e economia rural da União Africana; de representantes de alto nível da FAO, Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), PMA (Programa Mundial de Alimentos), Osha, além de autoridades e representantes de grande número de estados-membros e da sociedade civil.

Devo esclarecer que o diretor-geral recentemente eleito, Dr. José Graziano, não esteve presente a essa reunião porque, embora eleito, ainda não foi empossado na direção-geral desse organismo.

Esse encontro foi intitulado "Emergência no Chifre de África – Seguimento e Ações de Resposta". O encontro foi aberto pelo diretor-geral da FAO, Dr. Jacques Diouf, com a mensagem de que a atual situação de fome é decorrente principalmente de décadas de negligência no investimento em agricultura e desenvolvimento rural e que poderia ter sido evitada caso programas de infraestrutura, pesquisa, capacitação e extensão rural houvessem sido implementados antes.

Os oradores seguintes reproduziram, com grande ênfase, clareza e coerência, mensagem similar à do diretor-geral – e aí vários dos oradores trataram da questão mais ou menos nesses mesmos termos, da emergência e da urgência, e, como observação, cabe notar ainda que o apelo da FAO para o Chifre da África, com o valor total de US$163 milhões, está no momento criticamente subfinanciado.

Conforme observou o representante do Afeganistão, menos de 30% dos recursos necessários foram obtidos junto à comunidade internacional. Por outro lado, a operação do PMA recebeu grande influxo de recursos e tem boas chances de obter quase todo o financiamento necessário até o final do ano.

De forma geral, os participantes demonstraram otimismo com relação ao encontro, a ser realizado em 25 de agosto do corrente, em Adis Abeba, organizado pela União Africana.

O evento pretende coletar compromissos financeiros para completar a lacuna, estimada em US$1 bilhão, para custear as atividades humanitárias e estruturantes conduzidas por diversas agências internacionais, até o fim do ano, no Chifre da África.

Em conclusão à Rodada, a vice-diretora geral da FAO, Ann Tutwiler, ressaltou novamente a importância de uma resposta que combata as causas da crise e evite futuras ocorrências. Ela chamou a atenção para o conjunto de documentos circulados pela FAO como base ao encontro. Tais documentos visam facilitar a circulação de informações e a coordenação da comunidade internacional, em favor de um apoio mais concreto e estável a uma estratégia em dois trilhos, incluindo os planos emergencial e de longo prazo.

Seguem-se os diversos documentos a que ela se referiu, e esses documentos estão disponibilizados no *site* http://www.fao.org.

Ao encerrar o relato, devo acrescentar que a inequívoca mensagem transmitida pelo encontro sobre a necessidade de abordar as causa por detrás das recorrentes crises humanitárias de região vão diretamente ao encontro das reflexões críticas e denúncias sobre os vícios das políticas de assistência humanitária em geral, e para o Chifre da África em particular.

Embora o encontro do dia 18 de agosto seja um sinal positivo de que o diagnóstico seja compartilhado por boa parte da comunidade internacional, ainda não são visíveis sinais claros de mudanças nessas práticas. O apoio decidido e constante por parte de parceiros e doares aos programas nacionais e estratégias de longo prazo da Etiópia, Quênia, Somália e Uganda poderia, caso se concretize, constituir o caminho preferencial para uma abordagem estruturante do problema da fome no Chifre da África.

Gostaria de informar, também, a S. Exªs os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, conforme já anunciado aqui há duas reuniões passadas, que o Brasil já deu prioridade absoluta ao envio de mais de 700 mil toneladas de alimentos, há mais de 20 países. E conferiu para isso prioridade absoluta de destinação à Somália e Etiópia. Os embarques já estão sendo feitos de 38 mil toneladas de alimentos para a Somália e de 15 mil toneladas de alimentos para a Etiópia, para prover alívio emergencial à situação de fome aguda.

Também em termos de recursos, o Governo brasileiro já realizou contribuição direta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, no valor de US$ 300 mil, ao Fundo das Nações Unidas para Populações, destinada ao apoio imediato a mulheres e jovens com distribuição de material de saúde e higiene básica, E também o Brasil anunciou a doação de US$ 600 mil para a União Africana, por meio do Acnur. Essa documentação e o documento integral dessa leitura que fiz há pouco estão à disposição dos Srs. e Srªs Senadoras que tiverem interesse na secretaria da nossa Comissão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, em relação à questão da importação de bananas, como foi dito na reunião passada, que o Governo brasileiro não havia assumido qualquer compromisso em relação à importação, nós pedimos, por solicitação de V. Exª, informações ao Itamaraty e, agora, passo a ler alguns trechos em ratifico aquilo que foi colocado na última reunião.

O Equador não exporta banana para o Brasil e o último registro dessa operação foi no ano 2000; as dificuldades desse comércio derivam de questões tarifárias e questões fitossanitárias.

O Ministro Antônio Patriota realizou visita ao Equador em 25 de julho. Na ocasião, as autoridades equatorianas manifestaram interesse em acelerar a análise de riscos de pragas sobre a banana. O Chanceler brasileiro indicou que o tema recai na alçada do Ministério da Agricultura, que está examinando a situação equatoriana.

Em contatos com a imprensa, após o encontro, o Chanceler do Equador, Ricardo Patiño, anunciou que o Ministério da Agricultura do Brasil teria concluído

a sua análise de riscos de praga relativos à banana equatoriana. A informação divulgada pelo Chanceler do Equador à imprensa não procede.

Em 19 de agosto, em consulta informal, o Ministério da Agricultura informou ao Itamaraty não haver previsão de conclusão da análise de riscos de praga da banana equatoriana. Aguarda-se posição formal do Ministério da Agricultura a respeito.

Portanto, não há qualquer base na afirmação feita pelo chanceler equatoriano quanto à importação, pelo Brasil, desse produto do nosso país vizinho.

Nós tivemos várias audiências públicas nessa última semana da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que foi realizada no dia 23 de agosto, tendo sido presidida por S. Exª o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti; um III Painel para tratar do desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira. Estiveram presentes os Ministros João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores, e o Dr. Paulo de Tarso, Coordenador Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que tiverem interesse em terem a íntegra do relatório do que foi tratado nesta audiência pública, este documento encontra-se à disposição de V. Exªs na Secretaria desta Comissão.

Iniciando a pauta do dia de hoje vamos ao item 1

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Observações: *Dia 18/08/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 96, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora VITORIA ALICE CLEAVER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observações: *Dia 18/08/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

O Senador Randolfe Rodrigues, ontem, me telefonou pedindo desculpas por não comparecer hoje, porque foi chamado para uma importante reunião sobre questão ambiental que está sendo realizada hoje no Estado do Acre.

Convido para que tomem assento à Mesa a Srª Embaixadora Vitoria Alice Cleaver, e o Sr. Embaixador Bruno Luiz dos Santos.

Sejam ambos muito bem-vindos à nossa Comissão.

Passo a palavra à Srª Vitoria Alice Cleaver, indicada para a República Socialista do Vietnã. V. Exª dispõe de 15 minutos para sua exposição.

A SRª VITORIA ALICE CLEAVER – Muito obrigada, Presidente. Bom dia, Srs. Senadores, bom dia a todos.

Neste momento, estou lotada no Consulado-Geral do Brasil, em Zurique, onde cuido de uma imensa comunidade brasileira e, agora, tenho o meu nome indicado para a República Socialista do Vietnã.

Sobre o Vietnã os senhores têm aí um mapa. Realmente é um país pequeno no Sudeste Asiático, mas extremamente e densamente povoado. Os dados do ano passado indicam 90,5 milhões de habitantes e ocupa uma área que eu diria ser um pouco menor que o Estado do Maranhão. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Vietnã em 1989. De modo que é uma relação digamos ainda jovem. Em 2009, comemoramos os 20 anos do estabelecimento dessas relações.

Pelo mapa, os senhores podem ver que o Vietnã tem fronteiras terrestres com a China, país que, longo de sua história, dominou o Vietnã durante um milênio. A cidadela de Da Nang, antigo nome de Hanói festejou no ano passado mil anos de sua fundação. Faz fronteiras terrestres com o Laos e o Camboja e formou, com esses dois países, a antiga Indochina que esteve sob o domínio colonial francês até 1954, quando foram assinados os acordos de Genebra, e uma fronteira marítima com a China Meridional, perdão, com o mar da China Meridional, onde ainda persiste um *diferendum* sério por superposição de soberanias. Essa área é reivindicada pela China, de uma maneira maximalista, mas também reivindicam direitos nessa área Filipinas, Cingapura, Indonésia, Malásia e o próprio Vietnã. Mas, digamos, é um contencioso que, do ponto de vista multilateral, no âmbito da Asean, está

mais ou menos sob controle, à medida que se criou um código de conduta para essa área e se busca fomentar medidas de confiança e cooperação.

Eu tenho quinze minutos, de modo que vou, rapidamente, traçar algumas características do país.

O Vietnã atual é certamente um país bastante estável, que está crescendo a taxas bem altas. Caracteriza-se por ser um país que tem um partido único, o Partido Comunista do Vietnã, que foi fundado, inclusive, em 1930, com o nome de Partido Comunista da Indochina. Segundo o preceito constitucional de 1992, seria considerado a força que lidera o Estado e a sociedade. Desde 86, o Vietnã adotou uma política econômica de abertura, nos moldes chinês, tendo como pilares a intensificação dos fluxos de comércio e a recepção de investimentos. Mas também é muito importante a questão da ajuda externa que o Vietnã recebe desde 93, quando foi realizada a primeira conferência de doadores.

A questão do turismo é que lhe dá uma grande receita. Recebe cerca de 4,5 milhões de turistas por ano, de modo que essa fórmula econômica de crescimento e a estabilidade política propiciaram elevadas taxas de crescimento. O Vietnã cresceu uma média de 7% ao ano até 2008 e, com a crise internacional, essa taxa de crescimento diminuiu para 5,3%, mas a retomada do crescimento se deu novamente. O ano passado foram registrados 6,7%. Para este ano, espera-se uma taxa similar.

Esse crescimento econômico permitiu que o Vietnã adotasse políticas bastante consistentes de inclusão social. De modo que é um país hoje, juntamente com o Laos e o Camboja, em que as Nações Unidas esperam que os objetivos do milênio sejam alcançados até 2015. O Vietnã conseguiu reduzir drasticamente a pobreza, reduzir as disparidades de gênero e também universalizou a educação básica. O Vietnã pretende, até 2020, ser um país de economia média, industrializada e, para isso, está desenvolvendo um programa voltado para a infraestrutura e indústria de base, indústrias com alto valor agregado.

É, portanto, um país emergente, com a renda *per capita* de US$1,2 mil neste momento e, evidentemente, tem grandes desafios para o futuro, na medida em que, com esse nível de renda e até a projetada renda que pretende alcançar nos próximos cinco anos, de US$2 mil, vai fazer com que caia nos mecanismos de graduação, no que diz respeito à concessão de ajuda oficial para o desenvolvimento.

Em 2008, para enfrentar a crise, adotou medidas expansionistas muito fortes, o que desencadeou um processo inflacionário que é hoje o grande desafio combatê-lo, porque a inflação alcançou os dois dígitos. Certamente há uma pressão muito grande da população no campo – 60% da população ainda é rural –, de modo que essa população, com as metas de industrialização do Vietnã, vai ser transferida, em grande parte, para a área urbana; vai haver também uma transferência da agricultura para a área industrial.

Com essa estabilidade, o Vietnã se tornou um país extremamente atrativo para os investidores. A relação bilateral com o Brasil, conforme eu mencionei, é uma relação nova. A área de maior destaque, certamente, é o crescimento do comércio. Para os senhores terem uma ideia, em 2003, esse comércio era apenas de US$47,1 bilhões. No ano passado, houve um comércio registrado, nos dois sentidos, de 936,5 milhões, quer dizer, quase alcançando a meta de 1 bilhão que o ex-Presidente Lula havia estabelecido como um mínimo a ser alcançado até 2010, na visita oficial que ele fez ao Vietnã no ano de 2008. É uma pauta ainda, do ponto de vista do Brasil, muito concentrada em *commodities*, de modo que há um desejo não só de densificar esse comércio, mas também de diversificá-lo.

Fora a área de comércio, o Vietnã e o Brasil se aproximaram muito porque há mecanismos diplomáticos estabelecidos importantes por memorandos de entendimento, como é o caso da reunião de consultas sobre assuntos de interesse comum – esse memorando data de 95 e, em 2008, foi assinada também uma comissão mista. Então, são mecanismos que permitem que as altas autoridades se encontrem alternativamente, aqui em Brasília e em Hanói, e isso permite ir fazendo um monitoramente da relação bilateral. Além disso, o Vietnã tem mantido uma agenda muito intensa de visitas de alto nível ao Brasil. Eu até diria que há um déficit de visitas brasileiras ao Vietnã. Mas, de qualquer modo, o ex-Presidente Lula foi, naquela época, acompanhado da Presidenta eleita, Dilma Roussef; e o Ministro Amorim, como ministro das relações exteriores esteve lá nesse mesmo ano. Com esses mecanismos de comissão mista, na verdade, hoje nós temos a possibilidade de identificar com constância áreas novas de trabalho. Há uma malha imensa de acordos bilaterais, que certamente terão ainda que ser implementados. Alguns devem ser assinados, outros terão que ser ratificados.

O acordo de cooperação técnica tem um problema, por sorte não do nosso lado, do lado do Vietnã, quanto ao art. 8º, porque, para desenvolver cooperação técnica, seria importante obter a isenção de impostos para qualquer tipo de equipamento que seja doado no âmbito dos acordos de cooperação. Então, há ainda uma negociação que se estende desde 2005, com o ministério das finanças do Vietnã. E, certamente, da assinatura desse acordo e sua posterior ratificação, depende a implementação de muitos outros memorandos

de entendimento e protocolos de intenção, como é o caso do protocolo de intenção sobre a produção e uso do etanol combustível. Esse foi – na área de energia, as alternativas – o primeiro que o Brasil assinou com a Ásia. De modo que seria importante que se pudesse resolver essa questão do acordo básico de cooperação técnica, para poder implementar esse acordo particularmente, esse memorando de entendimento. Mas existe um acordo cultural ainda não implementado, um acordo na área de turismo, um memorando de entendimento sobre o combate à fome e à pobreza.

Na última reunião da comissão mista, foram identificadas muitas áreas novas, sobretudo área de turismo e área de defesa. De modo que, se os senhores vierem a me aprovar, eu pretenderia, no meu programa de trabalho, explorar a avenida de intensificação do comércio, que eu acho que certamente é o vetor que apresenta mais potencial. Para isso, certamente, há necessidade de trabalhar junto ao empresariado brasileiro.

Do que pude ler, nesses 20 anos de cooperação, realmente só duas grandes missões empresariais visitaram o Vietnã, de modo que eu acho que o comércio não cresceu tanto quanto se gostaria, porque existe um desconhecimento mútuo e seria necessário aproximar as áreas empresariais dos dois países, seja através de missões, seja através de participação em feiras comerciais, e isso não só diretamente com o Vietnã, quer dizer, se se puder criar eventualmente um foro empresarial para a Asean como um todo, que, do ponto de vista de política externa do Vietnã, é a organização certamente mais importante, que tem permitido ao Vietnã participar de foros internacionais de relevância. Em 2010, por exemplo, como presidente da Asean, eles puderam participar das reuniões do G20 financeiro, por exemplo. Acho que há avenidas a explorar nessa área. Há um trabalho grande no sentido de fazer com que toda essa malha de acordos que citei possa efetivamente vir a ser implementada, e, assim sendo, as avenidas de cooperação podem se estender para praticamente todas as áreas do conhecimento.

Eles manifestaram interesse, no último encontro, em desenvolver uma relação mais intensa na área de defesa. Como os senhores sabem, o Brasil tem três adidos militares na China. Eles são cumulativos com o Vietnã, de modo que se pode pensar inclusive, por exemplo, que as fragatas que visitam a China estendam suas visitas à China para o Vietnã, em programas de treinamento e trabalho conjunto. É uma área que hoje, inclusive, é até fácil para eu pessoalmente cuidar, na medida em que o Ministro da Defesa é ex-Ministro das Relações Exteriores, eu o conheço bastante, e podemos trabalhar no sentido de tentar dinamizar esse setor. Além disso, na área da cooperação internacional, o Vietnã já trabalha com certos países. Por exemplo, trabalha com Moçambique e com Angola. Quer dizer, a Agência Brasileira de Cooperação poderá explorar várias oportunidades de trabalho trilateral em conjunto para terceiros países.

Além disso, eu acho que a taxa de crescimento tão grande que tem o Vietnã certamente abre numerosas avenidas. E eles têm visto o Brasil como um modelo para solução de muitos dos seus problemas. Por exemplo, eles entraram na Organização Mundial do Comércio em 2007 e estão pedindo, no momento, apoio à diplomacia brasileira para treinamento de seus quadros. A diplomacia econômica é uma área que o Brasil pretende apoiar, como também está sendo estudada a possibilidade de um intercâmbio maior entre a Academia Diplomática do Brasil e está se pensando, para o Vietnã, em alguns cursos específicos de interesse do país.

Então, eu ficaria aqui e estaria à disposição dos senhores para perguntas, de modo a não ultrapassar os meus 15 minutos, para cujo término só faltam 37 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado à Embaixadora Vitoria Alice Cleaver, indicada como nossa representante na República Socialista do Vietnã, pela sua exposição.

Passo a palavra agora ao Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, indicado para a República Gabonesa.

V. Exª dispõe dos 15 minutos.

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia a todos os Senadores.

Atualmente exerço as funções de ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil em Paris e acompanho temas econômicos, sobretudo temas ligados à atual crise da dívida soberana dos países da zona do euro, das relações entre a França e a Alemanha e também temas macroeconômicos da economia francesa. Então, hoje é essa a minha função.

Primeiro, vou fazer uma exposição apresentando um quadro geral das relações entre o Brasil e a África, para depois entrar um pouco nas relações bilaterais com a República Gabonesa.

Para nós compreendermos a importância dos interesses brasileiros na África, seria importante, em primeiro lugar, traçar um panorama sobre a evolução do continente africano nos últimos anos. Se antes era tida por um continente perdido e sem futuro, a evolução recente da África desmente essa percepção, e essa evolução dela tem sido extremamente positiva.

A revista inglesa *The Economist*, numa edição publicada no ano passado, admitiu ter errado nos seus

prognósticos em relação à África. Mais ou menos no ano 2000, em um número especial sobre aquele continente, ela afirmava que aquele era um continente sem esperança. Dez anos depois a revista inglesa constatou que a África havia crescido, nessa década dos anos 2000, de forma acelerada, um crescimento médio de 4,6% ao ano, maior que a média do resto do mundo nesse período, que foi de 3,8 ao ano.

Um recente estudo do Fundo Monetário Internacional aponta que o crescimento da África nos próximos dez anos será superior ao crescimento dos países asiáticos. Então, há uma noção de uma África renascida, de um renascimento africano. E esse crescimento acelerado deveu-se a fatores como maior estabilidade política, fim das guerras civis que assolaram diversos países durante as décadas de 80 e 90, e a abertura do continente para investimento externos, com a formação também de um crescente mercado consumidor superior a um bilhão de pessoas.

Então, essa visão pessimista em relação à África deve ser ultrapassada. Nós temos que abandonar esse afropessimismo, pois existe, como já apontei, uma nova África emergente; emergente, também, em termos de percepção de investimentos estrangeiros diversos, cujo fluxo alcançou quase 40 bilhões de dólares em 2008, contra apenas 4 bilhões de dólares na década de 90.

E é essa nova África emergente que tem atirado a atenção de países como a China, Índia, Estados Unidos etc., que procuram cada vez mais intensificar investimentos e, obviamente, o Brasil não pode ficar alheio a esse processo, tem que estar cada vez mais presente na África.

Então, ao contrário desses pessimistas de muitos analistas, com essa visão afropessimista, a atual política externa brasileira considera o continente africano como uma oportunidade, como uma necessidade. Fica claro ao Itamaraty e à Presidência da República etc., que a África tem claras sinergias positivas com o Brasil; eu diria que a África multiplica o poder do Brasil no mundo, ela reafirma o status do Brasil como uma potência média emergente. Esse é o conceito que eu gostaria de passar aos senhores.

A produção acadêmica sobre as nossas relações com a África é extremamente grande e criativa. Eu gostaria de passar aos senhores um conceito que é expresso num de uma professora que se chama Cristina Soreanu Pecequilo, que desenvolveu a teoria dos eixos combinados e complementares. Segundo ela, existe na nossa política externa um eixo horizontal, que é das relações sul/sul e esse eixo sul/sul dinamisa e potencializa o nosso eixo vertical da cooperação norte/sul. Então, segundo ela, haveria uma combinação desses eixos vertical e horizontal e esse eixo sul/sul reforça, nos dá um poder adicional no tratamento com os países mais desenvolvidos.

Outro ponto que gostaria de enfatizar é que o desenvolvimento desse eixo horizontal, do qual faz parte a nossa cooperação com a África, torna o Brasil menos vulnerável aos problemas internacionais.

Entre 2003/2007, por exemplo, o montante da participação dos países em desenvolvimento nas nossas exportações passou de 45 a 55%, o que nos dá um colchão adicional para enfrentar a atual crise internacional, cujo epicentro se encontra, sobretudo, nos países centrais.

Eu gostaria aqui de citar uma frase do ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim que nos dá uma visão do que representa a África em termos de exportações para o Brasil hoje. O fluxo de comércio entre o Brasil e a África, mais que quintuplicou desde 2003 quando o Presidente Lula tomou posse. Ele saltou de US$5bilhões para quase US$26bilhões em 2008. Se examinarmos o Continente Africano tomado em conjunto a África seria o quarto principal parceiro comercial do Brasil. Então esse é o quadro geral.

Em relação ao Gabão, ele é um pequeno pais em termos territoriais, em termos africanos, ele tem uma superfície parecida com o Estado de Tocantins. Mas é um país extremamente rico em petróleo, minérios, a maior reserva de manganês está no Gabão, minério de ferro, etc. Um dado que nos mostra a dimensão do potencial do país: o Gabão tem o terceiro maior PIB *per capita* da África, de quase US$15mil.

As exportações brasileiras para o Gabão são ainda muito pequenas. No ano passado, elas chegaram a apenas US$30milhões. E os principais produtos exportados foram: carne, quase 60% e alguns produtos manufaturados. Essas exportações representam apenas 1,2% do total importado pelo Gabão, que é de quase US$2,23bilhões em 2010. Os principais países exportadores para o Gabão foram: França com quase 30%, os Estados Unidos com 10% e China com 9,5%.

Tendo em vista que as nossas exportações representam apenas 1,2% do total importado pelo Gabão, isso dá uma dimensão de que a possibilidade de exportações dos produtos brasileiros é imensa. Existe uma margem muito grande para o incremento das nossas exportações. Na minha opinião, o principal potencial para o adensamento das relações econômicas está nos investimentos diretos de empresas brasileiras.

Recentemente, a Petrobras adquiriu dois blocos exploratórios na costa Gabonesa e, segundo estudiosos, apresenta uma geologia muito parecida com a do pré-sal. Então o Gabão tem uma enorme necessidade de contar com essa tecnologia da Petrobras para aumentar a sua produção de petróleo.

Outra empresa brasileira que tentou entrar no Gabão em 2007 foi a Vale do Rio Doce. Ela participou de uma concorrência para exploração de uma mina de ferro no interior do Gabão, mas esse processo licitatório foi vencido pelos chineses, mas a Vale tem dado sinais de que pretende retomar as negociações, porque existem outras reservas também altamente interessantes.

Para terminar a minha rápida exposição ressalto que existe esse otimismo em relação ao futuro da África e, também, com as nossas relações com o Gabão. Mas caso o meu nome seja aprovado pelos senhores, saliento que a nossa política tem que levar em conta esse otimismo, porém, ao mesmo tempo, temos que ser realista e procurar negócios concretos; aumentar o nosso volume de exportações e de investimentos diretos de empresas brasileiras no Gabão. Temos que superar uma visão romântica em relação à África, enfim, totalmente desinteressada. Temos sim que ser solidários em relação à África, mas, ao mesmo tempo, interessados em buscar aumentar negócios, aumentar nossas exportações e respaldar as empresas brasileiras que estão procurando entrar no mercado gabonês. Então é este um pouco o meu desafio no Gabão: lutar pelo aumento das exportações e, ao mesmo tempo, pelos investimentos produtivos.

Eu diria que o Gabão tem uma política externa extremamente conservadora. Ele é extremamente ligado à França, em termos de política externa; ele faz parte desse universo que os teóricos chamam de *France à fric*. Então o desafio brasileiro do Gabão é fazer com que o Gabão olhe mais para o lado de cá do Atlântico e que nós quebremos um pouco esse predomínio francês nos assuntos gaboneses.

É esse o quadro geral. Fico aberto às perguntas, para eventualmente aprofundar algum aspecto que os senhores tenham interesse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, indicado para a República Gabonesa.

Na relação dos inscritos, Senador Cristovam Buarque. Por favor, tem V. Exª a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srª Embaixadora, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero manifestar a minha confiança no que vai e como vai representar o Brasil no Vietnã, a Embaixadora Cleaver. Eu pude testar o trabalho dela como minha assistente, assessora, encarregada das relações internacionais durante o tempo em que eu fui Ministro da Educação. Graças a ela, eu pude ver como é possível utilizarmos a assistência de um profissional da diplomacia para ajudar o Brasil, naquele caso, na educação. A Embaixadora me representou, representou o Ministério em todas as conversas, negociações de pessoas que recebi aqui e também em momentos importantes no exterior. É impossível fazer educação sem uma grande cooperação. Não é só economia que exige cooperação. Eu pude testar o trabalho e a competência dela. Não tenho dúvida de que, no Vietnã, ela vai nos representar muito bem.

Quanto ao Embaixador Bruno Luiz, eu quero dizer que o senhor vai estar em um lugar fundamental para o Brasil. As pessoas acham que fundamental para o Brasil é Londres, Nova York, e não Libreville. Mas fundamental para o Brasil são esses países em que podemos afirmar a nossa presença. Nos outros nós apenas podemos utilizar, e não afirmar.

A África é, de fato, um continente que tende, como o senhor disse, a cada vez mais ter uma presença. Nos últimos vinte anos, sobretudo dez, tem sido um continente que tem mudado, e mudado radicalmente. Uma das provas é o que está acontecendo na parte norte, na parte da África não negra, na parte da África árabe. Mas isso está acontecendo nos demais países, e a presença do Brasil é fundamental. Entre nós e a África tem um riozinho chamado Atlântico. A tendência é que esse riozinho fique cada vez com mais pontes, à medida em que, de um lado e do outro do Atlântico sul, nós vamos construindo uma cooperação que tem que tender a ser forte.

Além disso, como o senhor mesmo falou, no Gabão podemos ter, sim, a descoberta de grandes poços de petróleo, o que vai trazer uma riqueza muito grande e um risco ainda maior, porque o que se percebe é que em países sem um passado e uma formação muito clara, democrática, muito petróleo significa muito dólar e significa muita corrupção. O senhor vai estar no país como observador, como cooperador e representando o Brasil em um país com o qual podemos ter uma relação afirmativa, o que não quer dizer de dominação nem de supremacia, mas de afirmação no sentido de poder dizer: "Nós temos experiência que podemos passar a vocês; vocês têm recursos e podem nos auxiliar, e nós temos que construir uma comunidade que não apenas se limite a olhar para cima, o norte, mas olhar para o lado também."

Desejo-lhe muita sorte. Creio que é uma posição importante para o Brasil. E parabenizo o Governo brasileiro por, mais uma vez, nesses últimos anos, ter se mantido fiel ao envio para os países de embaixadores que são de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Para as considerações feitas por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, passo a palavra à Embaixadora Vitoria Alice Cleaver.

A SRª VITORIA ALICE CLEAVER– Muito obrigada, ministro. É um prazer reencontrá-lo aqui.

Eu acho que a área da educação, certamente, foi uma das melhores experiências que eu tive no trabalho e espero levar essa experiência também para a África.

No caso do Vietnã, ele conseguiu, nesses últimos 25 anos, efetivamente, investir muito na área de educação, praticamente universalizou a educação básica, de modo que tudo aquilo que eu puder fazer no Vietnã que venha a acrescentar nessa área, com o apoio da assessoria internacional do Ministério de Educação, eu vou fazer. E claro, o Vietnã é um parceiro que tem imenso interesse no Brasil. A sua própria constituição assegura o estabelecimento de relações diplomáticas praticamente com todos os países do mundo. Quer dizer, em Hanói, existem 63 países representados, 58 são cumulativos, de modo que a área é imensa, não só para coleta de informações mas de trabalho em conjunto e parceiras para o desenvolvimento do país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, embaixadora.

Passo a palavra ao embaixador...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de solicitar a V. Exª que desse início, de acordo com a aprovação do Plenário, ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Consulto o Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição feita pelo Senador Luiz Henrique, baseado no § 4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem colocar o seu voto na urna, podem vir à mesa para receberem a cédula correspondente.

Com a palavra o Embaixador Bruno Luiz.

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Muito obrigado ao Senador Cristovam Buarque por suas considerações. S. Exª tem absoluta razão, quer dizer, o Brasil aumenta o seu poder de manobra no mundo, o seu poder de barganha com essa estratégia de diversificação de parceiros, do qual a África é fundamental. O Brasil tem, cada vez mais, uma política externa de alto perfil, solidária com a África e uma política externa afirmativa.

O Brasil não é um país pequeno; é um país grande e tem que ter uma política externa de país grande. E a África reforça, multiplica o poder do Brasil no mundo. Então, é essa a mensagem com que concordo 100% com o Senador Cristovam Buarque. E é esta a minha intenção no Gabão: multiplicar o poder do Brasil, reforçando as relações bilaterais com a República Gabonesa.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, indicado para a República Gabonesa.

Algum outro Senador gostaria de questionar a embaixadora?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não é para questionar, mas para pegar uma carona.

O Presidente Collor – eu aproveito para divulgar – tem, toda segunda-feira, promovido aqui nesta sala, entre as seis e as nove horas, reuniões que eu diria memoráveis de reflexão sobre a política externa brasileira.

Eu digo de reflexão porque nós quase não nos sentamos aqui como Senadores, mas quase que como candidatos a estadistas, querendo entender o que a nossa... E não sei se temos prevista uma reunião sobre Brasil e África nos próximos cem anos, e eu gostaria de sugerir, porque tenho lido sobre a China, e uma das coisas que mais está me fascinando em diversos livros, um deles sobre o pensamento antigo chinês na política externa atual, é como a China olha no longo prazo, e como nós brasileiros costumamos olhar apenas no curto prazo. Nós estamos precisando colocar binóculos na maneira como a gente olha o Brasil no cenário mundial.

Não há dúvida de que, daqui para a frente, a relação Brasil e África, sobretudo a África do leste, vai crescer. Mas crescer por onde, como e o que fazer?

Fica aqui a sugestão, Presidente Collor, que poderia lhe dar, conversando depois, como temos conversado muito; mas prefiro dá-la aqui, de público, aproveitando que estamos enviando um embaixador para um país sobre o qual a imensa maioria dos brasileiros nunca ouviu falar e que se pergunta: "Para que um embaixador no Gabão?"

Eu acho que, sim, é fundamental, tendo em vista o futuro, o longo prazo. Daqui a cem anos, daqui a duzentos anos, o seu trabalho vai ter deixado uma marca nessa tendência natural da afirmação do Brasil no cenário mundial.

Então, fica aqui minha sugestão. A gente já fez diversos debates sobre a China, sobre a Europa, sobre

diversos países; vamos fazer um sobre os próximos cem anos Brasil e África.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A sugestão de V. Exª será atendida, Senador Cristovam Buarque, e é extremamente oportuna.

E eu solicito à comissão e à assessoria que inclua, dentro desse ciclo econômico que estamos tratando neste semestre, o item África, porque tem que ver também com as relações econômicas. E o Gabão é um dos países que percorri naquela, para mim, famosa viagem a que me referi, Senador Cristovam. É um país realmente muito interessante e que merecer ser estudado mais a fundo por todos nós que entendemos que o continente africano é um continente de fundamental importância para o Brasil, não só pelas nossas raízes, pela proximidade, por esse rio, a que se referiu o Senador Cristovam, que nos separa, o Atlântico, mas também em termos de futuro, nessa nova conformação geopolítica mundial.

A solicitação de V. Exª é muito bem-vinda e já está devidamente aceita e acatada.

Obrigado, Senador Cristovam.

Gostaria de saber do embaixador se desejaria fazer alguma consideração sobre o que disse o Senador Cristovam. (*Pausa*.)

Muito bem.

Continua aberto o processo de votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que ainda não votaram eu pediria que viessem à mesa para...

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A partir de agora, declaro secreta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Peço aos presentes que não façam parte da Comissão que, por gentileza, se ausentem do recinto.

(A reunião torna-se secreta às 11 horas e 09 minutos e torna-se pública às 11 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está reaberta a reunião.

Reaberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em que foram apreciados os nomes do Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, indicado para a República Gabonesa, e da Srª Embaixadora Vitoria Alice Cleaver para a República Socialista do Vietnã.

Ambos foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em nome de todos os integrantes desta Comissão, desejo ao Embaixador Bruno e à Embaixadora Alice uma profícua e exitosa missão nos postos que irão agora assumir.

Muito obrigado pela presença de V. Exªs.

Continuando a pauta de hoje.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes
Relatoria: Senador Fernando Collor
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as emendas nºs 1 a 4 – CCT.

Convido S. Exª, o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para assumir a presidência desta reunião, já que sou o relator desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – De imediato, nesta presidência provisória, passo a palavra ao Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, que, na condição de Relator do Projeto de Lei, apresentará o respectivo relatório, conforme já distribuído às Srªs e aos Srs. Senadores. Relatório que conclui por um substitutivo.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Exato. Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, Presidente desta reunião.

É o parecer, conforme já anunciado, Sr. Presidente, como substitutivo, cujo relatório passo a ler.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, de 2010, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, visa a regular o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, bem como a alterar a Lei nº 8.112, de 1990, revogar a Lei nº 11.111, de 2005, e revogar dispositivos da Lei nº 8.159, de 1991.

Trata-se de substitutivo, aprovado pela Câmara dos Deputados, apresentado ao Projeto de Lei nº 219, de 2003, do Deputado Reginaldo Lopes, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, remetido ao Congresso pelo Executivo Federal.

Embora o projeto, de iniciativa parlamentar, tivesse precedência regimental, o substitutivo, em grande parte, incorporou as contribuições da proposição oriunda do Poder Executivo.

O objetivo da proposição é o de estabelecer os procedimentos a serem observados pela União, Esta-

dos, Distrito Federal e Municípios, de modo a garantir o acesso de qualquer cidadão ou entidade as informações de documentos públicos dos diversos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta.

Depois de aprovado na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada por três Comissões Permanentes do Senado – ela já foi apreciada aqui no Senado –, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Legislação Participativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria foi enviada, posteriormente, ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, onde não recebeu emendas.

Nas três Comissões Permanentes do Senado, por onde já tramitou, o projeto recebeu emendas apenas na CCT, todas de redação.

A Emenda nº 01, da CCT, dá nova redação ao inciso III, do art. 27, dispondo:

No grau de reservado das autoridades referidas nos incisos I e II, e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia – nível DAS 101.5 –, ou superior, do grupo direção e assessoramento superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observando o disposto nesta Lei.

Já a Emenda nº 02, também da CCT, altera o §1º do art. 35 do Projeto, propondo o seguinte texto: "A Comissão mista de reavaliação de informações, instituída pela presente Lei, decidirá, no âmbito da Administração Pública Federal, sobre o tratamento e classificação de informações sigilosas, e terá competência para..."

É a nova redação que se coloca e, a partir daí, continua como está no texto original.

A Emenda nº 03, também da Comissão de Ciência e Tecnologia, dá nova redação ao inciso III, do art. 35 do projeto, e acrescenta um novo § 2º ao dispositivo: "Renumerando-se os subsequentes para prorrogar o prazo de sigilo de informação, classificada como ultrasecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional, ou à integridade do território nacional, ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no §1º, do art. 24, e dispor que o prazo referido no inciso III, fica limitado a uma única renovação".

Por Último, a Emenda nº 04, também da CCT, altera o § 4º, do art. 35, que passa a vigorar com a seguinte redação: "O regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o mandato de dois anos para os seus integrantes e demais disposições desta Lei".

Apenas insere o mandato de dois anos, previsto no art. 39, neste art. 35.

Aprovado o requerimento para tramitação em regime de urgência, o projeto foi remetido diretamente ao plenário, sendo necessário ainda a apresentação do parecer da Comissão e Ralações Exteriores e Defesa Nacional, o que está sendo realizado nesta oportunidade.

Análise.

A fim de facilitar a exposição, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e a compreensão do parecer, antecipamos que, na conclusão, apresentaremos substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010.

Por isso, ainda como informação preliminar, esclarecemos que as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, resultarão prejudicadas, nos termos regimentais.

Não obstante, as ideias ali dispostas foram incorporadas ao texto alternativo.

O substitutivo por nós proposto tem como objetivo, aprimorar diversos aspectos do projeto em apreço, sempre com a preocupação de salvaguardar informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado brasileiros, sem prejudicar direitos e garantias fundamentais. Buscamos, ainda, no Substitutivo, aproximar-nos do texto do Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, de autoria do Poder Executivo, pois entendemos que ele encontra-se mais de acordo com a doutrina e com as tendências mais modernas dos regulamentos de sigilo de informações.

Naturalmente, em muitos aspectos, as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados foram incorporadas em nosso substitutivo; por exemplo, aquelas relativas à proteção aos direitos humanos e os ajustes na construção lógica dos artigos. As observações que se seguem dizem respeito a alterações gerais e pontuais realizadas no PLC nº 41, de 2010.

Em que pese o inquestionável mérito da iniciativa de lei, dentro do mais alto espírito de transparência pública típica das principais democracias do mundo, consideramos relevante, prudente e mais do que necessária a adaptação de seu conteúdo, de modo a preservar, acima de tudo, a segurança da sociedade e do Estado brasileiro, instituição esta de natureza permanente e sempre acima da transitoriedade e dos interesses específicos de qualquer governo. Trata-se, assim, de interesses nacionais que não cessam ao longo do tempo. É questão de Estado que não pode ser deliberada pelo Parlamento brasileiro sem uma análise acurada, mais bem discriminada e com espírito de responsabilidade pública, sob pena de cometermos

um equívoco histórico e irreversível para a segurança da sociedade e a imagem do País.

Em qualquer norma legal, impõe-se a distinção entre questões de Estado, que caracterizam as relações internacionais, e temas vinculados aos direitos e garantias fundamentais. Mesmo nos Estados Unidos da América, onde foi aprovada lei equivalente – *Information Act* –, ainda existem restrições de toda a ordem que impedem ou dificultam o acesso a informações sigilosas que possam afetar interesses vitais daquele país. Diversas nações da América Latina aprovaram também leis de acesso, como a Colômbia, o Chile, o Peru, o Uruguai e o Equador. Já Argentina e Bolívia possuem regulamentos de acesso, mas não leis específicas. Em nenhum dos casos há abertura total de acesso a informações.

A título de exemplo, cabe lembrar que a desclassificação automática e a impossibilidade de renovação dos prazos para se manter informação sigilosa podem colocar em risco a salvaguarda de:

(1) conhecimentos tecnológicos sensíveis obtidos por conta de pesquisas desenvolvidas no próprio país que ainda possuem considerável valor comercial e estratégico, como, por exemplo, na área espacial e nuclear;

(2) planos estratégicos e negociações diplomáticas que, mesmo se divulgados após vários anos, possam afetar relações internacionais do País;

(3) vulnerabilidades estratégicas do País; e

(4) demais segredos de Estado que, por sua relevância, não podem ser divulgados.

Acrescente-se a isso o fato de o Brasil ainda carecer de legislação mais profunda, controle mais efetivo e definição mais clara de atribuições relacionadas às atividades de inteligência, hoje exercidas desarticuladamente por diversos órgãos federais e estaduais, sem uma autêntica e bem definida política nacional. O produto dessas atividades – em conjunto com o conhecimento tecnológico, de defesa e o produzido pela diplomacia – constitui a fonte principal das informações e dos documentos sigilosos do Estado.

Como primeiras alterações, propomos, no inciso II do art. 3º, a supressão do termo "independentemente de solicitações". Ora, o princípio da publicidade já estabelece a necessidade de publicação dos atos administrativos.

No que concerne às informações de interesse público, a própria Constituição já prevê, em seu art. 5º, inciso XXXIII, *que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade*.

Claro que essas informações têm que ser solicitadas, sob pena de se fazer com que a Administração venha a despender grandes recursos materiais, pessoais e temporais na divulgação de todas as informações que possam ser consideradas de interesse público, prejudicando sua eficiência e eficácia e sobrecarregando a atividade administrativa. Sob essa mesma perspectiva, alteramos o *caput* do art. 8º do Projeto (renumerado como art. 7º na nova redação que propomos), inserindo um texto mais claro e objetivo, suprimindo também o § 4º.

No art. 7º do Projeto (art. 6º do Substitutivo), suprimimos os parágrafos 4º, 5º e 6º, pois entendemos que seu conteúdo deve ser objeto de norma infralegal e específica de cada órgão que lide com o assunto. Esse parece ser o entendimento do Poder Executivo, uma vez que não havia previsão dos referidos parágrafos no texto do PL nº 5.228, de 2009.

Preocupou-nos, no projeto como nos foi apresentado, o excesso em se tornar públicas informações cuja natureza seja eminentemente sigilosa em qualquer nação do globo. Destacamos aqui aquelas oriundas de comunicação entre a chancelaria e as missões diplomáticas, as produzidas no âmbito da Defesa e das Forças Armadas (como os planos militares e a doutrina de emprego das Forças), os dados sensíveis na área de pesquisa tecnológica de ponta [(...) e chamo muita atenção para isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: dados sensíveis na área de pesquisa tecnológica de ponta (...)] e o conhecimento produzido pelos serviços secretos. A divulgação de informações com esse teor constituiria verdadeira oficialização do *Wikileaks*, que tantos desconfortos gerou entre as maiores democracias do planeta.

Assim, buscamos aperfeiçoar o art. 8º, § 2º, do Projeto (renumerado como art. 7º na nova redação que propomos) e o art. 10, § 2º (renumerado como art. 9º), retirando a obrigatoriedade de divulgação de informações na rede mundial de computadores (*internet*), transformado-a em possibilidade. [Ou seja, ao invés de obrigatoriedade, a possibilidade.] Trata-se, repetimos, de medida de cautela em função da natureza e do conteúdo de determinados documentos públicos, que não devem ser expostos aleatória e indiscriminadamente, ou mesmo além das fronteiras nacionais. Uma disposição legal determinando expressamente a divulgação dos documentos na rede mundial de computadores comprometeria a discricionariedade do agente público ao lidar com informações que considere sigilosas. Vale lembrar que ao agente público só lhe é permitido fazer [isso, me permitiria sublinhar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: (...)Vale lembrar que ao agente público só lhe é permitido fazer o que estiver expressamente

previsto em lei, dentro do princípio administrativo da vinculação. (...)] o que estiver expressamente previsto em lei, dentro do princípio administrativo da vinculação. No Direito Privado ocorre o inverso, em que se pode tudo que não contrarie a lei. Nessa linha de argumentação, acompanhamos o texto do PL nº 5.228, de 2009, e suprimimos os incisos II, III e IV do § 3º do art. 8º do PLC nº 41, de 2010, renumerando os demais.

Ainda no que concerne a aspectos gerais das alterações propostas no Substitutivo, conduzimos modificações no art. 4º do Projeto. Buscamos resgatar o conceito original de informação (art. 4º, I) que, no âmbito da literatura das atividades de inteligência, constitui um dado trabalhado, um produto final, para o qual não cabe qualquer suposição quanto ao seu processamento – retiramos, assim, a associação de informação a dados não processados.

Tampouco informação sigilosa é aquela "temporariamente" submetida à restrição de acesso público, como consta do inciso III do art. 4º. Há informações que assim o devem permanecer permanentemente. A supressão do termo "temporariamente" permite considerações sobre alguns aspectos gerais dos dados sigilosos, especialmente a sua manutenção como classificados.

De fato, há informações que, devido a sua peculiar natureza, devem ser mantidas classificadas permanentemente. Há de se ressaltar que nem mesmo as mais tradicionais e liberais democracias do mundo, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, permitem a completa divulgação da totalidade dos documentos públicos, principalmente daqueles relacionados à segurança do Estado e da sociedade. Além disso, a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXIII – e que serve inclusive como fundamento para a iniciativa do PLC nº 41, de 2010 –, ressalva textualmente da divulgação as *informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*. Observe-se que se trata de dispositivo constante das chamadas cláusulas pétreas, imodificável, portanto, ainda mais por meio de um projeto de lei ordinária. A vontade do constituinte originário era, sem dúvida, de garantir ao cidadão o direito inalienável de acesso a informações públicas, ressalvando-se, entretanto, o sigilo daquelas que pudessem pôr em risco os mais altos interesses nacionais.

Outras alterações no art. 4º dizem respeito a mudanças de redação, de forma a tornar o texto mais claro e objetivo, indo ao encontro da boa doutrina de salvaguarda de assuntos sigilosos. O mesmo foi feito com os arts. 6º, 8º, 10 (renumerados no Substitutivo como art. 5º, 7º e 9º, respectivamente).

Feitos esses esclarecimentos terminológicos e doutrinários, voltamos ao art. 3º. Ali suprimimos o inciso V, uma vez que não há clareza no significado do "desenvolvimento do controle social da Administração Pública". O que viria a ser esse controle? Como ele é exercido? A lei não elucida o aspecto e, portanto, achamos por bem evitar a confusão terminológica e abstração normativa.

Evitamos, ainda, repetições de mandamentos que já constam na legislação brasileira ou na própria Constituição Federal, como é o caso do art. 5º do projeto, relativo ao direito de acesso à informação. Retiramos o referido art. 5º do texto, renumerando os demais.

Quanto ao art. 10 (renumerado como art. 9º no Substitutivo), além das alterações já citadas, suprimimos o § 3º, que veda "quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público". Ora, todo ato deve ser motivado, inclusive para que se dê garantia à Administração de que esta não despenderá recursos públicos para atender a um pedido sem fundamentação. Trata-se de medida para garantir a probidade administrativa, bem como o emprego adequado dos recursos públicos. Uma vez que o texto do PL nº 5.228, de 2009, pareceu-nos mais claro e preciso, reproduzimos o texto daquele projeto, substituindo o que havia sido emendado pelo PLC nº 41, de 2010. Portanto, o texto de nosso Substitutivo está de acordo com o proposto pelo Poder Executivo.

No que concerne aos procedimentos de acesso à informação, ajustamos o art. 16 do Projeto (renumerado como art. 15 no Substitutivo), suprimimos do § 3º a atribuição recursal da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (atribuição esta não prevista no artigo correlato do texto encaminhado pelo Poder Executivo) e reescrevemos o referido parágrafo para estabelecer que, "no caso de o acesso à informação ter sido negado por órgãos ou entidades pertencentes às Forças Armadas, caberá ao Ministro de Estado da Defesa rever, em última instância, as decisões tomadas pelos comandantes das forças singulares".

Entendemos que, no caso específico das Forças Armadas, a previsão do recurso à Controladoria-Geral da União poderá constituir eventual vulnerabilidade das matérias relacionadas à segurança nacional e, ainda, ao emprego do poder militar em seus aspectos político, estratégico e operacional.

De fato, as peculiaridades dos assuntos de natureza militar impõem que as análises dos recursos sejam feitas pelo Ministro da Defesa, que tem a competência e os instrumentos adequados para dispor sobre a matéria.

Ainda no que concerne aos recursos previstos no projeto, após analisarmos a proposta do Poder

Executivo, consubstanciada no PL nº 5.228, de 2009, entendemos que a melhor redação do art.17 do PLC nº 41, de 2010, seria aquela do art. 14 do PL nº 5.228, de 2009. Procedemos, então, ao referido ajuste, recuperando no art. 16 do Substitutivo a ideia original do Poder Executivo. Com o mesmo objetivo de acompanhar o texto original do Poder Executivo, suprimimos os arts. 17, 18 e 19... [E aí, eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, porque na publicação feita da pauta do dia de hoje, o art. 17 não está incluído, mas foi por um erro de digitação.] Então leia-se, nesse ponto, suprimimos os arts. 17, 18 e 19 do PLC nº 41, de 2010, pois entendemos que é em legislação infralegal que se deve tratar dos assuntos dos citados artigos.

Aprimoramos, também, o texto do art. 21, renumerado como art. 18 no Substitutivo, segundo o qual não poderá ser negado acesso à informação necessária a tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, acrescentando-se a ressalva prevista no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, Cláusula Pétrea, consernente àquelas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Trata-se de ajuste e adequação do texto, como disse, a dispositivo pétreo da Lei Maior.

A alteração por nós proposta, que consideramos ser merecedora da máxima atenção, *data venia*, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é no sentido de se manter no texto legal o grau de sigilo confidencial. Tradicionalmente, os documentos sigilosos produzidos no Brasil podem ser classificados em quatro graus: Reservado, Confidencial, Secreto, e Ultrassecreto.

O PLC nº 41, de 2010, em seu art. 24, havia simplesmente excluído o grau Confidencial. Ora, percebemos logo, em uma primeira análise, os problemas que daí adviriam, tanto no campo doméstico, quanto no que concerne às relações internacionais do Brasil.

Do ponto de vista procedimental, interno, a eliminação do grau de sigilo Confidencial provocaria grande confusão, relacionada à reclassificação dos documentos já existentes. Ora, a maioria dos documentos classificados o é como Confidencial; a imensa maioria deles a classificação é Confidencial. Sob uma perspectiva prática, teríamos um verdadeiro caos instalado para o tratamento dos atuais documentos Confidenciais. Seriam eles reclassificados como Reservados ou Secretos? Quem os reclassificaria? E o dispêndio de tempo, de recursos materiais e pessoais para revisar todos esses documentos?

Ademais, a mudança na lei exigiria também complexa revisão doutrinária em distintos níveis, que muito prejudicaria as atividades dos diversos órgãos que trabalham com material classificado.

A manutenção do caráter Confidencial, de determinados documentos e informações, tem por objetivo, além disso, dar maior flexibilidade ao agente público na classificação e evitar problemas com aqueles existentes.

Se internamente haveria problemas operacionais e doutrinários, no plano internacional, o Brasil correria o risco de ser responsabilizado por descumprir acordos celebrados sobre salvaguarda de assuntos sigilosos. Vejam aí a grande confusão que adviria disso! Afinal, há acordos e tratados internacionais em que consta essa classificação e cuja alteração demandaria novas tratativas com os respectivos Estados, podendo, inclusive, haver responsabilização do Estado brasileiro no plano internacional.

Assim, inserimos no art. 24 do Projeto (renumerado como art. 21 no Substitutivo) o grau de sigilo confidencial, atribuindo-lhe o prazo de 10 anos de classificação sigilosa.

Na linha das iniciativas que coadunam com a preocupação de preservação dos interesses nacionais, e de defesa do Estado e da sociedade, alteramos o art. 24 do Projeto, para resgatar a possibilidade de que determinados documentos com informações sigilosas – sobretudo as de caráter ultrassecreto ou cuja divulgação ameace a segurança nacional – tenham seu sigilo prorrogado por mais de uma vez. Afinal, seja no campo das Relações Exteriores, seja sob a égide da Defesa Nacional, documentos são produzidos com o objetivo de informar os tomadores de decisão do mais alto nível incorporando informações sensíveis e cuja divulgação, ainda que décadas depois de geradas, pode acarretar desconforto diplomático perante atuais parceiros e prejuízos aos interesses nacionais.

Inserimos, portanto, novo § 2º ao art. 24 (renumerado como art. 21 no Substitutivo), para que os prazos de classificação *possam ser prorrogados uma vez, por igual período, à exceção dos documentos classificados como ultrassecretos e os de outras classificações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, para os quais não haverá limite de prorrogação* (nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior). Ainda que décadas, séculos passem, há atos dos Estados que devem permanecer sob a égide do sigilo, pois o tempo dos Estados, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é o tempo dos homens.

Mudança pontual que fizemos foi, ainda, no art. 24, § 2º, do Projeto (renumerado como art. 21, § 3º, do Substitutivo), a atribuição da classificação "secretas" às informações referentes ao Presidente da República. Dessa maneira, deixa de haver a necessidade da desclassificação apenas ao término do mandato presidencial, já que o prazo de divulgação das informações

secretas é de 15 anos, ou seja, extrapolando-se o mandato do Presidente da República, mesmo que reeleito.

A nosso ver, controverso é o disposto no § 4º do art. 24 do Projeto, segundo o qual *transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público*. Ora, ao menos no que concerne aos documentos de maior grau de sigilo, estes não podem ser automaticamente desclassificados. Alteramos o parágrafo (art. 21, § 5º, do Substitutivo), de modo que, *transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público, à exceção dos documentos classificados como ultrassecretos e os de outras classificações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (CF, art. 5º, XXXIII)*.

Na parte em que o Projeto trata dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação, percebemos alguns equívocos no que concerne à lógica da classificação das informações e às pessoas competentes para classificar. No art. 27 do Projeto (renumerado como art. 24 no Substitutivo), a classificação de um documento é atribuída eminentemente em virtude do nível hierárquico de quem a classifica. Ora, decisivo na classificação é o conteúdo da informação, não o nível hierárquico do responsável pela classificação, ou seja, o que importa é o que está contido naquela classificação; e nem quem estará decidindo se vai ser classificado ou não.

Para sanear essa situação, inserimos no art. 24, renumerado com o art. 21, no substitutivo, parágrafos em que são dadas orientações gerais para que se possa classificar documentos nos distintos graus, de acordo com o conteúdo da informação neles contida. Esse rol, entretanto, não é exaustivo. A atribuição do grau de sigilo, portanto, decorre do conteúdo da informação mais do que da condição do seu classificador.

De acordo com o disposto na proposição, o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o do departamento da Polícia Federal ou Secretário da Receita Federal, entre outros, não teriam competência para classificar um documento como ultrassecreto, ao passo que titulares de secretarias da Presidência da República a teriam. Nesse sentido, questiona-se mesmo se aquelas autoridades poderiam ter acesso a documentos ultrassecretos nos termos do projeto – autoridades essas a que já me referi: Diretor-Geral da Abin, Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal e Secretário da Receita Federal, que não teriam acesso ou autoridade para classificá-los.

Claro que é importante que conste na lei quem tem competência para classificar um documento. Buscamos preservar a vontade do proponente da matéria, realizando, porém, alguns ajustes no art. 27, renumerado com o art. 24 no substitutivo, como a ampliação do rol dos que podem classificar no grau ultrassecreto e a disposição sobre o critério da natureza da matéria classificada.

No caso das autoridades competentes para classificar como ultrassecreto, além das autoridades referidas na versão inicial, acrescentamos o Chefe do Estado-Maior conjunto da defesa, que tem o mesmo *status* dos comandantes das forças singulares, e os titulares dos órgãos da Administração Pública, que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Se não o fizéssemos, o Diretor-Geral da Abin, órgão central do Sisbin, não teria competência para classificar os documentos no mais alto grau, tampouco teriam seus congêneres de outros órgãos da comunidade de inteligência, o que beiraria o absurdo.

Nos incisos II e III do mesmo art. 27, art. 24 no substitutivo, ajustamos o texto para que fique mais claro quem pode classificar documentos nas categorias secreto, confidencial e reservado. Ainda nesse art. 27, art. 24 no substitutivo, suprimimos o § 3º, que dispunha que a autoridade ou agente público que classificar a informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.

Ora, com a manutenção do texto, ter-se-ia uma inversão hierárquica na estrutura da Administração Pública, subordinando as mais altas autoridades da República à Comissão Mista de Reavaliação de Informações. Imagine se, por exemplo, o Presidente da República, tendo que, ele próprio, ao classificar um documento, submeter sua decisão aos seus subordinados por ele designados para a comissão. Inconcebível, portanto, no meu entender, data vênia, o § 3º.

O art. 30 do projeto, art. 27 no substitutivo, foi alterado de maneira a se evitar o comprometimento do próprio sigilo que se pretende proteger – art. 30, inciso II, do projeto.

Assim, optamos por reescrever o artigo, para que a publicação dos documentos sigilosos seja feita no *Diário Oficial da União*, e não em sítio da Internet. A medida proporcionará maior clareza, confiabilidade, igual publicidade, menor possibilidade de exposição dos órgãos detentores de informações sigilosas e de ações de *hackers*, além de tratar, o *Diário Oficial da União*, do veículo de comunicação que contém as informações oficiais e autênticas.

Além disso, suprimimos o inciso II, segundo o qual deveria ser publicado rol de documentos classificados em cada grau de sigilo com identificação

para referência futura. Se isso fosse feito, poder-se-ia comprometer a segurança do Estado e da sociedade, uma vez que se indicaria de forma explícita quais são as tendências e os interesses brasileiros no campo da reunião da informação. Derradeiro ajuste foi aproximar o texto desse artigo ao do art. 25 do PL nº 5.228, de 2009, acolhendo, assim, a percepção do Poder Executivo sobre o tema.

Aqui eu pediria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma atenção especial.

No que concerne às informações pessoais e àquelas destinadas à defesa dos direitos humanos (arts. 31 e seguintes), acompanhamos as alterações propostas pela Câmara dos Deputados por meio do PLC nº 41, de 2010.

Concordamos totalmente com os Srs. Deputados e com a Presidenta da República no sentido de que não se pode tergiversar quando o assunto é proteção aos direitos e garantias fundamentais. Assim, mantivemos o disposto no PLC nº 41, de 2010, sobre o tema e sobre as responsabilidades dos que infringirem a lei proposta.

Nas disposições finais e transitórias, chamaram nossa atenção os dispositivos referentes à Comissão Mista de Reavaliação de informações, instituída para acompanhar a classificação das informações sigilosas.

Aprimoramos o texto do art. 35 do Projeto (art. 32, no Substitutivo), primeiramente, instituindo a Comissão no âmbito da Presidência da República, sob a coordenação do Sr. Vice-Presidente da República. Entendemos que S. Exª é, depois do supremo mandatário, a autoridade mais legítima para estar à frente de Comissão tão importante para os interesses do Estado e que reúna Ministros e demais autoridades da República.

O texto original não é claro no que concerne à composição da Comissão, o que não é aceitável pela boa técnica legislativa. Assim, elencamos os membros natos do Colegiado (incisos I a VIII do novo art. 32) e os representantes indicados pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Publico. No caso dos referidos representantes, foi-lhes atribuído mandato com possibilidade de recondução, para se garantir maior segurança para os trabalhos da Comissão.

Inserimos, ainda, a possibilidade de o Presidente da República designar membros *ad hoc* para as reuniões da Comissão, quando o julgar conveniente.

No que concerne às competências da Comissão, ajustamos o texto para adequá-lo a um princípio básico de salvaguarda de assuntos sigilosos: só quem pode reclassificar ou desclassificar uma informação ou documentos sigilosos é aquele que o classificou ou autoridade hierarquicamente superior. A hipótese de a Comissão ter competência para rever a classificação de informações ultrassecretas (ou prorrogá-la) vai de encontro não só a esse princípio fundamental, mas também ao da hierarquia na Administração Pública. Veja-se,por exemplo, que um documento extremamente sensível para ser classificado como ultrassecreto pelo então Senhor Presidente da República, Juscelino Kubitschek, somente poderia ser desclassificado por Sua Excelência ou um sucessor seu, jamais por um grupo hierarquicamente inferior. Daí entendermos que a principal tarefa da Comissão deve ser avaliar as informações classificadas e propor sua reclassificação, desclassificação ou prorrogação do prazo de sigilo à autoridade competente para fazê-lo. Seu caráter deve ser consultivo, jamais decisório.

Inaceitável a desclassificação automática das informações na forma do § 3º original, pois a segurança acabaria comprometida. Preferimos suprimir o referido parágrafo, deixando para o regulamento da Lei tratar do assunto.

Estamos, dessa maneira, salvaguardando o Estado de eventual desclassificação de documentos sensíveis por decurso de prazo.

E aqui eu chamo a atenção para documentos sensíveis na área de tecnologia, por exemplo. Não estou relacionando uma coisa com a outra, apenas para servir, talvez, de exemplo. Na questão do nosso projeto do submarino, movido à propulsão nuclear, já está sendo trabalhado a mais de 25 anos, a previsão é de ele esteja concluído daqui a mais uns dez anos. Como é que poderíamos desclassificar um documento como este, por decurso de prazo, se ali contêm informações preciosas, tecnológicas, que poderiam, sendo colocadas à lume, oferecer risco à segurança do nosso País, sobretudo nessa parte do documento.

Da mesma forma, evitamos o risco do automatismo da desclassificação dos documentos, suprimindo o § 4º do art. 39 do Projeto (art. 36 do Substitutivo).

Suprimimos o art. 41 do PLC nº 41, de 2010, que havia sido inserido pela Câmara dos Deputados, pois entendemos que ali se estaria dando atribuições e estabelecendo obrigações ao Poder Executivo, o que, salvo melhor juízo, fere o princípio da separação dos Poderes. Nessa mesma linha, entendemos como inconstitucional o art. 45 do Projeto, pois cria-se, em lei federal, obrigação, em termos administrativos, a Estados, Municípios e ao Distrito Federal. Vale lembrar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que esta lei não alcança somente a ordem federal, também Estados e Municípios. Isso, a nosso ver, pode ir de encontro ao princípio federativo. Também retiramos o referido artigo, lembrando que nenhum dos dois constava do PL nº 5.228, de 2009.

No art. 44 do Projeto (art. 40 do Substitutivo), que, por sua vez, altera o altera o art. 126-A da Lei nº 8.112, de 1990 – lei do meu período como Presidente –, acrescentamos a expressão *fundamentada e idônea* ao texto alterado. Inclusive eu reconheço hoje que quando sancionei esta lei em 1990, ela hoje já precisa de aprimoramento e eu acho que o aprimoramento que foi introduzido é correto. Com isso, entendemos que se terá maior substância na denúncia e mais segurança para o servidor público nos casos de responsabilização civil, penal ou administrativa, por dar ciência da prática de crime ou improbidade de que tenha conhecimento.

Procedemos a outros pequenos ajustes de redação para tornar o texto mais consentâneo com a boa técnica legislativa e com os princípios de salvaguarda de assuntos sigilosos. Repita-se, renumeramos onde foi necessário.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, nos termos da seguinte emenda, restando prejudicadas as emendas nºs 1 a 4 – CCT.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vou colocar em discussão, mas, antes, queria fazer um pequeno comentário. Este é um daqueles projetos que a gente não pode se arrepender, porque está em jogo aqui os direitos individuais, pelos quais temos que zelar radicalmente, com os interesses coletivos da Nação brasileira, pelos quais temos que zelar também.

A gente não pode, amanhã, ser surpreendido que algum governo se aproveite da lei para segurar informações. Ao mesmo tempo, não podemos também correr o risco de que, daqui a alguns anos, descubramos que alguns documentos sigilosos de interesse da Nação brasileira são de conhecimento de todos, trazendo prejuízos.

Eu confesso que é esse é um daqueles raros projetos que chegam aqui e sobre os quais a gente tem que se debruçar para não errar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu peço vista desse projeto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu inclusive tinha me inscrito para falar, mas eu quero justamente, na mesma linha de S. Exª, pedir vistas em face dos argumentos apresentados pelo Presidente Collor e também da ponderação de V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu gostaria também de pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então vistas coletiva.

O Senador Crivella quer falar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de enaltecer o trabalho do relator. Foi um trabalho profundo, esse projeto já foi relatado em diversas comissões, mas dessa vez acho que fomos num nível, eu diria, de perfeição. Encontramos inconstitucionalidades, melhoramos a técnica legislativa e eu acho que o mais importante de leitura feita pelo relator é esse parágrafo único do art. 18, em que as informações ou documentos que versem sobre conduta em que implique em violação dos direitos humanos praticados por autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso. Quer dizer, eu acho que o espírito do projeto é, vamos dizer assim, mantém os interesses do Estado, mas também é justo e humano.

Então, eu sei que foi dado vista coletiva, nós todos vamos poder ler de novo, mas eu quero enaltecer o trabalho do relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu só quero dizer que reconheço o trabalho do nosso ex-presidente da República, atual Presidente da nossa Comissão, Fernando Collor, sem dúvida alguma ele se debruçou sobre o assunto, estudou detidamente todas as questões, inclusive, as abordadas por V. Exª, que isso é um motivo de preocupação de todos nós.

Portanto, o pedido de vista tem como objetivo primacial, principal fazer um estudo aprofundado da matéria, já que ela é complexa. Quer dizer, as variantes do sigilo são amplas ou restritas dependendo do país em que estejamos vivendo. O Brasil é uma República Federativa Democrática que se especializou na abertura, na transparência e também no respeito ao cidadão, aos direitos humanos. Enfim, aos direitos individuais que são observados e contidos na nossa Carta Magna. Portanto, eu felicito ao nobre Presidente da nossa Comissão por esse trabalho altamente técnico que valoriza o seu mandato legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, antes de concluir, quero colocar duas coisas Senador Valadares.

Preocupou-me saber – me preocupou não –, fiquei assustado ao aqui pela assessoria, o Álvaro, de que esse projeto passou em todas as instâncias pelo voto simbólico, inclusive, no Plenário da Câmara. Isso é muito perigoso. E eu temo que aprovando aqui vai para o Plenário, voto simbólico, e daqui a pouco a gente não sabe como é e porque foi votado.

Eu queria sugerir duas coisas: uma, que quando chegue lá no nosso Plenário não seja voto simbólico, que tentemos fazer com que seja o voto pessoal; e segundo, eu gostaria de pedir à assessoria que faça um estudo comparando o relatório do Senador Collor com... Ah, já tem? Vamos distribuir. Ótimo! Para a gente saber o que é que muda em cada um dos artigos, em cada uma das leis.

Bem, então está dada vista. Eu deixo ao Presidente decidir em que momento volta, não é tarefa minha e, passo a palavra outra vez ao Presidente Collor. Passo a Presidência de volta.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente, S. Exª Senador Cristovam Buarque. Eu agradeço as suas palavras sempre muito clarividentes sobre a importância desse projeto, e essa informação que chega hoje a Comissão, demonstra com que ligeireza, com que superficialidade foi tratado um assunto que merece uma atenção e aplicação total dos Srs. Parlamentares. O fato de ter passado no Plenário da Câmara dos Deputados por voto simbólico, de ter passado pelas Comissões do Senado Federal também pelo voto simbólico demonstra que cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, agora, com o pedido de vista, que já foi concedido por V. Exª, de vista coletiva, que cada um de nós, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, tenhamos tempo de nos deter na análise desse substitutivo, que pode ter imperfeições.

A minha intenção, Sr. Presidente, Srªs Senadoras não é outra a não ser a de me sentir responsável, em parte, por dar este substitutivo que é no fundo um depoimento pelo que me foi dado conhecer, pelo que me foi dado acesso durante o exercício na frente da Presidência, no exercício meu como Presidente da República. É uma colaboração e uma contribuição que eu desejo dar como cidadão, como brasileiro, como ex-presidente da República, como Senador e agora Presidindo, com muita honra para mim, esta Comissão, que tem dentre os seus integrantes pessoas de extrema envergadura intelectual, de conhecimento político, técnico e do Estado brasileiro, para poderem aferir se os argumentos aqui apresentados nesse substitutivo merecem uma melhor avaliação ou não. O importante é que, como V. Exª, Sr. Presidente Cristovam Buarque afirmou, que todos nós tenhamos esta oportunidade e, porque não, eu diria, porque não, inclusive sugerir e pedir emendas, pedir sugestões. O substitutivo não está aqui para que ele seja aprovado sim ou não, ele está como uma peça base para que ele seja emendado, sejam discutidas, essas emendas venham a ser discutidas caso apresentadas. De modo, que a atribuição que nos é conferida pela Constituição Federal e pelo Regimento Interno do Senado Federal a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja integralmente cumprida. Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT - DF) – Muito bem. Presidente, eu quero dizer então que está concedida a vista, temos cinco dias para apresentar qualquer emenda, o prazo é esse.

E quero dizer Senador Collor, que o único sigilo permanente é quando a gente deixa que o voto seja feito pela liderança, porque ninguém sabe como é que a gente votou na situação. E de fato, é o que terminaria passando se a gente aprovasse aqui – aqui seria também simbólico – chegava lá simbólico e daqui a pouco teríamos uma lei dessa repercussão no futuro, de uma maneira que a gente sabe que não é com o cuidado do voto pessoal.

Eu convido o Senador Collor para reassumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente Cristovam Buarque.

Agradecendo mais uma vez a S. Exª Senador Cristovam Buarque, pelo exercício da Presidência desta Comissão, quando da leitura do Relatório do Item 4, passamos a leitura do Item 5 da pauta...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Senador, só comentando que foi um prazer assistir o relatório de V. Exª sobre o Projeto de Lei que trata do sigilo, e dizer que estou a caminho desta Comissão, espero já na próxima semana ser membro efetivo ou suplente desta Comissão. Estou construindo essa relação junto com a liderança do meu partido e também junto ao Bloco de apoio ao Governo, e dizer que fiquei muito impressionado pela condução dos trabalhos feito por V. Exª nesta Comissão. Inclusive, pelo tempo que V. Exª dedica ao início dos trabalhos dessa Comissão a dar satisfação dos trabalhos da Comissão ao Congresso e ao Brasil, porque através da TV Senado todas as informações colocadas por V. Exª são transmitidas a todo o Brasil.

Então, eu rapidamente tive a oportunidade de perceber que tudo aquilo que é requerido e é submetido ao crivo da Comissão, a Comissão rapidamente busca as informações dentro do Governo e onde precisam ser buscadas, e V. Exª no início da reunião dá essas informações aos Senadores e ao Congresso Nacional mas também ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª Senador Sérgio Souza

pelas suas generosas palavras e, desejo em nome dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores boas-vindas a V. Exª aqui já na nossa próxima reunião.

Então, voltando a nossa pauta, com a permissão de V. Exªs, é o Item 4. Eu me equivoquei antes, como se o Item 4 já tivesse sido deliberado, não o foi.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 634, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª, Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente, o voto é favorável porque o Brasil tem procurado diminuir a distancia com os Países africanos, e especialmente na África austral.

A República de Botsuana e, lá recentemente abrimos nossa Embaixada, é um país dinâmico, talvez um dos maiores produtores de diamante do mundo, mas que ainda têm na questão da educação um dos seus gargalos mais, eu diria, dolorosos. É um país que precisa muito formar seus técnicos, sobretudo na área da agricultura.

Para V. Exª ter uma ideia, o dinheiro em Botsuana chama-se pula, esse é o mesmo substantivo que se usa para chuva. Quer dizer, as pessoas associam chuva a dinheiro, dinheiro a chuva. Então o nome do dinheiro que o sujeito vai pagar uma conta e pergunta: Quanto custa? Custa dez chuvas, custa 20 chuvas, custa 100 chuvas. Exatamente porque a agricultura sempre foi a grande riqueza, até que depois da descolonização – mil novecentos e sessenta e alguma coisa – os ingleses foram embora, descobriram grandes minas de diamantes.

Eles têm um fundo soberano, eles estão no deserto Calaári, enfrentam essa dificuldade, mas precisam muito desse acordo conosco na parte de cooperação na área da educação. O Brasil fará muito por aquele país, sobretudo pelos avanços que a nossa Embrapa tem para, no seu semi-árido, plantar soja com produtividade altíssima, o que esperamos que eles consigam fazer, não no deserto de Calaári, mas pelos menos nas áreas das savanas lá de Botsuana.

Eu espero um dia também, relatar nessa Comissão o acordo, e espero que nesse acordo de repente a gente consiga incluir a expertise do Butantã. Porque uma das maiores causas de mortes lá até hoje, sob tudo infantil, é picada de cobra. E nós todos, para orgulho nosso, sabemos que o Butantã com pouco veneno de cobra é capaz de fazer muitas vacinas de cobra. Uma tecnologia nossa, desenvolvida por esse grande instituto brasileiro, que também tem pesquisas extraordinárias no campo da célula tronco, inclusive, já em ratos tento reconstruído retina.

Então, Sr. Presidente, é com muito prazer, com muita alegria que apresento a essa Comissão voto favorável, esperando, fazendo realmente votos de que os nossos companheiros, os nossos irmãos de Botsuana possam aproveitar esse convênio, esse tratado de cooperação com o Brasil na área de educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Sr. Senador Marcelo Crivella, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. (Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 648, DE 2010

Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Designo o S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti como Relator *ad hoc,* do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 648, de 2010.

Tem S. Exª Senador Mozarildo Cavalcanti a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Sr. Presidente, como o parecer já está distribuído para os Srs. Senadores, eu vou me ater ao final da análise dizendo o seguinte:

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende ou-

tras normas fundamentais, nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 22 (vinte e dois) artigos e já foi aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 175, de 14 de maio de 2009. Contudo, essa aprovação se deu sem cotejar os artigos 19, 20, 21 e 22, da parte III do acordo, que versam sobre suas disposições finais.

As regras ausentes na primeira aprovação dizem respeito à 2 assinatura e entrada em vigor da Convenção, sua conexão com outros tratados, eventual denúncia e, por fim, notificação aos Estados Contratantes sobre assuntos diversos a ela pertinentes. Em suma, trata-se de regras procedimentais, típicas do direito dos tratados, sem as quais o ato é incompleto e deficiente.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, a adoção integral deste Acordo corrige aprovação equivocada do passado.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Como em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 137, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, também estamos aí com mais um país da África, esse bem menor que Botsuana e muito menos dotado de riquezas minerais, mas um grande produtor de tabaco, grande produtor de café e tem no seu lago Lake Maláui uma de suas fontes de proteína mais importantes do país.

É um país, eu diria um povo extraordinário. Fecho os olhos e vejo Lilongwe, e vejo Plantae, vejo suas mulheres nas feiras públicas, nas pequenas comunidades do campo com seus ateliês fazendo as suas miçangas, suas cestas, suas vestes. Enfim, é um povo extraordinário. É bom lembrar também que Maláui, embora tenha tido uma pequena guerra civil é um país que nunca esteve em guerra, É uma economia estável, quem sabe com esse tratado a gente ter, inclusive, pela sua localização estratégica interesse de algumas empresas brasileiras que hoje estão em Moçambique e poderão ir para lá.

O voto é favorável, também, Sr. Presidente, fazendo votos de que eles possam se abeberar dos conhecimentos técnicos do Brasil em agricultura, a parte de piscicultura, na parte de educação das crianças e saúde também – é um país que sofreu muito com o flagelo da AIDS. Mas o voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** PTB - AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Marcelo Crivella.

Coloco em discussão o relatório de S. Exª. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 139, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Designo S.Exª o Senador Cristovam Buarque como Relator *ad hoc* da matéria e concedo a palavra a S. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Esta Comissão examina o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 139, de 2011, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

O ato internacional em exame se faz acompanhar de Exposição de Motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, que destaca que o acordo estabelece as bases normativas que regulamentarão a cooperação militar entre as Partes signatárias.

O instrumento internacional em pauta compõe-se de onze artigos. Os arts. 1º e 2º apresentam os objetivos do acordo.

No tocante ao desenvolvimento da cooperação, esse deverá realizar-se por meio de visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares; reuniões entre as instituições de defesa de cada uma das partes signatárias; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências, debates e simpósios em entidades civis e militares.

O art. 3º determina que a implementação do acordo será feita por meio de um grupo de trabalho conjunto.

O art. 4º atribui aos países signatários as responsabilidades financeiras para as atividades decorrentes do acordo, sendo que cada parte será responsável por seus respectivos gastos relativos a transporte, alimentação e hospedagem e a tratamento médico, dentário, remoção de pessoal doente, ferido ou falecido. Porém, a parte receptora deverá prover o tratamento daquelas enfermidades que exijam atenção de emergência ao pessoal da parte remetente.

O art. 5º dispõe sobre a responsabilidade civil das partes.

No que diz respeito à segurança das informações sigilosas – o que tem tudo a ver com a discussão anterior – que vierem a ser geradas ou trocadas no âmbito do acordo, o art. 6º prevê a celebração de instrumento adicional voltado para a proteção da matéria sigilosa – o que mostra que cada uma das partes não terá poder de definir ou não o que é sigiloso. Adicionalmente, enumera uma série de princípios a serem observados pelas partes enquanto tal instrumento não entrar em vigor, entre eles a proibição de que a Parte destinatária venha a prover a terceiros países qualquer tecnologia ou equipamento militar ou a difundir informação sigilosa obtida sob o acordo sem a autorização da Parte remetente; a classificação, pela parte destinatária, de igual grau de sigilo ao atribuído pela parte remetente; bem como outras determinações sobre o uso, o acesso e os procedimentos para a desclassificação do grau de segurança da informação ou para a diminuição do seu grau de classificação de segurança.

Esse é um bom exemplo na análise do projeto que, há pouco, discutimos. É um bom exemplo para ser levado em conta, até mesmo tentar ver que outros acordos internacionais não têm artigos desse tipo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim. Está permitido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas uma observação. Eu notei entre vários pontos, várias questões suscitadas pelo Presidente Collor uma observação de igual teor a esse a que se refere V. Exª: tratados internacionais, acordos internacionais que contenham cláusulas de sigilo sem tempo determinado para a suspensão do sigilo.

Eu entendo que esse óbice não prevalece face à nova legislação que se propõe, se for adotado o prazo máximo de sigilo para documentos ultrassecretos de 50 anos. Por quê? Porque um acordo internacional é um ato jurídico perfeito. Um acordo internacional é como um contrato; só que contrato feito entre pessoas jurídicas de direito público externo. Então, esse ato jurídico perfeito não é alcançado pela lei. Por quê? Porque a Constituição diz a lei respeitará os atos jurídicos (a coisa julgada).

De modo que essa objeção – há outras objeções bem mais...

Em relação ao futuro, evidentemente, se aprovada a legislação proposta, que está sob exame desta Comissão, os próximos acordos internacionais e tratados serão celebrados à luz da nova lei. Mas, em relação aos anteriores, na minha opinião, essa objeção não tem procedência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Creio que, de fato, do ponto de vista legal não teria, mas do ponto de vista político, muitos países poderão deixar de assinar acordos conosco por sermos mais liberais do que eles. E aí, a gente tem de estar disposto a dizer que a defesa do direito de informação de cada pessoa justifica abrirmos mão de acordos com países diferentes desse nosso procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu adicionaria, com a permissão de V. Exªs, Senador Aloysio Nunes Ferrreira e Senador Cristovam Buarque, também, em relação a esses tratados que foram assinados anteriormente a uma eventual modificação da lei, que os próprios países signatários, eles vão desejar rever esses tratados, para ajustar esses tratados ou não a uma nova legislação, dependendo da categoria e da sensibilidade que esteja em discussão. Então, a questão política, colocada pelo Senador Cristovam

Buarque, que é extremamente relevante, como também a observação de V. Exª, nos leva, eu acho que a todos, concordar que, mais do que nunca, é importante que nós nos detenhamos no estudo do substitutivo, que hoje foi apresentado dos PLCs, do projeto original enviado pelo Executivo à Câmara, em 2009, o PLC nº 41, sobre o substitutivo, que foi aprovado com essa ligeireza e com essa rapidez, um assunto que é de tamanha relevância para Nação e para os Estados brasileiro. De modo que, fico feliz que tenha ocorrido essa coincidência para que nós pudéssemos reafirmar a importância do que hoje está sendo aqui debatido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado pela leitura do relatório, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E que não terminei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E pelas opiniões do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ainda nesse parêntese, em relação ao relatório, quero dizer que só tem uma coisa que a gente eu tenho certeza: que a gente não pode votar sigilosamente sobre o sigilo. Esse voto tem de ser feito com muito cuidado e muito transparente e público. Não podemos aceitar que seja voto decidido por maioria...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ou por Liderança.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... "e os que estiverem de acordo, fiquem como estão". E aí fica para sempre guardado, no sigilo, como é que cada um votou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Volto à leitura, apesar de estar aqui presente o autor do relatório, a quem eu substituo, com satisfação, por saber que não tenho a menor dúvida que estou de acordo.

O art. 7º faculta a celebração de protocolos complementares.

Os arts. 8º e 9º versam respectivamente sobre a possibilidade de emenda do acordo, por troca de Notas.

Os arts.10 e 11 contêm as fórmulas de praxe sobre a vigência do a. Consideramos o ato internacional, que ora se submete à apreciação legislativa para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Seu acolhimento pelo Congresso Nacional e posterior ratificação resultarão em maior aproximação entre as Forças Armadas do Brasil e de Moçambique.

O acordo inscreve-se, segundo ressalta a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores: "... no marco da prioridade africana da política externa brasileira".

Cabe ainda assinalar o reconhecimento, expresso no preâmbulo do princípio do pleno respeito à integridade do território nacional, à soberania e à independência política de cada Estado.

Em face disso, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio de Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Agradecendo a possibilidade de substituir – a palavra nobre não casa bem na República, por isso que eu não a uso – o Exmº e formidável Senador que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque pela leitura do relatório, que é da lavra do Senador Luiz Henrique. S. Exª estava em outra reunião, como relator que é do Código Florestal, matéria de extrema importância para a avaliação e apreciação agora no Senado Federal, e que por isso não pôde ler o seu relatório.

Mas eu gostaria de passar a palavra a V. Exª para os comentários que julgar convenientes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero escusar-me pelo fato de ter chegado alguns instantes após o início da leitura do meu parecer, feita sempre de forma competente pelo colega Cristovam Buarque. E esse fato me leva, mais uma vez, a mencionar a necessidade de um novo disciplinamento dos trabalhos desta Casa.

Sr. Presidente, nessa mesma hora, como relator do Código do Meio Ambiente, do Código Florestal, eu tinha a obrigação de estar ouvindo os ex-Ministros da Agricultura. Mas, nessa mesma hora, havia uma sessão do Congresso Nacional. E como nós não podemos ser ubíquos, eu entendo que nós deveremos levar à Presidência desta Casa e à Presidência da Câmara dos Deputados o nosso apoio à proposta do nosso colega Mozarildo Cavalcanti, que propõe que, alternativamente, cada semana seja dedicada ora às comissões ora ao plenário. Inclusive para que as subcomissões possam ter um espaço maior, não coincidente. Se nós tivermos as manhãs e as tardes de toda uma semana para realizar os trabalhos de comissões, eles serão muito mais eficientes e muito mais exaustivos sobre as matérias e terão um grau de prioridade que é fundamental aos trabalhos das comissões. Por outro lado, na outra semana, poder-se-ia reservar as manhãs e as tardes para os trabalhos de plenário, para as votações de plenário. Então, quero

fazer essa ressalva e pedir, mais uma vez, escusas por ter chegado alguns segundos... No momento da leitura do projeto de que fui relator.

E agradeço, mais uma vez, ao Senador Cristovam e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Coloco em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação o referido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Será que V. Exª poderia me permitir relatar o item 9, em uma inversão de pauta? Nós estamos no item 7.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Indago às Srªs e aos Srs. Senadores se concordam com a inversão de pauta solicitada pelo Senador Marcelo Crivella.

Se as Srªs e os Srs. Senadores estiverem de acordo com a inversão permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 9:

ITEM 09
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2010

Dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação da matéria, com cinco emendas que apresenta.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Marcelo Crivella, para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de começar o meu relatório fazendo uma homenagem póstuma ao Senador Romeu Tuma. Ele foi um dos membros mais atuantes desta Comissão. Representava o bravo Estado de São Paulo e tão cedo partiu do nosso convívio. Mas o relatório dele também era pela aprovação, e eu aproveitei muito do que estava ali escrito.

Então, Sr. Presidente, nos termos do art. 103, incisos V e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão emitir parecer sobre assuntos afetos às Forças Armadas, como é o caso do projeto sob exame, que define os bens e serviços necessários às atividades de defesa que serão objeto de benefício fiscal.

A proposição atende os requisitos da boa técnica legislativa, à exceção de seu art. 2º, que deveria alterar o art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, em vez de inserir o art. 5º-B na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Antes, porém, faz-se necessário ajustar a redação da ementa.

A expressão "estritamente necessários", constante da redação do § 9º que se deseja acrescentar ao art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e também do art. 5º-B, que o projeto em tela pretende agregar à Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, parece-nos de difícil tradução para a realidade objetiva, podendo a sua interpretação levar a alguma insegurança jurídica no momento de se colocar em prática, efetivamente, o benefício.

Ademais, a fim de adequar o texto da proposição ao seu objetivo, bem como às regras do Direito Tributário, faz-se por bem substituir o termo "incidência na fonte", disposto no § 9º do art. 64 da Lei nº 9.430/1996, pelo termo "retenção na fonte". Justifica-se pelo motivo de que a incidência é a materialização de fato previsto na lei tributária, ou seja, trata-se da incidência do tributo pela ocorrência do fato gerador, fazendo com que a norma de tributação gere efeitos. Já a retenção na fonte é um desses efeitos da incidência, no que concerne a arrecadação. E é isso exatamente que estão procurando beneficiar as Forças Armadas.

No mérito, o projeto de lei em exame tenciona reforçar o capital de giro da indústria nacional de defesa, dispensando os órgãos públicos federais de reter na fonte quatro tributos por ocasião do pagamento. Que tributos são esses? Nós queremos reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre os bens e serviços adquiridos exclusivamente pela União e pelos Estados.

Em nosso entender, as iniciativas contempladas pelo projeto contribuirão para fomentar a base industrial de defesa brasileira e para dinamizar segmento industrial caracterizado por alto grau de necessidades tecnológicas, levando à busca de tecnologia de ponta e à criação de empregos que exigirão alta qualificação.

Por conseguinte, o projeto em tela é vantajoso para o País, por contribuir para a preservação de sua soberania e para a promoção de seu desenvolvimento tecnológico.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010, com as emendas que já apresentei, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Marcelo Crivella.

Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o referido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltamos à pauta.

ITEM 8
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, DE 2009

Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.

Autoria: Deputado Walter Pinheiro

TRAMITA EM CONJUNTO COM
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2003

Dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Designo como relator *ad hoc* S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem peço que proceda à leitura do relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Randolfe Rodrigues fez um bom trabalho, como, aliás, costuma ser o trabalho do Senador, que hoje está ausente por razões que explicou a V. Exª.

Ele ofereceu perante a nossa Comissão um parecer relativo a dois projetos que tramitam conjuntamente. Um deles vem da Câmara dos Deputados e é de autoria do então Deputado Walter Pinheiro, hoje Senador. O outro é um projeto de lei do Senado de autoria do Senador Paulo Paim. Ambos os projetos versam sobre a mesma matéria: eles dispõem sobre a proibição de incentivos de qualquer natureza e mesmo da contratação pelo poder público a empresas e com empresas que exploram trabalho de trabalhadores que são reduzidos à condição análoga à de escravos.

Os dois projetos que o Senador Randolfe relata trazem em seu bojo uma série de mecanismos de comprovação e definições legais do que seja trabalho escravo e trabalho em condições degradantes, que já são hoje provados. Quer dizer, nós já temos hoje na legislação brasileira a definição do que seja trabalho em condições análogas à do escravo. Por outro lado, o Ministério do Trabalho já tem um cadastro onde estão relacionadas as empresas em que, mediante fiscalização do Ministério do Trabalho, foi constatada esse tipo de superexploração da força do trabalho, de modo que não seria necessário criar mais um mecanismo de averiguação e, especialmente, seria inconveniente levarmos essa discussão a organismos internacionais, uma vez que o Estado brasileiro já tem uma atividade na linha de coibir o trabalho em condições análogas à do escravo, que é conduzida pela Justiça, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho no plano administrativo. Então, ele propõe um substitutivo muito singelo e objetivo.

O substitutivo do Senador Randolfe altera dois incisos em dois artigos da Lei nº 8.666, que trata de licitações, para dizer o seguinte. Uma das condições para a contratação pelo poder público é não constar no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores flagrados explorando trabalhador na condição análoga à de escravos.

A nova redação que ele propõe ao inciso XV do art. 55 é: "Obrigação de o contratado não utilizar mão de obra de trabalhadores em condição análoga à de escravo durante qualquer etapa do processo produtivo, nem adquirir produtos ou serviços de fornecedor que esteja em situação irregular junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego pelo mesmo motivo". É uma forma objetiva de aferir: verifica-se o cadastro do Ministério do Trabalho para saber se há algum registro nessa linha e, se a condição que ensejou esse registro permanece, a empresa fica proibida de contratar com o poder público e de receber incentivo de qualquer natureza por parte do poder público.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do relatório que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Vamos para o item nº 10 da pauta.

ITEM 10
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 1674, DE 2009

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Aplauso a Cássio Roberto de Almeida Romano, diretor da Casa do Brasil em Madri, Espanha, pela conquista do Prêmio Brasil 2009, na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a proposição que está sob exame da Comissão neste momento é um requerimento que foi apresentado em 2009 pelo Senador Alvaro Dias. Ele requer um Voto de Aplauso ao Diretor da Casa do Brasil em Madri pela conquista do Prêmio Brasil 2009 na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha.

A Casa do Brasil – provavelmente V. Exª teve ocasião de visitá-la na condição de Presidente da República – é uma instituição cultural importante em Madri. Criar em Madri uma Casa do Brasil, à semelhança daquela que existe em Paris, foi iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek após receber, em visita a Madri em agosto de 1959, sugestão de estudantes brasileiros em Madri. Depois de tratativas com o governo espanhol, foi cedido, na área do *campus* da Cidade Universitária de Madri, o terreno e foi construída a Casa do Brasil, que hoje é uma das mais antigas entre as similares que existem pelo mundo afora. E ela tem um importante papel na divulgação da cultura brasileira, artes plásticas, história do Brasil. Ela é, em grande parte, gerida com recursos auferidos pelo aluguel dos apartamentos que a compõem para estudantes e artistas brasileiros, cursos de língua portuguesa, que são cada vez mais demandados, assim como nós demandamos cada vez mais no Brasil cursos de língua espanhola.

O parecer é pela aprovação do requerimento do Senador Alvaro Dias, que já tramitou esse tempo todo, desde 2009.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do relatório que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devo informar a S. Exªs, os Srs. Senadores, que temos de dar por encerrada a nossa reunião, tendo em vista que se iniciou agora uma sessão do Congresso Nacional. Então, o último item da pauta fica para a próxima reunião. Faço agora o encerramento para cumprir o Regimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião, lembro que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizará reunião ainda hoje, às 18 horas, neste plenário, quando discutirá o tema: "Biodiversidade, como manter". Essa reunião da Subcomissão será presidida por S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

Para a reunião, foram convidadas as seguintes personalidades: Professor Miguel Ângelo Marini, PhD em Biologia pela Universidade de Yale e Professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília; Professor Thomas Lovejoy, Professor de Política Ambiental da Universidade George Mason, em Virgínia, Estados Unidos – ele introduziu o termo "biodiversidade" para a comunidade científica em 1980 –; e o Professor Roberto Cavalcanti, professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.

Convoco, por fim, nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 29 de agosto, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos, dentro da agenda "Rumos da Política Externa Brasileira 2011-2012", sob o tema Economia e Finanças, o quarto painel do segundo ciclo, Crise Econômica Mundial de 2008 e suas Consequências, Volatilidade dos Preços de *Commodities* e Alimentos, com a presença do professor José Maria da Silveira, Professor da Unicamp; Dr. Eduardo Teixeira, economista e Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobras e consultor de empresas; Professor Carlos Mielitz Netto, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Dr. Alexandre Schwartsman, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-Economista-Chefe do banco Santander.

Informo às S. Exªs, Srªs e Srs. Senadores, que tivemos de interromper nossa reunião de hoje em função de ter tido início agora sessão do Congresso Nacional.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quatorze de julho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Geovani Borges, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Jayme Campos.** Justifica a ausência o Senhor Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das 26ª e 27º Reuniões, que são aprovadas. A Presidente submete à deliberação dos Senadores a indicação do Senador Inácio Arruda, para representar a Comissão de Serviços de Infraestrutura, na cerimônia de posse dos novos Diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Florival Rodrigues de Carvalho e Helder Queiroz Pinto Júnior, a realizar-se dia 15 de julho de 2011, às 11 horas, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. É aprovado. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30 DE 2010**, de autoria do Deputado Dr. Nechar, que "Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal." A Presidente designa a Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora "ad hoc" para a matéria. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 01-CI (Substitutiva). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009**, de autoria do Senador Gim Argello, que "Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda." A matéria é adiada. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÃMARA Nº 52, DE 2010,** de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, que "Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas." A Presidente designa o Senador Walter Pinheiro como Relator "ad hoc" para a matéria. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 01-CI (Substitutiva). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009,** de autoria do Deputado Vinícius Carvalho, que "Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário." A matéria é adiada. A Senadora Vanessa Grazziotin parabeniza a Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, pela condução dos trabalhos nos primeiro semestre de 2011. **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO - Requerimento nº 41, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Requeiro, nos termos do disposto nos art. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, juntamente com a delegação do Ministério das Comunicações do Brasil, de uma visita a Estocolmo (Suécia), para conhecer a utilização da Banda de 450 NHz, para universalizar os serviços de Banca Larga Móvel em áreas rural, no período de 24 e 27 de julho corrente. Requeiro, ainda, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar-me na preparação de relatórios e estudos e outras tarefas afins." A matéria é aprovada, e encaminhada à Comissão de Relações Exteriores, conforme inciso c, § 1º do art. 40 do RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 26ª e 27ª reuniões.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Submeto à deliberação dos Senhores a indicação do Sr. Senador Inácio Arruda para representar a Comissão de Infraestrutura na cerimônia de posse dos novos diretores da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Florival Rodrigues de Carvalho e Helder Queiroz Pinto Júnior, a realizar-se dia 15 de julho de 2011, às 11 horas, na cidade do Rio de Janeiro.

Em discussão a deliberação. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

A Srªs e Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 1
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2010

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.

Autoria: Deputado: Dr. Nechar

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2010, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observação:

1 - A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora *ad hoc.*

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – O relatório diz o seguinte:

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.355, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Dr. Nechar, destina-se a tornar obrigatória a disposição de placas informativas com o número telefônico de emergência ou o do posto de atendimento da Polícia Rodoviária Federal na jurisdição do respectivo trecho rodoviário.

O voto, Srª Presidente – porque não há muito o que falar, o projeto é muito autoexplicativo – é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.355, de 2008, na origem), na forma do substitutivo que está transcrito aqui.

É o Relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão, cuja Emenda nº 1 da CI vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009

Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 365, de 2009, e da Emenda nº 1 CI, apresentada pelo próprio autor, Senador Gim Argello.

Observações**:**

1 - A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

2 - A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 07/07/2011.

Não estando presente o Relator, designo como Relator *ad hoc* o Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro...

Aliás, seria o item 3. Esse Item 2 foi solicitado que fosse retirado de pauta

ITEM 3
Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2010

Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas.

Autoria: Deputado Silvinho Peccioli

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 52, de 2010, na forma do substitutivo que apresenta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria relatada pelo Senador Vital do Rêgo, que trata da instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas, como é merecedora de um grau de avaliação até mais apurado, porque cercas devem ser projetadas no padrão da ABNT e também levando em consideração que há um nível de fiscalização por parte do CREA... Mas, na realidade, os conselhos não tratam de aspectos técnicos relativos às obras que envolvem essas cercas.

Eu vou encaminhar, conforme o Relator fez, inclusive apoiando o seu relatório, um substitutivo apresentado pelo Senador Vital do Rêgo.

Então o meu voto é pela aprovação do PLC na forma do substitutivo apresentado a esse projeto, Srª Presidente.

Esse é o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Sociais para o prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 4
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009

Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário.

Autoria: Deputado Vinícius Carvalho
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observação:
1 – Em 12/04/2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou Parecer pela rejeição do Projeto.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Portanto vamos deixar a apreciação desse projeto para a próxima reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

Nós concluímos a nossa pauta?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esgotamos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então eu gostaria, Srª Presidente, de aproveitar esta oportunidade para cumprimentá-la pela sua postura, pela forma como V. Exª conduziu os trabalhos da nossa Comissão de Infraestrutura.

Todos nós sabemos que a composição da Comissão não foi tranquila, nem um pouco, e que, por todos os problemas vividos, talvez tenha sido esta Comissão aquela que mais debateu polêmicas durante o primeiro semestre. E V. Exª teve a capacidade de agir não sob orientação de um partido, de um posicionamento político de que V. Exª tenha convicção e discernimento, mas orientou todos os nossos trabalhos como Presidente da Comissão. Eu considero isso muito importante.

Acho que V. Exª não fez qualquer tipo de diferenciação de tratamento para quem quer que fosse. Todos foram tratados de forma igual. Agiu, portanto, com muita justiça, com muita presteza e com muita competência.

Então eu quero, neste final do primeiro semestre – a partir de segunda-feira estaremos iniciando o nosso curto recesso –, dizer que foi uma satisfação muito grande compartilhar este primeiro período do trabalho com V. Exª. E sei que não só o próximo período deste ano, mas o próximo ano também, poderemos e faremos, sem dúvida nenhuma, sob a sua liderança, sob a sua coordenação, um belo trabalho, e ajudaremos o nosso País, ajudaremos a nossa gente, porque, afinal, esse é o objetivo maior de todos nós.

Então, cumprimento V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, pelo trabalho e, ao mesmo tempo, agradeço a forma sempre cortez, educada, firme e correta politicamente, como V. Exª tem tratado todos nós e a mim, principalmente. Muito obrigada. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senadora Vanessa. Quero dizer que é um prazer enorme tê-la aqui como parceira nesta Comissão, uma vez que somos nós duas as únicas mulheres que compõem esta Comissão. Portanto, a presença de V. Exª é sempre muito gratificante para mim e essa presença tem sido assídua. V. Exª tem sido uma grande parceira, tem ajudado e colaborado muito com os trabalhos da nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, ainda na Ordem do Dia, eu gostaria de comunicar a esta Comissão, antes do encerramento da Ordem do Dia, até para que nós possamos fechar os trabalhos desta Comissão, que, no dia de ontem, fizemos um debate dando sequência ao conjunto de audiências e, ao mesmo tempo, discutindo a questão de infraestrutura para a área de comunicação neste País.

Ao final da sessão – por isso estou fazendo esta solicitação aqui, na Comissão de Infraestrutura –, o Ministério das Comunicações nos informou da possibilidade de uma missão do Ministério das Comunicações para visitar uma experiência de utilização em infraestrutura exatamente a partir daquilo que nós provocamos aqui, que é a utilização da faixa de frequência de 450 mega-hertz. A ideia é que esta comitiva do Ministério deve visitar essa experiência em áreas remotas.

Em um dos debates por nós aqui muito provocados, abordou-se, primeiro, a mudança no processo licitatório; segundo a própria mudança na questão da infraestrutura para o atendimento desse serviço, uma vez que todo serviço de comunicação para a zona rural, principalmente em nosso País, além de, em algumas partes ou em muitas áreas é inexistente e, em outras áreas, ineficiente. Portanto, o debate que se abre desde a publicação do decreto e da portaria feita pelo Ministério para um processo de licitação requer que promovamos uma verdadeira reestruturação nessa área de infraestrutura e compartilhamento de infraestrutura.

Então, o Ministério fez esse convite. Eu até, necessariamente, acho que é importante a presença de

alguns de nós da Casa. Como fomos comunicados somente no final da manhã de ontem, eu e diversos membros que atuam nessa área de infraestrutura e comunicação da Casa temos alguns problemas, inclusive de ordem pessoal. Eu até tenho dois problemas. Um é o problema até de fechamento de semestre com a saúde bastante abalada. Então, estou querendo ver se aproveito para "botar ordem no meu barraco", na minha casa própria. Ao mesmo tempo, tenho também uma série de coisas que, nesse período, talvez, impeçam a minha ida.

Mas eu queria sugerir a V. Exª, se fosse possível – ontem á noite conversei até com o Presidente Sarney –,que esta Comissão autorizasse a ida de um parlamentar e, se possível, a ida de um membro da Consultoria desta Casa. Mesmo podendo ir algum parlamentar, eu gostaria que um membro da Consultoria pudesse participar, porque vejo que, na maioria das vezes, no que se refere a missões oficiais ou até à própria questão desse nível de participação, os parlamentares vão e, na volta, são os consultores que devem, como tarefa sua do dia a dia, tocar o processo, às vezes muito a partir de um relato e não de um envolvimento. Essa é uma experiência, Senadora Lúcia Vânia, que, ao longo dos meus mandatos, Senador Jorge, na Câmara Federal, nós tivemos oportunidade sempre de compartilhar a idéia da ida dos consultores, inclusive na perspectiva de não só uma elaboração de relatório de viagem, mas elucidar em como efetivamente como interferimos, enquanto comissão, nesse processo.

Quero lembrar aqui o que eu disse no início. Esse processo licitatório terminou se consumando a partir de uma pressão feita exatamente pelas comissões desta Casa. O "normal", seria a transferência automática para os atuais operadores, para cobrir com infraestrutura essas áreas no País, o que, na minha opinião, era um equívoco muito grande.

A segunda questão fundamental é o debate, inclusive, com o que a gente pode contribuir do ponto de vista da legislação, Senador Jorge Viana e Senadora Vanessa, até para resolver os graves problemas que enfrentamos no Norte do País. Mudamos a infraestrutura completa do final da década de 70 para agora.

O Norte do País tinha uma cobertura para o tropo de fusão. Uma parte dessa cobertura do Norte do País passou a ser por satélite. Há uma estrutura de fibra ótica e hoje não temos uma infraestrutura que permita o atendimento, por exemplo, remoto.

Não basta dizer que, em aglomeração de cem ou de trezentas pessoas, vamos ter o atendimento, o serviço. Não basta fazer o uso da rede de energia elétrica sem a obrigação de compartilhamento de infraestrutura. Portanto, um operador, ainda que usando a rede de energia elétrica, precisa do que chamamos de última milha: a chegada na casa do usuário. Portanto, se não houver esse compartilhamento, necessariamente, o dono dessa rede, o dono dessa infraestrutura, quem a opera cobrará muito caro pra fazer o aluguel desse serviço.

Então, o objetivo que queremos de baratear o serviço na ponta... Aí tem um projeto do próprio Senador Delcídio que trata da questão, por exemplo, do pré-pago, da relação disso com a redução de tarifas. O ideal é que nós, efetivamente, tenhamos um papel decisivo disso na elaboração de leis.

Quero dizer à Srª Senadora Presidente que foi assim que interferimos na decisão da opção por adotar a frequência de 1,8 *gigahertz,* quando da adoção do sistema de telefonia celular por GSM. Isso impactou a indústria da Amazônia. Isso foi vital para a indústria da Amazônia. Ganhamos escala. Passamos a fabricar telefone celular, na Amazônia, de escala mundial. Portanto, não só fabricados para serem utilizados no Brasil. E muito menos a gente tem que conviver com a desova de equipamentos ultrapassados, como, inclusive, no início dos anos 80, no Brasil.

Só para que as pessoas tenham uma ideia, quem não se lembra do velho tijolão, como a gente chamava muito no jargão do setor os celulares que pareciam mais um rádio de comunicação do Exército do que um celular? Era uma série até muito conhecida: PT550, PT950. Na realidade, foram trazidos para cá como forma de desova de um mercado que não utilizava mais aquilo. Enquanto o mundo inteiro usava os famosos Startac, que eram aparelhos bonitinhos, inclusive feitos a partir de uma experiência do Spock, daquela série *Jornada nas Estrelas*, segundo o designer que o criou. Só chegou aqui depois que nós tínhamos consumido todo o resto de produção da indústria que estava instalada ou nos Estados Unidos, ou uma parte na Europa e particularmente já assentada na Ásia, num processo de utilização de mão de obra.

Nós não temos, Senadora Lúcia Vânia, nenhum tipo de produção, no mundo, fora da Ásia, que trabalhe, por exemplo, com LCD e com plasma. Esse é um desafio que eu tenho feito inclusive ao nosso Governo. Por isso, quando nós tratamos de TV Digital, todo mundo dizia para trazermos uma fábrica de chip para cá. Não é assim que a banda toca! Somente na Ásia, temos em quatro lugares, todos na Ásia. Vou repetir, na Ásia. Não há nos Estados Unidos, não há na Europa.

Portanto, esse não é um mercado qualquer. Estamos disputando, Senadora Vanessa, a questão de infraestrutura, por exemplo, para a fabricação de *tablets.* O central do *tablet,* o seu coração principal é o *chip,* que não é fabricado no Brasil. O segundo processo de

fabricação do *tablet* mais importante é a tela. O LCD e o plasma, não temos, vou repetir, fora da Ásia. Por escala, por mercado, por uma série de questões, inclusive do ponto de vista do que é a matéria prima para produção disso.

Então, estou colocando isso para a senhora porque esse é um debate central da infraestrutura. E eu tenho mergulhado nesse assunto com intenção efetiva da gente interferir no processo e não ficar aqui toda vez comemorando decisão que a Anatel, que Aneel ou que a ANP tomam acerca de utilização de determinados níveis de ferramentas ou para pesquisa ou para ativação.

Para que a senhora tenha uma ideia, do ponto de vista da pesquisa, a Bahia tem uma pequena empresa ousada, que se chama MFX, que concorre hoje, nada mais, nada menos, nas licitações da Petrobras com a Halliburton. E não é numa área qualquer, é em uma área de cabos de comando de alta profundidade. Estamos falando de cabo. Hoje, o pré-sal fala em sete mil metros abaixo da lâmina d'água, sete mil metros.

Então, esses cabos de telecomando têm que ter flexibilidade e, principalmente, qualidade, assegurado isso.

Esses rapazes da Bahia fizeram isso num quintal. Foram crescendo, especializaram-se. É uma área extremamente restrita no mundo dessa utilização.

Só que isso tem todo esse parâmetro de legislação, que, nesse caso específico, envolve Centro de Pesquisa da Petrobras, ANP, Ministério da Ciência e Tecnologia. Estamos falando de infraestrutura.

Então, estou solicitando isso a partir dessa possibilidade efetiva que deve ocorrer, agora, de 22 a 27, se não me falha a memória, uma experiência, no Ministério, de cobertura, usando 450 megahertz, na Suécia. No mundo, isso existe, hoje, na Rússia, na Suécia, no México, na Argentina, no Paquistão, nas Filipinas.

Tive oportunidade de discutir isso com o Ministério do Paquistão. Tive oportunidade de conversar recentemente com as pessoas da Índia e também do México. Portanto, conheço as experiências que têm sido desenvolvidas particularmente no Paquistão e no México.

Fui uma das pessoas que fiz muita pressão para que o Ministério das Comunicações pudesse mudar o eixo da licitação e, ao mesmo tempo, ver essa experiência. Mas alguém pode dizer sim, mas a Suécia, o Paquistão se assemelha territorialmente na utilização. O México tem uma dimensão também muito maior do ponto de vista territorial do que a Suécia. Há um experiência na Suécia, que completa essa questão que envolve tamanho ou dimensões continentais como o nosso País, que é o atendimento remoto.

Na Amazônia, não tenho, em diversos lugares, só aglomeração de cem pessoas. Na Bahia, idem. V. Exª deve ter isso também em Goiás, várias pessoas que moram dez, quinze, vinte quilômetros de centros de distritos. São pessoas que vivem em suas propriedades. Essas pessoas estão condenadas, a Luz para Todos tem até chegado nesses lugares, mas não chega a voz para todos. Esse é que é o debate.

Então não adianta falar em inclusão, e eu estou falando de trinta milhões de brasileiros que vivem nessa situação. E essa experiência, usando uma faixa de frequência menor, quanto menor a faixa de frequência, maior o seu raio de abrangência, portanto, menor a necessidade de utilização de infraestrutura. Uma torre de 450, por exemplo, cobre algo em torno de um raio de 30, 40km. Uma torre de celular que opera em célula, ela cobre um raio de, no máximo, 4km.

Portanto, esse é um debate importantíssimo. É importante que a nossa consultoria tenha a possibilidade de acompanhar isso. Daí o motivo do requerimento é que eu particularmente não gostaria de ir para ver essa experiência, recebendo passagem ou ajuda de quem experimenta isso, ou mesmo do Governo Sueco, ao qual, inclusive, não solicitei nenhum tipo de financiamento. Acho que o Senado tem obrigação de financiar isso. Se não tiver, na minha opinião, é complicado você promover determinadas expedições ou, eu diria, missão nesse sentido em que algum interessado em participar de processo licitatório no Brasil financia a viagem de Parlamentares ou de membros deste Parlamento.

Estou aqui aproveitando este momento fazendo este requerimento a V. Exª no sentido de que nos permita, em havendo essa possibilidade, participar ou como Senador, ou pelo menos, com membro da Consultoria desta Casa entre os dias 22 e 27 , se não me falha a memória. A ideia é visitar uma experiência que tem espalhadas o atendimento e aí depois algumas reuniões envolvendo o processo de legislação que regulou isso, tanto para esse Estado específico, como da própria Comunidade Europeia que tem tomado decisões importantes para a utilização em toda a Europa da faixa de frequência. Agora, por exemplo, a comunidade europeia tomou a decisão de que até 2015 deve eliminar toda e qualquer taxa de *roaming* que é uma experiência vital para nós. O deslocamento de qualquer cidadão usando uma estrutura de celular e, também, a obrigação de compartilhamento de infraestrutura. Isso temos na Lei Geral de Telecomunicações, mas não foi regulamentado e não está sendo cumprido. Eu não vejo as empresas compartilharem infraestrutura.

Então é nesse sentido que faço esse requerimento a V. Exª sobre a possibilidade de esta Casa autorizar a nossa participação nessa missão entre os dias 22 e 27 de julho à cidade de Estocolmo, provavelmente terão outras, a ideia não é Estocolmo são outras regiões.

Mas acompanhando o Ministério das Comunicações que deve mandar o seu Secretário Nacional de Telecomunicações e mais alguns técnicos para analisarem essa experiência e, na volta, deve ser aberto o processo licitatório, no Brasil, para operadores nessa área.

Era isso, Srª Presidente, muito obrigado e desculpe-me pela demora, mas fiz questão de dar um quadro geral da situação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco PSDB – GO) – Muito obrigada pela explicação.

Senador Walter, nós temos que dividir em duas ações. Primeiro, o apoio dessa Comissão ao requerimento de V. Exª. Em seguida, submeter esse requerimento à Comissão de Relações Exteriores que é quem permite esse tipo de ação fora do País. Portanto vou submeter à votação a aprovação desta Comissão a iniciativa de V. Exª.

A iniciativa, eu acredito, seja louvável, importante para esta Comissão. E a própria Comissão, através da Secretaria encaminhará à Comissão de Relações Exteriores a solicitação. Se não for possível, a presença de um Senador, que vá um Consultor da Comissão para acompanhar essa expedição.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a solicitação do Senador Walter Pinheiro, permaneçam sentados.

Aprovado.

O requerimento vai à Comissão de Relações Exteriores.

Vamos aproveitar para solicitar à secretaria que encaminhe, ainda agora, em regime de urgência, se bem que lá há um procedimento.

Solicitamos ao Senador Walter Pinheiro que formalize o convite para que a gente tome a iniciativa de encaminhar hoje ainda, porque, do contrário, não teremos mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Para encerrar o nosso trabalho, gostaria de dizer que finalizamos a nossa Comissão de Infraestrutura neste semestre com 28 reuniões, sendo que 11 foram audiências públicas e 67 projetos. Comunico também que, na parte da tarde de hoje, eu farei um balanço do trabalho da Comissão no plenário do Congresso Nacional.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Senadores pela presença.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 19 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia quatro de agosto de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da 1Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, José Pimentel, Marcelo Crivella, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Reditario Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 28ª Reunião, que é aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1200/2011, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, informando que, consoante o disposto no caput do artigo 99 da Lei 12.309/2010 (LDO 2011), o TCU deverá enviar ao Congresso Nacional informações referentes aos novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras constantes do orçamento da União de 2011, em até 15 dias após sua constatação com isso, esclarece que a continuidade das obras abaixo indicadas, de interesse dessa Comissão, implica, por conter os aludidos indícios, potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao erário: - adequação de Trecho Rodoviário – Divisa SE/BA – entroncamento BR-324/BA – na BR-101 – no Estado da Bahia, - obras de abastecimento de água em Alto Paraguai – MT; - obras de drenagem em Plácido de Castro – AC. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. O Senador Álvaro Dias propõe a inversão de Pauta, que é acatada. Antes da deliberação das matérias usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Cyro Miranda, Vanessa Grazziotin e Álvaro Dias. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011 – CI** de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Paulo Sérgio Passos, Ministro de Estado dos Transportes para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista

ISTOÉ, em sua edição de 20 de julho do corrente, mostrando que o ministro, quando exerceu o cargo interinamente em 2010, liberou R$ 78 milhões em créditos suplementares para obras que constavam da lista de irregularidades graves do Tribunal de Contas da União – TCU." A matéria é aprovada com retificação do texto da proposição de convocação para convite. **ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011 – CI** de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ÉPOCA, em sua edição de 25 de julho do corrente, que mostra funcionários da ANP cobrando propina para resolver pendências de empresas do setor de combustíveis junto ao governo." A matéria é aprovada. **ITEM EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO - REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011 – CI** de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, que "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta." A matéria é aprovada. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74 DE 2009**, de autoria do Deputado Deley, que "Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos." A Presidente designa como Relator "ad hoc" o Senador Vital do Rêgo, para fazer a leitura do Relatório. Após a leitura, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009**, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho, que "Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário." A matéria é adiada por ausência do Relator. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2010,** de autoria do Deputado Betinho Rosado, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária." A Presidente designa Relatora "ad hoc" a Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer a leitura do Relatório. Fica concedida vista ao Senador Walter Pinheiro, nos termos do §1º do art. 132 do RISF**. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2007,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de bebidas alcoólicas (Cide-Álcool)." A Presidente designa Relator "ad hoc"o Senador Lobão Filho, para fazer a leitura do Relatório. Usa da palavra para discussão o Senador Walter Pinheiro. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 – CI. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009,** de autoria do Senador Gim Argello, que "Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda." A Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador Lobão Filho, para fazer a leitura do Relatório. Usam da palavra para discussão os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin e Gim Argello. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI**.** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011,** de autoria do Senador Marcelo Crivela, que "Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências." A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lobão Filho, para fazer a leitura do seu Relatório. Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011,** de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação." A Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento de sua tramitação. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010,** de autoria do Senador Pedro Simon, que "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências." Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 9 – OFICIO "S" Nº 9, DE 2011,** de autoria do Governo do Estado do Ceará, que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art.

28 da Lei nº 11.079, de 2004, o processo de contratação da Parceria Público Privada para a reforma do Estádio Castelão, na cidade de Fortaleza, com informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei." A Presidente concede a palavra à Relatora "ad hoc", Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S" nº 9, de 2011, e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação, que inclui a recomendação de adoção do conceito de Copa do Mundo Verde, ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1 do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1.200, de 2011, do Vice-Presidente na Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, informando que, consoante o disposto no *caput* do art. 99 da Lei nº 12.309, de 2010, LDO 2011, o TCU deverá enviar ao Congresso Nacional informações referentes aos novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras constantes do Orçamento da União de 2011 em até 15 dias após a sua constatação. Com isso, esclarece que a continuidade das obras abaixo indicadas, de interesse desta Comissão, implica, por conter os aludidos indícios, potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao Erário.

São as obras: adequação do trecho rodoviário divisa Sergipe–Bahia; entroncamento da BR-324, Bahia, na BR-101, no Estado da Bahia; obras de abastecimento de água em Alto Paraguai, Mato Grosso; obras de drenagem em Plácido de Castro, Acre.

Passemos à pauta divulgada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu peço a V. Exª a inversão de pauta, dos itens 10 e 11, que são requerimentos de minha autoria.

Aproveito também para comunicar a V. Exª que estamos excluindo de um dos requerimentos a convocação do Ministro Lobão, mantendo apenas o convite ao Diretor da Agência Nacional de Petróleo.

Em relação ao outro requerimento, diz respeito ao atual Ministro dos Transportes também. Nós concordamos com as Lideranças do Governo de que seja na forma de convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – V. Exª será atendido. Não havendo nenhuma objeção do plenário, vamos promover a inversão de pauta.

Item 10 é um requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria só reafirmar a posição nossa aqui, inclusive consagrada na apresentação de requerimento. Nós também estamos incluindo um requerimento de convite ao Ministro das Cidades, Mário Negromonte, nesta Comissão, assim como o convite ao Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da ANP. Portanto, nós fizemos a mesma ponderação.

E aí, na mesma linha, nós gostaríamos que duas questões ficassem bem claras aqui: primeiro, é a transformação de convite e não convocação; segundo – e quero colocar muito para a Comissão isto –, é a marcação dessas audiências.

Srª Presidente, eu quero chamar atenção até por conta de que duas vezes nós já tivemos problemas aqui. A nossa opinião é que o funcionamento dessas audiências deve ocorrer no horário de funcionamento desta Comissão, que é quinta-feira pela manhã. Isso nos tem trazido problemas. Do contrário, nós queremos inclusive colocar no ato da aprovação essa questão, porque isso tem nos causado transtorno do ponto de vista do funcionamento aqui.

Estou falando em meu nome e, ao mesmo tempo, em nome do Senador Vital do Rêgo, com o qual também discutimos essa questão. E creio que os outros Senadores têm o mesmo problema.

Quando nós escolhemos uma comissão, buscamos até fazer essa escolha a partir de um calendário

que se encaixe e que nos permita participar de suas reuniões. Como cada um efetivamente às vezes participa de três – uns participam até de mais –, isso tem impedido que consigamos dar cobertura às audiências públicas que são feitas por esta Comissão. Nós inclusive temos participação na Comissão de Orçamento, e o Senador Vital do Rêgo é Presidente da Comissão de Orçamento. Eu, além de participar da Comissão, agora sou relator do PPA. Então, isso nos tem causado transtorno do ponto de vista, às vezes, de um requerimento de uma audiência pública que é feito aqui, de que gostaríamos de participar. E esses debates têm sido feitos geralmente fora do dia marcado para esta Comissão.

Então, sem nenhuma medida protelatória, V. Exª sabe disso, até porque, desde o primeiro momento, nenhum requerimento nesta Casa, de nossa parte, foi apresentado nesta Comissão, com medida que buscasse esvaziar a Comissão, tirar o seu quórum.

Eu até fiquei muito triste porque, em determinada época, alguns Senadores, e até V. Exª, chegavam a afirmar em plenário que havia uma manobra protelatória por parte da base do Governo. E, de certa medida – aí eu falo até em nome do Partido dos Trabalhadores, com propriedade, porque aqui o represento –, em nenhum momento nós agimos assim. Até no período do requerimento de apreciação da vinda do Sr. Pagot, do Dnit, tanto eu quanto o Senador Raupp – portanto, PT e PMDB – fizemos questão de chamar o Senador Blairo Maggi e comunicar-lhe que nós não tomaríamos nenhuma medida no sentido de evitar que a Comissão tivesse quórum para aquele processo. E até auxiliamos na busca do quórum, porque, se PT e PMDB não viessem para a Comissão naquela quinta-feira, isso não seria possível.

Então, quero chamar atenção. Nós temos interesse, não há nenhum problema. Acho que todo mundo até conhece a nossa postura ao longo de toda essa trajetória aqui no Parlamento. Não sou um sujeito diferenciado de ninguém, mas tenho uma postura que me move na direção das coisas públicas. E V. Exª é testemunha disso.

Quero lembrar inclusive do episódio do Ministro Palocci, em que eu, permanente e peremptoriamente, defendi que o Ministro viesse a esta Casa para se explicar, se ele devia explicações públicas. Portanto, não há de nossa parte nenhum tipo de obstáculo e tampouco nenhuma ação que evite a vinda principalmente de homens públicos que ocupam cargos na esfera federal.

Então, queria só chamar atenção, porque apresentamos esse requerimento, ontem, assinado por mim, pelo Vital do Rêgo, pela Vanessa Grazziotin, pelas lideranças da base, no sentido de que esses Ministros e, na outra ponta, o Sr. Haroldo Lima...

Neste caso em particular, não há nenhuma necessidade de transformação em convite, até porque não temos – aliás, é um erro – a prerrogativa de convocar um dirigente de agência. Podemos convocar um Ministro de Estado, mas não temos o direito de convocar um dirigente, principalmente das agências reguladoras ou agências executivas.

Então, eu queria fazer essa ponderação a V. Exª. Não me queira mal se estou fazendo isso de forma bem incisiva, no que diz respeito a esse funcionamento. Eu gostaria de frisar isso só para que tivéssemos a possibilidade de tratar essas questões mais tranquilamente.

Fiquei muito sentido em duas audiências aqui, porque elas acabaram acontecendo, Senador Cyro – e V. Exª me conhece, trabalhamos juntos em outras comissões –, e eu não pude participar de alguns debates aqui, de algumas audiências públicas, por conta disso.

Essa mesma postura nós temos assumido na Comissão de Ciência e Tecnologia, buscando fazer audiência no mesmo dia da Comissão, para exatamente não causar nenhum prejuízo e não impedir que participemos.

Então, eu queria chamar atenção para essas questões.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Apenas um instante, Senador Vital, eu gostaria de responder às questões do Senador Walter Pinheiro.

Em primeiro lugar, eu já recebi o requerimento convidando o Ministro das Cidades. Como V. Exª sabe, nós só vamos colocá-lo em pauta na próxima reunião. Em relação ao convite do presidente da agência, ele será colocado em votação hoje, porque já estava na pauta, por iniciativa do Senador Alvaro Dias, que retirou o convite ao Ministro Edison Lobão. Portanto, V. Exª, que é tão cioso do bom andamento desta Casa, sabe que não posso colocar em pauta o requerimento convidando o Ministro das Cidades.

Em relação às audiências públicas, elas foram feitas em outros horários, Senador Walter Pinheiro, porque testei fazê-las às quintas-feiras, mas, por mais de dois meses, não tivemos quórum aqui. Então eu me senti na obrigação de buscar outros horários para que esta Comissão não ficasse paralisada em função da premência dos temas que eram levantados.

Nós tomamos a iniciativa de promover, nesta Comissão, o debate das medidas provisórias relativas à Comissão de Infraestrutura quando elas entram na Câmara, para evitar o que aconteceu ontem – nós vamos discutir uma alteração na tabela de Imposto de Renda

em cima da hora, sem conhecer o que a Câmara havia proposto. Então, essa iniciativa foi tomada após se constatar que, por mais de cinco reuniões seguidas, na quinta-feira, no horário normal da Comissão, nós não tivemos aqui o quórum necessário.

V. Exª, eu tenho que dizer, tem sido assíduo na Comissão. Mas essa não é a norma geral de todos os Senadores. Daí por que eu me comprometo em fazer na quinta-feira as audiências públicas, desde que todos os Senadores também colaborem no sentido de que a Comissão tenha a presença de cada um.

Eu não posso permitir como Presidente desta Comissão, num momento tão grave como este em relação à infraestrutura do País, que esta Comissão permaneça totalmente omissa em relação aos temas levantados. Portanto, eu espero que V. Exª entenda a minha posição.

Em relação aos requerimentos, eu tenho tido uma luta aqui. V. Exª tem sido – eu tenho que dizer – um parceiro. Mesmo nas situações mais difíceis, quando se não um Parlamentar mas assessores do Governo não querem permitir a presença do quórum, eu tenho recorrido constantemente a V. Exª, que tem sido duro nisso, o que não é normal também em relação a outros Parlamentares.

Eu quero que V. Exª entenda que eu tenho tido uma preocupação muito grande com esta Comissão. Eu tenho trinta anos de vida pública, já presidi três comissões nesta Casa e jamais deixaria esta Comissão, num momento como este, totalmente omissa em relação ao momento que nós vivemos em relação à infraestrutura.

Peço a compreensão de V. Exª e entendo a sua preocupação. Talvez V. Exª seja um dos Parlamentares que possa fazer esse questionamento que foi feito aqui. Mas eu gostaria que todos que aqui estivessem pudessem fazer o mesmo questionamento de V. Exª.

Portanto, eu vou acompanhar a sua sugestão. Mas, se continuar como estava anteriormente, tomo a liberdade de promover as audiências públicas nos dias que eu achar conveniente. E V. Exª terá toda a liberdade também de tomar as providências necessárias, se isso não o contentar.

Passo a palavra agora ao Senador Vital do Rêgo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, peço também inscrição, logo após o Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente Lúcia Vânia, é só para, em nome da Liderança do Governo, dizer da concordância, primeiro, com relação à inversão de pauta para deliberação dos requerimentos feitos pelo Senador Alvaro. E quero agradecer a S. Exª a serenidade de transformar em convite o requerimento que convocava Paulo Sérgio Passos, Ministro de Estado para Assuntos de Transportes, e Haroldo Borges Rodrigues Lima, da Agência Nacional de Petróleo.

A exclusão do Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, se dá – e bem sabe e ponderado está o Senador Alvaro Dias – por força, efetivamente, de que o assunto não é atinente ao Ministério. Não há relação, nem vertical nem horizontal – hierarquização – com o Ministro. Mas o Ministro, ontem mesmo, ligava para mim dizendo que, tão logo precise a Comissão da sua presença, para discutir assuntos relativos à energia, enfim, aos assuntos de interesse da Comissão, ele, como Senador da República e conhecedor da importância do que é a Comissão de Infraestrutura para sua Pasta, virá sem nenhum problema. Está sempre às ordens da Comissão. Agradeço. Estamos acordados.

Com relação à posição de V. Exª, imagine, eu sou Presidente de comissão também no Congresso; eu e Walter Pinheiro sabemos como é duro o trabalho de arregimentar, de ir atrás do Parlamentar para dar quórum. Eu conheço bem e sei do esforço que a senhora está fazendo para deixar eficaz o trabalho da sua comissão. Por isso, tendo em vista problemas na quinta-feira, V. Exª tomou essa atitude que acho certa.

A ponderação do Senador Walter é de que no caso específico de requerimentos, digamos assim, mais delicados, em que é preciso a presença dos dois lados envolvidos, haja um acordo. E V. Exª tem sido extremamente flexível na condução desses entendimentos. Vamos esperar e tentar cumprir o que V. Exª deseja, de estar presente aqui nas quintas-feiras para acompanhar essas audiências públicas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Vital e quero dizer o seguinte: nunca coloquei um requerimento para ser votado fora do dia das sessões ordinárias. Já disse ao Senador Walter Pinheiro que aqui requerimento surpresa não entra. Então, a nossa atitude tem sido a mais correta possível em relação a isso.

Em relação ao Ministro de Minas e Energia Senador Edson Lobão, eu também recebi um telefonema dele explicando a importância de estar aqui na Comissão para tratar dos assuntos relativos à Pasta sob sua jurisdição. Entendi perfeitamente e acredito que se pondere que o centro do assunto está na ANP. Então, é mais do que normal que acatemos a sugestão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Lobão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu havia...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Então passo a palavra...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Desculpa! Há o Senador Cyro e a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas ele fará uma questão de ordem. Eu também vou fazer uma, enfim.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu queria apenas complementar as palavras do Senador Vital do Rêgo. Na realidade, agradecer o posicionamento equilibrado do Senador Alvaro Dias e desta Presidente, Senadora Lúcia Vânia, no sentido de compreender.

Eu vim preparado aqui para fazer uma explicação sobre o papel da agência, mas vejo que é inteiramente desnecessário. A ANP, como todas as agências, tem os seus mandatários por mandato. São órgãos inteiramente independentes dos seus ministérios; totalmente independentes.

No presente caso da ANP, o Ministro sequer indicou ou participou da indicação de quaisquer dos diretores daquela agência. Então, a ANP deve – se vier aqui – explicar o que ocorreu por meio daquela reportagem feita na revista *Época*. Mas o Ministro pouco teria a dizer sobre o assunto ali.

Ele havia também conversado comigo ontem, dizendo que gostaria muito de vir, numa oportunidade a ser acertada, a esta Comissão para falar sobre as atribuições do seu ministério e não sobre atribuições de um órgão que não tem nada a ver com o seu ministério. É coligado, mas é uma agência inteiramente independente.

Nesse episódio todo, eu apenas reforço a imagem que tenho do Senador Alvaro Dias e da Senadora Lúcia Vânia de ponderação e equilíbrio no sentido de realmente separar, não colocar no âmbito da política de oposição ou de situação, uma discussão tão séria como essa. E eu tenho obrigação de agradecer o posicionamento de V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda e depois a Senadora Vanessa Grazziotin. Ele foi inscrito primeiro. Desculpe-me, Senadora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, eu quero apenas corroborar com as palavras do Senador Walter Pinheiro.

Eu acho que acontecendo as sessões, essas audiências nas sessões regulares, V. Exª tem, Srª Presidente, muito mais argumentos para chamar à responsabilidade os Senadores que compõem esta Comissão. E todos nós temos como provar as nossas ausências, pois é constrangedor o que tem acontecido nesta Casa: constantemente, estão os convidados e, às vezes, apenas um Senador ou até nenhum Senador, como já aconteceu. Então, tem que haver um comprometimento.

É pena que não exista uma central para acolher, para fazer um banco de dados de todas as comissões, porque eu e o Senador Walter Pinheiro, por exemplo, tivemos obrigações com a CMO, as quais não poderíamos faltar de maneira nenhuma, votando, inclusive, a LDO.

Gostaria que V. Exª, que tem toda a prerrogativa, chamasse a atenção dentro do horário regimental desta Comissão. Caso contrário, mesmo que a V. Exª mude, sempre virão as contestações: eu não posso, eu sou presidente de tal comissão, nesse horário estou em outra, etc.

Então, quero deixar registrado o meu pedido de que, sempre que possível, quando não for de urgência urgentíssima, a reunião seja feita neste horário. E V. Exª pode cobrar, tem que dar o puxão de orelha nessa turma.

Obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, só queria fazer um adendo, antes da Senadora Vanessa Grazziotin, e dizer que o Senador Cyro é relator setorial da área de educação, indicado pelo PSDB, junto à Comissão Mista de Orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Obrigada.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em primeiro lugar, Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentá-la pela forma como vem encarando essas questões aqui, conduzindo-as nesta Comissão. Mas também quero lembrar que, na última reunião ordinária desta Comissão, antes do recesso parlamentar, debatíamos exatamente este assunto, sem que houvesse na Mesa nenhum desses requerimentos.

O tema do debate era exatamente este: vamos procurar fazer as reuniões de acordo com o que determina o Regimento. Nossa reunião, a reunião da Comissão de Infraestrutura, pelo Regimento da Casa, está marcada para quinta-feira. Salvo engano, todas elas têm os horários preestabelecidos no Regimento.

Em segundo lugar, vamos procurar fazer com que haja quórum. V. Exª tem visto o esforço de vários dos Senadores que aqui estão e alguns que não estão, enfim, o esforço que todos temos feito para estarmos presentes nas audiências e nas reuniões da Comissão.

Então, quero dizer que não há de nossa parte, que compomos a base de apoio do Governo Federal, os partidos políticos, e nem da oposição, qualquer divergência nesse aspecto. E não é porque temos reque-

rimentos sobre a mesa. Então, devemos garantir que se façam todas as reuniões na quinta-feira, conforme está predeterminado.

Em terceiro lugar, quero fazer uma solicitação a V. Exª e pedir o apoiamento do Senador Alvaro Dias, que apresentou um requerimento em relação ao item 11 da pauta, convidando o Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, para comparecer a esta Casa.

Na sequência, não na segunda-feira, mas posteriormente, foi apresentado outro requerimento, assinado por vários líderes do bloco de apoio ao Governo, inclusive o Líder do meu partido, Senador Inácio Arruda, que, infelizmente, não pôde estar nesta reunião, convidando também o Diretor Haroldo Lima. Mas há uma pequena diferença: o Senador Alvaro Dias sustenta e propõe que sejam tratados somente assuntos relativos a matérias publicadas pela revista *Época*. E no requerimento apresentado por nós, é solicitado que se discutam questões relativas à sua Pasta. Ou seja, dar a possibilidade de entrar em outros assuntos.

Tenho certeza absoluta que o objetivo da oposição é, de fato, apurar, entender o que está acontecendo e não prejudicar o trabalho de agências ou do Governo.

Vivemos um momento muito importante na área de petróleo do Brasil, e muito importante em todas as regiões, não só no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Espírito Santo, mas em todas as regiões do Brasil. E não é só em relação à questão do pré-sal; está bem além. Assim, se algum Senador ou Senadora quiser propor o debate sobre outro assunto, qualquer que seja, vinculado à Pasta, que possa fazê-lo. E que tramitem e sejam votados, Senador Alvaro Dias, Senadora Lúcia Vânia, Presidenta, esses dois requerimentos conjuntamente.

O ex-Deputado Haroldo Lima – e digo ex-Deputado porque ele foi meu líder por muitos anos na Câmara dos Deputados, fomos Parlamentares juntos – tem o maior interesse em vir, mesmo porque o que foi divulgado não é nada de novo. Trata-se de matéria já divulgada anteriormente e sobre a qual ele havia dado explicações. Assim, ele virá, com prazer, falar sobre esse assunto e sobre qualquer assunto que qualquer Parlamentar queira questioná-lo, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, algumas ponderações. Primeiramente, o convite ao Ministro Edison Lobão, tecnicamente, é correto. A Petrobras e a ANP integram a estrutura do Ministério de Minas e Energia, mas o estamos excluindo em função de entendimento com as Lideranças do Governo, exatamente porque entendemos não ter o Ministro Edison Lobão, neste caso, o que dizer. As denúncias veiculadas pela imprensa não passam por ele. São denúncias que se referem, especificamente, àqueles que atuam na Agência Nacional de Petróleo. Por essa razão, excluímos o Ministro Edison Lobão e não porque não componha o seu Ministério esta estatal, que é a Petrobras, e, portanto, a Agência Nacional de Petróleo.

De outro lado, na política de minas e energia, é evidente que há essa interação, e há uma hierarquização, obviamente. Mas, de qualquer maneira, estamos concordando com a exclusão do convite, neste caso, ao Ministro Edison Lobão, que poderá vir em outra oportunidade para outros temas.

Em relação à data desses depoimentos, eu até gostaria de discordar, embora não faça nenhuma solicitação de alteração do cronograma adotado pela Comissão em função das solicitações aqui havidas. Há casos excepcionais que justificam a reunião extraordinária da Comissão. Por exemplo, ouvir o Ministro dos Transportes justificaria; eu viria aqui na segunda-feira, se V. Exª determinasse um horário nesse dia, para ouvir o Ministro Bastos, dos Transportes, antecipando, para tentar solucionar o impasse que existe hoje, o mais rapidamente possível, porque isso é bom para o País. Portanto, viria na segunda-feira, como venho todas as segundas-feiras ao Congresso. Mas certamente todos viriam: os Parlamentares do Governo viriam e nós, da oposição, também garantimos que estaríamos aqui. Cyro Miranda, Lúcia Vânia e eu estaríamos aqui para ouvir o Ministro dos Transportes.

Mas não quero, de forma alguma, interferir no cronograma adotado pela Presidente depois que ouviu os Srs. Parlamentares. De qualquer forma, gostaria de expor esta opinião: há assuntos excepcionais que justificam a antecipação da reunião, e a reunião pode perfeitamente – e o Regimento possibilita – ser convocada extraordinariamente.

Era o que tinha a dizer e, mais uma vez, concordando com as ponderações relativamente aos convites que estão sendo formulados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 10 da pauta.

Requerimento...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone*.) – *(Inaudível.)* Isso beneficia o cara que não aparece aqui. Não dá. Não há acordo assim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu acho o seguinte: mesmo não sendo desta Comissão, eu vim várias vezes a ela.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone*.) – Eu sei. Mas imagine: um cara que não aparece aqui e apresenta um requerimento, determinando o dia para audiência dele. Ele não vem às

audiências normais e aí apresenta um requerimento querendo a audiência dele no dia que o satisfaz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, Sr. Senador, apenas manifestei a minha opinião no sentido de colaborar. Não fui intransigente em nenhum momento e não fiz nenhum apelo, nenhuma solicitação e nenhum requerimento. Apenas emiti a minha opinião, e a mantenho: há assuntos excepcionais que justificam reuniões extraordinárias. Isso não é novo na Casa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nós fizemos a extraordinária com o Pagot e achamos que era correto – desculpe-me, Srª Presidente –, pois tínhamos uma situação...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter Pinheiro, conclua para...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O que estou dizendo, Senador Alvaro Dias, até ajudando a Srª Presidente, é que, imaginem: um Senador que não vem aqui corriqueiramente, mesmo sendo membro da Comissão, Senador Alvaro Dias, no dia em que há uma audiência pública que interessa a ele – e não estou falando de requerimento de convite, de convocação, mas uma audiência pública sobre um tema, um debate importante que interesse ao Senador –, ele vem e acha que essa audiência pública tem que ser exatamente no dia que ele quer. Então, você beneficia, às vezes, o sujeito que não vem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse é assunto vencido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Perdoe-me, Senador Walter Pinheiro, não é esta a questão, não é isso que estou focalizando. Não estou me referindo a Senadores omissos, que não comparecem. Estou me referindo a assuntos importantes para o País, assuntos extraordinários, que são excepcionais, que podem, sim, justificar reuniões extraordinárias, até mesmo numa segunda-feira, dia em que muitos não gostam de trabalhar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone*) – Mas quinta é que o dia em que o Senador tem que estar aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente. Nós estamos aqui todas as quintas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passemos ao item.

ITEM 10
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor PAULO SÉRGIO PASSOS, Ministro de Estado dos Transportes para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 20 de julho do corrente, mostrando que o ministro, quando exerceu o cargo interinamente em 2010, liberou R$ 78 milhões em créditos suplementares para obras que constavam da lista de irregularidades graves do Tribunal de Contas da União – TCU.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Em discussão o requerimento.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidente, na realidade, eu acho que, assim como veio para cá o ex-presidente do Dnit, o próprio Ministro Paulo Passos se dispõe a vir. Requerimento semelhante a este já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Quero dizer o seguinte: conceitos e princípios não devem ser estabelecidos ou seguidos de acordo com a conveniência momentânea. Vejo hoje que muita gente critica muito, critica muito, mas que tinha um passado muito diferente do presente. Eu aqui não estou nominando ninguém, porque não quero fazer injustiça a ninguém, mas quero destacar a conduta de todos nós. Tenho certeza de que vamos aprovar esse requerimento por unanimidade. Isso tem que ser destacado. Isso tem que ser destacado porque é de interesse do Governo responder absolutamente tudo, para que possa seguir, continuar andando no desenvolvimento do PAC, no desenvolvimento das obras necessárias à infraestrutura da Copa do Mundo. É isso que nós queremos. É isso que V. Exª quer, Senadora. É isso que eu quero. É isso que espera o Estado do Paraná; é isso que espera do Estado do Rio Grande do Sul, Estados cujas capitais são subsedes da Copa do Mundo. Então, tenho convicção plena de que esse debate é bom.

E faço um apelo a V. Exª, Senadora, vamos marcar no dia, até para que possamos – nós temos um compromisso muito forte com esta Comissão – estar neste horário reservado à Comissão de Serviços de Infraestrutura, fazer no horário em que fazemos normalmente as nossas reuniões. Fica difícil numa terça. E repito: não digo isso porque temos uma audiência à nossa porta; já nos manifestamos a esse respeito. Se quisermos participar de uma audiência numa comissão, perderemos votações em outras. Isso é muito ruim para o desenvolvimento do nosso trabalho parlamentar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão o requerimento.

Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente, eu só queria fazer uma sugestão. Esta Comissão é uma das mais importantes desta Casa, Comissão de Serviços de Infraestrutura. Ela, pelo Regimento, segundo minha assessoria me comunicou, é para ser realizada na terça-feira à tarde, e não na quinta-feira de manhã. Portanto, a explicação para o fato de todas as nossas reuniões serem extraordinárias. Quinta-feira é um dia cruel. Estou vendo aqui, eu que sou acostumado na CAE, não há ninguém aqui na reunião. Imagino que toda quinta deva ser esse sacrifício aqui. Eu sugeriria a essa Presidência que estudasse a possibilidade – porque foi o Presidente Collor que colocou esta Comissão para funcionar às quintas-feiras de manhã – de retornar para terceira-feira, que é um dia nobre, no qual todos os Senadores, impreterivelmente, estão aqui, invariavelmente estão presentes nesta Casa, na terça e na quarta; quinta-feira, volto a dizer, é um dia muito cruel dentro do Senado.

Eu pediria a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, que estudasse, até discutisse com os meus colegas essa possibilidade de retornarmos para terça-feira à tarde, conforme o Regimento prevê.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lobão, nós fizemos a votação, no início da instalação da Comissão, e definimos que faríamos um teste em relação às quintas-feiras. Na verdade, ficou acertado que testaríamos as quintas-feiras. Mas, cheguei à conclusão de que, realmente, às quintas-feiras é muito difícil. E, além de quinta-feira, eu fazia as audiências públicas na terça-feira à tarde. Mas temos também, na terça-feira, uma dificuldade enorme, que é a Ordem do Dia. Muitas vezes começamos a reunião – V. Exª sabe que não começa às 14 horas, como gostaríamos que fosse –, e as audiências públicas se arrastam até muito tarde. Ao começar a Ordem do Dia no plenário, os Parlamentares têm que sair da comissão, deixando os convidados aqui, o que causa uma situação constrangedora.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Poderíamos colocar as audiências públicas para as quintas e as nossas votações normais nas terças.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Fiz todas as tentativas possíveis. Como há um acúmulo de comissões nesses dias todos, até quinta-feira – quinta-feira nós disputamos a audiência como a Comissão de Relações Exteriores –, fica difícil porque sempre que há uma sabatina que precisa de voto nominal, e os Parlamentares estão aqui e estão lá. É muito complicado na quinta-feira por isso. E audiência pública na quinta-feira não funciona. Temos uma audiência pública vazia, daí por que passei para terça-feira, quando consegui colocar um número mais expressivo de Parlamentares.

Veja V. Exª que tivemos temas muito importantes. Introduzimos a iniciativa de trazer ao debate temas relativos a esta Comissão que estavam em votação na Câmara, medidas provisórias. Isso tem que ser feito, às vezes, em dia fora do dia normal ordinário da Comissão. Fizemos isso com o trem-bala, fizemos isso com a RGR, e instalamos aqui uma série de debates sobre a renovação de concessões das hidrelétricas, tema que interessa ao setor. Fizemos um trabalho enorme em relação ao setor elétrico. E só fizemos isso tentando essa flexibilidade, porque do contrário nós não conseguimos. Há um acúmulo enorme de comissões, subcomissões, audiências públicas, que se torna impossível marcar um dia definido para uma audiência pública. Em geral, para que ela tenha realmente um efeito positivo, é preciso que você selecione as audiências públicas que estão sendo feitas e marque de forma que não venha a se acumular com outras.

É por isso que não tivemos uma rigidez quanto ao cumprimento do Regimento. Mas, uma vez que há esse clamor, vou testar e, se não der na quinta-feira, aí coloco novamente em votação para que possamos achar um caminho.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Somente para pontuar, porque fico bastante contente em ouvir a Senadora Vanessa dizendo dessa mudança de postura. O Governo realmente quer agora esclarecer todos os pontos, o que, até algumas semanas atrás, não era possível. Então, o recesso realmente ocasionou uma reflexão muito boa. Espero que daqui para frente continuemos sempre com essa postura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor EDISON LOBÃO, Ministro de Estado de Minas e Energia [aliás, já foi retirado], e convidado o senhor HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA,

Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ÉPOCA, em sua edição de 25 de julho do corrente, que mostra funcionários da ANP cobrando propina para resolver pendências de empresas do setor de combustíveis junto ao governo.

Em aditamento a esse requerimento, há o requerimento assinado por diversos Líderes, encabeçado pelo Senador Walter Pinheiro:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua Pasta.

Em discussão o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Os dois requerimentos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Os dois requerimentos, o do Senador Alvaro Dias e o do Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o primeiro requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o segundo requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito à Secretaria que entre em contato com os convidados. Assim que tivermos disponibilidade na agenda, comunicaremos aos senhores. Em princípio, será na quinta-feira.

ITEM 1
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2009

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.

Autoria: Deputado Deley.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2009, na forma do substitutivo que apresenta.

Solicitaria ao Senador Vital do Rêgo que fizesse a leitura como Relator *ad hoc.*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ele é terminativo, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É um projeto terminativo. Nós vamos fazer a leitura. Se não houver quórum, adiamos para a próxima reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Trata-se de projeto advindo da Câmara. O Deputado Deley é o seu autor. Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações dos aeródromos brasileiros.

Pergunto à Presidente se posso ir direto ao voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria a V. Exª que lesse o relatório para ver se conseguimos o quórum para votar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Farei isso, Srª Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 74, de 2009, que estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos. De autoria do Deputado Deley, a proposição tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) nº 4.464, de 2004.

No Senado Federal, a proposição foi enviada previamente às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto original, composto de sete capítulos, estabelece regras que visam à diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com aves nas imediações de aeródromos.

O Capítulo I trata das disposições gerais e das definições. O inciso I do caput do art. 2º da proposição define como Área de Segurança Aeroportuária (ASA) a área circular do território de um ou mais Municípios, definida a partir do centro da pista de pouso e decolagem, cujo uso e ocupação estão sujeitos a restrições especiais em função da natureza atrativa de aves das atividades propostas.

O Capítulo II – Das Medidas de Controle e Prevenção – estabelece como será determinado o perímetro da ASA e as restrições especiais que serão impostas dentro desse perímetro.

O Capítulo III – Das Infrações – descreve os diferentes tipos de infração.

O Capítulo IV estabelece as medidas administrativas cabíveis.

O Capítulo V determina as penalidades legais.

O Capítulo VI – Das Ações Extraordinárias e Emergenciais – determina procedimentos para que a Comissão de Controle do Perigo Aviário no Brasil – existe uma comissão com essa finalidade – submeta ao Ibama pedido de autorização de abates de aves que interfiram na segurança aérea.

Na CMA, foi aprovado substitutivo que resultou das discussões entre o Senador Jefferson Praia, relator do projeto na Comissão, e representantes do Ministério da Defesa.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Compete à CI, nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes aos transportes de terra, mar e ar. Por ser matéria em decisão terminativa, compete também opinar sobre a constitucionalidade e a juridicidade do projeto.

Com relação ao mérito, cumpre notar que a colisão de aviões com aves é um risco constante para o transporte aéreo em todo o mundo, sendo necessária a implementação de ações que diminuam a incidência desses acidentes. Portanto, o PLC nº 74, de 2009, representa um avanço com relação à segurança da navegação aérea, tanto civil como militar.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLC nº 74, de 2009, cuida de matéria cuja competência legislativa é privativa da União, conforme o estabelecido no art. 22, inciso X, da Constituição de 1988. Nesse caso, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Cumpre enfatizar que o substitutivo aprovado na CMA elimina, do texto original, os conflitos com a norma constitucional referentes à competência municipal de fiscalizar o ordenamento do solo urbano e ao dever do Poder Público de proteger a fauna, estabelecidos, respectivamente, nos art. 30, inciso VIII, e 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal.

Além disso, o substitutivo corrige as imperfeições do PLC nº 74, de 2009, no que tange à redação de normas jurídicas, conforme o estabelecido pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Entretanto, cumpre observar que o Ibama e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) apresentaram, após a aprovação da matéria na CMA, sugestões para aprimorar o projeto.

As alterações solicitadas buscam melhorar e clarear as definições e a terminologia, que foram acatadas.

Entendemos que as alterações solicitadas acima justificam a apresentação de um novo substitutivo à proposição original.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2009, na forma de um substitutivo fruto dessa interferência bem-vinda do Ibama e do Cenipa.

O Substitutivo está aqui, Sr. Presidente, com todos os seus termos, aperfeiçoado pelo Relator Ciro Nogueira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Votaremos a matéria na próxima reunião, uma vez que não temos quórum qualificado.

O item 2 da pauta tem como Relator o Senador Blairo Maggi, que não está presente. Retiro-o da pauta.

Passamos ao item 3.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2010

Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.

Autoria: Deputado Betinho Rosado.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010.

Observações:

1 - A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

2 - A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 28/04 e 12/05/2011.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que vai proferir o relatório como Relatora *ad hoc.*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Aprovado pela Câmara dos Deputados, vem à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010 (PL nº 6.834/2006 na Casa de origem), de autoria do Sr. Betinho Rosado, que *acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária*.

II – Análise

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabelece, no seu art. 13, que *as tarifas poderão ser diferenciadas em função*

das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários. Para identificar essas características técnicas e os distintos segmentos, é preciso, naturalmente, que sejam instalados equipamentos de medição. A legislação não esclarece, contudo, a quem cabe o ônus de instalação dos medidores.

Na prestação de serviços públicos, os custos associados aos medidores são, em regra, cobertos pelas concessionárias e depois ressarcidos pelas tarifas pagas por todos os consumidores. Só ocasionalmente essa regra não é observada e, geralmente, no intuito de beneficiar as parcelas da população menos favorecidas.

Diante desses argumentos e de muitos outros que estão escritos aqui, o Senador opina – e eu opino, como Relatora *ad hoc*, da mesma forma – que, tendo em vista a importância de se aplicar o mesmo tratamento na prestação de todos os serviços públicos, é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone*.) – Peço vista desta matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista concedida.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2007

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de bebidas alcoólicas (Cide-Álcool).

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1 - A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

Solicito ao Senador Lobão que relate a matéria como Relator *ad hoc.*

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, do Senador Garibaldi Alves Filho.

O art. 1º institui o novo tributo, nos termos da ementa, com o objetivo de promover a redução do consumo indevido de álcool.

O parágrafo único conceitua "bebida alcoólica", para os efeitos da nova lei, como aquela com teor alcoólico igual ou superior a meio grau Gay-Lussac até cinqüenta e quatro graus Gay-Lussac.

O art. 2º vincula os recursos do novo tributo ao financiamento de ações de controle e combate ao alcoolismo e do consumo abusivo de bebidas alcoólicas, ressalvando que os recursos não poderão ser usados para fins publicitários.

O art. 3º estabelece que o produtor e o importador de bebidas alcoólicas, pessoa física ou jurídica, são os contribuintes do tributo.

O art. 4º dispõe sobre o fato gerador, as operações de importação e de comercialização no mercado interno de bebidas alcoólicas, realizadas pelos contribuintes referidos no art. 3º.

O § 1º determina a não incidência do tributo sobre as receitas de exportação, para o exterior, dos produtos.

§ 2º estabelece que o tributo devido na comercialização de bebidas alcoólicas integra a receita bruta do vendedor, o que não deixa margem para dúvidas futuras sobre a base de cálculos de outros tributos incidentes sobre a receita bruta.

O art. 5º fixa a base de cálculo da nova contribuição.

O art. 6º estabelece suas alíquotas progressivas, de acordo com a gradação alcoólica do produto.

O art. 7º dispõe sobre os prazos de apuração e pagamento na comercialização no mercado interno. A apuração será mensal e o pagamento deverá ser realizado até o último dia útil da primeira quinzena do mês subseqüente ao de ocorrência do fato gerador.

O art. 8º prevê a possibilidade de redução dos valores pagos a título da Cide-Álcool nas etapas anteriores de comercialização e na importação, por ocasião da venda.

O art. 9º estabelece a isenção da contribuição sobre a receita dos produtos vendidos à empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação para o exterior.

O art. 10 elege como responsável solidário pelo pagamento do tributo o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação.

O art. 12 dispõe sobre a sujeição do tributo às normas relativas ao processo administrativo fiscal, previstas no Decreto nº 70.235, e subsidiariamente às disposições da legislação do imposto de renda.

O art. 13 é a cláusula de vigência que contém as devidas cautelas em relação à anterioridade e à noventena, previstas nas alíneas *b* e *c* do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Não foram apresentas emendas à proposição no prazo regimental.

II – Análise

Chega a esta Comissão, onde terá a sua constitucionalidade e juridicidade adequadamente analisadas.

Foram respeitadas as regras para a elaboração e alteração das normas dispostas na Lei Complementar nº 95. Contudo, acreditamos ser relevante a razão que levou o Senador Marcelo Crivella a sugerir a emenda, propondo alteração do nome da contribuição para Cide-Bebidas Alcoólicas, motivo pelo qual a endossamos, nos termos da emenda apresentada ao final. Efetivamente, além de não incidir diretamente sobre o álcool, a nova contribuição pode vir a ser confundida com a Cide-Combustíveis, que incide sobre o álcool etílico.

Ademais, apresentamos emendas de redação para corrigir falhas no art. 11 do PLS.

Diante disso, o aumento da tributação no setor de bebidas alcoólicas, visando a desestimular o seu consumo, deve ser feito de maneira cuidadosa, para que não seja ineficaz. No atual momento da economia brasileira, parece haver espaço para aumento de preço via tributação, tendo em vista informações de que o consumo de bebidas alcoólicas tem crescido.

Realmente, recente notícia vinculada pela imprensa informa que pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Supermercados mostrou que, em 2010, a alta na venda de cervejas, vinhos, cachaças e outras bebidas foi 15,1% superior em relação ao ano de 2009. Entre as bebidas, as mais vendidas foram as cervejas, representando 17,8% de aumento.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, com as emendas abaixo:

Emenda nº 1:

Substitua-se, em todo o texto do Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, a sigla "Cide-Álcool" por "Cide-Bebidas Alcoólicas".

Emenda nº 2:

Substitua-se, na redação do art. 11 do Projeto de Lei do Senado nº 520, a palavra "respondem" pela palavra "responde".

Esse é o voto, Srª. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT– BA) – Srª Presidente, eu quero discutir a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT– BA) – O objeto desta matéria é extremamente, diria, não só pertinente, como diria que a preocupação do nobre autor do projeto foi uma preocupação correta, inclusive no sentido de debater o assunto.

Obviamente, a relação conosco, da Infraestrutura, eu diria até que está muito mais associada ao fato do desdobramento e aplicação dessa contribuição do que efetivamente a sua gênese. Talvez tenha sido essa a compreensão de quem solicitou a passagem por aqui, por esta Comissão, no que diz respeito, principalmente, ao fato de termos utilizado nos últimos anos, principalmente em Estados como os do Nordeste, a Cide como elemento de investimento na infraestrutura. Esse foi o princípio adotado no que diz respeito, de maneira bem direta, à associação dos combustíveis com a necessidade de que o que ele põe para rodar, e rodar em boas condições, em estradas e coisas do gênero.

Acho que há aspectos que mereceriam de nossa parte outro tipo de acuidade. Apresenta-se, por exemplo, na própria questão da base de cálculo, nas operações de comercialização, o processo que envolve, principalmente, a natureza da pessoa jurídica importadora, quer dizer, o que adquire mercadoria de procedência estrangeira. Portanto, são aspectos que, de modo direto e sem um debate mais aprimorado, acredito necessitaria de certo nível de junção com outras medidas de caráter econômico e até a preocupação no que diz respeito à nossa esfera econômica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A matéria, Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT– BA) – Irá para a CAE.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela vai a CAE, em decisão terminativa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT– BA) – Esse é um dos motivos por que eu não vou me opor aqui à tramitação dela. Em que pese eu não ser membro da CAE, esta é uma matéria, na minha opinião, fundamental para discutirmos, principalmente a partir da relação dessa incidência – e falo não da contribuição de incidência, mas da incidência da contribuição – nos orçamentos dos Estados. Falo até com certo nível de experiência, Srª Presidente, porque esse foi um debate que, no ano de 2008 e 2009, principalmente a partir da crise de 2008, com seu impacto em 2009, foi um objeto de extenso debate dos Estados com a União, a antecipação. Houve uma queda brutal, Senador Lobão, na Cide com relação aos Estados, e isso provocou, principalmente no período de crise, um nível de enfrentamento brutal entre as secretarias de fazenda e o nosso Tesouro Nacional.

Portanto, é uma matéria que compõe um arcabouço de taxas, contribuições, que, nos últimos anos, tem sido objeto de uma disputa acirradíssima entre os Estados e a União. É óbvio que os Municípios têm perdido essa batalha, até porque na relação do velho e conhecido lema do mar e o rochedo e quem está no

meio, mas esse é um debate que mereceria um aprofundamento enorme.

Acho que pela própria vinculação com a CAE, na medida em que nós vamos ter que discutir o Fundo de Participação, na medida em que vamos discutir a modificação no FPM também, e não só no FPE, eu vou concordar com a aprovação da matéria para, efetivamente, tentar contribuir na Comissão de Assuntos Econômicos acerca das modificações que acho necessárias, além das devidas vinculações que esta matéria, em minha opinião, exige.

Eu iria pedir vista, mas vou aquiescer, concordar para que a matéria possa tramitar até a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação do Projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2.

O Projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009

Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2009, e da Emenda nº 1 - CI, apresentada pelo próprio autor, Senador Gim Argello.

Observações:

1 - A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

2 - A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 07 e 14/07/2011.

Pela ausência do Senador Delcídio do Amaral, S. Exª comunicou que poderia ser feito o relatório por um Relator *ad hoc*. Então, solicito ao Senador Lobão para ser o Relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente, sinto-me muito honrado em relatar este projeto do Senador Gim Argello pelo contundente impacto social que ele terá sobre toda a população brasileira.

Vamos ao Relatório.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 365, de 2009, que acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 365, de 2009, que visa a instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50 kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda. Para tanto, a proposição está estruturada sob a forma de dois artigos, modificando a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Com a introdução do inciso VI ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, cria-se mecanismo para financiar a gratuidade de até 50 kWh mensais de energia elétrica para os consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda que aderirem à sistemática de pré-pagamento da fatura, na forma da regulamentação da Aneel.

O § 10 acrescentado ao art. 13 desta mesma Lei impõe:

§10 – Sobre o consumo excedente ao limite estabelecido no inciso VI não será aplicado o desconto vigente sobre a tarifa de energia elétrica.

A matéria de autoria do Senador Gim Argello foi lida em plenário no dia 27/08/2009 e remetida a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura, a matéria foi recebida em 28/08/2009. O Senador Gim Argello, autor do PLS apresentou emenda que fixa em até 30 kWh a faixa de consumo que gera direito à gratuidade.

II – Análise

É dever do Poder Público buscar mecanismos que permitam avançar no caminho da redistribuição de renda no Brasil. Nesse sentido, aperfeiçoar a concessão de tarifa diferenciada para consumidores de baixa renda é uma missão para a qual o Congresso Nacional pode dar valiosa contribuição. Em um contexto regulatório de transparência cada vez maior, podem e devem ser continuamente aperfeiçoados os critérios de elegibilidade associados a esses mecanismos, bem como os instrumentos de fiscalização, que devem estar sob o foco contínuo da regulação e da modicidade tarifária.

O PLS nº 365, de 2009, em sintonia com um dos pilares do processo legislativo, inova. Ao propiciar condições para que o consumidor de baixa renda adira a um sistema de pré-pagamento da tarifa de energia elétrica e, com isso, possa receber, gratuitamente, a cada mês, os primeiros 50 kWh de energia, a proposição atinge o objetivo de criar opções para essa parcela da sociedade e contribui para a redução das desigualdades sociais.

A justificação apresentada dá sustentação à proposição, pois, atualmente, embora o consumidor de baixa renda seja beneficiado por descontos nas tarifas de energia elétrica, em face das dificuldades que enfrenta boa parte da população brasileira, a gratuidade dos primeiros 50 kWh teria um impacto muito mais significativo para os orçamentos mensais dessas famílias, atendendo a necessidade mínima de energia elétrica demandada por essas famílias.

Note-se que esse impacto positivo pode ser potencializado pela inovação que nos traz o PLS, permitindo a introdução da opção de pré-pagamento, tão bem-sucedida para a telefonia celular. Essa potencialização é proporcionada pela possibilidade de as famílias planejarem o quanto gastar com energia no mês.

Também acertadamente, a justificação da proposição enfatiza que essa gratuidade servirá como estímulo para as famílias mais carentes deixarem a clandestinidade e o universo dos "gatos", que teimam em expandir-se em nossas comunidades mais carentes.

Com isso, as concessionárias poderão, em vez de perdas de receitas, obter ganhos com a queda no furto de energia e com a segurança de receita advinda do pré-pagamento.

Por fim cabe ressaltar que o PLS nº 365, de 2009, oferece a coexistência de um novo sistema com o sistema atual, de tarifas escalonadas para os consumidores de baixa renda, permitindo que os consumidores que não desejarem aderir ao pré-pagamento possam continuar beneficiando-se das vantagens hoje disponíveis.

A Emenda, apresentada pelo próprio autor do PLS nº 365, de 2009, Senado Gim Argello, não afeta o intento contido no projeto de lei inicialmente apresentado. Ela traz alterações que visam, tão somente, aperfeiçoar o respectivo Projeto de Lei, ajustando o conteúdo às necessidades do setor elétrico e tornando mais claro os seus dispositivos.

Nesse sentido, a Emenda propugna alteração no inciso VI do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, acrescido pelo Projeto de Lei em epígrafe, em decorrência da regulamentação da Lei nº 12.212, de 2010, e de audiências públicas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, nas quais se apresentaram argumentos técnicos que recomendam a redução do limite do PLS nº 365, de 2009, de 50 kWh/mês para 30 kWh/mês.

Além disso, a Emenda propõe a modificação no § 10 do art.13 da Lei nº 10.438, de 2002, com o objetivo de reforçar a ideia de que, sobre o consumo que exceda 30 kWh/mês, não será concedido qualquer desconto ao respectivo consumidor de energia elétrica.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 365, de 2009, e da Emenda nº 1 – CI, apresentada pelo próprio autor, Senador Gim Argello.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PMDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Peço a palavra para discutir a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, quero louvar a iniciativa do Senador Gim Argello. É importante buscar facilitar com o pré-pagamento, mas discordo um pouco do relatório quando compara o sucesso do pré-pago com a relação benefício do consumidor, porque, meu caro Gim Argello, no pré-pago do celular, o brasileiro paga o minuto mais caro do mundo. Portanto, essa é uma preocupação importante de se ajustar a essa proposta aqui apresentada em três aspectos.

V. Exª inova no primeiro aspecto, no que diz respeito àquele que tem um pré-pago, mas tem a opção de também promover o nível de parcelamento, digamos assim, da conta. Isso é bom, mas, ao mesmo tempo, também pode jogar o consumidor na possibilidade de fatiar o que seria o benefício.

O segundo problema diz respeito a uma certa colisão no direito do consumidor: a interrupção do fornecimento de energia, uma vez que a própria legislação nos garante, mesmo que em situação de impossibilidade de honrar o pagamento, a obrigação da manutenção do serviço para todos os consumidores. Não há interrupção ou atitude imediata contra a ação de não pagamento. Isso para garantir a todo e qualquer consumidor a possibilidade de ter o fornecimento de energia. Aí ficaria exatamente essa margem, o pré-pago me jogaria numa situação de extrema colisão com esse direito, na medida em que ele pode fixar o meu limite máximo, o que na prática é uma interrupção, dos 30kWh para o consumidor. Então chamo a atenção para isso.

O terceiro e último aspecto é exatamente o valor da tarifa. A intenção de V. Exª foi corretíssima quando tenta facilitar para essa gente. Mas eu queria chamar atenção, nesse item particular, para dois aspectos

secundários. O primeiro deles é a capacidade de desembolso. Para lembrar, no Brasil nós adotamos uma política de pré-pagamento na telefonia celular, em diversas cidades, Senadora Vanessa, que tem militado muito nessa área, até pela sua juventude no movimento estudantil, no que diz respeito ao pagamento das tarifas de transporte com o devido subsídio para os estudantes. Os estudantes, às vezes, são obrigados a um processo de compra antecipada, portanto é um sistema pré-pago, de um bilhete para utilizar a rede pública, sendo que isso termina ficando amarrado naquele velho e conhecido dilema: o direito é por ser estudante ou só para ir à escola? O pré-pago termina condicionado a xis viagens; não dá o direito por ser estudante, mas para exercer a atividade de estudante no deslocamento só e somente só para a escola. É como se o estudante, para ir à praia, deixasse de ser estudante; para ir ao teatro, deixasse de ser estudante. Ainda que ele tenha direito a pagar a metade do valor dos ingressos nos estádios, no teatro etc., no seu deslocamento, ele perde o desconto, porque, naquele exato momento, não está indo à escola.

Estou fazendo essa comparação, Senador Gim Argello, para a gente entender exatamente a limitação do acesso ao benefício.

O outro item para o qual quero chamar a atenção é aquele que considero possível, nessa lei, aproveitando a brilhante ideia de V. Exª, trabalhar, na linha do escalonamento ou do parcelamento, um certo nível de redução, já que estamos tratando dos primeiros 30kWh, e a ideia de combinar isso com a própria tarifa social. Isso é importante porque se cria o ambiente efetivo. O sujeito que tem dificuldade... Imaginem as famílias de baixa renda. Vamos pegar o exemplo de um trabalhador que é agora microempreendedor individual, que, no passado, a gente chamava de ambulante, de mascate, de tudo quanto era nome. Esse sujeito, o ambulante, vive com o dinheiro que ele arrecada no dia. Então, essa possibilidade de ele ter o pré-pago é importante, porque, no dia em que ele consegue juntar o dinheiro, ele pode antecipar o pagamento. Dinheiro na mão de quem tem pouco não espera na poupança, mas vai para a pança. Então, é diferente. Se o dinheiro está na mão, meu irmão, eu tenho de gastar.

Então, eu queria sugerir a V. Exª que buscássemos a oportunidade de ajustar essas questões na CAE, permitindo que, verdadeiramente – perdoe-me a ponderação –, possamos ir ao encontro da belíssima ideia de V. Exª. Precisamos ajustar esses pontos.

Estou falando isso, Senador Gim, porque sei como é difícil hoje, por exemplo, a situação de quem tem um sistema pré-pago no celular. O sujeito paga R$10,00, mas quero lembrar que ele paga uma tarifa muito mais cara do que todo e qualquer cidadão que tem um sistema pós-pago. É uma situação brutal. Vou repetir aqui e não estou exagerando: o minuto do pré-pago no Brasil é o minuto mais caro do mundo, e 80% dos celulares no Brasil – hoje, no Brasil, há mais celulares do que habitantes – são pré-pagos. Portanto, não é uma receita qualquer que o sistema tem. Esse sistema arrecada muita grana.

Nesse caso da energia, obviamente, com o Luz para Todos, a expectativa é a de que, cada vez mais, haja mais consumidores de energia, podendo chegar este número até ao mesmo número de habitantes existentes.

Eu queria concordar com a matéria, que vamos discutir também na CAE. Eu queria dizer tudo isso a V. Exª, que é o autor da matéria. Fiz essas ponderações ao meu companheiro Delcídio do Amaral, que é o relator da matéria e que nos pediu que deixássemos a matéria tramitar aqui, para que fizéssemos exatamente a ponderação em torno desses três itens na CAE.

Era isso que eu gostaria de dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de usar da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Humberto, a emenda do Senador Gim Argello ao projeto apenas institui a possibilidade da implantação desse tipo de modalidade tarifária. Acho que nós dois, juntos, como a ideia é muito boa, devemos pedir uma audiência pública na CAE, para debatermos mais a aplicação da ideia. V. Exª se refere à regulamentação, à maneira como devemos aplicar isso, para que não haja interrupção de energia elétrica, para que a questão seja apenas tarifária.

V. Exª também levanta um assunto que é de grande interesse do Brasil e que é uma distorção que está acontecendo agora na nossa sociedade: como é possível que a população pague antecipadamente, à vista, por um serviço e que esse serviço seja mais caro do que aquele que é pago depois da prestação dele? Comparo o uso do telefone pré-pago ao do telefone pós-pago. Só consigo entender isso como usura absoluta, como usura comercial das prestadoras de serviço em telefonia. Não consigo achar um motivo técnico que justifique um cidadão brasileiro pagar antecipadamente a conta e pagar o minuto mais caro. Nem quero entrar no mérito de ser o minuto mais caro do mundo, mas comparo isso apenas ao minuto que ele paga no final do mês. Como é possível isso? Quer dizer, eu, como cliente, pago antecipadamente, à vista, em dinheiro,

e estou pagando uma tarifa mais cara do que aquele que vai pagar ao final do mês. Não consigo entender isso. Não quero exagerar nos termos, mas o motivo, para mim, é usura econômica.

Convido V. Exª a, junto comigo, fazer um projeto de lei que impeça essa prática que, eu diria, é predatória aos bolsos do cidadão brasileiro. Não podemos instituir preço de tarifa telefônica, mas podemos criar uma lei que diga que não é aceitável que uma tarifa pré-paga seja superior a uma tarifa pós-paga, até porque isso não tem lógica. Então, convido o meu colega Humberto a discutirmos depois o assunto...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Humberto Costa não está aqui na frente. Está em outro canto.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Perdão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sei que é gente boa, do PT também...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Perdão, perdão, Walter. Estou com Humberto Costa na cabeça...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, tranqüilo; não há nenhum problema.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Então, convido o meu amigo Walter Pinheiro para que nós possamos, juntos, discutir este assunto e estabelecermos, em conjunto, um projeto de lei que possa dar aos brasileiros a capacidade de verem diminuídas suas contas telefônicas, que hoje é um elemento significativo no orçamento de qualquer família brasileira.

Mais uma vez, perdão, Walter, mas é porque eu estava com o Humberto, ontem de manhã, conversando comigo na comissão. Perdão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para o conhecimento de V. Exª, esse debate foi aberto pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós estamos fazendo esse debate, inclusive provocado pelo povo do Amazonas, que é um povo sempre aguerrido, como o nosso Presidente e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Mas o nosso Presidente abriu esse debate na Comissão de Ciência e Tecnologia para que a gente pudesse fazer exatamente a discussão dessa mudança do modelo tarifário nessa área, não só do pré-pago, mas também que a gente pudesse interferir, efetivamente, nessa distribuição dos valores, envolvendo o pré, o pós e a telefonia fixa. Foi, inclusive, o que levou a gente a incluir, nesse último período, as tarifas que acompanham os serviços de telefonia hoje, na medida em que nós não temos mais voz, as tarifas de dados.

Só para encerrar, Senadora Lúcia Vânia, Senador Lobão, acho que é importante para que as pessoas tenham ideia disso. Agora, imaginem o sujeito que, no pré-pago, utiliza a sua mirrada contribuição para falar, quando ele tenta acessar qualquer *site*, tenta utilizar dados pelo seu celular, os seus créditos vão embora na velocidade da luz.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Nem conseguem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se fosse na velocidade que as empresas fornecem banda larga, ele estaria até tranquilo – que é meio "lerdox" –, mas é na velocidade da luz que os créditos vão embora.

Então, esse é um debate que nós estamos fazendo na Comissão de Ciência e Tecnologia. Acho importante V. Exª se incorporar a essa questão, para que a gente possa produzir uma legislação que, de uma vez por todas, corrija essa distorção e elimine essa usura, e que a gente entregue um serviço condizente com a necessidade de o nosso povo ter acesso a informação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão.

Senador Gim Argello...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou ser rápida...

Senador, desculpe-me.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, se V. Exª me permite, porque acho que nós precisamos voltar.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero dizer que não apenas este tema tem que ser debatido em audiência pública, e fico tranquila porque, na Comissão de Assuntos Econômicos, isso ocorrerá, mas tenho outras dúvidas. A tarifa social de energia elétrica vem mudando com o tempo e sempre buscando o aperfeiçoamento. Se o debate mostrar que, de fato, esse projeto ajuda mais, amplia mais o subsídio a quem verdadeiramente precisa... É importante perguntar ao Senador Gim Argello se todos fazem parte. Todos, absolutamente todos? A forma como o programa usa o modelo hoje são aquelas pessoas inscritas nos programas sociais do Governo Federal, no Bolsa Família e tudo mais. E aqui eu quero dar um testemunho. Nós não moramos em Brasília, com exceção do Senador Gim Argello. Nós passamos uns dias em Brasília. Eu, há um tempo, pagava uma tarifa social, porque o meu consumo era pequeno. Isso mudou, porque se percebeu que pessoas que não necessitavam estavam usufruindo desse benefício.

Então, eu acho que a ideia é muito importante, tem que prosperar. Agora, vamos debater o caminho e isso ficará a critério e a cargo da Comissão de Assuntos Econômicos.

Cumprimento o Senador Gim Argello pela preocupação e pelo projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senadora Lúcia Vânia, primeiro, gostaria de agradecer. Agradecer à Comissão de Infraestrutura, agradecer ao Senador Delcídio, ao Senador Lobão, ao Senador Walter Pinheiro, e agora à Senadora Vanessa a sua contribuição. E quero dizer que todas essas dúvidas nós vamos esclarecer na audiência pública. E é muito bom que haja essa audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, porque todos esses pontos levantados têm uma forte argumentação a favor e contrária. Mas é muito bom que a gente faça essa lei para atingir, principalmente, quem merece, ou seja, os mais humildes. Não podemos deixar acontecer o que aconteceu com a telefonia. O que nós queremos aqui é que a pessoa que tenha consumo até 30 kWh, passou disso e falta um ou dois dias para terminar o mês, ele possa comprar um ou dois dias de energia. Sobre a interrupção – foi muito bem colocado –a interrupção se daria depois de 30 dias. No caso atual é de 90 dias. Mas, hoje, quando a energia é cortada, a pessoa, tem multa para religar, multa da conta, fica muito mais difícil para a família humilde. Então, vamos discutir isso.

Por hora, vou só agradecer, agradecer à Presidente Lúcia Vânia e vamos para essa audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero dizer também que na Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual tenho muito orgulho de ser Vice-Presidente, nós já estamos nesse debate sobre o minuto mais caro do mundo. Não faze sentido algum o mais humilde pagar mais caro. Não faz sentido algum. Esse debate da telefonia está em discussão na CCT, vamos dar continuidade e vamos realmente organizar, porque o espírito da lei não é para que tenhamos o minuto mais caro; ao contrário, é para que seja o mais barato.

Como muito bem colocou o Senador Lobão Filho, isso é um afã de ganhar dinheiro. Então, o que vamos fazer? Vamos aprovar esse projeto hoje aqui; agradeço desde já a cada um dos Senadores e vamos à audiência pública sobre esse tema do pré-pago energia e a liberação dos primeiros 30kW.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1.

O Projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

ITEM 6

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011

Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei nº 37, de 2011.

Observações: *1 - Matéria constou da Pauta da Reunião do dia 22/06/2011.*

Solicitaria ao Senador Lobão que apenas lesse o projeto, uma vez que não temos um quórum qualificado para sua votação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011, que altera legislação para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição por redes subterrâneas em cidades com mais de cem mil habitantes.

Srª Presidente, na realidade, eu preparei este parecer, mas eu quero alterá-lo. Entendo que é inviável a substituição da cabeação aérea por cabeação subterrânea, mas acredito que esse é um serviço que deva ser feito nas próximas instalações. Então, eu quero alterar meu relatório, incluindo uma emenda que diga exatamente isso. Então, eu pediria a V. Exª que retirasse de pauta agora para que eu possa refazer o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Retirado de pauta para reexame.

ITEM 7

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, com uma emenda que apresenta.

Observação: *1 – A Matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Relatório.

Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda. O projeto tem os seguintes objetivos:

i) introduzir § 3º no art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para obrigar a aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo Social no desenvolvimento da educação. Desses 50%, no mínimo 80% deverão ser destinados à educação básica e infantil.

Srª Presidente, vou interromper rapidamente a leitura e pedir a permissão de V. Exª para comunicar as presenças das seguintes pessoas: André Luiz Vital Costa, diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes; e Patrick Lima, Diretor de Esportes da UNE. Vez que estamos analisando um projeto vinculado à educação, esses dirigentes queridos, não apenas meus e de V. Exª, mas de todos os Senadores e Senadoras, estão prestigiando aqui a nossa reunião.

O outro objetivo do projeto é alterar a redação do parágrafo único do art. 51 da referida lei, para permitir que o Poder Executivo, sem necessidade de lei, possa gastar recursos correspondentes ao principal do Fundo Social.

Na justificação, o Senador Inácio Arruda enfatizou a importância de ampliar os recursos destinados à educação como pré-requisito para melhorá-la qualitativa e quantitativamente. Lembrou ainda que a proposta é consistente com o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, em tramitação no Legislativo, e com o objetivo proposto por movimentos sociais, como a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas, de elevar os gastos com educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Já em relação ao segundo objetivo do PLS, não houve menção explícita na justificação.

Além desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado, como V. Exª disse, tramitará por outras Comissões.

II – Análise

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) opinar sobre matérias pertinentes a recursos geológicos e outros assuntos correlatos.

Não há reparos a fazer no que diz respeito aos aspectos constitucionais e legais. Em particular, a iniciativa do PLS é legítima, pois dispõe sobre temas de competência da União, conforme o art. 48 da Constituição Federal...

Está me chegando, Srª Presidente, uma solicitação para que retiremos de pauta.

Depois da leitura, o que poderíamos fazer seria pedido de vista, mas estão solicitando que se peça, porque é uma matéria muito importante. V. Exª sabe tanto quanto eu, todos nós sabemos da importância da matéria. Aliás, em 2010, ano passado, tanto a Câmara quanto o Senado aprovaram, por larguíssima maioria, o projeto que definiu os recursos do Fundo do Pré-Sal. E, entre os itens aprovados, estava exatamente o estabelecimento de que no mínimo 50% dos recursos – que já era uma proposta do Senador Inácio Arruda – fossem para a educação, e, desse montante, 80% para a educação básica e infantil. Ou seja, a matéria já recebeu opiniões das duas Casas. Infelizmente, foi vetada pelo Presidente Lula, que alegou a necessidade de um maior debate em torno da matéria. Foi procurado por entidades, enfim, para dar início.

Então, acho que precisamos iniciar esse debate, mas com muita tranquilidade, com muita responsabilidade, porque, se a gente fala num novo Brasil que deverá ser construído, precisamos entender que a educação tem que ser o carro-chefe desse novo País.

E por que este debate aqui? – alguém poderia achar que seria só na educação; mas vamos discutir isso do ponto de vista da infraestrutura, quais serão as consequências, não é, Senadora?

Então, vou pedir a retirada do projeto, mas eu gostaria que V. Exª, se possível, acatasse um requerimento verbal que faço neste momento, para que realizemos uma audiência pública para debater este projeto de lei. Poderíamos convidar entidades ligadas à educação e, posteriormente, veríamos os convidados, e ligados ao desenvolvimento nacional; não só ligados à educação, mas também ao desenvolvimento nacional.

Seria essa a sugestão, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço Senadora Vanessa, e quero aqui registrar: a matéria foi distribuída em tempo hábil, e é extremamente constrangedor, Senadora Vanessa – e quero aqui chamar a atenção do Senador Walter Pinheiro para esse fato – , no meio de uma leitura, o Governo solicitar a retirada. Eu acho que isso tem se repetido constantemente, eu fui cobrada aqui, no início desta reunião, e é impossível...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – ...o Senador Walter Pinheiro iria pedir a retirada, não pediu, mas...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É impossível gerir e administrar uma Comissão nesse nível, porque, se a matéria tivesse sido colocada agora, tudo bem, mas a pauta foi distribuída com antecedência, no tempo hábil, no tempo regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Olha, Senadora, eu não o fiz e acho até estranho alguém estar dirigindo para mim o processo de retirada. Eu nem usei o microfone para pedir retirada e acho até que a Senadora Vanessa, que está querendo fazer o debate mais ao extremo disso, deva deixar a matéria ir embora da CI e faz o debate na CAE. Não tem nenhum problema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pode-se fazer na Comissão de Educação, o foro adequado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O projeto passará, ainda, pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Porque é impossível, é impossível administrar uma comissão desse nível.

Ela não vai para a Comissão de Assuntos Econômicos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vai à Comissão de Assuntos Econômicos! Está aqui no relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ah, sim, vai!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vai às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte.

Porque a minha preocupação era mais com um debate não restrito a educação, mas debater este projeto do ponto de vista da infraestrutura brasileira.

Então, Senadora, eu quero acatar a sugestão de V. Exª, mas continuo com a minha sugestão: poderíamos fazer uma audiência em conjunto com as Comissões de Infraestrutura, de Assuntos Econômicos, para debater a importância deste projeto para o desenvolvimento nacional. Não é somente uma questão econômica, mas uma questão de infraestrutura, de como a educação brasileira reflete na infraestrutura. Porque hoje nós temos problemas, problemas de mão de obra. A Presidente Dilma acabou de anunciar que 75 mil brasileiros e brasileiras deverão ir ao exterior brevemente para fazer cursos de especialização, principalmente nessa área de engenharia, que é a área básica da infraestrutura. A iniciativa privada vai conceder mais 25 mil bolsas. Mas não é somente esse nível de ensino; nós temos que pensar no ensino médio, inicial, para podermos chegar a esse grau de especialização.

Sendo assim, havendo consenso, vou dar continuidade à leitura do meu relatório. E ficamos assim: posteriormente, apresentarei requerimento à Comissão para que façamos o debate junto com a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, eu já falei da importância do projeto, que é exatamente o que contém o relatório, Srª Presidente; do fato de a matéria já ter tramitado tanto no Senado quanto na Câmara, matéria de igual teor. Infelizmente, não prosperado no Executivo, mas que devemos todos nós retomar o debate.

Então, diante disso tudo, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 138, de 2001, com a seguinte emenda, uma emenda ao art. 1º:

Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Do total dos recursos do FS destinados a financiar programas e projetos de que trata o *caput*, pelo menos cinqüenta por cento devem ser aplicados no desenvolvimento da educação pública, básica e superior, sendo que, desses cinqüenta por cento, no mínimo oitenta por cento devem ser destinados à educação básica.

Entendendo que a educação infantil já está englobada na educação básica, não há mudança efetiva de conteúdo, Senadora Lúcia Vânia.

Portanto, esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está retirada a matéria. (*Pausa*.)

Vai à Comissão de Educação?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O acordo que mantivemos foi de que, concluída a leitura do relatório, vamos votar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não foi retirada a matéria?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não foi retirada. Fizemos um acordo: votamos a matéria aqui e vamos encaminhar o debate na Comissão. Estou acatando, inclusive, a sugestão do Senador Walter Pinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação a matéria.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

O Item 8 foi retirado de pauta por solicitação do relator.

ITEM 9
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 9, DE 2011

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o processo de contratação da Parceria Público Privada para a reforma do Estádio Castelão, na cidade de Fortaleza, com informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.

Autoria: Governo do Estado do Ceará.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 9, de 2011 e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação, que inclui a recomendação de adoção do conceito de Copa do Mundo Verde, ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda. (*Pausa*.)

Como S. Exª não se encontra presente, pediria à Senadora Vanessa Grazziotin que lesse o relatório como Relatora *ad hoc*.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Srª Presidente.

Como V. Exª já referiu, o ofício trata do processo de contratação da parceria público-privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, para a reforma, ampliação, adequação, operação e manutenção do Estádio Governador Plácido Aderaldo Castelo, o Castelão, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para recebimento de partidas da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Também estão incluídas na PPP a construção, operação e manutenção de edifício de estacionamento de veículos, conforme recomendações da FIFA, e a construção e manutenção do edifício-sede da Secretaria de Esportes do Estado do Ceará.

O objetivo do pleito é o pronunciamento desta Casa sobre o cumprimento, pelo Governo do Ceará, dos limites e parâmetros contidos na Lei das PPP. Não há informações sobre outras PPP contratadas pelo Governo do Ceará.

Conforme a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 614, de 21 de agosto de 2006, a contraprestação básica devida pelo governo estadual configura-se simples despesa de caráter continuado.

Segundo tabela anexada ao ofício da Secretaria do Planejamento e Gestão, as contraprestações previstas para a PPP em tela comprometerão a receita corrente líquida estimada para o período de 2011 a 2018 em percentuais que variam entre 0,15% a 2,20%.

II - Análise

O compartilhamento almejado não encontra correspondência nas modalidades tradicionais de contratação de obras e serviços pelo setor público, disciplinadas pela Lei n° 8.666, que é a Lei das Licitações.

Do ponto de vista orçamentário, a contraprestação devida constitui despesa obrigatória de caráter continuado, a qual é definida, pelo art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Logo, para esta Casa, as PPP dos entes subnacionais não diferem do ato de recrutar pessoal permanente ou de expandir os serviços prestados, diretamente, pelo setor público. Em outras palavras, constituídas as novas despesas, caberá aos tesouros dos governos envolvidos prover, nos exercícios subseqüentes, a adequada cobertura orçamentária.

Assim, entendemos que não cabe a esta Casa aprovar ou desaprovar as contratações de PPP pelos entes subnacionais.

Exatamente por isso e por outras questões levantadas no relatório é que voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 9, de 2011, e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação, que inclui a recomendação de adoção do conceito de Copa do Mundo Verde, ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

O relatório é para que se tome conhecimento e se proceda ao arquivamento da matéria com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão para que esta tome conhecimento e proceda ao seu arquivamento com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

O projeto vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Não havendo nada mais a discutir, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia onze de agosto de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgaz, Antônio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Vanessa Grazziotin, Geovani Borges, João Alberto Souza, Reditario Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 29ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. É feita a inversão de pauta. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Waldemir Moka, que "Requer, nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA referentes ao cronograma de leilões relacionadas às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como a consequente publicidade do mesmo junto aos agentes do mercado." Usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Walter Pinheiro, Waldemir Moka e Delcídio do Amaral. Aprovado o requerimento. Por solicitação do Autor da matéria, o Requerimento é enviado à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2008,** de autoria do Senador João Pedro, que "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais." Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 5 – OFICIO "S" Nº 35, DE 2011,** de autoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que "Encaminha o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010" A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S' nº 35, de 2011 e proceda ao seu arquivamento. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2010,** de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco." Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74 DE 2009**, de autoria do Deputado Deley, que "Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos." Aprovado o Substitutivo por 12 votos Sim, nenhum não e nenhuma abstenção, fica prejudicado o Projeto. A matéria irá a Turno Suplementar, nos termos do Art. 282 do RISF. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009**, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho, que "Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário." A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do Relatório. O projeto foi rejeitado por 12 votos Não nenhum voto sim e nenhuma abstenção. **EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento do Senado Federal, que seja realizado um Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura acerca dos Royalties do Petróleo. Nesse sentido, é requerida a delegação de competências à Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, para proporem a referida agenda de debates e submetê-la às respectivas Comissões e posteriormente ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney." Usam da palavra para discutir os Senadores Walter Pinheiro, Francisco Dornelles, Waldemir Moka, Delcídio do Amaral e Wellington Dias. É aprovado, após entendimento dos membros da Comissão, o requerimento de autoria do Senador Francisco Dornelles, sendo adiada a deliberação da proposta do Senador Walter Pinheiro. A presidente informa que um grupo de Senadores membros da Comissão serão recebidos, quarta-feira, 17/08/2011, pelo Ministro de Estado de

Minas e Energia, Edson Lobão, para discutir a respeito da Renovação das Concessões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão se Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovada.

Gostaria, neste momento, de informar aos Srs. Senadores que o Ministro dos Transportes ontem entrou em contato com esta Comissão e estabeleceu o dia 16 de agosto de 2011, terça-feira, às 9 horas, para sua audiência pública aqui nesta Comissão. Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores que o Ministro solicitou antecipação, em função da sabatina que teremos de fazer de sete membros do Dnit. Então, eu achei que eram prudentes as ponderações, e acertamos que seria na terça-feira, às 9 horas.

Não havendo um quórum qualificado, nós sugerimos a inversão da pauta, para que possamos votar os projetos cujos Senadores estão presentes.

Se os Srs. concordarem, permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 6
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como a consequente publicidade do mesmo junto aos agentes do mercado.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Em discussão o requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, para discutir o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter Pereira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pereira era o parceiro lá de Moka.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está certo, desculpe-me.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Como o requerimento é de Moka, V. Exª deve ter se lembrado de Valter Pereira, que, nesta Casa aqui, no primeiro momento, se não me falha a memória, era o suplente de Ramez Tebet, e que era também uma figura, tanto o Valter – o companheiro Valter está vivo – quanto o Ramez Tebet, que nos deixou. Mas Ramez Tebet era uma das grandes figuras e teve papel importante num momento de crise no Senado. Eu era inclusive o líder do PT nessa época e acompanhei aqui a discussão envolvendo esses debates sobre a substituição inclusive da Presidência, que o Senador Ramez Tebet, àquela época, assumiu.

Srª Presidente Lúcia Vânia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu lembrava aqui ao Senador Moka que esta Comissão já fez inclusive um debate sobre essa questão. É de suma importância esse requerimento. Eu até acho que, a partir desse requerimento do Senador Moka, nós deveríamos fazer aqui não só uma audiência pública; acho que seria fundamental a vinda do Ministro, mas eu proporia que transformássemos esse requerimento numa jornada para a definição da questão das concessões que vencem em 2014.

Nós não estamos falando de uma coisa qualquer. Nesta semana, inclusive, houve até, por parte da Aneel, alguns posicionamentos públicos. Eu fiz inclusive uma crítica muito dura à Aneel sobre a possibilidade até de se reduzirem os leilões, Moka, de oferta de energia de fontes renováveis. O Ministério assumiu uma posição de manter. Vamos ter agora, dia 17, os leilões principalmente de eólicas, mas a renovação para 2014, Senadora Lúcia Vânia, como eu disse aqui, não é um negócio qualquer.

Eu vou inclusive dar o exemplo do meu pedaço, Senador Blairo Maggi, o Nordeste. Do potencial da Chesf, 90% terão que ser renovados. A média brasileira situa-se, em transmissão e distribuição, em torno de 82% e 68% a necessidade de renovação das concessões em 2014.

Há um questionamento jurídico. Eu, inclusive, Senador Moka, tomei a iniciativa de apresentar – e aí estou ouvindo o Ministério – uma proposta de emenda à Constituição, mas eu estou ainda – e acho que

é importante esse debate – querendo ouvir o Ministério e, principalmente, a área jurídica sobre se não há possibilidade de esse processo ser aberto via medida provisória ou um projeto de lei enviado imediatamente a esta Casa, a fim de que as tratativas, as condições sejam imediatamente iniciadas. Ninguém faz, Senador Blairo Maggi, V. Exª que é um conhecedor de infraestrutura – e essa é pior ainda –, a renovação de uma concessão dessas da noite para o dia. E outra: a instabilidade jurídica que isso gera, o conjunto de incertezas. Imaginem um operador como o de São Paulo ou uma Eletrosul; imaginem que tipo de posicionamento assumiria um operador desse porte diante das incertezas que vêm pela frente.

Portanto, esse é um tema extremamente delicado. O Senador Moka, na minha opinião, traz aqui esse debate de forma muito positiva.

Para encerrar, Senador Moka, eu sugeriria que nós fizéssemos esse primeiro debate só com o Ministro, até para aprofundarmos. Porque, às vezes, a gente forma uma mesa muito grande... Nós fizemos aqui com especialistas e representantes dos organismos, o que foi muito bom, mas seria importante nós fazermos com o Ministro para, primeiro, identificar essa questão. E eu sugeriria, Senador Moka, que a gente pudesse ampliar um pouco o seu requerimento e, num segundo momento, a gente fizesse com a Aneel, com a ONS – Operador Nacional do Sistema; e, num terceiro momento, com as empresas envolvidas nessa necessidade de renovação da concessão. Acho que seria importante que nós fizéssemos esse ciclo de debates aqui na Comissão, buscando, inclusive, solucionar o problema e dar o caminho para, de uma vez por todas, a gente instalar o processo em relação a isso; lógico, mantendo, meu caro Senador Moka, a possibilidade de concessões novas para completar o sistema, ou seja, tratar não só dessa questão das renovações, mas também da ampliação dos leilões para oferta de energia no Brasil.

Era isso que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, antes, Senador Moka, de dizer ao Senador Walter Pinheiro que a preocupação que S. Exª externou aqui é de todos nós aqui da Comissão. Nós fizemos aqui duas audiências púbicas mostrando a importância desse debate, e, no final do semestre, eu procurei o Ministro de Minas e Energia exatamente porque ficou faltando a última reunião que nós faríamos com o Governo, que seria com o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da Eletrobrás e o Presidente da Aneel. No entanto, eu ainda não recebi um sinal do Ministro no sentido de que S. Exª já poderia vir falar sobre o assunto.

Naquela ocasião, quando o procurei no final do semestre, S. Exª me disse que o Governo ainda não tinha uma posição sobre o assunto e que ele iria tratar dessa questão e, assim que tivesse maiores informações, entraria em contato com esta Comissão.

Na verdade, a preocupação externada pelo Senador Walter Pinheiro tem sido insistentemente manifestada por vários segmentos da área, principalmente da área de energia, mostrando a complexidade que é o leilão na área de distribuição, na área de transmissão, que é diferente da área de geração. Portanto, é um tema extremamente complexo. Todos que nos procuram argumentam sobre a necessidade de se abrir esse debate o mais rápido possível, porque não se faz, como o Senador Walter Pinheiro colocou aqui, uma renovação dessa envergadura em curto prazo.

Portanto, esse requerimento do Senador Waldemir Moka vem ao encontro da nossa preocupação.

Já solicitamos à Consultoria do Senado um estudo sobre a questão da constitucionalidade, porque há dúvidas em relação a isso. Alguns acham que a Constituição é muito clara, dizendo que terá que ser feito por meio de leilões, mas deixando uma brecha para a renovação.

Entre todos aqueles que puderam aqui expor seus pontos de vista, vimos, majoritariamente, a posição no sentido da renovação das concessões. Mas foi defendida aqui, veementemente, pelo presidente da Fiesp, Dr. Paulo Skaf, a realização de leilões.

Portanto, esse estudo sobre a constitucionalidade já está pronto aqui na Comissão e vamos passar aos Srs. Senadores para que os senhores tenham conhecimento dessa questão.

Temos sido também muito procurados pelos investidores, preocupados com essa questão, uma vez que o planejamento dessas grandes empresas se faz por longo prazo, e há uma incerteza.

Já sondei também a Casa Civil, no sentido saber se existe já alguma definição a respeito. Não obtive ainda resposta.

Portanto, esse requerimento é extremamente importante porque vem reforçar as iniciativas da Presidência.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Presidente Lúcia Vânia, na verdade, na última audiência pública, que foi feita em conjunto pela Comissão de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos – que, aliás, V. Exª aqui presidiu, e o Senador Walter Pinheiro também participou –, nós terminamos com uma conclusão: que nós faríamos um requerimento, assinado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Infraestrutura, que

seria endereçado ao Ministro de Minas e Energia para que ele pudesse dizer...

O que acontece? A lei que regulamenta – salvo melhor juízo, a Lei 10.848, de 2004 – fixa o marco regulatório e estabelece que, ao final do período de concessão por vinte anos, estão vedadas novas prorrogações. Ou seja, a União deverá realizar leilões para definição de novos concessionários. A legislação atual é essa.

Então, qualquer que seja a definição, precisaria, na melhor das hipóteses, que o Governo mandasse para cá, propondo alteração do texto. E foi por isso que eu pedi à Consultoria do Senado que se manifestasse a respeito dessa questão. A mim, que sou leigo, modesto médico, o texto é muito claro: depois de vinte anos, não tem mais direito à prorrogação. Agora, se vai haver prorrogação – e aí eu concordo com o Senador Walter Pinheiro –, eu acho que poderíamos fazer aqui uma série de debates, uma serie de audiências, ouvindo os segmentos envolvidos. E aí, Presidente, é importante, mais uma vez: nesse debate tem de estar presente também o consumidor, ou pelo menos os grandes consumidores de energia.

Por que eu digo isso? Para a gente estabelecer esse contraditório, porque eu ouvi do Presidente da Fiesp aqui, o Dr. Paulo Skaf, o seguinte: "Ora, uma usina que, por trinta anos, explora na forma de concessão e acha que ainda não teve o retorno do investimento não vai ter mais". Não é possível também um negócio desses.

E aí, é claro que, falando pelo consumidor, pela população como um todo, espera-se que, numa nova licitação, possamos estabelecer novos termos, e aí, quem sabe, baixar a tarifa de energia elétrica, que, no meu Estado, por exemplo, o Mato Grosso do Sul, parece que é a segunda maior tarifa do País. E isso daí traz um prejuízo muito grande, sobretudo para instalação de novos investimentos na parte da indústria.

Por isso eu acho esse debate fundamental, e o meu requerimento eu tenho a esperança de que possa, na verdade, ser avaliado – eu combinei com V. Exª – também pelo Senador Delcídio do Amaral, que disse e ratificou que temos um compromisso. E que possamos fazer aqui hoje com que esse requerimento chegue ao Ministro de Minas e Energia, no sentido de que seria uma solicitação das duas Comissões, da Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Moka, nós vamos aprovar seu requerimento aqui e, logo em seguida, vamos encaminhá-lo à CAE, para que seja aprovado lá também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É esse o combinado com o Senador Delcídio do Amaral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está o.k. Então, vamos à votação. Concordo inteiramente com V. Exª, só solicitaria a V. Exª e ao Senador Walter Pinheiro, que estão muito interessados no assunto, que os senhores fizessem uma agenda de disponibilidade do tempo para essas audiências públicas. V. Exª sabe que já ouvimos aqui os grandes consumidores, a Abrace já esteve presente aqui, já se colocou a respeito disso. É um tema sobre o qual, todos os dias, esses investidores estão no gabinete cobrando, eu já levei ao conhecimento dos líderes, conversei inclusive com o Senador Renan Calheiros, junto com o Ministro de Minas e Energia, levando essa preocupação para ele, e agora acabo de receber a informação de que o Ministro solicitou que gostaria de estar aqui em setembro, para falar do assunto. Eu acho que é razoável, porque ele estava aguardando uma posição da Casa Civil quando nós levamos esse trabalho ao conhecimento dele.

Agora, nesse meio tempo, na última reunião, ficou definido que faríamos uma reunião mais fechada entre nós, entre aqueles que estão interessados no assunto com esse consumidores, com os responsáveis pela operação, pela geração, pela distribuição e pela transmissão, para que a gente pudesse nos inteirar mais profundamente da complexidade do assunto.

Então, eu deixaria que V. Exª, junto com o Senador Walter Pinheiro – não sei se há interesse do Senador Blairo também...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Blairo, se não estiver interessado, vai ser convocado a estar, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, a gente poderia fazer essa reunião aqui internamente, independentemente de uma audiência pública, mais porque audiência pública já fizemos duas, com todos os segmentos: com os consumidores, com os responsáveis pela transmissão, pela operação, etc. Agora, essa reunião mais fechada seria para mobilizar um grupo de parlamentares para que a gente saísse a frente nesse debate.

Então, eu faria essa agenda com os senhores, para que possamos dar prosseguimento. E, em setembro, quando o Ministro chegar – temos pouco tempo, uns quinze dias só –, já teríamos formado uma opinião a respeito do assunto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A condução eu deixo a V. Exª, e, da minha parte, concordo com o encaminhamento que V. Exª está dando.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O.k.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, só uma coisa com que estou um pouquinho

preocupado: tudo bem, estamos falando em setembro, e hoje é dia 11 de agosto. Portanto, as coisas aqui funcionam mais... Uma semana aqui equivale a um mês. Mas estou preocupado, e acho que poderíamos – o Senador Moka, o Senador Delcídio – conversar com o Ministro Lobão, pois acho que seria importante nos abrir com ele, até porque temos essas pendências que V. Exª levantou muito bem: definição de Governo, qual é o melhor instrumento jurídico, qual é o melhor instrumento legislativo e tal. Então, era fundamental que a gente pudesse pelo menos disparar com o Ministro Lobão, ainda que ele voltasse em setembro com uma definição.

Eu temo que setembro nos jogue em outro problema, pois, a partir de outubro, a gente entra na Casa e debate sobre orçamento, sobre PPA, sobre não sei o quê, e aí a agenda vai se conturbando, e vamos tratar isso na base do afogadilho. Esse é que é o meu medo. E estou preocupado.

Quero mais uma vez salientar aqui, Senador Moka – eu estava com esse mesmo debate com o Senador Delcídio –, a preocupação desta Comissão com esse tema! Esse é o principal. Não adianta a gente ficar discutindo infraestrutura neste País, aeroportos, não sei o quê, e chegarmos em 2014 com o principal elemento de infraestrutura para essas áreas completamente estrangulado. E, no rigor da lei, é o que o Moka diz: teria que suspender todo mundo e começar do zero.

Então, a senhora imagine, por exemplo, chegarem alguns operadores, e nós dissermos: "Não há nenhuma garantia da sua renovação". E, por outro lado, a questão do consumidor, a expectativa que os consumidores têm de que, num processo de renovação e/ou de novas licitações, haja a possibilidade de se colocarem salvaguardas – inclusive aquele debate que fizemos quinta-feira passada.

Então, eu acho que mereceria de nossa parte, da Mesa Diretora desta Comissão, dos parlamentares que tivéssemos uma conversa com o Ministro Lobão e que ele pudesse abrir esse processo conosco ainda em agosto. E aí iríamos fazendo as tratativas. Se ele não tem a resposta imediata, pelo menos leva a apreensão e a preocupação em conjunto, porque acho que esse é o elemento central, Moka: o Governo já discutir conosco esse negócio, porque vem para cá.

Então, não adianta só preparar lá e mandar o pacote. E aí? Combinou com o *back* do lado de cá? É fundamental. Se ele quer agilidade nisso e não quer a nossa participação... Eu não acredito que seja isso, mas é importante que a gente acelere, porque isso é fundamental para todas as coisas que estamos discutindo de infraestrutura neste País, principalmente para 2014.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria, Senador Walter Pinheiro, se seria interessante, antes da vinda dele, marcarmos uma audiência e irmos ao Ministério, um grupo de parlamentares que estarão envolvidos com o assunto, para conversarmos com ele sobre essa preocupação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ótima sugestão. Seria bom.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, primeiro peço desculpas: eu estava lá na Comissão de Agricultura, por isso só cheguei agora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não vai adiantar nada. Você não vai irrigar nada sem energia. (*Risos*.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Exatamente. Mas eu acho absolutamente importante e urgente esse assunto que os Senadores Walter Pinheiro, Moka e Blairo estão discutindo. E, além do encaminhamento que foi deliberado na última reunião conjunta da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos, eu concordo com essa posição do Senador Walter de que precisamos fazer as coisas andarem. E precisamos nos antecipar, até porque isso vai vir para cá. E vou ser muito sincero: duvido muito daquela tese de devolver para a União, para a União leiloar; acho remota a possibilidade de isso acontecer. Agora, em prevalecendo a outra alternativa, que é a prorrogação, é preciso mudar a lei.

Agora, o importante é o seguinte: do ponto de vista da modicidade tarifária, como é que essa prorrogação das concessões vai ficar?

Então, acho que isso é urgente. Um grupo de parlamentares tem que se reunir para discutir esse assunto.

Presidenta Lúcia Vânia, quem compra energia deixou de contratar porque não sabe de quem vai comprar. E quem gera energia não vende porque não sabe se ele vai dispor daquela energia ou não.

Então, estamos numa situação complicada, e acho que temos que abrir mesmo essa discussão com o Governo. Não podemos deixar um tema importante como esse fechado a sete chaves, ninguém sabe o que está acontecendo... Isso não é só um problema do Governo; é um problema do País.

Assim, precisamos mudar esse procedimento e acabar com esse hermetismo, porque, afinal de contas, esse projeto vai ser discutido aqui, e, se fizemos essa discussão prévia, não tenho dúvida alguma de que a gente qualifica e facilita, mais do que nunca, a tramitação desse projeto aqui no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concordo, Senador Delcídio, e acredito que

V. Exª pode exercer um papel muito importante nisso. Eu tenho recebido no meu gabinete várias pessoas, vários investidores, pessoas ligadas a essa área que têm transmitido uma inquietação sem tamanho, porque, segundo eles, não tem havido nenhuma informação, não se toca no assunto.

E, terminado o semestre, procurei o Ministro para levar a ele essas preocupações. Eu disse: "Ministro, a coisa é muito séria, porque há uma inquietação, e não há informação de ordem alguma". E o Ministro foi muito sensível.

Agora, eu acredito que uma ida nossa em conjunto é mais forte, e eu vou solicitar audiência para que possamos fazer um apelo a ele. Sei da dificuldade, porque ele está aguardando uma posição do Governo. Ele não pode tomar uma posição isoladamente. Parece que o assunto está na Casa Civil, e ele estava aguardando. Hoje ele transmite à Comissão a vinda aqui em setembro. Mas o Senador Walter Pinheiro, acho que prudentemente, solicita uma audiência com ele antes disso, para que possamos levar essa inquietação, que está presente em vários setores. E aqui é a caixa de ressonância. Eu disse isso para o Ministro. A gente não deixa de receber esse tipo de pressão. Eu já procurei alguns líderes, transmiti essa nossa preocupação, mas eu acho que é preciso uma ação mais conjunta. E V. Exª, por ser da área, pode exercer um papel muito importante nessa decisão.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, só para dizer que o requerimento tem a motivação de dizer que, em havendo a prorrogação das concessões, nós temos de mudar o texto atual. E quanto mais cedo o Governo tomar a iniciativa, se é que já tem a decisão... E aí é que eu acho importante que possamos conversar e debater sobre isso, porque, salvo melhor juízo, estou dando a primeira passada de vista, mas a Consultoria do Senado eu acho que deixa claro que, do ponto de vista legal, tem que haver licitação.

Então, Walter, se vai haver prorrogação, tem que se mudar o texto da legislação. E ouvi aqui, na última audiência pública, que são necessários pelo menos 19 meses. É o tempo mínimo necessário para que se possa estudar essa questão, que, segundo o engenheiro eletricista Senador Delcídio, com larga experiência na área, é um assunto complexo.

Então, o meu requerimento é no sentido de que se agilize, de que o Governo receba isso. E o Ministro de Minas e Energia se propôs a vir aqui em setembro, mas quem sabe um grupo aqui, Senador Delcídio, possa conversar com o Ministro Lobão para que possamos começar a discutir esse assunto, porque ele é fundamental. E aí, realmente, embora, com humildade, reconheça que o meu conhecimento é muito limitado, mas com a angústia daquele que quer ver o País crescer e acha que a energia é uma questão fundamental, nós precisamos aqui, na Comissão de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos – estão aqui os dois presidentes –, quem sabe hoje já ter um contato direto com o Ministro de Minas e Energia. Eu me proponho a estar nesse grupo, e inclusive fui novamente... Esta semana o Dr. Paulo Skaf esteve no meu gabinete. "Olha, Senador, eu quero ver aquela sua posição lá de ir encaminhando."

Então, é nesse sentido o meu requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Olha, o Ministro já está respondendo. Ele se propõe a nos receber na terça, às 16 horas, ou na quarta, às 15 horas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quarta, às 15 horas, é melhor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quarta, às 15 horas, está bom para todo mundo?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para lembrar, Srª Presidente, que vamos ter votação nominal na terça feira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas a Ordem do Dia é somente às 16 horas.

Sendo quarta, não vamos demorar mais que meia hora. Acho que quarta é um bom dia.

Eu quero agradecer a presteza do Ministro...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas aí o Senador Delcídio, como é da CAE, poderia também verificar com a Ministra da Casa Civil a possibilidade de, na sequência, a gente também já conversar com ela. Acho que era bom, porque, afinal de contas, o papel técnico é das Minas e Energia, mas o legislativo e jurídico é da Casa Civil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, fica o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos responsável pela marcação da nossa audiência na Casa Civil, e nós definirmos o grupo de parlamentares para quarta, às 15 horas, com o Ministro de Minas e Energia.

Quero, nesta oportunidade, agradecer a presteza do Ministro, que não esperou que a gente solicitasse, já respondendo à nossa demanda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Parece até Ministro das Comunicações, porque está ouvindo, não é? Está literalmente ligado, está usando a rede de energia para as comunicações.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Olha, isso é competência da Dona Marta, que está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É verdade, o Ministro está muito bem assesso-

rado, porque eu brincava com ele, na semana passada, dizendo que ele tem um olho aqui que não desvia um segundo do que está sendo falado.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

O requerimento vai à CAE para que seja referendado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, eu só queria fazer um comentário sobre esse requerimento.

Esse requerimento reflete o que foi discutido com o Presidente Sarney. Se não estou enganado, é o requerimento dos *royalties* do petróleo, não?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. Esse é sobre as concessões.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ah, sobre as concessões.

Eu queria fazer uma observação, depois, sobre o outro requerimento. É que estou chegando agora, meio que atravessado aqui. Desculpe-me, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas nós queremos o referendo da Comissão de Assuntos Econômicos para encorpar bem o nosso pedido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, estou indo agora à CPI do Ecad, da qual sou relator. Eu sou também relator do Item 4 e confesso que, conversando com a minha assessoria, hoje, pela manhã, fiquei em dúvida a respeito de um ponto do projeto e pedi a retirada. Eu apresentaria esse parecer na próxima quinta-feira, sem falta. Então, eu queria a retirada do Item 4.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Lindbergh. Será retirado para que V. Exª possa reanalisá-lo.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2008

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais.

Autoria: Senador João Pedro.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observação: o projeto será apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em caráter terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, o Senador Walter Pinheiro acaba de me fazer sinais...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Há um pedido do Senador João Pedro, Senador Aloysio, no sentido de que eu discutisse com o senhor a possibilidade de o relatório... Ele me pediu que a gente pudesse retirar de pauta e discutir. Eu até quero confessar aqui a V. Exª que, como disse a João Pedro, tenho total concordância com o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não faço objeção. É o maior prazer atender um pedido...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ele me pediu para eu fazer essa última tentativa, e eu disse a ele, inclusive, que ele precisa me convencer primeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bom. Então, o senhor tem uma semana para refletir, e a gente volta a conversar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Retirado para reexame o Item 3 da pauta.

ITEM 5
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 35, DE 2011

Encaminha o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010.

Autoria: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S' nº 35, de 2011 e proceda ao seu arquivamento.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se em exame nesta Casa o Ofício "S", nº 35, de 2011, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que encaminha ao Senado Federal o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010.

O Anuário apresenta o cenário nacional e mundial da cadeia produtiva do setor e demonstra a sua evolução consolidando os dados relativos ao desempenho das indústrias reguladas pela ANP no período

2000-2010. O objetivo da Agência ao enviar o Anuário é o de contribuir para tornar mais transparentes informações de interesse do Congresso Nacional e assim colaborar para melhorar as decisões tomadas no futuro.

As informações estão organizadas em seis seções.

A primeira traz um panorama da indústria mundial de petróleo e gás natural, destacando seus níveis de reservas, produção, capacidade nominal de refino e consumo.

A segunda seção apresenta informações sobre o desempenho da indústria brasileira do petróleo nos seguintes aspectos: exploração; produção; refino; processamento; industrialização do xisto; movimentação; comércio exterior; dependência externa de petróleo, derivados e gás natural; e preços dos produtores e importadores de derivados de petróleo.

A terceira seção resume os dados sobre a comercialização dos derivados de petróleo e gás natural.

A quarta seção apresenta os dados de produção de biodiesel, de produção, comércio exterior e comercialização de etanol.

A quinta seção oferece uma síntese das Rodadas de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural realizadas pela ANP nos últimos 10 anos.

A sexta e última seção lista as Resoluções da ANP publicadas no ano de 2009, com as suas respectivas ementas.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 35, de 2011, e proceda ao seu arquivamento.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer desta Comissão, para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício e proceda a seu arquivamento.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Quanto aos Itens 1 e 2, faltam dois Senadores para votá-los.

Bom, falta apenas um Senador. Temos este Projeto de Lei da Câmara nº 74/2009, que estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações dos aeródromos. Ele já foi lido aqui pelo Relator, Senador Vital do Rêgo. Agora só falta a votação. Precisamos apenas de mais um Senador para votá-lo. (*Pausa.*)

Pronto, o quórum já está completo. Eis o quórum!

Como o relatório já foi lido, sugeriria ao Senador Moka que abreviasse para nós o assunto, só para dar conhecimento. Trata-se do Item 1 da pauta.

O relator é o Senador Ciro Nogueira; e o Senador *ad hoc,* Vital do Rêgo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, peço vênia a V. Exª, mas gostaria que algum outro Senador... Não fui o relator, e trata-se de uma matéria que eu teria dificuldade para resumir. Essas coisas a gente tem que ter a sinceridade de colocar. Talvez algum Senador que tenha conhecimento maior do projeto pudesse se manifestar.

Declino da honrosa missão que V. Exª me conferiu.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Qual é o assunto?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Estabelece medidas de controle da avifauna nas imediações dos aeródromos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Qual é o item, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 1 da pauta.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quer dizer, é relatoria *ad hoc*?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Já foi. É só para V. Exª resumir, para que o pessoal tome conhecimento do projeto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É um tema difícil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Um tema espinhoso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, uma vez, quando eu vivia no Pará, levamos, em um Cessna 402, uma trombada com um urubu. O urubu bateu na janela e foi parar no fundo avião. Para a senhora ter ideia de como as coisas são.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A senhora escolheu o relator adequado. Ele já conhece como transportar aves.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, fazendo um resumo, o Capítulo I do projeto trata das disposições gerais e das definições, a questão da área segurança aeroportuária, área circular do território de um ou mais Municípios definidos a partir do centro da pista de pouso e decolagem, cujos uso e ocupação estão sugestões a restrições especiais em função da natureza atrativa de aves das atividades propostas.

Já que sou especialista nisso, quando a senhora olha a turbina de um avião, tem aquela espiral bem no centro da turbina. Aquilo lá, quando o pássaro olha, ele assusta. Por isso que tem aquela espiral ali. Aquele desenho não é para enfeitar, não; é para espantar passarinho. O que acontece é que ele assusta, mas às vezes não dá tempo de ele correr.

O Capítulo II, das Medidas de Controle e Prevenção, estabelece que será determinado o perímetro da Asa e as restrições especiais que serão impostas dentro desse perímetro, para restringir atividades que atraiam aves para o local. Curiosamente, Srª Presidente, parece que, junto de aeroporto, tem sempre uma lixeira. Muitos aeroportos têm lá um depósito de lixo na cabeceira da pista. Não sei por que aeroporto atrai...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Às vezes tem lixo no terminal, o que é pior.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O que é pior.

O Capítulo III descreve os diferentes tipos de infração que podem ser imputados às pessoas físicas ou jurídicas que descumpram as exigências normativas de segurança ou ambientais em vigor na ASA.

O Capítulo IV estabelece as medidas administrativas cabíveis e o Capítulo V determina as penalidades legais decorrentes das infrações previstas no Capítulo III do projeto de lei.

Portanto, Srª Presidente, com relação às atividades de temas pertinentes aos transportes de terra, mar e ar, esta Comissão examinou a constitucionalidade e a juridicidade do projeto.

Com relação ao mérito, é absolutamente pertinente e acho que representa um avanço na segurança da navegação aérea.

Em relação à constitucionalidade, o PLC nº 74, de 2009, cuida da matéria, cuja competência legislativa é privativa da União, conforme o estabelecido no art. 22, inciso X, da Constituição de 1988. Portanto, neste caso, cabe ao Congresso Nacional dispor dessa matéria. Sendo assim, é legítima a iniciativa parlamentar.

O substitutivo aprovado na CMA elimina, do texto original, os conflitos com a norma constitucional referentes à competência municipal de fiscalizar o ordenamento do solo urbano e o dever do Poder Público de proteger a fauna, portanto, foi compatibilizado o texto e, é lógico, isso em função, até, das responsabilidades das prefeituras e dos órgãos que protegem a fauna especificamente.

As imperfeições do PLC nº 74, de 2009, foram corrigidas no que tange à redação de normas jurídicas, conforme o estabelecido pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Cumpre observar que o Ibama e o Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos) apresentaram, após a aprovação da matéria na CMA, sugestões para aprimorar o projeto. Ou seja, esse projeto, além de ter recebido do Ibama sugestões para uma série de aperfeiçoamentos, também recebeu do próprio Cenipa, o órgão da Aeronáutica responsável pela investigação e prevenção de acidentes.

Essas solicitações buscam melhorar e clarear as definições e a terminologia estabelecidas no art. 2º do Substitutivo aprovado na CMA; estender as ações para todas as espécies da fauna que apresentem riscos à segurança operacional da aviação – às vezes, há cachorro na pista; às vezes até um animal maior: vaca, burro etc., portanto, Srª Presidente, esses ajustes se estendem a todas as espécies da fauna –; fixam a área de segurança aeroportuária a um raio de 24 km a partir do centro geométrico da maior pista do aeródromo, porque os aeródromos têm várias pistas, inclusive o de natureza militar; e possibilita o abate de animais quando o impacto ambiental e o custo econômico da transferência de espécies sinantrópicas não ameaçadas de extinção não justifiquem a sua translocação.

Portanto, é um projeto pertinente e, do meu ponto de vista, muito interessante. A minha sugestão é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2009, na forma do Substitutivo que consta dos anexos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quero lembrar aos senhores que ainda falta um Senador, porque um que estava aqui saiu.

Vamos lá.

Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto com o relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "sim", Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator *ad hoc*.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Estamos aguardando o Senador Jorge Viana, que está a caminho, para terminarmos a votação.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Srª Presidente. Estou na CPI do Ecad, mas vim votar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, voto "sim".

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, solicito que V. Exª coloque logo em votação o segundo projeto, senão vamos perder o quórum de novo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Aprovado o projeto, com 12 votos SIM, e nenhuma abstenção.

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o PLC nº 74, de 2009.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

A matéria vai a turno suplementar, conforme o art. 282, combinado com o art. 92.

O segundo projeto também é terminativo. Então, solicitaria aos Srs. Senadores que colaborassem com a Comissão, no sentido de votarmos hoje.

ITEM 2

Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009

Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário.

Autoria: Deputado Vinicius Carvalho.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2009.

Observações:

1 - em 12/04/2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou parecer pela rejeição do projeto;

2 - a matéria constou da pauta da reunião do dia 14/07/2011 e do dia 04/08/2011.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, Srs. Senadores, o projeto do Deputado Vinicius Carvalho prevê que se faça a cobertura de todos os vagões que transportam minério de ferro no País ou outros produtos a granel.

Acontece que, na legislação vigente, toda essa preocupação já é atendida. Quando nós temos grãos, produtos agrícolas, granéis agrícolas, os vagões são fechados. Quando transportamos minério de ferro ou outros produtos, a recomendação internacional prevê que haja uma umidificação da carga. Portanto, não há aqui a alegada dispersão de partículas, que ensejaria a cobertura de todas as cargas para evitar isso, conforme prevê o projeto.

Então, a nossa recomendação é pela rejeição, primeiro, porque não há necessidade e, segundo, porque iríamos encarecer, em muito, o transporte ferroviário, principalmente de cargas a granel, que é feito numa velocidade bastante grande, as descargas são automáticas, portanto, se tivéssemos que cobrir com lonar cada carga ou tirar cada tampa de vagão, perderíamos muito a competitividade.

Portanto, o voto é pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Gostaria de lembrar que quem vota com o relator vota "não". O relator deu parecer contrário ao projeto.

Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto "não"; voto com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o relator, voto "não".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Blairo Maggi? Voto conhecido.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Vou seguir o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator, "não".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator, voto "não".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Reditario Cassol?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Aloysio Nunes? (*Pausa*.)

O parecer do relator foi aprovado, com 12 votos.

O projeto foi rejeitado.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

Aproveitando o quórum, gostaria de informar aos Srs. Senadores que a reunião de audiência pública com a presença do Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, será realizada 16 de agosto de 2011, terça-feira, às 9 horas, neste plenário.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Presidente, aproveitando a presença do nosso companheiro Delcídio do Amaral, da CAE, e do Senador Wellington Dias, no mês passado, em julho, havíamos conversado com o Presidente José Sarney e também com os Governadores acerca da questão dos *royalties* do petróleo. O que estava no debate era a questão que envolvia o veto apresentado ao projeto e votado pelas duas Casas. O Senador Wellington Dias, inclusive, apresentou um projeto sobre essa matéria. Nós tínhamos acordado com o Presidente da Casa que abrir-se-ia uma espécie de ciclos de debates com data marcada para definição.

Naquele momento, se não me falha a memória, o Wellington estava também naquela reunião, o Presidente Sarney havia sinalizado com a possibilidade de, até julho, resolver a questão na primeira reunião com os governadores. Depois, com a proposta de criação de uma comissão especial, a que todos nós reagimos porque a comissão, de certa forma, quebraria o que estamos discutindo, que é o papel das comissões temáticas nesta Casa, o Presidente Sarney recuou em relação à criação da comissão. S. Exª sugeriu que, nos meses de agosto e setembro, nós nos dedicássemos, de uma vez por todas, à discussão dessa matéria e que, até 15 de setembro, chegássemos a um entendimento aqui na Casa, para que – e, óbvio, na discussão com Governo e Estados –, ao final de setembro, apresentássemos definitivamente uma proposta sobre a questão dos *royalties*. Não sendo dessa forma – não é isso, Senador Wellington? –, teríamos de recorrer à derrubada do veto, para resolver a questão dos *royalties*.

Como essa questão, obviamente, mexe com todos os Senadores desta Casa – e foi por isso até que a Comissão não foi criada; a Comissão seria de poucos, e os 81 Senadores queriam participar –, estamos sugerindo – na terça-feira, conversamos, e o Líder Humberto, inclusive, assinou o requerimento – que a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos abram esse ciclo de debates, envolvendo governadores, Governo, Municípios e o Parlamento, para que a gente tenha condição de assumir uma posição entre 15 de setembro e 30 de setembro, para levar a matéria à votação em plenário e para, consequentemente, aprovar um projeto. O Senador Wellington apresentou um projeto. Há uma série de sugestões, de tratativas. Há até projetos de outros Senadores. Não sei se o Senador Dornelles está aqui ainda. Está ali o nosso mestre Francisco Dornelles, que também apresentou um projeto.

Seria importante que fixássemos isso, Senador Dornelles. Há uma sugestão desse requerimento na CAE e aqui, na Comissão de Infraestrutura. A ideia era a de que Senadores dessas duas Comissões pudessem pilotar, digamos assim, esse ciclo de debates que faríamos com o Governo Federal, com os governos estaduais e com o Parlamento, com vista a elaborarmos essa proposta.

Eu queria dizer isso a V. Exª. Penso que é importante que a nossa Comissão esteja no centro desse debate. Esse, inclusive, foi um pleito que fiz na reunião do meu Partido de que participei, não aceitando que somente a CAE debatesse a questão, sem nenhuma discordância com meu amigo Delcídio do Amaral, até para buscar auxiliá-lo. Sei que o Senador Delcídio entende muito do assunto, mas a gente avalia que a Comissão de Infraestrutura tem um papel preponderante nesse debate.

Eu queria abordar essa questão e, ao mesmo tempo, solicitar ao Senador Dornelles e ao Senador Wellington Dias, que apresentaram proposituras nesse sentido, que fossem signatários desse requerimento. Inclusive, Senadora Lúcia Vânia, com a participação de V. Exª e do Senador Delcídio, os dois Presidentes das duas Comissões poderiam comunicar ao Presidente Sarney o seu posicionamento. É óbvio que a CCJ vai ter a necessidade de apreciação dessa matéria. Mas conversei com o Senador Eunício e acho que o traço de participação da CCJ é um pouquinho diferente do nosso traço. Então, portanto, obrigatoriamente, a CCJ terá de apreciar essa matéria e será parte desse processo.

Eu queria apresentar essa sugestão, para que V. Exª, em conjunto com o Senador Delcídio do Amaral – eu até sugeriria que a essa comitiva pudessem ser incorporados o Senador Dornelles e o Senador Wellington, que têm, de certa maneira, capitaneado esse debate na Casa –, comunicasse ao Presidente Sarney esse entendimento, para que buscássemos resolver essa questão.

Conversei sobre isso, Senador Moka, com a liderança do PMDB, porque era importante que envolvêssemos os partidos. Fiz isso também em conversa com o PSDB, Senadora Lúcia Vânia. Procurei o Líder do Partido e conversei com o Senador Aécio sobre essa matéria, bem como com o Senador Agripino Maia, do DEM, e com Senadores de outros partidos, como o PDT e o PCdoB. Enfim, conversamos sobre isso na terça-feira. Entendemos que essa matéria envolve todos os Estados brasileiros e que, portanto, é matéria de suma importância.

Seria fundamental que déssemos um veredito nessa questão. Do contrário, nós nos depararíamos somente com a apreciação de projetos apresentados. Louvo a iniciativa dos dois Senadores, mas seria importante que pudéssemos auscultar e coletar as diversas contribuições da Casa e de fora da Casa, buscando até elaborar um projeto que encontrasse guarida em todos esses setores, para que a gente conseguisse, de uma vez por todas, resolver essa questão dos *royalties* do petróleo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente Lúcia Vânia, eu queria demonstrar minha total concordância com a proposta e com as palavras do Senador Walter Pinheiro. Quero até cumprimentar o Senador pela maneira sensata com que se manifestou, procurando uma conciliação, um entendimento. Esse é um assunto que não pode ser resolvido na base do atropelamento. Esta é uma Casa de entendimento, é uma Casa de consenso, é uma Casa da lógica. Perante a lógica, todos nós nos ajoelhamos, mas, sem lógica, sem diretriz, a questão vira um problema federativo grave.

Desse modo, isso é extremamente positivo. Eu também me posicionei contra a criação de uma comissão especial para tratar disso, porque o assunto é mais amplo. Acho que o exame em conjunto da Comissão de Infraestrutura e da CAE é o caminho a ser seguido. Eu queria até propor a esta Comissão uma delegação de competência, uma delegação ao Presidente da CAE e a V. Exª, para que montassem a pauta até setembro relativa à discussão dessa matéria. A minha proposta é que seja delegada ao Presidente da CAE e ao Presidente da Comissão de Infraestrutura a sugestão da pauta, que, depois, será apresentada às Comissões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, ontem, o Governador do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, esteve aqui, a convite do Governador do Distrito Federal, e imagino que aqui estiveram também governadores do Centro-Oeste e do Nordeste.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Foram vinte governadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Wellington participou dessa reunião. Seria interessante que pudéssemos relatar isso. Esse é um fórum importante dos governadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos ouvir o Senador Delcídio e, posteriormente, o Senador Wellington.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, acho que o Senador Walter Pinheiro foi muito claro, pois retratou, com exatidão, os entendimentos feitos com o Presidente Sarney. A ideia inicial do Presidente Sarney, inclusive, era a de se criar uma comissão especial, e, naquela ocasião, foi mostrada ao Presidente Sarney a dificuldade de se criar uma comissão especial, até

porque esse é um tema de todos os Estados, de todo o País. Teríamos dificuldade até para indicar Senadores, porque, evidentemente, todos gostariam de participar.

Pouco antes do recesso, houve o consenso de que, respeitando essas datas que foram estabelecidas e que foram aqui citadas pelo Senador Walter Pinheiro, as duas Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraestrutura, discutiriam isso e apresentariam uma proposta, exatamente com a intenção de evitar a questão da votação do veto do Presidente Lula. Estamos dando sequência exatamente a isso. Conversamos sobre isso na bancada do Partido e também com lideranças de outros Partidos, tanto da base, quanto da oposição.

O intuito desse requerimento é o de que, em várias reuniões conjuntas das Comissões, às quintas-feiras, seja discutida uma proposta para a questão do pré-sal, trazendo aqui governadores, representantes dos Estados, dos Municípios, como foi dito aqui, e do Governo Federal.

Ontem, tivemos uma longa reunião com o Senador Dornelles, que, com sua experiência, com seu conhecimento, sem dúvida, dará uma contribuição fundamental para a discussão desse tema.

A nossa intenção é a de já aprovarmos, na próxima semana, toda uma programação, no sentido de fazer cumprir as datas estabelecidas e de, consequentemente, buscar um consenso numa discussão tão importante para o País.

Faço coro aqui. Assinei, inclusive, um requerimento preparado pelo Senador Walter Pinheiro, que reflete claramente os entendimentos feitos com o Presidente Sarney. Nesta semana, já vamos comunicar ao Presidente Sarney os entendimentos feitos nas Comissões.

A intenção, Presidenta Lúcia Vânia, é a de, já na próxima semana, apresentarmos o programa de trabalho e a agenda, para que não percamos mais tempo num debate que é crucial e fundamental para o País. Penso que a questão do pré-sal terá outros desdobramentos, o que, sem dúvida, vai levar a uma discussão maior com os Estados sobre outros temas, como renegociação de dívidas, o Projeto de Resolução do Senado nº 72 e outros assuntos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Fundo de Participação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Fundo de Participação é muito bem lembrado aqui pelo Senador Dornelles. Eu queria registrar que, quanto ao Fundo de Participação dos Municípios, há um projeto do Senador Tião Viana muito coerente, muito bem elaborado, pois não estabelece mais aquele conceito de degraus, mas, sim, um conceito linear do Fundo de Participação dos Municípios.

Portanto, esse debate dos *royalties* do pré-sal faz parte de um conjunto de temas da agenda econômica. Talvez, o assunto mais importante do Governo da Presidenta Dilma seja essa agenda econômica.

Eu também faço coro com as palavras do Senador Walter Pinheiro. Espero que, na próxima semana, possamos ajustar nossa agenda, para começarmos a trabalhar rapidamente. Temos de trabalhar às quintas-feiras, para não prejudicar as reuniões ordinárias das Comissões permanentes. Dessas audiências conjuntas, participarão os Senadores e as Senadoras das Comissões.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Senador Wellington, eu gostaria de comunicar ao Plenário que há o requerimento do Senador Walter Pinheiro. Temos por princípio não colocar nenhum requerimento extrapauta. No entanto, se o Plenário entender que esse caso, por ser urgente, poderá ser votado, eu o colocarei em discussão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. Poderíamos fazer, na próxima semana, um requerimento conjunto, de comum acordo, com agenda, com programa de trabalho, com tudo. Aí não haverá duas etapas. Vamos apresentar a proposta por completo e já a programação toda, para discutirmos esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concordo inteiramente com V. Exª. Penso que é uma boa saída a sugestão do Senador Delcídio do Amaral, para, na próxima semana, sentarmos e discutirmos a questão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se o Senador concordar, penso que poderemos avançar. Eu aprovaria esse requerimento agora, delegando aos Presidentes das Comissões a apresentação da pauta. Seria uma delegação, seria dada competência aos Presidentes, para que V. Exª e o Senador organizassem a pauta. Esse seria um avanço. Eu pediria, inclusive, ao meu querido amigo e ilustre Senador Wellington Dias, que, parece-me, quer entrar no mérito da questão agora...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, não vou entrar no mérito da questão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu pediria que aprovássemos o requerimento agora, de imediato. Depois, então, se tivesse algumas

considerações de mérito a fazer, o Senador poderia apresentá-las.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria somente dar uma informação. Concordo com o requerimento do Senador Dornelles, porque já ganhamos tempo. Há um cronograma acertado com o conjunto de lideranças – o que, ontem, foi confirmado pelo Presidente Sarney – que estabelece 15 de setembro como uma data para se trabalhar, para fazer debates, discussões, votação.

Primeiro, quero parabenizar a iniciativa do Senador Walter Pinheiro e do Senador Humberto e também a postura dos dois Presidentes, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Delcídio.

Quero apenas clarear isso. É importante compreender que há um processo de negociação. Ontem, aqui, houve uma conversa com o Espírito Santo. Está prevista, para a próxima semana, Senador Dornelles, uma conversa com a área técnica do Rio de Janeiro. Houve um diálogo também com o próprio Governo. A Presidente indicou o Ministro de Minas e Energia, que também está abrindo esse diálogo com o Governo. Estamos muito próximos, na minha opinião, de um entendimento. Acredito que esse trabalho das Comissões é fundamental, para que o Senado, a Casa da Federação, seja o elo desse entendimento.

Expresso todo o meu apoio. Voto pela aprovação desse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Senado representa os Estados. Então, acho extremamente importante que esse debate seja feito dentro do Senado. A sugestão do Senador Walter Pinheiro converge o debate para estas duas Comissões, o que é extremamente importante, porque será o Parlamento que irá aprovar essa matéria. Desse modo, todas as sugestões e propostas têm de chegar a esta Casa, às duas Comissões que estão sendo criadas e presididas por V. Exª e pelo Senador Delcídio. Do contrário, vamos fazer uma coisa paralela, de que as pessoas não saberão. Se, por exemplo, vou discutir com a área técnica do Rio, o Senador Moka não vai estar presente, para saber o que estou discutindo com a área técnica do Rio. Se o Senador Wellington discute com os governadores, também não saberemos da discussão com os governadores, nem teremos de saber isso, porque nada impede que qualquer Senador discuta com qualquer setor. Mas isso deve convergir a estas duas Comissões. Por isso, achei de extrema importância essa posição do Senador Walter Pinheiro, para que aprovássemos esse requerimento, delegando competência a V. Exª e ao Senador para fazerem a pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, quero só clarear a questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para contraditar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, não fui eu que puxei essa reunião com o Presidente. Vinte governadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste se reuniram com o Presidente do Senado, Senador José Sarney, e com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia.

Há um consenso para se evitarem questionamentos de vícios de origem. Está sendo trabalhado um projeto de iniciativa do Executivo, que é o PL nº 16, que tem como Relator o Senador Vital do Rêgo, que é membro desta Comissão, inclusive. Então, estão se dando essas conversações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Dornelles tem razão: abrindo esse debate nas Comissões, passamos todas as informações para todos os Senadores. O Senador Dornelles reforça algo muito importante: esta é a Casa dos Estados, e, obviamente, nenhum Senador vai querer estar fora dessa discussão. Essa foi uma das razões por que grande parte dos Senadores não aceitou a criação de uma Comissão especial, proposta pelo Senador Sarney. Então, é importante colocarmos isso em votação, trazermos para cá as informações e continuarmos o debate aqui.

Em votação a proposta do Senador Dornelles, que será formalizada logo em seguida.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esse requerimento delega à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Serviços de Infraestrutura a feitura e o estabelecimento de uma agenda, para propô-la ao Presidente da Casa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A delegação é dada aos Presidentes, para fazer...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, esse requerimento visa a delegar aos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura o estabelecimento de uma agenda, submetendo-a às Comissões e, logo em seguida, ao Presidente da Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Senadores a presença aqui.

(Iniciada às 09 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Humberto Costa, José Pimentel, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Romero Jucá, Geovani Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Reditario Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e Álvaro Dias.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Assinam a lista de presença as Senadoras e os Senadores não-membros **Ângela Portela, Lídice da Mata, Clésio Andrade, Magno Malta, Anibal Diniz, Eunício Oliveira, José Agripino, Renan Calheiros, Ataídes Oliveira e Eduardo Suplicy**. A Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, convida o Excelentíssimo Senhor **Paulo Sérgio Oliveira Passos**, Ministro de Estado dos Transportes, para tomar assento à mesa, conduzido pelo Senador Blairo Maggi. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 42 de 2011-CI, aprovado em 4 de agosto do corrente, de autoria do Senador Álvaro Dias, para se prestarem os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 20 de julho do corrente, mostrando que o ministro, quando exerceu o cargo interinamente em 2010, liberou R$ 78 milhões em créditos suplementares para obras que constavam da lista de irregularidades graves do Tribunal de Contas da União – TCU. A seguir, a Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro Paulo Sérgio Oliveira Passos para a sua apresentação. Após a apresentação do convidado, usaram da palavra os Senadores **Álvaro Dias, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Roberto Requião, Aloysio Nunes Ferreira, Humberto Costa, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Magno Malta, José Agripino, Flexa Ribeiro.** A Presidente comunica a presença do ex-Deputado Nelson Morro e dos Deputados Vanderlei Macris e Luciano Castro. Às onze horas e cinqüenta e um minutos o Senador Blairo Maggi assume a Presidência. Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, a Senadora Lúcia Vânia reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom-dia a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito ao Senador Blairo Maggi que conduza o Ministro Paulo Sérgio Oliveira Passos ao plenário da Comissão. *(Pausa.)*

Cumprimento o Ministro Paulo Sérgio Oliveira Passos. Quero, na oportunidade, agradecê-lo pela sua presença. Quero cumprimentar o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi.

Damos início à 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em que realizaremos audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 42, 2011, Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Álvaro Dias, aprovado em 4 de agosto do corrente ano.

A presente reunião tem por objetivo ouvir esclarecimentos do Exmº Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, com relação à matéria vinculada na imprensa nacional, sugerindo liberação de créditos suplementares para obras que constavam na lista de irregularidades graves do Tribunal de Contas da União.

O Senado Federal, através desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, tem o dever de esclarecer as denúncias na qualidade de órgão fiscalizador dos interesses públicos envolvidos na área de competência do Ministério dos Transportes. Muito embora seja prerrogativa constitucional e regimental desta Casa convocar Ministros de Estado para prestar pessoalmente esclarecimentos sobre assuntos afetos à sua atuação, esta Comissão houve por bem deliberar no sentido de formalizar convite em lugar de convocação, com vistas a preservar o bom relacionamento institucional entre os Poderes republicanos.

Por isso, a aceitação da parte de S. Exª o Ministro Paulo Sérgio Oliveira Passos a esse convite constitui um gesto de boa-fé e respeito a esta Comissão e ao Senado Federal, devendo assim ser estendido a toda a sociedade brasileira, que hoje se fará presente a esta reunião, na pessoa das Srªs e Srs. Senadores da República.

O Senado Federal não é *locus competentis* para processar ou julgar agentes públicos pela suposta prática de irregularidades. Para isso existem as instâncias próprias. No entanto, temos a responsabilidade institucional de exercer nosso papel fiscalizador dos interesses da sociedade brasileira e na defesa da coisa pública. E esta audiência pública que ora realizamos representa o fiel cumprimento dessa missão constitucional.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a presente reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura. No curso dos debates, muito poderá ser esclarecido.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos terá 30 minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos; a palavra aos senhores e senhoras será concedida na ordem de inscrição, dando preferência ao autor do requerimento, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de 2 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Passo a palavra agora ao Exmº Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para as suas considerações iniciais.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores aqui presentes, Senador Cyro, Senador Requião, Senador Álvaro Dias, autor do requerimento, Senador Valdir Raupp, Senador Vicentinho, é com muita satisfação que compareço à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para prestar esclarecimentos a propósito do requerimento que motiva a minha vinda a esta Casa.

Preliminarmente, seria importante considerar o que foi consignado pela Revista *IstoÉ*, reportagens de 15 de julho e 22 de julho, tratando da liberação de recursos para obras do Ministério dos Transportes.

Em primeiro lugar, analiso a consignação de que o Ministro liberou 78 milhões em créditos para três grandes obras que constavam de lista de irregularidades do TCU – a BR-265, trecho entre a divisa de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com sobrepreço, problemas fundiários e de segurança, a BR-101, trecho na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde se observavam pagamentos antecipados, ausência de projetos executivos, fiscalização omissa e superfaturamento, e a BR-317, entre Boca do Acre e a divisa com o Acre, construção que teve início sem licenças ambientais e de instalação e fiscalização de deficiente, assim como sobrepreço –, de que várias empreiteiras beneficiadas pelos aportes extraordinários doaram milhões a candidatos do PR durante a campanha eleitoral, de que o Ministro desconsiderou documentos oficiais, omitiu informações e simplesmente mentiu ao afirmar em entrevista coletiva que não havia irregularidades nas três obras que receberam crédito suplementar, pois a BR-317 estava na lista do Tribunal de Contas por diversos anos, tendo recebido a classificação e enquadramento como IGP, portanto, obra com indício de irregularidade grave, com determinação de paralisação, e, desde 2009, as BR-265 e BR-101 constavam da lista com indício de irregularidades.

Em primeiro lugar, e como um passe inicial da minha fala, gostaria de tecer alguns esclarecimentos em relação a como o Tribunal atua e de que forma devemos compreender cada uma das decisões, cada um dos passos que dá o órgão de controle em relação à obras. Primeiro, é preciso levar em consideração que o processo de execução de uma obra se inicia com avaliação da unidade técnica encarregada da auditoria, que submete um relatório de caráter preliminar, após a manifestação do órgão gestor responsável por uma obra. Até aquele momento, estávamos falando de uma opinião do técnico responsável pela fiscalização. Em seguida, ainda em caráter preliminar, o relatório é enviado ao gabinete do Ministro Relator para instrução do processo e, nesse momento, já é divulgado ao Ministro Supervisor e ao próprio Congresso Nacional. Entre esse momento e o julgamento pelo Tribunal acerca de uma determinada obra, decorrem vários meses. Durante esse período, o responsável pela obra se manifesta novamente, em muitas situações apresentando justificativas ou, quando não justificativas, discutindo com o Tribunal, para que o Tribunal tome ciência de medidas saneadoras que estejam sendo eventualmente adotadas.

Por isso, as chamadas indicações de irregularidade grave com indicação de continuidade e os IGPs apontados nos relatórios de fiscalização são importantes, sobretudo os IGPs não permitem, não criam condições para que se tenha um juízo de valor definitivo em relação a uma obra. Esse valor, que resulta em um enquadramento de uma obra como tendo irregularidade grave, sujeita à paralisação, ele ocorre, de fato, quando a Comissão Mista de Orçamento, aprovando proposição do Tribunal, resolve, aí sim, enquadrar uma obra como portadora de irregularidade grave e determinando a sua paralisação. Ainda assim, o Congresso Nacional, em todas as suas decisões, tem, sabiamente, adotado a posição de fazer o bloqueio não de uma

obra inteiramente, a não ser quando isso se torne necessário, mas, sim, de contratos específicos, uma vez que as obras, de maneira geral, são divididas em lotes de execução, e a restrição se faz apenas em relação a determinado lote, a determinado contrato, para que não se estenda generalizadamente determinação de paralisação inteiramente de uma obra quando isso não for necessário. Quer dizer, o papel do Tribunal, nesse caso, é o de apontar ao executor e ao legislador obras e contratos que apresentem potencial dano ao Erário. E o papel do executor é atender as demandas da sociedade, é fazer com que as obras aconteçam. Quando se verificam indícios de irregularidades, que são identificados pela fiscalização, cabe ao executor buscar todos os meios para superar, para sanar, para resolver aspectos que eventualmente estejam apontados e que configurem algum tipo de desconformidade.

É importante, aqui, também comentar o fato de que houve o entendimento equivocado da revista. Assim, vejamos: para fins do Orçamento de 2010, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso não bloqueou os fluxos de recursos orçamentários para contratos da BR-317, como apontado pela revista, nem para a BR-101, no Estado do Rio de Janeiro. Apenas naquilo que diz respeito à BR-265, em Minas Gerais, o bloqueio de recursos foi aplicado ao Contrato nº UT060017/02-00, lote 02 da obra, compreendendo subtrecho entre Alpinópolis e o entroncamento da BR-491 com a MG-050, com a extensão de 55 quilômetros. Durante o ano de 2010, foram feitas suplementações de recursos. Estas suplementações de recursos atingiram R$18 milhões para a BR-317, R$25 milhões para a BR-101 e R$35 milhões para a BR-265, ou seja, a BR-317 e a BR-101, bem como o Contrato UT-025/02, da BR-265, estavam perfeitamente aptos a receberem suplementação de recursos públicos, e assim ocorreu, conforme aprovado em lei.

No caso da BR-317, apesar de terem sido apontadas irregularidades... E para todos nós que lidamos com execução de obras, centenas de obras, especialmente um órgão como o Dnit, no âmbito do Ministério dos Transportes, que é responsável pelo gerenciamento de mais de mil contratos, é natural que, nas fiscalizações, nas inspeções realizadas pelo Tribunal, possam ser encontrados problemas, possam ser encontrados indícios de irregularidade. Mas, no caso dessa BR, até este momento, e até por decisão do Congresso, ela não foi incluída no Anexo VI da Lei de Orçamento, no ano de 2010.

Esse é um empreendimento que não é executado diretamente pelo Ministério dos Transportes. Ele é executado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

Os pontos e indícios de irregularidade associados a essa BR são sanáveis. Hoje, por exemplo, nós estamos em vias de aprovação de um termo de referência para a contratação de um PBA que será vinculado àquela rodovia. O Estado mandou esse termo de referência. O Dnit está examinando-o, já fez alguns ajustes e está discutindo isso inclusive com o Tribunal de Contas da União.

Ainda em relação a essa BR, que teve, por determinação voluntária do Estado, a sua paralisação no decorrer do mês de julho, deverá estar acontecendo nesta semana reunião com a participação do Estado, do Dnit e do próprio Tribunal de Contas da União, para que sejam examinados todos os aspectos pendentes. E o que queremos em relação a esta e a todas as obras que estão sob a nossa responsabilidade? Enfrentar os problemas, ver os eventuais apontamentos levantados pelo Tribunal, para que eles possam ser sanados.

A segunda BR a que eu queria me referir é a BR-265, em Minas Gerais, entre Ilicínea e São Sebastião do Paraíso. No ano de 2010, como disse, foi incluída como IGP apenas a execução de obras associadas a um dos contratos. Em relação a esse contrato, eu posso dizer que, entre as determinações do Tribunal de Contas, estava a de que houvesse uma repactuação de preços entre o Dnit e a empresa contratada. O contratado entendeu que não lhe interessava, do ponto de vista econômico, fazer essa repactuação de contrato. Por conta disso, decidiu-se pela rescisão do contrato. E agora estamos tomando todas as providências no sentido da licitação desse lote.

Ao mesmo tempo, a empresa que até então trabalhava nesse lote objeto de restrição da parte do Tribunal está responsável pela recuperação de obras, pela recuperação de deslizamentos que ocorreram posteriormente à execução do serviço, e essas pendências estão hoje sendo levadas a cabo, para que, de fato, se possa fazer o encerramento do contrato com a empresa até então responsável, sem que haja de parte dela nenhuma pendência.

Por outro lado, nós estamos hoje trabalhando no lote 1, ao qual me referi, e trabalhando de maneira vigorosa, tocando a obra, porque ela não tem absolutamente nenhuma restrição.

Dos três lotes da BR-265, um já foi concluído bastante tempo atrás. O lote nº 2, que tinha restrições de parte do tribunal, hoje está sendo rescindido para que seja novamente licitado, e o lote nº 1, que hoje segue em ritmo forte de execução, é um lote que, para ter a sua condução, o seu sequenciamento assegurado, teve que se sujeitar a uma repactuação de preços com a construtora e, além disso, só podendo ser ini-

ciado depois de resolvidos todos os aspectos, todas as pendências relacionadas à área de desapropriação.

No que diz respeito à BR-101, trecho Santa Cruz até Mangaratiba, essa é uma obra que transcorreu na sua execução... Não foi incluída no Orçamento de 2010 como obra sujeita à paralisação, e o Tribunal, nas fiscalizações que fez, indicou a ocorrência de sobrepreço em algum item, em algum insumo, que faz parte dessa obra. O que eu gostaria de dizer em relação a ela é que é uma obra que já está em fase de conclusão; teve um contrato inicial, e depois tivemos de fazer um novo contrato para realizar serviços remanescentes. Às vezes acontece de termos um projeto, uma obra que se vai executando e, ao longo da execução, são percebidas necessidades, demandas apresentadas pela sociedade e que precisam e devem ser atendidas. Às vezes, as pessoas confundem aumento do valor de um empreendimento com a prática de aditivos, ao arrepio da Lei nº 8.666, e que não é o caso. No que diz respeito à BR-101, esse trecho foi executado rigorosamente dentro dos preceitos da Lei de Licitações. É uma obra que já está praticamente em fase de execução, e o Tribunal de Contas levantou alguns aspectos, como por exemplo um pagamento identificado aparentemente em duplicidade, relativo a canteiro e mobilização. Todos esses aspectos – cito aqui esse aspecto, mas pode haver algum outro – levantados pelo Tribunal serão objeto de compensação quando da medição final, que é o momento onde se pode, e será feito, o recebimento definitivo da obra.

Portanto, quero aqui, diante dos Srs. Senadores, dizer o que falei e esclareci a propósito da reportagem veiculada: não havia impedimento algum para a suplementação de recursos quando eles foram feitos para a BR-317, no Estado do Amazonas; para a BR-265, no Estado de Minas Gerais; e para a BR-101, no Estado do Rio de Janeiro. Nós temos ainda a assinalar um aspecto que eu acho que mereceria ser considerado. Não obstante a grande quantidade de obras que são hoje executadas pelo Dnit, gostaria de compartilhar aqui com os Srs. Senadores alguns dados que acho importantes e que deveríamos levar em consideração, que são os seguintes: o Departamento Nacional de Estradas de Infraestrutura de Transportes, ou o Ministério dos Transportes, teve ao longo do tempo quantidades de obras relacionadas como obras com indícios de irregularidades graves, que evoluiu de forma francamente favorável nos últimos anos. Por exemplo, no ano de 2002, tivemos 50 obras com indícios de irregularidades graves; no ano de 2005, tivemos 44 obras; no ano de 2007, tivemos 24 obras; no ano de 2001, 21 obras; em 2009, 24 obras; em 2010, quatro obras e, em 2011, nenhuma obra inscrita, enquadrada como obra com irregularidade grave e sujeita a paralisação. Portanto, eu não posso concordar com a afirmativa de que o Ministério praticou uma atitude irregular ao suplementar essas obras. E diria mais: em relação à própria BR-317, que recebeu de fato recursos de suplementação, essa obra, que teve uma dotação inicial de R$34 milhões e foi suplementada em R$18 milhões, terminou o ano com R$37,3 milhões de recursos empenhados, o que significa dizer que nós tínhamos a expectativa de que ela pudesse avançar num ritmo mais veloz, avançar num ritmo normal, mas não teve o desempenho que era por nós esperado.

Espero, com isso e com os esclarecimentos que coloquei até este momento, ter deixado claro que o Ministério dos Transportes não fez absolutamente nada de ilegal, e nem seríamos capazes de dar prosseguimento, empenhar recursos ou mesmo gastar recursos numa obra que tivesse classificada pelo Congresso Nacional como obra portadora de irregularidade grave, com determinação de paralisação. É preciso não confundir indicação de irregularidade grave com paralisação com decisão – essa decisão, sim, compete ao Congresso – de que a obra tem irregularidade grave e, portanto, ela deve estar total ou parcialmente paralisada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Ministro Paulo Sérgio de Oliveira Passos e passo a palavra ao autor do requerimento, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Sr. Ministro, Srs. Senadores e Senadoras.

Primeiramente quero destacar, Sr. Ministro, que o convite a V. Exª não tem o objetivo de indagar se há corrupção ou se não há corrupção no Ministério dos Transportes. Isso não é necessário. A denúncia de que há corrupção não é nova, vem desde o ano passado, irregularidades inúmeras. O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente denunciado irregularidades no âmbito do Ministério dos Transportes – em apenas dois anos, um desvio de mais de R$700 milhões, segundo o Tribunal de Contas da União. A revista *Veja* conseguiu dar um impacto maior às denúncias e obteve a repercussão que chegou até a Presidente Dilma, que acabou reconhecendo e, segundo ela, ficou estupefata diante das irregularidades, do sobrepreço das obras, e determinou uma ação que culminou com demissões. O próprio Ministro Jorge Hage, da Corregedoria Geral da União, afirma que as irregularidades estão no DNA do Dnit. Não me cabe, portanto, indagar de V. Exª se há corrupção. Corrupção há, a própria Presidente admite. Se não a admitisse, não demitiria. Sei também que V. Exª não veio aqui para negar a existência de

corrupção, porque estaria estrangulando a verdade e exigindo demais da ingenuidade das pessoas.

Então, o que cabe indagar – a pergunta é essencial –, e se V. Exª responder esta pergunta poderia até estar dispensado de responder as demais, é o seguinte. Se se arquitetou um esquema de corrupção no Ministério dos Transportes, com foco especialmente no Dnit, e esse esquema é um esquema complexo, que envolve muitas pessoas, de onde partiu a voz de comando? Quem é o protagonista número um desse esquema? Quem determinou as operações realizadas?

Segundo ponto: quais foram os partícipes desse esquema, quais foram os operadores desse esquema?

Terceiro ponto: quem foram os beneficiários dele?

Quarto ponto: quantos bilhões foram desviados nesse esquema?

Quinto ponto: V. Exª, ao assumir o Ministério efetivamente, determinou apurações, instaurou procedimentos para a necessária investigação administrativa e providências cabais e definitivas que tenham por objetivo inclusive ressarcir os cofres públicos dos prejuízos?

São indagações que não podem faltar. Eu até gostaria, se a Presidente permitisse, que V. Exª respondesse primeiramente essa indagação para que eu pudesse prosseguir. Se não for possível, prossigo para o Ministro responder ao final. Mas eu gostaria, se fosse possível, que ele respondesse primeiramente essas indagações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª terá a réplica. Portanto, gostaria que V. Exª colaborasse fazendo todas as perguntas para que, depois, eu pudesse ser um pouco mais tolerante com o tempo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é muito produtivo dessa forma, mas é a regra, e eu tenho que acatá-la.

A denúncia mais contundente que ouvimos foi do ex-Ministro e Senador Alfredo Nascimento. Da tribuna do Senado, de forma peremptória, ele afirmou: quando deixei o Governo com Dilma para disputar as eleições, o orçamento do PAC no Ministério dos Transportes era de R$58 bilhões; quando voltei, o orçamento estava em R$72 bilhões. Portanto, inflou-se o orçamento em R$14 bilhões no período eleitoral. E aí há coincidências. Aliás, é bom dizer que o ex-Ministro e Senador Alfredo Nascimento afirmou que ficou espantado. E V. Exª era o Ministro interino. É preciso que responda quais foram as motivações para inflar dessa forma, na campanha eleitoral, o orçamento do seu Ministério, comando por V. Exª, se a determinação foi sua ou se a determinação partiu de outro Ministério, especialmente o Ministério do Planejamento que, evidentemente, tem a ver com aplicação dos recursos públicos. Esses aditivos foram determinados pelo Ministro do Planejamento ou por V. Exª? Quais os critérios que sustentaram a concessão desses aditivos? Por que essa coincidência de que as empresas beneficiadas com aditivos foram as que mais doaram à campanha eleitoral, não do PR, do PT?

Nós não estamos aqui para afirmar que o Ministério dos Transportes foi aparelhado pelo PR. Não só pelo PR, há outros envolvidos. Existem outros envolvidos. E é preciso indagar quem foram os beneficiados pela concessão desses aditivos. Por que essa coincidência de empresas beneficiadas com aditivos se transformarem nas maiores doadoras de candidatos do PT – candidatos à Presidência da República, candidatos a governo do Estado, candidatos ao Senado da República?

Vou citar só um exemplo de uma obra, ou mais de uma, quem sabe, rapidamente. O contorno de Maringá eu conheço bem, é a querida cidade de Maringá. Como governador, fiz o contorno sul; faz-se agora o contorno norte. São 17 km. Do meu ponto de vista, é inimaginável admitir que essa obra possa custar mais de R$300 milhões, a menos que estejam fazendo um viaduto de mármore. É impossível imaginar que 17 km, com obras de arte não tão excepcionais assim, possam custar mais de R$300 milhões. E a licitação chegou a R$140 milhões. Depois, fez-se uma nova licitação – é estranho também duas licitações na mesma obra –, empurrando para 260 ou 240 – isso não importa –, e fala-se que a obra, hoje, ultrapassa 300 milhões.

A outra do Rio Grande do Sul, a BR-116 no Rio Grande do Sul, exatamente num período eleitoral, recebeu aditivos generosos. Por exemplo, em relação à BR-440, o Ministro Nascimento ficou assustado e disse: "Isso dá cadeia". De 2,16 para R$35 milhões. Pediu-se a abertura de uma sindicância, e até indago de V. Exª qual foi o resultado dessa sindicância na BR-440.

A BR-010 – Imperatriz-Davinópolis... Aliás, uma obra na BR-440 de 2,16 quilômetros por R$35 milhões. Quanto à BR-010 – Imperatriz-Davinópolis –, "aditivou-se", elevando o valor de 86 milhões para 340 milhões. As tratativas para essa obra apareceram num vídeo veiculado pela revista *IstoÉ*.

Enfim, o Tribunal de Contas tem alegado reiteradamente que, sobre preços, há superfaturamento, que há desvios de dinheiro através de uma estratégia que diz respeito à utilização do material, à compra do material.

Eu gostaria também... Tenho uma curiosidade enorme para saber quais foram os critérios adotados quando o seu Ministério decidiu fazer uma operação tapa-buracos no País. Eu não diria que foi um conluio entre empreiteiras, mas houve um acordo entre empreiteiras sob o comando da sua associação, e 170 empreiteiras foram envolvidas nessa operação tapa-bu-

racos, aliás muito malsucedida não só pelas denúncias de superfaturamento, mas, sobretudo, pela fragilidade da pavimentação, já que, logo a seguir, pouco tempo depois, crateras enormes foram abertas pelas chuvas. O empreiteiro até me orientou e disse: "Olha, a melhor forma de desviar dinheiro é em obra de reparo. É muito mais fácil desviar dinheiro em obra de reparo". O que se fala é que essa operação tapa-buraco teve um objetivo: captação de recursos para a campanha eleitoral. Eu não estou taxativamente denunciando que houve desvio para campanha eleitoral, mas tenho o dever de indagar de V. Exª, porque se propalou essa hipótese.

Portanto, as denúncias não se restringem àquelas referidas pela revista *Veja*, que, aliás, é uma revista que alguns do Governo não gostam de ler. Mas V. Exª a leu e trouxe aqui informações sobre pontos suscitados pela revista.

Eu gostaria também de indagar de V. Exª o seguinte: V. Exª escolheu como Secretário-Executivo do Ministério o Sr. Miguel Masella, que era Presidente do Conselho da Valec. A Valec foi um foco identificado de desvios, tanto é que houve demissões na Valec. O que eu fico a indagar é se não houve comprometimento do atual Secretário e, se para a Valec ele não servia ou não serve, como pode servir para a Secretaria-Executiva do Ministério.

Creio que são indagações necessárias para que V. Exª possa justificar a sua presença aqui, porque, sem isso, fica na condição apenas de visita de cortesia ou um turismo de não muito bom gosto, porque há lugares mais agradáveis para se visitar. Sem nenhuma ilação com o que ocorre no Ministério do Turismo.

Enfim, Srª Presidente, agradeço a concessão e a generosidade em relação ao tempo, para concluir, dizendo que estamos vivendo um momento muito sério, Sr. Ministro. O que eu consigo medir com o meu termômetro que mede essa pressão da indignação popular é muito sério. Não bastam palavras, não bastam respostas evasivas. O País está exigindo muito mais do que isso, do que uma estratégia de encenação para orientar a opinião pública no sentido de que se faz uma limpeza no Governo. Que limpeza é essa que não admite a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito?

E eu indago a V. Exª se recomendaria aos seus companheiros de partido que assinem a CPI para investigar o Ministério dos Transportes ou investigar todas as denúncias envolvendo todos os Ministérios do Governo. Se há esse desejo real, sincero, de se fazer uma limpeza, um diagnóstico cabal e definitivo das mazelas éticas existentes no Governo, para, quem sabe, mudar esse modelo, que é promíscuo, que é produtor de incompetência administrativa e de corrupção. É um modelo que tem que ser combatido muito mais do que as pessoas. De nada adiantará a Presidente Dilma substituir Alfredo Nascimento por Paulo Passos se não mudar o modelo de promiscuidade que estabelece uma relação escusa do Governo com partidos políticos, loteando os cargos públicos para que possam ser utilizados de conformidade com os interesses partidários ou pessoais.

Essas são as indagações, Sr. Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Sr. Ministro Paulo Passos.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Senador Alvaro Dias, nesta oportunidade, eu passo a responder às questões formuladas por V. Exª.

Lamento se, em relação a alguns dos aspectos levantados pelo senhor, eu não seja a pessoa capaz de dar as respostas que o senhor deseja. Por exemplo, quando o senhor aqui mencionou e teceu considerações sobre os aspectos de corrupção, de beneficiamentos e de quem se beneficiaria, eu posso aqui lhe afirmar categoricamente que eu não tenho como colaborar, não tenho como dar as respostas que o senhor deseja. O que fiz durante a minha vida inteira como profissional, como servidor público, continuo fazendo hoje no Ministério dos Transportes. E pode estar certo de que a minha atitude, a minha condução, a minha forma de agir sempre se pautou pelos melhores princípios de conduta ética.

Agora, ainda respondendo ao que o senhor perguntou, é óbvio que, em face das denúncias formuladas, apresentadas pela revista *Veja* e depois repercutidas nos periódicos diários, nas outras revistas, após a semana em que se deu a denúncia formulada pela revista, providências foram tomadas, sim, no sentido da apuração. E essas providências estão a cargo da Controladoria-Geral da União, seja pelas auditorias determinadas pelo Ministro Jorge Hage, seja por uma comissão de sindicância inicialmente estruturada no âmbito do Ministério dos Transportes, que foi avocada pela Controladoria-Geral da União e que tem a responsabilidade de promover a apuração dos fatos e apresentar os resultados da sua apuração.

Relativamente ao aspecto que diz respeito ao que o senhor chamou de orçamento de 58 bilhões e que evoluiu para 71 bilhões, não é orçamento aprovado, Senador. Isso não tem absolutamente nenhuma vinculação com o Orçamento de 2010. Todos os fatos relacionados ao Orçamento de 2010, todas as modificações orçamentárias, seja por decreto, seja por projeto de lei convertido em lei, são de conhecimento público. Não há absolutamente nada a esconder. Agora, poderia dizer ao senhor: sim, é fato que quando...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por que o Ministro Nascimento se espantou?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Não, ele... O que ele fez menção não foi a orçamento anual. Ele fez menção...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E o dinheiro? V. Exª pode usar as expressões técnicas?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidenta, o nobre Senador terá direito à réplica. Ele deve deixar o convidado dar sua resposta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro, vamos aguardar. Vamos aguardar a réplica, Senador Alvaro.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Por favor. Ponho-me a esclarecer. O que foi colocado... Senador, nós estamos tratando, quando falamos de 58 bilhões, de 72 bilhões, de estimativa de desembolso global com programa de investimentos rodoviários relacionados ao PAC. É preciso aqui registrar o fato de que, ao longo da execução das obras do PAC, muitas delas, quando do início, em 2007, por exemplo, tinham uma determinada estimativa. Essas obras, por exemplo, algumas delas não tinham projeto ainda, eram estimativas, e seus valores reais vieram a se efetivar com base em quê? Em projetos de engenharia, projetos básicos ou projetos executivos.

Por exemplo, eu citaria aqui a BR-101, em Alagoas e mesmo em Sergipe. Inicialmente, trabalhava-se com a ideia de adequação de capacidade nessa rodovia. Depois, passamos a trabalhar com a determinação e a decisão de fazer a duplicação. Isso significa claramente uma variação de custos. E estou falando aqui não de coisa que já foi realizada, mas de coisa que ainda será executada. As obras em Sergipe e Alagoas, de duplicação da BR-101, mal começaram, e houve uma mudança na dimensão e na convergência do projeto. E isso não está às escuras não. Isso é para ser colocado claramente, como estou colocando aqui.

Por exemplo, Senador, temos o caso da BR-101 no Rio Grande do Sul. Nós tivemos dois tipos de questões lá que elevaram o preço da obra sem que tivesse alguém feito nenhum tipo de irregularidade. Ao longo da execução da obra, identifica-se a necessidade de construção de viadutos, de passarelas, de vias marginais, e elas não devem ser feitas? E se o Poder Público pode fazê-las, não deve fazer? Têm que ser feitas sim. E isso significa elevação de custo da obra. Nós tivemos um problema de natureza geológica na BR-101, no Rio Grande do Sul, no túnel do Morro Alto. Aquele maciço no qual se imaginava que estaria uma pedreira para alimentar a execução da duplicação da rodovia, quando a perfuração de execução do túnel foi realizada, verificou-se que o tipo de rocha encontrada era inservível para o que se desejava, o que significa dizer buscar rocha, buscar pedra, buscar brita em distâncias maiores do que aquela que se supunha no momento da execução do projeto.

Posso citar outros exemplos. Nós tivemos situações, por exemplo, em que se estava trabalhando em uma determinada rodovia apenas com um lote ou dois lotes. Sua execução total era de quatro lotes, e, portanto, quando consideramos a integralidade dos lotes, isso significa uma elevação de preço.

Posso citar o caso da BR-163, no Estado do Pará, em que tivemos a necessidade – tanto quanto na BR-230, na Amazônia – de refazer as licitações, licitações antigas feitas a custos, a preços estimados, muito menores. Isso significou uma elevação no valor da obra, porque novas licitações foram feitas. Quando se tentou, em relação a essas rodovias, até no passado, repactuar preços, os contratados interessados não aceitaram.

Eu cito o exemplo da BR-158, no Mato Grosso, por causa de comunidades indígenas. Um percurso de 110 quilômetros passou a ser de 190 quilômetros, Senador. Isso não se faz de graça. Isso se faz com elevação de valores, sem que por trás disso haja irregularidade ou qualquer ilegalidade.

Cito, ainda, o caso do trecho entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul, lá em Santa Catarina. É um trecho relativamente pequeno, de 73,9 quilômetros, mas que atravessa uma área de várzea imensa. Portanto, será um trecho muito caro para ser executado. Quando se estimou, originalmente, os preços eram menores. No entanto, a realidade, o desenvolvimento do projeto provou que vai ser preciso gastar muito mais. Então, não há por trás disso aqui absolutamente nenhum tipo de prática nem pode ser atribuído a mim ou a qualquer ministro o fato de que se trabalhava, inicialmente, com uma expectativa, e ela é maior.

Quando a Presidenta Dilma Rousseff, na reunião a que V. Exª se refere, reagiu em relação aos números, isso significa, de nossa parte – e já estamos fazendo isso –, revisitar os projetos que estão sob nossa responsabilidade. Em alguns casos, até fazendo, se necessário, para aquelas obras que ainda não foram contratadas, a exclusão de partes que não são fundamentais. Por exemplo, se tenho seis, sete viadutos, posso não fazer dois ou três. Nós vamos proceder a esse tipo de adequação. Para quê? Para fazer com que o valor das obras, a sua característica, a sua abrangência, o seu escopo – essa palavra aqui até foi tão mal interpretada – possa se ajustar a um padrão que torne possível fazer com que a execução dos projetos prioritários previstos esteja compatível com a capacidade fiscal do País. É disso que estamos falando. Não estamos

falando de um orçamento anual que foi artificialmente aumentado. Isso não existiu. Os orçamentos dessas obras, qualquer que seja o valor, quando aprovados, quando definidos, vão estar expressos nos orçamentos anuais, que serão submetidos a esta Casa, como também à Câmara dos Deputados. Não há como fazer contorno disso aqui. Nós vamos ter que submeter. E, se esclarecimentos houver e forem julgados necessários, viremos aqui para prestá-los tantas vezes quanto seja necessário.

Agora, o que não faremos é uma obra que, após desenvolvido o seu projeto, mesmo que tenha sido considerada com um valor bem inferior, um valor estimativo... Se uma determinada obra, por exemplo, custar 120 milhões, não vou vir aqui para dizer aos senhores que ela vai custar 80. Eu venho aqui para dizer que ela vai custar 120, porque essa é a minha obrigação, esse é o meu dever, essa é a minha responsabilidade.

O senhor mencionou aqui as BRs 440 e a 010, que são obras importantes. A BR 440, em Juiz de Fora, liga duas BRs, tem um efeito extremamente positivo para a cidade. É uma obra que, neste momento, tem problemas, tem questões sendo levantadas pelo Tribunal de Contas da União. Esses problemas, como em tantos outros casos no âmbito do Ministério, serão discutidos, serão ajustados. E onde houver alguma determinação do Tribunal, vamos promover a adequação, vamos atender às determinações do Tribunal. Não há, absolutamente, de nossa parte nenhum tipo de propósito de fazer o errado. Não há de nossa parte o propósito de praticar atos à revelia da lei ou das normas que estejam estabelecidas, absolutamente.

Em relação à BR 010, o senhor certamente deve estar mencionando a obra Imperatriz-Davinópolis, englobando a travessia urbana de Imperatriz. É uma obra com inúmeros viadutos e aproximadamente 16 quilômetros de vias laterais. Ela está em fase de projeto. E, antes mesmo das denúncias, os técnicos já haviam analisado os projetos e sugerido, em relação ao contorno de Imperatriz, a sua exclusão em relação, sobretudo, a seu elevado custo. Então, essas coisas estão sendo vistas e estão sendo analisadas.

O senhor fez uma pergunta a respeito da operação tapa-buraco. Eu não diria que essa operação tapa-buraco feita – e eu me lembro muito bem de quando ela foi feita – foi descabida, não. Eu discordo do que o senhor está afirmando. Foi graças a essa operação tapa-buraco que foi possível ao Governo Federal acudir algumas rodovias federais, que estavam, naquela época, a nosso juízo, sob nossa jurisdição, dando a elas uma condição de segurança e de conforto, até que se colocassem em marcha os programas de recuperação dessas rodovias, os chamados Pier 4, mas, sobretudo, foi possível, através da operação tapa-buraco, fazer intervenções em cerca de 15 mil quilômetros de rodovias federais, transferidas aos Estados por força da MP nº 82 e que não vinham recebendo, de parte dos Estados, qualquer atenção. Essas rodovias não estavam sendo cuidadas. Essas rodovias não estavam sendo mantidas. E foi a decisão embutida naquela operação que fez com que fosse possível nós recuperarmos essas estradas.

Relativamente ao Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Miguel Mário Bianco Masella. Senador, eu queria dizer para o senhor uma coisa: quem está lhe falando aqui é um homem correto. Quem está lhe falando aqui é um homem honesto, de vida e de passado limpo. Quem está lhe falando aqui é alguém que tem 38 anos na esfera federal, servindo, da melhor forma, à causa pública. O Secretário Executivo que está comigo eu conheço há 38 anos, e posso afiançar-lhe que se trata de um profissional íntegro e correto, tanto quanto eu. E não acredito que ele tivesse sido capaz de praticar, ou mesmo compactuar com qualquer tipo de atitude que trame contra o interesse público.

Relativamente à CPI, que o senhor me perguntou. Não acho que tenhamos necessidade de uma CPI para esclarecer, para apurar, para verificar e para punir quem quer que seja, no Ministério dos Transportes ou em qualquer outro Ministério. Nós temos hoje instrumentos, meios, seja do ponto de vista institucional, seja do ponto de vista legal. E eu acredito, confio e acho que é esse o caminho que deve ser seguido para apuração de possíveis ilegalidades, irregularidades ou desvios de conduta.

Relativamente ao contorno de Maringá. O senhor mencionou essa obra, que, de fato, não é uma obra barata, mas é uma obra dividida em duas etapas. A primeira etapa já está com quase 100% concluída. Em relação à segunda etapa, foi feita a licitação e, sobre ela, eu lhe diria o seguinte, Senador: o Tribunal de Contas tem acompanhado essa obra. O Tribunal de Contas se manifestou sobre essa obra e, até mesmo em relação a seu custo, entendeu que deveriam ser feitos alguns ajustes, ajustes esses que, em relação ao contrato da segunda etapa, corresponderiam a R$10,6 milhões. O próprio Ministro-Relator do tema se manifestou favoravelmente à continuidade desta obra, para que ela possa servir à comunidade, à população da cidade onde ela está sendo construída.

De modo que as últimas recomendações feitas pelo Tribunal chegaram ao conhecimento do Dnit, que determinou ao Superintendente Regional do Dnit no Paraná, que está aqui nos acompanhando hoje, que notificasse a empresa para que se fizesse o ajuste nos valores contratados. Essa notificação foi feita, e

a empresa concordou que fossem reduzidos em 10,6 milhões o custo da obra.

É normal, quando tratamos de execução de obras, do ponto de vista de insumos, que o Tribunal se manifeste, ora por questões relacionadas a mão de obra, embora tenhamos um sistema de custos, que é o Sicro, que é o sistema referencial que baliza as nossas licitações. Às vezes, temos que fazer ajuste de mão de obra; às vezes em relação a brita, se a brita é produzida, se a brita é comercial, ou seja, se a brita é adquirida; às vezes, temos situações em que o Tribunal pensa de forma diferente do que está nas planilhas. Por exemplo, em vez de comprar o cimento em saca comprar o cimento a granel. Às vezes, no que diz respeito a movimento de terra, se vamos trabalhar com um trator, com uma escavadeira, com caminhões basculantes ou se vamos trabalhar com uma motoescavadeira e um basculante, nessa segunda hipótese há maior produtividade. Às vezes, o Tribunal questiona se, para efeito de concretagem, vamos trabalhar com betoneira ou com central de concreto. Tudo isso varia muito e depende da escala de cada obra.

Nesse aspecto, eu gostaria de mencionar que estamos avançando do chamado Sicro 2, que é o sistema referencial de custos adotado, e estamos falando de um sistema de custos, Senador, que tem 52 anos e que está sendo aperfeiçoado agora, no Sicro 3, atendendo inclusive a determinações do Tribunal de Contas, incorporando várias alterações e até mesmo uma estruturação de composição de preços para a área ferroviária e para a área hidroviária.

Agora, ditas essas coisas, alguém poderia imaginar: muito bem, o Ministro está dizendo essas coisas e parece que no seu Ministério tudo está às mil maravilhas. Não está não, Senador. E sabemos disso. E estamos trabalhando para evoluir. Estamos trabalhando para mudar.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas que estão na linha das minhas preocupações à frente desse Ministério. Em primeiro lugar, os senhores viram a equipe indicada ao Senado Federal para dirigir o Dnit. É uma equipe inteiramente profissionalizada, são profissionais de carreira os indicados, sem qualquer tipo de vinculação, sem qualquer tipo de influência partidária, o que o senhor mesmo, há pouco, mencionou como desejável. Nós fizemos isso. E aqui faço um apelo, Senador, faço um apelo ao senhor e aos parlamentares desta Comissão que nos ajudem no sentido de que possamos aprovar rapidamente essa diretoria proposta, para que possamos colocar o órgão em ordem, o órgão em marcha, para que ele possa restabelecer a sua normalidade depois do trauma que significou o afastamento de seis dos seus diretores. O órgão hoje está trabalhando com uma composição provisória de diretores substitutos.

Eu gostaria de, além disso, comentar aqui o seguinte: primeiro o aspecto do comando profissional do órgão. Segundo, e já está em curso, já combinei com a própria Presidenta da República, a contratação de cem novos engenheiros, mas isso é pouco, Senador, cem novos engenheiros num primeiro momento, porque a nossa avaliação é que precisamos dimensionar um quadro maior de engenheiros, de modo que o órgão possa estar melhor capacitado tanto aqui na sede quanto nas suas unidades regionais, nas sedes das superintendências como também nas unidades locais.

Há um aspecto que está na minha preocupação, que vale para o Dnit como também para a Valec, que é a realização de uma reengenharia no Dnit e na Valec, identificando os processos, as rotinas de trabalho, modernizando-as e fazendo com que, associado a essas rotinas, tenhamos um bom suporte informacional. Aqui se falou, e é verdade, que o Dnit tem bons instrumentos de suporte para decisão, mas instrumentos esses que, às vezes, não estão rigorosamente integrados entre si. Nós precisamos fazer a integração desses sistemas.

Além disso, há uma preocupação de nossa parte em relação àquilo que o senhor mencionou: os chamados aditivos. Por que nós temos mais aditivos do que seria desejável? Por que os aditivos significam irregularidade, ilegalidade, superfaturamento? Não. Não é por isso, mas porque nós trabalhamos, administração federal, administração estadual e as administrações municipais fazem a mesma coisa: contratam com projeto básico, quando a condição mais segura para contratação seria fazê-la com projetos executivos. São os projetos executivos que minoram a diferença entre o valor contratado e o valor final da obra, são eles que reduzem a quantidade de aditivos e os valores dos aditivos.

Por outro lado, Senador, um aspecto que eu gostaria aqui de mencionar, e é preciso definitivamente aclarar isso, é que um aditivo não nasce de uma canetada de um Diretor. Não é assim que um aditivo é feito. Um aditivo é feito, ele nasce de uma discussão de algum problema relevante, de mudança de quantitativo ou de solução técnica entre a construtora e o supervisor, com a anuência do engenheiro-chefe residente, vai ao chefe do serviço de engenharia da unidade regional, é aprovado pelo superintendente regional, vai à Coordenação de Construção em Brasília, vai à Procuradoria do órgão e depois é aprovado no plenário dos diretores do órgão. Portanto, não é uma coisa que se possa imaginar fuja ao controle e que possa ser desmedidamente utilizado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tréplica, réplica...

Senador, eu gostaria de fazer uma observação. Nós temos quase vinte inscritos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senadora, peço inscrição do Senador Vital do Rêgo, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sei da importância do tema e da complexidade dele, mas pediria a colaboração dos Srs. Senadores no sentido de que a gente possa fluir nesse trabalho, dando a oportunidade a outros Senadores de também questionar o Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Ministro, louvo o esforço e até a competência de V. Exª ao tentar expor que não há algo tão grave assim no âmbito do Ministério. Mas se V. Exª estivesse absolutamente correto, a Presidente Dilma estaria incorreta, porque ela promoveu demissões, confirmando a existência das irregularidades denunciadas.

Não pretendo, Sr. Ministro, isso faz parte da minha formação e é do espírito de justiça, não pretendo, não devo e não posso dizer quem é correto e quem é incorreto. Nós estamos focalizando os fatos e não as pessoas, tanto que procuro, evito sempre citar nomes.

De outro lado, não disse em qualquer momento – eu estou apenas fazendo referência, não posso responder a tudo, questionar tudo o que foi dito pelo Ministro, mas algumas coisas considero essenciais – que uma obra é descabida ou que uma operação tapa-buraco é uma operação descabida. Descabido é certamente o preço, o valor e o resultado. Isso é o que nós estamos questionando.

Esta é a questão essencial em tudo que V. Exª diz e talvez a justificativa para o desperdício. V. Exª falou em obra sem projeto, V. Exª falou em estimativa, V. Exª é um técnico qualificado, eu teria dificuldade de discutir tecnicamente, mas tive alguma experiência pelo fato de ter sido Governador de Estado e sei que fazer obra por estimativa é a festa para os empreiteiros. Ou por administração direta. Cito até um exemplo quando Governador, cancelei uma licitação por considerar preço superfaturado, houve um conluio entre grandes empreiteiras e inflaram o preço da obras, cancelei a licitação e houve uma proposta da Assembleia para que se fizesse por administração direta. Eu fui ouvir os técnicos da Copel. E recebi a resposta: "Por administração direta é impossível saber o preço final da obra." Se uma retroescavadeira leva cinco horas para fazer determinado trabalho, levará quinze e o Estado pagará três vezes mais. Portanto, administração direta, estimativa, não fazem parte da boa prática administrativa e não atendem ao interesse público. Por isso as obras no Brasil estão ficando tão caras.

Eu, às vezes, afirmo, sem evidentemente a pretensão da precisão, que é possível três vezes mais o que se faz com o mesmo dinheiro. Essa é uma questão essencial!

Eu creio, Sr. Ministro, que V. Exª terá oportunidade de agora, como Ministro, cuidar disso: obra sem projeto, obra por estimativa. V. Exª chegou a afirmar aí que há obras sem projeto. Portanto, essas são questões essenciais porque dizem respeito à aplicação do dinheiro público. E me parece que esse sistema é um sistema que possibilita o desperdício do dinheiro público.

Era o que tinha a dizer. Lamentavelmente, em relação à CPI, eu discordo frontalmente porque se V. Exª tem a convicção de que nada há de absurdo no Ministério dos Transportes, a CPI revelaria isso. A CPI pode ser o atestado de boa conduta também dos vetores públicos e não apenas o caminho para a condenação deles

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª. Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem. Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só uma sugestão a V. Exª, sem querer opinar sobre o encaminhamento dos trabalhos que V. Exª sempre faz nessas audiências. Agora mesmo, V. Exª disse que temos 20 inscritos. Para um melhor encaminhamento desta reunião, sugiro a V. Exª que faça blocos de perguntas ao Sr. Ministro de três, quatro, cinco Senadores para que gente possa fluir com mais rapidez nesta reunião, haja vista que há um grande número de Senadores querendo participar.

É essa a sugestão que faço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu pediria apenas a V. Exª se fosse possível ler a relação dos inscritos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Vou submeter ao Plenário, Senador Vital do Rêgo, o questionamento de V. Exª, mas quero dizer que o tempo foi mais flexível com o Senador Alvaro Dias, e com o Ministro, em função de ser ele o autor do requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sem problema, Srª Presidente. Sem queixas nem reclamações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na lista dos inscritos estão – alguns não estão presentes, se inscreveram e saíram: Ricardo Fer-

raço, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Roberto Requião, Vicentinho Alves, Demóstenes Torres, Aloysio Nunes, Humberto Costa, Magno Malta, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Inácio Arruda, Reditario Cassol, Pedro Taques e Romero Jucá.

Com a palavra o Ministro para sua tréplica.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Eu queria apenas aduzir ao que eu falei um comentário, Senador Alvaro, que, imagino, contribua para esclarecer um pouco.

O que eu disse quando mencionei a ausência de projetos, e isso vale... Por exemplo, no início do PAC, nós tínhamos algumas obras que estavam em andamento. Para outras tantas, nós não tínhamos projeto e, portanto, naquela oportunidade, era possível tão somente fazer alguma estimativa em relação ao custo dessas obras.

É óbvio que, em relação a todas essas, foram desenvolvidos projetos e elas só foram contratadas, no mínimo, com um projeto básico, e não pode ser diferente, porque a Lei 8.666 não permite que se faça de forma diferente.

Era só esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente desta Comissão, ilustríssima Senadora Lúcia Vânia, do nosso Estado de Goiás, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, eu vou-me deter apenas no futuro, não ao presente. O presente já está sendo bastante explorado.

O que nos deixa indignados é que... O senhor imagine, na iniciativa privada, se uma empreendedora for lançar um prédio e não tiver um projeto completo, só o básico. Ela lança por aquele preço, depois ela tem de fazer correções, assinou contratos, veja a confusão que vai dar. Ou ela quebra, ou ela reajusta.

Qual é a maneira que o senhor vê para acabar com todo esse imbróglio que existe e que, na maioria das vezes, é sempre o aditamento? O engraçado é que o aditamento é uma coisa de 10, 12 anos para cá. Antigamente, não tinha, quase, que se fazer, embora tivesse fator de correção, porque a inflação era muito alta.

É inadmissível que não se tenha um projeto completo. Sempre é esse projeto ou, às vezes, um rascunho de projeto.

Então, eu acho que, olhando, agora, para o futuro, como o senhor vai corrigir – e acho que é obrigação de seu Ministério – para que não aconteça e não tenhamos mais esse tipo de discussão? Quando se ganhar uma licitação, sabe-se o que se tem de fazer.

Nessa, por exemplo, logo, logo, nós vamos ter um problema muito grande com o trem-bala. É um orçamento factício, não é o correto. Aí, vão chegar à conclusão de que é a pedra, que é isso, que é aquilo, e aquilo vai ficar duas, três vezes mais.

Então, eu pergunto ao senhor: qual é a maneira que o senhor vai encontrar para dar um fim nisso? Vamos falar do futuro, agora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de submeter ao Plenário a colocação do Senador Vital do Rego: se os senhores concordam que façamos um grupo de três Senadores para posterior resposta do Ministro.

Os senhores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Então, Ministro, nós vamos ouvir três Senadores e, posteriormente, passarei a palavra para V. Exª.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, que não se encontra presente.

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Ministro Paulo Sérgio Passos, as indagações que faço são indagações referentes à aparente tranquilidade institucional de que desfruta o Ministério, nas palavras de V. Exª, à atitude da Presidência da República, que fez a popular faxina, jogando fora quase que a totalidade do Ministério dos Transportes e de todos os departamentos ao Ministério vinculados, e, também, à saída do Ministro Alfredo Nascimento.

O Ministro Alfredo Nascimento saiu e ficou num período sabático. Quando apareceu, fez um discurso extremamente contundente. Nesse discurso, ele afirma, e são palavras dele, que, primeiro, os fatos colocados sob suspeição se deram no período em que ele já não era Ministro. Ele faz referência diretamente a V. Exª. E mais, ele diz que chegou e determinou lá um pente fino. Ora, não se faz pente fino, se não tiver piolho, não é, Ministro? Não entendo muito disso aí, porque, desde pequeno, meus cabelos são... Mas eu queria saber de V. Exª o seguinte: quem é o piolho, Ministro, apontado pelo ex-Ministro Alfredo Nascimento? V. Exª diz que está fazendo uma mudança, uma modificação profunda. Então, não pode o Ministro vir aqui... Ele falou, palavras dele: "sair junto com a Presidenta" – odeio essa palavra, a Presidenta Dilma, mas está aqui, *ipsis litteris* – Então, Ministra, o PAC do Ministério dos Transportes significava um pacote de investimento da ordem de 58 bilhões, quando retornei, já estava em 72

bilhões. E ele vai dizendo: não participei da preparação do orçamento do exercício atual. É real, porém, que o Ministério que deixei em 2010 é diferente do que eu encontrei no meu retorno. Por isso, determinei que se fizesse um pente fino. Então, tem que ter irregularidade, não se faz pente fino em... E V. Exª era o Secretário Executivo de lá. Então, alguma coisa tem que ter porque o Presidente toma uma atitude como essa para o Brasil e não teve nada. E mais, V. Exª disse aqui que: agora, prestem atenção com o que está acontecendo com o Dnit. Foram indicados profissionais, técnicos, gente sem vinculação partidária. O Presidente Lula errou ao fazer a indicação da diretoria antiga? Ela não tinha essa competência? V. Exª pedindo: preste atenção. Então, quer dizer que a coisa, agora, é diferente. Se é diferente é porque mudou. E mudou por quê, Ministro? Também disse ele aqui que relatou à própria - vou falar também porque está *ipisis litteris* - Presidenta Dilma o problema e disse que começaram a trabalhar no ajuste necessário para garantir a viabilidade orçamentária das obras durante sua gestão. Então, certamente, ele teria que fazer, se fosse Ministro, cortar os gastos previstos que V. Exª mesmo criou. Também disse, aqui o Ministro Alfredo Nascimento que não se faz nada no Ministério, se não tiver uma ordem de cima, se não for levado... E insinuou que foi a ex-Ministra Erenice Guerra e também o ex-Ministro do Planejamento. Tudo foi feito na base da insinuação. Agora, quem tem razão nisso aí, V. Exª que ficou nesse período, ou o Ministro Alfredo Nascimento que chegou e disse: tudo que aconteceu e que está sendo denunciado aconteceu justamente quando eu não era Ministro. O Ministro era V. Exª.

Também têm aparecido suspeições acerca de um servidor chamado Fernando Clayton ou Cleyton Pessoa de Aguiar, que teria sido colocado no Dnit por V. Exª e que seria o homem lá encarregado de V. Exª de tratar e liberar também os projetos junto com toda a diretoria. Procede essa informação, Sr. Ministro, que foi divulgada?

E mais. Uma coisa que eu acho que V. Exª realmente conseguiria colaborar com o País. Vejo que o Tribunal de Contas da União disse que houve um incremento dos aditivos no ano passado da ordem de 154%, e V. Exª disse, é uma coisa com que concordo, que os projetos passarão a ser licitados, quer dizer, as obras com projeto executivo. Isso aí, acho que, se V. Exª conseguisse fazer na integralidade, porque há uma intenção nossa de modificar a Lei das Licitações nessa direção e, aí, realmente, a coisa começaria a caminhar, porque os aditivos seriam uma verdadeira sessão. Porque, se começa sem o projeto executivo, naturalmente, que aí se justificam todos os aumentos que, porventura apareçam. Olha, o projeto não estava pronto e, agora, necessitou disso, necessitou de uma passarela, um viaduto etc.

Eram essas as indagações, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Requião.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Era só sobre o Valdemar Costa Neto. Realmente ele despachava lá dentro?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ministro, eu não quero discutir sobre as ilegalidades cometidas pelo Ministério do Transporte. Se o fizesse, estaria desautorizando a nossa Presidente da República. Se ela viabilizou uma profunda intervenção no Ministério, seguramente, ela tinha consciência do que fazia. E eu não tenho nenhum dado que me leve a duvidar das medidas duras que a Presidente tomou e que têm o meu mais absoluto e completo apoio.

Mas eu queria de V. Exª a resposta a uma indagação que tem me despertado a curiosidade há muito tempo. No Paraná, nós reivindicamos uma retificação da estrada de ferro. V. Exª sabe que foi no meu Governo que nós construímos a Ferroeste, de Guarapuava a Cascavel, numa parceria com o Exército brasileiro, uma estrada pública e integralmente realizada com recursos do Estado do Paraná. Isso me deu certo domínio dos custos de construção de uma estrada de ferro. Pelo menos dos custos da construção de uma estrada de ferro da forma que nós a construímos, numa parceria com o Exército brasileiro.

Em determinado momento, eu recebo um aviso de um Ministro da República que queria conversar comigo. Era o Ministro Paulo Bernardo. Ele se dirigiu à minha residência, na companhia do Bernardo Figueiredo, da ANTT. Todos nós conhecemos o Ministro Bernardo Figueiredo. Foi ele quem assinou, no governo do Fernando Henrique Cardoso, a privatização das estradas de ferro como preposto do setor privado. Depois disso, ele foi presidente da ALL, tendo sido também presidente de uma associação de empresários ou concessionários do setor privado, para a defesa dos seus interesses. Hoje ele é Diretor-Geral da ANTT.

Nós tínhamos uma previsão de custo para um trecho da estrada, de Guarapuava a Ipiranga, de cerca de R$150 milhões. É evidente que essa previsão que nós tínhamos, sem o projeto básico, se suportava nos custos da estrada que tínhamos construído e na fórmula Exército – Estado do Paraná. Mas a própria ALL já havia, publicamente, por meio do então presidente – não o Bernardo, mas outro –, dito à imprensa

que acreditava que a obra sairia por R$200 milhões ou R$220 milhões. E o Ministério do Planejamento havia publicado no seu *site* o custo de R$220 milhões. No entanto, essa estrada sai do Orçamento Geral do Estado e passa para o orçamento do PAC, e a comunicação que o Ministro Paulo Bernardo e o Ministro Bernardo Figueiredo queriam me fazer era a seguinte: Nós vamos fazer isso por PPP – Parceria Público Privada.

Ora, eles já haviam, em reuniões anteriores com o Governo de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, descrito a tal da PPP. E o Bernardo Figueiredo já tinha falado muitas vezes da absoluta necessidade de estimularmos o setor privado com incentivos, para que ele retomasse a construção das estradas.

A proposta era a seguinte: será feita por PPP, financiada pelo BNDES. A empresa que vier a construir a estrada – sem dúvida é a ALL, pois ela teria o domínio das duas pontas do processo; outra empresa não poderia fazer em hipótese alguma – receberá como incentivo o perdão do pagamento do preço da concessão do setor sul das ferrovias brasileiras, se não me engano, 62 milhões por ano. Então, o empréstimo do BNDES já estaria pago pela supressão do custo da concessão. E, além disso, o que pudesse remanescer do custo da obra seria viabilizado com uma espécie de pedágio que o concessionário PPP cobraria sobre o uso do trecho da estrada.

Eu me indignei com essa proposta. Eram R$540 milhões. Então, saltava de 220 para 540 milhões. Depois, eu verifiquei que o próprio custo, no *site* do Ministério do Planejamento, tinha sido alterado. Desapareceram os R$220 milhões. Mas alguns companheiros envolvidos nesse processo já tinham imprimido a página. Então, essa imagem foi impressa e está em meu poder e em poder de quem dela quiser tomar conhecimento. Eu fiquei indignado, disse que não aceitava, eles insistiram, eu dei por encerrada a reunião e mandei os dois embora. Eu levei ao conhecimento do Governo Federal essa situação e nunca mais se falou nesse processo.

Mas o que eu quero saber é quem determina uma mudança dessas, quem pode alterar uma obra de 220 para 550. E, posteriormente, o Ministro Paulo Bernardo, se não me engano, ainda declarou em jornais do Paraná: "Não, esse preço de 550 é um preço antigo, isso já deve estar por 750 milhões". Rigorosamente, não poderia estar com esse acréscimo, de forma alguma, mesmo que não tivesse o projeto básico. Mas aí não é nem o caso do projeto básico, porque a situação geográfica é mais ou menos a mesma da estrada que eu construí. Eu construí, à época, por US$340 milhões o trecho Guarapuava a Ipiranga.

De quem é a responsabilidade pela alteração de preço? É da Valec? É do Ministro dos Transportes? É do Ministro do Planejamento? Quem é que pode alterar o preço básico, numa previsão para o Programa de Aceleração do Crescimento em relação ao preço anterior?

É a pergunta que eu lhe faço, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Paulo Passos.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Eu gostaria de iniciar esclarecendo o aspecto que foi levantado aqui pelo Senador Cyro Miranda, quando falava da conveniência e da importância de trabalharmos com projetos detalhados. É verdade. E tanto é que estamos hoje preocupados. E esta é uma das orientações que pretendo seja observada no Ministério, que é a de que preferencialmente possamos trabalhar fazendo licitações com base em projetos executivos. Os projetos executivos são projetos que chegam a um nível de especificação muito grande e, portanto, têm uma possibilidade, uma margem de erro e de desvio em relação à realidade muito pequena. Porque, eventualmente, nós podemos ter, Senador, uma situação de um projeto básico de muito boa qualidade. Um projeto básico bem detalhado de boa qualidade supre esse tipo de necessidade. Mas o que nós queremos é orientar no sentido de que realmente as obras sejam contratadas com base em projeto executivo.

Mais do que isso, há uma preocupação nossa em relação a fazer com que... Como um dos pontos delicados é exatamente a elaboração de projeto, estabelecer mecanismos através dos quais possamos apertar na elaboração dos projetos e inclusive mecanismos de avaliação para critério de pontuação para que sejam premiadas as boas empresas projetistas. E, mais do que isso, estabelecer, até trabalhando com a ideia de que isso possa estar contido nos contratos que sejam firmados, sanções, e sanções duras e pesadas, em relação a quem não apresentar projetos de boa qualidade. Eu acho que esse é um bom ponto de partida.

Mas há outro aspecto em relação à contratação de obras, que já estamos discutindo – já tive oportunidade de comentar com a Presidenta e, evidentemente, espero que possamos evoluir: a própria Lei nº 8.666 prevê a possibilidade de contratação de obras em regime de empreitada por preço global, e é possível fazer isso casado com projetos executivos de boa qualidade. Nesse sentido, acho que temos aí um horizonte de avanços muito grande. E pretendo seguir também nessa direção. Isso para responder ao Senador em relação ao projeto.

No que diz respeito às considerações feitas pelo Senador Demóstenes Torres, Senador, o que posso lhe dizer é que as denúncias apresentadas pela revista

Veja e, em seguida, por outras terminaram desencadeando, no Ministério, a atitude do Ministro Alfredo, que pessoalmente entendeu por bem – ninguém o exonerou –, resolveu pedir exoneração, assim como outros diretores do Dnit. Todos os outros diretores entenderam conveniente sair na compreensão de que, com isso, facilitavam a solução da continuidade do Ministério, até levando em consideração que, com a saída do ministro, outro ministro estaria assumindo a condução da Pasta.

Quando mencionei aqui a diretoria do Dnit e disse "quero fazer uma diretoria profissionalizada", é porque acho que é o momento importante para fazermos ajustes, para fazermos todo esse trabalho, tanto em relação a projetos, como à própria reengenharia interna do órgão, como ao melhor controle na execução daquilo que a gente faz, seja no monitoramento, no desdobramento das obras, seja até na qualidade daquilo que é entregue pelos construtores.

Quando eu disse isso, absolutamente não estou fazendo comparações. Pelo contrário, eu já fui, com muita honra, ministro do Governo do Presidente Lula, Presidente que me deu todas as condições para trabalhar. Eu sou agradecido a ele, primeiro, pela confiança que teve em mim e, segundo, reitero aqui a minha grande satisfação e orgulho de ter trabalhado com ele como ministro e auxiliar do seu governo.

Com relação à questão dos gastos dos projetos que são colocados no PAC e dos valores aprovados para a execução desses projetos, ministro não inventa projeto, ministro não tem o condão de determinar que vai gastar 200, 300 ou 400 milhões num determinado projeto a, b ou c. Isso é resultado de um trabalho conjunto de governo, que envolve desde o órgão executivo, que tem conhecimento de fato, que apresenta um projeto, que faz estimativa com base em custos referenciais quando esses custos são importantes para se ter uma ideia do quanto poderia custar uma determinada obra. É dessa forma que trabalhamos.

É claro que aqueles projetos já pré-selecionados pela sua importância, pelo impacto na sociedade, pelo que são capazes de resolver passam por uma rotina normal de elaboração de projeto como qualquer outro. E, às vezes, o valor que se identifica quando um projeto é concluído é maior do que aquilo que inicialmente se imaginou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E, nesse caso, envolve Planejamento e Casa Civil também, né?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Nesse caso, todos nós que temos a responsabilidade de construir a viabilidade desses projetos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ou seja, é uma rotina, mas passa pelo Planejamento e pela Casa Civil.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – É claro que temos que discutir com todos os órgãos de governo, como não significa absolutamente, ao dizer isso, reconhecer que há algum tipo de falha, de imprevidência, absolutamente. Acho que, em qualquer área, no Município, no Estado, quando se imagina alguma coisa que não tem projeto, começa-se de uma iniciativa: olha, imaginamos que, para fazer uma duplicação x, vamos gastar tanto. É óbvio que a comprovação de que vai ser x ou x mais y vai se comprovar na hora em que tiver o projeto executivo. É por essa razão que quando eu mencionei aqui que nos custos globais que se imaginava que teríamos 58 bilhões e esses valores aumentaram, são expectativas de custos globais dos projetos, do somatório dos projetos, custos esses que não são definitivos. Estamos discutindo, por exemplo, todos os projetos ferroviários em execução ou novos projetos passarão por uma reavaliação dos projetos de ponta a ponta. Essa é uma determinação minha. Eu vou fazer isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRRES (Bloco/DEM – GO) – O que, afinal de contas, é esse pente fino do Ministro Alfredo Nascimento?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Pente fino. Posso lhe dizer. Quando estávamos, nos meses que antecederam à saída do Ministro Alfredo, estávamos exatamente discutindo, da expectativa inicial, os valores mais atualizados em relação aos projetos, que cresceram, o que não tem nada a ver com aditivo, o que não tem nada a ver com superfaturamento, o que não tem nada a ver com sobrepreço e estávamos exatamente, junto com a diretoria do Dnit, junto com os nossos companheiros das diversas secretarias do Ministério, depurando. Quando nós tivemos aquela reunião com a Presidenta, ninguém tinha posição final ainda não, estávamos num processo de discussão em relação a cada projeto e o que eles poderiam custar, e pudemos chegar a uma situação onde, por exemplo, pode ser extremamente justificável – tomando por base um projeto X, que custa R$700 milhões ou R$800 milhões – chegarmos à conclusão de que, embora seja um projeto adequado, seja um projeto relevante, seja um projeto importante, não dá para fazê-lo com R$700 milhões. O que vai significar? Vamos cortar obras, vamos cortar itens. É isso que estamos fazendo. E é preciso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Não são supérfluos, são coisas que poderiam ser im-

plementadas num segundo momento. Até porque, em muitas dessas situações, essas demandas nascem de desejos legítimos da sociedade, nas audiências públicas que são feitas. As representações comunitárias que pedem uma passarela, ou pedem um viaduto, ou pedem um trevo, e a gente não pode deixar de considerar essas coisas. Então, é preciso separar e dar clareza a isso, para que não fique, na opinião pública, uma visão de que o Ministério tivesse este ano X bilhões e, de repente, aumentou em 14 bilhões. Não é isso. Isso não existiu, nunca existiu.

O SR. DEMÓSTENES TORRRES (Bloco/DEM – GO) – Só para...

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Deixe-me, por favor...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Demóstenes, V. Exª tem direito à réplica; deixe o Ministro concluir.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Fernando Cleyton. O Sr. Fernando Clayton é uma pessoa que conheço. Não posso nem dizer que é meu amigo. É um profissional formado em engenharia e em direito, que está trabalhando de forma terceirizada no Dnit. O que ocorreu com o Sr. Fernando Clayton é o que ocorre com qualquer Ministro e ocorreu comigo, vários pedidos que me chegam de pessoas; eu encaminho. O caso dele foi encaminhado o currículo dele para o Dnit. Ele foi aproveitado lá. Se o senhor me perguntar o que ele faz hoje vou lhe dizer que não sei, porque não sei. E mais, Senador: isso ocorreu há uns cinco anos; há cinco anos que não vejo o Sr. Fernando Clayton.

De modo que repilo qualquer consideração que seja feita em relação a conexões de interesses escusos da minha pessoa com o Sr. Fernando Clayton.

O SR. DEMÓSTENES TORRRES (Bloco/DEM – GO) – Ou seja, ele não é homem do senhor. Isso aqui é especulação.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Total. Absoluta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Demóstenes, colabore com a Mesa.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Absoluta.

Relativamente aos aditivos, eu gostaria de fazer uma consideração e espero que essa consideração também seja esclarecedora.

Nós tivemos, de 2007 a agora, 2011, uma carteira de contratos do Dnit de cerca de R$40 bilhões. Muito bem. Desses R$40 bilhões, tivemos, em aditivos, algo correspondente a 10% de reajustamento e mais 5,89%. O restante foi 3,3% de aumento de custos de desapropriação... Nós tivemos cerca de R$40 bilhões. O total de aditivos correspondeu a cerca de R$3,6 bilhões. É claro que, além disso, tivemos aumentos decorrentes de desapropriações. Nós tivemos aumentos referentes a despesas adicionais para atender a requisitos, obrigações em relação a meio ambiente e tivemos também, em algumas obras executadas, mudança de característica, por exemplo, de construção de vias laterais, ou construção de viaduto. Via de regra, essas adições a obras são contratadas por novos contratos. Não é costumeiro se colocar – salvo quando é perfeitamente possível sem absolutamente desviar-se do objetivo, e dentro daquilo que é permitido por lei, e quando há conveniência e necessidade – se inserir algum item novo que passa a integrar o aditivo dessas obras.

Portanto, não tem a dimensão que se imagina aquilo que se atribui como uma expansão extraordinária de aditivos no âmbito do Dnit. Então, vamos ver agora os quantitativos de aditivos ano a ano na área rodoviária, que é preponderante, e veja que, quando falei aqui em R$40 bilhões com esse valor em termos de aditivos, estou falando de cerca de quase dois mil contratos. Estou falando de quase dois mil contratos.

Pois bem, tivemos na área rodoviária, em 2009, 709 aditivos; nós tivemos, na área rodoviária, em 2010, 967 aditivos; em 2011, até agora tivemos 550 aditivos. Mas, ao mesmo tempo, é importante dizer aqui para os senhores – e faço questão de fazer esse esclarecimento – o seguinte: é necessário que se observe que, da mesma forma que cresceram os aditivos, vamos verificar os volumes de investimento feitos na área rodoviária. Em 2007, investimos cerca de R$4,9 bilhões; em 2008, R$5,3 bilhões; em 2009, R$7,8bilhões; em 2010, R$10,9, ou seja, R$11 bilhões. Seria estranhável que, crescendo tanto em termos de valores investidos, nós caminhássemos no sentido inverso em relação a aditivos.

Quero dizer mais: Ministro de Estado não aprova aditivo; Ministro de Estado não examina aditivo. O aditivo é um instrumento. O aditivo é um estatuto previsto na Lei nº 8.666, que pode e deve ser utilizado dentro da legalidade, com sólidos fundamentos para que seja feito.

Vejam: é a diretoria do Dnit quem aprova aditivos. E volto a repetir aqui que um aditivo nasce na origem por uma discussão de necessidade de ajuste de quantitativos ou de solução técnica entre a construtora, a supervisora, com a anuência do engenheiro do quadro, um engenheiro residente, local, fiscal, que dá um parecer sobre aquilo que está sendo proposto. Esse assunto evolui para a chefia do serviço de engenharia no órgão regional que também examina e se manifesta. Vai à consideração do superintendente regional, que aprova para que ele possa ter prosseguimento do diretor regional. O aditivo evolui para a coordenação de

construção do órgão, que, pelos seus canais técnicos, com seus engenheiros, analisa e aprova. Vai à Procuradoria e, depois da Procuradoria, é aprovado no colegiado do órgão por unanimidade. Se houver uma discordância, o assunto não vai adiante, significa que ele tem alguma pendência, algum ponto a resolver.

Então, era isso que eu gostaria de deixar claro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sobre o Deputado Valdemar, V. Exª não respondeu.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Sim. Relativamente ao último item que o senhor indagou, quanto ao Deputado Valdemar Costa Neto. O Deputado Valdemar Costa Neto, como sabido, é um parlamentar do Partido da República. Não me consta que ele tenha, até como noticiado, escritório no Ministério para lá se abancar, ficar despachando e tomar decisões. Eu nunca presenciei isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Após a resposta à pergunta do Senador Requião, eu gostaria...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – De fazer a réplica? OK.

Senador Requião.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Vou agora comentar aqui acerca do que...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se quiser já me dar a palavra, é rapidinho também e já encerro o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª tem direito à réplica.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É isso o que eu quero. É só para dizer o seguinte.

A resposta é de V. Exª, não é minha, claro, e não pode ser diferente, mas o contexto que deu o Ministro Alfredo Nascimento – é nisso que eu gostaria de insistir com V. Exª – não é esse contexto de normalidade em relação ao pente-fino. É que ele diz o seguinte em seguida: "Não aceito que usem meu nome, que brinquem com a minha carreira para corrigir distorções que eu não criei nem para desfazer acordos de que eu não participei. Que cada um assuma as suas responsabilidades". Então, não foi um ato de rotina: "Vamos cortar isso, vamos...". O tom do Senador Alfredo Nascimento, ex-Ministro, não é o mesmo da conclusão a que V. Exª chegou.

Uma outra: V. Exª é filiado ao PR?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Sim, desde 2006.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se o partido resolver sair do Governo, V. Exª vai junto?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Eu não quero fazer considerações acerca das decisões do partido. Cabe ao partido tomá-las e cabe ao partido, por sua direção, fazer isso. Eu fui convidado a ocupar o cargo de Ministro pela Presidenta Dilma Rousseff. A ela pertencem os cargos de Ministro de Estado e, enquanto eu puder, eu, que já servi vários governos, eu, que já auxiliei ministros de vários partidos – do PFL, hoje DEM; do PSDB; do PMDB; do PR – e tenho uma vida em relação à qual não se pode lançar dúvida – e eu asseguro isso aqui –, eu estarei pronto para servir o Governo da Presidenta, enquanto ela entender que eu sou a pessoa certa para conduzir o Ministério dos Transportes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A pergunta do Senador Requião.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Senador Requião, o corredor do Paraná é um corredor importante, a ele estão associados fluxos relevantes de interesse do País, um corredor ferroviário, um porto importante, que é o porto de Paranaguá. O senhor sabe perfeitamente que, já há muito tempo, discutem-se os caminhos para modernizar aquele corredor. O senhor mesmo teve oportunidade de construir um segmento ferroviário importante, fazendo avançar no sentido oeste a ferrovia, entre Guarapuava e Cascavel e, é claro, nas discussões das prioridades no âmbito do Governo, veio à tona a necessidade de se fazer investimentos – e aí se discutiu Guarapuava e Engenheiro Bley ou Guarapuava e Ipiranga. Mas o fato é que, por trás, havia a preocupação de modernizar aquele segmento, dando uma condição de geometria, de traçado melhor, mais eficiente.

O que sei e o que posso lhe dizer em relação a esse assunto é que foram feitas discussões de modo a identificar qual alternativa seria mais cabível, mais conveniente, mas, qualquer que fosse a discussão que se fizesse, ela carecia de segurança em relação a valor, porque não se tinha e nem se tem projeto de engenharia em relação a essa obra.

Eu, pessoalmente, gostaria de dizer que a palavra final, por mais que os temas sejam discutidos, em relação a quanto vai custar uma determinada obra, é a palavra do Ministério dos Transportes, sem dúvida nenhuma. Como é o caso das obras do PAC. Quando falamos em termos de estimativas globais, essas estimativas são feitas com base nos custos referencias de que dispomos. Utilizamos esses custos referenciais para fazer uma estimativa. É claro que só podemos falar de forma categórica, de forma segura, com base em um projeto, ainda que seja um projeto básico. Quando tivermos um projeto básico, será possível, de fato, dizer: esta é uma ferrovia, esta é uma variante que nós

estimamos que vai custar X ou Y. É claro que, entre um traçado e outro do que o senhor mencionou, eu não conheço detalhes para dizer aqui se custaria um pouco mais de 220, se custaria 250, se custaria 280. De fato, não tenho condição. Mas a responsabilidade em relação a números, números de engenharia, valores que se associem a quanto custaria ou quanto custará, sem dúvida alguma, é responsabilidade do Ministério dos Transportes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Roberto Requião para a réplica.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, é do Ministro dos Transportes a responsabilidade da mudança no valor do PAC de 220 milhões para 540 milhões?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Não, sempre trabalhamos com 220 milhões, e eu desconheço qualquer outro valor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Desconhece qualquer outro valor. A minha estranheza é esta, eu fui visitado pelo Ministro Paulo Bernardo e pelo Bernardo Figueiredo que queriam minha concordância por uma alteração de valor, para fazer um PPP. Como eu tinha dados relativamente seguros, porque construí um trecho da estrada, eu não concordei. Levei isso ao conhecimento do Governo Federal, a discussão parou. Coisa de um ano e meio depois, o Ministro Paulo Bernardo foi ao Paraná e declarou na imprensa que eu estava impedindo investimentos privados no Estado. Eu expliquei que investimento privado eu tinha recusado a concordar. Veja bem, a concordar, até porque o trecho não é do Estado do Paraná. Esse trecho não faz parte do trecho que é concessionado ao Estado do Paraná, que seria o trecho de Cascavel até Mato Grosso do Sul ou Paraguai. Estranhei muito esse processo, mas principalmente esta mágica, como é que salta de 220 milhões para 540 milhões no *site* do Ministério do Planejamento? Mas se V. Sª, como diretor executivo do Ministério dos Transportes, não explicou, não seria eu que poderia explicar também. É inexplicável o aumento.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – O senhor pode estar certo de que o que vai explicar isso aí é o projeto de engenharia. Esse é o elemento objetivo que será capaz de, com clareza, com demonstração evidente, dizer quanto vai custar. Isso tanto melhor. O que interessa ao senhor, o que interessa a nós é estimar por valores razoáveis e pelo preço justo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A sua resposta foi correta e me satisfaz amplamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes. Logo em seguida, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, Sr. Ministro, caros Colegas, eu tenho aqui, Sr. Ministro, o seu *curriculum vitae*, que é realmente de um homem dedicado à administração pública há muitos anos e uma vida funcional absolutamente ilibada. O senhor trabalhou no governo Fernando Henrique Cardoso ao lado do Ministro Márcio Tavares, que lhe tem, aliás, grande estima.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Do Ministro Serra também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora, o senhor está dentro de uma situação política difícil, Sr. Ministro. Difícil. O senhor está caminhando no fio da navalha, porque o senhor é muito versado nas questões técnicas, orçamentárias. Provado nessa área.

Eu estava comentando aqui com o Senador Pedro Taques que, se o senhor fosse jurista, nós poderíamos dizer que o senhor está vivendo um problema de Direito intertemporal. Qual é a lei que está valendo e em qual época, porque há uma evidente continuidade entre os oito anos de Governo Lula, no Ministério dos Transportes, e esses seis meses do Governo Dilma. Mas há também elementos de ruptura. Então, eu gostaria de saber do senhor o que rompe e o que continua igual, porque o senhor, que é um bom técnico, está demonstrando capacidade política para, pelo menos nesse momento, diluir as asperezas do seu caminho.

O incidente no Palácio do Planalto é como se fosse um chá: pessoas reunidas em torno de uma mesa, um bolinho, a Presidente conversando sobre o orçamento etc.. Par falar a verdade, foi uma tempestade aquilo. A Presidente passou uma descompostura em todos os dirigentes do Ministério, com exceção do Ministro, inclusive no senhor, que estava presente. E mais: foi a própria Presidência da República que vazou esse incidente. Evidentemente, V. Exª não vazou; V. Exª é um homem correto. E nenhum dos outros teria vazado. Quem é que produz notícia ruim contra si mesmo? Foi a própria Presidência. Não há dúvida nenhuma.

E aquilo mostra um momento de ruptura. Agora, até que ponto essa ruptura é para valer ou não? A apuração de responsabilidades pela Controladoria-Geral da União... Aí, quem fez coisa malfeita pode ficar sossegado. O Ministro, Controlador-Geral da União, não controla coisa nenhuma. Ele só tem cara de bravo, mas ele não é de nada, como se dizia em linguagem de menino em São José do Rio Preto. Não é de nada. Nada do que aconteceu... E muita coisa aconteceu. Os jornais estão, hoje, repletos. É todo dia. Todo dia

acontece alguma coisa, é revelada alguma coisa. Nada se deve à apuração do Ministro Hage.

Então, seguramente, o senhor preza pela sua honorabilidade, o senhor chegou até a se emocionar ao se referir a isso com a ênfase de um homem de bem. Abre o olho. Não deixe tudo por lá, não. Veja direito o que está acontecendo no Ministério, porque esses pecados, que foram apontados pela própria Presidente, pelas reportagens, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, não são daqueles pecados que se comete sozinho. Eu me lembro, quando era menino, uma das primeiras confissões na Igreja Católica. O padre perguntava: pecou sozinho ou com alguém? Esses pecados nunca são cometidos sozinhos, Ministro.

Cuidado, porque a Controladoria-Geral da União não controla nada. O senhor corre o risco de continuar sentado em cima de um vespeiro, que vai continuar operando por baixo, por mais que as pessoas indicadas para o DNIT sejam pessoas, aparentemente, corretas – pelo menos o currículo delas assim o demonstra; e técnicos competentes.

Então, é preciso que o senhor abra o olho e que nos esclareça. Procure nos esclarecer nesta audiência o que muda e o que continua igual. O que muda da gestão Alfredo Nascimento/Paulo Sérgio Passos para a gestão Paulo Sérgio Passos/Miguel Masella. O que muda e o que permanece igual? Quais são as mudanças que o senhor pretende introduzir de modo a que a ruptura seja uma ruptura para valer? Não quero falar em faxina. Ruptura. O que vem de novo no organograma, no modo de organização do Ministério? Essa é a indagação que faço.

A segunda é apontar uma convergência entre a opinião de V. Exª e a opinião da oposição, manifestada ainda recentemente quando o Senado examinou um projeto de lei de conversão oriundo de uma medida provisória, que estabelece um regime especial de contratação para as obras das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Isso causou aqui na oposição, e além da oposição, preocupação com a correta utilização do dinheiro público. Porque, nessa medida provisória, a essência desse regime especial, é dispensar o projeto executivo, que o senhor considera ainda muito importante, e dispensar também o projeto básico, que o senhor considera essencial.

Então, aquilo que vale para as obras das Olimpíadas não valerá para as obras do Ministério? E se uma obra do Ministério, por uma decisão de uma autoridade olímpica, ou seja lá o nome que isso tenha, for incluída como obras imprescindíveis ao bom sucesso das Olimpíadas ou da Copa? V. Exª, de bom grado, abrirá mão desses procedimentos considerados importantes e essenciais por V. Exª?

São as perguntas que faço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu peço desculpas ao Senador Humberto Costa por ter saltado ele ao falar dos inscritos. Depois do Senador Aloysio Nunes, será o Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ministro Paulo Sérgio Passos, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, queria, nesta minha fala, registrar, em primeiro lugar, a satisfação de ver a firmeza com que o Ministro Paulo Sérgio Passos respondeu, até o presente momento, a todas as indagações que foram feitas, demonstrando, não somente conhecimento sobre o Ministério que tem hoje a oportunidade de gerir. Também está respondendo de forma muito clara, muito transparente, a um conjunto de ilações e denúncias que foram feitas. V. Exª consegue esclarecê-las tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista político. Sem dúvida, para nós, é uma audiência muito esclarecedora.

Gostaria de fazer três colocações rápidas aqui antes das indagações que gostaria de fazer a V. Exª.

A primeira delas é que, com muita facilidade, alguns integrantes da oposição – e aqui o ilustre líder da oposição – falam de financiamento de campanha, tentam até colocar o PT nesse espaço de forma muito peremptória. Eu acho que é um momento muito importante para refletirmos, já que estamos debatendo a reforma política, sobre uma mudança concreta no modelo de financiamento das campanhas eleitorais. Nós defendemos claramente o financiamento público. Em sendo adotado, essas situações em que são feitas ilações pelo fato de que uma empresa que fez uma obra financiou uma campanha... Isso é fato conhecido e corrente.

Quem financia campanha eleitoral no Brasil é empreiteira, é banco... Quem mais? São justamente os que têm interesse em projetos, que tem, no mínimo, boa relação com o setor público. Se formos olhar as contas de todos os partidos aqui, de todos os Senadores, de todos os Deputados, de todos os candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais, são esses os grandes financiadores. Então, não é correto nem justo se fazer a ilação pelo fato de que uma empresa tem uma obra no ministério e contribuiu com alguma campanha e de que isso represente algum tipo de "toma lá, dá cá". Em segundo lugar, eu discordo da colocação do Senador Aloysio Nunes de que a Controladoria não controla nada. Muito pelo contrário, Senador, muitos dos processos que redundaram inclusive em operações policiais, dentro inclusive do próprio Governo Federal, em prefeituras, em governos estaduais, existiram a partir de apurações que foram

feitas pela Controladoria Geral da União. Havendo ou não denúncias. Tanto é que, durante um bom tempo, havia aqueles sorteios de onde se fazia um conjunto de avaliações e auditorias em determinadas prefeituras, governos de Estado e ministérios. Aliás, grandes denúncias que foram feitas este ano sobre desvios de recursos – inclusive aquela que falava sobre recursos do SUS que teriam sido desviados por prefeituras – foram feitas pela Controladoria Geral da União. Então, é uma instituição que tem credibilidade, que tem quadros técnicos qualificados de auditores aprovados em concursos públicos e sem dúvida é uma instituição que merece a credibilidade...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perdão, Senador, só um minutinho. O Ministro Hage chegou a dizer o seguinte: "A corrupção está no DNA do Dnit." E o que ele fez para tirar essa corrupção do DNA? Não fez nada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Porque era sua responsabilidade auditar, analisar contratos, fazer recomendações, encaminhar para os órgãos de controle externo, porque uma característica também das ações que o nosso Governo tem feito é de não restringir o controle de atividades ou de ações que foram denunciadas ao controle interno. O Governo tem encaminhado denúncias à Polícia Federal – que faz parte do Executivo, mas tem uma autonomia enorme –, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União, órgão de apoio ao Congresso Nacional, e ao Poder Judiciário. Eu acho que isso é uma coisa adequada. E o que faz a diferença entre os governantes não é simplesmente a existência ou não de corrupção; infelizmente a gente sabe – eu não digo que está no DNA de quem quer que seja, nem sou daqueles que acham que o ser humano é intrinsecamente mau, existem os bons e ou maus e cada um de nós tem um pouco de bom e de mau – que a corrupção existe e existirá, mas qual é o diferencial dos governantes? É como ele age diante disso. E a Presidente Dilma Rousseff, quando há denúncias, sem fazer inclusive nenhum tipo de prejulgamento, tem procurado responder ao que a sociedade espera e a tudo que ela disse desde quando iniciou a vida pública.

E é por conta disso, dessas preocupações que eu gostaria de contestar essa verdadeira obsessão que a oposição tem por CPIs. Aliás, toda oposição tem e aí nós do PT nos incluímos. E seria até bom perguntar ao Líder do PSDB quantas CPIs aconteceram no Governo Serra, no Governo Alckimin, no Governo Aécio Neves, em todos os Governos do PSDB ou do DEM. Quantas aconteceram? Quantas? Será que foi por falta de pedido da oposição? Será que a oposição aqui no Congresso Nacional é mais inteligente do que a oposição nas prefeituras e nos governos estaduais? Claro que não. Porque a gente sabe que a CPI pode ser um bom caminho quando não há órgãos capacitados para investigar e denunciar, fazendo. Quando há uma tentativa de impedir que as investigações avancem. Não é esse o caso do nosso Governo.

E eu queria, então, para ilustrar aqui essa postura do Governo Dilma, que V. Exª possa listar aqui para nós quais foram as medidas recomendadas pela Presidenta Dilma a V. Exª no momento em que assumiu o Ministério, as que vêm sendo tomadas por V. Exª e qual o efeito que V. Exª espera dessas medidas que foram tomadas.

No mais, eu queria parabenizar V. Exª, mais um Ministro que vem aqui, que, sem dúvida, consegue responder a todas as indagações dos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, caros colegas desta Comissão, nesses últimos meses em que iniciei minha trajetória como Senador pela Paraíba, comecei a medir a temperatura e o resultado político e prático da presença de uma autoridade que vem prestar esclarecimentos à Comissão e ao Senado pelo fluxo, pela presença dos nossos companheiros aqui. E vejo que essa temperatura está num nível de normalidade muito grande hoje.

Extraio as palavras do meu queridíssimo amigo Senador Aloysio a respeito da justa compreensão e conceito que ele tem sobre Paulo Sérgio Passos, um homem com 38 anos de serviços prestados, a cara – desculpe-me a expressão – do servidor público de carreira. Por isso, digo da sua firmeza, da sua convicção, do seu padrão moral, que, às vezes, emociona-o quando ele está envolvido num desafio. E esse desafio não apareceu hoje, agora, para o Ministro Paulo Sérgio, que já foi Ministro por duas vezes, em 2006 e em 2008. É um homem de uma carreira – tratei de ver também sua ficha técnica – invejável. Ele conhece, efetivamente, a Pasta que dirige.

V. Exª, Sr. Ministro, desarmou, criou um anticlímax nesta Comissão. Três temas o trouxeram aqui. Um deles é a estimativa de desembolso *versus* a aplicação e atualização dos recursos. E V. Exª disse muito bem que uma coisa é a estimativa de desembolso, e, depois do projeto executivo, os valores são reajustados ou atualizados.

Depois, V. Exª desmitificou a questão do aditivo, que é falado, cantado, exposto. Vi e anotei que os aditivos do Dnit, de 2007 a 2010, representam menos de 10% do valor final. O senhor falou em R$40 bilhões, e os aditivos todos não chegam a 10% desse valor,

em obras rodoviárias, em que há todo aquele arsenal de agregadores, como a questão do solo. É algo que conhecemos muito bem quando vemos a diferença entre o projeto básico e o projeto executivo. O senhor trouxe uma medida que, talvez, seja a primeira medida prática desse Ministério, principalmente no Dnit, que é a licitação de projeto executivo. Quero me associar até à mudança da Lei nº 8.666, para que coloquemos como marco regulatório das licitações esses projetos aditivos. O senhor falou, com a prudência de sempre e com o embasamento técnico que tem, da questão preferencial, já que alguns projetos básicos vêm tão incorpados que podem ser licitados. Eu queria me associar ao pensamento comum daqueles que não têm o padrão técnico de V. Exª, como eu: eu gostaria que houvesse somente os projetos executivos. É um mecanismo de prevenção, é uma terapia de prevenção neste momento.

Eu lhe faria uma indagação, depois de me sentir extremamente satisfeito e agradecido por sua presença aqui. Essa é uma obrigação que V. Exª tem como servidor público, mas a presença de V. Exª é sempre motivo de muito regozijo para nós.

Sigo mais ou menos a linha da pergunta do Senador Humberto Costa: quais as providências práticas que foram tomadas? O senhor falou da nova Diretoria Técnica do Dnit e da contratação de cem novos engenheiros, num primeiro momento, para melhorar o processo de fiscalização. Quais as providências práticas que essa nova Diretoria, que haverá de ser sabatinada por nós nesta Comissão, tomou ou vai tomar com relação às imperfeições ou problemas que surgiram na Diretoria anterior?

A segunda é uma versão. Eu queria que o senhor falasse mais sobre o ciclo, que completa 52 anos.

Eu lhe pergunto se essa determinação de aceitar, de licitar com projeto executivo já está dentro do padrão do ciclo e que falasse um pouco mais do ciclo, com relação às disparidades regionais que podem ser vistas. Por exemplo, uma obra no Amazonas é diferente de uma obra na minha Paraíba, é diferente de uma obra... Então, há disparidades, e se o ciclo prevê essas disparidades dentro do processo de levantamento de preços.

Ademais, quero agradecer pela presença de V. Exª e parabenizá-lo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu registro, aqui, a presença do ex-Deputado Nelson Morro, do Deputado Vanderlei Macris e do Deputado Luciano Castro.

Sejam bem-vindos.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

Eu pediria ao Plenário para fazer de quatro em quatro, porque nós temos, agora, só os quatro últimos, um bloco de mais quatro, e nós vamos encerrar a audiência pública.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro, o quarto orador. Logo em seguida, passaremos a palavra ao Ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, Srª Presidenta, eu quero até lamentar, porque eu vou ter de me retirar. Fiquei, fiz questão, mas tem outra comissão, tem um ato de anúncio, por exemplo, de duas universidades na Bahia e nove Cefets.

Provavelmente, o plenário deve ter sido esvaziado por conta de um debate sobre o Código Florestal, da Comissão de Educação, então, isso é extremamente prejudicial, Ministro, e quero, inclusive, dizer a V. Exª, de forma muito sincera, que acho que, até para marcar a vinda de Ministro, eu defendo, arduamente, a vinda de Ministros a esta Casa para prestar esclarecimentos.

Homem público tem de dar explicações, não tem jeito. Lamento que a gente fique sendo guiado, como eu estava, aqui, conversando com o Senador Roberto. Uma coisa determina, pautando a nossa vida.

Isso deveria ser rotina. Eu estou inclusive analisando, através de proposta que recebi de projeto, para dar entrada, aqui, num projeto para que, por exemplo, Senador Taques, aqueles que nós sabatinarmos aqui devam voltar, a cada ano, para fazer a prestação de contas do seu exercício. Por exemplo, eu sou relator de um dos membros do DNIT, então, eu quero, daqui a um ano, saber o que esse sujeito fez, porque, senão, eu digo: "Pesquisa, que ele é gente boa." De gente boa, o inferno está cheio. Depois, o cara faz, no meio disso aí, um bocado de coisas e eu vou pagar pela história. Então, eu quero um processo de acompanhamento, eu quero propor, aqui na Casa, agências, dirigentes de órgãos e tal.

Nós fazemos isso com o Ministério do Planejamento, na Comissão de Orçamentos. O Ministro vem, o Ministro da Fazenda vem a esta Casa, agora mista, meu caro Luciano Castro, prestar contas. Por que, para a gente, é tão rigorosa a prestação de contas, no que diz respeito à Fazenda? Onde é que se aplica isso? Em Ministérios como o dos Transportes e outros Ministérios.

Então, seria importante que a gente pudesse, nessas comissões, mais que receber uma notificação do TCU de que tem suspeita de irregularidades, se suspende ou não suspende a obra. Concordo com V. Exª, porque, aí, vem a pressão da comunidade, que diz: "Ah, mas aí o TCU encontrou um aditivo, porque não sei o quê." Quando a gente vai ver, é um viaduto, uma passarela, uma entrada ou acesso de cidade,

uma nova intervenção que se ajusta, inclusive, a um processo que é extremamente natural.

Toda obra que é feita... Anel, por exemplo, rodoviário – está, aqui, o Senador Aloysio, que tem uma obra imensa, que é o anel rodoviário de São Paulo, o Rodoanel. Hoje, já deve ter uma cidade junto ao Rodoanel, não é? A população se desloca. Às vezes até, no contexto de uma obra, é necessário um viaduto ou uma entrada, como aconteceu, e V. Exª conhece muito bem, em Feira de Santana e Vitória da Conquista. Nós fizemos anéis de contornos e as cidades já foram para lá.

No anel de contorno de Vitória da Conquista, nós mesmos brigamos muito para que, naquela obra, houvesse várias passarelas, porque quando terminou a obra do anel de contorno em Vitória da Conquista, eu já tinha uma terceira Vitória da Conquista ali. Não tem jeito! A população vai-se mexendo, vai-se virando. Abriu estrada? Leva gente.

Então, eu estou falando isso para V. Exª porque acho que é importante V. Exª tocar nisso, mas acho que V. Exª poderia, pela experiência de 38 anos, dar uma grande contribuição. V. Exª é um técnico eficiente. É um profissional nessa área que tem, enquanto servidor público, uma vida correta. E aí V. Exª colocou muito bem, ou seja, trabalhou para a estrutura de Estado, e não para a estrutura de Governo. Por isso que V. Exª atravessou diversos comandos de partidos, porque acho que essa estrutura é que é interessante a gente ter.

Então, acho que V. Exª poderia dar uma boa contribuição nesse momento, em que a gente, verdadeiramente, conviveu com um processo de citações, quero chamar assim, para não ser agressivo no que diz respeito às denúncias; citações sobre essas ou aquelas movimentações.

A primeira coisa que eu perguntaria a V. Exª, e ao mesmo tempo, como sugestão, era que, a partir de então, tanto o DNIT, que é comandado pelo seu Ministério, quanto à Valec e, aliás, o próprio Ministério poderiam fazer, a partir de agora, um processo extremamente interessante, que era a publicização imediata de cada ato desse, de cada aditivo. Quer dizer, a decisão tomada ser imediatamente tornada pública. Hoje temos todas as facilidades; facilidades para participar de um leilão, de uma licitação, via Internet. Essa facilidade também tem que ser utilizada no sentido de que o resultado desses aditivos, dessas propostas, desses pleitos seja imediatamente comunicado à sociedade. Seria uma das medidas, até porque há duplo sentido para se utilizar isso: um para a gente ajudar o governante, Ministro. Se ele erra e ele publica, um bocado de gente está ali para ajudar, para corrigir; se ele tinha a intenção de fazer esse erro com outros objetivos, ele vai pensar três vezes antes de fazer, porque sabe que milhares de pessoas estão vendo.

Então, uma das primeiras medidas que acho que seriam importantes que o senhor pudesse adotar na esfera dessas três áreas que o senhor coordena: o Ministério, a Valec e o próprio DNIT.

O segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção é o aspecto da reestruturação do órgão. Nós assistimos a mudanças, e aí quero salientar uma coisa que o Senador Humberto colocou aqui: sou plenamente favorável às CPIs. Não tenho nenhuma aversão à CPI. Nenhuma. Da mesma forma, quando o Aloysio era Ministro do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu era Líder da Oposição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vocês fizeram a CPI do Proer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Fizemos a CPI da Corrupção, a CPI do Proer, a CPI da Pasta Cor-de-Rosa, CPI da... Aliás, o senhor veio a esta Casa até para defender nossa assinatura.

O Governo, naquela época, Ministro, enviou para cá a Tereza Grossi e o Pedro Malan, com o princípio de que, como era denúncia no Ministério dos Transportes, mandava o Ministro da Fazenda para responder, porque o negócio da economia era mais importante. Não sou eu que estou dizendo isso, não. Julho de 2001: Ministro Pedro Malan e Tereza Grossi, do BC, vieram aqui na Casa para responder. Então, defendo que venham os Ministros, e não o Guido Mantega. Os Ministros das áreas venham. E, diferentemente de uma Polícia Federal, que tirava delegado quando apurava, eu defendo que a Polícia Federal continue atuando sem nenhuma interferência de governo. Polícia Federal é estrutura de Estado; não é instrumento de governo. Então, os delegados federais não podem ser afastados dos cargos quando eles, inclusive, tomam atitudes em relação à apuração de fatos e denúncias e coisas do gênero.

Então, é importante que isso ocorra. Essas instituições, CGU, Polícia Federal, Ministério Público, têm esse tipo... E um governo que toma atitude em qualquer tipo de denúncia.

Por isso, quero aqui encerrar e dizer o seguinte: o senhor está assumindo um Ministério que o senhor conhece sobejamente bem na estrutura.

Então, quero deixar essas sugestões. Que o senhor possa, inclusive, trabalhar nesta linha, sem nenhum receio, não só com esses órgãos, CGU, Ministério Público, Polícia Federal, Controle Interno, mas, principalmente, com a sociedade e esta Casa, quer dizer, na adoção de medidas que não fiquem só na troca de peças. O senhor mesmo disse que tem problemas na estrutura do Ministério. Então é preciso mudar o conceito de funcionamento dessa estrutura. É preciso mudar

esse conceito. Mesmo com os 38 anos, o senhor pode ser, inclusive, inovador. Neste momento, o senhor é o novo, apesar de 38 anos de carreira. Das outras vezes, o senhor era passageiro, era interino. Agora o senhor pode chegar em um momento desafiador de tudo que acumulou e juntar a esse acúmulo as experiências...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode caminhar a passos largos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A passos firmes, inclusive. Este é o momento. O senhor tem, diante de si, a possibilidade, Ministro, de contribuir para uma passagem importante nesse processo, que é verdadeiramente revolucionar a estrutura de gestão de órgãos que são complicados.

Queria dizer ao senhor o seguinte: não basta apenas mandar para cá nomes de pessoas que são corretas. Isso é fundamental, mas é importante, inclusive, que, nessa estrutura, o Ministério envie para cá e diga que está mandando nomes para assumir Valec, Dnit, seja lá o que for, mas está aqui, estamos mexendo na estrutura. Se essas pessoas forem para lá e a estrutura não sofrer modificações, daqui a mais seis meses, o senhor vai estar vindo aqui de novo para se explicar e a gente vai ter de pedir à Presidenta Dilma para ela, mais uma vez, mexer em ministro.

Então o importante e fundamental é que essa estrutura seja modificada. Qual é o desafio do senhor em relação a isso? Sei que o tempo é curto, mas o senhor já pensou, quando foi chamado para esse desafio, obviamente, deve ter sido sacudido para o seguinte: "O que é que eu vou levar de sugestão?" Porque, com todo o respeito, Ministro, ficar tocando o feijão com arroz como o senhor vinha tocando não vai resolver essa questão. Pode até tocar a obra, botar a estrada para andar, como se diz na gíria. Mas, para a estrada andar, ela tem que andar direito, decente, de forma correta, para que não deixe nenhuma dúvida. Então a publicidade é um dos caminhos que considero mais importante para a gente consagrar a transparência e tocar a gestão pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Paulo Sérgio.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Eu gostaria de iniciar comentando sobre a fala do Senador Aloysio Nunes quando mencionou a CGU e o fato de que a CGU não apura nada. Eu tenho uma avaliação distinta, Senador. Vou lhe comprovar isso com fatos reais. Por exemplo, apuração da CGU no âmbito dos Ministérios dos Transportes, naquilo que se denomina rede de controle, eu afastei dois superintendentes regionais do Dnit que eram objeto de denúncia, com coisas que transbordaram para a esfera judicial, e isso foi feito. De modo que essa é uma evidência clara de que a ação da CGU, articulada com outros órgãos de Governo, inclusive Polícia Federal, tem sido efetiva sim. Da mesma forma que afastei dois superintendentes por estarem envolvidos em denúncia dessa natureza, tantas vezes isso ocorra quantas vezes eu vou tomar isso rigorosamente a mesma atitude.

Quando o senhor menciona o regime especial da Copa e compara com aquilo que estou mencionando, o regime especial é especial. Ele tem uma natureza aplicável a uma situação específica. Quando estou falando aqui do Ministério e do conjunto de obras que ele realiza e falando tanto em contratação global quanto em enfatizando os projetos executivos, na realidade, estou olhando para soluções estruturais para o órgão e acho que, com elas, nós vamos minimizar uma série de ocorrências que, muitas vezes, são questionadas. Estou seguro disso.

Na verdade, o mundo inteiro pratica a contratação de obras em regime de empreitada por valor global, não é verdade?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Perfeito.

Nós temos até situações mais avançadas onde se contrata a partir de um bom estudo de viabilidade. Nós temos situações em países muito avançados que já fazem isso. De modo que entendo como duas coisas distintas, duas coisas diferentes. No nosso caso, especificamente – nós que temos cifras vultosas, cheguei a apontar aqui que o Dnit investindo R$11 bilhões –, é muito mais seguro nós nos cercarmos dos instrumentos que possibilitem um dimensionamento mais adequado, assim como um controle mais adequado. Por isso é que eu defendo a idéia do projeto executivo, seja nas contratações como as fazemos hoje, seja quando falamos em preço global.

Bem, há uma pergunta e uma provocação aqui feita tanto pelo senhor, como pelo Senador Humberto Costa, Senador Vital do Rêgo, Senador Walter Pinheiro, que eu vou tentar comentar de uma maneira consolidada e tentar responder simultaneamente a essas perguntas.

De fato o que eu vim fazer? Eu recebi o convite da Presidenta, e tenho certeza de que recebi o convite dela porque já tive a oportunidade de trabalhar com ela e lidar com questões relacionadas ao PAC desde que ela era Ministra Chefe da Casa Civil e teve, por isso mesmo, a oportunidade e o tempo suficiente para me conhecer e ver a forma como eu trato, como eu conduzo as questões. E acho que isso foi, talvez, a maior credencial que foi levada em conta quando a Presidenta me chamou para assumir. Além, evidente-

mente, do fato de eu ser um profissional que, como aqui já revelei, filiado ao Partido desde 2006.

Bem, eu estou seguramente convencido de que há uma oportunidade para fazer um trabalho e um trabalho de fôlego e profundo em relação à estrutura do Ministro dos Transportes. Isso começa pela organização de uma estrutura profissionalizada e vale para o Dnit, para a Valec. Eu quero naturalmente trabalhar... eu mencionei aqui a ideia de fazer um trabalho onde por um lado se apoie em pessoal técnico e valorize os profissionais de carreira que estão no interior dessas instituições – que são muitos e muito bem qualificados. Esse é o segundo aspecto.

O terceiro é aquele que diz respeito à adequação dos contingentes de pessoas ao tamanho da empreitada, ao tamanho do desafio, ao tamanho da responsabilidade. Por outro lado, nós estamos... e eu não estou aqui fazendo discurso e só jogando palavras, nós já começamos um processo de discussão da reengenharia do Ministério dos Transportes como um todo. Quem vai nos apoiar? Já articulado com a câmara de gestão, o Dr. Jorge Gerdau teve uma longa reunião comigo na semana passada. Desejo que dê tudo certo, para que possamos trabalhar com o INDG, de Belo Horizonte, além dos apoios de consultoria que sejam necessários. E isso vai envolver o Ministério dos Transportes, o próprio Ministério, o Dnit e a Valec.

Eu estou convencido de que há aspectos de desenho institucional e de governança como também aspectos de gestão que têm que ser profundamente discutidos e avaliados. E vamos trabalhar exatamente na construção de um padrão de governabilidade e um padrão de gerenciamento em seus diversos níveis que seja melhor do que aquele que nós temos hoje. É claro que tudo isso vai significar desenvolver, aprimorar, rediscutir processos, rotinas, responsabilidades, cadeias de decisão para que possamos estruturar como suporte de apoio a tudo isso um sistema corporativo de informações que possa lidar com todas essas dimensões de práticas, seja quando falamos do estudo de viabilidade do projeto – e quando falo em estudo de viabilidade do projeto, há um aspecto a ser tratado que é exatamente a boa compatibilidade entre o tamanho do problema e a solução que se especifica para ele –; nas licitações com um atenção muito grande no que diz respeito aos aspectos de competitividade, mas também aos aspectos de custos; ao acompanhamento e monitoramento da execução das obras, com a ênfase grande naquilo que diz respeito à qualidade.

Eu penso, por exemplo, hoje, que todas as obras que são contratadas têm as empresas de engenharia de construção, que as executam, e as empresas supervisoras. Acho que é possível aí introduzir um novo elemento, de certificação de qualidade. E esse elemento de certificação de qualidade pode fazer a verificação do trabalho da supervisora e a constatação em campo em exames laboratoriais da qualidade daquilo que está sendo feito.

Então, há diversas dimensões dessa reengenharia – não vou aqui enumerá-las todas –, que são caminhos modernizadores, caminhos que oferecem condições para maior eficiência, para maior confiança, para maior racionalidade em relação a tudo aquilo que se faz. Em relação aos projetos de engenharia, eu tenho uma preocupação muito grande e acho que nós temos que investir pesadamente para que possamos ter projetos de boa qualidade, valorizando as empresas projetistas que façam projeto de boa qualidade e punindo aquelas que apresentem projetos de péssima qualidade ou que sejam negligentes.

Se nós trabalharmos nessa direção, nós já começamos com um ponto de partida melhor do que tem sido até hoje. E assim nós poderemos trabalhar, fazendo com que seja possível executar as obras com uma expectativa de variação, de diferenciação entre os custos de projetos, ou mesmo os custos de contratação, que são mais reais, que decorrem de um processo licitatório e aquilo que no final nós vamos ter como resultado.

Eu acho que me cumpre neste momento trabalhar para colocar a Pasta e os órgãos vinculados em marcha, em ritmo normal, mas, como diz o Senador Walter Pinheiro, eu tenho uma oportunidade e um horizonte pela frente e não gostaria de trocar seis por meia dúzia. Eu quero realmente fazer um trabalho diferenciado e vou, de forma tenaz, de forma perseverante, me empenhar nessa direção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Magno Maia. Em seguida, o Senador José Agripino e, depois, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Srª Presidente, quero cumprimentar e abraçar o Ministro Paulo Sérgio e fico muito feliz até por conta da sua firmeza técnica demonstrada. Aliás, é um servidor com um currículo maravilhoso, servidor de carreira, respeitado, com uma história de vida, de ética, de princípios. Vejo o seu conhecimento revelado aqui, a sua firmeza nas respostas e o seu denodo em tratar com o nome das pessoas citadas aqui, a sua maneira respeitosa, o respeito quando se refere ao ex-Ministro Alfredo Nascimento, e V. Exª foi cooperador e o substituiu algumas vezes como Ministro. Naquelas ocasiões, ainda no exercício do governo Lula, V. Exª demonstrou a sua capacidade tanto técnica quanto ética na condução de todo um processo que se dava naquela ocasião. Vejo

também a sua capacidade nesse momento difícil por que passa esse Ministério pelo denuncismo pela mídia, evocada, evidentemente, de forma contundente pela oposição, que cumpre o seu papel, e se aquilo que a mídia fala pudesse acabar com a história de alguém...

Eu quando vejo o Senador Álvaro Dias falar aqui, um dia desse aí, a mídia quase acaba com a vida dele com esse negócio de aposentadoria de governador. A CBN fez até uma música para zombar dele, um *gingle.* E a própria revista *Veja* fez ilações a respeito dos documentos que ele apresentou, e é a mesma revista *Veja* que ele evoca para poder fazer perguntar para o senhor.

É preciso investigar, depois denunciar e depois sentenciar. Nenhuma das três coisas aconteceu. Aí vêm os chamados pedidos de CPIs. CPI de causa vale à pena; CPI com cunho eleitoreiro não. Aí discordo também do Senador Aloysio Nunes quando diz que há denúncia todo o dia.

Então, quando eu sou governo eu sou aético, eu sou ético quando estou na oposição. Se ele se lembrar o tanto de denúncia à época em que Eliseu Padilha foi Ministro dos Transportes, no governo Fernando Henrique. E Fernando Henrique foi até muito seguro, porque com tanta denúncia ele segurou a onda e deixou ele lá, até porque eram denúncias que não foram investigadas, não havia corpo do crime, não havia arma, e era a mídia falando, falando e falando, mas nem por isso Fernando Henrique sacou ele de lá. Mas eram denúncias e mais denúncias todos os dias. Aí um evoca e diz: mas o senhor, para mostrar claridade, para mostrar que é um homem honrado, o senhor orienta a sua bancada para assinar a CPI?

CPI de causa vale à pena, mas, por exemplo, eu não assinei CPI, e não assinei confiando nas pessoas. Por exemplo, eu deixei de assinar CPI a pedido de Aécio, quando era Presidente da Câmara, mesmo confiando nele. Ele disse: rapaz, confie em mim. Eu disse: tá bom, e com Walter Pinheiro em cima de mim, porque eu era oposição; eu era oposição também ao governo Fernando Henrique Cardoso, mas não era uma CPI.

Então, quando você quer fazer disso um ringue, por exemplo, eu sou o autor do pedido da CPI dos Bingos. Certo? Mas não me deixaram ser nada naquela CPI. Era uma CPI para investigar – e eu conhecia, e depois a Polícia Federal deflagrou – que os velhos bicheiros se tornaram os donos dos bingos no Brasil; a contravenção tomou conta, usando esse instrumento no Brasil. Eu fui o autor, mas não me deixaram ser nada, me tiraram. E virou a CPI do fim do mundo. Era um ringue eleitoreiro, o que tinha que investigar não investigou.

Então, concordo com V. Exª, tem TCU, tem CGU – acho até que o Aloysio não estava se referindo ao órgão em si, porque ele falou que o Hage não é de nada; até usou essa expressão. Então, era o indivíduo, não era o órgão em si.

Então, sua firmeza de colocação, essa sua firmeza de conhecimento, essa sua firmeza em tratar com o nome das pessoas, e com as pessoas. É verdade quando dizem: ah, V. Exª está no fio da navalha. Quem nunca esteve? Será que as pessoas esquecem os oito anos do governo Fernando Henrique, quanta denúncia? E a pasta rosa? E a reeleição dele? E quanto às denúncias no Ministério dos Transportes? Então, bicho, é brincadeira, é brincadeira isso! Eu sou ético quando eu sou oposição, quando eu sou situação eu sou aético. Não dá para tratar as pessoas desse jeito.

Então eu penso que a maneira como V. Exª se tem colocado, em nenhum momento envergonhou o Partido da República, principalmente quando assumiu o Ministério dos Transportes; V. Exª revelou caráter, capacidade. Eu sou líder desse Partido aqui no Senado, até este momento, e não tenho nenhum tipo de sentimento que possa me envergonhar com o exercício de V. Exª; pelo contrário, a mim me orgulha muito o seu procedimento nesse momento difícil, nessa passagem, nessa ponte que V. Exª está fazendo, num momento de tanto "denuncismo", com a sua história, com o seu currículo.

Na verdade, Srª Presidente, eu não vou fazer perguntas... Eu me lembro do Ministro Greca. Por que o Greca, que foi Ministro do Turismo, caiu? Sabem por quê? Porque as máquinas caça-níqueis começaram a entrar no Brasil com autorização dele, e pelo porto do meu Estado. E uma denúncia de Luís Francisco, que fez toda essa investigação, levou à queda do Ministro Greca.

Então eu sou ético quando sou oposição, e sou aético quando eu sou governo? Essas coisas não podem ser tratadas dessa forma, porque aí não existe a responsabilidade; a responsabilidade é quando você faz as suas indagações técnicas e recebe respostas técnicas. Disseram isso, mas não pode pegar o "disseram" como se fosse o suprassumo da verdade, sem que haja uma investigação, afinal a lei diz que todo homem é honesto até que se prove o contrário. Assim, por conta daquilo que foi colocado, muitas vezes, ele acaba se diluindo na sua honra.

Algumas são informações verdadeiras que têm de ser apuradas; outras, não passam de ilações, são meras ilações. O Senador Demóstenes, quando fez uma pergunta aqui, ele disse: isso é ilação, deixa-me te fazer uma pergunta, mas é uma ilação. Acho uma responsabilidade nisso. Como era uma ilação, V. Exª foi e respondeu, com toda a contundência, sobre aquele servidor lá do Dnit.

Por isso eu quero parabenizá-lo e dizer que em nenhum momento, em nenhum instante, nós temos do que... Muito pelo contrário, temos de nos orgulhar de sua passagem, porque V. Exª é um servidor com um currículo invejável; e que ali, naquela Casa, já serviu a tantos ministros, e ministros que V. Exª vê nos jornais todos os dias, e um muito mais do que os outros, muito mais do que nós estamos lhe vendo agora, e V. Exª esteve lá, do lado, sendo fiel, honesto, como sempre foi até este momento.

Por isso quero abraçá-lo, como Líder que sou do nosso Partido – V. Exª é membro do nosso Partido aqui –, e dizer que este momento que V. Exª está vivendo, que disseram que é fio de navalha, eu dou parabéns pela competência com que V. Exª está passando por ele.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB –GO) – Com a palavra o Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, deixe-me, inicialmente, dar a minha opinião sobre V. Exª. Eu estou observando aqui os seus depoimentos, e me parecem, sob o ponto de vista técnico, muito consistentes, muitos seguros. E me permito dizer que o meu *feeling* me diz que o senhor é um homem sério. Então eu quero lhe ajudar. Ajudar como? Fazendo constatações de fatos e pedindo providências.

Veja V. Exª, o que acabou de acontecer hoje? Fatos: a LDO foi votada pelo Congresso e na LDO há muitos itens que são produtos de consensos, de acordos entre os partidos. Por exemplo, a concessão de um aumento diferenciado para os aposentados foi um acordo costurado pelo Senador Paulo Paim, que é do PT, com a concordância de todos os partidos de Governo e de Oposição; e entrou na LDO. A LDO é a sinalização de investimentos para o Orçamento, ou seja, estava assegurado por amplo acordo que na LDO constaria a sinalização para o aumento diferenciado para os aposentados. Foi vetado hoje. É um fato que está espantando o Congresso, porque foi um desrespeito às Lideranças que se entenderam, um desrespeito ao aposentado, que deve estar, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, arrancando os cabelos da cabeça, mas, acima de tudo, um fato que nos leva a fazer uma indagação, com uma sequência de sugestões e considerações a V. Exª.

Eu tenho informações, porque foi dito pelo ex-ministro Alfredo Nascimento no discurso que fez na sua volta, que, quando ele saiu em março, ele deixou certo volume de recursos contratados em obras. Quando ele voltou, havia 16 bilhões a mais em recursos. A informação que eu tenho é de que aquelas obras, a par de constarem do PAC, de um programa do PAC de 4 anos, não constavam nem do orçamento nem muito menos da LDO. Ou seja, vetam agora o que a LDO sinaliza para colocar no orçamento. Mas a suposição que eu trago e que eu queria um esclarecimento, é que entre a saída de Alfredo Nascimento e a volta entraram 16 bilhões de obras em período eleitoral sem previsão na LDO e muito menos no orçamento.

Evidentemente, esses gastos em período eleitoral provocaram um emagrecimento do orçamento e dificuldades que levaram o Governo a vetar o aumento diferenciado para os aposentados. Fato eleitoral e que está causando grande polêmica. Dito isso, entra o engenheiro. V. Exª não tem obrigação, mas vou lhe dizer que sou engenheiro. Passei 10 anos de minha vida morando em acampamento ou supervisionando obra. Sou do tempo em que se participava de concorrência com o livrão enorme que era o projeto de execução ou da ponte ou do bueiro, ou do *greide* da estrada. Com levantamento perfeito das jazidas, distância de transporte, sondagem dos cortes, custo da obra definido. A concorrência era realizada e se sabia, com pouca diferença, quando iria custar aquela obras.

O que está ocorrendo hoje? Denúncias de superfaturamento e mudança de escopo de obra. Aí é onde vai a minha contribuição a V. Exª Um País como o Brasil que carece de provisão de infraestrutura em aeroporto, porto, rodovia, se não tiver responsabilidade na formulação de projetos, não colocar em concorrência obras com projeto consolidado vai morrer corrupto. Onde existe concentração de poder nas mãos de alguém que ganha 5 mil reais por mês mas tem o poder para concordar ou não com o aditivo de 50 milhões, vai morrer corrupto. Ou a gente faz uma mudança de procedimentos, ou vai morrer corrupto. E aí fazemos uma sugestão. Ministro, confio na honestidade de propósito de V. Exª, honestamente, confio. Agora, neste País não se constrói, não se faz omelete sem quebrar ovos. O senhor não imagine que vá contrariar interesses, máquinas, igrejinhas que se montaram ao longo dos últimos 8 ou 9 anos se não houver o apontamento flagrante da prática do dolo. Isso só vem com a Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar procedimentos. O que está ocorrendo em matéria de elaboração de projetos, mudança de escopo, o que houve, o que está havendo, onde está o erro que numa CPI vai-se identificar. Identificar culpados, entregar os culpados à Justiça que der ao senhor que é um homem que me parece decente a condição de, pela prática do ilícito provado, pelo trauma ocorrido, tomar providências novas. Quero dar essa contribuição a V. Exª como engenheiro que fui e que não vou deixar de ser nunca.

No meu tempo, e foi um tempo, Presidente Lúcia Vânia, onde se construiu Transamazônica, Perimetral Norte, um mundo de estrada. Eu mesmo quando era

engenheiro tinha sob o meu comando a construção de estradas em cinco Estados diferentes. Era muita obra, foi quando mais se construiu neste País, e o volume de corrupção era o delta X comparado com o que é hoje. E havia liberdade de imprensa. Hoje está uma loucura! É denúncia por todos os cantos, tem algo errado, os procedimentos estão errados. Eu não diria nem que são as pessoas, as pessoas se aproveitam dos procedimentos. Das práticas, das coisas incorretas, das coisas atrasadas. Esse País não está se preparando para planejar o seu futuro. E digo, não se faz omelete sem quebrar os ovos. Ou instalamos uma comissão parlamentar de inquérito para examinar os procedimentos, as incorreções, ou a gente não vai consertar este País, até com homens de boa qualidade como V. Exª.

Então, quero aqui ouvir se aquilo que falei, se as minhas suposições sobre os R$16 bilhões que não estavam nem no orçamento e nem na LDO estavam erradas. Mas, fundamentalmente, sobre isto: se a causa fundamental das denúncias de corrupção não está na base, no planejamento das obras, na incorreção dos projetos, na mudança de escopo que não tem sentido, a não ser por processos atropelados, que atropelam o próprio tempo e que levam o Brasil a vetar o aumento dos aposentados porque está gastando dinheiro demais em obra superfaturada, por defeito de origem, por problema de origem. É a proposta que faço e as perguntas que questiono.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta Lúcia Vânia, Sr. Ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, Srs. Senadores, eu já cheguei do meio para o fim da audiência pública, pois estava em outra comissão. Mas as perguntas que lhe foram feitas foram todas subscritas por mim e vou apenas, talvez, reiterar algumas porque conversava, com licença do Senador Magno Malta, com o Senador Demóstenes, e perguntava a ele como tinham sido as respostas dadas por V. Exª.

O Senador Magno Malta, há pouco, disse que, à época do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele mesmo foi instado a não assinar CPIs por lideranças do PSDB e que, hoje, ele se achava numa posição de, sendo da base do Governo, sendo da situação, também não assinar ou não recomendar a assinatura das CPIs.

O Senador Agripino foi didático agora na sua exposição, falando da necessidade de se aprofundar nas investigações com relação ao que foi dito do Ministério dos Transportes, do Dnit e outros órgãos.

O Senador Magno disse que, àquela época, o Presidente Fernando Henrique "segurou a onda" – expressão que ele utilizou – e manteve o então Ministro de Estado dos Transportes.

Pergunto a V. Exª: a Presidenta Dilma não segurou a onda, ou seja, deixou o PR ir ao sabor da onda? Porque, se é uma onda, você pode enfrentar.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Tem que fazer essa pergunta para mim, não é para ele, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, eu faço a pergunta a quem eu quiser, Senador Magno.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, eu estou usando...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES*)* – Srª Presidente, ele está se referindo a mim, ao que eu falei, então ele tem que perguntar para mim. O Ministro não tem nada a ver com isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Magno Malta, a reunião transcorreu na mais perfeita tranquilidade, de forma extremamente democrática.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES*)* – É porque ele não era parlamentar na época do Padilha.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria a V. Exª que respeitasse o orador que está com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu posso até invocar o Regimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª também se referiu.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Se falar de novo, vou fazer de novo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Lamento apenas que o Presidente Fernando Henrique não possa usar do Regimento para também... V. Exª fez referência a ele. Eu estou perguntando ao Ministro, se V. Exª quiser responder, responda; para mim, não há problema algum, pode responder.

Mas, continuando, a minha pergunta, Sr. Ministro, é se a Presidenta Dilma não segurou a onda, a seu juízo.

O Senador Agripino, com a competência e a formação na área de engenharia, foi ao ponto que eu diria essencial, fundamental para se resolver ou eliminar isso que está se vendo aí. E nós tentamos, na legislatura passada, fazer uma revisão da Lei de Licitações, a Lei nº 8.666. Lamentavelmente, não avançou, porque as coisas começaram a ser facilitadas, e se chegou ao estágio atual, de você licitar obra não é nem com o projeto básico: é com o esboço. Não tem nem projeto básico, Senador Agripino. Tivemos agora aqui, no Senado e no Congresso, aprovamos a MP do Trem Bala. Era urgente, era questão de soberania do País. Aprovamos, e, até hoje, o trem bala não saiu

e não vai sair, porque as empresas não sabem o que cotar para licitação do trem bala. Não existe projeto! Não existe levantamento! Não existe detalhamento! Não há como fazer. Como talvez o valor lá seja tão grande, não querem entrar nesse túnel sem luz, que seria o do trem bala.

Eu pergunto a V. Exª: V. Exª, como Ministro dos Transportes, vai tomar a decisão de só licitar obras com projeto executivo? V. Exª pode fazê-lo. A legislação lhe permite licitar com "projeto básico" – entre aspas; mas V. Exª, que não quer fazer do seis meia dúzia, pode tomar uma atitude que será, com certeza, louvada por todos os Senadores, por toda a oposição, porque é uma medida que todos nós esperamos: só se licita projeto executivo. E aí V. Exª vai ver que seu trabalho vai ser bastante facilitado.

Foi um debate que tive com o Senador João Pedro à época, que tratava sobre a questão dos projetos básicos, e o Senador João Pedro chegou a mim, e eu disse a ele: "Senador João Pedro, eu falo como engenheiro também, e V. Exª tem que saber o que é projeto básico e o que é projeto executivo, pois o que temos aí não é um projeto básico; são esboços".

Foi dito aqui – não vou citar o nome – que a CPI era uma CPI eleitoreira, que não tinha causa. Tem. Causa tem. Não pode ser eleitoreira porque não estamos em época de campanha. Eleitoreira seria se fosse proposta às vésperas de um processo eleitoral, lá em 2014. Não! Estamos em 2011, no início de um governo. Então, não vejo motivação de ser, e o próprio diretor do Dnit, o Dr. Pagot, disse que é favorável à CPI, é favorável a que se abra a CPI.

Foi perguntado pelo Senador Agripino – e aí a minha conversa com o Senador Demóstenes, porque ele também lhe fez essa pergunta e me disse que a resposta não o atendeu, e espero que a do Senador Agripino possa atender a todos nós. A declaração do Senador Alfredo Nascimento foi uma declaração muito clara; da tribuna do Senado, ele disse: "O Ministério que eu deixei não foi o Ministério que eu recebi". Palavras, se não me falha a memória, do Senador Alfredo Nascimento. Ora, o Ministério que ele deixou foi em mãos de V. Exª, e o Ministério que ele recebeu foi de suas mãos; ou seja, ele fez referência exatamente à interinidade de V. Exª como Ministro dos Transportes. Como disse o Senador Agripino, esse incremento de R$16 bilhões aditivados nas obras do PAC, em especial, do Ministério dos Transportes ocorreram na sua gestão. Eu queria que V. Exª dissesse porque ocorreram, se V. Exª concordou com esse acréscimo, e o que motivou esse acréscimo, porque também o Senador Alfredo disse da tribuna que essas obras tinham a gestão de um grupo de que faziam parte a Ministra da Casa Civil, o Ministério da área – seu Ministério –, o Ministério do Planejamento, ou seja, era um grupo interministerial que decidia sobre esse aditivos do PAC.

V. Exª é da cota do PR? *(Pausa.)*

Não, eu estou perguntando. Sei que V. Exª é filiado ou se filiou ao PR para poder fazer parte da cota, mas, se V. Exª é da cota do PR, o seu Partido diz que não. As declarações dadas à imprensa são de que o Partido da República não o considera da cota do PR.

E, por última, V. Exª é conhecido e reconhecido por todos como funcionário do Ministro dos Transportes com 38 anos de carreira. E V. Exª demonstrou – e tenho certeza de que V. Exª o fará – que vai fazer um redesenho, uma reengenharia no Ministério, nos órgãos, no departamento de infraestrutura de transporte.

Mas, ao longo desses 38 anos, tudo o que aconteceu nesse Ministério passou, ou pelo menos V. Exª teve conhecimento. Foi dito aqui também que V. Exª foi sempre fiel aos Ministros que por lá passaram. Então, essa fidelidade lhe levou à omissão ou colaboração durante os 38 anos que V. Exª lá desenvolveu o seu trabalho?

E por último, Sr. Ministro, eu quero desejar a V. Exª que possa realmente fazer todas as reformas, todas as transformações que V. Exª pretende, como disse ainda há pouco, fazê-las. É importante também – e eu não entendo isso – por que áreas como modal ferroviário estão fora do Dnit. Cria-se uma empresa para administrar a área ferroviária quando temos o transporte. Então, tem que transformar o Dnit só em rodoviária, já que ele não está e coisa...

E vamos à frente. Eu gostaria de saber se V. Exª tem conhecimento, se pode nos ajudar. Nós temos uma obra no meu Estado, importante, que foi agora surpreendentemente do PAC. Uma obra já licitada, parece-me que contratada, que é a obra de derrocamento à jusante das eclusas de Tucuruí, para que a meia hidrovia – porque espero que V. Exª possa fazer a hidrovia inteira, Araguaia-Tocantins – que apenas está novamente tornando navegável o trecho do rio Tocantins, possa ser efetivamente utilizada perenemente em todos os dia do ano. Essa derrocagem é necessária, essa obra estava sendo esperada, tem investimentos maciços, importantes no Estado do Pará pela Vale do Rio Doce, numa siderúrgica, que conta com a navegação fluvial e a obra foi retirada do PAC. Pergunto se V. Exª tem conhecimento disso e se pode me adiantar quando será retomada a efetiva execução da obra para que a hidrovia possa ser navegável. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Paulo Passos.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – (*Fora do microfone*.) Inicialmente quero responder as

questões que foram formuladas pelo Senador Agripino Maia. Mas, inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Malta pelas palavras que proferiu em relação a minha pessoa.

Senador, eu tive a oportunidade de dizer aqui, e vou repetir: quando o Ministro Alfredo mencionou que havia uma diferença entre os valores inicialmente estimados pelo PAC e aqueles que estavam sendo considerados, próximo a sua saída do Ministério, é que na verdade as obras do PAC, quando tiveram o seu início, em boa parte dessas obras, foram inicialmente estimadas sem ter ainda os seus projetos definidos.

Mas não somente isso, nós tivemos situações que fizeram com que a ideia inicial, em relação a uma obra, fosse modificada, trazendo por consequência uma modificação nas expectativas de custo para realizá-las. Por exemplo, as obras de duplicação da BR-101, em Alagoas, em Sergipe – e aqui nós estamos falando de praticamente 400 km de rodovias –, elas foram pensadas, inicialmente, como obras de adequação de capacidade, onde você resolve problemas de travessias urbanas, faz as terceiras faixas, faz um conjunto de intervenções para dar condição de melhor operacionalidade para a rodovia, sem, contudo, fazer a duplicação. Mas nós evoluímos ao longo do tempo, chegando à conclusão de que, na sequência do que já vinha sendo feito nos Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, essa obra já deveria ser objeto de duplicação. Logo, muda completamente a expectativa em relação aos custos de investimentos esperados.

No caso específico da BR-101, em Santa Catarina, inicialmente, nós estávamos trabalhando e tínhamos informações mais seguras sobre toda a intervenção nas pistas, para fazer a duplicação, e, no entanto, não tínhamos ainda os projetos da travessia do Morro do Formigão, do Morro dos Cavalos e, também, de uma ponte, que depois foi projetada, para fazer a transposição da Lagoa de Imaruí.

Sobre essas obras ainda não se tinha uma avaliação de quanto elas custavam, mas elas impactaram de maneira significativa.

No que diz respeito à BR-156, no Amapá; à BR-163, no Pará; à uma grande obra que nós estamos executando, a BR-230, no Pará, nós tivemos que rescindir contratos, fazer novas licitações. E isso significou uma reposição, uma recolocação em termos de preço. Contratos antigos... Na BR-230, por exemplo, nós tínhamos um trecho que o contratado não se interessou em dar continuidade. E isso implicou em fazer nova licitação.

Na BR-242 nós havíamos trabalhado, inicialmente, com um trecho, com uma quantidade de lotes que era menor do que a totalidade dos lotes da rodovia, num primeiro momento. Então o que nós estamos falando é a mesma obra, mas aumentando a extensão da intervenção a ser feita.

No que tange à BR-392 – e isso ainda são coisas, principalmente, que dizem respeito às obras que estão com uma parte em execução e com componentes delas que ainda não se iniciaram – por que se elevou o preço da BR-392? É o fato de considerar, além da duplicação – e estou falando aqui de Pelotas–Rio Grande –, o contorno rodoviário de Pelotas e o acesso a Rio Grande. Isso está sendo discutido.

Então não é verdade dizer: Olha, em termos de orçamento, em termos de contratos e aditivos... Nós não estamos falando de aditivo; nós estamos falando de estimativas de custos globais de projetos, parte dos quais não iniciados, que se imaginava que, num determinado momento, até porque não tínhamos as informações mais precisas, que custariam um valor, e que o detalhamento dos projetos executivos ou dos projetos básicos demonstrou que o custo vai ser maior. Portanto, no agregado, a expectativa é de que aquele valor de R$56 bilhões, que foi próximo a R$71,2 bilhões, são valores, e aqui quero lhe dizer aquilo que o Ministro Alfredo Nascimento comentou em relação a esses números, são números, e ele sabe disso, que estão sendo objeto de discussão técnica, avaliação. São números que em relação a alguns projetos vão significar, inevitavelmente, cortar itens de execução dos projetos, porque nós não seríamos loucos de alimentar uma dimensão de execução que seja incompatível com a dimensão e a capacidade fiscal do País. Que seja compatível com aquilo que se possa abrigar no PP, incompatível com o que o orçamento de cada ano possa atender. Não tenha dúvida nenhuma disso, não vamos fazer nenhum gesto tresloucado nessa direção. E, portanto, não se pode atribuir, e não foi esse o propósito do Ministro Alfredo Nascimento, um parlamentar por quem tenho o maior respeito, não foi o propósito dele jogar no meu colo a responsabilidade por aumento do que quer que seja, absolutamente. Estamos discutindo coisas reais, objetivas. Eu disse aqui se, por acaso, em algum momento, estimamos preliminarmente que uma obra custaria cem e se a execução o detalhamento do projeto básico disser que ela vai custar 200, eu vou dizer que ela custa 200. Por nenhum motivo, por nenhuma razão, vou querer camuflar, vou querer escamotear a verdade de ninguém. Isso eu quero que fique claro. Estamos discutindo, estamos ajustando e estamos compatibilizando o conjunto das obras do PAC com a dimensão da possibilidade da capacidade fiscal do País. É isso que estamos fazendo. Então, não há por que haver um espanto como se realmente no ano de 2010 alguém, numa canetada resolvesse, da noite

para o dia, fazer uma elevação de valores em relação a obra. Isso não existe. O que existe é uma variação em termos das expectativas, cujas expectativas em relação a essas obras estão sendo discutidas. Quando houve aquela reunião com a Presidenta Dilma nós estávamos em pleno processo de avaliação e discussão dessas obras. Como eu disse aqui, se alguma obra, ainda que necessária, importante, mas for julgada com valor elevado, desproporcional e que não cabe, até para não criar um detrimento para outras obras importantes dentro do nosso orçamento, vamos depurar, vamos ajustar, vamos cortar. Se temos uma obra de duplicação e nela estejam previstos a construção de 10, 20 viadutos e não seja possível fazer isso, vamos simplificar, vamos cortar, vamos deixar para fazer depois aquilo que não é possível, não é admissível, não é compatível com a capacidade de investimento que nós temos. E não há nesse particular, permita-me discordar, nenhum tipo de ação nem implicação que signifique inflar valores de obras em detrimento de concessões de benefícios a aposentados. Perdoe-me, mas eu não concordo com isso. Não é verdade o que o senhor está afirmando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu tenho direito à réplica/

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Sem dúvida.

Mais um aspecto que eu gostaria de mencionar. Senador, não se pode, ainda que tenhamos aditivos em quantidade maiores do que as que seriam razoáveis, e o senhor sabe disso, nós trabalhamos com licitações com base em projetos básicos, não se pode fazer como na sua fala eu depreendi, uma ligação de aditivos com ilícitos. Não, absolutamente. Eu disse aqui qual é o curso normal para que um aditivo seja feito. O Tribunal de Contas examina, por ano, 70 obras nossas e verifica os aditivos. E quando identifica algum problema, alguma irregularidade, ou algum indício de irregularidade, o órgão tem que se manifestar, apresentar suas razões, apresentar suas justificativas. Quando convincente, muito bem; quando não convincente, tem que cumprir aquilo que o tribunal determina que faça. E isso é feito. Agora, o senhor fala que hoje nós precisamos olhar para o Dnit, nós precisamos pensar em construir, em aprimorar os processos e mecanismos, que vão desde o momento que se faz um estudo de viabilidade até o momento que se recebe uma obra para que se aprimorem procedimentos, e isso começa pela garantia de bons projetos, pelo rigor que nós devemos imprimir na preparação dos projetos, seja projeto básico, seja projeto executivo, que nós devemos fazer as licitações privilegiando os projetos executivos para que o grau de variação entre o preço contratado originalmente e o preço final seja menor. Estou de acordo? Eu disse aqui que eu tenho o empenho, eu tenho a responsabilidade de fazer esse trabalho que, aliás, nós já começamos. Isso é verdade? Nós queremos um órgão que tenha melhores controles, melhor eficiência no seu processo de decisão, que possa fazer com que as obras sejam executadas e haja uma distância menor entre aquilo que é o preço inicial estimado e o preço final. Dizer-se que há uma variação entre o preço de contrato inicial e o preço final, até por conta dos aditivos e, daí sim, ferir, que nós estamos falando de irregularidades generalizadas, não, eu não concordo; acho que não é isso. O que nós temos que fazer é aprimorar os mecanismos de gestão, de controle, de planejamento para reduzir isso. Agora, nos casos em que, de alguma maneira, alguém tenha proposto um aditivo que não se fundamente, alguém tenha proposto um aditivo que seja incompatível com a obra realizada ou o serviço realizado, esse deve ser punido, esse deve ser responsabilizado, esse deve pagar pela tentativa de burlar ou de praticar um ato em desconformidade com o que seria o razoável e aceitável como comportamento e como padrão para um servidor público. É dessa forma que eu vejo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Poderia aproveitar, Presidente, e fazer algumas considerações?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Ministro, eu acho que nós ouvimos aqui, com as respostas de V. Exª, uma eloquente declaração de que o PAC, na verdade, como vimos falando há tanto tempo, tem se confirmado como o grande programa de intenções e um festival de irresponsabilidades. Porque, como V. Exª colocou, os R$16 bilhões de obras, não ficou claro se eram obras novas ou se eram acréscimos a obras em andamento. No meu Estado, por exemplo, estava em curso – e ainda está; não ficou pronta – a duplicação da BR-101 entre Natal e João Pessoa. Essa obra era para ser feita em dois anos, mas está se arrastando há seis anos ou não sei quanto. Agora estou compreendendo as razões. As coisas do PAC são anunciadas, são vendidas como um grande sonho; não há dinheiro nem há planejamento seguro, confiável, e as coisas se perdem nos descaminhos da corrupção, ao longo do tempo. Mas ficou claríssimo. Na minha opinião, pelo que V. Exª colocou, o PAC agora, pela opinião de um Ministro de Estado, é um grande enunciado de intenções, porque aqui foi dito...

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não, o que se previa com R$10 milhões aumentou

para R$15 milhões ou R$20 milhões porque mudou o escopo, porque teve que cortar aquilo, ou porque a travessia da estrada não estava prevista. Não estava prevista por quê? Se o PAC é uma coisa confiável, tinha a obrigação de existir um projeto confiável por trás da obra. Não há projeto confiável, e essa é a minha preocupação maior. O Brasil está levando, está sendo levado de forma amadorística no plano de investimentos de obras de infraestrutura. Nós estamos sendo levados no plano das ações amadorísticas; não há uma coisa planejada, confiável. E não havendo planejamento, você cai na malha da corrupção. Cai, inevitavelmente, na malha da corrupção.

Ministro, se não tivesse havido, assim como no seu ministério, como em tantos outros, denúncias de corrupção, sobrepreço, aumento de despesas, talvez a Presidente não tivesse que passar pelo constrangimento de vetar um acordo feito no Congresso Nacional com lideranças que vai beneficiar não com um acréscimo, mas sim com a recuperação de um passivo dos aposentados. Sim, senhor.

Eu reitero aqui os meus argumentos. Por conta de gastos de má qualidade é que isso está acontecendo neste País.

E a oposição responsável que eu faço oferece a colaboração: cortar o mal pela raiz, resolver o problema. Eu não quero que V. Exª seja gestor de consequências. Eu quero que V. Exª seja Ministro de uma coisa arrumada, de um planejamento responsável. Eu não quero que V. Exª seja o Ministro de um festival de irresponsabilidades. Não quero. Eu quero dar a minha colaboração. E acho que, na maciota, não se vai chegar a lugar nenhum, não se vai fazer a correção dos rumos de erros acumulados ao longo do tempo.

Ou se instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apontar os erros onde estão... De quem é a responsabilidade? É do PR? É do PT? É do PMDB? De quem é a responsabilidade? E vamos apontar os culpados e entregá-los à Justiça.

Mas que homens – reitero – de boa conduta, como V. Exª, sejam preservados para fazer um trabalho em benefício do País, dos nossos filhos e dos nossos netos.

Era a observação que eu queria fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Passo a palavra ao Ministro, se tem alguma observação a fazer.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Eu reafirmo aqui, embora respeite a posição do Senador, a minha não concordância com a relação que pretende fazer entre o veto ao dispositivo que trata dos aposentados e as obras do PAC. Acho que uma coisa não tem absolutamente nada a ver com a outra.

Segundo aspecto: Senador, eu não posso entender que um órgão como o Ministério dos Transportes, que tem sob a responsabilidade um programa da dimensão do PAC, que tenha evoluído de uma aplicação de recursos na faixa, ano 2007, primeiro ano do PAC, de R$6,9 bilhões para R$16 bilhões em 2010, esteja falando de fantasia. Claro que não. Estamos falando de obras. Estamos falando de resultados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Estão feitas as obras? Ou estão atrasadas e muito?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Sim. Boa parte delas feitas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com atraso considerável.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Pode estar ocorrendo atraso em algumas situações. Por exemplo, nós já duplicamos a BR-101 no Rio Grande do Sul. Estamos já em fase final da duplicação da BR-101 em Santa Catarina. No Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco, o senhor sabe disso, as obras já estão em estágio muito avançado. Nós duplicamos aqui a 262, entre Betim e Nova Serrana.

Nós temos um conjunto de obras e obras notáveis, obras de interesse do País, obras que se acumularam na expectativa da sociedade, da população brasileira e que estamos fazendo hoje. Isso é o que nós temos que contabilizar, Senador.

Agora, é claro que haverá sempre melhor forma de fazê-las. E é isto que estou dizendo e me propondo a fazer à frente do Ministério dos Transportes: trabalhar para aprimorarmos a nossa capacidade de planejamento, a nossa capacidade de gestão, afinarmos no que diz respeito ao padrão dos projetos de engenharia. Hoje nós recebemos das próprias empresas projetistas projetos que nem sempre são de boa qualidade. Nós temos que trabalhar muito essa questão. Nós temos que trabalhar muito a questão relacionada à execução.

É isto que quero trabalhar e quero fazer: é aprimorar, é melhorar. Mas, com base no fato de, eventualmente, termos alguma obra que não se executou de acordo com o cronograma ou no fato de, em algumas situações, termos uma obra que foi inicialmente estimada – e é claro que teria que ser sido feita assim porque não tínhamos um projeto básico nem executivo – e que, quando executada, revelou um custo maior, concluir algum tipo de desmerecimento ao extraordinário esforço que se faz hoje em termos de infraestrutura, isso com obras espalhadas em todo o País, não é possível. Não é possível porque quem mais contestará qualquer afirmação nesse sentido é a própria sociedade, porque ela é testemunha; ela está vendo o que está sendo feito nas diversas regiões do País, em todos os Estados brasileiros, e o meu ministério, o Ministério dos Trans-

portes, tem uma presença assegurada, relevante, em todos os Estados brasileiros, fazendo obras e obras visíveis para a população.

É isso o que eu gostaria de registrar. Sabemos das fragilidades, sabemos para onde queremos ir. Temos de avançar, temos de aprimorar, temos de melhorar o sistema e os instrumentos de gestão e de controle, e nós vamos caminhar nessa direção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – As respostas ao Senador Flexa.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Desculpe.

Em relação ao que foi colocado pelo Senador Flexa, eu gostaria, em primeiro lugar, de comentar o seguinte a partir das denúncias oferecidas pela revista *Veja:* foram publicadas no sábado; na quarta-feira, o Ministro Alfredo Nascimento pediu exoneração. Foi um ato de iniciativa do Ministro; foi um ato que ele pessoalmente pode responder, por uma decisão de foro íntimo e que cabia a ele, só a ele, tomar. E ele assim o fez. De modo que não houve nenhuma imposição para que o Ministro se exonerasse. É claro que, na sequência, nós vivemos semanas com uma grande pressão pelos meios de comunicação, com denúncias veiculadas.

Eu, pessoalmente, acho que não devemos prejulgar, nem crucificar antecipadamente ninguém. As pessoas e qualquer cidadão brasileiro, do mais humilde ao mais graduado, devem estar sujeitos às mesmas regras. As denúncias têm de ser feitas, as comprovações, as provas devem ser apresentadas, o julgamento deve ser feito. É assim que legitimamente se faz justiça. Não quero aqui tomar partido a favor nem contra quem quer que seja, mas acho que esse é o caminho e é o procedimento correto.

Quando o senhor mencionou aqui as obras com o projeto executivo, nós queremos fazer isso. É isso que nós queremos, porque, com o projeto executivo, diferentemente do projeto básico, nós temos um detalhe, uma precisão maior, nas sondagens, na orçamentação, na identificação numa obra de todo o esquema relacionado à sua logística, suprimento de materiais, de insumo e, claro, revelo aqui o nosso desejo, a nossa disposição, de trabalharmos nessa direção, privilegiando os projetos executivos.

Perguntou-me o senhor se eu sou da cota do PR. Eu sou um filiado do Partido da República. Compete ao Partido tomar as suas decisões por meio do seu comando e, sendo filiado e não pertencendo ao comando do Partido, não quero aqui fazer inferências sobre o que o Partido fará ou deixará de fazer.

Lembro que fui convidado para ser Ministro dos Transportes pela Presidenta Dilma Rousseff. E muito me honra ter recebido o convite da Senhora Presidenta da República e quero dizer que, enquanto nessa condição estiver, farei o melhor da minha capacidade, empenharei o melhor dos meus esforços para fazer para fazer um trabalho de renovação, um trabalho de qualificação, um trabalho de modernização do Ministério dos Transportes. Além de ter a responsabilidade de cuidar para o bom andamento, para que sejam executadas as obras que integram o PAC, para que elas possam se reverter em benefício da sociedade, eu tenho o dever, eu tenho a responsabilidade de me empenhar no sentido da realização de reformas estruturais, reformas que se refletirão no bom desempenho do Ministério e dos seus órgãos vinculados. É dessa maneira que eu me coloco.

Relativamente ao meu histórico como profissional e aquilo que o senhor mencionou como minha fidelidade, é verdade. Eu sempre trabalhei de forma leal, de forma muito correta para com aqueles que tiveram oportunidade de estar acima de mim nos diversos postos que assumi ao longo da minha vida profissional, mas posso dizer que, ao longo da minha vida, eu que – repito – já servi a vários governos, já auxiliei ministros de vários partidos, e sempre procurei pautar a minha conduta pelos melhores padrões de procedimento ético e moral. Assim foi e assim será a minha vida, e, neste momento, ao lhe respondeu, eu o faço com absoluta tranquilidade.

Relativamente ao fato indagado por V. Exª, das obras ferroviárias não estarem no Dnit, o senhor pode estar convencido de que foi uma decisão acertada do Governo atribuir à Valec a responsabilidade pelas grandes obras ferroviárias que nós estamos tocando. O Dnit é um órgão imenso, é um órgão que lida com mais de mil contratos, e a nossa visão, o nosso convencimento é de que uma empresa especializada como é a Valec, responsável pelas grandes obras ferroviárias do País, como é o caso da Ferrovia Norte-Sul... Vamos chegar este ano a Anápolis, de Açailândia, no Maranhão; do entroncamento com a estrada de ferro Carajás até Anápolis. Já começamos as obras de construção da ferrovia Norte-Sul de Anápolis, para entroncar com o sistema de bitola larga da malha paulista em Estrela do Oeste. Já começamos a construção da ferrovia de integração oeste-leste, partindo do litoral da Bahia, nas proximidades de Ilhéus, seguindo na direção de Barreiras, Luís Eduardo. São cerca de mil quilômetros de ferrovias; já estamos elaborando os projetos de engenharia do segmento ferroviário que vai de Campinorte, na altura da ferrovia Norte-Sul e no Tocantins, até Lucas do Rio Verde. Já estamos com o projeto básico praticamente concluído e vamos partir para fazer os projetos executivos.

Além disso, a Valec tem outras atribuições de obras importantes no campo ferroviário, e lhe compete desenvolver esses projetos executivos para que, no passo seguinte, possamos já trabalhar na realização de obras. Pode estar certo de que foi refletida, foi muito bem avaliada a decisão de dar a essa empresa o papel, diria, que ela terá de ter, de locomotiva na execução de grandes projetos transformadores da malha ferroviária do País. E por que isso? Porque, com uma empresa com esse nível de especialização, nós temos condição de executar de forma mais controlada e mais rápida essas obras, que serão obras que irão transformar a paisagem brasileira do ponto de vista da repartição de cargas entre os modos de transporte, com economicidade do ponto de vista dos fretes para os produtores nas diversas regiões do País, com economicidade do ponto de vista energético, fazendo com que possamos ter mais eficiência por unidade de combustível fóssil consumida, e com um aspecto relevante de natureza ambiental que está associado às ferrovias, que são, do ponto de vista ambiental, muito mais compatíveis do que imaginar-se o fluxo de veículos, de um lado para outro, transportando cargas pelas rodovias brasileiras.

Acho que são esses os pontos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O direito à réplica, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRA (Bloco/PSDB – PA) – Não, não vou fazer réplica, só pedir esclarecimento. V. Exª esqueceu de falar sobre a obra que foi retirada do PAC, obra já licitada, salvo engano contratada do derrocamento à jusante da Barragem de Tucuruí, das eclusas de Tucuruí, no rio Tocantins. E ainda, Ministro, fique certo de que V. Exª terá no Senador Flexa e em todos os Senadores um parceiro nas suas intenções de realmente fazer essa reengenharia que pretende fazer.

Apenas me preocupa que V. Exª, ao se referir à questão dos projetos executivos, V. Exª diz; "Queremos fazer".

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Faremos agora.

O SR. FLEXA RIBEIRA (Bloco/PSDB – PA) – Porque o queremos fazer parece que não, pelo que eu saiba, V. Exª é a autoridade maior no Ministério; acima de V. Exª só a Presidenta Dilma.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRA (Bloco/PSDB – PA) – Então, quando V. Exª diz "queremos fazer", alguém lhe impede; eu ia lhe perguntar se era a Presidenta que era contrária à vontade sua de solicitar com um projeto do Executivo. Vou acompanhar.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Eu gostaria de ser cobrado sobre isso no futuro.

O SR. FLEXA RIBEIRA (Bloco/PSDB – PA) – Farei isso, até para ajudá-lo. Se V. Exª tiver algo que lhe impeça de fazer valer a sua intenção, V. Exª terá em mim um fiel escudeiro para ajudá-lo e cobrar. Espero que daqui para frente todas as licitações no seu Ministério sejam um projeto do Executivo. Essa é a sua intenção, esse é, sem sombra de dúvida, o caminho que já lhe foi apontado por todos. Era isso que nós queríamos colocar na Lei de Licitações Públicas. Lamentavelmente, o Governo não deixou prosperar a reforma.

V. Exª também citou que o Senador Alfredo Nascimento não foi exonerado, foi ele que entregou o lugar. Mas não tinha jeito, não tinha solução para ele. Como a gente diz, fora da ilha da fantasia, puxaram o tapete do Senador: ou ele entregava o lugar ou ficava pendurado no pincel, porque não ia ter sustentação dentro do Governo. Então, cabia à Presidenta não aceitar a renúncia dele: "Não, V. Exª, como meu auxiliar, tem toda a confiança nossa. Permaneça, para que possamos esclarecer".

Não estou fazendo juízo. Longe de mim fazer juízo de qualquer fato. Não. Eu só acho que as pessoas, como foi dito aqui, têm que ter a oportunidade de poder esclarecer. É isso que... Então, o Senador foi despejado do Ministério quando não deram a ele a oportunidade de fazer o esclarecimento.

Agora, V. Exª disse também que esses acréscimos que ocorreram nas obras do PAC serão ajustados para frente, até porque não há como não fazer ajuste porque você tem um limite de aditivos e não pode ultrapassar, a não ser com uma licença especial, e o TCU, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, presta um trabalho da maior qualidade, de excelência. Lamentavelmente, as orientações que o TCU encaminha aqui para o Congresso são "desaprovadas" (entre aspas) pela base do Governo.

Senadora Lúcia Vânia, no ano passado, tivemos, na Comissão Mista de Orçamento, várias indicações do TCU para que não se colocassem recursos nas obras tidas em análise com irregularidades, e a base do Governo não deixou que aprovássemos. Não era nossa a orientação, era do TCU. Queríamos que constasse na lei orçamentária. Não foi possível, porque a base do Governo não deixou, ou seja, deixa liberar, deixa liberar, antes de se esclarecer se há ou não... Não quero também fazer juízo de valor, se há ou não irregularidade. Há suspeita indicada pelo próprio TCU. Então, vamos esclarecer.

Eu gostaria também – primeiro a resposta de Tucuruí, do Tocantins –, segundo: V. Exª fez uma dissertação perfeita sobre as obras da Valec, só esqueceu-se de lembrar que o Brasil não termina em Açailândia, ele vai mais acima. Então V. Exª esqueceu-se de co-

locar nesse bojo de obras o ramal ferroviário que liga Açailândia a Barcarena, para que possa efetivamente fazer a integração norte e sul, porque vai ficar só no meio do norte; tem que ir até Barcarena e, *a posteriori,* até Espadarte, que, depois de 40 anos, foi descoberto que, no Pará, tem um porto de melhor calado do que Itaqui. Parece que foi construído por Deus após os 40 anos. Não. Ele já existia quando se dirigiu o escoamento para Itaqui. Só não foi aceito àquela altura. Então, temos que fazer esse ramal ferroviária até Barcarena, e depois até Espadarte. V. Exª esqueceu e eu pediria que V. Exª nos ajudasse como parceiros do norte, em especial do meu Estado do Pará.

Por último. Tenho certeza absoluta de que V. Exª tem de todos nós o reconhecimento pela sua capacidade profissional. V. Exª já fez aqui uma declaração de boas intenções, de que vai realmente readequar a sua pasta, mas eu perguntaria: muito mais do que palavras, valem as ações, e o que temos visto aqui no Congresso são ações do Governo Federal contrárias à intenção de V. Exª; aí eu pergunto: V. Exª concorda com a medida provisória que tivemos que engolir, engolir a seco pela força da base do Governo, que foi a "flexibilização" (entre aspas) das licitações das obras da Copa e das Olimpíadas? Ou seja, V. Exª quer transparência, V. Exª quer que a coisa seja feita tecnicamente perfeita, e o Governo vem no sentido contrário: "Não, não vamos dar publicidade, não vamos definir nada; vamos deixar correr do jeito que a gente quer". Então eu gostaria de saber de que lado V. Exª está, do lado que realmente quer que seja feita, de forma correta, tecnicamente, as licitações, ou se do lado do Governo, que é de encobrir e fazer a "flexibilização" das obras; isso começou com a Copa, foi para as Olimpíadas, pode chegar ao PAC e pode chegar a todas as obras federais.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Senador, sobre as obras de derrocamento do pedral do Lourenço, no rio Tocantins: o senhor sabe perfeitamente, acabamos de concluir e entregar uma grande obra, que são as eclusas de Tucuruí, que levaram cerca de 30 anos e conseguimos, com a determinação e a vontade do Presidente Lula, entregar essa obra aos brasileiros e ao Estado do Pará. Essa licitação será cancelada, porque ela tem problemas em relação aos preços unitários. Ela terá que ser revista. Essa é a situação de fato.

Com relação ao trecho Barcarena-Açailândia, eu não mencionei porque, como o senhor deve ter observado, falei das grandes ferrovias, as que já estão em execução e a que, no horizonte de um ano – sei lá – pode já estar em execução, que é a ferrovia de integração do Centro-Oeste.

Mas é verdade que nós temos interesse, sim, no trecho entre Barcarena e Açailândia. Tanto é o estudo de viabilidade dessa ferrovia já com 70% executados. E a nossa expectativa é de que possamos concluí-lo até o mês de outubro, no mais tardar até o final deste ano. Mas não somente isso. Já que o senhor provocou no sentido do que eu não citei – e eu não citei para não ser exaustivo –, eu poderia mencionar aqui a preocupação nossa em avançar além de Estrela d'Oeste, na articulação com a maior malha paulista que nós já estamos trabalhando, da Ferrovia Norte-Sul, fazer a ligação de Estrela d'Oeste até Panorama. Com isso nós nos articulamos com o ramal de Panorama, um ramal em bitola larga, no território paulista. Vamos avançar de Panorama até a região de Dourados, Maracaju, região grande produtora de grãos, e, ao mesmo tempo, vamos também fazer o estudo de viabilidade da Ferrovia Norte-Sul de Panorama até o porto de Rio Grande. Isso significaria dizer avançar pelo Estado de São Paulo, cruzar os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa é a forma de constituir uma base de conhecimento bem sedimentada com levantamentos de áreas produtivas, de possibilidades, ainda em caráter preliminar, de traçado, possibilidade do ponto de vista geométrico, como a gente imagina que deveria ser o prolongamento da Ferrovia Norte-Sul até o extremo sul do País. E isso dentro da visão de que essa ferrovia significa uma espinha dorsal, significa um grande eixo e a esse eixo devem estar articulados trechos ferroviários que seguirão para leste e oeste, fazendo com que se dê uma boa organicidade aos grandes centros produtores que demandam e necessitam de sistema de transporte de alta resolução e de alta capacidade como é o ferroviário.

Em relação ao regime especial que o senhor mencionou, não vejo conflito entre o que eu falei e o que o Governo fez, o que se está fazendo em relação à Copa. Como isso não tem afetado as obras que estão no espectro de atuação do Ministério dos Transportes, eu não entrei no detalhe da discussão e não tenho conhecimento aprofundado do regime. Sei o que é o regime que foi instituído para as obras da Copa e das Olimpíadas, mas entendo que até por pressa o posto foi colocado e isso tem aplicação específica. Exatamente por isso se trata de um regime especial. O que estou falando aqui, em termos de mudanças para o Ministério dos Transportes, são mudanças em procedimentos rotineiros que se aplicarão a todas as obras que nós executamos.

Como o senhor bem lembrou – e se ficou alguma dúvida quanto à minha disposição e vontade – em relação aos projetos executivos, que não fique nenhuma dúvida. O que eu não disse e aqui também não vou

afirmar é que todas as obras serão feitas com base em projetos executivos. Eu disse, no começo desta reunião, que naqueles casos em que se possa ter um projeto básico de excelente qualidade que dê a segurança necessária para se licitar, não há por que não fazer. Mas vamos trabalhar mesmo com o objetivo de que as obras sejam licitadas com projetos executivos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – V. Exª não tem direito a tréplica, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não é tréplica, não. Eu queria só um esclarecimento. Só estamos eu e o Senador Magno aqui pedindo a V. Exª...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Como só tem os dois aqui, eu vou abrir uma exceção. Pediria então a V. Exªs que fossem bem rápidos, porque já estamos há quatro horas, com quatro horas de trabalho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não estou fazendo nem réplica, nem tréplica. Estou apenas conversando com o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Ministro está cansado. Ele está aqui há quatro horas. Vamos encerrar esta reunião, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Rápido, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, eu perguntei a V. Exª quanto à questão do derrocamento da jusante. Concordo com V. Exª, se houver indícios quanto ao preço ou, comprovadamente, preços fora... anule a concorrência.

O Pará não pode sofrer e aquela região não pode ficar sem a execução da obra, mas ela tem que ser feita de maneira correta.

Perfeito, V. Exª disse que vai anular. Só quero saber se a obra do derrocamento foi ou não retirada do PAC. Ela foi ou não retirada?

A segunda pergunta diz respeito à anulação da concorrência. Se anulada a concorrência, quando o Ministério fará uma nova licitação?

Com relação a não ser cansativo na Valec, V. Exª, para falar do Pará, pode ficar o dia inteiro, porque, com certeza, vou ouvi-lo sem nenhum cansaço. O Senador Magno, também. Nós dois vamos ouvi-lo aqui sem problema nenhum. Fale do Pará, depois, do Espírito Santo, que vamos ficar de comum acordo.

Por último, essa obra do ramal ferroviário de Açailândia para Barcarena. A Bancada do Pará colocou, no Orçamento, recursos exatamente para que fosse feito o projeto, o estudo da ferrovia, para que possa haver licitação. E V. Exª agora me dá uma notícia, que o Pará todo vai festejar, de que, em outubro, ou seja, daqui a sessenta dias, teremos o final do projeto.

Então, pergunto: quando teremos a licitação para o ramal ferroviário.

Só para esclarecer, V. Exª diz que é filiado ao PR, só que em uma parte do discurso do Senador Alfredo – notas taquigráficas -, diz ele: "Se a Presidente Dilma quiser continuar com o Passos, que o Paulo Passos continue, é um bom Ministro, mas ele não é do PR".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/ PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Senador, tenho o maior apreço, a maior consideração pelos Senadores que integram o Partido ao qual eu pertenço. Não tenho o direito de intervir, tampouco censurar considerações que cada um deles, no plano político, tenha feito ou venha a fazer.

Esse é o comentário que eu gostaria de deixar claro neste momento.

Tenho com eles o melhor relacionamento possível. Com todos, ,tenho um relacionamento excelente, como também tenho um relacionamento amistoso e muito amigo com os parlamentares que fazem parte da Bancada do Partido da República.

Quanto ao trecho da ferrovia Norte-Sul até Barcarena – eu tinha dito que o estudo de viabilidade está sendo feito -, a obra, ela, como obra, como outras obras ferroviárias também importantes e objeto de nossa atenção, ela não está no PAC. A obra não está no PAC. Esse é o aspecto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª fala do derrocamento?

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Não, estou falando da ferrovia. Ela não está como uma obra do PAC. Temos coisas importante e até gostaríamos de ter a condição para avançar em muito mais frentes de obras do que aquilo que hoje somos capazes de fazer.

Eu lhe digo que todos esses passos que estão sendo dados, todas essas obras que foram inicialmente priorizadas e que já estão em regime de execução são fundamentais para redesenharmos a malha ferroviária brasileira, para nós reestruturarmos a nossa condição de competitividade, porque, no fundo, todos esses investimentos vão ser úteis à iniciativa privada. São os produtores rurais, aqueles que estão relacionados à atividade de exploração mineral, aqueles que precisam de sistemas de transporte para grandes fluxos e cargas que têm realmente peso específico elevado; é cimento, é calcário, são produtos siderúrgicos, coisa desse tipo, e nós queremos que o nosso País esteja

qualificado para enfrentar esses imensos desafios que temos aí pela frente.

Nós temos uma competição muito agressiva, muito forte, no plano internacional, de países que hoje produzem produtos competitivamente muito baratos. Temos que fazer o nosso dever de casa, e o nosso dever de casa é qualificar a nossa infraestrutura de transportes para ter uma logística que possa significar ganhos para os produtores brasileiros. É isso que queremos fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – A obra do derrocamento está sendo reavaliada. Ela está sendo hoje reavaliada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Magno Malta, para finalizar esta reunião.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Srª Presidente, Sr. Ministro Paulo Sérgio, mais uma vez, eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua capacidade e tranquilidade de quem conhece os fatos, firmeza de quem, na verdade, conhece a sua própria vida e o seu caráter, e agradecê-lo, em nome do partido, por ter aceitado o desafio de passar um momento difícil como este, esta passagem. As pessoas falam por si. Eu falo por mim.

No primeiro momento, antes que tudo se efetivasse, eu sempre hipotequei apoio, na condição de Senador da República deste partido, a V. Exª, na permanência no Ministério, e vou continuar apoiando. Penso que é a sua história que nos dá a tranquilidade de passar este momento em que a mídia, na verdade, expôs, num conjunto de denúncias, das quais ainda não se chegou a um veredito para que alguém vá à penitenciária ou que alguém seja inocentado – e eu duvido que alguém inocentado tenha o mesmo espaço que foi dado para expô-los para dizer que são inocentes. Veja o caso do Colbert Martins, com quem fui Deputado Federal, 60 dias no Ministério, investigação de 2007, preso, exposto como um bandido, como um sequestrador, com foto no jornal. Sessenta dias. Não dá para o cara virar esse bandido dentro de uma investigação com 60 dias, se a investigação é de em 2007. E aqui aproveito para hipotecar o meu apoio e o meu respeito ao Colbert Martins, à família dele e à história desse rapaz.

Então, veja, tem gente que se esquece do que conviveu. Aqui tem Senador que fez pergunta, muitas vezes empurrando-o contra a parede, tentando criminalizar suas ações, que, antes de entrar na vida pública, foi vítima de investigação e foi preso, antes de chegar aqui. Foi exposto, preso, mas senta aqui e faz uma pergunta como se fosse o suprassumo de tudo na vida e que nada aconteceu a ele. Essas coisas me indignam muito. É verdade que a oposição tem que cumprir o seu papel, mas tem que ter responsabilidade. Minha mãe falava assim: "Meu filho, macaco senta em cima do rabo e fica rindo do rabo da cutia como se ele não tivesse".

Então, veja, investigação tem que fazer, tem, e quem trata disso aqui é a Procuradoria Geral da República. Está na mão deles, está na mão. O Alfredo não pediu para quebrar o sigilo dele? Que quebre, que abra. O Alfredo foi jogado no lixo, não é verdade? O Ministro Alfredo pediu para sair não para assinar recibo, mas quando sentiu que puxaram a família dele para dentro, que puxaram o filho dele para dentro, começou a atingir filhos e netos. A dor de um pai fez com que ele pedisse para sair para não ver a família exposta. Então, não é que Alfredo tenha cometido qualquer tipo de indignidade. Que se diga isso amanhã, quando houver uma sentença, uma denúncia do Ministério Público, o que não existe. Aí ficam as pessoas expostas porque a vida pública no Brasil está criminalizada.

Você é o mais laureado e o mais brilhante de todos, mais querido e respeitado de todos. Diga que se filiou num partido, vá para uma candidatura e ganhe uma eleição. A partir do outro dia, você já é bandido. Qualquer ação sua é interesseira, você tem um interesse espúrio nisso.

Então, Ministro Paulo Sérgio, eu quero lhe desejar felicidade nesse momento seu no Ministério e tranquilidade, até porque V. Exª conhece os fatos e conhece a necessidade e a realidade do País. V. Exª foi fiel aos Ministros que por lá passaram.

Alguns Senadores aqui não estavam na vida pública, estavam vivendo os dissabores deles e esqueceram disso, mas quem sabe, se eles entrarem no Google – o Dr. Google entrega tudo – e virem o Ministério dos Transportes na época de Fernando Henrique, não vão falar essas bobagens para dizerem que há denúncia todo dia. Denúncia todo dia e toda hora havia antigamente, e não havia investigação de nada, sabem por quê? Porque o Procurador da República era indicado por eles também, era o Brindeiro, não investigava nada, o engavetador da República.

Eu lembro de tudo. Sou filho de faxineira, nunca estudei, nunca consegui passar num vestibular na minha vida, nunca tive um livro, porque minha mãe não tinha dinheiro, mas esse HDzão aqui guarda tudo. Não me esqueço de nada. Se fingem que se esqueceram, eu não me esqueço de nada. Não me esqueço de nada. O Greca era do PFL. As caça-níqueis entraram aqui por ele. E caiu. Esqueceram de tudo.

Então, o seguinte. Quando eu sou oposição, eu sou ético; quando eu sou governo, eu sou aético? Que

história é essa? Então, quer dizer que quem é Governo Dilma e foi Governo Lula, nós somos aéticos? Ético agora é quem é oposição? Não se pode tratar com esse nível de irresponsabilidade. Não podem as coisas serem tratadas com esse nível de irresponsabilidade. Que investigue o que tem que ser investigado.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador, para concluir, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu quero só isonomia com o Flexa, que acabou de sair. Que se investigue o que tenha que investigar. Que ponha na cadeia quem tenha que colocar. E que se respeite...

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª usou a palavra por duas vezes.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, eu estou concluindo.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então eu gostaria que V. Exª deixasse encerrarmos esta reunião em paz.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Em paz? Qual é a falta de paz, Srª Presidente? Me desculpe. Onde está a falta de paz?

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A reunião transcorreu na mais absoluta...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Qual é a falta de paz? Estou narrando fatos aqui. Esse Ministro é do meu partido, não sei se a senhora sabe, mas ele é do meu partido. E qual é a falta de paz? Eu pergunto à senhora. Não é comigo. Se a falta de paz é com a senhora, é um problema para a senhora resolver.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O tempo da reunião, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, eu estou numa reunião e pedi à senhora pela ordem e estou pedindo isonomia com todo mundo.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Fale. Nós estamos aqui, vamos escutar.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Vou falar. A senhora nem precisa escutar, se não quiser.

Mas eu gostaria de registrar, Ministro...

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª me respeite.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Claro, estou respeitando a senhora. Eu só sou um parlamentar como qualquer outro, que tem direito à palavra. Agora, se V. Exª quer encerrar a reunião, não é problema meu.

Quero reiterar para V. Exª que fiquei atento a tudo aqui. E V. Exª também, porque não é menino, vai fazer 40 anos de vida pública e sabe o que é ironia, o que é perversidade, o que é bondade e o que é sinceridade nesse processo.

O Senador Raupp está chegando. Espero que ele não peça a palavra, Srª Presidente.

Obrigado.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro para o encerramento.

O SR. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS – Se a Srª Presidente me permite, eu gostaria de fazer uma retificação em relação a uma afirmação que fiz aqui, a bem da verdade, para que não haja absolutamente nenhuma distorção de fatos sobre qualquer afirmativa que eu tenha feito. E quero até que ao Senador Requião seja comunicado isso.

Quando ele mencionou aqui, em relação às obras, no Paraná, da Ferrovia da variante de Guarapuava, ele citou o número de 540 milhões. Eu não me recordava porque eu guardo muitos números, mas não guardo a totalidade dos números. Na verdade, na fase inicial do PAC, pensava-se na construção de uma ferrovia com cerca de 130km de extensão e, de fato, o que se imaginava é que ela custaria 540 milhões. Eu quero lembrar que uma ferrovia de 130km de extensão custando 540 milhões, esse valor é perfeitamente compatível com o custo médio-quilômetro de uma ferrovia. Se nós tomarmos grosseiramente aqui 130km multiplicados por 4 milhões de reais o quilômetro, isso daria 520 milhões de reais. De modo que, quando ele mencionou o fato, eu não me lembrava, mandei que os meus assessores pesquisassem. De fato, havia essa observação, mas continua prevalecendo aquilo que eu disse: é possível apontar quanto custaria a construção de uma variante nessa região, mas somente seria possível ter convicção, segurança disso a partir de um projeto de engenharia desenvolvido.

Aproveito aqui para agradecer à Srª Presidente a oportunidade.

Gostaria de falar da satisfação, do meu prazer de estar aqui nesta manhã prestando todos os esclarecimentos. Esse é meu dever, minha responsabilidade. Voltarei aqui quantas vezes for convidado.

O que queria finalmente dizer é que tenho a convicção, o desejo e a determinação de empenhar o melhor da minha capacidade, o melhor de mim para que possamos trabalhar, fazendo com que esse imenso conjunto de obras que está sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes de fato se execute e se conclua, assim como promovendo os aperfeiçoamentos no plano institucional, no plano organizacional e no plano gerencial que eu aqui já mencionei e vou estar empenhado em realizar.

Muito obrigado.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Ministro, a presença de V. Exª. Quero dizer-lhe que essa correção que V. Exª fez em relação à pergunta do Senador Requião será encaminhada ao seu gabinete.

Quero agradecer a gentileza da aceitação do convite e dizer que os Parlamentares que chegaram aqui depois gostariam de cumprimentá-lo. Mas, como está muito tarde e V. Exª está aqui desde as nove horas, eu pediria aos Parlamentares que me desculpassem para que eu pudesse encerrar esta presente reunião.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos)

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9:30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Cyro Miranda, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Cassildo Maldaner, Reditário Cassol, Jayme Campos, Armando Monteiro e João Vicente Claudino.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. É feita a inversão de Pauta. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor TARCÍSIO GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, para fazer a leitura do seu Relatório. Usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral e Lúcia Vânia. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do §2º do art.2º do Ato nº 01, de 2009 – CI**. ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT."O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral, para fazer a leitura do seu Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do §2º do art.2º do Ato nº 01, de 2009 – CI**. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO – MENSAGEM (SF) Nº 111, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para fazer a leitura do seu Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do §2º do art.2º do Ato nº 01, de 2009 – CI**.** O Presidente comunica que um grupo de Senadores membros da Comissão serão recebidos, quarta-feira, 17/08/2011, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, para discutir a respeito da Renovação das Concessões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Bom dia a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovadas.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor TARCÍSIO

GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações: *1 - Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 - CI.*

Concedo a palavra, então, ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente desta Comissão Blairo Maggi. É um prazer estar aqui com V. Exª presidindo esta reunião, já que a maioria das sessões hoje são presididas pelas mulheres. Eu até quero propor que a gente faça um projeto em que pelo menos 30% sejam ocupados pelos homens.

Vamos ao relatório.

Por meio da Mensagem nº 110, de 4 de agosto de 2011 na origem, a Srª Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Tarcísio Gomes de Freitas para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, Dnit.

Criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Dnit é dotado de personalidade jurídica de direito público, submetido ao regime de autarquia e vinculado ao Ministério dos Transportes.

Nos termos do art. 88 de sua lei de criação, os diretores do Dnit deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia, além de elevado conceito no campo de suas especialidades. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal.

Tarcísio Gomes de Freitas é cidadão brasileiro, graduado em Ciências Militares, em 1996, pela Academia Militar de Agulhas Negras e em Engenharia Civil, em 2002, pelo Instituto Militar de Engenharia. Tem pós-graduação também em Ciências Militares e ainda em Gerenciamento de Projetos.

Na vida profissional foi, sucessivamente, como integrante do Exército brasileiro, Comandante do Pelotão da 10ª Companhia de Engenharia, combatente do Exército brasileiro, Adjunto Técnico do 2º Grupamento de Engenharia e Engenheiro da Companhia de Engenharia Brasileira na missão em decorrência de aprovação em concursos públicos e provas e títulos. Exerce, desde 2008, o cargo de Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – CGU, órgão no qual foi inicialmente lotado na Assessoria de Obras da Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura, vindo a ocupar posteriormente o cargo de Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Transportes.

A análise do *curriculum vitae*, anexado à Mensagem nº 110, de 2011, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades do cargo de Diretor Executivo do Dnit, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Constata-se ainda que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1 de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, CI, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito das comissões de serviços de infraestrutura do Senado Federal.

Tenho ainda, Sr. Presidente, a acrescentar que ontem eu o entrevistei, junto com a Senadora Lúcia Vânia. Tivemos, assim, um relato das suas funções e achamos que está plenamente capacitado, inclusive parabenizando a indicação do Sr. Tarcísio.

Em vista do exposto e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinadas com as definições do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. Tarcísio Gomes de Freitas ao cargo de Diretor Executivo do Dnit.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço o Senador Cyro Miranda pela leitura do seu parecer e coloco em discussão a matéria.

Senador Walter Pinheiro, para discutir a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, muito rapidamente, quero apenas me somar ao relatório apresentado pelo Senador Cyro Miranda e dizer que a gente tem um compromisso. E quero até... É importante que nesse momento a Comissão seja presidida por V. Exª, sem nenhuma referência a essa cobrança feita aqui pelo Senador Cyro Miranda, mas principalmente pelo objetivo que todos nós apresentamos. Eu fiz questão de dizer ontem ao Ministro Paulo Sérgio que não basta uma troca de nomes.

Reconheço, a partir do currículo e da experiência vivenciada pelo indicado, alguém que teve oportunidade de passar por etapas nessa área de engenharia de transportes, principalmente na etapa fundamental de controle na CGU. Isso dá ao indicado embasamento técnico, um embasamento, eu diria, essencial para um processo de gestão que o Dnit obrigatoriamente tem que ter.

Mas é importante que haja, por parte do Dnit, uma mudança efetiva nas suas práticas, na sua forma, na relação com a estrutura hierarquizada, para que depois a gente não cometa equívocos até de satanizar os indicados a partir de uma prática estabelecida pelo órgão, responsabilizando por etapas que na prática se termina não designando, não permitindo que executem as suas tarefas aqueles que são colocados em postos hierarquicamente abaixo da estrutura do Ministério.

Eu temo muito por isso, porque, apesar de ser um órgão com um grau de autonomia propalada, ele está associado a um contexto pela sua importância, num grau efetivo de relações com a estrutura que nós costumamos chamar de estrutura orçamentária de Estado. Essa é uma das áreas cuja relação com o Planejamento, com a Fazenda e com a estrutura de política de governo é muito grande.

Então, Senador Delcídio, eu acho que é importante – e ontem eu falei no momento da apresentação e dos questionamentos ao Ministro dos Transportes –, eu acho que nós deveríamos introduzir aqui – estou ainda tentando elaborar isso –, não sei se com alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal ou se nós vamos consagrar isso como emenda constitucional.

Mas aqui, meu caro Senador Cyro, a gente vai fazer um relatório. Eu até estou com um para relatar também; Delcídio deve ser o relator do Diretor-Geral. Delcídio, como é mais antigo e tal, já... A gente fica nos diretores um pouquinho abaixo. Delcídio é da Diretoria-Geral, então é mais...

Mas, sem brincadeiras, brincadeiras à parte, a gente que faz esse processo, faz a sabatina, depois nunca mais. Depois nunca mais! Aí o sujeito vai lá para o Dnit, toca e depois não temos mais nenhum tipo de processo, inclusive de avaliação disso.

Então estou querendo introduzir um mecanismo. Já que essa área, Senador Blairo, movimenta volumes expressivos do orçamento, nós teríamos que dar o mesmo tratamento para esses dirigentes que nós dispensamos para dirigentes e ministros como de planejamento, de fazenda. O Secretário do Tesouro vai à Comissão de Orçamento falar do desempenho, da economia, do déficit ou do superávit, enfim. O Ministro do Planejamento vai, assim como o Ministro da Fazenda. Você tem rigor no que diz respeito à apresentação dos resultados, à avaliação de períodos.

Então nós poderíamos introduzir para não necessariamente uma avaliação trimestral, que eu acho complicada, mas pelo menos do ponto de vista da referência pós-execução orçamentária ou num balanço dessas execuções a gente tivesse oportunidade de ter aqui uma sabatina para dizer: venha cá, companheiro, você está lá no Dnit, você está numa agência, você está em tal lugar. E aí? Essa execução, essa forma, isso obedeceu ou não obedeceu, para a gente fazer a sabatina do chamado caminho de volta. Depois a gente só faz sabatina quando aparece uma denúncia em algum lugar. Aí "chama ligeiro aqui para o cara depor", convida, faz não sei o quê e tal. O fato já foi. Aí é o famoso travesseiro de penas jogado para cima: a gente só cata as penas; o travesseiro, nunca mais.

Então seria importante que a gente pudesse, nessa sabatina, também comprometer os indicados num processo de chegar não só com o ânimo do novo trabalho, mas com mecanismos que modifiquem aquela estrutura.

Foi esta a cobrança que eu fiz do Ministro Paulo Sérgio ontem: só tirar nomes do Ministério não responde a esse desejo. Eu disse a ele: eu quero saber do senhor o que vai ser feito. Nós estamos falando aqui de gente que tem um domínio enorme inclusive das novas ferramentas, sujeitos que passaram por estruturas fundamentais na formação nessa área. Este aqui, particularmente, estava numa área de controle. O Sr. Tarcísio foi inclusive defensor, junto com o Controlador-Geral da União, Ministro Jorge Hage, de uma das ferramentas que nós estamos tentando votar nesta Casa, que é o acesso à informação, o Projeto de Lei nº 41. Então, por que ele não pode implementar isso lá, como diz a estória, enquanto o seu lobo não vem? Não aprovamos o Projeto nº 41, mas um órgão desse pode implantar esse sistema sem nenhum problema.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então acho que era importante fazer essa referência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para complementar, Senador Delcídio e Senador Walter Pinheiro, ontem nós tivemos a oportunidade de nos reunirmos com toda a diretoria que pleiteia esses cargos e fiquei extremamente animado com o que ouvi.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Walter, o Sr. Tarcísio me disse que não tinha uma ferramenta no Dnit para que eles pudessem fazer simulações. Eles não concebem, nem ele nem o General Jorge Eduardo, que se entre num projeto de magnitude, porque não existe projeto pequeno, sem ter as ferramentas para simular.

O General Jorge Eduardo contou um episódio...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É que você é íntimo dele. Eu sou obrigado a chamá-lo de General, desculpe. Essa é a diferença a que aqui se referia o Senador Walter Pinheiro.

Ele foi convidado, através do Exército, para fazer a ampliação do aeroporto de Guarulhos, a parte

de pista e taxiamento. Então a Infraero jogou-lhe um projeto e disse assim: isso aqui precisa ser executado em oito meses.

Ele analisou, devolveu e falou assim: isso é impossível fazer. Vocês a mim não me colocam isso de goela abaixo. Eu não aceito isso. Nós vamos examinar esse projeto.

Aí deu uma confusão, o negócio foi parar lá em cima, vai e volta, aí ficou na mão dele para decidir. Ele fez uma simulação, fez uma economia de 48% em cima do orçamento e terminou em menos de oito meses. Então é planejamento. Eles conhecem e vão levar todas as ferramentas para o Dnit, que não tem nada, nada, nada, nem na área administrativa, na área financeira. Não tem nada. É um escritoriozinho de quinta categoria, hoje. E eles vão transformar.

Fiquei extremamente animado. Acho que, se ninguém boicotar a operação desses senhores, eu e a Senadora Lúcia Vânia ficamos extremamente animados com o que ouvimos, com a seriedade, com a celeridade que vão dar. Vai demorar um tempinho para ajustar.

E, por último, Senador Blairo, pus uma ideia para o General: "Em vez de o senhor ser convidado, tome a iniciativa de, a cada seis meses, o senhor ir e fazer um tipo de prestação de contas ou mostrar os avanços da sua diretoria".

Então, acho que podia contribuir com o Senador Walter Pinheiro, que a gente fizesse isso mesmo, a cada seis meses, determinados, poucos órgãos. Senão, não vamos trabalhar aqui, mas esses de grandes volumes que viriam aqui e a gente não perdesse o contato. Com isso vamos evitar um monte de coisas. Acho que as páginas dos jornais vão ficar voltadas para outras coisas.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Para discutir, Senador Delcídio Amaral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É o independente Senador Walter Pinheiro. É o Grupo dos independentes, é o homem da capa.

Queria, primeiramente, saudar e registrar a pertinência, pena que o Senador Walter Pinheiro ainda vai a outra Comissão, mas também vou acrescentar algumas ponderações ao que o Senador Walter disse. Registro o relatório do sempre competente Senador Cyro Miranda.

Acho, Senador Blairo, Senadora Lúcia Vânia, essa questão das agências reguladoras do Dnit, todo mundo vem às comissões prestar contas. As agências precisam vir aqui, o Dnit também. Temos que estabelecer essa rotina. E já existem, inclusive, alguns projetos que estão tramitando aqui no Congresso, que, de certa maneira, criam um sem número de premissas para as agências reguladoras, acho que temos de nos debruçar sobre essas questões. Não só no fortalecimento das agências reguladoras, que são agências de Estado, não são agências de Governo, como também essa rotina de o Congresso, especialmente o Senado, acompanhar periodicamente o trabalho dessas agências e trabalho também do Dnit, uma coisa absolutamente natural. E o Senado Federal tem esses instrumentos, que é a Comissão de Fiscalização e Controle e as comissões fins, principalmente a Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Presidenta, Senador Blairo, vice, porque, aqui são sabatinadas as principais agências. Aqui são sabatinados os diretores da ANP, da Aneel, da ANTT. Tudo passa por aqui.

Então, concordo com o Senador Walter Pinheiro, que precisamos estabelecer uma rotina para acompanhar o trabalho e discutir com as agências temas que são muito importantes para o País.

Estamos agora, por exemplo, com a Aneel, poderíamos, além de acompanhar as atividades da Aneel, as metas, discutir também com ela assuntos muito pertinentes, por exemplo, as concessões. Estamos, hoje, indo ao Ministro Lobão, às 15 horas, para conversar sobre isso, a renovação das concessões.

Com a ANP, poderíamos discutir esse leilão, que espero venha acontecer agora em novembro, de novos blocos. Espero que isso efetivamente ocorra.

Então, temos muitos assuntos a discutir. Portanto é bastante pertinente a preocupação do Senador Walter Pinheiro e do Senador Cyro também. E, ao mesmo tempo, registrar que evidentemente todas as instituições com tecnologia, com pesquisa e com desenvolvimento, cada uma vai ter os instrumentos necessários de controle de suas atividades. Isso é uma coisa absolutamente natural e eu não tenho dúvida nenhuma. O Governo Federal sempre esteve preocupado com isso e, em função... Não só este Governo, mas todos os governos, até porque existem projetos fundamentais, projetos estruturantes no País que exigem técnicas modernas de gestão. E eu não tenho dúvida de que isso não é de agora, mas é exercido por várias instituições do Governo Federal.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer. Eu ainda não fui... Eu vou relatar o item I, mas eu não poderia deixar de solicitar à Presidenta, Lúcia Vânia, e ao Presidente Blairo Maggi, de que hoje nós estamos cumprindo a rotina dos atos que pautam as sabatinas na Comissão de Infraestrutura e que foram aqui aprovados. Mas eu acho, Srª Presidenta e Sr. Presidente, que nós vamos ler os relatórios, mas eu faria uma sugestão de que nós votássemos logo isso. Se pu-

déssemos votar hoje... Nós, ontem, já votamos o 116, votamos as medidas provisórias. Eu acho que amanhã nós vamos ter, inclusive, dificuldade de quórum. E mais importante: eu acho que os indicados à direção do Dnit têm de assumir rapidamente. Vários Estados brasileiros já estão sofrendo com a paralisação, com a falta de comando. E, portanto, é muito importante que nós venhamos rapidamente restabelecer a capacidade de gestão do Dnit.

Então, eu queria fazer uma ponderação, seguindo o rito, mas tentar votar, Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo, votar hoje isso, pelo menos na Comissão de Infraestrutura.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite um aparte? A Presidente já modelou alguma coisa – e eu gostaria que ela falasse – para dar celeridade.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ah, então melhor ainda. Eu só queria fazer essa ponderação porque acho importante que nós tenhamos as condições necessárias de rapidamente votar na Comissão de Infraestrutura pelo menos esses dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Senador Delcídio, hoje de manhã eu tive a grata satisfação de ver no *Estado de S. Paulo* e também no *Valor Econômico* o Governo se pronunciando em relação às concessões. Eu acho que tudo isso é muito gratificante para nós. V. Exª, mais do que ninguém, porque é da área, levantou esse assunto que estava preocupando a muitos que nos procuram nos gabinetes e hoje o Presidente da Aneel dá uma boa entrevista já delineando rumos que eu acredito que nesta audiência que vamos ter hoje à tarde vai ser altamente produtiva. E, posteriormente, aquela audiência pública já com o Governo, definindo os que poderão os caminhos que poderão ser tomados com relação às concessões.

Em relação ao que foi colocado aqui pelo Senador Walter Pinheiro e pelo Senador Cyro Miranda, eu concordo inteiramente. Mesmo sabatinando aqui o pessoal do Dnit, tive a oportunidade de levantar uma questão, que eu não levantei na audiência pública, em função do número de pessoas que estavam pleiteando falar. Mas eu acho que as pessoas indicadas pelo que a gente pode detectar dos currículos e pelas conversas é que são pessoas altamente competentes e da área. Mas o que me preocupa é que estamos mudando pessoas, mas não estamos mudando a estrutura. E eu não entendo – coloquei isso para o futuro Diretor-Geral – como o Dnit, que hoje praticamente é apenas o operador das rodovias, possa ter uma Diretoria de Hidrovias, se nós temos uma Secretaria de Portos; possa ter uma Diretoria de Ferrovias, se nós temos a Valec e se nós temos, também lá no Dnit, outras diretorias relativas ao Ministério...

(Intervenção fora do microfone).

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

Então, o Dnit tem uma estrutura que não é uma estrutura própria de um órgão operador que está praticamente voltado para estradas. Se essa estrutura, se essas diretorias estivessem no Ministério dos Transportes, como órgão formulador das políticas de integração dos modais, acho que seria uma coisa correta, mas, dentro do Dnit, que é um órgão que praticamente está operando apenas as rodovias... Eu não entendo o porquê dessas diretorias, o porquê desse órgão inchado. Acho que isso favorece muito essa dificuldade que a gente tem para fiscalizar e acompanhar.

Veja V. Exª que nós votamos aqui o Sistema Nacional de Viação, que é a integração de todos os modais e que seria o elemento balizador do nosso acompanhamento e fiscalização. No entanto, os anexos desse sistema foram vetados e nós ficamos com a vigência do Sistema Nacional de Viação e do Plano Nacional de Viação. Estamos aqui com cerca de sessenta projetos aos quais não se sabe que rumo dar em função desse imbróglio formado com o veto da Presidência da República. Então, o Ministério dos Transportes, que deveria ser o guarda-chuva e o coordenador da integração dos modais, não tem essas diretorias, e essas diretorias estão num órgão operacional que trata quase que exclusivamente de estradas. Como entender os portos fluviais sendo tratados num departamento do Dnit quando nós temos uma Secretaria de Portos que trata dos portos marítimos?

Então, há uma dubiedade nessa área e, na minha visão, nós teríamos de fazer uma audiência aqui com as pessoas indicadas pelo Governo no sentido de pedir uma explicação em relação a isso. Do jeito que está, a Secretaria de Portos está totalmente desvinculada do conjunto dos modais. O que a gente vê é que uma estrada termina... Aliás, o diretor do Dnit até citou o caso do aeroporto de Natal: não tem uma via que leve ao aeroporto; o aeroporto está praticamente pronto, e não temos uma via de acesso ao aeroporto.

Então, não há essa integração, não há essa política de integração, e acho que essa confusão é que gera essa dificuldade de fiscalização e de acompanhamento, ao lado do que foi colocado e enfatizado aqui pelo Ministro dos Transportes: a questão do projeto básico, do projeto executivo, que são fundamentais no acompanhamento de uma obra.

Portanto, eu acredito que, ao lado dessas questões colocadas, nós precisamos fazer realmente com que a Comissão de Infraestrutura tenha a presença do Governo para facilitar, inclusive, a compreensão e a colaboração desta Comissão. Do contrário... Fica extremamente difícil a gente ficar aqui falando uma coisa e o Governo se encaminhar em outra direção.

Portanto, acredito que essa sabatina é importante. Acho que as pessoas indicadas... Concordo inteiramente com V. Exª no sentido de fazer a agilização dessas indicações, mesmo porque isso emperra todo o trabalho da Comissão.

Ao lado disso, temos o problema das obras que estão paralisadas. No meu Estado, por exemplo, temos a rodovia BR-060, que estava num ritmo superacelerado, mas já começa a sentir os efeitos das dificuldades do Dnit. E o que é mais grave é que estamos próximos do período de chuvas, temos apenas um mês e meio, dois meses para trabalhar. Acho que é responsabilidade desta Comissão agilizar a indicação dessas pessoas.

Portanto, peço o apoio da Comissão para que possamos sabatinar, hoje à tarde, pelo menos o diretor e o diretor executivo e fazer a leitura dos demais diretores que serão sabatinados na próxima semana, na terça ou na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Blairao Maggi. PR – MT) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

Também vou aproveitar para fazer algumas considerações sobre esse assunto...Pois não, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em função das observações da Senadora Lúcia Vânia, há algumas coisas que não entendemos mesmo. Por exemplo, o trem-bala está na NTT. Não teria que estar na Valec? Como é que fica uma diretoria que cuida de ferrovia e a Valec? Então, não é muito melhor uma área que cuide mais das políticas e dessa integração dos modais? A diretoria aquaviária também. Essas questões são importantes e relevantes. Acho que valeria a pena fazermos esse debate, pois existem algumas coisas que...E até contrariando um pouco o que foi dito, em algumas reuniões da própria Comissão de Infraestrutura foi discutido intensamente, Senador Blairo, se o Dnit teria que ser sabatinado ou não pelo Senado. Essa é uma discussão complicada, porque normalmente o foco da sabatina são as agências reguladoras. É o único órgão executor que é sabatinado aqui. Então, é muito relevante o debate sobre a organicidade da estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Vou fazer alguns comentários rápidos, até porque o diretor-geral que saiu, Luiz Antônio Pagot, trabalhou comigo no Governo do Estado do Mato Grosso, foi Secretário de Transportes, Secretário da Casa Civil e Secretário de Educação, quer dizer, é uma pessoa que tem conhecimento da máquina pública bastante grande. E por várias oportunidades ele fez comentários sobre essa desorganização, essa falta de sintonia que existe dentro do Dnit, dentro do Ministério dos Transportes. Foi feito um trabalho no Dnit para reorganizar e colocar métodos, para que funcionasse de forma diferente. E ao encaminhar para o Governo, para o órgão superior, o conselho superior que controla o Dnit, porque o diretor-geral só é o diretor, há um controle acima que o conselho superior, simplesmente essas coisas não funcionaram. As próprias pessoas que trabalhavam lá dentro, tenho certeza de que se conversarem com os servidores da Casa eles farão esse mesmo reconhecimento que os Senadores e as Senadoras estão fazendo neste momento, realmente precisa fazer uma mudança e dar uma direção diferente ao Dnit.

Ontem, por exemplo, na participação do Ministro Paulo Sérgio, o que mais gostei de ouvir – e espero que vá acontecer – foi que o Ministério estaria propenso a trabalhar com o INDG do prof. Falconi. Se não levar alguém de fora e dar a missão para que ele pegue a estrutura inteira do Ministério dos Transportes, da Valec, do Dnit e começar a desenhar um modelo diferente de gestão, para cortar o que não precisa e incorporar o que precisa e fazer metodologia de trabalho, não conseguiremos fazer mudanças. É difícil, quase impossível, deixar por conta do próprio órgão do Ministério dos Transportes, ou do Dnit, ou da Valec, para eles mesmos fazerem uma reflexão e os cortes necessários. Ninguém gosta de perder poder, ninguém gosta de perder suas casinhas, ninguém gosta de perder nada. Pelo contrário, se deixar por conta, é capaz de ampliar ainda aquilo que tem hoje de necessidade.

Então, eu gostaria que pudéssemos discutir aqui, num futuro próximo, Presidente, nesta Comissão, se, de fato, contratado o INDG ou um outro qualquer... Eu trabalhei com o INDG no Mato Grosso, levei-o lá, e ele estruturou várias secretarias para o Estado. E digo para vocês, com toda tranquilidade, o negócio funciona, gera economia, praticidade e ganha-se em rapidez nos trabalhos, tanto faz se na área econômica, na área do meio ambiente ou tantas outras que trabalhamos com o INDG. Então, assim que eles tomarem essa decisão, deveremos provocar o Ministro para que ele continue a fazer isso e, quando tivermos essa posição, chamarmos, aqui na Comissão, o prof. Falconi e sua equipe, para ouvir dele, num primeiro momento, o que ele vai propor e que nós possamos propor o que estamos discutindo aqui e outras coisas mais que não foram levantadas.

Se formos para qualquer outra área de governo, vamos encontrar a mesma situação, pessoas que vão

trabalhar todos os dias mas não sabem o que fazem ou o que devem fazer, qual é o seu objetivo final. Então, temos grandes problemas na administração pública. E por isso a senhora tem toda razão, e os outros Senadores que estiveram aqui ontem falaram a mesma coisa, não adianta só trocar as pessoas. Boa vontade todos têm, mas, na hora da execução, na hora de colocar para funcionar, as coisas não andam. E vemos a ineficiência do Executivo – não vou falar do Governo – para fazer com que as coisas andem com rapidez e com eficiência.

Queria deixar essas considerações na primeira indicação. Chegaram dois Senadores, não sei se querem ainda discutir. Estamos falando sobre a indicação do Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura. Em seguida, assim que eu terminar esse item, vou passar para o Senador Delcídio para que ele faça a leitura do parecer da primeira indicação do Diretor-Geral.

Não tendo mais quem queira discutir, encerro a discussão da matéria e fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Como fizemos uma inversão de pauta, vamos ao item 1.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações: *1 - Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 - CI.*

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para proferir seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Blairo, Senadora Lúcia Vânia, mediante a Mensagem nº 109, de 2011, a Senhora Presidente da República submete à apreciação desta Casa, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de infraestrura de Transportes – Dnit.

O mencionado dispositivo constitucional atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, ministros do Tribunal de Contas da União, governadores de Território, presidente e diretores do Banco Central, procurador geral da República e titulares de outros cargos que a lei determinar, alínea "f".

Por sua vez, a Lei nº 10.233, de 2001, que dispõe sobre a reestruturação do transporte aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e dá outras providências. Determina em seu art. 88, citado na emenda da Mensagem, que os diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do Dnit e elevado conceito no campo de suas especialidades. Serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeado pelo Presidente da República.

De acordo com o parágrafo único do referido artigo, as nomeações dos diretores do Dnit serão precedidas de aprovação pelo Senado Federal, nos termos do art. 52 da Constituição Federal

Resumimos abaixo o currículo encaminhado a esta Comissão pelo membro indicado:

O Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, nascido em 1953, em boa Vista, Roraima, é General de Divisão combatente do Exército, oriundo da Arma de Engenharia, tendo ingressado no Exército em 1972, na Academia Militar das Agulhas Negras, onde se diplomou em oficial de engenharia no ano de 1975.

Durante sua carreira, serviu em diversos locais da Amazônia, do Nordeste e da região centro-sul. Entre outras funções, exerceu a de comandante de destacamentos de engenharia de construção, comandante de companhia de engenharia de combate, comandante de batalhão de engenharia de construção, chefe do Estado-Maior e comandante de grupamento de engenharia e diretor de Obras e Cooperação do Exército.

No Exterior, comandou a missão internacional de Remoção de Minas na América Central, sob a égide da Organização dos Estados Americanos. Exerceu também o cargo de adido do Exército e Naval junto à Embaixada do Brasil no Equador.

Fala, lê e traduz em espanhol e possui os cursos de mestrado e doutorado na área militar, pós-graduação na área de educação e curso de MBA em gerenciamento de projetos realizado na Fundação Getúlio Vargas.

Possui 22 condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais a do mérito militar, serviço amazônico, corpo de tropa e defesa civil nacional.

A Mensagem vem acompanhada de declaração, em atendimento às exigências do Ato nº 1/2001 desta Comissão (art. 1º, inciso III), de que o indicado não possui parentes que exerçam ou já exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional; de que não participa e nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; de que não responde a nenhuma ação judicial, seja como autor ou réu; e de que não participa e nunca participou de conselho de administração de empresas estatais e de diretoria de agências reguladoras.

O indicado apresenta ainda as seguintes certidões: do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de que nada consta contra seu nome em relação às ações e execuções civis e criminais. Igualmente da Justiça Militar da União, no tocante às ações criminais; do Tribunal Superior Eleitoral, de que está quite com a Justiça Eleitoral até a presente data; da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que se encontra em situação regular em relação às declarações de renda; certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união, emitida pelo Ministério da Fazenda; e certidão negativa de débitos e da dívida ativa negativa de tributos do Distrito Federal.

Ante o exposto, entendemos que os membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Eu só queria registrar, Sr. Presidente, que o General Fraxe tem uma larga experiência na engenharia do Exército, não só em estradas, mas também em restauro de estradas, especialmente na Amazônia. Ele também passou pelo Nordeste e foi responsável por muitas obras na transposição do rio São Francisco. Ultimamente, até pelo último cargo que ocupou (diretor de obras e cooperação do Exército), ele tem também, já nas obras de terraplenagem do TPS 3, lá em Cumbica, São Paulo, uma larga experiência em obras civis, em gestão especificamente. Portanto, não tenho dúvida de que ele atende aos objetivos de se ter efetivamente um bom gestor à frente do Dnit, como outros gestores que também passaram pelo Dnit. Ele tem uma larga experiência, conhece o Brasil detalhadamente e, evidentemente, como vai fazer o gerenciamento da infraestrutura do País, eu não tenho dúvida de que ele o fará com conhecimento, em função até da própria experiência que obteve trabalhando em várias obras de infraestrutura pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e coloco em discussão a matéria.

Quem queira discutir, por favor, fique à vontade.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria pedir pela ordem, Presidente.

Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, na semana que vem vou ter um pouco de dificuldade, principalmente na quinta-feira – eu sou Relator da Mensagem nº 111, que é a indicação do Sr. Paulo de Tarso Campolina de Oliveira para exercer o cargo de diretor administrativo e financeiro do Dnit. Então, se fosse possível, eu pediria que fosse feita também a leitura, aproveitando que estou aqui hoje e amanhã, vou ficar até amanhã à noite.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu submeto ao Plenário da Comissão. Se estiverem de acordo, nós podemos proceder à leitura do relatório do Senador Valdir Raupp.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só por uma questão de esclarecimento, a ideia é que façamos as leituras hoje e a sabatina amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não está marcada ainda a data dessa sabatina. Amanhã é a sabatina? Então, está marcado para amanhã, dos dois primeiros. Mas já havia aqui no plenário, antes de os senhores chegarem, uma solicitação do Senador Delcídio para antecipar para hoje essa sabatina. Vamos conversar com a Presidente depois para ver, pois nós temos uma reunião à tarde, fora daqui. Então, não sei se teríamos condições de fazer essa sabatina na tarde de hoje ainda. Tem a Ordem do Dia também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu também tenho uma preocupação, até pelas limitações que o próprio Senador Raupp aqui colocou. Nós amanhã estaremos recebendo também, no meu Estado, a visita do presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. Fica até meio paradoxal. Eu sou o relator e amanhã não estarei presente à sabatina. Essa também é mais uma razão, além das outras que elenquei aqui. Não vai ser fácil

não. Acho que, como praticamente limpamos a pauta do Senado, amanhã vai ser difícil dar quórum. Não vai ser fácil não. E acho que também nós vamos ter de ter celeridade para ocupar esses cargos rapidamente, até porque estamos já tendo dificuldades na gestão das obras que estão sendo implantadas em vários Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida, então, a vista coletiva...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio, a documentação do diretor já está toda aqui?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Toda a documentação já foi encaminhada. Está absolutamente dentro das determinações que pautam as sabatinas e os relatórios.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Como nós temos uma reunião no Ministério de Minas e Energia às três horas, depois temos a Ordem do Dia, a gente poderia ver se o Plenário concorda de fazermos isso à noite, após a Ordem do Dia. Acho que aí a gente não teria muita dificuldade de quórum.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho que hoje a Ordem do Dia vai terminar cedo, até porque nós fizemos a lição de casa ontem. Acho que hoje a Ordem do Dia termina cedo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acho que temos de relevante a votação em segundo turno da proposta de emenda constitucional que altera o rito das MPS. Portanto, também é uma matéria que não traz grande conflito e polêmica, até porque ontem não foi obtido um quorum de 60 a zero. Então eu acho que nós deveríamos estar mobilizados para que, após o final da Ordem, pudéssemos vir para cá e efetivar a sabatina. É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Como Presidente neste momento, para mim não há problema, mas eu vou consultar a Presidente da Comissão para ver se ela concorda. Mas também com um detalhe: nós precisamos ver se o indicado está em Brasília. Se ele está aqui em Brasília, nós podemos, logo depois da Ordem do Dia, comunicar ao Plenário que os Senadores que queiram participar da sabatina venham até a Comissão de Infraestrutura, e a gente já mata esse assunto no dia de hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Mas eu estou pedindo também a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Faríamos, hoje, a sabatina só dos dois primeiros: do diretor-geral e do diretor executivo. A sabatina de três não vai dar certo. É muita coisa. Acho que temos que fazer hoje a sabatina de dois. Vamos ler o seu relatório e fica marcada para amanhã a outra sabatina.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Está bom. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

EXTRA-PAUTA
ITEM ÚNICO
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 111, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 – CI.

Concedo, então, a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A Presidente da República, por meio da Mensagem nº 111, de 2011, (Mensagem nº 304, de 4 de agosto de 2011, na origem), submete a apreciação do Senador Federal a indicação do Sr. Paulo De Tarso Cancela Campolina de Oliveira para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

A apreciação da indicação fundamenta-se no art. 52, inciso III, da Constituição Federal, dispositivo que estabelece competência privativa do Senado para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos federais, sempre que a lei determinar.

Ocorre que a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, a qual, entre outras providências, cria o Dnit, determina, em seu art. 88, que os diretores dessa au-

tarquia deverão os seguintes requisitos: ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do órgão e elevado conceito no campo de suas especialidades,

O parágrafo único do mesmo art. 88 estabelece que as nomeações dos Diretores do Dnit serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, §3º da lei Maior.

Compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes a áreas de transportes, incluindo as respectivas agências reguladoras, caso em se enquadra a Mensagem nº 111, de 2011, devendo, nos termos do art. 383, também da Carta regimental, arguir o indicado e apreciar o relatório com seus dados curriculares.

O Sr. Paulo de Tarso Cancela Campolina De Oliveira Oliveira é natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde nasceu em 19 de maio de 1968.

Seu currículo registra que é bacharel em Direito e em Economia pelo Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília – Ceub, e também Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UNB, tendo obtido MBA em Finanças. Cursa, ainda, mestrado em Gestão de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

O indicado é, desde 1985, servidor público efetivo de carreira de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e, desde 2007, ocupa o cargo de liquidante e principal executivo do Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ, em liquidação.

Já ocupou diversos outros cargos comissionados efetivos, dos quais destacamos o de Coordenador-Geral de Logística e de Coordenador-Geral de Desestatização, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Também exerceu o cargo de Chefe da Divisão de Normas e Chefe da Divisão de Racionalização da Execução da Despesa e de Chefe de Serviço da Divisão de Análise Financeira das empresas estatais, todos no Ministério da Fazenda.

Participou, ainda, de diversos conselhos de empresas e entidades estatais, como nas Centrais de Transporte de Abastecimento de São Paulo –Ceagesp, Centrais Elétricas do Sul do Brasil – Eletrosul, Fundação Nacional do Índio – Funai.

O Dr. Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira também atuou no setor privado, tendo sido professor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, e como *trainee* na Campus e Claro Auditores Independentes, no começo de sua vida profissional, em 1992.

À vista do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 11, de 2011, aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão de elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Constata-se, ainda, que a documentação e as informações fornecidas pelo indicado e que constam do processo atendem as exigências estabelecidas pelo art. 1º, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Isso posto, Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a apreciação desta Comissão à indicação do Sr. Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto no art. 52, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Faço um comunicado também a esta Comissão: a Comissão de Serviços de Infraestrutura comunica que haverá uma reunião com o Exmº Sr. Ministro Edison Lobão, às 15 horas, do Ministério de Minas e Energia, para a gente discutir a questão das concessões de energia elétrica e de geração de energia.

Antes de encerrar, quero...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A sabatina do Sr. Paulo de Tarso seria a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – A que horas está marcada a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Mas a dele não está marcada para amanhã, não é? *(Pausa.)*

Não, não está marcada ainda, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ainda não está marcada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Não. Estavam marcadas para amanhã as dos dois primeiros que nós fizemos a leitura, mas estamos antecipando para hoje, logo após a Ordem do Dia. Então, vamos fazer um comunicado lá, e a gente vai vir

para cá logo em seguida, para fazer a arguição dos dois primeiros.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu pediria, Sr. Presidente, a inclusão, na reunião de amanhã, da sabatina do Dr. Paulo de Tarso, tendo em vista os argumentos que o Delcídio já relatou muito bem, das dificuldades enfrentadas pelo órgão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Olha, nós vamos conceder sim, mas não sei se nós teremos quórum amanhã para fazer isso, porque na quinta-feira, pela manhã, temos sempre grande dificuldade. Como disse o Senador Delcídio, amanhã não temos alguma coisa mais concreta... *(Pausa.)*

Não, ele tem um encontro com o Presidente do PT lá. Mas digo assim: talvez nós não tenhamos aqui quórum para fazer, mas vamos chamar, vamos marcar para amanhã, às nove horas. Se tiver quórum, a gente faz; se não tiver, a gente adia também.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Tentar arregimentar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Vamos tentar.

Bom, então, antes de encerrar, eu só quero registrar, Senador Ferraço, seu aniversário, aqui nesta Comissão, e esperamos ser convidados, à noite, para um jantar regado a... *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu esperava que V. Exª, ao me cumprimentar, fosse me convidar para jantar e os companheiros aqui da Comissão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador, meu aniversário já passou. Por isso, vou dizer o que vou dizer aqui: quando eu faço, eu convido. *(Risos.)*

Encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves e Reditário Cassol.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador não-membro **Luiz Henrique**. O Presidente declara aberta a Reunião. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. É feita a inversão de Pauta. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 113, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do seu Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do §2º do art.2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74 DE 2009**, de autoria do Deputado Deley, que "Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos." Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF**. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011 – CI,** de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, que "Requer, nos termos do artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, para, em Audiência Pública Conjunta na Comissão de Serviços de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratar dos Royalties do Petróleo." Usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Waldemir Moka. A matéria é aprovada. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011 – CI,** de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, que "Requer, nos termos do artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo para, em Audiência Pública Conjunta na Comissão de Serviços de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratar dos Royalties do Petróleo". A matéria é aprovada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 114, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que **"**Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestru-

tura de Transportes – DNIT." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para fazer a leitura do seu Relatório. Usa da palavra para discutir a matéria o Senador Cyro Miranda. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do §2º do art.2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 112, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ROGER DA SILVA PÊGAS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." A matéria é adiada. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 115, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que **"**Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ FLORENTINO CAIXETA para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." A matéria é adiada.. Às nove horas e quarenta e sete minutos, o Senador Walter Pinheiro assume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

De imediato, passo ao Item 2.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 113, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 - Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 - CI.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, A Excelentíssima Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 113, de 2011 (Mensagem nº 306, de 4 de agosto de 2011, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A apreciação da indicação fundamenta-se no art. 52, III, *f*, da Constituição Federal, dispositivo que estabelece a competência privativa do Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de titulares de cargos sempre que lei específica assim o determinar.

Por sua vez, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a qual, entre outras providências, cria o DNIT, determina, em seu art. 88, que as nomeações dos Diretores do DNIT serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal. Determina ainda que os diretores dessa autarquia deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do órgão e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias pertinentes à área de transportes, incluindo a indicação de autoridades, caso em que se enquadra a Mensagem nº 113, de 2011, devendo, nos termos do art. 383, arguir o indicado e apreciar o relatório com seus dados curriculares.

O Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA é formado em Engenharia Civil, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com pós-graduação em Técnicas Construtivas, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), e em Engenharia de Produção, pela Universidade de São Paulo (USP). Sua formação acadêmica conta ainda com cursos nas áreas de *Marketing*, de Análise de Solos, Fundações e Obras em Terra e de Engenharia de Análise de Valor, entre outros, realizados em instituições de notória especialização.

O indicado trabalha há dois anos no Ministério dos Transportes, exercendo o cargo de Especialista

Sênior em Infraestrutura Civil e Aquaviária, voltado para a gestão de portos e hidrovias da bacia Amazônica e do MERCOSUL.

Anteriormente, desempenhou atividades técnicas e gerenciais junto às empresas ENCON – Engenharia de Construção Ltda.; Arcelor/Indústria Nacional de Aços Prontos (INAP); Bechtel International/ Klabin Riocell S.A.; Concisa Engenharia Comércio e Indústria Ltda.; Serviço Social do Comércio (SESC); BBS Engenharia e Construções Ltda.; e Encol S.A.. Essas atividades incluem experiência em execução e gestão de obras, em planejamento e controle da produção e em análise de viabilidade técnica e financeira de obras, adquirida nas várias funções que ocupou ao longo de cerca de vinte anos na iniciativa privada.

À vista do *curriculum vitae* anexado à Mensagem (SF) nº 113, de 2011, aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Constata-se, ainda, que a documentação e as informações fornecidas pelo indicado atendem às exigências estabelecidas pelo Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que "disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura" do Senado Federal.

Isso posto, submetemos à apreciação desta Comissão a indicação do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto no art. 52, III, *f*, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Este é o parecer, Sr. Presidente Blairo Maggi.

Só fazendo um comentário, essa diretoria do Dnit, como todas as outras, é de suma importância para o desenvolvimento do nosso País. Mas, em especial, neste caso, a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, para nós, na Amazônia, tem um significado especial porque já não é sem tempo que nós precisamos implantar de vez o sistema hidroviário em nosso País.

V. Exª tem uma experiência nessa área e, de forma destemida, implantou a hidrovia Madeira-Mamoré. E hoje ela opera, não sei se na sua plenitude, mas, de qualquer maneira, V. Exª mostrou que é possível fazê-lo.

Nós temos que, na nossa Amazônia – não só na Amazônia, mas no Brasil como um todo –, aproveitar as nossas estradas naturais, que são os rios. Lamentavelmente, isso é algo que a gente vem questionando e pelo que a gente vem lutando há mais de vinte ou trinta anos. E participamos da epopeia quando se pretendeu e fez a implantação da hidrovia do Madeira.

Nós temos que implantar Araguaia–Tocantins, que não está nem pela metade. Nós concluímos as eclusas de Tucuruí, mas ainda não conseguimos garantir a navegabilidade de Marabá até Belém, porque as obras do derrocamento do pedral do Lourenço foram retiradas do PAC, lamentavelmente. Temos Teles-Pires–Tapajós; temos outras hidrovias ao sul.

Eu imagino, num futuro distante, mas possível, que possamos interligar este nosso País por hidrovias, em um sonho de ligar a Bacia Amazônica com a do Prata, com a do Tietê-Paraná.

Então, eu quero dizer que o Sr. Adão Magnus Marcondes Proença, que foi indicado pela Srª Presidente da República, Dilma Rousseff, para ocupar essa diretoria, tem, como aqui foi relatado, as condições para exercer a função.

Espero, como eu disse a ele na conversa que tivemos no gabinete, que ele venha, ao assumir essa diretoria, implantar tudo aquilo que relatou na nossa conversa, de tal forma que possamos ter uma nova etapa em todo o órgão, mas em especial na Diretoria de Infraestrutura Aquaviária.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Como dizia um querido deputado, lá em Mato Grosso, temos que aproveitar as nossas estradas líquidas, já que não precisamos patrolá-las e cuidar dos seus buracos depois.

Em discussão a matéria da indicação para Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura.

Consulto se algum dos Senadores quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Item 5:

ITEM 5
- Terminativo -
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2009

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.

Autoria: Deputado Deley

Relatoria "ad hoc": Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

O projeto foi encaminhado, em turno único, na reunião realizada no dia 11 de agosto de 2011.

A matéria está em discussão.

Os Senadores têm a matéria na mão? É o item 5 da pauta.

Essa matéria foi aprovada há duas reuniões, mas, como houve o substitutivo, ela está voltando para o plenário da Comissão, em turno suplementar. Ela estabelece o controle de pássaros nas imediações de aeródromos. É uma coisa bastante técnica.

Portanto, não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, conforme o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

Temos um requerimento.

ITEM 6
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requer, nos termos do artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, para, em Audiência Pública Conjunta na Comissão de Serviços de Infraestutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratar dos Royalties do Petróleo.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia e Blairo Maggi.

Se algum dos Senadores que foi na reunião de ontem quiser subscrever também, está aberto.

Está confirmado para que dia 25 a audiência com o Ministro Edison Lobão.

Em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, o Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, esse debate sobre o convite ao Ministro, na realidade, faz parte de um contexto. E não sei se um requerimento nosso, da semana passada, foi retirado ou apreciado.

Na quinta-feira passada, discutimos aqui a possibilidade de um verdadeiro ciclo de discussões envolvendo não só a presença do Ministro que deve, nesse patamar, abrir o processo de debate.

Também na quinta-feira ficou acertado que os presidentes da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos teriam a tarefa de organizar um calendário para que, todas as quintas-feiras, até o dia 15 de setembro, pudéssemos tocar essa que foi uma decisão, meu caro Senador Moka, depois da reunião do Presidente Sarney com os governadores no sentido de a gente resolver de uma vez por todas a questão dos *royalties*.

Há um projeto, encaminhado à Mesa do Senado pelo Senador Wellington Dias. Há ainda, na pauta da sessão do Congresso, a apreciação do veto e a necessidade de a gente dar a resposta. Naquele primeiro momento, havia uma posição do Senado na criação da comissão especial que, pelas próprias solicitações dos diversos Senadores, a gente mudou isso para esse ciclo de debates, tendo como prazo 15 de setembro.

Então, a ideia é – V. Exª que também esteve lá ontem junto conosco, com o Senador Moka, com os presidentes, Senador Cyro – a ideia é que não só o Ministro Lobão venha, mas que a gente traga inclusive outras figuras do Governo que, de certa forma, tenha a possibilidade de discutir conosco a consecução de um projeto e também a participação dos governadores nos seus devidos blocos, ou a representação dos governadores, os chamados blocos de interesse, digamos assim, nessa questão. Assim como também a representação de Municípios, Senador Blairo.

A ideia é que a gente faça esses debates, envolva esses segmentos. E há um prazo para que, até o final de setembro, tenhamos a oportunidade de apreciar esta matéria no Senado Federal. Acho que é de suma importância, urge uma decisão porque, do contrário – quero insistir nisso que falei na quinta-feira passada, Senador – todos nós seremos obrigados a um processo de pressão de apreciação do veto.

Não é possível mais a gente virar o ano de 2011 sem uma definição em relação a essa questão dos *royalties.* Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Portanto, ao mar o fato de estarem os Estados na costa do pré-sal, não podem ser donos do resultado, que é o resultado do esforço de todo País, assim como também não estamos querendo tirar dos Estados que têm essa posição, o que no passado até eles receberam por conta dos *royalties*. Tínhamos que fazer uma distribuição equânime, justa, proporcional inclusive às necessidades de investimentos do País.

Acho que é de suma importância a realização dessa audiência pública, quinta-feira. E que nós consigamos aí, de certa forma, organizar esse ciclo de debates com a finalidade bem clara e com o objetivo da elaboração desse projeto, consequentemente levando-o ao Plenário para apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Walter, só para orientação. O requerimento do Senador Waldemir Moka solicita informações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, aqui é um requerimento assinado por mim, pelo Senador Delcídio do Amaral e pelo Senador Humberto

Costa, discutindo essa questão dos *royalties* também, apresentado na semana passada e que foi, inclusive, motivo de a gente discutir se votava ou não. Mas, tudo bem. Mas, tudo bem, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Vou pedir à secretaria para localizar o seu requerimento. Mas, continua em discussão esse requerimento para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, a vinda do Ministro Lobão, já na próxima quinta-feira, é de suma importância.

Ontem, lamentavelmente, não pude ir ao encontro do Ministro, às 15 horas. V. Exª lá esteve, o Senador Walter Pinheiro também, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Cyro, o Senador Moka também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Tirou o Pará dos *royalties*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade. Mas, Senador Walter, ficou tranquilo porque o Senador Lobão é amigo-irmão do Pará. Somos vizinhos; aliás, o Pará contribui muito com o desenvolvimento do Maranhão, muito. As nossas riquezas saem todas pelo porto de Itaqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas não estou louco, não. O Pará foi sobejamente bem defendido por todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade. Mas, a pauta de ontem não era para discutir *royalties*, era para discutir a questão das concessões no retorno para o Governo, ao final das concessões, se elas serão novamente licitadas, ofertadas novamente, ou se elas serão prorrogadas**.** Esse é o debate que se está fazendo. E é urgente inclusive que se faça.

Mas, com o Ministro Lobão, pela importância de sua Pasta, temos também outros assuntos a debater aqui. Essa questão dos *royalties* do pré-sal é fundamental. Ontem, consultei o Presidente Sarney, ainda quando estávamos discutindo a PEC das medidas provisórias, como é que estava o entendimento com relação à distribuição dos *royalties* do pré-sal. Porque foi dito, ainda no primeiro semestre, que se não houvesse entendimento entre os governadores dos Estados produtores e dos demais governadores – inclusive houve uma reunião no gabinete da Presidência com os governadores de quase todos os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, além dos Parlamentares, inclusive foi dito que se criou até uma comissão para tentar um consenso; se não houvesse consenso, o Presidente Sarney iria pautar o veto da distribuição dos *royalties.* Então, era agosto; agora, parece-me, que é dia 15 de setembro –, só que consultei o Presidente Sarney, e ele, acho que em função da discussão da PEC da medida provisória, não me respondeu.

Então, Senador Blairo, penso que seria importante que esta Comissão entrasse em contato com o Presidente para definir a data. Deus queira que haja consenso; no caso de não haver consenso, teremos, efetivamente, de votar o veto: aprová-lo ou derrubá-lo.

Outro assunto importante a tratar com o Ministro Lobão é a questão do novo Código de Mineração. Eu próprio apresentei projeto para se rediscutir o Cfem, para atender os Estados mineradores, que são penalizados em função do baixo retorno e pelo alto impacto que os projetos de mineração trazem para esses Estados.

Então, vamos pautar com o Ministro não uma, mas diversas audiências públicas para discutirmos todos esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Flexa, salvo mal-entendimento de minha parte, ontem, parece-me que, em relação ao pré-sal, o Ministro deixou claro que a Presidente...Ele disse assim: "O Governo quer a parte dele, o resto vocês se entendam". Em suma, isso foi o que ele deixou bem claro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em suma: ela não quer entrar na briga. Mas quem manda vai ter de entrar na briga. Não tem jeito!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Ela falou: "O Governo preserva a parte dele, vocês se entendam entre si".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É uma solução muito tranquila, não é?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bem fácil!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "A minha parte é essa, vocês briguem pelas outras"

Mas o Governo vai ter de abrir mão de parte do que cabe a ele para atender aos Estados produtores.

Mas, Presidente Blairo, lamentavelmente, na próxima quinta-feira eu não estarei participando da reunião da CI, porque vamos ter um encontro do Parlatino, no Rio de Janeiro, com abertura às 10 horas, e já temos mais de 40 parlamentares das Américas Latina e Central que participarão desse encontro. Inclusive quero convidá-los a prestigiarem o encontro, em que vamos discutir temas importantes para a integração das Américas Latina e Central.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Passo a palavra, para discutir, ao Senador Moka. Antes, porém, peço desculpas por haver furado a fila, mas ele estava inscrito primeiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Entendo que é por ordem de importância dos Senadores, eu me coloco, humildemente, como...

Senador Blairo Maggi, primeiro, quero agradecer a forma como o Ministro Lobão nos recebeu ontem, no Ministério de Minas e Energia. O Ministro foi um Parlamentar, um Senador antes de tudo. É importante registrar essas coisas, aliás, o Ministro fez questão de dizer que antes de ser Ministro, ele é um Senador, e está ali cumprindo uma missão.

Mas, colocando-me objetivamente: primeiro, o Senador Delcídio, convidou, Senador Walter Pinheiro – de posse de um requerimento, que me parecia já aprovado, salvo melhor juízo –, o Ministro Lobão; faltava acertar o calendário. Aí, ficou acertado que ele viria na quinta-feira – em relação aos *royalties.* Isso foi o que...

Em relação ao meu requerimento, que é o pedido de informação, o Ministro disse que há um estudo feito, feito pelo Secretário Executivo, o Zimmermann, que foi levado à consideração da Presidenta. Ele imagina que, nos próximos sessenta dias, a Presidenta possa ter uma posição, e passou àqueles que estavam, pelo menos a meu juízo, que ele está tranquilo em relação a prazos. Acho que, nessas coisas todas, há prazo e há tempo para que elas possam ser colocadas e decididas.

E, claro, eu disse a ele que dificilmente ele conseguiria vir ao Senado, à Comissão de Infraestrutura, sem que lhe fosse posta essa questão das concessões. E continuo achando que isso vai ser muito difícil. Eu dizia que dificilmente o Senador Flexa Ribeiro, por exemplo – que não está aqui, saiu –, deixaria de questioná-lo, assim como outros Senadores. Eu acho que o assunto das concessões é um assunto que está muito forte, e é importante que o Ministro coloque aquilo que foi colocado – acho que quem deve colocar isso é ele, eu não quero me antecipar – para que, a partir de suas considerações, quem sabe, os segmentos envolvidos se tranquililzem e possamos fazer o debate. Eu continuo achando que essas explicações precisam ser dadas aqui. Não com o intuito de forçar o Governo, mas esperando que a discussão leve a uma definição que tranquilize os vários segmentos envolvidos, que neste momento demonstram algum tipo de inquietação. Isso eu acho fundamental. Então, resumindo, eu acho que a vinda do Ministro aqui na quinta-feira para tratar dos *royalties* é importante, esse é um assunto...

Porque quando o Governo começa a tratar de reforma tributária e o faz a partir do ICMS, que é o único imposto que os estados têm... Fica muito fácil discutir reforma tributária com o imposto que é o imposto dos governos estaduais. Então, para equilibrar essa discussão... Essa questão dos *royalties* não é uma questão fácil, ela precisa ser discutida, e a experiência já mostrou que, se não houver uma solução de entendimento, vamos caminhar para um imbróglio jurídico, e acho que ninguém aqui quer isso. Portanto, sou um daqueles que aposta que é possível, nessa questão dos *royalties,* chegar a um entendimento e, a partir dessa discussão, chegar a um consenso que atenda todos os segmentos envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Moka.

Em discussão ainda a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 7:

ITEM 7
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011 – CI

Requer, nos termos do artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo para, em Audiência Pública Conjunta na Comissão de Serviços de Infraestutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratar dos Royalties do Petróleo

Autoria: Senadora Lúcia Vânia e Blairo Maggi

E eu também estou aqui assinando em razão de ela não estar presente.

Em discussão o convite para que o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, compareça a esta Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado, a audiência será no dia 24.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 3 da pauta.

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 114, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Estamos convidando o Senador Cyro para ser o relator ad hoc.

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 - Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 - CI.

Senador, antes de lhe passar a palavra, eu gostaria de convidar o Senador Walter Pinheiro se V. Exª poderia assumir a presidência dos trabalhos, já que tenho uma audiência fora e preciso me ausentar, e a Senadora Presidente ainda não chegou.

Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, Por meio da Mensagem nº 114, de 2011 (Mensagem nº 307, de 4 de agosto de 2011, na origem), a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes...

Sr. Presidente, Walter Pinheiro, eu gostaria, como chegou o relator da matéria, o estudioso e operoso Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu gostaria a relatoria fosse passada a ele, até porque S. Exª fez um estudo profundo do currículo do Sr. Mário Dirani.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, passamos a palavra ao Relator Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu quero agradecer a gentileza do Senador Cyro Miranda que assumiu a relatoria *ad hoc.* Creio que com ele a relatoria estaria em excelentes mãos.

Eu já havia assumido um compromisso logo cedo quando foi marcada esta reunião. De modo que não pude chegar em tempo. Lamento e peço desculpas aos colegas.

Obrigado.

Mas como dizia o Senador Cyro Miranda, essa indicação do Sr. Mário Dirani para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes chega ao Senado em cumprimento da Constituição Federal, que atribui competência privativa a esta Casa do Parlamento para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros "que a lei determinar".

É exatamente a lei de criação do Dnit, que determina, em seu art. 88, que os diretores dessa autarquia deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do órgão e elevado conceito no campo de suas especialidades. Determina ainda que as nomeações dos diretores serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, nos termos do citado dispositivo constitucional.

Outrossim, o art. 104 do Regimento Interno desta Casa confere a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também da carta regimental do Senado.

O senhor MÁRIO DIRANI, ora indicado para o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, é cidadão brasileiro, nascido em São Paulo (SP) em 1956.

Graduou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo em 1981 e obteve o título de mestre em Transportes pela Universidade Federal da Paraíba / Campina Grande em 1984. Realizou ainda, em 1999, curso de especialização (MBA) na Fundação Getúlio Vargas (RJ) na área de regulação, defesa da concorrência e concessões.

O currículo apresentado demonstra que o indicado é detentor de grande experiência profissional na área de transportes, com forte concentração de atividades na modalidade ferroviária.

Assim é que, entre 1989 e 2003, atuou como engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A., onde trabalhou na implantação de sistemas de custos do transporte ferroviário e, posteriormente, no acompanhamento do desempenho das concessões das malhas à iniciativa privada.

Na sequência, ingressou na Agência Nacional de Transportes Terrestres, onde trabalhou como técnico comissionado, no período de 2004 a 2008, na fiscalização das cláusulas econômico-financeiras das concessões ferroviárias e no desenvolvimento de estudos sobre o equilíbrio econômico das outorgas – assunto da mais alta atualidade, aliás.

Desde dezembro de 2008, passou a atuar como especialista em infraestrutura sênior do Ministério dos Transportes, lotado na Secretaria de Política Nacional de Transportes, onde executa atividades de planejamento e desenvolvimento da política de transportes, em especial na área ferroviária.

Antes de ingressar na Administração Pública, foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1984 e1989. Nessa condição, participou de atividades de planejamento de transporte de cargas e do desenvolvimento de projetos de sistemas de custos e de simulação de desempenho de trens, além de ter sido responsável pela disciplina Engenharia e Planejamento de Transportes, matéria obrigatória do curso de graduação em Engenharia Civil oferecido por essa instituição.

Por último, há informações de que o indicado participou de diversos encontros técnicos e seminários cuja temática inclui infraestrutura, gestão, regulação e financiamento de sistemas de transporte ferroviário.

A análise do currículo e dos demais documentos que são anexados à mensagem revelam que a formação acadêmica e os registros pessoais e profissionais do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo para o qual foi escolhido pela Presidência da República.

Estão atendidos os requisitos estabelecidos no art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como as exigências constantes do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Com isso, a Comissão de Infraestrutura dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação constante da mensagem presidencial em comento.

Em vista do exposto, submetemos à apreciação e julgamento dos membros desta Comissão a indicação do senhor Mário Dirani para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Era o que tinha a dizer neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Em discussão.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu tive oportunidade de me reunir ontem, no gabinete, com a Senadora Lúcia Vânia e todos esses candidatos a diretorias do Dnit. Tivemos oportunidade de conversar com um por um e realmente estamos muito otimistas não só quanto ao aspecto acadêmico, curricular e à capacitação, como também com a vida pregressa desses pretendentes. De maneira que eu acho que vamos melhorar muito o nível do Dnit.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Os Itens 1 e 4 ficam adiados para a próxima reunião da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião da Comissão.

Na segunda-feira, nós teremos a presença do Ministro Edison Lobão aqui na Comissão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, essa relatoria do Senador Eduardo Braga poderia ser *ad hoc* ou não? Para adiantarmos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Agora fica para quinta-feira. Já encerrei a sessão. Já foi.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ok, obrigado.

(A reunião tem início às 9 horas e 18 minutos, e é encerrada às 9 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 21ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE JULHO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia cinco de julho de dois mil e onze, na Sala 3, da Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senadores **WALDEMIR MOKA**, Vice-Presidente da CRA, e **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da CMA, sob a Presidência do segundo, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO.** Justificam a ausência, os Senadores Cyro Miranda, Ivo Cassol e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente da CMA, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta,** em cumprimento ao **Requerimento nº 43, de 2011-CMA**, aprovado em 14/06/2011, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, ao **Requerimento nº 9, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao **Requerimento nº 2, de 2011-CMA**, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal

(**Lei 4.771, de 1965**), com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Elíbio Leopoldo Rech Filho -** Biologista molecular, Engenheiro agrônomo, Pesquisador científico da Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Srª **Helena Bonciani Nader -** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**); Sr. **Ricardo Ribeiro Rodrigues** – Professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz" - **ESALQ/USP**; Sr. **Celso Vainer Manzatto** – Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **EMBRAPA**; Sr. **José Antônio Aleixo** – Representante Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - (**SBPC**); Sr. **Antonio Donato Nobre** – Engenheiro Agrônomo, Membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Academia Brasileira de Ciências - **SBPC**/**ABC**. Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Blario Maggi, Kátia Abreu, Luiz Henrique, João Pedro, Pedro Taques, Jorge Viana, Casildo Maldaner, Vanessa Grassiontin, Waldemir Moka, Aníbal Diniz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita e Randolfe Rodrigues. Às treze horas e vinte e quatro minutos, o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA, suspende a reunião pelo prazo de dois minutos para que os senhores senadores cumprimentem os convidados. Às treze horas e vinte e seis minutos a reunião é retomada para que os membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle procedam à votação e aprovação, em extrapauta, dos Requerimentos nº 49 a 52, de 2011-CMA, bem como, à assinatura do termo de ajustes ao relatório final da Comissão temporária externa (RQS nº 237, de 2011) – Visita à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto em Angra dos Reis – RJ, com a presença do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka ,** Vice-Presidente da CRA **–** Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os senhores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

PAUTA DE 05/07/2011

Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 43, de 2011- CMA**, aprovado em 14/06/2011, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, ao **Requerimento nº 9, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao **Requerimento nº 2, de 2011-CMA**, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença do Senhor Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências (**ABC**) e da Senhora Professora Helena Bonciani Nader, presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**), destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (**Lei 4.771, de 1965**).

Estamos aguardando a chegada dos nossos demais convidados.

Saúdo, com muita alegria, a presença da Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que já se encontra aqui conosco. Saúdo as presenças da Senadora Ana Amélia e do Senador Blairo Maggi, informando que, conforme anunciei na reunião passada, em virtude das reivindicações das senhoras e senhores Senadores, a ordem de inscrição da reunião será por ordem de chegada. Portanto, a Senadora Ana Amélia é a primeira inscrita e o Senador Blairo Maggi, o segundo.

Rapidamente, quero fazer um breve relatório das audiências públicas realizadas pela Comissão de Meio Ambiente, neste primeiro semestre.

No primeiro semestre de 2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realizou, até o momento, 24 reuniões. Destacam-se as reuniões destinadas a audiências públicas: três Audiências Públicas Conjuntas e um Seminário entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Reforma Agrária, para debater a reforma do Código Florestal, que contaram, entre outros, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, senhora Izabella Teixeira, do Deputado Aldo Rebelo e de representantes da Embrapa, da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências; duas Audiências Conjuntas entre Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater a segurança do sistema nuclear brasileiro, em que participaram os principais atores brasileiros nessa temática; Audiência

Conjunta entre Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Educação e Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que cria novas regras para o setor de TV por assinatura; Audiência Pública que debateu as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, com a participação do senhor Achim Steiner, Subsecretário-Geral das Nações Unidas, e do senhor Luiz Figueiredo, Embaixador e Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, além do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Audiência Pública para debater a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ainda neste semestre, a Comissão instalou quatro subcomissões, que tratam de temas de extrema relevância para o País, com destaque para as audiências públicas realizadas por estas subcomissões: Ciclo de Audiências da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que coleta informações de cada um dos Estados e Municípios envolvidos com a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014; Ciclo de Audiências da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável – Rio+20 –, com debate sobre economia verde, em relação aos temas agropecuária, serviços ambientais, mecanismo e desenvolvimento limpo e redução das emissões por desmatamento e degradação; Audiência Pública da Subcomissão Temporária para acompanhar as obras da Usina de Belo Monte, que debateu o relatório de impacto ambiental da obra; finalmente, a Comissão realizou diligência externa às obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e ao Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Como membro da Comissão externa, visitamos as Usinas Nucleares de Angra dos Reis e, ainda hoje, assinaremos termo de ajuste ao relatório final dessa diligência.

Dessa forma resumida, este é o relatório das atividades das Audiências Públicas desta Comissão, para o primeiro semestre de 2011, no esforço incessante de imprimir aperfeiçoamento da legislação brasileira, nos termos pertinentes a esta Comissão.

Quero registrar aqui a presença do Senador Russo e da vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senadora Kátia Abreu. Quero também aqui agradecer a presença do senhor Antônio Nobre, que nos honra com sua presença.

Como já tive a oportunidade de ressaltar aqui, a nossa Comissão de Meio Ambiente, juntamente com a Comissão de Agricultura, iniciou as atividades este ano com a discussão do Código Florestal, mesmo antes do Projeto chegar ao Senado Federal. Começamos ouvindo o Relator da proposta na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, em uma audiência bastante concorrida e, na semana seguinte, ouvimos representantes da Academia Brasileira de Ciência e da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Com a chegada do Projeto ao Senado, retomamos esses debates e tivemos a oportunidade de termos uma longa audiência Pública com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na última quinta-feira. Na sexta-feira à tarde, tivemos mais uma Reunião Conjunta onde ouvimos representantes da Confederação Nacional da Agricultura, da Contag e de diversas outras instituições, e hoje retomamos esse debate, mais uma vez ouvindo representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências.

Por solicitação da senhora Helena Nader, teremos alguns representantes da comunidade científica representando as duas instituições, que farão apresentações, cada um enfocando um tema específico. Estamos aguardando a relação dos nomes que farão as suas apresentações e registro aqui, com muita alegria, a presença do Senador Luiz Henrique, Relator nas Comissões de Constituição e Justiça e Agricultura e Reforma Agrária. Também registro a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira, relembrando que a ordem de inscrição será pela ordem de chegada a esta Comissão. Peço atenção aos secretários desta Comissão para observarem a ordem de chegada, para promover a inscrição dos nobres Senadores e Senadoras desta Casa, registrando também, com muita alegria, a chegada do Presidente eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Casildo Maldaner.

Consultando os palestrantes e os Senadores, a minha sugestão é que tenhamos um tempo de 15 minutos para cada palestrante, em seguida abriremos para as Senadoras e Senadores fazerem suas intervenções de cinco minutos e, a cada conjunto de cinco intervenções, passaríamos para a Mesa fazer as suas considerações. Se no curso, por sugestão de algum Senador, entendermos que para o melhor andamento dos trabalhos devemos adotar um procedimento diferente, submeteremos ao Plenário.

Registro a presença do Senador João Pedro e parece que a Senadora Kátia quer falar.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já está inscrita, Senadora Kátia.

Portanto, dando boas vindas a todos e desejando um bom dia e um bom debate, passo a palavra à Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Bom dia a todos, bom dia, Senador Rodrigo, é um prazer estarmos aqui hoje com os senhores, agradecemos profundamente esta oportunidade, porque acreditamos que há necessidade de termos um marco legal moderno e que olhe para o futuro. Um marco legal que englobe tudo o que temos hoje na ciência mundial, mas, em especial, na ciência brasileira.

Não quero tomar muito tempo dos senhores, só quero introduzir rapidamente o Professor José Antônio Aleixo, sentado ali na segunda fila, que é o Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco e foi quem coordenou esses trabalhos na SBPC. Começamos esse trabalho na SBPC e, como também sou membro da Academia, entramos em contato com o Professor Jacob Palis. A SBPC e a ABC tem feito muita coisa conjunta e, com isso, multiplicamos por uma potência de 10, pelo menos, os trabalhos, porque se juntam forças de diferentes áreas e que se complementam.

Esse trabalho que fizemos que foi apresentado na Câmara, em fevereiro ou março, agora não me lembro, e traz – os senhores também receberam – um trabalho do levantamento da área científica. Hoje, o que traremos para os senhores, de uma forma também sucinta, serão algumas apresentações de onde a ciência pode contribuir e, depois, o que seria a nossa proposta, porque entendemos que existe uma necessidade de discussão e de aprovação de um Código.

O que continuamos insistindo é que esse Código não seja aprovado às pressas, que ele leve em consideração o século XXI, que leve em consideração o que a ciência brasileira tem para ajudar uma economia sustentável, para ajudar uma agricultura perfeita – ou, pelo menos, perfeita dentro do que temos de conhecimento hoje –, uma pecuária, e que leve em consideração o meio ambiente.

Como o Senador Rollemberg colocou, o Brasil será sede, ano que vem, da Rio+20. Existem acordos mundiais a serem cumpridos e também quero deixar claro que não temos partido, não temos cor, não temos crença, temos só uma obrigação: a verdade com a ciência. Aqui quero reiterar, novamente, que em nenhum momento o grupo recebeu qualquer subvenção, seja de um lado ou de outro, do grupo ruralista ou do grupo ambientalista. Isso tem que ficar muito claro. Quero que o senhores saibam que todos os que participaram o fizeram de forma voluntária, trabalhando noites e fins de semana, porque estou Presidente da SBPC, mas quem paga o meu salário é o Governo Federal, porque sou Professora Titular da Escola Paulista de Medicina. Nenhum de nós ganhou para fazer isso, é um dever com a sociedade brasileira que nos levou a realizar esse trabalho.

Agradeço realmente a oportunidade de estarmos aqui, porque vamos trazer dados que podem ou não ser considerados. Quero deixar bem claro, porque houve algumas denúncias infundadas e que não foram à frente dizendo que tínhamos sido pagos por ONGs e outras entidades. Para quem quiser, tenho prova documental de tudo isso, dentro dos arquivos da SBPC. Todas as passagens foram pagas com recursos próprios da SBPC, onde fazemos as reuniões anuais – até convido os senhores –, que têm início agora dia 10, domingo, em Goiânia, comemorando os 50 anos da Universidade Federal de Goiás, 60 anos da Capes, 60 anos do CNPq e 25 anos da Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

Então, para nós é um privilégio estar aqui. Agradeço, efusivamente, esta oportunidade.

Obrigada, Senador; obrigada demais membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido o Prof. Aleixo para fazer parte da Mesa. Ele fará a primeira exposição.

Vamos ouvir, então, agora, o Prof. Aleixo.

V. Exª tem quinze minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Muito bom-dia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, para nós, que representamos a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências, é um grande prazer estar aqui com vocês, porque é uma reivindicação da comunidade científica de ser escutada. E isso está acontecendo. Não podemos reclamar.

Bem, primeiramente, vou ser, de certa forma, breve, para que meus colegas que vão apresentar dados mais concretos tenham mais tempo. E quero dizer que estamos com pequeno problema, porque o Dr. Celso Manzatto e Ricardo Rodrigues, que são os próximos a apresentar... A Azul cancelou o voo deles ontem; eles chegaram em Brasília e estão vindo de táxi para cá. Talvez, a gente tenha uma pequena alteração na ordem de apresentação, mas isso não vai alterar.

Bem, fui encarregado de fazer um breve histórico do que aconteceu com esse nosso grupo de trabalho, porque, na realidade, começamos a trabalhar em maio de 2010, quando, por algumas demandas da própria comunidade científica, somos, de certa forma, questionados sobre por que não participar. Então, começamos a trabalhar nesse grupo de trabalho exatamente em maio de 2010.

Achamos que essa questão do Código Florestal é uma questão que antecede datas que conhecíamos. Então, nosso primeiro grande desafio – digamos, não desafio; desafio se ganha ou se perde, nós temos missões a serem cumpridas –, em vez de pegarmos essas peças jurídicas e confrontar uma com a outra, o que está bom, o que não está, nós, como cientistas, pensamos: vamos ver o estado da arte, da ciência florestal no Páis, do Código Florestal. E, para nossa surpresa, encontramos coisas que desconhecíamos. Por exemplo, possivelmente, muitas pessoas podem dizer: "Mas isso é a primeira declaração do uso dos recursos ambientais no Brasil." Eu não gosto de ler, mas vou ter que ler, para os que estão atrás entenderem:

E, assim, mando que todo o povo se sirva e logre dos ditos matos, lenhas e madeiras para as casas, tirando fazer roças que não farão e, assim, árvores de palmo e meio de cesta [deveria ser a medida de unidade da época]. E daí pra riba não cortarão sem minha licença e dos meus oficiais que por mim tiverem, porque tais árvores são para outras coisas de maior substância especial. E assim resguardarão todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e fontes.

Isso, gente, é Carta Foral de Olinda, de 1537. Duarte Coelho.

Então, a questão ambiental no País não é de hoje. É muito antiga. Se vocês, por acaso, acompanharem ao longo da história, vocês vão ver que José Bonifácio, em 1821, deu a primeira declaração em termos de reserva legal.

Então, o Brasil vem discutindo há muito tempo, e acho que o momento atual é o momento mais preciso, mais importante para que a Nação construa um instrumento legal que não prejudique a agricultura do País, nem tampouco prejudique o meio ambiente. Esse é o nosso objetivo. Isso é o que nós pensamos.

(Próximo, por favor.)

Bem, quando nosso grupo de trabalho começou, tivemos o cuidado de convidar uma série de instituições que achávamos que poderiam colaborar nesse trabalho. É claro que nem todas compareceram, mas grande parte dela compareceu, e aí está a relação. Acho que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já devem ter lido, porque, nosso livro, resultado do nosso trabalho, foi distribuído para todos vocês.

(Próximo, por favor.)

Esses são os componentes do nosso grupo, primamos em não convidar ONGs. Não que sejamos contra ONGs, absolutamente nada contra, mas foi para que nosso trabalho fosse visto de forma independente, porque, se convidássemos algumas instituições ligadas ao agronegócio e aos ambientalistas, possivelmente seríamos taxados de tendenciosos. Como a ciência tem que ter voo livre e independência, não convidamos. Convidamos pessoas. Aí estão os membros do grupo: Antônio Donato Nobre, do INP; Carlos Alfredo Joly, da Unicamp; Carlos Nobre; Celso Manzatto, que deve estar chegando em minutos; o Elíbio, que está aqui ao meu lado; eu, que sou Professor da Universidade Federal de Pernambuco; Mateus Batistella, da Embrapa; Maria Manuela, da Universidade de Chicago - tivemos o cuidado de convidar alguém ligado à área de Antropologia e Sociologia, porque acreditamos que um Código tem que perpassar por todas as ciências, não podemos trabalhar de forma setorial –; Peter Herman May, Professor da Universidade do Rio de Janeiro, *expert* na chamada "economia verde", Ricardo Rodrigues, que deveria estar aqui, se seu vôo não tivesse atrasado, mas certamente vai chegar; Sérgio Ahrens, da Embrapa, engenheiro florestal e advogado; e Tatiana Deane Sá, que era Diretora da Embrapa. Esse grupo de trabalho continua ativo, não encerramos e temos certeza de que vamos continuar trabalhando com vocês, porque acreditamos que o Brasil precisa de um trabalho em que a Ciência e a Tecnologia têm que ser envolvidas com a ajuda de vocês, porque vocês são as pessoas que decidem, vocês são importantes nesse processo.

(Próximo, por favor.)

A nossa primeira visão de trabalho, desse GT, foi evitar as situações setoriais. Esse é um *slide* que mostra que a visão setorial distorce a percepção do mundo e é reduzida. Não poderíamos, de forma alguma, tomar partido de lado A ou de lado B. Temos que trabalhar em conjunto porque acreditamos, desde o início, e continuamos acreditando, que um acordo é possível. Se a briga continua, todos têm razão, em certo ponto, e todos não têm razão, em outros pontos.

Sou professor de Estatística, então sempre uso um plano cartesiano de *x* e *y* onde sempre digo que, se pensarmos no rigor da lei, quanto mais rigorosa for a lei, é claro que menores serão os danos ambientais. Se, em um eixo de *x* e *y,* traçarmos isso, será uma exponencial, uma reta decrescente. Quanto mais forte a lei, menor a degradação ambiental.

Por outro lado, se pensarmos na expansão agrícola – porque precisamos da expansão agrícola, o mundo precisa da produção de alimentos –, a situação é inversa. À medida em que se começa a aumentar a expansão de nossos territórios em áreas agrícolas, logicamente, por mais que seja conservacionista a nossa agricultura, haverá, de certa forma, degradação ambiental. Isso é normal, faz parte do progresso. Mas se vocês cruzam essas duas retas ou curvas, seja lá

o que for, existe um ponto de equilíbrio onde elas se cruzam.

Nós, da Ciência e Tecnologia, acreditamos que podemos ajudá-los a trabalhar nesse ponto. Ontem saiu um artigo muito bom do Humberto Costa, na *Folha de S.Paulo*, mostrando que o acordo é possível. Não adianta para o País uma briga em que uma das partes vá ganhar. Se a parte ambientalista ganha sozinha, vai haver problema com a produção de alimentos; se a parte da agricultura ganha, por outro lado haverá problema com o ambientalismo, o Brasil perde. E os senhores e senhoras Senadoras têm uma grande responsabilidade para que esse ponto de equilíbrio seja encontrado. Ele existe, podemos encontrá-lo e, se for encontrado e se observarmos aquela declaração final na matéria do Senador Humberto Costa, ele diz que "nossos objetivos podem ser atingidos, desde que haja entendimento". Chegou a hora do entendimento. Nós, SBPC e ABC, acreditamos nesse entendimento, não tornamos partido.

(Próximo, por favor.)

Como Ciência e Tecnologia, achamos que temos todo o direito e podemos interferir nesse processo.

Esse aí é um *slide* que nós conseguimos, que mostra que a interferência pode ser positiva. Isso aí são crianças no rio Negro, que estão salvando tartarugas. Sem a intervenção delas, essas tartarugazinhas jamais chegariam ao rio e morreriam.

Então, é uma intervenção positiva. Isso pode haver.

(Próximo, por favor.)

E ficamos de olhos abertos. A ciência tem de estar sempre acima das paixões e dos interesses pessoais. Nós não temos interesses pessoais, muito embora, é claro, ninguém é ingênuo de dizer que cada um, por si só, não tem suas posições, mas quando nós construímos esse grupo de trabalho, o nosso principal objetivo foi deixar lá fora as posições pessoais.

Nós precisamos ajudar o País, tanto é que, durante este ano, nessa fase de dez meses de trabalho, nós convidamos várias pessoas.

O nosso primeiro convidado, como não poderia deixar de ser, foi o ilustre Deputado Aldo Rebelo. Ele foi debater conosco.

Convidamos o Toninho da Contag e o professor Aziz Ab'Saber. É uma relação imensa de convidados. Convidamos, da mesma forma, o Deputado Ivan Valente.

Então, durante esse período, nós trabalhamos, gente, e não foi fácil. Foram dez meses de trabalho, pessoas superocupadas, em que todo mês nós tínhamos reuniões de dois dias na SBPC, sem direito a almoço. Era lanche na SBPC.

Nós fomos convidados por um grupo, se não me engano, da CNA, para fazer uma apresentação em novembro. Isso criou alguns motivos de denúncias, porque disseram que nós não viemos. Mas nós não poderíamos vir, nosso trabalho não estava concluído. Nós concluímos o trabalho, gente, em fevereiro.

Quando nós o concluímos, fomos convidados por um grupo ligado ao setor de meio ambiente, nós viemos, mas nós avisamos para eles: "Convidem a bancada do agronegócio." E foram convidados.

Então, nós estamos muito à vontade para dizer, como a professora Helena falou, que o nosso trabalho não tem tendência. Nós pensamos, nós acreditamos que os senhores podem colaborar conosco.

Nós estamos à disposição de vocês. Nós queremos continuar trabalhando com vocês.

Eu acredito que a próxima apresentação...

(Próximo, por favor.)

Esse é o último *slide* de minha parte.

Todos conhecem este imenso País, cheio de biomas com características completamente diferentes, e fica uma pergunta para todos nós – não é para vocês, mas é para a gente também –: é possível ter um único Código Florestal para uma imensidão territorial dessas, com tantos biomas diferentes, gente?

Então, existem fontes e existem pessoas que defendem um Código Ambiental, ou um Código da Biodiversidade, do qual o Código Florestal seria uma parte. Agora, essa pergunta nós temos de responder. Essa pergunta, gente, exige tempo. Talvez não dois anos, mas vocês têm de pensar com a gente. Exige tempo.

Olha, gente, a nossa sequência de trabalho, agora, seria o Celso Vainer Manzatto, que é da Embrapa e que iria falar sobre agricultura e meio ambiente. Ele, eu tenho certeza absoluta – ele já ligou para mim –, está no táxi, está a caminho.

Então, a gente pode alterar, não é, Antônio, alterar a ordem de apresentação? Eu acho que não vai perder a sequência.

Então, quem seria o próximo?

Então, o próximo, o Antônio Nonato Nobre, assume.

Eu gostaria de agradecer a vocês e reforçar: nós acreditamos que, juntos, podemos construir o instrumento legal de que o País necessita, um instrumento considerando o passado, mas pensando, fundamentalmente, no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, professor Aleixo.

Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Antônio Nonato Nobre, quero sugerir, se possível, aos membros da comunidade científica, que apontem no texto do Código Florestal questões que considerem importante que sejam modificadas. Acho que dariam uma contribuição maior, especialmente aos nossos relatores.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Nonato Nobre.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu gostaria de convidar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria, com a sua permissão, Senador Rollemberg... Como o Senador Acir está viajando, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, e o nosso Senador Waldemir Moka não se encontrava, eventualmente, me convocaram para substituir, na Mesa, pela Comissão de Agricultura, porque é uma audiência pública conjunta entre a de Meio Ambiente e a de Agricultura. Como o nosso vice-Presidente da Comissão chegou, então, com a permissão do Rollemberg, ele viria para cá para assumir as funções, porque, na verdade, é nosso vice-Presidente.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Comissão estava mais bem representada por V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mandei avisar o Cláudio. Já passaram por Deputados, agora são Senadores, e nós já fomos também. Isso faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado amigo, Senador Waldemir Moka, é uma honra poder compartilhar esta Mesa com V. Exª, representando aqui a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, lembrando que esta é uma audiência pública conjunta. Desde o início dos trabalhos, procuramos debater o Código Florestal conjuntamente, buscando superar as divergências entre produção agrícola e pecuária e meio ambiente.

Portanto, agora passo a palavra ao Professor Antônio Donato Nobre.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Bom dia a todos. É um prazer estar de volta. Estive aqui no início de abril, quando ainda estava em discussão na Câmara, os senhores se recordam, e foi uma experiência muito construtiva, primeiro, pela oportunidade de trazer a visão da SBPC e da ABC – o Professor Elíbio esteve aqui comigo também – e também de escutar as Srªs e os Srs. Senadores com as ponderações que me impressionaram muito. Principalmente, saí daqui com a percepção de que o conflito é algo não real, é artificial, ele não tem fundamento. Especialmente depois de poder apresentar alguns pontos de vista, ficou mais evidente ainda a possibilidade de conversa, de diálogo.

Muito bem. Vamos dando este salto aqui. Vou ter que fazer uma pequena introdução, porque vinha na sequência esta apresentação, mostrando como a tecnologia moderna, a tecnologia do século XXI, vamos dizer assim, pode iluminar esta discussão – estou chamando de paisagens inteligentes –, através do uso dessas tecnologias, grande parte delas desenvolvidas no Brasil, para termos...

Eu ainda não me acostumei com o barulho do Senado. Então, vocês me perdoem se eu der umas rateadas aqui. Mas tudo bem.

Vou falar primeiro sobre um estudo feito no Inpe, de áreas ripárias. Discutimos quanto por cento das propriedades privadas estão imobilizadas em APP. Nós fomos lá tirar a teima. Fomos medir isso, usando geotecnologias. Então, nosso trabalho começa com um modelo digital de terreno. Esse aí é do Município de São José dos Campos, tem um mil quilômetros quadrados. É produzido com um radar – esse radar aí voou no ônibus espacial – que reproduz a superfície rugosa da... Uma representação da superfície da terra. Dessa representação, você tira a altimetria, que é um dado básico. Dessa altimetria, você gera um produto intermediário, que é a área acumulada, e aí você chega nos rios, riachos, igarapés, ribeirões. E é uma coisa surpreendente que no Brasil não saibsmos onde estão os rios nem os riachos. E vou dizer por quê. Por uma questão legal. A Agência Nacional de Águas, que faz as outorgas de direitos de água, usa o mapa da hidrografia do Brasil do IBGE, que é de um para um milhão, e é extremamente impreciso. Exatamente. Isso daí produz um monte de problemas. Se eu tenho uma fazenda lá e quero fazer uso de água, etc., e tenho que conseguir uma permissão da ANA, eu tenho que ter a toponímia, ou seja, eu preciso ter o nome do rio. Aí eu vou lá, tem um ribeirão na minha propriedade, e não tem nome, não está mapeado aquele ribeirão. Por quê? Porque quando foram feitos esses mapas, há muito tempo, a escala era muito grosseira, então não dava para ver. Com a tecnologia nova, nós chegamos à nascente dos rios.

E aí estão definidas em cores as diferentes ordens. Rios de primeira ordem estão na cor azul; depois, de segunda ordem, verde. Ordem é quando os rios vão se juntando e se tornando maiores, eles vão adquirindo maior volume, e assim sucessivamente.

Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Então, isso daí já foi feito. Para o Brasil todo. Aliás, a própria Agência Nacional de Águas tem, internamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não, essa daí, a gente já não fala mais em escala de mapa, mas a gente fala em resolução de *pixel*. Nesse caso aí, a gente usou *pixels* de 90 metros, 90x90 metros. Mas a gente já tem, e eu vou mostrar daqui a pouco, o que está disponível e o que é simplesmente fantástico. Perdoem-me, assim, o meu entusiasmo: acho que nós precisamos de um novo RadamBrasil. Nós precisamos saber onde estão os rios do Brasil, porque isso tem uma importância enorme. É um recurso que está distribuído pelo País inteiro e a gente não sabe onde ele está. E uma grande parte dos conflitos entre fiscal do Ibama, proprietário rural, grupo que defende as áreas de conservação está exatamente em não saber onde estão os rios, onde buscar o documento cartográfico. E, lá, no documento cartográfico, não está representado direito o rio, está mal representado.

Para vocês terem uma ideia, nesse Município de São José dos Campos, a extensão linear de rios mapeados pelo IBGE, nessa escala de 1 para 1 milhão, é de 300Km. Quando extraímos a drenagem usando essas tecnologias modernas, 1.600Km. Ou seja, nós não sabemos nem qual é a riqueza que temos em termos de rios.

Muito bem. Tendo os rios, a gente coloca as faixas prescritas pelo Código Florestal em volta deles, usando técnicas vetoriais. E, aí, a gente pode calcular: em função do tamanho do rio, o tamanho da faixa é prescrito, tanto no Código vigente quanto no que está em análise pelos senhores. E a gente chega a esses números.

Nós fizemos um estudo bem extenso, em quatro Regiões do Brasil – Nordeste, Norte, Sudeste e Sul – e encontramos que, em média, nas propriedades privadas, 7% da área está imobilizada como APP ripária, imobilizada ou que deveria estar, de acordo com o Código atual. Com o novo Código, cai por volta de 30% esse valor. Isso antes dessas últimas alterações sofridas na Câmara para a aprovação e não considerando a Emenda nº 164, só considerando o original. Nós trabalhamos nisso quando ainda o substitutivo não tinha sofrido essas alterações.

Aqui simulamos o estudo feito anteriormente por um colega da Embrapa, que usou uma faixa de 500 metros e usou a hidrografia da ANA, e vocês veem que as áreas imobilizadas em APP são muito maiores: quase 2,5 vezes maiores.

Por quê? Porque aqui é técnica o método. Ele usou a própria hidrografia da ANA, uma hidrografia que tem menor extensão, e eu acredito que, por isso, tenha utilizado essa faixa de 500 metros, em vez de usar as faixas normas do Código Florestal, que são até 30, até 50, até 100, até 200 e até 500 metros. Então, isso aqui acho era uma forma de compensação. E fizemos o tira-teima e vimos que essa forma aqui superestima áreas de APP ripária em 300%, em relação ao que é realmente. E, aí... Ao que deveria ser aqui. Ao que deveria ser.

Isso aqui, obviamente, tem o passivo e vou mostrar algumas coisas interessantes daqui para a frente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só uma observação rápida.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para esclarecer esse ponto que o Senador Aloysio trouxe, mas há uma outra questão. Se ele se prendeu à da ANA, e a da ANA está vinculada ao do IBGE, que é menos precisa, ou seja, mascara um pouco a presença de muitos rios, deveria o dele ter dado menos...

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Menos, isso. Mas, aí, Senador, olha só: o Código Florestal tem várias classes, dependendo da largura do rio. Então, se o rio vai – tem de 0 a 30 metros; de 50 metros; de 100; de 200 e, aí, de 500. E eles usaram só 500 aqui na Amazônia. Eles usaram, para todos os rios, só 500 metros, para compensar a menor extensão, imagino. Ele deveria explicar isso. Eu não encontrei uma explicação sobre isso.

Então, mas isso aqui foi feito na Amazônia. Não conheço como eles fizeram no resto do Brasil. Isso seria uma matéria a se esclarecer.

Mas o mais interessante – e aqui eu queria chamar a atenção dos senhores de maneira muito crítica – é saber onde estão os brejos do Brasil. Quem é que não sabe o que é um brejo? Nós desenvolvemos uma tecnologia, que se chama *Hand*, uma tecnologia de modelagem de terrenos, sobre a qual vou falar um pouquinho mais daqui a pouco, que consegue detectar onde está o lençol freático remotamente só através de modelagem de terrenos. E aqui estão os brejos dessa mesma área. O que vocês estão vendo lá? Vocês estão vendo que as faixas contínuas tanto no Código atual quanto no substitutivo que está em análise não pegam. Olhem: há uma área de brejo que está fora; há outra área que pega mais do que o brejo. Enfim, já vem sendo dito por vários colegas, colegas da Embrapa, mesmo na nossa área, que o Código Florestal atual era bom para 1965. A gente não tinha satélites, não tinha essas tecnologias aqui computacionais. Hoje nós precisamos de alguma coisa diferente. Os terre-

nos que estão aqui em azul são terrenos frágeis, são terrenos hidromórficos. Em algumas condições, como na produção de arroz, você investe, você faz os terraços, etc., que custa caro, e você consegue produzir ali, mas, fora essas condições – talvez com o açaí, no sul da Bahia, etc. –, de modo geral não são áreas propícias. Essas áreas são propícias para serviços ambientais, para você...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Então, aqui, olha aqui as faixas pelo Código Florestal. Olha o brejo aqui. Não, não protege.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – A lei ignora o brejo porque ela prescreve faixa. Ela está dizendo: são 30 metros. Agora, 30 metros é uma denominação burocrática em relação à natureza. Não é uma denominação orgânica que leva em consideração a paisagem. A paisagem está lá. Olha os brejos aqui. A mesma coisa quando você...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Exato. Por que não 29, 32, como está dizendo o Senador? Então, essa questão nós percebemos, logo de cara... Nós não fomos os primeiros a perceber. Nós temos um colega na Embrapa Florestas que já vinha falando isto quando participou do nosso grupo: que a gente precisa de um Código Florestal que respeite. É como um sapato. Você não calça um sapato quadrado. O sapato tem que ter as curvas para acompanhar o seu pé. No começo, quando começamos a mostrar esses problemas, disseram-nos: ah, mas você vai ter problema, porque um produtor vai ter mais brejo no terreno dele e o outro, menos. Certo? Isso vai gerar um problema jurídico. Ele vai falar: eu vou perder mais área da minha propriedade com APP e o outro, menos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Várzea, pelo menos no sentido que eu entendo, é área inundável...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Do rio. Brejo é água superficial no solo. Chavascal, pântano, brejo, "chilof, chilof, chilof", quando você anda dentro... Então, isso vai muito mais além da área inundável. Quando o lençol freático encosta na superfície e fica ali, você tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não, não. Não são temporais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Sabe como a gente sabe quando a água é temporária ou não? A gente olha a condição de hidromorfia do solo. Quando você tem água muito tempo no lugar, o ferro fica reduzido, ele não é oxidado. Aí o solo fica *gray*. Ele fica numa cor cinza ou meio esverdeada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Já que está havendo uma participação, que acho até construtiva, eu gostaria que o pesquisador Donato Nobre pudesse nos dar a bibliografia da diferença entre brejo e várzea, porque eu gosto muito de aprender. É a primeira vez que ouço falar nessa diferença. E, como eu não quero contestá-lo gratuitamente, eu gostaria aqui, objetivamente, da bibliografia da diferença entre esses dois termos, por favor.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Será fornecida. O que nós colocamos aqui em questão é a definição... Eu queria saber como vou conduzir a discussão, porque eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Eu tinha uma apresentação para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu gostaria que V. Exª a fizesse, porque a gente decidiu aqui 15 minutos, e já foram 12 minutos e meio. Nós vamos ampliar o tempo.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Temos materiais, inclusive para responder à Senadora Kátia Abreu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Está bom. Eu pediria, por favor, se me permitissem, que eu terminasse a apresentação porque há coisas bem interessantes. Eu já comecei apresentar aqui, no dia 5 de abril. Apresentamos na Câmara também. Quando você olha um mapa de ambientes daquele mesmo Município, você tem isto daqui citei da última vez que estive

aqui. O agronegócio e as ONGs fizeram uma associação para estudar quanto valem os serviços ambientais das áreas de proteção das suas propriedades para as cidades – US$37 bilhões por ano. As áreas privadas nas propriedades privadas, as áreas de conservação no Estado da Georgia produzem esse valor de serviços para as cidades e não são remuneradas por isso. Então, essa é uma questão que também analisamos e que tem muitas coisas.

Vou falar um pouquinho do que é... Vamos saber o que tem embaixo da terra, digamos assim, embaixo das árvores. Essas tecnologias são realmente revolucionárias, estão começando a ser usadas no mundo. Nós começamos aqui, pioneiramente, nos anos 70, dentro ainda do governo militar, com o Projeto Radam, que nos deu grande conhecimento sobre a região amazônica, que não tínhamos na época. Agora, estamos chegando a um ponto em que você entra no Google Earth e vê mapas, em centímetros, da superfície lunar ou da superfície de Marte. Nós temos muita informação da Terra, mas, em alguns casos, menos do que deveríamos ter. Por exemplo, neste caso, nós temos o problema de ver através das nuvens. Existe essa tecnologia de radar chamada banda P, que atravessa as nuvens, com a qual você pode ver a superfície.

Normalmente, o radar emite um sinal que bate na superfície e volta. E se olhar aqui, você vai ver a topografia. Quando eu fizer a minha maquete digital do terreno, ela vai estar com a superfície das árvores ali representada.

Existe agora essa outra tecnologia que atravessa a copa das árvores e que tem duas formas mais usadas normalmente. Com ela você vê a superfície do solo. Isso é muito importante para poder derivar a hidrologia e a hidrografia e saber as propriedades do solo.

Aqui vocês estão vendo uma imagem de um platô grande, com floresta ali no topo. Não sei se dá para ver. Tem como apagar as luzes? Não. Vocês estão conseguindo ver ali? Melhorou. Com esse aqui, banda X, você vê a superfície da superfície, e com esse aqui você vê o solo. Tirou a floresta, estão vendo? Não desmatei, não, é só o dado do radar.

Essa informação aqui que nós usamos para tirar várias camadas de outras informações, por exemplo, biomassa, para saber qual a densidade de vegetação que há naquela região, além de ver onde estão os ribeirões, os rios, igarapés, etc, que estão por baixo da floresta, às vezes, ou da vegetação. Você pode saber o que tem ali. Você pode fazer monitoramento, por exemplo, de crescimento de cultura agrícola. Têm infinitas aplicações essas tecnologias. E você gera um produto que é...

Isso aí não é simplesmente uma foto, é uma imagem que tem uma informação de densidade de biomassa. Quando se geram esses produtos, nós temos essa maquete digital do terreno e podemos aplicar algoritmos matemáticos e extrair dali informações objetivas sobre propriedades dos terrenos, as declividades, como mostrei no início, rapidamente, a profundidade do lençol freático, e com isso definir os terrenos e suas potencialidades, fragilidades e riscos.

Eu já mostrei isso aqui e vou mostrar de novo. A gente pega, então, aquela maquete digital do terreno que vocês viram, a gente a processa e a normaliza de acordo com a drenagem, para poder fazer as medidas de distância local da drenagem. Quando a gente faz uma cessão transversal, vocês veem que lá embaixo está o igarapé. Vocês conseguem ver lá? Está o igarapé aqui e em volta estão os terrenos brejosos. Depois há uma área de transição, as encostas e os platôs em cima. Isso aí é clássico. Aqui embaixo está o lençol freático, que estamos vendo, tem o terreno drenado. Esse aqui permite produzirmos esse tipo de mapa. E esse mapa, como mostrei para São José dos Campos, identifica onde estão os terrenos frágeis, onde estão os terrenos com potencial, onde estão os terrenos seguros. E nós estamos colocando isso em termos de protótipo.

Eu vou mostrar para vocês daqui a um segundo, e está terminando já a minha apresentação. Ele permite a universalização do conhecimento sobre os terrenos, com potenciais, fragilidades e risco. Permite a democratização do acesso e elimina os conflitos, porque, no momento em que você tem esses mapas disponíveis na Internet, o proprietário rural pode ir lá, olhar e falar "Qual é a área da minha propriedade?" – até falei isso, da última vez em que estive aqui –, mas isso está tirando o emprego daquele cara da forquilha, que vai achar onde está a água para furar o poço, porque agora se tem condição de ver onde estão os territórios.

Deixe-me mostrar aqui para vocês alguns exemplos do Google Worse. Vou pegar, por exemplo, aqui, no Sudeste, a região de Ribeirão Preto. Vamos dar um *zoom* lá. Esse aqui é o Google Worse: não sei se os senhores conhecem, é uma base de imagem de satélite disponível na Internet, em que se pode navegar. Quando você vai à casa de alguém, pode olhar pelo Google Worse, para saber como chegar lá, que rua tomar, etc.

E o que se vê aqui? Essa é a imagem de satélite. Você está vendo lá o terreno. Você vê que há um resto de vegetação ali, nos rios, nos igarapés e tal, mas não sabe dizer, quantitativa e objetivamente, onde estão os terrenos. Quando você coloca o mapa em cima, vê exatamente onde estão os terrenos.

Então, eu queria só terminar com o último eslaide, para seguir na sequência também, que é este – o Celso vai falar agora. Este eslaide aqui é uma matéria que saiu na National Geografic, Nossa Boa Terra, uma região de Wisconsin, que, no Dust Bowl dos anos 30, tinha muita erosão, muitos problemas, e hoje ela é uma região que tem esse aspecto. O meu sonho – sou agrônomo – é que um dia tenhamos em todo o País essas paisagens.

Vivo no Vale de Paraíba, uma região antiga, desde o tempo do café, e a quantidade de terra degradada naquela região... Estive agora, recentemente, no Alagoas, também, e vi muita região degradada. Quem anda pelo Brasil sabe que a gente pode melhorar nesse aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – MS) – Agradeço ao Professor Antônio Donato Nobre.

Já chegaram a esta Comissão os nossos próximos palestrantes, Dr. Celso Manzatto, da Embrapa, e Dr. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Convido o Dr. Celso Manzatto para a próxima apresentação.

Quero agradecer a presença do Celso Manzatto e dar um esclarecimento. Nós tivemos aqui a presença, no início deste semestre, do Presidente da Embrapa, Pedro Arrais, trazendo a manifestação oficial da instituição.

O pesquisador Dr. Celso Manzatto está aqui na condição de membro do grupo formado pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.

Com a palavra – é uma alegria tê-lo aqui –, o Dr. Celso Manzatto.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu só não compreendi: o senhor disse que o Presidente da Embrapa já trouxe a posição da Embrapa sobre o Código ou trará? Desculpe-me, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ele esteve aqui na primeira audiência...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E trouxe a posição da Embrapa?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... e trouxe naquela ocasião, o que não impede que o Presidente da Embrapa volte aqui, como outros já estão voltando, para apresentar suas opiniões sobre o substitutivo, sobre o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, que propõe a reforma do Código Florestal.

Nós estamos abertos a qualquer sugestão de qualquer Senador ou Senadora que queira sugerir nomes para participar das nossas audiências públicas.

Com a palavra, o Dr. Celso Manzatto. Prazer em revê-lo, Dr. Celso.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Bom-dia. Gostaria de agradecer o convite de estar aqui, nesta Comissão, de agradecer o convite da SBPC. Nós, da Embrapa, como um braço tecnológico da agricultura, não poderíamos furtar-nos a dar contribuições à ciência, numa discussão extremamente relevante, importante para o nosso País, como é a questão da revisão do Código Florestal.

Gostaria também de agradecer ao Senador Rollemberg o convite pessoal. Eu não podia vir aqui, mas ele fez questão que viéssemos aqui falar um pouquinho sobre nossa a agricultura nessa questão da revisão do Código Florestal.

A primeira questão que eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores é de que, nessa discussão do Código Florestal, nós estamos, na verdade, fazendo uma grande discussão sobre o uso e ocupação do nosso território. Ao longo dos anos, por motivos diversos, a agricultura no nosso País se expandiu por motivos históricos e depois, mais recentemente, graças ao empreendedorismo e à tecnologia gerada no sistema nacional de pesquisa agrícola, nós temos hoje uma potência agrícola do mundo emergente com a nossa agricultura tropical e, ao mesmo tempo também, uma potência ambiental, dado que nós ocupamos ainda parte apenas do nosso território e, Senadores, vejam, nós temos aí algumas estimativas. E é bom – conversei bastante com o Senador Rollemberg sobre isso – que são muitas as estimativas que temos sobre território, infelizmente, como o Prof. Donato falou, temos poucas informações em escalas compatíveis para processo de tomar decisão, por exemplo, como essas questões relacionadas ao Código Florestal. Qual o estoque disponível de terras no País? Qual o impacto de uma mudança mais ou menos rígida do ponto de vista ambiental? Qual o reflexo disso no território?

Vimos aí estimativas as mais diversas aparecerem, mas gostaria de ressaltar, Senadores, são estimativas. Estimativas, num País continental como o nosso, têm uma margem de incerteza muito grande. Por quê? Alguns errinhos de uma casinha podem dar um estoque de carbono maior ou menor, um potencial agrícola maior ou menor. Mas é importante dizer o seguinte: nós hoje temos mais provavelmente, dependendo da base de dados, mais de 60% do nosso território já ocupados por algum tipo de uso, algum tipo de destinação, quer seja agrícola, quer seja unidade de conservação, mas entre 50% e 60%, depende da

estimativa, Senador. Por exemplo, se a gente olhar a base de dados do INCRA, tem pouco mais de 500 milhões de hectares de área de imóveis rurais. A gente tem que olhar isso com certo critério. Mas esse talvez seja o ponto que eu gostaria de reforçar com vocês, a necessidade de o nosso País investir para qualificar o seu território. Quais são os tipos de vegetação nos diversos biomas. Isso tem implicação direta em temas relacionados, por exemplo, à questão do Código Florestal, que é a questão de estoque de carbono, a questão do potencial agrícola e a questão, inclusive, de dizer nos fóruns nacionais e internacionais que temos, sim, estoques de terras disponíveis para expansão futura da nossa agricultura e precisamos qualificá-las, porque inclusive queremos ocupá-las. Isso, por exemplo, Estados Unidos e outros países já fizeram há muito mais tempo. Os Estados Unidos, por exemplo, têm formação de solos na escala um para vinte e cinco mil. Nós sequer temos um milhão. Então, as bases de informações são muito diversas.

Estou vendo aqui o Senador Blairo. Lá no Mato Grosso há um esforço muito grande, talvez um dos poucos Estados que têm uma base de dados tão qualificada por ocasião do zoneamento.

(Próximo, por favor.)

Eu gostaria de chamar aqui a atenção. São dados históricos do censo agropecuário brasileiro, desde 1920 – são grandes números. É interessante no nosso País que, ao longo desses últimos anos, décadas, a evolução dos principais usos. A gente vê que a questão das pastagens, em azul, já tem algum tempo. Ela vai crescendo. Todas elas têm uma tendência de expansão. Embora tenhamos no País um processo acelerado de tecnificação, como mostra a curva de baixo, ou seja, a população ativa no meio rural tende a decrescer ao longo do tempo pelo processo de tecnificação, nós temos tendências, em maior ou menor grau, que são aquelas linhazinhas ali, de crescimento das principais formas de uso no País.

Então, chamo novamente a atenção de que é necessário que tenhamos uma política que minimamente dê indicadores, vamos dizer assim, grandes indicações sobre o uso e ocupação do que nos resta ainda do território, e, principalmente, como a gente observa na agricultura, também sobre a reorganização do espaço produtivo.

O caso da cana-de-açúcar é mais recente e dá bem essa questão, ou seja, de onde nós vamos expandir cana-de-açúcar, como é que isso vai ser expandido sem afetar, de forma significativa, outros usos, outros tipos de produção agrícola no nosso País.

(Próximo, por favor.)

Aí, quando a gente olha aqueles números relativizados, em termos médios, da nossa propriedade rural, a gente observa que, ao longo da história do Brasil, as áreas de pastagens se mantêm oscilando entre 45 e 50%, em torno disso, em relação à área média dos imóveis.

É lógico que não é isso tudo em qualquer uma das propriedades, mas de forma geral.

As matas, dentro das áreas dos imóveis rurais, também têm uma tendência de estabilização em torno de 30%, e isso, é lógico, é no País todo, então, há diferenças de 20, 30, 80%, por exemplo, em relação à questão da reserva legal. Mas o que mostra isso, porque a parte de baixo é em relação às lavouras, é que há um crescente, quer dizer, elas estão sempre crescendo, há uma expansão – graças a Deus, a nossa produção agrícola aumenta –, e as áreas de pastagem se mantêm, o que significa dizer, então, que as áreas de pastagem são, tradicionalmente, aquelas terras que fornecem áreas, logo depois da supressão da mata, para as áreas de produção de lavouras.

Aqui, o lado de baixo mostra que, por exemplo, no início do século, a gente precisava de 2,8 hectares para ter uma cabeça e, agora, a gente precisa de menos, embora haja espaço enorme para isso.

Então, uma das grandes questões que já estão elencadas aí é o esforço, hoje, do Governo brasileiro da intensificação dessas áreas de produção de pastagem como forma de liberar, aumentar e garantir a produção futura de alimentos, fibras e energia – não vamos esquecer a cana-de-açúcar e outras atividades – para esse fim, sem que, necessariamente, a gente necessite expandir a área de uso agrícola do nosso País, isso dentro de uma nova conjuntura de oportunidades de negócios que se aparenta, embora de forma inicial, em relação à economia verde.

Nós temos, então, de pensar nesse ativo que nós temos, sob o ponto de vista ambiental, dentro de uma perspectiva também econômica de uso, e dentro, lógico, de uma competição em nível de mercados internacionais, que, cada vez, os nossos produtos agrícolas sofrem no exterior.

(Próximo, por favor.)

Então, esse é um exemplo de agricultura tropical de sucesso. Esses gráficos, sempre mostrados, são do nosso colega Eliseu Resende, tem outros do Dr. Contini. Mostram, então, a evolução da produção e produtividade de grãos do nosso País, dos principais grãos, que cresceram 270%, enquanto a área, 45%, ou seja, dá uma dimensão de que a nossa agricultura, além de extremamente competitiva, também é poupadora de recursos naturais, na medida em que

necessitou de menos áreas para expandir do que se tivesse mantido a sua produtividade. E olhem que nós tivemos períodos de grande produtividade, com média de 4,5%, que são números fantásticos, que causam inveja a qualquer outro setor da economia brasileira.

Então, esse é o modelo que se persegue e esse é o modelo que a gente está olhando para o futuro, com estimativas do próprio Ministério da Agricultura, que dão conta de que a agricultura brasileira ainda vai continuar ganhando produtividade e aumentando a produção via produtividade. Mas vejam que esse é um grande desafio, porque nossa produtividade média já é bastante elevada. Então, o desafio da pesquisa, o desafio dos agricultores, hoje, é maior do que foi no passado, ou seja, sair de uma baixa produção para uma produtividade média, razoável é uma coisa, agora, sair de uma produtividade média para uma alta produtividade, Senador, não é coisa fácil, não é?

Aí, implica o quê? Um investimento, que o Governo vai ter de fazer, muito forte, na nossa agropecuária.

(Próximo, por favor.)

Por outro lado, todo esse esforço de ganho de produtividade – todo ou parte desse esforço de ganho de produtividade – na agropecuária brasileira resultou numa forte transferência dessa renda para outros setores da sociedade, que não propriamente, e principalmente, os nossos agricultores na área primária. Essa é uma questão extremamente importante.

Então, vem aqui um estudo da Esalq, recente, do ano passado, mostrando que há um aumento da produção e, consequentemente, da diminuição de preço, ciclos de preços na agricultura, transferiram para a sociedade como um todo algo como R$837 bilhões, no período 1995/2008. E apenas um segmento... Aí está envolvido o segmento primário, a distribuição a agroindústria e insumos. Apenas insumos teve, em alguns períodos, um ganho positivo da ordem de R$90 bilhões, o que significa dizer para vocês que nós temos que pensar, dentro dessa reformulação da questão do Código Florestal, que custos adicionais de produção para o nosso agricultor é um fardo pesado, já que grande parte da sua produtividade não foi repassada. Então, a sociedade tem, vamos dizer, uma dívida com a agricultura e principalmente com os agricultores brasileiros, dado que temos hoje mantido uma oferta segura de alimentos para todos nós brasileiros e também para exportação e para a balança comercial, além de termos, ainda, estabilidade nos preços agrícolas, o que é extremamente importante para qualquer governo e para qualquer sociedade contemporânea.

Vamos lembrar que, em 2008, houve problema de abastecimento no mundo, e nós passamos, de certa forma, incólumes nisso. Então, do ponto de vista da agricultura e da segurança alimentar, temos sim que ter um pensamento e um cuidado redobrado quando vamos trabalhar com políticas que se rebatem no território e que possam, de alguma forma, fazer uma reconfiguração desse espaço produtivo.

(Próximo, por favor.)

E nós temos dado sim exemplos, não é? Eu acho que temos inclusive que valorizar mais as tecnologias em uso na nossa agricultura tropical. Temos problemas? Sim, temos problemas. Mas temos, na verdade, muito mais soluções e muito mais preocupações, do ponto de vista da sustentabilidade da produção na agropecuária brasileira, do que outros países.

Um exemplo apenas, desse que é o nosso principal vilão, que é a erosão. A erosão dos solos no Brasil, um país tropical de chuvas intensas, é sempre o principal impacto decorrente da agricultura. E aí as consequências que pode ocasionar, os senhores estão vendo uma. A primeira e mais importante é perder esse patrimônio natural de todos os brasileiros, que é o solo, ou seja, a base de sustentação da produção, e, consequentemente, a erosão, contaminando riachos, podendo carrear alguns fertilizantes e mesmo defensivos, e contaminando outro bem precioso para nós, que é a água. Então, solo e água têm que andar juntos. São duas coisas indissociáveis na agropecuária, e há um cuidado redobrado que nós temos.

Nosso País, de forma geral, possui solos com suscetibilidade de média a alta erosão. Está aqui um mapinha mostrando. E mostrando, aqui em baixo, um trabalho recente também, lá do Rio Grande do Sul. São casos médios. Aqui, a adoção de plantio direto, que, por exemplo, diminuiu a carga de sedimentos nos principais rios, mantendo, mais ou menos, se tivéssemos uma pastagem de boa formação e cobertura do terreno. Então, esse agricultor, que, além de preservar e usar adequadamente seus recursos naturais, solo e água, ainda assim, está ajudando a sequestar carbono, da ordem de 500 quilogramas por hectare. Então, esse sujeito, que é um guardião dos recursos naturais, tem que, de alguma forma, ser retribuído pela sociedade, porque, além de manter segurança alimentar, além de transferir renda para a sociedade, ainda sequestra carbono e produz água.

E aí então nós começamos a falar de outra questão, que é a questão dos serviços ambientais na agricultura, que deve entrar, Srs. Senadores, na discussão em relação ao Código, e em que podemos ajudar nosso agricultor na adoção dessas tecnologias.

(Próximo, por favor.)

E está aí uma alternativa, que é a agricultura de baixo carbono, um programa já estabelecido pelo Governo Federal. O Ministro da Agricultura lançou o Plano Safra, em Ribeirão Preto, com todo um esforço adicional em relação à agricultura de baixo carbono. E eu gostaria, nessa questão, de chamar a atenção, então, Srs. Senadores: nesse estudo que foi encomendado pelo Banco Mundial, de que participaram diversos cientistas do Brasil e do exterior, inclusive da própria Embrapa, eles fizeram uma modelagem que dá mais ou menos o número que precisamos discutir. São 17 milhões de hectares e um cenário tendencial de ganho de produção e produtividade mantendo os níveis atuais.

Coloquei esse gráfico aqui embaixo, para chamar a atenção para o seguinte: nós precisamos claramente inflexionar mais essa curva de pastagem, como estratégia de ganho de produção, alimento, energia e fibras, sem que se impacte de forma mais contundente a questão das matas, podendo ter inclusive áreas para fazer a recomposição de eventuais passivos ambientais.

Então, eu estava falando de 17 bilhões e, num cenário absoluto, inclusive com resgate do passivo do atual Código Florestal, do ponto de vista de reserva legal, nós estaríamos falando aí de uma reorganização de 70 milhões de hectares, uma demanda de 70 milhões. E as projeções? Baseado em ganho de produção e produtividade, nós poderíamos então promover a recuperação dessas áreas, estimular sistemas produtivos, envolvendo, por exemplo, a questão de confinamento e a questão de sistema lavoura/pecuária/floresta, abatendo aquele passivo sem necessariamente suprimir novas áreas para produção.

Evidentemente, esse é um plano que demanda uma quantidade de recursos de que talvez o País não disponha no momento para realizar, porque estamos falando de um reordenamento da produção agrícola no País, com todas as implicações que pode haver do ponto de vista de infraestrutura, de logística, e mesmo de indução de políticas públicas para que isso ocorra. Mas é uma saída a se pensar num futuro próximo, dado que os mercados e as oportunidades de negócio dentro de uma visão de futuro de economia verde possam fomentar essa questão.

E aí voltamos, Senadores, àquela questão inicial da renda na agricultura, não é? Quer dizer, adotar tecnologia tem custo; tem custos adicionais. Então, dependendo da situação, é mais barato até, em alguns biomas, em algumas situações, o agricultor fazer a supressão da vegetação nativa, que é um direito do uso desse território, mas temos então de ter essa consciência de uma forma mais integrada.

(Próximo, por favor.)

E aí volto à questão original; ou seja, o nosso País terá de fazer, sim, um esforço além da questão da revisão do Código Florestal, que todos concordam que é absolutamente necessária, mas vamos ter de fazer um esforço também de ordenamento do território. E nós temos instrumentos para isso – mostrou o Professor Leonardo algumas ferramentas.

Por exemplo, fizemos aqui a questão do zoneamento da cana-de-açúcar, apenas com políticas de indução, porque o projeto de lei ainda não foi votado no Congresso. E foi possível, então, dar grandes diretrizes para o setor sucroalcooleiro, para que essa expansão da produção de etanol, um exemplo para o mundo, possa ser realizada sem pressionar a Amazônia, sem pressionar a questão do Pantanal e sem que isso implique a competição por terras entre a produção de alimentos e produção de energia.

Então, instrumentos, competências, instituições estão à disposição do Governo. Basta que a gente, de fato, tenha uma prioridade – e acredito sinceramente que a Presidenta Dilma... Que nós possamos fazer um esforço, porém ressaltando... Tenho discutido aqui com o Senador Rollemberg a necessidade que temos então de investir na qualificação do nosso território, ter informações disponíveis, para que a gente possa fazer isso de uma forma consistente e, de fato, com dados e informações concretas sobre o território.

(Próximo, por favor.)

Aí, nós vemos esta questão: o que nós vamos fazer aqui? É a discussão, a grande questão democrática de discussão do Código Florestal – o que nós vamos fazer? O que nós, instituições como Embrapa, nos dispomos a fazer?

Nós trabalhamos para gerar tecnologia, o que chamamos de área de uso alternativo ou área agrícola, para as áreas de APP, para as áreas de reserva legal, inclusive com possibilidades econômicas. Agora, a confirmação disso também depende de que tenhamos um olhar um pouco mais macro, de que esses serviços em especial de regulação vão jogar num futuro muito próximo. Estamos falando num momento de mudança de clima. A regulação do clima, a regulação da precipitação, a regulação de temperatura, os impactos que essas mudanças climáticas terão, por exemplo, na incidência de novas pragas e doenças, como estamos vendo, na questão da reconfiguração climática e das áreas de produção.

É necessário que tenhamos uma visão territorial para que não afetemos significativamente esse serviço, para que ele não se torne um complicador no futuro da própria sustentabilidade da agricultura brasileira. É isso que estamos trabalhando hoje na Embrapa, com

visão de futuro, em relação às mudanças climáticas, e o que isso irá implicar na agricultura brasileira. Por exemplo, em relação ao bioma amazônico, até onde podemos utilizá-lo sem que implique necessariamente uma questão adicional do ponto de vista da regulação e da precipitação das regiões do centro-sul do Brasil. Como podemos ocupar uma bacia hidrográfica sem afetar significativamente a regulação da produção de água com qualidade e com quantidade. São esses os desafios. São desafios porque não temos as informações ainda.

(Próximo, por favor.)

Este talvez seja o nosso grande desafio: a pegada hídrica. Temos aquífero do guarani, aquífero do bauru, mas estamos falando de água que infiltrou no solo, às vezes, há milhões e milhões de anos e que estamos explorando quando estamos fazendo um poçozinho aqui. Nós precisamos pensar em algumas áreas importantes que temos no País, onde tenha recarga desses aquíferos, aqui representados de forma bastante esquemática. Nós temos e nós sabemos quais são as áreas sensíveis que temos de olhar de modo territorial não apenas florestal, para que essas funções hídricas não se percam e, no futuro próximo, não tenhamos problemas no abastecimento hídrico para as populações urbanas.

(Próximo, por favor.)

Esta é a questão dos senhores: como podemos, dentro do Código, de uma forma indutiva ou restritiva – aí a decisão é em relação à legislação –, induzir essas faixas e áreas importantes que temos no território e que isso seja um reconhecimento da sociedade que possa, de alguma forma, recompensar nosso agricultor guardião de recursos naturais. Essa é a estratégia da cenoura ao invés do chicotinho, ou seja, como podemos fazer para que nosso agricultor, de fato, perceba essa realidade, que ele já percebe, mas que ele possa, de uma forma satisfatória, preservar e produzir alimentos em nosso País.

(Próximo, por favor.)

Este é apenas um exemplo. Temos que ver que nossa própria agricultura necessita dessas áreas de cobertura nativa dentro da própria paisagem. Então, paisagens sustentáveis, minimamente planejadas, aquelas áreas que de fato não têm potencial agrícola, aquelas terras que não têm potencial agrícola, que deveriam ser preservadas. E temos "n" exemplos no País dessas regiões onde, na história de ocupação do Brasil, por exemplo o ciclo do café, tivemos ocupação e essas áreas são degradadas, que poderiam ser hoje um vetor de reflorestamento ou um vetor de desenvolvimento econômico de áreas, inclusive, que estão com problemas de desenvolvimento econômico. E a própria agricultura se beneficia disso. As pragas e as doenças e os polinizadores nos preocupam em cenários de mudança de clima.

Então, senhores, essa foi, de uma forma bastante breve, a mensagem que quis trazer aqui para auxiliá-los neste processo de discussão e de tomada de decisão sobre a revisão do nosso Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é quem agradecemos, Dr. Celso, pela sua exposição que traz elementos importantes para conhecimento desta Comissão.

Convido, na sequência, o Dr. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Quero dar uma explicação às Srªs e aos Srs. Senadores. Quando aprovamos esta audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, foi para convidar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências, as duas instituições, que nos solicitaram a indicação de algumas pessoas para que cada um dos pesquisadores abordassem determinados temas. Então, concordamos com isso, em função de que o nosso objetivo aqui é recolher o máximo de informações.

Nós temos dois palestrantes ainda: o Dr. Ricardo Rodrigues e o Dr. Elíbio Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências.

Em seguida, vamos abrir para as intervenções dos Senadores, como anunciamos aqui na última reunião conjunta, pela ordem de chegada, começando pela nobre Senadora Ana Amélia.

Convido, então, o Dr. Ricardo Rodrigues, da Esalq.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Bom-dia a todos. Bom-dia ao Senador Rollemberg. Bom-dia aos demais Senadores.

Eu vou aqui tentar contribuir, então, com esta discussão que estamos fazendo desde julho do ano passado sobre o Código Florestal, dentro do grupo da SBPC, no qual um dos produtos é o livro recentemente produzido.

Vou reforçar algumas questões já levantadas pelo Donato e pelo Celso. Nós da Academia consideramos, efetivamente, que o Código Florestal de 1965 precisa ser atualizado, deve ser atualizado, já que se baseia no conhecimento de 1965. Mas não consideramos que isso efetivamente foi feito da forma como deveria ser feita no substitutivo. Então, vou mostrar alguns aspectos disso.

(Próximo, por favor.)

Uma das questões em que temos batido muito, uma das pessoas do grupo é o Prof. Carlos Joly, que está aqui também, o coordenador do Programa Biota da Fapesp e hoje está no Ministério do Meio Ambiente. A gente tem a clareza da importância das Áreas de Preservação Permanente e da reserva legal para a conservação da biodiversidade remanescente na paisagem.

(Próximo, por favor.)

Nisso, o Brasil, no *ranking* dos 17 países de maior biodiversidade, é o B1, é o principal em termos de biodiversidade, nos chamados países megadiversos.

(Próximo, por favor.)

E uma questão que é muito clara: essa diversidade não está nas Unidades de Conservação. Nós não conseguimos, nas Unidades de Conservação, conservar toda a biodiversidade remanescente. Ela está, sim, na propriedade privada. Então, temos de ter instrumentos legais efetivos para a conservação dessa biodiversidade remanescente, dentro desse planejamento da paisagem que o Celso comentou.

(Próximo, por favor.)

Isto são alguns números: anfíbios, 870 espécies; aves, 1.820 espécies; mamíferos, 650 espécies, e assim por diante; plantas, 55 mil espécies.

(Próximo, por favor.)

A questão das Áreas de Preservação Permanente é muito clara na ciência, a importância dessas áreas por tudo o que já foi comentado, pela questão de controle de erosão e de assoreamento, pela questão de proteção dos recursos naturais.

(Próximo, por favor.)

Se consideramos como áreas insubstituíveis, há uma questão que não está nem no Código de 1965 e também não está muito clara no substitutivo, que é o papel dessas Áreas de Preservação Permanente como corredores biológicos. Então, na paisagem, ela é um grande integrador da paisagem, podendo interligar toda a paisagem, os fragmentos remanescentes, o que é fundamental para a manutenção da biodiversidade.

(Próximo, por favor.)

Isto já está demonstrado em vários trabalhos científicos, o papel das matas ciliares como corredor ecológico para a fauna, para a grande fauna, para as aves. Isso já está extremamente investigado em termos de ciência.

(Próximo, por favor.)

Logicamente, a efetividade do corredor depende da largura, da qualidade desse *habitat* e da conectividade. Com isso, teremos a efetividade. Então, é isto que tem sido debatido: um corredor de 7,5 metros ou um corredor de 15 metros não vai fazer o papel. Nós estamos discutindo como conseguimos com corredores de 30, considerando 60, fazer efetivamente esse papel, mas todos os dados apontam que isso seria a metragem mínima para um corredor, considerando um corredor ripário para esse papel de corredor ecológico.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma situação de aparência, uma APP, plantada com cana-de-açúcar, em São Paulo, em 1986.

(Próximo, por favor.)

E, hoje, nós temos tecnologia. Essa mesma APP, já restaurada, numa foto de dez anos depois. Temos, hoje, tecnologia para uma restauração dessas APPs e também da reserva legal com alta diversidade e com sustentabilidade, com a qual elas vão se perpetuar no tempo.

(Próximo, por favor.)

Sobre a reserva legal, temos clareza da importância desse instrumento. Ela se refere a um ecossistema distinto do ecossistema ripário. Isso é importante a gente entender. Quando falamos dessas coisas serem juntadas, estamos juntando coisas muito distintas. Então, esses dois instrumentos precisam ser, efetivamente, entendidos como situações separadas. A vegetação que ocorre na condição ribeirinha não é a mesma vegetação que ocorre na situação fora da condição ribeirinha. Então, isso tem uma importância muito grande na paisagem.

(Próximo, por favor.)

Então, essa é a condição desses fragmentos fora da APP.

(Próximo, por favor.)

E a constituição desses fragmentos na paisagem tem um papel importante de grandes e pequenos fragmentos, como trampolins ecológicos exatamente na manutenção dessa biodiversidade. Então, isso está já cientificamente demonstrado em vários trabalhos, o papel desses pequenos fragmentos na conservação dessa biodiversidade remanescente, mesmo daqueles fragmentos de dois, três hectares, mas que, na paisagem, acabam estando interligados, com fragmentos maiores, às vezes até como unidade de conservação.

(Próximo, por favor.)

Isso já foi demonstrado em vários trabalhos, bem demonstrado o papel dos pequenos fragmentos na manutenção de populações de anta.

(Próximo, por favor.)

Isso para a importância do palmito.

(Próximo, por favor.)

Então, toda a redução desse papel dos corredores com as mudanças climáticas. Então, isso é uma modelagem feita por palmito, mostrando a área de ocorrência hoje, como é que ela pode estar em 2100, com aumento de três graus. Isso só vai ser possível – não vamos perder essas espécies – se tivermos os corredores ecológicos, porque a espécie não tem como sair andando e pulando para um outro fragmento que não vai ser extinto com essa redução das áreas, com a possível mudança climática.

(Próximo, por favor.)

Isso tudo está extensamente publicado, traduzido. Esse é o *site* da Biota Neutrópica, que é a revista do Programa Biota, da Fapesp, em que há um número ali, específico, sobre o Código Florestal Brasileiro, que foi discutido.

(Próximo, por favor.)

São vários capítulos tratando desse impacto da mudança do substitutivo nesses grupos da biodiversidade, com peixes, com anfíbios, com répteis, com fauna, com avifauna, com mamíferos, com borboletas, abelhas, uma relação com a produção canavieira sobre a qual vou falar com vocês, com recursos hídricos, com a vegetação de campo rupestre para APP de topo de morro e assim por diante; de pessoas como Aziz Ab'Saber, Tundisi, o próprio Joly e outros autores. Isso está em PDF, disponível nesse *site.*

(Próximo, por favor.)

Considerando a propriedade rural, definida pelo Código de 1965, como tendo área agrícola, área de preservação permanente e reserva legal, são várias as publicações que demonstram, hoje, trabalhando com modelagem de algumas culturas, quando discutimos os 20% de reserva legal, por exemplo, como restritivo, hoje já há várias situações na propriedade que já compõem a reserva legal e que não são usadas para produção agrícola. Por quê? Porque são áreas de baixa aptidão agrícola. Não teria sentido continuar usando ou usá-las, porque acabam sendo áreas abandonadas.

Então, esse é um exercício feito para 612 mil hectares de cana-de-açúcar – representa 10% da cana-de-açúcar –, duas mil propriedades. A APP representa em torno de 10% da propriedade, metade disso está sem florestas e metade com florestas. Temos 5% de fragmentos fora de APP, que comporiam, já, a reserva legal; temos 0,5% daquele corredor ecológico, do qual falamos para vocês. Então, usaríamos 0,5% da paisagem para interligar os fragmentos na APP e temos 8% de áreas que já foram abandonas pela atividade de produção, porque são áreas de baixa aptidão agrícola.

(Próximo, por favor.)

Isso resulta, na verdade, em um déficit para a cana de açúcar, considerando a cana de açúcar como altamente impactante, historicamente, em termos de uso de área agrícola, de 7,5%. E ninguém da academia, ninguém propõe que estes 7,5% sejam em cima de área agrícola de grande aptidão agrícola. É essa a possibilidade que temos de compensação fora da matrícula nessas áreas de menor aptidão agrícola.

Por isso estamos discutindo que o Código Florestal não é um só ambiental. É um Código de planejamento agrícola e ambiental da paisagem.

(Próximo, por favor.)

Dentro dessa perspectiva, fizemos esse estudo para o Estado de São Paulo.

(Próximo, por favor.)

E, reforçando aquilo que eu falei para vocês, São Paulo tem quatro milhões, trezentos e quarenta mil hectares de remanescentes naturais, isso só representa 17% da área do Estado – o que foi já 80 –, e, destes quatro milhões, trezentos e quarenta, só oitocentos e sessenta e quatro mil hectares estão dentro de unidades de conservação. Ou seja, a grande maioria está na propriedade privada. E é essa propriedade privada que faz a conservação da biodiversidade remanescente. Isto para São Paulo e para todos os Estados brasileiros. Então, temos de ter um instrumento para viabilizarmos essa conservação e, logicamente, o Código Florestal é o melhor instrumento para isso.

(Próximo, por favor.)

Isso está publicado. Nessa publicação, em que fizemos o exercício para São Paulo, apresentamos as áreas que poderiam ser compensadas fora da matrícula, fora da propriedade e daqueles 7,5%. Então, indicando na paisagem, por meio desses mecanismos que o Donato falou de sensoriamento, as áreas que são mais propícias para a compensação daqueles 7,5% fora da matrícula.

(Próximo, por favor.)

Esse é o caso. Por exemplo, todas as áreas que estão em vermelho ou em amarelo foram indicadas para a composição de reserva legal, as melhores áreas como RPPN, e a ligação desses fragmentos na paisagem, por meio dos corredores ecológicos e da restauração da APP. Do que estamos falando? De uma usina de cana de açúcar em Ribeirão Preto, Sertãozinho, pode compensar os 7,5% dela que falta de reserva legal aqui na região de Franca, nesse topo aqui, considerando

dentro da mesma bacia hidrográfica ou da mesma unidade de gerenciamento dos recursos hídricos, que foi a proposta desse trabalho.

(Próximo, por favor.)

Isso também está publicado.

(Próximo, por favor.)

Tem uma iniciativa muito interessante do pacto da Mata Atlântica, isso foi recente, há dois anos. É, na verdade, uma junção de todos aqueles que trabalham na Mata Atlântica com restauração, e, pela não efetividade das ações de restauração, foi feito esse pacto da Mata Atlântida, que tem dados bastante interessantes.

(Próximo, por favor.)

Um dos dados que apresenta é esse mapa de áreas potenciais para restauração florestal na Mata Atlântica.

(Próximo, por favor.)

Se a gente olhar esse gráfico, nós concordaríamos com o substitutivo, porque a área da Mata Atlântica está aqui. Quanto tem de vegetação nativa na Mata Atlântica? Quanto que dessa vegetação não está protegida como unidade de conservação e APP? Nós temos 23 milhões de hectares que não estão protegidos como unidade de conservação e APP. E o único instrumento que temos de proteção hoje, legalmente, é a reserva legal. E aí temos o que comporia a reserva legal Estado por Estado. E aí dão números bastante interessantes: o déficit de vegetação nativa para a composição da reserva legal nos Estados. Então, temos Estados como o de Minas Gerais que tem um déficit de 319 mil hectares. Faltam 319 mil hectares para composição da reserva legal em Minas Gerais. No entanto, Santa Catarina tem uma sobra de 835 mil hectares para a composição da reserva legal. Isto soma, no total, para a Mata Atlântica, dois milhões e setecentos mil hectares. Ou seja, com dois milhões e setecentos mil hectares regularíamos ou regularizaríamos todas as propriedades da Mata Atlântica.

Agora, a pergunta que foi feita aqui, e que está discutida no Código Florestal e no substitutivo, é que nós só estamos pensando em florestas para a compensação da reserva legal. Faltam florestas para regularizar a propriedade, no que se refere à reserva legal.

Mas, tudo que o Celso falou, e que foi comentado aqui, historicamente, nós abrimos muitas áreas para agricultura que são consideradas inaptas para a prática agrícola, e que hoje estão abandonadas, ou estão mal utilizadas, ou estão subutilizadas, que poderiam compor essa conta da reserva legal. E foi isso que nós fizemos.

(Próximo, por favor.)

Nós somamos uma conta simples: pegamos pasto na mata atlântica, na declividade de 25 a 45 graus. Quem conhece um pouquinho de área agrícola sabe do que estamos falando; estamos falando de pasto em morro mesmo. Se a vaca bobear, ela rola até lá embaixo. E estamos falando desse pasto por Estado. Olha a quantidade que nós temos na mata atlântica: 6,5 milhões de hectares. Ou seja, três vezes o déficit da reserva legal. E aí é que está a proposta. Nós vamos continuar com esses pastos, que rendem em média R$200,00 por hectare/ano? Isso sendo otimista. Quem trabalha com pecuária sabe disso. Sendo otimista, num pasto como esse, se ganha R$200,00 por hectare ao ano.

(Próximo, por favor.)

É disso que estamos falando.

(Próximo, por favor.)

Ou isso.

(Próximo, por favor.)

Ou isso. Ou isso. Ou isso. Ou isso.

É lógico que o eucalipto está entrando nessa área, porque é a área que tem menor competitividade. Não vai entrar na área de soja, não vai entrar na área de milho, vai entrar na área de maior aptidão florestal e menor aptidão agrícola. Lógico, competindo com pastagem, que rende R$200,00 por hectare/ano.

(Próximo, por favor.)

É essa situação.

(Próximo, por favor.)

É essa situação. Essa foto é de novembro do ano passado. Nós estamos hoje, em 2011, em um Brasil que se considera altamente vocacionado para a produção agrícola, produzindo nesse ambiente.

Somente como um parêntese, esse menino foi me fotografar e quase caiu, porque ele está apoiado na enxada.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma plantação de chuchu na região de Teresópolis, que inclusive não existe mais, porque já escorregou. Essa é a realidade que nós temos hoje na nossa agricultura, nessas regiões marginais.

(Próximo, por favor.)

Fizemos esse desafio na pecuária, em Paragominas. Considerando que hoje a pastagem é o grande desafio nosso, como o Celso comentou, é a maior área da nossa agricultura, que foi aberta para a agricultura, e é a área que tem o menor pacote tecnológico, que

poderia ser ampliado – certamente nós conseguiríamos ampliar toda a nossa agricultura ocupando áreas de pastagem –, fizemos essa experiência em Paragominas como um exercício. Essa é uma propriedade de pecuária em Paragominas.

(Próximo, por favor.)

Paragominas está dentro de uma proposta de município verde, depois de ter sido incluído como município maior desmatador, etc. Saiu da lista e agora está nessa proposta de município verde.

(Próximo, por favor.)

O que criamos em Paragominas é produzir um mapa, esse que o Donato comentou, com todas as regularidades e irregularidades ambientais da propriedade.

(Próximo, por favor.)

Esse mapa gera um mapa das áreas agrícolas que podem ser utilizadas para a agricultura, tirando as APPs e a reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Geramos um mapa daquele que o Donato comentou, das restrições para a produção agrícola, e ao que sobra se aplica um pacote tecnológico para aumento da produtividade da pecuária. Ou seja, nós vamos ter uma pecuária de alta produtividade com uma propriedade regular em termos ambientais.

(Próximo, por favor.)

É disso que estamos falando. Essa é uma propriedade em Paragominas. Aquilo é pasto e isso é pasto.

(Próximo, por favor.)

Na nossa definição, isso vai para a compensação da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Isso é aplicação da tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Essa é outra situação, uma fazenda de pecuária que foi desmatada há menos de dez anos. Olha a situação em que houve o desmatamento. Isso não tem nenhuma aptidão para tecnificar a pecuária. É por isso que nós falamos que pecuária dá uma cabeça por hectare, porque é esse tipo de pasto que estamos usando.

(Próximo, por favor.)

O que nós fazemos? Essa área volta para a composição da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E essa área tecnifica a pecuária, aumentando de uma para três cabeças por hectare, três unidades animal por hectare.

(Próximo, por favor.)

Olha que belíssima fazenda de pecuária, também na região de Paragominas.

(Próximo, por favor.)

Nessa fazenda há uma situação dessas. Foi retirada da área agrícola, revertida para a reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E ali em cima, no plano, a tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma situação em Minas.

Essa é a nossa realidade. Será que é de Código Florestal que estamos falando, ou é de política agrícola? Essa fazenda não tem reserva legal. Olha a situação. Porque foi desmatada e foi incorporada à área de produção.

Aqui, felizmente, não tem casa, porque se tivesse teria escorregado. Então, essa é a nossa realidade. Essa propriedade tem que ter um planejamento agrícola aqui, para tecnificar e ter alta produtividade, e um planejamento ambiental para essas áreas que não têm aptidão agrícola.

(Próximo, por favor.).

Essa é uma propriedade em que já fizemos isso. Olhem que interessante. Com três anos, vizinha daquela.

(Próximo, por favor.)

Essa é a área de complementação da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E aquela, a área de tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Ainda estamos trabalhando nesse projeto de Paragominas, com o enriquecimento da reserva legal. Por quê? A reserva legal permite o enriquecimento. E o que estamos fazendo é plantar nessas matas que foram exploradas historicamente – com a exploração de madeira, com queimadas, etc –, que hoje não são usadas para nada e que são um empecilho naquela propriedade. Nós estamos entrando na área, abrindo trilhas e plantando madeiras de lei nativas, medicinais e frutíferas como uma alternativa de renda para esse agricultor.

(Próximo, por favor.)

Essa é a situação lá, nessa fazenda de pecuária.

(Próximo, por favor.)

Esse é o proprietário dessa soja, que está enriquecendo as florestas.

(Próximo, por favor.)

Isso está publicado também.

Nós temos três modelos de enriquecimento, usando só nativas; quando não há florestas, usando, inclusive, eucaliptos como temporário.

(Próximo, por favor.)

Esse é um exemplo feito na região da Mantiqueira. Esse é o pasto que foi restaurado.

(Próximo, por favor.)

Esse pasto foi restaurado com três princípios: madeira, medicinais, frutíferas e melíferas.

(Próximo, por favor.)

Dentro do conceito de reserva legal, ou seja, temos um pasto degradado, plantamos árvores nativas para explorar. Como é isso? A cada 10 anos exploramos.

(Próximo, por favor.)

E plantamos. É o sistema de produção de espécies nativas e florestais.

(Próximo, por favor.)

E não extrativismo, como estamos acostumados historicamente, no Brasil.

(Próximo, por favor.)

Sobre isso, há uma tese de doutorado feita por uma funcionária da Embrapa, com orientação do Ademar Romeiro, um economista da Unicamp, que mostra dados interessantíssimos. Ela comparou sete ciclos de produção, com laranja, com milho e com essa reserva legal manejada.

Olhem que interessante: laranja, R$1,5 mil por hectare/ano; milho, R$563,00 por hectare/ano, com picos de R$1,5 mil e negativos de R$64,00. E olhem a madeira. Isso aqui é só para madeira em pé. O proprietário, vendendo a madeira em pé, na propriedade, sem nenhuma agregação de valor, saiu de R$188 e chegou a R$470,00 por hectare/ano.

Quatrocentos e setenta reais por hectare/ano é pelo menos duas vezes a média de rendimento da nossa pecuária brasileira. Isso, produzindo-se madeira nativa.

(Próximo, por favor.)

Esse, na reserva legal, vai ter esses R$470,00 por hectare/ano. Então, estamos falando de um agricultor num morro, lá em Minas Gerais. Na reserva legal, ele vai ganhar R$470,00 por hectare/ano, restaurando o pasto dele na reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Se ele restaurar a área agrícola dele, com essa floresta também, em vez de ganhar os R$200,00 por hectare/ano, que está ganhando com aquela pecuária atual, vai ganhar os R$470,00, explorando aquela floresta, e algo em torno de R$300,00 por hectare/ano, usando aquela área para a compensação da reserva legal de uma outra propriedade, naquela bacia, que não tem reserva legal. Então, aqueles 7,5% da cana que está faltando na usina de cana podem ser obtidos exatamente nessa condição, em que a usina de cana vai complementar no sistema de servidão e pagar R$300,00 por hectare/ano a esse agricultor, para ele cumprir o papel dos 7,5% de reserva legal que aquela usina não tem.

(Próximo, por favor.)

Com isso, esse agricultor vai ter R$770,00 por hectare/ano numa área em que ganhava algo em torno de R$200,00 por hectare/ano. Isso não só é uma questão econômica, mas também uma distribuição de renda, etc., porque a usina está pagando a um agricultor, para a compensação de sua reserva legal. Isso está no Código, inclusive, de 1965.

(Próximo, por favor.)

A cadeia produtiva da restauração mostra números interessantíssimos, e não podemos perder isso de vista.

(Próximo, por favor.)

Há um levantamento desse impacto feito. Estamos falando, nessa meta de 15 milhões de hectares até 2050, de US$ 77 bilhões nas próximas quatro décadas; estamos falando de gerar três milhões de postos de trabalho, isso já quantificado; de sequestrar 200 milhões de toneladas de CO2 por ano, num total de dois bilhões de toneladas até 2010, logicamente, contribuindo-se, com isso, com todos os compromissos que foram assumidos pelo Governo Federal, para a questão das metas de emissões.

(Próximo, por favor.)

Do que estamos falando? Estamos falando em treinar essas pessoas para o preparo da área, para a coleta de sementes e para a produção de mudas, para plantio e manutenção dessas mudas.

(Próximo, por favor.)

Há um exemplo, uma história de sucesso interessantíssima, que vocês podem conhecer. Chama-se Cooperativa Cooplantar. Isso já foi criado há três ou quatro

anos em Caraíva, na Bahia – quem não conhece Caraíva, é um lugar maravilhoso. O que essa cooperativa faz é restaurar APP e reserva legal para as empresas florestais Veracel, Suzano e Fíbria. E hoje, depois de quatro anos, a cooperativa é a que traz maior recurso para o Município. É uma cooperativa de restauradores.

Isso tudo está nesse livro do código que a SBPC produziu.

(Próximo, por favor.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Prof. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que também traz informações bastante interessantes para enriquecer o nosso debate.

Agora, passo a palavra ao Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Rodrigo Rollemberg, muito obrigado pelo convite; demais membros da Mesa, Senadores e Senadoras presentes, é importante notar que as apresentações precedentes suportam, é uma conclusão sobre a importância do Código Florestal, que vai muito além de proteção de florestas e de plantio agrícola.

(Próximo, por favor.)

Se olharmos o nosso Planeta, hoje, podemos afirmar que o Código Florestal que estamos propondo e estamos discutindo hoje tem uma profunda implicação nesse cenário, não somente uma implicação para o Brasil, mas uma implicação para o Planeta, inclusive como um exemplo, uma oportunidade que o Brasil está tendo de sair à frente nessa relação do que chamamos da intensificação sustentável da produção de alimentos.

Existe um consenso mundial de que temos, necessariamente, de duplicar ou talvez triplicar a produção de alimentos nos próximos 40 anos. E alguns países vão ser responsáveis, os principais responsáveis por isso. E o Brasil vai ser um deles. Não é uma escolha nossa. É uma escolha logística e uma escolha pela própria economia desenvolvida pelo País ao longo do tempo.

(Próximo, por favor.)

Existe um dilema entre combustíveis fósseis e combustíveis não fósseis.

(Próximo, por favor.)

Esta é uma fotografia do nosso Planeta à noite. Vocês podem ver onde tem energia e onde não tem energia.

Sabemos que combustíveis fósseis fornecem grandes benefícios para a nossa sociedade.

Sabemos também que combustíveis fósseis causam um crescente impacto sobre o meio ambiente. Isso é um paradigma que nós sabemos hoje – temos mecanismos na parte de baixo. Vocês sabem, inclusive o Brasil tem sido protagonista de uma ação muito importante, a possibilidade de termos a cana-de-açúcar como a fonte de carbono mais barata existente no Planeta hoje nos possibilita o desenvolvimento de um combustível sintético, que está sendo produzido na região de São Paulo por duas empresas a partir de uma bactéria, a partir de uma alga. Quer dizer, se nós vislumbrarmos que hoje não existisse mais petróleo disponível, nós podemos produzir biodiesel e gasolina para avião, produzido em uma bactéria. Isso é fabuloso. E o Brasil tem estado envolvido nisso, como eu disse, ele é protagonista. Essas empresas estão fazendo isso aqui, em São Paulo, porque temos uma fonte de carbono muito barata que é a cana-de-açúcar.

Então, isso é exemplo de que esse paradigma, com a utilização do conhecimento e tecnologia, nós podemos solucionar.

(Próximo, por favor.)

Segurança alimentar é um dos principais desafios deste século.

(Próximo, por favor.)

Eu não preciso mostrar, todos vocês sabem que o crescimento populacional nos próximos 30 anos vai ocorrer, principalmente nos países em desenvolvimento; praticamente estável nos países industrializados.

(Próximo, por favor.)

Mas a próxima mostra a vocês os países, ou as regiões do Planeta, incluindo também os Estados Unidos, que vão ser os responsáveis pela duplicação de alimentos.

Agora, falando do Brasil, o nosso agronegócio é responsável por aproximadamente 40% do nosso PIB; gera milhões de empregos, e rende bilhões de dólares de exportação.

Nós temos, hoje, 0,9% de exportação de produtos manufaturados. Em 2030, provavelmente, vai-se elevar para 1,9%. Isso aí é um dado muito forte. Nos próximos 30, 40 anos, nós continuaremos a gerar riqueza para o nosso povo, vindo do agronegócio. Queiramos ou não – é claro que deveremos envidar esforços no sentido de matrizes produtivas de alto valor agregado, que venham certamente desenvolver paralelamente ao agronegócio. Mas não vislumbrem qualquer viabilidade (opção viável do desenvolvimento) para que isso venha a ser substituído, em curto prazo.

Qual a estrutura... É importante, quando a gente fala de agronegócio, ter a estrutura da agropecuária

brasileira – dados do censo agropecuário. Esses dados foram baseados, enquadráveis no Pronaf e não enquadráveis no Pronaf. Eles podem diferir pela definição que você tem de pequeno agricultor ou de médio agricultor. Mas os dados, a numerologia não é tão importante quanto à tendência.

Nós temos aproximadamente 3 milhões de estabelecimentos que envolvem 64% do número total, que produzem cerca de 30% do valor bruto da produção.

Nós temos 1 milhão de estabelecimentos, que correspondem a 30%, que produzem 76%. Nós temos, sim, agricultura moderna, do futuro, disponível, incrementada, em desenvolvimento do Brasil. Mas vocês imaginem se nós conseguirmos somente através de políticas públicas – e nós sabemos da questão dos pequenos agricultores e a falta de acesso, inclusive, de enxadas, animais para arar a terra. Então nós poderíamos transformar e, quem sabe, duplicar a produção por simples inclusão social, dos pequenos agricultores, para que eles passem a produzir até com índices de alta produtividade.

Nós temos instrumentos para isso, e instrumentos antigos, não são instrumentos modernos; e os instrumentos modernos vão permitir muito mais do que isso.

Então, o que vislumbramos no futuro? É uma fusão operacional de tecnologias que envolvem, como falei até agora, rotações de culturas e tecnologias desenvolvidas, até hoje no país, com tecnologias completamente inovadoras, que vêm caminhando para a redução efetiva de emissão de CO^2 em nossa atmosfera. Isso envolve o uso de transgênicos, o uso de biologia sintética, engenharia metabólica, e outras tecnologias disponíveis e que estão em uso no Brasil.

E quem sustenta tudo isso? É a nossa biodiversidade. A biodiversidade... Nós temos vários ecossistemas. E só falando do primeiro: a proteção dos recursos aquíferos. Eles são imperativos para que a nossa agricultura possa ser intensificada, tecnificada, e que nós façamos isso de uma forma sustentável.

(Próximo, por favor.)

Sinceramente aqui... Esta é uma foto da Índia que poderia ser tirada no Brasil também. É aí que vislumbramos a oportunidade de transformar esse segmento, não somente associado à produção e ao ganho de produtividade, mas, sim, talvez ao estabelecimento de uma nova métrica para a agricultura, onde esteja incluída também a porcentagem de criança na escola, em que a educação teria assim um papel muito importante, onde o Código também permearia isso, conhecimento ecológico local, sustentabilidade em termos de pequeno agricultor, utilizando alta tecnologia e produzindo mais com redução de emissão de gás carbônico na atmosfera. Se você vislumbrar que nós não podemos fazer uma reserva legal para um pequeno agricultor porque ele vai morrer de fome, nós não queremos um futuro de pequenos agricultores que estejam envolvidos em subsistência. Se nós dermos a eles ferramentas mínimas que possam duplicar a produtividade, e isso é muito pouco, eles podem ter uma reserva. Então, é só uma quebra de paradigma e uma diferente forma de visão da nova métrica da agricultura, que vai incluir todo um cenário, até o próprio cidadão. Isso é uma verdadeira inclusão social. A isso eu chamaria de inclusão social que está nas nossas mãos e que nós temos oportunidade de viabilizar.

Só enfatizando o que eu disse antes, para completar, nós temos, sim, ciência de que os sistemas agrícolas causam impactos ao meio ambiente, mas nós temos consciência da existência de tecnologias do sistema produtivo que possam minimizar esses impactos ao meio ambiente.

Nós acreditamos que esse cenário de convivência é extremamente harmônico e extremamente desejável e uma opção viável de desenvolvimento para o Brasil.

Isso vai compor o que é a esperança para nós que trabalhamos na área de Ciência: a educação. É a educação das nossas crianças que vai gerar conhecimento e tecnologia e que vai ser responsável por sustentar o nosso planeta.

E como proposta aqui – vocês podem perguntar para que falamos tudo isso – seria viável a Casa estabelecer uma prioridade, Senador Rollemberg e demais Senadores, para que nós próximos seis meses, pudéssemos montar uma força-tarefa dedicada praticamente o dia todo no estabelecimento e na demonstração da potencialidade que essas tecnologias mostradas, que antecederam a minha apresentação, possam subsidiar, então, uma tomada de decisão final da Casa. Mas nós precisamos intensificar a ação do nosso grupo. Nós subsidiamos essa Casa com o livro que não é conclusivo; ele precisa de estudos e, como foi mencionado pela Drª Helena, a dedicação nossa não foi suficiente, nós temos várias outras ocupações, o nosso tempo dedicado não foi suficiente e nós gostaríamos que, se fosse possível, montar uma equipe que estivesse empenhada na efetiva demonstração de ampliação dos subsídios para que os senhores tomem decisão nos próximos meses sobre a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio.

Quero registrar que, de parte desta Comissão de Meio Ambiente, e certamente também da Comissão de Agricultura, temos todo o interesse em conhecer os avanços dos debates da comunidade científica sobre

o tema. Tenho convicção de que esse é o interesse também de todos os Senadores.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença entre nós do Deputado Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura.

E vamos, então, começar a ouvir os nossos Senadores. Quero sugerir...inicialmente tínhamos sugerido um bloco de cinco Senadores depois das perguntas. Como são muitos debatedores, pode ser que isso leve um tempo muito grande. Nós temos 20 Senadores inscritos, alguns já não estão mais aqui. Talvez se a gente repartisse de dez em dez, pudéssemos dar uma melhor produtividade ao nosso trabalho.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Acho que pode ficar bastante longo o debate de dez em dez, mesmo porque vai desocupando também os Senadores para as outras Comissões. Eu acredito que de cinco em cinco, ficariam as respostas mais concisas e mais produtivo para nós, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeita. Acatada a sugestão da vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, por cinco minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, eu queria cumprimentar porque no pedido de informação nós tínhamos recebido o requerimento de que estariam presentes apenas a ABC e a SBPC. Por isso que solicitei, porque havia o representante da Embrapa que aliás foi enriquecedor o debate em torno desse tema e também da Esalq. Foi oportuno o esclarecimento feito por V. Exª, já que os Senadores que integram a Comissão de Agricultura e o Meio Ambiente não receberam, previamente, a informação dessa alteração do requerimento original sobre a audiência pública de hoje.

Prestei muita atenção e queria cumprimentar todos os expositores, porque esse é um tema extremamente relevante.

Eu começaria com uma curiosidade, porque o Dr. Aleixo fez uma referência sobre quem está trabalhando, como foi feito o trabalho no ano passado e citou duas pessoas, um Parlamentar, Ivan Valente, e Toninho da Contag. Queria saber do senhor se o representante, por exemplo, no Congresso dos Produtores Rurais, eventualmente, participou desse debate.

O senhor citou bem a expressão multidisciplinar, que não é um tema exclusivo de ambientalista ou produtores. É um tema muito mais amplo que o nosso Professor Elíbio fala em nova métrica na agricultura que eu acho que é um tema muito adequado. Aí vem a transversalidade, temas econômicos, ambientais, sociais, todos. Por isso que faço a primeira pergunta, porque no tópico da apresentação desse trabalho da ABC e da SBPC entre os especialistas que trabalharam, apenas um tem vínculo com a economia. Não há geógrafos, administradores de empresas, economistas, analistas de mercado. Por ser uma questão multidisciplinar não teria que haver uma consideração desse aspecto, desse viés, da necessidade disso.

O Professor Donato Nobre, falou com muita... Até abrimos o debate sobre os brejos. E ele mostrou uma cena muito bonita que o impressionou, e qualquer um se impressionaria, sobre a erosão combatida em Wisconsin, nos Estados Unidos.

Como o senhor se concentrou muito sobre as questões dos rios, eu perguntaria sobre as questões relacionadas às APPs. Sobre a vinculação hidrológica.

Qual é a razão de não propor imediata cobrança da água pelos comitês de bacias hidrográficas em reversão desses valores para a recomposição dessas áreas e a remuneração dos produtores rurais para a manutenção das mesmas, considerando que isso é possível desde 1997, com a Lei 9.433. A propósito, como o senhor apresentou o caso dos Estados Unidos, queria saber do senhor, na questão específica das APPs, como é o regime, nos Estados Unidos, na Austrália, na Finlândia, na Espanha e na Suécia, em relação a essa matéria.

E ainda nessa questão, o estudo apresentado pelos senhores, tanto da SBPC quanto da ABC menciona as áreas urbanas (pág. 14). Pergunto se as duas entidades concordam com a exclusão da obrigação da reserva legal na área urbanas que propõe o art. 20 do projeto sem qualquer compensação. Qual é o critério, considerando também o que abordou o Professor Elíbio sobre a questão dos combustíveis fósseis na área urbana.

Às folhas 9, tem uma afirmação que parte dos ganhos da produtividade alcançados pelo agronegócio tem sido repassados em benefício de diversos segmentos da sociedade, com a queda de preços relativos do produto agrícola e o aumento da produção. Alguns estudos, como foi mostrado pelo Professor Manzatto de 95 a 2008, o montante repassado foi da ordem de R$837bilhões.

Por outro lado, um trabalho da ESALQ, que foi referendado pela SBPC e pela ABC indica a necessidade de dois PIBs do agronegócio para a recomposição ambiental. O PIB de 2010 foi de R$821bilhões, ou seja, 1 trilhão e 160 bilhões de reais para recomposição de áreas produtivas.

Queria saber, considerando a atual manutenção da política agrícola, como é que as duas entidades estruturaram o cronograma físico-financeiro para que isso ocorra sem problemas de desabastecimento e inflação, até porque o Professor falou muito das necessidades mundiais de comida para o Planeta.

Na página 34 desse trabalho, informa-se que a redução de preço da qual se beneficiou a sociedade, o setor que mais contribuiu foi a pecuária, com uma redução de 54% do preço praticado. Os dados do Cepea/USP demonstraram que a pecuária está com um custo de produção acima do preço pago pelo produto há oito anos. Como é que a SBPC e ABC sugerem liberar 61 milhões de hectares da pecuária se os ganhos do setor não equivalem sequer aos preços de custo? De onde virá o orçamento e qual o cronograma físico-financeiro dessa proposta?

Já na página 36, o trabalho estabelece três medidas para liberação de 61 milhões de hectares: recuperação de áreas degradadas, confinamento de gado, integração lavoura-pecuária. A SBPC e a ABC já fizeram a planilha de custos para informar se haverá ou não aumento do preço da carne e de outros produtos também? Em caso positivo, de quanto seria esse aumento? Qual é o preço a ser praticado pelo mercado para que essas mudanças sejam economicamente viáveis, aí também dentro da lógica do Prof. Elíbio, sobre as necessidades de alimento?

Também na página 11, quanto à afirmação de que "liberados os 61 milhões de hectares para a produção de alimentos, a produção agrícola estaria garantida", eu perguntaria: carne e leite não são considerados como alimentos para a SBPC e a ABC? Também pelo fato de que a cadeia produtiva, especialmente do leite, é a que mais emprega no País.

Então são essas as minhas questões. Só queria também... Aí mais uma provação ao Dr. Aleixo. Ele fez menção ao artigo do Senador Humberto Costa e mencionou também a necessidade de um diálogo sobre a matéria. Na área científica, é fundamental a discordância, ela faz parte do processo. Mas há uma palavra inadequada para quem busca o diálogo: irracionalidade. Não se pode imaginar que 410 pessoas foram irracionais para examinar, acredito que houve o convencimento. Para abrir o diálogo, temos que começar respeitando uma decisão que foi majoritária na Câmara Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo inscrito é o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, nossos convidados desta reunião, desta audiência pública, também as Srªs Senadoras e o Srs. Senadores aqui presentes.

Na realidade, de todos os que falam e a quem eu ouço, sempre fico com uma dúvida no final: o que as pessoas que estão explanando, que estão se posicionando, querem no final? Sinceramente, não consegui ter uma ideia precisa do que a bancada da ciência – se podemos chamar assim – vai deixar nesta reunião, nesta audiência pública de hoje. "Nosso posicionamento é esse", bem claro. Porque, quando falamos em questões do meio ambiente, e ficou bem claro por todos que falaram, que as interações e a forma como você mexe com o segmento, altera outros segmentos. Você tem gente no meio, tem costumes, uma série de coisas que serão alteradas se você exigir um tipo de situação.

A realidade é que também conseguimos perceber hoje, nessa fala, que a questão ambiental está ligada também à questão da infraestrutura. O Dr. Celso colocou bem, e aí quero remeter esse assunto para reflexão, a questão do Estado do Mato Grosso, do qual venho e represento junto com o Senador Pedro Taques, que está nesta reunião. Nós, no Estado de Mato Grosso, ocupamos 7,8% do território para fazer agricultura. E, nesses 7,8%, nós somos o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, temos a segunda maior produção de milho e uma indústria de etanol de 1 bilhão de litros por ano, enfim, e toda atividade agrícola familiar. Estão todos envolvidos nesses 7,8%. E nós conseguimos tirar desses 7,8%, em grãos, 30 milhões de toneladas de lá. Mas nós poderíamos, nesse mesmo espaço, tirar 60 milhões de toneladas de grãos, só que nós não somos competitivos, porque nós não temos um sistema modal que seja compensador e que faça com que os produtores tenham uma opção, por exemplo, de deixar de fazer só soja, na época do verão, e que possam fazer milho. Nós não temos um sistema de armazenagem que permita que as duas safras fiquem regulando no interior, até que o consumidor final precise, no centro-sul do País, ou que tenhamos que mandar essa produção para o exterior, exportando-a.

Então, a questão ambiental que estamos discutindo transpassa muito mais do que só a ciência, a minha vontade, a necessidade do produtor, mas a política que o Brasil precisa colocar para regular tudo isso. Cito como exemplo – não tem ninguém do Amazonas hoje aqui – o Senador João Pedro está aqui, se não fora a presença da Zona Franca de Manaus, naquele território, nós não teríamos hoje, passados já 50 anos de ocupação da Amazônia Legal, 98 ou 92, não sei o número exato, de conservação naquele território. Então, atividades econômicas ligadas com infraestrutura e políticas públicas podem e vão direcionar o que que-

remos do nosso País em termos de área ambiental e de conservação. Mas, uma coisa – e aqui, também, foi discutido e fica claro – assim como nós Senadores estamos buscando um entendimento, temos divergências de pensamentos pontuais, mas todos nós queremos o mesmo caminho, o que embora eu não tenha sentido, como disse no início, uma questão firme e pontual dos senhores nesta Mesa, mas também consigo entender que os senhores querem um entendimento, também querem e estão de acordo que o setor agrícola não pode ser abandonado, ele tem que se adequar ao novo momento, e temos que criar as condições para que isso aconteça.

Então, temos aqui uma tarefa bastante grande a ser realizada. A única coisa que não podemos, pelo menos eu acho que não podemos, aqui é dizer que o tempo é pouco para nós discutirmos a matéria. Talvez seja pouco para discutirmos a matéria. Mas essa matéria vem sendo discutida no Congresso há 11 anos, e o setor produtivo não pode mais ficar esperando, não tem condições de fazer o enfrentamento com aqueles que são os fiscais da lei; e eles devem fiscalizar a lei. Mas, como a lei está desatualizada, se esse é o termo correto, e ela não foi observada, nós precisamos trazê-los à atualidade, e dar paz ao campo para que possamos continuar a produzir, colocar alimento barato na mesa do brasileiro e daqueles para quem exportamos também.

Agora, os *slides* aqui trazidos pelo Dr. Nobre nos levam a uma situação de que realmente temos que refletir, temos ferramentas diferentes, modernas, que podem nos dar uma interpretação diferente do que é o meio ambiente. Mas aí, e foi feita uma proposta aqui, acho que pelo Professor Rech, no final, de adiarmos para discutirmos. Eu digo: não temos condições de fazer isso.

Agora, o que podemos fazer, logo depois de votar, e vencida essa etapa, é criar aqui uma comissão, neste Senado, Senador Rollemberg, para que, ao longo do tempo, dos anos pela frente, possamos discutir. E, ali na frente, a sociedade vai exigir uma nova postura. E quando chegar esse momento, todos os Senadores, aqueles que se interessam pelo assunto e a sociedade, conheçam essas ferramentas. Confesso que já ouvi falar das ferramentas, mas não as conheço. Se, talvez, eu as conhecesse, assim como V. Exª conhece, eu teria uma outra posição nesse momento. Mas nós não podemos, de fato, postergar essa nossa votação, que a sociedade espera, a Câmara fez o trabalho que tinha que ser feito, o Deputado Aldo Rebelo ouviu a sociedade, e o que veio da Câmara, quero crer, é a vontade dos setores produtivos e de boa parte dos ambientalistas, também. Cabe ao Senado aplainar isso e levar à votação: aquilo que for consenso, sai no consenso; o que não for, legitimamente, democraticamente, vai a voto no plenário para decidirmos.

Quero cumprimentar a todos pela participação e dizer que, embora, mais uma vez, eu não tenha conseguido claramente entender a posição, mas contribuiu, e muito, com o nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Nosso próximo inscrito é o Senador Antonio Russo. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer também a presença de todos aqui para colaborar neste assunto tão importante para o País.

Vou fazer algumas considerações rápidas de cada um, se o senhor me permitir, Sr. Presidente.

Primeiro, a Drª Prof. Helena Nader. Sinceramente, apenas citou algumas questões políticas sobre como a ciência pode ajudar. Disso ninguém tem dúvidas, no Brasil, e acho que nem no mundo. Mas disse que o Código Florestal está sendo aprovado às pressas.

Eu quero apenas lembrar à Prof. Helena que nós estamos há 15 anos, desde 1996, quando se editou pela primeira vez a medida provisória que transformou o Código Florestal brasileiro, tentando aprovar uma mudança no Código Florestal. Quinze anos! Desde 1996. E se nós o estamos aprovando às pressas, eu não consigo entender, realmente, qual é o tempo que vocês acham necessário para que cheguemos a um consenso.

Agora, eu devo confessar o erro, talvez dos parlamentares ou da própria instituição de defesa dos produtores, a própria CNA que eu presido, por não ter convidado os cientistas, mas eu acho que vocês poderiam ter tido, nesses 15 anos, a proatividade e participado dos debates.

Nós estamos contando, por todo esse período, com muitos pesquisadores da Embrapa, no sentido de transformar a agricultura brasileira numa das mais formidáveis do Planeta.

Hoje a agricultura brasileira não é a mais eficiente nem a mais produtiva, mas é a que mais cresce no mundo em termos de eficiência e em termos de produtividade. Logo, logo, nós vamos chegar a ser os mais do mundo em eficiência e produtividade.

O Prof. Antônio Aleixo disse que o Código não pode prejudicar a agricultura. Eu só concordo com o termo equivocado. O Código de hoje, o atual, que está em validade, prejudica, sim, a agricultura brasileira,

porque criminaliza 95% dos produtores do País e de toda a produção agropecuária.

E concordo com a Ana Amélia Lemos: o senhor chamou os antropólogos, os socialistas, mas não chamou quem entende de economia. Acho que discutir meio ambiente de forma dissociada não é inteligente para o País, mesmo porque nós estamos tratando do setor mais importante da economia nacional. Então, eu concordo plenamente que todos os setores devem contribuir nesta discussão, porque não é apenas a questão ambiental, a questão econômica ou a exportação ou o emprego ou o PIB; eu acho que é o conjunto de tudo isso é que vai fazer com que o nosso Código possa ficar mais eficiente. Então, a visão não pode ser setorial. Mas, do ponto de vista técnico, pontual, o senhor e a Prof. Helena não fizeram nenhum esclarecimento nesta oportunidade. Tenho certeza de que, em outras oportunidades, poderão fazê-lo, pontuar especificamente o que tem de errado no que estamos tratando.

Prof. Donato Nobre, irmão do Carlos Nobre, que foi presidente do Inpe: as paisagens inteligentes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É seu irmão, não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pesquisador do Inpe.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Ah, sim. É porque eu o conheço bastante.

Paisagens inteligentes. Eu gostaria de convidá-lo para participar na CNA, se o senhor entender que pode ir, para nós lhe apresentarmos o projeto Biomas, que é o maior projeto em parceria com a Embrapa, e que ninguém mencionou conhecer. *(Pausa.)*

Fico feliz pelo seu conhecimento do projeto Biomas, mas o projeto se resume, se restringe às paisagens inteligentes. Nós estamos criando as vitrines tecnológicas, estamos investindo US$20 milhões nesse projeto, junto com a Embrapa, que foi que criou esse projeto. E ele é maravilhoso porque é simples. É justamente unificar toda a pesquisa nacional nas vitrines tecnológicas, uma em cada bioma do País, para que os produtores possam copiar essas técnicas que já estão disponibilizadas pelos cientistas e pesquisadores do País. Então, o projeto Biomas é exatamente o que nós estamos procurando: fazer a coisa certa, usando a tecnologia, usando a ciência, propriedade por propriedade.

Com relação a brejo e várzea, nós vamos deixar para uma outra discussão, se o senhor me permite.

Com relação ao que o Prof. Celso Manzano disse, eu gostaria apenas de lembrar uma continha rápida: se nós analisarmos o Censo Agropecuário desde 1960 até o último, que foi o de 2006, a propriedade privada, que está na mão dos agricultores do País, aumentou em 32%, mas a área de floresta dentro dessas propriedades privadas saiu de 55 milhões de hectares para 94 milhões de hectares! Foi um crescimento de 68%!

Então, eu repito: a propriedade privada, entre altos e baixos, entre aumentos e descidas, teve uma evolução em 32%, e as áreas de floresta, dentro das propriedades, que são reserva legal e APPs, tiveram um crescimento de 68%, o que significa que, na verdade, no próximo Censo Agropecuário, senão modificarmos o Código Florestal, teremos um aumento de floresta dentro das fazendas em torno de mais de 50 milhões de hectares. Então, se algum dia as florestas já se sentiram emparedadas, hoje quem está emparedada é a produção agropecuária, porque, como ele mostrou ali agora há pouco – e os números são idênticos aos que temos, porque, claro, estamos olhando o mesmo que a Embrapa olha, que é o IBGE –, na verdade, temos 329 milhões de hectares na mão dos produtores rurais, mas, se tirarmos os 94 milhões de hectares, na verdade, temos apenas 230 milhões de hectares com arroz, com feijão, com carne. Apenas 27% do País! Se nós somarmos os 94 milhões de hectares de florestas dentro das fazendas com 400 milhões de hectares de terras indígenas, de unidades de conservação municipal ou estadual, de terras devolutas do Incra, de áreas da Aeronáutica, de áreas do Exército, somamos 61% de bioma original, contra 27%. Se é contra ou a favor, não sei.

Então, estamos falando de 62% a 27%! E ainda o Prof. Ricardo Ribeiro dizer que é insuficiente para a preservação da biodiversidade e que o complemento mais importante da preservação dessa biodiversidade está dentro das propriedades privadas?! Já estão, sim, com quase 100 milhões de hectares! Com quase 100 milhões de hectares dentro dos 330 milhões de hectares!

Estamos fazendo a nossa parte! Mas, mais do que isso, é decretar a sentença de morte do Brasil e transformar o Brasil na reserva legal do mundo. E nós, brasileiros – não são os Senadores, não –, não podemos permitir que isso aconteça.

Por que estamos lutando aqui, como fez o Senador Luiz Henrique, quando governador de Santa Catarina? Ele teve a coragem, a hombridade de obedecer a Constituição, o art. 24, e puxou para sua responsabilidade, para os seus deputados, o Código Florestal de Santa Catarina, pela competência concorrente. Ora, matéria de meio ambiente não é exclusividade da União, nem de Senador, nem de Deputado. Em matéria de competência concorrente, a União tem que

legislar sobre as regras gerais, e os Estados, sobre as suas peculiaridades.

E concordo com o que a maioria disse aí: os instrumentos que temos hoje são maravilhosos. Eu concordo plenamente, para que os Estados apliquem as suas peculiaridades por lá. Estamos falando de 850 milhões de hectares. Não estamos falando de 10 milhões de hectares não. É o Brasil inteiro!

Permitir e querer que 513 Deputados e 81 Senadores legislem, esperando mais seis meses, desculpe, professor: seis meses não são suficientes não. Esse código não é definitivo! A ciência não é definitiva. Muito pelo contrário, a ciência refuta hipóteses, e não afirma. Portanto, ela tem um árduo caminho pela frente. Queremos continuar debatendo.

O que nós estamos trabalhando aqui hoje, com desespero total e absoluto, é tirar os agricultores da criminalidade. Que isso fique muito bem compreendido. Nós não queremos aqui discutir reserva legal e APP, o conceito técnico-científico. Isso não cabe a nós. Cabe a nós a responsabilidade de colocar nos eixos o setor mais importante da economia nacional, e estamos dispostos e abertos.

Com relação às várzeas, por exemplo: são 33 milhões de hectares de várzeas neste País; sabem quanto nós estamos usando? Quatro por irrigação! Quatro por cento! Se nós usarmos 20 milhões de hectares dessas várzeas apenas, vamos aumentar a produção de grãos no País em 40%! Sessenta milhões de hectares e não poder usar várzeas?! Eu concordo: há alguns tipos de várzeas que não devem ser usadas, como aquelas argilosas, por exemplo, que são responsáveis pela impermeabilização do solo e que protegem os rios. Mas dizer que, em regra geral, não se pode usar APP em várzea é condenar, Senadora Ana Amélia, o arroz do Rio Grande do Sul, que alimenta 70% do consumo nacional, a zero. O Tocantins tem 2,5 milhões de áreas irrigáveis; assim como o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul. Vários Estados do Brasil têm esse potencial, e nós não vamos entregar, nós não podemos entregar. Agora, a fazer uma análise caso a caso, procurar identificar os erros cometidos, usar todos os instrumentos aqui citados, nós estamos dispostos. O Projeto Biomas é isso! Nós queremos corrigir os erros cometidos.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero lembrar ao Sr. Ricardo, utilizando aqui o que disse o Prof. Elíbio Rech, ou seja, que são 3,3 milhões de produtores, que produzem 20% do PIB – e é um pouco pior do que isso, os meus números são piores –, e que apenas 26% dos agricultores produzem 80% do VBP. Assim, digo ao senhor o seguinte: nós temos dividido a produção em classe A e B, a classe C, e a classe D e E. O senhor sugere que quem está produzindo R$100,00, R$200,00 por hectare poderia ser transformado em reserva legal. Eu quero anunciar aos Srs. Senadores que mais de 3,5 milhões de agricultores estão nessas condições, produzindo, Senador Jorge Viana, R$116,00 por hectare. E todos esses produtores têm, em média, 32 hectares cada um. Os que estão conseguindo produzir R$1.023,00 por hectare constituem apenas 5% dos agricultores do País. A classe C está produzindo R$370,00 por hectare, num contingente que se resume apenas a 700 mil agricultores. Então, nós vamos ter que dar fim a 3,5 milhões de agricultores que estão produzindo R$116,00.

A questão não é ambiental; a questão é de política agrícola, é de recursos para financiar o projeto ABC, que foi mencionado aqui, lançado no Governo anterior e que a Presidente Dilma, que quero aplaudir, implementou.

Nós temos que transformar a questão do aquecimento global em uma oportunidade para os agricultores, porque nós não queremos terra degradada, nós não queremos produzir em área que não serve. A sustentabilidade ambiental na nossa propriedade nos traz dinheiro, valoriza a nossa propriedade. Agora, para adiar a aprovação de um Código Florestal que criminaliza todo o País, o que há de mais sustentável na economia deste País, não nos peçam isso Nós precisamos voltar para casa com a cabeça erguida. A ciência tem que continuar fazendo o seu papel, e, tenho certeza, de que, em cinco anos, nós liquidamos muitas dúvidas com a ajuda de todos vocês.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

A Mesa está sendo tolerante com o tempo. Tenho avisado a cada minuto porque fui tolerante com todos, em favor do debate.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que é relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, senhores expositores, Srªs e Srs. Senadores, a orientação que estamos dando à tramitação dessa matéria no Senado – o Senador Jorge Viana e eu, que somos relatores – é baseada em um cronograma segundo o qual nós desejamos oferecer ao País condições de ter essa matéria legislada por um processo que, retornando à Câmara, chegue ao Palácio do Planalto e possa ser sancionado até dezembro. Este é o nosso *dead line*; essa é a nossa programação.

Em que nos baseamos? Nós nos baseamos em um projeto que veio da Câmara com o apoio de 410 dos Srs. Deputados Federais,. Entendemos que essa

votação maciça resultou de uma interpretação da vontade da Nação. Acho que os Srs. Deputados não votaram a favor ou contra o Governo ou a favor ou contra qualquer outra instituição corporativa, mas votaram baseados nas pressões que receberam nas suas bases, ou seja, interpretaram a vontade das suas bases.

Eu quero dizer aos senhores expositores que este debate está enriquecendo muito a discussão dessa matéria. Certamente, o Senador Jorge Viana e eu vamos levar muito em consideração muitas questões aqui levantadas, principalmente aquelas que têm forte embasamento científico, aquelas que apropriam as mais modernas ferramentas da tecnologia.

Portanto, eu quero – e me atenda ao tempo estabelecido, tendo em vista que os nossos Senadores, que me antecederam, já foram muito abrangentes na análise de mérito dessa matéria – lançar uma questão objetiva, porque o professor José Antônio Aleixo lançou uma pergunta: É possível ter um só Código Ambiental para biomas tão diversos? Mais ou menos isso, não é professor?

A Ministra Izabella esteve aqui, na semana passada, e ela reconheceu essa dificuldade, exaltando a biodiversidade nacional, exaltando as diversidades territoriais do nosso país.

Foi exatamente por essa razão que nós, Constituintes – e participei inclusive da Comissão de Redação Final –, demos uma diretriz descentralizadora para essa matéria. Ao redigirmos o art. 24 com seus incisos e parágrafos, nos baseamos no art. 72 da Constituição alemã, e estabelecemos duas regras básicas, sem as quais não podemos fazer nenhuma outra discussão nessa matéria. E quais são as regras básicas? Primeiro, que nessa matéria a União limitar-se-á – a expressão é esta: limitar-se-á – a estabelecer normas gerais. A segunda regra fundamental é a de que os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente. E competência concorrente não é competência subsidiária, supletiva.

Mas eu gostaria de perguntar se nesse grupo de trabalho foram incorporados Membros da OAB, do IAB para análise dessa disposição constitucional, a fim de que se possa ter, efetivamente, o limite exato, a exegese exata do que significa norma geral e do que significa competência concorrente. Eu gostaria de saber se os advogados, os lustros da doutrina jurídica, foram chamados para oferecer subsídios a respeito disso?

Porque é fundamental no exame dessa matéria.

Nós vamos ter um Código que trace as normas gerais, deixando aos Estados a competência concorrente para estabelecer o disciplinamento das suas diversidades territoriais ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, prezado Senador Luiz Henrique, a quem agradeço inclusive pela objetividade.

Passo a palavra ao Senador João Pedro. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; Srs. convidados das várias instituições, acho que a contribuição das várias instituições como: SBPC, da ABC, da Embrapa estão postas, estão colocadas.

A minha compreensão é a de que nós temos contribuições da ciência importantes para fazermos um Código Florestal para o século 21. Nós já temos esses elementos.

Acho que a vinda de vocês aqui é mais um passo no sentido de chamar a atenção do Congresso, do Senado, em particular. Vocês estão fazendo observações. Mas cabe a nós, que representamos os Estados, pois estou aqui para fazer política de Estado, não para esse ou aquele setor. Essa é a minha compreensão. Por isso eu quero parabenizar a contribuição de vocês, da SBPC, o livro chamando a atenção, que já recebi há algum tempo, está aqui. Os estudiosos estão chamando a atenção, mas cabe ao Senado, evidentemente, e vamos pagar ônus e bônus. Eu vou fazer um esforço para fazer o bom combate aqui, olhando a ciência. Eu não sou daqueles que... "Ah, porque a Europa fez isso e nós?". Não isso aqui é um Estado, é um País, é uma Nação que pode, nesta discussão, chamar a atenção do mundo.

Agora, nós não podemos desconhecer a relevância da questão ambiental. Não podemos. Nós temos que ter nesta discussão a preocupação com produção, com a ciência, mas temos que ter um padrão ético para discutirmos e definirmos o Código Florestal Brasileiro. Conosco e com as gerações futuras.

Nós não podemos fazer como já foi feito na história econômica, na história social, política de terra arrasada. E quantas políticas nós já não erramos? E quantas nós já não acertamos?

Percebe-se, sim, nos discursos – essa é a minha opinião – que ainda temos – porque é um processo que não está separado – da cabeça do século 19, de como tratar a terra, de como tratar a floresta, de como tratar os povos indígenas, de como tratar os negros, de como tratar os quilombolas, de como tratar a história.

Então a contribuição vinda de vocês marca um momento importante de pesquisadores da ciência. O Celso Manzatto chamou a atenção aqui: água e terra têm que estar juntos; água e terra caminham juntos. Ele mostrou isso aqui. Então vamos fazer, é a Embrapa que está falando.

Eu li a contribuição da Ana para o debate sobre o Código Florestal. É muito interessante, porque é uma lógica que trabalha o Código Florestal a partir da água.

É uma equação que não é simples: fazer o Código Florestal com os biomas que nós temos aí, que se apresentam aí, com seis grandes biomas. É um desafio para nós, legisladores: Como fazer isso?

Então eu penso que a ciência pode ir contribuindo. Como é que nós, aqui no Congresso, poderemos fazer uma lei para o Estado Brasileiro? O que nós poderemos transferir para os nossos Estados, para os nossos Municípios? Como é que é feito isso sem causar uma incerteza jurídica?

Então Presidente Rollemberg, quero dizer da grande contribuição. Mais tarde, no popular, vão dizer: não se queixem daquilo do que chamei atenção, mas que vocês estão chamando a atenção do Congresso, sobre o papel da ciência. Daqui a seis meses, sete meses, não sei. Acho que nós já temos ferramentas e contribuições políticas, sociais e econômicas para fazer um bom Código Florestal, comprometido com o planeta. Parece que é uma coisa do outro mundo dizer que nós temos que ter um Código Florestal comprometido com o Planeta. Por quê? Porque nós temos tanta água doce, tanta floresta, tamanho território que o que se fizer por bem ou por mal tem consequências para o Planeta. É com esse espírito que não tenho nenhum mas tenho essa reflexão e esse reconhecimento do esforço que as instituições estão dando no sentido de nós combinarmos o presente, mas fundamentalmente o futuro com qualidade de vida para as pessoas que vivem no Brasil. Quero chamar a atenção para o fato de que vocês não estão levantando questões que possam comprometer essa liderança importante do Brasil na produção. Vocês estão chamando a atenção de que nós precisamos combinar, mas não é contra a produção de grãos, não é contra a produção da pecuária. A contribuição de vocês é de alertar, não é contra.

As contribuições estão postas e quero agradecer e evidentemente vou fazer o debate olhando esse chamamento, contribuições de anos e anos de pessoas que estudam nos laboratórios das nossas instituições. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senador João Pedro.

Vou consultar o plenário para modificar o encaminhamento. Como só temos mais quatro Senadores inscritos presentes, para que possamos encerrar a participação dos Senadores, depois retornamos aos membros da Mesa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está havendo outro debate muito importante com o Presidente do Banco Central, na Comissão de Assuntos Econômicos, e eu precisaria ir para lá. Pediria a V. Exª que mantivesse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a observação do Senador Luiz Henrique, vamos manter o procedimento anterior.

Passo a palavra aos membros da Mesa. A Drª Helena Nader tinha pedido para falar, então passo a palavra a S. Exª

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª é o próximo inscrito. Em função da decisão da reunião anterior a inscrição foi por ordem de chegada. À medida em que os Senadores foram chegando, nós fomos os inscrevendo automaticamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Drª Helena Nader.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Novamente quero agradecer todas as intervenções das Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu e dos Senadores e gostaria de, bem rápido

(falha na gravação)

que a Senadora Kátia Abreu fez questão de frisar que realmente eu não trouxe nada. Eu não trouxe, Senadora, para não agir como um papagaio de pirata e falar sobre o trabalho que foi feito pelos meus colegas. Eu vivo numa democracia, assumi a Presidência da SBPC quando esse trabalho foi realizado. Não era a ciência que queria realmente que saísse um estudo no nível em que esse foi feito. Não é a minha especialidade, eu aprende. Sei que sou extremamente capaz de falar sobre tudo isso, mas não teria a propriedade nem o currículo que embasasse o meu discurso. Então, foi por isso que não falei.

A outra coisa que quero que fique bem clara mais uma vez: por que não chamamos a OAB, por que não chamamos a economia? Porque, no momento que nós resolvemos avaliar, como poderíamos trazer para o discurso ciência de solo, hidrologia, alimentos etc., que temos dentro do rol da nossa SBPC e ABC. Foi nesse sentido. Foram somente essas áreas. Em todos os momentos, até escrevemos em um livro que não estamos contemplando tudo o que seria necessário frente ao tempo que assumi para fazer esse trabalho.

Então o que eu quis dizer com "às pressas", Senador, quero que fique bem claro, foi de não rapidamente, sem ouvir mais uma vez onde o Brasil pode estar à frente com dados – e isso foi dito na Câmara para o Presidente da Câmara, foi dito ao Deputado Aldo Rebelo, foi tido a todos os ministros. Nós entendemos que cabe aos senhores legislar. Nós não queremos – e isso está em todas as gravações, se a senhora for atrás e todos os ilustres Senadores aqui –, nós não queremos agricultores na marginalidade. E isso compete aos senhores fazer – nem sei como isso pode ser feito –, somente aos senhores, a quem nós delegamos pelo voto o dever de fazê-lo. Porém, como cidadãos, pagos pelo Erário, nós temos a obrigação de trazer à luz da melhor ciência brasileira para ajudar.

Nós pedimos o tempo todo que esse Código não fosse restritivo, com números de que a gente pudesse se arrepender amanhã. É isso que estamos trazendo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Helena, Presidente da SBPC.

Quero fazer uma consulta aos nossos convidados, se três minutos para cada um, para fazer os comentários a respeito das intervenções dos Parlamentares, são suficientes. (*Pausa.*)

Bem, então vamos começar com o Prof. Aleixo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Eu acho que o diálogo está sendo fantástico. Primeiro, o diálogo, porque não viemos para debate. Em debate, alguém tem que ganhar. Diálogo é o que está ocorrendo aqui.

Senadora Ana Amélia, Senadora Kátia Abreu, Senador Blairo Maggi, Senador Luiz Henrique, Senador João Pedro, quando montamos esse grupo de trabalho tínhamos a certeza de que não seria conclusivo, e essa é uma das conclusões do nosso livro. Nós não temos o poder da verdade, nós não dominamos a ciência 100% para chegar aqui e falar para vocês o que vocês devem fazer. Só um esclarecimento, Senadora Ana. Todos aqui fazem parte do grupo. É tudo da Embrapa, Esalq, Universidade Rural, mas todos nós fazemos parte do grupo, nós trabalhamos juntos.

Então, partindo desse princípio, entendemos, desde o início, que nós não teríamos condições suficientes de pegar o Código de 65, pegar o substitutivo e dizer: olha, esse artigo presta, esse não presta, tira esse, bota aquele. Nós começamos com a História da Arte e descobrimos que a questão no Brasil, como eu falei no início, começou em 1537. Existe um livro fantástico denominado *Um sopro de destruição*, de José Augusto de Pádua, um advogado que fez uma tese sobre a questão ambiental no Império. A questão é muito antiga, não é de15 anos. A ciência, ilustre Senadora, não entrou há 15 anos porque são várias administrações de SBPC, a senhora sabe muito bem disso. E nós, de certa forma, entramos agora por conta de uma convocação da própria comunidade científica. Os senhores têm que admitir que nós não fomos convidados pelo Congresso para entrar na discussão. Esse é um fato que não precisamos discutir; é uma realidade. Se nós tentássemos entrar sem um convite, talvez, nós fôssemos tachados de penetra; talvez tenhamos demorado um pouco, não resta dúvida. Os erros existem. A ciência, já dizia Karl Popper, em outras palavras, evolui com a derrubada de hipóteses. Então, o que Antônio fala hoje aqui, o que eu falo hoje aqui, o que os senhores falam hoje aqui, pode ser que, amanhã, não seja verdade científica. Então, nós acreditamos que o nosso trabalho, como o próprio título diz, é um trabalho de contribuição. A riqueza de perguntas da Senadora Ana vai nos fomentar com uma série de questões, Senadora. São pontos que, talvez, não vislumbramos, mas que são necessários nesse estudo. Essa é uma das razões pela qual acreditamos que precisamos de mais tempo. Em momento algum, criminalizamos produtores, prova tanto é que, uma das decisões do grupo, foi não entrar nas questões jurídicas que os senhores tão bem sabem fazer. Nós, mesmo tendo posição oficial, jamais falamos que deveria punir ou não punir. Código punitivo não funciona; código tem que ser educativo. Nós não tratamos a questão da anistia porque não é o nosso dever; o dever é dos Srs. Senadores. Nós estamos aqui, não temos um trabalho completo e no prontificamos a colaborar. A decisão do Brasil está nas mãos dos senhores. Se houver necessidade, podem ficar tranquilos, nós vamos colaborar, na medida do possível, sem uma resposta final e definitiva, porque a ciência de hoje pode não ser a de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Aleixo, só quero fazer um pequeno reparo, para dizer que, aqui no Senado, já fizemos cinco audiências públicas sobre Código Florestal. Duas foram para ouvir a comunidade científica e ouviremos quantas outras forem necessárias.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – No início, falei que nós entramos sem sermos chamados. Agora não, agora está tudo ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E quero registrar, ouviremos quantas vezes forem necessárias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só pela oportunidade.

Estou aqui, Sr. Presidente, e vou deixar a mesa, com convite do Deputado Federal Paulo Piau, e tem

um documento dos senhores de que foram convidados em novembro, e não foram porque o documento ainda não estava pronto. Então, como temos que entender isso, porque afinal de contas, os senhores ... Porque tenho aqui, até então era do Deputado Federal, na Comissão de Agricultura, tenho aqui a ata, inclusive em que os Parlamentares reclamaram que os senhores não compareceram e não mandaram representantes. Estou aqui com a ata. Tenho aqui o ofício endereçado. Então, não sei, ou há um grande mal entendido, ou é algo de que preciso, para mim mesmo, ter uma resposta. Porque, como a Câmara tem um ofício endereçado à SBPC e às entidades e teve a audiência e há uma ata dizendo que lamentavelmente os senhores não puderam comparecer. Como entendo isso, só para que fique claro, até para que possamos estabelecer aqui, Presidente, uma relação. Eu, como até então, Deputado Federal, ouvi que os senhores não foram convidados para participar do debate, Sr. Presidente, aí fico numa situação muito delicada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Sr. Presidente, só para um esclarecimento, na minha primeira fala, me referi a esse convite; talvez o senhor não estivesse na Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O senhor acabou de dizer que nunca foram convidados.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Falei que, quando nós entramos, em maio de 2010, nós não havíamos sido convidados por ninguém. E aqui falei que fomos convidados pelo CNA e não poderíamos comparecer. Os Senadores que estavam presentes sabem disso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É de novembro.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Nós terminamos o livro, ilustre Senador, no final de fevereiro, nós não tínhamos conclusão. Nós avisamos e nós viremos aqui. E nós recusamos participar de outros eventos, também, porque nós não tínhamos ...

Só um esclarecimento, na semana passada, fiz três palestras sobre o Código Florestal, na TV Universitária, no Clube de Engenharia e para os Usineiros, lá em Carpina. O assunto, agora, no Brasil tomou vulto; e isso é muito bom, isso é muito bom.

Agora, na minha primeira fala aqui, Senador, eu expliquei por que nós não viemos em novembro; nós não tínhamos conclusões. Hoje que, teoricamente, temos poucas conclusões ...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero sugerir que, se houve ou não convite, isso não é relevante. O que é relevante. O relevante é que os senhores estão aqui e vamos debater tantas vezes quantas forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a sabedoria do encaminhamento do nobre Senador Luiz Henrique e passo a palavra ao Prof. Antonio Donato Nobre. Três minutos para o senhor.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Eu vou aproveitar o meu tempo da forma mais produtiva possível, não entrando em debate. O diálogo é muito mais virtuoso que o debate, porque o diálogo permite que eu perca, o debate não. No outro, tem-se que perder ou ganhar. É como num jogo de futebol: se você ganha, está bem; mas, quando dá empate, todo mundo fica triste. Mas, no nosso caso, precisamos realmente de um diálogo, e eu tenho aprendido muito desde o começo desse processo, pelo aporte... E já elogiei diretamente o Deputado Aldo Rebelo pelo papel de trazer à consciência da sociedade uma demanda legítima, que hoje eu reconheço que não estávamos vendo, de que 85% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. A Datafolha mostra a opinião do povo brasileiro. Isso é interessante, inclusive colocar em perspectiva esses 410 votos da Câmara dos Deputados que contrastam com a opinião brasileira em muitos pontos.

Mas eu queria colocar aqui respostas específicas. A Senadora Ana Amélia fez algumas perguntas. Quando nós começamos este trabalho, eu tinha a impressão de que nós íamos ou defender um lado ou defender o outro, achar os defeitos etc. E qual não foi nossa surpresa, ao consultar mais de 300 trabalhos científicos na área, com essas pessoas que se agregaram para fazer esse estudo, em constatar que isso não tinha efetivamente razão!

Várias coisas foram mostradas hoje aqui para um embate. Tinha razão, na realidade, para sinergia.

Vimos alguns exemplos pontuais. O caso da Geórgia é um exemplo pontual. A senhora listou outros aí, e eu vou fazer a lição de casa e vou encaminhar-lhe as respostas, porque acho que são muito auspiciosas. Exemplo: dez mil metros cúbicos de água contaminada, para ser tratada gasta-se de R$300 a R$400. Para você tratar a água que sai de uma floresta, de uma bacia hidrográfica reservada, você gasta de R$3 a R$4; é 100 a ordem de magnitude.

Então, lá na Geórgia, eles fizeram esses cálculos para poder estimar quanto vale a água limpa que chega à cidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Mas não deu três minutos ainda, deu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É porque a campainha avisa quando falta um minuto.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – E o que vemos? Se o urbano pudesse pagar a sua conta de água para o agricultor, ou uma parte dela, não vamos dizer toda, todo mundo ia sair no lucro. Na realidade, não é gasto; é investimento. Porque eu terei uma água melhor, terei saúde melhor, então, haverá menor queda de produtividade por problema de doença etc. E o agricultor tem uma nova fonte de renda, que é totalmente justificável. Nós vimos isso ao longo de quase todos os trabalhos que nós tivemos a oportunidade de verificar.

O meu tempo está acabando, mas eu preciso responder a Senadora Kátia Abreu sobre o projeto Biomas, que é um projeto, inclusive, que nos inspirou, a mim pessoalmente. Inclusive um dos membros do projeto Biomas participava do nosso grupo a uma certa altura e nós fizemos essa proposta...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Eu peço mais 30 segundos, *data venia.*

Essa proposta que nós trouxemos aqui, na realidade, tem duas geomorfologias. Uma é aquela semântica do Ab'Saber, do Bigarella, que você descreve a paisagem etc. E peço à Senadora Kátia Abreu para, por favor, prestar atenção porque estou respondendo a sua pergunta.

Há uma nova semântica, uma nova geomorfologia que é quantitativa, que eu chamo de geomorfologia turbinada. Eu vi, no projeto Biomas, que a previsão de se definir onde estavam os territórios estava em torno de nove anos. Nós precisamos fazer isso em muito menos tempo. E o que eu trouxe aqui foram essas tecnologias. O convite feito, eu vou aceitar sim, para ajudar a CNA, se for o caso. O instituto, certamente, está à disposição para fazer as coisas com radar, com satélite, e nós termos isso no tempo justo e não em nove anos, dez anos, porque isso é um tempo demasiado.

Essa era a resposta.

Há outros pontos, mas não dá tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Celso Manzatto.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Vou tentar falar nestes três minutos, Senador.

Senadora, a senhora me fez uma série de questionamentos sobre alguns números, e a Senadora Kátia Abreu também.

Eu gostaria de dizer assim: existem algumas projeções, posso lhe mandar referência, o livro da agricultura de baixo carbono no Brasil, que tem um modelo de simulação. São estimativas. E chamo atenção novamente, Senadoras, para o fato de que nós precisamos investir em dados e informações no País. Nós não temos. As senhoras, certamente, quando procurarem suas assessorias, vão sentir falta disso. Qual é o número? Qual é o impacto? Nós temos estimativas. Quando a gente diz "qual é a dimensão do País?" – eu trabalho e trabalhei bastante com zoneamento, e gostaria de ver isso espacializado no meu País. Eu só consegui ver o nosso País espacializado do ponto de vista de uso e de potencial há dois ou três anos, quando começamos a fazer o zoneamento da cana-de-açúcar, e nos deparamos com uma questão. Levamos oito meses, Senadores, para buscar informação, e dois meses apenas... O ex-Ministro Stephanes não está aqui, mas ele nos deu exatos nove meses. E eu disse: "Ministro, nove meses é um número interessante!" E nós tivemos que fazê-lo em dois meses apenas.

Essa questão remete a outra questão, Senador Luiz Henrique – e, em relação à questão jurídica, não posso lhe dar a resposta: na verdade, o que ocorre é que estamos remetendo essa discussão, originalmente uma questão essencialmente florestal, para uma questão territorial. Na verdade, grandes dos componentes relacionados à questão do Código Florestal que são tratados são formas de tentar tratar o território de forma linear, o que é extremamente difícil.

Lembro da discussão com o então Governador Blairo Maggi sobre a questão do zoneamento. Os interesses postos são muito grandes, e, se não tivermos um olhar mais territorial, de fato temos algumas limitações em estabelecer regras do ponto de vista simplesmente linear.

Acredito, sinceramente, que, após o Código Florestal, temos uma agenda ambiental e uma agenda da agricultura extremamente complexa, para que possamos, de fato, responder às demandas e aos questionamentos que, cada vez mais, a nossa agropecuária vai demandar, principalmente porque resolvemos ser grandes e competir nos mercados internacionais. Assim, com certeza, essa competição é mais forte.

Senador João Pedro, gostaria de agradecer os seus elogios. E queria dizer: dessa turma toda da ciência, é comum sermos chamados para participar de bancas, para participar de comitês, e fazemos isso com alegria, porque essa é a praxe da ciência. Todos que participaram aqui doaram grande parte do seu tempo de suas atividades normais. E, mais do que isso, sujeitos a virarem telhado de vidro, tanto para a comunidade científica, quanto para a sociedade como um todo, o que é mais difícil ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra, então, ao Sr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado, Senador.

Eu só gostaria de reforçar o que já foi comentado pelos meus colegas.

Quando nós nos sentarmos para votar o Código Florestal, o substitutivo, estamos perdendo uma oportunidade enorme de efetivamente discutirmos a agricultura, discutirmos o meio ambiente, discutirmos essa integração de agricultura e meio ambiente. Então, essa é a grande questão que estamos colocando muito claramente aqui.

Se colocamos redução das APPs para 15 metros, há várias situações em que o planejamento ambiental, o planejamento da paisagem vai dizer que é mais de 15 metros, porque são áreas que não têm aptidão agrícola. E o que vamos fazer com essas áreas que não vão ser usadas adequadamente para produção agrícola com alta produtividade? Vão ficar áreas marginais da atividade de produção. E é isso que está acontecendo. Então, é isso que temos que efetivamente discutir nisso que estamos chamando de ordenamento agrícola e ambiental da paisagem. Temos que ter muito cuidado na votação desse Código, porque vamos votar números pelos quais vamos condicionar áreas agrícolas abandonadas ou área agrícolas de baixa produtividade, porque não têm aptidão agrícola.

Para a questão levantada pela Senadora Ana Amélia, da pastagem, se não ficou claro na nossa proposta, a nossa proposta é com aplicação de pacote tecnológico para a pecuária, efetivamente, para conseguirmos duplicar ou triplicar a quantidade de unidades animais em menos área. Ou seja, estamos aumentando a produtividade desses agricultores, e, logicamente, aumentando o rendimento econômico, tanto de carne, quanto de leite. Isso com um pacote tecnológico que tem de ser viabilizado para não manter uma agricultura com essa condição de rendimento de a maioria ganhar R$200,00/hectare/ano.

O Senador Blairo comenta bem: eu participei do zoneamento do Mato Grosso. Mato Grosso é um exemplo interessantíssimo. Mato Grosso pegou um momento muito interessante, porque o zoneamento foi felizmente um pouquinho antes da grande expansão da agricultura no Mato Grosso. Houve grandes acertos, exatamente por isso que nós estamos falando, por essa possibilidade desse ordenamento que aconteceu no Mato Grosso. Houve erros, vários erros, que são normais, mas que hoje se tenta corrigir. Mas eu considero que o Mato Grosso é um exemplo muito claro disso, porque foi exatamente precedido por um momento favorável de um zoneamento, cobrado pelo PNUD naquela época, e que aconteceu. E a ocupação ou a expansão agrícola aconteceu logo depois, já num ordenamento muito claro de áreas com alta aptidão agrícola etc. De forma que acho que esse é um exemplo muito interessante.

Quanto ao que a Senadora Kátia comenta sobre o que foi falado, nós estamos falando exatamente isso. Nós não podemos desvincular a política ambiental da política agrícola. Acho que não podemos condicionar a questão de desmatamento com a permanência de agricultores ganhando R$200,00/há/ano numa propriedade rural. Então, efetivamente, é uma questão de discutir política ambiental e política agrícola dentro do planejamento, do ordenamento da propriedade dentro dessa possibilidade.

Quanto à questão de que a ciência estava esquecida, digo que não estava. Esses dados que mostramos aqui não foram gerados nos últimos seis meses ou um ano. Isso deve ficar muito claro. Eles não estavam organizados em uma política de discussão do Código, ordenada pelo Governo Federal para que efetivamente fizéssemos isso, mas os conhecimentos científicos estavam sendo gerados. E o que estamos fazendo aqui, através da SBPC/ABC, é só colocando esse conhecimento científico que foi gerado nas últimas décadas, que sustentam essa discussão do Código Florestal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos prosseguir no segundo bloco de falas... Ainda falta? (*Pausa*.)

Com a palavra o Sr. Elíbio Leopoldo, por cinco minutos.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Sr. Presidente, rapidamente, talvez menos tempo que isso.

Agradeço as oportunas intervenções e comentários.

Terminei a minha breve explanação com uma pergunta e até mencionei talvez seis meses. Então, talvez, eu vá até reformular e colocar... Houve, inclusive, um consenso entre nós. Foram colocados pelas eminentes Senadoras Ana Amélia, Kátia Abreu e pelos demais Senadores: não seria mais conveniente ou mais produtivo termos outros membros dentro desse GT? Sim. Então, retomo a pergunta a V. Exªs. Em quatro meses não seria possível montar um trabalho integrado e intensivo envolvendo vários autores, com os subsídios das tecnologias aqui apresentadas, para que se pudesse talvez incrementar ainda mais os subsídios para quando da futura votação, que talvez seja daqui a três meses?

Mas nós temos uma proposta de tentar intensificar – e a colocação foi muito procedente. Nós deverí-

amos ter talvez mais advogados, principalmente, mais economistas, para que pudéssemos fazer um trabalho integrado. Porém, a dificuldade que nós tivemos é o pouco tempo que dispomos nas nossas atividades para compor esse GT e fazer algo mais conclusivo. Então, retorno a V. Exªs: seria viável ou seria de interesse da Casa montar uma estrutura mais ativa nesse contexto?

Obrigado.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Elíbio Rech.

Com a palavra, pela ordem, a Senador Kátia Abreu

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É só porque, como encerrou o bloco da minha participação, eu gostaria de aqui fazer um registro, até porque preciso me retirar.

Na verdade, uma coisa precisa ficar muito clara aqui também: a SBPC e a ABC são instituições, associações importantes para o País. Ninguém está aqui criticando a intenção do associativismo e da sua organização; só que não é unanimidade. Não é unanimidade entre os cientistas do País. Mesmo porque o professor Gustavo Curcio, da Embrapa/Floresta, e o ex-Ministro Allyson Paulineli se retiraram desse grupo, endereçando uma carta ao Presidente Marco Raupp. E se retiraram do grupo pela dureza do documento.

Allyson Paulineli, inclusive, chama a atenção – a carta está aqui nas nossa mãos e podemos distribuir cópias para quem quiser – que é uma temeridade o primeiro documento com relação à agricultura. Ele ainda cita a expressão "entregar o ouro ao bandido".

Fico preocupada quando leio no documento básico, no seu terceiro parágrafo, que a legislação atual e as alterações subsequentes levaram em consideração os conhecimentos científicos até então disponíveis. Isso é tentar convalidar todo um amontoado de regras, as mais estapafúrdias que se tem conhecimento, de um código absolutamente inexequível, que até a própria existência, até os dias de hoje, demonstra a incapacidade que dele se obtenha bons resultados.

Pergunto aqui: quem conhece o bioma amazônico? Mas afirmar-se como está no seu parágrafo sexto que a agricultura tropical provoca um aumento na pressão sobre o meio ambiente é confessar um completo desconhecimento do que é a nossa agricultura tropical, que é a mais sustentável e conservadora hoje reconhecida pelo mundo. Uma afirmação dessa natureza, originária das duas instituições mais credenciadas que temos perante o mundo, é entregar o ouro ao bandido. Nossos concorrentes, que até agora só estão conseguindo fazer frente a nossa capacidade competitiva, com recursos dos seus tesouros, em subsídios aos seus produtores, que alegam não conseguir concorrer conosco, penso que não será com esse tipo de afirmação que iremos corrigir o que é necessário. Foi assim que o Ministro Alisson Paulinelli se retirou desse grupo, assim como Gustavo Cursio também se retirou. Apenas para dizer que a SBPC não tem a unanimidade de todos os cientistas a respeito desta consideração.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu peço licença aos Senadores para passar rapidamente a palavra à Drª Helena, na condição de Presidente da SBPC.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – É uma pena que o professor...

(falha na gravação.)

...porque ele que poderia responder melhor à senhora, Senadora. No entanto, eu gostaria que a senhora soubesse e me dissesse onde está no documento oficial da SBPC a frase a que se refere o ex-Ministro Alisson Paulinelli. Ele está falando com o professor a respeito de um documento sigiloso que estava em discussão no GP e ele manda essa carta. A senhora me desculpe. Mostre...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, foi exatamente a reação de alguns cientistas que se retiraram do grupo que o grupo...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não, não...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ...mais. O grupo amenizou, segundo o documento, depois da contestação de alguns cientistas...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não, não foi. A senhora me desculpe, mas aqui vou ficar batendo boca com a senhora, não é o meu estilo. A senhora trouxe para cá uma inverdade e vou provar isso mandando documentos para esta Casa. A senhora me desculpe...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, ela me fez uma acusação de que estou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Foi feito aqui um registro...

A SRª. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ...dizendo uma inverdade. Eu liguei para Alisson...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Por gentileza, minha senhora. Contenha-se, pois cada um aqui tem a hora para falar.

Eu pedi autorização ao Ministro Alisson Paulinelli, agora, há dez minutos, por telefone, antes de ler a carta dele. Eu jamais cometeria essa indelicadeza com o Ministro, e ele pode ler a carta inteira, se você quiser. Eu li apenas dois trechos. São três laudas de indignação com relação ao primeiro documento posto. Portanto, a renúncia dos dois cientistas desse grupo,

porque foi justamente a reação deles que fez o grupo amenizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço a Senadora Kátia Abreu e faço um apelo e faço um apelo à Senadora Kátia Abreu e a Drª Helena para que não transformemos o debate em um debate paralelo.

Foi feito um registro, foi dada uma explicação. E todos os Senadores estão abertos para receber tanto o documento do ex-Ministro Alisson Paulinelli, como também os esclarecimentos da Drª Helena, da SBPC.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, ainda com relação ainda ao comentário, por favor, para terminar o meu foco, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo, Senadora Kátia Abreu, para a gente retomar o...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas, Sr. Presidente, o pesquisador fez uma crítica com relação ao Projeto Bioma, por ter nove anos. Eu preciso responder isso, porque há um equívoco. As árvores demoram um pouco para crescer Professor Nobre; não significa que terminará as vitrines em nove anos, mas em nove anos temos que reintroduzir espécies nativas; nós vamos ver a convivência dessas árvores, que precisa ver o impacto delas na preservação ambiental. Então, quem sou eu para dizer isso. Eu aprendi isso com Gustavo Cursio e Élton, que é o chefe da Embrapa Florestas no Brasil. Eu também questionei: nove anos? Claro, Senadora, as árvores demoram para crescer. Ah, bem lembrado.

Então, toda essa pesquisa ela será implementada nas seis vitrines. Pode até ultrapassar nove anos, mas, no mínimo nove anos para ver os resultados, Professor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Drª Helena, agradeço.

E vamos retomar então as nossas intervenções dos nobres Senadores.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados desta Casa, penso que um Senador não deva ser representante de setores; um Senador deve ser representante do povo do seu Estado e da República Federativa do Brasil.

Assim, a minha intervenção vai ser bem curta para agradecer a presença dos cientistas aqui. Não há que se falar aqui em democracia sem ciência. Eu como Senador da República, vou louvar-me na ciência. É lógico que desde a teoria, ou princípio da imprecisão, incerteza, não existe certeza também na ciência, pois ela é dinâmica. Agora, nós como Senadores da República não podemos, aqui no Senado, estar de um lado; nós temos que estar ao lado do povo brasileiro.

Na verdade, nós não podemos fazer um código que seja um código de produtores ou código de ambientalistas. Temos que fazer um código de brasileiros. E olha que eu falo isso vindo de um Estado em que a sua economia se fundamenta no setor produtivo, um setor que deve ser elogiado, um setor que deve ser respeitado.

Agora, se nós vamos trazer para o Senado aquelas batalhas que ocorreram na Câmara dos Deputados, o Senado não vai cumprir o seu papel. A ciência precisa ser ouvida sim. Nós precisamos tirar a emoção deste debate. Temos que ouvir a ciência – é lógico que existem posições científicas de todos os lados, como posições jurídicas existem de todos os lados. Qualquer jurista de primeiro ano do Direito fundamenta pena de morte e a tortura, de acordo com a Constituição da República; como qualquer cientista pode fundamentar que determinada lei física não existe.

Nós aqui vamos ter que chegar a uma conclusão sem emoção. Eu não posso ser um Senador da República de ambientalistas e nem de produtores. Eu tenho que ser um Senador da República que defenda os interesses do Brasil, desta e das futuras gerações.

Parabéns pela fala dos senhores. Li o relatório, o trabalho da SBPC, do Ipea, consultei o setor produtivo do Estado e vou votar de acordo com a minha consciência. Agora, a minha consciência tem um limite, e o limite é o que está dito na Constituição da República. Nós não podemos, com a atual Constituição, firmarmos um retrocesso na preservação ambiental. Isto está ali bem dito.

Eu quero duas perguntas de ordem objetiva aos senhores. Primeiro: Eu perguntei ao Deputado Federal Aldo Rebelo se a ciência foi ouvida, no tempo que a ciência exige? Porque o tempo da ciência, senhores, é diferente do tempo do processo legislativo.

Este projeto ficou em debate na Câmara dos Deputados por 11 anos!

A ciência não foi ouvida, esses dados já existiam, ou eles foram criados a partir do mês de novembro? É uma indagação que eu gostaria de ouvir a resposta objetiva dos senhores.

Segunda questão objetiva: Os senhores não estão aqui para trazer argumentos jurídicos; os senhores não são advogados. Quem vai tratar do jurídico são os advogados, são os Tribunais e somos nós aqui, no

momento da votação deste projeto. Portanto, não vou fazer indagações jurídicas.

Eu gostaria de saber, se fosse possível, de uma forma objetiva: O que veio da Câmara trará prejuízo ambiental ao povo brasileiro? Eu não quero saber se a questão é do setor produtivo, eu não sou ambientalista e nem sou do setor produtivo. Objetivamente é isso que nós vamos discutir.

Existem posições jurídicas e posições científicas para todos os lados. Eu quero saber a posição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. V. Exª economizou tempo, pela sua objetividade.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srª Convidada, todos que aqui estão, como falei na audiência com a Ministra Izabella, eu tenho uma missão de procurar relatar, levando em conta, com objetividade, as opiniões colhidas aqui, a posição dos colegas Senadores e Senadoras, e colaborar com o meu País num tema tão complexo, que envolve tantos interesses, mas que tem uma importância estratégica para o Brasil.

Estou mais do que convencido, depois dessa audiência, de que também do ponto de vista da ciência é necessário que façamos essa atualização ou essa mudança na legislação ambiental no Brasil, principalmente no Código Florestal. Isso também era uma dúvida. É óbvio, como a própria Senadora Kátia Abreu e eu já mencionei, em outras ocasiões, como também outros Senadores, nós temos uma situação de uso do solo no Brasil que estava incompatível com a legislação e tinha um problema que já exigia uma decisão sobre essa legislação ou sobre o uso do solo.

Isso vem se arrastando há quase 10 anos, como bem colocou o meu colega Pedro Taques. Mas o fato é que não é por conta só do problema. O problema é real, existe, e acho que é a oportunidade que Congresso tem de encontrar uma solução. Dar o que eu tenho chamado de segurança jurídica, para esse setor tão importante na vida do Brasil. Mas é bom que a gente vá limpando um pouco esse debate. Hoje, ouvi, aqui, que a base de conhecimento que nós tínhamos em 65 era absolutamente diferente da que temos hoje: os recursos, as possibilidades que podemos usar para adequar a legislação do Brasil, se o Brasil quer ser – como estamos trabalhando para isso – uma referência. Seja uma espécie de G1 da biodiversidade, um G1 da produção de alimentos, da segurança alimentar. Acho que são absolutamente compatíveis esses dois grandes propósitos.

Queria agradecer, porque eu fui um dos signatários desse requerimento. Penso que uma matéria como essa não pode ser levada adiante, apesar de entender que estamos frente a uma decisão política... O Brasil tomará uma decisão política sobre o que pretende fazer com seus recursos naturais, com um dos principais ativos que tem, que é a força de trabalho dos produtores, que é a produção da agropecuária, o agronegócio que está aí tão bem colocado nas exposições, na nossa balança comercial, agora e no futuro. Mas nós vamos tomar uma decisão política e quanto mais embasamento técnico e científico tivermos, melhor para tomarmos essa decisão política. Muito melhor.

Quero agradecer à Srª Helena e a todos os convidados pela objetividade com que colocaram – se é que posso usar esse termo que é tão importante. Não tem problema que tenhamos pessoas com posições já bem claras, mas no caso da ciência, a busca da imparcialidade eu consegui identificar aqui nos depoimentos, que foram muito ricos. Digo isso por duas razões: os depoimentos estão presos no conhecimento técnico-científico e também os senhores conseguiram fazer algo que entendo ser fundamental para esse debate, ou seja, a busca de estar em contato permanente com a realidade. O fato é que ninguém maneja mais água, solo, recursos naturais do que quem produz, quem cria. São as pessoas que estão mais próximas. Qualquer geração de brasileiros, segunda ou terceira, já chega imediatamente numa geração rural em qualquer família nossa.

Não quero me estender, mas queria ouvir de V. Sª, se pudesse,um breve comentário. Primeiro, porque entendemos que há alguns pontos que estão gerando um debate no Código. Particularmente, entendo que nós temos que dar uma solução para um passivo ambiental, uma segurança para quem trabalha e produz. Temos que encontrar melhor solução e, ao mesmo tempo, apontar, fazer um bom uso desse conhecimento técnico-científico que nós desenvolvemos, uma inteligência nacional que o mundo não tem e que nós temos, a serviço da legislação e de uma atividade sustentável.

Gostaria de ter um comentário de V. Sª. Primeiro, acredito que ainda há tempo para nós definirmos um pouco melhor e o Senado é o ambiente político que está mais adequado, com todo respeito à Câmara, gostaria de saber que princípios deveriam estar colocados na hora em que se discute essa legislação, e que objetivos deveria ter, do ponto de vista técnico-científico, uma legislação como essa. Porque eu entendo que o nosso Brasil, hoje, no fundo, se nós encontrássemos uma maneira de dialogarmos, como estamos buscando aqui nessa reunião, apesar de um certo desentendimento, mas entendo que de certa forma faz parte de ajustar-

mos os pontos. Mas aqui estamos querendo objetivar as posições em cima da proposta apresentada, o que pode ser mudado, o que deve ser mantido e o que pode estar faltando. Nesse propósito, do que está faltando, no fundo, eu entendo, pelas apresentações aqui, que há um caminho novo ou um novo jeito de caminhar, como diz um poeta da Amazônia, que é a discussão: nós vamos seguir com o modelo de agricultura que tem dado bons resultados, que tem nos firmado, mas que tem problemas do ponto de vista da sustentabilidade no geral e que, nela mesma, tem excepcionais exemplos, graças à Embrapa e outras instituições de pesquisa, de universidades, belos exemplos de produção sustentável? Ou seja, vamos dirigir toda a estratégia política do Brasil para um modelo de produção e criação sustentável? É isso que nós queremos? É isso que tem que balizar a nova lei? Se for isso, mais fácil, vamos todos trabalhar com esse propósito, com o nosso conhecimento. Se não for isso, se queremos trabalhar com dois modelos, o sustentável e o insustentável, isso tem que estar preso nos objetivos e princípios que o novo Código precisa e deve trazer.

Então, dentro desse propósito, eu gostaria de contar com alguns comentários, especialmente sobre temas que eu entendo que estão faltando ficar ainda melhor colocados para atender alguns princípios e objetivos. Por exemplo, não tínhamos o tema, o conhecimento que o mundo tem hoje sobre o clima. Esse é um tema novo para o mundo e que tem consequências em toda parte do mundo. Gostaria de um pouco de comentário sobre clima.

Outro ponto polêmico também. Se os senhores têm alguma base maior que pudessem comentar nesta audiência de hoje, sobre o problema das cidades. Nós temos a expansão econômica do Brasil. Oitenta e cinco por cento das populações estão nas cidades, estão aumentando, isso deve crescer e muitas áreas de APPs estão nas cidades, com consequências de perda de vidas humanas. Inclusive um certo comentário: quanto que o Código deveria ou não deveria tratar deste tema das cidades?

Basicamente, para concluir, queria só fazer um registro. Drª Helena, gostei muito. Eu estava com o propósito de que não viesse aqui uma posição política da SBPC ou da Academia Brasileira de Ciências, mas que viéssemos objetivamente tratar de alguns temas que a SBPC e a Academia conseguiram desenvolver, porque aí dá a objetividade que eu vi hoje aqui. Então, parabenizo a todos e agradeço. Os senhores e as senhoras estão nos ajudando a, quem sabe, fazer o melhor para o Brasil, especialmente por aqueles que trabalham e produzem e por aquele que está presente e que é fundamental para a produção, que é o meio ambiente, que é a biodiversidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, relator dessa matéria pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Passo agora a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente Rollemberg, senhores convidados e caros colegas, serei breve.

Eu notei, logo no início da exposição do Prof. Duarte Coelho, que em 1527, se não estou equivocado, começou a se discutir APPs ao redor de riachos, córregos. Já naquela época. Também, se não me engano, afirmou o Prof. Nobre que mudaram o bordo de referência. Ouvi agora o Senador Jorge Viana falar que estamos com oitenta e poucos por cento da população vivendo em perímetros urbanos. Por que não pensarmos também em algo que questionei na presença da Ministra Izabella, naquela audiência pública da semana passada: em urbanizarmos as APPs? Quem sabe se deveria levar-se em consideração também isto, a urbanização das APPs! Querendo ou não, hoje, oitenta e poucos por cento da população vivem em perímetros urbanos, vão avançando, avançando, e a gente não sabe como é que se conduz isso.

Então, dentro desse comentário, dá para notar também, pela exposição que se fez aqui, pelos mapas etc., que nós temos, no Brasil, e mesmo nesses córregos, nesses rios – a ciência, para essa finalidade, não é exata –, que os 30m, 50m, 100m, 200m, 300m, esses números estanques não podem prevalecer. Hoje temos conhecimento, pela ciência, pelo que os senhores expuseram aqui, que não há como aplicarmos uma ciência exata para isso. Eu até pego o meu Estado, que é Santa Catarina, se aplicar a ciência exata lá, acho que é impossível, até porque se discutiu, aqui, em áreas alagadas, várzeas, banhados, os desenhos; de um lado do rio ele avança mais do que no outro. E aí precisamos, de acordo com a situação do terreno, precisamos aplicar ali uma legislação mais flexível para protegermos o meio ambiente, e também aproveitarmos, quem sabe, que do outro lado do riacho tenha condições com uma reserva menor de metragens poder produzir alimentos com segurança, com sustentabilidade e assim por diante.

Então, tendo um raio X dos nossos terrenos, do Brasil, tendo um mapeamento, podemos aplicar... Não podemos ficar com aquela ciência exata dos 30 metros, dos 50, dos 100, dos 200 ou dos 300 metros. Acho que essa flexibilização é possível. Temos uns colegas dos senhores de Santa Catarina que defendem essa tese

que podemos já mudar. Em alguns lugares, alguns riachos, não precisam ser os 30 metros. Em outros, caso o terreno seja íngreme, de acordo com a posição dele, de ter que avançar, por ser menor, ou pode até diminuir. Vejo que deve haver essa flexibilização e a ciência já caminha para isso. Acho que é o melhor para todos nós. E sei, também, de antemão, que os nossos dois relatores aqui, o Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, que também foi autor de uma nova proposta de defesa civil no Brasil, porque tem muito a ver com isso, em função dos desastres e dos sinistros, tem muito a ver com isso, e coube ao Relator dessa matéria, e tem muito a ver, também com a posição do outro Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Agricultura, que é o Senador Luiz Henrique. Os dois têm que trabalhar para concluir e chegar a um grande entendimento.

Vou terminar, Sr. Presidente. E esse debate que houve aqui com a Drª Helena e com a Senadora Kátia Abreu é normal. Até pode haver esse debate entre os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana para buscarmos o melhor; e vamos buscar. E a Senadora Kátia Abreu, pelo seu jeito de lutar, é psicóloga de formação, e a Drª Helena faz parte para tirarmos o melhor do debate. Sei que os dois Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana já estão até a noite, muitas vezes, de madrugada, fora de hora, trabalhando para trazer algo consensual. Nós não vamos chegar a uma ciência exata nesta legislação do Código Florestal, nem se pode. Temos que ser flexíveis, temos que ter um *rebolation, (Risos.)* no bom sentido, para chegarmos ao que é melhor para a sustentabilidade, para a produtividade, mas é. Não tem jeito, ser exato nesse caso não tem jeito, não tem jeito.

Então, são os comentários que trago, são algumas observações, Senador Rollemberg, que trago aqui e precisamos buscar o que seja o melhor para todos nós, para o futuro do Brasil, o melhor de todos nós. Queremos aqueles desenhos que os senhores terminaram, ficamos desejando um negócio sustentável, lindo, tudo verde, tudo regulado. Chegarmos a esse ponto é o desejável, mas não tem como ser uma ciência exata, nesse ponto não tem.

Então, cumprimentando a todos, trago aqui os argumentos para expor meus pontos de vista diante dessa empreitada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner pela sua contribuição a esse debate e pela descontração do ambiente.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin, em seguida, o Senador Waldemir Moka.

Senadora Vanessa Grazziotin, nobre representante do Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Taques, que está aqui, diz que está querendo cortar a minha palavra, Presidente, diz que não tenho mais que perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência assegurará a sua palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe, Sr. Presidente, estou dizendo a ela que o Chaves está bem vivo, estou discutindo com ela aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas a viagem para a Venezuela é mais tarde, é depois desse debate do Código Florestal.

Presidente, quero pedir mil desculpas, não só a V. Exª, mas aos nossos convidados, porque tive que me retirar durante boa parte das intervenções de V. Sªs para participar de uma reunião em outra comissão com a presença do Presidente do Banco Central.

Mas, perguntei, como questionei meus colegas, companheiros, senadores que aqui estão, inclusive algumas pessoas que estão participando do debate desde o início, tem um assunto que considero importante e que parece que não foi tocado e sequer questionado. Inclusive, o Relator, Senador Jorge Viana pediu-me que fizesse e eu falei: Senador, eu voltei exatamente para fazer essa pergunta.

E no que diz respeito ao tema Código Florestal, eu criei um prefácio para mim mesma. E o prefácio diz o seguinte: eu comemoro muito esse debate; eu comemoro, inclusive, a divergência do debate, a contradição das opiniões, os conflitos, porque acho que isso é importante. Na minha opinião, a situação anterior a esse debate era pior do que essa, porque era silenciosa. Era uma lei maravilhosa, duríssima e inaplicável. Inaplicável! Ninguém obedecia, porque não tinha condições.

Então, eu comemoro.

O Presidente me olha ali com um sorriso estampado, porque ele comemora também. Nós estivemos em uma viagem fora do Brasil e ele lá expôs, com muita propriedade, o tema do Código Florestal e mostrando a responsabilidade brasileira quanto à votação e aprovação desse tema. Então, quero dizer que comemoro e cumprimento por isso mesmo o Deputado Aldo Rebelo, a quem me reporto dizendo o seguinte: não fosse o empenho do Deputado Aldo Rebelo, suas andanças pelo Brasil todo, talvez nós não tivéssemos chegado ao estágio que chegamos. E eu conheço o Deputado Aldo Rebelo, sei do compromisso dele com o Brasil. E ter compromisso com o Brasil não é somente ter compromisso com o pequeno, o médio e o grande produtor, é ter compromisso com o Brasil. E o que é o Brasil? O que somos nós? Parte do meio ambiente.

Então, sei da preocupação que teve sempre o Deputado Aldo Rebelo.

Mas, a pergunta que faço para os senhores é o que tenho feito. E aí é um dos pontos que debati muito com o Deputado Aldo Rebelo; não tive a capacidade de convencê-lo, Senadora Kátia, não tive a capacidade de convencê-lo de um ponto que divergi desde o primeiro momento, que é essa liberação pura e simples da recomposição para áreas até quatro módulos. Inclusive uma dúvida, se é para todos, até o limite de quatro, ou só para quem tem até quatro. Eu entendo que é para todos até...

(intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É só até quatro? É só até quatro. No novo texto está claro que é até quatro módulos.

Eu tenho dúvida, eu sei, mas quem tem até quatro módulos, pode ser 20 hectares ou 400 hectares na Amazônia, na nossa região, na região do Senador e ex-governador Jorge Viana, na minha região 400 hectares, grande parte dos Municípios é o que representam quatro módulos. Mas, para lá, é considerado o pequeno produtor; e que nós temos que determinar a lei e pensar no ato da determinação da lei nas condições que esse agricultor, essa família vai ter para recompor e propor prever na própria lei. Porque eu não posso, pura e simplesmente, dizer que essa é a concepção. Vamos liberar da recomposição porque são pequenos produtores que não têm condições de promover, mas vamos dizer na lei qual será a forma que ocorrerá a recomposição, porque acho isso muito importante; até que ponto é aceitável e como se dará isso.

Então eu queria, ao fazer esse questionamento, ouvir a opinião de V. Sªs a respeito do assunto.

O segundo assunto, também muito objetivo, nós estamos tratando do Código Florestal. As florestas prestam um serviço ambiental fantástico, mas isso não é tratado no Código Florestal, sequer é remetido esse aspecto, nem citado para que fosse remetido à outra lei. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores e da senhora também, Drª Helena, a respeito desse assunto. Muito obrigada, Sr. Presidente. Procurei ser a mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A senhora foi exemplar no respeito ao tempo, Senadora Vanessa Grazziotin.

E vamos ao próximo inscrito, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, longe de querer polemizar, eu quero até me referir ao Sr. José Antônio Aleixo, é que acho que essa questão tem que ficar muito clara, até em respeito aos meus colegas na Câmara e da Comissão da qual eu fiz parte.

Eu tenho aqui o ofício aprovado na Comissão em que foi convidado o Sr. Marco Antônio Raupp, enfim, todos os membros. E não houve possibilidade de comparecer. O requerimento está datado de 10 de novembro de 2010. Então, houve um convite. Eu não quero mérito, o senhor disse que não está com o documento pronto, mas é correto então dizer: na época em que a Comissão nos chamou nós não tínhamos condições de comparecer porque não tínhamos ainda. Isso seria o correto. Mas, claro que eu entendo que os senhores foram convidados para participar; naquele momento foram. Talvez não fosse, mas era final do ano, e é um ano inteiro de debate.

Então, eu queria deixar isso claro, até para não... Mas que ficasse isso claro, para que a gente pudesse... A partir daqui vou me relacionar com os senhores. Eu quero dizer para os senhores que venho de uma formação também em que a pesquisa é muito importante, eu sou médico de formação, durante quinze anos dei aula de Física e Química. Então, evidentemente, a gente tem uma formação nessa área, e que vai me ajudar a compreender. Então, eu vejo da seguinte forma: a contribuição que a ciência pode dar é exatamente essa que o Senador Jorge Viana disse. É importante que a ciência se manifeste. Olhe, nós pensamos isso, isso e isso. A par do que os senhores colocarem, isso será importante quando da definição, que sempre será uma definição política. E nós não temos como não ter, até porque o País em algum momento vai ter que dizer: muito bem, isso aqui seria o ideal. Mas o País precisa produzir. São coisas... Ah, mas não pode ser a custo...

Então, se a gente pensasse isso, a gente podia ter aqui o Brasil como começou, as pessoas desmatando com machado. Claro que o impacto era muito pequeno, mas as pessoas podiam produzir. Se você vai produzir alimento em alguma área, o impacto ambiental vai ter, Senador Pedro Taques. Não tem como não ter. Agora, evidentemente, temos que reduzir o impacto o máximo possível; e essa é a contribuição da tecnologia.

Mas eu quero também colocar aqui, e aí, Senador Pedro Taques, evidentemente que o Código não será nem de produtor, nem de ambientalista. Não será, com certeza, porque 70% do Congresso é urbano.

Então, o que nós temos que fazer agora? É importante que os segmentos estejam representados e não me envergonho, em momento algum, de defender um segmento que acho legítimo. Exatamente esse embate de posições e idéias é que fará com que esta Casa seja esclarecida e tenha um meio termo, dentro do possível, para que a gente possa votar. Na minha avaliação, um terço que tenha como condição funda-

mental preservar o meio ambiente, mas que também não engesse o setor produtivo. Esse é o ideal. Se conseguirmos esse terço, os senhores, os produtores rurais querem isso. E como querem! Porque hoje, se vogar o decreto aqui, meu caro Presidente, 70, 80% dos produtores estariam na clandestinidade. Vou dar um exemplo: o Pantanal, eu levei a Comissão lá e fiz questão de mostrar. Ora, durante a cheia, no Pantanal, meu Deus do céu, tudo tem riacho, tudo tem, não há como. É uma planície que é inundada. Agora, há 250 anos se pratica a pecuária extensiva no Pantanal e o Pantanal é um "bioma" dos mais preservados que temos no País. E quem preservou isso? O pantaneiro, o produtor rural. Só para dar um exemplo das coisas.

Por isso que nós defendemos também que biomas específicos, como o Pantanal, é claro que tem que ter uma legislação específica. Como é que o Congresso... Tem dois Estados: o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul e nem mais nenhum. Será que no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul o Pantanal não vai ser bem debatido, com esse conhecimento? É claro que nós temos que ter uma legislação maior e assegurando realmente, dando os pontos importantes.

O Senador Blairo Maggi colocou aqui que muitas vezes o produtor produz, mas nem sempre ele pode fazer alternativa de cultura. Por quê? Porque nós não temos infraestrutura, nós não temos logística. Então, há uma série de coisas além da visão dos senhores, da ciência, que é o aspecto prático de quem produz no campo e que precisa ter renda. Porque, ao longo do tempo, a renda do produtor foi cada vez diminuindo mais, e nós estamos vendo o percentual. E a própria ciência diz o seguinte: nós precisamos ter...

Rodrigo, eu acho que esse é o ponto importante que não foi colocado na Câmara e que, talvez, nós devêssemos colocar aqui no Senado. Até aproveitando o que diz o Senador Eduardo Braga, o pessoal da Amazônia, que é exatamente compensar o produtor que tem a sua reserva legal, que faz com que a qualidade de vida no Planeta seja coletivamente melhor. Só que hoje ele não ganha nada por isso. Se você for a outros países e perguntar, por exemplo, para os americanos, verá que, na propriedade dele, ele pode ocupar 100%. Então, quem faz a reserva legal lá? O governo. O governo é que tem a área; agora, o produtor rural americano usa 100% da área dele. E tudo isso eu quero debater com o senhor, com muita tranquilidade.

Às vezes, eu falo com uma certa emoção porque eu sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, cuja economia depende fundamentalmente da agricultura, da pecuária. Mas se você falar para um sul-mato-grossense que vai acabar com o Pantanal ou vai criar qualquer problema com o Pantanal, evidentemente que o sul-mato-grossense e o mato-grossense vão reagir violentamente.

Nós não queremos isso. Nós queremos uma legislação que estimule a preservação, mas, pelo amor de Deus, chega de criminalizar o produtor. Chega de criminalizar aquele que, nos últimos tempos, produziu R$60 bilhões contra R$40 bilhões, que foi o déficit de todos os outros setores. Cobriu todo o déficit e ainda deu R$20 bilhões de superávit para este País. É deste setor que estamos tratando aqui, senhores. E, por isso, a questão econômica tem que ser levada em consideração.

Ouço aqui, só para terminar, recuperação de pastagens degradadas; isso é tudo que o pecuarista quer ouvir. Por quê? Porque isso é uma coisa cara. E por quê? Porque hoje é mais barato abrir uma nova área do que recuperar a pastagem degradada. Agora, se nós tivermos dinheiro no orçamento, com um projeto, com uma fonte de financiamento, os senhores verão que os produtores rurais, os pecuaristas vão financiar a recuperação das suas pastagens degradadas com grande ganho na questão ambiental, porque as plantas, as gramíneas, ao nascerem, vão capturar o carbono, que é tudo o que nós queremos.

Falei demais, Sr. Presidente. Mas eu acho que este é um debate importante. Agradeço a presença de todos os senhores aqui e acho que este debate é realmente oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. Saiba que a sua contribuição é sempre muito importante neste debate.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz, em seguida, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Ana Rita.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Rodrigo Rollemberg, demais Senadores aqui presentes e debatedores, a cada debate que acontece nessa agenda proposta pelos nossos Relatores do Código Florestal, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, e as Comissões de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, eu me sinto um pouco mais fortalecido porque acho que estamos cumprindo com algo muito bom para o Brasil, que é fazer com que este tema seja exaustivamente debatido. E nós vamos ter que manter este ritmo de audiências públicas para, cada vez mais, municiar os Senadores das informações que se fazem necessárias para uma tomada de decisão consciente, uma decisão que não venha, amanhã ou depois, servir de peso de consciência para nós.

Então, os números apresentados, os dados científicos, as observações feitas por cada um dos debatedores nos dão a dimensão da responsabilidade que

temos. Temos unanimidade no que diz respeito à necessidade de aumentar a produção, porque o Brasil é um grande contribuinte para a alimentação do mundo, e não podemos imaginar o Brasil diminuindo a sua produção, mas, sim, aumentando. Só que todo o trabalho desenvolvido pela Embrapa nos mostra que é possível, sim, aumentar a produção, aumentar a produtividade, sem degradação do meio ambiente, sem pressão sobre as nossas florestas, e fazendo com que o Brasil continue sendo o país que consegue produzir com sustentabilidade.

E eu, sinceramente, não entendo o porquê do incômodo de alguns dos nossos nobres Senadores no que diz respeito a isso. Eu acho que a ciência só vem para contribuir. Ela não nos ameaça. Pelo contrário, ela nos dá luz! Ela traz luz na obscuridade! Nós estamos vivendo um debate em que, em determinados momentos, parece que o obscurantismo medieval volta: "Ou temos aumento de produção, ou estamos sob ameaça". Nós não estamos sob ameaça, porque a ciência está a favor do aumento da produção! É isso que estou entendendo. Aliás, todo o esforço da Embrapa no sentido de desenvolver novas tecnologias é para isso.

Então, estamos diante de um Brasil que tem todas as possibilidades de continuar crescendo e aumentando sua produtividade, e continuar sendo um país que respeita o meio ambiente. E, quanto a provocação que se coloca "Ah, mas nos Estados Unidos não tem APP!", "Ah, nos demais países não se pratica isso!", eu acho que nós estamos maduros o suficiente para construirmos o nosso próprio caminho. Nós estamos maduros o suficiente para dar a resposta que o planeta está pedindo. Nós estamos diante de situações absolutamente ameaçadoras, e esse assunto tem que ser debatido com total tranquilidade.

Há situações e situações a serem apreciadas. Na Amazônia, por exemplo, a reserva se faz absolutamente imprescindível, e há áreas já antropizadas, que podem aumentar, tranquilamente, sua produtividade, que não chegaram ainda a sua exaustão. Nós temos possibilidade, sim, de produzir muito mais com as áreas que temos já abertas. Por que se coloca que, se não mantivermos essa escalada de desmatamento, não aumentamos a produtividade?

Então, eu acho que temos, sim, todas as possibilidades para construir um consenso, juntando a ciência, a necessidade de produzir e a boa vontade de todos. Acho que o Senado vai pôr o ponto de equilíbrio nesse debate, e eu insisto: acho que, quanto mais claro nos fizermos neste debate, quanto mais nos fizermos entender pelas crianças... Pelas crianças, porque, no nosso pacto de gerações, temos que levar em conta o futuro. E as futuras gerações têm que ser levadas em conta neste nosso debate, porque, se não nos fizermos entender pelas crianças, se elas não dominarem este assunto ao longo dos quatro, cinco, seis meses que forem necessários...

E nós não estamos sob ameaça, porque a Presidente Dilma suspendeu, a Presidente Dilma reeditou o decreto, permitindo que ninguém seja penalizado daqui até dezembro. Então, temos tempo de sobra para discutir este assunto, sem que o produtor seja penalizado até lá. E, daqui para lá, acredito que vamos encontrar uma saída elevada para este assunto, e vamos ter um Código Florestal e uma política para a agricultura no Brasil que vai, sim, dar resposta ao que o Brasil necessita e espera de nós Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, eu queria, em primeiro lugar, dizer que lamento não ter podido ficar aqui o tempo todo. Não sei se os nossos convidados sabem, mas somos esquartejados, porque pertencemos a diferentes Comissões, e, às vezes, como foi meu caso, tive que relatar uma matéria na Comissão de Educação, havia uma audiência em que eu precisava intervir, com o presidente do Banco Central, na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, só pude aproveitar do aperitivo – e, aliás, foi muito tentador ouvir as primeiras exposições. Então, corro o risco de chover no molhado se perguntar sobre assuntos que já foram respondidos.

Eu não vou tratar de questões jurídicas – anistia ou não anistia, qual é a data de corte, qual não é a data de corte –, porque não creio que seja o campo temático dos nossos convidados. Eu queria fazer algumas perguntas sobre o projeto de lei da Câmara e sobre a sua repercussão.

Primeiro, a possibilidade de compensação de reserva legal no mesmo bioma. Eu desmato em São Paulo e compenso na Bahia. Isso faz sentido do ponto de vista da função ecológica da reserva legal na opinião dos senhores?

Segundo, há um artigo do projeto que veio da Câmara que dispensa os proprietários que possuam até quatro módulos fiscais de recompor a sua área de preservação permanente, especialmente a mata ciliar. Tenho uma pequena propriedade, conservo a minha mata ciliar, como manda a lei, mas quem está acima de mim no córrego não o faz. Eu recebo a enxurrada dele a erosão dele, e ele tem mais área aproveitável que a minha, embora eu considere que manter mata é muito bom para o próprio produtor.

No caso, o projeto da Câmara mistura dois critérios: o ecológico e o social. Acho que são coisas que não podem ser misturadas; daí porque concorde com uma linha sugerida pelo nobre Senador Moka, apenas esboçada no projeto de lei da Câmara, qual seja, o pagamento por serviços ambientais do pequeno proprietário que não tenha condições de bancar o seu passivo ambiental ou de resgatá-lo.

A terceira pergunta diz respeito à questão federativa. Não quero discuti-la juridicamente. Os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre meio ambiente, e alguns Estados têm aproveitado essa competência para elaborar uma legislação própria. Minas Gerais tem isso; o Estado de Santa Catarina foi muito mencionado. Mesmo no Estado de São Paulo, recentemente, foi aprovada uma lei que permite a recomposição da reserva legal com espécies exóticas desde que combinadas com espécies nativas. Eu venho de uma região do Estado de São Paulo que é a maior produtora de látex do Brasil – eu mesmo sou um modesto produtor de borracha. Então, existe essa possibilidade.

A Comissão chegou a fazer um balanço de qual foi o resultado dessa possibilidade constitucional de os Estados legislarem/ Há sempre um argumento *ad terrorem* de que, se abrir a competência aos Estados, vai ser uma devastação geral. Então, pergunto: há um balanço, fizeram alguma análise de qual foi o resultado dessa ocupação do espaço legislativo pelos Estados?

Eram essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg; Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de direcionar duas perguntas especialmente aos representantes da SBPC e também da ABC.

A primeira pergunta se refere ao inciso III do §3º, em que o texto aprovado pela Câmara adota o dia 22 de julho de 2008 como marco temporal para as áreas consolidadas. Então, até essa data os desmatamentos ficariam consolidados e, daí para frente, os desmatamentos seriam penalizados. Qual é a minha pergunta? O atual sistema de satélites brasileiros permite a indicação precisa de quais áreas estavam desmatadas nessa data? Ou seja, a minha pergunta é: os satélites brasileiros permitem a indicação das áreas desmatadas até 2008 realmente, para que a gente possa ter esse marco temporal de fato assegurado?

Pergunto porque o que percebemos é que está havendo muito desmatamento recentemente. Então, gostaríamos de saber se os satélites conseguem, de fato, garantir esse desmatamento até 2008.

Uma outra pergunta é com relação às APPs. O estudo avaliou a versão em que se propôs a redução de 30 para 15 metros de APP ripária para os rios com até 5 metros de largura. A versão aprovada retomou os limites originais de APP, conforme a Lei nº 4.771, de 1965, mas abre a possibilidade de recomposição de apenas 15 metros para as áreas consolidadas.

Como a SBPC e a ABC avaliam essa alteração? Qual é a avaliação de vocês com relação a isso?

Então, são essas duas perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Não havendo mais nenhum dos inscritos presentes, antes de passar a palavra para os nossos convidados fazerem suas observações e respostas aos questionamentos, eu quero agradecer a presença de todos e fazer uma homenagem à ciência brasileira. Eu entendo que a ciência tem uma enorme contribuição a dar a esse debate e basta vermos os dados que foram apresentados – salvo engano pelo Dr. Celso Manzatto – que mostram que, nos últimos 30 anos, o Brasil aumentou sua área agrícola em 45,6% e aumentou a sua produção em 268%. Se conseguiu fazer isso foi graças à ciência, foi graças ao desenvolvimento científico e tecnológico, às inovações no setor agrícola e pecuário.

Vou fazer algumas observações aqui, reitero e tenho defendido que para que efetivamente a gente consiga recuperar, dê efetividade ao Código de recuperação, especialmente das áreas de preservação permanente, entendo que precisamos criar instrumentos econômicos que incentivem especialmente o pequeno proprietário, o pequeno produtor, o agricultor familiar a recuperar a sua área de preservação permanente.

Então, nós corremos o risco de aprovarmos um código que não se efetivará. Entendo que isso é absolutamente justo porque, ao fazê-lo, ele estará prestando também um bem, que é coletivo, um benefício coletivo. E, ao mesmo tempo, estaremos abrindo uma janela de oportunidade no nosso País, especialmente para o setor florestal brasileiro, na área de produção de sementes, na área de produção de mudas. E, ao ver a apresentação do Dr. Celso Manzatto, com quem já tive oportunidade de conversar algumas vezes – e aí quero dizer, Prof. Elíbio, que nós aceitamos, a Comissão aceita a disponibilidade da comunidade científica de fazer um esforço concentrado para ver que tipo de contribuição pode dar a esse debate. Mas tem um gráfico ali que é extremamente interessante, que mostra como o plantio direto reduziu os processos de erosão e assoreamento. Para mim está claro, é absolutamente claro que, do ponto de vista de política pública, quem utiliza uma técnica dessa, deve ter um financiamento

diferenciado em relação a quem não usa – ou seja, a política pública.

Quero aqui mais uma vez lembrar o exemplo dado pelo Senador Blairo Maggi, se referindo ao seu pai, agricultor no Paraná, que tinha resistência a utilizar as curvas de nível na produção agrícola. A partir do momento que o Banco do Brasil condicionou o financiamento à elaboração de curvas de nível – mais uma contribuição da ciência –, ele resistiu dois, três anos e, a partir disso, passou a fazer e nunca mais deixou de fazer. Saiu ganhando com isso. O Banco exigia.

Portanto, nesse debate, estou muito animado com a mobilização da sociedade brasileira em torno desse debate e consciente que nós temos uma agenda fantástica para o Brasil, não apenas na discussão do Código Florestal, mas na agenda pós-Código Florestal. E aqui eu quero alertar que a Comissão de Meio Ambiente do Senado, por uma resolução – salvo engano, a Resolução nº 1, da Comissão Mista de Orçamento –, nós não podemos, por exemplo, colocar na emenda orçamentária recursos para o Ministério da Agricultura, para a Embrapa, por exemplo. É claro que o que nós precisamos fazer aqui – e estamos fazendo um grande esforço de entendimento em torno do Código Florestal, e esse esforço de entendimento deve continuar posteriormente a aprovação do Código Florestal – é acabar com a dicotomia entre a agricultura e meio ambiente, e para isso nós vamos precisar investir cada vez mais em conhecimento, porque o conhecimento foi o maior responsável para que nós não avançássemos mais nos nossos biomas em uma quantidade muito menor de áreas, aumentando a nossa produtividade.

Agora, está claro para mim também nas apresentações, especialmente, salvo engano também nesse caso específico do Celso Manzatto, de que um dos grandes desafios da agricultura e da pecuária brasileira hoje é aumentar a produtividade da pecuária. Porque nós aumentamos muito a produtividade da agricultura nos últimos anos, mas aumentamos muito pouco a produtividade da pecuária brasileira. E se o nosso grande desafio é fazer avançar a produção de alimentos e a produção de energia nas áreas de pastagem degradadas que nós temos no nosso País, para que a gente mantenha a atividade pecuária nós precisamos, para aliar as duas, aumentar muito a produtividade da pecuária brasileira, que vai abrir áreas de pastagens – para a produção familiar também, é verdade – para a agricultura e isso vai reduzir a pressão sobre novos biomas.

Então, eu queria aqui registrar que nós temos uma agenda que nós já devemos começar a construir conjuntamente como um pacto dos senadores da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura, é dessa atuação conjunta pós Código Florestal. Por exemplo: a questão do zoneamento ecológico e econômico, e a questão do zoneamento agrícola, que é fundamental para que a gente possa... e essa informação é do interesse de todos. É claro que o agricultor quer saber qual a cultura mais propícia para aquele tipo de solo que ele tem e que vai impactar menos. Portanto, a questão do zoneamento é fundamental. A questão do mapa de solo. Ora, se para a ciência o fundamental seria definir as áreas de preservação permanente pela declividade, pela textura, pela espessura do solo, pelos recursos genéticos previstos ali naquela área de preservação permanente, nós precisamos ter mapa de solos. E para implementar esse desafio colocado pelo Dr. Ricardo, de extrema importância, de buscar construir, simular onde deveriam estar as áreas de reserva legal, onde ela seriam preservadas, qual a área menos nobre – digamos assim – da propriedade e guardar as áreas mais nobres para a produção agrícola, nós temos que investir nesse conhecimento. Acho muito interessante esse desafio que se coloca de criar os instrumentos de zoneamento, de pesquisa para apontar essas simulações de onde deveriam ser feitas as compensações. Agora, percebo também que outro pacto, digamos assim, que deveríamos fazer das diversas Comissões desta Casa, do Senado, do Congresso Nacional, é em torno da necessidade – que está muito presente na exposição do Dr. Ricardo – de intensificarmos, aparelharmos a assistência técnica e a extensão rural no nosso País, porque grande parte dessas questões colocadas, tanto do ponto de vista da orientação quanto do ponto de vista, depois, da correção, nós só conseguiremos fazer se tivermos, efetivamente, uma assistência técnica, uma extensão rural mobilizada para aproveitar o conhecimento produzido nas universidades, nos institutos de pesquisa, na Embrapa para fazer chegar ao produtor rural. São todas contribuições extremamente significativas que eu percebo que a ciência pode dar a esse debate, não apenas em relação à atualização do Código Florestal, mas a um debate posterior a aprovação do Código Florestal.

Eram essas as colocações e consulto o Senador Randolfe se quer fazer alguma colocação antes de passarmos à palavra aos membros da Mesa, agradecendo, mais uma vez, aos representantes da comunidade científica por essa enorme contribuição que trazem a esse debate.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu tenho de me ausentar, porque me comprometi de participar de um debate agora, às 13 horas. É um compromisso assumido e achei que até 1 hora da tarde seria o tempo que nós levaríamos aqui. Eu peço desculpas, porque acabei fazendo algumas colocações e, pela minha educação, teria que ouvi-los.

Então, peço desculpas, porque assumi esse compromisso e preciso me retirar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Só uma intervenção, é muito bom saber que o senhor foi professor por 15 anos. Então o senhor sabe que desmatamento zero pode ser difícil, mas ressentimento zero, entre nós, está garantido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não tinha a menor dúvida, porque eu sei que o homem de ciência tem a mente e o cérebro abertos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua contribuição. Nós ouviremos por V. Exª. Mas agradecemos a contribuição, sempre valiosa, de V. Exª.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente Rodrigo, estou satisfeito em especial com os questionamentos feitos pelo Senador Aloysio. Sinto-me contemplado. Mas o Senador Aloysio toca em dois pontos que considero importantes ouvirmos da Comissão e dos Membros que estão à Mesa.

Um é questão se existe... Eu quero só reforçar esse questionamento, mas se existe alguma pesquisa, algum estudo, alguma informação sobre a possibilidade da flexibilização da legislação para os Estados? Se existe algum estudo sobre o impacto que isso poderia concretamente trazer ao meio ambiente?

O segundo, também em relação à questão da reserva legal, nos mesmos termos que aqui foi questionado pelo Senador Aloysio, no sentido de: O que a ciência tem dito, tem estudado sobre esta possibilidade de compensação de biomas de reserva legal? Reiterando o termo de desmatamento no Rio Grande do Sul compensar com bioma idêntico ou igual em Goiás ou em outra Unidade Federada.

Esses dois questionamentos eu considero importantes para a construção de uma opinião, aqui por parte da Comissão de Meio Ambiente.

No mais, Sr. Presidente, aí é um questionamento, em virtude não ao tema aqui propício, mas a V. Exª, como Presidente da Comissão, se nós teremos, ainda nesta semana, outra reunião desta Comissão? E visto que a outra semana é a última antes do recesso, quantas... Enfim, estamos aqui paralelamente, a nossa Comissão é de Meio Ambiente; Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Eu tenho um tema que é referente à última parte, fiscalização e controle.

Nós temos dois requerimentos que estamos protocolando nesta Comissão, de minha lavra e do Senador Pedro Taques. O primeiro é para convidar os membros da direção do Dnit, que foram afastados esta semana pela Presidente Dilma; e o outro é para convocar o Ministro dos Transportes para vir a esta Comissão.

É um requerimento assinado por mim e pelo Senador Pedro Taques e, por isso, quero comunicar a esta Comissão. É lógico que esses requerimentos se referem à última parte da definição da nossa Comissão, que é a parte que trata da fiscalização e do controle.

Mas eu queria só uma informação de V. Exª, Sr. Presidente: quantas reuniões ainda teremos para, nelas, poder fazer a leitura do requerimento e termos a apreciação de ambos?

Eram essas as considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Randolfe.

Nós ainda não definimos quantas reuniões ainda teremos até o recesso, certamente mais uma na semana que vem. Mas a nossa ideia é tentar, nesta semana ainda, talvez na quinta-feira, fazer uma reunião deliberativa para tentar limpar a pauta dos projetos que estão na Comissão.

Quero registrar que já se encontra aqui na mesa o requerimento, de autoria do Senador Blairo Maggi, assinado por mim, solicitando um convite para que o Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, preste esclarecimentos nesta Comissão. Se houver concordância, nós vamos submetê-lo extrapauta no final.

Passo a palavra ao professor Aleixo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Sr. Presidente Rollemberg, acho que, em nome do GT – a professora Ana já agradeceu –, nós gostaríamos muito de agradecer pela convocação. Podem ficar tranquilos, nós aprendemos muito com vocês. Não viemos para ensinar, viemos para trocar informações com vocês. Realmente foi muito informativo e eu até gostaria de fazer uma solicitação ao Senador que nos mande a gravação da reunião porque, certamente, há muita coisa importante que vai ser possível ser respondida em pouco tempo e temos que fazer alguma consulta.

Com relação ao Senador Jorge Viana, com relação às cidades, o Carlos Nobre faz parte desse GT e amanhã ele falará na Comissão de Ciência e Tecnologia e vai se encarregar dessa parte específica.

Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento, e que a Senador Kátia Abreu estivesse aqui, mas como vai ficar gravado ela ouvira depois. O esclarecimento

é sobre o que aconteceu no GT. Gente, o GT foi extremamente democrático, a questão com o Senador Alysson Paulinelli foi uma questão pontual, ele simplesmente não gostou de uma palavra posta num documento e saiu do GT sem nos dizer o porquê. Porque se ele tivesse voltado nós teríamos dialogado. Temos carta dele muito elogiosa, muito educada. Isso aconteceu ele infelizmente foi para a imprensa, é um direito que lhe assiste. Quanto ao pesquisador da Embrapa, Gustavo Cursio, como a Senadora falou que ele saiu do GT, na realidade ele foi convocado uma vez para o GT como convidado. Se ele quisesse participar que, obviamente, ele participaria, seria um prazer nosso. Oficialmente, ele ao fazia parte do GT. Inclusive enviou uma carta muito delicada, para mim, dizendo que não poderia voltar porque iria a um encontro em Cancun.

Não estou querendo rebate o que a Senador falou, mas são informações que vocês têm que ficar cientes. Todas as nossas reuniões foram gravadas, como está sendo feito aqui. O objetivo não era tutelar as conversas de "a"ou 'b", mas porque foram mais de 10 reuniões, por dois dias, foram mais de 80 horas de gravação, que certamente vamos precisar delas.

O Presidente já me avisa sobre o tempo, vou ser tão breve quanto Fidel Castro.

Gostaria de mais uma vez agradecer e dizer que existe um ditado de D. Pedro II que admiro muito Eu sei que os senhores sabem dosar a velocidade da vocação do Código, mas D. Pedro II, quando o cocheiro queria corre muito, ele dizia: "Devagar que eu tenho pressa".

Então, a decisão está nas mãos dos senhores. Tenho certeza de que os senhores vão dosar a velocidade que seja necessária. Quero agradecer em particular ao Professor Joly que não está aqui conosco, porque o avião não chegou na hora. Joly, muito obrigado, e aos membros do GT muito obrigado em nome da SBPC e ABC.

Agradeço a todos a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Aleixo.

Passo a palavra ao Professor Antonio Donato Nobre.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Vou tentar ser breve em relação às perguntas colocadas.

O Senador Pedro Taques perguntou se o substitutivo prejudicará, o texto que chegou da Câmara. Só tenho a responder que o seguinte. Esse documento aqui tem a resposta. Ou seja, o que nós analisamos é um pouco diferente do que foi aprovado e que no nosso entendimento preliminar, o que foi aprovado piora várias coisas daquilo que nós já havíamos analisado criticamente. Então a gente não estaria aqui se aquele texto estivesse e citando o próprio Deputado Aldo Rebelo com quem nos entrevistamos, ele reconhece que o texto não é ideal, e que poderia ser uma coisa melhor. Lamentou que a ciência não participou. Vamos esquecer o passado e conversar sobre as questões que o Senador Jorge Viana colocou sobre o caminho novo e os princípios a seguir.

Na seção III do nosso a gente coloca como proposta de encaminhamentos futuros vários pontos que são os princípios gerais que entendemos. Vou ler apenas dois, que no meu entender, são críticos, que devem ser fundamentados numa construção participativa de consenso que é óbvio.

"deverá estar embasado numa visão plural e propositiva que integre o meio rural com o urbano – como a Senadora Ana Amélia estava preocupada – respeitando as particularidades ambientais de cada bioma, dentro de um conceito de ordenamento territorial e planejamento da paisagem".

Nós até criamos expressão chamada: paisagens produtivas sustentáveis. Ao invés de falarmos paisagens agrícolas ou paisagens naturais, devemos pensar no integração. Então isso daí já mostra esses princípios.

Há uma questão que eu me proponho a pincelar: a questão do clima.

O Senador Gurgacz, na última vez que estivemos aqui, nos consultou muito interessado sobre a questão dos 80% na Amazônia, de reserva legal, e da dificuldade dos proprietários lá. E a resposta que eu dei a ele foi que a floresta, na Amazônia, tem um papel fundamental na circulação de água na América do Sul. Isso são resultados de pesquisas, existem muitos estudos publicados sobre isso, que são os Rios Voadores. O quadrilátero que vai de Cuiabá a Buenos Aires e de São Paulo aos Andes, que produz 70% do PIB da América do Sul, depende da água que vem da Amazônia.

Então, quando a gente fala de floresta, nós estamos falando das árvores, são gêiseres, transferem umidade para a atmosfera. São 20 bilhões de tonelada de água evaporada por dia na Amazônia. Para vocês terem uma ideia, a energia envolvida nesse processo consumiria 50 mil itaipus. Esse é o motor, o motor hidrológico. Quando a gente fala de propriedade na Amazônia, não quero culpar o pobre do fazendeiro de gado que só sabe criar gado e que foi para lá e está com 80% da propriedade inviabilizada. Eu entendo a demanda, entendemos a demanda. Porém, temos que encontrar um caminho que contemple essa realidade. É uma realidade inescapável.

Obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós que agradecemos, Prof. Dr. Antonio Donato Nobre. V. Sª traz uma grande contribuição a este debate.

Com a palavra o Dr. Celso Manzatto, da Embrapa.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Senador Rollemberg, obrigado. Três minutos, não dá para olhar tudo aqui, então vou tentar aquelas que me são mais afetas: a questão do princípio, Senadores Pedro Taques e Jorge Viana, e a questão da própria ciência.

De fato, tivemos um período, em nosso País, em que pouco se fez do ponto de vista de zoneamento – vários Estados o fizeram – e planejamento. Isso teve reflexo na nossa ciência na medida em que despertamos tarde para a questão até da própria tramitação do Código Florestal. É uma mea-culpa que podemos fazer em relação a ter mais informações, por exemplo, informações prementes sobre a questão da quantificação de serviços ambientais que a Embrapa e toda a Academia está tendo que fazer; a quantificação não é algo muito simples.

Mas, no tocante às questões do Código Florestal, o entendimento maior como princípio, Senador Jorge e Senador Pedro, é que estamos trabalhando ou lidando com conflitos de interesses todos legítimos e que temos, então, de uma forma – e o Congresso Nacional é a casa apropriada –, que lidar com esses conflitos. Nós entendemos, Embrapa e instituições que compõem o GT, que as nossas contribuições servem apenas para embasá-los na tomada de decisão, que certamente é política. Não há outro entendimento que não esse em relação ao que estamos aqui fazendo.

A questão da flexibilização, Senador, sinceramente, só posso dizer que há que se pensar em como, na legislação, ela pode ser aplicada no futuro, como vai se compensar algo em outro Estado, com outra legislação ambiental, com a outra Secretaria de Meio Ambiente a questão de como fazer a fiscalização disso e mesmo a própria política de cada Estado em relação à sua agenda ambiental. Por exemplo, Estados que hoje já têm compromissos com a redução do gás carbônico, como São Paulo, onde a questão do próprio reflorestamento é uma agenda positiva colocada dentro do Estado. Então, há que se pensar que não se vá criar algum problema em relação às políticas de cada um dos Estados. Não é apenas a questão de uma eventual compensação focada no preço da terra, mas é algo que tem que ser, de fato, pensado.

De uma forma geral, gostaria de agradecer a nossa participação e colocar-nos, a Embrapa, a Embrapa Meio Ambiente, à disposição dos Srs. Senadores, inclusive para um convite, mais adiante, na questão do clima, para o senhores conheceram o que nós, na Embrapa, já estamos nos preocupando em relação à mudança climática, a questão das doenças, das pragas e da influência que essa questão terá no futuro. Entendemos que toda a discussão do Código e a agenda ambiental pós-Código, vai se dar em relação a como vamos encarar esses custos ou oportunidades dentro de uma economia verde. E quanto poderemos, então, do ponto de vista de investimentos e de aplicação nessas áreas, desenvolver novos negócios como alavanca de desenvolvimento da nossa economia.

Vamos lembrar da retomada da produção de etanol no Brasil, como um vetor de desenvolvimento econômico, dentro de uma filosofia de uma economia verde, e também, olhar toda a questão de oportunidade que hoje vemos na indústria, e vou citar apenas uma, uma revendedora de pneu que usa a questão da economia verde como mote para alavancar as suas vendas e revendas. Essas são as novas oportunidades, as novas possibilidades que se abrem dentro de uma visão, dentro de mundo que, certamente, terá que fazer um esforço de descarbonizar a sua economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Dr. Celso Manzatto, pela contribuição que V. Srª traz a esse debate e passo a palavra ao Dr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado Senador Rollemberg, fico muito contente aqui com a nossa participação, pela síntese que foi feita pelo Senador Rollemberg. Acho que S. Exª pegou exatamente a essência do que viemos falar aqui e fico muito feliz, porque realmente acho que V. Exª conseguiu traduzir e certamente vai conseguir levar isso para os trabalhos futuros deste tema nesta Comissão.

Com relação a uma questão que foi colocada muito claramente pelo Senador Pedro, se há prejuízo; há prejuízo. Com certeza tem prejuízo e está explícito na nossa apresentação e os prejuízos são, em alguns momentos, bastante intensos. Então, isso precisa ficar esclarecido. O Senador Jorge coloca a questão dos princípios, que acho que é muito interessante.

Além daquilo que está no livro que o Donato já leu, temos um princípio, para a discussão do Código, que é o contexto; 55% da nossa área agrícola, já disponível para a agricultura, está ocupada com pastagem, em cima dessa produtividade que comentamos.

Então, essa é a nossa realidade, 55% está com pastagem com baixa produtividade, onde não foi, historicamente, aplicado um pacote tecnológico. E a maioria das nossas florestas não estão protegidas, não têm instrumento de proteção.

Então, fica claro que vamos usar adequadamente as nossas áreas agrícolas antes de qualquer possibilidade de novos desmatamentos ou de políticas que levem a novos desmatamentos. Temos que tratar os pequenos produtores, a agricultura familiar de forma diferenciada; temos que tratar algumas culturas de for-

ma diferenciada. E vejo, por exemplo, o Deputado falar da questão da viticultura, da questão do café, das encostas. Se formos computar, em termos de área para a agricultura, estaremos falando de 3%, 4% da área agrícola, que está disponível. Então, não vamos mudar 97% da agricultura por causa de 3% da área agrícola. Esses casos têm que ser tratados diferencialmente, lógico. Temos que tratar a questão da viticultura de forma diferenciada, temos que tratar a questão do arroz de forma diferenciada, mas isso representa 3% da nossa atividade de produção agrícola. Não é por isso que vamos mudar os 97%. Então, essa é uma questão de princípio que acho que tem que estar, porque colocando essas pequenas exceções foi mudado tudo.

Então, isso precisa ficar muito claro. Alguns ambientes e algumas culturas também têm que ser tratados de forma diferenciada, como é a questão do Pantanal, sem problema nenhum. Então, isso é consenso, inclusive da academia.

A questão que foi colocada pelo Senador Aloysio e reforçada pelo Senador Randolfe, a questão do bioma, fica muito claro para a ciência que a proposta de bioma, em termos ambientais, é muito ruim. Por quê? Porque no bioma mata atlântica você tem muitos ecossistemas que, no seu conjunto, fazem a conservação da biodiversidade. Então, não dá para São Paulo compensar o seu déficit de reserva legal numa floresta no sertão de Pernambuco, porque conservará uma coisa muito diferente do que deveria conservar em São Paulo. Ambientalmente, isso não é aceito, e nem deveria ser aceito em termos de mercado. Logicamente, se abrirmos o mercado, isso é mercado podre da compensação, porque uma usina de cana compensará, em Recife, Pernambuco, num preço de terra muito diferente do que daqui. Acho que isso não tem vantagem nem de mercado. Então, nós não defendemos isso.

Um paradigma foi colocado pela Senadora; precisa ficar claro que restauração no Brasil não se dá nesses termos que tem sido colocada nas falas. Por exemplo, para a Amazônia – e estamos falando de toda a Amazônia –, a restauração é basicamente abandono e condução da regeneração natural, com baixíssimo investimento. Essa é uma questão que precisa ficar clara. Hoje essa questão não é colocada como custo.

E a Senadora Ana Rita coloca a questão das áreas consolidadas. Eu nem discutiria se há instrumento de imagem ou não.

Veio da Câmara para cá um avanço interessantíssimo, voltando os 30 metros de APP. Entendo que, nessa volta, considerou-se a importância das áreas de preservação permanente para todos os serviços ambientais, de conservação de água, de solo, de corredor ecológico etc. Se se trata daquelas áreas consolidadas que já estão usadas, a APP já foi desmatada e não precisa restaurar, você jogou fora todo o serviço, a importância da APP. E mais que isso: se só se restauram 15 metros, então traz a APP para 15 metros, que é, pelo menos, mais honesto. Essa é a discussão que eu faria.

Gostaria de agradecer novamente ao Senador Rollemberg, porque acho que ele pegou muito a essência da nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Passo a palavra ao Dr. Elíbio, da Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Antes de mais nada, gostaria de parabenizar e agradecer a intervenção do Senador Rodrigo Rollemberg, muito apropriada, oportuna, focada, que certamente sumarizou bem o nosso interesse sobre o Código Florestal.

O que eu tenho a dizer, enfatizando o que eu já disse, é que a nova métrica da agricultura, que envolve muito mais do que floresta e produção agrícola, é importante, é fundamental, é uma oportunidade para o Brasil, e nós devemos usá-la da melhor forma. Então, a palavra é intensificação sustentável da produção de alimentos em nosso País.

E eu fico muito feliz pelo entendimento e pela oportunidade de, mais uma vez, esta Casa trazer a ciência como subsídio para tomar a decisão. Nós estamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio, V. Sª também trouxe uma grande contribuição a este debate. E nós agradecemos, mais uma vez, a disposição de participar, num esforço concentrado, do debate sobre o Código Florestal.

Passo a palavra à Drª Helena Nader, Presidente da SBPC, à véspera da realização do Congresso, mais um encontro nacional da SBPC, que se realizará em Goiânia a partir do próximo dia 10. Agradeço a sua presença.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Eu quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg e aos senhores que estão aqui, desde 8h30 da manhã, participando deste debate, e reiterar, mais uma vez, que a ciência brasileira reconhece publicamente – e tem dito isso inúmeras vezes – a força econômica da agropecuária brasileira, que nos levou ao ponto que chegamos na economia.

Apesar de eu ser da área da saúde, sei que isso começou, na verdade, com a escola de agronomia mais antiga deste País, que está no recôncavo baiano.

Ela foi criada por D. Pedro I e hoje é a Universidade Federal do Recôncavo Baiano. É a escola mais antiga das Américas. O senhor está vendo que eu conheço alguma coisinha. Eu tenho muito orgulho da nossa história, e eu estudo muito. Não sei se o ano foi 1824 ou 1825, não sei o número exato, mas foi D. Pedro I quem a criou, e ela fica em Cruz das Almas. É espetacular a história ali. Depois vem a criação de outras escolas, vem a Esalq e a nossa Embrapa.

Quem não tem orgulho da Embrapa? Talvez o brasileiro que ainda não aprendeu a falar e a ouvir, o recém-nascido, mas que já tem alimentação garantida via agropecuária brasileira.

Ao mesmo tempo, pouco conhecemos da biodiversidade brasileira. Somos um continente, na verdade. Se vocês olharem o nosso País, ele é um continente. Então, o que nós, como ciência, estamos trazendo é: qual é o ponto de equilíbrio que teremos de ter para fazer uma legislação – e aí são os senhores – moderna, do séc. XXI, que leve em consideração essa história da agropecuária brasileira e a biodiversidade, o meio ambiente?

Só para encerrar, alguém comentou, e já foram vários, que o Código Florestal – e também temos dito isso o tempo todo –, na verdade, deveria ser muito mais um código de ocupação de terra. Eu sempre brinco: a floresta da Tijuca acho que não mostra um passaporte para estar dentro da cidade do Rio de Janeiro. Então, com a ocupação urbana, as cidades estão sofrendo hoje. A minha cidade de São Paulo sofre hoje por não ter tido uma legislação que impedisse que as margens do rio Pinheiros, que eram uma várzea, fossem ocupadas da maneira como foram.

Então, temos que ser sábios, e acho que o ser humano é isto: ele aprende com os próprios erros. E quero agradecer realmente o privilégio de ter aprendido com meus colegas durante todo esse tempo em que ficaram discutindo, e agradeço aos senhores pelo privilégio de nos ouvirem e de tê-los ouvido.

Muito obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Helena.

Quero agradecer a todos os nossos convidados

Tenho convicção de que o Senado viveu mais um grande momento de debate sobre a revisão do Código Florestal, com a contribuição da academia brasileira. E quero dizer que nós queremos, ao longo deste trabalho, ouvir os senhores permanentemente, para que possamos oferecer o melhor texto para o Brasil.

Eu vou suspender a reunião por dois minutos, para podermos nos despedir de nossos convidados. Em seguida, votaremos alguns requerimentos extrapauta e um termo de compromisso da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal com a Eletronuclear.

(Suspende-se a reunião às 13 horas 24 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Dando continuidade a nossa reunião, quero registrar que temos alguns requerimentos, em pauta extra, de autoria do Senador Blairo Maggi, que também subscrevo, bem como de autoria da Senadora Kátia Abreu, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

São, pois, quatro os requerimentos cuja inclusão em pauta extra submeto ao Plenário para uma decisão conjunta

Lembro que estamos em uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Primeiro requerimento, de autoria do Senador Blairo Maggi.

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CMA

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com a participação do Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 02/2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, propondo um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), seja acrescentado à lista de convidados para participar dos debates o seguinte nome:

- Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas/SP;

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, seja convocado a prestar informações, no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa, sobre as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2224), acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos daquele Ministério.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

O mesmo teor do requerimento do Senador Blairo Maggi.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Quero esclarecer, antes de ler o próximo requerimento, que recebemos correspondência do Sr. Luiz Antônio Pagot, que diz:

Cumprimentando-o cordialmente, coloco-me à disposição do Senado Federal para prestar esclarecimentos desejáveis ao pleno afastamento de quaisquer suspeitas que possam pairar sobre a atuação desta autarquia.

Sem mais para o momento, reitero que continuo à disposição para o atendimento às demandas concernentes ao cargo que ocupo com toda a dedicação e compromisso.

Luiz Anrtonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2244) acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos do Ministério dos Transportes, sejam convidados os senhores listados abaixo, para que compareçam ao plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos:

- Luiz Antônio Pagot;

- José Francisco das Neves;

- Mauro Barbosa Silva; e

- Luis Tito Bonvini.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu quero registrar que, a partir da criação da subcomissão externa, uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, para visitar as obras de Angra I, Angra II e Angra III, uma visita à empresa Eletrobrás Termonuclear, e nós temos aqui à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores o relatório daquela viagem, decidimos propor um termo de ajuste anexo ao relatório final da Comissão temporária externa a ser assinado pelos Srs. e Srªs Senadores e pelo Diretor-Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, a quem convido a fazer parte da Mesa. Convido também o Senador Lindbergh Farias.

Primeiro, vou ler o termo de ajuste anexo ao relatório final da Comissão temporária externa, submeterei à apreciação do plenário e, em seguida, à assinatura das Srªs e Srs. Senadores.

Quero dizer que essa é uma inovação que está sendo proposta aqui pelo Senador Lindbergh Farias e acho que é um avanço, em que, nos resultados das audiências públicas e das diligências promovidas pelo Senado através das suas diversas comissões temáticas, nós tenhamos ao final um termo de compromisso, de ajuste assinado entre os Srs. e Srsªs Senadores, quando formalizado às comissões, com os representantes das instituições visitadas ou diligenciadas.

TERMO DE AJUSTES ANEXO AO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA (RQS nº 237, de 2011)

Visita à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto

Angra dos Reis, RJ

COMPROMISSÁRIOS:

PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA

Comissão Temporária Externa para Visita *in loco* à Eletrobras Termonuclear (ELETRONUCLEAR S.A.), constituída nos termos do Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011, neste termo

representada pelos Senadores e Senadoras signatários infra

SEGUNDA COMPROMISSÁRIA

Eletrobras Termonuclear (ELETRONUCLEAR S.A.)

Aos cinco dias do mês de julho de 2011, na Sala de Reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA do Senado Federal os COMPROMISSÁRIOS firmam os seguintes entendimentos:

Considerando que a utilização de energia nuclear, pelo potencial econômico envolvido, mas principalmente pela questão sócio-ambiental que o tema agrega, necessita do mais atencioso acompanhamento deste Senado;

Considerando os termos do Relatório Final da visita in loco realizada, às instalações da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Angra dos Reis, RJ em 08 de abril de 2011 e outras informações fornecidas aos compromissários em suas reuniões e diálogos;

Considerando que cumpre ao Poder Legislativo, além da função típica de legislar representar o interesse público, exigir o cumprimento das leis, detendo, no caso, legitimidade tanto para a propositura normativa quanto para a adoção das providências pertinentes na Constituição Federal e no Regimento Interno da Casa;

Considerando, por fim, a disposição dos compromissários em obter soluções adequadas e objetivas para a melhoria das condições de segurança à população e ao Programa Nuclear Brasileiro resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTES**, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 01.

Os Compromissários reconhecem que no interior das Instalações da Central Nuclear, a preocupação com a segurança é permanente, inclusive com a adoção de sistemática de aprimoramento contínuo e de uma cultura de segurança. No seu entorno, contudo, o plano de emergência é passível de melhorias, a infraestrutura requer correções e a população não recebe treinamento suficiente, havendo razões para a adoção de medidas de aprimoramento.

CLÁUSULA 02.

A ELETRONUCLEAR S.A. compromete-se a:

1) adotar as providências necessárias para prevenir eventual alagamento dos compartimentos onde estão instalados os geradores diesel de emergência;

2) construir Pequena Central Hidrelétrica ou outra solução técnica equivalente para fornecimento de energia elétrica em situações de emergência;

3) construir píeres para a evacuação complementar por via marítima das áreas de risco previstas pelo Plano de Emergência Externo (PEE/RJ);

4) utilizar os meios que estiverem dentro de seu alcance e competência legal, com os órgãos públicos responsáveis para a realização de outros compromissos ajustados neste termos e em seus eventuais aditivos, para o treinamento e capacitação de 100% (cem por cento) dos professores e estudantes da educação fundamental e ensino médio das escolas situadas em um raio de até 5 Km da CNAAA para situações de emergência, incluindo-as ainda nos exercícios de simulação;

5) cooperar com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para a implantação depósito definitivo de rejeitos radioativos de baixa e média atividade até 2018;

6) estudar alternativas para a implantação de depósito intermediário de longo prazo para combustível usado (que contem rejeitos de alta atividade) e cooperar com a CNEN para sua implantação até 2026.

CLÁUSULA 03.

A Comissão Temporária Externa se compromete a oficiar os órgãos públicos competentes para, se desejarem, aderir voluntariamente ao presente TERMO e, em todo caso, adotarem as seguintes providências:

Ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT:

7) Executar a duplicação da BR-101 (Rio-Santos) no trecho que passa pelo município de Angra dos Reis e serve de rota de evacuação das áreas de risco dentro da Zona de Planejamento de Emergência (ZPE) ao redor da CNAAA, conforme o PEE/RJ.

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro – DER/RJ:

8) Executar a pavimentação da Rodovia Paraty-Cunha.

À **Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN:**

9) reavaliar a adequação do Plano de Emergência, inclusive no que tange aos meios disponíveis para sua implementação;

10) Agilizar o processo de licenciamento definitivo de operação de Angra 2, com a emissão da respectiva Autorização para Operação Permanente (AOP);

À **Prefeitura Municipal de Angra dos Reis:**

11) Estudar a ampliação do aeroporto de Angra dos Reis.

12) Avaliar soluções para a solução dos problemas financeiros enfrentados pela Santa Casa de Misericórdia no município de Angra dos Reis.

13) Concluir a construção do Hospital da Japuíba, no município de Angra dos Reis.

14) Promover a legalização das rádios comunitárias existentes na área de risco em volta da CNAAA.

15) Avaliar a qualidade do serviço de telefonia celular prestado na região.

CLÁUSULA 04.

Os Senadores integrantes da Comissão Temporária Externa se comprometem a empenhar esforços na tramitação célere do PLC nº 191, de 2010, que reestrutura o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), de modo a evitar a dispersão de responsabilidades nesse sistema.

CLÁUSULA 05.

A documentação técnica prévia pertinente à demonstração de viabilidade no desempenho dos compromissos firmados, bem como aquela pertinente à demonstração de conclusão dos compromissos constarão de Anexos específicos deste TERMO, visados pelas partes.

CLÁUSULA 06.

O não cumprimento dos prazos e obrigações assumidos no presente compromisso, por parte dos Compromissários, implicará a adoção das ações políticas e eventualmente jurídicas cabíveis.

CLÁUSULA 07.

Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão público.

CLÁUSULA 08.

Este instrumento produzirá os efeitos legais cabíveis a partir de sua celebração e terá publicidade com devido registro e protocolo no Senado Federal

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento de compromisso.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Sr. Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sr. Presidente, vou ser breve, garanto. Estamos às 13h38.

Eu acho o seguinte, Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, Senador Rollemberg, Dr. Othon, que possibilitou esse instrumento aqui.

Acredito eu que possamos estar aqui num momento histórico para o Senado, Senadora Ana Rita. Eu me preocupava muito, desde o começo dos debates, com a nossa distância do mundo real e de como alguns debates, ao final de tudo e de nossas ações, ficam no nada, sem encaminhamentos concretos. O que estamos criando aqui é um instrumento em muito inovador. Tem uma PEC do Senador Pedro Taques, tem um Projeto de Resolução nº 14, de minha autoria no Senado, falando desse termo de ajustes. Esse é um debate que nós temos que fazer, mas que poderia ser utilizado em outras ocasiões. O que nós fizemos? Uma comissão externa que foi a Angra. Tivemos também um debate aqui na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle.

Geralmente, o que acontece? Sai apenas um relatório e o relatório fica aqui nos Anais do Senado. Nesse caso concreto, eu agradeço muito ao Dr. Othon por ter topado esse encaminhamento. Nós estamos saindo daqui com compromissos concretos. Eu destacaria aqui várias recomendações a vários órgãos. O que é mais importante aqui é essa Cláusula 01 e Cláusula 02, em que a Eletronuclear se compromete com um conjunto de ações bem concretas. Das seis ações, eu destacaria que o núcleo mais importante são as três primeiras, porque são muito concretas, uma obra para sanar a possibilidade de alagamento onde ficam os geradores a diesel – esse era um problema, porque em caso de interrupção de fornecimento de energia elétrica, se alagasse, ali teríamos um problema grave. Esse é um primeiro.

Segundo, construir uma PCH ou outra solução técnica para dar uma segurança a mais. Além do fornecimento de energia elétrica por geradores a diesel, nós teríamos uma PCH. E está aqui o compromisso estabelecido da Eletronuclear.

A construção de píeres para a evacuação complementar por via marítima das áreas de risco previstas pelo Plano de Emergência Externo, na possibilidade de interrupção das vias.

Eu queria destacar, agradecer novamente o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, por ter aceito a construção desse termo de ajuste. Volto a dizer, que é um tema mais do que importante, concreto, pois estamos saindo aqui com um documento muito especial, Senador Rodrigo Rollemberg, é a possibilidade de adotarmos isso em várias outras audiências públicas, envolvendo autoridades, Ministérios. Acho que o resultado de tudo isso vai ser a aproximação do mundo real.

Acabo dizendo o seguinte, Senador Pedro Taques. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar nosso, ele pode dar prazos. Por que o Senado não pode, porque o Senado não pode trabalhar em cima de propostas concretas com prazos concretos.

Quero agradecer muito ao meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que tem tudo a ver com isso aqui. Pensar medidas inovadoras que aproximem esta Casa da sociedade brasileira, do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos os Senadores que estiveram lá presentes, que fizeram parte desta Comissão.

O SR PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Pela ordem com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Presidente, Senador antenado, eu diria que é um Senador atômico, nuclear. *(Risos)*

Eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh por esta iniciativa porque ele está indo contra Aris-

tóteles que em 340 antes de Cristo disse que aquele que exerce o poder, desempenha três atribuições: cria norma, aplica norma e julga. E quase 1500 anos, John Locke, na Inglaterra, por volta de 1668, também disse que Aristóteles estava correto: legislar, aplicar e julgar. Mais à frente, em 1748, Montesquieu, no famoso livro *Espírito das Leis*, disse a mesma coisa. Só que nós temos que entender que essa divisão orgânica é histórica e não científica. O que isso quer dizer? Que a realidade social é cambiante, ela muda. E nós temos que entender a Constituição, de acordo com a realidade social. Se você fizer uma análise formal da Constituição, o Legislativo tem a função de criar a norma, fiscalizar e buscar recursos para o seu Estado. Os legisladores, Deputados Federais e Senadores. No entanto, como bem disse o Senador Lindbergh, o art. 70 e 75 da Constituição afirma que cabe ao Tribunal de Contas, como órgão que auxilia o Legislativo, dar prazos, estabelecer regras de conduta concretas como essa. Portanto percebo, Senador Lindbergh, que essa atuação é uma atuação firme, que vem dar novo espaço ao Poder Legislativo. Percebamos que as constituições mais modernas da América Latina elas não falam mais em Legislativo, Executivo e Judiciário. Falam na existência de cinco órgãos que exercem parcela da soberania do Estado. Eu apresentei uma PEC, como V. Exª fez referência, para que nós possamos ofertar às Comissões, notadamente modificando o art. 58 § 2º, as Comissões temáticas ou materiais, uma nova composição, uma nova atribuição. Por que isso? Porque hoje nós vivemos numa sociedade denominada de risco. Tudo é muito rápido. E o processo Legislativo é do início do século XIX e nós estamos discutindo aqui energia nuclear com um processo legislativo com uma função parlamentar que é do início do século XIX.

Portanto, quero cumprimentar V. Exª por este momento que reputo como histórico e dar o meu apoio a esta inovação. Hoje, interpretar que eram divindades, na época de Roma, que retiravam das entranhas das pessoas o seu passado e o seu futuro. Daí a intérprete retira o sentido. Só que hoje interpretar é muito mais do que retirar sentido, é dar sentido à norma Constitucional. E V. Exª está dando sentido a esta norma. Parabéns.

O SR PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Pedro. Quero relatar este projeto, essa PEC.

Isso vindo de V. Exª, Senador Pedro Taques, tem um significado ainda maior.

Quero passar a palavra ao Diretor Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Lindbergh Farias, estou aqui hoje por duas condições: uma é aquela que a gente nasceu. Nasci cidadão. Como cidadão, sinto-me extremamente orgulhoso de viver neste País que tem esta Casa, porque eu achei a ação desta Casa muito rápida e eficiente. Houve um acidente do outro lado do Planeta, no Japão, esta Casa teve a preocupação de ir aonde nós geramos energia da fonte nuclear para ver quais eram as condições. Ou seja, vi nisso um zelo desta Casa em acautelar a população brasileira e para que não houvesse os mesmos problemas ocorridos no Japão. Então, como cidadão, eu me sinto muito orgulhoso.

E quanto às medidas que o Senador Lindbergh citou, se houvesse qualquer uma delas no Japão, não teria havido aquele problema lá, que foi em menor proporção do que a imprensa noticiou. Na realidade, no Japão, lá na central, ocorreram apenas duas mortes perto de vinte e sete mil mortes por outras causas. Mas, de qualquer maneira, é preocupante e não há razão nenhuma para vivermos o mesmo problema. Então, as medidas que foram exigidas aqui, no meu entendimento, se elas existissem no Japão, aquele problema não teria ocorrido lá. De modo que a ação rápida do Parlamento deixa-me, como cidadão, muito orgulhoso. É bom termos Senadores como nós temos neste País.

Como Presidente da Eletronuclear, falo em nome dos funcionários da empresa. Quem trabalha numa atividade vive aquela atividade e, no caso da Eletronuclear mais ainda, porque a maior parte dos funcionários vive a menos de 3 km da central. Ou seja, eles compartilham, eles vivem com a família deles, com os filhos deles, e alguns até com os netos. Então, há uma sinergia muito grande com a central. E os funcionários viram muito bem a ação desta Comissão, viram um carinho não só com a população, mas com eles também. Foi muito bem aceita por parte dos funcionários da Eletronuclear. E, em nome desses funcionários, eu quero agradecer essa atitude. Eu diria que é um momento feliz para a empresa, e Deus quis que eu vivesse esse momento muito feliz. Esse ato para nós, para a empresa, tem um significado muito grande. Agradeço muito aos senhores, Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os Srs. Senadores têm alguma observação a fazer?

Eu quero, antes de passar às assinaturas, registrar que eu me sinto muito honrado, Senador Lindbergh, por estar na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, participando dessa inovação.

Tive a honra de participar, junto com V. Exª, com o Senador Jorge Viana, Senador Aloysio Nunes, Senador Cyro Miranda, dessa visita às obras de Angra

e percebo que nós estamos, efetivamente, fazendo uma inovação na interpretação correta, moderna, da Constituição Federal, como bem anunciou aqui o Senador Pedro Taques, que é um profundo conhecedor da Constituição. Em todas as intervenções do Senador Pedro Taques, ele coloca que toda a sua ação aqui no Senado tem um limite, e esse limite é a Constituição Federal. E quando vejo uma manifestação do Senador Pedro Taques, tão zeloso no cumprimento da Constituição Federal, apoiando esta iniciativa, percebo que estamos inovando e estamos avançando no papel fiscalizador do Senado Federal, como previsto na Constituição Federal.

Cumprimento o Senador Lindbergh pela inovação, cumprimento o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz, pelo espírito público demonstrado nessa atitude. E agradeço aos demais Senadores presentes nesta reunião.

Então, vamos às assinaturas. Em primeiro lugar, o Dr. Othon. *(Pausa.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Apenas para dizer que o Senador Delcídio está presidindo a CAE e pediu desculpas; queria estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Delcídio também esteve presente na nossa visita.

Senador Lindbergh. *(Pausa.)*

Eu quero registrar os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão: Senador Lindbergh, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Jorge Viana, Senador Delcídio do Amaral, Senador Lobão Filho, Senador Marcelo Crivella, Senador Cyro Miranda, Senador Aloysio Nunes e Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa*.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes que V. Exª conclua, somente uma sugestão para a Presidência.

Nós aprovamos, além do convite ao Ministro dos Transportes, o convite, de autoria minha e do Senador Pedro Taques, para convidar também os dirigentes do Dnit, que foram exonerados recentemente: o Sr. Luiz Pagot, o Sr. José das Neves, o Sr. Mauro Silva, e o Sr. Luiz Bonvini.

É só uma sugestão à Comissão, já que vamos na quinta-feira ouvir o Ministro dos Transportes, que pudéssemos, o quanto antes, na semana que vem, também ouvir na Comissão essas demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos examinar com toda a atenção que V. Exª merece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 51 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE JULHO DE 2011.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia sete de julho de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **ACIR GURGACZ**, **WALDEMIR MOKA** e **ANTONIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY e BLAIRO MAGGI**. Justifica a ausência, o Senador Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio do Amaral, João Pedro e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 16, de 2011-CRA**, aprovado em 14/04/2011, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Blairo Maggi, com a finalidade de discutir o uso e o consumo de agrotóxicos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Vicente Eduardo Soares de Almeida** – Representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida e Presidente do Sindicato Nacional dos trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento – **SINPAF**; Sr. **Marcelo Augusto Boechat Morandi** – Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente – **EMBRAPA MEIO AMBIENTE**; **Sr. Luiz Claudio Meirelles –** Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - **ANVISA**; Sr. **Eduardo Daher** – Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Waldemir Moka, Antonio Carlos Valadares, Ana Amélia, Blairo Maggi e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Requeiro a dispensa das leituras da Atas das reuniões anteriores que com anuência do Plenário são dadas como aprovadas.

Srªs e Srs. Senadores, o uso de defensivos agrícolas, também chamados de agroquímicos ou agrotóxicos: é a base para o desenvolvimento da agricultura moderna. : São os agrotóxicos que permitem a proteção das lavouras contra uma adversidade imensa de pragas, doenças e ervas daninhas que afetam a produção de alimentos em todo o mundo. Apesar dos efeitos desses produtos sobre a saúde humana, alguns deles ainda desconhecidos são eles que permitem a produção de alimentos em grande escala e contribuem para a promoção na segurança alimentar em todo o mundo.

Os agrotóxicos são considerados extremamente relevantes no modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, que tem como indutor o agronegócio.

O Brasil é o maior consumidor de defensivos agrícolas no mundo, desde de 2008, quando ultrapassou a marca recorde de um milhão/toneladas/ano, de defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes, atingindo sete bilhões em vendas. Cerca de 70% desses produtos são importados. Por conta disso, o Brasil é também um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos.

Os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos envolvem diretamente os trabalhadores que manuseiam esses produtos, a área rural que é afetada diretamente pela pulverização aérea ou pelo caminho das águas que sofrem a contaminação. Como também compromete a saúde de quem consome os alimentos com excesso de defensivos.

A discussão sobre o uso de agrotóxico já rompeu os limites de setor agrícola e ganhou eco em toda a sociedade. É um tema que interessa a todos os brasileiros e todas as brasileiras. E por isso essa audiência pública se reveste de importância muito especial.

Constantes aperfeiçoamentos têm sido feitos da legislação que regulamenta o uso, a produção, as embalagens, o armazenamento, a comercialização e a utilização dos defensivos e em especial na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a chamada Lei do Agrotóxico.

Recentemente, aprovamos aqui na Comissão de Agricultura o Projeto de Lei nº 190, de 2010, que regulamenta a produção e a comercialização de agrotóxicos genéricos, o que também trará benefícios para a agricultura brasileira.

Embora tenhamos constatado avanços o controle da produção, da comercialização e do uso dos defensivos do Brasil, ainda é ineficiente.

A queixa dos agricultores é que os produtos importados chegam a preço muito altos no nosso País. E mesmo com a fiscalização de três ministérios: o Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde, parte do mercado é denominado por falsificações ou contrabandos.

Segundo a ONU, o Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidas no exterior. Dez variedades vendidas livremente aos agricultores brasileiros não circulam na União Européia e EUA. Desde 2002, quatro produtos já foram barrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. E outras cinco substâncias serão banidas até 2013. A exemplo do Endosulfan, inseticida considerado altamente tóxico para a saúde humana.

A importação desse grande volume deve-se justamente por conta da dependência tecnológica e de patente que temos do mercado europeu ou norte-americano.

Os consórcios ou transnacionais visando financiamento, fomento e a indução de *commodities* agroindustriais nos apresentam em um pacote tecnológico pronto em que se oferta o agrotóxico transgênico de semente e fertilizantes.

O Brasil precisa romper essa barreira, produzir os seus próprios fertilizantes e defensivos e acabar com essa dependência. A sustentabilidade da agricultura brasileira também passa por essa questão. Precisamos adotar novas práticas, desenvolver tecnologias de baixo impacto ambiental, mas também produzir aqui os nossos insumos, principalmente os fertilizantes.

Temos reserva de potássio, nitrato e fósforo em quantidade suficiente para nos tornamos auto-suficientes e até nos tornamos exportadores de fertilizantes e defensivos.

O governo brasileiro precisa dar mais apoio à autonomia industrial e nacional nesse setor estratégico para a nossa agricultura. Entretanto, não basta apenas regular a produção, o mercado e o uso de defensivo no País. É necessário que façamos uma discussão ampla sobre o nosso modelo agrícola sustentado no uso desses produtos.

Muitas inovações tecnológicas promissoras podem tornar a agricultura mais sustentável com a redução do uso de agrotóxicos. É necessário investir em uma política agrícola mais preocupada com o meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis.

Além da regulação dos produtos é necessário investir no cultivo com a conservação do solo e o controle de pragas, doenças e ervas daninhas mais baseado em biodiversidade e controle biológico do que em agroquímicos.

A agroecologia é uma alternativa viável, assim como a adoção abrangente do cultivo de conservação como o plantio direto que tem apresentado bons resultados na agricultura nas últimas duas décadas.

Como essas tecnologias são muitas vezes específicas a um local e custo de produção é alto, o seu desenvolvimento requer abordagens mais descentralizadas e participativas, muitas vezes, envolvendo ações coletivas de produtores e comunidades. No estágio atual, agricultura ainda não pode prescindir do uso de defensivos que se constituem em insumos necessários para sanidade dos alimentos e a competitividade da produção agrícola.

No entanto, na utilização desses produtos precisa-se respeitar o que dispõe a legislação, procurando minimizar os impactos ecológicos, buscando a preservação da saúde, do trabalhador rural e a segurança alimentar que se tornaram uma exigência dos mercados consumidores.

Na busca do controle das pragas é importante que o agricultor priorize o manejo integrado de pragas, onde o monitoramento associado a práticas culturais adequadas exultarão em benefício ambientais, em segurança alimentar, proteção da saúde do trabalhador e competitividade, com a diminuição dos custos de produção.

É importante que o produtor através de um responsável técnico de sua confiança receba todas essas informações obtendo os benefícios de uma agricultura sustentável e rentável.

Neste sentido queremos saber da Anvisa como estão sendo aplicados os mecanismos de controle e fiscalização, em especial, os resultados anuais do Programa de Análise de Resíduos Agrotóxico que, em 2010, apontou irregularidades em 30% das amostras de produtos agrícolas. À época, pimentão, uva, pepino e morango apresentaram resultados insatisfatórios em mais de 50% das análises.

Acreditamos que as ações da agrodefesa na educação sanitária, inspeção e fiscalização, enfocando as conformidades e boas práticas do comércio transporte, prestação de serviço, uso e devolução de embalagens vazias de agrotóxicos, atendendo os preceitos estabelecidos pela legislação são os caminhos para se alcançar maior eficiência no uso dos defensivos, sustentabilidade da agricultura e segurança para os consumidores.

Nesse sentido foi lançado, em abril, a campanha permanente contra o uso de agrotóxico e pela vida, que pretende alertar a população sobre os produtos usados nos cultivos agrícolas brasileiros que prejudicam a saúde das pessoas e do meio ambiente.

Acreditamos que assim com a disseminação de conhecimento e informações que vamos conscientizar a todos sobre a necessidade de outro modelo de produção agrícola.

A Comissão de Agricultura e Reforma do Senado, cumprindo a sua atribuição de fomentar a discussão, a troca de informação e de opinar sobre a comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária, animal e vegetal e ainda sobre a conservação dos solos recursos hídricos e meio ambiente realiza essa audiência pública para debater este tema importante para a agricultura, mas sobretudo para o consumidor brasileiro.

Dando início a nossa audiência cumprimento os Senadores e as Senadoras aqui presentes e convido para fazer parte da nossa Mesa o Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi, Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente; Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida; Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Esta audiência foi proposta pelos Senadores Blairo Maggi e Antonio Carlos Valadares.

Convido o Senador Antonio Carlos Valadares para presidir esta reunião, se V. Exª concordar, aproveitando que V. Exª fez o pedido para esta audiência.

O ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu me sinto confortável em ver V. Exª presidindo a reunião, a não ser que V. Exª deseje fazer uma outra atividade no Senado. Aí, sim, eu assumiria.

O SR PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos uma reunião com o Ministro do Trabalho, com o Governador de Rondônia. Então, se V. Exª nos pudesse fazer a gentileza de presidir esta audiência pública, eu ficaria muito satisfeito.

O ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a Presidência para o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Iniciando os debates, gostaríamos de ouvir, em primeiro lugar, o Sr. Pesquisador da

Embrapa Meio Ambiente, Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

O tempo regimental é de dez minutos com tolerância de cinco minutos.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Cumprimento o Senador Antonio Carlos Valadares, em nome de quem cumprimento todos os outros Senadores, todos os presentes. Agradeço pela oportunidade, pelo convite de poder participar desta discussão que é, realmente, fundamental para o nosso País.

Eu gostaria de pedir, por favor, que fosse colocada a apresentação.

Nessa questão, como já foi muito bem dito pelo Senador Acir, temos um desafio para a racionalização do uso de agrotóxicos no Brasil, que é uma ferramenta, sem dúvida, fundamental para a nossa agricultura, mas que precisa ser trabalhada de forma correta.

Próximo, por favor.

É do conhecimento de todos o avanço da nossa agricultura nos últimos trinta anos, a partir da década de 1970, com um aumento de produtividade de produção muito superior ao aumento de área plantada, o que indica, então, um ganho, realmente, em produtividade, um ganho em tecnologia. E isso se deu, então, em função da expansão das fronteiras, em certa medida, mas pela mecanização das atividades, pelo melhoramento genético, pelas técnicas intensivas de produção, pelos insumos – aí, entram, então, os agroquímicos, de forma geral, e os agrotóxicos, de forma importante – e também por programas governamentais de incentivo e de inovação tecnológica.

Dentro desse cenário, então, o uso de agrotóxicos é uma parte fundamental desse modelo que apresenta os elevados índices de produtividade.

Então, a partir da década de 60, a gente vê essa migração da agricultura brasileira, indo do Sul em direção ao Sudeste e Centro-Oeste, e a parte do Norte e Nordeste.

Por favor, o próximo.

Aqui, a gente pode acompanhar que, no início, na década de 70 até final da década de 80, o uso de agrotóxicos estava muito atrelado ao crédito rural. A curva de uso de agrotóxicos acompanhava exatamente o crédito rural, porque era um pacote de incentivo do governo.

Essa curva se descola a partir dos anos 90, final dos anos 80, início dos anos 90, em que a gente tem um ganho, então, de produtividade mais expressivo, a agricultura se torna mais capitalizada nesse sentido e se descola um pouco do crédito rural.

A gente vê, é bastante interessante, ali, a partir da década de 90, início dos anos 90, um aumento expressivo do uso de herbicidas, que coincide com o aumento do plantio direto.

Então, o consumo de agrotóxicos aumenta de forma expressiva, baseado principalmente, então, no aumento do consumo dos herbicidas e também no aumento da área com plantio direto.

Próximo, por favor.

Se por um lado, então, é necessário garantir, continuar garantindo essa competitividade da agricultura brasileira... Ninguém questiona a importância da nossa agricultura para o País e para o mundo na questão da segurança alimentar. Nós somos os grandes portadores de alimentos, hoje. Então, é necessário continuar garantindo essa competitividade e a produtividade agrícola, mas, por outro lado, para que isso seja sustentável e para que a gente continue mantendo essa posição e continue sendo, realmente, um grande produtor de alimentos, um exportador de alimentos e, realmente, o fiel da balança na questão da segurança alimentar no mundo, é importante proteger o ambiente e a saúde, ou seja, é importante que a gente mude esse nosso modelo para um modelo de agricultura mais sustentável, que mantenha, então, a competitividade da nossa agricultura.

Próximo, por favor.

No uso de agrotóxicos, geralmente a gente leva em conta o custo e o benefício. Para qualquer tecnologia a gente faz isso. Geralmente, a gente considera os benefícios dos agrotóxicos, que são muito claros, muito evidentes e necessários para evitar a perda das colheitas e os ganhos de produtividade, e a gente compara com os custos. Geralmente, os custos com os que se compara são os custos da compra do produto e da aplicação do produto, ou seja, da tecnologia em si, mas existe um custo ampliado desse processo, que seriam as externalidades, que são o custo, então, ambiental e o custo de saúde humana, que também está envolvido nisso aí, só que não é um custo direto, não é um custo aparente, não é um custo que está dentro da propriedade rural, mas que precisa ser levado em conta quando a gente analisa o modelo como um todo.

Bom, a agricultura, qualquer que seja ela, qualquer modelo de agricultura, provoca mudança no ambiente natural, ou seja, a agricultura provoca desequilíbrio, desequilíbrio que não necessariamente é um termo negativo. Qualquer prática, na natureza, provoca um desequilíbrio daquilo que era o equilíbrio estabelecido.

Nós fazemos remoção de plantas competitivas, nós usamos linhagens obtidas por seleção para um determinado interesse, que não necessariamente era o interesse natural, a monocultura ou a cultura, mesmo

que não seja uma monocultura no sentido de extensões muito grandes, como aqui. Isso aqui não é uma monocultura, mas nós temos... Na natureza, isso aqui não acontece. Na natureza, nós não temos mil pés de alface juntos. Então, de qualquer forma a gente tem um desequilíbrio.

O desafio é como a gente contraria esse desequilíbrio, ou seja, como a gente cria um novo equilíbrio, por meios naturais, para obter a produção de alimentos desejada e, ao mesmo tempo, para que essa produção seja sustentável ao longo do tempo. Então, esse, na verdade, é o desafio de qualquer modelo agrícola e é o desafio que nós estamos discutindo aqui.

Próximo, por favor.

Bom, entrando, então, na questão específica dos agrotóxicos, já foi dito, aqui, que o Brasil assumiu a posição de maior consumidor, pelo menos em termos de volume. Nós ultrapassamos, aqui, os sete bilhões em 2008 – em 2009, há uma pequena queda –, e aqui está o quadro que mostra, de fato, a comercialização em termos de grupos de produtos que temos, sendo que os herbicidas são os primeiros, são os de maior volume de uso, seguido pelos inseticidas e, mais abaixo, então, temos os fungicidas, os adjuvantes, acaricidas e outros produtos. Então, destaca-se bastante a questão dos herbicidas e dos inseticidas.

Próximo.

Bom, sem dúvida que essa difusão de grande quantidade de substâncias que não estão naturalmente presentes no ambiente causam impacto. Apesar de essas substâncias serem desenvolvidas e passarem por uma série de testes para atuar em grupos ou conjuntos de organismos específicos, essas substâncias têm efeitos potencialmente danosos para outros grupos de organismos, para outros processos na natureza: solo, água, etc.

É importante que a gente distinga, aqui, dois grupos de cultura quanto à questão do uso de agrotóxico. Ao mostrar aquele gráfico, mostrando o volume total, a gente não tem a dimensão exata dessa realidade. Temos, primeiro, um grupo de cultura que se utiliza de grande volume de agrotóxico, mas com volume pequeno quando falamos em volume por área, ou seja, você tem um grande volume de uso por causa da grande extensão; temos um grupo de culturas em que você tem uma grande quantidade de produtos utilizados por unidade de área. Você não tem um grande volume em termos de extensão, mas tem um grande volume em termos de volume por área.

Geralmente são essas culturas do segundo grupo que vão aparecer nas pesquisas da Anvisa, que são culturas de alimentação direta, são culturas, então, de uso bastante intensivo desses produtos, em que o volume utilizado de produtos por área é muito grande. Em algumas a gente vê que se repete. Por exemplo, o caso dos Citrus, em que a gente tem uma área extensa, um volume usado em termos de área extensa, e temos um volume também de uso por área extremamente grande, inclusive aumentado recentemente em função de uma nova doença, o Greening, uma doença de grande importância, que é transmitida por um inseto, e hoje, então, se preconiza até 24 aplicações de inseticidas para o controle desse inseto, ou seja, uma aplicação quinzenal, que é um volume que antes não existia na cultura dos citrus.

Próximo, por favor.

A gente não pode negar que, se a gente comparar, quem acompanha um pouco mais a questão agrícola, os produtos das décadas de 1970, 1980, por exemplo – vou pegar na minha área de formação que é a fitopatologia, a parte de doença de plantas – era o Mancozeb, produto que até hoje está aí. A recomendação, na época, era de dois a quatro quilos por hectare de produto. Chegamos, nas décadas de 1980 e 1990, com os sistêmicos, por exemplo, o Benomyl, os Benlates, em que a dose caiu para 500 ml por hectare, portanto, uma redução bastante significativa. Chegamos à década de 1990 com Azoxistrobina por exemplo, com doses de 50 ml ou menos por hectare, mostrando, então, que os produtos melhoraram, os produtos evoluíram, as classes toxicológicas abaixaram, mas, mesmo assim, continuamos a ter um aumento de uso significativo por área. Isso denota que temos algum desequilíbrio que não está sendo levado em conta nesse processo.

Próximo, por favor.

Além disso, outra questão que é bastante preocupante é a dependência por pouquíssimos princípios ativos. Por exemplo, quando a gente fala em herbicidas, mostrei aquele volume de comercialização de herbicidas no Brasil, 76% desse mercado é uma molécula, que é o Glifosato. Ou seja, temos uma dependência extrema de poucas moléculas. A mesma coisa a gente vê para inseticida: a Cipermetrina representa 57% do volume comercializado de inseticida no Brasil. Aqui é o ano de 2009, lógico que isso varia ano a ano, mas isso é o quadro que a gente tem.

Para fungicida, isso é um pouquinho mais espalhado.

Próximo, por favor.

Nós não podemos prescindir do uso do agrotóxico, isso é bastante claro, mas temos de trabalhar, então, na questão da agenda positiva, a oportunidade para inovação e competitividade, pensando em agricultura e segurança alimentar. Ou seja, temos de melhorar as boas práticas: usar a ferramenta, que é útil e adequada, mas de maneira correta. Temos, então, de buscar

sustentabilidade a longo prazo, atender exigências de mercados cada dia maiores – barreiras não tarifarias, certificações, economia verde.

Próximo, por favor.

Aqui elenco uma série de medidas que a gente pode trabalhar nesse sentido. Algumas já foram inclusive citadas aqui na abertura da apresentação, desde as boas práticas, o plantio direto, a integração lavoura-floresta-pecuária, a questão dos novos insumos, os insumos biológicos, que é uma realidade hoje no Brasil, vou falar um pouquinho mais, se der tempo, um pouco mais para frente, a produção integrada, o manejo integrado de pragas, o incentivo na questão da produção, naquelas culturas que mostrei lá, que são culturas de uso intensivo, geralmente associadas a produtos de alimentação direta, hortaliças, o incentivo a um modelo de base ecológica de produção, a questão das *minor crops,* que é bastante séria.

Então, na verdade, o representante da Anvisa deve tocar nesse ponto, mas grande parte do que sai naqueles resultados da Anvisa mostrando resíduo em produtos como tomate ou pimentão é em produtos não registrados. Não é a questão do excesso de resíduo, é a questão do resíduo que não deveria estar lá, ou seja, é um produto que não foi usado porque não tinha registro para aquela cultura. Em alguns casos é excesso de resíduo, mas em muitos casos não é. Então, a questão das *minor crops* é fundamental que seja resolvida.

A questão da vegetação nativa, ou seja, da manutenção de vegetação nativa das áreas de preservação permanente. Elas têm um importante efeito no controle, na manutenção de populações de inimigos naturais, de pragas e doenças e na regulação do ambiente.

Nós temos também a questão da tecnologia de aplicação, a melhoria nessa área; a questão do receituário agronômico, que é fundamental, apesar de termos esse instrumento, ele não é adequadamente utilizado na maioria dos casos; e a questão da educação e formação dos técnicos e dos produtores.

Os nossos cursos de agronomia ou cursos afins na área não dão uma formação com essa visão para o agrônomo, para o técnico, de forma geral. Nós precisamos melhorar essa grade de formação dos técnicos para ter essa visão.

Próximo, por favor.

Aqui é a questão dos produtos biológicos. Como eu disse, eles ainda representam um contingente bastante pequeno dos produtos como um todo, mas é uma evolução grande no Brasil. Recentemente, uma empresa multinacional lançou um produto biológico aqui no mercado brasileiro e há várias outras lançando produtos, então é um mercado que tende a crescer. São produtos de baixa toxidade, são produtos que não deixam resíduos, são produtos que têm eficiência para muitos problemas, inclusive em alguns casos que os fungicidas convencionais não apresentam eficiência, por exemplo, os patógenos de solo, que são um problema sério no Brasil.

Próximo, por favor.

Mais um minuto para encerrar. Essa situação, então, como já foi dito aqui, não envolve mais só o agricultor e o vendedor de agrotóxico ou o agrônomo, já é uma questão que tem que envolver toda a sociedade. Então, nós temos alguns elos fracos que precisamos fortalecer, e esse fortalecimento tem que vir de todo o conjunto da sociedade.

Próximo, por favor.

Aqui eu listo algumas práticas ou alguns exemplos de ações que podemos começar a pensar e a discutir, com resultados em curto, médio e longo prazo, mostrando que temos como mudar ou como melhorar esse modelo sem perder a competitividade, sem perder a posição que o Brasil ocupa hoje de importância na questão agrícola.

Em função do tempo, eu não vou detalhar isso aí, mas podemos discutir essas questões em seguida.

Próximo, por favor.

E, obviamente, sempre pensando na questão da agricultura conservativa no Brasil. Aí são algumas medidas. Como já foram colocadas anteriormente, podemos discutir também em seguida. Mas isso aí é uma prioridade para que consigamos manter a nossa prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vou lhe dar mais dois minutos, para detalhar o quadro anterior.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Ok. Pode voltar, então, por favor, o *slide* anterior? Obrigado, Senador, pelo tempo a mais.

Ali eu coloquei algumas ações. Nós podemos discutir outras ações além dessas. A primeira é o aumento da eficiência daquilo que já temos, ou seja, das práticas adotadas hoje, a fim de reduzir o consumo, racionalizar o uso desses produtos e também da questão ambiental. Então, por exemplo, o monitoramento de pragas e doenças, o manejo integrado de pragas.

Na década de 90, tivemos um *boom* grande no desenvolvimento de tecnologias para manejo integrado de pragas, mas que infelizmente está se perdendo no caminho. Infelizmente, hoje não está sendo mais tão utilizado como antes, então estamos deixando isso.

O aperfeiçoamento de tecnologias de aplicação, a capacitação de técnicos e produtores, a questão do receituário agronômico, repito, a restrição de produtos altamente tóxicos, o que também já tem ocorrido.

Então, são medidas que têm efeito num curto prazo e que poderiam ser adotadas pensando no próprio modelo atual.

Em seguida, vemos a integração substituição de insumos e práticas convencionais por práticas mais sustentáveis. Então, incentivo ao desenvolvimento de produtos biológicos e seu uso; aumento da participação desses produtos no mercado; e as boas práticas, incluindo aí o plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, a integração lavoura, floresta e pecuária, a produção integrada e várias outras tecnologias que já estão disponíveis, a pesquisa já tem trabalhado, e que precisam, então, de um incentivo para que sejam de fato adotadas.

E, finalmente, uma terceira etapa, de mais longo prazo, de redesenho do sistema produtivo de forma que funcione baseado em um conjunto novo de preceitos de processos ecológicos. E aí entra então a questão do zoneamento adequado, cultura certa nos lugares certos, na época certa; valorização dos serviços ecossistêmicos; atualização da grade curricular dos profissionais das ciências agrárias com essa visão; o incentivo à produção de base ecológica, especialmente para a agricultura de produtos como hortaliças e produtos desse tipo; e programas governamentais de apoio ao novo modelo agrícola. Assim como houve aqueles programas lá atrás, na década de 60, 70, esses programas deveriam voltar sim, incentivando agora um pacote sustentável.

Pode passar, por favor. Próximo.

Agradeço a oportunidade e agradeço o tempo extra que o Senador me concedeu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já está ocupando seu lugar à Mesa o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Concedo agora a palavra ao Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida e Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento – Sinpaf.

V. Sª tem dez minutos mais cinco de tolerância.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Bom dia. Primeiro, gostaríamos de agradecer a iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Blairo Maggi para a convocação desta audiência pública e dizer da importância para a Campanha Nacional de Combate aos Agrotóxicos e Pela Vida de estar aqui neste espaço público debatendo proposições para a formulação de políticas públicas para melhorar a agricultura brasileira e, ao mesmo tempo, fornecer um ambiente cada vez mais saudável e um alimento também mais saudável para a população brasileira e a população do restante do mundo que também consome os produtos produzidos no Brasil. Hoje, fui convidado para representar aqui a Campanha, mas também sou pesquisador da Embrapa na área de impactos ambientais. Minha unidade de trabalho é na Embrapa Hortaliças, onde desenvolvi um trabalho de coordenação de um projeto de pesquisa, que é projeto de transição agroecológica, um projeto da Embrapa. Na oportunidade, gostaria de demonstrar para os senhores um pouco do que a Embrapa também está pensando – fortalecendo, com muita satisfação, as várias palavras do colega também pesquisador, que está na Mesa –, construindo, cada vez mais, uma Embrapa forte, mas também com uma agricultura cada vez mais saudável.

Portanto, inicialmente, nossa apresentação é apenas no sentido de esclarecer as iniciativas que estão sendo construídas internamente na empresa, para que possamos construir uma alternativa de produção agrícola mais sustentável. Depois, vou dar um panorama sobre a contaminação dos agrotóxicos e apresentar uma proposta de agricultura concreta, que acontece hoje no País, e algumas sugestões de políticas públicas.

Então, esta apresentação: políticas públicas, instrumentos legais e de mercado para a transição agroecológica e uma estratégia para a superação tecnológica do modelo químico.

Podemos passar.

Bom, um pouco o conceito do que trabalhamos como políticas públicas, o objetivo do trabalho que está sendo desenvolvido hoje na Embrapa, apesar de eu estar ausente dessa discussão por estar hoje liberado para atuação sindical, é subsidiar os processos de discussão de políticas públicas e instrumentos legais e de mercado para transição agroecológica, visando dar suporte a ações do Estado brasileiro e da sociedade civil.

Podemos passar.

Então, esse projeto visa desenvolver ações de pesquisa, estudos, seminários, trabalhos com comunidades voltados a subsidiar políticas públicas e propor instrumentos legais e de mercado para produtores, produtos e processos da transição agroecológica.

Podemos passar.

Ele se estrutura em algumas sínteses de problemas de pesquisa, o primeiro deles é o levantamento de informações sobre fatores limitantes e potenciais de mercado em processo de transição ecológica, desenvolvendo estudos de prospecção de mercado para produtos de transição agroecológica; estudos de fatores limitantes para expansão de mercado de produtos de transição agroecológica, apontando possíveis soluções; ampliar o debate sobre mercados locais e regio-

nais e formas diferenciadas de comercialização para o mercado justo e solidário – a venda direta em feiras livres, a venda e entrega em domicílios, a comercialização em supermercados, os mercados institucionais e a merenda escolar.

Em relação ao diagnóstico, nós identificamos que as políticas públicas municipais, estaduais e federais existentes, no sentido de avaliar sua concepção e alcance e apoiar esse processo de transição ecológica, possibilitando o amplo debate entre os atores, o Estado e a sociedade, para sua ampliação e melhoria, em processo gradual de fortalecimento do controle social para gestão das políticas públicas. E também subsidiar concepções de legislação – e aqui é a casa primordial para esse processo – coerente com as condições socioeconômicas e ecológicas da agricultura familiar, especificamente no caso de sistemas agroecológicos de produção.

Sistematização e elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas, instrumentos legais para transição agroecológica. O nosso projeto também visa construir elementos que facilitem a elaboração dessas políticas públicas, através da sistematização de proposições e formulações e também concepções de legislação coerentes com condições, como já falei, da agricultura familiar.

Próximo, por favor.

Ele é dividido em quatro planos de ação, que é gestão, estudos estratégicos, diagnósticos e análise de formulação de subsídio. Ele agrega 26 pesquisadores, três instituições de pesquisa e ensino, oito centros de Embrapa, duas universidades federais, um centro de extensão rural e 21 metas a alcançar.

Podemos ir em frente.

O resgate que a gente gostaria de fazer agora na problematização é a construção do conceito de transição agroecológica. Já é consenso hoje na academia e também na construção dos movimentos sociais que é preciso avançarmos para uma agricultura cada vez mais produtiva e competitiva, mas também equilibrada, incorporando aí os conceitos de saúde e de um ambiente cada vez mais propício ao fornecimento de serviços ambientais à sociedade brasileira e em nível internacional.

Portanto, hoje, o conceito de agricultura não pode externalizar, deixar de fora da elaboração da sua estratégia de produção esses conceitos da saúde e do equilíbrio ambiental. Nesse sentido, como outras estratégias que foram apresentadas aqui anteriormente, uma estratégia importante é a transição agroecológica, ou seja, é a estratégia que possibilita transitar do atual modelo, com o uso de insumos – inclusive a dependência de insumos externos, muitos deles vindo de empresas multinacionais de fora do País – com a possibilidade de superação desse modelo com a transição desse modelo. Ou seja, com a utilização de insumos próprios, com sementes próprias, com sementes que mantenham um sistema de produção adequado e equilibrado no seu ambiente. Essa é uma estratégia.

Bom, e falando na questão dos agrotóxicos, nós temos aí, como comentado pelo colega, dois grandes grupos de culturas onde os agrotóxicos são utilizados, bem diferenciado: um grupo onde se tem um volume muito grande de uso de agrotóxico, mas por área um volume pequeno; e outro, que tem um volume pequeno, mas, por área, um volume muito grande, que é o caso das frutas, legumes e verduras.

Bom, hoje, o Governo brasileiro tem uma estratégia de promoção da saúde por meio do consumo de frutas, legumes e verduras ou hortaliças, como se queira.

Aí queremos levantar um quadro preocupante do consumo de frutas, verduras e legumes hoje, no Brasil, em relação ao uso de agrotóxicos. Podemos ir adiante.

Nós temos, hoje, uma situação de evidente insegurança alimentar no País e com a redução, cada vez maior, de consumo de alimentos vindos principalmente desse grupo de alimentos, que são as frutas, verduras e legumes.

Então, temos uma demanda reprimida no consumo de alimentos promotores da saúde. Nós teríamos de ter um consumo em média de 400 gramas por dia por pessoa e temos um consumo aproximadamente de um terço necessário à promoção da saúde a partir desse grupo de alimentos. É o que estabelece a Organização Mundial da Saúde.

Podemos ir à frente.

O grande dilema que se coloca hoje, na formulação de políticas públicas, é como promover... Podemos voltar. Podemos voltar. Isso é importante para fazermos uma reflexão.

O grande dilema hoje na promoção das políticas públicas é como promover o consumo saudável de alimentos, especialmente desse grupo de alimentos, que são frutas, verduras e legumes, sem que a promoção de uma política pública esteja na verdade envenenando a sociedade brasileira, já que o quadro de contaminação desse grupo de alimentos é extremamente preocupante, haja vista os resultados que todo ano são divulgados pela Anvisa, por meio do Para.

Então, como superar o quadro de incentivo necessário ao maior consumo de frutas, verduras e legumes no Brasil, sem que essas frutas, verduras e legumes possam estar promovendo também a doença a partir da contaminação por agrotóxico.

Esse é um quadro que deve ser considerado – podemos avançar –, quando observamos alguns tra-

balhos que foram publicados, por exemplo, sobre a batata, o tomate e diversos outros produtos que estão bem acima. Vê-se um quadro histórico, desde 2002 até 2008, de contaminação desse grupo de alimentos, que é essencial para a promoção da saúde do brasileiro e da brasileira. Podemos ir à frente.

Aí, um outro estudo que desenvolvemos lá no Estado do Mato Grosso, a partir dos dados do Professor Pignati, fazendo um levantamento sobre o controle de venda de produtos para esse grupo de alimentos. Encontramos para a cebola, a cenoura, o pimentão a venda de produtos extremamente proibitivos ao uso nessas culturas. Podemos ir à frente também.

Ainda, fortalecendo essa caracterização do uso de agrotóxicos em hortaliças, tivemos acesso aos dados históricos do próprio Sindag, que é o sindicato das empresas revendedoras de agrotóxicos. De 2004 até 2008, observamos a alface como a principal cultura representativa, juntamente com o tomate, na venda de agrotóxicos no Estado do Mato Grosso. Então, vemos também um baixo quadro representativo desse consumo de 2004 até 2008. Podemos avançar.

Volume de produto comercializado em frutas, legumes e verduras no Brasil, de 2004 a 2008, por cultura. Podemos observar o alho, a batata inglesa, a cebola, a horticultura em geral, o melão, o tomate rasteiro, o tomate envarado. São as principais culturas que hoje demandam um consumo muito grande de agrotóxicos.

Podemos ver aqui, abaixo, no gráfico, a batata inglesa se destacando juntamente com o tomate e o tomate envarado.

Podemos ir à frente. Volume do produto comercial. Vemos, então, o fungicida se destacando no consumo dessas culturas.

Podemos ir também à frente.

Ainda no Estado do Mato Grosso, os que estão em amarelo identificam a venda ilegal para esses tipos de cultura. Então, vemos o acefato sendo vendido para a alface e para o tomate; a deltametrina, para a alface; o diclosulam, para a alface. Então, várias culturas... Não temos hoje um controle inclusive da comercialização de agrotóxicos para essas culturas, que hoje são proibidos. Aí vem a discussão dos *minor crops.* E podemos depois avançar e ver os riscos dos *minor crops* para um ocultamento dos riscos à saúde.

Podemos avançar.

Aí, a grande discussão: políticas públicas ou políticas para o público?

É uma consideração que a campanha gostaria de estar fazendo aqui. Qual o desafio hoje, a partir do que está estabelecido na Constituição, art. 225, que é direito de todo cidadão ter um ambiente equilibrado. Qual o desafio que temos hoje, enquanto casa legisladora, para construir uma política pública e não uma política para o público, uma política que seja efetivamente voltada ao atendimento das necessidades constitucionais, ambientais, sociais, que se impõem hoje, como a segurança alimentar e a saúde da população brasileira.

Podemos ir à frente.

Detalhando um pouco a questão da externalidade, do uso dos agrotóxicos, onde diversos sistemas de produção hoje começam a adotar a necessária incorporação das externalidades dos agrotóxicos, na saúde humana, na saúde do trabalhador rural, na saúde dos consumidores, na intoxicação crônica, subcrônica, que são elementos que hoje estão cada vez mais sendo explicitados a partir das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com a participação dos movimentos sociais.

Podemos ir à frente.

Daí se coloca, portanto, essa estratégia, que é uma estratégia de transição da agricultura convencional para uma agricultura mais sustentável, para uma agricultura que evidencie de forma clara esses elementos da saúde, da sustentabilidade ambiental, e não necessariamente do lucro em torno dessa construção do sistema produtivo.

Vamos à frente.

Isso é em Lucas do Rio Verde. No lado esquerdo, isso é uma horta numa escolinha. Percebemos que, depois da cerca, a escolinha está toda cercada de uma cultura que já foi colhida – claro que foi o milho, que não existe nenhum tipo de mata – e essa hortinha é uma das que foram contaminadas com aquela pulverização aérea que aconteceu lá em Lucas do Rio Verde. Do lado direito, você vê que eu estou completamente fora da regra, sem nenhuma proteção – fui fazer uma visita de surpresa numa unidade de processamento de embalagens de agrotóxicos. Nessa unidade, tudo o que os senhores veem aí são fardos – o trabalhador estava protegido; eu que não estava, porque não estava na minha agenda entrar aí; o trabalhador estava. É importante que a gente possa observar que é possível melhorar esse processamento de embalagens porque não temos informações que possam nos dar mais elementos sobre o uso de agrotóxicos. Então, se a gente pudesse ter, a partir de uma política pública, pela normatização desses processamentos, onde a gente identificasse que tipo de embalagem que chega, volume que estava nessa embalagem, podemos fazer uma política de controle muito mais eficaz. Portanto, essas unidades podem ser um centro de auxílio na construção de uma política pública, fornecendo informações sobre o processamento dessas embalagens. Mas dá para se ter uma ideia do volume utilizado naquela região.

Podemos ir à frente.

Resultados da transição agroecológica. Aqui em Brasília, no entorno, temos um assentamento de reforma agrária, fica a 50 quilômetros – podemos agendar uma visita – onde tem um trabalho desenvolvido juntamente com a Embrapa e diversas instituições, como o MST, Via Campesina. Trata-se de um assentamento de referência nacional e internacional, com vários trabalhos publicados. Uma unidade que, inicialmente, só produzia soja e não tinha mais água; então, foi todo um processo de recuperação ambiental que lá aconteceu, e hoje os seus produtos são comercializados três vezes por semana aqui em Brasília nas feiras livres; são produtos agroecológicos que são comercializados para a sociedade brasiliense. Então, mostra que foram dez anos de transição agroecológica. E aí a contribuição que é importante a gente deixar aqui é que foi um processo de construção de dez anos sem apoio nenhum de políticas públicas. Houve, claro, a participação de algumas instituições públicas, mas do ponto de vista de articulação de políticas públicas para promover esse processo de transição não conseguimos observar.

Então, é um estudo de caso,e gostaríamos de apresentar aqui como uma referência para ser analisada e, quem sabe, formatar leis que possam estimular esse tipo de experiência, produzindo então uma agricultura mais forte, mais diversa, mais equilibrada e mais sustentável.

Podemos ir à frente.

Esse é o processo da construção da linha histórica do assentamento, que vem de 1997 a 2008.

Podemos ir à frente.

Aí, o estudo que foi desenvolvido lá, levantando o impacto desse processo de transição. Vemos aí uma eliminação de resíduos químicos dos produtos, uma oportunidade de emprego local e braçal extremamente elevada, uma geração de renda que também se demonstrou muito além das expectativas das famílias.

Então, a implantação da transição agroecológica elevou também a renda; reduziu o foco de vetores e doenças endêmicas no assentamento; aumentou o coeficiente da segurança alimentar com a diversificação de alimentos nesse assentamento e também iniciou o assentamento numa estratégia de venda direta e cooperativada. Esse estudo foi publicado no Congresso Brasileiro de Agroecologia que aconteceu em Curitiba, amplamente discutido lá como estratégia viável para se promover a transição agroecológica, aí já como resultado de seus impactos.

Podemos ir à frente.

Só para finalizar, gostaria de fortalecer a informação de que o convite feito aqui pela Campanha vem no sentido de contribuir um pouco com as informações que hoje temos consolidadas dentro da Empraba, instituição importante na construção desse modelo. Não é uma questão ainda fácil dentro da ciência. É ainda um tabu, muitas vezes, discutir agrotóxico e discutir certas coisas que mexem com a estrutura hoje da organização da agricultura brasileira, mas são elementos concretos que trazemos aqui e que apontam a viabilidade técnica, econômica e social para uma agricultura mais sustentável e ambientalmente mais correta.

Esses são os *sites* onde podem consultar informações técnicas sobre o que colocamos aqui; há também o *site* da rede, da transição, e também o *site* do programa. Também fica aqui a sugestão de convite do coordenador do programa, que é o Dr. Medeiros, de Pelotas, Rio Grande do Sul, que poderá vir aqui contribuir com os senhores, com mais propriedade, sobre os dados técnicos do programa.

Era isso o que gostaríamos de colocar, agradecendo a participação e o convite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida pela contribuição.

Agora temos o prazer de convidar o Dr. Luiz Claudio Meirelles, Gerente-geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Qual é a formação acadêmica do Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Senador Antonio?

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Eu sou engenheiro agrônomo, pesquisador em saúde pública da Fundação Osvaldo Cruz e cedido para a Anvisa para a função de gestor na área de toxicologia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Sª tem dez minutos, mais cinco de tolerância.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, em nome do Presidente da Anvisa e dos demais diretores, e agradecer aos Senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o convite e a oportunidade de discutir esse tema no Senado.

A nossa apresentação versa sobre pontos gerais que envolvem a área de agrotóxicos que, por força de todo o debate nacional, a Anvisa vem se envolvendo e discutindo. Nós temos o papel específico de avaliação de saúde desses produtos, mas hoje discutimos vários aspectos que envolvem o uso e o consumo de agrotóxico no Brasil, conforme o tema proposto, para que tenhamos elementos para alavancar as ações que serão necessárias para colocar o País no patamar de controle igual ao dos países desenvolvidos.

Próximo, por favor.

A primeira questão importante para sinalizar aqui, pois estamos na Casa que faz as leis, é que a legislação na área de agrotóxico, até 1993, caminhou de forma muito devagar no País. A preocupação com os químicos no mundo não tinha um foco importante. Em meados da década de 1980 para a década de 1990, muitas preocupações surgiram, e o Brasil caminhou par e passo com o que acontecia no cenário internacional em relação às questões que envolviam agrotóxico. Se olharmos aqui o que está em azul – não vou detalhar nada do que está dito –, partimos da legislação em 1989, quando diversos regulamentos são desenvolvidos visando a aprimorar a avaliação técnico-científica desses produtos no País. Daí muito debate, muita discussão no seio da sociedade, devido às divergências e aos diferentes interesses que envolvem essa questão.

Mas o marco legal não só no mundo como também no Brasil tem aprofundado as questões de saúde e ambiente. Essa é uma preocupação que permeia todo o debate internacional relacionado a substâncias químicas. E aí não só agrotóxicos. Os agrotóxicos estão no foco,mas são também muito debatidos e todos os protocolos científicos têm sido aprimorados no sentido de oferecer maior segurança à saúde relacionados a esses produtos.

Próximo, por favor.

A Anvisa, nesse cenário, é um serviço responsável pela avaliação toxicológica desses produtos. Um serviço dentro da estrutura do Sistema Único de Saúde, que se preocupa com essa avaliação e acaba trabalhando com questões de ponta, devido a muitas vezes termos pouca pesquisa ou poucos trabalhos desenvolvidos no País ou trabalhados organicamente que permitam que possamos destrinchar esse tema adequadamente.

O nosso serviço hoje envolve ações de prevenção e controle. No campo da prevenção, fazemos toda a parte de avaliação toxicológica. No campo de controle, temos tentado estabelecer programas de monitoramento que vão desde monitoramente de resíduos de agrotóxicos em alimentos até monitoramento de intoxicações. Também revemos aquelas moléculas que hoje são reconhecidamente perigosas pelo avanço do conhecimento científico ou pelos danos que vêm causando em trabalhadores e consumidores ao longo do mundo e no próprio País.

Próximo, por favor.

A nossa função dentro dessa estrutura é avaliar agrotóxicos, componentes e afins. Outras substâncias químicas são avaliadas na Anvisa, aquelas que não têm legislação específica ou que têm legislações difusas no País, como metais pesados e solventes.

Participamos de um esforço com o Ministério da Saúde também na questão dos planos, acompanhamento de acordos internacionais relacionados a toxicovigilância.

Falando um pouco da produção e consumo de agrotóxico no Brasil e o balanço na indústria. Hoje, no Brasil, temos entre produtos técnicos e produtos formulados – produtos formulados aqui estão em torno de 1.400 – 2.195 registros. O número de produtos comercializados no Brasil está em torno de 900. Esse é um dado importante que mais a frente vamos discutir, porque está tramitando no Senado uma regulamentação com relação a produtos registrados que não são comercializados.

A produção no Brasil é de 613 mil toneladas, a comercialização está em torno de 789.974 toneladas, a importação é de 266 mil e a exportação é de 26 mil. O Brasil importa muito mais do que exporta, como vocês estão vendo aqui.

Então, esses são dados hoje da situação brasileira, os mais atuais que temos, de 2009 e 2010, que são trabalhados junto com a Universidade Federal do Paraná, com a área de Economia, que tem consolidado e analisado toda essa informação.

Próximo.

Seguindo nesse balanço, o número de empresas registrantes no Brasil é da ordem de 136. O número de ingredientes ativos é de 434. A comercialização, no ano de 2010, alcançou a ordem de 7,3 bilhões e o número de pleitos aguardando análise hoje na Agência – estou falando exclusivamente da Agência, porque o pleito também é feito junto ao Ibama e junto ao Ministério da Agricultura – é da ordem de 756 pleitos para registro de produtos.

Importante é dizer que o Brasil, há três anos, está na primeira posição em termos de comercialização de agrotóxicos. Então é onde se tem a maior movimentação comercial, da ordem de 7,3 bilhões, à frente dos Estados Unidos.

Próximo.

Agora, quando a gente fala dos produtos que estão sendo comercializados no Brasil, quando citei a legislação que está tramitando aqui no Senado, daquele total, 1.198 foram movimentados – quer dizer, importados, exportados, fabricados, comercializados –; entretanto, 59% ou 1.720 não tiveram qualquer movimentação. Não houve nenhuma movimentação. Esse dado é proveniente da própria declaração das empresas.

Então, a gente tem uma margem bastante grande de produtos que oneram o setor público em termos da sua avaliação, que ocupam os poucos servidores – e vou mostrar posteriormente uma tabela relacionando

isso – e que, na realidade, não são ofertados ao produtor, não são ofertados ao agricultor. E, muitas vezes, muito do atraso que a gente tem nas análises é pelo acúmulo excessivo de produtos, pois muitas vezes o interesse não é ofertar ao produtor, pode ser simplesmente guardar o registro para uma comercialização posterior. Essa análise ainda está sendo feita pelo pessoal da Federal do Paraná. E o produtor não tem acesso, não aumenta a oferta dos mesmos produtos, que hoje estão avaliados e autorizados no País.

Próximo.

Aqui a gente também tem uma outra discussão importante que tem permeado todo este debate, que é a concentração do mercado. Quando a gente pega de 2000 a 2010, a gente vai ver que as três maiores empresas concentram 83,1% do mercado. Muitas vezes se falou, no debate, da questão de abrir mercado ou de competitividade, e tem que se levar em consideração que, em um período de dez anos, pouco mudou esse cenário em termos de Brasil.

E esse é um cenário internacional que está permeado por várias outras discussões, inclusive pelas exigências hoje colocadas em termos de segurança sanitária e ambiental desse tipo de produto. Então, essa discussão tem de ser levada em consideração e esses dados a gente tem acumulado para auxiliar todo mundo que quer fazer o debate nessa área.

Próximo.

Já estou entrando lá nos minutos. Aqui também: taxa de crescimento de importações. O Brasil tem se tornado um grande importador de agrotóxicos se a gente compará-lo com outros países que atuam nesse ramo.

Essa é uma discussão também que envolve a questão da política industrial no Brasil. Talvez seja interessante o Brasil pensar em uma política de controle de pragas e vetores que envolva produtos e que a gente possa ter patentes, autonomia e menor toxidade para conseguir disponibilizá-los ao mercado.

Hoje, a gente está exportando grande parte e produzindo bem menos. Isso envolve várias outras questões que, inclusive, estão na questão das tarifas. Mas aqui há uma demonstração clara de como é que, no Brasil, tem aumentado a importação se a gente for comparar até com os Estados Unidos, que, além de ser fabricante...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, mas é porque, como o dado é... Quando o senhor compara, por exemplo, com a Europa, o avanço da produção agropecuária, nesses países, não cresce como no Brasil. O Brasil tem um índice de crescimento muito maior. Então, comparar, por exemplo, o Brasil com a Alemanha ou com a França fica bastante distorcido, em função do tamanho do País, que na última década, por exemplo, cresceu muito.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Mas são dados absolutos. Eu aqui não estou fazendo a discussão dos dados, porque são dados absolutos. Agora, se pegarmos os Estados Unidos, eles têm uma produção bastante grande e não têm aumentado a importação; têm diminuído até a fabricação. A discussão é: como é que... Aqui é uma outra discussão que estou trazendo, que sempre permeia este debate: como é que a gente ganha maior autonomia para a produção em território nacional, para não ficar tão dependente no mercado?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí é o estímulo à indústria brasileira, evidentemente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – No debate nós vamos detalhar tudo isso, Senadora.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Ele vai voltar também. Ele é da indústria e vai abordar bem. Aí é pensando mais em política industrial.

Próximo.

Bom, aqui também estão as colunas de importação no caso de produtos técnicos, não é? O Brasil tem aumentado a importação de produtos técnicos.

Próximo.

E também de formulado nos últimos anos. Se a gente for olhar aqui, a gente está trazendo muito produto acabado do exterior quando poderia estar produzindo mais em território nacional.

Próximo.

Agora vamos falar um pouquinho das áreas de registro.

A gente está trazendo esse dado da IPI para fazer uma comparação.

Conforme eu falei, nós somos o primeiro mercado há três anos. Há três anos a gente vem sendo o maior consumidor e tendo a maior comercialização de agrotóxico. Se a gente compara com a estrutura da IPI hoje, para analisar esse tipo de produto... Aqui está como ela está distribuída hoje. Eles têm 850 pessoas fazendo a avaliação e o acompanhamento desses produtos. É um corpo técnico altamente qualificado e com muitos profissionais, pelo menos de 10% a 15% são doutores, que fazem toda a parte de avaliação de toxicidade, de impacto ambiental, prevenção de poluição, analisam produtos biológicos... Então, a gente está vendo aqui o universo norte-americano, por exemplo, com uma população superior à nossa, mas com um mercado

menor e toda a infraestrutura que eles têm hoje para analisar esse tipo de produto.

Próximo.

Quando a gente pega aqui a Anvisa... Hoje, a Anvisa conta com 23 técnicos, que ela teve que capacitar, porque nós não temos capacitação formal na área de toxicologia no País, e agora eles fizeram especialização, estão fazendo mestrado, profissionalizante, para atender à área.

O Ibama tem um número... Não vou me arvorar a falar dos outros setores, mas, juntando os técnicos dos três órgãos, nós não somos mais do que oitenta para dar conta de uma demanda crescente, em função, inclusive, do que se falou agora, que é um mercado crescente.

Então, a estrutura pública para dar conta de todos os problemas que envolvem agrotóxicos precisa ser incrementada no Brasil. Os órgãos públicos precisam ser fortalecidos para que a gente possa dar resposta à sociedade em relação a problemas ou garantia de qualidade de produtos.

Próximo.

Com relação a custos também. Quanto custa a taxa para o registro de agrotóxico no Brasil? É uma questão, porque se fala que o aumento de taxas aqui seria muito alto e tal. Se a gente pega um novo ingrediente ativo no Brasil, são US$630 mil. A taxa de manutenção é de US$100.00 a US$425.00. E para reavaliar um produto sobre o qual exista qualquer suspeita do ponto de vista do risco toxicológico, eles cobram US$150 mil. Quando a gente pega na Anvisa, ela vai de US$53.00 a US$1,000.00, a taxa para registrar um produto.

E com relação aos dois outros itens, não existe qualquer cobrança, todo esse trabalho é feito sem que haja nenhum aporte de recurso para a instituição, para que ela possa dar encaminhamento.

Essa é outra discussão que permeia, porque muitas vezes se fala em custos. O custo de registro de produto equivalente é bem inferior no caso do ingrediente ativo novo e os custos do Brasil são bem menores se comparados, por exemplo, com o dos Estados Unidos, que têm um mercado semelhante ao nosso.

Próximo.

Aqui eu trago outros elementos. Quando a gente fala em agrotóxico, a Anvisa tem ficado muito no olho do furacão em todo debate, em toda discussão. Mas isso é um tema que envolve várias áreas de vários Ministérios.

Dentro do Ministério da Saúde, inclusive, nós temos o Plano Nacional de Agrotóxicos, a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador, a Política Nacional de Toxicovigilância, o Sistema Nacional de Informação Toxicológico da Fiocruz e, dentro das instituições acadêmicas, diversas, inúmeras linhas de pesquisa. Já foram citadas aqui a pesquisa de Mato Grosso, que é uma pesquisa da Fiocruz que envolve cinco Estados brasileiros levantando os problemas relacionados a contaminações ambientais e de saúde por agrotóxico.

O próprio Ministério da Agricultura tem trabalhado muito na questão das mitigações e incentivo a produtos de baixa toxicidade, no desenvolvimento agrário e no desenvolvimento social. No PPA, atualmente, no Plano Plurianual foram incluídas várias ações relacionadas a controle de agrotóxicos para evitar os seus efeitos danosos à saúde e ao ambiente.

Resoluções e recomendações dos Conselhos Nacionais.

O Conselho Nacional de Saúde, de Segurança Alimentar e de Meio Ambiente tem trabalhado e tem feito inúmeras publicações e discussões. Ele colocou aqui o incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras para evitar as doenças crônicas não transmissíveis. Essas áreas têm feito um trabalho bem amplo em relação à questão do agrotóxico.

Próximo.

No Congresso Nacional, nós temos diversos projetos de lei e subcomissões sendo criadas para debater esse assunto.

Estados e Municípios também, a partir do Programa Para de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, têm estabelecido comissões de agrotóxicos, entendendo aquilo como uma preocupação para os trabalhadores e consumidores.

No Mercosul, em convenções internacionais e acordos bilaterais, tem sido foco de intercâmbio. O Brasil tem sido, digamos, exportador, entre aspas, do seu conhecimento em termos de avaliação toxicológica e ambiental para os países da América Latina e do Caribe.

Ações do Ministério Público e de fóruns estaduais.

Hoje, nós temos um fórum nacional de combate aos efeitos do agrotóxico que tenta debater toda essa situação. E várias ações da sociedade civil organizada vêm debatendo esse tema de forma bem ampla, sobre as questões de proteção à saúde e o ambiente.

Então, aqui nós temos vários enfoques em relação ao tema agrotóxico, que envolve inúmeros atores hoje que podem estar debatendo conosco e ajudando a resolver os problemas que estão colocados no setor.

Entre os desafios, a gente elencou aqui, pela Anvisa, alguns que a gente entendeu como mais importantes naquilo que eu estou apresentando. Coordenação dessas ações em âmbito dos Ministérios, fortalecimento da área regulatória... A área regulatória vem reclamando disso há uma década, em toda dis-

cussão, que ela precisa de estrutura, precisa de pessoal, que precisa haver mais concurso público para colocar mais pessoas fazendo análise, precisa atualizar conhecimento, sistema de informação. Isso tudo vai permitir a agilização não só para analisar e liberar produtos no mercado, mas para poder controlar o que a sociedade reclama. A sociedade também reclama muito saber a que ela está exposta, como ela pode mitigar esses efeitos.

Substituição de agrotóxicos mais perigosos pelos mais seguros à saúde, atualização dos procedimentos no âmbito da avaliação tecnológica. A Anvisa está com uma consulta pública publicada, que deve levar um ano para o seu fechamento, porque ela vai gerar um debate amplo tanto com participação de representantes internacionais quanto nacionais, em que todos os estudos toxicológicos serão detalhados para que a gente possa ter o melhor resultado possível em termos de classificação e análise desses produtos.

Consolidar e desenvolver programa de monitoramento enquanto serviços. Qualidade dos produtos... Hoje, a qualidade dos agrotóxicos é uma questão reclamada pelos próprios agricultores, e muitas vezes a gente tem incapacidade de conhecer a qualidade desses agrotóxicos. Têm sido feitas ações de fiscalização para tentar melhorar essa questão.

Resíduos em alimentos. Nós já temos um programa, hoje, que envolve os 27 Estados do Brasil e todas as vigilâncias sanitárias. Agora, a água potável precisa ser trabalhada porque hoje nós temos iniciativas pontuais. Apesar de nós termos uma Portaria, que é a 518, do Ministério da Saúde, esse dado ainda não está devidamente informado à sociedade.

Monitoramento do solo e tantos outros monitoramentos são necessários para um país que usa aquelas 650 mil toneladas de agrotóxicos.

E a questão da vigilância epidemiológica de intoxicações. Hoje, os sistemas que nós temos para controle de agravo são ainda muito precários. Hoje, a gente precisa conhecer melhor como está a questão das contaminações no Brasil, fortalecendo o conhecimento, no âmbito do SUS, de quem faz a avaliação clínica de intoxicações para que se resolvam esses problemas.

Próximo.

Bom, todas as informações...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está encerrando, doutor?

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Estou. Só trinta segundos.

Todas as informações estão disponibilizadas no nosso *site*. A gente busca dar transparência a todas as ações que a Anvisa desenvolve em reavaliação e em todos os procedimentos. Então, no *site* a gente pode encontrar nesses endereços.

Próximo.

E aí estão as referências de tudo que eu falei, de forma bem pontual, mas onde foram pesquisados vários itens aqui colocados sobre esse tema.

E continuamos à disposição para novos esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Dr. Luiz Cláudio Meirelles, da Anvisa.

Agora, o último convidado é o Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef, a quem concedo a palavra.

V. Sª já pode começar.

O SR. EDUARDO DAHER – Bom dia a todos.

Vou tentar cumprir com o prazo, mas eu não vou entrar na apresentação, que é muito rápida, polêmica, para ser fecunda, mas eu queria fazer três abordagens iniciais.

A primeira, uma ressalva na fala do Senador Acir. Num determinado momento, ele falou em fertilizantes e depois falou em defensivos. Eu queria esclarecer àqueles que podem ser leigos na matéria que, quando se fala em fertilizantes, mesmo de origem mineral ou agroquímicos da área química inorgânica, estamos falando, um, alimento para as plantas, outro, remédio para as plantas. Aqui, nosso foco é agrotóxico, defensivo agrícola ou agroquímico, ou biocida, ou veneno, como queiram semanticamente, mas são os remédios para a população de seres vivos vegetais que nós cuidamos.

A segunda ressalva é que eu quero fazer, embora representando aqui a indústria, uma defesa muito clara do produtor rural brasileiro, qualquer que seja ele, qualquer que seja o grau de tecnologia e dimensão, ou seja: constantemente, mesmo em algumas das falas anteriores, usa-se o termo uso abusivo, uso indiscriminado, uso irresponsável, como se o produtor rural brasileiro não fosse um elemento racional que faz conta e utiliza insumo na proporção mínima de gasto para o menor benefício. Que isso fique claro e que voltemos a repetir isso. Dá a impressão de que o produtor rural brasileiro é o grande algoz, é o grande bandido do filme do agronegócio, quando, na realidade, ele pode ser, em algumas situações, até vítima de algumas coisas que estão relatadas aí.

Terceira lembrança, para iniciar a fala, e que vai responder às demandas, seguramente, da Senadora Ana Amélia, e agradeço, desde logo, a Antonio Carlos Valadares, Blairo Maggi e Waldemir Moka, que estão aqui: eu queria colocar, com muita clareza, uma coisa que passou despercebida. Estamos falando no Brasil,

somos do Brasil. O que é o Brasil? É um país tropical, ao que me lembre. Num país tropical, você faz duas safras por ano. Está aqui Mato Grosso, está aqui Rio Grande do Sul, está aqui Mato Grosso do Sul. Talvez uma exceção seja Uberlândia. Mas, de uma forma geral, nós, no mesmo espaço de terra – e esse tem sido o sucesso brasileiro – fazemos duas safras a cada ano. No Canadá, que é um concorrente nosso; na Argentina, que é um concorrente nosso; na América do Norte e na Europa, a que a Senadora se referia, eles estão, boa parte do ano, debaixo de um rigoroso inverno. E o inverno é, a neve é, para relembrar aos senhores, um herbicida, fungicida, acaricida e inseticida muito barato e conveniente que nós não temos. Então, se nós temos o bônus do país tropical que faz cana-de-açúcar, que os outros não fazem, que faz duas safras, que faz cinco safras de feijão a cada dois anos – o que dá duas safras e meia – este é o bônus do país tropical, nós temos um ônus: nós temos mais pragas, doenças e ervas daninhas do que os outros países por uma questão absolutamente climática, de tempo.

Finalmente, uma última ressalva para passar os *slides*, Senadores, e prometo cumprir com o tempo. Nós nos orgulhamos muito – e me orgulho de ter ao lado, na Mesa, dois representantes que endossam o que vou falar, tanto o Marcelo como o Vicente, da Embrapa: a Embrapa ganhou seis páginas na revista *The Economist*, aquela em que aparece o Cristo, "Brazil takes off". A Embrapa, reconhecidamente a empresa de pesquisa tecnológica da agricultura tropical de maior conhecimento internacional. Agora, não sei por quê, nós nos esquecemos que, em 1990, nós enterramos a Embrater. Nós acabamos com a extensão rural do País. Nós deixamos o produtor rural no meio do deserto, ou seja, uma tecnologia que pretende se evoluir, e a Anvisa tem feito força – tanto a Anvisa, como o Ibama, como o Mapa – de procurar produtos menos agressivos ao homem e ao meio ambiente. Só que essa tecnologia, como ela vai à ponta? E ela vai à ponta... O Senador Blairo Maggi, seguramente, está plugado em Chicago, sabe qual o preço da soja nesse instante e sabe fazer duas safras e sabe usar os produtos com cuidado, na dose certa, sem gastos, sem riscos, com equipamentos de EPI adequados, com trator cabinado, com GPS, e nós estamos no contrapé. Nós temos que levar e melhorar a extensão rural para que possamos aplicar tecnologia a todos.

Vou rapidamente percorrer, vou pedir para clicar o *slide*.

Esse é um estudo inédito – para não dizer inédito, ele foi apresentado ontem na Câmara Setorial da Soja, dentro do Ministério da Agricultura. Ele objetiva monitorar a produção agrícola por país, considerando, exatamente, Senadora, o que a senhora comentava: como eu comparo Alemanha com Brasil? Como comparo outros países, em termos de área plantada, produção e uso de defensivo?

A fala do Luiz Claudio... Embora eu ache que há uma pequena correção, Luiz, porque no ano passado não fomos o campeão mundial: os Estados Unidos, por uma questão cambial, foram um pouco a mais, mas bobagem, 7,6 contra 7,3 bilhões de dólares. Em 2008 fomos líderes, 7,1. Agora, tem a falácia cambial nessa história, certo? Quer dizer, medir em dólar, que, infelizmente, é a medida que vocês vão ver aí, hoje, com o dólar derretendo, a 1,55, agora 1,56 e sabe Deus onde vai parar, porque o foco não é o dólar, é o juro.

Mas vamos entrar no estudo. A área plantada de diferentes países. Só para aqueles que são leigos, isto aqui é um hectare, é um campo de futebol. Um campo de futebol oficial tem um hectare.

Pode clicar, por obséquio.

Esta foi a área plantada em milhões de hectares da Argentina em 2009, da China, da França, do Japão, da Rússia, do mercado americano e de toda a Comunidade Europeia na sua configuração atual. Esses são os dados da Kleffmann de junho de 2011 relativos a 2002.

Pode clicar.

O Brasil fez, então, 65,38 milhões de hectares neste ano, ou seja, o Brasil, claro, grande celeiro do mundo, sendo cobrado por produção de alimentos, fibras e agroenergia, 65,38 – e eu arrisco a dizer que não tem que aumentar essa área, tem que utilizar mais tecnologia e produzir duas safras, duas safras e meia.

Qual é a variação de área plantada que houve entre 2004 e 2009 no mercado internacional? Argentina cresceu 3,7; China... A França efetivamente diminuiu, o Japão diminuiu a área plantada; os Estados Unidos ficaram estáticos; a Europa cresceu – nesse crescimento, leiam Rússia, Ucrânia, muito mais países do Oriente, que estão descobrindo... Vocês vejam que a Rússia com crescimento de área. E aí o Brasil cresce 4%.

Esse é o aumento de área plantada em milhões de hectares que houve de 2004 a 2009. Vamos agora colocar defensivo nesse processo.

A produção de biomassa – e biomassa não são toneladas de grãos, são toneladas de massa verde. Aí está inclusa, então, a cana. Quando nós vemos quanto se produziu de toneladas de biomassa... Ou, traduzindo para aqueles que preferem e para os telespectadores da TV Senado, é a produção de toneladas de alimento por hectare que o país fez em 2009, Argentina; aqui, a China; aqui, França; Japão; Rússia; Comunidade Europeia e América.

Pode clicar.

A produção de biomassa brasileira, senhores, foi de 13,65. Então, além de ser – e aí concordo com Luiz Claudio e com os colegas da Embrapa – o maior usuário de defensivo nesse período, efetivamente, em 2009, fomos os maiores produtores de biomassa, em toneladas por hectare. Lembrando que fazemos duas safras/ano contra o restante dos países.

Próximo.

Qual foi essa variação de 2004 para 2009? Argentina caiu, problemas climáticos. Japão, com problemas. A Comunidade Europeia, os Estados Unidos, a Rússia e o Brasil têm, de 2004 para 2009, o maior crescimento de biomassa.

Eu sou obrigado a dizer que, quando comparo 2004 com 2009, pego uma base meio ruim porque Rio Grande do Sul teve uma seca dramática, que a gente esquece, em dezembro de 2004.

Essa é a produção de biomassa por hectare, a evolução de 2004 para 2009.

Finalmente, agora vamos colocar efetivamente quanto se gastou em dólar por defensivo em países, de 2004 para 2009, no mercado internacional. Estamos colocando dólar contra dólar. Reparem que a Argentina teve um crescimento dramático, e isso tem tudo a ver com soja, plantio direto e a chegada, sobretudo, já em 2009, da ferrugem asiática. A China, adotando cada vez mais agroquímicos; na França, no Japão, na Rússia, nos Estados Unidos, decrescem – e nós podemos explicar o porquê – a adoção de biotecnologia. A variação de dólares de defensivos por tonelada de biomassa produzida brasileira ficou literalmente do mesmo tamanho, porque o crescimento da produção agrícola brasileira absorveu isso.

Para terminar, este é o quadro que eu gostaria de ressaltar aos senhores: quantos dólares de defensivo por tonelada de alimentos, produzidos em 2009, cada um dos países, com suas características, utilizou e gastou? A China, senhores, é absolutamente a que menos utiliza dólar por tonelada - aí, tem um aspecto que vou relembrar: ela tem uma "pequena" população de 1 bilhão e 350 milhões de habitantes que fazem horticultura com mão de obra intensiva, sem utilização de tecnologia. A Rússia, abaixo de nós, utiliza US$2,12 por tonelada de alimentos e biomassa produzidos - a Rússia tem, de longe, uma excelente fotossíntese, mas tem o inverno mais rigoroso que se conhece no Hemisfério Norte. Aí, vem o Brasil, aquele Brasil que é sistematicamente citado como celeiro do mundo - e será, não há por que não dizer isso –, que é o maior usuário de defensivos agrícolas em dólares. Porém, isso é em números absolutos; nos números relativos, somos os campeões mundiais de uso de defensivo por forma eficiente por tonelada de alimento produzido. É isso que eu gostaria de ouvir como produtor rural que sou e como representante da indústria de defensivo, que aqui estou representando. Os Estados Unidos, que estão adotando biotecnologia, utilizam 30% a mais em dólares que nós por tonelada de alimentos; *los hermanos* argentinos, quase o dobro; quando vamos para o mercado europeu, três vezes mais.

E, depois, a Europa vem impor barreira não tarifária, dizendo que os nossos produtos estão contaminados. Na última negociação em Bruxelas em maio, que está sendo retomada nos dias de hoje, usaram os relatórios da Anvisa contra o Brasil, dizendo: "Os produtos de vocês estão contaminados. Não queremos comprar do mercado brasileiro". Criou um problema conosco lá fora – perguntem ao adido agrícola brasileiro de Bruxelas – e criou, ato contínuo, um desconforto com o Mercosul, porque a Argentina se viu banida desse processo de negociação.

Terminando, a França usa três vezes mais que nós; e o Japão, por uma questão de terra e porque faz só a cultura do arroz e usa profundamente tecnologia, usa dez vezes mais que o Brasil.

Eu gostaria de colocar a vocês um resumo.

O avanço do mercado brasileiro de defensivos, em números absolutos, é explicado pelo aumento da produção de biomassa hectariano. Conclui-se que o mercado brasileiro de defensivo não se alterou de 2004 para cá, refletindo ganho de produção sem aumento de área cultivada. O uso de agroquímicos por área teve evolução inferior aos demais mercados, ficando pouco acima do mercado maduro. A única exceção são os Estados Unidos, em função da migração de investimentos em defensivos pela biotecnologia.

Próximos passos.

Alguém citou aqui, no início, e quero enfatizar: plantio direto. Não é uma criação brasileira, não foi a Embrapa que criou plantio direto, mas ela o tropicalizou e o Brasil é líder absoluto em controle de erosão, com mais de 53 milhões hectares em plantio direto.

Integração lavoura pecuária. Senadora, o Brasil tem uma ocupação de 1,2 cabeça por hectare de pastagem. É o gado mais folgado do mundo. Se nós pegarmos este número de 1,2 e, por uma política pública, por uma coordenação – eu sei que é muito simples falar e difícil fazer -, levarmos para 1,5, uma cabeça e meia, por hectare, vamos liberar para a agricultura brasileira 60 milhões de hectares. Dá para dobrar a área plantada do País sem tocar em uma árvore. Precisa de tecnologia? Sim. Precisa de integração lavoura pecuária, de plantio direto, de biotecnologia? Sim.

Por fim, Vicente, eu queria falar: fique tranquilo. Aquela sua foto lá, no recolhimento de embalagens...

Fique confortável. Tudo aquilo teve tríplice lavagem. Todo o recolhimento de embalagem de defensivos no Brasil... Aí, sim, eu gostaria de enfatizar para ficar gravado: o Brasil é campeão mundial, imbatível, pois 95% das embalagens de agrotóxico são retornadas, num processo que, hoje, o Programa de Resíduos Sólidos está tentando impor ao resto da indústria. O Brasil já fez aquilo que significa dizer: tríplice lavagem, utilização de todo o defensivo, logística reversa e responsabilidade compartilhada. Se houver algum problema com embalagem de defensivo, vai do produtor rural até o fabricante e o canal de distribuição, sendo multados e questionados sobre isso.

Eu agradeço a todos. Fiz, aqui, sobretudo uma provocação, mas coloquei dados de uma forma diferente. Quero fazer novamente uma ode ao produtor rural brasileiro: é ele que paga nossa conta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB - SE) – Obrigado.

Convido o nosso Vice-Presidente, Waldemir Moka, a assumir a presidência, tendo em vista que eu, sendo o primeiro signatário do requerimento, terei de fazer as perguntas em primeiro lugar. Depois, será o Senador Blairo Maggi; em seguida, a Senadora Ana Amélia; por último, Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB - MS) – Assumindo a presidência, sem delongas, passo a palavra para um dos autores do requerimento, o Senador do Sergipe Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Sr. Presidente, senhores convidados para esta audiência pública, em primeiro lugar, eu gostaria de felicitar a todos pelas informações preciosas que trouxeram a esta comissão, atendendo a um convite formulado pela Comissão de Agricultura, por intermédio de um requerimento de minha autoria e de autoria do Senador Blairo Maggi. Esse requerimento, para realização da audiência pública, tem uma finalidade que considero da mais alta importância: queremos obter esclarecimentos pormenorizados, através de um debate consciente, do uso de agrotóxicos, em nosso País, na agricultura.

Pensamos numa agricultura equilibrada, numa agricultura sustentável, em que a sustentabilidade esteja em primeiro lugar. O uso de agrotóxicos é imprescindível – reconhecemos. Entretanto, esse uso pode chegar a uma situação de equilíbrio se forem adotadas políticas públicas com a preocupação de preservar a saúde da população. O mais grave no uso intensivo de agrotóxicos é o dano causado à saúde, prejudicando não só quem consome os alimentos como também os trabalhadores rurais, que manejam tais substâncias químicas.

Segundo dados do Sinitox, que é da Fundação Oswaldo Cruz, há mais de dezenove mil casos de intoxicação por agrotóxico no País. Esses números refletem, de forma majoritária, apenas os casos de contaminação aguda, em que os efeitos aparecem de imediato. Nos casos crônicos, em que os efeitos aparecem apenas depois de exposição por longo período, embora sejam os mais comuns e atinjam não só os trabalhadores, mas toda a população, há uma dificuldade de associar esses efeitos à sua origem. Os agrotóxicos figuram em quarto lugar no *ranking* de intoxicações, perdendo apenas para os medicamentos, acidentes com animais peçonhentos e produtos de limpeza.

Entre os possíveis danos à saúde humana, estão as intoxicações agudas e crônicas, a má-formação fetal em mulheres gestantes, neoplasia, que causa câncer, distúrbios endócrinos na tireoide, na suprarrenal, alguns mimetizando diabetes, distúrbios neurológicos e respiratórios. Entre os danos ambientais, estão o desmatamento, a redução da biodiversidade e a contaminação da cadeia alimentar, desde água, solo e até ar.

Um estudo da Fiocruz com a Universidade Federal do Mato Grosso constatou a presença de resíduos de agrotóxicos no sangue e na urina de moradores do Município de Campo Verde e Lucas do Rio Verde. Também identificou a contaminação de poços artesianos, da água da chuva e do ar nas amostras analisadas.

Primeira pergunta: sabemos que os agrotóxicos são produtos de uso controlado, mas, apesar disso, não tem evitado as contaminações. Isso decorre mais de práticas incorretas de uso e manipulação de produtos ou de uma impossibilidade de uso seguro que se possa fazer deles, de modo a evitar a contaminação do ser humano, seja o trabalhador, seja o consumidor final, e do meio ambiente? As campanhas educativas sobre uso de agrotóxico no campo são suficientes para impedir a contaminação dos trabalhadores? O que mais é preciso fazer? A pulverização de agrotóxicos por meio de aviões é uma prática que pode ser aceita normalmente? O controle e a fiscalização sobre essa modalidade de aplicação são factíveis? O sistema público de saúde, especialmente nos Estados e Municípios, está preparado e devidamente estruturado para receber e tratar dos casos de intoxicação? O sistema de notificação de intoxicação é eficiente?

Seis grandes multinacionais concentram mercado bilionário dos agrotóxicos. No ano passado, as empresas do ramo tiveram um faturamento líquido de US$18,2 bilhões com a produção de defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes, segundo a Associação Brasileira de Indústria Química – Abiquim. As empre-

sas que fabricam os agrotóxicos são as mesmas que produzem as sementes, de modo que, da semeadura à colheita, a lavoura é dependente de fertilizantes, agrotóxicos, hormônios, herbicidas, que se tornam indispensáveis ao ciclo da produção.

O Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidos no exterior, segundo a ONU. Pelo menos dez variedades vendidas livremente aos agricultores do Brasil não circulam na União Europeia e nos Estados Unidos. Um exemplo é o Endossulfam, já vetado em 45 países, e só agora uma comissão formada pela Anvisa, pelo Ibama e pelo Ministério da Agricultura decidiu que o produto será banido somente em 2013. Quero saber se tem fundamento o que estou falando? Ao que tudo indica estamos consumindo o lixo que outras nações rejeitam. Por que razão parece ser tão difícil ao Brasil adotar padrões regulatórios com o mesmo rigor que os demais países? Se existe pressão das empresas, como é feita essa pressão?

Operação recente da Anvisa visitou sete fábricas de agrotóxicos e, segundo as notícias, concluiu que seis delas desrespeitavam as regras sanitárias e tiveram as linhas de produção fechadas temporariamente. Quero saber se isso condiz com o noticiário. Entre as irregularidades, estariam o uso de matérias-primas vencidas e adulteração de fórmula. Com que frequência a Anvisa realiza tais inspeções? Quais as sanções aplicadas às empresas? Quais são as infrações mais comuns? Existe um monitoramento realizado a partir de autuações no sentido de inibir a reincidência? No caso da fiscalização de produtos alimentares colocados à venda no varejo, como e com que frequência é feita a fiscalização? O que é feito para evitar a reincidência?

A todo momento repetem-se as denúncias de que um ou outro tipo de alimento é encontrado no mercado contendo níveis inaceitáveis de agrotóxicos, sendo comum no caso de pimentões, tomates, morangos, frutas, verduras e hortaliças. Seria possível pensarmos em atribuir uma responsabilidade compartilhada do vendedor pela qualidade do produto?

A concentração do mercado provoca a vulnerabilidade e a dependência dos produtores rurais, especialmente dos pequenos. Alguns Estados conferem benefícios fiscais aos agrotóxicos, mas essas medidas parecem mais beneficiarem as empresas.

Esta Comissão aprovou, no último dia 12 de maio, projeto relatado pelo Senador Waldemir Moka, PLS nº 190, de 2010, do Senador Heráclito Fortes, que regulamenta a produção de agrotóxicos genéricos. O agrotóxico genérico poderá contribuir para reduzir a concentração do setor e a dependência do produtor? É possível pensar medida semelhante quanto aos direitos de propriedade intelectual relacionados às sementes?

Por último, o modelo agrícola. O uso excessivo de agrotóxico está relacionado aos desdobramentos da política agrícola que foi adotada a partir da década de 60, com a chamada revolução verde, que, ao mesmo tempo em que propiciou um aumento na produção de alimentos, representou uma mudança tecnológica e química no módulo de produção agrícola. A mecanização de grande porte favoreceu o fortalecimento das grandes propriedades e a concentração da propriedade fundiária incentivou a monocultura e substituiu a agricultura voltada às necessidades locais. Atualmente, na perspectiva de convivência de vários modelos agrícolas, não se vislumbra, ao menos a curto e médio prazo, a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos. A tecnologia pode contribuir para a redução do seu uso, como aqui foi demonstrado pelo Dr. Marcelo Augusto e pelo Dr. Vicente Eduardo. Não seria mais vantajoso para a sociedade, considerando que ela arca com os custos que recaem sobre o sistema de saúde, sobre o meio ambiente, que fossem priorizados os investimentos no desenvolvimento de tecnologias de produção que não utilizam o agrotóxico para se alcançar o aumento da produtividade, a chamada agricultura orgânica? Quais seriam as alternativas para se viabilizar uma diminuição no uso desses produtos tóxicos? Estamos caminhando nesse sentido? Os transgênicos surgiram com a promessa de que trariam benefícios ao meio ambiente, porque diminuiriam o uso de agrotóxicos. Há quem diga que ocorreu o contrário, apontando o exemplo do glifosato, que teria estimulado o surgimento de ervas daninhas resistentes a ele, levando ao uso de agrotóxico ainda mais agressivos. Isso é verdade? Estou perguntando.

Afinal, a preocupação nossa quando apresentamos o requerimento foi mais com a saúde pública, nada contra a agricultura que usa os agrotóxicos como meio de combater as pragas e produzir alimentos. Logicamente que a produção de alimentos tem que estar correlacionada com o consumo saudável e o uso equilibrado dos agrotóxicos, produtos químicos que prejudiquem ao mínimo a saúde pública, e também com a transição desse modelo químico para um modelo de agricultura que se utilize da tecnologia para valorizar o ser humano, para proteger a saúde, sem prejuízo da produção, que é importante para a economia do nosso País, e o Brasil, como disse o Dr. Eduardo, ainda é o supridor de alimentos do mundo, é o grande mercado do qual o mundo está atrás. O Brasil não é só um grande país consumidor como também um grande produtor de alimentos, e será o maior do mundo, sem dúvida alguma.

Essas eram as minhas palavras, as minhas perguntas, e os meus parabéns a todos aqueles que estão

participando deste debate que eu considero salutar para o fortalecimento da agricultura nacional e a proteção da saúde do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Senador autor do requerimento, Antonio Carlos Valadares, na ausência temporária do Senador Blairo Maggi, a Senadora Ana Amélia é a próxima inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer responder primeiro às perguntas, depois...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB/MS) – Não. Depois de V. Exª seria eu, depois o Blairo. Aí eles respondem logo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito. Eu estava preparando aqui, mas vamos lá então.

Produtor Meirelles, da Anvisa, o senhor fez uma menção a um projeto em tramitação no Congresso que fixa prazos para os registros.

Queria dizer ao senhor que fui a relatora, na Comissão de Assuntos Sociais, desse projeto estabelecendo que depois da obtenção do registro a empresa terá dois anos para fazer a produção. Se ela não fizer isso, o registro é cancelado. Ela pode recorrer à recuperação do registro, mas, concedida a restituição desse registro, ela terá dois anos para comercializar o produtor. Se não obedecer a isso, ela sai fora.

Esse projeto já foi submetido aqui no Senado e está na Câmara dos Deputados. É a informação para o senhor.

O senhor fez uma revelação a respeito da situação. Eu queria saber qual é o tempo médio de demora da Anvisa para a liberação de um defensivo agrícola novo.

A estrutura da Anvisa, embora o senhor tenha dado números, o número de funcionários que estão trabalhando, se corresponde à demanda nesse setor para a análise dos pedidos.

Também nesse aspecto, queria saber quais são os principais componentes químicos que entram nessas composições dos defensivos e quais os mais, digamos, danosos, cuja toxicologia seja maior.

Queria também saber... A Anvisa é uma agência reguladora do Ministério da Saúde. E, como tal, dados os números aqui apresentados, os dados do Senador Valadares, requerente desta audiência pública, no âmbito dessa questão, sempre a questão da prevenção e do uso adequado – ainda bem que o Vicente sobreviveu ao depósito lá, não estava com os equipamentos –, se o Ministério da Saúde, com a Anvisa, têm uma política de prevenção para uso adequado e também para a prevenção do ponto de vista de saúde pública nessa questão, se há alguma iniciativa nesse sentido.

Dr. Eduardo, qual é o custo/hectare estimado no Brasil do defensivo na composição do custo final da lavoura. É mais ou menos do que, por exemplo, a Argentina, que está aqui perto?

Outra questão: o contrabando. Já se verificou, especialmente no meu Estado, um contrabando, como aconteceu, aliás, que acabou pressionando a decisão sobre biotecnologia, com a soja transgênica chamada Maradona. No caso, qual é a medida que isso, econômica e cientificamente ou do ponto de vista da produção, pode atrapalhar? Quais são os riscos disso, econômicos e também da aplicação de um defensivo eventualmente não adequado à realidade da nossa lavoura?

A Conab está anunciando hoje que a estimativa da safra 2010/2011 está crescendo 8,6% sobre a safra 2009/2010. Eu quero saber do senhor qual foi o aumento da venda de defensivos neste período e qual é a projeção para a próxima safra.

Não cheguei a fazer, mas me chamou muito a atenção o Vicente Almeida, porque o projeto é muito interessante, essa questão da aplicação de uma agricultura nova. Ontem a FAO e as Nações Unidas andaram falando sobre essa nova perspectiva.

Aí vem uma questão, Vicente, que tem se passado muito, sobretudo na agricultura familiar. Já fizemos, na Comissão de Agricultura, um debate, uma audiência pública, sobre o grau de endividamento da agricultura familiar, que chega a R$30 bilhões no Brasil e um vencimento, dívidas vencidas e vincendas, de R$8 bilhões no curto e médio prazo.

Por que isso está acontecendo? Por conta da renda.

Essa agricultura sustentável... Eu vi ali: você está sentado ao lado de um canteiro. O seu objetivo me pareceu mais foi mostrar o impacto que a pulverização de defensivos numa lavoura de milho grande provocou naquela horta aqui em Brasília. Foi em Brasília aquilo ali? Foi em Lucas do Rio Verde.

Ali você estava sentado ao lado de uma horta em que havia plantas de alface muito espaçadas. Não havia um ordenamento mínimo. E uma horta bem adensada de cebola, cebola verde, cebolinha que a gente usa no tempero de casa.

Eu queria saber também...

O Dr. Eduardo chamou a atenção, mas a gente que lida um pouco com isso sabe distinguir o que é defensivo agrícola do fertilizante. São duas coisas distintas.

Embora a questão aqui seja defensivo, eu queria lhe perguntar que tipo de fertilização é usada nessa cultura, se é esterco animal, se é húmus, qual é o tipo de fertilizante. Você precisa disso mesmo nessa agricultura. Qual é o usado? Também há uma dúvida sobre os riscos dessa fertilização. E se é usado o con-

trole biológico das pragas. Existem muitos controles biológicos que podem ser feitos. E quais são usados, quais os defensivos biológicos que você usou e aplicou nessa experiência aqui perto de Brasília. Então, a fertilização, que tipo, e qual é o controle biológico, com que tipo de produto você fez ali.

Também queria saber qual é a renda que esse agricultor desse assentamento tem quando leva para a feira, comparativamente à questão. Se essa produção não é levada para um supermercado. Eu também não sei se você pode classificar isso como produção orgânica ou qual é a classificação que você dá, porque ela é diferente. E há um rigor técnico nisso. Como é que nós estamos em matéria de regulamentação dessa produção, se ela é orgânica, se é uma agricultura, digamos, livre de agrotóxicos. Enfim, qual é a classificação dessa produção e se esse agricultor vai ter condições de sobreviver com essa produção, porque ela é de subsistência, para competir com aqueles que estão organizados em cooperativas ou têm uma produção. Aqui mesmo em Brasília tem. O Joy, que é conhecido de todos, tem uma produção organizada.

São essas as questões que eu queria encaminhar a você.

E ao Marcelo, as questões são muito parecidas. Queria cumprimentar essa questão da Embrapa realmente e reforçar aquilo que o nosso Moka, que está ocupando a Presidência... a questão da extensão rural, que é realmente séria, porque hoje o agricultor... A gente vê que o Brasil tem uma questão séria. Não adianta você desenvolver um conhecimento muito bom se a difusão desse conhecimento não chega à ponta. Esse é um ponto.

Como é que a Embrapa trabalha para levar esse conhecimento que vocês têm e passar para o produtor?

A outra questão é como conviver com o alto índice de analfabetismo na área rural para acessar esses conhecimentos, para manipular embalagem, para manipular inclusive máquinas agrícolas que hoje vêm com todas as instruções ali adequadas.

Então, esses dois aspectos, porque a Embrapa não pode perder exatamente esse contato com a ponta, se tem o uso do sindicato dos trabalhadores rurais, dos movimentos sociais... Como é que se faz esse acesso?

Essas são as minhas questões. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao também autor do requerimento, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nossos convidados.

Primeiro quero pedir desculpas pela correria. Eu acabei perdendo parte das exposições, mas hoje havia quatro comissões em funcionamento e acabou que nas quatro eu tinha matéria para relatar e acabei me perdendo aqui hoje. Mas eu gostaria de dizer que quanto ao uso de agrotóxicos, principalmente para quem está liderando uma campanha do não uso, de inibição ou regulamentação do uso, na realidade, todos nós temos que apoiar essa campanha.

Eu gostaria muito que o senhor, como agricultor, utilizasse, fizesse agricultura sem a presença de nenhum agrotóxico. Primeiro porque teríamos a saúde pública respeitada; em segundo, porque não haveria custos, uma vez que são elevados os custos de aplicação desses inseticidas, herbicidas e fungicidas.

Então, não há como fazer a agricultura que fazemos hoje sem a presença desses agrotóxicos.

Quando são apresentados os números crescentes desse uso no Brasil, deve-se compreender que estamos na agricultura, então, é normal que cresçam os volumes. Quando da comparação com países de clima temperado, também tem de ser levado em conta... Por exemplo, aqui no Brasil, o uso de agrotóxico no Rio Grande do Sul, em relação ao Centro-Oeste, é diferente. A medida que subimos para latitudes mais elevadas, indo em direção ao Equador, teremos temperaturas mais elevadas e, portanto, a proliferação de pragas, de fungos e tudo mais é natural.

Então, na minha avaliação, não há como o Brasil defender a sua balança comercial, o seu modelo de alimentar os quase 180 habitantes que temos e ainda vender produtos para fora sem o uso desses herbicidas, desses inseticidas, etc.

Também quero crer que nem os idealizadores da campanha pensam que vamos chegar tão rapidamente a isso. Para isso, temos que trabalhar para chegar, mas não conseguimos. Então, resta-nos, de fato, ter controle sobre desses assuntos, controle industrial de resíduos, quanto ao que fazer nas aplicações.

Eu milito num segmento da agricultura em que, de fato, o uso de herbicidas é bastante grande, é intenso, haja vista que apareceu uma foto de Lucas mostrando a volta de embalagens. Aliás, o Brasil é um modelo nessa questão, é o que mais devolve embalagens e se preocupa com esse assunto. Noventa e cinco por cento de todas as embalagens de agrotóxicos acabam retornando, voltando para as indústrias e se transformando em conduíte, produtos de esgotos e outras coisas. Se compararmos com a França, os Estados Unidos, nem perto disso eles estão, lá não há um sistema organizado.

Fugindo um pouco do controle oficial que há do Inpev e de outros que comandam o processo de recolhimento de embalagens, algumas propriedades estão avançando nessa área. Inclusive, já discutimos essa

questão nesta Comissão, na tentativa de implantar isso, para que no futuro seja uma obrigação de todos.

Conheço fazendas, como as nossas propriedades, que têm o ISO-1400, a certificação de produção sustentada, em que conseguimos recolher a embalagem. Quando a embalagem chega à fazenda, ela recebe um código de barra e, no momento em que ela sai para o campo, é registrado o local para o qual ela está indo e o responsável pelo deslocamento do produto. Para que esse produto seja aplicado, no final do dia, ao final do período, o responsável tem que dar baixa no sistema e a entrada no sistema de que a embalagem foi recolhida. Se a embalagem do produto que sair do depósito não chegar, o responsável tem que ir atrás, tem que procurar. Quer dizer, não há a mínima possibilidade de sequer uma embalagem ficar perdida em qualquer canto da lavoura, em qualquer sítio em que se está produzindo.

Então, dispomos de mecanismos para não só tentar, mas minimizar os problemas que temos.

Quanto à campanha, gostaria de dizer que ela é justa, correta só que, durante a campanha, tem que ser dito que é uma tentativa e que todos nós devemos ir nessa direção. Mas o que às vezes nos chateia é que parece que usamos os inseticidas, os herbicidas porque gostamos. Utilizamos porque queremos poluir, queremos agir ao contrário dos que defendem um meio ambiente mais harmônicos, sem o uso de todos esses produtos. Eu também desejo, mas entre o meu desejo e as necessidades que tenho, como produtor, de utilizá-los, há uma diferença bastante grande.

Então, não quero aqui condenar um lado nem o outro, mas devo dizer que o entendimento é necessário.

Foram apresentados dados que, às vezes, nos levam ao imaginário de que tudo é igual. Por exemplo, V. Sª apresentou dados sobre Lucas de Rio Verde e também de Campo Verde. O Mato Grosso usa 7,8% de seu território para fazer agricultura, é o maior produtor de grãos, de fibras e, portanto, há, sim, o uso de inseticidas.

Não dá para apresentar um dado como se o Mato Grosso estivesse todo contaminado. Trata-se de um território de 906 mil quilômetros quadrados, e estamos falando de 8, 7 milhões e pouco de hectares dos 90 milhões de hectares. Então, conforme se apresenta um número, cria-se um problema.

Outro número dado a Mato Grosso se refere ao uso indevido na produção de hortaliças. Também há que se ressaltar que o Mato Grosso, embora seja um grande produtor agrícola, ainda não é um grande produtor de hortifrutigranjeiros. Temos três milhões de habitantes no Estado e 80% de tudo que se consome vem de fora.

Então, temos problemas, mas eles são pontuais. Não dá para condenar o Estado como um todo.

O Vicente e também o Marcelo, que são pesquisadores, sabem que quanto menos organizado o sistema, menos produtivo, menores são os controles. No setor público, há a deficiência de, quando é pequeno, não se dá muita importância e, quando é grande, dar-se mais importância, há mais controle.

Queria deixar essa observação quanto ao Estado de Mato grosso porque não quero que fique a imagem de que Mato Grosso não tem cuidado quanto à utilização desses produtos. Também não quero desqualificar a pesquisa de ninguém. Devo dizer que a pesquisa é válida, mas ela não é representativa para o tamanho da economia do Estado de Mato Grosso, embora isso não tire a responsabilidade de o Estado melhorar, fazer com que as coisas aconteçam.

Quero aqui cumprimentá-los pela presença e pedir desculpas pela correria. Mas antes de terminar, gostaria de deixar duas perguntas para a Anvisa, quanto ao banimento de produtos.

Tenho ouvido, principalmente das empresas nacionais, não das multinacionais, das que fazem produtos genéricos ou produtos que já tiveram suas patentes colocadas para o público, que, de certa forma, estão sendo retirados produtos do mercado, produtos mais baratos – no caso específico, o Endossulfam -, e que virá, no lugar desse, uma outra molécula que aumentará três ou quatro vezes o custo do controle de pragas que o Endossulfam fazia.

Senador Valadares, parabéns pelo requerimento. O Senador fez o comentário sobre o banimento do Endossulfam, que acontecerá em 2013. Nos Estados Unidos, esse banimento está previsto, mas em 2017. Eles estão programando essa retirada. Acho que isso é o correto. Não dá para chegar e cortar, a não ser que haja problemas muito sérios e já comprovados.

Então, o custo para os produtores será aumentado. Tenho a preocupação e acho que os Senadores que defendem o setor da agricultura têm de ter essa preocupação é que, ao substituir um produto "x" por "y", tem de tomar o cuidado. Que a gente não faça essa substituição pura e simplesmente porque a detentora da patente, que ganhou muito dinheiro quando essa patente foi colocada e que hoje ela está de domínio público, vem com uma nova e pede para tirar a velha, para poder ganhar mais dinheiro. Há produtos, por exemplo, que quando foram lançados, custavam trezentos, quatrocentos dólares o quilo e hoje você compra no mercado por quinze, vinte dólares o quilo. Esses produtos estão sendo ameaçados de ser retirados agora, para vir outro, talvez, novamente, a trezentos, quatrocentos dólares o quilo.

Então, na questão do banimento dos produtos, a gente tem de ter esse cuidado, claro que tem de ter responsabilidade, fazer os estudos, saber quem está banindo, por que baniu. Muitas vezes já ouvi dizer assim: não, baniu em 40 países. Você vai ver que os países em que foram banidos – Barbados, Bermudas, Cingapura – não têm a mínima representação dentro da agricultura.

Eu não quero copiar só os Estados Unidos, mas pelo volume que Estados Unidos, Argentina, Austrália, Canadá, França, que são grandes produtores agrícolas, a gente tem de olhar o que esses caras fazem. A gente não tem que ir só na rabeira de todo mundo, tem de olhar. Eu não posso concordar, por exemplo, que no banimento de um produto seja levado em conta o que Cingapura fez. Cingapura não deve ter na agricultura aquela grande horta, é uma cidade só. E não pode ser levado em conta isso, ou seja, determinante esse tipo de coisa.

Quanto tempo nós estamos levando para aprovar um novo produto? Eu sei que não é só a Anvisa, temos vários Ministérios envolvidos. Inclusive há um projeto que está com a Senadora Ana Amélia, que estamos discutindo. Já se falou aqui em juntar isso num grupo para dar um pouco de agilidade, para fazer com que as coisas possam andar melhor. Então, quanto tempo a gente está demorando para registrar e quanto tempo a gente está demorando para banir um produto desses do mercado?

Mais uma vez, cumprimento todos. Minhas considerações aqui são, de fato, para que a gente possa ter uma agricultura sem qualquer agrotóxico, mas, infelizmente, neste momento não é possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos, gostaria que V. Exª reassumisse a Presidência, até pela questão da autoria do requerimento. Eu gostaria também de questionar os nossos ilustres palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –Senador Waldemir Moka, próximo inscrito, concedo a palavra a V. Exª

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero cumprimentar o Dr. Luiz Claudio Meirelles, o Eduardo Daher, da nossa Andef, o Marcelo Morandi, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, e o Vicente Eduardo Soares de Almeida, que aqui se colocou como representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, mas também como pesquisador da Embrapa.

Gostaria de dizer aos palestrantes que eu sou um curioso da química. Dei aula durante algum tempo, gosto muito de química e sou médico. Então, de alguma forma, é um tema que me interessa.

Mas quero ser objetivo. Ouvi parte do que Marcelo falou e, a partir do Vicente, ouvi inteiramente os demais. Eu percebo que é um projeto: estamos pesquisando, estamos construindo... Mas é preciso que a gente entenda a escala de produção. Vejo, às vezes, falar em orgânico, controle. Essas questões, quando são colocadas numa produção de escala, ficam difíceis. Acho que vocês têm que levar isso em consideração.

Recentemente, na Europa, na Alemanha, o que aconteceu ali? Desenvolveu-se uma *escherichia colli* virulenta e causou um monte de mortes lá. E aquilo ali é um produto orgânico.

Não estou querendo aqui crucificar nada, mas você vê que sempre tem problema do lado e aquilo ali, salvo melhor juízo, pode ser contaminação até por fezes humanas, de onde, provavelmente, tenha desenvolvido aquela virulência da *escherichia colli* ali.

Então, imagine uma grande produção. Tente imaginar como seria essa produção em grande escala. São questões que a gente tem de levar realmente em consideração, quando você fala em um País que hoje lidera a produção de grãos.

Quero parabenizar o Blairo pelas colocações que fez, como grande produtor que é, conhecedor que é, mas o bom senso diz que é claro isso que estou dizendo aqui. Qual o melhor cenário para o produtor? Imagine se o produtor pudesse produzir sem usar nenhum tipo de agrotóxico. É o melhor cenário. Agora, isso é possível? Não é. E nós estamos falando do Brasil, que tem um clima praticamente tropical, ou quase tropical, com duas safras ao ano. Os países não têm isso. Então, nós temos sempre que considerar todas essas coisas.

De tudo que foi falado, para não ser repetitivo, eu quero pedir à Comissão, na condição de Vice-Presidente, quero formar aqui uma comissão, mas não é audiência pública. Nós temos que ver essa estrutura hoje que o Luiz Cláudio Meirelles falou aqui. Não é possível que, para cuidar de toda essa estrutura, essa estrutura tenha 80 técnicos. Isso é inadmissível. Cláudio, eu quero me comprometer aqui com isso. Nós temos que discutir essa questão.

Se cada vez mais o Brasil vai produzir mais, nós temos que ter controle das coisas e, para ter controle sobre isso, temos que ter gente capacitada e técnicos e não fazer jogo, ou de alguém da indústria, que quer vender mais ou comercializar mais. Evidentemente que eu sei que o Eduardo representa aqui indústrias sérias, comprometidas, mas no meio de tudo isso tem toda uma questão. Basta dizer o dado que você colocou: 51% dos produtos já analisados e prontos, quer dizer, que a indústria poderia produzir, não produz, não coloca para o produtor. E por trás disso tem o quê?

Custo. Muitas vezes, você tem um produto importante, eficiente, só que ele é mais barato.

O Blairo também fez uma colocação. Por isso eu relatei aqui sobre o agrotóxico genérico, que exatamente tem essa função. A indústria brasileira precisa ser estimulada. Nós temos que produzir cada vez mais esses produtos, porque aqui, Vicente e Marcelo, nós vamos ter um controle melhor. À medida que a indústria brasileira também for estimulada e começar a produzir, aqui nós vamos gerar essa parceria de consumir o menos possível agrotóxicos por tonelada de produção, num custo mais acessível para o produtor.

Eu aqui não represento, mas também acho que a indústria faz as coisas com seriedade. Não podemos aqui condenar a indústria. Antigamente – graças a Deus, acho que nem tem mais – havia os organoclorados e organofosforados, que demoravam quinze, vinte anos, muito mais para serem absorvidos. Tinha um tal de Gamexane e o Hexaclorobenzeno. Aquilo, Deus me livre!

Então, ao longo do tempo, a indústria no Brasil foi melhorando cada vez mais. Mas, evidentemente, aqui temos que priorizar uma coisa: a saúde do consumidor. O consumidor tem que ter produtos que possa consumir com segurança. Agora, muitas vezes essa segurança também vai depender do uso correto de algum tipo de agroquímico. Ah, não, mas nós podemos fazer toda a produção a partir dos chamados orgânicos, ou com outro tipo de controle biológico. Tudo bem. Então, acho o seguinte: a hora em que isso estiver pronto, a hora em que esse produto estiver pronto e a hora em que o produtor perceber que ele pode usar essa tecnologia, você pode ter certeza, ninguém vai impedir o produtor de fazer isso.

E, agora, para encerrar minha fala aqui: não adianta só a pesquisa, gente. Isso daí é uma coisa que no Brasil acabou, ou diminuiu muito a extensão rural. Hoje a extensão rural é feita pelas empresas estaduais. No meu Estado, por exemplo, tem a Agraer, mas já teve a Embrater – não é Embratel, não –, a Empresa Brasileira de Extensão Rural, que era a irmã da Embrapa. A Embrapa produzia a pesquisa e os técnicos, os extensionistas a levavam. É o que o Mário falou: quem é que mais precisa da orientação do agrônomo, do veterinário, é o produtor da agricultura familiar. Porque ele não tem, o grande produtor – vocês viram ali no pequeno módulo rural do Blairo Maggi, lá do Lucas do Rio Verde. A primeira vez que eu vi aquela foto pensei que fosse avestruz, aquelas colheitadeiras. Pensei que fosse avestruz, porque tinha tanto. (Risos.) Eu achei que fosse um lote de avestruz ali.

Então, é disso que estamos falando aqui. É claro que tenho consciência, como médico, que nós temos que ter, Senador Valadares, essa questão equilibrada do uso do agroquímico. Isso é evidente, ninguém deseja isso. Mas, também, se você tem uma produção em escala, e o Brasil tem, é muito difícil você... Eu vi que o Vicente teve o cuidado de dizer que isso é uma transição agroecológica. É claro. E pode ter certeza, Vicente: a hora em que tivermos essa tecnologia aqui, podemos fazer isso com segurança e podemos produzir em escala, com essa tecnologia. Porque do contrário, vamos estar restritos a frutas e hortaliças. Senão, nós não... Realmente aí você imaginar que isso pode fazer, usar no algodão, não sei como seria isso. Soja, algodão, trigo, isso tudo é complicado do ponto de vista...

Mas acho que a audiência pública, aqui as coisas são importantes, mas, para mim, ficou uma coisa que acho que nós aqui temos que nos preocupar: é preciso estruturar melhor esse departamento que cuida exatamente dessa questão da vigilância, que tenha técnicos competentes, admitidos por concurso público e que tenha condições de realmente fazer um bom trabalho. Oitenta técnicos para um país continental, com essa produção, é quase que nada, para quem quer realmente ter um controle mais eficiente de tudo isso.

Não vou fazer nenhuma colocação, nenhuma pergunta específica, mas eu gostaria apenas de fazer esse comentário aqui, que achei muito importante e producente nesta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares.

Agora, serão as respostas, e eu gostaria muito de ficar aqui. Mas estou deixando um assessor com a responsabilidade de anotar todas as respostas em atenção às perguntas, porque sou relatora da indicação de um embaixador, na Finlândia, e agora começa, no momento, a minha participação lá.

Então, peço licença e desculpas, mas é o sistema de trabalho aqui do Senado.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Amélia, esperamos que V. Exª possa retornar, pois nos deixará saudades. (Risos.)

Começarei colocando para responder às indagações, em primeiro lugar, o representante da Embrapa, Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi; em seguida, o Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, do Sinpaf; em terceiro, o Sr. Luiz Cláudio Meirelles, da Anvisa; e, por último, o Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

Dr. Marcelo, com a palavra.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Eu gostaria de começar tocando na questão

que o Senador Waldemir chamou a atenção, a questão de escala.

É fato. Com isso aí, concordo plenamente. Mas nós temos que pensar que nós temos modelos agrícolas, não um único modelo que serve para tudo, em qualquer situação, em qualquer local. Por isso, até separei aqueles grupos de cultura. Então, por exemplo, quando a gente pensa nessas *minor crops*, nessas hortaliças e tudo, temos alternativas tecnológicas viáveis, já no mercado e já em funcionamento, que podem ser adotadas plenamente. Algumas já são adotadas, muitas já são, e outras ainda não são, ou por deficiência de comunicação com o agricultor, de transferência de fato dessas tecnologias, ou até mesmo por uma questão educacional de cultura, que já vem naquele modelo: meu avô fazia, meu pai fazia, eu vou fazer, meu filho vai fazer. Então, nós temos um trabalho muito forte. Foi tocado aqui por todos, a questão da assistência técnica, de fato. Eu também coloquei também na minha apresentação isso. É um ponto crucial isso daí. É um ponto realmente importantíssimo que temos que trabalhar, e eu vou voltar a tocar nesse ponto rapidamente.

Então, temos modelos agrícolas realmente diferentes, e temos que achar tecnologias adequadas para cada modelo. Já temos tecnologias adequadas a essa agricultura familiar, pequena agricultura, e nós já temos tecnologias também adequadas ao modelo produtivo de grandes culturas. Por exemplo, ainda é um mercado que está crescendo, mas já temos produtos biológicos, que, inclusive, no Brasil, são classificados como agrotóxicos – então, produto biológico no Brasil é chamado de agrotóxico –, que nós já temos produtos registrados, devidamente registrados pela Anvisa, e sendo comercializados. Inclusive, recentemente, uma grande indústria multinacional lançou um produto no mercado, se não me engano, para a soja, ferrugem em soja.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas esses produtos evidentemente já estão sendo consumidos também.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Sim, mas ainda numa escala pequena.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas é uma questão comercial. O produtor, a hora em que ele perceber que tem isso, ele vai atrás.

É uma questão de custo de produção.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Certamente. E também disso entrar como uma medida adequada que dá o mesmo nível de controle e que tem um efeito benéfico. Então, é essa a questão dos modelos.

A questão da assistência técnica, ela é realmente fundamental. Se não me engano, foi a Senadora Ana Amélia que perguntou sobre a questão da Embrapa e a transferência de tecnologia.

Eu queria aqui distinguir duas coisas: uma coisa é transferência de tecnologia e outra coisa é assistência técnica e extensão rural. A Embrapa não é uma empresa de assistência técnica e extensão rural. Isso era o papel da Embrater, como já foi comentado aqui, e das empresas estaduais. A Embrapa, recentemente, inclusive, reestruturou-se, a partir do final de 2009 e início de 2010, criando um departamento de transferência de tecnologia, mas a Embrapa não tem condições, nem mesmo físicas, de pessoal, de capilaridade, para fazer a assistência técnica e extensão rural. Nós temos a capacidade de transferir tecnologia, treinar multiplicadores, treinar as pessoas que vão fazer essa assistência técnica e transferir as tecnologias.

Então, realmente, a recuperação desse sistema é fundamental.

O Senador Valadares colocou a questão: sempre o uso está associado à contaminação? Ou seja, o uso sempre vai causar problema? Eu respondo que não.

O uso adequado, todo medicamento – e vamos colocar aqui os agrotóxicos como um medicamento para a planta – tem efeito colateral, inclusive os que a gente toma. O agrotóxico é a mesma coisa. Se bem usado, a gente minimiza esse efeito. E aí nós temos uma questão, de novo, que é a questão de assistência técnica, voltando principalmente para a questão do pequeno produtor. Vou dar um exemplo aqui de boas práticas: por exemplo, lá em São Paulo, a questão do morango, que está sempre aí na mídia como um produto contaminado. Há um grupo entrando num processo de produção integrado, um processo certificado de produção do Ministério da Agricultura – nós já temos o exemplo da maçã e várias outras frutas no Brasil – e lá a gente conseguiu, nesse grupo de produtores de morango, reduzir em 52% a aplicação de acaricida, que é o grande produto usado em morango, com o mesmo nível de controle, com o mesmo nível de produtividade. Isso significa o quê? Que estava sendo utilizado sem critério. Por quê? Falta de conhecimento basicamente, ou falta de uma assistência técnica adequada. Quando o produtor consegue enxergar o processo e entender como ele funciona, quando deve e não deve aplicar, ele consegue fazer isso. Então, a assistência técnica passa a ser fundamental, assim como o estabelecimento desses padrões.

Eu comentei aqui, na minha apresentação, a recuperação de todo aquele trabalho, feito na década de 90, de manejo integrado de pragas que foi perdido no Brasil. Foi perdido realmente. Tem todo um conhecimento, tem todo um desenvolvimento que chegaram a ser

aplicados, mas que se perderam no meio do caminho. Eles precisam ser retomados e refeitos.

A Senadora Ana Amélia abordou a questão do analfabetismo em uso de tecnologia. É um problema real que, de novo, passa pela assistência técnica, passa pela organização dos produtores em cooperativa, sindicatos e grupos. E a presença de um técnico que possa dar a indicação de uso dessas tecnologias sejam elas quais forem e também de agrotóxicos.

Foi falado aqui, por várias vezes, na agricultura orgânica. Foi citada a Alemanha. Qualquer agricultura tem conseqüências, qualquer agricultura pode ter contaminação, seja ela química, biológica etc. A questão é: se é bem feita, minimizam-se os riscos. A agricultura orgânica tem toda uma regulamentação. Se essa regulamentação é seguida, eu lhe garanto, é um produto saudável, é um produto seguro. Se a regulamentação não é seguida, é um produto não saudável, não por contaminação química, mas por outras formas de contaminação.

Na minha apresentação, frisei bastante isto: temos tecnologia desenvolvida, tecnologia disponível, tecnologia prontamente utilizável, que precisa ser aplicada. Ter um programa governamental que incentive essas questões é fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu vou combinar o tempo de cinco minutos para cada palestrante.

Dr. Vicente com a palavra. Ele é representante do Sinpaf – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos em Defesa da Vida, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Obrigado, Senador.

Primeiro, vou tentar fazer uma síntese e expor algumas informações que o Daher, que falará depois de mim, poderá esclarecer melhor.

A informação que temos é que o crescimento da área plantada no País, de 2004 a 2008, foi em torno de 4%, mas o crescimento do volume comercializado de agrotóxico foi de mais de 40%, ou seja, dez vezes mais. Primeiro, gostaria de saber se esse dado procede. Foi o único levantamento que nós fizemos através de dados Pop Sindag com o IBGE, um cruzamento das informações. Para nós, isso representa um certo descolamento do ponto de vista do crescimento exacerbado da comercialização desses produtos. Talvez decorra da falta de assistência técnica, de orientação ao produtor. Eu vim da extensão rural, depois que fui fazer concurso para Embrapa e virar pesquisador. Minha origem é da extensão rural. Nesse trabalho, verificamos a ausência da extensão rural. E a extensão rural era feita por vendedores das empresas que queriam vender os agrotóxicos. Quer dizer, havia um conflito de interesses entre as boas práticas e a promoção que o vendedor ganha. Então, gostaria de colocar essa observação para podermos verificar esses dados posteriormente.

Acho que as informações do Senador Antonio Carlos Valadares são importantíssimas. A sistematização de todas as informações e preocupações levantadas apresentam, na verdade, uma necessária e urgente articulação do Estado para implantação de uma política de promoção da pesquisa e desenvolvimento agropecuário que incorpore, cada vez mais, no seu processo de desenvolvimento, as preocupações da sociedade civil, como a Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos e Pela Vida está a alertar, que são justamente as questões de saúde e ambientais, que nós hoje devemos preservar por lei, pela Constituição e por princípio ético de entendimento da sociedade.

Cabe a nós, trabalhadores, Parlamentares, representantes do povo, construir mecanismos de políticas públicas que vão ao encontro dessa necessidade. O que eu coloco hoje é uma necessidade de a agricultura produzir, cada vez mais, com segurança, com minimização dos riscos e, ao mesmo tempo, é uma necessidade do povo brasileiro e também da população mundial se alimentar com qualidade.

Faço um registro, em relação à Senadora Ana Amélia, que dirigiu perguntas específicas para mim. Aquela horta em que as alfaces estavam espaçadas era a horta de Lucas do Rio Verde, não era uma horta orgânica. A horta foi desenvolvida como um espaço lúdico, de educação das crianças e, eventualmente, para complementar a feira da merenda escolar. Há produção orgânica desenvolvida nesse assentamento. Nós justamente desenvolvemos um estudo lá, com a metodologia já validada nacional e internacionalmente que a própria Embrapa aplica, que é de avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais, e comprovou a viabilidade econômica, social e ambiental dessa experiência.

Portanto, posso dizer claramente que o endividamento da agricultura familiar não tem nada a ver com a transição de um modelo que hoje é convencional para um modelo agroecológico. Pelo contrário, o modelo convencional hoje empurra diversas agriculturas para uma realidade de endividamento e de empobrecimento.

É importante reforçar que o assentamento também desenvolveu experiências de produção cooperativada e está aberta a visitações desta Comissão ou de qualquer outro representante que gostaria de ver de perto essa experiência.

Quero dizer ao Senador Blairo Maggi, em vinte segundos, que a Embrapa hoje tem uma Embrapa Si-

nop, no Mato Grosso, que tem variedades de soja orgânica. É claro que um agricultor inteligente, que está conectado com a sociedade brasileira, certamente não quer desenvolver a sua agricultura com agrotóxicos, mas desenvolve a agricultura a partir de um conjunto de estratégias da produção agrícola que inviabiliza a sua produção e, de certa forma, torna-o refém de um modelo de agricultura. Pode ser que, para a soja, ainda não tenhamos as condições econômicas, políticas e técnicas para uma implantação imediata num sistema de produção sem utilização de agrotóxicos. Mas já se têm elementos concretos da construção de um processo para essa transição.

E é possível, sim, construirmos uma agricultura sem agrotóxicos. Os elementos técnicos estão aí. É importante construirmos um mecanismo político num determinado prazo. Eu particularmente acho que, em dez anos, podemos trabalhar em uma meta de eliminação de uso de agrotóxicos em frutas, verduras e legumes, por exemplo, que são produções que já têm uma técnica bastante avançada nessa construção.

Por fim, agradeço. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Não vamos esperar a hora de a agricultura sustentável acontecer, vamos construir essa hora. Acho que esse é o nosso desafio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vicente, eu tenho que lhe devolver essa provocação. Nós estamos aqui. Coloque de forma pragmática. Nós temos o produto e você vai ver que, quando tiverem a tecnologia, o produtor... Eu não estou fazendo defesa de empresa aqui, não quero ser confundido por estar fazendo isso. O produtor vai aonde tem... O produto orgânico, ele tem que ser vendido um pouco mais caro porque o custo de produção dele é maior, mas a qualidade do alimento é melhor. É isto que estou dizendo, na hora em que tivermos isso aqui, está feita a transição, Vicente, pode ter certeza disso. Continue nesse trabalho sério, pesquisando, e eu vou fazer questão, se o pessoal quiser, de fazer uma visita a esse assentamento que é próximo a Brasília até para a gente poder comprovar o que você está dizendo aqui na prática.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Assentamento Cunha, Cidade Ocidental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador é o Sr. Luís Claudio Meireles, gerente geral de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELES – Obrigado, Senador.

Vou começar pelo final, pela proposição do Senador Waldemir Moka. Eu acho que é importante e fundamental. O modelo agrícola que está aí demanda muito agrotóxico. Nós estamos avançando em outros modelos, como foi bem colocado aqui pelo Marcelo e pelo Vicente, mas hoje é importante que os órgãos tenham estrutura, senão fica muito difícil trabalhar.

A outra questão é a seguinte: vários dados sobre questão de mercado são colocados e apresentados de diferentes formas hoje no País, e as visões com relação a esses dados são completamente diferentes. A gente tem já sugerido há algum tempo que se estabeleça talvez uma regulação de mercado para essa área para saber se de fato custos estão reduzidos, como está sendo a questão importação *versus* produção, para que a gente tenha elementos para debates mais bem fundamentados sobre a questão. Uma série de dados foram colocados aqui pelo colega do Sindag que a gente não conhece, mas quando vier o relatório... Inclusive estava proposta outra audiência pública que a gente ainda não recebeu, nós vamos nos debruçar sobre eles e analisá-los junto com o pessoal da Federal do Paraná para entender melhor o significado. Então, eu queria chamar a atenção sobre isso que poderia ser outra iniciativa importante. Na área de medicamentos existe isso. E isso ajuda o produtor que depende desse insumo na sua produção. Tem ajudado bastante na área de medicamentos, a questão, principalmente do SUS, de distribuição de medicamentos, a questão de preço e uma série de políticas estabelecidas. Então essa medida é importante, a gente vem debatendo há dez anos, desde que a Anvisa se constituiu e vem aprimorando seu procedimento de análise.

Retorno à questão dos agrotóxicos. Acho que foi bem colocada pelos Senadores. Acho que em sã consciência ninguém quer consumir uma molécula num alimento ou quer ver um trabalhador exposto a uma molécula que passa dez anos sendo pesquisada para saber se ela causa câncer, se deforma fetos. O que a gente faz é se debruçar sobre isso e tentar, na medida em que ela tem um benefício grande contra uma necessidade, minimizar os impactos da utilização. Esse é o papel do Estado nessa discussão, principalmente o Ministério da Saúde e a Anvisa. Daí se avançar, de fato, para moléculas menos tóxicas. E esse é o passo do mundo, é assim que o mundo vem fazendo.

Aí eu entro um pouquinho na reavaliação. O que é a reavaliação toxicológica que a Anvisa faz? É tentar retirar aquelas moléculas que seja por conhecimento são produzidas em âmbito nacional, seja por decisões internacionais vêm sendo retiradas do mercado por risco toxicológico. Falou-se nos organoclorados; no Brasil, não temos mais. A Anvisa reavaliou três deles, foram os três últimos a saírem. Há ainda o Dicofol, que está com utilização mínima, e provavelmente será discutido com a Agricultura a saída dele. Mas a estratégia é essa mesmo. O que se buscam são moléculas

bem menos tóxicas. E o procedimento de reavaliação é exatamente isso. Agora quero deixar registrado que tem sido bastante difícil. O Senador Antonio Carlos nos perguntou por que tem sido difícil. A Anvisa recebe pressão de vários lados, do setor regulado, até mesmo do Congresso, do Executivo, tentando entender esse procedimento, a gente explica, e principalmente o Judiciário. Ontem mesmo estávamos debruçados sobre uma tutela antecipada que deu direito a uma empresa de continuar produzindo Metamidofós no Brasil. E todo procedimento adotado para reavaliação do Metamidofós... Ele é um produto proibido inclusive na China, que tinha muitas fábricas dele e fechou todas; o produto conseguir ficar sozinho no mercado, e as outras empresas haviam concordado em sair com uma programação de retirada desse produto. Agora estamos vendo como vai ser resolvido, recorrendo dessa decisão para tentar dar continuidade àquela atividade que é de retirar produtos que são muito tóxicos e são conhecidos em âmbito mundial. A gente normalmente não está trabalhando na reavaliação com produtos muito específicos de pequenos países, não; normalmente são dos Estados Unidos, União Européia, Japão, Austrália, alguns países da America Latina também que já retiraram esses produtos.

O trabalho tem sido todo voltado a isso. Por isso que a gente botou em 2013. E os prazos de retirada programada do produto são trabalhados em comum acordo com o Ministério da Agricultura e com o Ibama para que sua substituição não traga prejuízo ao agricultor. Todas essas retiradas de produtos que estão sendo programadas são dessa maneira. E essas moléculas... E a gente também tem verificado substitutos; vários substitutos estão sendo apresentados e existem no mercado brasileiro. O problema é que, como falei em regulação de mercado, a gente tem que falar um pouco de distribuição.

No levantamento do segundo semestre de 2009 da comercialização de agrotóxico, de 430 ativos mais ou menos só 189 estavam em comercialização, o que acelera a questão da resistência das pragas porque você não está usando todo o potencial de ativos; não estou nem falando do produto comercial, que poderia estar sendo utilizado para controlar praga de forma melhor, bem mais orquestrada. Daí a necessidade de uma política bem clara para você não erodir, como está acontecendo com o Glifosato, por exemplo, que hoje tem que ser várias vezes pulverizado pelo agricultor para ter o efeito, o que aumenta a contaminação e joga por terra toda a nossa avaliação toxicológica: se aumenta a pulverização por ciclo os níveis de resíduos são muito maiores. Então queria chamar a atenção para essa questão.

Com relação a fiscalização, pergunta do Senador Antonio Carlos. A fiscalização que a Anvisa tem feito principalmente tem verificado inconformidade, o que traz muito prejuízo até para o agricultor, para o produtor. É aquele produto que era declarado, que serviu para orientar uma série de estudos agudos e crônicos; quando você chega na fábrica você encontra a produção de outro com outros componentes que podem mudar completamente a classificação toxicológica daquele produto. Nós começamos a fiscalização em 2009, e nas últimas fiscalizadas adotaram-se vários critérios de conformidade. Melhorou bastante a performance na indústria com relação à qualidade dos seus produtos, como também passaram a adequar os seus dossiês toxicológicos. Apresentam pedido de alteração pós-registro para que a gente inclua a nova formulação.

Os agrotóxicos genéricos têm sido avaliados com o mesmo critério que se tem hoje nos países de ponta. O Brasil tem avançado bastante nos critérios. Nesse momento nós estamos num processo de discussão de agilização e otimização desses procedimentos. É uma avaliação conjunta, não é só da Anvisa; é feito por nós, Mapa e Ibama. No momento estamos discutindo uma série de procedimentos para diminuir o prazo que tem sido em média de 11 meses – isso me foi perguntado aqui – para autorização desses produtos.

O Ministério da Saúde, juntamente com a Anvisa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Luiz Claudio, mais um minuto.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Está bem. Só vou responder esta do ministério da Saúde. Na realidade, me fizeram tantas perguntas que eu levaria umas duas horas para responder. Estou tentando resumir ao máximo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Há outras comissões...

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Exatamente, o senhor me desculpe.

O Ministério da Saúde tem discutido sim um plano nacional de controle de agrotóxico conosco, a gente tem trabalhado em conjunto. O Ministério da Saúde hoje é responsável pelos programas de vigilância de químicos, vigilância da água, do solo, e esse trabalho tem sido feito em conjunto.

Vou parar por aqui. Agradeço e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado. Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Daher, diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, por cinco minutos, mais um de tolerância.

O SR. EDUARDO DAHER – Senador, muito obrigado. Rapidamente, a audiência é baixa, mas é qua-

lificada. O Senador Antonio Carlos está aqui firme no comando. Vou responder à primeira, Vicente, é muito simples: 2004 a 2008. O aumento de área plantada está lá, 3,98, o dado fica.

Quanto ao aumento de volume de 40% você pode estar incorrendo em duas possibilidades, eu não sei. Se foi medido um ingrediente ativo ou produto comercial. De qualquer forma é fácil entender se for ingrediente ativo, inclusive volumetricamente, muitas vezes se utiliza mais porque você está usando menos gramas por hectare com produtos diferentes. O segundo detalhe, que explica claramente isso – não precisamos perder muito tempo – é que de 2004 a sua primeira medida, para 2008 tem um pequeno fenômeno chamado "ferrugem asiática". Ela entra no Paraná pelo Paraguai. Isso começa em 2005. A própria Embrapa sabe disso. Você, como membro dela, sabe que se faziam cinco pulverizações de fungicida. A média do ano passado foi 2.8. Existem regiões do Brasil com menos de uma pulverização e existem outras regiões onde foram necessárias cinco pulverizações.

Então, o volume aumentou, o fungicida, que era 11% , hoje é 28 do faturamento da indústria.

Rapidamente, eu sou do tempo em que, no interior, se punha BHC na cabeça para controlar piolho, ou seja, não vou falar aqui que também se controlava chato com BHC, porque ofenderia as senhoras presentes. De qualquer forma, essa evolução foi acontecendo – e inexorável –, e nós fomos evoluindo. E faz parte disso o marco regulatório tanto da Anvisa como do Ibama e do Ministério.

Um detalhe: o Luiz Cláudio apresentou um dado muito importante. Ele pediu sua ajuda, e você se comprometeu...

Ele citou o baixo número de funcionários disponíveis na Anvisa, mas ele foi muito polido e não colocou o Mapa nem o IBAMA. Aquele seu quadro... O problema é o mesmo. Não perca tempo. Esse movimento tem de ser feito para que o triângulo continue eqüilátero.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS – Ele não colocou, mas considerou o número, porque o número lá em cima era 18 e ele fechou com oitenta.

O SR.EDUARDO DAHER – É irrisório de qualquer forma. O triângulo precisa ser eqüilátero, embora isso possa gerar algum desconforto e atrasar a entrada de novos produtos.

Rapidamente, porque estou vendo o relógio com 2h24min.

A iniciativa do genérico é absolutamente pertinente – o que a Senadora Ana Amélia colocou e está sendo relatado e está indo para o Congresso... –, até porque resolve uma parte do problema. A fila de 756 ingredientes ativos que estão no *pipeline* com esse recurso humano disponível levará onze anos e meio para acabar, o que não faz sentido em um país com essa característica. Então é preciso resolver duas coisas: o triângulo, ou seja, dar agilidade e outra. Essa iniciativa de "não comercializou por dois anos, dança" é muito oportuna. Isso reduz a fila. Eu diria o seguinte: a indústria não obstaculou. Entendo que possa um ou outro ficar magoado, mas isso vai ter de fazer parte do processo.

Orgânico X inorgânico.

O país que mais usa orgânico é a Áustria, onde 12% da agricultura é orgânica. Não quero entrar na medida de satanizar um ou outro, até porque o Brasil tem achado saídas organo-minerais, sobretudo na adubação. Mas em fertilizantes, área em que militei 28 anos, faça a conta – na é matemática; é aritmética –e veja que não fecha. Quando você exporta o produto, você tira o milho da lavoura, colhe a soja, você está levando nutrientes e você tem que repor. Não há alternativa. Não haver esterco no mundo suficiente para repor os nutrientes que são exportados pela exportação de alimentos.

Entretanto, acho eu o foco, quando se fala nisso, sem satanizar o orgânico, é um problema econômico. Quer tomar café orgânico, fique à vontade. Ele é seis vezes mais caro do que o café convencional. Quer comer produto orgânico, sujeite-se a um produto mais caro. Isso é visível nas grandes capitais.

Finalmente, respondendo à Senadora Ana Amélia, o custo por hectare é uma coisa complicadíssima porque nós precisamos escolher a cultura de que vamos falar. No Brasil há culturas anuais e culturas perenes. Há também uma semiperene, que é a cana. Dentro da cana estou medido com o quê? Com o açúcar ou com o etanol? Então, é muito difícil.

Estou vendo ao fundo a OCB, estou vendo ao fundo gente da agricultura. O custo do defensivo, Senador, oscila entre 10% e 20% do custeio. Fertilizante é mais pesado – existem calcário e sementes – e no setor de defensivo, por conta de um ponto que Luiz Cláudio levantou, não tem havido esse acréscimo de custo mesmo porque entraram 54 glifosatos no País. A partir do genérico, o volume de oferta aumenta fortemente. Então, não representa um importante ponto de custeio. Entretanto, gera o desconforto cambial. Enquanto o dólar continuar derretendo, o agricultor gaúcho, onde ela está presente, vai olhar para o Uruguai e para a Argentina com vontade de trazer produtos de lá, o que nos cria grandes problemas. A estimativa, no começo do ano, de aumento de faturamento do setor de defensivos estava em linha com o PIB: 4%. Hoje jornalistas com quem falei ontem em São Paulo, aliás anteontem em São Paulo e hoje em Brasília, na Câmara

Setorial de Soja... Com o preço das *commodities*, em nível internacional como estão – soja a 13,33 em Chicago o bushel; o preço de café e bebida fina, o maior; o preço do algodão, o melhor dos últimos cem anos – há 140 anos não havia esse preço –, exceção feita ao arroz, que infelizmente é da área do Rio Grande do Sul, todas as culturas vão muito bem. Não imaginem que vai diminuir o consumo. Vai aumentar. Então, não tenham dúvida. Podem me chamar no ano que vem. Marcam a data. Nós seremos, invariavelmente, campeões mundiais no consumo de agrotóxico.

Reporto-me ao início da nossa conversa, porque é um país tropical e porque é o celeiro do mundo. Será inexorável. A nossa estimativa fala em 8%, o que remete esse faturamento – eu falei à OCB, inclusive, em 8 bilhões de dólares aproximadamente. Claro que há o efeito cambial. Nós estamos falando de que dólar? O dólar médio deste ano, projetado por auditoria independente é 1,63.

Obrigado, Senador.

Desculpe-me ter avançado no tempo.

O SR. PRESIDENTE – (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem!

Se algum Senador deseja fazer alguma indagação, antes de encerrar a reunião, concedo a palavra ao Senador Moka e, logo em seguida, a alguns dos participantes que queiram se manifestar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só queria agradecer e dizer, principalmente, ao Vicente e ao Marcelo, que eu quero deixar claro que vejo com a maior simpatia, acho que é importante que a gente – você disse que dentro de dez anos – é o que se pretende, em relação a toda a fruta, toda a hortaliça, possa ter esse tipo de controle. Eu achei isso muito interessante e estimulo

Aqui, na Comissão de Agricultura, temos de ter uma parceria cada vez maior. O Brasil é um país que tem espaço para a produção orgânica e qualquer outro tipo. Nós precisamos produzir com menor custo e com a menor quantidade de agroquímico e agrotóxico possível. O produtor, que é quem eu pretendo representar aqui, quer alternativa que seja viável, tendo em vista seu custo e sua produção.

Agradeço a presença e o compromisso.

Luiz Cláudio Meireles, eu acho que a Comissão de Agricultura tem de ter com a Anvisa uma ligação muito forte, para que a gente possa ser... Alguém que pretenda defender aqui a produção e o produtor tem de ter uma ligação e estruturar, cada vez mais, o departamento que controla isso; do contrário, fica muito difícil.

O SR. PRESIDENTE – (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A todos os participantes eu vou conceder um minuto para as últimas considerações, a partir do Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Obrigado.

Quero novamente dizer que o papel da nossa campanha é justamente o de alertar a sociedade brasileira sobre a necessidade de fazer esse debate. É claro que nós entendemos as limitações técnicas para o avanço disso, mas, mais do que isso, queremos mobilizar a parte política da agricultura, ou seja, quem está fora da porteira. É importante a gente desenvolver políticas públicas e que o Estado brasileiro possa assumir efetivamente a responsabilidade por essas políticas públicas. Fazendo o quê? O reforço da Embrapa, o reforço no sistema público nacional de assistência técnica, onde a gente possa controlar a produção e o fornecimento de insumos, e efetivamente desenvolvendo a agricultura brasileira de modo que ela possa produzir alimentos cada vez mais saudáveis com o ambiente cada vez mais equilibrado.

Essa é a contribuição que a gente deixa aqui, colocando-se também à disposição, Senador, inclusive para, de repente, subsidiar um projeto de lei em que a gente possa promover a convenção da agricultura brasileira para frutas, verduras e legumes em dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem.

Com a palavra o Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi. Um minuto.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Obrigado.

Gostaria de agradecer a oportunidade. Acho que a discussão é muito importante e necessária. Só uma questão que aqui foi tocada várias vezes, a questão do clima tropical, praga, duas safras por ano, mas não podemos nos esquecer que temos uma biodiversidade diferenciada também. A mesma característica que nos dá aumento de praga também nos dá aumento de diversidade, e temos que usar isso. A agricultura brasileira só de se desenvolveu quando parou de copiar o modelo temperado e começou a investir no modelo tropical. Foi o nosso grande salto. Com as pragas e doenças é a mesma coisa. Então, também temos que pensar por esse lado. Não adianta importarmos simplesmente as tecnologias de controle. E agradeço a oportunidade e a disposição para futuras conversas e discussões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dr. Luiz Claudio Meirelles.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Eu gostaria de agradecer aos Senadores toda a atenção dispensada e dizer que continuamos abertos a um debate amplo e contínuo sobre esse tema, que nos é muito caro do

ponto de vista de saúde pública. Daí a necessidade de continuarmos discutindo no Senado, na Câmara, em todos os fóruns, com as indústrias, com as representações da sociedade civil, a fim de encontrar as melhores soluções para a produção no Brasil, em que a saúde pública seja privilegiada. Então, eu gostaria de deixar aqui o nosso agradecimento e nos colocar à disposição para o encaminhamento inclusive das propostas aqui apresentadas pelo Senador Waldemir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadarse. Bloco/PSB – SE) – Dr. Eduardo Daher.

O SR. EDUARDO DAHER – Bom, resta-me, pela quarta vez, o último comentário. Eu queria agradecer a todos, em especial a Antonio Carlos Valadares, que foi quem convocou a reunião desta audiência pública, copatrocinada pelo Senador Blairo Maggi, que está aí encurralado pela imprensa porque, provavelmente, é um dos nomes citados para ministérios, e me colocar efetivamente à disposição para voltarmos quantas vezes forem necessárias a esta Casa e ao Congresso, em audiências públicas ou mesmo em comissões de inquérito, para falar sobre isso. Sugiro, a fim de ampliar o debate, aumentar e agregar competência a ele, que também sejam convidados o Ministério da Agricultura e o Ibama, para completar o triângulo, que é aquele marco regulatório federal.

Muito obrigado. Estamos sempre à disposição seja pelas empresas de pesquisa e desenvolvimento seja pelas empresas de genéricos, que também podem estar presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ao encerrar esta reunião, gostaria de agradecer aos participantes desta Mesa de debates, nas pessoas do Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, Marcelo Augusto Boechat Morandi, Luiz Cláudio Meirelles, Eduardo Daher, e os Senadores que também integraram os debates e participaram ativamente, fazendo perguntas pertinentes a respeito do uso de agrotóxicos no Brasil. Esperamos que os esclarecimentos aqui feitos e os debates travados sejam necessários e suficientes para a apresentação de propostas visando a atenuação do uso de agrotóxicos e para uma agricultura sustentável, e que se obtenha, por meio dessa transferência de modelo, dessa mudança do químico para o orgânico, mais saúde para a população. O nosso desejo é que não em dez anos, mas em menos tempo possamos adotar novas práticas de agricultura, sem o uso tão intensivo de agrotóxicos, que fazem tanto mal à saúde e ao meio ambiente.

O Senador Casildo Maldaner deseja dizer uma palavra. Eu já estava encerrando, mas em consideração a V. Exª, que é filho de um Estado grande produtor agrícola, Santa Catarina,...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Valadares, apenas para... Não vou questionar... E é bem isso. Eu gostaria até de cumprimentá-lo por esta audiência pública e os senhores convidados. E louvar aqui, porque Santa Catarina pratica, gosta de praticar isto, a questão do meio ambiente, os hortigranjeiros, unir a tecnologia com a coisa orgânica. É uma coisa muito presente lá no Estado, junto aos organismos que existem no Governo do Estado, a Secretaria da Agricultura, os órgãos técnicos e a própria cultura. que eles procuram praticar naqueles minifúndios. Santa Catarina tem o aspecto de um minifúndio, mas preza muito por isso. E eu acho que essa defesa vegetal, essa organização, significa saúde, significa longevidade. Hoje, segundo a ciência, a idade das pessoas já não é mais de 65, 70 anos. Já se projeta para mais, para 80 ou mais. E a alimentação sadia, como se diz... Não se diz sadia. Sadia leva...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Saudável.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É. Perdigão, Sadia... É uma coisa... Eu digo no bom sentido. É uma coisa... O pessoal da Sadia dizia que a linguiça Sadia não sei o quê, os produtos ali... Eu estou dizendo saudável no verdadeiro aspecto da saúde. Hoje faz parte a longevidade. Isso é muito importante. Então, eu quero louvar a participação dos senhores e não poderia deixar passar este momento para me congratular com isso.

Apenas isso, Senador Valadares. Muito obrigado por ter pedido e organizado este encontro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço e tenho certeza absoluta de que novas proposições vão surgir depois deste debate, também com o fortalecimento das instituições, dos órgãos que cuidam da agricultura em nosso País, da melhoria das técnicas, das práticas do nosso sistema agrícola, como a própria Embrapa, a Anvisa, cuidando da saúde, a assistência técnica, enfim, todos os órgãos governamentais, fazendo políticas de agricultura voltadas para a saúde e para o meio ambiente.

Encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 29 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE JULHO DE 2011.

Às oito horas e vinte e sete minutos do dia quatorze de julho de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes se-

nadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, EDUARDO AMORIM, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY, WALTER PINHEIRO, BLAIRO MAGGI, LUIZ HENRIQUE e PEDRO TAQUES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia e Benedito de Lira. O Senador Ivo Cassol está afastado do exercício do mandato em razão de Licença Saúde-Particular. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 24, de 2011-CRA**, aprovado em 2/06/2011, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi, ao **Requerimento nº 31, de 2011-CRA**, aprovado em 14/07/2011, de autoria do Senador Blairo Maggi, e ao **Requerimento nº 32, de 2011-CRA**, aprovado em 14/07/2011, de autoria do Senador Casildo Maldaner, com a finalidade de discutir a situação dos pequenos e médios produtores de biodiesel no País, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Ricardo Dornelles** – Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia - **MME**; Sr. **José Honório Accarini** – Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil – **SAG/Casa Civil/Presidência da República** e representante suplente da Casa Civil na **Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel**; Sr. **Marco Antonio Viana Leite** – Coordenador-Geral da Coordenação de Biocombustíveis - DEGRAV – Secretaria de Agricultura Familiar – **SAF/MDA**; Sr. **Rubens Cerqueira Freitas** – Superintendente Adjunto de Abastecimento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - **ANP**; Sr. **Geraldo Martins** – Diretor-Geral da **FERTIBOM LTDA**; Sr. **Rodrigo Prosdócimo P. Guerra** – Sócio-Proprietário da **Bio Óleo Ltda**; Sr **Adilton Domingos Sachetti** - Diretor da Cooperativa de Biocombustível – **Cooperbio**; Sr. **Odacir Klein -** Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel - **UBRABIO**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Blairo Maggi, Jayme Campos, Casildo Maldaner, Sérgio Souza, Delcídio do Amaral e Pedro Taques. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CRA**: Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 24 de 2011-CRA, de autoria do Senador Blairo Maggi e do Senador Jayme Campos, da participação do Senhor Adilton Domingos Sachetti, Diretor da Cooperativa de Biocombustível – Cooperbio, localizada no Distrito Industrial de Cuiabá/MT. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Resultado:** Aprovado, será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CRA**: Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Dr. ODACIR KLEIN, Presidente Executivo da UBRABIO – União Brasileira do Biodiesel, seja incluído como palestrante na Audiência Pública que tratará da questão do biodiesel, no dia 14 de julho de 2011, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. **Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** Aprovado, será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR.PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Há número regimental. Declaro aberta a 23ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 24, de 2011, da CRA, aprovado em 2 de junho de 2011, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi, com a finalidade de discutir a situação de pequenos e médios produtores de biodiesel no País, com a presença de vários convidados.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado cumpriu, neste primeiro semestre de 2011, a importante função de ser um colegiado de debates técnicos e políticos e de aprovação de projetos importantes para os agricultores e a população brasileira.

Fizemos 23 reuniões ordinárias e 12 seminários dentro do nosso ciclo de debates da Comissão de Agricultura, que realizamos todas às sextas-feiras às 14 horas aqui, no Senado Federal.

Sem nenhuma dúvida, os Senadores que compõem esta Comissão estão cumprindo seus compromissos assumidos com o agricultor e com a população brasileira.

Hoje, cumprindo nossas atribuições de opinar sobre as políticas de apoio à agricultura familiar, as pequenas e médias propriedades rurais e o desenvolvimento tecnológico da agricultura, realizaremos audiência pública em cumprimento ao requerimento

de autoria dos Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi, com a finalidade de discutir a situação dos pequenos e médios produtores de biodiesel do nosso País. Os biocombustíveis já representam 25% do consumo brasileiro de combustíveis líquidos, mas ainda falta ao Brasil organizar a produção e a distribuição, e diversificar as matérias primas utilizadas na produção do biocombustível.

Depois de mais de três décadas dedicadas a desenvolver e aprimorar a tecnologia e a produção de biocombustíveis, o Brasil se prepara para assumir definitivamente a liderança nesse mercado. Os desafios são consolidar as técnicas já dominadas pelo País – como a produção de etanol e, a partir da cana-de-açúcar, de biodiesel –, as mais eficientes do mundo, organizar o mercado, estabilizar a distribuição desses produtos e sair na frente no desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração.

Atualmente, a soja é a cultura mais usada para a produção de biodiesel, até mesmo entre os pequenos agricultores o grão é o mais plantado. Desde que o biodiesel foi introduzido na matriz energética brasileira, em 2005, pela Lei nº 11.097, este biocombustível ganhou importância rapidamente, com a mistura obrigatória chegando ao patamar máximo de 5%, três anos antes do inicialmente previsto. Entretanto, o modelo de comercialização do biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – prejudica as pequenas e médias usinas na disputa pelos itens de maior volume, por causa dos limites impostos pelas regras do pregão. Esta situação permite que as grandes usinas garantam preços favoráveis nos itens maiores, levando vantagens nos volumes menores, prejudicando os pequenos e médios concorrentes. Estas circunstâncias resultam em distorções não só do ponto de vista econômico e administrativo, como também do ponto de vista social, uma vez que mudam os próprios princípios do programa governamental, cuja política se comprometeu exatamente com pequenos e médios usineiros.

Na produção de biodiesel, além das usinas criadas a partir de 2008 pela Petrobras Biodiesel, existem mais de 100 usinas controladas pelo capital privado. No ano passado, foram produzidos no Brasil dois bilhões de litros desse combustível. Essa estrutura de produção permite ao Brasil estar hoje à frente de outros países também na geração de demanda para esses produtos.

Apesar do forte investimento na produção de biodiesel a partir de culturas ligadas à agricultura familiar, como mamona, pinhão-manso e dendê, a maior parte dessa produção tem como matéria-prima a soja.

Levantamentos indicam que quase 80% da produção nacional desse biocombustível provém do óleo de soja, uma das matérias-primas mais caras desse mercado. Pesquisadores da Embrapa afirmam que a soja se mantém como líder no mercado, por ser uma cultura amplamente conhecida, que tem uma cadeia produtiva estável e uma tecnologia também conhecida.

Apesar de muitos fornecedores de soja, para a fabricação do biodiesel, serem pequenos agricultores, aqueles que plantam, como por exemplo, o pinhão-manso e o dendê, deveriam ter crédito diferenciado, pois o dendê é uma cultura de longo prazo e também assistência técnica. Junto com o pinhão-manso, o dendê, a mamona, a palma e outras são culturas agregadoras de mão de obra.

Atualmente, a busca por combustíveis alternativos vem ganhando destaque, motivada por fatores ambientais, econômicos e sociais. Nesse sentido, apresentamos aqui no Senado o Projeto de Lei nº 252, de 2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro), que atenderá prioritariamente aos agricultores familiares, assim definidos nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e as suas cooperativas agropecuárias.

Esse projeto tem a relatoria da Senadora Ana Amélia e, oportunamente, debateremos a possibilidade de estabelecimento de parcerias entre cooperativas e órgãos políticos e privados, para a venda do produto pelos agricultores diretamente ao público.

Temos aqui, hoje, na Comissão, os representantes das indústrias, dos produtores e do Governo, para ouvirmos suas posições sobre os questionamentos contidos na justificação do Requerimento aprovado em 02 de junho de 2011, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi. E outras questões que surgirão nessa Audiência Pública.

Agradeço a presença dos senhores convidados, a presença dos Senadores Moka, Casildo e Jayme Campos, que estão conosco para debater este assunto tão importante.

Convido para compor a Mesa o Sr. Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira de Biocombustível (Ubrabio), nosso colega, ex-Ministro dos Transportes, seja bem-vindo, é um prazer tê-lo conosco.

Dr. Rubens Siqueira Freitas, Superintendente Adjunto de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Dr. Geraldo Martins, Diretor-Geral da Fertibom Ltda.

Dr. Rodrigo Prosdócimo Guerra, sócio-proprietário da Bio Óleo Ltda.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, comunico à Comissão o recebimento de dois requerimentos de aditamento ao Requerimento nº 24, de 2011, obje-

to desta Audiência Pública, aos quais farei a leitura e posterior apreciação.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2001

Requer seja incluído como palestrante, nesta Audiência Pública, o Sr. Adilton Domingos Sachetti, Diretor da Cooperbio.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requer seja incluído como palestrante desta Audiência o Sr. Odacir Klein, Presidente-Executivo da União Brasileira de Biodiesel.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Temos hoje a presença de oito palestrantes. Vamos dividir em duas rodadas, até porque nossa mesa é um pouco pequena, Ministro.

Consulto os nossos Senadores se concordam com essa forma. Faremos uma rodada, depois substituiremos as pessoas que estão palestrando, para que possamos fazer um debate bastante amplo. Faremos o debate em duas etapas: o debate inicial, depois das quatro pessoas que irão palestrar; depois convidaremos as outras quatro pessoas e também faremos o debate.

Consulto os Senadores se concordam com essa forma.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. (Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Exª já fez uma proposta aqui para o Plenário, entretanto considero mais importante que todos os que participarão desta Audiência ficassem compostos à Mesa, evidentemente, se for o caso, para falarem primeiro e depois entrarmos na fase de indagação e discussão.

Pergunto a V. Exª em relação a este primeiro bloco que está aqui, com parte das autoridades que estão participando da Mesa. Depois da exposição de cada um deles é que vamos entrar na fase de indagação, ou após a segunda rodada dos expositores que foram convidados? Esta é a minha indagação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. (Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme. A intenção é ouvirmos os primeiros quatro palestrantes, fazermos o debate com V. Exªs, depois retomarmos novamente as palestras e fazermos um outro debate final. Essa é uma proposta, mas se V. Exªs acham que devemos compor a Mesa completa, não há problema, não há nenhuma dificuldade, apenas foi uma opinião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Creio que desse jeito fica melhor, mas vou prevenir V. Exª. Já temos experiência com isso, com oito palestrantes em uma única audiência pública, os outros últimos quatro serão prejudicados. Não vejo isso producente, mas todo mundo acha que tem que ouvir mais um e eu, absolutamente... Não tem nenhum requerimento propondo nome e também considero que oito palestrantes falarão no mínimo dez minutos cada, que é um tempo exíguo. Já teremos uma hora e vinte minutos. Com mais outra rodada, serão duas horas e quarenta. Mas creio que V. Exª não tem alternativa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade. O tema é muito importante e as pessoas pediram para participar. Como esta Casa é da população, atendemos a todos no sentido de fazermos um debate. Se demorarmos uma hora, duas ou três, para nós o importante é debater o assunto. Evidente que os últimos talvez sejam um pouco mais prejudicados, em função do cansaço da própria audiência.

Senador Casildo com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente Acir, quero dizer que adentrava esta Casa às 8h28min, e o Presidente às 8h29min já abria a reunião. É pontual, é para ser às 8h30min. É madrugador, é no cantar do galo esta Comissão. Lá em santa Catarina são de madrugar, mas em Rondônia...

Em todo caso, Sr. Presidente, nobres colegas e senhores convidados, acredito que talvez seja mais prático uma primeira rodada, e o rescaldo que ficar de indagações e respostas, naturalmente viria a complementação na outra rodada, se for o caso. Sei que não é fácil colocarem oito debatedores nesse espaço. Penso que, como se diz, no segundo turno, se for necessário. Se não for, se ficar mais ou menos resolvida a questão do biodiesel, que é o tema de hoje, melhor, até pouparia os do segundo turno, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo. O fato de começarmos cedo, Senadores, está ligado diretamente à agricultura brasileira. A agricultura, por si só, inicia seus trabalhos de madrugada, cedo, e estamos seguindo o exemplo aqui no Senado, somos representantes dos nossos agricultores. Os agricultores começam cedo,

começamos cedo também. Aliás, foi uma observação muito bem feita pelo nosso Presidente José Sarney, quando lhe pedimos a preferência de termos o canal da TV Senado para a agricultura. O Senador Moka estava comigo naquele instante, e ele colocou dessa forma: "Parabéns à agricultura. Vocês têm que começar cedo, porque a agricultura também tem os seus trabalhos já cedo, pela madrugada adentro."

Então, façamos assim: vamos ouvir os quatro convidados e, na sequência, abriremos para os debates, para que possamos dar prosseguimento.

Vamos iniciar, então, com o Dr. Rubens Siqueira Freitas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Como é conjunta a apresentação dos produtores, só antes de começar, sugeriria que fosse um em sequência do outro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Concordo com os nossos Senadores.

Para iniciar, passo a palavra ao nosso Ministro Odacir Klein, Presidente da Ubrabio.

V. Exª tem dez minutos para fazer as suas explanações.

O SR. ODACIR KLEIN – Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores presentes, quero, inicialmente, agradecer ao Senador Casildo Maldaner o fato de haver requerido a convocação da Ubrabio para participar desse evento, cumprimentar os Senadores aqui presentes e, principalmente, cumprimentar o Senador Jayme Campos por essa iniciativa muito feliz, juntamente com o Senador Blairo Maggi.

Na verdade, discutirmos a situação de pequenas empresas produtoras de biodiesel é de fundamental importância.

Estou aqui representando a Ubrabio, algumas das empresas hoje que faziam parte da Ubrabio não fazem mais, o que é natural dentro de um processo, de um conjunto de atividades empresariais, e alguns poderão dizer que, hoje, a Ubrabio não representa a maioria ou quase totalidade das pequenas empresas produtoras de biodiesel. Se não representa, tem preocupação com essas empresas e com seu destino, pelo que estou aqui representando esta entidade que, dentro desse contexto que ficou agora, de duas entidades representativas, será mais representante do conjunto da cadeia do que especificamente das empresas produtoras de biodiesel, embora importantes empresas façam parte da Ubrabio. Mas, representando esta entidade nacional, estou aqui para dizer que ela apóia inteiramente o movimento, no sentido de que é necessário um tratamento diferenciado para pequenas empresas produtoras de biodiesel, bem caracterizado que seja esta situação de pequena ou média empresa.

Estamos aqui na Comissão de Agricultura do Senado, e esse Programa de Biodiesel é um programa bem sucedido, com muita seriedade governamental – vejo aqui representantes da Casa Civil; ou a Karine, da Coordenação do Programa via Casa Civil; vejo o Ricardo Dornelles, do Ministério das Minas e Energia; vejo o Dr. Durans, da Embrapa, aqui presente. Este programa na verdade é bem sucedido porque as empresas sentiram que o Governo agia com seriedade, que desejava o estabelecimento do Programa Nacional de Biodiesel, em consequência do que investiram. Sempre tenho dito, em pronunciamentos, que ele existe porque o Governo tinha credibilidade, porque as empresas tinham ousadia e porque havia disponível uma matéria-prima: a soja. Só que este programa, hoje, está represado e com os afluentes jogando água na represa.

A previsão era de que tivéssemos mistura obrigatória de 5%, em 2013. Diante do volume da capacidade instalada, houve uma antecipação da mistura obrigatória de 5% para 2010, em conseqüência do que três anos antes já havia sido atingido aquele objetivo inicial.

Temos um marco regulatório que estabelece em 5%. Se o Governo, hoje, desejasse aumentar para 6%, não teria como fazê-lo, pelo fato desse marco regulatório ter fechado as comportas da represa, pelo que há necessidade de uma modificação, em consequência do que, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não havendo uma modificação de situação, não é nem o problema da pequena empresa, o problema é do produtor e do pequeno produtor, porque estancou e não avançará.

Temos hoje mais de 100 mil famílias de agricultores contemplados, agricultores familiares, dentro desse programa, onde as empresas, para participarem do volume de 80% do leilão, precisam ter seu combustível social, precisam ter seus projetos aprovados no MDA, precisam dar assistência ao pequeno produtor. Temos, hoje, mais de 100 mil famílias de pequenos produtores assistidos, se continuarmos estanques nos 5%, continuaremos com 100 mil famílias de produtores assistidos. Só avançaremos no sentido da inclusão social e, inclusive, no sentido do combate à pobreza – saúdo também a presença do Marco Antônio, do MDA, que tem ajudado muito nesse sentido –, se tivermos uma mudança de marco regulatório e a possibilidade de aumentar a mistura obrigatória.

Estou aqui para dar um rápido depoimento e não para ensinar a ninguém. Tinha pavor, quando era Par-

lamentar, de alguns que chegavam com ar professoral, mas quero apenas lembrar que esta Comissão é de Agricultura e, em uma Comissão de Agricultura, tem que haver uma preocupação muito grande com o produtor, e a preocupação com o produtor, neste momento, significa estímulo à mudança da mistura obrigatória.

Se hoje, neste momento, há uma posição em defesa de um melhor tratamento para as pequenas empresas, é porque temos capacidade ociosa, é porque temos uma oferta muito acentuada, em conseqüência do que está havendo prejuízo para uma determinada área de empresa.

Quanto à pequena empresa, não quero exceder meu tempo, quero lembrar o seguinte: temos, em todas as áreas, o estabelecimento de algumas práticas que visam estimular a pequena e a média empresas.

Saúdo, com muita satisfação também, a presença do ex-governador, meu amigo fraterno. Nossos filhos foram criados juntos, ex-Governador Luiz Henrique.

Precisamos caracterizar bem o que seja pequena e média empresas. Aí parece-me, Drª Karina, que, no contexto da Casa Civil, Dr. Dornelles, que dentro das características do MME, possa haver uma discussão mais aprofundada, para que não tenhamos injustiças, para que nós não tenhamos algumas situações que excluam ou que incluam exageradamente.

É óbvio que no momento em que houver um tratamento diferenciado para a pequena e para a média empresa, todos vão pretender ser pequena, ser média empresa. Todos dirão: a minha produção é dez mil acima, dez mil abaixo, por que, com dez mil a mais, eu estou fora e o outro está incluído? A definição tem que ser muito criteriosa, mas quero lembrar algo muito importante: no momento em que o conceito de pequena empresa fica muito elástico, o prejudicado será realmente a pequena, a de pequena capacidade.

Esse conceito de pequeno não pode ser elástico. Tem que haver uma atenção à pequena e média empresas, mas não o conceito de que cada um possa dizer que está dez adiante e também quer entrar; que está vinte adiante e também querer entrar. Tem que haver uma especificação técnica do que seja pequena e média empresas, para que esse conceito realmente contemple os interesses das pequenas. Quanto mais ampliar, quanto mais discutir, se são 200 mil litros diários, se são 330 mil litros diários, 300 e poucos mil litros diários, mais estarão excluídas as pequenas.

Sr. Presidente, não quero exceder o tempo, quero deixar essa contribuição, mas lembro neste Comissão que, no interesse do produtor, principalmente do aumento da atenção ao pequeno produtor da agricultura familiar contemplado com essas prática, se ficarem 5% da mistura obrigatória, não avançará nada. Está estanque, está represado. Só haverá avanço na medida em que tivermos modificação no marco regulatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós que agradecemos, Dr. Odacir Klein, pela sua presença e por sua presteza com o horário. Deu o seu recado e contribuiu muito, foi muito específico e muito objetivo.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Geraldo Martins, Diretor-Geral da Fertibom Ltda.

O SR. GERALDO MARTINS – Bom-dia a todos!

Eu gostaria de agradecer o convite feito à nossa empresa para trazer a nossa opinião sobre a importância dos pequenos e médios produtores de biodiesel do Brasil.

Então desejo cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, em nome de quem cumprimento a todos os Senadores aqui presentes, às senhoras e aos senhores.

Faremos uma rápida apresentação da Fertibom, daremos um contexto. Também vamos falar sobre direcionamento e aperfeiçoamento do programa. Citaremos um pouco as inovações, alguns exemplos e considerações finais.

Para falar um pouco da nossa presença, somos uma empresa fundada em 1994, do setor agroindustrial, que iniciou suas atividades, e ainda é o principal componente, como indústria de fertilizantes líquidos.

No intuito de fornecer diesel para essas empresas, nós caminhamos para o desenvolvimento de uma tecnologia própria, é uma tecnologia 100% nacional, somos pioneiros no Estado de São Paulo no segmento de biodiesel e uma das poucas empresas que está participando desde o começo do programa. Inclusive, participamos desde o primeiro leilão até hoje e temos como característica principal que o nosso biodiesel é gerado pela rota etílica. O biodiesel, de maneira geral, é uma produção que envolve um óleo vegetal – ou uma gordura – reagido com um álcool. Normalmente, o setor utiliza metanol, e achávamos que o Brasil, sendo um grande produtor de álcool etílico, deveria também ter sua rota de biodiesel produzida pela rota etílica. E assim o fizemos.

Somos uma empresa, talvez a única no Brasil, fornecendo em escala comercial para o programa, utilizando a rota etílica. Por favor.

Vamos falar um pouco do contexto do País. Acho que temos de olhar o programa num contexto maior. Se imaginarmos hoje o Brics, em que o Brasil está inserido, ele representa 42% da população e 18% do PIB, e estamos com 27% do território.

E uma característica que tenho notado é que ele é o único dos Brics que tem tido uma redução na desigualdade econômica. Então, a distribuição de renda

no País tem melhorado, principalmente em relação aos outros. E um fato muito importante é que, nos últimos 10 anos, trouxemos 50 milhões de consumidores que estavam fora do mercado de consumo para o mercado consumidor. A importância disso significa uma inteira Espanha, que hoje está fazendo parte da economia. E, para isso acontecer, existem políticas que chamamos de programas de Estado, não são programas de governo.

Os programas, por exemplo, de apoio à atividade social – que se iniciaram com o Bolsa-Alimentação, com o Bolsa-Escola e que depois foram evoluindo, e hoje há o sucesso do Bolsa Família – são um dos fatores que tem feito com que haja a elevação dessa categoria da população para consumidores, fazendo parte ativa da economia. Pois não.

Agora, esses programas assistenciais precisam ter uma sequência. É preciso haver programas que sejam complementares, que gerem renda. Nós chamamos isso de uma porta de saída. Os programas assistenciais são muito importantes, porém, para haver uma sustentabilidade, precisamos de novos programas que efetivamente mantenham essas populações na atividade produtiva. São programas de geração de renda, e o programa de biodiesel tem esta característica muito importante de fortalecimento da agricultura familiar. Pois não.

Então, hoje o programa é um sucesso. Estamos desenvolvendo outras cadeias oleaginosas. Como o Dr. Odacir bem citou, no ano de 2010, 100 mil famílias forneceram matéria-prima para o programa do biodiesel. Isso é ciclo virtuoso, de geração de riqueza. Nós utilizamos mão de obra, temos o apoio do financiamento do Pronaf, os contratos de fornecimento e a terra. Esse é um dos aspectos mais importantes do programa. Ele foi feito com essa finalidade e tem cumprido seu papel. Pois não.

Hoje, já 20% da matéria-prima para a fabricação do biodiesel é proveniente da agricultura familiar. Então, é um programa que é um sucesso nesse aspecto. E, para a consolidação e sustentabilidade do programa, precisamos de alguns direcionamentos e aperfeiçoamentos. Então, o novo marco regulatório é de suma importância para criarmos um horizonte de médio prazo. Nós precisamos enxergar esse programa com uma visão para 2020, com uma visão de futuro. E nós temos que fazer os ajustes necessários para que o programa continue tendo esse êxito de geração de renda.

Então, entre os direcionamentos, nós temos que fortalecer a agricultura familiar. São as cadeias de novas oleaginosas que vão contribuir para o aumento da oferta de óleo e vão conseguir dar a geração de renda e o ciclo virtuoso.

A agricultura familiar, dentro do programa, está sustentada em contratos de longo prazo. Então, o comprometimento da indústria para garantia dos contratos de compra da agricultura familiar depende da comercialização de biodiesel.

Nesse aspecto é que eu gostaria de fazer aqui uma observação sobre as diversas cadeias produtivas envolvidas no biodiesel. Todos nós sabemos a importância da cadeia da soja, e eu gostaria de aqui citar simplesmente algumas características que têm a cadeia da soja e outras cadeias de oleaginosas porque a cadeia da soja sustenta o programa fornecendo matéria prima, porém ela tem uma interação muito grande com o programa.

Vamos pensar no seguinte: as empresas de biodiesel que estão inseridas na cadeia da soja, assim como as outras empresas do complexo soja, têm como ponto fundamental a venda de proteína. São empresas protéicas, e essa proteína, aquelas populações que ascenderam na cadeia econômica querem, não só do Brasil como dos Brics, principalmente. Então, nós precisamos de proteína, tanto proteína vegetal quanto proteína animal. E a importância da cadeia da soja para o programa de biodiesel se reflete na importância do biodiesel para agregar valor na cadeia da soja, fazendo com que a cadeia da soja possa ter uma expansão e o Brasil consiga continuar sendo competitivo mundialmente nos biocombustíveis.

Agora, paralelamente a isso, nós temos que chamar a atenção: as empresas que estão verticalizadas têm sua atividade econômica sustentada pela venda do farelo e pela venda do óleo, que tem outras finalidades, além de vender o óleo para a própria cadeia do biodiesel.

O que estamos falando nesse momento é que existem outras cadeias que precisam ser incentivadas para aproveitar as características edafoclimáticas do País, de outras regiões, e essas cadeias novas estão incentivadas pelas empresas produtoras de biodiesel que não têm faturamento. O produto proveniente da agricultura familiar não gera renda para as empresas. As empresas têm que dar assistência técnica, pagar um *plus*. Isso já vem ocorrendo. Mas elas precisam ter a garantia da comercialização do biodiesel para gerar resultado. É essa a sustentabilidade de que o setor precisa.

Está prejudicada aqui a apresentação, mas se imaginarmos o País como um todo, 72% das indústrias de biodiesel instaladas no País são indústrias pequenas e médias que produzem até 360m^3 de biodiesel por dia.

Ora, essas empresas é que têm a capilaridade de estar pelo País inteiro, podendo trazer matéria-prima de todas essas áreas do País e levando renda

para essas populações. Então, nós vamos conseguir ter uma abrangência maior...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Setenta e dois por cento produzem quantos por cento do biodiesel?

O SR. GERALDO MARTINS – Esses 72% produzem vinte e poucos por cento do biodiesel. Então, se nós imaginarmos que 72% são compostas de pequenas e médias, e dessas empresas temos uma ou duas que estão integradas na cadeia da soja; as outras estão procurando alternativas. E o fortalecimento das pequenas e médias empresas do setor é fundamental para assegurar a trajetória virtuosa do programa. A trajetória virtuosa passa pela geração de renda. Essas empresas têm muito a contribuir. Hoje, o sistema de comercialização, jogando todas no mesmo saco, gera uma distorção e não garante a comercialização do biodiesel das empresas que têm outras cadeias produtivas.

Só para dar um exemplo da importância do programa, vamos falar do Ministério da Ciência e Tecnologia. Hoje, já temos onze congressos sobre temas de biodiesel, oito temáticos, mais de cinco mil artigos publicados. Isso faz parte da inovação, dos jovens, da universidade, dos pesquisadores. Para ser aproveitada essa diversidade, na produção, pode ser de pinhão manso, pode ser de dendê, pode ser na indústria. As pequenas e médias indústrias de biodiesel, não integradas à cadeia – porque as que estão integradas à cadeia vão crescer naturalmente, são importantíssimas para o programa –, as novas vão fazer esse ciclo virtuoso de geração de renda.

Vamos dar aqui um exemplo – só para inspiração, não é que sirva exatamente o modelo – da Argentina, em que metade da capacidade de produção das pequenas e médias está garantida para o abastecimento do mercado, por meio de cotas estipuladas pelo governo. Qual o resultado esperado disso? Um incentivo ao desenvolvimento das economias regionais e evitar a concentração da oferta de biodiesel.

Aqui, é uma alternativa, entre outras, importante para que garanta a comercialização do biodiesel, principalmente dessas empresas não integradas.

Não vou repetir e falar do sucesso do programa, mas vou falar que as políticas públicas devem ser direcionadas para a diversificação, para aproveitar todo o potencial que o País tem. Os incentivos para aquecimento do setor estão sempre em conjunto com o fortalecimento da agricultura familiar.

Então, isso é o aspecto de geração de renda. O programa tem condições de cumprir essa finalidade. Para tanto, o que estamos sugerindo é o aperfeiçoamento do sistema de comercialização.

Desculpem-me por ter extrapolado o tempo. O tema aqui é muito emocionante. Estou aqui à disposição de todos para os esclarecimentos que julgarem necessários. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Rodrigo Prosdócimo, sócio-proprietário da Bio Óleo Ltda.

O SR. RODRIGO PROSDÓCIMO PANSERA GUERRA – Bom-dia, Presidente Acir Gurgacz, a quem eu gostaria de cumprimentar e, cumprimentando o senhor; eu também gostaria de estender o cumprimento aos demais Senadores. Agradeço a presença, a disponibilidade e o interesse de estarem aqui. Sabemos que o recesso começa agora. Então, gostaríamos de agradecer esse interesse, com a Casa cheia. Uma deferência especial ao Senador Jayme e ao Senador Blairo, que nos dão oportunidade aqui de colocar em pauta as dificuldades das pequenas e médias.

Estendendo também os cumprimentos, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Ricardo Dornelles, do Ministério de Minas. Sabemos que a agenda é complicada e eu gostaria de agradecer também o comparecimento.

Da Casa Civil, o Sr. Accarini, da mesma forma. E gostaria de agradecer o gentil atendimento que já tivemos, colocando esse pleito na Casa Civil, por meio de uma audiência também, visando um novo marco regulatório.

Também cumprimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Marco Antonio, também com agenda complicada. Parabenizo pelas mais de cem mil famílias que o programa já abarca e fomenta.

Estendo também o cumprimento à Agência Nacional de Petróleo, por meio do Sr. Rubens. Torno público que as pequenas e médias usinas agradecem e enaltecem até mesmo a criatividade da ANP, por meio dos leilões, para tentar achar uma forma de equalizar essa desigualdade que está acontecendo hoje. Apesar de não ter tido a eficiência prevista e desejada, a gente enaltece essa criatividade e essa extensão.

Pois bem, a minha apresentação será um complemento da do Sr. Geraldo e trará fatos pontuais e os números factíveis do que está acontecendo agora e por que as pequenas e médias estão sofrendo esse achatamento.

Se puder passar...

Senadores, esse é o quadro do que a gente traz hoje aqui, do que seriam as pequenas e médias. A gente sugere que elas sejam até 360 metros. Como os senhores podem ver aqui, são 44 empresas. Esse arco-íris que se forma aqui corresponde...

Pode passar, por favor.

As pequenas e médias estão em 75% das 56 cidades que produzem biodiesel hoje em 100% dos Estados hoje produtores de biodiesel. Isso traz a nossa capilaridade, como bem falou o Sr. Geraldo, e a pulverização que o Programa Nacional de Biodiesel exige.

Próximo.

Essas usinas, as 44 usinas, correspondem a 72%, como já foi colocado. Só fazendo uma retificação, Senador Blairo: elas correspondem a 35% da produção. Esse é um dado correto, todos os números aqui são pautados com base em fonte da ANP, do que já foi disponibilizado publicamente pela ANP no seu *site*. Então, esses são os dados.

Quanto às 61 empresas que estão autorizadas a comercializar, 72% dessas empresas são pequenas e médias, nesse parâmetro que a gente traz aqui, com 35% da capacidade produtiva.

Próximo, por favor.

Isso corresponde a esse gráfico.

Próximo gráfico também.

A gente pode ver aqui que um gráfico quase se sobrepõe ao outro em participação de unidades e participação da capacidade produtiva do setor. Então, isso demonstra mais uma vez e ratifica mais uma vez a informação da pulverização de que o setor precisa. As grandes usinas...

Que fique bem claro aqui: nós não temos nada contra as grandes, muito pelo contrário. O marco regulatório já conseguiu o seu limite, três anos antes, com a meta antecipada em 5%, e isso se deve muito às grandes capacidades também. O nosso pleito aqui é só porque a gente tem um lugar ao sol também.

Próximo.

Especificamente nos leilões, o que está acontecendo hoje?

Próximo.

São pequenos os números, mas o interessante são esses dados vermelhos, que demonstram a seguinte informação: todas essas empresas que estão em vermelho, das 44, que são 17, estão seis meses sem vender biodiesel.

Das 44 empresas que a gente traz aqui como pequenas e médias, 17, ou seja, mais de 36%, estão sem vender há seis meses. Isso, em qualquer outro ramo, e no nosso também... Talvez a gente tenha demorado muito para estar aqui com os senhores e apresentar esse tipo de problema que o setor está vivendo.

Próximo.

Esse é um gráfico só, que mostra esse achatamento. O achatamento está acontecendo principalmente na capacidade até 200 mil litros/dia. Correspondemos a mais ou menos 12% da participação comercial e estamos vendendo só 7,25. É importante a gente salientar que o setor está com mais de 50% de capacidade ociosa, isso já ratificando o que o Ministro Klein disse. Está acontecendo que a gente precisa talvez elevar isso, e talvez seja uma das formas.

E já aproveitando o gancho do Ministro Klein, nós podemos trazer aqui que não tem mais medida para aumentar a agricultura familiar porque já se estancou em 5%. Talvez tenha... É um dado, fizemos o levantamento aqui, das empresas que existem hoje em selo combustível social: todas as 17, que são as grandes, que a gente considera grande, já têm o selo social. Então, realmente, não teria como aumentar sem elas aumentarem a capacidade ou sem aumentar a capacidade de venda do biodiesel. Mas as pequenas e médias, é onde pode acontecer realmente a adesão dessas empresas para ter o selo combustível social. Apenas 31% dessas empresas têm o selo combustível social.

Qual é o motivo, Senadores?

O motivo não é que a gente não queira; o motivo é que precisamos de uma segurança para investir.

Como o Sr. Geraldo falou, nós temos que ter essa garantia de que vamos vender no leilão, porque hoje o selo combustível se torna um custo e é um custo alto para as usinas. A gente tem que ter essa participação para participar de 100% do leilão. Então, talvez seja, Ministro Klein, uma oportunidade que pode ser dada com essa garantia de participação das pequenas e médias, para que elas possam investir no selo combustível social também.

Das 44, são 19 que fazem parte hoje do selo. Não sei se o Sr. Marco Antônio confirma essa informação. É a informação de maio.

Próximo.

Aqui traz o quadro-resumo traz o achatamento que as pequenas empresas estão sofrendo, principalmente até 200 metros cúbicos/dia, 200 mil litros/dia, 4% além da capacidade ociosa que já existe, que correspondem a 36%, e 17 delas há seis meses sem vender.

Então eu acho que é importante – sem querer estender mais o tempo, Presidente – as pequenas e médias fazerem parte desse processo, porque o Programa Nacional de Biodiesel precisa das pequenas e médias para ter essa pulverização e não distorcer a sua característica inicial.

O programa é excepcional. O que a gente tem que fazer nesse momento é só a correção de alguns desvios que ele teve pelo seu próprio sucesso.

Eu acho que seria isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Rubens Cerqueira Freitas, Superintendente Adjunto de Abastecimento

da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP.

O senhor tem dez minutos para a sua explanação.

Muito obrigado. Seja bem-vindo!

O SR. RUBENS CERQUEIRA FREITAS – Muito obrigado.

Quero agradecer, em nome da Diretoria da ANP, o convite desta Comissão, pelo Senador Acir Gurgacz, agradecer aos demais Senadores, cumprimentar os membros da Mesa.

Vou fazer uma apresentação inicialmente só para nivelar o conhecimento de todos os participantes no que diz respeito ao tema.

Em toda apresentação que faço sobre combustíveis e biocombustíveis é muito importante investir uns 30 segundos só para entender como funciona o Sistema Nacional de Abastecimento de Combustíveis no Brasil, que é de utilidade pública há 70 anos.

Nós temos o primeiro nível nesse sistema, que é o nível dos produtores. E aqui nós temos os produtores de biodiesel e os produtores de óleo diesel, que, no caso do Brasil, é a Petrobras. Ela produz 100% do óleo diesel brasileiro.

As distribuidoras de combustíveis, em torno de 200 distribuidoras no total, mas que comercializam óleo diesel, 110 aproximadamente, elas compram pelo sistema de leilão, que vou explicar daqui a pouco, o biodiesel e o óleo diesel das refinarias. É papel da distribuidora fazer uma mistura do óleo diesel ao biodiesel, que hoje é de 5%.

Então o óleo diesel comercializado nas revendas varejistas tem 5% de biodiesel e 95% de óleo diesel puro, óleo diesel A.

As distribuidoras, então, vendem para esse terceiro nível, que é o nível dos revendedores, revenda varejista popularmente conhecida como postos de combustíveis, 38 mil postos no Brasil, e os Transportadores Revendedores Retalhistas, os TRRs, que são empresas que entregam o óleo diesel já misturado para fazendas ou para quem não pode se deslocar para os postos de combustíveis. E as distribuidoras também vendem para grandes consumidores.

Então esse é o sistema. A distribuidora compra no leilão, depois ela mistura e revende.

O próximo.

Com relação ao Conselho Nacional de Política Energética, esse assunto vai ser mais explorado na apresentação do Ministério de Minas e Energia. Apenas para equalizar a informação, é o Conselho Nacional de Política Energética que define a estratégia, as diretrizes para os biocombustíveis. A ANP é a executora dessas diretrizes.

Próximo, por favor.

A Lei nº 11.097, de 2005, que introduziu o biodiesel no Brasil, era para a mistura B5, que é 5% de biodiesel ao óleo diesel. Em três anos, em janeiro de 2010, nós já estávamos comercializando óleo diesel B, que é o óleo diesel que tem 5% de biodiesel. Então, já foi antecipado.

Próximo.

O Conselho Nacional de Política Energética publicou uma resolução que diz – essa é a regra do jogo: todo biodiesel, para atender esse percentual mínimo de 5%, tem que ser adquirido via leilão público. O MME estabelece as diretrizes de como vai ser o leilão e a Agência Nacional do Petróleo promove o leilão que, atualmente, é feito através de *Compras Net*. Posteriormente ao leilão, a ANP regula a contratação do biodiesel entre os fornecedores e os compradores.

Próximo.

Pela Resolução CNPE, até 80% do volume tem que vir de produtores que tenham o Selo Combustível Social, hoje 80%. O biodiesel tem que ser de produção própria e, depois, a ANP faz a publicação final dos critérios de entrega desse biodiesel no releilão.

Próximo.

De forma simplificada, é assim que funciona. Os produtores de biodiesel, hoje, são 67 autorizados. No sistema de leilão, a ANP calcula um preço máximo de referência e esses produtores, através de *Compras Net*, vendem para a Petrobras. A Petrobras compra o produto para quem oferecer o menor preço. Então, tem um preço máximo de referência e ele vai baixando até o ponto de fechamento do leilão. A Petrobras compra, mas deixa o biodiesel guardado no próprio produtor. Em seguida, a Petrobras faz o releilão desse biodiesel que ela comprou para as distribuidoras, que, no final das contas, vão misturar e vender, e as distribuidoras revendem. É assim que funciona, de forma bastante simplificada, o leilão organizado pela ANP.

A título de conhecimento, no último leilão – já fizemos 22 leilões, é um leilão a cada trimestre –, cujas entregas começaram agora em julho, foram leiloados 700 milhões de biodiesel, dos quais 80% no lote 1 é para quem tem o Selo Combustível Social. Então, de 700 milhões, 560 milhões eram para produtores que têm o Selo Combustível Social, o restante para os demais produtores. O preço foi R$2,25, sem o ICMS, no lote com o Selo Social, e dois zero dois sem o Selo Social.

É importante também notar que um pouco mais de 80% do óleo diesel, grosso modo, é proveniente do custo da matéria-prima.

Próximo.

A ANP, de forma a dar mais participação ao pequeno e médio produtor, tem aumentado, ao longo do tempo, o número de itens que são leiloados. Então, são

700 milhões de litros, por exemplo, mas não é um lote de 700 milhões de litro. Até um ano atrás, você pegava o volume e dividia em 88 lotes de tamanhos diferentes. Hoje, nós estamos com quase duzentos itens. Quer dizer, você pega os 700 milhões, quebra-os em vários itens e possibilita maior democratização de participação de todos os produtores. Então, tem lote pequeno, de 100 mil litros até o lote de 15 milhões de litros.

Próximo.

Aqui está um exemplo, então, dos 199 itens, e os preços fechados.

Próximo.

Já foi dito aqui, só vou reforçar, que hoje há o predomínio do óleo de soja como matéria-prima. Oitenta e três por cento da matéria-prima para o biodiesel vem da soja; em segundo lugar, quase 14% de gordura bovina. Então, se você somar óleo de soja e sebo bovino, gordura bovina, temos mais de 95% da matéria-prima. Depois, tem algodão e outras...

Próximo.

Isso não é só um retrato de agora, não. Se nós olharmos de janeiro pata cá, a soja está sempre aqui: um pouco mais de 80%, vai a 85, está em 83, quer dizer, a soja se adaptou muito bem ao biodiesel, portanto, oitenta e tantos por cento. E a gordura bovina também, está em torno de 15%. Isso vem já ao longo de algum tempo.

Próximo.

Nós temos autorizados, hoje, posição recente, quer dizer, autorização de operação, 67 plantas. Começamos com oito plantas, em 2005, e hoje já temos 67 plantas, e há na agência mais solicitações de novas plantas e de ampliação das plantas existentes.

Próximo.

Essas 67 plantas com autorização de operação, quando você distribui regionalmente, o Centro-Oeste é o que tem maior número de plantas, ou seja, quase metade das plantas está na Região Centro-Oeste.

Próximo.

Aqui nós fizemos uma divisão: plantas em vermelho é a planta que tem capacidade de até 149 mil litros/dia; em amarelo, de 150 a 400 mil litros/dia; nesta cor, aqui, cinza, de 400 a 700 mil litros/dia; e essa cor marrom, acima de 700 mil litros/dia.

Então, são quatro grupos, para termos um retrato: dessas 67 plantas, 35 são plantas nesse grupo menor; 15, médio; 13, grande; e 4, bem grande.

Próximo.

Eu dei o retrato ali da autorização de operação, são 67 plantas. Mas, para comercializar, você tem que ter autorização de comercialização. Ou seja, depois que a sua planta recebe a autorização de operação ela é vistoriada e é tirada uma batelada da produção, porque a ANP também tem que proteger o consumidor quanto à garantia do biodiesel. Então, ela tira, verifica se o produto está dentro da especificação da agência e, assim, autoriza.

Então, o número de autorização de comercialização é um pouco inferior aos 67, são 61. E também você vê 28 plantas, e são essas que podem participar do leilão: 28 desse porte menor; 15, do médio, 12, do grande; e 4, do porte maior. Esse é o retrato, então, dos produtores.

Próximo.

Se lá está muito colorido, deixe- me tentar explicar para vocês aqui.

Vou pegar aqui a Região Centro-Oeste.

A demanda da região... Então, temos cinco regiões no Brasil e algumas regiões produzem muito e consomem pouco. Então, nós a chamamos de regiões exportadoras de biodiesel. Não que elas exportem para outro país. Elas exportam para outras unidades federadas.

Então, a demanda da Região Centro-Oeste para atender aquela mistura de 5% é a demanda de 280 mil m³/dia. Mas, olha a oferta que temos na Região Centro-Oeste. Então, essa diferença que temos, daqui até aqui, é o que a Região Centro-Oeste tem para ofertar, no leilão, para os outros Estados. E essa coluna rosa aqui significa: dessa capacidade de produzir, quanto tem o Selo Combustível Social, que também é, mais ou menos, algo em torno de 80% em média.

Então, a gente nota que a Região Centro-Oeste é exportadora, que a região Norte é importadora, que a Região Sul também é exportadora. Então, há duas grandes regiões exportadoras, as Regiões Centro-Oeste e Sul. O Nordeste é quase elas por elas, e a região Sudeste importa. Próximo.

E o último eslaide é para mostrar o que está acontecendo. Quer dizer, desde o início de 2005 até agora, a capacidade instalada de produção vem, cada vez mais, deslocando-se da demanda do produto. Então, é como a boca de um jacaré, que aumentou.

Hoje, se chegarmos a 2011, a demanda no Brasil... O Brasil comercializa algo em torno de 50 bilhões de litros de óleo diesel anualmente. Cinco por cento de 50 bilhões, que é a demanda de biodiesel, dão 2,5 bilhões por ano. Então, o Brasil já comercializa 2,5 bilhões de litros de biodiesel, o que dá 200 milhões por mês. Então, essa é a demanda. Mas a capacidade instalada é mais do que o dobro. Eu preciso de 2,5 bilhões para a mistura B5 e produzo nominalmente seis bilhões de litros. E o que é mais interessante é que há novos pedidos – volto a falar – de novas plantas e de ampliação de plantas existentes.

Então, essa diferença de capacidade de oferta e de demanda é que talvez torne o leilão um pouco mais competitivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Rubens Cerqueira Freitas.

Nesse primeiro bloco, então, passo a palavra, agora, a um dos autores do requerimento. Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, para que possamos debater. Nós dividimos em dois blocos, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, por favor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Nós não poderíamos ouvir a todos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Podemos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ...e depois voltar à Mesa, para fazermos as perguntas, porque o tema é todo interligado. Vamos fazer uma pergunta aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Inicialmente, tínhamos conversado – V. Exª não tinha chegado ainda...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...que faríamos dois blocos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É que eu estava fazendo uma propaganda do evento, dando uma entrevista à rádio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós dividimos em dois blocos, para que... Como não cabem todas as pessoas aqui, nós vamos agora substituí-las.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim. Nós faríamos a substituição dos convidados...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem problema. Se os demais Senadores concordam...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eles fazem a explanação, e depois voltamos todos para a Mesa e fazemos a pergunta de uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem problema.

Consulto os demais Senadores se concordam com essa modalidade, e mudaremos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Temos de arrumar cadeira, para depois, no final, colocarmos os oito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Os dois respondem da bancada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da bancada?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Também pode ser.

Então, peço aos nossos convidados que estão à mesa, para se assentarem em nosso plenário. E convido para fazer parte da Mesa neste momento o Dr. Ricardo Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; o Dr. José Honório Accarini, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil e representante suplente da Casa Civil na Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel; o Dr. Marco Antonio Viana Leite, Coordenador da Coordenação de Biocombustíveis (Degrav), Secretaria de Agricultura Familiar; e o Dr. Adilton Domingos Sachetti, Diretor Superintendente da Cooperativa de Biocombustível. (*Pausa*.)

Então, para iniciar sua apresentação, passo a palavra ao Dr. Ricardo Dornelles, do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

O SR. RICARDO DORNELLES – Bom-dia a todos!

Senador Acir, queria agradecer o convite do Ministério para participar desse debate. É efetivamente importante a participação, a representatividade que essa audiência pública está tendo, com a presença de diversos Senadores e representantes do setor produtivo e colegas de Governo.

Vou fazer uma apresentação. Creio que nossos colegas de Governo podem complementar as informações posteriormente.

Vou ter de repetir algumas coisas que foram ditas em função das apresentações passadas, mas vou ater-me à questão foco da audiência pública, que seria a relação e situação dos pequenos produtores de biodiesel nesse mercado.

Próximo, por favor.

Só para exemplificar como funciona o Governo. Ele tem dentro da temática de biocombustíveis uma coordenação política da Casa Civil, que coordena a ação e a integração de todos os agentes do Governo Federal sobre a discussão do tema biocombustíveis. Existe o Conselho Nacional de Política Energética, presidido pelo Ministro de Minas e Energia, que é um órgão de assessoramento do Presidente da República, representado por nove Ministros de Estado, um repre-

sentante dos Estados Federados e dois especialistas em energia, oriundos da sociedade civil.

Especificamente no tema de biodiesel, existe uma Comissão Interministerial do Biodiesel, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, que orienta e determina as diretrizes, avalia, dá todas as orientações desde o início da formação do Programa Nacional de Biodiesel até os aprimoramentos que vêm sendo feitos, e um Grupo Gestor de Biodiesel, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que é o órgão encarregado, no Poder Executivo, da implementação de diretrizes, das orientações emanadas da Comissão Interministerial, sendo que, obviamente, ela não retira as atribuições formais dos Ministérios e dos órgãos formais da Administração pública. Faz parte também desse conjunto de ações a agência reguladora do setor de combustível, no caso, a Agência Nacional do Petróleo.

Próximo, por favor.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Diversos aspectos nortearam a implementação desse programa e a modalidade em que algumas das normas e regras implantadas foram colocadas. O primeiro pilar da sustentação do programa é a introdução de um novo combustível, um combustível renovável na matriz energética, em linha com o que toda a sociedade mundial vem tratando na busca de alternativas mais limpas de energia para o atendimento da demanda crescente de energia mundial.

Redução das importações de óleo diesel.

O Brasil ainda é um país importador de óleo diesel. Hoje importamos algo na ordem de 15% de óleo diesel. Seriam 20% se não tivesse o Programa Nacional de Biodiesel. Cada litro de biodiesel produzido no Brasil representa um litro a menos de diesel a ser importado.

O terceiro ponto que está ali colocado é a criação de emprego e renda e a fixação de famílias no campo. Embora esteja ali no terceiro *bunner*, aqui não há nenhuma priorização de itens, mas a criação de emprego e geração de renda é, sem dúvida, uma das questões mais importantes do Programa Nacional de Biodiesel.

Vai passando.

A agricultura sustentável – o aproveitamento de solos inadequados para culturas alimentícias e contribuição para o desenvolvimento regional.

Algumas dessas ações se revertem no caráter imediato, quer dizer, a cada litro de biodiesel produzido no Brasil é um litro a menos de diesel que importamos. Alguns são de caráter de médio e longo prazo, como o aproveitamento de solos inadequados para a cultura. Quer dizer, não se pega uma área que não está adequadamente tratada para produção, para a atividade produtiva, e simplesmente começa a produzir no ano seguinte. Há uma demanda de tempo, de investimento, de tecnologia, para que se possa transformar algumas realidades improdutivas em atividades produtivas.

Como foi dito, passarei rápido. A lei que institui o programa estabelecia uma mistura obrigatória de 5%, em 2013, e facultou ao Poder Executivo, mais especificamente, ao Conselho Nacional de Política Energética, a possibilidade de antecipação dessas metas.

Da forma como foi implementado, a adesão da sociedade e do setor privado ao programa permitiram que o Governo, através do CNPE, promovesse essa antecipação de três anos no objetivo estabelecido na lei, sem nenhum prejuízo ao abastecimento nacional.

Estamos, desde 2008, com a mistura obrigatória de biodiesel e não se tem notícia de desabastecimento de óleo diesel por falta de biodiesel a ser misturado ao diesel.

Em um país com as dimensões continentais que temos, esse foi um enorme desafio, que foi superado, eu diria, até com muito esforço, mas bastante tranquilidade.

Este gráfico ilustra como foi o andamento, o desenvolvimento do programa. Antes de janeiro de 2008, havia uma previsão de autorização de uso do biodiesel. O Estado não podia obrigar uma adição de biodiesel, naquele momento da lei, porque simplesmente não havia capacidade de produção instalada no País. Tanto que a produção de 2006 foi de 70 metros cúbicos de biodiesel, ou seja, praticamente nada.

Então, no período de 2005 a 2007, foi criado um programa de leilões, de compra futura de biodiesel, em que o setor empresariado apresentava ao Governo uma intenção de construir um projeto. Foi feito um leilão em que se comprava, na verdade, essa intenção, uma compra futura. Com isso, havia um contrato que daria garantias e capacidade de investir e construir a planta.

A partir de janeiro de 2008 até agora, a mistura é obrigatória. Ela foi crescendo de 2% a 5%, nesses patamares. Entre seis meses a um ano, houve uma mudança de patamar.

As linhas verdes e vermelhas representam a capacidade instalada. Sendo que a verde é a capacidade instalada nominal e a vermelha é relativa àquelas usinas instaladas que atenderam uma das ferramentas que foi criada no programa, que é o selo combustível social, a ferramenta criada para promover a inclusão social, ou seja, o reconhecimento de que a agricultura familiar é uma atividade importante no País e que precisaria, num programa de energia, ter um espaço a ela dedicado.

Esse espaço foi feito exatamente com a criação do mecanismo do selo combustível social, que é um reconhecimento de que as empresas produtoras de

biodiesel atenderam alguns requisitos estabelecidos pelo Governo. Atendidos esses requisitos, que é basicamente uma compra de um percentual mínimo de matéria-prima, a prestação de assistência técnica, a celebração de contratos de longo prazo das indústrias biodiesel com os agricultores familiares, há o direito a esse selo combustível social, o que daria, inicialmente, uma previsão de redução da carga tributária federal incidente sobre o biodiesel.

A partir de 2008, voltamos para a sistemática de leilão; mas exatamente porque era uma indústria nascente e se largássemos essa indústria nascente ao mercado, haveria certamente uma corrida a produtores mais eficientes, mais bem localizados ou de melhor relacionamento com a indústria de combustíveis, que já é uma indústria consolidada, e haveria certamente uma competição predatória nesse mercado.

Nesse período até agora, temos uma capacidade de produção muito elevada, muito acima daquilo que estava previsto na lei. A lei estabeleceu, repito, uma mistura obrigatória de 5%, e a capacidade instalada hoje é muito superior a isso.

O resultado disso é que temos – aqui fiz uma tabela com as regiões e os Estados, e, naquela última coluna, Demanda de B5 em 2010, qual era a necessidade de mistura de biodiesel ao diesel naquele Estado, e aquele percentual ali mostra quanto maior foi, em cada Estado, essa capacidade instalada de biodiesel.

Então, no caso de Goiás e Mato Grosso, há mais de 900% de capacidade instalada em relação à demanda. Talvez esse seja o principal problema de competição entre os diversos agentes. Além disso, existe uma disparidade muito grande entre os tipos de agentes.

Se se pegar o caso do Mato Grosso, a menor usina instalada em Mato Grosso tem uma capacidade de 1,8 mil metros cúbicos por ano, enquanto a maior tem 343. Ou seja, a diferença entra a menor e a maior é de mais de 190 vezes. Então, quanto a administrar um regime de comercialização com tamanha variabilidade, por mais otimização que se busque, sempre haverá alguns pontos de ineficiência, porque as diferenças são muito significativas.

O colega da ANP já fez uma apresentação disso, a forma do leilão. Na verdade, o Estado determinou que a comercialização fosse por leilão público, exatamente para preservar essa indústria nascente; que o produtores importadores de diesel, no caso, a Petrobras e a Refap, a Refinaria do Rio Grande do Sul, fossem os agentes da cadeia, os elos intermediários na cadeia. Depois eles revendem esse biodiesel a distribuidoras. A linha pontilhada é o caminho físico, quer dizer, não há uma retirada do biodiesel das usinas produtoras para a Petrobras, para depois se proceder à venda à distribuidora, senão haveria uma ineficiência enorme, ter-se-ia de transitar e de ter uma logística significativa no País, sem a necessidade. Portanto, a retirada física é feita da distribuidora direto das usinas, para que levem isso diretamente para as suas bases, na melhor logística possível.

Então, o modelo do leilão busca uma segurança no abastecimento. Quer dizer, há uma garantia de compra dos volumes que serão necessários previamente, no volume suficiente para atender à demanda estimada para o período, satisfazendo os fins sociais da extração do biodiesel. É bom que se diga: a lei do biodiesel aprovada pelo Congresso prevê tacitamente que deve ser dada a preferência de que o biodiesel produzido no País tenha uma predominância, que deve haver preferência de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar.

Isso consta de um artigo da Lei nº 11.097. Na verdade, ela foi inserida pela segunda lei do biodiesel, pela Lei nº 11.116. Mas há tacitamente, explicitamente, a previsão legal de dar preferência para o biodiesel produzido a partir de matérias-primas da agricultura familiar.

Ela contribui para a uniformidade concorrencial, ou seja, todas as regras de comercialização são claras, definidas e valem para todos. Hoje, no biodiesel, a sociedade sabe quem produziu, quanto produziu, quanto vendeu e a que preço vendeu. Num mercado sem esse tipo de controle, isso não é conhecido. Por exemplo, no mercado de álcool combustível, ninguém da sociedade sabe ao certo quanto cada usina vendeu, quanto cada usina produziu e a que preço foi comercializado individualmente.

Essa sistemática permite isso. E permite também que o produtor de biodiesel só concorra com outro produtor de biodiesel. Então, há uma segregação da comercialização, em que os agentes compradores não têm interferência de pressão sobre os agentes produtores. A concorrência se dá exclusivamente num elo da cadeia, na cadeia de produção, já que a compra está blindada pela sistemática de leilão promovido pelo Governo por intermédio da agência.

O leilão é realizado. O Ministério define as diretrizes do leilão, estabelece, para atender àquele requisito legal, que 80% da demanda necessária deverá obrigatoriamente ser suprida por produtores detentores de selo.

A Agência Nacional do Petróleo, portanto, prepara edital e realiza o leilão, faz toda a operação do leilão. Atualmente, ele está sendo feito pelo sistema *ComprasNet*, um sistema disponível para o Estado, para todas as aquisições. Não foi usado o tempo inteiro, o governo já o usou no início, depois parou de

usá-lo e voltou a usar esse sistema, sempre buscando uma aprimoração da sistemática de comercialização.

O próximo, por favor.

Aqui eu mostro o resultado do Leilão 22, realizado em 24 de maio. O lote com o selo social de 560 milhões de metros cúbicos e o preço médio de 2,25 ou 26. O segundo lote aberto a todos os produtores, de 140 mil metros cúbicos, com o preço médio realizado de 2,02, 10% de deságio. Portanto, o que dá uma diferenciação nos resultados da produção é ter o selo social ou não ter o selo social. Isso é que dá maior impacto de preço no resultado do leilão.

Pode seguir, por favor.

Como foi explanado pelo Freitas, existem diversos tamanhos de itens, de forma a abarcar todo aquele horizonte, aquela faixa de produtores, que variam até 190 vezes, conforme eu falei.

Novamente, a gente verifica que, mesmo os itens pequenos, lotes de 200, 300 e 500, tiveram preço médio da ordem de 2,25. Os que não têm selo, lotes pequenos, de 1.250 e de 500, tiveram preços médios da ordem de 2 ou abaixo de 2 reais por litro. Então, novamente, aí a questão predominante é se tem selo ou se não tem selo.

Pode seguir, por favor.

Há um questionamento sobre se o sistema *ComprasNet* é adequado. O TCU já tem a decisão nº 393, explicitamente sobre a questão dos itens divisíveis e da possibilidade de fazer itens divisíveis, caso alguns agentes não tenham capacidade de atender ao todo. Portanto, está amplamente regulamentada, amparada legalmente a utilização do sistema *ComprasNet*. Reconhecemos que ele é um sistema complicado, difícil, tem que ter muita atenção, ele é muito ágil, tanto que deixamos de usá-lo durante um tempo. Realizamos leilões presenciais durante, se não me engano, quase dois anos. Eles foram muito positivos no princípio, depois voltaram a apresentar distorções na metodologia de comercialização, e nós voltamos a ter o leilão pelo sistema *ComprasNet*.

A vantagem do leilão é que é um mecanismo transparente, há igualdade de acesso a todos os fornecedores, ele assegura a possibilidade de segregação dos produtores com selo social, atendendo ao requisito legal, e reduz a concorrência internacional. Quer dizer, hoje, a gente tem certa blindagem do mercado obrigatório brasileiro através da realização do leilão.

Pode seguir.

Ele tem uma facilidade de controle na adição, uma vez que todos os volumes comercializados estão sob pleno controle do Governo, então, temos todas as informações que nos permitem atuar preventivamente e orientar a fiscalização nos casos de desvios do percentual de mistura.

Há a facilidade da expressão tributária e tem assegurado uma boa remuneração aos produtores. Em que pesem alguns deságios muito grandes, os preços realizados no leilão permitiram o investimento que foi verificado no setor, que, como foi mostrado, excede, e bastante, a capacidade instalada.

Desafio das pequenas indústrias: aumento da competitividade. O mercado de energia é um mercado de escala, portanto, a economicidade da indústria de grande porte fica mais facilitada com isso. Portanto, um desafio da indústria de pequena escala é garantir uma economicidade mais efetiva para que venha a ter capacidade, efetivamente, de atuar no mercado na escala do mercado de energia.

Ele tem a facilidade de extrapolar e operar em nichos de mercado.

Há criação de novas demandas. A exportação de biodiesel para pequena unidade produtora, embora ela seja possível... Inclusive alguns países fronteiriços com o Brasil têm um programa de biodiesel também. Isso pode ser alguma alternativa.

E a maior integração com a fase agrícola. Nesse ponto, na questão de diversificação de matéria-prima, estão essas unidades de pequeno porte. Como elas podem atuar em nichos de mercado, talvez tenham facilidades a mais.

Para terminar a apresentação, eu queria fazer mais dois comentários. Um é com relação à diversificação de matéria-prima. Hoje, como foi mostrado, a soja responde por oitenta e poucos por cento da matéria-prima da produção de biodiesel e continuará assim durante muito tempo. Se toda a produção de óleo vegetal do Brasil fosse deslocada para fazer biodiesel, não teríamos B1. Não se é capaz de fazer 1% de biodiesel se se pegar toda a produção de óleos vegetais, exceto óleo de soja. Se pegar toda a produção de óleo de girassol, mamona, amendoim, canola, tudo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sebo.

O SR. RICARDO DORNELLES – Não, sebo, não. Óleos vegetais.

Tudo não dá um B1. Portanto, não há como imaginar que a soja não estará nesse programa. Ela estará nesse programa. É importante que ela esteja no programa. O programa de biodiesel deu uma sustentação ao preço do óleo de soja no mercado nacional e no mercado internacional e agregou a capacidade de esmagamento no Brasil. Hoje, esmaga-se mais no Brasil do que se esmagava anteriormente, no programa de biodiesel. Portanto, produz-se mais proteína, produz-se mais ração animal, exporta-se mais gado,

exporta-se mais frango, não só pelo Programa Nacional de Biodiesel, mas também com o apoio que esse programa deu a esses mercados alternativos.

No entanto, diversificar a produção é de extrema importância. Não que a produção do óleo de girassol vá ser usada para fazer biodiesel, mas é importante que se crie – e o Programa Nacional de Biodiesel está criando – esta oportunidade de desenvolver novos arranjos produtivos de novas matérias-primas de novos produtos.

Em relação à mamona, que teve um destaque muito grande no início do programa e que foi extremamente criticada por muitos – o Marco Antonio certamente tem dados muito mais precisos que os meus –, vou dizer dois pontos: o Brasil era importador de óleo de mamona; hoje, o Brasil é exportador de óleo de mamona. Segundo, a área de produção de mamona tem crescido sistematicamente desde o Programa Nacional de Biocombustíveis. O óleo de mamona é produzido e vai para o mercado não combustível, em que se paga um preço maior que o preço do óleo de soja; o produtor vende esse óleo de mamona por R$2,00, compra um litro ou um litro e pouco de óleo de soja e faz biodiesel. Então, esse talvez seja uma...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Só para entender melhor. Quer dizer que exportávamos óleo de mamona...

O SR. RICARDO DORNELLES – Importávamos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – E hoje estamos exportando?

O SR. RICARDO DORNELLES – Sim. Estamos exportando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – No entanto, essa cultura representa apenas 1% dentre esses outros ditos aí. Por que exportamos, se temos carência...? É o preço?

O SR. RICARDO DORNELLES – Preço. Do ponto de vista racional e econômico, por que vou pegar um produto que vale dois e queimar, se posso vender um produto que vale dois, comprar dois litros de um produto que vale um e fazer a mesma coisa, vendendo pelo mesmo preço? Então, a racionalidade econômica não indica como razoável usar esses óleos alternativos para produção de biodiesel, muito embora seja importante para o País e para a regionalização promover-se arranjo produtivo para aumentar a produção desses óleos, que têm valor agregado maior e, portanto, vão gerar mais renda e mais riqueza para aqueles produtores que passarem a produzir esse tipo de matéria-prima.

Então, o programa de biodiesel, embora não apareça, é uma alavanca para isso.

Então, esse é um ponto que eu queria ressaltar.

Um segundo ponto é a participação da agricultura familiar. Algum tempo atrás, perguntaram-me se a agricultura familiar no Programa Nacional de Biodiesel não era um fracasso. A minha resposta foi a seguinte: se não tivesse o Programa Nacional de Biodiesel, não se estaria falando de agricultura familiar no mercado de energia. Se hoje temos a agricultura familiar participando do mercado de energia, foi graças ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Está bom? Está bom. Pode melhorar? Pode e muito.

Hoje, o MDA, incansavelmente, tem trabalhado no sentido de estruturar esses arranjos produtivos para a agricultura familiar. O mecanismo desenhado pelo Governo de Selo Combustível Social, embora muito bem pensado, ele não tem funcionado adequadamente no Brasil como um todo. Para os produtores que utilizam a soja, ele tem sido efetivamente um fator de ganho comercial. Quer dizer, o produtor de soja que tem uma fábrica de biodiesel, utiliza a soja na produção de biodiesel, ele consegue aferir o benefício fiscal que foi concedido e, portanto, ele consegue, no fim do mês, que entre um dinheirinho por conta da agricultura familiar.

Na diversificação de matéria-prima, em regiões que não tenha a soja como o grande potencial, o mecanismo hoje não está eficiente, ele está respaldado pela garantia da participação da reserva que foi feita de 80% do volume no leilão. E nós estamos, dentro do Governo, discutindo, avaliando as necessidades de melhorar o marco tributário para o biodiesel no sentido de traduzir, efetivamente, em resultados econômicos efetivos os benefícios a serem concedidos aos detentores do Selo Combustível Social. O Governo está discutindo internamente, tem uma série de proposições, que ainda não estão totalmente fechadas, e, no futuro, em breve, a gente pretende encaminhar essas sugestões ao Congresso, e necessariamente precisará de alteração de marco legal urgente para melhorar a questão do selo e, com isso, dar garantia à agricultura familiar.

Com relação a aumentar a agricultura familiar, ela pode aumentar sim, desde que essas condições sejam melhoradas. Hoje, o percentual mínimo é de 30% e, se, pelo modelo vigente, na soja, por exemplo, a indústria usar mais de 30%, ela tem mais benefício fiscal. Não que, da forma como está, está estagnada a capacidade de aumento da participação da agricultura familiar. Não está. Quanto mais se usar a agricultura familiar, pela sistemática de hoje, mais benefício fiscal a empresa consegue auferir. Portanto, há espaço, sim, para aumentar a agricultura familiar.

Um terceiro ponto que não posso deixar de comentar é a questão do preço. O preço que mostrei aqui no leilão é da ordem de R$2,25, sem ICMS, com PIS/Cofins. O preço do diesel, sem ICMS, com PIS/Cofins,

deve estar na ordem de R$1,12 e R$1,15. Portanto, há uma diferença de preços significativa entre o preço do diesel e o preço do biodiesel.

Em 5%, todas as modelagens, todas as simulações foram feitas. Então, elas implementaram o aumento de custo no preço final do biodiesel, era um custo previsível, absorvido pelo sistema.

Aumentar indistintamente o percentual de adição de biodiesel ao diesel implica em aumentar o preço do diesel. Então, portanto, existem cenários macroeconômicos que têm que ser muito bem avaliados, de forma a permitir um aumento na mistura. Como os senhores sabem, o diesel tem impacto direto na economia, impacto direto nas tarifas públicas, transportes públicos, portanto, não é uma decisão simples. Se fosse simples, já teria sido tomada há mais tempo. Há toda uma contabilização de benefícios e externalidades que têm que ser colocadas à Mesa para orientar essa decisão.

Eu diria que o Governo está atento a todos a esses pontos, buscando encontrar os mecanismos para que viabilize uma maior participação do biodiesel na matriz, porque é essa a diretriz que está constando na lei, na Lei nº 9.478, de aumentar a participação de combustíveis renováveis na matriz energética. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Dornelles, pela sua explanação e sua presença, sempre atendendo aos nossos convites para participar das nossas reuniões.

Passo a palavra ao Dr. Marco Antonio Viana Leite, Coordenador-Geral da Coordenação de Biocombustíveis – Degrav, Secretaria de Agricultura Familiar.

O SR. MARCO ANTONIO VIANA LEITE – Bom, eu gostaria de agradecer pelo convite, Senador Acir, agradecer também a todos os outros Senadores, cumprimentar os produtores de biodiesel.

Vou fazer uma complementação – e acho até melhor falar um pouco mais do que passar a apresentação –, o Dornelles já fez aqui uma explanação geral de todos os temas nossos. E gostaria de lembrar a vocês que o Governo criou esse programa do biodiesel tendo como ponto focal a inserção, a inclusão produtiva da agricultura familiar no programa do biodiesel. Esse foi o grande mote. Criou-se uma reserva de mercado para a agricultura familiar. E só complementando, fazendo só uma pequena correção no que o Dornelles disse, nós temos hoje um diferencial por região.

Por exemplo, nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, nós temos 30% de reserva de mercado para agricultura familiar, 30% de venda de matéria-prima para empresas de biodiesel – então 30% é o marco – e temos 15% para as Regiões Centro-Oeste e Norte. Portanto, existe uma diferenciação por região, principalmente pelo fato de a agricultura familiar estar ou não mais bem organizada nessas regiões. Então, esse é um ponto, que é a criação da reserva de mercado para a agricultura familiar.

Outro ponto é, dentro da ótica de transferência de tecnologia, de conhecimento, obrigar as empresas produtoras de biodiesel a prestar assistência técnica de qualidade para os agricultores familiares. Você tem uma reserva, tem a obrigatoriedade da prestação de assistência técnica e de ter contratos com a agricultura familiar. Ou seja, vou produzir, mas para quem eu vou vender? Então, com preço mínimo já garantido, com participação – que esses contratos sejam discutidos em blocos, e não individualmente. Portanto, existe toda uma participação das federações de agricultura familiar discutindo esse contrato junto com as empresas, e aí acho que também é importante ressaltarmos um avanço muito grande que conseguimos ter nesse período.

Então, tivemos dois momentos da participação da agricultura familiar no programa do biodiesel. Um momento inicial, que era o momento de criação, da empolgação das empresas dentro desse processo. Tínhamos a perspectiva de trabalhar a produção de biodiesel já inicialmente com outras oleaginosas, não soja. E, na verdade, quando começou o programa, os preços dessas oleaginosas, ou das gorduras, como é o caso do sebo, que estavam num patamar muito baixo, foram lá para cima. Então, tudo subiu, das outras oleaginosas, não a soja. E o mercado, demanda e oferta de matéria-prima, se deu através do óleo de soja, que entendemos que também foi extremamente importante para esse processo, porque uma boa parte da soja produzida no Brasil é produzida pela agricultura familiar.

Para vocês terem uma ideia, no Rio Grande do Sul, dos 10 milhões de sacas de soja produzidas, quatro vêm da agricultura familiar. Então, é bastante relevante. Não é o caso do Centro-Oeste, mas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná ainda existe uma participação muito grande da agricultura familiar.

E tivemos um segundo momento, principalmente em 2008, com uma participação mais efetiva da Petrobras na Região Nordeste e uma adequação nos normativos. Em 2009, nós mexemos no normativo. Estamos num processo novamente de mexer no normativo, que disciplina a participação da agricultura familiar nesse processo. E houve, naquele momento também, acho que a partir de 2008, um maior comprometimento das empresas com o selo social, que começou com muita empolgação, passou por vários problemas e depois se adequou a esse novo momento.

Aí, só para vocês terem uma ideia, nós tínhamos, em 2008, 25 mil agricultores familiares participando do programa, diminuindo a participação da agricul-

tura familiar, e 2010 nós fechamos com mais de 100 mil agricultores familiares participando do programa, com a venda de mais de 1 bilhão de reais, 1 bilhão e 58 milhões de reais de vendas da agricultura familiar para o programa.

Ou seja, nós criamos uma reserva de mercado de mais de 1 bilhão de reais, e este ano deve chegar a quase 1 bilhão e meio de reais. Então, temos, até os próximos três anos, um potencial de chegar a cerca de 2 bilhões de reais de compra. Vai depender de estarmos aumentando ou não a questão dos percentuais.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário tem dois focos de ação nos principais gargalos para participação da agricultura familiar, que é a questão da diversificação. Nós continuamos perseguindo a diversificação. Nós não temos a pretensão de usar a mamona para produzir biodiesel no curto prazo. Não temos a mínima pretensão, mesmo porque, só para os senhores terem uma idéia, o litro do óleo da mamona está acima de R$6,00 no mercado internacional, enquanto que o óleo de soja não chega a R$2 o litro. Então, quer dizer, nós temos aí... Não vamos usar uma espingarda 12 para matar um grilo. Não é por aí.

A idéia é que a gente possa, pensando em diversificação, ter uma estratégia de diversificação, e a nossa estratégia está na geração e transferência de tecnologia, juntamente com a Embrapa, as Oepas, as instituições de pesquisa estaduais, as universidades. Estamos criando, para os senhores terem uma idéia, três centros de excelência em geração e transferência de tecnologia em oleaginosas na Região Nordeste e no semiárido brasileiro e pretendemos expandir isso para outras regiões capacitando técnicos em várias culturas, principalmente mamona e gergelim – estamos começando uma ação aí – e dendê. Nós lançamos um programa para o dendê e estamos focados. A agricultura familiar está participando do programa de produção de palma de óleo. Nós estamos com esse foco prioritário para a Região Norte do País. Temos também desenvolvido, dentro dessa ótica de transferência de tecnologia, os UTDs para o semiárido. Temos hoje, para os senhores terem uma idéia, mais de 100 UTDs de mamona e girassol na Região Nordeste. Nosso foco principal é esse. A diversificação passará por um processo de tecnologia, como passaram outras cadeias, como é caso da soja, como é o caso da cana. A soja saiu de 1200 quilos por hectare para 3000/3500 quilos por hectare hoje.

Nós esperamos fazer isso, que dentro dessas culturas possamos desenvolver e transferir tecnologia para que possamos avançar.

Trabalhamos outro foco prioritário, que é organização produtiva e dentro de organização produtiva o grande foco que temos trabalhado é o cooperativismo agrícola. Nós entendemos que precisamos facilitar essa oferta de matéria-prima para as empresas de biodiesel. Precisamos ter um produto da agricultura familiar disponível tanto quanto temos – vamos dizer assim – os agricultores maiores, o agronegócio, chamando dessa forma. Nós precisamos que eles tenham oferta mais qualificada. Então investir em cooperativa... Hoje já temos mais de um bilhão de reais de venda. Mais de 600 milhões em produto agrícola no ano passado foram comprados via cooperativa da agricultura familiar.

Então estamos fazendo ações na Região Centro-Oeste e na Região Nordeste, neste momento, para melhorar a gestão dessas cooperativas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário contatou uma instituição – aí vi estar a FGV, a Universidade Federal de Viçosa – e nós, através de um instituto, vamos melhorar a gestão dessas cooperativas. Vamos colocar pessoas qualificadas dentro das cooperativas, professores, para capacitar esses agricultores familiares na forma de gestão, melhorar a gestão dos empreendimentos da agricultura familiar.

Criamos uma instrução normativa específica para inserção das cooperativas no programa. Isso vai facilitar a participação das cooperativas da agricultura familiar dentro desse processo. Acho importante colocar... Esse programa do biodiesel, Dornelles bem disse, tem... Nós criamos – aí é uma referência mundial... Nós temos participado constantemente de debates com a FAO. Recentemente a FAO publicou uma nota reconhecendo que o Programa do Biodiesel, dos Biocombustíveis, contribui para a alimentação. Então, acho que isso é um avanço muito grande, porque mostramos que existem outras opções.

Dentro da ótica do Brasil Sem Miséria, esse programa que acho tão importante, para os senhores terem uma ideia, pegando o Centro-Oeste, nós temos hoje 52 assentamentos da Reforma agrária participando do Programa do Biodiesel no Estado de Goiás; temos 48 no Mato Grosso; e mais de 30 assentamentos no Mato Grosso do Sul, participando do programa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quanto, no Mato Grosso do Sul?

O SR. MARCO ANTONIO VIANA LEITE – Mais de 30 assentamentos.

Então, acho que é um ponto altamente expressivo. Pensando nos públicos dentro do Pronaf A e B, eu acho que é muito importante para nós termos políticas que dialoguem com a inserção desses agricultores familiares dentro do processo.

Então, quero agradecer e me colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marco Antonio Leite.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Adilton Domingos, Diretor Superintendente da Cooperativa de Biocombustível.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI – Bom-dia a todos!

Cumprimento, na pessoa do Senador Acir, a mesa. Cumprimento os Senadores, do nosso Estado, que requererem a audiência, o Senador Blairo e o Senador Jayme, e também o Senador Pedro Taques, aqui presente. Em nome deles, cumprimento a todos que aqui estão.

Não trouxe uma apresentação formal, mas trouxe a experiência que estamos vivenciando no dia a dia de uma cooperativa de produtores de biodiesel. Nós, hoje, presidimos, como superintendente, uma cooperativa que tem capacidade instalada de 342 metros cúbicos/dia e estamos produzindo 166 metros cúbicos/dia. Deparamos com alguns gargalos e tem de se aproveitar uma oportunidade como esta para que eles sejam colocados.

Temos discutido muito, temos participado de reuniões para discutir o novo marco regulatório. Vimos, por todas as apresentações que, até agora, aqui foram feitas, que temos uma situação ímpar. Por um lado, extraordinária, porque o programa é extraordinário, que mudou a história do País, inclusive no sentido da produção de base na casa do agricultor. Isso tem de ser ressaltado, pois, muitas vezes, passa despercebido. Um programa de biodiesel tem a ver com o produtor de soja diretamente, mas é graças ao biodiesel hoje que o produtor de soja conseguiu, nos últimos quatro anos, a sustentabilidade do seu negócio. Isso é muito pouco colocado. Isso não é pequeno produtor; estou falando de todos os produtores, pequeno, médio e grande. O biodiesel tirou dez milhões de toneladas de soja do mercado que eram ofertadas para outra finalidade. Com isso, deu sustentabilidade ao preço. Por que isso? O óleo era um subproduto. O que tinha valor na soja sempre foi o farelo, que era onde está a proteína – ainda hoje –, e tínhamos o óleo como algo que sempre ficava num segundo plano da discussão do preço. Hoje, o óleo passou a ter valor. Então, é bom ressaltar isso para que percebamos a importância e a grandeza desse programa. Esse programa tem de avançar, avançar naquele espaço que já tem ali pronto, em que é só tomar a decisão e criar regras e normas, para ocupá-lo.

O motivo da audiência hoje é a sustentabilidade dos produtores de grãos das pequenas e médias indústrias de biodiesel. Este é o foco dessa discussão: discutir o que fazer para sustentar esses produtores.

Não estou aqui desmerecendo... E sonho com a nossa cooperativa crescendo e sendo um grande produtor de biodiesel neste País, através da produção de caroço de algodão, que é o nosso foco, transformando o caroço de algodão em óleo e, com isso, transformando o óleo em biodiesel. Mas, neste momento, até vir o novo marco regulatório, temos de buscar uma saída para sustentar as empresas que hoje estão parando, para sustentar... E a gente viu ali que o grande problema do pequeno produtor está no selo social. A grande maioria do pequeno produtor que não consegue vender é porque não tem o selo social. E a hora que a gente vai para a disputa de preço, onde o selo contra o não selo dá 10% do valor, tira-se toda a oportunidade de negociação.

Então, temos que buscar um caminho de dar a ele essa oportunidade de brigar nesse patamar melhor de preço.

Quando se fala em agricultura familiar, aqui quero abrir um parêntese. Este talvez seja o maior sucesso do plano de biodiesel: o estímulo à agricultura familiar. Mas a gente vê que tem alguns gargalos que precisam ser superados.

Eu vejo que, na agricultura familiar, quando a gente fala em novas culturas oleaginosas para a implementação, nós temos que alterar drasticamente o que está sendo feito até aqui. Alterar no sentido não de que o que está sendo feito até aqui tem coisa errada. Nós temos que implementar e ampliar, mas ampliar de forma drástica, porque não dá para achar que desenvolvimento de novas culturas acontece na velocidade com que estamos falando que está acontecendo hoje. Só para se ter uma ideia do que é o desenvolvimento de uma nova cultivar de soja: para a gente começar uma cultivar de soja, só uma entidade, Fundação MT, faz, por ano, próximo de um milhão de cruzamentos varietais. Pegam um milhão de duas sementes e põe uma do lado da outra para começar uma nova semente, e vai para o campo. Isso, depois de cinco a seis anos, poderá resultar em uma variedade com características que foram programadas, na sua origem, para a execução desse desenvolvimento.

Então, aí vamos para as outras culturas. Vamos entrar no girassol. Qual é o trabalho de desenvolvimento técnico que tem no girassol hoje para a gente melhorá-lo ou adaptá-lo às regiões do nosso País? Porque o nosso País é continental, o que serve no Sul não serve muitas vezes no Centro-Oeste e não serve no Nordeste, por questão natural de localização.

Vamos falar na mamona, que agora tem uma oportunidade ímpar de preço e é algo que pode trazer muito resultado para o nosso País. Qual é o trabalho

que nós temos hoje de desenvolvimento genético das variedades existentes de mamona?

Assim como outras culturas também que são possíveis, como gergelim; pinhão-manso, da forma que aí está, com os problemas que tem, e é uma grande cultura; óleo de palma, que começa agora, e me parece que esse vem com outro foco, vem com sustentabilidade já, porque tem uma história mais consolidada.

Então, vejo a oportunidade dessa discussão, de buscar outros mecanismos além do que tem para a gente avançar muito mais nesse programa. O programa tem que ser discutido, tem que avançar, nós temos que trabalhar para ir para B10, nós temos capacidade para isso, e ir para B20.

Temos que discutir alternativas, que passam por todas essas discussões que falamos agora.

A questão da qualidade do nosso biodiesel. Não podemos jogar embaixo do tapete e dizer: "Não, nós temos o melhor biodiesel do mundo". Nós vamos ter que discutir, sim, a qualidade do nosso biodiesel, para ocuparmos espaço no mercado de exportação, porque hoje não estamos ocupando esse espaço. Está aí o mundo querendo uma oportunidade de um combustível verde, nós temos como produzi-lo no nosso País, o volume de terras ainda não ocupadas que estão abertas, que podem ser transformadas em agricultura é enorme. Essa é uma janela que está aberta, é só entrarmos nela.

Então, falar nessa situação é uma questão de reflexão nesse momento.

Temos que discutir urgentemente o marco regulatório para vermos um futuro. E nesse momento, principalmente, precisamos discutir a posição dos pequenos produtores, pequenos e médios produtores, buscar uma alternativa para eles até a chegada do marco regulatório definitivo. Aí, com certeza, contemplar-se-á um novo desenho desse plano, que reitero fantástico. Esse plano de biodiesel mudou a história da agricultura, consolidou a agricultura e deu a oportunidade para inserir novos agricultores.

A gente fala, na nossa cooperativa, da oportunidade que nós temos de desenvolver parceria com os assentados. E se a gente olhar, os assentados hoje, em vários assentamentos, são o grande problema, porque não têm aptidão, não têm conhecimento técnico para plantar, e aí a gente chega a um assentamento, faz o trabalho de fomento, faz o trabalho de orientação ao produtor, leva tecnologia, e esse produtor alcança produtividade tanto quanto o médio e o grande produtor do nosso Estado. Isso é gratificante, é muito bom e nos honra muito participar de um programa desses.

Então estou à disposição para participar desse debate. Quero participar porque temos interesse, na nossa cooperativa, de estar junto nesse contexto e cumprimentar os Senadores que tiveram a ideia de chamar essa discussão aqui para o Senado, para que dentro da discussão democrática a gente evolua e melhore esse programa fantástico. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Adilton. Um dos problemas que nós temos é preço. O preço do produto é uma das dificuldades para avançarmos na produção do biodiesel. E temos que perguntar à população se ela está disposta a pagar essa diferença que acaba tendo uma resultante muito perigosa na questão de produção e no transporte brasileiro.

Na sequência, como último convidado, Dr. José Honório Accarini, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil e representante suplente da Casa Civil na Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel.

Com a palavra o Dr. José Honório.

O SR. JOSÉ HONÓRIO ACCARINI – Muito bom-dia a todos os Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, colegas de trabalho, produtores de biodiesel.

Estamos numa reunião muito importante. Além do foco central do debate sobre a questão da inserção das pequenas e médias empresas, acho que é uma oportunidade muito boa para conhecer um pouquinho mais como funciona esse programa do biodiesel no seu contexto geral, porque é um programa que vem se somar ao componente renovável de nossa matriz energética, que já é, digamos assim, campeã mundial em termos de participação de fontes renováveis.

Apenas gostaria de ressaltar alguns pontos que já foram comentados aqui antes sobre esse viés social e de desenvolvimento regional que está, a gente poderia dizer, no próprio DNA do PNPB, que é o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Ele já nasceu com essa orientação social, com essa orientação de desenvolvimento regional, enfim, com o tripé da sustentabilidade em termos econômicos, em termos sociais e em termos ambientais.

Então nós temos aí um instrumento muito importante que é o selo social, que faz uma vinculação, como já foi colocado aqui pelo Dornelles, e isso é muito importante de ser sublinhado, porque é o passaporte para a agricultura familiar participar do mercado de energia. E o mercado de energia funciona impulsionado pelo crescimento mundial e tem, como os economistas dizem, uma elevada elasticidade de renda. Quando aumenta a renda mundial o consumo de energia, a demanda de energia cresce, diferente do que acontece, por exemplo, com determinados produtos e mesmo com alimentos básicos.

Então a inserção da agricultura familiar dentro do mercado de energia é realmente um ponto que precisa ser muito destacado dentro do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

É um programa que não exclui. Ele já nasceu assim. Ele não exclui tamanho de produtores, não exclui matérias-primas, não exclui rotas tecnológicas, mas tem alguns pontos de controle que são muito importantes.

Em primeiro lugar, proteger os elos mais frágeis da cadeia produtiva. E os elos mais frágeis são o consumidor na ponta e o agricultor familiar no início desse processo.

A questão da qualidade, aqui colocada, é fundamental. Temos aqui o Dornelles, a Edna, alguns produtores, nós participamos, desde o início, do programa do biodiesel. Muitos diziam que, com 2%, a qualidade não era importante. É claro que quanto menor for o percentual de mistura, menos importante é a qualidade, mas sempre defendíamos, a própria ANP, no Ministério, na Comissão do Biodiesel, defendíamos a qualidade como fundamental, como aquele velho e bom ditado de que ninguém pode construir um castelo sobre areia movediça.

Começou com 2%; hoje estamos com 5% e alguns problemas de qualidade já estão surgindo. Se aumentarmos o percentual de mistura, esses problemas, essas dificuldades pontuais podem proliferar.

Outro ponto muito importante é quanto à reserva de 80% do leilão. Tudo isso já foi falado aqui. Eu estou apenas fazendo um apanhado dessas questões que são fundamentais. Oitenta por cento do leilão, por determinação da lei que introduziu o biodiesel e de resoluções do Conselho Nacional de Política Energética, são reservados às empresas que têm selo combustível social, ou seja, aquelas que têm compromisso com a agricultura familiar. Dentro tanto do lote dos 80% quanto dos 20%, que é aberto a todas as empresas, existe também a segmentação por tamanho de lote, em que alguns podem concorrer. Há alguns lotes específicos em que a pequena e a média empresas podem concorrer.

Essa é uma forma... Isso também faz parte do que chamamos, do que poderíamos chamar de viés do programa: a agricultura familiar e o pequeno produtor.

Mais ainda, a questão dos polos do biodiesel, dos centros de excelência na transmissão de conhecimentos tecnológicos para os agricultores, que também é um papel fundamental da pesquisa do desenvolvimento, da assistência técnica e extensão rural. E também os recursos aplicados e os projetos já em andamento de pesquisa de desenvolvimento e inovação de novas oleaginosas.

Gostei muito da intervenção do Dr. Adilton Sachetti, chamando a atenção para o fato muito importante de que não se cria uma tecnologia agrícola, um novo cultivar, uma nova variedade da noite para o dia. Isso leva tempo, muita pesquisa, muito esforço, muito investimento. Sempre digo que sabemos aonde queremos chegar, mas nós não sabemos se vamos chegar, quando e quanto nós vamos gastar. Então, isso é muito importante.

Apenas para concluir, vou falar sobre política de cunho social, outro ponto que considero fundamental. A política do biodiesel tem um viés social, é um produto naturalmente voltado para o mercado. Sempre digo que, em política social, somos eternos aprendizes. Nós estamos sempre aprendendo como inserir o agricultor familiar, como tratar a questão das pequenas empresas.

É justamente para discutir questões centrais do programa do biodiesel que a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel, que é coordenada pela Casa Civil, pelo Rodrigo Rodrigues – a quem estou representando porque não pôde comparecer por estar de férias –, está promovendo um ciclo de audiências e justamente o primeiro elo da cadeia produtiva que ouvimos foi o de produtores de biodiesel. Ouvimos também os revendedores, os distribuidores, a agricultura familiar. Estamos ouvindo outros elos da cadeia produtiva, no sentido de buscar justamente essa sintonia, porque o programa do biodiesel nasceu a partir de um grupo de trabalho, de um ciclo de audiência, em que ouvimos também todas as pessoas e técnicos que, naquele momento, tinham condições de nos ajudar.

E, neste momento, nós estamos... Um dos temas justamente que nós já estamos identificamos neste ciclo de audiências é essa questão dos pequenos e médios produtores. A solução que se coloca – e o Governo naturalmente sabe disso – é criar uma reserva de mercado, tão simples quanto isso, mas é importante nós termos sempre presente que, toda vez que nós interferimos nas regras de mercado, nós acabamos apertando o preço e, por outro lado, nós não podemos nos esquecer de que temos o nosso consumidor que também é, ao final das contas, quem paga a conta e é – é bom que se diga – o que está pagando a conta já no programa do Biodiesel como existe hoje, porque o biodiesel é mais caro do que o diesel de petróleo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Honório.

Eu inicio agora com os autores, mais uma vez, agradecendo e cumprimentando os autores deste requerimento que produziu esta audiência pública.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi para fazer as suas colocações.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz,

que vem cuidando desta Comissão que, a cada dia, vai ficando mais interessante, pois os temas vão ficando palpitantes.

Também quero cumprimentar e agradecer o Senador Jayme Campos, por ter, junto comigo, assinado o pedido desta Comissão, e agradecer os Senadores aqui presentes, porque é um tema importante. Nós vimos, pelas palestras e explanações, o grau de envolvimento que tem esse programa.

O importante, como foi mostrado, é que ele é um programa relativamente novo; de 2006 para cá que ele efetivamente começou, quando o Presidente Lula resolveu segurar na mão desse programa e fazer com que ele saísse do papel, da intenção e se transformasse num programa que gerou renda para a agricultura. Como falou aqui o Adilton Sachetti, independente do tamanho do agricultor, a gente consegue ver que este programa é um programa que tem um forte componente de renda nacional, um forte componente, inclusive, de manutenção dos preços dos produtos oleaginosos no mundo afora. O Brasil, de fato, colocava muito óleo de soja no mercado e isso fazia uma pressão sobre os preços, e, fazendo pressão sobre o preço do óleo, você faz sobre o grão e sobre o farelo também. Então, uma coisa está intimamente ligada a outra e, portanto, o programa de Biodiesel, no Brasil, na Argentina, na Europa e em outros locais que foram feitos também, mudou, de fato, o patamar dos preços agrícolas.

Muitos, até a gente já viu algumas discussões de alguns Presidentes, no caso do Presidente francês junto com outros, tentando buscar uma fórmula de não mais permitir o uso de oleaginosos, de óleos comestíveis, para a aplicação de combustíveis.

Eu acho, como foi dito aqui, que o mercado tem que se regular sozinho. Nós temos essa possibilidade hoje de enxugar um pouco essa mercadoria, fazendo com que os preços se mantenham em patamares diferentes, o que dá ao agricultor a renda e que gera para o nosso País os superávits que a gente está vendo na balança comercial.

Se não fosse a presença da agricultura, da pecuária, a nossa balança comercial seria muito diferente. A situação econômica do Brasil seria muito diferente deste momento.

Portanto, nós estamos aqui debatendo um programa que tem uma participação importante na macroeconomia brasileira e que precisa, então, ter a atenção do Senado Federal, para que a gente, junto com o Governo, com o Executivo, busque alternativas para fazer com que esse programa continue. Acho que aqui ninguém discutiu a possibilidade de ele não existir.

O que senti aqui, em todas as explanações, é que os produtores querem aumentar as suas capacidades, quer dizer, nós teríamos mais produtos no mercado, mas já atingimos a meta dos 5% e temos capacidade de produzir mais. Então, a pergunta que fica no ar aqui é: o Governo, o Executivo tem hoje estudos, tem vontade política de fazer com que saiamos do B5 para o B10?

Essa é uma pergunta que eu quero deixar à Mesa, principalmente para o pessoal do Governo, ou seja, se existem estudos e se nós vamos nessa direção. Talvez muitos pensem: não, mas com o pré-sal nós não devemos mais mexer nisso. Mas não é por esse caminho. Nós temos que olhar na questão da geração de economia no campo e na questão ambiental também, que nos ajuda muito, por termos um óleo, às vezes, de péssima qualidade e o biodiesel melhora essa qualidade.

Então, a pergunta que eu deixo para os representantes do Governo é se nós temos essa disponibilidade, se o Executivo vem estudando ou não.

Para os setores produtivos que estão aqui, a pergunta que eu deixo é: qual o modelo que vocês defendem? Todos que aqui passaram falaram, mas especificamente, quanto a um modelo, não ficou claro a defesa de uma situação. Para onde nós vamos? Eu sei que se deixar o mercado absolutamente livre, as grandes empresas vão tomar conta desse processo e a tendência desses 72% de empresas pequenas é desaparecer.

Não foi dito aqui, mas temos outra experiência no setor agrícola. A Conab faz aquisições de produtos agrícolas, como no caso de algodão, de milho, e o Governo não consegue comprar tudo o que tem no mercado. Ele tem que botar um limite. Então, ele coloca limite para os produtores também, ele cria faixas até onde você pode ir. Não interessa qual é o tamanho da sua produção. Mas o Governo regula, através da Conab, até onde você pode vender. Existe a oportunidade para que os pequenos, os médios e os grandes possam, cada um, vender uma quantidade de produtos. Talvez esse fosse o caminho a ser seguido nessa questão dos leilões de biodiesel, para permitir que os pequenos produtores não desapareçam daqui a pouco.

Na questão do Selo Social, quem tem mais condições, hoje, de colocar o Selo Social são as grandes, porque partem desde o financiamento para o produtor à assistência técnica, à industrialização do processo, que separa o óleo do farelo e dos outros produtos, e pega o óleo e faz biodiesel. Enquanto os pequenos precisam ir ao mercado comprar óleo de soja de uma esmagadora e ele não consegue levar para ele, muitas vezes, porque só ele está comprando os créditos do PIS/Cofins, que poderiam ajudá-lo na composição do seu preço.

Eu gostaria agora, no debate, que eles defendessem qual é o ponto – é o critério da Conab? É outro

critério? – para que a gente possa, a partir daqui, depois de fechado o relatório desta reunião, apresentar alguma coisa à ANP, ao Governo, começar a fazer um debate nos dois pontos: o Governo vai ampliar? Não, ele não vai ampliar. Então, ele tem que sinalizar para o mercado que nem precisam aumentar as suas plantas, porque senão cada vez mais pressão. Não, nós vamos aumentar. Então, vamos deixar com que mais empresas entrem nesse processo.

Então seriam essas duas colocações que faço.

Mais uma vez, cumprimento todos pela participação. Estamos numa quinta-feira, às vésperas do nosso recesso, e fiquei bastante feliz de ver o número de Senadores aqui participando. Quero agradecer a presença de todos que estão ligados a essa questão do biodiesel. Tem gente de praticamente todos os Estados que são produtores, representantes de várias entidades, e é importante este debate, porque aqui, nesta Comissão, ou a partir dela, é que a gente pode provocar o Governo.

Todo mundo aqui, quem é governo e quem trabalha próximo ao governo, sabe que governo trabalha sendo provocado, trabalha sendo cutucado. Não que ele não trabalhe. Trabalha, e trabalha muito. Mas são tantos os assuntos, são tantas as demandas, que muitas vezes, se os setores não se organizam direito e não fazem uma marcação homem a homem, vamos falar assim, mas temos mulheres nesse segmento também – mas, usando um termo futebolístico aqui –, a gente faz uma reunião dessas, passa um mês, dois meses, três meses, volta a conversar aqui, e o que aconteceu? Não aconteceu nada.

Então, minha sugestão aqui é que a Comissão, aliás, nós da Comissão estamos sempre aqui disponíveis, mas eu gostaria de dizer das associações que estão aqui, que se fizessem mais presentes e que não só nos cobrassem uma decisão, mas que apresentassem a nós também as sugestões, para que a gente possa levar e discutir com o Governo.

Sr. Presidente, parabéns pela audiência e parabéns a todos que participaram aqui também. Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Jayme Campos pela co-autoria desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, agora, o Senador Jayme Campos, também autor desta audiência pública.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente e Senador Jayme, só quero justificar minha ausência, num assunto tão importante. Mas, infelizmente, o Governador do nosso Estado se encontra aqui em Brasília e eu devo acompanhá-lo agora numa audiência. Os senhores me desculpem. Eu gostaria muito de participar até o final, porque acho que é um assunto importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, é um assunto muito interessante e, quando eu fui procurado pelo grupo de empresários da área da indústria do diesel, muito me chamou a atenção alguns pontos que naturalmente me colocaram. Assim, convidei o Senador Blairo Maggi para que também fosse signatário conosco neste requerimento para que fosse proporcionada esta audiência pública, até porque entendíamos que seria bom para dirimirmos as dúvidas que certamente o setor está impondo no atual momento.

Entretanto, foram muito claros aqui os expositores que fizeram aqui suas explanações, e nos deixam bastantes intrigados alguns pontos que surgiram, é óbvio, na medida em que o que chama a atenção, pelo menos pelo quadro apresentado aqui, é de que praticamente quatro grandes empresas detêm algo parecido com 72% do mercado. Particularmente, entendo que é um jogo desigual.

E outra coisa que também mexeu com a minha cabeça é que imagino que muito dessas indústrias, médias e pequenas, tenha até recursos, ou seja, empréstimos concedidos por órgãos governamentais, seja BNDES, Banco do Brasil, na nossa própria Região do Centro-Oeste, temos o fundo constitucional, que tem permitido, por intermédio do FCO, naturalmente alavancar financiamentos para essas indústrias. No entanto, citaram também aqui que tem empresa que há seis meses não consegue participar, vender um litro sequer de biodiesel. O que questiono? Ora, imagino que o Governo, a ANP ou o órgão competente, autorizou a instalação dessas indústrias. Deu a elas crédito e, logo depois, deixou essas pessoas à margem, ou seja, à beira da estrada pedindo carona. A tendência – dá para se entender perfeitamente – é falir. Haja vista que a capacidade instalada hoje, no mínimo, é de 50% e está ociosa, diante das colocações, das observações feitas pelos convidados.

Ora, temos que buscar um mecanismo. Imagino que nós temos que buscar algumas alternativas para darmos uma saída honrosa e, sobretudo, para essas indústrias continuarem no setor. Caso contrário, se não aumentarmos aqui, naturalmente sairmos de cinco para dez, a tendência é, com certeza, falir.

Por outro lado... Para eu não ser longo, uma indagação seria bastante aqui. Ainda há mais Senadores aqui, e quero mais ouvir do que falar. E eu ainda tenho várias coisas a indagar.

A Petrobras S/A é compradora dos leilões de todos os produtores de biodiesel. Portanto, caracterizando um monopólio. A Petrobras Biocombustível é uma das grandes produtoras de biocombustível e concorrente dentro do setor.

Como funciona essa relação entre empresas da Petrobras e o mercado? Isso não caracteriza uma relação incestuosa, desigual, tendo em vista os demais produtores? Imagino que sim. Ela compra e vende. E ela é uma estatal, que tem dinheiro federal, enquanto outros industriais, naturalmente, não têm essa oportunidade ímpar de receber esse incentivo por parte do Governo Federal.

Outra indagação – tenho várias, mas vou fazer só duas ou três, no máximo: sendo 80% do óleo de soja a matéria-prima principal do biodiesel, como é possível comparar o preço do biodiesel com o preço do diesel? A base de comparação só pode ser feita a cotação de óleo de soja, caso contrário, você não tem como medir, ou seja, essa proporção. Ou há divergências do critério do preço usado á base da entrada. O biocombustível, ou combustível, nada mais do que um combustível verde. Claro que é bem mais caro. Nesse caso, no mundo todo, ele é subsidiado pelo Governo. Aqui, na verdade, não está sendo subsidiado, muito pelo contrário. Acho que o Governo tem obrigação de subsidiar, neste caso, principalmente. Você não pode fazer essa comparação, essa correlação, diante, naturalmente, da dificuldade. Muitas vezes o Governo pondera, alega, que isso poderia gerar inflação. Não acredito. Os percentuais citados são muito insignificantes diante da riqueza que poderão gerar. Que o Programa, Marco, é maravilhoso, lindo, extraordinário, ninguém discute. Foi louvável, meritória a iniciativa, a atitude do Governo Federal de proporcionar um programa como esse certamente até para buscar mais a inserção de milhares de famílias que estavam á margem de uma política social justa, o Governo fez isso. Todavia, temos de fazer o quê? Eu imagino que nesse caso, particularmente, que está gerando um conflito entre o pequeno e o grande. Ninguém pode desconhecer isso. A saída que temos é criar um grupo de trabalho com empresários e instituições do Governo para buscarmos uma saída. Nós temos de ter um prazo pré-estabelecido, caso contrário a sensação, sentimento meu, diante do que foi apresentado e do que tenho ouvido, a tendência, literalmente, é essas pessoas saírem do mercado. Vão quebrar, vão falir, e o Governo – imagino – que foi o grande incentivador, que deu linha de financiamento, que permitiu instalação... Como disse, grande número de empresas estão na Região Centro-Oeste do Brasil. Se você for lá, quase a maioria absoluta, o próprio Adilton Sachetti disse que 50% da sua capacidade está lá, parada. Acho que ele ainda está sendo privilegiado de ter 50%. Alguns estão com 80% ou 100% paralisado. Isso é muito ruim e, sobretudo...

Quero crer, não conheço a legislação – confesso aqui –, mas imagino que nenhum desses empresários que se instalaram não tem autorização do Governo, ou seja, da ANP; eu imagino que tenha.

Existe uma orientação, uma normatização, uma resolução e, sobretudo, tem autorização. Então, imagino que temos de fazer alguma coisa. O Governo, que iniciou essa política, que considero meritória, extraordinária, e nós temos de buscar uma saída que, certamente vai permitir o crescimento.

O ex-Deputado, ex-Ministro diz aqui: " Por que não aumentar, saindo de 10? Vamos sair de cinco. Vamos para 10". É a única solução. Se não tivermos essa saída. Saímos de B5 e vamos para B10 e permitimos a exportação... Por que a Argentina exporta? A Argentina exporta, sim. Aqui no Brasil não podemos exportar. Vamos exportar sim. Acho que é um dos caminhos que temos, sobretudo, na medida em que se percebe que foi uma política de Governo que deu certo. Todavia agora, no meio da estrada, está se perdendo por pouco. Talvez esteja entendendo que não é tão interessante. Eu entendo que é interessante. Nós não podemos penalizar um setor que representa muito.

Por outro lado, quando se fala aqui que o pequeno e o médio vão ter que dar assistência técnica para a agricultura familiar, eu imagino que essas pessoas não têm capacidade financeira não. O grande talvez tenha, até porque ele abocanha 80% do mercado, ou seja, vende para 80%, mas o pequeno empresário do setor não tem capacidade da dar assistência técnica lá na ponta diante da pouca margem e, sobretudo, da pouca venda que ele tem feito diante da política de governo.

Portanto, às autoridades aqui do Governo, essas são as minhas observações.

Por outro lado, eu acho que uma das saídas está caracterizada aqui: há conflito entre pequenos e médios contra os grandes produtores. Então, nós temos que criar um grupo de trabalho composto pelos órgãos governamentais e o setor; caso contrário, eu acho difícil encontramos um caminho, uma solução. Certamente, o Governo tem essa missão de criar soluções e, com certeza, manter o mercado em pé, sob pena de, amanhã ou depois, essas pessoas estarem inviabilizadas totalmente, de modo que alguns não terão sequer condições de pagar as prestações que devem ao Banco do Brasil, ao BNDES ou a qualquer instituição de governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Nós estamos aqui e temos de aproveitar ao máximo essa importante audiência pública. Então, se V. Exª tiver mais alguma pergunta, fique à vontade. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, nobres colegas, ilustres convidados, demais participantes desta audiência pública, que se iniciou, inclusive, antes mesmo do horário marcado. Eu quero dizer que esse encontro está muito representativo. Vejo que ele mexeu com o setor. Eu vejo que nesta audiência pública se fizeram representar a Casa Civil, o Ministério de Minas e Energia, o MDA, a Agência Nacional do Petróleo; enfim, os diversos setores envolvidos estão participando. Vejo aqui a Ubrabio, na pessoa do nosso ex-Deputado e ex-Ministro Odacir Klein; vejo aqui produtores que são associados, como outros que não são associados; vejo aqui uma cooperativa de pequenos produtores participando; enfim, eu vejo que, na verdade, está mexendo com o setor, daí a proposta dos Senadores Blairo Maggi e Jayme Campos, que foram procurados pelo setor que tem as suas preocupações. E senti isso na exposição dos Senadores Blairo Maggi e Jayme Campos a preocupação sobre como é que nós vamos sair dessa.

Ontem, nesse mesmo horário, debatíamos, em audiência pública presidida pelo Senador Jayme Campos, na Comissão de Assuntos Sociais, um caso que também é premente: o Governo, através do Ministério da Educação, autorizou o funcionamento de algumas faculdades de optometria no Brasil, isso há uns oito ou dez anos. São quatro ou cinco faculdades e outras sendo criadas. E tivemos aqui o encontro entre optometristas e oftalmologistas. Essa mesa aqui lotada, num debate de âmbito nacional, com quatro optometristas, que estudaram durante cinco anos, com uma grande carga horária, para poderem atuar na questão da saúde visual, na questão da preparação ou, pelo menos, no encaminhamento, e os oftalmologistas dizendo que não é o campo deles, que eles não podem etc. Aí se criou um problema: o Governo autorizou a criação das faculdades e, agora, estão aí esses jovens formados, alguns há oito, dez anos, que estão com um negócio não regulamentado e não sabem o que fazer. O Estado brasileiro os autorizou a estudar e, agora, até onde eles vão poder exercer a função? E aí veio para nós um debate para se ver até onde pode e até onde não pode. Não podemos deixar ao léu esse pessoal todo. Ou encaminha até certo ponto, como no caso de crianças ou em outras situações, e aí o médico preparado, o oftalmologista entra em campo.

Aqui, como diz o Senador Jayme Campos, há os que produzem o biodiesel, e eles, naturalmente, os produtores, as indústrias tiveram autorização para isso. E aí nós temos de ter um cuidado: se podemos aumentar ou se não podemos aumentar. E também existe outro debate que o próprio Senador Blairo Maggi tem levantado: algumas vezes, os pequenos ficam sem o estoque e não podem colocar, ou mesmo os grandes que têm mais potencial. Então, como é que vamos fazer se estamos no B5, com o limite tomado, para aumentar isso? Como diz o Ministério das Minas e Energia, isso requer um cálculo e um recálculo, porque tem influência na economia brasileira em função do diesel pesar nos custos e assim por diante. Como é que nós vamos partir?

Alguns dizem que o pequeno quando fica. Eu até perguntaria ao Presidente da Cooperativa do Mato Grosso do Sul, Dr. Adilton. Hoje, para o pequeno que produz 360m³/dia, qual é o faturamento anual, mais ou menos? É só para ter uma ideia. O faturamento anual do pequeno até onde chega? Não sei se é o senhor ou é alguém que a gente possa... Para a gente mensurar um pouco isso.

Outra questão que senti aqui, também da cooperativa e também de outros setores, para o pequeno tem mais dificuldade pelo que vi aqui do Senador Blairo Maggi de conseguir o selo, e ai não sei se é o MDA ou da onde, o pequeno produtor para conseguir o selo para poder participar... Porque será que não tem como desburocratizar ou facilitar para que ele consiga o selo do seu produto, principalmente o Pronaf que são os pequenos produtores para eles se habilitarem e participarem do processo. Quer dizer, a tendência é se nós pudéssemos aumentar a soja, que domina hoje 80%, mais ou menos, da produção do biodiesel no Brasil, se nós pudéssemos aumentar com essa diversificação de produtos que atinjam principalmente os pequenos produtores, Pronaf – e no Sul isso é bastante forte, no meu Estado de Santa Catarina e assim por diante. E aí como é que a gente poderia fortalecer isso, a questão do selo verde para eles... Tem que ter um selo para poder se habilitar e participar.

E eu quero aproveitar, e acho que essa questão do programa do Brasil, isso veio em bom tempo, nós podemos melhorar e aumentar isso – que é a tendência, como diz o Senador Blairo –, porque os reflexos disso hoje, no mundo, é a questão, não só econômica, mas a questão ambiental. Hoje a saúde... Quer dizer, hoje o biodiesel significa saúde também, significa como prevenção à saúde principalmente nos grandes centros. A questão do ar hoje é uma loucura – eu digo loucura, que é uma expressão que a gente usa –, o preço de respirar. Quer dizer, a saúde preventiva... Quanto é se gasta nisso? Eu acho que até envolveria o Ministério da Saúde essas questões todas. Isso hoje nos centros

urbanos... Estão ai os dados, os levantamentos... Até onde nós podemos aumentar isso para o B10 ou mais e medir isso, o resultado das pessoas – nós estamos com 180 milhões de brasileiros – e urbanizando cada vez mais isso. Como é que nós podemos aumentar isso?

Eu diria aqui, até para encerrar o meu questionamento, eu traria aqui uma pergunta que o Senador Luiz Henrique deixou por escrito para que eu a fizesse, porque ele teve que ir a uma Comissão de Relações Exteriores, porque várias Comissões funcionam ao mesmo tempo aqui na Casa. Então, muitos gostariam de estar participando aqui com os colegas, mas outras Comissões estão funcionando no mesmo horário. E ele deixou uma pergunta que eu quero dirigir à Mesa. Vou lê-la então:

Na Conferencia Mundial, promovida pelo Instituto Michael Milken, em Los Ângeles – se não me engano foi no ano passado, inclusive o Luiz Henrique participou desse encontro –, ressaltou-se o problema do aumento da poluição provocada pelo crescimento do grande transporte aéreo – transporte aéreo, debateu-se isso nesse congresso mundial em Los Ângeles, da poluição do transporte aéreo no mundo – naquela conferência, foi assinalada meta de substituir o combustível fóssil dos aviões por biocombustível, com meta de fazê-lo durante essa década. Isso em Los Ângeles, debateu-se nesse congresso! Foi evidenciada a excelência da *jatropha*, que aqui chamamos de pinhão manso. Veja bem, foi destacado a importância da *jatropha*, que para nós aqui é pinhão manso, lá em Los Ângeles nesse congresso internacional. O pinhão manso nosso, que produzimos em Monte Castelo em Santa Catarina, é um município pequeno lá no norte do nosso Estado; e nós produzimos pinhão manso lá. Isso está sendo ressaltado em Los Ângeles em um congresso internacional. Então repito esse parágrafo:

Foi evidenciada a excelência da *jatropha*, que aqui chamamos de pinhão manso – quem escreveu isso aqui foi o Senador Luiz Henrique, para mim a pouco, a mão – como a melhor alternativa de combustível aéreo. Foi destacado lá, como a melhor alternativa de combustível aéreo. Pergunto: Se já há pesquisa com resultados seguros sobre eficácia dessa espécie vegetal como combustível de aviões? Uma pergunta que deixo.

Dois: Se já há produção em escala, em boa escala – eu sei que não há, mas é uma pergunta, pelo que vejo não há –, mas se já há pesquisa em andamento, que se possa usar isso no Brasil, ou que possamos, então, colocar o pinhão manso. Não vou falar em girassol, não vou falar em outra coisa, mas no pinhão manso, que isso se discutiu em Los Ângeles.

São essas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Eu li uma matéria esta semana sobre um avião da KLM, se não me falha a memória, que fez o primeiro... KLM e Lufthansa é a mesma companhia, mas eu li e acho que foi a KLM, na *Folha de S.Paulo*, se não me falha a memória. Ela fez o primeiro voo na semana passada com biocombustível, atravessando o Atlântico. Fez o primeiro voo, voo experimental, e evidentemente que foi tudo bem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quem sabe seja o caminho para partirmos para o B10?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com 100%... E deve ter ido bem

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Deve ter ido bem. Porque avião que voa não é notícia. (*Risos*.)

Se tivesse caído, já teriam condenado o biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza. Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para as sua colocações.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero parabenizar o Senador Jayme Campos e o Senador Blairo Maggi sobre a iniciativa para discutirmos aqui as questões do biodiesel.

Realmente, é um programa que o Governo Federal colocou no mandato passado que deve ser aplaudido. E a expectativa da sociedade foi tão grande com relação a esse programa que está aí a prova de que a capacidade instalada já é mais do que o dobro do consumo, da necessidade, ou dentro do marco regulatório colocado pela legislação e pelo Governo. Lógico que talvez uma das soluções seja o aumento dessa capacidade de inserir o biodiesel dentro do diesel – acho que essa seria uma das soluções –, mas também temos a questão do preço. E, quanto ao preço, como disse o Senador Casildo, realmente tem que ser agregado ao preço do biodiesel o preço do custo ambiental que se tem com relação a isso, e nós devemos pensar que – e aí pensando, Marco, na agricultura familiar – juntamente com a melhoria de renda do agricultor familiar, melhora-se a saúde, melhora-se a condição de educação, traz-se esse agricultor para um comércio, para ele participar do desenvolvimento do nosso País. Então, isso traz outras divisas também que agregam valor a esse produto. Então, acho que, mesmo que talvez seja o dobro hoje, Senador Blairo, do valor do biodiesel extraído da soja, ainda assim, seria mais barato do que o diesel comum.

Então, questões como essas acho que são importantes, e é o momento de se debater, e o Senado Federal, não só neste campo, vem debatendo, aqui

nesta Comissão de Agricultura, Senador Acir, questões importantíssimas para a agricultura, mas também para o meio ambiente. Inclusive temos feito algumas reuniões conjuntas para debater aqui o Código Florestal e também para debater uma melhor forma de conservar o meio ambiente que não seja uma atividade concorrente com a agricultura, com a produção.

E há uma questão que talvez o Rubens Cerqueira possa nos responder depois, com que me tenho deparado: há uma intenção de tecnologias avançadas, principalmente para transformação pelo plasma, que vem de resíduos sólidos, do lixo, que geram um resultado final também biodiesel; e, no conceito colocado pelo biodiesel, instalar também a transformação do lixo em biodiesel; mas, se estamos hoje numa capacidade instalada de produção de biodiesel muito acima do que consumimos, talvez tenhamos também dificuldades ao se transformar o lixo, o resíduo líquido e o resíduo sólido dos grandes centros em energia por meio do biodiesel, que é um resíduo que também sobra nesse processo por meio do plasma.

Assim, acho importante produzir no meio agrícola, incentivar a agricultura familiar, e, principalmente, dar ao cidadão uma melhor condição de vida em que ele possa agregar valor ao seu produto. Quanto ao subsídio, o Brasil há muito já vem ceifando os subsídios. Isso até o fato de o Brasil não dar subsídios, principalmente para o diesel. Há quase dez anos foram retirados os subsídios do diesel e os subsídios agrícolas. Isso, hoje, traz o Brasil como muito mais competitivo no mercado mundial, tanto que a União Européia tenta trazer algumas barreiras porque lá ainda existe o subsídio e nós não temos, mas temos uma capacidade muito maior de competitividade hoje, em condições de igualdade. Mas em casos como esse que você tem agregado o passivo ambiental na produção do biodiesel, acho que temos que pesar. E o Governo, por conta... Não é, talvez não seja subsídio, talvez seja economia, porque lá na frente você vai economizar no que diz respeito a saúde, educação, melhoria das condições de vida do cidadão brasileiro e, lógico, uma evolução desse cidadão dentro da sociedade brasileira.

Para encerrar, eu quero fazer uma observação. Todos os palestrantes que tive a oportunidade de ouvir – acabei chegando um pouquinho atrasado por conta de outro compromisso – colocaram muito bem como está a situação do biodiesel hoje. Muito comum uma explicação, uma defesa de como o Governo tem tratado isso e colocando as políticas que foram implantadas, principalmente em algumas barreiras ou limites de produção e compra, assim por diante. Mas, e o futuro, como é que vamos fazer com essa capacidade instalada que aí está? E se nós estamos preocupados com o meio ambiente e também com a produção agrícola, Senador Jayme Campos, como é que vamos tratar daqui para frente. Quais são as intenções do Ministério de Minas e Energia, da Petrobrás, do Ministério do Desenvolvimento Agrário? O que estamos pensando, o que o Governo está pensando daqui para frente.

Acho que está muito consolidado da forma como foi posto. Já avançamos muito, começou com 2%, estamos com 5%. Mas, e daqui para frente, como vamos agir?

Era o que eu tinha para colocar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz**.** Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra, agora, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srªs. e Srs. Senadores, eu não faço parte desta Comissão de Agricultura, mas eu aqui quis comparecer para apoiar os Senadores do Estado do Mato Grosso que fizeram o requerimento por esta audiência pública. E dar conta de que apresentei um projeto de lei neste primeiro período, Projeto de Lei do Senador nº 135, de 2011, para que fosse alterado o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a utilização de combustíveis com biodiesel em aeronaves. Já apresentei este projeto, já teve parecer favorável na comissão que por ali tramitou.

Quero dizer com isso que precisamos de medidas concretas para encontrarmos a utilização para esse tipo de combustível. Penso que estou iniciando o estudo deste tema, faço parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e estou a estudar este tema para que possamos ter salvaguarda para os pequenos produtores e médios produtores, para que eles possam nesta competição com os grandes produtores terem benefícios, inclusive fiscais.

Penso que, como disse o Senador Sérgio de Souza, nós precisamos entender que o lucro aqui não é somente o lucro financeiro. Nós também temos um lucro social e ambiental na utilização desse tipo de biocombustível.

Desta feita, nós precisamos sair desta audiência com medidas concretas e esta é a função de uma Comissão.

Quero parabenizar o Presidente desta Comissão e os Senadores Maggi e Jayme Campos pela iniciativa. E nós temos que buscar outra utilização para esse tipo de combustível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Quero me somar ao que colocou o Senador Blairo Maggi, no sentido de perguntar aos nossos produtores onde está o gargalo da nossa produção e qual a su-

gestão para que nós, aqui desta Comissão, possamos contribuir para a produção de biodiesel e, principalmente, a produção de matéria-prima para o biodiesel.

Eu faço uma pergunta para o MDA da seguinte forma: O ciclo de produção da matéria-prima, dependendo da matéria-prima, tem uma demora muito grande, como é o caso do dendê, por exemplo, que leva quatro anos. As empresas produtoras de biodiesel elas acompanham o nosso produtor desde o início do ciclo de produção de matéria-prima. Então eu pergunto: Essas empresas terão o selo social desde o início do ciclo dessa produção, ou somente depois, na hora em que estiverem colhendo os seus produtos?

É a pergunta que faço, agradecendo a todos pela presença aqui, nesta Comissão.

Nós vamos fazer da seguinte forma: passarei a palavra de um por um, para que todos possam fazer as suas colocações finais, e também responder aos questionamentos.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Odacir Klein, nosso ex-ministro, que pediu para que fosse o primeiro orador, até porque tem voo marcado para as 13 horas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Indago a V. Exª se é possível – é claro, é natural, ele é nosso ex-ministro, ex-deputado, e faz parte da representação de uma entidade –, porque tem pessoas que já vieram aqui nesta Comissão – aliás, não é Regimental, é bom que se esclareça – onde, eventualmente, foi permitida a elas a participação; então se um cidadão do povo que tem interesse na matéria, se V. Exª permite que se abra espaço, se for o caso, de fazer pelo menos alguma observação em relação à matéria que está sendo tratada nesta Comissão. Não é Regimental, conheço o Regimento da Comissão, todavia ela é democrática, sobretudo, para esclarecer de qualquer maneira, obviamente, algum ponto que não foi esclarecido, até porque as autoridades do setor estão aqui, acho mais do que importante, neste caso, particularmente, que essa pessoa poderia fazer, pelo menos, um deles, pois tem vinte, um ser escolhido democraticamente por eles, para fazer uma indagação às autoridades aqui presentes.

Se V. Exª me permitir, naturalmente, farei uma consulta a eles. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Jayme Campos e coloco, mais uma vez: temos que extrair o máximo desta audiência pública. Esse é o objetivo.

As pessoas que vieram aqui, que estão aqui conosco, vieram porque desejam participar. E nós, da Comissão, queremos extrair o máximo possível de informações e subsídios, para que possamos fazer o nosso trabalho e ajudar o setor.

Então eu consulto os demais Senadores para saber ser concordam que possamos ouvir alguém aqui que esteja interessado em fazer perguntas. (*Pausa*.)

Como todos concordam, peço ao Marcelo para que faça a inscrição da pessoa, ou das pessoas, que queira fazer a pergunta. Uma só pessoa ou duas pessoas. Coloco assim para que possa ser feito.

Passo a palavra, agora, ao ex-ministro, nosso colega, ex-deputado federal, Dr. Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Agradeço, Sr. Presidente, e peço desculpas pela atitude antipática de ter pedido para ser o primeiro a responder, porque estou indo ao Rio Grande do Sul para a posse do Presidente da Federação das Indústrias, que toma posse hoje à noite. Por isso agradeço pela gentileza.

Eu estava ouvindo as exposições, as perguntas e, também, as perplexidades naturais dos Senadores no acompanhamento desse processo.

Mas eu gostaria de me referir aqui, rapidamente, a algumas questões: Primeiro, o preço. Nós temos que considerar que o aumento de mistura ocorre paulatinamente. O Senador Sérgio Souza abordou bem essa questão dos reflexos ambientais, dos reflexos que dizem respeito à saúde humana. E cada aumento de 1% representa, no contexto de 1 real, 1 centavo, não é mais do que 1 centavo. Numa mistura obrigatória de 5%, se nós considerarmos que há uma diferença, que é um pouco menor do que isso, de 1 real por litro, nós teremos aumentado 5 centavos por litro, com todos os reflexos no que diz respeito à agricultura familiar, no que diz respeito à área ambiental.

Nesses dias, eu estava fazendo uma palestra em São Paulo, e dizia: eu sou natural de Erebango, interior do Rio Grande do Sul, que tem 3 mil habitantes, e que estão recebendo mais com o Programa de Biodiesel pela sua matéria prima, o avicultor pagando menos do que estaria pagando pelo farelo, o suinocultor pagando menos do que estaria pagando pelo farelo, benefícios para o produtor, benefícios ambientais, benefícios para a saúde, menor gasto com saúde humana, principalmente nas grandes cidades. E eu dizia em São Paulo: estou respirando, aqui, um ar mais puro, porque há 5% de biodiesel misturado ao óleo diesel.

Então essa questão de preço, inclusive há um estudo coordenado pela Fundação Getúlio Vargas,

encomendado pela Ubrabio e houve uma grande participação, à época, do Geraldo Martins e do Marco Antonio da Brasil Ecodiesel para que nós tivéssemos esse estudo mostrando que os reflexos da inflação são mínimos. A cada 1% há um pequeno aumento no custo do óleo. No entanto, na inflação, no geral, é mínimo.

De outra parte, a questão de soja matéria prima garantiu o programa. Sem soja não teria programa. Mas ela está garantindo surgimento de outras oleaginosas. O Senador Jayme Campos levantou, aqui, a questão da mamona, dizendo que o óleo é mais caro. Mas essa produção de mamona foi estimulada pelo Programa de Biodiesel. Nós temos, agora, projetos para produção de palma. Inclusive empresas associadas à Ubrabio, a Oleoplan, vai produzir palma em Roraima. Óleo que hoje mundialmente é mais ou menos equivalente ou mais barato do que o de soja – e aqui no Brasil o óleo de dendê é muito mais caro do que o de soja –, e no momento em que tivermos produção nacional estaremos garantindo diminuição de preço. Poderão dizer que talvez não seja o óleo ideal para biodiesel. Mas no momento em que tivermos o óleo de canola, óleo de girassol, estimulados pelo Programa de Biodiesel, óleo de dendê, esses mais diversos óleos, nós estaremos garantindo quantidades de óleos vegetais que dentro da lei normal da oferta e da procura estarão fazendo com que haja uma diminuição natural de preços. Por isso me parece que o fundamental é nós continuarmos essa discussão.

No Executivo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, isso é feito com muita responsabilidade. Tenho alguns anos de vida pública e nunca vi programa algum, no âmbito do Executivo, ser levado com tanta discussão com o setor, com tanta discussão interna, com tanta seriedade como esse Programa de Biodiesel, através de Casa Civil, de Ministério de Minas Energia, de MDA, Ministério de Agricultura, Ministério de Ciência e Tecnologia.

É muito importante o que disse o Senador Jayme Campos: que haja possibilidade, aqui no Congresso, e mais especificamente no Senado, de haver o aprofundamento da discussão.

Senador, deixe-me terminar, misturando um pouco de poesia com biodiesel. Eu lia muito, no passado, um poeta que me parecia uma contradição, era o Geir Campos. Ele tinha duas poesias aparentemente contraditórias. Uma, dizendo: *Não faz mal que amanheça devagar, as flores não têm pressa, nem os frutos:... (...)*

E concluía dizendo: *(...) – o que nos cabe é ter enxutos os olhos e a intenção de madrugar.*

Os olhos enxutos e a intenção de madrugar, nós os temos; o que nós queremos é o desenvolvimento do programa.

Mas ele tinha outra que dizia: *Eu quisera ser claro de tal forma que, ao dizer rosa, todos soubessem no que haviam de pensar. Mais: quisera ser claro de tal forma que ao dizer já, todos soubessem o que haveriam de fazer.*

Agora com relação às pequenas e pode parecer hipocrisia: eu estou representando a Ubrabio, que é formada preponderantemente por empresas que estão no final da lista, aqui, que são as grandes. Mas eu criei uma afeição pelo programa e sei das dificuldades das pequenas. Repito que tem que conceituar bem o que é pequena. Houve um questionamento aqui da Petrobras como concorrente das outras empresas. Dependendo do critério de pequena, duas usinas da Petrobras, da Pbio, serão pequenas.

Então os critérios têm que ser bem discutidos, no meu entendimento. Mas as pequenas – e quanto mais elástico for o critério para a definição mais prejuízo para as pequenas, pequenas. As pequenas precisam ser contempladas já, com alguma medida que possa fazer com que elas tenham condições de participação nos leilões.

De resto é uma questão muito pessoal.

Obrigado, Senador Pedro Taques, pela referência – e conheço a sua capacidade intelectual – ao meu opúsculo sobre CPI. E saber que o senhor ousou em atividades acadêmicas me gratifica muito.

Eu peço licença, até usando um pouco o Estatuto do Idoso, para me retirar, porque estou indo para o Rio Grande do Sul para a posse do Presidente da Fiergs. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pela sua presença, ex-Deputado e Presidente da Ubrabio, Dr. Odacir Klein, que veio participar e engrandecer a nossa audiência.

Concedo a palavra ao Dr. Geraldo Martins, Diretor Geral da Fertibom Ltda.

O SR. GERALDO MARTINS – Mais uma vez, agradeço a participação dos Srs. Senadores e cumprimento os membros da Mesa, o Sr. Dornelles, o Sr. Marco Antonio, do MDA, o Sr. Accarini; são parceiros de muitos anos de luta pelo programa.

Não vou me ater a falar bem do programa, porque é um consenso os benefícios que o programa trouxe para o País. Temos que pensar para frente, temos que pensar na oportunidade que existe, para o País, para crescer o programa. Foi muito bem falado pelo Dr. Odacir, pelo Senador Sérgio, nós temos que pensar o que está embutido no preço do biodiesel, em todo o seu aspecto ambiental, social, de saúde pública e de balança de pagamentos, enfim, em todos os benefícios.

O próprio Dr. Odacir comentou o trabalho da Fundação Getúlio Vargas, dizendo que os reflexos da

inflação estão na quarta casa decimal. Então é um reflexo muito pequeno no preço do diesel e na inflação, praticamente inexistente. Então, nós temos que pensar no futuro e, mais uma vez, enfatizar o motivo da nossa audiência pública, que é a eliminação da pequena e média empresa do programa.

Foi uma intercorrência no decurso do programa que está muito em tempo de ser corrigida. O quanto antes corrigirmos, efetivamente, nós vamos trazer essas contribuições para o programa, porque, como explicamos, essas pequenas e médias empresas têm maior capilaridade, elas podem ser o veículo de diversificação de matéria-prima, do desenvolvimento de novas cadeias produtivas, porém elas têm como fonte de receita a venda do biodiesel. Então tem que ter assegurada a venda de biodiesel de alguma maneira para continuar a fazer desse programa geração de oferta de óleo.

Temos que criar escala, e temos que começar pequeno para criar escala em diversos arranjos produtivos. Nesse ínterim, enquanto os arranjos produtivos estiverem produzindo óleos mais caros, como disse o Dr. Dornelles, vão ser deslocados para outros mercados e serão usados óleos mais baratos. Porém, no futuro, com o país que tiver ocupando esses 80 milhões de hectares com soja e outras cultura, fazendo soja e alimento, porque está fazendo proteína, nós vamos ter efetivamente sustentabilidade para o programa. Então é preciso que essas empresas tenham oportunidade de vender o biodiesel, que é o que vai gerar renda, elas vão ser o veículo de assistência técnica, de implementação dos arranjos produtivos principalmente.

Agradeço a participação do Senador Jayme Campos, que inclusive falou da criação de um grupo de trabalhos entre os produtores e os órgãos governamentais para chegarem a um acordo de como poderiam resolver isso de uma maneira técnica. Eu gostaria de, em nome da Aprobio, a nova Associação de Produtores de Biodiesel, que está sendo fundada agora, já fizemos os estatutos, devemos nos apresentar formalmente a partir da semana que vem com as propostas, mas adianto que é uma nova associação que tem a participação de 26 empresas produtoras de biodiesel, que representa 32 indústrias desse parque. Então, ela nasce representativa.

A Aprobio está à disposição, Senador, para formar essa comissão e para discutir a melhor maneira de se proceder. Existem algumas alternativas, como estabelecimento de cotas, leilões separados. Acredito na boa vontade que o Governo sempre teve de encontrar uma solução. E nos colocamos à disposição para formar esse grupo de trabalho e para trazer aos Senadores uma proposta que seja sustentável e construtiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo Martins, por sua presença e por sua explanação.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Rodrigo Prosdócimo Guerra, sócio-proprietário da Bio Óleo Ltda.

O SR. RODRIGO PROSDÓCIMO PANSERA GUERRA – Senador Presidente, obrigado, mais uma vez.

Eu gostaria de falar com emoção sobre a sensibilidade demonstrada pelos Srs. Senadores em relação ao assunto. Acho que a questão de preço já foi mais do que comentada. O biodiesel tem esse diferencial, que tem de ser levado em consideração. Não pode ser estanque essa análise. De toda sorte, também não há esse impacto na inflação.

Antes de entrar nos questionamentos, eu gostaria de levantar alguns pontos.

O Sr. Accarini falou a respeito dos lotes. Realmente, há lotes de que as pequenas e médias empresas podem participar, mas há alguns lotes de que elas não podem participar. Então, acredito que o achatamento aconteça nesse sentido.

Já respondendo à pergunta do Senador Blairo, sendo até mais enfático do que o Sr. Geraldo, quero dizer que a nossa proposta é uma divisão do leilão ou um sistema de cotas ou algo que o valha, que chegue ao mesmo fim e que nos mantenha vivos. Talvez não tenhamos outra oportunidade de estar aqui como médias e pequenas empresas, porque não vamos existir.

Então, a gente gostaria que houvesse essa sensibilidade não só por parte do Srs. Senadores, como já foi demonstrado aqui, mas também por parte dos órgãos do Governo que têm a responsabilidade e a função de coordenar esse programa do biodiesel. Todos os órgãos do Governo estão de parabéns. Essas correções podem ser feitas com certa facilidade, havendo um pouco de vontade. Não é que não exista essa vontade, mas a gente está instigando, para que isso seja feito da forma mais rápida possível.

Em relação à diversidade de matérias-primas, se analisarmos as 17 empresas que trazemos aqui consideradas como grandes e muito grandes, gigantes, como a própria ANP mostrou na sua apresentação, veremos que quase todas elas têm matéria-prima própria ou fazem parte do Complexo Soja. Por essência, essas empresas já estão no Complexo Soja. Então, cabe principalmente às pequenas e médias empresas essa responsabilidade de diversificação. A gente precisa só existir para isso.

Em relação ao fato de estarmos ou não no Selo, precisamos dessa garantia de venda, para termos condições de dar a melhor assistência técnica possível para o agricultor familiar. E podem ter a certeza de

que todas as pequenas e médias empresas desejam não só fazer a inclusão, mas também estar incluídas nesse projeto do Governo.

Como disse o Sr. Dornelles, o biodiesel faz parte, sim, de uma política energética que precisa de escala, mas ele traz um viés social muito forte, talvez até maior do que a própria colocação na parte energética. Então, temos de ter essa sensibilidade também. As pequenas e médias têm essa capilaridade e, principalmente, vão fazer com que o setor tenha pulverização. Isso é muito importante. Do contrário, hoje, ficamos nas mãos de pequenas empresas, e, talvez, sim, o preço seja um comprometedor no futuro.

Eram essas as minhas ponderações. As usinas já estão à disposição para formar esse grupo de trabalho. Esperamos que haja, do lado do Governo, essa iniciativa. Estamos prontos para trabalhar e para apresentar isso no menor prazo possível. Aliás, eu gostaria que fosse estabelecido um prazo para apresentar aos Senadores esse resultado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Seguindo a ordem de inscrição, concedemos a palavra ao ilustre Senador Delcídio do Amaral, para fazer suas indagações e observações.

V. Exª dispõe de cinco minutos, naturalmente prorrogáveis, diante do conhecimento que V. Exª tem da matéria.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, primeiramente, quero cumprimentar toda a indústria de biocombustíveis; também quero cumprimentar as cooperativas; os Secretários aqui presentes, especialmente o Dornelles, que é uma pessoa muito querida nossa. Trabalhamos com o Ricardo Dornelles na Amazônia. O Dornelles era o Chefe de Operação da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, e convivemos de forma muito harmônica e conseguimos fazer um bom trabalho, não é Dornelão?

Eu queria fazer alguns registros, já que tive que sair no meio da audiência, porque há outras comissões funcionando e ficamos divididos. Dividimos um pouco as nossas ações. Mas eu queria fazer alguns registros que, na minha leitura, no meu entendimento, eu não poderia deixar de destacar.

Primeiramente, trata-se da política adotada pelo Presidente Lula com relação aos biocombustíveis, especialmente com relação ao biodiesel. Como foi dito aqui, houve um avanço sensível. Se precisamos efetivamente aperfeiçoar, melhorar, isso é do jogo. E é um bom problema sabermos que um programa como esse teve êxito. No entanto, em função do êxito, surgem dificuldades, e nós efetivamente temos que buscar, juntamente com o Governo Federal e aqui no Congresso, soluções para incentivar a produção de biodiesel.

O Brasil é um País com todas as condições para se tornar referência de energia renovável no mundo. O nosso potencial hidrelétrico, o nosso potencial eólico, a energia solar, mesmo ainda engatinhando, vai caminhar, vai ser mais intensiva, o custo vai cair ao longo do tempo. Somos um País que tem uma grande insolação, portanto, estamos nesse jogo. Mas, ao mesmo tempo, estamos no jogo dos biocombustíveis, na geração de energia com bagaço de cana, do biodiesel, do etanol. São grandes conquistas que o Brasil levou anos para consolidar apesar dos tropeços todos que tivemos ao longo de todo esse tempo.

Mas somos uma potência energética mundial e com tecnologia, já que não se avança sem pesquisa e tecnologia. E hoje temos tecnologia competente que, sem dúvida nenhuma, vai nos propiciar que cada vez mais possamos vender o que produzimos exatamente porque o nosso projeto é bem estruturado e ancorado na tecnologia.

Então, acredito nesse projeto dos biocombustíveis. Acho que há espaço para soja como também há espaço para outras culturas. Acredito que a diversificação é importante. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito um trabalho competente, sei que, em muitas situações, com muitas dificuldades, mas a realidade é que são 100 mil famílias, tendo perspectivas e tendo uma atividade econômica séria, uma atividade econômica que cria expectativas para essas pessoas e uma atividade econômica fundamental para o Brasil e fundamental para o que se avizinha sob o ponto de vista ambiental, de sustentabilidade, assim por diante.

Então, nós temos aí – eu não chamaria de um bom problema, porque é uma expressão difícil – questões a resolver. Primeiramente – eu não sei, Dornelles, ouvi seus comentários a respeito do preço do diesel e alternativa melhor, tirando a soja e outras culturas, talvez o melhor seja vender, porque há um impacto no preço final do diesel, e o impacto que o diesel tem, naturalmente, na economia.

Algumas experiências aí pelo mundo, esse tipo de produção é subsidiada. E no meu ponto de vista é uma política acertada não é um erro não, inclusive em países desenvolvidos. Acho que a gente precisa fazer uma comparação não é do óleo diesel com o biodiesel dos pequenos e médios, é com o óleo de soja. Talvez seja essa a comparação mais adequada que nós temos, a mais compatível que nós temos que considerar. E essa questão de inflação, aliás do impacto, por exemplo, do preço dos combustíveis, eu ouvi aqui muito rapidamente – e ontem me foi entregue um estudo da Fundação Getúlio Vargas, que mostra que o reflexo, se a gente aumentar os 5%, ínfimo. E com resultado, sob

o ponto de vista de sociedade, de inclusão social e de perspectivas absolutamente extraordinários.

Essa discussão é um pouco... é aquela discussão que Secretário de Fazenda ou Secretário do Tesouro gosta de fazer: "ai eu vou reduzir imposto", ah vai cair a minha arrecadação. Mas o que a redução de imposto vai provocar no futuro em função dessa medida tomada.

Então nós temos que... A gente não pode olhar friamente essa questão; a gente tem que ter uma visão mais ecumênica das coisas. Meu caro Dornelles, é levantar o helicóptero – como a turma dizia lá na Shell.

Então eu acho que é absolutamente... Eu acho que essa audiência pública, iniciativa do Senador Jayme Campos e do Senador Blairo, que foram os dois que apresentaram, foi extremamente feliz. Quer dizer, nós estamos numa quinta-feira aqui, o Senado arrastando a barriga, e nós aqui de Casa cheia. Então, demonstrando o quê? Que este assunto é fundamental para o Congresso. E acho que existem algumas sugestões, é claro, pois estamos fazendo um debate aqui, com algumas sugestões importantes.

Talvez no leilão da ANP, que a ANP tem sido uma parceira do setor, separar por quotas, talvez, estabelecer quotas para criar uma garantia da comercialização dessa produção. Eu vi algumas telas aqui um pouco antes de sair, algumas empresas ou alguns produtores sem poder vender a sua produção. Isso é o maior desalento, inclusive para um esforço que o país está fazendo num programa que é muito pertinente. E mais, um programa distribuído regionalmente. Quer dizer, não é um programa só focado numa determinada região, é um programa de impacto nacional. Então é extremamente positivo.

Agora eu queria destacar, eu acho que a oportunidade é esta, nós o ano passado concluímos o marco regulatório dos biocombustíveis. Foi inclusive uma interação grande com o Ministério – o Dornelles está acompanhando, não é Dornelles? – e outras áreas também do Governo Federal, eu acho que os aperfeiçoamentos necessários nós seguramente podemos aproveitar nesse projeto que está tramitando no Senado. Foi um projeto discutido na Comissão de Infraestrutura, durante meses e meses, o Senador Inácio Arruda que foi o Presidente dessa Subcomissão, o Senador Jayme participou também.

Então eu acho que nós temos que aproveitar, meu caro Presidente Senador Acir Gurgacz, esse projeto para aperfeiçoar o setor. Quer dizer, criar as condições para que efetivamente haja o incentivo. Inclusive um avanço, porque está comprovado aí que nós temos praticamente, para as necessidades, dobro de capacidade, pelo que foi apresentado aqui e que ouvi atentamente.

Portanto, para resumir, para também não me estender, eu cheguei atrasado e não posso ficar aqui esticando a conversa de quem está desde o início. Mas eu acho que no Legislativo nós temos que atuar rapidamente. Quer dizer, ou o Governo opera através da Secretaria do Dornelles, da ANP, para a gente já mitigar esses efeitos, mas também trazer para a lei, porque eu acho a lei traz a segurança jurídica necessária para o investidor. E já que está tramitando esse projeto dos marcos regulatórios para os biocombustíveis, nada melhor do que aproveitar esse projeto e realmente botar um ponto final nisso; depois fazer outra audiência pública para discutir os próximos aperfeiçoamentos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Concede-me um aparte, Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ai é o Presidente quem manda. Eu sou aqui...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Claro, com certeza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só para registrar, na semana passada eu apresentei um requerimento, em plenário, para que esse projeto do marco regulatório também seja discutido aqui, na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu queria só informar ao setor e aos colegas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Absolutamente pertinente. Aliás, o esquisito é que ele surgiu na Infraestrutura, mas na verdade ele deveria ter aparecido aqui. Mas são as coisas nossas. Agora, com esse requerimento, vamos discutir na Agricultura. Esse projeto nasceu na Infraestrutura, quando o Senador Fernando Collor era o Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Então, acho que precisamos acelerar isso, dar velocidade, conversar com o Presidente Sarney, junto com o Governo Federal, junto com o setor, dialogando, para dar celeridade a esse projeto, porque acho que vamos avançar muito nisso. E esse setor é de tamanha relevância que exige uma regulamentação ágil.

Eu vivi aqui o problema da não regulamentação do gás natural, meu caro Dornelles. E eu sei o que isso causou. Nós aprovamos o marco regulatório do gás natural uns oito ou dez anos depois que já tínhamos implantado o gasoduto Bolívia–Brasil. E hoje a gente corre atrás para corrigir as distorções.

Então, acho que, com os bicombustíveis, não podemos brincar. E como sei que o Dornelles sempre pautou a vida pública dele pela sensibilidade, pela

coerência e pelo bom senso, não tenho dúvida nenhuma de que ele vai ser um grande parceiro nosso nesse desafio.

Só queria fazer esse registro, e outra coisa também, Sr. Presidente: estimular o setor a se fazer mais presente aqui no Congresso Nacional, porque eu já vi muita gente fazer discurso aqui no Congresso Nacional, desqualificando especificamente o biodiesel – vamos dizer assim, o biodiesel não tradicional. E nós temos que acabar com isso, porque ficou comprovada aqui a importância dessa diversidade. E diversidade é bom para um país diversificado como é o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Antes de continuar, vamos fazer as perguntas que combinamos com os demais Senadores, feitas pelas pessoas que vieram aqui participar da nossa audiência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Diante do adiantado da hora, e até porque algumas autoridades vão responder as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois é, estamos fazendo as perguntas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Qual seria a observação que eu gostaria de fazer a V. Exª? Diante do que já foi exposto aqui pelas autoridades convidadas, que representam o setor do biodiesel, acho que deveria falar apenas mais um, que foi o escolhido democraticamente por eles, que representam as 47, parece-me. Daí para frente – imagino que vão falar o Ricardo, o José Honório, o Marco –, nós deveríamos caminhar para o encerramento. Caso contrário, vamos ficar aqui até por volta das 14 horas ou das 15 horas, e eu, particularmente, estou louco para comer um angu. (*Risos*.) Gostaria que V. Exª permitisse que apenas um falasse. Ainda tem o Rubens para responder as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já foi determinado por eles, e está aqui a pergunta, e eu iria ler.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo, então.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª está atrasando um pouco a nossa conclusão dos trabalhos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A refeição também. Eu também quero comer angu, Senador Jayme, pois nem café eu tomei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Passo, então, a ler as perguntas feitas pelos nossos convidados.

A Camila Santoro, da Biopetro, Assessora da Presidência, pergunta o seguinte: "O sistema atual de leilão busca isonomia na prática? Os preços são muito diferentes? Por que todos não têm acesso ao mesmo preço? Como as pequenas e médias podem entrar nos grandes lotes (80%), se, mesmo com o auxílio social, estes não têm capacidade para competir? Têm de vender com prejuízo ou não vender." Essa é a colocação da Camila.

E o Marco Antônio Moura, da Aprobio (Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil): "Estamos reiterando o aperfeiçoamento do sistema de comercialização, leilões, desde sempre; como poderemos avançar nesse assunto de forma prática e emergencial até o marco regulatório? Como avançar na autorização do uso de biodiesel em veículos abaixo de 1.000 kg? Por que hoje é proibido? Existem estudos relacionados à externalidade da questão do biodiesel? Quanto gera de emprego, renda, meio ambiente, receita fiscal, aumento de atividade econômica? Tudo isso compensa o preço do biodiesel?"

Essas são as perguntas que os nossos convidados, na sequência, na medida em que estiverem com a palavra, vão responder.

Concedo a palavra ao Dr. Adilton Domingos Sachetti, Diretor Superintendente da Cooperativa de Biocombustível.

O SR. ADILTON DOMINGOS SACHETTI – Nós fomos indagados aqui sobre o faturamento médio dos pequenos e médios produtores. Não tenho como responder, não tenho esse dado efetivo, mas posso dizer que uma empresa de porte médio como a nossa tem possibilidade, se vender 100% dos 80% do que é permitido nos leilões, de faturar em torno de R$200 milhões por ano. Não é essa a nossa realidade. Nós somos médios produtores, temos 340, quase no limite que é 360.

Um pequeno vai faturar de 15 a 30 milhões/ano. É uma coisa assim. Então, o faturamento é bem baixo nesse sentido.

Assistência técnica – aqui a gente tem que fazer um esclarecimento, para também ter o entendimento de como funciona o setor. Vamos pegar um exemplo de uma grande *trading*, que é hoje um concorrente nosso como produtor. Ele tem na sua estrutura formada, não como produtor de biodiesel, mas como *trading* qualquer, toda uma estrutura de assistência técnica já. Ele vende fertilizante, ele vende defensivo, ele faz a comercialização para o produtor pequeno, médio ou grande – não interessa –, mas ele tem isso, está

dentro do seu negócio isso. E os pequenos e médios produtores que não têm a comercialização, o processo de *trading*, isso é um custo indireto, para o grande ou não grande que seja *trading* tem esse custo já parcialmente absorvido nos seus custos. E os que estão do outro lado e que não são *trading* têm que bancar, entra no seu custo direto, 100%, na produção do biodiesel. Então, há uma distorção. Nada contra ser grande, porque aqui inclusive eu coloquei, nós sonhamos em ser grande um dia, queremos e trabalhamos para crescer, mas há uma distorção nesse sentido e precisa haver uma compensação.

Quando a gente fala e a gente ouviu muito se falar de preço de biodiesel, se a sociedade está disposta a pagar esse preço, acho que a discussão não é só diretamente com essa simplicidade se o preço está acima. Nós temos que ver isso como uma política púbica de governo. Se nós temos um compromisso com o meio ambiente, se nós temos um compromisso com a sustentabilidade de quem está no campo, se esses são os compromissos que o Governo tem, o preço é consequência de ser sustentado para dar essa sustentabilidade, para dar sobrevida a essas que estão nesse setor.

E quero, por fim, dizer aquilo que o Senador Delcídio falou da presença mais constante do setor aqui, aquilo que já foi comentado pelo nosso companheiro Geraldo da fundação de uma nova associação ou de uma associação de produtores de biodiesel, a gente se fará presente, sim, com constância aqui dentro do Congresso, porque entendemos que é na disputa democrática do argumento, do convencimento que a gente vai fazer as alterações. Não é patrolando ou qualquer outra situação, a não ser vir aqui e trazer a realidade, trazer os argumentos, fazer a defesa, se posicionar para fazer as transformações e a consolidação desse programa que nós entendemos como fundamental.

E, por último, para encerrar, quero falar só um pouquinho da experiência privada nossa. Nós temos hoje a Coopermil na sua produção inserindo 10% já de óleo de algodão no total que nós produzimos. Então, não é somente soja, talvez uma das empresas tenha oportunidade de colocar algodão – uma cultura alternativa – para o biodiesel dentro dessa mistura. E é nosso interesse ampliar o óleo de algodão dentro da mistura da produção no nosso mix de produtos para fazer o biodiesel.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Curgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Adilton.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Rubens Cerqueira de Freitas, Superintendente Adjunto de Abastecimento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível.

O SR. RUBENS CERQUEIRA DE FREITAS – Obrigado.

A maioria das perguntas feitas aqui talvez o MME possa esclarecer, porque dizem respeito às diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética, que é presidido pelo MME, e que a ANP é fiel executora; lembrando, também, que a ANP é fiel executora, mas, pela lei do petróleo, a ANP executa, mas sempre olha, lá na ponta, o consumidor final. Então a ANP tem a obrigação legal de garantir para o consumidor qualidade do produto e a oferta do produto.

Acho que o MME pode esclarecer alguns pontos levantados aqui.

Mas eu só queria levantar aqui dois pontos: que nós temos que ser criativos, porque a mistura obrigatória é B-5, mas a ANP tem autorizado o uso de B-20 para várias empresas. A Vale do Rio Doce utiliza a B-20; recentemente eu estive na Prefeitura de São Paulo, e mais de 1.200 ônibus estão utilizando o B-20. Então eu acho que é um nicho de mercado que tem tudo a ver com melhoria da qualidade do ar. Se todas as regiões metropolitanas pudessem pedir essa autorização – e tem que pedir uma autorização específica, porque é um uso acompanhado –, porque essas empresas que recebem a autorização para usarem o B-20 mostram para nós, mês a mês, o nível de emissões, o estado dos motores... E o biodiesel é muito mais sensível do que o óleo diesel. Então essas empresas elas cuidam do biodiesel, ou seja, elas armazenam o biodiesel e manuseiam o biodiesel com muito cuidado. Ele não pode ter contacto com a água, por exemplo, e funciona muito bem.

Então, acho que é um nicho de mercado que tem tudo a ver com o meio ambiente.

Por último, o Senador fez uma indagação... Quer dizer, há pesquisas constantes na área de biocombustíveis. O Proálcool tem 30 anos, evoluiu enormemente, quase quebrou; hoje é exemplo. E o biodiesel tem poucos anos.

Então, tem pesquisas aí... É importante a gente discutir todos esses aspectos, mas temos que levar em consideração que, se mudar a tecnologia, pode ser que o preço caia muito; pode ser que muitos produtores tenham que mudar para essa nova tecnologia. Por exemplo, há pesquisas na área do etanol, de etanol de segunda geração; já há o diesel de cana.

Ou seja, é importante a gente acompanhar, não deixar de discutir a evolução tecnológica que acontece não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Curgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Rubens. Obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Marcos Antonio Viana Leite, do MDA.

O SR. MARCO ANTONIO VIANA LEITE – Sr. Presidente, fazendo algumas considerações, primeiro, do próprio Senador Acir, que coloca essa questão da cultura perene... Foi colocado aqui que a cultura perene talvez demore 3, 4, 5 anos para produzir, e como é que funciona isso?

O que é que acontece? Hoje, na Instrução Normativa, a empresa que trabalha com a cultura perene ela pode ficar os 3, 4 anos até a cultura começar a produzir. Aí a gente faz um cálculo da produtividade daquela determinada cultura – e vamos pegar aqui como exemplo a palma de óleo –, quanto ela produzirá, fazendo o cálculo da produtividade, aí nós tiramos a produção, e a empresa, nesses 2, 3, 4 anos não precisará comprar da agricultura familiar. Ela vai fazer um fomento para aqueles agricultores familiares que estão ali com a cultura perene. E ela tem um selo social.

Então, hoje, a nossa proposta é fazer uma mudança no seguinte sentido: hoje uma empresa no Rio Grande do Sul pode comprar em qualquer lugar do Brasil a matéria-prima da agricultura familiar. Nós não vamos mudar isso, mas para as culturas perenes a gente está trabalhando numa ótica que a empresa tem que ter uma indústria no local, na microrregião. Por exemplo, vou trabalhar no Pará vou ter uma indústria produtora de óleo de palma. Então temos que ter uma indústria lá, seja de esmagamento, seja, no caso, do biodiesel.

Outro ponto que o Senador Sergio Souza colocou aqui é sobre a importância desse trabalho com a agricultura familiar. Nós estávamos na terça-feira, onde o senhor também estava, no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, lá em Francisco Beltrão, no Paraná. É uma região onde nós temos um grande número de agricultores familiar, vamos dizer, que é o berço da agricultura familiar no Brasil, todos os nossos programas de Pronaf, a assistência técnica, garantias... Então a agricultura familiar teve um papel relevante. Portanto, entendemos que a agricultura familiar precisa realmente participar desse processo de produção.

No que diz respeito à questão dos marcos regulatórios – depois o Dornelles vai falar sobre o assunto –, nós entendemos que sobre essa questão do aumento dos percentuais, precisamos ter muita responsabilidade quanto a isso.

O Senador Delcídio também falou do entusiasmo dele, eu também sou entusiasta desse processo MDA, mas temos que ter muita responsabilidade para depois não dar um passo maior do que nossas pernas. Isso é importante. Depois o Dornelles pode falar melhor sobre o assunto.

Foi colocado, aqui, a questão do pinhão-manso, pelo Senador Casildo.

Sou vinculado à empresa de pesquisa agropecuária do Estado de Minas Gerais e estou cedido ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e lá, por coincidência, eu coordenava esse trabalho com a cultura do pinhão-manso. Pude conhecer de perto essa cultura e nós MDA temos uma expectativa muito grande quanto ao pinhão-manso, mas temos que ter responsabilidade e não incentivar essa cultura, neste momento, porque ainda temos que desenvolver um pouco mais de tecnologia para levar isso a campo. Nós não temos um domínio tecnológico das questões fitossanitárias, precisamos avançar um pouco mais. Trabalhar o melhoramento genético, bio, não tecnologia. Precisamos de um tempo mais para avançar. Hoje, a Embrapa coordena todo esse processo, tem feito pesquisas, criou um grupo de trabalho. Existe investimento direto do Governo Federal, a própria Petrobras tem feito investimento. Nós estamos bem avançado no sentido de termos o pinhão-manso como uma cultura. Mas ainda precisamos de mais tecnologia.

Tem, aqui, um ponto que não discordo; o outro ponto eu discordo em números. Seria o fato de que a gente tem mais dificuldades nas empresas menores de manter ou receber o selo. Vou falar isso em números. Tivemos cinco empresas, não unidades produtivas, que perderam o selo social. Dessas cinco, três eram empresas grandes no setor. Então isso não é a realidade. Muito ao contrário. A maior parte das empresas pequenas tem tido um bom desempenho com a questão do selo social. Nas empresas grandes, às vezes, o que acontece? Elas já têm um modelo de produção e ela quer adequar àquele modelo dela ao que foi proposto. E, muitas vezes, não tem como acontecer. Tem que ter contratos prévios, assistência técnica... Diferente de um pacote que já vem sendo feito aí. Então não podemos vincular a isso. Temos tido uma sensibilidade muito grande com as dificuldades de algumas empresas. Existem empresas que estão em uma região muito distante, então qual a dificuldade que ela encontra com a agricultura familiar. Temos buscado ter essa sensibilidade, claro, para que a empresa não seja prejudicada.

Temos também a sugestão do Senador Blairo Maggi sobre o mecanismo da Conab, que é a PGPM. Entendemos que isso precisa de uma proposta. Hoje, a PGPM funcional bem. Este ano, parece que são R$5 bilhões para a PGPM – e pode ser uma das soluções. A gente precisaria, é claro, avançar um pouco mais.

Falando em um contexto mais macro, nós entendemos que a agricultura familiar efetivamente precisa participar do processo de produção de energia. Sema-

na que vem, haverá o lançamento, pela Itaipu, de um trabalho que eles estão realizando de produção de biogás. Quem é do Paraná e de Santa Catarina conhece bem as dificuldades encontradas com dejetos suínos, por exemplo. E o biogás vem como uma solução para a produção de energia elétrica, como uma solução de rentabilidade para o agricultor familiar. A questão do sequestro de carbono resolve o problema ambiental. Então estamos fazendo uma discussão lá para ter, daqui a um tempo, um programa inclusive similar a esse do biodiesel, para que a gente possa trazer mais agricultores familiares para esse processo de produção de energia. Portanto, a gente precisa realmente participar.

A agricultura familiar não é um problema para o processo. Tenho certeza de que ela já é, em maior parte das regiões... O Dornelles mostrou ali, no último leilão, claro que em todos os leilões não foram dessa forma, mas, no último leilão, houve um diferencial de preço de 10% a mais, em média, a favor de quem tem selo social. Então a gente entende que o custo do selo social não atinge isso, tanto que nós temos uma demanda muito grande pelo selo social. Acho que é uma questão mesmo de adequação – e o Ministério do Desenvolvimento Agrário sempre está aberto a essas reflexões. Entendemos que não é um processo fácil; é um processo difícil e a gente precisa realmente discutir, para que se possa avançar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marco.

Passo a palavra, agora, ao Dr. José Honório Accarini.

O SR. JOSÉ HONÓRIO ACCARINI – Muito obrigado, Presidente.

Vou fazer apenas algumas breves considerações sobre uma pergunta de alguns Senadores, uma pergunta bastante frequente, bastante recorrente, em vários eventos que nós participamos, que é sobre o futuro do biodiesel: se o biodiesel vai parar no B5 ou vai continuar para o B10 ou para o B20. Nós temos no Brasil, sem dúvida alguma, e a capacidade ociosa que existe na indústria é uma prova, do lado industrial, de que temos capacidade para caminhar acima do B5. E, do ponto de vista do nosso potencial agrícola, seja pelo aumento da nossa produtividade, seja pelo aumento da produção em novas áreas ou pelo reaproveitamento de novas áreas etc., ninguém também tem nenhuma dúvida de que o Brasil pode avançar bastante.

A questão é que estamos discutindo hoje, volto a dizer, neste ciclo de audiência da Comissão Executiva Interministerial de Biodiesel, com a participação de todos os elos da cadeia produtiva, da tecnologia, da agricultura familiar, da produção, dos consumidores, dos transportadores, enfim, de todo mundo, é justamente como nós podemos fazer duas coisas ao mesmo tempo, mas tendo como ponto fundamental a consolidação desse programa no B5, questões de qualidade, questões de pequena e média empresa, questão de logística, questão de modelo de comercialização, uma série de questões. A entrada em vigor proximamente do diesel com menor teor de enxofre é outro aspecto que pressiona bastante toda a infraestrutura, de mistura, de distribuição de transportes.

Então é preciso que tenhamos uma visão de conjunto e naturalmente que, dentro desse ciclo de audiências, nós estamos buscando isso. Os resultados do que ouvimos nesta Comissão também contribuem para isto, para essa visão de conjunto. Não existe solução boa quando ela é boa só para um elo da cadeia produtiva. Nenhuma corrente – é o que diz aquele outro velho ditado – pode ser mais forte do que seu elo mais fraco.

Então, estamos justamente no processo de fazer uma avaliação geral de todos os segmentos da produção, do consumidor, da qualidade, da tecnologia, do avanço de outros biocombustíveis. Enfim, como disse muito bem o Senador, é um bom problema, sem sombra de dúvida, porque vivemos um momento de certa efervescência, no sentido de haver novas tecnologias, novas rotas tecnológicas, como o rodízio de cana-de-açúcar. Estamos vivendo um momento em que parece que o mundo e o Brasil têm uma condição ímpar nesse processo de dar várias respostas que são complementares na solução desse problema, que não é um problema só do Brasil, mas da humanidade, que é a finitude do combustível fóssil.

Estamos buscando essa visão de conjunto, com a colaboração de todos os setores, ouvindo todos eles de forma bastante aberta e democrática.

Certamente, o Governo não pensa, de forma alguma, em colocar freio no B5, mas eu diria que, antes de colocar o pé no acelerador, temos de olhar bem para frente, olhar a situação em que nos encontramos e olhar um pouquinho o que, realmente, devemos corrigir, para que haja sustentação e sustentabilidade dentro desse processo de crescimento do biodiesel e dos biocombustíveis no Brasil e no setor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Honório, pela sua presença e pela sua participação nesta audiência pública.

Para encerrar as participações, passo a palavra ao Dr. Ricardo Dornelles, do Ministério de Minas e Energia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em algumas ponderações, senti uma preocupação

por parte dos setores que representam os produtores, das associações e dos representantes do Governo. Sei que esta é uma preocupação: se vamos colocar o pé no freio para diminuir ou para aumentar. Senti, pela Casa Civil, que a coisa não é fácil. E não é fácil mesmo! Não sei se o Dr. Dornelles, do Ministério de Minas e Energia, vai entrar nesse campo.

Deve continuar este debate entre o setor representativo dos produtores e o Governo. É preciso promover esse encontro – isso é fundamental –, para que continue o debate, para que eles continuem se reunindo. É claro que seria um grupo menor. Mas é preciso discutir o setor. Isso seria fundamental. Esse canal existe, é possível, entre os setores representativos, as cooperativas e o Governo. Essa articulação, talvez, possa ser feita com o Ministério de Minas e Energia, que está ligado ao setor, com a ANP, com a Petrobras, com o MDA e com a própria Casa Civil, com o Governo. Se isso ficar, essa já será, para nós, uma satisfação, porque a questão ficará em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Esse assunto não sai de pauta, Senador Casildo. E não pode sair da pauta, em hipótese alguma, tanto é que o Dornelles já veio aqui por duas ou três vezes. Não é isso, Dornelles? Tenho a certeza de que, durante este ano, ele continuará vindo aqui, para que a gente possa debater esse assunto, que é da maior importância não só para os agricultores, mas também para o consumidor brasileiro.

Dr. Dornelles, o senhor tem a palavra.

O SR. RICARDO DORNELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu queria agradecer ao Senador Delcídio por dois motivos: primeiro, pela palavra dita por ele; segundo, pela pressão que, mais uma vez, ele coloca nas minhas costas. Mas isso faz parte. Esse é, de fato, um assunto de suma importância.

Vou tentar resumir alguns pontos que anotei aqui.

Primeiro, falo da questão que o Senador Blairo Maggi aborda, que o Governo trabalha sob pressão. De fato, o Governo trabalha sob pressão, mas, no caso específico do programa do biodiesel, o Governo também tem sido um elo de pressão sobre o setor.

Sobre a ponderação feita pelo Senador Casildo Maldaner, quero dizer que esse canal de discussão sempre esteve aberto. Os produtores foram recebidos no Ministério dezenas de vezes por mim, pelo Secretário, pelo próprio Ministro. Sei que eles foram recebidos também pelos outros Ministérios envolvidos no programa. A Comissão Executiva recebeu os produtores por diversas vezes, então esse canal sempre esteve aberto. A Ubrabio, cada entidade que representava o setor, tem acesso direto lá, conversamos várias vezes com eles. E há agora uma nova associação sendo colocada e que ainda não nos procurou formalmente, embora os representantes dela estejam todos aqui; todos têm o meu celular, me ligam sempre que precisam e, certamente, estará aberta à nova associação, como estará aberta a qualquer produtor, individualmente, para procurar o Governo, procurar o Ministério para tratar do assunto biodiesel.

Sobre a questão ainda de cobrar uma alternativa, quer dizer, qual é a proposta do setor privado, de sugestão, que também foi endossada pelo Senador Acir? Nós temos também colocado esta posição: qual é a alternativa que vocês têm para nos ajudar, para contribuir na construção dessa solução?

A alternativa única, a bala de prata de aumentar o percentual de mistura, sendo a única solução, ela não se mostra sustentável no médio prazo. A gente aumenta agora para, daqui a três anos, ter mais investimento sendo feito, ter mais produtores entrando; os pedidos de autorização estão na ANP. E eu já falei: o B-100 é o limite, não dá para fazer B-110.

Então a gente tem que construir isso de uma forma mais inteligente do que ser a única alternativa o aumento de mistura. Os nichos de mercado são uma alternativa sim; a iniciativa da Prefeitura de São Paulo, que prevê um escalonamento de substituição de fósseis na matriz. Obviamente isso gera custos para a Prefeitura de São Paulo, eles estão trabalhando, tentando achar alternativas para construir isso.

Então a gente tem que buscar soluções um pouco mais qualitativas, mais inteligentes, mais diversas para sair de um problema que nós temos.

A questão colocada de que o Governo autoriza... De fato, a atividade da produção de biodiesel está prevista... Bem, eu não sou burocrata, eu não sou e nem me considero um burocrata, pelo menos, não sou advogado, mas tenho que ter algum zelo pela posição das questões legais e constitucionais.

A atividade de autorização é de livre iniciativa. Não cabe ao Governo, o Governo não tem competências constitucionais de dizer: "bom, agora o baile está cheio e nós vamos fechar essa porta. Quem está dentro vai dançar, quem está fora não entra mais". Nós não temos condição legal para fazer isso. A atividade de distribuição é uma atividade aberta da livre iniciativa sob as regras regulamentares que a atividade prevê.

Então a ANP não tem nenhum respaldo para vetar autorização a um produtor de combustível, simplesmente porque já há uma sobrecapacidade instalada no país; é uma atividade de risco do exercício de uma atividade de autorização. Para mudar isso é preciso mudar o marco até constitucional, talvez, para uma medida como essa.

A questão do preço.

Neste mesmo trabalho que lhe foi apresentado, Senador Delcídio, da FGV foi também apresentado ao Governo. Foi entregue, foi debatido e foi discutido. Num item que trata da questão do impacto da inflação, ele cita especificamente do impacto direto. Então impacto direto do óleo diesel, o preço do diesel na inflação, ele é mínimo, está lá na quarta casa decimal, porque o diesel não é um produto cotado diretamente na apuração dos índices de inflação. O impacto indireto do aumento do preço do diesel na inflação, sim, este tem um valor considerável.

Então, da mesma forma como questionei isso aos produtores, eu estou trazendo essa informação à Comissão de que não soa bem imaginar que um aumento do preço do diesel não traz reflexo na inflação. Não é lógica uma colocação dessas. Traz, sim, mas a aferição do impacto indireto está nos índices de inflação.

Então a gente não pode deixar também que algumas colocações tomem um viés inadequado. Existe sim, e acho que é uma preocupação do Governo como um todo, a questão dos índices de inflação, lembrando: o diesel não é só tarifas públicas, não é só passagem de ônibus das prefeituras; ele é fundamentalmente também transporte de carga.

Então tem um impacto direto em toda a atividade econômica do País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Intervenção fora do microfone.)* – As máquinas.

O SR. RICARDO DORNELLES – Como?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Intervenção fora do microfone.)* – As máquinas dos produtores...

O SR. RICARDO DORNELLES – Mas esses, se fizerem o autoconsumo, estão livres dos impostos, porque para o consumo próprio não incide o ICMS nem PIS, nem Cofins. Então, para o consumo próprio, não para a comercialização ou para os seus vizinhos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas aí é que estou dizendo, se o produtor começar a usar o biodiesel, ele dá uma ajuda nisso, também.

O SR. RICARDO DORNELLES – Sem dúvida.

Bom, a questão que foi colocada da exportação. Nós não exportamos biodiesel por dois motivos basicamente. Primeiro, que hoje não temos competitividade. Então, o nosso preço do biodiesel não compete no mercado internacional.

Uma dessas causas, comparada com a nossa vizinha Argentina, é que a atividade agrícola e a produção de soja na Argentina, do ponto de vista da produtividade e eficiência, são muito parecidas com várias regiões do Brasil. Só que eles estão na boca do rio da Prata, portanto, eles têm uma logística muito favorecida para a exportação. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que a Lei Kandir interfere diretamente na rentabilidade dos produtos de exportação. Ela favorece a exportação de produtos primários, e incide a tributação sobre produtos manufaturados. É diferente do que a lei argentina faz. Então, a Argentina aplica imposto de exportação de soja, aplica um imposto de exportação de óleo de soja e de exportação de biodiesel.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Apenas uma observação. Mas quem paga, na verdade, são os Estados. A Lei Kandir vai ressarcir em muito pouco. Ou seja, de cada 100, apenas 20% é ressarcido. Então, na verdade, são os Estados que bancam. É aquela velha história de fazer cortesia com o chapéu alheio. Imagino que é isso, também.

O SR. RICARDO DORNELLES – Sim, a Lei Kandir, olhando para o setor produtivo, estou dizendo que a Lei Kandir, hoje, é prejudicial à competitividade de exportação de produtos acabados.

Acho que esse é um ponto que tem sido discutido, várias vezes, dentro do Governo e com o próprio setor, sobre alguma alternativa de trazer essa medida.

Com relação ao modelo do leilão, que foi a pergunta da Biopetro e da Aprobio, o leilão como um leilão, é um leilão reverso na modalidade preço reverso. Então, a ANP estabelece um preço teto, e sobre esse preço teto os produtores aplicam um deságio. Então, é aberto, é um mecanismo público, no qual qualquer produtor devidamente cadastrado tem acesso ao leilão e vai competir com o preço no chamado leilão holandês de preço reverso.

Então, os resultados que podem estar, e certamente estão comprometendo em algumas questões, ocorrem basicamente porque a capacidade firme é superior à demanda necessária e isso, certamente, leva a um deságio. Mas não é uma questão da modalidade de não ter acesso ao leilão. Os lotes divisíveis são mecanismos previstos. Mostrei aqui a posição do TCU, ela existe. Já fizemos outra modalidade, no passado, em que cada produtor ofertava o volume e o preço que queria fazê-lo, quando era um leilão presencial. Isso, também, nós estamos avaliando e discutindo como temos feito ao longo de muito tempo.

Quero dar uma resposta especificamente ao Senador Jayme Campos, quando S. Exª aborda a questão da Petrobras.

Na verdade, temos três Petrobras trabalhando nisso: a Petrobras Holding, a BR Distribuidora e a Petrobras Biocombustíveis. O Governo zela para que cada agente desses tenha a sua atividade isonomicamente tratada com os seus pares. A criação da Petrobras

Biocombustíveis foi exatamente – quer dizer, uma das necessidades dela – porque ela não poderia, como Petrobras Biocombustíveis vender para a Petrobras Holding sem seguir as mesmas regras, as mesmas legislações aplicáveis às demais produtoras. Então, a Petrobras Biocombustíveis concorre no leilão exatamente na mesma condição que concorre qualquer outro associado da Aprobio ou da Obrabio. Aliás, a Petrobras Biocombustíveis era associada também da Obrabio, concorria no mesmo patamar de condição. E hoje garanto que chora nos meus ouvidos, da mesma forma que vários agentes privados, em função da condição de mercado.

A Petrobras Holding é um agente passivo, não tem ação nenhuma sobre o processo de leilão de compra. Ela está sendo imputada pela regulamentação do Estado a comprar o biodiesel. A Resolução do CNPE Nº 5, se não me fala a memória, definiu que a comercialização para atender ao percentual mínimo obrigatório seria feita por leilão e os compradores seriam as refinarias, os importadores de óleo diesel. Então ela é meramente passiva, ela não tem nenhuma gestão sobre o resultado do leilão de compra.

Na questão da venda do biodiesel, depois que ela compra, ela desenvolve por iniciativa própria, não foi por determinação do Estado ou do Governo, um mecanismo de leilão para vender o biodiesel que ela compra. Ela não vende por leilão, gasolina, diesel, QAV, nenhum produto. Então ela estabeleceu um mecanismo público, operado internamente dentro da Petrobras Holding, mas é um mecanismo de leilão, em que ela já tem os volumes que comprou e aí ela os oferta às 150 distribuidoras, simultaneamente.

Da mesma forma como a BR Distribuidora opera no mercado de combustíveis exatamente com as mesmas regras, as mesmas condições que as suas competidoras, Shell, agora a Raizen, Ipiranga e mais cento e tantas distribuidoras, e a atribuição da Agência Nacional de Petróleo é zelar para que as regras de mercado, as condições de mercado estejam sendo atendidas em isonomia com todos os agentes, tenho muita tranquilidade em lhe afirmar que não há nenhum favorecimento pelo fato de a Petrobras ter três pernas trabalhando o programa do biodiesel, por ser a própria empresa.

Voltando à questão legal, vou repetir. A lei estabeleceu uma preferência para que o biodiesel brasileiro tivesse originação de matéria da agricultura familiar. A lei não deu uma preferência específica para produtores de menor ou maior escala, como também não deu, que talvez seja o fator econômico mais importante, uma diferenciação entre produtores que optam, no seu negócio, de ser uma empresa integrada, ou seja, atuam desde a produção de matéria-prima até a produção do biocombustível ou empresas não integradas, que optam por ir ao mercado comprar parte de seus insumos ou de sua matéria-prima.

Existem empresas integradas, que têm obviamente condição de transferência de custo interno dentro do seu negócio, que podem ter mais margem de preço, quer dizer, elas podem perder um pouco aqui e ganhar um pouco mais aqui dentro da mesma cadeia. Empresas não integradas conseguiram criar uma relação comercial no mercado e conseguem também manter esse tipo de relação. Existem diversas empresas não integradas que têm competido em iguais condições, vendido volumes semelhantes a empresas integradas. Isso depende muito do arcabouço da forma, da estratégia comercial, da estratégia de operação de cada empresa.

Se hoje o Governo chegar e disser: vamos fazer uma distinção entre empresa integrada verticalizada e não verticalizada, nós não temos suporte legal e seremos interferência direta na estratégia comercial de agentes que, uns, optaram por um jeito e, outros, por outro. Existe a lei de micro e pequena empresa. Tudo favorece micro e pequena empresa, mas, pela conta que nosso colega da Cooperbio apresentou, uma empresa que atua no mercado de biocombustível não é uma micro e pequena empresa, pelo patamar de receita anual que tem uma empresa que atua nesse mercado não se caracteriza hoje na legislação de micro e pequena empresa brasileira.

Para terminar, a primeira pergunta do Senador Blairo Maggi, o que o Governo quer, para onde o Governo está olhando. Certamente o Governo olha o programa de biodiesel como um sucesso e um fator de desenvolvimento social e regional muito importante. Se vamos chegar a B10 ou a B20, vai depender de algumas correções, de alguns ajustes que têm de ser feito no programa. Nós temos que ver a questão da participação da agricultura familiar, consolidar essa participação, dar condições para que ela aumente o percentual de participação que ela tem hoje. A questão tecnológica ainda não está totalmente equacionada na indústria automotiva, embora alguns países vizinhos tenham colocado percentuais maiores de mistura, mas, no Brasil, ainda há uma negociação, há testes a serem feitos para isso. Nós temos a questão de alternativas mais econômicas para a produção de biodiesel e a questão da diversificação de matéria-prima. Quanto à diversificação de matéria-prima na parte do Selo, já está claro o fator multiplicador para matérias-primas alternativas, para favorecer e estimular a diversificação. Dentro dos mecanismos que nós estamos discutindo e que, certamente, terão de ser apresentados ao

Congresso, possivelmente, haverá a necessidade de alguns dispositivos no modelo tributário que identifiquem e criem benefícios adicionais para a diversificação de matérias-primas. Estamos trabalhando nisso. Certamente, passará por esta Casa a necessidade de aprovação de lei.

O projeto de lei levado à Comissão de Infraestrutura do Senado aborda pontos muito importantes, mas foram traduzidos dentro do projeto de lei interesses muito diversos. Certamente, há pontos contraditórios dentro do projeto de lei. Efetivamente, temos de trabalhar para achar um bom senso, um equilíbrio, um marco regulatório que garanta o crescimento, a participação mais efetiva, a agregação de renda, a agregação de valor a essa atividade do biodiesel em toda a sua esfera, desde a agricultura até o consumidor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero aproveitar a carona do Dr. Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senti na exposição – e é extraordinário ver que isso está bem amplo – que há uma autoridade no setor. O Congresso, no que for preciso – o próprio Senador Delcídio disse dos projetos que estão tramitando aqui, e este é dos mais importantes – e no que dele depender, vai se dedicar a isso.

Mas fiquei um pouquinho preocupado com uma questão. O senhor disse sobre as plantas existentes, sobre as indústrias, sobre as autorizações para que se construam mais indústrias de biodiesel no Brasil, e não temos como interferir nisso. Até concordo que a legislação não permite a interferência, mas, se possível, é preciso encontrar um denominador. Várias dessas indústrias recebem até empréstimos públicos, recebem autorização para se instalar, mas, se isso se der "a la vonté", vamos enfrentar problemas. O Senador Jayme já levantou essa questão.

Eu me oriento da seguinte forma: o Ministério das Comunicações, para autorizar a implantação de uma rádio, de um canal, de uma televisão numa cidade, faz um levantamento de quantos habitantes há naquela cidade, para ver se há condições de isso ser feito ou não, para ver se há acúmulo. Isso ocorre em outros setores também. Para se implantar uma linha de ônibus, é preciso verificar se vai haver concorrência, se já existe outra linha, se isso é possível. O mesmo deve ser feito para se definirem as trajetórias dos aviões; existe uma agência que regula isso, que autoriza ou não isso, verificando se há ou não condições de isso ser feito. Deveria haver mecanismos para fixar os que estão estabelecidos ou para fazer com que não se aumente mais, para regular um pouco isso. Há também a alternativa do óleo de *jatropha*, de Los Angeles – para nós, é o pinhão manso –, para que, um dia, nessas linhas áreas, nossos aviões possam usar esse combustível.

Quero deixar apenas essa preocupação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Senador me indagava e me consultava: o senhor coloca no seu jato...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu consultava o Senador Jayme se, daqui a Cuiabá, ou nas suas fazendas, ele pode usar o óleo de *jatropha*, de Los Angeles – já se pensa em fazer isso no mundo –, ou o nosso pinhão manso, o biocombustível. Perguntei se ele usaria o óleo, e ele me disse: "Se comprovado, vou usá-lo com muita alegria".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se for comprovado, eu colocarei. Mas não vou experimentar.

O SR. RICARDO DORNELLES – Senador Maldaner, a grande maioria, salvo engano, do que o senhor abordou está submetida ao regime de concessão, não ao regime de autorização.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Há uma espécie de recomendação: "Quer cumprir a planta? Tem direito. Mas o setor está saturado". No momento, tem de ter cuidado.

O SR. RICARDO DORNELLES – Essa posição está estampada na lei, que garantiu a oferta de 5% de biodiesel no mercado. E, talvez, esse seja o maior subsídio indireto que o Governo está dando. A partir do momento em que se estabelece um mercado cativo, isso não deixa de ser caracterizado como subsídio. Ele está lá, é obrigatório e será cumprido ao preço que for. Se é obrigatório, será cumprido ao preço que for.

Com relação à *jatropha*, ela não é uma planta originária do Brasil; é da América Central, se não me engano. A China plantou *jatropha* na África como um todo, sem nenhuma recomendação agronômica. Agora, de fato, todas as iniciativas de biocombustíveis para avião têm sido feitas – todas é a maneira de dizer, mas a maioria usa – com a *jatropha*, a camelina, que é uma planta do tipo da canola, mais na região do Hemisfério Norte; e alga. Mas toda essa produção é feita em laboratório. É o químico, é o técnico ajustando aquilo para sair na especificação, porque, se for levantar o helicóptero como o Delcídio quer, tem que descer dele direitinho também; não pode ser de qualquer jeito.

Então, a questão do biocombustível é uma questão de longo prazo. As Forças Armadas Americanas têm um programa gigantesco de certificação de toda a Força Aérea Americana para uso de bioQAV, está num horizonte muito curto. Vários voos experimentais foram feitos; a TAM inclusive já fez um voo aqui no

Brasil. E saiu uma notícia recentemente, nesta semana – fiz confusão, Senador –, de que a Lufthansa vai inaugurar um voo comercial, se não me engano, de Berlim a Frankfurt, com 50% de bioQAV em uma das turbinas do avião. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se não houver nenhuma notícia... Esperemos que não haja nenhuma notícia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Gostaria, apenas para encerrar, de fazer uma indagação, uma consulta às autoridades que representam o Governo: se é possível a criação deste grupo de trabalho – Ricardo, José Honório, Marco Antonio e os outros que estiveram aqui – que propusemos aqui, entre Governo e representantes das indústrias. Acho que é democrático, é saudável, até porque, na verdade, há uma expectativa muito grande de todos aqueles aqui representados. Então, indago se é possível criar esse grupo de trabalho para buscarmos encaminhamento.

As observações que fizeram aqui foram maravilhosas, dirimiram muitas dúvidas, principalmente de nós, Senadores. Todavia, o maior interessado são as pessoas que vieram aqui e que representam esse segmento tão importante da política energética do nosso Brasil, dessa energia renovável, que eu quero crer que seja.

Nesse caso, só para encerrar, quero saber se é possível a criação desse grupo. Se puder responder agora... Caso contrário, daqui a uma semana, duas semanas. Aqui estão as autoridades que representam o setor e que ficariam incumbidas de fazer esse encaminhamento junto aos órgãos vinculados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Eu sugiro que nós possamos formalizar esse pedido, Senador Jayme Campos, no sentido de enviar um documento para os ministérios na intenção de criar essa equipe de trabalho permanente para dar assistência aos nossos produtores de biodiesel e de matéria-prima.

Fico à sua inteira disposição no sentido de ajudar, junto com os demais Senadores.

Agradeço a presença dos nossos convidados aqui hoje, que fizeram um grande trabalho em prol do setor.

Agradeço aos nossos Senadores que participaram desta audiência pública.

E chegamos à conclusão, mais uma vez, da importância do *biodiesel* para a agricultura familiar, para a agricultura e para os nossos consumidores. E quero reafirmar o apoio desta Comissão para com o setor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE AGOSTO DE 2011.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia quatro de agosto de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, ANTONIO CARLOS VALADARES e ALVARO DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 28, de 2011-CRA**, aprovado em 16/06/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do leite, arroz, trigo, carne e vinho, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Daniel Marteleto Godinho –** Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, da Secretaria de Comércio Exterior – **MDIC**; Sr. **Carlos Domingos Polleto** – Presidente da Cooperativa Agropecuária & Industrial – **COTRIJUI**; Sr. **Rodrigo Sant'Anna Alvim** – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. **Antonio Jorge Camardelli** – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – **ABIEC**; Sr. **Carlos Raimundo Paviani** – Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho – **IBRAVIN**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Waldemir Moka, Antonio Carlos Valadares, Ana Amélia, Blairo Maggi e Casildo Maldaner. **EXTRAPAUTA**: **ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor **Wagner Rossi**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para, em audiência pública nesta Co-

missão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Veja, em sua edição de 3 de agosto corrente, que trata de denúncias de corrupção, fraudes e propina no Ministério da Agricultura. **Autoria:** Senador Álvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor **Afonso Florence**, Ministro de Desenvolvimento Agrário, e convidado o senhor **Celso Lisboa de Lacerda**, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA** para, em audiência nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, no último dia 24 de julho do corrente, e que tratavam da venda de lotes do INCRA destinados à reforma agrária. **Autoria:** Senador Álvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Wagner Gonçalves Rossi**, para prestar esclarecimentos sobre o desempenho desta pasta. **Autoria:** Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique e Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Wagner Rossi**, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta. **Autoria:** Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor, **CELSO LISBOA DE LACERDA**, Presidente do **INCRA**, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta. **Autoria:** Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor AFONSO FLORENSE, Ministro do Desenvolvimento Agrário, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta. **Autoria:** Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, requeiro seja realizada, nos termos do Requerimento nº 10, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA, reunião dessa comissão, na cidade de Curitiba/PR, no próximo dia 19 de agosto para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências" (Código Florestal). Para proferir palestra sobre o tema sugiro o convite das seguintes autoridades: Deputado Federal Aldo Rebelo; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Representante do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; Solicito também que sejam emitidos, por esta Comissão, convites para que participem como convidados no evento as seguintes entidades da sociedade civil: Assembléia Legislativa do Paraná; Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado Paraná – **SEMA/PR**; Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná – **SEAB/PR**; Ministério Público do Paraná; Universidade Federal do Paraná – **UFPR**; Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Paraná – **OAB/PR**; Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – **OCEPAR**; Federação da Agricultura do Estado do Paraná – **FAEP**; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná – **FETAEP**; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado do Paraná – **FETRAF/Sul-PR**. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente, em exercício, da CRA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 28, de 2011, da Comissão de Agricultura, aprovado em 16/06/2011, de autoria da Srª Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do leite, arroz, trigo, carne e vinho, com a presença dos seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa de trabalho:

– Sr. Daniel Marteleto Godinho, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

– Sr. Rogério Fabrício Glass, Analista de Comércio Exterior da Coordenação-Geral do Agronegócio, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

– Sr. Carlos Domingos Poletto, Presidente da Cooperativa Agropecuária & Industrial – Cotrijui;

– Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim, Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

– Sr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC;

– Sr. Carlos Raimundo Paviani, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho – Ibravin.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia, essa Senadora que abrilhanta o Senado da República, há pouco tempo, com a sua capacidade de trabalho e sua inteligência.

Quero parabenizar a Senadora pela iniciativa de trazer para a Comissão de Agricultura um debate de importância ímpar para o agronegócio brasileiro, principalmente para os Estados da região Sul e, se me permitir, Senadora, para o meu querido Mato Grosso do Sul, que, ao longo dos anos, vem sofrendo com as políticas de comércio exterior, principalmente em relação ao Mercosul.

É importante destacar que, com o advento da Organização Mundial do Comércio, OMC, resultante das negociações da Rodada do Uruguai, entre 1986 e 1994, foi realizado o chamado acordo agrícola. Esse acordo constitui suporte fundamental da normatização do comércio agrícola, com o objetivo de torná-lo mais justo e orientado pelo mercado por meio da redução das barreiras comerciais e dos subsídios à agricultura. Muito mais que um acordo agrícola, o objetivo principal era formar um mercado comum, com livre circulação de capital, trabalho, bens e serviço.

Apenas para ilustrar a importância do debate, citamos os dados da balança comercial do agronegócio – insisto, balança comercial do agronegócio –, que, neste primeiro semestre de 2011, movimentou US$43,1 bilhões, registrando um superávit da ordem de US$34,7 bilhões, decorrente das importações, que registraram um total de 8,3 bilhões, um crescimento de 23,4% das exportações, sendo que as importações cresceram 36,8 em relação ao mesmo período de 2010.

Em relação a todos os setores, as exportações alcançaram o total de US$140,6 bilhões e as importações, um total de U$124,5 bilhões, com um superávit de US$16,1 bilhões. Significa dizer que o agronegócio, a exemplo dos outros anos, emprestou, somente neste ano, aos demais setores da economia, US$18 bilhões para cobrir o déficit das transações comerciais.

O debate que se irá fazer aqui, hoje, é muito importante para os setores envolvidos – arroz, carne, trigo, vinho e leite –, porque os dados demonstram aumento nas importações de trigo, produtos lácteos, além de produtos florestais – papel e celulose –, sem considerar que parte desses produtos dos países vizinhos tem custo de produção muito inferior aos nossos, dificultando a exportação e uma concorrência justa em termos de mercado internacional.

No âmbito do Mercosul, os dados de 2010 demonstram que a balança comercial brasileira é superavitária em aproximadamente US$6 bilhões, com exportação total de US$22,6 bilhões e importação total de US$16,6 bilhões.

Entretanto, em relação aos produtos agrícolas, o Brasil é deficitário em US$3,27 bilhões, quando exportou 1,13 e importou US$4,4 bilhões.

Então, esta é a questão: embora no Mercosul o Brasil seja superavitário no total, em relação ao agronegócio nós temos um déficit de US$3,27 bilhões.

É importante destacar que o processo de integração e a União Aduaneira estão incompletos. Não há livre circulação de mercadoria e demais fatores de produção, e a chamada "tarifa de excreção", a chamada TEC, facilita a tomada de medidas por um país membro do bloco sem a necessidade de anuência dos demais, impedindo a plena integração, o que demonstra a necessidade de harmonização das políticas comerciais entre os Estados partes do bloco para a completa integração.

O Custo Brasil tem sido um dos grandes problemas relacionados ao comércio exterior.

No caso do arroz, os estudos da CNA apontam que o custo de produção do Rio Grande do Sul é 44% maior que no Uruguai, 27% maior que na Argentina e

19% maior que no Paraguai, devido à tributação dos insumos no Brasil.

Os tratores e máquinas agrícolas produzidos no País e exportados para os países do Mercosul custam mais caro no mercado interno porque sofrem a incidência de impostos.

Para concluir, todos sabemos que o comércio internacional impõe regras que não nos permitem impor cotas de importação, tarifas de proteção do mercado interno, barreiras fitossanitárias e outros mecanismos que poderiam dar mais proteção e competitividade à produção nacional, mas eu gostaria que, nesta audiência pública, pudéssemos refletir sobre algumas questões que tenho como importantes.

Primeiro, o que os palestrantes têm a dizer em relação à harmonização das políticas comerciais relativas ao Mercosul?

Dois, como o custo de produção nos países membros é inferior aos nossos, afetando a competitividade dos nossos produtos, o que pode ser feito em nível de comércio exterior para a proteção da produção nacional, evidentemente, sem afetar as relações internacionais com esses países?

E, terceiro, Custo Brasil, aproveitando o lançamento do Plano Brasil Maior, feito pela Presidente Dilma, regulamentado pelo Decreto nº 7.540, publicado no *Diário Oficial da União* em 03/08/2011, em que o Governo Federal estabelece a sua política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014, focado no estímulo à inovação e à produção nacional, buscando desonerar os investimentos e exportações, criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas, melhoria dos instrumentos financeiros e tributários, de estímulos às exportações, defesa comercial, consolidação e harmonização de regras tarifárias, facilitação do comércio, enfim, como essas medidas podem alcançar o agronegócio brasileiro?

Isso tudo foi feito para a indústria e, aqui, talvez a gente pudesse trazer esse gancho, para que isso também pudesse alcançar o agronegócio brasileiro, já que se tem falado muito no estímulo do setor industrial.

A Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, é a primeira Parlamentar a se pronunciar.

Eu queria saber da Senadora se nós vamos fazer isso ou se nós vamos dar início aos palestrantes e, em seguida, aos questionamentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu queria, primeiro, agradecer as referências de V. Exª, Senador Waldemir Moka. Fico feliz por V. Exª estar comandando esta audiência pública por mim requerida, pela habilidade e pelo conhecimento que tem dessa matéria e pela importância que ela tem para a economia do País na geração de renda, na geração de empregos, na geração, sobretudo, de superávit comercial, que é o ponto fundamental referido e salientado aqui.

Eu queria sugerir que se comecem, já, os depoimentos, porque alguns dos palestrantes têm compromisso de viagem. Eu sugeriria, dada a relevância do tema, que fossem concedidos a cada um deles 10 minutos, porque são cinco os expositores, e se faria uma interlocução maior a respeito desse tema tão importante, até porque V. Exª tem à mão, também, algumas questões administrativas desta Comissão, que deveremos examinar posteriormente ao debate.

Então, penso que seja o melhor caminho, antecipando os agradecimentos à aquiescência das autoridades que compareceram, gentilmente, para prestar informações relevantes sobre esse tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência vai acatar a sugestão da Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, e nós vamos, sem delongas, passar a palavra ao Sr. Daniel Marteleto Godinho, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Em primeiro lugar, um bom dia a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer muitíssimo o convite para participar deste debate, um convite que muito me honra, pessoalmente, e honra o nosso Ministério, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Trago os cumprimentos do Ministro Fernando Pimentel a todos os senhores.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka; cumprimentar a Senadora Ana Amélia e parabenizá-la pela iniciativa; cumprimentar, igualmente, todos os nossos colegas de mesa, representantes do setor privado, com quem sempre temos um diálogo totalmente aberto e sempre o teremos; cumprimentar, também, os colegas de Ministério que aqui vejo, em especial o colega da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, que muito nos ajudará nos debates; e um cumprimento geral a todas as demais autoridades e colegas aqui presentes.

Decidimos, talvez para contextualizar o nosso debate, preparamos no Ministério, junto com a nossa equipe, uma breve apresentação e eu vou procurar ser muito fiel ao prazo que me foi delegado.

Bom, para a nossa apresentação, nós decidimos focar no principal acordo comercial brasileiro, que é o Mercosul. O Mercosul, mais que um acordo, é uma verdadeira prioridade da política externa brasileira,

reiterada, por diversas vezes desde a sua criação, em 1991, por todos os governos que assumiram e comandaram este País. Por esses dados, já começamos a perceber com clareza que o Mercosul envolve quatro economias bastante assimétricas. Daí a explicação para vários de seus problemas de origem, que debateremos aqui em breve.

Gostaria de chamar a atenção para os dados referentes à corrente de comércio. Como os senhores todos podem perceber, o Brasil apresenta dados referentes à corrente de comércio três vezes maiores que os da nossa vizinha Argentina e cerca de vinte a trinta vezes maiores que os demais sócios do Mercosul. Em termos de exportações, esse dado não figura na nossa apresentação. Mas o Brasil, em 2010, exportou US$202 bilhões contra 66 bilhões exportados da Argentina. Um dado relevante para todos os senhores é que, este ano, nossa meta de exportação é de 245 bilhões.

Bom, mais dados sobre a evolução do intercâmbio comercial Brasil/Mercosul. Antes de registrar que, desde 2003 – que é o foco deste *slide* –, o Brasil registra superávit com todos os parceiros do Mercosul, eu preciso dizer que, desde 91, data novamente da criação do Mercosul, o comércio intrabloco cresceu cerca de dez vezes. Então, esse é um dado importante também para que contextualizemos o nosso debate.

Em termos de exportações e importações, podemos perceber que, desde 2002, temos uma tendência muito forte de crescimento das exportações intrabloco, exportações brasileiras intrabloco, com exceção do ano de 2009, e também uma tendência de importações decrescentes, a partir também do ano de 2002. Eu acho que esse é um dado que demonstra uma tendência importante para a nossa balança comercial.

Em termos de exportações para o Mercosul, nossas exportações, no valor de 22 bilhões, em 2010, muito concentradas no mercado Argentino.

Em termos de importações, da mesma forma, 16 bilhões, e também uma concentração muito importante, novamente, em nosso principal parceiro comercial, a Argentina, nosso principal vizinho.

Em termos de composição da pauta exportadora brasileira para os nossos vizinhos, temos, ao contrário... Se pegarmos toda a pauta exportadora brasileira, nós sabemos, e esse é um dos problemas que, enfim, tentamos mitigar ao longo dos tempos, de forma geral, maior valor agregado para as exportações brasileiras, sabemos todos que 47% das exportações brasileiras hoje são compostas por produtos básicos, enquanto os demais 53% por produtos industrializados. Essa realidade não ocorre nas exportações brasileiras para os nossos vizinhos. Podemos ver por este *slide* que temos uma concentração muito importante de exportações de manufaturados, o que é uma boa notícia para a indústria brasileira.

Então, para a indústria brasileira, o Mercosul é muito importante, e o próximo *slide* mostra isso de uma forma ainda mais clara. E aí temos que 91%, então, de nossas exportações para os vizinhos são compostas de produtos manufaturados. Desses 91%, chamo a atenção para o fato de que 70% representam produtos de média e alta tecnologia. Ou seja, nossos vizinhos do Mercosul são demandantes de bens de alto valor agregado produzidos neste País.

Agora, em relação aos dados de importação, também temos uma forte concentração nos manufaturados. Eu acho que isso nos ajuda a perceber também e a contextualizar mais uma vez o nosso debate. No próximo *slide*, o dado concreto: 70%, quase 80% de nossas importações dos vizinhos também compostas de produtos manufaturados.

E agora passamos a verificar alguns números dos setores que hoje teremos o prazer e a honra de debater.

Se pudermos passar para o primeiro dado, relativo a carnes, perceberemos, de forma muito clara, a grande vocação, a forte vocação exportadora brasileira nesse setor.

No próximo *slide*, vemos um padrão que se repete para quase todos os setores de que trataremos hoje.

Nossos três sócios do Mercosul figuram como os maiores exportadores para o Brasil de carnes, como vocês podem ver nos dados referentes a importações brasileiras logo abaixo. Por outro lado, e isso podemos ver no *slide* seguinte, nossos sócios do Mercosul não figuram entre os maiores exportadores mundiais desses produtos. De fato, percebemos que o advento do Mercosul aproximou essas cadeias, enfim, fez com que as exportações desses países fossem principalmente direcionadas para o nosso País. Aí eu destaco a importância e a relevância do Brasil como um grande exportador de carnes. Aí temos o valor agregado. Suíno, bovino, enfim, carnes de aves, nós somos o segundo maior exportador mundial.

Em relação à produção de leite, temos um dado que nos demonstra que a produção brasileira, em primeiro lugar, é bastante superior à dos sócios. Isso é demonstrado por esse *slide*.

No *slide* seguinte, temos a verificação de um déficit, a partir de 2009, o que muito nos preocupa e que parece se agravar neste ano, e, mais uma vez, estamos dispostos a debater esse problema.

Nesse *slide*, mais uma vez, a repetição do padrão que eu observei no setor de carnes. Mais uma vez, nossos sócios figuram entre os três maiores exportadores para o Brasil. Vocês podem ver na parte de baixo do *slide.*

No *slide* seguinte, de novo, a repetição desse padrão. Nossos três sócios não se encontram entre os maiores exportadores mundiais. Temos aí um claro efeito Mercosul que se impacta nesse comércio, o comércio desse setor.

Passando, então, para o setor de trigo, temos aí dados que nos demonstram uma produção estável com importações para abastecer o mercado interno. Uma produção estável desde 2007/2008, com importações também estáveis desde esse período.

O *slide* seguinte demonstra um fato concreto, que é a sempre importação muito importante nesse setor de trigo. Mais uma vez, nesse *slide*, a repetição de nosso padrão comércio de trigo, três parceiros do Mercosul como principais exportadores para o Brasil. No *slide* seguinte, verificamos que esses nossos sócios não figuram como os principais exportadores mundiais desses produtos.

Em relação ao arroz, temos a verificação de uma produção de 13 milhões de toneladas e a constatação de que não exportamos muito, tradicionalmente, nesse setor e tampouco importamos muito, se comparada a nossa produção interna, nossa produção doméstica.

Balança comercial, um movimento interessante. Em 2010, tivemos um déficit nesse setor. Em 2011, conseguimos uma reversão dessa situação, até o momento.

Em relação ao comércio, e já pecando pela repetição, mas é realmente para reforçar aos senhores a importância, o impacto do Mercosul para esses setores, nossos três sócios, mais uma vez, figurando como os principais exportadores para o Brasil. No *slide* seguinte, vemos que os mesmos sócios não figuram entre os principais exportadores mundiais.

Finalmente, em relação ao último setor sobre o qual debateremos hoje especificamente, temos importações muito importantes no setor de vinhos, demonstradas por esse *slide*. E no próximo *slide* temos, nesse setor, algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, o Chile aparece como principal exportador para o Brasil. Isso também de acordo com a nossa visão muito relacionada ao acordo internacional que o Mercosul tem com este País. Então, mais uma vez percebemos o efeito do acordo internacional no comércio internacional desse produto, e vamos, em breve, falar um pouco mais com detalhes sobre isso. E temos, novamente, nossa vizinha Argentina como um dos principais exportadores para o Brasil.

Na parte dos principais exportadores mundiais, o Chile aparece, o que também demonstra a enorme competitividade desse produto no país vizinho. Essa é uma pequena diferença em relação àquilo que observamos nos outros quatro setores.

Eu acho que o objetivo deste encontro de hoje, que mais uma vez muito nos honra, é o debate. Julgamos importante somente apresentar, de uma maneira muito rápida, muito concisa, esses dados para que possamos contextualizar o debate e passar a conversar aqui entre todos nós.

Então, apresentamos esse breve panorama do comércio, o Mercosul em geral, com foco nesses cinco setores. Nosso foco de apresentação foi o Mercosul, que, de novo, é nosso principal acordo comercial. Além do Mercosul, temos acordos comerciais com nossos principais vizinhos. Eu mencionei aqui o acordo com o Chile, mas temos vários outros. Poderemos debater cada um deles em específico, se os senhores o desejarem. Tenho que lembrar que, além de países vizinhos, temos acordos comerciais com países como Índia e Israel, temos um acordo comercial recém-firmado com o Egito, que em breve será enviado à apreciação de todos os Srs. Congressistas, temos foros de negociação muito importantes em andamento, temos o foro de negociação Mercosul e União Europeia, e sei que vários dos setores aqui representados têm muita preocupação com essas negociações, e nós também. E, finalmente, não poderia deixar de lembrar a Organização Mundial do Comércio, muito bem destacada pelo Senador Moka em sua introdução. Na Organização Mundial do Comércio sempre defendemos, tradicionalmente defendemos, a liberalização do comércio agrícola, do comércio mundial agrícola, e lutamos com muita veemência com relação a todas as barreiras impostas às exportações brasileiras não só desse setor, mas poderia sim destacar principalmente esse setor, tendo em vista os contenciosos que inclusive já interpusemos nesse foro, e já vencemos algumas batalhas muito importantes.

Peço desculpas se me alonguei, correndo esse risco. E para que depois possamos debater eu devolvo a palavra ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Daniel.

Em seguida, passo a palavra, também por dez minutos, ao Sr. Carlos Domingos Polleto, Presidente da Cooperativa Agropecuária e Industrial – Cotrijui.

O SR. CARLOS DOMINGOS POLETTO – Inicialmente, saúdo o Senador Waldemir Moka e, da mesma forma, a Senadora Ana Amélia Lemos, a quem parabenizo pela iniciativa do requerimento propondo este encontro de hoje, as demais pessoas da Mesa que representam outras instituições e o público presente.

A iniciativa do requerimento é oportuna na medida em que vemos uma sinalização do próprio Governo, quando fala que ao invés de plano de safra, plano agrícola, para um período de safra, teremos, a

partir de agora – essa é a promessa, impossibilitando o planejamento para médio e longo prazo –, no mínimo cinco anos. Essa é a primeira sinalização de que tanto os produtores quanto as indústrias envolvidas no agronegócio, nas *commodities* agrícolas, poderão fazer um planejamento consistente, que possa se efetivar de forma concreta.

Senadora Ana Amélia, eu também queria ressaltar aqui sua participação efetiva e permanente, há muitos anos, no agronegócio. Por isso agradeço também a oportunidade de vir aqui e de manifestar. Em vez de uma apresentação, que a nossa colega do Mdic já fez, apresentando números, vou dispor aquilo que estamos vivenciando na base da produção agrícola, especialmente no caso do trigo. Logicamente, também tenho uma relação muito direta com as produções do arroz e das carnes, nas quais a Cotrijui está envolvida, mas quero me ater aqui mais à questão do trigo e à sua relação como Mercosul.

Nós realizamos, no mês de maio passado, por dois dias, nos dias 16 e 17, o 6º Fórum Nacional do Trigo, sediado justamente na cidade de Ijuí, com a participação de quinhentas pessoas, com painelistas e pessoas que fizeram palestras com muita qualificação e conhecimento. A persistência na participação em tudo que foi debatido lá demonstra que há quem acredite nessa cultura no Brasil. Então, é de extrema importância socioeconômica. Discutiram-se lá, como um foco central do debate, a produção, com as tecnologias e os seus custos, e principalmente os instrumentos e possibilidades de como dar liquidez no momento da sua maior necessidade, principalmente na safra e, posteriormente, na hora de liquidar os custeios dessas atividades.

Por conta desse fórum, da nossa provocação, o Rio Grande do Sul aumentou em 20% a área de plantio de trigo num momento de incertezas, mas, mesmo assim, provocou-se essa mudança de comportamento.

Esse fórum produziu um documento, que foi remetido ao Ministro da Agricultura, ao Ministro do MDA, às autoridades nacionais e também do próprio Estado, as secretarias, para que tomassem conhecimento daquilo que se fez.

Na sequência, quero falar mais especificamente sobre essa relação com o Mercosul, mas não posso deixar de fazer esse comentário com relação a esse fórum, para que os senhores entendam o resultado do debate, de forma muito resumida. Esse documento final que foi encaminhado propõe a utilização de um trabalho que já foi feito com muita qualidade e que foi elaborado pela Câmara Setorial das Culturas de Inverno, que é parte do Ministério da Agricultura, naturalmente para tratar das culturas de inverno, que, diga-se de passagem, é praticamente o trigo, que toma praticamente todo o tempo dos debates quando se fala em culturas de inverno. Ele está mais restrito ao Paraná, a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul e a alguma coisa também do Centro-Oeste, que está começando a trabalhar com isso. Pede-se também uma manifestação do Governo Federal, através dos ministérios pertinentes, para apresentar a sua intenção de buscar a autossuficiência ou, no mínimo, se não quiser aumentar as importações, de dar condições para quem ainda está produzindo de não persistir em produzir sem ganhar nada, simplesmente pela insistência, quase num ato de aventura. Também como terceiro ponto – aí era uma medida mais imediata – era colocar recursos à disposição para garantir a liquidez de safra, que permanece como uma solicitação para 2011, e também a disponibilização de recursos para o seguro agrícola. Aqueles subsídios que o Governo vinha fazendo estavam, naquele momento, cortados. Aí, o ponto principal, que vai impactar diretamente nas nossas relações de competição ou que vai diminuir as diferenças, pelo menos com o Mercosul, que seria o seguinte: desonerar a produção. Se nós estamos sujeitos às leis de mercado e impactados severamente pelo câmbio desfavorável, temos a obrigação de buscar internamente a desoneração da produção. Além disso, também por uma questão interna, temos de uniformizar a tributação, que hoje coloca dificuldades na relação de alguns Estados com outros, tanto na matéria-prima quanto nos produtos manufaturados, inclusive no caso da farinha.

Passa adiante como ponto principal, que quero defender aqui, uma revisão do Mercosul. No nosso entendimento, o Mercosul está bom para o Brasil de uma forma global, mas têm segmentos, principalmente os alimentos, manufaturados ou *in natura*, que estão pagando por isso, porque, quando se trata de Argentina, Uruguai, Paraguai e até do próprio Chile, eles produzem e mandam para o Brasil, nessa compensação da balança comercial, nessa reciprocidade, mas temos de entender exatamente aquilo que impacta na produção agrícola e pecuária diretamente. Então, o Governo brasileiro tem de encontrar formas de equalizar, de dar um tratamento adequado, revisando o Mercosul, estabelecendo formas de um setor não ser penalizado em favor de outro, sob pena de colocar em risco não somente a produção nacional mas as indústrias. Tenho aqui um dado alarmante. Se temos a importação anual em torno de 5,5 milhões até 6 milhões de toneladas de trigo, sendo que grande parte, cerca de 85%, vem da Argentina, que está próxima, a indústria brasileira, principalmente as indústrias instaladas mais no sul do Brasil, está sofrendo um impacto direto. No ano de

2010, o Brasil importou 600 mil toneladas de farinha pronta. Então, não é somente a produção primária: as indústrias estão sendo penalizadas severamente. E as medidas anunciadas esta semana não vão resolver essa questão, infelizmente. Somente desonerar alguma coisa quanto à Previdência não é uma medida que possa contornar essa situação.

Então, temos de discutir e buscar uma revisão sobre a forma de dar liquidez, ressalvando algumas atitudes de que os vizinhos próximos estão mais competitivos por conta também do custo de produção que impacta diretamente nos resultados. Apareceu aqui, na apresentação do Dr. Daniel, o Brasil em crescimento na exportação de trigo. Vejam bem: quando somos grandes importadores, por outro lado, exportamos, porque tem uma região do País, que tem a maior parte da produção, principalmente o Rio Grande do Sul, que tem de exportar para o Egito e para países da Europa – provavelmente, lá, ele seja usado para ração animal, mesmo nós termos um produto de alta qualidade -, para poder dar liquidez. Não somos capazes sequer de fazer um trabalho dentro do País. Há dificuldade de se enviar para o Sudeste e para o Nordeste. Isso só é possível com a participação de subsídios de frete por conta do próprio Governo, recursos que poderiam ser canalizados para desonerar a produção.

Eu já comentei aqui sobre a nossa produção, que é em torno de 5 milhões, 5,5 milhões. Apareceu também ali, nos dados do nosso colega, há quantos anos estamos estagnados nessa produção. Não podemos dizer que é somente o Mercosul que tem culpa nisso. Certamente, há distorções e, internamente, temos os custos em reais e, depois, com a exportação ou a utilização dela para dar liquidez a quem produz em dólar, nesses patamares que temos, a conta fica muito difícil de fechar.

Somos competitivos em termos de tecnologia. Temos dificuldade de custos, temos dificuldades do câmbio. E é muito difícil que se busquem alternativas de melhoria de liquidez e até de resultado por conta de uma melhoria cambial, mas certamente a valorização do real está, neste momento, impactando severamente as contas do produtor e das indústrias envolvidas com isso, assim como as cooperativas.

Enfim, para concluir aqui, quero dizer que a produção de trigo no Brasil não se resolve somente pela capacitação em competitividade do setor produtivo. Ela deve ser incluída num contexto macroeconômico. Esta audiência de hoje dá abertura para esse debate. Oxalá consigamos, a curto prazo, ter alguma solução a partir desse encontro hoje. Sei que há muita gente interessada e de boa-vontade para trabalhar nisso. Mas enfim, a partir desse evento, de uma discussão mais macroeconômica – e da responsabilidade do próprio Governo sobre isso – de se avaliar a conveniência de se proteger a produção ou não, porque temos de dizer alguma coisa para quem está produzindo. Ele espera que os seus dirigentes, seus líderes deem um rumo, deem um caminho.

Eu diria que, dificilmente, poderemos nos manter só com a capacidade de ser suficiente ou ser eternamente importadores de produtos, os quais temos a vocação para produzi-los, industrializá-los e colocá-los na mesa do povo brasileiro, inclusive exportar de foram bem competitiva. Mas a receita, eu diria, certamente é única: desonerar a produção é o meio mais eficiente para competir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Sr. Carlos Domingos Poletto, que representa a Cotrijui.

Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Sant'Anna Alvim, Presidente Ca Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Quero esclarecer que o relógio está programado para o tempo de 10 minutos. Porém, um minuto antes de acabar o tempo, ele toca. No entanto, eu pedi para programá-lo para mais dois minutos além dos 10, mas, até agora, ainda não tocou pela segunda vez o nosso relógio. Daí por que agradeço a precisão dos palestrantes na questão do tempo. Fazemos a economia de tempo para dar espaço para que possamos, realmente, estabelecer o debate, já que sabemos que são dos debates que virão os questionamentos, os encaminhamentos e as possíveis soluções.

Como a palavra o Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Obrigado, Senador Moka.

Bom-dia a todos.

Queria parabenizar a condução dos trabalhos, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, e também pela iniciativa de haver feito esse requerimento, por parte da nossa Senadora Ana Amélia, Senadora em seu primeiro mandato, que, com essa proatividade, certamente consertaremos muitas coisas que precisamos consertar nosso agronegócio brasileiro.

Senador Moka, essa questão do horário que o senhor colocou agora, antes não a havia colocado, talvez seja por que falar do leite em 10 minutos é algo difícil, mas vamos tentar.

Bom, vou entrar direto no assunto.

A questão do leite sempre foi muito complicada. Quero recordar um pouco o passado da história do leite e seus derivados no País, sobretudo na década de 1990, quando tivemos uma época de importações

fortes, extremamente predatórias, carregadas de subsídios na sua origem, porque grande parte das importações, à época, vinha da União Europeia. O Brasil, àquela época, produzia 16.5 bilhões de litros de leite por ano, e a demanda interna era praticamente de 20 bilhões. Isso fez com que País, em 1996, importasse 3.2 bilhões de litros de leite para complementar a sua produção e abastecer o País.

Em 1999, a CNA, peticionária de uma solicitação de investigação de *dumping* ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que se arrastou por dois anos, que gerou mais de 25 mil páginas de documentos e que, ao final, foi comprovado que as exportações da União Europeia, da Nova Zelândia, do Uruguai, da Argentina, quando vinham para o Brasil, vinham com a prática de *dumping*. Isso nos deu o direito de aplicar *antidumping*, que está vigente até hoje, com relação à União Europeia e à Nova Zelândia; com a Argentina e com o Uruguai fizemos, à época, um acordo de preços mínimos, que durou três anos e foi prorrogado por mais três anos – estou falando de 2001. Hoje não temos mais esses acordos de *dumping* com a Argentina nem com o Uruguai, mas ele permanece com a União Europeia, com 14,8 %. Ou seja, para o importador importar leite da União Europeia ele tem de pagar 28% de imposto de importação mais 14,8% de direito *antidumping*, o que inviabiliza as importações, felizmente da União Europeia, que são sempre a preços absolutamente irreais e fora de mercado.

Com relação à Nova Zelândia, paga-se, caso queira importar leite da Nova Zelândia, 28% de imposto de importação mais 3,9% de tarifa de *dumping*.

Com a Argentina e com o Uruguai, não nunca tínhamos tido grandes problemas, até que, a partir de 2009, vocês veem aí nesse quadro – tem um apontador aí? Poderia me emprestar, por favor? Obrigado –, então, que a partir de 2009, especificamente em janeiro, dezembro de 2008 já bateu uma luzinha vermelha pra a gente; em janeiro de 2009, o Brasil importa 10 mil toneladas de leite em pó, sobretudo da Argentina e, sobretudo, para um comprador brasileiro. Isso, enfim, nos deu um sinal de alerta. Procuramos o Governo brasileiro naquela época, que, para a nossa grata surpresa, foi extremamente proativo, não só o Ministério da Agricultura como também o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Foram feitas algumas ações naquele momento, sobretudo colocar as importações de lácteos no Brasil, naquele momento, na condição de importações não automáticas, quando o importador, então, tem de solicitar uma Licença de Importação (LI) para internacionalizar o seu produto.

Vejam que o que está em azul é a Argentina, o que está em verde é o Uruguai. Vejam que com essas medidas... E essa medida de colocar o leite argentino entre os outros, na condição de importação não automática, nós deu o poder de barganha para irmos a Buenos Aires, fazer um acordo entre privados – argentinos e brasileiros –, definindo uma quota de exportação de três mil toneladas de leite em pó por mês a um preço mínimo equivalente ao preço praticado pela Nova Zelândia no mercado internacional. E por que Nova Zelândia? Porque Nova Zelândia que define o preço do mercado internacional, porque tem quase 40% deste mercado. Então, fizemos o acordo com os argentinos, mas não fizemos com os uruguaios. Vejam que nós conseguimos controlar sobremaneira as importações argentinas. Alguns momentos ultrapassam... Esta linha horizontal aqui era a média dos últimos cinco anos anteriores a 2009 das exportações argentinas para o Brasil. Algo como 1.730 toneladas – aqui está errado –, que era a média das exportações argentinas para o Brasil nos cinco anos anteriores. Nós demos três mil; nós não cerceamos o mercado. Nós demos quase o dobro da média das exportações argentinas. Com o Uruguai nós não fizemos isso e o Uruguai se aproveitou daquilo que nós fizemos de controle às exportações argentinas e começou a exportar muito. No primeiro momento, o Governo brasileiro deu uma quota de 10 mil toneladas para o segundo semestre de 2009 para os uruguaios e, a partir de 2010 ficou livre.

Vejam que os uruguaios agora – e esse momento aqui no final do gráfico tem-nos preocupado muito –, porque, de novo, estamos aí praticamente com um surto de importações, oriundas do Mercosul e que causa problema ao setor brasileiro. Nós não podemos negligenciar nesse aspecto, porque o que nós estaríamos fazendo era garantir emprego e renda do produtor argentino e uruguaio contra os interesses dos produtores brasileiros. É o que está sendo feito no momento. Nesse momento os argentinos estão em greve, no setor leiteiro, pedindo 44 centavos de dólar o litro de leite. É o que eles querem receber lá. Então, nos preocupa muito essa situação, porque a produção argentina, no primeiro semestre, cresce 20% em relação ao primeiro semestre do ano passado, e a produção uruguaia cresce 17% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Uma outra situação também que nos levou a fazer esses acordos, e que o Governo brasileiro no apoiou naquela época, é porque, neste momento aqui, o Uruguai e a Argentina estavam com problema de seca muito forte. E o governo chegou a subsidiar em 20 centavos de peso o litro de leite aos produtores argentinos. Portanto, de novo, o Brasil, nesse momento aqui importava subsidio dos nossos países *hermanos* do Cone Sul.

Também importante salientar a questão do dólar. A relação cambial dos argentinos é de mais de quatro para um e a nossa é de 1.5 para um. Com relação ao dólar, nós falaremos um pouco mais à frente.

(Próximo, por favor.)

Essas foram as ações de combate ao surto de importação, em 2009, a suspensão das licenças automáticas de importação de leite em pó, assinatura de um acordo de quotas e preços com a Argentina, em maio de 2009 – e foi prorrogado em abril do ano passado; nós estamos com esse acordo prorrogado pela boa-vontade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de uma forma unilateral, porque não prorrogamos o acordo ainda, estamos com uma reunião marcada na próxima semana, dia 9, em Porto Alegre, com os argentinos. A Camex estabelece uma quota de 10 mil toneladas de leite em pó para o Uruguai, para todo o segundo semestre de 2009. Enfim, essas foram as ações que regularam esse mercado naquele surto de 2009. É importante dizer que 2009 foi o ano da crise, originada lá nos Estados Unidos, em 2008. Em 2009, as exportações para o mundo caíram demais, porque quem importa leite, no mundo, são os países em desenvolvimento, não são os países ricos, que mais cresciam no período pré-crise e que deixaram de crescer pós-crise. Estão começando a se consertar agora. Naquele momento, então, a Argentina e o Uruguai não tinham para quem exportar Exportava para o Brasil, por quê? Porque o Brasil não se ressentiu tanto da crise. Como disse o nosso Ex-Presidente Lula: "Foi uma marola". Mas, de qualquer forma, garantiram o seu comércio e as suas exportações com um mercado de 200 milhões de brasileiros.

No ano passado, o acordo com a Argentina é renovado por mais um ano. Nenhuma ação é tomada em relação ao Uruguai.

Dia 09 de agosto haverá a segunda reunião no Fórum Lácteo Brasil/Argentino para a renovação do acordo.

(Próximo, por favor.)

Essa é a nossa balança comercial.

Éramos, aí, mais de US$500 milhões deficitários na balança comercial na década de 1990. E, a partir de 2001, foram adotadas as medidas contra o *dumping* a que me referi. A partir daí, as nossas exportações, que estão em azul, sobem, nossas importações caem. A produção brasileira passa de 16.5 bilhões de litros de leite para mais de 20 bilhões de litros de leite, logo de imediato.

A partir de 2004, três anos depois das medidas de *dumping* adotadas, nós passamos a ser superavitários na balança comercial.

Em 2008, tivemos um superávit de US$328,4 milhões; fomos o quinto maior exportador de leite do mundo e exportamos só 1.5 da nossa produção, não desculpe-me, em torno de 4% da nossa produção, que significava, à época, 1.5 bilhão de litros de leite.

A partir de 2009, com a crise toda, e final de 2008, segundo semestre de 2008, nós voltamos à situação de deficitários. Três anos consecutivos, sendo que neste ano, no primeiro semestre. Se se perdurar nessa projeção aqui por todo o ano, nós passaremos para mais de US$400 milhões de déficit na balança. Estamos retroagindo a um patamar lá do final da década de 1990, quando o País era a grande importador de leite. Se isso não é um problema para um setor que emprega quatro milhões de pessoas, e que está presente nos 5.665 Municípios deste País, ou algo parecido, se isso não é um problema...

(Próximo, por favor.)

Aqui está o volume de queijo, porque, quando a gente faz acordo, o fazemos em leite em pó. E olha o queijo como é que está? Se vocês somarem as importações de janeiro deste ano, de cinco mil toneladas de queijo, e esse queijo aqui é queijo muçarela, é *commoditie,* não é queijo fino não, se se somar essas cinco mil toneladas às cinco mil toneladas de leite em pó, dez mil toneladas desses dois produtos é o equivalente a quatro milhões de litros de leite por dia. É o equivalente à capitação de uma indústria grande como a Itambé, quase uma Nestlé neste País. Esse o estrago que está fazendo a importação do Mercosul.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o volume de soro.

Aqui é o que eu queria falar sobre o dólar. Esse índice Big Mac faz uma paridade do poder de compra entre diversos países. A nossa moeda, no ano passado estava a 51,35% sobrevalorizada. Não há quem consiga fazer comércio dessa forma. Por isso a Argentina tem competitividade para exportar, e nós não a temos. Nós não exportamos, e pior, ficamos altamente competitivos para comprar, porque o dólar está barato. O dólar de 1,58 deveria estar a 2,30. Vá o dólar a 2,30 para ver se as importações continuam da forma que está e se nós não passamos a exportar muito mais! Mexe em toda nossa balança comercial se a moeda for para um valor real literalmente.

(Próximo, por favor.)

Olha só: se nós aplicarmos... Estes aqui são os preços em real dos diferentes países: Uruguai, R$0,57; Argentina, R$0,65; Brasil, R$0,86, preço médio no Brasil hoje ao produtor; Estados Unidos, R$0,63. Se aplicarmos o índice Big Mac ao nosso dólar, o Brasil deixa de ter o preço mais caro da matéria-prima leite *in natura* e passa a ter o mais barato. Então, o problema

nosso é cambial; não é só custo de produção, não; é muito mais cambial.

(Próximo, por favor.)

Já estou concluindo.

Esse é o preço médio do Brasil, hoje.

(Próximo, por favor.)

Aqui, está o custo de produção. De junho do ano do ano passado a junho deste ano, o nosso custo de produção é 19,34% maior.

(Próximo, por favor.)

Considerações finais. A operacionalização do acordo de cotas com a Argentina por parte do Mdic e seu apoio nas reuniões de negociação têm sido essenciais para evitar novos surtos do leite em pó argentino. Precisamos, de novo, do apoio do nosso Mdic, na semana que vem, no dia 9, em Porto Alegre, na segunda reunião que vamos tentar fazer com os argentinos para prorrogar o nosso acordo. A inclusão do queijo e do soro no acordo é de interesse para o setor, por motivos que já expliquei. A celebração de um acordo com o Uruguai evitará surtos de importação e conflitos com a Argentina. Os argentinos estão dizendo que não querem reformar acordo conosco, porque eles estão perdendo o comércio e o Uruguai está ganhando.

Os impactos das importações para o setor lacto nacional poderão resultar em uma forte redução dos preços ao produtor que, associada à alta de custos da produção, ocasionarão desestímulo à produção.

Eu insisto: convertendo a quantidade de produtos lactos importados em litros de leite – pega queijo e transforma em litro de leite, pega soro e transforma em litro de leite, pega leite em pó e transforma em litro de leite -, temos um volume diário que chega próximo a 3,5 milhões de litros por dia, semelhante à captação das maiores empresas de laticínios do País.

É isso.

Obrigado, Sr. Senador. Obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Alvim.

Quero passar a palavra, rapidamente, ao Sr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – Abiec.

O SR. ANTONIO JORGE CARMARDELLI – Bom-dia a todos.

Senador Moka, muito obrigado. Cumprimentando o Senador Moka, cumprimento todos os outros Senadores. E eu gostaria de pedir licença para fazer duas deferências. Primeiro, à Senadora Ana Amélia, conterrânea. Neste curto espaço de tempo, sinto-me muito gratificado em ter votado na senhora lá, no meu Estado. Faço de público aqui essa citação. E ao meu grande amigo Toninho Russo, com quem muito aprendi no setor de carnes. Sinto-me muito gratificado e me coloco ao lado dele para o que for necessário.

Senador, os números deste mês foram tão ruins que prefiro não passá-los na tela. No setor de carnes, a exportação tem alguns dados pitorescos e algumas condições especiais. As três âncoras do setor hoje estão completamente adversas. Se falarmos em oferta, que é a âncora número um, eu abatia 2 milhões e 500 mil animais por mês, hoje, estou abatendo 1 milhão e 750 ou 1 milhão e 800. Outra âncora das exportações é mercado. Nós estávamos nos recuperando do enfarto, revascularizando o setor a partir da crise internacional de 2008, e veio a crise árabe, que carrega consigo conotações laterais importantes. Podemos citar que países com quem ainda não temos acordo sanitário são abastecidos por outros países que são importadores em potencial. Vou dar um exemplo: é o caso da Jordânia, que compra muito e passa para a Síria, onde estamos engatinhando em termos de comércio. E o câmbio, que é outra âncora, dispensa comentários. As medidas até então têm sido para não deixar o dólar cair mais de um patamar. A metástase vem já há muito tempo. Então, os pilares da Abiec... A filosofia que foi passada pelo conselho foi uma só: precisamos olhar para dentro e buscar competitividade naquilo que não olhamos muito no tempo de grandes volumes, dólar forte e mercado de consumo. A realidade hoje é bastante diferente, Senador Moka, porque o Brasil passou... À medida que o *status* sanitário do País melhora, ele passa a ganhar um preço mais alto, ele apura um preço mais alto pelos cortes exportados. Mas ele, ao mesmo tempo, deixa de abandonar mercados de volume que são importantíssimos para composição, quando do desosso animal. Então, Uruguai, a partir do momento em que começa a exportar para México, Estados Unidos, Japão – mercados altamente diferenciados –, tem de abandonar Argélia e Egito, onde o Brasil passa a entrar com volume. E nós estamos aguardando um pouco dessa nobreza e o relato que a gente pode fazer para vocês é de que hoje o Brasil não exporta para 46% dos maiores importadores que praticam o maior preço.

O Brasil não manda carne *in natura* hoje para Japão, Coreia, Taiwan, Indonésia, Canadá, México, Estados Unidos... E, mais do que isso: como os grandes... Alguns países da América Central não têm nenhum tipo de padrão de serviço sanitário, se espelham em um padrão maior e fazem suas exigências a partir daquela determinação. Ou seja: a Jamaica não tem um serviço sanitário estabelecido, mas ela usa o padrão americano. Como eu não exporto para os Estados Unidos, eu não exporto para a Jamaica. Jamaica

paga US$5,00 pelo rabo bovino; o Uruguai, que está habilitado, exporta.

Outro exemplo extremamente surpreendente: com o problema da "vaca louca" nos Estados Unidos e algumas confusões na China, que comprava alguns produtos nossos e depois exportava para o Japão, a Austrália é um dos únicos exportadores de carne para o Japão hoje. Então, o parâmetro tem de ser feito da seguinte maneira: hoje a Austrália manda um contêiner de língua bovina crua congelada. Um contêiner vale US$500 mil, ou seja, US$20,00 a tonelada (o quilo da língua). E nós estamos hoje apurando o valor máximo nos mercados, onde a gente consegue atender, de US$5,00/US$6,00 de língua cozida exportada para a Europa. Então, é uma diferença muito grande e mais do que isso: nós não temos alternativas hoje para cortes nobres.

A Europa blinda o Brasil. A Europa trabalhou muito bem, porque ela conseguiu cercear ao colocar um crivo especial nas propriedades habilitadas. Ela trabalhou com muita eficiência e hoje ela controla o que fazíamos no passado que era a exportação de volumes consideráveis. Nós chegamos a exportar para a Europa US$1,4 bilhão e hoje não chegamos a US$400 milhões. Tudo isso a reboque de toda legislação internacional. Não existe dentro do SPS, não existe dentro das regras de equivalência, conotação nenhuma para a Europa fazer o que faz a nós.

E aí eu queria entrar mais em uma linha de sugestões. Em primeiro lugar, exatamente para parabenizar Mdic, Ministério da Agricultura e MRE porque hoje, Senador, o senhor entra em um ambiente de quaisquer desses três ministérios e todo o mundo sabe o que é aftosa, o que é acordo sanitário. No passado, a gente não tinha essa condição de todo o mundo entender nosso negócio. Exatamente, era o contrário. Como sempre deu muito certo, ou tira de lá ou não mexe lá que está dando e sacrifica outros setores. Então, essa é a primeira grande ideia: o ambiente e o meio de cultura.

Uma frase extremamente importante que a gente tem adotado por aí em nosso setor e que eu gostaria de exemplificar é a seguinte: nós temos uma única solução: nós temos de adequar nosso ambiente de negócio. Quando você faz uma adequação em seu ambiente de negócio, você tem de se adequar à legislação. E nós estamos fazendo exatamente o contrário: nós estamos utilizando legislações antigas em ambientes novos. E o exemplo disso são os TACs que estão por aí. O TAC do Pará... Fazer uma legislação nova em ambiente antigo não vai funcionar nunca, apesar de isso ter sido uma surpresa. Vou dar um exemplo: o problema do Pará foi um só. O Governo, quando fechou Serra Pelada, colocou 180 mil pessoas sem ter o que fazer. A parte mais cômoda seira botar um machado atrás do ombro e entrar para o mato. Por isso, metade do Pará hoje tem sido um grande exemplo para o futuro pelas medidas corretivas e o trabalho que se está fazendo: município verde...

Então, falando um pouco sobre acordo sanitário e entrando na linha de sugestão... Tudo o que aconteceu no passado... Na verdade, quem exportou, no ano de 2002, US$800 milhões e, em 2005, exportou US$5 bilhões, nós estamos pagando um preço a esse crescimento exacerbado.

Nós – de longe – conseguimos organizar a indústria da maneira como tinha de se organizar. Ou seja, hoje temos exemplo disso: a indústria que funciona nos moldes das construções de automóveis, com abastecimento direto, ao seu lado, ou seja: mato, frigorífico, tem a fábrica de sabão, tem o curtume, tem a fábrica de lata, tem a transportadora, tem o *pet food* e nós hoje, ainda, pagamos o preço de debulhar carne lá do Acre, de Rondônia para vender nos grandes centros. Então, isso é uma coisa que estamos pagando o preço por esse crescimento.

Então, os acordos do passado foram, de certa forma, feitos... Não é uma crítica... Dentro da necessidade... O próprio acordo com a Rússia foi aceito, não é? E hoje a Rússia, na área de bovinos, é o maior comprador. E um país que compra, paga e compra sempre, ele tem preferência. Nós – o Governo e o privado – temos de ter a sabedoria de equalizar toda essa zona cinzenta.

Mas a Rússia, como ela não está na OMC, as normas técnicas do setor são muito... São eficientes para o padrão deles, mas não são eficientes para nosso padrão: nós estamos muito adiantados. Então, um exemplo: eles exigem sangria de seis minutos. Nós utilizamos, como todo mercado internacional, três minutos de sangria, mas a eficiência é a mesma que a de seis minutos em um parque internacional tecnicamente deriva.

Então, a Tunísia... Se nós fizemos acordos com a exigência de prova de dioxina e radiação... Então, o que a gente tem de cuidar é o para frente e tentar, dentro desses princípios... E até porque, Senador, o senhor citou muito bem que nós – na época –, da área técnica, tínhamos uma esperança muito grande no acordo da rodada GAT, do Uruguai. Ou seja, ficou estabelecido que, se não tem bichinho, entra; se tem bichinho, não entra. O resultado disso tudo foi que nós, da área técnica, ficamos à deriva como massa de manobra de barreiras comerciais. E estão aí hoje países que são signatários da OMC, que têm de seguir regras da OIE e, no entanto, por legislação interna, nos impede de vender. Então, temos Japão, Coreia, Taiwan,

Indonésia que, simplesmente, têm uma legislação que não permite adquirir produto de países que tenham aftosa com status de vacinação. E a prova da necessidade de a gente passar a discutir tecnicamente é o que aconteceu em nosso grande Estado, lá em 2005. Quando teve o advento do foco de aftosa lá, em 2005, a OIE determinou que fossem fechados Paraná e São Paulo. Quando deu aftosa no Uruguai, eles fecharam Rio Grande do Sul. O vírus tem tipificidade: ele fala espanhol? Não. A prova é que exatamente estamos precisando de representatividades nos diferentes fóruns internacionais.

Então, uma coisa que deu certo e que prova que existe espaço para isso, Senador, a grande luta do senhor e de vários Senadores e Deputados, é o de termos hoje adidos agrícolas nas principais representações. Vocês não conseguem mensurar a diferença que faz uma pessoa que possa abastecer de informações e possa dar ao embaixador a possibilidade de que ele tome sua decisão. Isso tem de continuar. Daí, a função da Apex, Godinho, é extremamente... É uma atividade maravilhosa e acho que a sugestão seria esta: aproveitar esse ato e deixar que a Apex junto com os adidos trabalhem como facilitadores do processo. E, com isso, eu gostaria de evidenciar uma das dificuldades que a gente tem sentido e que é o posicionamento, Senadora Ana Amélia, hoje do Senado. Ele é muito mais para atividade política, quando se vê, nos outros países todos, o Ministério de Relações Exteriores dividido em área comercial e área política. Se isso acontecer progressivamente, nós teremos um ganho extremamente benéfico.

Os acordos internacionais, de certa forma... Quando mais tempo demorar a decisão do acordo União Europeia-Mercosul vai ser pior para nós, porque, como o preço do boi hoje está harmonizado no mundo todo, nós ficamos muito distantes do centro de compra. Então, hoje a Europa volta a oferecer carne para a Argélia, para o Egito; a Europa volta a vender para a Rússia, e, com isso, além de estarmos distantes hoje, nós temos contra nós a logística.

Os armadores dizem por aí que o preço do contêiner dentro da água é igual em todo o mundo. O que diferencia é você botar o contêiner do lado do navio. Para isso, a Abiec tem um plano ambicioso com a USP, que deve ser anunciado em 60 ou 90 dias, de encurtamento desse processo de custo.

Finalizando, depois da gongada, a sugestão também de estimular cursos de negociadores nos Ministérios que anteriormente pareciam não ter afinidade. Acho que a agricultura deve estimular um curso de negociador, porque hoje nós temos que passar para a área técnica a sensibilidade comercial. Não é fechando às seis horas da tarde que nós vamos... Um navio hoje, um custo de um navio parado sai US$60 mil, US$80 mil, US$90 mil.

Então, nós temos que passar para um viés comercial para a autoridade sanitária, e não é uma crítica. É só, como eu disse anteriormente, uma questão de construir.

Em relação à harmonização das políticas, em relação a Mercosul, nós temos um vislumbre bastante interessante, que interessa para nós, bovino.

Caso saia o acordo União Europeia-Mercosul, uma das condições indispensáveis para a evolução desse acordo seria a harmonização sanitária entre os países do Mercosul. Leia-se que, dessa forma, o boi deixaria de ser brasileiro. Seria Mercosul. E aí cada país, com o seu potencial, poderia se beneficiar das benesses do dólar. Em leitura clara, hoje eu poderia mandar matéria-prima para a Argentina, transformar em um produto de valor agregado e me beneficiar daquele sistema.

A sugestão é que, como isso é extremamente proveitoso para nós, Senador Moka, que a gente não espere acontecer ou não o acordo União Europeia-Mercosul e que a gente possa trabalhar no sentido de estabelecer essa harmonização sanitária, que é benéfica para nós e daria um quadro do único núcleo capaz de suprir de alimentos o mundo em relação a bovino de fortalecimento do setor. Aí você consegue englobar couro, *pet food* e outros exemplos de derivados.

O que estamos fazendo é exatamente isto: nós estamos olhando para dentro da indústria e tentando ganhar. E para isso a gente tem que contar com a colaboração de quem nos controla. Autogestão é a palavra do momento. O Ministério da Agricultura não vai conseguir nem o Governo, com uma visão da necessidade e o anúncio de mais dois terminais no porto de Santos, contratar mais 400 ou 500 veterinários.

Eu me coloco à disposição, Senador. Nós terminamos uma leitura da cadeia logística do porto de Santos desde que o caminhão sai lá de Nova Andradina, onde eu tive o privilégio de morar dois anos. O senhor vai ficar assustado com a intervenção dos diferentes órgãos e, mais do que isso, com a não necessidade de intervenção. Então: logística, olhar para dentro, autogestão e adequação do ambiente de negócio.

Eu agradeço, e a Abiec está à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado a todos.

Agradecendo a participação ao Sr. Antonio Jorge Camardelli, passo a palavra também ao último palestrante, Sr. Carlos Raimundo Paviani, diretor executivo do Instituto Brasileiro do Vinho, Ibravin.

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Waldemir Moka, que preside esta Comissão, esta audiência pública.

Eu queria agradecer o convite especialmente à Senadora Ana Amélia Lemos, que fez a indicação desta audiência, a qual nós consideramos muito importante.

Bom dia também aos demais Senadores presentes. Quero também fazer o registro da presença do Sr. Arnaldo Passarin, que é presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Viticultura, Vinhos e Derivados, órgão consultivo junto ao Ministério da Agricultura, que reúne as diferentes instituições representativas do setor de vitivinícola do Brasil.

Falar dos números... Podemos até entrar em alguns detalhes depois, mas a apresentação do Dr. Daniel Godinho deixou claro que somos basicamente importadores de vinhos. Então, essa é uma posição sobre a qual precisamos fazer algumas reflexões.

No cenário mundial, é preciso dizer, o vinho é um dos produtos mais globalizados que temos, e há uma troca muito grande. Há pouco mais de uma década, apenas 16% dos vinhos produzidos nos países eram exportados. Já no ano passado, 35% do vinho produzido no mundo são exportados. Ou seja, o vinho tem identidade, tem origem, diferentemente de outros produtos, como os *commodities*, que não têm origem específica e podem ser produzidos em diversos lugares. O vinho, não. Ele tem identidade e tem países: geralmente é vinho francês, vinho italiano, vinho chileno, vinho argentino, vinhos do Brasil. Então, essa é uma das reflexões que fazemos.

Nesse cenário mundial, o que está acontecendo? Está havendo uma mudança muito grande, onde a União Europeia, principal produtor e principal consumidor e exportador, hoje perde espaço para o chamado novo mundo do vinho, onde se encontram a Austrália, o Chile, a Argentina, a África do Sul, Estados Unidos, principalmente a região da Califórnia, que estão em uma posição de crescimento em relação ao mercado mundial.

Em termos de consumo mundial, há mais de uma década que há estoques altos de vinhos no mundo todo. Ou seja, a produção é de cerca de 26 ou 27 bilhões de litros no mundo, mas o consumo está relativamente estagnado. Houve alguns anos de decrescimento e, nos últimos dois anos, voltou a crescer sensivelmente, mas ainda muito pouco, em torno de 23 ou 24 bilhões. Então, são três ou quatro bilhões de litros excedentes de vinho por ano no mercado mundial.

Isso implica, portanto, uma nova necessidade para o Brasil. Até a década de 90, praticamente não importávamos vinhos, e tudo o que o Brasil produzia – o que dava uma situação de conformidade à indústria brasileira – se concentrava principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. E o que se produzia, com as devidas crises que houve ao longo da década de 70 e 80, em função de descompasso interno, era comercializado.

A partir da década de 90, no entanto, surge um novo patamar e o primeiro momento, a primeira mudança nesse cenário é o acordo do Mercosul, que estabelece, sem dúvida nenhuma, uma condição de assimetria do Brasil em relação ao principal produtor do Mercosul, que é a Argentina. E aí vamos falar: produzimos em torno de 300 milhões de litros por ano, cerca de 50 milhões de vinhos finos e 250 milhões de vinhos de mesa, com uvas híbridas americanas. Enquanto a Argentina produz 1,5 bilhão de litros de vinho por ano. Então, comparando-se já se vê que são produzidos na Argentina cinco vezes mais. Se considerarmos apenas os vinhos finos, produzimos 50 milhões e a Argentina 1,2 bilhão. Isso já significa uma condição desigual muito grande.

A escala de produção da Argentina é muito grande, assim como é a do Chile, que, em poucos anos, praticamente dobrou, tendo crescido 70% ou 80%. Isso porque o Chile focou o vinho como um dos seus produtos de exportação. E aí, sem dúvida, é o mercado mais frequente.

Na União Europeia, por exemplo, tínhamos o consumo de 70 litros *per capita*, na França; 60 litros *per capita*, na Itália. Nas últimas duas décadas, no entanto, esse consumo vem caindo para quase metade. E há uma mudança muito grande, ou seja, pois se consome menos vinho, mas se consome vinho de melhor qualidade. Então, os vinhos ordinários deixam de ser consumidos e acabam sobrando. Assim, a tentativa de busca de colocação desses produtos é a exportação. E o Brasil, um país onde a estabilidade econômica, a ascensão social da população e o fortalecimento do poder de compra com uma moeda forte, é ponto de atração para esses produtores mundiais de vinho, principalmente da União Europeia, que está vivendo uma situação mais difícil.

A União Europeia, em 2008, fecha um acordo interno, uma reformulação do seu mercado vitivinícola mundial em que proíbe o plantio de vinhedos. O produtor que quiser entrar no negócio ou ampliar tem que comprar o direito de outro produtor. Portanto, não pode haver crescimento. Ela estabelece subsídios que, neste ano, são da ordem de um bilhão e 200 milhões. Se tomarmos o negócio do vinho do Brasil, da produção nacional, ela talvez chegue a um faturamento R$2 bilhões. Ou seja, comparativamente ao subsídio da União Europeia de US$1,2 bilhão, o nosso faturamento é menor do que o subsídio que a União Europeia

concede à indústria vitivinícola. Esse subsídio que a União Europeia concede vai para três linhas.

A primeira delas vai para controle de estoques, ou seja, para destilação. E eles produzem dois tipos de destilados: o destilado de álcool de boca, para uso em outras bebidas, para enriquecimento do próprio vinho, brandy, conhaques e outros, ou para álcool combustível.

A outra medida que a União Europeia utiliza, nesse momento, está estimulando é o arranque de 170 mil hectares de vinhedos. Temos no Brasil 82 a 85 mil hectares, ou seja, o que a União Europeia está arrancando, está estimulando nesse momento é o dobro do que nós possuímos no Brasil. Então, a condição é bastante diferenciada.

E a terceira linha de atuação da União Europeia é a de promoção do vinho europeu nos mercados externos. E aí ela foca, sem dúvida nenhuma, os Estados Unidos como o que vai se tornar, ou dois ou três anos, o principal mercado consumidor mundial, e aí, sem dúvida nenhuma, os chamados países do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, que têm uma perspectiva de aumento de consumo, como já falei antes, pelas condições internas de mercado.

O que nos preocupa nesse momento? Primeiro, foi o acordo do Mercosul que estabelece uma posição diferenciada. Isso, de um lado, foi positivo, porque também estimulou uma melhoria da qualidade. Eu diria que, nos últimos anos, as indústrias brasileiras também investiram em não tanto no aumento, mas na qualificação da sua produção. Hoje, exporta-se alguma coisa em torno de cinco milhões de litros. Isso é pouco, porém, as dificuldades da exportação já foram aqui relatadas em função da taxa cambial principalmente e em função de acordos internacionais, barreias técnicas e outras, às quais há uma proteção muito forte, principalmente na União Europeia para esses produtos.

Por que a União Europeia investe US$1,2 em subsídios? Porque a vitivinicultura é uma atividade que gera emprego, gera renda e, mais do que isso, distribui renda para pequenas propriedades. Se nós formos à Itália, à Espanha e à França, principalmente, vamos ver milhares de pequenas propriedades com dois ou três hectares, que é uma situação nossa também e particular da serra gaúcha nesse sentido.

Esse é o principal motivo, digamos, que ela investe nisso: mantém as pessoas na atividade rural e gera emprego e renda, o que em outras atividades não geraria. Se compararmos, por exemplo, a bovinocultura com a vitivinicultura, temos a geração de um emprego por hectare, mais ou menos, na vitivinicultura na cadeia produtiva como um todo; enquanto que na bovinocultura, sem dúvida, é um emprego gerado para cada 100 ou 150 hectares.

Não comparando, isso é apenas para mostrar porque a atividade vitivinícola é importante e é considerada importante nesses países

A preocupação nossa é que, em 1998, foi fechado acordo, a ACE 35, Mercosul e Chile, e aí, em 2005, começa a haver desgravação. É notório ver que, conforme desgravam os impostos do Chile, aumenta sensivelmente a importação do Chile. E hoje o Chile é o principal provedor de vinhos importados no Brasil, com preços competitivos, muito competitivos, com os quais não temos condições.

Em relação à Argentina, por exemplo, cerca de 40% das importações da Argentina se dão abaixo de US$18 a caixa de 12 garrafas, ou seja, US$1,5 (um dólar e meio) por garrafa de vinho é o preço FOB da Argentina. Nós não conseguiríamos, de jeito nenhum, mesmo reduzindo os tributos, produzir nesse mesmo preço mínimo. Então, para nós parece irreal que possa haver, porque há, nesse caso, produtos da Argentina, fruto de um acordo fechado em 2005, com limitação em preço mínimo de US$8 a caixa. Veja bem, US$8 já seria uma solução extremada que eu diria que pode até se configurar em uma situação até de subfaturamento. Agora, a média está em US$22,00 e US$24,00, e 40% da importação estão abaixo de US$18,00, o que impacta diretamente na nossa competitividade e numa concorrência que não temos condições de seguir nesse sentido.

Por outro lado também, no Brasil, estão sendo vistas políticas, principalmente estaduais e municipais até de estímulo à vitivinicultura, exatamente porque, numa pequena área, o agricultor pode diferenciar sua produção e, com um hectare ou dois hectares, ter uma renda de R$40 mil a R$50 mil por ano – acrescida sua renda com a produção de uvas para vinificação ou para sucos ou até para uva de mesa, quando tem... nesse sentido. Então, são políticas às vezes desencontradas. Portanto, nos falta em nível de Brasil uma política nacional para vitivinicultura. Já temos elementos, mas ainda nos falta uma política que estabeleça nesse sentido...

O que o setor está fazendo? Tenho mais três pontos para colocar, Senador.

O setor está principalmente trabalhando num programa que chamamos de modernização da vitivinicultura, ou seja, principalmente para as regiões tradicionais, que são a Serra Gaúcha e o Vale do Rio do Peixe, de Santa Catarina, regiões que há mais de 100 anos produzem uvas e vinhos: que se possam modernizar os vinhedos, fazer alteração de variedades e adequar principalmente a produção de uvas a produtos – vinhos, sucos e espumantes – que têm mercado, na verdade. Então, esse é um dos principais pontos. E possibilitar também que as próprias vinícolas, as indústrias viníco-

las – são cerca de 800 nesses dois Estados –, possam modernizar suas instalações, alterando suas pipas de madeira por tanques de aço inoxidável, implementando tecnologias de fermentação com controle de temperatura e principalmente implementando tecnologias que possam lhes dar mais competitividade.

Então, o setor também está trabalhando muito fortemente na qualificação da produção. Estamos com o Sebrae nacional implementando programas de boas práticas agrícolas, boas práticas enológicas e análise de perigos e pontos críticos em vinícolas. É um programa que está sendo implementado. Iniciou-se no ano passado toda a formatação, e no próximo ano vamos implementá-lo em 100 empresas. Ainda é pouco, mas é um começo para qualificar. Estamos também trabalhando na identidade do vinho do Brasil.

Portanto, há quatro anos estamos trabalhando Vinhos do Brasil e *Wines from Brazil* para exportação, um trabalho muito forte no sentido de dar identidade ao nosso produto e reconhecimento do crescimento da sua qualidade no mercado interno principalmente, trabalhando também as indicações geográficas. O Vale dos Vinhedos é a primeira delas. Temos agora Pinto Bandeira, Monte Belo do Sul, Flores da Cunha/Nova Pádua, vinhos da Campanha, no sul do Estado, vinhos do Vale do São Francisco, em Petrolina e nessa região; vinhos de altitude em Santa Catarina – trabalhando pontos de identidade para o vinho brasileiro, o que pode também dar maior competitividade, trabalhando na promoção.

Em termos de governo, o que já foi feito?

Também temos que citar as ações já desenvolvidas. Em primeiro lugar, em 2008, uma parte de 2009 e 2010, obtivemos apoio do Ministério da Agricultura e da Conab para programas de escoamento da produção. Aí, portanto, as nossas exportações foram elevadas, mas são situações que, eu diria, não reais, porque, com o apoio isso é possível, principalmente para o mercado russo. Tivemos, no ano passado, o estabelecimento das licenças de importação não automáticas, o que também deu um fôlego, no final do ano passado, para que pudéssemos cumprir o Natal, etc., sem uma pressão muito forte. Em função disso, o Governo adotou no ano passado – está sendo implementado neste ano – o selo de controle fiscal, uma solicitação do setor produtivo brasileiro, com algumas divergências internas e principalmente com a contrariedade dos importadores, que não admitem essa medida, na verdade, porque estabelece maior controle à própria importação, maior exigência, digamos, nesse sentido. Mas o selo fiscal foi estabelecido e, em 1º de janeiro de 2012, estará valendo para todos os produtos importados e nacionais também.

Temos, desde 2004, o apoio da Apex, para os projetos de exportação e, desde 2006 também, eu diria, o apoio também do Ministério das Relações Exteriores. Eu recordo que, em 2004, fizemos uma degustação de vinhos aqui no Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro Celso Amorim ainda, e havia uma resistência muito forte dos próprios embaixadores em servir vinhos brasileiros. Hoje, já temos cerca de dez embaixadas no mundo que, primeiro, abrem suas portas para fazer degustações, convidar jornalistas e compradores, e hoje estão adquirindo normalmente vinhos do Brasil para servir nas suas atividades e cerimônias. Então, isso já é um ponto positivo, ou seja, houve uma mudança nesse sentido.

Para concluir, Senador, três pontos que consideramos fundamentais, que são internos: redução da carga tributária – isso é uma necessidade, pois pagamos de 48% a 52% de impostos sobre uma garrafa de vinho; maior controle nas importações, seja fiscal ou sanitário – não temos estrutura suficiente para isso no Brasil; e a taxa de câmbio. Não vou falar aqui o que todos já repetimos, que a taxa de câmbio estimula a importação muito mais do que a exportação.

Do ponto de vista dos acordos internacionais, uma revisão do Mercosul. É necessário que haja situações diferenciadas para produtos diferenciados. Não pode ser a mesma regra para todos. Uma revisão do acordo de comércio exterior com o Chile, Mercosul/Chile – ACE nº 35. Ou seja, nós sabemos que, ao longo do tempo, foi possível revisar alguns pontos no setor automotivo e em outros setores. Por que não no setor vitivinícola? Acho que é possível fazer isso.

E uma posição defensiva – aqui vou discordar do companheiro Camardelli na relação com a União Europeia e Mercosul. A nossa posição é defensiva: ou seja, comparar vitivinicultores da União Europeia com os do Mercosul. Com os subsídios que a União Europeia dá, com esses subsídios não há como não se ter uma posição que não seja defensiva em relação à União Europeia.

Agradeço e estamos à disposição para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Peço desculpas, mas é preciso realmente otimizar o debate. Acho que, em média, os palestrantes falaram um pouco mais de dez minutos.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento. Por ordem de chegada, colocaria o Senador Sérgio Souza e, logo em seguida, o Senador Antonio Russo. Eu mesmo fiz a inscrição, pela ordem de chegada dos Senadores.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Moka. Fiquei realmente impressionada, porque apenas os dados apresentados aqui confirmam a preocupação com uma situação absolutamente assimétrica no setor agropecuário em relação ao Mercosul: Brasil/produtores *versus* países do Mercosul.

Começo com o Daniel, que foi o primeiro expositor, porque ele me trouxe uma preocupação adicional a essas de que falamos aqui, que é este acordo Egito/Mercosul. Para o Rio Grande do Sul, isso é um arrasa quarteirão. Não especificamente no setor agropecuário, mas no setor industrial, porque está implícita nesse acordo uma questão na área do setor de ônibus, produção de ônibus. Por esse acordo, está previsto que o Egito poderá trazer para cá peças de ônibus para montar no Brasil ou, se montá-las lá, trazer aqui com os subsídios à importação desses ônibus ou dessas peças. Isso preocupa, especialmente porque no Rio Grande do Sul está o maior centro produtor de ônibus. Então, isso me preocupa, já que V. Exª falou que está chegando esse acordo para o Congresso examinar.

Quero já antecipar – avisei o Itamaraty dos riscos disso –, e estaremos vigilantes aqui a isso. Como ficou patente, queria saber do senhor – faço a pergunta a todos e depois respondem –, pois todos eles falaram praticamente a mesma linguagem, sobre as questões relacionadas a câmbio e a revisão dos acordos do Mercosul. Esses temas permearam todas as exposições: no trigo, na carne, no leite e também no vinho.

Então, que condição há para que o Governo brasileiro faça a revisão nos acordos do Mercosul? Esse é o primeiro ponto. Então, queria saber do senhor sobre essas questões.

Do Poletto, ficou patente, no caso do trigo, do leite, da carne e do vinho, que falta, de parte do Governo brasileiro, nesses setores estratégicos – porque essa é uma produção estratégica... Pelos números apresentados pelo Moka e por todos em relação ao mercado internacional e ao superávit comercial que o setor representa para o Brasil, é um setor estratégico, mas nem o trigo, nem o leite, nem a carne, nem o vinho têm uma política permanente de apoio, como tem a Europa, por exemplo, que, no caso do vinho, dá subsídios; no caso do leite, dá subsídios; e a própria Argentina e o Uruguai, dentro do Mercosul, quando houve a seca, concedeu.

Então, o que espera o setor de trigo? Se vamos continuar patinando nessa produção de cinco milhões de toneladas e importando sempre. Quer dizer, qual é a expectativa? A sinalização do lançamento do Brasil Maior pode representar para o setor agropecuário a perspectiva de que o Governo brasileiro virá enfim a adotar uma política para estimular a produção de trigo? Gostaria de saber também se não há, dentro do Mercosul, triangulação na área do trigo para prejudicar o setor no Brasil. Qual é o maior problema para o trigo? O maior problema é câmbio? O maior problema é financiamento? O maior problema é tributação? Qual é o maior problema nesse setor?

Ainda uma pergunta para o senhor, Dr. Daniel: por que o Brasil não autoriza, já que importa tudo, do produto acabado à comida, por que não autoriza a importação de insumos agrícolas para o setor, como fertilizantes, como defensivos e outros? Por que o Governo brasileiro não faz isso para ajudar a baratear a produção?

Para o Dr. Rodrigo Alvim.

Eu quero saber: mesmo tendo subido a produção de leite e de lácteos em 20% na Argentina e no Uruguai, como o senhor falou, esses dois países têm produção suficiente para mandar para o Brasil essa quantidade? Não está, como aconteceu na década passada, vindo leite da Holanda? Aqui se disse em relação à carne que ela não fala inglês nem espanhol. O leite também não fala espanhol ou português – quer dizer, a aftosa, como falou o Camardelli. Esse leite é suficiente para isso? E qual é a sua expectativa, nessa reunião de Porto Alegre, em relação ao entendimento sobre o estabelecimento de cotas? E qual é a perspectiva do mercado brasileiro se não for resolvido o problema de câmbio para o setor de lácteos, que é altamente empregador? Lembro que são quatro milhões de brasileiros que dependem da questão do leite.

Para o Dr. Carmardelli.

Na questão da carne, uma das coisas que me chama a atenção... Queria saber sobre os investimentos do Governo brasileiro na área sanitária, que é o foco da questão. Eles estão adequados às necessidades e à importância do mercado brasileiro como segundo maior exportador? Estão adequados sob o ponto de vista orçamentário e da execução desse orçamento?

Segundo: qual é a possibilidade – o senhor está falando com um entusiasmo que até me alegra, mas não sou tão otimista assim – de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia? Porque é exatamente onde a Europa é mais protecionista: em seu setor agropecuário. Qual é a possibilidade de haver esse acordo? E mais: não é muito mais urgente fazer o dever de casa nessa harmonização das políticas sanitárias dentro do Mercosul? Havendo isso de nossa parte, fica mais fácil um acesso pela argumentação dessa barreira sanitária. O que está explicando a transferência de grupos frigoríficos brasileiros para a Argentina? É esse ambiente mais favorável lá em relação a câmbio, tributação e logística que está estimulando muitos fri-

gorí ficos e até outras indústrias do setor alimentício a se instalarem na Argentina?

São essas as minhas questões para o senhor. Queria agradecer também, Camardelli, por seu voto. Eu espero estar correspondendo à confiança que me permitiu chegar ao Senado, também com o seu apoio.

Queria cumprimentar o nosso Arnaldo Passarinho, o nosso Presidente da Câmara Setorial do Vinho que está prestigiando esta audiência pública.

Para o Paviani.

O que é pior para o setor de vinhos? É o câmbio, é o contrabando ou são esses acordos comerciais? Outra curiosidade que tenho: apesar dessas dificuldades, esses produtores de vinho do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Nordeste, como os produtores de trigo, parecem muito teimosos, insistem em continuar produzindo e vêm aumentando a qualidade. Isso aconteceu com o trigo e está acontecendo com o vinho. Os espumantes brasileiros estão ganhando prêmios internacionais, os tintos brasileiros estão ganhando prêmios internacionais. Como justificar essa adversidade diante desse desempenho interno em relação ao aumento da produção, criação de novas marcas e vinhos de qualidade? Então, o que é pior: contrabando, câmbio ou tributação? Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Moka.

Primeiramente eu queria parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de discutir um assunto de tamanha importância. As lamentações de V. Exªs aparecem nas preocupações que tenho ouvido a Senadora Ana Amélia semanalmente colocar da tribuna do Senado ao falar das dificuldades que o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil estão enfrentando na comercialização com relação aos países do Mercosul.

Eu tenho ouvido, Senadora, principalmente no que diz respeito aos *freeshoppings*, as suas indagações. E nós temos isso também no Paraná, Senador Moka, como vocês também têm um pouco disso no Mato Grosso do Sul. No Paraná nós temos também uma divisa com a Argentina e com o Paraguai e nós sofremos diariamente com situações parecidas com as que enfrentam o Rio Grande do Sul. Mas eu percebi que, realmente, a questão está centralizada, talvez nas questões da União Europeia, mas muito mais nos nossos problemas com o Mercosul.

Nós temos, por exemplo, a liberdade ou a liberalidade de não impor o *dumping* ou o *antidumping*, e isso traz para nós algumas dificuldades. Mas o dólar, ou o câmbio, talvez seja o nosso maior problema, porque ele está associado, necessariamente, a um custo em cadeia. Por mais que o nosso produto interno, como o leite – aqui colocado, Rodrigo –, esteja num valor para o consumidor maior do que nos demais países da América Latina, o custo dele também é maior, como foi bem demonstrado.

E aí vem a minha preocupação: e o cidadão brasileiro? É ele que está pagando isso, não é verdade? Então, temos de ter realmente algumas ações do Governo Federal, talvez parecidas com essa que a Presidente Dilma lançou esta semana para a indústria, que é o Brasil Maior. Isso é necessário, sim, porque nós estamos pagando – acho que foi o Rodrigo que disse – subsídios, comprando subsídios. Isso é inadmissível. Então, coloco aqui também a minha preocupação com relação a isso e a indagação de quais são as propostas nas quais o Governo está pensando para que possamos ter um mercado mais competitivo, mas para que o nosso consumidor também venha a pagar menos pelo produto que adquire.

Verifico que temos o menor lucro, e nós temos também, talvez, pouco incentivo do Governo em relação a isso. Recentemente acompanhei o lançamento dos dois Planos Safra, tanto do MDA, que é da agricultura familiar, como o Plano Safra da Agricultura. O Governo está preocupado com a pecuária. Isso fica claro na medida em que ele está querendo investir principalmente no aumento da produtividade e está disponibilizando linhas de recursos para que o produtor brasileiro possa melhorar a qualidade de seu rebanho e também a qualidade de suas pastagens. Assim, Paviani, será possível mudar parâmetros como, por exemplo, aquele segundo o qual em um hectare você emprega um cidadão brasileiro no cultivo das uvas, nas vinícolas. Que também isso seja feito no setor da pecuária, porque, em dados momentos, a pecuária, talvez em até menos de um hectare, ocupe muito mais mão de obra – principalmente na questão do leite, produção que é muito mais concentrada no espaço territorial.

Mas eu expresso aqui a minha preocupação com o quanto o brasileiro paga pelos produtos que compra. Acredito que, realmente, o problema é de mercado. O mercado é mundial, mas seus preços são impostos principalmente pela questão do câmbio, que acho que é o nosso maior problema neste momento.

Era isso. Quero agradecer a todos vocês.

Sr. Presidente, peço licença para me retirar porque tenho um compromisso agora em meu gabinete. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Presidente Moka, é um prazer falar pela primeira vez nesta

Comissão. Ouvindo a Senadora Ana Amélia, a gente percebe que pouco a gente sabe, tamanho é o conhecimento de S. Exª. Vou ser, portanto, bastante breve.

Eu venho da empresa privada, Dr. Poletto, e sou pouco político. Quando a gente, na empresa privada, tem dificuldades com alguma montanha que a gente tem muita dificuldade de transpassar, procura contornar.

Eu pediria aos senhores todos um caminho alternativo, porque o processo do câmbio é o grande problema do Godinho, do Polleto, do Rodrigo, do Camardelli e do Paviani, porque é muito confortável para o Governo essa situação. Nós somos da base do Governo, mas sabemos que o próprio Governo está tendo muita dificuldade em resolver esse problema do câmbio. E a indústria já está indo para o terceiro ano de dificuldade com o câmbio.

Enquanto nós temos um subsídio na Europa de US$1 bilhão por dia – e eles irão se empobrecendo se continuarem desse jeito –, nós aqui agora estamos começando a indústria do leite, por exemplo, a indústria da carne e do trigo. Quando a gente vê a história do trigo e o senhor fala que nós estamos exportando para o Egito para eles fazerem ração, aqui no Brasil, onde o Governo ainda está querendo recuperar mais 16 milhões de pessoas da classe D, achamos essa coisa muito difícil de entender para quem não é político.

No que nós precisaríamos caminhar? O senhor vê que hoje qualquer Comissão tem muitas pessoas, muitos Senadores e em uma Comissão como esta, pedida pela Senadora Ana, estamos aqui com três, quatro Senadores para questionar-nos. Isso é muito complicado.

Esse é um primeiro passo para a indústria do trigo, a indústria do vinho, a indústria da carne, a indústria do leite, porque a burocracia é muito grande. Eu não sei qual é o caminho. O Dr. Camardelli, por exemplo, com quem tenho um conhecimento há muitos anos e é uma das maiores autoridades no setor no Brasil, tanto já serviu o Ministério da Agricultura como hoje está numa empresa privada, sabe os caminhos para nós chegarmos onde devemos.

Eu não sei qual seria a saída. Mas nós já pensamos até que temos, em algumas embaixadas, adidos de tudo quanto é tipo: militar e tal. Por que não termos um adido da empresa privada? Não precisa ser em toda embaixada, mas quem sabe um homem que tenha um conhecimento da empresa privada nas embaixadas principais, em trinta, quarenta embaixadas, o que repercutiria em outros mercados para nós sabemos os caminhos, para não precisarmos ver o Vice-Presidente da República de sair do País para resolver um problema de carne na Rússia?

Nós que já estivemos com dois Governos na Rússia para resolver problemas – não é, Carmardelli? – sabemos da dificuldade naquela democracia jovem, porque eles ainda não têm o conhecimento do ritual do que é fazer uma indústria, o que nós temos aqui no Brasil, o que é um orgulho. Por que não irmos pelos caminhos que a empresa privada conhece? Porque não vai ser o Governo quem vai resolver esse problema se vocês não colocarem um pé dentro deste Congresso, se vocês não conseguirem colocar aquilo que vocês conhecem, porque a empresa privada conhece o que o Governo não conhece. Hoje eu estou do lado de cá e sei qual é a dificuldade de entender, por exemplo, que um boi é desmontado. O boi não é uma montagem, como em um automóvel. Ele é um desmonte. Quando a gente vê o Camardelli falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – A gente desmonta. *(Risos)*

O Camardelli, com muita propriedade... Não podemos fazer as compensações dos cortes, porque temos muita dificuldade de entrar em mercados que são muito mais políticos do que sanitários. Sabemos o prejuízo que nos deu uma aftosa no Mato Grosso do Sul na economia nossa, e ela foi totalmente política.

Então, precisamos de que vocês coloquem um pé realmente aqui e se direcionem, porque, de um modo geral, criticar o câmbio... Ele é muito cômodo para o Governo, porque tem outras compensações, mas a indústria tem uma só: o câmbio. Então, vocês precisam realmente de trazer esses caminhos. Quais os caminhos? Não sei! Mas vocês precisam trazer, cada um no seu setor, para que possamos entendê-los cada vez mais.

Está de parabéns a Ana, porque esse é o melhor caminho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Indago dos outros Senadores, porque houve a exposição e os Senadores que estavam presentes à exposição já fizeram os seus questionamentos. É uma audiência pública que está tratando das chamadas cadeias produtivas. Indago se alguns dos Senadores que não tenham ouvido a exposição querem fazer alguma colocação. Eu passaria logo à Mesa para que eles possam responder aos questionamentos. *(Pausa.)*

Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Moka, que preside esta Comissão, prezados colegas, senhores convidados, a gente tem diversas comissões. Eu tinha outra fora, mas vinha escutando no caminho alguns temas pela Rádio Senado

e justamente estava a Senadora Ana Amélia questionando algumas teses. Sei que outros colegas devem ter levantado outros temas, mas escutei a Senadora Ana Amélia levantando a questão dos nossos vinhos, dos espumantes e eu pegaria uma carona nessa tese, já que está sendo colocada aos senhores que são da área. Ouvi também o Sérgio Souza, do Paraná, levantando questões do Paraná.

Na questão dos vinhos e espumantes, tem o Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, que é muito forte nisso, e nós temos, em Santa Catarina, um nicho de vinhos de altitude que está começando na região de Urupema, São Joaquim, Bom Jardim da Serra. São vinhos de altitude, 1.600m, 1.400m. É um nicho de vinhos finos inclusive. O Governo catarinense já vem tirando uma parte do ICMS para estimular, mas são vinhos que estão competindo, assim como os do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, com bons vinhos do paralelo do Chile, da África do Sul, dessa região. Estão competindo com o mesmo microclima. É uma microrregião, um nicho de mercado que está dando bons resultados. O pessoal está investindo, mesmo nos espumantes. Como Santa Catarina é um minifúndio, precisamos estimular isso. É o cooperativismo que está investindo nisso lá. São os pequenos produtores, são minifúndios, são as empresas. Estão formando associações. Isso é alguma coisa que vem agregar mais à renda, à renda das pequenas propriedades. Temos que diversificar. Acho que este é um bom nicho de mercado: os vinhos de altitude, os espumantes.

Também estamos adaptando, a Epagri, os órgãos técnicos ligados à Secretaria da Agricultura, inclusive experiências de oliveiras em alguns lugares também de altitude de Santa Catarina, em função da composição do pedregulho, dos microclimas. Então, a produção dessas oliveiras está adiantada, estão produzindo azeite de oliva, com experiência. O Brasil importa, praticamente, 100% de azeite. Então com um pequeno pedaço de terra poderíamos diversificar o azeite. Quer dizer, isso agrega alguma coisa de valor que vai ajudar na diversificação como o pequeno reflorestamento nas cooperativas, nas pequenas propriedades. Eu sei que o leite foi questionado. Mas diversificando isso, aumentando a tecnologia, como incentivar isso, ajuda muito, sem dúvida.

Isso, em Santa Catarina, como tese para algumas coisas. Mas por extensão, o Brasil é grande, tem as suas diversidades, tem as suas características... E agora, temos a questão do Código Florestal que estamos nesta Casa tratando, que tem uma importância muito grande, forte nessa legislação que vamos adaptar – já veio da Câmara, faltam pequenos ajustes aqui no Senado –, para que nós tenhamos, de acordo com as regiões brasileiras, uma produção com sustentabilidade – acho isso importante –, para que o Brasil possa competir, não só dentro do Mercosul, mas com o mundo.

Sr. Presidente Moka, eram algumas considerações, sem querer roubar o tempo, mas eu não poderia deixar de, como membro desta Comissão, vir aqui para endossar a tese dos colegas. E não vou falar nem do desmonte, mas chamou atenção ao que V. Exª levantou...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – No bom sentido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – No bom sentido, é claro: tem que esquartejar o boi, tirar daqui uns pedaços bons, tirar dali, tirar o filé mignon, fica a carne de pescoço. (*Risos*.) Mas, em todo caso, tudo faz parte do bom sentido. Quero cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço-lhe, Senador Casildo.

Senador Cyro, deseja fazer alguma indagação?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Moka, Srs. Convidados, Srªs e Srs. Senadores, eu não participei, infelizmente, por uma votação na Comissão de Infraestrutura, da explanação dos senhores; somente uma parte do Dr. Rodrigo.

Eu tenho uma questão, que não sei se ela já foi explicitada, mas se já o foi, que os senhores me desculpem.

Bom, eu gostaria de saber sobre os impactos específicos para as cadeias produtivas do leite, do arroz, do trigo, da carne e do vinho, advindos de um fechamento de um eventual acordo de livre comércio com a União Europeia e o Mercosul. Eu não sei se isso já foi dito.

Há outra também: eu gostaria de conhecer a avaliação do Governo Federal sobre os benefícios dos acordos internacionais vigentes para a economia brasileira, sobretudo, para o agronegócio.

Igualmente, eu gostaria de saber qual é a abrangência dos acordos firmados no âmbito do Mercosul.

São essas as questões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – De imediato, passarei a palavra, pela sequência do que foi colocado aqui pelos palestrantes, para que ele possa fazer alguns esclarecimentos que foram questionados, ao Dr. Daniel Marteleto Godinho. E se V. Sª quiser, porque trouxe outro técnico e, de repente, é outro assunto que acha pertinente o Dr. Rogério Fabrício Glass responder, fique à vontade.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Bom, eu gostaria de tecer alguns comentários gerais, cumprimentando os nobres Senadores que chegaram posteriormente, no momento em que fazíamos a nossa

apresentação; cumprimentar também todas as outras autoridades que chegaram após esse momento. Mas eu gostaria de tecer alguns comentários gerais, que acho respondem alguns questionamentos feitos e talvez possamos debater alguns pontos mais específicos.

A primeira pergunta que nos foi feita de forma muito concreta na introdução da Senadora Ana Amélia foi a respeito do que o Governo Federal, do que poderíamos fazer para mitigar, combater essa situação difícil que verificamos em nossas apresentações e nas intervenções de todos os colegas aqui presentes.

Preciso concordar integralmente com o Dr. Polleto em sua intervenção quando disse que a principal chave para que possamos solucionar esses problemas é, de fato, a recuperação da competitividade. É nesse sentido e para isso que foi lançado anteontem a nossa nova política industrial Plano Brasil Maior.

O principal pilar desse plano anunciado pela Presidenta Dilma é justamente a desoneração fiscal para oferecer maior competitividade aos setores. Do ponto de vista especifico do setor do agronegócio, em geral, o que posso dizer nesse momento é que ainda não foram definidas todas as medidas setoriais. Mas, com certeza, posso dizer que está definido que um dos blocos de ação da política industrial será o agronegócio brasileiro. Isso é muito importante. Aí eu perguntaria se o meu colega Rogério Glass...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes do Glass falar, acho que a gente precisa, ao terminar a audiência fazer um encaminhamento, porque para mim audiência pública tem que ter um encaminhamento, do contrário ficamos falando, falando e, depois, não fechamos, não conseguimos dar uma conclusão, um encaminhamento.

Pelo que ouvi aqui, Senadora com a permissão de V. Exª, nós que estamos aqui, num ato seguinte, no Ministério da Indústria, quem sabe com a Ministra Chefe da Casa Civil, precisamos resolver essa questão. Como vai ser a regulamentação do setor do agronegócio. Preocupa-me o seguinte. Quando você faz o levantamento da balança comercial, o Mercosul é superavitário. Mas em relação ao agronegócio, e fiz questão de demonstrar aqui, há um déficit de 3.14 bilhões. Então estamos fazendo audiência pública quase em socorro – desculpe-me se não for essa a expressão, corrija-me, ao trigo, ao leite, ao vinho e à carne. Sem falar no arroz que quase que mata o nosso Deputado Federal Luis Carlos Heinze todo dia aqui, junto com a Senadora.

É disso que nós estamos falando. Então essa é uma questão em relação ao agronegócio especificamente. É claro que o Brasil não vai deixar de estabelecer relação com o Mercosul. É claro que na balança comercial é bom para o Brasil. Mas existem alguns segmentos que estão pagando essa conta e que nós precisamos ou de uma política de compensação ou de um encaminhamento que possa, pelo menos, harmonizar essas questões. Desculpe-me é o meu jeito, mas é importante fazermos que essa discussão cáia na questão mais prática que é a angústia dos segmentos que estão aqui representados.

Desculpe a minha interrupção.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Senador, acho que foi uma intervenção totalmente pertinente. Estou plenamente de acordo com suas palavras.

Seria muito importante sairmos daqui com um encaminhamento. É um interesse comum. Coloco-me à disposição de todos os presentes e coloco toda a equipe do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior para que possamos, juntos, definir medidas e traçar metas, enfim, agirmos no sentido de combatermos os problemas aqui identificados. Isso ocorrerá e eu perguntaria ao colega da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, que esteve mais ligada às questões do Plano Brasil Maior, se haveria algum comentário específico, quando isso poderia ser feito com todos os colegas.

O SR. ROGÉRIO FABRÍCIO GLASS – Bom dia a todos, sou Analista de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior, trabalho na Secretaria de Desenvolvimento da Produção na Coordenação Geral de Agronegócio.

Com relação ao Plano Brasil Maior, um dos blocos em destaques – são cinco blocos – blocos de setores que o Governo está dando ênfase, um dos bloco é o do agronegócio. Estamos formando conselhos setoriais com representantes das entidades privadas para atuar junto ao Ministério, ao Mapa, ao MCT na questão de tecnologia, inovação. Então nós vamos formar esses conselhos e chamar os representantes, os mais importantes de cada setor, e discutir ponto a ponto o que a gente pode avançar em questão de competitividade e, é claro, não deixando de prestar atenção na questão do câmbio, desvalorização tributária, infraestrutura, que são essas questões recorrentes e que vão persistir sempre quando se fala em competitividade.

Então, a gente está lá, como o Daniel Godinho falou, aberto à discussão, tanto na Secex como na SDP, com o suporte nesse plano, para atender as demandas e verificar os melhores caminhos. Sinto falta do Mapa, que é um grande parceiro nosso na questão de agronegócio. A gente atua paralelamente, mas, com certeza, o Mapa fará parte desse conselho, assim como o MCT e outros órgãos públicos. A gente está aberto lá para o Ministério a qualquer demanda.

A gente já trabalha com o setor de vinhos, com o setor de carnes, de trigo. Inclusive em 2009, a gente fez uma oficina para levantar os gargalos do setor do trigo. Quanto ao leite, lá na Secretaria de Desenvolvimento da Produção a gente ainda não tem um contato muito próximo, a Secex tem mais, mais estamos abertos para receber essas demandas e, junto com a base do plano Brasil Maior, encaminhar o que deve ser feito com o Governo no geral.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas objetivamente há, por parte do Governo, uma regulamentação, alguma coisa específica? Quer dizer, vocês vão discutir, ouvir e depois normatizar isso?

O SR. ROGÉRIO FABRÍCIO GLASS – Isso. Como um dos blocos é o do agronegócio, alguns setores, primeiro carnes, café, frutas e vinhos também, vão ser elencados, a gente vai formar conselhos de cada setor desse e, junto com o Ministério da Agricultura e outros ministérios, a gente vai encaminhar as soluções possíveis.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Bom, então fica, mais uma vez, o reforço ao convite a todos os senhores. Quando e se o desejarem, estaremos à disposição, seguiremos esse importante debate sobre o plano Brasil Maior e as iniciativas de desoneração.

Outro pilar bastante importante do plano lançado é o pilar da defesa comercial – e aí eu faço referência à fala do Dr. Rodrigo Sant'Anna, que lembrou a experiência feliz que o setor teve com o *antidumping* aplicado. Trago uma boa notícia, e essa é uma notícia muitíssimo concreta, no âmbito do lançamento do plano: foi autorizado um concurso público para a carreira de analista de comércio exterior, da qual eu tenho a honra de pertencer, dos quadros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que quadruplicará o número de investigadores de defesa comercial do ministério.

Então, na fala do Dr. Rodrigo, me chamaram atenção duas coisas: as 25 mil páginas do processo. Quanto a isso, a gente não pode dar uma solução. O processo é realmente muito técnico, é muito complicado. Mas também nos chamou atenção bastante a questão dos dois anos de demora. Com a entrada desses investigadores, a meta do Ministério é reduzir pela metade esse prazo. São boas notícias, são notícias concretas, não só sobre o *antidumping*, mas também sobre todas as outras medidas de defesa comercial, salvaguardas que podem ser adotadas contra todos os países do mundo, mediante comprovação de surtos de importação e prejuízo graves ao setores. Então, por favor, setores, vamos debater, vamos trazer os prejuízos para análise do nosso Departamento de Defesa Comercial, que terá o interesse e o dever de analisar uma possível medida a ser tomada contra todos esses países.

Além do *antidumping* e salvaguardas, existem medidas compensatórias que podem ser tomadas contra países que oferecem subsídios à sua produção, subsídios ilegais à sua produção, nós sabemos que esse é o caso de vários dos parceiros comerciais brasileiros – infelizmente esse é o caso –, temos que investigar e tomar medidas.

Duas medidas novas de defesa comercial são a circunvenção para combate de triangulações e a investigação de fraudes de origem, o que também vem a responder a demandas concretas dos nossos setores que sofrem com triangulações e com origens falsamente declaradas. Para isso, montamos um grupo de trabalho com a Receita Federal e já estamos trabalhando, já fizemos três reuniões técnicas, para alinharmos a defesa comercial antes da entrada do produto, defesa esta que será feita pelo MDIC, e na entrada do produto, defesa que será feita pela Receita Federal. Essas são novidades realmente concretas. Esse pilar da defesa comercial é algo realmente muito caro ao nosso Ministro e ao Governo brasileiro neste momento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Daniel, eu queria aproveitar a carona. Sr. Presidente, permita-me fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estou vendo que o Daniel, além de ser Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, também é do quadro do Ministério de Relações Exteriores. Como ele é diplomata, como é do quadro do Ministério, eu queria lhe dizer que, em outro mandato que tive no Senado e mesmo quando Governador do meu Estado, eu pensei nas viagens. Para competirmos com o mundo – lembro os produtos que vêm para o Brasil, que importamos –, precisamos ser mais agressivos, no bom sentido. A nossa diplomacia, as nossas embaixadas precisam negociar com esses países. Importamos produtos e, muitas vezes, nós os pagamos com dinheiro.

O Senador dizia do desmonte do nosso boi. Se tivermos de importar produtos, se vamos importar alguns produtos, tudo bem. Da China, por exemplo, importamos muita coisa. Para pagarmos com dinheiro, vamos, então, fazer uma troca: em vez de vir o *filet mignon*, como se diz no desmonte do nosso boi, vamos tentar colocar um pouco a carne de pescoço, no bom sentido. Vamos ser mais agressivos, vamos dá-lo em troca de uma mercadoria. Se for o *filet mignon*, se for a carne nobre, primeiro, vamos tentar vender a dinheiro; vamos exportar, mas vamos vender a dinheiro. Talvez, tenhamos de ser mais agressivos um pouco.

Até tenho dito que, se nos mandarem alguma coisa e se há banana sobrando, banana neles! Vamos ser um pouco mais negociantes.

Na sua área, temos de fazer esses arranjos, temos de ser práticos nas permutas, nas negociações, para que possamos ter uma balança equilibrada, para que possamos achar negócios também. Lá fora, no exterior, temos de ser bons negociantes, bons bandeirantes, no bom sentido.

Eu queria apenas aproveitar a carona, já que o senhor é ligado a essa área, Daniel.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Agradeço a V. Exª o comentário. Mais uma vez, é um comentário totalmente apropriado. Fica registrada a preocupação e a dica, a sugestão. Trabalharemos para isso. Sem dúvida, o aumento das importações, em geral – e, muitas vezes, são importações fraudulentas, importações com origem falsamente declarada –, preocupa-nos profundamente, e combateremos, com muito afinco, essas importações. V. Exª pode ter certeza disso.

Eu falava sobre as medidas em geral de defesa comercial e não quero me alongar. Mais uma vez, coloco-me à disposição para fazermos um debate específico sobre defesa comercial, o que é muito importante. Essa é, de novo, uma das prioridades deste Governo.

Ainda há uma questão geral, alvo de comentários feitos por quase todas as pessoas: a questão do câmbio. Como também foi dito por um dos presentes aqui, a questão do câmbio é muito difícil de ser resolvida. O Governo brasileiro está muito atento a essa questão e está tentando tomar medidas. Do ponto de vista das relações internacionais brasileiras, o que percebemos neste momento é que há uma verdadeira guerra cambial, com moedas desvalorizadas, sobretudo as moedas norte-americana e chinesa. Todos os senhores presentes aqui sabem que o Governo brasileiro levou essa questão à Organização Mundial do Comércio, por iniciativa própria. E houve combate por parte de outros países que não desejavam ver esse tema ser discutido em âmbito multilateral. Levamos essa questão com coragem à Organização Mundial do Comércio. Essa questão está sendo debatida, com vistas a buscarmos alguma solução. Enfim, o Governo está atento à questão do câmbio. E sobre questões um pouquinho mais técnicas, eu peço vênia a todos os senhores devido a minha falta de competência institucional; como sou membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, não poderia, sob o risco de ultrapassar as minhas competências, falar sobre detalhes técnicos de controle de câmbio e o que pode ser feito. Peço desculpas a todos. Mas, enfim, o recado firme e direto é que, sim, estamos todos muito preocupados. O Ministério do Desenvolvimento, os exportadores brasileiros, nós que respondemos no Governo pelos exportadores brasileiros, estamos muitíssimo preocupados.

Há algumas questões um pouco mais pontuais, como a questão da revisão do Mercosul, que foi aventada por vários dos senhores presentes.

O Mercosul, conforme a apresentação que eu pude fazer aqui um pouco mais cedo, quando olhado como um todo, realmente é benéfico; não há dúvida de que ele é benéfico ao Brasil.

Agora isso não quer dizer, como muitíssimo bem lembrou o Senador Moka, que nós não tenhamos que olhar, não tenhamos que tentar dar tratamento especial aos setores que hoje comprovadamente estão sofrendo. Então, isso é algo de novo que está no radar do Governo. Agora, eu preciso passar, com muita honestidade e transparência, aos senhores a dificuldade de uma revisão dos acordos firmados no âmbito do Mercosul. Toda e qualquer revisão tem que ser necessariamente negociada com os três sócios. Isso não quer dizer que não tentemos e não tenhamos tentado. Isso foi feito em algum momento. Algumas tentativas foram feitas, algumas com êxito e outras não. Mas, enfim, um processo de revisão do Mercosul deve ser olhado com cautela. Mais uma vez, vamos debater vamos ver o que foi feito. É um processo difícil. Eu não posso deixar de ser muito transparente aqui com todos os senhores.

Sobre uma questão muito específica tocada pela Senadora Ana Amélia, a questão, primeiro, da importação de fertilizantes. Os fertilizantes, na tarifa externa comum – correto, Senadora? –, têm uma tarifa de 4% ou 6%, dependendo do código; defensivos, 8% a 14%. Mas hoje, justamente de modo a responder a preocupação da senhora, vários desses códigos estão presentes na lista de exceção à tarifa externa comum, hoje com uma tarifa zero, para, justamente, facilitar que os produtores brasileiros tenham acesso a esses produtos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Há uma preocupação com agroquímicos? Os outros, os defensivos também são para área de agricultura?

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Perfeitamente.

Essa lista de exceção à tarifa externa comum, mais uma vez, são os limites que as regras internacionais nos impõem e o próprio bloco que negociamos no passado somente tem cem itens, cem vagas para um universo tarifário de quase nove mil códigos. Então temos dificuldade em acomodar todos os setores e todos os produtos, mas estamos agora em pleno momento de revisão da lista de exceção à tarifa externa comum. É momento talvez para suscitar essa questão que a senhora aborda de forma muitíssimo específica,

e a gente terá todo o interesse em analisar. Eu só não posso deixar de dizer aqui que, como representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nós defendemos e, obviamente, estimulamos a produção nacional desses produtos. O ideal seria que pudéssemos produzir internamente esses produtos com preços competitivos e, aí sim, todos os setores gozarem desses benefícios que a gente tanto deseja.

Acordo Mercosul-Egito, Senadora. Essa preocupação específica que V. Exª levantou já nos chegou. À época da negociação do acordo, houve uma consulta pública feita pelos negociadores. Enfim, a preocupação já existia. Num processo negociador – eu não participei diretamente desse, mas posso dizer de vários outros, da experiência que tenho de vários outros processos –, é virtualmente impossível contemplarmos, numa lista de ofertas – e mais uma vez sendo muitíssimo transparentes com todos os senhores presentes –, os interesses de todos os representantes do setor privado. Porque, obviamente, há interesses também do lado do outro parceiro. Essa é uma questão que nos preocupa, Senadora. Ela nos preocupa. Estamos atentos. Mas, como eu disse a senhora – a V. Exª, peço perdão –, enviaremos um projeto, o acordo que o Poder Executivo negociou, para quem tem a competência constitucional de decidir sobre a internacionalização ou não desses acordos. Então, todos os senhores vão poder analisar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aí me permita, eu acho que o Ministério da Indústria e Comércio tem que usar um pouco mais o Congresso, porque para o Governo fica difícil às vezes, mas não para o Congresso. Nós é que temos que ir à tribuna e começarmos a bater no sentido de especificamente pedir ao Mercosul revisão para o vinho, o trigo. Nós temos que transformar esse debate também em uma pauta da Comissão de Infraestrutura. E ser mais agressivo na tribuna e até no comércio e relações exteriores. Acho que também o Congresso tem que começar a gritar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria lhe agradecer, Presidente Moka, e como encerrou o Dr. Godinho, o nosso papel aqui na nossa audiência é a da provocação em torno de um tema. Eu bati muito na questão da desindustrialização e estou batendo muito nessas questões das assimetrias do Mercosul. Pela relação dos déficits que temos no agronegócio, mostra exatamente o peso que Estados como o Paraná, o seu Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm em setores que eu considero estratégicos. E penso que com a presença aqui do Dr. Daniel Godinho, ele ouviu, num dia só, numa manhã só, o que os setores que são fundamentais precisam receber. O dever de casa passa a ser do MDIC, porque nós fizemos a nossa parte: trouxemos as pessoas aqui, para mostrarem as suas dificuldades e os problemas que são enfrentados pelos setores.

Então, nós, a partir disso, vamos dar um tempo, duas semanas talvez, e vamos, Presidente Moka, a Comissão voltar ao Ministério para acompanhar a evolução do que foi aqui tratado nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr. Daniel, por favor, para concluir.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – Só para concluir a minha intervenção, peço desculpes por ter me alongado um pouquinho, e responder algumas intervenções muito pontuais levantadas pelos colegas do setor privados e não deixá-los sem nenhum tipo de manifestação, sobre a questão da importação da farinha de trigo argentina.

Nós já temos um debate no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex) a respeito, por iniciativa do MAPA; estamos também vigilantes e em breve tomaremos alguma medida. Isso é importante que seja dito.

Respondendo, agora, ao Dr. Camardelli, em relação às barreiras europeias à importação da carne, o senhor sabe muito bem que estamos em conjunto estudando possíveis medidas. Não é uma resposta ao senhor, que sabe muito bem disso, mas talvez para dar conhecimento a todos dos esforços conjuntos que temos empreendido para combater esse problema.

Com relação ao acordo de lácteos levantado, tenho obrigação de dizer que esse é um acordo entre privados, mas que o Governo Federal sempre continuará dando apoio no sentido de orientar e de prestar quaisquer informações que possam ser úteis às negociações do setor.

E finalmente sobre vinho e aí também numa resposta mais geral sobre o acordo Mercosul/União Europeia e as negociações, nós fizemos também uma consulta pública em janeiro deste ano, temos as posições de todo o setor privado; no caso dos setores aqui representados, o MAPA conversou com todo mundo, já sabe as sensibilidades e isso, seguramente, será contemplado e não daremos qualquer passo sem conversar com todos os senhores.

Só uma informação que acho também é importante nas negociações Mercosul/União Europeia: até o final do ano, seguramente, não teremos a troca de ofertas, ou seja, quando você realmente assume o compromisso de degravação tarifária. Então, temos um tempo para mais uma rodada de conversas e que nós teremos o maior prazer de fazer com todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço as explicações que, pelo menos a mim, foram claras e diretas e acho que oportunas.

Na sequência, o Sr. Carlos Domingo Poletto.

O SR. CARLOS DOMINGOS POLETTO – Vou fazer possível para ser objetivo aqui, para dar resposta às indagações, e, de certa forma, um pouco aliviado pela oportunidade de expressar as dificuldades, as angústias e também pela oportunidade de opinar com algumas soluções.

Quero dizer que espaço para o setor privado participar aqui no meio político e onde se decidem as coisas neste País é importantíssimo. E nós temos nos proposto a tirar tempo para cuidar dos negócios para contribuir – é até uma obrigação como brasileiro, inclusive. E faço parte da câmara temática de infraestrutura e logística do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a convite, tenho participado também no sentido de contribuir, porque isso é um elemento que pesa bastante no custo interno do País – logística, infraestrutura, enfim –, assim como nós estamos aqui tentando também trazer alguma solução.

A Senadora Ana Amélia me pergunta sobre como competir. Naturalmente que a questão do câmbio, as taxas cambiais desfavoráveis para os negócios, principalmente das *commodities* do agronegócio, eu creio que, com o tempo – espero que não seja a longo prazo –, se ajusta. Não há dúvida de que os próprios países do Mercosul também têm que fazer suas correções, assim como o Brasil. Então, a médio prazo, creio que isso se resolve. A questão está em como sobreviver até lá, quando as dificuldades são iminentes e persistentes.

Mas, na explanação aqui do Senador Antonio Russo, ouvi nas suas palavras, no seu semblante, como empresário, certa angústia que, de certa forma, também está muito presente no meu dia a dia: como sobreviver, como honrar R$2 milhões no final do mês, para custear o salário de seus colaboradores na atividade que hoje, na melhor das hipóteses, está empatando o dinheiro?

Ainda na resposta que queria dar à Senadora, além da questão do câmbio, eu reforço aqui o que falei anteriormente, até encerrei falando sobre isto: nós precisamos desonerar, e a melhor forma é cada um fazer o seu papel, o Governo também fazer o tema de casa e desonerar a produção. Como produtor e como indústria, já fizemos todo o possível. A indústria brasileira é muito eficiente. E temos que considerar que estamos trabalhando com alimentos, e a população está naturalmente gostando de se alimentar bem com o menor custo possível, como também está nos planos do Governo dar oportunidade a todos de terem acesso à alimentação.

E o Senador que me fez um aparte aqui fez um comentário, uma lembrança da preocupação com o consumidor. Na verdade, o consumidor está numa situação de certa forma até um pouco confortável, porque quem está bancando isso é a indústria, e, por consequência, o produtor, que é o último da ponta lá.

Falando em desoneração, eu queria citar três exemplos, um deles ligado diretamente à produção do campo. Hoje já não é mais o fertilizante, meu caro amigo, e algumas outras coisas, como a semente, que são os vilões da produção primária. Mas eu tenho exemplo – a Senadora Ana Amélia deve se lembrar desta minha afirmação num outro local, lá no Rio Grande do Sul – sobre o combustível, por exemplo, para a formação e a colheita de qualquer cereal ou de grãos: dez anos atrás, representava um custo de 5% sobre o custo de produção da *commodity*, e hoje está em 15%; esse é um exemplo prático. Isso ocorre ainda que tenhamos deixado muito de gastar combustíveis por conta de plantio direto e tantas outras coisas.

E outros dois exemplos também: na medida em que há instrumentos de Governo e setores do Governo preocupados com que sejamos competitivos, e há um belo exemplo do próprio Medic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior): não me esqueço de que, recentemente, fiz uma viagem ao Oriente Médio junto com o Ministro Miguel Jorge, com uma comitiva, uma iniciativa louvável, importante. Disso certamente se colherão frutos no futuro. Assim como começamos há muito anos, hoje, exportamos para a Rússia, países da Ásia. A Apex tem um trabalho espetacular. Mas, quando se fala em diminuir a tributação, e já há sinais para isso, esta semana mesmo já vimos, mas há algumas coisas que estão onerando demais a produção, a indústria e o próprio produtor. Eu só vou dar dois exemplos aqui, muito simplórios, mas, de qualquer forma, para chamar a atenção. A folha de pagamento da Cotrijui, hoje, tem 104% de encargos sociais no seu somatório, e com algumas indenizações, naturalmente por conta das ações trabalhistas. São 104% de acréscimo em cima da folha de pagamento; funcionário se queixando de que ganha pouco e para nós tem um custo terrível.

E, outro exemplo aqui – a Senadora falou dos químicos –, para licenciar o nosso depósito de produtos químicos para fazer o fomento na produção, para dois anos isso aqui. Eram sete mil reais, aí aumentamos um pouco o espaço, foi para 54 mil reais de custo.

Então, tem muita coisa embutida no custo que tem que ser repassada para alguém, ou no mínimo empurrar contra o produtor nos preços dos produtos, com dificuldade de repassar para o consumidor e que não são vistos como impostos, como tributação, mas são taxas de tantas coisas que se tem para licenciamento no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério do Trabalho etc. e tal. Encargos da União, dos Estados, dos

Municípios e que estão onerando muito, efetivamente, o custo de produção.

Então, quando nós falamos em desonerar, tem que tomar medidas, acho que assunto não se esgota aqui. Estamos à disposição para hoje, para qualquer momento, para voltar a discutir sobre isso.

Então, se não há como diminuir, que pelo menos se pare de aumentar, porque a cada dia tem uma coisa a mais para você ter que bancar. Então, a atividade meio, que seria somente uma área de apoio, está inviabilizando o produtor e a própria indústria. Eu não quero falar pelos demais, mas, realmente, a indústria está trabalhando com muita dificuldade.

A **Cotrijui** está em todas essas atividades, fazendo o fomento. Por consequência, ligada diretamente a 18 mil associados, eu sei o que acontece no campo, a dificuldade que tem, e temos indústria do arroz, da carne, das rações, enfim, do leite, inclusive. A **Cotrijui** é sócia de uma indústria de um milhão de litros por dia; eu faço parte do conselho de administração e sei a ginástica que se faz – não é, meu caro Rodrigo? – para a gente se manter ativo e competitivo.

Enfim, acho que temos que dar sequência a esse assunto com muita seriedade. Que bom que vejo disposição para isso, porque, em caso de não se solucionar, eu diria que, no mínimo, em médio prazo, com medidas para se reduzir esse custo, nós teremos como consequência uma quebradeira. O produtor que está atrelado à indústria, como integrado ou coisa parecida... Quebra a indústria, quebra o produtor e, finalmente, quebra o País – e acho que isso ninguém quer.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, passo a palavra ao Dr. Rodrigo Alvim.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Obrigado, Senador Moka.

Para não me perder, vou tentar responder as perguntas da forma como foram feitas pelos senhores, a começar pela nossa Senadora Ana Amélia.

A primeira preocupação de S. Exª é com relação à triangulação. De fato, a triangulação foi um problema gravíssimo na relação comercial Brasil/Argentina nos idos da década de 90. Havia, como foi citado pelo amigo Godinho, a questão das listas de exceção, e o Brasil tinha lácteos nas listas de exceção e a Argentina não tinha. Então, havia diferença em impostos. Nós conseguimos recentemente, pelo menos até dezembro deste ano, harmonizar o imposto, a Tarifa Externa Comum do Mercosul, que variava entre 14% a 16%, para os lácteos, em termos de imposto, e o Brasil estava na lista de exceção com 28% ou com 27%. Isso é que favorecia a triangulação: o importador vinha pela Argentina, pagava, digamos, 14% – como da Argentina para o Brasil a preferência tarifária é zero, porque é Mercosul – entrava com 14% ao invés de pagar 28%. Agora, não. Harmonizamos, nos quatro países do Mercosul, a tarifa TEC a 28% para a questão dos lácteos. Então, não tem muito sentido fazer triangulação, mas não posso garantir à senhora que alguém não a faça por algum motivo.

Sua outra preocupação é com relação às perspectivas do acordo com os argentinos agora, dia 09, na sua terra, em Porto Alegre. Nós estamos um pouco receosos. Os argentinos, na tentativa que fizemos de um acordo no dia 27 último, alegaram algumas coisas: a primeira, eles queriam aumentar a cota de 3.300 toneladas de leite em pó para 5.000 toneladas, e nós dissemos a eles que a nossa intenção era reduzir de 3.300 para 3.000 e incluir uma cota para queijos e uma cota para o soro.

A questão do soro é uma questão complicada. Foram feitos vários investimentos em várias torres de secagem de soro no Brasil, porque o soro é um problema ambiental. Quando não se aproveitava o soro de alguma forma, o que se fazia no passado – e hoje naturalmente não se faz mais por conta das multas severas – era jogar fora junto com os efluentes. E o tratamento de efluentes das indústrias de laticínios, para o tratamento particular do soro, é caro. E o soro tem características nutricionais muito boas ainda; é muito utilizado até em fórmulas infantis, como Nan, Nanon e outras coisas mais. Há soros mais caros que o próprio leite em pó, porque há soros especiais, desmineralizados, para se utilizar na panificação, no sorvete, no chocolate, enfim. E é um produto ainda nobre. Então, ao invés de nós aproveitarmos o nosso soro e ocuparmos a nossas indústrias que foram criadas aí recentemente para isso, estamos importando soro. Chegamos a importar mais de 4.000 toneladas de soro em pó no ano passado, grande parte disso vinda dos próprios Estados Unidos. Então, é interessante, é importante e há até um ganho ambiental para o País em se regular um pouco essa importação de soro.

A perspectiva do nosso acordo com eles esbarra um pouco na questão uruguaia. Nós queríamos ter avançado um pouco. Estivemos no Ministério da Agricultura, há coisa de dez dias atrás, conversando lá com o Secretário de Política Agrícola no sentido de obter o apoio do Ministério da Agricultura – e também necessitaríamos do apoio do MDIC – no sentido de negociarmos acordos com os uruguaios, porque há sempre a conversa de que o Uruguai não cerceia o mercado, como faz a Argentina, que, recentemente, estava aí com 600 produtos da nossa pauta de expor-

tação proibidos de ingressar naquele país por exigência deles colocadas nesse comércio.

Recordo-me de que uma das vezes que fomos conversar com o Ministro Fernando Pimentel, ele estava muito indignado porque exatamente naquele dia havia três, quatro, cinco ou seis caminhões de ovos de páscoa barrados na barreira, pelos argentinos, que diziam que só entrariam os ovos de páscoa na Argentina após passada a Páscoa. Então, a relação comercial deles conosco é assim. E aí dizem que o Uruguai, não, que o Uruguai é um grande importador, que importa tudo, que é um País muito pequenininho, que a maior indústria do Uruguai é uma indústria de laticínios, que é a Cronapole, e aí não se pode mexer com o Uruguai. Mas o Uruguai veio aqui, quando estava na condição de importações não automáticas – àquela época estava recém-eleito Presidente da República o Mujica – falar com o Presidente Lula a abertura do mercado de lácteos brasileiros para eles, que, em contrapartida, abririam o mercado de frango, já que há anos éramos proibidos de exportar frangos ara o Uruguai porque eles disseram que aqui havia a doença de *newcastle,* coisa que não temos há muitos anos, há mais de vinte anos. E eles proibiram a entrada da carne de frango por interesses próprios. Ele disse que trocaria mercados, mas quando chegou ao Uruguai, o Presidente Mujica deve ter sido apertado pela indústria de frangos uruguaia e dá uma quota de 120 toneladas, três carretas de frango por mês para um mercado de 3 milhões de habitantes. E nós escancaramos um mercado brasileiro de 200 milhões de consumidores para os laticínios uruguaios. Então, essa relação tem de ser pesada, ponderada. Não pode ser assim.

Sempre dizem: "o Uruguai é muito pequeno". Sim, é muito pequeno, mas quando exporta um milhão e trezentos mil litros de leite, Senador, para o seu Estado, ele causa um problema local. E quando ele causa o problema local, a indústria local dissemina isso para o Brasil e mexe em todo o mercado interno brasileiro. Então, realmente temos essa preocupação com o acordo argentino na semana que vem, que é a exigência deles de fazermos alguma coisa com o Uruguai, mas, por outro lado, sempre temos uma noção de que eles querem fazer o acordo, porque não deixa de ser uma reserva e uma garantia de mercado de 3 mil toneladas de leite em pó.

A outra preocupação da Senadora Ana Amélia é com relação à perspectiva que temos por medidas governamentais. A questão cambial foi amplamente colocada aqui. E é um problema curioso porque o câmbio está desfavorável porque o dólar está barato; o dólar está barato porque entra muito dólar no País; entra muito dólar o País porque se especula. Com uma Selic que anda na estratosfera como a nossa, é interessante aplicar dinheiro no Pais. Por outro lado, não se podem abaixar juros porque, senão, inflaciona. E o setor industrial, a locomotiva do País prescinde de alguma coisa, porque alguma coisa tem se de ser feita. Se não for feita alguma coisa, vai se aumentar cada vez mais a desindustrialização do nosso País, já que as indústrias estão se transferindo para o Paraguai, Uruguai, Argentina, porque está muito mais interessante ir para lá do que ficar aqui dentro. Então, realmente alguma coisa tem de ser feita.

Respondo ao Senador Russo, que perguntou as alternativas ao câmbio. Acho que já foi citado aqui que a questão é fiscal, a questão é tributária, a questão é custo Brasil, como disse o Camardelli. As nossas taxas portuárias são as maiores do mundo, a nossa logística e a nossa infraestrutura são capengas para um país que cresce da forma como temos crescido. Há setores do nosso País que não acompanham o nosso crescimento econômico, e aí os custos vão aumentando, E isso tudo impacta na nossa competitividade. Temos que ser mais competitivos? Temos que ser mais competitivos, sim, mas nós, produtores, fazemos a nossa parte, a indústria faz sua parte, então, o Governo tem que fazer a dele.

A questão dos genéricos. Por que, no nosso caso, da pecuária leiteira, até hoje não se aprovou o genérico de produtos veterinários como foi feito com tanto sucesso, com tanto êxito nos medicamentos humanos? Quanto isso poderia nos dar mais competitividade? Poderíamos ter mais competitividade, Senadora Ana Amélia, se os processos de homologação e de aprovação de requerimentos de qualidade e também a possibilidade de produzir novos ativos, novas fórmulas, inclusive, de defensivos, não fossem tão morosos, tão demorados. São dois, três anos para que a Anvisa, para que o próprio Mapa aprove a fabricação, a industrialização de um novo produto no Brasil.

Então, isso tudo não é o produtor quem tem de resolver. É igual à qualidade de leite. Recentemente, nós passamos por apuros quando, a partir do dia 1º de julho passado, tivemos que obter um padrão de qualidade de leite, neste país, semelhante ao do europeu, ao do neozelandês, com seis anos de programa de qualidade. Eles têm 30, 40 anos que tratam disso. Nós, com seis anos, teremos que obter um padrão de qualidade do leite no Brasil igual ao dos Estados Unidos... Dos Estados Unidos, não, melhor do que o dos Estados Unidos; na verdade, igual ao da Europa e da Nova Zelândia. E eu dizia, então, que não é a caneta, não é o *deadline*, não é a última hora, o último dia que vai resolver o problema de leite no país. Mas é a participação, o comprometimento, a responsabilidade

de uma cadeia tão longa em que o produtor é uma ponta, mas tem outros atores nessa cadeia, inclusive o Governo, como órgão fiscalizador e que, muitas vezes, não funciona.

Enfim, acho que temos que ter, sim, mais competitividade, mas temos que ter a participação mais efetiva do nosso Governo em alguns aspectos, naturalmente.

Sobre a questão do crédito, Senador Russo, eu acho que ajudaria sempre no momento oportuno, porque quando a gente mais precisa, ele falta. Então, está se anunciando aí que tem crédito rural sobrando. Eu desafio um produtor da minha terra ir no Banco do Brasil mais próximo, que fica a uns 20 km, para fazer um custeio para a pecuária leiteira, que é a única atividade da nossa região, a zona da mata de Minas, e tenha recurso na agência disponível.

Bom, por fim, o nosso Senador Cyro Miranda, nosso Senador de Goiás, que pergunta qual seria o impacto do livre comércio, do Mercosul com a União Europeia.

Olha, simplesmente, fazermos um acordo, do Mercosul/União Europeia, o impacto é enorme, pelo menos no que tange ao leite, eu respondo aqui pelo leite. É porque a União Europeia, diferente da questão do vinho, ela não gasta 1 bilhão e 300 milhões de dólares por ano; ela gasta 49 bilhões de dólares por ano de subsídios para a pecuária leiteira. Felizmente, entraram mais dez países do leste europeu no Bloco Comum Europeu, e aí deram lá para distribuir e absorver os excedentes de produção de leite da Europa lá dentro mesmo, porque eles têm que abastecer os novos dez países que entraram recentemente. Se não fosse isso, nós estávamos com essa concorrência predatória, de uma região, de um bloco que gasta 49 bilhões de dólares para subsidiar seus produtores, seja pela injeção direta na veia do produtor, seja na hora de exportar, o custo de produção, e por isso ganhamos a petição de *dumping* contra os europeus, o custo da produção de uma tonelada de leite em pó na Europa é de 4.000 dólares a 4.500 dólares, e eles exportam a 2.000 dólares. Agora está a 3.800 dólares, em torno disso. O resto, o Tesouro do Mercado Comum Europeu deposita na conta do industrial. Pode exportar a 2.000. Se o custo é de 4.500, eu deposito 2.500 na sua conta. E aí é impossível nós sermos competitivos. Não vamos ser competitivos com esse mundo e com esse mercado imperfeito dessa forma, jamais.

Então nos preocupamos, sim, com o impacto do Mercosul/União Europeia, e com a aprovação dos argentinos nas discussões que tivemos, inclusive em mesas redondas com eles, harmonizamos uma questão: topamos um acordo de livre comércio União Europeia/Mercosul, mas na área de laticínio, sem subsídios. Se nós comprovarmos o subsídio, estamos fora, porque não dá para concorrer com o Tesouro da União Europeia.

E, por fim, eu queria citar, com relação às dificuldades desses acordos, um acordo feito, ano passado, do Mercosul com o Egito. E vieram nos saber, na nossa Câmara Setorial, que eu também presido lá no Mapa, e vieram nos questionar se nós aprovaríamos esse acordo com o Egito ou não. Aprovamos com uma ressalva: caso eles exportem leite para o Mercosul, qual a origem desse leite. Porque o Egito deve ter seis, sete, quem sabe, dez vacas produzindo 20 litros, cada uma, o que dá 200 litros de leite por dia. Eles são importadores da Europa, eles têm livre comércio com os europeus, e a nossa preocupação era exatamente alguma *trade* egípcia importar leite da União Europeia, triangular o leite para o Brasil.

Então nós aceitávamos o acordo com o Egito, desde que fosse sempre comprovada a origem do produto, caso, na questão dos laticínios, houvesse exportação para o Mercosul.

Sendo assim, acho que respondi a todos os senhores.

Continuo, nobre Senador, à disposição dos senhores para, a qualquer momento, tentar ajudar.

Parabenizo, mais um vez, esta Casa. Sempre o efeito das audiências públicas, quer seja no Senado, quer seja na nossa Câmara dos Deputados tem sempre um efeito importante e sempre ameniza os problemas do setor. Nesse sentido, estou sempre à disposição da Casa e agradeço penhoradamente em nome dos produtores de leite brasileiros pela iniciativa da nossa Senadora Ana Amélia e da sua presidência nesses trabalhos.

O SR PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado Dr. Rodrigo Alvim. Eu e o Dr. Alvim discutimos muito essa questão pecuária do leite há pelo menos uns 15 anos, desde a minha época como Deputado na Câmara dos Deputados, na Presidência da Comissão.

Presidente não tem que falar, tem que ser âncora, tem uns presidentes que querem ser presidente, mas querem ser âncora.

Essa questão do subsídio... O produtor brasileiro não concorda. A competitividade, a nossa eficiência... Agora é difícil você concorrer com contra o tesouro europeu, o Mercado Comum Europeu. Aí não tem jeito.

Com a palavra Dr. Antonio Jorge Camardelli.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI – Obrigado, Senador Moka.

A sua posição de dar continuidade ao processo dessa reunião talvez seja a notícia mais importante. Temos perdido, ao longo do tempo, algumas oportuni-

dades de avançar e evoluir nos assuntos atinentes ao agronegócio. Não tive conhecimento, mas perdemos uma grande oportunidade de apertar o Japão quando nós compramos a tecnologia digital deles. O Japão paga 20 dólares por um quilo de língua e nós estamos vendendo a cinco. Um contêiner de língua vale 500 mil dólares. Então essas oportunidades nos leva a ter uma revisão de processo do que acontece hoje no Brasil como um todo. Hoje, nós temos – talvez como crítica construtiva – temos a interface do Governo hoje que controla a exportação. O Serviço de Vigilância Agropecuária hoje no porto de Santos, ele controla a importação. Quando, na verdade, a Europa tem um sistema chamado alerta vermelho e que controla tudo o que nós mandamos para lá.

Respondendo à Senadora Ana Amélia, inicialmente, em seus questionamentos, vou juntar a primeira pergunta com segunda: investimentos na área sanitária são adequadas e a execução de orçamentos. Vou me valer do repto da confirmação do Ministro Rossi, conforme depoimento dele num almoço. A Presidenta Dilma colocou para o Ministro que repto seria modernizar o Ministério que estava bastante retrógrado em relação ao avanço da iniciativa privada. Então, vale a mesma regra da frase inicial. Precisamos adequar o ambiente de negócios. Então como é um ambiente de negócio novo tem que ter legislação nova. Isso tem sido um grande empecilho, mas está sendo movimentado. Temos o anúncio da revisão de uma legislação bastante pertinente para o mês de agosto.

Responderia, Senadora, de uma maneira diferente: Avaliação estratégica e cobrança de metas. O dinheiro sempre vai ter de alguma forma ou outra. Se verificarmos a execução talvez caiamos na vala comum de ter que expressar da seguinte maneira. A proporção de recursos repassados aos Estados talvez seja sempre mais, novembro e dezembro pela dificuldade de cumprir o seu orçamento. O dinheiro, na verdade, existe. Nós precisamos otimizar metas e ser determinados em cima dos nossos desideratos. Acho que esse é o grande processo. De longe a fase imperial da época de quem era amigo do rei tinha vantagem, depois passamos para a fase burocrática, a fase de avaliação de desempenho. O Ministério da Agricultura tem feito isso de fato. Ele tem dado à iniciativa privada o direito de se manifestar e executar. Se não fizer certo, a culpa não é do Governo. Como exemplo disso, nós podemos citar o assunto polêmico da raçabilidade. A chave do negócio é botar dinheiro no bolso. Se o produtor de bovinos, ou de qualquer outro tipo de produto, não tiver tranquilidade para fazer o seu processo, ele vai migrar sempre de uma atividade para outra. Lembro dos nossos áureos tempos lá do Rio Grande do Sul que, quando a carne valia bastante, se abatiam todos os bovinos de leite e a gente não conseguia pegar nunca o ciclo do processo.

Quanto ao UE/Mercosul, eu me manifestei de uma maneira e, talvez, a senhora tenha entendido de outra forma. Para o setor bovino de cultura, da maneira como a Europa engessa o Brasil, só sai o acordo União Europeia/Mercosul à revelia do setor de exportação de carne bovina. O que a Europa tem feito, o que a Europa tem estabelecido através da 61 e essa blindagem de propriedades! Nós tínhamos 15.500 propriedades disponíveis para exportar carne bovina. Hoje temos 1.800 ou 1.900, porque não tem como estimular o produtor porque eu não posso remunerá-lo a contento se eu não tiver sequência do fato.

E mais do que isso. Nós estamos trabalhando conjuntamente com o Mdic, estamos fazendo um trabalho de base, e estamos prestes a denunciar a União Europeia, com a abertura de um painel na OMC, por um fato bastante concreto. Como disse o Rodrigo, com o ingresso da Romênia e da Bulgária na União Europeia, até então o E25, o Brasil exportava para a Romênia e Bulgária 120 mil toneladas de carnes anuais. Mas, além dessas carnes não estarem dentro da deturpação de impostos, chegamos a pagar 170% para colocar uma carne na Europa. Com os búlgaros e romenos tradicionais produtores de embutidos, essas 120 mil toneladas quase sempre eram de produtos para fazer industrializados. Com o ingresso deles, eles passaram para o sistema de quotas. E o Brasil fez um acordo, chamado Acordo de Compensação, pelo qual trocamos aquele quantitativo de carne quase sem nenhum tipo de produto por 5.000 toneladas de Hilton.

Se a Europa nos engessa e não estamos conseguindo cumprir o Hilton, e o último ano de Hilton nós conseguimos conseguir com só 4.3%, e já temos um prejuízo somado, nos últimos três anos, de mais de US$120 milhões só em bônus, nós não estamos sendo compensados. Segundo a nossa oficina de representação em Bruxelas, lá na pessoa do nosso embaixador Roberto Azevedo, esse, segundo avaliações jurídicas, é passível da abertura de um processo contra a OMC.

Então não acreditamos num acordo com a União Europeia/Mercosul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aí é *dumping*?

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI – Não, aí é não compensação. O painel que possivelmente vai ser aberto pelo setor é contra a não compensação e contra as blindagens efetuadas pela Instrução 61 da União Europeia.

Em relação ao acordo União Europeia/Mercosul, como eu disse anteriormente, estamos bastante céticos

porque, se vier para o setor, seria ótimo, mas, com a Europa fechada e limitando o acesso de carne, praticamente é impossível. Porque o preconizado e acertado entre todas as entidades exportadoras do Mercosul, segundo a necessidade da Europa, que seria não o aumento de consumo, mas uma queda de produção, seria da ordem de 300 mil toneladas. Queria lhe dizer que conseguimos privados, existe hoje o Fórum Mercosul da Carne, devidamente registrado, no momento que sair, as quotas já estão todas divididas. Eu não acredito no processo, mas vamos aguardar.

A última pergunta, Senadora Ana Amélia, sobre a transferência de grupos para a Argentina, Uruguai e Chile, se ela teria alguma coisa vislumbrando a perspectiva de uma harmonização sanitária, eu acredito que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como fuga de um ambiente desfavorável no Brasil.

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI – Na verdade, ela tem uma conotação mais sanitária. Por quê? Porque se eu tenho condições, na época, pela valorização do câmbio, de fazer aquisições em outros países, eu posso, a partir de outros países, atender os mercados que eu não atendo hoje. Então, se eu tenho um frigorífico no Uruguai, eu valorizo o meu produto. Se eu tenho um frigorífico nosso na Austrália, eu tramito. E essa capilaridade é que tem possibilitado que o setor ainda, de certa forma, não tenha capitulado de maneira completa.

Penso que o Senador Cyro Miranda obtém a resposta com os questionamentos da Senadora Ana Amélia.

Eu queria também agradecer-lhes esta oportunidade e cobrar a promessa do Senador Moka, que é um brilhante batalhador, de dar sequência a esse episódio. Tenho certeza de que muito se pode conseguir se, dentro do organograma, dermos tarefa a cada um. A iniciativa privada está próxima, e, como eu disse anteriormente, o caldo de cultura, hoje, é bastante propício, porque existe uma harmonia de conhecimento e de conceito técnico entre os Ministérios intervenientes em cada processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Antonio Jorge Camardelli. Vamos estar aqui, sem dúvida alguma. E a Senadora disse que, daqui a duas semanas, estaremos lá, pegando no pé do Dr. Daniel.

Concederei a palavra ao último palestrante. Mas quero dizer que precisarei me ausentar às 11h30. Terei de pegar um voo, porque tenho um compromisso no meu Estado. Mas não quero sair daqui antes de cumprir o nosso acordo de que votaríamos os requerimentos num entendimento entre nós. Eu queria propor que, tão logo terminasse a última palestra, pudéssemos votar. Há requerimentos em que se convocam os Ministros da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário. E o do Transportes? Não, não! O do Transportes não seria aqui. Então, faríamos um acordo para que pudéssemos votar esses requerimentos em conjunto, em bloco, simbolicamente, se os Senadores assim permitissem. Assim, eu cumpriria o acordo.

E ainda há um requerimento do Senador Sérgio Souza, que pretende, numa audiência pública no Paraná, garantir a presença da TV Senado. Confesso que não sei se a Comissão tem essa prerrogativa. Se isso for prerrogativa da Comissão – a nossa assessoria está aqui –, votaremos isso também logo em seguida.

Pergunto: tenho a aquiescência do Plenário para proceder dessa forma?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A ideia é a de que os Ministros sejam convidados, não convocados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não cometeríamos essa indelicadeza. É um convite. Evidentemente, os Ministros serão convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aliás, inicialmente, quando começou a reunião da Comissão, havia um requerimento, que foi aprovado até, do Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão, para convidar a vir aqui o Ministro da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que a oposição alega que esse requerimento tinha por objetivo a vinda dele aqui para falar da Pasta, e a oposição pretende que ele venha aqui especificamente para tratar dessa questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só renovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, deveríamos aprovar os requerimentos. Os Ministros seriam convidados.

O Presidente deve estar chegando aqui. Tenho muita sorte nisso, pois só assumo a Presidência nestas condições. É impressionante! Mas acho que é importante que eu assuma. Faço esse acordo e direi ao Presidente Acir Gurgacz que esse foi o acordo. Aí o Presidente vai tomar a iniciativa de convidar cada um desses Ministros.

Já vou colocar em votação os requerimentos.

Há um requerimento do Senador Walter Pinheiro, pedindo para convidar o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Afonso Florence. Também de autoria do

Senador Walter Pinheiro, há um requerimento para que se convide o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Incra. Tudo isso é convite. Há também requerimento dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, convidando o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi. Os requerimentos são repetitivos.

Havendo acordo, coloco em votação os requerimentos.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Peço-lhe somente um minuto. Estamos em processo de votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas vou falar sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que quero votar e, logo em seguida, dou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me. O senhor não estava aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aliás, há um requerimento do Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – São dois requerimentos. Um deles convoca o Ministro Wagner Rossi, que eu transformo, em função do acordo celebrado com as lideranças do Governo nos últimos dias, em convite. E da mesma forma, o requerimento que convoca o Ministro de Desenvolvimento agrário também transformo em convite, em conformidade com o acordo que mantivemos com as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Avaro Dias, V. Exª chegou agora, mas é exatamente esse o acordo que a Presidência acabou de propor com a aquiescência do Plenário. V. Exª endossa também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora vai ser colocado em votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com a inclusão dos meus requerimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim. Inclusive com a inclusão dos requerimentos do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Ministros acabaram de ser convidados para vir à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Na sequência, passo a palavra ao último palestrante, Sr. Carlos Raimundo Paviani, do Ibravin.

Pediria à Senadora Ana Amélia, que é a autora, que pudesse assumir a Presidência, porque eu, lamentavelmente, estou no meu horário e corro o risco de perder também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – R) – Presidente, quanto ao requerimento sobre a TV Senado, que está com o Marcelo. Ele já analisou a comissão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim. Esse requerimento, a Comissão tem competência também para definir.

V. Exª pode encaminhar o requerimento, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB –PR) – Perfeito, Excelência.

Na verdade, a Comissão de Agricultura vai se reunir no dia 19 de agosto às 14 horas, no plenário da Assembleia Legislativa no Estado do Paraná, para debater as questões do Código Florestal.

Esse requerimento já foi aprovado na Comissão, Srª Presidente Ana Amélia, e faltou colocar nesse requerimento a solicitação ao Presidente Sarney da disponibilização do horário da TV Senado. Nós estamos corrigindo esta falha e solicitando a apreciação desta Comissão para que seja encaminhado ao Presidente José Sarney o requerimento para disponibilização do horário, das 14h às 17h, da TV Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É numa sexta-feira?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Uma sexta-feira. No horário da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É no horário da Comissão em que se realiza aquele ciclo de debates. Penso que não haja nenhum inconveniente, mas, independente disso, dado o seu requerimento e a sugestão, a Comissão encaminhará ao Presidente José Sarney com essas explicações.

Vamos colocar em votação o requerimento de V. Exª para essa audiência pública em Curitiba, no Paraná, sobre o Código Florestal.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Sérgio.

Será cumprida a deliberação da Comissão de Agricultura.

Pela sequência e para encerrar esta audiência pública, convido o Carlos Paviani, diretor do Ibravin para fazer as suas considerações.

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI – Senadora Ana Amélia, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, demais Senadores, respondo objetivamente as questões e as perguntas formuladas.

V. Exª perguntou, Senadora, o que é pior para o setor, se é câmbio, contrabando, acordos comerciais.

Eu diria, Senadora, sem dúvida nenhuma, acho que o aspecto câmbio hoje é fundamental, porque estimula muito mais as importações e facilita as importações de vinhos, que talvez nunca tiveram tão competitivos os produtos importados como agora, em função da taxa cambial.

O aspecto dos acordos comerciais, eu diria que eles são... Naqueles acordos em que não conseguimos, por exemplo, no ACE 35, entre Mercosul e Chile, o setor vitivinícola praticamente não compareceu, não porque não quis, mas porque não sabia que ele estava sendo tratado e não foi convidado. Então, eu diria que, nesse sentido, aquele acordo, sem a aquiescência, sem o setor saber, quando se deu conta, quando nós começamos a perceber isso, já era 2001, 2002. E vimos que, ali na frente, tínhamos, já em 2002, em 2003, começamos a alertar sobre o aspecto de que, a partir de 2005, haveria redução da tributação do imposto de exportação, que encerrou no ano passado. Hoje a preferência é de 100%, ou seja, zero de imposto de exportação para o Chile. Já no acordo Argentina, o Mercosul estava tratando. Nesse caso, o setor participou na construção do regulamento vitivinícola do Mercosul. E foi importante porque nós conseguimos naquele momento barrar, por exemplo, a importação de entrada de vinhos a granel, que hoje não é permitida, o comércio a granel no Mercosul não é permitido e, hoje, há uma forte pressão da Argentina em exportar mosto concentrado, suco concentrado de uva para o Brasil, na verdade. Nesse sentido, então, há uma legislação ao Código Vitivinícola do Mercosul e à legislação brasileira que assim proíbe. Então, estamos protegidos pela legislação e pela força do acordo que se estabeleceu.

No caso da União Europeia e Mercosul, a nossa posição já foi colocada e aí a preocupação nossa é muito forte nesse sentido. O acordo Egito, por exemplo, do Mercosul, nos posicionamos favorável a ele, mas não fomos incluídos nesse acordo. Então, o vinho ficou fora disso e principalmente o suco de uva que poderia ter sido um elemento importante para perspectivas de negociação e exportação de suco no mercado que nós ainda não temos as informações totais, mas que pode ser representativo.

V. Exª perguntou, Senadora, se, ao mesmo tempo das dificuldades, o setor está crescendo – parece uma dicotomia. Eu diria que a produção de vinhos nos últimos quatro ou cinco anos no Brasil tem decrescido. A produção de sucos é que tem aumentado e que tem dado, hoje, um equilíbrio, uma certa sustentabilidade na cadeia produtiva. O suco tem crescido, principalmente o suco natural integral, a uma taxa, no mercado interno, de 20% a 25% ao ano, nos últimos oito anos.

Hoje, Senadora Ana Amélia, nesse ano que passou, no Rio Grande do Sul, que produz 90% da uva para produção de vinhos e sucos, 49% foi transformada em suco de uva. Há seis anos, isso representava apenas 24%. Mesmo tendo crescido a produção de uvas – que foi a maior colheita, 707 milhões de quilos somente no Rio Grande do Sul este ano –, 50% dessa produção foi destinada para produção de sucos, respondendo a um mercado que é positivo e que tem perspectivas de exportação. Nós, inclusive, exportamos para os Estados Unidos e para o Japão suco concentrado, que é produzido e elaborado com as variedades americanas e híbridas, que é uma diferença. Muito poucos no mundo produzem esse tipo de suco. Aqui está talvez um dos aspectos competitivos e favoráveis para o Brasil.

Então, acho que isso responde um pouco o que está dando equilíbrio um pouco ao setor nesse sentido.

Mas, claro, não queremos deixar de competir no setor de vinhos finos, principalmente, porque é um setor que agrega valor, sem dúvida nenhuma. Aí ele foge das *commodities*, o vinho de mesa é *commodity* porque ele se regula também por preços internacionais, enquanto o vinho fino – o Senador Maldaner informa que, em Santa Catarina, os vinhos de altitude estão fazendo um belo trabalho...é verdade nesse sentido e nós queremos participar desse setor com mais força e com mais condições também.

Respondendo ao Senador Sérgio Souza que falou dos *freeshoppings*. Aqui há toda uma legislação que está sendo buscada. Nós temos na divisa com o Uruguai diversos *freeshoppings* e temos produção no Município, como é o caso de Rivera e Santana do Livramento e Rivera. Temos três vinícolas em Santana do Livramento que não conseguem competir de forma nenhuma como *freeshopping* de Rivera. Há, por exemplo, a vinícola Almadén, que está hoje promovendo e vendendo vinhos da sua vinícola, para quem visita a vinícola, a R$6,70 a garrafa, possibilitando uma condição, eliminando toda e qualquer ganho, mas para poder servir àqueles turistas que viajam a Rivera, especificamente, para fazer compras e poderem comprar vinhos gaúchos, brasileiros, sem lucratividade nenhuma, para competir.

Esse é um dos aspectos: transformar os *free-shoppings* em ambos os lados seria talvez uma das condições importantes, possibilitar que houvesse *free-shoppings* também no lado brasileiro. Essa seria uma alternativa.

O Senador Antonio Russo falou sobre que propostas foram apresentadas com relação ao câmbio. Eu confesso, Senadora, que não tenho respostas para isso. Essa discussão do câmbio é muito maior do que a nossa possibilidade de interagir nesse sentido.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Em relação a uma saída paralela ao câmbio, como alternativa.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO – A alternativa seria a questão da competitividade ou da compensação.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Está cômoda para o Governo essa situação, e não é bom para a indústria que tem esse problema. Para o Governo, dentro do global, ele tem suas compensações.

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI – Claro. Perfeito. Então, acho que aí seria...

Nos aspectos que a Senadora Ana Amélia me perguntou, acho que um dos piores aspectos é a questão da competitividade, ou seja, no Chile, por exemplo, eles importam rolha; quem produz rolhas de cortiça são Portugal e Espanha; o Chile importa, não cobra imposto de importação; nós pagamos 10% de importação. O Chile industrializa a rolha, cortando-a e rotulando o nome da vinícola, e não paga imposto de industrialização, o IPI; nós pagamos 10% de IPI nessa operação. Então, a nossa competitividade nas fases de produção, em relação à Argentina e ao Chile, é muito diferenciada. Aí, talvez, acho que é mais difícil e que nós temos talvez que agir nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dever de casa aqui para o Dr. Daniel.

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI – Exatamente.

O Senador Casildo Maldaner falou da nova região dos vinhas de altitude, de São Joaquim, Campos Novos, lá no norte também, em Caçador, Água Doce, próximo a Videira. Ali há exemplos muito importantes de investimentos, de profissionalização do setor, que fortalecem nossa viticultura brasileira. Acho que está de parabéns o Estado de Santa Catarina.

Porém, Senador, faço um alerta: o Governo do Estado de Santa Catarina reduziu para 3% o ICMS para os vinhos engarrafados em Santa Catarina; por outro lado, no Programa Pró-Emprego, ele reduz a zero as importações de Santa Catarina e ainda dá compensação do tributo do ICMS para quem vende de Santa Catarina para outros Estados. Então, há um duplo ganho para quem importa, ou seja, o Estado de Santa Catarina hoje está estimulando muito mais a importação do que a produção de vinhos daquele Estado. Então, acho que aqui cabe um alerta para o senhor levar ao governo estadual também nesse sentido. Acho que o Programa Pró-emprego se justifica, porém deveria ser específico para alguns setores, ou pontualmente se deveria deixar alguns setores fora, como é o caso do vinho. Acho que, nesse sentido, fica esse setor.

E o Senador Cyro Miranda perguntou qual o impacto do acordo da União Europeia no Mercosul. Acho que isso já foi claro aqui: para alguns setores, o impacto vai ser... Hoje, competir com a União Europeia, com os subsídios e com o que ela tem de promoção de... Tínhamos este ano, em maio, por exemplo, a Expo-Vinhos. A ExpoVinhos é a maior feira de vinhos realizada aqui no Brasil. A vinda para cá, por exemplo, de centenas de produtores de Portugal e da França neste ano foi totalmente subsidiada pela União Europeia, ou seja, pequenos produtores franceses e portugueses foram subsidiados totalmente para vender vinhos aqui na feira no Brasil. Temos apoio da Apex para a exportação, sim, mas não na mesma proporção do apoio financeiro que eles recebem para poderem promover seus produtos lá fora.

Por último, o Senador Moka falou dessa perspectiva de o Parlamento ajudar no sentido da pressão para que se revisem os acordos já estabelecidos ou se participe mais efetivamente dos futuros acordos. Acho que essa é uma posição concreta que se pode tirar dessa reunião, no sentido de que a revisão tem que ser pontual, talvez, na verdade, do Mercosul e dos acordos já estabelecidos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Paviani, só me dê o último dado: qual é o imposto no Chile e na Argentina, que são os maiores produtores, e o IPI do vinho no Brasil?

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI – Bom, temos aí, primeiro, uma diversidade muito grande, porque temos aqui diversos tributos e uma carga tributária diferenciada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na média.

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI – Na média, temos na Argentina em torno de 25% da tributação sobre o produto vinho, e, no Chile, pode chegar até um pouquinho mais, em torno de 30%. Mas nós aqui, internamente, se somarmos ICMS, PIS, Cofins, todos os tributos, chegamos entre 42%, como mínimo, isso para os produtos de maior valor agregado, porque os produtos de menores valores são os que mais são tributados, e aí chegam até 52% sobre o preço de uma garrafa de vinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com esse dado, acho que fica bem explicada a nossa assimetria, nossa falta de competitividade determinada pela legislação tributária, cambial e uma logística deficitária, quadro mais ainda agravado, como lembrou o Poletto e agora também o Paviani, pela guerra fiscal dos Estados na questão da tributação do trigo e de outros produtos, de outros insumos, e o caso também de Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para colocar, e cumprimentando também o Paviani, que ouvimos falar sobre as questões catarinenses e os valores agregados em alguns setores, o próprio azeite, que começa a ser produzido lá no Estado, mas eu acho fundamental isso... E da isenção do ICMS do Rio e na importação, que não há isenção... Essa é uma questão que eu até diria que não é somente de Santa Catarina. O Espírito Santo está nessa, e os Estados que têm portos de exportação e uma guerra com São Paulo. É a mesma coisa que o Senador Russo perguntou sobre como é o negócio do câmbio. O câmbio é uma coisa ampla. Então, essa questão é dos Estados importadores, dos seus portos e envolve... No fundo, o pessoal da Fazenda diz que tem vantagens para o Estado. Mas isso o Governo está analisando, tem que ser uma questão sistêmica, isso vai se resolver, essa guerra fiscal entre os Estados. Nós precisamos enfrentar isso, o Ministério da Fazenda; tem que ser um conjunto. Está se debatendo isso, vamos encontrar a solução. Mas, a guerra fiscal entre os Estados importadores isso tem uma outra novela, mas nós vamos tentar encontrar esse caminho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Emenda Jucá resolve.

Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Dado o adiantado da hora, eu queria agradecer imensamente, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é presidida pelo Senador Acir Gurgacz e hoje comandada pelo nosso Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, desta audiência pública que avaliou o impacto do custo de produção das cadeias produtivas mais importantes do agronegócio, o trigo e arroz, a cadeia produtiva do leite, também da carne e do vinho.

Agradecer imensamente essa preciosa colaboração dada pelos expositores, que representam esses setores que contribuem para o desenvolvimento brasileiro.

E ao Dr. Daniel Godinho, representante do MDIC**,** um agradecimento especial, e tenho a convicção de que ele leva daqui desta audiência um material substantivo sobre as demandas que o setor tem. Quer dizer, não há mais dúvidas sobre os pontos mais relevantes que complicam. Alguns deles, até um simples custo burocrático na demora da liberação de uma licença ou de várias composições do impacto que tem sobre o custo final da produção. Quanto melhor for o ambiente para a produção, a produtividade e o empreendedorismo nós estaremos em melhor condição de competir, especialmente no âmbito do Mercosul. A revisão do acordo do Mercosul parece que foi a chave desta audiência realizada hoje pela manhã. Claro, preservadas todas as nossas relações diplomáticas, as nossas relações políticas com esses países, porque isso faz parte de um esforço estratégico do Governo brasileiro, e também do Mercosul, no sentido de fortalecer essa região, até diante desse cenário internacional adverso, com a crise dos Estados Unidos e da Europa. O fortalecimento deste mercado aqui da região vai ser, possivelmente e seguramente, a salvação dos nossos problemas, como já aconteceu em passado recente.

Eu queria agradecer novamente ao Dr. Daniel Godinho, representante do MDIC; ao Carlos Poletto, da Cotrijui; ao Rodrigo Alvim, da CNA, da área de produção de leite; ao Camardelli, da Abiec; ao Ibravim, através do Carlos Paviani.

A todos os Srs. Senadores, muito obrigada.

Antes de encerrar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Srª Presidente, antes de V. Exª encerrar, quero cumprimentar V. Exª pela ideia de realizar esta audiência pública, aos senhores convidados. E o Senador Russo estava me dizendo que a senhora teve uma ideia tão extraordinária, a de começar com o arroz, com o trigo. Parece até uma brincadeira, mas culmina bem nesta mesa de encerramento. Começou com o arroz, com o trigo. Depois a senhora enveredou para a questão da carne; entramos também no suco e, para terminar, um bom vinho. Parece que tem uma sequência...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está na hora de testarmos este cardápio, Senador Maldaner, porque é praticamente meio-dia, hora do almoço.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, lembro aos Srs. e Srªs Senadoras do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que será realizado amanhã, 5 de agosto, às 14h, em cumprimento a um requerimento meu também, não quero dominar, mas que tem por objetivo avaliar os custos e impactos econômicos decorrentes da recomposição ambiental das áreas produtivas, por ocasião da discussão, aqui nesta Casa, do Projeto da Lei da Câmara nº 30, de 2011, e o novo Código Florestal, com a participação dos seguintes convidados, que estarão nesta audiência de amanhã:

– Dr. Luís Carlos Silva de Moraes, Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal Comentado;*

– Antônio da Luz, assessor econômico da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul;

– Gilson Bittecourt, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

– Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;

– Anselmo de Jesus, Secretário de Agricultura de Rondônia; e

– Devanir Garcia dos Santos, gerente de uso sustentável de água e do solo, da Agência Nacional de Águas – ANA.

Muito obrigada, mais uma vez.
Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE AGOSTO DE 2011.

Às doze horas e dezesseis minutos do dia dez de agosto de dois mil e onze, na Sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as)**: DELCÍDIO DO AMARAL**, **ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, SÉRGIO SOUZA, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, WALTER PINHEIRO, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, LUIZ HENRIQUE, ALVARO DIAS e DEMÓSTENES TORRES**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 1, de 2011-CRA**, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, **Requerimento nº 33, de 2011-CRA**, aprovado em 4/08/2011, de autoria do Senador Álvaro Dias, **Requerimento nº 35, de 2011-CRA**, aprovado em 4/08/2011, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique e Renan Calheiros, e **Requerimento nº 36, de 2011-CRA**, aprovado em 4/08/2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, no sentido de Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, prestar esclarecimentos sobre matéria publicada na revista Veja, em sua edição de 3 de agosto corrente, bem como prestar informações sobre outros assuntos relacionados à sua pasta. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Álvaro Dias, Humberto Costa, Luiz Henrique, Sergio Souza, Walter Pinheiro, Casildo Maldaner, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Renan Calheiros, Demóstenes Torres, Ana Amélia, Valdir Raupp, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada a Ata.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2011 – CRA, aprovado em 23/02/2011, de minha autoria; ao Requerimento nº 33, de 2011 – CRA, aprovado em 04/08/2011, de autoria do Senador Alvaro Dias; ao Requerimento nº 35, de 2011 – CRA, aprovado em 04/08/2011, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique e Renan Calheiros; e ao Requerimento nº 36, de 2011 – CRA, aprovado em 04/08/2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, no sentido de o Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, prestar esclarecimentos sobre matéria publicada na revista *Veja*, em sua edição de 3 de agosto corrente, bem como prestar informações sobre outros assuntos relacionados à sua Pasta.

Informo à Comissão que esta Presidência irá adotar, visando ao bom andamento da nossa reunião, o procedimento previsto no art. 398 do Regimento Interno

do Senado Federal, que trata de comparecimento de Ministro de Estado ao Senado Federal.

Dessa forma, passarei, primeiramente, a palavra ao Ministro Wagner Rossi, que disporá de trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, passaremos à fase de interpelação, prevista no inciso X do art. 398 do Regimento Interno. Os Senadores inscritos, interpelantes, terão o prazo de cinco minutos, assegurando-se igual prazo para a resposta ao interpelado, que, depois, poderá ser contraditado pelo Senador pelo prazo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica. Lembro que a palavra será concedida aos Senadores de acordo com a ordem de inscrição, intercalando-se, entretanto, oradores de cada partido, conforme o art. 398, inciso XI.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Wagner Rossi.

V. Exª dispõe de trinta minutos para fazer sua explanação, Ministro. Seja bem-vindo à nossa Casa!

O SR. WAGNER ROSSI – Muito obrigado, Sr. Presidente Acir Gurgacz.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores representantes da imprensa, em primeiro lugar, quero dizer que é uma honra estar no Senado Federal, que tão gloriosas tradições históricas encerra na nossa Pátria.

Portanto, cumpro meu dever de homem público de vir aqui de moto próprio, ao mesmo tempo convidado pelos Srs. Senadores já enunciados, para prestar esclarecimentos que julgo importantes, em função das reportagens das últimas semanas.

Quero ser bastante objetivo e me concentrar, ponto a ponto, em todas as questões levantadas nessas reportagens, sobretudo nas duas reportagens da revista *Veja* que foram citadas.

Em primeiro lugar, quero dizer que, de imediato, tendo tomado conhecimento, por meio da reportagem, de fatos que mereceriam nossa atenção, instaurei a Comissão de Sindicância, para que se procedesse à apuração completa das supostas irregularidades apontadas. E me dirigi ao Ministro Luís Inácio Adams, da AGU, solicitando que, para que houvesse um alto nível de isenção nessa sindicância que faríamos, em vez de colocarmos funcionários do Ministério da Agricultura, fossem-nos cedidos servidores da AGU que pudessem fazer essa sindicância. E, assim, já no momento em que solicitado, o Ministro Adams me respondeu e me indicou o Corregedor-Adjunto da AGU, Dr. Hélio Saraiva Franca, para presidir a comissão com mais um advogado da União e apenas um funcionário de carreira do Ministério, a fim de que o acesso a todas as informações se tornasse o mais fácil possível.

Todos os servidores citados em todas as reportagens serão ouvidos, garantindo-lhes o direito à ampla defesa e ao contraditório, como é exigência da lei.

Da mesma forma e ao mesmo tempo, encaminhei também à CGU todas as denúncias constantes das reportagens para que, ao lado da investigação que seria feita na comissão de sindicância pelos membros da AGU, também a CGU pudesse se debruçar sobre os fatos e fazer a investigação competente, de modo a dar total condição de isenção e aprofundamento das investigações.

Quero dizer que a iniciativa de convocar a CGU foi minha. Falei pessoalmente com o Ministro Jorge Hage, que, imediatamente, solicitou-me que recebesse a comissão e abrisse as portas para que ampla investigação fosse feita, o que fiz, começando por disponibilizar todos os computadores dos funcionários envolvidos ou outros que a CGU achasse por bem convocar. E assim foi feito de imediato.

Quero dizer que, como são alguns pontos factuais, eu vou me concentrar inicialmente em responder a cada um deles.

Na reportagem da última semana, num destaque, num bloco, a *Veja* tratou do caso SPAM, a Sociedade Produtora de Alimentos Manhuaçu, que tinha uma cobrança judicial contra a Conab sendo executada na 5ª Vara da Justiça Federal, no processo de nº 2001009228/9. O caso remonta a 1987, quando a então Cobal, a empresa anterior à Conab, comprou 50 mil toneladas de leite em pó de origem americana da SPAM a partir de concorrência pública. A briga judicial gira em torno da exclusão do antigo ICM do preço da mercadoria. A antiga Cobal reteve o imposto destacado no valor de 357,3 milhões de cruzados, a moeda da época. A ação da SPAM contra a Conab foi julgada procedente e, em 2009, encontrava-se em fase de execução com valores superiores a R$99 milhões.

Em 2009, ainda como Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), eu fui alertado pelo Jurídico da companhia de que essa ação tinha algo de duvidoso, atos suspeitos cometidos por um procurador da Conab, o Sr. Raimundo Nonato de Oliveira Santos, que estava lotado na Procuradoria da Conab. Ele teria, em 4 de abril de 1997, determinado um parecer pelo arquivamento do processo administrativo movido pela SPAM. Foram detectados indícios amparados por provas documentais e admissões convencionais, de que Oliveira Santos praticou advocacia administrativa, sendo procurador da Conab, contra a Conab. Isso é um dos elementos essenciais para se fazer a anulação do processo. Ele atuou e, quando isso foi detectado, eu determinei que todas as providências

jurídicas fossem tomadas no sentido de resguardar o interesse público.

Naquele mesmo mês, a Conab comunicou-se com o então Advogado-Geral da União José Antonio Dias Toffoli, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, e com o Procurador da Fazenda Nacional Dr. Luís Inácio Adams, hoje ministro da AGU, sobre a instauração de procedimento administrativo e a entrada na lide da AGU, para tentar evitar o dano ao patrimônio.

Em novembro de 2009, eu determinei à procuradoria jurídica do órgão, da Conab portanto, que entrasse na ação pedindo a nulidade, suspensão e paralisação da cobrança, tendo em vista os indícios detectados de conluio entre as partes contra o patrimônio público representado pela Conab. O Caso ainda está correndo na Justiça. O que aconteceu?

Aconteceu que nós detectamos um ato imoral de um procurador que se conluiou com o advogado da parte contrária para darem um golpe de R$150 milhões no Erário. Nós, ao agirmos assim, evitamos que isso se completasse, tomamos todas as medidas, inclusive uma coisa difícil de se fazer, que é a ação anulatória de uma sentença judicial.

Pois bem. Por termos feito tudo isso, não há nenhuma acusação a mim, mas acusou-se, na revista, que alguém da Conab – eu já não era presidente – teria procurado a Spam. Não. A Spam, através de um conluio, como eu já disse, de um procurador da Conab com os seus advogados, estavam tentando dar um golpe que nós evitamos. E eles vêm a público dizer que alguém foi pedir. Como é que alguém na Conab poderia ir fazer um acordo se nós estamos tentando anular a sentença judicialmente?

Eu não quero que isso fique no "eu acho e você acha". Estão aqui todos os documentos comprobatórios do que eu disse, inclusive as comunicações, a tempo e hora, aos órgãos próprios de controle e há as ações judiciais. Estão aqui também – isso que nos permitiu salvar o patrimônio público –, documentadamente, o que agora eu vou revelar aos senhores: esse conluio tinha um caráter tão nocivo e as pessoas eram tão inconfiáveis que eles fizeram por escrito. E não cumprindo uma das partes aquilo que havia prometido, estão aqui as queixas e as ações judiciais de um contra o outro sobre aquilo que seria o espólio que eles pretendiam roubar do dinheiro público, que, com a graça de Deus, nós não permitimos. São essas as pessoas que foram dizer que estavam tentando arranjar vantagens. Alguém da Conab até descreve, de uma maneira tão fácil de encontrarmos a pessoa: "é um pouco baixo, um pouco moreno, um pouco gordinho". Eu imediatamente disse, à alegação de que tinha havido alguém, que essa "pessoa" (entre aspas) da Conab teria ido ao aeroporto se encontrar: o aeroporto tem sistema de vigilância e, imediatamente, vamos pedir que a investigação vá ao aeroporto e consiga essas informações. Mas eles já sabiam que não, porque só por 30 dias ficam guardadas as gravações feitas no aeroporto.

Mas estão todos os documentos aqui: é o caso Spam. Portanto, gente, o que houve foi o seguinte: como nós usamos a exação – a nossa obrigação –, aqueles que foram impedidos de completar um golpe dessa natureza vieram com uma vindita de baixo nível fazendo uma acusação. Eu disse até que eu prezo grandemente aquele valor que muitos de nós ajudamos a construir no nosso País, que é a ampla liberdade de informação, de imprensa, mas que, às vezes, as pessoas precisam checar bem quem é que está dando a informação, pois quem está dando a informação são exatamente aqueles que se conluiaram para saquear o patrimônio público. Os documentos vão ficar à disposição dos Srs. Senadores.

O segundo caso citado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi o da Gráfica Brasil. A Gráfica Brasil mantinha um contrato com o Ministério da Agricultura desde 30 de maio de 2006. A contratação se deu por adesão à ata de registro nº 22, de 2005, no valor de R$ 8 milhões. O contrato sofreu oito aditamentos, o último em 29 de maio de 2009, tendo sido extinto, por decurso de prazo, em 30 de maio de 2010. Porque no dia 5 de setembro de 2010 a revista *Veja* fez uma denúncia que envolvia vários casos, uma reportagem política grande intitulada "O Estado a Serviço do Partido", na época em que se avizinhava a eleição presidencial. E a reportagem fazia referência a algo que eu imediatamente mandei constatar que era fato – que eu já citei – de que o Ministério tinha um contrato com essa gráfica. Posta sob suspeita, a minha primeira providência foi suspender de imediato qualquer despesa nesse contrato que já tinha tido oito aditivos, todos anteriores a minha entrada no Ministério e suspendi qualquer ação usando esse contrato. E por isso ele foi até a sua extinção pelo decurso de prazo final.

Determinei abertura de concorrência para que se contratasse um novo fornecedor com os requisitos todos legais para essa contratação. Surpreendentemente, três dias após ter terminado o contrato, um funcionário que estava então na equipe anterior de licitações fez, contra minha determinação direta, a adesão a uma outra ata que voltaria a beneficiar a mesma empresa, deixando um claro sinal de que havia pelo menos algum tipo de interesse daquela equipe em manter esse contrato. Eu determinei, tão logo conheci, no mesmo dia – ficamos surpreendidos por esse ato, porque estávamos procedendo a uma concorrência – do mesmo modo que não permiti nenhum gasto na finalização do contrato, que

nenhum gasto fosse feito nesse novo contrato feito por adesão. E nenhum gasto foi feito.

Continuou o processo de concorrência que instauramos e venceu uma outra gráfica, com o valor de R$ 4 milhões. O valor do contrato de adesão era R$10,394 milhões. Não foi gasto um centavo porque eu não permiti desde o primeiro momento. E, portanto, o contrato se deu por concorrência através de pregão, modalidade pregão eletrônico, com todos os requisitos. A pessoa que faz a acusação é aquela que queria continuar com aquela gráfico, com os preços elevados e contra a determinação expressa do Ministro. Todos os documentos relativos a isso estão aqui. Todos, inclusive para agregar um certo valor a essa equipe nova, aqui está uma informação da responsável – que é a Veridiana Alves Fernandes Dias –, que fez pregões aqui e, a partir daquela data, nenhuma contratação desse tipo era feita sem que houvesse concorrência.

E aqui estão os valores a menor que foram contratados a partir da estada da D. Veridiana lá no sistema de licitações. Para se ter uma ideia, as diferenças apuradas são da ordem de 25%, num contrato de R$3,713 milhões; nós contratamos por R$1,140 milhão; num contrato de R$449 foi para R$400. De R$96 mil para... E assim por diante. Todos os contratos passaram a cair significativamente o preço, todos esses documentos também estão à disposição dos senhores.

Gráfica Brasil, portanto, era uma empresa que tinha problemas, nós detectamos, paralisamos, trocamos por meio de concorrência por outra que cobrou 40% do que era o contrato daquela inicialmente. Realmente, as pessoas que estavam cuidando disso antes não ficaram contentes, e uma delas é a autora de denúncias dessa natureza que nós vimos.

Aqui estão os documentos comprovando que nenhum pagamento foi feito, no primeiro contrato, que eu suspendi, no segundo contrato. E, conforme eu acabei de dizer, o que é que foi feito a partir daí?

Fundação São Paulo, que é a mantenedora da PUC-SP, universidade da maior tradição e que foi contratada em contrato celebrado em 17 de setembro de 2010, para prestação de serviço de execução do Plano Anual de Educação Continuada do Ministério, para elaboração e implantação de um sistema de avaliação, que não existia ainda no Ministério. Quem assina? Pelo Ministério da Agricultura, o contrato foi assinado pela Coordenação-Geral de Logística e Serviços, Carla Carvalho; pela Fundação, assinam os Padres João Júlio Farias Júnior e José Rodolpho Perazzolo, além do reitor da PUC – SP, Dirceu de Mello. A chefe da Coordenação-Geral de Logística é a responsável pela assinatura de contratos de prestação de serviço, compras e obras, por força do art. 1º, inciso I, da Portaria 114, de 20 de novembro de 2007, que era aquilo que vigorava e que vigora até hoje no Ministério da Agricultura. O contrato não poderia ser assinado por funcionários da área de licitações, como o ex-presidente da Comissão de Licitação, Israel Leonardo Batista, porque ele não tinha legitimidade – e é quem fez a denúncia –, em razão da Portaria 114. Além disso, ele sofreu um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e, nesse PAD, ele perdeu o cargo de chefe do Serviço de Licitações. Perdeu por uma decisão de um PAD, que é um procedimento administrativo de caráter de verificação de ação de funcionários.

O valor do contrato é de R$9,1 milhões. De outubro de 2010 a junho deste ano, o Ministério da Agricultura pagou R$5,202 milhões. Não houve aditivos ao contrato, e nós fizemos o contrato, claro, os órgãos técnicos fizeram o contrato com processo de seleção feito com dispensa de licitação, baseada em Parecer 367, de 2010, da consultoria jurídica do Ministério. A hipótese de dispensa é considerada cabível para contratação de entidades cujas atividades fundamentais são relacionadas com pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional. Não é possível fazer simples concorrência por preço para cursos dessa natureza com instituições dessa natureza.

O objetivo do contrato era contratação para garantir a execução do Plano de Educação Continuada, que tinha sido elaborado antes da minha chegada no Ministério, em 2009, para capacitar profissionalmente os 12 mil servidores do Ministério da Agricultura em todo o País. A necessidade de contratação foi levantada, em novembro de 2009, pelo Comitê Gestor de Educação Continuada. O objetivo foi atender a solicitações da área de Recursos Humanos com base no Decreto 5.707, de 2006, que instituiu a política e as diretrizes para desenvolvimento das pessoas na Administração Pública Federal. Foram realizadas oficinas de trabalho nas unidades administrativas do Ministério, incluindo a sede em Brasília, o Ceplac e o Inmet, que são órgãos vinculados à nossa supervisão. E o levantamento de cada área, a partir dos secretários.

Em 4 de julho de 2010, o Comitê Gestor aprovou o plano, e foi posto em prática. Houve várias propostas de entidades diferentes, e optou-se pela proposta da PUC, não só por sua reconhecida reputação em gestão educacional, mas pela adequação da proposta dos objetivos colimados pelo Ministério.

Desde que os cursos passaram a ser ministrados, a partir de 2010 até junho deste ano, 1.047 servidores já terminaram cursos. O plano prevê que até o fim de 2012 todos os 12 mil servidores sejam atendidos. E já estão inscritos nos cursos 6. 560 servidores do Ministério.

Os cursos vão desde cursos objetivamente destinados a uma preparação específica de curta duração, como, por exemplo, idiomas, porque há uma lacuna grande de conhecimento na área, e com um protagonismo cada vez maior do Brasil agrícola e pecuário no comércio internacional, as línguas passaram a ser essenciais no desenvolvimento do nosso trabalho. Os de média duração, que são de competência gerencial para quadros do Ministério, que são execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas e outras áreas administrativas. E os de longa duração, inclusive MBAs em agronegócio, em planejamento, gestão e gestão pública.

Os cursos são realizados em todo o território nacional. A CGU aditou o contrato; o contrato já foi auditado. Apesar disso, em função das denúncias, eu determinei – como eu disse no início, alguns dos Srs. Senadores não estavam aqui – não somente abertura de sindicância para a completa apuração de todas as denúncias, como pedi a AGU que indicasse advogados da União para compor a comissão e presidi-la, e pedi a investigação completa pela CGU, através de contatos com o Ministro Luís Adams, que indicou o Advogado Corregedor Adjunto da AGU Hélio Saraiva Franca para presidir e com a CGU, que já instaurou procedimento investigatório, com toda a cobertura nossa, para que tudo seja apurado.

Quero dizer, como já o fiz anteriormente, que nunca tinha tido qualquer conhecimento com o alegado lobista, que participou como contratado da PUC, acompanhou os professores da PUC na tratativa com o Ministério. Não há nenhum indício de que ele tenha tido, em qualquer momento, uma sala no Ministério. Mas, estamos apurando e vamos usar o rigor da lei para qualquer dos funcionários citados ou outros que tenham quaisquer a ver com esta denúncia e estas alegações.

Portanto, este foi o caso.

Todos os documentos estão aqui relatados, de cada uma das alegações da revista. Aqui está o contrato, aqui estão os demais elementos comprobatórios do que estou dizendo.

Embora nesses últimos dias nós tenhamos tido várias questões, indicações, todas aquelas levantadas pela imprensa nós tomamos conhecimento e tomamos providências.

Em primeiro lugar, rebatemos com fatos, com documentos e eles estão aqui à disposição dos Srs. Senadores, todos. Diferentemente de qualquer outra atitude de procurar isolar, defender, esconder, ao contrário, nós nos abrimos à toda e qualquer investigação; nós determinamos a investigação, solicitamos órgãos de controle interno e externo para que procedessem a todas as averiguações, e, claro, teremos o rigor da lei para com aqueles que tenham feito qualquer irregularidade ou agido de maneira inadequada.

Mas, todos os fatos – e é isso que eu lamento, porque na medida em que você começa a aceitar que qualquer um denuncie sem nenhuma prova, você vai exatamente pegar as pessoas que estavam ressentidas, magoadas, que foram desatendidas, ou que estavam tentando, como é o caso da Spam, lesar o interesse público, e foram por nós impedidas. E, no limite da lei, nós agimos para impedir que esses advogados, conluiados com o Procurador da Conab, fizessem isso.

É tão importante que nós possamos dar uma segurança ainda maior para esses campos, que estamos providenciando mudanças significativas na operação e nos controles da companhia, para que ela não seja novamente vítima desse tipo de procedimento. Havia, sim, certa lacuna na área jurídica que nós estamos tomando todas as providências.

No que diz respeito ao caso inicial em que na Conab nós tivemos a necessidade da demissão do diretor financeiro da época, o que eu fiz com muito desagrado, quando foi feita esta providência em função de desarranjos administrativos, de questões meramente ligadas à administração, e isso ocorreu, houve por parte do demitido a indicação de dois casos em que poderia ter havido qualquer ação que fosse ilegal, ou irresponsável, ou imoral por parte da Conab.

Quero relatar os dois casos e dar aos senhores a mesma evidência de que tal não ocorreu. Um caso é a venda de um terreno, citado na reportagem, situado no Setor Clubes Norte, e da propriedade da Conab, que foi vendido em concorrência pública. A avaliação foi feita pela Caixa Econômica Federal – e aqui estão todos os documentos referentes ao que eu vou dizer, começando pela cópia da avaliação da Caixa Econômica Federal.

Aqui está: o terreno foi avaliado em 8 milhões e 30 mil, e foi vendido, em concorrência pública, por 8 milhões e 100 mil; alegava-se que o terreno teria um valor muito maior, mas desconsiderou-se, primeiro, que a avaliação oficial, que é o requisito na venda de um bem público – não se faz a venda sem a avaliação da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil –, então aquele terreno, particularmente, foi avaliado de maneira muito especial, porque era um terreno que foi recuperado pela Conab ao patrimônio, após ter sido cedido, durante um tempo, para uma eventual construção de um clube para os funcionários. E passaram-se muitos anos a mais do limite para que isso fosse feito, e não foi feito, aí a Conab retomou dentro de um processo amplo de retomada e de requalificação do patrimônio imobiliário da Conab, porque quando eu cheguei à Co-

nab eu encontrei uma situação de muita precariedade nos levantamentos do patrimônio imobiliário da Conab. Por exemplo, havia uma dessas empresas anteriores à Conab, que foram se fundindo até chegar na Conab, que recebeu, por decreto do Presidente Getúlio Vargas, um terreno e nunca houve nenhuma outra providência, nunca se foi ao cartório, nunca se fez o registro, nunca se chegou à documentação adequada, a uma matrícula, etc.

Então eu constituí um grupo que fez isso e localizou, no Brasil inteiro, terrenos de valor que não estavam sendo usados, que estavam deteriorados, imóveis que se deterioraram. E essa comissão, que, aliás, foi presidida pelo Dr. João Fagundes, que está aqui, ex-deputado, ela conseguiu fazer acordos em muitas cidades – e, provavelmente, muitos dos Senadores que estão aqui, nas suas cidades de atuação, encontrarão imóveis que a Conab conveniou com as prefeituras, vendeu para as prefeituras –, e quando a venda era para uma entidade pública, de pública para pública, nós fazíamos um parcelamento, sempre com avaliação. Mas nesse caso, não, porque nós fizemos uma concorrência pública.. Não foi da minha época como Presidente da Conab, eu não era Presidente da Conab, mas a diretoria de então fez exatamente o que tem que ser feito. Não há nenhum deslize, é uma concorrência pública aberta; não tem nada que não tivesse sido feito com correção. Portanto, em relação a esse caso não há nenhuma irregularidade.

O segundo fato citado naquele momento, foi a intenção de alguém na Conab de fazer um acordo extrajudicial com a empresa Caramuru Alimentos que todas as pessoas do setor conhecem, sabem que é uma empresa de altíssimo nível de governança e qualidade e que qualquer leigo pode saber que não existe a menor possibilidade de se fazer um acordo como o que foi indicado que seria que alquém na Conab iria aumentar o valor da condenação , de 14 para 20 milhões, para que houvesse um retorno. Primeiro, o pagamento é feito segundo o valor determinado pelo juiz. Segundo, não pode fazer pagamento se não houver recursos específicos que venham do Tesouro para que a Conab possa fazer pagamentos de decisões judiciais. Não havia esse dinheiro. Tanto que o pagamento feito foi irregular e acabou... Nesse caso, não se pagou nada, foi a alegação de que poderia ser feito um pagamento. Não houve nenhum pagamento, é uma ação judicial normal. A empresa Caramuru, um dia, vai receber dentro da fila normal que a Conab tem, nunca chegou ao meu conhecimento qualquer tentativa de antecipar. E o caso ainda é pior porque é atrasar para negociar. Não há nenhuma lógica, o contrato da Caramuru está aqui, é totalmente válido, totalmente jurídico.

Quero dizer que fiz isso de vir aqui explicar aos senhores, porque são questões factuais, documentais. Todas as questões levantadas não tinham nenhuma base. Começaram com um denuncismo e se atribuiu às pessoas a capacidade delas falarem o que quiserem. Mas é preciso que não se invente o ônus da prova para não transformarmos cada um dos Ministérios, cada um dos órgãos públicos, numa atenção a denúncias vazias.

No meu caso tenho essa facilidade, porque fui Presidente da Conab por três anos, eu sabia exatamente como as coisas estavam andando, e fui buscar os documentos, embora nenhum desses casos seja, a mim, atribuído qualquer questão, mas fui buscar documentos para pôr à disposição dos Srs. Senadores. Não há nenhuma validade nas acusações feitas em nenhum dos casos. A única questão que tenho que apurar e, por isso, não só eu, mas os órgãos próprios do Governo, qualquer indício de ilícito nós encaminharemos também aos órgãos externos que cuidam da repressão. Mas o que existe é o seguinte. Uma primeira reportagem sobre um fato que eu já disse desagradável e que teve uma atuação perfeita da Conab e teve uma grandeza de alma do Senador Romero Jucá, que teve uma atitude absoluta seriedade que nos deixou muito a vontade, apesar de que havia uma questão familiar envolvida. Isso foi resolvido dentro da maior lógica administrativa pela Conab. Claro, que o ressentimento gerou essas acusações que acabei de mostrar, documentalmente, que não tinham nenhuma procedência. Peço aos Srs. Senadores que, com a maior liberdade, arguam todos os pontos que eu devo maiores explicações, porque eu vim aqui com o espírito de atender a todas as solicitações. Não há nenhum caso. A reportagem da Veja, todavia, me alertou para uma questão que, como eu disse, determinei investigação severa sobre ela. Lamento que nesse episódio o meu Secretário Executivo, que é uma pessoa que conheço há muitos anos, muito respeitado por todos os funcionários, 40 anos de serviço público, funcionário efetivo da Secretaria de Planejamento de São Paulo, teve cargos em diversas administrações, vários dos quais por meu convite, dada a qualidade que tem, ele se sentiu tão profundamente ofendido, eu não queria que ele se a afastasse para que a investigação fosse feita, certo de que ele seria absolvido. Mas criou-se uma história sobre um lobista que veio ao Ministério, credenciado por um contrato com a PUC participando desse contrato aí, absolutamente regular, que não tem nada de errado, criou-se uma acusação a ele, que se sentiu especialmente tocado por isso, e, ao contrário do meu desejo, Senador... Por isso quero dizer que de todos os casos, SPAM Gráfica Brasil, terreno no Lago Norte, Caramuru, eu quis trazer documentação factual.

O caso da PUC, eu trouxe os documentos todos, podem ver a legalidade, e determinei investigação severa. Se existir quaisquer daquelas acusações feitas por alguém que tinha perdido o cargo, por um PAD, não por mim, e que tinha sido substituído – é natural que essas frisões entre grupo que entra em uma nova posição e grupo que sai ocorram em órgãos públicos –, vamos investigar a todos. Seja quem for, se tiver culpa, terá que responder por ela.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua presença e pelos seus esclarecimentos aqui na Comissão de Agricultura.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores no sentido de que nós ouçamos todos os autores do requerimento, depois passemos novamente a palavra ao Ministro e, posteriormente a cada cinco oradores inscritos, passemos novamente a palavra ao Ministro. Todos concordam com essa forma?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu sei que V. Exª está preocupado com o tempo. Obviamente muitos haverão de indagar o Ministro, mas a favor da produção desse depoimento, dos resultados, seria interessante que, pelo menos, o Ministro pudesse responder a cada Senador. Cinco indagações, cinco Senadores indagando para depois o Ministro responder me parece que não teremos resultados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Consulto o Plenário para saber. (*Pausa.*)

(Discussão fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A cada três? Vamos diminuir para cada três? Vamos achar um ponto intermediário, pode ser?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O ideal é um, Sr. Presidente. Se não houver possibilidade de pergunta e resposta, que cada Senador, pelo menos, possa fazer todas as perguntas e ouvir a resposta do Ministro, para que ocorra a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu consulto o Plenário, consulto as Srªs e os Srs. Senadores para saber se vamos de um a um ou de três em três. (*Pausa.*)

Façamos de três em três. Muito bem, fica assim, conforme o Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT, autor do requerimento também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, inscreva-me.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro e Deputado, Srªs Senadores, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer aqui a gentileza do Presidente da Comissão. Sou apenas um dos autores do requerimento, mas como eu tenho um compromisso agora às 13h, S. Exª, o Presidente, concordou em me privilegiar com a palavra.

Na verdade, Ministro, eu não teria nenhuma pergunta a V. Exª. Primeiro, gostaria de registrar que, desde o primeiro momento em que surgiram esses questionamentos, V. Exª se colocou à disposição desta Casa, de vir aqui para prestar todos esses esclarecimentos e foi uma conjunção de líderes de partidos que fizeram a V. Exª este convite para aqui estar.

Queria registrar que, na condição de um dos requerentes, sinto-me inteiramente satisfeito com as explicações que V. Exª deu aqui, principalmente porque, desde o primeiro momento, coloca todas as coisas do ponto de vista de fatos, de documentos, além da segurança que V. Exª demonstrou ao responder as indagações que lhe foram feitas, principalmente as questões que foram colocadas pela mídia, pela oposição, enfim. Quero crer que, com a sua vinda aqui, temos condições de responder, como integrantes do Governo, a todos os questionamentos que foram e serão feitos aqui.

Quero tão somente registrar isso e dizer que o posicionamento da Presidenta Dilma e o posicionamento da Ministra Ideli, com que mantemos essa relação institucional, têm sido o de que é necessário fazer o que V. Exª fez hoje, aqui: esclarecer, explicar e não deixar dúvida em relação aos procedimentos que adotou até o presente momento.

Era apenas isso que eu gostaria de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, do PMDB, que também é autor do requerimento. (*Pausa.*)

S. Exª não está presente.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

S. Exª também não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, do PMDB, também autor do requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, em primeiro lugar, quero registrar aqui o testemunho dos anos em que fomos colegas na Câmara dos Deputados, de que o Ministro Wagner Rossi sempre agiu com absoluta correção, com extrema dedicação, com grande empenho e lisura na missão que o povo paulista lhe havia confiado.

Em segundo lugar, quero enaltecer o fato de o Ministro Wagner Rossi ter se antecipado a uma convocação, ter se colocado à disposição desta Casa,

como já o fez na Câmara dos Deputados, trazendo aqui esclarecimentos que mostram a absoluta isenção e a absoluta lisura dos seus procedimentos. Quero registrar esse fato, para enaltecer a atitude republicana e democrática do Ministro.

Também quero alertar esta Casa de que já vi muito homem público ser pré-condenado por ações midiáticas. O exemplo mais marcante é o de um colega nosso que viveu dez anos como morto-vivo até ter sido reconhecida sua inocência. Eu me refiro a um parlamentar que, na minha visão, foi uma das maiores e melhores expressões desta Casa, um parlamentar que era eficiente na articulação, como poucos, no discurso, como poucos, na formulação de projetos, como poucos. Aquele parlamentar sofreu uma pré-condenação e, por força desta pré-condenação, teve de viver na sombra durante dez anos. Eu me refiro ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro. Homenageando Ibsen Pinheiro, quero homenagear V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero reiterar o inconformismo da oposição, a quem cabe fazer questionamento, em relação à prática, que não é de V. Exª, mas que é da Casa, de se ouvir vários Srs. Senadores e permitir ao Ministro que, depois, faça uma longa exposição da forma que achar conveniente.

Vou procurar ser objetivo e fazer o maior número de perguntas possível ao Ministro Wagner Rossi.

Em sua defesa, especialmente na Câmara dos Deputados, por várias vezes, o senhor acusou Oscar Jucá Neto o único responsável por cometer irregularidades na Conab. O senhor o culpa pelo pagamento feito à empresa Renascença Armazéns Gerais. O senhor afirma que foi responsabilidade exclusiva do Sr. Oscar Jucá Neto, o que acabou ocasionando a sua demissão. Contudo, Sr. Ministro, a ação proposta pela Renascença teve início em 15 de março de 2000, percorreu o itinerário burocrático jurídico e chegou, em 20 de novembro de 2009, à publicação da sentença, quando o prazo para a Conab recorrer começou a contar; porém, a Conab não recorreu e o processo transitou em julgado, portanto, em 07 de dezembro de 2009. O Presidente da Conab era o senhor.

Por que o senhor não fez nada para impedir? É evidente que, nesse caso, o Oscar não tem culpa. O Presidente da Conab era o Sr. Wagner Rossi. Por que o senhor nada fez para impedir que esse processo transitasse em julgado? Por que, como Presidente da Conab, o senhor não acompanhou um processo que era tão importante para a empresa? Diante disso, quem foi realmente responsável pelo fato?

O Sr. Oscar disse que mandou pagar o valor devido à empresa porque o terreno da Conab estava penhorado. Parece-me que V. Exª disse à Câmara que não tinha conhecimento dessa penhora. É estranho que não tenha conhecimento de uma penhora. Nós temos aqui os documentos e podemos afirmar que, de fato, houve a penhora. Nós temos em nosso poder os documentos. O senhor alegou, na Comissão de Agricultura da Câmara, que desconhecia e que iria pedir para que a sua assessoria jurídica desse uma olhada nesse processo.

Diante da existência da penhora, o senhor hoje já divide a culpa pelas irregularidades cometidas na Conab? É outra indagação.

A última petição juntada aos autos pela Conab é a que reconhece o pagamento pela própria e pede o arquivamento do processo. Contudo, há nos autos uma manifestação da AGU no sentido de que o débito deveria ser transformado em precatório, e o pagamento foi efetuado. Não houve o atendimento à solicitação ou recomendação da AGU. Como podemos observar, não houve esforços nem para subscrever uma manifestação da AGU para que o pagamento fosse feito por meio de precatórios. Não houve esforço para impedir que o processo transitasse em julgado no primeiro grau; não houve esforço para impedir que a sede da própria Conab fosse penhorada; não houve esforço nenhum por parte de Presidente ou de qualquer outro funcionário da Conab para acompanhar um processo de tamanha importância para a empresa, cujo Presidente era V. Exª.

Quais foram as ações efetuadas? O que foi feito? Como Presidente da Conab, o senhor não tinha responsabilidade em relação às ações impetradas em desfavor da empresa?

Mais uma vez o senhor fala em documentos da licitação do terreno negociado com o Sr: Hanna. Esses documentos o senhor prometeu colocar à disposição dos Deputados e não os colocou, tanto que o PSDB não teve acesso a eles. Então, peço a V. Exª que possa deixar para esta Comissão esses documentos.

No depoimento à Comissão de Agricultura da Câmara. V. Exª alegou que Oscar Jucá Neto é despreparado, que tenta colocar todo mundo no mesmo saco e que a única irregularidade detectada foi cometida por ele. Mas os fatos revelados pela revista *Veja* e a demissão do seu braço direito, Milton Ortolan, confirmam as denúncias do Sr. Oscar Jucá.

Creio que hoje V. Exª tem fatos que justificam, talvez, que V. Exª repense as afirmativas feitas à Câmara dos Deputados. Se irregularidades não existissem no Ministério da Agricultura, certamente, o seu braço

direito, Milton Ortolan, não seria exonerado. O senhor atribuiu o seu depoimento à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados às acusações do Sr. Oscar Jucá Neto, à irresponsabilidade e ressentimento de um funcionário demitido, mas não anunciou que o processaria por falsas acusações. Isso tem sido uma prática aqui também. Portanto, fica a impressão que o Sr. Oscar Jucá Neto estava prevendo que denúncias ocorreriam no âmbito do Ministério da Agricultura, como ocorreram culminando com a demissão do Sr. Ortolan.

Em depoimento na Comissão de Agricultura também, na semana passada, o senhor colocou a culpa da crise na Conab e, consequentemente, no Ministério da Agricultura, no Sr. Oscar Neto, dizendo que as denúncias eram fruto de rancor causado pela demissão. E durante a sua coletiva na segunda-feira desta semana, disse que as denúncias poderiam ser fruto de disputas de grupos políticos, já que na Conab há diretores de vários partidos – PMDB, PTB e PT – e isso gera foco de problemas. Seria uma estratégia para desvincular a sua figura das supostas irregularidades apontadas na sua Pasta? Esses grupos disputam o quê? Se há disputa desses grupos, o que esses grupos disputam? E quem comanda esses grupos?

O senhor afirmou que não consegue cuidar de tudo, e realmente... O senhor afirmou que não sabia da presença do Sr. Júlio Fróes, acusado de fazer *lobby* dentro do Ministério da Agricultura. Fica difícil entender como é possível a um ministro não saber da existência de alguém instalado em seu ministério com um balcão para realização de negócios. Aliás, uma figura com um prontuário. Uma figura que não tem currículo, mas tem prontuário. Um cidadão que foi preso como traficante de cocaína – é o que a imprensa divulgou – estava dentro do Ministério da Agricultura fazendo negócio, exercitando o *lobby*, o *lobby* ilegal, ilícito, o *lobby* criminoso.

É evidente que o senhor deve escolher para a sua assessoria de frente pessoas da sua confiança. O Ortolan devia ser da sua confiança. Não é possível alguém da sua confiança, V. Exª e mais alguém da sua inteira confiança, não saber da presença de um lobista com atividade intensa no âmbito do Ministério da Agricultura.

Pois não. O meu tempo já se esgotou?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já foram dez minutos. Eu procurei ser paciente para que V. Exª pudesse fazer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou encerrar, principalmente porque V. Exª é um *gentleman* e é um cidadão que representa dois Estados, Rondônia e Paraná, o meu Estado. Por isso, eu encerro o meu questionamento. É claro que temos inúmeras perguntas, mas eu me dou por satisfeito. E se V. Exª me permitir depois, se houver necessidade da réplica, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Exmº Sr. Ministro Wagner Rossi.

O SR. WAGNER ROSSI – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias as suas colocações, que nos permitem avançar na discussão.

As perguntas são muitas e eu vou tentar abordar pontualmente, ponto a ponto, mas estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Em primeiro lugar, o senhor apontou um fato que é muito verdadeiro: a Conab – e eu acabei de citar o caso da Spam, não sei se o senhor estava presente – tem deficiências na área jurídica muito graves. Nós já detectamos isso, fizemos uma série de mudanças, mas ainda não foram suficientes; vamos fazer novas mudanças para aperfeiçoar. E a principal questão, Senador, é que a Conab, infelizmente, por deficiência no seu corpo de procuradores – são poucos para um número aproximado de 9 mil ações em curso –, que tem grandes dificuldades e, por isso, ela contrata, ainda mediante equívoco do Estado brasileiro, escritórios terceirizados, que, em números aproximados, cobravam entre R$50,00 a R$80,00 por ação. Ora, é evidente que esse contrato é inexequível e é evidente que haverá deficiências.

Então, quando o senhor diz que a Conab perdeu prazos, ela perdeu prazos em vários processos. Eu não sou procurador, não fui procurador, fui Presidente da Conab e, respeitosamente, eu digo a V. Exª que nenhum presidente de empresa acompanha *pari passu* 9 mil ações. Se ele fizer isso, ele não pode as funções que são precípuas. Mas eu tive, sim, muitos cuidados em tomar providências tão logo me chegaram as informações. No caso da Spam, eu pude fazer essa ação muito rápida e eficiente e evitei um prejuízo de R$150 milhões, que eu espero ter a cobertura, a tutela do Judiciário para garantir que esse golpe contra o Erário não se efetive.

Nesse caso, nós não tivemos a informação suficiente e realmente já fizemos vários procedimentos de responsabilização de escritórios terceirizados, inclusive deste. Agora, isso não é suficiente. No dia de hoje, por ordem da Presidenta Dilma, demos um passo muito importante para eliminação desse tipo de erro que acontecia na Conab: estamos nomeando procuradores da AGU para presidirem a Procuradoria, para serem os procuradores gerais e já temos autorização para abrirmos um novo certame para contratação de advogados, de maneira a que o contencioso da Conab

volte a ser feito basicamente e especialmente em ações dessa natureza, não por escritórios terceirizados que podem ser relapsos, que têm sido relapsos, mas que, ao contrário, garantam a segurança da responsabilidade de um procurador de carreira.

Então, não tiro a razão de V. Exª. Realmente, gostaria de ter a capacidade de acompanhar cada prazo e não permitir que fossem perdidos, mas é claro que há uma estrutura administrativa e que isso fica no âmbito dos advogados da Conab e dos escritórios contratados.

Não é verdade que eu disse que não sabia da penhora. Ao contrário, eu até argumentei, disse que o argumento dado na época é que a penhora era feita por R$15 milhões e que, portanto, a alegação para fazer o pagamento tinha sido a de que podia haver uma adjudicação. Para haver adjudicação, tinha que ter havido penhora. E é claro que isso é um equívoco talvez das pessoas que puderam informar a V. Exª, mas entendo perfeitamente a preocupação.

Eu não divido a culpa porque não era competência minha, mas não tiro a responsabilidade de corrigir. E estamos corrigindo, como disse a V. Exª, neste momento.

Em todas as ações grandes, nós tentamos fazer com que a AGU entre na lide, na Conab, mas temos grandes dificuldades, de um lado, da disponibilidade, claro, de recursos humanos naquele órgão importante do Governo e, de outro lado, na resistência do Judiciário em aceitar dado a Conab ser uma empresa de capital público, mas é uma empresa, tem uma vida separada da Administração Pública em geral.

A disponibilização dos documentos foi feita, e realmente está V. Exª coberta de razão, porque a nossa funcionária acabou levando de volta para o Ministério, mas eu estou aqui com os documentos e quero disponibilizá-los, por meio do presidente da Comissão, e, se possível, tirar uma cópia também para a Comissão de Agricultura da Câmara, onde eu quis, sim, disponibilizá-los, para que possam compulsar, e verão que todas as minha alegações aqui foram baseadas em documentos, com comprovação que aqui estão constantes. Especialmente a questão do terreno, que V. Exª vai ver, foi um processo absolutamente correto, embora não tenha sido eu, na época, o presidente da Conab.

Sabe, Senador Alvaro, tenho um respeito muito grande por V. Exª. Conheço o trabalho de V. Exª no Paraná, compartilhamos algumas vezes, em visitas ao Paraná, a sua dedicação. Agora, às vezes, cada um de nós tem questões de foro íntimo, e cada um de nós é de uma maneira. Eu sou uma pessoa que não sei exercer o ódio no limite. Não tenho ódio nem tenho qualquer questão pessoal com o Sr. Orlando Jucá Neto. Eu o demiti porque minha obrigação funcional era demiti-lo, porque ele cometeu uma infração administrativa grave, e, ao fazê-lo, eu apenas fiz aquilo que me cabia fazer, porque era minha obrigação funcional.

Eu não vou processar o Sr. Jucá, porque não tenho nenhum motivo para agregar à pena que ele já teve de perder o seu cargo ainda um ônus maior. Além disso, confesso: eu tenho um respeito muito grande pelos vínculos familiares, e eu não quero criar novos e maiores constrangimentos às pessoas que, certamente, ao lado dele, se sentirão ainda mais ameaçadas se assim outras medidas forem tomadas. A obrigação que eu tinha eu cumpri integralmente com exação, ainda que tenha me doído, por motivos que V. Exª compreenderá, por serem óbvios.

Eu não disse que não processaria. Eu disse que não tinha, neste momento, nenhum motivo para processá-lo. Eu não tomo essas coisas como pessoais. Aquilo foi uma demonstração, sim, de uma insatisfação pelo que tinha ocorrido. E é mais do que natural que esse sentimento tenha aflorado.

Eu não tento desvincular minha responsabilidade de nada. Ao contrário, Senador, eu tive a honra de, no dia seguinte à primeira reportagem, oficiar ao Senador Presidente da Comissão, colocando-me à disposição para aqui vir tão logo ele assim achasse necessário, e o estou fazendo.

De modo que nós temos... Agora, quando eu disse que não dá para cuidar de tudo, Senador, eu digo que cada cargo tem, obviamente, suas obrigações. Eu não posso assumir a obrigação de compulsar os dados de entrada e saída do prédio do Ministério. As fotografias tiradas daquele senhor que alegadamente é o lobista e que foram tiradas em frente ao Ministério deram-me a oportunidade, sim, de verificar várias coisas que eu deveria ter feito melhor. Por exemplo, um sistema adequado de triagem para o acesso pela entrada privativa. Na verdade, nunca me preocupei com isso. Tenho uma equipe de pessoas maravilhosas que trabalham lá, Senador. Se o senhor teve ocasião de ir ao Ministério, o senhor foi recebido por elas. Não eram pessoas voltadas para uma atitude mais de evitar a entrada de pessoas. Eles são muito acolhedores, talvez tenham tido esse descuido, mas eu não posso assumir a responsabilidade por controlar a portaria. Mas eu dei ordem, sim, para mudar isso, e posso garantir ao senhor que nenhum lobista tinha sala privativa e outras alegações que foram feitas pela reportagem que extrapolam a razoabilidade.

Mas eu mandei investigar. E vou investigar até o fundo todas as alegações da reportagem, inclusive acusações que me parecem não ter verossimilhança. Por exemplo, que havia lá alguns funcionários, que não são identificados, acusados por outro funcionário que perdeu o cargo de terem feito uma distribuição,

de terem recebido dinheiro do lobista. Se esse senhor tivesse visto e compartilhado essa cena, sua obrigação funcional seria imediatamente ter denunciado, o que não o fez. Fez no momento em que começou, como eu disse, uma onda de denuncismo. Mas eu vou investigar cada palavra dele, e não serei eu, eu apenas determinei a investigação, pedi a AGU que mandasse advogados da União, com toda a isenção para investigar, e pedi ao Ministro Hage que fizesse a investigação pela AGU, o que está sendo feito.

Tão logo eu tenha informações da investigação completa, trarei a V. Exª, com o respeito que tenho pelas suas indagações.

Realmente, a se dar crédito ao que a reportagem indicou, esse senhor – e eu via isso nos jornais – tem aí uma série de atividades anteriores. Mas ele também, o senhor deve ter visto, atua em várias outras áreas governamentais, em vários órgãos e diversas esferas do Poder Público.

A minha assessoria é de pessoas de confiança. O Secretário-Executivo que pediu demissão em caráter irrevogável é de minha confiança, tenho certeza de que será absolvido disso, é de uma ingenuidade absoluta, porque jamais poderia ter conversado com pessoas sem a qualificação adequada. Mas, se sentindo humilhado por isso, pela forma com que essa relação, que foi meramente funcional, de um funcionário do Governo, no cargo de Secretário Executivo, com um representante de uma empresa que estava sendo contratada. Ele não era o representante pessoal da PUC, mas tinha um contrato de prestação de serviços exatamente para fazer o que fez, que era ajustar as condições da contratação da PUC para a prestação de serviços adequados, conforme já mostrei.

Não há ilegalidade nenhuma no contrato, está sendo cumprido, mas eu, preventivamente, suspendi qualquer pagamento desse contrato até o final das investigações pela CGU e pela comissão de sindicância.

Eu quero dizer a V. Exª que fiz o meu melhor. Não penso que eu possa ter tido nenhum grau de não ter sido perfeito. A perfeição é um objetivo que a gente deve perseguir sempre, mas é extremamente difícil de se conseguir. No meu caso, as imperfeições são muitas, certamente, mas nenhuma com má fé, nenhuma com ilegalidade e, muito menos, com qualquer coisa que atentasse contra o erário público.

Muito obrigado a V. Exªs.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, rapidamente, na réplica...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª dispõe de dois minutos para o contraditório.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

Primeiramente, dizer que já estamos acostumados neste Governo a verificar que há um propósito de transferir responsabilidade.

Creio que quem preside um órgão como a Conab, é sim responsável quando, eventualmente, procuradores pedem prazo, não cumpre o seu dever. A responsabilidade tem que ser compartilhada, ou nós vamos implantar um sistema de administração pública absolutamente irresponsável.

A questão que indaguei sobre os grupos não foi respondida. Depois, eu gostaria que se respondesse.

É evidente que o contraditório tem que se estabelecer. Por esta razão, eu comunico à Comissão, à Presidência e ao Ministro que já protocolei requerimento propondo audiência pública para ouvir o Sr. Oscar Jucá Neto, o Sr. Júlio Fróes, o lobista Júlio Fróes, e o Secretário Ortolan, que pediu demissão. Creio ser da maior oportunidade essa audiência pública para ouvi-los.

E, ao final, dizer também que como nós estamos no Ministério da Agricultura, eu creio que esta ilação é válida: nós não confiamos nas investigações que são realizadas pelos órgãos de controle do Governo. A experiência que temos demonstra que, neste caso, coloca-se o cabrito para cuidar da horta. Nenhuma das investigações realizadas pelos órgãos de fiscalização e controle do Governo culminaram com resultados convincentes. Por isso, estamos encaminhando também, a Oposição nesta Casa e na Câmara dos Deputados, encaminha representação ao Ministério Público para instauração dos procedimentos, a fim de que ocorra a investigação judiciária necessária, em razão de todas as denúncias que envolvem o Ministério da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, me permita para rebater, responder duas coisas, Senador, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. WAGNER ROSSI – Primeiro, eu entendo que V. Exª tem essa preocupação, compartilho, e acho que é absolutamente necessário que iremos, sim, ao Ministério Público também para a sua investigação. Não compartilho com V. Exª da imagem negativa que tem com relação a homens de bem que trabalham na CGU e na AGU. Claro que, quando mais ampla, maior será a investigação.

Quero dizer a V. Exª que respondi factual e documentalmente a cada uma das alegações feitas contra o Ministério e a Conab aqui, que os documentos estão a sua disposição. E lamento que seja um hábito tão nosso, brasileiro, de ouvir e fazer as acusações, mas ouvir

com ouvidos moucos as respostas, sobretudo aquelas que têm documentos comprobatórios, como é o caso.

Sei que não é o caso de V. Exª, que foi muito atencioso comigo, e agradeço a V. Exª por isso, mas quero dizer que todos os documentos que comprovam que todas as alegações, salvo essa, que vamos investigar no limite, com a participação do Ministério Público, da CGU, da AGU, com exceção desse caso, que foi uma alegação e vamos investigar, todos os demais estão desmentidos pelos documentos comprobatórios que eu trouxe e que estão à disposição de V. Exª.

Quanto aos grupos, o que eu disse foi uma simples constatação de um homem que tem também uma vida pública longa, sem nunca ter tido nenhuma condenação nem uma rejeição de contas por Tribunal, nenhuma situação em que eu tenha ficado sem absoluto respaldo, primeiro, é claro, da minha consciência e de Deus, e, segundo lugar, dos órgãos de controle que sempre acompanharam a cada um de nós em nossas vidas.

Muito bem. Mas há, sim – e me desculpe, Senador, pois o que eu disse foi que, quando há substituição de equipes, há sempre uma tensão, uma fricção entre a equipe que sai de cargos que são importantes com a equipe que assume. Foi isso o que eu disse. E no caso, que V. Exª sabe, eu tive a honra de contemplar até uma pessoa de sua relação, que é hoje membro da nossa equipe de licitações e que tem sido de uma grande eficiência, tanto que eu relatei aqui várias concorrências que fizemos, diminuindo, muitas vezes, à metade ou 25% os preços que a equipe anterior conseguia. Não é nada mais do que a nossa obrigação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Ministro Wagner Rossi, primeiramente, é importante destacar a presteza de V. Exª em disponibilidade e agilidade em comparecer ao Congresso Nacional, para apresentar quaisquer esclarecimentos quanto a eventuais e supostas irregularidades ocorridas na Pasta.

Na semana passada, V. Exª esteve na Câmara dos Deputados e, agora, comparece aqui, no Senado Federal, e se coloca à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores para todos os esclarecimentos que entendermos necessários.

Eu gostaria de destacar que, em relação ao requerimento assinado por mim, pelos Senadores Renan Calheiros e Luiz Henrique, tratou-se de mera formalidade regimental, Sr. Presidente Acir, para atender ao anseio do Ministro Wagner Rossi em estar presente nesta Casa o quanto antes. E é bom que se destaque isso, Líder Renan Calheiros, porque o PMDB não se furta, em momento algum, a todos os esclarecimentos que são necessários, para atender ao anseio da sociedade.

Mas eu gostaria de destacar, também, até mesmo são palavras da nossa Presidente da República, Dilma Rousseff, que disse que V. Exª, Ministro Wagner, teve a capacidade de unir o agronegócio com a agricultura familiar.

Há pouco eu tive que me ausentar desta reunião para uma rápida audiência com o nosso Presidente Temer e foi ele que me lembrou dessas palavras da Presidenta Dilma.

Parabéns a V. Exª que, diante da Pasta tem promovido grandes avanços para o setor no Brasil e no mundo. Inclusive o Brasil bate recordes a cada dia e a agricultura do Brasil é que, na maioria das vezes, suporta as grandes crises do setor internacional. Temos uma representatividade no setor que chega a mais de 20% do PIB nacional e a agricultura vem se colocando como um contrapontos para suportarmos as crises em nível internacional, e V. Exª , diante da Pasta, tem bem conduzido essas situações. Todavia, Sr. Ministro, recentemente todos nós fomos surpreendidos com as denúncias publicadas na imprensa que apontam eventuais irregularidades nos setores ligados ao Ministério e no próprio Ministério, agora mais recentemente. V. Exª já deu suas explicações sobre os fatos denunciados e as providências tomadas. Penso que os esclarecimentos que já haviam sido dados à Câmara dos Deputados, na semana passada, e, agora, aqui no Senado por V. Exª são contundentes e demonstram o seu preparo para o exercício da missão que V. Exª possui. De qualquer forma, no intuito de colaborar ainda mais para o aprimoramento dos mecanismos e ação de controle desta Pasta, creio que é possível aproveitarmos essa oportunidade, Ministro Wagner, para modernizar ainda mais o funcionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dando maior eficiência e agilidade no controle e na transparência.

Sirvo-me, para tanto do relatório encaminhado pelo TCU ao Senado Federal, do qual eu fui relator aqui nesta Comissão, onde, através da 6ª Inspetoria, Secretaria de Controle Externo daquele órgão, tem colocado algumas recomendações ao Ministério da Agricultura e as suas vinculadas. Sei que é um passo importante nessa direção e já foi dado pelo Ministério da Agricultura quando da elaboração da implantação do seu plano de gestão estratégica, cujo objetivo é permitir aos gestores e à sociedade em geral vislumbrarem o futuro das ações governamentais, Sr. Ministro. Sendo assim, gostaria de solicitar a opinião de V. Exª sobre

as seguintes sugestões que apresento para o melhor funcionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na administração pública em geral.

Sobre o Plano de Gestão Estratégico do Ministério da Agricultura, embora ainda seja uma iniciativa inovadora na administração pública do Brasil, penso que devemos lutar para assegurar o conhecimento claro dos objetivos do Plano e a projeção dos prazos para o cumprimento das metas estabelecidas. Esta é a primeira questão, Sr. Ministro.

Do ponto de vista operacional, defendo a criação de indicadores de desempenho e de processos objetivos que auxiliem na aferição de resultados na elaboração de diagnósticos, na medição de evolução e na vinculação de cenários transformados pelas políticas do Ministério. Do ponto de vista administrativo, penso que o Ministério deveria estar atento para o mapeamento dos processos para manualização de procedimentos para automatização de rotinas e para padronização de ferramentas de atendimento e fiscalização.

Por fim, em relação ao controle, Ministro Wagner Rossi, peço a reflexão do Ministério da Agricultura para a necessidade de uma sistemática mais efetiva de controle interno no órgão, condizente com o seu orçamento anual e com a complexibilidade de seus processos.

Muito obrigado e boa tarde aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Sérgio.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministro Wagner Rossi.

Quero, primeiro, Ministro reafirmar a postura que assumimos aqui como Parlamentares da base do Governo, sempre nessa perspectiva de – e V. Exª foi Deputado e sabe muito bem da importância desse papel – nos apresentarmos como homens públicos nas estâncias. Portanto, não há nenhum absurdo em um Ministro de Estado ser convidado, chamado. Eu até diria, na relação patrocinada por V. Exª, como ouvi também ontem do Ministro Pedro Novais, que também é nosso colega de Parlamento, o fato de antecipar, dizer: "Olha, tenho que ir. Faz parte desse processo". Até porque é importante para que V. Exª passe para a gente o que efetivamente é possível fazer nessa Conab, no Ministério da Agricultura, numa relação com o seu corpo funcional, de maneira que a gente vá cercando ou tirando qualquer possibilidade de alguns que vão se intrometendo de buscarem extrair vantagens em um processo de relação com a Conab ou com o próprio Ministério.

Acho que isso é fundamental. Eu diria até que V. Exª, de forma muito transparente, eu diria até de forma verdadeira, colocava a situação que V. Exª se deparou, com uma vantagem, que eu diria a mais. V. Exª veio da Conab, portanto, tinha a prerrogativa e as condições, pelo fato de conhecer aquela estrutura, de enfrentar essa questão. Quero registrar que, mesmo que as indicações obedeçam à lógica da política, essas indicações têm relações com o partidos, conosco, na medida em que PT, PMDB, PTB tem, nos quadros da direção, figuras que pertencem a esses partidos ou no processo de indicação há uma participação das bancadas ou partidos, no que diz respeito à nomeação para os órgãos. V. Exª foi contundente na medida em que algo foi conduzido de forma equivocada e V. Exª tomou a medida da exoneração etc.

Acho que é correto quando V. Exª faz a plena e total defesa e abre, melhor dizendo, toda a estrutura do Ministério para os órgãos de fiscalização. Acredito eu que essa postura é fundamental para que a gente permita que verdadeiramente a CGU... E aí eu quero corroborar em gênero, número e grau com o que V. Exª disse não só sobre a competência, como sobre a qualidade e a forma intensa como a CGU tem atuado nos últimos anos. Como ela tem, de forma muito direta... Apesar de muitos associarem a CGU com o fato de ela ser organismo da estrutura, quero aproveitar aqui para citar o trabalho desenvolvido pelo Controlador-Geral da União, Ministro Jorge Hage, que agiu de forma muito rápida, buscando no Ministério da Agricultura todo o material necessário à apuração.

Eu queria concluir dizendo que V. Exª continua tendo o nosso apoio, mas considero importante que V. Exª, de forma muito clara e direta, nesta audiência de hoje, continue afirmando quais são os pontos claros de fragilidade que V. Exª encontrou nesse processo inicial de relação com a CGU, com a própria comissão de ética e com as instâncias de apuração de fora. Quais são as medidas que o Ministério da Agricultura, além das demissões – porque demissões, como V. Exª bem colocou, servem muito mais como satisfação e, mais do que demissões, precisamos tomar medidas, procedimentos, regras, conceitos, normas, coisas que efetivamente vão se aplicando na esfera pública, para permitir inclusive que os fatos não se repitam e que essas regras nos levem a um processo de ressarcimento dos cofres públicos, se encontrados os verdadeiros desvios, e também de correção de rumo, para que não continue a lógica de que se puniu alguém ou coisa do gênero, apesar de a esfera pública ter continuado frágil.

Então, o que eu queria de V. Exª era isso. Nesse encontro com a CGU e com outros organismos, como V. Exª tem procedido no sentido de estancar, de coibir essas práticas? Qual a garantia que V. Exª pode dar ao Senado de que foram adotadas medidas de

fiscalização, medidas de acompanhamento e de publicização dos atos dos diretores e dos gestores dos órgãos vinculados ao Ministério? Como V. Exª abriu esse debate interno?

Assim, a gente poderá ter a certeza de que vamos continuar contando com esse comprometimento de V. Exª com a verdade e, principalmente, com os trabalhos do Ministério, que é o que nos interessa, para que eles continuem fluindo com transparência e com responsabilidade na gestão pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

Anteriormente, foi tomada a decisão plenária de que ouviríamos três Senadores. Como já estamos praticamente no final deste debate, eu gostaria que V. Exª submetesse novamente à deliberação o aumento do número de Senadores, para que a lista de ouvidos fosse aumentada. Poderíamos dobrar esse número de três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se os demais Senadores e Senadoras concordarem com isso, assim o faremos. A cada seis Senadores, faremos uma interpelação ao Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, quantos Senadores ainda vão falar? Há quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se levarmos em conta a lista de inscrição, serão mais dezoito Senadores, mas, pela presença aqui, penso que haverá mais uns oito ou dez Senadores; acredito que será mais ou menos isso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, prezados colegas, imagino o que o Sr. Ministro Wagner Rossi tem passado nestes dias. Deve ter dormido pouco. Mas isso faz parte.

V. Exª tem um currículo extraordinário. Conheço V. Exª desde os idos em que participei da Câmara dos Deputados, desde aquela época. Fui executivo também em Santa Catarina e sei que não é fácil: depois de se jogar um balaio de penas ao ar, dá um trabalho danado para recolhê-las.

V. Exª, com muita maestria, falou dos órgãos do Governo Federal responsáveis por verificarem essa questão aqui e acolá, como a CGU e a AGU, V. Exª falou dos órgãos encarregados disso. Até para que haja a credibilidade desses órgãos, isso tem de gerar um resultado. Se esses órgãos institucionais não apresentarem à sociedade algo convincente com certa celeridade, começará a haver, por parte da opinião pública, certo descrédito. E aí eu diria, Ministro Wagner Rossi, que V. Exª deveria exigir desses órgãos: "Vamos lá! Vamos informar a sociedade. Vamos trazer isso às claras!". Isso fica bem para V. Exª, fica bem para o importante Ministério que V. Exª ocupa – o agronegócio tem uma participação no PIB nacional extraordinária, o que é de muita importância não só para o Brasil, mas também para o mundo – e isso fica bem para o Governo. Desejo que isso avance.

São essas as minhas declarações, comungando com o sofrimento, sem dúvida alguma. Mas espero que as coisas caminhem. Essa tem de ser a nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, do PP.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, Wagner Rossi; Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Ministério da Agricultura por este ato, em que recebemos o Ministro Wagner Rossi.

Eu não conhecia pessoalmente o Ministro Wagner Rossi, até porque ele, antes de ser Ministro, ocupava a Presidência da Conab. Mas, pelo trabalho que essa empresa tem desenvolvido no Brasil, com especialidade no controle de preços no que diz respeito aos produtos da agricultura familiar, isso me chamou a atenção no momento em que V. Exª foi indicado Ministro da Agricultura.

A agricultura, no Brasil, é o carro-chefe do PIB nacional. E todos nós temos de ter essa consciência; e, se tivermos essa consciência, logicamente que vamos continuar apoiando e fazendo com que as coisas possam acontecer dentro do Ministério da Agricultura, que é o vetor de todo esse empreendimento. No momento das vacas magras neste País, quem agüentou o tranco, numa linguagem até certo ponto popular, foi o Ministério da Agricultura, foi a agricultura brasileira, que, na verdade, tem uma extraordinária expressão.

Estou aqui ao lado de um dos maiores produtores de soja do mundo, através de uma agricultura técnica que ele, com a sua capacidade de trabalho, de organização empresarial, comanda. Isso realmente dá muita ênfase a todos nós e ao Brasil fora do nosso território.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, nesta oportunidade, prestar não a minha solidariedade, mas o meu apoio e, logicamente, o apoio do meu partido às ações que o senhor está desenvolvendo e venha a desenvolver à frente do Ministério da Agricultura, para que possamos ter uma agricultura mais pujante, uma agricultura mais produtiva, uma agricultura que tenha, na verdade, um aumento nos seus números no que diz respeito ao PIB interno

A exposição de motivos trazida por V. Exª a esta Casa, como fez na Câmara, para mim, por exemplo, deixou-me absolutamente convencido de que o senhor não está lá para fazer negócios nem tampouco para admitir que ali se forme um balcão de negócios. O senhor está lá para tocar as ações do Governo no que diz respeito à agricultura brasileira, e isso, realmente, é muito importante, porque V. Exª tem experiência, conhece a matéria, conhece a casa e conhece o produto que deverá ser levado para o Brasil e para fora dele.

Para não me alongar mais, Ministro, pois estou convencido do trabalho responsável e competente que V. Exª faz, evidente que não podemos ficar alheios nem tampouco ficarmos fora do processo dos holofotes, porque é muito importante para o Brasil que nós tenhamos capacidade de produzir, o que, muitas vezes, não agrada a muitos que procuram, de qualquer forma, terminar um trabalho que está sendo feito com responsabilidade, com competência e, acima de tudo, com muito cuidado.

Eu sou de uma região, o Nordeste, que passa por uma dificuldade no que diz respeito à febre aftosa. Vamos tratar agora de assuntos que têm muito mais importância para o País do que muitas vezes essas questiúnculas, essas denúncias que o senhor já provou que não passam de factóides.

Por isso, Sr. Ministro, para encerrar, eu queria dizer a V. Exª que o Nordeste tem dois Estados que estão livres da aftosa, com vacinação, e tem sete que estão trabalhando para que se tornem também livres. Assim, eu gostaria de saber de V. Exª quais as ações que estão sendo praticadas pelo Ministério para que a gente possa ter um Brasil uniforme, onde o Nordeste possa se juntar ao Norte, ao Sul e ao Sudeste e possamos fazer uma agricultura mais ajustada no que diz respeito à produção de carne bovina, de que somos o maior exportador do mundo.

Então, isso nos interessa; E queria saber exatamente de V. Exª, para encerrar, como uma pergunta que lhe faço, quais as ações que o Ministério está desenvolvendo para que a gente possa ter isso no menor espaço de tempo possível, se no conjunto ou se quem estiver fazendo o dever de casa o Ministério poderá dar a carta de alforria.

Muito obrigado, meus parabéns e conte com o meu partido aqui na Casa apoiando as ações do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, do PR de Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento nosso Presidente, Acir, cumprimento o nosso Ministro da Agricultura, Wagner Rossi,

Eu também gostaria de não me alongar muito, mas preciso dizer que as tarefas do Ministério da Agricultura vão muito além da administração do dia a dia da Conab e de tantas outras atividades que são levantadas. Eu gostaria de dar um testemunho da forma como o Ministro Wagner Rossi vem tratando as questões agrícolas o Pais.

Todos sabemos que quem produz é o agricultor, e o agricultor precisa de conhecimento tecnológico, de financiamento, Sabemos também que as duas coisas estão intimamente ligadas com a produtividade no final, mas que, se não tivermos um Ministério da Agricultura para fazer a política de aproximação entre a pesquisa e o dinheiro necessário para a produção, não vamos alugar algum. Sei, Ministro Wagner Rossi, que uma das tarefas que a Presidenta Dilma lhe concedeu ou lhe pediu, quando V. Exª assumiu o Ministério, foi a de fazer do Ministério da Agricultura algo moderno e eficiente, como é a agricultura brasileira neste momento, ou seja, reconhecida no mundo inteiro como uma agricultura pujante, competitiva e que alimenta mais de 150 países e ainda dá conta de produzir alimentos para todos nós, 180 milhões de habitantes.

Tenho acompanhado de perto as ações do Ministério da Agricultura no que diz respeito a mecanismos de comercialização. V. Exª tem conduzido o Ministério, juntamente com aqueles que lá estão, de forma brilhante. Sei dos esforços que V. Exª está fazendo junto à câmara de algodão, milho, câmara de soja, de buscarmos novos mecanismos de comercialização. Sei que o pessoal do algodão está indo com os senhores – ou já foram – conhecer o que se faz no México na questão de dar proteção ao mercado, ou melhor, a proteção para o produtor frente ao mercado, porque não interessa ao Brasil, não interessa a ninguém o fato de termos uma agricultura fraca. Não interessa ter produtores que não consigam arrecadar, ou melhor, que não consigam ter renda suficiente para bancar e pagar seus compromissos no ano seguinte. Caso isso venha acontecer – e isso já aconteceu – logo na frente, vem de novo o Governo, que é a sociedade, pagar uma conta que muitos reclamam que não é dele. De fato, não é, mas se torna pública, porque, muitas vezes, o setor da agricultura, o Ministério da Agricultura, que é

quem tem que elaborar as regras e propor as formas de comercialização, ele não se mexe, e acaba estourando nas mãos de todos.

Então, V. Exª tem feito um trabalho nessa área, cumprimento-o por isso. Quero dizer, com respeito à Conab, o seguinte: eu, como governador do meu Estado por dois mandatos – aliás, o saudoso ex-governador, Dante de Oliveira, já falecido, vinha tentando cobrar uma conta da Conab que já ultrapassa, talvez, duzentos milhões de reais – não consegui cobrar. Ele também não conseguiu, e eu passei os dois mandatos tentando conseguir e agora, o Governador Silval Barbosa continua brigando na CGU, AGU, é com o Ministro, é na Conab, mas não conseguimos cobrar a conta de forma administrativa, que é uma conta de pagamento de impostos.

Então, imagino que, se a Conab tão dificilmente paga as contas para o Estado, mais difícil será para pagar as outras contas. Gostaria, portanto, de propor a V. Exª que desse atenção especial a essa conta e à questão do Estado de Mato Grosso para ver se conseguimos resolver esse assunto. No mais, quero cumprimentar mais uma vez V. Exª e cumprimentar todos aqueles que trabalham no Ministério da Agricultura. Conheço a grande maioria e sei da dedicação, sei do empenho com que trabalham para levar a agricultura da forma como estamos levando. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Passo a palavra agora ao Senador Demóstenes Torres, do Democratas de Goiás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu só tenho três perguntas a fazer a V. Exª: uma, na mesma direção do Senador Blairo Maggi... Não sei se foi fogo amigo... (*Risos*.)

Mas há uma acusação da revista *Veja* justamente de facilitação... Não vou nem dizer facilitação. As empresas que se dispusessem a pagar, na expressão da revista, 15% de propina para a liberação de seus pagamentos de processos seriam beneficiadas.

Então, também a mesma revista acusa o Sr. Alexandre Aguiar, que é ex-presidente da Conab, de ser o chefe deste esquema: de uma empresa só, a SPAM, ela ter tentado extorquir R$22 milhões, ele ou o grupo dele, numa dívida de R$150 milhões. E a notícia também é de que ele, hoje, é assessor especial de V. Exª. Então, eu queria indagar a V. Exª se tomou alguma providência. Ele continua assessor de V. Exª? Quais as providências em relação ao Sr. Alexandre Aguiar?

O jornal *Folha de S. Paulo* trouxe ontem a notícia de que a filha do lobista Fróes, Nayara Paes, trabalha lá no Ministério de V. Exª, na Ouvidoria. E eu perguntaria a V. Exª qual é o trâmite para contratação, se V. Exª sabe quem indicou, se o Ministro tem alguma participação em encaminhar ofício à Presidência ou ao Gabinete Civil pedindo, enfim, quem contratou, quem indicou, quem nomeou essa senhora e a partir de que data.

E uma última pergunta, também oriunda do noticiário de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo*, que diz que a Presidente da República determinou uma faxina na Conab. Primeiro, quero indagar de V. Exª se concorda com a Presidente, se lá realmente precisa de uma faxina; segundo, se precisa e se foi determinada, se é V. Exª que vai fazer essa faxina ou se é a Presidente; e, terceiro, se concorda e vai fazer, quais as áreas que V. Exª vai mudar, quais os cargos que V. Exª vai tirar da Conab, quais as pessoas que serão substituídas.

Só isso, Sr. Ministro. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

Passo a palavra ao Ministro Wagner Rossi para fazer suas colocações.

O SR. WAGNER ROSSI – Com muito prazer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os Senadores que já se manifestaram, o Senador Humberto Costa, o Senador Luiz Henrique, o Senador Sérgio Souza, o Senador Walter Pinheiro, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Benedito de Lira, o Senador Blairo Maggi, que é, claro, uma referência nacional no agronegócio e é um dos homens mais experientes e que mais conhece esse setor, e o Senador Demóstenes Torres, que é um representante do Estado de Goiás, um Estado de extraordinário potencial, porque tem uma variedade de culturas admirável – e o Senador tem sempre se manifestado em relação aos interesses do agronegócio de Goiás.

Vou responder pontualmente a todos e terminarei pelo Senador Demóstenes, que foi com perguntas mais...

Em primeiro lugar, o Senador Sérgio fez sugestões muito importantes que nós tomaremos em conta.

O senhor sabe, Senador Sérgio Souza, que o Tribunal de Contas tem, e a CGU também tem, um processo de análise das atividades dos vários setores públicos e tal e, nos seus relatórios, fazem recomendações importantes. Algumas que o senhor colocou são de grande importância, nós certamente vamos levar em conta. E agradeço a V. Exª esse interesse.

O Senador Walter Pinheiro nos deu também importantes chaves de que não adianta só tomar providências eliminando pessoas, mas é mais importante que aqueles canais pelos quais eventuais irregularidades possam ocorrer sejam sanados. E a gente está num esforço muito grande nesse sentido e, certamente, vamos

ter avanços, que eu até poderei sumarizar na resposta que vou dar ao nobre Senador Demóstenes Torres.

Ao Casildo Maldaner agradeço as expressões.

Quero dar uma resposta ao Senador Benedito de Lira com a maior alegria e respeito, não só por V. Exª, por quem tenho grande admiração, mas pelo povo nordestino. Porque o Nordeste tem uma parte deste País tão extraordinária e está com níveis de desenvolvimento mais do que proporcionais ao restante do País, inclusive na área de atividade agrícola e pecuária. E eu quero dar a V. Exª uma notícia, que certamente será compartilhada por todos os Senadores que aqui representam a região nordestina, de que nós estamos tomando todas as providências, junto aos governos estaduais, nós liberamos convênios de bastante expressão para todo o País, é claro, mas particularmente para todo o Nordeste. Nós estamos caminhando para, em novembro, declarar, se Deus nos permitir, o Nordeste brasileiro livre de aftosa com vacinação. Isso será uma grande conquista do povo nordestino, sobretudo os seus criadores e aqueles que vivem da criação de gado leiteiro e também de gado de corte.

O Senador Blairo realmente levantou questões da maior relevância e a primeira questão é sobre essa tragédia das contas da Conab, que, por motivos que vêm já de muito tempo, têm sido às vezes postergadas, até mais do que seria razoável.

O senhor sabe, com V. Exª ainda no governo do Estado, nós fizemos um esforço grande para tentar fazer a finalização do acordo Conab-Mato Grosso. Não conseguimos, mas continuamos, sim, desde aquela época e agora com o Governador Silval, tentando efetivá-lo. Espero que nós tenhamos sucesso neste novo termo, e eu estarei empenhado nisso, sem dúvida. E agradeço a V. Exª também as palavras dirigidas à nossa equipe, que é realmente uma equipe de grande capacidade técnica, de grande motivação, porque o agronegócio brasileiro é o que tem mantido este País de pé, e mais ainda quando se avizinham condições de dificuldades, sobretudo ligadas à crise financeira internacional. O fato de o Brasil ser um grande produtor de alimentos será o esteio que segurará, certamente, os efeitos da crise mundial num nível menos agressivo para com o povo brasileiro. Isso é fruto da evolução, do nível de desenvolvimento da agricultura e da pecuária brasileira.

Quero também dizer uma palavra de agradecimento ao Senador Demóstenes Torres pela sua arguição e quero respondê-lo pontualmente.

Eu tive ocasião de dizer que, no caso da Spam, Senador Demóstenes, nós comprovamos, e temos todos os documentos aqui, que houve uma coisa gravíssima, que foi um conluio entre um procurador da Conab e os advogados da empresa que demandava a Conab. Isso se comprovou porque esse procurador, cujo nome eu citei e que está aqui nos documentos, na verdade, fez advocacia administrativa para a empresa e contra a Conab. Nós detectamos isso e levamos ao Judiciário solicitando, numa ação anulatória, que anulássemos a sentença que foi obtida com esse conluio. E temos uma grande esperança que o Judiciário nos contemple com essa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E quando foi ajuizada essa ação?

O SR. WAGNER ROSSI – Em 1987, a primeira...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A anulação.

O SR. WAGNER ROSSI – A anulação já está há bastante tempo agora. Dois anos atrás, mais ou menos, quando eu era presidente da Conab.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. WAGNER ROSSI – E aí eu tenho que dizer uma palavra para V. Exª em defesa do Alexandre Aguiar. Por quê? O senhor verá pelos documentos que eu tomei a decisão porque fui informado pelo nosso jurídico dessas circunstâncias. Aí nós fomos atrás e tivemos a felicidade – o senhor vê que quem tenta fazer um malfeito, às vezes, deixa marcas muito fortes; o senhor que tem uma grande experiência como Procurador de Justiça, eles fizeram um conluio e foi tão grave que eles brigaram depois de terem feito o conluio e fizeram ações um contra o outro querendo cobrar a sua parte no butim. E tivemos a felicidade que, nessa briga, eles também fizeram boletins policias e aí tivemos condições de provar. Isso está ainda no Judiciário. Como eu disse, nós temos uma sensação de que o Judiciário brasileiro não vai deixar de nos contemplar em defesa do Erário público.

Então, o Dr. Alexandre, quando foi presidente, como o senhor vai ver, encaminhou, até porque estava me substituindo naquele momento na presidência, ao Ministro do Supremo Tribunal, quando estava no exercício da Advocacia Geral da União, pedindo a entrada da AGU na ação em defesa da Conab, porque nós estávamos tendo dificuldades graves naquele momento. E também oficiamos ao também Procurador da Fazenda Nacional, o hoje Ministro da AGU, Luís Inácio Adams, e aí o senhor verá que foi tudo...por isso expressei um sentimento de certa frustração porque quando nós tomamos todas as medidas, foram esses conluiaram em detrimento do interesse, com a intenção de lesar o patrimônio público e que denunciaram ao contrário que alguém teria pedido a eles...

Nós estamos em plena ação anulatória da sentença. Fica total inverossímil que alguém pudesse propor porque seria um escândalo tão grande. Se eu

quero derrubar uma sentença porque ela foi conseguida com atos ilícitos, nesse conluio abominável, como é que alguém na Conab poderia querer e nem teria como fazer...

Eles realmente foram pegos com a boca na botija e aí, confrontados pela Conab, foram agora para uma forra, porque iniciou-se esse denuncismo. Como eu tentei aqui demonstrar, com todos os documentos, cada caso tem uma motivação que não é a motivação real de interesse público.

Espero ter atendido a V. Exª nesse caso.

No caso da filha do lobista, realmente uma empresa terceirizada que trabalha para o MAPA contratou essa moça. Eu não sabia, confesso. Nunca vi esse lobista na minha vida ou pelo menos disseram que uma vez eu o cumprimentei junto com os professores da PUC. A revista fez até a gentileza de mandar uma fotografia. Porque eles me perguntaram e eu disse que não tinha a menor ideia de quem fosse. Então eles me mandaram a fotografia para que eu reconhecesse. O jornalista foi muito atencioso, mandou e eu disse: "Não conheço." Alguém me disse que eu teria cumprimentado ele uma vez numa circunstância, como eu cumprimento centenas de pessoas, porque o Ministério, graças a Deus, é muito demandado, é muito visitado por toda sorte de produtores, de entidades, de pessoas representativas de entidades; então, eu cumprimento muita gente; prefeitos, parlamentares, Senadores e Deputados levam grupos grandes; então, aquilo é um movimento grande e suponho que isso tenha um sentido de trabalho, na verdade.

Realmente houve esse caso e confesso que lamentei profundamente isso, não pela pessoa, porque, claro, ninguém pode ser discriminado por ser filho de quem quer que seja, mas porque mostra uma proximidade desse senhor com algumas área lá. E eu estou tomando providências nessa investigação muito forte que estamos fazendo, não com pessoal nosso, nós queremos isenção, pedimos a advogados da União que fossem fazer parte da comissão de sindicância e pedimos, por minha iniciativa, ao Ministro Jorge Hage que ele fizesse uma grande investigação. E assim já começou, já requisitou o computador de todos os eventualmente relacionados com as áreas em que a investigação se dará. E nós queremos que isso seja feito no limite da lei. Eu tomarei todas as providências, pode V. Exª ficar assegurado de que vamos agir com o maior rigor.

Finalmente, sobre a sua terceira pergunta, a Presidente Dilma tem todo o interesse em que as incorreções que eventualmente ocorram sejam corrigidas. Ela nos deu força, sim, total para fazermos, mas nós não vamos fazer nada que não seja absolutamente necessário. A Conab tem um número enorme de funcionários de carreira, de altíssimo nível de preparo; eu fui presidente por três anos e, durante os três anos, nunca tive, na diretoria colegiada, um voto divergente; mas, infelizmente, neste momento, houve certa dificuldade de se estabelecer uma unidade na diretoria para que ela levasse essa tarefa ingente que é cumprir as finalidades da Conab para frente.

Então, haverá mudanças. Nós não definimos ainda as mudanças, mas uma que vai acontecer, eu posso assegurar ao senhor, é que nós vamos mudar totalmente a estrutura jurídica. O jurídico da Conab tem que ser refeito, para se dar aos procuradores de carreira uma responsabilidade com o contencioso da empresa, que hoje, infelizmente, é feito com escritórios terceirizados, que têm levado a perdas seguidas de ações, muitas vezes de maneira irresponsável, embora todas as vezes a gente mande responsabilizar. Mas a responsabilização de um escritório de advocacia terceirizado é extremamente difícil. Há um *esprit de corps*, há uma série de circunstâncias que nos têm dificultado bastante a responsabilidade desses escritórios.

Por isso, dentro de uma perspectiva de dar à Conab uma segurança jurídica, uma defesa competente e, sobretudo, empenhada, vamos abrir um concurso e vamos contratar advogados, porque a Conab tem 9 mil ações no Brasil inteiro, e é tal o volume de trabalho jurídico que ela acabou terceirizando em todo o País, com severas perdas.

Então, começaremos por essa área, mas haverá mudanças também na diretoria, e certamente vamos procurar que as pessoas que lá estejam sejam não só preparadas, vocacionadas, mas empenhadas no melhor destino para essa companhia e essa atividade tão nobre.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se eu entendi a resposta de V. Exª, a Presidente incumbiu V. Exª, ou seja, reforçou a autoridade de V. Exª...

O SR. WAGNER ROSSI – É verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – ...para promover o que ela chama de faxina?

O SR. WAGNER ROSSI – Na verdade, essa foi uma linguagem jornalística, uma liberdade, vamos dizer, da imprensa, que é mais do que natural. Mas ela não falou nesses termos, mas me disse, sim, que, em função de tudo o que eu tinha relatado a ela, ela queria que eu tomasse atitudes muito fortes e que fossem feitas independentemente de qualquer tipo de limitação política. Claro que conversando com as forças políticas, respeitando as forças políticas, mas focando grandemente na competência pessoal daqueles que pudessem desempenhar essas funções.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra agora o Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Wagner Rossi, antes de mais nada, quero comunicar a esta Comissão que estamos satisfeitos, absolutamente satisfeitos, com o desempenho do Ministro Wagner Rossi nesta Comissão. A exemplo do que fez na semana que passou na Câmara dos Deputados, V. Exª hoje, no Senado Federal, nos dá sobretudo uma oportunidade para que tenhamos as respostas que esta Casa, em todos os momentos, desejou, torceu que fossem dadas por V. Exª.

V. Exª caracteriza, nesse episódio, um caso assim único, praticamente único, porque V. Exª se antecipou, em todos os momentos, a todos os fatos. Comunicou a quem deveria comunicar, tomou providências, pediu investigação e, portanto, vem ao Senado Federal com a condição de quem fez isso para o bem do serviço público e para a transparência verdadeira da sua gestão no Ministério da Agricultura.

Queria dizer que, por tudo isso, o PMDB está absolutamente solidário com V. Exª. V. Exª conta com o apoio do partido. O que for preciso fazer para, em solidariedade a V. Exª, em apoio a V. Exª, ajudá-lo no sentido de dar essas respostas que convencem verdadeiramente o Senado Federal como um todo, como já convenceram a Câmara dos Deputados. V. Exª faz, no Ministério da Agricultura, um grande trabalho; V. Exª é, sem dúvida nenhuma, um dos melhores ministros dos últimos tempos no Brasil. Há pouco, o Senador Blairo Maggi fez questão de dizer isso aqui. De modo que a agricultura está muito agradecida a V. Exª, e todos nós estamos felizes e satisfeitos com essa oportunidade, com as respostas, com as verdades, com os documentos, com as informações que V. Exª pôde nos trazer.

Muito obrigado. Cumprimento V. Exª por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, caro Ministro Wagner Rossi, eu queria cumprimentá-lo pelo tempo que dispôs aqui ao Senadores para esta audiência que pretende esclarecer, e essa é uma responsabilidade, política, constitucional e até institucional.

Eu queria saber, Sr. Ministro, objetivamente, porque já o senhor deve estar cansado e nós, os Senadores, estamos trabalhando também, até por um curiosidade jornalística, se o Ministro de Estado, hoje, com um cargo tão importante, não dispõe de algum mecanismo de inteligência para auxiliá-lo. Em caso positivo, eu gostaria de saber se não houve, de parte desse serviço de inteligência, um alerta para dizer que havia algo que não estava bem ali. E, se não há esse serviço de inteligência, eficiente e técnico, claro, não para bisbilhotar a vida de ninguém, mas um serviço de inteligência como há nos países avançados, se não seria o caso de esse serviço de inteligência ser criado como um mecanismo de proteção a esses eventos que são tão desgastantes, como o senhor aqui disse.

O senhor, ao responder aqui à pergunta de um Senador, disse que a motivação que levou a uma denúncia de tamanha gravidade não é uma motivação ética, não é essa a motivação real, é outra a motivação; Eu queria saber qual a motivação, na sua visão, desse tipo de coisa.

E uma questão final – eram apenas duas questões – é a seguinte: a gente percebe que o Ministro, hoje, não tem autonomia política para escolher, digamos, os seus "subordinados", diretores das autarquias subordinadas ao Ministério. E, ao não ter essa autonomia, não é viável que aconteça, às vezes, por desentendimentos partidários ou nessa composição, o chamado "fogo amigo"? E, aí, Ministro, cria-se um clima pouco amistoso e até belicoso internamente, gerando todas essas questões.

Ainda, para finalizar, o Senador Renan Calheiros fez agora uma referência ao seu trabalho no comando do Ministério, e eu, como Senadora pelo Rio Grande do Sul, um Estado que tem na agricultura uma situação muito importante na composição do seu produto interno bruto, queria lhe fazer dois pedidos: um empenho nessa questão do embargo russo à carne suína; outro, um empenho também pessoal de V. Exª, se possível, em relação ao Código Florestal que está em tramitação nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra agora ao Senador Waldemir Moka, do PMDB do Mato Grosso...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente. Esse pessoal do Mato Grosso, como o Blairo Maggi, gostaria de pertencer ao Mato Grosso do Sul.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não me provoque, Senador. (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria, rapidamente, Sr. Presidente, dizer o seguinte: conheço o Ministro Wagner Rossi da época de Deputado Federal na Câmara dos Deputados. Conheço o seu trabalho, conheço a sua administração no Ministério da Agricultura. Então, comentava com

o Blairo e com outros amigos, que para mim, particularmente, V. Exª se antecipou a todos os fatos. E acho importante e fundamental quando o ministro tem esta postura: "Vou à Câmara". E, no caso do Senado, o Senador Sérgio Souza já disse, pediu para fizéssemos o requerimento. A autoria do requerimento não é só da oposição, aliás, assinaram os integrantes do partido, tal era a disposição do Ministro Wagner Rossi de vir prestar os esclarecimentos. E veio, esclareceu todas as questões, não escamoteou nenhuma pergunta feita, respondeu da forma mais direta possível todos os questionamentos.

Ministro Wagner Rossi, eu quero dizer a V. Exª – e já disse o Senador Renan – que é importante a sua vinda aqui, importantes os esclarecimentos, e é claro que é assim que tem que funcionar, democraticamente, essa relação do Executivo com o Legislativo. V. Exª cumpriu a sua obrigação constitucional, veio dar os esclarecimentos, e eu, da minha parte, quero me solidarizar e dizer que V. Exª tem o apoio do nosso partido e, especialmente o meu apoio pessoal, no sentido de que esclarecer, porque quero ajudar a fazer com que o Ministério da Agricultura, passado isso, possa continuar resolvendo todas as demandas.

E aí, meu caro Presidente, quero chamar a atenção: num momento difícil por que a economia passa, nós vamos ter nas *commodities* exatamente a alternativa para que possamos continuar. E quero dizer, mais uma vez, para reforçar, que este País só tem superávit positivo em função da força do agronegócio. Nos anos anteriores, dos R$20 bilhões de superávit comercial, o agronegócio é responsável por R$60 bilhões, o que subtrai o déficit de R$40bilhões de todos os outros segmentos e dá ainda um lucro de R$20 bilhões.

Então, eu acho que V. Exª tem que dar os esclarecimentos, mas nós temos que, o mais rápido possível, tirar o foco do ministério, desse tipo; não que não seja importante, é fundamental, pois não adianta também funcionar como avestruz, escondendo a cabeça e ficando com o corpo para fora. Por isso é fundamental a presença de V. Exª. Mas, passado isso, nós, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, do Rio Grande, do Paraná, de Rondônia, enfim, de todos os Estados, queremos ver o Ministério da Agricultura ajudando a criar, a aumentar esse esforço, para que continuemos com a balança comercial positiva, que vai ser fundamental neste momento da economia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Sr. Vice-Presidente Moka, Sr. Ministro da Agricultura Wagner Rossi, Srªs e Srs. Senadores, eu, da mesma forma e na mesma linha do Senador Renan, líder da nossa bancada no Senado, sinto-me contemplado com os esclarecimentos do Ministro. Nunca tive dúvida da lisura, da integridade, do ser humano, acima de tudo, que é o Ministro Wagner Rossi, da responsabilidade que tem com o País. E não haveria nenhum fundamento de alguma suspeição com o nome do nosso querido Ministro, que, pelo que aqui relatou, sempre foi muito rápido em pedir a apuração de tudo aquilo que foi apontado de irregularidades.

De forma que eu quero que o Ministro Wagner Rossi continue trabalhando firme para aumentar nossa produção, o Brasil precisa contribuir com 50% do aumento do consumo de alimentos do mundo – e o Brasil tem potencial para isso, para contribuir com 50% da demanda exigida daqui para frente para combater a fome no mundo.

Eu estive, recentemente, Ministro, em três países africanos, há duas semanas, estive em feiras do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e Comércio, das federações de indústrias do Estado de São Paulo, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do meu Estado de Rondônia, em Joanesburgo na África, em Maputo, em Moçambique, em Luanda, em Angola – esses dois últimos países, que falam a nossa língua, fiquei muito triste de ver lá a pobreza extrema, fome no campo. Moçambique tem 70% dos 21 milhões de habitantes morando no campo e passando fome.

A Embrapa já esteve lá, a CNA já esteve lá recentemente, oferecendo apoio e tecnologias nessa área da agricultura e do agronegócio para ajudar aquele país. E em Angola não é diferente; se não bastasse a dificuldade de 30 anos de guerra civil, que terminou recentemente, existe uma mina explosiva para cada habitante em Angola. Angola tem 11 milhões de habitantes e 11 milhões de minas. Devido a guerra civil, 6 milhões de habitantes saíram do campo e vieram para Luanda, e vieram em condições subumana. Eu não conheço, graças a Deus, aqui em nosso País, nenhuma favela no Rio de Janeiro, São Paulo ou qualquer cidade brasileira, que se assemelhe às condições que está vivendo a população de Luanda em Angola.

Então, é importante que o Brasil possa, além de suprir – e eu ouvi um relato muito importante do representante de um sindicato lá em Maputo, Moçambique, que disse: "Nós gostaríamos que o Brasil nos ajudasse porque o prato do Brasil já está cheio e o nosso está vazio." Pedindo como se o Brasil pudesse fornecer pelo menos tecnologia para produzir alimentos, que é o que eles estão mais precisando neste momento. Acho que o Brasil pode, além de aumentar a produção aqui no nosso País, ainda ajudar esses países pobres, prin-

cipalmente da África, que estão precisando. Mais de 20 milhões de africanos estão passando fome neste momento, sem que as organizações sociais possam também suprir com alimentos.

A FAO está muito preocupada com isso. Hoje a FAO é dirigida por um brasileiro, o José Graziano e que espera do Brasil uma resposta para ajudar esses outros países.

Sr. Ministro, eu falei e até me pediram para que não falasse mais sobre esse assunto, mas eu vi pelo seu relato que a Conab é uma empresa um tanto separada do Ministério. Então, a gestão fica um pouco distante. E nos Estados e até no País muitos órgãos já foram extintos. O IBC (Instituto Brasileiro do Café)...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu pediria mais um ou dois minutos.

O Instituto Brasileiro do Café foi extinto porque perdeu a sua função. A Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento) também foi extinta porque perdeu a sua função. Eu fui Governador e, nos Estados, havia uma companhia de armazenagem chamada Cagero, que também foi extinta porque perdeu sua função.

E eu vejo que centenas ou milhares de ações contra a Conab, algumas de até 200 milhões, como falou o Senador Blairo Maggi, se a Conab fosse uma empresa privada, ela estaria quebrada há muito tempo, ela já não existiria mais. Eu tenho certeza de que ela é uma empresa importante para a regular o mercado, mas, na área de abastecimento, eu vejo lá no meu Estado que a Conab compra feijão. É importante essa compra de feijão dos produtores. E distribui, não através do bolsa família; distribui com o cadastro das prefeituras. Ela está sobrepondo a um atendimento que o bolsa família já faz.

Será que de repente a mesma função da Conab não poderia ser feita dentro de um departamento do Ministério da Agricultura, ficando mais próximo do Ministro, para que o Ministro possa ter os olhos voltados mais para essas ações da Conab. Pelo que eu vejo, ela está mal assistida juridicamente, está endividada, tem milhares de ações, que poderão aumentar ainda esse endividamento. Então, eu vejo que tem que se fazer alguma coisa para salvar essa área da Conab.

Era só essa consideração. No mais, me considero tranquilamente satisfeito e parabenizo V. Exª pelo depoimento. Sucesso e que Deus possa lhe abençoar sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Com a palavra, agora, o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, estamos chegando ao final deste debate que foi cumprido religiosamente por V. Exª, atendendo a um apelo da Casa para que viesse aqui prestar todos os esclarecimentos necessários em relação aos fatos que foram motivo de publicação e denúncia na imprensa do Brasil.

Sabemos que, em todos os setores da vida pública do Brasil, ocorrem, neste ou naquele lugar, alguma irregularidade. E, às vezes, a autoridade é acusada e, como todo ser humano, tem o direito do contraditório, da ampla defesa e de mostrar, por A mais B, que agiu corretamente no exercício de suas funções.

Logicamente que, com relação à política, tudo ocorre de forma diferente como ocorre no Direito. No Direito, cabe a prova a quem acusa, quer dizer, o ônus da prova pertence a quem acusa. Já no caso político, o ônus da prova tem que ser do acusado. É como antigamente se dizia, na época de Júlio César; dizia-se que a mulher de César não tinha de ser apenas honesta; tinha de parecer honesta. O político também. Não basta que seja honesto, como sei que V. Exª o é; tem que parecer. E esse demonstrativo tem que ser operacionalizado através disso que estamos fazendo, um debate construtivo, esclarecedor, onde todas as dúvidas sejam dirimidas. E V. Exª entrou em profundidade nas ações do seu Ministério e também da Conab, demonstrando as providências que foram tomadas para coibir os abusos e excessos que foram cometidos ou que estavam prestes a ser cometidos.

Quero crer que os Ministérios, da forma como são organizados no Brasil, poderiam ter uma melhor *performance* e poderiam evitar a eclosão de escândalos e irregularidades se tivéssemos uma carreira em cada Ministério, como acontece em outros países, onde os cargos em comissão são raros, são exceções. Somente a cúpula administrativa dos órgãos superiores é que é composta por cargos em comissão. A grande maioria são cargos efetivos, cargos de carreira, pessoas que foram especializadas para trabalhar no serviço público. Isto é, adota-se o profissionalismo como regra, não como exceção.

Logicamente se, tivéssemos essa cultura no Brasil, certamente teríamos evitado denúncias, passadas ou presentes, em relação à gestão administrativa. Seria a maior tranquilidade para o Ministro chegar no Ministério, encontrar o quadro pronto e tocar a sua administração sem essa preocupação política em agradar a este ou a aquele partido, em trazer pessoas que muitas vezes não estão devidamente não digo preparadas, mas, vamos dizer assim, familiarizadas com o Ministério.

Esta é a razão por que, por exemplo, V. Exª, em relação ao diretor da Conab, que foi demitido, o que

se percebe é que essa pessoa não estava devidamente familiarizada com o órgão. E V. Exª disse isso. Tanto que fez um pagamento indevido, que não devia ter sido feito. Isso causou realmente um transtorno, uma denúncia na imprensa, e V. Exª, de repente, foi obrigado a vir a público explicar não só a demissão, como outras tantas irregularidades que surgiram, denunciadas pela imprensa.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte: quanto ao Governo da Presidenta Dilma nós não temos a menor dúvida de que a boa fé de Sua Excelência é inquestionável; a sua honestidade, a sua firmeza. Ela adotaria qualquer atitude de omissão diante de qualquer denúncia que seja feita pela mídia, pela imprensa, por um parlamentar. E V. Exª age nessa direção ao vir aqui. Por isso eu o parabenizo.

Mas, eu quero fazer parêntesis. O Estado de Sergipe foi muito beneficiado pela Conab. Um programa de compra antecipada da produção, por exemplo, de laranja – nós somos o terceiro produtor de laranja do Brasil. E a laranja, lá, era oferecida, e ainda é... Mas não com o apoio da Conab, porque estou sabendo que a Conab acabou com esse programa de apoio ao pequeno agricultor para a compra antecipada da produção. Eu quero saber se isso tem fundamento, e se tiver fundamento, eu quero saber, na qualidade de representante de Sergipe, eu gostaria que V. Exª reativasse esse programa, que teve a maior repercussão social e econômica no nosso Estado. Porque eu vi escolas, que antes não sonhavam em receber o suco de laranja congelado, protegido com as vitaminas necessárias, como também o pequeno agricultor já ter a renda antecipada com a venda à Conab, com a participação da Conab das prefeituras municipais e do próprio governo do Estado.

A minha é se esse programa terá continuidade na gestão de V. Exª, o se acabou? E acabou por que, já que ele estava dando resultados claros em benefício da pequena agricultura, principalmente.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, prezado Ministro Wagner Rossi, acho que nos conhecemos desde o tempo em que V. Exª era professor na UNAERP, antes de mesmo de iniciar a sua vida política partidária, quando me convidou para ali realizar palestras, e desde então temos um relacionamento de muito respeito e construção.

Eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua disposição de vir aqui ao Senado Federal, na semana passada à Câmara, para tirar toda e qualquer dúvida a respeito.

Eu gostaria que pudesse nos informar a respeito de como era a Conab antes do governo do Presidente Lula? Como foi durante o período em que V. Exª presidiu a Conab? E agora, como Ministro da Agricultura, qual é a estrutura da Conab? Quais são os seus objetivos e funções? Se puder nos informar qual o número de pessoas que trabalham na Conab? A sua movimentação financeira? Como está a sua, digamos, em termos de receita e despesas, qual a fonte de recursos que possibilita a Conab realizar o papel de compra e venda, de regulação dos estoques dos bens agrícolas no Brasil? E em que medida V. Exª tem tomado medidas, como presidente da Conab, mais agora como Ministro, no sentido de prevenir problemas?

Eu, por exemplo, quando tive uma experiência executiva à frente da Câmara Municipal de São Paulo, 89 e 90. Ali, coloquei em prática o mote de que a melhor maneira de prevenir irregularidades é a transparência em tempo real de tudo acontece.

Talvez V. Exª tenha ali adotado diretrizes e princípios, para evitar os problemas que agora causaram preocupação a V. Exª. Mas com o firme propósito de corrigi-los e de prevenir para o futuro, é que passos estão sendo dados.

Eu gostaria de me somar aqui as preocupações do Senador Waldir Raupp, que são também as da *Lady Gaga*, dos *Rolling Stones*, da *Shakira*, do *Justin Bieber*, do Cristiano Ronaldo, do *Elton John*, do *Lewis Hamilton*, que iniciaram uma campanha de enorme relevância na linha do que o Senador Waldir Raupp há pouco falou, e que juntaram a instituição *Save The Children* para realizar tudo o que for possível para evitar que – aquelas pessoas somam mais de 9 milhões somente na Somália; 640 mil estão subnutridas e mais de 29 mil crianças com menos de 5 anos morreram em três meses, e as mães são forçadas a abandonarem seus filhos na estrada. A situação lá está de tal ordem que pessoas do mundo todo resolveram agir para evitar ou diminuir essa calamidade. Isso é importante.

Como nós temos ali o José Graziano da Silva, agora na direção da FAO, certamente ele está contando com a colaboração do Ministério da Cultura, da Embrapa, possivelmente da Conab – e até considero importante que possa V. Exª, juntamente com outros membros do Governo, com a Presidenta Dilma Rousseff, pensar em ações que o Brasil deve realizar –, assim como as iniciativas que estão sendo tomadas pelo Presidente Barack Obama e outros Chefes de Estado de todos os países, para nos solidarizarmos com este problema que, certamente, uma vez que a Presiden-

ta Dilma Rousseff coloca como seu principal objetivo acabar com a pobreza extrema em nosso país, este objetivo é consistente com a nossa solidariedade efetiva junto aos países da África que estão passando fome.

Qualquer pessoa pode acessar hoje o DVD na Internet, onde esses artistas que já mencionei estão propondo que cada pessoa pode acessar e ouvir a música tão bonita do Bob Marley *High Tide or Low Tide*, e cada pessoa que assim o fizer estará dando uma modesta contribuição, mas importante, para acabar com aquela tragédia ali no Leste da África.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar a palavra a V. Exª, Sr. Ministro, eu quero, em nome dos integrantes da Comissão de Agricultura, agradecer a sua presença aqui conosco hoje, e tenho certeza de que a sua vinda aqui fortalece ainda mais o Governo da Presidenta Dilma. Isso é importante, é um momento delicado, mas importante para a história do Governo da nossa Presidenta.

O primeiro requerimento aprovado em nossa Comissão foi para convidá-lo a vir até aqui, Sr. Ministro. E quero deixar isso em aberto para que possamos discutir aqui a reforma do Código Florestal; quero deixar em aberto para que a gente possa voltar a discutir esse assunto com a sua presença aqui, nesta Comissão de Agricultura, e quero, mais uma vez, agradecer a presença de V. Exª aqui, nesta Comissão.

V. Exª tem a palavra para as suas considerações finais e para responder as perguntas dos Srs. Senadores.

O SR. WAGNER ROSSI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço suas palavras.

Quero agradecer aos Senadores Renan Calheiros, pelas palavras generosas; à Senadora Ana Amélia, a quem vou responder em seguida; ao Senador Waldemir Moka, da mesma forma; ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Antonio Carlos Valadares, cujas palavras foram muito tocantes e verdadeiras; e ao Senador Eduardo Suplicy, cujas perguntas também vou responder neste momento.

Em primeiro lugar, Senadora Ana Amélia, nós não dispomos de um corpo próprio de Inteligência. Quando se trata de indicar, por exemplo, nomeações, isso é feito através da ABIN, através da Casa Civil. Há uma consulta sobre as pessoas, tudo mais, mas é a única forma. Não temos, assim, no sentido a que a senhora se referiu, e que realmente eu sinto falta. Quando o nosso Coronel João Fagundes estava mais próximo de mim, eu me sentia mais informado e mais seguro.

A motivação da denúncia a que eu me referi é que, infelizmente, nós temos dois valores que são igualmente muito relevantes: a liberdade da imprensa, que é fundamental para o trabalho... Nós ajudamos a construir, todos nós, a democracia brasileira para que esses valores pudessem ser preservados. Mas, ao mesmo tempo, às vezes, as informações que a imprensa obtém são informações interessadas, não são informações que busquem a verdade ou que busquem... E é natural que elas sejam expostas. Eu acho que é obrigação nossa responder, mas acho que, nesses casos – e um deles é, de maneira gritante, uma tentativa de, uma tentativa de... Eu não sei se chamaria de vingança, mas chamaria de uma forma de mostrar algo que não existia, porque a ação, no caso, da autoridade pública, foi extremamente severa. Eu me refiro ao caso da SPAM. Mas, *mutatis mutandis*, é a mesma questão nos outros casos, com pequenas variações. Porque naquele caso nós impedimos um golpe, ainda que com meios jurídicos, que ia ser dado na Administração e no erário público, porque se conluiou o advogado que representava uma empresa privada com um agente público, Procurador da Conab, para lesar o patrimônio da empresa.

A descoberta disso e a forma como agimos, muito forte, impedindo, fizeram com que eles viessem a denunciar, de maneira absolutamente irresponsável e mentirosa, que houvesse qualquer tipo de possibilidade de que a Conab, que está movendo uma ação anulatória da sentença, pudesse fazer qualquer concessão que não ficasse um escândalo absoluto. Porque, como é que quem está tentando anular a decisão que era favorável à empresa, mas que foi obtida através de um conluio com o advogado que tinha a representação da Conab... Quer dizer, não quero dizer palavras mais fortes para chamar essa ação de criminosa, porque isso dependeria de novas avaliações de pessoas mais qualificadas para saber se isso é crime ou não. Mas foi esse tipo de gente que deu base a essa denúncia, uma denúncia que não tinha o menor sentido e, ao contrário, foi fruto, sim, da ação severa que tivemos nesse caso e está toda documentada aqui.

Tudo que falei aqui está nos documentos que vou pôr, sim, Presidente, à disposição da nossa Comissão para que qualquer Senador possa compulsá-los.

Fogo amigo. Eu sou contra, eu sempre digo... O Senador Suplicy lembrou da minha época de professor da Unaerp, da USP, da Unicamp, da Universidade Federal em São Carlos, eu tive uma carreira acadêmica forte, tive a felicidade de ser mandado, por instituições públicas do Estado de São Paulo, a USP e a Unicamp, para os Estados Unidos, onde fiz o PhD. Enfim, fiz uma carreira... E eu não posso, como um cientista social, embora hoje muito distante da ciência como prática cotidiana, incorporar teorias conspiratórias. Mas é claro que, na política, existem muitas

circunstâncias que estão além da compreensão mais simples da lógica formal.

Quanto ao Rio Grande do Sul – embargo russo. Hoje, pela manhã, houve uma conferência, por meio eletrônico, entre a nossa equipe técnica e a equipe técnica da Rússia. Deixamos todas as alegações respondidas completamente, no sentido mais positivo. Não há nenhuma razão para que eles não tomem a decisão, que é unilateral, de reabrir. Mas tudo leva a crer que vão reabrir, mas já tenho falado isso várias vezes, e os russos, depois, não reabrem. Mas esperamos que dessa vez, dado o nível de contato entre a nossa equipe técnica e a equipe técnica russa, não há mais motivo para que isso não ocorra.

Quanto ao Código Florestal, a senhora, Senadora e todos os senhores Senadores aqui sabem que sou um homem de posições claras. Eu até, sem nenhuma pretensão, contribuí para a criação do consenso no Governo que levaria a uma votação tranquila do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Por circunstâncias políticas do final daquele momento, houve uma mudança de algumas pessoas que haviam participado da formulação do consenso. E, pior ainda, com a vinda da decisão para o Senado, as pessoas quiseram reabrir o que havia sido discutido e mais do que discutido, ou seja, consensuado, tanto dentro do campo governamental quando dentro do campo político.

Tenho uma posição clara, definida, repito, não tenho a menor duvida porque sei, como homem que lida com o campo no cotidiano, como homem que conversa com todas as cadeias produtivas, que a economia agrária brasileira precisa da reforma do Código Florestal nos termos colocados na Câmara, com os ajustes, as correões eventuais que possam ser feitas pelos Senadores com sua experiência, com sua capacidade de ver para alem. Mas digo: não é possível a agricultura e a pecuária brasileira conviverem com a falta de garantia jurídica para que o produtos do campo possa dedicar a atividade nobre que ele desempenha, sobretudo na produção de alimentos.

Alguém disse – e quero retornar a esse tema apenas pontualmente – que, se o Brasil está de pé, é pelo agronegócio brasileiro. Estamos entrando em uma crise que, certamente, trará angústias a muitos países no mundo. O Brasil, mais uma vez, se Deus permitir, será o País que menos sofrerá o impacto porque hoje está concentrado na produção de alimentos, e o alimento é a última coisa que alguém, nos gastos familiares, pode cortar. Portanto, temos hoje uma situação tão positiva que não é justo penalizar a competência do produtor brasileiro. Não é justo criar embaraços para que a produção no Brasil seja cada vez maior, já que o mundo tem fome e o Brasil é um dos poucos países e o país que mais pode responder com eficiência ao desafio da produção de alimentos.

Temos condições – e falo isso como Ministro que fez o primeiro programa no mundo para compatibilizar a produção de alimentos e o respeito ao meio ambiente, que é o Programa ABC, que está destinando este ano R$3,15 bilhões para atividades agronômicas que façam essa junção da preservação ambiental com o aumento da produção. E ela está sendo de grande sucesso, com renovações de pastagens, melhoria de pastagens, com a consorciação de agricultura, pecuária e lavoura, com o plantio direto na palha, com atividades, enfim, que já são conhecidas, mas precisavam ser estimuladas. Nosso produtor quer realizar essas coisas tão boas, e hoje temos condições de fazê-lo. Estou ao lado daqueles que propugnam que o Senado aprecie e dê essa grande contribuição à agricultura e pecuária brasileira para que ela continue proporcionando o bem-estar do nosso povo e garantindo o nível de resultado econômico advindo das nossas exportações de *commodities* agrícolas.

Falei isso apenas para dar um dado que foi lembrado pelo Senador Moka, o superávit. Nesses últimos doze meses, de agosto do ano passado a julho deste ano, as exportações brasileiras do agronegócio montaram a US$86 bilhões. Sem dúvida, é um número altamente expressivo e que vai nos permitir um superávit ainda maior neste ano. Mas isso é feito pela raça, pela garra, pela capacidade de enfrentar crises do produtor rural brasileiro.

Agora, não podemos penalizar um homem e uma mulher que estão no campo produzindo essa riqueza. É preciso dar garantia jurídica, dar segurança jurídica, dar estabilidade, e isso a mudança no Código Florestal é imprescindível para que possamos conseguir.

Não me furto a essa posição que, todos sabem, é a posição da agricultura e da pecuária brasileira.

Quero, respondendo ao Presidente Valdir Raupp, dizer que vou trabalhar com ele para trazê-lo para um conhecimento mais próximo das admiráveis qualidades que a Conab tem. A Conab realiza um papel extraordinário, e isso me permite responder a uma das questões que o Senador Suplicy me colocou, muito próprias, muito adequadas.

A Conab tem uma atividade intensa e é um híbrido, porque a Conab faz desde o apoio ao agronegócio brasileiro, através de prospectiva de safras, previsão de safras, informação de ótima qualidade disponível para o produtor, apoio, portanto, às atividades produtivas do médio, grande e pequeno produtor, como faz a administração dos estoques públicos de alimentos.

O senhor colocou uma questão muito interessante: o que é que mudou? O que é que fez o Presidente Lula que teve uma atuação extraordinária?

Eu discutia com o Presidente Lula e ele me dizia assim: "Ô Wagner, está bom, quando o agricultor está com os preços abaixo do preço mínimo, o preço de mercado é menor que o preço de garantia, a Conab entra, ajuda e faz a ação de subsidiar – o Ministério, através da Conab –, de garantir um preço mínimo ao produtor. Mas e quando o preço sobe, quando ele é administrado pelo atravessador, quando ele é manipulado, o que nós fazemos?". Eu dizia: "Presidente, nós temos pouca capacidade de agir". "Mas nós temos que ter..."

E aí nós voltamos a uma política que tinha sido abandonada. Por quê? Porque, no passado, ela foi feita com equívocos. Ninguém esquece a campanha do Presidente Collor quando ele mostrou na televisão estoques de alimentos deteriorados e perdidos, num país que passava fome à época. E essa imagem ficou gravada, como se a administração dos estoques públicos fosse impossível.

Mas nós voltamos, ao contrário, com o Presidente Lula, a mudar o enfoque do estoque público e voltamos a ter estoque público de alimentos, porque é o único instrumento que temos para regular o mercado se ele tiver uma alta manipulada, se ele for especulativo no sentido de alta. E aí nós adotamos um critério muito científico de administração de estoques: estoques menores, renováveis rapidamente, comprados na entressafra, quando os preços estão mais baixos, para ajudar a manutenção dos preços para o produtor; e vendidos quando o mercado necessita, para controle de altas elevadas que podem prejudicar a população.

Ao mesmo tempo, é um estoque estratégico, porque, é claro, pode atender a uma situação de desabastecimento, de questão climática, que pode deixar a produção cair muito, mas ele é sobretudo um estoque que permite a regulação do mercado. Com respeito, porque o mercado é, antes de tudo, livre, e é sempre livre quando for eficiente. Apenas quando a manipulação inadequada de mercado penalizar a população é que a gente entra com a utilização dos estoque públicos.

Sim, voltamos a tê-los e temos na Conab a sua administração.

É mais uma grande contribuição da Conab. A Conab coloca o milho para os pequenos consumidores que usam o milho como insumo, por exemplo, para agricultura, para suinocultura, para pecuária de leite no Nordeste, que é de pequena monta individual, claro, e a Conab põe lá por um preço melhor que o de mercado.

A Conab pode atuar levando alimentos – e o senhor ou alguém o citou pelo menos. E aí, permita-me dizer, nós temos feito doações significativas para países em situação de insegurança alimentar. Eu tive ocasião, como Presidente da Conab, atendendo determinação do Presidente Lula, de enviar alimentos de monta a países da América Central, em especial ao Haiti, mas também a Honduras, a Cuba, a vários países da África, que foram atendidos com doações significativas.

O Brasil, hoje, é o grande fornecedor de proteínas do mundo, e, além dessa comercialização ampla, há ainda a generosidade do povo brasileiro para com as nações que, por vezes, passam por situações dramáticas como a Somália, a que o senhor se reportou. E, certamente, nós vamos estar, através dos programas da FAO de que o Brasil vai participar, bem como através das doações específicas, participando do auxílio a essas populações tão necessitadas.

Claro, a Conab é uma empresa dependente do Tesouro Nacional. Ela não é uma empresa que visa lucro; ela é uma empresa de apoio à comercialização da agricultura, ao pequeno e médio produtor sobretudo; ela é uma empresa de informação e tecnologia para a previsão de safras, preços, que dá ao produtor – pequeno médio ou grande –, com informações de qualidade, condições de tomar decisões com uma eficiência muito maior. Ela tem 4,5 mil funcionários; o índice de cargos em comissão é muito pequeno, mas concordo inteiramente, Senador Antonio Carlos Valadares, com a descrição que o senhor fez sobre como deveria ser a nossa administração, como é em muitos países, sobretudo os países nórdicos, e nos países de tradição democrática: a existência de carreiras próprias de Estado, permitindo uma estabilidade muito maior nos programas de políticas públicas e na ação do Estado.

Quanto à compra antecipada de laranja, é um programa excelente. Eu vou verificar, porque já não estou na Conab há um ano e meio, se houve descontinuidade. Vamos conversar com o senhor e procurar restabelecer.

Sobre a laranja, nós acabamos de fazer, no Estado de São Paulo, que é o maior produtor ainda, o Acordo da Laranja, depois de 40 anos de luta dos produtores com a indústria. As indústrias são poucas, muito grandes, muito fortes economicamente, de governança muito qualificada e tinha uma capacidade de entrar no mercado e impor preços que, muitas vezes, penalizavam os pequenos e médios produtores. Depois de quarenta anos, tive a honra de anunciar, junto com a Presidente Dilma, por ocasião do anúncio do Plano Safra deste ano, em Ribeirão Preto, um mês e meio atrás, que houve um acordo entre as indústrias de moagem da laranja e os produtores de laranja, garantindo um preço mínimo de R$10,00 mais R$0,50 de participação mínima. Pela primeira vez na história, o produtor de laranja está participando

do resultado da exportação do suco de laranja com um percentual que deve elevar o preço, neste ano, a R$11,00 por caixa, quando o mercado *spot*, naquele momento, estava pagando R$7,00 com tendência a R$6,00. Isso significa, como havia 80 milhões de caixas ainda disponíveis no mercado *spot* de laranja, que houve uma injeção de R$300 milhões, no espaço do segundo semestre deste ano, no setor produtivo para pequenos e médios produtores de laranja no Estado.

Certamente, o Estado de Sergipe, que começa e está se desenvolvendo grandemente na área de fruticultura, especialmente de laranja, poderá ser beneficiado por essa nova estabilização em preços adequados da remuneração ao produtor de laranja.

Finalmente, Senador Suplicy, não sei se faltei a algumas das questões mais específicas, mas quero agradecer a V. Exª, à Senadora Ana Amélia...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O Senador Luiz Henrique gostaria que V. Exª – e eu também – falasse um pouco sobre a questão da banana, que atinge Santa Catarina e, em São Paulo, o Vale da Ribeira. Há poucos dias, a Prefeita de Registros...

O SR. CARLOS LUPI – Exato.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Encaminhamos a V. Exª um ofício da Comissão de Relações Exteriores no sentido de que se impeça a importação da banana do Equador.

O SR. CARLOS LUPI – É verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...que vai provocar grande prejuízo para o bananicultor brasileiro.

O SR. CARLOS LUPI – Muito bem, estarei ainda hoje procurando levar avante essa proposta, estudá-la, fazendo da melhor maneira possível, em defesa dos produtores de banana do sul e também de São Paulo, do vale da Ribeira.

Agradeço muito aos Srs. Senadores. Espero ter sido digno da história desta Casa e digno da grande recepção que recebi nesta Casa o dia de hoje.

Muito obrigado Srs. Senadores e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Sr. Ministro.

Srªs e Srs. Senadores, não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião, lembrando que amanhã, às 8h30min, teremos mais uma reunião da nossa Comissão de Agricultura.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 16 minutos, a reunião é encerradas às 15 horas e 17 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE AGOSTO DE 2011.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia onze de agosto de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, WALTER PINHEIRO, BLAIRO MAGGI, JOÃO ALBERTO SOUZA e ALVARO DIAS.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009 – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva). **Observações:** Votação Nominal. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. A matéria foi apreciada pela CAS e CCJ, tendo sido aprovados os Pareceres favoráveis ao Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2008 – EMENTA:** Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatoria AD HOC:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Observações:** A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, e será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa. O Presidente, Senador Acir Gurgacz, designa o Senador Jayme Campos Relator *ad hoc* em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Na fase de discussão da matéria, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação. **Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição. ITEM 3: REQUE-**

RIMENTO Nº 40, DE 2011 – CRA – Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para instruir o **Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências**, com os seguintes convidados ou seus representantes: **Haroldo Lima** – Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – **ANP**; **Alísio Vaz** – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – **SINDICOM**; **Gerson Carneiro Leão** – Presidente da **Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar** da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Alberto Ercílio Brock** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**; **René de Oliveira e Sousa Júnior** – Presidente da Comissão Técnica Permanente do Conselho Nacional de Política Fazendária – **CONFAZ**. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria e sugerir a inclusão do **Sr. Odacir Klein** – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – **UBRABIO**, no requerimento. Passa-se à votação. **Resultado: Aprovado, com adendo da Senadora Ana Amélia, no sentido de convidar o Sr. Odacir Klein, Presidente da UBRABIO. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO S/N, DE 2011 – CRA –** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir acerca do **"Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)"**, bem como esclarecer a recente decisão da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que retirou a laranja da lista de prioridade da cadeia alimentar e produtiva. Para a ocasião sugiro: **Laudemir Muller** – Secretário da Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; **Maya Takagi** – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – **Sesan**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **MDS**; **Ana Fonseca** – Secretária de Articulação para Inclusão Produtiva (**Saip**), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **MDS**; **Sílvio Isopo Porto** – Companhia Nacional de Abastecimento – **Conab/Dipai**; Prefeito **Anderson Fontes Farias** – **Prefeitura de Umbaúba**. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CRA –** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater os aspectos do **Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011 (Novo Código Florestal)**, com os seguintes convidados: Srª **Helena Nader** – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**); Sr. **Jacob Palis Júnior** – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Sr. **Renato Sebastião Valverde** – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (**UFG-MG**); Sr. **Luís Carlos Silva de Moraes** – **Procurador da Fazenda Nacional** e autor do livro "Código Florestal Comentado". **Autoria:** Senadores Ana Amélia e Waldemir Moka. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria e sugerir que a audiência pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Passa-se à votação. **Resultado: Aprovado, com adendo da Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka, no sentido de realizar a audiência pública em conjunto com a CCT e CMA. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CRA –** Requer, com fundamento no art. 89, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a participação do Servidor da PGFN, o Procurador de Categoria Especial, Dr. **Luís Carlos Silva de Moraes**, Matrícula SIAPE nº 1008127, lotado na Procuradoria – Seccional de São José do Rio Preto – SP, nos estudos/trabalhos técnicos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, alusivos ao **PLC 30/2011 (Código Florestal Brasileiro),** sem prejuízos de suas atividades na referida Seccional da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Waldemir Moka, Ana Amélia e Blairo Maggi. Passa-se à votação. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CRA** – Requer, com fundamento no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Aldo Rebelo, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para fazer explanação em torno da temática alusiva ao **Projeto de Lei do Novo Código Florestal Brasileiro**. **Autoria:** Senador Waldemir Moka.

No encaminhamento, o Senador Jayme Campos faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria e indagar se a audiência pública será em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Em Resposta, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a leitura do requerimento foi no sentido de realizar a audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Passa-se à votação. **Resultado: Aprovado com adendo no sentido de realizar a audiência pública em conjunto com a CCT e CMA. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CRA** – Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores **Milton Ortolan**, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Oscar Jucá Neto**, ex-Diretor Financeiro da Conab, e **Júlio Fróes**, para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os devidos esclarecimentos sobre matérias publicadas pela revista Veja, em suas edições de 3 e 10 de agosto do corrente, que tratam de corrupção, fraudes e pagamento de propinas no âmbito daquela pasta. **Autoria:** Senadores Alvaro Dias e Cyro Miranda. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Cyro Miranda, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral e Alvaro Dias. Passa-se à votação. **Resultado: Rejeitado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CRA –** Requer, em aditamento ao **Requerimento nº 10, de 2011-CRA**, a realização de reuniões, dentro do ciclo de palestras e debates, no dia 26 de agosto do corrente ano, sexta-feira, nos municípios de Alvorada do Oeste, São Miguel de Guaporé, Nova Brasilândia do Oeste e Seringueiras, no Estado de Rondônia, com o objetivo de colher sugestões, subsídios, avaliar o baixo preço pago aos produtores e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional e os impactos causados pela importação de lácteos principalmente do Uruguai e Argentina. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 26ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 749, de 8 junho corrente, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC-002852-2008-05, o qual trata de representação autuada pelo ex-Deputado Max Rosenmann, que questiona a legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em favor do Município de Enéas Marques, no Estado do Paraná, objetivando apoiar a estruturação da entidade privada denominada Cresol – Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural.

Informo o recebimento do Ofício nº 271, de 2011, de 14 de junho do corrente, subscrito pelo Sr. Aguinaldo José de Lima, Coordenador-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual solicita a indicação de representante desta Comissão de Agricultura para atuar na Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio do Mapa.

Ofício Circular nº 4, de 2011, do Sr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, o qual encaminha o relatório de atividades em mídia daquela secretaria, referente ao ano de 2010.

Ofício s/n, datado de 19 de julho do corrente ano, subscrito pelo Sr. Erasmo Carlos Battistella, Presidente da Aprobio – Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil, comunicando a fundação daquela associação.

Comunico, ainda, o recebimento do Ofício Circular nº 264, de 2011, da CNA, subscrito pela Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, a qual faz um alerta a esta Comissão no sentido de que uma simples prorrogação do prazo para averbação da reserva legal prevista no Decreto nº 7.029, de 2009, não resolverá a situação dos Estados que integram a Amazônia, tendo como solução somente a aprovação do novo Código Florestal.

Ofício da CFBio nº 143, de 2011, subscrito pela Conselheira-Presidente do Conselho Federal de Biologia, a qual manifesta sua posição contrária às alterações propostas pela Câmara dos Deputados ao

Código Florestal e entende que sua discussão deve ser aprofundada.

Ofício nº 179, de 2011, subscrito pelo Senador Aécio Neves, o qual encaminha o Expediente nº 75, de 2011, da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, que expressa preocupação quanto à carreira de fiscal federal agropecuário, bem como a funcionabilidade técnico-administrativa, gerencial e operativa das ações fiscais do Mapa.

Informo o recebimento do Ofício nº 408, de 2011, pelo qual o Senador Wellington Dias encaminha documento da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba – Faepa, contendo propostas para equacionar o endividamento rural daquela região.

A presente reunião destina-se a deliberação de matérias.

ITEM 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009
– Terminativo –

É de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes de o senhor colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, não vou colocar em votação. Apenas estou lendo a pauta para aguardarmos um pouquinho mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bem. Desculpe-me. Eu queria fazer um comentário sobre os ofícios que o senhor recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizou, na última sexta-feira, o 14º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, em que discutimos os custos e os impactos econômicos da recomposição ambiental de áreas produtivas, no âmbito do projeto do novo Código Florestal, uma proposta da Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul, que participou e conduziu as discussões na última sexta-feira.

Participaram do debate como expositores o Procurador da Fazenda Nacional, Luiz Carlos Silva de Moraes; o Assessor Econômico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Farsul, Antônio da Luz; o Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt; o Gerente de Sustentabilidade da Agência Nacional de Águas, Devanir Garcia dos Santos; o Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, Anselmo de Jesus; e o representante da Confederação Nacional dos Municípios, Edson Martins.

O Procurador da Fazenda Nacional, Luiz Carlos Silva de Moraes, apresentou estudos que indicam um custo de um trilhão e cento e vinte milhões para a recuperação de todas as áreas de reserva legal, conforme determina o atual Código Florestal, sem considerar as perdas com a produção nas áreas reconvertidas e a redução de tributos decorrentes da paralisação da produção.

Segundo o Procurador da Fazenda, dos 279 milhões de hectares ocupados pela agricultura brasileira, apenas 83 milhões estão em conformidade com a legislação ambiental. Segundo estudo apresentado pelo Procurador, o Estado de Rondônia perderia um bilhão por ano em tributos com a recomposição das áreas degradadas e a paralisação das atividades produtivas existentes naquelas áreas, posição que foi ratificada pelo Secretário de Agricultura de Rondônia, Anselmo de Jesus, que entende que a reserva legal de 80% em Rondônia inviabilizará, principalmente, os pequenos produtores do Estado de Rondônia.

O Gerente de Sustentabilidade da Agência Nacional de Águas, Ana, Devanir Garcia dos Santos, afirmou que o novo Código Florestal deve contribuir para a melhoria do uso e da gestão da água e do solo no País.

Ao apresentar o programa produtor de água, destacou o papel dos agricultores na proteção de nascentes e na conservação da água e do solo, o que caracteriza um importante serviço ambiental que deve ser reconhecido e remunerado pela população brasileira, através do Governo Federal.

Senadora Ana Amélia, V. Exª queria discutir os requerimentos que foram lidos?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Existe um que veio da Sociedade de Biologia, parece.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Alegando maior discussão. Eu apenas queria fazer um registro que, numa das audiências públicas realizadas pela Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, dentro do programa que nós definimos de debate conjunto do Código Florestal, o representante da Academia Brasileira de Ciências fez a mesma alegação, e eu me baseio no que disse o Senador Waldemir Moka que, ao tempo em que o Código estava em debate na Câmara, foi encaminhado um convite à entidade com cópia do requerimento, que ele apresentou, inclusive, o Senador Moka, revelando que a entidade fora convidada e não compareceu.

Portanto, se isso não foi atendido a contento à época, e não sei se pode eventualmente ter aconteci-

do com a entidade que a bióloga encaminhou o ofício, porque esse argumento, sob esse aspecto, teve sequência para debate na Câmara dos Deputados.

Apenas um registro que eu gostaria de fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Está feito o registro, e, de fato, nós discutimos aqui, com muita propriedade, junto com o Senador Moka, o convite feito à CFBio, na Câmara dos Deputados, a qual não compareceram para debater. E nós já também entramos em contato para que eles possam vir à nossa Comissão para dar a sua opinião. Eu fiz questão de ler...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já por mais de uma vez, inclusive, a SBPC e a ABC, que é a Academia Brasileira de Ciências, estiveram presentes em pelo menos três audiências públicas das que eu tenha participado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Três audiências. Exatamente.

Eu fiz questão de ler, exatamente para que eles não aleguem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não aleguem que não demos visibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Que não damos importância aos ofícios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós queremos. Somos os maiores interessados nesse debate, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Aqui, as portas estão abertas para ouvirmos e debatermos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Todos os segmentos da sociedade, principalmente com relação ao nosso Código Florestal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Que é muito importante para toda a sociedade brasileira.

Voltando à pauta, vamos ler os requerimentos, já que tanto o Senador Flexa como o Senador Casildo, os autores dos projetos, não estão presentes. Vamos para o item 3.

ITEM 3:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências, com os seguintes convidados ou seus representantes:

Haroldo Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

Alísio Vaz – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM;

Gerson Carneiro Leão – Presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Alberto Ercílio Brock – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

René de Oliveira e Sousa Júnior – Presidente da Comissão Técnica Permanente do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, para fazer as suas colocações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir Gurgacz, Senador Blairo Maggi, a importância desse tema dispensa qualquer avaliação, à luz da situação internacional em relação ao petróleo. Mesmo que o Brasil tenha uma posição privilegiada com relação ao pré-sal, é importante que, no Brasil, que é um dos líderes na produção de energia renovável, especialmente o álcool e os biocombustíveis ou combustível verde, tenhamos uma ampliação do debate em torno desse tema.

Eu apenas acrescentaria, Sr. Presidente, a inclusão nesse requerimento – eu pedi o apoio da sua assessoria técnica – do Presidente-Executivo da União Brasileira de Biodiesel – Ubrabio, o ex-Ministro Odacir Klein.

Às vezes, audiências públicas com muitas autoridades ficam um pouco superpostas, mas, como são sete representantes nessa audiência pública, se déssemos dez minutos a cada um, poderia haver uma ideia clara a respeito desse programa relacionado às microdestilarias de álcool e de biocombustíveis, para que não fique concentrada a produção em relação a um setor tão estratégico quanto é o do álcool e de biocombustível. Sabemos que o Brasil, neste ano, vai novamente importar álcool para abastecer o seu mercado

interno. Então, as microdestilarias poderiam preencher esse espaço, dando uma distribuição melhor de renda.

Então, a única observação que faço é a de incluir o nome do Presidente da Ubrabio, que é a União Brasileira de Biodiesel, nesse debate, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento com o adendo que V. Exª acaba de fazer.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4. O Senador Eduardo Amorim não está presente e pediu para retirar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De pauta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos ao item 5.

ITEM 5:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados:

Srª Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC);

Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFG-MG);

Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado".

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para discutir os requerimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como no requerimento anterior, sobre as microdestilarias, eu agradeço a colaboração dos colegas Senadores por terem apoiado a alteração dele e por aprová-lo.

Neste caso específico agora, deste meu requerimento, é para a questão do Código Florestal especificamente. Estamos aqui incluindo, novamente, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências, mas ainda também um engenheiro florestal e o Procurador da Fazenda Nacional.

Eu queria, Sr. Presidente, da mesma maneira, propor e sugerir, já que houve uma proposta idêntica na Comissão de Ciência e Tecnologia, que está também examinando esse assunto, que fizéssemos essa audiência pública em conjunto, porque houve um requerimento idêntico a este para a realização de audiência pública. Como o tema, nós fizemos com a Comissão de Meio Ambiente em algumas oportunidades, eu gostaria que V. Exª tomasse as providências e sugerisse a audiência conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Para discutir, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, quero ouvi-la.

Na verdade, houve um entendimento no sentido de que a Comissão de Ciência e Tecnologia participasse, mas de forma conjunta. Então, eu acho que nós teríamos que ter, daqui para frente, a preocupação de, quando fizermos a audiência – sei que isso vai ser difícil –, as três Comissões pudessem participar. Ou seja, Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia.

Aliás, nesse sentido, Presidente, eu também tenho um requerimento que pede que seja convidado o Deputado Federal Aldo Rebelo, Relator do Código Florestal já aprovado na Câmara, para que ele possa ser ouvido. Aliás, faz parte de um entendimento de quando, inclusive, se decidiu pelos relatores. E aí ontem já houve essa preocupação de que o Aldo seria ouvido em conjunto nas três Comissões: Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Agricultura.

E aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, quero levantar uma questão que me parece importante. Repetidamente, tenho visto na imprensa que o pessoal da ciência e tecnologia, especificamente da SBPC, insiste em dizer que eles estão sendo ignorados. Isto não é verdade. Nós temos que colocar isto. Ora, só aqui no Senado, eles já vieram a três audiências públicas: Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia. Como é que podem alegar isso?

Agora, se o relator ou alguém não está incorporando aquilo que eles estão propondo, isso é diferente. São coisas diferentes. Ouvir é você ouvir a pessoa colocar seus argumentos. Agora, caberá aos Relatores e ao Plenário das Comissões, que é soberano, decidirem qual texto será aprovado. Então, eu gostaria de colocar isso. E a preocupação, Senadora Ana Amélia,

é de colocá-lo junto exatamente para que, daqui para frente, não tenhamos que ler que eles estão sendo ignorados ou que não estão sendo ouvidos. É só essa a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se me permitir a Senadora Ana Amélia, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já havia, Senador Moka, no início desta reunião, levantado a questão ao Presidente Acir Gurgacz, lembrando a V. Exª que, na audiência que tivemos aqui, inclusive com representante da ABC, Academia Brasileira de Ciências, que V. Exª apresentou a cópia de um requerimento, de um convite enviado pela Câmara dos Deputados à entidade que não foi atendido. Eu lembrei esse fato porque a minha memória...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com data de 10 de novembro, no final do ano passado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De 2009 ou 2010.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – 2010.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Eu fiz essa ressalva, porque me chamou a atenção o gesto de V. Exª. Então, é preciso esclarecer esse ponto à população, porque parece que estamos fechando portas para o debate. Não é isso. Já fizemos três ou quatro debates.

Fiquei muito feliz, Senador Moka, porque, no Item 6, o nome da pessoa que V. Exª sugere para vir aqui está no Item 5, que eu havia proposto para debater em conjunto.

E V. Exª agora recomendou que essa audiência seja realizada com as três Comissões. Eu apoio integralmente e agradeço ao Senador Moka a inclusão da Comissão de Meio Ambiente, porque eu apresentei a de Ciência e Tecnologia, uma vez que a de Ciência entrou agora para fazer também o debate conjunto conosco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação, então, o requerimento, com os adendos feitos pelo Senador Moka e pela Senadora Ana Amélia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, com fundamento no art. 89, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a participação do Servidor da PGFN, o Procurador de Categoria Especial, Dr. Luís Carlos Silva de Moraes, Matrícula SIAPE nº 1008127, lotado na Procuradoria – Seccional de São José do Rio Preto – SP, nos estudos/trabalhos técnicos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, alusivos ao PLC 30/2011 (Código Florestal Brasileiro), sem prejuízos de suas atividades na referida Seccional da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, autor do requerimento, para debater e discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, um dos argumentos que temos ouvido em relação a algumas imperfeições do texto diz respeito ao fato de que, em vários artigos, pode haver dupla interpretação. Aliás, nesse sentido, eu tenho que fazer justiça ao Senador Blairo Maggi, que foi um dos primeiros a dizer: "O que mais preocupa é quando um texto..." Se para nós ele fica complicado, imagine para aqueles que vão ter que interpretar e que não lidam no dia a dia com isso.

Dessa forma, Sr. Presidente, parece-me que o Luís Carlos é uma pessoa que tem um conhecimento jurídico muito aprofundado a respeito dessa matéria e, sem dúvida nenhuma, é uma pessoa talhada para vir aqui fazer uma espécie de supervisão do texto ou, quem sabe, nas emendas de redação, ele possa dar essa contribuição.

Foi sugerido esse nome. Ele já esteve aqui na sexta-feira passada e demonstrou um conhecimento muito profundo sobre a matéria. Eu submeto o nome à apreciação deste Plenário da Comissão no sentido de que, é claro, em havendo um pedido oficial desta Comissão, ele esteja à disposição da Comissão para emprestar o seu brilho e a sua inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agora dar um testemunho, porque eu não conhecia o Procurador e o conheci na sexta-feira, naquela audiência pública em que debatemos o impacto econômico do Código Florestal.

Fiquei impressionada, Presidente, com a qualidade técnica e com o conhecimento que o Dr. Luís Carlos Silva de Moraes possui a respeito dessa matéria não só do ponto de vista jurídico, que é muito importante, mas também do ponto de vista econômico e até sociológico, eu diria. Então, esse requerimento do Senador Moka tem o meu inteiro apoio. Penso que o Dr. Luís Carlos Silva de Moraes vai dar uma contribuição valiosíssima ao trabalho do Senado Federal pela sua qualificação profissional. Realmente eu fiquei impressionada, Moka, com a capacidade desse Procurador. Como disse ao Presidente, ele tem um domínio profundo das questões jurídicas – e, é claro, do texto –, da questão econômica e também da questão social. É impressionante o que ele apresentou.

Eu também queria fazer justiça ao Dr. Devanir, da ANA, que veio aqui e, da mesma forma, deu uma participação brilhante, demonstrou um conhecimento muito grande com lógica e com sensatez e, com muita propriedade, fez uma colocação aqui a respeito da questão das reservas hídricas e da política a que o Governo brasileiro deve obedecer. Foi uma colaboração valiosa, além da sua indicação do Secretário Anselmo de Jesus e do Martins, representante da CNM. Mas, essas duas pessoas, pela parte técnica. Então, concordo plenamente e cumprimento V. Exª por essa iniciativa, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Tenho certeza de que vai nos ajudar bastante nessa discussão.

Senador Blairo Maggi, V. Exª tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Jayme, Senador Moka. Eu e o Senador Jayme estávamos discutindo aqui se este Dr. Luís Carlos Silva de Moraes é o mesmo que nós ouvimos lá em Cuiabá, numa oportunidade em que a Famato e o sindicato fizeram um encontro. Mas, se for o mesmo, acredito que dez minutos para ele será muito pouco. É que essa pessoa tem um profundo conhecimento sobre o assunto e é muito falante. Então, se for a mesma pessoa, acho que o Senador Jayme também concorda, vale a pena ouvi-lo. Mas acho que temos que abrir um pouco mais de tempo, porque esse cidadão tem um profundo conhecimento da legislação e consegue fazer a ligação do passado com o presente e o que pode ocorrer no futuro. Só para registro, se for o mesmo, vamos ter de prorrogar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deve ser o mesmo. Mas o requerimento do Senador Moka é no sentido de trazê-lo, Senador Blairo, para que ele fique à disposição da Comissão para acompanhar os trabalhos da Comissão, do nosso Relator, com relação a todo o texto do Código Florestal. Ele virá através do requerimento da Senadora Ana Amélia para debater o Código Florestal na audiência conjunta. Esse requerimento é também no sentido de que ele fique à disposição da Comissão de Agricultura exclusivamente para nos ajudar nas interpretações, principalmente com relação à legalidade dos artigos, para que a gente possa, realmente, fazer um Código Florestal à altura da necessidade da agricultura brasileira.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – De acordo, Presidente. E aí nós teremos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Então, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 7:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, com fundamento no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Aldo Rebelo, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para fazer explanação em torno da temática alusiva ao Projeto de Lei do Novo Código Florestal Brasileiro, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e com a Comissão de Meio Ambiente, que está previamente marcada.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Apenas aguarda a votação aqui, nesta Comissão, para terça-feira às oito e meia da manhã.

Foi pedido ontem, Senador Moka, que seja ouvido somente o Deputado Aldo Rebelo, assim como foi feito no passado com a Ministra do Meio Ambiente, para que possamos realmente ouvir o trabalho feito pelo Deputado Aldo Rebelo.

Ficou previamente acordado, nas reuniões de ontem, com os Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Meio Ambiente, aguardar a aprovação desse requerimento.

Então, coloco em votação o requerimento.

Alguém deseja discutir?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Discussão do requerimento proposto pelo ilustre Senador Waldemir Moka.

Sr. Presidente, é muito oportuna a vinda novamente do Ministro, atual Deputado Aldo Rebelo, até porque ele já esteve na CMA, pouco tempo atrás, e deixou bastante esclarecidos alguns pontos do Código Florestal. Todavia, quando o convidamos novamente , quero consultar V. Exª e indagar se esta audiência que haveremos de ter aqui com ele será em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e com a Comissão de Agricultura. Acho que seria de bom alvitre termos aqui a participação, até porque, daqui a pouco, vai ter que ser convidado para ir a outra Comissão. Isso vai demandando tempo. Era isso que eu queria indagar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A leitura aqui foi no sentido de fazermos na terça-feira. Estão previamente marcadas para terça-feira, às oito e meia da manhã, as três comissões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Na terça. Não será na quinta?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, não será na quinta, mas na terça-feira...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...pelo acordo que fizemos com os três Presidentes ontem, apenas aguardando a votação de hoje. Se confirmado, está marcada a audiência pública, em conjunto com as três comissões, para ouvirmos o Deputado Aldo Rebelo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Faço essas indagações a V. Exª porque já está realmente sendo até desgastante essa discussão, na medida em que vieram várias autoridades não só a esta Comissão, mas a outras comissões que têm algo a ver com a discussão desse projeto.

Todavia – até consultava o Senador Bairo Maggi –, acho que a discussão do Código Florestal esfriou e há realmente um sentimento, diante da opinião pública brasileira, sobretudo do segmento rural do Brasil, de que o Senado, parece-me, deu uma esfriada, de que o projeto não está sendo priorizado.

Quero crer que, além de chamarmos, convocarmos ou convidarmos o Deputado Aldo Rebelo, essa matéria tem de ser votada ainda este ano, tendo em vista que o Ministro, hoje Deputado Aldo Rebelo, está cogitado para ser membro do Tribunal de Contas da União. Minha preocupação é a de que, daqui a pouco, ele, que é indicado, uma vez que já houve a vacância do Ministro Ubiratan Aguiar, não poderá mais participar, porque ele não estará exercendo mais o cargo de Deputado Federal e muito menos o de Relator da Comissão, designado pela Câmara Federal.

De tal forma que agradeço a V. Exª e espero que, na terça-feira, estejamos aqui realizando essa audiência pública.

Por outro lado, quero concordar com o Waldemir Moka quanto ao convite ao Procurador da Fazenda de São Paulo, lotado em São José do Rio Preto, que é uma pessoa extremamente competente, Ana Amélia. Quando ele esteve em Mato Grosso, no Parque de Exposição, a convite do Presidente da Associação dos Criadores de Nelores e da Pecuária Mato-Grossense, confesso que fiquei tão feliz por ter a oportunidade ímpar de ouvir um cidadão que tem um conhecimento profundo da matéria. Ele conseguiu o fato inusitado de ali restabelecer a verdade, na medida em que ele resgatou a história do Código Florestal brasileiro desde 1934, quando foi elaborado o primeiro Código Florestal brasileiro e chegou ao atual momento, permitindo que muitas pessoas que estavam ali, até os pseudodefensores da floresta, do meio ambiente, não sabiam a verdade.

Infelizmente, agora há muitos que querem entender a matéria, mas nunca visitaram uma propriedade rural no Brasil, são os pseudoambientalistas, defensores da natureza que estão concentrados na Avenida Paulista, na Vieira Souto, no Rio de Janeiro, que não conhecem de fato e querem dar palpite, colocar o dedo na matéria que, lamentavelmente, é muitas vezes mal interpretada e entendida por pessoas que, por falta de boa informação, estão levando a essa situação que, infelizmente, nos faz entender que o homem que produz, aquele que está nas florestas, nas áreas rurais brasileiras são depredadores, não são pessoas que respeitam a nossa natureza.

De tal forma que a presença do Luís Carlos aqui, Presidente, é muito importante. V. Exª terá oportunidade de ver e dizer: Olha, eu achei que eu sabia muito, mas não sei nada. Na verdade, são essas pessoas que estão nos ensinando.

Eu, particularmente, achei que eu entendia, mas, pelo que ele falou, cheguei à conclusão de que não conheço nada ou muito pouco diante das informações, sobretudo do conhecimento jurídico, o que é muito importante.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gugacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador. Obrigado, Senador Jayme Campos.

Para conhecimento de V. Exª e dos demais Senadores e da população brasileira, temos feito todas as audiências em conjunto. Antes, com a Comissão de Meio Ambiente e Agricultura; agora, com Ciência e Tecnologia. Antes de todas as audiências públicas, temos o cuidado de conversar com os Presidentes

das outras Comissões. O Senador Moka nos tem ajudado, o Senador Blairo também. V. Exª também tem participado, assim como os demais Senadores, para que possamos fazer essa ação conjunta, fazer esse debate em conjunto.

Não deixamos de debater. Na última sexta-feira, tivemos aqui o nosso fórum de debates, quando debatemos assuntos relativos à reforma do Código Florestal. Amanhã, teremos assunto pertinente a esse tema. Estamos trazendo, todas as sextas-feiras e às quintas, se possível, quando não temos votação, pessoas para debater esse assunto tão importante.

Então, não diminuímos nem deixamos de discutir esse assunto tão importante.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 8:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores Milton Ortolan, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Oscar Jucá Neto, ex-Diretor Financeiro da Conab, e Júlio Fróes, para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar os devidos esclarecimentos sobre matérias publicadas pela revista Veja, em suas edições de 3 e 10 de agosto do corrente, que tratam de corrupção, fraudes e pagamento de propinas no âmbito daquela pasta.

De autoria do Senador Alvaro Dias e subscrito pelo Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, para debater a questão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o motivo dessa convocação foi o que originou toda a crise no Ministério da Agricultura, inclusive as denúncias do Sr. Oscar Jucá Neto foi o que deu origem a toda essa reportagem da *Veja*. Então, nós estamos convocando-os para que esclareçam e, inclusive contem, porque foi contado isso em algumas linhas.

Esse é o motivo, e acho que esta Comissão tem por obrigação esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Ninguém mais querendo discutir...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, para discutir, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, ontem, nós tivemos aqui na Comissão de Agricultura, a presença do Ministro Wagner Rossi, que, por mais de três horas, prestou todos os esclarecimentos com relação à Pasta. Entendo totalmente desnecessário. Acho que quem responde pela Pasta da agricultura e agropecuária é o Ministro Wagner Rossi e, ontem, ele se colocou à disposição do Senado Federal para quaisquer esclarecimentos, inclusive trazendo documentos para todos os fatos.

Encaminho contrário à aprovação.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos encaminhar a votação. Depois, nós podemos discutir.

Senador Waldemir Moka.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Gostei do Presidente agora: primeiro vota, depois discute. *(Risos.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero apenas e tão somente ratificar o que o Senador Sérgio Souza já disse.

O Ministro esteve aqui, ficou à disposição mais de três horas. Acho que nós temos que prestar atenção, porque essa é uma Pasta importante. O agronegócio representa hoje o superávit da balança comercial. Na medida em que o Ministro vem dar todas as explicações e garantias, temos que – o Ministério Público, todo mundo – tirar a Pasta dessa e fazer com que a gente possa realmente focar naquilo que é importante. Nós estamos com um problema da economia mundial e, mais do que nunca, o agronegócio será realmente a grande força motriz no sentido de equilibrar a balança comercial deste País.

Então, com todo respeito – e o Senador Cyro Miranda sabe que eu o respeito muito –, neste momento, voto contra este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi e, pela ordem de inscrição, depois o Senador Delcídio do Amaral e Cyro Miranda.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – É só também para reforçar, Sr. Presidente. Se eu não tivesse participado ontem da audiência em que o Ministro Rossi esteve aqui e se posicionou, enfim, colocou à dispo-

sição vários documentos que estavam sendo questionados que ele não havia colocado à disposição na Câmara, a tendência era de tentarmos chamar essas pessoas, convidá-los para vir aqui. Mas creio que não há mais necessidade. Ontem o Ministro foi bem claro, bem preciso e conciso em todas as questões referentes ao assunto.

Eu diria o seguinte: se no futuro, vierem outras denúncias, ou se essa questão se avolumar, aí sim poderemos chamá-los aqui.

Então, também vou encaminhar meu voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Delcídio do Amaral com a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só para também reiterar posicionamentos já aqui de outros Senadores. Acho que, ontem, na audiência pública promovida pela própria Comissão de Agricultura, o Ministro Wagner Rossi foi muito claro, muito verdadeiro, foi de um espírito público irretocável no sentido não só de explicar com sinceridade tudo aquilo que aconteceu, inclusive mostrando as limitações do próprio Ministério da Agricultura. Apresentou toda uma documentação de que nós não havíamos tomado conhecimento e uma documentação que comprova exatamente a postura do Ministro Wagner Rossi. E, efetivamente, deu explicações ontem, na audiência pública, com relação ao Secretário Executivo, com relação ao próprio Júlio Fróes e, evidentemente, com relação à contratação dos serviços e a esses fatos todos que foram noticiados. Entendo que esse requerimento, em função até da maneira como o Ministro da Agricultura ontem se posicionou, não é pertinente, por isso eu entendo até o papel da oposição, a postura da oposição sempre rigorosa, o Senador Cyro Miranda aqui é um Senador absolutamente respeitado e um Senador que honra o seu Estado, o Estado de Goiás, mas eu também votarei contra esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Senador Cyro Miranda, para encaminhar a votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é a primeira vez que eu vejo não ter o contraditório. Eu acho que, em toda oitiva, você tem que ouvir os dois lados, e nós ouvimos só um lado. O Ministro não é dogma de fé.

Acredito que ele veio aqui, explicou, trouxe alguns documentos, mas o outro lado também tem os seus documentos e as suas razões e não fez uma acusação vazia. Muito pelo contrário.

Então, o que está se impedindo aqui é que nós ouçamos o contraditório, talvez por laços, parentescos de um Senador, o que eu acho que nós devíamos deixar à margem.

Senador Moka, perdoe-me, a confusão que estamos tendo hoje no mundo financeiro é uma coisa, a maracutaia do nosso Ministério é outra. Eu acho que, para tirarmos isso a limpo, até para ficarmos melhor perante a opinião pública mundial e a política agrícola.

Então, eu vejo que estamos sendo impedidos de ouvir o contraditório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu fui citado e quero invocar o direito...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Art. 14.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não faço absolutamente nenhuma confusão; confusão fazem as pessoas que, às vezes, não nos entendem.

Eu quero dizer que o Ministro esteve aqui, explicou, acho que foi direto, não escamoteou nenhuma questão, ficou até à disposição. Agora, o que eu acho é que este assunto é um assunto que, na minha avaliação, já teve resposta. Agora, respeite a opinião daqueles que querem – evidentemente aí há uma outra questão – insistir numa retórica de que é preciso continuar com isso.

Na minha avaliação, eu acho, aí sim, assuntos importantes – não sou eu que estou dizendo – estão aí batendo às nossas portas, e nós precisamos reagir, como disse ontem a Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu não vejo nada mais importante do Brasil de hoje do que combater a corrupção. É preciso passar o Governo a limpo sim. Nós estamos perplexos diante da repetição dos escândalos. Há focos de corrupção instalados em várias áreas do Governo. O Ministério da Agricultura tem sido alvo, sim, de denúncias.

Há poucos dias, Sr. Presidente, num aeroporto, aproximou-se um funcionário da Conab e me disse: "Eu sou funcionário há trinta anos. Sinto-me impotente diante da corrupção que vejo". E fez referência a uma obra de Uberlândia. Ele disse: "Aquela obra de Uber-

lândia poderia ser feita três vezes, pelo valor que estão gastando nela, e eu não posso fazer nada". Um servidor que tem trinta anos de serviços prestados à Conab.

O Ministro da Agricultura ataca o Sr. Oscar Jucá Neto. Ele o considera ressentido, magoado e o único responsável por eventuais irregularidades ocorridas na empresa.

Ora, Sr. Presidente, seria, na pior das hipóteses, conceder a ele o direito de se defender. Estabelecer aqui o contraditório é importante para quem quer realmente investigar, para quem quer realmente limpar. Ou o Governo assume que não quer limpeza alguma, que não quer mudança nenhuma, que quer manter esse modelo espúrio, que quer sustentar essa relação de promiscuidade que há do Governo com determinados partidos e políticos... Esta é a realidade que nós estamos vivendo no Brasil: ou nós acabamos com esse modelo que tem produzido ineficácia de gerenciamento e corrupção ou certamente nós não estamos contribuindo para resolver situação alguma no Brasil.

A corrupção é uma das grandes pragas que assolam o País. Se nós temos dificuldades, se a capacidade de investimento do Estado brasileiro está extremamente limitada, se as demandas sociais são crescentes e nós não temos competência para solucioná-las, alegando sempre a falta de recursos, como se faz em relação à saúde pública no Brasil, vamos ficar pacientemente contemplando o espetáculo da corrupção que se instalou no País? Não são afirmativas de alguém da oposição. É o noticiário do dia a dia na imprensa nacional. Um escândalo fazendo esquecer o outro.

Enfim, Sr. Presidente, nós somos aqui uma minoria e certamente seremos massacrados se desejarem, mas o apelo que nós fazemos é em nome daqueles que são os grandes prejudicados no Brasil.

A Transparência Internacional que tem sede na Alemanha afirma que, se nós tivéssemos no Brasil os mesmos índices de corrupção existentes na Dinamarca, nossa renda *per capita* seria 70% maior do que é hoje. Isso basta! Isso basta! Nós não estamos aqui querendo atrapalhar o Governo, tumultuar o Governo. Nós queremos ajudar o Governo, porque, a partir do momento em que este Governo sepultar esse modelo, adotar outra prática administrativa, certamente ele ganhará muito, e quem ganhará mais é o País. E é bom dizer que ainda há tempo, porque temos apenas sete meses da gestão de Dilma Rousseff. Eu não vejo outra contribuição melhor que a oposição possa oferecer nesta hora do que essa contribuição.

Por isso, Sr. Presidente, insisto na aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Acima de tudo porque se trata de oferecer a oportunidade de se defender alguém que foi acusado. Se eu estivesse no lugar dele, eu gostaria de vir aqui e tenho certeza de que os Senadores que aqui se encontram da mesma forma gostariam de estar aqui para se defenderem, porque, se as acusações se sustentam na realidade dos fatos, não há o que responder, mas, se elas não se sustentam, elas devem ser respondidas e quem é acusado tem o direito de se defender.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Em votação, então, o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram e os que não concordam, por favor, se manifestem. *(Pausa.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Rejeitado o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para registrar, em trinta segundos,...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª teve total tempo para expor...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço, Presidente. Agradeço o espírito democrático de V. Exª e a forma com que conduz esta reunião.

Apenas para registrar que existem dois pesos e duas medidas. O Governo anuncia que vão para o Congresso todos os que são acusados; todos os que são denunciados vão para o Congresso e se defendam. É o que diz o Governo. Mas existem os que são acusados e "os que são acusados" – entre aspas. Portanto, são dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

Seis votos contra; três a favor. Portanto, rejeitado o requerimento.

ITEM 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

Observações: – *Votação Nominal.*

– Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

– A matéria foi apreciada pela CAS e CCJ, tendo sido aprovados os pareceres favoráveis ao projeto.

Como o Senador Flexa Ribeiro não está, passamos para o item 2.

ITEM 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2008 – Terminativo –

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Observações: – *A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado o parecer favorável ao projeto, e será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.*

Com a palavra o Senador Jayme Campos, Relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, "altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que 'institui o novo Código Florestal', de modo a tornar obrigatório o inventário florestal digital".

A proposição foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, em decisão terminativa, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Posteriormente, por força da aprovação do Requerimento nº 252, de 2011, a matéria foi também encaminhada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O art. 1º do PLS acrescenta parágrafo único ao art. 15 do Código Florestal, determinando que a marcação de árvores comerciais e árvores porta-sementes, para realização de inventário total ou amostragem, deve ser realizada com emprego de marcadores que permitam o rastreamento e o monitoramento eletrônicos.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Na justificação do projeto de lei, a autora enfatiza a importância do manejo florestal para permitir, em bases sustentáveis, o desenvolvimento econômico da Amazônia. Lembra, todavia, que o inventário florestal, quando realizado em moldes tradicionais, cria a possibilidade de que os dados registrados não retratem, com fidelidade, as condições efetivas da floresta.

Em consequência, argumenta que essa deficiência potencial pode ser eliminada com a identificação das árvores no campo, por meio da utilização de marcadores, nos quais seria feita a gravação de dados relativos a coordenadas de localização, designação científica e nome comum da espécie.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 203, de 2008.

A despeito do encerramento da legislatura em dezembro de 2010, a matéria voltou a tramitar, por força do art. 332 do Regimento Interno desta Casa e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa Diretora do Senado Federal.

Depois de aprovada pela CCT, a proposição é submetida, nesta oportunidade, ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre "silvicultura, aquicultura e pesca" (inciso V), entre outros temas.

Em relação ao PLS em exame, deve-se enfatizar não ser possível afastar, por completo, a possibilidade de que dados relativos a inventários florestais, encaminhados à autoridade ambiental, não retratem, de fato, as condições existentes na floresta. Cumpre esclarecer, todavia, que a ocorrência de tal fato resulta, normalmente, de falhas na fiscalização ambiental.

Utilizando os dados apresentados pelo detentor do plano de manejo, é possível, mediante amostragem, verificar se eles, efetivamente, reproduzem a realidade do campo.

Não há dúvida, porém, de que sistemas de mapeamento eletrônico de florestas permitem que as tarefas de registro, monitoramento e recuperação de informações possam ser realizadas com precisão e rapidez maiores que o possível em sistemas manuais. No esforço para alcançar esse novo nível tecnológico, na esfera dos inventários florestais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio de duas unidades – Embrapa/Acre e Embrapa Floresta (Paraná) –, em parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), desenvolveu o Modelo Digital de Exploração Florestal (Modeflora), baseado na utilização de imagens de radar e com emprego do GPS ("Global Position System"). O modelo permite o registro da posição exata de cada árvore, inclusive informações sobre espécie e volume de madeira dessa árvore.

Ocorre que essa tecnologia ainda tem caráter experimental. Além disso, por seu custo e por sua complexidade tecnológica, é ferramenta cuja utilização efetiva só estará ao alcance de grandes empresas.

O aspecto essencial, porém, é o fato de que a definição de instrumentos de natureza técnica, sujeitos a frequentes avanços tecnológicos, deve ocorrer no âmbito infralegal. Ou seja, questões técnicas devem ser equacionadas não no âmbito das leis, que

são dotadas de significativo grau de rigidez, mas sim na esfera da regulamentação.

Assim, entendemos não ser aconselhável impor a adoção de instrumento técnico – o inventário florestal digital – por meio de lei.

VOTO

Com base no exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2008.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pela sua leitura, uma brilhante leitura como relator *ad hoc* do Senador Casildo Maldaner.

O relator conclui pela rejeição do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que acompanham o relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Rejeitado. Aprovado o parecer do Relator.

O Item 1 foi retirado de pauta em função de o relator não estar presente.

Item Extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CRA

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2011, da CRA, a realização de reuniões, dentro do ciclo de debates e palestras, no dia 26 de agosto do corrente ano, sexta-feira, nos Municípios de Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia do Oeste, e Seringueiras, no Estado de Rondônia, com o objetivo de colher sugestões subsídios, avaliar o baixo preço pago aos produtores e propor medida sobre a produção de leite no mercado nacional e os impactos causados pela importação de lácteos, principalmente, do Uruguai e da Argentina.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que acompanham o relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, lembro à Comissão a realização do XV Seminário de Ciclos de Debates e Palestras da Comissão Agricultura e Reforma Agrária a realizar-se no dia 12 de agosto de 2011, sexta-feira, amanhã, às 14 horas, com a finalidade de avaliar e debater as políticas públicas de ocupação territorial adotadas na agricultura brasileira na implantação dos projetos de desenvolvimento regional com a participação dos seguintes convidados: Dr. Sílvio Krinski, coordenador do meio ambiente da Organização das cooperativas (Ocepar); Dr. Eliseu Roberto de Andrade Alves, assessor do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Dr. Helton Damin da Silva, chefe-geral da Embrapa Florestas; Dr. Agostinho Senem, Secretário Executivo da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi).

Esse debate faz parte também, Senador Jayme Campos, do trabalho que estamos fazendo para discutir tudo aquilo que seja importante para a reforma do Código Florestal brasileiro.

Então, convido todos para, amanhã, a partir das 14 horas, participarem desse debate, desse ciclo de palestras que vem atender o anseio da população brasileira, para que esta Comissão faça o debate a fim de ouvirmos toda a sociedade brasileira que tem sua opinião formada, que quer dar sua opinião com relação à reforma do Código Florestal brasileiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem promovido aqui vários debates muito importantes, entre eles, aquele a que V. Exª se referiu.

Todavia, meu caro Senador Delcídio, V. Exª, que é conhecedor profundo do setor elétrico, principalmente da política do petróleo brasileiro, tendo sido, se não me falha a memória, diretor da BR ou da própria Petrobras, eu estava acompanhando, esta semana, nos jornais de circulação nacional, que o Brasil vai continuar importando etanol dos Estados Unidos, etanol de milho. O que me causa mais estranheza.

O Brasil tem um potencial fantástico, como V. Exª sabe. Produzimos etanol de forma competitiva. Diante dos preços praticados nos Estados Unidos, se não fosse o subsídio, seria inviável. E o Brasil, além de as nossas terras serem férteis, tem clima propício e a época das chuvas bem definida no Brasil. Eu acho que algumas autoridades brasileiras da área nós temos que convidar para vir aqui. Por que não aumentar a nossa produção brasileira diante do cenário ideal para o cultivo da cana?

Ora, é inconcebível que o Brasil vá importar etanol dos Estados Unidos. Ora, o Brasil precisa de quê? De permitir que nós plantemos aqui mais cana, que instalemos mais indústrias.

Defendo essa tese, Delcídio, na medida em que temos aqui um decreto do Governo Federal reduzindo a atividade econômica nessa área em Mato Grosso, Senadora Ana Amélia, particularmente na região do Médio Norte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Região Amazônica.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Na região do Médio Norte. Ela não está inserida. Primeiro temos que definir o que é bioma amazônico e o que não é. Essa velha história de estarmos no bioma amazônico, em cima do Paralelo 16, isso é uma inverdade, porque, para se chegar de fato à Floresta Amazônica, há áreas de transição. Pode até se tentar caracterizar como Floresta Amazônica, mas não é Floresta Amazônica. Mas, particularmente nessa área que eu digo, já se está explorando essa atividade há mais de 30 anos, inclusive o empresário Olacyr de Moraes, que foi pioneiro nessa área e tem uma das maiores usinas de produção de álcool e açúcar na região. Entretanto, o Governo, num gesto de descompromisso com esse setor, baixou um decreto que inviabilizou 121 cidades de Mato Grosso para essa atividade econômica. Ora, áreas que foram antropizadas já há 200 ou 300 anos, no ciclo do diamante, que é a região de Tangará da Serra, do Alto Paraguai e de Nortelândia.

Se não bastasse isso, houve grupos empresariais, do próprio ex-Ministro Cabrera, que é um grande agricultor, uma área fantástica da região de Juara. Pesquisaram quatro anos. Pronto um projeto para o plantio de 45 mil hectares, diante desse decreto, inviabilizou sobretudo, causou um transtorno e um prejuízo que não dá nem para mensurar.

São áreas degradadas, Ana Amélia. Áreas em que não se vai derrubar sequer uma árvore. São áreas que nós vamos recuperar e em que vamos voltar a produzir. São áreas que não estão produzindo. Até pelo decorrer do tempo, passados mais de 20 anos, essas áreas foram degradadas e, lamentavelmente, não estão produzindo como tinham capacidade de produzir.

Então, eu sugiro a V. Exª, Presidente Acir Gurgacz, que nós tenhamos aqui autoridades do Governo. Por que não ampliarmos? As barreiras que estão sendo construídas em determinadas regiões dos Estados, sobretudo no nosso Estado de Mato Grosso, são muito perniciosas. É um prejuízo que V. Exª nem avalia. São regiões que poderiam ser recuperadas pela atividade econômica, uma vez que o ciclo do diamante daquela região já se exauriu. Então, temos que buscar novas atividades para gerar emprego, impostos, dar, em síntese, realmente, uma nova perspectiva para a sociedade local.

Eu sugiro a V. Exª...

Está diminuindo a nossa produção. A área plantada quase não aumentou e a nossa produtividade, particularmente de Mato Grosso, está diminuindo 16%, até porque precisa de dinheiro, de linha de financiamento para recuperação da terra. Ou seja, a terra está cansada, e V. Exª sabe, como outros Senadores, que todo ano você tem que recuperar pelo menos 20% da terra para ela continuar no mesmo patamar de produção. Caso contrário, sem linha de financiamento... Hoje, lamentavelmente, não tem. Mato Grosso não tem porque o Governo nos enquadrou lá como se fôssemos bandidos. Com isso, o Banco Central não permite a nenhuma instituição financeira aportar financiamentos ou empréstimos para essas usinas que hoje, muitas, ainda estão em fase de recuperação. Mato Grosso tem três ou quatro usinas em recuperação judicial por falta de crédito nessa linha de financiamento.

Portanto, sugiro a V. Exª, acho que é um momento ímpar da nossa economia, sobretudo diante do fato de que o Brasil não pode continuar importando etanol dos Estados Unidos, produzido pelo milho, e, infelizmente, vendendo muito mais caro no mercado nacional, quando poderíamos produzir e ter, com certeza, geração de emprego, impostos e mais riquezas para a nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Informo a V. Exª que nós já fizemos alguns debates sobre esse tema aqui nesta Casa. Portanto, sugiro a V. Exª que possamos marcar uma data e convidar as pessoas que V. Exª gostaria de ouvir. Sugiro que V. Exª faça o requerimento para que a gente possa trazer esse tema em um dia, em audiência pública exclusiva, para debatermos, mais uma vez – já debatemos e não conseguimos chegar a uma conclusão, a um bom termo sobre essa questão. Mas é importante debatermos isso oficialmente. Então, fica aqui a sugestão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço sua sugestão e também lhe devolvo da mesma forma, no sentido de que faça um requerimento para que possamos aprovar e ter um, dois ou três dias, ou sessões, para debatermos e discutirmos esse assunto, que é da máxima importância para toda a população brasileira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e, junto com o Sérgio, que já se propôs também a ser signatário desse requerimento e, eventualmente, algum Senador mais, vamos propor a V. Exª indicar as autoridades que poderão ser convidadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Assim, aguardamos, então, o requerimento de V. Exªs.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Temos mais aqui o Senador Delcídio, que nos apoia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, EM CONJUNTO COM A 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ** e **EDUARDO BRAGA,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, REDITARIO CASSOL, RENAN CALHEIROS, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO, WALDEMIR MOKA** e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Fica registrada a presença dos Senhores Deputados Federais Roberto Dorner**,** Romero Pereira, Moreira Mendes, Lira Maia, Moacir Micheletto, Paulo Quartiero, Marcos Montes, Neri Gueller, Alceu Moreira e Dilceu Sperafico; do Prefeito Fernando Gorgen, de Querência/MT; e do Presidente Márcio Lopes de Freitas, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 71, de 2011-CMA, e Nº 35, de 2011-CCT**, que "Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença do Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto na Câmara dos Deputados". **Autoria:** Senador Eduardo Braga. Colocado em votação, a CMA e a CCT aprovam o requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 72, de 2011-CMA, e Nº 36, de 2011-CCT**, que "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados: Sra. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG); e Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado". **Autoria:** Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA e a CCT aprovam o requerimento. **3) REQUERIMENTO Nº 73, de 2011-CMA, Nº 46, de 2011-CRA, e Nº 37, de 2011-CCT**, que "Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença de ex-ministros da Agricultura e de ex-ministros do Meio Ambiente". **Autoria:** Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA, CRA e CCT aprovam o requerimento. Passa-se à **PAUTA**. A

presidência informa que a presente reunião se destina à realização de audiência pública**,** em cumprimento aos Requerimentos nº 71, de 2011-CMA; nº 30 e 43, de 2011-CRA; e nº 35, de 2011-CCT, com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença do Senhor **Deputado ALDO REBELO**, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Após a exposição do Senhor Deputado Aldo Rebelo, usam da palavra os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, EDUARDO BRAGA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, RICARDO FERRAÇO, JORGE VIANA, ANTONIO RUSSO, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, ALOYSIO NUNES FERREIRA, KÁTIA ABREU, SÉRGIO PETECÃO E BLAIRO MAGGI.** O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete a ata da presente reunião à votação, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurcacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 27ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, se houver anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2011, da CRA, aprovado em 16 de junho de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz; ao Requerimento nº 43, de 2011, da CRA, aprovado em 11 de agosto de 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka; ao Requerimento de 2011, da CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; e ao Requerimento sem número de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, os dois últimos, da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Eduardo Braga, a serem apreciados com o objetivo de discutir e avaliar as mudanças, bem como o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal – Lei nº 4.771, de 1965 –, com a presença do Exmo. Sr. Deputado Aldo Rebelo, Relator do PL nº 1.876, de 1999, na Câmara dos Deputados; PLC nº 30 de 2011, no Senado Federal.

Em apreciação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aproveitar a oportunidade, antes da chegada do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo, que acaba de entrar no Plenário, para... Muito bom-dia, Deputado Aldo Rebelo, seja muito bem-vindo, mas vamos aproveitar a presença das três Comissões aqui para já apreciar alguns requerimentos de Audiência Conjunta.

O primeiro para uma Audiência Conjunta com ex-Ministros do Meio Ambiente, a ser realizada em data a confirmar, mas provavelmente na próxima quarta-feira, dia 24, às 8h30min; e um outro para ouvir, também em Audiência Pública Conjunta, ex-Ministros da Agricultura, na quinta-feira, dia 25, também às 8h30min. Portanto, coloco em apreciação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco também em votação requerimento para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, V. Exª não mencionou o nome do ex-Ministro. Têm vários ex-Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou fazê-lo agora.

Foram convidados e já confirmados para a Audiência os ex-Ministros do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Mink e Rubens Ricupero. Ainda está sendo convidado o ex-Ministro José Goldemberg, que ainda não confirmou. Se houver alguma sugestão de membros da Comissão de outros ex-Ministros, também poderemos fazer o convite.

Dos ex-Ministros da Agricultura, já confirmaram o ex-Ministro Reinhold Stefanes e os ex-Ministros Alysson Paulinelli, Francisco Turra e José Eduardo de Andrade Vieira. Ainda serão convidados o Sr. Pratini de Moraes

e o Sr. Arlindo Porto, que ficou de confirmar hoje, e o Sr. Roberto Rodrigues que, infelizmente, não poderá vir, mas disse que se sente representado pelo ex-Ministro Alysson Paulinelli. São os Ministros convidados.

Aproveito para colocar também em apreciação Requerimento para Audiência Pública Conjunta das três Comissões, da Srª Helena Nader, Presidente da SBPC, do Sr. Jacob Palis Junior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, do Sr. Renato Sebastião Valverde, engenheiro florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa, e do Sr. Luiz Carlos Silva de Moraes, Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal Comentado*.

Esse é um requerimento conjunto, assinado pelo Senador Eduardo Braga, de mesmo teor assinado pela Senadora Ana Amélia, e assino também pela Comissão de Meio Ambiente. Aqui também tem o Senador Waldemir Moka.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero, neste momento, agradecer a presença do Deputado Aldo Rebelo, pela segunda vez aqui no Senado, inicialmente em uma Audiência Conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura, agora também com a presença da Comissão de Ciência e Tecnologia, retomando os trabalhos, os debates sobre o Código Florestal.

Como V. Exª, Deputado Aldo Rebelo, quero aproveitar para registrar aqui a presença do Prefeito de Querência, Fernando Gorgen, que está aqui e nos honra com sua presença, e dizer, Deputado Aldo Rebelo, que, como V. Exª está percebendo, há um esforço muito grande no Senado de construção de um ambiente onde o debate possa acontecer de forma livre, de forma tranquila e equilibrada, com o objetivo de oferecer ao Brasil um Código Florestal moderno, que possa dar tranquilidade e segurança jurídica aos produtores rurais e possa fazer com que o Brasil continue sendo uma grande potência na produção de alimentos e de agroenergia, mas que seja também uma grande potência ambiental. As próprias reuniões conjuntas demonstram esse esforço que os nossos relatores – quero registrar, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique – têm feito para o bom andamento desses trabalhos.

Quero registrar que a Comissão de Meio Ambiente, Senador Eduardo Braga e Senador Acir Gurgacz, aprovou – e digo isso porque, se houver interesse das demais comissões de também aprovar conjuntamente –, por proposta do Senador, construída conjuntamente com o Senador Jorge Viana, um conjunto de diligências em algumas regiões do País, para conhecer algumas experiências muito bem sucedidas de desenvolvimento da agricultura e da pecuária sustentáveis. A visita, por exemplo, a Paragominas, para conhecer pecuária e manejo florestal, reflorestamento com espécies ativas, recuperação de áreas degradadas e cadastro ambiental rural; com a visita a Canarana, em Mato Grosso, para conhecer produção de grãos, pecuária, regularização ambiental e carbono, na Fazenda da Aliança da Terra; em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, para conhecer também algumas propriedades na área de grãos, reflorestamento e energia; em Quirinópolis, Goiás, uma plantação de cana-de-açúcar, na fazenda Vovó Linda; em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em atividades de pecuária pantaneira e de turismo sustentável, na Fazenda Caimã; em Serra Talhada, em Pernambuco, para conhecer manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, em integração com atividades agrícolas, no assentamento Vila Bela; em Petrolina, Pernambuco, e Juazeiro, Bahia, para conhecer projetos de fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco, propriedade Vitis Agrícola; em Recife, para conhecer mangue e extrativismo de mariscos, na Cooperativa das Marisqueiras; no Sudeste, em Patrocínio, Minas Gerais, conhecendo plantações de café, recuperação de áreas degradadas, gestão da água e compensação de reserva legal, na Fazenda da Terra e na Expocaccer; em Matão, São Paulo, em propriedade de cana-de-açúcar, laranja e seringueira, na Fazenda Cambuí; em Santa Catarina, com pequenos produtores, produção integrada, suinocultura, granja e frutas a definir; em Telêmaco Borba, no Paraná, plantas medicinais, reflorestamento de pinus, eucaliptos e araucárias, apicultura, erva-mate, na propriedade Klabin e cooperativas de pequenos produtores.

Buscamos, ante todos os biomas, em todas as regiões do País, diversidades de atividades econômicas, pecuária, grãos, cana, fruticultura, floresta, serviços ambientais, turismo rural e ecológico, propriedades de diferentes portes e agricultura familiar, e focar nas boas soluções e boas práticas agrícolas. Se houver interesse, depois podemos definir conjuntamente esse calendário de visitas a essas regiões.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Deputado Aldo Rebelo; nosso objetivo, a partir de agora, é começar a debater efetivamente o texto do Código aprovado pela Câmara dos Deputados – e registro aqui a presença do Deputado Valdir Colatto, que também nos honra com a sua presença, e passo a palavra aos demais Presidentes, começando pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente Rollemberg, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, Srªs e Srs. Senadores, nosso Deputado Aldo Rebelo, primeiro para parabenizar a iniciativa das comissões de poder estar

neste momento na questão do mérito, ouvindo não apenas a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, mas também a Comissão de Ciência e Tecnologia. Como foi dito pelo Senador Rollemberg, há um ambiente extremamente maduro, extremamente cordial no Senado da República, no sentido de que possamos debater e avançar sobre o texto do Código Florestal, tão elaborado e tão trabalhado pela Câmara dos Deputados, sobre a coordenação e a relatoria do Deputado Aldo Rebelo.

Gostaria desde já, Sr. Presidente Rollemberg, de dizer do interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia em apoiar a proposta da Comissão de Meio Ambiente e Controle com relação às visitas, por entender que está absolutamente bem distribuída, atendendo os diversos biomas e os diversos segmentos da agricultura e dos serviços ambientais e florestais do Brasil, para que pudéssemos ter uma ampla visão no campo desses debates.

Ao mesmo tempo, quero dizer da importância de podermos ter aprovado, na reunião de hoje, requerimentos que trarão luzes sobre a questão da contribuição da ciência, da academia e da tecnologia para esse debate, que não deve ser apenas das questões do passado e do presente, mas também da construção de um futuro, e um futuro que todos queremos que seja um futuro inteligente, balanceado e equilibrado entre um país do agronegócio, um país agrícola, um país que tem a sua macroeconomia fundamentada em questões do campo, mas que tem esta economia exatamente baseada na agricultura, em função do clima e em função do ritmo hidrológico que o Brasil possui. E esse clima e esse ritmo hidrológico de chuvas, da manutenção da água, advêm exatamente pelo equilíbrio que o Brasil possui entre a atividade econômica da agricultura e as florestas que produzem esse balanço tão importante para essa atividade econômica.

Quero cumprimentar a iniciativa do Senado, cumprimentar e agradecer a presença mais uma vez, no Senado, do nosso companheiro, Deputado Aldo Rebelo, passando a palavra ao nosso companheiro, Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bom-dia, Srªs e Srs. Senadores, saúdo o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, dou as boas-vindas ao Deputado Aldo Rebelo, que sempre esteve presente quando convidado, esteve junto conosco. Agradeço mais uma vez a sua presença, no sentido de nos ajudar a entender e tirar as dúvidas com relação a esta matéria tão importante que é o Código Florestal Brasileiro.

Com relação às visitas anunciadas aqui e aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, também vamos aprovar e só colocamos a necessidade de incluirmos o Estado de Rondônia também para uma visita, uma vez que Rondônia, Senadores Rollemberg e Eduardo Braga, passou por uma grande reforma agrária e, então, serve como um grande exemplo, um bom exemplo, para que a gente possa discutir as questões ambientais e produtivas do nosso País. Rondônia, realmente, é um exemplo de desenvolvimento, de produção e também de preservação do meio ambiente.

Nós entendemos, quanto a essa colocação de 80% de preservação na Amazônia, da qual Rondônia faz parte, que talvez nós pudéssemos discutir e fazer com que, no Estado de Rondônia, haja uma diferenciação, pelo fato de Rondônia ser um Estado com terras produtivas e ser essencialmente agrícola, diferente do Estado do Amazonas, que tem uma Zona Franca, que tem uma indústria forte e, portanto, tem outra vocação econômica. Então, incluir Rondônia seria muito importante.

Agradeço mais uma vez a presença do nobre Deputado Aldo Rebelo nas nossas comissões e ressalto a importância de nós estarmos trabalhando unidos aqui no Senado, as três comissões sempre juntas, debatendo, porque o nosso interesse é o mesmo: queremos um Brasil produzindo e conservando. Esse é o nosso interesse, é o interesse da Comissão de Agricultura, é o interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia e também de Meio Ambiente.

Desejo a todos uma boa audiência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Agradeço aos Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga. Registro, com alegria também, a presença do Deputado Federal Roberto Dorner.

Quero dizer que a Presidência vai adotar o seguinte procedimento de inscrições. Vamos ouvir o Deputado Aldo Rebelo pelo tempo que ele considerar necessário. Em seguida, vamos ouvir os autores dos requerimentos – pela ordem, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Waldemir Moka e o Senador Eduardo Braga. Em seguida, obedeceremos a ordem de chegada – peço à Secretaria da Comissão para ficar atenta à chegada dos Senadores.

Já estão inscritos aqui a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Russo, o Senador José Pimentel, o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio Souza, a Senadora Angela Portela e o Senador Mozarildo Ca-

valcanti. Peço, mais uma vez, à Secretaria da Comissão para ficar atenta e passo, então, neste momento...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para entender: os requerimentos, nós vamos votá-los depois?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, os requerimentos já foram votados.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Nós nem os discutimos. O senhor os colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para deixar registrado: acho que as visitas são importantes, mas é um número bastante grande. Diante das visitas aqui aprovadas e tudo mais, acho que já podemos anunciar ao Brasil que não vamos votar este ano essa matéria. Quer dizer, são muitas visitas, nós vamos demorar algum tempo para fazer isso. Eu gostaria de deixar pelo menos registrada a minha preocupação, porque nós não vamos votar a matéria este ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, quero dar uma informação acerca da visão do Presidente da Comissão de Meio Ambiente: nós precisamos, para fazer a diligência formalmente, aprovar na Comissão. Isso não significa, necessariamente, que tenhamos de fazer todas as visitas. Por outro lado, há essa disposição das três comissões, essa disposição da Comissão de Meio Ambiente, de encerrar e fazer a votação ainda neste semestre.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está bem, Presidente. Sinto-me mais confortável agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço as procedentes observações de V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas gostaria de deixar registrado também que há um convite para ir a Canarana. Eu tenho uma fazenda vizinha a Canarana, no município de Querência, cujo prefeito está aqui. Então, o almoço fica por minha conta lá, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que posso responder positivamente em nome dos três Presidentes aqui!

Passo, então, neste momento, a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, mais uma vez agradecendo, Deputado Aldo Rebelo, por sua presença aqui.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Bom dia, senhoras e senhores.

Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; querido amigo Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Sr. Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores, é uma grande alegria e uma grande honra retornar ao Senado para expor a experiência, os caminhos, o método e os resultados do relatório sobre o Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados.

O Código Florestal brasileiro é uma herança do Direito português. Ainda no Brasil Colônia, nós tivemos, pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas, o disciplinamento do uso das florestas pelo Poder Público e pelo interesse privado.

O Patriarca de nossa Independência, o grande brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, também disciplinou a matéria, criando o que nós poderíamos hoje denominar como a reserva legal na propriedade, ao determinar que um sexto das propriedades ou das matas da propriedade seria transformado em reserva, para uso sustentável tanto do Estado quanto do interesse privado.

A reserva legal passou depois para o primeiro Código Florestal brasileiro, editado no governo do Presidente Vargas, em 1934, que foi sucedido pelo Código de 1965, votado no Congresso, já nos governos militares, e que reafirmou a existência do dispositivo da reserva legal.

É preciso destacar, portanto, que a preocupação com as matas do Brasil é uma preocupação antiga, que está na origem da nossa formação social e dos próceres mais importantes de nossa história.

A reserva legal não trata das florestas em geral; trata da menor parte das florestas, das matas existentes na propriedade privada. As matas públicas dos parques, das unidades de conservação, das florestas nacionais estão disciplinadas em outros dispositivos. E é bom lembrar que elas constituem a maior parte das florestas do País.

Nós estamos tratando, no Código Florestal, de uma parte muito reduzida da vegetação nativa, aquela que se encontra na propriedade privada. Basta lembrar que, no Estado do Senador Eduardo Braga, o Amazonas, que tem 1,6 milhão de quilômetros quadrados, um pouco mais de três vezes a área da França e mais de cinco vezes a área da Itália, 98% do Estado são cobertos por vegetação nativa e apenas 2% são abertos. No Estado do Amapá, que corresponde mais ou menos ao tamanho do Estado do Rio Grande do Sul ou de São Paulo, 79% são cobertos de áreas públicas. Só o Parque do Tumucumaque, demarcado às vésperas da Joanesburgo +10, em 2001 ou 2002, acho que

em 2001, tem 16 milhões de hectares – só o Parque do Tumucumaque. O Estado de Roraima, que também corresponde mais ou menos à área de São Paulo e do Amapá, tem mais de 50% de terras públicas.

Portanto, temos, no Brasil, áreas de reservas, de florestas, sejam elas na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado, na Caatinga, áreas públicas preservadas como em nenhum outro país do mundo; nenhum se compara, porque muitos têm áreas públicas, mas em deserto, em geleiras, em montanhas rochosas e não em áreas, muitas delas aptas para a agricultura, para o cultivo como as temos no Brasil, e em escala que também nenhum outro país do mundo possui, por duas razões: primeiro, que nenhum tem reserva legal na propriedade. O único que tem é o Brasil; os países têm áreas públicas, florestas públicas e parques públicos, todos eles registrados em uma organização, com sede na Suíça, e nós podemos comparar área por área, país por país para demonstrar a superioridade do Brasil em relação às demais nações com a preservação das suas florestas, caso exemplar no mundo.

Pois bem, no Brasil, nós temos, pela lei, e está mantida na proposta aprovada no Senado, reservas de 80% da vegetação nativa em área de floresta na Amazônia, 35% no cerrado e 20% nas demais formas de vegetação. Este princípio está, portanto, assegurado e mantido, garantindo, assim, para o futuro, o compromisso, que é mais do que um compromisso de governo, de Estado, é um compromisso civilizatório: a vocação civilizatória do povo brasileiro em preservar a natureza, em proteger o meio ambiente. Quem sabe, talvez em homenagem ao tronco mais antigo e mais permanente de nossa formação, que são os nossos irmãos indígenas.

No entanto, o Brasil é colocado no centro do debate internacional não como exemplo de preservação, ao contrário, como país que atentaria contra a conservação da natureza e a preservação do meio ambiente. O que não é verdade.

Não integrando a Comissão Permanente de Agricultura, nem integrando a Frente Parlamentar da Agropecuária, a partir da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acompanhando as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), percebi o uso, nas reuniões da OMC, da questão ambiental como contraponto nas negociações, principalmente dos produtos agrícolas. Uma pressão permanente contra o Brasil numa negociação comercial. E, a partir daí, despertou o meu interesse em participar desse debate e, por convocação dos companheiros lá da Câmara e dos partidos, assumi a relatoria dessa matéria, vez que se acumulavam projetos tratando do Código Florestal, desde 1999, um deles do Deputado Sérgio, já falecido, do Estado de Rondônia, e, indicado Relator, procuramos, então, fazer o dever de casa, fazer o inventário dos problemas decorrentes da legislação existente no Brasil.

É preciso destacar que, do Código Florestal aprovado em 1965, pouco resta nos dias atuais, talvez apenas o título e mais alguma coisa. O Código sofreu profundas modificações, não apenas formais, mas inclusive de conceito, de conteúdo, de concepção. A reserva legal, por exemplo, dentro da propriedade, era concebida como uma reserva de sustentação da propriedade, que poderia ser usada pelo Estado e pelo proprietário, e foi transformada em uma reserva biológica de preservação da fauna e da flora, ficando, portanto, praticamente intocada.

Quando José Bonifácio criou a reserva dentro da propriedade, é preciso destacar que não eram as propriedades de hoje. Eram propriedades que se mediam em léguas, a perder de vista. A estrutura fundiária no Brasil não tinha conhecido a experiência da redivisão da propriedade e da terra, e, portanto, as propriedades eram medidas como sesmarias, em tamanho muito diferente do que é hoje.

A madeira da propriedade era usada para a construção naval, tanto de vasos de guerra quanto para o uso comercial. Usada a madeira da reserva legal para energia, principalmente para mover os engenhos de açúcar. A reserva legal era usada para a construção civil para o uso da propriedade e construção de pontes, cancelas, cercas, casas. Esse conceito alimentou inclusive a manutenção da reserva legal, mesmo nas pequenas propriedades, porque eu conheci, nos anos 50 e 60, no Nordeste, quando cada propriedade, por pequena que fosse, tinha uma pequena reserva da qual o proprietário poderia extrair um cabo de enxada, um cabo de vassoura, um cabo de foice ou uma tabica cipó fogo, um mourão, uma cancela, um caibro, uma ripa, o que ficou superado a partir da alteração do conceito, quando a reserva passou a ter mais a função biológica. E isso, infelizmente, ao invés de estimular a preservação, lamentavelmente, estimulou a destruição. Porque o pequeno proprietário principalmente, não vendo uma função que lhe servisse na existência dessa reserva legal, encarregou-se de usá-la economicamente ou para a criação ou para a agricultura, gerando, principalmente nas ocupações mais antigas, a tragédia de desaparecimento de boa parte da Mata Atlântica brasileira.

A exigência da reserva legal na propriedade é um dos dispositivos que coloca na ilegalidade mais de 90% das propriedades existentes no Brasil.

No Estado da Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul, por exemplo, 99,45% das propriedades não

têm reserva legal. Estão, portanto, na ilegalidade. E as pequenas propriedades são as que mais se ressentem da ausência desse dispositivo legal. No Nordeste, mais de 50% das propriedades têm até cinco hectares. No Estado de Alagoas, 65% das propriedades têm até cinco hectares, segundo o Censo Agropecuário. E se reunirmos reserva legal e APP, não ocupam 0,3% da propriedade. As grandes propriedades, principalmente aquelas intensivas, com capital e tecnologia, se aproximam mais da exigência da lei.

Se acrescentarmos à exigência da reserva legal as Áreas de Preservação Permanente, que são aquelas destinadas a proteger o solo e os recursos hídricos, margem de rio, as matas ciliares, a proteger as encostas, topo de morro, aí nós nos aproximamos dos 100% da atividade na ilegalidade. E aí nós perguntamos: é concebível que o País legisle para deixar na ilegalidade 100% de seus proprietários agrícolas? É razoável? É racional? Quando não há, em nenhuma outra atividade, algo sequer parecido? Nem na atividade financeira, nem na atividade bancária, nem no setor de serviços? Como é que o País pode colocar 100% de seus agricultores na ilegalidade, sem tirar consequências disso? Porque, para tirar consequências, tem que concluir que se trata, de fato, de uma parcela da população vocacionada para o crime e adotar as providências devidas contra os criminosos, ou que há uma deformidade, uma morbidez nessa legislação, que precisa ser corrigida, que precisa ser enfrentada. E, naturalmente, isso ficava mergulhado na penumbra da desinformação, porque o agricultor não frequenta as redes sociais, não organiza *lobbies* poderosos como algumas organizações não governamentais, principalmente internacionais, que legislaram e legislam no Brasil no lugar do Congresso Nacional, por resoluções do Conama, aprovadas sem sequer um critério técnico. Vejo hoje os cientistas cobrando a sua participação e pergunto: por que não participaram quando essas resoluções absurdas foram aprovadas? Por que não reivindicaram dar opinião quando mudaram o conceito de margem de rio, colocando na ilegalidade milhões de agricultores? Setenta e cinco por cento dos produtores de arroz proibidos, por uma resolução do Conama, de produzir em várzea, quando a várzea é o berço da agricultura, é a origem da agricultura no Egito, na China, na Índia? Quem vai encontrar um produtor de arroz na China, no Vietnã ou na Índia que não produz em várzea? Como é que se nega a várzea à agricultura no Brasil? Deixar na ilegalidade os produtores de banana no Vale do Ribeira, os ribeirinhos do Amazonas?

É muito fácil reunir celebridades num hotel cinco estrelas de Manaus e não perceber a situação dos agricultores na beira do rio. Como você vai proibir cultivo na beira do rio para preservar a floresta? Desci lá no rio Purus com o Chico Corrente, que disse: "Deputado, eu planto aqui há 8 metros d'água no igarapé quando ele seca, para não ter que derrubar uma árvore e preservar a floresta." São 200, 300 anos fazendo isso. Proibir toda a pecuária do Pantanal, uma pecuária de 270 anos, registrada nas crônicas mais antigas dos viajantes, da Guerra do Paraguai, uma pecuária sustentável, o bioma mais sustentável, em que o boi come o capim nativo, ficou proibida por uma resolução do Conama! Eu fiquei estarrecido. Mais do que estarrecido, indignado! O Estado brasileiro não tem o direito de fazer isso com a sua agricultura, com os seus criadores. Não pode! Mas é a situação que eu enfrentei, que eu vi.

E não vi aqui do Congresso, não. Nós realizamos mais de cem audiências públicas. Eu fui aos plantadores de arroz lá do Rio Grande do Sul. Fui aos plantadores de uva de São Paulo, do Rio Grande. Fui à Embrapa Pantanal, em Corumbá, à Embrapa Caatinga, de Petrolina, à de Florestas, em Colombo, à de arroz, em Rio Verde. Visitei os agricultores do interior de Mato Grosso, de Roraima, de Rondônia, do Amazonas, de São Paulo, de Minas, do cerrado, da caatinga, da mata atlântica, do topo de morro, os bananeiros de São Paulo, mais de 3 mil produtores. Levei o documento à Ministra Izabella, dizendo: "Mas Ministra, proibiram 3 mil pequenos agricultores de usar a várzea para plantar banana, coisa que eles fazem há muito tempo em São Paulo, sem prejudicar meio ambiente nenhum; pelo contrário, o Vale do Ribeira é a região mais preservada de São Paulo." A Ministra Izabella não sabia, consultou um técnico, que voltou e disse: "De fato, está proibido." Eu disse: "Há oito anos, autuados, multados, infernizando a vida dessas pessoas que sobrevivem com dificuldade?" Porque não conheço nenhum bananeiro em São Paulo que ficou rico vendendo banana. Não sei se alguém conhece por aí afora. Mas foi assim.

Então, fizemos essas audiências. Fizemos um inventário dos problemas, olhando de perto, vendo de perto, ouvindo todo mundo. A SBPC, peguei meu carro em São Paulo, na capital, fui a São José dos Campos procurar o meu amigo pessoal, que era presidente da SBPC, para pedir a participação da SBPC. O Deputado Paulo Piau e o Deputado Lupion fizeram aqui o requerimento convidando a SBPC. Disseram que não podiam porque estavam formando uma opinião ainda. Está aqui o requerimento. Dizer que não participaram, que não foram convidados não é verdade. Tudo, menos a verdade! Agora, quando as ONGs organizaram aqui um convescote, na Câmara dos Deputados, não me convidaram, como relator da matéria. A SBPC e a ABC estavam lá presentes, apareceram, foram lá

prestar depoimento, conversar. E, aos poucos, as opiniões da SBPC iam sendo aqui vazadas pelos setores ligados a ONGs que eram contra qualquer alteração do Código. Isso não é correto. Isso não é justo. Não conheço ciência que se faça desse jeito, sinceramente. Não conheço. São meus amigos e me dou bem com todos eles. Aliás, cheguei a participar, em São Paulo, de uma reunião para discutir isso, mas não é um procedimento correto dizer que não houve participação quando foram convidados – tem aqui os requerimentos – e não compareceram. Depois, disseram que não houve participação. De fato, é lamentável a omissão grande da ciência no Brasil, não agora, porque foram ouvidos – as universidades foram ouvidas aonde eu fui –, mas durante todo o processo de construção dessa legislação.

Então, cheguei à conclusão de que há um problema grave, porque já votamos no Congresso, várias vezes, reforma de Previdência, reforma do Código Penal, reforma tributária, e nunca houve um conflito, uma confusão como a votação deste Código Florestal, embora nunca houve antes tantas audiências públicas para debater um tema, como o foi neste caso. Não houve tanta audiência nem na reforma da Previdência, nem na reforma tributária.

Onde está a questão? Eu fico me perguntando: será que, de fato, é a metragem de cinco, 10, 15, 30 ou 100 metros de mata ciliar? Será que são os 80% de reserva legal na Amazônia e não 70 ou 60 ou 50? Será que é essa a preocupação? A minha conclusão é que não. Porque nós inventariamos a existência desse debate no mundo inteiro, Senadores, no mundo inteiro. Na América do Norte, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Suécia, em Portugal, na Bélgica, na Austrália, esse debate simplesmente não existe. Não há como explicar para um deputado chinês ou francês o que é reserva legal, porque ele não vai saber o que é. Medir uma mata ciliar de beira de rio de 30, 50 ou 100 metros eles também não vão saber o que é, porque o congresso e a imprensa desses países desconhecem esse debate. Eu pergunto então: o que está acontecendo?

A minha impressão é de que esse debate... Não é que não haja a questão do meio ambiente. Há problemas ambientais graves no Brasil e no mundo, na cidade e no campo, mais nas cidades do que no campo.

Eu moro na cidade de São Paulo, perto do rio Tietê, e posso falar, por experiência própria, que há problemas ambientais graves nas cidades. Quem mora em Recife, que conhece os rios Capibaribe ou Beberibe, quem conhece o Guaíba, em Porto Alegre, ou qualquer rio dentro de uma cidade sabe que há problemas graves. E, no campo, também há. É claro que é estarrecedor você viajar léguas e léguas e não encontrar uma árvore onde um passarinho possa fazer um ninho, o uso sem controle de pesticidas, tudo isso existe, mas isso não pode explicar a ação de certas ideias em torno desse debate. Não pode explicar.

Eu acho que, no fundo, o que se debate é se o Brasil pode dispor dos seus recursos naturais, do seu solo e dos seus subsolos de forma soberana em benefício da sua população ou se esses recursos vão ficar imobilizados e subordinados a interesses que não são do Brasil. Essa é a minha impressão. Nada me convenceu do contrário. Os problemas ambientais existem, são sérios e graves, mas, pelo que se vê no mundo no mundo e no Brasil, não é essa a principal preocupação. Senão, esse debate estava presente no mundo. Haveria, pelo menos, uma ONG pedindo 1% de reserva legal na França, 2% nos Estados Unidos, 1% na Holanda, pelo menos uma mata ciliar de meio metro naqueles rios holandeses. Por que isso não existe? Por que não se reivindica nada de reserva legal e de mata ciliar em nenhum país do mundo? Será que a ciência não tem princípios e valores universais para serem aplicados de forma mais ou menos equilibrada em todo o mundo? Por que só no Brasil? Por que 80% de reserva num lugar, 0% no outro e acabou-se?

Não consigo entender, a não ser a partir desse pressuposto de que há de fato uma guerra comercial importante; a indústria da América do Norte e da Europa migrou toda para a Ásia; a agroindústria passou a ter uma importância muito grande, é difícil de sustentar porque são agriculturas frágeis de países fortes, e a nossa é uma agricultura forte de um país frágil. A agricultura altamente subsidiada, o tesouro europeu e o tesouro da América quebraram a agricultura africana, quebraram a agricultura mexicana – vejam a situação social da África e do México, não é apenas o acaso, a natureza, é um produtor de tomate italiano colocando numa feira do Marrocos o quilo do tomate pela metade do preço do tomate marroquino; o milho americano subsidiado atravessando a fronteira e quebrando os agricultores mexicanos. Essa que é a realidade, e o Brasil com alguma possibilidade de se firmar como uma potência alimentar. Às vezes nós nos iludimos, achamos que somos... Nós somos apenas o quarto produtor mundial; em coisas importantes, somos o segundo. Nós não somos o maior produtor de soja do mundo – são os americanos. Não somos o maior produtor de carne do mundo, nem bovina nem suína nem de ave. Só de milho, os americanos produzem o dobro de toda a nossa safra de grãos, só de milho. Então, nós enfrentamos de fato concorrentes que transformaram seus agricultores em funcionários públicos, na melhor expressão da palavra, ou seja,

pessoas cuja renda não depende de atividade privada. Essa é a situação do agricultor na América do Norte e na Europa. São servidores públicos remunerados pelo tesouro da Franca, dos Estados Unidos. Basta conversar com qualquer produtor. E não é da forma mais católica, não. Em Portugal eles pagam subsídio para a vaca; na Holanda também pagam. Ninguém abatia vaca, tinha vaca demais, criou- se um problema ambiental. O governo holandês passou a pagar para dar baixa nas vacas. Os holandeses pegaram as vacas e levaram para Portugal. E a mesma vaca passou a ganhar subsídio na Holanda e subsídio em Portugal. Foi assim que me falou um dirigente da associação de criadores de Portugal. É essa a situação do mundo. Assim que as coisas funcionam.

Os pequenos agricultores sofrem mais. Tenho ali uma transparência – não sei se dá para exibir – que eu gostaria de apresentar, muito rápido, para as Srªs Senadoras e para os Srs. Senadores.

Isso aqui é em Boca do Acre, Município do Amazonas. É um assentamento, Projeto de Assentamento Monte, a caminho de Boca do Acre.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui são agricultores. O Edgar está aqui presente. Levante, Edgar. Ali são os filhos do Edgar, esposa. Multas de R$500 mil. Cria um gado leiteiro, renda mensal de R$600,00, as terras valem R$100 mil, no máximo, e já haviam sido desmatadas quando compraram o lote. Edgar e a irmã dele, a Luzia, que é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; eu conheci primeiro, lá em Boca do Acre e me apresentou também outros casos. A mulher que foi multada porque não tinha dinheiro para pegar um ônibus, um carro para ir receber a notificação no Ibama. O fiscal do Ibama teve que deixar R$30,00 para poder ela comparecer lá.

(Próximo, por favor.)

Aqui é outro agricultor. Tem R$800,00 de renda mensal. Já gastou R$1.000,00 para fugir das multas e o pai perdeu as terras quando foi criada uma reserva indígena.

(Próximo, por favor.)

Aqui são duas índias, a Marinês e a Adriana, vivem na terra indígena Camicuã, também no Amazonas; caçam, pescam, produzem artesanato e lutam para levar um professor para as crianças. Ali, os indígenas receberam multas ambientais de até R$5 mil por terem caçado animais para subsistência.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o Edmar, também lá nesse assentamento, propriedade de 100 hectares – 50 são mata nativa, a multa é de R$157 mil e a propriedade não vale R$80 mil.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o Edvaldo, casado, cinco filhos, multa de R$205 mil. A poupança, de R$11 mil, foi embargada.

(Próximo, por favor.)

Aqui foi a audiência pública de Boca do Acre. Tinha de 300 a 400 pessoas. Esse aqui embaixo é o Chico Corrente, vizinho a ele é a Luzia, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que organizou esse movimento, e ali estamos conversando com algumas pessoas. Eles fizeram aquela camisa: "Preservar, sim. Confiscar não." Todos eles estão ameaçados de terem a terra leiloada por causa de multas ambientais.

(Próximo, por favor.)

Aí é o rio Purus, que nós descemos. Aí é o Professor Lázaro da Rocha, que cuida de uma escola com 20 alunos. Eu ia passando e vi umas crianças descendo de canoa, pedi para parar e desci. Encontrei o professor, subi naquela escolinha ali e perguntei: "Tem água na escola?" Não tem. Não tem água encanada, apesar de estar na região amazônica. "Tem luz?". Também não tem. O professor dorme numa cama no chão e corrige as provas à luz da vela.

Não é a situação dos povos da floresta, que é vendida como idílio no exterior e nem a situação das celebridades de Hollywood e dos *pop stars* internacionais que vêm querendo um padrão de vida, porque aí é muito bom... Por que o povo da floresta é idealizado? Porque, para o europeu e o americano, é o tipo de vida que todos eles queriam que a humanidade tivesse: não gastam energia, não comem 100g de carne por dia, economizam, para que a energia seja consumida de forma conspícua no Primeiro Mundo. Não vejo outra razão.

Agora, pergunte se alguma ONG apareceu aí para ajudar esse professor. Dormindo no chão, corrigindo prova à luz da vela, numa escola que não tem água e não tem luz, e as crianças, muitas vezes, não têm aula porque os mosquitos não deixam. Só andam de canoa, porque não tem estrada – não pode ter –, não tem moto, não tem cavalo, não tem carro. Está aí esse professor. Eu parei, fui lá, conversei com ele. Essa é a situação.

Além de tudo, a Amazônia tem 60% do nosso território e 8% do nosso PIB. Não se pode fazer uma estrada, não se pode fazer nada, porque a legislação não deixa nem fazer uma estrada que ligue Manaus a Porto Velho. Está embargada. Quando fizeram uma medida provisória aqui para facilitar o recapeamento de estradas, tiraram a Amazônia. Quem mais precisa foi retirado desse benefício.

(Próximo, por favor.)

Aí é a Francisca, lá na comunidade de São Sebastião. Aí, quando o rio enche, a ribeirinha fica sem terra para a agricultura. Seu trabalho é colher folhas de

chacrona lá para produzir a Ayahuasca, que é o chá do Santo Daime. Eles plantam na praia ou no beiço do rio, como eles falam. É uma comunidade saudável. Ali não tem uso de droga, ali as famílias se conhecem.

O Chico Corrente disse para mim: "Deputado, se proibirem a gente de ficar aqui, isso aqui é uma fábrica de prostituição e de crime, porque vai para a periferia de uma cidade e vai-se desintegrar isso tudo". Lá, eles vivem numa coisa saudável, com dificuldades, mas vivem, se integram, têm um relativo bem-estar espiritual e material, na pobreza, mas têm. Por que botar esse povo para correr da beira do rio. Ameaça o quê?

Pelo amor de Deus, minha gente. O que é isso?

Vamos lá. Aí é uma cena de lá. Eles plantam arroz, feijão, jerimum, melancia, banana na beira do rio.

(Próximo, por favor.)

Aí são alguns dos produtos, cenas da comunidade de São Sebastião.

(Próximo, por favor.)

E aí são alguns integrantes da comunidade. Esse é o chefe, o Chico Corrente que está à frente.

Aí é outra audiência que fiz, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. São assentados do MST. Uma multa de R$3,6 milhões, Senador Suplicy. Estive lá com a Deolinda nessa audiência. Tem aí duas mulheres que sacrificaram duas vaquinhas, porque receberam uma multa. As vaquinhas entraram numa reserva para comer capim, e a polícia ambiental achou que elas iam comer peroba, rosa, jacarandá, arueira. E multaram em R$3,6 milhões. Esse pessoal tem condições de pagar uma multa de R$3,6 milhões? Está aí o Rubens Germano, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau, aquele que está em pé falando.

(Próximo, por favor.)

Essa moça é uma senhora de Boca do Acre. Ela dá um pequeno depoimento que acho interessante.

(Continua exibição de vídeo com depoimentos.)

Isso foi no Amazonas, mas no Acre encontramos também, em larga escala. A Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre, a Sebastiana, cita casos e casos de suicídio e de depressão de agricultores, que são pessoas, do ponto de vista moral, muito ciosas de seus deveres e de suas obrigações. Nunca passaram na porta de um cartório, pensam que são cumpridoras da lei, que criam a família com decência, com dignidade. Quando aparece a Polícia Nacional. Eu vi em Mato Grosso os abusos que essa polícia cometeu contra as populações locais. A Polícia Florestal ou Ambiental, o Ibama. Essas pessoas se sentem humilhadas. Então, há casos até mesmo de suicídio por causa de episódios como esses.

Portanto, Senadores e Senadoras, o que fizemos foi buscar uma solução de equilíbrio: preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, legalizar a atividade agrícola do País. Foi isso que procuramos. E isso só poderia ser feito mediante um pacto, mediante um acordo geral. Imaginar que esses 410 votos no relatório da Câmara foram votos de ruralistas é uma ilusão ou uma mentira. Se os ruralistas tivessem 410 votos na Câmara, provavelmente eu não seria o Relator da matéria e muito provavelmente o relatório não seria este. Vocês conhecem, por exemplo, a posição da Senadora Kátia Abreu. Ela é absolutamente contra a reserva legal. A reserva legal foi mantida. Este relatório é fruto de um pacto que foi acolhido pelos produtores rurais e que algumas ONGs, não todas, algumas, pensaram, do alto de sua arrogância, que podiam enfrentar e derrotar o Congresso Nacional. É isso. E não aceitaram. Nós mantivemos a estrutura básica da legislação existente, as metragens de reserva legal, de Área de Preservação Permanente, e o pacto possível é um pacto de dupla consolidação. Você consolida toda a área verde existente no País, protege de forma rigorosa e, ao mesmo tempo, consolida a área que está em atividade. Porque não faz sentido, no Estado de São Paulo, para atender à legislação, por exemplo, arrancar 3,6 milhões de hectares de cana, capim, café, milho, soja, para plantar a mata de volta. Como é que você vai fazer isso em São Paulo e em outros lugares do País? Porque, pelas estatísticas que muitos apresentam – "Não, mas está abrindo mão de florestas" –, você teria que reflorestar áreas que estão em uso para fazer reserva legal, quando a agricultura no Brasil ocupa em torno de 60 milhões de hectares, de 850 milhões. A agricultura. A pecuária ocupa muito mais.

Então, esse é o acordo que foi possível. E acho que sem essa mediação nós chegaríamos a um impasse, está certo? Eu cheguei a colocar inclusive a moratória de cinco anos de desmatamento zero, que retirei a pedido do próprio Governo, do Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura, dos Governadores da Bahia, do Tocantins, acho que do Maranhão e do Piauí, porque, hoje, pela lei, o desmatamento é permitido, desde que você preserve aquelas áreas de reserva legal. Tanto é que aprovamos, com o apoio de todos os partidos da base do Governo, com a orientação do Governo, e dos maiores partidos de oposição, fruto desse acordo.

Onde restou a polêmica? Em torno de uma coisa que não era fácil de se resolver, que é a chamada Área de Preservação Permanente, principalmente a mata ciliar, à beira de rio. Por quê? Porque ela é densamen-

te ocupada, principalmente por pequenos agricultores. Toda propriedade tem que ter nem que seja uma nascentezinha. Mesmo no sertão de Pernambuco, uma propriedade tem que ter duas cacimbas: uma, para a família beber água e, outra, para dessedentar a criação.

Se você for aplicar essa legislação na pequena propriedade de 30, 50, 100 metros, se em cada nascente você colocar 50 metros de APP, fazer um raio, traçar área, você inviabiliza essas propriedades.

Em rios como o Iguaçu, o São Francisco ou médios como o Ijuí, no Rio Grande do Sul, o Ivaí, no Paraná, o Parnaíba, no Piauí, e outros, a pequena propriedade desaparece. Se uma pequena propriedade de cinco hectares, banhada por um rio de 100 metros de APP, tiver 100 metros de fundo e 500 de frente, ela desaparece toda. Não fica nada. Se tiver um córrego de meio metro, 30 de cada lado, 60% da propriedade foi embora. Então, é preciso ter muita cautela ao resolver essa questão.

Como o Governo queria resolver? Queria que tudo ficasse por um decreto e que eu fizesse uma lista de atividades permitidas que o Governo pudesse ampliar. Eu disse: "não tenho como fazer uma lista dessa, porque, quando você começa a lista, começa a confusão".

Começamos uma lista de topo de morro, a confusão começou. O que pode? Aí podem as lenhosas, as perenes, as lenhosas não sei de quê, pode café pode maçã, pode isso, pode aquilo. Só que uma boa parte é pecuária de pequeno porte, nessas áreas acidentadas do litoral brasileiro, que vêm desses contrafortes dessas montanhas que começam em Santa Catarina e vão até o Ceará, a Serra do Mar, a Serra Geral, a Mantiqueira, a Borborema, até lá encima, até o Araripe, tudo muito acidentado, com uma grande presença de atividade agrícola e de pecuária. Como você vai fazer? Tira a cana dos morros de Pernambuco e Alagoas, que está lá há 400 anos, desde o tempo das capitanias? Tira essa pecuariazinha? Não. Aí pode a pecuária do capim nativo. Digo: "mas muita área foi ocupada com vegetação nativa". Então, era uma negociação muito difícil. Digo: ou o Governo faz tudo, entrega um decreto e o Governo faz, ou o Congresso faz tudo. Eu não vou fazer uma lista e, amanhã, o cidadão diz: "olha, fui expulso da minha área porque o senhor botou, numa lei, que eu não podia". Eu digo: "não". Aí esse impasse. O Governo não apresentou uma solução, porque é difícil mesmo. Apareceu uma emenda da oposição, a qual o Governo não quis. Nós tiramos a emenda da oposição e arrumamos uma emenda da base, que era do PMDB, apoiada pelo PCdoB, pelo PSB, pelo PDT. Deu outro impasse. Aí, esse artigo, essa emenda foi resolvida no voto, mas, naturalmente, na luta política, pega-se a emenda como ela fosse... O Governo foi derrotado, o Governo foi vitorioso. O mais importante está lá no projeto. Tudo acordado. Foram dois anos de negociação com o Ministério do Meio Ambiente. Considero uma negociação bem sucedida. Resolvemos as principais questões. Resolvemos, por exemplo, em acordo com o Ministério do Meio Ambiente, que a reserva legal dos proprietários de até quatro módulos será aquela declarada em 2008. Isso é uma grande conquista. Resolvemos também, com o Ministério do Meio Ambiente, a possibilidade de somar reserva legal com APP. Resolvemos a possibilidade de fazer a reserva fora da propriedade no mesmo bioma, mesmo fora do Estado. Resolvemos a questão dos pequenos açudes. O mais importante foi resolvido. A Ministra do Meio Ambiente chegou a dizer que 98% estava resolvido.

Agora, como em tudo, da arte à política, como é o detalhe que define, as tais APPs de beira de rio não resolvemos. Por quê? Porque ou você consolida de alguma forma ou você vai expulsar 2 milhões de agricultores de beira de rio. Não tem como. Não tem como você proibir que um criador no Nordeste leve a sua vaca para beber na beira de um açude, ou plante na beira de um rio ou de um açude. Numa região onde as estações são muito definidas, boa parte do Nordeste passa seis meses sem chover, seis meses. Quem é do Nordeste sabe disso. Como o nordestino come nessa área? É da cultura de várzea. Você pode chegar à feira: a melancia é de várzea, o feijão é de várzea, o milho é de várzea, porque não existe água de outra forma. Como você vai expulsar essa agricultura? Vai chegar ao Iguaçu e ao São Francisco, medir 500 metros de APP e expulsar todo mundo? É possível uma coisa dessa? É razoável?

Então, o governo chegou a apresentar uma solução que somente 20% dessas áreas poderiam se transformar em APP, mas não havia emenda para isso. Mostrou sensibilidade também. A questão é muito concreta. Apresenta-se uma solução para os agricultores brasileiros. Os europeus e os americanos estão liberados para usar suas beiras de rio. Conversei com um dirigente da associação de agricultores de Portugal e perguntei se eles plantavam na beira do rio. Ele olhou espantado para mim e perguntou se a Embrapa tinha alguma semente que pudesse plantar dentro do rio, porque na beira do rio eles já plantavam.

E a mata ciliar, também flexibilizar. Só a vegetação nativa que pode ser mata ciliar? Não tem outra forma de vegetação? O europeu não protege a beira do rio com tantas culturas? Com quais podemos proteger as nossas também?

Então, vejo que há possibilidade de chegarmos a uma situação que ajude a preservar o meio ambiente, a manter esse compromisso do Brasil e, ao mesmo

tempo, ajude a proteger uma atividade importante que é a nossa agricultura, ou por razões econômicas, porque produz para baratear os alimentos, produz para equilibrar as contas externas, ou produz também para manter no campo uma parte da população que sobrevive com dificuldade, o pequeno agricultor que vive na roça: ali está a sua casa, a sua água, a sua luz, o seu estilo de vida.

Proteger a agricultura não é só proteger um negócio. "Ah, campanha contra o agronegócio". A minha impressão é de que esse termo é infeliz e muito mal usado. A agricultura é muito mais do que um negócio. A agricultura e o campo no Brasil são partes da nossa identidade nacional, da nossa cultura, da origem da nossa música, do nosso folclore, da nossa culinária. A sociedade, o governo e o Estado não podem virar as costas para essa atividade, não. Toda ela, cada uma com a sua função: a grande, a média e a pequena, que é a maior parte e a que precisa de maior proteção e que é a mais vulnerável às exigências da legislação.

É possível fazer essas escolhas? Eu acho que é. Vai prejudicar algum interesse? Não. Os pobres, os trabalhadores, as donas de casa, a classe média, ninguém vai ser prejudicado por isso. Pode contrariar interesses lá fora, mas acho que isso é da vida.

Portanto, fico aqui à disposição dos senhores e das senhoras. Agradeço mais uma vez o convide para participar dessa reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Quero registrar aqui as presenças do Deputado Romero Pereira, do Deputado Moreira Mendes, do Deputado Lira Maia, Deputado Moacir Miqueleto, Deputado Paulo Quartiero, Deputado Marcos Montes, Deputado Neri Gueller. Se eu estiver esquecendo algum, solicito que comunique à secretaria da Comissão. É uma alegria poder recebê-los.

Quero consultar os nossos presidentes e também o Plenário sobre o encaminhamento. Temos quatro autores de requerimento, pela ordem: Senador Acir Gurgacz, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Waldemir Moka, Senador Eduardo Braga. Vou trocar a minha vez com o Senador Eduardo Braga a pedido dele. A minha sugestão é que possamos ouvir cinco Senadores e passamos a palavra para o Deputado Aldo Rebelo, pedindo para que todos procurem ser objetivos. Vamos definir cinco minutos, como uma referência, fazendo um esforço para nos manter nesse tempo.

Além desses nomes a que eu me referi, ainda estão inscritos a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Russo, o Senador José Pimentel, o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio de Souza, a Senadora Ângela Portela, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Jayme Campos, o Senador Eduardo Suplyci, o Senador Vicentinho, o Senador Pedro Taques, o Senador Reditario Cassol, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Benedito de Lira, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Walter Pinheiro.

Procuramos fazer as inscrições pela ordem de chegada; alguns já não se encontram...

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Senador Presidente, permita-me mais 30 segundos para fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Apenas para registrar a presença do Prefeito de Querência, Fernando Gorgen. Levante-se, Prefeito. São 1.920 assentados da reforma agrária, sendo que boa parte deles com propriedades embargadas por uma legislação que os obrigava a ter 50% de reserva legal, mas que, depois, os obrigará a ter 80%. E o Prefeito tem cumprido o seu grande papel para ajudar manter esses assentados lá vivendo e produzindo. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mais uma vez registramos, com alegria, a presença do Prefeito de Querência. Também registro, com alegria, a presença do Deputado Federal de Mato Grosso, Roberto Dorner.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Deputado Aldo Rebelo, pela sua explanação. Acompanhei as suas visitas ao Estado de Rondônia e sei que V. Exª percorreu o Brasil inteiro para fazer esse grande trabalho: a reforma do Código Florestal feita pela Câmara.

Para contribuir, lá no Estado de Rondônia, Srªs e Srs. Senadores, temos uma reserva de aproximadamente 66.4 em todo o Estado de Rondônia.

A realidade dos nossos agricultores é muito parecida com a realidade do Município de Boca do Acre, mas, como uma pequena diferença: os nossos agricultores, em Rondônia, eles só não foram estimulados a estarem em Rondônia como muitos foram conduzidos pelo Governo Federal, foram transferidos de suas terras no Sul do País para o Estado de Rondônia, sendo lá instalados com a obrigação de derrubarem 50% de suas áreas para plantar, senão não teriam documento de suas áreas e, hoje, vivem da mesma forma, como dito pela senhora daquela família apresentada aqui pelo Deputado Aldo Rebelo, que vivem na ilegalidade,

porque, no meio do processo, Senador Moka, mudou-se a lei. E as pessoas que foram incentivadas e transferidas pelo Governo Federal passaram a estar ilegal, perante a lei, não sendo reconhecido todo o trabalho feito à sua época.

Então, peço aos nossos nobres Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, que tenham sensibilidade – já que o Senador Jorge Viana conhece o nosso Estado de Rondônia, pois, vizinho do Estado do Acre, e também o Senador Luiz Henrique, pelo amplo conhecimento que tem do nosso País e, portanto, do o Estado de Rondônia -, porque atribuir àquela população 80% de reserva, eu acho que é uma penalidade muito grande para aquelas famílias que vivem no campo, que vivem do plantio no Estado de Rondônia. Será um engessamento no Estado, sem contar que temos quase 67% de reserva em todo o Estado de Rondônia, Senador Eduardo Braga. Então, o papel de Rondônia em preservar já está contemplado.

Peço, mais uma vez, para que a gente possa analisar, a fim de tirar Rondônia desse engessamento dos 80%. Vamos manter como no passado, quando, no passado, fomos para Rondônia e éramos obrigados a derrubar 50% e mantermos 50%. Não pode mudar a vida das pessoas por um simples decreto, por uma simples assinatura, por uma meia folha de papel mudar toda a vida, toda a história das famílias que moram na Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia. São quase dois milhões de pessoas que vivem da agroindústria, da pequena propriedade rural; 93% dos produtores das terras de Rondônia estão nas mãos de pequenos produtores rurais, da agricultura familiar.

Essas eram as minhas colocações.

Cumprimento e agradeço mais uma vez o Deputado Aldo Rebelo, que esteve em Rondônia, esteve em Ji-Paraná, conhece a realidade, sabe do que estou falando – as famílias foram para Rondônia incentivadas e transferidas pelo Governo Federal. Então, agradeço e cumprimento mais uma vez o Deputado Aldo Rebelo pelo brilhante trabalho e pela brilhante explanação desta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

OSR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rollemberg, cumprimento novamente todas as Srªs e os Srs. Senadores, nosso Relator, Deputado Aldo Rebelo, que tão dedicadamente caminhou por este País e procurou compreender o Brasil para apresentar o seu relatório, eu gostaria de começar fazendo uma colocação que me parece extremamente importante. Ainda há pouco o nosso Deputado Aldo Rebelo, de uma forma apaixonada e absolutamente emocionante, fez aqui um depoimento que não resta dúvida tocou o coração de todos nós, Senadores e Senadoras da República, bem como de todos aqueles que estiverem nos assistindo. No entanto, usando as próprias palavras do nosso Deputado, o Amazonas tem 1.6 milhão de quilômetros quadrados. Boca do Acre é um entre os 62 Municípios no Estado do Amazonas. Boca do Acre é o maior rebanho bovino do Estado do Amazonas. É o Estado que tem o maior índice de cabeça de gado por habitante do Estado do Amazonas. A grande maioria desse gado é de grandes fazendeiros, não do PA Monte I e II. Você sabe por que é PA Monte? Porque é Projeto de Assentamento. Por isso é PA.

O PA Monte foi implantado em Boca do Acre por uma política de assentamento rural do governo brasileiro de forma absolutamente equivocada. Com equívoco de planejamento, com equívoco de assentamento e com equívoco das atividades a serem produzidas. Eu conheço PA Monte I e PA Monte II. Sei do sofrimento daqueles agricultores que lá vivem. Recentemente, com Senadores do Amazonas, Senadora Vanessa, o então Senador João Pedro, mais Deputados do Amazonas e lideranças de Boca do Acre, estivemos no Ministério da Agricultura construindo um termo de ajustamento para que os 436 produtores rurais do PA Monte que estavam ameaçados por uma série de ações etc. não fossem penalizados, como não foram. Estamos lá num esforço de regularização fundiária por um equívoco que não é um equívoco do agricultor, é um equívoco de uma política de assentamento do Governo Federal no Estado do Amazonas.

Eu gostaria também de corrigir que nesses 1.6 milhão de quilômetros quadrados, que na realidade é 1.548 milhão, um pouquinho menos porque o Estado do Acre acabou reorganizando conosco a fronteira e ficou um pouquinho maior, confiscou um pouquinho das nossas terras etc., somos agora 1.536 milhão de quilômetros quadrados. Nós só temos uma região onde temos produção de Santo Daime, é exatamente no Igarapé do Mapiá. É a única região. Uma comunidade absolutamente atípica da Amazônia brasileira. Valorosa comunidade, uma comunidade de brasileiros trabalhadores, absolutamente corretos, honestos, etc. No entanto, a BR-317, neste momento, está sendo asfaltada e tira do isolamento o maior Município do ponto de vista da pecuária no Estado do Amazonas. Lá, o governo do Estado, numa PPP única no Estado do Amazonas tem, dentro do Município de Boca do Acre,

um frigorífico com produção de... Estamos abatendo mais de 350 cabeças de gado por dia. É o único frigorífico que nós temos no Estado do Amazonas, onde o governo do Estado é parceiro.

Isso tudo apenas para dizer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, se o passado estivesse correto, os produtores que lá foram assentados não estariam na pobreza e na miséria que se encontram. Se o passado estivesse correto, ali teria uma fotografia de plantio de feijão, de agricultura de soja, e não de uma pecuária intensiva que não gera emprego e renda para o caboclo. Gera renda para o investidor.

Nós não somos contra a pecuária. Nós somos contra a aplicação da pecuária no ecossistema que não lhe é próprio, que não lhe é devido, porque não há registro de levantamento das terras abandonadas na Amazônia por implantação equivocada de pecuária em áreas degradadas não produtivas. Portanto, aqui não se trata de discutir apenas aqueles brasileiros que – concordo com o nosso Deputado Aldo Rebelo – foram induzidos a ir para a Amazônia e que lá foram largados pela política brasileira, esquecidos; ficaram enfrentando malária, febre amarela e todo tipo de intempéries endógenas da floresta, absolutamente esquecidos.

E, quando estamos discutindo o Código Florestal, esquecemos que essas pessoas são gente e não massa de manobra; são seres humanos e não massa de manobra.

E, como representante do povo do Estado do Amazonas, estou aqui para dizer o seguinte: nós, amazônidas, nós, amazonenses, queremos ter o direito de construir um futuro inteligente, justo e digno para nós, como todo e qualquer brasileiro tem o direito de fazê-lo de forma equilibrada, de forma a poder equilibrar e balancear.

Várzea na Amazônia está dividida em três tipos de várzea. Uma delas é leito de rio, e plantar de forma intensiva em leito de rio traz consequências danosas ao produtor, àquele que lá vive, ao caboclo, ao ribeirinho. Este será penalizado, porque uma coisa é margem de rio; outra coisa é leito de rio. Senador Luiz Henrique, no meu Estado, a área que é plantada durante a seca não é várzea; é leito de rio, o que chamamos de várzea baixa.

Nossa região tem três tipos de várzea: a várzea baixa, que é leito de rio – lá se planta o feijão de corda, no Estado do Amazonas, no Estado do Acre. É um feijão maravilhoso, delicioso, o "manteiguinha", como chamamos na nossa região. Mas aquilo – não confundam – é leito de rio. Daí a quatro ou cinco meses, Senador Blairo, a água vem e lava aquele leito de rio, e traz de novo os insumos do adubo, tira todo e qualquer problema; daí a quatro ou cinco meses, ela está de fora de novo para você fazer o plantio da agricultura familiar em forma de mosaico. Não podemos confundir isso com uma produção intensiva de várzea de margem de rio, de pequenos rios de outras regiões. É completamente diferente, é o que nós chamamos, na nossa região, de várzea alta. Esta é uma outra várzea, é a várzea alta. Por isso, a ciência e a tecnologia não podem estar à parte da questão do Código Florestal. Depois, nós temos uma outra várzea, que é a várzea de terra firme. Portanto, quando nós falamos em várzea neste País, temos de levar em consideração diversos níveis e diversos tipos de várzea.

A verdade é que o homem e a mulher que vivem na Amazônia e que hoje protegem, guardam, administram o maior patrimônio deste País, a nossa floresta, não podem ser simplesmente um retrato isolado de um município que não é multiplicável em todo o território do Estado do Amazonas. É preciso compreender que há um balanço. A atividade da pecuária é intensa em Boca do Acre porque lá é propícia para Boca do Acre. Agora, o único município do Estado do Amazonas que está no arco do desmatamento e que está sofrendo penalizações graves do arco do desmatamento é o município de Lábrea, não o município de Boca do Acre.

E pasmem, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nem um desses metros quadrados de desmatamento aconteceu próximo a área urbana. Ao contrário: o desmatamento aconteceu próximo à BR-364, na fronteira tríplice entre o Estado de Rondônia e o Estado do Acre, no Ramal do Boi, onde, novamente, a pecuária intensiva está ocupando, de forma ilegal, irregular e absolutamente criminosa, terras no município de Lábrea. E mais do que isso: nós estamos sendo penalizados num município na sede de Boca do Acre com o crédito cortado para o pequeno produtor, que não desmatou um metro quadrado de terra.

Equívocos sobre a Amazônia acontecem permanentemente. A mesma coisa está acontecendo no sul de Canutama, numa comunidade chamada Nova Califórnia, novamente perto da BR-364.

Portanto, Srs. e Srªs Senadores, é muito importante que tenhamos esse equilíbrio e esse bom senso para que possamos compreender que um depende do outro e que nós precisamos construir um Código Florestal que seja equilibrado. O depoimento emocionado daquela senhora toca todos os nossos corações, mas nós poderíamos ter depoimentos aqui emocionadíssimos acerca do que está acontecendo em outras áreas daquela região.

É claro que nós estamos falando de um Código Florestal que trata de reserva legal em propriedade privada, e a reserva legal em propriedade privada não pode ser um ônus para o produtor. Se ela é uma es-

tratégia para o desenvolvimento e para o equilíbrio do ecossistema, para o equilíbrio do clima e para o equilíbrio do ritmo hidrológico, ela precisa ser compreendida como uma estratégia nacional, e toda questão com relação a essa problemática é exatamente de quem é o ônus de manter a reserva legal.

Eu não conheço um agricultor que não seja a favor de proteger as margens dos rios para não sofrer problemas de erosão. A própria CNA, presidida pela Senadora Kátia Abreu, aqui citada, está implementando um programa chamado Biomas, com a Embrapa, para poder fazer uma vitrine em cada um dos biomas, levando em consideração as APPs das áreas ripárias, as APPs das áreas de encosta e as APPs de topos de morros, porque, para o agricultor, não é bom negócio destruir o solo e destruir a sua capacidade produtiva. Mas a resposta para isso está na ciência e na tecnologia. A resposta para isso não está no achismo de alguns, que querem compreender sem entender, que querem decidir sem estabelecer uma base técnica e tecnológica. A própria Confederação Nacional de Agricultura entende assim. E todos nós assim deveremos participar.

Eu deixo aqui uma colocação: por que não transformarmos a questão das reservas legais, tão questionadas, Srs. Relatores, em uma proposta para aqueles que as possuem serem incentivados e motivados a mantê-las? Por que nós não podemos fazer compensações em torno das questões tributárias para que a reserva legal seja mantida com redução dos tributos a serem pagos a partir daquele produtor que mantém a sua reserva legal? Por que não podemos usar a reserva legal como um benefício e um estímulo e não uma punição para aqueles que não as mantêm? O custo social da terra tem que ser compartilhado com o Governo, não pode ser apenas do produtor. O custo social da terra tem que ser compartilhado com o Governo. Portanto, a reserva legal é uma proposta, que poderia ser levada em consideração com relação ao imposto de renda e ao imposto sobre propriedade da terra.

E apenas para não me delongar, e teremos várias oportunidades para debater esses temas, gostaria de dizer que é verdade que a recomposição das reservas legais, principalmente na região da mata atlântica, passa a ter uma composição complexa quando tem 27% da mata atlântica preservada e não os 65% que tem Rondônia, para que possamos mantê-la. No entanto, precisamos compreender que o ritmo hidrológico vai além dos biomas. Os biomas são interconectados. Portanto, por que não compensar além dos biomas? Aquela tese de que a compensação tinha que ser na bacia dos rios já foi ultrapassada. A tese de que teria que ser compensada na fronteira estadual já foi ultrapassada. Nós precisamos ter a coragem de ultrapassar a tese de que a compensação tem que ser no próprio e no mesmo bioma.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, os produtores precisam da floresta. As florestas, diz hoje um biólogo nos jornais, são uma mina de ouro para os produtores. E o é, porque, sem floresta, nós não temos chuva e, sem chuva, não mantemos o clima e, sem o clima estável, não continuaremos tendo o fundamento de nossa economia no agronegócio.

Portanto, creio que as compensações podem ser além dos biomas e creio que chegou a hora de implantarmos as compensações baseadas em serviços ambientais e em pagamento dos serviços ambientais além dos biomas. Isso se resume numa tese, numa teoria, que é conhecida mundialmente como REDD+, que é o carbono florestal. A partir daí, nós estaremos não discutindo o passado e o presente, estaremos começando a discutir um futuro inteligente para aqueles que vivem no campo, não apenas os produtores rurais, mas aqueles que vivem na floresta, que dependem da floresta.

Quero agradecer às Srªs e aos Srs. Senadores, agradecer muito ao Deputado Aldo Rebelo, porque nos permitiu trazer aqui as desigualdades e as diferenças de uma região que não é homogênea. A Amazônia não possui um ecossistema, possui dezenas de ecossistemas. A Amazônia é heterogênea. E não podemos confundir Boca do Acre com a Amazônia brasileira. É parte da Amazônia brasileira, uma parte tão importante quanto as outras, mas que não é homogênea. E não podemos dar tratamento igual entre desiguais.

Por isso, defendo uma política no Código Florestal que possa remunerar a floresta e dar oportunidade ao produtor para trabalhar de forma legal e produtiva, a partir de compensações de serviços ambientais e de compensações na reserva legal e na área de preservação permanente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Vou procurar ser breve na minha intervenção.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo, pois reconheço o seu esforço e sou testemunha do esforço feito pelo Deputado Aldo Rebelo e das inúmeras audiências públicas que realizou acerca de tema extremamente complexo, extremamente complexo, porque temos um País bastante diversificado do ponto de vista de sua vegetação e de seus estágios de ocupação no meio rural.

Mas, quero abordar temas do texto aprovado pela Câmara com o objetivo de avançarmos em seu aprimoramento. Para tanto, gostaria de abordar três

questões. A primeira delas – e tive a oportunidade de dizer isso pessoalmente ao Deputado Aldo Rebelo –, à qual considero como um grande equívoco, e que precisa ser corrigida no Senado Federal, é sobre a Emenda nº 164, aprovada na Câmara. Entendo que até pela complexidade de definição do que pode excepcionalmente – ou por baixo impacto ambiental, ou por interesse social, ou por utilidade pública – constar em área de preservação permanente consolidada que, em função das inúmeras variedades de possibilidades aqui citadas pelo Deputado Aldo Rebelo, que entendeu que não ter condições de ele definir as atividades que poderiam ou as que não poderiam, é que eu entendo que isso tem de estar determinado, sim, por decreto do Poder Executivo Federal. Isso jamais poderá ser colocado, em função das minúcias e dos detalhes das diferenças que temos no País, em uma lei.

Há uma questão de fundo – e eu tenho o maior respeito por quem defende uma posição diferente da que eu defendo –, qual seja, de que o Código Florestal deve definir as normas gerais das áreas de preservação permanente e, no meu entendimento, os Estados deveriam ter o poder de ampliar essas áreas de preservação permanente, jamais de reduzi-las, embora, conceitualmente, a ideia seja extremamente defensável, como defende o Senador Luiz Henrique.

Mas entendo que corremos o risco de termos uma guerra ambiental, como temos hoje uma guerra fiscal no País, em Estados oferecendo maiores possibilidades de utilização dessa área ambiental. Isso é um debate que será feito aqui. Mas, entendo que a redação anterior do Deputado Aldo Rebelo é melhor, mais apropriada do que a da Emenda nº 164 aprovada.

Quero registrar que outra questão que considero importante para garantir que, além da regularização rural, das ocupações rurais, tenhamos instrumentos de preservação das áreas que vão permanecer que estão hoje preservadas, que devamos ter instrumentos punitivos no Código. Contextos que, inclusive, chegaram a ser negociados, fizeram parte da negociação em algum momento, não foram aceitos, senão estariam no texto, mas que podem voltar à discussão.

Vou, rapidamente, ler, por exemplo, o art. 19, que diz:

> ***Art. 19*** *A área de reserva legal deverá ser registrada junto ao órgão ambiental competente, por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural, de que trata o artigo 30, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título ou desmembramento com as exceções previstas neste Código.*

Não tem, no texto, qualquer punição para o descumprimento desse artigo e, na negociação, em algum momento, houve a apresentação de um texto que dizia que "o descumprimento da obrigação prevista no *caput* impedirá a transferência a qualquer título, o desmembramento, o parcelamento, o remembramento do imóvel rural".

Acho absolutamente pertinente que haja uma punição para quem descumprir o artigo.

Da mesma forma, textos apresentados referindo-se ao então art. 58, dizem: "*O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nessa lei, poderá embargar a obra ou a atividade".* Ora, se o órgão ambiental tomar conhecimento, deverá embargar a obra; e, se a pessoa descumprir o embargo, ela tem que ser punida, porque, se não houver punição para uma infração, não teremos efetividade nos artigos do Código Florestal.

Então, eu gostaria de ouvir os comentários do Relator, a partir dos próximos oradores, sobre esse sistema, porque entendo que isso é importante de constar para dar efetividade ao texto do código.

Por fim, quero, aqui, concordar com o Senador Eduardo Braga, que é um conhecedor profundo da sua região, do seu Estado. Reconheço que houve um esforço, houve um avanço no relatório do Deputado Aldo Rebelo, mas eu diria que este é o grande desafio que nós, aqui, no Senado, temos: como ampliar os instrumentos de pagamento por serviços ambientais.

Quero registrar, aqui, uma preocupação que tenho. Nós poderemos, Deputado Aldo Rebelo, viver, daqui a alguns anos, seja pelo aumento da procura por alimentos no mercado mundial, seja pelo crescimento do poder aquisitivo da China, com população enorme, que está consumindo alimentos, seja pelo elevado preço das *commodities* no mercado internacional, com uma pressão muito grande pela ocupação de novas áreas para a produção de alimentos. E se, na Amazônia, temos 80% das áreas preservadas por reserva legal, no cerrado brasileiro, que é visto como grande área de expansão da agricultura, por exemplo, temos apenas 20% – apenas 20%, e quero registrar o "apenas 20%" – de reserva legal. E estamos falando de um bioma que detém uma das maiores biodiversidades do planeta: 12 mil espécies de plantas; 4.400 plantas endêmicas – só existem no cerrado; 70% das águas da bacia do Paraná, do Tocantins, do São Francisco nascem na região do cerrado, e nós corremos o risco de ter, nos próximos anos, um desmatamento legal de até 80% da área do cerrado, em função do alto preço das *commodities*.

Então, eu diria que o grande desafio do Congresso – compartilho inteiramente com o Senador Eduardo

Braga em relação a essa preocupação – é criar instrumentos econômicos que valorizem a preservação, que estimulem a pessoa a preservar até mais do que a lei exige. E, mais do que isso: acho que temos alguns subprodutos desse debate, dessa mobilização nacional em torno do debate do Código Florestal, que deve ser um grande pacto entre a agricultura, o meio ambiente e a ciência e tecnologia, para garantir instrumentos no orçamento do País, para que tenhamos zoneamento agrícola neste País, para que tenhamos novamente mapas de solo. Aqui, disse o pesquisador da Embrapa que essas áreas de preservação permanente, idealmente, deveriam estar sendo definidas pela sua declividade, pela sua textura, pela sua espessura, pelos serviços ambientais e pela diversidade biológica das matas ciliares. E, se tivéssemos instrumentos científicos para isso, poderíamos estar definindo isso com base na ciência, e não apenas definindo.

Lembro mais uma vez informação dada aqui, nesta Comissão, pelo Presidente da Embrapa: nos últimos 30 anos, o Brasil ampliou sua área agrícola em 45,8% e aumentou sua produção em 268%. Isso demonstra que não podemos prescindir, em absoluto, da ciência e da tecnologia; e está exatamente no investimento em ciência, tecnologia e inovação a possibilidade de ampliarmos nossa produção de alimentos, ampliarmos nossa produção de energia, ampliarmos nossa produtividade em cima de áreas degradadas de pastagem, ainda por muitos anos, poupando o avanço em novas fronteiras de cerrado ou de floresta amazônica.

São esses os desafios que entendo que são importantes para o Senado, e, oportunamente, gostaria de ouvir os comentários do Deputado Aldo Rebelo, mais uma vez cumprimentando-o pelo trabalho difícil e valoroso, quero registrar, que fez até aqui e que está permitindo esse debate.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Relator, Deputado Aldo Rebelo, Srs. Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Agricultura, Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz, quero que os Senadores entendam que, no meu caso, particularmente, é muito difícil, a não ser fazer um comentário, porque eu fiz parte da Comissão que construiu esse texto. Quero dizer aos Srs. Senadores que me orgulho muito disso. E, dentro do debate aqui no Senado, nós vamos perceber a dificuldade que é isso. Não é uma coisa simples.

Quero me permitir dizer que dificilmente alguém que não seja o Aldo, com a sua capacidade, com a sua determinação, com a sua paciência, pudesse fazer com que esse texto fosse aprovado. É legítimo que o Senado discuta pelo tempo que achar necessário. É claro que há uma premência, que os agricultores, os produtores rurais veem isso com uma certa preocupação, até porque vários deles estão esperando a votação, a conclusão disso para saber como vão se comportar, principalmente em relação a essa questão do embargo, da multa, de uma série de coisas que têm por aí.

Mas eu quero contribuir com os três Presidentes para que o clima desse debate aqui no Senado seja o mais tranquilo, o mais equilibrado possível. Mas reconheço que, na Câmara, apesar de tudo, sempre houve o entendimento. Claro que as paixões acontecem – e vamos tê-las aqui. Mas eu quero dizer a cada um dos senhores o seguinte: eu fico só pensando em uma coisa que o Aldo falou e na qual eu tenho insistido aqui. Eu não consigo entender por que nós, o Governo brasileiro, o nosso País, temos que ficar aqui, em termos da grande mídia internacional, acuados. Não tem nada que justifique isso. O Brasil, embora seja um grande produtor e exportador, manteve o seu patrimônio ambiental. Isso nós temos que começar a dizer. Até mesmo na Organização Mundial de Comércio, quando se levantar essa questão, temos que usar isso favoravelmente, em vez de nos acuarmos.

Olha, nós temos 2,7 hectares de floresta para cada brasileiro. São quase 3 hectares de floresta para cada brasileiro. Qual o país que tem isso? Para essas coisas precisamos atentar. Nós temos ainda 61% da nossa vegetação. No meu Estado – e se ataca tanto o Pantanal –, o produtor rural, eu insisto sempre nisto, produz a chamada proteína vermelha, pecuária extensiva, há mais de 250 anos. E é um dos biomas mais preservados deste País. E quem preservou? O produtor rural.

Essas coisas temos que, claro, fazendo os ajustes necessários, deixar muito claras. É importante que a gente deixe isso claro para a população. Quando eu ouço essa história de que estão devastando o Amazonas, eu digo: Meu Deus do céu! Aí, quando você escuta que 98% ainda estão preservados, pensa: como é que podem estar devastando se ainda tem toda essa preservação? Será que isso não é uma pressão? Não estou dizendo que não temos que...

Concordo com o Eduardo que está na hora de fazermos o debate, que aquele produtor que tem reserva legal tem que ganhar alguma coisa por isso. Eu concordo absolutamente. Só que esse é um problema que os senhores vão ver, na hora de colocar, a dificuldade que vai ser, porque o produtor, meu caro ex-Governador Eduardo Braga, no meu Estado, por exemplo, só quer que, nos 20% dele, possa incluir a Área de Preservação Permanente. O sujeito que tem mil hectares deixa duzentos hectares de reserva legal. Um produtor brasileiro que foi para os Estados Unidos

começou a procurar: comprou uma propriedade e queria saber lá quanto é que ele iria deixar de reserva legal. O pessoal começou a olhar para ele e dizer: "Você não comprou?", "Comprei"; "É sua a propriedade?", "É"; "Então, você faz dela o que você quiser!". Porque lá a reserva legal que existe é o governo que tem. E, quando nós estamos debatendo reserva legal é importante – o Aldo já frisou –, mas não estamos debatendo o que há de reserva legal no poder público, nas Áreas de Preservação Permanente das grandes... Não estamos falando disso, de terras indígenas, porque isso tudo está fora do debate.

Então, nós temos de mostrar também o lado positivo e lembrar, senhores, que – só para encerrar –, quando o produtor brasileiro produz açúcar a partir da cana e coloca esse açúcar de melhor qualidade num preço competitivo, a Europa, que produz açúcar a partir da beterraba, com um custo altíssimo de produção, cada vez que chega lá o açúcar brasileiro com um preço baixo, o governo europeu tem de subsidiar os seus produtores, que produzem a partir da beterraba. E, aí, muitas dessas organizações estão aqui a serviço para diminuir esse subsídio, criando barreiras fitossanitárias e ambientais para aumentar o custo da produção brasileira, para que o nosso produto chegue lá com um preço menos competitivo, para diminuir o aporte e o subsídio que faz hoje o governo europeu. E o resultado aí está: nós estamos vendo o que está acontecendo na Europa, porque não é fácil bancar e subsidiar. O tesouro europeu está pagando um custo muito alto por esse subsídio.

Eu vou encerrar por aqui, agradecendo a presença desse grande brasileiro que é o Deputado Federal Aldo Rebelo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka, e passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar também o trabalho do Relator, Deputado Aldo Rebelo, a quem temos o reconhecimento pelo esforço pessoal e as adversidades enfrentadas nesse duro trabalho, que envolve um jogo de interesses muito grande, que envolve conflitos também, alguns ideológicos e de toda ordem. Então, cumprimentos pela sua tenacidade, pela sua coragem e pelo espírito nacionalista com que vem tratando desse tema.

Vou ao ponto. As entidades ambientalistas, Relator Aldo Rebelo, afirmam que o projeto aprovado na Câmara anistia os desmatadores. Há ou não anistia no projeto de lei de que o senhor foi Relator na Câmara dos Deputados?

O senhor fez referência, quando fez a exposição, da ausência da participação dos cientistas no debate, mesmo convidados. Apesar dessa constatação, eu gostaria de saber se houve alguma contribuição dos cientistas nesse projeto e se algum deles conseguiu provar que um imóvel pode manter-se economicamente viável se respeitadas as APPs de 30 a 500 metros, mais a reserva legal.

A outra questão, Deputado Aldo Rebelo, é que o art. 35 do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados prevê recomposição de 15 metros para rios com até dez metros. Significa que, se o rio tiver 11 metros, a recomposição será de 50 metros. Isso está correto? Tomemos como exemplo o rio Uruguai, lá no meu Estado, em que certos trechos possuem mais de 200 metros de largura. Nesse caso, uma residência ou um barracão que estiver distante 110 metros da margem deverá ser derrubado e a área, recomposta. Isso está correto? Idem, um rio de 11 metros, em que a recomposição deverá ser de 50 metros, o senhor teria uma proposta para resolver essa situação?

A Emenda nº 164, dando nova redação ao art. 8º do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, foi aprovada em razão de situações como a da pergunta anterior que eu acabo de lhe fazer. Nela, há expressa proibição de consolidação de área onde há risco de ocupação humana ou prejuízo de erosão.

Considerando que até 1986 a APP era de cinco metros para rios até 10 metros e o limite máximo era 100 metros para rios superiores a 200 metros, o senhor vê algum problema em manter a lógica da Emenda nº 164? A propósito disso, Deputado Aldo Rebelo, queria também lembrar ao senhor – claro que o senhor mais do que eu conhece bem o art. 18 do atual Código Florestal, em que consta textualmente:

Art. 18 *Nas terras de propriedade privada onde seja necessário o florestamento ou reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.*

§1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, seu valor deverá ser indenizado ao proprietário [o valor dessa cultura].

§2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público federal ficam isentas de tributação [falou-se aqui em tributação também].

Nesse caso, dada a celeuma provocada pela Emenda nº 164, Deputado Aldo Rebelo, não seria o caso de manter o art. 18 do atual Código Florestal no projeto aprovado pela Câmara, apenas inserindo nele texto esclarecendo que "enquanto o Poder Público não fizer a recomposição e indenizar o que deve sê-lo, a área se manterá em uso agrícola"? É a pergunta que faço.

Há, ainda, mais duas questõezinhas. Comparando-se o texto aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados e o que foi aprovado em Plenário, a utilização da palavra "regulamento" passa de 25 para 36 ocorrências. Pergunto se, na sua opinião, isso não diminuiu a segurança jurídica do produtor rural.

E, finalmente: pela versão aprovada na Comissão Especial da Câmara, o Programa de Regularização Ambiental teria cinco anos para ser formalizado. Agora, é de quinze meses – três meses para implantação e mais um ano para fazer todas as declarações. Sobre o tema, tenho a seguinte pergunta: o atual Código Florestal, publicado em 1965, ainda não possui todos os seus artigos regulamentados. Portanto, se os 35 regulamentos mencionados no projeto não tiverem sido emitidos nestes quinze meses, o que fazer, Deputados, Srs. Senadores, Presidentes das Comissões e Relatores? Fazer uma confissão em branco, sem saber o ônus que o Poder Executivo irá trazer aos seus decretos?

Essas são as minhas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar V. Exª pelo rigor na utilização do tempo, o que facilita muito o trabalho do Presidente.

Passo, neste momento, a palavra ao Deputado Aldo Rebelo para fazer seus comentários a respeito das cinco intervenções.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Naturalmente, Presidente Rodrigo Rollemberg, teremos que fazê-lo telegraficamente, porque a exposição do Senador Eduardo Braga foi uma exposição sobre a Amazônia como um todo, e eu não tenho condições de competir com tamanho conhecimento.

De qualquer forma, devo esclarecer que também não me estranha a realidade amazônica. Desde os bancos escolares, nos idos dos anos 70, para reorganizar a União Nacional dos Estudantes, tive a alegria de conhecer, de visitar a Amazônia, o Estado do Amazonas, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, de nadar no encontro das águas e de ler, pelo menos parcialmente, uma vasta literatura sobre o processo de ocupação da Amazônia. Desde os viajantes, do Padre João Daniel, que viveu ali pelos séculos XVIII e XIX, além de outros que nos dão conta de que a pecuária na Amazônia é tão antiga quanto no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Nordeste. Claro que ela pode se destacar em Boca do Acre, mas eu não estive só em Boca do Acre; eu estive em Manaus também. Aliás, acho até que o Presidente da Associação é até de outro Município, Humaitá. Em Humaitá também tem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Tem, mas é pouco.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – E esses viajantes nos dão conta de que, ainda no século XIX, a carne de boi em Belém era mais barata do que o peixe, dada a grande oferta de carne bovina que tinha vindo das Ilhas Açores e povoou ali, uma vasta região da Amazônia.

Então, é claro que isso não é contraponto nem defesa de qualquer tipo de pecuária em qualquer tipo de solo. Evidentemente que não, mas apenas a indicação de que havia atividade pecuária e outras culturas também. Por exemplo, hoje, Roraima tem que importar farinha de mandioca do Paraná, leite de Rondônia e álcool de São Paulo, provavelmente. Essa é a situação do Estado de Roraima, mas,quanto ao plantio, há uma cidade no Pará que é conhecida como Terra da Cachaça, cachaça de cana-de-acúcar, porque há também a de mandioca.

Então, eu vejo o seguinte, em Boca do Acre, estavam lá o Secretário da Agricultura e a Secretária do Meio Ambiente, cuja atividade – não é porque o Secretário da Agricultura é do meu partido e a Secretária da Meio Ambiente, que foi também do Governo de V. Exª – foi muito elogiada pelos agricultores, pelo grande esforço que têm feito para regularizar, para assistir. A forma de ocupação não é, naturalmente, responsabilidade dos agricultores, que vivem em uma situação difícil, pode ser em Boca do Acre, pode ser em Viçosa, nas Alagoas, pode ser lá no Pontal do Paranapanema ou em algum Município do Rio Grande do Sul. São situações difíceis, independentemente do Estado. Eu falei aqui do Vale do Ribeira, lá das bananeiras, em São Paulo. Então, naturalmente, a situação da Amazônia e da sua população envolve dificuldades que são mais próximas dos governantes e dos representantes dos Estados da Amazônia, mas que também que não podem ser indiferentes a quaisquer outros representantes do povo brasileiro. E eu visito, frequento, conheço a região já há muito tempo. As soluções são diversas; ensejariam outro debate.

Eu, por formação político-ideológica não tenho muita facilidade em assimilar a política de troca de carbono por dinheiro. Eu acho que a preservação da natureza é por interesse da humanidade, por interesse coletivo e não por causa de dinheiro. A partir do momento em que se introduz o mercado e os mecanismos de mercado nessa troca, vai possuir, vai ter acesso quem paga, e quem não paga, naturalmente, vai ter acesso negado. Esse é um debate antigo também, desde o século XIX, se os bens naturais, se a natureza deve ser apropriação privada ou interesse coletivo. Mas eu também não quero debater essa questão.

Pagamento de serviços ambientais localizados e com limitações é uma coisa natural. Existe no mundo,

na Europa, mas nós não poderemos chegar a uma situação extrema, por exemplo, em que, numa economia rica, num mecanismo de competição, possa se querer, por exemplo, trocar a plantação de alimentos no Brasil por reposição de florestas, se esse custo corresponder à possibilidade de pagamento dos nossos competidores. Será um risco se nós não tivermos o limite para a ação do mercado nessa atividade.

Não vejo risco de guerra fiscal, porque guerra fiscal acontece na atividade industrial. Você pode desmontar uma planta de uma fábrica de bebidas em São Paulo e levá-la para a Paraíba ou para Alagoas; é difícil deslocar uma propriedade agrícola. Não há como se fazer isso. As propriedades não se prestam a esse tipo de guerra, porque a APP no Estado vai ser menor do que em outro, e não vai acontecer isso, porque, na verdade, já há definição na lei de que essas medidas serão mantidas. A recomposição em algumas áreas, porque a Emenda nº 164 não consolida nada; pelo contrário, a Emenda nº 164 subordina qualquer possibilidade de consolidação dessas áreas a que isso não traga risco para os recursos hídricos, para a conservação do solo. Está tudo isso subordinado. Examinei com constitucionalistas se isso, de fato, correspondia à minha interpretação. Isso é o que, de fato, está na Emenda nº 164.

Também é preciso esclarecer que, no caso do cerrado, os 20% de reserva legal são da propriedade particular. Já há uma grande área de parques públicos em toda a área do cerrado, em Goiás, no Tocantins, no Mato Grosso. Então, o risco, se é que se pode chamar assim, de desmatamento legal é apenas na área da propriedade particular, porque, nas áreas públicas, há grandes parques, que, infelizmente, não são suficientemente protegidos – tanto o é que pegam fogo toda estação seca no Brasil. Mas existem grandes parques no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás, no Tocantins, e isso precisa ser destacado.

Anistia aos desmatadores: primeiro, não há anistia, porque não há perdão. O que há no Programa de Regularização Ambiental é a possibilidade de o agricultor regularizar sua atividade, desde que assuma o compromisso de cumprir a legislação, tal qual o decreto, assinado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Minc e pela Presidente Dilma recentemente, determina, ou seja, só há possibilidade de regularização e de conversão da multa.

Por que a conversão da multa em serviços ambientais? Porque o proprietário terá a despesa e o custo dessa regularização, de recomposição ou de compensação de reserva legal e de recuperação, porque a compensação não é possível, na área de preservação permanente. Então, não há, nesse caso, anistia, porque não há perdão. O que há é o cumprimento da lei, a não ser que...

Além do mais são os pequenos que são atingidos. As grandes propriedades já fizeram os seus acordos, as suas regularizações por exigência, inclusive, da própria atividade comercial, porque são cobrados no Brasil e fora do Brasil. São os pequenos proprietários e porque também as multas são desproporcionais à atividade. Quem fizer um levantamento junto ao Tribunal de Contas da União vai encontrar um abismo entre, por exemplo, as multas cobradas no sistema financeiro ou as multas cobradas na atividade agropecuária. No fim de semana, se se faz uma operação no Acre, resulta em mais de R$2 bilhões de multa. Isso tem correspondência com a atividade da pecuária ou mesmo dos frigoríferos do Acre? Não tem. É uma coisa assim muito desproporcional.

Bem, quanto ao art. 18, Senadora, não estou com o Código Florestal antigo, mas creio que trata da reserva legal e não, da área de preservação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Das APPs.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – APP. Não é o que tem sido feito na prática.

O Ministério Público chega às propriedades e determina a remoção de qualquer bem – não apenas da atividade agrícola; ele não pode nem colher a atividade –. Ele é apenas obrigado a se deslocar, e o promotor diz que aquilo é propriedade da União e que não está, por exemplo, submetido à possibilidade de indenização. Por essa razão, a Emenda nº164, que foi uma solução que nós encontramos.

O Governo, a bem da verdade, admitiu. Nós chegamos a discutir com o Ministro Palocci. Acho que alguns aqui estavam presentes. Não sei se o Deputado Micheletto, se o próprio Senador Moka, o nosso Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. As expressões, ou seja, aquilo que for de baixo impacto, de interesse público e de interesse social para proteger as atividades, porque, na área urbana, elas estão protegidas. Ninguém imagina remover, por exemplo, a marginal do Pinheiros ou do Tietê, ou as construções na beira do Guaíba, lá em Porto Alegre, ou do Beberibe e do Capibaribe, em Recife. Cogita-se remover uma casa na beira do rio Paraná ou do rio Grande, lá em São Paulo.

Então, essas soluções são admitidas. O problema é enquadrar todas essas atividades e as atividades da agropecuária sem critérios técnicos, porque os europeus não usam, Senadores, a metragem. Por exemplo, a Suécia usa a limitação de defensivos, não pode usar veneno até cinquenta metros. Os americanos também usam critérios que não são o da metragem. Quando tem a medida em APP, como na Austrália, é muito mo-

desta, começa em cinco metros e termina em vinte. Como o nosso Código antigo, de 1965, que começava em cinco metros e terminava em cem. E, de fato, a senhora tem razão. Se a propriedade tiver onze metros, a APP passa a ser cinquenta metros. Essa é que é a questão. É arbitrado dessa forma. Arbitrado como outras coisas que a lei tem de arbitrar porque não pode examinar especificamente caso a caso.

Estou concluindo, Senador.

O regulamento foi a forma que encontramos para negociar com o Governo uma área, um campo de ação que exatamente limite de certa maneira, que o Governo queria, que é a ação dos Estados. Os Estados já têm, pela Constituição, direito de legislar. Art. 24, acho que o § 4º, já determina que o Estado tem essa atribuição. Não podemos, na lei, contrariar aquilo que a Constituição já estabelece, que o Estado legisla paralelamente, concorrentemente nessa atividade.

Os quinze metros que nós estabelecemos para efeito de recomposição nos córregos, nos cursos d'água de até dez metros foram para atender principalmente o pequeno proprietário. O grande com quinze, com trinta, de certa forma não é atingido porque a área dele é muito extensa. O pequeno é que é atingido. Não resolve tudo porque, numa propriedade média e pequena, você pode ter um curso d'água grande que margeia a propriedade, tipo, lá mesmo, o Iguaçu, o Ijuí ou Ivaí ou Uruguai que têm mais de cem, duzentos metros, ou até mais do que isso. Ali, ele vai ter um APP de duzentos ou de quinhentos metros, e a propriedade dele vai estar completamente inutilizada, sem qualquer tipo de recurso.

Nós ouvimos cientistas. Como disse, fui ouvir o Presidente da SBPC em São José dos Campos, ouvi na sede da SBPC, em São Paulo, na rua Maria Antônia, e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais. Ouvimos, no Mato Grosso, a universidade. Ouvimos a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Viçosa. Eu fui pessoalmente passar um dia na ESALQ, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de São Paulo. Ouvi várias vezes uma das maiores autoridades em APP em margem de rio, que é o Professor (...) Ouvimos São Paulo, ouvimos em Ribeirão Preto, ouvimos em Piracicaba. Ouvi a Professora Zezé Zaquia, que tem um grande estudo também sobre essa área de APP de beira de rio. Ouvimos como nunca foram ouvidos os cientistas. Os da Embrapa, foram dezenas. Passamos, eu e Niqueleto, fomos aqui na sede do Ibama, ouvimos o Ibama, ouvimos o ex-Ministro Minc, ouvimos a Ministra Izabella várias vezes. Fomos a todas as Embrapas além da Embrapa ter vindo a Brasília. Ouvimos de forma circunstanciada e exaustiva. As ONGs, nem se fala. Primeira entidade que recebi em meu gabinete foram os representantes do Greenpeace. Foram ouvidos aqui em Brasília, foram ouvidos em Manaus; SOS Mata Atlântica, WWF. E ouvimos aqueles que nunca foram ouvidos, que foram os agricultores. Estes, de fato, nunca foram ouvidos. Eram estranhos a esse debate. E nós também fomos ouvidos. Órgãos ambientais de Município, de Estado.

Isso tudo está documentado, aliás, num relatório de quase trezentas páginas.

Além do mais, há uma última questão, Senador Rodrigo Rollemberg, as punições para crimes ambientais estão tratadas numa lei muito rigorosa, que é a Lei de Crimes Ambientais. Introduzir, nessa discussão, dispositivos da Lei de Crimes Ambientais, creio que era também ampliar o espectro do debate, a não ser que se queira ou atenuar ou tornar mais dura a legislação, usando essa questão do Código Florestal. Preferi tratar do Código, principalmente, disciplinando a reserva legal e a APP nas áreas rurais, porque, na área urbana, já é uma grande confusão, é muito difícil, é muito difícil tratar disso, porque duas correntes que defendem a restrição de uso de áreas urbanas e outras por razões também nobres, uns, por razões que querem mais área para construir, para especular e outros que querem para construir para a população mesmo, como foi o caso da legislação sobre o PAC, porque as áreas urbanas são muito escassas principalmente nas metrópoles. Então, é um debate muito difícil, e ninguém discute porque não é fácil, você tirar o agricultor da beira do rio é fácil, agora, você retirar populações inteiras em áreas urbanas! Vai arrancar a marginal do Tietê ou do Pinheiro para refazer uma APP? Ninguém cogita isso. Então, aí, é mais difícil. E, mesmo quando pedi à Ministra Isabela e ao Ministério das Cidades que encontrassem uma solução, preferiram deixar isso para depois, acharam isso mais prudente.

Não sei se deixei de responder alguma questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Quero pedir desculpas por não tê-lo feito antes e registrar a presença do Deputado Alceu Moreira.

Vamos ao novo conjunto de inscritos, começando pelo Senador Ricardo Ferraço. V. Exª tem cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cumprimento, evidentemente, o Deputado Aldo Rebelo, e não apenas pela forma dedicada com que se debruçou na construção de um tema tão complexo, tão difícil como este, num país das dimensões do nosso, mas também pela trajetória política absolutamente coerente com suas convicções, não só como Deputado, mas como Presidente da Câmara e também Ministro de Estado e reconheço, aqui, com muita humildade a dificuldade de se fazer um debate tão difícil como este,

até porque S. Exª se debruçou muito, não é simples debater o trabalho que V. Exª fez. Os gabinetes estão, a todo momento, sendo convocados por e-mails para que possamos, de certa forma, no bom sentido da palavra, questioná-lo, para tirar algumas dúvidas e algumas incertezas. É o que passo a fazer, meu ilustre deputado Aldo Rebelo.

Uma desses e-mails fala mais ou menos o seguinte:

O projeto reconhece a importância das áreas de proteção permanente, mas se contradiz quando não reconhece como APP, no art. 4º, os manguezais e as veredas, abrindo espaço para que sejam drenadas e ocupadas sem qualquer controle por atividades agropecuárias, de criação de camarões ou loteamentos urbanos. Hoje, essas áreas estão protegidas por determinação do Conama, através da Resolução 303/202, que, pela regra atual, tem poderes para defini-las como APPs. Isso significa que estarão desprotegidos uma grande quantidade de rios, topos de morro e encostas já ilegalmente desmatadas no Sul, Sudeste, Nordeste e parte do Centro-Oeste brasileiro.

Na porção mato-grossense da bacia do rio Xingu, por exemplo, que é mais uma área de expansão agropecuária recente, levantamento do instituto sócio-ambiental mostra que, até 2009, foram desmatadas, segundo esse e-mail recebido, 315 mil ha de matas ciliares e nascentes. Esse mesmo levantamento demonstra que 50% das nascentes estão desmatadas ou degradas. Pelo texto aprovado, ainda no segundo o e-mail, todas essas áreas permanecerão desmatadas e em processo de degradação, ou seja, pelo projeto em análise, na bacia do rio Xingu, apesar das APPs serem supostamente de grande importância, só metade delas serão protegidas.

Gostaria que V. Exª pudesse se manifestar por sua convicção a respeito desse tema e também uma avaliação política relacionada, não apenas política mas técnica, relacionada à Emenda 164, quer dizer, houve uma reação na Câmara dos Deputados muito forte, por parte da liderança do Governo que chegou "a expressar a manifestação da Presidente Dilma afirmando que a Emenda nº 164 seria uma vergonha para o Brasil".

De acordo com o Governo, continuou o Deputado Vaccarezza, ela muda a essência do projeto do Relator Deputado Aldo Rebelo, que determina recuperação de áreas degradadas para propriedades com mais de quatro módulos fiscais e exime as menores da obrigação de reconstituir a vegetação retirada.

O art. 8º da Emenda nº 164 – a intervenção ou supressão da vegetação em área de APP e a manutenção de atividades, consolidadas até julho de 2008, ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previsto em lei bem como nas atividades agro-silvo-pastoris, ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º, ou seja, não estaríamos aqui abrindo plenamente para qualquer tipo de atividade econômica em topo de morro? Essa é a pergunta que faço a V. Exª sem antes deixar de novo de enaltecer o trabalho e a dedicação que V. Exª teve não apenas no Código mas ao longo de uma trajetória política marcada por muita convicção e muita coerência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra ao Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, Senadores e Senadoras, gostaria de cumprimentar e agradecer o privilégio de termos a presença do Deputado Aldo, Relator e autor de um assunto tão importante para o País e também de vários colegas e companheiros Deputados que se fazem presentes.

Quando convidado pelo Senador Rodrigo Rollemberg para esse desafio de procurar, de alguma maneira colaborar com o texto do novo Código Florestal no Senado, ser um dos colaboradores, a primeira pessoa que procurei foi o Deputado Aldo, tendo em vista ter nele a minha compreensão hoje ainda não o Relator dessa matéria na Câmara mas o autor dessa matéria. Agora temos um projeto com artigos, incisos, parágrafos e polêmicas que o acompanham para que o Senado possa apreciar.

É um tema que envolve muitos interesses econômicos de toda a sorte, lida com propriedade privada e lida com o que talvez – e ainda nem descobrimos plenamente ou não temos nenhum consenso sobre isso – sobre o que o Brasil tem de mais rico, que é a sua biodiversidade.

É de fato, na minha compreensão pelo menos, uma vantagem comparativa nós estarmos ocupando essa parte do planeta, que é uma parte especial. Aí, caro Deputado Aldo, companheiro de muitas e boas batalhas, não tenho nenhum propósito e nem posso, na missão que tenho a cumprir, não tenho propósito de criar nenhuma polêmica. Tenha uma missão que é ouvir, anotar, registrar, refletir e, no final, tentar pôr no relatório, que estou sempre que possível começando a fazer um trabalho com o querido Senador Luiz Henrique, fazer um apanhado daquilo que possa ser os propósitos dos Senadores e Senadoras para talvez uma das legislações mais importantes do Brasil, no Ano Internacional de Floresta, na véspera de estarmos fazendo a Rio+20 no ano que vem. O Brasil vai sediar, de novo, o mais importante evento que discute mudança climática no mundo, sustentabilidade no mundo, modelo

de ocupação de cidades, uso de solo no mundo. E, a partir desse propósito, eu tenho de começar concordando com V. Exª de que, lamentavelmente, o mundo ainda não acordou para o que o Brasil tem de avanço, tanto na agricultura como também no cuidado com a maior riqueza que é a biodiversidade e meio ambiente.

Mas, de qualquer sorte, eu queria me dirigir a V. Exª e dizer que eu não tenho como não registrar seu empenho na busca do conhecimento de andar neste País, várias vezes, conversando, ouvindo, discutindo, debatendo, divergindo, enfim... Mas, também, nós não podemos negar – e aí talvez mereça um comentário de V. Exª ao final – que esse tema, no fundo (pelos interesses que envolve e até por ser um tema apaixonante), levou a um intenso grau de acirramento quando de sua apreciação final na Câmara dos Deputados. É um tema que está a mais de 10 anos e, nos últimos dois anos, foi intenso o trabalho em cima dele.

E eu noto – e aqui é só uma observação – que V. Exª também se apaixonou por ele. Falou que não tinha maiores conhecimentos, mas se apaixonou... E, de certa forma, eu sinto que tem também uma posição muito clara em relação a esse tema.

Sinto falta um pouco, querido Deputado Aldo... Nós estamos discutindo o Código Florestal Brasileiro e nós quase não discutimos floresta aqui, a não ser... De certa forma, porque estamos deixando passar a quem nos assiste que floresta é um problema. Aliás, não foi tratado sobre floresta, foi tratado de mata ou de mato. V. Exª é um estudioso da língua portuguesa. Acho que ficaria um pouco melhor se nós não tratássemos de mata ou mato. Isso lembra matar! Parece uma coisa muito ruim. Mato é uma coisa que a gente põe herbicida, põe... Elimina! Mas o Brasil tem uma invejável riqueza que o mundo inteiro cobiça e tenta intervir e fazer a condução do processo. E talvez V. Exª nos ajude a achar os termos mais adequados. Mas eu, particularmente, acho que o Brasil ainda não entendeu que tem quase meio bilhão de hectares de floresta. Não posso, a não ser entendendo que podemos correr sérios riscos de errar, querer transferir todas as mazelas e os problemas da produção e dos produtores brasileiros para a floresta. Isso é um equívoco, principalmente se ele for consagrado em lei. V. Exª tem razão quando traz um depoimento daquele de uma companheira de Boca do Acre. Quem socorre lá, com todo carinho (nosso ex-Governador do Amazonas o sabe), o povo de Boca do Acre é um pouco o Rio Branco, por conta da ligação física. Mas o Secretário de Agricultura, que também é de seu partido – um querido companheiro nosso –, tem feito o que pode para ver se melhora aquela situação. Mas aquilo ali, Deputado, não é o problema de ser Amazônia, de ter beira de rio, aquele problema ali é de uma política pública equivocada deste País que desconsiderou e continua desconsiderando a Amazônia. E faz da Amazônia um depósito de pessoas... V. Exª colocou com precisão: ela tem de sair dali para ir aos prostíbulos na periferia da cidade." – V. Exª usou esses termos. Mas os prostíbulos que existem nas periferias das cidades são resultados das políticas equivocadas em nosso País, para a Amazônia, de 1970 para cá. E aí nós não podemos culpar de novo, direta ou indiretamente, as questões ambientais.

Diante desse caos de insegurança jurídica, maus funcionários, irresponsáveis funcionários agem, principalmente em cima dos pequenos, com rigor para cumprir e gastar um pouco de papel e dizer que fizeram seu dever de casa. Com os grandes, na busca de propina. Lamentavelmente, não foi mostrado nessa apresentação o quanto tem sido grave para nós, amazônidas – quase 25 milhões de pessoas –, a grilagem de terra, as matanças de pessoas simples de nosso povo. Não vou citar... Começaram com Wilson Pinheiro no Acre e se estenderam pelo Amazônia afora. Muito grave isso! Ou não tem isso? E em decorrência do quê? De alguns querendo ter um direito à vida e outros querendo a especulação da terra em uma região onde a terra talvez valha menos. Se nós tivéssemos uma política adequada, certamente a maior riqueza está acima dela ou abaixo dela. Mas nós todos fomos levados para uma "emboscada" de nos conflitarmos com a terra, com o uso ou não de terra na Amazônia.

Enfim, o tempo é curto, mas eu gostaria, Deputado, apenas de colocar que nós temos uma bela oportunidade neste momento de ajustar não só a situação na Amazônia, mas em áreas e regiões históricas como V. Exª falou. Tenho – talvez a vida já me ensinou um pouco e estou buscando aprender mais – certeza de que não podemos e não devemos misturar a tradição dos que plantam arroz no Rio Grande do Sul, dos que plantam cana no Nordeste, dos que plantam nas encostas e cuidam delas, da maçã ao café, em Minas Gerais, não podemos deixar de considerar essa tradição do nosso povo, que é a riqueza do nosso País. A lei tem que encontrar uma maneira de lidar com isso.

Esse é um tema, querido Deputado, que depende de decisão política. Será uma decisão política de Senadores e Senadoras e de Deputados e Deputadas que vão estabelecer a nova lei, talvez a mais importante lei ambiental do País. Mas como podemos tomar essa decisão política de forma acertada, à altura desse novo milênio que estamos começando? Com a radicalização, com a posição eu diria carregada de um sentimento que não tem nada de não nobre, aliás é nobre, ideológico de um lado, ou devemos escorar um pouco ouvindo. Porque esse tema envolve sociedade e nela produto-

res e criadores; também, os movimentos sociais, que têm uma parcela importante, que estão organizados em cada região que V. Exª visitou, que tem pessoas importantes, dos pequenos aos grandes, e não se pode ter preconceito nisso. Mas também tem uma posição do próprio Governo. E o Senado hoje tem a oportunidade de, quem sabe, fazer um ajuste nessa matéria, cujos problemas V. Exª já resolveu a maior parte.

Esse feixe de lenha que V. Exª disse que botava nas costas e tirava, uma boa parcela dela o senhor já tirou das nossas costas e já resolveu. O nosso problema hoje é estar em talvez não mais que dez pontos importantes que temos que considerar e encontrar um ponto que possa trazer um consenso maior para o nosso país. Mas há, acho que nesse momento do código, uma necessidade de encontrarmos talvez na ciência algumas das respostas para que se possa desempatar essa situação.

Deputado, até a alguns anos atrás o mundo não discutia biodiversidade. Até a alguns anos atrás o mundo não discutia escassez de água. Até a algum tempo atrás o mundo não discutia destruição de floresta. A ocupação que se deu nos Estados Unidos foi a mais sangrenta. Não podemos nos pegar, o Brasil é diferente dos outros países. O Brasil tem o privilégio de ser diferente. E é exatamente por ser diferente que temos que ter uma legislação singular, sem grande radicalismo para um lado ou para outro. Mas não posso deixar de reconhecer que pelo menos muitos movimentos sociais e inclusive Organizações Não Governamentais – ONGs têm nos ajudado, porque na Amazônia elas chegaram primeiro que o Governo para nos ajudar a fazer o que é certo. Tenho que dizer isso. Hoje o Governo está trabalhando, do Presidente Lula para cá, também antes o Governo do Presidente Fernando Henrique fez algumas ações muito importantes, estamos vivendo um processo novo na Amazônia de política florestal. Mas reafirmo aqui nesta comissão: hoje é mais fácil desmatar e destruir na Amazônia que fazer manejo. Então tem algo que tem que ser mudado. E é impossível nós mudarmos a lógica da destruição na Amazônia se não abrirmos outra porta econômica sustentável por outro lado.

Aí entra o modelo, Deputado. V. Exª fala com muita propriedade porque é um dos brasileiros apaixonados pelo Brasil. V. Exª nos ensina a ser nacionalistas, e acho isso uma das grandes qualidades. E me sinto também. Quero ser um aprendiz sempre do nacionalismo. Mas quando V. Exª se fecha – e aí não estou dizendo que sempre foi assim – e trata só de um lado, a quem interessa o modelo de agricultura insustentável e não competitivo com os Estados Unidos? Nos Estados Unidos não são só subsídios, na Europa e nos Estados Unidos. Se nós seguirmos a cartilha da Europa e dos Estados Unidos, nós não vamos ser competitivos, porque na nossa região o clima é completamente diferente. Aqui temos um equilíbrio e, se nós mexermos nele, vamos pagar caro. Não vai ter competitividade para a nossa carne, e não estou falando do modelo de consumo novo que o mundo está vivendo. Todos nós estamos mudando como consumidores. Todos nós estamos querendo saber a origem dos produtos, se vêm de um modelo sustentável ou insustentável. Então, hoje, se não aproveitarmos e mudarmos também o perfil de termos um modelo sustentável de produção e de criação no Brasil, vamos ficar reféns das grandes corporações. Sendo nacionalista, vou trabalhar para as grandes corporações econômicas que nos têm na mão com a semente, com todo o aparato de adubos, com todo o aparato de controle da produção, com inseticidas, com fungicidas, que nós não controlamos. Ou vamos partir para um modelo que seja sustentável e menos dependente? Esse é o momento que a legislação pode apontar. Sou mais trabalharmos com a Embrapa e com outras instituições de pesquisa, que vão encontrar um modelo único que cabe no nosso país, que ficarmos reféns dessa situação.

Concluo, agradecendo a oportunidade que estou tendo de falar, mas vou me policiar para realmente ouvir. Tenho certa dificuldade, por conta de uma cirurgia que fiz há três anos, mas vou tentar, a muito custo, ficar o dobro do tempo para adequadamente ouvir e colaborar com as mudanças que o Brasil precisa ter.

Queria dizer que ouvi de V. Exª, para concluir, que, tendo em vista o clima, o ambiente, alguns temas ou alguns pontos V. Exª queria ter incluído, mas não deu tempo, já havia até acordo, estava muito em cima da hora, o ambiente político não estava muito bom, então eu gostaria que o senhor comentasse, se possível, quais temas poderiam ainda ser trabalhados. Por exemplo, V. Exª se referia a cidades, porque temos um problema hoje. V. Exª tem razão quando diz que na cidade o problema ambiental está muito presente. Daqui a pouco vamos ter 85% dos quase 200 milhões de brasileiros vivendo em cidades. E na cidade é visível uma APP. Temos que solucionar. Não pode deixar de ter uma obra de saneamento básico para atender a população por conta de um aparato. Não podemos ficar reféns de uma legislação insegura que o Ministério Público toda hora questiona prefeitos, prefeitas e governadores. Então, V. Exª poderia comentar um pouco como é essa questão das cidades. Poderia colocar mais claramente, porque o governo me parece que teve um diálogo com V. Exª nesse sentido.

Uma última coisa também, se não seria o momento de trabalharmos um pouco a questão das flo-

restas. V. Exª falou com todo mundo. Sei que muita gente também cobrou, pediu isso nesse próprio texto. Abrir a porta de como podemos usar melhor os recursos naturais. No Acre, na reserva legal, deputado, já tem gente ganhando mil reais por hectare para manejar e continua dono da terra, da floresta e passa a ter dinheiro também, e aí com atividade sustentável. Ou seja, a reserva legal é possibilidade de renda, desde que o Brasil aponte para esse caminho.

Então, peço desculpas por, de alguma maneira, poder ter me apresentado açodadamente, mas é que o tema é apaixonante mesmo. Tenho a minha vida também um pouco dedicada a isso e estou vendo nisso uma oportunidade de me sentir útil como Senador. Quero me sentir útil, mas só vou me sentir útil se o meu relatório expressar o sentimento de todos os Senadores, de todos os brasileiros, mesmo num tema tão complexo como esse.

V. Exª teve sucesso, faltaram alguns poucos pontos, na minha compreensão, quero pelo menos reproduzir o que puder, e com a ajuda do Senador Luiz Henrique, que é uma pessoa que tem uma experiência de vida fantástica, uma responsabilidade enorme, tenho muita fé de que vamos equilibrar uma posição do governo. A Presidente Dilma tem assumido um papel importante nisso, de dar prioridade. A Ministra Izabella foi muito eficiente colocando aqui, e a última coisa era: por favor, comente um pouco se devemos dar um tratamento diferenciado para aquilo que o senhor trouxe aqui, para a pequena produção, para os pequenos produtores, para que a gente separe um pouco as questões. Ou seja, se devemos tratar pequenos produtores separados, o tema das cidades e das florestas. Por gentileza, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana. Esclareço que dei tratamento diferenciado ao Senador Jorge Viana por motivos óbvios, por ser relator, como também terá o relator nas Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Srs. Presidentes, Deputado Aldo Rebelo, Srs. Senadores e demais presentes na reunião.

Deputado Aldo Rebelo, em primeiro lugar eu quero parabenizá-lo por seu trabalho árduo na elaboração do relatório do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Muito se tem falado contra o Código e a imprensa ressalta os chamados pontos polêmicos.

Quando se fala em questão das encostas, é preciso deixar claro que o Brasil tem o tamanho de um continente, apresenta diversos biomas, o que serve para o pantanal não serve para a caatinga nordestina. Não podemos pensar esse assunto de maneira uniforme.

Falamos todos a mesma língua e, no entanto, temos uma variedade de sotaques que mudam de região para região. Enganam-se os que imaginam que a permissão para produzir nas encostas desconsidera a realidade dos produtores do café do sul de Minas ou da maçã de Santa Catarina. Nada disso sabemos, são realidades diferentes as dos produtores de uva do Rio Grande do Sul e das áreas urbanizadas da região serrana do Rio de Janeiro. Também é preciso que a opinião pública saiba que o novo código proposto não vai ampliar o desmatamento no Brasil e muito menos conceder anistia a desmatadores. Isso virou um chavão. Trata-se de uma mentira muitas vezes repetida que deseja virar uma verdade incontestável.

As audiências públicas que este Senado já vinha fazendo desde antes da chegada do novo Código aqui são muito válidas, principalmente para permitir que diversos pontos sejam esclarecidos e informados corretamente à população. O fato é que muitos dos que criticam não se debruçaram a fundo sobre o texto do novo Código. Polêmica sempre haverá, afinal, estamos numa democracia e a principal vantagem de uma democracia é a liberdade de opinião e negociação. A despeito de ser um dos assuntos mais polêmicos dos últimos anos, o novo Código Florestal terá que virar lei. O resultado que fizerem aqui no Congresso Nacional impactará no nosso processo de desenvolvimento daqui para frente, por isso tem que ser bem feito.

Antes de sermos ruralistas ou ambientalistas, somos brasileiros e queremos garantia de segurança jurídica, como a norma legal que permite o desenvolvimento do País sem prejudicar o meio ambiente, o maior ambientalista é o produtor rural.

O novo Código Florestal é, antes de tudo, um grande avanço, representa tranquilidade para os produtores rurais. Afinal, todos concordam que o País de hoje não pode continuar a seguir regras elaboradas há décadas.

Sr. Presidente, já encerro as minhas breves palavras, mas antes quero ler o trecho de um artigo publicado em 14 de julho, na *Folha de S.Paulo,* sobre o novo Código:

> Mas o pano de fundo é o interesse comercial, que, por não poder assim se expressar, assume a roupagem de uma nova utopia que engaja quem não aderiu ou mesmo se desiludiu com antigas propostas de efetiva transformação do mundo. Que engajamento mais nobre, universalmente humanitário, poderia pleitear além da defesa de um planeta limpo e saudável?

> É evidente que para as ONGs internacionais pouco importa o percentual de Reserva Legal ou a metragem de mata ciliar, já que em nenhum país tais reivindicações constam de suas plataformas ou preocupações.
>
> O Brasil perdeu mais de 23 milhões de hectares de agricultura e pecuária em 10 anos, para unidades de conservação, terras indígenas ou expansão urbana. Acham pouco. Querem escorraçar plantações de mais 40 milhões de hectares e plantar mata no lugar. Quem não concorda é acusado de "anistiar" desmatadores, num processo de intimidação que acua almas pusilânimes no governo e na sociedade. Quebraram a agricultura da África e do México com subsídios bilionários. Pensam que podem fazer o mesmo por aqui. Será?

Esse texto é do Sr. Aldo Rebelo e me fez refletir ter orgulho, não só como político, mas como cidadão, de ver a lucidez do Deputado. Estou, como empresário e pecuarista, muito satisfeito de poder participar desta discussão sobre o novo Código Florestal.

Encerro dizendo que temos que ser versáteis e abertos ao que está acontecendo no mundo. Não podemos perder de vista que temos que equilibrar com sabedoria a vontade de preservar com a necessidade de produzir. Não podemos radicalizar posições e nos envolver em mistificações criadas por um segmento específico da sociedade. Nossa posição em relação ao Código Florestal deve ser realista.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo.

Passo, então, agora a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que preside esta reunião, Senador Rodrigo Rollemberg; Srs. Presidentes da Comissão de Agricultura, colega Acir Gurgacz; da Comissão de Ciência e Tecnologia, colega Eduardo Braga; meu caro amigo e companheiro de tantos mandatos na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Eu quero cumprimentá-lo por ter sido ao longo desses últimos dois nãos um verdadeiro cavaleiro andante. V. Exª foi ao País, às realidades mais diversas desses brasis tão diferentes que nós temos no nosso território. V. Exª ouviu, debateu, articulou, propôs, avançou, recuou, cedeu para avançar novamente e produziu com sucesso um texto aprovado por 410 dos Srs. Deputados Federais.

O que reflete uma posição que interpreta a realidade territorial de cada Parlamentar. Acho que, ao votar o texto proposto por V. Exª, nenhum parlamentar agiu de acordo com sua convicção partidária, política ou de oposição ou governo, mas refletindo sua realidade territorial, populacional, climática e cultural.

Eu tenho a convicção de que o Relator – e foi assim que V. Exª agiu – deve se comportar como um juiz, recebendo petições tão diversas, opiniões tão diversas para formatar um consenso, uma linha média de todas as divergências. Como não tenho um palmo de terra, a não ser da casa em que resido em Joinvile, e sou do estado e tenho orgulho de ter contribuído com isso durante os oito anos de governo que mais preservou a Mata Atlântica – é o único estado em que 45% da Mata Atlântica estão preservados –, entendo que poderei ter toda isenção para a busca do consenso, fugindo dos radicalismos, das paixões. Entendo que posso contribuir, junto com o caro colega Jorge, para a produção de um texto que seja bom para o País, que assegure o futuro desta Nação, que proteja as nossas florestas, os nossos biomas e que garanta ao País ser o grande protagonista da bulimia de alimentos que vai se tornando cada vez mais intensa, posto que as perspectivas são de que, no ano 2050, a população mundial excederá 9 bilhões de habitantes.

Eu tenho – e vou fazer uma única pergunta a V. Exª – eu tenho a preocupação na condução deste relatório, principalmente no que tange à Comissão de Constituição e Justiça. Ou seja, de que o texto que sair do Congresso Nacional e for sancionado pela Srª Presidente atenda a dois princípios: primeiro, o da hierarquia das leis e segundo, o da segurança jurídica. A nossa intenção, o nosso desejo, a nossa determinação é de produzir um texto que seja duradouro e inatacável perante o Supremo Tribunal Federal.

O art. 24 da Constituição é o que estabelece o balizamento desse princípio legal hierárquico. O que diz o art. 24 da Constituição? Diz que:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)
>
> *VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*
>
> O § 1º da Carta Magna diz o seguinte, Srs. Presidentes, Sr. Relator, Srs. Senadores. "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais." É uma norma, portanto, amplamente restritiva.

Fui buscar a origem dessas normas nos Anais da Constituinte e lá está configurado como texto emanador deste texto constitucional brasileiro o art. 72 da

Constituição alemã como, aliás, vários constituintes assinalaram.

Ora, Sr. Relator, Deputado Aldo Rebelo, o art. 1º – vou lhe fazer só essa pergunta para saber por que se configurou essa redação – ela tem três tratamentos. Primeiro, ele diz que esta lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação. Aí, faz uma vírgula e diz, parece-me que excepcionando, dispõe sobre as áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal. Depois, define não mais normas gerais, mas regras gerais – eu imagino que o legislador, o *mens legis* da Câmara seja estabelecer a mesma coisa – sobre a exploração florestal, o suprimento de matéria prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e a preservação dos incêndios florestais e prevê instrumentos econômicos e financeiros para alcance de seus objetivos.

Parece-me – a lei tem que ser clara e objetiva – que esse texto poderia ser assim: "Esta lei estabelece normas gerais sobre proteção da vegetação, áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e sobre a exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle de origem de produtos florestais" etc, porque aqui estabelece essa distinção entre as APPs e a reserva legal, deixando dúvidas se o texto estabelece normais gerais sobre isso ou não. É a pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Eu quero aqui registrar a presença da Senadora Kátia Abreu, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e também do Deputado Dilceu Sperafico, do PT do Paraná.

O nosso próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Moreira Mendes já estava presente, seu nome já foi registrado com muita alegria. Ele é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária.

Senador Sérgio Souza, V. Exª tem cinco minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Senador Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz; Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; caro Deputado Aldo Rebelo, é um prazer ouvi-lo falar sobre esse tema. Sou admirador do seu trabalho como Relator desse projeto na Câmara Federal. Quero cumprimentar também meus colegas Senadores e Senadoras; os Deputados Federais que aqui se encontram, na pessoa do Deputado Moacir Micheletto, do meu Estado, Paraná; e também ressaltar a presença do Deputado Dilceu Sperafico, lá da região do nosso Senador Acir: Cascavel, oeste do Estado do Paraná.

Todas essas presenças demonstram que o debate ainda está acalorado. A presença maciça de assessores e da imprensa, dos Deputados e dos Senadores nesta reunião desta Comissão mostra, Deputado Aldo Rebelo, que temos ainda um longo caminho a percorrer.

Algumas das questões já foram aqui colocadas, mas eu gostaria de dizer a V. Exª, Deputado Aldo, uma questão que tem causado, no meu Estado, algumas indagações, a fim de vermos como vamos achar a solução adequada para isto: a questão dos módulos fiscais.

Somos sabedores de que os módulos fiscais são diferentes dentro de um mesmo Estado e muito diferentes dentro de um mesmo país. Nós temos um caso, por exemplo, no Norte de quatro módulos fiscais que chegam a até quatrocentos hectares e, no Sul, em torno de cinco hectares. Então há uma discrepância muito grande nesse sentido. Indago a V. Exª qual foi o critério para se utilizar quatro módulos e por que utilizar módulos fiscais e não número de hectares, o porquê dessa utilização, levando-se em conta que há uma diferença gritante em nível territorial. Sabemos que um agricultor, na região Sul, sobrevive em quatro módulos fiscais, enquanto, talvez, na região Norte, não sobrevive numa mesma quantidade de hectares correspondentes aos da região Sul. Então essa é a questão que indago a V. Exª.

Também afirmo que o maior desafio do Senado Federal, que tem a sua maior função como Casa revisora, é buscar a proximidade ao maior equilíbrio possível entre a conservação do meio ambiente e a produção no meio rural. Eu percebi, pelos debates que já enfrentamos aqui nesta Comissão e nas audiências que já realizamos, normalmente audiências conjuntas entre a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, que há uma disparidade – e percebi isso também na sua fala, Deputado –, que há um lado que defende veemente a produção agrícola e outro que defende a preservação e a conservação ambiental.

Mas estou percebendo que um agricultor está muito mais preparado para enfrentar a necessidade de se preservar o meio ambiente, principalmente, porque é de lá que ele tira o seu sustento, enquanto que alguns moradores de áreas urbanas não têm esta noção da necessidade da preservação, embora usufruam da produção agrícola, porque, na sua mesa, no dia a dia, eles têm produtos agrícolas que são, na maioria, até mesmo produzidos por agricultores familiares. São esses, na minha opinião, os maiores atingidos pela

legislação atual vigente, até mesmo no sentido que V. Exª colocou, que chegamos à proximidade de 100% de vivermos na ilegalidade.

No meu Estado não é diferente disso. Eu acho que essa diferença, ao chegar-se a 100%, está literalmente no grande produtor rural. Esse teve a condição de fazer, Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, a adequação à legislação até hoje vigente.

Reforço ainda, Deputado Aldo, o convite para debatermos na próxima sexta-feira, lá no Estado do Paraná, o Código Florestal. Convido a todos os meus colegas Senadores e Deputados aqui presentes para que possamos também ouvir um pouco da sociedade organizada do meu Estado. Convidamos desde o Ministério Público, cujo representante do meio ambiente é um procurador aguerrido na questão da preservação ambiental, até o setor produtivo, através da Ocepar, Faep, Fetaep, como também as universidades e a sociedade em geral organizada.

No mais, dou parabéns a V. Exª pelo belo trabalho que fez, andando por este País e por este Planeta, buscando informações para que possamos consolidar nesse instrumento, de maneira plausível, a conservação e a produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, para responder as intervenções dos nossos Senadores.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Primeiro, Srs. Senadores, começando pela intervenção e pelos questionamentos do Sr. Ricardo Ferraço, do Espírito Santo, que nos deu o exemplo do rio Xingu, no Mato Grosso, do processo de ocupação. O processo de ocupação do território o Brasil conhece, de fato, nessa área o seu período mais recente. Mas se examinarmos regressivamente esse processo, vamos encontrar coisas parecidas em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Nordeste, no Sudeste, onde esse processo teve início ainda na fase inicial da colonização.

Eu vi, lá mesmo no Mato Grosso do Sul, problemas já de assoreamento no Pantanal resultante da ocupação sem critério de terras altas de rios que alimentam a Bacia do Pantanal e que, degradadas, oferecem todo o instrumento, todo o material orgânico necessário para o assoreamento dos rios. Não sei se é o Piquiri...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Taquari.

O SR. ALDO REBELO – Taquari, exatamente. Esses problemas acontecem. Por essa razão é que eu propus, no meu relatório, a realização do zoneamento econômico e ecológico em todo o território nacional. Nós temos plenas condições, se integrarmos os instrumentos de que dispomos para tanto, das universidades, das Forças Armadas, dos órgãos ambientais. Temos todas as condições para fazermos isso. E, com esse zoneamento, nós impediríamos dois riscos: um o de ocupar terras facilmente degradáveis, terras para pecuária e para agricultura que, com dois ou três anos, têm que ser imobilizadas, por não se adaptarem à atividade. Ou também o risco de evitar que nós imobilizemos terras aptas para agricultura, como acontece em certa região lá do sudoeste do Pará, na chamada Terra do Meio. Eu até hoje desconfio que aquilo não foi feito por acaso. Terras aptas para a agricultura, para a pecuária, que são imobilizadas, enquanto outras que deveriam ser transformadas em parques ficam largadas pelo meio do mundo.

A solução para aquelas que já foram ocupadas, Senador, é exatamente o que prevê o programa de regularização ambiental. Aliás, o art. 8º é acompanhado de um parágrafo, que é o § 3º, que exatamente condiciona:

> § 3º O programa de regularização ambiental previsto nesta lei, atendidas peculiaridades locais, estabelecerá outras atividades não previstas no caput, para fins de regularização e manutenção, desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água.

Há exigência mais clara do que essa? Ou seja, a consolidação está plenamente subordinada a que sejam consideradas tecnicamente pelos órgãos autorizados a vedação de risco e a conservação do solo e da água.

Portanto, eu creio que essas situações, desde a do Mato Grosso do Sul até essa citada por V. Exª, do rio Xingu, todas elas devem e podem ser reparadas, desde que seja aplicado um programa de regularização ambiental, porque hoje nós temos uma situação absolutamente inusitada: hoje, na prática, não temos nem lei de APP nem lei de reserva legal, porque o decreto, ao suspender as multas e a aplicação das multas por essa situação, na prática suspendeu a lei. Essa é a situação que temos hoje – decreto que expira agora em dezembro.

A afirmação do deputado, do líder, meu companheiro de diretoria da UNE, meu amigo pessoal até hoje, Deputado Cândido Vaccarezza, atribuindo a Presidente da República, recebeu de mim uma resposta imediata. Eu pedi ao Presidente da Câmara que exigisse do Deputado Vaccarezza a confirmação daquela afirmação atribuída à Presidente da República, e essa confirmação não aconteceu. O Deputado Vaccarezza não confirmou que tivesse feito aquilo. Atribuiu o

quê? Qualificar uma emenda que, aliás, não era nem aquela; a emenda era da oposição, de teor muito parecido, que, aliás, era o teor também daquilo que já havia sido aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. E houve uma negociação intensa. O que houve por parte do Governo foi a dificuldade de apresentar uma solução que de fato é difícil, porque nós não temos apenas realidades regionais distintas; a estrutura da agricultura no Brasil nos obriga a falar de agriculturas, porque são muitas as agriculturas no Brasil, não apenas pelo tipo da estrutura da propriedade da terra, pela estrutura econômica: você tem pequenas propriedades com alta rentabilidade; grandes propriedades sem rentabilidade nenhuma; você tem pequena propriedade com uso intensivo de capital e de tecnologia e grandes propriedades sem uso de capital e de tecnologia. Há tudo isso no País. Há uma agricultura altamente integrada no sistema cooperativista – está aqui o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Freitas – no Paraná e no Rio Grande do Sul, e há uma parte em São Paulo. E há uma agricultura de baixa produtividade, mas socialmente muito importante. Vou determinar que a pequena agricultura da Zona da Mata e do sertão do Nordeste não tem relevância por que não tem alta produtividade e não exporta? Não! Aí não! Esse é um julgamento errado. Ela sustenta, mantém de barriga cheia milhões de pessoas, de crianças. Ali está o emprego, ali está a vida, a cultura dessas pessoas. É preciso preservá-la, nem que virem nossos agricultores franceses e vivam de subsídios. Eu defendo essa agricultura.

Dizem: "Ah, a pecuária não é de alta produtividade". Mas a vaquinha crioula, a vaquinha comum do Nordeste é que vive ali. Não bote uma vaca holandesa ali, não, porque ela morre com carrapato, de berne, não aguenta nada e se acaba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O casco fica mole.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – O casco fica mole. Essas cabras e bodes grandes que andam pelo sul do País não sobrevivem no Nordeste, não! Ou é pé duro, pois o casco aguenta a confusão, ou não se vive! Mas quantas pessoas compreendem a situação desse jeito?

São essas as agriculturas que existem no Brasil, com muita diversidade, e é o que precisamos considerar.

Daí, Líder, Senador e Governador Luiz Henrique, friso a preocupação: nos dois primeiros artigos, procuramos nos reportar ao Código de 1965. No art. 2º – que deveria ser o art. 1º, pois é o primeiro do Código –, dizemos que as florestas e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, podendo-se exercer o direito de propriedade, com limitações. É o que está no velho Código. É preciso estabelecer este princípio: a floresta e as demais formas de vegetação como patrimônio de interesse nacional.

No art. 1ª, dizemos que vamos quase limitar o nosso projeto a disciplinar, definir e conceituar o que é reserva legal e o que é área de preservação permanente, estabelecendo como normas gerais que as áreas de preservação permanente são solo, subsolo, recursos hídricos, encostas, morros, montanhas. Vamos estabelecer essas metragens e deixar, nos programas de regularização dos Estados, a capacidade de atender... E confio que atendem. Mesmo em Estados modestos, como o meu Estado de origem, Alagoas, que conheço bem, há uma Faculdade de Biologia ou de Agronomia. No meu Estado, há uma escola técnica rural de grande tradição, quase centenária, onde estudei, a Escola Técnica Floriano Peixoto. Se há um órgão ambiental, reúne-se essa inteligência. Digo isso, sem falar dos Estados com maiores recursos, como o de V. Exª, Santa Catarina, ou mesmo o de Mato Grosso, onde vi adiantamento na proposta de realização de um zoneamento econômico e ecológico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Já temos isso lá.

O SR. ALDO REBELO (Bloco/PCdoB – SP) – Pois é.

Creio ainda que é possível, Senador Jorge Viana, estabelecer a distinção não apenas entre essas agriculturas, porque o pequeno, o médio e o grande... Se perguntarmos ao agricultor do sertão do Nordeste se ele prefere ser pequeno na terra do Micheletto, em Assis Chateaubriand, integrado com uma grande cooperativa, ele vai dizer que prefere isso, porque a renda dele é pequena no Paraná, mas, provavelmente, seria menor ainda lá. Na Amazônia, nem se fala! O que são quatrocentos hectares na Amazônia? Em São Paulo, isso representa um latifúndio, uma potência, mas, na Amazônia, isso propicia que se asse e se coma.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma colocação de seringa.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Uma colocação de quê?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De seringa. De trezentos a quinhentos hectares, há um seringueiro.

O SR. ALDO REBELO – Exatamente.

Creio que é preciso fazer essa diferença. A diferença não serve para punir. Muitos cobram: "Mas é preciso...". E eu digo: esta legislação é para tratar de florestas. A legislação de crimes ambientais é outra, a

legislação da estrutura da propriedade da terra é outra. Então, é para tratar o meio ambiente.

E a outra coisa: nós usamos, Senador Sérgio, a referência legal do módulo fiscal porque é o que traduz um equilíbrio maior, porque o módulo fiscal combina a renda da terra, a renda do Município, a estrutura da propriedade; por essa razão é que o módulo é menor em São Paulo, porque o Estado é mais rico, o Município é mais rico; e é maior, por exemplo, no Amazonas, exatamente para considerar a possibilidade da renda que o agricultor pode obter numa determina área que é estabelecida como módulo fiscal. Acho que foi o mais justo.

Os quatro módulos é exatamente porque há outra definição legal que estabelece que até quatro módulos fiscais nós temos a pequena propriedade. O Ministro do Desenvolvimento Agrário defende que seja maior, que a propriedade familiar fosse até 7 hectares, até 7 módulos pelo menos. Essa é a opinião dele.

A legislação sobre topos de morro e de encostas é muito diferenciada. No mundo inteiro, a atividade em topo de morro é absolutamente permitida, obedecidas exigências técnicas. Existem aqueles terraços no Japão, na Europa, nas Filipinas, alguns tombados como patrimônio da humanidade, que são improvisações que os agricultores fazem para ocupar todo o tipo de solo com a atividade agrícola. São andares que são construídos para que áreas escassas sejam utilizadas. Nós é que colocamos na lei "vedar atividade agrícola e de pecuária acima de 1.800 metros". Na Bolívia e no Peru, eles permitem até 4 mil metros, ou acima disso. Então, nós continuaremos tendo todos esses cuidados, mantendo a base da nossa legislação, mas permitindo que haja, de fato, algum tipo de legalização e de consolidação.

Considero justa a preocupação de V. Exª com as florestas e com a expressão, Senador Jorge Viana, mas acho que, no art. 1º e no art. 2º, nós já conceituamos, de forma definitiva, de forma generosa e de forma responsável, o que o nosso País entende por florestas.

Finalmente, administrar o conflito que é legítimo. É um conflito legítimo. Aliás, natural, antigo, entre desenvolvimento, entre a ação humana e o meio ambiente, a natureza. Aliás, muitos me censuraram a transcrição de um parágrafo do Josué de Castro, no capítulo do *Geografia da Fome* sobre a Amazônia, quando ela fala da luta do homem contra a natureza. As pessoas ficaram chocadas, mas não é a luta do homem contra a natureza no sentido de que inimigos fossem; é a luta do homem para enfrentar e sobreviver diante da exuberância de uma força muito maior do que a dele, que é a força da água, a força da floresta. Não é invenção do Josué de Castro. O homem, quando implantou a agricultura no Nilo ou nos vales do rio Amarelo ou do rio Mekong, no Vietnã, travou a mesma batalha para sobreviver. Quando eles saíram da caça e da coleta e passaram para a agricultura, eles tiveram que enfrentar esse desafio. A engenharia hidrológica dos egípcios é uma coisa muito sofisticada, exatamente para subordinar o meio natural à possibilidade de sobrevivência. Na Amazônia, nem se fala! Creio que, em boa parte, os 98% de preservação existente no Estado do Amazonas se dá porque a floresta é muito forte para se defender. Não é qualquer um que sobrevive lá. E as tentativas fracassaram porque, de fato, o meio é muito poderoso. E o Josué de Castro fala disso.

Não há como o homem implantar qualquer tipo de atividade que não signifique, de fato, substituição de vegetação nativa ou destruição do meio natural. Quando ele saiu da caverna e fez a primeira casa, fez o primeiro lugar para morar, quando ele plantou a primeira lavoura, ele teve que deslocar a vegetação nativa. E continua sendo assim até hoje. O que a sociedade, o Congresso tem que mediar é até aonde vai a ação humana e que tipo de benefício pode gerar uma ação diante do dano que ela pode causar. É assim que eu entendo as hidrelétricas. Negar que uma hidrelétrica causa dano ao meio ambiente? De jeito nenhum! Causa! Pode anotar que ali vai aquecer, porque tem um espelho d'água maior, ali vai ter aumento de malária por causa da concentração humana... Vai ter essas consequências, mas compensa por causa da energia que gera, das terras que serão irrigadas. A transposição do rio São Francisco era algum dano? Eu conheço o São Francisco, da Serra da Canastra até Piaçabuçu, e já vi o dano; o mar avança sobre o rio porque se reduziu a vazão à jusante. Agora, e o benefício a uma população que bebe água salobra, que tem graves problemas renais e coronários por causa da água salgada, compensa? Na opinião dos governantes e dos técnicos compensou. Aí você faz. Você faz o desassoreamento do porto de Santos? Faz! Onde colocar os metais pesados que você arranca dali? É um risco para o meio ambiente, mas aumenta a capacidade do porto, vai gerar emprego, exportar mais riqueza. Tudo isso é feito assim, não tem outra maneira.

Então, acho que o Ministério do Meio Ambiente tem a atribuição de defender o meio ambiente, e isso é evidente. O Ministério da Agricultura vai olhar o lado da agricultura. Agora, o Congresso tem que ver os dois lados, a não ser como o governo britânico, que colocou o ministério da agricultura, do meio ambiente e produção de alimentos num ministério só. Mas aqui nós separamos; a agricultura vai ver mais um aspecto, e o meio ambiente vai ver outro. Esses conflitos, legítimos, nós enfrentamos e a humanidade enfrenta,

entre a questão nacional, a questão social, a questão democrática; não é fácil de escolher, nunca foi. Como a agricultura diz respeito à questão nacional a escolha é mais difícil. Se fosse uma questão social, democrática, talvez fosse mais fácil. Mas, como foi difícil escolher entre o processo republicano dos gaúchos e pernambucanos e a monarquia, lutando para democratizar o país e para manter a unidade nacional. A democracia avançava no sentido da divisão, a monarquia mantinha o país unido. Era uma escolha fácil? Não, não era uma escolha fácil.

Hoje as questões são postas para nós: defender o meio ambiente, preservar a natureza, os recursos naturais do Brasil, solo, subsolo, água e fazer do nosso país um país forte, desenvolvido, explorar a nossa fronteira agrícola, a nossa fronteira mineral, torná-lo uma potência na produção de alimentos e, ao mesmo tempo, defender o meio ambiente, esse é o desafio. É mais fácil dizer o seguinte: eu não quero uma coisa e nem quero a outra; renunciar. Você renuncia a fazer um país forte, desenvolvido, um grande produtor de alimentos, um grande parque agroindustrial, deixa isso para os europeus e americanos, ou você renuncia preservar o meio ambiente. É mais fácil você renunciar a uma das duas coisas.

A população não tem esse direito, nem quer isso. A população quer é que nós aqui resolvamos e dizer o seguinte: a solução que eu quero é uma solução que defenda o meio ambiente e produza alimentos em grande escala, barata, porque isso ajuda o povo. Esse é o nosso desafio, por isso é tão difícil.

As cidades, nós conversamos com o Meio Ambiente para, junto com o Ministério das Cidades, encontrar uma solução. Creio que avançaram muito nesse sentido. A solução não chegou a tempo. Abrir esse contencioso no Código Florestal seria uma coisa muito difícil, a não ser que chegasse uma solução definitiva do Meio Ambiente e das Cidades. Eu creio que eles fizeram esse esforço e é possível que, agora, o Senado tenha condições de acolher porque é uma exigência, tem que disciplinar, tem que fechar a porta para a especulação sem limite, mas também há coisas que você precisa consolidar, precisa dispor de meios para melhorar a infraestrutura. Agora mesmo, para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, você vai precisar mexer em muita coisa nas cidades. E como é que se vai fazer?

Então eu creio que, dessa forma, V. Exª tem condições melhores do que eu para encontrar uma solução adequada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Vamos continuar a lista dos inscritos aqui.

Tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ilustres Senadores que presidem esta reunião da Comissão, capitaneada, liderada pelo Senador Rodrigo Rollemberg; meu caro amigo convidado, valoroso homem público deste país, que não canso de dizer, Aldo Rebelo, homem que, tenho certeza, é referência neste país pela sua prática no exercício dos cargos que exerceu; demais Senadoras e Senadores:

Serei muito rápido, até porque eu já conheço muito bem a opinião, sobretudo, aquilo que foi relatado da Comissão capitaneada pelo seu Relator, Deputado Aldo Rebelo; todavia, acho que, por incrível que pareça, Deputado Rebelo – e estou aqui há quatro anos e meio –, a matéria mais interessante, o projeto que chegou aqui nesta Casa, que eu posso dar o devido valor é o Código Florestal Brasileiro, tendo em vista que o Congresso Nacional, nesses últimos tempos, passou a ser um mero carimbador de papel aqui, um verdadeiro cartório, na medida em que aqui são encaminhadas as medidas provisórias: umas relevantes, importantes; mas a maioria quase sem grandes interesses, diante da forma açodada que o Governo quer aprovar aquilo que é do seu interesse.

Entretanto, nós estamos discutindo aqui um projeto que pensa nas futuras gerações e no futuro do Brasil. Estamos aqui discutindo se queremos um Brasil para os brasileiros, ou queremos um Brasil que seja do interesse internacional. Mas V. Exª demonstrou a este país que aqui ainda tem homem sério, homem de bem e, sobretudo, defende os interesses de toda uma sociedade, de toda uma coletividade.

Particularmente, já externei a minha opinião diante da presença de V. Exª, há pouco mais de 60 dias, na Comissão de Meio Ambiente, e me julgo uma pessoa habilitada para falar da matéria, porque sou do Estado de Mato Grosso, o qual eu represento aqui, que é um Estado com dimensão continental, com 900 mil km², com várias particularidades, pois é o único Estado da Federação que tem três biomas: a nossa floresta, o nosso cerrado e o nosso pantanal.

Eu quero crer que nós brasileiros, sobretudo nós Congressistas, temos que ter uma visão diferenciada em relação ao importante Código, como esse, que estamos aprovando, diante das nossas particularidades, como bem disse V. Exª aqui, em relação à Mata Atlântica, em relação à Caatinga, à questão da Floresta Amazônica, etc.

Mas, o que me chamou a atenção aqui foram as palavras do ilustre governador e atual Senador Eduardo Braga, quando disse que, se a ciência tem que embasar a nova legislação, a legislação atual não foi feita com base da ciência, o que justifica a perseguição aos produtores rurais. Digo isso, porque é muito fácil

falar em ciência aqui, na medida em que, lamentavelmente, o que está ocorrendo é que, de fato, não só a pequena aqui, que me tocou profundamente o meu coração, porque eu também sou um ser humano, sou cristão, e as palavras da senhora de Boca do Acre, aqui, quando disse sobre a multa que ela recebeu, de R$60 mil, que não vai pagar nunca. Ela vai morrer, os filhos e os netos não vão conseguir pagar. E isso tem sido quase que uma prática constante.

Deputado Aldo Rebelo, muitas pessoas têm sido vítimas, muitas vezes, por maldade de alguns responsáveis pelos órgãos governamentais deste país; outros, até por falta de conhecimento da matéria, sem preparo. E vou só lhe contar, Deputado Rebelo, um fato que aconteceu e, por isso, até particularmente eu recebi represália, mas eu tenho condição de me defender.

Fui à cidade de Alta Floresta – aqui os ilustres Deputados Homero, Odery, Roberto são daquela região. Com a presença do Governador, naquela oportunidade, hoje Senador Blairo Maggi, se estivesse aqui iria testemunhar, fomos procurado por um grupo produtores da Região de Paranaíta e aquele fundão lá. Feito isso, os clubes de serviços, não só CDL, loja maçônica participaram da reunião. Lá havia um cidadão que teve a propriedade praticamente invadida por fiscais do IBAMA, de forma pior que na ditadura. Em determinado momento, um cidadão do IBAMA portava uma arma de fogo, ou seja, um fiscal do IBAMA. E lá ele ameaçou, de forma clara, um daqueles pequenos produtores rurais, dizendo que a arma que portava não era para matar passarinho. Significa que era para matar pessoas. O Governador Blairo Maggi está aqui. Em seguida, houve uma reunião em Cuiabá com os segmentos rurais daquela região e eu participei como Senador, o Blairo como governador e outras autoridades. Quando me posicionei contra a prática, a forma adotada pelo IBAMA, sabe o que aconteceu, Deputado Aldo Rebelo? Saí antes de concluir a reunião, porque eu tinha outros compromissos. Após eu sair do recinto, meia hora depois, saiu um diretor do IBAMA e disse: a propriedade do Senador Jayme Campos está sendo multada em 5 milhões de reais. Retaliação pura. Por sinal, 20 dias depois, foram na minha propriedade e fizeram um auto de infração. Significa o quê? Morte anunciada, missa encomendada na medida em que fui defender aqueles pequenos que estavam lamentavelmente sendo perseguidos. Portanto, acho que este é um momento histórico. Não podemos, em hipótese alguma, ouvir o canto da sereia. Hoje mesmo eu estava olhando a mídia: peruadas de gente de fora, americano, inglês, francês, europeu, dando peruada. Nós brasileiros é que temos que resolver a nossa inflação. Ninguém é a favor do desmatamento ilegal, ninguém é a favor de acabar com a nossa biodiversidade, ninguém é a favor de fazer nada ao arrepio da lei. Agora, temos que defender os nossos interesses.

Tudo que o senhor colocou aqui eu já conheço, V. Exª tem hoje, com certeza, a aprovação por unanimidade da sociedade brasileira, daqueles que pensam em nosso Brasil, que defendem a produção sustentável, que defendem a compatibilização e desenvolvimento da preservação. Mas não podemos, em hipótese alguma, nos curvar. Temos que ser corajosos e defender aqui os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, parabéns Deputado Aldo Rebelo. Se V. Exª continuar, com certeza, vai ser Senador. Por sinal está convidado, até se for o caso, transferir o título para o Mato Grosso, que o senhor já vai ter um cabo eleitoral de ponta de linha. O Ministro do Tribunal de Conta, com certeza já está escolhido. Mas se ele não for, por acaso, transferindo para Mato Grosso, já tem um cabo eleitoral de ponta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – O Deputado Aldo Rebelo transfere, se for candidatura ao Senado por Mato Grosso. Ele falou para mim agora. *(Risos)*.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Roberto Campos como Embaixador na Inglaterra, na legislação parece que era 6 vezes, antigamente; foi a Mato Grosso, virou Senador da República e, depois, virou Deputado Federal com 2 mandatos pelo Estado do Rio de Janeiro. Por que não Aldo Rebelo que tem uma história muito mais bonita, sobretudo é um grande brasileiro. Eu imagino que tenha espaço suficiente para ele em Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Senador Rollemberg, quanto inscritos temos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Petecão, nós estamos inscrevendo pela ordem de chegada. Estão inscritos os Senadores Suplicy, Vicentinho, Pedro Taques, Reditário Cassol, Aloysio Nunes, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Clésio Andrade, Ana Rita, Eunício Oliveira, Renan Calheiros, Gim Argello, Inácio Arruda, Kátia Abreu, Sérgio Petecão, Casildo Maldaner e, novamente, o nosso companheiro Blairo Maggi.

V. Exª está vendo que temos poucos presentes.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou declinar da minha inscrição, porque já houve o encaminhamento aqui com os relatores Luiz Henrique e Jorge Viana. Eles estão tentando compatibilizar isso, e eu estou subscrevendo, então declino desta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estou com o Aldo Rebelo, junto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como V. Exªs estão percebendo, se não chegarem novos Senadores – temos aqui o Senador Eduardo Suplicy, Senador Sérgio Petecão, Senadora Kátia Abreu, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Blairo Maggi que não falaram –, nós poderemos ouvir todos esses Senadores e, em seguida, ouvir o Relator Deputado Aldo Rebelo e encerrar. Mas, se nesse período, chegarem novos Senadores, serei obrigado a ceder a palavra, caso queiram.

Pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, primeiro, quero cumprimentar as três Comissões por estarem realizando esta audiência de extraordinária qualidade e, do ponto de vista do esclarecimento, todos nós, Senadores, nos sentimos muito responsáveis por procurar aprender.

Eu, que convivo e conheço o Deputado Aldo Rebelo por mais de 30 anos e temos batalhado juntos por objetivos comuns, tenho por S. Exª o maior respeito e, mais uma vez hoje, fiquei impressionado pela maneira como demonstrou conhecimento deste tema e também do Brasil.

V. Exª, Deputado, mora ali nas margens do rio Tietê, mas conhece tão profundamente a sua terra, Alagoas, o Nordeste, o Norte e todas as regiões do Brasil, e tem dado exemplos de seu conhecimento por ter ido aos locais, tem demonstrado ter dialogado com as populações em todas as regiões do Brasil, de maneiras diferentes.

V. Exª sabe do carinho, amizade e respeito que tenho por pessoas como a Senadora Marina Silva, como a Ministra Izabella Teixeira. E quero dizer que tenho aqui a confiança de que o Senado Federal vai poder, sobretudo, dada a designação como relatores dos Senadores Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e Jorge Viana, engenheiro florestal e ex-governador do Acre, uma pessoa que, com Marina Silva e Chico Mendes, aprendeu muito como combinar o desenvolvimento sustentável, procurando preservar as florestas brasileiras e tudo aquilo que está entre elas... Tenho a impressão de que, com o espírito com que, desde o início desta reunião, os três presidentes muito bem presidiram, nós possamos chegar a um bom resultado.

Gostaria de lhe fazer algumas perguntas específicas. V. Exª tem dito em entrevistas que o novo Código Florestal apenas regulariza as atividades econômicas existentes sem provocar novos desmatamentos. No entanto, há uma preocupação muito grande com a redação do art. 14, porque coloca em pé de igualdade a manutenção de atividades consolidadas e as novas supressões diárias de preservação permanente. Segundo esse artigo, as atividades agrosilvopastoris poderão ser mantidas e também poderão justificar novas supressões. Será que isso não será muito prejudicial ao meio ambiente?

Segundo: o art. 38 provoca também preocupações de incentivos a novos desmatamentos, pois cria facilidades para regularização de áreas desmatadas. São facilidades como a compensação de reserva legal por área florestada em outra região, mesmo que fisicamente muito distante, ou a recomposição da área desmatada usando-se 50% da área para plantio de plantas exóticas, como o eucalipto por exemplo. Isso poderia ser positivo se pudessem ser usadas apenas nos desmatamentos anteriores a 2008, no entanto o Capa diz que essas facilidades podem ser usadas independentemente de adesão ao programa de regularização ambiental que permite que novos desmatamentos sejam beneficiados com essas facilidades. Não considera V. Exª, prezado Deputado Aldo Rebelo, que isso possa incentivar as pessoas a provocarem novos desmatamentos para usar economicamente toda área por 20 anos e, em cinquenta por cento, plantar exóticas?

V. Exª mencionou seu conhecimento da área de plantação de bananas, ali no Vale do Ribeira, gostaria de transmitir ainda... Na semana passada, a Prefeita de Registro Sandra Kennedy, do Vale do Ribeira, manifestou uma grande preocupação com respeito a essa possibilidade de agricultores em outras áreas poderem utilizar as áreas, hoje destinadas à plantação de bananas, para serem a compensação. E ela acha que isso poderá representar um grande risco para os produtores de bananas.

Agradeço se puder refletir sobre isso, porque há uma preocupação inclusive dos prefeitos. Semana passada, recebi a visita do Prefeito de Eldorado, que também manifestou preocupação semelhante a de toda a região dos produtores de bananas. Durante a votação do Código Florestal, o Governo chegou a propor contemplar os rios com largura maior para a regularização, propondo a manutenção de faixa de cultivos, porém havendo uma pequena faixa de proteção do rio. Isso não chegou a ser contemplado, ficando apenas a previsão da regularização para rios até 10 metros. Será que essa proposta... Seria V. Exª a favor de resgatar essa proposta, uma vez que, nos rios mais largos, a regulamentação de pequenas propriedades fica mais delicada?

Gostaria, também, Sr. Presidente, se me permite...

Ontem, saiu na *Folha* um artigo da parte dos responsáveis pelo IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas: Suzana Pádua, Cláudio Pádua, Eduardo Ditt, Tomaz Almeira. Acredito que o Deputado Aldo Rebelo o tenha lido... Então, não preciso descrever. Mas há ali uma preocupação com respeito a tudo o que possa ocorrer com as terras em torno do Atibainha e a decisão do que poderá ocorrer em decorrência do Código Florestal, o que poderia afetar até o fornecimento de água para a grande São Paulo. Não vou detalhar aqui, porque V. Exª diz que conhece. Mas eu agradeço se puder nos transmitir uma reflexão.

Finalmente, gostaria de passar às mãos de V. Exª um levantamento que foi feito pelo Instituto Sócio Ambiental sobre a legislação comparada em diversos países, tanto na América Latina quanto na Europa, como a da Alemanha, também da Austrália, Nova Zelândia, diversos países, onde mostra que há, sim, pelo menos em muitos desses países, uma legislação com respeito às florestas, matas ciliares e assim por diante. Mas, já que aqui... V. Exª mencionou que não há tanta legislação, mas há alguma, sim, importante. Mas V. Exª é um especialista nessa área e de muito maior profundidade do que eu. Mas eu envio essa contribuição a V. Exª e meus cumprimentos pela dedicação que tem tido ao estudo deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meus caros colegas, Deputado Aldo Rebelo. É sempre um prazer estar com V. Exª, meu velho amigo e companheiro.

Eu estou pegando o bonde andando – e V. Exª não haverá de me querer mal por isso porque conhece os hábitos da Casa: são várias Comissões... Eu estava ali arguindo o Ministro dos Transportes, exercendo meu dever de oposição (e de brasileiro mesmo) para saber o que é que há e o que ele vai fazer lá para consertar as coisas que eventualmente estejam erradas. E algumas certamente estão erradas. Mas, então, não peguei a discussão.

Eu tenho muito interesse nas perguntas que vão na linha dessas que foram feitas pelo Senador Suplicy – e faço minhas as questões dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E também, em relação ao Vale do Ribeira, fui procurado pelos mesmos Prefeitos e Deputados que procuraram V. Exª. O que me faz pensar no seguinte, Deputado Aldo Rebelo, não seria o caso de, estabelecidas regras gerais, darmos voz a um organismo que tem funcionado muito bem, um organismo de decisão, que já está consolidado em São Paulo, que são os comitês de bacia, que se reúnem com a participação de prefeitos, da sociedade civil, de produtores, para discutirem e decidirem a respeito da utilização de um recurso que vem da cobrança pela água? Não seria o caso, estabelecidas as regras gerais, de dar voz a comitês desse tipo para fazer ajustes às regras gerais? Porque é muito difícil termos uma norma geral e abstrata, como tem de ser a norma jurídica, para prever situações as mais díspares que ocorrem. Em relação aos rios, por exemplo: eles têm vazões diferentes; há rios como o rio Ribeira, que tem uma larga margem de inundação, e outros que são rios encaixados, absolutamente encaixados. Enfim, não seria o caso de se estudar essa experiência e dar voz a esses comitês, na sua opinião?

A segunda pergunta, que foge ao elenco daquelas formuladas pelo Senador Suplicy, é sobre um cadastro que o projeto da Câmara prevê, um novo cadastro. Eu desconfio muito dessas novidades, sabe, Deputado? Vamos criar um novo cadastro. Já existe um cadastro, o cadastro do ITR, que contém as informações essenciais em relação a APP, em relação a reserva legal; por que criar um novo cadastro? Por que não compartilhar, utilizar esse cadastro que já existe, que todo produtor rural conhece, e, eventualmente, até compartilhar as informações desse cadastro com autoridades fiscalizadoras, em vez de criar um novo cadastro, que vai ser uma complicação, que não vai ser criado nunca, provavelmente?

Então, são as perguntas que quero fazer a V. Exª, cumprimentando-o também pelo trabalho de Sísifo que V. Exª fez na Câmara dos Deputados em relação ao Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Agradeço ao Senador Aloysio Nunes, que, pela sua objetividade, facilitou muito o trabalho da Presidência.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, mais um vez, de parabenizar Aldo Rebelo pela sua luta, pelo seu esforço, junto com toda a bancada da agricultura da Câmara, que tem alguns componentes aqui nesta Comissão, acompanhando, com muita ansiedade, o resultado aqui no Senado.

E quero dizer que também acompanhei, pessoalmente, a luta de Aldo Rebelo na Câmara. E claro que o relatório não ficou, *ipsis litteris*, como ele gostaria que tivesse ficado. Ele, como homem democrático, teve que ceder a acordos, a negociações, mas da essência, do principal ele não se afastou; ele não se afastou dos seus princípios mais importantes.

Mas estamos aqui com esta proposta no Senado, e também os Senadores querem e precisam ter a oportunidade de participar desse debate. São ex-ministros, ex-governadores, ex-presidentes da República, com uma experiência extraordinária de Brasil; conhecem as dificuldades do Brasil em todas as regiões, em todos os Estados. Então, eu acho que este debate será bastante acrescido ao relatório de V. Exª, que ficou, na minha opinião, bastante razoável, na medida do possível de um acordo que agradou 410 parlamentares. Há gente que diz que o relatório é da bancada rural. Quem dera que a bancada rural tivesse 410 deputados todos os dias! Mas não é o caso. O que moveu os deputados foi o senso de brasilidade, o senso de responsabilidade com as pessoas que trabalham com esse Brasil imenso, e também com o meio ambiente. O relatório ficou, do ponto de vista ambiental e da produção, bastante interessante para o Brasil.

Então, eu inicio alguns pontos rapidamente, sugerindo estas modificações para análise dos colegas Senadores, especialmente para o Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que é relator em três comissões, e para o Relator Jorge Viana, do Acre, que foram duas escolhas extraordinárias. Estou muito tranquila com a possibilidade de participar e de dialogar com esses dois relatores tão bem aqui escolhidos pelos presidentes das Comissões.

Primeiro ponto: acho que todos nós precisamos ter em mente que ninguém aqui está para derrotar ninguém, principalmente o Governo, principalmente a Presidente. Independe do partido a que pertença o Presidente, não é bom para um segmento econômico que o governo se contraponha a uma matéria da maior relevância para o país e com repercussões internacionais. Não aquela repercussão das ONGs, o que vão falar, o que não vão, mas repercussão comercial. Acho que a gente não pode tirar isso da nossa mente, do nosso coração, das nossas decisões.

Mas, eu tenho muita confiança de que nós podemos construir isso para que todos saiam ganhadores, principalmente o país; para que todos saiam ganhadores: o Congresso, o Governo, os produtos, o meio ambiente, a sociedade como um todo, porque são coisas mínimas, são coisas pequenas que precisam de uma certa adequação.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, sobre insegurança jurídica.

Se alguém me perguntar qual a principal luta na modificação do Código, eu não vejo uma mudança de cunho ambiental. Nós estamos muito mais discutindo a questão da insegurança jurídica do que ponto de vista técnico propriamente dito, porque isso a gente tem que entregar nas mãos dos cientistas, eles nos dariam as suas opiniões e a Casa vai arbitrar. A Ciência também não tem unanimidade; há cientistas que pensam de um jeito, outros de outro, todos merecem o nosso respeito, mas esta Casa é política, a decisão será política, depois de ouvirmos todos aqueles que a gente achar que devemos ouvir.

Em um relatório aprovado na Câmara, Srs. Relatores, em 33 oportunidades, está demandando regulamento, que isso possa ser ordenado em regulamento. Isso traz uma insegurança jurídica para nós. O que nós queremos é nada mais que o justo e democrático para um país que optou pela democracia; nós queremos regulamento em lei. Quando eu peço regulamento em lei, os riscos são para um ou para outro de não ver atendidas as suas prerrogativas, mas é a maneira mais justa, mais aberta de você ter uma tribuna, um diálogo com os colegas para convencê-los com os seus argumentos. O duro é você dormir uma noite e acordar com uma tese nova, com o sentimento de ter sido traído, não participar dessas questões. Acho que o Congresso Nacional não pode abrir desse que parece um detalhe, mas é fundamental.

Eu queria dar dois exemplos, para mim os mais graves que têm aqui, pedindo o regulamento em lei: o art. 9º:

"É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de APP para obtenção de água e para a realização de atividades de baixo impacto ambiental na forma do regulamento." Isso significa Conama, isso significa Ibana, isso significa caneta, isso significa decreto.

O outro é o art. 33. Eu apenas encontrei aqui, podem haver outros mais graves. Mas, na minha opinião, é gravíssimo o art. 33.

> "A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implementar programas de regularização ambiental, de posses ou propriedades rurais, com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas nos termos da lei."

Então, que tanto a União quanto os Estados e o DF podem praticar e podem implementar os PRAs. No § 1º as condições desses PRAs, programas no caso, serão definidas em regulamento.

Sr. Presidente, é de novo o Conama, é de novo o IBAMA, é de novo o Ministério do Meio Ambiente, é de novo o decreto, sem discussão no Congresso Nacional ou nas assembleias legislativas dos Estados.

O que estamos pedindo é o de mais claro, transparente, de que a sociedade inteira possa participar deste importante debate que nós estamos tendo aqui nesta Casa.

No art. 3º não foi colocado e fica insustentável a ausência do que é utilidade pública, interesse social

e baixo impacto. É quase a cópia do que é hoje, com algumas alterações, inclusive uma em que retira a palavra Conama. O que nós queremos é que o Congresso Nacional defina sobre essas questões.

Tudo isso não é um preconceito contra o Conama, Sr. Presidente e Srs. Relatores, mas a CNA, por exemplo, como a CNI e a CNC, faz parte do Conama. São 108 vagas e nós só temos 8. Então só nos resta dizer: registrem em ata que sou contra! Registrem em ata que sou contra! Porque as ONGs ambientalistas capturaram os órgãos de meio ambiente deste país. Então não são órgãos mais republicanos; defendem interesses parciais e não da sociedade, tanto o Ibama, tanto o Conama quanto o Ministério do Meio Ambiente, com todo o respeito que tenho pela Ministra, mas é incontrolável a vontade dela. Está capturado totalmente, os funcionários do 2º, do 3º, do 4º, do 5º escalão são todos ex-funcionários das ONGs do país; muitos são bons, muitos são corretos. Mas nem todos.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de comentar sobre a 164. São vários os pontos, citei apenas alguns, mas pretendo entregar para os dois Relatores, se eles me permitirem uma conversa mais detalhada nos gabinetes, para explicar um por um, pois nós temos um resumo bem condensado. Eu acho que a 164, realmente, trouxe algumas dúvidas. Mas nada intencional, nenhuma jogadinha, nenhuma esperteza na 164, aprovada na Câmara; ao contrário, tanto que o *caput* deixa dúvidas? Deixa. E acho que é exatamente nessa questão que a Presidente não abre mão, que o Governo não abre mão, mas que é possível nós fazermos um novo texto que seja claro, que traga transparência, segurança e que mostre a boa-fé de todos nós.

Na verdade, na 164, no seu § 4º, está a verdadeira intenção dos Deputados, quando aprovaram com 410 votos: "O PRA regularizará a manutenção de outras atividades consolidadas em APP, vedada a expansão das áreas ocupadas [expansão é desmatamento], ressalvados os casos em que haja recomendação técnica de recuperação...".

Bom, então no § 4º está muito claro que é para consolidar o que está na margem de rio, desde que não aumente o desmatamento. Mas no *caput* já não tem tanta clareza, e realmente pode fazer com que alguns entendam em aumento do desmatamento na APP.

No art. 8º, da 164, diz... Porque, na verdade, esse *caput* já existia no código anterior, que ainda é atual, porque não votou no Senado, e complementou-se com mais uma frase. Então desvirtuou o *caput* do art. 8º no sentido de dizer que a intervenção ou supressão, que é a reforma da área ou o desmatamento de vegetação em área de APP, incluiu nisso, na intervenção e na supressão, as atividades agrosilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, quando diz que a manutenção e as atividades consolidadas até dia 22 de julho de 2008.

Nós também temos um texto sugestão para a análise dos Relatores e, depois, para apreciação desta Casa que, tenho certeza, este é o ponto crítico do Governo e que nós podemos sanar com a concordância de todos, com muita tranquilidade, e mostrar e demonstrar que nós estamos apenas preservando aquelas pessoas que estão há décadas, há centenas de anos nas margens dos rios com a sua agricultura, com a sua roça, com a sua suinocultura, avicultura e, mesmo assim, condicionados ao PRA, que é a regulamentação, e a possível distorção, que possa estar sendo praticada, seja alterada.

Então eu quero, Sr. Presidente, discutir essas questões.

Com relação à isenção de quatro módulos, eu gostaria de deixar aqui para uma reflexão e finalizo as minhas palavras.

O Relatório de Aldo Rebelo coloca a isenção da reserva legal até quatro módulos e, com muita clareza, dizendo que desde que não tenha mais novos desmatamentos. Não é isso, Deputado? Bem, e está todo mundo perguntando: E se eu tiver quatro módulos e mais 1 metro? E se eu tiver cinco módulos? E se eu tiver seis módulos? O que vai acontecer com esse pequeno produtor, que pode ser um assentado da Reforma Agrária, que pode ser um pequeno produtor que adquiriu a sua terra, como é que nós podemos fazer isso? Nós vamos pegar quem tem cinco módulos e fazer com que ele tenha 20 de reserva legal?

Então eu gostaria, para reflexão, de deixar uma sugestão: nós temos cinco milhões de propriedades rurais no país; 5.175 milhões. A isenção até quatro módulos atinge 4.656 milhões, quase todas, porque a grande maioria é de pequenos agricultores. Por que não incluir os médios que são 380 mil produtores mas da seguinte forma. Se tenho até 15 módulos, dentro dos 15 os meus 4 ficam isentos e eu apenas recomponho a diferença da reserva legal, que são 12 módulos. Não incluímos os médios na isenção, mas vamos imaginar que um médio tenha 500 hectares. O que são 4 módulos? Se os 4 módulos forem 200, reduz os 200, não tem reserva legal em cima dos 200 e calcula-se a reserva legal em cima dos 300. Acho que a gente atingiria os pequenos e médios agricultores. Mas se são 90% dos agricultores do Brasil, não vai sobrar nada. Ao contrário, ele tem a menor parte de terra. Os médios agricultores são 113 milhões de hectares. O Brasil inteiro tem 850milhões de hectares. E, na verdade, seria apenas a diferença dos 4 módulos e não da propriedade inteira.

Deixo essa sugestão para a reflexão baseada num argumento: a renda desses agricultores, a renda dos pequenos e médios agricultores do País é irrisória. Vamos apresentar esse seminário para o Brasil no mês de novembro. É um estudo profundo que a CMA fez com relação aos dados do censo agropecuário, e descobrimos que apenas 5% dos agricultores do Brasil produzem 70% do PIB do agronegócio. Isso é um horror total e absoluto. Por isso, peço a reflexão para os pequenos e médios nesse sentido. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Kátia Abreu.

Quero registrar com alegria, pedindo desculpas por não fazê-lo antes, a presença entre nós do Sr. Márcio de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil. É uma alegria muito grande, Márcio, tê-lo aqui.

Vamos ouvir o Senador Sérgio Petecão, em seguida o Senador Blairo Maggi.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Rodrigo Rollemberg, queria aqui na pessoa do meu amigo Deputado Aldo Rebelo saudar os demais Senadores da Mesa.

Vou procurar ser rápido, até pelo adiantado da hora, e a fome começa a avançar sobre nós.

Na verdade, Deputado Aldo, tive oportunidade de acompanhar a sua luta, a sua peregrinação pelo Brasil e uma coisa que me preocupa é quando vejo alguns Deputados, algumas lideranças e alguns Senadores, dizerem que temos que discutir mais essa proposta do Código Florestal. Acho que temos que discutir, mas o que me preocupa é que eu queria ter o privilégio e o prazer de nesses oito anos que vamos estar aqui no Senado de ver essa lei votada. Também discuti demais e passar oito anos e nós não terminarmos... Mas tenho fé em Deus e acredito muito nos relatores, o Senador Luiz Henrique que é relator nas três Comissões, com certeza todos estão preocupados e nós vamos dar esse presente ao povo brasileiro que é a votação do Código Florestal.

Sempre tenho dito em alguns debates que participei – o Deputado Aldo foi no meu Estado acho que uma vez, ele achou pouco e foi em uma reunião de pequenos produtores na boca do Acre. Aí ele recebeu um convite, achei que ele não teria coragem, o Chico Corrente convidou ela para ir a uma comunidade situada na boca do rio Mapiá. Ele pegou a voadeira e foi. Então acho que não temos mais o que discutir, Aldo, sinceramente, qualquer sugestão, qualquer ideia que venha no sentido de melhorar, acho importante. Acho que você está preparado para esse debate e a demonstração disso é quando vem a esta Comissão e faz um debate aqui com todos os Senadores.

Este ano eu tive eu tive um convite, Deputado Aldo para fazer uma visita à reserva Chico Mendes. É uma reserva famosa, até por conta do nome, no meu Estado, no Estado do Acre. Estávamos recebendo denúncias dos maus-tratos do pessoal do CMBio e Ibama.

O Governo do meu Estado deu um curso de aproveitamento da floresta, de como se aproveitar a riqueza da floresta, as sementes, a madeira que cai num processo natural da região amazônica. E lá um pequeno produtor fez um aproveitamento; caiu um cumaru na propriedade dele, ele cortou o cumaru e fez doze latas de carvão. Esse cidadão foi preso porque não podia fazer carvão lá na reserva. A lei existe, realmente não pode fazer carvão na floresta, mas o que questionamos é a falta de sensibilidade desses órgãos que fiscalizam, principalmente a nossa região.

Se o Governo do Estado vai lá – e eu acho que está correto –, aplica um curso de aproveitamento das riquezas da floresta, e logo em seguida, vem... Ele aproveitou a floresta. Caiu um cumaru no quintal dele, o vento derrubou, e ele aproveitou os galhos e estava fazendo carvão para poder comprar a mistura, como chamamos no Acre, para levar para o mato. E ele foi preso por conta disso aí.

Então, são essas situações que nos preocupam lá no Acre. Eu tenho dito que eu não conheço ninguém que, em sã consciência, seja a favor da devastação da Amazônia. O que nós queremos, lá no Acre... Estive em Mato Grosso agora e, fazendo uma visita ao Governador Silval Barbosa, ouvia o Governador falar de Mato Grosso, um Estado que produz. O meu sonho é que um dia o Acre – não sei se chegaremos a ser um Mato Grosso – também possa produzir, que nós possamos ter o direito de produzir. Um Estado de terra fértil, e eu não consigo entender... E não estou falando em devastar a nossa floresta, não. Estou falando no sentido de aproveitar aquelas áreas que já foram degradadas. E aí a minha pergunta vai para o senhor, Deputado Aldo Rebelo, e para o nosso Senador Jorge Viana.

Senador Jorge Viana, eu tive uma informação ontem, vindo do Jordão. Um vereador me ligou dizendo que o CMBio e o Ibama estariam lá aplicando essas multas pesadas, o que já foi dito aqui por alguns colegas Senadores. O vereador me fez uma denúncia – não estou aqui afirmando; estou dizendo que é uma denúncia e gostaria de saber se os senhores têm essa informação – de que esse instrumento dessas multas pesadas seria um mecanismo de expulsar o nosso pequeno produtor. Porque um seringueiro que derruba ali um hectare, dois hectares, três hectares, para

botar um roçado, Deputado Aldo, pega uma multa de R$60 mil, R$80 mil, e ele vai embora.

Lá no Acre, já tivemos casos de pessoas que entraram em depressão e morreram. Temos o exemplo daquele cidadão lá de Boca do Acre: ele passou um ano indo ao Ibama para tentar tirar licença para botar um roçado; um ano não, três anos. Três anos para tirar uma licença para botar um roçado em três hectares. Ele não aguentava mais. No dia em que ele, como ele mesmo disse, "meti a foice para cima e derrubei; no outro dia, o Ibama foi lá e me prendeu". Então, ontem eu recebi uma denúncia do Jordão de que lá estaria uma fiscalização pesada, e de que essa fiscalização é um instrumento de expulsar os pequenos produtores para que essas reservas sejam preservadas para que os governos, seja o Governo estadual ou o Governo federal, depois possam dar essas áreas como garantias em alguns financiamentos. Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento disso, Deputado Aldo Rebelo. E essa pergunta, como é do meu Estado, passo também para o nosso Senador Jorge Viana.

Então, era mais nesse sentido. Eu queria parabenizá-lo pela sua coragem, pelo seu entusiasmo e pedir que nós, Senadores, nesta Casa, possamos ter a sensibilidade de, nos oito anos que temos de mandato, votar esse Código Florestal. Porque eu me preocupo muito, muito mesmo, quando vejo alguns projetos que deram entrada aqui e até hoje estão aqui. Então, era mais nesse sentido, Deputado Aldo, e mais uma vez, quero parabenizá-lo pela sua coragem e pelo espírito de brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Sérgio Petecão e agora, finalmente, o nosso querido Senador Blairo Maggi, um dos primeiros a chegar nesta reunião de hoje.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Presidente Rodrigo, o Presidente Jorge e também o nosso convidado Deputado Aldo Rebelo.

Eu hoje só fui perdedor, Senador: saí daqui e perdi a vez de falar aqui, saí de lá e perdi a vez de falar lá na outra Comissão; mas tinha de estar nas duas de qualquer forma hoje.

Mas não serei longo. Gostaria só de cumprimentar o Deputado Aldo – já fiz isso em outras oportunidades – pelo relatório, pelo trabalho que foi feito na Câmara Federal, e acho, sinceramente, que os avanços que conseguiu na Câmara são os avanços possíveis de serem feitos neste momento.

Eu concordo com a Senadora Kátia quando ela coloca que a maior dificuldade nossa nessa questão do código é dar a esse código a legalidade, é tirar a possibilidade de dupla interpretação, é dar a ele a segurança jurídica. Quando sentamos para discutir em qualquer roda, já começamos a ter opiniões diferentes em alguns temas. E acho que, depois de tantos anos e de tanto trabalho, temos que chegar à conclusão de apurar esses pontos, de não deixar acontecer, de tirar a questão do Código Florestal da mão do Judiciário, do Ministério Público, da discussão com juízes. Enfim, precisamos eliminar essa questão e deixar que os produtores brasileiros possam trabalhar com tranquilidade e conhecendo a regra.

Acho que temos um ou dois pontos mais polêmicos para discutir, mas também não vejo que não haja possibilidade de avançar. Acho que temos possibilidade de avançar sem nenhum problema.

Eu só queria fazer uma pergunta ao Deputado Aldo para que possamos discutir depois juntos com nossos relatores aqui. Na questão da 164, que depois virou o art. 8º, em alguma oportunidade, Deputado Aldo, foi discutido com o Governo, tentou-se levar para esse texto a possibilidade de, nas APPs, dar o mesmo tratamento que foi encontrado para a reserva legal, na questão dos quatro módulos? Porque me parece que essa questão dos quatro módulos na reserva legal pode ensejar alguma discussão. O que se pode fazer com a pessoa que tem 4,1, 4,2? Mas eu sempre brinco: a chuva começa em algum lugar e tem que terminar em algum lugar. Quer dizer, não há como. Sempre vai haver as divisões de categorias na própria legislação. Mas, se nós pudéssemos discutir e avançar também na questão dos quatro módulos nas APPs, nós teríamos a possibilidade de um entendimento bastante grande, porque realmente o que me preocupa, em todo esse processo da ocupação e da consolidação das APPs, não são os grandes, nem os médios produtores, porque, se tirar 20 hectares, 100 hectares, não há problema algum; até porque as grandes propriedades estão mais nas terras do Centro-Oeste, mais no Norte, onde há mais espaço e, portanto, não há essa briga pelo pedaço da terra. Mas, quando você vai ao oeste do Paraná, quando você vai a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, aqui em São Paulo, próximo aqui mesmo, onde a população é maior, e onde as terras são bem divididas, onde a reforma agrária foi feita... Como dizia meu professor na universidade, a reforma agrária realmente se faz na cama: você vai tendo filhos, vai dividindo a terra. E já aconteceu essa reforma agrária aí nessas regiões.

Então, se pudéssemos achar essa questão da proteção até os quatro módulos, nós não teríamos mais discussão, acho, para frente. Nós salvaríamos muitos agricultores centenários, pessoas que foram para essas regiões, desbravaram, estão lá ocupando, e, com o tempo, podemos introduzir, senhores relatores, algum

mecanismo de incentivo fiscal ou de apoio financeiro, para que mesmo esses produtores que estão nesses quatro módulos rurais possam, com o passar do tempo, fazer a migração, sair dali, mas de forma voluntária por parte deles e com o auxílio de incentivos fiscais ou até financeiros. Porque quando a gente fala em questões ambientais e olharmos se nós pudéssemos imaginar a 50 anos, ou daqui a 100 anos, no Brasil, nós estaríamos com todas essas questões resolvidas, eu tenho certeza que para o meio ambiente não significam nada 50 ou 100 para quem vive num planeta que tem bilhões de anos. Então, nós não precisaríamos tirar essas pessoas de imediato, criar toda uma confusão jurídica de discussões, enfim, dar tempo para que o governo e a sociedade se encarreguem de criar mecanismos, quer dizer, nós aqui no Congresso criarmos mecanismos para fazer com que os produtores, no futuro, saiam com uma programação mais voluntária.

Mais uma vez, cumprimentar V. Exª pelo trabalho e dizer que a nossa responsabilidade aqui no Senado é fazer um projeto que não seja tão quadrado, para que a Câmara não aceite, e que seja feito dentro de uma regra que a própria Presidente da República possa sancionar também. Não adianta nada a gente fazer alguma coisa aqui que extrapola os limites que estão por aí colocados e aceitos, inclusive, pela própria sociedade.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Agradeço a sua intervenção e a sua objetividade.

Passo agora a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Trinta segundos para o Senador Jorge Viana responder ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Petecão, acho que não preciso mais que 30 segundos. Talvez a questão das multas – que o Deputado Aldo trouxe com tanta propriedade –, que eu tenho muitos exemplos, nós todos temos, acho que é o melhor exemplo de que nós temos que fazer uma atualização da legislação ambiental no Brasil. Apenas perto de 1% das multas aplicadas é que são pagas. Então, ela não cumpre papel nenhum hoje, a não ser afrontar principalmente os pequenos e criar situações de insolvência de famílias inteiras, como a gente está tendo no Brasil. Tem muitos maus funcionários usando uma lei confusa e também dúbia.

Então, quem sabe, talvez agora a gente tenha uma oportunidade. E eu não acredito que seja um projeto de expulsão de pessoas não. Acho que é isso, esse ambiente está muito carregado e o Senado tem toda a condição, junto com o texto que veio da Câmara, de dar uma segurança política de que a multa cumpra com o seu papel. Essas multas aplicadas, esses exemplos, mostram que nós estamos longe de termos uma legislação que possa ser pedagógica, do ponto de vista das multas até mesmo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Me permite, Senador Jorge Viana. Isso que está ocorrendo, em relação à aplicação dessas multas, me lembrar do episódio da edição do AI-5, em que o Ministro Milton Campos se negou a assinar o AI-5. E aí disseram para ele: Mas V. Exª acha que o general-presidente vai praticar alguma ilegalidade? E o Senador Milton Campos disse o seguinte: "Eu temo o presidente, eu temo o guarda da esquina." Então, nós temos que fazer uma lei que não dê essa força aos guardas da esquina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com as palavra o Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Srs. Senadores, Srª Senadora, o esforço durante a tentativa de elaboração deste relatório foi no sentido de conhecer com alguma profundidade a realidade do País, fazer o inventário dos problemas, das diferenças da agricultura do Brasil; um esforço grande de conversar, dialogar com a sociedade.

Ouvi organizações não-governamentais, ouvi agricultores, ouvi órgãos ambientais – e fizemos isso pelo Brasil inteiro –, pesquisadores, universidades, técnicos; de negociar com o Governo permanente, e o relatório é fruto desse esforço, não significa que todos os interlocutores estejam exatamente contemplados em 100% daquilo que desejavam, a começar por mim que não estou contemplado em todo o meu relatório. Mas, procurei fazer um relatório que tivesse sustentação técnica, política e que correspondesse às duas, às duas expectativas da população, que, como eu disse, é proteger o meio ambiente e proteger a agricultura. Qualquer um pode renunciar a uma das duas coisas. O povo não tem esse direito.

Então, por essa razão, Senador Suplicy, nós, conversando com a Frente Parlamentar do Meio Ambiente, eu tive no Deputado Zequinha Sarney, que é o Líder maior dessa Frente, o interlocutor quase que diário. E onde houver uma só possibilidade em qualquer parágrafo, inciso ou artigo que admita novos desmatamentos, você me aponte que eu vou vedar. E assim fizemos.

Portanto, o que resta de novos desmatamentos é, única e exclusivamente, aquilo que a lei atual autoriza, mais nenhum; todos os demais foram absolutamente vedados.

Aproveitamos uma parte da legislação, por exemplo, a compensação já é prevista na legislação atual;

a utilização de exóticas para efeito de recomposição de reserva legal é apenas para essa finalidade. Não significa que, amanhã, alguém está autorizado, vai abrir uma nova propriedade na Amazônia e pode reflorestar. Não. É apenas para efeito de recomposição. A divergência que surgiu e que foi resolvida é de 50% para a pequena propriedade. E numa reunião, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, do Ministro da Agricultura e do Ministro Palocci, esse acordo foi resolvido dessa forma.

Além do que, também, exóticas no Brasil precisa passar por um reprocessamento para oferecer naturalização. Algumas exóticas não tem mais sentido permanecerem como estrangeiras em nossa terra, como a mangueira, a jaqueira, o coqueiro – o coqueiro da Bahia é exótico –, o abacate, que continuam exóticos até hoje. Estão acabando com a jaqueira no Nordeste. Como é exótica, não tem proteção, as pessoas vão arrancando e transformando em madeira para fazer banco, para fazer não sei o quê.

Então é preciso atualizar. E o art. 14 não permite novos desmatamentos. A regularização... Recompor até 50% para efeito de regularização. O que havia na Amazônia, que o Governo apresentou essa divergência, o Ministério do Meio Ambiente, mas eu discordo da opinião do Governo, é o seguinte: em São Paulo, você permite que um proprietário possa compensar a área, que não tem reserva legal, fora da propriedade, fora do Estado e fora do bioma. Em São Paulo, que tem muito pouco de vegetação nativa, de Mata Atlântica, de tudo.

Na Amazônia, no Estado do Amazonas, que tem 98% de floresta, você não vai permitir que um proprietário possa compensar a área que não tem, fora da propriedade. Você é obrigado a um ônus, no meio de tanta reserva, que o agricultor de São Paulo, que tem pouca reserva, não tem. Aí eu não posso admitir uma coisa dessa, é uma injustiça, é uma desigualdade, mais uma vez, pesando contra a Amazônia. O agricultor de São Paulo vai poder compensar fora da sua propriedade, e o da Amazônia não pode? Sendo que na Amazônia tem muito mais Floresta Amazônica do que São Paulo tem de Mata Atlântica. Isso não tem cabimento, é injusto, é inaceitável. O Pampa não tem floresta, tem aquela vegetação típica.

Sobre a questão das bananas, acho que esse risco... Eu estive lá em Registro, estive em Sete Barras, estive ali naquele Vale do Ribeira, e o receio deles qual é? É um receio razoável, porque diz o seguinte: você permite a compensação, mas o proprietário mais capitalizado vai avançar sobre o menos capitalizado, é natural, o mercado não perdoa. Se o proprietário mais capitalizado vai ali no Vale do Ribeira, o plantador de bananas se sente ameaçado. Ele vai comprar a minha para transformar em reserva legal.

Esse risco não existe, por quê? Primeiro, porque uma parte das propriedades em São Paulo vai estar regularizada por um mecanismo que o Governo e o Ministério do Meio Ambiente aceitaram, que é o uso do princípio da legislação da intertemporalidade, se não me engano. Ou seja, você usa a lei da época. Aquela área de São Paulo, toda ela, mesmo o Oeste que foi ocupado no século XX, até nos anos 40, 50, vai estar consolidada pelo princípio da intertemporalidade. O que vai sobrar de área necessária, o Vale do Ribeira já tem parques onde o poder público não pagou e o proprietário vai poder compensar nessas áreas, não vai precisar comprar área de bananeira para compensar. O que não tiver de parques, ainda há áreas de propriedades privadas com vegetação nativas, grandes. Ali mesmo em São Paulo, Senador, o senhor pode encontrar nos cafés gente que tem herança no Vale da Ribeira, em Capão Bonito que pode fazer servidão. Então há um estoque suficiente no Vale do Ribeira de terras, de áreas que podem compensar sem precisar atingir os nossos companheiros bananicultores.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Apenas um complemento mínimo nessa questão que o Senador Suplicy fez ao Deputado.

No art. 38 que trata dessas compensações pode ser dentro da fazenda, fora, fora do bioma, eu acho que nós poderíamos incluir, os relatores para avaliação, também a aquisição de quotas. Ficar definido no projeto em área privada que é a servidão, mas também nas áreas de unidade de conservação. Acabamos de assistir na imprensa nacional que 50% das unidades de conservação do País... Mesmo estando previsto está necessitando de regulamento, tudo aqui pede regulamento. É a aquisição de quotas, de reserva ambiental, nos termos de regulamento. Isso ainda será regulamentado, não está claro. É o art. 38 § 5º, inciso I. A inclusão da possibilidade de servidão. No Tocantins nós temos vários produtores que compraram papel no Jalapão, no Cantão, por 10, 15 anos. Então isso seria uma solução para a manutenção dos parques, também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Creio que essa questão do Vale do Ribeira também responde a preocupação do Senador Aloysio Nunes. A legislação do mundo é muito bem-vinda. Há aqui alguns países que examinei e outros que eu não examinei . Mas, de qualquer forma, a contribuição...

As situações dos rios estão disciplinadas, porque de acordo com a dimensão, com a largura desses cursos d'água, já estão dimensionadas nos princípios gerais e no processo de regularização ambiental. De todos eles, do Atibaia, inclusive. A dificuldade está em que? Em proteger as nascentes, principalmente, porque o que há de mais vulnerável e precioso nos rios são as nascentes. Não é depois que ele já tem um curso de água normal, perene, permanente que a ameaça é maior. E você combinar a diferença entre uma nascente do rio São Francisco e a nascente de uma cacimba onde a família bebe água. Você tem que proteger de forma diferente esses recursos. Na recomposição obedecer critérios que permitam a proteção do rio com a sobrevivência do agricultor. Não é simplesmente você, por exemplo, no caso do Iguaçu, que é um caso concreto lá no Paraná onde rio tem 600 metros de largura e 500 metros de mata ciliar. Quando você avança com a mata ciliar, praticamente liquida com todas essas propriedades. Meio quilômetro, se a propriedade for pequena, não precisa ter nem... Basta ter 100 metros. Se ela tiver 500 metros de fundo, ou seja, com 1km de largura, que não é uma propriedade pequena, já foi embora 100%. Lá no rio Iguaçu. E deve ser a mesma coisa no Uruguai. E também estou dizendo isso porque é uma questão concreta. Então, o programa de regularização ambiental tem que dar conta disso. Tem que proteger o meio ambiente, proteger os recursos hídricos, proteger o solo e, ao mesmo tempo, proteger a agricultura. Encontrar um equilíbrio entre a proteção da mata ciliar, que é vista como absoluta, e às vezes também o agricultor, a agricultura ciliar. Existe este ente, que é o agricultor ciliar, ou seja, o agricultor da beira de rio, a agricultura de beira de rio, no mundo inteiro. E a responsabilidade do Poder Público é combinar a sobrevivência do rio com a sobrevivência das pessoas. Isso está sendo possível até hoje. Então é preciso trabalhar para que assim continue.

Eu desconfio, Senador Petecão – como dizia Guimarães Rosa, "você não tem certeza de tudo, mas desconfia de muita coisa" –, que há, de fato, um projeto de desantropização da Amazônia. Eu acho, desconfio disso. Não tenho nenhuma vidência, não tenho nada para provar, mas eu desconfio que isso é possível. Você cria tantas dificuldades que, de fato, você inviabiliza, você aterroriza as pessoas; e elas vão ficar fazendo o que ali? Não estou dizendo que isso é de a, b ou c. O que eu acho é que há muita coincidência nas coisas que eu, pelo menos, vi acontecendo.

A questão dos quatro módulos, Senador Blairo Maggi. De fato, no apagar das luzes, quando um governo não encontrava uma solução e não deixava de reconhecer o problema, que é a consolidação da APP – principalmente de beira de rio, porque, de topo de morro e de encosta, boa parte ficou resolvida, mas a de beira de rio –, o governo apresentou uma sugestão que era exatamente a de dar este tratamento entre o pequeno, o médio e o grande proprietário: cada um tem uma APP diferenciada. Ou seja, apareceu até a solução de a APP não poder ocupar mais do que 20% da propriedade. Mas aí, quando a solução foi posta sobre a mesa, alguém disse o seguinte: "tudo bem, mas essa APP vai começar onde, da beira do rio para dentro ou da beira do rio para fora?" Ou seja, alguém quer ter acesso à água. A proximidade com a água é uma coisa importante.

Por exemplo, aqueles ribeirinhos da Amazônia, é ali mesmo, na beira do rio mesmo, no beiço do rio, na praia, é ali que está a sobrevivência. Ele não toca na floresta, mas ele precisa daquela área. Então, não é uma coisa de fácil solução.

Reconhecer o problema já é um bom ponto de princípio. Já é uma coisa importante, já coloca todo mundo em torno de uma mesa para encontrar uma solução.

A solução que nós encontramos foi essa, ou seja, fazer com que o programa de regularização ambiental respeitasse os critérios técnicos, as exigências dos §§ 3º e 4º. Não acho, discordo da Senadora Kátia Abreu que a redação do *caput* da 164, do seu art. 8º, cause dúvida. Ali está o principio geral. Tanto é que qualquer citação legal, você geralmente não começa pelo *caput*, você começa pelo parágrafo. "Segundo o parágrafo..." Porque o parágrafo é o que define a regra. É no parágrafo. O *caput* geralmente é o enunciado, é o geral.

O § 3º determina exatamente as condições, ou seja, não pode haver risco para o solo e para os recursos hídricos. Precisa obedecer a esses critérios para consolidar. Eu acho que isso é o programa que tem que realizar. Se o programa tem condições de fazer isso ou não... Quanto à questão dos prazos, também nós conversamos demoradamente com o Ministério do Meio Ambiente. Eu disse: o prazo, vocês, que vão fazer esse programa, esse cadastro, têm que definir; definir o quanto de tempo necessário para essa regularização. A experiência desse cadastro do Mais Ambiente não nos aconselha a ter muita pressa. Não sei se a Ministra Izabella veio aqui...Já veio? Mas os companheiros estão aí, o João de Deus, e podem esclarecer essa dúvida.

O prazo foi um pouco negociado com eles. Eles acham que dá. Eu não tenho essa experiência. Como eu posso contradizer? O cadastro é do Ministério do Meio Ambiente, embora seja descentralizado, é o Ministério do Meio Ambiente. Então, é preciso que eles opinem mais para ver se é isso mesmo. O nosso prazo

era muito maior, mas nós reduzimos exatamente na tentativa desse acordo.

Acho que responder a tudo seria pretensão. Eu não respondi nada, comentei aquilo que estava a meu alcance. Desejo que o Senado possa melhorar e aperfeiçoar o que conseguimos fazer na Câmara, avançamos até aonde foi possível, em meio a conflitos e contradições de que não preciso falar aqui.

O esforço foi exatamente este, dar ao País e à população a ideia de que é preciso estabelecer o equilíbrio entre essas duas causas, essas duas necessidades irrenunciáveis, o compromisso com o meio ambiente, que não é um compromisso econômico nem social apenas, é um compromisso cultural, proteger o campo no Brasil, proteger a atividade do campo, a agricultura, a pecuária. Não é apenas uma questão de emprego, de renda, de exportação, de *commodity*, de preço de comida. É tudo isso, mas é proteger também a identidade, a cultura, os valores, a formação, o idioma, tudo que está relacionado com a vida no campo no Brasil. E não temos a obrigação nem o direito de virar as costas para essa realidade, da mesma forma que não podemos renunciar aos compromissos históricos do nosso País com o meio ambiente. Creio que os senhores podem fazer mais do que o que fizemos, porque além da inteligência e da experiência podem aproveitar também os nossos erros e os nossos êxitos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo. Tenho convicção de que hoje foi um grande recomeço do nosso debate sobre o Código Florestal.

Quero agradecer a todos os Senadores, Deputados e convidados que nos honraram com a sua presença.

Antes de encerrar os trabalhos, preciso submeter à apreciação a ata da presente reunião, já que é conjunta.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam a ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Lembro que, na próxima quarta-feira, a partir das 8 horas e 30 minutos, teremos uma audiência pública sobre o mesmo tema, com alguns ex-Ministros do Meio Ambiente e, na próxima quinta-feira, com alguns ex-Ministros da Agricultura.

Agradeço a presença de todos.

Esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE AGOSTO DE 2011.

Às oito horas e sete minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, BLAIRO MAGGI e LUIZ HENRIQUE**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Jayme Campos e Sérgio Souza. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes do início dos trabalhos, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para manifestar satisfação com a escolha do Deputado Mendes Ribeiro Filho para ocupar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009 – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva). **Observações:** – Votação Nominal. – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. – A matéria foi apreciada pela CAS e CCJ, tendo sido aprovados os Pareceres favoráveis ao Projeto. – Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Adiado. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2011 – EMENTA:** Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar. **Autoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria "AD HOC":** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. – A matéria será posteriormente apreciada pela CMA e pela

CAE em decisão terminativa. – O Presidente, Senador Acir Gurgacz, designa a Senadora Ana Amélia Relatora "ad hoc" em substituição ao Senador Benedito de Lira. **Resultado: Lido o relatório pela Senadora Ana Amélia. A matéria se encontra em fase de discussão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011 – CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do **Projeto de Lei do Senado Federal nº 73, de 2007**, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Autoria**: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011 – CRA – ASSUNTO**: Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir acerca do "Programa de Aquisição de Alimentos – **PAA**", bem como esclarecer a recente decisão da Companhia Nacional de Abastecimento – **CONAB**, que retirou a laranja da lista de prioridades da cadeia alimentar e produtiva. Para a ocasião sugiro: **Laudemir Muller** – Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; **Maya Takagi** – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – **Sesan**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **MDS**; **Silvio Isopo Porto** – Companhia Nacional de Abastecimento – **CONAB/Dipai**; Prefeito **Anderson Fontes Farias** – Prefeitura de Umbaúba; Prefeito **José Valmir Monteiro** – Prefeitura de Lagarto; Representante da Associação Sergipana de Produtores Rurais – **ASSERPROR**; Representante da Associação dos Citricultores de Sergipe – **ASCISE**. **Autoria**: Senador Eduardo Amorim. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 28ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação das matérias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Srª Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes de iniciarmos o debate, eu gostaria de, como Senadora do Rio Grande do Sul, registrar, com muita alegria, a escolha do Deputado Mendes Ribeiro Filho para ocupar o Ministério da Agricultura.

Quem conhece o parlamentar e o seu compromisso com a agropecuária brasileira, não apenas pelo conhecimento do Rio Grande do Sul, sabe que a agricultura está em ótimas mãos. O partido, o PMDB, escolheu um dos melhores nomes de que dispunha para esse desafio enorme, tendo a decisão da Presidente da República, Dilma Rousseff, de confirmar essa indicação, essa escolha, que vai, sem dúvida, prestar relevantes serviços ao País. O Rio Grande já contribuiu com vários Ministros da Agricultura, como Nestor Jost, Cirne Lima, Pratini de Moraes, Francisco Turra e Pedro Simon, nosso colega Senador que também foi Ministro. Por isso, a chegada de um gaúcho para comandar esse importante ministério nos deixa muito seguros e confiantes de que teremos um parceiro para nos ajudar nos desafios que temos aqui, no Senado, com o Código Florestal, e nos demais que estão a cada dia criando uma grande preocupação, como, por exemplo, a questão de um país importador levantar uma barreira, como fez a Rússia recentemente em relação à carne suína, e tantas outras que têm sido levantadas, graças ao aumento da competitividade do agricultor brasileiro e da sua produtividade.

Então, eu queria apenas fazer esse registro, porque penso que seja de bom-tom eu, como Senadora do Rio Grande, saudar a chegada desse Ministro que vai, sem dúvida, nos orgulhar muito.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora.

De fato, também entendo que o Ministério da Agricultura é um dos ministérios mais importantes do nosso País, depois da área econômica, evidentemen-

te, pois a agricultura é o que sustenta o nosso País, sustenta a balança comercial brasileira.

Seja bem-vindo o Deputado Mendes Ribeiro Filho. Não o conheço, mas as informações que obtive são das melhores. Então, recebemos, com muita alegria, o nome de quem tem competência e currículo para estar à frente dessa pasta tão importante e que tem uma ligação muito forte com esta comissão. Faremos um trabalho juntos, com certeza, para o bem do País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que bom.

Presidente, teremos, por ocasião da Expointer – onde espero que a Presidenta Dilma esteja presente –, o dia da nossa audiência pública que será feita lá, como parte daquele ciclo de palestras – com muita propriedade e competência, V. Exª criou o espaço para o debate às sextas-feiras, à tarde; será no dia 2 de setembro, e a inauguração oficial da Expointer será pela manhã, nesse mesmo dia. A presença da autoridade poderá, então, ensejar, eventualmente, que esta comissão convide o Ministro da Agricultura para estar presente no debate que faremos à tarde em relação ao Código Florestal, que é o tema crucial que temos pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É apenas uma sugestão. Espero que o meu Presidente acolha a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já está acolhida e assim será feito, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com prazer.

Srªs e Srs. Senadores, na última sexta-feira, dia 12 de agosto de 2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promoveu a 15ª reunião do ciclo de debates da comissão. A finalidade foi debater as políticas públicas de ocupação territorial adotadas na agricultura brasileira na implantação dos projetos de desenvolvimento regional. A reunião contou com a presença dos seguintes convidados: Dr. Silvio Krinski, Coordenador de Meio Ambiente da Organização das Cooperativas do Paraná; Dr. Helton Damin da Silva, Chefe-Geral da Embrapa Florestas, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; o Sr. Agostinho Senem, secretário-executivo da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – Amavi; e Dr. Eliseu Roberto de Andrade Alves, assessor do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Vou cancelar os demais temas e vamos dar sequência – vamos ver se a gente consegue.

Senadora, vamos ver os requerimentos.

Infelizmente, Senadora, a minha voz...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, vamos colaborar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... não está bem.

Agradeço.

Vamos passar para o Item 3:

ITEM 3:

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado Federal nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O requerimento, de minha autoria, Senadora Ana Amélia e demais Senadores, é com a intenção de liberarmos esse projeto o mais rápido possível a fim de que possa ir à Câmara no sentido de liberar a Embrapa para prosseguir nesses sentidos, porque entendemos que é um tema muito importante para a pecuária brasileira.

Então, a intenção é fazer uma reunião conjunta para que nós possamos votar conjuntamente. Eu já pedi também para que sejam sempre os mesmos relatores nas três Comissões, para que a gente possa dar celeridade e atender um pedido da Embrapa, pois esse projeto já está aqui desde 2007 e está fazendo muita falta para a pesquisa brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu queria endossar, apoiar, manifestar o meu voto favorável. E não é possível, como diz V. Exª, que, desde 2007, haja um projeto da maior relevância para os interesses da empresa de pesquisa no setor agropecuário, que é um orgulho para todos os brasileiros.

A Embrapa, não canso de dizer, de repetir e de ressaltar o trabalho de todos os seus pesquisadores, de seus servidores todos, em todos os níveis da companhia, através de seu presidente, Pedro Arraes. E nós temos de fazer todo o esforço possível para atender a essa demanda, que é mais do que justa, necessária e importante para o País.

Concordo plenamente e queria parabenizá-lo pela iniciativa de, dessa forma, a gente agilizar uma decisão aguardada há tanto tempo, Sr. Presidente. E cumprimento-o pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A Embrapa tem tido um trabalho muito importante no desenvolvimento da pecuária e da agricultura brasileira. Com esse projeto, liberando a Embrapa para fazer os estudos sobre clones de animais, tenho certeza de que essa contribuição vai aumentar ainda mais.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo em vista a falta de quórum, passaremos para o Item 1. Para o Item 2 também precisamos de quórum.

Há mais requerimentos? (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM ÚNICO:

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011 – CRA

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir acerca do "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", bem como esclarecer a recente decisão do Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) que retirou a laranja da lista de prioridades da cadeia alimentar e produtiva. Para a ocasião sugiro:

– Laudemir Muller – Secretário da Agricultura Familiar Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

– Maya Takagi – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;

– Silvio Isopo Porto – Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/Dipai);

– Prefeito Anderson Fontes Farias – Prefeitura de Umbaúba;

– Prefeito José Valmir Monteiro – Prefeitura de Lagarto;

– representante da Associação Sergipana de Produtores Rurais – Asserpror;

– representante da Associação dos Citricultores de Sergipe – ASCISE.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço à Senadora Ana Amélia que faça a leitura, como relatora *ad hoc*, do Item 2.

ITEM 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2001 – Não terminativo –

Cria incentivo fiscal de redução de Imposto de Renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.

Autoria: Senador Luiz Henrique.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, agradeço-lhe pela incumbência da relatoria *ad hoc* de uma matéria tão importante, iniciativa do Senador Luiz Henrique, ex-Governador de Santa Catarina, Estado cuja divisão fundiária é extremamente relevante porque é caracterizado exatamente pela pequena propriedade. Então, mais coerente ainda fica a proposição do Senador Luiz Henrique em relação a esse benefício para estimular uma atividade tão importante.

Eu me permitiria não apresentar o relatório, Presidente, e já ir à análise do projeto, porque compete a esta Comissão, conforme o Regimento Interno, opinar sobre assuntos correlatos relacionados à agricultura familiar e à silvicultura, utilização e conservação na agricultura dos recursos hídricos e genéticos, tributação da atividade rural, cooperativismo e associativismo rurais e políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais.

Com respeito ao mérito do projeto do Senador Luiz Henrique, entende-se que o Projeto que tem o número 46.330.120.236 não poderia ser mais oportuno, uma vez que estão em discussão no Congresso Nacional inúmeros projetos de lei que tratam de apoio à agropecuária nacional, em particular à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais.

A propósito, apenas um parêntese para lembrar a Marcha das Margaridas, ontem, que foi a demonstração clara da relevância desse setor ou desse movimento na participação social e econômica do País.

Prossigo a leitura da análise.

As alterações na legislação florestal e ambiental brasileira associam-se à demanda mundial pela adoção de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis que promovam a captura do carbono atmosférico,

contribuinte do aquecimento global, e a manutenção da biodiversidade dos recursos hídricos. Some-se a esses fatores de pressão a perspectiva, Sr. Presidente, de novos padrões tecnológicos de produção baseados na integração de lavoura, pecuária e florestas mais sustentáveis do ponto de vista socioeconômico e também ambiental.

Destacamos, nesse contexto, o PLC 30, de 2011, que trata da alteração do Código Florestal. Aliás, vale lembrar, o próprio Senador Luiz Henrique é o Relator em três comissões (Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida por V. Exª, e Comissão de Ciência e Tecnologia). Assim, em virtude do qual se espera o aumento da pressão pela reconstituição de Áreas de Preservação Permanente nas propriedades rurais e das Áreas de Reserva Legal, possivelmente também em todas as propriedades rurais familiares.

O Estado brasileiro terá de encontrar alternativas que complementem as atuais políticas agrícola e ambiental, valendo-se, por exemplo, do financiamento público e privado para a reconstituição das Áreas de Preservação Permanente e das Áreas de Reserva Legal. E daí a implantação de sistemas produtivos sustentáveis que integrem a agricultura, a pecuária e também a silvicultura.

A adoção de incentivos fiscais redirecionando o Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas, nos termos do PLS 249, de 2011, possibilitará a adoção de mecanismos eventualmente mais eficientes que os atuais na alocação de recursos públicos para os projetos de florestamento e reflorestamento, assim como a ampliação de recursos para esse fim, hoje limitados no Orçamento.

A possibilidade da celebração de contratos entre cooperativas ou associações de agricultores familiares para aplicação dos recursos de Imposto de Renda devidos por pessoas físicas ou jurídicas é outro aspecto a enaltecer no PLS em análise, pois contribui para o fortalecimento das organizações representativas dessa categoria de produtores.

Portanto, o voto do relator, Senador Benedito de Lira, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que faz o relatório *ad hoc* pelo Senador Benedito de Lira.

Vamos deixar em suspenso por falta de quórum. Fica em discussão até que haja quórum. Se não houver, passaremos para outra reunião.

Não temos mais nenhuma matéria, Senadora.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, lembro que a Comissão realizará o 16º Seminário de Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão no dia 19 de agosto de 2011, sexta-feira, às 14 horas, na Assembleia Legislativa do Paraná, em cumprimento ao Requerimento nº 39, de 2011, da CRA, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a finalidade de debater o PLC nº 30, de 2011, que dispõe sobre o Código Florestal, com a presença, para proferir palestra, das seguintes autoridades: Deputado Aldo Rebelo, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento – Mapa; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; e participarão como convidados a Assembleia Legislativa do Paraná, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, o Ministério Público do Paraná, a Universidade Federal do Paraná, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná, Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar, Federação da Agricultura do Estado do Paraná – Fetaep e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado do Paraná.

Faremos amanhã, portanto, essa reunião no Paraná e, no dia 2, com muito prazer, estaremos no seu Estado, em Esteio, onde faremos o convite para que o novo Ministro esteja conosco para debater temas importantes que a senhora traz para essa discussão.

Entendemos que esse ciclo de debates tem trazido oportunidades para que vários segmentos da nossa sociedade, evidentemente principalmente ligados à agricultura, possam vir até a nossa Comissão e debater assuntos pertinentes à agricultura, pecuária e agroindústria brasileira. Também estará presente conosco amanhã em Curitiba o Senador Luiz Henrique, que é relator, aqui nesta Comissão, do Código Florestal, e Senador Jorge Viana, relator do Código Florestal no Meio Ambiente.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 7 minutos, a reunião encerra-se às 8 horas e 56 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE AGOSTO DE 2011.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, na Sala 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): DELCÍDIO DO AMARAL, CLÉSIO

ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, CYRO MIRANDA, SÉRGIO SOUZA, ANGELA PORTELA, WALTER PINHEIRO, BLAIRO MAGGI e VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Antonio Russo, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2011-CRA, aprovado em 4/08/2011, de autoria do Senador Álvaro Dias, Requerimentos nº 37, de 2011-CRA e Requerimento nº 38, de 2011-CRA, aprovados em 4/08/2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, no último dia 24 de julho do corrente, e que tratavam da venda irregular de lotes do INCRA destinados à reforma agrária e sobre assuntos relacionados às suas pastas, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Afonso Florence – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Alvaro Dias, Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Ataídes Oliveira e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2011, da CRA, aprovado no dia 4 de agosto de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, Requerimento nº 37/2011– CRA e Requerimento nº 38/ 2011 – CRA, aprovados também em 4 de agosto de 2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as denúncias vinculadas pelo programa Fantástico, da Rede Globo, no último dia 24 do corrente, que tratavam da venda irregular de lotes do Incra destinados à reforma agrária e sobre assuntos relacionados às suas pastas, com a presença do Dr. Afonso Florence, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA, a quem dou as boas-vindas, e do Dr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a quem também dou as boas-vindas.

Ambos fazem um excelente trabalho à frente de suas pastas, junto com a nossa Presidenta Dilma, sempre trabalhando em conjunto com o Senado, através da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Por várias vezes, Sr. Ministro, nós já recebemos a sua equipe para discutirmos assuntos importantes para o nosso País. V. Exª também já esteve conosco para debatermos o que é importante para o desenvolvimento agrário no nosso País.

Portanto, passo a palavra ao Ministro Afonso Florence, que terá vinte minutos para fazer sua explanação. Se houver algum acréscimo, não há problema.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, quero saudar o Senador Cyro e, na sua pessoa, todos os Senadores e Senadoras da Comissão e demais presentes, agradecer o convite ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à autarquia Incra, a ele vinculada, para se fazerem presentes a esta Comissão para fins dos esclarecimentos sobre as denúncias apresentadas no programa Fantástico, da Rede Globo, e demais esclarecimentos solicitados no convite. Quero saudar também o Presidente Celso, do Incra, e, na sua pessoa, todos os profissionais diretores do Incra aqui presentes, colegas do MDA e demais colegas do Governo.

Rapidamente, Senador, eu e o Presidente Celso dividimos a nossa apresentação. Para dar complementaridade a ela, vou tratar, no que diz respeito ao convite, das informações mais gerais e o Presidente Celso apresentará os resultados mais imediatos com relação à solicitação de informação específica sobre a denúncia do Fantástico.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Presidenta Dilma lançou, recentemente, em parceria com o MDA e com os governos estaduais, o Plano Safra 2011/2012 e o Brasil sem Miséria.

O nosso foco de apresentação se atém a essas dimensões da política nacional.

(Próximo, por favor.)

Primeiro, é importante sempre divulgar... O Brasil, Senador Cyro, tem uma pujante economia na agricul-

tura familiar. A agricultura familiar representa mais de 4,3 milhões de unidades produtivas rurais. No Brasil, nós temos, aproximadamente, cinco milhões e fração. São 84% do número de estabelecimentos, 24% da área em produção, 10% do valor do Produto Interno Bruto, 38% do valor bruto de produção agropecuária. A agricultura familiar – e aí nós estamos nos referindo à legislação vigente, a 11.326: assentados e assentadas de reforma agrária, populações tradicionais, agricultores familiares tipicamente caracterizados, quilombolas, marisqueiras, pescadores... Somos 38%, quase 40% da produção agropecuária brasileira, do agronegócio brasileiro, no sentido etimológico da palavra, a produção agrícola. Somos 74% da mão de obra ocupada no rural, que perfazem um total de 12 milhões e 300 mil pessoas, 87% da mandioca na produção nacional, 70% do feijão, 46% do milho, 59% da produção dos suínos, 58% da produção do leite, 50% da produção das aves, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja.

Nós estamos presentes em 98% dos Municípios. São 16 bilhões do Plano Safra para 2011/2012, e esses 16 bilhões, em melhores condições de contratação, Senador Acir, do que nas safras anteriores. Nós reduzimos juros de investimento tanto até R$10 mil, prevalecendo os juros de 1%, como investimentos acima de R$10 mil, os juros de 2%. Todas as linhas do Pronaf ganharam incremento de teto, incremento de valores, portanto, e redução da taxa de juros de investimento.

Então, nós temos uma ampliação do limite de crédito no Pronaf B, que agora vai para três contratações, 7,5 mil, mantendo os juros de 0,5% e o rebate de 25%. O Pronaf Agroindústria tem um incremento de 30 para 50 mil nos financiamentos individuais e de 20 para 30 mil no limite individual de crédito para sócios e associados. Temos também uma melhoria no Pronaf Agroecologia, muito importante porque nós vamos, um aumento do limite de financiamento de 50 para 130 mil. Também no Pronaf Floresta, que tem um aumento do limite de financiamento, que passa a vigorar para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Pronaf Semiárido e o Pronaf Jovem também ganham um aumento do limite de financiamento aqui, nesse caso, de 10 para 12 mil. O Pronaf Eco também tem um aumento do limite de financiamento, aqui, nesse caso, de 6,5 para 8 mil por hectare, limitado a 80 mil por beneficiário. No Pronaf Cota Parte, que é o Pronaf para industrialização por cooperativas também tem um aumento importante do limite de crédito individual, de 5 para 10 mil, e um aumento do limite de crédito por cooperativa de 5 milhões para 10 milhões. Ou seja, estamos criando condições mais propícias de contratação do Pronaf para as cooperativas.

Na linha Mais Alimentos, nós temos êxito expressivo durante seu período de funcionamento. Ela tem um financiamento para projetos individuais de até 130 mil e, para projetos coletivos de até 500 mil. A taxa de juros é de 2% ao ano, com três anos de carência e dez anos para pagar com juros agora de 1% nas operações até R$10 mil.

Estamos também contratando um Pronaf Mais Alimentos África. Temos um programa de oferta de cooperação internacional e estamos disponibilizando Mais Alimentos para dois países já na África, Gana e Zimbábue, com a comercialização de máquinas de fabricação nacional.

Em 2010, foi aprovada a Lei de Ater e, a partir de agora, todas já, as vigentes, todos os contratos de Ater decorrem de chamadas públicas. Nós tínhamos uma dotação orçamentária para 2011 de R$149 milhões, que já estão todos em processo de execução, liberando o financeiro a partir da prestação de contas.

No Plano Safra 2011/2012, nós estamos com uma previsão de ampliação do atendimento com foco na agroindústria, nas cooperativas, para o aperfeiçoamento da gestão para comercialização, buscando atingir a oferta de serviço a 200 mil famílias. Estamos ampliando e qualificando os serviços para 150 mil famílias beneficiárias do crédito rural e estamos buscando atender 10 mil jovens rurais.

Também, Senador Acir, nós aperfeiçoamos o seguro agrícola. Ele é fundamental para que o agricultor enfrentando intempéries tenha um ressarcimento que permita a continuidade da sua atividade produtiva.

Além do aperfeiçoamento do seguro da agricultura familiar, temos o Pgpaf, que cobre os financiamentos do Pronaf contra oscilações de preços.

Temos para a região semiárida o Garantia Safra, agora com ampliação do valor de cobertura para a safra 2011/2012, atingindo R$680,00 por família.

A partir do Plano Safra 2011/2012, passaremos a contar com a PGPM da agricultura familiar. A Presidenta Dilma já enviou o projeto de lei ao Congresso, propondo alteração do PPA e alteração da LOA, disponibilizando 300 milhões de reais para regulação de preços de produtos oriundos da agricultura familiar, através de um programa de preços mínimos para agricultura familiar.

Também estamos ampliando a disponibilização de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos. O orçamento para 2011 está de 793 mil reais.

As modalidades de Formação de Estoque, de Compra Direta, de Doação Simultânea e PAA Leite experimentam incremento de recursos para 2011.

Com relação ao Pnae, estamos buscando ampliação do limite de venda anual de 9.600 para 20 mil

por agricultor familiar. Com isso, propiciaremos que agricultores e agricultoras tenham incremento da sua renda através da comercialização para merenda escolar dos Municípios. A legislação federal já prevê que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Alimentação Escolar devem ser aplicados pelas prefeituras através da aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Hoje, temos uma contabilização, que esperamos se amplie a cada dia, de 2.697 Municípios que já preenchem os requisitos da legislação vigente.

Com relação à política de reforma agrária, temos uma orientação da Presidenta Dilma de aprofundar a política da reforma agrária, sintonizando-a ao novo momento que o País cresce de desenvolvimento e de distribuição de renda. Nós temos convicção da importância da política de reforma agrária para o combate à pobreza, especialmente nas regiões economicamente mais deprimidas. Os resultados nos assentamentos consolidados provam que, em sinergia com a dinâmica econômica regional e com a produção da agricultura familiar, assentados e assentadas contribuem para a produção de alimentos para um país que cresce, distribui renda e garante segurança alimentar para seu povo. Além disso, a reforma agrária é, para nós, um instrumento de garantia da estabilidade demográfica da população no rural brasileiro e de promoção de paz no campo. Por isso, nós temos uma orientação de incremento na política de desenvolvimento dos assentamentos, tanto nos recentes quantos nos que já preexistiam.

Promovemos um processo também de regularização fundiária de posses em terras públicas, com a busca da destinação legal dessas terras, em particular na Amazônia Legal. Temos 92.523 ocupações rurais cadastradas. Nós temos o programa Terra Legal com uma série de resultados, obviamente parciais, mas todos dentro do cronograma original. São já 16.165 imóveis georeferenciados, são 60 núcleos urbanos já doados em 38 Municípios, beneficiando, Senador Acir, 292.544 famílias. Nós titulamos a cidade inteira, remetemos à prefeitura a escritura e, a partir daí, a prefeitura pode fazer o programa de regularização urbana. Então, é um programa de grande envergadura e muito importante para o desenvolvimento regional, para a paz no campo, para a regularização fundiária e para a contratação de políticas públicas nas cidades, em toda a região da Amazônia Legal.

Temos também o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que dispõe de uma modalidade de combate à pobreza. Ele atende a trabalhadores rurais com renda familiar anual de R$9 mil e um patrimônio inferior a R$ 15 mil. Esse programa, que também tem resultados muito expressivos, tem uma importância estratégica muito grande, porque propicia – digamos – uma política que se soma à política de obtenção desenvolvida pelo Incra. Ele é coordenado, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Secretaria de Reordenamento Territorial.

Todas as nossas políticas têm uma componente etária, buscando garantir a sucessão no campo – esse também –, e uma política de gênero, buscando a organização econômica das mulheres. Temos um importante programa de política de gênero, de política afirmativa. Estamos aprofundando esse programa na safra 2011/2012. Estamos garantindo 5% dos recursos do PAA para aquisição de alimentos oriundos de organizações compostas, dirigidas 100% por mulheres. Estamos disponibilizando, também, percentuais de 30%, 40% naquelas modalidades de programas de aquisição de alimentos, formação de estoque, compra direta e distribuição. Estamos ampliando para R$3 mil o valor do crédito de apoio à mulher, para promover a inserção de mulheres na dinâmica produtiva e econômica de assentamentos. Estamos realizando milhares de mutirões, quatro mil mutirões, no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Estamos iniciamos esses mutirões, que têm uma sinergia bastante intensa com o Programa Brasil sem Miséria.

Vale ressaltar também que as políticas, até as chamadas públicas, invariavelmente, contemplam cotas para as mulheres.

No Brasil sem Miséria, a inclusão produtiva é a estratégia fundamental. Nós estamos concluindo a seleção de chamadas pública para contratação de empresas; selecionamos territórios de cidadania com base no calendário agrícola vigente no País. O propósito é incluir 255 mil famílias de agricultores e agricultoras em situação de extrema pobreza até 2014.

Na primeira visita, vamos construir um plano de estruturação produtiva da unidade produtiva rural. Esse extensionista não é apenas extensionista rural, é um agente de desenvolvimento. Com esse diagnóstico da família, ele desenvolverá uma estratégia de inserção social, regularização administrativa, providências de adequação das condições da família para a comercialização de seus produtos ou para a integração nas atividade de industrialização e de comercialização, seja para o PNAI, seja para PAA.

Na segunda visita, de acordo com o desenvolvimento das atividades estipuladas, previstas pelo extensionista ou pela extensionista, em parceria com a família, essa família terá acesso a um fomento, a ser aplicado na produção, no valor de três parcelas de R$800,00 e terá também acesso à distribuição gratuita de sementes e insumos, sejam grãos, sejam mudas, de acordo com as características produtivas do território e

da unidade produtiva. Então, a família poderá receber sementes adaptadas, desenvolvidas pela Embrapa, por exemplo, de milho e feijão, com orientação técnica e com a organização econômica para a comercialização da sua safra.

Além disso, no Brasil sem Miséria há uma série de outras ações desenvolvidas com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, liderança da Ministra Tereza Campello, que tem sinergia com outros Ministérios. Por exemplo, o Programa Água para Todos prevê a construção de 600 mil cisternas no semiárido para as famílias beneficiárias do programa. No programa Luz para Todos, há previsão da oferta de energia elétrica para 257 mil famílias e, recentemente, através de uma medida provisória, foi estipulado o que tem sido chamado, popularmente, de Bolsa Verde, que tem o nome oficial de Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Paca, que prevê a remuneração de R$300,00 para famílias de assentados e assentadas, de assentamentos diferenciados que preservem os recursos naturais.

Tanto no fomento quanto no Bolsa Verde, o repasse tem como referência operacional o cadastro do Bolsa Família e o uso do cartão desse importante programa que também experimentou um processo de incremento nos seus vários itens, particularmente para as populações da faixa da extrema pobreza. Merece destaque a ampliação do direito ao benefício de três para cinco filhos por família, o que prevê o atendimento de mais de um milhão de crianças e jovens.

Por último, eu gostaria de destacar os instrumentos de controle social e transparência disponibilizados pelo Ministério. Nós temos os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que executam um processo de credenciamento das empresas, das cooperativas que concorrem nas chamadas públicas e que avaliam os projetos de investimentos dos territórios. A execução das rubricas do MDA tem uma sinergia com os territórios da cidadania ou com os territórios de identidade. Os colegiados territoriais são compostos de gestores municipais, produtores associados, entidades da sociedade civil, e são esses Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável que coordenam a elaboração dos planos de desenvolvimento territorial.

Nós temos a disponibilização no *site* do MDA de todos os cadastros de beneficiários, de contratados, de contratadas por chamadas públicas, tanto do Garantia Safra, do Pronaf, do Terra Legal.

Esses instrumentos de controle social são presenciais como os conselhos estaduais, conselhos territoriais e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e os conselhos regionais territoriais e o conselho estadual, como nós temos os instrumentos virtuais disponibilizados no *site* do MDA. Nós temos ali o CPF do beneficiário, a localização da empresa contratada por chamada pública.

Para concluir, Senador Acir, quero saudar os Senadores Cassol, Cyro já havia saudado e o Senador Alvaro Dias, reiterar os agradecimentos que fiz pelo convite e me colocar à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Afonso Florence, pela sua explanação.

Dando sequência, nós passamos a palavra ao Dr. Celso Lacerda, Presidente do Incra. O senhor dispõe de vinte minutos para fazer a sua explanação. Evidente que, se precisar de mais tempo, nós estaremos à disposição.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Bom dia, Senador Acir, bom dia aos demais Senadores, obrigado pela oportunidade, eu basicamente vou-me ater aos dois casos a que se referiu a denúncia do programa Fantástico, do dia 24 de julho passado – amanhã, praticamente, faz um mês que este programa foi veiculado –, e a gente vai fazer um cronograma da história desses dois assentamentos, as medidas e os acontecimentos que ocorreram nos dois, porque se deu a denúncia num assentamento chamado de Cumuruxatiba, no Município de Prado, na Bahia, e o outro assentamento, Jonas Pinheiro, no Município de Sorriso, em Mato Grosso.

(Próximo, por favor.)

O assentamento de Cumuruxatiba foi criado em 1986. Foi criado, não; a área foi desapropriada por um decreto de dezembro. É bom lembrar que esse assentamento, se fosse com os normativos de hoje, não seria criado, porque não se permite mais criar assentamento em área litorânea. Então, ele só foi criado, à época, porque a legislação era mais flexível, era mais abrangente e permitia criar. O assentamento está numa região turística, e, consequentemente, há uma forte pressão de ocupação desse território, principalmente nessa faixa litorânea, por turistas, para dar uma destinação turística a essa área. Enfim, foi decretada essa área por um decreto presidencial de 1986, e foi criado o projeto de assentamento em maio de 1987, com uma área de 4.255 hectares para 169 famílias.

(Próximo, por favor.)

Em 2001, esse projeto de assentamento foi consolidado. O que é o processo de consolidação? A partir da hora em que o Incra faz a titulação de 50% mais um das parcelas dos lotes ou dos assentados, o projeto de assentamento já é considerado consolidado e o Incra não realiza mais investimento nesses projetos. Só que,

até o momento de esse título ser liberado das cláusulas resolutivas, ele ainda continua sob a responsabilidade do Incra. Então, o que são cláusulas resolutivas? Primeiro, ele tem que pagar pelo título e, segundo, tem que cumprir cláusulas, como cumprir a legislação ambiental; não transferir o imóvel ou aliená-lo. E foi o que aconteceu. Apesar de esse projeto de assentamento estar titulado, digamos assim, e consolidado, ele não estava liberado das cláusulas resolutivas.

Em 2003, através de denúncias que o Incra recebeu de venda de parcelas e de desvio de recursos públicos que tinham sido aplicados ali, foi instaurada uma sindicância para apurar essas irregularidades, e a sindicância concluiu pela necessidade de fazer um levantamento ocupacional nesse assentamento para conferir, obviamente, se os lotes ou essas famílias estavam cumprindo as cláusulas resolutivas dos títulos.

(Próximo, por favor.)

Em 2005, esse levantamento foi iniciado, foi feito, inclusive com a participação conjunta da Polícia Federal, e foram identificados ocupantes irregulares, o que possibilitou a abertura de processos administrativos individuais, visando à retomada desses lotes ocupados irregularmente.

Em 2007/2008, exauridas as tentativas administrativas de retomada desses lotes, porque, obviamente, a gente tem que garantir o amplo direito de defesa – não é um processo tão simples –, aí, sim, foram ajuizadas pela Procuradoria do Incra na Bahia 33 ações de reintegração de posse que se encontram até hoje em juízo, ainda sem sentença. Foram os casos que apareceram naquela reportagem, como o caso do fotógrafo, que é um comprador, com denúncias inclusive de supostos laranjas que compram lote. Isso não caracteriza, efetivamente, um problema sério, porque, sendo laranja ou sendo um suposto comprador e ocupando o lote irregularmente, ele vai ter o lote reintegrado o qual não vai ser regularizado pelos normativos que existem hoje aí.

Em 2009/2010, em decorrência de novas denúncias acusando a participação inclusive de servidores do Incra nas vendas de lotes, o Presidente do Incra instaurou um processo administrativo disciplinar. Esse processo concluiu pela inocência dos servidores, pois ficou provado, nesse processo, que a venda dos lotes foi negociada diretamente entre os compradores e os assentados. Então, aquela denúncia que apareceu do servidor Ruberval delatando outros servidores do Incra, inclusive sem nominar, já tinha sido feita, em 2009, e já havia sido apurada. Decorrente desse PAD, o Incra concluiu por uma nova realização de levantamento ocupacional nesse projeto de assentamento, além daquela que havia sido feita em 2005, e foram abertos mais 42 processos. Esse trabalho também vem sendo conduzido junto à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal.

(Próximo, por favor.)

Dia 24 de julho, foi veiculada a matéria do *Fantástico* que mostrou exatamente os quadros aberrantes de pessoas que não podem ser beneficiadas da reforma agrária com lotes, e se conclui justamente porque aquelas parcelas, aquelas unidades que ficam na beira da praia são áreas muito visadas para turismo, e obviamente existe uma pressão de quem tem dinheiro, e acaba esse assédio sobre os assentamentos. Os assentados mais mal instruídos, ou alguns casos mal intencionados, acabam querendo ganhar dinheiro com essa prática ilegal. Mas, a partir da denúncia, o Incra, aqui da sede, eu, pessoalmente, como Presidente, solicitei da Superintendência que se apurassem as denúncias e, obviamente, informações mais detalhadas, para que pudéssemos tomar as medidas que fossem necessárias e cabíveis.

O servidor Roberval Costa Gomes, que fez as denúncias e que aparece na reportagem denunciando servidores de envolvimento nesse processo, foi notificado para apresentar nominalmente os servidores que estariam envolvidos e de que forma estariam cometendo irregularidades e, decorrente dessa resposta, está sendo instalado um procedimento investigatório que vai apurar, obviamente, se têm fundamento as denúncias ou não.

Este é um breve relato do projeto de assentamento como uma iniciativa da Bahia.

(Próximo, por favor.)

Aqui estão relacionados exatamente os nomes das pessoas que apareceram no programa, no *Fantástico*, e que diretamente já estão com processos sejam de reintegração de posse, sejam processos, inclusive, arrolados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal como crime. Mas, enfim, existe toda a apuração, está todo mundo diagnosticado e os procedimentos cabíveis estão em curso.

(Próximo, por favor.)

Bom, assentamento do Mato Grosso, aquele assentamento de Sorriso, que foi anunciado, o projeto de assentamento de Jonas Pinheiro. Este assentamento foi criado em 2001, para 271 famílias, e teve o seu transcurso normal. Em 2011, depois de denúncias, em julho já, um pouco antes dessa matéria, a Superintendência do Incra no Mato Grosso deflagrou um levantamento ocupacional decorrente de denúncias e, do total de 54 lotes com denúncias de irregularidades, 28 foram vistoriados, e se detectou ocupação irregular em 20 dos 28. Esses 20 já foram notificados. Há um procedimento, que é normativo, em que o Incra, detectando alguma irregularidade, notifica o ocupan-

te e dá um prazo normalmente de 15 dias para esse ocupante apresentar sua justificativa, o porquê dele estar cometendo alguma irregularidade, ou, se é um ocupante irregular, o porquê dele estar ocupando esse lote. Essa justificativa é analisada no âmbito técnico e jurídico e, não acatada a justificativa, ele é notificado e é dado um prazo para se retirar, que pode ser de até 30 dias, administrativamente. Não se retirando, não desocupando o lote, obviamente o Incra vai às vias judiciais, com a solicitação de reintegração de posse.

(Próximo, por favor.)

Desculpe, é esse daí mesmo.

A denúncia foi feita dia 24 de julho, pelo programa, como o da Bahia. As denúncias ocorreram por parte de um suposto comprador e por parte até de um presidente de um sindicato local. Eram denúncias de que havia um servidor do Incra supostamente recebendo dinheiro para facilitar compra e venda de lote, que é o servidor Leonor Silva Santos. Então, as medidas que tomamos por aqui são que solicitamos informações detalhadas lá da Superintendência, determinamos a instauração de procedimento de investigação, e esse servidor denunciado, que era o subchefe da unidade avançada de Diamantino, que atende aquela região de Sorriso, foi exonerado imediatamente e retirado de uma ordem de serviço de que constava como membro, justamente a ordem de serviço que determinava o levantamento ocupacional desse assentamento. O Incra já está abrindo um procedimento investigatório para apurar efetivamente se ele está envolvido no recebimento de recursos para facilitar a venda de lotes, e continuamos com o trabalho de notificação dos ocupantes irregulares, para buscar essa retomada de lotes. Então, sobre esses dois assentamentos, basicamente são essas informações. Quer dizer, do ponto de vista legal, o que era possível fazer para sanar essas irregularidades já foi feito.

Só queria dar um panorama geral, muito rapidamente, de que temos hoje, no Brasil, um pouco mais de 924 mil lotes, unidades familiares, lotes ou famílias assentadas. Nesses últimos 10 anos, retomamos mais de 100 mil lotes. Desses, 36 mil foram objeto de compra e venda irregularmente, e o restante é de outras irregularidades, como por exemplo não cumprir com o contrato de concessão. O assentado tem que morar na parcela, tem que explorar individualmente, não pode arrendar. Há casos de retomada que são por conta de arrendamento, casos em que o cidadão assentado não mora lá, vai morar na cidade e, muitas vezes, têm cláusulas que ele tem que cumprir. As retomadas se referem ao não cumprimento de cláusulas, esgotada a possibilidade que se dá para esse agricultor, para essa pessoa sanar essas irregularidades, não sanando, buscamos a retomada e a destinação para uma outra família de sem-terra, e estamos intensificando essas ações nos últimos anos, inclusive com campanhas.

Temos um material aqui e depois podemos distribuir, publicamos cartilhas e cartazes com vários slogans de *Venda de Lote é Crime*, um pouco mais agressivo, para poder intimidar, inclusive, quem tem interesse em comprar e, às vezes, alguma pessoa de má-fé que quer vender. Temos slogans para conscientizar mais no sentido da perspectiva de futuro de um assentado, que foi um material que produzimos com o slogan de *Futuro Não se Vende*, conscientizando o assentado de que talvez seu futuro esteja naquela parcela de terra que ele recebeu e, por isso, ele não pode se iludir em vender, querendo ganhar dinheiro.

Então, estamos intensificando cada vez mais, nesses últimos anos, um trabalho de conscientização no sentido de coibir a prática de venda de lotes. Isso tem dado resultado, isso vem diminuindo, já é um trabalho de moralização em que temos tido sucesso. O material já foi entregue aqui, depois posso distribuir. Trouxemos praticamente só um exemplar aqui.

Então, avaliamos aqui 36 mil retomadas por compra e venda, de um contingente de mais de 900 mil. É um volume de irregularidades significativas, mas não é uma situação muito alarmante. Casos como esse da Bahia a gente sabe que isso se dá por haver um assentamento criado numa área imprópria, numa região muito valorizada do ponto de vista do turismo, o que leva consequentemente a esses problemas.

Eu queria encerrar dizendo que a gente tem consciência de que existe uma rotatividade nos projetos de assentamento e de que ela é absolutamente normal, natural. Não há nada de anormal na rotatividade que a gente trabalha. Inclusive, quando a gente cria um projeto de assentamento, a gente está criando uma comunidade rural de maneira artificial. Então, até que as relações sociais se estabeleçam nessa comunidade, existe uma certa rotatividade, e ela é natural, e os números comprovam isso. No início, nos primeiros três, quatro anos de um projeto de assentamento, a rotatividade é um pouco maior. Depois, ela começa a se estabilizar, e, em muitos casos, começa a, por anos e anos, ser zero.

Então, agora, o que precisa é essa troca, transição de uma família para outra ser feita de maneira regular. O beneficiário tem que comunicar ao Incra, que faz um vistoria no lote. Se houver benfeitorias a mais do crédito que ele recebeu, ele tem direito a ser indenizado por essas benfeitorias. E ele pode ir embora, e outra família ocupa o lote. Isso tem acontecido. Mas a prática efetiva de compra e venda em regiões mais valorizadas é proibida, é crime, e a gente tem coibido

isso com muita firmeza, no sentido de dar mais moralidade e transparência para esse processo.

Em princípio, é isso, Senador Acir. Eu teria muitas coisas e muitos números para apresentar, mas eu prefiro apresentar pontualmente esses dois casos, e a gente fica à disposição, se houver algum questionamento, para responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso Lacerda, pela sua explanação.

Passamos, agora, à fase de interpelação, prevista no inciso X do art. 398.

Como autor, eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é autor do requerimento, PSDB do Paraná.

V. Exª tem cinco minutos, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente.

Presidente Acir, convidados, Ministro, Presidente do Incra, Ministro Afonso Florence e Presidente Celso Lisboa de Lacerda, muito obrigado pela aceitação ao convite desta Comissão.

Esse absurdo tem mais de 20 anos. Portanto, não nos cabe imputar qualquer responsabilidade aos dois convidados. Realmente um absurdo que o governo possa distribuir áreas com apelo turístico num programa de reforma agrária.

Se essa moda pegasse, nós teríamos, Presidente Acir, além do MST, nós teríamos o MSP, o Movimento dos Sem Praia, e certamente esse movimento cresceria muito e teria uma enorme adesão.

Infelizmente, temos que constatar a existência desse absurdo. Já que as providências foram adotadas em relação às denuncias, à venda dos lotes, me parece que o Governo está tomando todas as providencias, cabe-me apenas indagar do Ministro ou do Presidente do Incra se o Governo não estuda a hipótese de retomar essa área, deslocando os assentados para áreas agricultáveis, a fim de que o Governo possa valer-se dessa área num projeto turístico, ou seja, dando a destinação correta. Eu imagino que as pessoas que lá estão não possuem aptidão para exercitar qualquer atividade voltada para o turismo, é provável eu isso possa ocorrer, tanto é que vendem os lotes à primeira oferta.

Enfim, talvez fosse o caso de o Governo estudar a hipótese de retomar essa área e deslocar os assentados para áreas agricultáveis onde eles pudessem desenvolver a prática agrícola.

Dito isso, vou aproveitar a presença de ambos para fazer algumas indagações que nos remetem à CPMI da Terra, uma CPMI mista que tive a satisfação de presidir e pude visitar vários Estados brasileiros, conhecendo a realidade fundiária do País e até verificando as distorções existentes. Por exemplo, assentamentos inviabilizados, não só por alta de aptidão, muitas vezes. Parece-me que não há uma seleção das pessoas para distribuição das áreas. Desempregados urbanos, que não possuem aptidão para a atividade agrícola, muitas vezes se filiam ao Movimento dos Sem-Terra e acabam entrando na fila para a conquista de um pedaço de terra. Depois, verifica-se que não possuem aptidão para o trabalho rural e inviabilizam o seu assentamento.

De outro lado, é bom dizer que vimos também assentamentos em áreas, de certa forma, inóspitas, sem o apoio técnico, sem o financiamento para o plantio, sem financiamento para comercialização, sem infraestrutura adequada em estrada, sem a área social oferecendo condições de atendimento como educação, saúde. O que estou indagando é se houve uma reciclagem, da parte do Incra e do Ministério, no sentido de adotar providências para viabilizar economicamente esses assentamentos, evitando que se transformem em matagais, ou que os seus assentados procurem transferi-lo a terceiros, em função da impossibilidade de desenvolver a prática agrícola e inviabilizar economicamente o assentamento.

A outra questão diz respeito a desvios que foram verificados. Em convênios celebrados pelo Governo com entidades ligadas ao MST, como a Anca, a Concrab, o Iterra, no Rio Grande do Sul, nós verificamos desvios. Os recursos destinados para viabilizar assentamentos, por exemplo, foram aplicados com desvio de finalidade. Não foram aplicados de conformidade com o convênio. Então, a indagação que eu faço é se houve correção com relação a isso, porque o que nós constatamos que não se exigia prestação de contas e não havia fiscalização e controle e, por isso, os desvios ocorriam. Não vou relatar aqui onde aplicavam esses recursos, mas aplicavam em várias modalidades de eventos e nunca no objetivo estabelecido através do convênio. O correto seria, inclusive, a interrupção do repasse dos recursos, mas isso não se verificou O Governo continuou repassando os recursos, em alguns casos até aumentando os valores. A indagação que faço é se houve correção com relação a isso, de lá para cá.

Nós chegamos a verificar que os desvios ocorriam até na boca do caixa, a utilização dos chamados "laranjas", para sacar recursos na boca do caixa.

O próprio Tribunal de Contras determinou que recursos fossem devolvidos à União. Então, é outra indagação: saber se realmente houve devolução dos recursos, se os cofres públicos foram ressarcidos desses prejuízos.

Portanto, não vou abusar do tempo. Quero ficar apenas nessas indagações, mais uma vez agradecendo

a presença e, relativamente ao fato pontual que justificou o convite, não há questionamento a fazer porque reconheço que as providências foram adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Passo a palavra ao Ministro Afonso Florence para fazer as suas considerações a respeito das palavras do Senador Álvaro Dias.

O SR. AFONSO FLORENCE – Quero agradecer ao Senador o seu pronunciamento, reiterar o agradecimento pelo convite e também aos Senadores recém-chegados Valdir Raupp e Walter Pinheiro.

Com relação ao assentamento Cumuruxatiba, Senador, o Presidente do Incra havia pontuado, ele já tinha sido, em 2001, categorizado como um assentamento em condições de ter uma destinação final. Ou seja, mais de 50% dos lotes já estavam com atividades produtivas estruturadas agrárias. Nem todos os lotes estão na zona digamos de interesse turístico, mas obviamente a sugestão será bem recebida no sentido de o Incra – e obviamente se o Presidente precisar fazer mais esclarecimentos – considerar essa hipótese. Afinal de contas, é fato que alguns desses lotes estão numa zona digamos assim privilegiada para a atividade turística.

Com relação aos fatos arrolados na CPMI, independentemente do resultado final de isenção de responsabilidade dos então gestores, vale registrar no que diz respeito a providências sugeridas referentes a devolução de recursos, muitas dessas providências exaradas pelo TCU, suspensão de repasses; a partir dos últimos anos, há o que poderíamos dizer, no bom sentido, um recrudescimento fiscalizatório dos órgãos de controle, do poder legislativo da imprensa, bem recepcionado pela sociedade brasileira, pelo Governo Federal e pelo MDA em particular. Há em curso um conjunto de providências nesse sentido no MDA muitas cotejadas pelas respectivas CPIs aludidas pelo Senador. Houve entidades que foram instadas a devolução de recursos, houve convênios submetidos a auditoria do TCU, muitos ainda se encontram sob o curso de auditoria do TCU, o controle interno do MDA, que é da CGU, também tem regularmente auditado convênios. Então, poderíamos dizer que é possível fazer um balanço oportunamente obviamente pormenorizado, mas é possível fazer um balanço positivo no sentido do recrudescimento fiscalizatório da sociedade brasileira em geral sobre gestão pública e gasto público, mas em particular sobre esses instrumentos em execução pelo MDA/Incra. Em algumas áreas, merece destaque a área da assistência técnica: depois da lei vigente de até, todos os serviços são prestados por meio de contratos por seleção pública.

No que diz respeito ao desenvolvimento, e antes do desenvolvimento as características dos assentamentos, o INCRA – e sob esse aspecto o Presidente Lacerda pode eventualmente considerar conveniente acrescer informações –, mas o Incra/MDA vem desenvolvendo e brevemente apresentaremos um modelo de política pública de reforma agrária que busca ressignificar esse instrumento que é da sociedade brasileira, do Estado brasileiro.

Todos os governos que passaram no Brasil nas últimas décadas, tiveram a reforma agrária como uma atribuição legal de entes públicos da união. Entre nós é consensual a necessidade de paz no campo, de estabilidade demográfica rural, de produção de alimentos para um país que cresce, que demanda alimentos para a segurança alimentar do seu povo, seja nas cidades de grande porte, seja nas regiões metropolitanas, seja nas cidades de médio porte ou cidades pequenas. A produção de alimentos hoje no Brasil, conforme foi apresentado aqui, 70% dela, segundo dados do IBGE, do censo agrícola, é oriunda da agricultura familiar; e, dentro da agricultura familiar, segundo a Lei 11.326, estão assentados de reforma agrária. O senhor, Senador Álvaro Dias, bem disse isso. Suas ponderações vão no sentido de alguns procedimentos com os quais nós estamos trabalhando.

Os assentamentos de reforma agrária têm que considerar a dinâmica econômica regional. Elas têm que ter uma sinergia com a dinâmica econômica regional. Não podemos assentar famílias em regiões distantes da infraestrutura necessária à produção, à industrialização, à comercialização. Precisamos fazer uma boa seleção. Precisamos assentar famílias com vocação para a produção agrícola. Precisamos considerar a aptidão agrícola, a aptidão pecuária, a disponibilidade hídrica, um conjunto de variáveis, e o Incra vem desenvolvendo um modelo, com a participação do MDA, que nós vamos apresentar oportunamente para debate, porque temos convicção de que a reforma agrária de que a sociedade brasileira precisa está em condições de ser feita dentro desse novo período em que ingressamos, um país que é um potencial agrícola de produção de grãos, que a exportação de grãos cumpre um papel importante no equilíbrio da nossa balança comercial e que a produção de alimentos cumpre um papel importante, digamos assim, no equilíbrio econômico e social interno do País.

E a justiça fundiária, o acesso á terra para as famílias que nela vão morar e trabalhar é um dos componentes desse novo momento que o Brasil vive. Portanto, estamos em curso. Já as providências deste ano levam em consideração esses novos indicadores. Estamos executando toda a dotação orçamentária prevista no

Orçamento de 2011 de obtenção de terra considerando essas variáveis, e o Incra vem, sob a orientação do Presidente Celso, efetivando ações nesse sentido. Obviamente, uma formulação sistêmica. Estamos nos primeiros sete meses de governo. Teremos oportunidade, num futuro muito próximo, de debater.

Com isto, Presidente Gurgacz, considero ter respondido à interpelação feita pelo Senador Alvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

Também como autor do Requerimento, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer a presença do Sr. Celso Lacerda, Presidente do Incra, e do Ministro Afonso Florence, do MDA, e até creio que, da mesma forma que para o senhor, para tantos outros Senadores, lamentavelmente, hoje virou uma manhã de verdadeira maratona, Ministro Afonso. Nós estamos desde oito e meia na Comissão de Direitos Humanos, numa audiência sobre as ações de combate á corrupção. Para que V. Exª tenha uma ideia, são doze palestrantes. Nós dividimos em mesas de quatro e estamos nos dividindo. Além disso, estamos com o Ministro Guido Mantega na CAE, com sabatina na CI, ainda temos o Ministro Pedro Novais... Hoje, na Casa, são quatro Ministros e à tarde... Então, estamos nos dividindo. Até o Senador Humberto Costa, que também teria ficado escalado para vir para cá para acompanhar, está acompanhando outra frente e me pediu que registrasse isso aqui.

Creio que é o mesmo drama que o Senador Raupp e tantos outros... Essa é uma reclamação permanente do nível de funcionamento que a gente está cobrando aqui do Senado. Não dá para ter trezentas coisas. Por exemplo, a vinda, hoje, pela manhã, à Comissão de Infraestrutura em relação à sabatina, por exemplo, do Diretor-Geral do Dnit, terminou alterando a regra. Era uma sabatina para quinta, que foi jogada para terça, o que vai nos criando esse entrave, sem contar a reclamação do Requião ali porque a Comissão de Educação, que, ordinariamente, se reúne na terça pela manhã, vai terminar não se reunindo. Mas nós achamos que era importante a vinda tanto do Ministro quanto do Presidente do Incra, primeiro para que a gente tivesse oportunidade, Ministro, de, frente a frente, nas Comissões, os Ministros apresentarem exatamente quais as ações têm adotado nesse processo. Quer dizer, não basta a gente tratar aqui as denúncias ou as coisas que são levantadas, pontualmente. Acho que essa é uma preocupação fundamental, e até folgo em saber que, no final da fala do Senador Alvaro Dias, ele disse que, em uma das denúncias, ele estava sobejamente bem atendido.

Mas eu conversava há poucos instantes com o Senador Cyro Miranda sobre o que significa para nós, por exemplo, o nível de problema que tem sido apresentado nessa relação. O que se espera de um assentamento, quais são as medidas, porque, senão, nós ficaríamos permanentemente tratando de coisas aqui pontuais. Alguém vai de forma, ali, orquestrada, vende um lote, faz uma transação e você termina tratando isso como vala comum, como se fosse uma prática usual em todos os assentamentos no País. E a outra questão é, por exemplo, como é que o Ministério e, particularmente, também o Incra, já que o Incra trabalha numa fase que é mais de acompanhamento e desfecho daquele nível de tratativas para consolidar. O Ministério entra com a ação de consolidação de fato, que é a política de incentivo, de acompanhamento, para que essas áreas possam, de certa maneira, cobrirem a expectativa de todos nós, que é a questão de renda, de produção, de comercialização e todo nível de acompanhamento.

É óbvio que isso envolve uma soma razoável de recursos, isso envolve uma expectativa também de resultados e, consequentemente, isso cai numa lógica de, às vezes, aproveitamento pontual de alguns que tentam fazer daquilo ali um meio de lograr êxito em suas investidas de corrupção.

Então, é importante que a gente tenha, por parte tanto do Ministério quanto do Incra, uma resposta em relação a isso. Então, o fato é que não basta só responder as denúncias e a imprensa, mas é aqui na Comissão de Orçamento, aqui na Comissão de Agricultura, nas Comissões de Fiscalização tanto da Câmara quanto do Senado, que a gente tenha oportunidade inclusive de opinar, não só conhecer, Ministro Afonso, mas também a gente opinar de que forma podem ser adotadas medidas usando vários mecanismos hoje de publicização, de transparência, de acompanhamento, porque, senão, vai lá e diz: nós tiramos o cara do Incra lá da região da Bahia, por exemplo, afastou o servidor. Não sei se necessariamente só o afastamento do servidor afasta a prática, afasta o tipo de ação que é permanente. É óbvio que tem que afastar. E outra é também de que forma que a gente vai trabalhando no Ministério, com o Ministério, os processos cada vez mais crescentes de imediata publicização de cada evento desses, para que a sociedade possa acompanhar, para que você tenha um mecanismo inclusive de alívio. Tenho dito isso permanentemente à CGU, e o que a CGU fez nesses casos, por exemplo? Uma vez feita a denúncia, a CGU vai e aí quer pegar o órgão local, recolher computadores, fazer não sei o quê e tal. Se você tem um processo que é, efetivamente,

combinado e ele é *on-line*, falando nos tempos atuais, a CGU não precisaria fazer nenhum deslocamento, a CGU não precisaria fazer nenhuma ação de apreensão, de busca, com os dados que ela estava recebendo, inclusive antes de o fato ser consumado, ela teria condição inclusive de avisar ao Ministério como interromper determinados processos.

Acho que essas são as expectativas nossas no que diz respeito a um procedimento por parte dos Ministérios, porque aí, meu caro Senador Acir, a gente teria condição inclusive de bloquear liberação inclusive de recursos, sejam eles do Pronaf, sejam eles recursos de moradia, para assentamento, construção de casa etc. e tal. Então, você teria condição de fazer isso. Creio que essa é a maior das ações que Ministério e Incra vêm adotando nesse procedimento, que é como você dá sequência a isso, como é que você dá um certo nível de eficácia a essa ação. Porque, senão, meu caro Cyro, vamos ficar o tempo inteiro com o Ministério administrando crise, ocupação em tal lugar e expectativa futura de denúncia para a gente tentar fazer uma espécie de ação posterior. O Senador Delcídio Amaral é o relator do caso Dnit – veio aqui, acenou, passou, deu a volta e vai embora. Ele é relator inclusive do processo da sabatina do dirigente do Dnit. O Senador Cyro é relator de um outro processo, eu sou relator de um terceiro. Então, está tudo ao mesmo tempo agora.

Então, é isso. Eu queria só cobrar, tanto do Ministro quanto do Presidente do Incra, exatamente nessa linha, para que os dois não virem meramente figuras que ficam respondendo a indagações. Eu sei que isso consome um tempo e é importante que esse tempo seja gasto para não só responder, mas para tomar medidas. Mas é muito mais importante que o tempo de vocês seja utilizado para a gente dar um pouquinho... Ou seja, um tempo à frente disso. Então, acho que é fundamental isso. E vir aqui... Acho que não há nenhum problema! Acabar com essa estória de que nosso dirigente de órgão, Ministro de Estado, para vir a esta Casa é um Deus nos acuda e fica aquela verdadeira maratona de reprovação de requerimento. Não tem que reprovar requerimento... Tem de ouvir. Os Senadores querem cobrar... E é importante que homens públicos façam isso. E eu volto a insistir que é por isso que estamos cobrando tanto a aprovação do PL 41 que está nesta Casa, porque não só o projeto serve para que a gente torne público os atos de cada dirigente, como também o projeto serve como um projeto antecipado de prestação de contas do que faz cada dirigente, cada Ministro, cada homem público à frente de sua instituição.

Então, é isso Ministro. Acho que foi muito importante – e até volto a insistir – saber a forma como o Ministério tem respondido a essas denúncias e que no tempo em que responde ao mesmo tempo apresenta, de forma concreta, o que o Ministério tem feito na condução da pasta em relação às ações efetivas no processo de viabilização de assentamentos, no processo de viabilização da economia, no processo de viabilização inclusive dessas atividades econômicas para os Municípios. Acho que esse é um objetivo central. A reforma agrária também tem o objetivo não só de prender o sujeito à terra, mas o de criar um ambiente local, de renda, de trabalho, que sustente a economia. Então, portanto, essa é a questão central. Por isso que dói, em cada um de nós, quando a gente vê um sujeito pegar uma área de assentamento e tentar transformar em uma área de lazer, daqueles que jamais deveriam estar sequer naquela terra quanto mais a usando de forma desvirtuada, porque o objeto é atender para você resolver um grave problema social de geração de renda, de trabalhão de forma local. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para sua interpelação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente do Instituto Nacional (Incra), Srªs e Srs. Senadores. Primeiro, muito obrigado, pela presença dos senhores, pela presteza, e fazer elogio a sua pasta, às providências... Eu também me sinto tremendamente satisfeito com as respostas que o Dr. Celso deu – já antecipando... Eu acho que a imprensa, se ela tem um papel de denúncia, as vezes, de se antecipar, ela tem também, por obrigação, de conhecer as medidas que já tinham sido tomadas. Certo? Então, aí houve uma injustiça, porque eu vi que, desde 2009, vocês vêm tomando algumas providências.

Nós temos aqui problemas com os sindicatos. Aliás, o senhor está de parabéns, porque se o MST fica contra o senhor, fustigando-o o tempo todo é porque o senhor é muito bom. O que eles querem são as facilidades. Hoje a gente sabe que há uma prática... E uma coisa que me chama a atenção, o Presidente do Sindicato, Zé de Celsa, ele diz assim: "Aqui tem um grande problema: essas terras são da reforma; depois, se você puder, não é para mim, mas uma ajudazinha para o sindicato." Veja: ele se atrapalha. Então, eu vou na mesma linha do Senador Walter. Eu acho que não adianta a gente ficar remexendo. O que nós podemos fazer? Quais os instrumentos que nós temos aqui e que podemos auxiliá-los? Porque, em uma investigação... Não só uma investigação, mas uma modelagem diferente.

Tem hoje aqui, no *O Estado de S.Paulo*, um artigo muito interessante do Xico Graziano onde, na verdade, ele não faz críticas, mas vai na linha de dizer que tem que resolver esses problemas. Os senhores têm sido realmente eficazes, é um Ministério que toma sempre as providências, mas tem um vício de origem que começa já do latifundiário, do dono de fazendas, quando ele usa *lobby* para que as terras sejam reavaliadas e, como é um Ministério de uma vastidão muito grande – os senhores mexem com uma diversidade –, às vezes fica difícil realmente chegar na hora certa e perceber algumas coisas.

Vou aqui só me deter naquilo que o Congresso Nacional pode fazer, nesse sentido. As providências são tomadas, mas acho que tem que ter um facilitador, uma modelagem diferente. Temos que ter uma maneira de punição mais eficaz e a modelagem, não só a auditoria dessas terras, Ministro. Vejo a dificuldade, dada a imensidão. Quando termina um processo, o senhor está ligado em uma série de outros. Depois de anos, aquilo ali foi vendido, é difícil. Mas não sei como se vai fazer esse mecanismo, travar isso de alguma forma, com banco de dados... Certo?

Então, queria colocar o Congresso, do meu lado aqui, da minha parte, à inteira disposição, os senhores colocarem para o nosso Presidente o que poderíamos fazer para ajudá-los, porque sei que é complexo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda e demais Senadores.

Entendemos que as demandas, Sr. Ministro, são muito grandes, tanto do Incra quanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e esses problemas acontecem. Mas o é importante é que providências já foram e estão sendo tomadas, e isso nos deixa mais tranquilos. Vou, na mesma linha que o Senador Cyro Miranda, deixando aqui a nossa Comissão à disposição naquilo que podemos ajudar o nosso Governo, o Governo da Presidenta Dilma, com os seus Ministros, a fazer um bom trabalho. Esse programa *Brasil Sem Miséria* é importantíssimo, é um programa fantástico. Estamos aqui dando total apoio e sempre perguntando o que podemos fazer para ajudar, para que esse programa realmente aconteça o mais rápido possível, dentro da necessidade da população brasileira.

Antes de passar a palavra ao Ministro, pergunto, Ministro, com relação à questão Terra Legal no Estado de Rondônia. Há essa preocupação da população do meu Estado, no final de semana estive lá em Rondônia novamente e há sempre a pergunta de quando isso vai realmente acontecer, quando os nossos agricultores do Estado de Rondônia terão as suas escrituras, para que possam ter acesso aos programas do Governo e a crédito rural. É uma das grandes preocupações que temos. No mais, entendo que fomos muito bem esclarecidos, tanto pelo Ministro quanto pelo Dr. Celso Lacerda.

Passo a palavra ao Ministro Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE – Obrigado, Presidente Acir. Quero saudar as Senadoras Angela Portela e Lídice da Mata, os Senadores Delcídio Amaral e Humberto Costa, agradecer os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Walter Pinheiro, e agradecer, inclusive, as palavras e o reconhecimento como proponentes do convite, por terem reconhecido aqui, publicamente, que as providências tomadas, inclusive antecedendo as denúncias, preenchiam as suas expectativas de informações. E reiterar, a pretexto da fala do Senador Walter Pinheiro, que estamos em um processo de consolidação e ressignificação da nossa política de reforma agrária.

Aprendemos muito nesses anos todos, não é demérito dizer que estamos sempre aprendendo e, de fato, casos como esse demonstram que temos que aperfeiçoar, e estamos aperfeiçoando. A Presidenta Dilma liberou todo o financeiro de obtenção do orçamento de 2011, não contingenciamos essa rubrica nem a rubrica de assistência técnica. Entretanto, o Incra e o MDA estão desenvolvendo um modelo que – aceito a sugestão do Senador Pinheiro, podemos voltar, Presidente, a esta Comissão, talvez em uma atividade conjunta de comissões, para apresentar esse modelo – ressignifica a reforma agrária. Ou seja, é fato que encontramos assentamentos de 20 anos em áreas propicias ao turismo, na beira da praia, ou em áreas muito distantes da infraestrutura de produção, de industrialização e de comercialização, às vezes áreas impróprias para a própria produção agrícola.

Temos orientação da Presidenta Dilma de incrementar a política da reforma agrária e da agricultura familiar nos moldes da Lei nº 11326, ou seja, assentados, assentadas, populações tradicionais, quilombolas, marisqueiras, pescadores, extrativistas e agricultores e agricultoras familiares, no sentido clássico do termo, de camponeses.

Estamos aperfeiçoando nossos instrumentos. O Plano Safra 2011/2012, Senadores, Senadoras, disponibiliza mais recursos com menos taxas de juros para investimento; avança na organização econômica da agricultura familiar; institui uma política de garantia de preço mínimo da agricultura família – coisa que não tínhamos no Brasil.

A Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei mudando o PPA, mudando a LOA, para disponibilizar, já este ano, R$ 300 milhões

para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar.

Melhoramos todas as nossas rubricas do Pronaf; melhoramos o Seguro Safra; ampliamos a Garantia Safra.

A Presidenta, através do Programa Brasil sem Miséria, criou o Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Então, temos agora o Bolsa Verde. Entretanto, o Brasil tem um passivo em muitas áreas e também na área agrária.

A nossa posição é a de que temos que avançar na reforma agrária aperfeiçoando os instrumentos do Estado brasileiro. Com isso, vamos buscar uma sinergia entre a aptidão agrícola das famílias selecionadas, a dinâmica econômica regional para a produção da agricultura familiar, a aptidão agrícola do solo, a disponibilidade hídrica, a proximidade de infraestrura de apoio à produção e à comercialização, e o Incra já está em estágio avançado de formulação, em parceria com o MDA e, oportunamente, Senador Pinheiro, Sr. Presidente, poderemos apresentar essa posição de atualização e aprofundamento da política da reforma agrária da agricultura familiar.

Senador Pinheiro, no que diz respeito à publicização, o MDA tem já disponíveis todos os cadastros do Garantia Safra, com relatórios de implementação, lista de agricultores beneficiários. Do Pronaf, também temos um sistema público disponível das declarações de aptidão ao Pronaf, contratos por Municípios. Também no Terra Legal, Senador Acir, temos disponíveis todos os cadastros dos posseiros que estão listados. Além dos números gerais do Terra Legal – vale registrar -, começamos, no último primeiro de julho, em Rondônia, um grande mutirão.

O Programa Terra Legal, instituído há dois anos, tem o desafio de fazer a regularização fundiária de toda a Amazônia, que estava represada ao longo de muitas décadas. Por decisão do Governo do Presidente Lula, ele é executado por uma Secretaria Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal vinculada ao MDA, com uma estrutura de apoio no Incra.

Estamos estritamente dentro do calendário, entretanto, não estamos satisfeitos. Sabemos da importância da regularização fundiária na Amazônia Legal e, por isso, pretendemos incrementar o programa, à despeito das limitações...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Permita-me, Sr. Presidente.

Ministro Afonso, chegamos a discutir, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o nível de aproveitamento do MDA, em parceria, obviamente, com os dois Ministérios, aliás, três Ministérios das Comunicações, Defesa e Ciência e Tecnologia, exatamente no nível de mapeamento, por meio de satélite, não como um grande *big brother* que fiscalize, mas para fiscalizar e, ao mesmo tempo, fazer uso dessa ferramenta para a orientação, tanto do ponto de vista climático quanto do ponto de vista dessas alterações que se processam na movimentação de terra.

Portanto, esse foi um dos temas, eu diria, Senador Acir, V. Exª que participou desse debate. A partir dessa propositura que nós fizemos, quando da conversa com o Ministro Aloizio Mercadante, nós forçamos para que o debate sobre o Código Florestal chegasse à Comissão de Ciência e Tecnologia, porque, do contrário, não se faz uso dessas ferramentas. Quer dizer, não adianta manter um cadastro publicado se não há o caminho de volta, inclusive no sentido da orientação para o próprio agricultor. É uma forma de teleassistência técnica, digamos assim, além de se permitir um processo de fiscalização, na medida em que há um nível mais baixo de aplicação.

Os recursos são liberados, mas, às vezes, é óbvio, por condições climáticas ou, sei lá, por problemas na execução de projetos, não há a devida aplicação desses recursos em áreas que podem ser monitoradas. Estou falando isso porque o Ministro tocou na questão da Amazônia e deve se lembrar, inclusive, de que, quando ele era Secretário de Desenvolvimento Urbano na Bahia e eu era Secretário do Planejamento, nós contratamos o Exército, num processo, para se fazer uma nova cartografia, um novo mapa da Bahia, e se ter uma leitura mais fidedigna dos órgãos públicos do que a que nós temos: o que existe de desmatamento, como estão andando os assentamentos, até para evitar aquilo que aconteceu no oeste. Os assentados, de certa forma, foram acusados de estar desmatando para produzir carvão porque não conseguiam produzir em alguns assentamentos. Era esse o objeto da denúncia – não necessariamente isso se consagrou. Então, eles foram para a linha do desmatamento para vender carvão. Depois, resultou naquela ação do nosso Ministro... Chamávamos o Ministro só de Indiana Jones e terminamos esquecendo o nome. Era o Ministro Minc. A gente o batizou de Indiana Jones.

Então, é isso, Ministro Afonso. Acho que seria importante, nessa linha de raciocínio, o Ministério ir para essa linha da publicização e o caminho de volta, porque senão a gente fica usando essas ferramentas só como ação de polícia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário não é central de polícia nem delegacia de polícia, com todo o respeito à central de polícia e à delegacia. Agora, cada qual no seu cada qual.

O SR. AFONSO FLORENCE – A pretexto, só para finalizar sobre o Terra Legal, Senador, para Rondônia nós estamos com um convênio em curso. Iniciamos

um mutirão no dia 1º de julho último e estamos aplicando R$17 milhões. É um convênio com o Governo do Estado para a titulação de cidades inteiras. A nossa previsão é de que, até 2010, se faça a conclusão dos trabalhos naquele Estado.

A nossa expectativa é conseguirmos incrementar, apesar de estarmos dentro do calendário... A própria Presidenta não esconde a expectativa dela de que nós consigamos dar mais efetividade. Essas sugestões do Senador Pinheiro serão recepcionadas.

Vale registrar que nós fizemos um acordo de cooperação técnica com o CNJ para apoiarmos a modernização dos cartórios. Nós estamos apoiando a digitalização da documentação, e estão em curso contratos para a instituição das poligonais, delimitação de glebas, com georreferenciamento.

Aproveito a oportunidade, a pretexto da fala anterior do Senador Pinheiro, para dizer que acho que podemos propiciar uma reunião em que a Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia e o Incra possam apresentar o programa e nós possamos encontrar soluções de recepção dessas sugestões.

Vale registrar que o Incra está voltando à publicização dos nossos dados além da atual disponibilização no *site* do MDA de todos os cadastros de beneficiários, dos nossos programas, dos contratos com Municípios, Pronaf, Terra Legal, Garantia-Safra, e a Declaração de Aptidão ao Pronaf está toda disponível. Além disso, o Incra está em processo de viabilização da disponibilização digital *on-line* de todo o seu cadastro de famílias beneficiárias. Então, estamos avançando nesse sentido. Só reiterando, temos um contrato de instrumentos presenciais de participação e controle social. São o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, os conselhos estaduais e os conselhos territoriais.

Todas as nossas políticas passam por esses conselhos e também a nossa disposição integral e incondicional de, à imprensa ou aos Srs. e Srªs Senadoras disponibilizar as informações necessárias.

Com relação às ponderações do Senador Cyro Miranda, de fato há um conjunto de aspectos propriamente legais que talvez convenha ao Congresso Nacional se debruçar, além, obviamente, do próprio orçamento do MDA, que, sem dúvida – parece que há um consenso entre todos nós –, merece um incremento.

Temos também várias leis que permitem que no âmbito do Judiciário, por exemplo, uma fazenda desapropriada na década de 80 logre êxito num ressarcimento a pretexto de juros. E muitas vezes a nossa dotação orçamentária para a obtenção de terras para fins de reforma agrária fica muito preterida em função de decisões judiciais que nos levam a, muitas vezes, ressarcir juros compensatórios que sobrestimam o valor da terra. Nós, então, temos uma baixa efetividade, apesar de um volume muito vultoso de recursos disponibilizados.

Então, de fato, essa política que ganha um novo significado no contexto de um país que cresce, que distribui renda, que precisa de segurança alimentar, a reforma agrária de que o País precisa – não só a reforma agrária de que as famílias beneficiárias precisam – e nós estamos construindo esse desenho, e nesse sentido quero agradecer as palavras tanto do Senador Dias como do Senador Miranda, mas de fato o Estado brasileiro precisa aperfeiçoar seus instrumentos.

Quero saudar o Senador Sérgio Souza e os Deputados José Alvino e Amauri, aqui presentes.

Presidente Acir, só para concluir, a nossa expectativa é de que mesmo com condições, digamos assim, limitadas – temos quase que metade apenas dos servidores necessários do Incra –, no programa de regularização fundiária da Amazônia, nós estamos cumprindo o cronograma. Pretendemos incrementar o cronograma. E, no seu Estado, a nossa expectativa é até o ano que termos condição de conclusão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

Antes de passar a palavra para o Dr. Celso, para as suas considerações, quero deixar um tema em aberto aqui, Ministro, para que a gente possa fazer uma reunião posteriormente, com relação às terras da União nas quais poderão ser feitos assentamentos e reforma agrária.

Entendo que nós já deveríamos prever no Código Florestal alguma autorização ou algum detalhe para que o Governo Federal possa fazer assentamentos futuros em terras da União, promover reforma agrária para trazer pessoas que estão nas cidades e precisam de área. Nós não temos áreas, mas a União tem. No Estado de Rondônia há muitas áreas da União que podem continuar fazendo assentamentos como fez no passado. Rondônia é o exemplo de um grande assentamento numa grande reforma agrária que foi feita ali.

Quero deixar esse assunto em aberto para que nós possamos continuar em outro momento e, junto com a Ministra Izabella, com o novo Ministro da Agricultura e com a Casa Civil, fazer uma tratativa para prever no Código Florestal essa alternativa, para que a União possa fazer os assentamentos na Região Amazônica.

Dr. Celso Lacerda, para as suas considerações finais.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Obrigado, Presidente Acir.

Eu queria ratificar as palavras do Ministro, no sentido de que esse processo de reforma agrária vem evoluindo muito ao longo do tempo. Ao longo desses últimos anos, muitos processos estão se aperfeiçoando, obviamente graças até ao avanço tecnológico dos meios de informática. Vou dar um exemplo apenas. Quando a gente fazia seleção de famílias, o cadastro era meramente declaratório. Por isso que, muitas vezes, se assentavam pessoas que não eram aptas à reforma agrária, que não tinham perfil e, muitas vezes, cometiam irregularidades nesses assentamentos. Hoje em dia, não. A gente está se interligando com outros cadastros do próprio Governo Federal e temos condição de fazer isso com muito mais segurança, seguindo a legislação. Como exemplo, a gente se vincula ao CNIS, Cadastro Nacional de Informações Sociais, do Ministério da Previdência e INSS, para verificar se não é o empresário que está ali, se não é um trabalhador assalariado, que tem um salário alto, se não é um funcionário público. Então, a gente já tem muito mais segurança hoje nesse processo do que a gente tinha há alguns anos, e buscando, cada vez mais, o processo de transparência. Já está disponibilizado no *site* do Incra toda a relação dos beneficiários da reforma agrária. Então, todos os assentados, quem quiser ter conhecimento, pode entrar lá e verificar assentamento por assentamento, e a gente vai, cada vez mais, informatizar esse processo e tornar essas informações públicas.

Concluindo, Senador Acir. Nós estamos passando por um momento, e eu, particularmente, estou na presidência do Incra há menos de cinco meses, mas a gente gastou um esforço muito grande nesse começo para fazer um diagnóstico dessa realidade agrária e do quadro da reforma agrária no Brasil. A gente teve muitas surpresas, porque estamos trabalhando em parceria com o Ipea, com o IBGE. Nós realizamos uma pesquisa no passado e está dando fundamento para a gente. Primeiro, a política de reforma agrária, com todos os percalços e problemas que teve, é uma política fundamental no combate à pobreza no campo. Isso não é que estamos sugerindo; isso está comprovado. Nestes últimos anos, grande parte dessas famílias que saíram da pobreza no Governo Lula foi graças à política de reforma agrária no campo. Então, a gente pretende continuar com a política no programa agora, efetivamente, do Brasil Sem Miséria. E, quando o Ministro diz da ressignificação da reforma agrária, é exatamente esse trabalho que a gente está fazendo de diagnóstico e rediscussão do programa para colocar, obviamente, as famílias que demandam terra ainda com terra, e esse diagnóstico que o senhor sugeriu está pronto. Nós temos um mapa das terras públicas federais que nós podemos utilizar para assentar famílias e que não precisamos depender de dinheiro público para poder desapropriar áreas para fazer reforma agrária. O Estado do Mato Grosso é um exemplo de que a gente tem muita terra pública federal e dá para fazer um trabalho significativo; Rondônia...

Então, esse diagnóstico está pronto. Vamos agora entrar num procedimento de discussão para rediscutir a política e redefini-la no intuito de colocar efetivamente os assentamentos na rota de uma produção bastante grande, porque já produzem hoje, mas que melhorem a produtividade, que processem esses produtos com agroindústrias e que possam os assentamentos, cada vez mais, ser um ambiente saudável de sobrevivência. Porque também a gente não quer só geração de renda, com ambientes insalubres, para as famílias poderem viver ali.

Então, concordo também quando o Senador Walter diz que a gente precisa dialogar. Acredito que a gente precisa conversar cada vez mais e estou à disposição a qualquer momento que o Senado precisar que a gente venha aqui debater algum tema ou dar algum esclarecimento. Estamos absolutamente à disposição, porque a gente vai buscar, cada vez mais, transparência e apoio. Eu acredito que, em cima até do que o Senador Cyro Miranda colocou, a gente, na hora em que tiver a proposição dessa rediscussão da reforma agrária que estamos fazendo, com certeza, vamos precisar do Senado para alguns apoios e talvez, quem sabe, até algumas mudanças em algumas legislações que entravam muito esse processo, e a gente precisa destravar para poder agilizar procedimentos. Então, com certeza, o Senado vai ser acionado por nós porque tem um papel fundamental nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso. Quero reiterar a importância da vinda dos ministros a esta comissão, não só nesta comissão, mas em todas as comissões. Isso mostra o estilo de transparência da nossa Presidenta Dilma em administrar. Para nós é um prazer tê-los aqui, deixando sempre, Ministro, a nossa comissão a disposição, porque nós queremos ver o nosso Brasil se desenvolvendo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O senhor viu que o Ministro fez um pedido aí: que no final do ano, na preparação das emendas, a Comissão de Agricultura faça uma emenda para o MDA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, faremos essa discussão ampla aqui internamente para darmos apoio ao nosso ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª, que é o relator do comitê de receita da Comissão de Orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente. Eu já estava pensando nisso. Estou aqui preocupado pensando em como faremos para atender a demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é tão importante para o nosso País.

Muito obrigado pela presença, Ministro Afonso Florence, muito obrigado pela presença ao Dr. Celso, do Incra.

Senador Ataídes, V. Exª me perdoe, nós estamos aqui bastante focados na próxima comissão a que estamos sendo convocados, e não percebi a sua indicação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vou ser bem breve. Também peço desculpas porque, por força maior, cheguei atrasado a esta reunião. Como disseram nossos pares, é uma comissão com um assunto de importância extraordinária porque se refere a reforma agrária. Eu, que vim da roça, tenho muito interesse nisso.

Eu queria fazer um ligeiro comentário ao nosso Ministro Afonso.

Ministro Afonso, estou analisando com muito carinho já há alguns meses as empresas, entidades paraestatais que compõem o Sistema S em nosso país, Sesi, Senai, Sesc e outras. Mas também estou observando com carinho o nosso Incra. Eu gostaria de fazer umas perguntas que nem formulei, mas eu gostaria de ter as informações de V. Exª.

Busquei informações sobre fatos contábeis do Incra via Internet; mas infelizmente não consegui tê-las em minhas mãos. A primeira pergunta que faço a V. Exª é como proceder para ter essas informações que não pela via TCU; estas informações sobre receita e despesa e o balanço patrimonial do Incra. É minha primeira pergunta. A segunda colocação que faço é a seguinte: é sabido aqui por nós que o Incra tem duas alíquotas, uma de 0,2 paga por todas as empresas, com exceção das que estão enquadradas no Simples; e outra alíquota de 2,5, recolhidas, ambas, sobre a folha de pagamento bruta dos trabalhadores. Esta outra alíquota de 2,5 das empresas correlatas ao Incra, por exemplo, frigoríficos, empresas de biodiesel, laticínios, etc. A pergunta é a seguinte: essas duas alíquotas hoje devidamente legalizadas, colocando empresas nossas que não têm absolutamente nada a ver com o sistema agrário nosso, o senhor acha isso correto? A terceira pergunta: o Incra dá transparência ao povo brasileiro sobre seus atos e fatos? As respostas a essas três perguntas eu gostaria de ouvir do nosso excelentíssimo senhor Ministro e do nosso Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Eu gostaria de ouvi-los. Isso muito me interessa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins.

Creio que o Dr. Celso Lacerda, que é o Presidente do Incra, seja a pessoa ideal para responder, e também o Ministro para comentar.

Passo a palavra para o Dr. Celso Lacerda para responder ao Senador Ataídes.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Senador, eu acredito que é difícil discutir o mérito, se essas contribuições são justas ou não, porque elas têm que ser cobradas, e esse recurso não vai para o caixa do Incra, vai para o caixa da União. Então, a gente não tem nem ideia, hoje, exatamente do que isso representa em termos de arrecadação. Eu tinha isso... Há quatro anos, isso representaria o valor do orçamento do Incra, essas duas contribuições que o senhor relatou.

Com relação ao balanço patrimonial, se o senhor não encontrou isso *on-line*, o senhor pode pedir para a gente lá, que a gente disponibiliza para o senhor, sem nenhum problema, porque nosso objetivo, como falei aqui, é dar transparência, o máximo possível, a esses fatos. O senhor pode solicitar. Eu fiquei até em dúvida com relação ao patrimônio que o senhor está citando. Todos os assentamentos hoje, na realidade, são patrimônio do Incra, mas há toda a complexidade, que é o que a gente estava explicando até antes de começar a reunião para o Senador, porque o processo de reforma agrária é tão complexo no Brasil, que, às vezes, temos hoje assentamento de 25 anos em que não somos o proprietário da área, não temos o domínio, porque a ação de desapropriação ainda transita no judiciário...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Isso. E não transitou em julgado. Por isso temos a posse da área, não podemos dar o título para o assentado porque não transitou em julgado o processo de desapropriação ainda. Então, não somos o proprietário; como não somos o proprietário, isso não está nem no nosso patrimônio ainda.

Mas, na medida do possível, o senhor faz a solicitação, que a gente disponibiliza sem problema nenhum.

E eu queria dizer, quanto à última pergunta, que é sobre os atos do Incra, sobre a transparência, que o senhor fez, o seguinte: todos os atos que o Incra pratica estão sendo publicizados. Não tem nada o que esconder, não tem nada o que omitir, e por isso que qualquer informação que o senhor precisar é só requerer. Eu disse antes aqui que já é pública hoje a relação de todos os assentados, já está na Internet. E cada vez a gente vai tentar publicizar o máximo possível. A relação de contratos que o Incra tem, isso está

nos sistemas do governo. Não há relação promíscua com movimento social nenhum; o que há, sim, é uma relação de diálogo muito constante. Isso foi orientado recentemente. Nós estamos propondo recentemente que todos os nossos trabalhos sejam discutidos em fóruns estaduais e em fórum nacional para ficar público. Isso não significa que vão deliberar nesses fóruns, mas vão discutir, para que o nosso trabalho seja transparente e franco. Não vamos enganar ninguém, prometendo coisas que não vamos fazer, e não vamos esconder de ninguém aquilo que a gente for fazer.

Então, essa é a postura do Incra hoje, que é uma orientação, inclusive, da Presidenta Dilma, que se tenha transparência e diálogo, que é diferente de se ter uma relação obscura, uma relação promíscua com movimentos, que é o que normalmente o Incra é acusado de praticar. Eu garanto para o senhor que isso não ocorre e nem vai ocorrer, se é que ocorreu tempos atrás.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu queria colocar que não estou aqui com intenção duvidosa da gestão dos senhores, de forma alguma. Eu estou aqui em busca de informação. Tão somente isso. É o que estou fazendo com o Sistema S.

O senhor me disse que, através de um requerimento, eu tenho todas essas informações, mas eu não preciso fazer esse requerimento. Se o senhor está me dizendo que existe na Internet a formação desses dados, que é lei, é obrigado que o gestor público, ao receber um tributo, tem que dar conhecimento ao público, ao povo, então eu gostaria que o senhor me dissesse onde é que encontro esses dados, Sr. Celso, porque eu não preciso fazer esse requerimento. Essa seria a minha primeira colocação. O senhor disse que tem transparência no Incra. Então, onde é que o povo pode acessar a Internet e ter esses números? O senhor poderia me dizer?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Os números do tributo?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Os números, os fatos contábeis do Incra, como receitas e despesas, disponibilidade financeira, balanço patrimonial, ou seja, a transparência a que o senhor se referiu. Onde eu vou buscar na Internet, já que o senhor disse que tem transparência total? Eu não preciso fazer requerimento.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – O senhor pediu. Eu disse que não compreendi o pedido que o senhor fez. O senhor falou de contabilidade e patrimônio do INCRA...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu estou chamando de fatos contábeis.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – O que eu quero dizer para o senhor é o que o INCRA tem um *site* que tem muita disponibilização de informação ali. É por isso que o senhor não entrou num detalhamento daquilo que o senhor pediu. Eu não tenho nem como dizer se isso está disponível no sistema Web ou não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu não encontrei.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Informações do recurso do orçamento do Incra, o disponibilizado, o executado, isso está disponibilizado também não no *site* do INCRA. Inclusive no *site* do Governo Federal – Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento –, o senhor busca informações da execução orçamentária de contabilidade do INCRA. A que eu me disponibilizei é que, as informações que o senhor não conseguir nos *sites* do Governo Federal como um todo, seja na área de planejamento, seja da área tributária, seja no *site* do próprio Incra, o senhor pode pedir ao Incra. A que a gente disponibiliza.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu quero que o povo brasileiro tenha esse acesso. Não só eu.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Se o senhor detalhar exatamente o que o senhor quer, nós podemos dizer exatamente onde o senhor pode encontrar isso, porque o senhor falou em patrimônio, falou em contabilidade...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Permita-me. O que eu quero, Presidente, é que o Incra seja transparente ao povo brasileiro.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Mas ele é transparente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Aquele povo, principalmente o trabalhador, que paga.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Exatamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu tentei buscar essa informação e não consegui encontrá-la. O senhor está dizendo que tem transparência. Eu só quero que o senhor me informe, então, onde eu posso entrar e ter acesso a todos os fatos contábeis do Incra, para que eu possa ir à tribuna e dizer ao povo brasileiro que, se querem informação sobre a gestão do dinheiro, do tributo arrecadado, é só entrar no *site* tal que eles terão as informações. Esse é o meu objetivo primeiro, entendeu, Presidente?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Entendi, entendi. O senhor tem dados de financeiro do Incra,

de execução e de contábil, no Siafi, que é o sistema de todo o Governo Federal. Não tem especificamente do Incra lá.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois é, não tem do Incra. Eu entrei lá.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Mas tem sim, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não, não tem.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Porque não existe órgão federal cujas informações não constem no Siafi. O senhor precisa entrar no *site*, no MDA...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Todo o Sistema S não consta. Infelizmente, Ministro. Estou aqui com relatório do TCU, que diz que não tem informação nenhuma, lamentavelmente.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Do Sistema S?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Do sistema S.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Do sistema S, eu não sei dizer, porque o Sistema S não é um órgão federal público.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Que deveria ter também.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Mas talvez o senhor não tenha encontrado porque as nossas informações são vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mas elas constam no Siafi, com certeza absoluta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu não encontrei no Siafi.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Então, a gente pode depois encaminhar um assessor do senhor com um nosso, para tentar todas as informações que o senhor quer. Aquilo que não tiver *on line*, nós disponibilizamos, como forma de transparência para a gente orientar o povo brasileiro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, me ajuda. A nossa LDO de 2008 e seguintes, no seu art. 6º, §3º, não determina – eu sei do Sistema S, mas do Incra não – que têm que se tornar públicos, via Internet, esses fatos contábeis? O senhor poderia me ajudar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, eu vou tentar ajudá-lo, Senador Ataídes.

O que eu estou entendendo do Dr. Celso é que todas as informações estão disponíveis através do Ministério – MDA – ou através do Siafi. Lá dentro vai ter um ícone Incra que trará todas as informações necessárias. É isso o que estou entendendo do Dr. Celso por suas colocações. É claro... Ficou claro pela colocação dele de que está à disposição de todo bom brasileiro...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu não encontrei, Presidente. Eu não encontrei: nem eu nem minha assessoria nem a Conleg...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aí nós vamos passar dois dias aqui e o senhor dizendo que não encontrou e ele dizendo que tem. Aí, não vamos chegar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Acir, gostaria de perguntar ao Senador Ataídes se ele não encontrou do Incra ou não encontro no Sistema "S"? Porque aí...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Aqui nós estamos falando do Incra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Porque as informações do Incra, Senador, obrigatoriamente, elas têm de estar no Siafi. E elas, obrigatoriamente... Todos os órgãos públicos... O Siafi é montado a partir disso. Toda matéria contábil, prestação de contas, publicação... O Incra movimenta inclusive recursos – todos eles – oriundos de impostos, são recursos do Tesouro. Então, obrigatoriamente está no Siafi e tem que estar, o-bri-ga-to-ri-a-men-te, no Portal da Transparência. Tem de estar! Obrigatoriamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A sugestão do Presidente Celso...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigatoriamente, todos eles estão. Se algum outro órgão manipula recursos da União e não publica, isso não pode acontecer com o Incra. Não tem a menor...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A sugestão do Dr. Celso é que se faça uma reunião com sua assessoria e com a assessoria do Incra para ver onde está a dificuldade de encontrar os dados que V. Exª está procurando e não encontra. Então, acho que é a solução mais fácil.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas é o povo que não está encontrando. Inclusive agora nosso ilustre Senador colocou que é obrigatoriamente, é constitucional, inclusive no Portal da Transparência, que eu também busquei e, infelizmente, eu não obtive essas informações.

Nossa Conleg também, Senador, nós também não encontramos. Então esta é a minha indagação: O Incra dá transparência dos seus atos e fatos? Então, essa é minha pergunta. Até então eu não tive essa transparência. Eu estou em busca dela para prestar a nosso povo... Então, essa é minha pergunta. E a segunda é sobre essas duas alíquotas. Empresas que não têm nada a ver com o sistema agrário nacional pagar 0.2%. Por exemplo, uma indústria automobilística pagar... Ou qualquer outra indústria ou qualquer outro comércio...

Um supermercado pagar 0.2% **a**o Incra... Será que isso é correto, meu Presidente, essas duas alíquotas? Inclusive, eu tenho um projeto pedindo a extinção dessa alíquota 0.2% paga por todas as empresas.

Mas eu não quero tomar o tempo dos senhores. Eu já estou grato por V. Exªs terem me ouvido e vou, então, buscar essas informações.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – A gente, Senador... Se o senhor designar um assessor do senhor, a gente – hoje ainda –, com maior boa vontade, disponibiliza todas essas orientações e onde que ele pode buscar todas essas informações. Eu garanto que todas elas são transparentes. E a grande maioria já está disponibilizada *on-line*, via *web*.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Então, vou fazer uma última pergunta: qualquer brasileiro hoje, com um pouco de conhecimento na Internet, V. Exª acha que ele tem acesso aos dados do Incra?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Se ele for buscar as informações, ele o terá. É como eu tinha dito antes, Senador: esse processo está evoluindo muito rapidamente. Há 10 anos ninguém acessava nada *on-line* e hoje já acessa quase tudo. E talvez daqui a 10 anos a gente já tenha acessado tudo e no momento exato. Então, é uma questão de avanço tecnológico. Eu, muitas vezes, confesso que tenho dificuldades de acessar algumas informações porque não consigo dominar toda tecnologia e ter todos os endereços. Por isso, a gente está disponibilizando para o senhor de orientar aquelas informações que já estão *on-line* e aquelas, possivelmente, que não estejam *on-line*, a gente disponibiliza sem nenhum problema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – O órgão arrecadador é a Secretaria da Receita Federal do Brasil... É isso mesmo?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ok. Que ela então retém 3.5 pelo serviço prestado e repassa ao Incra os 95.5... O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Não. O que nós temos é um orçamento aprovado pela OGU, Orçamento Geral da União, que vem do caixa único. Nós não temos nenhuma verba específica que venha ao Incra de nenhuma arrecadação específica. O nosso orçamento é do OGU, aprovado aqui nesta Casa, inclusive, que vem do caixa único.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Estou fazendo essa pergunta porque eu não tenho as informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso, Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Dá tempo ainda? Acabou?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Já, mas, se V. Exª tem alguma colocação, nós aguardamos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muitas, porque eu estava em outras Comissões.

Peço desculpas, Presidente, que eu tenho que me desdobrar. Hoje é dia de posse de Ministro, e os Senadores não vieram.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Às 11 horas é a posse do nosso Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu anotei aqui alguns questionamentos. Eu vou fazê-los e, depois, o Ministro pode responder depois até por ofício.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito bem, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É uma questão de partido. O partido levantou e pediu que eu fizesse esses questionamentos aqui em nome do PMDB.

O Projeto de Assentamento de Cumuruxatiba foi criado em 1987, no Município de Prado, no extremo sul da Bahia e possui 169 lotes. Desses foram vistoriados 146, conforme informou o Incra, em nota de esclarecimento publicada em seu sítio na Internet, em 25 de julho. Tais vistorias foram realizadas antes da reportagem veiculada no dia anterior. Com que frequências tais vistorias são realizadas? Quem as realiza e como são registradas as informações?

O Incra informou, ainda, que, entre 2007 e 2008, ajuizou 33 ações de reintegração de posse, onde estão localizadas as edificações construídas em lotes ilegais e que, do total de 169, 11 ocupantes irregulares em lotes ilegais foram notificados e que 102 lotes possuem processo administrativo em trâmite que pode resultar em ajuizamento de ações de reintegração de posse. Somando as 33 ações de reintegração com os 11 notificados e os 102 que possuem processo administrativo, significa que 146 lotes vistoriados foram ocupados irregularmente por pessoas que não são beneficiadas do Programa Nacional de Reforma Agrária. Quando serão vistoriados os demais 23 lotes?

Terceiro: quantos agricultores, originalmente assentados, estão em seus lotes? O assentamento possui infraestrutura de eletricidade, estradas transitáveis, acesso à água, a escolas e a postos de saúde? Quando foi elaborado o plano de desenvolvimento do assentamento? Qual é a entidade responsável pela assistência técnica aos aposentados?

Quarto: por que a Srª Teresa Camilo dos Santos, mostrada no programa Fantástico e que há 22 anos está cadastrada como beneficiária do Programa Nacional de

Reforma Agrária, ainda não foi assentada? Há quanto tempo a família de Gelci Miller, citada na reportagem, aguarda por um lote em assentamento? Quantos são os cadastrados como beneficiários da reforma agrária que aguardam por um lote no País? Qual a meta de assentamento para 2011 e até o fim de 2014?

Por último, Sr. Ministro, vou fazer uma pergunta sobre o meu Estado. Sei que são vários acampamentos ao lado de fazendas, esperando assentamento, e o Incra lá, infelizmente, acho que, como em todo o Brasil, envelheceu muito. Alguns órgãos federais se reciclaram, se renovaram, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobrás e tantos outros; o Incra envelheceu. Por isso que o Presidente Lula tentou outros mecanismos de aceleração da reforma agrária, de legalização de terras, que está muito atrasada no Brasil. Então, eu pediria que o Incra pudesse também se modernizar, se estruturar. Sei que faltam investimentos, sei que há pouco investimento para a modernização do Incra, inclusive para as suas sedes. As suas sedes mais parecem, como fala o pessoal da roça, taperas velhas, abandonadas, com barracões de lona na frente. Existem pessoas recebendo cesta básica, sem resolver os problemas.

Cito um exemplo do meu Estado. Há 14 anos, não é só neste Governo, passou por vários governos, existe um acampamento na beira da fazenda, pois a fazenda está ocupada. Como não podem colocar os barracos dentro da fazenda, eles estão plantando. Os proprietários gastaram dinheiro com advogado, tiveram dezenas de vezes no Incra e não resolveram o problema. O dono da terra morreu, o Dr. Morimoto, e eu falei um dia para um ex-presidente do Incra: esse homem vai morrer (ele estava doente) e vocês não vão resolver. E não resolveram. O homem morreu, agora tem o espólio da família e tem um deputado federal do PT, que foi prefeito da cidade de Alto Alegre, prefeito eleito e reeleito, que tentou também, junto com a gente, resolver esse problema e até hoje não foi resolvido. Agora, parece que está caminhando para uma solução, não sei se daqui a um ano, dois anos, três anos. Quem sabe se leva 20 anos, pois já faz 14, para resolver o problema de uma área a ser adquirida ou desapropriada para se fazer o assentamento de 280 famílias que estão lá há 14 acampadas na beira dessa fazenda.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz**.** Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp pelas suas colocações.

Eu pergunto ao Dr. Celso se gostaria de responder as perguntas ou de mandá-las por ofício.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Fica a critério do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz**.** Bloco/PDT – RO) – Se puder responder, V. Sª já colocou esse assunto em suas várias apresentações.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Bom, Senador Valdir, com relação ao assentamento da Bahia, de Cumuruxatiba, os lotes todos praticamente foram vistoriados. Existe uma má interpretação desses números, porque ficou um tanto confuso, mas o fato é que esse assentamento, até pelo histórico dele, para o senhor entender, já foi consolidado em 2001. Então, o Incra não teria que estar acompanhando mais esse acampamento até pela consolidação dele. A consolidação se dá depois que se entrega 50% dos títulos e mais uma família titulada; ele está consolidado. Agora, como houve denúncias que relatei em uma apresentação, depois posso até encaminhar para o senhor a apresentação, foi feito um primeiro levantamento, que resultou em 33 ações judiciais, e o segundo levantamento resultou em mais 44 processos de retomada de lotes. Então, são um pouco mais de 70 lotes ocupados regularmente, justamente porque o Incra não teria mais obrigação de acompanhar o acampamento, porque ele está consolidado.

Só que, mesmo depois da entrega do título, enquanto ele não cumprir as cláusulas resolutivas que estão estabelecidas no título, que é o pagamento da área e o cumprimento da legislação ambiental, ele ainda tem esse vínculo e não pode alienar, vender. Então não é todo assentamento que está ocupado irregularmente. Hoje é um pouco menos da metade, justamente nessa área litorânea, onde está presente o assentamento.

Eu não consegui anotar todas as perguntas que o senhor fez, porque eu achei que eu fosse responder por escrito, mas algumas eu anotei. Com relação aos projetos de assentamento, o Incra faz um plano de desenvolvimento que define a quantidade de famílias que vai ocupar o assentamento. A assistência técnica hoje não é uma empresa e não é feita mais por convênio. Desde 2008 nós temos a legislação, que é o Pronat, o Programa Nacional de Assistência Técnica, é feita por chamada pública por empresas credenciadas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural.

Com relação à modernização do Incra, nós estamos buscando isso sim. O senhor falou algo correto: a demanda de ação sobre o Incra hoje é muito grande. Temos que, desde desapropriar terra, até fazer estrada, distribuir água, fazer casa, dar assistência técnica, fazer agroindústria e depois ainda emancipar os assentamentos. Temos um pouco mais de 5.000 servidores e uma parte deles está fazendo um trabalho no programa Terra Legal, lá no norte, que é um trabalho fundamental e prioritário. Então, não dá para fazer tudo

isso, ao mesmo tempo, com qualidade, mas garanto que temos melhorado bastante.

Temos uma meta para este ano, via orçamento, que gira em torno de 40 mil famílias. Como disse antes de o senhor chegar, fizemos um diagnóstico minucioso do Incra, relativo à reforma agrária, de titulação de áreas passíveis de regularização fundiária, e agora iremos fazer uma discussão um pouco mais profunda, dentro do Governo, para traçar os novos rumos da reforma agrária, mas no sentido de colocar os assentamentos na rota de produção e desenvolvimento.

Quanto à área citada pelo senhor, de propriedade do Sr. Morimoto, acho que o Incra já comprou essa área, no ano passado, se não me engano. Uma outra área que foi objeto de conflito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO LISBOA LACERDA – Pode ser que não. Não tenho esse conhecimento e foi uma compra, não foi uma desapropriação.

Outra área que já tem o conflito resolvido e pela qual já pagamos, no mês passado, é a famosa fazenda Santa Elina, a do massacre de Corumbiara. É mais um conflito resolvido. Gastou-se todo esse tempo por conta de toda a burocracia que envolve esse processo e que dificulta o nosso trabalho.

Não sei se ainda há alguma questão, Senador. Se ainda há, depois o senhor poderá questionar e encaminharemos por escrito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso Lacerda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o senhor vai encerrar, mas fique agoniado e falei até o com Ataídes.

Não sei como o Incra monta o seu *site*, mas sei que, para isso, há legislação. Até para que fique registrado, se qualquer cidadão acessar a página do Incra, essa página, obrigatoriamente – não sei se quem desenvolveu o site errou, mas é impossível, porque isto é obrigatório -, a página do Incra, o site do Incra tem que ter um *link* que a ligue ao que chamamos de portal da transparência, obrigatoriamente. E o portal da transparência disponibiliza receita, despesa. O Incra não pode – por isso perguntei se era o Sistema S – fazer o mesmo que o Sistema S. O Incra não é um órgão igual ao Sistema S.

A Secretaria do Tesouro, o Tesouro Nacional, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela legislação do País, tem obrigação contábil de publicar todos os dados que envolvem Incra, recursos que o MDA recebe para programas. Isso não pode...Pode ser que alguém tenha se atrapalhado nos caminhos.

Feito esse caminho, alguém vai cair na página do Transparência Brasil, que – volto a repetir – é um dispositivo legal, em que quem consulta verá receita, despesa, todo tipo de acompanhamento.

Então, quando o Senador pergunta acerca de imposto, não dá para misturar o Sistema S com o sistema I, são coisas distintas.

O Sistema S recebe tributos e tem uma prestação de contas própria. O Incra não tem, ele é um órgão de Governo. Então, obrigatoriamente, dados contábeis, orçamentários, todos eles, inclusive, se não fizer isso, quem pagará o pato não será o Dr. Márcio Lacerda, mas o Sr. Guido Mantega e, consequentemente, a Senhora Dilma Roussef.

O SR. CELSO LISBOA LACERDA – Senador, para concluir, essas informações todas estão no site. O balanço patrimonial está no site do Incra. Há um link no site do Incra que leva a um outro portal o Incranet. Nele, há todas as informações, inclusive links para o Seaf, para o Portal da Transparência. Então, tudo isso está cumprido.

Depois, não sei o que aconteceu, mas vamos orientar o Senador para que ele tenha acesso às informações, porque elas já se encontram todas *on line.*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas e vinte minutos do dia dez de agosto de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Delcídio do Amaral, Geovani Borges, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Lobão Filho, Ciro Nogueira e Gim Argello. Justifica a ausência o Senador Vital do Rêgo. O

Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimentos n.º 17 de 2011-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Eunício Oliveira e Ivo Cassol que requer "..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um conjunto de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reunidas sob a denominação Jornada pela Inovação, para debater diversos temas, com os seguintes convidados: 1ª Audiência Pública: Desafios da Inovação no Brasil. Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.Glauco Arbix – Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Robson Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). 2ª Audiência Pública: Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Paulo Bernardo – Ministro de Estado das Comunicações. Fernanda Negri – Pesquisadora do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Adilson Primo – Presidente da Siemens do Brasil e integrante da CNI/MEI.Helena Lastres – Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 3ª Audiência Pública: Inovação, Biotecnologia, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde. Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde.Representante da Finep.Representante da CNI/MEI.Sérgio Mascarenhas – Professor da USP – São Carlos.4ª Audiência Pública: Inovação e Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás José Sérgio Gabrieli – Presidente da Petrobrás. João Alberto de Negri – Diretor de Inovação da Finep.Representante da CNI/MEI. José Ruas – Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).5ª Audiência Pública: Inovação e Energia (Foco nas Energias Renováveis). Edison Lobão – Ministro de Estado das Minas e Energia (MME). Representante da Finep. Representante da CNI/ MEI. Representante da Academia. 6ª Audiência Pública: Inovação e Cadeia Produtiva Aeroespacial Marco Antonio Raupp – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). Frederico Curado – Presidente da Embraer e integrante da CNI/MEI. Representante da Academia. 7ª Audiência Pública: Inovação, Micro e Pequenas Empresas e Inclusão Social. Representante da Finep. Representante das Micro e Pequenas Empresas. Representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Guilherme Ary Plonski – Presidente Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC). 8ª Audiência Pública: Inovação Aplicada à Copa e às Olimpíadas. Henrique Meirelles – Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO). Representante da Finep. Ricardo Pelegrini – Presidente da IBM Brasil e integrante da CNI/MEI. Representante da Academia." Comparecem à reunião os Senhores Cezar Alvarez, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações – MC; Fernanda Negri, Chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Wikings Marcelo Machado, Gerente de Desenvolvimento de Projetos do Setor de Tecnologia e Inovação – SIEMENS LTDA; José Eduardo Cassiolato, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados- SERPRO" e ao **Requerimento n.º 29 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, que requer "... em aditamento ao Requerimento nº 17-CCT, de 2011, seja possível, caso conveniente e oportuno para o melhor andamento da Jornada pela Inovação e a critério do Presidente desta Comissão, redefinir a lista de convidados para as audiências públicas previstas". Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda e Walter Pinheiro. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de agosto de 2001, para a realização da 2ª Audiência Pública "Jornada pela Inovação", com o tema "Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação", atendendo ao Requerimento nº 17, de 2001, da CCT, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Eunício Oliveira e Ivo Cassol; e Reque-

rimento nº 29, de 2011, CCT, de autoria do Exmº Sr. Senador Eduardo Braga.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado.

Solicito ao Senador Cyro Miranda que acompanhe os senhores convidados para tomarem assento à mesa: Dr. Cezar Alvarez, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações (MC); Fernanda Negri, Chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Wikings Marcelo Machado, Gerente de Desenvolvimento de Projetos do Setor de Tecnologia e Inovação – Siemens Ltda.; José Eduardo Cassiolato, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

V. Sªs disporão, a partir deste momento, de dez minutos cada para a abertura das suas posições, declarações e participação deste debate.

Passo, portanto, a palavra ao Dr. Cezar Alvarez, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, para dar início a esta palestra.

Com a palavra, Dr. Cezar Alvarez.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Bom-dia, Senador Eduardo Braga, Senador Cyro, demais Senadores, Assessores e Parlamentares aqui presentes. Obrigado pelo convite.

Eu brincava com minha assessoria parlamentar se os Senadores queriam escutar os especialistas, e não seria eu, ou queriam escutar os dirigentes com alguma informação generalizante. Disseram que optavam pela generalizante. Eu, então, estou contente de estar aqui com o Professor Cassiolato – estou informado de que está chegando, a Fernanda, o Mazoni –, conhecer um pouco mais e aproveitar para escutar.

Mas, dito isso, tenho algumas observações bastante preliminares. Creio que não há país no mundo, hoje, em que não haja nos seus programas de desenvolvimento, de atuação da sua competitividade internacional um capítulo muito especial para a área das tecnologias da informação e da comunicação. Mas, além do peso crescente na economia regional, no Brasil, as intenções declaradas das grandes operadoras dessa área eram um investimento previsto para o ano passado de US$17 bilhões, não sei quando se realizou, mas, seguramente, 1/3 disso – arrisco a dizer; submeto até a crítica dos demais especialistas aqui – envolvia, diretamente, inovação e tecnologia; e, talvez, 2/3, serviços, comercialização e atendimento. Mas, de qualquer forma, uma área, hoje, que, no Brasil, calcula-se em torno de 5,5, 6.1do PIB.

É uma área que, por definição, praticamente hoje, no processo acelerado de mudança e inovações... E, praticamente, é dificílimo encontrar alguma área da nossa vida – pessoal, profissional, ou de dirigente, ou parlamentar – em que não estejamos envolvidos profundamente com essas tecnologias.

É muito comum falarmos e é perceptível no dia a dia as tendências das convergências tecnológicas a partir da microeletrônica, a partir da compreensão de dados, a partir das diferentes sinergias, em que, cada vez mais, o bit e a rede física ou não física leva essa informação. Mas é importante deduzir as modificações dos modelos dos negócios econômicos a partir das convergências tecnológicas. Mídia, comunicação, comunicação social, comunicação eletrônica, informática, telecomunicações são elementos cada vez mais amplos no sentido lato da visão de comunicações. E essa área, então, tem quase como necessidade intrínseca a permanente e destacada renovação. A empresa que hoje é ótima amanhã já é mais ou menos e, depois de amanhã, pode estar totalmente defasada, sem mercado. E, nessa dimensão, alguns dados que, evidentemente, provavelmente, copiei da Fernanda ou do Mazoni: nos Estados Unidos, no ano passado, o setor das TICs foi responsável por mais de 1/3 dos investimentos, avaliados, ainda bastante preliminarmente, no mundo, em torno de US$40 bilhões. Vejam: meu dado está defasado. É de 2007. Não tenho qualquer dúvida em dizer que isso aqui tem de 20% a 25% a mais no mundo de hoje, a partir de cada vez novos aplicativos, desejos e vontades.

É do cidadão o consumo dessas tecnologias, nossos equipamentos, cada vez mais necessidades de serviços em áreas públicas, da segurança das telecomunicações, a transparência do exercício de cidadania e do Poder Legislativo, passando pelo lazer das redes sociais, sem falar na gestão de tantos e modernos equipamentos de logística, transporte público e satélites.

Agora, é um setor que, ou está num sistema integrado com política pública, com legislação, ou ele fica absolutamente defasado. E a característica nossa, no Brasil, lamentavelmente, é que ainda é um setor em que o grande motor consumidor e incentivador são as empresas de telecomunicação e equipamentos, que, em sua maioria, quase que absoluta, são grandes multinacionais, legitimamente com redes de inovação espalhadas pelo mundo e, algumas vezes, encrustan-

do algum pedaço dessa rede de desenvolvimento de produtos e aplicativos num País como o Brasil.

Hoje, trabalhamos fortemente na busca da sinergia do conjunto de instrumentos que temos; na área de telecomunicações, apenas o Funtel, a partir das receitas do Fistel, basicamente da telecomunicação móvel, trabalhando uma busca de sinergia com o FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, e Finep, e MCT, mas a combinação e a atualização das diferentes legislações, creio – e já destaco aqui – que a eminente regulação, ainda que já autoaplicável, em alguns casos, da nova lei nacional do poder de compra, finalmente trazendo o poder de compra como instrumento de política de desenvolvimento econômico e, evidentemente, também, de impulso à inovação, e os instrumentos mais recentes, o acordo que acabamos de fechar com a Finep, na área de TICs, para o FNDCT. Devem ter escutado falar. Tenho alguns limites embargados aqui na iminência de acoplarmos ao Plano Brasil Maior a proposta de um regime especial para o Plano Nacional para Banda Larga, tanto em equipamentos quanto em sistemas e, principalmente, também, na mão de obra da engenharia de lançamento de redes; de cavar o túnel a subir a torre.

Concluindo, então, dando um exemplo, digamos assim, das defasagens tecnológicas por um determinado produto não estar inserido no sistema, destaco a belíssima central de computação desenvolvida pelo sistema CPqD, Telebras, num período prévio à privatização, em que a Plataforma Trópico era uma das poucas patentes brasileiras competindo em nível internacional. Naquela época, Japão, Estados Unidos, França, Suécia e Canadá detinham patentes de centrais. Hoje, absolutamente defasadas. Por incompetência? Evidente que não, mas, sim, pela falta de uma sinergia público-privada, sistema de encomenda, indústria e centros de pesquisa e desenvolvimento e necessidade de permanente atualização e antecipação do desenvolvimento desses equipamentos.

Eu falava, então, hoje, do Funtel, do FNDCT e do BNDES. Há um trabalho nosso com o BNDES, bastante preliminar, que tenta pegar o gasto geral de equipamentos de TICs e consumo dividindo em três grande setores: equipamento importado, equipamento de empresas multinacionais montando no Brasil e o chamado equipamento nacional, não apenas fabricado e montado aqui, mas também desenvolvido aqui.

Hoje, ele é 50 importado, 37, 38 produzido aqui e não mais que 12 ou 13% certificados, com patente ou desenvolvimento em algum centro de pesquisa aqui.

É preciso mudar essa equação. Não será fácil a transição da importação para a instalação, aqui, com processo produtivo básico, e, mais do que instalação aqui com processo produtivo básico, também desenvolvendo centros de pesquisa no sentido de ter, aqui, o desenvolvimento, prototipagem, inovação, patenteamento de equipamentos e produtos.

Hoje, não são mais que 12%, como eu dizia. A nossa ideia é chegar a algo em torno de 17, 18%, em cinco ou seis anos, e à chamada Portaria 950, do MCT, que a Fernanda vai desenvolver um pouco para nós, que é ponto de destaque na política, que está sendo lançada nas próximas semanas, do regime especial do Plano Nacional de Banda Larga.

Eu acho que já estou esgotando os meus 10 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, o senhor ainda tem pelo menos três minutos.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Dois e cinquenta e cinco. Vai tocar a sirene ou vai dar choque?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, não. Toca uma sirene. É um minuto.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Toca a sirene? Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É um minuto.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Então, as áreas são inúmeras, digamos assim, onde podemos tentar desenvolver algumas áreas de ponta.

Há toda uma discussão, se já perdemos o bonde ou não do velho chip, do semicondutor, que temos de pensar nos LEDs, que temos de pensar nos terminais, mas eu creio que tem algumas áreas em que, talvez, possamos trabalhar.

O Brasil talvez se torne um mercado forte numa tecnologia um pouco proprietária, ainda com pouca diversidade e poucos padrões internacionais, na área da retransmissão de telecomunicação, na chamada frequência 450, uma frequência baixa, propícia a garantir ampla cobertura em lugares em que é preciso pouca densidade de penetração, na área rural.

Acabamos de fazer um acordo com as concessionárias, condicionando o incremento da telefonia rural e banda larga na área rural, no uso dessa frequência. A Polícia Federal está migrando dessa frequência para outra com padrões internacionais mais unânimes, em termos da regulamentação internacional da UIT, e nós vamos fazer uma licitação nessa área. Então, poderemos, combinando algumas iniciativas do CEITEC, uma prototipagem de chips em Porto Alegre, em equipamento nacional, com algumas iniciativas do CPqD, tentar desenvolver alguma iniciativa de WiMax, rádio WiMax, com essa tecnologia na área do 450.

Então, tem alguns nichos, digamos assim, em que achamos que podemos tentar trabalhar, evidentemente, de forma consorciada com as indústrias.

Finalmente, então, destaco a existência de não mais que 10 ou 12 empresas que sobreviveram duramente à competição, e terem sobrevivido já é um certo atestado de capacidade, agrupadas no chamado Grupo Gente, consórcio Gente. Elas têm bastantes sedes em Campinas, São Paulo, Porto Alegre, um pouco no Norte, um pouco no Sul, que tentam trabalhar redimensionando a sua estrutura, a fim de dar conta dessas demandas poderosas que temos pela frente.

É preciso saber fazer joint ventures com muita precisão, no sentido de real intercâmbio de informação e tecnologia, mas a minha área diz que, hoje, ela é capaz de ocupar de 80 a 90% da cadeia de transmissão de telecomunicações, talvez faltando só os grandes roteadores, que, algumas vezes, se associam com grandes fabricantes internacionais.

Então, é o momento de uma oportunidade bastante rica e não devemos perder essa oportunidade, combinando a iniciativa cada vez maior de aquisição e a necessidade dessas novas utilidades, lei do poder de compra e regime especial do Plano Nacional de Banda Larga.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao meu caro amigo, Dr. Cezar Alvarez, pela suas colocações e passo a palavra à Drª Fernanda De Negri.

Apenas quero esclarecer aos palestrantes que há um entendimento já, aqui na nossa Comissão, de que cada palestrante faz a sua apresentação e, ao cabo, ao término, então, os Srs. Senadores participam do debate, fazendo indagações, perguntas, apresentando suas propostas para enriquecer o debate.

Passo a palavra, portanto, à Drª Fernanda De Negri, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Obrigada, Senador.

Bom-dia a todos.

Eu vou fazer uma apresentação um pouco focada no setor de equipamentos, para daí puxar uma discussão de que é importante a gente pensar no setor de TICs como um todo, em outros segmentos também.

Como o Cezar citou no início, o setor de TICs é responsável por cerca de 30% do investimento em P&D realizado no mundo, aproximadamente isso. Então, boa parte da P&D que é feita no mundo é feita nos setores de TICs.

Além disso, você tem uma série de externalidades e de efeitos positivos gerados pelo investimento em TICs, e ganho de produtividade em diversos outros setores da economia. Então, isso por si só justifica a relevância desse segmento como um dos motores da inovação tecnológica no mundo inteiro e também no Brasil.

(Próximo, por favor.)

Eu vou passar um pouco mais rapidinho.

(Próximo, por favor.)

Qual é a ideia, um pouco, desta apresentação?

Para a gente pensar nas políticas públicas para o setor, que é o que a gente está fazendo com o poder de compra, com incentivos à inovação, lá no Ministério da Ciência e Tecnologia, a gente tem de olhar, um pouco, o que está acontecendo no mundo, quais são as principais tendências tecnológicas mundiais, quais são as capacitações tecnológicas que a gente já tem aqui, ou que teria condições de desenvolver mais apropriadamente, e, por fim, qual é a estrutura do mercado brasileiro em termos de escala, de tamanho de mercado, mesmo, para garantir que essas capacitações tecnológicas, efetivamente, se desenvolvam e gerem negócios, e virem negócios.

Esses são os elementos centrais, são os elementos centrais que vão estar nessa discussão que eu trouxe aqui para a gente fazer.

(Próximo, por favor.)

Como é que a gente mapeou tendências tecnológicas? Basicamente, olhando patentes no mundo.

A gente analisou, aqui... Esses dados que vou mostrar nos próximos slides analisam cerca de 25 mil patentes registradas pelas grandes empresas líderes do setor de telecomunicações no mundo e a primeira coisa importante a dizer é que, cada vez mais, as patentes dependem de uma base científica consolidada e de uma produção científica importante.

Então, as patentes citam, cada vez mais, a produção científica em várias áreas do conhecimento.

(Próximo, por favor.)

Quais são as principais patentes que estão sendo feitas por essas empresas? Quer dizer, as empresas do setor de telecomunicações e de TICs são empresas muito diversificadas e que estão atuando em vários nichos de mercado. Esse é um ponto importante.

Houve um crescimento, entre 1990 até 2006, das patentes de informática, de as empresas líderes do setor patentearem em informática, o que reflete um pouco, na verdade, a convergência, que todos nós já sabemos que tem, entre as tecnologias da informação e comunicação.

(Próximo, por favor.)

Essas patentes estão-se utilizando cada vez mais da produção científica e, cada vez mais, de produção científica em algumas áreas importantes, nas quais o Brasil ainda tem deficiências importantes, por isso é

importante ressaltar isso. Quer dizer, cada vez, mais a Física e a Ciência dos Materiais têm sido áreas relevantes para alimentar a produção tecnológica das empresas desses segmentos.

O Brasil tem uma participação crescente na produção científica mundial, no entanto, nessas áreas, como Ciência dos Materiais, Física e Engenharia, que são áreas fundamentais para a inovação nesses setores, a nossa participação é, ainda, muito incipiente e precisa ser aprimorada.

Então, não por acaso o programa que o MCT está lançando – Ciência sem Fronteiras –, de concessão de bolsas de estudo no exterior, está focado em áreas como Engenharia, Física e Matemática.

(Próximo, por favor.)

Aqui, para ter uma ideia da produção científica brasileira em telecomunicações.

Apesar da nossa crescente participação na produção científica mundial, se a gente for olhar a produção científica em telecomunicações do Brasil – aí, é o número de artigos publicados comparado com o de vários países –, ela é muito menor. Nós publicamos, entre 2000 e 2010, 383 artigos científicos em periódicos de circulação internacional, contra 1,8 mil da Índia, 5,4 mil da China, e assim por diante.

Aí, os vários gráficos são de Brasil versus vários países. A gente está um pouco melhor que países vizinhos, aqui da América Latina, mas se compararmos com o resto do mundo, a gente está muito atrás de todos esses países.

(Próximo, por favor.)

Bom, do ponto de vista de capacitação empresarial. No lado de capacitação científica a gente tem, sim, ainda muito o que melhorar para poder produzir o conhecimento que é mais requerido para a produção de tecnologia nesses segmentos. Do ponto de vista empresarial, a gente também tem muito em que avançar ainda.

Aqui, só como exemplo, estou usando equipamento de comunicação. A gente dividiu as empresas do setor de equipamentos de comunicação, em empresas nacionais e estrangeiras, no Brasil, e empresas líderes e seguidoras – eu não vou entrar em detalhe de como é essa classificação, mas tenho uma metodologia para se definir o que são empresas líderes e o que são empresas seguidoras. A gente percebe a primeira grande diferença. As empresas brasileiras, de capital nacional têm uma escala, um tamanho médio muito inferior às empresas multinacionais instaladas aqui. Isso é uma grande dificuldade para a competição dessas empresas mesmo. Muito embora elas tenham um esforço tecnológico, o gasto em atividade inovativa dela, como proporção da receita, nas empresas nacionais seja elevado, especialmente nas líderes, uma escala desse investimento é muito menor do que das empresas líderes multinacionais. Então, a gente tem uma defasagem muito grande também, do ponto de vista de competências empresariais aí, em termos de escala, de produção e de competências tecnológicas mesmo. A gente domina algumas tecnologias importantes, mas são poucas e não têm uma escala capaz de competir com as grandes empresas.

Da mesma forma, nossa inserção internacional. As empresas de capital nacional são muito menos inseridas no mercado internacional, nesses setores de equipamentos de comunicação, do que as empresas multinacionais que a gente têm instaladas no Brasil.

Aqui, novamente, em termos de valores exportados médios e valor importado médio a gente vê que a diferença de escala de produção é muito grande.

Qual é o resultado disso, do ponto de vista do mercado brasileiro? Aqui, é a participação dos produtos que estão homologados na Anatel, entre produtos que são de origem nacional e produtos que são importados de outros países, Aqui, nos produtos de origem nacional estão tanto os de empresa de capital nacional quanto os de empresas de capital estrangeiro. Tem tido um crescimento da participação de produtos importados dentro da gama de produtos homologados na Anatel. Isso não é a participação de mercado, não é o market share, é o número de produtos homologados. Mas isso mostra que também se reflete no market share, mas mostra que a gente está homologando menos, fabricando uma quantidade menor de produtos desenvolvidos no País.

(Próximo, por favor.)

Este é o meu último slide para fechar, para eu não me estender demais.

Toda essa discussão das capacitações empresariais do Brasil, o grande sinal que a gente pode observar é que nós temos competências tecnológicas em algumas áreas, mas temos uma escala de produção e uma diversificação nas empresas brasileiras bem pequena.

O que é isso aqui? Isso aqui é uma relação de tipos de produtos do setor das tecnologias de informação e comunicação. Esses produtos vão desde elementos de rede, que são equipamentos de rede, roteadores, de infraestrutura mesmo de telecomunicações até componentes – computadores, terminais, elementos de segurança, integração de sistemas também. Tudo isso dá base para a infraestrutura de rede.

Você tem uma gama de produtos e serviços importantes também na área de operação desses instrumentos, que é um tipo de produto importante. Você tem também, cada vez mais, softwares de navegação, de middleware, de conectividade, que também são cada

vez mais relevantes dentro dessa cadeia de TICs. Essa aqui é uma cadeia de TICs como um todo. E, no final dessa cadeia, estão os serviços de tecnologia dessa informação: os softwares, os sistemas. Tudo isso aqui é o grande complexo de TICs.

E o que a gente percebe? Aqui está o meu colega de mesa, da Siemens, pode falar se estou falando besteira, mas Nokia/Siemens, por exemplo, é uma empresa que desenvolve desde equipamentos de rede – e aqui são os mercados –. Então, que a gente fez aqui? Principais produtos e principais mercados. Operadoras de infraestrutura, grandes empresas, micros e pequenas empresas e governo, consumidor final. Empresas grandes como a Nokia, como a Alcatel Lucent, elas desenvolvem desde equipamentos de rede para operadoras e para grandes empresas até serviços de segurança, integração do sistema, até manutenção desses equipamentos, gestão de redes e serviços de ITI, e atingem os mais variados mercados.

(Próximo, por favor.)

A bolinha azul representa Alcatel Lucent. Também tem um portfólio de produtos e de clientes altamente diversificado.

Quando a gente olha para as empresas brasileiras, que desenvolvem tecnologias importantes, que têm, sim, algum conhecimento tecnológico, a questão é que elas são muito focadas em alguns nichos de mercado. Então, um exemplo de uma empresa brasileira que usei aqui, faz equipamento de rede e faz manutenção naquele equipamento de rede, a Padtec, uma empresa que tem uma tecnologia importante de comunicação ótica, mas a questão é que é um muito difícil você competir com as grandes empresas, criar competências a partir de nichos de mercado, porque essas competências estão cada vez mais inter-relacionadas. Quer dizer, para se desenvolver competências em equipamentos de rede você precisa ter o conhecimento também das outras áreas dessa cadeia de produção. Então, uma grande dificuldade do Brasil para competir nesse mercado, para desenvolver tecnologias e desenvolver um mercado pujante nas tecnologias da informação e comunicação é a escala de produção e a diversificação: portfólio de produtos e clientes das nossas empresas, que é muito limitado.

Eu acho que a gente está avançando – estou terminando –, de forma importante nessa questão, quando a gente pensa em usar também o poder de compra como elemento relevante para alavancar esse setor das tecnologias de informação. O poder de compra, eu acho, vai ser um grande caminho para poder alavancar justamente isso, justamente essa escala de produção dessas empresas. Mas a gente tem de avançar ainda mais no sentido de integrar esses instrumentos. Então, a gente tem instrumentos importantes de incentivo à inovação, que são geridos no MCT, pela Finep, a gente tem instrumentos importantes de desoneração para a inovação, e agora tem um instrumento importantíssimo de poder de compra. A gente tem de, cada vez mais, avançar nas políticas para esse setor para dar apoio a projetos importantes e projetos estruturantes, nos quais se consigam alavancar desenvolvimento da tecnologia através da subvenção, depois o crédito, para aumentar a produção da empresa, depois o incentivo fiscal, uma vez que ela já está produzindo, e, por fim, a escala de mercado que ela vai precisar por meio das compras governamentais. Se você conseguir alinhar todos esses instrumentos de apoio à inovação e de apoio à produção em projetos estruturantes no setor de TICs você pode tentar mudar um pouco esse cenário e melhorar o cenário brasileiro nessa área.

Obrigada. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço, portanto, à Drª Fernanda.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Machado, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. WIKINGS MARCELO MACHADO – Primeiramente, agradeço o convite à Siemens em poder fazer parte desta audiência.

Eu gostaria de fazer uma breve exposição de forma mais superficial. Eu queria passar rapidamente pela cronologia do setor. Acho que isso é muito importante para colocar um pouquinho de tudo que contribui para o momento em que estamos. Falar um pouco do cenário atual brasileiro e até mesmo mundial. Explorar um pouquinho nosso ambiente nacional de pesquisa desenvolvimento e inovação e chegar a algumas proposições.

Então, TIC não é um tema muito novo em nosso País. Isso daí já começou há algum tempo atrás. A gente pode dizer que em 1852 foi o primeiro momento em que se falou em TIC no Brasil. Acho que é sempre um paralelo muito importante a se traçar.

Em 1867 a Siemens colocou o pé no Brasil exatamente com o propósito de trabalhar o setor de TIC. Como muitas empresas multinacionais trazem hoje, celulares de quarta geração, a gente trouxe, nessa época, o telégrafo de ponteiro, que era uma inovação enorme.

(Próximo, por favor.)

Então, passando, aqui, por alguns outros momentos, embora, em 1850 o TIC entrou no Brasil, a gente começou a falar do setor de TIC como algo estratégico em torno de 1960. Então, a gente passou por todos os momentos de criação do Código Brasileiro das Comunicações, criação dos Ministérios, e a telecomunicação começou a entrar em um ponto estratégico. A gente passou desse momento para cá, algo em torno de 50

anos, que nos traz para uma realidade muito interessante e que a quero explorar mais um pouco.

Depois, na década de 1970, passamos pelo milagre econômico, como muito bem citado aqui, a gente teve um marco importante nas telecomunicações no Brasil que foi o CPqD, de onde nasceu uma série de inovações que trouxe o Brasil para frente. Passamos, depois, para a década de 1980, para a reserva de mercado. Teve também seu impacto positivo. De certa forma nasceram empresas como, por exemplo, Microsiga, Datasul, Equitel, frutos dessa reserva de mercado, mas, por outro lado, teve alguns efeitos colaterais não muito positivos. Mas, de certa forma, foi um momento em que a gente chegou aí a 70 mil empregos pela primeira vez no setor de telecomunicações no Brasil.

Passamos para a década de 1990 com a criação da Softech.

(Próximo, por favor.)

Essa é a parte mais conclusiva, que é a atualidade.

Hoje é impensável um mundo sem TIC. O colega Cezar colocou se perdemos o bonde ou não. Uma coisa que eu gostaria de sinceramente colocar é que ainda tem muita coisa para acontecer. Ou seja: ela compõe o estilo de vida das pessoas, ela está dentro de nossas casas, ela é um mecanismo de integração social, econômica e política, ela é um meio de eficiência empresarial, uma ferramenta de gestão impensável e é um ótimo mecanismo de crescimento. Hoje em dia, a TIC não está mais, não existe puramente para conectar duas pessoas, a transferir informação de um ponto ao outro. É uma forma de fazer com que máquinas conversem umas com as outras. É a forma de garantir que uma transmissão de energia – se acontece o problema de uma perda de transmissão de energia, que isso seja comunicada em algum momento e que medidas rápidas sejam tomadas para que alguma coisa aconteça. Ou seja, a TIC está, hoje em dia, em tudo. Acho que o próximo slide caracteriza muito bem – de certa forma, como a colega Fernanda expôs: a palavra que mais representa a TIC é, hoje em dia, a demanda. Eu queria só colocar alguns slides que mostram isso.

A TV por assinatura; o número de celulares que chegamos hoje em dia. No Brasil, são mais de 200 milhões de celulares que existem no Brasil; banda larga; usuários de Internet – são 63 milhões de usuários de Internet. Estamos entre os dez países que mais se utilizam da Internet no mundo. Geramos aí, embora esse dado seja de 2008, estamos falando de uma receita operacional líquida do setor de R$ 203 bilhões, ou seja, tem uma significância enorme e um processo de crescimento muito grande; empregamos uma série de pessoas. Enfim, se a gente entrar um pouquinho mais e olhar para dentro das empresas brasileiras para se ter uma ideia de como é essa demanda – não apenas dentro das casas, onde a gente vê consumo de televisão, computadores, acesso a Internet, banda larga e TV por assinatura –, a gente dá uma olhada nas empresas brasileiras a gente vê que gastaram, só em 2010, 16,5 bilhões com serviços de TI; se a gente passar um pouco mais para frente, veremos que as próprias empresas brasileiras, muitas delas oriundas da época da reserva de mercado, como a Microsiga, como a Datasul, elas exportam algo em torno de 4 bilhões em serviço de TI e que gastaram mais de 3 bilhões com software de gestão. É apenas um pequeno segmento da indústria de tecnologia, informação e comunicação. Deixaram 3 bilhões, simplesmente naquela bolinha do lado direito que deixei ali. Simplesmente investindo em software que permitam uma melhor eficiência operacional deles. E ocupam a 7ª posição mundial nos gastos em TI. Novamente, todos estes slides confirmam que o que dita o setor de TIC, na atualidade, é demanda.

E a grande proposição... E é muito nisso que a Siemens tem em sua visão é que a única forma de você atender essa demanda é através de pesquisa de desenvolvimento e inovação. Acho que o risco de a gente perder o bonde existe, sim, se nós não focarmos fortemente na questão de pesquisa, desenvolvimento e inovação. É isso aqui que faz o setor de TIC andar. Quando alguém, seja um consumidor final, vai comprar um celular ou, sendo uma empresa, vai comprar um sistema de gestão, eles não querem pegar uma coisa que já exista, eles querem o novo, eles querem o diferente. Por isso, a posição estratégica de uma empresa, a posição estratégica de um país no setor de TICs somente vai se dar com investimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Então, como é que a gente se coloca? Como é que o Brasil está nesse sentido? Então, passando o mapa da competitividade geral do País... Isto aqui é slide Fórum Econômico Mundial, a gente que o Brasil em algumas áreas está um pouquinho menor, em uma posição mais defasada em relação ao BRIC e, em outras, um pouquinho maior. Eu acho que é importante a gente focar no BRIC, quando se fala em termo de competitividade em TIC, porque acho que são os competidores mais próximos e dos quais a gente teria de se diferenciar um pouco mais.

E nesta parte aqui, quando a gente olha esses slides – e exatamente quero explorar um pouco mais a parte de inovação –, comparando-nos um pouco com a China e um pouquinho com a Índia, a gente está um pouco atrás. E, de uma certa forma, a parte de ambiente tecnológico, onde a gente ainda está relativamente bem, comparado a outros países do BRIC,

principalmente por conta da infraestrutura em comunicações que a gente tem no Brasil que acaba sendo melhor que nesses outros países, mas a gente ainda está um pouquinho atrás.

Explorando um pouquinho o outro slide, aqui a gente começa a ver. Se a gente pegar os países da OECD, a gente está bastante atrás. Mas aqui a gente começa a perceber, quando a gente extrapola aquele item de inovação, a gente vê que tem ainda uns investimentos... .Isso aqui são os gastos em P&D com o percentual do PIB. A gente vê que ainda está bem defasado, principalmente em relação à China. Outro fator que é muito importante e vejo que estes aqui são exatamente os dois elementos em que o Brasil eventualmente tem de melhorar... Eventualmente, não, a gente tem de melhorar. É exatamente na quantidade de pesquisadores e, principalmente, nos gastos com pesquisa, desenvolvimento e inovação. É isto aqui que vai permitir ao Brasil, de uma certa forma, sair deste patamar aqui e, eventualmente, se aproximar mais da China e chegar um pouquinho da média dos países da OECD, o que vai permitir que a gente consiga despontar no setor de TIC.

Então, aqui eu tento explorar um pouquinho mais aqueles números que a gente tem ali. Então, se a gente der uma olhada nos investimentos em P&D no Brasil, pegando os setores público e privado, a gente tem uma certa defasagem, comparando com a China, por exemplo; com a Índia, estamos praticamente no mesmo ponto. Mas a gente, olhando para os países de Primeiro Mundo, os países desenvolvidos, a gente está ainda com uma certa defasagem.

(Próximo, por favor.)

Quantidade de pessoas. Isso aqui é um dos pontos gritantes. Isso que impede a gente ter um número maior de pesquisadores no Brasil: a grande falta de engenheiros. Enquanto a China está formando 650 mil engenheiros, em 2009; nós estamos formando 47 mil. Com esse número de engenheiro não tem como atender a demanda enorme que existe em tudo o que está vindo aí para o setor de TIC.

Se a gente olhar em termos proporcionais, estamos bem em relação à Índia? Estamos. Estamos muito mal em relação à China. Mas se a gente olhar o PIB, per capita, que temos aqui, a gente está muito melhor que os outros países. Isso mostra o seguinte: que a gente tem um poder de compra muito maior. Isso justificaria a gente ter um número muito maior de engenheiro. A gente precisa de mais engenheiros para atender à demanda e para atender a capacidade de consumo que está intrínseca em nossa população no momento.

Outro ponto que, além da... E isso está muito ligado à falta de engenheiros, de uma certa forma, é o Custo Brasil. O Brasil está um pouco mais à frente. O Custo Brasil está alto na área de engenharia. Sem contar a realização de negócios... Este aqui é um documento do World Bank, que eu gosto de usar muito. A gente está na posição 127. Isso aqui impede o nascimento de novos negócios, impede o nascimento de novas empresas como a Padetec, impede a questão empreendedora. Então, esse é um ponto que a gente precisa, de certa forma, melhorar.

(Próximo, por favor.)

Tributos... Acho que isso eu vou tocar um pouco mais pra frente.

Então, enfim... Passando essa realidade, o que eu a gente queria dispor é o seguinte: a gente está em um momento de extrema demanda e a gente tem condições de tirar muito proveito. Nosso País tem condições de tirar muito proveito disso aí. A questão é que a gente precisa melhorar algumas questões. E isso é basicamente ter uma estrutura de incentivos para a inovação, em TIC – pouquinho melhor; ter uma redução do Custo Brasil, ou seja, nossos profissionais estão caros e boa parte é pela questão da baixa formação de engenheiro – que é o segundo ponto. A gente precisa ter uma habilidade de trabalho... Ter um aumento da habilidade de trabalho em rede para o setor de TIC. Isso vai desde a integração empresas/universidades até mesmo a integração empresa/empresa. Então, são basicamente essas proposições que a gente queria colocar aqui no final.

O ponto de vista é o seguinte... A gente pode olhar... Falando especificamente no custo de pesquisa e desenvolvimento em TIC no Brasil, uma pessoa, seja lá quem for, ele só está disposto a pagar um preço mais alto se tem um valor agregado maior. E o que eu digo é que, quando a gente olha para países como Coreia, Finlândia, assim por diante, a gente não está em condições, a gente não tem um patamar de pesquisa e desenvolvimento que permita a entrega de produtos com valor agregado, como nós temos, por exemplo, no setor de aeronáutica no Brasil e até mesmo no setor de biotecnologia. Só quando a gente tem condições de oferecer uma tecnologia extremamente diferenciada, como um dos poucos exemplos que a gente tem aqui no Brasil, a Padetec, a gente tem condições de cobrar mais. A gente não está nesse patamar. Então, uma das principais medidas que se têm de tomar é realmente a gente ir atrás de reduzir um pouco o Custo Brasil na área de pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação.

A Siemens emprega no mundo algo em torno de 50 mil pessoas na área de TIC. Nós temos, no Brasil, algo em torno de mil pessoas. São aproximadamente mil pessoas dedicadas a P&D aqui no Brasil. Queremos

muito aumentar isso, mas é grande dificuldade sempre concorrer com nossos colegas indianos e chineses que têm, naturalmente, custo mais baixo.

Então, essas proposições exploram um pouco, mas passando en passant, é aquilo que já foi dito muitas vezes: incentivo fiscal – de uma certa forma, para a parte de TIC, estimular incentivos para a ampliação de uma indústria brasileira de venture capital private equity. É assim que nossos colegas americanos e europeus financiam, ou seja, são empresas de participações que colocam recursos para a criação de negócios, a gama de subsídios e empréstimos para empresas nascentes no setor de TIC. É muito difícil o nascimento de uma nova empresa de TIC no Brasil, exatamente pela falta de recursos que ela encontra.

Formação de engenheiros bem qualificados.

Acho que é uma das proposições que a gente gostaria de colocar: ampliar o número de entidades que ofereçam o curso de engenharia em ciências pesadas. Gostei muito do que a Fernanda colocou – Física e Matemática. Precisamos muito fortalecer mais a Matemática no ensino médio, aumentar a carga horária do Inglês no currículo escolar.

Por último, é o aumento da habilidade de trabalho em rede para o setor TIC, que nós precisamos muito e muito mais mesmo. As universidades brasileiras são fantásticas na geração de conhecimento. Precisamos, de certa forma, integrá-las mais com as empresas e levar o lado do empreendedor que as empresas têm para as universidades.

Então, são os três pontos que queríamos colocar aqui como proposições para serem discutidas.

Obrigado. Desculpe ter extrapolado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Não, nós é que agradecemos ao Dr. Marcelo.

Eu passo a palavra ao Dr. Marcos Vinícius Mazoni, para fazer uso da palavra por dez minutos.

O SR. MARCOS VINÍCIUS MAZONI – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão, meus colegas de Mesa.

Eu vou procurar fazer um resumo desta minha apresentação, porque ela está um pouco longa. Na verdade, o que quero colocar são dois elementos que importantes no mundo da tecnologia de desenvolvimento de software.

Eu coloquei alguns slides só para situar o Serpro.

Nós somos uma empresa hoje, talvez a única na América Latina, que tem uma quantidade bastante grande de desenvolvedores. Nós temos desenvolvedores hoje espalhados em 11 capitais brasileiras, operamos a Receita Federal, o Tesouro Nacional, uma série de entidades do Governo federal, portanto, desenvolvemos muita tecnologia em casa. Eu acho que este é o elemento principal que eu queria colocar aqui nesta apresentação do Serpro.

Então, vamos passando aqui rapidamente o que é o Serpro. Eu vou deixar isso para compor os trabalhos.

(Próximo, por favor.)

Nós hoje temos essa força de trabalho de 11 mil funcionários. Na área de desenvolvimento de software, nós somos aproximadamente três mil funcionários espalhados no Brasil. É uma capacidade hoje de uma grande multinacional, em termos de desenvolvimento de tecnologia.

(Próximo, por favor.)

Isso é a nossa rede. Nós somos grandes consumidores de Tecnologia da Informação também. Então são os serviços aqui que a Telebrás e todas as operadoras de telecomunicação fornecem.

Nós somos um grande consumidor de telecomunicações. Temos hoje no core da nossa rede em torno de 7GB de *throughput*. Mas temos uma rede espalhada em todo o Brasil, estamos presentes em todas as capitais brasileiras, em processo de expansão. E um processo de expansão importante agora, porque vamos sair da categoria dos 10GB e pular para a categoria dos 100GB. Então, vamos virar uma rede *carrier class* mesmo, a rede de classe operadora.

(Próximo, por favor.)

Aí são os nossos centros de dados. Os nossos centros de dados situam-se em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Em São Paulo e Brasília, os dois grandes centros de dados do Serpro, temos mais de 15 mil MIPS em cada um deles. Mas, no Rio de Janeiro, há uma tecnologia diferenciada, que é a tecnologia de plataforma baixa, onde estamos iniciando todos os trabalhos de nuvem dos serviços do Serpro no Rio de Janeiro. Atendemos à área de controle da economia, como CVM e INPI, então estamos trabalhando nesse ambiente do Rio com novas tecnologias.

(Próximo, por favor.)

São os nossos principais. Só para termos uma ideia de que tipo de rede estamos operando. Mas vamos adiante.

Eu quero colocar para vocês o seguinte. Nós reposicionamos o Serpro, de 2007 para cá, não só como consumidor de tecnologia, mas como desenvolvedor de tecnologia. Hoje, os nossos *frames* de desenvolvimento são baseados em conhecimento interno desenvolvido pelos técnicos do Serpro. Eu vou falar de alguns deles.

(Próximo, por favor.)

Temos uma série de atuações aí que acho que podem ajudar muito nessas redes de cooperação, nessas redes de desenvolvimento, no que diz respeito à formação. Temos hoje espalhados telecentros no

Brasil inteiro e estamos migrando-os para fazer uma atividade de formação nesses telecentros também.

(Próximo, por favor.)

Duplicamos a nossa capacidade toda de armazenamento. Hoje nós saímos de 250 TB (terabytes) de armazenamento e estamos na casa de 1,5 PB (petabytes).

É claro que a nota fiscal eletrônica é o que mais nos pressiona de uso de infraestrutura de armazenamento de dados. Quadruplicamos a rede, e assim por diante.

(Próximo, por favor.)

Só nesses últimos quatro anos, nós contratamos mais de dois mil empregados em todo o Brasil, espalhados em todo o nosso País.

(Próximo, por favor.)

Investimos em formação. Temos uma universidade corporativa, interna, que hoje está abrindo esses cursos também para que possam ser usados a partir de convênios com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil e também nos nossos telecentros. São formações variadas, desde línguas até a questão da tecnologia em si.

Desenvolvemos um trabalho cooperado dentro do Serpro. O que é isso? Os funcionários podem se candidatar a projetos que não são do seu dia a dia. E, em função da necessidade dos nossos cronogramas, evidentemente, acertado com as chefias, e também da sua possibilidade de cooperar com aquele trabalho e do coordenador de cada trabalho cooperado deste, aloca-se um tempo x, que pode variar de 10% a 50%, até mesmo 100%, se for o caso, do tempo daquele colaborador, em um projeto que não está em linha. E temos alguns projetos já desenvolvidos, como supervisão de redes do Serpro, nesse modelo de trabalho cooperado.

(Próximo, por favor.)

Temos várias missões, não vem ao caso falar sobre elas. Mas temos uma relação muito forte também com outros países, não só na América Latina como na África. A nossa ferramenta de desenvolvimento hoje é considera a segunda melhor ferramenta de desenvolvimento mundial por uma comissão francesa.

(Próximo, por favor.)

Eu vou pular. Já falei da nossa universidade corporativa e quero chegar um pouco adiante lá.

(Próximo, por favor.)

Qual é o nosso foco de inovação? Ele está baseado cada vez mais nas demandas que estamos recebendo, naquilo que identificamos como demanda, e foi colocada a questão da demanda. Mas o que identificamos hoje como principal no mundo da tecnologia da informação em que podemos colaborar? Nós achamos que a nossa inovação tem que se dar naquilo que é diferencial competitivo. Nós hoje temos uma facilidade que eu acho que é brasileira – nós desenvolvemos muito a tecnologia de *software* de código aberto. Portanto, cooperamos muito entre as empresas do próprio Governo e junto com a sociedade. Eu vou dar alguns exemplos sobre isso.

Nós temos a certeza de que a inovação no mundo de governo eletrônico vai se dar a partir de ambientes de participação. Então essa transformação tem várias formas possíveis, mas os ambientes de participação são aqueles que vão nos dar maior vantagem competitiva como país, não só como Serpro, como empresa. E esses ambientes precisam, evidentemente, chegar àquilo que nós chamamos de tecnologia de nuvem, de *cloud computing,* e estamos fazendo um investimento pesado em cima disso.

(Próximo, por favor.)

Eu quero chegar nisso aí. Isso aqui é só uma ideia do ciclo de inovação tecnológica, o que vamos absorver de tecnologia, o que vamos prospectar e inovar. É um ciclo só para dizer que temos que identificar tecnologias possíveis de serem usadas. Mas nós também desenvolvemos muito, e desenvolvemos a partir da lógica do *open source.* Então, é só para explicar depois onde isso entra no nosso processo e o que estamos fazendo.

Nós temos desenvolvimento com as academias hoje no Brasil inteiro. Selecionamos algumas universidades, por meio das notas da Capes, para projetos de pesquisa: a Universidade de Santa Catarina, no que diz respeito à certificação digital; a Universidade de Pernambuco, no que diz respeito ao desenvolvimento e engenharia de *software*; a Universidade de Minas Gerais, no que diz respeito à mineração de dados. Então, em várias delas, nós temos hoje uma atividade de pesquisa implementada por nós, por meio de pagamento de bolsas dos nossos profissionais, mas isso cria uma sinergia bastante forte com todas as universidades brasileiras, ou pelo menos com aquelas que estão mais na ponta hoje dessas atividades.

(Próximo, por favor.)

Eu sei que estou forçando aqui o nosso coordenador da Mesa, mas...

Este aqui, para nós, é um elemento importante. O que é isso? É o nosso *framework* de desenvolvimento. Hoje, o desenvolvimento de código é uma atividade que está entre a atividade de fábrica e a atividade artesanal. É muito importante o raciocínio desse desenvolvedor, é muito importante a sua sensibilidade, mas procuramos cada vez mais colocar isso no conceito de fábrica. Não queremos que isso seja efetivamente uma

geração de objetos sem nenhuma sensibilidade, mas a produtividade se dá um pouco nessa linha.

Para fazer isso nos nossos três mil desenvolvedores espalhados pelo Brasil inteiro, nós tínhamos várias ferramentas compradas de mercado e adotamos uma ferramenta que teve início lá nas atividades do Governo do Paraná e que agora ganha o nome de Demoiselle. É um *framework* de desenvolvimento para código Java, código automático, que tem servido para o desenvolvimento do Serpro.

O novo Siafi – todos que participam do Governo federal o conhecem –, que entra no ar a partir do ano que vem, com toda a interface gráfica, está sendo todo desenvolvido com essa ferramenta. Ela gera componentes reutilizáveis.

Por que acreditamos que esse é um elemento importante? Eu vou ser obrigado a usar um minuto do meu tempo para explicar por que se chama Demoiselle. Chama-se Demoiselle porque o Santos Dumont, quando convidado a fazer o mais pesado que o ar – depois dos irmãos Wright, que já tinham voado três anos antes dele –, ele o fez. Quando foi então convidado pelo governo francês a fazer a patente francesa, o Santos Dumont publicou nas revistas técnicas todas as especificações do Demoiselle, o nº 20, e disse: é possível copiar, é possível alterar, só não é possível patentear; este é um bem que eu deixo para a humanidade. A partir dessa facilidade que ele colocou, toda a aviação cresceu na sua linha tecnológica e não na dos irmãos Wright, que era de torção de asas. Então, os aviões hoje usam ailerons, graças a Santos Dumont. Por isso que ele é Pai da Aviação. Nós usamos a mesma lógica. O Demoiselle está hoje em dois sites. Está em um site do Governo Federal, que é o Portal do Software Público, e está no SourceForge. Quem quiser fazer a utilização desse produto é só fazer download.

Por que nós achamos que isso é importante, Senador, na questão de inovação? Porque também usando a capacidade de compra do governo, nós já começamos a comprar, a partir do uso do Demoiselle. Temos agora uma licitação a ser feita no Tesouro Nacional e estamos trabalhando com o planejamento para que possamos buscar da iniciativa privada soluções, mas a partir de tecnologias dominadas por nós, consagradas por nós, com menor custo de absorção. E depois, com melhor facilidade de manutenção. Então, o Demoiselle, para nós, é um desses elementos. Já temos setenta e poucas empresas brasileiras, privadas, utilizando o Demoiselle para fazer desenvolvimento de software.

(Próximo, por favor.)

Rapidamente, vou passando aqui. Quero chegar a outro.

(Próximo, por favor.)

Vamos pular todo o Demoiselle. Aqui estão todas as explicações, o que ele é, como funciona. Na verdade, é um grande padrão de desenvolvimento tecnológico.

(Próximo, por favor.)

Isto aqui é para escovador de bit, não vem ao caso. Esse é o site em que ele está colocado.

(Próximo, por favor.)

Vários recursos nossos colocados na criação dessa ferramenta.

(Próximo, por favor.)

Farol é uma ferramenta de gestão também toda desenvolvida em software livre. Hoje, também no SourceForge, no que diz respeito a monitoramento. Também hoje já é usado por várias empresas que podem absorver essas tecnologias.

E, por último, o Expresso, que é a nossa ferramenta de correio, agenda, catálogo, workflow e telefonia sobre IP. Hoje, todas as nossas comunicações se dão através do Expresso. Só falamos como se estivéssemos dentro da rede, também todo desenvolvido em software livre, numa tecnologia chamada PHP, baseada na comunidade alemã, e também disponível aí para mais de duzentas empresas privadas que já trabalham com ela. Algumas empresas inclusive prestam serviços para o próprio governo, como é o caso da Caixa Econômica, que contrata empresas privadas para usar o Expresso. É uma transferência de tecnologia que o governo faz para essas empresas.

Tenho uma série de slides aí, mas acho que vou ficar para as perguntas. Só para concluir, Presidente, estamos desenvolvendo agora, neste momento, um centro novo de pesquisa em Santa Catarina, no Projeto Sapiens, no que diz respeito a tecnologias de nuvem e certificação digital. Então, nós vamos fazer também um centro de pesquisa na Ilha do Fundão, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto com o LNCC, já estamos em operação com eles, já estamos com os serviços de nuvens colocados no ar. Então, hoje, já operamos nuvem privada do governo no Rio de Janeiro. E esses dois centros de pesquisa serão formados com todo um conjunto de empresas privadas que estarão recebendo a transferência da tecnologia para a prestação de serviços a partir do conhecimento que geramos junto com a Universidade.

Hoje, o Serpro opera a raiz da certificação digital. Essa raiz foi desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina, e estamos aprofundando isso para que o País não fique dependente desse importante chaveamento que é hoje a certificação digital. Para vocês terem uma ideia, todo o nosso foco nos serviços da Receita Federal é que os contadores e os responsáveis pelas empresas se comuniquem conosco através de sistemas de informação chaveados com certificação

digital, esvaziando a necessidade de lojas físicas ou pelo menos diminuindo bastante o uso de lojas físicas para que possamos atender o contribuinte.

Eu fico aqui para as perguntas, para não carregar demais o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Dr. Marcos Vinícius Mazoni, registrando já a presença do Professor José Eduardo Cassiolato e justificando seu atraso em função de contratempos aeroviários.

Passo a palavra ao Professor José Eduardo Cassiolato para a participação em nossos debates, por dez minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO – Desculpe o atraso. Foi tanto aeroviário como também de táxi. Fiquei mais de meia hora esperando um táxi no aeroporto, foi um pouco mais complicado chegar aqui.

É um prazer estar aqui. Agradeço a honra deste convite. Tenho uma série de slides. Não sei exatamente como vou poder me... Porque eu vou ter que passar um pouco rápido. Evidentemente, estamos acostumados a colocar muito mais coisas do que tenho tempo para falar. Então, vou passar rapidamente por alguns pontos apenas, e deixar para o debate esse detalhamento.

(Próximo, por favor.)

O primeiro ponto que eu queria destacar é a importância das TICs não apenas como tecnologias de informação stricto sensu, como nós economistas costumamos chamar, no setor de atividade econômica, mas o papel que elas têm do ponto de vista da importância para a competitividade da economia como um todo. Quer dizer, no quadro atual, e isso já vem há trinta, quarenta anos, não é novidade, ela adquire um papel mais central ainda, particularmente pela importante decisão política que estamos tendo, de colocar a questão da inovação no centro da nossa estratégia produtiva. Por quê? Porque, para fazer inovação, temos que ter boa TIC na economia como um todo. Em qualquer setor, se falamos de inovação, estamos falando na utilização das TICs do ponto de vista das transformações setoriais e do ponto de vista do impacto que ela possa ter na produtividade. Existem importantes janelas de oportunidades hoje em dia que são um pouco diferentes daquelas que tínhamos nos anos 80, mas que julgo absolutamente fundamentais para podermos perseguir. Trata-se também de uma área em que temos uma dificuldade maior de compreendê-la, tendo em vista que os indicadores tradicionais não captam seu significado.

(Próximo, por favor.)

Há alguns dados gerais que mostram a importância dessas tecnologias da informação em escala global que talvez eu passe rapidamente porque são do conhecimento de todos.

(Próximo, por favor.)

O fato mais relevante de que vamos falar é que, ao longo...

(Próximo, por favor.)

Ao longo dos últimos quinze, vinte anos, temos tido uma perda relativamente significativa da importância relativa desse segmento na economia brasileira. Quer dizer, ela ganha um espaço um pouco maior, de 2005 a 2008. Apesar de estarmos entre os dez maiores produtores de usuários de TIC do mundo e o fato de, de 2005 a 2008, termos tido um crescimento vinculado à importância do nosso mercado interno, ainda somos um dos poucos países, desses principais, que não têm uma estrutura interna de produção de bens, com exceção de alguns segmentos muito importantes. A automação bancária é sempre citada, o software ainda é muito significativo, a eletrônica embarcada, particularmente nas autopeças, e assim por diante. Tem havido uma perda muito significativa, o que é preocupante.

(Próximo, por favor.)

Tem uma série de dados. Eu queria apenas registrar que a maior parte das informações e das análises que estão colocadas aqui foi feita por um grupo que realizou, a pedido do BNDES, um estudo chamado "Perspectiva do Investimento no Brasil", encerrado no ano passado, em que conseguimos elaborar todo esse trabalho.

(Próximo, por favor.)

Os dados nos mostram uma situação cada vez mais complicada. Quer dizer, essa complicação reside no fato de que o peso dessas atividades na estrutura produtiva brasileira tem caído, o que é um fator de preocupação, volto a dizer.

(Próximo, por favor.)

Há muitos dados aí que não vai dar tempo de detalhar.

Outro fato muito importante não é apenas que perdemos a importância relativa, o valor agregado internamente cai também. Este aqui é um exemplo, em telecomunicações: a relação valor transformação industrial e valor bruto da produção, o que nos mostra que é uma proxy não muito boa, mas é uma proxy do valor agregado, ela cai de 60% para 30% na última década.

(Próximo, por favor.)

Tem uma série de outros dados. O tempo passa muito rápido, vou deixar os dados que estão colocados aí, vocês vão me desculpar, não vai dar para entrar em detalhe.

(Próximo, por favor.)

Talvez seja importante pensarmos que, nas poucas especializações que temos para exportação, tipo

aparelhos de telefonia celular... Exportamos um pouco disso. É basicamente o que a gente faz aqui em atividade de montagem. A gente importa muito ao mesmo tempo em que exporta. E estamos um pouco plugados em um certo tipo de especialização que está perdendo a relevância em escala global. A gente pode discutir isso um pouco mais para frente.

(Próximo, por favor.)

Os gastos em inovação são muito baixos, os gastos em P&D são muito baixos tendo em vista nossos principais concorrentes. Houve uma importante desnacionalização em alguns segmentos, particularmente no segmento de equipamento de telecomunicações.

Nos anos 80, por incrível que pareça, com o trópico e outras coisas desse tipo, a gente tinha um tipo de tecnologia que era considerado por alguns autores como sendo líder dos países em desenvolvimento. Eu posso citar a referência depois. A gente perdeu essa capacidade. Enfim, isso é objeto de debate.

(Próximo, por favor.)

O tempo corre muito rápido. Eu vou deixar para alguns pontos finais.

(Próximo, por favor.)

A gente tem uma situação, no quadro atual, em que existe uma série de políticas que foram apresentadas na semana passada e que caminham numa direção extremamente positiva. E não é à toa que as manifestações têm sido dadas nesse sentido. A gente tem que considerar que, talvez, pela primeira vez, a inovação tenha entrado na agenda de uma forma absolutamente ativa e que algumas demandas, particularmente o setor de software e de outros, tenham sido absolutamente fundamentais.

A gente tem um problema fundamental, que é o de povoar essa estrutura produtiva, que é uma estrutura vazia. Ela faz montagem bem. Ela consegue suprir internamente uma série de produtos, mas faltam elos internos nessa cadeia nos diversos segmentos.

Então, um item que seria fundamental é a gente discutir como isso deve ser feito, particularmente pela ideia de que a inovação é sistêmica. Quer dizer, não posso inovar se eu não tiver relações técnicas de produção ao longo das minhas cadeias produtivas.

(Próximo, por favor.)

O segundo ponto que eu queria trazer à nossa reflexão aqui é a ideia de que a gente pode utilizar outros mecanismos muito importantes para induzir processos de inovatividade no segmento industrial como um todo. Eu vou me ater – poderia discutir várias coisas – a um deles que me parece absolutamente fundamental, que é usar a regulação como indutor de estratégias, particularmente aquelas estratégias tecnológicas.

A gente fez um processo de transformação institucional, nos anos 90, muito importante e significativo com a entrada das agências de regulação, mas, no meu modo de ver, as nossas agências de regulação ficaram sem os dentes muito fortes, particularmente os dentes que poderiam induzir as estratégias tecnológicas –a gente não tem essa capacidade –, o que era feito antes por uma estrutura do Estado. A Telebras fazia antes.

(Próximo, por favor.)

Acho que a gente tem lições no nosso País de como a regulação induz as estratégias inovativas muito positivas, e isso pode nos levar a situações de liderança mundial. O exemplo mais claro que tenho em mente é o da automação bancária, em que, por uma série de razões – não há tempo para a gente discuti-las aqui –, nos anos 70 e nos anos 80, o Banco Central forçou nossas empresas bancárias, nossos bancos a realizarem certos passos tecnológicos muito significativos. Eles não encontraram essas soluções no mercado e foi necessário que eles criassem as suas empresas de tecnologia, como é o caso do Banco Itaú, com a Itautec, e o Bradesco, que também criou a sua empresa naquela época. Quer dizer, a regulação é muito importante para induzir práticas. A gente tem, por um lado, no meu modo de ver hoje, uma política explícita muito boa voltada à inovação, que acho necessária, mas ainda não é suficiente para as transformações que estão à nossa frente. Essa regulação é um dos aspectos positivos.

O segundo ponto que eu queria chamar a atenção é outro sucesso que a gente tem chamado positivo. Esse positivo está colocado aqui porque é emblemático da possibilidade que a gente tem, mesmo em estruturas competitivas muito mais complexas, de entrar de forma muito grande.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO – Apenas para concluir nessa linha, o positivo tem sucesso porque ela olhou o nosso mercado, a nossa classe "c", as classes que estão entrando no nosso mercado produtor. Eu acho que com essa ligação entre a inovação, as TICs e esses desafios que a gente tem das lições da crise global, particularmente o fato de que o nosso mercado interno passa a ser um dos mais dinâmicos do mundo, a gente pode chegar a soluções um pouco mais interessantes do ponto de vista dessas tecnologias que são tão fundamentais para a nossa economia, a nossa sociedade.

Muito obrigado. Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós que agradecemos ao professor Cassiolato pela sua participação.

Vamos passar à participação dos Srs. Senadores. No entanto, se os Srs. Senadores me permitem, eu gostaria de iniciar estas colocações fazendo uma indagação à mesa dos nossos debatedores, porque fica claro, em várias das nossas audiências públicas, quando vamos para o ambiente da inovação e para os investimentos em P&D e comparamos isso com os países emergentes e até mesmo com os países dito desenvolvidos nessa área, percebemos que o volume de investimentos, Senador Cyro Miranda, que o Brasil hoje exerce pelo setor público na área de desenvolvimento de P&D está na média do setor público mundial, mesmo dos países mais desenvolvidos.

No entanto, fica claro que os investimentos feitos pela iniciativa privada ficam bastante distantes de outros países. Podemos dizer que, em relação ao Japão, por exemplo, o Brasil investe 0,48% do P&D pelo setor privado enquanto o Japão investe 2,67%. A China investe algo em torno de 1,01% enquanto o Brasil investe 0,48%. Creio que essa é uma questão importante para que os Srs. Senadores possam compreender o que faz essa diferença. Creio que a experiência da Drª Fernanda e do professor Cassiolato possa contribuir para que possamos compreender essa desigualdade ou essa diferenciação no sistema de financiamento de inovação, pesquisa, desenvolvimento no Brasil em relação aos outros países. Deve haver, obviamente, uma explicação não só para a qualidade desses investimentos, não só para a forma do financiamento, bem como, talvez, uma definição por parte do Governo de quais os setores estratégicos e prioritários em que deveríamos aportar esses recursos. Não creio que seja possível fazer um desenvolvimento tão ampliado numa gama tão ampla de possibilidades que existem nesse setor. Esse setor tem possibilidades das mais diversas. Em alguns campos em que efetivamente as oportunidades já desapareceram, seria, portanto, investir para desenvolvermos a roda, que já foi, na realidade, desenvolvida há tantos anos.

Acho que essa é uma questão chave, importante diante de todas as colocações já ouvidas por esta Comissão em diversos momentos. E o Brasil vive exatamente, talvez nos próximos meses aqui, no Senado, uma oportunidade ímpar, pelo menos para a nossa geração, que será a discussão dos royalties do pré-sal e a questão dos fundos setoriais que poderão ser instituídos ainda neste momento na economia brasileira para financiamento de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento.

Nesse mesmo campo, vou fazer outra pergunta ao Ministério da Ciência e Tecnologia, porque é conhecido que, por exemplo, nos bens de informática e de eletroeletrônicos, há uma contribuição compulsória para P&D. Na Lei de Informática, na ordem de 4% do faturamento do mercado nacional, nos produtos produzidos no polo industrial de Manaus da ordem de 5% deste valor.

A experiência que tenho como ex-Governador do Estado do Amazonas é que há uma grande dificuldade para a captação desses recursos em diversas áreas. Gostaria, inclusive, de ouvir um pouco sobre a iniciativa privada, no caso da Siemens, que é um bom exemplo nessa área de investimento em P&D, para que pudéssemos ter uma dimensão correta. Só para dar um exemplo concreto da vida cotidiana. O governo brasileiro fez um grande esforço, Senador Walter Pinheiro, para que pudéssemos implantar laboratórios de DNA em quinze Estados brasileiros. Quinze Estados brasileiros possuem laboratório de DNA, além, obviamente, do Governo Federal, que possui um laboratório de DNA na Polícia Federal. No entanto, esses laboratórios, que custaram uma fortuna ao Poder Público brasileiro têm grandes limitações de operação, até pela falta de uma integração dessas informações e de um sistema que neste momento o Senado inclusive debate, discute, da formação de um banco de dados de DNA neste País.

Outro exemplo concreto, do mundo real onde as pessoas vivem, o brasileiro talvez seja um dos cidadãos mais documentados do mundo. Temos Carteira de Identidade, Carteira do Trabalho, Carteira de Motorista, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento, Passaporte, PIS, Pasep, e por aí vai. Já temos aí um projeto piloto de um documento nacional, de uma carteira de identidade nacional, mas que é paralela à Carteira de Motorista, permanecendo, portanto, a Carteira do Trabalho. Portanto, essa Carteira de Identidade unificada não significa uma simplificação da identidade nacional. Como via de consequência, temos problema no combate à questão da segurança pública, porque é comum, em função da tecnologia da informação, que um brasileiro possa tirar uma carteira de identidade no interior da Bahia, outra carteira de identidade no interior do Amazonas, outra carteira de identidade talvez no interior de Goiás, e, desta forma, o mesmo cidadão ter vários números e vários prontuários, o que dificulta de uma maneira geral a captura, ou um cadastro que possa aprimorar, com ciência, tecnologia e novas práticas, a questão da segurança pública neste País.

Eu gostaria de poder ouvir essas duas questões e de fazer um último comentário, que creio que o Senador Walter Pinheiro, que inclusive fez uma recente viagem ao exterior para conhecer essa tecnologia, eu gostaria muito de poder ouvir a Drª Fernanda sobre essa questão.

É óbvio que, na área de comunicação, há ainda, e o Senado está agora às vésperas de tomar uma

grande decisão, acho que uma decisão histórica, num relatório do Senador Walter Pinheiro, no plenário desta Casa, provavelmente hoje, ou nos próximos dias, o Senado deverá deliberar, em plenário, a questão da regulamentação das telecomunicações e da televisão por assinatura no famoso PLC 116.

A questão da inclusão da comunicação rural. Com relação a essa questão dos 450 mega-hertz com telefonia e banda larga, como foi colocado pelo Dr. Cezar Alvarez, tenho uma dúvida: se esta tecnologia de 450 mega-hertz não vai criar, do ponto de vista das comunicações, dois brasis, o Brasil urbano e o Brasil rural.

Eu gostaria de ouvir da Drª Fernanda se será compatível no mesmo aparelho de comunicação móvel, por exemplo, a comunicação em frequência de 450 mega-hertz e a comunicação em GSM, que é a tecnologia que está amplamente dominada nas áreas urbanas, ou se o cidadão rural vai acabar vivendo num outro Brasil de telecomunicações, em 450 mega-hertz, não compatível com a frequência na área urbana.

Há uma necessidade imperial, premente, da inclusão desse Brasil rural e desse Brasil das nossas comunidades rurais à área de comunicações, mas creio que estamos diante de uma discussão que precisa ser aprofundada, e esta Comissão tem buscado essa discussão com o Ministério das Comunicações no sentido de compreender se o correto seria, de repente, a extensão da tecnologia de GSM através de novas tecnologias que possam levar com torres de repetição ou repetidoras a maiores distâncias, de forma integrada, ou via satélite, satélite geoestacionário, que seja, ou a opção colocada de uma licitação em 450 mega-hertz.

Para apenas ficar nesses três temas, eu queria, portanto, agradecer muito a participação dos Srs. Palestrantes, todos, e agradecer a esta Comissão pela importância que vem dando a esse debate sobre inovação em tecnologia, como todos disseram aqui, ainda há janelas de oportunidade e o Brasil não pode perder essas oportunidades, para que ele possa ser competitivo ainda nas próximas décadas desses primeiros cem anos do novo milênio, em que o Brasil provavelmente será vanguardista entre as economias mundiais.

Agradeço a participação de todos e passo a palavra, porque as respostas serão feitas ao cabo do conjunto da participação dos três Senadores, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Eduardo Braga, parabenizo-o pela iniciativa, Srs. convidados, evidente que, neste momento, temos uma preocupação extremamente voltada para tecnologia. Como já disseram todos os senhores, é o momento e não tem outra maneira de nós nos desenvolvermos se não passarmos pelo grande desenvolvimento da tecnologia.

Mas, tenho algumas preocupações, e eu perguntaria primeiro ao Dr. Cezar Alvarez.

Ao acompanharmos a execução orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações, o Funtel, notamos que as promessas do governo de aumentar investimentos em pesquisas aplicadas e desenvolvimento tecnológico em telecomunicação, setor que responde por parcela expressiva da inovação em TIC em todo o mundo, não foram cumpridas, pois todo ano aumenta-se o valor contingenciado. Quando sairemos dessa retórica para a prática? E que resultados o senhor poderia destacar dos investimentos realizados pelo Funtel nesses dez anos de operação do Fundo?

Essa é uma primeira pergunta. Quer que coloque a segunda? (Pausa.)

Então vamos.

À Drª Fernanda:

Que métricas e formas de avaliação têm sido utilizadas pelo Ministério para acompanhar a evolução dos investimentos privados em inovação no setor TIC?

Considerando o apoio oferecido pelo BNDES na constituição de grandes empresas brasileiras de TI nos últimos anos, que resultados concretos podem ser apontados em termos de aporte de tecnologia nacional e de aumento de exportações nessa área?

Deixo essas duas perguntas também para que sejam completadas pelos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda e passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero primeiro dizer da importância desse debate aqui provocado até por V. Exª, numa sequência lógica, digamos assim, um pouco até pelo debate que temos empreendido nesta Casa em relação principalmente ao que o governo lança enquanto pacote de desenvolvimento. É extremamente positivo. E aí chamo a atenção disso. Um dado que o professor José Eduardo nos traz que mostra exatamente a importância desse debate. Nos dados dele é mostrada uma involução, portanto, no que diz respeito à participação do produto industrial no PIB. Ele toma como referência a área de TICs (tecnologias da Informação e comunicação), e tem aqui um dado que, eu diria, Professor Eduardo, extremamente assustador para aquilo que estamos chamando de caminho dessa revolução industrial, em que todos nós adentramos por necessidades econômicas, por exigência de cobertura e, ao mesmo tempo, por uma questão, eu diria, vital nessa

política de geração de renda e de trabalho num país do tamanho do Brasil.

Quer dizer, os dados do senhor mostram aqui os anos 80. Nós, que tínhamos quase 34% dessa participação – 33,7% – para uma queda que se vai processando: 25% em 90; depois, 16% em 2008.

Talvez o Mazoni também compreenda bem isso, e me lembro de que essa questão que se associa a essa participação nos anos 80 tem a ver com o acerto da política de governo naquela época através de uma coisa para que agora estamos chamando a atenção, que se pratica a partir da compra de Estados: a relação do Estado, o Estado como principal instrumento de desenvolvimento, o próprio PAC nas suas diversas faces, Cezar. Mas ai quero chamar a atenção, Mazoni, para aquele período dos anos 80, porque tínhamos uma política industrial relativamente casada, encaixada, ou melhor, triangulada – vou usar essa expressão. Era o desenvolvimento, a produção e a aplicação.

Venho do mesmo sistema que Mazoni e, se a gente olhar isso aí, havia o sistema Telebrás, como campo de aplicação, e a indústria nacional, que se desenvolveu. E, aqui, um dado interessante, inclusive também patrocinado por sua apresentação: o nosso déficit na indústria de telecomunicações, algo em torno de 5 bilhões. Nós importamos 7 bilhões de equipamentos em 2010, ao passo que, quando a gente vê lá 16 bilhões de aplicação nessa área de TI, a gente ainda convive com uma necessidade de importação brutal. Então, a terceira perna era exatamente o CPQD, que se relacionava com o conjunto de universidades, ainda que muito concentrada em São Paulo, mais precisamente em Campinas, mas isso se aplicava às 27 unidades da Federação.

Eu, por exemplo, participei de um projeto no sistema Telebrás na década de 80, que era o desenvolvimento numa das áreas específicas, tanto na área de atendimento, com o chamado aumento do enlace ou redução da atenuação, termo mais correto à fabricação de equipamentos desse porte; e, depois, com a própria questão da interligação de toda a rede de telex do Brasil. Naquele momento, o sistema Telebrás inovava para desafiar inclusive o uso do computador. Experimentalmente, dentro do sistema, mas utilizando isso. Esse produto foi desenvolvido pelo CPQD, entregue à indústria nacional – se não me falha a memória, Microlab, Embracon, Elebra, todas elas indústrias nacionais. Adquirimos produtos da mão da Siemens e da Philips, principalmente equipamentos de rádio, mas nessa época inclusive surgiram empresas como Batik, Promon e outras. A Batik inclusive era uma empresa do atual prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda. Fiz muita greve na porta da empresa dele durante muito tempo. Conheci Márcio Lacerda nessa época.

Então, essa indústria, de certa forma, caminhou para uma outra ponta. Quero chamar a atenção dos que estão aqui para a gente ter uma ideia. Mas isso era na área de Telecom? Não! Foi esse potencial que gerou, por exemplo, o surgimento de Mônica, Alice, Olívia, as impressoras matriciais, produzidas pela Elebra, num processo de parceria com o nosso centro de pesquisa. Isso incentivou uma prática de uso de TI, associado a esse potencial industrial que nós, efetivamente, fomos perdendo ao longo dos anos, e estamos tentando recuperar agora. Desde o processo da Lei de Informática para cá, por exemplo, atraímos um outro tipo de indústria. Atendeu, e o Senador Eduardo Braga era costumeiro aqui nos plenários naquela época comigo na Câmara, fazendo a justa e legítima pressão dele por Manaus. O texto da última Lei de Informática, inclusive, é de minha autoria, o substitutivo que foi aprovado.

Então, nós fizemos esse debate naquele período e trouxemos a indústria do celular, Cezar, que consegue tranquilamente trabalhar essa lógica do setor de telecomunicações. Chegamos a ter um momento aqui – a Siemens talvez possa nos dar esse dado com maior precisão –, mas Nokia, Siemens terminaram produzindo celulares aqui para exportação, principalmente para a América Latina, e isso responde um pouco aquela sua pergunta, Senador Eduardo.

Nós aí caminhamos para um outro processo, que foi a padronização. Só dá para produzir equipamentos, inclusive sem essa história de o sujeito usar dois celulares, um para 450 e outro para 2500, quando temos duas coisas fundamentais nisso: a padronização no aspecto de frequência e, óbvio, a escala, para permitir inclusive que desenvolvimento tecnológico encontre aqui e lá fora... Por isso, a insistência para que o Ministério visitasse a experiência na Suécia; para que a gente veja a experiência no México – estava falando isso com o Cyro Miranda outro dia –, a experiência no Peru, de 450. Como a gente pode...? O que estamos fazendo com TV digital, Cezar. Caminhamos a América Latina toda para botar todo o mundo um pouco aí nesse padrão nipo-brasileiro, para permitir que se tenha uma produção de equipamentos em que, nessa escala, eu não precise trabalhar com o velho conhecido sistema no caso da TV – uma TV é PAL e a outra NTSC. Então, acho que esse procedimento é importante.

Então, queria só levantar isso e colocar aqui algumas perguntas para as pessoas da Mesa, meu caro Eduardo, para termos a dimensão do que significa isso. O retorno da Telebrás, na minha opinião, Cezar, não poderia ser só, só e somente só o retorno para uma

situação de braço operacional de um pedaço, mas efetivamente como estimuladora desse novo cenário.

O caso do Serpro e a relação com as estaduais – o Mazoni sabe da minha posição em relação a isso. Eu continuo extremamente crítico ao papel que as empresas de processamento de dados continua cumprindo no Estado, inclusive no meu. Na sexta-feira, eu disse ao Governador; "Para mim ela morreu, Governador. Não quero nem mais discutir isso. Para mim é uma vergonha". Todo dia, bato nisso. Porque as empresas continuam com a lógica que as concebeu, que é a lógica de se ter uma instituição de processamento de dados como se fosse para sustentar a estrutura antiga, que tínhamos inclusive no início, no sistema Telebrás. O velho CPD era para rodar folha de pagamento. Isso morreu, acabou, não existe mais. Essas devem ser instrumentos estimuladores inclusive na indústria privada, na área de software, para essa relação local em cada Estado, o Serpro tendo isso.

Então, essa é uma primeira coisa. Como hoje o Serpro tem tocado nisso, nessa relação com essas empresas estaduais e principalmente nessa nova linha de pacotes do Governo?

Lançamos ontem a alteração de valores do Super Simples, mas o Governo lançou o MEI, Microempreendedor Individual. Agora, tem a Lei de Empresa Individual. É que, na nossa cabeça, inovação é só para produzir software, chip, equipamentos de alta... Nada! Precisamos resolver. O microempreendedor individual, por exemplo, vende rede. O cara lá do cipó não faz a rede com cipó; faz a rede com fio mesmo, mas vai vender em Buenos Aires. Esse cara precisa inclusive receber um nível de orientação de inovação que vai desde o equipamento que ele pode usar até técnicas de comercialização. Isso é inovação.

Na área de diálise, por exemplo, na área da saúde, que estamos discutindo com o gigante alemão, a B Brauer, estamos chupando, digamos assim, o software da B Brauer. Fizemos um acordo para utilizar isso e desenvolver – abrindo o código-fonte e alterando –, para que esse software meça o desempenho do equipamento e, ao mesmo tempo, faça cadastro e consiga interferir. No momento em que o sujeito passa por uma diálise, esse software identifica se o cara está tendo problema ou não, se tem de suspender, se tem de parar ou coisa do gênero. Então, são desenvolvimentos importantes para aplicativos em áreas em que hoje temos mais do que necessidade. Então, aí, vão essas coisas.

Primeiro – e aí vale para todos, de certa forma MCT, MiniCom, Serpro –, essa questão dos fundos, não só o Funtel, Cezar, mas os fundos setoriais de modo geral. Há alguma política hoje? Lembro-me que essa tarefa estava um pouco a cargo daquele núcleo da Casa Civil – se não me falha a memória, durante um período até pilotado por Serginho, Sérgio Amadeu. Tratava-se de tentar envolver os ministérios. Como política de TI, Cezar, ficou um negócio que todo mundo faz. Mesmo aquela história de inclusão: tudo quanto era ministério fazia telecentro no Brasil. O Ministério da Agricultura estava botando telecentro, o Serpro estava botando telecentro, o Banco do Brasil estava botando telecentro. É tanto telecentro que a gente não tem uma política mais correta nessa área, acha que cumpriu etapa. Assim, nessa questão dos fundos, qual é o nível de relação com que trabalham hoje os ministérios, tanto MCT, MiniCom e até o MDIC? É importante estar nisso para que a gente faça uso desses fundos de maneira integrada, nessas três linhas que a gente conseguia fazer nos anos 80: desenvolvem, têm na indústria e têm um campo de aplicação, mercado.

Outra questão conjunta fundamental nessa área de intersecção dos ministérios tem a ver exatamente com esses programas que foram lançados. O MCT estava até a alma no programa Brasil Maior. Na minha opinião, o Ministério das Comunicações também tinha de estar, até porque há uma parcela disso que é fundamental para essa questão, não é só o MDIC. Como é que a gente casa isso?

Aí, a outra ponta disso: aplicação dos fundos, ações conjuntas e centros de pesquisas e desenvolvimento. Hoje nós temos universidades com potencial igual ao da Unicamp da década de 80 em todos os lugares. Só não há ainda na velha Xorroxó da Bahia, mas está chegando – está chegando em Bonfim quinta-feira, a gente inaugura, é pertinho. Mas há no Brasil inteiro, em todos os cantos, temos até mais do que nas capitais – Minas tem quinze universidades federais. Então, o envolvimento dessas universidades... Não há mais necessidade de isso ficar concentrado no eixo São Paulo, nós podemos fazer uma espécie de parceria com isso, de maneira que a gente venha correndo em todas as frentes, em todos os tempos, absorvendo e identificando o que é correto. O perfil que se desenvolve lá no Rio Grande do Sul não necessariamente precisa ser feito na Bahia, não precisa ser feito em Goiás.

Nós fizemos um pouco isso, Cezar, na TV digital: conseguimos envolver setenta instituições de ensino no Brasil para discutir a questão da TV digital. Produziu-se, a partir da boa experiência da turma da PUC-Rio pilotando, mas com a participação de todo mundo, o Ginga. Quem é no mundo que produziu um middleware da capacidade do Ginga até agora? Ninguém! Foi produzido aqui, com poucos mil réis de mel coado no desenvolvimento e pesquisa, feito pela nossa turma nessa integração das universidades, efetivamente casando

isso. Se não me falha a memória, em abril de 2008 ou de 2009, a União Internacional de Telecomunicações reconheceu o Ginga como ferramenta essencial para a interligação de sistemas, para padrões mundiais de TV digital, dialoga com o japonês, americano, europeu, com o nipo-brasileiro, com o chinês e outros mais.

Outra questão, que é muito mais para o Serpro.

Dessa relação Serpro-estaduais, o que ficou? Dessa parcela de desenvolvimento de que você tanto fala, onde ficam as nossas estaduais? Nós tínhamos o fórum das estaduais, numa relação com o Serpro, num período, inclusive, em que você era da Procergs, no Rio Grande do Sul. Vocês fizeram uma experiência legal, de desenvolvimento. Eu me lembro que, naquela época, vocês lançaram lá um pacote prefeitura-previdência. Tudo isso foi lançado por empresas públicas, mas dialogando com a iniciativa privada, para você não matar, Eduardo, essa que é uma proeza: a gente conseguiu capilarizar no Brasil, numa qualidade excepcional, essas empresas de software. Então, o Serpro tem de continuar sendo um elemento estimulador disso. Não é como muitos levantam: "Ah, o Serpro vai engolir..." Vai engolir ninguém! Há mercado para todo mundo. O Serpro tem de ser um estimulador, junto com as nossas empresas estaduais.

Por último, essa coisa da simplificação. Quero encerrar tocando nessa coisa de equipamentos, frequência, a história dos 450, a própria possibilidade efetiva de a gente ter cobertura. Acho que a gente tinha de associar isso – essa é a minha agonia, Cezar – a esse plano de banda larga. Se nós estamos dando um passo, que acho ser um dos mais importantes no sentido de uma vez por todas fazer essa cobertura no Brasil, seria fundamental que a gente pudesse apertar a mão para cima das empresas no que diz respeito à oferta de serviços. Por isso é que a gente defendeu aqui veementemente que, no caso dos 450, tinha de ter leilão, não dava para ter essa coisa automática na mão de Oi, Telefônica e de sei lá mais quem. Era importante até para a gente estimular a chegada de novos entrantes, para ver se é possível, inclusive, a gente criar uma disputa nesse mercado, para ter gente trabalhando.

Eram essas as coisas que eu queria levantar, Senador Eduardo Braga, ressaltando mais uma vez a importância deste debate neste momento, para a gente dar essa contribuição. Graças a Deus todo mundo já incorporou que Ciência e Tecnologia é preponderante, é estruturante, é peça fundamental no desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pelo menos no discurso, a gente já tem ouvido bastante...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E as telecomunicações fazem parte de infraestrutura. Até pouco tempo atrás, quatro ou cinco anos atrás, era só energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro! Energia, estrada, aeroporto, porto, enquanto comunicação e informação ficavam de fora.

Vou passar a palavra...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, vou pedir uma gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com todo prazer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Peço uma inversão nas respostas para que eu não seja indelicado e não as ouça. Como sou relator de um projeto agora em outra comissão, gostaria de saber se eu poderia ouvir a resposta para os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O pleito de V. Exª é absolutamente acatado por esta Presidência, até porque V. Exª nos ajudou no momento da abertura desta reunião.

Vou passar a palavra aos palestrantes. Apenas gostaria de destacar algo em relação à questão do Serpro porque creio haver também uma questão de segurança da informação extremamente importante.

O Brasil vive um momento de bastante tranquilidade, por exemplo, nos controles que temos na informação de Estado, com relação a folhas de pagamento, volumes de pagamento de fornecedores, contabilidade pública etc. Creio que isso ocorre também muito em função desses avanços que aconteceram nas empresas estaduais, como as empresas de processamento de dados e de integração. É verdade que há uma evolução na questão dos mainframes no sentido de uma nova tecnologia – agora, inclusive, estamos falando de "nuvem" nesse armazenamento de dados –, mas, efetivamente, há uma questão também de segurança que, creio, podemos agregar nessas respostas.

Eu indago ao Dr. Cezar Alvarez se gostaria de iniciar ou de encerrar as respostas.

Quer iniciar. Então, passo a palavra ao Dr. Cezar Alvarez e recomendo aos senhores palestrantes que iniciem dando respostas às perguntas do Senador Cyro Miranda.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Eu gostaria de iniciar, na condição de generalista da Mesa, até porque quero fazer algumas perguntas e receber, principalmente do pessoal a Mesa, meus colegas de Governo, algumas ampliações e, eventualmente, até correções às minhas considerações.

Primeiro: eu, como gestor, que estive também na área financeira, não tenho fetiche por fundo. Eu também aceito que o Executivo seja capaz de ter dotações

setoriais livremente dispostas na execução de suas prioridades e não necessariamente os recursos que são exclusivamente daqueles que já vêm previamente carimbados. Então, a combinação entre uso de recursos carimbados e de fundos previamente destinados e uma política pública...

A Telebrás está discutindo neste momento um orçamento de 1 bi a 2,5 sem discutir qualquer fundo, opção direta de governo. "Ah não, mas pode ser que tenha seiscentos do Fust". Vamos ter de fazer e aprovar a Lei Mercadante, mas não são esses seiscentos que vão fazer diferença quando temos de colocar dois e seiscentos. Então, vamos discutir aqui que os fundos são parte da complementação de um sistema de diretrizes políticas, visão plurianual, articulação de um sistema.

Acredito que o sistema brasileiro de inovação, ciência e tecnologia, iniciado no MCT, ainda com Roberto Amaral, Eduardo Campos, e aprofundado na gestão de Sérgio Rezende, está numa maturidade enorme. Por exemplo, acabamos de fechar um acordo profundo de integração do Funttel, que ainda estava um pouquinho distante do dia a dia da gestão comum do FINEP e FNDCT, que se perdia numa visão estratégica. Estamos, hoje, fazendo uma revisão a fundo do Funttel, porque esse é um daqueles momentos de breakpoint. O que vamos fazer, às vezes meio no automático? É isso mesmo? Qual o redirecionamento? E aí ainda temos algumas lacunas. Inclusive, digo isso internamente ao Governo e não tenho nenhum problema em dizer aqui.

Eu discuto, sim – e isso vem sendo acolhido profundamente pelo MCT –, que é preciso um plano diretor comum de integração dessas estruturas. Ainda discuto: qual é realmente o plano diretor que os cinco ou três por cento das empresas que recolhem para inovação na área de informática fazem? Porque só fazem o seu processo de gestão para complementar o seu produto, para adensar a sua cadeia. E qual é a parte que está em uma estratégia nacional? Então, defendo sim, e digo que dois por cento desse teu cem, 20 ou 40, você faz o que quiser, o que é bom para a Siemens, mas "x" por cento a Siemens, dentro desse portfólio, tem que escolher, entre essas diretrizes e essas linhas de ação, qual vai fazer, porque isso está dentro dessa proposta.

Então, Brasil Rural, frequência com penetração e capacidade, que guarde algum patamar de interoperabilidade, que possa ter evolução, tenha um padrão aberto. Agora aqui devagar. Porque aqui também, quando discutimos interoperabilidade e continuação desses sistemas ajustados, também tínhamos "monopólios de construção de plataformas", que se tornam majoritárias – em nenhum momento vai surgir uma plataforma que se possa contestar –, pois adquiriram um padrão, uma regulamentação a prometer, uma escala e preço, e, praticamente, poderão vir a ser o único dominante.

Quatrocentos e cinquenta... Fizemos inúmeras discussões: é interessante, não é interessante, quero, não quero, é o CDMA velho ou o antigo, ou fechado, não dá em lugar nenhum

Se o Brasil conseguir trazer 450, aqui vai ter uma escala que, acredito, pode ser um elemento alavancador para tornar mais uma vez competitiva. Isso se concluirmos aqui também. Rússia, países vizinhos da antiga União Soviética, permitam-me aquela velha expressão, só para falar da proximidade física daqueles vastos territórios. Esses elementos provavelmente não têm compatibilidade hoje. Mas se o meu princípio é sempre pegar o padrão dominante, independente de algumas especificidades, este é um tema que não sei, realmente, responder a fundo, mas sei que temos que ter sistemas que tendam a convergir entre eles. E é claro que temos que ver escala e preço.

Por isso, a própria questão do leilão do 450, provavelmente vai ter que ser dado em combinação com algum leilão de outra frequência, até porque o 450 já está com alguns custos previamente carregados bastante significativos. Você que é do ramo, Senador Walter Pinheiro, acompanhou a negociação toda por ocasião do PGMU, onde já está garantido que, em tendo frequência e rede do 450 na área rural no futuro, a obrigação de quem for o detentor dessas redes e for disputar a licitação por lotes diferenciados no Brasil é transportar e garantir o serviço das concessionárias, que vão ter que fazer telefonia individual e coletiva na área rural e banda larga gratuita naquelas 85 mil escolas públicas rurais até hoje não contempladas com banda larga, porque, quando contempladas, são exceção, porque têm que fazer um contrato de satélite, cujo preço é exorbitante, atendidos com todo o esforço do Gesac.

Não podemos pensar que o Brasil rural vai ser atendido exclusivamente por satélite, mesmo que lancemos o nosso satélite, e estamos trabalhando para lançá-lo e também os nossos transponders.

Para não me alongar, algumas questões específicas. Acho que temos enormes dificuldades... Há pouco discutia com o chamado Grupo Gente, empresas sobreviventes do sistema CPQD, seus spin-offs, que hoje, dizem eles, dão conta de 85% ou 90% da cadeia de emissão e transmissão, sem contar os terminais na ponta. Mas vocês são tão bons assim? Vocês têm certeza de que vocês são bons, hoje, em 85% da cadeia, só falta o grande roteador? Serão bons amanhã? Serão bons depois de amanhã? Qual é a capacidade de investimento? Como está o sistema público-priva-

do no sentido de continuar a manter uma atualidade tecnológica?

Então, é bom discutir um pouco quem é bom realmente e quem está perdendo o fôlego, e unificar, saber escolher desses 85%, que dizem que são ótimos na cadeia, onde realmente vamos competir e não vamos ser seguidores, vamos ser líderes. Mas temos dificuldades em fazer essa discussão. Tem um belo trabalho que a própria Fernanda coordenou conosco sobre isso no Ipea e agora o estudo do CPQD encomendado pelo BNDES.

Mas não é fácil essa discussão. Em que realmente vamos nos concentrar? Creio que temos uma maturidade desses sistemas, fundos, gestão, visão estratégica comum entre esses diferentes Ministérios, hoje integrando mais comunicações. Talvez estivéssemos um ou dois pés atrás... Talvez nas dificuldades do dia a dia da questão da regulação, Senador, e já tinha falado sobre este tema quando V. Exª adentrou a sala, estejamos prontos para encaminhar e incorporar ao plano Brasil Maior um regime especial para o Plano Nacional de Banda Larga. E esse regime especial não contemplará apenas equipamentos e componentes, mas redes, inclusive serviços dos mais básicos da engenharia ao mais sofisticado da torre.

Então, isso significa um impulso na organização da demanda, na necessidade de crédito, de diferenciação, de qualificação, da busca de novos produtos, enfim, inovação nessa área. Evidentemente, agora, com o sistema já garantido do poder de compra como instrumento público a partir da 12.439, ter o benefício dirigido não só a empresa com o PPB e produzindo nacionalmente, mas privilegiando ainda mais quem conseguir chegar na ponta e ter produto certificado pela Portaria 950.

Vamos dar conta disso em que amplitude? Talvez, em algum momento, faltará equipamento no Brasil. E nós teremos que, até momentaneamente, importar. Hoje tenho medo do que pode ser a demanda superaquecida que nós temos.

Pela disposição, pelos instrumentos, pelos créditos, pelas necessidades, salvo evidentemente um contexto internacional ainda em nuvens se formando, para ter a dimensão do tamanho dessa tempestade, é um processo em que temos elementos para escolher algumas áreas onde possamos ser seguidores líderes e ter prioridades.

Mas é sempre muito difícil discutir isto. Quando discutimos com 27 governadores, o governador aceitar que no seu Estado, na universidade e naquele circuito de empresas de formação, os seus pontos de excelência são este, aquele ou aquele lá e não aquele outro é muito difícil. Ou seja, federativamente, é muito difícil discutir isso quando discutimos preferências na designação, destinação regionalmente dos recursos dos vários sistemas de inovação tecnológica. Todos os Estados querem todos para tudo. E as universidades, idem. Qual é a universidade que faz uma discussão numa divisão de áreas de competências entre elas? Todos dizem... Encontrará o departamento "x", "y", aquele acolá, que tem Capes, CPQD. Mas dizem: aqui na UFRJ não vou ficar só nisso, também sou bom. E abre-se um leque que é muito difícil.

Lembro-me das críticas ao então Ministro Roberto Amaral, quando começou a tentar fazer essa discussão. Diziam: vai reproduzir as dissintonias, as especificidades e as competências. E por que não, desde que seja um jogo balanceado?

Então, é com essas considerações bastante amplas que eu creio que estamos amadurecendo um marco legal, um marco de integração de fundos e uma visão de sistema forte na área pública e ainda pendente enormemente na área privada.

Quando vamos discutir com a Abinee forma-se automaticamente dois grupos: a Abinee do A e a Abinee do B, aquela que está com tecnologia nacional, nos termos da Portaria 950, e aquelas que não. Então, também é difícil encontrar um conjunto de parceiros estratégicos com identidade capaz de fazer apostas mais além da composição deste ou daquele associado, desta ou daquela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª ficou bem mais animado na resposta do que na apresentação. Deu para perceber. A provocação foi extremamente salutar ao desempenho de V. Exª. Só gostaria de...

O SR. CEZAR ALVAREZ – Só registrar que fica o meu compromisso de trazer a avaliação desses dez anos dos projetos desenvolvidos com dinheiro do Funttel e CPQD com destaques. Lembro que o assessor Laerte, que aqui está, correu e daquilo que a memória permitiu está aqui anotado. Mas vamos ampliar este trabalho e mandar para você para fazer chegar ao nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu só queria aditar, Senador Walter Pinheiro, Dr. Cezar Alvarez, que a questão da TV digital passa basicamente por três estágios: geração do sinal digital, recepção e repetição do sinal digital e o dispositivo final, que é o aparelho digital que você recebe com a placa digital de recebimento do sinal. O Brasil conseguiu, graças ao pólo industrial de Manaus, ter hoje uma tecnologia para produzir 10 milhões, 12 milhões, 15 milhões, 17 milhões de televisores digital. No entanto, o sinal digital, pelas geradoras de sinal, ou seja, pelas nossas televisões abertas, televisões

que geram conteúdo etc, não está acompanhando o mesmo ritmo.

Eu disse ao Ministério de Ciência e Tecnologia que é preciso abrir esse debate um pouco mais, tanto é que estou solicitando audiência com o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque não é apenas desonerar a cadeia e o arranjo produtivo sem que se identifique onde está o gargalo de determinado setor. Além do que, nossa reserva de mercado, na década de 80, fez com que o Brasil pudesse ter ampla tecnologia na área de informação e na área de comunicação. Como diria o caboclo de Juruá, "menas" verdade, porque foi o momento, como engenheiro eletricista, em que o Brasil ficou mais defasado da tecnologia mundial de informação e de comunicação, onde éramos obrigados a piratear e a contrabandear equipamentos para que pudéssemos ter hardware suficiente para participação do setor privado e, às vezes, até do setor público.

Portanto, o equilíbrio e o bom senso nessas questões é fundamental. Foi na década de 80 que as universidades brasileiras perderam a capacidade de estimular a juventude para a carreira de engenheiro. Eu, que me formei em 1981 em engenharia, posso testemunhar o desestímulo aos jovens para se tornarem engenheiros, em função do baixo investimento que existia na economia brasileira, principalmente em infraestrutura de comunicação e de informação, o que fazia com que as vagas disponíveis nos bons cursos de Engenharia neste País ficassem absolutamente sobrando enquanto os cursos de Direito pipocavam Brasil afora, nem sempre com a qualidade para serem aprovados nos testes de nossa querida OAB, daí algumas declarações que ouvimos nos jornais nos últimos dias.

Passo a palavra à Drª Fernanda Negri, para que possa fazer suas considerações em torno das colocações aqui apresentadas.

A SRª FERNANDA NEGRI – Vou começar comentando a sua primeira pergunta. O senhor tem toda razão, o nosso grande desafio é aumentar o investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento. É claro. Só que há uma questão muito importante: dentro do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento, no mundo inteiro, tem financiamento público. Tem uma questão sobre financiamento da P&D e a execução da P&D. No mundo inteiro, o investimento empresarial em P&D é uma parte recursos próprios das empresas e uma parte crédito do setor público, crédito subsidiado, subvenção, incentivos fiscais. Tudo isso está embutido dentro do investimento empresarial. E a forma de contabilizar isso é igual no mundo inteiro. O nosso investimento privado em pesquisa e desenvolvimento, se tivermos, de fato, políticas de crédito, de subvenção, de exonerações, de incentivos fiscais mais fortes para esse investimentos... E elas não são contabilizadas como investimento público.

Por outro lado, investimento público em P&D, de fato, o senhor tem razão, como proporção do PIB, há um nível de investimento público em P&D que não estamos tão atrás do resto do mundo. O nosso grande desafio é justamente aumentar o investimento privado, ou seja, a consequência é que nosso grande desafio é fazer políticas públicas voltadas para empresa, para desenvolver inovação e pesquisa e desenvolvimento na empresa. Nós podemos produzir conhecimento no sistema científico, o setor público pode ajudar a produzir conhecimento, mas quem produz inovação, quem produz negócio que vai gerar emprego, vai gerar renda, vai gerar desenvolvimento é a empresa. É a empresa o locus da produção da inovação tecnológica. E talvez, e acho que essa é uma discussão importante que temos feito no MCT, tenhamos que olhar para nossas políticas de apoio à inovação, de apoio à ciência e à tecnologia, e fazer com que elas sejam mais voltadas para aumentar o investimento empresarial em P&D.

Não por acaso uma das metas da estratégia nacional de Ciência e Tecnologia e do Programa Brasil Maior é ampliar – uma meta ousada – para 0,9% do PIB o investimento empresarial em P&D. Isso significa que o setor privado, em valores de hoje, teria de investir 20 bilhões a mais do que investe hoje em P&D. Hoje, investe 15 bilhões a 18 bilhões, algo assim, pois 15 bilhões é o valor de 2008, atualizando um pouquinho dá uns 18 bilhões. Portanto, tem mais do que dobrar o investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento. Só que dobrar esse valor vai requerer, sim, mais recursos públicos na forma de subvenção ou de crédito, como ocorre em todos os países, pois não estão contabilizados naquela fatiazinha de investimento público, porque não é executado pelo setor público. O setor público financia, favorece, dá crédito, dá incentivo fiscal para que negócio seja executado no setor privado.

Para se ter uma ideia dessa diferença, no Brasil, cerca de 20% das empresas que fazem P&D usam algum instrumento público de apoio à inovação. No resto do mundo, mais de 50% a 60%, ou seja, esse componente da P&D privado em relação ao PIB tem um componente forte de governo ali dentro no mundo inteiro, porque é um investimento arriscado, pois o benefício social da inovação é muito maior do que o retorno privado. Então, isso justifica ter políticas efetivas para isso.

Mas temos que olhar para dentro do Estado brasileiro e avaliar as nossas políticas para ver até que ponto elas estão conseguindo, de fato, fazer com que o setor privado invista efetivamente mais em P&D.

E aí entro numa questão que o senhor mesmo levantou, passa por isso a definição de setores estratégicos. Como vai aumentar o investimento em P&D, além de ter políticas mais fortes para isso? Tem também uma definição de que setores serão prioritários nessa história, tem uma discussão de prioridade e uma discussão de mudança da estrutura produtiva. Não adianta imaginar que chegaremos aos 0,9% do P&D sobre PIB apenas com base em uma estrutura produtiva que é fortemente comoditizada. Esses setores mais tradicionais investem em P&D e geram tecnologias importantes. E aí está o caso da Embrapa para mostrar o quanto de tecnologia desenvolvemos neste País para produção agrícola. Mas a tecnologia desenvolvida pela Embrapa é a tecnologia de insumos, que tem setor químico, tecnologia de sementes, que entra a biotecnologia, quer dizer, existe uma limitação para o quanto um setor de mineração vai investir em P&D, que é uma limitação do próprio tipo de produção. No mundo inteiro, o setor de mineração não investe mais do que zero ponto alguma coisa por cento de seu faturamento em P&D. Enquanto os setores de TIC, no mundo inteiro, investem 3%, 4%, 5% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Aliás, isso é no Brasil. No mundo inteiro, investem muito mais. Só a Huawei, por exemplo, investe em pesquisa e desenvolvimento coisa de bilhões de dólares, coisa de US$5 bilhões ou US$6 bilhões só em pesquisa e desenvolvimento. Essa é a escala produtiva de todas as empresas brasileiras de capital nacional – a escala produtiva da Siemens é muito maior –, é dez vezes menor do que isso, é um décimo do que uma empresa investe em pesquisa e desenvolvimento. Então, essa é uma questão relevante, alguns setores têm mais impacto nesse aumento de investimento em P&D. É importante que isso esteja claro.

Tem uma questão de avaliação da qualidade das nossas políticas e que é um movimento que o MCT vem fazendo, inclusive na avaliação dos fundos setoriais. E aí entro um pouco na pergunta do Senador Cyro Miranda. O Senador Walter Pinheiro falou sobre os fundos setoriais. Enquanto eu estava no Ipea, no ano passado, fizemos, a pedido do Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo estudo de avaliação dos fundos setoriais, de impacto, do resultado, do que gerou, qual a participação de empresas. E os resultados foram muito interessantes, mostram algumas coisas muito positivas e mostram, é claro, como qualquer política, que temos de avançar em algumas coisas. Temos de avançar na priorização da inovação na empresa, na integração da universidade com a empresa, de fazer com que, de fato, o locus da inovação seja essas empresas.

Agora, é interessante, nessa avaliação, que a gente foi visitar várias empresas de vários setores, inclusive o setor de telecomunicações e você vê que boa parte das empresas de inovações tecnológicas relevantes que foram feitas nos últimos anos, inclusive por empresas menores, foram feitas com financiamento da Finep. Você vai lá no setor de telecomunicações. Os caras desenvolveram lá a nova tecnologia de um equipamento ótico que aumenta a taxa de transmissão na fibra ótica. Tem um recurso do FNDCT que apoiou aquele projeto. No setor aeroespacial, tem algumas empresas que desenvolvem a câmera que vai acoplada ao satélite para fazer o imageamento. Aquilo tem uma baita tecnologia, porque você está lá no espaço e com o equipamento eletrônico que está embutido ali você tem que ter uma série de outros cuidados além dos que tem que ter com uma câmera comum, além do alcance, óbvio, da resolução e tudo mais.

O desenvolvimento dessa tecnologia foi apoiado pela Finep. Quer dizer, a gente, de modo geral, o Brasil está acertando no seu apoio. O que a gente precisa é, primeiro, ter essas política públicas mais voltadas para a empresa, em primeiro lugar, e alavancar a capacidade dessas políticas de fato alavancarem o desenvolvimento tecnológico.

Por exemplo, o BNDES. O BNDES tem um perfil mais de financiar investimento em capital físico. E aí acaba financiando mais investimento em setores que são intensivos em escala, siderurgia, mineração... Agora, a gente tem que pensar também em segmentos mais intensivos em tecnologia e em que o volume de investimentos pode até não ser tão grande, mas é muito mais intensivo em conhecimento do que os demais.

Eu estou me alongando aqui um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Fique à vontade.

A SRª FERNANDA NEGRI – Não, eu acho que era isso. Eu toquei um pouco no geral, nas várias questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Machado para suas considerações.

O SR. WIKINGS MARCELO MACHADO – Obrigado, Senador.

O principal ponto em que eu queria tocar, e acho que, como representante da Siemens, é o que mais nos cabe é a questão do investimento privado.

As empresas acabam sendo importantes quando transformam o conhecimento em uma parcela significante do PIB. Eu acho que o principal problema, se a gente pegar e olhar bem na raiz por que não se está investindo mais em P&D, por que o setor privado não está investindo mais em P&D no Brasil... Eu não estou falando nem mesmo de empresas multinacionais, como é o caso da Siemens, que é uma empresa alemã, mas

também de empresas nacionais. Por que empresas brasileiras estão levando projetos de desenvolvimento para fora do País. Estão terceirizando projetos de desenvolvimento para a Índia, para a China, até mesmo para países desenvolvimentos. Acho que a raiz do problema é a nossa falta de engenheiros. Acho que esse é o principal problema.

É difícil aceitar que nós formemos ou tenhamos formado, em 2009, menos de 10% da quantidade de engenheiros que a Índia formou. A Índia formou 650 mil engenheiros e nós formamos menos de 50 mil engenheiros. Aí começa uma sequência de problemas enormes. Ou seja, os poucos engenheiros que temos no Brasil acabam sendo muito caros, a demanda é muito grande, e isso gera uma rotatividade muito grande. Ou seja, colegas que estiveram em algumas empresas... É normal ver um engenheiro que passou de uma empresa para outra. Isso acaba aumentando muito a questão salarial. E, naturalmente, todo mundo que está de fora, as empresas veem, eles não querem conviver com essa realidade. É muito difícil. Aumenta muito o custo da mão de obra. Esse eu vejo que é o principal problema que nós temos que resolver agora, em curto prazo.

Como o Senador muito bem colocou, a formação de engenheiro tem que ser, novamente, um negócio atraente. Ou seja, tem que existir novamente uma propaganda. Eu acho que a gente tem símbolos nacionais muito bons que podem ser mecanismos para gerar essa atração. Eu, quando criança, via os aviões da Embraer e achava fantástico aquilo. Quis ser engenheiro por causa daquilo. A gente tem esses símbolos nacionais que a gente tem que trazer a frente e que têm que incentivar a formação de engenheiros. Caso contrário, vai ficar uma "panelinha", poucos engenheiros, vai aumentar o custo e, naturalmente, ninguém vai querer investir se está pagando um prêmio pela falta de engenheiros que há no Brasil.

Então, esse é o principal ponto que eu acho que a gente tem que trabalhar nesse primeiro momento. P&D é feito por engenheiros. Sem engenheiros, a gente não vai fazer P&D, vai ficar muito difícil. Isso vai no setor privado, e até mesmo no público, em algum momento eles vão acabar travando um pouquinho isso aí.

É importante destacar outra questão. Eu sempre... A Softex divulgava muito os números da quantidade de profissionais de TI que faltavam no Brasil. Eu me lembro que da última vez passava de cem mil profissionais. Isso é um problema que... Novamente, se a gente não tiver essa mão de obra, a gente não vai conseguir fazer P&D local.

Segundo ponto, vi uma estatística de que tivemos que importar mais de cinco mil engenheiros no ano passado. É um número que assusta.

Então, o primeiro ponto para que as empresas possam investir mais em P&D no Brasil é, sem dúvida alguma, a questão da disponibilidade de mão de obra e o segundo, o custo da mão de obra.

Acho que a carga tributária que a gente carrega é muito alta. Talvez o Brasil acabe sendo competitivo em outras atividades, mas o que acontece? O engenheiro é uma mão de obra cara. Se a gente coloca toda carga tributária, aumenta demais o custo, o que torna inviável o desenvolvimento de qualquer coisa no Brasil. Nessas situações a gente acaba perdendo.

Nós, aqui, no Brasil, na Siemens, a gente defende com unhas e dentes o desenvolvimento local. Temos hoje em dia aproximadamente 1.000 pessoas em P&D no Brasil e a gente queria, se possível, ter 5.000. Queríamos ter muito mais pessoas. O Mazoni, inclusive, o colega Mazoni acompanhou algumas empreitadas em que a gente está constantemente tentando mostrar o potencial do Brasil, mas o ponto em que mais empacam é exatamente o custo Brasil e a disponibilidade de mão de obra.

Então, acho que, resolver o problema de disponibilidade de mão de obra e talvez ter cargas tributárias mais amenas vão tornar o custo Brasil mais atrativo para pesquisa e desenvolvimento, principalmente na área de tecnologia e informação. Isto já foi colocado em alguns momentos, e a Fernanda comentou muito bem: precisa de recursos. Boa parte de investimento de P&D privado não tem que vir simplesmente das empresas como a Siemens, que tem mais de cem anos, e até mesmo da Paritec, que é uma empresa já consolidada. A gente precisa ter googles nacionais. A gente precisa de empresas que, com menos de 20 anos de idade, consigam ser significativas e contribuir para o PIB. Isso só vai acontecer se a gente tiver um ambiente, e eu sou de uma empresa grande falando isso, em que as empresas pequenas tenham mais acesso. Como os nossos colegas fazem na Europa ou nos Estados Unidos? Eles têm os fundos de investimento que acabam apoiando na formação deles, acabam tendo subsídio. A gente tem que disponibilizar mais recursos. A partir do momento em que a gente tem engenheiros e que o engenheiro está lá e motivado, ele tem condições de empreender e criar mais empresas para realmente alavancar a economia, uma economia com conhecimento, uma economia com conhecimento adequado.

Fechando aqui, primeiro ponto, precisamos de mais engenheiros, indiscutivelmente. Acredito que, tendo mais engenheiros, a gente vai, sem dúvida alguma, investir muito mais, o setor privado vai investir muito

mais em P&D, claramente. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: as cargas tributárias que a gente tem especialmente para profissionais qualificados. Talvez poderia ter alguma forma de diferenciação das cargas tributárias. Não sei, estou apenas filosofando um pouco aqui, mas o custo Brasil para o engenheiro é muito alto. Terceiro, recurso em especial, uma modalidade de recursos. A gente já tem uma série de mecanismos aqui no Brasil de inovação, lei de informática, lei do bem, assim por diante. Talvez seja o momento de esses mecanismos privilegiarem de forma mais direta aqueles engenheiros que estão saindo da universidade, ávidos de vontade de empreende e criar as googles brasileiras.

É a minha contribuição no momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar ao Dr. Mazoni, eu comentava aqui com a Drª Fernanda uma coisa que eu acho que valia a pena a gente começar a colocar na nossa pretensão.

Conversei muito com o Ministro Aloízio Mercadante recentemente e louvo muito a iniciativa do Governo com as 100 mil bolsas para mandar brasileiros, especialmente na área de ciências exatas, ao exterior para formação em determinados níveis de especialização, pós-graduação, de doutorado, etc., até porque acho que o Brasil não teria condições de formar o volume de que precisamos nesse nível no curto prazo.

Creio que temos duas áreas do conhecimento em que estamos diante dessa situação que o Dr. Marcelo colocou e sobre a qual ainda há pouco conversávamos: engenharia e área de saúde. A área de saúde no interior da Bahia não deve ser diferente da área de saúde do Amazonas. Nós estamos com problemas de laboratorista, de bioquímico, de radiologistas, de médico especialistas, de enfermeira, etc. Portanto, faculdade de medicina, faculdade de saúde é cara. É um investimento é caro. É caro também para o formando na iniciativa privada. Nas universidades públicas brasileiras não, porque, além de ser pública, ela é gratuita. No entanto, essa é uma área também com grandes carências. Se o Brasil criasse um estímulo para a formação interna, para a formação básica de nível superior na área de engenharia... Ainda existem muitas áreas que nós podemos, ainda dentro do Brasil, formar e estimular as novas gerações a se interessarem por engenharia, criando uma geração muito mais comprometida com essas duas áreas de conhecimento, em que o Brasil tem déficit e que precisa de mais brasileiros formados.

Passo a palavra para o Dr. Mazoni, por favor.

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI – Senador, como o senhor deu um exemplo aqui de registro de brasileiros, eu como gaúcho que morei muito tempo no Paraná quero lhe dizer que tenho duas carteiras de identidade, porque o sistema de informação do Governo do Estado do Paraná só permite o registro em nove dígitos e, no Rio Grande do Sul, o registro da carteira de identidade tem dez dígitos. Então, eu tive que fazer uma nova. Felizmente ela saiu igual, mas eu conheço casos que não saíram exatamente iguais, portanto geram uma segunda pessoa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI – No Paraná, há o dígito de controle, no Rio Grande do Sul são todos os dez dígitos embutidos na carteira. Eu tenho um novo número. Acabou aquele... Uso até hoje a minha carteira do Rio Grande do Sul, mas tenho a carteira do Paraná também.

Mas esse é um problema de integração de base de dados, que parte, inclusive, de integração de políticas públicos, como o Senador Pinheiro colocou, quer dizer, há uma necessária articulação, mas essa articulação não pode ficar à mercê das próprias empresas estaduais ou federal.

Nós temos uma carteira de identidade única hoje, porque há uma definição legal de que a base de dados da carteira de motorista é do Serpro, é do Ministério das Cidades, é do Denatran, e o Serpro opera. Para alguém fazer uma carteira de identidade, esses institutos estaduais, Detrans ou as empresas estaduais – eu administrei duas, a Procergs e a Celepar, no Paraná – precisam necessariamente buscar esse número nacionalmente, e esse número vale para todo o País.

Se eu fizer uma locomoção – e aí eu fiz isso, a minha carteira de motorista hoje é do Paraná, porque eu tive que locomover a minha base do Rio Grande do Sul para o Paraná. Então, hoje a minha base está no Paraná. Se eu voltar a ter a carteira no Rio Grande do Sul, vou ter que fazer o procedimento inverso, vou ter que levar toda a minha base para lá.

Isso a partir de uma definição que foi temporalmente muito depois dos registros civis, que eram e continuam sendo de responsabilidade dos Estados. Então, são as empresas estaduais, esses departamentos de trânsito.

No caso, inclusive, do Paraná, no Governo de 2003 a 2007, do qual participei, do Senador Requião, nós fizemos uma unificação que é única no País. Lá, pelo menos, esse registro do civil e da carteira de habilitação é o mesmo. O que normalmente nos Estados são dois registros, existe o registro civil, e, na verdade, no registro civil, são dez dedos postados, são dedos rolados; na carteira de motorista, são cinco dedos postados. Como os Afis não conversam um com outro dessa forma, acabam tendo duas bases de dados.

Então, até mesmo dentro dos Estados, nós temos a mesma pessoa com dois registros. Fora todos os outros registros que o senhor citou aqui.

Estamos fazendo um esforço, sim, no Ministério da Justiça para a unificação. É um processo, por isso ele não elimina nenhum documento inicialmente. Ele procura integrar essas bases de informação. A Justiça Eleitoral, por exemplo, está fazendo coleta biométrica, então vai se usar coleta biométrica do eleitoral, nós vamos integrar com a base das carteiras de motorista e estamos tentando caminhar com os Estados, aqueles que são mais propícios à negociação, para termos uma base unificada. Mas é um processo. Vai levar um tempo até que a gente tenha realmente toda essa documentação unificada, com certificação digital e assim por diante.

Há sempre Estados que permitem uma negociação mais rápida, mas nem todos têm a mesma ideia de que o cidadão precisa ter uma identidade única, mesmo que ele esteja colocado num Estado.

Então, o senhor sabe muito bem, o senhor como Governador – nós cooperamos muito com a empresa estadual do Amazonas, a Prodam, inclusive aquela ferramenta que eu citei aqui, o Demoiselle, o senhor deve ter ouvido falar lá como Pinhão –, porque o senhor liberou muita gente para se formar em Curitiba na época em que nós tentávamos unificar uma política de desenvolvimento, dentro de uma tecnologia nacional.

Então, na Bahia, Senador Pinheiro, temos sete universidades hoje fazendo formação em Demoiselle. A área de tecnologia da informação tem algumas diferenças de tudo que mencionamos aqui. Eu não só conheço como reforço tudo que os senhores estão dizendo sobre a necessidade de engenheiros. A Embraer só é Embraer, porque teve CTA, porque teve ITA - eu sou piloto privado e, então, também conheço bastante essa área. Mas a formação na área de TI se fragmenta um pouco, na área de desenvolvimento de software. A Índia tem custos menores que os nossos, porque a sua grande produção de código não é feita por pessoas de nível superior; é executada por pessoas de nível médio a grande produção de código na Índia. Hoje, a China também avança fortemente nisso. Quando a Softex fala em carência de 180 mil profissionais no desenvolvimento Java - e nós temos uma empresa em que todos os nossos profissionais de desenvolvimento são de nível superior -, sabemos que os profissionais de nível superior cansam de desenvolver código rapidamente. Como se brinca, isso é muito mais para a gurizada, para a meninada que propriamente para os engenheiros, para as analistas de sistema, que acabam querendo fazer outra coisa, fazer ferramentas, até fazer inovação, mas não desenvolvimento. Então, o desenvolvimento mais pesado é inclusive numa das camadas mais baixas da formação. Por isso, queremos colocar os nossos telecentros em formação de meninos e meninas que vai nos dar capacidade de atender a essa demanda. Fala-se em 15 bilhões de dólares de desenvolvimento de software no mundo inteiro, que não acontece nos níveis superiores. Nos níveis superiores, realmente fazemos desenvolvimentos um pouco mais pesados.

Eu tenho trabalhado, Senador Pinheiro, nessa ideia daquilo que vivenciamos muito. O Senador Pinheiro era da área de transmissão e, por isso, o exemplo que ele deu do CPQD era de transmissão. Eu era da área de comutação. Foram citadas aqui as centrais Trópicos e eu implantei as centrais Trópicos. Então, eu botei a mão na massa nas centrais Trópicos e implantei a segunda central de telefonia celular do Brasil, que foi Porto Alegre. A primeira foi Rio de Janeiro, com tecnologia NEC. Nós implantamos Porto Alegre com tecnologia Ericsson na época, com os CDMAs da vida, mas eram as tecnologias que tínhamos. Evidentemente, tínhamos uma política – pelo menos no nosso setor, porque era considerado estratégico na década de 80 e talvez por isso lembremos muito dele – em que a Telebras fazia desenvolvimento através do CPQD, chamava as empresas privadas e garantia a compra pelas operadoras, que éramos nós. Nós éramos as operadoras. Nós não éramos da Telebras, nós éramos das operadoras. No caso, o Senador era da Telebras; eu não era, eu era de uma empresa estadual, a CRT, porque lá, no Rio Grande do Sul, tudo é um pouco diferente. Então, eu era da empresa estadual e fazia implantação de centrais telefônicas. Nós tivemos a segunda maior planta de central Trópico de todo o Brasil.

A central Trópico tinha uma característica fantástica – foi falado aqui a respeito da questão da inovação, acho que foi o professor que falou – de ter sido a única central no mundo que tinha três planos de comutação, diferente das centrais EWSD, da Siemens, que eu implantei também em Santa Cruz do Sul, e diferente das centrais AXE, da Ericsson, que eu implantei em Porto Alegre, em Caxias, em uma série de cidades, que só tinham um plano de comutação. As nossas centrais Trópicos tinham três planos de comutação, inclusive porque tinha aquele negócio: se é brasileiro, não pode falhar, porque, se falhar, vão dizer que era porque era brasileiro. Naquela época, ainda vivíamos um pouco o ceticismo sobre a nossa capacidade de desenvolvimento tecnológico. Foi no CPQD da Telebras que se fizeram as primeiras emendas de fibras óticas fora do hemisfério norte em todo o mundo. Foi no CPQD da Telebras que se inventou o telefone público com ficha e, depois, com cartão. Houve uma série de coisas,

como fac-símile, cujo protocolo de comunicação foi criado dentro da CPQD da Telebras.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se chegar hoje às operadoras de comunicações, elas ainda utilizam o CGO, que foi o sistema que desenvolvemos para unificar toda a área de operação das 27 operadoras... Aliás, 27, não, pois envolvia inclusive a de Londrina, a de Ribeirão Preto...

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI – De Pelotas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se pegar hoje, por exemplo, Vivo, Oi, Claro, Tim, elas ainda utilizam – principalmente a OI – a mesma base do CGO desenvolvido na década de 80.

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI – CGO, para quem não sabe, é o Cadastro Geral de Operações, e toda base cadastral foi desenvolvida pela Telebahia, e nós operávamos inclusive em nossos Estados, começava lá com Telebahia; em toda tela de computador que a gente abria estava escrito Telebahia. Depois, nós, do Rio Grande do Sul, fizemos toda parte de logradores e foi-se criando um grande projeto cooperado de desenvolvimento de software e hoje é o de que as operadoras se utilizam para fazer esse trabalho de comunicação e operação de suas plantas.

Acho que esse exemplo é o que a gente procura seguir no sentido de fazer uma relação, sim, de parceria entre Estados e Municípios que tenham capacidade de operação. É claro, Senador Pinheiro, que nós, como Governo Federal, como Serpro podemos orientar, mas não podemos decidir. O Estado da Bahia, por exemplo, implantou o Expresso para toda a base, parece que agora há uma mudança disso, vai passar para um produto proprietário, mas a gente procura criar essas sinergias. Nós temos grupos de trabalho com todas as empresas estaduais que se dispõem a isso, que querem cooperar e que criem redes com a gente. Para isso, a gente trabalha em comunidades. O Expresso, por exemplo, que é esse correio, agenda, catálogo, workflow e telefonia sobre IP, ele tem hoje um grupo de 70 instituições que se reúnem de dois em dois meses para definir quem vai fazer o desenvolvimento de novos módulos, como esses novos módulos serão e quem serão os responsáveis por comitar o código. O que é comitar o código? É ter o direito de alterar aquele código e de botar aquele novo código em produção. É assim que funciona o Lenoxx no mundo. Então, também existem poucas pessoas que são comitadoras, milhares de colaboradores no mundo inteiro.

Nós fizemos a mesma forma para o Expresso, fizemos a mesma forma para o demoiselle, e esses grupos não estão restritos a empresas públicas. Esses grupos contemplam também empresas privadas, universidades que possam fazer novos negócios a partir dessa solução. É aquilo que dizia Santos Dumont, é possível evoluir, é possível fazer negócios em cima das soluções, só não é possível patentear porque, na verdade, trata-se de um software de código aberto, de um software livre.

Dentro dos programas do Governo que existem, por exemplo, o Simples. No Simples, a gente faz as alterações de todos os períodos que são demandados pela Receita Federal e o MEI é um programa em cima do Simples. Na verdade, o MEI é como se integram esses empreendedores individuais – não gosto muito do termo microempreendedor individual, porque, se o cara é micro e ainda é individual –, mas o empreendedor individual se utiliza das facilidades do Simples. Há também, para o caso do empreendedor individual, uma relação com a previdência privada, porque o primeiro benefício que ele recebe é ser ligado diretamente às bases de dados da Previdência e passar a ter um acompanhamento previdenciário. Mas o Simples é o mesmo Simples. Então, quando se fazem alterações no Simples, ele recebe esses benefícios do Simples. Então, esse é o cuidado que se tem dentro dos programas em que a gente atua nos diferentes Ministérios, assim como toda a solução que nós fizemos para o Siscomex, que está ligado à importação e exportação no Brasil, contempla também as soluções que estão no Novoex, que é do Ministério do Desenvolvimento. Então, se a gente vai fazer lá um drawback para frango, e isso é uma coisa também que acho o Senador, Presidente da Comissão, colocou muito bem aqui, quer dizer, quando a gente faz drawback para frango, a gente se assusta um pouco, porque esse drawback é uma operação de não cobrar impostos quando compra e só cobrar quando vende. Como é que isso funciona para frango? Funciona para frango porque tem os insumos que são as vacinas que nós importamos. Então, esse é um campo de inovação importante em que nós precisamos avançar. A gente só sabe disso porque opera o Siscomex, faz drawback para um monte de coisas e a gente se admira um pouco dessas situações.

Eu colocaria também, Senador, a questão da TV digital, do conteúdo. Acho que a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem feito um debate muito mais adequado do que o próprio núcleo em São Paulo, porque fala muito da tecnologia em si, mas não tem falado de conteúdo. Acho que a área de conteúdo é um espaço fantástico de inovação que nós temos e que nós, inclusive, como Governo, deveríamos aproveitar mais, gerando conteúdo. O Serpro tem esta dualidade: ao mesmo tempo em que somos governo, somos uma empresa. Então, nós também temos que implementar

inovação. Não só sermos instigadores da inovação, mas também implementar.

E aí, para concluir, eu falarei da questão de segurança. Acho que o Brasil deu uma demonstração, nos últimos meses, de que, ao contrário... Participei de um debate esses dias na Câmara, onde se dizia que o setor privado vai muito bem obrigado na área de segurança e os governos, especialmente o governo brasileiro, não. Isso não é verdade. Temos uma situação muito tranquila. Tanto é que os ataques que aconteceram em 22 de junho, que são ataques, a gente não quer provocar aqui os crackers, mas são ataques de um nível muito baixo, mesmo assim esses ataques deixaram a Sony fora do ar, inclusive com uma repercussão pesada no campo judicial; a Telefônica ficou fora do ar em São Paulo; a maioria das cargas que nós tivemos foram nas operadoras de telecomunicações, os nossos sites que ficaram instáveis foi por causa das operadoras de telecomunicações. Quando nós desligamos os circuitos das operadoras, nós tivemos a estabilidade total, e nenhum site do governo, pelo menos aqueles administrados pelo Serpro, tiveram qualquer arranhão. Nós não tivemos nenhuma invasão. Tivemos um problema de carga no site da Presidência da República, na madrugada do dia 22, durante uns cinquenta minutos, um problema de instabilidade por causa de carga de uma operadora, mais especificamente da Telefônica que nos colocou carga demais em cima do site, dois bilhões de acesso simultâneo, nenhum site está previsto suportar esse tipo de coisa, mas nós conseguimos recuperar isso em cinquenta minutos, e nenhuma situação nossa foi invadida.

Os Estados brasileiros, na sua grande maioria, têm estruturas muito parecidas com a da gente. E nós estamos criando, Senador, quero lhe dizer em primeira mão, estamos criando com os Estados uma comissão de segurança para área pública, porque, se é verdade que nós tivemos um sucesso muito grande, no Governo Federal, especialmente no Serpro, tivemos Prefeituras que foram efetivamente invadidas.

Um padrão de invasão é muito simples: basta usar o padrão que a invasão é muito fácil de ser feita. Ser colocar um WiMAX lá e não colocar senhas e não colocar rigores de acesso, qualquer um pode usar aquele endereçamento IP para fazer qualquer coisa. E os Municípios, muito pequenos, muitas vezes usam softwares que vêm padrão e não fazem as adaptações. Então, nós estamos, Senador, criando uma comissão de segurança brasileira, que vai envolver Estados, Municípios e várias empresas privadas também, para que a gente possa transferir um pouco desse conhecimento que nós temos, no Governo Federal, na área de tecnologia.

Eu já fui de Município, de Estado e de União. A União é esmagadoramente superior, em termos de capacidade técnica, aos Estados e os Municípios – não dá nem para a gente comparar na sua grande maioria. Então, nós precisamos transferir também esse conhecimento que a gente tem em segurança para Estados e Municípios, para que a gente tenha essa certeza de que os dados individuais possam ser efetivamente preservados.

Eu também tenho contestado um pouco nesse debate que surgiu a partir dessa tentativa de ataque, de que a grande maioria dos dados divulgados, mesmo que eles tivessem sido frutos de invasão, na sua grande maioria, não nos preocupariam porque divulgar dados do Orçamento, os senhores aqui têm acesso pelo Siafi, se for ao site da transparência, estão lá os dados do Orçamento. Dados que são públicos têm que ser efetivamente tratados como públicos, e nós não temos que nos preocupar com isso. A nossa preocupação são dados individuais tanto de pessoas quanto de empresas. Esses não podem ser manipulados dessa forma. Dados da candidata foram dados de um provedor privado e não de um provedor público. A preocupação, quem sabe, quando a pessoa vira candidato, assim como tem segurança, pode ser que precise também passar um provedor público para ter os seus e-mails, as suas transações... Talvez seja algum elemento um pouco mais seguro do que um portal que, inclusive, quando a pessoa assina o acordo de utilização, ela libera o conteúdo das informações. No Gmail,quando se assina, quando se dá o ok, aceita-se, libera-se o conteúdo dos e-mails. Então, também, quem invade um site como esse não está cometendo nenhum crime, está simplesmente usando uma brecha legal que está lá. Não é o nosso caso, no nosso caso todos os nossos clientes de correios têm o seu conteúdo preservado.

Acho que era isso para colaborar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Professor Mazoni.

Passaria a palavra ao Professor Eduardo Cassiolato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO – Obrigado, Senador.

Evidentemente eu vou me ater aqui à sua pergunta, que é uma pergunta importante, relevante, que tem a ver com o baixo nível de investimento privado no Brasil, em P&D, em inovação, associado a um avanço significativo que nós, como País, tivemos nos últimos trinta, quarenta anos, no sentido de formular ou formatar uma infraestrutura de ciência e tecnologia, o que se reflete na afirmação correta de que o País tem, hoje

em dia, um nível de investimento público em ciência, tecnologia e inovação semelhante ao das economias mais desenvolvidas.

Antes de entrar diretamente nessa questão, eu queria colocar dois pontos de caráter geral. O primeiro ponto é o seguinte – está numa das tabelas que eu tinha, nos meus slides –: o Brasil faz parte do grupo seleto de dez países que mais produzem TIC no mundo inteiro. Ele não está na parte superior – ele está bem na parte inferior –, mas ele faz parte desse grupo seleto. Isso é para dizer, no primeiro momento, que nós somos, talvez, um dos poucos países no mundo que pode ter ambições de ter uma estrutura produtiva de TICs dentro do seu território. A gente faz parte desses dez, mas a gente tem que lembrar que, desses dez, a gente faz parte de um pequeno grupo de dois – somos nós e o México –, que foge à regra dos outros oito.

Os outros oito foram capazes de, ao longo dos últimos vinte, trinta anos, desenvolver cadeias produtivas mais completas, capacitações tecnológicas e de inovação mais completas, e, por isso, nesses outros oito, a gente vai achar indicadores voltados à ciência, tecnologia e inovação para TICs superiores aos do Brasil. Nesses outros oito, a gente tem pedaços de uma divisão internacional de trabalho nova que aconteceu nos últimos vinte anos na indústria eletrônica, no sentido de que um pedaço significativo da produção se desloca para o sudeste asiático. Então, nesses outros oito países, está a China, evidentemente, que é conhecida de todos; a Coreia do Sul; Malásia; Singapura e Taiwan.

Existem, junto com esses cinco países em desenvolvimento, três países desenvolvidos: o Japão, que faz parte do sistema produtivo asiático; os Estados Unidos e a Alemanha. Se há alguma coisa em comum entre a experiência histórica desses oito países, é uma só: o fato de que coube ou tem cabido ao Estado um papel preponderante na estruturação e na política voltada às TICs. A gente pode pegar os exemplos que são, às vezes, colocados como fora que seriam, nesse caso específico, Estados Unidos e Alemanha.

No caso dos Estados Unidos, a gente tem que lembrar que o Vale do Silício não é o surgimento natural da capacidade ou da especificidade do povo norte-americano. Ele surge a partir de demandas específicas do estado norte-americano, compras públicas voltadas ao sistema de defesa nos anos 60 e 70. Há trabalhos que mostram que, nos anos 60 e nos anos 70, 95% da demanda de qualquer produto eletrônico no Vale do Silício eram demanda pública – não só pública, mas voltada ao segmento de defesa. Quer dizer, foi a estratégia militar norte-americana que levou ao surgimento do Vale do Silício.

A China – a gente não precisa discutir muito esse aspecto – talvez tenha sido a primeira a lembrar que, junto com as medidas de política que temos seguido, ela tem utilizado mecanismos importantes de proteção comercial e de defesa intelectual...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Professor, o senhor está falando sobre essa coisa do Vale, mas, se o senhor analisar a realidade de San Diego, que tem um dos maiores parques tecnológicos, como ITI, biotecnologia extrema, San Diego é a sétima cidade americana hoje. Estou falando de cidade. San Diego é a sétima cidade americana. Não tinha nada. Foi exatamente através desse processo que San Diego virou a grande referência que é hoje. Acho que esse é um exemplo importante para a gente associar. O parque tecnológico lá teve um papel preponderante, mas essa ação de governo, essa vinculação com as diversas frentes... É o caso da área de fármacos.

Quando eu falei da interação, Professor, o senhor poderia imaginar o seguinte: eu tenho um baita polo petroquímico em Salvador, mas o processo de desenvolvimento tecnológico, ou seja, a atração de empresas, o investimento em pesquisa não caminhou na direção de fármacos, por exemplo, para aproveitar o potencial petroquímico. Nós estamos fazendo isso agora.

Então, essa associação é fundamental para a gente entender como o Estado pode promover, sem isolar a iniciativa privada. Pelo contrário. Em San Diego, não conheço nenhuma empresa estatal dessa área de fármacos. Vamos falar aqui dos grandes Novartis, onde, por sinal, está cheio de pesquisadores baianos, inclusive. Baiano não é fácil. Lá está cheio de pesquisador brasileiro, gente, inclusive, que estamos tentando repatriar. Já estão lá há dezoito, quinze anos.

Então, essa política é aquela que dá para fazer exatamente em cima daquilo que falei. O que era San Diego? Qual a história do Vale do Silício, de Palm Springs e de outros vales tão desertos quanto 70% do território baiano, que é de semiárido?

Portanto, dá para realizar, nesses lugares, um processo de desenvolvimento que altere completamente as condições de vida e criam-se aspectos, do ponto de vista econômico e social, de extrema relação com a necessidade de desenvolvimento de Estados como os nossos, que são verdadeiros países.

O SR. JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO – Exatamente, Senador. Agradeço porque vai exatamente na direção da argumentação que eu estava tentando desenvolver.

No fundo, a ideia é a de que qualquer país, da China aos Estados Unidos, passando pela Alemanha, que tenha passado por processos de transformação, o Estado teve um papel líder nesse processo. Agora,

de que forma? Essa é a sua pergunta e acho que ela é absolutamente fundamental.

Portanto, podemos chegar à questão específica aqui colocada. Apenas enfatizando o segundo ponto, que eu queria enfatizar no início – ai a locução do Dr. César foi absolutamente fundamental nessa discussão – , exatamente que há dificuldade, em uma democracia, de se organizar, estruturar – digamos – estratégias e pontos de vista conflitantes que, às vezes, vêm da sociedade civil, do setor empresarial como um todo. Esse é um ponto absolutamente fundamental e que, às vezes, é um pouco relegado no nosso debate aqui no Brasil.

Chegamos à questão: por que o setor privado não investe mais em P&D? Fica muito facilitada a minha observação tanto pelas considerações da Drª Fernanda, com as quais eu concordo em gênero, número e grau – portanto não vou repeti-las, as razões pelas quais é importante o Estado investir, a forma como o Brasil está realizando hoje -, como também as considerações do nosso colega da Siemes quanto à ifnraestrutura, que é necessário, do ponto de vista de capacitação humana, particularmente, engenheiros.

Diferentemente desse países todos, não temos isso, algo que acho considero um ponto fundamental.

Mas a locução do colega associada à pergunta me fez lembrar de algumas outras situações, nos últimos vinte, trinta anos, quando essa questão veio à tona. Eu me lembro de uma delas, há uns quinze anos, em um debate na Fapesp, em São Paulo, quando eu tive a felicidade de estar à mesa com o então Presidente da Siemes, Dr. Werner. Aliás, não é por que a Siemes está aqui hoje, mas a Siemes é uma das poucas empresas transnacionais com história no Brasil de ter investido em P&D historicamente, por razões várias, entendem, que não cabe se discutir aqui, mas é digno de se enfatizar.

Lembro-me que na época desse debate, o Dr. Werner estava um pouco irritado com certas características, não com a política de ciência e tecnologia brasileira, que era muito mais fragmentada e falha naquele momento, mas com a política mais ampla, a política macroeconômica, a política comercial, e dizia: "Somos uma empresa que há décadas vimos investindo em tecnologia no Brasil. Se esse tipo de tecnologia continuar, vamos ser obrigados a fechar o que fazemos aqui dentro".

Relato isso tudo para lembrar que apesar de concordar com os pontos que foram antes colocados, eu acho que há elementos que alguns autores brasileiros e latino-americanos têm colocado, nos últimos quarenta anos – lembro do texto do Dr. Amilcar Oscar Herrera, que foi da Unicamp, do próprio atual Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, quando ele estava mais vinculado à academia – sobre quão maligno pode ser um certo regime macroeconômico e políticas que não são voltadas à ciência da tecnologia e inovação no sentido de determinar as estratégias empresariais.

O que é que estou querendo dizer? É que nenhuma empresa, quando vai pensar num projeto de P&D, num projeto de inovação, não tem em conta duas variáveis clássicas, que são o custo desse negócio e o risco. Diferentemente de qualquer outra atividade que a empresa possa ter, o custo e o risco, vinculados a processo de busca por novos produtos, não são mensuráveis. Ninguém sabe quanto custa aquilo, porque se soubesse, já sabia fazer aquilo, por uma razão óbvia. Então, não é mensurável, ninguém sabe quanto vai custar. Quando a empresa vai entrar nesse processo, ela entra nesse ambiente de extrema incerteza. E é em cima dessa incerteza que se justifica uma série de medidas, de políticas, sobre as quais Fernanda corretamente se referiu aqui, e que são absolutamente fundamentais no sentido de que o Estado tem de prover segurança para que essa empresa possa tomar essas decisões.

Ao mesmo tempo, com esse custo e risco elevado, a empresa não vai inovar ou investir em P&D de uma maneira absolutamente geral e descompromissada. Isso é sempre parte de uma estratégia de concorrência e participação em mercado que ela possa ter; é parte de uma estratégia competitiva mais ampla; é parte de uma estratégia de investimento de curto, médio e longo prazos.

Eu já ouvi de vários empresários brasileiros: como é que a gente vai poder investir em logo prazo P&D e inovação se a gente vive, historicamente, em um ambiente de incerteza tão grande, com a taxa de câmbio complicada, com taxa de juros elevada? Acho que a gente tem que parabenizar os últimos momentos da vida política brasileira no sentido de minimizar isso, mas a gente ainda tem problemas nesse front. Isso vai no fundo da alma do empreendedor e, portanto, quando ele vai mensurar todos os seus problemas, os riscos que ele tem pela frente, ele fica mais intimidado com relação a essa questão.

Ao mesmo tempo, não é só isso. A gente tem que pensar que certos regimes tributários e certos regimes comerciais influenciam muito isso. O Brasil tem visto que a concorrência internacional se dá longe de ser próxima do livre mercado. Nós investimos pesado no Brasil em algumas áreas ligadas à agroindústria, somos capazes hoje de ter um café de maior valor agregado, melhor processado, de alta qualidade, e não conseguimos exportar para a Europa. Por quê? Porque ali

as barreiras comerciais, para qualquer coisa que você agregue valor, sobem.

Eu conversei com um amigo alemão sobre isso e ele falou: "Olha, na Alemanha, há duas ou três cidades com cinco mil empregados cada uma delas, que vivem do processamento de café." Quer dizer, a Alemanha não produz café e é o maior exportador de café processado do mundo.

Enquanto a gente dissociar a política comercial da política de ciência, tecnologia e inovação, a gente vai colocar mais variáveis de incerteza na cabeça dos nossos empresários.

Assim, a gente poderia seguir com outros tipos de política. Apesar de que eu tenda a concordar que o estímulo que a gente tem feito é condição necessária, importantíssima – talvez o Brasil seja o País que mais tem avançado, e a ação do Ministério da Ciência e Tecnologia tem sido muito importante nessa direção –, eu acho que esse necessário ainda é um pouco insuficiente.

Não há tempo de discutirmos em muito mais detalhes, mas eu acho que a vinculação da política de ciência de tecnologia e inovação com a política comercial, a questão da regulação, que eu toquei rapidamente antes aqui, por trás de toda essa experiência do trópico e outro que a gente possa pensar estava um papel que a Telebrás tinha, na época, de regular, de impor certos padrões, não de forma autoritária, mas de forma negociada, onde empresas nacionais, como aquelas que o Sr. Senador mencionou aqui, mas também transnacionais, como a Siemens, participavam desse processo virtuoso, a gente, talvez, faça o necessário, mas não consiga fazer o suficiente.

É só isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer a participação de todos os senhores palestrantes. Acho que foi muito importante para esta Comissão ter participado deste debate no dia de hoje.

Antes de fazer o encerramento desta reunião importante, desta audiência pública, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado Federal, quer se associar ao Plenário desta Casa, que, às 10 horas da manhã, prestou homenagem póstuma a um grande brasileiro que nos deixou, na condição de colega Senador, ex-Presidente da República, ex-Governador do Estado de Minas Gerais e um político que enobrece o Brasil. Eu queria deixar aqui registradas as nossas homenagens ao nosso saudoso Senador Itamar Franco.

Dito isso, está encerrada a reunião e convoco uma nova reunião, no horário regimental, para a próxima quarta-feira.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EM CONJUNTO COM A 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ** e **EDUARDO BRAGA,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, REDITARIO CASSOL, RENAN CALHEIROS, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO, WALDEMIR MOKA** e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os demais senadores membros. Fica registrada a presença dos Senhores Deputados Federais Roberto Dorner**,** Romero Pereira, Moreira Mendes, Lira Maia, Moacir Micheletto, Paulo Quartiero, Marcos Montes, Neri Gueller, Alceu Moreira e Dilceu Sperafico; do Prefeito Fernando Gorgen, de Querência/MT; e do Presidente Márcio Lopes de Freitas, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A presidência declara abertos os trabalhos e submete ao plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 71, de 2011-CMA e Nº 35, de 2011-CCT**, que "Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente

em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença do Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto na Câmara dos Deputados". Autoria: Senadores Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA e a CCT aprovam o requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 72, de 2011-CMA e Nº 36, de 2011-CCT**, que "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os aspectos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Novo Código Florestal), com os seguintes convidados: Sra. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Renato Sebastião Valverde – Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG); e Sr. Luís Carlos Silva de Moraes – Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro "Código Florestal Comentado". Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA e a CCT aprovam o requerimento. **3) REQUERIMENTO Nº 73, de 2011-CMA, Nº 46, de 2011-CRA e Nº 37, de 2011-CCT**, que "Requer, com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal – por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – com a presença de ex-ministros da Agricultura e de ex-ministros do Meio Ambiente". Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA, CRA e CCT aprovam o requerimento. Passa-se à **PAUTA**. A presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública**,** em cumprimento aos Requerimentos nº 66 e 71, de 2011-CMA; nº 30 e 43, de 2011-CRA, nº 35, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença do Senhor **Deputado ALDO REBELO**, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Após a exposição do Senhor Deputado Aldo Rebelo, usam da palavra os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, EDUARDO BRAGA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, RICARDO FERRAÇO, JORGE VIANA, ANTONIO RUSSO, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, ALOYSIO NUNES FERREIRA, KÁTIA ABREU, SÉRGIO PETECÃO E BLAIRO MAGGI.** O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurcacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 27ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, se houver anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2011, da CRA, aprovado em 16 de junho de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz; ao Requerimento nº 43, de 2011, da CRA, aprovado em 11 de agosto de 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka; ao Requerimento de 2011, da CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; e ao Requerimento sem número de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, os dois últimos, da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Eduardo Braga, a se-

rem apreciados com o objetivo de discutir e avaliar as mudanças, bem como o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal – Lei nº 4.771, de 1965 –, com a presença do Exmo. Sr. Deputado Aldo Rebelo, Relator do PL nº 1.876, de 1999, na Câmara dos Deputados; PLC nº 30 de 2011, no Senado Federal.

Em apreciação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aproveitar a oportunidade, antes da chegada do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo, que acaba de entrar no Plenário, para... Muito bom-dia, Deputado Aldo Rebelo, seja muito bem-vindo, mas vamos aproveitar a presença das três Comissões aqui para já apreciar alguns requerimentos de Audiência Conjunta.

O primeiro para uma Audiência Conjunta com ex-Ministros do Meio Ambiente, a ser realizada em data a confirmar, mas provavelmente na próxima quarta-feira, dia 24, às 8h30min; e um outro para ouvir, também em Audiência Pública Conjunta, ex-Ministros da Agricultura, na quinta-feira, dia 25, também às 8h30min. Portanto, coloco em apreciação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco também em votação requerimento para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, V. Exª não mencionou o nome do ex-Ministro. Têm vários ex-Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou fazê-lo agora.

Foram convidados e já confirmados para a Audiência os ex-Ministros do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Mink e Rubens Ricupero. Ainda está sendo convidado o ex-Ministro José Goldemberg, que ainda não confirmou. Se houver alguma sugestão de membros da Comissão de outros ex-Ministros, também poderemos fazer o convite.

Dos ex-Ministros da Agricultura, já confirmaram o ex-Ministro Reinhold Stefanes e os ex-Ministros Alysson Paulinelli, Francisco Turra e José Eduardo de Andrade Vieira. Ainda serão convidados o Sr. Pratini de Moraes e o Sr. Arlindo Porto, que ficou de confirmar hoje, e o Sr. Roberto Rodrigues que, infelizmente, não poderá vir, mas disse que se sente representado pelo ex-Ministro Alysson Paulinelli. São os Ministros convidados.

Aproveito para colocar também em apreciação Requerimento para Audiência Pública Conjunta das três Comissões, da Srª Helena Nader, Presidente da SBPC, do Sr. Jacob Palis Junior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, do Sr. Renato Sebastião Valverde, engenheiro florestal e Professor da Universidade Federal de Viçosa, e do Sr. Luiz Carlos Silva de Moraes, Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal Comentado*.

Esse é um requerimento conjunto, assinado pelo Senador Eduardo Braga, de mesmo teor assinado pela Senadora Ana Amélia, e assino também pela Comissão de Meio Ambiente. Aqui também tem o Senador Waldemir Moka.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero, neste momento, agradecer a presença do Deputado Aldo Rebelo, pela segunda vez aqui no Senado, inicialmente em uma Audiência Conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura, agora também com a presença da Comissão de Ciência e Tecnologia, retomando os trabalhos, os debates sobre o Código Florestal.

Como V. Exª, Deputado Aldo Rebelo, quero aproveitar para registrar aqui a presença do Prefeito de Querência, Fernando Gorgen, que está aqui e nos honra com sua presença, e dizer, Deputado Aldo Rebelo, que, como V. Exª está percebendo, há um esforço muito grande no Senado de construção de um ambiente onde o debate possa acontecer de forma livre, de forma tranquila e equilibrada, com o objetivo de oferecer ao Brasil um Código Florestal moderno, que possa dar tranquilidade e segurança jurídica aos produtores rurais e possa fazer com que o Brasil continue sendo uma grande potência na produção de alimentos e de agroenergia, mas que seja também uma grande potência ambiental. As próprias reuniões conjuntas demonstram esse esforço que os nossos relatores – quero registrar, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique – têm feito para o bom andamento desses trabalhos.

Quero registrar que a Comissão de Meio Ambiente, Senador Eduardo Braga e Senador Acir Gurgacz, aprovou – e digo isso porque, se houver interesse das demais comissões de também aprovar conjuntamente –, por proposta do Senador, construída conjuntamente com o Senador Jorge Viana, um conjunto de diligências em algumas regiões do País, para conhecer algumas experiências muito bem sucedidas de desenvolvimento da agricultura e da pecuária sustentáveis. A visita, por exemplo, a Paragominas, para conhecer pecuária e manejo florestal, reflorestamento com espécies ativas, recuperação de áreas degradadas e cadastro ambiental rural; com a visita a Canarana, em Mato Grosso, para conhecer produção de grãos, pecuária, regularização ambiental e carbono, na Fazenda da Aliança da Terra; em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, para conhecer também algumas propriedades na área de grãos, re-

florestamento e energia; em Quirinópolis, Goiás, uma plantação de cana-de-açúcar, na fazenda Vovó Linda; em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em atividades de pecuária pantaneira e de turismo sustentável, na Fazenda Caimã; em Serra Talhada, em Pernambuco, para conhecer manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, em integração com atividades agrícolas, no assentamento Vila Bela; em Petrolina, Pernambuco, e Juazeiro, Bahia, para conhecer projetos de fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco, propriedade Vitis Agrícola; em Recife, para conhecer mangue e extrativismo de mariscos, na Cooperativa das Marisqueiras; no Sudeste, em Patrocínio, Minas Gerais, conhecendo plantações de café, recuperação de áreas degradadas, gestão da água e compensação de reserva legal, na Fazenda da Terra e na Expocaccer; em Matão, São Paulo, em propriedade de cana-de-açúcar, laranja e seringueira, na Fazenda Cambuí; em Santa Catarina, com pequenos produtores, produção integrada, suinocultura, granja e frutas a definir; em Telêmaco Borba, no Paraná, plantas medicinais, reflorestamento de pinus, eucaliptos e araucárias, apicultura, erva-mate, na propriedade Klabin e cooperativas de pequenos produtores.

Buscamos, ante todos os biomas, em todas as regiões do País, diversidades de atividades econômicas, pecuária, grãos, cana, fruticultura, floresta, serviços ambientais, turismo rural e ecológico, propriedades de diferentes portes e agricultura familiar, e focar nas boas soluções e boas práticas agrícolas. Se houver interesse, depois podemos definir conjuntamente esse calendário de visitas a essas regiões.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Deputado Aldo Rebelo; nosso objetivo, a partir de agora, é começar a debater efetivamente o texto do Código aprovado pela Câmara dos Deputados – e registro aqui a presença do Deputado Valdir Colatto, que também nos honra com a sua presença, e passo a palavra aos demais Presidentes, começando pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente Rollemberg, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, Srªs e Srs. Senadores, nosso Deputado Aldo Rebelo, primeiro para parabenizar a iniciativa das comissões de poder estar neste momento na questão do mérito, ouvindo não apenas a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, mas também a Comissão de Ciência e Tecnologia. Como foi dito pelo Senador Rollemberg, há um ambiente extremamente maduro, extremamente cordial no Senado da República, no sentido de que possamos debater e avançar sobre o texto do Código Florestal, tão elaborado e tão trabalhado pela Câmara dos Deputados, sobre a coordenação e a relatoria do Deputado Aldo Rebelo.

Gostaria desde já, Sr. Presidente Rollemberg, de dizer do interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia em apoiar a proposta da Comissão de Meio Ambiente e Controle com relação às visitas, por entender que está absolutamente bem distribuída, atendendo os diversos biomas e os diversos segmentos da agricultura e dos serviços ambientais e florestais do Brasil, para que pudéssemos ter uma ampla visão no campo desses debates.

Ao mesmo tempo, quero dizer da importância de podermos ter aprovado, na reunião de hoje, requerimentos que trarão luzes sobre a questão da contribuição da ciência, da academia e da tecnologia para esse debate, que não deve ser apenas das questões do passado e do presente, mas também da construção de um futuro, e um futuro que todos queremos que seja um futuro inteligente, balanceado e equilibrado entre um país do agronegócio, um país agrícola, um país que tem a sua macroeconomia fundamentada em questões do campo, mas que tem esta economia exatamente baseada na agricultura, em função do clima e em função do ritmo hidrológico que o Brasil possui. E esse clima e esse ritmo hidrológico de chuvas, da manutenção da água, advêm exatamente pelo equilíbrio que o Brasil possui entre a atividade econômica da agricultura e as florestas que produzem esse balanço tão importante para essa atividade econômica.

Quero cumprimentar a iniciativa do Senado, cumprimentar e agradecer a presença mais uma vez, no Senado, do nosso companheiro, Deputado Aldo Rebelo, passando a palavra ao nosso companheiro, Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bom-dia, Srªs e Srs. Senadores, saúdo o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, dou as boas-vindas ao Deputado Aldo Rebelo, que sempre esteve presente quando convidado, esteve junto conosco. Agradeço mais uma vez a sua presença, no sentido de nos ajudar a entender e tirar as dúvidas com relação a esta matéria tão importante que é o Código Florestal Brasileiro.

Com relação às visitas anunciadas aqui e aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, também vamos aprovar e só colocamos a necessidade de incluirmos o Estado de Rondônia também para uma visita, uma vez que Rondônia, Senadores Rollemberg e Eduardo Braga, passou por uma grande reforma agrária e, então, serve como um grande exemplo, um bom exemplo, para que a gente possa discutir as questões ambientais e produtivas do nosso País. Rondônia, realmente, é um exemplo de desenvolvimento, de produção e também de preservação do meio ambiente.

Nós entendemos, quanto a essa colocação de 80% de preservação na Amazônia, da qual Rondônia faz parte, que talvez nós pudéssemos discutir e fazer com que, no Estado de Rondônia, haja uma diferenciação, pelo fato de Rondônia ser um Estado com terras produtivas e ser essencialmente agrícola, diferente do Estado do Amazonas, que tem uma Zona Franca, que tem uma indústria forte e, portanto, tem outra vocação econômica. Então, incluir Rondônia seria muito importante.

Agradeço mais uma vez a presença do nobre Deputado Aldo Rebelo nas nossas comissões e ressalto a importância de nós estarmos trabalhando unidos aqui no Senado, as três comissões sempre juntas, debatendo, porque o nosso interesse é o mesmo: queremos um Brasil produzindo e conservando. Esse é o nosso interesse, é o interesse da Comissão de Agricultura, é o interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia e também de Meio Ambiente.

Desejo a todos uma boa audiência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Agradeço aos Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga. Registro, com alegria também, a presença do Deputado Federal Roberto Dorner.

Quero dizer que a Presidência vai adotar o seguinte procedimento de inscrições. Vamos ouvir o Deputado Aldo Rebelo pelo tempo que ele considerar necessário. Em seguida, vamos ouvir os autores dos requerimentos – pela ordem, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Waldemir Moka e o Senador Eduardo Braga. Em seguida, obedeceremos a ordem de chegada – peço à Secretaria da Comissão para ficar atenta à chegada dos Senadores.

Já estão inscritos aqui a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Russo, o Senador José Pimentel, o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio Souza, a Senadora Angela Portela e o Senador Mozarildo Cavalcanti. Peço, mais uma vez, à Secretaria da Comissão para ficar atenta e passo, então, neste momento...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para entender: os requerimentos, nós vamos votá-los depois?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, os requerimentos já foram votados.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Nós nem os discutimos. O senhor os colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para deixar registrado: acho que as visitas são importantes, mas é um número bastante grande. Diante das visitas aqui aprovadas e tudo mais, acho que já podemos anunciar ao Brasil que não vamos votar este ano essa matéria. Quer dizer, são muitas visitas, nós vamos demorar algum tempo para fazer isso. Eu gostaria de deixar pelo menos registrada a minha preocupação, porque nós não vamos votar a matéria este ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, quero dar uma informação acerca da visão do Presidente da Comissão de Meio Ambiente: nós precisamos, para fazer a diligência formalmente, aprovar na Comissão. Isso não significa, necessariamente, que tenhamos de fazer todas as visitas. Por outro lado, há essa disposição das três comissões, essa disposição da Comissão de Meio Ambiente, de encerrar e fazer a votação ainda neste semestre.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está bem, Presidente. Sinto-me mais confortável agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço as procedentes observações de V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas gostaria de deixar registrado também que há um convite para ir a Canarana. Eu tenho uma fazenda vizinha a Canarana, no município de Querência, cujo prefeito está aqui. Então, o almoço fica por minha conta lá, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que posso responder positivamente em nome dos três Presidentes aqui!

Passo, então, neste momento, a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, mais uma vez agradecendo, Deputado Aldo Rebelo, por sua presença aqui.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Bom dia, senhoras e senhores.

Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; querido amigo Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Sr. Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores, é uma grande alegria e uma grande honra retornar ao Senado para expor a experiência, os caminhos, o método e os resultados do relatório sobre o Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados.

O Código Florestal brasileiro é uma herança do Direito português. Ainda no Brasil Colônia, nós tivemos,

pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas, o disciplinamento do uso das florestas pelo Poder Público e pelo interesse privado.

O Patriarca de nossa Independência, o grande brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, também disciplinou a matéria, criando o que nós poderíamos hoje denominar como a reserva legal na propriedade, ao determinar que um sexto das propriedades ou das matas da propriedade seria transformado em reserva, para uso sustentável tanto do Estado quanto do interesse privado.

A reserva legal passou depois para o primeiro Código Florestal brasileiro, editado no governo do Presidente Vargas, em 1934, que foi sucedido pelo Código de 1965, votado no Congresso, já nos governos militares, e que reafirmou a existência do dispositivo da reserva legal.

É preciso destacar, portanto, que a preocupação com as matas do Brasil é uma preocupação antiga, que está na origem da nossa formação social e dos próceres mais importantes de nossa história.

A reserva legal não trata das florestas em geral; trata da menor parte das florestas, das matas existentes na propriedade privada. As matas públicas dos parques, das unidades de conservação, das florestas nacionais estão disciplinadas em outros dispositivos. E é bom lembrar que elas constituem a maior parte das florestas do País.

Nós estamos tratando, no Código Florestal, de uma parte muito reduzida da vegetação nativa, aquela que se encontra na propriedade privada. Basta lembrar que, no Estado do Senador Eduardo Braga, o Amazonas, que tem 1,6 milhão de quilômetros quadrados, um pouco mais de três vezes a área da França e mais de cinco vezes a área da Itália, 98% do Estado são cobertos por vegetação nativa e apenas 2% são abertos. No Estado do Amapá, que corresponde mais ou menos ao tamanho do Estado do Rio Grande do Sul ou de São Paulo, 79% são cobertos de áreas públicas. Só o Parque do Tumucumaque, demarcado às vésperas da Joanesburgo +10, em 2001 ou 2002, acho que em 2001, tem 16 milhões de hectares – só o Parque do Tumucumaque. O Estado de Roraima, que também corresponde mais ou menos à área de São Paulo e do Amapá, tem mais de 50% de terras públicas.

Portanto, temos, no Brasil, áreas de reservas, de florestas, sejam elas na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado, na Caatinga, áreas públicas preservadas como em nenhum outro país do mundo; nenhum se compara, porque muitos têm áreas públicas, mas em deserto, em geleiras, em montanhas rochosas e não em áreas, muitas delas aptas para a agricultura, para o cultivo como as temos no Brasil, e em escala que também nenhum outro país do mundo possui, por duas razões: primeiro, que nenhum tem reserva legal na propriedade. O único que tem é o Brasil; os países têm áreas públicas, florestas públicas e parques públicos, todos eles registrados em uma organização, com sede na Suíça, e nós podemos comparar área por área, país por país para demonstrar a superioridade do Brasil em relação às demais nações com a preservação das suas florestas, caso exemplar no mundo.

Pois bem, no Brasil, nós temos, pela lei, e está mantida na proposta aprovada no Senado, reservas de 80% da vegetação nativa em área de floresta na Amazônia, 35% no cerrado e 20% nas demais formas de vegetação. Este princípio está, portanto, assegurado e mantido, garantindo, assim, para o futuro, o compromisso, que é mais do que um compromisso de governo, de Estado, é um compromisso civilizatório: a vocação civilizatória do povo brasileiro em preservar a natureza, em proteger o meio ambiente. Quem sabe, talvez em homenagem ao tronco mais antigo e mais permanente de nossa formação, que são os nossos irmãos indígenas.

No entanto, o Brasil é colocado no centro do debate internacional não como exemplo de preservação, ao contrário, como país que atentaria contra a conservação da natureza e a preservação do meio ambiente. O que não é verdade.

Não integrando a Comissão Permanente de Agricultura, nem integrando a Frente Parlamentar da Agropecuária, a partir da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acompanhando as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), percebi o uso, nas reuniões da OMC, da questão ambiental como contraponto nas negociações, principalmente dos produtos agrícolas. Uma pressão permanente contra o Brasil numa negociação comercial. E, a partir daí, despertou o meu interesse em participar desse debate e, por convocação dos companheiros lá da Câmara e dos partidos, assumi a relatoria dessa matéria, vez que se acumulavam projetos tratando do Código Florestal, desde 1999, um deles do Deputado Sérgio, já falecido, do Estado de Rondônia, e, indicado Relator, procuramos, então, fazer o dever de casa, fazer o inventário dos problemas decorrentes da legislação existente no Brasil.

É preciso destacar que, do Código Florestal aprovado em 1965, pouco resta nos dias atuais, talvez apenas o título e mais alguma coisa. O Código sofreu profundas modificações, não apenas formais, mas inclusive de conceito, de conteúdo, de concepção. A reserva legal, por exemplo, dentro da propriedade, era concebida como uma reserva de sustentação da propriedade, que poderia ser usada pelo Estado e

pelo proprietário, e foi transformada em uma reserva biológica de preservação da fauna e da flora, ficando, portanto, praticamente intocada.

Quando José Bonifácio criou a reserva dentro da propriedade, é preciso destacar que não eram as propriedades de hoje. Eram propriedades que se mediam em léguas, a perder de vista. A estrutura fundiária no Brasil não tinha conhecido a experiência da redivisão da propriedade e da terra, e, portanto, as propriedades eram medidas como sesmarias, em tamanho muito diferente do que é hoje.

A madeira da propriedade era usada para a construção naval, tanto de vasos de guerra quanto para o uso comercial. Usada a madeira da reserva legal para energia, principalmente para mover os engenhos de açúcar. A reserva legal era usada para a construção civil para o uso da propriedade e construção de pontes, cancelas, cercas, casas. Esse conceito alimentou inclusive a manutenção da reserva legal, mesmo nas pequenas propriedades, porque eu conheci, nos anos 50 e 60, no Nordeste, quando cada propriedade, por pequena que fosse, tinha uma pequena reserva da qual o proprietário poderia extrair um cabo de enxada, um cabo de vassoura, um cabo de foice ou uma tabica cipó fogo, um mourão, uma cancela, um caibro, uma ripa, o que ficou superado a partir da alteração do conceito, quando a reserva passou a ter mais a função biológica. E isso, infelizmente, ao invés de estimular a preservação, lamentavelmente, estimulou a destruição. Porque o pequeno proprietário principalmente, não vendo uma função que lhe servisse na existência dessa reserva legal, encarregou-se de usá-la economicamente ou para a criação ou para a agricultura, gerando, principalmente nas ocupações mais antigas, a tragédia de desaparecimento de boa parte da Mata Atlântica brasileira.

A exigência da reserva legal na propriedade é um dos dispositivos que coloca na ilegalidade mais de 90% das propriedades existentes no Brasil.

No Estado da Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul, por exemplo, 99,45% das propriedades não têm reserva legal. Estão, portanto, na ilegalidade. E as pequenas propriedades são as que mais se ressentem da ausência desse dispositivo legal. No Nordeste, mais de 50% das propriedades têm até cinco hectares. No Estado de Alagoas, 65% das propriedades têm até cinco hectares, segundo o Censo Agropecuário. E se reunirmos reserva legal e APP, não ocupam 0,3% da propriedade. As grandes propriedades, principalmente aquelas intensivas, com capital e tecnologia, se aproximam mais da exigência da lei.

Se acrescentarmos à exigência da reserva legal as Áreas de Preservação Permanente, que são aquelas destinadas a proteger o solo e os recursos hídricos, margem de rio, as matas ciliares, a proteger as encostas, topo de morro, aí nós nos aproximamos dos 100% da atividade na ilegalidade. E aí nós perguntamos: é concebível que o País legisle para deixar na ilegalidade 100% de seus proprietários agrícolas? É razoável? É racional? Quando não há, em nenhuma outra atividade, algo sequer parecido? Nem na atividade financeira, nem na atividade bancária, nem no setor de serviços? Como é que o País pode colocar 100% de seus agricultores na ilegalidade, sem tirar consequências disso? Porque, para tirar consequências, tem que concluir que se trata, de fato, de uma parcela da população vocacionada para o crime e adotar as providências devidas contra os criminosos, ou que há uma deformidade, uma morbidez nessa legislação, que precisa ser corrigida, que precisa ser enfrentada. E, naturalmente, isso ficava mergulhado na penumbra da desinformação, porque o agricultor não frequenta as redes sociais, não organiza *lobbies* poderosos como algumas organizações não governamentais, principalmente internacionais, que legislaram e legislam no Brasil no lugar do Congresso Nacional, por resoluções do Conama, aprovadas sem sequer um critério técnico. Vejo hoje os cientistas cobrando a sua participação e pergunto: por que não participaram quando essas resoluções absurdas foram aprovadas? Por que não reivindicaram dar opinião quando mudaram o conceito de margem de rio, colocando na ilegalidade milhões de agricultores? Setenta e cinco por cento dos produtores de arroz proibidos, por uma resolução do Conama, de produzir em várzea, quando a várzea é o berço da agricultura, é a origem da agricultura no Egito, na China, na Índia? Quem vai encontrar um produtor de arroz na China, no Vietnã ou na Índia que não produz em várzea? Como é que se nega a várzea à agricultura no Brasil? Deixar na ilegalidade os produtores de banana no Vale do Ribeira, os ribeirinhos do Amazonas?

É muito fácil reunir celebridades num hotel cinco estrelas de Manaus e não perceber a situação dos agricultores na beira do rio. Como você vai proibir cultivo na beira do rio para preservar a floresta? Desci lá no rio Purus com o Chico Corrente, que disse: "Deputado, eu planto aqui há 8 metros d'água no igarapé quando ele seca, para não ter que derrubar uma árvore e preservar a floresta." São 200, 300 anos fazendo isso. Proibir toda a pecuária do Pantanal, uma pecuária de 270 anos, registrada nas crônicas mais antigas dos viajantes, da Guerra do Paraguai, uma pecuária sustentável, o bioma mais sustentável, em que o boi come o capim nativo, ficou proibida por uma resolução do Conama! Eu fiquei estarrecido. Mais do que estarrecido, indignado! O Estado brasileiro não tem

o direito de fazer isso com a sua agricultura, com os seus criadores. Não pode! Mas é a situação que eu enfrentei, que eu vi.

E não vi aqui do Congresso, não. Nós realizamos mais de cem audiências públicas. Eu fui aos plantadores de arroz lá do Rio Grande do Sul. Fui aos plantadores de uva de São Paulo, do Rio Grande. Fui à Embrapa Pantanal, em Corumbá, à Embrapa Caatinga, de Petrolina, à de Florestas, em Colombo, à de arroz, em Rio Verde. Visitei os agricultores do interior de Mato Grosso, de Roraima, de Rondônia, do Amazonas, de São Paulo, de Minas, do cerrado, da caatinga, da mata atlântica, do topo de morro, os bananeiros de São Paulo, mais de 3 mil produtores. Levei o documento à Ministra Izabella, dizendo: "Mas Ministra, proibiram 3 mil pequenos agricultores de usar a várzea para plantar banana, coisa que eles fazem há muito tempo em São Paulo, sem prejudicar meio ambiente nenhum; pelo contrário, o Vale do Ribeira é a região mais preservada de São Paulo." A Ministra Izabella não sabia, consultou um técnico, que voltou e disse: "De fato, está proibido." Eu disse: "Há oito anos, autuados, multados, infernizando a vida dessas pessoas que sobrevivem com dificuldade?" Porque não conheço nenhum bananeiro em São Paulo que ficou rico vendendo banana. Não sei se alguém conhece por aí afora. Mas foi assim.

Então, fizemos essas audiências. Fizemos um inventário dos problemas, olhando de perto, vendo de perto, ouvindo todo mundo. A SBPC, peguei meu carro em São Paulo, na capital, fui a São José dos Campos procurar o meu amigo pessoal, que era presidente da SBPC, para pedir a participação da SBPC. O Deputado Paulo Piau e o Deputado Lupion fizeram aqui o requerimento convidando a SBPC. Disseram que não podiam porque estavam formando uma opinião ainda. Está aqui o requerimento. Dizer que não participaram, que não foram convidados não é verdade. Tudo, menos a verdade! Agora, quando as ONGs organizaram aqui um convescote, na Câmara dos Deputados, não me convidaram, como relator da matéria. A SBPC e a ABC estavam lá presentes, apareceram, foram lá prestar depoimento, conversar. E, aos poucos, as opiniões da SBPC iam sendo aqui vazadas pelos setores ligados a ONGs que eram contra qualquer alteração do Código. Isso não é correto. Isso não é justo. Não conheço ciência que se faça desse jeito, sinceramente. Não conheço. São meus amigos e me dou bem com todos eles. Aliás, cheguei a participar, em São Paulo, de uma reunião para discutir isso, mas não é um procedimento correto dizer que não houve participação quando foram convidados – tem aqui os requerimentos – e não compareceram. Depois, disseram que não houve participação. De fato, é lamentável a omissão grande da ciência no Brasil, não agora, porque foram ouvidos – as universidades foram ouvidas aonde eu fui –, mas durante todo o processo de construção dessa legislação.

Então, cheguei à conclusão de que há um problema grave, porque já votamos no Congresso, várias vezes, reforma de Previdência, reforma do Código Penal, reforma tributária, e nunca houve um conflito, uma confusão como a votação deste Código Florestal, embora nunca houve antes tantas audiências públicas para debater um tema, como o foi neste caso. Não houve tanta audiência nem na reforma da Previdência, nem na reforma tributária.

Onde está a questão? Eu fico me perguntando: será que, de fato, é a metragem de cinco, 10, 15, 30 ou 100 metros de mata ciliar? Será que são os 80% de reserva legal na Amazônia e não 70 ou 60 ou 50? Será que é essa a preocupação? A minha conclusão é que não. Porque nós inventariamos a existência desse debate no mundo inteiro, Senadores, no mundo inteiro. Na América do Norte, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Suécia, em Portugal, na Bélgica, na Austrália, esse debate simplesmente não existe. Não há como explicar para um deputado chinês ou francês o que é reserva legal, porque ele não vai saber o que é. Medir uma mata ciliar de beira de rio de 30, 50 ou 100 metros eles também não vão saber o que é, porque o congresso e a imprensa desses países desconhecem esse debate. Eu pergunto então: o que está acontecendo?

A minha impressão é de que esse debate... Não é que não haja a questão do meio ambiente. Há problemas ambientais graves no Brasil e no mundo, na cidade e no campo, mais nas cidades do que no campo.

Eu moro na cidade de São Paulo, perto do rio Tietê, e posso falar, por experiência própria, que há problemas ambientais graves nas cidades. Quem mora em Recife, que conhece os rios Capibaribe ou Beberibe, quem conhece o Guaíba, em Porto Alegre, ou qualquer rio dentro de uma cidade sabe que há problemas graves. E, no campo, também há. É claro que é estarrecedor você viajar léguas e léguas e não encontrar uma árvore onde um passarinho possa fazer um ninho, o uso sem controle de pesticidas, tudo isso existe, mas isso não pode explicar a ação de certas ideias em torno desse debate. Não pode explicar.

Eu acho que, no fundo, o que se debate é se o Brasil pode dispor dos seus recursos naturais, do seu solo e dos seus subsolos de forma soberana em benefício da sua população ou se esses recursos vão ficar imobilizados e subordinados a interesses que não são do Brasil. Essa é a minha impressão. Nada me convenceu do contrário. Os problemas ambientais

existem, são sérios e graves, mas, pelo que se vê no mundo no mundo e no Brasil, não é essa a principal preocupação. Senão, esse debate estava presente no mundo. Haveria, pelo menos, uma ONG pedindo 1% de reserva legal na França, 2% nos Estados Unidos, 1% na Holanda, pelo menos uma mata ciliar de meio metro naqueles rios holandeses. Por que isso não existe? Por que não se reivindica nada de reserva legal e de mata ciliar em nenhum país do mundo? Será que a ciência não tem princípios e valores universais para serem aplicados de forma mais ou menos equilibrada em todo o mundo? Por que só no Brasil? Por que 80% de reserva num lugar, 0% no outro e acabou-se?

Não consigo entender, a não ser a partir desse pressuposto de que há de fato uma guerra comercial importante; a indústria da América do Norte e da Europa migrou toda para a Ásia; a agroindústria passou a ter uma importância muito grande, é difícil de sustentar porque são agriculturas frágeis de países fortes, e a nossa é uma agricultura forte de um país frágil. A agricultura altamente subsidiada, o tesouro europeu e o tesouro da América quebraram a agricultura africana, quebraram a agricultura mexicana – vejam a situação social da África e do México, não é apenas o acaso, a natureza, é um produtor de tomate italiano colocando numa feira do Marrocos o quilo do tomate pela metade do preço do tomate marroquino; o milho americano subsidiado atravessando a fronteira e quebrando os agricultores mexicanos. Essa que é a realidade, e o Brasil com alguma possibilidade de se firmar como uma potência alimentar. Às vezes nós nos iludimos, achamos que somos... Nós somos apenas o quarto produtor mundial; em coisas importantes, somos o segundo. Nós não somos o maior produtor de soja do mundo – são os americanos. Não somos o maior produtor de carne do mundo, nem bovina nem suína nem de ave. Só de milho, os americanos produzem o dobro de toda a nossa safra de grãos, só de milho. Então, nós enfrentamos de fato concorrentes que transformaram seus agricultores em funcionários públicos, na melhor expressão da palavra, ou seja, pessoas cuja renda não depende de atividade privada. Essa é a situação do agricultor na América do Norte e na Europa. São servidores públicos remunerados pelo tesouro da Franca, dos Estados Unidos. Basta conversar com qualquer produtor. E não é da forma mais católica, não. Em Portugal eles pagam subsídio para a vaca; na Holanda também pagam. Ninguém abatia vaca, tinha vaca demais, criou- se um problema ambiental. O governo holandês passou a pagar para dar baixa nas vacas. Os holandeses pegaram as vacas e levaram para Portugal. E a mesma vaca passou a ganhar subsídio na Holanda e subsídio em Portugal. Foi assim que me falou um dirigente da associação de criadores de Portugal. É essa a situação do mundo. Assim que as coisas funcionam.

Os pequenos agricultores sofrem mais. Tenho ali uma transparência – não sei se dá para exibir – que eu gostaria de apresentar, muito rápido, para as Srªs Senadoras e para os Srs. Senadores.

Isso aqui é em Boca do Acre, Município do Amazonas. É um assentamento, Projeto de Assentamento Monte, a caminho de Boca do Acre.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui são agricultores. O Edgar está aqui presente. Levante, Edgar. Ali são os filhos do Edgar, esposa. Multas de R$500 mil. Cria um gado leiteiro, renda mensal de R$600,00, as terras valem R$100 mil, no máximo, e já haviam sido desmatadas quando compraram o lote. Edgar e a irmã dele, a Luzia, que é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; eu conheci primeiro, lá em Boca do Acre e me apresentou também outros casos. A mulher que foi multada porque não tinha dinheiro para pegar um ônibus, um carro para ir receber a notificação no Ibama. O fiscal do Ibama teve que deixar R$30,00 para poder ela comparecer lá.

(Próximo, por favor.)

Aqui é outro agricultor. Tem R$800,00 de renda mensal. Já gastou R$1.000,00 para fugir das multas e o pai perdeu as terras quando foi criada uma reserva indígena.

(Próximo, por favor.)

Aqui são duas índias, a Marinês e a Adriana, vivem na terra indígena Camicuã, também no Amazonas; caçam, pescam, produzem artesanato e lutam para levar um professor para as crianças. Ali, os indígenas receberam multas ambientais de até R$5 mil por terem caçado animais para subsistência.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o Edmar, também lá nesse assentamento, propriedade de 100 hectares – 50 são mata nativa, a multa é de R$157 mil e a propriedade não vale R$80 mil.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o Edvaldo, casado, cinco filhos, multa de R$205 mil. A poupança, de R$11 mil, foi embargada.

(Próximo, por favor.)

Aqui foi a audiência pública de Boca do Acre. Tinha de 300 a 400 pessoas. Esse aqui embaixo é o Chico Corrente, vizinho a ele é a Luzia, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que organizou esse movimento, e ali estamos conversando com algumas pessoas. Eles fizeram aquela camisa: "Preservar, sim. Confiscar não." Todos eles estão ameaçados de terem a terra leiloada por causa de multas ambientais.

(Próximo, por favor.)

Aí é o rio Purus, que nós descemos. Aí é o Professor Lázaro da Rocha, que cuida de uma escola com 20 alunos. Eu ia passando e vi umas crianças descendo de canoa, pedi para parar e desci. Encontrei o professor, subi naquela escolinha ali e perguntei: "Tem água na escola?" Não tem. Não tem água encanada, apesar de estar na região amazônica. "Tem luz?". Também não tem. O professor dorme numa cama no chão e corrige as provas à luz da vela.

Não é a situação dos povos da floresta, que é vendida como idílio no exterior e nem a situação das celebridades de Hollywood e dos *pop stars* internacionais que vêm querendo um padrão de vida, porque aí é muito bom... Por que o povo da floresta é idealizado? Porque, para o europeu e o americano, é o tipo de vida que todos eles queriam que a humanidade tivesse: não gastam energia, não comem 100g de carne por dia, economizam, para que a energia seja consumida de forma conspícua no Primeiro Mundo. Não vejo outra razão.

Agora, pergunte se alguma ONG apareceu aí para ajudar esse professor. Dormindo no chão, corrigindo prova à luz da vela, numa escola que não tem água e não tem luz, e as crianças, muitas vezes, não têm aula porque os mosquitos não deixam. Só andam de canoa, porque não tem estrada – não pode ter –, não tem moto, não tem cavalo, não tem carro. Está aí esse professor. Eu parei, fui lá, conversei com ele. Essa é a situação.

Além de tudo, a Amazônia tem 60% do nosso território e 8% do nosso PIB. Não se pode fazer uma estrada, não se pode fazer nada, porque a legislação não deixa nem fazer uma estrada que ligue Manaus a Porto Velho. Está embargada. Quando fizeram uma medida provisória aqui para facilitar o recapeamento de estradas, tiraram a Amazônia. Quem mais precisa foi retirado desse benefício.

(Próximo, por favor.)

Aí é a Francisca, lá na comunidade de São Sebastião. Aí, quando o rio enche, a ribeirinha fica sem terra para a agricultura. Seu trabalho é colher folhas de chacrona lá para produzir a Ayahuasca, que é o chá do Santo Daime. Eles plantam na praia ou no beiço do rio, como eles falam. É uma comunidade saudável. Ali não tem uso de droga, ali as famílias se conhecem.

O Chico Corrente disse para mim: "Deputado, se proibirem a gente de ficar aqui, isso aqui é uma fábrica de prostituição e de crime, porque vai para a periferia de uma cidade e vai-se desintegrar isso tudo". Lá, eles vivem numa coisa saudável, com dificuldades, mas vivem, se integram, têm um relativo bem-estar espiritual e material, na pobreza, mas têm. Por que botar esse povo para correr da beira do rio. Ameaça o quê?

Pelo amor de Deus, minha gente. O que é isso?

Vamos lá. Aí é uma cena de lá. Eles plantam arroz, feijão, jerimum, melancia, banana na beira do rio.

(Próximo, por favor.)

Aí são alguns dos produtos, cenas da comunidade de São Sebastião.

(Próximo, por favor.)

E aí são alguns integrantes da comunidade. Esse é o chefe, o Chico Corrente que está à frente.

Aí é outra audiência que fiz, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. São assentados do MST. Uma multa de R$3,6 milhões, Senador Suplicy. Estive lá com a Deolinda nessa audiência. Tem aí duas mulheres que sacrificaram duas vaquinhas, porque receberam uma multa. As vaquinhas entraram numa reserva para comer capim, e a polícia ambiental achou que elas iam comer peroba, rosa, jacarandá, arueira. E multaram em R$3,6 milhões. Esse pessoal tem condições de pagar uma multa de R$3,6 milhões? Está aí o Rubens Germano, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau, aquele que está em pé falando.

(Próximo, por favor.)

Essa moça é uma senhora de Boca do Acre. Ela dá um pequeno depoimento que acho interessante.

(Continua exibição de vídeo com depoimentos.)

Isso foi no Amazonas, mas no Acre encontramos também, em larga escala. A Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre, a Sebastiana, cita casos e casos de suicídio e de depressão de agricultores, que são pessoas, do ponto de vista moral, muito ciosas de seus deveres e de suas obrigações. Nunca passaram na porta de um cartório, pensam que são cumpridoras da lei, que criam a família com decência, com dignidade. Quando aparece a Polícia Nacional. Eu vi em Mato Grosso os abusos que essa polícia cometeu contra as populações locais. A Polícia Florestal ou Ambiental, o Ibama. Essas pessoas se sentem humilhadas. Então, há casos até mesmo de suicídio por causa de episódios como esses.

Portanto, Senadores e Senadoras, o que fizemos foi buscar uma solução de equilíbrio: preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, legalizar a atividade agrícola do País. Foi isso que procuramos. E isso só poderia ser feito mediante um pacto, mediante um acordo geral. Imaginar que esses 410 votos no relatório da Câmara foram votos de ruralistas é uma ilusão ou uma mentira. Se os ruralistas tivessem 410 votos na Câmara, provavelmente eu não seria o Relator da matéria e muito provavelmente o relatório não seria este. Vocês conhecem, por exemplo, a posição da Senadora Kátia

Abreu. Ela é absolutamente contra a reserva legal. A reserva legal foi mantida. Este relatório é fruto de um pacto que foi acolhido pelos produtores rurais e que algumas ONGs, não todas, algumas, pensaram, do alto de sua arrogância, que podiam enfrentar e derrotar o Congresso Nacional. É isso. E não aceitaram. Nós mantivemos a estrutura básica da legislação existente, as metragens de reserva legal, de Área de Preservação Permanente, e o pacto possível é um pacto de dupla consolidação. Você consolida toda a área verde existente no País, protege de forma rigorosa e, ao mesmo tempo, consolida a área que está em atividade. Porque não faz sentido, no Estado de São Paulo, para atender à legislação, por exemplo, arrancar 3,6 milhões de hectares de cana, capim, café, milho, soja, para plantar a mata de volta. Como é que você vai fazer isso em São Paulo e em outros lugares do País? Porque, pelas estatísticas que muitos apresentam – "Não, mas está abrindo mão de florestas" –, você teria que reflorestar áreas que estão em uso para fazer reserva legal, quando a agricultura no Brasil ocupa em torno de 60 milhões de hectares, de 850 milhões. A agricultura. A pecuária ocupa muito mais.

Então, esse é o acordo que foi possível. E acho que sem essa mediação nós chegaríamos a um impasse, está certo? Eu cheguei a colocar inclusive a moratória de cinco anos de desmatamento zero, que retirei a pedido do próprio Governo, do Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura, dos Governadores da Bahia, do Tocantins, acho que do Maranhão e do Piauí, porque, hoje, pela lei, o desmatamento é permitido, desde que você preserve aquelas áreas de reserva legal. Tanto é que aprovamos, com o apoio de todos os partidos da base do Governo, com a orientação do Governo, e dos maiores partidos de oposição, fruto desse acordo.

Onde restou a polêmica? Em torno de uma coisa que não era fácil de se resolver, que é a chamada Área de Preservação Permanente, principalmente a mata ciliar, à beira de rio. Por quê? Porque ela é densamente ocupada, principalmente por pequenos agricultores. Toda propriedade tem que ter nem que seja uma nascentezinha. Mesmo no sertão de Pernambuco, uma propriedade tem que ter duas cacimbas: uma, para a família beber água e, outra, para dessedentar a criação.

Se você for aplicar essa legislação na pequena propriedade de 30, 50, 100 metros, se em cada nascente você colocar 50 metros de APP, fazer um raio, traçar área, você inviabiliza essas propriedades.

Em rios como o Iguaçu, o São Francisco ou médios como o Ijuí, no Rio Grande do Sul, o Ivaí, no Paraná, o Parnaíba, no Piauí, e outros, a pequena propriedade desaparece. Se uma pequena propriedade de cinco hectares, banhada por um rio de 100 metros de APP, tiver 100 metros de fundo e 500 de frente, ela desaparece toda. Não fica nada. Se tiver um córrego de meio metro, 30 de cada lado, 60% da propriedade foi embora. Então, é preciso ter muita cautela ao resolver essa questão.

Como o Governo queria resolver? Queria que tudo ficasse por um decreto e que eu fizesse uma lista de atividades permitidas que o Governo pudesse ampliar. Eu disse: "não tenho como fazer uma lista dessa, porque, quando você começa a lista, começa a confusão".

Começamos uma lista de topo de morro, a confusão começou. O que pode? Aí podem as lenhosas, as perenes, as lenhosas não sei de quê, pode café pode maçã, pode isso, pode aquilo. Só que uma boa parte é pecuária de pequeno porte, nessas áreas acidentadas do litoral brasileiro, que vêm desses contrafortes dessas montanhas que começam em Santa Catarina e vão até o Ceará, a Serra do Mar, a Serra Geral, a Mantiqueira, a Borborema, até lá encima, até o Araripe, tudo muito acidentado, com uma grande presença de atividade agrícola e de pecuária. Como você vai fazer? Tira a cana dos morros de Pernambuco e Alagoas, que está lá há 400 anos, desde o tempo das capitanias? Tira essa pecuariazinha? Não. Aí pode a pecuária do capim nativo. Digo: "mas muita área foi ocupada com vegetação nativa". Então, era uma negociação muito difícil. Digo: ou o Governo faz tudo, entrega um decreto e o Governo faz, ou o Congresso faz tudo. Eu não vou fazer uma lista e, amanhã, o cidadão diz: "olha, fui expulso da minha área porque o senhor botou, numa lei, que eu não podia". Eu digo: "não". Aí esse impasse. O Governo não apresentou uma solução, porque é difícil mesmo. Apareceu uma emenda da oposição, a qual o Governo não quis. Nós tiramos a emenda da oposição e arrumamos uma emenda da base, que era do PMDB, apoiada pelo PCdoB, pelo PSB, pelo PDT. Deu outro impasse. Aí, esse artigo, essa emenda foi resolvida no voto, mas, naturalmente, na luta política, pega-se a emenda como ela fosse... O Governo foi derrotado, o Governo foi vitorioso. O mais importante está lá no projeto. Tudo acordado. Foram dois anos de negociação com o Ministério do Meio Ambiente. Considero uma negociação bem sucedida. Resolvemos as principais questões. Resolvemos, por exemplo, em acordo com o Ministério do Meio Ambiente, que a reserva legal dos proprietários de até quatro módulos será aquela declarada em 2008. Isso é uma grande conquista. Resolvemos também, com o Ministério do Meio Ambiente, a possibilidade de somar reserva legal com APP. Resolvemos a possibilidade de fazer a reserva fora da propriedade no mesmo bioma, mesmo fora do Estado. Resolvemos a questão dos pequenos açudes. O mais

importante foi resolvido. A Ministra do Meio Ambiente chegou a dizer que 98% estava resolvido.

Agora, como em tudo, da arte à política, como é o detalhe que define, as tais APPs de beira de rio não resolvemos. Por quê? Porque ou você consolida de alguma forma ou você vai expulsar 2 milhões de agricultores de beira de rio. Não tem como. Não tem como você proibir que um criador no Nordeste leve a sua vaca para beber na beira de um açude, ou plante na beira de um rio ou de um açude. Numa região onde as estações são muito definidas, boa parte do Nordeste passa seis meses sem chover, seis meses. Quem é do Nordeste sabe disso. Como o nordestino come nessa área? É da cultura de várzea. Você pode chegar à feira: a melancia é de várzea, o feijão é de várzea, o milho é de várzea, porque não existe água de outra forma. Como você vai expulsar essa agricultura? Vai chegar ao Iguaçu e ao São Francisco, medir 500 metros de APP e expulsar todo mundo? É possível uma coisa dessa? É razoável?

Então, o governo chegou a apresentar uma solução que somente 20% dessas áreas poderiam se transformar em APP, mas não havia emenda para isso. Mostrou sensibilidade também. A questão é muito concreta. Apresenta-se uma solução para os agricultores brasileiros. Os europeus e os americanos estão liberados para usar suas beiras de rio. Conversei com um dirigente da associação de agricultores de Portugal e perguntei se eles plantavam na beira do rio. Ele olhou espantado para mim e perguntou se a Embrapa tinha alguma semente que pudesse plantar dentro do rio, porque na beira do rio eles já plantavam.

E a mata ciliar, também flexibilizar. Só a vegetação nativa que pode ser mata ciliar? Não tem outra forma de vegetação? O europeu não protege a beira do rio com tantas culturas? Com quais podemos proteger as nossas também?

Então, vejo que há possibilidade de chegarmos a uma situação que ajude a preservar o meio ambiente, a manter esse compromisso do Brasil e, ao mesmo tempo, ajude a proteger uma atividade importante que é a nossa agricultura, ou por razões econômicas, porque produz para baratear os alimentos, produz para equilibrar as contas externas, ou produz também para manter no campo uma parte da população que sobrevive com dificuldade, o pequeno agricultor que vive na roça: ali está a sua casa, a sua água, a sua luz, o seu estilo de vida.

Proteger a agricultura não é só proteger um negócio. "Ah, campanha contra o agronegócio". A minha impressão é de que esse termo é infeliz e muito mal usado. A agricultura é muito mais do que um negócio. A agricultura e o campo no Brasil são partes da nossa identidade nacional, da nossa cultura, da origem da nossa música, do nosso folclore, da nossa culinária. A sociedade, o governo e o Estado não podem virar as costas para essa atividade, não. Toda ela, cada uma com a sua função: a grande, a média e a pequena, que é a maior parte e a que precisa de maior proteção e que é a mais vulnerável às exigências da legislação.

É possível fazer essas escolhas? Eu acho que é. Vai prejudicar algum interesse? Não. Os pobres, os trabalhadores, as donas de casa, a classe média, ninguém vai ser prejudicado por isso. Pode contrariar interesses lá fora, mas acho que isso é da vida.

Portanto, fico aqui à disposição dos senhores e das senhoras. Agradeço mais uma vez o convide para participar dessa reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Quero registrar aqui as presenças do Deputado Romero Pereira, do Deputado Moreira Mendes, do Deputado Lira Maia, Deputado Moacir Miqueleto, Deputado Paulo Quartiero, Deputado Marcos Montes, Deputado Neri Gueller. Se eu estiver esquecendo algum, solicito que comunique à secretaria da Comissão. É uma alegria poder recebê-los.

Quero consultar os nossos presidentes e também o Plenário sobre o encaminhamento. Temos quatro autores de requerimento, pela ordem: Senador Acir Gurgacz, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Waldemir Moka, Senador Eduardo Braga. Vou trocar a minha vez com o Senador Eduardo Braga a pedido dele. A minha sugestão é que possamos ouvir cinco Senadores e passamos a palavra para o Deputado Aldo Rebelo, pedindo para que todos procurem ser objetivos. Vamos definir cinco minutos, como uma referência, fazendo um esforço para nos manter nesse tempo.

Além desses nomes a que eu me referi, ainda estão inscritos a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Russo, o Senador José Pimentel, o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio de Souza, a Senadora Ângela Portela, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Jayme Campos, o Senador Eduardo Suplyci, o Senador Vicentinho, o Senador Pedro Taques, o Senador Reditario Cassol, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Benedito de Lira, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Walter Pinheiro.

Procuramos fazer as inscrições pela ordem de chegada; alguns já não se encontram...

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Senador Presidente, permita-me mais 30 segundos para fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Apenas para registrar a presença do Prefeito de Querência, Fernando Gorgen. Levante-se, Prefeito. São 1.920 assentados da reforma agrária, sendo que boa parte deles com propriedades embargadas por uma legislação que os obrigava a ter 50% de reserva legal, mas que, depois, os obrigará a ter 80%. E o Prefeito tem cumprido o seu grande papel para ajudar manter esses assentados lá vivendo e produzindo. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mais uma vez registramos, com alegria, a presença do Prefeito de Querência. Também registro, com alegria, a presença do Deputado Federal de Mato Grosso, Roberto Dorner.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Deputado Aldo Rebelo, pela sua explanação. Acompanhei as suas visitas ao Estado de Rondônia e sei que V. Exª percorreu o Brasil inteiro para fazer esse grande trabalho: a reforma do Código Florestal feita pela Câmara.

Para contribuir, lá no Estado de Rondônia, Srªs e Srs. Senadores, temos uma reserva de aproximadamente 66.4 em todo o Estado de Rondônia.

A realidade dos nossos agricultores é muito parecida com a realidade do Município de Boca do Acre, mas, como uma pequena diferença: os nossos agricultores, em Rondônia, eles só não foram estimulados a estarem em Rondônia como muitos foram conduzidos pelo Governo Federal, foram transferidos de suas terras no Sul do País para o Estado de Rondônia, sendo lá instalados com a obrigação de derrubarem 50% de suas áreas para plantar, senão não teriam documento de suas áreas e, hoje, vivem da mesma forma, como dito pela senhora daquela família apresentada aqui pelo Deputado Aldo Rebelo, que vivem na ilegalidade, porque, no meio do processo, Senador Moka, mudou-se a lei. E as pessoas que foram incentivadas e transferidas pelo Governo Federal passaram a estar ilegal, perante a lei, não sendo reconhecido todo o trabalho feito à sua época.

Então, peço aos nossos nobres Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, que tenham sensibilidade – já que o Senador Jorge Viana conhece o nosso Estado de Rondônia, pois, vizinho do Estado do Acre, e também o Senador Luiz Henrique, pelo amplo conhecimento que tem do nosso País e, portanto, do o Estado de Rondônia -, porque atribuir àquela população 80% de reserva, eu acho que é uma penalidade muito grande para aquelas famílias que vivem no campo, que vivem do plantio no Estado de Rondônia. Será um engessamento no Estado, sem contar que temos quase 67% de reserva em todo o Estado de Rondônia, Senador Eduardo Braga. Então, o papel de Rondônia em preservar já está contemplado.

Peço, mais uma vez, para que a gente possa analisar, a fim de tirar Rondônia desse engessamento dos 80%. Vamos manter como no passado, quando, no passado, fomos para Rondônia e éramos obrigados a derrubar 50% e mantermos 50%. Não pode mudar a vida das pessoas por um simples decreto, por uma simples assinatura, por uma meia folha de papel mudar toda a vida, toda a história das famílias que moram na Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia. São quase dois milhões de pessoas que vivem da agroindústria, da pequena propriedade rural; 93% dos produtores das terras de Rondônia estão nas mãos de pequenos produtores rurais, da agricultura familiar.

Essas eram as minhas colocações.

Cumprimento e agradeço mais uma vez o Deputado Aldo Rebelo, que esteve em Rondônia, esteve em Ji-Paraná, conhece a realidade, sabe do que estou falando – as famílias foram para Rondônia incentivadas e transferidas pelo Governo Federal. Então, agradeço e cumprimento mais uma vez o Deputado Aldo Rebelo pelo brilhante trabalho e pela brilhante explanação desta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

OSR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rollemberg, cumprimento novamente todas as Srªs e os Srs. Senadores, nosso Relator, Deputado Aldo Rebelo, que tão dedicadamente caminhou por este País e procurou compreender o Brasil para apresentar o seu relatório, eu gostaria de começar fazendo uma colocação que me parece extremamente importante. Ainda há pouco o nosso Deputado Aldo Rebelo, de uma forma apaixonada e absolutamente emocionante, fez aqui um depoimento que não resta dúvida tocou o coração de todos nós, Senadores e Senadoras da República, bem como de todos aqueles que estiverem nos assistindo. No entanto, usando as próprias palavras do nosso Deputado, o Amazonas tem 1.6 milhão de quilômetros quadrados. Boca do Acre é um entre os 62 Municípios no Estado do Amazonas. Boca do Acre é o maior rebanho bovino do Estado do Amazonas. É

o Estado que tem o maior índice de cabeça de gado por habitante do Estado do Amazonas. A grande maioria desse gado é de grandes fazendeiros, não do PA Monte I e II. Você sabe por que é PA Monte? Porque é Projeto de Assentamento. Por isso é PA.

O PA Monte foi implantado em Boca do Acre por uma política de assentamento rural do governo brasileiro de forma absolutamente equivocada. Com equívoco de planejamento, com equívoco de assentamento e com equívoco das atividades a serem produzidas. Eu conheço PA Monte I e PA Monte II. Sei do sofrimento daqueles agricultores que lá vivem. Recentemente, com Senadores do Amazonas, Senadora Vanessa, o então Senador João Pedro, mais Deputados do Amazonas e lideranças de Boca do Acre, estivemos no Ministério da Agricultura construindo um termo de ajustamento para que os 436 produtores rurais do PA Monte que estavam ameaçados por uma série de ações etc. não fossem penalizados, como não foram. Estamos lá num esforço de regularização fundiária por um equívoco que não é um equívoco do agricultor, é um equívoco de uma política de assentamento do Governo Federal no Estado do Amazonas.

Eu gostaria também de corrigir que nesses 1.6 milhão de quilômetros quadrados, que na realidade é 1.548 milhão, um pouquinho menos porque o Estado do Acre acabou reorganizando conosco a fronteira e ficou um pouquinho maior, confiscou um pouquinho das nossas terras etc., somos agora 1.536 milhão de quilômetros quadrados. Nós só temos uma região onde temos produção de Santo Daime, é exatamente no Igarapé do Mapiá. É a única região. Uma comunidade absolutamente atípica da Amazônia brasileira. Valorosa comunidade, uma comunidade de brasileiros trabalhadores, absolutamente corretos, honestos, etc. No entanto, a BR-317, neste momento, está sendo asfaltada e tira do isolamento o maior Município do ponto de vista da pecuária no Estado do Amazonas. Lá, o governo do Estado, numa PPP única no Estado do Amazonas tem, dentro do Município de Boca do Acre, um frigorífico com produção de... Estamos abatendo mais de 350 cabeças de gado por dia. É o único frigorífico que nós temos no Estado do Amazonas, onde o governo do Estado é parceiro.

Isso tudo apenas para dizer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, se o passado estivesse correto, os produtores que lá foram assentados não estariam na pobreza e na miséria que se encontram. Se o passado estivesse correto, ali teria uma fotografia de plantio de feijão, de agricultura de soja, e não de uma pecuária intensiva que não gera emprego e renda para o caboclo. Gera renda para o investidor.

Nós não somos contra a pecuária. Nós somos contra a aplicação da pecuária no ecossistema que não lhe é próprio, que não lhe é devido, porque não há registro de levantamento das terras abandonadas na Amazônia por implantação equivocada de pecuária em áreas degradadas não produtivas. Portanto, aqui não se trata de discutir apenas aqueles brasileiros que – concordo com o nosso Deputado Aldo Rebelo – foram induzidos a ir para a Amazônia e que lá foram largados pela política brasileira, esquecidos; ficaram enfrentando malária, febre amarela e todo tipo de intempéries endógenas da floresta, absolutamente esquecidos.

E, quando estamos discutindo o Código Florestal, esquecemos que essas pessoas são gente e não massa de manobra; são seres humanos e não massa de manobra.

E, como representante do povo do Estado do Amazonas, estou aqui para dizer o seguinte: nós, amazônidas, nós, amazonenses, queremos ter o direito de construir um futuro inteligente, justo e digno para nós, como todo e qualquer brasileiro tem o direito de fazê-lo de forma equilibrada, de forma a poder equilibrar e balancear.

Várzea na Amazônia está dividida em três tipos de várzea. Uma delas é leito de rio, e plantar de forma intensiva em leito de rio traz consequências danosas ao produtor, àquele que lá vive, ao caboclo, ao ribeirinho. Este será penalizado, porque uma coisa é margem de rio; outra coisa é leito de rio. Senador Luiz Henrique, no meu Estado, a área que é plantada durante a seca não é várzea; é leito de rio, o que chamamos de várzea baixa.

Nossa região tem três tipos de várzea: a várzea baixa, que é leito de rio – lá se planta o feijão de corda, no Estado do Amazonas, no Estado do Acre. É um feijão maravilhoso, delicioso, o "manteiguinha", como chamamos na nossa região. Mas aquilo – não confundam – é leito de rio. Daí a quatro ou cinco meses, Senador Blairo, a água vem e lava aquele leito de rio, e traz de novo os insumos do adubo, tira todo e qualquer problema; daí a quatro ou cinco meses, ela está de fora de novo para você fazer o plantio da agricultura familiar em forma de mosaico. Não podemos confundir isso com uma produção intensiva de várzea de margem de rio, de pequenos rios de outras regiões. É completamente diferente, é o que nós chamamos, na nossa região, de várzea alta. Esta é uma outra várzea, é a várzea alta. Por isso, a ciência e a tecnologia não podem estar à parte da questão do Código Florestal. Depois, nós temos uma outra várzea, que é a várzea de terra firme. Portanto, quando nós falamos em várzea neste País, temos de levar em consideração diversos níveis e diversos tipos de várzea.

A verdade é que o homem e a mulher que vivem na Amazônia e que hoje protegem, guardam, administram o maior patrimônio deste País, a nossa floresta, não podem ser simplesmente um retrato isolado de um município que não é multiplicável em todo o território do Estado do Amazonas. É preciso compreender que há um balanço. A atividade da pecuária é intensa em Boca do Acre porque lá é propícia para Boca do Acre. Agora, o único município do Estado do Amazonas que está no arco do desmatamento e que está sofrendo penalizações graves do arco do desmatamento é o município de Lábrea, não o município de Boca do Acre.

E pasmem, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nem um desses metros quadrados de desmatamento aconteceu próximo a área urbana. Ao contrário: o desmatamento aconteceu próximo à BR-364, na fronteira tríplice entre o Estado de Rondônia e o Estado do Acre, no Ramal do Boi, onde, novamente, a pecuária intensiva está ocupando, de forma ilegal, irregular e absolutamente criminosa, terras no município de Lábrea. E mais do que isso: nós estamos sendo penalizados num município na sede de Boca do Acre com o crédito cortado para o pequeno produtor, que não desmatou um metro quadrado de terra.

Equívocos sobre a Amazônia acontecem permanentemente. A mesma coisa está acontecendo no sul de Canutama, numa comunidade chamada Nova Califórnia, novamente perto da BR-364.

Portanto, Srs. e Srªs Senadores, é muito importante que tenhamos esse equilíbrio e esse bom senso para que possamos compreender que um depende do outro e que nós precisamos construir um Código Florestal que seja equilibrado. O depoimento emocionado daquela senhora toca todos os nossos corações, mas nós poderíamos ter depoimentos aqui emocionadíssimos acerca do que está acontecendo em outras áreas daquela região.

É claro que nós estamos falando de um Código Florestal que trata de reserva legal em propriedade privada, e a reserva legal em propriedade privada não pode ser um ônus para o produtor. Se ela é uma estratégia para o desenvolvimento e para o equilíbrio do ecossistema, para o equilíbrio do clima e para o equilíbrio do ritmo hidrológico, ela precisa ser compreendida como uma estratégia nacional, e toda questão com relação a essa problemática é exatamente de quem é o ônus de manter a reserva legal.

Eu não conheço um agricultor que não seja a favor de proteger as margens dos rios para não sofrer problemas de erosão. A própria CNA, presidida pela Senadora Kátia Abreu, aqui citada, está implementando um programa chamado Biomas, com a Embrapa, para poder fazer uma vitrine em cada um dos biomas, levando em consideração as APPs das áreas ripárias, as APPs das áreas de encosta e as APPs de topos de morros, porque, para o agricultor, não é bom negócio destruir o solo e destruir a sua capacidade produtiva. Mas a resposta para isso está na ciência e na tecnologia. A resposta para isso não está no achismo de alguns, que querem compreender sem entender, que querem decidir sem estabelecer uma base técnica e tecnológica. A própria Confederação Nacional de Agricultura entende assim. E todos nós assim deveremos participar.

Eu deixo aqui uma colocação: por que não transformarmos a questão das reservas legais, tão questionadas, Srs. Relatores, em uma proposta para aqueles que as possuem serem incentivados e motivados a mantê-las? Por que nós não podemos fazer compensações em torno das questões tributárias para que a reserva legal seja mantida com redução dos tributos a serem pagos a partir daquele produtor que mantém a sua reserva legal? Por que não podemos usar a reserva legal como um benefício e um estímulo e não uma punição para aqueles que não as mantêm? O custo social da terra tem que ser compartilhado com o Governo, não pode ser apenas do produtor. O custo social da terra tem que ser compartilhado com o Governo. Portanto, a reserva legal é uma proposta, que poderia ser levada em consideração com relação ao imposto de renda e ao imposto sobre propriedade da terra.

E apenas para não me delongar, e teremos várias oportunidades para debater esses temas, gostaria de dizer que é verdade que a recomposição das reservas legais, principalmente na região da mata atlântica, passa a ter uma composição complexa quando tem 27% da mata atlântica preservada e não os 65% que tem Rondônia, para que possamos mantê-la. No entanto, precisamos compreender que o ritmo hidrológico vai além dos biomas. Os biomas são interconectados. Portanto, por que não compensar além dos biomas? Aquela tese de que a compensação tinha que ser na bacia dos rios já foi ultrapassada. A tese de que teria que ser compensada na fronteira estadual já foi ultrapassada. Nós precisamos ter a coragem de ultrapassar a tese de que a compensação tem que ser no próprio e no mesmo bioma.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, os produtores precisam da floresta. As florestas, diz hoje um biólogo nos jornais, são uma mina de ouro para os produtores. E o é, porque, sem floresta, nós não temos chuva e, sem chuva, não mantemos o clima e, sem o clima estável, não continuaremos tendo o fundamento de nossa economia no agronegócio.

Portanto, creio que as compensações podem ser além dos biomas e creio que chegou a hora de im-

plantarmos as compensações baseadas em serviços ambientais e em pagamento dos serviços ambientais além dos biomas. Isso se resume numa tese, numa teoria, que é conhecida mundialmente como REDD+, que é o carbono florestal. A partir daí, nós estaremos não discutindo o passado e o presente, estaremos começando a discutir um futuro inteligente para aqueles que vivem no campo, não apenas os produtores rurais, mas aqueles que vivem na floresta, que dependem da floresta.

Quero agradecer às Srªs e aos Srs. Senadores, agradecer muito ao Deputado Aldo Rebelo, porque nos permitiu trazer aqui as desigualdades e as diferenças de uma região que não é homogênea. A Amazônia não possui um ecossistema, possui dezenas de ecossistemas. A Amazônia é heterogênea. E não podemos confundir Boca do Acre com a Amazônia brasileira. É parte da Amazônia brasileira, uma parte tão importante quanto as outras, mas que não é homogênea. E não podemos dar tratamento igual entre desiguais.

Por isso, defendo uma política no Código Florestal que possa remunerar a floresta e dar oportunidade ao produtor para trabalhar de forma legal e produtiva, a partir de compensações de serviços ambientais e de compensações na reserva legal e na área de preservação permanente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Vou procurar ser breve na minha intervenção.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo, pois reconheço o seu esforço e sou testemunha do esforço feito pelo Deputado Aldo Rebelo e das inúmeras audiências públicas que realizou acerca de tema extremamente complexo, extremamente complexo, porque temos um País bastante diversificado do ponto de vista de sua vegetação e de seus estágios de ocupação no meio rural.

Mas, quero abordar temas do texto aprovado pela Câmara com o objetivo de avançarmos em seu aprimoramento. Para tanto, gostaria de abordar três questões. A primeira delas – e tive a oportunidade de dizer isso pessoalmente ao Deputado Aldo Rebelo –, à qual considero como um grande equívoco, e que precisa ser corrigida no Senado Federal, é sobre a Emenda nº 164, aprovada na Câmara. Entendo que até pela complexidade de definição do que pode excepcionalmente – ou por baixo impacto ambiental, ou por interesse social, ou por utilidade pública – constar em área de preservação permanente consolidada que, em função das inúmeras variedades de possibilidades aqui citadas pelo Deputado Aldo Rebelo, que entendeu que não ter condições de ele definir as atividades que poderiam ou as que não poderiam, é que eu entendo que isso tem de estar determinado, sim, por decreto do Poder Executivo Federal. Isso jamais poderá ser colocado, em função das minúcias e dos detalhes das diferenças que temos no País, em uma lei.

Há uma questão de fundo – e eu tenho o maior respeito por quem defende uma posição diferente da que eu defendo –, qual seja, de que o Código Florestal deve definir as normas gerais das áreas de preservação permanente e, no meu entendimento, os Estados deveriam ter o poder de ampliar essas áreas de preservação permanente, jamais de reduzi-las, embora, conceitualmente, a ideia seja extremamente defensável, como defende o Senador Luiz Henrique.

Mas entendo que corremos o risco de termos uma guerra ambiental, como temos hoje uma guerra fiscal no País, em Estados oferecendo maiores possibilidades de utilização dessa área ambiental. Isso é um debate que será feito aqui. Mas, entendo que a redação anterior do Deputado Aldo Rebelo é melhor, mais apropriada do que a da Emenda nº 164 aprovada.

Quero registrar que outra questão que considero importante para garantir que, além da regularização rural, das ocupações rurais, tenhamos instrumentos de preservação das áreas que vão permanecer que estão hoje preservadas, que devamos ter instrumentos punitivos no Código. Contextos que, inclusive, chegaram a ser negociados, fizeram parte da negociação em algum momento, não foram aceitos, senão estariam no texto, mas que podem voltar à discussão.

Vou, rapidamente, ler, por exemplo, o art. 19, que diz:

> ***Art. 19*** *A área de reserva legal deverá ser registrada junto ao órgão ambiental competente, por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural, de que trata o artigo 30, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título ou desmembramento com as exceções previstas neste Código.*

Não tem, no texto, qualquer punição para o descumprimento desse artigo e, na negociação, em algum momento, houve a apresentação de um texto que dizia que "o descumprimento da obrigação prevista no *caput* impedirá a transferência a qualquer título, o desmembramento, o parcelamento, o remembramento do imóvel rural".

Acho absolutamente pertinente que haja uma punição para quem descumprir o artigo.

Da mesma forma, textos apresentados referindo-se ao então art. 58, dizem: "*O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em*

desacordo com o disposto nessa lei, poderá embargar a obra ou a atividade". Ora, se o órgão ambiental tomar conhecimento, deverá embargar a obra; e, se a pessoa descumprir o embargo, ela tem que ser punida, porque, se não houver punição para uma infração, não teremos efetividade nos artigos do Código Florestal.

Então, eu gostaria de ouvir os comentários do Relator, a partir dos próximos oradores, sobre esse sistema, porque entendo que isso é importante de constar para dar efetividade ao texto do código.

Por fim, quero, aqui, concordar com o Senador Eduardo Braga, que é um conhecedor profundo da sua região, do seu Estado. Reconheço que houve um esforço, houve um avanço no relatório do Deputado Aldo Rebelo, mas eu diria que este é o grande desafio que nós, aqui, no Senado, temos: como ampliar os instrumentos de pagamento por serviços ambientais.

Quero registrar, aqui, uma preocupação que tenho. Nós poderemos, Deputado Aldo Rebelo, viver, daqui a alguns anos, seja pelo aumento da procura por alimentos no mercado mundial, seja pelo crescimento do poder aquisitivo da China, com população enorme, que está consumindo alimentos, seja pelo elevado preço das *commodities* no mercado internacional, com uma pressão muito grande pela ocupação de novas áreas para a produção de alimentos. E se, na Amazônia, temos 80% das áreas preservadas por reserva legal, no cerrado brasileiro, que é visto como grande área de expansão da agricultura, por exemplo, temos apenas 20% – apenas 20%, e quero registrar o "apenas 20%" – de reserva legal. E estamos falando de um bioma que detém uma das maiores biodiversidades do planeta: 12 mil espécies de plantas; 4.400 plantas endêmicas – só existem no cerrado; 70% das águas da bacia do Paraná, do Tocantins, do São Francisco nascem na região do cerrado, e nós corremos o risco de ter, nos próximos anos, um desmatamento legal de até 80% da área do cerrado, em função do alto preço das *commodities*.

Então, eu diria que o grande desafio do Congresso – compartilho inteiramente com o Senador Eduardo Braga em relação a essa preocupação – é criar instrumentos econômicos que valorizem a preservação, que estimulem a pessoa a preservar até mais do que a lei exige. E, mais do que isso: acho que temos alguns subprodutos desse debate, dessa mobilização nacional em torno do debate do Código Florestal, que deve ser um grande pacto entre a agricultura, o meio ambiente e a ciência e tecnologia, para garantir instrumentos no orçamento do País, para que tenhamos zoneamento agrícola neste País, para que tenhamos novamente mapas de solo. Aqui, disse o pesquisador da Embrapa que essas áreas de preservação permanente, idealmente, deveriam estar sendo definidas pela sua declividade, pela sua textura, pela sua espessura, pelos serviços ambientais e pela diversidade biológica das matas ciliares. E, se tivéssemos instrumentos científicos para isso, poderíamos estar definindo isso com base na ciência, e não apenas definindo.

Lembro mais uma vez informação dada aqui, nesta Comissão, pelo Presidente da Embrapa: nos últimos 30 anos, o Brasil ampliou sua área agrícola em 45,8% e aumentou sua produção em 268%. Isso demonstra que não podemos prescindir, em absoluto, da ciência e da tecnologia; e está exatamente no investimento em ciência, tecnologia e inovação a possibilidade de ampliarmos nossa produção de alimentos, ampliarmos nossa produção de energia, ampliarmos nossa produtividade em cima de áreas degradadas de pastagem, ainda por muitos anos, poupando o avanço em novas fronteiras de cerrado ou de floresta amazônica.

São esses os desafios que entendo que são importantes para o Senado, e, oportunamente, gostaria de ouvir os comentários do Deputado Aldo Rebelo, mais uma vez cumprimentando-o pelo trabalho difícil e valoroso, quero registrar, que fez até aqui e que está permitindo esse debate.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Relator, Deputado Aldo Rebelo, Srs. Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Agricultura, Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz, quero que os Senadores entendam que, no meu caso, particularmente, é muito difícil, a não ser fazer um comentário, porque eu fiz parte da Comissão que construiu esse texto. Quero dizer aos Srs. Senadores que me orgulho muito disso. E, dentro do debate aqui no Senado, nós vamos perceber a dificuldade que é isso. Não é uma coisa simples.

Quero me permitir dizer que dificilmente alguém que não seja o Aldo, com a sua capacidade, com a sua determinação, com a sua paciência, pudesse fazer com que esse texto fosse aprovado. É legítimo que o Senado discuta pelo tempo que achar necessário. É claro que há uma premência, que os agricultores, os produtores rurais veem isso com uma certa preocupação, até porque vários deles estão esperando a votação, a conclusão disso para saber como vão se comportar, principalmente em relação a essa questão do embargo, da multa, de uma série de coisas que têm por aí.

Mas eu quero contribuir com os três Presidentes para que o clima desse debate aqui no Senado seja o mais tranquilo, o mais equilibrado possível. Mas reconheço que, na Câmara, apesar de tudo, sempre houve o entendimento. Claro que as paixões acontecem – e vamos tê-las aqui. Mas eu quero dizer a cada um dos

senhores o seguinte: eu fico só pensando em uma coisa que o Aldo falou e na qual eu tenho insistido aqui. Eu não consigo entender por que nós, o Governo brasileiro, o nosso País, temos que ficar aqui, em termos da grande mídia internacional, acuados. Não tem nada que justifique isso. O Brasil, embora seja um grande produtor e exportador, manteve o seu patrimônio ambiental. Isso nós temos que começar a dizer. Até mesmo na Organização Mundial de Comércio, quando se levantar essa questão, temos que usar isso favoravelmente, em vez de nos acuarmos.

Olha, nós temos 2,7 hectares de floresta para cada brasileiro. São quase 3 hectares de floresta para cada brasileiro. Qual o país que tem isso? Para essas coisas precisamos atentar. Nós temos ainda 61% da nossa vegetação. No meu Estado – e se ataca tanto o Pantanal –, o produtor rural, eu insisto sempre nisto, produz a chamada proteína vermelha, pecuária extensiva, há mais de 250 anos. E é um dos biomas mais preservados deste País. E quem preservou? O produtor rural.

Essas coisas temos que, claro, fazendo os ajustes necessários, deixar muito claras. É importante que a gente deixe isso claro para a população. Quando eu ouço essa história de que estão devastando o Amazonas, eu digo: Meu Deus do céu! Aí, quando você escuta que 98% ainda estão preservados, pensa: como é que podem estar devastando se ainda tem toda essa preservação? Será que isso não é uma pressão? Não estou dizendo que não temos que...

Concordo com o Eduardo que está na hora de fazermos o debate, que aquele produtor que tem reserva legal tem que ganhar alguma coisa por isso. Eu concordo absolutamente. Só que esse é um problema que os senhores vão ver, na hora de colocar, a dificuldade que vai ser, porque o produtor, meu caro ex-Governador Eduardo Braga, no meu Estado, por exemplo, só quer que, nos 20% dele, possa incluir a Área de Preservação Permanente. O sujeito que tem mil hectares deixa duzentos hectares de reserva legal. Um produtor brasileiro que foi para os Estados Unidos começou a procurar: comprou uma propriedade e queria saber lá quanto é que ele iria deixar de reserva legal. O pessoal começou a olhar para ele e dizer: "Você não comprou?", "Comprei"; "É sua a propriedade?", "É"; "Então, você faz dela o que você quiser!". Porque lá a reserva legal que existe é o governo que tem. E, quando nós estamos debatendo reserva legal é importante – o Aldo já frisou –, mas não estamos debatendo o que há de reserva legal no poder público, nas Áreas de Preservação Permanente das grandes... Não estamos falando disso, de terras indígenas, porque isso tudo está fora do debate.

Então, nós temos de mostrar também o lado positivo e lembrar, senhores, que – só para encerrar –, quando o produtor brasileiro produz açúcar a partir da cana e coloca esse açúcar de melhor qualidade num preço competitivo, a Europa, que produz açúcar a partir da beterraba, com um custo altíssimo de produção, cada vez que chega lá o açúcar brasileiro com um preço baixo, o governo europeu tem de subsidiar os seus produtores, que produzem a partir da beterraba. E, aí, muitas dessas organizações estão aqui a serviço para diminuir esse subsídio, criando barreiras fitossanitárias e ambientais para aumentar o custo da produção brasileira, para que o nosso produto chegue lá com um preço menos competitivo, para diminuir o aporte e o subsídio que faz hoje o governo europeu. E o resultado aí está: nós estamos vendo o que está acontecendo na Europa, porque não é fácil bancar e subsidiar. O tesouro europeu está pagando um custo muito alto por esse subsídio.

Eu vou encerrar por aqui, agradecendo a presença desse grande brasileiro que é o Deputado Federal Aldo Rebelo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka, e passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar também o trabalho do Relator, Deputado Aldo Rebelo, a quem temos o reconhecimento pelo esforço pessoal e as adversidades enfrentadas nesse duro trabalho, que envolve um jogo de interesses muito grande, que envolve conflitos também, alguns ideológicos e de toda ordem. Então, cumprimentos pela sua tenacidade, pela sua coragem e pelo espírito nacionalista com que vem tratando desse tema.

Vou ao ponto. As entidades ambientalistas, Relator Aldo Rebelo, afirmam que o projeto aprovado na Câmara anistia os desmatadores. Há ou não anistia no projeto de lei de que o senhor foi Relator na Câmara dos Deputados?

O senhor fez referência, quando fez a exposição, da ausência da participação dos cientistas no debate, mesmo convidados. Apesar dessa constatação, eu gostaria de saber se houve alguma contribuição dos cientistas nesse projeto e se algum deles conseguiu provar que um imóvel pode manter-se economicamente viável se respeitadas as APPs de 30 a 500 metros, mais a reserva legal.

A outra questão, Deputado Aldo Rebelo, é que o art. 35 do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados prevê recomposição de 15 metros para rios com até dez metros. Significa que, se o rio tiver 11 metros, a recomposição será de 50 metros. Isso está corre-

to? Tomemos como exemplo o rio Uruguai, lá no meu Estado, em que certos trechos possuem mais de 200 metros de largura. Nesse caso, uma residência ou um barracão que estiver distante 110 metros da margem deverá ser derrubado e a área, recomposta. Isso está correto? Idem, um rio de 11 metros, em que a recomposição deverá ser de 50 metros, o senhor teria uma proposta para resolver essa situação?

A Emenda nº 164, dando nova redação ao art. 8º do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, foi aprovada em razão de situações como a da pergunta anterior que eu acabo de lhe fazer. Nela, há expressa proibição de consolidação de área onde há risco de ocupação humana ou prejuízo de erosão.

Considerando que até 1986 a APP era de cinco metros para rios até 10 metros e o limite máximo era 100 metros para rios superiores a 200 metros, o senhor vê algum problema em manter a lógica da Emenda nº 164? A propósito disso, Deputado Aldo Rebelo, queria também lembrar ao senhor – claro que o senhor mais do que eu conhece bem o art. 18 do atual Código Florestal, em que consta textualmente:

> ***Art. 18*** *Nas terras de propriedade privada onde seja necessário o florestamento ou reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.*
>
> §1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, seu valor deverá ser indenizado ao proprietário [o valor dessa cultura].
>
> §2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público federal ficam isentas de tributação [falou-se aqui em tributação também].

Nesse caso, dada a celeuma provocada pela Emenda nº 164, Deputado Aldo Rebelo, não seria o caso de manter o art. 18 do atual Código Florestal no projeto aprovado pela Câmara, apenas inserindo nele texto esclarecendo que "enquanto o Poder Público não fizer a recomposição e indenizar o que deve sê-lo, a área se manterá em uso agrícola"? É a pergunta que faço.

Há, ainda, mais duas questõezinhas. Comparando-se o texto aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados e o que foi aprovado em Plenário, a utilização da palavra "regulamento" passa de 25 para 36 ocorrências. Pergunto se, na sua opinião, isso não diminuiu a segurança jurídica do produtor rural.

E, finalmente: pela versão aprovada na Comissão Especial da Câmara, o Programa de Regularização Ambiental teria cinco anos para ser formalizado. Agora, é de quinze meses – três meses para implantação e mais um ano para fazer todas as declarações. Sobre o tema, tenho a seguinte pergunta: o atual Código Florestal, publicado em 1965, ainda não possui todos os seus artigos regulamentados. Portanto, se os 35 regulamentos mencionados no projeto não tiverem sido emitidos nestes quinze meses, o que fazer, Deputados, Srs. Senadores, Presidentes das Comissões e Relatores? Fazer uma confissão em branco, sem saber o ônus que o Poder Executivo irá trazer aos seus decretos?

Essas são as minhas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar V. Exª pelo rigor na utilização do tempo, o que facilita muito o trabalho do Presidente.

Passo, neste momento, a palavra ao Deputado Aldo Rebelo para fazer seus comentários a respeito das cinco intervenções.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Naturalmente, Presidente Rodrigo Rollemberg, teremos que fazê-lo telegraficamente, porque a exposição do Senador Eduardo Braga foi uma exposição sobre a Amazônia como um todo, e eu não tenho condições de competir com tamanho conhecimento.

De qualquer forma, devo esclarecer que também não me estranha a realidade amazônica. Desde os bancos escolares, nos idos dos anos 70, para reorganizar a União Nacional dos Estudantes, tive a alegria de conhecer, de visitar a Amazônia, o Estado do Amazonas, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, de nadar no encontro das águas e de ler, pelo menos parcialmente, uma vasta literatura sobre o processo de ocupação da Amazônia. Desde os viajantes, do Padre João Daniel, que viveu ali pelos séculos XVIII e XIX, além de outros que nos dão conta de que a pecuária na Amazônia é tão antiga quanto no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Nordeste. Claro que ela pode se destacar em Boca do Acre, mas eu não estive só em Boca do Acre; eu estive em Manaus também. Aliás, acho até que o Presidente da Associação é até de outro Município, Humaitá. Em Humaitá também tem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Tem, mas é pouco.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – E esses viajantes nos dão conta de que, ainda no século XIX, a carne de boi em Belém era mais barata do que o peixe, dada a grande oferta de carne bovina que tinha vindo das Ilhas Açores e povoou ali, uma vasta região da Amazônia.

Então, é claro que isso não é contraponto nem defesa de qualquer tipo de pecuária em qualquer tipo de solo. Evidentemente que não, mas apenas a indicação de que havia atividade pecuária e outras culturas também. Por exemplo, hoje, Roraima tem que importar farinha de mandioca do Paraná, leite de Rondônia

e álcool de São Paulo, provavelmente. Essa é a situação do Estado de Roraima, mas,quanto ao plantio, há uma cidade no Pará que é conhecida como Terra da Cachaça, cachaça de cana-de-acúcar, porque há também a de mandioca.

Então, eu vejo o seguinte, em Boca do Acre, estavam lá o Secretário da Agricultura e a Secretária do Meio Ambiente, cuja atividade – não é porque o Secretário da Agricultura é do meu partido e a Secretária da Meio Ambiente, que foi também do Governo de V. Exª – foi muito elogiada pelos agricultores, pelo grande esforço que têm feito para regularizar, para assistir. A forma de ocupação não é, naturalmente, responsabilidade dos agricultores, que vivem em uma situação difícil, pode ser em Boca do Acre, pode ser em Viçosa, nas Alagoas, pode ser lá no Pontal do Paranapanema ou em algum Município do Rio Grande do Sul. São situações difíceis, independentemente do Estado. Eu falei aqui do Vale do Ribeira, lá das bananeiras, em São Paulo. Então, naturalmente, a situação da Amazônia e da sua população envolve dificuldades que são mais próximas dos governantes e dos representantes dos Estados da Amazônia, mas que também que não podem ser indiferentes a quaisquer outros representantes do povo brasileiro. E eu visito, frequento, conheço a região já há muito tempo. As soluções são diversas; ensejariam outro debate.

Eu, por formação político-ideológica não tenho muita facilidade em assimilar a política de troca de carbono por dinheiro. Eu acho que a preservação da natureza é por interesse da humanidade, por interesse coletivo e não por causa de dinheiro. A partir do momento em que se introduz o mercado e os mecanismos de mercado nessa troca, vai possuir, vai ter acesso quem paga, e quem não paga, naturalmente, vai ter acesso negado. Esse é um debate antigo também, desde o século XIX, se os bens naturais, se a natureza deve ser apropriação privada ou interesse coletivo. Mas eu também não quero debater essa questão.

Pagamento de serviços ambientais localizados e com limitações é uma coisa natural. Existe no mundo, na Europa, mas nós não poderemos chegar a uma situação extrema, por exemplo, em que, numa economia rica, num mecanismo de competição, possa se querer, por exemplo, trocar a plantação de alimentos no Brasil por reposição de florestas, se esse custo corresponder à possibilidade de pagamento dos nossos competidores. Será um risco se nós não tivermos o limite para a ação do mercado nessa atividade.

Não vejo risco de guerra fiscal, porque guerra fiscal acontece na atividade industrial. Você pode desmontar uma planta de uma fábrica de bebidas em São Paulo e levá-la para a Paraíba ou para Alagoas; é difícil deslocar uma propriedade agrícola. Não há como se fazer isso. As propriedades não se prestam a esse tipo de guerra, porque a APP no Estado vai ser menor do que em outro, e não vai acontecer isso, porque, na verdade, já há definição na lei de que essas medidas serão mantidas. A recomposição em algumas áreas, porque a Emenda nº 164 não consolida nada; pelo contrário, a Emenda nº 164 subordina qualquer possibilidade de consolidação dessas áreas a que isso não traga risco para os recursos hídricos, para a conservação do solo. Está tudo isso subordinado. Examinei com constitucionalistas se isso, de fato, correspondia à minha interpretação. Isso é o que, de fato, está na Emenda nº 164.

Também é preciso esclarecer que, no caso do cerrado, os 20% de reserva legal são da propriedade particular. Já há uma grande área de parques públicos em toda a área do cerrado, em Goiás, no Tocantins, no Mato Grosso. Então, o risco, se é que se pode chamar assim, de desmatamento legal é apenas na área da propriedade particular, porque, nas áreas públicas, há grandes parques, que, infelizmente, não são suficientemente protegidos – tanto o é que pegam fogo toda estação seca no Brasil. Mas existem grandes parques no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás, no Tocantins, e isso precisa ser destacado.

Anistia aos desmatadores: primeiro, não há anistia, porque não há perdão. O que há no Programa de Regularização Ambiental é a possibilidade de o agricultor regularizar sua atividade, desde que assuma o compromisso de cumprir a legislação, tal qual o decreto, assinado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Minc e pela Presidente Dilma recentemente, determina, ou seja, só há possibilidade de regularização e de conversão da multa.

Por que a conversão da multa em serviços ambientais? Porque o proprietário terá a despesa e o custo dessa regularização, de recomposição ou de compensação de reserva legal e de recuperação, porque a compensação não é possível, na área de preservação permanente. Então, não há, nesse caso, anistia, porque não há perdão. O que há é o cumprimento da lei, a não ser que...

Além do mais são os pequenos que são atingidos. As grandes propriedades já fizeram os seus acordos, as suas regularizações por exigência, inclusive, da própria atividade comercial, porque são cobrados no Brasil e fora do Brasil. São os pequenos proprietários e porque também as multas são desproporcionais à atividade. Quem fizer um levantamento junto ao Tribunal de Contas da União vai encontrar um abismo entre, por exemplo, as multas cobradas no sistema financeiro ou as multas cobradas na atividade agropecuária. No

fim de semana, se se faz uma operação no Acre, resulta em mais de R$2 bilhões de multa. Isso tem correspondência com a atividade da pecuária ou mesmo dos frigoríferos do Acre? Não tem. É uma coisa assim muito desproporcional.

Bem, quanto ao art. 18, Senadora, não estou com o Código Florestal antigo, mas creio que trata da reserva legal e não, da área de preservação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Das APPs.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – APP. Não é o que tem sido feito na prática.

O Ministério Público chega às propriedades e determina a remoção de qualquer bem – não apenas da atividade agrícola; ele não pode nem colher a atividade –. Ele é apenas obrigado a se deslocar, e o promotor diz que aquilo é propriedade da União e que não está, por exemplo, submetido à possibilidade de indenização. Por essa razão, a Emenda nº164, que foi uma solução que nós encontramos.

O Governo, a bem da verdade, admitiu. Nós chegamos a discutir com o Ministro Palocci. Acho que alguns aqui estavam presentes. Não sei se o Deputado Micheletto, se o próprio Senador Moka, o nosso Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. As expressões, ou seja, aquilo que for de baixo impacto, de interesse público e de interesse social para proteger as atividades, porque, na área urbana, elas estão protegidas. Ninguém imagina remover, por exemplo, a marginal do Pinheiros ou do Tietê, ou as construções na beira do Guaíba, lá em Porto Alegre, ou do Beberibe e do Capibaribe, em Recife. Cogita-se remover uma casa na beira do rio Paraná ou do rio Grande, lá em São Paulo.

Então, essas soluções são admitidas. O problema é enquadrar todas essas atividades e as atividades da agropecuária sem critérios técnicos, porque os europeus não usam, Senadores, a metragem. Por exemplo, a Suécia usa a limitação de defensivos, não pode usar veneno até cinquenta metros. Os americanos também usam critérios que não são o da metragem. Quando tem a medida em APP, como na Austrália, é muito modesta, começa em cinco metros e termina em vinte. Como o nosso Código antigo, de 1965, que começava em cinco metros e terminava em cem. E, de fato, a senhora tem razão. Se a propriedade tiver onze metros, a APP passa a ser cinquenta metros. Essa é que é a questão. É arbitrado dessa forma. Arbitrado como outras coisas que a lei tem de arbitrar porque não pode examinar especificamente caso a caso.

Estou concluindo, Senador.

O regulamento foi a forma que encontramos para negociar com o Governo uma área, um campo de ação que exatamente limite de certa maneira, que o Governo queria, que é a ação dos Estados. Os Estados já têm, pela Constituição, direito de legislar. Art. 24, acho que o § 4º, já determina que o Estado tem essa atribuição. Não podemos, na lei, contrariar aquilo que a Constituição já estabelece, que o Estado legisla paralelamente, concorrentemente nessa atividade.

Os quinze metros que nós estabelecemos para efeito de recomposição nos córregos, nos cursos d'água de até dez metros foram para atender principalmente o pequeno proprietário. O grande com quinze, com trinta, de certa forma não é atingido porque a área dele é muito extensa. O pequeno é que é atingido. Não resolve tudo porque, numa propriedade média e pequena, você pode ter um curso d'água grande que margeia a propriedade, tipo, lá mesmo, o Iguaçu, o Ijuí ou Ivaí ou Uruguai que têm mais de cem, duzentos metros, ou até mais do que isso. Ali, ele vai ter um APP de duzentos ou de quinhentos metros, e a propriedade dele vai estar completamente inutilizada, sem qualquer tipo de recurso.

Nós ouvimos cientistas. Como disse, fui ouvir o Presidente da SBPC em São José dos Campos, ouvi na sede da SBPC, em São Paulo, na rua Maria Antônia, e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais. Ouvimos, no Mato Grosso, a universidade. Ouvimos a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Viçosa. Eu fui pessoalmente passar um dia na ESALQ, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de São Paulo. Ouvi várias vezes uma das maiores autoridades em APP em margem de rio, que é o Professor (...) Ouvimos São Paulo, ouvimos em Ribeirão Preto, ouvimos em Piracicaba. Ouvi a Professora Zezé Zaquia, que tem um grande estudo também sobre essa área de APP de beira de rio. Ouvimos como nunca foram ouvidos os cientistas. Os da Embrapa, foram dezenas. Passamos, eu e Niqueleto, fomos aqui na sede do Ibama, ouvimos o Ibama, ouvimos o ex-Ministro Minc, ouvimos a Ministra Izabella várias vezes. Fomos a todas as Embrapas além da Embrapa ter vindo a Brasília. Ouvimos de forma circunstanciada e exaustiva. As ONGs, nem se fala. Primeira entidade que recebi em meu gabinete foram os representantes do Greenpeace. Foram ouvidos aqui em Brasília, foram ouvidos em Manaus; SOS Mata Atlântica, WWF. E ouvimos aqueles que nunca foram ouvidos, que foram os agricultores. Estes, de fato, nunca foram ouvidos. Eram estranhos a esse debate. E nós também fomos ouvidos. Órgãos ambientais de Município, de Estado.

Isso tudo está documentado, aliás, num relatório de quase trezentas páginas.

Além do mais, há uma última questão, Senador Rodrigo Rollemberg, as punições para crimes ambientais estão tratadas numa lei muito rigorosa, que é

a Lei de Crimes Ambientais. Introduzir, nessa discussão, dispositivos da Lei de Crimes Ambientais, creio que era também ampliar o espectro do debate, a não ser que se queira ou atenuar ou tornar mais dura a legislação, usando essa questão do Código Florestal. Preferi tratar do Código, principalmente, disciplinando a reserva legal e a APP nas áreas rurais, porque, na área urbana, já é uma grande confusão, é muito difícil, é muito difícil tratar disso, porque duas correntes que defendem a restrição de uso de áreas urbanas e outras por razões também nobres, uns, por razões que querem mais área para construir, para especular e outros que querem para construir para a população mesmo, como foi o caso da legislação sobre o PAC, porque as áreas urbanas são muito escassas principalmente nas metrópoles. Então, é um debate muito difícil, e ninguém discute porque não é fácil, você tirar o agricultor da beira do rio é fácil, agora, você retirar populações inteiras em áreas urbanas! Vai arrancar a marginal do Tietê ou do Pinheiro para refazer uma APP? Ninguém cogita isso. Então, aí, é mais difícil. E, mesmo quando pedi à Ministra Isabela e ao Ministério das Cidades que encontrassem uma solução, preferiram deixar isso para depois, acharam isso mais prudente.

Não sei se deixei de responder alguma questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Quero pedir desculpas por não tê-lo feito antes e registrar a presença do Deputado Alceu Moreira.

Vamos ao novo conjunto de inscritos, começando pelo Senador Ricardo Ferraço. V. Exª tem cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cumprimento, evidentemente, o Deputado Aldo Rebelo, e não apenas pela forma dedicada com que se debruçou na construção de um tema tão complexo, tão difícil como este, num país das dimensões do nosso, mas também pela trajetória política absolutamente coerente com suas convicções, não só como Deputado, mas como Presidente da Câmara e também Ministro de Estado e reconheço, aqui, com muita humildade a dificuldade de se fazer um debate tão difícil como este, até porque S. Exª se debruçou muito, não é simples debater o trabalho que V. Exª fez. Os gabinetes estão, a todo momento, sendo convocados por e-mails para que possamos, de certa forma, no bom sentido da palavra, questioná-lo, para tirar algumas dúvidas e algumas incertezas. É o que passo a fazer, meu ilustre deputado Aldo Rebelo.

Uma desses e-mails fala mais ou menos o seguinte:

O projeto reconhece a importância das áreas de proteção permanente, mas se contradiz quando não reconhece como APP, no art. 4º, os manguezais e as veredas, abrindo espaço para que sejam drenadas e ocupadas sem qualquer controle por atividades agropecuárias, de criação de camarões ou loteamentos urbanos. Hoje, essas áreas estão protegidas por determinação do Conama, através da Resolução 303/202, que, pela regra atual, tem poderes para defini-las como APPs. Isso significa que estarão desprotegidos uma grande quantidade de rios, topos de morro e encostas já ilegalmente desmatadas no Sul, Sudeste, Nordeste e parte do Centro-Oeste brasileiro.

Na porção mato-grossense da bacia do rio Xingu, por exemplo, que é mais uma área de expansão agropecuária recente, levantamento do instituto sócio-ambiental mostra que, até 2009, foram desmatadas, segundo esse e-mail recebido, 315 mil ha de matas ciliares e nascentes. Esse mesmo levantamento demonstra que 50% das nascentes estão desmatadas ou degradas. Pelo texto aprovado, ainda no segundo o e-mail, todas essas áreas permanecerão desmatadas e em processo de degradação, ou seja, pelo projeto em análise, na bacia do rio Xingu, apesar das APPs serem supostamente de grande importância, só metade delas serão protegidas.

Gostaria que V. Exª pudesse se manifestar por sua convicção a respeito desse tema e também uma avaliação política relacionada, não apenas política mas técnica, relacionada à Emenda 164, quer dizer, houve uma reação na Câmara dos Deputados muito forte, por parte da liderança do Governo que chegou "a expressar a manifestação da Presidente Dilma afirmando que a Emenda nº 164 seria uma vergonha para o Brasil".

De acordo com o Governo, continuou o Deputado Vaccarezza, ela muda a essência do projeto do Relator Deputado Aldo Rebelo, que determina recuperação de áreas degradadas para propriedades com mais de quatro módulos fiscais e exime as menores da obrigação de reconstituir a vegetação retirada.

O art. 8º da Emenda nº 164 – a intervenção ou supressão da vegetação em área de APP e a manutenção de atividades, consolidadas até julho de 2008, ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previsto em lei bem como nas atividades agro-silvo-pastoris, ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º, ou seja, não estaríamos aqui abrindo plenamente para qualquer tipo de atividade econômica em topo de morro? Essa é a pergunta que faço a V. Exª sem antes deixar de novo de enaltecer o trabalho e a dedicação que V. Exª teve não apenas no Código mas ao longo de uma trajetória política marcada por muita convicção e muita coerência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra ao Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, Senadores e Senadoras, gostaria de cumprimentar e agradecer o privilégio de termos a presença do Deputado Aldo, Relator e autor de um assunto tão importante para o País e também de vários colegas e companheiros Deputados que se fazem presentes.

Quando convidado pelo Senador Rodrigo Rollemberg para esse desafio de procurar, de alguma maneira colaborar com o texto do novo Código Florestal no Senado, ser um dos colaboradores, a primeira pessoa que procurei foi o Deputado Aldo, tendo em vista ter nele a minha compreensão hoje ainda não o Relator dessa matéria na Câmara mas o autor dessa matéria. Agora temos um projeto com artigos, incisos, parágrafos e polêmicas que o acompanham para que o Senado possa apreciar.

É um tema que envolve muitos interesses econômicos de toda a sorte, lida com propriedade privada e lida com o que talvez – e ainda nem descobrimos plenamente ou não temos nenhum consenso sobre isso – sobre o que o Brasil tem de mais rico, que é a sua biodiversidade.

É de fato, na minha compreensão pelo menos, uma vantagem comparativa nós estarmos ocupando essa parte do planeta, que é uma parte especial. Aí, caro Deputado Aldo, companheiro de muitas e boas batalhas, não tenho nenhum propósito e nem posso, na missão que tenho a cumprir, não tenho propósito de criar nenhuma polêmica. Tenha uma missão que é ouvir, anotar, registrar, refletir e, no final, tentar pôr no relatório, que estou sempre que possível começando a fazer um trabalho com o querido Senador Luiz Henrique, fazer um apanhado daquilo que possa ser os propósitos dos Senadores e Senadoras para talvez uma das legislações mais importantes do Brasil, no Ano Internacional de Floresta, na véspera de estarmos fazendo a Rio+20 no ano que vem. O Brasil vai sediar, de novo, o mais importante evento que discute mudança climática no mundo, sustentabilidade no mundo, modelo de ocupação de cidades, uso de solo no mundo. E, a partir desse propósito, eu tenho de começar concordando com V. Exª de que, lamentavelmente, o mundo ainda não acordou para o que o Brasil tem de avanço, tanto na agricultura como também no cuidado com a maior riqueza que é a biodiversidade e meio ambiente.

Mas, de qualquer sorte, eu queria me dirigir a V. Exª e dizer que eu não tenho como não registrar seu empenho na busca do conhecimento de andar neste País, várias vezes, conversando, ouvindo, discutindo, debatendo, divergindo, enfim... Mas, também, nós não podemos negar – e aí talvez mereça um comentário de V. Exª ao final – que esse tema, no fundo (pelos interesses que envolve e até por ser um tema apaixonante), levou a um intenso grau de acirramento quando de sua apreciação final na Câmara dos Deputados. É um tema que está a mais de 10 anos e, nos últimos dois anos, foi intenso o trabalho em cima dele.

E eu noto – e aqui é só uma observação – que V. Exª também se apaixonou por ele. Falou que não tinha maiores conhecimentos, mas se apaixonou... E, de certa forma, eu sinto que tem também uma posição muito clara em relação a esse tema.

Sinto falta um pouco, querido Deputado Aldo... Nós estamos discutindo o Código Florestal Brasileiro e nós quase não discutimos floresta aqui, a não ser... De certa forma, porque estamos deixando passar a quem nos assiste que floresta é um problema. Aliás, não foi tratado sobre floresta, foi tratado de mata ou de mato. V. Exª é um estudioso da língua portuguesa. Acho que ficaria um pouco melhor se nós não tratássemos de mata ou mato. Isso lembra matar! Parece uma coisa muito ruim. Mato é uma coisa que a gente põe herbicida, põe... Elimina! Mas o Brasil tem uma invejável riqueza que o mundo inteiro cobiça e tenta intervir e fazer a condução do processo. E talvez V. Exª nos ajude a achar os termos mais adequados. Mas eu, particularmente, acho que o Brasil ainda não entendeu que tem quase meio bilhão de hectares de floresta. Não posso, a não ser entendendo que podemos correr sérios riscos de errar, querer transferir todas as mazelas e os problemas da produção e dos produtores brasileiros para a floresta. Isso é um equívoco, principalmente se ele for consagrado em lei. V. Exª tem razão quando traz um depoimento daquele de uma companheira de Boca do Acre. Quem socorre lá, com todo carinho (nosso ex-Governador do Amazonas o sabe), o povo de Boca do Acre é um pouco o Rio Branco, por conta da ligação física. Mas o Secretário de Agricultura, que também é de seu partido – um querido companheiro nosso –, tem feito o que pode para ver se melhora aquela situação. Mas aquilo ali, Deputado, não é o problema de ser Amazônia, de ter beira de rio, aquele problema ali é de uma política pública equivocada deste País que desconsiderou e continua desconsiderando a Amazônia. E faz da Amazônia um depósito de pessoas... V. Exª colocou com precisão: ela tem de sair dali para ir aos prostíbulos na periferia da cidade." – V. Exª usou esses termos. Mas os prostíbulos que existem nas periferias das cidades são resultados das políticas equivocadas em nosso País, para a Amazônia, de 1970 para cá. E aí nós não podemos culpar de novo, direta ou indiretamente, as questões ambientais.

Diante desse caos de insegurança jurídica, maus funcionários, irresponsáveis funcionários agem, prin-

cipalmente em cima dos pequenos, com rigor para cumprir e gastar um pouco de papel e dizer que fizeram seu dever de casa. Com os grandes, na busca de propina. Lamentavelmente, não foi mostrado nessa apresentação o quanto tem sido grave para nós, amazônidas – quase 25 milhões de pessoas –, a grilagem de terra, as matanças de pessoas simples de nosso povo. Não vou citar... Começaram com Wilson Pinheiro no Acre e se estenderam pelo Amazônia afora. Muito grave isso! Ou não tem isso? E em decorrência do quê? De alguns querendo ter um direito à vida e outros querendo a especulação da terra em uma região onde a terra talvez valha menos. Se nós tivéssemos uma política adequada, certamente a maior riqueza está acima dela ou abaixo dela. Mas nós todos fomos levados para uma "emboscada" de nos conflitarmos com a terra, com o uso ou não de terra na Amazônia.

Enfim, o tempo é curto, mas eu gostaria, Deputado, apenas de colocar que nós temos uma bela oportunidade neste momento de ajustar não só a situação na Amazônia, mas em áreas e regiões históricas como V. Exª falou. Tenho – talvez a vida já me ensinou um pouco e estou buscando aprender mais – certeza de que não podemos e não devemos misturar a tradição dos que plantam arroz no Rio Grande do Sul, dos que plantam cana no Nordeste, dos que plantam nas encostas e cuidam delas, da maçã ao café, em Minas Gerais, não podemos deixar de considerar essa tradição do nosso povo, que é a riqueza do nosso País. A lei tem que encontrar uma maneira de lidar com isso.

Esse é um tema, querido Deputado, que depende de decisão política. Será uma decisão política de Senadores e Senadoras e de Deputados e Deputadas que vão estabelecer a nova lei, talvez a mais importante lei ambiental do País. Mas como podemos tomar essa decisão política de forma acertada, à altura desse novo milênio que estamos começando? Com a radicalização, com a posição eu diria carregada de um sentimento que não tem nada de não nobre, aliás é nobre, ideológico de um lado, ou devemos escorar um pouco ouvindo. Porque esse tema envolve sociedade e nela produtores e criadores; também, os movimentos sociais, que têm uma parcela importante, que estão organizados em cada região que V. Exª visitou, que tem pessoas importantes, dos pequenos aos grandes, e não se pode ter preconceito nisso. Mas também tem uma posição do próprio Governo. E o Senado hoje tem a oportunidade de, quem sabe, fazer um ajuste nessa matéria, cujos problemas V. Exª já resolveu a maior parte.

Esse feixe de lenha que V. Exª disse que botava nas costas e tirava, uma boa parcela dela o senhor já tirou das nossas costas e já resolveu. O nosso problema hoje é estar em talvez não mais que dez pontos importantes que temos que considerar e encontrar um ponto que possa trazer um consenso maior para o nosso país. Mas há, acho que nesse momento do código, uma necessidade de encontrarmos talvez na ciência algumas das respostas para que se possa desempatar essa situação.

Deputado, até a alguns anos atrás o mundo não discutia biodiversidade. Até a alguns anos atrás o mundo não discutia escassez de água. Até a algum tempo atrás o mundo não discutia destruição de floresta. A ocupação que se deu nos Estados Unidos foi a mais sangrenta. Não podemos nos pegar, o Brasil é diferente dos outros países. O Brasil tem o privilégio de ser diferente. E é exatamente por ser diferente que temos que ter uma legislação singular, sem grande radicalismo para um lado ou para outro. Mas não posso deixar de reconhecer que pelo menos muitos movimentos sociais e inclusive Organizações Não Governamentais – ONGs têm nos ajudado, porque na Amazônia elas chegaram primeiro que o Governo para nos ajudar a fazer o que é certo. Tenho que dizer isso. Hoje o Governo está trabalhando, do Presidente Lula para cá, também antes o Governo do Presidente Fernando Henrique fez algumas ações muito importantes, estamos vivendo um processo novo na Amazônia de política florestal. Mas reafirmo aqui nesta comissão: hoje é mais fácil desmatar e destruir na Amazônia que fazer manejo. Então tem algo que tem que ser mudado. E é impossível nós mudarmos a lógica da destruição na Amazônia se não abrirmos outra porta econômica sustentável por outro lado.

Aí entra o modelo, Deputado. V. Exª fala com muita propriedade porque é um dos brasileiros apaixonados pelo Brasil. V. Exª nos ensina a ser nacionalistas, e acho isso uma das grandes qualidades. E me sinto também. Quero ser um aprendiz sempre do nacionalismo. Mas quando V. Exª se fecha – e aí não estou dizendo que sempre foi assim – e trata só de um lado, a quem interessa o modelo de agricultura insustentável e não competitivo com os Estados Unidos? Nos Estados Unidos não são só subsídios, na Europa e nos Estados Unidos. Se nós seguirmos a cartilha da Europa e dos Estados Unidos, nós não vamos ser competitivos, porque na nossa região o clima é completamente diferente. Aqui temos um equilíbrio e, se nós mexermos nele, vamos pagar caro. Não vai ter competitividade para a nossa carne, e não estou falando do modelo de consumo novo que o mundo está vivendo. Todos nós estamos mudando como consumidores. Todos nós estamos querendo saber a origem dos produtos, se vêm de um modelo sustentável ou insustentável. Então, hoje, se não aproveitarmos e mudarmos também o perfil de termos um modelo sustentável de produção

e de criação no Brasil, vamos ficar reféns das grandes corporações. Sendo nacionalista, vou trabalhar para as grandes corporações econômicas que nos têm na mão com a semente, com todo o aparato de adubos, com todo o aparato de controle da produção, com inseticidas, com fungicidas, que nós não controlamos. Ou vamos partir para um modelo que seja sustentável e menos dependente? Esse é o momento que a legislação pode apontar. Sou mais trabalharmos com a Embrapa e com outras instituições de pesquisa, que vão encontrar um modelo único que cabe no nosso país, que ficarmos reféns dessa situação.

Concluo, agradecendo a oportunidade que estou tendo de falar, mas vou me policiar para realmente ouvir. Tenho certa dificuldade, por conta de uma cirurgia que fiz há três anos, mas vou tentar, a muito custo, ficar o dobro do tempo para adequadamente ouvir e colaborar com as mudanças que o Brasil precisa ter.

Queria dizer que ouvi de V. Exª, para concluir, que, tendo em vista o clima, o ambiente, alguns temas ou alguns pontos V. Exª queria ter incluído, mas não deu tempo, já havia até acordo, estava muito em cima da hora, o ambiente político não estava muito bom, então eu gostaria que o senhor comentasse, se possível, quais temas poderiam ainda ser trabalhados. Por exemplo, V. Exª se referia a cidades, porque temos um problema hoje. V. Exª tem razão quando diz que na cidade o problema ambiental está muito presente. Daqui a pouco vamos ter 85% dos quase 200 milhões de brasileiros vivendo em cidades. E na cidade é visível uma APP. Temos que solucionar. Não pode deixar de ter uma obra de saneamento básico para atender a população por conta de um aparato. Não podemos ficar reféns de uma legislação insegura que o Ministério Público toda hora questiona prefeitos, prefeitas e governadores. Então, V. Exª poderia comentar um pouco como é essa questão das cidades. Poderia colocar mais claramente, porque o governo me parece que teve um diálogo com V. Exª nesse sentido.

Uma última coisa também, se não seria o momento de trabalharmos um pouco a questão das florestas. V. Exª falou com todo mundo. Sei que muita gente também cobrou, pediu isso nesse próprio texto. Abrir a porta de como podemos usar melhor os recursos naturais. No Acre, na reserva legal, deputado, já tem gente ganhando mil reais por hectare para manejar e continua dono da terra, da floresta e passa a ter dinheiro também, e aí com atividade sustentável. Ou seja, a reserva legal é possibilidade de renda, desde que o Brasil aponte para esse caminho.

Então, peço desculpas por, de alguma maneira, poder ter me apresentado açodadamente, mas é que o tema é apaixonante mesmo. Tenho a minha vida também um pouco dedicada a isso e estou vendo nisso uma oportunidade de me sentir útil como Senador. Quero me sentir útil, mas só vou me sentir útil se o meu relatório expressar o sentimento de todos os Senadores, de todos os brasileiros, mesmo num tema tão complexo como esse.

V. Exª teve sucesso, faltaram alguns poucos pontos, na minha compreensão, quero pelo menos reproduzir o que puder, e com a ajuda do Senador Luiz Henrique, que é uma pessoa que tem uma experiência de vida fantástica, uma responsabilidade enorme, tenho muita fé de que vamos equilibrar uma posição do governo. A Presidente Dilma tem assumido um papel importante nisso, de dar prioridade. A Ministra Izabella foi muito eficiente colocando aqui, e a última coisa era: por favor, comente um pouco se devemos dar um tratamento diferenciado para aquilo que o senhor trouxe aqui, para a pequena produção, para os pequenos produtores, para que a gente separe um pouco as questões. Ou seja, se devemos tratar pequenos produtores separados, o tema das cidades e das florestas. Por gentileza, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana. Esclareço que dei tratamento diferenciado ao Senador Jorge Viana por motivos óbvios, por ser relator, como também terá o relator nas Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Srs. Presidentes, Deputado Aldo Rebelo, Srs. Senadores e demais presentes na reunião.

Deputado Aldo Rebelo, em primeiro lugar eu quero parabenizá-lo por seu trabalho árduo na elaboração do relatório do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Muito se tem falado contra o Código e a imprensa ressalta os chamados pontos polêmicos.

Quando se fala em questão das encostas, é preciso deixar claro que o Brasil tem o tamanho de um continente, apresenta diversos biomas, o que serve para o pantanal não serve para a caatinga nordestina. Não podemos pensar esse assunto de maneira uniforme.

Falamos todos a mesma língua e, no entanto, temos uma variedade de sotaques que mudam de região para região. Enganam-se os que imaginam que a permissão para produzir nas encostas desconsidera a realidade dos produtores do café do sul de Minas ou da maçã de Santa Catarina. Nada disso sabemos, são realidades diferentes as dos produtores de uva do Rio Grande do Sul e das áreas urbanizadas da região serrana do Rio de Janeiro. Também é preciso que a opinião pública saiba que o novo código proposto não

vai ampliar o desmatamento no Brasil e muito menos conceder anistia a desmatadores. Isso virou um chavão. Trata-se de uma mentira muitas vezes repetida que deseja virar uma verdade incontestável.

As audiências públicas que este Senado já vinha fazendo desde antes da chegada do novo Código aqui são muito válidas, principalmente para permitir que diversos pontos sejam esclarecidos e informados corretamente à população. O fato é que muitos dos que criticam não se debruçaram a fundo sobre o texto do novo Código. Polêmica sempre haverá, afinal, estamos numa democracia e a principal vantagem de uma democracia é a liberdade de opinião e negociação. A despeito de ser um dos assuntos mais polêmicos dos últimos anos, o novo Código Florestal terá que virar lei. O resultado que fizerem aqui no Congresso Nacional impactará no nosso processo de desenvolvimento daqui para frente, por isso tem que ser bem feito.

Antes de sermos ruralistas ou ambientalistas, somos brasileiros e queremos garantia de segurança jurídica, como a norma legal que permite o desenvolvimento do País sem prejudicar o meio ambiente, o maior ambientalista é o produtor rural.

O novo Código Florestal é, antes de tudo, um grande avanço, representa tranquilidade para os produtores rurais. Afinal, todos concordam que o País de hoje não pode continuar a seguir regras elaboradas há décadas.

Sr. Presidente, já encerro as minhas breves palavras, mas antes quero ler o trecho de um artigo publicado em 14 de julho, na *Folha de S.Paulo,* sobre o novo Código:

> Mas o pano de fundo é o interesse comercial, que, por não poder assim se expressar, assume a roupagem de uma nova utopia que engaja quem não aderiu ou mesmo se desiludiu com antigas propostas de efetiva transformação do mundo. Que engajamento mais nobre, universalmente humanitário, poderia pleitear além da defesa de um planeta limpo e saudável?
>
> É evidente que para as ONGs internacionais pouco importa o percentual de Reserva Legal ou a metragem de mata ciliar, já que em nenhum país tais reivindicações constam de suas plataformas ou preocupações.
>
> O Brasil perdeu mais de 23 milhões de hectares de agricultura e pecuária em 10 anos, para unidades de conservação, terras indígenas ou expansão urbana. Acham pouco. Querem escorraçar plantações de mais 40 milhões de hectares e plantar mata no lugar. Quem não concorda é acusado de "anistiar" desmatadores, num processo de intimidação que acua almas pusilânimes no governo e na sociedade. Quebraram a agricultura da África e do México com subsídios bilionários. Pensam que podem fazer o mesmo por aqui. Será?

Esse texto é do Sr. Aldo Rebelo e me fez refletir ter orgulho, não só como político, mas como cidadão, de ver a lucidez do Deputado. Estou, como empresário e pecuarista, muito satisfeito de poder participar desta discussão sobre o novo Código Florestal.

Encerro dizendo que temos que ser versáteis e abertos ao que está acontecendo no mundo. Não podemos perder de vista que temos que equilibrar com sabedoria a vontade de preservar com a necessidade de produzir. Não podemos radicalizar posições e nos envolver em mistificações criadas por um segmento específico da sociedade. Nossa posição em relação ao Código Florestal deve ser realista.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo.

Passo, então, agora a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que preside esta reunião, Senador Rodrigo Rollemberg; Srs. Presidentes da Comissão de Agricultura, colega Acir Gurgacz; da Comissão de Ciência e Tecnologia, colega Eduardo Braga; meu caro amigo e companheiro de tantos mandatos na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Eu quero cumprimentá-lo por ter sido ao longo desses últimos dois nãos um verdadeiro cavaleiro andante. V. Exª foi ao País, às realidades mais diversas desses brasis tão diferentes que nós temos no nosso território. V. Exª ouviu, debateu, articulou, propôs, avançou, recuou, cedeu para avançar novamente e produziu com sucesso um texto aprovado por 410 dos Srs. Deputados Federais.

O que reflete uma posição que interpreta a realidade territorial de cada Parlamentar. Acho que, ao votar o texto proposto por V. Exª, nenhum parlamentar agiu de acordo com sua convicção partidária, política ou de oposição ou governo, mas refletindo sua realidade territorial, populacional, climática e cultural.

Eu tenho a convicção de que o Relator – e foi assim que V. Exª agiu – deve se comportar como um juiz, recebendo petições tão diversas, opiniões tão diversas para formatar um consenso, uma linha média de todas as divergências. Como não tenho um palmo de terra, a não ser da casa em que resido em Joinvile, e sou do estado e tenho orgulho de ter contribuído com isso durante os oito anos de governo que mais preservou a Mata Atlântica – é o único estado em que 45%

da Mata Atlântica estão preservados –, entendo que poderei ter toda isenção para a busca do consenso, fugindo dos radicalismos, das paixões. Entendo que posso contribuir, junto com o caro colega Jorge, para a produção de um texto que seja bom para o País, que assegure o futuro desta Nação, que proteja as nossas florestas, os nossos biomas e que garanta ao País ser o grande protagonista da bulimia de alimentos que vai se tornando cada vez mais intensa, posto que as perspectivas são de que, no ano 2050, a população mundial excederá 9 bilhões de habitantes.

Eu tenho – e vou fazer uma única pergunta a V. Exª – eu tenho a preocupação na condução deste relatório, principalmente no que tange à Comissão de Constituição e Justiça. Ou seja, de que o texto que sair do Congresso Nacional e for sancionado pela Srª Presidente atenda a dois princípios: primeiro, o da hierarquia das leis e segundo, o da segurança jurídica. A nossa intenção, o nosso desejo, a nossa determinação é de produzir um texto que seja duradouro e inatacável perante o Supremo Tribunal Federal.

O art. 24 da Constituição é o que estabelece o balizamento desse princípio legal hierárquico. O que diz o art. 24 da Constituição? Diz que

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)
>
> *VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*
>
> O § 1º da Carta Magna diz o seguinte, Srs. Presidentes, Sr. Relator, Srs. Senadores. "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais." É uma norma, portanto, amplamente restritiva.

Fui buscar a origem dessas normas nos Anais da Constituinte e lá está configurado como texto emanador deste texto constitucional brasileiro o art. 72 da Constituição alemã como, aliás, vários constituintes assinalaram.

Ora, Sr. Relator, Deputado Aldo Rebelo, o art. 1º – vou lhe fazer só essa pergunta para saber por que se configurou essa redação – ela tem três tratamentos. Primeiro, ele diz que esta lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação. Aí, faz uma vírgula e diz, parece-me que excepcionando, dispõe sobre as áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal. Depois, define não mais normas gerais, mas regras gerais – eu imagino que o legislador, o *mens legis* da Câmara seja estabelecer a mesma coisa – sobre a exploração florestal, o suprimento de matéria prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e a preservação dos incêndios florestais e prevê instrumentos econômicos e financeiros para alcance de seus objetivos.

Parece-me – a lei tem que ser clara e objetiva – que esse texto poderia ser assim: "Esta lei estabelece normas gerais sobre proteção da vegetação, áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e sobre a exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle de origem de produtos florestais" etc, porque aqui estabelece essa distinção entre as APPs e a reserva legal, deixando dúvidas se o texto estabelece normais gerais sobre isso ou não. É a pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Eu quero aqui registrar a presença da Senadora Kátia Abreu, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e também do Deputado Dilceu Sperafico, do PT do Paraná.

O nosso próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Moreira Mendes já estava presente, seu nome já foi registrado com muita alegria. Ele é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária.

Senador Sérgio Souza, V. Exª tem cinco minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Senador Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz; Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; caro Deputado Aldo Rebelo, é um prazer ouvi-lo falar sobre esse tema. Sou admirador do seu trabalho como Relator desse projeto na Câmara Federal. Quero cumprimentar também meus colegas Senadores e Senadoras; os Deputados Federais que aqui se encontram, na pessoa do Deputado Moacir Micheletto, do meu Estado, Paraná; e também ressaltar a presença do Deputado Dilceu Sperafico, lá da região do nosso Senador Acir: Cascavel, oeste do Estado do Paraná.

Todas essas presenças demonstram que o debate ainda está acalorado. A presença maciça de assessores e da imprensa, dos Deputados e dos Senadores nesta reunião desta Comissão mostra, Deputado Aldo Rebelo, que temos ainda um longo caminho a percorrer.

Algumas das questões já foram aqui colocadas, mas eu gostaria de dizer a V. Exª, Deputado Aldo, uma

questão que tem causado, no meu Estado, algumas indagações, a fim de vermos como vamos achar a solução adequada para isto: a questão dos módulos fiscais.

Somos sabedores de que os módulos fiscais são diferentes dentro de um mesmo Estado e muito diferentes dentro de um mesmo país. Nós temos um caso, por exemplo, no Norte de quatro módulos fiscais que chegam a até quatrocentos hectares e, no Sul, em torno de cinco hectares. Então há uma discrepância muito grande nesse sentido. Indago a V. Exª qual foi o critério para se utilizar quatro módulos e por que utilizar módulos fiscais e não número de hectares, o porquê dessa utilização, levando-se em conta que há uma diferença gritante em nível territorial. Sabemos que um agricultor, na região Sul, sobrevive em quatro módulos fiscais, enquanto, talvez, na região Norte, não sobrevive numa mesma quantidade de hectares correspondentes aos da região Sul. Então essa é a questão que indago a V. Exª.

Também afirmo que o maior desafio do Senado Federal, que tem a sua maior função como Casa revisora, é buscar a proximidade ao maior equilíbrio possível entre a conservação do meio ambiente e a produção no meio rural. Eu percebi, pelos debates que já enfrentamos aqui nesta Comissão e nas audiências que já realizamos, normalmente audiências conjuntas entre a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, que há uma disparidade – e percebi isso também na sua fala, Deputado –, que há um lado que defende veemente a produção agrícola e outro que defende a preservação e a conservação ambiental.

Mas estou percebendo que um agricultor está muito mais preparado para enfrentar a necessidade de se preservar o meio ambiente, principalmente, porque é de lá que ele tira o seu sustento, enquanto que alguns moradores de áreas urbanas não têm esta noção da necessidade da preservação, embora usufruam da produção agrícola, porque, na sua mesa, no dia a dia, eles têm produtos agrícolas que são, na maioria, até mesmo produzidos por agricultores familiares. São esses, na minha opinião, os maiores atingidos pela legislação atual vigente, até mesmo no sentido que V. Exª colocou, que chegamos à proximidade de 100% de vivermos na ilegalidade.

No meu Estado não é diferente disso. Eu acho que essa diferença, ao chegar-se a 100%, está literalmente no grande produtor rural. Esse teve a condição de fazer, Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, a adequação à legislação até hoje vigente.

Reforço ainda, Deputado Aldo, o convite para debatermos na próxima sexta-feira, lá no Estado do Paraná, o Código Florestal. Convido a todos os meus colegas Senadores e Deputados aqui presentes para que possamos também ouvir um pouco da sociedade organizada do meu Estado. Convidamos desde o Ministério Público, cujo representante do meio ambiente é um procurador aguerrido na questão da preservação ambiental, até o setor produtivo, através da Ocepar, Faep, Fetaep, como também as universidades e a sociedade em geral organizada.

No mais, dou parabéns a V. Exª pelo belo trabalho que fez, andando por este País e por este Planeta, buscando informações para que possamos consolidar nesse instrumento, de maneira plausível, a conservação e a produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, para responder as intervenções dos nossos Senadores.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Primeiro, Srs. Senadores, começando pela intervenção e pelos questionamentos do Sr. Ricardo Ferraço, do Espírito Santo, que nos deu o exemplo do rio Xingu, no Mato Grosso, do processo de ocupação. O processo de ocupação do território o Brasil conhece, de fato, nessa área o seu período mais recente. Mas se examinarmos regressivamente esse processo, vamos encontrar coisas parecidas em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Nordeste, no Sudeste, onde esse processo teve início ainda na fase inicial da colonização.

Eu vi, lá mesmo no Mato Grosso do Sul, problemas já de assoreamento no Pantanal resultante da ocupação sem critério de terras altas de rios que alimentam a Bacia do Pantanal e que, degradadas, oferecem todo o instrumento, todo o material orgânico necessário para o assoreamento dos rios. Não sei se é o Piquiri...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Taquari.

O SR. ALDO REBELO – Taquari, exatamente. Esses problemas acontecem. Por essa razão é que eu propus, no meu relatório, a realização do zoneamento econômico e ecológico em todo o território nacional. Nós temos plenas condições, se integrarmos os instrumentos de que dispomos para tanto, das universidades, das Forças Armadas, dos órgãos ambientais. Temos todas as condições para fazermos isso. E, com esse zoneamento, nós impediríamos dois riscos: um o de ocupar terras facilmente degradáveis, terras para pecuária e para agricultura que, com dois ou três anos, têm que ser imobilizadas, por não se adaptarem à atividade. Ou também o risco de evitar que nós imobilizemos terras aptas para agricultura, como acontece em certa região lá do sudoeste do Pará, na chamada Terra do Meio. Eu até hoje desconfio que aquilo não foi

feito por acaso. Terras aptas para a agricultura, para a pecuária, que são imobilizadas, enquanto outras que deveriam ser transformadas em parques ficam largadas pelo meio do mundo.

A solução para aquelas que já foram ocupadas, Senador, é exatamente o que prevê o programa de regularização ambiental. Aliás, o art. 8º é acompanhado de um parágrafo, que é o § 3º, que exatamente condiciona:

> § 3º O programa de regularização ambiental previsto nesta lei, atendidas peculiaridades locais, estabelecerá outras atividades não previstas no caput, para fins de regularização e manutenção, desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água.

Há exigência mais clara do que essa? Ou seja, a consolidação está plenamente subordinada a que sejam consideradas tecnicamente pelos órgãos autorizados a vedação de risco e a conservação do solo e da água.

Portanto, eu creio que essas situações, desde a do Mato Grosso do Sul até essa citada por V. Exª, do rio Xingu, todas elas devem e podem ser reparadas, desde que seja aplicado um programa de regularização ambiental, porque hoje nós temos uma situação absolutamente inusitada: hoje, na prática, não temos nem lei de APP nem lei de reserva legal, porque o decreto, ao suspender as multas e a aplicação das multas por essa situação, na prática suspendeu a lei. Essa é a situação que temos hoje – decreto que expira agora em dezembro.

A afirmação do deputado, do líder, meu companheiro de diretoria da UNE, meu amigo pessoal até hoje, Deputado Cândido Vaccarezza, atribuindo a Presidente da República, recebeu de mim uma resposta imediata. Eu pedi ao Presidente da Câmara que exigisse do Deputado Vaccarezza a confirmação daquela afirmação atribuída à Presidente da República, e essa confirmação não aconteceu. O Deputado Vaccarezza não confirmou que tivesse feito aquilo. Atribuiu o quê? Qualificar uma emenda que, aliás, não era nem aquela; a emenda era da oposição, de teor muito parecido, que, aliás, era o teor também daquilo que já havia sido aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. E houve uma negociação intensa. O que houve por parte do Governo foi a dificuldade de apresentar uma solução que de fato é difícil, porque nós não temos apenas realidades regionais distintas; a estrutura da agricultura no Brasil nos obriga a falar de agriculturas, porque são muitas as agriculturas no Brasil, não apenas pelo tipo da estrutura da propriedade da terra, pela estrutura econômica: você tem pequenas propriedades com alta rentabilidade; grandes propriedades sem rentabilidade nenhuma; você tem pequena propriedade com uso intensivo de capital e de tecnologia e grandes propriedades sem uso de capital e de tecnologia. Há tudo isso no País. Há uma agricultura altamente integrada no sistema cooperativista – está aqui o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Freitas – no Paraná e no Rio Grande do Sul, e há uma parte em São Paulo. E há uma agricultura de baixa produtividade, mas socialmente muito importante. Vou determinar que a pequena agricultura da Zona da Mata e do sertão do Nordeste não tem relevância por que não tem alta produtividade e não exporta? Não! Aí não! Esse é um julgamento errado. Ela sustenta, mantém de barriga cheia milhões de pessoas, de crianças. Ali está o emprego, ali está a vida, a cultura dessas pessoas. É preciso preservá-la, nem que virem nossos agricultores franceses e vivam de subsídios. Eu defendo essa agricultura.

Dizem: "Ah, a pecuária não é de alta produtividade". Mas a vaquinha crioula, a vaquinha comum do Nordeste é que vive ali. Não bote uma vaca holandesa ali, não, porque ela morre com carrapato, de berne, não aguenta nada e se acaba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O casco fica mole.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – O casco fica mole. Essas cabras e bodes grandes que andam pelo sul do País não sobrevivem no Nordeste, não! Ou é pé duro, pois o casco aguenta a confusão, ou não se vive! Mas quantas pessoas compreendem a situação desse jeito?

São essas as agriculturas que existem no Brasil, com muita diversidade, e é o que precisamos considerar.

Daí, Líder, Senador e Governador Luiz Henrique, friso a preocupação: nos dois primeiros artigos, procuramos nos reportar ao Código de 1965. No art. 2º – que deveria ser o art. 1º, pois é o primeiro do Código –, dizemos que as florestas e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, podendo-se exercer o direito de propriedade, com limitações. É o que está no velho Código. É preciso estabelecer este princípio: a floresta e as demais formas de vegetação como patrimônio de interesse nacional.

No art. 1ª, dizemos que vamos quase limitar o nosso projeto a disciplinar, definir e conceituar o que é reserva legal e o que é área de preservação permanente, estabelecendo como normas gerais que as áreas de preservação permanente são solo, subsolo, recursos hídricos, encostas, morros, montanhas. Vamos estabelecer essas metragens e deixar, nos pro-

gramas de regularização dos Estados, a capacidade de atender... E confio que atendem. Mesmo em Estados modestos, como o meu Estado de origem, Alagoas, que conheço bem, há uma Faculdade de Biologia ou de Agronomia. No meu Estado, há uma escola técnica rural de grande tradição, quase centenária, onde estudei, a Escola Técnica Floriano Peixoto. Se há um órgão ambiental, reúne-se essa inteligência. Digo isso, sem falar dos Estados com maiores recursos, como o de V. Exª, Santa Catarina, ou mesmo o de Mato Grosso, onde vi adiantamento na proposta de realização de um zoneamento econômico e ecológico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Já temos isso lá.

O SR. ALDO REBELO (Bloco/PCdoB – SP) – Pois é.

Creio ainda que é possível, Senador Jorge Viana, estabelecer a distinção não apenas entre essas agriculturas, porque o pequeno, o médio e o grande... Se perguntarmos ao agricultor do sertão do Nordeste se ele prefere ser pequeno na terra do Micheletto, em Assis Chateaubriand, integrado com uma grande cooperativa, ele vai dizer que prefere isso, porque a renda dele é pequena no Paraná, mas, provavelmente, seria menor ainda lá. Na Amazônia, nem se fala! O que são quatrocentos hectares na Amazônia? Em São Paulo, isso representa um latifúndio, uma potência, mas, na Amazônia, isso propicia que se asse e se coma.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma colocação de seringa.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Uma colocação de quê?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De seringa. De trezentos a quinhentos hectares, há um seringueiro.

O SR. ALDO REBELO – Exatamente.

Creio que é preciso fazer essa diferença. A diferença não serve para punir. Muitos cobram: "Mas é preciso...". E eu digo: esta legislação é para tratar de florestas. A legislação de crimes ambientais é outra, a legislação da estrutura da propriedade da terra é outra. Então, é para tratar o meio ambiente.

E a outra coisa: nós usamos, Senador Sérgio, a referência legal do módulo fiscal porque é o que traduz um equilíbrio maior, porque o módulo fiscal combina a renda da terra, a renda do Município, a estrutura da propriedade; por essa razão é que o módulo é menor em São Paulo, porque o Estado é mais rico, o Município é mais rico; e é maior, por exemplo, no Amazonas, exatamente para considerar a possibilidade da renda que o agricultor pode obter numa determina área que é estabelecida como módulo fiscal. Acho que foi o mais justo.

Os quatro módulos é exatamente porque há outra definição legal que estabelece que até quatro módulos fiscais nós temos a pequena propriedade. O Ministro do Desenvolvimento Agrário defende que seja maior, que a propriedade familiar fosse até 7 hectares, até 7 módulos pelo menos. Essa é a opinião dele.

A legislação sobre topos de morro e de encostas é muito diferenciada. No mundo inteiro, a atividade em topo de morro é absolutamente permitida, obedecidas exigências técnicas. Existem aqueles terraços no Japão, na Europa, nas Filipinas, alguns tombados como patrimônio da humanidade, que são improvisações que os agricultores fazem para ocupar todo o tipo de solo com a atividade agrícola. São andares que são construídos para que áreas escassas sejam utilizadas. Nós é que colocamos na lei "vedar atividade agrícola e de pecuária acima de 1.800 metros". Na Bolívia e no Peru, eles permitem até 4 mil metros, ou acima disso. Então, nós continuaremos tendo todos esses cuidados, mantendo a base da nossa legislação, mas permitindo que haja, de fato, algum tipo de legalização e de consolidação.

Considero justa a preocupação de V. Exª com as florestas e com a expressão, Senador Jorge Viana, mas acho que, no art. 1º e no art. 2º, nós já conceituamos, de forma definitiva, de forma generosa e de forma responsável, o que o nosso País entende por florestas.

Finalmente, administrar o conflito que é legítimo. É um conflito legítimo. Aliás, natural, antigo, entre desenvolvimento, entre a ação humana e o meio ambiente, a natureza. Aliás, muitos me censuraram a transcrição de um parágrafo do Josué de Castro, no capítulo do *Geografia da Fome* sobre a Amazônia, quando ela fala da luta do homem contra a natureza. As pessoas ficaram chocadas, mas não é a luta do homem contra a natureza no sentido de que inimigos fossem; é a luta do homem para enfrentar e sobreviver diante da exuberância de uma força muito maior do que a dele, que é a força da água, a força da floresta. Não é invenção do Josué de Castro. O homem, quando implantou a agricultura no Nilo ou nos vales do rio Amarelo ou do rio Mekong, no Vietnã, travou a mesma batalha para sobreviver. Quando eles saíram da caça e da coleta e passaram para a agricultura, eles tiveram que enfrentar esse desafio. A engenharia hidrológica dos egípcios é uma coisa muito sofisticada, exatamente para subordinar o meio natural à possibilidade de sobrevivência. Na Amazônia, nem se fala! Creio que, em boa parte, os 98% de preservação existente no Estado do Amazonas se dá porque a floresta é muito forte para se defender. Não é qualquer um que sobrevive lá. E as tentativas fracassaram porque, de fato, o meio é muito poderoso. E o Josué de Castro fala disso.

Não há como o homem implantar qualquer tipo de atividade que não signifique, de fato, substituição de vegetação nativa ou destruição do meio natural. Quando ele saiu da caverna e fez a primeira casa, fez o primeiro lugar para morar, quando ele plantou a primeira lavoura, ele teve que deslocar a vegetação nativa. E continua sendo assim até hoje. O que a sociedade, o Congresso tem que mediar é até aonde vai a ação humana e que tipo de benefício pode gerar uma ação diante do dano que ela pode causar. É assim que eu entendo as hidrelétricas. Negar que uma hidrelétrica causa dano ao meio ambiente? De jeito nenhum! Causa! Pode anotar que ali vai aquecer, porque tem um espelho d'água maior, ali vai ter aumento de malária por causa da concentração humana... Vai ter essas consequências, mas compensa por causa da energia que gera, das terras que serão irrigadas. A transposição do rio São Francisco era algum dano? Eu conheço o São Francisco, da Serra da Canastra até Piaçabuçu, e já vi o dano; o mar avança sobre o rio porque se reduziu a vazão à jusante. Agora, e o benefício a uma população que bebe água salobra, que tem graves problemas renais e coronários por causa da água salgada, compensa? Na opinião dos governantes e dos técnicos compensou. Aí você faz. Você faz o desassoreamento do porto de Santos? Faz! Onde colocar os metais pesados que você arranca dali? É um risco para o meio ambiente, mas aumenta a capacidade do porto, vai gerar emprego, exportar mais riqueza. Tudo isso é feito assim, não tem outra maneira.

Então, acho que o Ministério do Meio Ambiente tem a atribuição de defender o meio ambiente, e isso é evidente. O Ministério da Agricultura vai olhar o lado da agricultura. Agora, o Congresso tem que ver os dois lados, a não ser como o governo britânico, que colocou o ministério da agricultura, do meio ambiente e produção de alimentos num ministério só. Mas aqui nós separamos; a agricultura vai ver mais um aspecto, e o meio ambiente vai ver outro. Esses conflitos, legítimos, nós enfrentamos e a humanidade enfrenta, entre a questão nacional, a questão social, a questão democrática; não é fácil de escolher, nunca foi. Como a agricultura diz respeito à questão nacional a escolha é mais difícil. Se fosse uma questão social, democrática, talvez fosse mais fácil. Mas, como foi difícil escolher entre o processo republicano dos gaúchos e pernambucanos e a monarquia, lutando para democratizar o país e para manter a unidade nacional. A democracia avançava no sentido da divisão, a monarquia mantinha o país unido. Era uma escolha fácil? Não, não era uma escolha fácil.

Hoje as questões são postas para nós: defender o meio ambiente, preservar a natureza, os recursos naturais do Brasil, solo, subsolo, água e fazer do nosso país um país forte, desenvolvido, explorar a nossa fronteira agrícola, a nossa fronteira mineral, torná-lo uma potência na produção de alimentos e, ao mesmo tempo, defender o meio ambiente, esse é o desafio. É mais fácil dizer o seguinte: eu não quero uma coisa e nem quero a outra; renunciar. Você renuncia a fazer um país forte, desenvolvido, um grande produtor de alimentos, um grande parque agroindustrial, deixa isso para os europeus e americanos, ou você renuncia preservar o meio ambiente. É mais fácil você renunciar a uma das duas coisas.

A população não tem esse direito, nem quer isso. A população quer é que nós aqui resolvamos e dizer o seguinte: a solução que eu quero é uma solução que defenda o meio ambiente e produza alimentos em grande escala, barata, porque isso ajuda o povo. Esse é o nosso desafio, por isso é tão difícil.

As cidades, nós conversamos com o Meio Ambiente para, junto com o Ministério das Cidades, encontrar uma solução. Creio que avançaram muito nesse sentido. A solução não chegou a tempo. Abrir esse contencioso no Código Florestal seria uma coisa muito difícil, a não ser que chegasse uma solução definitiva do Meio Ambiente e das Cidades. Eu creio que eles fizeram esse esforço e é possível que, agora, o Senado tenha condições de acolher porque é uma exigência, tem que disciplinar, tem que fechar a porta para a especulação sem limite, mas também há coisas que você precisa consolidar, precisa dispor de meios para melhorar a infraestrutura. Agora mesmo, para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, você vai precisar mexer em muita coisa nas cidades. E como é que se vai fazer?

Então eu creio que, dessa forma, V. Exª tem condições melhores do que eu para encontrar uma solução adequada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

Vamos continuar a lista dos inscritos aqui.

Tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ilustres Senadores que presidem esta reunião da Comissão, capitaneada, liderada pelo Senador Rodrigo Rollemberg; meu caro amigo convidado, valoroso homem público deste país, que não canso de dizer, Aldo Rebelo, homem que, tenho certeza, é referência neste país pela sua prática no exercício dos cargos que exerceu; demais Senadoras e Senadores:

Serei muito rápido, até porque eu já conheço muito bem a opinião, sobretudo, aquilo que foi relatado da Comissão capitaneada pelo seu Relator, Deputado Aldo Rebelo; todavia, acho que, por incrível que pareça, Deputado Rebelo – e estou aqui há quatro anos e

meio –, a matéria mais interessante, o projeto que chegou aqui nesta Casa, que eu posso dar o devido valor é o Código Florestal Brasileiro, tendo em vista que o Congresso Nacional, nesses últimos tempos, passou a ser um mero carimbador de papel aqui, um verdadeiro cartório, na medida em que aqui são encaminhadas as medidas provisórias: umas relevantes, importantes; mas a maioria quase sem grandes interesses, diante da forma açodada que o Governo quer aprovar aquilo que é do seu interesse.

Entretanto, nós estamos discutindo aqui um projeto que pensa nas futuras gerações e no futuro do Brasil. Estamos aqui discutindo se queremos um Brasil para os brasileiros, ou queremos um Brasil que seja do interesse internacional. Mas V. Exª demonstrou a este país que aqui ainda tem homem sério, homem de bem e, sobretudo, defende os interesses de toda uma sociedade, de toda uma coletividade.

Particularmente, já externei a minha opinião diante da presença de V. Exª, há pouco mais de 60 dias, na Comissão de Meio Ambiente, e me julgo uma pessoa habilitada para falar da matéria, porque sou do Estado de Mato Grosso, o qual eu represento aqui, que é um Estado com dimensão continental, com 900 mil km², com várias particularidades, pois é o único Estado da Federação que tem três biomas: a nossa floresta, o nosso cerrado e o nosso pantanal.

Eu quero crer que nós brasileiros, sobretudo nós Congressistas, temos que ter uma visão diferenciada em relação ao importante Código, como esse, que estamos aprovando, diante das nossas particularidades, como bem disse V. Exª aqui, em relação à Mata Atlântica, em relação à Caatinga, à questão da Floresta Amazônica, etc.

Mas, o que me chamou a atenção aqui foram as palavras do ilustre governador e atual Senador Eduardo Braga, quando disse que, se a ciência tem que embasar a nova legislação, a legislação atual não foi feita com base da ciência, o que justifica a perseguição aos produtores rurais. Digo isso, porque é muito fácil falar em ciência aqui, na medida em que, lamentavelmente, o que está ocorrendo é que, de fato, não só a pequena aqui, que me tocou profundamente o meu coração, porque eu também sou um ser humano, sou cristão, e as palavras da senhora de Boca do Acre, aqui, quando disse sobre a multa que ela recebeu, de R$60 mil, que não vai pagar nunca. Ela vai morrer, os filhos e os netos não vão conseguir pagar. E isso tem sido quase que uma prática constante.

Deputado Aldo Rebelo, muitas pessoas têm sido vítimas, muitas vezes, por maldade de alguns responsáveis pelos órgãos governamentais deste país; outros, até por falta de conhecimento da matéria, sem preparo. E vou só lhe contar, Deputado Rebelo, um fato que aconteceu e, por isso, até particularmente eu recebi represália, mas eu tenho condição de me defender.

Fui à cidade de Alta Floresta – aqui os ilustres Deputados Homero, Odery, Roberto são daquela região. Com a presença do Governador, naquela oportunidade, hoje Senador Blairo Maggi, se estivesse aqui iria testemunhar, fomos procurado por um grupo produtores da Região de Paranaíta e aquele fundão lá. Feito isso, os clubes de serviços, não só CDL, loja maçônica participaram da reunião. Lá havia um cidadão que teve a propriedade praticamente invadida por fiscais do IBAMA, de forma pior que na ditadura. Em determinado momento, um cidadão do IBAMA portava uma arma de fogo, ou seja, um fiscal do IBAMA. E lá ele ameaçou, de forma clara, um daqueles pequenos produtores rurais, dizendo que a arma que portava não era para matar passarinho. Significa que era para matar pessoas. O Governador Blairo Maggi está aqui. Em seguida, houve uma reunião em Cuiabá com os segmentos rurais daquela região e eu participei como Senador, o Blairo como governador e outras autoridades. Quando me posicionei contra a prática, a forma adotada pelo IBAMA, sabe o que aconteceu, Deputado Aldo Rebelo? Saí antes de concluir a reunião, porque eu tinha outros compromissos. Após eu sair do recinto, meia hora depois, saiu um diretor do IBAMA e disse: a propriedade do Senador Jayme Campos está sendo multada em 5 milhões de reais. Retaliação pura. Por sinal, 20 dias depois, foram na minha propriedade e fizeram um auto de infração. Significa o quê? Morte anunciada, missa encomendada na medida em que fui defender aqueles pequenos que estavam lamentavelmente sendo perseguidos. Portanto, acho que este é um momento histórico. Não podemos, em hipótese alguma, ouvir o canto da sereia. Hoje mesmo eu estava olhando a mídia: peruadas de gente de fora, americano, inglês, francês, europeu, dando peruada. Nós brasileiros é que temos que resolver a nossa inflação. Ninguém é a favor do desmatamento ilegal, ninguém é a favor de acabar com a nossa biodiversidade, ninguém é a favor de fazer nada ao arrepio da lei. Agora, temos que defender os nossos interesses.

Tudo que o senhor colocou aqui eu já conheço, V. Exª tem hoje, com certeza, a aprovação por unanimidade da sociedade brasileira, daqueles que pensam em nosso Brasil, que defendem a produção sustentável, que defendem a compatibilização e desenvolvimento da preservação. Mas não podemos, em hipótese alguma, nos curvar. Temos que ser corajosos e defender aqui os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, parabéns Deputado Aldo Rebelo. Se V. Exª continuar, com certeza,

vai ser Senador. Por sinal está convidado, até se for o caso, transferir o título para o Mato Grosso, que o senhor já vai ter um cabo eleitoral de ponta de linha. O Ministro do Tribunal de Conta, com certeza já está escolhido. Mas se ele não for, por acaso, transferindo para Mato Grosso, já tem um cabo eleitoral de ponta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – O Deputado Aldo Rebelo transfere, se for candidatura ao Senado por Mato Grosso. Ele falou para mim agora. *(Risos*).

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Roberto Campos como Embaixador na Inglaterra, na legislação parece que era 6 vezes, antigamente; foi a Mato Grosso, virou Senador da República e, depois, virou Deputado Federal com 2 mandatos pelo Estado do Rio de Janeiro. Por que não Aldo Rebelo que tem uma história muito mais bonita, sobretudo é um grande brasileiro. Eu imagino que tenha espaço suficiente para ele em Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Senador Rollemberg, quanto inscritos temos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Petecão, nós estamos inscrevendo pela ordem de chegada. Estão inscritos os Senadores Suplicy, Vicentinho, Pedro Taques, Reditário Cassol, Aloysio Nunes, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Clésio Andrade, Ana Rita, Eunício Oliveira, Renan Calheiros, Gim Argello, Inácio Arruda, Kátia Abreu, Sérgio Petecão, Casildo Maldaner e, novamente, o nosso companheiro Blairo Maggi.

V. Exª está vendo que temos poucos presentes.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou declinar da minha inscrição, porque já houve o encaminhamento aqui com os relatores Luiz Henrique e Jorge Viana. Eles estão tentando compatibilizar isso, e eu estou subscrevendo, então declino desta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Estou com o Aldo Rebelo, junto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como V. Exªs estão percebendo, se não chegarem novos Senadores – temos aqui o Senador Eduardo Suplicy, Senador Sérgio Petecão, Senadora Kátia Abreu, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Blairo Maggi que não falaram –, nós poderemos ouvir todos esses Senadores e, em seguida, ouvir o Relator Deputado Aldo Rebelo e encerrar. Mas, se nesse período, chegarem novos Senadores, serei obrigado a ceder a palavra, caso queiram.

Pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, primeiro, quero cumprimentar as três Comissões por estarem realizando esta audiência de extraordinária qualidade e, do ponto de vista do esclarecimento, todos nós, Senadores, nos sentimos muito responsáveis por procurar aprender.

Eu, que convivo e conheço o Deputado Aldo Rebelo por mais de 30 anos e temos batalhado juntos por objetivos comuns, tenho por S. Exª o maior respeito e, mais uma vez hoje, fiquei impressionado pela maneira como demonstrou conhecimento deste tema e também do Brasil.

V. Exª, Deputado, mora ali nas margens do rio Tietê, mas conhece tão profundamente a sua terra, Alagoas, o Nordeste, o Norte e todas as regiões do Brasil, e tem dado exemplos de seu conhecimento por ter ido aos locais, tem demonstrado ter dialogado com as populações em todas as regiões do Brasil, de maneiras diferentes.

V. Exª sabe do carinho, amizade e respeito que tenho por pessoas como a Senadora Marina Silva, como a Ministra Izabella Teixeira. E quero dizer que tenho aqui a confiança de que o Senado Federal vai poder, sobretudo, dada a designação como relatores dos Senadores Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e Jorge Viana, engenheiro florestal e ex-governador do Acre, uma pessoa que, com Marina Silva e Chico Mendes, aprendeu muito como combinar o desenvolvimento sustentável, procurando preservar as florestas brasileiras e tudo aquilo que está entre elas... Tenho a impressão de que, com o espírito com que, desde o início desta reunião, os três presidentes muito bem presidiram, nós possamos chegar a um bom resultado.

Gostaria de lhe fazer algumas perguntas específicas. V. Exª tem dito em entrevistas que o novo Código Florestal apenas regulariza as atividades econômicas existentes sem provocar novos desmatamentos. No entanto, há uma preocupação muito grande com a redação do art. 14, porque coloca em pé de igualdade a manutenção de atividades consolidadas e as novas supressões diárias de preservação permanente. Segundo esse artigo, as atividades agrosilvopastoris poderão ser mantidas e também poderão justificar novas supressões. Será que isso não será muito prejudicial ao meio ambiente?

Segundo: o art. 38 provoca também preocupações de incentivos a novos desmatamentos, pois cria facilidades para regularização de áreas desmatadas. São

facilidades como a compensação de reserva legal por área florestada em outra região, mesmo que fisicamente muito distante, ou a recomposição da área desmatada usando-se 50% da área para plantio de plantas exóticas, como o eucalipto por exemplo. Isso poderia ser positivo se pudessem ser usadas apenas nos desmatamentos anteriores a 2008, no entanto o Capa diz que essas facilidades podem ser usadas independentemente de adesão ao programa de regularização ambiental que permite que novos desmatamentos sejam beneficiados com essas facilidades. Não considera V. Exª, prezado Deputado Aldo Rebelo, que isso possa incentivar as pessoas a provocarem novos desmatamentos para usar economicamente toda área por 20 anos e, em cinquenta por cento, plantar exóticas?

V. Exª mencionou seu conhecimento da área de plantação de bananas, ali no Vale do Ribeira, gostaria de transmitir ainda... Na semana passada, a Prefeita de Registro Sandra Kennedy, do Vale do Ribeira, manifestou uma grande preocupação com respeito a essa possibilidade de agricultores em outras áreas poderem utilizar as áreas, hoje destinadas à plantação de bananas, para serem a compensação. E ela acha que isso poderá representar um grande risco para os produtores de bananas.

Agradeço se puder refletir sobre isso, porque há uma preocupação inclusive dos prefeitos. Semana passada, recebi a visita do Prefeito de Eldorado, que também manifestou preocupação semelhante a de toda a região dos produtores de bananas. Durante a votação do Código Florestal, o Governo chegou a propor contemplar os rios com largura maior para a regularização, propondo a manutenção de faixa de cultivos, porém havendo uma pequena faixa de proteção do rio. Isso não chegou a ser contemplado, ficando apenas a previsão da regularização para rios até 10 metros. Será que essa proposta... Seria V. Exª a favor de resgatar essa proposta, uma vez que, nos rios mais largos, a regulamentação de pequenas propriedades fica mais delicada?

Gostaria, também, Sr. Presidente, se me permite...

Ontem, saiu na *Folha* um artigo da parte dos responsáveis pelo IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas: Suzana Pádua, Cláudio Pádua, Eduardo Ditt, Tomaz Almeira. Acredito que o Deputado Aldo Rebelo o tenha lido... Então, não preciso descrever. Mas há ali uma preocupação com respeito a tudo o que possa ocorrer com as terras em torno do Atibainha e a decisão do que poderá ocorrer em decorrência do Código Florestal, o que poderia afetar até o fornecimento de água para a grande São Paulo. Não vou detalhar aqui, porque V. Exª diz que conhece. Mas eu agradeço se puder nos transmitir uma reflexão.

Finalmente, gostaria de passar às mãos de V. Exª um levantamento que foi feito pelo Instituto Sócio Ambiental sobre a legislação comparada em diversos países, tanto na América Latina quanto na Europa, como a da Alemanha, também da Austrália, Nova Zelândia, diversos países, onde mostra que há, sim, pelo menos em muitos desses países, uma legislação com respeito às florestas, matas ciliares e assim por diante. Mas, já que aqui... V. Exª mencionou que não há tanta legislação, mas há alguma, sim, importante. Mas V. Exª é um especialista nessa área e de muito maior profundidade do que eu. Mas eu envio essa contribuição a V. Exª e meus cumprimentos pela dedicação que tem tido ao estudo deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meus caros colegas, Deputado Aldo Rebelo. É sempre um prazer estar com V. Exª, meu velho amigo e companheiro.

Eu estou pegando o bonde andando – e V. Exª não haverá de me querer mal por isso porque conhece os hábitos da Casa: são várias Comissões... Eu estava ali arguindo o Ministro dos Transportes, exercendo meu dever de oposição (e de brasileiro mesmo) para saber o que é que há e o que ele vai fazer lá para consertar as coisas que eventualmente estejam erradas. E algumas certamente estão erradas. Mas, então, não peguei a discussão.

Eu tenho muito interesse nas perguntas que vão na linha dessas que foram feitas pelo Senador Suplicy – e faço minhas as questões dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E também, em relação ao Vale do Ribeira, fui procurado pelos mesmos Prefeitos e Deputados que procuraram V. Exª. O que me faz pensar no seguinte, Deputado Aldo Rebelo, não seria o caso de, estabelecidas regras gerais, darmos voz a um organismo que tem funcionado muito bem, um organismo de decisão, que já está consolidado em São Paulo, que são os comitês de bacia, que se reúnem com a participação de prefeitos, da sociedade civil, de produtores, para discutirem e decidirem a respeito da utilização de um recurso que vem da cobrança pela água? Não seria o caso, estabelecidas as regras gerais, de dar voz a comitês desse tipo para fazer ajustes às regras gerais? Porque é muito difícil termos uma norma geral e abstrata, como tem de ser a norma jurídica, para prever situações as mais díspares que ocorrem. Em relação aos rios, por exemplo: eles têm vazões diferentes; há rios como o rio Ribeira, que tem uma larga

margem de inundação, e outros que são rios encaixados, absolutamente encaixados. Enfim, não seria o caso de se estudar essa experiência e dar voz a esses comitês, na sua opinião?

A segunda pergunta, que foge ao elenco daquelas formuladas pelo Senador Suplicy, é sobre um cadastro que o projeto da Câmara prevê, um novo cadastro. Eu desconfio muito dessas novidades, sabe, Deputado? Vamos criar um novo cadastro. Já existe um cadastro, o cadastro do ITR, que contém as informações essenciais em relação a APP, em relação a reserva legal; por que criar um novo cadastro? Por que não compartilhar, utilizar esse cadastro que já existe, que todo produtor rural conhece, e, eventualmente, até compartilhar as informações desse cadastro com autoridades fiscalizadoras, em vez de criar um novo cadastro, que vai ser uma complicação, que não vai ser criado nunca, provavelmente?

Então, são as perguntas que quero fazer a V. Exª, cumprimentando-o também pelo trabalho de Sísifo que V. Exª fez na Câmara dos Deputados em relação ao Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Aloysio Nunes, que, pela sua objetividade, facilitou muito o trabalho da Presidência.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, mais um vez, de parabenizar Aldo Rebelo pela sua luta, pelo seu esforço, junto com toda a bancada da agricultura da Câmara, que tem alguns componentes aqui nesta Comissão, acompanhando, com muita ansiedade, o resultado aqui no Senado.

E quero dizer que também acompanhei, pessoalmente, a luta de Aldo Rebelo na Câmara. E claro que o relatório não ficou, *ipsis litteris*, como ele gostaria que tivesse ficado. Ele, como homem democrático, teve que ceder a acordos, a negociações, mas da essência, do principal ele não se afastou; ele não se afastou dos seus princípios mais importantes.

Mas estamos aqui com esta proposta no Senado, e também os Senadores querem e precisam ter a oportunidade de participar desse debate. São ex-ministros, ex-governadores, ex-presidentes da República, com uma experiência extraordinária de Brasil; conhecem as dificuldades do Brasil em todas as regiões, em todos os Estados. Então, eu acho que este debate será bastante acrescido ao relatório de V. Exª, que ficou, na minha opinião, bastante razoável, na medida do possível de um acordo que agradou 410 parlamentares. Há gente que diz que o relatório é da bancada rural. Quem dera que a bancada rural tivesse 410 deputados todos os dias! Mas não é o caso. O que moveu os deputados foi o senso de brasilidade, o senso de responsabilidade com as pessoas que trabalham com esse Brasil imenso, e também com o meio ambiente. O relatório ficou, do ponto de vista ambiental e da produção, bastante interessante para o Brasil.

Então, eu inicio alguns pontos rapidamente, sugerindo estas modificações para análise dos colegas Senadores, especialmente para o Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que é relator em três comissões, e para o Relator Jorge Viana, do Acre, que foram duas escolhas extraordinárias. Estou muito tranquila com a possibilidade de participar e de dialogar com esses dois relatores tão bem aqui escolhidos pelos presidentes das Comissões.

Primeiro ponto: acho que todos nós precisamos ter em mente que ninguém aqui está para derrotar ninguém, principalmente o Governo, principalmente a Presidente. Independe do partido a que pertença o Presidente, não é bom para um segmento econômico que o governo se contraponha a uma matéria da maior relevância para o país e com repercussões internacionais. Não aquela repercussão das ONGs, o que vão falar, o que não vão, mas repercussão comercial. Acho que a gente não pode tirar isso da nossa mente, do nosso coração, das nossas decisões.

Mas, eu tenho muita confiança de que nós podemos construir isso para que todos saiam ganhadores, principalmente o país; para que todos saiam ganhadores: o Congresso, o Governo, os produtos, o meio ambiente, a sociedade como um todo, porque são coisas mínimas, são coisas pequenas que precisam de uma certa adequação.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, sobre insegurança jurídica.

Se alguém me perguntar qual a principal luta na modificação do Código, eu não vejo uma mudança de cunho ambiental. Nós estamos muito mais discutindo a questão da insegurança jurídica do que ponto de vista técnico propriamente dito, porque isso a gente tem que entregar nas mãos dos cientistas, eles nos dariam as suas opiniões e a Casa vai arbitrar. A Ciência também não tem unanimidade; há cientistas que pensam de um jeito, outros de outro, todos merecem o nosso respeito, mas esta Casa é política, a decisão será política, depois de ouvirmos todos aqueles que a gente achar que devemos ouvir.

Em um relatório aprovado na Câmara, Srs. Relatores, em 33 oportunidades, está demandando regulamento, que isso possa ser ordenado em regulamento. Isso traz uma insegurança jurídica para nós. O que nós queremos é nada mais que o justo e democrático para um país que optou pela democracia; nós quere-

mos regulamento em lei. Quando eu peço regulamento em lei, os riscos são para um ou para outro de não ver atendidas as suas prerrogativas, mas é a maneira mais justa, mais aberta de você ter uma tribuna, um diálogo com os colegas para convencê-los com os seus argumentos. O duro é você dormir uma noite e acordar com uma tese nova, com o sentimento de ter sido traído, não participar dessas questões. Acho que o Congresso Nacional não pode abrir desse que parece um detalhe, mas é fundamental.

Eu queria dar dois exemplos, para mim os mais graves que têm aqui, pedindo o regulamento em lei: o art. 9º:

> "É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de APP para obtenção de água e para a realização de atividades de baixo impacto ambiental na forma do regulamento." Isso significa Conama, isso significa Ibana, isso significa caneta, isso significa decreto.

O outro é o art. 33. Eu apenas encontrei aqui, podem haver outros mais graves. Mas, na minha opinião, é gravíssimo o art. 33.

> "A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implementar programas de regularização ambiental, de posses ou propriedades rurais, com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas nos termos da lei."

Então, que tanto a União quanto os Estados e o DF podem praticar e podem implementar os PRAs. No § 1º as condições desses PRAs, programas no caso, serão definidas em regulamento.

Sr. Presidente, é de novo o Conama, é de novo o IBAMA, é de novo o Ministério do Meio Ambiente, é de novo o decreto, sem discussão no Congresso Nacional ou nas assembleias legislativas dos Estados.

O que estamos pedindo é o de mais claro, transparente, de que a sociedade inteira possa participar deste importante debate que nós estamos tendo aqui nesta Casa.

No art. 3º não foi colocado e fica insustentável a ausência do que é utilidade pública, interesse social e baixo impacto. É quase a cópia do que é hoje, com algumas alterações, inclusive uma em que retira a palavra Conama. O que nós queremos é que o Congresso Nacional defina sobre essas questões.

Tudo isso não é um preconceito contra o Conama, Sr. Presidente e Srs. Relatores, mas a CNA, por exemplo, como a CNI e a CNC, faz parte do Conama. São 108 vagas e nós só temos 8. Então só nos resta dizer: registrem em ata que sou contra! Registrem em ata que sou contra! Porque as ONGs ambientalistas capturaram os órgãos de meio ambiente deste país. Então não são órgãos mais republicanos; defendem interesses parciais e não da sociedade, tanto o Ibama, tanto o Conama quanto o Ministério do Meio Ambiente, com todo o respeito que tenho pela Ministra, mas é incontrolável a vontade dela. Está capturado totalmente, os funcionários do 2º, do 3º, do 4º, do 5º escalão são todos ex-funcionários das ONGs do país; muitos são bons, muitos são corretos. Mas nem todos.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de comentar sobre a 164. São vários os pontos, citei apenas alguns, mas pretendo entregar para os dois Relatores, se eles me permitirem uma conversa mais detalhada nos gabinetes, para explicar um por um, pois nós temos um resumo bem condensado. Eu acho que a 164, realmente, trouxe algumas dúvidas. Mas nada intencional, nenhuma jogadinha, nenhuma esperteza na 164, aprovada na Câmara; ao contrário, tanto que o *caput* deixa dúvidas? Deixa. E acho que é exatamente nessa questão que a Presidente não abre mão, que o Governo não abre mão, mas que é possível nós fazermos um novo texto que seja claro, que traga transparência, segurança e que mostre a boa-fé de todos nós.

Na verdade, na 164, no seu § 4º, está a verdadeira intenção dos Deputados, quando aprovaram com 410 votos: "O PRA regularizará a manutenção de outras atividades consolidadas em APP, vedada a expansão das áreas ocupadas [expansão é desmatamento], ressalvados os casos em que haja recomendação técnica de recuperação...".

Bom, então no § 4º está muito claro que é para consolidar o que está na margem de rio, desde que não aumente o desmatamento. Mas no *caput* já não tem tanta clareza, e realmente pode fazer com que alguns entendam em aumento do desmatamento na APP.

No art. 8º, da 164, diz... Porque, na verdade, esse *caput* já existia no código anterior, que ainda é atual, porque não votou no Senado, e complementou-se com mais uma frase. Então desvirtuou o *caput* do art. 8º no sentido de dizer que a intervenção ou supressão, que é a reforma da área ou o desmatamento de vegetação em área de APP, incluiu nisso, na intervenção e na supressão, as atividades agrosilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, quando diz que a manutenção e as atividades consolidadas até dia 22 de julho de 2008.

Nós também temos um texto sugestão para a análise dos Relatores e, depois, para apreciação desta Casa que, tenho certeza, este é o ponto crítico do Governo e que nós podemos sanar com a concordância de todos, com muita tranquilidade, e mostrar e demonstrar que nós estamos apenas preservando aquelas pessoas que estão há décadas, há centenas de anos nas margens dos rios com a sua agricultura, com a sua roça, com a sua suinocultura, avicultura e,

mesmo assim, condicionados ao PRA, que é a regulamentação, e a possível distorção, que possa estar sendo praticada, seja alterada.

Então eu quero, Sr. Presidente, discutir essas questões.

Com relação à isenção de quatro módulos, eu gostaria de deixar aqui para uma reflexão e finalizo as minhas palavras.

O Relatório de Aldo Rebelo coloca a isenção da reserva legal até quatro módulos e, com muita clareza, dizendo que desde que não tenha mais novos desmatamentos. Não é isso, Deputado? Bem, e está todo mundo perguntando: E se eu tiver quatro módulos e mais 1 metro? E se eu tiver cinco módulos? E se eu tiver seis módulos? O que vai acontecer com esse pequeno produtor, que pode ser um assentado da Reforma Agrária, que pode ser um pequeno produtor que adquiriu a sua terra, como é que nós podemos fazer isso? Nós vamos pegar quem tem cinco módulos e fazer com que ele tenha 20 de reserva legal?

Então eu gostaria, para reflexão, de deixar uma sugestão: nós temos cinco milhões de propriedades rurais no país; 5.175 milhões. A isenção até quatro módulos atinge 4.656 milhões, quase todas, porque a grande maioria é de pequenos agricultores. Por que não incluir os médios que são 380 mil produtores mas da seguinte forma. Se tenho até 15 módulos, dentro dos 15 os meus 4 ficam isentos e eu apenas recomponho a diferença da reserva legal, que são 12 módulos. Não incluímos os médios na isenção, mas vamos imaginar que um médio tenha 500 hectares. O que são 4 módulos? Se os 4 módulos forem 200, reduz os 200, não tem reserva legal em cima dos 200 e calcula-se a reserva legal em cima dos 300. Acho que a gente atingiria os pequenos e médios agricultores. Mas se são 90% dos agricultores do Brasil, não vai sobrar nada. Ao contrário, ele tem a menor parte de terra. Os médios agricultores são 113 milhões de hectares. O Brasil inteiro tem 850milhões de hectares. E, na verdade, seria apenas a diferença dos 4 módulos e não da propriedade inteira.

Deixo essa sugestão para a reflexão baseada num argumento: a renda desses agricultores, a renda dos pequenos e médios agricultores do País é irrisória. Vamos apresentar esse seminário para o Brasil no mês de novembro. É um estudo profundo que a CMA fez com relação aos dados do censo agropecuário, e descobrimos que apenas 5% dos agricultores do Brasil produzem 70% do PIB do agronegócio. Isso é um horror total e absoluto. Por isso, peço a reflexão para os pequenos e médios nesse sentido. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Kátia Abreu.

Quero registrar com alegria, pedindo desculpas por não fazê-lo antes, a presença entre nós do Sr. Márcio de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil. É uma alegria muito grande, Márcio, tê-lo aqui.

Vamos ouvir o Senador Sérgio Petecão, em seguida o Senador Blairo Maggi.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Rodrigo Rollemberg, queria aqui na pessoa do meu amigo Deputado Aldo Rebelo saudar os demais Senadores da Mesa.

Vou procurar ser rápido, até pelo adiantado da hora, e a fome começa a avançar sobre nós.

Na verdade, Deputado Aldo, tive oportunidade de acompanhar a sua luta, a sua peregrinação pelo Brasil e uma coisa que me preocupa é quando vejo alguns Deputados, algumas lideranças e alguns Senadores, dizerem que temos que discutir mais essa proposta do Código Florestal. Acho que temos que discutir, mas o que me preocupa é que eu queria ter o privilégio e o prazer de nesses oito anos que vamos estar aqui no Senado de ver essa lei votada. Também discuti demais e passar oito anos e nós não terminarmos... Mas tenho fé em Deus e acredito muito nos relatores, o Senador Luiz Henrique que é relator nas três Comissões, com certeza todos estão preocupados e nós vamos dar esse presente ao povo brasileiro que é a votação do Código Florestal.

Sempre tenho dito em alguns debates que participei – o Deputado Aldo foi no meu Estado acho que uma vez, ele achou pouco e foi em uma reunião de pequenos produtores na boca do Acre. Aí ele recebeu um convite, achei que ele não teria coragem, o Chico Corrente convidou ela para ir a uma comunidade situada na boca do rio Mapiá. Ele pegou a voadeira e foi. Então acho que não temos mais o que discutir, Aldo, sinceramente, qualquer sugestão, qualquer ideia que venha no sentido de melhorar, acho importante. Acho que você está preparado para esse debate e a demonstração disso é quando vem a esta Comissão e faz um debate aqui com todos os Senadores.

Este ano eu tive eu tive um convite, Deputado Aldo para fazer uma visita à reserva Chico Mendes. É uma reserva famosa, até por conta do nome, no meu Estado, no Estado do Acre. Estávamos recebendo denúncias dos maus-tratos do pessoal do CMBio e Ibama.

O Governo do meu Estado deu um curso de aproveitamento da floresta, de como se aproveitar a riqueza da floresta, as sementes, a madeira que cai num processo natural da região amazônica. E lá um pequeno produtor fez um aproveitamento; caiu um

cumaru na propriedade dele, ele cortou o cumaru e fez doze latas de carvão. Esse cidadão foi preso porque não podia fazer carvão lá na reserva. A lei existe, realmente não pode fazer carvão na floresta, mas o que questionamos é a falta de sensibilidade desses órgãos que fiscalizam, principalmente a nossa região.

Se o Governo do Estado vai lá – e eu acho que está correto –, aplica um curso de aproveitamento das riquezas da floresta, e logo em seguida, vem... Ele aproveitou a floresta. Caiu um cumaru no quintal dele, o vento derrubou, e ele aproveitou os galhos e estava fazendo carvão para poder comprar a mistura, como chamamos no Acre, para levar para o mato. E ele foi preso por conta disso aí.

Então, são essas situações que nos preocupam lá no Acre. Eu tenho dito que eu não conheço ninguém que, em sã consciência, seja a favor da devastação da Amazônia. O que nós queremos, lá no Acre... Estive em Mato Grosso agora e, fazendo uma visita ao Governador Silval Barbosa, ouvia o Governador falar de Mato Grosso, um Estado que produz. O meu sonho é que um dia o Acre – não sei se chegaremos a ser um Mato Grosso – também possa produzir, que nós possamos ter o direito de produzir. Um Estado de terra fértil, e eu não consigo entender... E não estou falando em devastar a nossa floresta, não. Estou falando no sentido de aproveitar aquelas áreas que já foram degradadas. E aí a minha pergunta vai para o senhor, Deputado Aldo Rebelo, e para o nosso Senador Jorge Viana.

Senador Jorge Viana, eu tive uma informação ontem, vindo do Jordão. Um vereador me ligou dizendo que o CMBio e o Ibama estariam lá aplicando essas multas pesadas, o que já foi dito aqui por alguns colegas Senadores. O vereador me fez uma denúncia – não estou aqui afirmando; estou dizendo que é uma denúncia e gostaria de saber se os senhores têm essa informação – de que esse instrumento dessas multas pesadas seria um mecanismo de expulsar o nosso pequeno produtor. Porque um seringueiro que derruba ali um hectare, dois hectares, três hectares, para botar um roçado, Deputado Aldo, pega uma multa de R$60 mil, R$80 mil, e ele vai embora.

Lá no Acre, já tivemos casos de pessoas que entraram em depressão e morreram. Temos o exemplo daquele cidadão lá de Boca do Acre: ele passou um ano indo ao Ibama para tentar tirar licença para botar um roçado; um ano não, três anos. Três anos para tirar uma licença para botar um roçado em três hectares. Ele não aguentava mais. No dia em que ele, como ele mesmo disse, "meti a foice para cima e derrubei; no outro dia, o Ibama foi lá e me prendeu". Então, ontem eu recebi uma denúncia do Jordão de que lá estaria uma fiscalização pesada, e de que essa fiscalização é um instrumento de expulsar os pequenos produtores para que essas reservas sejam preservadas para que os governos, seja o Governo estadual ou o Governo federal, depois possam dar essas áreas como garantias em alguns financiamentos. Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento disso, Deputado Aldo Rebelo. E essa pergunta, como é do meu Estado, passo também para o nosso Senador Jorge Viana.

Então, era mais nesse sentido. Eu queria parabenizá-lo pela sua coragem, pelo seu entusiasmo e pedir que nós, Senadores, nesta Casa, possamos ter a sensibilidade de, nos oito anos que temos de mandato, votar esse Código Florestal. Porque eu me preocupo muito, muito mesmo, quando vejo alguns projetos que deram entrada aqui e até hoje estão aqui. Então, era mais nesse sentido, Deputado Aldo, e mais uma vez, quero parabenizá-lo pela sua coragem e pelo espírito de brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Sérgio Petecão e agora, finalmente, o nosso querido Senador Blairo Maggi, um dos primeiros a chegar nesta reunião de hoje.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Presidente Rodrigo, o Presidente Jorge e também o nosso convidado Deputado Aldo Rebelo.

Eu hoje só fui perdedor, Senador: saí daqui e perdi a vez de falar aqui, saí de lá e perdi a vez de falar lá na outra Comissão; mas tinha de estar nas duas de qualquer forma hoje.

Mas não serei longo. Gostaria só de cumprimentar o Deputado Aldo – já fiz isso em outras oportunidades – pelo relatório, pelo trabalho que foi feito na Câmara Federal, e acho, sinceramente, que os avanços que conseguiu na Câmara são os avanços possíveis de serem feitos neste momento.

Eu concordo com a Senadora Kátia quando ela coloca que a maior dificuldade nossa nessa questão do código é dar a esse código a legalidade, é tirar a possibilidade de dupla interpretação, é dar a ele a segurança jurídica. Quando sentamos para discutir em qualquer roda, já começamos a ter opiniões diferentes em alguns temas. E acho que, depois de tantos anos e de tanto trabalho, temos que chegar à conclusão de apurar esses pontos, de não deixar acontecer, de tirar a questão do Código Florestal da mão do Judiciário, do Ministério Público, da discussão com juízes. Enfim, precisamos eliminar essa questão e deixar que os produtores brasileiros possam trabalhar com tranquilidade e conhecendo a regra.

Acho que temos um ou dois pontos mais polêmicos para discutir, mas também não vejo que não haja

possibilidade de avançar. Acho que temos possibilidade de avançar sem nenhum problema.

Eu só queria fazer uma pergunta ao Deputado Aldo para que possamos discutir depois juntos com nossos relatores aqui. Na questão da 164, que depois virou o art. 8º, em alguma oportunidade, Deputado Aldo, foi discutido com o Governo, tentou-se levar para esse texto a possibilidade de, nas APPs, dar o mesmo tratamento que foi encontrado para a reserva legal, na questão dos quatro módulos? Porque me parece que essa questão dos quatro módulos na reserva legal pode ensejar alguma discussão. O que se pode fazer com a pessoa que tem 4,1, 4,2? Mas eu sempre brinco: a chuva começa em algum lugar e tem que terminar em algum lugar. Quer dizer, não há como. Sempre vai haver as divisões de categorias na própria legislação. Mas, se nós pudéssemos discutir e avançar também na questão dos quatro módulos nas APPs, nós teríamos a possibilidade de um entendimento bastante grande, porque realmente o que me preocupa, em todo esse processo da ocupação e da consolidação das APPs, não são os grandes, nem os médios produtores, porque, se tirar 20 hectares, 100 hectares, não há problema algum; até porque as grandes propriedades estão mais nas terras do Centro-Oeste, mais no Norte, onde há mais espaço e, portanto, não há essa briga pelo pedaço da terra. Mas, quando você vai ao oeste do Paraná, quando você vai a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, aqui em São Paulo, próximo aqui mesmo, onde a população é maior, e onde as terras são bem divididas, onde a reforma agrária foi feita... Como dizia meu professor na universidade, a reforma agrária realmente se faz na cama: você vai tendo filhos, vai dividindo a terra. E já aconteceu essa reforma agrária aí nessas regiões.

Então, se pudéssemos achar essa questão da proteção até os quatro módulos, nós não teríamos mais discussão, acho, para frente. Nós salvaríamos muitos agricultores centenários, pessoas que foram para essas regiões, desbravaram, estão lá ocupando, e, com o tempo, podemos introduzir, senhores relatores, algum mecanismo de incentivo fiscal ou de apoio financeiro, para que mesmo esses produtores que estão nesses quatro módulos rurais possam, com o passar do tempo, fazer a migração, sair dali, mas de forma voluntária por parte deles e com o auxílio de incentivos fiscais ou até financeiros. Porque quando a gente fala em questões ambientais e olharmos se nós pudéssemos imaginar a 50 anos, ou daqui a 100 anos, no Brasil, nós estaríamos com todas essas questões resolvidas, eu tenho certeza que para o meio ambiente não significam nada 50 ou 100 para quem vive num planeta que tem bilhões de anos. Então, nós não precisaríamos tirar essas pessoas de imediato, criar toda uma confusão jurídica de discussões, enfim, dar tempo para que o governo e a sociedade se encarreguem de criar mecanismos, quer dizer, nós aqui no Congresso criarmos mecanismos para fazer com que os produtores, no futuro, saiam com uma programação mais voluntária.

Mais uma vez, cumprimentar V. Exª pelo trabalho e dizer que a nossa responsabilidade aqui no Senado é fazer um projeto que não seja tão quadrado, para que a Câmara não aceite, e que seja feito dentro de uma regra que a própria Presidente da República possa sancionar também. Não adianta nada a gente fazer alguma coisa aqui que extrapola os limites que estão por aí colocados e aceitos, inclusive, pela própria sociedade.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Agradeço a sua intervenção e a sua objetividade.

Passo agora a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Trinta segundos para o Senador Jorge Viana responder ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Petecão, acho que não preciso mais que 30 segundos. Talvez a questão das multas – que o Deputado Aldo trouxe com tanta propriedade –, que eu tenho muitos exemplos, nós todos temos, acho que é o melhor exemplo de que nós temos que fazer uma atualização da legislação ambiental no Brasil. Apenas perto de 1% das multas aplicadas é que são pagas. Então, ela não cumpre papel nenhum hoje, a não ser afrontar principalmente os pequenos e criar situações de insolvência de famílias inteiras, como a gente está tendo no Brasil. Tem muitos maus funcionários usando uma lei confusa e também dúbia.

Então, quem sabe, talvez agora a gente tenha uma oportunidade. E eu não acredito que seja um projeto de expulsão de pessoas não. Acho que é isso, esse ambiente está muito carregado e o Senado tem toda a condição, junto com o texto que veio da Câmara, de dar uma segurança política de que a multa cumpra com o seu papel. Essas multas aplicadas, esses exemplos, mostram que nós estamos longe de termos uma legislação que possa ser pedagógica, do ponto de vista das multas até mesmo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Me permite, Senador Jorge Viana. Isso que está ocorrendo, em relação à aplicação dessas multas, me lembrar do episódio da edição do AI-5, em que o Ministro Milton Campos se negou a assinar o AI-5. E aí disseram para

ele: Mas V. Exª acha que o general-presidente vai praticar alguma ilegalidade? E o Senador Milton Campos disse o seguinte: "Eu temo o presidente, eu temo o guarda da esquina." Então, nós temos que fazer uma lei que não dê essa força aos guardas da esquina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com as palavra o Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Srs. Senadores, Srª Senadora, o esforço durante a tentativa de elaboração deste relatório foi no sentido de conhecer com alguma profundidade a realidade do País, fazer o inventário dos problemas, das diferenças da agricultura do Brasil; um esforço grande de conversar, dialogar com a sociedade.

Ouvi organizações não-governamentais, ouvi agricultores, ouvi órgãos ambientais – e fizemos isso pelo Brasil inteiro –, pesquisadores, universidades, técnicos; de negociar com o Governo permanente, e o relatório é fruto desse esforço, não significa que todos os interlocutores estejam exatamente contemplados em 100% daquilo que desejavam, a começar por mim que não estou contemplado em todo o meu relatório. Mas, procurei fazer um relatório que tivesse sustentação técnica, política e que correspondesse às duas, às duas expectativas da população, que, como eu disse, é proteger o meio ambiente e proteger a agricultura. Qualquer um pode renunciar a uma das duas coisas. O povo não tem esse direito.

Então, por essa razão, Senador Suplicy, nós, conversando com a Frente Parlamentar do Meio Ambiente, eu tive no Deputado Zequinha Sarney, que é o Líder maior dessa Frente, o interlocutor quase que diário. E onde houver uma só possibilidade em qualquer parágrafo, inciso ou artigo que admita novos desmatamentos, você me aponte que eu vou vedar. E assim fizemos.

Portanto, o que resta de novos desmatamentos é, única e exclusivamente, aquilo que a lei atual autoriza, mais nenhum; todos os demais foram absolutamente vedados.

Aproveitamos uma parte da legislação, por exemplo, a compensação já é prevista na legislação atual; a utilização de exóticas para efeito de recomposição de reserva legal é apenas para essa finalidade. Não significa que, amanhã, alguém está autorizado, vai abrir uma nova propriedade na Amazônia e pode reflorestar. Não. É apenas para efeito de recomposição. A divergência que surgiu e que foi resolvida é de 50% para a pequena propriedade. E numa reunião, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, do Ministro da Agricultura e do Ministro Palocci, esse acordo foi resolvido dessa forma.

Além do que, também, exóticas no Brasil precisa passar por um reprocessamento para oferecer naturalização. Algumas exóticas não tem mais sentido permanecerem como estrangeiras em nossa terra, como a mangueira, a jaqueira, o coqueiro – o coqueiro da Bahia é exótico –, o abacate, que continuam exóticos até hoje. Estão acabando com a jaqueira no Nordeste. Como é exótica, não tem proteção, as pessoas vão arrancando e transformando em madeira para fazer banco, para fazer não sei o quê.

Então é preciso atualizar. E o art. 14 não permite novos desmatamentos. A regularização... Recompor até 50% para efeito de regularização. O que havia na Amazônia, que o Governo apresentou essa divergência, o Ministério do Meio Ambiente, mas eu discordo da opinião do Governo, é o seguinte: em São Paulo, você permite que um proprietário possa compensar a área, que não tem reserva legal, fora da propriedade, fora do Estado e fora do bioma. Em São Paulo, que tem muito pouco de vegetação nativa, de Mata Atlântica, de tudo.

Na Amazônia, no Estado do Amazonas, que tem 98% de floresta, você não vai permitir que um proprietário possa compensar a área que não tem, fora da propriedade. Você é obrigado a um ônus, no meio de tanta reserva, que o agricultor de São Paulo, que tem pouca reserva, não tem. Aí eu não posso admitir uma coisa dessa, é uma injustiça, é uma desigualdade, mais uma vez, pesando contra a Amazônia. O agricultor de São Paulo vai poder compensar fora da sua propriedade, e o da Amazônia não pode? Sendo que na Amazônia tem muito mais Floresta Amazônica do que São Paulo tem de Mata Atlântica. Isso não tem cabimento, é injusto, é inaceitável. O Pampa não tem floresta, tem aquela vegetação típica.

Sobre a questão das bananas, acho que esse risco... Eu estive lá em Registro, estive em Sete Barras, estive ali naquele Vale do Ribeira, e o receio deles qual é? É um receio razoável, porque diz o seguinte: você permite a compensação, mas o proprietário mais capitalizado vai avançar sobre o menos capitalizado, é natural, o mercado não perdoa. Se o proprietário mais capitalizado vai ali no Vale do Ribeira, o plantador de bananas se sente ameaçado. Ele vai comprar a minha para transformar em reserva legal.

Esse risco não existe, por quê? Primeiro, porque uma parte das propriedades em São Paulo vai estar regularizada por um mecanismo que o Governo e o Ministério do Meio Ambiente aceitaram, que é o uso do princípio da legislação da intertemporalidade, se não me engano. Ou seja, você usa a lei da época. Aquela área de São Paulo, toda ela, mesmo o Oeste que foi ocupado no século XX, até nos anos 40, 50, vai estar consolidada pelo princípio da intertemporalidade. O que vai sobrar de área necessária, o Vale do Ribeira já tem parques onde o poder público não pagou e o

proprietário vai poder compensar nessas áreas, não vai precisar comprar área de bananeira para compensar. O que não tiver de parques, ainda há áreas de propriedades privadas com vegetação nativas, grandes. Ali mesmo em São Paulo, Senador, o senhor pode encontrar nos cafés gente que tem herança no Vale da Ribeira, em Capão Bonito que pode fazer servidão. Então há um estoque suficiente no Vale do Ribeira de terras, de áreas que podem compensar sem precisar atingir os nossos companheiros bananicultores.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Apenas um complemento mínimo nessa questão que o Senador Suplicy fez ao Deputado.

No art. 38 que trata dessas compensações pode ser dentro da fazenda, fora, fora do bioma, eu acho que nós poderíamos incluir, os relatores para avaliação, também a aquisição de quotas. Ficar definido no projeto em área privada que é a servidão, mas também nas áreas de unidade de conservação. Acabamos de assistir na imprensa nacional que 50% das unidades de conservação do País... Mesmo estando previsto está necessitando de regulamento, tudo aqui pede regulamento. É a aquisição de quotas, de reserva ambiental, nos termos de regulamento. Isso ainda será regulamentado, não está claro. É o art. 38 § 5º, inciso I. A inclusão da possibilidade de servidão. No Tocantins nós temos vários produtores que compraram papel no Jalapão, no Cantão, por 10, 15 anos. Então isso seria uma solução para a manutenção dos parques, também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Creio que essa questão do Vale do Ribeira também responde a preocupação do Senador Aloysio Nunes. A legislação do mundo é muito bem-vinda. Há aqui alguns países que examinei e outros que eu não examinei . Mas, de qualquer forma, a contribuição...

As situações dos rios estão disciplinadas, porque de acordo com a dimensão, com a largura desses cursos d'água, já estão dimensionadas nos princípios gerais e no processo de regularização ambiental. De todos eles, do Atibaia, inclusive. A dificuldade está em que? Em proteger as nascentes, principalmente, porque o que há de mais vulnerável e precioso nos rios são as nascentes. Não é depois que ele já tem um curso de água normal, perene, permanente que a ameaça é maior. E você combinar a diferença entre uma nascente do rio São Francisco e a nascente de uma cacimba onde a família bebe água. Você tem que proteger de forma diferente esses recursos. Na recomposição obedecer critérios que permitam a proteção do rio com a sobrevivência do agricultor. Não é simplesmente você, por exemplo, no caso do Iguaçu, que é um caso concreto lá no Paraná onde rio tem 600 metros de largura e 500 metros de mata ciliar. Quando você avança com a mata ciliar, praticamente liquida com todas essas propriedades. Meio quilômetro, se a propriedade for pequena, não precisa ter nem... Basta ter 100 metros. Se ela tiver 500 metros de fundo, ou seja, com 1km de largura, que não é uma propriedade pequena, já foi embora 100%. Lá no rio Iguaçu. E deve ser a mesma coisa no Uruguai. E também estou dizendo isso porque é uma questão concreta. Então, o programa de regularização ambiental tem que dar conta disso. Tem que proteger o meio ambiente, proteger os recursos hídricos, proteger o solo e, ao mesmo tempo, proteger a agricultura. Encontrar um equilíbrio entre a proteção da mata ciliar, que é vista como absoluta, e às vezes também o agricultor, a agricultura ciliar. Existe este ente, que é o agricultor ciliar, ou seja, o agricultor da beira de rio, a agricultura de beira de rio, no mundo inteiro. E a responsabilidade do Poder Público é combinar a sobrevivência do rio com a sobrevivência das pessoas. Isso está sendo possível até hoje. Então é preciso trabalhar para que assim continue.

Eu desconfio, Senador Petecão – como dizia Guimarães Rosa, "você não tem certeza de tudo, mas desconfia de muita coisa" –, que há, de fato, um projeto de desantropização da Amazônia. Eu acho, desconfio disso. Não tenho nenhuma vidência, não tenho nada para provar, mas eu desconfio que isso é possível. Você cria tantas dificuldades que, de fato, você inviabiliza, você aterroriza as pessoas; e elas vão ficar fazendo o que ali? Não estou dizendo que isso é de a, b ou c. O que eu acho é que há muita coincidência nas coisas que eu, pelo menos, vi acontecendo.

A questão dos quatro módulos, Senador Blairo Maggi. De fato, no apagar das luzes, quando um governo não encontrava uma solução e não deixava de reconhecer o problema, que é a consolidação da APP – principalmente de beira de rio, porque, de topo de morro e de encosta, boa parte ficou resolvida, mas a de beira de rio –, o governo apresentou uma sugestão que era exatamente a de dar este tratamento entre o pequeno, o médio e o grande proprietário: cada um tem uma APP diferenciada. Ou seja, apareceu até a solução de a APP não poder ocupar mais do que 20% da propriedade. Mas aí, quando a solução foi posta sobre a mesa, alguém disse o seguinte: "tudo bem, mas essa APP vai começar onde, da beira do rio para dentro ou da beira do rio para fora?" Ou seja, alguém quer ter acesso à água. A proximidade com a água é uma coisa importante.

Por exemplo, aqueles ribeirinhos da Amazônia, é ali mesmo, na beira do rio mesmo, no beiço do rio, na praia, é ali que está a sobrevivência. Ele não toca na floresta, mas ele precisa daquela área. Então, não é uma coisa de fácil solução.

Reconhecer o problema já é um bom ponto de princípio. Já é uma coisa importante, já coloca todo mundo em torno de uma mesa para encontrar uma solução.

A solução que nós encontramos foi essa, ou seja, fazer com que o programa de regularização ambiental respeitasse os critérios técnicos, as exigências dos §§ 3º e 4º. Não acho, discordo da Senadora Kátia Abreu que a redação do *caput* da 164, do seu art. 8º, cause dúvida. Ali está o principio geral. Tanto é que qualquer citação legal, você geralmente não começa pelo *caput*, você começa pelo parágrafo. "Segundo o parágrafo..." Porque o parágrafo é o que define a regra. É no parágrafo. O *caput* geralmente é o enunciado, é o geral.

O § 3º determina exatamente as condições, ou seja, não pode haver risco para o solo e para os recursos hídricos. Precisa obedecer a esses critérios para consolidar. Eu acho que isso é o programa que tem que realizar. Se o programa tem condições de fazer isso ou não... Quanto à questão dos prazos, também nós conversamos demoradamente com o Ministério do Meio Ambiente. Eu disse: o prazo, vocês, que vão fazer esse programa, esse cadastro, têm que definir; definir o quanto de tempo necessário para essa regularização. A experiência desse cadastro do Mais Ambiente não nos aconselha a ter muita pressa. Não sei se a Ministra Izabella veio aqui...Já veio? Mas os companheiros estão aí, o João de Deus, e podem esclarecer essa dúvida.

O prazo foi um pouco negociado com eles. Eles acham que dá. Eu não tenho essa experiência. Como eu posso contradizer? O cadastro é do Ministério do Meio Ambiente, embora seja descentralizado, é o Ministério do Meio Ambiente. Então, é preciso que eles opinem mais para ver se é isso mesmo. O nosso prazo era muito maior, mas nós reduzimos exatamente na tentativa desse acordo.

Acho que responder a tudo seria pretensão. Eu não respondi nada, comentei aquilo que estava a meu alcance. Desejo que o Senado possa melhorar e aperfeiçoar o que conseguimos fazer na Câmara, avançamos até aonde foi possível, em meio a conflitos e contradições de que não preciso falar aqui.

O esforço foi exatamente este, dar ao País e à população a ideia de que é preciso estabelecer o equilíbrio entre essas duas causas, essas duas necessidades irrenunciáveis, o compromisso com o meio ambiente, que não é um compromisso econômico nem social apenas, é um compromisso cultural, proteger o campo no Brasil, proteger a atividade do campo, a agricultura, a pecuária. Não é apenas uma questão de emprego, de renda, de exportação, de *commodity*, de preço de comida. É tudo isso, mas é proteger também a identidade, a cultura, os valores, a formação, o idioma, tudo que está relacionado com a vida no campo no Brasil. E não temos a obrigação nem o direito de virar as costas para essa realidade, da mesma forma que não podemos renunciar aos compromissos históricos do nosso País com o meio ambiente. Creio que os senhores podem fazer mais do que o que fizemos, porque além da inteligência e da experiência podem aproveitar também os nossos erros e os nossos êxitos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Aldo Rebelo. Tenho convicção de que hoje foi um grande recomeço do nosso debate sobre o Código Florestal.

Quero agradecer a todos os Senadores, Deputados e convidados que nos honraram com a sua presença.

Antes de encerrar os trabalhos, preciso submeter à apreciação a ata da presente reunião, já que é conjunta.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam a ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Lembro que, na próxima quarta-feira, a partir das 8 horas e 30 minutos, teremos uma audiência pública sobre o mesmo tema, com alguns ex-Ministros do Meio Ambiente e, na próxima quinta-feira, com alguns ex-Ministros da Agricultura.

Agradeço a presença de todos.

Esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e onze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Reditario Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Anibal Diniz, Eduardo Braga, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Walter Pinheiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Record de Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à H. Sul FM Radio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad Hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Bayeux FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 700, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Turvânia – AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 703, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cumari para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão so-

nora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Walter Pinheiro passa a Presidência para o Senhor Senador Pedro Taques, para relatar o **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurguéia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual da Comissão, reassume a Presidência. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Douradoquarense – ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Rural Afonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação L' Hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequencia modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Benedito de Lira e Walter Pinheiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Projeto de Decreto Legislativo e de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educadora São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto

é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 02: Requerimento nº 38, de 2011-CCT** de caráter terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para participar, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no "Evento do setor de Comunicações – Futurecom 2011", que se realizará entre os dias 12 e 14 de setembro do presente ano, em São Paulo – SP." O requerimento é aprovado. Fica adiada, a seguinte matéria da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 151, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado 505, de 2007 e com o Projeto de Lei do Senado 531, de 2007.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e oito minutos, determinando que eu, **Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Walter Pinheiro,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 17 de agosto de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Dispensada a leitura da ata, a mesma será publicada no *Diário do Senado.*

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos à apreciação dos itens da pauta. Vou propor uma antecipação, se assim me permitirem os Senadores Angela Portela e Benedito de Lira, para que o nobre relator dos itens 8 a 12, Senador Cyro Miranda, possa ler seus relatórios e, na sequência voltemos para a ordem da pauta, permitindo ao Senador Benedito de Lira também uma inversão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. O PDS 172, de 2011, não consta da pauta da reunião da manhã de hoje. Gostaria de solicitar a V. Exª, se possível, que ele entre numa pauta extra ou que V. Exª o paute para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vou submeter a solicitação de V. Exª ao Plenário sem nenhuma resistência desta Presidência, concordando com V. Exª, para que ainda na pauta de hoje seja apreciada a matéria que é objeto do pedido de V. Exª.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão do PDS 172, de 2011, na pauta de hoje, por solicitação do Senador Benedito de Lira, permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

ITEM 8:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 700, DE 2010
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/08/11.*

ITEM 9:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 702, DE 2010
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE TURVÂNIA – AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/08/11*

ITEM 10:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 703, DE 2010
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL LAGO DOS TIGRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/08/11.*

ITEM 11:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 705, DE 2010 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CUMARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/08/11.*

ITEM 12:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 706, DE 2010 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/08/11.*

Portanto, relativamente a esses cinco itens, o Senador Cyro Miranda procederá à leitura do relatório.

Tem a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente desta Comissão, Senador Walter Pinheiro, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, o meu agradecimento pela deferência a este seu amigo.

Eu pediria permissão para relatar em bloco, pois o teor é o mesmo: trata-se de outorga, apenas diferenciam-se as cidades.

Então, vamos ao primeiro relatório.

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 700, de 2010 (n° 1.332, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem.

Sr. Presidente, como não há vícios, somos pela aprovação.

Como também, Sr. Presidente, ato que outorga autorização à Associação aos Amigos de Turvânia, AATUR, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás.

O ato também foi submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Também temos ato que outorga autorização à Associação Comercial e Cultural Lago dos Tigres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

O ato também foi submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Cumari, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás.

E também a outorga de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros para Associação Comunitária Aliança, na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Todos estão de acordo com a lei, examinadas as documentações. E somos pela aprovação desses projetos, Sr . Presidente.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu que agradeço ao Senador Cyro Miranda. Como não temos ainda quórum para deliberação, aguardaremos a consagração do quórum para que essas matérias possam ser votadas.

Passaremos a discutir outros itens da pauta.

Proponho ao Plenário outra inversão, aproveitando a presença do Senador Valdir Raupp. Se for possível, o Senador pode proceder à leitura do item 16 da pauta, o PDS 563, de 2003.

Se o Plenário assim concorda, as Srªs e os Srs. Senadores permaneçam como se encontram.

Portanto, com a palavra, o Senador Valdir Raupp para relatar o item 16 da pauta, o PDS 563, de 2003.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 563, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins

exclusivamente educativos na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Também como não obtivemos o quórum para deliberação, agradeço ao Senador Valdir Raupp o parecer.

Passemos ao item 3 e ao item 4 da pauta, cujo Relator é o Senador Vital do Rêgo, mas sugerimos ao Senador Pedro Taques que possa proceder à leitura do item 3 e do item 4, PDS 113, de 2011, e PDS 35, de 2011.

O Sr. Senador tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente, com muita honra, sou relator *ad hoc* desses projetos.

Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem Presidencial, nos termos dos arts. 49 e 223 da Lei Fundamental da República.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno, cabe a esta Comissão analisar os requisitos formais e materiais deste Projeto de Decreto Legislativo.

Muito bem. O processo de exame e apreciação dos autos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora se encontra gravado no art. 223 da Constituição Federal, combinado com a Resolução nº 3 do Senado.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional. A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, atende aos requisitos específicos. Todos os documentos encontram-se presentes, Sr. Presidente.

Desta feita, o voto é no seguinte sentido:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 113 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão de Rádio e TV Centauro Ltda., Sr. Presidente.

Esse é o Item 3 da pauta, Sr. Presidente.

E, ato contínuo, passo ao Item 4 da pauta.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo n° 35, que "*aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Record de Bauru".*

Todos os requisitos formais restaram aqui analisados pelo competente Relator, e o faço *ad hoc.* O voto é na seguinte direção:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 35 não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão.

Sr. Presidente, V. Exª me permite, depois da leitura desses dois projetos, trazer uma preocupação também aqui já expressa por muitos? É o número quase abissal de comissões e subcomissões que os Senadores participam, o que dá a impressão – e desde logo eu digo – equivocada, na população brasileira, de que nós não frequentamos as comissões. E isso não é bom para o Legislativo, não é bom para a democracia. Eu tenho absoluta certeza de que o Senador Vital do Rêgo, que é o Relator desses dois projetos, encontra-se em outra comissão, um dos seus afazeres legislativos. E nós ficamos aguardando desde as 8h30, que estava marcada esta reunião, e isso não é bom.

Então, nós temos de tomar uma providência no tocante a isso. Eu, particularmente, já tomei a minha e quero comunicar a V. Exª e aos Colegas desta Comissão que fiz um pedido ao partido político que, com muita honra, aqui represento, o PDT, da minha vontade de sair desta Comissão. Por que isso? Porque não dou conta, não tenho a inteligência de muitos de atirar para todo lado. Não consigo ser um "achista"; preciso estudar os projetos, preciso analisar os projetos. Assim, eu solicitei ao PDT que me retire de uma das comissões para que eu possa me focar e fazer um trabalho com efetividade; aliás, é o que diz a Constituição no art. 37.

Muito bem. É essa a comunicação que eu queria fazer a V. Exª, solicitando aos colegas Senadores que temos de tomar uma providência quanto a isso.

Nós temos a CCJ agora, várias sessões, subcomissões, e isso não é bom para a respeitabilidade dos Senadores e, sobretudo, do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Está correto, Senador Pedro Taques.

Quero, primeiro, agradecer a V. Exª pela relatoria e, mais uma vez, afirmar que nós não temos quórum

neste momento, para apreciação dessas matérias, em virtude exatamente do tema levantado por V. Exª neste momento.

Esse é um tema, Senador, que eu, inclusive, já materializei em forma de projeto na Casa, eliminando a possibilidade de criação de subcomissões, porque nós já temos comissões demais. Se cada comissão criar três, quatro, sei lá quantas subcomissões, diligências e uma série de coisas, nós não vamos trabalhar.

Então, essa é uma reclamação que tenho feito.

Fiz um debate sobre a questão dos *royalties*, porque a história era criar mais uma comissão e eu sugeri que isso tem de ser tratado pela Comissão de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Cada comissão temática trata desses temas; não há necessidade de criação de subcomissões. E ao que V. Exª está se referindo em relação ao partido, eu fiz isso com o meu partido. Eu pedi que não me incluísse em nenhuma das comissões para além desse universo em que eu me encaixei.

Eu hoje frequento três Comissões como titular e nessas três eu fiz exatamente a escolha a partir, é óbvio, da sintonia com o assunto, que é a área em que eu atuo, a área de educação, ciência, tecnologia e infraestrutura. Essas Comissões têm o seu horário bem ajustado, pois uma é na terça, outra é na quarta, outra é na quinta. Por isso é que andei me arranhando muito na Comissão de Infraestrutura, porque reclamei da história de audiências públicas no horário fora da Comissão, porque acontecem coisas e nós não podemos participar. Eu não concordo com essa lógica de passar, assinar o livro e ir embora, porque, se a Comissão deliberar algo com o que eu não concordo, e aí? Eu tenho depois que assumir que eu negligenciei em relação à minha presença, fruto – desculpem o termo – dessa falsa, não vou usar um termo mais pesado, falsa impressão de trabalho. Isso é atrapalho, não é trabalho. Então é uma estrutura que não funciona. Nós temos que repensar isso; talvez até repensar, Senador Aloysio Nunes. E aí no número de Comissões aqui no Senado não pode ter uma concorrência com a Câmara; lá são 513. A Câmara tem uma exigência; por exemplo, cada Deputado participa de uma Comissão como titular, de uma! Aqui nós somos obrigados a um processo de pelo menos três, para dar eficácia, para ter pelo menos a existência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) **–** E os partidos com bancadas mais reduzidas?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Exatamente. Esse é um drama. Então, na realidade, fica essa sobreposição. Por exemplo, eu optei por não ir para a CCJ, porque a CCJ acontece exatamente dia de quarta-feira e minha prioridade é a Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, eu abri mão. Abri mão da Comissão de Relações Exteriores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Exatamente. Então esse movimento é um movimento que nós temos que sentar, enquanto Senadores, com a Presidência da Casa, Senador Aloysio, e discutir de uma vez por todas esse negócio e até, se for o caso, até reduzir até comissão temática e não só subcomissão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) **–** Também acho.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – ...para permitir que a gente funcione. Do contrário, nós vamos ficar tratando em cada Comissão um tema.

Por exemplo, esta Comissão aqui mesmo, na quarta-feira da semana que vem, estaria dedicada ao debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga, Senadora Ângela, que é um requerimento de V. Exª. Não vai acontecer porque, no mesmo horário, nós vamos ter que fazer o debate do Código Florestal. Correto o debate do Código Nacional e correto esta Comissão encaixar no dia do funcionamento desta Comissão, mas veja como o atropelo nessa agenda vai jogando temas que são importantes.

Eu estou esperando o presidente desta Comissão chegar para sugerir que, em alguns casos, até a gente utilize a quinta-feira de tarde, como, parece-me, a Comissão de Relações está fazendo. Está utilizando as segundas à noite para temas que não são deliberativos, mas acertados com os membros da Comissão, pactuados entre os membros. Não dá para ser uma deliberação de algum Senador ou do presidente.

Com relação a esse particular, eu quero aqui salientar a postura correta do Senador Eduardo Braga, que não toma essa decisão sem ter um nível de compartilhamento e de ausculta dos membros desta Comissão. Não funciona isso. Esse negócio de ficar correndo, passando em Comissão, assinando... Na hora em que eu entrei aqui, o menino da CI disse: Hoje tem CI, o senhor tem que assinar. Eu disse: Eu já assinei ontem. Já houve uma extra ontem, teve outra extra hoje, está acontecendo outra extra hoje e amanhã tem a ordinária, e o nome é até muito propício, literalmente ordinária.

Na realidade, acho que é importante que a gente tente enquadrar essas coisas de maneira que a gente não fique nessa choradeira todo o tempo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Mas é uma queima de etapas impressionante.

É isso.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo e, em seguida, tenho a impressão que dá para votar já as matérias, ou ainda temos falta de quorum?

(Interrupção da gravação.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só um tem esse direito, só um tem esse direito..

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É porque tem muita gente que se acha inclusive, pior, tem gente que se acha até professor de Deus.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...da onipresença. Só um. É Deus mesmo.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a Pedro Taques, meu queridíssimo e admirado amigo Senador da República, por ter, de forma prestativa, encaminhado, como Relator *ad hoc,* os itens 3 e 4. Não deu tempo. Eu corri muito para chegar e não deu tempo, não deu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Mas não se preocupe, Senador Vital do Rêgo, porque o Senador Taques, além de relatar, ainda lhe defendeu.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ele vem de táxi, corre muito mais do que eu, com certeza. Ele vem de táxi. Eu ando e ele vem de táxi.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – O motivo desse choro aqui foi exatamente a justificativa da ausência de V. Exª aqui, a partir disso...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade. Eu queria agradecer as palavras do Senador Pedro Taques. Estamos vivendo nesse burburinho de atividades múltiplas, com comissões e subcomissões. Não damos conta fisicamente de estar em três ao mesmo tempo. Mas estou pronto, Presidente, para relatar, eventualmente, outros itens que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, vamos continuar a pauta. Vou, inclusive, dar uma tarefa a V. Exª, já que tinha proposto à Senadora Ângela, mas ela também já foi para outro canto e volta daqui a pouco. V. Exª poderia relatar o Item 5, PDS 57, de 2011, cujo Relator é o Senador Paulo Paim. V. Exª poderia, em chegando, relatando.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com muita honra de poder estar assumindo essa posição do Senador Paulo Paim.

Estamos outorgando a permissão da Radiodifusão H. Sul FM. No nosso relatório, neste momento, por força do entendimento do Senador Paulo Paim, e vou ao voto, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 57, não havendo violação da legislação pertinente e não havendo reparo contra aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, opinamos pela aprovação da outorga de permissão da H. Sul FM Radiodifusão, que vai operar na frequência modulada na Cidade de Herval, Rio Grande do Sul.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado.

Peço também, na sequência, Senador Vital, se V. Exª puder continuar nos ajudando, o Item 7, o PDS 610, de 2010, sendo Relator *ad hoc*.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Item 7, Sr. Presidente, trata, no relatório do estimado Senador Gim Argello, do interesse da Rádio Vale Verde de Comunicações e Serviços de explorar o serviço de radiodifusão na cidade de Mendes Pimentel, no Estado de Minas Gerais. O Senador Gim Argello analisa as normas e os pré-requisitos sobre sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Já foram feitos os estudos dentro dos critérios desta Comissão.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 610 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos sob os aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, o Senador Gim Argello e este Relator opinam pela aprovação da outorga da Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Passo a palavra, agora, ao Senador Aloysio Nunes, para que possa relatar o PDS 69, de 2011, o Item 14 da nossa pauta, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 69, de 2011 (n° 2.817, de 2010, na Câmara dos Deputados), que se destina a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo.

O projeto está convenientemente instruído, foi aprovado do ponto de vista administrativo pelo Ministério das Comunicações. Os documentos que foram examinados pelo Ministério integram também o processado aqui, no Congresso. O referido projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, também na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, e vem, agora, à apreciação do Senado Federal.

A proposição que é originária da Câmara dos Deputados e que se destina a aprovar o ato do Poder Executivo atende a todos os requisitos constitucionais, formais, a competência legislativa da União, as atri-

buições do Congresso, de modo que não há nada a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Técnica legislativa correta, sem nenhuma reserva. A documentação que acompanha o projeto foi examinada e não há nenhuma violação das formalidades estabelecidas na lei que rege a matéria.

Portanto, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar o mencionado serviço de radiodifusão comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Aloysio.

Ainda por falta de quórum, adiamos a apreciação da matéria.

Gostaria de solicitar ao Senador Benedito de Lira que pudesse relatar os Itens 18 e 19: o Item 18 é o PDS 264/2007 e o Item 19 é o PDS 32/2011.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Casa o PDS 264/2007, em que se pede autorização para a Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC.

A matéria realmente passou pela Câmara dos Deputados. Obteve aprovação na Comissão de Ciência e Tecnologia daquela Casa. Atende a todos os pré-requisitos estabelecidos pela legislação pertinente.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade, não tem nenhum óbice a respeito. Ela está devidamente instruída.

A Câmara já adotou as suas providências.

E é competência exclusiva do Congresso Nacional a outorga para funcionamento de rádios comunitárias, educativas, canais de televisão, etc.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 264/2007 não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na forma do projeto do decreto legislativo, outorgado pela Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador.

Também por falta de quórum, ainda não é possível deliberar, neste momento.

Peço, na sequência, ao Senador Vital do Rêgo que possa relatar o Item 13, PDS 87/2011 e o Item 20, PDS 318/2007.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Item 13, Sr. Presidente, tenho a honra de relatar de forma *ad hoc*, em nome do Senador Aníbal Diniz.

Trata de uma rádio no Estado do Piauí, na cidade de Água Branca.

A outorga de permissão a Cebelwam... Esse nome não serve para rádio, não. Cebelwam Comunicação e Consultoria. O cara com uma rádio dessa não... Mas vamos lá. *(Risos.)*

Inobstante essa dificuldade, a outorga passou muito bem na Câmara Federal, nas Comissões de Tecnologia, Comunicação e Informática. Teve parecer pela sua constitucionalidade na Comissão de Justiça e Cidadania. E veio à analise desta Casa.

O voto é pela aprovação, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 87, que não evidenciou a violação da legislação pertinente, não havendo reparo quanto aos seus aspectos constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa.

Opinamos pela aprovação do ato de outorga de permissão a Cebelwam Comunicação e Consultoria para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, no Estado do Piauí.

Eu vou reclamar com Wellington Dias.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado Senador. Tinha pedido ao Senador Delcídio que estava chegando para relatar mas ele está aqui do lado vamos embora e quando chegar aqui ele..O Senador Delcídio é relator da matéria sobre a indicação do Diretor Geral do Denit, que está na sala ao lado.

Portanto, o Senador Vital continua aqui na relatoria nos ajudando no Item 20,PDS 318.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O interesse do Amaral é exatamente porque atende a esta decisão da Casa a um pleito da cidade de Bela Vista, do Estado do Mato Grosso do Sul, Estado do Senador Delcídio e autoriza a Associação Comunitária Integração FM a execução de serviço de radiodifusão nesta cidade..

O relatório passou, desde 2007, na Câmara dos Deputados, esse processo está lá desde 2007, foi submetido ao Congresso;, na Câmara passou pelas comissões pertinentes, tendo sido considerado jurídico, constitucional e de boa técnica legislativa e veio para esta Casa cujo voto, depois do exame da documentação que acompanha da documentação que acompanha o PDS 318, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato de outorga da Associação Comunitária Integração FM

para executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, conforme decreto originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório do Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado Senador Vital do Rêgo. Passo, neste momento, a palavra ao Senador Benedito de Lira para que possa, como Relator *ad hoc* relatar o Item 21 do PDS 114, de 2011.

No momento passo a Presidência ao Senador Pedro Taques para que eu possa, na sequência, relatar uma matéria que está sob a minha responsabilidade.

Tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 114, de 2011 (n° 2.908, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O processo teve tramitação regular na Câmara dos Deputados, recebendo parecer pela aprovação da renovação da emissora. Chegando a esta Casa, após análise aprofundada, concluímos que, sobre a matéria em exame, a documentação que acompanha o PDS 114, de 2011 não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria. Não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão de outorga à Fundação L' Hermitage para exploração de radiodifusão sonora e frequência modulada, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado Senador Benedito de Lira. Como não temos *quorum* ainda para deliberação, sem maiores delongas passo a palavra ao Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, 2011, item 15 da pauta, S. Exª Senador Walter Pinheiro.

V. Exª tem a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2011, nº 1.409, de 2009, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato de outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurgueia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorado do Gurgueia, no Estado do Piauí.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 110, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente não havendo reparos e em não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurgueia, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurgueia, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é nosso voto, portanto, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Walter. Como estamos ainda anêmicos de quórum, aguardo a composição do quórum e repasso a Presidência a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Dando sequência ao processo de apreciação ou de leitura dos relatórios, solicito ao Senador Aloysio Nunes que nos ajude com a relatoria *ad hoc* do Item nº 23, PDS 64, de 2011.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Relatoria do Projeto de Decreto Legislativo que a Câmara dos Deputados envia a esta Casa, propondo a aprovação do ato que outorga a autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Sebastião, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, no Estado da Bahia.

Esta Comissão examina a matéria em caráter terminativo.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos da Constituição.

A exposição de motivos do Ministro de Comunicações informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável e levou ao seu deferimento na esfera administrativa.

Foi aprovado o projeto nas duas comissões que examinaram a matéria na Câmara dos Deputados e vem agora ao Senado.

A proposição atende a todos os requisitos formais. Atende, também, à legislação que rege a matéria. A documentação examinada por nossa assessoria não revela nenhum problema.

De modo que somos favoráveis à aprovação da presente proposição.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Aloysio.

Já temos quórum para apreciação. Eu pediria às Senhoras e aos Senhores Senadores que aguardassem um pouquinho para que concluíssemos aqui a apresentação dos relatórios.

Faltam dois itens. O Item nº 22, na sequência, Senador Flexa Ribeiro, PDS 20, de 2011. V. Exª tem a palavra.

Depois, o Senador Cícero para a leitura do Item nº 6.

Em seguida, o item extrapauta do Senador Bendito.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, Srs. Senadores, vamos direito ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 20, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão a SBC Radiodifusão Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Senador Walter Pinheiro, no Município de Curuçá, no nordeste paraense, na microrregião do Salgado, só para que os meus Pares tomem conhecimento, é onde se situará o futuro Porto de Espadarte. A Vale do Rio Doce, não é mais, agora é Vale, poderia ser Vale do Rio Pará, mas é só Vale, pretende implantar o Porto de Espadarte, que tem um calado superior inclusive ao calado de Itaqui. Tenho certeza de que será um ponto de grande desenvolvimento para o Município de Curuçá, para a região Nordeste do Pará e para o nosso Estado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nós ficaremos na forma como estamos: o Pará por inteiro.

Então, o projeto é pela aprovação, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, principalmente pela agilidade de V. Exª, apesar, inclusive, dessas boas informações prestadas sobre a importância dessa região e, principalmente, dessa rádio lá no município.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena para relatar o Item nº 6, PDS 654, de 2009.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como o relatório já tinha sido distribuído, o voto é favorável, Sr. Presidente. Vou direto ao voto e é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo para relatar o Item 17, PDS 52, de 2011 e, na sequência, o Senador Benedito de Lira para o extrapauta e aí nós procederemos já à votação dos itens todos relatados na manhã de hoje.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador, o Relator da matéria é o Senador Marcelo Crivella, tenho a honra de poder fazê-lo na sua ausência.

O relatório é dado pela aprovação do ato de outorga, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 52, de 2011. Não houve nenhuma violação constitucional, jurídica e de técnica legislativa.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – OK. Obrigado.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira para relatar o PDS. Senador Benedito de Lira, V. Exª tem a palavra para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 172 solicitado por V. Exª para a inclusão extrapauta na manhã de hoje.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou aqui a esta Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2011, oriundo da Câmara dos Deputados, que aprova o ato de outorga de permissão à Fundação Educadora São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, estado do Amapá.

O processo está devidamente instruído, a documentação é aquela correspondente à que cobra a matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional e, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 172, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educadora São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Macapá, no estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário dos Deputados Sr. Presidente.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Também, ainda na sequência, queria solicitar ao Senador Aloysio Nunes para relatar o Item 2. PDS 2, de 2011.

Na sequência tem a palavra depois o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto de decreto legislativo que propõe a aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, no estado do Maranhão.

O parecer do Relator Rodrigo Rollemberg já se encontra nos Avulsos e pôde ser examinado por todos, não há nenhum óbice, seja do ponto de vista jurídico formal, seja do ponto de vista do mérito da ação do PDL.

De modo que o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Aloysio.

Senador Delcídio, V. Exª me permite só aproveitar o final dessa relatoria? Nós já temos os Itens de 1 a 23, sendo o Item 1 extrapauta, inclusive, o item aqui relatado *ad hoc*, o PDS 318, de V. Exª, mas, em decorrência da participação de V. Exª lá na relatoria, na Comissão de Infraestrutura, na indicação do Diretor-Geral do Denit, nós solicitamos aqui a boa relatoria do Senador Vital do Rêgo, em substituição a V. Exª.

Então, se V. Exª me permite, antes até da fala de V. Exª, eu queria colocar em votação o Item 1, que é extrapauta, e do Item 2 ao Item 23 para apreciação e deliberação por este Plenário.

Portanto, em votação.

Senador Delcídio do Amaral, como vota?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB — PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores e Relatoras.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Portanto, ficam aprovados os Itens de 2 a 23, que estavam na Ordem do Dia, e o Item 1, extrapauta, os PDSs aqui relatados.

As matérias foram aprovadas.

Quanto ao Item 1, o PLS nº 151, de 2007, que tinha relatoria do Senador Lobão Filho, a pedido do próprio Relator, a matéria foi retirada da pauta, adiada para a próxima reunião.

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero só registrar, Senador Walter Pinheiro, que não pude relatar o Item nº 20, porque eu estava apresentando o relatório do Diretor-Geral do Denit, o General Fraxe. Por isso não pude estar presente aqui, mas, de qualquer maneira, registro que o item foi relatado pelo Senador Vital do Rêgo, pelo competente Senador Vital do Rêgo, que orgulha Mato Grosso do Sul também com seu relatório, especial a Associação Comunitária Integração FM, que vai prestar serviço de radiodifusão em Bela Vista, uma cidade lá na fronteira com o Paraguai, uma cidade importante do nosso Estado, com uma gente hospitaleira, uma gente que trabalha bastante pelo nosso Estado e pelo País. Não tenho dúvida nenhuma de que essa rádio comunitária prestará grandes serviços não só a Bela Vista, mas a toda aquela região, especialmente à fronteira, que, sem dúvida nenhuma, merece uma atenção especial de todos nós.

Quero, principalmente, agradecer o Senador Vital de Rêgo pela presteza e pela habitual competência com que sempre desenvolve as suas atividades aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional, como Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Delcídio.

Portanto V. Exª foi sobejamente bem representado aqui pelo seu Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Vital do Rêgo.

Srªs e Srs. Senadores, quero também submeter a este Plenário um requerimento.

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para participação, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a CCT, no evento do setor de comunicações, o Futurecom 2011, que se realizará entre os dias 12 e 14 de setembro do presente ano, em São Paulo.

Sala das Comissões, – Senador **Walter Pinheiro**.

Esse requerimento é para a participação, em conjunto, com o nosso Presidente nesse evento que ocorre todos ano no Brasil.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Senador Benedito de Lira, que nos deu uma grande contribuição aqui, relatando o Projeto de Decreto Legislativo nº 172, lá do Amapá, fazendo um gesto aqui de apoio aos Senadores do Amapá, faz uma reclamação para que, em breve, nós incluamos as rádios de Alagoas.

Portanto, não havendo mais nada a tratar na Ordem do Dia, quero conclamar as Srªs e Srs. Senadores para a audiência pública sobre o Código Florestal, nesta Comissão, na próxima quarta-feira.

Aproveitando, lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, na noite de ontem, logramos uma importante vitória com a aprovação do PLC nº 116. E quero aqui, mesmo na ausência dele, agradecer o apoio fundamental e decisivo do nosso Presidente Eduardo Braga, a confiança, na medida em que o Senador, junto à liderança do nosso bloco, junto à Liderança do Governo e à própria Presidência da Casa, apoiou a indicação do nosso nome para a relatoria em plenário dessa matéria. O Senador Eduardo Braga que, desde o início, contribuiu decisivamente com a discussão desse tema.

Portanto, a aprovação de ontem é fruto desse esforço. E quero estender também aos Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício de Oliveira, que também corroborou com a decisão para que, em plenário, eu pudesse relatar essa matéria; ao Senador Requião, da Comissão de Educação, da mesma forma; e aos líderes da base do Governo, o Senador Renan Calheiros, o Senador Humberto Costa e, óbvio, o nosso Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

Portanto, esta Comissão teve um papel decisivo para que essa matéria pudesse ter sido apreciada no dia de ontem, Senador Delcídio, e contribuiu decisivamente com a organização de um importante debate feito no auditório do Interlegis. Nós fizemos ali, durante um dia inteiro, um importante seminário, ouvindo todos os segmentos. Portanto, reafirmando o que significou para nós, ao longo desses anos – dede 2007 para cá –, num processo de ausculta, num processo de envolvimento – e quero reafirmar – de todos os segmentos. De consumidores a operadores desse sistema tiveram a oportunidade de vir a esta Casa, patrocinados por diversos parlamentares, por diversas Comissões.

Esse projeto tramitou durante quatro anos na Câmara dos Deputados, com intenso processo de debate, e, no dia de ontem, tivemos a oportunidade da aprovação dessa matéria, que se soma às outras investidas e programas que nós temos nessa área, não só da abertura do mercado, como também na linha da inclusão, seja por banda larga, seja por serviços, nessa área de comunicação.

Então, é importante matéria que enxerga esse momento de convergência de mídias e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento de uma atividade econômica que tem uma penetração importante no Brasil, mas que precisa ser ampliada, permitindo uma ampliação do universo de oportunidades da produção cultural, da produção regional, da geração de postos de trabalho e da verdadeira sintonia entre essa rica produção cultural no Brasil e a oportunidade da veiculação dessa rica produção.

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro, acho que é importante o registro de V. Exª. Primeiro, tive a oportunidade de ler atentamente o relatório de V. Exª. V. Exª é um homem competente, que vem desse setor, tem uma larga experiência e, sem dúvida nenhuma, depois de toda a tramitação do PLC nº 116 na Câmara, ontem nós votamos esse projeto, que é um projeto muito importante.

Essa aprovação veio num momento adequado, porque nós seríamos, sem dúvida nenhuma, atropelados pelas novas tecnologias, porque a tecnologia não para, ela avança rapidamente. Especialmente na questão do conteúdo nacional, que é fundamental também para o País.

Acho que, com isso, também nós avançamos bastante na questão das TVs por assinatura, porque abrimos um leque muito mais amplo com a aprovação do PLC nº 116. Eu não podia deixar de fazer este registro. Participei também dos debates no Interlegis, onde V. Exª fez uma avaliação desse projeto de uma maneira muito competente, muito aprofundada. Sem dúvida, a capacidade e o conhecimento de V. Exª nos ajudaram muito a compreender a importância do PLC nº 116. Ontem foi um dia importante no Senado, pois aprovamos o PLC nº 116, que já vínhamos "arrastando com a barriga" há algum tempo. Ontem, esse Projeto, efetivamente, foi votado. Por isso, eu não poderia deixar de registrar a competência com que V. Exª conduziu esses trabalhos, bem como a competência do Senador Eduardo Braga, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de mérito para tratar um tema tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu é que lhe agradeço, Senador Delcídio. Agradeço imensamente a V. Exª a colaboração que nos deu de duas formas, em duas frentes: na tarefa que V. Exª desempenha nesta Casa relativamente aos assuntos econômicos, não só quanto à Comissão, mas quanto

ao tema, já que essa matéria influencia decisivamente essa área; e na articulação e na busca pelo apoio necessário para que essa matéria pudesse chegar ao plenário. Então, V. Exª, que goza de muito prestígio e de ótima articulação nesta Casa, sem dúvida alguma, deu-nos uma contribuição importante. Nesta Casa, no desempenho do papel designado a um Senador, V. Exª executa um verdadeiro trabalho de articulador político.

Essa não é uma matéria que alguém pode classificar como de interesse do Governo, como alguns tentaram dizer. Essa é uma matéria de interesse da sociedade, da economia. É óbvio que o nosso Governo tinha interesse que a matéria fosse apreciada, até para se somar, como eu disse aqui antes, às iniciativas que o Governo tem adotado, como o programa Brasil Maior, como o programa de redução de carga tributária e de desoneração de folha, como o programa de banda larga. Portanto, essa matéria, de forma muito direta, relaciona-se a esses objetivos. E V. Exª foi decisivo nesse aspecto da mobilização.

Senador Delcídio, também é importante lembrar o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelas assessorias da Casa. Tive a oportunidade de consagrar o relatório, mas a materialização daquele relatório leva a assinatura, tem a digital dos nossos consultores, dos nossos assessores. Eu me relacionei com a Consultoria do Senado na etapa de desfecho, de conclusão. Quero aqui realçar a importância do trabalho da Consultoria do Senado. Quem lê a peça, a explicação e todo o detalhamento encontrará, sem dúvida alguma, rigor e uma qualidade excepcional produzida por nossa assessoria. Quero estender os cumprimentos a todos da Consultoria.

Agradeço o trabalho também à nossa assessoria técnica da liderança do Partido dos Trabalhadores, aqui representada pelo servidor Marcelo Zero.

Quero ainda deixar aqui um agradecimento muito especial à Consultoria da Câmara, com a qual trabalhei durante quatro anos. Para a apresentação no Senado, tive a oportunidade de continuar o trabalho com a Consultoria da Câmara. O pessoal até brinca, dizendo que ainda não me desliguei completamente da estrutura daquela Casa. Mas, afinal de contas, quatro mandatos como deputado não são quatro dias. Isso cria uma relação para além do trabalho. Tenho com os consultores da Câmara, hoje, uma relação, inclusive, de amizade, constituída por essa importante relação que consolidamos ao longo de toda aquela etapa. Isso só me leva, cada vez mais, a apostar nessa peça, que é a mais importante da estrutura. Somos passageiros. Ainda que o mandato de Senador dure oito anos, o que prevalecerá aqui serão esses servidores, os que tocam a Comissão, os que tocam a Consultoria. Essa é a estrutura que é perene. Essa é a estrutura importante. A nossa é passageira. Amanhã, não sei quando, outros Senadores estarão aqui em nossos lugares, mas essa competência constituída e trabalhada por esses servidores, eu acho que essa competência, esse trabalho, essas coisas a gente deve, cada vez mais, valorizar, enaltecer e garantir que ela é de boa qualidade, diferentemente do que todo mundo, às vezes, termina tachando por aí: que o servidor público é negligente, é isso, é aquilo, a velha história do barnabé.

Eu continuo convencido de que o servidor público é essencial para a sociedade. Uma sociedade que não dispõe de uma estrutura de serviço público com essa qualidade, o cidadão sofre. Portanto, muito mais do que fortalecer esse serviço, acho que é a tarefa que nós temos que trabalhar.

Então, foi possível trabalhar na linha daquela qualidade muito a partir do que eu absorvi da estrutura de consultoria, de assessoria, do trabalho dos servidores desta Casa e da Câmara dos Deputados. Isso vai aumentando o nosso cabedal, isso vai melhorando, vai até aprimorando o nosso conhecimento, mais até do que a vida laboral que, ao longo dos anos, eu desenvolvi.

Eu tenho, aproximadamente, uns trinta anos de sistema de telecomunicações. Estou no Parlamento, portanto há uma tendência natural, um processo de distanciamento do dia a dia, procuro fazer isso permanentemente, mantendo contato com a minha atividade profissional, até para não me desligar dela, e espero um dia até poder voltar. Encerrado o mandato de Senador, quem sabe se eu não teria oportunidade de voltar para esse setor completamente repaginado e com a experiência...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Tem o Governo da Bahia ainda, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vamos por partes. Primeiro o 116, depois outra história.

É isso que eu tinha a agradecer, Senador, e dizer efetivamente do carinho que tenho por essa etapa de trabalho. Eu acho que nós vamos aprendendo isso, os servidores do nosso gabinete, os servidores da consultoria, como é que vamos nos relacionando. Acho que essa é uma das coisas extremamente positivas.

Eu me lembro de que, quando cheguei à Câmara, pela primeira vez, uma das partes que eu assumi como defesa foi o trabalho do taquígrafo dentro da estrutura da Casa legislativa, que é uma peça para a qual, às vezes, as pessoas não dão o menor valor, mas a figura que está ali enfrenta tudo quanto é condição insalubre de trabalho. A gente vai completando essa cadeia aqui na Casa e vai vendo a importância do trabalho que pode até ser considerado, numa hierarquia, no mundo do trabalho, como menor, desse trabalho é

o maior. Essa estrutura é uma estrutura que, eu diria, fundamental para o funcionamento. Se uma peça desta sai da engrenagem, ela não funciona.

Então, é importante que a gente passe a enxergar isso de outra forma, com respeito, que é fundamental, e principalmente na estrutura de valorização.

Era isso que eu tinha a dizer.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, insistindo para que a gente se prepare para a próxima quarta-feira, para que a gente tenha oportunidade de inserir no contexto do Código Florestal todo esse conhecimento acumulado e a produção nessa área científica e tecnológica, para que a gente ajude na elaboração de um Código Florestal que verdadeiramente dialogue com as nossas necessidades, as necessidades do nosso tempo, mas, principalmente, com uma visão de preservação do nosso espaço, da nossa natureza.

Era isso que tinha a dizer.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto dois mil e onze, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Luiz Henrique, Reditario Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento n.º 39, de 2011 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o "Plano Nacional de Banda Larga", tendo como convidado o Exmo Sr Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo". O Requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento nº, de 2011** - **CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer "..., nos termos dos arts. 90, inciso V e 93, inciso II, ambos do Regulamento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Resolução nº. 02/2011 do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que determinou a suspensão de programas religiosos nos veículos públicos que a integram. Oito emissoras compõem a Rede Pública de Rádio da EBC, a saber: Rádio Nacional AM Brasília; Rádio Nacional FM Brasília; Rádio Nacional AM Rio de Janeiro; Rádio MEC AM Rio de Janeiro; Radio MEC AM Brasília; Rádio MEC FM Rio de Janeiro; Rádio Nacional do Alto Solimões; Rádio Nacional da Amazônia; e a Radioagência Nacional. As emissoras de TV ligadas à EBC são: a TV Brasil; a NBR, do Poder Executivo; e a TV Brasil - Canal Integración, canal de integração entre os países sul-americanos (em espanhol), que mantém parceria com as principais emissoras de TV do continente. Esse expressivo elenco de veículo de radiodifusão sonora e de sons e imagens, permite avaliar a extensão da vedação imposta pela Resolução EBC 02/2011, bem como denota a conveniência desta Casa exercitar a sua competência constitucional fixada no art. 58, § 2º, incisos II e V, para realizar a requerida audiência pública e ouvir pessoas e instituições por ela alcançadas, como disciplina o art. 94, § 1º, do Regulamento Interno do Senado Federal. Por essas razões, impõe-se ouvir os vários segmentos alcançados pela citada decisão, propósito para o qual solicito a expedição de convite às seguintes personalidades: Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da EBC; Setor Comercial SUL, SCS, Quadra 08, Bloco B-60, 1º Piso Inferior, Edifício Venâncio 2000, Asa Sul, Brasília/DF; Ima Célia Guimarães Vieira, Presidente do Conselho curador da EBC, (91) 3229-9266/9989-6061, ima@museu-goeldi.br e imavieira@oi.com.br. "O requerimento é adiado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às oito horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu gostaria de abrir a nossa reunião fazendo uma reunião extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que nós possamos aprovar um requerimento da Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo em vista que

teremos uma audiência conjunta logo a seguir e, portanto, durante a reunião conjunta, eu não poderia aprovar esse requerimento, que é de extrema importância.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 24 de agosto de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

A Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dispensada a leitura da Ata, será publicada no Diário do Senado Federal.

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos ao Item 1 da pauta.

ITEM 1:

REQUERIMENTO N.º , DE 2011 – CCT
– Terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o "Plano Nacional de Banda Larga", tendo como convidado o Exmo Sr Ministro de Estado das *Comunicações, Paulo Bernardo.*

Autoria: Senador Eduardo Braga

A Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta, declaro encerrada esta reunião extraordinária e passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, para que possamos abrir, a partir deste momento, a reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão da Agricultura.

Agradeço a atenção dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

(Iniciada às 8 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e cinqüenta e oito minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 1.106 páginas
OS: 2011/14564